



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3421

Quarta-feira - 24 de Fevereiro de 2021

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	3	Concórdia .....	283	Jacinto Machado .....	830
Água Doce .....	4	Cordilheira Alta .....	285	Jaraguá do Sul .....	832
Águas de Chapecó .....	14	Correia Pinto .....	297	Jardinópolis .....	854
Águas Frias .....	16	Corupá .....	306	Joaçaba .....	857
Águas Mornas .....	18	Cunhataí .....	314	Jupiaí .....	870
Alfredo Wagner .....	22	Curitibanos .....	317	Lages .....	871
Alto Bela Vista .....	23	Descanso .....	320	Lauro Muller .....	886
Anchieta .....	61	Dionísio Cerqueira .....	322	Lebon Régis .....	888
Angelina .....	68	Doutor Pedrinho .....	323	Lindóia do Sul .....	889
Anitápolis .....	69	Entre Rios .....	329	Lontras .....	890
Antônio Carlos .....	70	Ermo .....	336	Luiz Alves .....	891
Apiuna .....	75	Faxinal dos Guedes .....	339	Luzerna .....	900
Arabutã .....	81	Flor do Sertão .....	340	Macieira .....	904
Arroio Trinta .....	84	Formosa do Sul .....	347	Mafrá .....	905
Ascurra .....	88	Forquilha .....	351	Maracajá .....	911
Aurora .....	93	Fraiburgo .....	354	Marema .....	915
Balneário Arroio do Silva .....	95	Frei Rogério .....	364	Massaranduba .....	920
Balneário Camboriú .....	99	Garopaba .....	365	Matos Costa .....	926
Balneário Gaivota .....	104	Garuva .....	370	Meleiro .....	929
Balneário Piçarras .....	106	Gaspar .....	379	Mirim Doce .....	931
Balneário Rincão .....	107	Governador Celso Ramos .....	388	Modelo .....	932
Bandeirante .....	112	Gravatal .....	390	Mondaí .....	947
Barra Bonita .....	114	Guaraciaba .....	391	Monte Carlo .....	949
Barra Velha .....	118	Guaramirim .....	393	Monte Castelo .....	950
Bela Vista do Toldo .....	120	Guarujá do Sul .....	407	Morro da Fumaca .....	957
Belmonte .....	121	Guatambú .....	409	Morro Grande .....	960
Benedito Novo .....	122	Herval d'Oeste .....	414	Navegantes .....	965
Biguaçu .....	126	Ibiam .....	417	Nova Itaberaba .....	971
Blumenau .....	134	Ibicaré .....	719	Nova Trento .....	973
Bom Jesus .....	143	Ibirama .....	721	Nova Veneza .....	980
Bom Jesus do Oeste .....	144	Ilhota .....	722	Novo Horizonte .....	983
Botuvera .....	149	Imarui .....	724	Orleans .....	984
Braço do Trombudo .....	151	Imbituba .....	725	Otaclio Costa .....	985
Brunópolis .....	152	Imbuia .....	737	Ouro .....	989
Brusque .....	163	Indaial .....	738	Ouro Verde .....	1000
Caçador .....	197	Iomerê .....	750	Paial .....	1002
Caibi .....	227	Ipirá .....	751	Palhoça .....	1004
Camboriú .....	230	Iporã do Oeste .....	752	Palma Sola .....	1067
Campo Alegre .....	232	Ipumirim .....	755	Palmitos .....	1080
Campo Erê .....	242	Iraceminha .....	775	Papanduva .....	1081
Campos Novos .....	245	Irani .....	785	Paraíso .....	1085
Canoinhas .....	250	Iratí .....	788	Passo de Torres .....	1088
Capinzal .....	255	Irineópolis .....	789	Passos Maia .....	1090
Catanduvas .....	263	Itá .....	791	Paulo Lopes .....	1093
Caxambu do Sul .....	267	Itaiópolis .....	798	Penha .....	1094
Cerro Negro .....	271	Itapiranga .....	800	Peritiba .....	1096
Chapadão do Lageado .....	273	Itapoá .....	812	Pinhalzinho .....	1098
Chapecó .....	277	Ituporanga .....	816	Pinheiro Preto .....	1100
Cocal do Sul .....	282	Jaborá .....	828	Piratuba .....	1101

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)







# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3421

Quarta-feira - 24 de Fevereiro de 2021

Florianópolis/SC

## Sumário

Planalto Alegre.....	1104	Santa Rosa do Sul .....	1307	Sombrio.....	1542
Pomerode .....	1111	Santa Terezinha do Progresso .....	1310	Sul Brasil .....	1549
Ponte Alta do Norte.....	1114	Santiago do Sul.....	1312	Taió.....	1555
Ponte Serrada .....	1115	Santo Amaro da Imperatriz .....	1337	Tangará.....	1556
Porto Belo.....	1119	São Bento do Sul.....	1365	Tigrinhos .....	1563
Porto União.....	1123	São Bernardino .....	1386	Tijucas .....	1568
Pouso Redondo .....	1127	São Bonifácio.....	1409	Timbé do Sul .....	1634
Praia Grande.....	1131	São Carlos .....	1412	Timbó .....	1639
Presidente Castello Branco.....	1132	São Domingos.....	1419	Timbó Grande .....	1650
Presidente Getúlio .....	1133	São Francisco do Sul.....	1420	Treviso .....	1652
Presidente Nereu.....	1144	São João Batista.....	1422	Treze de Maio .....	1656
Princesa .....	1181	São João do Oeste .....	1436	Treze Tilias .....	1676
Quilombo.....	1188	São João do Sul .....	1437	Trombudo Central.....	1679
Rancho Queimado.....	1189	São Joaquim .....	1459	Tunápolis .....	1680
Rio das Antas .....	1190	São José.....	1460	Turvo .....	1681
Rio do Campo .....	1191	São José do Cedro.....	1476	União do Oeste .....	1692
Rio do Oeste.....	1199	São José do Cerrito .....	1477	Urubici .....	1715
Rio do Sul.....	1255	São Lourenço do Oeste.....	1478	Urussanga .....	1716
Rio Negrinho.....	1268	São Ludgero .....	1490	Vidal Ramos.....	1717
Rio Rufino.....	1270	São Miguel da Boa Vista .....	1498	Videira.....	1718
Riqueza .....	1271	São Miguel do Oeste.....	1501	Vitor Meireles.....	1784
Rodeio.....	1295	São Pedro de Alcântara.....	1506	Xanxerê.....	1785
Romelândia.....	1296	Saudades.....	1518	Xavantina .....	1794
Salto Veloso.....	1303	Schroeder.....	1522	Xaxim .....	1795
Santa Cecília .....	1304	Seara .....	1531	Zortéa .....	1800
Santa Helena .....	1306	Serra Alta .....	1541		

## Associações

AMAI .....	1802	AMESC .....	1810	COSEMS/SC .....	1812
AMAVI .....	1802	AMMVI .....	1811		
AMERIOS.....	1805	AMUREL .....	1811		

## Consórcios

CIGA .....	1813
CIMVI.....	1816
CINCATARINA .....	1826
CIS/AMFRI.....	1926
CIS/AMUREL .....	1927
CIS/AMURES.....	1928
CISAM .....	1928
CISAMA .....	1928
CISAMURC.....	1929
CIS/AMERIOS .....	1930
CONDER.....	1932
CONSAD .....	1933
CIRSURES.....	1934





# Agronômica

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PR 10/2021

Publicação Nº 2878311

Prefeitura Municipal de Agronômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2021

PREGAO PRESENCIAL Nº PR 10/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM VEICULO BASCULANTE PARA TRANSPORTE DE CALCÁRIO VINDO DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ ATÉ O MUNICÍPIO DE AGRONOMICA

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 08/03/2021 às 10:00h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agronômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br ou pelo site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542-0166.

Agronômica-Santa Catarina, 24 de fevereiro de 2021.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito

### RESCISÃO CONTRATUAL VIA NOVA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI

Publicação Nº 2878833

#### DECISÃO

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito do Município de Agronômica Estado de Santa Catarina 2021/2024, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, o poder constitucional que tem a administração pública de exercer atos administrativos, Considerando a informação que recebi de que a funcionária terceirizada Fadia Jean Poix, da empresa VIA NOVA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 07.473.724/0001-00- Contrato 035/2019 – Pregão 025/2019, de que o contratado não realizou o pagamento do salário da competência de janeiro de 2021.

Considerando que o setor de compras tentou contato diversas vezes com os responsáveis da empresa e que nunca recebeu uma devolutiva condizente com as obrigações assumidas no contrato com o Município e com a servidora terceirizada.

Considerando ainda que o setor de licitações e contratos notificou a empresa para que comprovasse o pagamento da servidora terceirizada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ou apresenta-se alguma justificativa para a suposta mora e que transcorreu o prazo sem qualquer manifestação, entendo por bem rescindir unilateralmente o contrato.

Tal contrato possui como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E ASSEIO DIÁRIO DE COPA E COZINHA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. Referido serviço é de grande importância para o Departamento de Educação, haja vista a necessidade constante de manter os ambientes limpos e higienizados, especialmente durante o ano letivo e durante a pandemia que o Mundo vem enfrentando.

Chegou ao conhecimento da Administração Pública, que a empresa contratada não efetuou o pagamento do salário da referida funcionária, do mês de Janeiro de 2021.

De diversas formas este ente público, tentou contato com a empresa. Em um primeiro momento, no dia 09/02/2021, através do funcionário Cesar, via Whatsapp pelo número (41) 98720-8486 onde o funcionário informou que no máximo no dia seguinte estaria sendo efetuado o pagamento. Na data de 10/02/2021, o contato foi refeito, sendo informado ao órgão, que seria realizado o pagamento no mesmo dia e que não ocorreriam novos atrasos.

Posteriormente no dia 11/02/2021 e 12/02/2021 o contato foi feito novamente, informando que o pagamento não foi realizado, na ocasião o funcionário informou que estariam encaminhando ofício para rescisão do contrato, fato que não ocorreu. (Conforme documentos anexos). No dia 18/02/2021, a empresa foi notificada extrajudicialmente pelo e-mail vianovaadmservicos@gmail.com, e através de correspondência AR (QB077348300BR). Não obtendo respostas no primeiro, e constando no site dos correios como entrega não realizada no segundo (conforme documentos anexos).

Além disso, foram realizadas diversas tentativas de contato telefônico através do número (41) 3406-4949, onde consta como número temporariamente fora de serviço.

Em decorrência disto, tendo em vista o total descaso por parte da contratada, declaro rescindido unilateralmente o contrato 035/2019 celebrado com VIA NOVA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 07.473.724/0001-00, com fulcro no artigo, 78 e seus incisos e artigo 79, da Lei 8.666/1993.

Os valores que por ventura são devidos pelo Município a empresa contratada, determino que seja retidos para pagamento da servidora terceirizada.

Além da rescisão, aplico a empresa a impossibilidade de contratar com o Município pelo período de 05 (cinco) anos.

Determino a publicação desta decisão no diário oficial do Município para dar publicidade ao ato e a notificação da empresa VIA NOVA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 07.473.724/0001-00, de maneira oficial através de notificação por via posta ou e-mail.

Determino ainda a revogação do certame e a realização de novo processo licitatório.

Agronômica, 23 de fevereiro de 2021.

Cesar Luiz Cunha

Prefeito do Município de Agronômica/SC 2021/2024.



# Água Doce

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 029/2021

Publicação Nº 2878324

DECRETO Nº 029/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE FONTES DE RECURSOS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.874, de 23 de fevereiro de 2021,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei 2.855 de 15 de dezembro de 2020, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.715.000,00 (Um milhão e setecentos e quinze mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0086/65 – 3.3.90.00.00.0086/69 - 3.3.90.00.00.0086/82 Aplicações Diretas e 3.3.40.00.00.0086/68 Transferências a Municípios com as seguintes classificações orçamentárias:

#### 05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

##### 01 DEPTO. DE ENSINO

##### 12.361.0010.2.017 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.3.90.00.00.0086/65 Aplicações Diretas ..... R\$ 590.000,00

##### 12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.40.00.00.0086/68 Transferências a Municípios ..... R\$ 60.000,00

3.3.90.00.00.0086/69 Aplicações Diretas ..... R\$ 800.000,00

##### 02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

##### 12.365.0013.2.008 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.0086/82 Aplicações Diretas ..... R\$ 265.000,00

TOTAL ..... R\$ 1.715.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, ficam anuladas as seguintes fontes de recursos:

#### 05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

##### 01 DEPTO. DE ENSINO

##### 12.361.0010.2.017 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.3.90.00.00.00679/65 Aplicações Diretas ..... R\$ 590.000,00

##### 12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.40.00.00.00679/68 Transferências a Municípios ..... R\$ 60.000,00

3.3.90.00.00.00679/69 Aplicações Diretas ..... R\$ 800.000,00

##### 02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

##### 12.365.0013.2.008 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.00679/82 Aplicações Diretas ..... R\$ 265.000,00

TOTAL ..... R\$ 1.715.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de fevereiro de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal



**DECRETO Nº 030/2021**

Publicação Nº 2878325

DECRETO Nº 030/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.875, de 23 de fevereiro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 13.100,00 (treze mil e cem reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para contrapartida de aquisição de veículo (ambulância).

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0027.1.023 AQUISIÇÃO DE VEICULOS – SAÚDE	
4.4.90.00.00.0.3.02.0198/3 Aplicações Diretas .....	R\$ 13.100,00
TOTAL .....	R\$ 13.100,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica anulado totalmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0027.1.022 CONSTRUÇÃO/REFORMA/AMPLIAÇÃO/EQUIPAMENTOS	
4.4.90.00.00.0.3.02.0198/2 Aplicações Diretas .....	R\$ 13.100,00
TOTAL .....	R\$ 13.100,00

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de fevereiro de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2021**

Publicação Nº 2878327

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 5/2021

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 de 04/05/2000, combinada com a Lei Municipal nº 1.163/01 de 29/05/2001, faz saber a quem interessar possa, que será realizada a Audiência Pública para Prestação de Contas do 3º quadrimestre referente aos meses de setembro a dezembro do exercício de 2020.

Data da Audiência: 26/02/2021

Início: 14h00min

Local: Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Água Doce

E, para que chegue ao conhecimento de todos, se expede o presente Edital.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de fevereiro de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita Municipal



**LEI Nº 2.874/2021**

Publicação Nº 2878319

LEI Nº 2.874/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR FONTES DE RECURSOS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei 2.855 de 15 de dezembro de 2020, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.715.000,00 (Um milhão e setecentos e quinze mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0086/65 – 3.3.90.00.00.0086/69 - 3.3.90.00.00.0086/82 Aplicações Diretas e 3.3.40.00.00.0086/68 Transferências a Municípios com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0010.2.017 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.3.90.00.00.0086/65 Aplicações Diretas ..... R\$ 590.000,00

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.40.00.00.0086/68 Transferências a Municípios ..... R\$ 60.000,00

3.3.90.00.00.0086/69 Aplicações Diretas ..... R\$ 800.000,00

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

12.365.0013.2.008 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.0086/82 Aplicações Diretas ..... R\$ 265.000,00

TOTAL ..... R\$ 1.715.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular as seguintes fontes de recursos:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0010.2.017 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.3.90.00.00.0679/65 Aplicações Diretas ..... R\$ 590.000,00

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.40.00.00.0679/68 Transferências a Municípios ..... R\$ 60.000,00

3.3.90.00.00.0679/69 Aplicações Diretas ..... R\$ 800.000,00

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

12.365.0013.2.008 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.0679/82 Aplicações Diretas ..... R\$ 265.000,00

TOTAL ..... R\$ 1.715.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de fevereiro de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

**LEI Nº 2.875/2021**

Publicação Nº 2878321

LEI Nº 2.875/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DO-  
TAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara



Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 13.100,00 (treze mil e cem reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para contrapartida de aquisição de veículo (ambulância).

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0027.1.023 AQUISIÇÃO DE VEICULOS – SAÚDE	
4.4.90.00.00.0.3.02.0198/3 Aplicações Diretas .....	R\$ 13.100,00
TOTAL .....	R\$ 13.100,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei fica anulado totalmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0027.1.022 CONSTRUÇÃO/REFORMA/AMPLIAÇÃO/EQUIPAMENTOS	
4.4.90.00.00.0.3.02.0198/2 Aplicações Diretas .....	R\$ 13.100,00
TOTAL .....	R\$ 13.100,00

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de fevereiro de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita Municipal

## PORTARIA 148/2021

Publicação Nº 2878673

PORTARIA Nº 148/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder licença a servidora ELIANE VIEIRA ZAGONEL, inscrita sob o CPF nº 018.478.429-84, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, com carga horária de 40 horas, de 18/02/2021 a 19/03/2020, 30 dias consecutivos de licença por motivo de doença, visto que a mesma acompanhará seu filho em tratamento de saúde, conforme Requerimento e Atestado em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18/02/2021, revogando-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de fevereiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini	Camila Luiza Lucian Bedin
Prefeita de Água Doce	Diretora Dpto de Recursos Humanos

## PORTARIA 149/2021

Publicação Nº 2878675

PORTARIA Nº 149/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município



**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder licença a servidora JACQUELINE MARIA CELSO, inscrita sob o CPF nº 020.426.519-31, ocupante do cargo efetivo de Professora 1ª a 5ª Série, com carga horária de 40 horas, de 18/02/2021 a 19/03/2020, 30 dias consecutivos de licença por motivo de doença, visto que a mesma acompanhará seu pai em tratamento de saúde, conforme Requerimento e Atestado em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18/02/2021, revogando-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de fevereiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini  
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin  
Diretora Dpto de Recursos Humanos

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 8/2021 -DISPENSA Nº. 4/2021**

Publicação Nº 2878578

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 8/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO 4/2021

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 8/2021, "DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 4/2021", destinado a contratação emergencial e temporária de serviços com caminhão-tanque distribuidor de dejetos. Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 23 de fevereiro de 2021

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA 3º SESSÃO ORDINÁRIA 15-02-2021**

Publicação Nº 2878164

16ª LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

1.º PERÍODO LEGISLATIVO

3.ª SESSÃO ORDINÁRIA

ATA N. 3/2021

Em 15 de fevereiro de 2021.

Aos 15 (quinze) dias do mês de fevereiro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 19h. (dezenove horas), na Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, aconteceu a terceira sessão ordinária presencial, e participaram os nobres Edis: Senhora Paula Cristina Mendes Gatelli, Vereadora do PL e Presidente; Senhor Agenor José Nichetti, Vereador do PL e Vice-Presidente, Senhor Evandro Carlos Zanatto, Vereador do PP e Primeiro Secretário; Senhor Alex Matheus Piaia, Vereador do MDB e Segundo Secretário; Rudimar Bergossa, Vereador do PP; Senhor Laerte Nivaldo dos Santos, Vereador do PP; Senhor Jorge Rone Haslinger, Vereador do PP; Senhor Anilton Tonial, Vereador do PL, e Aloir Gonçalves da Conceição, Vereador do PL.

O SENHOR AGENOR JOSÉ NICHETTI, VEREADOR, fez a leitura de um versículo da Bíblia Sagrada, consoante ao Artigo 1.º da Resolução n.º 067/2013 de 8 de outubro de 2013."

Foi aprovada por unanimidade a ata realizada no dia 8 (oito) de fevereiro de 2021, referente à sessão ordinária.

Em havendo quórum regimental, a SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, VEREADORA e PRESIDENTE, em nome de Deus, declarou aberta a sessão ordinária cumprimentando a todos os presentes e aos internautas. Com fundamento na EMENDA MODIFICATIVA N.º 008/2015 DE 4 DE MARÇO DE 2015, que "ACRESCENTA PARÁGRAFOS NO ARTIGO 151 DA RESOLUÇÃO N.º 017/2005 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2005 – REGIMENTO INTERNO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SANTA CATARINA, COM AS ALTERAÇÕES TRAZIDAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS," e EMENDA ADITIVA N.º 001/2020, DE 16 DE ABRIL DE 2020" pela qual cria as sessões remotas, passo a redigir esta ata.

PEQUENO EXPEDIENTE: A SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, VEREADORA e PRESIDENTE, agradeceu ao Senhor Evandro Carlos Zanatto, Primeiro Secretário, e ao Senhor Alex Matheus Piaia, Segundo Secretário, pela leitura dos expedientes. O Grupo da Edilidade estendeu os cumprimentos, bem como ao corpo técnico formado pelo Servidor Efetivo CE-2 ocupante do cargo de Técnico Legislativo Administrativo, Senhor Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha, Matrícula n.º 42; Assessor Jurídico Comissionado, Dr. Tiago Grando, OAB/SC 31.404, Matrícula n.º 224; Assessora Legislativa Comissionada, Senhora Raquel Tatiana Corso, Matrícula n.º 226; Contadora, Senhora Nilza Aparecida Mendes, Matrícula n.º 85, e aos internautas.

PROJETO DE LEI Nº 007/2021, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021. O SENHOR AGENOR JOSÉ NICHETTI, VEREADOR, E LÍDER DE GOVERNO, com o uso da palavra, consignou que o texto desse projeto vem a apresentar a justificativa com o seguinte teor: "[...] O remanejamento de



valores das despesas de manutenção do Departamento de Ensino Fundamental e do Ensino Infantil faz-se necessário para que esses valores sejam considerados pelo Tribunal de Contas como aplicação da Educação (25%). Na Lei Orçamentária Anual nº 2.855/2020 de 15 de dezembro de 2020, esses valores de despesas foram fixados nos Departamentos do Ensino, com a Fonte de Recursos 679 – Recursos Próprios ou Livres, porque o valor correspondente ao 25% de Impostos e Transferências Constitucionais que devem ser aplicados na Educação durante o exercício de 2021 foram distribuídos nas despesas de pessoal do ensino, manutenção do transporte escolar e em todas essas ações será necessário o reforço orçamentário com recursos próprios até final do ano. Como já era de conhecimento do Departamento Contábil dessa necessidade, foram fixadas despesas com fontes de recursos 679 nas ações da Educação sendo somente necessário a mudança da despesa da fonte de recursos 679-Próprios para a fonte de recursos 86 - Educação. A fundamentação para esse remanejamento pode ser verificada nos artigos 41, 42 e 43 da Lei 4.320/64. [...].”

PROJETO DE DECRETO N. 001/2021 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021. A SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, PRESIDENTE, autora, com o uso da palavra, consignou que sua preposição apresenta na justificativa o seguinte teor: “[...] apresenta o Projeto de Decreto Legislativo, pelo qual visa aprovar as contas do Município de Água Doce-SC, do exercício de 2019. Destaca-se, que na data de 02 de fevereiro esta Casa recebeu o Ofício TCE/SEG nº 101/2021, de origem do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, pelo qual se informa sobre a prestação de contas do Prefeito referente ao exercício de 2019. Partindo-se do pressuposto previsto no dispositivo legal da Lei Orgânica Municipal, conforme dispõe o artigo 137, inciso I, que o Poder Legislativo Municipal, deverá apreciar as contas no prazo de até 90 (noventa) dias, e posteriormente informar ao Tribunal de Contas, a respeito do resultado da deliberação plenária. Contamos com o apoio de todos na discussão e posterior votação. [...].”

REQUERIMENTO N. 1/2021, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021, de autoria dos Vereadores: Alex Matheus Piaia, Paula Cristina Mendes Gatelli, Agenor José Nichetti, Anilton Tonial e Aloir Gonçalves da Conceição. O SENHOR ALEX MATHEUS PIAIA, com o uso da palavra, consignou que o teor do requerimento apresenta a seguinte redação: “[...] no pleno uso de suas atribuições inerentes ao exercício da função, apresentam o presente requerimento para que seja deliberado em sessão plenária presencial, pelo qual se requer que se coloque à apreciação e votação pelo Plenário, a fim de oficiar aos responsáveis pelo DEINFRA, para que venham a proceder com melhorias imediatas, reparos nos buracos, e limpeza na via asfáltica e entornos da Rodovia Estadual SC-150 no sentido de Água Doce a Luzerna, de Água Doce à BR-153, e também na SC-355 no sentido de Água Doce a Treze Tilias, e de Água Doce a Catanduvas, SC. A medida se justifica, tendo em vista o grande número de buracos, entupimentos nas bocas de lobo, e, com isso, o escoamento de água no asfalto resultando em riscos de sinistros aos usuários, em virtude do tráfego constante de veículos que transitam pelas mesmas. Da mesma forma, há vegetação crescida ao entorno da pista de rodagem dessas rodovias, motivo pelo qual dificulta a visibilidade dos motoristas. Com efeito, sabe-se que tais rodovias são muito movimentadas, o que agrava os riscos. Dessa forma, propõe o requerimento com o intuito de preservar pela segurança dos motoristas e usuários que transitam diariamente nas referidas rodovias. [...].”

REQUERIMENTO N. 2/2021, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021, de autoria de todos os vereadores e vereadora. O SENHOR ALEX MATHEUS PIAIA, com o uso da palavra, consignou que o requerimento apresenta o seguinte teor: “[...] no pleno uso de suas atribuições inerentes ao exercício da função, apresentam o presente requerimento para que seja deliberado em sessão plenária presencial, pelo qual se requer que se coloque à apreciação e votação pelo Plenário, a fim de oficiar aos responsáveis pelo DEINFRA, para que venham a proceder com melhorias imediatas, reparos nos buracos, e limpeza na via asfáltica e entornos da Rodovia Estadual SC-150 no sentido de Água Doce a Luzerna, de Água Doce à BR-153, e também na SC-355 no sentido de Água Doce a Treze Tilias, e de Água Doce a Catanduvas, SC. A medida se justifica, tendo em vista o grande número de buracos, entupimentos nas bocas de lobo, e, com isso, o escoamento de água no asfalto resultando em riscos de sinistros aos usuários, em virtude do tráfego constante de veículos que transitam pelas mesmas. Da mesma forma, há vegetação crescida ao entorno da pista de rodagem dessas rodovias, motivo pelo qual dificulta a visibilidade dos motoristas. Com efeito, sabe-se que tais rodovias são muito movimentadas, o que agrava os riscos. Dessa forma, propõe o requerimento com o intuito de preservar pela segurança dos motoristas e usuários que transitam diariamente nas referidas rodovias. [...].”

GRANDE EXPEDIENTE: Com fundamento na EMENDA ADITIVA E SUPRESSIVA N.º 002/2018 DE 25 DE SETEMBRO DE 2018, pela qual: “ALTERA A RESOLUÇÃO N.º 017/2005 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,” deu-se o início ao grande expediente. O SENHOR ALEX MATHEUS PIAIA, VEREADOR, com o uso da palavra, disse: “senhora presidente, senhores vereadores. O assunto que eu trago nesta noite diz respeito ao setor agrícola, o setor que participa do agronegócio, e como todos nós já temos o conhecimento a maior parte da arrecadação deste município provém do interior, envolvendo a agricultura e a pecuária, lógico que não podemos esquecer que temos também o nosso comércio local, a CDL, que é muito bem organizada e estruturada, e contribui com a arrecadação municipal. Atualmente, o setor agrícola está vivenciando momento de turbulência, considerando-se o aumento expressivo nas custas dos insumos e produtos em geral, e, mesmo assim, nós agricultores nos mantemos firmes e fortes, continuando com a produção e enfrentando um desafio por vez. Em virtude das condições climáticas, há ataque intensivo de insetos nos plantios, responsáveis pela proliferação de patógenos, e, consequentemente, trazendo grandes prejuízos para os agricultores, que mantém suas famílias no campo e a produtividade retorna como fonte de renda para o seu sustento e de suas famílias. Temos o conhecimento que engenheiros agrônomos realizam visitas in loco, ou seja, no local das propriedades rurais, tratando-se de insetos que causam queda na produtividade, o que faz com que haja sérios prejuízos, tendo-se em vista que estão preocupados com o prazo para quitação de financiamentos. Na condição de legislador, peço o apoio de todos para que juntos possamos estender o convite ao responsável pela Epagri, a fim de que venha a esta Casa e apresente alternativas referentes a essa situação. Nossa Casa dispõe do equipamento TV do Legislativo, pelo qual são transmitidas ao vivo todas as sessões regimentais, e, com esse convite, estaremos oferecendo a oportunidade para que a população tome conhecimento das informações que poderão ser repassadas pela Epagri, pois o inseto cigarrinha é um dos principais motivos para o ataque nas lavouras dos proprietários rurais. Na mesma oportunidade, também poderá ser apresentada a estimativa de perda nas lavouras de milho, e se já existem estudos avançados. Acredita-se que se houver grandes perdas, haverá a necessidade de o município estudar a possibilidade de encontrar alternativas, como, por exemplo, decretar estado de calamidade pública, para que os produtores possam negociar suas dívidas em virtude de financiamentos firmados com bancos e outros, e, para isso, destaca-se a importância de emissão de um laudo dos responsáveis, neste caso, Epagri. Tendo-se em vista de se tratar de um assunto voltado ao setor agrícola, sabemos que temos a secretaria de agricultura e meio ambiente, pela qual seria importante na mesma sessão em que porventura venha a participar o responsável pela Epagri, que também poderá participar o secretário da agricultura e meio ambiente, Senhor Vanir Putton, para dar suporte nesta ação e apresentar alternativas no controle deste inseto. Peço aos colegas vereadores, por que eu acho que é importante a presença do nosso representante da Epagri, para esclarecer sobre o ataque de insetos, cigarrinha, que está acontecendo nas lavouras de milho. Outros acontecimentos também, pois pedras causando danos em lavouras, então eu quero pedir para a presidente que estenda o convite para a Epagri. Seria isso, senhora presidente, devolvo-lhe a palavra.”

A SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, PRESIDENTE, com o uso da palavra disse: “eu agradeço ao Vereador Alex, e conforme a solicitação, vereador, acato à sugestão para que possamos enviar um convite para o representante da Epagri para que venha até esta Casa



abordar sobre esse assunto.”

O SENHOR RUDIMAR BERGOSSA, VEREADOR, após estender os seus cumprimentos, disse: “aqui, nós temos dois assuntos muito importantes, que eu vejo a nossa Casa hoje em especial quando nós falamos e tratamos a questão da rede trifásica. Eu vejo que há muitos anos atrás, nós tivemos até empresas situadas no meio do interior que fizeram levantamentos e as empresas não conseguiram se estabelecer em nosso município na região dos Campos, na região de Três Pinheiros. Grato a isso, até esses dias tive o contato com a Secretaria da Agricultura do Estado e até peço depois para nossa presidente se concorda em mandar um ofício ao Deputado Estadual, Altair Silva, hoje ligado nesse setor do agronegócio, é um técnico agrícola formado e hoje foi deputado onde que nós trabalhamos para ele no Município de Água de Doce e hoje representa a Secretaria de Agricultura do Estado. Ele já tem um projeto voltado a esse e mais outros projetos voltados à agricultura e também ao nosso pequeno produtor, que eu tenho certeza que enquadrará esse projeto da luz trifásica, inclusive eu até marquei na agenda, eu não iria à Florianópolis, mas eu tenho certeza que até nesses dias ligaram falando com o colega Guto, aqui, e pedindo, que nós estamos marcando em Água Doce com a equipe da secretaria para nós trocarmos ideias e os relevantes projetos que ela está analisando e colocando com certeza convidaremos todos os vereadores para esse encontro e poderíamos fazer na Câmara. Então, eu vejo o seguinte: Água Doce temos que juntar no projeto, foi bem voltado, mas eu vejo algumas comunidades e nós temos várias comunidades que eu sei na região como bem colocado Três Pinheiros e várias outras regiões. Nós temos Vista Alegre também que tem os produtores lá, que inclusive têm dificuldades para conseguir essa luz trifásica pelo montante das custas. Então, eu acho que é importante que nós venhamos pedir e reivindicar. Eu acho que é uma grande iniciativa, mas temos que ir em busca para que não fique no papel e que isso aconteça. A questão agora do DEINFRA também bem colocado. O que está acontecendo em nossas SCs? Eu acho que nós temos que ir além, eu acho que nós temos que convidar essa responsável do DEINFRA para fazermos uma reunião também presente, e nós temos que usar a força e juntar a Câmara de Vereadores que nos interliga, nós precisamos juntar Luzerna, Treze Tílias, Catanduvás que essa obra feita em Água Doce nós contamos consequentemente a cada um a dois meses eles estão fazendo reparos e isso para nós em nossa região como Água Doce e pela grande produção que nós temos eu sempre tenho falado na câmara que nós temos as maiores agroindústrias nossa região, e todo esse processo esse transporte passa sobre as SCs. Nós temos que trabalhar para que possamos revitalizar essas SCs. Esse tapa-buracos aí eu acho que está tendo muito custo para o governo e que consequentemente esse asfalto se não me falha a memória é de dois mil, e nós precisamos trabalhar nisso, montarmos e fazermos um ofício gerado ao DEINFRA e também ao responsável do setor do Estado também. Eu vejo que isso é muito importante para o nosso município, porque o nosso município é o que mais afeta. Nós pegamos uma interligação de Três Pinheiros até a divisa de Catanduvás, a divisa de Joaçaba, até a divisa de Treze Tílias, e nós temos que ir além. Eu acho que nós vereadores temos que trabalhar nisso aí que eu acho que é um setor que tem uma referência municipal, estadual e federal. Eu digo que os nossos produtos são todos voltados para exportação pelas grandes agroindústrias que nós temos. Seria isso, senhora presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra.”

A SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, PRESIDENTE, com o uso da palavra disse: “eu agradeço ao Vereador Rudimar, então acatando a solicitação do vereador, esta Casa Legislativa pode encaminhar ofício ao Deputado Altair Silva solicitando informações sobre o projeto já levantado sobre a rede trifásica.”

O SENHOR AGENOR JOSÉ NICHETTI, VEREADOR, após estender os seus cumprimentos, com o uso da palavra, disse: “sobre o requerimento do vereador Alex, protocolado por ele junto com a bancada, com nós, somos totalmente favorável, sim, imagina levar a rede trifásica com os outros vereadores, estão comentando de outras comunidades isso que bom que veio todas as comunidades que todo mundo está precisando esta rede trifásica. Requerimento n. 2 também protocolado pelo vereador Alex, trata-se de um conjunto com todos os vereadores isso, também é muito importante que seja feito esse tapa-buraco, e como Vereador disse tapa-buraco não resolve, mas pelo mínimo pode deixar de acontecer um acidente e fazendo tapa-buraco no mínimo seria alguma coisa, mas o bom claro que fizesse totalmente um repasse que durem esses asfaltos, porque há pouco tempo e o trânsito pesado não é fácil para aguentar, então eu sou totalmente favorável também. O decreto também vai ser baixado nas comissões também vou estar favorável. Eu só quero trazer a respeito do lixo que o vereador pediu se nas comunidades vai ser recolhido a gente não pode dar aquela certeza hoje, mas estão vendo para ver o recolhimento nas comunidades também, mas não é que a gente pode hoje dizer que realmente de que maneira será feito, mas procuramos ver se também vai ser feito nas comunidades também, o Vereador Rudimar que pediu. O vereador Evandro também pediu sobre o poste que estava circuitando mesmo. Eu levei o recado a pessoa responsável, então vai ser verificado aquilo também. Seria isso, senhora presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra.”

O SENHOR ALEX MATHEUS PIAIA, VEREADOR, com o uso da palavra, citado pelo Senhor Agenor José Nichetti, Vereador, com direito à réplica disse: “assim: sobre o requerimento da luz trifásica, essas comunidades que eu citei eles vieram me procurar, mas não podemos esquecer das outras comunidades, claro que não, vamos todos nós vereadores juntos, vamos acrescentar as comunidades que não têm ainda, e vamos fazer um trabalho bacana e pedir que vocês também ajudem, entrem em contato, tentem de uma forma ou outra ajudar para nós trazermos essa luz trifásica. Seria isso, senhora presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra.”

O SENHOR JORGE RONE HASLINGER, VEREADOR, com o uso da palavra, citado pelo Senhor Agenor José Nichetti, Vereador, com direito à réplica disse: “em relação à rede trifásica, trata-se de um debate de bastante importância o qual transcorreu nesta Casa. Que bom que nós temos um representante, um deputado e hoje é secretário de estado da agricultura que com certeza olhará pelo nosso município também, então temos mais força nesse sentido para poder melhorar esta questão e possivelmente pleitear essa questão na rede trifásica no município de Água Doce. Essas localidades que foram citadas são de grande potencial para possivelmente ser feito um estudo bem de perto nesta questão. Também com relação ao assunto levantado pelo vereador Alex em relação à agricultura, sobre o que está acontecendo hoje, é mais uma praga atacando o cultivo do milho que está causando um prejuízo muito grande aos nossos produtores, e vejo assim de suma importância a presença do responsável da Epagri e também do secretário de agricultura para que ele possa se fazer presente, pois a ele hoje que representa agricultura dentro da administração e nós vereadores também somos representantes do setor agrícola, nós que fizemos parte estamos aí para também fazer a nossa parte e cobrar dos que estão superiores a nós, para que colaborem com os nossos produtores. A gente já sabe da dificuldade que eles estão passando, então, com certeza, depende de auxílio do poder público, que a situação realmente está preocupante. Também eu quero me dirigir ao líder de governo em relação à rua no bairro Bom Jesus do nosso município, que necessita de algumas melhorias, a qual apresenta ondulações no calçamento que está dificultando bastante tráfego do pessoal que reside nessa localidade, considerado em nosso município e depende de uma atenção da administração municipal, do setor responsável proceder com essas melhorias, esses reparos no calçamento, então contamos com esforço e que seja feito e dado uma atenção para o nosso bairro. Também eu quero frisar que estive em Florianópolis na semana que passou, estive em Florianópolis com recursos do bolso, sem pegar diárias e buscando recursos e conseguimos uma emenda para o nosso Hospital Nossa Senhora da Paz com o Deputado Estadual Ricardo Alba, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), e também fizemos encaminhamentos com o Deputado Estadual José Milton Scheffer, que com certeza sinalizou positivo a questão de emendas para o nosso município também, para nossas entidades e tudo mais. Não



vou mencionar valores porque estamos no aguardo que foi encaminhado dentro do orçamento do deputado, mas estamos aí lutando pelos nossos munícipes, pelos nossos setores, pelas nossas entidades que o nosso Hospital Nossa Senhora da Paz essa emenda, sim, é garantida no valor de R\$ 150.000,00, que com certeza colaborará e muito no andamento dos trabalhos e no melhor atendimento a nossa população. Certo, então era isso. Eu agradeço e devolvo-lhe a palavra.”

A SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, PRESIDENTE, com o uso da palavra disse: “vou deixar as minhas manifestações a respeito dos expedientes de hoje. O requerimento 001 de autoria do vereador Alex, vereador Aloir, vereadora Paula, vereador Anilton e Vereador Agenor o qual solicita que se encaminhe a superintendente, engenheira chefe da Celesc de Joaçaba, para que se realize um estudo, para oferecer a rede trifásica aos moradores das comunidades que ainda não dispõem da rede em suas propriedades rurais; Vejo que é extremamente importante, como foi amplamente debatido. Uma ideia importante que foi trazida para esta Casa e que ao ser implementada, com certeza, buscando auxílio de quem detém esse conhecimento e já tem algo nesse sentido, possa fazer a diferença para as pessoas que precisam dessa rede. Nesse sentido, então, com certeza tem o nosso apoio. O requerimento nº 002 o qual pede que se encaminhe aos responsáveis pelo DEINFRA para que se proceda com melhorias imediatas, reparos e limpeza na via asfáltica das SCs-150 de Água Doce a Luzerna e de Água Doce a BR-153 e também SC-355 no sentido de Água Doce a Treze Tílias e de Água Doce a Catanduvas. É um tema recorrente nesta casa, e nós vereadores amplamente temos discutido e temos cobrado melhorias. Cobrado principalmente a qualidade desse trabalho a ser prestado, então temos acompanhado. Foi feito recentemente uma operação tapa buracos, e teve um projeto que foi lançado, e nem sempre a contento da qualidade que necessita, porque nem se termina às vezes de tapar todos os buracos no trecho, ou proceder com as melhorias, e já se precisa de novos reparos. Então, com certeza, nós precisamos lutar, encaminhar e cobrar para que independente de estar no planejamento ou não, que se coloque e que se busque uma atenção especial para as nossas SCs. Sem dúvidas isso não é de agora, é de muitos anos que vem com esse ciclo vicioso de reparos de má qualidade que chega no Estado onde está hoje. Então nós, com certeza, juntando forças e esse requerimento em nome de todos os vereadores, nós precisamos, sim, cobrar para que nós tenhamos um trabalho de melhor qualidade. O Projeto de Decreto Legislativo, conforme foi explicado, aprova as contas do município de Água Doce do exercício de 2019, lembrando que algumas recomendações foram encaminhadas e que precisam ser seguidas, mas a recomendação é para aprovação pelo Tribunal de Contas. O projeto de lei número 007 de 2021 de autoria do Poder Executivo Municipal o qual está transferindo é uma mudança de rubrica, mudança de despesa da fonte de recurso 679 de recursos próprios para fonte de recursos 86 para educação. É um projeto de praxe, importante nesse momento que nós estamos buscando juntar forças e trabalhar em prol da educação, que as aulas estão voltando e é necessário esse recurso para por em andamento tudo o que é necessário. Também eu quero ler aos colegas vereadores e quem nos acompanha. Recebemos um ofício encaminhado a senhora prefeita da T.O.S Obras e Serviços Ambientais Ltda a qual vem esclarecer algumas questões que possam vir a ocorrer. Então eu vou ler para os colegas vereadores e para o público que nos acompanha. “Como é do conhecimento, a empresa T.O.S foi contratada por este Município para execução dos serviços de coleta convencional e seletiva e destinação final dos resíduos urbanos (orgânicos e recicláveis), e coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos provenientes dos serviços de saúde do município. Estes serviços, até o presente momento, têm sido prestados com excelência dentro da normalidade. No entanto, com a constante evolução na confirmação de casos de COVID-19, está-se diante de situação que pode muito rapidamente interferir negativamente nas condições de execução dos serviços anteriormente citados. É fato público que, em razão da pandemia causada pelo Coronavírus, o país todo ainda encontra-se em situação de emergência em saúde pública, inclusive com crescente aumento nos casos de contaminação, tendo sido declarado, em nível nacional, estado de calamidade pública. Em âmbito estatal e municipal têm sido expedidas normas e determinações variadas naturezas, todas elas objetivando minimizar a contaminação da população pelo vírus. Por conta disso, as atividades econômicas em geral chegaram a ficar paralisadas no ano de 2020, exceto aquelas tipificadas como serviços essenciais. Os serviços prestados pela T.O.S. são qualificados como essenciais. Nesta condição, em Santa Catarina, sua continuidade foi expressamente determinada por Decretos Estaduais editados com a finalidade de disciplinar as medidas de prevenção E a empresa, em cumprimento a estas determinações, conseguiu até aqui manter em plenitude seus serviços No entanto, esta postura começa a apresentar dificuldades relevantes, pois, não obstante terem se passado vários meses, o estado de alerta continua, e, embora a empresa tenha tomado todas as medidas de segurança necessárias e indispensáveis, os casos de afastamento de colaboradores, com atestados médicos por suspeita de contaminação por COVID-19, no corrente ano, está aumentando. E, se um lado, diante da exposição dos trabalhadores o risco de contaminação notório, fazendo com que eles que apresentam algum sintoma sejam afastados de suas funções, de outro, há determinações das autoridades sanitárias para que trabalhadores adiados nos grupos de risco da doença sejam dispensados de comparecimento ao trabalho, sem prejuízo da manutenção dos vínculos empregatícios. Diante deste cenário, a empresa começa a encontrar ainda mais dificuldade na formação de equipes completas para prestação dos serviços, porque, além de tudo, novas contratações estão inviabilizadas no período, bem como não tem como saber de antemão quais os colaboradores irão necessitar de afastamento do trabalho, ou ainda, de viabilizar contratação para poucos dias de labor. A empresa não está medindo esforços para manter seu quadro de colaboradores completo, horando assim todos os seus compromissos contratuais. De todo modo, o presente expediente objetiva prevenir esta Administração Municipal de que depender da evolução do quadro de calamidade instaurado por conta da pandemia as equipes empregadas na prestação dos serviços poderão sofrer algum tipo de redução de pessoal (nas equipes), podendo em consequência, ocorrer pequenos ajustes pela empresa em reação a horários e/ou frequências (dias) de trabalho, sem prejuízo da execução completa das rotinas de trabalho dos serviços prestados ao Município. Certos de contar com a compreensão e apoio desta municipalidade, colocamo-nos à disposição e reiteramos votos de apreço. Respeitosamente, T.O.S Obras e Serviços Ambientais Ltda. Marcelo Cicconi, Diretor Executivo.” Então um breve informativo para os próximos dias em relação à coleta do nosso lixo, caso venha a decair na qualidade ou em alguma mudança especificamente. Também eu quero deixar um recado aqui sobre o programa de regularização fundiária urbana escritura para todos. “O Município de Água Doce através da Lei Federal nº 13.465/2017 pretende regularizar todos os imóveis do Município que ainda não possuem matrícula individualizada, comumente chamada de “escritura”. Para tanto, nesse primeiro momento, estamos fazendo a divulgação do programa, e pedimos que as pessoas procurem a Prefeitura no setor de tributação, para fins de cadastro do seu lote, até dia 26 de fevereiro. Através da Regularização Fundiária Urbana (REURB) quem tem renda de até 5 (cinco) salários mínimos e não possui outro imóvel consegue sua matrícula de forma totalmente gratuita. A Administração Municipal de Água Doce vai te ajudar a ter sua escritura de forma gratuita.” Então qualquer dúvida, buscar informações no setor de tributação aqui da prefeitura municipal. Também deixar uma informação aqui sobre o transporte na cidade, visto que o início das aulas aqui na rede municipal será no dia dezoito de fevereiro nessa semana, haverá o transporte de acordo com os pontos já definidos para quem já utiliza, e sabemos que as aulas serão retomadas de forma gradativa com intervalo de sete dias entre os grupos, a fim de atender todos os protocolos de segurança que precisam ser seguidos, inclusive eu quero dividir aqui com os colegas vereadores a importância de ter a retomada das aulas com segurança tanto para os profissionais quanto para os alunos e alunas que frequentam a escola. E para prestar esclarecimentos nesse sentido, eu gostaria de convidar para próxima sessão, em nome desta casa legislativa se os vereadores assim entenderem, a nossa secretária de educação Zelaine Aparecida Pelicioli, para que venha na próxima sessão falar sobre



essa questão do retorno às aulas e tirar dúvidas em relação a isso, além de prestar outras informações que eu acho relevante nesse período. Conto com o apoio dos colegas vereadores, eu acho que é bem importante nesse momento. Passamos para ordem do dia.”

ORDEM DO DIA: Resultado da ordem do dia da sessão ordinária presencial realizada no dia 15 (quinze) do mês de fevereiro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), das matérias sobre a Mesa Diretora em discussão e votação. Considerando-se o artigo 37 “caput” e seus incisos da Lei Orgânica do Município de Água Doce, SC, traz que: “o Presidente da Câmara, ou quem o substituir, somente manifestará o seu voto nas seguintes hipóteses: I. eleição da Mesa Diretora. II. Quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal; III. Quando ocorrer empate em qualquer votação do plenário.”

PROJETO de Lei nº 007/2021, de 12 de fevereiro de 2021, de autoria da Prefeita Municipal Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, o qual tem por assunto: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR FONTES DE RECURSOS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” foi baixado comissões permanentes de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento, e Educação, Saúde e Assistência Social no dia 15 de fevereiro de 2021.

Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2021 de 2 de fevereiro de 2021, de autoria da Senhora Paula Cristina Mendes Gatelli, Presidente, o qual tem por assunto: “APROVA AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE DO EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, foi baixado nas comissões permanentes de Legislação, Justiça e Redação Final, e Finanças e Orçamento no dia 15 de fevereiro de 2021.

Requerimento nº 001/2021 de 8 de fevereiro de 2021, de autoria dos Vereadores: Alex Matheus Piaia, Paula Cristina Mendes Gatelli, Agenor José Nichetti, Anilton Tonial e Aloir Gonçalves da Conceição, pelo qual tem por assunto: “requer que se oficie a Senhora Silvia Hafner Pozzobom, Superintendente Engenharia Chefe da Celesc de Joaçaba, a fim de realizar estudo técnico para oferecer rede trifásica aos moradores das Comunidades de Linha Santo Antônio, Cocho d’Água, Linha Santa Catarina e Paiol de Telhas, que ainda não dispõem da rede trifásica em suas propriedades rurais, localizadas no interior do Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina (SC),” foi aprovado por unanimidade no dia 15 de fevereiro de 2021.

Requerimento nº 002/2021 de 8 de fevereiro de 2021, de autoria de todos os vereadores e vereadora, o qual tem por assunto: “requer que se oficie aos responsáveis pelo DEINFRA, para que procedam com melhorias imediatas, reparos nos buracos e limpeza na via asfáltica da Rodovia Estadual SC- 150 no sentido de Água Doce a Luzerna, de Água Doce à BR-153, e também na SC – 355 no sentido de Água Doce a Treze Tilias e de Água Doce a Catanduvas,” foi aprovado por unanimidade no dia 15 de fevereiro de 2021.

Nada mais em havendo a tratar, a SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, VEREADORA E PRESIDENTE, em nome de Deus agradeceu pela participação de todos, e deu por encerrados os trabalhos, e, para constar, eu Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha, Servidor Efetivo Público Municipal, Técnico Legislativo Administrativo, Matrícula 42, lavrei a presente ata que será lida, e se aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.

PAULA CRISTINA MENDES GATELLI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce - SC

EVANDRO CARLOS ZANATTO

Primeiro Secretário da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce – SC

ALEX MATHEUS PIAIA

Segundo Secretário da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce – SC

## RESUMO DELIBERAÇÕES PLENÁRIAS -22-02-2021

Publicação Nº 2878170

No dia 22 (vinte dois) do mês de fevereiro do ano de 2021 (dois mil e vinte um), ocorreu a quarta sessão ordinária, na qual estiveram presentes os Vereadores e Vereadora desta Casa Legislativa: Senhora Paula Cristina Mendes Gatelli, Vereadora do PL e Presidente; Senhor Agenor José Nichetti, Vereador do PL e Vice-Presidente, Senhor Evandro Carlos Zanatto, Vereador do PP e Primeiro Secretário; Senhor Alex Matheus Piaia, Vereador do MDB e Segundo Secretário; Rudimar Bergossa, Vereador do PP; Senhor Laerte Nivaldo dos Santos, Vereador do PP; Senhor Jorge Rone Haslinger, Vereador do PP; Senhor Anilton Tonial, Vereador do PL, e Aloir Gonçalves da Conceição, Vereador do PL.

Na ordem do dia, foram discutidas as seguintes proposições:

### PODER EXECUTIVO

PROJETO de Lei nº 007/2021, de 12 de fevereiro de 2021, de autoria da Prefeita Municipal Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, o qual: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR FONTES DE RECURSOS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, protocolo nº056/2021, foi aprovado por unanimidade no dia 22 de fevereiro de 2021.

PROJETO de Lei nº 008/2021, de 18 de fevereiro de 2021, de autoria da Prefeita Municipal Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, o qual: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR FONTES DE RECURSOS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, protocolo nº064/2021, foi baixado nas seguintes comissões: Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento; Educação, Saúde e Assistência Social.

PROJETO de Lei nº 009/2021, de 18 de fevereiro de 2021, de autoria da Prefeita Municipal Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, o qual: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR FONTES DE RECURSOS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, protocolo nº065/2021, foi PROJETO de Lei nº 010/2021, de 18 de fevereiro de 2021, de autoria da Prefeita Municipal Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, o qual: “FIXA O PISO SALARIAL MUNICIPAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, protocolo nº065/2021, foi aprovado por unanimidade no dia 22 de fevereiro de 2021.

PROJETO de Lei nº 010/2021, de 18 de fevereiro de 2021, de autoria da Prefeita Municipal Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, o qual:



"FIXA O PISO SALARIAL MUNICIPAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" protocolo nº066/2021, foi baixado nas seguintes comissões: Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento; Educação, Saúde e Assistência Social.

#### PODER LEGISLATIVO

Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2021 de 02 de fevereiro de 2021, de autoria da Senhora Paula Cristina Mendes Gatelli Presidente a qual: "APROVA AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE DO EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", protocolo n.032/2021, foi baixado nas seguintes comissões Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento.

Indicação ao Executivo nº 002/2021 de 01 de fevereiro de 2021, de autoria dos seguintes Vereadores e da Vereadora, Aloir Gonçalves da Conceição, Vereador do PL, Senhora Paula Cristina Mendes Gatelli, Vereadora do PL e Presidente; Senhor Agenor José Nichetti, Vereador do PL e Vice-Presidente; Senhor Alex Matheus Piaia, Vereador do MDB e Secretário; Senhor Anilton Tonial, Vereador do PL o qual: "PROPÕEM À CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA QUE JUNTAMENTE COM OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO ESTUDEM A VIABILIDADE DE CONSTRUIR DUAS FAIXAS DE ELEVAÇÃO NA RUA TIRADENTES, A QUAL ESTÁ LOCALIZADA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA", protocolo n.062/2021, foi aprovado por unanimidade no dia 22 de fevereiro de 2021.

Nada mais havendo a tratar na presente sessão, a Presidente PAULA CRISTINA Mendes Gatelli, em nome de Deus agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos convocando os Senhores Vereadores para próxima Sessão Ordinária, a ser realizada no dia 01 (primeiro) do mês de março de 2021 (dois mil e vinte um), a partir das 19h (dezenove horas).



# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 078, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2879640

PORTARIA Nº 078/2021 De 24 de Fevereiro de 2021	DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I, do Art. 37 da Constituição Federal combinado com o Art. 18, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, inciso V do Art. 4 da Lei Municipal nº 1.586/2007, Lei Municipal nº 1866/2014 e demais disposições legais vigentes;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado até 24 de fevereiro de 2022, o prazo de vigência do Contrato Administrativo de que trata a Portaria nº 149/2019; conforme Termo Aditivo de Contrato Administrativo de Trabalho por Prazo Determinado nº 2, da Sra. LEDIANE TOMASI.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 24 de fevereiro de 2021.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

#### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Dispõe sobre prorrogação do Contrato de Servidora para atender atividades de interesse público

Em cumprimento ao Inciso V do Art. 4º da Lei Municipal nº 1.586/2007 (Dispõe sobre Contratação por Prazo Determinado) e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. LEONIR ANTÔNIO HENTGES, adiante assinado, simplesmente denominado CONTRATANTE e LEDIANE TOMASI, adiante assinada, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, já qualificada no Contrato principal firmado em 25 de fevereiro de 2019, resolvem de comum acordo prorrogar o prazo do Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Conforme previsto na Cláusula Sexta do Contrato, celebrado entre as partes em 25/02/2019 resolvem firmar o presente 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Trabalho, visando atender as atividades de interesse público e ajustando o prazo de vigência do contrato de trabalho, ficando prorrogado até 24 de fevereiro de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas ajustadas no Contrato principal, não atingidas neste Termo de Prorrogação de Contrato, permanecem em vigor, sendo ratificadas entre as partes contratadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – E, por estarem justas e acertadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo a tudo presentes, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Águas de Chapecó – SC, em 24 de fevereiro de 2021.

LEDIANE TOMASI  
Servidora

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Testemunhas:



**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADM. Nº. 04/2021 EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2021 TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM**

Publicação Nº 2878834

Estado de Santa Catarina

PODER LEGISLATIVO

Águas de Chapecó

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 04/2021

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2021

Tipo: Menor Preço – Por item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE EDITAL, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS PARA PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PARA O CARGO DE CONTADOR E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATUAR NA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ.

Item 01: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGO EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, CONFORME QUADRO DE VAGAS ELENCADAS E ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO "C" DO EDITAL.

Entrega dos Envelopes: 09.03.2021 (nove de março de 2021) às 14:00hs (quatorze horas).

Abertura dos Envelopes: 09.03.2021 (nove de março de 2021) às 14:30hs (quatorze horas e trinta minutos).

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Câmara Municipal, sito a Rua Porto União, 920 – Centro, CEP: 89883-000 Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, nos dias úteis, de segunda à sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h ou pelo telefone (0\*\*49) 3339-0991 / (0\*\*49) 3339-0217 ou e-mail: contabilidade@camaraaguasdechapeco.sc.gov.br

Águas de Chapecó/SC, 24 de fevereiro de 2021

LEONI DA CUNHA

Vereador Presidente



# Águas Frias

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 57/2021

Publicação Nº 2878828

DECRETO Nº 57/2021

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ JOSÉ DAGA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais especialmente o disposto na Lei nº 1.295/2020 de 08/12/2020:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do Município de Águas Frias, Lei nº 1.295/2020, no valor de R\$ 438.468,20 (quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte centavos), destinado a suprir o seguinte Projeto/Atividade, conforme segue:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo  
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Educação  
Programa: 04 – Águas Frias Bem Mais Educação  
Projeto/Atividade: 1.011 – Construção de Ginásio de Esporte/Centro de Eventos

NATUREZA DA DESPESA	VALOR R\$	FONTE DE RECURSO	DETALHAMENTO DA FONTE DE RECURSO
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	438.468,20	0.3.79	0001

Art. 2º - Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo anterior serão provenientes do superávit financeiro apurado em balanço geral no exercício base de 2020, conforme Art. 5º da Lei nº 1.295/2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de fevereiro de 2021.

LUIZ JOSÉ DAGA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### DECRETO Nº 58/2021

Publicação Nº 2879596

DECRETO Nº 58, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Proíbe a circulação de pessoas no município de Águas Frias no horário compreendido entre 22:00 horas às 05:00 horas, a partir do dia 23 de fevereiro de 2021 até o dia 28 de fevereiro de 2021, como medida de enfrentamento à infecção humana pela covid-19.

LUIZ JOSÉ DAGA, Prefeito Municipal de Águas Frias-SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional no dia 20 de março de 2020, reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18.12.2020 que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a oportunidade e conveniência ao interesse público da medida implementada por este decreto, já reconhecida inclusive pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no sentido de que ampliação de horários de funcionamento e flexibilização de ocupação de estabelecimentos aliada à competente fiscalização “facilita a fiscalização do Estado e a observância dos critérios de segurança



estabelecidos, afastando-se eventual clandestinidade”;

CONSIDERANDO a possibilidade da efetiva punição aos infratores das normas de segurança em saúde e vigilância sanitária vigentes durante a pandemia da COVID-19, com as medidas ora adotadas;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.032, de 08 de dezembro de 2020 e o Decreto Estadual nº 562/2020.

CONSIDERANDO que estudos demonstram a eficácia das medidas de afastamento social para contenção da disseminação da COVID-19,

**DECRETA:**

Artigo 1º. Fica proibida a circulação e permanência de pessoas nas vias públicas, praças, pátios e calçadas em frente a bares, restaurantes e similares do município de Águas Frias das 22:00 horas até às 05:00 horas do dia seguinte, a partir do dia 23 de fevereiro de 2021 até 28 de fevereiro de 2021.

§ 1º. No horário em que a circulação é permitida, fica também proibida a aglomeração de pessoas nas vias públicas, praças, pátios e calçadas em frente a bares, restaurantes e similares.

§ 2º. Ficam excetuadas da proibição disposta no caput as pessoas que, comprovadamente, estiverem em deslocamento em razão de atividade laboral não vedada.

Artigo 2º. O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o infrator ao pagamento de multa no valor de 1 UFRM (Unidade de Referência Municipal), que será dobrado no caso de reincidência, sem prejuízo da responsabilização criminal como incurso nas penas do artigo 268 do Código Penal.

Artigo 3º. A fiscalização do contido no presente Decreto ficará a cargo das Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica Municipais e da Polícia Militar, que poderão efetuar o encerramento de qualquer atividade que esteja em desacordo com as disposições deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data, pelo prazo nele previsto e ficam revogadas as disposições em contrário.

LUIZ JOSÉ DAGA  
Prefeito Municipal



# Águas Mornas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº014/2021 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2879573

DECRETO Nº. 014/2021  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº. 018/2015, de 21.12.2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º. – NOMEAR a Senhora Maurilia de Melo Willvert para o Cargo Comissionado de Diretora de Departamento, a partir do dia 17.02.2021.

Art. 2º. – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17.02.2021.

Registre-se e Publique-se

Águas Mornas-SC, 24 de fevereiro de 2021.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2021

Publicação Nº 2879578

Aviso de dispensa de Licitação nº 25/2021. Objeto: Contratação de profissional qualificado, objetivando a execução de trabalhos na área de mineração. Valor: R\$ 17.600,00. Contratada: RPL Mineração e Meio Ambiente Ltda. Prazo: 19/02/2021 a 31/12/2021. Águas Mornas, 19 de fevereiro de 2021. Omero Prim – Prefeito Municipal.

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2021

Publicação Nº 2879580

Aviso de dispensa de Licitação nº 26/2021. Objeto: Contratação de forma emergencial de empresa para fornecimento de luvas de procedimento PP, P, M, G. Valor total: R\$ 20.760,00. Contratada: Bascel Soluções Ltda - EPP. Prazo: 19/02/2021 a 30/06/2021. Águas Mornas, 19 de fevereiro de 2021. Omero Prim – Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 031/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2879565

PORTARIA Nº. 031/2021  
Concede Exoneração a Servidor Público Municipal.  
Omero Prim, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º. – EXONERAR do cargo comissionado, o Senhor Ilson Manoel Miranda, a partir do dia 17.02.2021, retornando ao cargo de carreira de Motorista a partir da mesma data.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 17 de fevereiro de 2021.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

Denise Diniz Cordeiro  
RESPONSÁVEL



**PORTARIA N° 032/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2879566

PORTARIA N°. 032/2021

DESIGNA SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – DESIGNAR o senhor Ilson Manoel Miranda, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº 1181, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17.02.2021.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 17 de fevereiro de 2021.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

Denise Diniz Cordeiro  
Responsável**PORTARIA N° 033/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2879567

PORTARIA N°. 033/2021

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 155 à 159, da Lei Complementar nº. 017/2015, de 21.12.2015, e Legislação Federal específica,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, de acordo com avaliação pericial técnica, datada de 14.05.2020, sobre o valor do piso municipal mínimo fixado em Lei Municipal, ao servidor abaixo relacionado, a partir de fevereiro de 2021, no respectivo cargo e com o devido percentual:

MOTORISTA PERCENTUAL  
1181 - Ilson Manoel Miranda 20%

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 17 de fevereiro de 2021

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

Denise Diniz Cordeiro  
Responsável**PORTARIA N° 034/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2879568

PORTARIA N°. 034/2021

DESIGNA SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – DESIGNAR o senhor Adriano de Souza Custódio, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº 1262, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17.02.2021.



Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 17 de fevereiro de 2021.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

Denise Diniz Cordeiro  
Responsável

#### **PORTARIA N° 035/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2879569

PORTARIA N°. 035/2021

Concede, ao detentor do cargo de Motorista e lotado na Secretaria Municipal de Educação, a Gratificação pelo Exercício da Função de Motorista Escolar, nos termos do art. 145 da Lei Complementar nº 017/2015 e dá outras providências.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder, aos seguintes detentores do cargo de Motorista e lotados na Secretaria Municipal de Educação, a Gratificação pelo Exercício da Função de Motorista Escolar, nos termos do artigo 145 da Lei Complementar nº.017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas:

Matrícula	Nome do Servidor	Data de Concessão
1262	Adriano de Souza Custódio	17.02.2021
1388	Glaucon Rodrigues do Carmo	18.02.2021
1394	Nestor Jasper	18.02.2021

Águas Mornas-SC, 17 de fevereiro de 2021.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

Denise Diniz Cordeiro  
Responsável

#### **PORTARIA N° 036/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2879570

PORTARIA nº 036/2021

Nomeia servidor para exercer a função gratificada de Coordenador da Vigilância Epidemiológica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, o servidor Ilson Manoel Miranda, inscrito na matrícula funcional nº 1181, detentor do cargo de Motorista, para exercer a função gratificada de Coordenador da Vigilância Epidemiológica, criado nos termos da Lei Complementar nº 022/2017.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 17 de fevereiro de 2021.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

Denise Diniz Cordeiro  
Responsável



**PORTARIA Nº 037/2021 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879572

PORTARIA nº. 037/2021

Concede horário especial ao servidor Jian Sebastião Silva, a pedido, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº 017/2015,

RESOLVE:

Art.1º ☐ CONCEDER HORÁRIO ESPECIAL, a pedido, ao servidor efetivo Jian Sebastião Silva, inscrito na matrícula funcional nº 1321, detentor do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a partir do dia 01.03.2021, nos termos do artigo 109 da Lei Complementar nº 017/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2021.

Águas Mornas, 23 de fevereiro de 2021.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

Denise Diniz Cordeiro  
RESPONSÁVEL

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2021**

Publicação Nº 2879582

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS MORNAS. Aviso de licitação. Processo nº 27/2021. Modalidade: Pregão Presencial. Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: Contratação de empresa para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento, disposição final de resíduos de saúde dos grupos A, B e E das Unidades de Saúde, e disposição final de resíduos sólidos urbanos das residências, empresas e comércios da Cidade de Águas Mornas coletados pela Prefeitura nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 222. Entrega das propostas: Na Prefeitura, situada na Praça José Adão Lehmkuhl, 62 – Centro - Águas Mornas - SC, até as 09:00 horas do dia 11/03/2021. Águas Mornas, 24 de fevereiro de 2021. Omero Prim – Prefeito Municipal.



# Alfredo Wagner

## PREFEITURA

### CREDECENCIAMENTO N° 01/2021

Publicação N° 2878735

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Credenciamento: nº01-2021

Data do Credenciamento: de 24-02-2021 a 24-03-2021

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner.

Chamada Pública para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, durante o ano de 2021, nas condições e cronogramas estabelecidos no Edital e seus Anexos, conforme Dispensa de Licitação, Lei N°11.947(16/06/2009/ e Resolução nº26 do FNDE(17/06/2013). Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: [www.alfredowagner.sc.gov.br](http://www.alfredowagner.sc.gov.br), dúvidas pelo telefone 48- 3276 1211 Setor de Compras e Licitações.

Alfredo Wagner, em 25 de Fevereiro de 2021

Gilmar Sani

Prefeito Municipal



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 099, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2877933



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

1

Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Elton Mattes**, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do inciso IV, do parágrafo único do art. 60, incisos I, IV e V, do art. 65 e incisos III e XI do art. 99, todos da lei Orgânica do Município;

**Faz Saber** a todos os habitantes do Município de Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

### TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

#### CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO GERAL

**Art. 1º** O Governo do Município de Alto Bela Vista tem como objetivos o desenvolvimento integrado, ordenado e, ambientalmente sustentado, bem como, o aprimoramento e modernização dos serviços públicos prestados mediante o planejamento e a transparência de suas atividades, ações administrativas e de seus atos de gestão.

**§ 1º** A elaboração e execução do planejamento das atividades e ações governamentais obedecerão ao estrito cumprimento das disposições legais pertinentes e guardará, sempre que possível harmonia e consonância com os planos e programas do Governo da União, do Estado e de seus respectivos órgãos.

**§ 2º** A transparência das atividades, das ações administrativas e dos atos de gestão, obedecerá, entre outras, as disposições do art. 48, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, ou de outra legislação que trate da responsabilidade na gestão fiscal.

**§ 3º** A Administração Municipal obedecerá, em todas as suas ações e atos, dentre outros aplicáveis à Administração Pública, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**§ 4º** O servidor público será profissionalizado e valorizado, por meio de amplo programa de capacitação, que o habilite para desenvolver várias atividades inerentes às funções e atribuições do cargo e o qualifique para o atendimento ao cidadão, tornando-o capaz de encontrar novas soluções e de modernizar o fluxo de decisões, bem como de congregar seu grupo de trabalho na busca destes objetivos.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

2

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**§ 5º** A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, para a prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar, além da obediência aos limites constitucionais mínimos de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

**Art. 2º** O Governo Municipal promoverá a integração das comunidades e das entidades representativas da sociedade na vida político-administrativa do Município, através de órgãos coletivos de assessoramento e deliberação, constituídos por servidores públicos municipais, representantes de entidades classistas, clubes de serviço, associações comunitárias e de outras formas de associativismo social, econômico, cultural ou esportivo e de munícipes com destacada atuação na coletividade, ou com conhecimentos específicos de problemas locais.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo será atingido, também, com a observância e aplicação das disposições previstas nos artigos 9º, § 4º e 48, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 3º** O Município recorrerá, sempre que conveniente e oportuno à execução indireta de obras e serviços, obedecidos os ditames da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou de outra legislação que a suceder, de forma a propiciar agilidade no atendimento aos interesses públicos e aos munícipes, evitando encargos permanentes e a ampliação desnecessária do quadro de pessoal.

**Art. 4º** Os serviços públicos de competência municipal, conforme definido na Lei Orgânica do Município, poderão ser prestados e executados sob a forma de concessão ou permissão, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ou de outra legislação que a suceder.

**Art. 5º** Todas as atividades, ações e serviços, o planejamento municipal e sua execução, a execução orçamentária, o controle orçamentário, financeiro, patrimonial e operacional da Administração Municipal estão sujeitos ao sistema de controle interno, que atuará na forma estabelecida em legislação específica, observadas as disposições previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e em outra legislação aplicável.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

### Seção I Da Administração Direta

**Art. 6º** O Município de Alto Bela Vista passa a ter a seguinte organização geral:

I – órgãos de direção;

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br) – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

3

**Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.**

II – órgãos de chefia e assessoramento; e

III – órgãos de apoio específico.

**Art. 7º** Integram a estrutura administrativa do Município:

I – nos órgãos de direção, o Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

II – nos órgãos de chefia e assessoramento:

- a) A Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças;
- b) A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- c) A Secretaria de Infraestrutura;
- d) A Secretaria de Assistência Social e Habitação;
- e) A Secretaria de Saúde;
- f) A Secretaria de Educação e Esportes; e
- g) A Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico.

III – nos órgãos de apoio específico:

- a) a Junta de Serviço Militar; e
- b) os Conselhos Municipais legalmente instituídos.

### **Seção II Da Administração Direta Descentralizada**

**Art. 8º** Faz parte da Administração Direta Descentralizada a gestão dos fundos municipais legalmente instituídos.

### **CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO**

**Art. 9º** O Prefeito e o Vice-Prefeito do Município têm suas atribuições e competências definidas na Lei Orgânica do Município, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Constituição Federal.

**Art. 10.** Ao Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito compete a execução das atribuições e competências inerentes aos respectivos cargos, conforme delineado no artigo anterior e tem em sua estrutura as unidades de chefia e assessoramento constantes dos parágrafos seguintes.

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br) – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

4

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

#### § 1º À Assessoria de Comunicação e Informação, dentre outras compete:

I – assessorar o Prefeito e o Vice-Prefeito do Município e os titulares dos órgãos da estrutura administrativa, objetivando a perfeita comunicação interna, sob qualquer forma, e externa para a divulgação institucional do planejamento, dos programas, atividades, ações e serviços da Administração Municipal a cargo do Poder Executivo;

II – coletar, redigir e transmitir aos meios de comunicação as informações de interesse público, da Administração e dos munícipes;

III – coletar e promover a disseminação interna e externa de informações de interesse administrativo;

IV – manter relacionamento com os organismos de imprensa local, regional, estadual ou nacional, para a perfeita execução de suas atribuições e para a promoção do Município e das ações do Governo local;

V – acompanhar e reportar os eventos promovidos pela Administração ou do seu interesse, ou do interesse da comunidade;

VI – coletar, arquivar e divulgar as informações de interesse do Governo ou do Município; observar a legislação pertinente à publicidade institucional do Governo Municipal; executar as atividades de relações públicas, de propaganda e publicidade administrativa;

VII – promover a publicação, nos termos da lei, dos atos administrativos e legais;

VIII - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

#### § 2º À Assessoria de Gabinete, dentre outras compete:

I – a organização e controle da agenda oficial do Prefeito Municipal;

II – controle da agenda telefônica e a realização e encaminhamento de ligações telefônicas de interesse do Prefeito Municipal;

III – a recepção, triagem e encaminhamento de pessoas a serem atendidas pelo prefeito Municipal, sempre que possível, com a indicação prévia do assunto a ser tratado;

IV – coordenar a interação entre os órgãos e unidades da Administração Municipal e o prefeito;

V – controlar a recepção, encaminhamento, arquivamento e acompanhamento da correspondência recebida e expedida pelo Prefeito Municipal;

VI - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

5

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**VII** – executar outras atribuições para a perfeita funcionabilidade no atendimento, pelo Gabinete do Prefeito, com agilidade e eficiência.

**§ 3º** Ao **Consultor Jurídico**, que prestará serviços advocatícios ao município de 16 horas semanais, compete:

**I** - propor orientação jurídico-normativa para a administração pública direta, direta descentralizada e indireta;

**II** - pronunciar-se sobre a legalidade dos atos da Administração Pública Municipal;

**III** - promover a cobrança judicial da dívida ativa do Município, de forma articulada com o setor de Tributação Municipal;

**IV** - promover a unificação de jurisprudência Administrativa do Município;

**V** - promover processos administrativos disciplinares nos casos previstos em Lei;

**VI** - representar os interesses do Prefeito Municipal, da administração pública municipal perante os Tribunais de Contas do Estado e da União e do Poder Judiciário;

**VII** - prestar, quando solicitada, assistência jurídica e administrativa as Secretarias Municipais, aos Fundos e Fundações, a título complementar ou supletivo;

**VIII** - relacionar-se com o Ministério Público e Ordem dos advogados do Brasil; e

**IX** - Supervisionar e coordenar as atribuições e competências do departamento jurídico do município e demais atividades correlatas à função;

**X** - Proceder ao atendimento do Município de forma remota, via wattsApp, telefone, e-mail, videoconferência ou qualquer outro meio eletrônico disponível;

**XI** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**Art. 11.** Todos os órgãos da Administração Direta, instituídos nesta Lei, ficam diretamente supervisionados e subordinados ao Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

### CAPÍTULO IV

#### DOS ÓRGÃOS DE CHEFIA E ASSESSORAMENTO

**Art. 12.** À **Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças**, dentre outras compete:

---

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br) – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

6

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

- I - Administrar e executar a política de pessoal e recursos humanos, promovendo treinamentos e cursos de capacitação e qualificação, objetivando a efficientização dos serviços e ações administrativas e burocráticas, com respostas rápidas e eficazes aos administrados;
- II - Organizar e controlar a administração patrimonial, de materiais e dos serviços gerais da Administração;
- III - Elaborar o processo legislativo de competência do Poder Executivo, inclusive promovendo a sua publicação;
- IV - Redigir mensagens e responder requerimentos e pedidos de informações do Poder Legislativo Municipal;
- V - Promover o controle patrimonial e sua permanente atualização;
- VI - Executar medidas administrativas e legislativas necessárias à aquisição e alienação de bens;
- VII - Executar os processos relativos à concessão de serviços públicos e promover a efetiva fiscalização;
- VIII - Requerer ao Prefeito Municipal a instauração de sindicâncias e processos administrativos para apuração de fatos e responsabilidades;
- IX - Executar outros serviços e ações relacionadas às atividades e procedimentos estritamente administrativos de incumbência do Governo Municipal;
- X - Supervisionar e coordenar as atribuições e competências dos organismos a ela subordinados.
- XI - Compete, também, as atribuições de controle dos serviços gerais da Administração Municipal, especialmente no controle de materiais e de almoxarifados;
- XII - Prover as necessidades de materiais diversos e indispensáveis às atividades administrativas; superintender os serviços internos de limpeza, de copa e cozinha; coordenar o controle, a adequada utilização de materiais e serviços.
- XIII - Promover a elaboração de convênios, conforme disposto na legislação;
- XIV - Observar e executar todos os demais atos requeridos pela legislação e aplicáveis às concessões de bens e serviços;
- XV - Orientar e expedir atos normativos concernentes à ação do Sistema;
- XVI - Supervisionar tecnicamente e fiscalizar as atividades e o cumprimento das atribuições do Sistema;

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br) – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

7

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

- XVII** - Programar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações setoriais;
- XVIII** - Acompanhar os registros contábeis, balancetes, saldos mensais e a correta escrituração contábil;
- XIX** - Gerenciar o sistema de compras, licitações, contratações e convênios, na forma da legislação que regulamente o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, mantendo atualizado o cadastro de fornecedores municipais;
- XX** - Executar a política de pessoal, obedecendo e aplicando as disposições na Lei do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e gerenciar a implantação e operacionalização dos planos de carreiras e vencimentos dos servidores do Poder Executivo Municipal; sugerir e superintender a realização de concursos públicos e processos seletivos para o provimento de vagas permanentes ou temporárias, conforme quadros de pessoal do Poder Executivo;
- XXI** - Submeter aos profissionais de direito do quadro de pessoal do Município, ou contratados, os documentos que a Lei exija sua intervenção ou para que emita pareceres inerentes à legalidade, legitimidade e aplicabilidade, ou, ainda a conveniência e oportunidade de atos e decisões administrativas, inclusive, para que todos os princípios aplicáveis à Administração Pública sejam contemplados ou obedecidos, conforme o caso;
- XXII** - A execução da política da gestão municipal, especialmente: a superintendência de todas as atividades e atribuições relativas à contabilidade pública municipal, à gestão fiscal, orçamentária e financeira, nos termos das normas próprias do Direto Financeiro;
- XXIII** - Participar do planejamento orçamentário, coordenando todas as atividades precedentes e necessárias à elaboração das propostas legislativas do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária anual – LOA;
- XXIV** - Superintender e coordenar todas as atividades, serviços e ações necessárias à gestão e ao controle do cumprimento de índices e limites constitucionais e legais;
- XXV** - Orientar o Prefeito Municipal, os titulares dos demais órgãos municipais e os gestores de fundos municipais, quanto ao cumprimento das disposições legais, pertinentes à contabilidade pública e à gestão fiscal, financeira e orçamentária;
- XXVI** - Elaborar, em conjunto com o Prefeito Municipal o cronograma mensal de Desembolso e a programação orçamentária e financeira do município;





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

8

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

- XXVII** - Cumprir e fazer cumprir a programação orçamentária e o cronograma mensal de desembolso; coordenar formas participativas da sociedade na elaboração da legislação orçamentária e no estabelecimento de prioridades programáticas e na promoção do controle social pertinente à execução orçamentária e à gestão transparente da Administração Municipal;
- XXVIII** - Interagir com todos os demais órgãos e unidades administrativas, na elaboração e na execução da programação orçamentária.
- XXIX** - Manter o cadastro e a ordem de matrícula dos servidores, promover o controle de férias, licenças e outras vantagens estatuídas aos servidores municipais, manter o controle da carga horária e ponto dos servidores, consignações, serviços extraordinários e outras variáveis inerentes ao controle da folha de pagamento;
- XXX** - Operacionalizar e emitir as folhas de pagamento, observadas as disposições dos cronogramas de pagamento;
- XXXI** - Sugerir medidas processuais administrativas para apuração de irregularidades;
- XXXII** - Promover a realização de licitação para compras e aquisições, autorizações, permissões ou concessões e para tais atividades, na forma prevista na legislação pertinente;
- XXXIII** - Elaborar e publicar na forma da lei, edital de chamamento de fornecedores, bem como elaborar e atualizar o cadastro dos fornecedores do município;
- XXXIV** - Promover medidas visando à programação de estoques e compras;
- XXXV** - Propor diretamente ao Prefeito Municipal, planejamento financeiro e medidas para a inclusão de dotação no orçamento municipal;
- XXXVI** - Manter dados estatísticos sobre materiais, o seu consumo, durabilidade, estado, preços e necessidades;
- XXXVII** - Manter e organizar arquivo próprio da Divisão.
- XXXVIII** - Elaborar os editais de licitações, nos termos da legislação vigente, com base nas requisições efetuadas pelos setores da administração; e
- XXXIX** - Coordenar o enquadramento, reenquadramento, transposição, promoção funcional, progresso funcional, transferência e alteração de regime jurídico do pessoal pertencente ao quadro do Poder Executivo;
- XL** - Supervisionar o desconto e recolhimento para Seguridade Social das contribuições previdenciárias incidentes sobre as remunerações de todos os





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

9

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

servidores, bem como fiscalizar o recolhimento dos encargos patronais e o envio mensal destas informações para o sistema GFIP/SEFIP.

- XLI** - Controlar e averiguar as informações enviadas para Receita Federal e para o Ministério do Trabalho e Emprego pelo sistema da RAIS;
- XLII** - Planejar e acompanhar concursos públicos e processos seletivos;
- XLIII** - Promover, incentivar, implantar e coordenar programas de segurança do trabalho;
- XLIV** - Organizar e integrar informações entre os softwares utilizados pelo setor de recursos humanos;
- XLV** - Provisionar contabilmente a concessão de férias, 13º salário e outras variáveis inerentes ao cálculo mensal e anual da folha de pagamento;
- XLVI** - Promover a execução das penalidades disciplinares ao servidor municipal incurso em ilícito previsto em lei, de acordo com a decisão da autoridade competente; e
- XLVII** - Fiscalizar e sugerir medidas no controle de preenchimento de vagas nos cargos e empregos públicos e no desvio de atribuições funcionais;
- XLVIII** - Eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**§ 1º - À Diretoria de Controle Patrimonial e Tributação**, sob a coordenação e supervisão da Secretaria de Administração, compete:

**I** – a promoção do controle patrimonial, compreendendo: a localização e identificação de todos os bens móveis e imóveis; operacionalizar sistemas informatizados de controle patrimonial;

**II** – setorizar a localização e a responsabilização pelo uso guardam e conservação de bens patrimoniais; sugerir medidas administrativas para a apuração de responsabilidades quando verificado o desvio, o extravio, a perda e a inadequada utilização dos bens patrimoniais;

**III** – as atribuições de execução da política tributária e fiscal do Município; controlar e adotar medidas para a efetivação da receita municipal decorrente dos impostos, taxas e serviços prestados;

**IV** – manter cadastros atualizados dos contribuintes municipais; manter atualizado o cadastro imobiliário para fins tributários;

**V** – promover a fiscalização tributária; controlar a emissão de certidões negativas, positivas, ou positivas com efeitos de negativas;

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br) – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

10

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**VI** – controlar o parcelamento de créditos tributários; administrar a dívida ativa e de outros créditos patrimoniais; sugerir e executar medidas efetivas de cobrança dos créditos tributários ou não tributários;

**VII** – emitir relatórios de contribuintes inadimplentes, com créditos inscritos em dívida ativa e remetê-los aos profissionais de Direito pertencentes ao quadro de pessoal da Administração Municipal para a promoção da competente ação;

**VIII** – cumprir e fazer cumprir toda a legislação tributária municipal e propor alterações para adequação de situações específicas, ou para atender à alterações constitucionais em matéria tributária;

**IX** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**§ 2º** - À **Diretoria de Planejamento**, sob a coordenação e supervisão da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, compete:

**I** – a execução da política da gestão municipal, especialmente: a superintendência de todas as atividades e atribuições relativas à contadoria pública municipal, à gestão fiscal, orçamentária e financeira, nos termos das normas próprias do Direto Financeiro;

**II** – participar do planejamento orçamentário, coordenando todas as atividades precedentes e necessárias à elaboração das propostas legislativas do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária anual – LOA;

**III** – superintender e coordenar todas as atividades, serviços e ações necessárias à gestão e ao controle do cumprimento de índices e limites constitucionais e legais;

**IV** – orientar o Prefeito Municipal, os titulares dos demais órgãos municipais e os gestores de fundos municipais, quanto ao cumprimento das disposições legais, pertinentes à contabilidade pública e à gestão fiscal, financeira e orçamentária;

**V** - Elaborar, em conjunto com o Prefeito Municipal o cronograma mensal de Desembolso e a programação orçamentária e financeira do município;

**VI** – cumprir e fazer cumprir a programação orçamentária e o cronograma mensal de desembolso; coordenar formas participativas da sociedade na elaboração da legislação orçamentária e no estabelecimento de prioridades programáticas e na promoção do controle social pertinente à execução orçamentária e à gestão transparente da Administração Municipal;

**VII** – interagir com todos os demais órgãos e unidades administrativas, na elaboração e na execução da programação orçamentária.

**VIII** – propor diretamente ao Prefeito Municipal, planejamento financeiro e medidas para a inclusão de dotação no orçamento municipal;

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br) – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

11

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**IX** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**Art. 14.** À **Secretaria de Agricultura e Meio ambiente**, compete entre outras:

**I** – a execução da política de desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias do Município, especialmente no que tange as diretrizes estabelecidas pelo respectivo conselho municipal, o qual atuará sob sua coordenação;

**II** – fomentar o desenvolvimento de atividades alternativas de renda, buscando melhor qualidade de vida dos agricultores e seus familiares;

**III** – coordenar e prover as necessidades e executar obras e serviços de infraestrutura agrícola, especialmente para a expansão das atividades agropecuárias, na execução e obras necessárias à inibição de possibilidades de agressão ao meio ambiente e na execução de serviços para abertura de fontes e reservas de água potável, ou para a instalação de infraestrutura hídrica, de modo a garantir água para consumo humano e nas atividades agropecuárias;

**IV** – promover serviços e ações de extensão rural, de assistência técnica especializada e de promoção do associativismo rural;

**V** – desenvolver atividades, ações, projetos e programas em parcerias com organismos estaduais e federais oficiais ou privados e, juntamente com cooperativas agrícolas e empresas de fomento a produção agropecuária através da integração;

**VI** – promover e executar a política de preservação, recuperação e de educação ambiental;

**VII** – participar na elaboração de projetos e programas ambientais e na sua execução;

**VIII** – promover a execução e a conscientização para a preservação, recuperação e manutenção do meio ambiente, promovendo o desenvolvimento agro econômico sustentável;

**IX** – promover, executar e possibilitar a participação em cursos, seminários, palestras de capacitação e de profissionalização dos agricultores, especialmente, voltados para a prática da administração da propriedade rural e à agregação de atividades econômicas alternativas junto às propriedades rurais, especialmente a produção de produtos agroecológicos;

**X** – atuar em conjunto com os demais órgãos do Governo Municipal, com destaque na execução das políticas educacionais, de saúde e de assistência social;

**XI** – erradicar a insuficiência estrutural de saneamento junto às propriedades rurais e promover ações e atividades voltadas à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente;

**XII** – supervisionar e coordenar as ações, serviços, atividades e atribuições das unidades administrativas subordinadas;

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br) – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

12

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**XIII** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**§ 1º À Diretoria Operacional de Agricultura**, sob a coordenação e supervisão do titular da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, compete:

**I** – as atribuições de controle e coordenação da utilização da frota de máquinas agrícolas e da execução dos serviços de infraestrutura agrícola, junto às propriedades rurais e às respectivas atividades agropecuárias;

**II** – administrar a utilização do pessoal ocupado nas atividades operacionais da pasta, especialmente no atendimento às demandas solicitadas pelos agricultores; além de exercer outras atribuições previstas no planejamento orçamentário ou definidas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

**III** – as atribuições de participar na elaboração de projetos e programas ambientais e na sua execução;

**IV** – promover a execução e a conscientização para a preservação, recuperação e manutenção do meio ambiente, promovendo o desenvolvimento agro econômico sustentável;

**V** – executar programas e ações para o saneamento rural e urbano; promover ações conjuntas com a Secretaria de Saúde, especialmente voltadas a saneamento; incentivar o desenvolvimento de alternativas econômicas através da recuperação e da preservação do meio ambiente, especialmente na área do reflorestamento; atuar de forma conjunta com organismos ambientais de outras esferas de governo ou com organizações não governamentais;

**VI** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**§ 2º Ao Coordenador de Agricultura**, sob a coordenação e orientação do titular da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, compete:

**I** – organizar as atividades administrativas da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

**II** – organizar e manter o controle de estoque de materiais e produtos de distribuição gratuita da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

**III** – atender o escritório de Agricultura dando maior ênfase ao atendimento ao público mantendo controle atualizado da agenda de serviços solicitados;

**IV** – fiscalizar a execução dos contratos junto a terceiros pela Administração Municipal, exclusivamente no fornecimento de produtos para entrega aos agricultores beneficiários de programas instituídos;





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

13

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**V** - manter e organizar controle das horas máquina realizadas junto às propriedades rurais de acordo com a legislação municipal específica;

**VI** – exercer outras atribuições de assessoramento ou determinadas pelo titular da pasta;

**VII** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

#### **Art. 15. À Secretaria de Infraestrutura dentre outras compete:**

**I** – as atribuições de planejar e gerenciar a execução de obras e serviços de infraestrutura rodoviária e urbana;

**II** – a execução da política de execução sustentável das atividades de infraestrutura rodoviária;

**III** – coordenar, superintender, acompanhar e fiscalizar a execução de obras rodoviárias e de outras obras públicas;

**IV** – superintender a manutenção e a utilização da frota de máquinas e veículos do Governo Municipal;

**V** – outras competências e atribuições inerentes à infraestrutura rodoviária existente e aquela decorrente de sua expansão;

**VI** – coordenar e superintender as atividades, serviços e execução das atribuições das unidades administrativas subordinadas.

**VII** – a manutenção e conservação dos logradouros urbanos e da rede de iluminação pública;

**VIII** – coordenar a coleta de lixo e a limpeza pública urbana;

**IX** – executar obras de ampliação e serviços de manutenção da rede de iluminação pública;

**X** – dotar os logradouros urbanos de equipamentos de sinalização e de segurança;

**XI** – executar obras e realizar serviços de manutenção e preservação de praças, jardins e outros logradouros públicos, inclusive dos equipamentos urbanos e comunitários instalados;

**XII** – fiscalizar o cumprimento da legislação relativa às edificações, ao uso e ao parcelamento do solo urbano;

**XIII** – promover campanhas públicas para manutenção da limpeza e do ordenamento da coleta de lixo;

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br) – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

14

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**XIV** – coordenar a execução dos serviços funerais e da manutenção dos cemitérios pertencentes ao Município;

**XV** – atuar em consonância com atividades, projetos e ações de saneamento básico urbano e de vigilância sanitária, coordenadas pela Secretaria de Saúde;

**XVI** – coordenar o planejamento e a execução da política de saneamento básico urbano;

**XVII** – coordenar a implantação e execução do Plano Diretor;

**XVIII** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**§ 1º À Diretoria Operacional de Infraestrutura**, sob a coordenação e supervisão do titular da Secretaria de Infraestrutura, cabem às atribuições:

**I** – de execução, manutenção, conservação e restauração das obras e serviços de infraestrutura rodoviária municipal, compreendendo a conservação, restauração das rodovias municipais, e de sua expansão, incluídas suas obras estruturais, como pontes, pontilhões e bueiros;

**II** – abertura de novas rodovias e a construção de obras estruturais;

**III** – dotar as rodovias de equipamentos de sinalização e segurança para seus usuários;

**IV** – chefiar as equipes de servidores que atuam a campo, na realização das obras e serviços de infraestrutura rodoviária;

**V** – acompanhar a execução dos serviços com máquinas rodoviárias, especialmente no interior do Município;

**VI** – manter contatos com os proprietários de imóveis quando necessário à construção de estradas nas respectivas propriedades e quando necessária à extração de cascalho, para a manutenção e recuperação das rodovias vicinais;

**VII** – controlar o transporte, de ida e retorno, dos servidores em serviço nas comunidades rurais, além de outras atribuições determinadas pelo titular da Secretaria de Infraestrutura;

**VIII** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**§ 2º - À Diretoria de Ambiente Urbano**, sob a coordenação e supervisão do titular da Secretaria de Infraestrutura, dentre outras, compete:





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

15

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**I** – assessorar ao titular da pasta, na execução da política de desenvolvimento e infraestrutura urbana;

**II** – coordenar a necessidade de implantação e manutenção da sinalização urbana, inclusive a de orientação turística;

**III** – promover a manutenção dos equipamentos comunitários e urbanos instalados ou construídos em logradouros públicos;

**IV** – fiscalizar a execução das obras particulares, para que respeitem a legislação municipal aplicável;

**V** – fiscalizar o cumprimento das normas da legislação relativa às posturas urbanas;

**VI** – executar outras atribuições de assessoramento ao titular da Secretaria de Infraestrutura;

**VII** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**§ 3º** - Ao **Coordenador de Saneamento Básico**, sob a coordenação e supervisão do titular da Secretaria de Infraestrutura, dentre outras, compete:

**I** – planejar, projetar, executar, operar, manter e fiscalizar os serviços de saneamento básico, incluídas as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de saneamento básico;

**II** – Coordenar a conservação de redes, instalações, prédios e equipamentos utilizados nos serviços de saneamento básico;

**III** – promover levantamentos necessários ao planejamento e elaboração de projetos para execução de obras e serviços de saneamento básico;

**IV** – acompanhar a execução das obras de sistemas de esgotamento sanitário na sede do Município, sempre interagindo com os órgãos da administração direta, especialmente com o órgão municipal de saúde;

**V** – Coordenar os serviços de leitura mensal dos hidrômetros dos usuários do sistema de abastecimento de água municipal;

**VI** – Coordenar a entrega mensal das faturas do consumo de água aos usuários do sistema de abastecimento de água municipal;

**VII** – Coordenar a entrega das notificações aos usuários do sistema de abastecimento de água municipal, que estejam em débito, além de proceder ao corte no fornecimento aos inadimplentes, nos termos da lei municipal nº 491 de 23 de março de 2010;





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

16

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**VIII** – fiscalizar e fazer cumprir o determinado na lei municipal nº 491 de 23 de março de 2010, no que tange aos usuários do sistema de abastecimento de água municipal, para o correto uso dos hidrômetros e a sua instalação junto às unidades consumidoras;

**IX** – exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de saneamento básico, compatíveis com as leis gerais e especiais;

**X** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**Art. 16.** À **Secretaria de Saúde**, dentre outras, compete:

**I** – executar as políticas, programas, ações e serviços de saúde, de forma universalizada e igualitária;

**II** – cumprir a legislação vigente e pertinente, de modo especial as disposições constitucionais, inclusive aquelas previstas nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal; executar todas atribuições e competências do Município, nos termos da Lei Maior e da legislação federal que institui o Sistema Único de Saúde;

**III** – gerenciar as atividades e executar as deliberações do Conselho Municipal de Saúde;

**IV** – coordenar e executar as metas, diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano Municipal de Saúde;

**V** – elaborar e apresentar programas de saneamento básico e ações de saúde preventiva; executar, no âmbito municipal, a política, ações e serviços de vigilância sanitária e epidemiológica; promover, participar e executar programas e campanhas de saúde pública;

**VI** – supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços técnico-profissionais contratados na área da saúde;

**VII** – gerenciar os programas de saúde da família, de agentes comunitários de saúde, de saúde da mulher, de aleitamento materno, de alimentação e nutrição, de prevenção, controle e assistência aos portadores de doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS, além de outros;

**VIII** – representar o Município em conselhos e consórcios intermunicipais, regionais e microrregionais de saúde;

**IX** – manter quadro de pessoal com formação profissional, permanentemente qualificado para o atendimento das demandas de saúde;

**X** – prover a gestão do Fundo Municipal de Saúde;

**XI** – acompanhar e executar as normas reguladoras emanadas pelas autoridades de saúde do Governo Federal e Estadual;





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

17

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**XII** – atuar com perfeita integração com os demais órgãos da estrutura orgânica da Administração Municipal, para a eficácia da implementação e execução de planos, ações e projetos de saúde e de saneamento básico urbano ou rural;

**XIII** – superintender e coordenar outras atividades, ações e serviços demandados ao atendimento em saúde pública, à população local;

**XIV** – coordenar participar efetivamente na elaboração e na execução do Plano Municipal de Saúde e nas ações e atividades do Conselho Municipal de Saúde;

**XV** – promover a atuação preferencial nos programas de saúde preventiva, como a estratégia de Saúde da Família – PSF e a Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, além de outros de iniciativa e de financiamento do Município, ou de outros instituídos e co-financiados pela União ou pelo Estado;

**XVI** – promover campanhas de saúde preventiva, especialmente de educação em saneamento domiciliar, educação alimentar e outros;

**XVII** – participar e supervisionar a elaboração e execução de programas, projetos, ações de saúde alternativa, especialmente através da utilização de terapias oriundas da utilização de ervas e de medicamentos;

**XVIII** – elaborar manuais e disseminar orientações sobre as propriedades medicinais de ervas, seu cultivo, manuseio artesanal e utilização, observadas as normas de saúde pública;

**XIX** – demonstrar a correlação das ervas e das endemias a que se destinam ou que possam ser utilizadas, segundo a cultura e os costumes da população local, as propriedades terapêuticas;

**XX** – orientar sobre a utilização da medicação alternativa, seus efeitos, indicações e contra-indicações, sempre que possível, sob a orientação médica e observadas as normas relativas à vigilância sanitária e epidemiológica, com o objetivo de que a população tenha acesso à medicação;

**XXI** – promover a orientação sobre a utilização de alimentos organicamente cultivados, sua conservação, preparo e ingestão;

**XXII** – coordenar e superintender o exercício das atribuições das unidades administrativas subordinadas;

**XXIII** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**§ 1º À Diretoria de Saúde**, sob a supervisão e coordenação do titular da Secretaria de Saúde, compete:





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

18

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**I** – a direção operacional das atividades, ações e serviços públicos de atendimento básico à população, especialmente junto às unidades municipais de saúde;

**II** – gerenciar a presença dos profissionais de saúde e a demanda de serviços e de comparecimento de pessoas em busca de atenção nas diversas especialidades ofertadas;

**III** – o controle do encaminhamento, traslado e transporte de pacientes para atendimento especializado;

**IV** – o controle de utilização das viaturas próprias ao transporte de pacientes, bem como da escala de motoristas e outros agentes necessários;

**V** – coordenar e executar os serviços de manutenção predial das unidades de saúde, do mobiliário e equipamentos, inclusive das viaturas a serviço das ações de saúde pública;

**VI** – executar outras atribuições, com o fim de assessorar o titular da pasta, para que as ações e serviços públicos de saúde sejam efetivamente universalizados no atendimento e ampliados em benefício da população local;

**VII** – o assessoramento ao titular da pasta, especialmente na formulação de programas de saúde preventiva e na coordenação da execução dos programas implantados sob as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS e com participação financeira deste sistema;

**VIII** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**§ 2º** Ao **Coordenador de Saúde**, sob a supervisão e coordenação do titular da Secretaria de Saúde, compete:

**I** – a direção operacional das atividades, ações e serviços públicos de atendimento básico à população, especialmente junto às unidades municipais de saúde;

**II** – gerenciar a presença dos profissionais de saúde e a demanda de serviços e de comparecimento de pessoas em busca de atenção nas diversas especialidades ofertadas;

**III** – o controle do encaminhamento traslado e transporte de pacientes para atendimento especializado;

**IV** – o controle de utilização das viaturas próprio ao transporte de pacientes, bem como da escala de motoristas e outros agentes necessários;

**V** – coordenar e executar os serviços de manutenção predial das unidades de saúde, do mobiliário e equipamentos, inclusive das viaturas a serviço das ações de saúde pública;

**VI** – executar outras atribuições, com o fim de assessorar o titular da pasta, para que as ações e serviços públicos de saúde sejam efetivamente universalizados no atendimento e ampliados em benefício da população local;





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

19

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**VII** – o assessoramento ao titular da pasta, especialmente na formulação de programas de saúde preventiva e na coordenação da execução dos programas implantados sob as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS e com participação financeira deste sistema;

**VIII** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

#### **Art. 17 - À Secretaria de Assistência Social e Habitação, dentre outras, compete:**

**I** – as atribuições de executar as políticas sociais, especialmente daquelas voltadas à atenção e amparo ao idoso, à criança, ao adolescente e às entidades civis com fins sociais estabelecidas no Município, conforme preceitua a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e demais legislações aplicáveis;

**II** – implementar ações e serviços de assistência social, em consonância e conformidade com as normas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

**III** – gerenciar a atuação dos conselhos municipais cujas atividades estejam voltadas à área social;

**IV** – atuar de forma integrada com os demais órgãos de governo, para atingir as metas e executar as prioridades da assistência social, de forma universalizada à toda a população;

**V** – estabelecer diretrizes e cumprir metas relativas à educação e à assistência social;

**VI** – acompanhar as atividades e prover as necessidades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e de outros conselhos ligados às respectivas atribuições;

**VII** – Contribuir com os demais setores para oferecer assistência comunitária, promovendo o envolvimento dos jovens, dos clubes de mães, associações comunitárias e outros entes da sociedade, cujo fim seja o desenvolvimento de ações sociais;

**VIII** – integrar suas ações, sempre que possível, com as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Educação e Esportes e da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e com os demais órgãos da Administração Municipal;

**IX** – promover e executar políticas destinadas a melhorar as condições habitacionais e para debelar as carências habitacionais no âmbito municipal;

**X** – coordenar as atividades dos Conselhos Municipais de Assistência Social e Habitação, executando suas deliberações;

**XI** – prover a gestão financeira e fiscal do Fundo Municipal de Assistência Social, do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência, do Fundo Municipal do Idoso e do Fundo Municipal de Habitação, nos termos estabelecidos em lei;





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

20

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**XII** – executar outras atividades, serviços e ações de assistência social comunitária e geral, segundo as diretrizes sociais estabelecidas e o planejamento orçamentário próprio.

**XIII** – planejar, coordenar e executar a política de habitação, tanto na área urbana, quanto no meio rural, guardando conformidade com a política habitacional do Governo Federal e do Governo do Estado, bem como, executar as diretrizes e objetivos estabelecidos pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;

**XIV** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**Parágrafo Único** - Ao **Coordenador de Assistência Social**, sob a coordenação e superintendência do titular da Secretaria de Assistência Social e Habitação, dentre outras, compete:

**I** - Desenvolvimento de programas de atendimento à família, à terceira idade, aos dependentes químicos e demais segmentos necessitados;

**II** – Acompanhar e contribuir para o desenvolvimento de projetos, programas e atendimento às necessidades emergenciais do núcleo familiar e atenção específica para criança e o adolescente, idoso e PCD;

**III** - Visitar e acompanhar os grupos de Idosos constituídos no município, fazendo com que se alcance os objetivos propostos em seus estatutos sociais;

**IV** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**Art. 18.** À **Secretaria de Educação e Esportes**, dentre outras compete:

**I** – promover o planejamento e a execução dos programas, projetos e atividades relacionadas à educação, prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental, nos termos das disposições estabelecidas no sistema Municipal de ensino;

**II** – cumprir as disposições da legislação pertinente, especialmente do art. 205 e seguintes da Constituição Federal, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – FUNDEB e da Lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que estatui o Plano Nacional de Educação e de outras normas legais que venham em substituição às citadas ou daquelas que venham a ser inseridas no ordenamento jurídico de interesse da educação;

**III** – promover e gerenciar a instituição do sistema municipal de ensino e do plano de carreira e remuneração do magistério público municipal, responsabilizando-se por sua execução e fiscalização; manter programas permanentes de profissionalização, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais do Magistério municipal;

**IV** – coordenar a atuação dos conselhos municipais ligados à educação;

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br) – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

21

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**V** – coordenar a formulação e a permanente atualização e adequação do Plano Municipal de Educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação, bem como prover sua implantação e execução;

**VI** – atuar em consonância com o sistema estadual de ensino; elaborar planos de aplicação dos recursos vinculados à educação, especialmente aqueles decorrentes do FUNDEB e do Salário Educação;

**VII** – operacionalizar os programas próprios do Município, para o desenvolvimento do ensino e os programas dos governos de esferas superiores, dos quais o Município seja partícipe ou a ele tenha, de qualquer forma, aderido;

**VIII** – participar dos programas oficiais de assistência aos educandos e às suas famílias;

**IX** – participar e promover o efetivo funcionamento do Conselho Municipal de Educação, do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e do Conselho de Alimentação Escolar;

**X** – Coordenar e superintender a execução das atribuições das unidades administrativas subordinadas.

**XI** – a promoção e execução da política esportiva e desportiva do Governo Municipal;

**XII** – incentivar a prática de atividades esportivas e o desenvolvimento das aptidões físicas das pessoas e da implantação e manutenção da infraestrutura destinada à prática de desportos amadores comunitários, bem como de parques recreativos e desportivos que possam ser usufruídos pela população em geral;

**XIII** – incentivar o desporto praticado por equipes de bairros, ou de comunidades rurais, principalmente com a iniciação de crianças e adolescentes, nas modalidades que possam desenvolver a estrutura física, a cidadania e a integração com a educação;

**XIV** – promover e coordenar competições esportivas nas mais diversas modalidades, privilegiando aquelas ligadas aos costumes e à cultura das comunidades;

**XV** – superintender a participação de equipes esportivas do Município em competições oficiais promovidas e organizadas pelo Governo do Estado;

**XVI** – promover a integração das comunidades rurais e urbanas, através de atividades esportivas, recreativas e de lazer, além de outras atribuições voltadas ao desenvolvimento de atividades desportivas comunitárias;

**XVII** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**§ 1º À Diretoria Pedagógica**, sob a coordenação e superintendência do titular da Secretaria de Educação e Esportes, dentre outras, compete:

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br) – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

22

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**I** – as atribuições e funções da coordenação do planejamento pedagógico junto ao órgão municipal de Educação, junto às unidades escolares da educação básica, junto aos profissionais do magistério, em perfeita interação com as diretrizes da administração e com os interesses da comunidade;

**II** – coordenar as atividades de formulação, implantação e execução do Plano Municipal de Educação;

**III** – coordenar a execução do planejamento pedagógico, sempre com observância às normas constitucionais, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano Nacional e Estadual de Educação e do Plano Municipal de Educação;

**IV** – coordenar a execução e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino

**V** – participar efetivamente das atividades e ações do Conselho Municipal de Educação, notadamente nas deliberações de interesse pedagógico;

**VI** – assessorar o titular da pasta na coordenação, acompanhamento e execução das atividades pedagógicas em todas as unidades de ensino da rede de Educação Básica municipal;

**VII** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**§ 2º À Diretoria Administrativa Educacional**, sob a coordenação e superintendência do titular da Secretaria de Educação e Esportes, dentre outras, compete:

**I** - coordenar o planejamento, divulgação, execução e avaliação das atividades pedagógicas no âmbito de sua competência e de acordo com o projeto pedagógico da escola, viabilizando desta forma a melhoria do processo de ensino aprendizagem;

**II** - articulação da elaboração participativa do Projeto Pedagógico da Escola; assessoramento em todas as ações pedagógicas; promoção da articulação e integração das ações pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares, de acordo com a política educacional e respeitada a legislação em vigor;

**III** - coordenação da consecução e avaliação do Projeto Pedagógico das unidades escolares;

**IV** - proposição e execução de ações junto ao corpo docente que possam garantir a execução do Projeto Pedagógico das unidades escolares;

**V** - organização e condução das reuniões do Conselho de Classe, em parceria com o corpo docente, propondo alternativas para a melhoria do processo educacional, numa perspectiva inovadora de instância avaliativa do desempenho dos alunos;

**VI** - articulação de reuniões pedagógicas, oferecendo subsídios para um trabalho pedagógico mais dinâmico e significativo;





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

23

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**VII** - coordenação e acompanhamento das atividades dos horários de Atividades Pedagógicas dos professores em unidades escolares, viabilizando a atualização pedagógica em serviço;

**VIII** - assessoramento dos professores no planejamento da recuperação da aprendizagem, considerados os índices de avaliação interna e externa;

**IX** - organização de estratégias que garantam o apoio suplementar àqueles alunos que necessitam de maior tempo para elaborar seu conhecimento;

**X** - promoção da integração e a articulação entre os professores, buscando a consecução de um currículo interdisciplinar;

**XI** - promoção, junto ao corpo docente, de atividades de formação continuada, tendo em vista o aperfeiçoamento do processo pedagógico;

**XII** - coordenação da escolha de livros e outros suportes didáticos, garantindo a participação dos professores e alunos, quando couber;

**XIII** - concepção, estimulação e implantação de inovações pedagógicas e divulgar as experiências de sucesso, promovendo o intercâmbio entre Unidades escolares;

**XIV** - promoção e incentivo à realização de palestras, encontros e similares, com grupos de alunos e professores sobre temas relevantes para a cidadania e qualidade de vida;

**XV** - promoção de reuniões e encontros com os pais, visando à integração escola/família para promoção do sucesso escolar dos alunos;

**XVI** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**§ 3º Às Diretorias de Unidades Escolares**, sob a supervisão e coordenação do titular da Secretaria de Educação e Esportes, com a autonomia que lhe for determinada por deliberação do Conselho Municipal de Educação, compete:

**I** – a execução da administração escolar, tanto nas atividades operacionais, quanto nas atividades pedagógicas, envolvendo docentes e discentes da escola;

**II** – participar da formulação do projeto político-pedagógico e sua efetiva execução;

**III** – a administração das escolas com a participação da comunidade escolar, com a participação de associações de pais e de professores;

**IV** – desenvolver a administração de materiais, patrimonial e pedagógica, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Educação e de acordo com a





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

24

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

legislação aplicável, inclusive no que concerne à aplicação da grade curricular e do perfeito desenvolvimento do ensino aos educandos, em todos os níveis de atuação;

**V** – executar as demais atribuições que lhe forem determinadas para o perfeito funcionamento das unidades escolares;

**VI** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**§ 4º - A Diretoria de Esportes**, sob a supervisão e coordenação do titular da Secretaria de Educação e Esportes compete o assessoramento ao titular da pasta, especialmente:

**I** – na execução de programas de inserção e execução de atividades esportivas;

**II** – na inserção das comunidades do interior e da cidade em eventos esportivos de interesse local;

**III** – na promoção de eventos esportivos e de lazer;

**IV** – na formulação e execução das políticas de esporte, com amplo envolvimento da comunidade;

**V** - organizar e coordenar os campeonatos municipais nas mais diversas modalidades e categorias;

**VI** – coordenar e supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos nas escolinhas esportivas, com o objetivo de envolver as crianças e adolescentes em atividades sadias.

**VII** - executar outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Titular da Secretaria de Educação e Esportes;

**VIII** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**§ 5º Ao Coordenador de Unidade Escolar**, sob a coordenação e supervisão do respectivo Diretor, compete:

**I** – a execução do controle administrativo, educacional e pedagógico dos Professores e dos Alunos da respectiva Escola;

**II** – controlar a frequência e atividades dos docentes;

**III** – lançar o controle de frequência dos alunos, inclusive do desempenho dos mesmos no processo de aprendizagem;

**IV** – controlar a execução de programas, que for determinada certa autonomia financeira à escola, para a realização de pequenas reformas ou na aquisição de materiais e equipamentos necessários à operacionalização das atividades escolares;

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br) – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

25

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**V** – executar outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Diretor da Unidade Escolar ou pelo Titular da Secretaria de Educação;

**VI** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

**Art. 19.** À **Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**, dentre outras, compete:

**I** – atuar na elaboração e execução da política municipal de desenvolvimento econômico e de geração de emprego e renda;

**II** – desenvolver políticas de concessão de incentivos econômicos e operacionais a implantação de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços;

**III** – atuar e interagir com organismos representativos da iniciativa privada, envolvidos em atividades da indústria, do comércio e de serviços, possibilitando-lhe incentivos, inclusive de logística, orientação e assistência, para a expansão das respectivas atividades econômicas;

**IV** – controlar a concessão de incentivos econômicos e fiscalizar a correta aplicação;

**V** – promover e coordenar eventos de promoção do desenvolvimento econômico;

**VI** – fomentar as iniciativas empreendedoras e buscar linhas de crédito para investimentos;

**VII** – promover missões empresariais e a participação em eventos promocionais e em feiras e exposições;

**VIII** – controlar a participação do Município no Movimento Econômico e no estabelecimento dos índices de participação na receita tributária;

**IX** – Coordenar e supervisionar as atividades da unidade administrativa subordinada.

**X** – executar a política cultural do Município;

**XI** – a direção das atividades pela promoção e pelo fomento das atividades culturais, especialmente as voltadas ao resgate e a preservação da cultura pertinente à história do Município e à formação étnica e cultural da população local;

**XII** – promover e incentivar práticas de resgate da cultura local, especialmente, na preservação de patrimônio e marcos históricos e no resgate da história da imigração alemã e o folclore dela decorrente;

**XIII** – fomentar o desenvolvimento cultural em suas diversas formas de expressão e apresentação, através da promoção de cursos e eventos, com o envolvimento da população, independentemente de faixa etária;

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br) – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

26

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**XIV** – cadastrar e constituir acervos culturais;

**XV** – manter bibliotecas e acervos bibliográficos, gerenciando sua utilização e guarda;

**XVI** – promover feiras, exposições, ciclos e outros eventos que objetivem a divulgação de livros e obras literárias, com ênfase a despertar o interesse pela leitura, especialmente a literatura infantil;

**XVII** – coordenar e promover ações de exploração viável e sustentável das potencialidades turísticas, bem como sua integração às ações culturais, especialmente através de eventos de abrangência regional e estadual, sempre com o objetivo da promoção do Município e de suas potencialidades gerais, possibilitando, através do turismo, a geração de oportunidades de emprego e renda;

**XVIII** – as atribuições de execução das políticas de aproveitamento e desenvolvimento das potencialidades turísticas do Município;

**XIX** – incentivar a instalação de empreendimentos turísticos, com a exploração de todas as possibilidades econômicas naturais e do turismo rural;

**XX** – atuar de forma integrada com os Municípios da região e com os organismos de turismo do Governo Federal e Estadual e na captação de recursos através de programas específicos de geração de emprego e renda nos serviços de turismo;

**XXI** – promover a divulgação turística do Município junto a eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais;

**XXII** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento;

**Parágrafo Único** – Ao **Coordenador de Cultura e Turismo**, sob a supervisão e coordenação da Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, compete:

**I** – Manter sob a sua guarda e zelo o acervo do museu municipal, junto a Casa da Memória do Município;

**II** – Executar as tarefas inerentes à correta limpeza e manutenção para conservação das peças do museu, com obediências as técnicas específicas para cada material;

**III** - Assessorar o titular da Secretaria, nos projetos culturais do município;

**IV** - Supervisionar a equipe responsável pela promoção de eventos culturais, cívicos e outras atividades artísticas no âmbito do Município e Região;

**V** - Assessorar as atividades desenvolvidas no departamento, tendentes à divulgação da cultura e a arte supervisionar a execução dos projetos culturais;





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

27

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**VI** - eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento.

### **CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS DE APOIO ESPECÍFICO**

**Art. 20.** Os órgãos de apoio específico terão sua estrutura fixada na Lei da respectiva instituição, exceto quanto a Junta do Serviço Militar, que será presidida pelo Prefeito Municipal e suas atribuições exercidas por servidor público municipal integrante do quadro permanente de pessoal.

**Parágrafo único.** São órgãos de apoio específico:

- I – a Junta de Serviço Militar;
- II – os conselhos municipais legalmente instituídos;
- III – as comissões específicas ou especiais.

### **TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL-HIERÁRQUICA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO GOVERNO MUNICIPAL**

#### **CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS DE CHEFIA, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO**

**Art. 21.** Os órgãos de chefia, direção e assessoramento terão sua organização e estruturação funcional-hierárquica, na forma estabelecida no ANEXO I e no ANEXO II, desta Lei.

#### **CAPÍTULO II DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS**

**Art. 22.** As funções gratificadas são providas exclusivamente por servidores do quadro permanente do Poder Executivo Municipal e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

**§ 1º** As funções gratificadas com atribuições de direção, chefia e assessoramento, abrangem:

- I – a coordenação de atividades, ações e serviços;
- II – a direção de programas especiais ou específicos;
- III – assistência e assessoramento a titulares de órgãos da estrutura orgânica que consta dos anexos I e II desta lei;





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

28

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**IV** – a chefia, por responsabilização, de setores específicos da Administração Municipal; e

**V** – ao presidente, ao secretário e aos membros da comissão permanente de licitações e seus suplentes, e ao Pregoeiro e equipe de apoio,

**Parágrafo Único** - A quantificação das funções gratificadas e a respectiva remuneração estão estabelecidas no ANEXO IV, desta Lei.

### TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

**Art. 23.** As funções de cargos de provimento em comissão serão exercidas por brasileiros maiores de 18 (dezoito) anos, no exercício de seus direitos políticos, podendo ser exercidos por servidores do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, mediante nomeação por ato do Prefeito Municipal.

**§ 1º** Aqueles que forem investidos em cargos e funções estabelecidas nesta Lei complementar, responderão solidária e subsidiariamente por suas ações e atos, sem prejuízo da responsabilidade administrativa, civil e penal.

**§ 2º** Na investidura e na exoneração nos cargos e funções instituídas por esta Lei apresentarão declaração de bens, informando, inclusive, todas as fontes de renda.

**§ 3º** Os investidos nos cargos e nas funções estabelecidas nesta Lei são responsáveis diretos pela guarda e conservação dos bens que lhes são confiados ou que sejam necessários ao cumprimento das respectivas atribuições e competências.

**§ 4º** Os investidos em cargos de provimento em comissão em órgãos que tenham sob sua responsabilidade fundos municipais, destes serão responsáveis pela gestão e pela prestação das respectivas contas aos órgãos de controle externo da Administração Municipal.

**Art. 24.** Durante o período do exercício de cargo de provimento em comissão, por servidor público municipal integrante do quadro permanente de pessoal, este poderá optar pelos vencimentos do cargo efetivo ou daqueles do cargo empossado.

**Art. 25.** Fica estabelecido no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, o **Quadro de Cargos de Provimento em Comissão**, com as respectivas tabelas de vencimentos, requisitos para investidura e as respectivas atribuições, conforme o ANEXO III, desta Lei.

**Parágrafo único.** Os servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão instituídos nesta Lei ficam no que couber, sujeitos às normas estabelecidas na Lei que instituir o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**Art. 26.** Fica estabelecido no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, o **Quadro de Funções Gratificadas**, com as correspondentes tabelas de remuneração e atribuições, nos termos do ANEXO IV, desta Lei.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

29

### Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

---

**Art. 27.** O Prefeito Municipal regulamentará no que couber e conforme a necessidade, por Decreto, a presente Lei.

**Art. 28.** Fica revogada a legislação que trata de matéria organizacional e estrutural da Administração Municipal, especialmente a Lei Complementar nº 85 de 12 de Junho de 2017 e suas alterações posteriores, bem como as demais disposições em contrário.

**Art. 29.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 22 de Fevereiro de 2021.

**ELTON MATTES**  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

**VANIA PEDROSO**  
Responsável pelas publicações





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**ANEXO I**

**ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL-HIERÁRQUICA DOS**  
**ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO**

ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO	ÓRGÃOS SUBORDINADOS	IDENTIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DOS CARGOS
<b>GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO</b>	Assessoria de Comunicação e Informação	Assessor de Comunicação e Informação
	Assessoria de Gabinete	Assessor de Gabinete
	Consultor Jurídico	Consultor Jurídico
<b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS</b>	Diretoria de Controle Patrimonial e Tributação	Secretário de Administração
	Diretoria de Planejamento	Diretor de Controle Patrimonial e Tributação
<b>SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE</b>	Diretoria de Planejamento	Diretor de Planejamento
	Diretoria Operacional de Agricultura	Secretário de Agricultura e Meio ambiente
	Coordenadoria de Agricultura	Diretor Operacional de Agricultura
<b>SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA</b>	Coordenadoria de Agricultura	Coordenador de Agricultura
	Secretaria de Infraestrutura	Secretário de Infraestrutura
	Diretoria Operacional de Infraestrutura	Diretor Operacional de Infraestrutura
	Diretoria de Ambiente Urbano	Diretor de Ambiente Urbano
<b>SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO</b>	Coordenadoria de Saneamento Básico	Coordenador de Saneamento Básico
	Coordenadoria de Saneamento Básico	Coordenador de Saneamento Básico
	Coordenadoria de Assistência Social	Secretário de Assistência Social e Habitação
	Coordenadoria de Assistência Social	Coordenador de Assistência Social
<b>SECRETARIA DE SAÚDE</b>	Coordenadoria de Saúde	Secretário de Saúde
	Diretoria de Saúde	Diretor de Saúde
	Coordenadoria de Saúde	Coordenador de Saúde





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

**Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.**

<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES</b>	Diretoria Pedagógica	Secretário de Educação e Esportes
	Diretoria Administrativa Educacional	Diretor Pedagógico
	Diretorias de Unidade Escolar	Diretor Administrativo Educacional
	Diretoria de Esportes	Diretores de Unidade Escolar
	Coordenadoria de Unidade Escolar	Diretor de Esportes
		Coordenador de Unidade Escolar
<b>SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.</b>		Secretário de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico.
	Coordenadoria de Cultura e Turismo	Coordenador de Cultura e Turismo





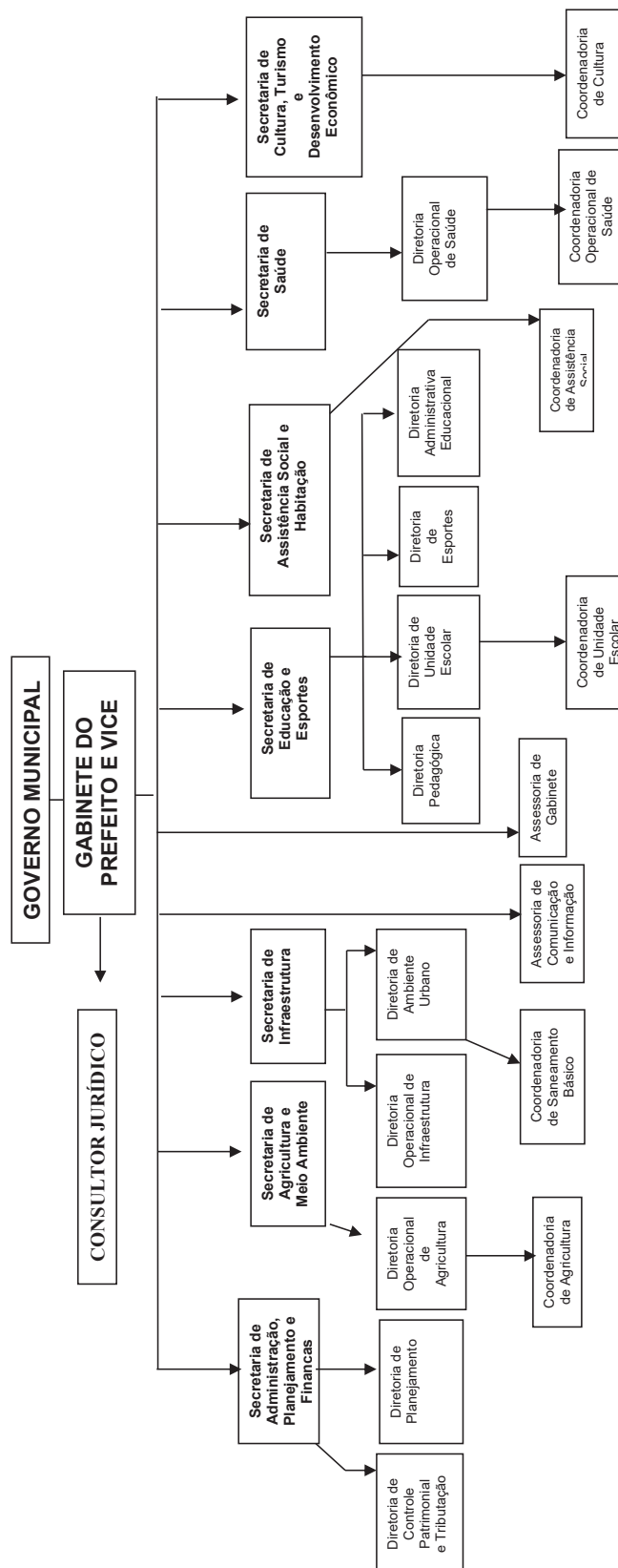
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

33

Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**ANEXO II**

**ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL-HIERÁRQUICA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**



Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/fax (049) 3455-9022 - E-mail: [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br) – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**ANEXO III**

**QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	Nº DE VAGAS	PADRÃO	NÍVEL	VALOR R\$
CONSULTOR JURÍDICO	Consultor Jurídico 16 horas, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 10, § 3º, desta Lei.	01	C.C.	01	R\$ 6.810,00
	Secretário de Administração, Planejamento e Finanças, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 12 desta lei.				
SECRETÁRIO	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 14 desta lei.				
	Secretário de Infraestrutura, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 15, desta lei.				
	Secretário de Assistência Social e Habitação, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 17, desta lei.				
	Secretário de Saúde, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 16, desta lei.				
	Secretário de Educação e Esportes, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 18, desta lei.				
	Secretário de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 19, desta lei.	07	C.C.	01	R\$ 4.500,00





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

**ANEXO III**

**QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	Nº DE VAGAS	PADRÃO	NÍVEL	VALOR R\$
<b>ASSESSOR</b>	<b>Assessor de Comunicação e Informação</b> , responsável pelo exercício das atribuições e competências previstas no art. 10, §1º desta lei.	02	C.C.	02	R\$ 3.352,97
	<b>Assessor de Gabinete</b> , responsável pelo exercício das atribuições e competências previstas no art. 10, §2º desta lei.				
<b>DIRETOR</b>	<b>Diretor de Controle Patrimonial e Tributação</b> , atribuições previstas no art. 12, § 1º desta lei.	11	C.C.	02	R\$ 3.352,97
	<b>Diretor de Planejamento</b> , atribuições previstas no art. 12, § 2º desta lei.				
	<b>Diretor Operacional de Agricultura</b> , atribuições previstas no art. 14, § 1º, desta lei.				
	<b>Diretor Operacional de Infraestrutura</b> , atribuições previstas no art. 15, § 1º, desta lei.				
	<b>Diretor de Ambiente Urbano</b> , atribuições previstas no art. 15, § 2º, desta lei.				
	<b>Diretor de Saúde</b> , atribuições previstas no art. 16, § 1º desta lei.				
	<b>Diretor Pedagógico</b> , atribuições previstas no art. 18, § 1º, desta lei.				
	<b>Diretor Administrativo Educacional</b> , atribuições previstas no art. 18, § 2º desta lei.				
	<b>Diretores de Unidade Escolar</b> , atribuições previstas no art. 18, § 3º, desta lei – 2 (duas) vagas.				
	<b>Diretor de Esportes</b> , atribuições previstas no art. 18, § 4º, desta lei.				





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

36

**ANEXO III**

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	Nº DE VAGAS	PADRÃO	NÍVEL	VALOR R\$
<b>COORDENADOR</b>	<b>Coordenador de Saneamento Básico</b> , atribuições previstas no art. 15, § 3º, desta lei.	06	C.C.	03	R\$ 2.200,37
	<b>Coordenador de Unidade Escolar</b> , responsável pelas atribuições estabelecidas no art. 18, § 5º, desta lei.				
	<b>Coordenador de Agricultura</b> , responsável pelas atribuições estabelecidas no parágrafo único do art. 14, § 2º desta Lei.				
	<b>Coordenador de Saúde</b> , atribuições previstas no art. 16, § 2º, desta lei.				
	<b>Coordenador de Cultura e Turismo</b> , atribuições previstas no art. 19, Parágrafo Único, desta lei.				
	<b>Coordenador de Assistência Social</b> , atribuições previstas no art. 17, Parágrafo Único, desta lei.				
<b>TOTAL</b>		<b>27</b>			





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.

37

**ANEXO IV**

**FUNÇÕES GRATIFICADAS**

Vinculação, Identificação, Atribuições e Remuneração

ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DA FUNÇÃO GRATIFICADA	ATRIBUIÇÕES	PADRÃO	Nº DE VAGAS	NÍVEL	VALOR R\$
GABINETE DO PREFEITO E VICE	Secretário da Junta do Serviço Militar e de Atendimento ao Cidadão	Responsável pelo exercício das atribuições da Junta do Serviço Militar, presidida pelo Prefeito Municipal, nos termos da legislação específica. Responsável pela emissão dos documentos de Identidade, Carteira de Trabalho, INCRA, ITR e demais atividades afins.	FG	01	02	600,00
	Responsável pelo preenchimento e envio dos dados aos órgãos de Controle	Responsável pelo preenchimento das planilhas do SIOPE, SIOPS e SICONFI, e envio dos dados aos respectivos órgãos de controle.	FG	01	01	1.000,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS	Presidente da Comissão Permanente de Licitações	Presidente da Comissão Permanente de Licitações sendo responsável pelos processos de licitação (exceto na modalidade pregão), cabendo-lhe a responsabilidade pelos atos do certame, publicidade, legalidade e julgamento, presidindo as sessões de licitação e análise de recursos e encaminhamentos necessários.	FG	01	01	1.000,00
	Pregoeiro	Designado através de ato do Chefe do Executivo é responsável pela sessão do pregão, envolvendo o credenciamento, abertura e análise de propostas, etapa de lances, verificação de documentos de habilitação, elaboração de atas.	FG	01	02	600,00
	Secretário da Comissão Permanente de Licitações	Nomeado para integrar a comissão Permanente de Licitações, sendo responsável pela redação das atas das licitações, observação dos prazos legais para recursos e posterior controle para homologação dos processos licitatórios.	FG	01	04	300,00
	Membro da Comissão Permanente de Licitações e membro da equipe de apoio ao pregoeiro	Nomeado para integrar a comissão Permanente de Licitações, sendo responsável pela observação dos prazos legais para recursos e posterior controle para homologação dos processos licitatórios.	FG	04	05	250,00

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br) - 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

38

**Lei Complementar nº 099, de 22 de Fevereiro de 2021.**

<b>SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA</b>	<b>Operador de Máquinas Especiais</b>	Responsável pela operação de máquinas especiais – para fins desta lei, máquinas especiais são aquelas de maior valor patrimonial e de maior complexidade operacional.	FG	03	04	300,00
	<b>Diretor do Serviço de Saneamento Básico – SSB/ Responsável pela Unidade Fazendária Municipal</b>	Responsável pela direção geral dos serviços de saneamento básico, especialmente do sistema de abastecimento de água. Responsável pela emissão de blocos de produtor, controle do movimento econômico.	FG	01	02	600,00
	<b>Responsável pela Manutenção Operacional do Serviço de Saneamento Básico – SSB</b>	Responsável pela manutenção operacional e fiscalização dos serviços de Saneamento Básico – SSB, notadamente os relacionados ao abastecimento de água.		01	02	600,00
	<b>Responsável pelo Almoxarifado e Protocolo de Serviços</b>	Responsável pela organização e manutenção do Almoxarifado da Infraestrutura e pela emissão dos protocolos de solicitação de serviços e emissão das ordens de abastecimento e manutenção da frota municipal.		01	02	600,00
<b>SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE</b>	<b>Responsável pela manutenção e condução de caminhão pipa</b>	Responsável pelos trabalhos de manutenção preventiva e condução do caminhão pipa para abastecimento de água nos períodos de estiagem e auxílio no eventual combate a incêndio	FG	02	03	500,00
<b>SECRETARIA DE SAÚDE</b>	<b>Direção de Programas de Saúde</b>	Dirigir os programas de saúde pública, especialmente aqueles voltados às ações e serviços preventivos e de saneamento básico.	FG	01	04	300,00



**PORTARIA Nº 041 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878241

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA PARA ASSINAR COMO CONTADORA DO MUNICÍPIO.

ELTON MATTES, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando: o afastamento para tratamento de saúde do Contador efetivo, e a necessidade de outra pessoa responder pelo cargo;

RESOLVE;

Artigo 1º - Nomear a Senhora MARCIA APARECIDA REINISCH MALTAURO, matrícula nº 010 no Cargo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE para assinar como CONTADORA do Município no período de 19 a 28 de fevereiro de 2021.

Artigo 2º - Pelo desempenho do presente mandato a servidora designada optou pelo vencimento do Cargo Nomeado nessa Portaria.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, SC,  
22 de fevereiro de 2021.

ELTON MATTES  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

VANIA PEDROSO  
Responsável pelas Publicações

**PORTARIA Nº 042, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878791

CONCEDER FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ELTON MATTES, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

CONSIDERANDO o fato de que a solicitação da concessão de férias às servidoras públicas municipais ILAINE RIBEIRO e ALICE KOPPE, não foi encaminhada ao departamento de pessoal;

CONSIDERANDO o fato de que as servidoras fizeram gozo de 15 dias, sem que a portaria de concessão de férias fosse publicada;

RESOLVE

Art. 1º Conceder de forma retroativa férias regulamentares as Servidoras Públicas Municipais, abaixo relacionadas:

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
787	ALICE KOPPE	18/04/2019	17/04/2020	01/02/2021	15/02/2021
923	ILAINE RIBEIRO	10/01/2020	09/01/2021	10/02/2021	24/02/2021

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista, SC, em 23 de fevereiro de 2021.

ELTON MATTES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

VÂNIA PEDROSO  
Responsável pelas publicações



# Anchieta

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2020-FMAS

Publicação Nº 2878080

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 004/2020 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL FIRMADO ENTRE O SENHOR PAULINHO DALLAZEN E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do Prefeito Municipal, Sr. Ivan José Canci, residente e domiciliado na Linha São Marcos, s/n – Interior deste município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob nº 625.835.909-44, e o Sr. Paulinho Dallazen, já qualificado no contrato 004/2020, com fundamento na Lei Federal Nº 8.666/93 de 21/06/93, e considerando o previsto na Cláusula Segunda e Terceira do referido contrato, celebram o presente termo aditivo, com base nas Cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual previsto na Cláusula Segunda fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, até 31 de agosto de 2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

O valor previsto na Cláusula Terceira do Contrato Nº 004/2020, será mantido em R\$: 400,00 (Quatrocentos Reais) mensal, totalizando o valor de R\$: 2.400,00 (Dois Mil e Quatrocentos Reais) para os próximos 06 meses.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para fazer frente às despesas correrão a conta da seguinte dotação:

Projeto/Atividade	Recurso/Elemento	Despesa/Ano	Descrição	Valor Bloqueado
10.01 – 08.122.0002.2.200	335 – 3.3.90.36.15	2/2021	ADM GERAL BENS E SERV. ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.400,00

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado. E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Anchieta – SC, 15 de fevereiro de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal  
CPF: 625.835.909-44

PAULINHO DALLAZEN  
Contratado/Locador  
CPF: 777.101.939-00

### DECRETO N. 051/2021

Publicação Nº 2879011

DECRETO Nº. 051/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) e contém outras providências. O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.517, de 20 de novembro de 2020 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

##### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.517, de 20 de novembro de 2020, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

#### CAPÍTULO II

##### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE





10.301.0023.1.034 – Estruturação da Rede de Serviços de Saúde (Equip., Mat. Perm., Construção e Reforma)  
(90) 4.4.90.00.00.00.00.00.1335 -Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

10 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.122.0002.2.200 – ADM. GERAL BENS E SERV. DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(2) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

12 – HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL

10.122.0002.2.400- BENS E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO HOSPITAL MUNICIPAL

(11) 3.3.90.00.00.00.00.00.1335 -Aplicações Diretas ..... R\$ 12.000,00

Total ..... R\$ 47.000,00

Art. 3º Para atendimento parcial da abertura do Crédito constante deste ato, fica utilizada a importância de até R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), concernentes ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2020, após deduzidos os Restos a Pagar, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes, conforme a tabela abaixo:

BANCO/CONTA	RECURSO	UTILIZAÇÃO NESTE ATO
B. BRASIL CONTA FMS PRÓPRIOS C/C 14.009-0 CÓDIGO REDUZIDO: 63914	335/1335	R\$ 20.000,00
BCO BRASIL - CTA MOV. HOSPITA- 25.562-9 CÓDIGO REDUZIDO: 57347	335/1335	R\$ 12.000,00
TOTAL SUPERÁVIT FINANCEIRO		R\$ 32.000,00

Art. 4º Para atendimento do restante dos Créditos constantes neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em conformidade com a seguinte conta, a saber:

10 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.122.0002.2.200 – ADM. GERAL BENS E SERV. DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

### CAPÍTULO III

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.515, de 20 de novembro de 2020, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao crédito e redução introduzidos no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF) à Anchieta (SC), 23 de fevereiro de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

### PORTARIA Nº 130/2021

Publicação Nº 2877864

PORTARIA nº. 130/2021

De, 22 de fevereiro de 2021.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerada a senhora Maria Beatriz Baronio, ocupante do cargo de Monitora de Creche ACT, matrícula 2704, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.





Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 22 de fevereiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## **PORTARIA Nº 131/2021**

Publicação Nº 2877866

PORTARIA n. 131/2021  
De, 23 de fevereiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar n. 038/2012 e,

Considerando a Comunicação Interna n. 008/2021 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;  
Considerando a Portaria n. 83/2021 a qual designa a servidora pública municipal efetiva senhora Andreia Milani de Souza, matrícula 2385, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, para exercer a Função de Confiança de Secretária de Escola com exercício no Centro Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental - CMEIF;  
Considerando a necessidade de substituição de professores efetivos, quando designados para exercer Função de Confiança e/ou cargos em comissão;  
Considerando o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com o Ministério Público – SIG/MP n. 06.2019.00000682-4;  
Considerando a realização da Chamada Pública n. 02/2021, tendo em vista a necessidade de substituição de professores até o resultado do Processo Seletivo nº 001/2020;

### **RESOLVE:**

Nomear Professora de Educação Infantil ACT em Substituição a titular que se encontra designada como Secretária de Escola,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Margarete Lourdes Garlet Bertolin, para exercer o cargo de Professora de Educação Infantil ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com exercício no Jardim de Infância Cantinho da Alegria da Linha Nossa Senhora da Saúde, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VIII, no período de 23/02/2021 à 31/03/2021.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.  
Em, 23 de fevereiro de 2021.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## **PORTARIA Nº 132/2021**

Publicação Nº 2877867

PORTARIA n. 132/2021  
De, 23 de fevereiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar n. 038/2012 e,

Considerando a Comunicação Interna n. 010/2021 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;  
Considerando a Portaria n. 82/2021 a qual designa a servidora pública municipal efetiva, senhora Sheila Fernanda Dornelles, matrícula 1398, ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais – Ensino Fundamental, para exercer a Função de Confiança de Diretora de Escola, com exercício na Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental do Bairro Xavantes;  
Considerando a necessidade de substituição de professores efetivos, quando designados para exercer Função de Confiança e/ou cargos em comissão;



Considerando o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com o Ministério Público – SIG/MP n. 06.2019.00000682-4;  
Considerando a realização da Chamada Pública n. 02/2021, tendo em vista a necessidade de substituição de professores até o resultado do Processo Seletivo nº 001/2020;

**RESOLVE:**

Nomear Professora de Séries Iniciais – Ensino Fundamental ACT, em Substituição a titular que se encontra designada como Diretora de Escola,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Vera Lúcia Suffredini da Costa, para exercer o cargo de Professora de Séries Iniciais ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com exercício no Centro Municipal de Educação Infantil e Fundamental - CMEIF, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VIII, no período de 23/02/2021 à 31/03/2021.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.

Em, 23 de fevereiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 133/2021**

Publicação Nº 2877869

PORTARIA n. 133/2021

De, 23 de fevereiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar n. 038/2012 e,

Considerando a Comunicação Interna n. 009/2021 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a Portaria n. 80/2021 a qual designa a servidora pública municipal efetiva, senhora Neli da Costa Thums, matrícula 2275, ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais – Ensino Fundamental, para exercer a Função de Confiança de Diretora de Escola, com exercício na Creche Pró Infância - Ensino Infantil;

Considerando a necessidade de substituição de professores efetivos, quando designados para exercer Função de Confiança e/ou cargos em comissão;

Considerando o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com o Ministério Público – SIG/MP n. 06.2019.00000682-4;

Considerando a realização da Chamada Pública n. 02/2021, tendo em vista a necessidade de substituição de professores até o resultado do Processo Seletivo nº 001/2020;

**RESOLVE:**

Nomear Professora de Séries Iniciais – Ensino Fundamental ACT, em Substituição a titular que se encontra designada como Diretora de Escola,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Elisangela Contini, para exercer o cargo de Professora de Séries Iniciais ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com exercício na Escola Isolada Municipal de Linha Nossa Senhora da Saúde, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VIII, no período de 23/02/2021 à 31/03/2021.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.

Em, 23 de fevereiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Endereço Eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**DECRETO N. 050/2021**

Publicação Nº 2877761

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****DECRETO Nº. 050/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021****NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 84, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Municipal nº 2.373 de 23 de abril de 2018 que reestruturou o Conselho Municipal de Saúde de Anchieta;

Considerando a Comunicação Interna nº 001/2021, encaminhando a lista de indicações de novos membros.

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Saúde do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, a saber:

**I – Representantes do Governo Municipal e prestador de serviço:**

- a) Secretaria de Saúde Pública: Martinhos Scantamburlo (Titular) e Diego Alves Rei (Suplente);
- b) Secretaria de Agricultura: George Teixeira (Titular) e Rafael Ferreira da Silva (Suplente);
- c) Secretaria de Assistência Social: Eduardo Piccoli Meotti (Titular) e Jozane de Paula Bard (Suplente);
- d) Secretaria de Educação: Selma Antonia Giongo (Titular) e Gilmar Machado Soares (Suplente);
- e) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais: Valtenir José Buratti (Titular) e Gema Pompermayer Schenkel (Suplente);

**II – Representantes de entidades de trabalhadores da saúde:**

- a) Trabalhadores da saúde que atuam na Secretaria Municipal de Saúde com atribuições de nível superior: Patrícia Campana (Titular) e Cladiane dos Santos (Suplente);
- b) Trabalhadores da saúde que atuam na Secretaria Municipal de Saúde com atribuições de nível técnico ou médio: Marlene Carteri (Titular) e Juscelaine Lagni (Suplente);
- c) Representante de trabalhadores da saúde que prestam serviço no município na área de odontologia: Lucimara Davi Stocco (Titular) e Giovani Bordignon (Suplente);
- d) Representante de trabalhadores da saúde que prestam serviço no município na área de fisioterapia e/ou Educação Física: Janaine Possa Strapazzon (Titular) e Carine Corso (Suplente);
- e) Representante de trabalhadores da saúde que prestam serviço no município na área de análises clínicas e/ou psicologia/psiquiatria/nutrição: Viviane Neusa Scheid (Titular) e Francielle de Negri (Suplente);

**III – Representantes de entidades de usuário dos SUS:**

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

- a) Representante de Associação dos Doadores de Sangue: Jacinta Dalmoro (Titular) e Fabiane Lago (Suplente);
- b) Representante de Associação de Pessoas com Deficiência: Fabiane Somavilla Cassol (Titular) e Vera Lucia Schimitz Junges (Suplente);
- c) Representante de Associação que desenvolva trabalho com crianças: Joconda Negri (Titular) e Maria Lizete Kraemer (Suplente);
- d) Representante de entidade que desenvolva trabalho com plantas medicinais e/ou fitoterapia: Laercio Ferreira de Macedo (Titular) e Luana Luiza Vieira (Suplente);
- e) Representante de entidade que fomenta a alimentação saudável aliada a produção orgânica: Roselei Aparecida Ronsoni Wille (Titular) e Marlon Santin (Suplente);
- f) Representante de associações de idosos: Rosa Maria Biluca (Titular) e Leocadia Arenharth (Suplente);
- g) Representante de Associação do Comércio, Industrial e/ou Prestadores de Serviços: Eduardo Scholtze (Titular) e Josiane Baronio (Suplente);
- h) Representante das Igrejas instituídas no Município: Sonia M. F. Dallavechia (Titular) e Jaquelina Honaiser Schaeffer (Suplente);
- i) Representante de Associações constituídas por jovens: Aline Steffens Benini (Titular) e Tainara Molossi (Suplente);
- j) Representante de Associações que desenvolvem trabalho de gênero: Onorabile Mapelli Klein (Titular) e Lourdes Bernadete Koerich (Suplente).

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde nomeados neste ato terá duração de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado ou reconduzido por igual período.

Art. 3º O exercício da função de conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º Os membros do Conselho Municipal de Saúde serão substituídos caso falem, sem justificativa, a 04 (quatro) reuniões consecutivas e poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade que representam.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

De Brasília/DF à Anchieta/SC, 23 de fevereiro de 2021.

**IVAN JOSÉ CANCI**  
*Prefeito Municipal*

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
*Camila Baronio* - Secretária de Administração e Gestão

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**RESOLUÇÃO N. 04/2021 - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**

Publicação N° 2879001

**RESOLUÇÃO CMDE 04/2021**

O Conselho de Desenvolvimento Econômico, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº 1500, de 24 de novembro de 2006;

Considerando a aprovação em reunião virtual realizada nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2021, membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar conforme anexo I desta Resolução (ata n. 03/2021), o Edital Proposto (anexo II), com exceção ao valor mínimo da proposta para Permissão de Uso de Espaço Público a Título Precário, que ficou estabelecido em **R\$ 18,00 o metro linear, com correção anual pelo IGPM.**

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigor da data de sua publicação.

Anchieta, SC, 23 de fevereiro de 2021.

Membros:

Eduardo Scholtze

Gerson Rigoni

Joel Lorenzetti

Josiane Stobbe Baronio

Camila Baronio

Claudecir Paulo Viera

Edgar José Benetti



# Angelina

## PREFEITURA

### DÉCIMO NONO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2020

Publicação Nº 2877617

DÉCIMO NONO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2020

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 017/2020

CONTRATADA: Auto Posto Patrício Ltda.

CNPJ: 75.534.818/0001-93

OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de combustíveis

OBJETO DO ADITIVO: Os valores do objeto do presente contrato, de acordo com a Cláusula Sexta do Contrato, serão aplicados reajustes de valores no item 1 do lote 1 (gasolina comum) de 4,776 (quatro reais e sessenta e sete centavos e seis milésimos) para R\$ 4,948 (quatro reais e noventa e quatro centavos e oito milésimos) e item 3 do lote 2 (diesel comum) passará R\$ 3,594 (três reais e cinquenta e nove centavos e quatro milésimos) para R\$ 4,051 (quatro reais e cinco centavos e um milésimo).

FUNDAMENTO: o presente aditivo encontra embasamento legal no artigo 65, inciso II, alínea ☐d☐ da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

LOCAL E DATA: Angelina/SC em 23 de fevereiro de 2021.

### PORTARIA Nº 066/2021

Publicação Nº 2878053

PORTARIA Nº 066/2021

Promove retorno de servidores a Secretaria de origem.

ROSELI ANDERLE, Prefeita Municipal de Angelina no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando o interesse público e o retorno de aulas presenciais em Unidades Escolares no município de Angelina;

RESOLVE:

Art. 1º - Promover o retorno dos servidores Davi Roberto May e Hélio Werlich cedidos temporariamente através da Portaria nº 137/2020.

Art. 2º - Os referidos servidores retornam as suas funções de origem na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 18/02/2020, ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Angelina, 22 de fevereiro de 2021.

Roseli Anderle  
Prefeita Municipal

### PORTARIA Nº 067/2021

Publicação Nº 2878054

PORTARIA Nº 067/2021

CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO.

ROSELI ANDERLE, Prefeita Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município de Angelina, art. 17 item II, art. 60 item VI; e considerando o pedido da interessada;

Resolve:

Exonerar Eni Catarina Hang Coelho matrícula funcional nº 1196 do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Angelina a partir da presente data.

Angelina, 22 de fevereiro de 2021.

Roseli Anderle  
Prefeita Municipal



# Anitápolis

## PREFEITURA

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2020

Publicação Nº 2878225

MUNICIPIO DE ANITÁPOLIS – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 031/2020. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: DJP CONSTRUÇÕES LTDA EPP. CLAUSULA PRIMEIRA – DA VIGENCIA: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de contrato, que fica prorrogado até 26/05/2021. – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições não especialmente alteradas neste termo. Data: 23/02/2021. Marcelo Boeing – Secretário Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente.

### PRIMEIRO TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2020

Publicação Nº 2877734

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Anitápolis  
GABINETE DO PREFEITO  
CNPJ 82.892.332/0001-92  
Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88.475-000 – ANITÁPOLIS – SC  
Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax: 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS/REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº 005/2020.

Aditivo de Reequilíbrio Econômico à Ata de Registro de Preços nº 005/2020 que entre si fazem o Município de Anitápolis e a empresa Petroeste Distribuidora de Lubrificantes.

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, através da Prefeitura Municipal de Anitápolis, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Gonçalves Junior, 260, centro, inscrito no CNPJ sob nº 82.892.332.00001/92, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Solange Back (Contratante) e, de outro lado à empresa Petroeste Distribuidora de Lubrificantes, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia BR 467, Km 78, Vista Alegre, Toledo – PR, CEP: 85907-060, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 30.572.270/0001-38, neste ato representada por seu proprietário, Sr. Fernando Fabiano Favero (Contratada), já qualificados no Processo Licitatório 016/2020 - Pregão Presencial nº 016/2020, vêm por seus representantes legais, ao final assinados, ajustar entre si o presente Termo Aditivo de Realinhamento de Preços/Reequilíbrio Econômico Financeiro de acordo com o que prescreve o artigo 65 inc.II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente aditivo de Realinhamento de Preços/Reequilíbrio Econômico Financeiro têm por objeto o Registro de Preços para aquisição futura, eventual e parcelada de lubrificantes para as máquinas, caminhões e veículos das diversas secretarias da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis.

CLÁUSULA SEGUNDA – Este aditivo é objeto do Processo Licitatório nº 016/2020, na modalidade Pregão Presencial sob o nº. 016/2020 e será regido especialmente nos casos omissos, pelas normas da Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Ficam alterados, na forma de Realinhamento de Preços/Reequilíbrio Econômico Financeiro, os valores para aquisição de óleos lubrificantes constantes no Item 01 da Ata de Registro de Preços de nº 005/2020, oriunda do Pregão Presencial nº 016/2020.

CLÁUSULA QUARTA – Os preços fixados no presente Termo Aditivo para fins de Realinhamento de Preços/Reequilíbrio Econômico Financeiro são os seguintes:

- 1) Óleo Lubrificante multiviscoso de alta performance para motores Diesel com viscosidade SAE 15W40, que atenda ao nível de desempenho API CI-4/SL em embalagem de 1 litro – R\$ 14,38
- 2) Óleo lubrificante multiviscoso de tecnologia 100% sintética para modernos motores a gasolina, etanol, flex e GNV. Grua SAE 5W30, superando as exigências dos graus SAE 10W-30 e 20W30, que exijam lubrificantes com níveis de desempenho API SN e ILSAC GF-5, em embalagem de 1 litro – R\$ 18,37

CLÁUSULA QUINTA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Anitápolis, 17 de fevereiro de 2021.

MUNICIPIO DE ANITÁPOLIS Contratante	PETROESTE DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES Contratada
--	--

#### TESTEMUNHAS:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------



**Antônio Carlos****PREFEITURA****CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2021**

Publicação Nº 2877975

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPALIDADE DE ANTÔNIO CARLOS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2021  
(SERVIÇO ESSENCIAL – COLETA DE LIXO)

Geraldo Pauli, Prefeito do Município de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições nos termos do art. 37 da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal:

- CONSIDERANDO, não haver disponibilidade de pessoal para contratação;
- CONSIDERANDO, a necessidade emergencial de novas contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;
- CONSIDERANDO, não haver mais candidatos aprovados em processo seletivo.

Torna público que tem necessidade de contratar por tempo determinado o profissional abaixo indicado, que deverá protocolar os documentos no Balcão do Cidadão, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, impreterivelmente até a data de 03/03/2021, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, os seguintes documentos: currículo (contendo os dados pessoais, telefone, email, etc); carteira de identidade; carteira de trabalho e documentos exigidos para critério de seleção.

CARGOS	VAGA	FORMAÇÃO/EXIGÊNCIA	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	VÍNCULO
Auxiliar de Manutenção e Conservação	01	Alfabetizado	40hr	R\$ 1.398,97	Contrato Temporário

**CRITÉRIOS A SEREM SEGUIDOS PARA A SELEÇÃO:**

- 1)Títulos; Critério para apuração dos pontos:
  - a) Conclusão Curso Superior – 3 Pontos
  - b) Conclusão de Ensino Médio – 2 Pontos
  - c) Conclusão de Ensino Fundamental – 1 Pontos
- 2) Idade;
- 3) Sorteio.

Os interessados devem apresentar a documentação para comprovar os itens citados nos critérios para seleção.

A presente chamada pública destina-se à admissão em caráter temporário para o ano de 2021, que será por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

O prazo de contratação será estipulado no momento da contratação, bem como a jornada de trabalho, atendendo o interesse público.

Antônio Carlos, 23 de fevereiro de 2021.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 026/2021**

Publicação Nº 2878684

DECRETO Nº 000026/21 de 23 de Fevereiro de 2021

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001677/20 de 15 de Dezembro de 2020.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.001-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00



Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 10.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Fevereiro de 2021

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## ERRATA DE PORTARIA N 025/2021

Publicação Nº 2878781

### ERRATA DE PORTARIA

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando que na Portaria nº. 025/2021, publicada no DOM no dia 22 de janeiro de 2021, Edição nº. 3388, pg. 27.

Onde se lê:

IVONETE TEREZINHA CONRADI HOFFMANN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	01/04/2019 a 31/03/2020	17/02/2021 a 26/02/2021
------------------------------------	---------------------------	---	-------------------------	-------------------------

Leia-se:

IVONETE TEREZINHA CONRADI HOFFMANN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	01/04/2019 a 31/03/2020	15/02/2021 a 06/03/2021
------------------------------------	---------------------------	---	-------------------------	-------------------------

Antônio Carlos, 23 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 151/2020

Publicação Nº 2877688

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 151/2020. Origem: Processo Licitatório n. 134/2020, Pregão Presencial n. 87/2020. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Mario Sergio Lucca. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para reforma de bancos, mesas e estruturas metálicas do refeitório do Centro de Educação Infantil Municipal Coração de Jesus do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, com valor total estimado em R\$ 7.111,00 (sete mil, cento e onze reais). Vigência: 01 de dezembro de 2020 a 01 de dezembro de 2021.

Antônio Carlos/SC, 23 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 152/2020

Publicação Nº 2877690

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 152/2020. Origem: Processo Licitatório n. 137/2020, Pregão Presencial n. 89/2020. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Polimpressos Serviços Gráficos Ltda. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição de notas fiscais de produtor rural para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para o item 1, com valor total estimado em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Vigência: 02 de dezembro de 2020 a 02 de dezembro de 2021.

Antônio Carlos/SC, 23 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 153/2020**

Publicação Nº 2877691

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 153/2020. Origem: Processo Licitatório n. 138/2020, Pregão Presencial n. 90/2020. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Vizu Editora e Distribuidora de Livros Ltda. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição de livros para as unidades escolares pertencentes à rede de ensino do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para os Lotes 1, 2 e 3, com valor total estimado em R\$ 69.200,00 (sessenta e nove mil e duzentos reais). Vigência: 02 de dezembro de 2020 a 02 de dezembro de 2021.

Antônio Carlos/SC, 23 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 154/2020**

Publicação Nº 2877692

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 154/2020. Origem: Processo Licitatório n. 140/2020, Pregão Presencial n. 92/2020. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Ketilyn Som e Películas Ltda. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado da frota de veículos e máquinas do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para os Lotes 1 (item 1), 2 (item 2) e 3 (item 3), com valor total estimado em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Vigência: 04 de dezembro de 2020 a 04 de dezembro de 2021.

Antônio Carlos/SC, 23 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 155/2020**

Publicação Nº 2877695

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 155/2020. Origem: Processo Licitatório n. 141/2020, Pregão Presencial n. 93/2020. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Cooperativa de Trabalho Educacional de Professores e Especialistas COOEPE. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços educacionais para jovens e adultos (EJA), ensino fundamental e médio, modalidade educação à distância (EAD), no Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para o Lote Único (itens 1 e 2), com valor total estimado em R\$ 107.000,00 (cento e sete mil reais). Vigência: 08 de dezembro de 2020 a 08 de dezembro de 2021.

Antônio Carlos/SC, 23 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 156/2020**

Publicação Nº 2877696

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 156/2020. Origem: Processo Licitatório n. 148/2020, Pregão Presencial n. 97/2020. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Mario Sergio Lucca. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição parcelada de placas de identificação para a Secretaria de Saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para os itens 1 e 2, com valor total estimado em R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais). Vigência: 09 de dezembro de 2020 a 09 de dezembro de 2021.

Antônio Carlos/SC, 23 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 157/2020**

Publicação Nº 2877698

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 157/2020. Origem: Processo Licitatório n. 149/2020, Pregão Presencial n. 98/2020. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Verde Vale Gramas e Terraplanagem Ltda. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição parcelada de areia grossa para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para o item 1, com valor total estimado em R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais). Vigência: 16 de dezembro de 2020 a 16 de dezembro de 2021.

Antônio Carlos/SC, 23 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 160/2020**

Publicação Nº 2877699

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 160/2020. Origem: Processo Licitatório n. 143/2020, Pregão Presencial n. 94/2020. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Livraria GP – Eireli. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição de livros didáticos de língua estrangeira (inglês) para os alunos do ensino fundamental da rede de ensino do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para o lote 1 (itens 1, 2, 3, 4, 5), com valor total estimado em R\$ 25.250,00 (vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta reais). Vigência: 22 de dezembro de 2020 a 22 de dezembro de 2021.

Antônio Carlos/SC, 23 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 161/2020**

Publicação Nº 2877701

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 161/2020. Origem: Processo Licitatório n. 151/2020, Pregão Presencial n. 100/2020. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Comercial KS Eireli. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição parcelada de colchonetes para o CEIM Fábio Luiz Egert do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para os itens 1 e 2, com valor total estimado em R\$ 14.212,00 (catorze mil, duzentos e doze reais). Vigência: 21 de dezembro de 2020 a 21 de dezembro de 2021.

Antônio Carlos/SC, 23 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N 145/2021**

Publicação Nº 2878676

**PORTARIA Nº 145/2021**

Concede licença prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO por 10 dias ao servidor EDENESIO ANTONIO NEIS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, referente ao período aquisitivo de 04/04/2014 a 31/03/2019, a partir de 24 de fevereiro de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 23 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 24 de fevereiro de 2021.



**PORTARIA N 146/2021**

Publicação Nº 2878756

PORTARIA Nº 146/2021

Cessa portaria.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Cessar a partir de 18/02/2021, o efeito da Portaria nº 426/2020, que realocava temporariamente o servidor ALTAÍDE DA SILVA.

Artigo 2º - O servidor acima descrito retorna para a Secretaria de Educação e Cultura.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/02/2021.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 23 de fevereiro de 2021

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 24 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA N 147/2021**

Publicação Nº 2878827

PORTARIA Nº 147/2021

Realoca servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Realocar a servidora MARCIA REGINA SILVA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, para atuar na SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, a contar de 01 de fevereiro de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/02/2021.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 23 de fevereiro de 2021.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 24 de fevereiro de 2021.



# Apiuna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3749/2021

Publicação Nº 2878650

DECRETO Nº 3749/2021

De 24 de fevereiro de 2021

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CADASTRO SIMPLIFICADO Nº 001/2021 REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, realizou inscrições para o Cadastro Simplificado para contratação de Servente, Motorista e Operador de Máquinas,

CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Cadastro Simplificado nº 001/2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do CADASTRO SIMPLIFICADO 001/2021,

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Apiúna, em 24 de fevereiro de 2021

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito Municipal

## ANEXO I

CADASTRO SIMPLIFICADO N. 001/2021

CLASSIFICAÇÃO FINAL - HOMOLOGAÇÃO

MARCELO DOUTEL DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE APIÚNA – SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O CLASSIFICAÇÃO FINAL do EDITAL DE CADASTRO SIMPLIFICADO 001/2021, conforme segue:

## SERVENTE

Posição	Nº de Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Objetiva	Nota Final
1	31	FABIO BERTOLDI	04/09/1977	3,00	7,00	10,00	10,00
2	18	ROBERTO ROSSINI	11/02/1978	1,75	7,00	8,75	8,75
3	23	HENRIQUE MARCOS DOS SANTOS	04/09/2000	1,75	7,00	8,75	8,75
4	6	DANIEL INÁCIO	20/09/2000	1,75	7,00	8,75	8,75
5	97	OSNI CARDOSO	31/07/1971	1,50	7,00	8,50	8,50
6	67	LEANDRO EGER	03/05/1995	1,50	7,00	8,50	8,50
7	100	EDUARDO DONIZETE HEINZ	24/12/2002	1,50	7,00	8,50	8,50
8	26	MARCOS DA SILVA	09/05/1983	1,25	6,00	7,25	7,25
9	79	CÉLIO DA ROSA	03/03/1976	0,50	6,00	6,50	6,50
10	14	JUAREZ PAIM	26/08/1974	0,75	1,00	1,75	1,75

## MOTORISTA

Posição	Nº de Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Objetiva	Prova prática	Nota Final
1	52	ADILSON PETRI	19/12/1979	2,75	6,00	8,75	10,00	9,50
2	54	MARCELO FORMAGI	05/11/1979	1,50	6,00	7,50	10,00	9,00
3	35	DANRLEY SCHMEIDER	11/05/1996	1,50	6,00	7,50	10,00	9,00
4	11	JOSIMAR JOÃO JACOMELLI	24/06/1988	1,25	6,00	7,25	10,00	8,90



5	21	AMARILDO DA SILVA	25/02/1963	1,75	6,00	7,75	9,50	8,80
6	1	RUI GUILHERME RAZINI	12/05/1991	2,00	5,00	7,00	10,00	8,80
7	29	MARCOS ROBERTO DA SILVA	25/07/1980	2,50	5,00	7,50	9,00	8,40
8	101	CARLOS DA ROSA	12/12/1992	2,25	5,00	7,25	9,00	8,30
9	43	LEONARDO SCHINAIDER	23/04/1995	1,00	5,00	6,00	9,50	8,10
10	45	MILTON CESAR NUNES	12/03/1970	2,75	6,00	8,75	7,50	8,00
11	96	JULIANO BURINI	11/03/1984	2,25	5,00	7,25	8,50	8,00
12	8	RONALDO CAPRALI	11/08/1984	1,50	6,00	7,50	8,00	7,80
13	32	RICARDO FERNANDO PETERS	16/01/1995	1,25	4,00	5,25	9,50	7,80
14	34	JAIR ALBERTO NURINBERG	23/04/1971	1,75	3,00	4,75	9,50	7,60
15	80	AGNALDO NUNES	10/04/1973	1,25	4,00	5,25	9,00	7,50
16	71	LAÉRCIO REZINI	07/05/1986	1,25	4,00	5,25	9,00	7,50
17	93	CRISTIANO VALMORBIDA	09/02/1981	1,50	3,00	4,50	9,50	7,50
18	61	GIOVANI DA SILVA	21/02/1988	1,00	6,00	7,00	7,75	7,45
19	64	MARCELO FERRARI	02/06/1980	2,25	5,00	7,25	7,50	7,40
20	63	EUDES DIAS	18/07/1976	1,50	4,00	5,50	8,50	7,30
21	15	FABRÍCIO SCHULZ	10/05/1991	1,00	4,00	5,00	8,00	6,80
22	44	ADILSON POSSAMAI	26/11/1981	2,00	3,00	5,00	7,50	6,50
23	86	ADRIANO DONIZETE HEINZ	01/03/1978	1,50	5,00	6,50	0,00	2,60

## OPERADOR DE MÁQUINAS

Posição	Nº de Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Objetiva	Prova Prática	Nota Final
1	51	FLAVIO DE CASTRO	28/01/1980	1,50	5,0	6,50	10,00	8,60
2	72	ALMIRO DOS SANTOS	25/04/1983	1,75	5,0	6,75	9,50	8,40
3	17	MARCOS SCHULZ	19/01/1997	1,00	3,0	4,00	10,00	7,60
4	78	ALTAIR BORGES	26/06/1978	1,50	3,0	4,50	5,00	4,80
5	81	VALGENOR ALBERTO VOSS	19/10/1979	1,25	3,0	4,25	0,00	1,70

APIÚNA (SC), 24 de fevereiro de 2021.

MARCELO DOUTEL DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

## DISPENSA Nº 23/2021

Publicação Nº 2878630

## MUNICIPAL DE APIÚNA

Extrato de Dispensa de Licitação nº 23/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS À PORTARIA Nº 179/SEF/SC DE 14/07/2020, ANEXO II, FONTE DE RECURSO 0.100, SEÇÃO A, EMENDA Nº 122, MODALIDADE DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA E O MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC. Contratada: BLUSTAR – COMERCIO DE VEICULOS LTDA, CNPJ Nº 82.636.887/0001-73. Valor Total: R\$ 190.800,00. Fundamento: Art. 24, XI da Lei 8.666/93 e suas alterações.

MARCELO DOUTEL DA SILVA/Prefeito de Apiúna

Data: 23/02/2021

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2021 - DISPENSA 23/2021

Publicação Nº 2878655

## MUNICIPAL DE APIÚNA

Extrato de Contrato Nº : 29/2021 - DISPENSA Nº 23/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE APIÚNA. Contratada: BLU STAR - COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS À PORTARIA Nº 179/SEF/SC DE 14/07/2020, ANEXO II, FONTE DE RECURSO 0.100, SEÇÃO A, EMENDA Nº 122, MODALIDADE DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA E O MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC, CUJAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ENCONTRAM-SE NO ANEXO I DESTE EDITAL. Vigência : Início: 23/02/2021 Término: 31/12/2021. Valor: R\$ 190.800,00 (Cento e Noventa





Mil e Oitocentos Reais ). Dotação: 265 - 04.001.2048.344905248000000000.01010000. Dotação: 412 - 04.001.1042.344905248000000000.03790100. FISCAL: JULIANA VANELLI  
MARCELO DOUTEL DA SILVA/Prefeito de Apiúna  
Data: 23/02/2021

**PORTARIA N°0249/2021**

Publicação N° 2877950

PORTARIA N° 0249/2021  
De 22 de fevereiro de 2021  
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES DA  
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,  
RESOLVE

Art. 1º - Conceder 20 dias de férias para o servidor CARLOS ALBERTO DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 18/02/2020 a 17/02/2021, com abono de 10 dias.

Art. 2º - Conceder 30 dias de férias para o servidor CARLOS AUGUSTO CUQUI, referente ao período aquisitivo de 02/07/2019 a 01/07/2020.

Art. 3º - Conceder 30 dias de férias para o servidor IRINEU JUNIOR TOMBINI, referente ao período aquisitivo de 15/10/2018 a 14/10/2019.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N°0250/2021**

Publicação N° 2877951

PORTARIA N° 0250/2021  
De 22 de fevereiro de 2021

DEMITE SERVIDORA CONTRATADA TEMPORARIAMENTE  
ELIANE NASCIMENTO DELABENETA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir em 19 de fevereiro de 2021, funcionária contratada em caráter temporário via Processo Seletivo nº 009/2020, ELIANE NASCIMENTO DELABENETA, contrato nº 114740-05, ocupante do cargo de PROFESSOR – 20H, por iniciativa do funcionário.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N°0251/2021**

Publicação N° 2877952

PORTARIA N° 0251/2021  
De 22 de fevereiro de 2021  
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES DA  
SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 dias de férias para o servidor ALTEMIR DE QUADROS PAZ, referente ao período aquisitivo de 06/03/2020 a 05/03/2021.

Art. 2º - Conceder 20 dias de férias para a servidora BARBARA WEISER MARTINS, referente ao período aquisitivo de 13/02/2020 a 12/02/2021, com 10 dias de abono.

Art. 3º - Conceder 20 dias de férias para a servidora FATIMA WALTRICK BRANCO, referente ao período aquisitivo de 06/10/2019 a 05/10/2020, com 10 dias de abono.

Art. 4º - Conceder 10 dias de abono de férias para o servidor GIAN CARLOS SEHNEM, referente ao período aquisitivo de 03/02/2020 a 02/02/2021.

Art. 5º - Conceder 10 dias de abono de férias para o servidor GILMAR ALVES TRINDADE FILHO, referente ao período aquisitivo de 01/08/2019 a 31/07/2020.

Art. 6º - Conceder 30 dias de férias para a servidora NADIR INES WERNER FUSINATO, referente ao período aquisitivo de 28/02/2019 a



27/02/2020.

Art. 7º - Conceder 30 dias de férias para o servidor REVELINO MICH, referente ao período aquisitivo de 01/08/2019 a 31/07/2020.

Art. 8º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº0252/2021**

Publicação Nº 2877953

PORTARIA Nº 0252/2021

De 22 de fevereiro de 2021

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA

CRISTIANE ANDRADE BORGES

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna em Exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 Art. 131 e, Lei Complementar nº 147/2014 de 16/12/2014,  
RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença maternidade de 120 dias a CRISTIANE ANDRADE BORGES, a partir de 19/02/2021 à 18/06/2021, conforme certidão de nascimento.

Art. 2º - Conceder licença especial de 60 dias conforme art. 139 da Lei Complementar 147/14, para CRISTIANE ANDRADE BORGES de 19/06/2021 à 17/08/2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº0253/2021**

Publicação Nº 2877954

PORTARIA Nº 0253/2021

De 22 de fevereiro de 2021

ALTERA CARGA HORÁRIA DE

YASMIN SILVA ABILA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 7º da Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017 e considerando a Portaria nº 0103/2019 de 01 de fevereiro de 2019 e conforme o item 16.7 do edital do Processo Seletivo nº 09/2020,  
RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora contratada temporariamente, YASMIN SILVA ABILA, contrato 184144-3, ocupante do cargo de PROFESSOR – 20H semanais passando a exercer o total de 30H semanais a partir de 22 de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 242/2021 de 19 de fevereiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº0254/2021**

Publicação Nº 2877955

PORTARIA Nº 0254/2021

De 22 de fevereiro de 2021

DESIGNA NEUSA ANA SLOMSKI ANGIOLETTI COMO RESPONSÁVEL

PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 19 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,  
RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora comissionada NEUSA ANA SLOMSKI ANGIOLETTI, matrícula nº 50652, ocupante do cargo de Secretário Municipal, como responsável pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos desde 01 de janeiro de 2021.  
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 0255/2021

Publicação Nº 2878664

PORTARIA Nº 0255/2021  
De 23 de fevereiro de 2021

DESIGNA JULIANA VANELLI COMO  
FISCAL DO CONTRATO Nº 29/2021

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva JULIANA VANELLI, matrícula n. 32387, ocupante do cargo de PROFESSOR, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO nº 29/2021	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS À PORTARIA Nº 179/SEF/SC DE 14/07/2020, ANEXO II, FONTE DE RECURSO 0.100, SEÇÃO A, EMENDA Nº 122, MODALIDADE DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA E O MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC, CUJAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ENCONTRAM-SE NO ANEXO I DESTA EDITAL - dispensa nº 23/2021	BLUSTAR COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Servidor: ANA PAULA CUSTÓDIO

Cargo: PROFESSOR

Matricula: 46620/5

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado a servidora ANA PAULA CUSTÓDIO, matrícula 46620/5, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 23 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 0256/2021

Publicação Nº 2878694

PORTARIA Nº 0256/2021  
De 23 de fevereiro de 2021

DESIGNA JULIANA VANELLI COMO  
FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2021

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE



Art. 1º - Designar a servidora efetiva JULIANA VANELLI matrícula n. 32387, ocupante do cargo de PROFESSOR, para desempenhar a função de fiscal da ata abaixo relacionada, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

ATA	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
06/2021	AQUISIÇÃO DE KIT ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO Pregão Eletrônico – Registro de Preços N° 01/2021	RSUL EIRELI EPP

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização da ata acima mencionada os servidores a seguir:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Servidor: ANA PAULA CUSTÓDIO

Cargo: PROFESSOR

Matrícula: 46620/5

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado a servidora ANA PAULA CUSTÓDIO, matrícula 46620/5, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 23 de fevereiro de 2021.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal



# Arabutã

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA SESSÃO 003 2021

Publicação Nº 2877715

#### ATA Nº 03/2021 Sessão Ordinária

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, com início às dezoito horas e trinta minutos, tendo como local a Câmara Municipal de Vereadores, situada na Avenida Lauro Muller nº 249, 2º andar, centro, realizou-se a Terceira Sessão Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, da Oitava Legislatura, tendo-se deliberado o que segue: O Presidente da Câmara, Vereador Wellington Berner Pereira declarou aberta a presente Sessão, saudou os Vereadores, o Vice-Prefeito Olguin Metz, os efetivos e comissionados da casa e ao público que assiste de seus lares. Na sequência o Presidente passou a Sessão para o Pequeno Expediente e o Secretário Marcio Leandro L-ckemeier fez a leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada. Após, o presidente requereu a leitura dos Ofícios internos: Requerimento 001/2021 do Líder de Governo Marcio Leandro L-ckemeier. Na sequência o Secretário realizou a leitura dos Ofícios do Executivo Municipal: Ofício Circular nº 045/2021; Ofício Circular nº 043/2021 e Ofício nº 44/2021. Após o presidente solicitou a leitura do Ofício advindo do Deputado Mauro de Nadal. Ato Contínuo, fora realizada a leitura das iniciativas legislativas do Executivo Municipal: Mensagem nº 08/2021 do projeto de Lei Ordinária nº 05 de 11 de Fevereiro de 2021. Na continuidade, o Secretário realizou a leitura dos Ofícios Expedidos pela Casa: Ofício nº 14/2021; Ofício nº 13/2021; Ofício nº 12/2021; Ofício nº 10/2021; Ofício nº 08/2021; Ofício nº 09/2021; Ofício nº 11/2021. Na sequência foram lidas as iniciativas do Poder Legislativo: Moção de Reinvidicação nº 03/2021; Projeto de Resolução nº 004/2021. Indicação nº 08/2021; Indicação nº 09/2021; Indicação nº 10/2021; Indicação nº 11/2021; Indicação nº 12/2021. Terminada a leitura da Matéria que compõe o expediente, o Presidente passou a palavra para os vereadores que desejam se manifestar durante 5 (cinco) minutos: Fez uso da tribuna o Vereador Márcio Leandro L-ckemeier, que cumprimentou a todos, lembrou das datas históricas comemoradas durante a semana e discorreu sobre o Setor da Educação onde foi assinada a ordem de serviço para construção de quatro salas de aula no Núcleo Educacional de Nova Estrela. Na Cultura, em decisão conjunta com o colegiado da cultura da Amauc programou-se a possível retomada das atividades no dia 05 de abril. Na Agricultura, mencionou o recebimento de um trator agrícola através de Emenda Parlamentar. Disse que a Secretária da Saúde pede gentilmente que todos cuidem e respeitem as regras sanitárias garantindo que a situação da Covid-19 permaneça controlada no Município. No Esporte, afirmou que aos redores do Centro de Eventos estão sendo realizadas limpezas, onde serão construídas as quadras de futebol de areia, vôlei de areia, campinho de futebol sete, piscina para hidroginástica e também uma pista de ciclismo para as crianças. Não havendo mais pronunciamentos, o Presidente passou a Sessão para a Ordem do Dia, fazendo a conversão para comissão geral dando a palavra ao Vice-Prefeito Olguin Metz para fazer as suas manifestações: Inicialmente cumprimentou a todos e disse que veio até o Legislativo para falar sobre a ponte e outros assuntos pertinentes. Mencionou que o problema da ponte já é conhecido e que foram colocados cones para sinalização. Disse que na terça feira durante a manhã entraram em contato com alguns deputados e já obtiveram resposta. Relatou que na parte da tarde estiveram na presença dos engenheiros para verificação da ponte, na qual solicitaram uma pequena drenagem ao lado da cabeceira da ponte. Destacou que ficou decidido que durante a semana seria passada mais uma camada de asfalto. Mencionou que segundo informações repassadas, o Estado está solicitando a licitação e que a Prefeita deixou um Ofício na Secretaria do Estado para a agilização do problema. Disse que o projeto de revitalização está sendo licitado, segundo o Secretário, sendo que resta aguardar, uma vez que é função do Estado. Sobre o asfalto de Nova Estrela, mencionou que está sendo colocada a camada asfáltica no trecho licitado, que vem ao encontro de um antigo sonho da comunidade. Na área da Agricultura e Infraestrutura teceu comentários sobre as horas máquinas, disse que os serviços dentro das propriedades estão sendo programados pela Secretaria da Agricultura com máquinas próprias e se necessário for com máquinas terceirizadas, sendo que a Infraestrutura ficará com estradas e acessos para agilizar os serviços. Destacou que receberam um trator agrícola de uma emenda do ex Deputado João Rodrigues de 2017 que será destinado a Associação de Lageado Guaraipo. Mencionou que o pessoal da Agricultura acompanhou duas assembleias de Associações de Nova Estrela e Guaraipo com eleições de novas diretorias. No que tange ao Setor de Educação, este finalizou seus planejamentos para o início das aulas no dia 17. Sobre a questão da limpeza do Centro de Eventos, a topografia da Amauc vai estar fazendo os levantamentos, sendo que será usada toda a estrutura para encaixar os projetos. Desejou um bom trabalho a todos e agradeceu a oportunidade. Na sequência o presidente passou a palavra para o Vereador Núsio Martinho R-benich se manifestar: O Vereador saudou a todos e questionou sobre o funcionamento dos trabalhos realizados com máquinas terceirizadas, se é por microárea. O Vice-Prefeito respondeu que elas seguem por microárea, sendo iniciado pela microárea de Linha Fazendinha e Linha Quirino que eram as com a maior demanda e a próxima demanda é a região de Linha Guaraipo, então irá ter praticamente duas equipes trabalhando. Na sequência o presidente passou a manifestação para o Vereador Assoredo Konrad, que cumprimentou o Vice-Prefeito Olguin. Disse que questionou a Secretária da Educação questionou sobre a possibilidade de se fazer turnos de 6 horas, e ela lhe respondeu que existem dificuldades por causa da Lei 173, sendo que percebeu que na Secretaria da Agricultura houve preenchimento de vagas que anteriormente não existiam então porque isso não pode acontecer na Educação. Em resposta, Olguin informou que os lados para avaliar, muitos funcionários são mães e pais e também possuem essa dificuldade, chegou o horário, precisa trocar de escola, sair, buscar o seu filho, então vendo o lado do funcionário, então existe a dificuldade de encaixar porque o funcionário trabalha oito horas. Sobre a questão da contratação, houve algumas situações com contratação, como por exemplo os monitores, então houve o aumento de funcionários. Essa é uma questão de reformular toda uma estrutura, vai influenciar a questão da carga horária dos profissionais, hoje se inicia as 7:00 horas, se iniciarmos, por exemplo as 6:00 horas, é necessário fazer um ajuste administrativo, mencionando todas as dificuldades para que isso ocorra. Ato contínuo, o Vereador Felipe Patzlaff manifestou-se: Inicialmente cumprimentou a todos e disse não ver dificuldades, se um assessor jurídico pode ter uma jornada das 6:00 horas da manhã até o meio-dia, porque um agente de creche não pode ter sua jornada revisada. Disse que vê a 173 como desculpa em alguns casos, e outra é exceção. Agradeceu o Líder de Governo que lhe passou as orientações do Tribunal de Contas, sendo que a agricultura foi elencada como atividade essencial do Município e momento de estiagem, que não seria problema de estar nomeando um cargo vago, e nesse momento a Educação também passa a ser essencial e essa flexibilidade de horários e alteração de jornadas poderia ser reanalisada com mais carinho, com mais cuidado. A título de complementação o Presidente mencionou que devemos estar cientes da situação que nos coloca a pandemia, que a Secretária Edenice já se manifestou a respeito da regulamentação e das exigências, sendo que o momento é delicado e assim que finalizar a situação



da pandemia, é lógico, deve ser estudada essa possibilidade, e se existir a possibilidade, é lógico que deve ser implantada. Após o Vereador Mauri Patzlaff manifestou-se, cumprimentou a todos e indagou o Vice-Prefeito sobre quais os serviços realizados no interior com as máquinas terceirizadas e o motivo de as faixas para cegos não estarem sendo colocadas nas calçadas do Bairro Nicolau Petry. Olguin declarou que houve uma mudança na lei, sendo que não precisa mais dessa faixa, uma vez que o cego segue a linha do meio fio e tem alguns pontos que necessita do pare, que é a bolinha, disse que a empresa irá refazer a questão da rampa. Sobre a questão das máquinas, existe uma lista de serviços que estão sendo feitos, então se faz o pedido, opta pela máquina e descreve o serviço que precisa ser feito, então a demanda de pedidos é extensa, tudo que for propriedade adentro, sendo que o produtor vai contribuir com sua parte e o Município contribui com a outra parte, isso é atendido, mencionou que existem serviços que não são pagos, e estes ficam de fora. O Vereador Mauri Patzlaff requereu a disponibilização da relação de valores que a Prefeitura paga e que o Agricultor paga. O Vereador Felipe afirmou que a própria lei exige a publicidade dos pedidos, antes da execução e posteriormente a execução, novamente uma publicidade do que foi feito e a quantidade de horas, inclusive acha que acontece a publicação no Diário Oficial, sendo oportuno enviar para esta casa. O Presidente mencionou que as colocações foram bem pontuadas mencionando que será encaminhado Ofício solicitando esses dados. Após, não havendo mais questionamentos, o Presidente agradeceu a presença do Vice-Prefeito e retornou a Ordem do Dia, requerendo ao Secretário a realização da leitura: Projeto de Lei Complementar nº 01 de 28 de Janeiro de 2021, o qual foi aprovado em segunda votação. Projeto de Lei Complementar nº 002/2021, que dispõe sobre a extinção do fundo especial da Câmara Municipal de Arabutã-SC. O Presidente levantou a justificativa, mencionou que na semana passada já foi levantada a discussão sobre esse assunto, um assunto que já vem sendo debatido a muito tempo, pedindo aos colegas apoio para que votem de modo favorável, como pontuado a Câmara possui um milhão e meio na conta, além disso a casa possui um orçamento de um milhão e meio, sendo uma quantia significativa que não se sustenta mais. Destacou que esse posicionamento de extinção do fundo já foi discutido no Tribunal de Contas do Estado, já havendo posicionamento de que os fundos devem ser utilizados, mas não com intenção de edificação de qualquer obra pública. O Vereador Felipe Patzlaff, na condição de Líder da Bancada do MDB, mencionou que possuíam uma proposta de extinção parcial do fundo, destacando que as colocações feitas do Tribunal de Contas divergem, se fosse inconstitucional já haveria uma ação de inconstitucionalidade e já teria sido anulada no passado, ele foi aprovado por esta casa e sancionado pela Prefeita no ano de 2017. Ressaltou que a extinção afronta a Lei 8.429/92 que é a Lei de Improbidade Administrativa, que em seu artigo 11, inciso IX, que dispõe que deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação é considerada prática de improbidade administrativa. Disse que a extinção do fundo retroage o problema de acessibilidade, uma vez que o nosso Município cobra do comércio e não aplica na prática. Pediu vista do projeto que seja adiada a votação e pautada na próxima. O Presidente Ressaltou que a discussão não é de hoje, sendo uma discussão de pelo menos um mês nesta casa, é uma iniciativa que já se vem discutindo, inclusive quando levantou a iniciativa possibilitou aos colegas que levantassem suas opiniões e analisassem essa iniciativa e todos puderam analisar. Os Vereadores Felipe, Liane, Mauri, Assoreado e Ilário votaram a favor do pedido de vista por 5 (cinco) dias, sendo aprovado. Na sequência, o Secretário fez a leitura da iniciativa do Executivo Municipal: Projeto de Lei Ordinária nº 03 de 03 de Fevereiro de 2021, não havendo oposição foi aprovado em primeira votação. Ato contínuo o Secretário realizou a leitura do Projeto de Resolução nº 004/2021, não havendo oposição a iniciativa foi aprovada. Após, foi realizada a leitura do Projeto de Resolução nº 04/2021, o qual foi aprovado por unanimidade. Dando andamento, foi realizada a leitura da Moção nº 01/2021. A Vereadora Liane manifestou-se pedindo o apoio dos colegas Vereadores para a votação da Moção, uma vez que os professores mantem o contato com os pais, sendo importante eles estarem recebendo essa vacina, evitando assim eventual contágio para as crianças também. A iniciativa fora aprovada por unanimidade. Na sequência fora feita a leitura da Moção nº 002/2021. Não havendo oposições a Moção foi aprovada. Passou-se para Indicação nº 04/2021, a qual foi aprovada por unanimidade. Indicação nº 05/2021, a Vereadora Venícia manifestou-se pedindo o apoio dos colegas Vereadores. O Vereador Felipe manifestou-se pelo apoio na indicação. Não havendo oposição a Indicação foi aprovada. Dando sequência, passou-se para a Indicação nº 06/2021, a Vereadora Liane justificou sua Iniciativa, após foi aprovada por unanimidade. Indicação nº 07/2021. O Vereador Assoreado manifestou-se dizendo que foram procurados pelo Presidente da Associação da Comunidade de Linha Guaraipo, então tomou a decisão com o Vereador Mauri, uma vez que as Associações foram uma das coisas mais importantes que aconteceram no Município de Arabutã, tratando-se da agricultura que é o sustentáculo do Município e é através destas associações que se faz a prestação destes serviços que estes agricultores tanto precisam e a Associação de Guaraipo merece essas máquinas e equipamentos, fazendo a ressalva para que sejam atendidos todos os moradores de Linha Guaraipo como as demais associações também. Mencionou que poderiam haver mais associações no Município. O Vereador Mauri complementou a colocação do Vereador Assoreado e leu o Ofício recebido da Associação de Linha Guaraipo. Não havendo oposição a Indicação foi aprovada. Concluída a matéria da Ordem do Dia a Sessão passou para o Grande Expediente: Fez uso da palavra o Vereador Nusio Martinho R-benich que saudou a todos. Disse que participou da Assembleia dos Bombeiros sábado e ressaltou a importância dessa entidade no Município, desejando um bom trabalho para os bombeiros que assumiram o comando. Referente ao Projeto de Extinção do Fundo, parabenizou o Presidente pela colocação do projeto em votação, disse que o assunto já foi debate na gestão passada e hoje nota novamente a dificuldade de se levar em frente a devolução do dinheiro desse fundo. Ressaltou a importância de se pensar no Município e não pensar no partidário. Disse que foi eleito para fazer um trabalho com muita responsabilidade, que precisam ser firmes e manter o posicionamento. Enfatizou que é necessário parar enrolar nossa população. Afirmou que esse dinheiro parado é uma vergonha, sendo que existem setores com dificuldades, chegou a hora de sermos maduros e quem quiser votar contra, que vote, e quem quiser votar a favor, vota a favor, mas o posicionamento precisa ser firme. Destacou que o dinheiro público não é dos vereadores, e não se pode deixa-lo parado. O Presidente manifestou-se dizendo que a discussão do Fundo é uma situação delicada, que respeita as opiniões distintas, que o regimento dispõe a possibilidade de solicitação de vistas. Destacou que disponibilizou a todo momento a possibilidade dos colegas estarem analisando a referida iniciativa legislativa e se algum dos colegas acha que não deve se dar sequência, colocamos em votação e votem contra a iniciativa. Afirmou que não vai desistir de lutar pelo desenvolvimento do Município, que não se colocou na política com o objetivo de ser simplesmente mais um. Que há um mês e quinze dias que está na Presidência e não vai desistir de lutar pelo Município. O Vereador Assoreado se manifestou e disse que em momento algum a bancada foi contra, contudo estranha à posição da devolução de todo o dinheiro, sendo que sempre se falou na ideia de construir a Câmara, mas não se apresentou um projeto para construção, visto que a intenção é devolver todo o dinheiro, então se pede mais clareza. Ressaltou que não são contra a devolução, mas em parte. O Presidente declarou que em momento algum foi impedido que os demais colegas fizessem uma iniciativa legislativa, sendo que a única iniciativa legislativa que discute o fundo é essa colocada em discussão hoje, então se existe uma segunda iniciativa é necessário coloca-la na mesa. O Vereador Nusio continuou sua fala dizendo que não é contra a construção. Que a devolução de um milhão e meio é justa, uma vez que até o final deste ano a Câmara possuirá mais uma sobra de setecentos mil para construção da casa, então não há motivo para não se realizar a devolução de todo o valor agora. Após, o Vereador Ilário Haeffliger subiu à tribuna e cumprimentou a todos. Expôs que na semana passada esteve em Nova Estrela e foi procurado por algumas pessoas por causa do sinal da TIM, pois está muito ruim em vários lugares, na Linha Beira Rio em Nova Estrela também. Disse que no domingo foi questionado pela Ivanete Patzlaff e Gerson Patzlaff que ali o sinal



também está ruim. Por fim requereu o envio de Ofício para Tim. O Presidente manifestou-se para se estender o pedido as comunidades vizinhas, visando um sinal mais adequado para todas as comunidades. Não havendo oposições, o encaminhamento de Ofício foi aprovado. Na sequência, o Presidente passou a manifestação ao Vereador Márcio Leandro L-ckemeier: Inicialmente cumprimentou a todos. Afirmou ser contra a construção da Câmara com o dinheiro do fundo, disse ser a favor a construção com o uso dos valores próprios da Câmara, visto que até o final do ano a Câmara possuirá em torno de oitocentos mil. Disse que esse fundo poderia ser usado para investir mais no asfalto de Canhada Grande, asfalto de Nova Estrela, asfalto no Bairro, investir em máquinas para infraestrutura, então esse dinheiro poderia ser investido, tanto na infraestrutura, na agricultura, nas associações, no hospital, corporação de bombeiros e tantas outras demandas, que o Município precisa. Enfatizou que é contra a construção da Câmara com o uso do fundo, mas pode-se construí-la com o uso de recursos próprios. Aproveitou o momento para manifestar-se sobre a colocação do Vereador Mauri na sessão passada sobre a construção da Câmara no local onde é a quadra. Disse que na época foram procurados com relação à construção da Câmara onde que hoje existe a quadra sintética, e foram contra, uma vez que se retirassem a quadra, seria o primeiro ato como diretor de esportes, retirar uma quadra que já é consolidada no Município. mencionou que fora feita uma pesquisa, e a ideia da quadra sintética veio do ex-vereador Marcelo Heinrich, e essa ideia foi estudada e chegamos a ter a quadra no município, que serve para atividades nas escolinhas municipais, o colégio ocupa a quadra, são realizadas competições na quadra, então não se arrepende de criar junto com a administração a quadra municipal. Quanto ao fundo, espera que os colegas Vereadores analisem esta situação, o povo espera que tenhamos sabedoria para investir realmente nas necessidades do município. Na sequência, o Presidente passou a palavra para o Vereador Felipe Patzlaff: O Vereador cumprimentou a todos. Teceu comentários sobre a situação da ponte, que sabe que a administração não mede esforços, que não é engenheiro e não entende de ponte, mas qualquer um sabe que essa ponte corre o risco de desabar, que não aceita mais desculpas de que há a necessidade de se canalizar. Disse que há meio ano houve uma audiência com o Secretário da Infraestrutura e nada aconteceu. Afirmou que na semana passada enviou o vídeo da ponte ao Deputado Sopelsa que estava reunido com o Secretário tratando das demandas, e o Secretário também recebeu o vídeo e lhe respondeu. Não se pode mais admitir, uma vez que o Estado cogita investir 200 milhões de reais nas BRs do Estado, que são importantes, mas não são de responsabilidade do Estado, disse que existem rodovias Estaduais em estado de calamidade, que o trecho de Concórdia a Chapecó é uma vergonha. Sugeriu a elaboração de uma Moção de Repúdio sobre os investimentos cogitados pelo Estado nas Rodovias Federais. O Presidente manifestou-se sobre a situação, visto que é inadmissível esse investimento sendo que no nosso Município existe uma ponte num estado delicado, ressaltando que muitas vezes o Oeste é esquecido e com certeza será redigida uma Moção. O Vereador Felipe mencionou o problema da ponte do contorno de Seara, além da nossa ponte que precisa de uma solução urgente. Pediu o apoio para a convocação de alguém do DEINFRA para estar nesta casa dando algumas explicações. Que seja através do Secretário Tiago Vieira, que indique alguém de Chapecó que esteja aqui presente, vamos chamar Ipumirim e Lindóia do Sul, pelo menos o Prefeitos e Presidente da Câmara para participar da discussão, não podemos nos calar numa situação desta. O Presidente complementou que o Executivo Municipal está buscando meios para ajudar a solucionar essa situação. A solicitação foi aprovada. Após, mencionou a necessidade de se informatizar o processo legislativo, talvez com a aquisição de tablets. Disse estar feliz com a notícia da utilização do Centro de Eventos. Em relação ao pedido de vista, disse que não é nada além do regimento, foi deliberado em plenário, a maioria venceu e acatou o pedido de vista, mas que a bancada não é contra, que são a favor da devolução parcial do fundo, uma vez que o fundo tomou proporções que não era para ter tomado, mas quer deixar claro que se algum setor do Município passa necessidade, alguma coisa está errada, visto que existem sete milhões na conta do Executivo. O Presidente manifestou-se dizendo que a quantia disponível já foi justificada mais de uma vez, sendo que o Vereador Felipe tem conhecimento de que boa quota da quantia já está destinada. O Vereador Felipe mencionou que existem quantias para todos os setores, para o social, para a saúde, livre, livre mais de 2 milhões, então é um exagero falar que está faltando. Afirmou que a bancada não é contra a devolução, inclusive já sentou e fez indicações de onde investir, o que se pede é uma sinalização da possibilidade da construção. Que não quer responder a um processo de responsabilidade administrativa pelo descumprimento da acessibilidade, e que gostaria, que até que o poder público não consiga dar exemplo, não consiga aplicar a acessibilidade que se suspenda para o comércio. Disse que se o orçamento do ano estiver incomodando é só abrir mão a hora que quiser, mandando um Ofício para Prefeita. Disse que a Constituição ampara a criação do fundo e que o Ministério Público adquiriu uma sede em Florianópolis com recursos juntados através de um fundo. Que a intenção da vista é que seja analisada mais uma vez a possibilidade ou se dê a sinalização da construção da Câmara. Não havendo mais pronunciamentos, a presente Sessão foi encerrada às 21h26min. O Presidente convidou os Senhores Vereadores para a próxima Sessão Ordinária, dia 22 de Fevereiro com início às 18h30min no mesmo local.

Wellington Berner Pereira Presidente		Felipe Patzlaff Secretário
Nusio Martinho R-benich Vice-Presidente		Márcio Leandro L-ckemeier Vice-Secretário
Liane Gessi Laux Döerzbacher Vereador		Mauri Patzlaff Vereador
Ilário Haefliger Vereador		Venícia De Castro Wazlawick Vereador

Assoredo Konrad  
Vereador



# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 0013/2021

Publicação Nº 2878292

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS

Nº 0013/2021, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA

PROCESSO Nº 0019/2021

DISPENSA Nº 00010/2021

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA -EPAGRI, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, CNPJ nº 83.052.191/0010-53, neste ato representada por DANIEL PEDROSA ALVES, CPF nº 066.702.236-84, RG nº 12.265.691, Gerente Regional da Epagri de Ituporanga, com endereço à Rua Carlos Thiesen, 820, Apartamento 303, Bairro Gabiroba, Ituporanga - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA,

Resolvem de comum acordo e espontânea vontade celebrar o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições ora pactuadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para realizar análises básicas de fertilidade de solos, em atendimento as necessidades dos agricultores Arroiotrintenses, através da Secretaria de Agricultura, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33820 - Análise Básica para Fertilidade de Solo. Teor de Argila, PH, Índices SMP, Fósforo, Potássio, Matéria Orgânica, Alumínio, Cálcio, Magnésio, H+AL, Soma de Bases, CTC, Saturação de Bases. Análises com conceito de exatidão "A", proferido pelo Programa de Controle de Análises de Solos - ROLAS.	Un	150	30,00	4.500,00
Total				4.500,00	

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES:

##### 2.1. DA CONTRATANTE:

A CONTRATANTE compromete-se a:

- Recolher as amostras de solo e folhas de seus cooperados e filiados;
- Proceder com a identificação correta das amostras;
- Organizar e enviar a totalidade das amostras de solo e folhas de seus cooperados para serem analisadas no laboratório da CONTRATADA;
- Realizar o pagamento, mensalmente, referente ao número de análises realizadas.

##### 2.2. DA CONTRATADA:

A CONTRATADA compromete-se a:

- Executar as análises de fertilidade de solo;
- Emitir os resultados referentes ao material analisado;
- Emitir fatura informativa de pagamento;
- Fornecer recibo após a quitação, com valor idêntico ao do pagamento;

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO:

3.1. O pagamento será realizado mensalmente até o décimo dia do mês subsequente conforme quantitativo de análises de solos realizadas.  
Parágrafo único: A não realização do pagamento no prazo estipulado, implicará em multa e juros legais.

Prazo de Entrega: O Contratada após o recebimento do material no laboratório de solos, deverá efetuar a análise do solo em até 30 dias corridos.

Forma de reajuste: Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fatos que justifiquem a aplicação da alínea "d", do Inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

Local de Entrega: Os materiais para análise deverão ser retirados nas dependências do escritório local da Epagri, localizado em anexo a Secretaria de Municipal de Agricultura e após a realização das análises, os resultados deverão ser entregues no mesmo local citado. O escritório



local da Epagri será o responsável pelo encaminhamento do material para análise até a sede do laboratório de Ituporanga.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA:

4.1. O presente contrato poderá ser renovado em comum acordo, até o limite de meses permitido por lei.

#### CLÁUSULA QUINTA: DA RESCISÃO:

5.1. O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, pelos seguintes motivos:

- Por conveniência das partes;
- Inadimplemento ou descumprimento das condições e cláusulas pactuadas;
- Decretação de falência ou declaração de insolvência;
- Fechamento da empresa.

5.1.1. Parágrafo único: A rescisão do contrato deverá, obrigatoriamente, ser comunicada a outra parte, de forma expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

- 6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- 6.1.3. Apresentar documentação falsa;
- 6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 6.1.6. Não mantiver a proposta;
- 6.1.7. Cometer fraude fiscal;
- 6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- 6.3.1. Advertência;
- 6.3.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens empenhados.
- 6.3.3. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da entrega de quaisquer dos itens solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.
- 6.3.4. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao deixar de prestar garantia técnica à qualquer dos itens relativos à licitação, dentro do prazo exigido pelo edital da licitação
- 6.3.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.
- 7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

#### CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até o limite de 12 meses.

#### CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

- 10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.
- 10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.
- 10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária



ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira-SC, como competente para dirimir questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, aceitando as condições acima mencionadas, firmam o presente CONTRATO em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das duas (02) testemunhas abaixo assinadas.

Arroio Trinta – SC, 19 de fevereiro 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA –EPAGRI

CNPJ nº 83.052.191/0010-53

DANIEL PEDROSA ALVES

CPF nº 066.702.236-84

TESTEMUNHAS:

CHEILA BONASSA

CPF: 062.313.109-90

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

CPF: 789.542.589-72

CONTRATO Nº 00131/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2021

DISPENSA Nº 0010/2021

OBJETO: ANÁLISES DE SOLO

EMPRESAS CONTRATADA: EPAGRI

VALOR R\$4.500,00

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0008/2021

Publicação Nº 2878485

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0008/2021 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Por item.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento fracionado ao longo do exercício de 2021 de mudas de flores diversas, de acordo com a época de plantio de cada espécie, em atendimento das necessidades da Secretaria de Urbanismo do Município de Arroio Trinta, seguindo as exigências estabelecidas pelo Edital e seus anexos.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.



Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 08/03/2021.  
Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 08/03/2021.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 23 de fevereiro de 2021.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal



# Ascurra

## PREFEITURA

### DECRETO N. 3801

Publicação Nº 2878546



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.102.772/0001-61

#### DECRETO Nº 3801, de 15 de fevereiro de 2021.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO.

**ARÃO JOSINO DA SILVA** Prefeito do Município de ASCURRA, Estado, de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1604, de 04 de dezembro de 2020,

#### DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 80.000,00 ( oitenta mil reais ).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0302.0070.2035.333930000000000000.03790100	60.000,00
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2034.333930000000000000.03381800	20.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03381800	20.000,00
Superávit		- 03790100	60.000,00

Art. 3 - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 15 de Fevereiro de 2021.

Arão Josino da Silva  
**Prefeito de Ascurra/SC**

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 15 de Fevereiro de 2021.

Elenice Tomio  
Contadora



**DECRETO N. 3802**

Publicação N° 2878550

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA****CNPJ: 83.102.772/0001-61****DECRETO N° 3802, de 15 de fevereiro de 2021.**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO.

**ARÃO JOSINO DA SILVA** Prefeito do Município de ASCURRA, Estado, de Santa Catarina, em conformidade com a Lei N°1604, de 04 de dezembro de 2020,

**DECRETA:**

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 3.998,00 ( três mil e novecentos e noventa e oito reais ).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos	07.001.0015.0452.0030.2016.34490000000000000000.03500000	3.998,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03500000	3.998,00

Art. 3 - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 15 de Fevereiro de 2021.

Arão Josino da Silva  
**Prefeito de Ascurra/SC**

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 15 de Fevereiro de 2021.

Elenice Tomio  
Contadora



**DECRETO N. 3803**

Publicação N° 2878551

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA****CNPJ: 83.102.772/0001-61****DECRETO N° 3803, de 15 de fevereiro de 2021.**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT.

**ARÃO JOSINO DA SILVA** Prefeito do Município de ASCURRA, Estado, de Santa Catarina, em conformidade com a Lei N°1604, de 04 de dezembro de 2020,

**DECRETA:**

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 47.102,64 ( quarenta e sete mil, cento e dois reais e sessenta e quatro centavos ).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos	07.001.0015.0451.0030.1008.344900000000000000.03500000	47.102,64

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03500000	47.102,64

Art. 3 - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 15 de Fevereiro de 2021.

Arão Josino da Silva  
**Prefeito de Ascurra/SC**

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 15 de Fevereiro de 2021.

Elenice Tomio  
Contadora



**DECRETO N. 3804**

Publicação N° 2878554

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA****CNPJ: 83.102.772/0001-61****DECRETO N° 3804, de 15 de fevereiro de 2021.**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO.

**ARÃO JOSINO DA SILVA** Prefeito do Município de ASCURRA, Estado, de Santa Catarina, em conformidade com a Lei N°1604, de 04 de dezembro de 2020,

**DECRETA:**

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 15.000,00 ( quinze mil reais ).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2034.33390000000000000000.03381800	15.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03381800	15.000,00

Art. 3 - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 15 de Fevereiro de 2021.

Arão Josino da Silva  
**Prefeito de Ascurra/SC**

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 15 de Fevereiro de 2021.

Elenice Tomio  
Contadora



**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 14-2021**

Publicação Nº 2877805

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 14-2021  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Secretário de Administração e Planejamento do município de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 11/3/2021 às 9 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ASSESSORIA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, E ELABORAÇÃO DOS SEGUINTE PROJETO: PAVIMENTAÇÃO, CICLOVIA, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, OBRA DE ARTE ESPECIAL, PAISAGÍSTICOS, ARQUITETÔNICOS, FUNDAÇÕES E CONCRETO ARMADO, ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA, HIDROSSANITÁRIO, ELÉTRICO E TI, SISTEMA DE INCÊNDIO E SPDE, ACESSIBILIDADE E OUTROS SERVIÇOS RELACIONADOS, conforme informações adicionais previstas no termo de referência e edital.

Ascurra, 24 de fevereiro de 2021.

LEANDRO CHIARELLI  
Secretário de Administração e Planejamento



# Aurora

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 012/2021

Publicação Nº 2877735

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA  
AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 001 de 04 de janeiro de 2021, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 09 de março de 2021, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 364 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 012/2021, na modalidade de Pregão.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93. Finalidade:

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL GASOLINA PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS SECRETARIAS, conforme especificações e quantitativos constantes do ANEXO I.

Aurora, 23 de fevereiro de 2021.

Alexsandro Kohl  
Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2021

Publicação Nº 2878090

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2021  
Divisão de Licitações e Compras  
MUNICÍPIO DE AURORA/SC

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para retirada, confecção e instalação de móveis neste município de Aurora. CONTRATO: CAROLINE BOEING SCHOTTEN 07778427931, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 21.097.378/0001-25, com endereço na Estrada Geral Nova Itália, Nova Itália – Aurora /SC, representado pela Sra. Carolina Boeing Schotten, CPF nº 077.784.279-31, valor R\$ 34.200,00 (Trinta e quatro mil e duzentos reais). ENQUADRAMENTO: art. 24, IV, Lei 8666/93. Em 19 de fevereiro de 2021. MARIANA SERAFIM – Presidente da Comissão de Licitações. Ratifico, nos termos art. 26 da Lei 8.666, de 21/06/93 a justificativa de dispensa de licitação e ordeno a sua publicação no prazo legal ALEXSANDRO KOHL - Prefeito Municipal.

### DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 003/2021

Publicação Nº 2878096

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 003/2021  
Divisão de Licitações e Compras  
MUNICÍPIO DE AURORA/SC

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para execução de limpeza de vias públicas, desobstrução de bueiros e rede de drenagem e remoção de materiais de erosão de vias neste município de Aurora, devido ao evento ocorrido no dia 17 de dezembro de 2020. CONTRATO: ABS CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 11.210.469/0001-71, com endereço na Rua Hilário Antonio Prim nº 55, Gabiroba – Ituporanga /SC, representado pelo Sr. Bento da Silva inscrito no CPF nº 844.548.739-68. valor R\$ 58.992,04 (Cinquenta e oito mil novecentos e noventa e dois reais e quatro centavos) ENQUADRAMENTO: art. 24, IV, Lei 8666/93. Em 19 de fevereiro de 2021. MARIANA SERAFIM – Presidente da Comissão de Licitações. Ratifico, nos termos art. 26 da Lei 8.666, de 21/06/93 a justificativa de dispensa de licitação e ordeno a sua publicação no prazo legal ALEXSANDRO KOHL - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 003 - PROCESSO LICITATÓRIO 015/2021

Publicação Nº 2878116

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA – SC  
##ATO EXTRATO DE CONTRATO

##ATO Dispensa de Licitação Nº 003/2021 Proc. Licitatório 015/2021

##TEX A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 001 de 02 de janeiro de 2021, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que foi assinado nesta data o contrato 004/2021 que visa a Contratação de empresa para execução de limpeza de vias públicas, desobstrução de bueiros e rede de drenagem e remoção de materiais de erosão de vias neste município de Aurora, devido ao evento ocorrido no dia 17 de dezembro de 2020. ", deste município de Aurora - SC, vinculado a



Dispensa de Licitação Nº. 003/2021, Processo licitatório nº 015/2021. A empresa contratada ABS CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME com o valor total de R\$ valor R\$ 58.992,04 (Cinquenta e oito mil novecentos e noventa e dois reais e quatro centavos).

##DAT Aurora, SC, 19/02/2021

##ASS Alexsandro Kohl

##CAR Prefeito Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 002/2021 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2021

Publicação Nº 2878211

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

### EXTRATO DE CONTRATO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 001 de 02 de fevereiro de 2021, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que foi assinado nesta data o contrato 003/2021 que visa a Contratação de empresa para retirada, confecção e instalação de móveis neste município de Aurora. CONTRATADO: CAROLINE BOEING SCHOTTEN 07778427931, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 21.097.378/0001-25, com endereço na Estrada Geral Nova Itália, Nova Itália – Aurora /SC, representado pela Sra. Carolina Boeing Schotten, CPF n.º 077.784.279-31, valor R\$ 34.200,00 (Trinta e quatro mil e duzentos reais).ENQUADRAMENTO: art. 24, IV, Lei 8666/93. Em 19 de fevereiro de 2021. MARIANA SERAFIM – Presidente da Comissão de Licitações. Ratifico, nos termos art. 26 da Lei 8.666, de 21/06/93 a justificativa de dispensa de licitação e ordeno a sua publicação no prazo legal. Vinculado a Dispensa de licitação 002/2021, Processo licitatório nº 014/2021.

Aurora, 23 de fevereiro de 2021.

Alexsandro Kohl  
Prefeito Municipal

## RESULTADO DE LICITAÇÃO PP 006/2021

Publicação Nº 2877990

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

### RESULTADO LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 001 de 04 de janeiro de 2021, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial Nº. 006/2021. Vencedores as empresas: COMERCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO WENKA LTDA.ME lotes Nº 4, 6, 7 e 8 com o valor total de R\$ 273.899,00 (Duzentos e setenta e três mil, oitocentos e noventa e nove reais). SG COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA lotes 2, 3, 5 e 9 com o valor total de R\$ 1.964.400,00 (Um milhão, novecentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos reais). NOVA ERA IND. DE ARTEFATOS DE CIMENTO – EIRELI lote nº 01 com o valor total de R\$ 939,50 (Novecentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos).

Aurora, 23 de fevereiro de 2021.

ALEXSANDRO KOHL  
PREFEITO MUNICIPAL



# Balneário Arroio do Silva

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO Nº 006/2021 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

Publicação Nº 2877753

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 006/2021

Data: 23 de fevereiro de 2021.

Referente: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

Ementa: Convoca Candidatos aprovados aos cargos do Processo Seletivo Público nº 001/2019.

EVANDRO SCAINI, Prefeito do Município de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Público nº 001/2019, homologado pelo Decreto nº 17, de 10 de fevereiro de 2020, e prorrogado em por meio do Decreto nº 080, de 08 de fevereiro de 2021, considerando a necessidade da Secretaria Municipal e ainda a existência de vaga temporária, convoca os candidatos adiante relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Público nº 001/2019, realizado pela Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, para manifestar o seu interesse ou não na vaga, no período de 24 de fevereiro de 2021 a 26 de fevereiro de 2021, no horário das 08h às 12h e 13h30min às 17h30min, no Departamento de Pessoal da Prefeitura de Balneário Arroio do Silva.

Salientamos, ainda, que conforme o Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2019:

13. O candidato, após a publicação na imprensa oficial do município da sua convocação, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação para manifestar seu interesse na vaga ou apresentar sua carta de desistência, e, caso manifeste interesse pela vaga terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação.

13.1. A relação dos documentos admissionais será entregue no ato da convocação;

13.2. O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto ao Departamento De Pessoal do Município de Balneário Arroio do Silva – SC;

13.3. O Município de Balneário Arroio do Silva – SC utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Publicação na Imprensa Oficial e Site do Município.

13.4. O Candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação será ELIMINADO deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO.

Caso os candidatos convocados neste Edital não compareçam até o dia 26 de fevereiro de 2021, no horário das 08h às 12h e 13h30min às 17h30min, serão considerados desistentes e serão automaticamente desclassificados do Processo, sem direito a recurso. Caso necessário, aplicam-se ao presente chamamento, os efeitos da retroatividade.

Segue abaixo a Relação dos candidatos Convocados por este Edital:

#### MOTORISTA - CNH CATEGORIA D

Inscrição	Nome	Posição
198358	Sergio Bento Passarela	4º LUGAR
193985	Peterson Espindola Leitão	5º LUGAR

Balneário Arroio do Silva/SC, 23 de fevereiro de 2021.

EVANDRO SCAINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças em data supra.

WILKER CORREA MACIEL

Secretário de Administração e Finanças

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2021 - PROCESSO SELETIVO Nº 001/2009

Publicação Nº 2878285

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 001/2021

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente torna público as normas e procedimentos para a chamada dos candidatos aprovados no processo seletivo nº 001/2019, o edital de convocação dos candidatos aprovados no processo seletivo nº 001/2009, que tem como objetivo realizar a contratação de servidores em caráter temporário para o ano de 2021.

1. As Chamadas serão realizadas conforme a real necessidade, obedecendo toda a legislação em vigor;

2. As vagas e cronograma de horários da chamada serão divulgadas com no mínimo de 24 horas de antecedência no site da Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva ([www.arroiodosilva.sc.gov.br](http://www.arroiodosilva.sc.gov.br));

3. Os candidatos aprovados serão convocados através do telefone e/ou e-mail, a convocação não garante o preenchimento da vaga.

4. O candidato que não comparecer a chamada perderá o direito de escolha, sendo chamado o candidato que estiver presente na chamada, respeitando a lista de classificação.



5. Todos os procedimentos de Chamada devem ser registrados em Ata, a ser assinada pelos candidatos presentes;
6. Objetivando minimizar os impactos da pandemia o cronograma da chamada possui intervalo de 30 (trinta) minutos entre a chamada de cada disciplina.
7. A chamada ocorrerá pontualmente na hora prevista, caso o candidato não esteja na hora prevista o mesmo perderá a oportunidade de preencher a vaga ofertada no cronograma.
8. A chamada será realizada pela Secretaria Municipal de Educação.
9. A primeira chamada ocorrerá dia 26 de fevereiro de 2021, conforme o anexo I.
10. A segunda chamada ocorrerá conforme a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, em qualquer tempo.
11. Será utilizado o e-mail institucional(educacao@arroiodosilva.sc.gov.br) da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para realizar a comunicação com os candidatos.
12. Documentos que o candidato deverá apresentar: Documento pessoal com foto e comprovante de escolaridade para a referida vaga.
13. Os candidatos deverão estar utilizando máscara de proteção e manter o distanciamento de 1,5m.
14. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Balneário Arroio do Silva, em 23 de Fevereiro de 2021.

Dayane Freitas da Rosa Leonardeli  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

ANEXO I		
Cronograma de Chamada ACT 2021		
Local: Biblioteca pública		
E.J.A.		
Disciplina	Horário	Data
Língua inglesa	08:30	26/02/2021
Matemática	09:00	26/02/2021
História	09:30	26/02/2021
Nivelamento	10:00	26/02/2021
Filosofia (1º semestre)	10:30	26/02/2021
Ensino Fundamental		
Geografia	14:00	26/02/2021
Matemática	14:30	26/02/2021
Pedagogia Anos Iniciais	15:00	26/02/2021

## LEI COMPLEMENTAR Nº 113/2021

Publicação Nº 2877771

LEI COMPLEMENTAR Nº 113, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

altera as atribuições dos cargos de provimento efetivo de engenheiro civil, constantes do anexo III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 111, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS dos Servidores do Magistério Público Municipal e dos Servidores do Poder Executivo Municipal, de Balneário Arroio do Silva/SC, CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO SCAINI, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alteradas as atribuições do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, constantes do Anexo III, da Lei Complementar nº 111, de 13 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal e dos Servidores do Poder Executivo Municipal, de Balneário Arroio do Silva/SC, cria cargos de provimento efetivo no quadro permanente de pessoal e estabelece outras providências, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Código	Cargo	Quantidade	Carga Horária Semana	Vencimento
1.012	Engenheiro Civil	02	40 horas	4.068,85
Habilitação Profissional:	Curso Superior em Engenharia Civil e registro no Conselho ou Órgão Competente.			
Atribuições:	Efetuar atividades de assistência técnica, supervisão, controle e fiscalização de obras e/ou serviços de engenharia da Prefeitura Municipal; Analisar, orientar, indeferir e aprovar projetos particulares submetidos à Prefeitura Municipal; Analisar, orientar, indeferir e aprovar processos de licenciamento em todas as esferas do Poder Público Municipal; Atender a população quando necessário; Orientar procedimentos em processos de licitação, no que tange a atividades de sua área de competência, elaborar projetos, assim como executar e dirigir obras civis, próprias ou realizada por empreiteiras, relacionadas à construção, ampliação, manutenção e reparos de pontes, estradas, edificações e outras obras públicas ou particulares, estudando características e especificações do projeto, preparando plantas, orçamento de custos, técnica da execução e outras obras, a fim de assegurar o cumprimento dos padrões de finalidade exigidos, e outras atividades correlatas.			



Art. 2º Fica incorporado e consolidado, nas quantidades e com os vencimentos constantes do artigo anterior, o cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, sendo parte integrante do Anexo III, da Lei Complementar nº 111, de 13 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal e dos Servidores do Poder Executivo Municipal, de Balneário Arroio do Silva/SC, cria cargos de provimento efetivo no quadro permanente de pessoal e estabelece outras providências.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a expedir os atos administrativos complementares, necessários à plena execução desta Lei Complementar.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Município e deverão respeitar os limites fixados na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 5º Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas pela citada legislação.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 22 de fevereiro de 2021.

EVANDRO SCAINI  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Complementar na Secretaria de Administração e Finanças, em 22 de fevereiro de 2021.

WILKER CORREA MACIEL  
Secretário de Administração e Finanças

## **LEI Nº 1.023/2021**

Publicação Nº 2877765

LEI Nº 1.023, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DE AVENIDA NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO SCAINI, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se "AVENIDA BEIRA MAR", a atual Avenida Edeval Caetano, antiga Avenida Atlântico, usual e popularmente conhecida como Avenida Beira Mar, a qual tem início na Rua Valeriano Caetano da Silva no Bairro Erechim, no Município de Balneário Arroio do Silva/SC, prosseguindo em sentido Norte, até o seu final no Loteamento Paiquerê, na divisa com o Município de Araranguá/SC.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a expedir os atos administrativos necessários à plena execução desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei orçamentária vigente, suplementadas, se necessário, por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.017, de 16 de dezembro de 2020, assim como a alínea "h", do artigo 1º, da Lei nº 556, de 29 de dezembro de 1972, do Município de Araranguá/SC.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 22 de fevereiro de 2021.

EVANDRO SCAINI  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Complementar na Secretaria de Administração e Finanças, em 22 de fevereiro de 2021.

WILKER CORREA MACIEL  
Secretário de Administração e Finanças

## **LEI Nº 1.024/2021**

Publicação Nº 2877767

LEI Nº 1.024, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DE AVENIDA NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO SCAINI, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:



Art. 1º Passa a denominar-se "AVENIDA SANTA CATARINA", a atual Avenida Prefeito José Elio Borges, em toda a sua extensão, a qual tem início na Avenida Otávio Ramiro do Canto no Centro do Município de Balneário Arroio do Silva/SC, prosseguindo em sentido sul, até o seu final na praia da Lagoinha, na divisa com o Município de Balneário Gaivota/SC.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a expedir os atos administrativos necessários à plena execução desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei orçamentária vigente, suplementadas, se necessário, por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.019, de 18 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 22 de fevereiro de 2021.

EVANDRO SCAINI  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Complementar na Secretaria de Administração e Finanças, em 22 de fevereiro de 2021.

WILKER CORREA MACIEL  
Secretário de Administração e Finanças

## **LEI Nº 1022/2021**

Publicação Nº 2877757

LEI Nº 1.022, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

REVOGA A LEI Nº 995, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019, QUE DISCIPLINA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CASAS DE MADEIRA NAS RODOVIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO SCAINI, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada, em sua íntegra, a Lei nº 995, de 30 de setembro de 2019, que disciplina o Transporte Rodoviário de Casas de Madeira nas Rodovias Municipais, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 22 de fevereiro de 2021.

EVANDRO SCAINI  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração e Finanças, em 22 de fevereiro de 2021.

WILKER CORREA MACIEL  
Secretário de Administração e Finanças



# Balneário Camboriú

## PREFEITURA

### 2º ADT CT 003/2019 - FUMDEMA

Publicação Nº 2878965

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS  
TERMO Nº. 003/2019 – FUMDEMA

CONTRATADA: COTRANS LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO: locação de veículos automotivos, de forma parcelada, zero quilômetro, ano de fabricação e modelo atual ou superior, sem motorista, com manutenção preventiva e corretiva, seguro total, com cobertura para danos pessoais e materiais de terceiros e quilometragem livre, para atender as necessidades da Secretaria do Meio Ambiente.

I – DA ALTERAÇÃO DE PRAZO – Fica acrescido 12 (doze) meses, passando o prazo contratual para 36 (trinta e seis) meses, alterando a cláusula nona do contrato originário.

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Diante da proposta apresentada e do acréscimo supracitado fica acrescido o valor de R\$ 73.920,00 (setenta e três mil, novecentos e vinte reais), passando a importar o presente contrato, o valor global de R\$ 221.760,00 (duzentos e vinte e um mil e setecentos e sessenta reais), alterando a cláusula 6.1 do contrato.

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 08 de fevereiro de 2021.

SAMARONI BENEDET

### 2º ADT CT 008/2019 - PMBC

Publicação Nº 2878799

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS  
TERMO Nº. 008/2019 – SSSM/FMS

CONTRATADA: COTRANS LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO: a locação de 03 (três) veículos automotor (tipo Van/Minibus) zero quilômetro, com manutenção preventiva e corretiva, seguro total e contra terceiros, e quilometragem livre dos veículos automotores, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Balneário Camboriú - FMS.

I – DA ALTERAÇÃO DE PRAZO – Fica acrescido 12 (doze) meses, passando o prazo contratual para 36 (trinta e seis) meses, alterando a cláusula nona do contrato originário.

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Diante da proposta apresentada e do acréscimo supracitado fica acrescido o valor de R\$ 182.160,00 (cento e oitenta e dois mil, cento e sessenta reais), passando a importar o presente contrato, o valor global de R\$ 546.480,00 (quinhentos e quarenta e seis mil e quatrocentos e oitenta reais), alterando a cláusula 6.1 do contrato.

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 07 de fevereiro de 2021.

SAMARONI BENEDET

### ATAS DO PREGÃO 164/2020

Publicação Nº 2877745

PREGÃO Nº 164/2020 – PMBC

OBJETO: MEDICAMENTOS JUDICIAIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2021 – PMBC

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PRO SAUDE LTDA (08.676.370/0001-55)

VALOR: R\$ 3.002,40 (Três mil e dois reais e quarenta centavos)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2021 – PMBC

CONTRATADA: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (04.355.394/0001-51)

VALOR: R\$ 66.448,92 (Sessenta e seis mil e quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2021 – PMBC

CONTRATADA: CRP COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E MEDICAMENTOS EIRELI (23.616.917/0001-10)

VALOR: R\$ 7.560,00 (Sete mil e quinhentos e sessenta reais)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2021 – PMBC

CONTRATADA: MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A (05.912.018/0001-83)

VALOR: R\$ 32.640,00 (Trinta e dois mil e seiscentos e quarenta reais)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2021 – PMBC

CONTRATADA: MAYCON WILL EIRELI (18.712.730/0001-80)

VALOR: R\$ 2.712,00 (Dois mil e setecentos e doze reais)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2021 – PMBC

CONTRATADA: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (81.706.251/0001-98)

VALOR: R\$ 11.970,36 (Onze mil e novecentos e setenta reais e trinta e seis centavos)



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2021 – PMBC  
CONTRATADA: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (09.944.371/0001-04)  
VALOR: R\$ 15.657,40 (Quinze mil e seiscentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos)  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2021 – PMBC  
CONTRATADA: CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (05.782.733/0003-00)  
VALOR: R\$ 3.162,48 (Três mil e cento e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos)  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2021 – PMBC  
CONTRATADA: ONCO PROD DIST. DE PROD. HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA (04.307.650/0015-30)  
VALOR: R\$ 37.373,32 (Trinta e sete mil e trezentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos)  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2021 – PMBC  
CONTRATADA: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (04.071.245/0001-60)  
VALOR: R\$ 7.426,80 (Sete mil e quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta centavos)  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2021 – PMBC  
CONTRATADA: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA (03.612.312/0004-97)  
VALOR: R\$ 13.920,00 (Treze mil e novecentos e vinte reais)  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2021 – PMBC  
CONTRATADA: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (28.093.678/0001-85)  
VALOR: R\$ 7.453,20 (Sete mil e quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte centavos)  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2021 – PMBC  
CONTRATADA: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA-SP (44.734.671/0001-51)  
VALOR: R\$ 25.200,00 (Vinte e cinco mil e duzentos reais)  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2021 – PMBC  
CONTRATADA: S & R DISTRIBUIDORA LTDA (04.889.315/0001-92)  
VALOR: R\$ 44.436,28 (Quarenta e quatro mil e quatrocentos e trinta e seis reais e vinte e oito centavos)  
DATA: 21/01/2021

SAMARONI BENEDET  
Secretário de Compras.

## ATAS DOS PREGÕES 174,178/2020

Publicação Nº 2877677

PREGÃO Nº 174/2020 – PMBC  
OBJETO: OPMEs  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2021 – PMBC  
CONTRATADA: PROTECH COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA (30.641.218/0001-96)  
VALOR: R\$ 404.990,20 (Quatrocentos e quatro mil e novecentos e noventa reais e vinte centavos)  
DATA: 18/01/2021  
PREGÃO Nº 178/2020 – PMBC  
OBJETO: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2021 – PMBC  
CONTRATADA: - RHARIE COMERCIO E TRANSPORTE DE MATERIAIS DE COMERCIO LTDA (10.636.385/0001-31)  
VALOR: R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)  
DATA: 19/01/2021

SAMARONI BENEDET  
Secretário de Compras.

## CONTRATO Nº 295/2020 - PMBC

Publicação Nº 2879014

RESUMO CONTRATO PMBC PUBLICAÇÃO EM 24/02/2021

CONTRATO 295/2020 – PMBC  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 135/2020 - PMBC  
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.  
CONTRATADA: ATLÂNTICO SUL ESPAÇOS MODULARES LTDA.  
OBJETO: Contratação de serviços com fornecimento de mão de obra de casa modular de dois módulos para atender a ação pública nº 5006883-53.2019.8.24.0005.  
VALOR GLOBAL: R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).  
DESPEGA: 628.  
PRAZO CONTRATUAL: 2 meses.  
Balneário Camboriú, SC, 23 de fevereiro de 2021.  
SÓCIO:  
MÁRIO JORGE DE SOUZA  
SAMARONI BENEDET  
Secretário de Compras



**DECRETO Nº 10.281 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879254

DECRETO Nº 10.281 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 6º, inciso I, da Lei Municipal 4.490 de 10/12/2020 (LOA) e dá outras providências".

O Prefeito de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VII do artigo 72 da Lei nº 933, de 03 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional na importância de R\$ 2.266.993,10 (dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, novecentos e noventa e três reais e dez centavos) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 002 – Hospital Municipal e Maternidade Ruth Cardoso

Funcional-programática: 10.302.4037

Atividade: 2.157 – Manutenção do Hospital e Maternidade Ruth Cardoso

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/731

Fonte de Recurso: 300200 – SF Receitas e Transf. de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 1.849.993,10

Órgão: 36 – Autarquia Municipal de Trânsito – BC Trânsito

Unidade Orçamentária: 001 - Autarquia Municipal de Trânsito – BC Trânsito Funcional-programática: 06.122.4040

Atividade: 2.193 – Manutenção das Atividades Administrativas do BC TRÂNSITO

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.1.90.00.00/729

Fonte de Recurso: 300000 - SF Recursos Ordinários

Valor: R\$ 37.000,00

Órgão: 36 – Autarquia Municipal de Trânsito – BC Trânsito

Unidade Orçamentária: 001 - Autarquia Municipal de Trânsito – BC Trânsito Funcional-programática: 06.181.4040

Atividade: 2.198 – Policiamento e Fiscalização do Trânsito

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.1.90.00.00/730

Fonte de Recurso: 300000 - SF Recursos Ordinários

Valor: R\$ 380.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior na mesma importância, observada a destinação por fonte de recurso - DFR

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 23 de fevereiro de 2021, 171º da Fundação, 56º da Emancipação.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.278, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878342

DECRETO Nº 10.278, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Altera dispositivo que menciona do Decreto Municipal nº 9.560/2019 que "Institui o Comitê Municipal de Compliance e Boas Práticas Administrativas, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VII do artigo 72 da Lei Orgânica do Município - Lei nº 933/1990, e ainda, considerando o interesse público,

Decreta:

Art. 1º O art. 2º do Decreto Municipal nº 9.560, de 16 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I – Secretaria de Controle Governamental e Transparência Pública:

a) Presidente: Thiago Tadeu Soares Pithon, matrícula nº 40.048;

b) Gestor do Sistema: Victor Hugo Domingues, matrícula nº 40.111.

II – Secretaria de Gestão Administrativa: Gustavo Schmidt Petry, matrícula nº 32.768;

III – Secretaria da Fazenda: Bruna Teixeira, matrícula nº 33.057;

IV – Secretaria da Saúde e Saneamento: Ricardo Pereira, matrícula nº 18.748;

V – Secretaria de Articulação Governamental: Dalton César Becker, matrícula nº 7.312;

VI – Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária: Gilvani Basílio Silveira, matrícula nº 18.452;

VII – Secretaria da Fazenda: Daniane Denize Hannibal matrícula nº 32.087;



VIII – Procuradoria: Wagner Luis Henrique da Rosa, matrícula nº 21.810;  
IX – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú - EMASA: Sulamita Grimes Neves Krewinkel, matrícula nº 11.744; e  
X – Departamento de Fiscalização de Obras: Leandro Saraiva de Medeiros, matrícula nº 36.449”.

Art. 2º Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto Municipal nº 10.079, de 04 de setembro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 23 de fevereiro de 2021, 171º da Fundação, 56º da Emancipação.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 10.280, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878688

DECRETO Nº 10.280, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

“Altera dispositivo que menciona, do Decreto Municipal nº 8.667/2017 que “Dispõe sobre a Comissão de Tomada de Contas Especial, e dá outras providências””.

O Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VII do artigo 72 da Lei Orgânica do Município - Lei nº 933/1990,

Decreta:

Art. 1º O art. 2º do Decreto Municipal nº 8.667, de 16 de agosto de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

I – Presidente: Maurino Adriano Vieira Junior, matrícula nº 31.968;

II – Secretária: Renata Aguiar Ramos, matrícula nº 41.833;

III – Membros:

a) Rozeli Pauletti do Amaral, matrícula nº 1.240;

b) Ursula Heinz, matrícula nº 32.388; e

c) Tatiane Aparecida Martins do Rosário, matrícula nº 32.999.”

Art. 2º Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto Municipal nº 9.994, de 13 de julho de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 23 de fevereiro de 2021, 171º da Fundação, 56º da Emancipação.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

## **PAUTA DE JULGAMENTO - RECURSO TRIBUTÁRIO N.º 268/2021 - RECORRENTE: MARCUS VINICIUS GOMES DITTRICH**

Publicação Nº 2877871

PAUTA de JULGAMENTO de RECURSOS TRIBUTÁRIOS

DATA de JULGAMENTO: 02/03/2021, às 9h00min

O Presidente do Conselho de Contribuintes torna público que será julgado no dia 02 de março de 2021, terça-feira, às 9h00m, em Sessão Pública em ambiente digital, via videoconferência, o(s) seguinte(s) recurso(s) tributário(s):

RECURSO TRIBUTÁRIO n.º 268/2021

RECORRENTE: MARCUS VINICIUS GOMES DITTRICH

ASSUNTO: HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA - RESTITUIÇÃO - VALOR PAGO A MAIOR - PRETENSÃO INDEFERIDA - RECURSO INTERPOSTO À SEGUNDA INSTÂNCIA.

RELATOR: CONSELHEIRO CHARLES DOUGLAS CORREA E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou o Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes a expedição do presente Edital, que deverá ser publicado no Diário Oficial do Município e no site [http://controladoria.balneariocamboriu.sc.gov.br/conselho\\_contribuinte](http://controladoria.balneariocamboriu.sc.gov.br/conselho_contribuinte). Para acesso à videoconferência, favor enviar mensagem para o telefone (47) 99640-7252.

Balneário Camboriú, 23 de fevereiro de 2021

Francisco de Paula Ferreira Junior  
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes



**PORTARIA 012/2021**

Publicação Nº 2878610

PORTARIA SGA/GSGA nº 012/2021

EDUARDO HUMBERTO OLIVEIRA KREWINKEL, Secretário de Gestão Administrativa do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 30, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 1.068/91.

Considerando que constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração;

Considerando que esta Secretaria Municipal, tomou conhecimento por meio do atendimento nº 3.547/2020, indicando a existência de irregularidades praticadas pelo servidor, L.T de S, matrícula 34762, ocupante do cargo de Agente de Combate as Endemias.

Visto que a conduta do servidor pode estar tipificada no artigo 8º da Lei nº 2.776/2007; concomitante com os artigos 195, I, II, IV, VI, e X; 198, III, VIII e XI e 214 IV, VI e XIII da Lei Municipal 1.069/91;

Resolve instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com fulcro no artigo 225 da Lei 1.069/1991, a ser conduzida com respeito ao devido processo legal, ao contraditório e ampla defesa pela COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO, instituída pelo Decreto Municipal nº 10.132/2020, constituída pelos Funcionários Públicos: Ordenante Alves Neto (Presidente); Adriana Vieira Crescêncio (Secretária); Francisco Wellington Melo Viana (Membro); Luiz Carlos Soares (Membro); Patricia Hamerski Madeira (Membro) e Vanessa Monteiro de Carvalho Day (Membro).

Balneário Camboriú, 22 de Fevereiro de 2021.

Eduardo Krewinkel  
Secretário de Gestão Administrativa

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021 – PMBC COMPRASNET Nº 012/2021**

Publicação Nº 2878041

PE 007/2021 – COMPRASNET 012/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE DE ARQUITETURA E ENGENHARIA E TREINAMENTO DOS USUÁRIOS

Balneário Camboriú/SC, 09 de fevereiro de 2021.

Data da sessão eletrônica: 09(nove) de março de 2021.

Horário: 10h00min.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Código UASG: 988039

Maiores informações: (47) 3267-7191, ramal: 3658, e-mail: [daniel.cabette@bc.sc.gov.br](mailto:daniel.cabette@bc.sc.gov.br) ou site: [www.bc.sc.gov.br](http://www.bc.sc.gov.br)

SAMARONI BENEDET

SECRETÁRIO DE COMPRAS



# Balneário Gaivota

## PREFEITURA

### PORTARIA 061/2021

Publicação N° 2878019

PORTARIA N°. 061, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AO SERVIDOR MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido no incisos V, VII e XIII do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º O servidor Sr. Manoel Euclides Silveira no interesse do serviço público e no exercício de suas próprias atribuições, em havendo insuficiência de Motoristas Oficiais, poderá dirigir veículo oficial do Município, atendido o estabelecido nesta Portaria.

Art. 2º O uso indevido do veículo oficial implicará no imediato cancelamento desta e na sujeição do servidor às sanções cabíveis.

Parágrafo Único. Ao servidor caberá a responsabilidade administrativa, civil e penal pelas infrações decorrentes de atos por ele praticados na condução do veículo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 22 de Fevereiro de 2021. Revogam se as disposições em contrário.

Balneário Gaivota, 23 de Fevereiro de 2021.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - Designado

### PORTARIA 062/2021

Publicação N° 2879168

PORTARIA N°. 062, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

REVOGA PORTARIA N°. 033 de 01 de Fevereiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido no incisos V, VII e XIII do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º Revoga na íntegra a Portaria n°. 033 de 01 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 04 de Fevereiro de 2021. Revogam se as disposições em contrário.

Balneário Gaivota, 23 de Fevereiro de 2021.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - Designado



**TERMO 004-2021\_MAGNIFICAT**

Publicação N° 2878653

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA - EXTRATO DE TERMO DE PARCERIA 004/2021. Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a finalidade de desenvolver atividades voltadas no acolhimento de usuários de drogas lícitas e ilícitas, do Município de Balneário Gaivota/SC, contribuindo na recuperação do acolhido, de forma que venha a se reestabelecer na sociedade com novos hábitos e institua valorização a vida, conforme Plano de Trabalho anexo a este termo. CONCEDENTE: Município de Balneário Gaivota/SC. ENTIDADE PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO TERAPEUTICA E MISSIONARIA MAGNIFICAT. VALOR: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1.07.01.2.015.3.3.50.43.99.00.0072(12) Fundamento Legal: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e legislação correlata. Balneário Gaivota-SC, 25 de janeiro de 2021. Daiane Daboit da Rosa Melo - Secretária Municipal da Saúde.



# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### ERRATA EDITAL PROCESSO SIMPLIFICADO SAÚDE Nº001/2021

Publicação Nº 2879018



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
Secretaria Municipal de Saúde

#### Anexo IV – Processo Seletivo Simplificado – FMS

#### ERRATA

- No item 7.1 no critério A2) Experiência Profissional - subgrupo C1, onde lê-se “Pós Graduação e ou Especialização na área da saúde com carga horária igual ou superior a 35 horas, pontuando em 20 pontos”, leia-se “Pós Graduação e ou Especialização na área da saúde com carga horária igual ou superior a 350 horas, pontuando em 20 pontos”.

Balneário Piçarras, 22 de fevereiro de 2021.

**Gladys Brodersen**  
**Secretária Municipal da Saúde**



# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/PMBR/2021

Publicação Nº 2878139

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/PMBR/2021.

O Município de Balneário Rincão – SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 010/PMBR/2021, que tem como objeto: Registro de Preço para futuras aquisições de 01 (um) veículo “Tipo Sedan” 0km, 03 (três) veículos “utilitários” 0km tipo Pick-up e 03 (Três) caminhões, para uso do Município de Balneário Rincão/SC, Fundo Municipal de Saúde e SAMAE, de acordo com o termo de referencia em anexo ao Edital, fica retificado o objeto do item 05 (cinco) e o Prazo de Entrega dos itens no Termo de Referencia do referido Edital:

Onde se lê:

ITEM	OBJETO	UN
05	<p>CAMINHÃO NOVO 0 km, tipo TOCO fabricação nacional, cabine avançada, motor a diesel, potência máxima não inferior a 180 CV peso bruto total não inferior a 14 (quatorze) toneladas 02 eixos (4x2) capacidade do eixo dianteiro de no mínimo 5.000 kg e capacidade do eixo traseiro de no mínimo 9.000 kg, com 4 (quatro) pneus 275/80 R22,5 lameiros no segundo eixo, pneu sobressalente (estepe) montado e instalado em suporte de fácil remoção, sistema de ar condicionado veicular acionado pelo motor diesel, dotado de compressor, mangueiras, condensador, filtro secador e evaporador, sendo a variação de temperatura, interruptor de acionamento e velocidade de fluxo comandados do painel de instrumentos, instalados sobre o chassi;</p> <p>Outras especificações:</p> <p>Caminhão categoria médio (cabine + chassi): <input type="checkbox"/> Motor movido a óleo diesel, turboalimentado, com injeção eletrônica de combustível (PRO-CONVE P-7) e potência líquida máxima não inferior a 180 cv e que atenda aos padrões de emissões de poluentes; <input type="checkbox"/> Tração 4x2; <input type="checkbox"/> Direção Hidráulica / Elétrica; <input type="checkbox"/> Ar condicionado 04 cilindros; <input type="checkbox"/> Cabine avançada; <input type="checkbox"/> Transmissão manual com no mínimo 06 marchas a frente e 1 ré; P.B.T. total homologado de no mínimo 14.000 kg; <input type="checkbox"/> Cor branca; <input type="checkbox"/> Acessórios e equipamentos conforme legislação vigente; <input type="checkbox"/> Garantia mínima de 01 ano; <input type="checkbox"/> Assistência técnica autorizada com oficina e mecânico no raio máximo de 100km da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão.</p>	UN

Leia-se:

ITEM	OBJETO	UN
05	<p>CAMINHÃO NOVO 0km, tipo TOCO fabricação nacional, cabine avançada, com caçamba basculante, motor a diesel, potência máxima não inferior a 180 CV peso bruto total não inferior a 14 (quatorze) toneladas 02 eixos (4x2) capacidade do eixo dianteiro de no mínimo 5.000 kg e capacidade do eixo traseiro de no mínimo 9.000 kg, com 4 (quatro) pneus 275/80 R22,5 lameiros no segundo eixo, pneu sobressalente (estepe) montado e instalado em suporte de fácil remoção, sistema de ar condicionado veicular acionado pelo motor diesel, dotado de compressor, mangueiras, condensador, filtro secador e evaporador, sendo a variação de temperatura, interruptor de acionamento e velocidade de fluxo comandados do painel de instrumentos, instalados sobre o chassi;</p> <p>Outras especificações:</p> <p>Caminhão categoria médio (cabine + chassi): <input type="checkbox"/> Motor movido a óleo diesel, turboalimentado, com injeção eletrônica de combustível (PRO-CONVE P-7) e potência líquida máxima não inferior a 180 cv e que atenda aos padrões de emissões de poluentes; <input type="checkbox"/> Tração 4x2; <input type="checkbox"/> Direção Hidráulica / Elétrica; <input type="checkbox"/> Ar condicionado 04 cilindros; <input type="checkbox"/> Cabine avançada; <input type="checkbox"/> Transmissão manual com no mínimo 06 marchas a frente e 1 ré; P.B.T. total homologado de no mínimo 14.000 kg; <input type="checkbox"/> Cor branca; <input type="checkbox"/> Acessórios e equipamentos conforme legislação vigente; <input type="checkbox"/> Garantia mínima de 01 ano; <input type="checkbox"/> Assistência técnica autorizada com oficina e mecânico no raio máximo de 100km da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão.</p>	UN

Onde se lê:

4.2 – A empresa contratada deverá entregar o veículo em até 20 (vinte) dias corridos após solicitação do setor.

Leia-se:

4.2 – A empresa contratada deverá entregar os veículos em até 90 (noventa) dias corridos após solicitação do setor.

Feita a retificação do Edital, fica prorrogada para as 14h00min (quatorze horas) do dia 09 (nove) do mês de março do ano de dois mil e vinte e um (09/03/2021 as 14h00min), a abertura do certame com o recebimento/protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 13h45 do destacado dia, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação e prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 22 de fevereiro de 2021.

GISELE FERREIRA

PREGOEIRA



**TERMO ADITIVO Nº. 01 AO CONTRATO Nº. 064/PMBR/2020 - CONSTRUTORA JHR**

Publicação Nº 2878625

**EXTRATOS DE TERMO ADITIVO PMBR**

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 064/PMBR/2020. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO; CONTRATADO: CONSTRUTORA JHR EIRELI. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº. 064/PMBR/2020, na forma do artigo 65, Inciso II, alínea d, da Lei Nº. 8666/93, e Parecer Jurídico favorável. VALOR DO ADITIVO: 98.534,65 (Noventa e Oito Mil Quinhentos e Trinta e Quatro Reais e Sessenta e Cinco Centavos ASSINATURA: 18/02/2021. SIGNATÁRIOS: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Representante Legal o Sr. Elvio Alves.



## ATA 007/PMBR/2021 - PP 009/PMBR/2021

Publicação Nº 2878380

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2021

Número do Registro de Preços: 7/2021		Data do Registro: 23/02/2021		Válido até: 23/02/2022			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS FORNECIMENTOS DE COMBUSTÍVEIS, ARLA 32 E ESTOPA PARA MANTER A FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC., CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO D					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ÓLEO DIESEL S10. (1013676)	LT	POSTO FERREIRA LTDA (23)	SHELL	0	3,5500	1
2	GASOLINA COMUM (70)	LT	RINCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA (85)	SHELL	0	3,5600	2
3	ARLA 32 20 LT (4548)	GL	POSTO FERREIRA LTDA (23)	LUBRAX	0	57,9900	1
4	ESTOPA COSTURADA KG (4561)	KG	RINCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA (85)	AGRICOPEL	0	58,0000	2
			POSTO FERREIRA LTDA (23)	ADANTEX	0	8,9900	1



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2021

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 7/2021		Data do Registro: 23/02/2021		Válido até: 23/02/2022			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS FORNECIMENTOS DE COMBUSTÍVEIS, ARLA 32 E ESTOPA PARA MANTER A FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇA O/SC., CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO D							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RINCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA (85)	ADANTEX	0	9,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2021

Número do Registro de Preços: 7/2021		Data do Registro: 23/02/2021		Válido até: 23/02/2022			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS FORNECIMENTOS DE COMBUSTÍVEIS, ARLA 32 E ESTOPA PARA MANTER A FROTA DE VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇAO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇAO/SC., CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO D							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2021  
PROCESSO Nº 9/2021

(23) - POSTO FERREIRA LTDA  
(85) - RINCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Balneário Rincão, 23 de Fevereiro de 2021.



# Bandeirante

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 023/2021

Publicação Nº 2877618

DECRETO Nº 023, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021.

Nomeia os membros do Conselho Municipal do Idoso do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei orgânica Municipal e demais normas em vigor,

Considerando a Lei Municipal nº 1.076, de 24 de setembro de 2014;

Considerando a Lei Municipal nº 1.290, de 13 de novembro de 2018;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Comissão Municipal do Idoso do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, com seus respectivos suplentes, a seguir nominados:

#### I – representantes do Poder Público

a) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Titular: Carla Cristina Dalmoro

Suplente: Carme Zeni

b) um representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Adriane Vieira

Suplente: Eliane Baú

c) um representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Juleide Alves de Campos Basso

Suplente: Jurandir Carlos Tonietto

d) um representante da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo

Titular: Isabel Maria Vidor

Suplente: Jussemir Pederssetti

e) um representante da Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

Titular: Ademir Muller

Suplente: Nilto Grison

#### II – representantes da Sociedade Civil

a) representantes idoso do meio rural

Titular: Inês Zocolotto

Suplente: Arlindo Marchi

Titular: Nelso Graziola

Suplente: Tereza Marchi

b) dois representantes idoso do meio urbano

Titular: Clarícia Cecília Groth Hagge

Suplente: Olímpio de Bortoli

Titular: Luiz Hagge

Suplente: Ilka Mesadri

c) um representante idoso participante dos Grupos de Idosos

Titular: Ires Gonzatti

Suplente: Orlei Gonzatti

Art. 2º A atuação dos membros da Comissão não será remunerada, sem ônus ao Erário Público Municipal, sendo considerada atividade de relevante interesse público municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 24 de fevereiro de 2021.

CELSON BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal



**LICITAÇÃO PMB Nº 6/2021 - ATA DESERTA**

Publicação Nº 2877803

SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE  
AVISO DE ATA DE LICITAÇÃO DESERTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2021

Para o dia 23 de fevereiro de 2021 estava marcada a abertura do pregão presencial nº 4/2021 do Processo Licitatório nº 6/2021 para AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO ZERO QUILOMETRO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO ANEXO I, cuja hora para a abertura conforme preâmbulo do edital era às 08h20min, e para a entrega dos envelopes da proposta e documentação o horário marcado era até às 08h15min.

Conforme exposto na ata da comissão, no dia e hora marcada para a abertura do pregão presencial nº 06/2021, nenhum proponente interessado credenciou-se ou enviou proposta para participar da licitação, deste modo, torna-se a licitação DESERTA, conforme preconiza a lei 8.666/93.

Bandeirante, SC, 24 de fevereiro de 2021.

CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA N. 004/2021**

Publicação Nº 2877962

PORTARIA Nº 004, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a servidora Senhora TAÍS REGINA SASSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de contadora, lotada no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, referente ao período aquisitivo de 2020, com gozo a partir do dia 02/03/2021 até 11/03/2021.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, em 23 de fevereiro de 2021.

ORLANDO JOSÉ TERRES  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores



# Barra Bonita

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO Nº04/2021 FMAS

Publicação Nº 2877873

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2021  
EDITAL DE PREGÃO RP Nº 04/2021

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que foi prorrogado prazo para abertura do Edital de Pregão Presencial para registro de preço, objetivando a Aquisição de materiais de higiene, limpeza e gêneros alimentícios para uso nas atividades gerais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 09 de março de 2021. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 23 de fevereiro de 2021.

VALI ROST ZANGALLI  
Gestora FMAS

### LEI N. 880/2021

Publicação Nº 2878765

LEI N.º 880/2021

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR TERMO DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SIE, VISANDO A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE TRECHOS DA SC-492, RODOVIA ESTADUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aginaldo Deresz, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina:

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Barra Bonita autorizado a firmar Termo de Cooperação com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SIE, visando a conjugação de esforços para a manutenção de trechos da Rodovia Estadual SC-492, tendo por objetivo a manutenção da via não pavimentada.

Art. 2º O Termo de Cooperação a ser firmado fará parte integrante desta Lei e vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

Parágrafo único. O instrumento de que trata o caput deste artigo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo de aditamento, desde que atenda os objetivos constantes no art. 1º desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas por dotação orçamentária própria.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 24 de fevereiro de 2021.

AGNALDO DERESZ  
Prefeito Municipal

### LEI N. 881/2021

Publicação Nº 2878770

LEI N.º 881/2021

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NA 4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aginaldo Deresz, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina:

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29, do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas na 4ª Alteração Contratual de Consórcio Público do Consórcio



Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER firmado entre este Município e o Consórcio Público CONDER, mediante autorização da Lei Municipal nº 849/2019.

Art. 2º O texto consolidado da 4ª Alteração Contratual do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER segue anexo, disponível também para consulta no endereço eletrônico do CONDER (<https://conder.sc.gov.br/>) e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 24 de fevereiro de 2021.

AGNALDO DERESZ  
Prefeito Municipal

## LEI N. 882/2021

Publicação Nº 2878773

LEI N.º 882/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ASSOCIAR-SE E CONTRIBUIR COM A UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UNDIME/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aginaldo Deresz, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina:

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a associar-se e contribuir anualmente com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina – UNDIME/SC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com CNPJ sob nº 79.363.123/0001-47, entidade estadual de representação dos dirigentes municipais de educação.

Art. 2º A contribuição visa assegurar a integração do dirigente municipal de educação do Município de Barra Bonita com os dirigentes de educação do Estado de Santa Catarina em torno da educação pública municipal.

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo está prevista do Estatuto Social da UNDIME/SC, o seu valor está vinculado com o número de habitantes do município.

Art. 3º Verificado o inadimplemento dos objetivos sociais estatutários da Associação, deve o Poder Executivo imediatamente desligar o Município da entidade, suspendendo os pagamentos das contribuições sociais, taxas associativas, mensalidades e anuidades estabelecidas. Parágrafo único. Igual providência deverá ser tomada no caso de não prestação de contas por parte da Diretoria da Associação.

Art. 4º Tanto o Poder Executivo Municipal, quanto o Legislativo, poderão exigir prestação de contas da entidade UNDIME/SC, para fins de repasse de informações aos órgãos competentes.

Art. 5º As despesas decorrentes da associação correrão à conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Parágrafo único. O pagamento da contribuição/anuidade seguirá os ditames das leis complementares n. 101/2000 e n. 173/2020.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 24 de fevereiro de 2021.

AGNALDO DERESZ  
Prefeito Municipal

## PORTARIA N.º150 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878168

PORTARIA N.º150 de 22 de fevereiro de 2021

Exonera servidor e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município

Resolve,

Art.1º. Exonerar a pedido a servidora, Jeovana Berti, ocupante do cargo de Engenheira Civil com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com carga horária de 40h semanais, a partir de 16.02.2021.



Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16.02.2021.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 22 de fevereiro de 2021.

Agnaldo Deresz  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

#### **PORTARIA N.º154, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2878838

PORTARIA N.º154, de 23 de fevereiro de 2021

Designa servidor e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei I Orgânica do Município,

Resolve,

Art.1º. Fica designado o servidor André Pavanatto, matrícula nº306102, ocupante do cargo de Motorista para desempenhar as funções de seu cargo junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 23 de fevereiro de 2021.

Agnaldo Deresz  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

#### **PORTARIA N.º155, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2878832

PORTARIA N.º155, de 23 de fevereiro de 2021

Designa servidor e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei I Orgânica do Município,

Resolve,

Art.1º. Fica designada a servidora Mariclei de March da Rocha, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para desempenhar as funções de seu cargo junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 23 de fevereiro de 2021.

Agnaldo Deresz  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.



**PORTARIA Nº 151, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878162

PORTARIA Nº 151, de 23 de fevereiro de 2021

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.  
Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Davi Zaccaron, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinq-enta centavos), para realizar transporte de pacientes, na cidade de Chapecó/SC, conforme Memorando Nº57/2021 e Roteiro de Viagem nº46/2021 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 23 de fevereiro de 2021.

Agnaldo Deresz  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA Nº 152, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878158

PORTARIA Nº 152, de 23 de fevereiro de 2021

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.  
Resolve.

Art.1º- Conceder 1,0 (uma) diária ao servidor Maximino da Silva Dias, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 155,00(cento e cinquenta e cinco reais), para realizar transporte de pacientes, na cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando Nº58/2021 e Roteiro de Viagem nº47/2021 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 23 de fevereiro de 2021.

Agnaldo Deresz  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.



# Barra Velha

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 260, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2877713



Secretaria  
Municipal de  
Administração  
SEMA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 260, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

*Altera disposições da Lei Complementar nº116, de 30 de setembro de 2011, e dá outras providências*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

**FAZ SABER** que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** Fica alterado o piso dos níveis 1, 2 e 3 e suas alíneas, do anexo II da Lei Complementar n. 116, de 30 de setembro de 2011, conforme segue:

#### Anexo II

NÍVEL	1	2	3	4	4.1	5	6	7	7.1	8	9	9.1	10	10.1	11
A	1.110,00	1.131,95	1.149,72	1.198,22	1.400,00	1.450,47	1.639,66	1.891,92	2.050,00	2.270,30	3.320,88	3.480,00	3.783,84	5.151,84	14.687,40
B	1.165,50	1.188,55	1.207,21	1.258,13	1.470,00	1.522,99	1.721,64	1.986,52	2.152,50	2.383,82	3.486,92	3.654,00	3.973,03	5.409,43	15.421,77
C	1.223,78	1.247,98	1.267,57	1.321,04	1.543,50	1.599,14	1.807,72	2.085,85	2.260,12	2.503,01	3.661,27	3.836,70	4.171,68	5.679,90	16.192,86
D	1.284,97	1.310,38	1.330,95	1.387,09	1.620,67	1.679,10	1.898,11	2.190,14	2.373,13	2.628,16	3.844,33	4.028,53	4.380,26	5.963,90	17.002,50
E	1.349,22	1.375,90	1.397,50	1.456,44	1.701,70	1.763,06	1.993,02	2.299,65	2.491,78	2.759,57	4.036,55	4.229,96	4.599,27	6.262,10	17.852,63
F	1.416,68	1.444,70	1.467,38	1.529,26	1.786,79	1.851,21	2.092,67	2.414,63	2.616,37	2.897,55	4.238,38	4.441,45	4.829,23	6.575,21	18.745,26
G	1.487,51	1.516,94	1.540,75	1.605,72	1.876,13	1.943,77	2.197,30	2.535,36	2.747,19	3.042,43	4.450,30	4.663,53	5.070,69	6.903,97	19.825,52
H	1.561,89	1.592,79	1.617,79	1.686,01	1.969,94	2.040,96	2.307,17	2.662,13	2.884,55	3.194,55	4.672,82	4.896,70	5.324,22	7.249,17	20.666,65
I	1.639,98	1.672,43	1.698,68	1.770,31	2.068,43	2.143,01	2.422,53	2.795,24	3.028,78	3.354,28	4.906,46	5.141,54	5.590,43	7.611,63	21.699,98
J	1.721,98	1.756,05	1.783,61	1.858,83	2.171,85	2.250,16	2.543,66	2.935,00	3.180,22	3.521,99	5.151,78	5.398,62	5.869,95	7.992,21	22.784,98
K	1.808,08	1.843,85	1.872,79	1.951,77	2.280,45	2.362,67	2.670,84	3.081,75	3.339,23	3.698,09	5.409,37	5.668,55	6.163,45	8.391,82	23.924,23

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Barra Velha, 23 de fevereiro de 2021.

**DOUGLAS ELIAS DA COSTA**  
Prefeito Municipal

47 3446 7700  
teis@barravelha.sc.gov.br  
www.barravelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha, SC - CEP: 88.390-000



**PREGÃO ELETRÔNICO 014/2021 PMBV**

Publicação N° 2878143

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 017/2021 - Pregão Eletrônico nº 014/2021

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Lei nº 10.024/2019 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo Menor Preço por item para aquisição de tintas para demarcação de ruas, placas e cones, para o Setor de Trânsito do Município de Barra Velha conforme memorial descritivo e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento das propostas até: 11/03/2021 às 08:00 horas. Data da Sessão Pública: 11/03/2021 às 08:20 horas, A abertura das propostas será através do Endereço eletrônico [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br). O edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados para download nos sites: [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br) e [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

Barra Velha, 24 de fevereiro de 2021.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA – Prefeito.



# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 900/2021

Publicação Nº 2878605

DECRETO Nº 900 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

"NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Processo Seletivo Simplificado, formada pelos seguintes membros:

I – IZANE HACKER MUNHOZ;

II – MARIA TEREZA SCHIESSL ALVES DOS SANTOS;

III – ARILDA MIELKE;

IV – DANIEL SOARES DE LIMA;

V – VICTÓRIA GURTINSKI BORBA FERNANDES.

Art. 2º. Compete a Comissão designada neste Decreto à fiscalização, organização e supervisão dos processos seletivos realizados no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social de Bela Vista do Toldo/SC, notadamente no certame que terá como finalidade a seleção de profissionais para atuação junto ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições contrárias.

Bela Vista do Toldo/SC, 23 de fevereiro de 2021.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

MARIANE LESSAK MASSANEIRO

Secretária de Administração e Fazenda

### PREGÃO 009/2021

Publicação Nº 2878731

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2021 - PREF

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021 - PREF

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial com o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL ESCOLAR DESTINADO AS ESCOLAS MUNICIPAIS, conforme especificações constantes no termo de referência e demais anexos do presente edital.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até às 08h30min do dia 09/03/2021.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 09/03/2021 às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br). Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br).

Bela Vista do Toldo 23 de Fevereiro 2021.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal



# Belmonte

## PREFEITURA

### DECRETO Nº28/2021

Publicação Nº 2877587

DECRETO Nº 028/2021

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELMONTE-SC, EM SUBSTITUIÇÃO DE ALGUNS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jair Antônio Giumbelli Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e Lei Municipal Nº 589/2002 de 25/03/2002,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, para mandato de 02 anos a contar da publicação do presente Decreto, os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELMONTE-SC, conforme segue:

Representantes da Administração:

- Juselene L.Beviláqua Giumbelli - CPF: 736.655.259-34-Titular
- Elivelton Vanio Paini – CPF: 040.934.999-26-Suplente

Representantes da Secretaria da Saúde:

- Simone Radke – CPF: 032.067.089-90 -Titular
- Claudia Teixeira - CPF: 035.070.149-04 - Suplente

Representantes dos Profissionais da Saúde:

- Cristiane Vivian Stolarski – CPF: 023.984.849-71- Titular.
- Samara de Oliveira Felini CPF: 075.508.229-05 - Suplente

Representantes das Igrejas:

- Sidinei da Silveira Ortiz - CPF: 034.054.959-97 – Titular
- Filomena Revers – CPF: 525.773.099-53 - Titular
- Avelino de Almeida. CPF: - 010.425.579-00 - Suplente.

Representantes dos Idosos:

- Nalcir Angelo Fontana - CPF: 065.433.759-49 - Titular
- Aloisio Wronski - CPF: 075.676.779-59 - Suplente.

Representantes das APPS:

- Cristina Balmer - CPF: 074.719.019-42 - Titular
- Maristela Cipriani CPF: 023.178.249-71 – Suplente.

Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura:

- Vanderlei Sosteri – CPF: 036.269.149-50 – Titular
- Laercio Bernardi – CPF: 055.975.239-37 - Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando na íntegra Decreto nº 075/2020 de 29/06/2020.

Belmonte, SC, 22 de fevereiro de 2021.

Jair Antônio Giumbelli  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2021

Publicação Nº 2877640

MUNICIPIO DE BELMONTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2021

Registro de Preços

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Objeto: aquisição de equipamentos e outros materiais, destinados atenderem os diversos setores da administração municipal, secretaria municipal de assistência social e outros setores da administração municipal conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas serão realizados dia 08/03/2021, às 08h30min, e não mais dia às 08h30min do dia 26/02/2021, no Dpto. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 08:30 horas do mesmo dia. Conforme Decreto Municipal Nº 26/2021 de 17 de fevereiro 2021. Informações pelo fone (049) 3625 0066. Belmonte/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Jair Antonio Giumbelli  
Prefeito Municipal



# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA DA INEXIGIBILIDADE Nº 28/2021

Publicação Nº 2878393

#### ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2021  
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 28/2021  
DATA: 23/02/2021 - HORA DE INÍCIO: 14 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2021 para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação acima citado, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO. Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo. Da análise destes documentos, observa-se que a empresa EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (83.052.191/0002-43) se encontra com a documentação de habilitação regular. Cabe ressaltar que esta Comissão de Licitações não analisa o mérito e a motivação da contratação, limita-se apenas a analisar os documentos acostados ao processo licitatório. Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI  
Presidente  
MARCIO GURSKE  
Membro  
EUNICE DA SILVA FREITAS  
Membro

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 28/2021

Publicação Nº 2878390

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC  
PROCESSO LICITÓRIO Nº 28/2021  
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08).  
CONTRATADOS: EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (83.052.191/0002-43).  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO.  
VALOR TOTAL: R\$ 39.180,02 (trinta e nove mil, cento e oitenta reais e dois centavos).  
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, "caput" da Lei nº 8666/93.  
Benedito Novo, 23 de fevereiro de 2021.  
ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – Prefeita

### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PP 24/2021

Publicação Nº 2878852

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC  
AVISO DE REABERTURA DE PRAZO DA LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2021

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DO MUNICÍPIO. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 09 de março de 2021. ABERTURA: às 9:05h do dia 09 de março de 2021. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) ou no e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br).  
Benedito Novo (SC), 23 de fevereiro de 2021.  
ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA - Prefeita



**DECRETO Nº 020/2021 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2878644

DECRETO Nº 020 de 22 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro No Orçamento Vigente.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 2.001, de 04 de dezembro de 2020.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 88.733,58 (oitenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e cinquenta e oito centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.002.0008.0244.0401.2411 Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais 33190000000000000000 - Aplicações diretas	03650002	12.593,32
05.001.0012.0365.0500.2506 Merenda Escolar do Ensino Infantil 33190000000000000000 - Aplicações diretas	03190000	1.483,26
05.001.0012.0361.0500.2503 Merenda Escolar do Ensino Fundamental 33190000000000000000 - Aplicações diretas	03190000	12.841,11
05.001.0012.0122.0500.2501 Manutenção dos Serviços da Secretaria de Educação 33190000000000000000 - Aplicações diretas	03190000	6.992,56
05.001.0012.0365.0500.2505 Desenvolvimento do Ensino Infantil 33190000000000000000 - Aplicações diretas	03180000	2.368,43
05.001.0012.0361.0500.2502 Desenvolvimento do Ensino Fundamental 33190000000000000000 - Aplicações diretas	03180000	30.485,15
05.001.0012.0361.0500.2502 Desenvolvimento do Ensino Fundamental 33190000000000000000 - Aplicações diretas	03620002	21.969,75

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit		03650002	12.593,32
Superávit		03190000	21.316,93
Superávit		03180000	32.853,58
Superávit		03620002	21.969,75

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 22 de fevereiro de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA  
Prefeita de Benedito Novo

O Decreto nº 020/2021 foi publicado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 22 de fevereiro de 2021.

ANDREIA THUROW  
Chefe De Gabinete CC5

**DECRETO Nº 021/2021 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2878658

DECRETO Nº 021 de 22 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro No Orçamento Vigente.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 2.001, de 04 de dezembro de 2020.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 136.344,59 (cento e trinta e seis mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:



04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 33190000000000000000 - Aplicações diretas	03380701	48.912,75
04.001.0010.0301.0400.2403 Atividades de Saúde na Família 33190000000000000000 - Aplicações diretas	03670101	72.163,66
04.001.0010.0301.0400.2405 Atividades de Saúde Bucal 33190000000000000000 - Aplicações diretas	03380104	10.686,52
04.001.0010.0304.0400.2408 Atividades da Vigilância Epidemiológica 33190000000000000000 - Aplicações diretas	03380201	4.581,66

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit			03380701	48.912,75
Superávit			03670101	72.163,66
Superávit			03380104	10.686,52
Superávit			03380201	4.581,66

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 22 de fevereiro de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA  
Prefeita de Benedito Novo

O Decreto nº 021/2021 foi publicado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 22 de fevereiro de 2021.

ANDREIA THUROW  
Chefe De Gabinete CC5

## EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO 2/2021

Publicação Nº 2879072

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 155/2020

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2021

Contratada: AUTO POSTO SUREAL LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

Finalidade do Aditivo: Equilíbrio de Valor

Descrição	Valor Ant.	Valor Atual
DIESEL S10	3,777	4,014
DIESEL COMUM	3,735	3,990
GASOLINA	4,41	4,87

Valor:

Vigência: 20/02/2021 a 31/12/2021

Data Assinatura: 20/02/2021

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – Prefeita de Benedito Novo

## EXTRATO DO 4º ADITIVO AO CONTRATO 126/2020

Publicação Nº 2878999

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 155/2020



**EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO N° 126/2020**

Contratada: POSTO DOIS IRMAOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

Finalidade do Aditivo: Equilíbrio de Valor

Descrição	Valor Ant.	Valor Atual
DIESEL S10	3,760	4,07
GASOLINA	4,75	4,93

Valor:

Vigência: 23/02/2021 a 31/12/2021

Data Assinatura: 23/02/2021

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – Prefeita de Benedito Novo

**EXTRATO DO CONTRATO N° 32/2021**

Publicação N° 2878024

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório N° 11/2021

EXTRATO DE CONTRATO N° 32/2021

Contratada: DANNA COMERCIAL EIRELI

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA UTILIZAÇÃO NA OFICINA DA PREFEITURA NA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS

Valor: R\$ 8.800,00

Vigência: 10/02/2021 a 31/12/2021

Data Assinatura: 10/02/2021

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – Prefeita de Benedito Novo



# Biguaçu

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 742/2021

Publicação Nº 2879209

PORTARIA nº 742 de 23 de fevereiro de 2021

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) LUIZA FAGUNDES NEVES AZAMBUJA, detentor do cargo de provimento efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, para exercer a Função de Confiança de GERENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 23/02/2021.

Biguaçu, 23 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 743/2021

Publicação Nº 2879210

PORTARIA nº 743 de 23 de fevereiro de 2021

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) SINCLER BILCK, detentor do cargo de provimento efetivo de GUARDA PATRIMONIAL, para exercer a Função de Confiança de GERENTE DE CPD, na Secretaria Municipal de Administração, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 23/02/2021.

Biguaçu, 23 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 744/2021

Publicação Nº 2879211

PORTARIA nº 744 de 23 de fevereiro de 2021

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, MARIANA FERREIRA BENTO, brasileiro (a) para exercer o cargo de GERENTE DE IMPRENSA – nível CC4, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 01/03/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 01/03/2021.

Biguaçu, 23 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 745/2021**

Publicação Nº 2879212

PORTARIA nº 745 de 23 de fevereiro de 2021

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, JULIANE ROBERTA DE ANDRADE DA SILVA, brasileiro (a) para exercer o cargo de DIRETOR DO SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – nível CC3, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 01/03/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 01/03/2021.

Biguaçu, 23 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 746/2021**

Publicação Nº 2879213

PORTARIA nº 746 de 23 de fevereiro de 2021

Designa o(a) Servidor(a) Marlei Maciel Bageston, ocupante do cargo efetivo de Professor II 40h – Educação Infantil, para responder pelo CEIM Cândido João de Aquino, da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) Servidor(a) Marlei Maciel Bageston, ocupante do cargo efetivo de Professor II 40h – Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito na matrícula funcional nº 15751, para responder pelo CEIM Cândido João de Aquino, a partir de 22/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2021.

Biguaçu, 23 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 747/2021**

Publicação Nº 2879214

PORTARIA nº 747 de 23 de fevereiro de 2021

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ANDRE BASTOS ANTUNES, brasileiro (a) para exercer o cargo de ASSISTENTE TÉCNICO DA FAMABI – nível CC5, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 22/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2021.

Biguaçu, 23 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 748/2021**

Publicação Nº 2879215

PORTARIA nº 748 de 23 de fevereiro de 2021

Instaura abertura de Sindicância, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.



**RESOLVE:**

Art. 1º Instaura abertura de Sindicância para apurar responsabilidade de servidor(a), demitido, por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, conforme memorando eletrônico nº 4.242/2021, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Gerson da Silva, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Cristiane Goes, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista e Maria Fernanda Caminha de Souza, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 3369/2019, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância instaurada nesta Portaria.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 24/02/2021 a 26/03/2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 749/2021**

Publicação Nº 2879216

PORTARIA nº 749 de 23 de fevereiro de 2021

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Readaptação ao (a) servidor (a) PATRICIA NAHIRNIAK DA SILVA, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito (a) na matrícula funcional nº 8886, ocupante do cargo efetivo de ODONTÓLOGO, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º O (a) Servidor (a) desenvolverá suas atividades na Atenção Básica Odontológica, desempenhando as seguintes atividades:

I – Visita domiciliar de pacientes restrito ao leito nas regiões descobertas por dentista da ESF;

II – Elaboração e execução de Grupos Terapêuticos de Promoção e Educação em Saúde nas Unidades Básicas de Saúde e outros espaços comunitários de responsabilidade da SMS;

III – Auxiliar na execução e coordenação das atividades da Atenção Básica Odontológica.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 22/01/2021 a 14/07/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/01/2021.

Biguaçu, 23 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 750/2021**

Publicação Nº 2879217

PORTARIA nº 750 de 23 de fevereiro de 2021

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) ALINE AMORIM DE SOUZA, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 1816, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades no Centro de Educação Infantil Municipal Recanto Feliz, exercendo as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absenteísmo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação.



X – Atividades correlatas ao Técnico em Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 01/02/2021 a 30/07/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2021.

Biguaçu, 23 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 751/2021

Publicação Nº 2879218

PORTARIA nº 751 de 23 de fevereiro de 2021

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Margarete de Mello, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito (a) na matrícula funcional nº 8835, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração.

§ 1º O (a) Servidor (a) desenvolverá atividades inerentes ao cargo de Telefonista, setor Pró-Cidadão, desempenhando as seguintes funções:

I – Atendimento telefônico;

II – Atendimento ao público.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 02/02/2021 a 25/07/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2021.

Biguaçu, 23 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 752/2021

Publicação Nº 2879219

PORTARIA nº 752 de 23 de fevereiro de 2021

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) MARINEUSA SOARES GOULART, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 10693, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades na Escola Básica Municipal Olga de Andrade Borgonovo, desempenhando as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação.

X – Atividades correlatas ao Técnico em Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 26/01/2021 a 20/07/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/01/2021.

Biguaçu, 23 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 753/2021**

Publicação Nº 2879239

PORTARIA nº 753 de 23 de fevereiro de 2021

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;

CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;

CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;

CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público."

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ADRIANO MEDEIROS FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;

AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);

ALEXANDRE FRANCO MATOS PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;

ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA, ocupante do Cargo Eletivo de Vice-Prefeito;

ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira);

ALICE MARIA VIEIRA MARÇAL MOMM, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;

AMANDA MORLOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;

ANA CLAUDIA MACIEL DA MAIA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Atendente da Criança e do Adolescente;

ANA CRISTINA ESPÍNDOLA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação;

ANDERSON KLEITON DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;

ANDRÉ GOMES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor de Finanças;

ANDRÉ LEAL, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico;

ANTERO CLAITON VARELA, ocupante do Cargo Efetivo de Enfermeiro;

ANTÔNIO CARLOS DE SOUSA BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Desenvolvimento Urbano e Transportes;

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral de Obras e Infraestrutura;

ANTÔNIO LEOCÁDIO ELISARDO, ocupante do Cargo Efetivo de Calceteiro;

ARNALDO GRANDO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

ARTHUR FABIANO DE OLIVEIRA FARIAS, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

AURILIO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;

BEATRIZ GUEDES FAGUNDES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Escolar III;

BIANCA CRISTINA DA ROSA, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador da Casa do Povo de Cachoeiras;

BRUNO CÉLIO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;

BRUNO RAFAEL CARNEIRO, ocupante do Cargo Temporário de Guarda Patrimonial;

CARLOS EDUARDO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Escolar I;

CARLOS EDUARDO FUZZI, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;

CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;

CAROLINA MOMM, ocupante do Cargo Efetivo de Contador;

CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

CESAR MURILO SOUTO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Plantonista;

CESAR VALMOR EIGI FUZINO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;

CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Patrôla;

CINTIA ROSA DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Monitor do Transporte Escolar;

CRISTIANO FERREIRA BORBA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Lazer;

CLAUDIO ADÃO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;

CLEBER DE MIRANDA, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Vigilância Socioassistencial;

DANIEL DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão de Agropecuária;

DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;

DAVI NUNES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;

DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;

DIEGO ADEMAR SODRE, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Abrigo Institucional;

DOUGLAS BATISTA DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;

EDEGAR CHIQUETTI, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista II (C – Veículos Leves e Utilitários);

EDERSON DA SILVEIRA VIDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista III (D – Ônibus, Utilitários e Ambulância);

EDERSON KREMER DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Participativa;

EDÉZIO JOSÉ SCHMITT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral de Agricultura;

EDICIO GAMBETA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente da Saúde;

EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;

EDUARDO JOSÉ MENDES, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;

EDUARDO NAU RODRIGUES, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista I (B – Veículos Leves);



EDSON LUIZ DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Mapeamento de Áreas de Risco;  
ENIO BOLL, ocupante do Cargo Efetivo Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
EURICO RILLO DE CAMPOS JÚNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
EVANDRO DE OLIVEIRA DANTAS, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
EVANIA CUNHA DE MEDEIROS E SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Escolar III;  
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
FABIO ARAUJO MARTINS, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
FERNANDA APARECIDA DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);  
FILLIPE PEREIRA FAGUNDES, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
FRANCIS BARP REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;  
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
GABRIEL CRISTANI MORFIM, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Trânsito e Desenvolvimento Urbano;  
GEDIR PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
GISELE MAURILDA DOS SANTOS GORDERT SIQUEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais;  
GUSTAVO FREDERICO MARDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GUSTAVO JOÃO MARTINS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Público;  
GUSTAVO PACHECO DOS REIS, ocupante do cargo comissionado de Superintendente de Planejamento Participativo;  
GUILHERME ORLI DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Enfermagem;  
GRAZIELA SILVEIRA FERNANDES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Escolar II;  
HAMILTON REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
HERTO LUNARDELLI JÚNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
IRAN CARLOS NOGUEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
ISRAEL SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;  
JAQUELINE SANTOS BERNARDO, ocupante do Cargo Efetivo de Bibliotecário;  
JANAINA PEREIRA GUIMARÃES CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras e Posturas;  
JAYSON INACIO COSTA VELHO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;  
JEAN ANDRE DE MARIA, ocupante do Cargo Efetivo de Pintor;  
JEAN CARLO GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
JEAN CARLOS DE MELO, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;  
JEAN CARLOS SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
JOÃO BATISTA KRETZER, ocupante do cargo comissionado de Diretor do Procon;  
JOÃO DOMINGOS ZIMMERMANN, ocupante do cargo comissionado de Superintendente da Defesa Civil;  
JOÃO JOSÉ MORFIM NETO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras;  
JOCELI COAN, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Transporte Escolar;  
JOEL AROLDI PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Saneamento;  
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceteiro;  
JONAS DE JESUS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente da Saúde;  
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
JORGE LUIZ COUTINHO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
JOSE CARLOS MARCELINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Manutenção de Obras em Geral;  
JOSE LUIZ ALVES, ocupante do Cargo Efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais;  
JOSE RICARDO BIM GOMES, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Em Enfermagem Plantonista;  
JOSSIANE COSTA DE MELO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Exatoria;  
JÚNIOR MORESCO; ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Governo;  
LEANDRO DE SOUZA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
LEANDRO KROTH BASTIANELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista II (C – Veículos Leves e Utilitários);  
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
LIDIO EUGENIO CARDOSO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor de Ensino Fundamental;  
LORIDANE GASPERI ORSI, ocupante do Cargo Efetivo de Professor III (Educação Especial);  
LUCIANO FREIBERGER, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Integração e Atenção em Saúde;  
LUIS CLAUDIO SANTANA DAS MERCES, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
LUIS ANDRE PIMENTEL MACEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
LUIZ BEZERRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Apoio e Suporte Eletrônico da Policlínica Municipal;  
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
LUIZ GUSTAVO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Turismo;  
LUIZA FAGUNDES NEVES AZAMBUJA, ocupante do Cargo Efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais;  
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
MANOEL JOSÉ DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Armador;  
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;  
MARCELO CONRAT, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;  
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;



MARCONDES RODRIGUES BORBA, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente da FAMABI;  
MARCOS VINÍCIOS GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Procurador Geral do Município;  
MARIANA MARIA KONS HOFFMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras e Posturas;  
MARINA KOERICH, ocupante do Cargo Efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais;  
MARJORY BIANCA TERNES TRAEBERT FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Enfermagem;  
MATEUS COSTA CABRAL, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Protocolo e Expediente;  
MATHEUS CAVALCANTI MARQUES, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente da Administração;  
MAURICEIA GRASIELE MACHADO CORREA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Financeiro;  
MAYARA VOLPINI TURRA, ocupante do Cargo Efetivo de Engenharia Civil;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MILTON JOÃO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Almoxarife;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
MOISES FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
NATHALIE MORAES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Trânsito e Desenvolvimento Urbano;  
NAYANA DE JESUS PEREIRA CARDOSO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor de Ensino Fundamental;  
NELSON PEDRO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
OSCAR SILVA NETO, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Educação;  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
OSMAR ESPINDOLA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;  
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
PAULO ROBERTO BINHOTTI, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista Geral;  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Acompanhamento Externo;  
PEDRO ANTONIO STOTZ DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Fiscal de Obras e Posturas;  
PEDRO KARPINSKI NETO, ocupante do Cargo Temporário de Guarda Patrimonial;  
PEDRO LUIZ DE AQUINO NAU, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura;  
PEDRO RODRIGUEZ SUAREZ GOMES, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Agrônomo;  
PETERSON de SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
RAFAEL ROBERTO ROMAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
RICARDO ANDRE DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
RICARDO LUIZ DA ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;  
RICARDO ROBERTO VARGAS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Patroia;  
ROBERTO ANDRADE DA SOLEDADE, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista II (C – Veículos Leves e Utilitários);  
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
ROBERVAL REIS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
RODRIGO JAIR MARTINS, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
ROGGERS JOSE DE MELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista II (C – Veículos Leves e Utilitários);  
RONALDO FERNANDES JUNQUEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;  
RONEI JOSE DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;  
ROSINEI JOSE CUNHA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Obras;  
RUAN CARLOS DE SOUSA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
SÁLVIO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Governo;  
SARITA MELLO PEIXOTO ORSI, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cadastro Técnico e Controle de Índices Urbanísticos;  
SIDNEI ALVES MOREIRA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
SUELENO PEIXER DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Execução de Obras Públicas;  
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THAYSE ROSA, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Saúde;  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I;  
THOMAS SCHROEDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
THYARA CRISTINA MACHADO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Educação;  
VANESSA ROSA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Municipal de Trânsito;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina de Corte;  
VINÍCIUS HAMILTON DO AMARAL, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Administração;  
WILLYAN LUCIANO, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;  
WYLLIANN SILVA TEIXEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista II (C – Veículos Leves e Utilitários).

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 619/2021.

Biguaçu, 23 de fevereiro de 2021.

SALMIR DA SILVA  
Prefeito Municipal



**ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA TP12/2021-PMB**

Publicação Nº 2878275

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

**ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE  
PREÇOS TP12/2021-PMB**

Às 14:00 horas do dia 22 de fevereiro de 2021, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação designada pela portaria 2404/2020, para a abertura do envelope de habilitação e proposta de preços da Empresa MAURÍCIO SAVULSKI ME, única empresa interessada em participar do certame.

Não se fez presente na sessão nenhum representante da empresa participante.

Em seguida foi aberto o envelope de documentação referida empresa.

Os documentos foram analisados e rubricados pela Comissão de Licitação, estando em conformidade com o edital.

Tendo em vista a falta de representante da empresa presente, a Comissão de Licitação solicitou por email a desistência de recurso da fase de habilitação para o responsável pela empresa participante, onde a mesma enviou o documento que foi anexado ao processo.

Dando continuidade aos trabalhos foi aberto o envelope de proposta de preços da empresa habilitada. Os documentos foram analisados e rubricados pela Comissão de Licitação, estando em conformidade com o edital.

O valor apresentado foi o seguinte: R\$ 34.007,12.

Nada mais a constar, encerra-se a presente ata que vai assinada pela Presidente da Comissão Permanente de Licitação e seus membros.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO:**

**NABEL ANA M. DE CAMPOS  
PRESIDENTE MEMBRO**

**MARISTELA L. B.DE ÁVILA  
MEMBRO**

**CRISTIANO DE SOUZA NEVES  
MEMBRO**



# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO N° 13.058/2021

Publicação N° 2879010

DECRETO N° 13.058, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU PELO FALECIMENTO DE ARLINDO DE FRANCESCHI.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e:

CONSIDERANDO o lastimável falecimento na data de hoje, do engenheiro civil e ex-vereador, Senhor Arlindo de Franceschi, aos 70 anos de idade;

CONSIDERANDO que o finado, ao longo de sua trajetória deixa um legado incontestável, através de serviços prestados junto à vida pública, onde atuou para o bem estar da população Blumenauense, tendo atuado como Vereador nos anos de 1988 e 1996;  
CONSIDERANDO o consternamento geral e o sentimento de solidariedade que emerge pela perda de um cidadão exemplar de nossa Cidade;

DECRETA:

Art.1º Fica declarado luto oficial, de três (03) dias, no Município de Blumenau, em homenagem à memória de Arlindo de Franceschi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

### DECRETO N° 13.059/2021

Publicação N° 2879023

DECRETO N° 13.059, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.958, de 16 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 21.006,66 (vinte e um mil, seis reais e sessenta e seis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
0903 – Diretoria de Educação Básica  
Atividade 09.03.12.361.0048.2036 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental  
Modalidade 3.3.90 (1041) Aplicações Diretas R\$ 21.006,66  
Fonte de Recursos 0344.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

### DECRETO N° 13.060/2021

Publicação N° 2879025

DECRETO N° 13.060, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MARIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento



no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.958, de 16 de dezembro de 2020,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 74.696,67 (setenta e quatro mil, seiscentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

**10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL**

1001 – Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0027.2317 – Manut. Ativ. Polícia Militar/Convênio Estado

Modalidade 3.3.90 (1042) Aplicações Diretas R\$ 54.696,67

Fonte de Recursos 0300.00000

Modalidade 4.4.90 (1043) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0300.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de fevereiro de 2021.

MARIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 24.971/2021**

Publicação Nº 2879026

PORTARIA Nº 24.971, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JULIE PAUL, DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO, a contar de 19 de fevereiro de 2021, à servidora pública municipal JULIE PAUL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, conforme Processo Administrativo nº 1265/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 24.972/2021**

Publicação Nº 2879029

PORTARIA Nº 24.972, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVANA BATISTA MELLO, DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ATENDENTE DE CRECHE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO, a contar de 18 de fevereiro de 2021, à servidora pública municipal SILVANA BATISTA MELLO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, conforme Processo Administrativo nº 1269/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de fevereiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº 023/2021**

Publicação Nº 2879031

EXTRATO – CONTRATO Nº. 023/2021

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI – EPP.



OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de obra de infraestrutura com pavimentação em lajota e drenagem pluvial da Rua João Krause (Programa Pavimenta Ação), bairro Itoupava Central, Fonte de recurso: Operação de Crédito Finisa - Contrato de Financiamento nº. 0498.669 DVº: 69 e Recursos Próprios - SEMOB.

PROCESSO: Concorrência nº 045/2020.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 22, inciso I da Lei 8.666/1993 e alterações.

VALOR: R\$ 272.892,10 (duzentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e dois reais e dez centavos).

PRAZO: 07 (sete) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

DATA DE ASSINATURA: 26 de janeiro de 2021.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2020**

Publicação Nº 2879033

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 109/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ORIGINAL SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Locação de imóvel na Rua Alberto Felício Adriano, n. 150, Bairro Fortaleza, Blumenau/SC, para funcionamento das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no pedido de compras anexo ao processo - SEMUDES.

PROCESSO: Dispensa nº 08-055/2020.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência em mais 12 (doze) meses, ou seja, de 15 de abril de 2021 até 14 de abril de 2022.

VALOR: Renova-se o valor pago pela utilização do imóvel de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) mensais, totalizando ao ano R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2021.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 086/2020**

Publicação Nº 2879034

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 86/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A MVK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI.

OBJETO: Elaboração de "projetos executivos" (arquitetônicos e complementares), com as devidas aprovações dos órgãos competentes reguladores, para reformas, ampliações, adequações e preventivos contra incêndio de Unidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes no edital e seus anexos (ITEM 09 - EBM Norma D. Huber) - SEMED.

PROCESSO: Concorrência n. 018/2019.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 181 (cento e oitenta e um) dias, ou seja, de 1º de janeiro de 2021 até 30 de junho de 2021.

DATA DE ASSINATURA: 08 de janeiro de 2021.

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2020**

Publicação Nº 2879037

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de implantação/manutenção de sinalização horizontal e vertical no sistema viário do Município, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, pelo período de 12 meses – SMTT.

PROCESSO: Concorrência nº 03-022/2019.

VALOR: Reajusta o valor total estimado a ser pago à CONTRATADA pela execução dos serviços para R\$ 3.193.509,09 (três milhões, cento



e noventa e três mil, quinhentos e nove reais e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2021.

### **EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 346/2016**

Publicação Nº 2879040

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 346/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de nutrição e alimentação escolar, visando o preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, que atendam aos padrões nutricionais e dispositivos legais vigentes, aos alunos regularmente matriculados em unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino, mediante fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos necessários, fornecimento dos serviços de logística, supervisão e manutenção dos equipamentos utilizados, fornecimento de mão de obra treinada para a preparação dos alimentos, distribuição, controle, limpeza e higienização de cozinha e despesa das unidades escolares, de acordo com especificações, quantitativos e condições constantes neste edital, pelo período de 12 meses – SEMED.

PROCESSO: Concorrência nº 03-006/2016.

VALOR: REAJUSTA o valor total pago à contratada pelos serviços que passa a ser R\$ 28.732.913,13.

DATA DE ASSINATURA: 11 de fevereiro de 2021.

### **EXTRATO - TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº. 146/2017**

Publicação Nº 2879042

EXTRATO - TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº. 146/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA MJRE CONSTRUTORA LTDA.

OBJETO: Construção do Terminal Integrado Oeste (Água Verde) e do Terminal Integrado Norte (Itoupavas), obras estas do Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (Projeto nº BR-L1272), contrato de empréstimo 2746/OC-BR.

PROCESSO: Concorrência Internacional n. 03-1015/2017

DATA DA RESCISÃO: A partir do dia 26 de janeiro de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 26 de janeiro de 2021.

### **EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 146/2017**

Publicação Nº 2879045

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 146/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A MJRE CONSTRUTORA LTDA.

OBJETO: Construção do Terminal Integrado Oeste (Água Verde) e do Terminal Integrado Norte (Itoupavas), obras estas do Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (Projeto nº BR-L1272), contrato de empréstimo 2746/OC-BR.

PROCESSO: Concorrência Internacional n. 03-1015/2017.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência contratual por mais 181 (cento e oitenta e um) dias, ou seja, de 02 de agosto de 2020 até o dia 29 de janeiro de 2021

VALOR: I. Acréscimo de R\$ 2.058.789,10 (dois milhões, cinq-enta e oito mil, setecentos e oitenta e nove reais e dez centavos); II. Supressão de R\$ 8.326.920,91 (oito milhões, trezentos e vinte e seis mil, novecentos e vinte reais e noventa e um centavos)

DATA DE ASSINATURA: 26 de janeiro de 2021



**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2019**

Publicação Nº 2879046

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 22/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A PH ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPAÇÕES EIRELI.

OBJETO: Locação de um prédio de alvenaria de três pavimentos, localizado na Rua 2 de setembro, nº 1.212, Bairro Itoupava Norte, Blumenau/SC, contendo uma área de 2.194,68 m² para uso administrativo e ambulatorial, uma área de 1.264,63 m² para uso de estacionamento de veículos leves, a qual fica no subsolo do imóvel, bem como um espaço externo para estacionamento de veículos, destinado ao funcionamento do Centro de Saúde Rosania Machado Pereira – pelo período de 12 (doze) meses – SEMUS / F.M.S.

PROCESSO: Dispensa nº 08-108/2018

VALOR: REAJUSTA o valor da locação para R\$ 59.984,54 (cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, a contar do dia 27/12/2020, totalizando o valor do contrato em R\$ 719.814,48 (setecentos e dezenove mil, oitocentos e catorze reais e quarenta e oito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 08 de fevereiro de 2021

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 227/2020**

Publicação Nº 2879047

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 227/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA VIEIRA MELLO EIRELI ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos arquitetônicos, complementares, planilhas de custos e levantamentos de engenharia para construção da Unidade Estratégia de Saúde da Família Nair Neves.

PROCESSO: Convite n. 004/2020.

PRAZO: Prorroga-se os prazos de vigência e execução, sendo: Prazo de Vigência de 11 de fevereiro de 2021 até 31 de maio de 2021; e Prazo de Execução de 11 de fevereiro de 2021 até 30 de abril de 2021.

DATA DE ASSINATURA: 15 de fevereiro de 2021

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2020**

Publicação Nº 2879048

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 011/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O COMPLEXO DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO, TERAPIA E REABILITAÇÃO RESPIRATÓRIA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços com finalidade diagnóstica em exames de audiologia/otologia conforme códigos constantes na tabela SIG-TAP, aos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Blumenau – SEMUS.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09- 010/2020.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 20 de fevereiro de 2021 até 19 de fevereiro de 2022,

VALOR: Renova-se o valor mensal do contrato que se mantém em R\$ 5.013,88 (cinco mil, treze reais e oitenta e oito centavos), totalizando o valor de R\$ 60.166,56 (sessenta mil, cento e sessenta e seis reais e cinq-enta e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 19 de janeiro de 2021

**EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2017**

Publicação Nº 2879049

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SEMUS) E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB

OBJETO: Cooperação técnica entre os convenientes para a operacionalização da Farmácia Escola da Policlínica Universitária FURB no Município de Blumenau.



FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93 e art. 84, parágrafo único, I, da Lei 13019/14.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS

PRAZO: Prorroga de 01 de abril de 2021 até 31 de março de 2022.

DATA: 11 de fevereiro de 2021

## **EXTRATO - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 29.01.002.2021 - TC 002/2021**

Publicação Nº 2879051

EXTRATO - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 29.01.002.2021 - TC 002/2021

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) E O CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE

OBJETO: - Execução do Programa de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho

BASE LEGAL: Lei Federal nº. 13.019/2014 e alterações, Decreto Federal nº. 8.726/2016, Decretos Municipais nº. 11.235 e 11.509/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, Resolução CNAS nº. 109/2009, nº 33/2011 e nº 33/2012, Lei nº. 8.742/1993 e alterações, Lei nº. 4.320/1964, Instrução Normativa nº. 14/2012 do TCE/SC, Lei Complementar nº. 101/2000, Lei Autorizativa Municipal nº. 8.946/2020 art. 1º XXXVI, Resolução CMAS nº. 047/2020, entre outras legislações aplicáveis.

VALOR: R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 10 MESES, CONTADOS DE 01 DE MARÇO DE 2021.

DATA DE ASSINATURA: 16 DE FEVEREIRO DE 2021

## **HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021**

Publicação Nº 2879053

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículo com a finalidade de atender a Diretoria de Proteção Especial, vinculada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, ao Convênio nº 902402/2020, pelo período de 12 meses - SEMUDES. EMPRESA VENCEDORA: COTRANS LOCAÇÃO DE VEÍCULO LTDA - Valor Total Global R\$ 12.700,00. VALOR TOTAL PREGÃO ELETRÔNICO 02/2021: R\$ 12.700,00. BASE LEGAL: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e alterações e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações. Lei 13.987/2020 bem como a Lei Federal 13.979/2020. Data homologação: 19 de fevereiro de 2021.

## **PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE NºS 09-77/20; 09-79/20; 09-80/20; 09-81/20; 09-04/21 E 09-05/21**

Publicação Nº 2879085

Processo inexigibilidade 09 - 77/2020

Objeto: Aquisição de vagas na educação infantil através do credenciamento 13/2019- SEMED.

Contratada: ESCOLA INFANTIL ESPAÇO SER CRIANÇA

Artigo 25; Caput da lei 8.666/93

Valor por vaga R\$900,00 Valor total anual: R\$972.000,00

Processo inexigibilidade 09 - 79/2020

Objeto: Aquisição de vagas na educação infantil através do credenciamento 13/2019- SEMED.

Contratada: ESCOLA EXPRESSAO LTDA ME

Artigo 25; Caput da lei 8.666/93

Valor por vaga R\$900,00 Valor total anual: R\$561.000,00

Processo inexigibilidade 09 - 80/2020

Objeto: Aquisição de vagas na educação infantil através do credenciamento 13/2019- SEMED.

Contratada: FERNANDO FARIAS – ME (CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL DECOLAR)

Artigo 25; Caput da lei 8.666/93

Valor por vaga R\$900,00 Valor total anual: R\$864.000,00

Processo inexigibilidade 09 - 81/2020

Objeto: Aquisição de vagas na educação infantil através do credenciamento 13/2019- SEMED.

Contratada: EDUCACAO INFANTIL ANJO DE CRISTAL LTDA

Artigo 25; Caput da lei 8.666/93



Valor por vaga R\$900,00 Valor total anual: R\$432.000,00

Processo inexigibilidade 09 - 04/2021

Objeto: Aquisição de vagas na educação infantil através do credenciamento 13/2019- SEMED.

Contratada: ESCOLA DE EDUCACAO INFANTIL DOCE ENCANTO LTDA

Artigo 25; Caput da lei 8.666/93

Valor por vaga R\$900,00 Valor total anual: R\$2.160.000,00

Processo inexigibilidade 09 - 05/2021

Objeto: Consórcio de rateio, manutenção das finalidades do consórcio intermunicipal de saúde - SEMED.

Contratada: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO MEDIO VALE DO ITAJAI – CISAMVI

Artigo 25; Caput da lei 8.666/93

Valor total: R\$244.942,93

## HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021

Publicação Nº 2879091

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2021

Data da Homologação: 19 de fevereiro de 2021. Objeto: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI e materiais de proteção e destinado ao atendimento às demandas emergenciais de enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de acordo com as recomendações postas pela Portaria nº 54, de 1º de abril de 2020. - SEMUDES/FMAS.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Empresas Vencedoras: GOEDERT LTDA - Valor total R\$ 39.548,92 e CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA - Valor total R\$ 5.718,30

Base Legal: De acordo com o pregão supracitado nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 7.732/04 Lei Complementar 123/06 e alterações e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

## CONVITE Nº 02/2021

Publicação Nº 2879094

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

CONVITE Nº 02/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de manutenção de 02 (dois) elevadores do Paço Municipal, com fornecimento de peças, pelo período de 04 (quatro) meses - SEDEAD. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 03 de março de 2021 às 09 horas. EDITAL COMPLETO, sem custas via e-mail: [licitacoes@blumenau.sc.gov.br](mailto:licitacoes@blumenau.sc.gov.br) e/ou site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar nº 123/06 e alteração. Blumenau, 14/02/2020. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

## RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04/2021

Publicação Nº 2879099

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 04/2021

APROVA A ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DOS PARÁGRAFOS 4º E 5º DO ARTIGO 12 DO REGIMENTO INTERNO DOS CONSELHOS TUTELARES DE BLUMENAU.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base na Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações no Regimento Interno, Deliberação da Plenária Extraordinária de 23 de fevereiro de 2021 e;

CONSIDERANDO:

- O Decreto Municipal nº 10.813, de 07 de Dezembro de 2015 que aprova o Regimento Interno dos Conselhos Tutelares de Blumenau.

- que o CMDCA é o órgão a quem compete deliberar e exercer o controle do atendimento a crianças e adolescentes em todos os níveis, conforme previsto na Lei Federal Nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA);

- a competência do CMDCA, disposto no art. 7º, inciso IX, da Lei Complementar 411/2003, de deliberar sobre o Regimento Interno dos Conselhos Tutelares;

- o ofício nº 01/2021 do Colegiado Ampliado dos Conselhos Tutelares que encaminha para análise e aprovação do CMDCA em relação à proposta de alteração da redação dos parágrafos 4º e 5º do artigo 12 de seu Regimento Interno;

- a solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES e da Comissão Permanente para Assessoria Técnica e



Administrativa aos Conselhos Tutelares de Blumenau para participação na reunião da Mesa Coordenadora do CMDCA referendando a proposta de alteração do Regimento Interno dos Conselhos Tutelares proposta pelo seu Colegiado Ampliado;

- a aprovação da Mesa Coordenadora em relação de alteração da redação dos parágrafos 4º e 5º do artigo 12 do Regimento Interno dos Conselhos Tutelares, conforme consta no Relatório de Reunião Ordinária da Mesa Coordenadora do CMDCA n.º 03/2021, e de realização de Plenária Extraordinária para discussão desta demanda;

- a aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA em relação de alteração da redação dos parágrafos 4º e 5º do artigo 12 do Regimento Interno dos Conselhos Tutelares em Plenária Extraordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a alteração da redação dos parágrafos 4º e 5º do artigo 12 do Regimento Interno dos Conselhos Tutelares de Blumenau, passando a vigorar da seguinte forma:

I - §4º: Na hipótese de afastamento de conselheiro tutelar por motivo de doença, ficam suspensas as férias dos demais conselheiros da mesma unidade em que houve o afastamento que deverão ser readequadas, salvo, se houver possibilidade de convocação de suplentes para assumir o cargo, sem prejuízo dos serviços prestados.

II - §5º: As férias dos conselheiros tutelares titulares deverão obedecer à escala de férias homologada, exceto, quando houver afastamento para tratamento de saúde no exato período, conforme disposto no §4º deste artigo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 23 de fevereiro de 2021.

Dalva Aparecida Rodrigues da Silva  
Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos  
da Criança e do Adolescente – CMDCA  
Gestão 2019/2021

## **TOMADA DE PREÇOS Nº 02-2203/2020 - SAMAE**

Publicação Nº 2879116

Tomada de Preços 02-2203/2020

OBJETO Contratação de empresa para prestação de serviços de instalações elétricas e de automação (com fornecimento de materiais) para Booster Adutora RA-01 Norte – Reservatório Fortaleza – Sistema de Abastecimento RA-1. ENTREGA ENVELOPES: dia 16 de março de 2021, às 08:30 horas. ABERTURA ENVELOPES: dia 16 de março de 2021, às 09:00 horas. As empresas que não possuem CRC deverão apresentar documentação exigida para cadastramento, na Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Administração, até o 3º dia anterior a data de abertura dos envelopes, ou seja, dia 11/03/2021. EDITAL COMPLETO: sem custas via e-mail: karlakaestner@samae.com.br - Contato (47) 3331-8422 e marcelofileti@samae.com.br. - Contato (47) 3331-8421 e/ou site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia> e demais documentos no link <https://drive.google.com/drive/folders/1EEaP9NyYJBAt2CT6ewuXn7oY1txmXvQf?usp=sharing>. OBS: A EMPRESA QUE OBTIVER O EDITAL DIRETAMENTE PELO SITE, SERÁ RESPONSÁVEL PELA CONSULTA DE EVENTUAIS ALTERAÇÕES/INFORMAÇÕES PERTINENTES A ESTA LICITAÇÃO. BASE LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e legislações complementares.

Blumenau (SC), 23/02/2021.

Paulo França  
Diretor Presidente

## **EXTRATO Nº 021/2021 - FURB**

Publicação Nº 2879123

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 021/2021

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e  
QUANTUM ENGENHARIA LTDA.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE PRAZO  
TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 022/2020

OBJETO: "Contratação de serviços de eficiência elétrica para atendimento ao Termo de Convênio nº013 PEE CELESC 2017.



FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº. 23/2020 e Contrato nº 022/2020, firmado em 21 de fevereiro de 2020.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO:**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 022/2020 por prazo adicional de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 21 de fevereiro de 2021 a 20 de fevereiro de 2022.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUNTEÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 022/2020, que não conflitem com o presente documento.

Blumenau/SC, 19 de fevereiro de 2021.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 01/2020**

Publicação Nº 2878441

**CAUSA ENSEJADORA DA INEXIGIBILIDADE:**

Artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

**OBJETO DO CONTRATO:**

Prestação de serviços de TV por assinatura.

**CONTRATADA:**

Claro S.A. (NET).

**CNPJ/MF DA CONTRATADA:**

40.432.544/0191-66.

**ENDEREÇO DA CONTRATADA:**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110, sala 201, centro, CEP 88.010-120- Florianópolis – SC.

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

28/09/21.

**VALOR ESTIMADO PARA 12 (DOZE) MESES:**

R\$ 10.921,92 (dez mil novecentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos).



# Bom Jesus

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO PSS 001/2021

Publicação N° 2877795

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO N°001/2021

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO aos classificados no Processo de Chamamento Público N°001/2021, que deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, para contratação imediata devido a emergência até do dia 26/02/2021, de acordo com o Edital, conforme segue:

Cargo: ENFERMEIRA - 40hs

Classificação	NOME DO CANDIDATO
2º	ODETE CORREA DE OLIVEIRA PALIANO

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Administração, na Prefeitura Municipal de Bom Jesus -SC, no horário 07:00 às 13:00 horas, fone/fax (0xx49) 3424 -0181

Bom Jesus (SC), em 23 de Fevereiro de 2021.

RAFAEL CALZA  
Prefeito Municipal



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 034/2021 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878276

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 034/2021

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária - CIDIR  
Objeto: Disciplinar o repasse financeiro do Município para Manutenção das atividades do CIDIR – RATEIO ano 2021.  
Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).  
Vigência: 23/02/2021 a 31/12/2021.

Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº. 5549-2021

Publicação Nº 2877748

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5549/2021, DE 14 DE JANEIRO DE 2021.  
DESIGNA SERVIDORES PARA CONSTITUIREM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO E COMISSÃO JULGADORA DE REGISTROS CADASTRAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Airton Antonio Reinehr, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal e de acordo com as Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 8.883/94 e suas alterações, DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os infra relacionados a integrarem a Comissão Municipal de Julgamento dos Registros Cadastrais nos termos do Decreto Municipal nº. 17/97 de 10.01.1.997.

PRESIDENTE: José Roberto Morandini.

SECRETÁRIO: Fabio Gerhardt.

AUXILIAR DIRETO: Charlaine Kreuz.

SUPLENTE: Sidnei Luiz Walker.

ART. 2º. Ficam designados os infra relacionados a integrarem a Comissão Permanente de Licitações do Município de Bom Jesus do Oeste - SC, de acordo com a LEI.

PRESIDENTE: José Roberto Morandini.

SECRETARIO: Charlaine Kreuz.

AUXILIAR DIRETO: Fabio Gerhardt.

SUPLENTE: Sidnei Luiz Walker.

Art. 3º. Revogam-se as disposições do Decreto Municipal nº. 5423/2020.

Art. 4º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto Municipal nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 14 de janeiro de 2021.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº. 5550-2021

Publicação Nº 2877782

DECRETO MUNICIPAL Nº 5550/2021, DE 25 DE JANEIRO DE 2021  
DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE PREGÕES DO MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica designado como pregoeiro permanente o servidor Sr. José Roberto Morandini para atuar em Pregões da Municipalidade, com as seguintes atribuições:

- a) Credenciar os participantes;
- b) Receber as propostas;
- c) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- d) Classificar as propostas;
- e) Receber os lances;
- f) Abalizar a aceitabilidade dos lances;
- g) Classificar os licitantes os segundo o critério de menor preço;
- h) Verificar os documentos de habilitação do licitante que apresentou a proposta;
- i) Declarar vencedor o licitante que atender as exigências fixadas no edital;
- j) Adjudicar o objetivo do certame ao licitante vencedor.

Art. 2º. Fica designada a Equipe de Apoio composta pelos seguintes servidores, ocupantes de cargo na Municipalidade:

- a) Charlaine Kreuz.
  - b) Fabio Gerhardt.
- SUPLENTE: Sidnei Luiz Walker.

Parágrafo Único. A Equipe de Apoio cabe auxiliar o Pregoeiro em todas as suas atribuições.

Art. 3º. Os trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio encerrar-se-ão como o término de cada Pregão.

Art. 4º. Revogam-se as disposições do Decreto Municipal nº. 5258/219.

Art. 5º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto Municipal nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 25 de janeiro de 2021.

Registre-se  
Publique-se  
Cumpra-se.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº. 5555-2021**

Publicação Nº 2877779

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5555/2021, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE PREGÕES DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica designado como pregoeiro permanente o servidor Sr. Jeferson Persch para atuar em Pregões da Municipalidade, com as seguintes atribuições:

- a) Credenciar os participantes;
- b) Receber as propostas;
- c) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- d) Classificar as propostas;
- e) Receber os lances;
- f) Abalizar a aceitabilidade dos lances;
- g) Classificar os licitantes os segundo o critério de menor preço;
- h) Verificar os documentos de habilitação do licitante que apresentou a proposta;
- i) Declarar vencedor o licitante que atender as exigências fixadas no edital;
- j) Adjudicar o objetivo do certame ao licitante vencedor.

Parágrafo Único – Na ausência do Pregoeiro, fica designado para atuar como seu substituto, o membro da Equipe de Apoio, Sr. José Roberto Morandini, servidor público municipal, do Quadro de Provimento Efetivo deste Município.



Art. 2º. Fica designada a Equipe de Apoio composta pelos seguintes servidores, ocupantes de cargo na Municipalidade:

a) José Roberto Morandini.

b) Charlene Kreuz.

SUPLENTE: Fabio Gerhardt.

Parágrafo Único. A Equipe de Apoio cabe auxiliar o Pregoeiro em todas as suas atribuições.

Art. 3º. Os trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio encerrar-se-ão como o término de cada Pregão.

Art. 4º. Revogam-se as disposições do Decreto nº 4984/2017.

Art. 5º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto Municipal nº. 4450/2013, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 04 de fevereiro de 2021.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

AIRTON ANTONIO REINEHR.

Prefeito Municipal

## DECRETO MUNICIPAL Nº. 5569-2021

Publicação Nº 2877837

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5569/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DESIGNA SERVIDORES PARA CONSTITUIREM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO E COMISSÃO JULGADORA DE REGISTROS CADASTRAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Airton Antonio Reinehr, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal e de acordo com as Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 8.883/94 e suas alterações, DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os infra relacionados a integrarem a Comissão Municipal de Julgamento dos Registros Cadastrais nos termos do Decreto Municipal nº. 17/97 de 10.01.1.997.

PRESIDENTE: José Roberto Morandini.

SECRETÁRIO: Fabio Gerhardt.

AUXILIAR DIRETO: Charlene Kreuz.

SUPLENTE: Sidnei Luiz Walker.

ART. 2º. Ficam designados os infra relacionados a integrarem a Comissão Permanente de Licitações do Município de Bom Jesus do Oeste - SC, de acordo com a LEI.

PRESIDENTE: José Roberto Morandini.

SECRETARIO: Jeferson Persch.

AUXILIAR DIRETO: Fabio Gerhardt.

SUPLENTE: Sidnei Luiz Walker.

Art. 3º. Revogam-se as disposições do Decreto Municipal nº. 5549/2021.

Art. 4º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto Municipal nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 23 de fevereiro de 2021.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 5570/2021 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877863

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

Decreto nº 5570/2021 de 23 de Fevereiro de 2021

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0410/2021, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as leis nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 5549/2021 de 14 de Janeiro de 2021, sob o Processo de Licitação nº 0410/2021, que tem por objeto Disciplinar o repasse financeiro do município para manutenção das atividades do CIDIR e ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens prestação de serviços urbanos e execução de serviços de obras de engenharia de infraestrutura rodoviária (RATEIO) para ano/exercício 2021.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant	Valor (R\$)
1	Consortio Intermunicipal De Des. Da Infra Estrutura Rodoviaria- Cidir	Repasse financeiro do municipio para manutenção das atividades do CIDIR e ou elaboração e execução de projetos especificos ou aquisição de bens prestação de serviços urbanos e execução de serviços de obras de engenharia de infra estrutura rodoviária (Rateio ano 2021)	1,00	18.000,00

dezoito mil reais	18.000,00
-------------------	-----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,  
aos 23/02/2021.Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal**ERRATA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 07-2021**

Publicação Nº 2877886

ERRATA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 07/2021 DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Objeto do Contrato: Implantação, locação e manutenção de software de uso do controle interno.

Errata: onde lê – se: neste ato, representada por seu Diretor, Edson Antonio Valgoi, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na BR-282, Bairro Três Barras, na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, portador do documento de identidade nº 1.783.138 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 579.791.039-04, passa a ler – se: neste ato representado por sua Diretora Sr.ª. Giovana Carla Cassol Felipe, brasileira, casada, empresaria, residente e domiciliada na Rua da Consolação,317, Bairro Matinho, Xanxerê/SC, portadora do CPF nº. 796.630.879-00, e do RG nº. 2.072.943.

Jose Roberto Morandini  
CPF nº. 042.342.379-73  
Compras/Contratos**PROCESSO LICITATORIO Nº 410/2021 - DISPENSA POR JUSTIFICATIVA**

Publicação Nº 2877755

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 410/2021  
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 400/2021

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade Dispensa por Justificativa, de acordo com Art 24 Inciso XXVI da Lei 8.666/93, para contratação e repasse financeiros a consórcios públicos.

Contratado: Consortio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária – CIDIR

Objeto: Disciplinar o repasse financeiro do município para manutenção das atividades do CIDIR e ou elaboração e execução de serviços de



obras de engenharia de infraestrutura rodoviária – RATEIO

Valor: 18.000,00 (dezoito mil reais)

Vigência: 22/02/2021 a 31/12/2021

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto ao setor de Licitações do Município, sita a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [licitacao@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:licitacao@bomjesusdooeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 22 de fevereiro de 2021.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal



**Botuvera****PREFEITURA****EDITAL DO P.A. Nº 010/2021 - P.P. Nº 09/2021-SRP - SERVIÇOS DE BORRACHARIA EM GERAL**

Publicação Nº 2877656

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

Processo Licitatório Nº 010/2021 - Pregão Presencial Nº 09/2021 - SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 010/2021 na Modalidade Pregão Presencial Nº 09/2021-SRP, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA EM GERAL. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 08/03/2021. Abertura da sessão: dia 08/03/2021 às 14:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no Departamento de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-3200 e e-mail licitacao2@botuvera.sc.gov.br, e site botuvera.atende.net Botuverá, 24 de Fevereiro de 2021.

Vilson José Ganesini

Secretário de Transportes

**EXTRATO DA A.R.P. Nº 06/2021 - MADEIRAS DIVERSAS**

Publicação Nº 2877821

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2021

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratados:

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME – CNPJ: 27.286.283/0001-36, Situada na Rua Águas Frias, Nº 280, bairro Águas Frias, cidade de Alfredo Wagner/SC, CEP: 88450-000, Fone: (48) 3276-1349, e-mail: vicentedepartamentos@gmail.com

Valor total Adjudicado e homologado para o fornecedor no certame: R\$ 225.225,00 (Duzentos e Vinte e Cinco Mil e Duzentos e Vinte e Cinco Reais)

PAULINI & PEDRINI MADEIREIRA LTDA - CNPJ: 04.073.825/0001-97, Situada na Estrada Geral Gabiroba, Nº 4950, bairro gabiroba, cidade de Botuverá/SC, CEP: 88295-000, Fone: (47) 3359-1153

Valor total Adjudicado e homologado para o fornecedor no certame: R\$ 116.080,00 (Cento e Dezesesseis Mil e Oitenta Reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DIVERSAS

Fundamento Legal:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021-SRP

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 05-2021- JANETE DA SILVA ALVES**

Publicação Nº 2877766

Extrato de Contrato nº 05/2021

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Janete da Silva Alves 07347212936

Valor: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

Vigência: 25/02/2021 à 24/02/2022

Item	Descrição do material	Unid.	Qtde.	R\$ Unt.	R\$ Total
1	Serviço de zeladoria e limpeza das capelas mortuárias das localidades de: Águas Negras, Centro e Ribeirão do Ouro.	Diária	96	137,50	13.200,00
Total R\$					13.200,00

Fund.Legal: Art. 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93.



**EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 04/2021- ANA FATIMA RESCAROLLI**

Publicação N° 2877724

Extrato de Contrato nº 04/2021

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Ana Fatima Rescarolli

Valor: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)

Vigência: 31/12/2021

Item	Descrição do material	Unid.	Qtde.	R\$ unt	R\$ Total
1	Serviço de afiação de Serra fita para a Serraria Móvel	Und.	200	17,00	3.400,00
2	Serviço de Travagem de Serra fita para a Serraria Móvel	Und.	80	40,00	3.200,00
Total R\$					6.600,00

Fund.Legal: Art. 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93.



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO E EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2021 FMS

Publicação Nº 2879058

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO-SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO Nº 04/2021 FMS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2021 FMS  
Contrato nº 06/2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO

CONTRATADA: PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI, CNPJ nº 05.077.346/0001-01, localizada na cidade de Rio do Sul/SC.

OBJETO: aquisição de materiais e equipamentos a serem utilizados nas Unidades Escolares da rede Pública Municipal a fim de prevenir e evitar a propagação do vírus do Covid - 19 no município de Braço do Trombudo/SC.

VALOR: R\$5.455,00 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.979/20, em seu artigo 4º e art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

VIGÊNCIA: 22.02.2021 até 21.03.2021.

Braço do Trombudo, em 22 de fevereiro de 2021.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal.



# Brunópolis

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 04/2021

Publicação Nº 2878144

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 04/2021 – Edital de Pregão Presencial nº 03/2021

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 09h00min do dia 10/03/2021, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Selmo Heck, 2405, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet [www.brunopolis.sc.gov.br](http://www.brunopolis.sc.gov.br). Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Volcir Canuto - Prefeito Municipal.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 074 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878469

LEI COMPLEMENTAR Nº 074 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

INSTITUI NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S) E PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO (REURB-E), DENOMINADO SIMPLEMENTE COMO “REGULARIZA BRUNÓPOLIS”.

VOLCIR CANUTO, Prefeito do Município de Brunópolis-Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e com fundamento na Lei Orgânica Municipal FAZ saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis que os Nobres Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei Complementar:

#### TÍTULO I DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

##### Seção I Da Regularização Fundiária Urbana

Art.1º Ficam instituídas nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017 as normas gerais, procedimentos aplicáveis, e o Programa Especial Municipal para Regularização Fundiária de Interesse Social (Reurb-S) e o Programa de Regularização Fundiária de Interesse Específico (Reurb-E) no território do Município de Brunópolis/SC, doravante denominado - REGULARIZA BRUNÓPOLIS – cujo qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de núcleos urbanos informais:

Parágrafo único. O poder público municipal fica autorizado a formular e desenvolver no espaço urbano as políticas de suas competências de acordo com os princípios de competitividade, sustentabilidade econômica, social e ambiental, ordenação territorial, eficiência energética e complexidade funcional, buscando que o solo se ocupe de maneira eficiente, combinando seu uso de forma funcional.

Art. 2º. Constituem objetivos do Programa Regulariza Brunópolis, a serem observados pelo Município :

- I - identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;
- II - criar unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano e constituir sobre elas direitos reais em favor dos seus ocupantes;
- III - ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;
- IV - promover a integração social e a geração de emprego e renda;
- V - estimular a resolução extrajudicial de conflitos, em reforço à consensualidade e à cooperação entre Estado e sociedade;
- VI - garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas;
- VII - garantir a efetivação da função social da propriedade;
- VIII - ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;
- IX - concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo;
- X - prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais;
- XI - conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher;
- XII - franquear participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária.

Art. 3º Para fins desta Lei, consideram-se:

I -núcleo urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei Federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, independentemente da propriedade do solo, ainda



que situado em área qualificada ou inscrita como rural;

II -núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização;

III -núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município;

IV -demarcação urbanística: procedimento destinado a identificar os imóveis públicos e privados abrangidos pelo núcleo urbano informal e a obter a anuência dos respectivos titulares de direitos inscritos na matrícula dos imóveis ocupados, culminando com averbação na matrícula destes imóveis da viabilidade da regularização fundiária, a ser promovida a critério do Município;

V -Certidão de Regularização Fundiária (CRF): documento expedido pelo Município ao final do procedimento da Reurb, constituído do projeto de regularização fundiária aprovado, do termo de compromisso relativo a sua execução e, no caso da legitimação fundiária e da legitimação de posse, da listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, da devida qualificação destes e dos direitos reais que lhes foram conferidos;

VI -legitimação de posse: ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, conversível em aquisição de direito real de propriedade na forma desta Lei, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse;

VII -legitimação fundiária: mecanismo de reconhecimento da aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidade imobiliária objeto da Reurb;

VIII - ocupante: aquele que mantém poder de fato sobre lote ou fração ideal de terras públicas ou privadas em núcleos urbanos informais.

§1º Para fins da Reurb, o Município de Brunópolis poderá dispensar as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edilícios.

§2º Constatada a existência de núcleo urbano informal situado, total ou parcialmente, em área de preservação permanente ou em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais definidas pela União, Estados ou Municípios, a Reurb observará, também, o disposto nos arts. 64 e 65 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, hipótese na qual se torna obrigatória a elaboração de estudos técnicos, no âmbito da Reurb, que justifiquem as melhorias ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior, inclusive por meio de compensações ambientais, quando for o caso.

§3º No caso de a Reurb abranger área de unidade de conservação de uso sustentável que, nos termos da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, admita regularização, será exigida também a anuência do órgão gestor da unidade, desde que estudo técnico comprove que essas intervenções de regularização fundiária implicam a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior.

§4º Na Reurb cuja ocupação tenha ocorrido às margens de reservatórios artificiais de água destinados à geração de energia ou ao abastecimento público, a faixa da área de preservação permanente consistirá na distância entre o nível máximo operativo normal e a cota máxima maximorum.

§5º Esta Lei não se aplica aos núcleos urbanos informais situados em áreas indispensáveis à segurança nacional ou de interesse da defesa, assim reconhecidas em decreto do Poder Executivo federal.

§6º Aplicam-se as disposições desta Lei aos imóveis localizados em área rural, desde que a unidade imobiliária tenha área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei Federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972.

Art. 4º. A aprovação municipal da Reurb de que trata o art. 2º corresponde à aprovação urbanística do projeto de regularização fundiária, bem como à aprovação ambiental.

§1º Os estudos referidos no art. 3º deverão ser elaborados por profissional legalmente habilitado, compatibilizar-se com o projeto de regularização fundiária e conter, conforme o caso, os elementos constantes dos arts. 64 ou 65 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

§2º Os estudos técnicos referidos no art. 3º aplicam-se somente às parcelas dos núcleos urbanos informais situados nas áreas de preservação permanente, nas unidades de conservação de uso sustentável ou nas áreas de proteção de mananciais e poderão ser feitos em fases ou etapas, sendo que a parte do núcleo urbano informal não afetada por esses estudos poderá ter seu projeto aprovado e levado a registro separadamente.

Art. 5º. A Reurb compreende duas modalidades:

I -Reurb de Interesse Social (Reurb-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarado em ato do Poder Executivo municipal; e

II -Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo.

§1º Serão isentos de custas e emolumentos, entre outros, os seguintes atos registrares relacionados à Reurb-S:

I - o primeiro registro da Reurb-S, o qual confere direitos reais aos seus beneficiários;

II - o registro da legitimação fundiária;

III - o registro do título de legitimação de posse e a sua conversão em título de propriedade;

IV - o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária, com abertura de matrícula para cada unidade imobiliária urbana regularizada;

V - a primeira averbação de construção residencial, desde que respeitado o limite de até noventa metros quadrados;

VI - a aquisição do primeiro direito real sobre unidade imobiliária derivada da Reurb-S;

VII - o primeiro registro do direito real de laje no âmbito da Reurb-S; e

VIII - o fornecimento de certidões de registro para os atos previstos neste artigo.



§2º Os atos de que trata este artigo independem da comprovação do pagamento de tributos ou penalidades tributárias, sendo vedado ao oficial de registro de imóveis exigir sua comprovação.

§3º O disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo aplica-se também à Reurb-S que tenha por objeto conjuntos habitacionais ou condomínios de interesse social construídos pelo poder público, diretamente ou por meio da administração pública indireta, que já se encontrem implantados em 22 de dezembro de 2016.

§4º Na Reurb, o Município poderá admitir o uso misto de atividades como forma de promover a integração social e a geração de emprego e renda no núcleo urbano informal regularizado.

§5º A classificação do interesse visa exclusivamente à identificação dos responsáveis pela implantação ou adequação das obras de infraestrutura essencial e ao reconhecimento do direito à gratuidade das custas e emolumentos notariais e registrais em favor daqueles a quem for atribuído o domínio das unidades imobiliárias regularizadas.

§6º Os cartórios que não cumprirem o disposto neste artigo, que retardarem ou não efetuarem o registro de acordo com as normas previstas nesta Lei, por ato não justificado, ficarão sujeitos às sanções previstas no art. 44 da Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, observado o disposto nos §§ 3º-A e 3º-B do art. 30 da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

§7º A partir da disponibilidade de equipamentos e infraestrutura para prestação de serviço público de abastecimento de água, coleta de esgoto, distribuição de energia elétrica, ou outros serviços públicos, é obrigatório aos beneficiários da Reurb realizar a conexão da edificação à rede de água, de coleta de esgoto ou de distribuição de energia elétrica e adotar as demais providências necessárias à utilização do serviço, salvo disposição em contrário na legislação municipal.

## Seção II

### Dos Legitimados para Requerer a Reurb

Art. 6º. Poderão requerer a Reurb:

- I – a União, os Estados, e o Município de Brunópolis/SC, diretamente ou por meio de entidades da administração pública direta ou indireta;
- II - os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana;
- III - os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores;
- IV - a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e
- V - o Ministério Público.

§1º Os legitimados poderão promover todos os atos necessários à regularização fundiária, inclusive requerer os atos de registro.

§2º Nos casos de parcelamento do solo, de conjunto habitacional ou de condomínio informal, empreendidos por particular, a conclusão da Reurb confere direito de regresso àqueles que suportarem os seus custos e obrigações contra os responsáveis pela implantação dos núcleos urbanos informais.

§3º O requerimento de instauração da Reurb por proprietários de terreno, loteadores e incorporadores que tenham dado causa à formação de núcleos urbanos informais, ou os seus sucessores, não os eximirá de responsabilidades administrativa, civil ou criminal.

## CAPÍTULO II

### DOS INSTRUMENTOS DA REURB

#### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 7º. Poderão ser empregados, no âmbito da Reurb, sem prejuízo de outros que se apresentem adequados, os seguintes institutos jurídicos:

- I - a legitimação fundiária e a legitimação de posse, nos termos desta Lei;
- II - a usucapião, nos termos dos arts. 1.238 a 1.244 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), dos arts. 9º a 14 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e do art. 216-A da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;
- III - a desapropriação em favor dos possuidores, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 1.228 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
- IV - a arrecadação de bem vago, nos termos do art. 1.276 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
- V - o consórcio imobiliário, nos termos do art. 46 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;
- VI - a desapropriação por interesse social, nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962;
- VII - o direito de preempção, nos termos do inciso I do art. 26 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;
- VIII - a transferência do direito de construir, nos termos do inciso III do art. 35 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;
- IX - a requisição, em caso de perigo público iminente, nos termos do § 3º do art. 1.228 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
- X - a intervenção do poder público em parcelamento clandestino ou irregular, nos termos do art. 40 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979;
- XI - a alienação de imóvel pela administração pública diretamente para seu detentor, nos termos da alínea f do inciso I do art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- XII - a concessão de uso especial para fins de moradia;



XIII - a concessão de direito real de uso;  
XIV - a doação; e  
XV - a compra e venda.

Art. 8º. Na Reurb-E, promovida sobre bem público, havendo solução consensual, a aquisição de direitos reais pelo particular ficará condicionada ao pagamento do justo valor da unidade imobiliária regularizada, a ser apurado na forma estabelecida em ato do Poder Executivo titular do domínio, sem considerar o valor das acessões e benfeitorias do ocupante e a valorização decorrente da implantação dessas acessões e benfeitorias.

Parágrafo único. As áreas de propriedade do poder público registradas no Registro de Imóveis, que sejam objeto de ação judicial versando sobre a sua titularidade, poderão ser objeto da Reurb, desde que celebrado acordo judicial ou extrajudicial, na forma desta Lei, homologado pelo juiz.

Art. 9º. Na Reurb-S promovida sobre bem público, o registro do projeto de regularização fundiária e a constituição de direito real em nome dos beneficiários poderão ser feitos em ato único, a critério do ente público promovedor.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput deste artigo, serão encaminhados ao cartório o instrumento indicativo do direito real constituído, a listagem dos ocupantes que serão beneficiados pela Reurb e respectivas qualificações, com indicação das respectivas unidades, ficando dispensadas a apresentação de título cartorial individualizado e as cópias da documentação referente à qualificação de cada beneficiário.

Art. 10º. O Município poderá instituir como instrumento de planejamento urbano Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), no âmbito da política municipal de ordenamento de seu território.

§ 1º Para efeitos desta Lei, considera-se ZEIS a parcela de área urbana instituída pelo plano diretor ou definida por outra lei municipal, destinada preponderantemente à população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo.

§ 2º A Reurb não está condicionada à existência de ZEIS.

## Seção II Da Demarcação Urbanística

Art. 11. O Município de Brunópolis poderá utilizar o procedimento de demarcação urbanística, com base no levantamento da situação da área a ser regularizada e na caracterização do núcleo urbano informal a ser regularizado.

§ 1º O auto de demarcação urbanística deve ser instruído com os seguintes documentos:

I - planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, nos quais constem suas medidas perimetrais, área total, confrontantes, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, números das matrículas ou transcrições atingidas, indicação dos proprietários identificados e ocorrência de situações de domínio privado com proprietários não identificados em razão de descrições imprecisas dos registros anteriores;

II - planta de sobreposição do imóvel demarcado com a situação da área constante do registro de imóveis.

§ 2º O auto de demarcação urbanística poderá abranger uma parte ou a totalidade de um ou mais imóveis inseridos em uma ou mais das seguintes situações:

I - domínio privado com proprietários não identificados, em razão de descrições imprecisas dos registros anteriores;

II - domínio privado objeto do devido registro no registro de imóveis competente, ainda que de proprietários distintos; ou

III - domínio público.

§ 3º Os procedimentos da demarcação urbanística não constituem condição para o processamento e a efetivação da Reurb.

Art. 12. O Município de Brunópolis notificará os titulares de domínio e os confrontantes da área demarcada, pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição, para que estes, querendo, apresentem impugnação à demarcação urbanística, no prazo comum de trinta dias.

§ 1º Eventuais titulares de domínio ou confrontantes não identificados, ou não encontrados ou que recusarem o recebimento da notificação por via postal, serão notificados por edital, para que, querendo, apresentem impugnação à demarcação urbanística, no prazo comum de trinta dias.

§ 2º O edital de que trata o § 1º deste artigo conterá resumo do auto de demarcação urbanística, com a descrição que permita a identificação da área a ser demarcada e seu desenho simplificado.

§ 3º A ausência de manifestação dos indicados neste artigo será interpretada como concordância com a demarcação urbanística.

§ 4º Se houver impugnação apenas em relação à parcela da área objeto do auto de demarcação urbanística, é facultado ao poder público prosseguir com o procedimento em relação à parcela não impugnada.

§ 5º A critério do poder público municipal, as medidas de que trata este artigo poderão ser realizadas pelo registro de imóveis do local do núcleo urbano informal a ser regularizado.

§ 6º A notificação conterá a advertência de que a ausência de impugnação implicará a perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da Reurb.



Art. 13. Na hipótese de apresentação de impugnação, poderá ser adotado procedimento extrajudicial de composição de conflitos.

§ 1º Caso exista demanda judicial de que o impugnante seja parte e que verse sobre direitos reais ou possessórios relativos ao imóvel abrangido pela demarcação urbanística, deverá informá-la ao poder público, que comunicará ao juízo a existência do procedimento de que trata o caput deste artigo.

§ 2º Para subsidiar o procedimento de que trata o caput deste artigo, será feito um levantamento de eventuais passivos tributários, ambientais e administrativos associados aos imóveis objeto de impugnação, assim como das posses existentes, com vistas à identificação de casos de prescrição aquisitiva da propriedade.

§ 3º A mediação observará o disposto na Lei Federal no 13.140, de 26 de junho de 2015, facultando-se ao município promover a alteração do auto de demarcação urbanística ou adotar qualquer outra medida que possa afastar a oposição do proprietário ou dos confrontantes à regularização da área ocupada.

§ 4º Caso não se obtenha acordo na etapa de mediação, fica facultado o emprego da arbitragem.

Art. 14. Decorrido o prazo sem impugnação ou caso superada a oposição ao procedimento, o auto de demarcação urbanística será encaminhado ao registro de imóveis e averbado nas matrículas por ele alcançadas.

§ 1º A averbação informará:

I - a área total e o perímetro correspondente ao núcleo urbano informal a ser regularizado;

II - as matrículas alcançadas pelo auto de demarcação urbanística e, quando possível, a área abrangida em cada uma delas; e

III - a existência de áreas cuja origem não tenha sido identificada em razão de imprecisões dos registros anteriores.

§ 2º Na hipótese de o auto de demarcação urbanística incidir sobre imóveis ainda não matriculados, previamente à averbação, será aberta matrícula, que deverá refletir a situação registrada do imóvel, dispensadas a retificação do memorial descritivo e a apuração de área remanescente.

§ 3º Nos casos de registro anterior efetuado em outra circunscrição, para abertura da matrícula de que trata o § 2º deste artigo, o oficial requererá, de ofício, certidões atualizadas daquele registro.

§ 4º Na hipótese de a demarcação urbanística abranger imóveis situados em mais de uma circunscrição imobiliária, o oficial do registro de imóveis responsável pelo procedimento comunicará as demais circunscrições imobiliárias envolvidas para averbação da demarcação urbanística nas respectivas matrículas alcançadas.

§ 5º A demarcação urbanística será averbada ainda que a área abrangida pelo auto de demarcação urbanística supere a área disponível nos registros anteriores.

§ 6º Não se exigirá, para a averbação da demarcação urbanística, a retificação da área não abrangida pelo auto de demarcação urbanística, ficando a apuração de remanescente sob a responsabilidade do proprietário do imóvel atingido.

### Seção III

#### Da Legitimação Fundiária

Art. 15. A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016.

§ 1º Apenas na Reurb-S, a legitimação fundiária será concedida ao beneficiário, desde que atendidas as seguintes condições:

I - o beneficiário não seja concessionário, foreiro ou proprietário de imóvel urbano ou rural;

II - o beneficiário não tenha sido contemplado com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto; e

III - em caso de imóvel urbano com finalidade não residencial, seja reconhecido pelo poder público o interesse público de sua ocupação.

§ 2º Por meio da legitimação fundiária, em qualquer das modalidades da Reurb, o ocupante adquire a unidade imobiliária com destinação urbana livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio legitimado.

§ 3º Deverão ser transportadas as inscrições, as indisponibilidades ou os gravames existentes no registro da área maior originária para as matrículas das unidades imobiliárias que não houverem sido adquiridas por legitimação fundiária.

§ 4º Na Reurb-S de imóveis públicos, a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município de Brunópolis, e as suas entidades vinculadas, quando titulares do domínio, ficam autorizados a reconhecer o direito de propriedade aos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado por meio da legitimação fundiária.

§ 5º Nos casos previstos neste artigo, o poder público encaminhará a CRF para registro imediato da aquisição de propriedade, dispensados a apresentação de título individualizado e as cópias da documentação referente à qualificação do beneficiário, o projeto de regularização fundiária aprovado, a listagem dos ocupantes e sua devida qualificação e a identificação das áreas que ocupam.

§ 6º Poderá o poder público atribuir domínio adquirido por legitimação fundiária aos ocupantes que não tenham constado da listagem inicial, mediante cadastramento complementar, sem prejuízo dos direitos de quem haja constado na listagem inicial.



Art. 16. Nos casos de regularização fundiária urbana previstos na Lei Federal no 11.952, de 25 de junho de 2009, o Município de Brunópolis poderá utilizar a legitimação fundiária e demais instrumentos previstos nesta Lei para conferir propriedade aos ocupantes.

#### Seção IV Da Legitimação de Posse

Art. 17. A legitimação de posse, instrumento de uso exclusivo para fins de regularização fundiária, constitui ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse, o qual é conversível em direito real de propriedade, na forma desta Lei.

§ 1º A legitimação de posse poderá ser transferida por causa mortis ou por ato inter vivos.

§ 2º A legitimação de posse não se aplica aos imóveis urbanos situados em área de titularidade do poder público.

Art. 18. Sem prejuízo dos direitos decorrentes do exercício da posse mansa e pacífica no tempo, aquele em cujo favor for expedido título de legitimação de posse, decorrido o prazo de cinco anos de seu registro, terá a conversão automática dele em título de propriedade, desde que atendidos os termos e as condições do art. 183 da Constituição Federal, independentemente de prévia provocação ou prática de ato registral.

§ 1º Nos casos não contemplados pelo art. 183 da Constituição Federal, o título de legitimação de posse poderá ser convertido em título de propriedade, desde que satisfeitos os requisitos de usucapião estabelecidos na legislação em vigor, a requerimento do interessado, perante o registro de imóveis competente.

§ 2º A legitimação de posse, após convertida em propriedade, constitui forma originária de aquisição de direito real, de modo que a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada restará livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio beneficiário.

Art. 19. O título de legitimação de posse poderá ser cancelado pelo poder público emitente quando constatado que as condições estipuladas nesta Lei deixaram de ser satisfeitas, sem que seja devida qualquer indenização àquele que irregularmente se beneficiou do instrumento.

### CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

#### Seção I Disposições Gerais

Art. 20. A Reurb obedecerá às seguintes fases:

- I - requerimento dos legitimados;
- II - processamento administrativo do requerimento, no qual será conferido prazo para manifestação dos titulares de direitos reais sobre o imóvel e dos confrontantes;
- III - elaboração do projeto de regularização fundiária;
- IV - saneamento do processo administrativo;
- V - decisão da autoridade competente, mediante ato formal, ao qual se dará publicidade;
- VI - expedição da CRF pelo Município; e
- VII - registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado perante o oficial do cartório de registro de imóveis em que se situe a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada.

Art. 21. A fim de fomentar a efetiva implantação das medidas da Reurb, o Município de Brunópolis poderá celebrar convênios ou outros instrumentos congêneres com o Ministério do Governo Federal e Secretarias do Governo do Estado de Santa Catarina, com vistas a cooperar para a fiel execução do disposto nesta Lei.

Art. 22. Compete ao Município de Brunópolis informar quais os núcleos urbanos informais serão regularizados e:

- I - classificar, caso a caso, as modalidades da Reurb;
- II - processar, analisar e aprovar os projetos de regularização fundiária; e
- III - emitir a CRF.

§ 1º Na Reurb requerida pela União ou pelos Estados, a classificação prevista no inciso I do caput deste artigo será de responsabilidade do ente federativo instaurador.

§ 2º O Município deverá classificar e fixar, no prazo de até cento e oitenta dias, uma das modalidades da Reurb ou indeferir, fundamentadamente, o requerimento.

§ 3º A inércia do Município implica a automática fixação da modalidade de classificação da Reurb indicada pelo legitimado em seu requerimento, bem como o prosseguimento do procedimento administrativo da Reurb, sem prejuízo de futura revisão dessa classificação pelo Município, mediante estudo técnico que a justifique.

Art. 23. Instaurada a Reurb, o Município deverá proceder às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado.



§ 1o Tratando-se de imóveis públicos ou privados, caberá aos Municípios notificar os titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confinantes e os terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação.

§ 2o Tratando-se de imóveis públicos municipais, o Município deverá notificar os confinantes e terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação.

§ 3o Na hipótese de apresentação de impugnação, será iniciado o procedimento extrajudicial de composição de conflitos de que trata esta Lei.

§ 4o A notificação do proprietário e dos confinantes será feita por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição, considerando-se efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço.

§ 5o A notificação da Reurb também será feita por meio de publicação de edital, com prazo de trinta dias, do qual deverá constar, de forma resumida, a descrição da área a ser regularizada, nos seguintes casos:

- I - quando o proprietário e os confinantes não forem encontrados; e
- II - quando houver recusa da notificação por qualquer motivo.

§ 6o A ausência de manifestação dos indicados referidos nos §§ 1o e 4o deste artigo será interpretada como concordância com a Reurb.

§ 7o Caso algum dos imóveis atingidos ou confinantes não esteja matriculado ou transcrito na serventia, o Município de Brunópolis realizará diligências perante as serventias anteriormente competentes, mediante apresentação da planta do perímetro regularizado, a fim de que a sua situação jurídica atual seja certificada, caso possível.

§ 8o O requerimento de instauração da Reurb ou, na forma de regulamento, a manifestação de interesse nesse sentido por parte de qualquer dos legitimados garantem perante o poder público aos ocupantes dos núcleos urbanos informais situados em áreas públicas a serem regularizados a permanência em suas respectivas unidades imobiliárias, preservando-se as situações de fato já existentes, até o eventual arquivamento definitivo do procedimento.

§ 9o Fica dispensado o disposto neste artigo, caso adotados os procedimentos da demarcação urbanística.

Art. 24. A Reurb será instaurada por decisão do Município, por meio de requerimento, por escrito, de um dos legitimados de que trata esta Lei.

Parágrafo único. Na hipótese de indeferimento do requerimento de instauração da Reurb, a decisão do Município deverá indicar as medidas a serem adotadas, com vistas à reformulação e à reavaliação do requerimento, quando for o caso.

Art. 25. Instaurada a Reurb, compete ao Município aprovar o projeto de regularização fundiária, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas.

Parágrafo único. A elaboração e o custeio do projeto de regularização fundiária e da implantação da infraestrutura essencial obedecerão aos seguintes procedimentos:

I - na Reurb-S:

- a) operada sobre área de titularidade do Município de Brunópolis, caberá a este a responsabilidade de elaborar o projeto de regularização fundiária nos termos do ajuste que venha a ser celebrado e a implantação da infraestrutura essencial, quando necessária; e
- b) operada sobre área titularizada por particular, caberá ao Município de Brunópolis a responsabilidade de elaborar e custear o projeto de regularização fundiária e a implantação da infraestrutura essencial, quando necessária;

II - na Reurb-E, a regularização fundiária será contratada e custeada por seus potenciais beneficiários ou requerentes privados;

III - na Reurb-E sobre áreas públicas, se houver interesse público, o Município poderá proceder à elaboração e ao custeio do projeto de regularização fundiária e da implantação da infraestrutura essencial, com posterior cobrança aos seus beneficiários.

Art. 26. O Município poderá criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito da administração local, inclusive mediante celebração de ajustes com os Tribunais de Justiça do Estado de Santa Catarina, as quais deterão competência para dirimir conflitos relacionados à Reurb, mediante solução consensual.

§ 1o O modo de composição e funcionamento das câmaras de que trata o caput deste artigo será estabelecido em ato do Poder Executivo municipal e, na falta do ato, pelo disposto na Lei Federal no 13.140, de 26 de junho de 2015.

§ 2o Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e constituirá condição para a conclusão da Reurb, com consequente expedição da CRF.

§ 3o O Município de Brunópolis poderá instaurar, de ofício ou mediante provocação, procedimento de mediação coletiva de conflitos relacionados à Reurb.

§ 4o A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflitos no âmbito da Reurb suspende a prescrição.

§ 5o O Município poderá, mediante a celebração de convênio, utilizar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania ou as câmaras de mediação credenciadas nos Tribunais de Justiça.

Seção II

Do Projeto de Regularização Fundiária



Art. 27. O projeto de regularização fundiária conterá, no mínimo:

- I - levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;
- II - planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível;
- III - estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;
- IV - projeto urbanístico;
- V - memoriais descritivos;
- VI - proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso;
- VII - estudo técnico para situação de risco, quando for o caso;
- VIII - estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, quando for o caso;
- IX - cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e
- X - termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo.

Parágrafo único. O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso.

Art. 28. O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, indicação:

- I - das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, existentes ou projetadas;
- II - das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, se houver;
- III - quando for o caso, das quadras e suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada;
- IV - dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;
- V - de eventuais áreas já usucapidas;
- VI - das medidas de adequação para correção das desconformidades, quando necessárias;
- VII - das medidas de adequação da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e relocação de edificações, quando necessárias;
- VIII - das obras de infraestrutura essencial, quando necessárias;
- IX - de outros requisitos que sejam definidos pelo Município.

§ 1º Para fins desta Lei, considera-se infraestrutura essencial os seguintes equipamentos:

- I - sistema de abastecimento de água potável, coletivo ou individual;
- II - sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, coletivo ou individual;
- III - rede de energia elétrica domiciliar;
- IV - soluções de drenagem, quando necessário; e
- V - outros equipamentos a serem definidos pelos Municípios em função das necessidades locais e características regionais.

§ 2º A Reurb pode ser implementada por etapas, abrangendo o núcleo urbano informal de forma total ou parcial.

§ 3º As obras de implantação de infraestrutura essencial, de equipamentos comunitários e de melhoria habitacional, bem como sua manutenção, podem ser realizadas antes, durante ou após a conclusão da Reurb.

§ 4º O Município definirá os requisitos para elaboração do projeto de regularização, no que se refere aos desenhos, ao memorial descritivo e ao cronograma físico de obras e serviços a serem realizados, se for o caso.

§ 5º A planta e o memorial descritivo deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado, dispensada a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), quando o responsável técnico for servidor ou empregado público.

Art. 29. Na Reurb-S, caberá ao poder público competente, diretamente ou por meio da administração pública indireta, implementar a infraestrutura essencial, os equipamentos comunitários e as melhorias habitacionais previstos nos projetos de regularização, assim como arcar com os ônus de sua manutenção.

Art. 30. Na Reurb-E, o Município deverá definir, por ocasião da aprovação dos projetos de regularização fundiária, nos limites da legislação de regência, os responsáveis pela:

- I - implantação dos sistemas viários;
- II - implantação da infraestrutura essencial e dos equipamentos públicos ou comunitários, quando for o caso; e
- III - implementação das medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental, e dos estudos técnicos, quando for o caso.

§ 1º As responsabilidades de que trata o caput deste artigo poderão ser atribuídas aos beneficiários da Reurb-E.

§ 2º Os responsáveis pela adoção de medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental deverão celebrar termo de compromisso com as autoridades competentes como condição de aprovação da Reurb-E.

Art. 31. Para que seja aprovada a Reurb de núcleos urbanos informais, ou de parcela deles, situados em áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, estudos técnicos deverão ser realizados, a fim de examinar a possibilidade de eliminação, de correção ou de administração de riscos na parcela por eles afetada.



§ 1º Na hipótese do caput deste artigo, é condição indispensável à aprovação da Reurb a implantação das medidas indicadas nos estudos técnicos realizados.

§ 2º Na Reurb-S que envolva áreas de riscos que não comportem eliminação, correção ou administração, o Município deverá proceder à realocação dos ocupantes do núcleo urbano informal a ser regularizado.

### Seção III

#### Da Conclusão da Reurb

Art. 32. O pronunciamento da autoridade competente que decidir o processamento administrativo da Reurb deverá:

I - indicar as intervenções a serem executadas, se for o caso, conforme o projeto de regularização fundiária aprovado;

II - aprovar o projeto de regularização fundiária resultante do processo de regularização fundiária; e

III - identificar e declarar os ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada, e os respectivos direitos reais.

Art. 33. A Certidão de Regularização Fundiária (CRF) é o ato administrativo de aprovação da regularização que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo:

I - o nome do núcleo urbano regularizado;

II - a localização;

III - a modalidade da regularização;

IV - as responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma;

V - a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver;

VI - a listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.

### CAPÍTULO IV

#### DO REGISTRO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 34. O registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado será requerido diretamente ao oficial do cartório de registro de imóveis da situação do imóvel e será efetivado independentemente de determinação judicial ou do Ministério Público.

Parágrafo único. Em caso de recusa do registro, o oficial do cartório de registro de imóveis expedirá nota devolutiva fundamentada, na qual indicará os motivos da recusa e formulará exigências nos termos desta Lei.

Art. 35. Na hipótese de a Reurb abranger imóveis situados em mais de uma circunscrição imobiliária, o procedimento será efetuado perante cada um dos oficiais dos cartórios de registro de imóveis.

Parágrafo único. Quando os imóveis regularizados estiverem situados na divisa das circunscrições imobiliárias, as novas matrículas das unidades imobiliárias serão de competência do oficial do cartório de registro de imóveis em cuja circunscrição estiver situada a maior porção da unidade imobiliária regularizada.

Art. 36. Recebida a CRF, cumprirá ao oficial do cartório de registro de imóveis prenotá-la, autuá-la, instaurar o procedimento registral e, no prazo de quinze dias, emitir a respectiva nota de exigência ou praticar os atos tendentes ao registro.

§ 1º O registro do projeto Reurb aprovado importa em:

I - abertura de nova matrícula, quando for o caso;

II - abertura de matrículas individualizadas para os lotes e áreas públicas resultantes do projeto de regularização aprovado; e

III - registro dos direitos reais indicados na CRF junto às matrículas dos respectivos lotes, dispensada a apresentação de título individualizado.

§ 2º Quando o núcleo urbano regularizado abranger mais de uma matrícula, o oficial do registro de imóveis abrirá nova matrícula para a área objeto de regularização, conforme previsto no inciso I do § 1º deste artigo, destacando a área abrangida na matrícula de origem, dispensada a apuração de remanescentes.

§ 3º O registro da CRF dispensa a comprovação do pagamento de tributos ou penalidades tributárias de responsabilidade dos legitimados.

§ 4º O registro da CRF aprovado independe de averbação prévia do cancelamento do cadastro de imóvel rural no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

§ 5º O procedimento registral deverá ser concluído no prazo de sessenta dias, prorrogável por até igual período, mediante justificativa fundamentada do oficial do cartório de registro de imóveis.

§ 6º O oficial de registro fica dispensado de providenciar a notificação dos titulares de domínio, dos confinantes e de terceiros eventualmente interessados, uma vez cumprido esse rito pelo Município, conforme o disposto no art. 31 desta Lei.

§ 7º O oficial do cartório de registro de imóveis, após o registro da CRF, notificará o Incra, o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria da Receita Federal do Brasil para que esses órgãos cancelem, parcial ou totalmente, os respectivos registros existentes no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e nos demais cadastros relacionados a imóvel rural, relativamente às unidades imobiliárias regularizadas.

Art. 37. Quando se tratar de imóvel sujeito a regime de condomínio geral a ser dividido em lotes com indicação, na matrícula, da área deferida a cada condômino, o Município poderá indicar, de forma individual ou coletiva, as unidades imobiliárias correspondentes às frações ideais registradas, sob sua exclusiva responsabilidade, para a especialização das áreas registradas em comum.



Parágrafo único. Na hipótese de a informação prevista no caput deste artigo não constar do projeto de regularização fundiária aprovado pelo Município, as novas matrículas das unidades imobiliárias serão abertas mediante requerimento de especialização formulado pelos legitimados de que trata esta Lei, dispensada a outorga de escritura pública para indicação da quadra e do lote.

Art. 38. Para atendimento ao princípio da especialidade, o oficial do cartório de registro de imóveis adotará o memorial descritivo da gleba apresentado com o projeto de regularização fundiária e deverá averbá-lo na matrícula existente, anteriormente ao registro do projeto, independentemente de provocação, retificação, notificação, unificação ou apuração de disponibilidade ou remanescente.

§ 1º Se houver dúvida quanto à extensão da gleba matriculada, em razão da precariedade da descrição tabular, o oficial do cartório de registro de imóveis abrirá nova matrícula para a área destacada e averbará o referido destaque na matrícula matriz.

§ 2º As notificações serão emitidas de forma simplificada, indicando os dados de identificação do núcleo urbano a ser regularizado, sem a anexação de plantas, projetos, memoriais ou outros documentos, convidando o notificado a comparecer à sede da serventia para tomar conhecimento da CRF com a advertência de que o não comparecimento e a não apresentação de impugnação, no prazo legal, importará em anuência ao registro.

§ 3º Na hipótese de o projeto de regularização fundiária não envolver a integralidade do imóvel matriculado, o registro será feito com base na planta e no memorial descritivo referentes à área objeto de regularização e o destaque na matrícula da área total deverá ser averbado.

Art. 39. Os padrões dos memoriais descritivos, das plantas e das demais representações gráficas, inclusive as escalas adotadas e outros detalhes técnicos, seguirão as diretrizes estabelecidas pela autoridade municipal ou distrital competente, as quais serão consideradas atendidas com a emissão da CRF.

Parágrafo único. Não serão exigidos reconhecimentos de firma nos documentos que compõem a CRF ou o termo individual de legitimação fundiária quando apresentados pelo Município ou entes da administração indireta.

Art. 40. O registro da CRF produzirá efeito de instituição e especificação de condomínio, quando for o caso, regido pelas disposições legais específicas, hipótese em que fica facultada aos condôminos a aprovação de convenção condominial.

Art. 41. O registro da CRF será feito em todas as matrículas atingidas pelo projeto de regularização fundiária aprovado, devendo ser informadas, quando possível, as parcelas correspondentes a cada matrícula.

Art. 42. Nas matrículas abertas para cada parcela, deverão constar dos campos referentes ao registro anterior e ao proprietário:

I - quando for possível, a identificação exata da origem da parcela matriculada, por meio de planta de sobreposição do parcelamento com os registros existentes, a matrícula anterior e o nome de seu proprietário;

II - quando não for possível identificar a exata origem da parcela matriculada, todas as matrículas anteriores atingidas pela Reurb e a expressão "proprietário não identificado", dispensando-se nesse caso os requisitos dos itens 4 e 5 do inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 43. Qualificada a CRF e não havendo exigências nem impedimentos, o oficial do cartório de registro de imóveis efetuará o seu registro na matrícula dos imóveis cujas áreas tenham sido atingidas, total ou parcialmente.

Parágrafo único. Não identificadas as transcrições ou as matrículas da área regularizada, o oficial do cartório de registro abrirá matrícula com a descrição do perímetro do núcleo urbano informal que constar da CRF e nela efetuará o registro.

Art. 44. Registrada a CRF, será aberta matrícula para cada uma das unidades imobiliárias regularizadas.

Parágrafo único. Para os atuais ocupantes das unidades imobiliárias objeto da Reurb, os compromissos de compra e venda, as cessões e as promessas de cessão valerão como título hábil para a aquisição da propriedade, quando acompanhados da prova de quitação das obrigações do adquirente, e serão registrados nas matrículas das unidades imobiliárias correspondentes, resultantes da regularização fundiária.

Art. 45. Com o registro da CRF, serão incorporados automaticamente ao patrimônio público as vias públicas, as áreas destinadas ao uso comum do povo, os prédios públicos e os equipamentos urbanos, na forma indicada no projeto de regularização fundiária aprovado.

Parágrafo único. A requerimento do Município, o oficial de registro de imóveis abrirá matrícula para as áreas que tenham ingressado no domínio público.

Art. 46. As unidades desocupadas e não comercializadas alcançadas pela Reurb terão as suas matrículas abertas em nome do titular originário do domínio da área.

Parágrafo único. As unidades não edificadas que tenham sido comercializadas a qualquer título terão as suas matrículas abertas em nome do adquirente, conforme procedimento previsto nos arts. 84 e 99 da Lei federal 13.465/2017.

## CAPÍTULO V

### DO DIREITO REAL DE LAJE

Art. 47. Na Reurb, as unidades imobiliárias autônomas situadas em uma mesma área, sempre que se constatar a impossibilidade de individualização de lotes, a sobreposição ou a solidariedade de edificações ou terrenos, poderão ser regularizadas por meio da instituição do direito real de laje, previsto no art. 1.510-A da Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

## CAPÍTULO IX

### DA ARRECADAÇÃO DE IMÓVEIS ABANDONADOS

Art. 48. Os imóveis urbanos privados abandonados cujos proprietários não possuam a intenção de conservá-los em seu patrimônio ficam sujeitos à arrecadação pelo Município de Brunópolis na condição de bem vago.



§ 1o A intenção referida no caput deste artigo será presumida quando o proprietário, cessados os atos de posse sobre o imóvel, não adimplir os ônus fiscais instituídos sobre a propriedade predial e territorial urbana, por cinco anos.

§ 2o O procedimento de arrecadação de imóveis urbanos abandonados obedecerá ao disposto em ato do Poder Executivo municipal e observará, no mínimo:

I - abertura de processo administrativo para tratar da arrecadação;

II - comprovação do tempo de abandono e de inadimplência fiscal;

III - notificação ao titular do domínio para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação.

§ 3o A ausência de manifestação do titular do domínio será interpretada como concordância com a arrecadação.

§ 4o Respeitado o procedimento de arrecadação, o Município poderá realizar, diretamente ou por meio de terceiros, os investimentos necessários para que o imóvel urbano arrecadado atinja prontamente os objetivos sociais a que se destina.

§ 5o Na hipótese de o proprietário reivindicar a posse do imóvel declarado abandonado, no transcorrer do triênio a que alude o art. 1.276 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), fica assegurado ao Poder Executivo municipal o direito ao ressarcimento prévio, e em valor atualizado, de todas as despesas em que eventualmente houver incorrido, inclusive tributárias, em razão do exercício da posse provisória.

Art. 49. Os imóveis arrecadados pelo Município de Brunópolis poderão ser destinados aos programas habitacionais, à prestação de serviços públicos, ao fomento da Reurb-S ou serão objeto de concessão de direito real de uso a entidades civis que comprovadamente tenham fins filantrópicos, assistenciais, educativos, esportivos ou outros, no interesse do Município.

## CAPÍTULO VII

### DISPOSIÇÕES FINAIS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

Art. 50. As glebas parceladas para fins urbanos anteriormente a 19 de dezembro de 1979, que não possuem registro, poderão ter a sua situação jurídica regularizada mediante o registro do parcelamento, desde que esteja implantado e integrado à cidade, podendo, para tanto, se utilizar dos instrumentos previstos nesta lei e na Lei federal 13.465/2017.

Art. 51. As unidades derivadas da regularização fundiária de conjuntos habitacionais serão atribuídas aos ocupantes reconhecidos. Parágrafo único. Se demonstrado pelo ente público promotor do programa habitacional, durante o processo da regularização fundiária, que há obrigações pendentes em alguma unidade, será apurada a titularidade desta unidade imobiliária regularizada, sem prejuízo da regularização das demais.

Art. 52. As disposições da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, não se aplicam à Reurb, exceto quanto ao disposto nos arts. 50, 51 e 52 da referida Lei.

Art. 53. Para fins da Reurb, ficam dispensadas a desafetação e as exigências previstas no inciso I do caput do art. 17 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 54. Os núcleos urbanos regularizados nos termos desta Lei não integrantes de zona urbana ou de expansão urbana do Município de Brunópolis não serão computados, pelo prazo de cinco anos, contado a partir de 22 de dezembro de 2016, na formulação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, para fins de cálculo do coeficiente de participação no FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

Art. 55. Não serão regularizadas as ocupações que incidam sobre áreas objeto de demanda judicial que versem sobre direitos reais de garantia ou constrições judiciais, bloqueios e indisponibilidades, até o trânsito em julgado da decisão, ressalvadas a hipótese de o objeto da demanda não impedir a análise da regularização da ocupação pela administração pública e a hipótese de acordo judicial.

Art. 56. Caberá ao Prefeito criar por Decreto uma comissão especial para dar execução ao programa REGULARIZA BRUNÓPOLIS criado por esta lei, formada por até 05(cinco) membros da administração pública composta por servidores públicos efetivos.

Art.57. O Município de Brunópolis poderá firmar convênio com terceiros, parceria com a AMPLASC para implementar o presente programa.

Art.58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.59. Revogam-se as disposições em contrário.

Brunópolis-SC, em 23 de fevereiro de 2021.

VOLCIR CANUTO  
Prefeito Municipal

ELAINE NOVACKI DOS SANTOS  
Secretaria de Administração, Planejamento e Fazenda

Registrado e Publicado no DOM.



# Brusque

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 109-2021 - SEFAZ

Publicação Nº 2879600

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1376/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 110

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 109/2021

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1376/ 2020			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	SILVIA LETICIA DE SOUZA		CPF/CNPJ: 024.088.679-83
Endereço:		AVENIDA GOVERNADOR CELSO RAMOS - 183	
Complemento:			
Bairro:		CENTRO	
Cidade:		Itapema	Estado: SC
Cadastro Imobiliário:		72860650	CEP: 88.220-000
			Inscrição Imobiliária: 01.25.007.2266.001

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/ proprietário do imóvel de cadastro nº 72860650, matrícula nº 34160, endereço AVENIDA GOVERNADOR CELSO RAMOS, nº 183, Bairro CENTRO, Itapema, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte SILVIA LETICIA DE SOUZA CPF: nº 024.088.679-83 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/ MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Área construída	143 m²

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda -

SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo PG 21309/2020 e FAC 5171/2020.

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br





**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 110-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879601

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1426/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 111

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 110/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1426/ 2020			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	E X M CONSTRUTORA LTDA		CPF/CNPJ: 02.987.449/0001-10
Endereço:	RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486) - 33 SALA 12		
Complemento:	SALA 12		
Bairro:	CENTRO II		
Cidade:	Brusque	Estado: SC	CEP: 88.352-500
Cadastro Imobiliário:	922757	Inscrição Imobiliária:	01.13.016.1526.004

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 922757, matrícula nº 71063, endereço RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486), nº 33, Bairro CENTRO II, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte E X M CONSTRUTORA LTDA CPF: nº 02.987.449/0001-10 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Informações sobre o terreno (Esquina	88.24 m²
	+ Frente).	

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo .

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 111-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879602

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1427/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 112

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 111/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1427/ 2020			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	E X M CONSTRUTORA LTDA		CPF/CNPJ: 02.987.449/0001-10
Endereço:	RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486) - 33 SALA 12		
Complemento:	SALA 12		
Bairro:	CENTRO II		
Cidade:	Brusque	Estado: SC	CEP: 88.352-500
Cadastro Imobiliário:	922765	Inscrição Imobiliária:	01.13.016.1526.005

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 922765, matrícula nº 71064, endereço RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486), nº 33, Bairro CENTRO II, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte E X M CONSTRUTORA LTDA CPF: nº 02.987.449/0001-10 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Informações sobre o terreno (Esquina	82.17 m²
	+ Frente).	

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo .

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 112-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879603

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1435/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 113

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 112/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1435/ 2020		
Emissão:	23/02/2021	
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE		
Nome/Razão:	E X M CONSTRUTORA LTDA	CPF/CNPJ: 02.987.449/0001-10
Endereço:	RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486) - 33 SALA 12	
Complemento:	SALA 12	
Bairro:	CENTRO II	
Cidade:	Brusque	Estado: SC
Cadastro Imobiliário:	922846	Inscrição Imobiliária: 01.13.016.1526.013

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 922846, matrícula nº 71072, endereço RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486), nº 33, Bairro CENTRO II, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte E X M CONSTRUTORA LTDA CPF: nº 02.987.449/0001-10 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Informações sobre o terreno (Esquina + Frente).	91.12 m²

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo .

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 113-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879604

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1446/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 114

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 113/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1446/ 2020			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	EMANUELLY CRISTINA TRINDADE		CPF/CNPJ: 061.965.459-73
Endereço:		RUA ALOYS MORITZ - 66 APTO 303	
Complemento:		APTO 303	
Bairro:		SAO LUIZ	
Cidade:		Brusque	Estado: SC
Cadastro Imobiliário:		922951	Inscrição Imobiliária: 01.13.016.1526.024

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 922951, matrícula nº 71083, endereço RUA ALOYS MORITZ, nº 66, Bairro SAO LUIZ, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte EMANUELLY CRISTINA TRINDADE CPF: nº 061.965.459-73 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Informações sobre o terreno (Esquina	88.24 m²
	+ Frente).	

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo .

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) E-mail: [fazenda@brusque.sc.gov.br](mailto:fazenda@brusque.sc.gov.br)



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 114-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879606

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1452/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 115

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 114/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1452/ 2020		
Emissão:	23/02/2021	
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE		
Nome/Razão:	E X M CONSTRUTORA LTDA	CPF/CNPJ: 02.987.449/0001-10
Endereço:	RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486) - 33 SALA 12	
Complemento:	SALA 12	
Bairro:	CENTRO II	
Cidade:	Brusque	Estado: SC
Cadastro Imobiliário:	923010	CEP: 88.352-500
		Inscrição Imobiliária: 01.13.016.1526.030

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 923010, matrícula nº 71089, endereço RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486), nº 33, Bairro CENTRO II, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte E X M CONSTRUTORA LTDA CPF: nº 02.987.449/0001-10 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Informações sobre o terreno (Esquina	82.17 m²
	+ Frente).	

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo .

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 115-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879609

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1462/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 116

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 115/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1462/ 2020			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	E X M CONSTRUTORA LTDA		CPF/CNPJ: 02.987.449/0001-10
Endereço:		RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486) - 33 SALA 12	
Complemento:		SALA 12	
Bairro:		CENTRO II	
Cidade:		Brusque	Estado: SC
Cadastro Imobiliário:		923117	Inscrição Imobiliária: 01.13.016.1526.040

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 923117, matrícula nº 71109, endereço RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486), nº 33, Bairro CENTRO II, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte E X M CONSTRUTORA LTDA CPF: nº 02.987.449/0001-10 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Informações sobre o terreno (Esquina	15.22 m²
	+ Frente).	

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo .

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 116-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879610

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1469/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 117

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 116/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1469/ 2020			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	E X M CONSTRUTORA LTDA		CPF/CNPJ: 02.987.449/0001-10
Endereço:	RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486) - 33 SALA 12		
Complemento:	SALA 12		
Bairro:	CENTRO II		
Cidade:	Brusque	Estado: SC	CEP: 88.352-500
Cadastro Imobiliário:	923184	Inscrição Imobiliária:	01.13.016.1526.047

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 923184, matrícula nº 71116, endereço RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486), nº 33, Bairro CENTRO II, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte E X M CONSTRUTORA LTDA CPF: nº 02.987.449/0001-10 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Informações sobre o terreno (Esquina + Frente).	15.22 m²

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo .

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 117-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879612

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1484/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 118

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 117/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1484/ 2020			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	E X M CONSTRUTORA LTDA		CPF/CNPJ: 02.987.449/0001-10
Endereço:		RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486) - 33 SALA 12	
Complemento:		SALA 12	
Bairro:		CENTRO II	
Cidade:		Brusque	Estado: SC
Cadastro Imobiliário:		923338	CEP: 88.352-500
			Inscrição Imobiliária: 01.13.016.1526.062

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 923338, matrícula nº 71121, endereço RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486), nº 33, Bairro CENTRO II, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte E X M CONSTRUTORA LTDA CPF: nº 02.987.449/0001-10 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Informações sobre o terreno (Esquina	15.22 m²
	+ Frente).	

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo .

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 118-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879614

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1491/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 119

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 118/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1491/ 2020		
Emissão: 23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE		
Nome/Razão:	E X M CONSTRUTORA LTDA	CPF/CNPJ: 02.987.449/0001-10
Endereço:	RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486) - 33 SALA 12	
Complemento:	SALA 12	
Bairro:	CENTRO II	
Cidade:	Brusque	Estado: SC
Cadastro Imobiliário:	923400	Inscrição Imobiliária: CEP: 88.352-500
		01.13.016.1526.069

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 923400, matrícula nº 71128, endereço RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486), nº 33, Bairro CENTRO II, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte E X M CONSTRUTORA LTDA CPF: nº 02.987.449/0001-10 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Informações sobre o terreno (Esquina	15.22 m²
	+ Frente).	

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo .

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 119-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879616

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1492/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 120

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 119/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1492/ 2020			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	EMANUELLY CRISTINA TRINDADE		CPF/CNPJ: 061.965.459-73
Endereço:		RUA ALOYS MORITZ - 66 APTO 303	
Complemento:		APTO 303	
Bairro:		SAO LUIZ	
Cidade:		Brusque	Estado: SC
Cadastro Imobiliário:		923419	Inscrição Imobiliária: 01.13.016.1526.070

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 923419, matrícula nº 71129, endereço RUA ALOYS MORITZ, nº 66, Bairro SAO LUIZ, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte EMANUELLY CRISTINA TRINDADE CPF: nº 061.965.459-73 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Informações sobre o terreno (Esquina	15.22 m²
	+ Frente).	

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo .

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 120-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879618

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1454/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 121

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 120/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1454/ 2020			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	C R F ADMINISTRADORA DE BENS LTDA		CPF/CNPJ: 81.020.042/0001-96
Endereço:		RUA DOUTOR PENIDO - 23	
Complemento:			
Bairro:		CENTRO I	
Cidade:		Brusque	Estado: SC
Cadastro Imobiliário:		923036	Inscrição Imobiliária: 01.13.016.1526.032

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 923036, matrícula nº 71091, endereço RUA DOUTOR PENIDO, nº 23, Bairro CENTRO I, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte C R F ADMINISTRADORA DE BENS LTDA CPF: nº 81.020.042/0001-96 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Informações sobre o terreno (Esquina + Frente).	88.24 m²

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo .

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 121-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879619

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1481/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 122

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 121/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1481/ 2020		
Emissão:	23/02/2021	
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE		
Nome/Razão:	C R F ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	CPF/CNPJ: 81.020.042/0001-96
Endereço:	RUA DOUTOR PENIDO - 23	
Complemento:		
Bairro:	CENTRO I	
Cidade:	Brusque	Estado: SC
Cadastro Imobiliário:	923303	Inscrição Imobiliária: 01.13.016.1526.059

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 923303, matrícula nº 71108, endereço RUA DOUTOR PENIDO, nº 23, Bairro CENTRO I, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte C R F ADMINISTRADORA DE BENS LTDA CPF: nº 81.020.042/0001-96 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Informações sobre o terreno (Esquina + Frente).	15.22 m²

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo .

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 122-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879621

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1465/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 123

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 122/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1465/ 2020			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	PAULO SERGIO CORREA		CPF/CNPJ: 007.932.949-75
Endereço:		RUA HEINRICH RICHARD BRUNO ERBE - 10 Apto 101	
Complemento:		Apto 101	
Bairro:		CENTRO I	
Cidade:		Brusque	Estado: SC
Cadastro Imobiliário:	923141	Inscrição Imobiliária:	01.13.016.1526.043

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 923141, matrícula nº 71112, endereço RUA HEINRICH RICHARD BRUNO ERBE, nº 10, Bairro CENTRO I, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte PAULO SERGIO CORREA CPF: nº 007.932.949-75 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/ MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Informações sobre o terreno (Esquina	15.22 m²
	+ Frente).	

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo .

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 123-2021 - SEFAZ**

Publicação N° 2879622

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1/2021

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ N° 124

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS N° 123/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1/ 2021			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	JOSE ANTONIO DEBATIN		CPF/CNPJ: 591.755.839-68
Endereço:		RUA SANTA CRUZ - 482	
Complemento:			
Bairro:		AGUAS CLARAS	
Cidade:		Brusque	Estado: SC
Cadastro Imobiliário:		72843926	CEP: 88.353-600
		Inscrição Imobiliária:	01.20.012.7390.003

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/ proprietário do imóvel de cadastro nº 72843926, matrícula nº 50706, endereço RUA SANTA CRUZ, nº 482, Bairro AGUAS CLARAS, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte JOSE ANTONIO DEBATIN CPF: nº 591.755.839-68 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/ MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	unidade nova (galpão), cfme HABITE-SE 76/2018.	720 m²

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo PG 320/2020: HB 76/18 de fev/2018 com 720,00 COM (mostra nr 293).

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 124-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879624

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1332/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 125

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 124/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1332/ 2020			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	MARIA DE LOURDES CARMINATTI		CPF/CNPJ: 887.085.789-15
Endereço:	RUA ERNESTO BIANCHINI - 805		
Complemento:			
Bairro:	RIO BRANCO		
Cidade:	Brusque	Estado: SC	CEP: 88.350-779
Cadastro Imobiliário:	72862157	Inscrição Imobiliária:	01.27.003.0938.001

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 72862157, matrícula nº 15432, endereço RUA ERNESTO BIANCHINI, nº 805, Bairro RIO BRANCO, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte MARIA DE LOURDES CARMINATTI CPF: nº 887.085.789-15 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Área construída (unidade nova)	1000.54 m²

Para constestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo 2/2020.

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) E-mail: [fazenda@brusque.sc.gov.br](mailto:fazenda@brusque.sc.gov.br)



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 125-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879625

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1317/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 126

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 125/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1317/ 2020			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	MARILSE BEZERRA DE MELLO		CPF/CNPJ: 021.277.399-22
Endereço:	RUA ORLANDO IMHOF - 23		
	fundos		
Complemento:	fundos		
Bairro:	SAO PEDRO		
Cidade:	Brusque	Estado: SC	CEP: 88.351-773
Cadastro Imobiliário:	396877	Inscrição Imobiliária:	01.25.007.0037.001

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 396877, matrícula nº 10995, endereço RUA ORLANDO IMHOF, nº 23, Bairro SAO PEDRO, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte MARILSE BEZERRA DE MELLO CPF: nº 021.277.399-22 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência

AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Área construída	171.6 m²

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda -

SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo 2/2020.

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) E-mail: [fazenda@brusque.sc.gov.br](mailto:fazenda@brusque.sc.gov.br)



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 126-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879626

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1335/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 127

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 126/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1335/ 2020				
Emissão:		23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE				
Nome/Razão:		ARLETE SEUBERT		CPF/CNPJ: 417.923.439-49
Endereço:			RUA TECELOES DE LODZ - 20	
Complemento:				
Bairro:		SANTA RITA		
Cidade:		Brusque		Estado: SC CEP: 88.352-175
Cadastro Imobiliario:		206105		Inscrição Imobiliaria: 01.12.002.5545.001

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 206105, matrícula nº 44088, endereço RUA TECELOES DE LODZ, nº 20, Bairro SANTA RITA, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte ARLETE SEUBERT CPF: nº 417.923.439-49 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Área construída	109.19 m²

Para constestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo 21729/2020.

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 127-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879630

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1340/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 128

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 127/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1340/ 2020			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	JAIR ANTONIO WESCINSKI DE OLIVEIRA		CPF/CNPJ: 603.480.549-04
Endereço:	RUA ERNESTO KUCHEMBECKER - 99		
Complemento:			
Bairro:	SOUZA CRUZ		
Cidade:	Brusque	Estado: SC	CEP: 88.354-696
Cadastro Imobiliário:	634379	Inscrição Imobiliária:	01.17.015.0168.001

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 634379, matrícula nº 32736, endereço RUA ERNESTO KUCHEMBECKER, nº 99, Bairro SOUZA CRUZ, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte JAIR ANTONIO WESCINSKI DE OLIVEIRA CPF: nº 603.480.549-04 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00	Atualização cadastral: Área construída	121.6 m²

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo 23463/2020.

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 128-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879631

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1343/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 129

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 128/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1343/ 2020			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	CEZAR ANTONIO TOLOTTI		CPF/CNPJ: 358.370.710-91
Endereço:		RUA AZAMBUJA - S/N SALA 06	
Complemento:		SALA 06	
Bairro:		AZAMBUJA	
Cidade:		Brusque	Estado: SC
Cadastro Imobiliário:		72863250	CEP: 88.354-101
			Inscrição Imobiliária: 01.18.009.9642.002

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 72863250, matrícula nº 59865, endereço RUA AZAMBUJA, nº S/N, Bairro AZAMBUJA, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte CEZAR ANTONIO TOLOTTI CPF: nº 358.370.710-91 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/ MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00		3517.13 m²

Para contestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo PG 320/2020: HABITE-SE 311/2020 GALPÃO 3.517,13 M².

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS 129-2021 - SEFAZ**

Publicação Nº 2879632

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Notificação de Atualização

Controle: 1345/2020

Emissão: 23/02/2021

Emissor: MARIA CECILIA MARTINS FIDELIS

Publicação SEFAZ Nº 130

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS Nº 129/2021**

A Secretaria da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte acima relacionado, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Notificação Cadastral: Controle: 1345/ 2020			
Emissão:	23/02/2021		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE			
Nome/Razão:	CARLOS WEGNER		CPF/CNPJ: 033.443.049-68
Endereço:		RUA 07 DE SETEMBRO - 20	
Complemento:			
Bairro:		SANTA RITA	
Cidade:		Brusque	Estado: SC
Cadastro Imobiliário:		72863293	CEP: 88.352-000
			Inscrição Imobiliária: 01.11.005.0819.001

A Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Municipal de Brusque, vem por meio deste Notificar o contribuinte acima identificado, possuidor/proprietário do imóvel de cadastro nº 72863293, matrícula nº 48190, endereço RUA 07 DE SETEMBRO, nº 20, Bairro SANTA RITA, Brusque, da alteração da área construída/característica/utilização sobre o imóvel.

Fica a contribuinte CARLOS WEGNER CPF: nº 033.443.049-68 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Área Anterior:	Observação:	Área Atual:
0.00		1065.08 m²

Para constestar o lançamento o contribuinte deverá comparecer ao balcão de atendimento do Setor Tributário da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento desta, munido de:

- Cópia desta Notificação;
- Documentos Pessoais (RG e CPF);
- Documentos do Imóvel (Ficha Matrícula ou escritura, contratos de compra e venda, habite-se).
- Mencionar o Protocolo PG 320/2020: HABITE-SE 305/2020.

Brusque, 23 de fevereiro de 2021

WILLIAM FERNANDES MOLINA	NEIVA REGINA GONCALVES
Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica	Auditora Fiscal Tributária
	Matrícula 434736

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br



**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118-2019 – P. Nº 089-2019**

Publicação Nº 2878975

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO n. 118/2019 – Pregão n. 089/2019  
DESPACHO DE REVOGAÇÃO,

A Secretaria de Educação, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 8.666/93; CONSIDERANDO que a autoridade competente para o julgamento do competitivo poderá, a qualquer tempo, anular a licitação quando eivada de vícios que tornem os atos ilegais:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado.

CONSIDERANDO o entendimento consubstanciado nas Súmulas n. 473 e 346 do Supremo Tribunal Federal:

Súmula 346: A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos. Súmula 473: A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

CONSIDERANDO Memorando encaminhado pela Diretoria de Licitações informando que referido processo licitatório, encontra-se aguardando deliberação dessa Secretaria;

CONSIDERANDO a instauração de procedimento administrativo para apurar eventual prática de fraude por licitantes na fase de lances do certame licitatório, restando arquivado por ausência de elementos a comprovar conduta fraudulenta, bem como a demora para julgamento e finalização do mesmo, o que acarretou na liberação da proposta pelos licitantes; RESOLVE-SE, com fundamento nos princípios da legalidade e do interesse público REVOGAR o Processo Licitatório 118/2019 – Pregão 089/2021, cujo objeto era a aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, para atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino. Brusque/SC, 22 de fevereiro de 2021. ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO. Secretária de Educação. Decreto n. 8.824/2021



**PORTARIA N. 13.860-2020**

Publicação Nº 2878982

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE****PORTARIA N. 13.860, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.**

Designa servidor para exercer as funções de fiscal relativas ao objeto do Contrato n. 29/2019, firmado entre o Município de Brusque e o Consórcio Pacopedra/Freedom/SetorSul.

O **PREFEITO DE BRUSQUE**, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o Decreto Municipal n. 7.866, de 20 de setembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar **Renato de Borba**, servidor público municipal, ocupante do cargo de Diretor de Projetos Estratégicos, para exercer as funções de fiscal das obras de pavimentação e qualificação para implantação de nova extensão viária na Avenida Beira-Rio, neste município, a ser desenvolvida pelo Consórcio Pacopedra/Freedom/SetorSul, contratado pelo Município de Brusque, por meio do Contrato n. 29/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de fevereiro de 2021.

**JOSÉ ARI VEQUI**

Prefeito de Brusque

**Dr. EDSON RISTOW**

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

**AURINHO SILVEIRA DE SOUZA**

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (47) 3251-1833 - Centro - 88350-051 - Brusque – SC  
[www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)



**PORTARIA Nº 068-2021-SAMAE**

Publicação Nº 2878980

PORTARIA Nº 068/2021

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

RESOLVE

Art. 1º Rescindir o contrato por tempo determinado, a pedido, do servidor 524441-00 JOSE PEREIRA DE SOUZA, Agente de Obras;

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 19/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 19 de fevereiro de 2021.

LUCIANO CAMARGO  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 438-2021**

Publicação Nº 2878984

PORTARIA Nº 438/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora BERNADETE DALAGNOLI, matrícula nº 908118-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 19/02/2021 a 18/03/2021.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020 .

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 19/02/2021 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de fevereiro de 2021

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 439-2021**

Publicação Nº 2878986

PORTARIA Nº 439/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora ELISANGELA BRAGA MARTINS, matrícula nº 673803-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR , lotada na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 08/02/2021 a 08/04/2021.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020 .

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 08/02/2021 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de fevereiro de 2021

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.



WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA N° 442-2021**

Publicação N° 2878988

**PORTARIA N° 442/2021**

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria n° 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, o servidor JOSÉ CARLOS TORRESANI, matrícula n° 315567-12, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 01/02/2021 sendo concedido afastamento entre os dias 16/02/2021 a 03/02/2021

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 01/02/2021

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de fevereiro de 2021  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Gestão Estratégica

**PORTARIA N° 445-2021**

Publicação N° 2878991

**PORTARIA N° 445/2021**

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria n° 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora LUCIANA DALSOCHIO, matrícula n°1065939-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, lotada na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 18/02/2021 a 09/03/2021.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 18/02/2021 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de fevereiro de 2021

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 446-2021**

Publicação Nº 2878992

PORTARIA Nº 446/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.818/2021;

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, por motivo de aposentadoria.

**RESOLVE:**

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, nos termos do inciso IV do art. 41 da lei complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pelo servidor ARIBERTO BATISTA, matrícula n. 18910-02, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 447-2021**

Publicação Nº 2878994

PORTARIA Nº 447/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.818/2021;

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, por motivo de aposentadoria.

**RESOLVE:**

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, nos termos do inciso IV do art. 41 da lei complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora MARIA DE LOURDES PRETI, matrícula n. 9318-01, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 448-2021**

Publicação Nº 2878995

PORTARIA Nº 448/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.818/2021;

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por motivo de aposentadoria.



**RESOLVE:**

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, nos termos do inciso IV do art. 41 da lei complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora VALDECI LUCIA SENEM, matrícula n. 5320-00, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 449-2021**

Publicação Nº 2878996

**PORTARIA Nº 449/2021**

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.818/2021;

Declarar vacância do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE OBRAS, por motivo de aposentadoria.

**RESOLVE:**

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE OBRAS, nos termos do inciso IV do art. 41 da lei complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pelo servidor EDÉSIO ALVES, matrícula n. 505064-02, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 450-2021**

Publicação Nº 2878998

**PORTARIA Nº 450/2021**

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.818/2021;

Declarar vacância do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, por motivo de aposentadoria.

**RESOLVE:**

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, nos termos do inciso IV do art. 41 da lei complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora LUCIA REGINA WINTER, matrícula n. 8958-00, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário de Fazenda e Gestão Estratégica



ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 451-2021**

Publicação Nº 2879000

PORTARIA Nº 451/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora SOLANGE REGINA TEIXEIRA, matrícula nº 314277-05, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado médico a contar do dia 17/02/2021 sendo concedido afastamento entre os dias 04/03/2021 a 18/04/2021.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 04/03/2021

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de fevereiro de 2021  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Gestão Estratégica

**PORTARIA Nº 452-2021**

Publicação Nº 2879002

Portaria nº 452/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
447498	6	VERA LUCIA FUZON	Secretaria Municipal de Saúde	14/01/2021	23/01/2021	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 14/01/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 453-2021**

Publicação Nº 2879003

Portaria nº 453/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1072757	2	WALLISON PEREIRA DOS SANTOS	Secretaria Municipal de Saúde	17/02/2021	26/02/2021	10



Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 17/02/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA N° 454-2021

Publicação N° 2879005

Portaria nº 454/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
10000079343	1	DENISE TUNES LISCANO	Secretaria Municipal de Saúde	18/02/2021	27/02/2021	10
726770	0	LAWERENCE GESSER DE MORAES	Secretaria Municipal de Saúde	18/02/2021	19/03/2021	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 18/02/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA N° 455-2021

Publicação N° 2879007

Portaria nº 455/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
414905	8	MARLENE BRESCIANI CORREA DO NASCIMENTO	Secretaria Municipal de Saúde	22/02/2021	03/03/2021	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 22/02/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 456-2021**

Publicação Nº 2879584

Portaria nº 456/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Convalidar as férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
19577	2	JOÃO MARIA DE MORAES JUNIOR	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	22/02/2021	03/03/2021	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 22/02/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 457-2021**

Publicação Nº 2879586

Portaria nº 457/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
10000206662	2	FABIO LUIZ ASSALIN	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	25/02/2021	06/03/2021	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 458-2021**

Publicação Nº 2879587

Portaria nº 458/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) OLDAIR JOSÉ CHIUCHETTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 01/03/2021 a 30/03/2021, referente ao período aquisitivo iniciado em 15/05/2007.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica



ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 459-2021**

Publicação Nº 2879588

Portaria nº 459/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:****Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:**

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4284445	1	ALINE PATRICIA SCHNEIDER HENTGES	Secretaria Municipal de Saúde	01/03/2021	10/03/2021	10
10000123167	2	MARCELO FERNANDES PEREIRA	Secretaria Municipal de Saúde	01/03/2021	20/03/2021	20
724203	0	MARCIO ADRIANO MEIS	Secretaria Municipal de Saúde	01/03/2021	06/04/2021	37
409804	8	MARILENE SALETE DE OLIVEIRA DE SOUZA	Secretaria Municipal de Saúde	01/03/2021	10/03/2021	10
1078348	1	SILVANA CORTES DE LIMA	Secretaria Municipal de Saúde	01/03/2021	11/03/2021	11

**Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 460-2021**

Publicação Nº 2879589

Portaria nº 460/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:****Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:**

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
845361	0	LINDAURA MERCHOL	Secretaria Municipal de Saúde	08/03/2021	27/03/2021	20

**Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 461-2021**

Publicação Nº 2879590

Portaria nº 461/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:****Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:**

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
834904	0	ANDREIA BIHUNA	Secretaria Municipal de Saúde	10/03/2021	19/03/2021	10

**Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**



Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 462-2021

Publicação Nº 2879591

Portaria nº 462/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1000018676	1	EDUARDO GAI GARCIA	Secretaria Municipal de Saúde	14/03/2021	28/03/2021	15

Obs.: Férias iniciam nesta data, devido ao servidor trabalhar em escala 12x36.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 463-2021

Publicação Nº 2879592

Portaria nº 463/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
889253	0	BARBARA DOS SANTOS REZENA	Secretaria Municipal de Saúde	15/03/2021	24/03/2021	10
1046837	0	CAROLINA NASS DE HOLANDA	Secretaria Municipal de Saúde	15/03/2021	24/03/2021	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 464-2021

Publicação Nº 2879593

Portaria nº 464/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:



Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1045636	0	FRANCIELLI CRISTIANE DE AZEVEDO PESSINA	Secretaria Municipal de Saúde	16/03/2021	25/03/2021	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA N° 465-2021

Publicação N° 2879594

Portaria n° 465/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria n° 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
679640	5	TERESINHA ROUX	Secretaria Municipal de Saúde	17/03/2021	31/03/2021	15

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA N° 466-2021

Publicação N° 2879595

Portaria n° 466/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria n° 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
19593	0	JERRY JEAN KIRSCHNER	Secretaria Municipal de Saúde	22/03/2021	31/03/2021	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 467-2021**

Publicação Nº 2879597

Portaria nº 467/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

**RESOLVE:****Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:**

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
890707	2	ELIANE CORREA DOS SANTOS	Secretaria Municipal de Saúde	31/03/2021	19/04/2021	20

**Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos



# Caçador

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2020 – CONCORRÊNCIA Nº 02/2020 - FASE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA TÉCNICA

Publicação Nº 2878850

#### ATA DE JULGAMENTO FASE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA TÉCNICA

Concorrência Nº 02/2020

Reuniram-se no dia 22/02/2021 às 14h45min., em sessão reservada na sala de reuniões da Secretaria de Municipal de Agricultura, Rua Emília Gioppo Brasil, nº 510, bairro Gioppo, Caçador/SC, os membros da Comissão Especial de Licitação, constituída pelo Decreto nº 8.829, para análise dos documentos de habilitação da empresa participante da sessão de abertura da Concorrência Nº 02/2020, cujo objeto é OUTORGA DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. A documentação de Habilitação supra mencionada é da empresa SERVIÇO FUNERÁRIO SÃO PEDRO LTDA. Realizada a análise de toda a documentação solicitada no Capítulo IV do edital, esta foi considerada "HABILITADA". Desta maneira, visto que a empresa ora mencionada foi a única participante do certame e como estava "Habilitada" e apta a participar do certame, a comissão decidiu realizar a análise da proposta Técnica. Analisados os itens contidos no capítulo VI – dos critérios de avaliação e pontuação a empresa obteve: no item a = 4 pontos, comprovando 35 anos de experiência; b = 4 pontos (170 m² (escritório) e 260 m² (laboratório de tanatopraxia); c= 2 pontos (02 veículos fabricação 2020, 01 veículo fabricação 2013 e 01 veículo fabricação 2016); d= 4 pontos (8 funcionários); e= 9 pontos (04 pontos veículos fabricação 2020, 02 pontos veículos fabricação 2013 e 03 pontos veículos fabricação 2016; f= 01 ponto e g=1 ponto. Totalizando 25 pontos no somatório de notas. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão às 16h00min., sendo solicitado pela presidente da comissão especial de Licitações que a mesma fosse publicada no Diário Oficial dos Municípios e, nos e-mails citados pela licitante na ata da sessão anterior, para dar-se a devida publicidade dos atos. Informa-se ainda que caso algum licitante ou comunidade em geral, deseje solicitar vistas ao processo na íntegra, deverá realizar requerimento formal através do Web Protocolo, disponível no site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) ou link <https://cacador.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=4>.

Eliete Braz da Silva Gerhardt  
Presidente da Comissão

Alexandra Aparecida de Lima  
Membro da Comissão

Ivolnéia Alves de Freitas  
Membro da Comissão

Andrea Tozzo Marafon  
Membro da Comissão

Gustavo Kucher Furlin  
Membro da Comissão

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 01/2021

Publicação Nº 2878460

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 025/2021 – INEXIGIBILIDADE – 01/2021 – PREFEITURA

EDITAL: INEXIGIBILIDADE Nº 01/2021  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 28.000 (UNIDADES) CRÉDITOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR DESTINADOS AOS ACOMPANHANTES DE ALUNOS DA APAE/APAS.

CONTRATADO: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA  
VALOR PREVISTO: R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais).

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 23 de fevereiro de 2020.

SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL



**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 02/2021**

Publicação Nº 2879173

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 026/2021 – INEXIGIBILIDADE – 02/2021 – PREFEITURA

EDITAL: INEXIGIBILIDADE Nº 02/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS PARA VALES TRANSPORTE REFERENTE À AQUISIÇÃO DE 32.000 (TRINTA E DOIS MIL) CRÉDITOS PARA CARTÃO DE VALES TRANSPORTES DESTINADOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, QUE NECESSITEM DE TRANSPORTE PARA SE DESLOCAREM AO TRABALHO, COM DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS DE CONFORMIDADE COM O SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO E CONTROLE DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS.

CONTRATADO: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA  
VALOR PREVISTO: R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais).

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 23 de fevereiro de 2021.

SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 9.227**

Publicação Nº 2879024

DECRETO Nº 9.227, de 22 de fevereiro de 2021.  
Decreta Luto Oficial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o passamento do ex-Vice-Prefeito deste Município Senhor OSVALDO OLIENIK, ocorrido em 21 de fevereiro de 2021,

Considerando ter sido Vereador e Presidente do Legislativo, além de Diretor da Secretaria Municipal de Saúde e do PROCON,

Considerando as muitas marcas deixadas, como a reforma do Estádio Municipal; a construção do campo de futebol no terreno do Vasco da Gama, no bairro Gioppo; a iluminação nas ruas do bairro Alto Bonito e a indicação para a criação do Bairro Martello,

Considerando a atuação como Coordenador Regional da Secretaria Estadual de Agricultura por três anos atendendo 17 municípios da região; o exercício da presidência da Liga Caçadoreense de Desportos por 12 anos, fortalecendo o esporte e os clubes locais e incluir-se entre os sócios-fundadores do Clube dos Aliados e da Sociedade Esportiva e Recreativa 29 de setembro,

Considerando o recebimento da honraria “Medalha Desbravador Caçadoreense”,

Considerando os preciosos trabalhos dedicados à comunidade caçadoreense,

Considerando o consternamento dos munícipes e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um cidadão respeitável, líder político e de elevado espírito público,

Considerando que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e dedicação contribuíram para o bem-estar da coletividade,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial, por 3 (três) dias, em todo o território do Município, em sinal de pesar pelo falecimento do Senhor OSVALDO OLIENIK, ocorrido em 21 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de fevereiro de 2021.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.



**DECRETO Nº 9.228**

Publicação Nº 2879070

DECRETO Nº 9.228, de 23 de fevereiro de 2021.

Abre crédito adicional especial no orçamento geral do Município, exercício de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.647, de 18 de fevereiro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial na importância de R\$ 1.406.263,32 (um milhão, quatrocentos e seis mil, duzentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos) no orçamento geral do Município, conforme segue:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2003 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.17.2.45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

4.5.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (330) ..... R\$ 1.406.263,32

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, ficam anuladas parcialmente as dotações a seguir especificadas:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2003 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.17.2.45 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (45) ..... R\$ 79.493,32

15.451.34.2.27 - Manutenção do Programa Avançar Cidades

4.4.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (66) ..... R\$ 227.610,00

15.451.38.1.17 - Desapropriação das áreas em torno do parque

4.4.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (68) ..... R\$ 117.970,00

15.451.38.2.109 - Manutenção do Parque Central José Rossi Adami

4.4.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (72) ..... R\$ 131.120,00

2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

20.606.26.2.70 - Manutenção Secretaria da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

4.4.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (162) ..... R\$ 100.000,00

16000 - IPPUC - INSTITUTO PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

16001 - IPPUC - Instituto Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador

15.451.34.2.82 - Manutenção do Plano Diretor

3.3.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (301) ..... R\$ 321.000,00

15.451.34.2.93 - Plano de Mobilidade Urbana

4.4.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (304) ..... R\$ 429.070,00

TOTAL ..... R\$ 1.406.263,32

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, de 23 de fevereiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

**DECRETO Nº 9.230**

Publicação Nº 2879240

DECRETO Nº 9.230, de 23 de fevereiro de 2021.

Designa fiscais de contrato administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor José Cássio dos Santos para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 08/2021, vinculado ao Processo Licitatório nº 141/2020 - RDC nº 13/2020, que tem por objeto a relização de iluminação de trecho da Avenida Aristiliano Ramos (Beira Rio 1).



Parágrafo único. Excetuam-se das atribuições do Servidor as responsabilidades técnicas relacionadas à execução que ficam a cargo do Servidor Alan Francis Amanthea do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 23 de fevereiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## **ERRATA I - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021**

Publicação Nº 2878853

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
ERRATA 01 – ALTERAÇÕES DO EDITAL

EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DE VEÍCULOS, ATRAVÉS DE LEITURA AUTOMÁTICA DE PLACAS, UTILIZANDO TECNOLOGIA DE RECONHECIMENTO ÓPTICO DE CARACTERES (OCR – OPTICAL CHARACTER RECOGNITION).

Onde era:

LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES: Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador/SC situada na Avenida Santa Catarina, nº 195, CEP 89.500.124, Caçador-SC

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 26/02/2021 HORÁRIO: Até 14:00 horas

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 26/02/2021 HORÁRIO: As 14:15 horas

Passa a ser:

LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES: Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador/SC situada na Avenida Santa Catarina, nº 195, CEP 89.500.124, Caçador-SC

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 18/03/2021 HORÁRIO: Até 14:00 horas

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 18/03/2021 HORÁRIO: As 14:15 horas

Onde era:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DE VEÍCULOS, ATRAVÉS DE LEITURA AUTOMÁTICA DE PLACAS, UTILIZANDO TECNOLOGIA DE RECONHECIMENTO ÓPTICO DE CARACTERES (OCR – OPTICAL CHARACTER RECOGNITION).

Passa a ser:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DE VEÍCULOS, ATRAVÉS DE LEITURA AUTOMÁTICA DE PLACAS, UTILIZANDO TECNOLOGIA DE RECONHECIMENTO ÓPTICO DE CARACTERES (OCR – OPTICAL CHARACTER RECOGNITION).

Onde era:

15 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1- É responsabilidade da CONTRATADA:

[...]

i) A empresa CONTRATADA para a instalação do sistema de monitoramento deverá ter central de operações e monitoramento na cidade de Caçador/SC, com equipes próprias de ponto atendimento para manutenções em até 12 horas e suporte especializado para o serviço licitado. (Caso não tenha, apresentar declaração de instalação para no máximo 60 (sessenta) dias);

[...]

k) Fornecer o servidor de recepção de imagens para monitoramento no batalhão de Polícia Militar de Caçador/SC, contendo televisor de 49", estação de trabalho para agentes da guarda municipal de Caçador, instalação e configuração na sala de vídeo monitoramento do batalhão da Polícia Militar de Caçador/SC;

[...]

Passa a ser:

15 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1- É responsabilidade da CONTRATADA:

[...]

i) A empresa CONTRATADA para a instalação do sistema de monitoramento deverá ter equipes próprias de pronto atendimento para manutenções em até 12 horas e suporte especializado para o serviço licitado;



[...]

k) Fornecer o servidor de recepção de imagens para monitoramento na base da Guarda Municipal de Caçador/SC, contendo televisor de 49", estação de trabalho para agentes da guarda municipal de Caçador, instalação e configuração na sala de vídeo monitoramento da Guarda Municipal de Caçador/SC;

[...]

Onde era:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

2 - DESCRIÇÃO TÉCNICA DO SISTEMA

[...]

2.6 - A empresa CONTRATADA para a instalação do sistema de monitoramento deverá ter central de operações e monitoramento na cidade de Caçador/SC, com equipes próprias de ponto atendimento para manutenções em até 12 horas e suporte especializado para o serviço licitado. (Caso não tenha, apresentar declaração de instalação para no máximo 60 (sessenta) dias);

[...]

Passa a ser:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

2 - DESCRIÇÃO TÉCNICA DO SISTEMA

[...]

2.6 - A empresa CONTRATADA para a instalação do sistema de monitoramento deverá ter equipes próprias de pronto atendimento para manutenções em até 12 horas e suporte especializado para o serviço licitado;

[...]

Onde era:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

2 - DESCRIÇÃO TÉCNICA DO SISTEMA

[...]

2.8 - Fornecer o servidor de recepção de imagens para monitoramento no batalhão de Polícia Militar de Caçador/SC, contendo televisor de 49", estação de trabalho para agentes da guarda municipal de Caçador, instalação e configuração na sala de vídeo monitoramento do batalhão da Polícia Militar de Caçador/SC.

[...]

Passa a ser:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

2 - DESCRIÇÃO TÉCNICA DO SISTEMA

[...]

2.8 - Fornecer o servidor de recepção de imagens para monitoramento na base da Guarda Municipal de Caçador/SC, contendo televisor de 49", estação de trabalho para agentes da guarda municipal de Caçador, instalação e configuração na sala de vídeo monitoramento da Guarda Municipal de Caçador/SC.

[...]

Onde era:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

6. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

[...]

i) A empresa CONTRATADA para a instalação do sistema de monitoramento deverá ter central de operações e monitoramento na cidade de Caçador/SC, com equipes próprias de ponto atendimento para manutenções em até 12 horas e suporte especializado para o serviço licitado. (Caso não tenha, apresentar declaração de instalação para no máximo 60 (sessenta) dias);

[...]

k) Fornecer o servidor de recepção de imagens para monitoramento no batalhão de Polícia Militar de Caçador/SC, contendo televisor de 49", estação de trabalho para agentes da guarda municipal de Caçador, instalação e configuração na sala de vídeo monitoramento do batalhão da Polícia Militar de Caçador/SC;

[...]

Passa a ser:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

6. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

[...]

i) A empresa CONTRATADA para a instalação do sistema de monitoramento deverá ter equipes próprias de pronto atendimento para manutenções em até 12 horas e suporte especializado para o serviço licitado;

[...]

k) Fornecer o servidor de recepção de imagens para monitoramento na base da Guarda Municipal de Caçador/SC, contendo televisor de 49", estação de trabalho para agentes da guarda municipal de Caçador, instalação e configuração na sala de vídeo monitoramento da Guarda Municipal de Caçador/SC;

[...]

Onde era:

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

I - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRADA



[...]

i) A empresa CONTRATADA para a instalação do sistema de monitoramento deverá ter central de operações e monitoramento na cidade de Caçador/SC, com equipes próprias de ponto atendimento para manutenções em até 12 horas e suporte especializado para o serviço licitado. (Caso não tenha, apresentar declaração de instalação para no máximo 60 (sessenta) dias);

[...]

k) Fornecer o servidor de recepção de imagens para monitoramento no batalhão de Polícia Militar de Caçador/SC, contendo televisor de 49", estação de trabalho para agentes da guarda municipal de Caçador, instalação e configuração na sala de vídeo monitoramento do batalhão da Polícia Militar de Caçador/SC;

[...]

Passa a ser:

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

I - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRADA

[...]

i) A empresa CONTRATADA para a instalação do sistema de monitoramento deverá ter equipes próprias de pronto atendimento para manutenções em até 12 horas e suporte especializado para o serviço licitado;

[...]

k) Fornecer o servidor de recepção de imagens para monitoramento na base da Guarda Municipal de Caçador/SC, contendo televisor de 49", estação de trabalho para agentes da guarda municipal de Caçador, instalação e configuração na sala de vídeo monitoramento da Guarda Municipal de Caçador/SC;

[...]

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: [licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br) ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br).

Caçador, 23 de fevereiro de 2021.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 34.018

Publicação Nº 2879221

Mem. 211PORTARIA Nº 34.018, de 25 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

### RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR GRASIELE RODRIGUES PADILHA para ocupar o cargo de Assessora para Assuntos Administrativos, pertencente ao Grupo Ocupacional em Comissão, referência CC-4, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 25 de janeiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 34.042

Publicação Nº 2879222

PORTARIA Nº 34.042, de 29 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no inciso I, do § 1º, do artigo 59, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

### RESOLVE:

Art. 1º REMOVER DE OFÍCIO a Servidora SIMARA RODRIGUES COLPINI, matrícula 16181, ocupante do cargo de Assistente Administrativo,





com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar junto à Secretaria Municipal da Administração.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18 de janeiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de janeiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 34.048

Publicação Nº 2879089

PORTARIA Nº 34.048, de 29 de janeiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
16474	Gilmar Calisto de Oliveira	Supervisor de Manutenção Predial	11
11060	Lucas Filipini Chaves	Assistente Administrativo	1,33
1827	Odair Santana	Motorista Caminhão	1,52
15681	Reinaldo Pereira	Técnico em Agrimensura	9,37
11058	Valquiria Granemann Souza Perazzoli	Assistente Administrativo	1,04
14228	Vania Moraes Schirrmann	Técnico em Segurança do Trabalho	3

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

## PORTARIA Nº 34.049

Publicação Nº 2879092

PORTARIA Nº 34.049, de 29 de janeiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviços sob o regime de sobreaviso no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviços sob o regime de sobreaviso ao Servidor abaixo relacionado e lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
1827	Odair Santana	Motorista de Caminhão	78

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

## PORTARIA Nº 34.050

Publicação Nº 2879095

PORTARIA Nº 34.050, de 29 de janeiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
17778	Eliete Braz da Silva Gerhardt	Auxiliar de Serviços Gerais	15,46
755	Gilmar Rodrigues Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	4,3
17779	Lindamir Gonçalves	Auxiliar de Serviços Gerais	220

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Caçador, em 29 de janeiro de 2020.

Arnaldo José Bertotto – SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

## PORTARIA Nº 34.051

Publicação Nº 2879097

PORTARIA Nº 34.051, de 29 de janeiro de 2021.

O SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
16014	Loely Bellaver	Assessor de Secretário	6,23
15856	Nycole Heller da Silva	Supervisor Programa de Atenção a Mulher	1,43

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Jonatas Maia de Lima – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.



**PORTARIA Nº 34.052**

Publicação Nº 2879101

PORTARIA Nº 34.052, de 29 de janeiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
15294	Angela Cordeiro de Avila	Assistente Administrativo	2,11
7	Leandro Chiarello de Souza	Técnico em Programação de Computador	15,49
10511	Marisa Cristina Morona	Assistente Administrativo	16,4
444	Vitor Hugo de Lima	Assistente Administrativo	12

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Fazenda de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

**PORTARIA Nº 34.053**

Publicação Nº 2879104

PORTARIA Nº 34.053, de 29 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com os arts. 179 e 180, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurada no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno aos Servidores abaixo relacionados e lotados no GABINETE DO PREFEITO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
10453	Alan Rocha Liegel	Operador de Estação Aeronáutica	1,39

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de janeiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 34.054**

Publicação Nº 2879109

PORTARIA Nº 34.054, de 29 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,



**RESOLVE:**

Art. 1º EFETUAR o desconto em folha de pagamento do Servidor abaixo relacionado e lotado no GABINETE DO PREFEITO, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
14097	Gilmar Martins	Motorista	4,28

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de janeiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 34.055**

Publicação Nº 2879113

PORTARIA Nº 34.055, de 29 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário, na razão de 50% (cinquenta por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados no GABINETE DO PREFEITO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
10453	Alan Rocha Liegel	Operador de Estação Aeronáutica	40
16203	Carlos Rogerio Leme Navarro	Operador de Estação Aeronáutica	40

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de janeiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 34.056**

Publicação Nº 2879115

PORTARIA Nº 34.056, de 29 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviços sob o regime de sobreaviso no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviços sob o regime de sobreaviso ao Servidor abaixo relacionado e lotado no GABINETE DO PREFEITO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
14097	Gilmar Martins	Motorista	504

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de janeiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 34.057**

Publicação Nº 2879117

PORTARIA Nº 34.057 de 29 de janeiro de 2021.

O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR – GMC, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com os arts. 179 e 180, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno aos Servidores abaixo relacionados e lotados na GUARDA MUNICIPAL, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº horas
16511	Alessandro Hahn	Guarda Patrimonial Municipal	15,59
16517	Anderson Boroch Soares	Guarda Patrimonial Municipal	112,4
8628	Angela Knebel	Guarda Municipal	13,06
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	Guarda Municipal	11,5
16430	David Lucio Cavalett	Guarda Patrimonial Municipal	67,34
7993	Diogo Borges Barbosa	Guarda Municipal	73,04
9492	Edineia Aparecida Gallo	Auxiliar Serviços Gerais	63,24
7991	Eduardo de Bittencourt	Guarda Municipal	54,48
13313	Eliziane Grassmann	Assistente Administrativo	40,07
16520	Erenita Ribeiro dos Santos	Guarda Patrimonial Municipal	54,48
7984	Ezequiel Marcio Colaço	Guarda Municipal	74,56
9200	Fábio de Lima Garcia	Guarda Municipal	63,56
16227	Fabio Luiz Menegazzo	Assistente Administrativo	55,51
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	Guarda Municipal	41,49
16237	Ivan Felipe Payerl	Assistente Administrativo	62,08
9201	Jose Augusto Moreira Prado	Guarda Municipal	45,11
1457	Jose Vilmar Soares de Miranda	Guarda Patrimonial Municipal	136,48
9255	Lilian Aparecida de Oliveira do Prado	Guarda Municipal	9,08
8339	Luciara Garcez Coelho	Guarda Municipal	3,25
16187	Luis Fernando Miloski da Silva	Assistente Administrativo	49,32
16500	Manoela Terezinha Campinas	Guarda Patrimonial Municipal	145
16432	Samuel Trindade Dias	Guarda Patrimonial Municipal	34,41
12603	Sandro Claudinei Kieski	Guarda Municipal	66,59
16512	Simone Pontes de Souza	Guarda Patrimonial Municipal	81,04
10296	Viviane Domingos Muller Vosgrau	Guarda Municipal	3,25

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Diretor Geral da Guarda Municipal de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 34.058**

Publicação Nº 2879118

PORTARIA Nº 34.058, de 29 de janeiro de 2021.

O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR – GMC, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na GUARDA MUNICIPAL, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:



Código	Nome	Cargo	Nº de horas
7993	Diogo Borges Barbosa	Guarda Municipal	29,36
9201	Jose Augusto Moreira Prado	Guarda Municipal	36,24
8339	Luciara Garcez Coelho	Guarda Municipal	36,23
7994	Raquel de Fatima Galina	Guarda Municipal	5,09

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Diretor Geral da Guarda Municipal de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 34.059

Publicação Nº 2879124

PORTARIA Nº 34.059, de 29 de janeiro de 2021.

O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR – GMC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário, na razão de 50% (cinquenta por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na GUARDA MUNICIPAL, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
16517	Anderson Borocho Soares	Guarda Patrimonial Municipal	23,15
8628	Angela Knebel	Guarda Municipal	22,31
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	Guarda Municipal	8,37
16431	Cristina Antunes de Castro	Guarda Patrimonial Municipal	8,22
16430	David Lucio Cavalett	Guarda Patrimonial Municipal	17,12
7993	Diogo Borges Barbosa	Guarda Municipal	25,55
9492	Edineia Aparecida Gallo	Auxiliar de Serviços Gerais	6,09
7991	Eduardo de Bittencourt	Guarda Municipal	17,18
13313	Eliziane Grassmann	Assistente Administrativo	14,48
16520	Erenita Ribeiro dos Santos	Guarda Patrimonial Municipal	36,43
7984	Ezequiel Marcio Colaço	Guarda Municipal	30,19
16227	Fabio Luiz Menegazzo	Assistente Administrativo	10,4
8336	Fernando Antonio Sinhorin	Guarda Municipal	39
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	Guarda Municipal	23,33
16237	Ivan Felipe Payerl	Assistente Administrativo	13,31
10470	Liane Capelin	Telefonista	24,06
9255	Lilian Aparecida de Oliveira do Prado	Guarda Municipal	0,31
16187	Luis Fernando Miloski da Silva	Assistente Administrativo	15,21
16500	Manoela Terezinha Campinas	Guarda Patrimonial Municipal	6,12
7994	Raquel de Fatima Galina	Guarda Municipal	21,01
16432	Samuel Trindade Dias	Guarda Patrimonial Municipal	39
12603	Sandro Claudinei Kieski	Guarda Municipal	13,03
16512	Simone Pontes de Souza	Guarda Patrimonial Municipal	18,09
15528	Suellen Aparecida Bertotto	Assistente Administrativo	12,07
16492	Vanessa Martinho de Mello Knecht	Guarda Patrimonial Municipal	7,43

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Diretor Geral da Guarda Municipal de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 34.060**

Publicação Nº 2879125

PORTARIA Nº 34.060, de 29 de janeiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com os arts. 179 e 180, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
4953	Camilo Paganini	Operador Manutenção Edificações Públicas	2,09
2508	Gilberto Rodrigues Ribeiro	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	0,15
17774	Janini Terezinha Ribeiro	Auxiliar Serviços Gerais	0,43
1242	Jose Aldo Moraes da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	137
674	Joventino Rodrigues dos Passos	Agente Serviços e Obras Públicas	144,5
17791	Juliana Mantovani	Auxiliar Serviços Gerais	0,16
17777	Queila Priscila Ribeiro	Auxiliar Serviços Gerais	0,22
14106	Rubens Jofre Goes	Agente de Serviços e Obras Especiais	13,56

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Amarildo Tessaro – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

**PORTARIA Nº 34.061**

Publicação Nº 2879128

PORTARIA Nº 34.061, de 29 de janeiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
4953	Camilo Paganini	Operador Manutenção Edificações Públicas	3,52
14099	Carlos Augusto Zago Ferreira de Almeida	Agente Serviços e Obras Especiais	17,36
16228	Carolina da Silva	Assistente Administrativo	6
16216	Dionisio Ferreira Velho	Auxiliar Serviços Gerais	1,09
3016	Edson Pohlenz	Operador de Máquinas	6,27
9497	Elisiane Cardoso da Piedade	Auxiliar Serviços Gerais	6
2504	Ezio Ferreira dos Santos	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	6,57
17776	Fernanda Alves	Auxiliar Serviços Gerais	22,31
16212	Franciele Simonetti Carvalho	Auxiliar Serviços Gerais	49,38
2508	Gilberto Rodrigues Ribeiro	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	1,22
2491	Jandir Antunes de Oliveira	Marroeiro	4,29
1279	Joao Jose do Prado	Operador de Máquinas	44
17791	Juliana Mantovani	Auxiliar Serviços Gerais	18
16217	Luciano Couto	Auxiliar Serviços Gerais	8,48
15588	Luiz Carlos da Luz Antunes	Operador de Pavimentação	1,15
16235	Marcelo Silvio Alves	Assessor de Secretário	6
247	Orlando Nivaldo da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	88



15678	Rodrigo Correa	Auxiliar Serviços e Obras Especiais	24
9493	Saete Aparecida Adamio	Auxiliar Serviços Gerais	1
15166	Tyale Cardoso Mattos	Auxiliar Serviços e Obras Especiais	6

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Amarildo Tessaro – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

## PORTARIA Nº 34.062

Publicação Nº 2879131

PORTARIA Nº 34.062, de 29 de janeiro de 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento da Servidora abaixo relacionada e lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
15679	Cristiane Moreira Camargo Dobner	Assessor de Secretário	6
15207	Giana Cristina da Silva	Diretor de Serviços Administrativos em Planejamento	6
15563	Jose Cassio dos Santos	Gerência de Projetos e Captação de Recursos	1,42

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Sirley de Fátima Tibes Ceccatto – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

## PORTARIA Nº 34.063

Publicação Nº 2879134

PORTARIA Nº 34.063, de 29 de janeiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com os arts. 179 e 180, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 1º a 31 de dezembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
16463	Adriana Stankevici Rampinelli	Técnico em Enfermagem	76,08
15737	Adriano Rech	Motorista	32,38
1928	Alex Anderson Moraes dos Santo	Motorista	0,55
1315	Andre Luis Paes Juliani	Odontólogo	7,44
16230	Antoniels Metsalen Branco	Motorista	19,27
16483	Antonio Paulo Santos Pilantil	Motorista	18,07
16289	Bruno Vitiritti Ferreira Zanardo	Médico	9,15
16461	Caroline Padilha Cordeiro Gonsalves	Enfermeiro	2
1793	Cicero Brasil Moreira	Motorista Caminhão	25,51



16457	Cinara Araldi Vicente	Enfermeiro	137
16451	Claudia Richter dos Santos	Enfermeiro	146,08
16456	Cleide Eliane Gabardo	Enfermeiro	3,48
1303	Dioclecio Alves de Moura	Motorista Caminhão	12,24
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	29,38
15173	Eduardo Alisson Sporr	Motorista	68,41
16272	Eloir Fogues	Técnico em Enfermagem	146,08
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista	18,52
16269	Giosane Moreira de Almeida	Técnico em Enfermagem	127,52
16454	Gislaine Gaio	Enfermeiro	135,52
16490	Jefferson Ariatti	Motorista	9,16
16171	Joao Alexandre Moraes dos Santos	Motorista	9,56
16521	Julhana Silva	Enfermeiro	0,15
16271	Juliana dos Santos Almeida	Técnico em Enfermagem	133,4
16486	Juliano Nascimento dos Passos	Motorista	11,18
16464	Lucimara dos Santos Correa	Assistente Administrativo	11,45
16174	Luiz Alberto Togni	Motorista	29,58
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar de Enfermagem	63,56
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar Serviços Gerais	90,12
1214	Marcio Bassani	Motorista Caminhão	49,19
16458	Maria Izabel Pereira de Oliveira	Enfermeiro	127,52
16516	Phelipe Nathan Alves	Assistente Administrativo	163,32
15172	Rudinei Citadin	Motorista	12,23
15206	Saulo Soares Carlin	Motorista	7,01
16485	Tomas Gomes de Oliveira	Motorista	33,39
749	Valdecir Jose Pereira da Silva	Motorista Caminhão	16,4
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista Utilitário	3,44
14076	Wilian Gualberto Werle	Motorista	10,59

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 34.064

Publicação Nº 2879142

PORTARIA Nº 34.064, de 29 de janeiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 1º a 31 de dezembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
12772	Adair das Gracias Martins Cardoso	Auxiliar de Enfermagem ESF	9,21
11728	Alessandra Heberle	Auxiliar em Saúde Bucal	3,19
16484	Anderson Eurico Furquim	Motorista	4,45
14073	Andressa Quintino da Silva	Auxiliar de Enfermagem	1,24
16193	Angelica Aparecida Zalusi	Assistente Administrativo	6
10251	Ariane de Quadros Garcia	Técnico em Enfermagem	3,48
1771	Aurelio Luiz Arrabar	Odontólogo	7,21
12038	Camila Domingues de Souza	Auxiliar em Saúde Bucal ESF	3,14
10940	Carla Andressa Vierzbicki	Assistente Administrativo	9,25



16476	Carolina Giovelli Karlec	Médico	5,55
16142	Caroline Duarte Mello	Médico	4
15566	Celio Marcos Moreira Becker	Diretor Serviços de Vigilância em Saúde	7
11813	Cintia Aparecida Carvalho Araújo	Enfermeiro ESF	2
9697	Clayton Luiz Gorny	Médico	1,31
11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitário de Saúde	8,58
11217	Edineia Aparecida da Silva Batista	Auxiliar de Enfermagem	7,47
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	8,58
15309	Elaine Aparecida Ribas dos Santos Schuller	Auxiliar de Farmácia	4,35
14015	Elaine Aparecida Chaves	Agente Comunitário de Saúde	5,16
12021	Eliane Gouveia	Agente Comunitário de Saúde	12,23
14597	Elisa Regina Kruguer Possenti	Técnico em Enfermagem	2,07
14032	Elisa Teresinha de Oliveira Paz	Agente Comunitário de Saúde	4,57
830	Eloir do Carmo Correia Antunes	Auxiliar de Enfermagem	2,18
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista	1,51
14647	Elton Yoji Miyakava	Médico ESF	4
3745	Erenilda Americano	Recepcionista	1,37
11971	Evanice Bernardina Lara de Amorim	Agente Comunitário de Saúde	8,23
4256	Flavia Morona Maffessoni	Odontólogo	1,25
4116	Graziella Debarba Irias	Odontólogo	2,02
16462	Guilherme Sanchez Correa	Médico ESF	10,04
12589	Iara Aparecida Speggiorin	Enfermeiro	4,55
16529	Ivanir Terezinha Kuntz	Enfermeiro	6
4746	Ivonete de Fatima Bertulino	Auxiliar Serviços Gerais	11,45
11853	Jane Terezinha Souza Didone	Auxiliar de Enfermagem ESF	18,18
16171	Joao Alexandre Moraes dos Santos	Motorista	1,1
16528	Jose Augusto Scheffmacher	Auxiliar de Enfermagem	8,49
11850	Larissa Strapasson Binder	Enfermeiro ESF	2,17
9355	Leandro Souza de Matos	Analista de Sistemas	15,15
14509	Leticia Reichert	Terapeuta Ocupacional	1,11
11939	Lindair Meireles Pereira de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	3,15
13984	Luciane Xavier dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	16,42
11967	Lucimar dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	4
3834	Luiz Armando Cereza	Odontólogo	13,28
16505	Maicon Meireles Moraes	Auxiliar de Enfermagem	6
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar Serviços Gerais	1,18
11812	Marcia de Oliveira Guedes	Auxiliar de Enfermagem ESF	1,09
9488	Maria Lucia Batista Piran	Auxiliar Serviços Gerais	4,12
16125	Marielly Goncalves	Assistente Administrativo	11
11965	Marilene de Cassia Favero	Agente Comunitário de Saúde	1,59
10816	Marjuri Paula Sgarbossa Bon	Enfermeiro	1,13
14006	Marli Bonfim de Quadros	Agente Comunitário de Saúde	7,07
14034	Mayara Neris da Rocha Banderlof	Agente Comunitário de Saúde	5,13
16464	Mayelle Aparecida Cassamalli	Técnico em Enfermagem	10,03
16488	Morgana Laudelina Moreira	Auxiliar de Enfermagem	21
11944	Neiva da Aparecida de Lima Carlin do Prado	Agente Comunitário de Saúde	8
15531	Pamela Popik de Mattos	Auxiliar em Saúde Bucal ESF	11,21
7674	Patricia Kirschner	Técnico em Saúde Bucal	5,13
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	Enfermeiro ESF	1,39
11885	Paulina Voleinik	Auxiliar de Enfermagem ESF	5,16
16479	Rafael da Rosa Tibes	Enfermeiro	12,11
3266	Roselaine Aparecida Roesener Bottini	Psicólogo	18
14017	Rosilda Cristina Regert	Enfermeiro ESF	4,07



15172	Rudinei Citadin	Motorista	4,04
10764	Sandra Aparecida Correa	Enfermeiro	3,3
11869	Sandra de Fatima Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde	3,55
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes Ferreira	Agente Comunitário de Saúde	36,46
11951	Silvana Maria Cristaldo	Agente Comunitário de Saúde	1,35
11972	Sinara Salete Ribeiro Coelho	Agente Comunitário de Saúde	1,18
16058	Stela Laner Batista	Médico	11,11
15725	Sulivan Francisco da Silva	Médico ESF	16,45
16525	Talita Bomfim	Auxiliar de Enfermagem	6,26
11859	Vanira Santos de Moraes	Agente Comunitário de Saúde	3,25
10455	Willian Castilho Pinto	Auxiliar de Administração	4,16
11941	Zenaide Heyer Gois	Agente Comunitário de Saúde	1,07

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 34.065

Publicação Nº 2879144

PORTARIA Nº 34.065, de 29 de janeiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurado no período de 1º a 31 de dezembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário, na razão de 50% (cinquenta por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
16463	Adriana Stankevicz Rampinelli	Técnico em Enfermagem	14,04
15737	Adriano Rech	Motorista	60
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	Enfermeiro	25,12
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	39,08
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	Técnico em Enfermagem	17,55
16484	Anderson Eurico Furquim	Motorista	37,12
14668	Angelita Aparecida Alves Lisboa Troillio	Auxiliar de Enfermagem	10,45
16230	Antoniél Metsalen Branco	Motorista	60
16483	Antonio Paulo Santos Pilantil	Motorista	60
16506	Carla Simone Cardoso de Lima	Assistente Administrativo	10,52
1793	Cicero Brasil Moreira	Motorista Caminhão	59,3
16457	Cinara Araldi Vicente	Enfermeiro	6,08
16451	Claudia Richter dos Santos	Enfermeiro	15,42
14059	Daniela Susin	Técnico em Enfermagem	40
1303	Dioclecio Alves de Moura	Motorista Caminhão	40,13
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	60
15715	Edina Ferreira Lopes	Técnico em Enfermagem	29,47
15173	Eduardo Alisson Sporr	Motorista	60
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista	60
15592	Erica Tasca	Técnico em Enfermagem	21,52
16535	Francieli Aparecida Souza dos Santos	Farmacêutico	9,11
14606	Francieli Martins Fruhauf	Enfermeiro	13,14
16454	Gislaine Gaio	Enfermeiro	6,36
16529	Ivanir Terezinha Kuntz	Enfermeiro	3,2
16180	Ivete de Fatima Sales	Assistente Administrativo	12,14



16273	Jaison Leonardo Franca	Técnico em Enfermagem	9,54
16490	Jefferson Ariatti	Motorista	50,5
16171	Joao Alexandre Moraes dos Santos	Motorista	39,37
16528	Jose Augusto Scheffmacher	Auxiliar de Enfermagem	34,15
16521	Julhana Silva	Enfermeiro	2,15
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	Técnico em Enfermagem	19,31
16271	Juliana dos Santos Almeida	Técnico em Enfermagem	1,24
16486	Juliano Nascimento dos Passos	Motorista	29,49
16236	Jussara Fatima Girardi	Enfermeiro	15,43
16527	Lania Borges Alves	Auxiliar de Enfermagem	1,52
7981	Laurita Aparecida Faustino	Técnico em Enfermagem	35,09
16531	Leonardo Andre Spanholo Savi	Farmacêutico	22,1
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	Auxiliar em Saúde Bucal	9,27
16464	Lucimara dos Santos Correa	Assistente Administrativo	18,45
16174	Luiz Alberto Togni	Motorista	60
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar de Enfermagem	11,48
10796	Lurdes dos Santos	Técnico em Enfermagem	18,33
7824	Maicon Sgarbossa	Enfermeiro	13,07
16458	Maria Izabel Pereira de Oliveira	Enfermeiro	18,36
16125	Marielly Goncalves	Assistente Administrativo	15,22
16055	Marla Fernanda Fernandes Capelaxio	Enfermeiro	11,23
16460	Mayelle Aparecida Cassamalli	Técnico em Enfermagem	1,06
16038	Micheli Leal Ferreira	Enfermeiro	25,38
16519	Milene Rodrigues da Silva	Assistente Social	2
8331	Monica Michele Witiuk	Técnico em Saúde Bucal	24,07
16488	Morgana Laudelina Moreira	Auxiliar de Enfermagem	11,4
11033	Nelci Aparecida Cordeiro Bauerle	Auxiliar de Enfermagem	9
14991	Raquel Pelissari Barbosa	Enfermeiro	12,33
13364	Raysa Yumi Tonegawa Moro	Fisioterapeuta ESF	32,39
8479	Rejane Serafini	Enfermeiro	14,37
15172	Rudinei Citadin	Motorista	40,48
14126	Sandra Maria Koch Bock	Auxiliar em Saúde Bucal ESF	18,07
16530	Sandriele Juquinal Grein	Enfermeiro	3
15206	Saulo Soares Carlin	Motorista	14,47
3437	Sayonara Galina	Auxiliar de Enfermagem	11,18
10224	Simone do Nascimento Cardoso	Técnico em Enfermagem	21,15
16525	Talita Bomfim	Auxiliar de Enfermagem	1,51
16478	Tatiana Aparecida Frigeri	Farmacêutico	6
16208	Tatiane Lemos de Castilho	Técnico em Enfermagem	5,26
16485	Tomas Gomes de Oliveira	Motorista	60
10785	Vagner Goncalves	Técnico em Enfermagem	13,17
749	Valdecir Jose Pereira da Silva	Motorista Caminhão	60
14612	Vanessa Petrykowski	Enfermeiro	11,3
1376	Veroni Salete Dalaqua	Auxiliar de Enfermagem	12,18
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista Utilitário	15,24
14076	Willian Gualberto Werle	Motorista	43,58
16286	Willian Roberto Appi	Médico	5,5

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 34.066

Publicação Nº 2879147

PORTARIA Nº 34.066, de 29 de janeiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,



CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 1º a 31 de dezembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário, na razão de 100% (cem por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
16463	Adriana Stankevicz Rampinelli	Técnico em Enfermagem	24
16498	Ana Paula Tocantins Tarachuk	Técnico em Enfermagem	24
16506	Carla Simone Cardoso de Lima	Assistente Administrativo	24
16461	Caroline Padilha Cordeiro Gonsalves	Enfermeiro	12
16457	Cinara Araldi Vicente	Enfermeiro	19,16
16451	Claudia Richter dos Santos	Enfermeiro	24,1
16456	Cleide Eliane Gabardo	Enfermeiro	12
16272	Eloir Fogues	Técnico em Enfermagem	23,52
16535	Franciely Aparecida Souza dos Santos	Farmacêutico	18,06
16526	Gabriela de Fatima Borges	Auxiliar de Enfermagem	12
16229	Giosane Moreira de Almeida	Enfermeiro	19,05
16454	Gislaine Gaio	Enfermeiro	24,54
16533	Heiko Batistella Kollet	Médico	6
16529	Ivanir Terezinha Kuntz	Enfermeiro	17,54
16273	Jaison Leonardo Franca	Técnico em Enfermagem	12
16528	Jose Augusto Scheffmacher	Auxiliar de Enfermagem	11,57
16271	Juliana dos Santos Almeida	Técnico em Enfermagem	19
16455	Jussara Aparecida Santos Almeida	Enfermeiro	12
16527	Lania Borges Alves	Auxiliar de Enfermagem	18,13
16531	Leonardo Andre Spanholo Savi	Farmacêutico	12,35
16464	Lucimara dos Santos Correa	Assistente Administrativo	12
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar de Enfermagem	12,14
16505	Maicon Meireles Moraes	Auxiliar de Enfermagem	12
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar Serviços Gerais	12,13
16458	Maria Izabel Pereira de Oliveira	Enfermeiro	12,14
16460	Mayelle Aparecida Cassamalli	Técnico em Enfermagem	18,52
8331	Monica Michele Witiuk	Técnico em Saúde Bucal	11,53
16516	Phelipe Nathan Alves	Assistente Administrativo	24,11
16479	Rafael da Rosa Tibes	Enfermeiro	12
14126	Sandra Maria Koch Bock	Auxiliar em Saúde Bucal ESF	11,59
16530	Sandriele Juquinal Grein	Enfermeiro	12,21
16525	Talita Bomfim	Auxiliar de Enfermagem	17,4
16491	Tania Mara de Vargas	Auxiliar de Enfermagem	11
16522	Zilda de Oliveira Carvalho	Auxiliar de Enfermagem	24

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 34.067

Publicação Nº 2879151

PORTARIA Nº 34.067, de 29 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com o art. 65, § 3º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e art. 11, do Decreto Municipal nº 4.949, de 08/08/2011, que regulamenta a prestação do serviço extraordinário,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento das horas creditadas em banco de horas e não compensadas aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, em virtude de exonerações/rescisões, especificando código, nome do servidor, cargo e número de horas, conforme segue:



Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
7744	Elizandra Diedrich	Técnico em Enfermagem	2,43
3745	Erenilda Americano	Recepcionista	6

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de janeiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 34.068

Publicação Nº 2879153

PORTARIA Nº 34.068, de 29 de janeiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurado no período de 1º a 31 de dezembro de 2020 na Secretaria da Saúde,

CONSIDERANDO a ausência de ato e a necessidade de regularizar a situação funcional dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de serviço extraordinário à Servidora abaixo relacionada e lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo, número de horas e mês do pagamento:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas	Mês de pagamento
3437	Sayonara Galina	Auxiliar de Enfermagem	5,85	Janeiro/2021

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 34.069

Publicação Nº 2879156

PORTARIA Nº 34.069, de 29 de janeiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 e 180, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
15096	Alessandro Iran Pacievitcz	Educador Social	77,4
16009	Divanete Eloisa Bachi	Educador Social	76,32
16224	Lizandra Maboni	Educador Social	27,24
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	Motorista	9,58
15021	Willian Jose Guzi	Educador Social	43,24

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Januário Atanásio dos Santos – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

## PORTARIA Nº 34.070

Publicação Nº 2879159

PORTARIA Nº 34.070, de 29 de janeiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento da Servidora abaixo relacionada e lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
12845	Laisa Regina Chaves de Moraes	Psicólogo	1

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Januário Atanásio dos Santos – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

## PORTARIA Nº 34.071

Publicação Nº 2879160

PORTARIA Nº 34.071, de 29 de janeiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviços sob o regime de sobreaviso no período de 16 de dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviços sob o regime de sobreaviso aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº horas
7785	Elizete Farias	Assistente Social	124
16232	Iure França	Motorista	200
15095	Lais Suellen Nascimento dos Santos	Assistente Social	126
7848	Neiva Vieceli	Assistente Social	126
14082	Rafael Nunes	Motorista	200
14088	Rodrigo de Paula	Motorista	113
10218	Silvia Linhares Martelo	Assistente Social	137

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 29 de janeiro de 2021.

Januário Atanásio dos Santos – SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.



**PORTARIA Nº 34.072**

Publicação Nº 2879161

PORTARIA Nº 34.072, de 1º de fevereiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 3º, inciso I da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviços sob o regime de sobreaviso no período de 1º a 31 de janeiro 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviços sob o regime de sobreaviso aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	210
10463	Alice Regina Sturmer Blank Legat	Bioquímico	158
15055	Anderson Torezan	Fiscal Sanitarista	117
3287	Andrea Rui Pistore	Tecnólogo em Alimentos	24
14597	Elisa Regina Kruguer Possenti	Técnico em Enfermagem	93
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista	299
16241	Francellwika Catherine Gomes de Azevedo	Engenheiro Sanitarista	182
15	Giovani Ernandes Teles de Oliveira	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	128
16490	Jefferson Ariatti	Motorista	150
16171	Joao Alexandre Moraes dos Santos	Motorista	143
14993	Nara Tescke de Castilho	Enfermeiro	132
693	Paula Brustolin Xavier	Enfermeiro	69
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	Farmacêutico	138
10224	Simone do Nascimento Cardoso	Técnico em Enfermagem	117
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista Utilitário	250

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 1º de fevereiro de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 34.073**

Publicação Nº 2879162

PORTARIA Nº 34.073, de 1º de fevereiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 e 271, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e art. 3º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 1º a 31 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o pagamento de serviço extraordinário pelos plantões realizados no Pronto Atendimento, especificando código, nome do servidor, cargo e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	96,02
14649	Matheus Lobato Farinon	Médico ESF	49,45
16448	Tiago Pegoraro	Médico Plantonista	11,03

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.



Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 1º de fevereiro de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 34.074

Publicação Nº 2879163

PORTARIA Nº 34.074, de 1º de fevereiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 e 271, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e art. 3º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o pagamento do SERVIÇO HORAS MÉDICOS PLANTONISTAS realizado no período de 1º a 31 de janeiro de 2021 no Pronto Atendimento, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
16445	Alexandre Wall	72,22
16535	Camilla Baseggio Buffon	121,32
16534	Carolina Giovelli Karlec	222,55
16446	Cicero Raimundo da Silva	101,48
16444	Claudio Nelson Gehring Filho	166,07
16443	Eduardo Castilho Casagrande	138,48
16453	Flaviany Araujo Carmello	86,52
16442	Jessica Lovcke	303,02
16550	Marina dos Santos Gomes Monteiro	12,12
16447	Patricia de Melo Pereira	67,38
16524	Rafael Balbisan	29,52
14503	Rafael Stecca Martins	12,13
14129	Rodrigo Rocha da Silva	174,42
16449	Rosangela Macedo Costa	208,22
16448	Tiago Pegoraro	139,42

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 1º de fevereiro de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 34.075

Publicação Nº 2879164

PORTARIA Nº 34.075, de 1º de fevereiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 1º a 31 de janeiro de 2021,

### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o pagamento de adicional noturno em virtude dos plantões realizados no Pronto Atendimento, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
16445	Alexandre Wall	Médico Plantonista	24,03
16535	Camilla Baseggio Buffon	Médico Plantonista	11,57
16452	Carolina Giovelli Karlec	Médico	35,58
16446	Cicero Raimundo da Silva	Médico Plantonista	22,15



16444	Claudio Nelson Gehring Filho	Médico Plantonista	87,55
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	18,05
16443	Eduardo Castilho Casagrande	Médico Plantonista	23
16453	Flaviany Araujo Carmello	Médico Plantonista	48,03
16442	Jessica Lovcke	Médico Plantonista	67,42
14649	Matheus Lobato Farinon	Médico ESF	25,4
16447	Patricia de Melo Pereira	Médico Plantonista	34,22
14129	Rodrigo Rocha da Silva	Médico Plantonista	74,57
16449	Rosangela Macedo Costa	Médico Plantonista	56,12
16448	Tiago Pegoraro	Médico Plantonista	55,37

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 1º de fevereiro de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

### PORTARIA Nº 34.076

Publicação Nº 2879165

PORTARIA Nº 34.076, de 1º de fevereiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 24 a 25 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2020 a 1º de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário, na razão de 100% (cem por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
16446	Cicero Raimundo da Silva	Médico Plantonista	12,07
16444	Claudio Nelson Gehring Filho	Médico Plantonista	12,02
16443	Eduardo Castilho Casagrande	Médico Plantonista	11,12
16523	Eduardo Castilho Casagrande	Medico	19
16550	Marina dos Santos Gomes Monteiro	Médico Plantonista	6
14649	Matheus Lobato Farinon	Médico ESF	6
16449	Rosangela Macedo Costa	Médico Plantonista	5,22
16448	Tiago Pegoraro	Médico Plantonista	5,08

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, 1º de fevereiro de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

### PORTARIA Nº 34.077

Publicação Nº 2879166

PORTARIA Nº 34.077, de 1º de fevereiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o previsto nas Leis Ordinárias nº 1.889, de 22/04/2003 e nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõem sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

CONSIDERANDO o número e a natureza das ações fiscais mensais realizadas pelos Servidores no período de 16 de dezembro de 2020 a 31 de janeiro de 2021, conforme estabelecido no Anexo Único da Lei Ordinária nº 1.932/2003,



**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER gratificação de produtividade aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, especificando código, nome, cargo e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Pontuação
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras e Posturas	1450
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributalista	1390
3277	Gizele Aparecida Bonassa Mandeli	Fiscal de Obras e Posturas	1130
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	Fiscal Tributalista	1860
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributalista	1000
13959	Juliana Sombrio	Fiscal de Obras e Posturas	1360
13315	Louise Pereira Santos	Fiscal de Obras e Posturas	2000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras e Posturas	1450
801	Nedival Rodrigues da Cruz	Fiscal de Obras e Posturas	670

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Fazenda de Caçador, em 1º de fevereiro de 2021.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

**PORTARIA Nº 34.092**

Publicação Nº 2879223

Memorando 211PORTARIA Nº 34.092, de 1º de fevereiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR CRISTIANE MOREIRA CAMARGO DOBNER para ocupar o cargo em comissão de Diretora de Cultura, referência CC3, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 1º de fevereiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Jonatas Maia de Lima – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E  
TURISMO.

**PORTARIA Nº 34.096**

Publicação Nº 2879224

PORTARIA Nº 34.096, de 1º de fevereiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, o contrato de MARGARETE ALVES VERONESI, matrícula 14278, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde e contratada pela Portaria nº 26.635, de 10 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de fevereiro de 2021.



Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 1º de fevereiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

### PORTARIA Nº 34.103

Publicação Nº 2879225

PORTARIA Nº 34.103, de 4 de fevereiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso II da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, o contrato por tempo temporário do Servidor CÍCERO RAIMUNDO DA SILVA, matrícula 16446, ocupante da função de Médico Plantonista, referência 41, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde e contratado pela Portaria nº 32.888, de 13 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 31 de janeiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 4 de fevereiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

### PORTARIA Nº 34.113

Publicação Nº 2879226

PORTARIA Nº 34.113, de 5 de fevereiro de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira a Servidora abaixo relacionada e lotada e/ou em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a ser pago a contar do mês de JANEIRO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
7740	Eunice Linhares Fleck	Assistente Social	Nível 6

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 5 de fevereiro de 2021.

Januário Atanásio dos Santos - SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
E HABITAÇÃO.



**PORTARIA Nº 34.123**

Publicação Nº 2879227

PORTARIA Nº 34.123, de 8 de fevereiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato em caráter temporário do Servidor JULIANO NASCIMENTO DOS PASSOS, matrícula 16486, ocupante da função de Motorista, referência 10, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde, contratado pela Portaria nº 33.359, de 19 de agosto de 2020, com prorrogação do contrato pela Portaria nº 33.812, de 10 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 4 de fevereiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 8 de fevereiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 34.129**

Publicação Nº 2879228

PORTARIA Nº 34.129, de 9 de fevereiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com o art. 5º do Decreto nº 8.658, de 13 de abril de 2020,

CONSIDERANDO o atestado médico decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) apresentado no Departamento de Pessoal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER afastamento do trabalho ao Servidor abaixo relacionado, especificando código, nome do servidor, cargo e período, conforme segue:

I – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Código	Nome	Cargo	A contar de:
141	Fernando Antônio Barbosa de Oliveira	Médico	07/01/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 9 de fevereiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 34.134**

Publicação Nº 2879229

PORTARIA Nº 34.134, de 12 de fevereiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso II da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, o contrato por tempo temporário do Servidor SULIVAN FRANCISCO DA SILVA, matrícula 15725, ocupante da função de Médico - ESF, referência 40, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde e contratado pela Portaria nº 29.946, de 30 de novembro



de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de fevereiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 12 de fevereiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 34.148

Publicação Nº 2879231

PORTARIA Nº 34.148, de 16 de fevereiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso II da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

### RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, o contrato por tempo determinado de MARZA BAZAN DE FREITAS FERRER, matrícula 16502, ocupante da função de Psicólogo, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, contratada pela Portaria nº 33.415, de 28 de agosto de 2020, com prorrogação pela Portaria nº 33.829, de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12 de fevereiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de fevereiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 34.154

Publicação Nº 2879232

PORTARIA Nº 34.154, de 17 de fevereiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 376, de 26 de fevereiro de 2020, que altera a redação da Lei Municipal nº 54, de 15 de dezembro de 1983, e institui o Conselho Municipal de Contribuintes, no âmbito do Município de Caçador, como segunda instância Administrativa, e estabelece em seu art. 183-H a gratificação a ser paga aos membros do Conselho,

### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores designados através do Decreto nº 8.811, de 3 de julho de 2020 para comporem o Conselho Municipal de Contribuintes, o pagamento de gratificação referente aos trabalhos realizados no mês de novembro de 2020, especificando código, nome, função, unidade e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Função	Unidade da Gratificação	Valor da Gratificação
10779	Evandro Carlos Fritsch	Conselheiro	2 VRM	R\$ 557,10
12879	Gustavo Spuldaro Tanno	Conselheiro	2 VRM	R\$ 557,10
4595	Joice Luiza Flores de Matias	Conselheiro	2 VRM	R\$ 557,10
10780	Luciana Marta Debarba Cereza	Conselheiro	2 VRM	R\$ 557,10
14669	Sergio Inhaia	Conselheiro	2 VRM	R\$ 557,10

Art. 2º CONCEDER aos cidadãos designados através do Decreto nº 8.811, de 3 de julho de 2020 para comporem o Conselho Municipal de Contribuintes, o pagamento de gratificação referente aos trabalhos realizados no mês de novembro de 2020, especificando nome, função, unidade e valor da gratificação, conforme segue:

Nome	Função	Unidade da Gratificação	Valor da Gratificação
Cicero Andre Roman Ross	Conselheiro	2 VRM	R\$ 557,10
Claudinei Bertotto	Conselheiro	2 VRM	R\$ 557,10
João Paulo Gonçalves	Conselheiro	2 VRM	R\$ 557,10



Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 17 de fevereiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## RESOLUÇÃO Nº 01-2021 CMAS

Publicação Nº 2879081

RESOLUÇÃO Nº 01/2021 de 02 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Gestão 2020 do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016 e;

CONSIDERANDO Reunião Extraordinária do CMAS, conforme Ata n. 340 de 02 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão 2020 do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 2º O Relatório de Gestão 2020 do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, encontra-se disponível para consulta, na Secretaria dos Conselhos Municipais e na Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Art. 3º Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Caçador, 02 de fevereiro de 2021.

Lilia Capelin

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Demais conselheiros

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

### AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

Publicação Nº 2879084

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº01/2021

Pregão Presencial nº 01/2021

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.272.905/0001-71, com sede na Rua General Osório, nº 52, Centro, Caçador/SC, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. Fábio Deniz Casagrande, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues junto ao Protocolo do IPASC, localizado na Rua General Osório, nº 52, Centro, Caçador/SC, no máximo até as 14h00min, do DIA 09 de março de 2021, para abertura no mesmo dia às 14h10min, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços atuariais ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, pelo período de 12 meses. Maiores informações e o Edital completo podem ser obtidos no IPASC, sito na Rua General Osório, 52, Centro, Caçador, SC, pelo e-mail: ipascben@cacador.sc.gov.br ou através do site [www.ipasc.cacador.sc.gov.br](http://www.ipasc.cacador.sc.gov.br), na aba licitações. Caçador, 24/02/2021.



**PORTARIA N. º 1.625, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879077

PORTARIA n. º 1.625, de 23 de fevereiro de 2021.

Nomeia Pregoeiro e Equipe de Apoio.

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso de suas atribuições legais e na conformidade dos art. 91 e 92 da Lei Complementar n. º 291, de 29 de abril de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer a função de Pregoeiro, a Servidora Fernanda Fiorelli, para o processo licitatório Nº 02/2021-PP01/2021 do IPASC.

Art. 2º. Ficam também nomeados para Equipe de Apoio do Pregoeiro, os Servidores Leonardo Duarte e Adriele Belli Carlim Danese.

Parágrafo único. Na ausência do pregoeiro qualquer membro da equipe de apoio assumirá a função temporariamente.

Art. 3º. O pregoeiro solicitará à Diretoria Executiva e órgãos do IPASC avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento deste processo, sempre que se fizer necessário.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 23 de fevereiro de 2021.

Fabio Deniz Casagrande – DIRETOR PRESIDENTE.



# Caibi

## PREFEITURA

**180/21**

Publicação Nº 2878818

PORTARIA Nº 180/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

NOMEAR, por prazo indeterminado, a Sra. TATIANE GONÇALVES, em conformidade com o art. 9º, inc. II, da Lei n. 027/2013, para o cargo de Supervisor II, nível CC-09, com lotação no Departamento de Educação, e carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 11/02/2021.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 22 de fevereiro de 2021.

EDER PICOLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI

Secretário de Administração e Planejamento

**181/21**

Publicação Nº 2879035

PORTARIA Nº 181/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

AUTORIZAR, em conformidade com o § 3º do art. 80 da Lei Complementar n. 027/2013, com redação dada pela Lei Complementar n. 058/2019, a conversão de licença prêmio em pecúnia à Servidora Municipal Janete Ana Locatelli Primon, matrícula n. 266-6, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com lotação no Departamento de Educação, e carga horária de 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 2010 a 2015, com vencimento em 2017 em razão de suspensão de contagem devido licenças por motivo de doença concedidas.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 23 de fevereiro de 2021.

EDER PICOLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI

Secretário de Administração e Planejamento

**182/21**

Publicação Nº 2879036

PORTARIA Nº 182/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

NOMEAR, por prazo indeterminado, a Sra. LIZIANE DE OLIVEIRA, em conformidade com o art. 9º, inc. II, da Lei n. 027/2013, para o cargo de Supervisor II, nível CC-09, com lotação no Departamento de Assistência Social, e carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 15/02/2021.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 23 de fevereiro de 2021.

EDER PICOLI

Prefeito Municipal



Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI  
Secretário de Administração e Planejamento

**183/21**

Publicação Nº 2879038

## PORTARIA Nº 183/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

REENQUADRAR a Servidora Municipal DANDARA JEANE GALLON, matrícula n. 9521-4, ocupante do cargo em provimento comissionado como Subdiretor, nível CC-04, para o cargo de Diretor, nível CC-3-1, com lotação no Setor de Compras e Licitações, e carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 01/02/2021.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 23 de fevereiro de 2021.

EDER PICOLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI  
Secretário de Administração e Planejamento

**184/21**

Publicação Nº 2879039

## PORTARIA Nº 184/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

REENQUADRAR a Servidora Municipal ADRIANA DE OLIVEIRA, matrícula n. 9534-6, ocupante do cargo em provimento comissionado como Supervisor, nível CC-07, para o cargo de Chefe de Setor, nível CC-06, com lotação no Departamento de Saúde, e carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 01/02/2021.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 23 de fevereiro de 2021.

EDER PICOLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI  
Secretário de Administração e Planejamento

**185/21**

Publicação Nº 2879043

## PORTARIA Nº 185/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

NOMEAR, por prazo indeterminado, a Sra. ADRIANA EDMEA TURCATO, em conformidade com o art. 9º, inc. II, da Lei n. 027/2013, para o cargo de Chefe de Setor, nível CC-06, com lotação no Departamento de Saúde, e carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 15/02/2021.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 23 de fevereiro de 2021.

EDER PICOLI  
Prefeito Municipal



Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI  
Secretário de Administração e Planejamento

**186/21**

Publicação N° 2879126

PORTARIA N° 186/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE 40% (quarenta por cento) ao vencimento da Servidora Municipal ROSANGELA APARECIDA GOMES MENDES GANDOLFI, matrícula n. 7943-0, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada no Departamento de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, por motivo de exercer a função de Coordenadora e Responsável pela Vigilância Sanitária e Epidemiológica do Município.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 01/02/2021.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 23 de fevereiro de 2021.

EDER PICOLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI  
Secretário de Administração e Planejamento



# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 - FMAS

Publicação Nº 2878590

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 001/2021 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 001/2021 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA SEREM OFERTADAS COMO BENEFÍCIO EVENTUAL ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 23/02/2021  
1ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2021 - PMC

Publicação Nº 2878156

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 008/2021 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 013 A 016/2021 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO DIVERSOS A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO, DRENAGEM, PREPARAÇÃO PARA A PAVIMENTAÇÃO E ANDAMENTO DAS OBRAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 23/02/2021  
1ª Publicação.

### CHAMAMENTO 05/2021 - FMS

Publicação Nº 2878278

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2021 - FMS  
INEXIGÊNCIA LICITATORIA Nº 05/2021- FMS  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 05/2021 - FMS

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS OU PESSOA FÍSICA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES EM ANATOMIA PATOLÓGICA PARA A REDE PÚBLICA DE SAÚDE NO PERÍODO DE DOZE MESES CONSTANTES NOS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 8.666/1993 e as respectivas alterações.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:00 horas do dia 24 de Fevereiro de 2021 até as 18:00 horas do dia 12 de Março de 2021, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: camboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 23 de fevereiro de 2021

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal



**PR 010/2021 - FMS**

Publicação Nº 2878055

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMBORIÚ - EXCLUSIVA PARA ME/EPP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOLSAS (MOCHILAS) DESTINADAS AOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS E AGENTES COMUNITÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 16:00 horas do dia 15 (Quinze) de Março de 2021, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 23 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

**PR 011/2021 - FMS**

Publicação Nº 2878545

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2021 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMBORIÚ - EXCLUSIVA PARA ME/EPP COM COTA PRINCIPAL PARA OS ITENS 08 E 10.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE ATADURAS DESTINADO A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 17 (Dezessete) de Março de 2021, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 23 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

**PR 03/2021 - FME**

Publicação Nº 2878048

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 - FME

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA DESTINADOS AO USO DA MANUTENÇÃO DIÁRIA NAS UNIDADES ESCOLARES, LOTES DECLARADOS FRACASSADOS NO PR 12/2020 .

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 16 (Dezesseis) de março de 2021, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [camboriu.sc.gov.br](http://camboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 23 de fevereiro de 2021.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA CIRCUNSTANCIADA (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2021)

Publicação Nº 2877945

ATA CIRCUNSTANCIADA  
(Processo Licitatório nº 7/2021)

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Ana Flávia Marciniak Rocha e Tiago Murilo de Souza, membros da Comissão de Licitação, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 7/2021, modalidade Convite, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a Contratação de mão de obra para roçada de grama para nas ETAs (estações de tratamento de água), casas de química e reservatórios da Secretaria de Saneamento Ambiental). Empresas Convidadas: CLAUDIA CAROLINE MELCHIOR – 39.380.745/0001-69, JOÃO ADIR DE OLIVEIRA - MEI – CNPJ: 26.615.982/0001-10, FABIO JUNIOR TEIXEIRA DA SILVA – CNPJ: 39.296.086/0001-87, JEAN FERNANDES DUARTE - MEI – CNPJ: 665.870.779-00, GEVERSON MUNHOZ DUARTE – MEI – CNPJ: 31.106.739/0001-79. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: GEVERSON MUNHOZ DUARTE – MEI – CNPJ: 31.106.739/0001-79, JOÃO ADIR DE OLIVEIRA - MEI – CNPJ: 26.615.982/0001-10, FABIO JUNIOR TEIXEIRA DA SILVA – MEI – CNPJ: 39.296.086/0001-87, JEAN FERNANDES DUARTE - MEI – CNPJ: 665.870.779-00. O licitante JOÃO ADIR DE OLIVEIRA MEI credenciou o sr. João Adir de Oliveira - como representante na sessão. O licitante FABIO JUNIOR TEIXEIRA DA SILVA – MEI credenciou o sr. Fabio Junior Teixeira da Silva como representante na sessão. O licitante JEAN FERNANDES DUARTE credenciou o sr. Jean Fernandes Duarte como representante na sessão. GEVERSON MUNHOZ DUARTE – MEI não credenciou representante na sessão. Passou-se à análise dos Documentos dos licitantes. As licitantes comprovaram enquadramento como MEI Microempreendedor Individual. Os documentos foram analisados e rubricados pelos membros da comissão permanente de licitação, o licitante Geversson Munhoz Duarte não apresentou os seguintes documentos no envelope de Documentos: Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante (CND Municipal) e Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que exigia o edital sendo declarado INABILITADO pela Comissão de licitação. Os demais licitantes proponentes foram declarados habilitados. Todos os licitantes apresentaram a desistência de recurso quanto o julgamento dos documentos. Passou-se à análise das propostas que foram analisadas e rubricadas pela comissão de licitação. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL. Os licitantes apresentaram as propostas conforme tabela abaixo:

Empresa	Valor da proposta (R\$)	Classificação
JEAN FERNANDES DUARTE - MEI	18.360,00	1ª
FABIO JUNIOR TEIXEIRA DA SILVA – MEI	22.002,00	2ª
JOÃO ADIR DE OLIVEIRA - MEI	25.260,00	3ª

O licitante JEAN FERNANDES DUARTE - MEI – CNPJ: 665.870.779-00 foi declarado vencedor da presente licitação com o valor global de R\$ 18.360,00. Está aberto o prazo de 02 (dois) dias úteis, para interposição de recurso quanto ao julgamento das propostas, em atendimento a Lei Federal 8.666/93 e alterações. Os licitantes ficam desde já intimados do prazo de recurso. Nada mais a tratar encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes.

### CONVOCAÇÃO Nº 048/2021

Publicação Nº 2878604

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019  
CONVOCAÇÃO Nº 048/2021

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK, inscrita no CPF/MF sob nº 015.600.869-63, aprovada em 54º lugar no Processo Seletivo nº 02/2019, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR Da EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até às 17:00h do dia 01 de março de 2021, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF  
Prefeita Municipal

CARLA LUCIANE FUCKNER KOTOVICZ  
Secretária Municipal de Educação



**DECRETO Nº 13.651 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878052

DECRETO Nº 13.651 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.910 de 16 de dezembro de 2020; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.303.0051.2.117 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia	
30000.00.00119 -	Despesas Correntes	
330000.00.0119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0119 -	Aplicações Diretas	
339036.00.0119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 15.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde	
30000.00.00119 -	Despesas Correntes	
330000.00.0119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF  
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/02/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI  
Chefe de Gabinete da Prefeita

**DECRETO Nº 13.652 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878617

DECRETO Nº 13.652 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

PRORROGA AS MEDIDAS PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO E CONTENÇÃO DO CONTÁGIO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), DO DECRETO Nº 13.250 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020.

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 e a Portaria Ministerial nº 454, de 20 de março de 2020, expedida pelo Ministério da Saúde, declarando em todo território nacional o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19;

Considerando a dinâmica e celeridade necessárias no processo decisório na Região do Planalto Norte, sem prejuízo da observância dos princípios da precaução e prevenção sanitária e de saúde pública;

Considerando as avaliações de risco potencial, emitidas semanalmente pela Central de Operações de Emergência em Saúde e as recomendações do Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnicos-científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem incremento do risco sanitário à sua população, além da avaliação do risco x benefício da atividade para autorizar funcionamentos e/ou restrições no seu território;

Considerando a Resolução nº 11/2021 de 09 de fevereiro de 2021, da Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte



Catrinense;

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, em especial o inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Ficam prorrogadas todas as medidas, constantes no Decreto nº 13.250 de 27 de novembro de 2020, até a data de 24 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 24 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogadas as demais disposições contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF  
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/02/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI  
Chefe de Gabinete da Prefeita

## **DECRETO Nº 13.653 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879208

### **GABINETE DA PREFEITA**

DECRETO Nº 13.653 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES, SEM REMUNERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Considerando o Requerimento devidamente assinado pelo Servidor Público Municipal JONAS MÁRIO MILCZEWSKI, o qual requer Licença para tratar de interesse particular, sem remuneração, requerimento este protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data 23 de fevereiro de 2021, sob nº 008516;

Considerando a Justificativa da Desnecessidade expedida pelo Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, datada de 18 de fevereiro de 2021, devidamente assinada na referida data;

Considerando ainda, o Despacho emitido pela Secretária Municipal de Administração, devidamente assinada em data de 22 de fevereiro de 2021, a qual defere a licença pelo período pleiteado, considerando a justificativa de desnecessidade apresentada;

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos art's. 173 e 175 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Conceder Licença para tratar de assuntos particulares, por 12 (doze) meses consecutivos, sem remuneração, ao Servidor Público Municipal, Municipal JONAS MÁRIO MILCZEWSKI, matrícula funcional nº 000694, registro no sistema sob nº 955135, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF  
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA CHOTOVISKY  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/02/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI  
Chefe de Gabinete da Prefeita



**DECRETO Nº 13.654 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879253

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 13.654 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021  
HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Homologar as Resoluções nº 001; 002; 003; 004 e 005 do Conselho Municipal de Saúde, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF  
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA CHOTOVISKY  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/02/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI  
Chefe de Gabinete da Prefeita

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

APROVA MEMBROS PARA COMPOREM A DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE BIÊNIO 2020/2021.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 18 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Ficam aprovados os nomes dos membros para comporem a Diretoria do Conselho Municipal de Saúde, para o biênio 2020/2021.

I - Presidente: Zurita Maria Pacheco R-ckl;  
II - Vice-Presidente: Tatiane Fabiola Arenhart;  
III - Secretária: Luciane Maria Stiegler Carlos

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ZURITA MARIA PACHECO RÜCKL  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

LUCIANE MARIA STIEGLER CARLOS  
Secretária do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

## RESOLUÇÃO Nº 002 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

APROVA PLANO DE TRABALHO 2021 – DO INSTITUTO SANTÉ – HOSPITAL SÃO LUIZ VISANDO REPASSE DO INCENTIVO FINANCEIRO REFERENTE A POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 18 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Trabalho 2021 do Instituto Santé – Hospital São Luiz visando repasse do Incentivo Financeiro referente a Política Hospitalar Catarinense (anexo).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ZURITA MARIA PACHECO RÜCKL  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

LUCIANE MARIA STIEGLER CARLOS  
Secretária do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

## RESOLUÇÃO Nº 003 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

APROVA PLANO DE TRABALHO 2021 – DO INSTITUTO SANTÉ – HOSPITAL SÃO LUIZ VISANDO REPASSE DO INCENTIVO FINANCEIRO REFERENTE A POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE – COVID-19.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 18 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Trabalho 2021 – do Instituto Santé – Hospital São Luiz visando repasse do Incentivo Financeiro referente a Política Hospitalar Catarinense – Covid-19 (anexo)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ZURITA MARIA PACHECO RUCKL  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

LUCIANE MARIA STIEGLER CARLOS  
Secretária do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

## RESOLUÇÃO Nº 004 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

APROVA O CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2021.



O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 18 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Saúde para o ano de 2021 (anexo)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ZURITA MARIA PACHECO RUCKL  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

LUCIANE MARIA STIEGLER CARLOS  
Secretária do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 005 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

APROVA ALTERAÇÃO NO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 18 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovada alteração no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, o artigo 12 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12 Não havendo quórum, a reunião será realizada 30 (trinta) minutos após em segunda chamada, com qualquer número de presentes."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ZURITA MARIA PACHECO RUCKL  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

LUCIANE MARIA STIEGLER CARLOS  
Secretária do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

## **PORTARIA Nº 093 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878831

PORTARIA Nº 093 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

ALTERA O ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 092 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021.

Considerando que pela Portaria nº 076 de 11 de maio de 2020 foram reajustados em 2,18% (dois vírgula dezoito por cento) os valores dos Proventos das Servidoras Inativas que ocuparam o Cargo Público de Professor nas Funções de Professor I ao X, aposentadas com direito a paridade;

Considerando que pela Portaria nº 092 de 10 de fevereiro de 2021 foram reajustados em 4,52% (quatro vírgula cinquenta e dois por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2021, os valores dos Proventos dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas com paridade pagos pelo IPRECAL, inclusive os valores dos Proventos das Servidoras Inativas que ocuparam o Cargo Público de Professor nas Funções de Professor



I ao X, aposentadas com direito a paridade; por lapso causal não foi considerado o reajuste acima mencionado, portanto, há necessidade da atualização dos valores das Servidoras Inativas que se enquadram no caso, assim deverão ser reajustados os valores dos proventos das referidas Servidoras Públicas Municipais Inativas;

O Diretor Executivo do IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo Único da Portaria nº 092 de 10 de fevereiro de 2021, parte integrante desta Portaria.

Parágrafo único. Os valores dos Servidores ativos, inativos e pensionistas com paridade pagos pelo IPRECAL, não alterados no Anexo único desta Portaria, permanecem vigentes na íntegra conforme o Anexo único da Portaria nº 092 de 10 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

IPRECAL Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC, 23 de fevereiro de 2021.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN  
Diretor Executivo do IPRECAL.

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC, e no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/02/2021.

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 093 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Nº MATRÍCULA FUNCIONAL	NOME DA SERVIDORA INATIVA	VALOR PROVENTOS R\$
98	CECILIA MARLENE SCHWARZ	R\$ 3.524,44
140	CÉLIA REGINA DRANKA COELHO QUEIROZ	R\$ 4.997,99
21	DAURA SILVA DUVOISIN	R\$ 3.848,69
112	ELISABET SCHINDLER	R\$ 4.456,06
69	ERNA LUIZA PACHECO IENSEN	R\$ 4.107,84
75	ESTER MARIA FORLIN FRITSCH	R\$ 4.726,50
110	GLÁDIS CONCEIÇÃO BENKENDORF	R\$ 1.780,58
141	JANETE DRANKA	R\$ 4.454,91
17	JÚLIA MARIA MONEY	R\$ 3.610,48
148	MAIRA JOCIELI PEREIRA DE MIRANDA	R\$ 4.822,89
130	MÁRCIA REGINA DAMÁZIO FRANCO	R\$ 4.404,49
35	MARIA IVONE MUNHOZ	R\$ 4.012,36
37	MARLENE OSOVSKY	R\$ 2.960,89
47	MAURENE TEREZA CUBAS	R\$ 5.433,82
30	MÉRI ENGLER NEGHERBON	R\$ 3.576,97
51	MIRIAN LOFFAGUEN FRIEDRICH	R\$ 4.082,77
43	NAIR ALEXANDRE	R\$ 4.000,86
115	NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ	R\$ 5.558,78
60	NOELI TEREZINHA DE FARIAS	R\$ 3.775,50
167	OLÍVIA MARTINS DE OLIVEIRA MUNHOZ	R\$ 4.542,08
109	ROSANY MARIA DA ROZA BASTOS	R\$ 2.389,79
151	SILVANIRA TELMA	R\$ 4.709,86
107	SILVIA PASDA UHLIG	R\$ 4.628,58
118	SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS	R\$ 5.378,58
119	SOLANGE REGINA DOS PASSOS	R\$ 4.257,70
136	SUELI DO ROCIU WOLLNER DA CRUZ	R\$ 3.662,42
9	THEREZINHA ZENY CORDEIRO	R\$ 2.514,13
101	VERÔNICA WOJCIECHOSKI	R\$ 4.398,36

JEFFERSON JEAN DUVOISIN  
Diretor Executivo do IPRECAL.

## PORTARIA Nº 19.050 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2879246

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 19.050 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

Considerando o Processo Administrativo de nº 201/2021 iniciado em data de 08 de fevereiro de 2021 pelo Serviço de Protocolo do Poder



Executivo Municipal, onde consta apenso o LCEP – Laudo de Conclusão de Exame Médico Pericial devidamente assinado pelo Médico Dr. Clévio Jorge Scheffer, CRM-SC 1867 – RQE 15219, Parecer Social fls. 15 16, emitido e devidamente assinado pela Assistente Social Marideise de Oliveira, CRESS nº 6806, em data de 18 de fevereiro de 2021;

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial os §§ 1º e 2º do art. 186, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder a Licença por motivo de doença em pessoa da família, pelo período de 30 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal MARIA-NA DE OLIVEIRA BORTOLATTO, matrícula funcional nº 000995, registro no sistema sob nº 955979, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Psicóloga lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18 de fevereiro 2021 a 19 de março de 2021.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo é concedida em consideração ao deferimento do requerimento fls. 02, devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de fevereiro de 2021, sob nº 007925.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF  
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/02/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI  
Chefe de Gabinete da Prefeita

## RESOLUÇÃO Nº 001 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2879247

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

APROVA MEMBROS PARA COMPOREM A DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE BIÊNIO 2020/2021.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 18 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Ficam aprovados os nomes dos membros para comporem a Diretoria do Conselho Municipal de Saúde, para o biênio 2020/2021.

I - Presidente: Zurita Maria Pacheco R-ckl;  
II - Vice-Presidente: Tatiane Fabiola Arenhart;  
III - Secretária: Luciane Maria Stiegler Carlos

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ZURITA MARIA PACHECO RÜCKL  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

LUCIANE MARIA STIEGLER CARLOS  
Secretária do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.



**RESOLUÇÃO Nº 002 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879249

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 002 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

APROVA PLANO DE TRABALHO 2021 – DO INSTITUTO SANTÉ – HOSPITAL SÃO LUIZ VISANDO REPASSE DO INCENTIVO FINANCEIRO REFERENTE A POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 18 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Trabalho 2021 do Instituto Santé – Hospital São Luiz visando repasse do Incentivo Financeiro referente a Política Hospitalar Catarinense (anexo).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ZURITA MARIA PACHECO RÜCKL  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

LUCIANE MARIA STIEGLER CARLOS  
Secretária do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

**RESOLUÇÃO Nº 003 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879250

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 003 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

APROVA PLANO DE TRABALHO 2021 – DO INSTITUTO SANTÉ – HOSPITAL SÃO LUIZ VISANDO REPASSE DO INCENTIVO FINANCEIRO REFERENTE A POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE – COVID-19.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 18 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Trabalho 2021 – do Instituto Santé – Hospital São Luiz visando repasse do Incentivo Financeiro referente a Política Hospitalar Catarinense – Covid-19 (anexo)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ZURITA MARIA PACHECO RUCKL  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

LUCIANE MARIA STIEGLER CARLOS  
Secretária do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.



**RESOLUÇÃO Nº 004 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879251

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 004 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

APROVA O CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2021.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 18 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Saúde para o ano de 2021 (anexo)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ZURITA MARIA PACHECO RUCKL  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

LUCIANE MARIA STIEGLER CARLOS  
Secretária do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

**RESOLUÇÃO Nº 005 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879252

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 005 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

APROVA ALTERAÇÃO NO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 18 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovada alteração no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, o artigo 12 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12 Não havendo quórum, a reunião será realizada 30 (trinta) minutos após em segunda chamada, com qualquer número de presentes."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 23 de fevereiro de 2021.

ZURITA MARIA PACHECO RUCKL  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

LUCIANE MARIA STIEGLER CARLOS  
Secretária do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.



# Campo Erê

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 05/2021

Publicação Nº 2879706

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 05/2021.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL, CNPJ 12.720.068/0001-24. OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal de educação, verba FNDE/PNAE, ano de 2021, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública nº 03/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 944/2020, Dispensa por Justificativa nº 882/2020. DOTAÇÃO: 04.01- 2.010-1504/1580-3.3.90.00.00.00.00-3.3.90.30.07.00.00-100/137 VALOR: R\$ 62.130,00 (sessenta e dois mil, cento e trinta reais). VIGÊNCIA: assinatura até 31/12/2021. Campo Erê/SC, em 18/02/2021. SIGNATÁRIOS: Rozane Bortoncello Moreira pela Contratante e Antonio Luiz Schnorr pela Contratada.

### EXTRATO CONTRATO 06/2021

Publicação Nº 2879708

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 06/2021.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CAMPO ERE - COOPERCAMPOERE, CNPJ 23.635.987/0001-16. OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal de educação, verba FNDE/PNAE, ano de 2021, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública nº 03/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 944/2020, Dispensa por Justificativa nº 882/2020. DOTAÇÃO: 04.01- 2.010-1504/1580-3.3.90.00.00.00.00-3.3.90.30.07.00.00-100/137 VALOR: R\$ 113.558,00 (cento e treze mil, quinhentos e cinquenta e oito reais). VIGÊNCIA: assinatura até 31/12/2021. Campo Erê/SC, em 18/02/2021. SIGNATÁRIOS: Rozane Bortoncello Moreira pela Contratante e Valdecir Antonio Tacca pela Contratada.

### EXTRATO CONTRATO 07/2021

Publicação Nº 2879711

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 07/2021.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HORIZONTE - COOPERAL, CNPJ 07.161.133/0001-99. OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal de educação, verba FNDE/PNAE, ano de 2021, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública nº 03/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 944/2020, Dispensa por Justificativa nº 882/2020. DOTAÇÃO: 04.01- 2.010-1504/1580-3.3.90.00.00.00.00-3.3.90.30.07.00.00-100/137 VALOR: R\$ 7.951,00 (sete mil, novecentos e cinquenta e um reais). VIGÊNCIA: assinatura até 31/12/2021. Campo Erê/SC, em 18/02/2021. SIGNATÁRIOS: Rozane Bortoncello Moreira pela Contratante e Nelson Menegasso pela Contratada.

### EXTRATO CONTRATO 08/2021

Publicação Nº 2879714

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 08/2021.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADO: ODIR ZANIN, CPF nº 183.440.709-53. OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal de educação, verba FNDE/PNAE, ano de 2021, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública nº 03/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 944/2020, Dispensa por Justificativa nº 882/2020. DOTAÇÃO: 04.01- 2.010-1504/1580-3.3.90.00.00.00.00-3.3.90.30.07.00.00-100/137 VALOR: R\$ 17.824,50 (dezesete mil, oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: assinatura até 31/12/2021. Campo Erê/SC, em 18/02/2021. SIGNATÁRIOS: Rozane Bortoncello Moreira pela Contratante e Odir Zanin pela Contratada.



**HOMOLOGAÇÃO PL 944/2020**

Publicação Nº 2879704

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

**RESOLVE**

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 944/2020, na modalidade Dispensa por Justificativa de nº 882/2020 tendo como objeto a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
ODIR ZANIN	1	2	250,00	4,1700	1.042,5000
ODIR ZANIN	1	10	800,00	3,6300	2.904,0000
ODIR ZANIN	1	12	800,00	4,1500	3.320,0000
ODIR ZANIN	1	15	1.000,00	3,9600	3.960,0000
ODIR ZANIN	1	18	700,00	5,4900	3.843,0000
ODIR ZANIN	1	32	500,00	3,1100	1.555,0000
ODIR ZANIN	1	36	300,00	4,0000	1.200,0000
Cooperativa Central Sabor Colonial	1	8	500,00	6,1000	3.050,0000
Cooperativa Central Sabor Colonial	1	22	400,00	5,3600	2.144,0000
Cooperativa Central Sabor Colonial	1	28	11.000,00	3,7300	41.030,0000
Cooperativa Central Sabor Colonial	1	29	1.200,00	7,0300	8.436,0000
Cooperativa Central Sabor Colonial	1	35	1.000,00	7,4700	7.470,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	1	200,00	4,9500	990,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	3	1.200,00	5,8400	7.008,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	4	50,00	28,1200	1.406,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	5	1.500,00	3,7800	5.670,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	6	600,00	3,9400	2.364,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	9	600,00	3,4600	2.076,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	11	400,00	21,5700	8.628,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	13	1.200,00	25,1200	30.144,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	16	500,00	2,9300	1.465,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	17	500,00	3,7500	1.875,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	19	200,00	12,5700	2.514,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	20	300,00	11,4600	3.438,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	24	1.500,00	3,6700	5.505,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	25	800,00	4,5000	3.600,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	26	2.000,00	3,1800	6.360,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	27	400,00	4,4300	1.772,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	30	300,00	7,3700	2.211,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	37	400,00	28,3500	11.340,0000
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	38	1.200,00	3,7600	4.512,0000



COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ - COOPERCAMPOERE	1	39	600,00	17,8000	10.680,0000
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HORIZONTE- COOPERAL	1	23	800,00	7,4600	5.968,0000
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HORIZONTE- COOPERAL	1	33	100,00	19,8300	1.983,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
Cooperativa Central Sabor Colonial	62.130,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRIC. FAMILIAR DE CAMPO ERÊ – COOPERCAMPOERE	113.558,00
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HORIZONTE- COOPERAL	7.951,00
ODIR ZANIN	17.824,50

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação das referidas licitantes.

Campo Erê – SC, Quinta-Feira, 18 de fevereiro de 2021.

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA  
Prefeita Municipal

## PREGÃO PRESENCIAL 04/2021

Publicação Nº 2878346

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2021  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2021  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sra. ROZANE BORTONCELLO MOREIRA, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 17 de março de 2021, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 91/2021 na modalidade de Pregão Presencial Nº 4/2021, tipo menor Menor preço - Unitário por Item para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DIVERSOS PARA BUSCA E SALVAMENTO, RESGATE VEICULAR, MANUTENÇÃO E ASSEPSIA DE VIATURAS, PARA O 14º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificado neste Edital e anexos. Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15 e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 23 de fevereiro de 2021. Gilmar Fior de Medeiros – Pregoeiro Oficial // ROZANE BORTONCELLO MOREIRA - Prefeita Municipal.



# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE CREDENCIAMENTO - OU 06/2021 - CULTURAL

Publicação Nº 2879013

AVISO DE CREDENCIAMENTO  
PROCESSO Nº 38/2021  
PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2021  
MOSTRA CULTURAL  
MÚSICOS DA TERRA  
CAMPOS NOVOS 140 ANOS

A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº.74.097.114/0001-38, representado neste ato pelo Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Irineu Armando Osório Junior, torna público o CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS PARA APRESENTAÇÃO ATRAVÉS DE LIVES CULTURAIS, em face do Calendário de Festividades Comemorativas dos 140 anos do Município de Campos Novos.

CRONOGRAMA - PROCESSO DE CREDENCIAMENTO	
EVENTOS	DATA
DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO E INÍCIO DE CADASTRAMENTO DOS ARTISTAS	24 de fevereiro de 2021

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 23 de fevereiro de 2021.

### AVISO DE CREDENCIAMENTO - OU 07/2021

Publicação Nº 2879220

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS  
AVISO DE CREDENCIAMENTO  
PROCESSO DE COMPRA Nº 39/2021  
CREDENCIAMENTO Nº 07/2021

O Município de Campos Novos pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Dari Orestes Scarabotto, no uso de suas atribuições torna público, que estarão abertas as inscrições para o processo de CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS NA AREA DE COMUNICAÇÃO, ESPECIALMENTE DE RADIOFUSÃO - FM - DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS, EVENTOS, ETC que será executado em conformidade com o que lhe cabe da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CRONOGRAMA: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO	
EVENTOS	DATA
Divulgação do Edital de Credenciamento	24 de fevereiro de 2021
Início da credenciamento	11 de março de 2021

Campos Novos, 23 de fevereiro de 2021.

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 17/2021

Publicação Nº 2878391

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE COMPRA Nº 36/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2021

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 10 de março de 2021, às 14h30min, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Lote, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONCERTOS, MONTAGEM, GEOMETRIA, BALANCEAMENTO, CAMBAGEM, RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS, FUNDOS E AUTARQUIAS MUNICIPAIS DE CAMPOS NOVOS - SC.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 24 de fevereiro de 2021.



**RETIFICAÇÃO - AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DL 05/2021**

Publicação N° 2878873



MUNICÍPIO DE  
CAMPOS NOVOS  
Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323  
Centro - 89620.000 - Santa Catarina

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 29/2021****DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 05/2021****RETIFICAÇÃO 01**

Retifica-se publicação ocorrida no DOM/SC, página 241, edição n° 3416, publicação n°2871608, no dia 19 de fevereiro de 2021.

**ONDE SE LÊ:**

[...]

**VILMAR ANTÔNIO FERRÃO JUNIOR**, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Município de Campos Novos

[...]

**LEIA-SE:**

[...]

**DARI ORESTES SCARABOTTO**, Secretário da Fazenda e Administração do Município de Campos Novos

[...]

**ONDE SE LÊ:**

[...]

<b>Orgão:</b>	Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral
<b>Unidade:</b>	Departamento de Organização e Coordenação Geral
<b>Proj/Ativ.:</b>	Manutenção do Departamento de Planejamento, Organização e Coordenação Geral
<b>Despesa:</b>	07 – 33.90.39.50.00.00.00.00

[...]

**CELEIRO**  
CATARINENSE  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

[www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br)





MUNICÍPIO DE  
CAMPOS NOVOS  
Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323  
Centro - 89620.000 - Santa Catarina

**LEIA-SE:**

[...]

<b>Orgão:</b>	<i>Secretaria de Fazenda e Administração</i>
<b>Unidade:</b>	<i>Departamento Pessoal</i>
<b>Proj/Ativ.:</b>	<i>Manutenção do Departamento de Pessoal</i>
<b>Despesa:</b>	<i>24 – 33.90.39.50.00.00.00</i>

[...]

**ONDE SE LÊ:**

[...]

Vilmar Antônio Ferrão Junior  
Secretário de Planejamento e Coordenação Geral  
Município de Campos Novos

[...]

**LEIA-SE:**

[...]

**DARI ORESTES SCARABOTTO**

Secretário da Fazenda e Administração  
Município de Campos Novos

[...]

As demais condições permanecem inalteradas.

Campos Novos, 23 de fevereiro de 2021.

**CELEIRO  
CATARINENSE**  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

[www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br)



**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO CMV Nº 10/2021**

Publicação Nº 2879108

EXTRATO DE CONTRATO – CMV Nº 10/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: SANDRA MARI GARCIA DOS SANTOS ALMEIDA

OBJETO: CONTRATO TEMPORÁRIO PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE ASSESSORA COMUNITÁRIA DE ATENDIMENTO À CIDADANIA

VALOR MENSAL: R\$ 2.219,30

DATA: 18/02/2021

VIGÊNCIA: 31/12/2021

**EXTRATO DE CONTRATO CMV Nº 11/2021**

Publicação Nº 2879139

EXTRATO DE CONTRATO – CMV Nº 11/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: MARLENE CRUZ DA SILVA

OBJETO: CONTRATO TEMPORÁRIO PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE OPERADORA DE CENTRAL TELEFÔNICA

VALOR MENSAL: R\$ 1.566,86

DATA: 23/02/2021

VIGÊNCIA: 31/12/2021



**PORTARIA Nº 30/2021**

Publicação Nº 2879136

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

**Rua Coronel Lucidoro, 1301**  
**Fone: (49) 3541-0599**  
**89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina**

**PORTARIA Nº 30/2021**

**NOMEIA MARLENE CRUZ DA SILVA PARA A  
FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE OPERADORA DE  
CENTRAL TELEFÔNICA - OCT 01 DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS  
NOVOS/SC.**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear, a Senhora **MARLENE CRUZ DA SILVA**, brasileira, casada, portadora do RG nº 2.149.804-0 - SSP/SC, data de expedição 01/09/2004, CPF nº 824.283.799-68 para a função temporária de Operadora de Central Telefônica - OCT 01 da Câmara Municipal de Vereadores, conforme contrato nº 11/2021 anexo, a partir desta data.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 23 de Fevereiro de 2021.

**Adavilson Telles**  
**Presidente da Mesa**

e-mail: [administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br](mailto:administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br)  
[www.camaracamposnovos.sc.gov.br](http://www.camaracamposnovos.sc.gov.br)



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site [www.legislador.com.br/verifica](http://www.legislador.com.br/verifica), informe o código: 2#1#36#2#5#30#2021#1#0#0#1



# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO N° 036/2021

Publicação N° 2878912

DECRETO N°. 036/2021

APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

RENATO JARDEL GURTINSKI, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008 e Lei Municipal n° 6.217 de 21/05/2018, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 923,71 m<sup>2</sup> (novecentos e vinte e três metros e setenta e um decímetros quadrados), procedido por ELENIR STEIN, situado na Rua Alvino Volkmann, s/n, Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas n° 9.950 e 9.951, ficando o imóvel da seguinte forma: lote n° 56 pertencente à quadra n° 603, com área de 923,71 m<sup>2</sup>; conforme requerimento protocolado sob n° 241/2021.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de fevereiro de 2021.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Prefeito

JOÃO ENGELBERTO LINZMEIER

Secretário Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/02/2021.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

### DECRETO N° 043/2021

Publicação N° 2878905

DECRETO N°. 043/2021

"RATIFICA O DECRETO N°. 154/2020, QUE APROVOU O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto n°. 154/2020, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 562,50 (quinhentos e sessenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados) procedido por PAULO MAFFEZOLI E OUTROS, situado na Rua Roberto Bolduan esquina com a Rua Carlos Wagner s/n, Bairro Industrial I, n° 02, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula n° 35.846, ficando o imóvel assim distribuído: lote n° 14, com área de 281,25 m<sup>2</sup> e lote n° 15, com área de 281,25 m<sup>2</sup>, todos pertencentes à quadra n° 1479, conforme requerimento protocolado sob n°. 789/2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário

Canoinhas/SC, 17 de fevereiro de 2021.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito



JOÃO ENGELBERTO LINZMEIER

Secretário Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/02/2021.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2021

Publicação Nº 2878896

EDITAL Nº. 08/2021

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº. 001/2017/PMC

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº. 001/2017/PMC.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Advogado – Assistência Social.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal de 1988;

### RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público o (a) candidato (a) LARISSA CARVALHO CARNEIRO, aprovado (a) no Concurso Público previsto no Edital nº. 001/2017/PMC, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.
- r) Carteira de Trabalho;

2. O não comparecimento do (a) candidato (a) ora convocado (a) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Fica, o (a) candidato (a), convocado (a) para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso Público o (a) candidato (a) que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 18 de fevereiro de 2021.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.



EDITAL Nº. 06/2021  
ANEXO I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: SERVENTE FEMININO  
NOME: IVETE STAFIN  
NOME: ROSANGELA APARECIDA DE LIMA ALBANO  
NOME: MARLI DE FATIMA FERREIRA GUIMARAES CAVALHEIRO  
NOME: ROSELI APARECIDA DE LIMA  
NOME: ZENITA ARLETE DE LIMA  
NOME: GLACI DE JESUS WITTLICH

## **PORTARIA Nº 05/2021 FMEL**

Publicação Nº 2878920

PORTARIA Nº. 05/2021

RENATO JARDEL GURTISNKI, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº70/2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 1º - Fica concedido Licença Sem Vencimento para Tratar de Interesses Particulares ao servidor ADILSON RODRIGUES DE PAULA JUNIOR, efetivo no cargo de Técnico Desportivo Handebol, junto à Fundação Municipal de Esportes e Lazer, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 16/02/2021, conforme requerimento de solicitação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 16 de fevereiro de 2021.

Nelson Varela de Oliveira  
Presidente Honorífico  
Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Renato Jardel Gurtinski  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer em 16/02/2021.

## **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 19/2021 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 2878245

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 19/2021 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 09/03/2021, às 08h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES AD-MISSIONAIS, EXAMES MÉDICO PERICIAIS E EXAMES MÉDICOS PARA AVALIAÇÃO DE INCAPACIDADE, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 09/03/2021, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito



## PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PUBLICA PMC 01/2020

Publicação Nº 2878350



# Prefeitura Municipal de Canoinhas

Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC  
 CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700  
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Maurício Afonso

 Chave de Autenticação Digital  
 1392-8945-377

 Página  
 1 / 1

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

**Licitação:** IL01/2021 **Modalidade:** Inexigibilidade **Julgamento:** Por item **Registro de preço:** Não **Controla quantidade:** Sim  
**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL.

Fornecedor: 1157 - AUGUSTO ZANELLATTO 01464346925		CPF/CNPJ: 19.941.952/0001-38		Valor total (R\$):		39.989,04
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
11/02/2021	11	11822 - CAQUI	QUILOGRAMA	3.875,00000	5,16000	19.995,00
11/02/2021	29	27592 - GELÉIA DE UVA, CADA UNIDADE COM 250G	UNIDADE	2.178,00000	9,18000	19.994,04
Fornecedor: 2614 - COOP. ORG. PROD. COM. SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE		CPF/CNPJ: 08.375.640/0001-98		Valor total (R\$):		446.436,64
11/02/2021	1	1853 - AMORA PRETA ORGANICA	BANDEJA	4.930,00000	4,05000	19.966,50
11/02/2021	2	32763 - LARANJA ORGÂNICA	QUILOGRAMA	6.500,00000	4,33000	28.145,00
11/02/2021	3	33332 - LIMÃO	QUILOGRAMA	700,00000	3,00000	2.100,00
11/02/2021	4	38170 - MELANCIA	QUILOGRAMA	6.550,00000	1,74400	11.423,20
11/02/2021	5	55306 - TANGERINA PONCAM	QUILOGRAMA	4.000,00000	3,31000	13.240,00
11/02/2021	12	222 - ABOBRINHA VERDE	QUILOGRAMA	2.850,00000	3,72000	10.602,00
11/02/2021	14	1410 - ALFACE ORGÂNICA	QUILOGRAMA	3.440,00000	2,73000	9.391,20
11/02/2021	15	393 - ACELGA	UNIDADE	2.950,00000	3,63000	10.708,50
ACELGA EM CABEÇA COM FOLHAS FIRMES, FRESCAS, DE COR VIBRANTE, SEM MACHUCADOS E SUIJIDADES. DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS.						
11/02/2021	16	5215 - BATATA DOCE ORGÂNICA LAVADA.	QUILOGRAMA	6.500,00000	3,23000	20.995,00
11/02/2021	17	5225 - BATATA SALSA - IN NATURA	QUILOGRAMA	850,00000	8,30000	7.055,00
11/02/2021	18	8034 - BRÓCOLIS ORGÂNICO	UNIDADE	2.600,00000	4,08000	10.608,00
11/02/2021	19	5613 - BETERRABA LAVADA	QUILOGRAMA	5.100,00000	3,89000	19.839,00
11/02/2021	20	8033 - BRÓCOLIS	MAÇO	2.700,00000	3,50000	9.450,00
BRÓCOLIS - CABEÇAS GRANDES, FIRMES, FRESCAS E DE COR VERDE ESCURA. DEVERÁ SER ENTREGUE EMBALAGENS QUE CONSERVEM A CARACTERÍSTICA DO PRODUTO. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: 200 MAÇ.						
11/02/2021	21	13389 - CENOURA	QUILOGRAMA	10.300,00000	3,86000	39.758,00
CENOURA FRESCA DE BOA QUALIDADE, FIRME, CASCA LIMPA, LISA E DE COR ALARANJADO VIVO, SEM PIGMENTAÇÃO VERDE OU ROXA NA PARTE SUPERIOR E SEM BROTO. DEVERÁ SER ENTREGUE EM REDES PLÁSTICAS DE 1,0 KG A 5,0 KG.						
11/02/2021	22	18492 - COUVE MANTEIGA	UNIDADE	3.700,00000	3,22000	11.914,00
COUVE MANTEIGA - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM FOLHAS FIRMES, FRESCAS, DE COR VIBRANTE, SEM MACHUCADOS E SUIJIDADES.						
11/02/2021	23	18496 - COUVE-FLOR ORGÂNICA	UNIDADE	2.900,00000	4,28000	12.412,00
11/02/2021	24	18494 - COUVE-FLÔR	UNIDADE	4.200,00000	4,15000	17.430,00
11/02/2021	25	43967 - PEPINO PARA SALADA	QUILOGRAMA	1.604,00000	4,30000	6.897,20
11/02/2021	27	36051 - MAÇO DE CHEIRO VERDE ( SALSINHA E CEBOLINHA)	UNIDADE	5.200,00000	3,49000	18.148,00
11/02/2021	28	38847 - MILHO VERDE IN NATURA DESCASCADO	QUILOGRAMA	1.680,00000	5,52000	9.273,60
11/02/2021	30	36218 - MANDIOCA SEM CASCA TIPO BRANCA OU AMARELA (AIPIM) CONGELADA.	QUILOGRAMA	1.800,00000	5,93000	10.674,00
11/02/2021	34	40931 - OVOS IN NATURA	DUZIA	12.600,00000	6,34000	79.884,00
11/02/2021	39	64517 - SUCO DE UVA INTEGRAL ORGANICO	LITRO	2.000,00000	15,33000	30.660,00
11/02/2021	40	1406 - ALFACE	UNIDADE	2.746,00000	2,24000	6.151,04
ALFACE EM CABEÇA COM AS FOLHAS FIRMES, FRESCAS, DE COR VIBRANTE, SEM MACHUCADOS E SUIJIDADES. DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS.						
11/02/2021	42	64513 - SUCO DE UVA INTEGRAL	LITRO	2.153,00000	13,80000	29.711,40
Fornecedor: 2618 - COOPAFIC-COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA		CPF/CNPJ: 11.176.099/0001-01		Valor total (R\$):		407.141,56
11/02/2021	7	39564 - MORANGO IN NATURA	UNIDADE	6.500,00000	4,97000	32.305,00
11/02/2021	13	1406 - ALFACE	UNIDADE	3.454,00000	2,24000	7.736,96
ALFACE EM CABEÇA COM AS FOLHAS FIRMES, FRESCAS, DE COR VIBRANTE, SEM MACHUCADOS E SUIJIDADES. DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS.						
11/02/2021	26	49653 - REPOLHO VERDE	UNIDADE	13.000,00000	4,02000	52.260,00
11/02/2021	31	64513 - SUCO DE UVA INTEGRAL	LITRO	4.347,00000	13,80000	59.988,60
11/02/2021	35	39563 - MORANGO HIGIENIZADO E CONGELADO	QUILOGRAMA	13.000,00000	4,83000	62.790,00
11/02/2021	36	23627 - FILÉ DE TILÁPIA IN NATURA, SEM ESPINHA, CONGELADO	QUILOGRAMA	13.000,00000	14,57000	189.410,00
11/02/2021	37	12265 - CARNE MECANICAM SEPARADA DE PEIXE-FILÉ DE TILÁPIA(POLPA PEIX	QUILOGRAMA	100,00000	26,51000	2.651,00
Fornecedor: 2624 - COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL		CPF/CNPJ: 12.720.068/0001-24		Valor total (R\$):		262.735,96
11/02/2021	6	35902 - MAÇÃ IN NATURA	QUILOGRAMA	6.500,00000	5,81000	37.765,00
11/02/2021	8	4641 - BANANA COMUM	QUILOGRAMA	32.500,00000	3,07000	99.775,00
11/02/2021	9	4643 - BANANA PRATA	QUILOGRAMA	2.000,00000	3,71000	7.420,00
11/02/2021	33	33014 - LEITE INTEGRAL UHT	LITRO	26.000,00000	3,71000	96.460,00
11/02/2021	41	27592 - GELÉIA DE UVA, CADA UNIDADE COM 250G	UNIDADE	2.322,00000	9,18000	21.315,96
Fornecedor: 12514 - IVANOR ZANELLATTO		CPF/CNPJ: 080.033.759-08		Valor total (R\$):		13.545,00
11/02/2021	10	11822 - CAQUI	QUILOGRAMA	2.625,00000	5,16000	13.545,00
Fornecedor: 12515 - MARIA ALICE MACHADO 06404653907		CPF/CNPJ: 064.046.539-07		Valor total (R\$):		40.128,00
11/02/2021	38	64516 - BOLACHA DIVERSAS	QUILOGRAMA	8.360,00000	4,80000	40.128,00

Total Adjudicado (R\$): 1.209.976,20

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$): 1.209.976,20


Winston Beyersdorff Lucchiari

Assessor Jurídico

Gilberto dos Passos

Prefeito





**Prefeitura Municipal de Canoinhas**  
Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC  
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700  
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Maurício Afonso

Chave de Autenticação Digital  
1822-9893-745

Página  
1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO						
Licitação: PR13/2021		Modalidade: Pregão		Julgamento: Por item		Registro de preço: Sim
Objeto:		REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ROÇADA E/OU CORTE DE GRAMA, POR METRO QUADRADO, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS, A SEREM REALIZADOS EM DIVERSOS LOCAIS EM ÁREAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC.				
Fornecedor:		12421 - JSM VERSATIL - NEGÓCIOS E SERVIÇOS EIRELI		CPF/CNPJ: 32.533.163/0001-26		Valor total (R\$): 120.000,00
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
22/02/2021	1	52955 - SERVIÇO DE ROÇADA COM JUNTADA DE MATERIAL	METRO QUADRADO	1.000.000,00000	0,12000	120.000,00
					Total Adjudicado (R\$):	120.000,00
Total de licitações adjudicadas: 1					Total Geral Adjudicado (R\$):	120.000,00

Winston Beyersdorff Lucchiarri

Gilberto dos Passos

Assessor Jurídico

Prefeito



# Capinzal

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO FINAL EDITAL 009/2021

Publicação Nº 2878969

CLASSIFICAÇÃO FINAL EDITAL 009/2021

FONOAUDIÓLOGO

NÃO HOUVE INSCRITOS PARA O CARGO

PROFESSOR MATEMÁTICA

ORDEM	CANDIDATO
1º	JOSIANE FREISLEBEN

PROFESSOR INFORMÁTICA

ORDEM	CANDIDATO
1º	SCHAIANE VANESSA URMANN

PROFESSOR GEOGRAFIA

ORDEM	CANDIDATO
1º	MARCIA REGINA MELLOTO
2º	VOLNEI DOS PASSOS BIANCHI
3º	JOÃO FRANCISCO SOUZA
4º	PATRICIA EMILLY P. DE M. VERGANI

MARCIA REGINA MELLOTO	
Graduação na área	10
Pós Graduação na área	8
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	-
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	15
Total	33

VOLNEI DOS PASSOS BIANCHI	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	4
Magistério	4
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	8

PATRICIA EMILLY P. DE M. VERGANI	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	4
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	4

JOÃO FRANCISCO SOUZA	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	6
Graduação em outra área	-



Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	6

## PROFESSOR ARTES

ORDEM	CANDIDATO
1º	MARLENE APARECIDA DA SILVA
2º	GRAZIELA GRAMAZIO
3º	RENAN PEREIRA
4º	CRISTIANE WOLFF
5º	CAMILLA ZANINI
6º	CRISTIANE DA SILVA VALCARENGHI
7º	ANGELA DE JESUS HOFFMANN MORENO
8º	CLEUSA DE LURDES BERNARDI GENARO
7º	ROSANGELA BORSOI WIRTH
9º	DAILANE A. DE OLIVEIRA NORA
10º	THAISE ALVES DE LIMA DAMBROZ
11º	ROSARIA FERNANDES ARAUJO SILVA
12º	CHAIANE RIBEIRO MANTEUFEL
14º	CRISTIANE GONÇALVES DOS SANTOS
15º	DANIEL MARCUS H. MELLOTO
16º	SUZANA CARLA BEDENDO
17º	MONICA ROSTIROLA DALAVEQUIA
18º	ROSILENE DUTRA
19º	ERICKY PAULO DO NASCIMENTO

RENAN PEREIRA	
Graduação na área	10
Pós Graduação na área	8
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	-
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	1
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	6
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	25

ROSARIA FERNANDES ARAUJO SILVA – 12/01982	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	6
Graduação em outra área	-
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	6

MARLENE APARECIDA DA SILVA	
Graduação na área	10
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	-
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	2
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	12
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	4
Total	28

DANIEL MARCUS H. MELLOTO – 22/12/1993	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	4



Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	2
Total	6

ANGELA DE JESUS HOFFMANN MORENO	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	4
Magistério	4
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	1
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	2
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	11

CRISTIANE DA SILVA VALCARENGHI	
Pós Graduação na área	-
Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	6
Graduação em outra área	4
Magistério	4
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	1
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	1
Total	16

THAISE ALVES DE LIMA DAMBROZ	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	4
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	1
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	2
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	7

DAILANE ALVES DE OLIVEIRA NORA - 04/07/1982	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	6
Graduação em outra área	-
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	2
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	8

CAMILLA ZANINI	
Graduação na área	10
Pós Graduação na área	8
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	-
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	18

GRAZIELA GRAMAZIO	
Graduação na área	10
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	-
Magistério	4



Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	10
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	2
Total	26

ERICKY PAULO DO NASCIMENTO	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	4
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	4

CHAIANE RIBEIRO MANTEUFEL – 29/03/1988	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	6
Graduação em outra área	-
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	6

MONICA ROSTIROLA DALAVQUIA	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	4
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	1
Total	5

CRISTIANE GONÇALVES DOS SANTOS – 03/12/1991	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	6
Graduação em outra área	-
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	6

SUZANA CARLA BEDENDO	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	4
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	1
Total	5

ROSILENE DUTRA	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	4
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-



Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	4

ROSANGELA BORSOI WIRTH – 16/02/1976	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	4
Magistério	4
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	8

CLEUSA DE LURDES BERNARDI GENARO	
Graduação na área	-
Pós Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	-
Graduação em outra área	4
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	5
Total	9

CRISTIANE WOLFF	
Pós Graduação na área	-
Graduação na área	-
Cursando Graduação na área	6
Graduação em outra área	-
Magistério	-
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	2
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	12
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	1
Total	21

#### TÉCNICO DESPORTIVO – BOCHA

ORDEM	CANDIDATO
1º	GERSON ANTONIO PRANDO
2º	ALEXSANDRO TEODORO DA SILVA

ALEXSANDRO TEODORO DA SILVA	
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	-

GERSON ANTONIO PRANDO	
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	2
Total	2

### DECRETO Nº 013/2021

Publicação Nº 2877824

DECRETO No 013, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - Exercício 2021, no Município de Capinzal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o artigo 31 do Decreto no 052/2012, que dispõe sobre o prazo para isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano os munícipes aposentados, pensionistas e os portadores de necessidades especiais, proprietário de imóvel localizado no território deste Município;



CONSIDERANDO o Decreto Estadual no 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território Catarinense decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), alterado pelos Decretos no 521, de 19 de março de 2020 e Decreto nº 535, de 30 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal no 027, de 18 de março de 2020, que declara Situação de Emergência no Município de Capinzal, decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), alterado pelos Decretos no 028, de 25 de março de 2020, Decreto no 031, de 31 de março de 2020 e Decreto no 044 de 14 de abril de 2020;

**DECRETA:**

Art. 1º Para fins do que trata o art. 24 do Decreto Municipal no 052, de 5 de junho de 2012, no que se refere ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, excepcionalmente para o exercício de 2021, será permitido o seu recolhimento em 8 (oito) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 (quinze) ou no primeiro dia útil subsequente dos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2021.

Parágrafo único. Para pagamento em cota única, que coincidirá com a data de vencimento da primeira parcela, será concedido o desconto de 10% (dez por cento).

Art. 2º O art. 31 do Decreto no 052, de 5 de junho de 2012, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 31. (....)

“Parágrafo único. Excepcionalmente para o exercício de 2021, o requerimento de que trata este artigo poderá ser protocolado até o dia 15 de maio de 2021, data do vencimento da primeira parcela do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.”

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal, 23 de fevereiro de 2021.

NILVO DORINI  
Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

---

## **SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**

---

### **EXTRATO DE CONVENIO Nº CAO/01/2021**

Publicação Nº 2877811

#### **EXTRATO DE CONVÊNIO**

CONVÊNIO Nº CAO/01/2021

CONVENIADA: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

CONVENENTE: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA - CIEE/SC – CNPJ 04.310.564/0001-81

OBJETO: DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES.

VALOR R\$ 62,58 (SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS) POR ESTUDANTE.

ASSINATURA: 03/02/2021

VIGÊNCIA: 03/02/2021 A 02/02/2022

PELA CONVENIADA: SIDNEI PENZO – DIRETOR GERAL

PELA CONVENENTE: MARCELO FIRMINO VAZ - SUPERINTENDENTE EXECUTIVO - CIEE/SC

### **PORTARIA Nº 11/2021/SIMAE-CAO**

Publicação Nº 2878919

PORTARIA Nº 011/2021/SIMAE-CAO, de 22 de fevereiro de 2021.

Concede férias ao Servidor que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

#### **RESOLVE:**

Conceder férias ao servidor Jakson Isganzela, ocupante do cargo de Agente Administrativo I, padrão 03.08, nível 02 ref. A, referente, período aquisitivo de 01 de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020, com período de fruição de 08 de março de 2021 a 06 de abril de 2021.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.



Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO  
Diretor Geral

## **PORTARIA N º 12/2021/SIMAE-CAO**

Publicação N° 2878925

PORTARIA N º 012/2021/SIMAE-CAO, de 22 de fevereiro de 2021.

Concede férias ao servidor que especifica.

O COORDENADOR GERAL DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

### **RESOLVE:**

Conceder férias ao servidor Sidnei Penzo, ocupante do Cargo de Agente Administrativo II, padrão 05.23, nível 04, ref. D, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2020 a 15 de março de 2021, com período de fruição de 22 de março de 2021 a 10 de abril de 2021 e conversão de 1/3 (um terço) em pecúnia.

Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

Dionísio Alzir Rosset  
Coordenador Geral



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° CAO/01/2021**

Publicação N° 2878088

**SIMAE  
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA N° CAO/01/2021

ÓRGÃO GESTOR : SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EMPRESA DETENTORA DA ATA : NETZSCH DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA  
CNPJ N° : 82.749.987/0001-06

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de Bomba helicoidal.

VALOR R\$ : 18.071,20

DATA ASSINATURA : 22/02/2021

VIGÊNCIA : 22/02/2021 a 22/02/2022

PELO ÓRGÃO GESTOR : Sidnei Penzo - Diretor Geral

PELA EMPRESA DETENTORA DA ATA: RICARDO ALEXANDRE KLEIN - PROCURADOR



# Catanduvras

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.694

Publicação Nº 2879555

DECRETO Nº 2.694/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO PARA AVALIAR IMÓVEIS MUNICIPAIS E DE INTERESSE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO CONSTANTE FUGA, Prefeito em Exercício de Catanduvras - SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de se avaliar imóveis municipais e imóveis particulares de interesse do Município;

CONSIDERANDO que a avaliação deve ser realizada, preferencialmente, com a participação de profissionais com experiência no mercado e que atuam com corretagem no Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Comissão Especial de Avaliação para avaliar imóveis municipais e imóveis particulares de interesse do Município, que será composta pelos seguintes integrantes:

Valmir De Rós – Assessor Jurídico

Marcos Antônio Brocardo Júnior – Engenheiro Civil

Vilmar A. Schmidke – Corretor de Imóveis

Ivan Claudio Sachetti – Corretor de Imóveis

Ademar João Nichetti – Corretor de Imóveis

Daniel Poier - Corretor de Imóveis

Art. 2º. A avaliação deverá ser feita sempre, no mínimo, com a participação de um servidor e dois corretores de imóveis, vedada a participação dos que possuam algum interesse pessoal no imóvel a ser avaliado.

Art. 3º. Os imóveis a serem avaliados serão indicados pelo Município e as suas descrições deverão constar na Ata de Avaliação.

Art. 4º. A Comissão Especial, que será presidida por Valmir De Rós, a quem caberá apenas organizar os trabalhos, deverá efetuar a avaliação dos imóveis levando em conta a localização, relevo e todas as suas características mercadológicas ou, de acordo com a necessidade do Município.

Art. 5º. A composição da presente comissão terá vigência até 31 de dezembro de 2021.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 2.684/2021, de 13 de janeiro de 2021.

Catanduvras (SC), 23 de fevereiro de 2021.

PAULO CONSTANTE FUGA

Prefeito em Exercício

### DECRETO Nº 2.695/2021

Publicação Nº 2879557

DECRETO Nº 2.695/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS RESTRITIVAS NO COMBATE À PANDEMIA DE COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO CONSTANTE FUGA, Prefeito em Exercício de Catanduvras, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal e, ainda,

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional no dia 20 de março de 2020, reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18.12.2020 que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a insuficiência das medidas implementadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a oportunidade e conveniência ao interesse público da medida implementada por este Decreto, já reconhecida inclusive pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no sentido de que ampliação de horários de funcionamento e flexibilização de ocupação



de estabelecimentos aliada à competente fiscalização "facilita a fiscalização do Estado e a observância dos critérios de segurança estabelecidos, afastando-se eventual clandestinidade";

CONSIDERANDO a possibilidade da efetiva punição aos infratores das normas de segurança em saúde e vigilância sanitária vigentes durante a pandemia da COVID-19, com as medidas ora adotadas,

DECRETA:

Art. 1º. No período de 24 de fevereiro de 2021 a 10 de março de 2021, os estabelecimentos abaixo relacionados deverão encerrar o atendimento ao público impreterivelmente até às 20h00min:

I - restaurantes, lanchonetes, bares, tabacarias e outros estabelecimentos similares que tenham como atividade a comercialização e o consumo no local de alimentos e bebidas;

II – lojas de conveniências, vendedores de banca, food trucks e similares;

III – mercearias, mercados, supermercados, padarias, confeitarias e congêneres;

IV – academias de ginástica e similares;

V – clubes desportivos e recreativos e outros estabelecimentos similares;

VI – prestação de serviços e comércio varejista em geral.

§1º. A partir das 20h00min até às 22h00min, fica permitido o funcionamento apenas os serviços de alimentação na modalidade de tele entrega (delivery), vedada a retirada no balcão.

§2º. O disposto neste artigo não se aplica às farmácias.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir das 0h01min de 24 de fevereiro de 2021.

Catanduvas, 23 de fevereiro de 2021.

PAULO CONSTANTE FUGA  
Prefeito em Exercício

ELY MAGNABOSCO MOTERLE  
Secretária de Saúde

## EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 10/2021

Publicação Nº 2879255

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 10/2021

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e posteriores alterações da Lei nº 2.347, de 8 de fevereiro de 2012,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de satisfação do interesse público, razão pela qual a Administração Pública busca a consecução do bem comum da coletividade e dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

TORNA PÚBLICOS os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA destinados ao provimento de vaga temporária de preenchimento imediato e à formação de cadastro reserva/lista de espera para o cargo de ENFERMEIRO para atuação na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Catanduvas-SC.

#### 1. DA DATA DA CHAMADA PÚBLICA E DA VAGA

0.1. A sessão de CHAMADA PÚBLICA realizar-se-á no dia 26 de fevereiro de 2021, às 8h30min, na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro de Catanduvas-SC.

0.2. Para terem o direito à escolha da vaga disponibilizada, os candidatos interessados deverão comparecer no local, data e horário estipulados com a documentação exigida.

0.3. A vaga temporária a ser preenchida de imediato é para o cargo de ENFERMEIRO, sendo 01 (uma) vaga com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, remuneração inicial de R\$ 4.354,42 (quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), para atuação na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Catanduvas-SC.

0.4. As vagas que surgirem no decorrer deste exercício para o cargo relacionado no item 1.3. serão preenchidas através de cadastro reserva/lista de espera, que será formada pelos candidatos excedentes ao número de vagas ora oferecidas e que cumprirem os requisitos previstos neste edital.

0.5. Para formação do cadastro reserva/lista de espera, os candidatos serão classificados em ordem crescente, em lista única, sendo critério para classificação o maior tempo de serviço, público ou privado, em atividades inerentes à profissão de enfermeiro.

0.6. Para os candidatos que não tiverem ou não apresentaram comprovação de tempo de serviço como enfermeiro e para outras hipóteses de empate na classificação, será utilizada como critério de desempate a idade do candidato, tendo preferência na lista de classificação o candidato de maior idade.

#### 2. DA HABILITAÇÃO



1.1. Para concorrer à vaga disponibilizada o candidato deverá comprovar ter concluído curso superior em Enfermagem, mediante a apresentação do certificado de conclusão ou histórico escolar e da carteira profissional, além do registro no Conselho Regional de Enfermagem (COREN/SC).

1.2. O tempo de serviço como enfermeiro deverá ser comprovado mediante apresentação de Certidão de Tempo de Serviço ou qualquer outro documento público que comprove o tempo de serviço e as atividades exercidas, como, por exemplo, a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

1.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária Municipal de Saúde, mediante consulta à Assessoria Jurídica do Município.

## 2. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

2.1. Previamente à contratação serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso;
- Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado médico;
- Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Inacumulatividade de Cargos, Empregos ou Funções Públicas;
- Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez, paga pelo INSS ou por qualquer outro órgão Previdenciário;
- Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário – Cartório de Distribuição de Feitos Cíveis e Cartório de Distribuição de Feitos Criminais;
- Comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais;
- 01 (uma) foto 3x4;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da contratação;

2.2. Previamente à contratação também serão exigidos, em cópia, os seguintes documentos:

- CPF;
- Identidade;
- Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Certidão de Nascimento dos Dependentes;
- Carteira de Trabalho;
- Carteira de Habilitação;
- Pis/Pasep;
- Comprovante de endereço;
- Número de conta corrente no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal;

## 3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Cumpridas as exigências de documentação para a contratação, o candidato selecionado iniciará suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde após a assinatura do contrato no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Catanduvas/SC.

3.2. O prazo de validade da presente Chamada Pública obedecerá ao disposto na Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010, com as alterações da Lei Municipal nº 2.347, de 8 de fevereiro de 2012.

3.3. O contrato será temporário, conforme estabelece a Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010, com as alterações da Lei Municipal nº 2.347, de 8 de fevereiro de 2012.

3.4. Não será cobrada taxa de inscrição dos candidatos que participarem da presente Chamada Pública.

Catanduvas/SC, 22 de fevereiro de 2021.

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE  
Secretária Municipal de Saúde

## PROCESSO Nº 0017/2021 EDITAL DE SELEÇÃO DE TAXISTA Nº 0001/2021

Publicação Nº 2879556

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
PROCESSO Nº 0017/2021  
EDITAL DE SELEÇÃO DE TAXISTA Nº 0001/2021

O Município de Catanduvas – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência das Leis Federal nº 12.468/2011 e 12.587/2012, Lei Complementar Municipal nº 84/2021, e suas alterações, que se encontra aberto até as 08h30min do dia 13 de abril de 2021, Edital de Seleção de Taxista, visando a outorga de serviço de transporte individual remunerado de passageiros (táxi), conforme edital e demais informações constantes nos anexos. As propostas técnicas e demais documentos solicitados deverão ser protocolados no Setor de Licitação do Município de Catanduvas - SC, a partir desta data, encerrando no prazo acima citado. O início da abertura dos envelopes de



proposta técnica e habilitação respectivamente, se dará a partir das 08h45min do dia 13 de abril de 2021. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação do município de Catanduvas – SC, situado na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Bairro Centro, neste município de Catanduvas – SC, CEP 89670-000, ou pelo e-mail [licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br) . Cópias do presente edital poderão ser obtidas no site [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br), ou pelo fone: 49 – 3525-6530.

Catanduvas – SC, 23 de fevereiro de 2021.

PAULO CONSTANCE FUGA  
Prefeito Municipal em Exercício



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 39/2021

Publicação Nº 2877738

Decreto nº 039/2021

Suspende atividades por prazo determinado e dá outras providências, como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o art. 71 da Lei Orgânica do Município de Caxambu do Sul e,  
CONSIDERANDO que o Congresso Nacional no dia 20 de março de 2020, reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;  
CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019- nCoV);  
CONSIDERANDO a Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19;  
CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);  
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18.12.2020 que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a oportunidade e conveniência ao interesse público da medida implementada por este decreto, já reconhecida inclusive pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no sentido de que ampliação de horários de funcionamento e flexibilização de ocupação de estabelecimentos aliada à competente fiscalização "facilita a fiscalização do Estado e a observância dos critérios de segurança estabelecidos, afastando-se eventual clandestinidade";  
CONSIDERANDO a possibilidade da efetiva punição aos infratores das normas de segurança em saúde e vigilância sanitária vigentes durante a pandemia da COVID-19, com as medidas ora adotadas;  
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.451, de 08 de maio de 2020 de 2021 que dispõe sobre as medidas administrativas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus – COVID 19;  
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.032, de 08 de dezembro de 2020 e o Decreto Estadual nº 562/2020.  
CONSIDERANDO as manifestações do Comitê do Enfrentamento ao COVID-19 de Caxambu do Sul/SC, na presente data.  
DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas todas as atividades públicas ou privadas, econômicas ou não, no território do Município de Caxambu do Sul, exceto as seguintes, legalmente consideradas essenciais:

- I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares, em consultórios, clínicas e hospitais;
- II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
- III - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;
- IV - atividades de defesa civil;
- V - transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;
- VI - telecomunicações e internet;
- VII - captação, tratamento e distribuição de água;
- VIII - captação e tratamento de esgoto;
- IX - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural;
- X - iluminação pública;
- XI - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;
- XII - serviços funerários;
- XIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;
- XIV - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
- XV - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de medicamentos, insumos e equipamentos médico-hospitalares;
- XVI - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;
- XVII - vigilância agropecuária internacional;
- XVIII - controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;
- XIX - caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;
- XX - serviços postais;
- XXI - transporte e entrega de cargas em geral;
- XXII - serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;
- XXIII - fiscalização tributária e aduaneira;
- XXIV - atividades do Poder Judiciário, do Ministério Público e das forças de segurança pública;



XXV - fiscalização ambiental;  
XXVI - produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo;  
XXVII - monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;  
XXVIII - levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;  
XXIX – clínicas veterinárias e casas agropecuárias;  
XXX – transporte coletivo urbano, observada a lotação máxima de 50% dos veículos.  
XXXI - atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;  
XXXII - atividades da imprensa;  
XXXIII - atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades industriais, de saúde e de segurança pública;  
XXXIV - fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto;  
XXXV - distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega (delivery) de alimentos;  
XXXVI – coleta de resíduos sólidos urbanos;  
XXXVII - serviços de guincho;  
XXXVIII - manutenção de elevadores;  
XXXIX - atividades industriais;  
XL - oficinas de reparação de veículos;  
XLI – hotéis.

§1º. Quando a autoridade competente para fiscalização constatar o estabelecimento comercial possui duas ou mais atividades econômicas (CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas), deverá aplicar as normas deste Decreto segundo a atividade preponderante do estabelecimento constatada no momento da fiscalização, de modo que, se a atividade preponderante não estiver entre as expressamente autorizadas, o estabelecimento será autuado na forma da legislação municipal.

§2º. O funcionamento das atividades previstas neste artigo depende da observância integral das normas de prevenção estabelecidas pelas autoridades sanitárias.

§3º. Os serviços de tele-entrega somente poderão funcionar para atender as atividades cujo funcionamento seja aqui expressamente autorizado.

§4º Os restaurantes localizados em hotéis somente poderão atender os hóspedes.

Art. 2º. Para fins de perfeita compreensão do presente ato normativo, e sem prejuízo da suspensão de funcionamento de outras atividades aqui não referidas e que não se enquadram nas exceções previstas no artigo 1º, ficam expressamente suspensos o funcionamento e/ou realização de:

I - atividades esportivas de caráter recreativo;  
II - eventos e competições esportivas de caráter amador;  
III - casas noturnas (pubs, bailões, boates, tabacarias e congêneres);  
IV – restaurantes, lanchonetes, bares, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerias, locais destinados a happy hours e congêneres;  
V - clubes, sedes sociais, campings e parques aquáticos;  
VI - eventos sociais (casamentos, aniversários, jantares, bodas, formaturas, batizados, festas infantis e outros eventos afins);  
VII - cinemas e teatros;  
VIII - apresentações artísticas de qualquer natureza (atração musical mecânica ou ao vivo);  
IX - atividades religiosas presenciais em templos e igrejas;  
X – congressos, feiras e exposições;  
XI – feiras livres;  
XII - reuniões familiares em residências, sítios e áreas comuns de condomínios, em que se constate a presença de pessoas não pertencentes ao núcleo familiar residente no local;  
XIII – academias de atividades físicas em geral, escolinhas de esportes e centros de treinamento;  
XIV – comércio varejista de bebidas alcoólicas (tele-beer);  
XV – shopping center;  
XVI – restaurantes e lanchonetes estabelecidos no interior de outros estabelecimentos, em que funcionem como praças de alimentação;  
XVII – autoescolas;  
XVIII - cartórios, oficialatos, tabelionatos e serventias extrajudiciais.

Art. 3º. Nos estabelecimentos cujo funcionamento for autorizado, fica proibido ingresso de menores de 12 anos, sendo permitido o ingresso de apenas 1 pessoa por núcleo familiar.

Parágrafo único. Os estabelecimentos comerciais deverão prever e respeitar atendimento prioritário para pessoas com 60 anos ou mais no período das 8h às 10h, orientando sua clientela a que respeite esta prioridade.

Art. 4º. Todas as praças, parques e demais equipamentos públicos de fácil acesso, permanecerão fechados, sendo proibida a permanência ou aglomeração de pessoas em qualquer horário.

Art. 5º. No período compreendido entre 22h e 5h do dia seguinte, a circulação em vias públicas do município ficará restrita àqueles que



estiverem comprovadamente no exercício de atividades expressamente autorizadas pelo art. 1º.

Art. 6º. Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas em áreas públicas (ruas, praças, passeios, canteiros, estacionamentos, entre outros).

Art. 7º. As determinações previstas neste dispositivo caracterizam normas destinadas a promoção, preservação e recuperação da saúde pública no combate da pandemia e integram o rol de medidas de enfrentamento à emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19). A violação às suas determinações, assim como das demais normas jurídicas federais, estaduais e municipais estará sujeita às sanções previstas na legislação penal e administrativa.

Art. 8º. Eventos e competições esportivas de caráter profissional, organizados pela iniciativa privada por meio de entidades da Administração Esportiva ou pela FESPORTE, para serem autorizados deverão observar as regras de prevenção definidas pela autoridade estadual de saúde.

Art. 9º. Permanecem em vigor as disposições do Decreto nº 038/2021 que não forem contrárias ao presente Decreto.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos das 00h do dia 24 de fevereiro de 2021 até às 24h do dia 28 de fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 23 de fevereiro de 2021.

GLAUBER BURTET  
Prefeito

## PORTARIA 022/2021

Publicação Nº 2879684

PORTARIA Nº 022/2021

"Designa servidor para exercer função que especifica".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. Anna Julia Revers, inscrita no CPF nº 032.386.XXX-62, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, para assinar e atuar como responsável pela emissão de alvarás de processos de parcelamento de solo, desmembramento de terras, loteamentos; alvarás de funcionamento, interdição; e fiscalização de normas atinentes a tributação e vigilância sanitária.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 23 de fevereiro de 2021.

GLAUBER BURTET  
Prefeito

## PROCESSO LICITATÓRIO N. 018/2021 PCS - MODALIDADE CREDENCIAMENTO N. 001/2021 - DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS

Publicação Nº 2878205

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 001/2021 PCS

Objeto: CREDENCIAMENTO DE RÁDIOS DO SISTEMA FM PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL E CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "A" DO EDITAL.

Forma do Credenciamento: Presencial.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE CREDENCIAMENTO

De: 09 de Março de 2021 a 30 de março de 2021



HORÁRIO: 08:00h às 12:00h e das 13:00h até às 17:00h (horário de Brasília).

LOCAL: Av. Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro de Caxambu do Sul –  
Prédio da Prefeitura Municipal

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 23 de Fevereiro de 2021.

GLAUBER BURTET  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 01.2021

Publicação Nº 2877635

RESOLUÇÃO N.º 01/2021.

DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA, MEDIDA DESTINADA A VIABILIZAR O FUNCIONAMENTO DO PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL DURANTE A SITUAÇÃO DE COLAPSO NA REDE DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA DO OESTE DE SANTA CATARINA.

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul – SC, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a situação de colapso na rede de saúde pública e privada do oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTI's-unidades de terapias intensiva e severo comprometimento do atendimento ambulatorial, bem como o colapso no Hospital Regional do Oeste – HRO, causada pela pandemia COVID 19.

Art. 1.º Fica instituído o Sistema de Deliberação a Distância como medida excepcional e temporária para possibilitar a apreciação, discussão, deliberação e votação de proposições submetidas ao Plenário da Câmara Municipal de Caxambu do Sul a ser utilizada nos casos em que reste impossibilitada a presença física dos Vereadores em Planário.

Art. 2.º A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, diante de solicitação do Prefeito ou por interesse institucional, poderá convocar sessões plenárias e reuniões de comissões permanentes para deliberação de matérias, por sistema virtual, quando se tratar de:

- I – Projetos de Lei Complementar;
- II – Projetos de Lei Ordinária;
- III – Projetos de Resolução;
- IV – Projetos de Decretos Legislativo;
- V – Requerimentos;
- VI – Indicações;

§ 1.º Somente serão submetidos ao sistema virtual de discussão e de votação em sessão plenária extraordinária virtual as matérias que estiverem instruídas com os pareceres de Comissões Permanentes designadas.

§ 2.º As reuniões extraordinárias de comissões e as sessões plenárias virtuais extraordinárias ocorrerão em dias e em hora definidos pela Presidente da Câmara.

Art. 3.º O sistema terá como base o uso softwares gratuitos que permitam o debate com áudio e vídeo entre os parlamentares, bem como gravações para posteriormente serem publicadas nas páginas oficiais da Câmara de Vereadores de Caxambu do Sul, observadas as seguintes diretrizes;

I – As sessões plenárias realizadas devem ser transmitidas em site de fácil acesso ao público, permitindo o seu acompanhamento pela população;

II – O processo de votação seguirá o rito de chamada nominal de cada vereador pelo Presidente;

III – No caso de problema técnico ou impossibilidade de conexão ao sistema por algum vereador, o Presidente poderá solicitar o voto de vereador através de mensagem de voz via aplicativo de mensagens;

IV – O sistema deverá permitir o acesso simultâneo de todos os parlamentares sob o comando direto da Presidente da Câmara;

Art. 4.º Os projetos de Lei e proposições incluídas na ordem do dia da Sessão deverão ser encaminhados a todos os vereadores, por meio digital, com pelo menos 48 horas de antecedência.

Art. 5.º Durante a Sessão Plenária será designado servidor para solucionar quaisquer dúvidas ou problemas relacionados à operação dos softwares ou hardwares que viabilizam a deliberação.

Art. 6.º A sessão deve ser gravada em arquivo de áudio e vídeo a ser disponibilizado nas páginas da Câmara Municipal de Vereadores para o acesso da população.

Art. 7.º Na ata da sessão deve constar a informação de que as deliberações ocorreram em ambiente virtual.

Art. 8.º A Presidência da Câmara Municipal fica autorizada a adotar outras medidas, não previstas nesta Resolução, para solucionar eventuais dúvidas ou fazer adequações funcionais, administrativas ou operacionais.

Caxambu do Sul SC, 22 de fevereiro de 2021.

ELISANDRA LUCATELLI SANTIN  
Presidente da Câmara



# Cerro Negro

## PREFEITURA

### ATO Nº 001 PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 01/2021 DE PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 2879629

ATO nº 001

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 02/2021  
DE CONCURSO PÚBLICO

O Senhor Ademilson Conrado, Prefeito do Município de Cerro Negro, no uso de suas atribuições legais, em conjunto com a Comissão Municipal de Concurso Público e com o Instituto o Barriga Verde torna público o que segue:

1. Retifica-se o item 5 no que diz respeito aos critérios de isenção de taxa de inscrição, ADICIONANDO itens com o seguinte teor:

5.1.1. Também é assegurado a isenção da taxa de inscrição para doadores de sangue e de medula óssea, nos termos da Lei Estadual 10567/97.

5.3.{...}

c) Para os doadores de sangue o candidato deverá anexar o comprovante de doação, que deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais.

d) Para os doadores de Medula Óssea anexar o comprovante de sua inscrição no REDOME – Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea ou ainda declaração expedida por órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município, hemocentros e nos bancos de sangue dos hospitais, devidamente atualizado, comprovando ter doado medula óssea ao menos uma vez no período 12 (doze) meses anteriores da inscrição do Concurso Público.

5.3.1. Ao anexar os comprovantes no sistema "on line" o candidato declara sob as penas da lei que os mesmos são cópias fiéis que conferem com os originais.

1.1. Consequentemente prorrogue-se o prazo para solicitação de isenção de taxa de inscrição, alterando-se o cronograma do edital neste item, que passa a ter o seguinte teor:

Período para solicitar isenção da taxa de inscrição	15/02/21 a 05/03/21
Divulgação da lista de isentos	08/03/21
Recursos contra o indeferimento da isenção da taxa de inscrição	09 e 10/03/21

2. No item 12.2, onde se lê "na área da educação concluída", leia-se: na área específica do cargo.

2.1. Altere-se o quadro do item 12.2., que passa a ter o seguinte teor:

Item	Formação em pós-graduação nos níveis de:	Pontos por título	Pontuação Máxima
A	Doutorado	1,00 ponto	2,00
	Mestrado	0,60 pontos	
	Especialização (na área específica do cargo)	0,40 pontos	
	Pontuação máxima total da prova de títulos		2,00

3. Os demais itens e cronograma do edital permanecem inalterados.

CERRO NEGRO (SC), 18 de fevereiro de 2021

Ademilson Conrado  
Prefeito de Cerro Negro

### ATO Nº 001 PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 02/2021 DE CONCURSO PÚBLICO

Publicação Nº 2879635

ATO nº 001

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 02/2021  
DE CONCURSO PÚBLICO

O Senhor Ademilson Conrado, Prefeito do Município de Cerro Negro, no uso de suas atribuições legais, em conjunto com a Comissão Municipal de Concurso Público e com o Instituto o Barriga Verde torna público o que segue:

1. Retifica-se o item 5 no que diz respeito aos critérios de isenção de taxa de inscrição, ADICIONANDO itens com o seguinte teor:

5.1.1. Também é assegurado a isenção da taxa de inscrição para doadores de sangue e de medula óssea, nos termos da Lei Estadual 10567/97.



5.3.{...}

c) Para os doadores de sangue o candidato deverá anexar o comprovante de doação, que deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais.

d) Para os doadores de Medula Óssea anexar o comprovante de sua inscrição no REDOME – Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea ou ainda declaração expedida por órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município, hemocentros e nos bancos de sangue dos hospitais, devidamente atualizado, comprovando ter doado medula óssea ao menos uma vez no período 12 (doze) meses anteriores da inscrição do Concurso Público.

5.3.1. Ao anexar os comprovantes no sistema “on line” o candidato declara sob as penas da lei que os mesmos são cópias fiéis que conferem com os originais.

1.1. Consequentemente prorrogue-se o prazo para solicitação de isenção de taxa de inscrição, alterando-se o cronograma do edital neste item, que passa a ter o seguinte teor:

Período para solicitar isenção da taxa de inscrição	15/02/21 a 05/03/21
Divulgação da lista de isentos	08/03/21
Recursos contra o indeferimento da isenção da taxa de inscrição	09 e 10/03/21

2. No item 12.2, onde se lê “na área da educação concluída”, leia-se: na área específica do cargo.

2.1. Altere-se o quadro do item 12.2., que passa a ter o seguinte teor:

Item	Formação em pós-graduação nos níveis de:	Pontos por título	Pontuação Máxima
A	Doutorado	1,00 ponto	2,00
	Mestrado	0,60 pontos	
	Especialização (na área específica do cargo)	0,40 pontos	
	Pontuação máxima total da prova de títulos		2,00

3. Os demais itens e cronograma do edital permanecem inalterados.

CERRO NEGRO (SC), 18 de fevereiro de 2021

Ademilson Conrado  
Prefeito de Cerro Negro



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2021

Publicação Nº 2878047

estado de santa catarina  
município de chapadão do lageado

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2021

ABEL DA SILVA, Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Complementar Municipal nº 040/2009 e Decreto nº 075/2009 e,

CONSIDERANDO que não há Processo Seletivo vigente para as funções;

CONSIDERANDO que a realização de Processo Seletivo, demanda tempo para elaboração de todos os procedimentos administrativos pertinentes;

CONSIDERANDO que o Município está elaborando Processo Seletivo, para contratação em caráter temporário, e que não há data prevista para ser homologado;

CONSIDERANDO que as ações e serviços públicos de educação são essenciais para o ensino aprendizagem dos educandos da Rede Municipal de Ensino de Chapadão do Lageado/SC;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público, em caráter emergencial, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme art.2º, VIII, da Lei Complementar nº 040/2009;

CONSIDERANDO que a administração tem como princípio basilar a continuidade do serviço público, e uma eventual paralisação, fatalmente acarretará em violação aos dispositivos constitucionais e legais aplicáveis;

Torna público os procedimentos para a chamada pública destinada ao provimento de vaga temporária para as funções constantes do item 1.2 deste edital.

#### 1. DA DATA E DAS VAGAS

1.1 A Chamada Pública realizar-se-á no dia 01 de março de 2021 (segunda-feira), às 10:00h, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Município de Chapadão do Lageado/SC.

1.2 Da vaga:

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Nº	FUNÇÃO	LOCAL DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA SEMANAL/VAGA	TURNOS
01	Professor de Educação Física	U.E.I MARIA FUCK KREUSCH	1 VAGA 15 horas	MATUTINO E VESPERTINO
02	Professor de Educação Física	C.E.E.F. VERNY PASSIG e U.E.I MARIA FUCK KREUSCH	1 VAGA 20 horas	MATUTINO E VESPERTINO
03	Segundo professor	C.E.E.F. VERNY PASSIG 4ª ano	1 VAGA 20 horas	MATUTINO
04	Professor de Anos Iniciais	C.E.E.F. VERNY PASSIG 4ª ano	1 VAGA 15 horas	MATUTINO

#### 2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1 deste Edital, munidos de cópia dos seguintes documentos:

- RG, CPF;
- Diploma do curso na área que deseja atuar;
- Documentos necessários para comprovação dos títulos e tempo de serviço, na área que deseja atuar.

Obs: Não será aceito mediante de procuração, visto que o desempate ocorrerá no dia.

#### 3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 A classificação se dará de acordo com os critérios abaixo:

FUNÇÃO: Professor de Educação Física

Item	ITEM DE AVALIAÇÃO	Pontos por Título e Tempo de Serviço	Pontuação Máxima
------	-------------------	--------------------------------------	------------------



A	Ensino Médio, cursando a partir da 2ª fase, na área de Educação Física.	2 pontos	7,0
	Graduação em Educação Física.	4 pontos	
	Pós Graduação em Nível de Especialização na área de atuação	5 pontos	
	Pós Graduação em Nível de Mestrado na área de atuação.	6 pontos	
	Pós Graduação em Nível de Doutorado na área de atuação.	7 pontos	
B	Tempo de serviço na área de atuação.	0,0125 a cada mês de efetivo exercício na função pretendida (máximo de 20 anos), com data limite de 31/12/2020. Fração = ou superior a 15 dias será computado como um (01) mês.	3,00
PONTUAÇÃO MÁXIMA:			10,0

**FUNÇÃO: Segundo Professor**

Item	ITEM DE AVALIAÇÃO	Pontos por Título e Tempo de Serviço	Pontuação Máxima
A	Ensino Médio, cursando a partir da 2ª fase, na área de Educação especial.	2 pontos	7,0
	Graduação em educação especial.	4 pontos	
	Pós Graduação em Nível de Especialização na área de atuação	5 pontos	
	Pós Graduação em Nível de Mestrado na área de atuação.	6 pontos	
	Pós Graduação em Nível de Doutorado na área de atuação	7 pontos	
B	Tempo de serviço na área de atuação.	0,0125 a cada mês de efetivo exercício na função pretendida (máximo de 20 anos), com data limite de 31/12/2020. Fração = ou superior a 15 dias será computado como um (01) mês.	3,00
PONTUAÇÃO MÁXIMA:			10,0

**FUNÇÃO: Professor de Anos Iniciais**

Item	ITEM DE AVALIAÇÃO	Pontos por Título e Tempo de Serviço	Pontuação Máxima
A	Ensino Médio, cursando a partir da 2ª fase, na área de Pedagogia	2 pontos	7,0
	Graduação em Pedagogia	4 pontos	
	Pós Graduação em Nível de Especialização na área de atuação	5 pontos	
	Pós Graduação em Nível de Mestrado na área de atuação.	6 pontos	
	Pós Graduação em Nível de Doutorado na área de atuação	7 pontos	
B	Tempo de serviço na área de atuação.	0,0125 a cada mês de efetivo exercício na função pretendida (máximo de 20 anos), com data limite de 31/12/2020. Fração = ou superior a 15 dias será computado como um (01) mês.	3,00
PONTUAÇÃO MÁXIMA:			10,0

3.2 Havendo dois ou mais candidatos com a mesma habilitação, serão considerado o seguinte critério de desempate:

a) Maior idade.

3.3 A análise da classificação será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conjuntamente com a Assessoria Jurídica do Município.

Maiores esclarecimentos serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Chapadão do Lageado, 23 de fevereiro de 2021.

ABEL DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 149/2021**

Publicação Nº 2877846

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 149/2021

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 36/2021,



**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso à servidora pública NERCI RAMOS, matriculada sob o nº. 1082/03, ocupante do cargo efetivo de Professora - 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, Nível III – Referência 8, para a Referência 9, conforme dispõe o art. 20, inciso I, da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir de 01.02.2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 23 de fevereiro de 2021

ABEL DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 150/2021**

Publicação Nº 2877712

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 150/2021

- CONSIDERANDO, a apresentação de Atestado Médico de 07 (sete) dias.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, no período de 23.02.2021 a 01.03.2021, em favor da servidora pública ANA LUCIA HERDT FREITAS, ocupante do cargo efeito de Agente de Serviços Gerais – 40 Horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes. A serem remunerados pelo Município.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de fevereiro de 2021.

ABEL DA SILVA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 151/2021**

Publicação Nº 2877780

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 151/2021

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o Art.47, § 4º da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

**RESOLVE:**

Art.1º Fazer cessar o efeito da Portaria 089/2019 de 14 de fevereiro de 2019, que concede insalubridade a servidora ZULEIDE DIEL SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 10.02.2021.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de fevereiro de 2021.

ABEL DA SILVA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA N° 152/2021**

Publicação N° 2877865

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 152/2021

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo - 40 horas;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o local de trabalho da servidora ALINE DA SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo – 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 18.01.2021.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de fevereiro 2021.

ABEL DA SILVA  
Prefeito Municipal



# Chapecó

## PREFEITURA

### DECRETO 40.305

Publicação Nº 2879205

DECRETO Nº. 40.305, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente à servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó bem como o disposto art. 40, d1º, inciso I, da Constituição Federal c/c artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 14, I, "a" e art. 20 da Lei Complementar nº 131, de 5 de dezembro de 2001, e CONSIDERANDO o Memorando nº 12.062/2021,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal CENIRA LOUREIRO SOARES, ocupante do cargo efetivo Professor com Magistério, matrícula 946, lotada na Secretaria de Educação, CPF nº 892.485.209-44, RG nº 12R 947.720, com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2006, com proventos integrais, num percentual de 100% da última remuneração de contribuição. Parágrafo único. O reajuste do benefício será para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real do benefício.

Art. 2º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Professor com Magistério, em face da aposentadoria de seu titular CENIRA LOUREIRO SOARES.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 23 de fevereiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES  
Prefeito Municipal

### DECRETO 40.307

Publicação Nº 2879206

DECRETO N. 40.307, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Suspende os atendimentos eletivos na Atenção Básica.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027, de 18 de dezembro de 2020, que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o agravamento do cenário epidemiológico atual e a necessidade de reorganização dos serviços para o atendimento de pacientes com sintomas respiratórios.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos todos os atendimentos eletivos realizados nos Centros de Saúde da Família do município de Chapecó.

Art. 2º Permanecem sendo atendidos nos Centros de Saúde da Família os atendimentos de urgência, demandas agudizadas de pacientes crônicos, e a realização do teste do pezinho.

Art. 3º O período de vigência desse decreto é de 24 de fevereiro a 05 de março de 2021.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 23 de fevereiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA 9.996**

Publicação Nº 2879207

PORTARIA Nº. 9.996, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Revoga dispositivos de Portarias Municipais.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do Art. 77 da Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO o Memorando nº 11.538/2021,

RESOLVE:

I – Revogar as seguintes alíneas de Portarias Municipais:

- a) a alínea "a" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- b) a alínea "g" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- c) a alínea "j" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- d) a alínea "n" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- e) a alínea "p" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- f) a alínea "r" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- g) a alínea "s" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- h) a alínea "v" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- i) a alínea "w" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- j) a alínea "ab" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- k) a alínea "ag" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- l) a alínea "ah" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- m) a alínea "ak" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- n) a alínea "h" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- o) a alínea "z" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- p) a alínea "af" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- q) a alínea "x" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- r) a alínea "f" do inciso I da Portaria nº. 8.280, de 24 de julho de 2019;
- s) a alínea "q" do inciso I da Portaria nº. 8.281, de 24 de julho de 2019;
- t) a alínea "b" do inciso I da Portaria nº. 8.281, de 24 de julho de 2019;
- u) a alínea "d" do inciso I da Portaria nº. 8.281, de 24 de julho de 2019;
- v) a alínea "e" do inciso I da Portaria nº. 8.281, de 24 de julho de 2019;
- w) a alínea "h" do inciso I da Portaria nº. 8.281, de 24 de julho de 2019;
- x) a alínea "j" do inciso I da Portaria nº. 8.281, de 24 de julho de 2019;
- y) a alínea "k" do inciso I da Portaria nº. 8.281, de 24 de julho de 2019;
- z) a alínea "o" do inciso I da Portaria nº. 8.281, de 24 de julho de 2019;
- aa) a alínea "p" do inciso I da Portaria nº. 8.281, de 24 de julho de 2019;
- ab) a alínea "s" do inciso I da Portaria nº. 8.281, de 24 de julho de 2019;
- ac) a alínea "v" do inciso I da Portaria nº. 8.281, de 24 de julho de 2019;
- ad) a alínea "y" do inciso I da Portaria nº. 8.281, de 24 de julho de 2019;
- ae) a alínea "aa" do inciso I da Portaria nº. 8.281, de 24 de julho de 2019;
- af) a alínea "x" do inciso I da Portaria nº. 8.281, de 24 de julho de 2019;

II – Revogar a portaria nº 8.340 de 12 de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de fevereiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****ALTERAÇÃO DE DATA. AVISO DE LICITAÇÃO.PR2.2021**

Publicação Nº 2878420

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Chapecó

Aviso adiamento de sessão de licitação.

Pregão Presencial nº 2/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO



NOVA Data/Hora da abertura da Sessão: 26/02/2021, às 9h

Entrega dos envelopes: até a abertura da sessão.

A íntegra do edital poderá ser obtida no endereço da Câmara Municipal, na Rua Marechal Bormann, nº 320-E, Centro, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 13h00min às 18h00min, através de pedido pelo e-mail [compras@cmc.sc.gov.br](mailto:compras@cmc.sc.gov.br) e no portal [www.cmc.sc.gov.br](http://www.cmc.sc.gov.br), >transparência >licitações >consulta de licitações >entidade câmara municipal de chapecó.

Interessados que tenham remetidos envelopes via correios não serão prejudicados, eis que havendo algum documento com validade vencida, serão objetos de atualização.

Chapecó, 23 de fevereiro de 2021.

João Maria Marques Rosa  
Presidente

## PORTARIA Nº 67 DE 2021

Publicação Nº 2879242

Portaria Nº 67/21

Estabelece medidas temporárias de prevenção contra o contágio pelo Novo Coronavírus, a serem adotadas no âmbito da Câmara Municipal de Chapecó-SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a declaração de pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19) pela Organização Mundial da Saúde (OMS);

CONSIDERANDO o Decreto nº 40.303, de 22 de fevereiro de 2021, que suspende atividades por prazo determinado, como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Chapecó;

CONSIDERANDO o alerta emitido pelo HOSPITAL REGIONAL DO OESTE no dia 02/02/2021, a respeito da superlotação da UTI e internações (<https://hro.org.br/blog/hro-alerta-para-superlotação/>) e, o aumento de casos de infecções e a necessidade de estabelecer procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e propagação do Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de Chapecó;

CONSIDERANDO que na Câmara Municipal de Chapecó circulam diariamente, em média, 200 (duzentas) pessoas, tal medida torna-se imperiosa para evitar aglomerações;

CONSIDERANDO ser indispensável a necessidade de adoção de medidas para frear o avanço da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19) enquanto perdurar a emergência de saúde pública no âmbito do Município de Chapecó;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam suspensas as atividades presenciais da Câmara Municipal de Chapecó de 24 à 28 de fevereiro de 2021, retornando as atividades normalmente em 1º de março de 2021, em cumprimento ao Decreto nº 40.303, de 22 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Quando o serviço possa ser realizado por meio digital ou mediante trabalho remoto fica estabelecido o regime home office.

Parágrafo único: Os servidores que exercem suas atividades diretamente relacionadas à realização das sessões ordinárias e extraordinárias, deverão comparecer nas dependências da Câmara pelo período necessário a sua realização.

Art. 3º Considera-se o regime de home office as atividades realizadas pelo servidor fora do seu local de trabalho, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

Parágrafo único: O regime regulado por esta Portaria é de caráter excepcional e de natureza temporária, não gerando direito a permanência no regime após a cessação dos motivos que a autorizaram, conforme art. 1º desta Portaria.

Art. 4º Os servidores considerados do grupo de risco, tais como maiores de 60 anos, hipertensos, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas que justifiquem o afastamento, nos termos das orientações fixadas pelo Ministério da Saúde, deverão, sempre que possível, prioritariamente trabalhar remotamente, mediante autorização expressa de seu chefe imediato.

Parágrafo único: O pedido de afastamento das atividades presenciais dos servidores do grupo de risco, com exceção dos maiores de 60 anos, deverá ser comprovado mediante atestado médico.

Art. 5º O servidor submetido ao regime de home office assinará termo de compromisso, devendo preencher e entregar via e-mail ao setor de Recursos Humanos, semanalmente, relatório diário circunstanciado das atividades realizadas durante o período do regime autorizado, comprovando a prestação do serviço e lançamento no registro de ponto, conforme modelos em anexo à presente Portaria.

Art. 6º As Sessões Ordinárias, Extraordinárias e as Reuniões das Comissões, a partir do dia 23 de fevereiro de 2021 serão realizadas por



meio de Sistema de Deliberação Digital (SDD) por prazo indeterminado, observando o disposto na Resolução MD 03/20 de 26 de março de 2020.

Art. 7º As situações especiais e os casos omissos serão analisados pelo Presidente da Câmara Municipal de Chapecó-SC.

Art. 8º As medidas previstas nesta portaria poderão ser reavaliadas a qualquer tempo, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 9º Fica revogada a Portaria n. 66/21 de 22 de fevereiro de 2021.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor em 23 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Presidente, em 23 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Presidente

#### ANEXO I - TERMO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO – REGIME DE TRABALHO REMOTO EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO

Eu, \_\_\_\_\_, servidor público municipal registrado sob matrícula n. \_\_\_\_\_ declaro que na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, aderi a prestação do serviço público na modalidade home office, na função de \_\_\_\_\_ sob o regime de trabalho remoto excepcional e temporário.

Declaro que estou ciente das seguintes disposições:

1 – O regime autorizado é excepcional e temporário, não gerando direito a permanência nesta modalidade de trabalho após a cessação dos motivos que a autorizaram, eis que se trata de medida vinculada à manutenção da condição de distanciamento social temporário, conforme diretrizes determinadas pelas autoridades sanitárias, cujo objetivo é mitigar a propagação do vírus COVID-19;

2 – Todos os serviços ordinariamente prestados, por decorrência das atribuições do cargo, deverão ter sua continuidade nesta modalidade de trabalho;

3 – A chefia imediata poderá requisitar a presença do servidor optante no local de trabalho para tratar de assuntos relacionados ao serviço, quando se tratar de situação em que se faça necessária tal medida;

4 – O servidor estará disponível para comunicação com a chefia imediata e os demais colegas do setor, através dos meios remotos disponíveis (telefone, e-mail, aplicativos de mensagens, etc) durante o horário de serviço costumeiramente prestado;

5 – A chefia imediata poderá requisitar o retorno do servidor optante ao regime presencial de trabalho, quando verificada a ineficiência ou incompatibilidade dos serviços prestados com o regime autorizado;

6 – O servidor deverá preencher e entregar, semanalmente, relatório diário circunstanciado das atividades realizadas durante o período do regime autorizado, para fins de comprovação da prestação do serviço e lançamento no registro de ponto.

Declaro, ainda:

1 – Adotar as providências cabíveis para assegurar o cumprimento das normas e orientações afetas à segurança da informação e à salvaguarda de documentos durante a execução das ações pactuadas;

2 – Estar em condições de pronto retorno ao regime de trabalho presencial.

3- Estar ciente de todas as recomendações apresentadas pela Presidência e pela Secretária – Geral sobre o serviço home-office.

Com a assinatura deste formulário, o servidor:

1 – Autoriza o fornecimento do número de telefone pessoal a pessoas que façam chamadas telefônicas para a sua unidade de exercício, sem necessidade de avaliação, pelo atendente, a respeito da pertinência do fornecimento; e

2 – Autoriza o fornecimento do número de telefone pessoal a servidores em exercício que indiquem necessidade de contato telefônico relacionado às suas ações profissionais.

O período autorizado para o regime de trabalho remoto excepcional e temporário se inicia em 24 de fevereiro de 2021 e perdura até 28 de fevereiro de 2021, podendo ser renovado, caso se mostre necessário – por recomendação das autoridades sanitárias e de saúde – a manutenção das medidas de distanciamento social que fundamentam o regime autorizado.

#### ANEXO II – RELATÓRIO DE ATIVIDADES REALIZADAS EM REGIME DE HOME OFFICE

Nome do Servidor:
Nº Matrícula:
Cargo:
Setor/Gabinete:
Telefone:
E-mail:

1 Data	1 Descrição das Atividades Desenvolvidas em Home Office

Resumo das atividades executadas

--



Resultados alcançados

Chapecó/SC, de de 2021.

Declaro para os devidos fins de direito a veracidade das informações constantes neste documento.

Assinatura do Servidor

Chapecó/SC, de de 2021.

Declaro que o servidor atuou sob minha orientação e, portanto, ratifico a execução das atividades conforme descrito neste documento.

Assinatura do Superior Imediato

**TERMO ADITIVO N. 3 AO CONTRATO N. 14.2018**

Publicação Nº 2879078

TERMO ADITIVO N. 3 AO CONTRATO N. 14/2018

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ E A EMPRESA COMERCIAL IGUAÇU LTDA

A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, inscrita no CNPJ sob o nº 83.831.719/0001-00, com endereço na Rua Marechal Bormann, 320-E, Centro, cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representada por seu Presidente, doravante denominada simplesmente de CONTRANTE e a empresa COMERCIAL IGUAÇU LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.292.553/0001-15, com endereço na Rua Fernando Machado, 1432-D, Bairro Centro, cidade de Chapecó/SC, representada pelo Senhor Rui Humberto Minozzo, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Pregão Presencial nº 13/2018, homologado em 13/12/2018, celebram o presente instrumento mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente termo aditivo tem por objeto o reequilíbrio de preços do valor contratado (item 1), com fundamento na cláusula nona do contrato 14/2018, o qual tem por objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) E SERVIÇOS DE LAVAGEM DE AUTOMÓVEL.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

2.1 Fica reajustado o valor do litro de gasolina comum, passando de R\$ 4,17 para R\$ 4,74 (quatro reais e setenta e quatro centavos) por litro, a contar da data de assinatura do presente termo.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO**

5.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato originário, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, 22 de fevereiro de 2021.

Câmara Municipal de Chapecó  
João Maria Marques Rosa  
Presidente do Legislativo

Procuradoria Jurídica

COMERCIAL IGUAÇU LTDA  
Rui Humberto Minozzo  
Sócio-Administrador



# Cocal do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº. 292/2021

Publicação Nº 2877678

RESOLUÇÃO Nº 292/21 de 17 de fevereiro de 2021.

EXONERA A PEDIDO, MARIA SALETE SARTOR BEZ FONTANA DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, LUIZ FRANCISCO HONÓRIO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

EXONERA A PEDIDO:

MARIA SALETE SARTOR BEZ FONTANA, brasileira, casada, portadora do CPF Nº. 415.560.469-87 e Identidade Nº. 2.369.153-0, para ocupar o cargo de, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

LUIZ FRANCISCO HONORIO  
Presidente da Câmara

EVANDRO CIPRIANI  
1º. Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos dezessete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um.

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

### EXTRATO DE CONTRATO 02/2021

Publicação Nº 2878152

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 02/2021

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM/SUL

OBJETO: ESTE CONTRATO DE RATEIO TEM POR OBJETIVO A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS DA CONTRATANTE AO CONTRATADO PARA O EFETIVO FUNCIONAMENTO DA SEDE ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO, PARA FINS DE EXECUÇÃO DE SEUS OBJETIVOS E FINALIDADES NO TOCANTE AO MODELO DE GOVERNANÇA REGIONAL PARA OFERTA DE APOIO AO SANEAMENTO AMBIENTAL, NOS TERMOS DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO FIRMADO:

I – APOIO EM ANÁLISES SEMANAIS, MENSAS E SEMESTRAIS PARA ACOMPANHAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA E ESGOTO DOS ENTES CONSORCIADOS;

II - APOIO, TREINAMENTO E/OU SUPERVISÃO NO CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA;

III – APOIO EM PROCESSOS LICITATÓRIOS DE ACORDO COM A DEMANDA ESTIPULADA PELOS ENTES CONSORCIADOS;

IV – ELABORAÇÃO DE PROCESSOS DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS VISANDO A BUSCA DO MELHOR PREÇO AOS ENTES CONSORCIADOS;

V - REALIZAÇÃO E APOIO EM PALESTRAS E REUNIÕES SOBRE SANEAMENTO AMBIENTAL E OUTROS DE INTERESSE DOS CONSORCIADOS;

VI – MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSÓRCIO;

VII – ASSISTÊNCIA E ORIENTAÇÃO ADMINISTRATIVA, CONTÁBIL E JURÍDICA;

VIII – APOIO NO DESENVOLVIMENTO DE PLANOS E PROGRAMAS DESTINADOS AO SANEAMENTO BÁSICO;

IX – PROMOÇÃO DE CAPACITAÇÕES, CURSOS, SEMINÁRIOS E OUTROS CORRELATOS.

VALOR: R\$ 72.742,23 (SETENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS)

PRAZO DO CONTRATO: DE 16/02/2021 À 31/12/2021.

DATA DE ASSINATURA: 16/02/2021.

ERIK PEREIRA ZEFERINO

DIRETOR DO SAMAE



# Concórdia

## PREFEITURA

### ADENDO Nº 2 AO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2021 – FMS

Publicação Nº 2878720

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
ADENDO Nº 2 AO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2021 – FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia torna público a alteração do edital de Pregão Eletrônico nº 4/2021 – FMS, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de Testes Rápidos de COVID -19. As datas limites para apresentação das propostas e abertura da sessão permanecem inalteradas. Informações complementares: o Edital e a alteração, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2187  
Concórdia, SC, 23 de fevereiro de 2021.

LEIDE MARA BENDER  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2021 – PMC

Publicação Nº 2878495

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2021 - PMC  
Aquisição de Bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de material de sinalização viária, e fornecimento e instalação de guarda-corpos metálicos para vias e áreas públicas, em atendimento às necessidades da Diretoria de Trânsito, conforme descrições constantes nos anexos A e B do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 09/03/2021.

Início da Sessão: dia 09/03/2021 as 08 h e 30 min.

, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link ☐ Licitações ☐. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2187.

Concórdia, SC, 23 de fevereiro de 2021.

CLAITON CASAGRANDE  
Secretário Municipal de Gestão Urbana

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021 – PMC

Publicação Nº 2878486

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021 - PMC  
Contratação de Serviços

Objeto: contratação de empresa para fornecimento de link de internet de 40 Mb para o aterro sanitário, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 09/03/2021.

Abertura: dia 09/03/2021 as 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link ☐ Licitações ☐. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.



Concórdia, SC, 23 de fevereiro de 2021.

CLAITON CASAGRANDE  
Secretário Municipal de Gestão Urbana

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PROCON Nº 01/2021**

Publicação Nº 2877909

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Rua Leonel Mosele, 62, Centro – CEP 89700-900 Concórdia – SC

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PROCON Nº 01/2021**

O CHEFE DO PROCON DE CONCÓRDIA/SC, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 42 do Decreto Federal nº 2.181/1997, depois de esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA aos Reclamados abaixo citados, a comparecer no Departamento do PROCON deste município para apresentar solução à Reclamação nº 58/2021 ou apresentar esclarecimentos à reclamação, no prazo de 10 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o dispositivo legal do §2º, do Art. 42 do Decreto Fereal nº 2.181/1997.

MATHEUS GAZZOTTO RODRIGUES, CPF: 482.614.448-21, ENDEREÇO incerto - DESCRIÇÃO DA RECLAMAÇÃO: Relata a consumidora que sua filha de nome GABRIELLI CAMILA DARIGO, viu uma oferta de telefone celular e começou a negociar com uma pessoa através de whats nº (12) 9.8835-3285, que vendeu um celular que vale R\$ 3.000,00 pelo valor de R\$ 1.200,00. Então a comunicante foi até a lotérica e fez o depósito de R\$ 1.200,00 para o CPF nº 482.614.448-21, sendo que no comprovante de pagamento apareceu o nome Rafaela Faria Veiga, porém em consulta precebe-se que o CPF é de MATHEUS GAZZOTTO RODRIGUES, porém a vítima não tinha como saber na hora que estava depositando para a pessoa errada, uma vez que o CPF estava correto. Ocorre que, depois do depósito Matheus pediu mais um depósito de R\$ 500,00 para pagar uma taxa de correios. Após os pagamentos, ele não responde mais as conversas e não quis mandar o código de rastreio do suposto aparelho postado.

RAFAELA FARIA VEIGA: CPF desconhecido, ENDEREÇO incerto – DESCRIÇÃO DA RECLAMAÇÃO APRESENTADA: Relata a consumidora que sua filha de nome GABRIELLI CAMILA DARIGO, viu uma oferta de telefone celular e começou a negociar com uma pessoa através de whats nº (12) 9.8835-3285, que vendeu um celular que vale R\$ 3.000,00 pelo valor de R\$ 1.200,00. Então a comunicante foi até a lotérica e fez o depósito de R\$ 1.200,00 para o CPF nº 482.614.448-21, sendo que no comprovante de pagamento apareceu o nome Rafaela Faria Veiga, porém em consulta precebe-se que o CPF é de MATHEUS GAZZOTTO RODRIGUES, porém a vítima não tinha como saber na hora que estava depositando para a pessoa errada, uma vez que o CPF estava correto. Ocorre que, depois do depósito Matheus pediu mais um depósito de R\$ 500,00 para pagar uma taxa de correios. Após os pagamentos, ele não responde mais as conversas e não quis mandar o código de rastreio do suposto aparelho postado.

Concórdia, 23 de fevereiro de 2021.

Leonir Fernando Vargas  
Chefe do Procon de Concórdia/SC



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N 116/2021

Publicação Nº 2877887

DECRETO Nº 116/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial descritas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Processo Seletivo 006/2019, com resultado final homologado em 23 de janeiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica contratado, a partir do dia 22 de fevereiro de 2021, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Infraestrutura, VANDERLEI DO ROSÁRIO, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O servidor se sujeitará ao disposto na Lei Municipal n. 468/2001 e, subsidiariamente, nas Leis Complementares n. 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta) e n. 93/2013 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 22 de fevereiro de 2021.

Registrado e publicado em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

### DECRETO N. 119/2021

Publicação Nº 2878267

DECRETO Nº 119/2021

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.319/2020.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2021 no valor de R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 01.031.2501.2.001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores.  
Modalidade de Aplicação: 339300 – 04  
Fonte de Recursos: 1000 – Ordinários – R\$ 410,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º, será anulado da seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 01.031.2501.2.001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores.  
Modalidade de Aplicação: 335000 – 02  
Fonte de Recursos: 1000 – Ordinários – R\$ 410,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 22 de fevereiro de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal



Registrado e publicado em data supra.

RUDIMAR MARAFON

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

## DECRETO N. 120/2021

Publicação Nº 2878272

DECRETO Nº 120, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

SUSPENDE ATIVIDADES POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 70 da Lei Orgânica do Município de Cordilheira Alta, e

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional no dia 20 de março de 2020 reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal n. 101/2000;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria n. 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional o estado de transmissão comunitária do COVID-19;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 1.027, de 18 de dezembro de 2020, que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a oportunidade e conveniência ao interesse público da medida implementada por este decreto, já reconhecida inclusive pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no sentido de que ampliação de horários de funcionamento e flexibilização de ocupação de estabelecimentos aliada à competente fiscalização "facilita a fiscalização do Estado e a observância dos critérios de segurança estabelecidos, afastando-se eventual clandestinidade";

CONSIDERANDO a possibilidade da efetiva punição aos infratores das normas de segurança em saúde e vigilância sanitária vigentes durante a pandemia da COVID-19, com as medidas ora adotadas;

CONSIDERANDO a Lei Estadual n. 18.032, de 08 de dezembro de 2020, e o Decreto Estadual n. 562, de 17 de abril de 2020;

CONSIDERANDO as manifestações do Comitê do Enfrentamento ao COVID-19 de Cordilheira Alta/SC, na presente data.

### DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas todas as atividades públicas ou privadas, econômicas ou não, no território do Município de Cordilheira Alta, exceto as seguintes, legalmente consideradas essenciais:

- I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares, em consultórios, clínicas e hospitais;
- II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
- III - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;
- IV - atividades de defesa civil;
- V - transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;
- VI - telecomunicações e internet;
- VII - captação, tratamento e distribuição de água;
- VIII - captação e tratamento de esgoto;
- IX - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural;
- X - iluminação pública;
- XI - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;
- XII - serviços funerários;
- XIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;
- XIV - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
- XV - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de medicamentos, insumos e equipamentos médico-hospitalares;
- XVI - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;
- XVII - vigilância agropecuária internacional;
- XVIII - controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;



XIX - caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;  
XX - serviços postais;  
XXI - transporte e entrega de cargas em geral;  
XXII - serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;  
XXIII - fiscalização tributária e aduaneira;  
XXIV - atividades do Poder Judiciário, do Ministério Público e das forças de segurança pública;  
XXV - fiscalização ambiental;  
XXVI - produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo;  
XXVII - monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;  
XXVIII - levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;  
XXIX - clínicas veterinárias e casas agropecuárias;  
XXX - transporte coletivo urbano, observada a lotação máxima de 50% dos veículos.  
XXXI - atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;  
XXXII - atividades da imprensa;  
XXXIII - atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades industriais, de saúde e de segurança pública;  
XXXIV - fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto;  
XXXV - distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega (delivery) de alimentos;  
XXXVI - coleta de resíduos sólidos urbanos;  
XXXVII - serviços de guincho;  
XXXVIII - manutenção de elevadores;  
XXXIX - atividades industriais;  
XL - oficinas de reparação de veículos;  
XLI - hotéis.

§ 1º Quando a autoridade competente para fiscalização constatar o estabelecimento comercial possui duas ou mais atividades econômicas (CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas), deverá aplicar as normas deste Decreto segundo a atividade preponderante do estabelecimento constatada no momento da fiscalização, de modo que, se a atividade preponderante não estiver entre as expressamente autorizadas, o estabelecimento será autuado na forma da legislação municipal.

§ 2º O funcionamento das atividades previstas neste artigo depende da observância integral das normas de prevenção estabelecidas pelas autoridades sanitárias.

§ 3º Os serviços de tele-entrega somente poderão funcionar para atender as atividades cujo funcionamento seja aqui expressamente autorizado.

Art. 2º Para fins de perfeita compreensão do presente ato normativo, e sem prejuízo da suspensão de funcionamento de outras atividades aqui não referidas e que não se enquadram nas exceções previstas no artigo 1º, ficam expressamente suspensos o funcionamento e/ou realização de:

I - atividades esportivas de caráter recreativo;  
II - eventos e competições esportivas de caráter amador;  
III - casas noturnas (pubs, bailões, boates, tabacarias e congêneres);  
IV - restaurantes, lanchonetes, bares, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerias, locais destinados a happy hours e congêneres;  
V - clubes, sedes sociais, campings e parques aquáticos;  
VI - eventos sociais (casamentos, aniversários, jantares, bodas, formaturas, batizados, festas infantis e outros eventos afins);  
VII - cinemas e teatros;  
VIII - apresentações artísticas de qualquer natureza (atração musical mecânica ou ao vivo);  
IX - atividades religiosas presenciais em templos e igrejas;  
X - congressos, feiras e exposições;  
XI - feiras livres;  
XII - reuniões familiares em residências, sítios e áreas comuns de condomínios, em que se constate a presença de pessoas não pertencentes ao núcleo familiar residente no local;  
XIII - academias de atividades físicas em geral, escolinhas de esportes e centros de treinamento;  
XIV - comércio varejista de bebidas alcoólicas (tele-beer);  
XV - restaurantes e lanchonetes estabelecidos no interior de outros estabelecimentos, em que funcionem como praças de alimentação;  
XVI - autoescolas;  
XVII - cartórios, oficialatos, tabelionatos e serventias extrajudiciais.

Art. 3º Nos estabelecimentos cujo funcionamento for autorizado, fica proibido ingresso de menores de 12 anos, sendo permitido o ingresso de apenas uma pessoa por núcleo familiar.

Parágrafo único. Os estabelecimentos comerciais deverão prever e respeitar atendimento prioritário para pessoas com 60 anos ou mais no período das 8h às 10h, orientando sua clientela a que respeite esta prioridade.



Art. 4º Todas as praças, parques e demais equipamentos públicos de fácil acesso permanecerão fechados, sendo proibida a permanência ou aglomeração de pessoas em qualquer horário.

Art. 5º No período compreendido entre 22h e 5h do dia seguinte, a circulação em vias públicas do município ficará restrita àqueles que estiverem comprovadamente no exercício de atividades expressamente autorizadas pelo art. 1º.

Art. 6º Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas em áreas públicas (ruas, praças, passeios, canteiros, estacionamentos, entre outros).

Art. 7º As determinações previstas neste dispositivo caracterizam normas destinadas a promoção, preservação e recuperação da saúde pública no combate da pandemia e integram o rol de medidas de enfrentamento à emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único. A violação às suas determinações, bem como às demais normas jurídicas federais, estaduais e municipais estará sujeita às sanções previstas na legislação municipal vigente.

Art. 8º Eventos e competições esportivas de caráter profissional, organizados pela iniciativa privada por meio de entidades da Administração Esportiva ou pela FESPORTE, para serem autorizados deverão observar as regras de prevenção definidas pela autoridade estadual de saúde.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 110, de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos das 0h do dia 24 de fevereiro de 2021 até às 24h do dia 28 de fevereiro de 2021.

Cordilheira Alta/SC, 23 de fevereiro de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 117/2021

Publicação Nº 2877895

DECRETO Nº 117/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial descritas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Processo Seletivo 006/2019, com resultado final homologado em 23 de janeiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica contratado, a partir do dia 22 de fevereiro de 2021, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Educação, ODIRLEI ÂNGELO DUARTE, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O servidor se sujeitará ao disposto na Lei Municipal n. 468/2001 e, subsidiariamente, nas Leis Complementares n. 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta) e n. 93/2013 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 22 de fevereiro de 2021.

Registrado e publicado em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 124/2021

Publicação Nº 2877889

PORTARIA Nº 124/2021

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:



Art. 1º Ficam concedidos a servidora municipal KATIA ROSY GRANDO, matrícula nº 529701, ocupante do cargo de Médica veterinária, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 18/01/2020 a 17/01/2021, que serão gozadas a partir do dia 01/03/2021.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 18 de fevereiro de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 136/2021**

Publicação Nº 2877948

PORTARIA Nº 136/2021

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos ao servidor municipal FLAVIANO PERIM, matrícula nº 1334802, ocupante do cargo de Auditor Fiscal, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.10.2019 a 30.09.2019, que serão gozadas a partir do dia 01/03/2021.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 19 de fevereiro de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 137/2021**

Publicação Nº 2877885

PORTARIA Nº 137/2021

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal ADRIANA FAVARETTO, matrícula nº 453401, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/02/2021.

Cordilheira Alta/SC, 22 de fevereiro de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 138/2021**

Publicação Nº 2877942

PORTARIA Nº 138/2021

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,



**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal ANA PAULA BIESSEK, matrícula nº 13330-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Cordilheira Alta/SC, 22 de fevereiro de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 139/2021**

Publicação Nº 2877915

PORTARIA Nº 139/2021

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam concedidos ao servidor municipal VALDEMAR NECKER DE MOURA, matrícula nº 13376-01, ocupante do cargo de motorista, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 02/07/2019 a 01/07/2020, que serão gozadas a partir do dia 01/03/2021.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 22 de fevereiro de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 140/2021**

Publicação Nº 2877916

PORTARIA Nº 140/2021

“REVOGA PORTARIA Nº 127/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no art. 70, inc. XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a Portaria n. 127/2021, de 18 de fevereiro de 2021, que concede licença para tratamento de saúde à servidora municipal ALCINEI APARECIDA BREANCINI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/02/2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 22 de fevereiro de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 141/2021**

Publicação Nº 2877904

PORTARIA Nº 141/2021

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal RAHIANE GOMES DE SÁ ACOSTA, matrícula nº 13.669-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 10/02/2021.

Cordilheira Alta/SC, 22 de fevereiro de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 142/2021**

Publicação Nº 2877876

PORTARIA Nº 142/2021

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal CASSIA TAIS NEUBERGER, matrícula nº 13.711-01, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/02/2021.

Cordilheira Alta/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 143/2021**

Publicação Nº 2877880

PORTARIA Nº 143/2021

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal DIEINI PAULA KOWALSKI, matrícula nº 13.70102, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/02/2021.

Cordilheira Alta/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 144/2021**

Publicação Nº 2877872

PORTARIA Nº 144/2021

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 14 (Quatorze) dias de licença para tratamento de saúde a conselheira Tutelar NADIA TEREZINHA MAZZETTO TOZZO, matrícula nº 13.415-02, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/02/2021.

Cordilheira Alta/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 145/2021**

Publicação Nº 2878464

PORTARIA Nº 145/2021

“DISPÕE SOBRE A RELOTAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e artigo 35, § 1º, da Lei Complementar nº 018/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Relotar, a partir do dia 22 de fevereiro de 2021, de ofício, no interesse da Administração, a servidora LUCIRLEI DO ROSÁRIO, matrícula n. 466503, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para a Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/02/2021.

Cordilheira Alta/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 146/2021**

Publicação Nº 2878600

PORTARIA Nº 146/2021

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, XXIV da Lei Orgânica Municipal,

- Considerando a nova tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V da Lei Complementar Nº 93/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade ao servidor TAILON FERNANDO TRUCOLO matrícula nº 1355305, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Água e Saneamento Básico, na ordem de 40 %.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/02/2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.



Cordilheira Alta, SC, 23 de fevereiro de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 147/2021**

Publicação Nº 2878595

PORTARIA Nº147/2021

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, XXIV da Lei Orgânica Municipal,

- Considerando a nova tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V da Lei Complementar Nº 93/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade ao servidor CLAU CIMAR MATEUS OBTZNE matrícula nº 1370502, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Água e Saneamento Básico, na ordem de 40 %.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/02/2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de fevereiro de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 148/2021**

Publicação Nº 2878593

PORTARIA Nº148/2021

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, XXIV da Lei Orgânica Municipal,

- Considerando a nova tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V da Lei Complementar Nº 93/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade ao servidor VANDERLEI DO ROSÁRIO matrícula nº 1349306, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Infraestrutura, na ordem de 20%.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/02/2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de fevereiro de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 01/2021**

Publicação Nº 2878345

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021**

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 01/2021  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2021

O Município de Cordilheira Alta/SC e o Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta tornam público aos interessados e em especial a Empresa detentora da Ata de Registro de Preços nº 01/2021 (Nilo Tozzo Combustíveis Ltda.), que conforme disposto no Artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/1993 e, ainda, de acordo com as justificativas e fundamentações anexas aos autos do processo licitatório em epígrafe, foi efetuado reequilíbrio econômico financeiro dos itens 01, 02 e 03 do referido termo, reduzindo o valor dos itens, conforme planilha demonstrativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Valor Atual	Percentual de Desconto	Valor Reequilibrado
01	GASOLINA COMUM	Lt	Nilo Tozzo Combustíveis Ltda.	R\$ 4,52	13,28%	R\$ 5,12
02	OLEO DIESEL	Lt	Nilo Tozzo Combustíveis Ltda.	R\$ 3,62	13,59%	R\$ 4,12
03	OLEO DIESEL S10	Lt	Nilo Tozzo Combustíveis Ltda.	R\$ 3,68	13,44%	R\$ 4,18

Os demais termos da Ata de Registro de Preços nº 01/2021 continuam inalterados e em pleno vigor.

Cordilheira Alta/SC, 23 de fevereiro de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI SIDÔNIA SALETE CECON MERÍSIO  
Prefeito Municipal Gestora do FMS

NILO TOZZO COMBUSTÍVEIS LTDA.  
Pela Contratada: Jair Pedro Tozzo

**TESTEMUNHAS:**

Angelita Gabriel  
022.893.109-64

Kely Cristina Ranzan  
773.189.001-53



**ATA 01 AVALIAÇÃO INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO**

Publicação Nº 2877684

**ATA 01**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às oito horas, na sede da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, situada na Rua Celso Tozzo, nº. 27, Bairro Centro, CEP 89819-000, reuniram-se os servidores Sonia Cristina Della Torres Briancini, matrícula n. 85401; Kely Cristina Ranzan, matrícula n. 194701 e Flaviano Perim, matrícula n. 1334802, membros da Comissão do Processo seletivo simplificado nº 001 de 2021, instaurados pela Portaria nº 42/2021, de 12 de janeiro de 2021, do Exmo. Sr. Prefeito Municipal Clodoaldo Briancini, publicados no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3379, de 13 de janeiro de 2021.

Iniciado os trabalhos, foram analisadas as inscrições e pontuações do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2021, as quais constam abaixo:

<b>INSTRUTOR DE MÚSICA (CORAL, VIOLÃO, ACORDEÃO, TECLADO E FLAUTA)</b>			
Classificação	Nome	Status Inscrição	Pontuação
01	ANTONIO MARCOS MOREIRA PINTO	Deferido	48
02	VANDERELEI ELIESER BRANCO	Deferido	45,5
03	ADRIANO SANTOS MICHELON	Deferido	42
04	ALEXANDRE SOUZA SIMON	Deferido	33,2
05	JOSÉ SÉRGIO FARIAS	Deferido	33
06	TOMAZ COSTA PEREIRA DE SÃO THIAGO	Deferido	26
07	GUSTAVO LIMA PRATES	Deferido	20,3
08	SERGIO PAULO RIBEIRO	Deferido	17,2
09	GABRIEL PETRI OPITZ	Deferido	13
10	TANGRIANY POMPERMAYER COELHO	Deferido	12,3
11	ANDRE DA SILVA	Deferido	10,3
12	NEUZELIO DOS SANTOS	Deferido	5

<b>INSTRUTOR DE DESENHO E PINTURA</b>			
Classificação	Nome	Status Inscrição	Pontuação
01	FABIO DANIEL VIEIRA	Deferido	54
02	ADRIANO SANTOS MICHELON	Deferido	35
03	ANELLY SANTOS PEREIRA CALDAS	Deferido	17,3
04	VANESSA CENCI	Deferido	0,00
05	MAIHARA FORALOSSO CELLA	Indeferido	-

<b>INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS (KARATE)</b>			
Classificação	Nome	Status Inscrição	Pontuação
01	VANDERLEI GRAHL	Deferido	40

RUA CELSO TOZZO, 27 CEP: 89.819-000 – FONE: (49) 3358-9100 – CORDILHEIRA ALTA – SC  
[www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br)



**CORDILHEIRA ALTA**  
GOVERNO MUNICIPAL

02	MARCOS JOSE TONELLO	Deferido	37
03	TAIS CRISTINA DA SILVA	Deferido	25
04	RENÉ AUGUSTO MARTINS GESATI	Deferido	10
05	LARISSA LUNARDI	Deferido	10

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Processante .

Cordilheira Alta, 23 de fevereiro de 2021.

Sonia Cristina Della Torres Briancini  
Matricula n°1346701

Kely Cristina Ranzan  
Matricula n°. 194701

Flaviano Perim  
matricula n. 1334802

RUA CELSO TOZZO, 27 CEP: 89.819-000 – FONE: (49) 3358-9100 – CORDILHEIRA ALTA – SC  
[www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br)



**Correia Pinto****PREFEITURA****APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2020 FMS - REAJUSTE - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 02/2020 FMS**

Publicação Nº 2878614

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 002/2021 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020 FMS ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E A EMPRESA OLIMED MAT. HOSPITALAR LTDA.

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO SC, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 75.438.655/0001-45, com sede administrativa a Av. Duque de Caxias, 3601, na cidade de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Edilson Germiniani dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 772.053.409-34, adiante denominada "CONTRATANTE", resolve modificar a Ata de Registro de Preços nº 01/2020 FMS, conforme Processo nº 02/2020 FMS, que se regerá pela legislação pertinente, Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação unilateral das Atas registradas e publicados, por parte da Administração, visando o reequilíbrio econômico financeiro do item a seguir:

Item	Descrição	Valor máx. com ajuste
2	EQUIPO MACRO GOTAS PARA INFUSOES DE SOLUCOES PARENTERAIS, MEDINDO NO MINIMO 1,50M, COM CAMARA DE GOTEJAMENTO FLEXIVEL COM FILTRO DE PARTICULAS CONTENDO RESPIRO COM FILTRO BACTERIOLOGICO, INJETOR LATERAL NA CAMARA E NO TUBO, COM BORRACHA AUTOCICATRIZANTE PARA ADMINISTRACAO DE SOLUCOES PARENTERAIS, TUBO MALEAVEL, TRANSPARENTE, ISENTO DE MEMORIA DE DOBRAS, COM PINÇA CORTA FLUXO EM ROLETE PLASTICO RESISTENTE, UMA PONTA PERFURANTE E NA OUTRA UM CONECTOR LUER COM CALIBRE DAS CONEXOES ADEQUADAS, ATOXICO, APIROGENICO, ESTERIL, DESCARTAVEL, EMBALAGEM UNITARIA COM ABERTURA ASSEPTICA EM PAPEL GRAU CIRURGICO CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PRECEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, NUMERO DO LOTE E REGISTRO NO M.S.	R\$ 1,44

Fica reajustado o valor em decorrência de repactuação concedida por parecer jurídico nº 067/2021 PROGEM e despacho do Prefeito, passando a vigorar a partir de 21 de fevereiro de 2021.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas nos contratos, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Município de Correia Pinto providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, no Diário Oficial dos Municípios.

Correia Pinto/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Edilson Germiniani dos Santos  
Prefeito

**APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2020 FMS - REAJUSTE - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 08/2020 FMS**

Publicação Nº 2878095

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 007/2021 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020 FMS ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E A EMPRESA ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO SC, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 75.438.655/0001-45, com sede administrativa a Av. Duque de Caxias, 3601, na cidade de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Edilson Germiniani dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 772.053.409-34, adiante denominada "CONTRATANTE", resolve modificar a Ata de Registro de Preços nº 04/2020 FMS, conforme Processo nº 08/2020 FMS, que se regerá pela legislação pertinente, Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação da Ata registrada e publicada, visando o reequilíbrio econômico financeiro do item a seguir:



Item	Descrição	Valor solicitado
295	LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO PEQUENO, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. DEVE APRESENTAR CONFORMIDADE COM A RDC Nº 5 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2008, ESTAR DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA NBR 1PORTARIA Nº 233, DE 30 DE JUNHO DE 2008 DO INMETRO E NR 6 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA, FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE	R\$ 99,37

Fica reajustado o valor em decorrência de repactuação concedida por parecer jurídico nº 065/2021/PROGEM e despacho do Prefeito, passando a vigorar a partir de 23 de fevereiro de 2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas nos contratos, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Município de Correia Pinto providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, no Diário Oficial dos Municípios.

Correia Pinto/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Edilson Germiniani dos Santos  
Prefeito

### DECRETO Nº 1711/2021

Publicação Nº 2877629

DECRETO Nº 1711/2021  
DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

"NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - CMDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDILSON GERMINIANI DOS SANTOS, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 20 da Lei Municipal nº 0860/1998, DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE, composta pelos seguintes membros:

- I – Representantes da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico e Tributário – Eder Mesquita;
- II – Representante da Câmara Municipal de Vereadores - Everaldo da Silva;
- III – Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) – Silvana Salvador Baldessar.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se o disposto no Decreto nº 1127, de 23 de fevereiro de 2017, e suas alterações dadas pelo Decreto nº 1561, de 01 de abril de 2020, Decreto nº 1628, de 14 de agosto de 2020 e Decreto nº 1685, de 04 de dezembro de 2020.

Gabinete do Prefeito, 18 de fevereiro de 2021.

EDILSON GERMINIANI DOS SANTOS  
Prefeito  
Registre-se e Publique-se

OLIVEIRA PIRES BURG  
Chefe de Gabinete

### EXTRATO DE CONTRATOS - ADITIVO DE VALOR - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 47/2019 PMCP

Publicação Nº 2877967

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE CONTRATO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2019 PMCP  
ADITIVO DE ITEM

Instrumentos: Contrato nº 050/2021 PMCP, aditivo de item ao Contrato nº 0430/2019 PMCP;  
Contrato nº 051/2021 FMAS, aditivo de item ao Contrato nº 0433/2019 FMAS.



Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO/PREFEITURA DE CORREIA PINTO/SC.

Considerando que se tem possível a alteração do contrato, consoante se verifica da exposição de motivos, cuja solicitação é aceita, fica concedido o aditivo para contratação de seguro para os veículos IVECO/BUS 10-190E e RENAULT/M ACESSIVEL JI eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Capítulo III, Seção III, Da Alteração dos Contratos.

Edilson Germiniani dos Santos  
Prefeito



**APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2020 PMCP - REAJUSTE - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 58/2019 PMCP**

Publicação Nº 2878045

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**  
Relação de Apostilamento de Itens

Página: 1/1  
Data: 23/02/2021

**TERMO DE APOSTILAMENTO**

Contrato nº: 013/2020  
Processo nº: 58/2019  
Contratada: LENZI FILHOS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA E CNPJ/CPF: 80.126.840/0001-34  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PREDIAL NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC E SUAS SECRETARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019/2020.

OBJETO DO APOSTILAMENTO:  
REEQUILÍBRIO, CONFORME PARECER JURÍDICO Nº 068/2021 PROGEM

Item	Descrição	Unid.	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual
17	CABO FLEXÍVEL 2,5 mm	M	0,75	2,19
20	CABO MULTIPLEXADO 2X10MM² ENCAPADOS EM PVC, HOMOLOGADO	MTS	2,15	3,28
57	FIO PARALELO 2 X 2,5 mm	M	1,70	4,00
58	FIO PARALELO 2 X 4,0 mm	M	3,57	6,98
113	Reator vapor de Sódio 70W - 220V . Baixa perda, uso externo.	UN	31,00	46,41

Correia Pinto, 17 de Fevereiro de 2021



**APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2020 PMCP - REAJUSTE - PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL 01/2020 PMCP**

Publicação Nº 2878172

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**  
Relação de Apostilamento de Itens

Página: 1/1  
Data: 23/02/2021

**TERMO DE APOSTILAMENTO**

Contrato nº: 0140/2020  
Processo nº: 1/2020  
Contratada: LENZI FILHOS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA E CNPJ/CPF: 80.126.840/0001-34  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2020/2021.

OBJETO DO APOSTILAMENTO:  
REEQUILIBRIO, CONFORME PARECER JURÍDICO Nº 066/2021 PROGEM

Item	Descrição	Unid.	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual
23	ARAME FARPADO ROLO DE 250 METROS	UN	115,00	195,00
24	ARAME FARPADO ROLO de 500metros	UN	195,00	317,09
27	ARAME GALVANIZADO LISO Nº 14 - ROLO 1 KG	UN	10,00	14,85
29	ARAME RECOZIDO	KG	8,20	14,25
227	FORRO PVC 20cm BRANCO	MT2	9,99	17,28
449	SEMALHA PVC NOBRE BRANCO	MT	3,30	4,39
486	TELA P/ ALAMBRADO MALHA 7 x 16 1,50 ALTURA	M	9,90	12,33
506	TIJOLO 6 FUROS	UN	0,45	0,56

Correia Pinto, 23 de Fevereiro de 2021



**APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 18/2020 PMCP - REAJUSTE - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 41/2020 PMCP**

Publicação Nº 2878477

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**  
Relação de Apostilamento de Itens

Página: 1/1  
Data: 23/02/2021

**TERMO DE APOSTILAMENTO**

Contrato nº: 447/2020  
Processo nº: 41/2020  
Contratada: PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP CNPJ/CPF: 79.833.950/0001-57  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC E SUAS SECRETARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2020/2021.

OBJETO DO APOSTILAMENTO:  
REEQUILÍBRIO, CONFORME PARECER JURÍDICO Nº 069/2021 PROGEM.

Item	Descrição	Unid.	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual
104	EMPADINHA DE FRANGO GRANDE.	UN	3,49	4,01
121	FATIA DE BOLO DE CHOCOLATE 125G.	UN	2,49	2,86
122	FATIA DE BOLO DE COCO.	UN	2,99	3,44
124	FATIA DE BOLO LARANJA 125G.	UN	2,49	2,86
125	FATIA DE BOLO MESCLADO.	UN	2,65	3,05
126	FATIA DE CUCA DE FAROFA.	UN	2,45	2,82
127	FATIA DE PIZZA GRANDE.	UN	2,89	3,32
221	PÃO FATIADO COM FRANGO, ALFACE, QUEIJO.	UN	2,74	3,15
222	Pão francês. Características: 50g, tamanho uniforme, fabri	KG	7,47	8,59
223	PAO INTEGRAL	UIN	4,99	5,74
225	Pão Sem Glúten apropriado para o consumo de celiacos, sem	UN	11,90	13,69
226	PASTEL ASSADO DE CARNE.	UN	3,49	4,01
227	PASTEL ASSADO DE FRANGO.	UN	3,45	3,97

Correia Pinto, 11 de Fevereiro de 2021



**APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 18/2020 PMCP - REAJUSTE - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 41/2020 PMCP**

Publicação N° 2878736

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**  
Relação de Apostilamento de Itens

Página: 1/1  
Data: 23/02/2021

**TERMO DE APOSTILAMENTO**

Contrato nº: 445/2020  
Processo nº: 41/2020  
Contratada: LOIZA CARLA PEREIRA CARDOSO 04212119978 CNPJ/CPF: 29.741.629/0001-74  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC E SUAS SECRETARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2020/2021.

OBJETO DO APOSTILAMENTO:  
REEQUILÍBRIO, CONFORME PARECER JURÍDICO N° 064/2021 PROGEM.

Item	Descrição	Unid.	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual
120	FATIA DE BOLO DE CENOURA COM COBERTURA 125G.	UN	2,70	3,40
123	FATIA DE BOLO DE FUBA 125G.	UN	2,55	3,20
219	PAO DOCE - UN	UN	0,48	0,55
220	PAO FATIADO	PCT	3,30	3,88
224	Pão para cachorro quente. Características: 50g, tamanho u	KG	11,89	13,00

Correia Pinto, 9 de Fevereiro de 2021





**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 0012, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878117

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****PORTARIA Nº 0012, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021**

**NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A MESA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, ESTADO DE SANTA CATARINA,** no uso de suas atribuições legais e regimentais

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado n. 01/2021, para acompanhamento, fiscalização e avaliação do Processo Seletivo Simplificado, composta pelos seguintes membros:

- I - LUAN DA SILVA - Presidente;**
- II - JANINE DAL PIZZOL;**
- III - MOISÉS ANTUNES MATOS;**
- IV - NATHASA AMARAL PEREIRA.**

**Art. 2º.** Compete a Comissão Especial, acompanhar a realização, julgar os casos omissos ou duvidosos e coordenar as atividades necessárias ao bom andamento do Processo Seletivo Simplificado.

**Parágrafo primeiro.** A Comissão Especial é soberana e tem autonomia para deliberar sobre todos os aspectos não previstos no Edital.

**Parágrafo segundo.** A Comissão Especial terá como Presidente o Servidor LUAN DA SILVA, que deverá dar cumprimento à instauração dos procedimentos necessários à elaboração e finalização do Processo Seletivo, bem como a decisão final sobre casos omissos no decorrer do processo.

**Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Correia Pinto, 08 de Fevereiro de 2021.

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: [camaracorreiapinto@gmail.com](mailto:camaracorreiapinto@gmail.com)

Página 1

[www.camaracorreiapinto.sc.gov.br](http://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br)





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**



**Osni Antonio do Amaral Duarte (PSD)**  
*Presidente*

**Vilso Rostirolla (MDB)**  
*1º Secretário*

**Everaldo da Silva (Prego) (PSD)**  
*2º Secretário*

---

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: [camaracorreiapinto@gmail.com](mailto:camaracorreiapinto@gmail.com)

Página 2

[www.camaracorreiapinto.sc.gov.br](http://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br)



# Corupá

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 5927/2021 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 020/2020

Publicação Nº 2878821

PORTARIA Nº 5927/2021

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 020/2020.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 020/2020, o senhor MAYKE ANTONIO DA CRUZ HAFEMANN, matrícula funcional nº 15771-1, ocupante do cargo de Técnico em Processamento de Dados, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujo objeto do contrato visa a contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia móvel para 30 (trinta) linhas telefônicas.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de fevereiro de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

### PORTARIA Nº 5928/2021 DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO COM A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Publicação Nº 2878892

PORTARIA Nº 5928/2021

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO COM A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no inciso VII do art. 66 da Lei Orgânica Municipal e no art. 23, do Decreto nº 1437/18.

**RESOLVE:**

Art. 1º - A Comissão de Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão nº 021/2020, celebrado com a Associação de Assistência Social e Educacional Liberdade - IBHASES, inscrita no CNPJ nº 11.421.131/0001-69, passa a ter a seguinte composição:

- I. Franciesca Morgana Gasparetto - Secretária Municipal de Saúde;
- II. Luiz Alberto Hack - Representante do Conselho Municipal de Saúde;
- III. Adriana Schalinski - Representante do Conselho Municipal de Saúde;
- IV. Giovana Porner Odvazny – Representante do Executivo; e
- V. Tatiane Dias - Representante do Executivo.

Art. 2º - Caberá a senhora Franciesca Morgana Gasparetto, presidir a Comissão e a senhora Giovana Porner Odvazny secretariá-la.

Art. 3º - A Comissão de Avaliação e Fiscalização terá competência para fiscalizar o supracitado contrato de gestão, analisando os relatórios e os resultados



atingidos pelo Contratado, referente a administração do Pronto Atendimento 24 horas (PA) do Município de Corupá.

Art. 4º - Fica revogada a Portaria n. 5697, de 29 de junho de 2020.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
22 de fevereiro de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

**PORTARIA Nº 5929/2021 - DESIGNAR A SENHORA SILVANA WILLE KLETTENBERG PARA SER REPRESENTANTE LEGAL DA PREFEITURA DE CORUPÁ JUNTO AO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - MMFDH**

Publicação Nº 2878923

PORTARIA Nº 5929/2021

DESIGNAR A SENHORA SILVANA WILLE KLETTENBERG PARA SER REPRESENTANTE LEGAL DA PREFEITURA DE CORUPÁ JUNTO AO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - MMFDH.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a senhora SILVANA WILLE KLETTENBERG para ser Representante Legal da Prefeitura de Corupá junto ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
22 de fevereiro de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



**PREGAO PRESENCIAL Nº003/2021 - REGISTRO DE PREÇO**

Publicação Nº 2878357

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021  
**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO  
PARCELADA DE BATERIAS AUTOMOTIVAS  
SELADAS, LIVRE DE MANUTENÇÃO E SEM  
TROCA, PARA USO NOS VEÍCULOS E  
MÁQUINAS, QUE COMPÕEM A FROTA DO  
MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, nas  
quantidades e especificações constantes do  
Termo de Referência e Anexo I -  
Quantitativo.**  
**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** DAS 08h00min do dia  
24/02/2021 às 09h00min do dia 08/03/2021.  
**INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 09h30min  
do dia 08/03/2021.  
TIPO: **MENOR PREÇO POR ITEM**  
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO  
LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de  
Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site  
[corupa.atende.net](http://corupa.atende.net).  
HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min  
Telefone (47) 3375-6500  
**Corupá, 24 de fevereiro de 2021**  
**LUIZ CARLOS TAMANINI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**PREGAO PRESENCIAL Nº004/2021 - REGISTRO DE PREÇO**

Publicação Nº 2878538

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021

**REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A  
AQUISIÇÃO FRACIONADA DE  
CESTAS BÁSICAS PARA  
DISPONIBILIZAÇÃO À PESSOAS EM  
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE  
SOCIAL, ATENDIDAS PELO CRAS E  
PSE, conforme especificações e  
quantidades constantes do Termo de  
Referência e Anexo I - Quantitativo.**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** DAS 08h00min do dia  
24/02/2021 às 09h00min do dia 09/03/2021.

**INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 09h30min  
do dia 09/03/2021.

TIPO: **MENOR PREÇO POR ITEM**

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO  
LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de  
Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site  
[corupa.atende.net](http://corupa.atende.net).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min  
Telefone (47) 3375-6500

**Corupá, 24 de fevereiro de 2021**

**LUIZ CARLOS TAMANINI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 060/2020**

Publicação Nº 2878315

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº 060/2020****CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.**CONTRATADO:** I.BORDIGNON PNEUS EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.891.740/0001-93, estabelecida na Rua Baltazar Carrasco dos Reis, nº 984, bairro Rebouças, no município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80215-160.**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste no valor da Ata de Registro de Preços nº 060/2020 em função do constante realinhamento de preço do valor dos produtos, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços em função deste não ser previsível no momento da contratação. O reajuste constante desta Cláusula corresponde ao aumento nos preços verificados nas notas fiscais de compra do fornecedor.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO REEQUILIBRIO  
ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Conforme disposto na Ata de Registro de Preços e conforme aumento nos preços verificados nas notas fiscais de compra do fornecedor, reajusta-se o valor do seguinte item:

Item		Unidade	Marca	Valor Anterior (R\$)	Valor Atual (R\$)	%Reajuste
32	PNEU 215/75 R17.5, TRASEIRO BORRACHUDO PARA USO MISTO TERRA/ASFALTO COM CERTIFICADO DO INMETRO, QUE APRESENTE NA ETIQUETA DO INMETRO NO CAMPO DE ADERÊNCIA AO MOLHADO NO MÍNIMO NÍVEL "D".	UNIDADE	GOODYER ARMORMAX MSS	1.115,00	1.250,00	12,10%

**Data da Assinatura:** 23/02/2021**Data da Vigência:** 20/07/2021**LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL**



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2020**

Publicação Nº 2878472

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**  
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 014/2020**  
**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.  
**CONTRATADO:** **SUPER ESTÁGIOS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.320.576/0001-52, estabelecida na Praia do Flamengo, nº 66, Ed. Flamengo Park Tower, bairro Flamengo, município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO**

Conforme disposto no contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 12 (Doze) meses, ou seja, de 02 de Abril de 2021 até 01 de Abril de 2022.

**Data da Assinatura:** 22/02/2021

**Data da Vigência:** De 02/04/2021 até 01/04/2022

**LUIZ CARLOS TAMANINI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº010/2018**

Publicação Nº 2878374

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**  
**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/18**  
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CORUPÁ**, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.  
CONTRATADO: **ABASE SISTEMAS E SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 93.088.649/0001-97 e inscrição Estadual nº 1470025474, estabelecida na Avenida Senador Alberto Pasqualini nº 347, 2º andar, município de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

Conforme disposto na Cláusula Décima Terceira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 4 (quatro) meses, ou seja, de 20 de março de 2021 até 20 de julho de 2021.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE**

Conforme disposto no Contrato original, fica alterado o valor do contrato nº 010/18 com base no ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO - IGP-M/FGV, referente ao período de março de 2020 a fevereiro de 2021, com reajuste de 25,71%, ficando o valor mensal de R\$ 3.441,62, totalizando nestes quatro meses o valor do contrato em R\$ 13.766,48 (treze mil, setecentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

**Data da Assinatura:** 23/02/2021

**Data da Vigência:** 20/03/2021 a 20/07/2021

**LUIZ CARLOS TAMANINI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 033/2020**

Publicação N° 2878534

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°  
033/2020**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede administrativa na Avenida Getúlio Vargas, nº 443, centro, na Cidade de Corupá (SC).

**CONTRATADO:** TECNOPONTA COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 80.161.672/0001-18 e inscrição Estadual nº. 254.936.903, estabelecida na Rua Jorge Wille, nº 538, bairro Bompland, município de Corupá, estado de Santa Catarina, CEP 89278-000.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

Conforme disposto na Cláusula Segunda do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato por 60 (sessenta) dias, ou seja, de 27 de fevereiro de 2021 a 28 de abril de 2021.

**Data da Assinatura:** 23/02/2021

**Data da Vigência:** De 27/02/2021 a 28/04/2021.

**LUIZ CARLSO TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL**



# Cunhataí

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2021

Publicação Nº 2877902

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2021

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2021, o Município de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.116/0001-44, Inscr. Est. ISENTA, estabelecido a Avenida 29 de Setembro, nº 450, Centro, Cunhataí - SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Exmo Senhor LUCIANO FRANZ, no uso de suas atribuições nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, de 18 de julho de 2002 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 13/2021 Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Público e homologada pela autoridade competente deste Município, RESOLVE registrar os preços para a contratação de empresa para prestação de serviço de horas máquina de trator esteiras, escavadeira hidráulica e escavadeira hidráulica com rompedor.

#### Cláusula Primeira – Do objeto

A presente Ata de registro de preço tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS MÁQUINA DE TRATOR ESTEIRAS, ESCAVALADEIRA HIDRÁULICA E ESCAVALADEIRA HIDRÁULICA COM ROMPEDOR, com as seguintes características:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE HORA DE TRATOR ESTEIRA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS; POTENCIA BRUTA DO MOTOR 170 HP, COM ESCARIFICADOR TRASEIRO, LÂMINA ANGULAR DE 3,8 METROS DE LARGURA, PESO OPERACIONAL 19T, ANO DE FABRICAÇÃO 2016.	Horas	600,00	270,00	162.000,00
2	SERVIÇO DE HORA DE ESCAVALADEIRA HIDRAULICA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: POTENCIA BRUTA 180HP, PESO OPERACIONAL 24T, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7M³, ANO DE FABRICAÇÃO 2016.	Horas	600,00	332,00	199.200,00
3	SERVIÇO DE HORA DE ESCAVALADEIRA HIDRAULICA COM ROMPEDOR, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS; PESO OPERACIONAL 22T, POTENCIA DO MOTOR 150 HP, 06 CILINDROS, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,2M³, COM ROMPEDOR OPERACIONAL 1.500KG, ANO DE FABRICAÇÃO 2015.	Horas	200,00	285,00	57.000,00

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A ata terá vigência de 01 ano a contar da sua assinatura.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### Cláusula Terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública Municipal, desde que autorizados pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

#### Cláusula quarta – Do local e prazo de entrega

Os serviços deverão ser realizados, conforme o cronograma realizado e repassado pela Secretaria de Transportes e Obras, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução.

#### Cláusula Quinta – Do pagamento

O pagamento será efetuado na Tesouraria da Secretaria de Finanças da CONTRATANTE ou por Ordem Bancária, sendo pago até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida pelo Departamento Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento e mediante recebimento da regularidade fiscal da empresa e comprovação de que o veículo está seguro.

Não haverá reajuste, nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

#### Cláusula Sexta - Das condições de fornecimento

A efetivação dos serviços só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de serviço pelo Município de Cunhataí.



Sub cláusula primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

#### Cláusula sétima – Das penalidades

A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução desta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, e será descredenciada do MUNICÍPIO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

Sub cláusula primeira. A Contratada ficará sujeita, ainda, às seguintes penalidades:

O município aplicará Multa na ordem de 0,5 % (meio por Cento) por dia de atraso, limitado este a 05 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

Aplicará o Contratante, Multa na ordem de 8 % (oito por cento), no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

Aplicará o município, Multa na ordem de 10% (dez por cento), no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

Rescisão contratual, nos casos dos itens 7.2 e 7.3, respeitado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

#### Cláusula oitava – Dos reajustamentos de preços

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29.06.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto casos previstos na alínea "d" inciso II do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula única. O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

#### Cláusula nona – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a - A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b - A detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f - Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
- h - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do município, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

- a - À solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula décima – Da autorização para aquisição e emissão das ordens de fornecimento

Cabe a Secretaria de Transportes e Obras o acompanhamento dos serviços e a emissão de relatório constando a quilometragem percorrida diariamente e a quantidade de dias do mês para posterior emissão da autorização de fornecimento, constando local e assinatura do município na qual o serviço foi prestado.

Sub cláusula primeira. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo Prefeito Municipal.

#### Cláusula Décima Primeira – Dos Preços Registrados

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados no anexo I desta Ata, o qual passa integrar a presente como se transcrito fosse.

Sub clausula primeira – Das obrigações da empresa vencedora do certame

10.1 Caberá ao licitante vencedor, a partir da assinatura do contrato, o cumprimento das seguintes obrigações, além daquelas descritas no Edital de Pregão Presencial nº 13/2021 e anexos:

Executar o objeto desta licitação conforme condições estipuladas no edital e anexos.

Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações e outras que por ventura venham a ser criadas pelo Poder Público.

Responder pelos danos causados à Administração e a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços.

Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei.

10.2 Ao licitante vencedor caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração Pública.

10.3 É vedado ao Licitante Vencedor subcontratar outra Empresa para execução do objeto deste Pregão Presencial.

10.4 É obrigação do Licitante vencedor:

- a) Estar devidamente organizada e registrada na Prefeitura e demais órgãos competentes.
- b) Arquivar no registro comercial todas as alterações de seus atos constitutivos ou estatutários.



- c) Cumprir as disposições da Legislação Federal, Estadual e Municipal a que estiver sujeita.
- d) Cumprir as disposições dos contratos coletivos de trabalhos e as demais disposições a que estiver sujeita.
- e) Manter atualizadas as estatísticas de oferta e demanda atendidas, bem como remeter, dentro dos prazos estabelecidos, as informações estatísticas exigidas pelo Município de Cunhataí, ao Departamento competente.
- f) Observar itinerários e programas de horários aprovados pelo Município de Cunhataí;
- g) Cumprir todas as obrigações e deveres deste regulamento e de instruções pertinentes.
- h) Manter seguro contra riscos de responsabilidade civil para passageiros e terceiros.

#### DAS OBRIGAÇÕES QUANTO A MAQUINA

As máquinas utilizadas na realização dos serviços além dos requisitos previstos na legislação federal, deverão sujeitar-se ao seguinte:

- a) Em caso de troca, a máquina substituta deverá atender a todos os requisitos exigidos e, os documentos deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Administração para aprovação, antes do início dos serviços.
- b) Na hipótese de problemas com a máquina durante a realização dos serviços, a empresa é responsável pela substituição imediata do mesmo, de forma segura ao seu destino, cuja situação deve ser prontamente reportada a Secretaria responsável para conhecimento.

#### DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AO CONDUTOR

Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista/operador, que efetuará o serviço, das exigências previstas no Artigo 138, do Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

- a) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- b) Ser habilitado na categoria D (inciso I, art. 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);
- c) Não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 13/2021 e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de São Carlos-SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Cunhataí/SC, em 23 de fevereiro de 2021.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal de Cunhataí

Contratante

M&P TERRAPLENAGEM LTDA

CNPJ Nº 11.464.894/0001-97

Contratada

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



# Curitibanos

## PREFEITURA

### ERRATA DO DECRETO Nº 5.454/2021

Publicação Nº 2878312

DECRETO Nº 5.454/2021.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 5.386/2020 QUE DISPÕE E CONSOLIDA AS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19), CONSOLIDA NORMAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Kleberon Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso IX da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o inciso XX do artigo 4º do Decreto nº 5.386/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“XX - Em relação ao desporto amador e recreativo: Ficam autorizadas as atividades, desde que observadas as seguintes regras mínimas, sem prejuízo das demais normas editadas pelas demais autoridades sanitárias:

- a) Manter intervalo de tempo mínimo de 30 minutos entre o fim e início de cada partida;
- b) Permitir o acesso ao local e suas dependências somente às pessoas diretamente envolvidas na sua execução;
- c) Aferir a temperatura das pessoas que acessam o local, por método digital infravermelho, permitindo a entrada somente de pessoas com temperatura inferior a 37,5°C;
- d) Disponibilizar em pontos estratégicos do local, adequada estrutura para lavagem das mãos e dispensadores de álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar;
- e) Todos os praticantes e demais presentes no local devem usar máscara, retirando apenas quando estiver efetivamente praticando a atividade esportiva;
- f) Ficam proibidas as rodas de aquecimento e confraternizações, antes e após jogo, assim como o cumprimento físico inicial e/ou final entre os praticantes, o uso de coletes que identificam os times e utilização de vestiários.”

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos/SC, 02 de fevereiro de 2021.

Kleberon Luciano Lima

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de fevereiro do dois mil e vinte e um, da Secretaria e mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Chefe de Gabinete



# EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6 - ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL -ATA Nº 10/2021

Publicação Nº 2878577

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/1  
Data: 23/02/2021  
Processo: 6/2021

## Edital de Pregão Presencial Nº 6 Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial ATA Nº 10 - 2021

Reuniram-se no dia 23/02/2021, às 14:28:15, na PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 0 com o objetivo de JULGAMENTO DE PROPOSTA HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DE LICITAÇÃO, tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 6 destinado a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, COBERTURA DE EVENTOS E DIVULGAÇÃO DE INFORMATIVOS INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO ATRAVÉS DE RÁDIO FM, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

4094 FUNDACAO FREI ROGERIO

CNPJ: 78.474.251/0001-03

### ITEM 1 - Inserções de 30" para divulgação de atos oficiais, convites, campanhas e chamadas da rádio

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
4094	FUNDACAO FREI ROGERIO	Sim	55,6000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	FUNDACAO FREI ROGERIO	0,0000	55,6000	

O licitante FUNDACAO FREI ROGERIO declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 1 deste Pregão Presencial o fornecedor FUNDACAO FREI ROGERIO pelo valor de R\$ 55,6000 (cinquenta e cinco reais e sessenta centavos).

### ITEM 2 - Prestação de serviços de divulgação de informativos institucionais da Administração de Curitiba, com quatro minutos de duração, através de Rádio FM

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
4094	FUNDACAO FREI ROGERIO	Sim	445,7000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	FUNDACAO FREI ROGERIO	0,0000	445,7000	

O licitante FUNDACAO FREI ROGERIO declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 2 deste Pregão Presencial o fornecedor FUNDACAO FREI ROGERIO pelo valor de R\$ 445,7000 (quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos).

Sobre a documentação dos licitantes: A EMPRESA INTERESSADA PROTOCOLOU SEUS ENVELOPES NO APRAZADO. APÓS, FOI REALIZADA A ABERTURA E ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇO, O QUAL, VERIFICOU-SE QUE A LICITANTE "FUNDAÇÃO FREI ROGÉRIO" APRESENTOU PROPOSTA EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA CLASSIFICADA PARA A ETAPA DE LANCES. APÓS, FOI REALIZADA A ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA "FUNDAÇÃO FREI ROGÉRIO", QUE APRESENTOU O MENOR LANCE DURANTE O CERTAME, O QUAL, VERIFICOU-SE QUE APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA HABILITADA. SUGIRO ASSIM, A HOMOLOGAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO.

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos itens, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 14:28 horas do dia 23 de Fevereiro de 2021, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

ORLANDO KANTOVISCK JUNIOR .....Pregoeiro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

EDILENE CAVALHEIRO DOS SANTOS ZANATTA ..... Representante



**CÂMARA MUNICIPAL****02 2021**

Publicação Nº 2877689

**MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2021**

O Poder Legislativo do Município de Curitiba/SC, por intermédio de seu Pregoeiro torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, dentre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para contratação exclusiva de microempresa ou empresa de pequeno porte para prestação de serviços de manutenção predial no imóvel sede da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC (sem o fornecimento de material), nos termos e condições constantes do Termo de Referência - Anexo I, do Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar os envelopes contendo Proposta de Preços e Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 9/3/2021, no Protocolo Central da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Edital disponível no site <http://www.camaracuritiba.sc.gov.br>, link Licitações.

Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Instrumento Convocatório deverão ser dirigidos, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, até o dia 8/3/2021, das 13h às 19h, sito a Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520-000, ou por intermédio do endereço eletrônico [contabilidade@camaracuritiba.sc.gov.br](mailto:contabilidade@camaracuritiba.sc.gov.br).

A partir das 14:00 horas do dia 9/3/2021, será realizada sessão pública do Pregão Presencial, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2021.

Vilma Natalina Fontana Maciel  
Presidente

Ronaldo Spricigo  
Pregoeiro



# Descanso

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021

Publicação Nº 2879651

MUNICIPIO DE DESCANSO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021

Objeto: Contratação de seguro veicular para o veículo Mercedes Benz sprinter, ano/modelo 2020/2020, placas RLD4H77, Renavam 1239689710, a ser utilizado no Transporte Escolar, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 09h00min do dia 10/03/2021, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 09h00min do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br) Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 24 de fevereiro de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito Municipal

### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 001/2021 CONDER

Publicação Nº 2878290

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AuA  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 001/2021 CONDER

O município de Descanso CNPJ 83.026.138/0001-97, Av. Marechal Deodoro nº 146, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Autorização Ambiental - AuA, com prazo de validade de 48 meses, formulado pelo empreendedor ITACIR E NEIVA GAIO, CNPJ/CPF: 503.160.449-20, para a atividade de Sistema I - Unidade de Produção de Peixes em Viveiros, localizado na Linha Gaucha, em Descanso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 075/2021 CONDER

Publicação Nº 2878286

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE – DANC  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 075/2021 CONDER

O município de Descanso CNPJ 83.026.138/0001-97, Av. Marechal Deodoro nº 146, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Declaração de Atividade Não Constante - DANC, com prazo de validade de 12 meses, formulado pelo empreendedor AGENOR PEDRETTI, CNPJ/CPF: 03423159944, para as atividades de bovinocultura de leite e de corte extensiva; produção de frutas: pêssego e uva; produção agrícola: milho; aquisição de máquina agrícola: trator agrícola; aquisição de implementos/equipamentos: aquisição de equipamentos e implementos destinados às atividades agropecuárias, localizado na Linha Bonita, em Descanso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1.021/2020 CONDER

Publicação Nº 2878284

EDITAL DE PUBLICIDADE DE RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AuA  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1.021/2020 CONDER

O município de Descanso CNPJ 83.026.138/0001-97, Av. Marechal Deodoro nº 146, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de renovação de Autorização Ambiental - AuA, com prazo de validade de 48 meses, formulado pelo empreendedor VALDECIR LOVATEL E ANDRÉ LOVATEL, CNPJ/CPF: 296.171.209-25 / 036.036.269-90, para a atividade de GRANJA DE SUÍNOS – TERMINAÇÃO - Capacidade 499 animais, localizado na Linha Famoso, em Descanso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.



**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1.089/2020 CONDER**

Publicação Nº 2878289

EDITAL DE PUBLICIDADE DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO – Renovação de LAO

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1.089/2020 CONDER

O município de Descanso CNPJ 83.026.138/0001-97, Av. Marechal Deodoro nº 146, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de renovação de Licença Ambiental de Operação - LAO, com prazo de validade de 48 meses, formulado pelo empreendedor VILMAR DEGANI, CNPJ/CPF: 605.154.229-91, para a atividade de Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura), capacidade máxima de 36.000 aves, localizado na Linha Gaucha, em Descanso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1.225/2020 CONDER**

Publicação Nº 2878293

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO (AMPLIAÇÃO) – LAO AMPLIAÇÃO

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1.225/2020 CONDER

O município de Descanso CNPJ 83.026.138/0001-97, Av. Marechal Deodoro nº 146, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Licença Ambiental de Operação (Ampliação) – LAO Ampliação, com prazo de validade de 48 meses, formulado pelo empreendedor CRISTIANO JUNIOR ZAMBIAZI e SABINO ZAMBIAZI, CNPJ/CPF: 059.803.469-29, para a atividade de Criação de Animais Confinados de Pequeno Porte – Avicultura - 80.000 aves, localizado na Linha São Bras, em Descanso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 13/2021 CONDER**

Publicação Nº 2878277

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE – DANC

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 13/2021 CONDER

O município de Descanso CNPJ 83.026.138/0001-97, Av. Marechal Deodoro nº 146, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Declaração de Atividade Não Constante - DANC, com prazo de validade de 12 meses, formulado pelo empreendedor NILTO JOSÉ SARZI, CNPJ/CPF: 13.354.814/0001-76, para a atividade de Comércio de artigos usados oriundos de empresas do ramo frigoríficos e laticínios entre outros, localizado na Rua Humberto de Campos, nº 314, centro, em Descanso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2021**

Publicação Nº 2878706

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DESCANSO/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2021

O Fundo Municipal de Saúde de Descanso torna público para conhecimento dos interessados que realizará Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, no dia 9 de março de 2021.

Objeto: aquisição de passagens de ônibus para transporte de pacientes do Município para realização de exames consultas e cirurgias na capital do estado (Florianópolis), conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Documentação: até as 08h00min do dia 9 de março de 2021.

Abertura da Sessão Pública: às 08h05min do dia 9 de março de 2021.

A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br), Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 24 de fevereiro de 2021.

Cléber Luiz Rech  
Gestor FMS



**Dionisio Cerqueira****PREFEITURA****CONTRATO 12-2021 - PREGÃO PRESENCIAL 19-2021 - PMDC**

Publicação Nº 2877937

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

-----Contrato Nº.: 12/2021 - PMDC

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada....: CTMGEO - SOLUCOES EM GEOTECNOLOGIAS LTDA

Valor ..... : 479.018,06 (quatrocentos e setenta e nove mil e dezoito reais e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 23/02/2021 Término: 22/02/2022

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2021

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE GEOTECNOLOGIAS E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO CADASTRO TECNICO MULTIFINALITARIO DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira, 23 de Fevereiro de 2021

**HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 19-2021 - PMDC**

Publicação Nº 2877931

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/21

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/21

HOMOLOGAÇÃO: 23/02/21

CONTRATADO: CTMGEO - SOLUCOES EM GEOTECNOLOGIAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE GEOTECNOLOGIAS E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO CADASTRO TECNICO MULTIFINALITARIO DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 479.018,06 (quatrocentos e setenta e nove mil e dezoito reais e seis centavos)

DATA: 23/02/21 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.



# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2021

Publicação Nº 2877946

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2021

LOCAÇÃO PARCIAL DE IMÓVEL RURAL COM JAZIDA MINERAL DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS FINALIDADES PRECÍPUAS DA SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

Os que subscrevem, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 02, Centro, CEP: 89.126-000, nesta cidade de Doutor Pedrinho – SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO, e de outro o Sr. CONRAD ZICKUHR, portador do CPF nº 046.136.849-86, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Holanda, s/n, Bairro Alto Benedito, cidade de Benedito Novo - SC, doravante denominado simplesmente LOCADOR, com base no Processo de Dispensa de Licitação nº 05/2021, e disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem por objeto a locação parcial de um terreno rural situado a 2.500 metros da Escola Leopoldo Koprowski no Município de Benedito Novo, contendo sobre este uma jazida mineral (Registro de Extração nº 43/2017 – Processo DNPM nº 815.185/2017 – e Declaração de Atividade Não Sujeita ao Licenciamento Ambiental nº 458638/2017 – Fundação do Meio Ambiente - FATMA), com cessão do material existente na jazida (saibro, argila, cascalho, rocha e/ou gnaiss) e autorização de retirada/uso para aplicação no revestimento primário e/ou na macadamização de estradas e outros fins precípuos da Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos do Município de Doutor Pedrinho, durante o exercício de 2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE:

2.1 - A locação parcial do terreno rural com jazida mineral acima descrito, autoriza a extração e uso de parte do material existente (saibro, argila, cascalho, rocha e/ou gnaiss) para aplicação no revestimento primário e/ou na macadamização de estradas e outros fins, pelo LOCATÁRIO, durante o exercício de 2021, observada as disposições da Lei nº 9.827, de 27/08/1999, que acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-Lei nº 227, de 28/02/1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14/11/1996.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - Pela locação deste imóvel para o exercício de 2021, o LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR, o valor total de R\$ 26.388,24 (vinte e seis mil, trezentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

3.2 - O pagamento será efetuado até o final da vigência deste contrato, pagáveis em 11 (onze) parcelas, sendo elas, 10 (dez) parcelas iguais de R\$ 2.398,93 (dois mil, trezentos e noventa e oito reais e noventa e três centavos) e a última parcela no valor de R\$ 2.398,94 (dois mil, trezentos e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos), através de depósito bancário na Conta Corrente nº 40614, Agência nº 3087, do Banco Sicoob, de titularidade do LOCADOR, servindo o comprovante de depósito como recibo, guardando conformidade com o preço praticado em outros exercícios.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 - As despesas com a execução do presente contrato correrão a conta das dotações específicas do Orçamento-Programa 2021 do LOCATÁRIO, com a seguinte descrição:

04 – SEC. MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS  
01 – SEC. MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS  
2006 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL  
33903615 – LOCAÇÃO DE IMÓVEIS  
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR:

5.1 - Fica desde já o LOCADOR obrigado a:

- Disponibilizar ao LOCATÁRIO as áreas objeto do presente instrumento, sem qualquer tipo de restrição, permitindo a sublocação do imóvel ou o uso deste por proponente designado;
- Permitir que o LOCATÁRIO execute as obras necessárias para acesso e extração, em cumprimento das finalidades constantes deste instrumento;
- Permitir que a extração do material, objeto deste contrato, seja de exclusividade do LOCATÁRIO, podendo este, ceder a terceiros mediante autorização do LOCADOR.



**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO:**

6.1 - Fica desde já o LOCATÁRIO obrigado a:

- a) Utilizar o imóvel, objeto deste contrato, exclusivamente para os fins de extração de parte do material existente (saibro, argila, cascalho, rocha e/ou gnaíse);
- b) Assumir os custos e responsabilidades quanto a manutenção do objeto do presente instrumento;
- c) Cumprir o disposto na Cláusula Terceira, ou seja, efetivar o pagamento do preço decorrente da locação;
- d) Realizar a manutenção do licenciamento da área da jazida por si explorada, bem como a recuperação ambiental posterior, se necessário.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

7.1 - A presente contratação fundamenta-se no Artigo 24, Inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, observando-se as disposições próprias estabelecidas no Artigo 54 e seguintes do mesmo dispositivo legal, e demais disposições legais pertinentes.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:**

8.1 - O prazo de execução e vigência do presente contrato se inicia na data de sua assinatura e se estende até 31 de dezembro de 2021.

**CLÁUSULA NONA – DAS RESTRIÇÕES E CASOS DE RESCISÃO:**

9.1 - O uso do imóvel e do material descrito no objeto deste contrato não será de exclusividade do LOCATÁRIO, podendo o LOCADOR locar, ceder ou alienar parte deste ao Município de Benedito Novo, para uso do material existente nas suas estradas municipais, e a Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria – CEESAM, para uso na manutenção de suas atividades, com pagamento à parte, conforme valores negociados entre estes, ressalvado, em qualquer caso, o direito ora contratado.

9.2 - Constituem motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento de quaisquer cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

9.3 - Este Contrato poderá ser rescindido por ambas as partes, mediante aviso prévio de no mínimo 60 (sessenta) dias, cumpridas as demais obrigações estabelecidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

10.1 - Para efetuar a gestão e fiscalização deste Contrato, pelo LOCATÁRIO, fica designado o Secretário Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:**

11.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Timbó/SC, para dirimir qualquer dúvida referente ao presente Contrato.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Doutor Pedrinho - SC, 23 de fevereiro de 2021.

HARTWIG PERSUHN - PREFEITO  
LOCATÁRIO

CONRAD ZICKUHR - LOCADOR  
CPF: 046.136.849-86

GESTOR/FISCAL DO CONTRATO  
Secretário Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos

Exame e aprovação da minuta deste Contrato pela Assessoria Jurídica (Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666/93):

LUIZ CLAUDIO KADES  
ADVOGADO - OAB/SC 17.692

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2020**

Publicação Nº 2878023

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2020

**QUARTO TERMO ADITIVO – PRAZO**

Considerando-se:

- a contratação mediante sujeição mútua as normas constantes das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e demais legislação pertinente, a Licitação de Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de engenharia nº 60/2019, e as cláusulas do contrato administrativo nº 017/2020 (objeto: execução de serviços [compreendendo material e mão de obra] de pavimentação asfáltica das ruas Florianópolis, Londrina, Niterói, Indaial,



Timbó e Rodeio);

- a necessidade de alteração do prazo de vigência do Contrato para assegurar a conclusão da obra;
- que foi protocolado pedido de alteração do prazo de vigência e/ou execução do Contrato pela empresa Contratada, com as devidas justificativas;
- que a conclusão da obra também depende do fornecimento de pedras de recomposição do sub-leito das Ruas Londrina e Niterói pelo Município de Doutor Pedrinho, conforme consta em projeto, sendo que tal material está indisponível frente a necessidade de extração mediante detonação de rochas, após realização do processo licitatório para tais serviços, e observância das demais tramitações legais pertinentes;
- a previsão legal para alteração do prazo de duração do Contrato e prorrogação dos prazos de execução, de conclusão e de entrega, o interesse da Administração, a previsão de prorrogação no ato convocatório, a existência de justificativa do Setor Responsável e autorização da autoridade competente;

As partes, de um lado MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, Centro, CEP. 89126-000, na cidade de Doutor Pedrinho - SC, representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, abaixo denominado MUNICÍPIO, e de outro a empresa TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.535.370/0001-02, com endereço à Rua Ruy Barbosa, nº 783, Bairro Capitais, CEP. 89.120-000, na cidade de Timbó - SC, representada por JARDEL FLORIANI - CPF nº 003.688.079-59, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar termo aditivo ao contrato em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO:

1.1 - A Cláusula Sétima do Contrato Administrativo nº 17/2020, firmado em 28/02/2020, fica modificada por este Termo, prorrogando-se a vigência e o prazo de execução até 31 de dezembro de 2021, sem prejuízo de novas alterações, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 17/2020, com a alteração dos Termos anteriores a este, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, para os fins de direito.

Doutor Pedrinho - SC, em 16 de fevereiro de 2021.

HARTWIG PERSUHN - PREFEITO  
MUNICÍPIO

JARDEL FLORIANI – SÓCIO ADMINISTRADOR  
CONTRATADA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
GESTOR/FISCAL DO CONTRATO - ARI AURELIO BUZZI

Exame e aprovação da minuta deste Termo Aditivo pela Assessoria Jurídica (Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666/93):

Luiz Claudio Kades  
Advogado - OAB/SC 17.692

### QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2020

Publicação Nº 2878030

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2020

#### QUARTO TERMO ADITIVO – ACRÉSCIMO DE ITENS E QUANTITATIVOS

Considerando-se:

- a contratação mediante sujeição mútua as normas constantes das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e demais legislação pertinente, a Licitação de Edital de Concorrência nº 60/2019, e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 043/2020 (Objeto: execução de serviços [compreendendo material e mão de obra] de acessibilidade e infraestrutura cicloviária da Rua Aderbal Ramos da Silva e Rua Brasília);
- a necessidade de alteração no quantitativo, com adição aos itens previstos no Projeto Básico licitado;
- o Parecer Técnico favorável a alteração contratual emitido pela Engenharia da municipalidade anexo a este termo, apresentando as razões de ordem técnica para a adição;
- a previsão legal para aditivos, nos limites e condições ora apresentados, especificamente no § 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666;



As partes, de um lado MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, Centro, CEP. 89126-000, na cidade de Doutor Pedrinho - SC, representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, adiante denominado MUNICÍPIO, e de outro a empresa TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.535.370/0001-02, com endereço à Rua Ruy Barbosa, nº 783, Bairro Capitais, CEP. 89120-000, na cidade de Timbó - SC, representada por JARDEL FLORIANI - CPF nº 003.688.079-59, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar termo aditivo ao contrato em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO:

1.1 - Fica acrescido ao objeto de que trata a Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 043/2020, firmado em 18/06/2020, já alterado pelo Primeiro Termo, de 20/08/2020, pelo Segundo Termo, de 25/11/2020, e pelo Terceiro Termo, de 07/12/2020, os seguintes itens e quantitativos:

#### RECONSTRUÇÃO CALÇADA SUPERMERCADO VIVIANI LTDA

Item	Código	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unt.	Valor Total
COMPOSIÇÃO	13	RETIRADA DE MEIO FIO COM EMPILHAMENTO	UND	62,53	7,17	448,34
COMPOSIÇÃO	AD-02	REMOÇÃO DE PAVIMENTO INTERTRAVADO COM REAPORVEITAMENTO	M2	77	10,11	778,47
SINAPI	83338	ESCAVAÇÃO MECÂNICA A CÉU ABERTO EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CAPACIDADE DE 0,78 M3	M3	26,95	2,53	68,18
SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA MEIO FIO EM TRECHO RETO CONFECIONADA EM CONCRETO PRÉ FABRICADO DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	UND	31,11	35,80	1.113,74
SINAPI	6079	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA) SEM TRANSPORTE	M3	7,70	7,41	57,05
SINAPI	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M3 EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE M3XKM)	M3XKM	121,27	1,63	197,67
SICRO	4915671	REATERRO E COMPACTAÇÃO COM SOQUETE VIBRATÓRIO	M3	7,70	14,74	113,50
TOTAL = R\$ 4.509,45						

#### TAMPAS DE CONCRETO

Item	Código	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unt.	Valor Total
COMPOSIÇÃO	15	TAMPA EM CONCRETO ARMADO PARA BOCA DE LOBO DE GUIA DIMENSÃO 1,00M X 1,00M	UND	06	516,99	3.101,94
TOTAL = R\$ 3.101,94						

#### ALTEAMENTO DAS TAMPAS DAS BOCAS DE LOBO E DAS CAIXAS DE INSPEÇÃO

Item	Código	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unt.	Valor Total
COMPOSIÇÃO	AD - 02	RECUPERAÇÃO / ALTEAMENTO DE BOCA DE LOBO / CAIXA DE INSPEÇÃO	UND	68	128,74	8.754,32
TOTAL = R\$ 8.754,32						

1.2 – Em razão das alterações, na forma tratada no item anterior, fica acrescido o valor de R\$ 16.365,71 (dezesesseis mil, trezentos e sessenta e cinco reais e setenta e um centavos) ao total previsto na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 43/2020, com as alterações do Primeiro Termo, de 20/08/2020, do Segundo Termo, de 25/11/2020, e do Terceiro Termo, de 07/12/2020.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, para os fins de direito.

Doutor Pedrinho - SC, em 08 de fevereiro de 2021.

HARTWIG PERSUHN – PREFEITO JARDEL FLORIANI – SÓCIO ADMINISTRADOR  
MUNICÍPIO CONTRATADA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
GESTOR/FISCAL DO CONTRATO - ARI AURELIO BUZZI

Exame e aprovação da minuta deste Termo Aditivo pela Assessoria Jurídica (Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666/93):

Luiz Claudio Kades  
Advogado - OAB/SC 17.692



**CÂMARA MUNICIPAL****PAUTA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Publicação Nº 2878714

PAUTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES NA NONA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC  
08 DE FEVEREIRO DE 2021

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II- Tribuna Livre

- Sem inscritos;

III - Pequeno Expediente:

- Deliberação da Ata da Sessão anterior;

- Leitura do Expediente;

- Apresentação de proposição;

IV – Grande Expediente:

- Tema Livre;

V – Comunicação de Lideranças:

- Palavra aos Líderes;

VI – Ordem do Dia:

- Sem proposições pautadas;

VII– Palavra Livre:

- Palavra aos inscritos;

VIII – Encerramento.

Sala das Sessões, em 04 de fevereiro de 2021.

GUILHERME GIACOMOZZI DA SILVA

Presidente da Câmara

GECIMARI CORDEIRO

Assessoria Legislativa (FG)

Obs.: Republicado por incorreção no texto publicado na Edição nº 3402 do DOM/SC de 05/02/2021.

**PAUTA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Publicação Nº 2878703

PAUTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES NA NONA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC  
22 DE FEVEREIRO DE 2021

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II- Tribuna Livre

- Palavra ao inscrito;

III - Pequeno Expediente:

- Deliberação da Ata da Sessão anterior;

- Leitura do Expediente;

- Apresentação de proposição;

- Audiência Pública – Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Poder Executivo de Doutor Pedrinho no 3º Quadrimestre de 2020

IV – Grande Expediente:

- Tema Livre;

V – Comunicação de Lideranças:

- Palavra aos Líderes;

VI – Ordem do Dia:

- Sem proposições pautadas;



VII– Palavra Livre:

- Palavra aos inscritos;

VIII – Encerramento.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2021.

GUILHERME GIACOMOZZI DA SILVA  
Presidente da Câmara

GECIMARI CORDEIRO  
Assessoria Legislativa (FG)

Obs.: Republicado por incorreção no texto publicado na Edição nº 3416 do DOM/SC de 19/02/2021



# Entre Rios

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº184/2021

Publicação Nº 2878401

Portaria nº184 de 16 de fevereiro de 2021.

NOMEIA O SR. ROBSON SCHWARTZ, PARA O CARGO DE AGENTE DE DEFESA CIVIL LEI COMPLEMENTAR Nº 068/2013, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº19/2007, com alterações introduzidas pelas leis Complementares 032/2009 e 068/2013.

CONSIDERANDO, que há necessidade da nomeação neste cargo para desempenhar as funções do cargo de Defesa Civil do Município em eventual caso de calamidade pública;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. Robson Schwartz, para o cargo comissionado de AGENTE DE DEFESA CIVIL, de livre nomeação e exoneração.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº185/2021

Publicação Nº 2878413

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº185 de 16 de fevereiro de 2021

“DESIGNA A SERVIDORA ALVANIR ANTUNES RODRIGUES AMARO, ALÉM DE SUAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA, IRÁ COORDENAR A LIMPEZA JUNTO AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente faz saber:

Considerando, a necessidade de desenvolver um trabalho de limpeza, organização, higienização e, rotinas estabelecidas pela Secretaria de Educação pela situação do Covid-19 que todo o mundo está vivenciando e passando por este grave problema Saúde que devem ser seguidas;

Considerando, que Centro de Educação Infantil-CEI são atendidas crianças acima de 06 meses de idade o cuidado para que não haja contaminação devem ser priorizados;

Considerando que os brinquedos, colchonetes, roupa de cama, sala de aula e todos os equipamentos devem ser passado álcool e levados no período matutino e vespertino;

#### Resolve:

Art. 1º Fica concedida Função Gratificada para a servidora Alvanir Antunes Rodrigues Amaro, para que além de suas as funções que já vem desempenhando de Agente de Copa e Limpeza junto ao Centro de Educação Infantil -CEI, irá Coordenar a limpeza, conforme descritos acima. Fazendo jus ao acréscimo de 30% mensais em cima de seu salário base, a título de função gratificada, conforme previsto no anexo VI, alínea “c”, da Lei Complementar n. 019/2007, alterada pela lei complementar 043/2010.

Art. 2º. As despesas originadas com a presente Portaria correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Entre Rios/SC, 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº186/2021**

Publicação Nº 2878426

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria Nº186 16 de fevereiro de 2021

“DESIGNA O SERVIDOR ODIMAR DE ASSUMPÇÃO ALÉM DE SUAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA TAMBÉM EXERCERÁ UMA FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIREÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

João Maria Roque, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente faz saber:

Considerando, que necessita de um responsável para pegar os relatórios dos trabalhos realizados pelos operadores mensalmente, passar a limpo para que os mesmos sejam publicados de forma transparente;

Considerando, a necessidade de um servidor com experiência para ser responsável para cuidar do parque de máquinas para agendar as revisões e reparos para que não deixem ficar em situações precárias;

Considerando, a necessidade de um servidor responsável quando acontece uma emergência para ir buscar as peças para o trabalho não parar;

Art. 1º Fica concedida Função Gratificada para o servidor Odimar de Assumpção, para que além de suas as funções que já vem desempenhando de Operador de Retroescavadeira junto a Secretaria de Infraestrutura, conforme os considerando descritos acima. Fazendo jus ao acréscimo de 30% mensais em cima de seu salário base, a título de função gratificada, conforme previsto no anexo VI, alínea “c”, da Lei Complementar n. 019/2007, alterada pela lei complementar 043/2010.

Art. 2º. As despesas originadas com a presente Portaria, correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Entre Rios/SC, 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº187/2021**

Publicação Nº 2878429

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria Nº 187 de 16 de fevereiro de 2021

EXONERA JUCILEIA DA APARECIDA DE OLIVEIRA DA ROSA DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 016/2007 de 05 de outubro de 2006 e,

Considerando, ofício 002/2021 encaminhado pela Secretaria de Educação que os Professores efetivos do Município supriram a necessidade pela pouca demanda de alunos, não necessitando de Professores ACTs;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerada a Sra. Jucileia da Aparecida de Oliveira da Rosa, do cargo de Professor de Educação Infantil.

Art. 2º. O Regime Jurídico e o Sistema de Previdência Geral.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroativo em 12 de fevereiro de 2021.

Registre e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Entre Rios/SC, 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº188/2021**

Publicação Nº 2878440

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº188 de 16 de fevereiro de 2021

“REVOGA NA ÍNTEGRA A PORTARIA Nº125/2020 QUE ALTERAVA A JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JUSSARA DE OLIVEIRA BELEM LOTADA NA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ARTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente determina e resolve:

Considerando, ofício 002/2021 encaminhado pela Secretaria de Educação que os Professores efetivos do Município supriram a necessidade pela pouca demanda de alunos, não necessitando de Professores ACTs;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica revogada na íntegra a Portaria nº125/2020 que alterava em regime suplementar e temporário, por necessidade do Ensino, a jornada de trabalho da servidora Jussara de Oliveira Belem lotada nas funções de Professor de Artes, retornando com a carga horária de 20 horas semanais conforme sua efetivação. Percebendo os vencimentos de acordo com a sua carga horária de 20 horas semanais, conforme tabela da Lei Municipal em vigência.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº189/2021**

Publicação Nº 2878442

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria Nº 189 de 16 de fevereiro de 2021

EXONERA ADRIANO DA SILVA DA SILVA DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 008/2001, alterada pela Lei Complementar 063/2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica exonerado o Sr. ADRIANO DA SILVA, do cargo comissionado de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, (Lei Complementar n.º 008/2001, alterada pela Lei Complementar n.063/2012), de livre nomeação e exoneração.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 09 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº190/2021**

Publicação Nº 2878447

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria Nº 190 de 16 de fevereiro de 2021

NOMEIA MARIVANI RODRIGUES PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 008/2001, alterada pela Lei Complementar 063/2012.

CONSIDERANDO, a necessidade de ir em buscas de jovens e adultos para terminarem os estudos, a importância para o desenvolvimento pessoal e profissional;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica nomeada a Sra. MARIVANI RODRIGUES, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO, SUPERIOR E ESPECIAL, (Lei Complementar n.º 008/2001, de livre nomeação e exoneração, percebendo a remuneração constante da tabela de níveis de vencimentos.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº192/2021**

Publicação Nº 2878449

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº192 de 16 de fevereiro de 2021

EXONERA O SR. JEDISON LUIZ ARNO DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA, DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CONSTANTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 008/01, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2001, ANEXO III, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 008/01.

CONSIDERANDO, pedido em anexo;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica exonerado o Sr. JEDISON LUIZ ARNO, do cargo de Diretor de Departamento da Agricultura, (Lei Complementar n.º 008/01), anexo III, de 14 de dezembro de 2001 de livre nomeação e exoneração

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 12 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº193/2021**

Publicação Nº 2878450

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria Nº 193 de 16 de fevereiro de 2021

NOMEIA ANDREIA TAVARES TOLEDO PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 008/2001, alterada pela Lei Complementar 063/2012.

**RESOLVE:**



Art. 1º. Fica nomeada a Sra. ANDREIA TAVARES TOLEDO, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, (Lei Complementar n.º 008/2001, de livre nomeação e exoneração, percebendo a remuneração constante da tabela de níveis de vencimentos.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA N°194/2021**

Publicação N° 2878451

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria N°194 de 16 de fevereiro de 2021

DESIGNA A SERVIDORA ONIRA BIASI PARA DESEMPENHAR SUAS FUNÇÕES JUNTO AO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, a necessidade de formar equipe junto ao CRAS para que os trabalhos realizados consigam atender as pessoas que são atendidas por esse Programa;

CONSIDERANDO, que a mesma tem duas efetivações de 20 horas semanais cada, totalizando 40 horas de trabalho junto ao CRAS;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa a servidora Onira Biasi ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental 20 horas semanais cada efetivação, para desempenhar suas funções 40 horas semanais junto ao Centro de Referência da Assistência Social – CRAS como Coordenadora de todos os Programas do CRAS. Fazendo jus ao acréscimo de 30% mensais em cima de seu salário base, a título de função gratificada, conforme previsto no anexo VI, alínea “c”, da Lei Complementar n. 019/2007, alterada pela lei complementar 043/2010.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando na íntegra todas as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 16 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA N°195/2021**

Publicação N° 2878452

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria n°195 de 18 de fevereiro de 2021

DETERMINA A REMOÇÃO DA SERVIDORA RUBIA PAULA DE MOURA DELL OSBEL, OCUPANTE DO CARGO EM PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, a necessidade de seus trabalhos junto a Escola Santa Lucia;

CONSIDERANDO, que a Escola Santa Lucia tem maior demanda de alunos onde precisa de mais servidores;

CONSIDERANDO, que deve ter cuidado especial com os alunos quando retornarem as aulas presenciais e auxiliar os Professores e Direção;



**RESOLVE:**

Art. 1º. Determina a remoção da servidora Rubia Paula de Moura Dell Osbel, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo para a Escola Municipal Santa Lucia, onde passará a desempenhar suas funções atinentes ao cargo, a partir de 19 de fevereiro de 2021.

Art. 2º. Apresente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 18 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N°196/2021**

Publicação N° 2878454

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº196 de 18 de fevereiro de 2021

REVOGA A PORTARIA N°162 NA ÍNTEGRA DA SERVIDORA ILDA MOREIRA DA LUZ, OCUPANTE DO CARGO EM PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº162 na íntegra da servidora Ilda Moreira da Luz, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, continuando a desempenhar suas funções junto ao Centro de Educação Infantil -CEI.

Art. 2º. Apresente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 18 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N°197/2021**

Publicação N° 2878459

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 197 de 18 de fevereiro de 2021.

"AUTORIZA O SR. ROBSON SCHWARTZ OCUPANTE DO CARGO COMISSONADO DE DEFESA CIVIL A CONDUZIR VEÍCULOS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente faz saber:

Considerando, que na Defesa Civil sempre pode ocorrer situações de calamidades e emergências;

Considerando, que o Sr. Robson tem habilitação exigida para conduzir veículos leves;

**Resolve:**

Art. 1º Fica autorizado o Sr. Robson Schwartz a conduzir quando necessário os veículos leves.

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Entre Rios/SC, 18 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE  
Prefeito Municipal



**PORTARIA N°198/2021**

Publicação N° 2878463

PORTARIA N°198, de 19 de fevereiro de 2021.

ESTABELECE A SESSÃO DO USO DO VEÍCULO UTILIZADO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A SECRETARIA DE ASSUNTOS INDÍGENAS.

O Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município, determina:

Art. 1º Fica estabelecido como de utilização exclusiva da Secretaria de Assuntos Indígenas o veículo FIAT/UNO MILLE WAY ECO placa MJL 4762, ano de fabricação e modelo 2012/2012, de cor vermelha, até nova determinação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, em Entre Rios, Estado de Santa Catarina.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO MARIA ROQUE  
Prefeito Municipal



# Ermo

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 024, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878119

DECRETO N.º 024, de 18 de fevereiro de 2021.

Nomeia os Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, composto de:

I - (01) um representante do Prefeito Municipal de Ermo;  
- Clayton Nazário Américo.

II - (01) um representante da Secretaria Municipal de Obras, Viação, Transportes e Serviços Urbanos;  
- Jessé Inácio Vieira.

III – Assessor Jurídico ou responsável pelo Cadastro Imobiliário;  
- Thiago Simon.

IV – (01) um comerciante;  
- Eires Simão.

V – (01) um representante do Conselho Municipal da Agricultura;  
- Murialdo Murilo Inácio.

VI – (01) um representante da COOPERSULCA.  
- Mario Luiz Bez Batti.

§ 1º - O Conselho poderá contratar técnico para opinar a respeito de projetos complexos e que necessitam de estudos mais detalhados e profundos, elaborando laudos nos quais se baseará para emitir parecer.

§ 2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico terá sua estrutura e funcionamento regulados por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de fevereiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO  
Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2021

Publicação Nº 2878591

Estado de Santa Catarina  
Município de Ermo  
Fundo Municipal de Saúde

Extrato do Termo Aditivo  
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2021  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Ermo  
Contratado: Auto Posto Daminelli Ltda  
Objeto: Reajusta o valor dos objetos previstos na Cláusula primeira do contrato de origem



Valor: O valor do item 01 (gasolina comum), previsto na cláusula quinta do contrato de origem após reajuste resulta no valor de R\$ 4,538 (quatro reais, cinquenta e três centavos e oito centésimos de centavos).

O valor do item 02 (Óleo diesel comum), previsto na cláusula quinta do contrato de origem após reajuste resulta no valor de R\$ 3,599 (três reais, cinquenta e nove centavos e nove centésimos de centavos).

O valor do item 03 (Óleo Diesel B S10), previsto na cláusula quinta do contrato de origem após reajuste resulta no valor de R\$ 3,639 (três reais, sessenta e três centavos e nove centésimos de centavos).

Ermo/SC, 08/02/2021

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2021**

Publicação Nº 2878586

Estado de Santa Catarina  
Município de Ermo

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Ermo

Contratado: Auto Posto Daminelli Ltda

Objeto: Reajusta o valor dos objetos previstos na Cláusula primeira do contrato de origem

Valor: O valor do item 01 (gasolina comum), previsto na cláusula quinta do contrato de origem após reajuste resulta no valor de R\$ 4,538 (quatro reais, cinquenta e três centavos e oito centésimos de centavos).

O valor do item 02 (Óleo diesel comum), previsto na cláusula quinta do contrato de origem após reajuste resulta no valor de R\$ 3,599 (três reais, cinquenta e nove centavos e nove centésimos de centavos).

O valor do item 03 (Óleo Diesel B S10), previsto na cláusula quinta do contrato de origem após reajuste resulta no valor de R\$ 3,639 (três reais, sessenta e três centavos e nove centésimos de centavos).

Ermo/SC, 08/02/2021

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2021**

Publicação Nº 2878606

Estado de Santa Catarina  
Município de Ermo  
Fundo Municipal de Saúde

Extrato do Termo Aditivo

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2021

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

Contratado: Auto Posto Daminelli Ltda

Objeto: Reajusta o valor dos objetos previstos na Cláusula primeira do contrato de origem

Valor: O valor do item 01 (gasolina comum), previsto na cláusula quinta do contrato de origem após reajuste resulta no valor de R\$ 4,598 (quatro reais, cinquenta e nove centavos e oito centésimos de centavos).

O valor do item 02 (Óleo diesel comum), previsto na cláusula quinta do contrato de origem após reajuste resulta no valor de R\$ 3,698 (três reais, sessenta e nove centavos e oito centésimos de centavos).

O valor do item 03 (Óleo Diesel B S10), previsto na cláusula quinta do contrato de origem após reajuste resulta no valor de R\$ 3,748 (três reais, sessenta e quatro centavos e oito centésimos de centavos).

Ermo/SC, 15/02/2021

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2021**

Publicação Nº 2878613

Estado de Santa Catarina  
Município de Ermo

Extrato do Termo Aditivo

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Ermo

Contratado: Auto Posto Daminelli Ltda

Objeto: Reajusta o valor dos objetos previstos na Cláusula primeira do contrato de origem

Valor: O valor do item 01 (gasolina comum), previsto na cláusula quinta do contrato de origem após reajuste resulta no valor de R\$ 4,598 (quatro reais, cinquenta e nove centavos e oito centésimos de centavos).

O valor do item 02 (Óleo diesel comum), previsto na cláusula quinta do contrato de origem após reajuste resulta no valor de R\$ 3,698 (três



reais, sessenta e nove centavos e oito centésimos de centavos).

O valor do item 03 (Óleo Diesel B S10), previsto na cláusula quinta do contrato de origem após reajuste resulta no valor de R\$ 3,748 (três reais, sessenta e quatro centavos e oito centésimos de centavos).

Ermo/SC, 15/02/2021

## **PORTARIA Nº 078, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878141

PORTARIA Nº 078, de 22 de fevereiro de 2021.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia aos Servidores que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 91 da Lei Complementar Nº 039, de 01 de agosto de 2018;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença Prêmio em Pecúnia a servidora JUVENAL COSTA NETO MATHEUS, matrícula 548, referente ao período aquisitivo de 17/12/2020 a 16/12/2022, conforme Art. 91, § 6º da Lei Complementar Nº 039, de 01 de agosto de 2018:

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de fevereiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 079, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878145

PORTARIA Nº 079, de 23 de fevereiro de 2021

Concede Função Gratificada a servidor que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 8º, da Lei Complementar Nº 025, de 16 de dezembro de 2014;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor ADRIANA INÁCIO, Matrícula nº 155, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, a Função Gratificada Nível - FG - 3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 23 de fevereiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO  
Secretário de Administração e Finança



# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0001/2021

Publicação Nº 2878741

TERMO ADITIVO N. 02 AO,  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0001/2020

O MUNICIPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, com endereço Avenida Rio Grande do Sul, n. 458, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 83.009.910/0001-62, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor GILBERTO ANGELO LAZZARI, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n. 251.194.519-34, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa IGE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA, com sede na Rua Antonio Sperandio, 84-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob n. 03.663.558/0001-45, representada neste ato por seu representante legal, Senhor IVAN BATISTA GUARNIERI, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n. 400.546.169-72, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal no artigo 65, II, "d" da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, resolvem aditar o Contrato Administrativo originário e seu primeiro termo aditivo mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e às seguintes cláusulas contratuais.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Aplicar o IGP-M acumulado no período no percentual de 25,71% (dois vírgulas cinquenta e oito por cento) sobre o valor da locação do sistema de informação e pela prestação de serviços, objeto deste contrato, à CONTRATADA, passando o valor de R\$ 894,23 (oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos), para R\$ 1.124,13 (um mil cento e vinte e quatro reais com treze centavos) por mês.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

As demais disposições em contrário que não colidirem com o Contrato Administrativo n. 0001/2020 e seus Termos Aditivos n. 01, com o presente Termo Aditivo n. 02, permanecem em pleno vigor, ficando eleito o Foro da Comarca de Xanxerê-SC, para dirimência de quaisquer questões fundadas no presente instrumento, com renúncia expressa de quaisquer outros por mais privilegiado que possa ser.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo n. 02 ao Contrato Administrativo n. 0001/2020, em 4 (vias) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo

Faxinal dos Guedes/SC, 23 de Janeiro de 2021.

\_\_\_\_\_  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
IGE INF. SUPRIMENTOS LTDA  
IVAN BATISTA GUARNIERI  
CPF/MF sob n. 400.546.169-72

#### Testemunhas:

Gloraci José Bassani  
CPF/MF sob n. 490.569.800-68

Mauricio Prestes Grigol  
CPF/MF sob n. 073.151.449-19



# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### ATA DE HABILITAÇÃO E JULGAMENTO Nº. 94/2021

Publicação Nº 2878547

#### ATA DE HABILITAÇÃO E JULGAMENTO

Processo Licitatório Nº. 94/2021

Modalidade: Inexigibilidade/Chamamento Público Nº. 01/2021

No dia 19 de fevereiro de 2021, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 32/2021, para realizar a abertura dos envelopes da habilitação e proposta de preço dos proponentes interessados em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SCFV DO MUNICÍPIO. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório os seguintes interessados:

Código	Nome	CNPJ/CPF
2858	CLODIMAR JOSE DE BORBA	037.169.519-86
1833	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINHA-CCCCCOOPERAGIR - MATRIZ	09.271.145/0001-00
4469	EDIMAR MANN	072.924.599-35
1811	EDUARDO BACK	744.172.749-91
690	GENOR VALER	515.900.429-72
3366	LEOPOLDO LAURI MATTES	436.288.180-87
4287	SIDINEI ALTEVOGT 08376334948	25.153.963/0001-56
865	TRANQUILO BIANCHET	386.498.539-00
129	VILMAR ROSSA	736.806.139-20

Iniciada a sessão sem a presença dos representantes das proponentes participantes, a comissão de licitações abriu os envelopes contendo os documentos para a habilitação, em seguida os documentos foram analisados e vistos. Feito isso a comissão habilitou todas as proponentes participantes, pois apresentaram toda a documentação exigida, cumprindo com as exigências impostas.

Em seguida passou-se para a abertura e o julgamento das propostas apresentadas. Após a Classificação das Propostas de Preços foi adjudicado as seguintes proponentes como vencedoras, conforme itens abaixo:

ITEM	QUANT	UNID	VENCEDORES	CARACTERÍSTICAS	ÉPOCA DE ENTREGA	VALOR UNIT.
3.	50,00	KG	TRANQUILO BIANCHET	SALGADOS ASSADOS RECHEADOS - Fresco, de boa qualidade, sabores diversos, embalados em bandejas com 5und de 150g cada. A embalagem deve ser individual e após embaladas em bandejas plastificadas, com plástico transparente e atóxico, contendo prazo de validade e a rotulagem nutricional de acordo com legislação vigente com data de fabricação recente e peso identificado	Ano todo	R\$ 23,00
4.	100,00	KG	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINHA-	BOLO DOCE TIPO CUPCAKE - de ótima qualidade, íntegro, produzido de forma artesanal, sem conservantes ou corantes ou outros aditivos utilizados em produtos industrializados, com ou sem cobertura dependendo da necessidade. A embalagem deve ser em forminhas individuais e após embaladas em bandejas plastificadas, com plástico transparente e atóxico, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade e a rotulagem nutricional de acordo com legislação vigente	Ano todo	R\$ 20,00
5.	550,00	KG	TRANQUILO BIANCHET	CUCA RECHEADA - Cuca de ótima qualidade, íntegra, produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos produtos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela vigilância sanitária. A embalagem deve ser plástico transparente e atóxico, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade e rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente	Ano todo	R\$ 14,00
6.	20,00	KG	CLODIMAR JOSE DE BORBA	PIMENTÃO - Fresco, maduro, de 1ª qualidade embalados em bandejas de 0,5 kg	Ano todo	R\$ 8,00



7.	250,00	KG	CLODIMAR JOSE DE BORBA	TOMATE - Grau médio de amadurecimento, de 1º qualidade, são, sem rupturas, acondicionado em embalagem atóxica, resistente e transparente em pacotes de 02 kg, com etiqueta de pesagem.	Ano todo	R\$ 4,12
8.	300,00	KG	GENOR VALER	MORANGO - De 1º qualidade, são, sem rupturas, acondicionado em embalagem atóxica, resistente e transparente de 01 kg, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal.	Julho/dezembro	R\$ 16,00
9.	400,00	KG	CLODIMAR JOSE DE BORBA	BETERRABA - Nova, de 1º qualidade, tamanho médio, limpa, acondicionada, embalagem resistente e transparente, com etiqueta de pesagem.	Ano todo	R\$ 3,00
10.	100,00	BDJ	LEOPOLDO LAURI MATTES	MILHO VERDE (ESPIGA) - Novo, fresco, grau médio de amadurecimento, limpo, em espigas inteiras, acondicionado em bandejas contendo 5 und cada	Ano todo	R\$ 3,75
11.	200,00	KG	CLODIMAR JOSE DE BORBA	PEPINO JAPONÊS - Novo, de 1º qualidade, tamanho médio, limpo, acondicionado em embalagem resistente e transparente, com etiqueta de pesagem.	Ano todo	R\$ 3,75
12.	400,00	UND	VILMAR ROSSA	ALFACE - Novo, de 1º qualidade, tamanho médio, limpo, acondicionado em embalagem resistente e transparente, com 1 und	Ano todo	2,19
13.	300,00	KG	VILMAR ROSSA	MANDIOCA DESCASCADA - Nova, de 1º qualidade, tamanho médio, limpo, acondicionada em embalagem resistente e transparente, com etiqueta de pesagem. Pacotes de 02 kg	Ano todo	R\$ 3,53
15.	400,00	KG	CLODIMAR JOSE DE BORBA	CHUCHU - Novo, de 1º qualidade, tamanho médio, limpo, acondicionada, embalagem resistente e transparente, com etiqueta de pesagem.	Maio a novembro	R\$ 2,50
16.	1.450,00	KG	VILMAR ROSSA	LARANJA VALÊNCIA - Fresca, madura de 1ª qualidade, limpa acondicionada em embalagem resistente e limpa e com etiqueta de pesagem	Ano todo	R\$ 2,16
17.	150,00	UND	LEOPOLDO LAURI MATTES	REPOLHO - Limpo, de 1ª qualidade, tamanho grande acondicionado em embalagem transparente, limpa contendo 1 und.	Ano todo	R\$ 2,81
18.	400,00	KG	EDUARDO BACK	POKAN - Fresca, madura de 1ª qualidade, limpa acondicionada em embalagem resistente e limpa e com etiqueta de pesagem	Ano todo	R\$ 3,50
19.	400,00	KG	EDUARDO BACK	BERGAMOTA - Fresca, madura de 1ª qualidade, limpa acondicionada em embalagem resistente e limpa e com etiqueta de pesagem	Ano todo	R\$ 2,70
20.	500,00	LT	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMI-NHA-	SUCO DE UVA NATURAL ( INTEGRAL) - sem adição de açúcar e na sua concentração natural, não fermentado, obtido do suco da fruta fresca e madura. Deverá ser submetido a processo tecnológico adequado e envasado assepticamente. Acondicionado em embalagens de vidro contendo até 1,5 litro. O prazo de validade mínimo será de dois anos a partir da data de entrega do produto.	Ano todo	R\$ 18,00
21.	100,00	KG	LEOPOLDO LAURI MATTES	MARACUJÁ - Fresco, maduro de 1ª qualidade, limpo acondicionado em embalagem transparente, resistentes e limpa e com etiqueta de pesagem.	Ano todo	R\$ 7,25
22.	150,00	KG	LEOPOLDO LAURI MATTES	FEIJÃO DE VAGEM - Fresco, de 1ª qualidade, limpo, acondicionado em sacos plásticos para verduras, resistente transparente e limpa. Em pacotes de 02 kg, com etiqueta de pesagem	Ano todo	R\$ 9,00
23.	200,00	UND	CLODIMAR JOSE DE BORBA	COUVE-FLOR - Fresca, de 1ª qualidade, limpa acondicionada em embalagem resistente e limpa contendo 1 und	Ano todo	R\$ 4,24
24.	200,00	UND	CLODIMAR JOSE DE BORBA	BRÓCOLIS JAPONÊS - Fresco, de 1ª qualidade, limpo, acondicionado em embalagem resistente transparente e limpa contendo 1 und.	Ano todo	R\$ 3,88
25.	50,00	KG	EDUARDO BACK	LIMÃO TAHITI - de 1º qualidade, casca são, firme, sem rachaduras, murcha, sem defeitos físicos ou dano mecânico. a polpa deve estar intacta e firme. deve ser fresco, atingindo o grau máximo ao tamanho (médio), aroma, cor e sabor próprio da espécie e variedade. não deve conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. livre de resíduos de fertilizantes. de colheita recente. acondicionados em caixas adequadamente higienizadas.	Ano Todo	R\$ 4,25



26.	200,00	MÇ	LEOPOLDO LAURI MATTES	TEMPERO VERDE (salsa e cebolinha) em maços, fresco, colhido no dia da entrega e em sacos plásticos transparentes próprios para hortaliças.	Ano Todo	R\$ 2,39
27.	650,00	KG	GENOR VALER	MELANCIA SÃ, de 1ª qualidade, pesando média de 10-13 kg, sem sujidades, e resíduos aderidos a casca e livre de fissuras e rachaduras, frescas e uniformes	Época da fruta	R\$ 1,20
29.	300,00	KG	GENOR VALER	MELÃO DE 1ª QUALIDADE, pesando média de 1-3 kg, sem sujidades, e resíduos aderidos a casca e livre de fissuras e rachaduras, frescos e uniformes	Época da fruta	R\$ 2,75
30.	400,00	KG	EDUARDO BACK	ABÓBORA CABOTIÁ, casca verde, com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre da maior parte possível de terra aderente à casca e de resíduos de fertilizantes. Isenta de umidade externa anormal.	Época do vegetal	R\$ 3,00
31.	200,00	KG	LEOPOLDO LAURI MATTES	ABACATE, de 1ª qualidade, sem sujidades, machucados e em bom estado de maturação.	Época da fruta	R\$ 3,50
32.	250,00	KG	GENOR VALER	BATATA DOCE, lisa, com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanho médios e uniformes, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência. De colheita recente. Embalagem em KG.	Época do vegetal	R\$ 3,37
34.	150,00	KG	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINHÁ	BOLO DE CACAU, bolo cuja massa apresente cacau no teor de 50%, fresco, macio, de primeira qualidade, íntegro, com sabor e odor característicos, produzido de forma artesanal, sem conservantes ou corantes ou outros aditivos utilizados em produtos industrializados, com ou sem cobertura dependendo da necessidade, sendo que quando solicitada cobertura esta deverá conter cacau no teor de 50% a 100%, conforme solicitado. Pedacos médios com aproximadamente 100 gramas cada. A embalagem deve ser em forminhas individuais e após embaladas em bandejas plastificadas, com plástico transparente e atóxico, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade e a rotulagem nutricional de acordo com legislação vigente.	Ano todo	R\$ 30,00
35.	150,00	KG	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINHÁ	BOLO DE TANGERINA E/OU LARANJA, bolo cuja massa contenha suco natural de tangerina e/ou laranja, fresco, macio, de primeira qualidade, íntegro, com sabor e odor característicos, produzido de forma artesanal, sem conservantes ou corantes ou outros aditivos utilizados em produtos industrializados, com ou sem cobertura dependendo da necessidade, sendo que quando solicitada cobertura esta deverá conter suco natural de limão ou de outra fruta cítrica, conforme solicitado. Pedacos médios com aproximadamente 100 gramas cada. A embalagem deve ser em forminhas individuais e após embaladas em bandejas plastificadas, com plástico transparente e atóxico, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade e a rotulagem nutricional de acordo com legislação vigente.	Ano todo	R\$ 24,00
36.	10,00	KG	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINHÁ	BOLO DOCE ISENTO DE GLÚTEN, LACTOSE, OVOS, AÇÚCAR OU AMBOS, bolo com isenção de um ou mais dos seguintes ingredientes: glúten, lactose, ovos e açúcar, conforme solicitação prévia. Fresco, macio, de primeira qualidade, íntegro, com sabor e odor característicos, produzido de forma artesanal, sem conservantes ou corantes ou outros aditivos utilizados em produtos industrializados, com ou sem cobertura dependendo da necessidade. Pedacos médios com aproximadamente 100 gramas cada. A embalagem deve ser em forminhas individuais e após embaladas em bandejas plastificadas, com plástico transparente e atóxico, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade e a rotulagem nutricional de acordo com legislação vigente.	Ano todo	R\$ 40,00



37.	250,00	KG	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINHANA-	PÃO SALGADO DE ERVAS FINAS, pão de trigo, fresco, macio, de primeira qualidade, íntegro, com sabor e odor característicos, não amassado, produzido de forma artesanal, sem conservantes ou corantes ou outros aditivos utilizados em produtos industrializados. Sabor natural de ervas finas. A embalagem deve ser individual em bandejas plastificadas, com plástico transparente e atóxico, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade e a rotulagem nutricional de acordo com legislação vigente.	Ano todo	R\$ 15,00
38.	700,00	UND	SIDINEI ALTEVOGT 08376334948	GELADINHO 100% NATURAL, sem adição de açúcar ou conservantes. sabores diversos	Ano todo	1,20
39.	100,00	KG	SIDINEI ALTEVOGT 08376334948	POLPA DE FRUTA CONGELADA: 100% natural, sem adição de açúcar ou conservantes. sabores morango, maracujá. embalagem de 1 kg	Ano todo	25,00
40.	100,00	KG	SIDINEI ALTEVOGT 08376334948	POLPA DE FRUTA CONGELADA: 100% natural, sem adição de açúcar ou conservantes. sabores abacaxi, acerola, uva e laranja. embalagem de 1 kg.	Ano todo	23,00
41.	500,00	Und	SIDINEI ALTEVOGT 08376334948	PICOLÉ 100% NATURAL, sem adição de açúcar ou conservantes. sabores diversos. embalagem de 50 gramas	Ano todo	3,50
42.	300,00	Kg	GENOR VALER	PÊSSEGO - Semi-maduro, com grau de maturação que permita a manipulação e conservação adequada para consumo mediato e imediato, tamanho médio, apresentando cor, odor, tamanho e conformação uniformes. Devem ser íntegros, isentos de rupturas, manchas escuras, bolores, sujidades ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre de resíduos de fertilizantes. Deverão ser bem desenvolvidos, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionados em caixas adequadamente higienizadas. Entrega conforme solicitação / cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	Ano todo	R\$ 5,00

Os itens 1, 2, 14, 28 e 33 foram considerados fracassados, pelo fato de que nenhuma proponente cotou os itens relacionados acima.

O valor total estimado de R\$ 67.010,50 (Sessenta e sete mil e dez reais e cinquenta centavos distribuídos da seguinte forma:

Nome	VALOR TOTAL
CLODIMAR JOSE DE BORBA	R\$ 5.764,00
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINHA - COOPERAGIR -MATRIZ	R\$ 23.250,00
EDUARDO BACK	R\$ 3.892,50
GENOR VALER	R\$ 8.747,50
LEOPOLDO LAURI MATTES	R\$ 4.049,50
SIDINEI ALTEVOGT 08376334948	R\$ 7.390,00
TRANQUILO BIANCHET	R\$ 8.850,00
VILMAR ROSSA	R\$ 5.067,00

Findos os trabalhos de Habilitação e classificação das propostas, o Presidente da Comissão de Licitação encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos dezenove dias do mês fevereiro de dois mil e vinte e um.

MAIKO RODRIGO STAMM		DIOGO DE BEM		VANDERLEI KUHN
Membro da comissão		Pregoeiro		Membro da comissão

de acordo:

## DECRETO Nº. 14/2021

Publicação Nº 2878826

DECRETO N.º 014/2021
SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
SIDNEI JOSE WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Esta-do de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 0722/2020.

DECRETA:

ART. 1º Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria Municipal de Administração, a importância de R\$ 123.059,77 (cento e vinte três mil e cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos) nas dotações orçamentárias seguintes:



03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 – Departamento de Administração	
06.181 – Policiamento	
06.181.0005 – Flor do Sertão Segura	
06.181.0005.2.006 – Manut. Conv. Radio Patrulha/Conv.Transito/Pol.Civil	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	37.938,54
Fonte: 0100 – Recursos Ordinários	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	22.902,09
Fonte: 0110 – Convênio de Trânsito – Militar	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	45.625,15
Fonte: 0111 – Convênio de Trânsito – Civil	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	7.647,39
Fonte: 0112 – Convênio de Trânsito - Prefeitura	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	8.946,60
Fonte: 0200 – Recursos de outras Fontes – Rec. Próprios	
TOTAL FONTE	123.059,77

ART. 2º Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria de Infraestrutura e Transportes e Desenvolvimento Urbano, a importância de R\$ 28.087,64 (vinte e oito mil e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) nas dotações orçamentárias seguintes:

09.00 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, TRANSPORTES E DES. URBANO	
09.02 – Departamento de Transportes e Desenvolvimento Urbano	
26.782 – Transporte Rodoviário	
26.782.0019 – Estradas Vicinais	
26.782.0019.2.049 – Manutenção de Ativ. Da Secr. De Infra-Estr. e Transportes	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	20.300,24
Fonte: 0139 – Fundo Especial do Petróleo FEP	
TOTAL FONTE	20.300,24

09.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E DES. URBANO	
09.02 – Departamento de Transportes e Desenvolvimento Urbano	
26.782 – Transporte Rodoviário	
26.782.0019 – Estradas Vicinais	
26.782.0019.2.049 – Manutenção de Ativ. Da Secr. De InfraEstr. e Transportes	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	7.164,69
Fonte: 0107 – CIDE	
TOTAL FONTE	7.164,69

09.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E DES. URBANO	
09.01 – Departamento de Infraestrutura	
15.452 – Serviços Urbanos	
15.452.0018 – Cidade de Qualidade	
15.452.0018.2.047 – Manutenção da Iluminação Publica	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	622,71
Fonte: 0117 – Contribuição p/Custeio Serv. de Iluminação Publica	
TOTAL FONTE	622,71

ART. 3º Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria de Administração, a importância de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) na dotação orçamentária seguinte:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.02 – Departamento de Planejamento Ind. Com. Serviço	
22.334 – Fomento ao Trabalho	
22.334.0006 – Desenvolvimento Econômico	
22.334.0006.1.004 – Manutenção Ativ. Desenv. Econômico/Área Industrial	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	280.000,00
Fonte: 0100 – Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	280.000,00

ART. 4º Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria de Educação, Cultura Esporte e Lazer, a importância de R\$ 26.586,46 (vinte



e seis mil quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos) nas dotações orçamentárias seguintes:

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
05.01 – Departamento de Educação	
12.306 – Alimentação e Nutrição	
12.306.0009 – Educar para o Futuro	
12.306.0009.2.011 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	8.977,42
Fonte: 0143 – Rec. Programa Nacional de Alimentação Escolar	
TOTAL DA FONTE	8.977,42

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
05.01 – Departamento de Educação	
12.361 – Ensino Fundamental	
12.361.0009 – Educar para o Futuro	
12.361.0009.2.014 – Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	17.609,04
Fonte: 0144 – Rec. Prog. Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	
TOTAL DA FONTE	17.609,04

ART. 5º Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a importância de R\$ 274.355,17 (duzentos e setenta e quatro mil trezentos e cinquenta e cinco reais e dezessete centavos) nas dotações orçamentárias seguintes:

07.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244 – Assistência Comunitária	
08.244.0015 – Novos Horizontes	
08.244.0015.2.037 – Manutenção do CRAS	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	134.058,93
Fonte: 0165 – Transferências do SUAS – Estado	
TOTAL FONTE	134.058,93

07.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	
08.243.0015 – Novos Horizontes	
08.243.0015.2.034 – Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	117.446,74
Fonte: 0135 – Transferências do SUAS - União	
TOTAL FONTE	117.446,74

07.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244 – Assistência Comunitária	
08.244.0015 – Novos Horizontes	
08.244.0015.2.038 – Apoio a Gestão Bolsa Família e Gerenc. IGD - BF	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	21.298,36
Fonte: 0135 – Transferências do SUAS - União	
TOTAL FONTE	21.298,36

07.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244 – Assistência à Criança e ao Adolescente	
08.244.0015 – Novos Horizontes	
08.244.0015.2.039 – Gestão do IGD/SUAS	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	1.551,14
Fonte: 0135 – Transferências do SUAS - União	
TOTAL FONTE	1.551,14

ART. 6º Os recursos para abertura do crédito suplementar de que tratam os artigos anteriores, são provenientes do Superávit Financeiro de cada fonte de recursos, verificado no balanço de 2020.



ART. 7º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2021.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal

## PORTARIA N° 098/2021

Publicação N° 2877943

PORTARIA N° 098/2021

ALTERA LOTAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria ALTERADA A LOTAÇÃO do Servidor Municipal ELOIDE RODRIGUES DE LIMA ocupante do cargo de Motorista com carga horária de 40 horas semanais, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 23 dia do mês de Fevereiro de 2021.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS Responsável Dpto Pessoal

## PORTARIA N° 099/2021

Publicação N° 2877944

PORTARIA N° 099/2021

INTERROMPE PERÍODO DE FÉRIAS DA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria INTERROMPIDO O PERÍODO DE FÉRIAS da Servidora Municipal Rosemar Ferreira Gaboardi ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir da data de 23/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2021.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal



# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N° 5236/2021

Publicação N° 2878461

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N° 5236, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE ANTONIO COMUNELLO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 71. da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal N.º 357, de 24 de dezembro de 2005 e Lei Municipal N.º 516, de 18 de maio de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Saúde de Formosa do Sul, os seguintes membros:

I – DO GOVERNO MUNICIPAL:

- a) Secretaria Municipal De Saúde e Assistência Social:  
Leo Pedro Migliavacca e suplente Estela Fátima Lunkes.
- b) Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento:  
Aline Vian e suplente James Alberto Furlanetto.
- c) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:  
Chayane Prigolli Milan e suplente Marlon Borges.
- d) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:  
Rafael Spagnollo e Suplente Divonei De Cézar;

II – PROFISSIONAIS DE SAÚDE:

- a) Profissionais de Saúde:  
Mônica Pelegrini e suplente Ariane Deconto.  
Carine Eberle Cella e suplente Kely Cristina Maria.

III – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

- a) Unidade Básica de Saúde:  
Priscila Chemin e suplente Juliana Pasqualoto Scariot

IV – DOS USUÁRIOS:

- a) Pastoral da Saúde: Idione Maria Tomazini Menon e Suplente Nilce Miranda Jeremias.
- b) Mulheres Agricultoras: Oliva Moreschi e Suplente Maria Ana Frizom.
- c) Associação Pais e Professores: Luizete R. Lorensen e suplente Silene Dal Santo.
- d) Associação de Artesãos de Formosa do Sul – ARTEFOR: Idalina Ana Cella e Suplente Odete Cella.
- e) Comércio Local: Fernando Cella e suplente Gleisiane Pazinato
- f) Sindicato Agricultura Familiar: Cleomar Eberle e Suplente Amália Aparecida M. Variani
- g) Sociedade Esportiva e Recreativa Formosa - SER Formosa: Itacir Prigolli e Suplente Leodir José Balzan

Art. 2º Os membros de que trata o Artigo 1.º prestarão serviços em relevância, sem ônus para o Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 4838, de 18 de novembro de 2019, o Decreto Municipal nº 5001, 23 de junho de 2020 e o Decreto Municipal nº 5114, 07 de dezembro de 2020.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 23 de fevereiro de 2021.

JORGE ANTONIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.



**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº22/2021**

Publicação Nº 2879681

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 22/2021**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PARA O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL  
CONTRATADO: OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
VALOR: R\$ 6.682,40 (seis mil seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos)  
Vigência: Início: 19/02/2021 Término: 18/02/2022

Formosa Do Sul, 19 de fevereiro de 2021

JORGE ANTÔNIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº25/2021**

Publicação Nº 2878584

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2021**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL E A NEIDE MAFFIOLETTI DONZELLI 86674552968.

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 80.637.424.0001-09, com endereço na Av. Getúlio Vargas nº 580, Centro, nesta cidade de Formosa do Sul, representado neste ato por seu Prefeito, Senhor Jorge Antônio Comunello, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e a NEIDE MAFFIOLETTI DONZELLI 86674552968, estabelecida na avenida PRIMO ALBERTO BODANESE, CENTRO, QUILOMBO/SC, inscrita no CNPJ nº 28.639.065/0001-09, representada, neste ato, por NEIDE MAFFIOLETTI DONZELLI, CPF nº 866.745.529-68, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Edital de Credenciamento nº 1/2021 e da sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93, celebram o presente instrumento de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA I**

O presente instrumento tem por objeto o:

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS CIDADES DE CHAPECÓ-SC E/OU QUILOMBO-SC, PARA OS SERVIDORES E/OU AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMOSA DO SUL, especificada na forma descrita no Anexo I deste Edital.

Os quantitativos serão estabelecidos conforme a necessidade do município de Formosa do Sul em conformidade com a tabela que segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
1	Fornecimento de refeição em restaurante localizado na cidade de Chapecó-SC e/ou Quilombo-SC, contendo Buffet com pratos quentes e carne, saladas diversas, sobremesa, acompanhado de 01 (uma) água mineral de 500ml ou 01 (um) suco de frutas ou 01 (um) refrigerante de 350ml.	25,00

O prestador deverá disponibilizar o acesso conforme necessidade dos servidores e/ou agentes políticos quando estes estiverem a serviço do Município.

**CLÁUSULA II - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO**

A CREDENCIADA deverá prestar os serviços de fornecimento de refeições na sede da empresa conforme necessidade do Município. O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 31/12/2021, podendo ser prorrogado, por interesse do CREDENCIANTE e anuência da CREDENCIADA, por iguais e sucessivos períodos de 12(doze) meses, até o limite de (60) sessenta meses (art. 57, II, da Lei n.º 8.666-93).

**CLÁUSULA III - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO**

Os serviços contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de refeições, mensalmente, e, para o pagamento, a CREDENCIADA deverá apresentar a nota fiscal acompanhada das autorizações para almoço, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, destacando a quantidade e valor. Os valores serão pagos a CREDENCIADA, mensalmente, até o 15º dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.

**CLÁUSULA IV - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação de serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter durante a vigência deste Termo, às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço será de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

- a) Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE; e  
b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

**CLÁUSULA V- DA FISCALIZAÇÃO**

O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo.

**CLÁUSULA VI - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta do orçamento vigente.

#### CLÁUSULA VII - DA VINCULAÇÃO

Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 01/2021, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA VIII - DA RESCISÃO

A rescisão deste termo ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

#### CLÁUSULA IX- DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Quilombo, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certos e ajustados assinam as partes este TERMO DE CONTRATO, em 3 (três) vias, de igual teor e forma.

Formosa do Sul, 23 de fevereiro de 2021

JORGE ANTÔNIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

NEIDE MAFFIOLETTI DONZELLI  
REPRESENTANTE LEGAL

ANDERSON TISSIANI VEDANA  
Advogado  
OAB/SC 24031

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº26/2021

Publicação Nº 2878841

EXTRATO CONTRATUAL Nº 26/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM PARTE DA RUA ANTÔNIO CELLA, INCLUINDO A MÃO-DE-OBRA E O FORNECIMENTO DE MATERIAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU Nº884712/2019 E NOS TERMOS DO PROJETO DE ENGENHARIA QUE FAZEM PARTE DESTE EDITAL.

CONTRATADO: PAVOESTE PAVIMENTACOES LTDA

VALOR: R\$ 268.109,87 (duzentos e sessenta e oito mil e cento e nove reais e oitenta e sete centavos).

Vigência: Início:23/02/2021 Término: 30/07/2021

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 44/2020

Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2020

Formosa Do Sul, 23 de fevereiro de 2021

JORGE ANTÔNIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA N.º 333, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878457

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

PORTARIA N.º 333, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DO REGIME DE TELETRABALHO A SERVIDORA MUNICIPAL”.

O Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 71, V e XXIV da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Autorizada, nos termos do Decreto Municipal n.º 5199, de 21 janeiro de 2021, a adoção do regime de Teletrabalho/Home office a servidora municipal JOSIELLI TRENTO TROIANI, diretora de departamento.

Art. 2º A presente autorização vigorará pelo período de 60 (sessenta dias) dias, passível de prorrogação em persistindo as circunstâncias fáticas da pandemia.



Parágrafo único. No caso da gestante, em persistindo as circunstâncias fáticas da pandemia, o regime de teletrabalho vigorará até o início da licença maternidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Formosa do Sul, em 23 de fevereiro de 2021.

JORGE ANTONIO COMUNELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.



# Forquilha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/FMS/2021

Publicação Nº 2877851

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRAR PREÇO

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº. 06/FMS/2021.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de peças para manutenção de equipamentos médicos e odontológicos, da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, para o período de 12 meses

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de março de 2021 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 17:00 horas, por e-mail: [processos@forquilha.sc.gov.br](mailto:processos@forquilha.sc.gov.br) ou pelo site: [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br) (transparência; licitações).

Forquilha, 23 de fevereiro de 2021.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRAR PREÇO

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº. 06/FMS/2021.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de peças para manutenção de equipamentos médicos e odontológicos, da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, para o período de 12 meses

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de março de 2021 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 17:00 horas, por e-mail: [processos@forquilha.sc.gov.br](mailto:processos@forquilha.sc.gov.br) ou pelo site: [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br) (transparência; licitações).

Forquilha, 23 de fevereiro de 2021.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/FMS/2021

Publicação Nº 2877852

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº. 07/FMS/2021.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo a contratação de empresa para a prestação de serviços de mão de obra especializada, para manutenção preventiva, corretiva e recuperação de equipamentos médicos e odontológicos da Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de março de 2021 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 17:00 horas, por e-mail: [processos@forquilha.sc.gov.br](mailto:processos@forquilha.sc.gov.br) ou pelo site: [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br) (transparência; licitações).

Forquilha, 23 de fevereiro de 2021.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
Pregoeira



**EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF 06/2021**

Publicação Nº 2878347

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 06/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 75/2020  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – BRE CONSTRUÇÕES EIRELI

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para execução parcial de 741,36m<sup>2</sup> para compor o Centro Comunitário do Bairro Vila Lourdes, localizada na Rua Hercílio Minatto, Município de Forquilha/SC.

DO VALOR Fica acrescido o valor de R\$ 11.654,34 (onze mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) ao Contrato nº. 75/PMF/2020.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93, Tomada de Preço 127/PMF/2020.

DATA DA ASSINATURA – 10 de fevereiro de 2021.

JOSÉ CLÁUDIO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF 07/2021**

Publicação Nº 2877875

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 07/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 81/2020  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para reforma parcial da Sede Administrativa do Poder Público Municipal, localizado no Paço Municipal, Avenida 25 de Julho, nº 3400, Centro, Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO - Fica acrescido 30 (trinta) dias no prazo de prestação de serviços, objeto do Contrato nº. 81/PMF/2020 passando de 13/02/2021 para 15/03/2021 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 14/03/2026.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93, Tomada de Preço 151/PMF/2020.

DATA DA ASSINATURA – 10 de fevereiro de 2021.

JOSÉ CLÁUDIO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF 24/2021**

Publicação Nº 2879574

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 24/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 18/2018

LOCATÁRIO – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

LOCADOR – IDEAL ESPORTE CLUBE



DO OBJETO – O objeto do contrato PMF Nº 18/2018 é a locação de Ginásio de Esportes Adolfo Back, situado nas Ruas do Cinquentenário Leonardo Steiner e Professor Arlindo Junkes, Bairro Centro, Forquilha/SC, para atendimento as atividades administrativas, esportivas e culturais da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

DO VALOR – Fica suprimido o valor desta locação, passando o valor mensal de R\$ 4.500,00 para R\$ 1.500,00, sendo que a supressão corresponde ao valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para o período de vigência de 01/01/2021 a 31/03/2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 58 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 12 de fevereiro de 2021.

JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF 30/2021

Publicação Nº 2877879

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 30/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 85/2020  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para execução parcial de 741,36m<sup>2</sup> para compor o Centro Comunitário do Bairro Vila Lourdes, localizada na Rua Hercílio Minatto, Município de Forquilha/SC.

DO VALOR - Fica acrescido o valor de R\$ 20.757,54 (vinte mil e setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) ao Contrato nº. 85/PMF/2020.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93, Tomada de Preço 150/PMF/2020.

DATA DA ASSINATURA – 19 de fevereiro de 2021.

JOSÉ CLÁUDIO GONÇALVES  
Prefeito Municipal



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DA REVOGAÇÃO PAL 0022-2021 - PMF

Publicação Nº 2878859

Aviso de Revogação do Processo Administrativo Licitatório nº 0022/2021 – PMF – Inexigibilidade de Licitação nº 0006/2021

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Prefeito de Fraiburgo torna público a REVOGAÇÃO do processo administrativo licitatório em epígrafe, cujo objeto era a contratação da Radio Fraiburgo para veiculação radiofônica. Com inserções diárias e mensais conforme pauta encaminhada pelo departamento de comunicação do Município de Fraiburgo. 3 inserções diárias de 60" segundos cada e 30 inserções mensais de 30" segundos, estando tais motivos devidamente fundamentados na Decisão constante do referido Processo, com base no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e nos termos da Súmulas do Supremo Tribunal Federal.

Fraiburgo(SC), 23 de fevereiro de 2021.

Wilson Ribeiro Cardoso Júnior – Prefeito Municipal

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006\_2021-PMF - RÁDIO FRAIBURGO

Publicação Nº 2878862

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2021 – PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0022/2021 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O município de Fraiburgo (SC), torna público a inexigibilidade de licitação nº 0006/2021, referente a contratação da Radio Fraiburgo para veiculação radiofônica. Com inserções diárias e mensais conforme pauta encaminhada pelo departamento de comunicação do Município de Fraiburgo. 3 inserções diárias de 60" segundos cada e 30 inserções mensais de 30" segundos. Contratada: RÁDIO FRAIBURGO LTDA, inscrita no CNPJ 83.399.980/0001-74. Valor Total: R\$ 66.825,00 (sessenta e seis mil oitocentos e vinte e cinco reais)

Fundamento legal. Artigo 25, caput, da Lei 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 12 de fevereiro de 2021.

Wilson Ribeiro Cardoso Junior – Prefeito Municipal

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007\_2021-PMF - RÁDIO FRAIBURGO

Publicação Nº 2878863

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007/2021 – PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0027/2021 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O município de Fraiburgo (SC), torna público a inexigibilidade de licitação nº 0007/2021, referente a contratação da Radio Fraiburgo para veiculação radiofônica. São inserções para veiculação de publicidade de cunho informativo, atos oficiais, avisos, eventos e campanhas do município de Fraiburgo, seus órgãos e suas entidades, de acordo com a pauta enviada pela comunicação. Contratada: RÁDIO FRAIBURGO LTDA, inscrita no CNPJ 83.399.980/0001-74. Valor Total: R\$ 62.280,00 (sessenta e dois mil duzentos e oitenta reais)

Fundamento legal. Artigo 25, caput, da Lei 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 23 de fevereiro de 2021.

Wilson Ribeiro Cardoso Junior – Prefeito Municipal

### AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006\_2021 RP 0007 PMF

Publicação Nº 2878865

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0006/2021 – PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0007/2021

Processo Administrativo Licitatório nº 0025/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de manutenção, consertos de instalações elétricas e serviços afins, sem o fornecimento de material, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), e Órgãos Participantes (FME e FMS). Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO; Recursos: Próprios. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 25.03.2021 até as 09:00 horas do dia: 10.03.2021. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 horas até as 09:30 horas do dia 10.03.2021. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 10.03.2021. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) . Acesso Identificado. Informações e/ou



cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3001 e-mail: [licita@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:licita@fraiburgo.sc.gov.br) . Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) link "LICITAÇÕES".

Fraiburgo(SC), 23 de fevereiro de 2021.

Wilson Ribeiro Cardoso Junior – Prefeito Municipal

## **AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007\_2021 RP 0008 PMF**

Publicação Nº 2878866

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0007/2021 – PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0008/2021

Processo Administrativo Licitatório nº 0026/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo para o fornecimento de paver, lajotas, meio-fio de concreto, e serviços de assentamento, recorte ou reforma de piso (incluindo os materiais necessários e mão-de-obra) para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (Sanefrai e FMS). Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO; Recursos: Próprios. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 25.03.2021 até as 09:00 horas do dia: 11.03.2021. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 horas até as 09:30 horas do dia 11.03.2021. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 11.03.2021. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) . Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3001 e-mail: [licita@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:licita@fraiburgo.sc.gov.br) . Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) link "LICITAÇÕES".

Fraiburgo(SC), 23 de fevereiro de 2021.

Wilson Ribeiro Cardoso Junior – Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 050 - 2021**

Publicação Nº 2878959

DECRETO Nº 050, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

REVALIDA O DECRETO 231/2020, QUE APROVOU O DESMEMBRAMENTO DO IMÓVEL COM 15.326,37M², MATRICULADO SOB Nº 9399 E UNIFICAÇÃO NO IMÓVEL COM 5.687,76M², MATRICULADO SOB Nº 9400, DE PROPRIEDADE DE AGRONEGÓCIOS LIBERATA LTDA ME E MF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA.

Wilson Ribeiro Cardoso Junior, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica revalidado o Decreto nº 231 de 20 de outubro de 2020, que aprovou o Desmembramento seguido de Unificação de 1.600,00m², sob as matrículas nº 9399 e 9400, de Propriedade de Agronegócios Liberata LTDA ME e MF Indústria e Comércio De Máquinas LTDA, convalidando todo o seu conteúdo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR

Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3421 de 24/02/2021, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

## **PORTARIA 05402021**

Publicação Nº 2878872

PORTARIA Nº 0540, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Retifica e Ratifica a Portaria nº 0427/2021

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o artigo 1º da portaria nº 0427 de 09 de fevereiro de 2021, que contratou a servidora ANGELA BALESTRIN, brasileira,



solteira, inscrita no CPF sob nº 656.702.999-49, sendo que a carga horária correta são 37 (trinta e sete) horas semanais.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 0427 de 09 de fevereiro de 2021.

Fraiburgo, 23 de fevereiro de 2021.  
WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 05412021**

Publicação Nº 2878886

PORTARIA Nº 0541, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 00591/2021 oriunda da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

### **RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir o contrato de GÉSSICA CAROLINE PONTES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 109.719.069-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 22 de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de fevereiro de 2021.  
WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 05422021**

Publicação Nº 2878911

PORTARIA Nº 0542, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 04 de novembro de 2020, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 102/2021 oriunda da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade de profissionais de saúde para enfrentamento da situação de emergência em saúde pública nacional devido ao Covid-19;

Considerando que a técnica em enfermagem Jucelita Campagnaro Dalanol que atualmente atua no Centro de atendimento ao Covid-19 a partir de 01/3 será nomeada através de Concurso Público para a vaga de Danieli Dias Ribeiro, que pediu exoneração;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SIRLEI SCHABERLE GATTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 538.445.139-49, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de fevereiro de 2021 até 31 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de fevereiro de 2021.  
WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal



RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 05432021**

Publicação Nº 2878915

PORTARIA Nº 0543, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de LILIAN VALDEVINA GRIZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 064.422.769-96, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO SÃO JOSÉ, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 26 de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de fevereiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 05442021**

Publicação Nº 2878918

PORTARIA Nº 0544, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de MARIELY MATIAS DOS SANTOS DA ROSA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 066.305.129-01, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 23 de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de fevereiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 05452021**

Publicação Nº 2878927

PORTARIA Nº 0545, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 04 de novembro de 2020, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação



interna nº 109/2021 oriunda da Secretaria de Saúde;

Considerando que a Mariely Matias dos Santos da Rosa, já é servidora desta municipalidade e que estará somente trocando de edital para continuarmos a chamada dos classificados no edital 009/2020;

Considerando a necessidade de profissionais de saúde para enfrentamento da situação de emergência em saúde pública nacional devido ao Covid-19;

Considerando o aumento de número de casos de confirmados e a necessidade de profissionais para atuar no Centro de atendimento ao Covid-19

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIELY MATIAS DOS SANTOS DA ROSA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 066.305.129-01, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de fevereiro de 2021 até 31 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de fevereiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 05462021**

Publicação Nº 2878931

PORTARIA Nº 0546, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de ANDREA HILDEBRANDO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 035.532.869-03, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 23 de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de fevereiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 05472021**

Publicação Nº 2878935

PORTARIA Nº 0547, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 04 de novembro de 2020, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 104/2021 oriunda da Secretaria de Saúde;

Considerando que a Andrea Hildebrando dos Santos, já é servidora desta municipalidade e que estará somente trocando de edital para continuarmos a chamada dos classificados no edital 009/2020;

Considerando a necessidade de profissionais de saúde para enfrentamento da situação de emergência em saúde pública nacional devido



ao Covid-19;

Considerando o aumento de número de casos de confirmados e a necessidade de profissionais para atuar no Centro de atendimento ao Covid-19

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANDREA HILDEBRANDO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 035.532.869-03, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de fevereiro de 2021 até 31 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de fevereiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 05482021**

Publicação N° 2878937

PORTARIA N° 0548, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de DAYANA PULCENO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n° 032.434.219-50, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - CIÊNCIAS, com carga horária de 24 horas semanais, a partir de 23 de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de fevereiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 05492021**

Publicação N° 2878939

PORTARIA N° 0549, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora RAQUEL APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n° 065.126.469-32, nomeada no cargo de provimento efetivo de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 23 de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de fevereiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR  
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN  
Secretário de Administração e Planejamento



**TERMO DE CONVOCAÇÃO ANDERSON MELO DE GODOI**

Publicação Nº 2878940

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Sr (a) ANDERSON MELO DE GODOI

Cargo: Técnico em Enfermagem

Classificação: 14º lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 009 de 04 de novembro de 2020 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 006/2021, convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Técnico em Enfermagem na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Técnico em Enfermagem ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 23/02/2021

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

ANDERSON MELO DE GODOI

**TERMO DE RENÚNCIA EMANUELI CARISE FRANÇA**

Publicação Nº 2878942

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 009 de 04 de novembro de 2020. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: EMANUELI CARISE FRANÇA

Cargo: Agente de Combate às Endemias

Classificação: 1º Lugar

Data da Convocação: 18/02/2021

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 22/02/2021

Fraiburgo (SC), 23 de fevereiro de 2021.

EMANUELI CARISE FRANÇA

**TERMO DE RENÚNCIA ETIENNE CRISTINA SINZKER SANTOS**

Publicação Nº 2878943

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de MÉDICO PEDIATRA para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 009 de 04 de novembro de 2020. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:



Candidato: ETIENNE CRISTINA SINZKER SANTOS  
Cargo: Médico Pediatra  
Classificação: 1º Lugar  
Data da Convocação: 18/02/2021  
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 22/02/2021

Fraiburgo (SC), 23 de fevereiro de 2021.

ETIENNE CRISTINA SINZKER SANTOS

## **TERMO DE RENÚNCIA RENATA AMAZONAS**

Publicação N° 2878945

### **TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PSICÓLOGO para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 009 de 04 de novembro de 2020. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: RENATA AMAZONAS  
Cargo: Psicólogo  
Classificação: 4º Lugar  
Data da Convocação: 19/02/2021  
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 23/02/2021

Fraiburgo (SC), 23 de fevereiro de 2021.

RENATA AMAZONAS



**CANDIDATOS SELECIONADOS 2**

Publicação Nº 2878867

**Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO****ESTAGIÁRIOS SELECIONADOS  
DIVULGAÇÃO DE VAGAS PARA SELEÇÃO Nº 001/2021  
EDITAL DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0308/2021**

O Município de Fraiburgo, torna público a lista dos estagiários selecionados para o programa de estágio, conforme descrito abaixo:

Curso	Insc.	Candidato (a)	Local
<b>NUTRIÇÃO</b>	97	Evelyn Cristina Moresco	Secretaria de Educação
	73	Rosimari Dettke Dorst Desidério	
	200	Franciele Rodrigues Ferreira	

Curso	Insc.	Candidato (a)	Local
<b>Ciências da Computação / Análise e Desenvolvimento de Sistemas</b>	197	João Victor M. Soares	Secretaria de Educação
	10	Johnny William Andrade Linz	
	159	Davi Calais Souza	

\*Lista de candidato está ordenada pela ordem de classificação

Fraiburgo (SC), 23 de Fevereiro de 2021

**RUI CARLOS BRAUN**  
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação



**DIVULGAÇÃO DE VAGAS 3**

Publicação N° 2878869

**Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO****DIVULGAÇÃO DE VAGAS PARA SELEÇÃO N° 001/2021  
EDITAL DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO N° 001/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0308/2021**

**O Município de Fraiburgo, torna público as vagas para o Programa de Estágio de acordo com as normas estabelecidas no Edital n° 001/2021 e na Lei Municipal n° 1989/2008, conforme descrito abaixo:**

<b>CURSO NÍVEL SUPERIOR</b>	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>VAGAS</b>	<b>BOLSA</b>	<b>LOCAL</b>
<b>Direito</b>	Direito Administrativo; CTB; Direito Civil; Direito do Consumidor; Direito Ambiental;	06 horas diárias, 30 (trinta) horas semanais	01	R\$ 825,27 + VT	Delegacia
<b>Farmácia</b>	Atenção Farmacêutica; Assistência Farmacêutica; Prática Farmacêutica;	06 horas diárias, 30 (trinta) horas semanais	01	R\$ 825,27 + VT	Secretaria de Saúde

A seleção irá ocorrer a partir do dia 03 de março de 2021

Fraiburgo (SC), 23 de fevereiro de 2021

**RUI CARLOS BRAUN**  
**Secretário de Administração, Planejamento e Inovação**



# Frei Rogério

## PREFEITURA

### AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS TERCEIRO QUADRIMESTRE 2020

Publicação N° 2878634

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS  
TERCEIRO QUADRIMESTRE 2020  
Lei Complementar n.º 101/2000, Art. 9º. §4º.

#### CONVITE

A Prefeitura Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a legislação vigente, vem através do presente, convidar a população em geral do município à participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será Demonstrado e Avaliado o Cumprimento das Metas Fiscais, relativas ao Terceiro quadrimestre de 2020, dia 26/02/2021, às 10:00 horas, tendo como local a Câmara de Vereadores de Frei Rogério.

Desde já agradecemos a sua presença.

Frei Rogério (SC), fevereiro de 2021.

Rosane Almeida Oki  
Controladora Interna

### RESUMO-CREDENCIAMENTO 02-2021-REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA COM LAUDO

Publicação N° 2878725

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02/2021 – F.M.S.  
CREDENCIAMENTO N° 02/2021 - F.M.S.

A Administração Municipal através do Fundo Municipal de Saúde – F.M.S. torna público aos interessados que se encontra aberto o edital de credenciamento 02/2021, visando o credenciamento de pessoa física ou jurídica, interessadas na prestação de serviços para a realização de exames de ultrassonografia com a emissão de laudo, aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde e homologados pelo Decreto nº 1161/2021 para ano de 2021 e os seguintes, observando o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada, relacionados no anexo I.

Informações e edital poderão ser obtidos através site: [www.freirogerio.sc.gov.br](http://www.freirogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000, e-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br)

Jair da Silva Ribeiro  
Prefeito Municipal



# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE016/2021

Publicação Nº 2878465

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2021  
PROCESSO Nº 022/2021

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços pretendendo a aquisição parcelada de Equipamentos de Proteção Individual para uso das secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.com> até as 14h00min do dia 08/03/2021. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 08/03/2021, no endereço eletrônico <http://bllcompras.com>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 23 de fevereiro de 2021.

Junior de Abreu Bento  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 006/2021 - RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

Publicação Nº 2879082

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 006/2021

NOTIFICA RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL.

O MUNICÍPIO DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 227, de 29 de outubro de 2018, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Garopaba, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, a seguir especificados:

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
TRANSFERÊNCIA DIRETA	19/02/2021	FPM - FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	R\$ 152.248,11
TRANSFERÊNCIA DIRETA	19/02/2021	FEP - FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO	R\$ 20.830,63
TRANSFERÊNCIA DIRETA	19/02/2021	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 50.998,30
TRANSFERÊNCIA DIRETA	22/02/2021	CFM - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	R\$ 206,05
TRANSFERÊNCIA DIRETA	22/02/2021	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 26.666,18

Garopaba - SC, 23 de fevereiro de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 24/02/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA  
Secretário de Administração

### ERRATA PORTARIA Nº 370/2021

Publicação Nº 2879244

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA: Portaria n.º 370/2021

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna pública a seguinte alteração na Portaria Municipal n.º 370/2021, datada de 18/02/2021.



Onde se lê:

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao (a) servidor (a) JORGE LUIS GONÇALVES REIMBRECHT, matrícula n.º 3736, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria de Infraestrutura, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 16/02/2021.

Leia-se:

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao (a) servidor (a) JORGE LUIS GONÇALVES REIMBRECHT, matrícula n.º 3736, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 16/02/2021.

Garopaba, 23 de Fevereiro de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO  
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA  
Secretaria de Administração

Publicada a presente Errata no DOM/SC em 24/02/2021, de acordo com a Lei Municipal nº 1.326 de 10/08/2009.

## PAUTA DE JULGAMENTO Nº 021-2021

Publicação Nº 2878708

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 021/2021

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 15 de Março de 2021 (15/03/2021), segunda-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão ordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270045332016 (3902/2016) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: BLOCOS COM INCORPORADORA LTDA-ME (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10270080702020 (6248/2020) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: SIDNEI SOUZA MARTINS (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10270080712020 (6249/2020) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: GERALDO OLIVEIRA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE CARVALHO.

Garopaba, 22 de Fevereiro de 2021.

Marcelo da Fonte Albuquerque  
Secretário da JARF

## PAUTA DE JULGAMENTO Nº 022-2021

Publicação Nº 2878711

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 0022/2021

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 18 de Março de 2021 (18/03/2021), quinta-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão extraordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270080722020 (6237/2020) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: AMAURI DE SOUZA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10270020392016 (2521/2015) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: JOAQUIM GONÇALVES (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10260003362021 (6261/2017) – Recurso Ordinário – Recorrente: Procuradoria Geral do Município; Participantes: LUCIANA BRITO VEIGA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.



Garopaba, 22 de Fevereiro de 2021.

Marcelo da Fonte Albuquerque  
Secretário da JARF

## PAUTA DE JULGAMENTO Nº 023-2021

Publicação Nº 2878713

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 023/2021

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 23 de Março de 2021 (23/03/2021), terça-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão ordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10260003352021 (6795/2017) – Recurso Ordinário – Recorrente: Procuradoria Geral do Município; Participantes: LÚCIA RAQUEL SIEBEN DE OLIVEIRA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10260014462021 (2560/2019) – Recurso Ordinário – Recorrente: Procuradoria Geral do Município; Participantes: ERY SCHNEIDER (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10260006812021 (2632/2020) – Recurso Ordinário – Recorrente: LAYS RODRIGUES DE DEUS; Participantes: LAYS RODRIGUES DE DEUS (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE CARVALHO.

Garopaba, 22 de Fevereiro de 2021.

Marcelo da Fonte Albuquerque  
Secretário da JARF

## PAUTA DE JULGAMENTO Nº 024-2021

Publicação Nº 2878717

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 0024/2021

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 25 de Março de 2021 (25/03/2021), quinta-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão extraordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270080722020 (0806/2020) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10270068512020 (5621/2020) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: LUIZ FERNANDO DA SILVA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10270027512016 (2095/2015) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: ADI DA ROSA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Garopaba, 22 de Fevereiro de 2021.

Marcelo da Fonte Albuquerque  
Secretário da JARF

## PAUTA DE JULGAMENTO Nº 025-2021

Publicação Nº 2878719

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 025/2021

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 30 de Março de 2021 (30/03/2021), terça-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão ordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270032692016 (5683/2015) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: ANA NOWOTNY CARPIO (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).



Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10270068522020 (5604/2020) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: LUIZ GONZAGA GONÇALVES (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10260077822020 (8518/2019) – Recurso Ordinário – Recorrente: DILSON GERENT; Participantes: DILSON GERENT (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE CARVALHO.

Garopaba, 22 de Fevereiro de 2021.

Marcelo da Fonte Albuquerque  
Secretário da JARF

## PORTARIA Nº 402/2021

Publicação Nº 2879243

PORTARIA N.º 402, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 56, Inciso II da Lei Municipal n.º 1000/2005, PERSIO DA SILVA, CPF n.º \*\*\*,\*\*\*.939-16, das funções do cargo de ASSISTENTE DE DIREÇÃO, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir de 22/02/2021.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 22/02/2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de fevereiro de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/02/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## PORTARIA Nº 403/2021

Publicação Nº 2879245

PORTARIA N.º 403, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ESTELA MARIS DE SOUZA, CPF n.º \*\*\*,\*\*\*.209-30, do cargo de MERENDEIRA, do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 19/02/2021.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 19/02/2021.

Garopaba, 23 de fevereiro de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/02/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



**RETIFICAÇÃO 001-2021 PAUTA JARF N° 017-2021**

Publicação N° 2879073

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

ERRATA N° 001/2021

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, comunico a seguinte retificação na Pauta da décima sétima sessão da JARF do ano de 2021:

Retifico a Pauta da décima sétima sessão da JARF do ano de 2021, a qual deve ser publicada com o seguinte conteúdo:

“Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 02 de Março de 2021 (02/03/2021), terça-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão ordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:”.

Os demais itens do ato permanecem inalterados.

Garopaba, 23 de Fevereiro de 2021.

Marcelo da Fonte Albuquerque  
Secretário Geral da JARF



## Garuva

## PREFEITURA

CONTRATO ACT Nº 034/2021

Publicação Nº 2878176

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO****LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 117/2019  
CONTRATO 34 / 2021**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº 117/2019, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Garuva à AVENIDA CELSO RAMOS - 1614, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o(a) Sr.(a) ELISETE MARICLEI STOHR, Brasileiro(a), União Estável, RG nº 5217727, CPF nº 071.591.859-19, residente e domiciliada no (a) RUA OLIVIO NOBREGA, nº 895, , CENTRO, Garuva, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NIVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria de Educação e Cultura.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 298 (duzentos e noventa e oito) dias, com carga horária de 044:00 horas semanais.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

O prazo do presente contrato é de 23/02/2021, terminando no dia 17/12/2021, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 117/2019.

**CLÁUSULA QUARTA**

A remuneração mensal é de R\$ 2.597,27 (dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

**CLÁUSULA QUINTA**

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 117/2019, bem como em suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEXTA**

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da Secretaria de Educação e Cultura.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria de Educação e Cultura, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

**CLÁUSULA OITAVA**

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria de Educação e Cultura. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.





Garuva, 23/02/2021

\_\_\_\_\_  
Município de Garuva  
Rodrigo Adriany David - Prefeito

\_\_\_\_\_  
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças  
Marcio Ricardo Herpich

ELISETE MARICLEI STOHR

CPF 071.591.859-19

\_\_\_\_\_  
Testemunha 1

\_\_\_\_\_  
Testemunha 2



**CONTRATO Nº 33/2021**

Publicação Nº 2878173

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO****LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 117/2019  
CONTRATO 32 / 2021**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº 117/2019, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Garuva à AVENIDA CELSO RAMOS - 1614, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o(a) Sr.(a) MARCIA ELIANE RAMOS, Brasileiro(a), Solteiro, RG nº 7061995581, CPF nº 559.556.570-53, residente e domiciliada no (a) RUA ANTONIO MARTINHO CAMACHO, nº 238, , PARANAGUAMIRIM, Joinville, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NIVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria de Educação e Cultura.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 60 (sessenta) dias, com carga horária de 044:00 horas semanais.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

O prazo do presente contrato é de 18/02/2021, terminando no dia 18/04/2021, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 117/2019.

**CLÁUSULA QUARTA**

A remuneração mensal é de R\$ 2.597,27 (dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

**CLÁUSULA QUINTA**

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 117/2019, bem como em suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEXTA**

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da Secretaria de Educação e Cultura.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria de Educação e Cultura, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

**CLÁUSULA OITAVA**

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria de Educação e Cultura. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.





PREFEITURA DE  
**GARUVA**  
SANTA CATARINA COMEÇA **AQUI**

Garuva, 18/02/2021

\_\_\_\_\_  
Município de Garuva  
Rodrigo Adriany David - Prefeito

\_\_\_\_\_  
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças  
Marcio Ricardo Herpich

MARCIA ELIANE RAMOS

CPF 559.556.570-53

\_\_\_\_\_  
Testemunha 1

\_\_\_\_\_  
Testemunha 2



**DISTRATO Nº 016/2021**

Publicação Nº 2878185

**DISTRATO Nº 16/2021**

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 21/2021, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro IOLANDA CHAMPOSKI, Brasileiro(a), Solteiro, RG nº 53879454, CPF nº 996.693.319-00, residente e domiciliada no (a) RUA ALBERTO LESCHKAU, nº 122, , CAPÃO RASO, Curitiba a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato nº 21/2021 com efeitos retroativos a 23/02/2021, cujo objeto era a prestação de serviços como ORIENTADORA ESCOLAR, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 18/02/2021

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 21/2021. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 26 de fevereiro de 2021.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Distratado	
Testemunha 1	Testemunha 2

**DISTRATO Nº 10/2021**

Publicação Nº 2878169

**DISTRATO Nº 10/2021**

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 98/2020, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro EDUARDO RODRIGUES DE SOUZA ROCHA, Brasileiro(a), Divorciado, RG nº 7731102, CPF nº 002.597.196-41, residente e domiciliada no (a) RUA PREFEITO HELMUTH FALLGATER, nº 2347, , Boa Vista, Joinville a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato nº 98/2020, cujo objeto era a prestação de serviços como TECNICO DE ENFERMAGEM, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 27/10/2020.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 98/2020. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 13 de fevereiro de 2021.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Distratado	
Testemunha 1	Testemunha 2

**DISTRATO Nº 13/2021**

Publicação Nº 2878167

**DISTRATO Nº 13/2021**

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 63/2019, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita



no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro SELMA PEREIRA DA SILVA, brasileira, divorciada, enfermeira, RG nº 61910557, CPF: 01925966917, residente e domiciliada na Rua Rio Trombetas, 1212, Pinhais/PR a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato nº 63/2019, cujo objeto era a prestação de serviços como ENFERMEIRA, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 14/02/2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 63/2019. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 20 de fevereiro de 2021.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Distratado	
Testemunha 1	Testemunha 2

**DISTRATO Nº 15/2021**

Publicação Nº 2878188

**DISTRATO Nº 15/2021**

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 33/2021, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro EUNICE DE FREITAS ISRAEL, Brasileiro(a), Solteiro, RG nº 8431856, CPF nº 061.807.029-00, residente e domiciliada no (a) RUA PREF ITAMAR CORDEIRO, nº 75, , CENTRO, Balneário Barra do Sul a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato nº 33/2021 com efeitos retroativos a 23/02/2021, cujo objeto era a prestação de serviços como ENFERMEIRA, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 22/02/2021

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 33/2021. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 26 de fevereiro de 2021.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Distratado	
Testemunha 1	Testemunha 2

**PORTARIA Nº 020/2021**

Publicação Nº 2877752

**PORTARIA Nº. 020 de 22 de fevereiro de 2021**

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR MARIO WEISS, CONFORME APOSENTADORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

Considerando, o Processo nº. 806/2021,



**RESOLVE:**

Art. 1o. – Exonerar, por motivo de aposentadoria, o servidor MARIO WEISS, portador do RG nº. 818.042-3 e CPF nº. 311.843.169-53, do cargo de MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS, nomeado através da Portaria nº. 286/2014 de 28 de março de 2014, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entra em vigor na data de 28 de fevereiro de 2021.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 021/2021**

Publicação Nº 2877758

PORTARIA Nº 021 de 22 de fevereiro de 2021

“DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAÇÃO DE FATOS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR 001/98;

CONSIDERANDO, Ofício SMEC 007/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar à Comissão Permanente de Sindicância a abertura de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, para apurar fatos, citados no processo nº 890/2021 – H2BR.

Art. 2o. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias para a comissão apresentar relatório com parecer, indicando as medidas cabíveis à luz do Estatuto do Servidor.

Art. 3o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 022/2021**

Publicação Nº 2878026

PORTARIA Nº. 022 de 23 de fevereiro de 2021.

“DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELO ÓRGÃO.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007,

**RESOLVE:**

Art. 1o. – Designar MARCELO CARLOS FERREIRA – RG nº 3.384.868-8, CPF nº 963.941.709-25, Secretário de Estratégias Rurais e Infraestrutura, para atuar como fiscal do contrato PMG nº 003/2021, firmado entre o Município de Garuva/Fundo Municipal de Saúde de Garuva e a Empresa MORAES ESTUDOS GEOLÓGICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 23.749.305/001-04, cujo objeto é “Constitui objeto do presente instrumento, a contratação e empresa especializada em engenharia para execução de sondagem a trado e coleta de material para ensaios de laboratório, ensaios de deflexão pela viga Benkelman, na Avenida Paraná, Garuva/SC, atendendo as necessidades do Município de Garuva, conforme Memorial Descritivo.”

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2019**

Publicação Nº 2878192

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2019

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato



representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. ANASTACIA MURARO, brasileira, casada, RG nº 51512910, CPF: 885.713.869-00, residente e domiciliado na Av Parana, 1050, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Memorando nº 349/2021, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 103/2019 até o dia 13/07/2021.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 103/2019 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 05 de fevereiro de 2021.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Município de Garuva Rodrigo Adriany David	
Contratado	
Testemunha 1	Testemunha 2

## TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2019

Publicação Nº 2878157

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2019

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. SIMONE FERREIRA DOS SANTOS DELGADO, brasileira, casada, enfermeira, RG nº 50938808, CPF: 00335719961, residente e domiciliada na Rua Perci Wendler, 03 Campo Largo, PR, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Memorando 3165/2019, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 118/2019 até o dia 10/09/2021.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 118/2019 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 02 de fevereiro de 2021.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Município de Garuva Rodrigo Adriany David	
Contratado	
Testemunha 1	Testemunha 2

## TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2019

Publicação Nº 2878165

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2019

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG



nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o Sr. GEOVANI DIAS, brasileiro, solteiro, RG nº 4663890, CPF: 06776856966, residente e domiciliado na Rua XV de novembro, 68, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Memorando nº 351/2021, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 96/2019 até o dia 24/06/2021.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 96/2019 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 22 de fevereiro de 2021.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
Município de Garuva Rodrigo Adriany David	Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Testemunha 1	Testemunha 2



# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 9.794, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2877923

DECRETO Nº 9.794, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 4.086, de 30 de novembro de 2020,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os seguintes saldos das dotações constantes do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Unidade: 04 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 453 Transportes Coletivos Urbanos	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Atividade: 2090 Conservação e Manutenção do Sistema de Transporte Coletivo	
Dotação: 316 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0300.22256	R\$ 100.000,00
Unidade: 14 DITRAN - Diretoria de Trânsito	
Função: 26 Transporte	
Subfunção: 782 Transporte Rodoviário	
Programa: 0015 Gestão da Ditrán	
Atividade: 2078 Manutenção da Ditrán	
Dotação: 318 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0300.22256	R\$ 28.262,70
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 452 Serviços Urbanos	
Programa: 0015 Gestão da DITRAN	
Projeto: 1147 Manutenção da área azul	
Dotação: 317 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0300.22114	R\$ 291.290,12
Órgão: 04 Secretaria de Educação	
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 147 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0319.20038	R\$ 81.652,68
Dotação: 321 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0364.22371	R\$ 33.064,54
Projeto: 1177 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 322 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0364.22371	R\$ 1.738,18
Subfunção: 306 Alimentação e Nutrição	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2046 Alimentação Escolar	
Dotação: 132 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0337.20011	R\$ 1,94
Dotação: 315 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0343.20049	R\$ 62.324,47
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 306 Alimentação e Nutrição	



Programa: 0009 Gestão de Educação de Ensino Infantil	
Atividade: 2040 Alimentação Escolar	
Dotação: 314 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0343.20049	R\$ 60.000,00
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação de Ensino Infantil	
Projeto: 1099 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 320 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0364.22367	R\$ 104.554,66
Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2122 Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica	
Dotação: 30 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de Recursos: 0338.20030	R\$ 8.410,42
Dotação: 34 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de Recursos: 0338.20031	R\$ 80.022,02
Dotação: 37 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de Recursos: 0338.22285	R\$ 52.988,11
Dotação: 141 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de Recursos: 0338.20033	R\$ 10.690,00
Dotação: 29 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de Recursos: 0338.22304	R\$ 26.655,35
Dotação: 46 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de Recursos: 0367.20051	R\$ 57.832,68
Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação: 98 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0338.22298	R\$ 10.119,35
Dotação: 103 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0367.20055	R\$ 66.595,28
Dotação: 143 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0363.22377	R\$ 467,35
Dotação: 145 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0363.22376	R\$ 161,37
Atividade: 2138.3 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação: 144 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0338.22382	R\$ 1.440.500,00
Órgão: 09 Secretaria de Planejamento Territorial	
Unidade: 19 Secretaria de Planejamento Territorial	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 126 Tecnologia da Informação	
Programa: 0019 Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Territorial	
Projeto: 1119 Aquis. de Equip. de Informát. software, móveis e Mat. Perman	
Dotação: 313 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0300.20001	R\$ 3.969,00
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0019 Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Territorial	
Projeto: 1121 Anel Viário Urbano e Abertura de Vias	
Dotação: 319 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0300.20001	R\$ 28.343,10
Órgão: 11 Procuradoria-Geral do Município	
Unidade: 23 Procuradoria-Geral do Município	
Função: 03 Essencial à Justiça	
Subfunção: 092 Representação Judicial e Extrajudicial	
Programa: 0020 Gestão da Procuradoria do Município	
Atividade: 2100 Manutenção da Procuradoria Geral	



Dotação: 295 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 0300.20001	R\$ 71.269,34

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de fevereiro de 2021.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

## DECRETO Nº 9.795, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2877928

DECRETO Nº 9.795, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

SUPLEMENTA SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 4.086, de 30 de novembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o seguinte saldo da dotação constante do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função: 15 Urbanismo
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Dotação: 235 3.3.90.00.00.00.00.00
Fonte de recurso: 0300.20001
R\$ 154.516,26

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de fevereiro de 2021.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

## EXTRATO ADITIVO 1 CONTRATO SAF-121/2020

Publicação Nº 2878344

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO Nº SAF-121/2020

Tomada de Preços nº.: 16/2020. Objeto: prorrogação do prazo de execução (até 17/04/2021) do contrato para contenção e estabilização de encosta na Rua Antonio Bernardi. Contratada: PACOPEDEIRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA. (79.485.892/0001-18) - Luis Carlos Spengler Filho – Secretário de Obras e Serviços Urbanos

## PORTARIA Nº 6.645, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878021

PORTARIA Nº 6.645, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 04/2020, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA A. P.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n.º 28/2020 – Proc. Adm. n.º 04/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a partir de 26 de fevereiro de 2021, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Procedimento Administrativo n.º 04/2020, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora A. P.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de fevereiro de 2021.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

## **RESOLUÇÃO Nº 001, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878845

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ESTABELECE CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE GASPARGASPAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal, nº 1.648, de 16 de janeiro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar – CMAS e,

CONSIDERANDO:

- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;
- Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.
- A Ata da reunião ordinária do CMAS nº 13/2019, de 04 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º Benefícios Eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias residentes do Município de Gaspar, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

§ 1º O benefício eventual deve integrar a rede de serviços Socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

§ 2º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual.

§ 3º É proibida exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 4º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 5º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante estudo socioeconômico ou parecer social, elaborado por:

I – técnico de Serviço Social vinculado ao órgão gestor, CRAS Casa da Família, CRAS Zilda Arns Neumann, CRAS Silvio Schramm.

Parágrafo Único: O Benefício Renda Complementar poderá ser concedido pelo técnico de Serviço Social responsável pelo acompanhamento familiar.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, cuja ocorrência provoca riscos ou fragiliza a unidade da família.

Art. 4º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é de meio salário mínimo, e será concedido conforme § 5º do Art. 2º.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda mensal per capita familiar, o técnico do Serviço Social do serviço de Benefícios Eventuais justificará a concessão por meio de parecer.

§ 2º Os benefícios de transferência de renda federal modalidade “bolsa família”, não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

§ 3º Para avaliação da concessão de Benefícios Eventuais são necessários apresentar os seguintes documentos:



I – Comprovante de inclusão no Cadastro Único - CadÚnico;  
II – Carteira de Identidade e CPF, e ou documento comprobatório da ausência dos mesmos, de todos os membros da família, que residem no mesmo domicílio;  
III – Certidão de nascimento de crianças e adolescentes, quando não possuir carteira de identidade;  
IV – Carteira de Trabalho de todos os membros da família, maiores de 16 anos, que residem no mesmo domicílio;  
V – Comprovante de rendimentos, sendo: comprovante de pagamento atualizado, pensão alimentícia, comprovante de seguro desemprego;  
VI – Declaração de existência ou inexistência de benefícios previdenciários (aposentadoria, pensão, auxílio doença, outros benefícios sociais como BPC) de todos os membros da família maiores de 16 anos, que residem no mesmo domicílio;  
VII – Comprovante de residência atual, do ano em curso (fatura de água, luz, telefone e outros);  
VII – Comprovante de locação, no caso de pagar aluguel;  
VIII – Carteira de pré-natal, no caso de gestante;  
IX – O técnico do Serviço Social poderá solicitar outras documentações, se assim julgar necessárias, para formular seu parecer.

Art. 5º São formas de benefícios eventuais:

I – auxílio Natalidade;  
II – auxílio Funeral;  
III – auxílio Temporário;  
IV – auxílio Renda Complementar.

Art. 6º O auxílio natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

I – atenções necessárias ao nascituro;  
II – apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;  
III – apoio à família no caso de morte da mãe.  
IV – outras providências que o técnico do Serviço Social do serviço de Benefícios Eventuais julgarem necessárias.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I – se o benefício for solicitado antes do nascimento, o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;  
II – se for após o nascimento, o responsável deverá apresentar a Certidão de Nascimento;  
III – no caso de natimorto, deverá apresentar Certidão de Óbito;  
IV – demais documentos constantes no § 3º do art. 4º desta Resolução.

§ 2º O benefício pode ser solicitado a partir do último mês de gestação até sessenta dias após o nascimento, devendo este ser acompanhado e deferido pelo técnico de Serviço Social que elaborou o parecer.

§ 3º O valor conferido ao auxílio natalidade será concedido em pecúnia, constituído em 01 (uma) única parcela no valor fixo de um salário mínimo vigente, para reduzir a situação de vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

§ 4º É vedada a concessão de auxílio natalidade para a família que estiver segurada pelo salário-maternidade, previsto no art. 18, I, g), da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Parágrafo único: O auxílio natalidade deve ser pago até trinta dias após o requerimento, quando na morte da criança e/ ou da mãe, não inabilita a família de receber o benefício.

Art. 7º O auxílio funeral atenderá:

I – despesas funerárias que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária;

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – atestado de óbito;  
II – demais documentos constantes no § 3º do art. 4º desta Resolução.

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 dias após o óbito.

§ 3º Os auxílios natalidade e funeral podem ser pagos diretamente aos pais, cônjuge, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante procuração.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de alta Complexidade, o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 5º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou pessoa em situação de rua, a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício, uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 6º O valor conferido ao auxílio funeral será de até 01 (um) salário mínimo vigente, em prestação de serviços.



Parágrafo único: Os auxílios natalidade e funeral não serão concedidos concomitantemente quando ocorrer à morte do nascituro.

Art. 8º O Auxílio Temporário, contemplará situação de vulnerabilidade temporária caracterizada pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II – perdas: privação de bens e de segurança material;
- III – danos: agravos sociais.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

- I – da falta de alimentação;
- II – da falta de documentação;

§ 2º São documentos essenciais para o Auxílio Temporário em situações de vulnerabilidade social:

- I – documentos constantes no § 3º do art. 4º desta Resolução.

§ 3º O Auxílio Temporário será concedido de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do estudo socioeconômico ou parecer social realizado, pelo técnico do Serviço Social do Serviço de Benefícios Eventuais podendo ser:

a – Auxílio Cidadão: consiste em prestação temporária destinado aos usuários da Política da Assistência Social fragilizados economicamente e em situação de risco social, com vistas a garantir o acesso as suas necessidades básicas de subsistência, provenientes de recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social.

§ 1º O Auxílio Cidadão será emitido por parecer pelo técnico do Serviço Social do serviço de Benefícios Eventuais mediante avaliação socioeconômica, no valor de até um terço (1/3) do salário mínimo.

§ 2º O Auxílio Cidadão deve ser apresentado no estabelecimento comercial credenciado, juntamente com um documento oficial com foto do beneficiário.

Parágrafo Único: 3º Destina-se à aquisição de alimentos, produtos de higiene pessoal, produtos de limpeza e gás de cozinha, não podendo em hipótese alguma ser trocado por vale-troco, dinheiro, cigarro, bebidas alcoólicas ou outros produtos que não se enquadram nas especificações descritas neste artigo.

§ 4º O auxílio cidadão deverá ser concedido, respeitando o intervalo mínimo de trinta (30) dias para cada concessão considerando a previsão orçamentária anual para o mesmo, mediante parecer do técnico do Serviço Social do serviço de Benefícios Eventuais.

§ 5º O auxílio cidadão é identificado na forma de tíquetes, timbrados com a bandeira da Prefeitura Municipal de Gaspar, impresso com o número desta Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar correspondente a esse benefício.

§ 6º Deve ser cláusula da habilitação para o credenciamento que a empresa possua preferencialmente o serviço de entrega à domicílio gratuito.

b – Auxílio Foto: constitui em prestação temporária prestada aos usuários da Política de Assistência, no sentido de garantir acesso à foto, como instrumento necessário para confecção de seus documentos pessoais.

O auxílio foto será para fotos no tamanho três por quatro (3x4), emitido por parecer pelo técnico do Serviço Social do serviço de Benefícios Eventuais, mediante avaliação socioeconômica;

c – Auxílio Passagem: constitui em prestação temporária, concedido à migrantes, itinerantes e usuários da Política da Assistência Social, mediante avaliação socioeconômica.

§ 1º O auxílio passagem pode ser em forma de créditos para transporte municipal e intermunicipal, transporte rodoviário coletivo e/ou aérea considerando o melhor custo benefício.

§ 2º Será concedido vale transporte para as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, mediante avaliação socioeconômica e parecer emitido pelo técnico do Serviço Social da Política Municipal da Assistência Social.

Art. 9º O Auxílio Renda Complementar, consiste na complementação mensal dos rendimentos da família e, no conjunto de ações articuladas entre os serviços públicos e privados que atuam nas diversas políticas sociais do Município, objetivando o atendimento integral à família e aos seus indivíduos.

§ 1º O pagamento do benefício será realizado através de depósito em conta bancária, em nome do responsável legal cadastrado.

§ 2º Nas hipóteses de falecimento do responsável legal pela família, de sua efetiva separação desta, quer de fato, quer judicial, e da perda do poder familiar ou da guarda dos filhos e/ou dependentes, em razão de cumprimento de decisão judicial, o sucessor ou o novo responsável deverá comunicar imediatamente o fato ao técnico responsável pela concessão do benefício, para as alterações e avaliações necessárias para dar prosseguimento ou cancelamento do pagamento do benefício.



§ 3º A complementação de renda das famílias constitui apoio financeiro temporário e será concedido pelo prazo de até 12 (doze) meses. Podendo ser prorrogado uma única vez, por período igual, dependendo da avaliação do técnico do Serviço Social responsável pelo serviço de Benefícios Eventuais e poderá ser utilizado para seguintes devidos fins:

- I – vestuários (pessoais, de cama e banho);
- II – utensílios de cozinha (fogão, geladeira, panelas, talheres, pratos);
- III – móveis (cama, guarda-roupa).
- IV – demais situações que acometem às famílias e as colocam em situação de risco social.

§ 5º As famílias beneficiárias deverão atender aos seguintes critérios:

I – residir no município de Gaspar há pelo menos, 01 (um) ano, comprovado através de documentação, ou em situação especial, com justificativa emitida pelo técnico do Serviço Social do serviço de Benefícios Eventuais.

II – Apresentar as documentações constantes no § 3º do art. 4º desta Resolução;

III – Adesão ao acompanhamento familiar.

§ 6º Terá o pagamento do benefício automaticamente suspenso e/ou cancelado a família/indivíduo que:

- I – superar sua situação de vulnerabilidade social;
- II – cuja renda familiar per capita ultrapassar o limite estabelecido no art. 4º desta Resolução;
- III – deixar de residir no município de Gaspar;
- IV – em caso de denúncias recebidas, terá bloqueio do benefício até que sejam apurados os fatos pela equipe técnica de referência;
- V – quando esgotado o prazo máximo de concessão do benefício, fixado no artigo anterior.

Art. 10º A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

Parágrafo único: Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social estarão à disposição para atender o usuário da Política de Assistência Social quando este apresentar as necessidades acima especificadas, através dos benefícios já dispostos nesta Resolução.

Art. 11º Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

- I – a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;
- II – a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;
- III – a expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 12º Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social, avaliar e reformular, anualmente, o valor dos auxílios que deverão constar na Lei Orçamentária do Município.

Art. 13º Não são provisões da Política de Assistência Social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, próteses dentárias, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 14º As provisões relativas à programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, defesa civil, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da Assistência Social.

Art. 15º É vedada concessão cumulativa dos Benefícios Eventuais de Auxílio Temporário, na modalidade de Auxílio Cidadão e Auxílio Renda Complementar de forma continuada e única.

Art. 16º As despesas decorrentes desta Resolução ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria, previstas na Unidade Orçamentária Fundo Municipal de Assistência Social, a cada exercício financeiro e/ ou com outros recursos cofinanciado provindos dos demais entes federados.

Art. 17º Revoga-se a Resolução nº 11, de 04 de dezembro de 2019;

Art. 18º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de fevereiro de 2021.

Cristiane Springer Rodrigues Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social	
--	--



**RESOLUÇÃO Nº. 002, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878848

RESOLUÇÃO Nº. 002, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Aprova a Partilha de Recurso Municipal para Execução da Política de Assistência Social na Gestão de Benefícios Eventuais para o ano de 2021.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, em reunião extraordinária, Ata nº 003/2021, realizada no dia 18 de fevereiro de 2021, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1648/97, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar/SC – CMAS;

**CONSIDERANDO:**

- Considerando a reunião extraordinária do CMAS do dia 18 de fevereiro de 2021, Ata nº 003/2021;
- Considerando o Ofício nº 024/2021 da Secretaria Municipal de Assistência Social, do qual encaminha a proposta para parecer deste conselho referente aos procedimentos que deverão ser adotados por esta Secretaria quanto à distribuição dos recursos orçamentários da Gestão de Benefícios Eventuais para o ano de 2021;
- Considerando a população usuária que será atendida pelo profissional de Serviço Social, independente da concessão de repasse de Benefício Eventual e da Gestão Orçamentária;
- Considerando a votação em plenária realizada em 18 de fevereiro de 2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar o repasse de valores projetados para o ano de 2021 no valor de R\$480.053,43 (quatrocentos e oitenta mil, cinq-enta e tres reais e quarenta e três centavos) anual, referente ao Benefício AUXÍLIO CIDADÃO, sendo o valor mensal de R\$ 40.004,43 (quarenta mil reais, quatro reais e quarenta e três centavos) destinados da seguinte forma:

I - R\$13.601,51 (treze mil, seiscentos e um real e cinq-enta e um centavos) destinado ao CRAS Silvio Schramm;

II - R\$12.801,42 (doze mil, oitocentos e um real e quarenta e dois centavos) destinado ao CRAS Casa da Família;

III - R\$12.401,37 (doze mil, quatrocentos e um real e trinta e sete centavos) destinado ao CRAS Zilda Arns Neumann;

IV - R\$1.200,13 (mil e duzentos reais e treze centavos) destinados ao setor de Benefícios Eventuais na Secretaria de Assistência Social;

Art. 2º. O benefício RENDA COMPLEMENTAR no valor total anual de R\$122.400,00 (cento e vinte e dois mil e quatrocentos reais), sendo R\$10.200,00 (dez mil e duzentos reais) mensais divididos entre o CREAS no valor de R\$7.200,00 (sete mil e duzentos reais) mensais e R\$3.000,00 (três mil reais) mensais, destinados a Proteção Básica;

Art. 3º. O AUXÍLIO NATALIDADE no valor anual de R\$39.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais); AUXÍLIO PASSAGEM valor anual de R\$21.600,00 (vinte mil e seiscentos reais) e o AUXÍLIO FOTO valor anual de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Parágrafo Único. O auxílio natalidade, auxílio passagem e o auxílio foto, somente serão concedidos mediante estudo socioeconômico ou parecer social, elaborado pelo técnico do Serviço Social vinculado ao órgão gestor;

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revoga-se a Resolução nº 01/2020.

Gaspar, 23 de fevereiro de 2021.

Cristiane Springer Rodrigues

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 24/2021**

Publicação Nº 2878661

RESOLUÇÃO Nº 24/2021

DISPENSA A IMPRESSÃO DE CÓPIAS DAS PAUTAS DAS SESSÕES E DOS PROJETOS DE LEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no artigo 41, incisos V e VI da Lei Orgânica Municipal, bem como no Regimento Interno da Edilidade,

CONSIDERANDO que não há previsão regimental que obrigue a impressão de cópias físicas das pautas das sessões plenárias e dos projetos de lei para cada vereador e para cada servidor;

CONSIDERANDO que todos os vereadores, bem como os servidores ligados ao processo legislativo recebem cópias eletrônicas das pautas das sessões e dos projetos de lei;

CONSIDERANDO que caso algum vereador ou servidor sinta necessidade, pode proceder a impressão de cópias dos referidos documentos através das suas respectivas estações de trabalho;

CONSIDERANDO que todos os vereadores têm acesso às pautas das sessões, durante as suas realizações, através do meio eletrônico, com "software" e "hardware" disponibilizados pela Casa de Leis;

CONSIDERANDO que, entre outros princípios, os serviços públicos devem se pautar na eficiência e na economicidade;

CONSIDERANDO que a diminuição do uso papel, além de gerar economia, contribui para o uso responsável dos recursos naturais;

CONSIDERANDO que todos os documentos que deixarão de ser impressos poderão ser consultados sempre que qualquer dos edis e dos servidores venha a sentir necessidade, bem como que esses já têm acesso ao seu conteúdo de forma eletrônica;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica dispensada a Secretaria da Edilidade de imprimir e fornecer aos edis e aos servidores cópias físicas das pautas das sessões ordinárias, bem como de projetos de lei, projetos de resoluções, requerimentos e demais proposições que venham a figurar em pauta.



§1º A impressão física de cópias de qualquer dos documentos não fica proibida a quem venha a sentir tal necessidade, mas passa a ser de responsabilidade de cada gabinete e de cada servidor interessado.

§2º A Secretaria da Edilidade continuará enviando, nos mesmos moldes hoje praticados, cópias das pautas das sessões, dos projetos de lei, dos projetos de resoluções e das demais proposições que já são enviadas de forma eletrônica, por "e-mail", para todos os vereadores e para os servidores, não havendo qualquer mudança neste procedimento.

Art. 2º A dispensa contida no caput do artigo primeiro desta Resolução em nada interfere na autuação da via oficial de qualquer proposição, que continuará ocorrendo nos mesmos moldes já praticados pela Casa Legislativa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Gaspar (SC), em 22 de fevereiro de 2021.

FRANCISCO SOLANO ANHAIA  
Presidente



# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 12/2020 - DESINFECÇÃO E SANITIZAÇÃO

Publicação Nº 2879016

#### AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS A SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO:

PREGÃO PRESENCIAL 012/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESINFECÇÃO E SANITIZAÇÃO DE AMBIENTES PÚBLICOS, EM ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID-19, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE E A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

MOTIVO: OCORREU INTERPOSIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO QUE NECESSITA DE TEMPO PARA ANÁLISE COM A POSSIBILIDADE DE READEQUAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Demais informações acerca do edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br).

Governador Celso Ramos, 23 de Fevereiro de 2021.

ALCIDES PEREIRA  
Secretário de Administração

## SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 02/2021 LR COMERCIO DE VEICULOS

Publicação Nº 2877940

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2021

Pregão Presencial nº 01/2021

Processo 01/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 15 dias do mês de fevereiro do ano de 2021, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da SAMAE de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista s/nº, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor Geral, Sr. NEDISON NILDO MARTINS, são registrados os preços da empresa LR COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, estabelecida à AV. PRESIDENTE KENEDY, TERREO, CAMPINAS, SÃO JOSÉ- SC, CEP - 88.101-000, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o CNPJ nº 10.459.491/0001-97, neste ato representado pelo Srª LUCIANO BOEIRA GARCIA, Administrador, portador do Rg nº 2393242, inscrito no CPF sob o nº 887.397.679-49, para, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 01/2021, objeto do Processo 01/2021. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

\*\*\*Itens constantes da Ata:



2	<p>Automóvel 1.0 Flex – bicombustível (álcool e gasolina), 4 portas, para 5 lugares incluindo o motorista, cor branca, modelo do ano da aquisição, zero km, completo, com ar-condicionado, freios ABS e EBD, airbag para motorista e passageiro, alça de segurança no teto para o passageiro, cinto de segurança dianteiro retráteis com 3 pontos de regulagem de altura, cinto de segurança traseiro lateral com 3 pontos de regulagem de altura, apoios de cabeça com regulagem de altura, barra de proteção nas portas, faróis de neblina, limpador/desembaçador do vidro traseiro, banco do motorista ou volante com regulagem de altura, painel de instrumentos com conta-giros, velocímetro e marcador do nível de combustível, para-sol com espelho do lado do passageiro, tomada de 12v, travas elétricas das portas e vidros dianteiros elétricos, transmissão manual de 5 velocidades, retrovisores externos e maçanetas na cor do veículo, alarme antifurto, rádio com entrada USB, e equipado com demais itens da Legislação de Trânsito Brasileira.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Potência de 70cv (gasolina) e 75cv (álcool);</li> <li>-Direção Hidráulica ou Elétrica;</li> <li>-Capacidade do porta-malas de 255 litros com o banco traseiro na posição normal;</li> <li>-3 cilindros;</li> <li>- Garantia geral mínima de 12(doze) meses;</li> <li>-Demais itens e equipamentos que sejam exigidos por lei.</li> </ul> <p>-POSSUIR O SELO CONPET DE EFICIENCIA ENERGETICA VEICULAR, a ser consultado na sessão pública.</p>	02	51.640,00	103.280,00
---	---	----	-----------	------------

TOTAL GERAL ATA = R\$ 103.280,00 (cento e três reais e duzentos e oitenta reais)

Governador Celso Ramos/SC, 15 de fevereiro de 2021.

LR COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA  
LUCIANO BOEIRA GARCIA

SAMAE GCR  
NEDISON NILDO MARTINS



# Gravatal

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 02/2021 FMS- MEDICAMENTOS CMED/ANVISA

Publicação N° 2878159

MUNICIPIO DE GRAVATAL. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. AVISO DE LICITAÇÃO – EXCLUSIVO ME, EPP E MEI. PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/21. PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 02/21. A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Gravatal, a Sra. MARIA PEREIRA CALEGARI, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MAIOR DESCONTO PERCENTUAL, amparados pelas Leis N° 8666/93, Lei Federal 10.520/2002 e atualizações, Lei Complementar 123/06, dia 08 de março de 2021, às 9:00h, tendo como objeto: "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICO OU SIMILAR DE "A" A "Z", POR MAIOR DESCONTO PERCENTUAL SOBRE A TABELA CMED/ANVISA – COLUNA - PREÇO MÁXIMO DE VENDA AO GOVERNO – PMVG – 17% ICMS, OU MEDICAMENTOS ISENTOS DE ICMS CONFORME CONVÊNIOS 87 E 140 DO CONFAZ OU LABORATÓRIOS OFICIAIS." Mais informações e retirada de edital disponíveis na RUA ENG. ANNES GUALBERTO, N° 121, Centro, (048)3648-8022 E-mail: licitacao@gravatal.sc.gov.br ou site do Portal Transparência Gravatal [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-092/con\\_licitacoes.faces](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-092/con_licitacoes.faces), 23 de fevereiro de 2021. MARIA PEREIRA CALEGARI Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

### DECRETO 17/2021

Publicação N° 2878043

DECRETO N.º 17 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Dispõe sobre o Remanejamento orçamentário e dá outras providências."

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 2.099, de 22 de Dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Suplementa as dotações abaixo:

Órgão: 02 Poder Executivo

Unidade: 08 Encargos Especiais

Projeto: 0.000 Encargos Especiais/Pagamento da Dívida Pública

Elemento: (136) 4.6.90.00.00.00.0000 Aplicações Diretas .....R\$ 75.000,00

Total da suplementação: .....R\$ 75.000,00

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação, ficam anuladas as dotações abaixo:

Órgão: 02 Poder Executivo

Unidade: 08 Encargos Especiais

Projeto: 0.000 Encargos Especiais/Pagamento da Dívida Pública

Elemento: (135) 3.3.90.00.00.00.0000 Aplicações Diretas .....R\$ 75.000,00

Total da anulação: .....R\$ 75.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gravatal - SC, 23 de fevereiro de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 30.2021 PMGBA

Publicação N° 2878386

PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2021

PROCESSO N° 30/2021 HOMOLOGAÇÃO: 23/02/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR MANUTENÇÃO  
ELÉTRICA BÁSICA, CONserto DE AR CONDICIONADO,  
RECARGA DE GÁS E SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR SCANNER  
COMPUTADORIZADO EM VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS,  
CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS, ÔNIBUS E MICROÔNIBUS DA  
FROTA DO MUNICIPIO DE GUARACIABA.

CONTRATADO: AUTO ELETRICA CEMBRANEL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 53.950,00 (cinq-enta e três mil  
novecentos e cinq-enta reais)

CONTRATADO: ALTEMIR MANFREDI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 56.140,00 (cinq-enta e seis mil cento e  
quarenta reais)

CONTRATADO: AUTO ELETRICA SCALCO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 149.455,00 (cento e quarenta e nove mil  
quatrocentos e cinq-enta e cinco reais)

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 31.2021 PMGBA

Publicação N° 2878389

PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2021

PROCESSO N° 31/2021 HOMOLOGAÇÃO: 23/02/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE  
RECAPAGEM, ALINHAMENTO, GEOMETRIA, BALANCEAMENTO,  
RODIZIO DE PNEUS, CONserto DE PNEUS, MONTAGEM E  
DESMONTAGEM, E AQUISIÇÃO DE CAMARA DE AR E  
PROTETORES DE ARO PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E  
EQUIPAMENTOS AGRICOLAS PARA ATENDER AS  
NECESSIDADES DAS SECRETARIAS.

CONTRATADO: GBA PNEUS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 73.464,00 (setenta e três mil  
quatrocentos e sessenta e quatro reais)

CONTRATADO: CLAUDIR BRAMBILLA

VALOR DA DESPESA: R\$ 53.451,00 (cinq-enta e três mil  
quatrocentos e cinq-enta e um reais)

CONTRATADO: LUIZ CARLOS ZWIRTES

VALOR DA DESPESA: R\$ 45.598,00 (quarenta e cinco mil  
quinhentos e noventa e oito reais)



**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 24.21 AQUISIÇÃO SERVIÇOS DE LAVAGENS DE VEÍCULOS VAN**

Publicação N° 2878738

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2021.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 38/21, Edital de Pregão Presencial Nº 24/21, Sistema de Registro de Preços - Tipo Menor Preço por Item. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEICULO FIAT DUCATO, FORD TRANSIT, RENAULT MASTER E MERCEDES SPRINTER; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 08/03/21; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 08/03/21, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30 às 17:30 horas e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br) Guaraciaba em 23 de FEVEREIRO de 2021.

Vandecir Dorigon,  
Prefeito Municipal

**MINUTA EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 03.21 SUBSTITUIÇÃO COBERTURA EJA E AMPLIAÇÃO E REFORMA CENTRO IDOSOS**

Publicação N° 2878367

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC,  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº03/2021.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 37/21, Edital de Tomada de Preço Nº 03/21, Tipo Menor preço global. Objeto: Contratação de empresa para executar a SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E AMPLIAÇÃO, REFORMA E PINTURA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS DE GUARACIABA/SC; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 12/03/21; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 12/03/21, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br) Guaraciaba em 23 de fevereiro de 2021.

Vandecir Dorigon,  
Prefeito Municipal



# Guaramirim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 1395/2021

Publicação Nº 2877703

DECRETO Nº. 1395/2021

Altera o Decreto nº. 1321/2020, que constitui e nomeia Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de Covid-19, cria comissões escolares de gerenciamento da pandemia de covid-19, com base nas diretrizes estaduais de retorno às aulas presenciais.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 1321/2020 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º. ....

IV - ....

b) Suplente: Neuci Conceição Feldmann Delai;  
..... ” (NR)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jiuvani Assis Assing  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 1398/2021

Publicação Nº 2878355

DECRETO Nº. 1398/2021

Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 427.720,10 (quatrocentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte reais, dez centavos).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 427.720,10 (quatrocentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte reais, dez centavos), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

06 - Secretaria Municipal de Educação  
001 - Ensino Fundamental  
0012.0361.0005.1008 - Construção, Ampliação, Equip. e Reforma de Ginásios e Quadras de Esporte  
34000000000000000000 - Despesas de capital  
34400000000000000000 - Investimentos  
34490000000000000000 - Aplicações Diretas  
01320000 - Transf. convênios - união/educação - R\$ 191.808,06

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
0008.0244.0009.2157 - Benefícios Assistenciais - Cestas Básicas  
33000000000000000000 - Despesas correntes  
33300000000000000000 - Outras despesas correntes  
33390000000000000000 - Aplicações diretas  
3658900 - Benefícios Eventuais – R\$ 235.912,04

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito suplementar provêm:

I - do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, na fonte 3658900 - Benefícios Eventuais, no valor de R\$



235.912,04 (duzentos e trinta e cinco mil, novecentos e doze reais e quatro centavos);

II - do excesso de arrecadação previsto para o exercício na receita 241810210000000000 - Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação - principal e fonte 01320000 - Transf. convênios-união/educação, no valor de R\$ 191.808,06 (cento e noventa e um mil, oitocentos e oito reais, seis centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jiuvani Assis Assing  
Secretário de Administração e Finanças

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2021 – PMG

Publicação Nº 2878234

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2021 – PMG  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 162/2020 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial  
Base Legal: Lei nº 10.520/02

Objeto: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica para máquinas pesadas da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, CEP 89.270-000, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: OFICINA MECANICA DE TRATORES SANTA CECILIA LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.538.899/0001-98, com sede na Rua Goiás, nº 318, bairro Vila Lenzi, CEP 89.252-310, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1000	HR	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS PESADAS DO SETOR DE INFRAESTRUTURA	85,0000	85.000,00
Total				R\$85.000,00	

Vigência: Início: 08/02/2021 Término: 07/02/2022

Guaramirim (SC), 23 de fevereiro de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal de Guaramirim

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2021 – FMS

Publicação Nº 2878118

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2021 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2020 – FMS

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico  
Base Legal: Lei nº 10.520/02

Objeto: Aquisição de dietas especiais para atendimento de determinações judiciais e do serviço social da Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, CEP 89.270-000, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.612.312/0004-97, com sede na Rua Judite Melo dos Santos, nº 131, bairro Distrito Industrial, CEP 88.104-765, município de São José, estado de Santa Catarina.



Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
28	187500	GR	Fórmula infantil elementar em pó, para crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos, com 100% aminoácidos livres, não alergênica, nutricionalmente completa, com DHA, ARA, TCM. Isenta de proteína láctea, derivados de soja, lactose, sacarose, frutose, galactose e glúten, indicada para casos de alergia alimentar (ao leite de vaca, a hidrolisados e a múltiplas proteínas) e outros distúrbios absorptivos. Apresentação: lata de 400 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	Neocate LCP / Support/ LATA 400 GRAMAS	0,2588	48.525,00
29	150000	GR	Neoforte (marca especificada conforme determinação judicial). Suplemento hipoalergênico com sabor baunilha, para crianças com alergia à proteína do leite de vaca (apl) e outras alergias, a base de 100% aminoácidos livres, para nutrição enteral ou oral. Com prebióticos, cálcio, vitamina d e ferro. Isento de lactose e glúten. Embalagem de 400g.	Neoforte/ SHS - DANO-NE/LATA 400 GRAMAS	0,3157	47.355,00
Total					R\$95.880,00	

Vigência: Início: 15/02/2021 Término: 14/02/2022

Guaramirim (SC), 23 de fevereiro de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal de Guaramirim

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2021 – FMS

Publicação Nº 2878120

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2021 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2020 – FMS

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico

Base Legal: Lei nº 10.520/02

Objeto: Aquisição de dietas especiais para atendimento de determinações judiciais e do serviço social da Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, CEP 89.270-000, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: NUTRIMIL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.978.588/0001-60, com sede na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 930, sala 03, bairro Centro, CEP 89.251-701, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	80000	GR	Módulo de carboidrato a base de 100% maltodextrina, com excelente solubilidade. Isento de lactose, glúten e sacarose. Sem sabor. Apresentação: pote/lata de 400 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	Carboch 400g - Prodiat	0,0359	2.872,00
7	380000	GR	Alimento nutricionalmente completo em pó, para uso oral ou enteral, para auxiliar no crescimento e desenvolvimento de crianças com dificuldades alimentares ou com necessidade de manutenção ou recuperação do estado nutricional. Normocalórica (1.0 cal/ml) em sua diluição padrão, podendo conter prebióticos e probióticos. Sabor baunilha ou diversos. Isento de lactose e gluten. Apresentação: lata de até 900 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	Trophic Infant 800g - Prodiat	0,0579	22.002,00
18	150000	GR	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral, normocalórico na sua diluição padrão, em pó, sem sabor, podendo conter prebióticos e com menor teor de proteínas derivadas da soja. Indicado para recuperar e/ou manter o estado nutricional de adultos e idosos. Isento de glúten. Apresentação: lata de 400 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	Immax / Prodiat	0,1398	20.970,00



19	200000	GR	Dieta nutricionalmente completa em pó, para nutrição oral e/ou enteral, à base de proteína isolada de soja. Normocalórico na diluição padrão. Com mix de fibras solúveis e insolúveis. Hipossódica, isenta de saca-rose, lactose e glúten. Densidade calórica 1,0 kcal/ml. Apresentação: lata/pote de 800 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	Trophic Fiber / Prodiel	0,0498	9.960,00
Total					R\$55.804,00	

Vigência: Início: 15/02/2021 Término: 14/02/2022

Guaramirim (SC), 23 de fevereiro de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal de Guaramirim

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2021 – FMS

Publicação Nº 2878123

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2021 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2020 – FMS

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico  
Base Legal: Lei nº 10.520/02

Objeto: Aquisição de dietas especiais para atendimento de determinações judiciais e do serviço social da Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, CEP 89.270-000, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 33.154.286/0001-19, com sede na Rua Gonçalves Junior, nº 109, bairro Centro, CEP 88.475-000, município de Anitápolis, estado de Santa Catarina.

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
10	300000	GR	Fórmula infantil de partida em pó, para lactentes de 0 (zero) a 06 (seis) meses, com DHA, ARA e prebióticos FOS e GOS. Enriquecida com ferro, vitaminas e sais minerais, atendendo todas as recomendações de rda para lactentes. Isento de glúten. Apresentação: lata de 400 ou 800 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	Nan Comfor 1/ Nestlé Brasil	0,0350	10.500,00
Total					R\$10.500,00	

Vigência: Início: 15/02/2021 Término: 14/02/2022

Guaramirim (SC), 23 de fevereiro de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal de Guaramirim

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021 – FMS

Publicação Nº 2878125

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2020 – FMS

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico  
Base Legal: Lei nº 10.520/02

Objeto: Aquisição de dietas especiais para atendimento de determinações judiciais e do serviço social da Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, CEP 89.270-000, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.



Fornecedor: CARLA MACHADO DE SOUZA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.525.628/0001-85, com sede na Rua 1401, nº 377, sala 1A, bairro Centro, CEP 88.330-798, município de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina.

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
11	300000	GR	Fórmula infantil de segmento, para crianças de 06 (seis) a 12 (doze) meses, com DHA, ARA e prebióticos FOS e GOS. Enriquecida com ferro, vitaminas e minerais, atendendo todas as recomendações de rda para lactentes. Isento de glúten. Apresentação: lata de 400 ou 800 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	DANONE	0,0370	11.100,00
12	200000	GR	Fórmula infantil antirrefluxo, para lactentes de 0 (zero) a 12 (doze) meses que apresentam regurgitação, com DHA e ARA, enriquecida com ferro, vitaminas e minerais, atendendo todas as recomendações de rda para lactentes, com agente espessante (goma ou amido pré-gelatinizado). Isento de glúten e sacarose. Apresentação: lata de 400 ou 800 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	DANONE	0,0400	8.000,00
13	150000	GR	Fórmula infantil sem lactose para lactentes de 0 (zero) a 12 (doze) meses, com DHA e ARA, enriquecida com ferro, vitaminas e minerais, atendendo todas as recomendações de rda para lactentes. Isento de glúten. Apresentação: lata de 400 ou 800 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	DANONE	0,0560	8.400,00
14	150000	GR	Fórmula infantil com 100% proteína extensamente hidrolisada, com DHA e ARA. Isento de sacarose e glúten. Indicado para lactentes e crianças com alergia a proteína do leite de vaca, sem quadros diarreico. Apresentação: lata de 400 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	DANONE	0,1650	24.750,00
15	150000	GR	Fórmula infantil com 100% proteína extensamente hidrolisada, hipoalergênica, para crianças desde o nascimento com alergia a proteína do leite de vaca com quadros diarreicos e/ou sintomas de má absorção. Alta absorção e baixa osmolaridade, com DHA, ARA e TCM. Isento de lactose, sacarose, frutose e glúten. Apresentação: lata de 400 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	DANONE	0,1950	29.250,00
16	62500	GR	Fórmula infantil elementar em pó, para crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos, com 100% aminoácidos livres, não alergênica, nutricionalmente completa, com DHA, ARA, TCM. Isenta de proteína láctea, derivados de soja, lactose, sacarose, frutose, galactose e glúten, indicada para casos de alergia alimentar (ao leite de vaca, a hidrolisados e a múltiplas proteínas) e outros distúrbios absorptivos. Apresentação: lata de 400 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	DANONE	0,2950	18.437,50
22	30000	GR	Fórmula em pó específica para fenilcetonúrios a partir de 01 (um) ano de idade, concentrada de aminoácidos essenciais e não essenciais, isenta de fenilalanina, enriquecida de vitaminas e minerais. Isenta de glúten. Apresentação: lata de 500 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	DANONE	0,5950	17.850,00
24	120000	GR	Aptamil Pepti (marca especificada conforme determinação judicial). Fórmula infantil extensamente hidrolisada de proteína do soro do leite sem lactose. Indicada para lactentes com alergia à proteína do leite de vaca com quadros diarreicos e/ou má absorção desde o nascimento. Contém lcpufas (DHA e ARA), 100% polímeros de glicose, 50% TCM e nucleotídeos. Densidade calórica 66 kcal/100 ml. Não contém glúten. Apresentação: lata de 400 gramas.	DANONE	0,1650	19.800,00
25	50000	GR	Neoforte (marca especificada conforme determinação judicial). Suplemento hipoalergênico com sabor baunilha, para crianças com alergia à proteína do leite de vaca (aplV) e outras alergias, a base de 100% aminoácidos livres, para nutrição enteral ou oral. Com prebióticos, cálcio, vitamina d e ferro. Isento de lactose e glúten. Embalagem de 400g.	DANONE	0,4100	20.500,00
26	100000	GR	Fortini sem sabor (marca especificada conforme determinação judicial). Alimento para nutrição oral e/ou enteral para crianças, em pó, nutricionalmente completo e rico em vitaminas e minerais. Permite preparo nas diluições 1,0kcal/ml - 1,25kcal/ml. Isento de lactose. Não contém glúten. Possui 9% de proteínas (100% caseinato), 50% carboidratos (84% maltodextrina e 16% sacarose) e 41% lipídeos (100% óleos vegetais - óleo de palma, girassol e semente de colza). SEM SABOR. Lata de 400g.	DANONE	0,1250	12.500,00
Total					R\$170.587,50	

Vigência: Início: 15/02/2021 Término: 14/02/2022

Guaramirim (SC), 23 de fevereiro de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal de Guaramirim



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021 – FMS**

Publicação Nº 2878126

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2020 – FMS

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico

Base Legal: Lei nº 10.520/02

Objeto: Aquisição de dietas especiais para atendimento de determinações judiciais e do serviço social da Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, CEP 89.270-000, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: NUCLEO COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.761.779/0001-80, com sede na Avenida das Torres, nº 5200, bairro São Pedro, CEP 83.005-450, município de São José dos Pinhais, estado do Paraná.

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
6	100000	GR	Espessante e gelificante para alimentos, destinado às situações de disfagia em adultos e crianças. Composto de amido de milho modificado e/ou go-mas alimentícias. Sem sabor. Isento de lactose, sacarose e glúten. Apresentação: lata. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	probene	0,0809	8.090,00
8	150000	ML	Suplemento alimentar líquido nutricionalmente completo específico para crianças. Indicado para recuperação do estado nutricional de crianças a partir de 1 ano de idade. Hipercalórico, enriquecido de vitaminas e minerais, podendo adiconado de fibras. Com sabor: isento de lactose e glúten. Apresentação: embalagem plástica de 200 ml. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	fresenius kabi	0,0435	6.525,00
23	300000	ML	Suplemento líquido hiperprotéico, específico para lesão por pressão. Alto teor de micronutrientes relacionados à cicatrização, como zinco, selênio, arginina, vitaminas A, C, E. Densidade calórica: de 1,0 a 1,5 kcal/ml. Isento de glúten. Apresentação: embalagem com 200 ml, com sabor. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	fresenius kabi	0,0475	14.250,00
Total					R\$28.865,00	

Vigência: Início: 15/02/2021 Término: 14/02/2022

Guaramirim (SC), 23 de fevereiro de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal de Guaramirim

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2021 – FMS**

Publicação Nº 2878128

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2021 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2020 – FMS

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico

Base Legal: Lei nº 10.520/02

Objeto: Aquisição de dietas especiais para atendimento de determinações judiciais e do serviço social da Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, CEP 89.270-000, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: LIFECENTER COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 30.490.772/0001-10, com sede na Rua Alcides Gonzaga, nº 250, bairro Boa Vista, CEP 90.480-020, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.



Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	48000	GR	Módulo de 100% l-glutamina. Indicado para pacientes com distúrbios intestinais, infecções, alergias e períodos pós-cirúrgicos. Não contém glúten e lactose. Sem adição de açúcares, conservantes e corantes artificiais. Apresentação: lata/pote. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	GLUTAMAX / VITAFOR	0,1600	7.680,00
5	5000	ML	Módulo de lipídios (tcm), indicado como aporte calórico de fácil absorção, podendo ser utilizado em dieta enteral e oral, sem sabor. Isento de glúten. Apresentação: frasco de até 500 ml. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	MCT/VITAFOR	0,1500	750,00
17	150000	GR	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral, normocalórico na sua diluição padrão, em pó, sabor baunilha ou outros, podendo conter prebióticos e com menor teor de proteínas derivadas da soja. Indicado para recuperar e/ou manter o estado nutricional de adultos e idosos. Isento de glúten. Apresentação: lata de 400 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	ENSURE/ ABBOTT	0,0600	9.000,00
21	230000	GR	Pediasure (marca especificada conforme determinação judicial). Alimento nutricionalmente completo, para uso oral ou enteral, para auxiliar no crescimento e desenvolvimento de crianças com dificuldades alimentares ou com necessidade de manutenção ou recuperação do estado nutricional. Normocalórica (1.0 cal/ml) em sua diluição padrão, com 12% de proteína (70% concentrado proteico do leite, 16% concentrado proteico do soro e 14% proteína isolada de soja), 53% de carboidrato, podendo conter sacarose e 35% de lipídeos com combinação de DHA e ARA. Presença de prebióticos (FOS) e probióticos. Sabor baunilha. Apresentação: lata de 400 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	PEDIASURE/ ABBOTT	0,1000	23.000,00
Total					R\$40.430,00	

Vigência: Início: 15/02/2021 Término: 14/02/2022

Guaramirim (SC), 23 de fevereiro de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal de Guaramirim

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2021 – FMS

Publicação Nº 2878130

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2021 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2020 – FMS

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico  
Base Legal: Lei nº 10.520/02

Objeto: Aquisição de dietas especiais para atendimento de determinações judiciais e do serviço social da Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, CEP 89.270-000, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: PRÓ-VIDA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.889.336/0001-45, com sede na Rua Pioneiro Exaltino Pereira Boa Sorte, nº 814, bairro Jardim Espanha, CEP 87.060-702, município de Maringá, estado do Paraná.

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
20	300000	GR	Dieta nutricionalmente completa em pó, para nutrição oral e/ou enteral, à base de proteína isolada de soja. Normocalórico na diluição padrão. Hipossódica, isenta de sacarose, lactose e glúten. Densidade calórica 1,0 kcal/ml. Apresentação: lata/pote de 800 gramas. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	NUTERAL	0,0434	13.020,00
Total					R\$13.020,00	

Vigência: Início: 15/02/2021 Término: 14/02/2022

Guaramirim (SC), 23 de fevereiro de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal de Guaramirim



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2021 – FMS**

Publicação Nº 2878131

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2021 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2020 – FMS

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico

Base Legal: Lei nº 10.520/02

Objeto: Aquisição de dietas especiais para atendimento de determinações judiciais e do serviço social da Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, CEP 89.270-000, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.325.797/0001-90, com sede na Rua Achilles Denti, nº 86, bairro José Bonifácio, CEP 99.701-786, município de Erechim, estado do Rio Grande do Sul.

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	50000	GR	Módulo de proteína de alto valor biológico, indicado como suplemento ou complemento protéico na alimentação diária de adultos e crianças. Sem sabor. Isento de glúten. Apresentação: lata ou pote. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	Eremix	0,1350	6.750,00
27	112500	GR	Suplemento alimentar de fibras, que não altere o sabor, cheiro e textura dos alimentos. Isento de sacarose e glúten. Apresentação: pote/lata. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	Eremix	0,1100	12.375,00
Total					R\$19.125,00	

Vigência: Início: 15/02/2021 Término: 14/02/2022

Guaramirim (SC), 23 de fevereiro de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal de Guaramirim

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2021 – FMS**

Publicação Nº 2878132

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2021 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2020 – FMS

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico

Base Legal: Lei nº 10.520/02

Objeto: Aquisição de dietas especiais para atendimento de determinações judiciais e do serviço social da Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, CEP 89.270-000, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: HASSEN RAAD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.296.343/0001-15, com sede na Rua Vereador Linconl Cortes Campos, nº 38, bairro Gruta, CEP 36.860-000, município de Patrocínio do Muriaé, estado de Minas Gerais.

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	37500	GR	Suplemento alimentar de fibras, que não altere o sabor, cheiro e textura dos alimentos. Isento de sacarose e glúten. Apresentação: pote/lata. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	SOLUFIBER/DYNAMIC LAB	0,0800	3.000,00
Total					R\$3.000,00	

Vigência: Início: 15/02/2021 Término: 14/02/2022

Guaramirim (SC), 23 de fevereiro de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal de Guaramirim



**EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2021 – FMS**

Publicação Nº 2878437

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

**EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2021 – FMS**

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE TOLDO PARA SECRETARIA DE SAÚDE DE GUARAMIRIM.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através do seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: FIGUEIRA TOLDOS E TENDAS LTDA, sob o CNPJ nº 06.111.559/0001-75, estabelecida na Rua Antonio Kochella, nº 143, Bairro Ilha da Figueira, Jaraguá do Sul - SC, CEP: 89.258-470.

Valor Total: R\$ 4.680,00 (quatro mil seiscentos e oitenta reais).

Guaramirim (SC), 23 de fevereiro de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 082/2021**

Publicação Nº 2877704

**PORTARIA Nº. 082/2021**

Altera a Portaria nº. 446/2018, que nomeia Comissões vinculadas ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Guaramirim – COMDIG.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. A Portaria nº. 446/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. ....

I – Titular governamental: Patrícia Varela da Silva;  
..... ” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jiuvani Assis Assing  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 083/2021**

Publicação Nº 2877709

**PORTARIA Nº. 083/2021**

Instaura Processo Administrativo Disciplinar nº. 01/2021.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com a Lei Complementar nº. 007/2001;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar a instauração do processo administrativo disciplinar nº. 01/2021, para apurar as condutas atribuídas à servidora M. D. C., matrícula nº. 30515513, conforme Comunicação Interna nº. 16/2021 e documentos anexos, expedida pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Parágrafo único. As infrações a serem apuradas estão previstas no art. 49, incisos I, III (Lei Federal nº. 8069/1990, art. 5º, 18. 18-A e 70) e XI, art. 50-K, inciso VI, todos da Lei Complementar nº. 007/2001.



Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pela Portaria nº. 563/2017, alterada pela Portaria nº. 069/2018.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jiuvani Assis Assing  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº. 084/2021**

Publicação Nº 2877710

PORTARIA Nº. 084/2021

Nomeia membros para comporem o Conselho Municipal de Trânsito.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com a Lei nº. 4094/2013;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados, sem ônus para o município, os membros do Conselho Municipal de Trânsito, que fica assim constituído:

I - Diretor de Fiscalização, Tráfego e Administração: Gladecir José Falcão;

II – Representante da Secretaria de Infraestrutura:

a) Titular: Ricardo Paulino Martins Portelinha;

b) Suplente: Jannaina Spezia;

III – Representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano:

a) Titular: Romeu Butschardt Junior;

b) Suplente: Alexandro Gomes Martins;

IV – Representante de Formação de Condutores:

a) Titular: Frederico Guenter Junior;

b) Suplente: Ana Gabriela Taranto Rosa;

V – Representante do Conselho Comunitário de Segurança de Guaramirim – CONSEG:

a) Titular: Antônio P. de Souza;

b) Suplente: Alencar Manoel Vasquez;

VI – Representante da Polícia Civil;

a) Titular: Cassiano Luis de Azevedo;

b) Suplente: Eduardo S. Leiros;

VII – Representante da Empresa Concessionária do Transporte Coletivo:

a) Titular: Samoel Vollrath;

VIII – Representante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Guaramirim:

a) Titular: Maicon Rodrigo Ewald;

b) Suplente: Maicon Roberto Rosa;

IX – Representante da ACIAG:

a) Titular: Adilson Cesar Demathe

b) Suplente: Rogério Souza Silva;

X – Representante dos Permissionários dos serviços de táxi:

a) Titular: Alceu Bertoldi;



XI – Representante da Polícia Militar:

- a) Titular: Edson Jesus da Silva;  
b) Suplente: Felipe Gabriel Baniski.

Art. 2º. Revoga-se a Portaria nº. 191/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jiuvani Assis Assing  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº. 085/2021**

Publicação Nº 2877711

PORTARIA Nº. 085/2021

Altera a Portaria nº. 461/2019, que nomeia membros para comporem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim - CMHISG.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 461/2019 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º. ....

I - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação:

- a) Titular: Neuci Conceição Feldmann Delai;  
.....

IV - Representante da Defesa Civil:

- a) Titular: Rogério Vonk;  
..... ” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jiuvani Assis Assing  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº. 086/2021**

Publicação Nº 2878716

PORTARIA Nº. 086/2021

Nomeia Comissão de Inventário de bens móveis e imóveis da Secretaria de Educação.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Inventário de bens móveis e imóveis da Secretaria de Educação:

I – Secretaria de Educação: Cláudia Roberta Chiodini, Cenira Telma Weber Hohl e Solange Martinelli;

II – C.E.I. Maria Domênica Bortolomiotti Peixer: Vanessa Aparecida Vitol Marcelino;



- III - E.M.E.F. Vereador Armin Bylaardt: Claudia Aparecida da Costa Fernandes;
- IV - C.E.M. Professor Gustavo Tank: Eliane Menestrina;
- V - E.M.E.F. Iaro Eugenio Hansch: Clarice Tomaselli Borchardt;
- VI - E.M.E.F. Germano Laffin: Maria Odete Zimmermann;
- VII - C.E.I. Professora Rosa Z. D. Testoni: Miriam Rausisse Ruon;
- VIII - C.E.I. Paula Reinert Feldman: Daniela Richard Heidner;
- IX - E.M.E.F. Vereador Heitor Antonio da Silva: Jandira de Borba Coelho;
- X - E.M.E.F. e Pré Escolar Cantinho da Amizade: Eliane Teresinha Fogolari Mees;
- XI - E.M.E.F. Professor Atilano Kruger: Rosineide Gomes da Cruz Ferreira de Andrade;
- XII - E.M.E.F. Professora Isabel Lilia Rosa de Souza: Marlete Feder Azevedo;
- XIII - E.M.E.F. Professora Alice Olinger Dias: Jussara Teresinha Possamai;
- XIV - E.M.E.F. e C.E.I. Mamãe Gansa e Seus Filhotes: Valquiria Fidelis;
- XV - C.E.I. Joanir da Silva e E.M.E.F. José Dequech: Cesar Augusto Vieira.
- XVI - E.M.E.F. Quati: Ilete Riegel Junckes;
- XVII - E.M.E.F. Padre Mathias Maria Stein: Maria Roseli Reinert Micheluzzi e Dierce Cardoso Borges;
- XVIII - C.E.I. Professora Roseli Ullmann: Maria Lucia da Silva Richard;
- XIX - E.M.E.F. Antonio Placido Rausisse: Valquíria Vick da Silva;
- XX - C.E.I. Santana Schorck: Nelci Mônica Darci Gieseler;
- XXI - C.E.I. Professora Zilma Flores da Silva: Meri Rose Testoni;
- XXII - E.M.E.F. Lauro Carneiro de Loyola: Iara Maria Spezia Schorck;
- XXIII - C.E.I. Maurita Maria Rosa: Taionara Teresinha Albano;
- XXIV - E.M.E.F. Urbano Teixeira da Fonseca: Marcia Sadzinski Maida;
- XXV - E.M.E.F. Professor Dorvalino Felippi: Flavia Vanessa Ribas da Silva;
- XXVI - Centro de Apoio Educacional – CAED: Eliani Gomes;
- XXVII - Centro de Jovens e Adultos: Marcia Derete de Angelo.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 040/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jiuvani Assis Assing  
Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº. 087/2021**

Publicação Nº 2878718

PORTARIA Nº. 087/2021

Nomeia Comissão de Inventário de bens móveis e imóveis da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Inventário de bens móveis e imóveis da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim:

I – Jamil El Khaitib;

II – Stephano Diego de Souza Wessler;

III – Marister Câmara Canto.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jiuvani Assis Assing  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 088/2021**

Publicação Nº 2878721

PORTARIA Nº. 088/2021

Nomeia Comissão de Inventário de bens móveis e imóveis da Fundação Cultural de Guaramirim.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Inventário de bens móveis e imóveis da Fundação Cultural de Guaramirim:

I – Emerson Flores da Silva;

II – Amanda Oechsler.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jiuvani Assis Assing  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 089/2021**

Publicação Nº 2878237

PORTARIA Nº. 089/2021

Delega poderes aos representantes das contas correntes do Município de Guaramirim, CNPJ 83.102.475/0001-16.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Degelar ao Prefeito, Luís Antônio Chiodini, e ao Secretário de Administração e Finanças, Jiuvani Assis Assing, os poderes abaixo relacionados como representantes das contas correntes vinculadas ao CNPJ 83.102.475/0001-16, do Município de Guaramirim:



I - Abrir contas de depósito;  
II - Emitir cheques;  
III - Solicitar saldos, extratos e cheques;  
IV - Requisitar talonário de cheque;  
V - Autorizar débito em conta;  
VI - Retirar cheques devolvidos;  
VII - Endossar cheque;  
VIII - Efetuar transferências/pagamentos;  
IX - Sustar/conta-ordenar cheques;  
X - Cancelar Cheques;  
XI - Baixar Cheques;  
XII - Efetuar resgates/aplicações financeiras;  
XIII - Efetuar saques – conta corrente;  
XIV - Efetuar saques – poupança;  
XV - Solicitar movimentação de conta;  
XVI - Efetuar movimentação financeira;  
XVII - Consultar contas/aplicações programa;  
XVIII - Liberar arquivos de pagamentos;  
XIX - Solicitar saldos/extratos de operação;  
XX - Emitir comprovantes;  
XXI - Efetuar transferência para a mesma titularidade;  
XXII - Encerrar contas de depósito;  
XXIII - Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jiuvani Assis Assing  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº. 090/2021**

Publicação Nº 2878722

PORTARIA Nº. 090/2021

Nomeia Comissão de Inventário de bens móveis e imóveis da Secretaria de Saúde.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Inventário de bens móveis e imóveis da Secretaria de Saúde:

I – Alexandre Altini Neto;  
II – João Ildo Batista;  
III – Tatiana Carsten.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 045/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jiuvani Assis Assing  
Secretário de Administração e Finanças



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

**24/2021**

Publicação Nº 2878032

DECRETO Nº 024/2021  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.693/2020 de 26 de novembro de 2020.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.082,89 (dez mil, oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2021, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:  
Unidade 04- Coordenação de programas:  
Atividade: 1104.10.301.0010.2.047  
3.3.90.00-00.00.278 Aplicações Diretas ..... R\$ 10.082,89

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido o Superavit Financeiro do Exercício de 2020, referente aos recursos do Taxa Vigilância Sanitária o valor de R\$ 10.082,89

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,  
23 de fevereiro de 2021.

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora  
Secretário Administração e Fazenda

## AVISO DE INEXIGIBILIDADE - IL 02/2020 FMS

Publicação Nº 2879020

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2021 – INEXIGIBILIDADE N. 02/2021

O Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 25 Caput da Lei nº. 8666/93, comunica Contratação para realização de Exames de Diagnostico por Imagem de média e alta complexidade para os pacientes da Secretaria Municipal de Saúde/ Fundo Municipal de Saúde

Fornecedor: CDI VISION CLINICA DE DIAGNOSTICO MEDICO LTDA

Código Sia/Sus	Especificação do Procedimento	Valor (R\$)
02.06.01.004-4	Tomografia Computadorizada de Face / Seios da Face / Articulações Têmporo-Mandibulares.	160,00
02.06.01.005-2	Tomografia Computadorizada de Pescoço.	160,00
02.06.01.006-0	Tomografia Computadorizada de Sela Túrcica.	160,00
02.06.02.001-5	Tomografia Computadorizada de Articulações de membro Superior (esterno clavicular, ombro, cotovelo e punho).	160,00
02.06.02.002-3	Tomografia Computadorizada de Segmentos Apendiculares (braço, antebraço, mão, coxa, perna, pé).	160,00
02.06.02.003-1	Tomografia Computadorizada de Tórax.	160,00
02.06.03.001-0	Tomografia Computadorizada de Abdômen Superior.	160,00
02.06.03.002-9	Tomografia Computadorizada de Articulações de Membro Inferior (sacro-íliaca, coxo-femural, joelho, tornozelo e pé).	160,00
02.06.03.003-7	Tomografia Computadorizada de pelve / Bacia / Abdômen Inferior.	160,00
90018	Tomografia Computadorizada de Abdômen Total.	300,00





9900780	Urotomografia.	300,00
90093	Contraste para Tomografia Computadorizada.	60,00
Obs: O valor unitário é o mesmo previsto na tabela utilizada pela SUS – Sistema Único de Saúde. – Conforme Tabela de Valores e Serviços - Cis Ameosc - 2020.		

Guarujá do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

Franciane Baseggio,  
Secretaria Municipal de Saúde.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 23.02.2021

Publicação Nº 2878683

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO  
TERCEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 01/2021  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 62/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: AUTO POSTO GUARUJA LTDA EPP

OBJETO: O valor do combustível ( Gasolina Comum, Óleo Diesel e Óleo Diesel S10), constante no Primeiro e Segundo Termo Aditivo, fica a partir de 24 de fevereiro de 2021, com manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro, conforme demonstrativo abaixo exposto:

DESCRIÇÃO	Valor atual	EEF – Valor	Valor com EEF
Óleo Diesel	3,71	0,30	4,01
Óleo Diesel S10	3,80	0,33	4,13
Gasolina Comum	4,67	0,30	4,97

Guarujá do Sul, SC, 23 de fevereiro de 2021.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.



# Guatambú

## PREFEITURA

### AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2021

Publicação Nº 2878263

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE GUATAMBU  
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº. 22/2021

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 13/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416EA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE VEM POR MEIO DESTES, JUSTIFICAR A COMPRA DE DOIS PNEUS AGRÍCOLAS PARA EQUIPAR A MÁQUINA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416E, POIS OS MESMOS QUE SE ENCONTRAM NA MÁQUINA NO MOMENTO ESTÃO SEM CONDIÇÕES DE USO, NÃO PODENDO EFETUAR A RECAPAGEM DOS MESMOS. SENDO ASSIM, SOLICITAMOS ATRAVÉS DO CONSÓRCIO CINCATARINA A COMPRA, MAS FOMOS INFORMADOS QUE AS EMPRESAS GANHADORAS DOS PNEUS NÃO PODERIAM ENTREGAR, POR PROBLEMAS ADMINISTRATIVOS. A MÁQUINA ENCONTRA-SE NO MOMENTO ENCOSTADA SEM CONDIÇÕES DE USO DEVIDO AS CONDIÇÕES DOS PNEUS, NESTE SENTIDO SOLICITAMOS ALGUNS ORÇAMENTOS PARA POSSÍVEL COMPRA DIRETA, EM ANEXO ESTA OS ORÇAMENTOS.

Contratada: Servicar Comercio e Serviços LTDA

CNPJ: 08.057.222/0001-52

Valor: R\$ 6.800,00(seis mil e oitocentos reais).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 22 de fevereiro de 2021.

VERA MARIA ZANDEVALLI

Prefeita em exercício

### AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 14/2021

Publicação Nº 2878261

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE GUATAMBU  
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO  
Processo Adm: Nº 23/2021

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TÉCNICO EM ENFERMAGEM PARA RECOMPOR EQUIPE DE SAÚDE BÁSICA DE ATENDIMENTO EM DECORRÊNCIA DO CORONAVÍRUS RESPONSÁVEL PELO SURTO INTERNACIONAL – OBJETIVANDO SUPRIR A DEMANDA EXISTENTE EM CARÁTER EXCEPCIONAL NA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO – CONFORME AS DIRETRIZES DE ENFRENTAMENTO INSTITUIDAS NOS DECRETOS MUNICIPAIS. CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TÉCNICO EM ENFERMAGEM PARA RECOMPOR EQUIPE DE SAÚDE BÁSICA DE ATENDIMENTO EM DECORRÊNCIA DO CORONAVÍRUS RESPONSÁVEL PELO SURTO INTERNACIONAL – OBJETIVANDO SUPRIR A DEMANDA EXISTENTE EM CARÁTER EXCEPCIONAL NA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO – CONFORME AS DIRETRIZES DE ENFRENTAMENTO INSTITUIDAS NOS DECRETOS MUNICIPAIS.

Contratada(o): Simone Spies

CPF: 051.770.129-48

Valor: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

Vigência: Início: 01/03/2021 Final: Indeterminado ou enquanto durar a Pandemia do Coronavirus (Covid-19).

Fundamento: Inciso IV do Art. 24 da Lei 8.666/93 c/ Art. 4 da Lei 13.979/2020.

Guatambu SC, 23 de fevereiro de 2021.

VERA MARIA ZANDEVALLI

Prefeito Municipal

### DECRETO 94 / 2021

Publicação Nº 2878445

DECRETO N. 94, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

ADOTA MEDIDAS COMPLEMENTARES E SUSPENDE ATIVIDADES POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19).

VERA MARIA ZANDEVALLI, Prefeita Municipal em exercício de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Guatambu,

CONSIDERANDO que a região Oeste de Santa Catarina permanece em nível gravíssimo e sem vagas de Unidade de Terapia Intensiva (UTI)



na rede pública e privada;

CONSIDERANDO que a eficiência das ações depende de toda coletividade, inclusive, do esforço entre os municípios para controle da disseminação do contágio do coronavírus;

CONSIDERANDO os artigos n. (s) 363 e 364 da Lei Complementar Municipal n. 76, de 18 de dezembro de 2013, que instituiu o código sanitário do Município de Guatambu;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal n. 82, de 15 de fevereiro de 2021, assim como às sanções previstas no art. 268 do Código Penal em caso de descumprimento de regra imposta pelo Poder Público;

CONSIDERANDO as manifestações da Comissão Especial de Monitoramento do Coronavírus, designada pelo Decreto Municipal n. 81, de 15 de fevereiro de 2021;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam suspensas todas as atividades públicas ou privadas, econômicas ou não, no território do Município de Guatambu, exceto as seguintes, legalmente consideradas essenciais:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos hospitalares, em consultórios e clínicas, inclusive medicina do trabalho;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada;

IV – atividades de defesa civil;

V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI – telecomunicação e internet;

VII – captação, tratamento e distribuição de água e esgoto;

VIII – serviços relacionados ao fornecimento de energia elétrica e iluminação pública;

IX – atividades industriais;

X – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XI – serviços funerários;

XII – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XIII - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de medicamentos, insumos e equipamentos médico-hospitalares;

XIV – caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;

XV – serviços postais e transportes de cargas em geral;

XVII – fiscalização tributária;

XVIII – atividades das forças de segurança pública;

XIX – fiscalização ambiental;

XX – clínicas veterinárias e casas agropecuárias;

XXI – transporte coletivo urbano, observada a lotação máxima de 50% dos veículos;

XXII – transporte coletivo interurbano, observada a lotação máxima de 50% dos veículos;

XXIII – atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;

XXIV – atividades de imprensa;

XXV – atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidas neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades industriais, de saúde e de segurança pública;

XXVI – fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto;

XXVII – distribuição de encomendas e cargas, especialmente atividade de tele-entrega de alimentos (delivery) de alimentos;

XXVIII – coleta de resíduos sólidos urbanos;

XXIX – serviços de guincho;

XXX – oficinas de reparação de veículos;

XXXI – lotéricas;

XXXII – restaurantes, pizzarias e lanchonetes somente através de tele entrega (delivery), exclusivamente no horário das 10h às 14h e das 18h às 22h.

XXXIII – postos de combustíveis;

§ 1º Fica expressamente proibido os serviços de conveniência, comercialização e consumo de bebida alcoólica nos postos de combustíveis.

§ 2º Quando a autoridade competente para fiscalização constatar que o estabelecimento comercial possui duas ou mais atividades econômicas (CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas), deverá aplicar as normas deste Decreto, segundo a atividade preponderante do estabelecimento, constatada no momento da fiscalização, de modo que, se a atividade preponderante não estiver entre as expressamente autorizadas, o estabelecimento será autuado na forma da legislação municipal.

§ 3º O funcionamento das atividades previstas neste artigo depende da observância integral das normas de prevenção estabelecidas pelas autoridades sanitárias.

Art. 2º Para fins da perfeita compreensão do presente ato normativo, e sem prejuízo da suspensão de funcionamento de outras atividades aqui não referidas e que não se enquadram nas exceções previstas no artigo 1º, somam-se às atividades suspensas no inciso I do art. 1º do Decreto Municipal n. 82, de 15 de fevereiro de 2021, fazendo constar abaixo as seguintes:

I - as atividades desenvolvidas em templos religiosos (igreja), bares, lanchonetes, clubes sociais (camping), praças, parques e demais estabelecimentos sediados na cidade e no interior do município;

II - a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para realização de atividades de qualquer natureza, incluindo casamentos, festas e aniversários;

III - a prática de esportes coletivos, inclusive futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em clubes sociais, bares, lanchonetes e demais estabelecimentos;

IV – restaurantes, salvo atividades de tele entrega regulamentadas no inciso XXXI do art. 1º deste decreto, e comércio varejista de bebidas alcoólicas (tele-beer);



V – academias de atividades físicas em geral, escolinhas de esportes e centros de treinamento;  
VI – cartórios, oficialatos, tabelionatos e serventias extrajudiciais;  
VI – barbearias, salão de beleza e comércio em geral.

Art. 3º Nos estabelecimentos cujo funcionamento for autorizado, fica proibido o ingresso de menores de 12 anos, sendo permitido o ingresso de apenas 1 pessoa por núcleo familiar.

§ 1º A restrição de ingresso de menores de 12 anos nos estabelecimentos não se aplica ao inciso I e II do art. 1º, nos casos em que o menor seja o paciente ou beneficiário, desde que acompanhado do responsável legal.

§ 2º Os estabelecimentos comerciais deverão prever e respeitar atendimento prioritário para pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais no período das 08h às 10h, orientando sua clientela que respeite esta prioridade.

Art. 4º Todas as praças, parques e demais equipamentos públicos de fácil acesso, permanecerão fechados, sendo proibida a permanência ou aglomeração de pessoas em qualquer horário.

Art. 5º No período compreendido entre 20h e 5h do dia seguinte, a circulação em vias públicas do município ficará restrita àqueles que estiverem comprovadamente no exercício de atividades expressamente autorizadas pelo art. 1º.

Art. 6º Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas em áreas públicas (ruas, praças, passeios, canteiros, estacionamentos, entre outros)

Art. 7º Em consonância ao art. 5º do Decreto Municipal n. 188/2020, ficam as pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19), obrigadas a manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no art. 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa e, cumulativamente, às sanções previstas no art. 363 e 364 da Lei Complementar Municipal n. 76/2013 (Lei de Vigilância Sanitária).

Art. 8º A fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, caberá à Vigilância Sanitária Municipal, com apoio da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único. A vigilância Sanitária Municipal, nas situações de descumprimento das normas estabelecidas, poderá interditar estabelecimentos, aplicar sanções ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos das 00h do dia 24 de fevereiro de 2021 até às 24h do dia 01 de março de 2021.

Art. 10º Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu, 23 de fevereiro de 2021.

VERA MARIA ZANDAVALLI  
Prefeita Municipal em exercício

## **PORTARIA 068 / 2021**

Publicação Nº 2877769

PORTARIA N. 068/2021 DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

VERA MARIA ZANDAVALLI, Prefeita Municipal de Guatambu, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Irineu Rafaeli, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal de Saúde por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 15/01/2019 à 14/01/2020.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 22/02/2021 a 23/03/2021, com retorno em 24/03/2021.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 22 de fevereiro de 2021.

VERA MARIA ZANDAVALLI  
Prefeita Municipal em exercício



**PORTARIA 069 / 2021**

Publicação Nº 2877773

PORTARIA N. 069/2021 DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VERA MARIA ZANDEVALLI, Prefeita Municipal de Guatambu, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Juliana Faccio, ocupante do cargo de Médica Veterinária, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 04/07/2019 à 03/07/2020.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 22/02/2021 a 23/03/2021, com retorno em 24/02/2021.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 22 de fevereiro de 2021.

VERA MARIA ZANDEVALLI  
Prefeita Municipal em exercício

**PORTARIA 70 / 2021**

Publicação Nº 2878444

PORTARIA N. 70, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

ESTABELECE NORMAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL COMO MEDIDA COMPLEMENTAR DO DECRETO N. 94/2021, NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO EM GERAL.

VERA MARIA ZANDEVALLI, Prefeita Municipal em exercício de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelece na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal n. 94 de fevereiro de 2021 implementou novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da infecção humana causada pelo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que são essenciais os serviços de assistência à saúde, incluídos os serviços médicos hospitalares, em consultórios e clínicas, inclusive de medicina do trabalho;

CONSIDERANDO que são essenciais os serviços de assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

**RESOLVE:**

Art. 1º Incumbe a cada Secretário Municipal dispor da organização do trabalho, incluído, excepcionalmente, o trabalho remoto ou revezamento de turno, desde que não ocorra prejuízo na continuidade do serviço público.

Parágrafo Único. O disposto não se aplica para Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º O termo que regulamentar a organização do trabalho em cada Secretaria Municipal, deverá, impreterivelmente, observar a todas as regras de higiene sanitária, bem como ser precedido de justificativa legal.

Art. 3º Aos servidores públicos cumpre, obrigatoriamente, pautar suas ações na ética e moral, agindo com o zelo devido, porquanto carecem ser exemplo para os seus próximos, razão em que: caso sejam flagrados descumprindo o trabalho remoto ou revezamento de turno, especificadamente no horário de expediente, serão devidamente penalizados e responsabilizados nos termos do Estatuto do Servidor Público.

Art. 4º O atendimento externo dos demais serviços e órgãos, quando não puder ser realizado de maneira presencial, deverão ser efetuados mediante os canais de comunicação oficial.

Art. 5º Incumbe a cada Secretário Municipal apresentar no Setor de Recursos Humanos as justificativas para alterações no cartão ponto, através do termo que regulamentar a metodologia de trabalho.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos das 00h do dia 24 de fevereiro de 2021 até às 24h do dia 01 de março de 2021.

Guatambu, 23 de fevereiro de 2021.

VERA MARIA ZANDEVALLI  
Prefeita Municipal em exercício



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 176/2021**

Publicação Nº 2878110

PORTARIA Nº 176/2021 de 22 de fevereiro de 2021

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA LEANI LAUERMANN KOCH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno do Poder Legislativo,

Considerando que a Servidora Leani Lauermann Koch, ocupante do cargo de Controle Interno, implementa o período aquisitivo de férias, no mês fevereiro de 2021;

Considerando o Requerimento da Servidora;

Considerando o art. 61 da Lei Complementar 04/2001;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam concedidas férias por 15 (quinze) dias, para a Servidora Leani Lauermann Koch, a serem gozadas no período de 08 de março 2021, até 22 de março de 2021, devendo retornar ao trabalho no dia 23 de março de 2021.

Parágrafo único: As férias de que trata o caput são referentes ao período aquisitivo de 01 de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 22 de fevereiro de 2021

Clademir Antonio Azevedo da Silva

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Anderson Mateus Giacomelli

1º Secretário do Poder Legislativo Municipal



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 023/2021

Publicação Nº 2879063

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2021

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE

CONTRATADO:

DEVANDRO RAOIMAGEM LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços técnicos de radiologia na Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24 horas para a realização de exames radiológicos

VALOR R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais) mensais

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2021, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.455/2020 de 24/11/2020.

Herval d'Oeste, em 17 de fevereiro de 2021.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

DEVANDRO SCHISSI

Sócio Administrador

### CONVOCAÇÃO GIULIA CHANES DOS SANTOS

Publicação Nº 2877947

Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora GIULIA CHANES DOS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 095.568.649-03, aprovada em 3º (terceiro) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2020, homologado pelo Decreto Municipal nº 4.370/2021, para o Cargo de SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D'Oeste para apresentar Documentos, Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste em 23 de Fevereiro de 2021.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ GIULIA CHANES DOS SANTOS

### CONVOCAÇÃO LUCAS ALVES MACIEL

Publicação Nº 2877836

CONVOCAÇÃO

A PREFEITURA DE HERVAL D'OESTE (SC), por intermédio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

Resolve:

Art. 1º Convocar o Senhor LUCAS ALVES MACIEL, brasileiro, inscrito no CPF 396.019.148-03, aprovado em 8º lugar, na relação de candidatos Habilitados – Nível Superior, para o cargo de Professor de Língua Portuguesa, no Processo Seletivo nº 005/2020/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal Nº 4.369/2021 de 26 de janeiro de 2021, para assumir vinte horas, turno matutino, na EBM Estação Luzerna em





substituição a servidora Angela Cristina Bilibio.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da publicação do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, para assumir a vaga sob pena de entender-se que desiste da mesma, bem como do processo seletivo em questão.

Art. 3º A posse do aprovado, ora convocado, realizar-se-á à medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos, respeitada a lei 291/2011.

Herval d'Oeste (SC) em 23 de fevereiro de 2021.

Silvana Lazzarini Bulla  
Secretária de Educação,  
Cultura e Esportes

## CONVOCAÇÃO MÁRCIO JOSÉ FURTADO PEREIRA

Publicação Nº 2877938

Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o Senhor MÁRCIO JOSÉ FURTADO PEREIRA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.686.389-28, aprovado em 2º (segundo) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2020, homologado pelo Decreto Municipal nº 4.370/2021, para o Cargo de SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D'Oeste para apresentar Documentos, Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste em 19 de Fevereiro de 2021.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ MÁRCIO JOSÉ FURTADO PEREIRA

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021 - REPUBLICADO

Publicação Nº 2879060

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2021. - REPUBLICADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021.

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO

Registro de Preços para a eventual e/ou futura Aquisição de Conjuntos de Mesas e Cadeiras Escolares, para as Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Esportes do Município, pelo período de 12(doze) meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

Recebimento das propostas do dia 24/02/2021 a partir das 08h00min até o dia 08/03/2021 às 08h45min.

Abertura das propostas: dia 08/03/2021 às 08h45min.

Início da sessão de disputa de lances: dia 08/03/2021 às 09h00min.

Referência de tempo: horário de Brasília (DF).

LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O Edital está disponível na íntegra nos sítios da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e do Município de Herval d'Oeste [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), ou poderá ser solicitado através do e-mail: [rubens@hervaldoeste.sc.gov.br](mailto:rubens@hervaldoeste.sc.gov.br)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

.Herval d'Oeste, 23 de fevereiro de 2021.



MAURO SÉRGIO MARTINI  
Prefeito Municipal.

## TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO CT 022/2020

Publicação Nº 2879071

### TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA

Os abaixo-assinados, Membro Representante da Contratante, designado pela Portaria nº 679 de 2011 e o Representante da Contratada Strahl Engenharia Eireli ME, após decorrência do Recebimento Provisório da execução da obra de Reforma nas Escolas GEM Professor Adolfo Becker, EBM Cruz e Souza e GEM Nossa Senhora de Fátima da Rede Municipal de Ensino de Herval d'Oeste, Processo Licitatório nº 016/2020, na modalidade de Tomada de Preços nº 003/2020, Contrato nº 022/2020, localizado no Município de Herval d' Oeste, neste Estado, declaram e atestam o que segue:

1. Que a contratada, durante o período de observação entre o Recebimento Provisório e o presente Termo, atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
2. Que da vistoria realizada ficou comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais;
3. Que foi entregue o "as built", isto é, uma via completa do projeto, com as alterações que se fizeram necessárias durante o decorrer da obra ou serviço;
4. Que foram apresentados os comprovantes: de pagamento dos empregados, do recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas e dos tributos, relativos ao contrato;
5. Que os responsáveis pela administração do objeto executado nada têm a declarar; e;
6. Que, face ao exposto, o Representante da Contratante conclui pela aceitação da Obra em questão, de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil

Herval d' Oeste (SC), 22 de fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_  
Luiz Valgrande  
Analista de Execução de Obras Públicas  
CREA 68.214-8  
Representante da Contratante

\_\_\_\_\_  
Representante da Contratada

## TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO MÁRCIO JOSÉ FURTADO PEREIRA

Publicação Nº 2877941

### AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE.

Eu, MÁRCIO JOSÉ FURTADO PEREIRA, brasileiro, residente e domiciliado no Beco João da Rocha, nº 71, fundos, Bairro Eugênio Schneider, 89167-105 - RIO DO SUL/SC, inscrito no CPF sob o nº 041.686.389-28, RG nº 4.268.085, aprovado e classificado em 3º (terceiro) lugar na vaga de SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO – 40 horas semanais, no Concurso Público nº 001/2020, conforme Decreto de Homologação nº 4.370/2021, publicado em 28 de janeiro de 2021, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, a fim de requerer a RECLASSIFICAÇÃO do cargo para o último lugar da lista classificatória deste edital.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

MÁRCIO JOSÉ FURTADO PEREIRA

Herval d'Oeste/SC, 22 de Fevereiro de 2021.



**Ibiam****PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 008/2021 - LINO ANTONIO MAYER**

Publicação Nº 2878394

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2021  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 007/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021  
SRP Nº 004/2021

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. JOARES TREVISOL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Trevisol- interior do Município de Ibiam - SC, inscrito no CPF: 183.227.439-04 denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, LINO ANTONIO MAYER, CNPJ: 40.077.250/0001-44, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na LINHA SANTA FÉ BAIXA- INTERIOR do Município de Itapiranga- SC CEP: 89896-000, neste ato representado por seu Administrador o Sr. LINO ANTONIO MAYER, CPF: 141.425.119-04, de ora em diante denominada de Contratada, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 007/2021 e Pregão Presencial nº 004/2021, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, além da legislação pertinente em vigor, tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes citada, inclusive a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** - a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLHEITA DE FORRAGENS, ENSILAGEM, COM TRATOR, OPERADOR E EQUIPAMENTO, PARA ATENDIMENTO A DEMANDA DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBIAM, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR POR HORA	VALOR TOTAL
01	400 horas	Trator de pneus com no mínimo 140 hp ,4x4, equipado com sistema hidráulico e tomada de força frontal, com colhedora de forragens frontal, com corte linear, boca de recolhimento de no mínimo 03 metros de área total, com todos os materiais de acoplamento inclusos, com operador devidamente qualificado.	R\$ 450,00	R\$ 180.000,00

Todos os custos/despesas com transporte, manutenção, operador, combustível e/ou qualquer outro custo, fica sob inteira responsabilidade da contratada, bem como, manter em perfeitas condições de armazenamento no transporte/envio de todos os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade. Os quantitativos indicados em anexo são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiam reserva-se o direito de solicitar apenas a quantidade necessária para sua demanda. Após decorridos os doze meses, contados da assinatura da ata de registro de preços, os saldos restantes serão desconsiderados.

O PRODUTOR TOMADOR DOS SERVIÇOS DEVERÁ SER IDENTIFICADO COM O NOME CORRETO, ENDEREÇO E ASSINATURA DO RELATÓRIO, TAMBÉM, SOB PENA DE O SERVIÇO NÃO SER PAGO À CONTRATADA E POR AUSÊNCIA DE LIQUIDAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA, DE ACORDO COM OS PRECEITOS DOS ARTIGOS 62 E 63 DA LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais/mensais, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade do Município de Ibiam e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

O Prazo para execução do objeto será de até 24 HORAS, após recebimento da ordem de fornecimento.

A prestação dos serviços deverá ser executada nos locais informados pela Secretaria/Departamento solicitante do serviço, em até 24 horas do pedido, mediante apresentação de Ordem de Serviço fornecida pelo responsável do Setor, não serão tolerados atrasos sem justificativa prévia e por escrito.

Imediatamente após a prestação dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no Edital.

A contratada deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

O Objeto deste certame caracteriza a cessão de mão de obra, conforme preceitos da IN RFB n. 971, de 17 de novembro de 2009, atualizada. Assim, ocorrerá, no pagamento dos serviços, retenção previdenciária de acordo com o mesmo instrumento, cuja base de cálculo não será inferior a 30% (trinta por cento) do valor dos serviços prestados, e cujo cálculo deverá ser destacado em cada nota fiscal emitida pela Contratada.

O operador da máquina que prestar os serviços deverá estar regular perante a justiça trabalhista, sob pena de falta grave da Contratada, ensejando penalização sumária, notadamente quanto a registro, cargo, remuneração mínima, folha de pagamento, controle de horário



trabalhado, bem como todas as demais providências determinadas pela legislação pertinente.

No ato da assinatura do Contrato, a Contratada deverá apresentar o LTCAT e PPRA referentes a atividade, bem como, durante toda a execução dos serviços, deverá prover o operador com os EPI's constantes no LTCAT, sob pena de falta grave e sob responsabilidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Os itens, objeto desta licitação, devem ser realizados na área rural do município de acordo com o termo de referência e a secretaria solicitante. O não cumprimento do prazo para prestar os serviços implica em multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), combinado com as demais sanções constantes no Edital e Contrato deste processo.

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade do Município de Ibiã e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta:

Órgão: 02- Chefia do executivo;

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Reduzido: 33.

Detalhamento: 33903999000000- Outros serviços de Terceiros P. Jurídica

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são próprios do Orçamento do exercício financeiro de 2021.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados após o realização do serviço, sendo o valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por hora de trabalho, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: atendimento@ibiam.sc.gov.br . O Pagamento ocorrerá conforme Decreto Municipal 3570/2021. A nota deve ser liquidada pelo Secretário Gestor e Fiscal do Contrato.

Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos comprobatórios dos fatos alegados, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do Contrato;

II – Junto com o requerimento, a Contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do Contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do Contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar a Contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto contratado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA

Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência por 12 meses.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.



**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO**

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 004/2021, indenizando a Contratada pelo fornecimento dos serviços até então executados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

À contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

II Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade no equipamento/maquina Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 3% (três por cento) por dia sobre o valor total do item (ns) entregues em desacordo e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 6% (seis por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada conforme portaria 034/2021, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material lícitado;

Entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como



as de seus superiores;

O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

A dissolução da empresa;

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO E DA PÚBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 004/2021, Processo Licitatório nº 007/2021, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Centro Administrativo de Ibiã, 09 de fevereiro de 2021.

JOARES TREVISOL  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

LINO ANTONIO MAYER  
CNPJ: 141.425.119-04  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Rosinei Ceron  
CPF – 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184



**CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 012/2021 -PORTALMAQ**

Publicação Nº 2878288

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 012/2021  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 013/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 007/2021

Termo de Contrato, referente a aquisição de mangueira/tubo de sucção medindo 3" 75mm X12m, para utilização em carreta tanque, sendo usada para diversas finalidades como, transporte de água para pequenas irrigações, abastecimento de água, limpeza de ruas, combate a incêndios etc., celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa, PORTALMAQ COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E INDUSTRIA LTDA, autorizado através do Processo nº013/2021, Dispensa de Licitação nº.007/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74  
Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20  
Representada por: JOARES TREVISOL

CONTRATADA: PORTALMAQ COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E INDUSTRIA LTDA  
CNPJ: 20.414.079/0001-04  
Endereço: Rua Vigário Frei Joao 740- centro  
Luzerna - SC CEP: 89.609-000

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente, a aquisição de mangueira/tubo de sucção medindo 3" 75mm X12m, para utilização em carreta tanque, sendo usada para diversas finalidades como, transporte de água para pequenas irrigações, abastecimento de água, limpeza de ruas, combate a incêndios etc., celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 726,00 (setecentos e vinte e seis reais) sendo R\$ 60,50 (sessenta reais e cinquenta centavos) o metro.

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 33  
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Unidade Orçamentária: 33903039 –Material para manutenção de veículos

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3570/2021, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

2.5. O município designa como fiscais deste contrato, responsável pela secretaria, e o servidor senhor Marcos Roberto Bazzen, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização da entrega, devendo registrar todas as ocorrências a as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

3.1. Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL dos produtos.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO**

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;



f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 22 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE IBIAM  
JOARES TREVISOL  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
PORTALMAQ COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E INDUSTRIA LTDA  
CNPJ: 20.414.079/0001-04

Testemunhas:

Rosinei Ceron  
CPF nº 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF nº 490.157.709-30

Rafael Gonzato Araldi  
OAB/SC 32.184

#### DECRETO Nº 3595/2021

Publicação Nº 2878091

DECRETO Nº 3.595, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

“DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JOARES TREVISOL, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os termos da Portaria nº 075, de 19 de fevereiro de 2021;



Com amparo no artigo 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 29, inciso III, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica declarado vago o cargo de Assistente Social – CRAS – Nível 109-ASoc (Lei nº 034/2014 e alterações posteriores), em decorrência do pedido de demissão da empregada pública KARINE TREVISAN DOS SANTOS LESSA, conforme Portaria nº 075/2021.

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo 1º, restabelece no quadro geral dos empregados públicos, uma vaga para o cargo de Assistente Social – Cras a ser provida através de concurso público.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

JOARES TREVISOL  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

**DECRETO Nº 3597/2021**

Publicação Nº 2878092

DECRETO Nº 3597, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DECLARA DESISTÊNCIA EXPRESSA DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando, que no dia 23 de fevereiro de 2021, a candidata aprovada em 1º lugar para exercer as funções do cargo de Professor II (Área de Atuação: Educação Infantil), foi convocada pessoalmente;

Considerando, que no dia 23 de fevereiro de 2021, o candidato aprovado em 3º lugar para exercer as funções do cargo de Professor II (Área de Atuação: Educação Infantil), foi convocado pessoalmente;

Considerando, que no dia 23 de fevereiro de 2021, a candidata Vanderlea Ana Carleto de Siqueira encaminhou pela Secretaria da Educação "Carta de Desistência" da vaga;

Considerando, que no dia 23 de fevereiro de 2021, o candidato Josiano Guilherme Puhle encaminhou pela Secretaria da Educação "Carta de Desistência" da vaga;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica a candidata VANDERLEA ANA CARLETO DE SIQUEIRA, inscrição nº 0017, aprovada para exercer as funções do cargo de Professor II (Área de Atuação: Educação Infantil) - 20 horas semanais, no Processo Seletivo – Edital nº 001, de 06 de janeiro de 2021, homologado pelo Decreto nº 3596, de 22 de fevereiro de 2021, declarada desistente, tendo em vista sua manifestação.

Art. 2º. Fica o candidato JOSIANO GUILHERME PUHLE, inscrição nº 0010, aprovado para exercer as funções do cargo de Professor II (Área de Atuação: Educação Infantil) - 20 horas semanais, no Processo Seletivo – Edital nº 001, de 06 de janeiro de 2021, homologado pelo Decreto nº 3596, de 22 de fevereiro de 2021, declarado desistente, tendo em vista sua manifestação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

JOARES TREVISOL  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda



**DECRETO Nº 3598/2021**

Publicação Nº 2879627

DECRETO Nº 3598, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021.

DECLARA DESISTÊNCIA EXPRESSA DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando, que no dia 23 de fevereiro de 2021, a candidata aprovada em 4º lugar para exercer as funções do cargo de Professor II (Área de Atuação: Educação Infantil), foi convocada pessoalmente;

Considerando, que no dia 23 de fevereiro de 2021, a candidata Sirlei Fischer encaminhou pela Secretaria da Educação "Carta de Desistência" da vaga;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica a candidata SIRLEI FISCHER, inscrição nº 0013, aprovada para exercer as funções do cargo de Professor II (Área de Atuação: Educação Infantil) - 20 horas semanais, no Processo Seletivo – Edital nº 001, de 06 de janeiro de 2021, homologado pelo Decreto nº 3596, de 22 de fevereiro de 2021, declarada desistente, tendo em vista sua manifestação.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

**TERMO ADITIVO N.006 - LIZ SERVIÇOS ONLINE**

Publicação Nº 2878933

TERMO ADITIVO N. 006/2021

CONTRATO ADITADO N. 018/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N. 029/2018

TERCEIRO TERMO ADITIVO

Pelo presente instrumento contratual, de um lado a Prefeitura Municipal de Ibiã-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiã – SC – CEP – 89652-000, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Joares Trevisol, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 222, nº 246, sala 05, Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio www.LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem de comum acordo, ADITAR contrato original de nº 018/2018, cujo objeto consiste na CESSÃO DE USO DE SOFTWARE DA CONTRATADA à CONTRATANTE.

CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes de comum acordo e conforme estabelecido na Cláusula Quarta do contrato Original, decidem prorrogar o prazo de vigência por 12 (doze) meses, de 27/02/2021 à 26/02/2022, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – Considera-se como valor para a execução deste Termo a quantia anual de R\$ 2.070,24 (dois mil, setenta reais e vinte e quatro centavos), podendo ser pago em Parcela Única Anual até 60 dias após início da atual vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual em 02 (Duas) vias, iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiã (SC), 27 de fevereiro de 2021.

JOARES TREVISOL  
PREFEITO MUNICIPAL  
Testemunhas:

CARLITO MELLO DE LIZ  
LIZ Serviços Online Ltda.

Rosinei Ceron  
CPF: 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi  
OAB/Sc 32.184



**BALANÇO CONSOLIDADO IBIAM 2020**

Publicação Nº 2878674

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Exercício 2020

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

A Lei de Meios, para o exercício de 2020 de nº 641/2019 de 09 de Dezembro de 2019, estimou a receita em 15.700.000,00 e fixou a despesa em 15.700.000,00.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		15.700.000,00
+ Créditos Suplementares:	9.012.591,77	
+ Créditos Especiais:	0,00	9.012.591,77
- Reduções:		1.727.221,87
DESPESA AUTORIZADA:		22.985.369,90

**CRÉDITOS ADICIONAIS:**

No exercício considerado, foram autorizados 174 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 9.012.591,77, e 0 crédito(s) especiais no valor de R\$ 0,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	1.727.221,87
Despesa a Maior	7.285.369,90
TOTAL:	9.012.591,77

**ANÁLISE DA RECEITA**

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 16.238.497,35, verificando-se uma arrecadação a maior de R\$ 538.497,35, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	15.700.000,00
Arrecadação a Maior	538.497,35
Receita Arrecadada	16.238.497,35

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	18.563.360,00	19.038.010,52	474.650,52
Receitas Correntes	18.523.360,00	18.126.552,83	-396.807,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	941.366,25	1.170.232,12	228.865,87
Impostos	850.025,00	1.119.782,01	269.757,01
Taxas	77.560,00	50.450,11	-27.109,89
Contribuição de Melhoria	13.781,25	0,00	-13.781,25
Contribuições	11.025,00	0,00	-11.025,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	11.025,00	0,00	-11.025,00
Receita Patrimonial	150.135,00	27.268,23	-122.866,77
Valores Mobiliários	150.135,00	27.268,23	-122.866,77
Receita Agropecuária	7.166,25	0,00	-7.166,25
Receita de Serviços	96.263,75	133.817,40	37.553,65
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	94.263,75	133.817,40	39.553,65
Outros Serviços	2.000,00	0,00	-2.000,00
Transferências Correntes	17.253.615,00	16.714.445,53	-539.169,47
Transferências da União e de suas Entidades	9.793.440,00	9.566.106,69	-227.333,31
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	6.360.175,00	6.082.050,90	-278.124,10
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.100.000,00	1.066.287,94	-33.712,06
Outras Receitas Correntes	63.788,75	80.789,55	17.000,80
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	18.742,50	7.602,04	-11.140,46
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	15.435,00	71.401,20	55.966,20
Demais Receitas Correntes	29.611,25	1.786,31	-27.824,94
Receitas de Capital	40.000,00	911.457,69	871.457,69
Operações de Crédito	10.000,00	514.116,69	504.116,69
Operações de Crédito - Mercado Interno	10.000,00	514.116,69	504.116,69
Alienação de Bens	0,00	136.900,00	136.900,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	136.900,00	136.900,00
Transferências de Capital	30.000,00	260.441,00	230.441,00
Transferências da União e de suas Entidades	15.000,00	260.441,00	245.441,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	15.000,00	0,00	-15.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS	-2.863.360,00	-2.799.513,17	63.846,83



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas  
 Exercício 2020

**Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional**

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.863.360,00	-2.799.513,17	63.846,83
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELI	0,00	-172.556,04	-172.556,04
(R)DEDUÇÕES DA RECEITA DE IMPOSTOS	0,00	-169.930,93	-169.930,93
Taxas	0,00	-2.625,11	-2.625,11
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-8,22	-8,22
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-8,22	-8,22
(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRE	-2.863.360,00	-2.578.845,41	284.514,59
(R)Transferências da União e de suas Entidades	-1.637.210,00	-1.410.042,71	227.167,29
(R)Transferências dos Estados e do Distrito Federa	-1.226.150,00	-1.168.802,70	57.347,30
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	0,00	-48.103,50	-48.103,50
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-48.103,50	-48.103,50
<b>Totais:</b>	<b>15.700.000,00</b>	<b>16.238.497,35</b>	<b>538.497,35</b>

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 16.714.445,53 correspondem a 102,9310% do total arrecadado. O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2017	1.073.762,44	13.447.881,63	366.282,28	14.887.926,35
2018	1.109.236,08	14.585.986,91	604.931,24	16.300.154,23
2019	1.243.136,22	16.366.865,71	363.056,73	17.973.058,66
2020	-1.387.405,87	16.714.445,53	911.457,69	16.238.497,35

**ANÁLISE DA DESPESA**

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 641/2019 foi de R\$ 15.700.000,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 17.635.503,46, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	15.916.297,73	12.910.925,45	-3.005.372,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.421.678,18	7.837.228,13	-584.450,05
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	22.117,98	-27.882,02
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.444.619,55	5.051.579,34	-2.393.040,21
DESPESAS DE CAPITAL	7.057.072,17	4.724.578,01	-2.332.494,16
INVESTIMENTOS	7.034.572,17	4.724.578,01	-2.309.994,16
INVERSOES FINANCEIRAS	2.500,00	0,00	-2.500,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	-20.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	-12.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	12.000,00	0,00	-12.000,00
<b>Total</b>	<b>22.985.369,90</b>	<b>17.635.503,46</b>	<b>-5.349.866,44</b>

A maior contratação de dispêndio deu-se em PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS : R\$ 7.837.228,13 , que representa 44,4401 % do total. O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

**DESPESAS REALIZADAS**

	Correntes	Capital	Total
2017	10.461.036,70	323.362,57	10.784.399,27
2018	12.068.655,63	1.251.201,12	13.319.856,75
2019	13.022.450,52	2.777.074,42	15.799.524,94
2020	12.910.925,45	4.724.578,01	17.635.503,46



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas  
 Exercício 2020

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	15.700.000,00
Créditos Suplementares:	9.012.591,77
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	1.727.221,87
Total	22.985.369,90

DESPESA REALIZADA

Orçamentária	17.635.503,46
Despesa a Menor	-5.349.866,44

RECEITA ARRECADADA

(-) Receita Prevista	15.700.000,00
RECEITA MAIOR	538.497,35

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA  
 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício. As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	4.571.523,12
RECEITA ARRECADADA	
Receita Orçamentária	16.238.497,35
Transferências Financeiras Recebidas	2.276.600,66
Interferências Financeiras	827.077,55
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	26.987,05
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.563.854,30
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.591.923,29
Inscrição de Restos a Pagar Processados	10.563,61
TOTAL	28.107.026,93
DESPESA REALIZADA	
Despesa Orçamentária	17.635.503,46
Transferências Financeiras Concedidas	2.979.302,32
Interferências Financeiras	124.375,89
EXTRAORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	26.987,05
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.567.172,32
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	445.904,72
RP PROCESSADOS PAGOS	76.747,72
Saldo em 31/12/2020	5.251.033,45
TOTAL	28.107.026,93

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2020.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Exercício 2020

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

**BALANÇO PATRIMONIAL**

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.251.033,45
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.092.189,64
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	17.509,53
Total do Ativo Circulante	6.360.732,62
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	67.128,80
IMOBILIZADO	18.260.946,46
Total do Ativo Não-Circulante	18.328.075,26
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>24.688.807,88</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	915.435,45
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	2.487,28
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	66.364,50
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	83.717,87
Total do Passivo Circulante	1.068.005,10
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	514.116,69
Total do Passivo Não-Circulante	514.116,69
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.582.121,79</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>23.106.686,09</b>
<b>TOTAL</b>	<b>24.688.807,88</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>5.257.433,11</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>19.431.374,77</b>
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>2.701.953,21</b>
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>1.484.404,14</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>20.502.450,53</b>

**DÍVIDA PÚBLICA**

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.

Apresenta a seguinte situação:

<b>Dívida Fundada</b>	
Saldo do exercício anterior	0,00
Nova Formação da Dívida	1.355.901,34
Amortização Verificada no Exercício	-839.297,37
Saldo para o exercício seguinte	516.603,97



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas  
Exercício 2020

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

**DÍVIDA FLUTUANTE**

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 2.701.953,21 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	2.670.600,06
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	2.487,28
DEPÓSITO	28.865,87
DÉBITOS DA TESOUREARIA	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.701.953,21</b>

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2020

Saldo do exercício anterior	830.055,53 D
Nova formação da dívida	4.088.469,44 D
(-) Amortização do exercício	2.216.571,76 D
<b>Saldo do exercício de 2020</b>	<b>2.701.953,21 D</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas  
 Exercício 2020

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	552.339,69
IMPOSTOS	502.303,80
TAXAS	50.035,89
CONTRIBUIÇÕES	1.786,31
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	1.786,31
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	105.502,04
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	105.502,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	34.360,81
JUROS E ENCARGOS DE MORA	7.092,58
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	27.268,23
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	18.484.136,55
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.276.600,66
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	16.207.535,89
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.023.384,60
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	128.395,46
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	894.989,14
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	
PESSOAL E ENCARGOS	7.557.801,75
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	7.215.354,23
ENCARGOS PATRONAIS	337.129,43
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	5.318,09
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	15.644,28
PENSÕES	15.644,28
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	5.350.325,40
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.935.689,78
SERVIÇOS	2.492.120,89
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	922.514,73
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	22.117,98
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	22.117,98
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	5.880.232,09
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.979.302,32
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.578.845,41
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	212.380,36
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	109.704,00
TRIBUTÁRIAS	196.799,86
CONTRIBUIÇÕES	196.799,86
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	12.810,80
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	12.810,80
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	<b>1.165.777,84</b>

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2020, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Ibiam, 17/02/2021

Ivanir Zanin  
 Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

 Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receitas Correntes	18.126.552,83	DESPESAS CORRENTES	12.910.925,45
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.170.232,12	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.837.228,13
Receita Patrimonial	27.268,23	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	22.117,98
Receita de Serviços	133.817,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.051.579,34
Transferências Correntes	16.714.445,53		
Outras Receitas Correntes	80.789,55		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.799.513,17		
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE I	-172.556,04		
Dedução Serviços Administrativos Principal	-8,22		
(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA COI	-2.578.845,41		
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	-48.103,50		
		SUPERAVIT	2.416.114,21
TOTAL	15.327.039,66	TOTAL	15.327.039,66
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	2.416.114,21		
Receitas de Capital	911.457,69	DESPESAS DE CAPITAL	4.724.578,01
Operações de Crédito	514.116,69	INVESTIMENTOS	4.724.578,01
Alienação de Bens	136.900,00		
Transferências de Capital	260.441,00		
DEFICIT	1.397.006,11		
TOTAL	17.635.503,46	TOTAL	17.635.503,46

**Resumo**

RECEITAS CORRENTES	15.327.039,66	DESPESAS CORRENTES	12.910.925,45
RECEITAS DE CAPITAL	911.457,69	DESPESAS DE CAPITAL	4.724.578,01
DEFICIT	1.397.006,11		
TOTAL	17.635.503,46	TOTAL	17.635.503,46

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

Ibiã, 17/02/2021

 Ivanir Zanin  
 Prefeito Municipal

 Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	18.563.360,00	19.038.010,52	2.634.167,58	2.159.517,06
Receitas Correntes	18.523.360,00	18.126.552,83	1.742.709,89	2.139.517,06
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	941.366,25	1.170.232,12	280.028,51	51.162,64
Impostos	850.025,00	1.119.782,01	279.753,34	9.996,33
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	330.750,00	440.487,98	109.737,98	0,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	330.750,00	440.487,98	109.737,98	0,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	330.750,00	440.487,98	109.737,98	0,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Princípios	330.750,00	440.487,98	109.737,98	0,00
IRRF - Ordinários	198.450,00	264.372,39	65.922,39	0,00
IRRF - Educação	82.687,50	110.072,25	27.384,75	0,00
IRRF - Saúde	49.612,50	66.043,34	16.430,84	0,00
Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	519.275,00	679.294,03	170.015,36	9.996,33
Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	310.905,00	432.526,37	125.616,16	3.994,79
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	255.780,00	317.123,94	65.338,73	3.994,79
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Pr	242.550,00	287.635,48	45.085,48	0,00
IPU Receita - Ordinários	145.530,00	172.581,95	27.051,95	0,00
IPU Receita - Educação	60.637,50	71.908,57	11.271,07	0,00
IPU Receita - Saúde	36.382,50	43.144,96	6.762,46	0,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	4.410,00	415,21	0,00	3.994,79
IPU Multas/Juros - Ordinários	2.646,00	249,40	0,00	2.396,60
IPU Multas/Juros - Educação	1.102,50	103,68	0,00	998,82
IPU Multas/Juros - Saúde	661,50	62,13	0,00	599,37
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Di	6.615,00	18.818,38	12.203,38	0,00
IPU Rec. Dívida Ativa - Ordinários	3.969,00	11.291,54	7.322,54	0,00
IPU Rec. Dívida Ativa - Educação	1.653,75	4.704,36	3.050,61	0,00
IPU Rec. Dívida Ativa - Saúde	992,25	2.822,48	1.830,23	0,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Di	2.205,00	10.254,87	8.049,87	0,00
IPU Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	1.323,00	6.153,36	4.830,36	0,00
IPU Multas/Juros Div. Ativa - Educação	551,25	2.563,51	2.012,26	0,00
IPU Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	330,75	1.538,00	1.207,25	0,00
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de	55.125,00	115.402,43	60.277,43	0,00
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de	55.125,00	115.402,43	60.277,43	0,00
ITBI Receita - Ordinários	33.075,00	69.241,49	36.166,49	0,00
ITBI Receita - Educação	13.781,25	28.850,60	15.069,35	0,00
ITBI Receita - Saúde	8.268,75	17.310,34	9.041,59	0,00
Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	208.370,00	246.767,66	44.399,20	6.001,54
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	208.370,00	246.767,66	44.399,20	6.001,54
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	198.450,00	242.849,20	44.399,20	0,00
ISS Receita - Ordinários	119.070,00	145.711,42	26.641,42	0,00
ISS Receita - Educação	49.612,50	60.711,44	11.098,94	0,00
ISS Receita - Saúde	29.767,50	36.426,34	6.658,84	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	4.410,00	2.086,64	0,00	2.323,36
ISS Multas/Juros - Ordinários	2.646,00	1.252,75	0,00	1.393,25
ISS Multas/Juros - Educação	1.102,50	521,35	0,00	581,15
ISS Multas/Juros - Saúde	661,50	312,54	0,00	348,96
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	4.410,00	816,73	0,00	3.593,27
ISS Rec. Div. Ativa - Ordinários	2.646,00	490,07	0,00	2.155,93
ISS Rec. Div. Ativa - Educação	1.102,50	204,17	0,00	898,33
ISS Rec. Div. Ativa - Saúde	661,50	122,49	0,00	539,01
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	1.100,00	1.015,09	0,00	84,91
ISS Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	660,00	609,07	0,00	50,93
ISS Multas/Juros Div. Ativa - Educação	275,00	253,76	0,00	21,24



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
ISS Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	165,00	152,26	0,00	12,74
Taxas	77.560,00	50.450,11	275,17	27.385,06
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	50.305,00	36.045,37	275,17	14.534,80
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	50.305,00	36.045,37	275,17	14.534,80
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	50.305,00	36.045,37	275,17	14.534,80
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	44.100,00	32.097,97	0,00	12.002,03
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	2.205,00	404,10	0,00	1.800,90
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	3.000,00	2.268,13	0,00	731,87
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - M	1.000,00	1.275,17	275,17	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	27.255,00	14.404,74	0,00	12.850,26
Taxas pela Prestação de Serviços	27.255,00	14.404,74	0,00	12.850,26
Taxas pela Prestação de Serviços	27.255,00	14.404,74	0,00	12.850,26
Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	22.050,00	12.934,57	0,00	9.115,43
Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	2.205,00	31,81	0,00	2.173,19
Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	2.000,00	976,78	0,00	1.023,22
Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Ju	1.000,00	461,58	0,00	538,42
Contribuição de Melhoria	13.781,25	0,00	0,00	13.781,25
Contribuição de Melhoria	13.781,25	0,00	0,00	13.781,25
Contribuição de Melhoria - Principal	11.025,00	0,00	0,00	11.025,00
Contribuição de Melhoria - Multas e Juros	1.102,50	0,00	0,00	1.102,50
Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa	1.102,50	0,00	0,00	1.102,50
Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e Juros	551,25	0,00	0,00	551,25
Contribuições	11.025,00	0,00	0,00	11.025,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	11.025,00	0,00	0,00	11.025,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	11.025,00	0,00	0,00	11.025,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	11.025,00	0,00	0,00	11.025,00
COSIP	11.025,00	0,00	0,00	11.025,00
Receita Patrimonial	150.135,00	27.268,23	1.165,98	124.032,75
Valores Mobiliários	150.135,00	27.268,23	1.165,98	124.032,75
Juros e Correções Monetárias	150.135,00	27.268,23	1.165,98	124.032,75
Remuneração de Depósitos Bancários	150.135,00	27.268,23	1.165,98	124.032,75
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	150.135,00	27.268,23	1.165,98	124.032,75
Rend. Recursos da Educação	4.410,00	29,17	0,00	4.380,83
Rend. Recurso da Saúde	2.157,50	339,56	0,00	1.817,94
Rend. Ordinários	2.700,00	148,89	0,00	2.551,11
Rend. CIDE	551,25	129,68	0,00	421,57
Rend. COSIP	551,25	0,00	0,00	551,25
Rend. Conv. Polícia Militar	551,25	0,00	0,00	551,25
Rend. Conv. Polícia Civil	551,25	1,37	0,00	549,88
Rend. Conv. Tansito - Prefeitura	551,25	6,08	0,00	545,17
Rend. Fundeb 60%	6.615,00	444,50	0,00	6.170,50
Rend. Conf. Atenção Básica - Estado	551,25	103,96	0,00	447,29
Rend. Conf. Assist. Farm. Básica - Estado	551,25	27,00	0,00	524,25
Rend. PDDE	551,25	0,00	0,00	551,25
Rend. PNAE	551,25	33,39	0,00	517,86
Rend. PNATE	551,25	38,88	0,00	512,37
Rend. Conv. Educação - União	2.205,00	65,33	0,00	2.139,67
Rend. Conv. da Saúde - União	2.205,00	535,41	0,00	1.669,59
Rend. Conv. Outros - União	5.512,50	0,02	0,00	5.512,48
Rend. Bloco PSB - SCV	1.050,00	50,82	0,00	999,18
Rend. Bloco PSB - PBF	3.255,00	408,56	0,00	2.846,44



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Rend. Bloco GSUAS	525,00	17,40	0,00	507,60
Rend. Bloco GBF	525,00	133,00	0,00	392,00
Rend. Benefícios Eventuais - Social/Estado	1.627,50	1.965,49	859,24	521,25
Rend. Proteção Social Básica - Social/Estado	525,00	317,34	0,00	207,66
Rend. Conv. Educação - Estado	2.205,00	0,20	0,00	2.204,80
Rend. Con. da Saúde - Estado	2.205,00	0,00	0,00	2.205,00
Rend. Conv. Outros - Estado	5.512,50	0,00	0,00	5.512,50
Rend. Transf. Educação - Estado	2.205,00	0,51	0,00	2.204,49
Rend. Bloco Atenção Básica	6.063,75	1.669,11	0,00	4.394,64
Rend. Bloco MAC	551,25	0,00	0,00	551,25
Rend. Bloco Vigilância em Saúde	1.102,50	0,00	0,00	1.102,50
Rend. Bloco Assistência Farmacêutica	1.102,50	0,00	0,00	1.102,50
Rend. Bloco Gestão do SUS	500,00	0,00	0,00	500,00
Rendimentos Operação de Crédito	0,00	171,02	171,02	0,00
Rend. Alienação de Bens - Saúde	0,00	135,13	135,13	0,00
Rend. Alienação de Bens - Outros	5.512,50	91,53	0,00	5.420,97
Rend. FNDE Outras Transferências	0,00	0,59	0,59	0,00
Rend. Ordinários	84.350,00	20.404,29	0,00	63.945,71
Receita Agropecuária	7.166,25	0,00	0,00	7.166,25
Receita Agropecuária	7.166,25	0,00	0,00	7.166,25
Receita Agropecuária - Principal	5.512,50	0,00	0,00	5.512,50
Receita Agropecuária - Multas e Juros	551,25	0,00	0,00	551,25
Receita Agropecuária - Dívida Ativa	551,25	0,00	0,00	551,25
Receita Agropecuária - Dívida Ativa - Multas e Juros	551,25	0,00	0,00	551,25
Receita de Serviços	96.263,75	133.817,40	50.021,69	12.468,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	94.263,75	133.817,40	50.021,69	10.468,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	94.263,75	133.817,40	50.021,69	10.468,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	94.263,75	133.817,40	50.021,69	10.468,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	88.200,00	77.731,96	0,00	10.468,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juro	551,25	701,32	150,07	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	4.410,00	46.209,84	41.799,84	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa -	1.102,50	9.174,28	8.071,78	0,00
Outros Serviços	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outros Serviços	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outros Serviços	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outros Serviços - Principal	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências Correntes	17.253.615,00	16.714.445,53	1.342.720,03	1.881.889,50
Transferências da União e de suas Entidades	9.793.440,00	9.566.106,69	1.203.028,51	1.430.361,82
Transferências da União - Específica E/M	9.793.440,00	9.566.106,69	1.203.028,51	1.430.361,82
Participação na Receita da União	8.891.650,00	7.685.106,27	0,00	1.206.543,73
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	8.158.500,00	7.046.317,58	0,00	1.112.182,42
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota I	8.158.500,00	7.046.317,58	0,00	1.112.182,42
FPM - Ordinários	3.508.155,00	3.029.916,55	0,00	478.238,45
FPM - Educação	2.855.475,00	2.466.211,15	0,00	389.263,85
FPM - Saúde	1.794.870,00	1.550.189,88	0,00	244.680,12
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota	396.900,00	317.086,89	0,00	79.813,11
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% C	396.900,00	317.086,89	0,00	79.813,11
FPM 1% Dezembro - Ordinários	238.140,00	190.252,14	0,00	47.887,86
FPM 1% Dezembro - Educação	99.225,00	79.271,72	0,00	19.953,28
FPM 1% Dezembro - Saúde	59.535,00	47.563,03	0,00	11.971,97
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota	330.750,00	317.762,93	0,00	12.987,07



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% C	330.750,00	317.762,93	0,00	12.987,07
FPM 1% Julho - Ordinarios	198.450,00	190.657,76	0,00	7.792,24
FPM 1% Julho - Educação	82.687,50	79.440,73	0,00	3.246,77
FPM 1% Julho - Saúde	49.612,50	47.664,44	0,00	1.948,06
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	5.500,00	3.938,87	0,00	1.561,13
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	5.500,00	3.938,87	0,00	1.561,13
ITR - Ordinários	3.300,00	2.363,32	0,00	936,68
ITR - Educação	1.375,00	984,74	0,00	390,26
ITR - Saúde	825,00	590,81	0,00	234,19
Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de F	112.810,00	113.367,52	557,52	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	112.810,00	113.367,52	557,52	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	112.810,00	113.367,52	557,52	0,00
FEP	112.810,00	113.367,52	557,52	0,00
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - I	413.885,00	414.555,65	71.333,06	70.662,41
Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	280.372,50	351.705,56	71.333,06	0,00
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SU	280.372,50	351.705,56	71.333,06	0,00
Transf. Rec. SUS - Atenção Basica	280.372,50	351.705,56	71.333,06	0,00
Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta	38.000,00	28.714,94	0,00	9.285,06
Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alt	38.000,00	28.714,94	0,00	9.285,06
Transf. Recursos do SUS - MAC	38.000,00	28.714,94	0,00	9.285,06
Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	70.000,00	22.588,87	0,00	47.411,13
Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - I	70.000,00	22.588,87	0,00	47.411,13
Transf. Rec. SUS - Vigilancia em Saude	70.000,00	22.588,87	0,00	47.411,13
Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	20.000,00	11.546,28	0,00	8.453,72
Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêuti	20.000,00	11.546,28	0,00	8.453,72
Transf. Rec. SUS - Assistencia Farmaceutica	20.000,00	11.546,28	0,00	8.453,72
Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS	5.512,50	0,00	0,00	5.512,50
Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS - Princ	5.512,50	0,00	0,00	5.512,50
Transf. Rec. SUS - Gestao do SUS	5.512,50	0,00	0,00	5.512,50
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SU	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - S	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Transf. Rec. SUS - Atenção Basica (Investimento)	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvim	193.945,00	163.481,92	267,16	30.730,24
Transferências do Salário-Educação	130.000,00	103.423,84	0,00	26.576,16
Transferências do Salário-Educação - Principal	130.000,00	103.423,84	0,00	26.576,16
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Din	2.205,00	0,00	0,00	2.205,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Din	2.205,00	0,00	0,00	2.205,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nac	28.665,00	27.196,40	0,00	1.468,60
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nac	28.665,00	27.196,40	0,00	1.468,60
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nac	33.075,00	32.594,52	0,00	480,48
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nac	33.075,00	32.594,52	0,00	480,48
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvol	0,00	267,16	267,16	0,00
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenv	0,00	267,16	267,16	0,00
Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/9	22.050,00	0,00	0,00	22.050,00
Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87	22.050,00	0,00	0,00	22.050,00
Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 8	22.050,00	0,00	0,00	22.050,00
ICMS Desoneração - Ordinários	13.230,00	0,00	0,00	13.230,00
ICMS Desoneração - Educação	5.512,50	0,00	0,00	5.512,50
ICMS Desoneração - Saúde	3.307,50	0,00	0,00	3.307,50
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S	149.100,00	106.724,56	48.000,00	90.375,44
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	149.100,00	106.724,56	48.000,00	90.375,44
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênc	149.100,00	106.724,56	48.000,00	90.375,44



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transf do FNAS Covid-19	0,00	48.000,00	48.000,00	0,00
PSB - SCFV	21.000,00	1.430,00	0,00	19.570,00
PSB - PBF	75.600,00	42.994,56	0,00	32.605,44
IGD - SUAS	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
IGD - PBF	42.000,00	14.300,00	0,00	27.700,00
Outras Transferências da União	0,00	1.082.870,77	1.082.870,77	0,00
Outras Transferências da União	0,00	1.082.870,77	1.082.870,77	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios/FPM	0,00	576.084,99	576.084,99	0,00
Outras Transferências da União - Principal	0,00	506.785,78	506.785,78	0,00
Outras Transferências da União - COVID/19	0,00	166.311,26	166.311,26	0,00
Transf. Emenda Parlamentar Individual (Inciso II do art.	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00
Transf.da União Saúde e Social/Covid-19 173/20	0,00	28.280,23	28.280,23	0,00
Transf.da União/Covid-19 173/20	0,00	212.194,29	212.194,29	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidade	6.360.175,00	6.082.050,90	139.691,52	417.815,62
Transferências dos Estados - Especifica E/M	6.360.175,00	6.082.050,90	139.691,52	417.815,62
Participação na Receita dos Estados	6.152.800,00	5.865.313,37	23.357,30	310.843,93
Cota-Parte do ICMS	5.800.000,00	5.537.839,95	0,00	262.160,05
Cota-Parte do ICMS - Principal	5.800.000,00	5.537.839,95	0,00	262.160,05
ICMS - Ordinários	3.480.000,00	3.322.703,93	0,00	157.296,07
ICMS - Educação	1.450.000,00	1.384.460,02	0,00	65.539,98
ICMS - Saúde	870.000,00	830.676,00	0,00	39.324,00
Cota-Parte do IPVA	242.550,00	222.042,18	0,00	20.507,82
Cota-Parte do IPVA - Principal	242.550,00	222.042,18	0,00	20.507,82
IPVA - Ordinários	145.530,00	133.225,25	0,00	12.304,75
IPVA - Educação	60.637,50	55.510,59	0,00	5.126,91
IPVA - Saúde	36.382,50	33.306,34	0,00	3.076,16
Cota-Parte do IPI - Municípios	88.200,00	75.615,76	0,00	12.584,24
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	88.200,00	75.615,76	0,00	12.584,24
IPI - Ordinários	52.920,00	45.369,43	0,00	7.550,57
IPI - Educação	22.050,00	18.903,97	0,00	3.146,03
IPI - Saúde	13.230,00	11.342,36	0,00	1.887,64
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	22.050,00	6.458,18	0,00	15.591,82
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econ	22.050,00	6.458,18	0,00	15.591,82
CIDE	22.050,00	6.458,18	0,00	15.591,82
Outras Participações na Receita dos Estados	0,00	23.357,30	23.357,30	0,00
Outras Participações na Receita dos Estados - Principal	0,00	23.357,30	23.357,30	0,00
Ação icms usina barra grande 60%	0,00	14.014,37	14.014,37	0,00
Ação icms usina barra grande 25%	0,00	5.839,33	5.839,33	0,00
Ação icms usina barra grande 15%	0,00	3.503,60	3.503,60	0,00
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde	55.125,00	67.832,50	21.163,66	8.456,16
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saú	55.125,00	67.832,50	21.163,66	8.456,16
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Sa	55.125,00	67.832,50	21.163,66	8.456,16
SUS - MAC - Estado	6.615,00	0,00	0,00	6.615,00
Cof. Atenção Básica - Estado	35.280,00	56.443,66	21.163,66	0,00
Cof. Assist. Farm. Básica - Estado	13.230,00	11.388,84	0,00	1.841,16
Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e	152.250,00	148.905,03	95.170,56	98.515,53
Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Progra	110.250,00	11.880,00	0,00	98.370,00
Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Progr	110.250,00	11.880,00	0,00	98.370,00
Outras Transferências de Convênio dos Estados	42.000,00	137.025,03	95.170,56	145,53
Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	42.000,00	137.025,03	95.170,56	145,53
Benefícios Eventuais - Social/Estado	21.000,00	20.854,47	0,00	145,53
Proteção Social Básica - Social/Estado	21.000,00	116.170,56	95.170,56	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.100.000,00	1.066.287,94	0,00	33.712,06



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 6

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	1.100.000,00	1.066.287,94	0,00	33.712,06
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenv	1.100.000,00	1.066.287,94	0,00	33.712,06
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenv	1.100.000,00	1.066.287,94	0,00	33.712,06
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenv	1.100.000,00	1.066.287,94	0,00	33.712,06
Fundeb 60%	1.100.000,00	1.066.287,94	0,00	33.712,06
Outras Receitas Correntes	63.788,75	80.789,55	68.773,68	51.772,88
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	18.742,50	7.602,04	0,00	11.140,46
Multas Previstas em Legislação Específica	18.742,50	7.602,04	0,00	11.140,46
Multas Previstas em Legislação Específica	18.742,50	7.602,04	0,00	11.140,46
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	13.230,00	7.602,04	0,00	5.627,96
Multas de Trans. - Policia Militar	3.969,00	2.280,61	0,00	1.688,39
Multas de Trans. - Policia Civil	3.969,00	2.280,61	0,00	1.688,39
Multas de Trans. - Prefeitura	5.292,00	3.040,82	0,00	2.251,18
Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	5.512,50	0,00	0,00	5.512,50
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	15.435,00	71.401,20	68.773,68	12.807,48
Indenizações	2.205,00	70.673,04	68.468,04	0,00
Outras Indenizações - Principal	2.205,00	70.673,04	68.468,04	0,00
Outras Indenizações	2.205,00	70.673,04	68.468,04	0,00
Outras Indenizações - Principal	2.205,00	70.673,04	68.468,04	0,00
Restituições	13.230,00	728,16	305,64	12.807,48
Outras Restituições	13.230,00	728,16	305,64	12.807,48
Outras Restituições	13.230,00	728,16	305,64	12.807,48
Outras Restituições - Principal	13.230,00	728,16	305,64	12.807,48
Outras Restituições - Principal	0,00	305,64	305,64	0,00
Demais Receitas Correntes	29.611,25	1.786,31	0,00	27.824,94
Outras Receitas	29.611,25	1.786,31	0,00	27.824,94
Outras Receitas - Primárias	29.611,25	1.786,31	0,00	27.824,94
Outras Receitas - Primárias - Principal	18.586,25	1.786,31	0,00	16.799,94
Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	11.025,00	0,00	0,00	11.025,00
Receitas de Capital	40.000,00	911.457,69	891.457,69	20.000,00
Operações de Crédito	10.000,00	514.116,69	504.116,69	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	10.000,00	514.116,69	504.116,69	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	10.000,00	514.116,69	504.116,69	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	10.000,00	514.116,69	504.116,69	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Princ	10.000,00	514.116,69	504.116,69	0,00
Alienação de Bens	0,00	136.900,00	136.900,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	136.900,00	136.900,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	136.900,00	136.900,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	136.900,00	136.900,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	136.900,00	136.900,00	0,00
Transferências de Capital	30.000,00	260.441,00	250.441,00	20.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	15.000,00	260.441,00	250.441,00	5.000,00
Transferências da União	15.000,00	260.441,00	250.441,00	5.000,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS -	0,00	3.475,00	3.475,00	0,00
Transf. Recursos do SUS - Outros Programas Financ. por Tran	0,00	3.475,00	3.475,00	0,00
Transf. Recursos do SUS - Outros Programas Financ. por Tr	0,00	3.475,00	3.475,00	0,00
Transf. Recursos do SUS - COVID/19	0,00	3.475,00	3.475,00	0,00
Prog. de Apoio ao Transp. Escolar para Educação Básica - CAM	0,00	18.216,00	18.216,00	0,00
Outras transferências destinadas a Programas de Educação	0,00	18.216,00	18.216,00	0,00
Outras transferências destinadas a Programas de Educação	0,00	18.216,00	18.216,00	0,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 7

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	15.000,00	238.750,00	228.750,00	5.000,00
Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênio da União destinadas a Programas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Transferências de Convênio da União destinadas a Programas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Outras Transferências de Convênios da União	10.000,00	238.750,00	228.750,00	0,00
Outras Transferências de Convênios da União - Principal	10.000,00	238.750,00	228.750,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Outras Transferências de Convênio dos Estados	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIO ANTERIORES</b>	<b>-2.863.360,00</b>	<b>-2.799.513,17</b>	<b>-220.667,76</b>	<b>-284.514,59</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>-2.863.360,00</b>	<b>-2.799.513,17</b>	<b>-220.667,76</b>	<b>-284.514,59</b>
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	-172.556,04	-172.556,04	0,00
(R)DEDUÇÕES DA RECEITA DE IMPOSTOS	0,00	-169.930,93	-169.930,93	0,00
(R)Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	0,00	-169.930,93	-169.930,93	0,00
(R)Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	0,00	-169.919,52	-169.919,52	0,00
(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	0,00	-169.919,52	-169.919,52	0,00
(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	0,00	-169.918,87	-169.918,87	0,00
Dedução IPTU 60%	0,00	-101.951,67	-101.951,67	0,00
Dedução IPTU 25%	0,00	-42.479,56	-42.479,56	0,00
Dedução IPTU 15%	0,00	-25.487,64	-25.487,64	0,00
(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	0,00	-0,65	-0,65	0,00
IPTU DIVATIVA - PRINCIPAL	0,00	-0,65	-0,65	0,00
(R)Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	0,00	-11,41	-11,41	0,00
(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	-11,41	-11,41	0,00
(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	0,00	-11,41	-11,41	0,00
Dedução do ISSQN	0,00	-11,41	-11,41	0,00
<b>Taxas</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.625,11</b>	<b>-2.625,11</b>	<b>0,00</b>
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	-36,27	-36,27	0,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	0,00	-36,27	-36,27	0,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	0,00	-36,27	-36,27	0,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	0,00	-36,27	-36,27	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-2.588,84	-2.588,84	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-2.588,84	-2.588,84	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-2.588,84	-2.588,84	0,00
Dedução Taxas Prestação de Serviços	0,00	-2.588,70	-2.588,70	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	0,00	-0,07	-0,07	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00	-0,07	-0,07	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-8,22	-8,22	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-8,22	-8,22	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-8,22	-8,22	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-8,22	-8,22	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-4,21	-4,21	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	-3,13	-3,13	0,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Página 8

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa -	0,00	-0,88	-0,88	0,00
(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE	-2.863.360,00	-2.578.845,41	0,00	-284.514,59
(R)Transferências da União e de suas Entidades	-1.637.210,00	-1.410.042,71	0,00	-227.167,29
(R)Transferências da União - Específica E/M	-1.637.210,00	-1.410.042,71	0,00	-227.167,29
(R)Participação na Receita da União	-1.632.800,00	-1.410.042,71	0,00	-222.757,29
(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota	-1.631.700,00	-1.409.263,19	0,00	-222.436,81
(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	-1.631.700,00	-1.409.263,19	0,00	-222.436,81
Dedução para o Fundeb-FPM	-1.631.700,00	-1.409.263,19	0,00	-222.436,81
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-1.100,00	-779,52	0,00	-320,48
Dedução do Fundeb ITR	-1.100,00	-779,52	0,00	-320,48
Dedução para o Fundeb-ITR	-1.100,00	-779,52	0,00	-320,48
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/9	-4.410,00	0,00	0,00	-4.410,00
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87	-4.410,00	0,00	0,00	-4.410,00
Dedução do Fundeb - ICMS Deoneração	-4.410,00	0,00	0,00	-4.410,00
Dedução para o Fundeb-ICMS Desoneração	-4.410,00	0,00	0,00	-4.410,00
(R)Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entid.	-1.226.150,00	-1.168.802,70	0,00	-57.347,30
(R)Transferências dos Estados - Específica E/M	-1.226.150,00	-1.168.802,70	0,00	-57.347,30
(R)Participação na Receita dos Estados	-1.226.150,00	-1.168.802,70	0,00	-57.347,30
(R)Cota-Parte do ICMS	-1.160.000,00	-1.109.271,97	0,00	-50.728,03
(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.160.000,00	-1.109.271,97	0,00	-50.728,03
Dedução para o Fundeb-ICMS	-1.160.000,00	-1.109.271,97	0,00	-50.728,03
(R)Cota-Parte do IPVA	-48.510,00	-44.407,54	0,00	-4.102,46
(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	-48.510,00	-44.407,54	0,00	-4.102,46
Dedução para o Fundeb_IPVA	-48.510,00	-44.407,54	0,00	-4.102,46
(R)Cota-Parte do IPI - Municípios	-17.640,00	-15.123,19	0,00	-2.516,81
(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-17.640,00	-15.123,19	0,00	-2.516,81
Dedução para o Fundeb-IPI	-17.640,00	-15.123,19	0,00	-2.516,81
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	0,00	-48.103,50	-48.103,50	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-48.103,50	-48.103,50	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-48.103,50	-48.103,50	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-48.103,50	-48.103,50	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-48.103,50	-48.103,50	0,00
Dedução de Outras Indenizações - Principal	0,00	-48.103,50	-48.103,50	0,00
Totais:	15.700.000,00	16.238.497,35	2.413.499,82	1.875.002,47

Ibiam, 17/02/2021

Ivanir Zanin  
 Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O-4





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 1

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIAO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.01 Gabinete Do Prefeito E Vice-prefeito	403.000,00	0,00	403.000,00	402.040,94	959,06
0201.04 Administração	403.000,00	0,00	403.000,00	402.040,94	959,06
0201.04.122 Administração Geral	403.000,00	0,00	403.000,00	402.040,94	959,06
02.01.04.122.0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	403.000,00	0,00	403.000,00	402.040,94	959,06
02.01.04.122.0401.2.003 Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	403.000,00	0,00	403.000,00	402.040,94	959,06
3.1.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	372.800,00	0,00	372.800,00	372.892,47	107,53
3.1.90.00.00.00.00.115300 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.110000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				335.455,64	
3.1.90.11.00.00.00.115300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				20.000,00	
3.1.90.11.01.00.00.110000 Vencimentos e salários				324.045,55	
3.1.90.11.01.00.00.115300 Vencimentos e salários				20.000,00	
3.1.90.11.43.00.00.110000 13º salário				11.410,09	
3.1.90.94.00.00.00.110000 Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas				37.236,83	
3.1.90.94.07.00.00.110000 Indenizacao por Demissao de Servidor ou Empregado				37.236,83	
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	10.200,00	0,00	10.200,00	9.348,47	851,53
3.3.90.14.00.00.00.110000 Diarias - Civil				615,97	
3.3.90.14.14.00.00.110000 Diárias no País - Civil				615,97	
3.3.90.30.00.00.00.110000 Material de Consumo				7.030,96	
3.3.90.30.01.00.00.110000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				5.954,96	
3.3.90.30.39.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos				1.076,00	
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.701,54	
3.3.90.39.15.00.00.110000 Limpeza de Veículos				503,00	
3.3.90.39.19.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Veículos				1.069,80	
3.3.90.39.69.00.00.110000 seguros em Geral				5,21	
3.3.90.39.99.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				123,53	
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.351.976,73	0,00	2.351.976,73	2.032.828,92	319.147,81
0202.04 Administração	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	1.922.538,20	267.971,84
0202.04.122 Administração Geral	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	1.922.538,20	267.971,84
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	1.922.538,20	267.971,84
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	2.061.510,04	0,00	2.061.510,04	1.800.157,84	261.352,20
3.1.71.00.00.00.00.110000 Transf. a Consórcios Públicos	24.000,00	0,00	24.000,00	19.500,00	4.500,00
3.1.71.70.00.00.00.110000 Rateio pela Participação em Consórcio Público				19.500,00	
3.1.71.70.01.00.00.110000 Rateio pela Participação em Consórcio Público				19.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	870.000,00	0,00	870.000,00	863.031,52	6.968,48
3.1.90.00.00.00.00.115300 Aplicacoes Diretas	86.007,24	0,00	86.007,24	86.007,24	0,00
3.1.90.11.00.00.00.110000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				730.407,66	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 2

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02.CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	4.042.792,65
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.351.976,73	0,00	2.351.976,73	319.147,81
02.02.04 Administração	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	267.971,84
02.02.04.122 Administração Geral	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	267.971,84
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	267.971,84
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	2.061.510,04	0,00	2.061.510,04	261.352,20
3.1.90.11.00.00.00.115300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			86.007,24	
3.1.90.11.01.00.00.110000 vencimentos e salários			668.127,97	
3.1.90.11.01.00.00.115300 vencimentos e salários			86.007,24	
3.1.90.11.43.00.00.110000 13º salário			62.279,69	
3.1.90.16.00.00.00.110000 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			488,22	
3.1.90.16.44.00.00.110000 Serviços Extraordinários			488,22	
3.1.90.94.00.00.00.110000 Indenizações Restituições Trabalhistas			132.135,64	
3.1.90.94.07.00.00.110000 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			64.648,92	
3.1.90.94.11.00.00.110000 Licença-prêmio Convertida em Pecúnia			67.486,72	
3.3.40.00.00.00.00.110000 Transferências a Municípios	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00
3.3.40.41.00.00.00.110000 Contribuições			60.000,00	
3.3.40.41.01.00.00.110000 Despesa com Manut. de Outras Entid. de Direito Púb			60.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.110000 Transferências a Consórcios Públicos	10.140,00	0,00	10.140,00	0,00
3.3.71.70.00.00.00.110000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO			10.140,00	
3.3.71.70.01.00.00.110000 Participação em Consórcio Público			10.140,00	
3.3.72.00.00.00.00.110000 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	100,00	0,00	100,00	100,00
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	916.995,00	0,00	916.995,00	221.533,73
3.3.90.00.00.00.00.114200 Aplicacoes Diretas	2.002,44	0,00	2.002,44	0,00
3.3.90.00.00.00.00.115200 Aplicacoes Diretas	283,44	0,00	283,44	0,64
3.3.90.00.00.00.00.115300 Aplicacoes Diretas	2.121,92	0,00	2.121,92	0,00
3.3.90.14.00.00.00.110000 Diárias - Civil			923,94	
3.3.90.14.14.00.00.110000 Diárias no País - Civil			923,94	
3.3.90.30.00.00.00.110000 Material de Consumo			23.994,84	
3.3.90.30.01.00.00.110000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			4.296,39	
3.3.90.30.04.00.00.110000 Gás Engarrafado			1.885,00	
3.3.90.30.07.00.00.110000 Gêneros de Alimentação			1.842,42	
3.3.90.30.16.00.00.110000 Material de Expediente			7.649,95	
3.3.90.30.21.00.00.110000 Material de Copa e Cozinha			394,90	
3.3.90.30.22.00.00.110000 Material de Limpeza e Produção de Higieneização			3.240,23	
3.3.90.30.39.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos			210,00	
3.3.90.30.44.00.00.110000 Material de Sinalização Visual e Afins			78,00	
3.3.90.30.50.00.00.110000 Bandeiras, Flâmulas e Insignias			1.500,00	
3.3.90.30.96.00.00.110000 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado			596,95	



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 3

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	4.042.792,65
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.351.976,73	0,00	2.351.976,73	319.147,81
02.02.04 Administração	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	267.971,84
02.02.04.122 Administração Geral	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	267.971,84
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	267.971,84
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	2.061.510,04	0,00	2.061.510,04	261.352,20
3.3.90.30.99.00.00.110000 Outros Materiais de Consumo			2.301,00	
3.3.90.36.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			2.100,00	
3.3.90.36.99.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			2.100,00	
3.3.90.37.00.00.00.110000 Locação de Mão-de-obra			83.951,11	
3.3.90.37.07.00.00.110000 Estagiários			83.951,11	
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			550.474,09	
3.3.90.39.01.00.00.110000 Assinatura de Periódicos e Anuidades			2.400,00	
3.3.90.39.05.00.00.110000 Serviços Técnicos Profissionais			228.633,36	
3.3.90.39.11.00.00.110000 Locação de Softwares			156.945,52	
3.3.90.39.15.00.00.110000 Limpeza de Veículos			319,00	
3.3.90.39.17.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			1.570,00	
3.3.90.39.19.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Veículos			704,80	
3.3.90.39.40.00.00.110000 Programa de Alimentação do Trabalhador			540,00	
3.3.90.39.43.00.00.110000 Serviços de Energia Elétrica			14.105,92	
3.3.90.39.44.00.00.110000 Serviços de Água e Esgoto			1.709,55	
3.3.90.39.47.00.00.110000 Serviços de Comunicação em Geral			24.951,24	
3.3.90.39.63.00.00.110000 Serviços Gráficos e Editoriais			1.200,00	
3.3.90.39.64.00.00.110000 Telefonia fixa e Móvel			7.455,31	
3.3.90.39.69.00.00.110000 seguros em Geral			14.758,86	
3.3.90.39.75.00.00.110000 Multas e Infrações de Trânsito			271,26	
3.3.90.39.79.00.00.110000 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac			1.980,00	
3.3.90.39.81.00.00.110000 Serviços Bancários			56.224,60	
3.3.90.39.83.00.00.110000 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos			15.974,20	
3.3.90.39.96.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jur - Pagto Antec			2.041,38	
3.3.90.39.99.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			18.689,09	
3.3.90.40.00.00.00.110000 Serv. de Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.			16.785,00	
3.3.90.40.99.00.00.110000 Outros serviços de tecn. da informação e comun.			16.785,00	
3.3.90.47.00.00.00.114200 Obrigações Tributárias e Contributivas			2.002,44	
3.3.90.47.00.00.00.115200 Obrigações Tributárias e Contributivas			282,80	
3.3.90.47.00.00.00.115300 Obrigações Tributárias e Contributivas			2.121,92	
3.3.90.47.12.00.00.00.114200 Contribuição Para o PIS/PASEP			2.002,44	
3.3.90.47.12.00.00.00.115200 Contribuição Para o PIS/PASEP			282,80	
3.3.90.47.12.00.00.00.115300 Contribuição Para o PIS/PASEP			2.121,92	



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 4

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539,097,94	0,00	17.539,097,94	13.496,305,29	4.042.792,65
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.351.976,73	0,00	2.351.976,73	2.032.828,92	319.147,81
0202.04 Administração	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	1.922.538,20	267.971,84
0202.04.122 Administração Geral	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	1.922.538,20	267.971,84
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	1.922.538,20	267.971,84
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	2.061.510,04	0,00	2.061.510,04	1.800.157,84	261.352,20
3.3.90.91.00.00.00.00.110000 Sentenças Judiciais				11.000,00	
3.3.90.91.99.00.00.00.110000 Diversas Sentenças				11.000,00	
3.3.90.93.00.00.00.00.110000 Indenizações e Restituições				6.232,29	
3.3.90.93.01.00.00.00.110000 Indenizações				4.177,96	
3.3.90.93.02.00.00.00.110000 Restituições				2.054,33	
3.3.93.00.00.00.00.00.110000 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	70.000,00	0,00	70.000,00	47.246,88	22.753,12
3.3.93.30.00.00.00.00.110000 Material de Consumo				12.995,88	
3.3.93.30.99.00.00.00.110000 Outros Materiais de Consumo				12.995,88	
3.3.93.39.00.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				34.251,00	
3.3.93.39.99.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				34.251,00	
4.4.71.00.00.00.00.00.110000 Transferências a Consórcios Públicos				6.000,00	1.860,00
4.4.71.70.00.00.00.00.110000 Rateio pela Participação em Consórcio Público	7.860,00	0,00	7.860,00	6.000,00	
4.4.71.70.01.00.00.00.110000 Rateio pela Participação em Consórcio Público				6.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	8.363,77	3.636,23
4.4.90.52.00.00.00.00.110000 Equipamentos e Material Permanente				8.363,77	
4.4.90.52.30.00.00.00.110000 Máquinas e Equipamentos Energéticos				990,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.110000 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				1.148,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.110000 Equipamentos de Processamento de Dados				1.193,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.110000 Mobiliário em Geral				5.032,77	
02.02.04.122.0402.2.005 Contribuições Financeiras a Entidades	129.000,00	0,00	129.000,00	122.380,36	6.619,64
3.3.50.00.00.00.00.00.110000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	129.000,00	0,00	129.000,00	122.380,36	6.619,64
3.3.50.41.00.00.00.00.110000 Contribuições				122.380,36	
3.3.50.41.02.00.00.00.110000 Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv				122.380,36	
0202.06 Segurança Pública	161.466,69	0,00	161.466,69	110.290,72	51.175,97
0202.06.181 Policiamento	154.466,69	0,00	154.466,69	110.290,72	44.175,97
02.02.06.181.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL	154.466,69	0,00	154.466,69	110.290,72	44.175,97
02.02.06.181.0601.2.006 Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública	121.520,40	0,00	121.520,40	95.420,43	26.099,97
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	23.000,00	0,00	23.000,00	12.619,35	10.380,65
3.3.90.00.00.00.00.00.111000 Aplicacoes Diretas	3.020,25	0,00	3.020,25	2.131,27	888,98
3.3.90.00.00.00.00.00.111100 Aplicacoes Diretas	3.020,25	0,00	3.020,25	2.392,25	628,00



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 5

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	13.496.305,29	4.042.792,65
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.351.976,73	0,00	2.032.828,92	319.147,81
0202.06 Segurança Pública	161.466,69	0,00	110.290,72	51.175,97
0202.06.181 Policiamento	154.466,69	0,00	110.290,72	44.175,97
02.02.06.181.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL	154.466,69	0,00	110.290,72	44.175,97
02.02.06.181.0601.2.006 Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública	121.520,40	0,00	95.420,43	26.099,97
3.3.90.00.00.00.00.00.111200 Aplicações Diretas	5.843,25	0,00	1.722,27	4.120,98
3.3.90.00.00.00.00.00.130000 Aplicações Diretas	780,29	0,00	780,29	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.131100 Aplicações Diretas	985,96	0,00	700,00	285,96
3.3.90.00.00.00.00.00.131200 Aplicações Diretas	1.029,90	0,00	0,00	1.029,90
3.3.90.30.00.00.00.00.110000 Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00.00.00.111100 Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00.00.00.130000 Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00.00.00.131100 Material de Consumo				
3.3.90.30.01.00.00.00.111100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				
3.3.90.30.01.00.00.00.131100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				
3.3.90.30.21.00.00.00.130000 Material de Cozinha				
3.3.90.30.22.00.00.00.110000 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				
3.3.90.30.24.00.00.00.110000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				
3.3.90.30.24.00.00.00.130000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				
3.3.90.30.39.00.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos				
3.3.90.30.39.00.00.00.111100 Material para Manutenção de Veículos				
3.3.90.30.39.00.00.00.131100 Material para Manutenção de Veículos				
3.3.90.30.44.00.00.00.110000 Material de Sinalização Visual e Afins				
3.3.90.30.99.00.00.00.110000 Outros Materiais de Consumo				
3.3.90.39.00.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.00.00.00.00.111000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.00.00.00.00.111100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.00.00.00.00.111200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.00.00.00.00.130000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.00.00.00.00.131100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.08.00.00.00.111200 Manutenção de Software				
3.3.90.39.15.00.00.00.110000 Limpeza de Veículos				
3.3.90.39.15.00.00.00.130000 Limpeza de Veículos				
3.3.90.39.19.00.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Veículos				
3.3.90.39.19.00.00.00.111100 Manutenção e Conservação de Veículos				
3.3.90.39.19.00.00.00.131100 Manutenção e Conservação de Veículos				
3.3.90.39.63.00.00.00.110000 Serviços Gráficos e Editoriais				
3.3.90.39.75.00.00.00.111000 Multas e Infrações de Trânsito				



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 6

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.351.976,73	0,00	2.351.976,73	2.032.828,92	319.147,81
0202.06 Segurança Pública	161.466,69	0,00	161.466,69	110.290,72	51.175,97
0202.06.181 Policiamento	154.466,69	0,00	154.466,69	110.290,72	44.175,97
02.02.06.181.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL	154.466,69	0,00	154.466,69	110.290,72	44.175,97
02.02.06.181.0601.2.006 Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública	121.520,40	0,00	121.520,40	95.420,43	26.099,97
3.3.90.39.81.00.00.00.111100 Serviços Bancários				52,25	
3.3.90.39.81.00.00.00.111200 Serviços Bancários				724,90	
3.3.90.39.99.00.00.00.111200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				237,44	
4.4.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	9.400,00	0,00	9.400,00	4.868,49	4.531,51
4.4.90.00.00.00.00.00.111000 Aplicacoes Diretas	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.111100 Aplicacoes Diretas	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	71.440,50	0,00	71.440,50	70.206,51	1.233,99
4.4.90.52.00.00.00.00.110000 Equipamentos e Material Permanente				4.868,49	
4.4.90.52.00.00.00.00.130000 Equipamentos e Material Permanente				70.206,51	
4.4.90.52.35.00.00.00.110000 Equipamentos de Processamento de Dados				175,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.110000 Veículos de Tração Mecânica				4.893,49	
4.4.90.52.52.00.00.00.130000 Veículos de Tração Mecânica				70.206,51	
02.02.06.181.0601.2.008 Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros	32.946,29	0,00	32.946,29	14.870,29	18.076,00
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	14.000,00	0,00	14.000,00	11.260,29	2.739,71
3.3.90.00.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	4.333,89	0,00	4.333,89	3.610,00	723,89
3.3.90.30.00.00.00.00.110000 Material de Consumo				8.270,60	
3.3.90.30.00.00.00.00.130000 Material de Consumo				3.130,00	
3.3.90.30.01.00.00.00.110000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				346,88	
3.3.90.30.28.00.00.00.110000 Material de Proteção e Segurança				7.266,00	
3.3.90.30.28.00.00.00.130000 Material de Proteção e Segurança				1.950,00	
3.3.90.30.36.00.00.00.130000 Material Hospitalar				1.180,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos				657,72	
3.3.90.39.00.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.989,69	
3.3.90.39.00.00.00.00.130000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				480,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Veículos				2.310,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.130000 Manutenção e Conservação de Veículos				480,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.110000 Serviços Bancários				679,69	
4.4.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	4.500,00	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	10.112,40	0,00	10.112,40	0,00	10.112,40



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 7

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.351.976,73	0,00	2.351.976,73	2.032.828,92	319.147,81
0202.06 Segurança Pública	161.466,69	0,00	161.466,69	110.290,72	51.175,97
0202.06.182 Defesa Civil	7.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
02.02.06.182.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
02.02.06.182.0601.2.007 Manut. do Fundo de Defesa Civil	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.113400 Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.116400 Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.03 Sec. De Agricultura E Meio Ambiente	1.161.735,54	0,00	1.161.735,54	940.299,86	221.435,68
0203.18 Gestão Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	0,00	3.500,00
0203.18.541 Preservação e Conservação Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	0,00	3.500,00
02.03.18.541.1801 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	3.500,00	0,00	3.500,00	0,00	3.500,00
02.03.18.541.1801.2.010 Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	0,00	3.500,00
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
0203.20 Agricultura	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	940.299,86	217.935,68
0203.20.608 Promoção da Produção Agropecuária	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	940.299,86	217.935,68
02.03.20.608.2001 ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	940.299,86	217.935,68
02.03.20.608.2001.1.061 Ampliação da Patrulha Agrícola	411.000,00	0,00	411.000,00	402.000,00	9.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400 Aplicações Diretas	238.750,00	0,00	238.750,00	234.091,46	4.658,54
4.4.90.00.00.00.00.116400 Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.130000 Aplicações Diretas	31.900,00	0,00	31.900,00	28.558,54	3.341,46
4.4.90.00.00.00.00.138900 Aplicações Diretas	139.350,00	0,00	139.350,00	139.350,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.113400 Equipamentos e Material Permanente				234.091,46	
4.4.90.52.00.00.00.130000 Equipamentos e Material Permanente				28.558,54	
4.4.90.52.00.00.00.138900 Equipamentos e Material Permanente				139.350,00	
4.4.90.52.40.00.00.113400 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				234.091,46	
4.4.90.52.40.00.00.130000 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				28.558,54	
4.4.90.52.40.00.00.138900 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				139.350,00	
02.03.20.608.2001.2.009 Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor	747.235,54	0,00	747.235,54	538.299,86	208.935,68
3.1.71.00.00.00.00.110000 Transf. a Consórcios Públicos	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.1.90.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	354.000,00	0,00	354.000,00	313.586,03	40.413,97
3.1.90.00.00.00.00.115300 Aplicações Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 8

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02.CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	4.042.792,65
02.03 Sec. De Agricultura E Meio Ambiente	1.161.735,54	0,00	1.161.735,54	221.435,68
0203.20 Agricultura	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	217.935,68
0203.20.608 Promoção da Produção Agropecuária	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	217.935,68
02.03.20.608.2001 ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	217.935,68
02.03.20.608.2001.2.009 Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor	747.235,54	0,00	747.235,54	208.935,68
3.1.90.11.00.00.00.110000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			297.296,76	
3.1.90.11.00.00.00.115300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			15.000,00	
3.1.90.11.01.00.00.110000 vencimentos e salários			272.408,74	
3.1.90.11.01.00.00.115300 vencimentos e salários			15.000,00	
3.1.90.11.43.00.00.110000 13º salário			24.888,02	
3.1.90.16.00.00.00.110000 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			5.621,82	
3.1.90.16.44.00.00.110000 Serviços Extraordinários			5.621,82	
3.1.90.94.00.00.00.110000 Indenizações Restituições Trabalhistas			10.667,45	
3.1.90.94.07.00.00.110000 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			10.667,45	
3.3.71.00.00.00.00.110000 Transferências a Consórcios Públicos				500,00
3.3.72.00.00.00.00.110000 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos				500,00
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	500,00
3.3.90.30.00.00.00.110000 Material de Consumo	360.000,00	0,00	360.000,00	166.401,71
3.3.90.30.01.00.00.110000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	4.835,54	0,00	4.835,54	0,00
3.3.90.30.04.00.00.110000 Gás Engarrafado			86.204,07	
3.3.90.30.16.00.00.110000 Material de Expediente			64.488,43	
3.3.90.30.18.00.00.110000 Materiais e Medicamentos p/ Uso Veterinário			1.117,20	
3.3.90.30.25.00.00.110000 Material para Manutenção de Bens Móveis			1.500,00	
3.3.90.30.28.00.00.110000 Material de Proteção e Segurança			528,66	
3.3.90.30.39.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos			142,50	
3.3.90.32.00.00.00.110000 Material de Distribuição Gratuita			539,50	
3.3.90.32.04.00.00.110000 Sementes			17.887,78	
3.3.90.32.99.00.00.110000 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			22.775,00	
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			12.800,00	
3.3.90.39.15.00.00.110000 Limpeza de Veículos			84.619,22	
3.3.90.39.19.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Veículos			1.123,00	
3.3.90.39.63.00.00.110000 Serviços Gráficos e Editoriais			9.946,63	
3.3.90.39.69.00.00.110000 seguros em Geral			2.300,00	
3.3.90.39.79.00.00.110000 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac			875,76	
3.3.90.39.90.00.00.110000 Serviços de Publicidade Legal			27.634,00	
3.3.90.39.99.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.263,00	
3.3.90.93.00.00.00.113400 Indenizações e Restituições			41.476,83	
			4.835,54	



# **ESTADO DE SANTA CATARINA** **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 9

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02.CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.03.Sec. De Agricultura E Meio Ambiente	1.161.735,54	0,00	1.161.735,54	940.299,86	221.435,68
0203.20.Agricultura					
0203.20.608.Promoção da Produção Agropecuária	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	940.299,86	217.935,68
02.03.20.608.2001.ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	940.299,86	217.935,68
02.03.20.608.2001.2.009.Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor	747.235,54	0,00	747.235,54	538.299,86	208.935,68
3.3.90.93.02.00.00.00.113400.Restituições				4.835,54	
3.3.93.00.00.00.00.110000.Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.110000.Aplicações Diretas	11.400,00	0,00	11.400,00	11.280,00	120,00
4.4.90.52.00.00.00.110000.Equipamentos e Material Permanente					
4.4.90.52.40.00.00.110000.Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários					
02.04.Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	8.195.149,78	0,00	8.195.149,78	6.039.721,76	2.155.428,02
0204.15.Urbanismo					
0204.15.451.Infra-Estrutura Urbana	421.476,25	0,00	421.476,25	359.275,04	62.201,21
02.04.15.451.1501.URBANIZAÇÃO DE VIAS	19.000,00	0,00	19.000,00	0,00	19.000,00
02.04.15.451.1501.1.062.Pavimentação de Ruas e Passeios					
4.4.90.00.00.00.00.110000.Aplicações Diretas	19.000,00	0,00	19.000,00	0,00	19.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400.Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116400.Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
0204.15.452.Serviços Urbanos	402.476,25	0,00	402.476,25	359.275,04	43.201,21
02.04.15.452.1501.URBANIZAÇÃO DE VIAS	402.476,25	0,00	402.476,25	359.275,04	43.201,21
02.04.15.452.1501.1.063.Obras de Infraestrutura Urbana	12.500,00	0,00	12.500,00	0,00	12.500,00
4.4.90.00.00.00.00.110000.Aplicações Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400.Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116400.Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.5.90.00.00.00.00.110000.Aplicações Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
02.04.15.452.1501.2.011.Manut. dos Serviços de Utilidade Pública	389.976,25	0,00	389.976,25	359.275,04	30.701,21
3.3.90.00.00.00.00.110000.Aplicações Diretas	299.400,00	0,00	299.400,00	280.275,04	19.124,96
3.3.90.00.00.00.00.110800.Aplicações Diretas	11.576,25	0,00	11.576,25	0,00	11.576,25
3.3.90.39.00.00.00.110000.Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.90.39.28.00.00.110000.Coleta de Lixo e Resíduos					
3.3.90.39.43.00.00.110000.Serviços de Energia Elétrica					
3.3.90.39.44.00.00.110000.Serviços de Água e Esgoto					
3.3.93.00.00.00.00.110000.Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	32.850,00	0,00	32.850,00	32.850,00	0,00
3.3.93.00.00.00.00.130000.Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	46.150,00	0,00	46.150,00	46.150,00	0,00
3.3.93.30.00.00.00.110000.Material de Consumo				15.625,60	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página: 10

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	8.195.149,78	0,00	8.195.149,78	6.039.721,76	2.155.428,02
0204.15 Urbanismo	421.476,25	0,00	421.476,25	359.275,04	62.201,21
0204.15.452 Serviços Urbanos	402.476,25	0,00	402.476,25	359.275,04	43.201,21
02.04.15.452.1501 URBANIZAÇÃO DE VIAS	402.476,25	0,00	402.476,25	359.275,04	43.201,21
02.04.15.452.1501.2.011 Manut. dos Serviços de Utilidade Pública	389.976,25	0,00	389.976,25	359.275,04	30.701,21
3.3.93.30.00.00.00.130000 Material de Consumo				46.150,00	
3.3.93.30.99.00.00.110000 Outros Materiais de Consumo				15.625,60	
3.3.93.30.99.00.00.130000 Outros Materiais de Consumo				46.150,00	
3.3.93.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				17.224,40	
3.3.93.39.99.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				17.224,40	
0204.17 Saneamento	121.000,00	0,00	121.000,00	116.898,10	4.101,90
0204.17.512 Saneamento Básico Urbano	121.000,00	0,00	121.000,00	116.898,10	4.101,90
02.04.17.512.1701 PREVENÇÃO DE DOENÇAS	121.000,00	0,00	121.000,00	116.898,10	4.101,90
02.04.17.512.1701.1.064 Saneamento Básico Geral	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.04.17.512.1701.2.012 Manutenção do Saneamento Urbano	117.000,00	0,00	117.000,00	116.898,10	101,90
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	62.000,00	0,00	62.000,00	61.948,10	51,90
3.3.90.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	55.000,00	0,00	55.000,00	54.950,00	50,00
3.3.90.30.00.00.00.110000 Material de Consumo				16.375,00	
3.3.90.30.00.00.00.130000 Material de Consumo				10.792,00	
3.3.90.30.11.00.00.110000 Material Químico				11.700,00	
3.3.90.30.24.00.00.110000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				4.675,00	
3.3.90.30.24.00.00.130000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				10.792,00	
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				45.573,10	
3.3.90.39.00.00.00.130000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				44.158,00	
3.3.90.39.43.00.00.110000 Serviços de Energia Elétrica				10.500,00	
3.3.90.39.51.00.00.110000 Serviços de Análises e Pesquisas Científicas				7.264,00	
3.3.90.39.78.00.00.110000 Limpeza e Conservação				27.809,10	
3.3.90.39.78.00.00.130000 Limpeza e Conservação				38.658,00	
3.3.90.39.99.00.00.130000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.500,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 11

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	8.195.149,78	0,00	8.195.149,78	6.039.721,76	2.155.428,02
0204.26 Transporte	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	5.563.548,62	2.089.124,91
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	5.563.548,62	2.089.124,91
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	5.563.548,62	2.089.124,91
02.04.26.782.2601.1.065 Aquisição de Máquinas e Veículos	18.512,50	0,00	18.512,50	0,00	18.512,50
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.118900 Aplicacoes Diretas	5.512,50	0,00	5.512,50	0,00	5.512,50
02.04.26.782.2601.1.066 Obras de Infraestrutura Rural	5.795.051,84	0,00	5.795.051,84	3.846.052,86	1.948.998,98
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	966.444,27	0,00	966.444,27	966.444,27	0,00
4.4.90.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.114200 Aplicacoes Diretas	576.085,49	0,00	576.085,49	574.082,55	2.002,94
4.4.90.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.118300 Aplicacoes Diretas	2.459.000,00	0,00	2.459.000,00	514.116,69	1.944.883,31
4.4.90.00.00.00.00.118900 Aplicacoes Diretas	133.500,00	0,00	133.500,00	133.500,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	1.658.022,08	0,00	1.658.022,08	1.657.909,35	112,73
4.4.90.51.00.00.00.110000 Obras e Instalacoes	966.444,27	0,00	966.444,27	966.444,27	0,00
4.4.90.51.00.00.00.114200 Obras e Instalacoes	574.082,55	0,00	574.082,55	574.082,55	0,00
4.4.90.51.00.00.00.118300 Obras e Instalacoes	514.116,69	0,00	514.116,69	514.116,69	0,00
4.4.90.51.00.00.00.118900 Obras e Instalacoes	133.500,00	0,00	133.500,00	133.500,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.130000 Obras em Andamento	1.657.909,35	0,00	1.657.909,35	1.657.909,35	0,00
4.4.90.51.91.00.00.110000 Obras em Andamento	439.612,79	0,00	439.612,79	439.612,79	0,00
4.4.90.51.91.00.00.114200 Obras em Andamento	574.082,55	0,00	574.082,55	574.082,55	0,00
4.4.90.51.91.00.00.118900 Obras em Andamento	133.500,00	0,00	133.500,00	133.500,00	0,00
4.4.90.51.91.00.00.130000 Obras em Andamento	1.061.354,15	0,00	1.061.354,15	1.061.354,15	0,00
4.4.90.51.98.00.00.110000 Obras Contratadas	526.831,48	0,00	526.831,48	526.831,48	0,00
4.4.90.51.98.00.00.118300 Obras Contratadas	514.116,69	0,00	514.116,69	514.116,69	0,00
4.4.90.51.98.00.00.130000 Obras Contratadas	596.555,20	0,00	596.555,20	596.555,20	0,00
02.04.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.839.109,19	0,00	1.839.109,19	1.717.495,76	121.613,43
3.1.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	600.000,00	0,00	600.000,00	598.421,71	1.578,29
3.1.90.00.00.00.00.115300 Aplicacoes Diretas	85.065,13	0,00	85.065,13	85.065,13	0,00
3.1.90.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.110000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	549.527,44	0,00	549.527,44	549.527,44	0,00
3.1.90.11.00.00.00.115300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	85.065,13	0,00	85.065,13	85.065,13	0,00
3.1.90.11.00.00.00.130000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00



# **ESTADO DE SANTA CATARINA** **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 12

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	4.042.792,65
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	8.195.149,78	0,00	8.195.149,78	2.155.428,02
0204.26 Transporte	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	2.089.124,91
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	2.089.124,91
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	2.089.124,91
02.04.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.839.109,19	0,00	1.839.109,19	121.613,43
3.1.90.11.01.00.00.00.110000 vencimentos e salários			497.002,83	
3.1.90.11.01.00.00.00.115300 vencimentos e salários			85.065,13	
3.1.90.11.01.00.00.00.130000 vencimentos e salários			20.000,00	
3.1.90.11.43.00.00.00.110000 13º salário			52.524,61	
3.1.90.16.00.00.00.00.110000 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			30.669,11	
3.1.90.16.44.00.00.00.110000 Serviços Extraordinários			30.669,11	
3.1.90.94.00.00.00.00.110000 Indenizações Restituições Trabalhistas			18.225,16	
3.1.90.94.07.00.00.00.110000 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			18.225,16	
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	703.360,00	0,00	703.360,00	17.798,33
3.3.90.00.00.00.00.00.110700 Aplicacoes Diretas	22.601,25	0,00	22.601,25	18.734,82
3.3.90.00.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.113900 Aplicacoes Diretas	113.912,50	0,00	113.912,50	18.064,20
3.3.90.00.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	210.000,00	0,00	210.000,00	56.408,17
3.3.90.00.00.00.00.00.130700 Aplicacoes Diretas	30.643,42	0,00	30.643,42	4,62
3.3.90.00.00.00.00.00.133900 Aplicacoes Diretas	41.861,89	0,00	41.861,89	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.110000 Material de Consumo			553.002,13	
3.3.90.30.00.00.00.00.110700 Material de Consumo			3.801,87	
3.3.90.30.00.00.00.00.113900 Material de Consumo			94.714,76	
3.3.90.30.00.00.00.00.130000 Material de Consumo			110.437,81	
3.3.90.30.00.00.00.00.130700 Material de Consumo			30.638,80	
3.3.90.30.00.00.00.00.133900 Material de Consumo			41.861,89	
3.3.90.30.01.00.00.00.110000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			37.142,48	
3.3.90.30.01.00.00.00.113900 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			94.714,76	
3.3.90.30.01.00.00.00.130000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			20.063,81	
3.3.90.30.01.00.00.00.133900 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			41.861,89	
3.3.90.30.04.00.00.00.110000 Gás Engarrafado			220,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.110000 Gêneros de Alimentação			219,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.110000 Material de Expediente			156,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.110000 Material de Copa e Cozinha			58,90	
3.3.90.30.22.00.00.00.110000 Material de Limpeza e Produção de Higieneização			16,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.110000 Material para Manutenção de Bens Imóveis			1.401,75	
3.3.90.30.24.00.00.00.130000 Material para Manutenção de Bens Imóveis			47.566,24	



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 13

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	13.496.305,29	4.042.792,65
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	8.195.149,78	0,00	6.039.721,76	2.155.428,02
0204.26 Transporte	7.652.673,53	0,00	5.563.548,62	2.089.124,91
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.652.673,53	0,00	5.563.548,62	2.089.124,91
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.652.673,53	0,00	5.563.548,62	2.089.124,91
02.04.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.839.109,19	0,00	1.717.495,76	121.613,43
3.3.90.30.28.00.00.00.110000 Material de Proteção e Segurança			1.452,00	
3.3.90.30.31.00.00.00.110000 Sementes, Mudas de Plantas e Insumos			1.590,00	
3.3.90.30.31.00.00.00.130000 Sementes, Mudas de Plantas e Insumos			2.449,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos			155.170,55	
3.3.90.30.39.00.00.00.130000 Material para Manutenção de Veículos			3.032,00	
3.3.90.30.44.00.00.00.110000 Material de Sinalização Visual e Afins			300,00	
3.3.90.30.51.00.00.00.110000 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			352.872,45	
3.3.90.30.51.00.00.00.110700 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			3.801,87	
3.3.90.30.51.00.00.00.130000 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			37.326,76	
3.3.90.30.51.00.00.00.130700 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			30.638,80	
3.3.90.30.99.00.00.00.110000 Outros Materiais de Consumo			2.403,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.110000 Material de Distribuição Gratuita			1.020,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.110000 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			1.020,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			93.564,91	
3.3.90.39.00.00.00.00.130000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			43.154,02	
3.3.90.39.15.00.00.00.110000 Limpeza de Veículos			1.544,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Veículos			34.563,83	
3.3.90.39.19.00.00.00.130000 Manutenção e Conservação de Veículos			1.440,53	
3.3.90.39.21.00.00.00.130000 Manutenção e Conservação de Estradas e Vias			39.336,46	
3.3.90.39.41.00.00.00.110000 Fornecimento de Alimentação			88,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.110000 Serviços de Energia Elétrica			4.461,60	
3.3.90.39.44.00.00.00.110000 Serviços de Água e Esgoto			1.083,90	
3.3.90.39.64.00.00.00.110000 Telefonia fixa e Móvel			1.305,18	
3.3.90.39.69.00.00.00.110000 seguros em Geral			5.839,56	
3.3.90.39.78.00.00.00.130000 Limpeza e Conservação			142,90	
3.3.90.39.83.00.00.00.110000 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos			506,76	
3.3.90.39.99.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			44.172,08	
3.3.90.39.99.00.00.00.130000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.234,13	
3.3.90.47.00.00.00.00.110000 Obrigações Tributárias e Contributivas			13.708,92	
3.3.90.47.00.00.00.00.110700 Obrigações Tributárias e Contributivas			64,56	
3.3.90.47.00.00.00.00.113900 Obrigações Tributárias e Contributivas			1.133,54	
3.3.90.47.12.00.00.00.110700 Contribuição Para o PIS/PASEP			64,56	
3.3.90.47.12.00.00.00.113900 Contribuição Para o PIS/PASEP			1.133,54	



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 14

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Espeçados e Extraordinários	Total		
02 CHEFIADO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	8.195.149,78	0,00	8.195.149,78	6.039.721,76	2.155.428,02
0204.26 Transporte	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	5.563.548,62	2.089.124,91
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	5.563.548,62	2.089.124,91
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	5.563.548,62	2.089.124,91
02.04.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.839.109,19	0,00	1.839.109,19	1.717.495,76	121.613,43
3.3.90.47.18.00.00.00.110000 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				13.708,92	
3.3.90.91.00.00.00.00.110000 Sentenças Judiciais				24.265,71	
3.3.90.91.99.00.00.00.110000 Diversas Sentenças				24.265,71	
4.4.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	2.640,00	0,00	2.640,00	2.640,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	3.512,50	0,00	3.512,50	0,00	3.512,50
4.4.90.00.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	3.512,50	0,00	3.512,50	0,00	3.512,50
4.4.90.52.00.00.00.00.110000 Equipamentos e Material Permanente				2.640,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.110000 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				1.880,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.110000 Equipamentos de Processamento de Dados				760,00	
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12 Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12.306 Alimentação e Nutrição	59.992,72	0,00	59.992,72	41.434,75	18.557,97
02.05.12.306.1002 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	59.992,72	0,00	59.992,72	41.434,75	18.557,97
02.05.12.306.1002.2.014 Programa Suplementar de Alimentação Escolar	59.992,72	0,00	59.992,72	41.434,75	18.557,97
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	15.665,17	14.334,83
3.3.90.00.00.00.00.00.114300 Aplicacoes Diretas	29.216,25	0,00	29.216,25	25.769,58	3.446,67
3.3.90.00.00.00.00.00.133727 Aplicacoes Diretas	776,47	0,00	776,47	0,00	776,47
3.3.90.30.00.00.00.00.110000 Material de Consumo				15.665,17	
3.3.90.30.00.00.00.00.114300 Material de Consumo				25.769,58	
3.3.90.30.07.00.00.00.110000 Gêneros de Alimentação				15.665,17	
3.3.90.30.07.00.00.00.114300 Gêneros de Alimentação				25.769,58	
0205.12.361 Ensino Fundamental	2.826.086,42	0,00	2.826.086,42	1.947.607,44	878.478,98
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.826.086,42	0,00	2.826.086,42	1.947.607,44	878.478,98
02.05.12.361.1201.1.067 Ampliação da Rede Física Fundamental	15.233,35	0,00	15.233,35	4,88	15.228,47
4.4.90.00.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	13.233,35	0,00	13.233,35	4,88	13.228,47
4.4.90.00.00.00.00.00.113200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.116200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00.110100 Obras e Instalações				4,88	
4.4.90.51.91.00.00.00.110100 Obras em Andamento				4,88	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 15

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Espeadais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12 Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12.361 Ensino Fundamental	2.826.086,42	0,00	2.826.086,42	1.947.607,44	878.478,98
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.826.086,42	0,00	2.826.086,42	1.947.607,44	878.478,98
02.05.12.361.1201.1.088 Aquisição de Veículos - Educação	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.05.12.361.1201.2.015 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	2.662.138,56	0,00	2.662.138,56	1.940.071,13	722.067,43
3.1.90.00.00.00.00.011900 Aplicacoes Diretas	11.739,86	0,00	11.739,86	11.739,86	0,00
3.1.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	955.000,00	0,00	955.000,00	916.342,28	38.657,72
3.1.90.00.00.00.00.111800 Aplicacoes Diretas	667.965,00	0,00	667.965,00	628.940,29	39.024,71
3.1.90.11.00.00.00.110100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			667.138,26		
3.1.90.11.00.00.00.111800 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			554.966,44		
3.1.90.11.01.00.00.110100 Vencimentos e salários			632.971,94		
3.1.90.11.01.00.00.111800 Vencimentos e salários			500.393,01		
3.1.90.11.43.00.00.110100 13º salário			34.166,32		
3.1.90.11.43.00.00.111800 13º salário			54.573,43		
3.1.90.13.00.00.00.011900 Obrigacoes Patronais			11.739,86		
3.1.90.13.00.00.00.110100 Obrigacoes Patronais			200.983,31		
3.1.90.13.00.00.00.111800 Obrigacoes Patronais			73.973,85		
3.1.90.13.02.00.00.011900 Contribuições Previdenciárias - INSS			11.739,86		
3.1.90.13.02.00.00.110100 Contribuições Previdenciárias - INSS			200.983,31		
3.1.90.13.02.00.00.111800 Contribuições Previdenciárias - INSS			73.973,85		
3.1.90.16.00.00.00.110100 Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil			476,41		
3.1.90.16.44.00.00.110100 Servicos Extraordinarios			476,41		
3.1.90.94.00.00.00.110100 Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas			47.744,30		
3.1.90.94.07.00.00.110100 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			31.456,82		
3.1.90.94.11.00.00.110100 Licença-prêmio Convertida em Pecunia			16.287,48		
3.3.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	669.285,40	0,00	669.285,40	182.788,11	486.497,29
3.3.90.00.00.00.00.113200 Aplicacoes Diretas	90,16	0,00	90,16	90,16	0,00
3.3.90.00.00.00.00.113600 Aplicacoes Diretas	115.205,00	0,00	115.205,00	60.028,66	55.176,34
3.3.90.00.00.00.00.114500 Aplicacoes Diretas	2.756,25	0,00	2.756,25	0,00	2.756,25
3.3.90.00.00.00.00.133200 Aplicacoes Diretas	34.712,57	0,00	34.712,57	34.712,57	0,00
3.3.90.00.00.00.00.133600 Aplicacoes Diretas	366,32	0,00	366,32	366,32	0,00
3.3.90.14.00.00.00.110100 Diarias - Civil			307,98		
3.3.90.14.14.00.00.110100 Diárias no País - Civil			307,98		
3.3.90.30.00.00.00.110100 Material de Consumo			51.585,30		



# **ESTADO DE SANTA CATARINA** **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 16

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	13.496.305,29	4.042.792,65
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.629.996,31	0,00	2.648.189,91	981.806,40
0205.12 Educação	3.629.996,31	0,00	2.648.189,91	981.806,40
0205.12.361 Ensino Fundamental	2.826.086,42	0,00	1.947.607,44	878.478,98
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.826.086,42	0,00	1.947.607,44	878.478,98
02.05.12.361.1201.2.015 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	2.662.138,56	0,00	1.940.071,13	722.067,43
3.3.90.30.01.00.00.00.110100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			10.093,55	
3.3.90.30.04.00.00.00.110100 Gás Engarrafado			1.443,30	
3.3.90.30.07.00.00.00.110100 Gêneros de Alimentação			182,20	
3.3.90.30.14.00.00.00.110100 Material Educativo e Esportivo			12.033,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.110100 Material de Expediente			11.296,45	
3.3.90.30.19.00.00.00.110100 Material de Acondicionamento e Embalagem			325,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.110100 Material de Copa e Cozinha			232,71	
3.3.90.30.22.00.00.00.110100 Material de Limpeza e Produção de Higieneização			3.588,61	
3.3.90.30.23.00.00.00.110100 Uniformes, Tecidos e Aviamentos			2.048,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.110100 Material para Manutenção de Bens Imóveis			4.181,60	
3.3.90.30.26.00.00.00.110100 Material Elétrico e Eletrônico			1.642,50	
3.3.90.30.39.00.00.00.110100 Material para Manutenção de Veículos			4.518,38	
3.3.90.32.00.00.00.00.110100 Material de Distribuição Gratuita			2.907,00	
3.3.90.32.03.00.00.00.110100 Gêneros Alimentícios			2.907,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.110100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			127.987,83	
3.3.90.39.00.00.00.00.113200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			90,16	
3.3.90.39.00.00.00.00.113600 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			60.028,66	
3.3.90.39.00.00.00.00.133200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			34.712,57	
3.3.90.39.00.00.00.00.133600 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			366,32	
3.3.90.39.05.00.00.00.110100 Serviços Técnicos Profissionais			23.880,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.110100 Locação de Softwares			4.620,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.110100 Limpeza de Veículos			734,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.110100 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			1.620,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.110100 Manutenção e Conservação de Veículos			4.934,40	
3.3.90.39.20.00.00.00.110100 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur			1.360,00	
3.3.90.39.26.00.00.00.110100 Serviços de Transporte Escolar			19.382,76	
3.3.90.39.26.00.00.00.113200 Serviços de Transporte Escolar			90,16	
3.3.90.39.26.00.00.00.113600 Serviços de Transporte Escolar			59.527,06	
3.3.90.39.26.00.00.00.133200 Serviços de Transporte Escolar			34.712,57	
3.3.90.39.26.00.00.00.133600 Serviços de Transporte Escolar			366,32	
3.3.90.39.43.00.00.00.110100 Serviços de Energia Elétrica			9.374,90	
3.3.90.39.44.00.00.00.110100 Serviços de Água e Esgoto			3.808,79	
3.3.90.39.48.00.00.00.110100 Serviços de Seleção e Treinamento			25.050,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 17

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12 Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12.361 Ensino Fundamental	2.826.086,42	0,00	2.826.086,42	1.947.607,44	878.478,98
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.826.086,42	0,00	2.826.086,42	1.947.607,44	878.478,98
02.05.12.361.1201.2.015 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	2.662.138,56	0,00	2.662.138,56	1.940.071,13	722.067,43
3.3.90.39.63.00.00.00.110100 Serviços Gráficos e Editoriais				334,80	
3.3.90.39.64.00.00.00.110100 Telefonia fixa e Móvel				1.437,59	
3.3.90.39.69.00.00.00.110100 seguros em Geral				18.107,32	
3.3.90.39.81.00.00.00.113600 Serviços Bancários				501,60	
3.3.90.39.83.00.00.00.110100 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos				10.674,70	
3.3.90.39.99.00.00.00.110100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.668,57	
4.4.90.00.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	154.000,00	0,00	154.000,00	86.646,88	67.153,12
4.4.90.00.00.00.00.00.113200 Aplicacoes Diretas	2.205,00	0,00	2.205,00	0,00	2.205,00
4.4.90.00.00.00.00.00.113600 Aplicacoes Diretas	17.000,00	0,00	17.000,00	0,00	17.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.113700 Aplicacoes Diretas	29.608,00	0,00	29.608,00	18.216,00	11.392,00
4.4.90.00.00.00.00.00.116600 Aplicacoes Diretas	2.205,00	0,00	2.205,00	0,00	2.205,00
4.4.90.51.00.00.00.00.110100 Obras e Instalações				81.510,87	
4.4.90.51.07.00.00.00.110100 Reforma				81.510,87	
4.4.90.52.00.00.00.00.110100 Equipamentos e Material Permanente				5.336,01	
4.4.90.52.00.00.00.00.113700 Equipamentos e Material Permanente				18.216,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.110100 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				2.607,06	
4.4.90.52.35.00.00.00.110100 Equipamentos de Processamento de Dados				2.280,00	
4.4.90.52.36.00.00.00.110100 Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório				448,95	
4.4.90.52.42.00.00.00.113700 Mobiliário em Geral				18.216,00	
02.05.12.361.1201.2.018 Manut. do Transporte Escolar	146.714,51	0,00	146.714,51	7.531,43	139.183,08
3.3.90.00.00.00.00.00.114400 Aplicacoes Diretas	33.626,25	0,00	33.626,25	0,00	33.626,25
3.3.90.00.00.00.00.00.116200 Aplicacoes Diretas	112.455,00	0,00	112.455,00	6.941,09	105.513,91
3.3.90.00.00.00.00.00.133728 Aplicacoes Diretas	590,34	0,00	590,34	590,34	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.136200 Aplicacoes Diretas	42,92	0,00	42,92	0,00	42,92
3.3.90.39.00.00.00.00.116200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				6.941,09	
3.3.90.39.00.00.00.00.133728 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				590,34	
3.3.90.39.26.00.00.00.116200 Serviços de Transporte Escolar				6.867,94	
3.3.90.39.26.00.00.00.133728 Serviços de Transporte Escolar				590,34	
3.3.90.39.81.00.00.00.116200 Serviços Bancários				73,15	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 18

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12 Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12.364 Ensino Superior	25.000,00	0,00	25.000,00	24.490,20	509,80
02.05.12.364.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	25.000,00	0,00	25.000,00	24.490,20	509,80
02.05.12.364.1201.2.016 Apoio ao Ensino Superior	25.000,00	0,00	25.000,00	24.490,20	509,80
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	14.000,00	0,00	14.000,00	14.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	11.000,00	0,00	11.000,00	10.490,20	509,80
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				14.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.130000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				10.490,20	
3.3.90.39.26.00.00.110000 Servicos de Transporte Escolar				14.000,00	
3.3.90.39.26.00.00.130000 Servicos de Transporte Escolar				10.490,20	
0205.12.365 Educação Infantil	679.917,17	0,00	679.917,17	602.581,07	77.336,10
02.05.12.365.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	679.917,17	0,00	679.917,17	602.581,07	77.336,10
02.05.12.365.1201.1.069 Ampliação da Rede Física Infantil	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.05.12.365.1201.2.019 Manut. da Educação Infantil - Pre-Escolar	142.000,00	0,00	142.000,00	77.506,00	64.494,00
3.1.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	13.705,96	6.294,04
3.1.90.00.00.00.00.111800 Aplicacoes Diretas	80.000,00	0,00	80.000,00	48.778,54	31.221,46
3.1.90.11.00.00.00.110100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				2.991,00	
3.1.90.11.00.00.00.111800 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				44.049,32	
3.1.90.11.01.00.00.110100 Vencimentos e salários				2.991,00	
3.1.90.11.01.00.00.111800 Vencimentos e salários				40.310,56	
3.1.90.11.43.00.00.111800 13º salário				3.738,76	
3.1.90.13.00.00.00.110100 Obrigações Patronais				5.729,94	
3.1.90.13.00.00.00.111800 Obrigações Patronais				4.729,22	
3.1.90.13.02.00.00.110100 Contribuições Previdenciárias - INSS				5.729,94	
3.1.90.13.02.00.00.111800 Contribuições Previdenciárias - INSS				4.729,22	
3.1.90.94.00.00.00.110100 Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas				4.985,02	
3.1.90.94.07.00.00.110100 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				4.985,02	
3.3.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	15.021,50	14.978,50
3.3.90.30.00.00.00.110100 Material de Consumo				15.021,50	
3.3.90.30.23.00.00.110100 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				14.022,50	
3.3.90.30.99.00.00.110100 Outros Materiais de Consumo				999,00	
4.4.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 19

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	4.042.792,65
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	981.806,40
0205.12 Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	981.806,40
0205.12.365 Educação Infantil	679.917,17	0,00	679.917,17	77.336,10
02.05.12.365.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	679.917,17	0,00	679.917,17	77.336,10
02.05.12.365.1201.2.045 Manut. da Educação Infantil - Creche	530.917,17	0,00	530.917,17	5.842,10
3.1.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	133.452,30	0,00	133.452,30	1.001,58
3.1.90.00.00.00.00.111800 Aplicacoes Diretas	358.650,00	0,00	358.650,00	1.174,85
3.1.90.11.00.00.00.110100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.00.00.00.111800 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.01.00.00.110100 Vencimentos e salários				
3.1.90.11.01.00.00.111800 Vencimentos e salários				
3.1.90.11.43.00.00.111800 13º salário				
3.1.90.13.00.00.00.110100 Obrigacoes Patronais				
3.1.90.13.00.00.00.111800 Obrigacoes Patronais				
3.1.90.13.02.00.00.110100 Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.1.90.13.02.00.00.111800 Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.3.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas				
3.3.90.00.00.00.00.113700 Aplicacoes Diretas				
3.3.90.30.00.00.00.110100 Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00.00.113700 Material de Consumo				
3.3.90.30.16.00.00.113700 Material de Expediente				
3.3.90.30.21.00.00.110100 Material de Copa e Cozinha				
3.3.90.30.22.00.00.110100 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				
3.3.90.30.23.00.00.110100 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				
3.3.90.30.24.00.00.110100 Material para Manutenção de Bens Imóveis				
3.3.90.30.26.00.00.110100 Material Elétrico e Eletrônico				
3.3.90.30.99.00.00.110100 Outros Materiais de Consumo				
3.3.90.39.00.00.00.110100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.43.00.00.110100 Serviços de Energia Elétrica				
3.3.90.39.44.00.00.110100 Serviços de Água e Esgoto				
3.3.90.39.83.00.00.110100 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos				
0205.12.367 Educação Especial	39.000,00	0,00	39.000,00	6.923,55
02.05.12.367.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	39.000,00	0,00	39.000,00	6.923,55
02.05.12.367.1201.2.017 Apoio a Educação Especial	39.000,00	0,00	39.000,00	6.923,55
3.3.50.00.00.00.00.110000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu				
3.3.50.43.00.00.00.110000 Subvenções Sociais				
3.3.50.43.99.00.00.110000 Outras Subvenções Sociais				



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 20

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12 Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12.367 Educação Especial	39.000,00	0,00	39.000,00	32.076,45	6.923,55
02.05.12.367.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	39.000,00	0,00	39.000,00	32.076,45	6.923,55
02.05.12.367.1201.2.017 Apoio a Educação Especial	39.000,00	0,00	39.000,00	32.076,45	6.923,55
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	9.000,00	0,00	9.000,00	2.076,45	6.923,55
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				2.076,45	
3.3.90.39.26.00.00.110000 Servicos de Transporte Escolar				2.076,45	
02.06 Sec. Mun. De Assist. Social	448.672,14	0,00	448.672,14	339.152,90	109.519,24
0206.08 Assistência Social	448.672,14	0,00	448.672,14	339.152,90	109.519,24
0206.08.241 Assistência ao Idoso	45.000,00	0,00	45.000,00	4.094,12	40.905,88
02.06.08.241.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	45.000,00	0,00	45.000,00	4.094,12	40.905,88
02.06.08.241.0801.2.022 Manut. do Fundo M. do Idoso	45.000,00	0,00	45.000,00	4.094,12	40.905,88
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	35.000,00	0,00	35.000,00	4.094,12	30.905,88
3.3.90.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	2.954,12	7.045,88
3.3.90.30.00.00.00.110000 Material de Consumo				2.954,12	
3.3.90.30.07.00.00.110000 Gêneros de Alimentação				2.726,62	
3.3.90.30.19.00.00.110000 Material de Acondicionamento e Embalagem				227,50	
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				1.140,00	
3.3.90.39.99.00.00.110000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				1.140,00	
0206.08.244 Assistência Comunitária	403.672,14	0,00	403.672,14	335.058,78	68.613,36
02.06.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	403.672,14	0,00	403.672,14	335.058,78	68.613,36
02.06.08.244.0801.1.070 Obras de Infraestrutura Social	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.06.08.244.0801.2.020 Manut. da Secret. de Assistência Social	279.172,14	0,00	279.172,14	231.538,74	47.633,40
3.1.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	238.000,00	0,00	238.000,00	215.227,73	22.772,27
3.1.90.00.00.00.00.115200 Aplicacoes Diretas	14.172,14	0,00	14.172,14	13.889,34	282,80
3.1.90.11.00.00.00.110000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				208.367,06	
3.1.90.11.00.00.00.115200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				13.889,34	
3.1.90.11.01.00.00.110000 Vencimentos e salários				194.594,54	
3.1.90.11.01.00.00.115200 Vencimentos e salários				13.889,34	
3.1.90.11.43.00.00.110000 13º salário				13.772,52	
3.1.90.16.00.00.00.110000 Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil				22,50	



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 21

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	4.042.792,65
02.06 Sec. Mun. De Assist. Social	448.672,14	0,00	448.672,14	109.519,24
0206.08 Assistência Social	448.672,14	0,00	448.672,14	109.519,24
0206.08.244 Assistência Comunitária	403.672,14	0,00	403.672,14	68.613,36
02.06.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	403.672,14	0,00	403.672,14	68.613,36
02.06.08.244.0801.2.020 Manut. de Assistência Social	279.172,14	0,00	279.172,14	47.633,40
3.1.90.16.44.00.00.00.110000 Serviços Extraordinários			22,50	
3.1.90.94.00.00.00.00.110000 Indenizações Restituições Trabalhistas			6.838,17	
3.1.90.94.07.00.00.00.110000 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			6.838,17	
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	27.000,00	0,00	27.000,00	24.578,33
3.3.90.30.00.00.00.00.110000 Material de Consumo			1.226,46	
3.3.90.30.01.00.00.00.110000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			887,87	
3.3.90.30.39.00.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos			338,59	
3.3.90.39.00.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.195,21	
3.3.90.39.15.00.00.00.110000 Limpeza de Veículos			70,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			140,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.110000 seguros em Geral			985,21	
02.06.08.244.0801.2.021 Manut. do Conselho Tutelar	117.500,00	0,00	117.500,00	13.979,96
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	110.000,00	0,00	110.000,00	11.829,95
3.3.90.30.00.00.00.00.110000 Material de Consumo			978,47	
3.3.90.30.01.00.00.00.110000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			240,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.110000 Gêneros de Alimentação			233,69	
3.3.90.30.16.00.00.00.110000 Material de Expediente			65,98	
3.3.90.30.17.00.00.00.110000 Material de Processamento de Dados			224,55	
3.3.90.30.21.00.00.00.110000 Material de Copa e Cozinha			186,25	
3.3.90.30.26.00.00.00.110000 Material Elétrico e Eletrônico			28,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			81.659,66	
3.3.90.36.45.00.00.00.110000 Jetons a Conselheiros			81.659,66	
3.3.90.39.00.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.395,46	
3.3.90.39.15.00.00.00.110000 Limpeza de Veículos			48,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			230,00	
3.3.90.39.64.00.00.00.110000 Telefonia fixa e Móvel			1.117,46	
3.3.90.47.00.00.00.00.110000 Obrigações Tributárias e Contributivas			14.136,46	
3.3.90.47.18.00.00.00.110000 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF			14.136,46	
4.4.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	7.500,00	0,00	7.500,00	2.150,01
4.4.90.52.00.00.00.00.110000 Equipamentos e Material Permanente			5.349,99	
4.4.90.52.06.00.00.00.110000 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação			976,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.110000 Equipamentos de Processamento de Dados			3.425,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 22

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	4.042.792,65
02.06 Sec. Mun. De Assist. Social	448.672,14	0,00	339.152,90	109.519,24
0206.08 Assistência Social	448.672,14	0,00	339.152,90	109.519,24
0206.08.244 Assistência Comunitária	403.672,14	0,00	335.058,78	68.613,36
02.06.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	403.672,14	0,00	335.058,78	68.613,36
02.06.08.244.0801.2.021 Manut. do Conselho Tutelar	117.500,00	0,00	103.520,04	13.979,96
4.4.90.52.42.00.00.00.110000 Mobiliário em Geral			948,99	
02.07 Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte	176.955,73	0,00	135.231,47	41.724,26
0207.13 Cultura				
0207.13.392 Difusão Cultural	128.955,73	0,00	128.955,73	14.889,87
02.07.13.392.1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	128.955,73	0,00	128.955,73	14.889,87
02.07.13.392.1301.2.023 Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes	23.955,73	0,00	23.955,73	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	23.955,73	0,00	23.955,73	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.110000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			16.687,94	
3.1.90.11.01.00.00.00.110000 Vencimentos e salários			15.430,06	
3.1.90.11.43.00.00.00.110000 13º salário			1.257,88	
3.1.90.94.00.00.00.00.110000 Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas			7.267,79	
3.1.90.94.07.00.00.00.110000 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			7.267,79	
02.07.13.392.1301.2.024 Manut. das Atividades Culturais	105.000,00	0,00	105.000,00	14.889,87
3.1.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	47.000,00	0,00	45.144,13	1.855,87
3.1.90.00.00.00.00.00.115300 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.110000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			45.144,13	
3.1.90.11.00.00.00.00.115300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			2.000,00	
3.1.90.11.01.00.00.00.110000 Vencimentos e salários			40.512,43	
3.1.90.11.01.00.00.00.115300 Vencimentos e salários			2.000,00	
3.1.90.11.43.00.00.00.110000 13º salário			4.631,70	
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	37.749,00	12.251,00
3.3.90.30.00.00.00.00.110000 Material de Consumo			10.909,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.110000 Material Elétrico e Eletrônico			10.909,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			26.840,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.110000 Serviços Técnicos Profissionais			20.850,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			5.990,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	5.217,00	783,00
4.4.90.52.00.00.00.00.110000 Equipamentos e Material Permanente			5.217,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.110000 Equipamentos de Processamento de Dados			5.217,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 23

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.07 Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte	176.955,73	0,00	176.955,73	135.231,47	41.724,26
0207.27 Desporto e Lazer	48.000,00	0,00	48.000,00	21.165,61	26.834,39
0207.27.812 Desporto Comunitário	48.000,00	0,00	48.000,00	21.165,61	26.834,39
02.07.27.812.2701 ESPORTE E VIDA	48.000,00	0,00	48.000,00	21.165,61	26.834,39
02.07.27.812.2701.1.071 Ampliação das Áreas Esportivas e de Lazer	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.07.27.812.2701.2.025 Manut. das Atividades Esportivas	40.000,00	0,00	40.000,00	21.165,61	18.834,39
3.1.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	38.000,00	0,00	38.000,00	19.165,61	18.834,39
3.1.90.00.00.00.00.115300 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.110000 Vendimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			17.469,02	17.469,02	
3.1.90.11.00.00.00.115300 Vendimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			2.000,00	2.000,00	
3.1.90.11.01.00.00.110000 Vendimentos e salários			15.772,43	15.772,43	
3.1.90.11.01.00.00.115300 vendimentos e salários			2.000,00	2.000,00	
3.1.90.11.43.00.00.110000 13º salário			1.696,59	1.696,59	
3.1.90.94.00.00.00.110000 Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas			1.696,59	1.696,59	
3.1.90.94.07.00.00.110000 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			1.696,59	1.696,59	
02.08 Sec. Da Ind. Com. Turismo E Serviços	42.500,00	0,00	42.500,00	22.482,00	20.018,00
0208.13 Cultura					
0208.13.695 Turismo	28.500,00	0,00	28.500,00	22.482,00	6.018,00
02.08.13.695.1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	28.500,00	0,00	28.500,00	22.482,00	6.018,00
02.08.13.695.1301.2.044 Promoção do Turismo	28.500,00	0,00	28.500,00	22.482,00	6.018,00
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	15.600,00	0,00	15.600,00	9.582,00	6.018,00
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.582,00	
3.3.90.39.05.00.00.110000 Serviços Técnicos Profissionais				9.582,00	
4.4.90.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas				12.900,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.130000 Obras e Instalacoes	12.900,00	0,00	12.900,00	12.900,00	
4.4.90.51.91.00.00.130000 Obras em Andamento				12.900,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 24

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539,097,94	0,00	17.539,097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.08 Sec. Da Ind. Com. Turismo E Serviços	42.500,00	0,00	42.500,00	22.482,00	20.018,00
0208.22 Indústria	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
0208.22.661 Promoção Industrial	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
02.08.22.661.2201 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
02.08.22.661.2201.1.072 Promoção da Indústria e Comércio	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.5.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.09 Fundo Mun. De Habitação	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
0209.16 Habitação	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
0209.16.482 Habitação Urbana	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
02.09.16.482.1601 SISTEMA HABITACIONAL	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
02.09.16.482.1601.1.073 Apoio ao Sistema Habitacional	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.5.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.10 Fundo M. Da Infância E Adolescência	14.000,00	0,00	14.000,00	1.425,00	12.575,00
0210.08 Assistência Social	14.000,00	0,00	14.000,00	1.425,00	12.575,00
0210.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	14.000,00	0,00	14.000,00	1.425,00	12.575,00
02.10.08.243.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	14.000,00	0,00	14.000,00	1.425,00	12.575,00
02.10.08.243.0801.2.026 Manut. das Atividades do FIA	14.000,00	0,00	14.000,00	1.425,00	12.575,00
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	1.425,00	10.575,00
3.3.90.33.00.00.00.110000 Passagens e Despesas com Locomoção				1.425,00	
3.3.90.33.99.00.00.110000 Outras Despesas com Locomoção				1.425,00	
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 25

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02.CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.11 Previdência Social	692.111,71	0,00	692.111,71	604.307,47	87.804,24
0211.09 Previdência Social	692.111,71	0,00	692.111,71	604.307,47	87.804,24
0211.09.272 Previdência do Regime Estatutário	692.111,71	0,00	692.111,71	604.307,47	87.804,24
02.11.09.272.0901 PREVIDÊNCIAS SOCIAL GERAL	692.111,71	0,00	692.111,71	604.307,47	87.804,24
02.11.09.272.0901.2.027 Encargos Previdenciários Regime Geral	692.111,71	0,00	692.111,71	604.307,47	87.804,24
3.1.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	300.000,00	0,00	300.000,00	226.319,51	73.680,49
3.1.90.00.00.00.00.00.135000 Aplicacoes Diretas	387.711,71	0,00	387.711,71	377.987,96	9.723,75
3.1.90.13.00.00.00.00.110000 Obrigacoes Patronais				226.319,51	
3.1.90.13.00.00.00.00.135000 Obrigacoes Patronais				377.987,96	
3.1.90.13.01.00.00.00.110000 FGTS				7.195,20	
3.1.90.13.02.00.00.00.110000 Contribuições Previdenciárias - INSS				219.124,31	
3.1.90.13.02.00.00.00.135000 Contribuições Previdenciárias - INSS				377.987,96	
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	4.400,00	0,00	4.400,00	0,00	4.400,00
02.12 Encargos Gerais do Município	407.000,00	0,00	407.000,00	330.625,06	76.374,94
0212.28 Encargos Especiais					
0212.28.846 Outros Encargos Especiais					
02.12.28.846.2800 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS					
02.12.28.846.2800.2.028 Amortização da Dívida e Encargos					
3.1.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	277.000,00	0,00	277.000,00	202.415,17	74.584,83
3.1.90.03.00.00.00.00.110000 Pessoas	20.000,00	0,00	20.000,00	16.947,97	3.052,03
3.1.90.03.01.00.00.00.110000 Cíveis				16.947,97	
3.1.90.03.03.00.00.00.110000 13º Salário - Pensionista Civil				15.644,28	
3.2.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	1.303,69	27.882,02
3.2.90.21.00.00.00.00.110000 Juros sobre a Dívida por Contrato				22.117,98	
3.2.90.21.00.00.00.00.110000 Juros da Dívida Contratada com Instituições Financeiras				22.117,98	
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	187.000,00	0,00	187.000,00	163.349,22	23.650,78
3.3.90.47.00.00.00.00.110000 Obrigacoes Tributárias e Contributivas				163.349,22	
3.3.90.47.12.00.00.00.110000 Contribuição Para o PIS/PASEP				163.349,22	
4.6.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
02.12.28.846.2800.2.029 Amortização de Precatórios					
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	130.000,00	0,00	130.000,00	128.209,89	1.790,11
3.3.90.91.00.00.00.00.110000 Sentenças Judiciais	130.000,00	0,00	130.000,00	128.209,89	1.790,11
3.3.90.91.31.00.00.00.110000 Outros Precatórios Relativos a Despesas de Pessoal				128.209,89	



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 26

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.13 Reserva De Contingência	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
0213.99 Reserva de Contingência	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
0213.99.999 Reserva de Contingência	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
02.13.99.999.9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
02.13.99.999.9999.2.030 Reserva de Contingência	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
9.9.99.00.00.00.00.110000 RESERVA DE CONTINGENCIA	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
Total por Entidade:	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 27

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01 Fundo Municipal Da Saude	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
0301.10 Saúde	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
0301.10.301 Atenção Básica	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.1.074 Ampliação da Rede Física da Saúde	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110200 Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113300 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116300 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
03.01.10.301.1001.1.075 Aquisição de Veículos - Saúde	83.084,55	0,00	83.084,55	81.000,00	2.084,55
4.4.90.00.00.00.00.110200 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.113300 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116300 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.118800 Aplicacoes Diretas	2.135,13	0,00	2.135,13	2.135,13	0,00
4.4.90.00.00.00.00.130200 Aplicacoes Diretas	1.300,00	0,00	1.300,00	1.215,45	84,55
4.4.90.00.00.00.00.138800 Aplicacoes Diretas	27.649,42	0,00	27.649,42	27.649,42	0,00
4.4.90.52.00.00.00.110200 Equipamentos e Material Permanente				50.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.118800 Equipamentos e Material Permanente				2.135,13	
4.4.90.52.00.00.00.130200 Equipamentos e Material Permanente				1.215,45	
4.4.90.52.00.00.00.138800 Equipamentos e Material Permanente				27.649,42	
4.4.90.52.00.00.00.110200 Veículos de Tração Mecânica				50.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.118800 Veículos de Tração Mecânica				2.135,13	
4.4.90.52.00.00.00.130200 Veículos de Tração Mecânica				1.215,45	
4.4.90.52.00.00.00.138800 Veículos de Tração Mecânica				27.649,42	
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saúde	3.119.130,18	0,00	3.119.130,18	2.474.552,65	644.577,53
3.1.71.00.00.00.00.110200 Transf. a Consórcios Públicos	17.000,00	0,00	17.000,00	13.728,00	3.272,00
3.1.71.70.00.00.00.110200 Rateio pela Participação em Consórcio Público				13.728,00	
3.1.71.70.01.00.00.110200 Rateio pela Participação em Consórcio Público				13.728,00	
3.1.90.00.00.00.00.110200 Aplicacoes Diretas	1.560.000,00	0,00	1.560.000,00	1.392.322,39	167.677,61
3.1.90.00.00.00.00.113300 Aplicacoes Diretas	528,47	0,00	528,47	528,47	0,00
3.1.90.00.00.00.00.115200 Aplicacoes Diretas	14.108,09	0,00	14.108,09	14.108,09	0,00
3.1.90.00.00.00.00.133300 Aplicacoes Diretas	11.935,97	0,00	11.935,97	11.935,97	0,00
3.1.90.11.00.00.00.110200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				984.029,66	
3.1.90.11.00.00.00.113300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				528,47	
3.1.90.11.00.00.00.115200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				14.108,09	
3.1.90.11.00.00.00.133300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				11.935,97	
3.1.90.11.01.00.00.110200 Vencimentos e salários				906.077,64	



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 28

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
03 FUNDOS MUNICIPAIS	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	803.981,32
03.01 Fundo Municipal Da Saude	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	803.981,32
0301.10 Saúde	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	803.981,32
0301.10.301 Atenção Básica	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	803.981,32
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	803.981,32
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saúde	3.119.130,18	0,00	3.119.130,18	644.577,53
3.1.90.11.01.00.00.00.113300 vencimentos e salários			528,47	
3.1.90.11.01.00.00.00.115200 vencimentos e salários			14.108,09	
3.1.90.11.01.00.00.00.133300 vencimentos e salários			11.935,97	
3.1.90.11.43.00.00.00.110200 13º salário			77.952,02	
3.1.90.13.00.00.00.110200 Obrigações Patronais			325.224,65	
3.1.90.13.01.00.00.00.110200 FGTS			5.621,06	
3.1.90.13.02.00.00.00.110200 Contribuições Previdenciárias - INSS			319.603,59	
3.1.90.16.00.00.00.00.110200 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			13.167,03	
3.1.90.16.44.00.00.00.110200 Serviços Extraordinários			13.167,03	
3.1.90.34.00.00.00.00.110200 Outras Despesas de Pessoal decorr.de Contr.de Terc			46.365,19	
3.1.90.34.01.00.00.00.110200 Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)			46.365,19	
3.1.90.94.00.00.00.00.110200 Indenizações Restituições Trabalhistas			23.535,86	
3.1.90.94.07.00.00.00.110200 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			22.913,86	
3.1.90.94.11.00.00.00.110200 Licença-prêmio Convertida em Pecúnia			622,00	
3.3.71.00.00.00.00.110200 Transferências a Consórcios Públicos	8.000,00	0,00	8.000,00	2.516,00
3.3.71.70.00.00.00.110200 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO				
3.3.71.70.01.00.00.00.110200 Participação em Consórcio Público				
3.3.90.00.00.00.00.110200 Aplicações Diretas	988.423,75	0,00	988.423,75	234.387,19
3.3.90.00.00.00.00.117800 Aplicações Diretas	36.330,29	0,00	36.330,29	0,00
3.3.90.00.00.00.00.133300 Aplicações Diretas	736,33	0,00	736,33	0,00
3.3.90.00.00.00.00.133800 Aplicações Diretas	91.987,57	0,00	91.987,57	105,14
3.3.90.14.00.00.00.110200 Diárias - Civil			6.898,80	
3.3.90.14.14.00.00.110200 Diárias no País - Civil			6.898,80	
3.3.90.30.00.00.00.110200 Material de Consumo			341.427,78	
3.3.90.30.00.00.00.117800 Material de Consumo			36.330,29	
3.3.90.30.00.00.00.133300 Material de Consumo			36.330,29	
3.3.90.30.00.00.00.133800 Material de Consumo			736,33	
3.3.90.30.00.00.00.133800 Material de Consumo			57.382,43	
3.3.90.30.01.00.00.110200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			48.797,99	
3.3.90.30.04.00.00.110200 Gás Engarrafado			4.450,00	
3.3.90.30.07.00.00.110200 Gêneros de Alimentação			409,34	
3.3.90.30.09.00.00.110200 Material Farmacológico			225.092,72	
3.3.90.30.09.00.00.117800 Material Farmacológico			36.330,29	
3.3.90.30.09.00.00.133300 Material Farmacológico			736,33	



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 29

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
03 FUNDOS MUNICIPAIS				
03.01 Fundo Municipal Da Saude	4.081.437,39	0,00	3.277.456,07	803.981,32
	4.081.437,39	0,00	3.277.456,07	803.981,32
0301.10 Saúde				
0301.10.301 Atenção Básica				
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	3.277.456,07	803.981,32
	4.081.437,39	0,00	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saúde	3.119.130,18	0,00	2.474.552,65	644.577,53
3.3.90.30.09.00.00.133800 Material Farmacológico			56.962,43	
3.3.90.30.10.00.00.00.110200 Material Odontológico			4.065,21	
3.3.90.30.16.00.00.110200 Material de Expediente			4.239,37	
3.3.90.30.21.00.00.110200 Material de Copa e Cozinha			69,95	
3.3.90.30.22.00.00.110200 Material de Limpeza e Produção de Higieneização			14.140,80	
3.3.90.30.24.00.00.110200 Material para Manutenção de Bens Imóveis			943,67	
3.3.90.30.25.00.00.110200 Material para Manutenção de Bens Móveis			1.512,00	
3.3.90.30.26.00.00.110200 Material Elétrico e Eletrônico			525,90	
3.3.90.30.28.00.00.110200 Material de Proteção e Segurança			413,00	
3.3.90.30.35.00.00.110200 Material Laboratorial			3.360,00	
3.3.90.30.36.00.00.110200 Material Hospitalar			10.044,41	
3.3.90.30.36.00.00.133800 Material Hospitalar			420,00	
3.3.90.30.39.00.00.110200 Material para Manutenção de Veículos			12.757,21	
3.3.90.30.44.00.00.110200 Material de Sinalização Visual e Afins			780,00	
3.3.90.30.96.00.00.110200 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado			5.549,71	
3.3.90.30.99.00.00.110200 Outros Materiais de Consumo			4.276,50	
3.3.90.32.00.00.00.110200 Material de Distribuição Gratuita			28.078,08	
3.3.90.32.99.00.00.110200 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			28.078,08	
3.3.90.39.00.00.00.110200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			377.631,90	
3.3.90.39.00.00.00.133800 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			34.500,00	
3.3.90.39.05.00.00.110200 Serviços Técnicos Profissionais			9.540,00	
3.3.90.39.15.00.00.110200 Limpeza de Veículos			3.163,50	
3.3.90.39.16.00.00.110200 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			2.470,00	
3.3.90.39.17.00.00.110200 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			2.015,00	
3.3.90.39.19.00.00.110200 Manutenção e Conservação de Veículos			22.203,94	
3.3.90.39.25.00.00.110200 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins			900,00	
3.3.90.39.28.00.00.110200 Coleta de Lixo e Demais Resíduos			15.742,97	
3.3.90.39.43.00.00.110200 Serviços de Energia Elétrica			8.167,63	
3.3.90.39.44.00.00.110200 Serviços de Água e Esgoto			7.984,77	
3.3.90.39.47.00.00.110200 Serviços de Comunicação em Geral			6.467,00	
3.3.90.39.50.00.00.110200 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			195.629,04	
3.3.90.39.50.00.00.133800 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			34.500,00	
3.3.90.39.64.00.00.110200 Telefonia fixa e Móvel			3,00	



# **ESTADO DE SANTA CATARINA** **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 30

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.01 Fundo Municipal Da Saude					
0301.10 Saúde					
0301.10.301 Atenção Básica					
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saúde	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
3.3.90.39.69.00.00.00.110200 seguros em Geral					
3.3.90.39.75.00.00.00.110200 Multas e Infrações de Trânsito					
3.3.90.39.81.00.00.00.110200 Serviços Bancários					
3.3.90.39.83.00.00.00.110200 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos					
3.3.90.39.96.00.00.00.110200 Outros Serviços de Terc. Pessoa Jur - Pagto Antec					
3.3.90.39.99.00.00.00.110200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.93.00.00.00.00.00.110200 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos					
3.3.93.00.00.00.00.00.117800 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos					
3.3.93.39.00.00.00.00.110200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.93.39.00.00.00.00.117800 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.93.39.50.00.00.00.110200 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laborat					
3.3.93.39.50.00.00.00.117800 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laborat					
4.4.71.00.00.00.00.00.110200 Transferências a Consórcios Públicos					
4.4.90.00.00.00.00.00.110200 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.00.00.00.00.00.113300 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.00.00.00.00.00.116300 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.52.00.00.00.00.110200 Equipamentos e Material Permanente					
4.4.90.52.06.00.00.00.110200 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação					
4.4.90.52.08.00.00.00.110200 Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp					
4.4.90.52.35.00.00.00.110200 Equipamentos de Processamento de Dados					
4.4.90.52.36.00.00.00.110200 Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório					
4.4.90.52.42.00.00.00.110200 Mobiliário em Geral					
03.01.10.301.1001.2.032 Manut. do Bloco de Atenção Básica	131.085,03	0,00	131.085,03	121.058,09	10.026,94
3.1.90.00.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	4.232,61	0,00	4.232,61	4.232,61	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.113800 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
3.1.90.11.01.00.00.00.113800 vencimentos e salários					
3.3.90.00.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.00.00.00.00.00.133800 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.30.00.00.00.00.113800 Material de Consumo					
3.3.90.30.00.00.00.00.133800 Material de Consumo					
3.3.90.30.09.00.00.00.113800 Material Farmacológico					
3.3.90.30.09.00.00.00.133800 Material Farmacológico					



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 31

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01 Fundo Municipal Da Saude	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
0301.10 Saúde	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
0301.10.301 Atenção Básica	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.2.032 Manut. do Bloco de Atenção Básica	131.085,03	0,00	131.085,03	121.058,09	10.026,94
3.3.90.30.25.00.00.00.133800 Material para Manutenção de Bens Móveis				1.715,00	
3.3.90.30.36.00.00.00.113800 Material Hospitalar				25.557,92	
3.3.90.30.36.00.00.00.133800 Material Hospitalar				8.996,33	
3.3.90.36.00.00.00.00.133800 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				28.350,00	
3.3.90.36.06.00.00.00.133800 Serviços Técnicos Profissionais				28.350,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.133800 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				12.029,84	
3.3.90.39.43.00.00.00.133800 Serviços de Energia Elétrica				11.475,84	
3.3.90.39.63.00.00.00.133800 Serviços Gráficos e Editoriais				554,00	
03.01.10.301.1001.2.033 Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável	460.926,91	0,00	460.926,91	445.060,06	15.866,85
3.1.90.00.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	274.436,25	0,00	274.436,25	274.283,86	152,39
3.1.90.00.00.00.00.00.133812 Aplicacoes Diretas	8.355,18	0,00	8.355,18	8.355,18	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00.133811 Aplicacoes Diretas	1.288,83	0,00	1.288,83	1.288,83	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00.133810 Aplicacoes Diretas	19.186,82	0,00	19.186,82	19.186,82	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.113800 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				271.239,01	
3.1.90.11.00.00.00.00.133812 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				8.355,18	
3.1.90.11.00.00.00.00.133810 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				19.186,82	
3.1.90.11.00.00.00.00.133811 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.288,83	
3.1.90.11.01.00.00.00.113800 vencimentos e salários				250.219,36	
3.1.90.11.01.00.00.00.133810 vencimentos e salários				19.186,82	
3.1.90.11.01.00.00.00.133812 vencimentos e salários				8.355,18	
3.1.90.11.01.00.00.00.133811 vencimentos e salários				1.288,83	
3.1.90.11.43.00.00.00.113800 13º salário				21.019,65	
3.1.90.13.00.00.00.00.113800 Obrigações Patronais				1.118,26	
3.1.90.13.02.00.00.00.113800 Contribuições Previdenciárias - INSS				1.118,26	
3.1.90.16.00.00.00.00.113800 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.926,59	
3.1.90.16.44.00.00.00.113800 Serviços Extraordinários				1.926,59	
3.3.90.00.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	49.000,00	0,00	49.000,00	36.646,82	12.353,18
3.3.90.00.00.00.00.00.133820 Aplicacoes Diretas	21,46	0,00	21,46	21,46	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.113800 Material de Consumo				35.061,82	
3.3.90.30.09.00.00.00.113800 Material Farmacológico				2.097,00	
3.3.90.30.23.00.00.00.113800 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				4.695,00	
3.3.90.30.28.00.00.00.113800 Material de Proteção e Segurança				13.015,00	



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 32

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Espeada e Extraordinários		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	4.081.437,39	0,00	3.277.456,07	803.981,32
03.01 Fundo Municipal Da Saude	4.081.437,39	0,00	3.277.456,07	803.981,32
0301.10 Saúde	4.081.437,39	0,00	3.277.456,07	803.981,32
0301.10.301 Atenção Básica	4.081.437,39	0,00	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.2.033 Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável	460.926,91	0,00	445.060,06	15.866,85
3.3.90.30.35.00.00.00.113800 Material Laboratorial			7.877,02	
3.3.90.30.36.00.00.00.113800 Material Hospitalar			7.377,80	
3.3.90.36.00.00.00.113800 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			1.585,00	
3.3.90.36.06.00.00.113800 Serviços Técnicos Profissionais			1.585,00	
3.3.90.39.00.00.00.133820 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			21,46	
3.3.90.39.47.00.00.133820 Serviços de Comunicação em Geral			21,46	
4.4.90.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	6,94	993,06
4.4.90.00.00.00.00.133300 Aplicacoes Diretas	9.095,87	0,00	6.727,65	2.368,22
4.4.90.00.00.00.00.133800 Aplicacoes Diretas	98.542,50	0,00	98.542,50	0,00
4.4.90.52.00.00.00.113800 Equipamentos e Material Permanente			6,94	
4.4.90.52.00.00.00.133300 Equipamentos e Material Permanente			6.727,65	
4.4.90.52.00.00.00.133800 Equipamentos e Material Permanente			98.542,50	
4.4.90.52.08.00.00.133300 Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp			6.727,65	
4.4.90.52.08.00.00.133800 Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp			22.033,00	
4.4.90.52.33.00.00.133800 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto			1.428,00	
4.4.90.52.34.00.00.133800 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos			14.386,58	
4.4.90.52.35.00.00.133800 Equipamentos de Processamento de Dados			34.387,78	
4.4.90.52.42.00.00.113800 Mobiliário em Geral			6,94	
4.4.90.52.42.00.00.133800 Mobiliário em Geral			26.307,14	
03.01.10.301.1001.2.034 Manut. BI, MAC, Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.	45.168,99	0,00	28.052,88	17.116,11
3.3.72.00.00.00.00.113800 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	38.551,25	0,00	21.435,14	17.116,11
3.3.72.00.00.00.00.133800 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	6.617,74	0,00	6.617,74	0,00
3.3.72.39.00.00.00.113800 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica			21.435,14	
3.3.72.39.00.00.00.133800 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica			6.617,74	
3.3.72.39.50.00.00.113800 Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laborat			21.435,14	
3.3.72.39.50.00.00.133800 Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laborat			6.617,74	
03.01.10.301.1001.2.035 Manut. do Bloco Vigilância em Saúde	117.130,92	0,00	51.631,06	65.499,86
3.1.90.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	11.102,50	0,00	5.418,55	5.683,95
3.1.90.00.00.00.00.133816 Aplicacoes Diretas	11.986,40	0,00	10.908,14	1.078,26
3.1.90.11.00.00.00.113800 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			5.418,55	
3.1.90.11.00.00.00.133816 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			10.908,14	



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 33

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.01 Fundo Municipal Da Saude					
0301.10 Saude					
0301.10.301 Atenção Básica					
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE					
03.01.10.301.1001.2.035 Manut. do Bloco Vigilância em Saúde	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
3.1.90.11.01.00.00.00.113800 vencimentos e salários	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
3.1.90.11.01.00.00.00.133816 vencimentos e salários					
3.1.90.11.43.00.00.00.133816 13º salário					
3.3.90.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
3.3.90.00.00.00.00.133815 Aplicacoes Diretas	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
3.3.90.30.00.00.00.00.113800 Material de Consumo					
3.3.90.30.00.00.00.00.133815 Material de Consumo	117.130,92	0,00	117.130,92	51.631,06	65.499,86
3.3.90.30.01.00.00.00.133815 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos					
3.3.90.30.16.00.00.00.133815 Material de Expediente					
3.3.90.30.22.00.00.00.113800 Material de Limpeza e Produção de Higienização					
3.3.90.30.22.00.00.00.133815 Material de Limpeza e Produção de Higienização	57.520,00	0,00	57.520,00	9.290,48	48.229,52
3.3.90.30.28.00.00.00.133815 Material de Proteção e Segurança	25.912,02	0,00	25.912,02	15.403,89	10.508,13
3.3.90.30.35.00.00.00.113800 Material Laboratorial					
3.3.90.30.39.00.00.00.113800 Material para Manutenção de Veículos					
3.3.90.30.39.00.00.00.133815 Material para Manutenção de Veículos					
3.3.90.30.99.00.00.00.133815 Outros Materiais de Consumo					
3.3.90.32.00.00.00.00.113800 Material de Distribuição Gratuita					
3.3.90.32.99.00.00.00.113800 Outros Materiais de Distribuição Gratuita					
3.3.90.39.00.00.00.00.113800 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.90.39.00.00.00.00.133815 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.90.39.17.00.00.00.113800 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip					
3.3.90.39.17.00.00.00.133815 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip					
3.3.90.39.19.00.00.00.133815 Manutenção e Conservação de Veículos					
3.3.90.39.63.00.00.00.113800 Serviços Gráficos e Editoriais					
4.4.90.00.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.00.00.00.00.00.133815 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.52.00.00.00.00.113800 Equipamentos e Material Permanente					
4.4.90.52.00.00.00.00.133815 Equipamentos e Material Permanente					
4.4.90.52.06.00.00.00.133815 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação					
4.4.90.52.35.00.00.00.133815 Equipamentos de Processamento de Dados					
4.4.90.52.40.00.00.00.113800 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários					
	2.480,00	0,00	2.480,00	1.130,00	0,00
	8.130,00	0,00	8.130,00	2.480,00	0,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 34

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.01 Fundo Municipal Da Saude	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
0301.10 Saúde					
0301.10.301 Atenção Básica	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.2.036 Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica	25.881,85	0,00	25.881,85	14.723,46	11.158,39
3.3.90.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	21.102,50	0,00	21.102,50	9.945,98	11.156,52
3.3.90.00.00.00.00.133813 Aplicacoes Diretas	4.779,35	0,00	4.779,35	4.777,48	1,87
3.3.90.30.00.00.00.113800 Material de Consumo				9.945,98	
3.3.90.30.00.00.00.133813 Material de Consumo				4.777,48	
3.3.90.30.09.00.00.113800 Material Farmacológico				9.945,98	
3.3.90.30.09.00.00.133813 Material Farmacológico				4.777,48	
03.01.10.301.1001.2.037 Manut. do Bloco Gestão do SUS	6.012,50	0,00	6.012,50	0,00	6.012,50
3.3.90.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	6.012,50	0,00	6.012,50	0,00	6.012,50
03.01.10.301.1001.2.038 Manut. dos Programas do SUS - Estado					
3.3.72.00.00.00.00.116700 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	79.016,46	0,00	79.016,46	61.377,87	17.638,59
3.3.90.00.00.00.00.116700 Aplicacoes Diretas	6.615,00	0,00	6.615,00	0,00	6.615,00
3.3.90.00.00.00.00.136723 Aplicacoes Diretas	43.612,50	0,00	43.612,50	38.611,56	5.000,94
3.3.90.00.00.00.00.136722 Aplicacoes Diretas	3.722,86	0,00	3.722,86	3.700,21	22,65
3.3.90.00.00.00.00.136722 Aplicacoes Diretas	19.066,10	0,00	19.066,10	19.066,10	0,00
3.3.90.30.00.00.00.116700 Material de Consumo				38.601,11	
3.3.90.30.00.00.00.136723 Material de Consumo				3.700,21	
3.3.90.30.00.00.00.136722 Material de Consumo				4.067,60	
3.3.90.30.09.00.00.116700 Material Farmacológico				38.601,11	
3.3.90.30.09.00.00.136723 Material Farmacológico				3.700,21	
3.3.90.36.00.00.00.136722 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				4.067,60	
3.3.90.36.99.00.00.136722 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				14.998,50	
3.3.90.39.00.00.00.116700 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				14.998,50	
3.3.90.39.81.00.00.116700 Serviços Bancários				10,45	
4.4.90.00.00.00.00.116700 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
Total por Entidade:	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 35

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.02 Fundo Municipal de Assistência Social					
0302.08 Assistência Social					
0302.08.244 Assistência Comunitária					
03.02.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
03.02.08.244.0801.2.039 Manut. do Fundo M. de Assistência Social	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
3.1.90.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas					
3.1.90.00.00.00.00.116500 Aplicações Diretas					
3.1.90.11.00.00.00.116500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
3.1.90.11.01.00.00.116500 Vencimentos e salários	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
3.1.90.11.43.00.00.116500 13º salário					
3.1.90.13.00.00.00.116500 Obrigações Patronais					
3.1.90.13.01.00.00.116500 FGTS					
3.1.90.13.02.00.00.116500 Contribuições Previdenciárias - INSS	192.097,95	0,00	192.097,95	78.943,50	113.154,45
3.1.90.94.00.00.00.116500 Indenizações Restituições Trabalhistas	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
3.1.90.94.07.00.00.116500 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	57.397,95	0,00	57.397,95	46.368,38	11.029,57
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas					
3.3.90.30.00.00.00.110000 Material de Consumo	129.600,00	0,00	129.600,00	30.295,12	99.304,88
3.3.90.30.39.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos				348,00	
3.3.90.32.00.00.00.110000 Material de Distribuição Gratuita				348,00	
3.3.90.32.99.00.00.110000 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				20.015,00	
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				20.015,00	
3.3.90.39.05.00.00.110000 Serviços Técnicos Profissionais				9.932,12	
3.3.90.39.15.00.00.110000 Limpeza de Veículos				3.515,00	
3.3.90.39.17.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				35,00	
3.3.90.39.64.00.00.110000 Telefonia fixa e Móvel				770,00	
3.3.90.39.69.00.00.110000 seguros em Geral				252,00	
3.3.90.39.81.00.00.110000 Serviços Bancários				2.000,00	
3.3.90.39.83.00.00.110000 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos				5,21	
3.3.90.39.99.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				125,41	
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas				3.044,62	
4.4.90.52.00.00.00.110000 Equipamentos e Material Permanente				184,88	
4.4.90.52.35.00.00.110000 Equipamentos de Processamento de Dados	5.000,00	0,00	5.000,00	2.280,00	2.720,00
03.02.08.244.0801.2.040 Manut. do Bloco PSB - FNAS					
3.1.90.00.00.00.00.113500 Aplicações Diretas	164.153,90	0,00	164.153,90	13.270,62	150.883,28
3.3.90.00.00.00.00.113500 Aplicações Diretas	33.000,00	0,00	33.000,00	0,00	33.000,00
3.3.90.00.00.00.00.113500 Aplicações Diretas	65.700,00	0,00	65.700,00	2.806,35	62.893,65
3.3.90.00.00.00.00.133500 Aplicações Diretas	65.453,90	0,00	65.453,90	10.464,27	54.989,63



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 36

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
		Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	537.959,57	0,00	537.959,57	378.919,13
03.02 Fundo Municipal de Assistência Social	537.959,57	0,00	537.959,57	378.919,13
0302.08 Assistência Social	537.959,57	0,00	537.959,57	378.919,13
0302.08.244 Assistência Comunitária	537.959,57	0,00	537.959,57	378.919,13
03.02.08.244.0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	537.959,57	0,00	537.959,57	378.919,13
03.02.08.244.0801.2.040 Manut. do Bloco PSB - FNAS	164.153,90	0,00	164.153,90	150.883,28
3.3.90.32.00.00.00.113500 Material de Distribuição Gratuita			13.270,62	2.775,00
3.3.90.32.99.00.00.113500 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			2.775,00	31,35
3.3.90.39.00.00.00.113500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			10.464,27	8.138,40
3.3.90.39.00.00.00.133500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			31,35	31,35
3.3.90.39.11.00.00.133500 Locação de Softwares			8.138,40	2.325,87
3.3.90.39.81.00.00.113500 Serviços Bancários				
3.3.90.39.99.00.00.133500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
03.02.08.244.0801.2.041 Manut. do Bloco GBF - FNAS	69.978,14	0,00	69.978,14	57.155,04
3.3.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	31.525,00	0,00	31.525,00	31.525,00
3.3.90.00.00.00.00.133500 Aplicacoes Diretas	4.453,14	0,00	4.453,14	1.235,04
3.3.90.30.00.00.00.133500 Material de Consumo			300,95	
3.3.90.30.17.00.00.133500 Material de Processamento de Dados			300,95	
3.3.90.39.00.00.00.133500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.917,15	
3.3.90.39.63.00.00.133500 Serviços Gráficos e Editoriais			2.427,55	
3.3.90.39.71.00.00.133500 Confeção de Material de Acondicionamento e Embal			54,60	
3.3.90.39.99.00.00.133500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			435,00	
4.4.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	11.000,00	0,00	11.000,00	11.000,00
4.4.90.00.00.00.00.133500 Aplicacoes Diretas	23.000,00	0,00	23.000,00	13.395,00
4.4.90.52.00.00.00.133500 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.26.00.00.133500 Instrumentos Musicais e Artísticos				
4.4.90.52.35.00.00.133500 Equipamentos de Processamento de Dados				
03.02.08.244.0801.2.042 Manut. do Bloco GSUAS - FNAS	14.562,14	0,00	14.562,14	13.962,14
3.3.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	8.025,00	0,00	8.025,00	7.425,00
3.3.90.00.00.00.00.133500 Aplicacoes Diretas	3.537,14	0,00	3.537,14	3.537,14
3.3.90.39.00.00.00.113500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			600,00	
3.3.90.39.48.00.00.113500 Serviços de Seleção e Treinamento			600,00	
4.4.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	3.000,00
03.02.08.244.0801.2.043 Manut. do Programas Sociais - Estado	97.167,44	0,00	97.167,44	43.764,22
3.3.90.00.00.00.00.116500 Aplicacoes Diretas	33.050,00	0,00	33.050,00	20.358,30
3.3.90.00.00.00.00.136500 Aplicacoes Diretas	29.381,78	0,00	29.381,78	8.658,55



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 37

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.02 Fundo Municipal de Assistência Social					
0302.08 Assistência Social					
0302.08.244 Assistência Comunitária					
03.02.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
03.02.08.244.0801.2.043 Manut. do Programas Sociais - Estado	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
3.3.90.30.00.00.00.136500 Material de Consumo					
3.3.90.30.07.00.00.00.136500 Gêneros de Alimentação					
3.3.90.30.17.00.00.00.136500 Material de Processamento de Dados					
3.3.90.30.21.00.00.00.136500 Material de Copa e Cozinha					
3.3.90.30.22.00.00.00.136500 Material de Limpeza e Produção de Higieneização					
3.3.90.32.00.00.00.00.116500 Material de Distribuição Gratuita					
3.3.90.32.00.00.00.00.136500 Material de Distribuição Gratuita					
3.3.90.32.99.00.00.00.116500 Outros Materiais de Distribuição Gratuita					
3.3.90.32.99.00.00.00.136500 Outros Materiais de Distribuição Gratuita					
3.3.90.39.00.00.00.00.116500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.90.39.00.00.00.00.136500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.90.39.63.00.00.00.136500 Serviços Gráficos e Editoriais					
3.3.90.39.81.00.00.00.116500 Serviços Bancários					
4.4.90.00.00.00.00.00.116500 Aplicações Diretas					
4.4.90.00.00.00.00.00.136500 Aplicações Diretas					
4.4.90.52.00.00.00.00.136500 Equipamentos e Material Permanente					
4.4.90.52.06.00.00.00.136500 Equipamentos e Equipamentos de Comunicação					
4.4.90.52.12.00.00.00.136500 Aparelhos e Utensílios Domésticos					
4.4.90.52.35.00.00.00.136500 Equipamentos de Processamento de Dados					
4.4.90.52.42.00.00.00.136500 Mobiliário em Geral					
Total por Entidade:	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 38

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
01 PODER LEGISLATIVO	826.875,00	0,00	702.701,66	124.173,34
01.01 Câmara De Vereadores	826.875,00	0,00	702.701,66	124.173,34
0101.01 Legislativa	826.875,00	0,00	702.701,66	124.173,34
0101.01.031 Ação Legislativa	826.875,00	0,00	702.701,66	124.173,34
01.01.01.031.0101 PROCESSO LEGISLATIVO	826.875,00	0,00	702.701,66	124.173,34
01.01.01.031.0101.2.001 Manut. das Ativ. Legislativas	396.875,00	0,00	330.232,60	66.642,40
3.1.90.00.00.00.00.307000 Aplicacoes Diretas	220.000,00	0,00	216.718,90	3.281,10
3.1.90.11.00.00.00.307000 Vendimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			184.402,61	
3.1.90.11.01.00.00.307000 vendimentos e salários			184.402,61	
3.1.90.13.00.00.00.307000 Obrigações Patronais			32.316,29	
3.1.90.13.02.00.00.307000 Contribuições Previdenciárias - INSS			32.316,29	
3.3.90.00.00.00.00.307000 Aplicacoes Diretas	156.875,00	0,00	108.823,70	48.051,30
3.3.90.14.00.00.00.307000 Diárias - Civil			20.302,43	
3.3.90.14.14.00.00.307000 Diárias no País - Civil			20.302,43	
3.3.90.30.00.00.00.307000 Material de Consumo			6.862,47	
3.3.90.30.05.00.00.307000 Explosivos e Munições			3.033,37	
3.3.90.30.16.00.00.307000 Material de Expediente			3.277,60	
3.3.90.30.99.00.00.307000 Outros Materiais de Consumo			551,50	
3.3.90.33.00.00.00.307000 Passagens e Despesas com Locomocao			281,81	
3.3.90.33.01.00.00.307000 Passagens Para o País			281,81	
3.3.90.36.00.00.00.307000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			1.721,15	
3.3.90.36.22.00.00.307000 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			1.600,00	
3.3.90.36.27.00.00.307000 Serviços de Comunicação em Geral			121,15	
3.3.90.39.00.00.00.307000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			66.189,18	
3.3.90.39.11.00.00.307000 Locação de Softwares			19.080,72	
3.3.90.39.43.00.00.307000 Serviços de Energia Elétrica			1.554,15	
3.3.90.39.44.00.00.307000 Serviços de Água e Esgoto			1.215,93	
3.3.90.39.47.00.00.307000 Serviços de Comunicação em Geral			27.532,97	
3.3.90.39.48.00.00.307000 Serviços de Seleção e Treinamento			3.200,00	
3.3.90.40.00.00.00.307000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			13.605,41	
3.3.90.40.03.00.00.307000 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.			4.000,00	
3.3.90.40.03.00.00.307000 Hospedagem de sistemas			4.000,00	
3.3.90.46.00.00.00.307000 Auxílio-Alimentacao			7.396,66	
3.3.90.46.01.00.00.307000 Auxilio-Alimentação em Pecúnia			7.396,66	
3.3.90.92.00.00.00.307000 Despesas de Exercícios Anteriores			2.070,00	
3.3.90.92.39.00.00.307000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			2.070,00	
4.4.90.00.00.00.00.307000 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	4.690,00	15.310,00
4.4.90.52.00.00.00.307000 Equipamentos e Material Permanente			4.690,00	
4.4.90.52.35.00.00.307000 Equipamentos de Processamento de Dados			4.690,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 39

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 PODER LEGISLATIVO	826.875,00	0,00	826.875,00	702.701,66	124.173,34
01.01 Câmara De Vereadores	826.875,00	0,00	826.875,00	702.701,66	124.173,34
0101.01 Legislativa	826.875,00	0,00	826.875,00	702.701,66	124.173,34
0101.01.031 Ação Legislativa	826.875,00	0,00	826.875,00	702.701,66	124.173,34
01.01.01.031.0101 PROCESSO LEGISLATIVO	826.875,00	0,00	826.875,00	702.701,66	124.173,34
01.01.01.031.0101.2.002 Subsídio dos Vereadores	430.000,00	0,00	430.000,00	372.469,06	57.530,94
3.1.90.00.00.00.00.00.307000 Aplicações Diretas	430.000,00	0,00	430.000,00	372.469,06	57.530,94
3.1.90.11.00.00.00.00.307000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				298.200,05	
3.1.90.11.01.00.00.00.307000 Vencimentos e salários				298.200,05	
3.1.90.13.00.00.00.00.307000 Obrigações Patronais				74.269,01	
3.1.90.13.02.00.00.00.307000 Contribuições Previdenciárias - INSS				74.269,01	
Total por Entidade:	826.875,00	0,00	826.875,00	702.701,66	124.173,34
Total Geral:	22.985.369,90	0,00	22.985.369,90	17.635.503,46	5.349.866,44

Ibiam, 17/02/2021

Ivanir Zanin  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Anexo 12 - Balanço Orçamentário  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página: 1/3

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)		
RECEITAS CORRENTES (I)	15.660.000,00	15.660.000,00	15.327.039,66	-332.960,34		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	941.366,25	941.366,25	997.676,08	56.309,83		
Impostos	850.025,00	850.025,00	949.851,08	99.826,08		
Taxas	77.560,00	77.560,00	47.825,00	-29.735,00		
Contribuição de Melhoria	13.781,25	13.781,25	0,00	-13.781,25		
Contribuições	11.025,00	11.025,00	0,00	-11.025,00		
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	11.025,00	11.025,00	0,00	-11.025,00		
Receita Patrimonial	150.135,00	150.135,00	27.268,23	-122.866,77		
Valores Mobiliários	150.135,00	150.135,00	27.268,23	-122.866,77		
Receita Agropecuária	7.166,25	7.166,25	0,00	-7.166,25		
Receita de Serviços	96.263,75	96.263,75	133.809,18	37.545,43		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	94.263,75	94.263,75	133.809,18	39.545,43		
Outros Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00		
Transferências Correntes	14.390.255,00	14.390.255,00	14.135.600,12	-254.654,88		
Transferências da União e de suas Entidades	8.156.230,00	8.156.230,00	8.156.063,98	-166,02		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.134.025,00	5.134.025,00	4.913.248,20	-220.776,80		
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.100.000,00	1.100.000,00	1.066.287,94	-33.712,06		
Outras Receitas Correntes	63.788,75	63.788,75	32.686,05	-31.102,70		
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	18.742,50	18.742,50	7.602,04	-11.140,46		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	15.435,00	15.435,00	23.297,70	7.862,70		
Demais Receitas Correntes	29.611,25	29.611,25	1.786,31	-27.824,94		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	40.000,00	40.000,00	911.457,69	871.457,69		
Operações de Crédito	10.000,00	10.000,00	514.116,69	504.116,69		
Operações de Crédito - Mercado Interno	10.000,00	10.000,00	514.116,69	504.116,69		
Alienação de Bens	0,00	0,00	136.900,00	136.900,00		
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	136.900,00	136.900,00		
Transferências de Capital	30.000,00	30.000,00	260.441,00	230.441,00		
Transferências da União e de suas Entidades	15.000,00	15.000,00	260.441,00	245.441,00		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.000,00	15.000,00	0,00	-15.000,00		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.700.000,00	15.700.000,00	16.238.497,35	538.497,35		
Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.700.000,00	15.700.000,00	16.238.497,35	538.497,35		
Déficit (VI)	-	6.458.494,90	694.304,45	-		
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.700.000,00	22.158.494,90	16.932.801,80	-5.225.693,10		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	3.361.411,59	3.361.411,59	-		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	0,00	-		
Superávit Financeiro	-	3.361.411,59	3.361.411,59	-		
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.250.734,15	15.109.422,73	12.212.913,79	12.157.192,35	12.146.628,74	2.896.508,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.444.753,75	7.771.678,18	7.248.040,17	7.248.040,17	7.248.040,17	523.638,01
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	50.000,00	22.117,98	22.117,98	19.630,70	27.882,02
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	6.755.980,40	7.287.744,55	4.942.755,64	4.887.034,20	4.878.957,87	2.344.988,91
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	610.390,85	7.037.072,17	4.719.888,01	2.183.686,16	2.183.686,16	2.317.184,16
INVESTIMENTOS	587.890,85	7.014.572,17	4.719.888,01	2.183.686,16	2.183.686,16	2.294.684,16



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página: 2/3

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
INVERSOES FINANCEIRAS	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Reserva de Contingência (X)	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
RESERVA DO RPPS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VII + IX + X)</b>	<b>14.873.125,00</b>	<b>22.158.494,90</b>	<b>16.932.801,80</b>	<b>14.340.878,51</b>	<b>14.330.314,90</b>	<b>5.225.693,10</b>
Amortização da Dívida / Refinanciamento ( XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII)= (XI+ XII)</b>	<b>14.873.125,00</b>	<b>22.158.494,90</b>	<b>16.932.801,80</b>	<b>14.340.878,51</b>	<b>14.330.314,90</b>	<b>5.225.693,10</b>
Superávit ( XIV)	826.875,00	-	-	-	-	0,00
<b>TOTAL ( XV) = ( XIII + XIV)</b>	<b>15.700.000,00</b>	<b>22.158.494,90</b>	<b>16.932.801,80</b>	<b>14.340.878,51</b>	<b>14.330.314,90</b>	<b>5.225.693,10</b>
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:**

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	1.427,00	199.218,79	108.792,27	108.792,27	84.545,07	7.308,45
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTE:	1.427,00	199.218,79	108.792,27	108.792,27	84.545,07	7.308,45
DESPESAS DE CAPITAL	20.164,46	494.623,97	389.710,92	337.112,45	120.073,69	57.602,29
INVESTIMENTOS	20.164,46	494.623,97	389.710,92	337.112,45	120.073,69	57.602,29
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>21.591,46</b>	<b>693.842,76</b>	<b>498.503,19</b>	<b>445.904,72</b>	<b>204.618,76</b>	<b>64.910,74</b>

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:**

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	75.235,94	75.235,94	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	75.235,94	75.235,94	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.189,36	2.012,12	1.511,78	0,00	5.689,70
INVESTIMENTOS	5.189,36	2.012,12	1.511,78	0,00	5.689,70
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 3/3

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			(e) = (a+b-c-d)
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.189,36	77.248,06	76.747,72	0,00	5.689,70

Ibiam, 17/02/2021

Ivanir Zanin  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

EXERCÍCIO 2020  
 PERÍODO (MÊS): Janeiro a Dezembro  
 DATA DE EMISSÃO: 17/02/2021  
 PÁGINA: 1

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>16.238.497,35</b>	<b>Despesas Orçamentária (VII)</b>	<b>17.635.503,46</b>
Ordinária	12.383.081,75	Ordinária	13.377.962,67
Vinculada	3.855.415,60	Vinculada	4.257.540,79
Alienação de Bens - Saúde	2.135,13	Alienação de Bens - Saúde	2.135,13
Alienções de Bens destinados a Outros Programas	134.991,53	Alienções de Bens destinados a Outros Programas	133.500,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	6.587,86	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	3.866,43
Convênio de Trânsito - Civil	2.281,98	Convênio de Trânsito - Civil	2.392,25
Convênio de Trânsito - Militar	2.280,61	Convênio de Trânsito - Militar	2.131,27
Convênio de Trânsito - Prefeitura	3.046,90	Convênio de Trânsito - Prefeitura	1.722,27
Emendas Parlamentares Individual com Finalidade Definida	100.000,00	Emendas Parlamentares Individual com Finalidade Definida	100.000,00
Fundeb 60%	1.066.732,44	Fundeb 60%	1.035.193,98
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financieira p/ Exploração de	115.328,26	Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financieira p/ Exploração de	95.846,30
Operação de Crédito	514.287,71	Operação de Crédito	514.116,69
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educaçã	18.483,75	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educaçã	18.483,17
Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	576.084,99	Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	576.084,99
Salário-Educação	103.503,75	Salário-Educação	60.028,66
Transf. FNDE - PNAE	77.229,79	Superavit CIDE	30.638,80
Transf. FNDE - PNATE	32.633,40	SUPERAVIT CONV. SAUDE-UNIAO	19.399,95
Transferências de Convênios - União/Educação	65,33	Superavit Convênio Educação União	34.712,57
Transferências de Convênios - União/Saúde	238.750,02	Superavit Exercício Anterior - Recursos PNAE	590,34
Transferências de Convênios - Estado/Educação	535,41	Superavit FEP	41.861,89
Transferências de Convênios - Estado/Saúde	11.880,20	Superavit Finan. Recursos SUS Estado	22.766,31
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	107.254,43	Superavit Financeiro Recursos FNAS União	23.287,37
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	137.946,12	Superavit Financeiro Recursos SUS União	324.384,44
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	586.011,02	superavit recursos sus	40.711,52
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	67.963,46	superavit salário educação	366,32
Transferências Legais para o desenvolvimento da Educação	0,51	Superavit Conv. Pol. Civil	700,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>2.276.900,66</b>	Transf. de recursos do Ple-Sal	377.997,96
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.276.900,66	Transf. FNDE - PNAE	25.769,58
<b>Interferências Financeiras (III)</b>	<b>827.077,55</b>	Transferências de Convênios - União/Educação	90,16
DESINCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS A RECEBER (FINANCEIRO)	202,55	Transferências de Convênios - União/Saúde	238.927,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA -	826.875,00	Transferências de Convênios - Estado/Educação	528,47
<b>Recebimentos Extraorçamentários (IV)</b>	<b>4.193.328,25</b>	Transferências do Sistema Único de Assistência Social	6.941,09
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.591.933,29	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	3.406,35
Inscrição de Restos a Pagar Processados	10.563,61	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	59.060,08
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES ACURTO PRAZO	26.387,05	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	421.256,89
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.563.854,30	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	38.611,56
<b>Saldo do Exercício Anterior (V)</b>	<b>4.571.523,12</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VIII)</b>	<b>2.979.302,32</b>
BANCOS C/ MOVIMENTO	3.306.943,36	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.979.302,32
BANCOS C/ VINCULADAS	1.264.579,76	<b>Interferências Financeiras Concedidas (IX)</b>	<b>124.375,89</b>
<b>TOTAL (VI) = (III+IV+V)</b>	<b>28.107.026,93</b>	DESINCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS A RECEBER (FINANCEIRO)	202,55
		Devolução Saldo Duodécimo	124.173,34
		<b>Pagamentos Extraorçamentários (X)</b>	<b>2.116.811,81</b>
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	445.904,72
		RP PROCESSADOS PAGOS	76.747,72
		DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	26.987,05
		DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.567.172,32
		<b>Saldo para o Exercício Seguinte (XI)</b>	<b>5.251.033,45</b>
		BANCO C/ MOVIMENTO	4.307.705,71



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>		<b>EXERCÍCIO 2020</b>	
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM</b>		<b>PERÍODO (MÊS): Janeiro A. Dezembro</b>	
<b>BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13</b>		<b>DATA DE EMISSÃO: 17/02/2021</b>	
<b>Administração Direta, Indireta e Fundacional</b>		<b>PÁGINA: 2</b>	
INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
		Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	5.251.033,45
		BANCOS C/ VINCULADAS	943.327,74
		TOTAL (XII) = (VI)+(VII)+(X+XI)	28.107.026,93

Ibiã, 17/02/2021

Ivair Zartm

Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O-4



Betha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE	6.360.732,82	PASSIVO CIRCULANTE	1.068.005,10
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.251.033,45	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	915.435,45
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.092.189,64	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	2.487,28
DEBÍTOS E VALORES A CURTO PRAZO	17.508,53	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	66.384,50
ATIVO NÃO CIRCULANTE	18.228.075,26	DEBÍTOS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	83.717,87
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	67.128,80	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	514.116,69
IMOBILIZADO	18.260.946,46	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	514.116,69
		TOTAL DO PASSIVO	1.582.121,79
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
		RESULTADOS ACUMULADOS	23.106.686,09
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.165.777,84
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	21.942.747,75
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-1.839,50
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.106.686,09
TOTAL	24.688.807,88	TOTAL	24.688.807,88



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página: 2

ATIVO FINANCEIRO		Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO		5.257.433,11	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	97.717,85
ATIVO CIRCULANTE		5.257.433,11	PASSIVO CIRCULANTE	97.717,85
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.257.033,45	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	2.487,28
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		6.399,66	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	66.364,50
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	28.865,87
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO		5.257.433,11	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.591.923,29
			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	12.312,27
			TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	2.701.953,21
ATIVO PERMANENTE		Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO		19.431.374,77	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.484.404,14
ATIVO CIRCULANTE		1.103.299,51	PASSIVO CIRCULANTE	970.287,45
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		1.092.189,64	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	915.435,45
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		11.109,87	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	54.852,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		18.328.075,26	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	514.116,69
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		67.128,80	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	514.116,69
IMOBILIZADO		18.260.946,46		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE		19.431.374,77	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	1.484.404,14
SALDO PATRIMONIAL				20.502.490,53

COMPENSAÇÕES		Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS		1.944.883,31	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	8.181.192,88
TOTAL		1.944.883,31	TOTAL	8.181.192,88
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL				
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			EXERCÍCIO ATUAL	
ORDINÁRIA			1.880.977,69	
VINCULADA			674.502,21	
0088 - Alienação Bens Móveis - Saúde			0,00	
1107 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE			2.726,05	
1110 - Convênio de Trânsito - Militar			149,34	
1111 - Convênio de Trânsito - Civil			175,69	
1112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura			2.355,27	
1118 - Fundeb 60%			31.538,46	
1131 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social			27,63	
1132 - Transferências de Convênios - União/Educação			0,00	
1133 - Transferências de Convênios - União/Saúde			6,94	
1134 - Transferências de Convênios - União/Outros			0,00	
1135 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social			175.259,41	



Betha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

## DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
1136 - Salário-Educação	43.475,09
1137 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	777,05
1138 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	224.647,43
1139 - Fundo Especial do Petróleo e Transf./de Comp.Financeira p/ Exploração de Recursos	19.480,96
1142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	0,00
1143 - Transf. FNDE - PNAE	1.460,21
1144 - Transf. FNDE - PNATE	32.633,40
1150 - Transf. de recursos do Pré-Sal	9.723,75
1162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	4.982,03
1165 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	91.082,05
1166 - Transferências Legais para o desenvolvimento da Educação	0,51
1167 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	29.374,55
1178 - Emendas Parlamentares Individual com Finalidade Definida	0,00
1183 - Operacao de Credito	161,48
1188 - Alienação de Bens - Saúde	0,00
1189 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	1.491,53
1307 - Superavit CIDE	0,00
1311 - Superavit. Conv. Pol. Civil	0,00
1332 - Superavit Convênio Educação União	0,00
1333 - SUPERAVIT CONV. SAUDE-UNIAO	0,00
1335 - Superavit Financeiro Recursos FMS União	1.717,85
1336 - superavit salário educação	0,00
1337 - Superavit Exercício Anterior - Recursos PNAE	0,00
1338 - Superavit Financeiro Recursos SUS União	645,62
1339 - Superavit FEP	0,00
1350 - Transf. de recursos do Pré-Sal	0,00
1365 - superavit recursos suas	609,91
1367 - Superavit Finan. Recursos SUS Estado	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.555.479,90</b>

Ibiam, 17/02/2021

Ivanir Zanin  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
CPC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2020

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS**

	Exercício Atual
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>20.201.510,00</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	552.339,69
IMPOSTOS	502.303,80
TAXAS	50.035,89
CONTRIBUIÇÕES	1.786,31
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	1.786,31
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	105.502,04
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	105.502,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	34.360,81
JUROS E ENCARGOS DE MORA	7.092,58
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	27.268,23
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	18.484.136,55
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.276.600,66
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	16.207.535,89
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.023.384,60
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	128.395,46
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	894.989,14
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>19.035.732,16</b>
PESSOAL E ENCARGOS	7.557.801,75
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	7.215.354,23
ENCARGOS PATRONAIS	337.129,43
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	5.318,09
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	15.644,28
PENSÕES	15.644,28
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	5.350.325,40
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.935.689,78
SERVIÇOS	2.492.120,89
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	922.514,73
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	22.117,98
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	22.117,98
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	5.880.232,09
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.979.302,32
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.578.845,41
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	212.380,36
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	109.704,00
TRIBUTÁRIAS	196.799,86
CONTRIBUIÇÕES	196.799,86
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	12.810,80
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	12.810,80
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>1.165.777,84</b>

Ibiam, 17/02/2021

Ivanir Zanin  
 Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O-4



Exercício de 2020

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa - Anexo 16

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Autorizações			Saldo anterior em Circulação	Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant		Emissão	Resgate	
000641/20	15/05/2019	0	0,00	1.355.901,34	839.297,37	516.603,97
Totais:			0,00	1.355.901,34	839.297,37	516.603,97

Ibiam, 17/02/2021

Ivanir Zanin  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O-4



## ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Exercício 2020

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/2

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>797.871,64</b>	<b>2.599.999,62</b>	<b>727.271,20</b>	<b>2.670.600,06</b>
Restos a Pagar Não Processados	715.434,22	2.591.923,29	650.523,48	2.656.834,03
Restos a Pagar Processados	82.437,42	8.076,33	76.747,72	13.766,03
<b>SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR</b>	<b>0,00</b>	<b>22.117,98</b>	<b>19.630,70</b>	<b>2.487,28</b>
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	22.117,98	19.630,70	2.487,28
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>32.183,89</b>	<b>1.466.351,84</b>	<b>1.469.669,86</b>	<b>28.865,87</b>
Agemed fonte 00	0,00	2.713,71	2.713,71	0,00
Agemed fonte 01	0,00	922,56	922,56	0,00
Agemed fonte 02	0,00	1.510,14	1.510,14	0,00
Agemed fonte 18	0,00	526,16	526,16	0,00
CONSIG. BRADESCO - FONTE 00	3.064,09	139.250,35	139.279,02	3.035,42
CONSIG. BRADESCO - FONTE 01	6.203,31	42.764,45	45.302,45	3.665,31
CONSIG. BRADESCO - FONTE 02	0,00	39.762,68	39.225,48	537,20
CONSIG. BRADESCO - FONTE 1165	0,00	1.114,76	1.114,76	0,00
CONSIG. BRADESCO - FONTE 18	0,00	23.907,34	23.907,34	0,00
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 00	0,00	6.014,88	6.014,88	0,00
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 01	376,43	2.426,67	1.777,98	1.025,12
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 02	0,00	7.699,92	7.699,92	0,00
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 18	0,00	3.234,05	3.234,05	0,00
CONSIGNAÇÃO BRADESCO - FONTE 1138	0,00	420,25	420,25	0,00
CONSIGNAÇÃO CEF - FONTE 00	229,16	5.514,54	5.374,71	368,99
CONSIGNAÇÃO CEF - FONTE 01	1.685,30	10.111,75	10.954,40	842,65
CONSIGNAÇÃO CEF - FONTE 02	0,00	4.959,00	4.959,00	0,00
Despesas Procedimentos Medicos/Exames - Fonte 02	0,00	4.326,91	4.326,91	0,00
Despesas Procedimentos médicos/Exames Fonte 00	0,00	48,19	48,19	0,00
Despesas Procedimentos médicos/Exames Fonte 01	0,00	340,95	340,95	0,00
Despesas Procedimentos Médicos/Exames Fonte 01	0,00	1.712,83	1.712,83	0,00
Despesas Procedimentos médicos/Exames Fonte 02	0,00	48,19	48,19	0,00
Despesas Procedimentos Médicos/Exames Fonte 18	0,00	137,36	137,36	0,00
Despesas Procedimentos Médicos/Exames-Fonte 00	0,00	2.039,05	2.039,05	0,00
INSS FOLHA - FONTE 00	6.338,04	236.408,90	238.778,78	3.968,16
INSS FOLHA - FONTE 01	10.211,36	66.549,10	66.778,58	9.981,88
INSS FOLHA - FONTE 02	1.890,08	103.729,80	104.006,55	1.613,33
INSS FOLHA - FONTE 1138	0,00	11.374,19	11.374,19	0,00
INSS FOLHA - FONTE 1165	0,00	3.778,10	3.778,10	0,00
INSS FOLHA - FONTE 18	0,00	81.733,98	81.733,98	0,00
INSS PREST. DE SERV. - FONTE 01	0,00	163,61	163,61	0,00
INSS PREST. DE SERV. - FONTE 02	0,00	1.328,01	1.328,01	0,00
INSS PREST. DE SERV. - FONTE 1138	0,00	2.031,81	2.031,81	0,00
INSS PREST. SERV. - FONTE 00	871,22	43.427,38	44.298,60	0,00
INSS- Prest. Serviços- Fonte 83	0,00	5.655,29	5.655,29	0,00
INSS Prestação Serviços - Fonte 1167	0,00	989,88	989,88	0,00
IRRF - FONTE 1165	0,00	1.118,67	1.118,67	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 00	0,00	139.627,21	139.627,21	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 01	0,00	63.128,09	63.128,09	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 02	0,00	85.081,87	85.081,87	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 1138	0,00	39.815,91	39.815,91	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 18	0,00	92.421,71	92.421,71	0,00
IRRF PREST. DE SERV. - FONTE 02	0,00	682,69	682,69	0,00
IRRF PREST. SERV. - FONTE 00	0,00	1.495,03	1.495,03	0,00
IRRF PREST. SERV. - FONTE 1138	0,00	1.972,47	1.972,47	0,00
ISS - FONTE 1167	0,00	270,00	270,00	0,00
ISS- FONTE 1183	0,00	15.140,82	15.140,82	0,00
ISSQN - FONTE 00	0,00	162,08	162,08	0,00
ISSQN - FONTE 00	1.314,90	76.796,73	75.321,10	2.790,53
ISSQN - FONTE 01	0,00	120,00	120,00	0,00
ISSQN - FONTE 02	0,00	1.590,52	1.590,52	0,00
ISSQN - FONTE 1138	0,00	754,05	754,05	0,00



## ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Exercício 2020

## Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

## Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/2

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>32.183,89</b>	<b>1.466.351,84</b>	<b>1.469.669,86</b>	<b>28.865,87</b>
ISSQN FONTE 83	0,00	5.423,85	5.423,85	0,00
MULTA DE TRANSITO - FONTE 0	0,00	156,19	156,19	0,00
MULTAS DE TRANSITO - FONTE 02	0,00	237,36	237,36	0,00
PENSÃO ALIMENTICIA - FONTE 00	0,00	26.637,03	26.271,28	365,75
PENSÃO ALIMENTICIA - FONTE 01	0,00	418,00	418,00	0,00
PENSÃO ALIMENTICIA - FONTE 18	0,00	836,00	836,00	0,00
Pladisa - Fonte 01	0,00	11.441,51	10.769,98	671,53
Pladisa - Fonte 02	0,00	13.579,52	13.579,52	0,00
Pladisa - Fonte 18	0,00	3.323,52	3.323,52	0,00
Pladisa -Fonte 00	0,00	25.444,27	25.444,27	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>830.055,53</b>	<b>4.088.469,44</b>	<b>2.216.571,76</b>	<b>2.701.953,21</b>

Ibiam, 17/02/2021

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
 Exercício 2020  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página: 1

**FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

	<b>Exercício Atual</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>5.749.836,84</b>
Transferências recebidas	0,00
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	32.686,05
<b>OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS</b>	<b>5.717.150,79</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>18.868.856,46</b>
<b>PESSOAL E DEMAIS DESPESAS</b>	<b>10.715.384,72</b>
Administração	1.906.422,02
Agricultura	460.652,86
Assistência Social	385.692,92
Cultura	109.147,81
Desporto e Lazer	19.210,88
Educação	2.101.861,19
Encargos Especiais	316.644,81
Gestão Ambiental	0,00
Indústria	0,00
Legislativa	0,00
Previdência Social	587.533,31
Saneamento	106.677,70
Saúde	2.754.735,94
Segurança Pública	36.669,73
Transporte	1.558.698,00
Urbanismo	371.437,55
<b>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>	<b>19.630,70</b>
Outros Encargos da Dívida	19.630,70
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>217.718,36</b>
Intergovernamentais	66.000,00
a Municípios	60.000,00
a Consórcios Públicos	6.000,00
Outras Transferências Concedidas	151.718,36
<b>OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS</b>	<b>7.916.122,68</b>
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>-13.119.019,62</b>

**FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS**

	<b>Exercício Atual</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>2.407.281,35</b>
Aquisição de Ativos Não Circulante	313.527,19
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00
Outros Desembolsos de Investimentos	2.093.754,16
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-2.407.281,35</b>

**FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO**

	<b>Exercício Atual</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>0,00</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00
Outros Desembolsos de Financiamentos	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 2

**APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO**

	Exercício Atual
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-15.526.300,97
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	4.571.523,12
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.251.033,45



Betha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.183.082,44	0,00	22.183.082,44
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.839,50)	0,00	(1.839,50)
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.161.188,13	0,00	1.161.188,13
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.342.431,07	0,00	23.342.431,07



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			12.910.925,45
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			7.837.228,13
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		33.228,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	33.228,00		
3.1.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	33.228,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		7.804.000,13	
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	16.947,97		
3.1.90.03.01.00.00.00	Civis	15.644,28		
3.1.90.03.03.00.00.00	13º Salário - Pensionista Civil	1.303,69		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.947.771,82		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	5.541.700,49		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	406.071,33		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	1.446.501,09		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	14.393,79		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	1.432.107,30		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	52.371,68		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	52.371,68		
3.1.90.34.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal decorr.de Contr.de Terc	46.365,19		
3.1.90.34.01.00.00.00	Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)	46.365,19		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	294.042,38		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	209.646,18		
3.1.90.94.11.00.00.00	Licença-prêmio Convertida em Pecúnia	84.396,20		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			22.117,98
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		22.117,98	
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	22.117,98		
3.2.90.21.01.00.00.00	Juros da Dívida Contratada com Instituições Financ	22.117,98		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.051.579,34
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferências a Municípios		60.000,00	
3.3.40.41.00.00.00.00	Contribuições	60.000,00		
3.3.40.41.01.00.00.00	Despesa com Manut. de Outras Entid. de Direito Púb	60.000,00		
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		152.380,36	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	122.380,36		
3.3.50.41.02.00.00.00	Despesa com Manut. de Outras Entid. de Direito Priv	122.380,36		
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	30.000,00		
3.3.50.43.99.00.00.00	Outras Subvenções Sociais	30.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		15.624,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15.624,00		
3.3.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcio Público	15.624,00		
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos		28.052,88	
3.3.72.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	28.052,88		
3.3.72.39.50.00.00.00	Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laborat	28.052,88		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.526.996,35	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	29.049,12		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	29.049,12		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.787.748,94		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	330.593,15		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	9.115,50		
3.3.90.30.05.00.00.00	Explosivos e Munições	3.033,37		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	48.676,81		
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	422.487,54		
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	4.065,21		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	11.700,00		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	12.033,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	29.074,52		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.883,15		
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/ Uso Veterinário	528,66		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	552,50		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	2.367,43		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	29.444,46		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	29.288,50		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	71.064,26		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	3.369,50		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	14.462,90		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	36.048,40		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	4.039,00		
3.3.90.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	13.144,00		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	53.576,46		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	200.161,23		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	2.187,00		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	1.500,00		
3.3.90.30.51.00.00.00	Material/Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	424.639,88		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	6.146,66		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	22.565,85		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	103.183,28		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	2.907,00		
3.3.90.32.04.00.00.00	Sementes	12.800,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	87.476,28		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	1.706,81		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	281,81		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	1.425,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	130.414,31		
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	29.935,00		
3.3.90.36.22.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.600,00		
3.3.90.36.27.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	121,15		
3.3.90.36.45.00.00.00	Jetons a Conselheiros	81.659,66		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	17.098,50		
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	83.951,11		
3.3.90.37.07.00.00.00	Estagiários	83.951,11		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.989.347,83		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	2.400,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	296.000,36		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	759,93		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	188.784,64		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	7.987,50		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	2.470,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	8.586,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	87.401,05		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	1.360,00		
3.3.90.39.21.00.00.00	Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	39.336,46		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	900,00		
3.3.90.39.26.00.00.00	Serviços de Transporte Escolar	148.103,80		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	180.392,97		
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	540,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	88,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	181.863,67		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	18.727,13		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	58.972,67		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	28.850,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	230.129,04		
3.3.90.39.51.00.00.00	Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	7.264,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	10.849,35		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	13.318,54		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	58.286,44		
3.3.90.39.71.00.00.00	Confecção de Material de Acondicionamento e Embal	54,60		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	2.639,89		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	66.610,00		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	29.614,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	59.625,97		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	35.145,04		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	1.263,00		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	16.624,71		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	204.399,07		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	20.785,00		
3.3.90.40.03.00.00.00	Hospedagem de sistemas	4.000,00		
3.3.90.40.99.00.00.00	Outros serviços de tecn. da informação e comun.	16.785,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentacao	7.396,66		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	7.396,66		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	196.799,86		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	168.954,48		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	27.845,38		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	163.475,60		
3.3.90.91.31.00.00.00	Outros Precatórios Relativos a Despesas de Pessoal	128.209,89		
3.3.90.91.99.00.00.00	Diversas Sentenças	35.265,71		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	2.070,00		
3.3.90.92.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.070,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	11.067,83		
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	4.177,96		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	6.889,87		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		268.525,75	
3.3.93.30.00.00.00.00	Material de Consumo	74.771,48		
3.3.93.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	74.771,48		
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	193.754,27		
3.3.93.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laborat	142.278,87		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	51.475,40		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			4.724.578,01
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			4.724.578,01
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		6.000,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		4.718.578,01	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	3.940.468,61		
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	81.510,87		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	2.221.454,37		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	1.637.503,37		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	778.109,40		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	6.940,00		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	35.020,17		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	7.123,29		
4.4.90.52.26.00.00.00	Instrumentos Musicais e Artísticos	6.180,00		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	990,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	1.428,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	20.021,64		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	73.627,78		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	637,40		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	415.760,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	54.481,12		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	155.900,00		
			Total:	17.635.503,46

Ibiam, 17/02/2021

Ivanir Zanin  
 Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O-4



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete Do Prefeito E Vice-prefeito

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			402.040,94
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			392.692,47
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	355.455,64		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	344.045,55		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	11.410,09		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	37.236,83		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.236,83		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			9.348,47
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Civil		615,97	
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil		615,97	
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo		7.030,96	
3.3.90.30.01.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos		5.954,96	
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos		1.076,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		1.701,54	
3.3.90.39.15.00.00	Limpeza de Veículos		503,00	
3.3.90.39.19.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos		1.069,80	
3.3.90.39.69.00.00	seguros em Geral		5,21	
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		123,53	

Total da Unidade:

402.040,94



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIADO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 02 - Sec. de Administração e Fazenda

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.943.390,15
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			968.538,76
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		19.500,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.500,00		
3.1.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.500,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		949.038,76	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	816.414,90		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	754.135,21		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	62.279,69		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	488,22		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	488,22		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	132.135,64		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	64.648,92		
3.1.90.94.11.00.00.00	Licença-prêmio Convertida em Pecúnia	67.486,72		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			974.851,39
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios		60.000,00	
3.3.40.41.00.00.00.00	Contribuicoes	60.000,00		
3.3.40.41.01.00.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Púb	60.000,00		
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		122.380,36	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuicoes	122.380,36		
3.3.50.41.02.00.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv	122.380,36		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		10.140,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	10.140,00		
3.3.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcio Público	10.140,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		735.084,15	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	923,94		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	923,94		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	41.681,96		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	4.853,27		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	1.885,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	1.842,42		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	7.649,95		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	962,19		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	3.558,96		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	321,00		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	9.216,00		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	1.180,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	3.642,72		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	1.107,00		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	1.500,00		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	596,95		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	3.366,50		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.100,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.100,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	83.951,11		
3.3.90.37.07.00.00.00	Estagiários	83.951,11		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	568.002,69		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	2.400,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	228.633,36		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	759,93		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	156.945,52		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	767,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.570,00		



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 02 - Sec. de Administração e Fazenda

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	12.979,92		
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	540,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	14.105,92		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	1.709,55		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	24.951,24		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	1.420,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	7.455,31		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	14.758,86		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	2.402,53		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	1.980,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	57.681,44		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	15.974,20		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	2.041,38		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	18.926,53		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	16.785,00		
3.3.90.40.99.00.00.00	Outros serviços de tecn. da informação e comun.	16.785,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	4.407,16		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	4.407,16		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	11.000,00		
3.3.90.91.99.00.00.00	Diversas Sentenças	11.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	6.232,29		
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	4.177,96		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	2.054,33		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		47.246,88	
3.3.93.30.00.00.00.00	Material de Consumo	12.995,88		
3.3.93.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	12.995,88		
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	34.251,00		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	34.251,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			89.438,77
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			89.438,77
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		6.000,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		83.438,77	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83.438,77		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	990,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1.148,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	1.368,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	5.032,77		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	74.900,00		
Total da Unidade:				2.032.828,92





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 4

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 03 - Sec. De Agricultura E Meio Ambiente

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			527.019,86
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			328.586,03
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		328.586,03	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	312.296,76		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	287.408,74		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	24.888,02		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	5.621,82		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	5.621,82		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	10.667,45		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	10.667,45		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			198.433,83
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		198.433,83	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	86.204,07		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	64.488,43		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	1.117,20		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	1.500,00		
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/Use Veterinário	528,66		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	142,50		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	539,50		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	17.887,78		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	22.775,00		
3.3.90.32.04.00.00.00	Sementes	12.800,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	9.975,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	84.619,22		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	1.123,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	9.946,63		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	2.300,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	875,76		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	27.634,00		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	1.263,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	41.476,83		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	4.835,54		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	4.835,54		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			413.280,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			413.280,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		413.280,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	413.280,00		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	413.280,00		
Total da Unidade:				940.299,86



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIADO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 04 - Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.191.028,90
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			703.486,84
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		703.486,84	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	654.592,57		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	602.067,96		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	52.524,61		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	30.669,11		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	30.669,11		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas	18.225,16		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	18.225,16		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.487.542,06
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.408.542,06	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	861.624,26		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	193.782,94		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	220,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	219,00		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	11.700,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	156,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	58,90		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	16,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	64.434,99		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	1.452,00		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	4.039,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	158.202,55		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	300,00		
3.3.90.30.51.00.00.00	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	424.639,88		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	2.403,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	1.020,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	1.020,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	506.725,07		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	1.544,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	36.004,36		
3.3.90.39.21.00.00.00	Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	39.336,46		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	164.650,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	88,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	128.747,64		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	2.922,90		
3.3.90.39.51.00.00.00	Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	7.264,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.305,18		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	5.839,56		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	66.610,00		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	506,76		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	51.906,21		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	14.907,02		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	1.198,10		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	13.708,92		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	24.265,71		
3.3.90.91.99.00.00.00	Diversas Sentenças	24.265,71		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		79.000,00	
3.3.93.30.00.00.00.00	Material de Consumo	61.775,60		
3.3.93.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	61.775,60		
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17.224,40		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17.224,40		



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 6

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 04 - Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			3.848.692,86
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			3.848.692,86
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.848.692,86	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	3.846.052,86		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	2.208.549,49		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	1.637.503,37		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	2.640,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1.880,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	760,00		
Total da Unidade:				6.039.721,76



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 7

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIADO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 05 - Sec. Mun. De Educação

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.543.122,15
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.109.432,80
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.109.432,80	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.657.748,18		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	1.530.521,31		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	127.226,87		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	398.478,89		
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	398.478,89		
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	476,41		
3.1.90.16.44.00.00	Serviços Extraordinários	476,41		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	52.729,32		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	36.441,84		
3.1.90.94.11.00.00	Licença-prêmio Convertida em Pecúnia	16.287,48		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			433.689,35
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		30.000,00	
3.3.50.43.00.00.00	Subvencoes Sociais	30.000,00		
3.3.50.43.99.00.00	Outras Subvenções Sociais	30.000,00		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		403.689,35	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Civil	307,98		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	307,98		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	132.823,95		
3.3.90.30.01.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	10.093,55		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	1.443,30		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	41.616,95		
3.3.90.30.14.00.00	Material Educativo e Esportivo	12.033,00		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	11.563,62		
3.3.90.30.19.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	325,00		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	368,68		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	6.524,37		
3.3.90.30.23.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	24.593,50		
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	5.364,60		
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	3.000,00		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	4.518,38		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	11.379,00		
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	2.907,00		
3.3.90.32.03.00.00	Gêneros Alimentícios	2.907,00		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	267.650,42		
3.3.90.39.05.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	23.880,00		
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	4.620,00		
3.3.90.39.15.00.00	Limpeza de Veículos	734,00		
3.3.90.39.17.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.620,00		
3.3.90.39.19.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	4.934,40		
3.3.90.39.20.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	1.360,00		
3.3.90.39.26.00.00	Serviços de Transporte Escolar	148.103,80		
3.3.90.39.43.00.00	Serviços de Energia Elétrica	17.812,49		
3.3.90.39.44.00.00	Serviços de Água e Esgoto	4.893,98		
3.3.90.39.48.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	25.050,00		
3.3.90.39.63.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	334,80		
3.3.90.39.64.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.437,59		
3.3.90.39.69.00.00	seguros em Geral	18.107,32		
3.3.90.39.81.00.00	Serviços Bancários	574,75		
3.3.90.39.83.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	11.518,72		
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	2.668,57		



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 05 - Sec. Mun. De Educação

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			105.067,76
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			105.067,76
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	81.515,75	105.067,76	
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	81.510,87		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	4,88		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	23.552,01		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	2.607,06		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	2.280,00		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	448,95		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	18.216,00		
Total da Unidade:				2.648.189,91



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 9

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 06 - Sec. Mun. De Assist. Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			333.802,91
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			229.117,07
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		229.117,07	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	222.256,40		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	208.483,88		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	13.772,52		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	22,50		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	22,50		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	6.838,17		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	6.838,17		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			104.685,84
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		104.685,84	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	5.159,05		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	1.127,87		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	2.960,31		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	65,98		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	224,55		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	227,50		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	186,25		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	28,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	338,59		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	81.659,66		
3.3.90.36.45.00.00.00	Jetons a Conselheiros	81.659,66		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	3.730,67		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	118,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	370,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.117,46		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	985,21		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.140,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	14.136,46		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	14.136,46		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.349,99
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			5.349,99
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.349,99	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.349,99		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	976,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	3.425,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	948,99		
Total da Unidade:				339.152,90



**Betha Sistemas**  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 10

## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 07 - Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			130.014,47
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			92.265,47
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	83.301,09		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	75.714,92		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	7.586,17		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	8.964,38		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	8.964,38		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			37.749,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	10.909,00	37.749,00	
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	10.909,00		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	26.840,00		
3.3.90.39.05.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	20.850,00		
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.990,00		
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.217,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			5.217,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.217,00	5.217,00	
4.4.90.52.35.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	5.217,00		
Total da Unidade:				135.231,47



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 08 - Sec. Da Ind. Com. Turismo E Serviços

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			9.582,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			9.582,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		9.582,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	9.582,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Servicos Técnicos Profissionais	9.582,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			12.900,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			12.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		12.900,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	12.900,00		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	12.900,00		
Total da Unidade:				22.482,00



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 10 - Fundo M. Da Infância E Adolescência

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.425,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.425,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.425,00	
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	1.425,00		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	1.425,00		
Total da Unidade:				1.425,00



**Betha Sistemas**

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 11 - Previdência Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			604.307,47
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			604.307,47
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	604.307,47	604.307,47	
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	7.195,20		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	597.112,27		
			Total da Unidade:	604.307,47



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 14

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 12 - Encargos Gerais do Município

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			330.625,06
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			16.947,97
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensoes	16.947,97	16.947,97	
3.1.90.03.01.00.00.00	Civis	15.644,28		
3.1.90.03.03.00.00.00	13º Salário - Pensionista Civil	1.303,69		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			22.117,98
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	22.117,98	22.117,98	
3.2.90.21.01.00.00.00	Juros da Dívida Contratada com Instituições Financeiras	22.117,98		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			291.559,11
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		291.559,11	
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	163.349,22		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	163.349,22		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	128.209,89		
3.3.90.91.31.00.00.00	Outros Precatórios Relativos a Despesas de Pessoal	128.209,89		
Total da Unidade:				330.625,06
Total do Órgão:				13.496.305,29
Total da Entidade:				13.496.305,29



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 15

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Da Saude

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.069.387,73
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.756.296,91
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		13.728,00	
3.1.71.70.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.728,00		
3.1.71.70.01.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.728,00		
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.742.568,91	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.331.231,33		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	1.230.987,22		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	100.244,11		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	326.342,91		
3.1.90.13.01.00.00	FGTS	5.621,06		
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	320.721,85		
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.093,62		
3.1.90.16.44.00.00	Serviços Extraordinários	15.093,62		
3.1.90.34.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal decorr. de Contr. de Terc	46.365,19		
3.1.90.34.01.00.00	Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)	46.365,19		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	23.535,86		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	22.913,86		
3.1.90.94.11.00.00	Licença-prêmio Convertida em Pecúnia	622,00		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.313.090,82
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		5.484,00	
3.3.71.70.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	5.484,00		
3.3.71.70.01.00.00	Participação em Consórcio Público	5.484,00		
3.3.72.00.00.00.00	Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos		28.052,88	
3.3.72.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	28.052,88		
3.3.72.39.50.00.00	Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laborat	28.052,88		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.137.275,07	
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	6.898,80		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	6.898,80		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	627.390,04		
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	50.292,13		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	4.450,00		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	409,34		
3.3.90.30.09.00.00	Material Farmacológico	422.487,54		
3.3.90.30.10.00.00	Material Odontológico	4.065,21		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	4.861,37		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	69,95		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	15.638,80		
3.3.90.30.23.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	4.695,00		
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	943,67		
3.3.90.30.25.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	3.227,00		
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	525,90		
3.3.90.30.28.00.00	Material de Proteção e Segurança	24.840,90		
3.3.90.30.35.00.00	Material Laboratorial	13.144,00		
3.3.90.30.36.00.00	Material Hospitalar	52.396,46		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	14.147,21		
3.3.90.30.44.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	780,00		
3.3.90.30.96.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	5.549,71		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	4.865,85		
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	30.478,08		
3.3.90.32.99.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	30.478,08		
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	44.933,50		
3.3.90.36.06.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	29.935,00		



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 16

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Da Saude

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	14.998,50		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	427.574,65		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	9.540,00		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	3.163,50		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	2.470,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	4.256,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	22.213,94		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	900,00		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	15.742,97		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	19.643,47		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	7.984,77		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	6.488,46		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	230.129,04		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	1.684,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	3,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	17.709,31		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	237,36		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.108,52		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	4.100,74		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	14.583,33		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	65.616,24		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		142.278,87	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	142.278,87		
3.3.93.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laborat	142.278,87		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			208.068,34
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			208.068,34
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		208.068,34	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	208.068,34		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	5.682,00		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	35.020,17		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	1.428,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	14.386,58		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	39.907,78		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	188,45		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	2.480,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	27.975,36		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veiculos de Tração Mecânica	81.000,00		
Total da Unidade:				3.277.456,07
Total do Órgão:				3.277.456,07
Total da Entidade:				3.277.456,07



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 17

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal de Assistencia Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			127.167,15
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			46.368,38
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		46.368,38	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	31.872,29		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	25.733,04		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	6.139,25		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	10.786,52		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	1.577,53		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	9.208,99		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	3.709,57		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	3.709,57		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			80.798,77
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		80.798,77	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	8.063,18		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	1.628,79		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.658,60		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	721,46		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	3.706,33		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veiculos	348,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	46.003,20		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	46.003,20		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	26.732,39		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	3.515,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	8.138,40		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veiculos	35,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	770,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veiculos	252,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	600,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	5.110,55		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	2.000,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	5,21		
3.3.90.39.71.00.00.00	Confecção de Material de Acondicionamento e Embal	54,60		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	261,26		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	3.044,62		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	2.945,75		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			31.873,29
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			31.873,29
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		31.873,29	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	31.873,29		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	282,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensilios Domésticos	7.123,29		
4.4.90.52.26.00.00.00	Instrumentos Musicais e Artísticos	6.180,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	15.980,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	2.308,00		
Total da Unidade:				159.040,44
Total do Órgão:				159.040,44
Total da Entidade:				159.040,44



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 18

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 01 - PODER LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária: 01 - Camara De Vereadores

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			698.011,66
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			589.187,96
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		589.187,96	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	482.602,66		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	482.602,66		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	106.585,30		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	106.585,30		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			108.823,70
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		108.823,70	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	20.302,43		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	20.302,43		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	6.862,47		
3.3.90.30.05.00.00.00	Explosivos e Munições	3.033,37		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	3.277,60		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	551,50		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	281,81		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	281,81		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.721,15		
3.3.90.36.22.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.600,00		
3.3.90.36.27.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	121,15		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	66.189,18		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	19.080,72		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	1.554,15		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	1.215,93		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	27.532,97		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	3.200,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	13.605,41		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	4.000,00		
3.3.90.40.03.00.00.00	Hospedagem de sistemas	4.000,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	7.396,66		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	7.396,66		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	2.070,00		
3.3.90.92.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.070,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			4.690,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			4.690,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.690,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	4.690,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	4.690,00		
Total da Unidade:				702.701,66
Total do Órgão:				702.701,66
Total da Entidade:				702.701,66
TOTAL GERAL:				17.635.503,46

Ibiam, 17/02/2021

 Ivanir Zanin  
 Prefeito Municipal

 Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	RECEITAS			19.038.010,52
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Receitas Correntes			18.126.552,83
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.170.232,12	
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos		1.119.782,01	
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natu	440.487,98		
4.1.1.1.3.03.0.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	440.487,98		
4.1.1.1.3.03.1.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalhc	440.487,98		
4.1.1.1.3.03.1.1.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalh	440.487,98		
4.1.1.1.3.03.1.1.01.0.0.0.00	IRRF - Ordinarios	264.372,39		
4.1.1.1.3.03.1.1.02.0.0.0.00	IRRF - Educação	110.072,25		
4.1.1.1.3.03.1.1.03.0.0.0.00	IRRF - Saúde	66.043,34		
4.1.1.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	679.294,03		
4.1.1.1.8.01.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municí	432.526,37		
4.1.1.1.8.01.1.0.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urt	317.123,94		
4.1.1.1.8.01.1.1.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial L	287.635,48		
4.1.1.1.8.01.1.1.01.0.0.0.00	IPTU Receita - Ordinarios	172.581,95		
4.1.1.1.8.01.1.1.02.0.0.0.00	IPTU Receita - Educação	71.908,57		
4.1.1.1.8.01.1.1.03.0.0.0.00	IPTU Receita - Saude	43.144,96		
4.1.1.1.8.01.1.2.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial L	415,21		
4.1.1.1.8.01.1.2.01.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros - Ordinarios	249,40		
4.1.1.1.8.01.1.2.02.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros - Educação	103,68		
4.1.1.1.8.01.1.2.03.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros - Saúde	62,13		
4.1.1.1.8.01.1.3.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial L	18.818,38		
4.1.1.1.8.01.1.3.01.0.0.0.00	IPTU Rec. Divida Ativa - Ordinarios	11.291,54		
4.1.1.1.8.01.1.3.02.0.0.0.00	IPTU Rec. Divida Ativa - Educação	4.704,36		
4.1.1.1.8.01.1.3.03.0.0.0.00	IPTU Rec. Divida Ativa - Saúde	2.822,48		
4.1.1.1.8.01.1.4.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial L	10.254,87		
4.1.1.1.8.01.1.4.01.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	6.153,36		
4.1.1.1.8.01.1.4.02.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros Div. Ativa - Educação	2.563,51		
4.1.1.1.8.01.1.4.03.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	1.538,00		
4.1.1.1.8.01.4.0.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Im	115.402,43		
4.1.1.1.8.01.4.1.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens	115.402,43		
4.1.1.1.8.01.4.1.01.0.0.0.00	ITBI Receita - Ordinários	69.241,49		
4.1.1.1.8.01.4.1.02.0.0.0.00	ITBI Receita - Educação	28.850,60		
4.1.1.1.8.01.4.1.03.0.0.0.00	ITBI Receita - Saúde	17.310,34		
4.1.1.1.8.02.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadoria	246.767,66		
4.1.1.1.8.02.3.0.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	246.767,66		
4.1.1.1.8.02.3.1.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - P	242.849,20		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.0.0.0.00	ISS Receita - Ordinários	145.711,42		
4.1.1.1.8.02.3.1.02.0.0.0.00	ISS Receita - Educação	60.711,44		
4.1.1.1.8.02.3.1.03.0.0.0.00	ISS Receita - Saúde	36.426,34		
4.1.1.1.8.02.3.2.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - M	2.086,64		
4.1.1.1.8.02.3.2.01.0.0.0.00	ISS Multas/Juros - Ordinários	1.252,75		
4.1.1.1.8.02.3.2.02.0.0.0.00	ISS Multas/Juros - Educação	521,35		
4.1.1.1.8.02.3.2.03.0.0.0.00	ISS Multas/Juros - Saúde	312,54		
4.1.1.1.8.02.3.3.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - D	816,73		
4.1.1.1.8.02.3.3.01.0.0.0.00	ISS Rec. Div. Ativa - Ordinários	490,07		
4.1.1.1.8.02.3.3.02.0.0.0.00	ISS Rec. Div. Ativa - Educação	204,17		
4.1.1.1.8.02.3.3.03.0.0.0.00	ISS Rec. Div. Ativa - Saúde	122,49		
4.1.1.1.8.02.3.4.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - D	1.015,09		
4.1.1.1.8.02.3.4.01.0.0.0.00	ISS Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	609,07		
4.1.1.1.8.02.3.4.02.0.0.0.00	ISS Multas/Juros Div. Ativa - Educação	253,76		
4.1.1.1.8.02.3.4.03.0.0.0.00	ISS Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	152,26		
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas		50.450,11	
4.1.1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	36.045,37		
4.1.1.2.1.01.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	36.045,37		
4.1.1.2.1.01.1.0.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	36.045,37		
4.1.1.2.1.01.1.1.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	32.097,97		
4.1.1.2.1.01.1.2.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multi	404,10		
4.1.1.2.1.01.1.3.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Divic	2.268,13		
4.1.1.2.1.01.1.4.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Divic	1.275,17		
4.1.1.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	14.404,74		
4.1.1.2.2.01.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	14.404,74		
4.1.1.2.2.01.1.0.0.0.0.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	14.404,74		
4.1.1.2.2.01.1.1.0.0.0.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	12.934,57		



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.1.2.2.01.1.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	31,81		
4.1.1.2.2.01.1.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	976,78		
4.1.1.2.2.01.1.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa -	461,58		
4.1.3.0.0.0.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		27.268,23	
4.1.3.2.0.0.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		27.268,23	
4.1.3.2.1.0.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	27.268,23		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	27.268,23		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	27.268,23		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Rend. Recursos da Educação	29,17		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Rend. Recurso da Saúde	339,56		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.00.00	Rend. Ordinários	148,89		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Rend. CIDE	129,68		
4.1.3.2.1.00.1.1.11.00.00	Rend. Conv. Polícia Civil	1,37		
4.1.3.2.1.00.1.1.12.00.00	Rend. Conv. Tansito - Prefeitura	6,08		
4.1.3.2.1.00.1.1.18.00.00	Rend. Fundeb 60%	444,50		
4.1.3.2.1.00.1.1.22.00.00	Rend. Cof. Atenção Básica - Estado	103,96		
4.1.3.2.1.00.1.1.23.00.00	Rend. Cof. Assist. Farm. Básica - Estado	27,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.27.00.00	Rend. PNAE	33,39		
4.1.3.2.1.00.1.1.28.00.00	Rend. PNATE	38,88		
4.1.3.2.1.00.1.1.32.00.00	Rend. Conv. Educação - União	65,33		
4.1.3.2.1.00.1.1.33.00.00	Rend. Conv. da Saúde - União	535,41		
4.1.3.2.1.00.1.1.34.00.00	Rend. Conv. Outros - União	0,02		
4.1.3.2.1.00.1.1.35.00.00	Rend. Bloco PSB - SCV	50,82		
4.1.3.2.1.00.1.1.36.00.00	Rend. Salário Educação	79,91		
4.1.3.2.1.00.1.1.37.00.00	Rend. Bloco GSUAS	17,40		
4.1.3.2.1.00.1.1.38.00.00	Rend. Bloco GBF	133,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.39.00.00	Rend. Benefícios Eventuais - Social/Estado	3,75		
4.1.3.2.1.00.1.1.40.00.00	Rend. Proteção Social Básica - Social/Estado	317,34		
4.1.3.2.1.00.1.1.62.00.00	Rend. Conv. Educação - Estado	0,20		
4.1.3.2.1.00.1.1.66.00.00	Rend. Transf. Educação - Estado	0,51		
4.1.3.2.1.00.1.1.70.00.00	Rend. Bloco Atenção Basica	1.669,11		
4.1.3.2.1.00.1.1.83.00.00	Rendimentos Operação de Credito	171,02		
4.1.3.2.1.00.1.1.88.00.00	Rend. Alienação de Bens - Saúde	135,13		
4.1.3.2.1.00.1.1.89.00.00	Rend. Alienação de Bens - Outros	91,53		
4.1.3.2.1.00.1.1.94.00.00	Rend. FNDE Outras Transferencias	0,59		
4.1.3.2.1.00.1.1.99.00.00	Rend. Ordinários	20.404,29		
4.1.6.0.0.0.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		133.817,40	
4.1.6.1.0.0.0.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		133.817,40	
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	133.817,40		
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	133.817,40		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Pr	77.731,96		
4.1.6.1.0.01.1.2.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Mt	701,32		
4.1.6.1.0.01.1.3.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	46.209,84		
4.1.6.1.0.01.1.4.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	9.174,28		
4.1.7.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		16.714.445,53	
4.1.7.1.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		9.566.106,69	
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Especifica E/M	9.566.106,69		
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	7.685.106,27		
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.046.317,58		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.046.317,58		
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	FPM - Ordinários	3.029.916,55		
4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	FPM - Educação	2.466.211,15		
4.1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	FPM - Saúde	1.550.189,88		
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	317.086,89		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	317.086,89		
4.1.7.1.8.01.3.1.01.00.00	FPM 1% Dezembro - Ordinários	190.252,14		
4.1.7.1.8.01.3.1.02.00.00	FPM 1% Dezembro - Educação	79.271,72		
4.1.7.1.8.01.3.1.03.00.00	FPM 1% Dezembro - Saúde	47.563,03		
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	317.762,93		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	317.762,93		
4.1.7.1.8.01.4.1.01.00.00	FPM 1% Julho - Ordinários	190.657,76		
4.1.7.1.8.01.4.1.02.00.00	FPM 1% Julho - Educação	79.440,73		
4.1.7.1.8.01.4.1.03.00.00	FPM 1% Julho - Saúde	47.664,44		
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territori	3.938,87		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territ	3.938,87		



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 3

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	ITR - Ordinários	2.363,32		
4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	ITR - Educação	984,74		
4.1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	ITR - Saúde	590,81		
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Explc	113.367,52		
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	113.367,52		
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	113.367,52		
4.1.7.1.8.02.6.1.01.00.00	FEP	113.367,52		
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saú	414.555,65		
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básic	351.705,56		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de S	351.705,56		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	Transf. Rec. SUS - Atenção Básica	351.705,56		
4.1.7.1.8.03.2.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de M	28.714,94		
4.1.7.1.8.03.2.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de	28.714,94		
4.1.7.1.8.03.2.1.01.00.00	Transf. Recursos do SUS - MAC	28.714,94		
4.1.7.1.8.03.3.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em	22.588,87		
4.1.7.1.8.03.3.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância er	22.588,87		
4.1.7.1.8.03.3.1.01.00.00	Transf. Rec. SUS - Vigilância em Saúde	22.588,87		
4.1.7.1.8.03.4.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Fz	11.546,28		
4.1.7.1.8.03.4.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Assistência	11.546,28		
4.1.7.1.8.03.4.1.01.00.00	Transf. Rec. SUS - Assistência Farmaceutica	11.546,28		
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do De	163.481,92		
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	103.423,84		
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	103.423,84		
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prog	27.196,40		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prc	27.196,40		
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prog	32.594,52		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prc	32.594,52		
4.1.7.1.8.05.9.0.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional de	267,16		
4.1.7.1.8.05.9.1.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional	267,16		
4.1.7.1.8.12.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	106.724,56		
4.1.7.1.8.12.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de /	106.724,56		
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de	106.724,56		
4.1.7.1.8.12.1.1.19.00.00	Transf do FNAS Covid-19	48.000,00		
4.1.7.1.8.12.1.1.35.00.00	PSB - SCFV	1.430,00		
4.1.7.1.8.12.1.1.36.00.00	PSB - PBF	42.994,56		
4.1.7.1.8.12.1.1.38.00.00	IGD - PBF	14.300,00		
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	1.082.870,77		
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	1.082.870,77		
4.1.7.1.8.99.1.0.01.00.00	Apoio Financeiro aos Municípios/FPM	576.084,99		
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	506.785,78		
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.19	Outras Transferências da União - COVID/19	166.311,26		
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.78	Transf. Emenda Parlamentar Individual (Inci	100.000,00		
4.1.7.1.8.99.1.1.04.00.00	Transf.da União Saúde e Social/Covid-19 173/21	28.280,23		
4.1.7.1.8.99.1.1.05.00.00	Transf.da União/Covid-19 173/20	212.194,29		
4.1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	6.082.050,90	6.082.050,90	
4.1.7.2.8.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	6.082.050,90		
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	5.865.313,37		
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	5.537.839,95		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	5.537.839,95		
4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	ICMS - Ordinários	3.322.703,93		
4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	ICMS - Educação	1.384.460,02		
4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	ICMS - Saúde	830.676,00		
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	222.042,18		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	222.042,18		
4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	IPVA - Ordinários	133.225,25		
4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	IPVA - Educação	55.510,59		
4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	IPVA - Saúde	33.306,34		
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	75.615,76		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	75.615,76		
4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	IPI - Ordinários	45.369,43		
4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	IPI - Educação	18.903,97		
4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	IPI - Saúde	11.342,36		
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domí	6.458,18		
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Dor	6.458,18		
4.1.7.2.8.01.4.1.01.00.00	CIDE	6.458,18		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 4

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	23.357,30		
4.1.7.2.8.01.5.1.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados - Pri	23.357,30		
4.1.7.2.8.01.5.1.01.00.00	Ação icms usina barra grande 60%	14.014,37		
4.1.7.2.8.01.5.1.02.00.00	Ação icms usina barra grande 25%	5.839,33		
4.1.7.2.8.01.5.1.03.00.00	Ação icms usina barra grande 15%	3.503,60		
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programa:	67.832,50		
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Program	67.832,50		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Progra	67.832,50		
4.1.7.2.8.03.1.1.22.00.00	Cof. Atenção Básica - Estado	56.443,66		
4.1.7.2.8.03.1.1.23.00.00	Cof. Assist. Farm. Básica - Estado	11.388,84		
4.1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito	148.905,03		
4.1.7.2.8.10.2.0.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinada	11.880,00		
4.1.7.2.8.10.2.1.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destina	11.880,00		
4.1.7.2.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	137.025,03		
4.1.7.2.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados -	137.025,03		
4.1.7.2.8.10.9.1.39.00.00	Benefícios Eventuais - Social/Estado	20.854,47		
4.1.7.2.8.10.9.1.40.00.00	Proteção Social Básica - Social/Estado	116.170,56		
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		1.066.287,94	
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Especif	1.066.287,94		
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutençã	1.066.287,94		
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenç	1.066.287,94		
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manuter	1.066.287,94		
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	Fundeb 60%	1.066.287,94		
4.1.9.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		80.789,55	
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		7.602,04	
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	7.602,04		
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	7.602,04		
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Princ	7.602,04		
4.1.9.1.0.01.1.1.10.00.00	Multas de Trans. - Polícia Militar	2.280,61		
4.1.9.1.0.01.1.1.11.00.00	Multas de Trans. - Polícia Civil	2.280,61		
4.1.9.1.0.01.1.1.12.00.00	Multas de Trans. - Prefeitura	3.040,82		
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		71.401,20	
4.1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	Indenizações	70.673,04		
4.1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	70.673,04		
4.1.9.2.1.99.1.0.00.00.00	Outras Indenizações	70.673,04		
4.1.9.2.1.99.1.1.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	70.673,04		
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	728,16		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	728,16		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	728,16		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	422,52		
4.1.9.2.2.99.1.1.01.00.00	Outras Restituições - Principal	305,64		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		1.786,31	
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	1.786,31		
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	1.786,31		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	1.786,31		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			911.457,69
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito		514.116,69	
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno		514.116,69	
4.2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	514.116,69		
4.2.1.1.2.00.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Intern	514.116,69		
4.2.1.1.2.00.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Inter	514.116,69		
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		136.900,00	
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		136.900,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	136.900,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	136.900,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Princ	136.900,00		
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital		260.441,00	
4.2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		260.441,00	
4.2.4.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	260.441,00		
4.2.4.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saú	3.475,00		
4.2.4.1.8.03.9.0.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - Outros Programas Finar	3.475,00		
4.2.4.1.8.03.9.1.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - Outros Programas Fin	3.475,00		
4.2.4.1.8.03.9.1.01.00.00	Transf. Recursos do SUS - COVID/19	3.475,00		
4.2.4.1.8.05.0.0.00.00.00	Prog. de Apoio ao Transp. Escolar para Educação Bá	18.216,00		
4.2.4.1.8.05.9.0.00.00.00	Outras transferências destinadas a Programas de E	18.216,00		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 5

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.2.4.1.8.05.9.1.00.00.00	Outras transferências destinadas a Programas de	18.216,00		
4.2.4.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entid	238.750,00		
4.2.4.1.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	238.750,00		
4.2.4.1.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - P	238.750,00		
9.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EI			-2.799.513,17
9.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE			-2.799.513,17
9.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORI		-172.556,04	
9.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUCOES DA RECEITA DE IMPOSTOS		-169.930,93	
9.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	(R)Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	-169.930,93		
9.1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	(R)Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Mun	-169.919,52		
9.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	-169.919,52		
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territori	-169.918,87		
9.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	Dedução IPTU 60%	-101.951,67		
9.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	Dedução IPTU 25%	-42.479,56		
9.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	Dedução IPTU 15%	-25.487,64		
9.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territori	-0,65		
9.1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	IPTU DIV ATIVA - PRINCIPAL	-0,65		
9.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	(R)Impostos sobre a Produção, circulação de Mercad	-11,41		
9.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	-11,41		
9.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	-11,41		
9.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	Dedução do ISSQN	-11,41		
9.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas		-2.625,11	
9.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-36,27		
9.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-36,27		
9.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-36,27		
9.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	-36,27		
9.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-2.588,84		
9.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-2.588,84		
9.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-2.588,84		
9.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Dedução Taxas Prestação de Serviços	-2.588,70		
9.1.1.2.2.01.1.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	-0,07		
9.1.1.2.2.01.1.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa -	-0,07		
9.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal		-8,22	
9.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal		-8,22	
9.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal	-8,22		
9.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal	-8,22		
9.1.6.1.0.01.1.2.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal	-4,21		
9.1.6.1.0.01.1.3.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	-3,13		
9.1.6.1.0.01.1.4.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	-0,88		
9.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE		-2.578.845,41	
9.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências da União e de suas Entidades		-1.410.042,71	
9.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências da União - Especifica E/M	-1.410.042,71		
9.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	(R)Participação na Receita da União	-1.410.042,71		
9.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Munic	-1.409.263,19		
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Muni	-1.409.263,19		
9.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-FPM	-1.409.263,19		
9.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territori	-779,52		
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Dedução do Fundeb ITR	-779,52		
9.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-ITR	-779,52		
9.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de		-1.168.802,70	
9.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências dos Estados - Especifica E/M	-1.168.802,70		
9.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	(R)Participação na Receita dos Estados	-1.168.802,70		
9.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS	-1.109.271,97		
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.109.271,97		
9.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-ICMS	-1.109.271,97		
9.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA	-44.407,54		
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	-44.407,54		
9.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-IPVA	-44.407,54		
9.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios	-15.123,19		
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-15.123,19		
9.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-IPI	-15.123,19		
9.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS		-48.103,50	
9.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações		-48.103,50	
9.1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações	-48.103,50		
9.1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações	-48.103,50		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 6

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
9.1.9.2.1.99.1.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações	-48.103,50		
9.1.9.2.1.99.1.1.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações - Principal	-48.103,50		

Total: 16.238.497,35

Ibiam, 17/02/2021

Ivanir Zanin  
Prefeito MunicipalElza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O-4



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete Do Prefeito E Vice-prefeito

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			402.040,94	402.040,94
04.122	Administração Geral			402.040,94	402.040,94
04.122.0401	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR			402.040,94	402.040,94
04.122.0401.2.003	Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito			402.040,94	402.040,94



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 02 - Sec. de Administração e Fazenda

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			1.922.538,20	1.922.538,20
04.122	Administração Geral			1.922.538,20	1.922.538,20
04.122.0402	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.922.538,20	1.922.538,20
04.122.0402.2.004	Manut. das Atividades Administrativas			1.800.157,84	1.800.157,84
04.122.0402.2.005	Contribuições Financeiras a Entidades			122.380,36	122.380,36
06	Segurança Pública			110.290,72	110.290,72
06.181	Policimento			110.290,72	110.290,72
06.181.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			110.290,72	110.290,72
06.181.0601.2.006	Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública			95.420,43	95.420,43
06.181.0601.2.008	Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros			14.870,29	14.870,29
06.182	Defesa Civil			0,00	0,00
06.182.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			0,00	0,00
06.182.0601.2.007	Manut. do Fundo de Defesa Civil			0,00	0,00



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIAO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 03 - Sec. De Agricultura E Meio Ambiente

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
18	Gestão Ambiental				0,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental				0,00
18.541.1801	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL				0,00
18.541.1801.2.010	Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental				0,00
20	Agricultura				0,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		402.000,00	538.299,86	940.299,86
20.608.2001	ASSISTÊNCIA PRODUTOR RURAL		402.000,00	538.299,86	940.299,86
20.608.2001.1.061	Ampliação da Patrulha Agrícola		402.000,00	538.299,86	940.299,86
20.608.2001.2.009	Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor			538.299,86	538.299,86



**Betha Sistemas**  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 04 - Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana			359.275,04	359.275,04
15.451.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS				0,00
15.451.1501.1.062	Pavimentação de Ruas e Passeios				0,00
15.452	Serviços Urbanos				0,00
15.452.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS			359.275,04	359.275,04
15.452.1501.1.063	Obras de Infraestrutura Urbana				0,00
15.452.1501.2.011	Manut. dos Serviços de Utilidade Pública			359.275,04	359.275,04
17	Saneamento				
17.512	Saneamento Básico Urbano				
17.512.1701	PREVENÇÃO DE DOENÇAS			359.275,04	359.275,04
17.512.1701.1.064	Saneamento Básico Geral			116.898,10	116.898,10
17.512.1701.2.012	Manutenção do Saneamento Urbano			116.898,10	116.898,10
26	Transporte				0,00
26.782	Transporte Rodoviário				
26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS				
26.782.2601.1.065	Aquisição de Máquinas e Veículos		3.846.052,86	116.898,10	116.898,10
26.782.2601.1.066	Obras de Infraestrutura Rural		3.846.052,86	1.717.495,76	5.563.548,62
26.782.2601.2.013	Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes		3.846.052,86	1.717.495,76	5.563.548,62
					0,00
					3.846.052,86
					1.717.495,76



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 05 - Sec. Mun. De Educação

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação				2.648.189,91
12.306	Alimentação e Nutrição		4,88	2.648.185,03	41.434,75
12.306.1002	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			41.434,75	41.434,75
12.306.1002.2.014	Programa Suplementar de Alimentação Escolar			41.434,75	41.434,75
12.361	Ensino Fundamental			1.947.602,56	1.947.607,44
12.361.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL		4,88	1.947.602,56	1.947.607,44
12.361.1201.1.067	Ampliação da Rede Física Fundamental			4,88	4,88
12.361.1201.1.068	Aquisição de Veículos - Educação				0,00
12.361.1201.2.015	Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental			1.940.071,13	1.940.071,13
12.361.1201.2.018	Manut. do Transporte Escolar			7.531,43	7.531,43
12.364	Ensino Superior			24.490,20	24.490,20
12.364.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			24.490,20	24.490,20
12.364.1201.2.016	Apoio ao Ensino Superior			24.490,20	24.490,20
12.365	Educação Infantil			602.581,07	602.581,07
12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			602.581,07	602.581,07
12.365.1201.1.069	Ampliação da Rede Física Infantil			0,00	0,00
12.365.1201.2.019	Manut. da Educação Infantil - Pre-Escolar			77.506,00	77.506,00
12.365.1201.2.045	Manut. da Educação Infantil - Creche			525.075,07	525.075,07
12.367	Educação Especial			32.076,45	32.076,45
12.367.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			32.076,45	32.076,45
12.367.1201.2.017	Apoio a Educação Especial			32.076,45	32.076,45



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 06 - Sec. Mun. De Assist. Social

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			339.152,90	339.152,90
08.241	Assistência ao Idoso			4.094,12	4.094,12
08.241.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			4.094,12	4.094,12
08.241.0801.2.022	Manut. do Fundo M. do Idoso			4.094,12	4.094,12
08.244	Assistência Comunitária			335.058,78	335.058,78
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			335.058,78	335.058,78
08.244.0801.1.070	Obras de Infraestrutura Social			0,00	0,00
08.244.0801.2.020	Manut. da Secret. de Assistência Social			231.538,74	231.538,74
08.244.0801.2.021	Manut. do Conselho Tutelar			103.520,04	103.520,04



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 07 - Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura			114.065,86	114.065,86
13.392	Difusão Cultural			114.065,86	114.065,86
13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL			114.065,86	114.065,86
13.392.1301.2.023	Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes			23.955,73	23.955,73
13.392.1301.2.024	Manut. das Atividades Culturais			90.110,13	90.110,13
27	Desporto e Lazer			21.165,61	21.165,61
27.812	Desporto Comunitário			21.165,61	21.165,61
27.812.2701	ESPORTE É VIDA			21.165,61	21.165,61
27.812.2701.1.071	Ampliação das Áreas Esportivas e de Lazer			0,00	0,00
27.812.2701.2.025	Manut. das Atividades Esportivas			21.165,61	21.165,61



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 08 - Sec. Da Ind. Com. Turismo E Serviços

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura			22.482,00	22.482,00
13.695	Turismo			22.482,00	22.482,00
13.695.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL			22.482,00	22.482,00
13.695.1301.2.044	Promoção do Turismo			22.482,00	22.482,00
22	Indústria			0,00	0,00
22.661	Promoção Industrial			0,00	0,00
22.661.2201	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL			0,00	0,00
22.661.2201.1.072	Promoção da Indústria e Comércio			0,00	0,00



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 9

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 09 - Fundo Mun. De Habitação

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
16	Habitação				0,00
16.482	Habitação Urbana				0,00
16.482.1601	SISTEMA HABITACIONAL				0,00
16.482.1601.1.073	Apoio ao Sistema Habitacional				0,00



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 10 - Fundo M. Da Infância E Adolescência

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			1.425,00	1.425,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			1.425,00	1.425,00
08.243.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			1.425,00	1.425,00
08.243.0801.2.026	Manut. das Atividades do FIA			1.425,00	1.425,00



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 11 - Previdência Social

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
09	Previdência Social			604.307,47	604.307,47
09.272	Previdência do Regime Estatutário			604.307,47	604.307,47
09.272.0901	PREVIDÊNCIASOCIAL GERAL			604.307,47	604.307,47
09.272.0901.2.027	Encargos Previdenciários Regime Geral			604.307,47	604.307,47



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 12 - Encargos Gerais do Município

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais			330.625,06	330.625,06
28.846	Outros Encargos Especiais			330.625,06	330.625,06
28.846.2800	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			330.625,06	330.625,06
28.846.2800.2.028	Amortização da Dívida e Encargos			202.415,17	202.415,17
28.846.2800.2.029	Amortização de Precatórios			128.209,89	128.209,89



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 13 - Reserva De Contingência

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99.999.9999.2.030	Reserva de Contingência				0,00
			4.248.057,74	9.248.247,55	13.496.305,29
			4.248.057,74	9.248.247,55	13.496.305,29

Total:  
Total da Entidade:



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 14

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Da Saude

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica		81.000,00	3.196.456,07	3.277.456,07
10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE		81.000,00	3.196.456,07	3.277.456,07
10.301.1001.1.074	Ampliação da Rede Física da Saúde				
10.301.1001.1.075	Aquisição de Veículos - Saúde				
10.301.1001.2.031	Manut. das Atividades de Saúde				
10.301.1001.2.032	Manut. do Bloco de Atenção Básica				
10.301.1001.2.033	Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável				
10.301.1001.2.034	Manut. Bl. MAC Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.				
10.301.1001.2.035	Manut. do Bloco Vigilância em Saúde				
10.301.1001.2.036	Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica				
10.301.1001.2.037	Manut. do Bloco Gestão do SUS				
10.301.1001.2.038	Manut. dos Programas do SUS - Estado		81.000,00	61.377,87	142.377,87
	Totai:		81.000,00	3.196.456,07	3.277.456,07
	Total da Entidade:		81.000,00	3.196.456,07	3.277.456,07



**Betha Sistemas**  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM  
Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS  
Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			159.040,44	159.040,44
08.244	Assistência Comunitária			159.040,44	159.040,44
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			159.040,44	159.040,44
08.244.0801.2.039	Manut. do Fundo M. de Assistência Social			78.943,50	78.943,50
08.244.0801.2.040	Manut. do Bloco PSB - FNAS			13.270,62	13.270,62
08.244.0801.2.041	Manut. do Bloco GBF - FNAS			12.823,10	12.823,10
08.244.0801.2.042	Manut. do Bloco GSUAS - FNAS			600,00	600,00
08.244.0801.2.043	Manut. do Programas Sociais - Estado			53.403,22	53.403,22
Total:					159.040,44
Total da Entidade:					159.040,44



**Betha Sistemas**  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 16

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 01 - PODER LEGISLATIVO  
Unidade Orçamentária: 01 - Camara De Vereadores

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa			702.701,66	702.701,66
01.031	Ação Legislativa			702.701,66	702.701,66
01.031.0101	PROCESSO LEGISLATIVO			702.701,66	702.701,66
01.031.0101.2.001	Manut. das Ativ. Legislativas			330.232,60	330.232,60
01.031.0101.2.002	Subsídio dos Vereadores			372.469,06	372.469,06
Total:					702.701,66
Total da Entidade:					702.701,66
TOTAL GERAL:					17.635.503,46

Ibiam, 17/02/2021

Ivanir Zanin  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O-4



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa			702.701,66	702.701,66
01.031	Ação Legislativa			702.701,66	702.701,66
01.031.01.01	PROCESSO LEGISLATIVO			702.701,66	702.701,66
01.031.01.01.2.001	Manut. das Ativ. Legislativas			330.232,60	330.232,60
01.031.01.01.2.002	Subsídio dos Vereadores			372.469,06	372.469,06
04	Administração			2.324.579,14	2.324.579,14
04.122	Administração Geral			2.324.579,14	2.324.579,14
04.122.04.01	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR			402.040,94	402.040,94
04.122.04.01.2.003	Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito			402.040,94	402.040,94
04.122.04.02	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.922.538,20	1.922.538,20
04.122.04.02.2.004	Manut. das Atividades Administrativas			1.800.157,84	1.800.157,84
04.122.04.02.2.005	Contribuições Financeiras a Entidades			122.380,36	122.380,36
06	Segurança Pública			110.290,72	110.290,72
06.181	Policimento			110.290,72	110.290,72
06.181.06.01	SEGURANÇA MUNICIPAL			110.290,72	110.290,72
06.181.06.01.2.006	Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública			95.420,43	95.420,43
06.181.06.01.2.008	Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros			14.870,29	14.870,29
06.182	Defesa Civil			0,00	0,00
06.182.06.01	SEGURANÇA MUNICIPAL			0,00	0,00
06.182.06.01.2.007	Manut. do Fundo de Defesa Civil			0,00	0,00
08	Assistência Social			499.618,34	499.618,34
08.241	Assistência ao Idoso			4.094,12	4.094,12
08.241.08.01	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			4.094,12	4.094,12
08.241.08.01.2.022	Manut. do Fundo M. do Idoso			4.094,12	4.094,12
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			1.425,00	1.425,00
08.243.08.01	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			1.425,00	1.425,00
08.243.08.01.2.026	Manut. das Atividades do FIA			1.425,00	1.425,00
08.244	Assistência Comunitária			494.099,22	494.099,22
08.244.08.01	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			494.099,22	494.099,22
08.244.08.01.1.070	Obras de Infraestrutura Social			0,00	0,00
08.244.08.01.2.020	Manut. da Secret. de Assistência Social			231.538,74	231.538,74
08.244.08.01.2.021	Manut. do Conselho Tutelar			103.520,04	103.520,04
08.244.08.01.2.039	Manut. do Fundo M. de Assistência Social			78.943,50	78.943,50
08.244.08.01.2.040	Manut. do Bloco PSB - FNAS			13.270,62	13.270,62
08.244.08.01.2.041	Manut. do Bloco GBF - FNAS			12.823,10	12.823,10
08.244.08.01.2.042	Manut. do Bloco GSUAS - FNAS			600,00	600,00
08.244.08.01.2.043	Manut. do Programas Sociais - Estado			53.403,22	53.403,22



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
09	Previdência Social			604.307,47	604.307,47
09.272	Previdência do Regime Estatutário			604.307,47	604.307,47
09.272.0901	PREVIDENCIASOCIAL GERAL			604.307,47	604.307,47
09.272.0901.2.027	Encargos Previdenciários Regime Geral			604.307,47	604.307,47
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica		81.000,00	3.196.456,07	3.277.456,07
10.301.1001	SAUDE COM QUALIDADE		81.000,00	3.196.456,07	3.277.456,07
10.301.1001.1.074	Ampliação da Rede Física da Saúde		81.000,00	3.196.456,07	3.277.456,07
10.301.1001.1.075	Aquisição de Veículos - Saúde				0,00
10.301.1001.2.031	Manut. das Atividades de Saúde				81.000,00
10.301.1001.2.032	Manut. do Bloco de Atenção Básica		81.000,00		81.000,00
10.301.1001.2.033	Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável			2.474.552,65	2.474.552,65
10.301.1001.2.034	Manut. BI. MAC. Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.			121.058,09	121.058,09
10.301.1001.2.035	Manut. do Bloco Vigilância em Saúde			445.060,06	445.060,06
10.301.1001.2.036	Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica			28.052,88	28.052,88
10.301.1001.2.037	Manut. do Bloco Gestão do SUS			51.631,06	51.631,06
10.301.1001.2.038	Manut. dos Programas do SUS - Estado			14.723,46	14.723,46
12	Educação				
12.306	Alimentação e Nutrição		4,88	61.377,87	61.377,87
12.306.1002	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			2.648.185,03	2.648.185,03
12.306.1002.2.014	Programa Suplementar de Alimentação Escolar			41.434,75	41.434,75
12.361	Ensino Fundamental			41.434,75	41.434,75
12.361.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			41.434,75	41.434,75
12.361.1201.1.067	Ampliação da Rede Física Fundamental		4,88	1.947.602,56	1.947.602,56
12.361.1201.1.068	Aquisição de Veículos - Educação		4,88	1.947.602,56	1.947.602,56
12.361.1201.2.015	Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental				4,88
12.361.1201.2.018	Manut. do Transporte Escolar				0,00
12.364	Ensino Superior				
12.364.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			1.940.071,13	1.940.071,13
12.364.1201.2.016	Apoio ao Ensino Superior			7.531,43	7.531,43
12.365	Educação Infantil			24.490,20	24.490,20
12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			24.490,20	24.490,20
12.365.1201.1.069	Ampliação da Rede Física Infantil			24.490,20	24.490,20
12.365.1201.2.019	Manut. da Educação Infantil - Pre-Escolar			602.581,07	602.581,07
12.365.1201.2.045	Manut. da Educação Infantil - Creche			602.581,07	602.581,07
12.367	Educação Especial				
12.367.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			77.506,00	77.506,00
12.367.1201.2.017	Apoio a Educação Especial			525.075,07	525.075,07
				32.076,45	32.076,45
				32.076,45	32.076,45



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura			136.547,86	136.547,86
13.392	Difusão Cultural			114.065,86	114.065,86
13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL			114.065,86	114.065,86
13.392.1301.2.023	Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes			23.955,73	23.955,73
13.392.1301.2.024	Manut. das Atividades Culturais			90.110,13	90.110,13
13.695	Turismo			22.482,00	22.482,00
13.695.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL			22.482,00	22.482,00
13.695.1301.2.044	Promoção do Turismo			22.482,00	22.482,00
15	Urbanismo			359.275,04	359.275,04
15.451	Infra-Estrutura Urbana			0,00	0,00
15.451.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS			0,00	0,00
15.451.1501.1.062	Pavimentação de Ruas e Passeios			0,00	0,00
15.452	Serviços Urbanos			359.275,04	359.275,04
15.452.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS			359.275,04	359.275,04
15.452.1501.1.063	Obras de Infraestrutura Urbana			0,00	0,00
15.452.1501.2.011	Manut. dos Serviços de Utilidade Pública			359.275,04	359.275,04
16	Habitação			0,00	0,00
16.482	Habitação Urbana			0,00	0,00
16.482.1601	SISTEMA HABITACIONAL			0,00	0,00
16.482.1601.1.073	Apoio ao Sistema Habitacional			0,00	0,00
17	Saneamento			116.898,10	116.898,10
17.512	Saneamento Básico Urbano			116.898,10	116.898,10
17.512.1701	PREVENÇÃO DE DOENÇAS			116.898,10	116.898,10
17.512.1701.1.064	Saneamento Básico Geral			0,00	0,00
17.512.1701.2.012	Manutenção do Saneamento Urbano			116.898,10	116.898,10
18	Gestão Ambiental			0,00	0,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental			0,00	0,00
18.541.1801	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			0,00	0,00
18.541.1801.2.010	Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental			0,00	0,00
20	Agricultura			538.299,86	538.299,86
20.608	Promoção da Produção Agropecuária			940.299,86	940.299,86
20.608.2001	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL			940.299,86	940.299,86
20.608.2001.1.061	Ampliação da Patrulha Agrícola			402.000,00	402.000,00
20.608.2001.2.009	Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor			538.299,86	538.299,86



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página 4

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
22	Indústria				0,00
22.661	Promoção Industrial				0,00
22.661.2201	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL				0,00
22.661.2201.1.072	Promoção da Indústria e Comércio				0,00
26	Transporte				5.563.548,62
26.782	Transporte Rodoviário		3.846.052,86	1.717.495,76	5.563.548,62
26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS		3.846.052,86	1.717.495,76	5.563.548,62
26.782.2601.1.065	Aquisição de Máquinas e Veículos		3.846.052,86	1.717.495,76	5.563.548,62
26.782.2601.1.066	Obras de Infraestrutura Rural				0,00
26.782.2601.2.013	Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes		3.846.052,86		3.846.052,86
27	Desporto e Lazer				1.717.495,76
27.812	Desporto Comunitário				21.165,61
27.812.2701	ESPORTE É VIDA				21.165,61
27.812.2701.1.071	Ampliação das Areas Esportivas e de Lazer				21.165,61
27.812.2701.2.025	Manut. das Atividades Esportivas				0,00
28	Encargos Especiais				21.165,61
28.846	Outros Encargos Especiais				330.625,06
28.846.2800	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS				330.625,06
28.846.2800.2.028	Amortização da Dívida e Encargos				330.625,06
28.846.2800.2.029	Amortização de Precatórios				202.415,17
99	Reserva de Contingência				128.209,89
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99.999.9999.2.030	Reserva de Contingência				0,00
Total:				13.306.446,72	17.635.503,46

Ibiã, 17/02/2021

Ivanir Zanin  
 Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Página 1

Anexo 08 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
1	Legislativa	702.701,66		702.701,66
01.031	Ação Legislativa	702.701,66		702.701,66
01.031.0101	PROCESSO LEGISLATIVO	702.701,66		702.701,66
01.031.0101.2.001	Manut. das Ativ. Legislativas	330.232,60		330.232,60
01.031.0101.2.002	Subsídio dos Vereadores	372.469,06		372.469,06
4	Administração	2.322.576,70	2.002,44	2.324.579,14
04.122	Administração Geral	2.322.576,70	2.002,44	2.324.579,14
04.122.0401	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	402.040,94		402.040,94
04.122.0401.2.003	Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	402.040,94		402.040,94
04.122.0402	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.920.535,76	2.002,44	1.922.538,20
04.122.0402.2.004	Manut. das Atividades Administrativas	1.798.155,40	2.002,44	1.800.157,84
04.122.0402.2.005	Contribuições Financeiras a Entidades	122.380,36		122.380,36
6	Segurança Pública	103.344,93	6.945,79	110.290,72
06.181	Policiamento	103.344,93	6.945,79	110.290,72
06.181.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL	103.344,93	6.945,79	110.290,72
06.181.0601.2.006	Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública	88.474,64	6.945,79	95.420,43
06.181.0601.2.008	Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros	14.870,29		14.870,29
8	Assistência Social	373.153,02	126.465,32	499.618,34
08.241	Assistência ao Idoso	4.094,12		4.094,12
08.241.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	4.094,12		4.094,12
08.241.0801.2.022	Manut. do Fundo M. do Idoso	4.094,12		4.094,12
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.425,00		1.425,00
08.243.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	1.425,00		1.425,00
08.243.0801.2.026	Manut. das Atividades do FIA	1.425,00		1.425,00
08.244	Assistência Comunitária	367.633,90	126.465,32	494.099,22
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	367.633,90	126.465,32	494.099,22
08.244.0801.2.020	Manut. da Secret. de Assistência Social	231.538,74		231.538,74
08.244.0801.2.021	Manut. do Conselho Tutelar	103.520,04		103.520,04
08.244.0801.2.039	Manut. do Fundo M. de Assistência Social	32.575,12	46.368,38	78.943,50
08.244.0801.2.040	Manut. do Bloco PSB - FNAS		13.270,62	13.270,62
08.244.0801.2.041	Manut. do Bloco GBF - FNAS		12.823,10	12.823,10
08.244.0801.2.042	Manut. do Bloco GSUAS - FNAS		600,00	600,00
08.244.0801.2.043	Manut. do Programas Sociais - Estado		53.403,22	53.403,22
9	Previdência Social	226.319,51	377.987,96	604.307,47
09.272	Previdência do Regime Estatutário	226.319,51	377.987,96	604.307,47
09.272.0901	PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL	226.319,51	377.987,96	604.307,47
09.272.0901.2.027	Encargos Previdenciários Regime Geral	226.319,51	377.987,96	604.307,47
10	Saúde	2.348.334,32	929.121,75	3.277.456,07
10.301	Atenção Básica	2.348.334,32	929.121,75	3.277.456,07
10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE	2.348.334,32	929.121,75	3.277.456,07
10.301.1001.1.075	Aquisição de Veículos - Saúde	78.864,87	2.135,13	81.000,00
10.301.1001.2.031	Manut. das Atividades de Saúde	2.269.469,45	205.083,20	2.474.552,65
10.301.1001.2.032	Manut. do Bloco de Atenção Básica		121.058,09	121.058,09
10.301.1001.2.033	Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável		445.060,06	445.060,06
10.301.1001.2.034	Manut. Bl. MAC Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.		28.052,88	28.052,88
10.301.1001.2.035	Manut. do Bloco Vigilância em Saúde		51.631,06	51.631,06
10.301.1001.2.036	Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica		14.723,46	14.723,46
10.301.1001.2.038	Manut. dos Programas do SUS - Estado		61.377,87	61.377,87
12	Educação	1.466.014,04	1.182.175,87	2.648.189,91
12.306	Alimentação e Nutrição	15.665,17	25.769,58	41.434,75
12.306.1002	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	15.665,17	25.769,58	41.434,75
12.306.1002.2.014	Programa Suplementar de Alimentação Escolar	15.665,17	25.769,58	41.434,75
12.361	Ensino Fundamental	1.197.722,01	749.885,43	1.947.607,44
12.361.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	1.197.722,01	749.885,43	1.947.607,44
12.361.1201.1.067	Ampliação da Rede Física Fundamental	4,88		4,88
12.361.1201.2.015	Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	1.197.717,13	742.354,00	1.940.071,13
12.361.1201.2.018	Manut. do Transporte Escolar		7.531,43	7.531,43
12.364	Ensino Superior	24.490,20		24.490,20
12.364.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	24.490,20		24.490,20
12.364.1201.2.016	Apoio ao Ensino Superior	24.490,20		24.490,20
12.365	Educação Infantil	196.060,21	406.520,86	602.581,07
12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	196.060,21	406.520,86	602.581,07
12.365.1201.2.019	Manut. da Educação Infantil - Pre-Escolar	28.727,46	48.778,54	77.506,00



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Página 2

Anexo 08 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	1.466.014,04	1.182.175,87	2.648.189,91
12.365	Educação Infantil	196.060,21	406.520,86	602.581,07
12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	196.060,21	406.520,86	602.581,07
12.365.1201.2.045	Manut. da Educação Infantil - Creche	167.332,75	357.742,32	525.075,07
12.367	Educação Especial	32.076,45		32.076,45
12.367.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	32.076,45		32.076,45
12.367.1201.2.017	Apoio a Educação Especial	32.076,45		32.076,45
13	Cultura	136.547,86		136.547,86
13.392	Difusão Cultural	114.065,86		114.065,86
13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	114.065,86		114.065,86
13.392.1301.2.023	Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes	23.955,73		23.955,73
13.392.1301.2.024	Manut. das Atividades Culturais	90.110,13		90.110,13
13.695	Turismo	22.482,00		22.482,00
13.695.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	22.482,00		22.482,00
13.695.1301.2.044	Promoção do Turismo	22.482,00		22.482,00
15	Urbanismo	359.275,04		359.275,04
15.452	Serviços Urbanos	359.275,04		359.275,04
15.452.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS	359.275,04		359.275,04
15.452.1501.2.011	Manut. dos Serviços de Utilidade Pública	359.275,04		359.275,04
17	Saneamento	116.898,10		116.898,10
17.512	Saneamento Básico Urbano	116.898,10		116.898,10
17.512.1701	PREVENÇÃO DE DOENÇAS	116.898,10		116.898,10
17.512.1701.2.012	Manutenção do Saneamento Urbano	116.898,10		116.898,10
20	Agricultura	701.372,86	238.927,00	940.299,86
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	701.372,86	238.927,00	940.299,86
20.608.2001	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	701.372,86	238.927,00	940.299,86
20.608.2001.1.061	Ampliação da Patrulha Agrícola	167.908,54	234.091,46	402.000,00
20.608.2001.2.009	Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor	533.464,32	4.835,54	538.299,86
26	Transporte	4.169.633,96	1.393.914,66	5.563.548,62
26.782	Transporte Rodoviário	4.169.633,96	1.393.914,66	5.563.548,62
26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS	4.169.633,96	1.393.914,66	5.563.548,62
26.782.2601.1.066	Obras de Infraestrutura Rural	2.624.353,62	1.221.699,24	3.846.052,86
26.782.2601.2.013	Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.545.280,34	172.215,42	1.717.495,76
27	Desporto e Lazer	21.165,61		21.165,61
27.812	Desporto Comunitário	21.165,61		21.165,61
27.812.2701	ESPORTE É VIDA	21.165,61		21.165,61
27.812.2701.2.025	Manut. das Atividades Esportivas	21.165,61		21.165,61
28	Encargos Especiais	330.625,06		330.625,06
28.846	Outros Encargos Especiais	330.625,06		330.625,06
28.846.2800	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	330.625,06		330.625,06
28.846.2800.2.028	Amortização da Dívida e Encargos	202.415,17		202.415,17
28.846.2800.2.029	Amortização de Precatórios	128.209,89		128.209,89
Total:		13.377.962,67	4.257.540,79	17.635.503,46

Ibiam, 17/02/2021

 Ivanir Zanin  
 Prefeito Municipal

 Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O-4




Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

ÓRGÃOS		LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
1	PODER LEGISLATIVO	702.701,66			2.324.579,14		110.290,72
2	CHEFIA DO EXECUTIVO						
Total :		702.701,66			2.324.579,14		110.290,72
ÓRGÃOS		RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
2	CHEFIA DO EXECUTIVO		340.577,90	604.307,47	3.277.456,07		2.648.189,91
3	FUNDOS MUNICIPAIS		159.040,44				
Total :			499.618,34	604.307,47	3.277.456,07		2.648.189,91
ÓRGÃOS		CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL
2	CHEFIA DO EXECUTIVO	136.547,86		359.275,04		116.898,10	
Total :		136.547,86		359.275,04		116.898,10	
ÓRGÃOS		CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES
2	CHEFIA DO EXECUTIVO		940.299,86				
Total :			940.299,86				

ÓRGÃOS		ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
1	PODER LEGISLATIVO						702.701,66
2	CHEFIA DO EXECUTIVO		5.563,548,62	21.165,61	330.625,06		13.496.305,29
3	FUNDOS MUNICIPAIS						3.436.496,51
Total :			5.563.548,62	21.165,61	330.625,06		17.636.503,46



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Ibiam, 17/02/2021

Ivanir Zanin  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O-4



**BALANÇO FUNDO ASSISTÊNCIA IBIAM 2020**

Publicação Nº 2878679

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Exercício 2020

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

A Lei de Meios, para o exercício de 2020 de nº 641/2019 de 09 de Dezembro de 2019, estimou a receita em 200.000,00 e fixou a despesa em 330.000,00.  
Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		330.000,00
+ Créditos Suplementares:	207.959,57	
+ Créditos Especiais:	0,00	207.959,57
- Reduções:		0,00
DESPESA AUTORIZADA:		537.959,57

**CRÉDITOS ADICIONAIS:**

No exercício considerado, foram autorizados 9 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 207.959,57, e 0 crédito(s) especiais no valor de R\$ 0,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	0,00
Despesa a Maior	207.959,57
TOTAL:	207.959,57

**ANÁLISE DA RECEITA**

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 244.749,44, verificando-se uma arrecadação a maior de R\$ 44.749,44, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	200.000,00
Arrecadacao a Maior	44.749,44
Receita Arrecadada	244.749,44

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	200.000,00	244.749,44	44.749,44
Receitas Correntes	200.000,00	244.749,44	44.749,44
Receita Patrimonial	6.900,00	999,85	-5.900,15
Valores Mobiliários	6.900,00	999,85	-5.900,15
Transferências Correntes	191.100,00	243.749,59	52.649,59
Transferências da União e de suas Entidades	149.100,00	106.724,56	-42.375,44
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	42.000,00	137.025,03	95.025,03
Outras Receitas Correntes	2.000,00	0,00	-2.000,00
Demais Receitas Correntes	2.000,00	0,00	-2.000,00
Totais:	200.000,00	244.749,44	44.749,44

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 243.749,59 correspondem a 99,5915% do total arrecadado.  
O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2017	4.157,94	126.264,28	0,00	130.422,22
2018	2.658,87	104.304,95	0,00	106.963,82
2019	1.718,50	123.685,12	0,00	125.403,62
2020	999,85	243.749,59	0,00	244.749,44

**ANÁLISE DA DESPESA**

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 641/2019 foi de R\$ 330.000,00.  
A Despesa realizada alcançou R\$ 159.040,44, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	461.223,91	127.167,15	-334.056,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	90.497,95	46.368,38	-44.129,57
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	370.725,96	80.798,77	-289.927,19
DESPESAS DE CAPITAL	76.735,66	31.873,29	-44.862,37
INVESTIMENTOS	76.735,66	31.873,29	-44.862,37



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

## Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

## ANÁLISE DA DESPESA

Betha Sistemas  
Exercício 2020

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 641/2019 foi de R\$ 330.000,00.  
A Despesa realizada alcançou R\$ 159.040,44, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS DE CAPITAL	76.735,66	31.873,29	-44.862,37
INVESTIMENTOS	76.735,66	31.873,29	-44.862,37
Total	537.959,57	159.040,44	-378.919,13

A maior contratação de dispêndio deu-se em OUTRAS DESPESAS CORRENTES : R\$ 80.798,77 , que representa 50,8039 % do total.  
O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS	Correntes	Capital	Total
2017	101.089,42	17.132,77	118.222,19
2018	179.752,33	36.780,57	216.532,90
2019	133.954,33	1.022,29	134.976,62
2020	127.167,15	31.873,29	159.040,44

## CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

## DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	330.000,00
Créditos Suplementares:	207.959,57
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	0,00
Total	537.959,57

## DESPESA REALIZADA

Orçamentária	159.040,44
Despesa a Menor	-378.919,13

## RECEITA ARRECADADA

(-) Receita Prevista	244.749,44
RECEITA MAIOR	200.000,00
	44.749,44



**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM****Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta****GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA****BALANÇO FINANCEIRO**Betha Sistemas  
Exercício 2020

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	191.281,14
<b>RECEITA ARRECADADA</b>	
Receita Orçamentária	244.749,44
Transferências Financeiras Recebidas	3.000,00
Interferências Financeiras	0,00
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.849,32
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.173,61
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	19.870,20
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>467.923,71</b>
<b>DESPESA REALIZADA</b>	
Despesa Orçamentária	159.040,44
Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Interferências Financeiras	0,00
<b>EXTRAORÇAMENTÁRIA</b>	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.849,32
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.173,61
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>299.860,34</b>
<b>TOTAL</b>	<b>467.923,71</b>

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2020.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Exercício 2020

**Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta****BALANÇO PATRIMONIAL**

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	299.860,34
Total do Ativo Circulante	299.860,34
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	
IMOBILIZADO	218.211,04
Total do Ativo Não-Circulante	218.211,04
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>518.071,38</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	17.664,38
Total do Passivo Circulante	17.664,38
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>17.664,38</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>500.407,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>518.071,38</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>299.860,34</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>218.211,04</b>
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>19.870,20</b>
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>17.664,38</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>480.536,80</b>

**DÍVIDA PÚBLICA**

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.

Apresenta a seguinte situação:

<b>Dívida Fundada</b>	
Saldo do exercício anterior	0,00
Nova Formação da Dívida	0,00
Amortização Verificada no Exercício	0,00
Saldo para o exercício seguinte	0,00

**DÍVIDA FLUTUANTE**

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 19.870,20 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	19.870,20
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITO	0,00
DÉBITOS DA TESOURARIA	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>19.870,20</b>

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2020

Saldo do exercício anterior	0,00 D
Nova formação da dívida	26.043,81 D
(-) Amortização do exercício	6.173,61 D
Saldo do exercício de 2020	19.870,20 D



Betha Sistemas  
Exercício 2020

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**  
 Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>	999,85
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	999,85
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	140.025,03
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	137.025,03
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	107.103,93
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	379,37
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	106.724,56
<b>TOTAL</b>	<b>248.128,81</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	
PESSOAL E ENCARGOS	64.412,13
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	53.625,61
ENCARGOS PATRONAIS	10.786,52
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	88.953,29
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	53.649,58
SERVIÇOS	21.602,28
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	13.701,43
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.742,97
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.742,97
<b>TOTAL</b>	<b>155.108,39</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	<b>93.020,42</b>

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2020, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira  
 Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Exercício de 2020

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1  
Administração Direta

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receitas Correntes	244.749,44	DESPESAS CORRENTES	127.167,15
Receita Patrimonial	999,85	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.368,38
Transferências Correntes	243.749,59	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.798,77
		SUPERAVIT	117.582,29
TOTAL	244.749,44	TOTAL	244.749,44
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	117.582,29		
		DESPESAS DE CAPITAL	31.873,29
		INVESTIMENTOS	31.873,29
		SUPERAVIT	85.709,00
TOTAL	244.749,44	TOTAL	244.749,44

**Resumo**

RECEITAS CORRENTES	244.749,44	DESPESAS CORRENTES	127.167,15
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	31.873,29
		SUPERAVIT	85.709,00
TOTAL	244.749,44	TOTAL	244.749,44

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

Ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira  
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	200.000,00	244.749,44	143.170,56	98.421,12
Receitas Correntes	200.000,00	244.749,44	143.170,56	98.421,12
Receita Patrimonial	6.900,00	999,85	0,00	5.900,15
Valores Mobiliários	6.900,00	999,85	0,00	5.900,15
Juros e Correções Monetárias	6.900,00	999,85	0,00	5.900,15
Remuneração de Depósitos Bancários	6.900,00	999,85	0,00	5.900,15
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.900,00	999,85	0,00	5.900,15
Rend. Ordinários	2.700,00	148,89	0,00	2.551,11
Rend. Bloco PSB - SCV	1.050,00	50,82	0,00	999,18
Rend. Bloco PSB - PBF	1.050,00	328,65	0,00	721,35
Rend. Bloco GSUAS	525,00	17,40	0,00	507,60
Rend. Bloco GBF	525,00	133,00	0,00	392,00
Rend. Benefícios Eventuais - Social/Estado	525,00	3,75	0,00	521,25
Rend. Proteção Social Básica - Social/Estado	525,00	317,34	0,00	207,66
Transferências Correntes	191.100,00	243.749,59	143.170,56	90.520,97
Transferências da União e de suas Entidades	149.100,00	106.724,56	48.000,00	90.375,44
Transferências da União - Especifica E/M	149.100,00	106.724,56	48.000,00	90.375,44
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Soc	149.100,00	106.724,56	48.000,00	90.375,44
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S	149.100,00	106.724,56	48.000,00	90.375,44
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	149.100,00	106.724,56	48.000,00	90.375,44
Transf do FNAS Covid-19	0,00	48.000,00	48.000,00	0,00
PSB - SCFV	21.000,00	1.430,00	0,00	19.570,00
PSB - PBF	75.600,00	42.994,56	0,00	32.605,44
IGD - SUAS	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
IGD - PBF	42.000,00	14.300,00	0,00	27.700,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	42.000,00	137.025,03	95.170,56	145,53
Transferências dos Estados - Especifica E/M	42.000,00	137.025,03	95.170,56	145,53
Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de	42.000,00	137.025,03	95.170,56	145,53
Outras Transferências de Convênio dos Estados	42.000,00	137.025,03	95.170,56	145,53
Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	42.000,00	137.025,03	95.170,56	145,53
Benefícios Eventuais - Social/Estado	21.000,00	20.854,47	0,00	145,53
Proteção Social Básica - Social/Estado	21.000,00	116.170,56	95.170,56	0,00
Outras Receitas Correntes	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Demais Receitas Correntes	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Receitas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Receitas - Primárias	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Receitas - Primárias - Principal	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Totais:	200.000,00	244.749,44	143.170,56	98.421,12

Ibiã, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira  
 Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O4



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 1

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
03.02 Fundo Municipal de Assistência Social	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
0302.08 Assistência Social	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
0302.08.244 Assistência Comunitária	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
03.02.08.244.0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
03.02.08.244.0801.2.039 Manut. do Fundo M. de Assistência Social	192.097,95	0,00	192.097,95	78.943,50	113.154,45
3.1.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
3.1.90.00.00.00.00.116500 Aplicacoes Diretas	57.397,95	0,00	57.397,95	46.368,38	11.029,57
3.1.90.11.00.00.00.116500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				31.872,29	
3.1.90.11.01.00.00.116500 vencimentos e salários				25.733,04	
3.1.90.11.43.00.00.116500 13º salário				6.139,25	
3.1.90.13.00.00.00.116500 Obrigações Patronais				10.786,52	
3.1.90.13.01.00.00.116500 FGTS				1.577,53	
3.1.90.13.02.00.00.116500 Contribuições Previdenciárias - INSS				9.208,99	
3.1.90.94.00.00.00.116500 Indenizações Restituições Trabalhistas				3.709,57	
3.1.90.94.07.00.00.116500 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				3.709,57	
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	129.600,00	0,00	129.600,00	30.295,12	99.304,88
3.3.90.30.00.00.00.110000 Material de Consumo				348,00	
3.3.90.30.39.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos				348,00	
3.3.90.32.00.00.00.110000 Material de Distribuição Gratuita				20.015,00	
3.3.90.32.99.00.00.110000 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				20.015,00	
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.932,12	
3.3.90.39.05.00.00.110000 Serviços Técnicos Profissionais				3.515,00	
3.3.90.39.15.00.00.110000 Limpeza de Veículos				35,00	
3.3.90.39.17.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				770,00	
3.3.90.39.19.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Veículos				252,00	
3.3.90.39.64.00.00.110000 Telefonia fixa e Móvel				2.000,00	
3.3.90.39.69.00.00.110000 seguros em Geral				5,21	
3.3.90.39.81.00.00.110000 Serviços Bancários				125,41	
3.3.90.39.83.00.00.110000 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos				3.044,62	
3.3.90.39.99.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				184,88	
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	2.280,00	2.720,00
4.4.90.52.00.00.00.110000 Equipamentos e Material Permanente				2.280,00	
4.4.90.52.35.00.00.110000 Equipamentos de Processamento de Dados				2.280,00	



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 2

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.02 Fundo Municipal de Assistência Social					
0302.08 Assistência Social					
0302.08.244 Assistência Comunitária					
03.02.08.244.0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
03.02.08.244.0801.2.040 Manut. do Bloco PSB - FNAS					
3.1.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
3.3.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
3.3.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
3.3.90.32.00.00.00.113500 Material de Distribuicao Gratuita					
3.3.90.32.99.00.00.113500 Outros Materiais de Distribuição Gratuita	164.153,90	0,00	164.153,90	13.270,62	150.883,28
3.3.90.39.00.00.00.113500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	33.000,00	0,00	33.000,00	0,00	33.000,00
3.3.90.39.00.00.00.113500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	65.700,00	0,00	65.700,00	2.806,35	62.893,65
3.3.90.39.11.00.00.113500 Locação de Softwares	65.453,90	0,00	65.453,90	10.464,27	54.989,63
3.3.90.39.81.00.00.113500 Serviços Bancários				2.775,00	2.775,00
3.3.90.39.99.00.00.113500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				31,35	31,35
				10.464,27	8.138,40
				31,35	31,35
				2.325,87	2.325,87
03.02.08.244.0801.2.041 Manut. do Bloco GBF - FNAS					
3.3.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	69.978,14	0,00	69.978,14	12.823,10	57.155,04
3.3.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	31.525,00	0,00	31.525,00	0,00	31.525,00
3.3.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	4.453,14	0,00	4.453,14	3.218,10	1.235,04
3.3.90.30.00.00.00.113500 Material de Consumo				300,95	300,95
3.3.90.30.17.00.00.113500 Material de Processamento de Dados				300,95	300,95
3.3.90.39.00.00.00.113500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.917,15	2.917,15
3.3.90.39.63.00.00.113500 Serviços Gráficos e Editoriais				2.427,55	2.427,55
3.3.90.39.71.00.00.113500 Confeção de Material de Acondicionamento e Embal				54,60	54,60
3.3.90.39.99.00.00.113500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				435,00	435,00
4.4.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	23.000,00	0,00	23.000,00	9.605,00	13.395,00
4.4.90.52.00.00.00.113500 Equipamentos e Material Permanente				9.605,00	9.605,00
4.4.90.52.26.00.00.113500 Instrumentos Musicais e Artísticos				6.180,00	6.180,00
4.4.90.52.35.00.00.113500 Equipamentos de Processamento de Dados				3.425,00	3.425,00
03.02.08.244.0801.2.042 Manut. do Bloco GSUAS - FNAS					
3.3.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	14.562,14	0,00	14.562,14	600,00	13.962,14
3.3.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	8.025,00	0,00	8.025,00	600,00	7.425,00
3.3.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	3.537,14	0,00	3.537,14	0,00	3.537,14



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**  
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 3

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.02 Fundo Municipal de Assistência Social					
0302.08 Assistência Social	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
0302.08.244 Assistência Comunitária	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
03.02.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					
0302.08.244.0801.2.042 Manut. do Bloco GSUAS - FNAS	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
3.3.90.39.00.00.00.113500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
3.3.90.39.48.00.00.113500 Serviços de Seleção e Treinamento	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
4.4.90.00.00.00.00.113500 Aplicacoes Diretas	14.562,14	0,00	14.562,14	600,00	13.962,14
03.02.08.244.0801.2.043 Manut. do Programas Sociais - Estado					
3.3.90.00.00.00.00.116500 Aplicacoes Diretas	97.167,44	0,00	97.167,44	53.403,22	43.764,22
3.3.90.00.00.00.00.136500 Aplicacoes Diretas	33.050,00	0,00	33.050,00	12.691,70	20.358,30
3.3.90.30.07.00.00.136500 Gêneros de Alimentação	29.381,78	0,00	29.381,78	20.723,23	8.658,55
3.3.90.30.17.00.00.136500 Material de Processamento de Dados				7.414,23	
3.3.90.30.21.00.00.136500 Material de Copa e Cozinha				1.628,79	
3.3.90.30.22.00.00.136500 Material de Limpeza e Produção de Higienização				1.357,65	
3.3.90.32.00.00.00.116500 Material de Distribuicao Gratuita				721,46	
3.3.90.32.99.00.00.116500 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				3.706,33	
3.3.90.32.99.00.00.136500 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				12.587,20	
3.3.90.39.00.00.00.116500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				10.626,00	
3.3.90.39.00.00.00.136500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				12.587,20	
3.3.90.39.63.00.00.136500 Serviços Gráficos e Editoriais				10.626,00	
3.3.90.39.81.00.00.116500 Serviços Bancários				104,50	
4.4.90.00.00.00.00.116500 Aplicacoes Diretas				2.683,00	
4.4.90.00.00.00.00.136500 Equipamentos e Material Permanente				2.683,00	
4.4.90.52.06.00.00.136500 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				104,50	
4.4.90.52.12.00.00.136500 Aparelhos e Utensílios Domésticos				10.000,00	
4.4.90.52.35.00.00.136500 Equipamentos de Processamento de Dados				24.735,66	
	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
	24.735,66	0,00	24.735,66	19.988,29	4.747,37
				19.988,29	
				282,00	
				7.123,29	
				10.275,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**  
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 4

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
03.02 Fundo Municipal de Assistência Social	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
0302.08 Assistência Social	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
0302.08.244 Assistência Comunitária	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
03.02.08.244.0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
03.02.08.244.0801.2.043 Manut. do Programas Sociais - Estado	97.167,44	0,00	97.167,44	53.403,22	43.764,22
4.4.90.52.42.00.00.00.136500 Mobiliário em Geral				2.308,00	
Total por Entidade:	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13
Total Geral:	537.959,57	0,00	537.959,57	159.040,44	378.919,13

Ibiã, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira  
 Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Exercício de 2020

**Anexo 12 - Balanço Orçamentário**

Período: Janeiro à Dezembro

**Administração Direta**

Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)			200.000,00	200.000,00	244.749,44	44.749,44
Receita Patrimonial			6.900,00	6.900,00	999,85	-5.900,15
Valores Mobiliários			6.900,00	6.900,00	999,85	-5.900,15
Transferências Correntes			191.100,00	191.100,00	243.749,59	52.649,59
Transferências da União e de suas Entidades			149.100,00	149.100,00	106.724,56	-42.375,44
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			42.000,00	42.000,00	137.025,03	95.025,03
Outras Receitas Correntes			2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00
Demais Receitas Correntes			2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)			200.000,00	200.000,00	244.749,44	44.749,44
Refinanciamento (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas			0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária			0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas			0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária			0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)			200.000,00	200.000,00	244.749,44	44.749,44
Déficit (VI)			130.000,00	337.959,57	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)			330.000,00	537.959,57	244.749,44	-293.210,13
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			-	150.561,62	150.561,62	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores			-	-	0,00	-
Superávit Financeiro			-	150.561,62	150.561,62	-
Reabertura de Créditos Adicionais			-	0,00	0,00	-
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	301.000,00	461.223,91	127.167,15	121.620,24	121.620,24	334.056,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.100,00	90.497,95	46.368,38	46.368,38	46.368,38	44.129,57
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	267.900,00	370.725,96	80.798,77	75.251,86	75.251,86	289.927,19
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	29.000,00	76.735,66	31.873,29	17.550,00	17.550,00	44.862,37
INVESTIMENTOS	29.000,00	76.735,66	31.873,29	17.550,00	17.550,00	44.862,37
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VII + IX + X)	330.000,00	537.959,57	159.040,44	139.170,24	139.170,24	378.919,13
Amortização da Dívida / Refinanciamento ( XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Exercício de 2020

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página: 2/2

Amortização da Dívida / Refinanciamento ( XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)= (XI+XII)</b>	<b>330.000,00</b>	<b>537.959,57</b>	<b>159.040,44</b>	<b>139.170,24</b>	<b>139.170,24</b>	<b>378.919,13</b>
Superávit ( XIV)	-	-	85.709,00	-	-	-85.709,00
<b>TOTAL ( XV) = ( XIII + XIV)</b>	<b>330.000,00</b>	<b>537.959,57</b>	<b>244.749,44</b>	<b>139.170,24</b>	<b>139.170,24</b>	<b>293.210,13</b>
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:**

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:**

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira  
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**  
 BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13  
 Administração Direta

EXERCÍCIO 2020  
 PERÍODO (MÊS): Janeiro A. Dezembro  
 DATA DE EMISSÃO: 18/01/2021  
 PÁGINA: 1

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>244.749,44</b>	<b>Despesas Orçamentária (VII)</b>	<b>159.040,44</b>
Ordinária	148,89	Ordinária	32.575,12
Vinculada	244.600,55	Vinculada	126.465,32
Transferências do Sistema Único de Assistência Social	107.254,43	Superavit Financeiro Recursos FNAS União	23.287,37
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	137.346,12	superavit recursos suas	40.711,52
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>3.000,00</b>	Transferências do Sistema Único de Assistência Social	3.406,35
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.000,00	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	59.080,08
<b>Recbimentos Extraorçamentários (IV)</b>	<b>28.893,13</b>	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VIII)	<b>0,00</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	19.970,20	Pagamentos Extraorçamentários (X)	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES ACURTO PRAZO	0,00	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	<b>9.022,83</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.849,32	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.849,32
<b>Saldo do Exercício Anterior (V)</b>	<b>6.173,61</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte (XI)</b>	<b>6.173,61</b>
BANCOS C/ MOVIMENTO	191.281,14	BANCO C/ MOVIMENTO	<b>299.860,34</b>
BANCOS C/ VINCULADAS	40.719,52	BANCOS C/ VINCULADAS	11.491,25
<b>TOTAL (VI) = (II+III+IV+V)</b>	<b>150.561,62</b>	<b>TOTAL (XII) = (VIII+IX+X+XI)</b>	<b>288.369,09</b>
			<b>467.923,71</b>

Itiam, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira  
 Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/04



Betha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página: 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	299.860,34	PASSIVO CIRCULANTE	17.664,38
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	299.860,34	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	17.664,38
ATIVO NÃO CIRCULANTE	218.211,04	TOTAL DO PASSIVO	17.664,38
IMOBILIZADO	218.211,04		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
		RESULTADOS ACUMULADOS	500.407,00
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	93.020,42
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	407.386,58
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	500.407,00
TOTAL	518.071,38	TOTAL	518.071,38
ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	299.860,34	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	19.870,20
ATIVO CIRCULANTE	299.860,34		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	299.860,34	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	19.870,20
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	299.860,34		
ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	218.211,04	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.664,38
ATIVO NÃO CIRCULANTE	218.211,04	PASSIVO CIRCULANTE	17.664,38
IMOBILIZADO	218.211,04	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	17.664,38
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	218.211,04	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	17.664,38
SALDO PATRIMONIAL			480.536,80
COMPENSAÇÕES	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	289.849,47
		TOTAL	289.849,47

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
ORDINÁRIA	11.293,29
VINCULADA	268.696,85
1131 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social	27,63
1135 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social	175.259,41
1165 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	91.082,05
1335 - Superávit Financeiro Recursos FNAS União	1.717,85



Betha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
1365 - superávit recursos suas	609,91
TOTAL	279.990,14

Ibiara, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira  
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4



**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta

Exercício de 2020

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS**

		Exercício Atual
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>248.128,81</b>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		999,85
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		999,85
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		140.025,03
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		3.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		137.025,03
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		107.103,93
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		379,37
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		106.724,56
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>155.108,39</b>
PESSOAL E ENCARGOS		64.412,13
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		53.625,61
ENCARGOS PATRONAIS		10.786,52
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		88.953,29
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		53.649,58
SERVIÇOS		21.602,28
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		13.701,43
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.742,97
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.742,97
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>		<b>93.020,42</b>

Ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira  
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa - Anexo 16

Administração Direta

Exercício de 2020

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

Autorizações				Saldo anterior em Circulação	Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor da Emissão		Emissão	Resgate	Valor
<b>Totais:</b>				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**NADA À DECLARAR**

Ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira  
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4





ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício 2020

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<b>RESTOS A PAGAR</b>		<b>19.870,20</b>	<b>0,00</b>	<b>19.870,20</b>
Restos a Pagar Não Processados	0,00	19.870,20	0,00	19.870,20
Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEPÓSITOS</b>		<b>6.173,61</b>	<b>6.173,61</b>	<b>0,00</b>
CONSIG. BRADESCO - FONTE 1165	0,00	1.114,76	1.114,76	0,00
INSS FOLHA - FONTE 1165	0,00	3.778,10	3.778,10	0,00
IRRF - FONTE 1165	0,00	1.118,67	1.118,67	0,00
ISSQN - FONTE 00	0,00	162,08	162,08	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>0,00</b>	<b>26.043,81</b>	<b>6.173,61</b>	<b>19.870,20</b>

Ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira

Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**  
 Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa  
 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício 2020  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página: 1

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
	Exercício Atual
INGRESSOS	3.000,00
Transferências recebidas	0,00
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	3.000,00
DESEMBOLSOS	121.620,24
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	112.597,31
Assistência Social	112.597,31
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	9.022,93
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>-118.620,24</b>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
	Exercício Atual
DESEMBOLSOS	17.550,00
Outros Desembolsos de Investimentos	17.550,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-17.550,00</b>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
	Exercício Atual
DESEMBOLSOS	0,00
Outros Desembolsos de Financiamentos	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	
	Exercício Atual
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>-136.170,24</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>191.281,14</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>299.860,34</b>



Betha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**  
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido  
Administração Direta

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	407.386,58	0,00	407.386,58
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93.020,42	0,00	93.020,42
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.407,00	0,00	500.407,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**  
 Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			127.167,15
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			46.368,38
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		46.368,38	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	31.872,29		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	25.733,04		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	6.139,25		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	10.786,52		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	1.577,53		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	9.208,99		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	3.709,57		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	3.709,57		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			80.798,77
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		80.798,77	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	8.063,18		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	1.628,79		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.658,60		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	721,46		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	3.706,33		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veiculos	348,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	46.003,20		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	46.003,20		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	26.732,39		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	3.515,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	8.138,40		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veiculos	35,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	770,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veiculos	252,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	600,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	5.110,55		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	2.000,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	5,21		
3.3.90.39.71.00.00.00	Confecção de Material de Acondicionamento e Embal	54,60		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	261,26		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	3.044,62		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.945,75		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			31.873,29
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			31.873,29
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		31.873,29	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	31.873,29		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	282,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensilios Domésticos	7.123,29		
4.4.90.52.26.00.00.00	Instrumentos Musicais e Artísticos	6.180,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	15.980,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	2.308,00		
			Total:	159.040,44

Ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira  
 Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O4



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal de Assistencia Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			127.167,15
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			46.368,38
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		46.368,38	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	31.872,29		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	25.733,04		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	6.139,25		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	10.786,52		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	1.577,53		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	9.208,99		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	3.709,57		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	3.709,57		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			80.798,77
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		80.798,77	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	8.063,18		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	1.628,79		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.658,60		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	721,46		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	3.706,33		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	348,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	46.003,20		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	46.003,20		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	26.732,39		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	3.515,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	8.138,40		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	35,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	770,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	252,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	600,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	5.110,55		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	2.000,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	5,21		
3.3.90.39.71.00.00.00	Confecção de Material de Acondicionamento e Embal	54,60		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	261,26		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	3.044,62		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.945,75		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			31.873,29
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			31.873,29
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		31.873,29	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	31.873,29		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	282,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	7.123,29		
4.4.90.52.26.00.00.00	Instrumentos Musicais e Artísticos	6.180,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	15.980,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	2.308,00		



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	2.308,00		
			Total da Unidade:	159.040,44
			Total do Órgão:	159.040,44
			Total da Entidade:	159.040,44
			TOTAL GERAL:	159.040,44

Ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira  
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4







Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM  
Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS  
Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			159.040,44	159.040,44
08.244	Assistência Comunitária			159.040,44	159.040,44
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			159.040,44	159.040,44
08.244.0801.2.039	Manut. do Fundo M. de Assistência Social			78.943,50	78.943,50
08.244.0801.2.040	Manut. do Bloco PSB - FNAS			13.270,62	13.270,62
08.244.0801.2.041	Manut. do Bloco GBF - FNAS			12.823,10	12.823,10
08.244.0801.2.042	Manut. do Bloco GSUAS - FNAS			600,00	600,00
08.244.0801.2.043	Manut. do Programas Sociais - Estado			53.403,22	53.403,22
Total:					159.040,44
Total da Entidade:					159.040,44
TOTAL GERAL:					159.040,44

Ibiara, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira  
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			159.040,44	159.040,44
08.244	Assistência Comunitária			159.040,44	159.040,44
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			159.040,44	159.040,44
08.244.0801.2.039	Manut. do Fundo M. de Assistência Social			78.943,50	78.943,50
08.244.0801.2.040	Manut. do Bloco PSB - FNAS			13.270,62	13.270,62
08.244.0801.2.041	Manut. do Bloco GBF - FNAS			12.823,10	12.823,10
08.244.0801.2.042	Manut. do Bloco GSUAS - FNAS			600,00	600,00
08.244.0801.2.043	Manut. do Programas Sociais - Estado			53.403,22	53.403,22
Total:				0,00	0,00
				159.040,44	159.040,44

Ibiã, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira  
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
8	Assistência Social	32.575,12	126.465,32	159.040,44
08.244	Assistência Comunitária	32.575,12	126.465,32	159.040,44
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	32.575,12	126.465,32	159.040,44
08.244.0801.2.039	Manut. do Fundo M. de Assistência Social	32.575,12	46.368,38	78.943,50
08.244.0801.2.040	Manut. do Bloco PSB - FNAS		13.270,62	13.270,62
08.244.0801.2.041	Manut. do Bloco GBF - FNAS		12.823,10	12.823,10
08.244.0801.2.042	Manut. do Bloco GSUAS - FNAS		600,00	600,00
08.244.0801.2.043	Manut. do Programas Sociais - Estado		53.403,22	53.403,22
Total:		32.575,12	126.465,32	159.040,44

Ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira  
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

ÓRGÃOS	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
3 FUNDOS MUNICIPAIS		159.040,44				
Total :		159.040,44				

159.040,44  
159.040,44

ÓRGÃOS	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
3 FUNDOS MUNICIPAIS						
Total :						

Ibiã, 18/01/2021

Maria Ivete Gomes de Oliveira  
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4



## Publicação Nº 2878692

Página 1

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------	-------	---------------------

Total: 757.290,22

Ibiam, 18/01/2021

---

Maria Ivete G. de Oliveira  
Gestor Fundo M. de Saúde

---

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1  
 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receitas Correntes			
Receita Patrimonial	751.815,22	DESPESAS CORRENTES	3.069.387,73
Transferências Correntes	2.810,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.756.296,91
Outras Receitas Correntes	748.699,41	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.313.090,82
	305,64		
DEFICIT	2.317.572,51		
TOTAL	3.069.387,73	TOTAL	3.069.387,73
		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	2.317.572,51
Receitas de Capital			
Alienação de Bens	5.475,00	DESPESAS DE CAPITAL	208.068,34
Transferências de Capital	2.000,00	INVESTIMENTOS	208.068,34
	3.475,00		
DEFICIT	2.520.165,85		
TOTAL	3.277.456,07	TOTAL	3.277.456,07

**Resumo**

RECEITAS CORRENTES	751.815,22	DESPESAS CORRENTES	3.069.387,73
RECEITAS DE CAPITAL	5.475,00	DESPESAS DE CAPITAL	208.068,34
DEFICIT	2.520.165,85		
TOTAL	3.277.456,07	TOTAL	3.277.456,07

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

Ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete G.de Oliveira  
 Gestor Fundo M.de Saúde

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	500.000,00	757.290,22	364.723,75	107.433,53
Receitas Correntes	496.000,00	751.815,22	359.248,75	103.433,53
Receita Patrimonial	16.990,00	2.810,17	135,13	14.314,96
Valores Mobiliários	16.990,00	2.810,17	135,13	14.314,96
Juros e Correções Monetárias	16.990,00	2.810,17	135,13	14.314,96
Remuneração de Depósitos Bancários	16.990,00	2.810,17	135,13	14.314,96
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	16.990,00	2.810,17	135,13	14.314,96
Rend. Recurso da Saúde	2.157,50	339,56	0,00	1.817,94
Rend. Cof. Atenção Básica - Estado	551,25	103,96	0,00	447,29
Rend. Cof. Assist. Farm. Básica - Estado	551,25	27,00	0,00	524,25
Rend. Conv. da Saúde - União	2.205,00	535,41	0,00	1.669,59
Rend. Con. da Saúde - Estado	2.205,00	0,00	0,00	2.205,00
Rend. Bloco Atenção Básica	6.063,75	1.669,11	0,00	4.394,64
Rend. Bloco MAC	551,25	0,00	0,00	551,25
Rend. Bloco Vigilância em Saúde	1.102,50	0,00	0,00	1.102,50
Rend. Bloco Assistência Farmacêutica	1.102,50	0,00	0,00	1.102,50
Rend. Bloco Gestão do SUS	500,00	0,00	0,00	500,00
Rend. Alienação de Bens - Saúde	0,00	135,13	135,13	0,00
Transferências Correntes	479.010,00	748.699,41	358.807,98	89.118,57
Transferências da União e de suas Entidades	423.885,00	680.866,91	337.644,32	80.662,41
Transferências da União - Específica E/M	423.885,00	680.866,91	337.644,32	80.662,41
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - R	413.885,00	414.555,65	71.333,06	70.662,41
Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	280.372,50	351.705,56	71.333,06	0,00
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	280.372,50	351.705,56	71.333,06	0,00
Transf. Rec. SUS - Atenção Básica	280.372,50	351.705,56	71.333,06	0,00
Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta C	38.000,00	28.714,94	0,00	9.285,06
Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta	38.000,00	28.714,94	0,00	9.285,06
Transf. Recursos do SUS - MAC	38.000,00	28.714,94	0,00	9.285,06
Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	70.000,00	22.588,87	0,00	47.411,13
Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - Pr	70.000,00	22.588,87	0,00	47.411,13
Transf. Rec. SUS - Vigilância em Saúde	70.000,00	22.588,87	0,00	47.411,13
Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	20.000,00	11.546,28	0,00	8.453,72
Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	20.000,00	11.546,28	0,00	8.453,72
Transf. Rec. SUS - Assistência Farmacêutica	20.000,00	11.546,28	0,00	8.453,72
Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS	5.512,50	0,00	0,00	5.512,50
Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS - Princip	5.512,50	0,00	0,00	5.512,50
Transf. Rec. SUS - Gestão do SUS	5.512,50	0,00	0,00	5.512,50
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - E	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Transf. Rec. SUS - Atenção Básica (Investimento)	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Outras Transferências da União	0,00	266.311,26	266.311,26	0,00
Outras Transferências da União	0,00	266.311,26	266.311,26	0,00
Outras Transferências da União - Principal	0,00	266.311,26	266.311,26	0,00
Outras Transferências da União - COVID/19	0,00	166.311,26	166.311,26	0,00
Transf. Emenda Parlamentar Individual (Inciso II do art. 1º	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	55.125,00	67.832,50	21.163,66	8.456,16
Transferências dos Estados - Específica E/M	55.125,00	67.832,50	21.163,66	8.456,16
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde -	55.125,00	67.832,50	21.163,66	8.456,16
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde	55.125,00	67.832,50	21.163,66	8.456,16
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saú	55.125,00	67.832,50	21.163,66	8.456,16
SUS - MAC - Estado	6.615,00	0,00	0,00	6.615,00
Cof. Atenção Básica - Estado	35.280,00	56.443,66	21.163,66	0,00



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Cof. Assist. Farm. Básica - Estado	13.230,00	11.388,84	0,00	1.841,16
Outras Receitas Correntes	0,00	305,64	305,64	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	305,64	305,64	0,00
Restituições	0,00	305,64	305,64	0,00
Outras Restituições	0,00	305,64	305,64	0,00
Outras Restituições	0,00	305,64	305,64	0,00
Outras Restituições - Principal	0,00	305,64	305,64	0,00
Outras Restituições - Principal	0,00	305,64	305,64	0,00
Receitas de Capital	4.000,00	5.475,00	5.475,00	4.000,00
Alienação de Bens	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
Transferências de Capital	4.000,00	3.475,00	3.475,00	4.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	2.000,00	3.475,00	3.475,00	2.000,00
Transferências da União	2.000,00	3.475,00	3.475,00	2.000,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - E	0,00	3.475,00	3.475,00	0,00
Transf. Recursos do SUS - Outros Programas Financ. por Transf	0,00	3.475,00	3.475,00	0,00
Transf. Recursos do SUS - Outros Programas Financ. por Tran	0,00	3.475,00	3.475,00	0,00
Transf. Recursos do SUS - COVID/19	0,00	3.475,00	3.475,00	0,00
Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de S	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e c	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Únic	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Totais:	500.000,00	757.290,22	364.723,75	107.433,53

Ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete G.de Oliveira  
Gestor Fundo M.de Saúde

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.01 Fundo Municipal Da Saude	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
0301.10 Saúde					
0301.10.301 Atenção Básica	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.1.074 Ampliação da Rede Física da Saúde	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110200 Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113300 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116300 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
03.01.10.301.1.075 Aquisição de Veículos - Saúde	83.084,55	0,00	83.084,55	81.000,00	2.084,55
4.4.90.00.00.00.00.110200 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.113300 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116300 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.118800 Aplicacoes Diretas	2.135,13	0,00	2.135,13	2.135,13	0,00
4.4.90.00.00.00.00.130200 Aplicacoes Diretas	1.300,00	0,00	1.300,00	1.215,45	84,55
4.4.90.00.00.00.00.138800 Aplicacoes Diretas	27.649,42	0,00	27.649,42	27.649,42	0,00
4.4.90.52.00.00.00.110200 Equipamentos e Material Permanente				50.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.118800 Equipamentos e Material Permanente				2.135,13	
4.4.90.52.00.00.00.130200 Equipamentos e Material Permanente				1.215,45	
4.4.90.52.00.00.00.138800 Equipamentos e Material Permanente				27.649,42	
4.4.90.52.00.00.00.110200 Veículos de Tração Mecânica				50.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.118800 Veículos de Tração Mecânica				2.135,13	
4.4.90.52.00.00.00.130200 Veículos de Tração Mecânica				1.215,45	
4.4.90.52.00.00.00.138800 Veículos de Tração Mecânica				27.649,42	
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saúde	3.119.130,18	0,00	3.119.130,18	2.474.552,65	644.577,53
3.1.71.00.00.00.00.110200 Transf. a Consórcios Públicos	17.000,00	0,00	17.000,00	13.728,00	3.272,00
3.1.71.70.00.00.00.110200 Rateio pela Participação em Consórcio Público				13.728,00	
3.1.71.70.01.00.00.110200 Rateio pela Participação em Consórcio Público				13.728,00	
3.1.90.00.00.00.00.110200 Aplicacoes Diretas	1.560.000,00	0,00	1.560.000,00	1.392.322,39	167.677,61
3.1.90.00.00.00.00.113300 Aplicacoes Diretas	528,47	0,00	528,47	528,47	0,00
3.1.90.00.00.00.00.115200 Aplicacoes Diretas	14.108,09	0,00	14.108,09	14.108,09	0,00
3.1.90.00.00.00.00.133300 Aplicacoes Diretas	11.935,97	0,00	11.935,97	11.935,97	0,00
3.1.90.11.00.00.00.110200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				984.029,66	



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.01 Fundo Municipal Da Saude	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
0301.10 Saude					
0301.10.301 Atenção Básica	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saude					
3.1.90.11.00.00.00.00.113300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				2.474.552,65	644.577,53
3.1.90.11.00.00.00.00.115200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				528,47	
3.1.90.11.00.00.00.00.133300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				14.108,09	
3.1.90.11.01.00.00.00.110200 vencimentos e salários				11.935,97	
3.1.90.11.01.00.00.00.113300 vencimentos e salários				906.077,64	
3.1.90.11.01.00.00.00.113300 vencimentos e salários				528,47	
3.1.90.11.01.00.00.00.113300 vencimentos e salários				14.108,09	
3.1.90.11.01.00.00.00.115200 vencimentos e salários				11.935,97	
3.1.90.11.01.00.00.00.133300 vencimentos e salários				77.952,02	
3.1.90.11.43.00.00.00.110200 13º salário				325.224,65	
3.1.90.13.00.00.00.00.110200 Obrigacoes Patronais				5.621,06	
3.1.90.13.01.00.00.00.110200 FGTS				319.603,59	
3.1.90.13.02.00.00.00.110200 Contribuições Previdenciárias - INSS				13.167,03	
3.1.90.16.00.00.00.00.110200 Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil				13.167,03	
3.1.90.16.44.00.00.00.110200 Serviços Extraordinários				46.365,19	
3.1.90.34.00.00.00.00.110200 Outras Despesas de Pessoal decor.de Contr.de Terc				46.365,19	
3.1.90.34.01.00.00.00.110200 Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)				23.535,86	
3.1.90.94.00.00.00.00.110200 Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas				22.913,86	
3.1.90.94.07.00.00.00.110200 Indenizacao por Demissao de Servidor ou Empregado				622,00	
3.1.90.94.11.00.00.00.110200 Licença-prêmio Convertida em Pecunia				5.484,00	2.516,00
3.3.71.00.00.00.00.110200 Transferências a Consórcios Públicos	8.000,00	0,00	8.000,00	5.484,00	
3.3.71.70.00.00.00.110200 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO					
3.3.71.70.01.00.00.110200 Participação em Consórcio Público					
3.3.90.00.00.00.00.110200 Aplicacoes Diretas	988.423,75	0,00	988.423,75	754.036,96	234.387,19
3.3.90.00.00.00.00.117800 Aplicacoes Diretas	36.330,29	0,00	36.330,29	36.330,29	0,00
3.3.90.00.00.00.00.133300 Aplicacoes Diretas	736,33	0,00	736,33	736,33	0,00
3.3.90.00.00.00.00.133800 Aplicacoes Diretas	91.987,57	0,00	91.987,57	91.882,43	105,14
3.3.90.14.00.00.00.110200 Diárias - Civil				6.898,80	
3.3.90.14.14.00.00.110200 Diárias no País - Civil				6.898,80	
3.3.90.30.00.00.00.110200 Material de Consumo				341.427,78	
3.3.90.30.00.00.00.117800 Material de Consumo				36.330,29	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 3

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.01 Fundo Municipal Da Saude					
0301.10 Saude					
0301.10.301 Atenção Básica	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saude					
3.3.90.30.00.00.00.13300 Material de Consumo				3.277.456,07	803.981,32
3.3.90.30.00.00.00.133800 Material de Consumo					
3.3.90.30.01.00.00.110200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos					
3.3.90.30.04.00.00.110200 Gás Engarrafado					
3.3.90.30.07.00.00.110200 Gêneros de Alimentação					
3.3.90.30.09.00.00.110200 Material Farmacológico	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
3.3.90.30.09.00.00.117800 Material Farmacológico	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
3.3.90.30.09.00.00.133300 Material Farmacológico	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
3.3.90.30.09.00.00.133800 Material Farmacológico					
3.3.90.30.10.00.00.110200 Material Odontológico					
3.3.90.30.16.00.00.110200 Material de Expediente	3.119.130,18	0,00	3.119.130,18	2.474.552,65	644.577,53
3.3.90.30.21.00.00.110200 Material de Copa e Cozinha				736,33	
3.3.90.30.22.00.00.110200 Material de Limpeza e Produção de Higienização				57.382,43	
3.3.90.30.24.00.00.110200 Material para Manutenção de Bens Imóveis				48.797,99	
3.3.90.30.25.00.00.110200 Material para Manutenção de Bens Móveis				4.450,00	
3.3.90.30.26.00.00.110200 Material Elétrico e Eletrônico				409,34	
3.3.90.30.28.00.00.110200 Material de Proteção e Segurança				225.092,72	
3.3.90.30.35.00.00.110200 Material Laboratorial				36.330,29	
3.3.90.30.36.00.00.110200 Material Hospitalar				736,33	
3.3.90.30.36.00.00.133800 Material Hospitalar				56.962,43	
3.3.90.30.39.00.00.110200 Material para Manutenção de Veículos				4.065,21	
3.3.90.30.44.00.00.110200 Material de Sinalização Visual e Afins				4.239,37	
3.3.90.30.96.00.00.110200 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				69,95	
3.3.90.30.99.00.00.110200 Outros Materiais de Consumo				14.140,80	
3.3.90.32.00.00.00.110200 Material de Distribuição Gratuita				943,67	
3.3.90.32.99.00.00.110200 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				1.512,00	
3.3.90.39.00.00.00.110200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				525,90	
3.3.90.39.00.00.00.133800 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				413,00	
3.3.90.39.05.00.00.110200 Serviços Técnicos Profissionais				3.360,00	
				10.044,41	
				420,00	
				12.757,21	
				780,00	
				5.549,71	
				4.276,50	
				28.078,08	
				28.078,08	
				377.631,90	
				34.500,00	
				9.540,00	



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.01 Fundo Municipal Da Saude					
0301.10 Saude					
0301.10.301 Atenção Básica	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saude					
3.390.39.15.00.00.00.110200 Limpeza de Veiculos					
3.390.39.16.00.00.00.110200 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis					
3.390.39.17.00.00.00.110200 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip					
3.390.39.19.00.00.00.110200 Manutenção e Conservação de Veículos					
3.390.39.25.00.00.00.110200 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins					
3.390.39.28.00.00.00.110200 Coleta de Lixo e Demais Resíduos					
3.390.39.43.00.00.00.110200 Serviços de Energia Elétrica					
3.390.39.44.00.00.00.110200 Serviços de Água e Esgoto					
3.390.39.47.00.00.00.110200 Serviços de Comunicação em Geral					
3.390.39.50.00.00.00.110200 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor					
3.390.39.50.00.00.00.133800 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor					
3.390.39.64.00.00.00.110200 Telefonia fixa e Móvel					
3.390.39.69.00.00.00.110200 seguros em Geral					
3.390.39.75.00.00.00.110200 Multas e Infrações de Trânsito					
3.390.39.81.00.00.00.110200 Serviços Bancários					
3.390.39.83.00.00.00.110200 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos					
3.390.39.96.00.00.00.110200 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec					
3.390.39.99.00.00.00.110200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.393.00.00.00.00.00.110200 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos					
3.393.00.00.00.00.00.117800 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos					
3.393.39.00.00.00.00.110200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.393.39.00.00.00.00.117800 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.393.39.50.00.00.00.110200 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laborat					
3.393.39.50.00.00.00.117800 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laborat					
4.4.71.00.00.00.00.110200 Transferências a Consórcios Públicos					
4.4.90.00.00.00.00.110200 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.00.00.00.00.113300 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.00.00.00.00.116300 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.52.00.00.00.110200 Equipamentos e Material Permanente					
	301.000,00	0,00	301.000,00	78.609,16	222.390,84
	63.669,71	0,00	63.669,71	63.669,71	0,00
				78.609,16	
				63.669,71	
				78.609,16	
				63.669,71	
	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
	20.000,00	0,00	20.000,00	11.181,25	8.818,75
	2.205,00	0,00	2.205,00	0,00	2.205,00
	2.205,00	0,00	2.205,00	0,00	2.205,00
				11.181,25	



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.01 Fundo Municipal Da Saude					
0301.10 Saude					
0301.10.301 Atenção Básica					
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE					
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saude	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
4.4.90.52.06.00.00.00.110200 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
4.4.90.52.08.00.00.00.110200 Aparelhos, Equip. Utens Médico-Odont, Labor e Hosp					
4.4.90.52.35.00.00.00.110200 Equipamentos de Processamento de Dados					
4.4.90.52.36.00.00.00.110200 Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório					
4.4.90.52.42.00.00.00.110200 Mobiliário em Geral					
03.01.10.301.1001.2.032 Manut. do Bloco de Atenção Básica	131.085,03	0,00	131.085,03	121.058,09	10.026,94
3.1.90.00.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	4.232,61	0,00	4.232,61	4.232,61	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.113800 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
3.1.90.11.01.00.00.00.113800 vencimentos e salários					
3.3.90.00.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.00.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.30.00.00.00.00.113800 Material de Consumo					
3.3.90.30.00.00.00.00.113800 Material de Consumo					
3.3.90.30.09.00.00.00.113800 Material Farmacológico					
3.3.90.30.09.00.00.00.113800 Material Farmacológico					
3.3.90.30.25.00.00.00.113800 Material para Manutenção de Bens Móveis					
3.3.90.30.36.00.00.00.113800 Material Hospitalar					
3.3.90.30.36.00.00.00.113800 Material Hospitalar					
3.3.90.36.00.00.00.00.113800 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física					
3.3.90.36.06.00.00.00.113800 Serviços Técnicos Profissionais					
3.3.90.39.00.00.00.00.113800 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.90.39.43.00.00.00.113800 Serviços de Energia Elétrica					
3.3.90.39.63.00.00.00.113800 Serviços Gráficos e Editoriais					
03.01.10.301.1001.2.033 Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável	460.926,91	0,00	460.926,91	445.060,06	15.866,85
3.1.90.00.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	274.436,25	0,00	274.436,25	274.436,25	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00.113812 Aplicacoes Diretas	8.355,18	0,00	8.355,18	8.355,18	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00.113811 Aplicacoes Diretas	1.288,83	0,00	1.288,83	1.288,83	0,00



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.01 Fundo Municipal Da Saude					
0301.10 Saude					
0301.10.301 Atenção Básica					
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.2.033 Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável	460.926,91	0,00	460.926,91	445.060,06	15.866,85
3.1.90.00.00.00.00.133810 Aplicacoes Diretas	19.186,82	0,00	19.186,82	19.186,82	0,00
3.1.90.11.00.00.00.113800 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			271.239,01	271.239,01	
3.1.90.11.00.00.00.133810 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			19.186,82	19.186,82	
3.1.90.11.00.00.00.133812 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			8.355,18	8.355,18	
3.1.90.11.00.00.00.133811 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			1.288,83	1.288,83	
3.1.90.11.01.00.00.113800 vencimentos e salários			250.219,36	250.219,36	
3.1.90.11.01.00.00.133810 vencimentos e salários			19.186,82	19.186,82	
3.1.90.11.01.00.00.133811 vencimentos e salários			8.355,18	8.355,18	
3.1.90.11.01.00.00.133811 vencimentos e salários			1.288,83	1.288,83	
3.1.90.11.43.00.00.113800 13º salário			21.019,65	21.019,65	
3.1.90.13.00.00.00.113800 Obrigacoes Patronais			1.118,26	1.118,26	
3.1.90.13.02.00.00.113800 Contribuições Previdenciárias - INSS			1.118,26	1.118,26	
3.1.90.16.00.00.00.113800 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			1.926,59	1.926,59	
3.1.90.16.44.00.00.113800 Serviços Extraordinários			1.926,59	1.926,59	
3.3.90.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	49.000,00	0,00	49.000,00	36.646,82	12.353,18
3.3.90.00.00.00.00.133820 Aplicacoes Diretas	21,46	0,00	21,46	21,46	0,00
3.3.90.30.00.00.00.113800 Material de Consumo				35.061,82	
3.3.90.30.09.00.00.113800 Material Farmacológico				2.097,00	
3.3.90.30.23.00.00.113800 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				4.695,00	
3.3.90.30.28.00.00.113800 Material de Proteção e Segurança				13.015,00	
3.3.90.30.35.00.00.113800 Material Laboratorial				7.877,02	
3.3.90.30.36.00.00.113800 Material Hospitalar				7.377,80	
3.3.90.36.00.00.00.113800 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				1.585,00	
3.3.90.36.06.00.00.113800 Serviços Técnicos Profissionais				1.585,00	
3.3.90.39.00.00.00.133820 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				21,46	
3.3.90.39.47.00.00.133820 Serviços de Comunicação em Geral				21,46	
4.4.90.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00		993,06
4.4.90.00.00.00.00.133300 Aplicacoes Diretas	9.095,87	0,00	9.095,87	6.727,85	2.368,22
4.4.90.00.00.00.00.133800 Aplicacoes Diretas	98.542,50	0,00	98.542,50	98.542,50	0,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 7

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.01 Fundo Municipal Da Saude					
0301.10 Saude					
0301.10.301 Atenção Básica	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.2.033 Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável					
4.4.90.52.00.00.00.113800 Equipamentos e Material Permanente	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
4.4.90.52.00.00.00.133300 Equipamentos e Material Permanente	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
4.4.90.52.00.00.00.133800 Equipamentos e Material Permanente	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
4.4.90.52.08.00.00.133300 Aparelhos, Equip. Utens Médico-Odont.	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
4.4.90.52.08.00.00.133800 Aparelhos, Equip. Utens Médico-Odont.	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
4.4.90.52.33.00.00.133800 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
4.4.90.52.34.00.00.133800 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
4.4.90.52.35.00.00.133800 Equipamentos de Processamento de Dados	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
4.4.90.52.42.00.00.113800 Mobiliário em Geral	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
4.4.90.52.42.00.00.133800 Mobiliário em Geral	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.2.034 Manut. BI, MAC, Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.					
3.3.72.00.00.00.00.113800 Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos	45.168,99	0,00	45.168,99	28.052,88	17.116,11
3.3.72.00.00.00.00.133800 Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos	38.551,25	0,00	38.551,25	21.435,14	17.116,11
3.3.72.39.00.00.00.113800 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	6.617,74	0,00	6.617,74	6.617,74	0,00
3.3.72.39.00.00.00.133800 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	6.617,74	0,00	6.617,74	6.617,74	0,00
3.3.72.39.50.00.00.113800 Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laborat	6.617,74	0,00	6.617,74	6.617,74	0,00
3.3.72.39.50.00.00.133800 Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laborat	6.617,74	0,00	6.617,74	6.617,74	0,00
03.01.10.301.1001.2.035 Manut. do Bloco Vigilância em Saúde					
3.1.90.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	117.130,92	0,00	117.130,92	51.631,06	65.499,86
3.1.90.00.00.00.00.133816 Aplicacoes Diretas	11.102,50	0,00	11.102,50	5.418,55	5.683,95
3.1.90.00.00.00.00.133816 Aplicacoes Diretas	11.986,40	0,00	11.986,40	10.908,14	1.078,26
3.1.90.11.00.00.00.113800 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				5.418,55	
3.1.90.11.00.00.00.133816 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				10.908,14	
3.1.90.11.01.00.00.113800 Vencimentos e salários				5.418,55	
3.1.90.11.01.00.00.133816 Vencimentos e salários				9.635,70	
3.1.90.11.43.00.00.133816 13º salário				1.272,44	
3.3.90.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	57.520,00	0,00	57.520,00	9.290,48	48.229,52
3.3.90.00.00.00.00.133815 Aplicacoes Diretas	25.912,02	0,00	25.912,02	15.403,89	10.508,13



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.01 Fundo Municipal Da Saude					
0301.10 Saude					
0301.10.301 Atenção Básica	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.2.035 Manut. do Bloco Vigilância em Saúde					
3.3.90.30.00.00.00.113800 Material de Consumo					
3.3.90.30.00.00.00.113815 Material de Consumo					
3.3.90.30.01.00.00.133815 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos					
3.3.90.30.16.00.00.133815 Material de Expediente					
3.3.90.30.22.00.00.113800 Material de Limpeza e Produção de Higienização					
3.3.90.30.22.00.00.133815 Material de Limpeza e Produção de Higienização					
3.3.90.30.28.00.00.133815 Material de Proteção e Segurança					
3.3.90.30.35.00.00.113800 Material Laboratorial					
3.3.90.30.39.00.00.113800 Material para Manutenção de Veículos	117.130,92	0,00	117.130,92	51.631,06	65.499,86
3.3.90.30.39.00.00.133815 Material para Manutenção de Veículos					
3.3.90.30.99.00.00.133815 Outros Materiais de Consumo					
3.3.90.32.00.00.00.113800 Material de Distribuição Gratuita					
3.3.90.32.99.00.00.113800 Outros Materiais de Distribuição Gratuita					
3.3.90.39.00.00.00.113800 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.90.39.00.00.00.133815 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.90.39.17.00.00.113800 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip					
3.3.90.39.17.00.00.133815 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip					
3.3.90.39.19.00.00.133815 Manutenção e Conservação de Veículos					
3.3.90.39.63.00.00.113800 Serviços Gráficos e Editoriais					
4.4.90.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.00.00.00.00.133815 Aplicacoes Diretas	2.480,00	0,00	2.480,00	2.480,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.113800 Equipamentos e Material Permanente	8.130,00	0,00	8.130,00	8.130,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.133815 Equipamentos e Material Permanente					
4.4.90.52.06.00.00.133815 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação					
4.4.90.52.35.00.00.133815 Equipamentos de Processamento de Dados					
4.4.90.52.40.00.00.113800 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários					
03.01.10.301.1001.2.036 Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica	25.881,85	0,00	25.881,85	14.723,46	11.158,39
3.3.90.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	21.102,50	0,00	21.102,50	9.946,98	11.156,52





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 9

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.01 Fundo Municipal Da Saude	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
0301.10 Saude					
0301.10.301 Atenção Básica	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.2.036 Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica					
3.3.90.00.00.00.00.00.133813 Aplicacoes Diretas	25.881,85	0,00	25.881,85	14.723,46	11.158,39
3.3.90.30.00.00.00.00.113800 Material de Consumo	4.779,35	0,00	4.779,35	4.777,48	1,87
3.3.90.30.00.00.00.00.133813 Material de Consumo				9.945,98	
3.3.90.30.09.00.00.00.113800 Material Farmacológico				4.777,48	
3.3.90.30.09.00.00.00.133813 Material Farmacológico				9.945,98	
				4.777,48	
03.01.10.301.1001.2.037 Manut. do Bloco Gestão do SUS					
3.3.90.00.00.00.00.00.113800 Aplicacoes Diretas	6.012,50	0,00	6.012,50	0,00	6.012,50
	6.012,50	0,00	6.012,50	0,00	6.012,50
03.01.10.301.1001.2.038 Manut. dos Programas do SUS - Estado					
3.3.72.00.00.00.00.00.116700 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos					
3.3.90.00.00.00.00.00.116700 Aplicacoes Diretas	79.016,46	0,00	79.016,46	61.377,87	17.638,59
3.3.90.00.00.00.00.00.136723 Aplicacoes Diretas	6.615,00	0,00	6.615,00	0,00	6.615,00
3.3.90.00.00.00.00.00.136723 Aplicacoes Diretas	43.612,50	0,00	43.612,50	38.611,56	5.000,94
3.3.90.00.00.00.00.00.136722 Aplicacoes Diretas	3.722,86	0,00	3.722,86	3.700,21	22,65
3.3.90.30.00.00.00.00.116700 Material de Consumo	19.066,10	0,00	19.066,10	19.066,10	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.136723 Material de Consumo				38.601,11	
3.3.90.30.00.00.00.00.136722 Material de Consumo				3.700,21	
3.3.90.30.09.00.00.00.116700 Material Farmacológico				4.067,60	
3.3.90.30.09.00.00.00.136723 Material Farmacológico				38.601,11	
3.3.90.30.09.00.00.00.136722 Material Farmacológico				3.700,21	
3.3.90.36.00.00.00.00.136722 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				4.067,60	
3.3.90.36.99.00.00.00.136722 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				14.998,50	
3.3.90.39.00.00.00.00.116700 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				14.998,50	
3.3.90.39.81.00.00.00.116700 Serviços Bancários				10,45	
				10,45	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 10

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01 Fundo Municipal Da Saude	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
0301.10 Saude	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
0301.10.301 Atenção Básica	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
03.01.10.301.1001.2.038 Manut. dos Programas do SUS - Estado	79.016,46	0,00	79.016,46	61.377,87	17.638,59
4.4.90.00.00.00.00.116700 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
Total por Entidade:	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32
Total Geral:	4.081.437,39	0,00	4.081.437,39	3.277.456,07	803.981,32

Ibiã, 18/01/2021

Maria Ivete G.de Oliveira  
 Gestor Fundo M.de Saúde

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/04



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
 Anexo 12 - Balanço Orçamentário  
 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)	
RECEITAS CORRENTES (I)		496.000,00	496.000,00	751.815,22	255.815,22	
Receita Patrimonial		16.990,00	16.990,00	2.810,17	-14.179,83	
Valores Mobiliários		16.990,00	16.990,00	2.810,17	-14.179,83	
Transferências Correntes		479.010,00	479.010,00	748.699,41	269.689,41	
Transferências da União e de suas Entidades		423.885,00	423.885,00	680.866,91	256.981,91	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		55.125,00	55.125,00	67.832,50	12.707,50	
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	305,64	305,64	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		0,00	0,00	305,64	305,64	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		4.000,00	4.000,00	5.475,00	1.475,00	
Alienação de Bens		0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	
Alienação de Bens Móveis		0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	
Transferências de Capital		4.000,00	4.000,00	3.475,00	-525,00	
Transferências da União e de suas Entidades		2.000,00	2.000,00	3.475,00	1.475,00	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		500.000,00	500.000,00	757.290,22	257.290,22	
Refinanciamento (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		500.000,00	500.000,00	757.290,22	257.290,22	
Déficit (VI)		2.955.266,25	3.581.437,39	2.520.165,85	-	
TOTAL (VII) = (V + VI)		3.455.266,25	4.081.437,39	3.277.456,07	-803.981,32	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	419.399,45	419.399,45	-	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		-	-	0,00	-	
Superávit Financeiro		-	419.399,45	419.399,45	-	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	0,00	0,00	-	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	3.336.856,25	3.833.694,47	3.069.387,73	3.052.352,83	3.051.713,45	764.306,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.803.538,75	1.934.161,12	1.756.296,91	1.756.296,91	1.756.296,91	177.864,21
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	1.533.317,50	1.899.533,35	1.313.090,82	1.296.055,92	1.295.416,54	586.442,53
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	118.410,00	247.742,92	208.068,34	46.297,24	46.297,24	39.674,58
INVESTIMENTOS	118.410,00	247.742,92	208.068,34	46.297,24	46.297,24	39.674,58
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VII + IX + X)	3.455.266,25	4.081.437,39	3.277.456,07	3.098.650,07	3.098.010,69	803.981,32
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 2/2

Amortização da Dívida / Refinanciamento ( XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)= (XI+XII)</b>	<b>3.455.266,25</b>	<b>4.081.437,39</b>	<b>3.277.456,07</b>	<b>3.098.650,07</b>	<b>3.098.010,69</b>	<b>803.981,32</b>
Superávit ( XIV)	-	-	-	-	-	0,00
<b>TOTAL ( XV) = ( XIII + XIV)</b>	<b>3.455.266,25</b>	<b>4.081.437,39</b>	<b>3.277.456,07</b>	<b>3.098.650,07</b>	<b>3.098.010,69</b>	<b>803.981,32</b>
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:**

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	1.164,00	25.723,72	19.529,93	19.529,93	6.883,79	474,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTE:	1.164,00	25.723,72	19.529,93	19.529,93	6.883,79	474,00
DESPESAS DE CAPITAL	20.164,46	39.830,25	6.102,60	6.102,60	53.892,11	0,00
INVESTIMENTOS	20.164,46	39.830,25	6.102,60	6.102,60	53.892,11	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>21.328,46</b>	<b>65.553,97</b>	<b>25.632,53</b>	<b>25.632,53</b>	<b>60.775,90</b>	<b>474,00</b>

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:**

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	6.970,47	6.970,47	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	6.970,47	6.970,47	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>6.970,47</b>	<b>6.970,47</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete G.de Oliveira  
 Gestor Fundo M.de Saúde

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
 BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13  
 Administração Direta

EXERCÍCIO/2020  
 PERÍODO (MÊS): Janeiro A. Dezembro  
 DATA DE EMISSÃO: 18/01/2021  
 PÁGINA: 1

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>757.290,22</b>	<b>Despesas Orçamentária (VII)</b>	<b>3.277.456,07</b>
Ordinária	645,20	Ordinária	2.346.334,32
Vinculada	756.645,02	Vinculada	929.121,75
Alienação de Bens - Saúde	2.135,13	Alienação de Bens - Saúde	2.135,13
Emendas Parlamentares Individual com Finalidade Definida	100.000,00	Emendas Parlamentares Individual com Finalidade Definida	100.000,00
Transferências de Convênios - União/Saúde	535,41	SUPERAVIT CONV. SAUDE/UNIAO	19.399,95
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	596.011,02	Superavit Finan. Recursos SUS Estado	22.766,31
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	67.363,46	Superavit Financeiro Recursos SUS União	324.384,44
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>2.149.427,32</b>	Transferências de Convênios - União/Saúde	528,47
TRANFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.149.427,32	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	421.295,89
<b>Recebimentos Extraorçamentários (IV)</b>	<b>503.020,53</b>	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	38.611,56
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	178.806,00	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VIII)</b>	<b>0,00</b>
Inscrição de Restos a Pagar Processados	639,38	TRANFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES ACURTO PRAZO	1.409,98	<b>Pagamentos Extraorçamentários (X)</b>	<b>355.917,70</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	322.165,17	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	25.632,53
<b>Saldo do Exercício Anterior (V)</b>	<b>778.887,12</b>	RP PROCESSADOS PAGOS	6.970,47
BANCO C/ MOVIMENTO	318.636,25	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.409,98
BANCOS C/ VINCULADAS	460.250,87	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	321.904,72
<b>TOTAL (VI) = (III+III+IV+V)</b>	<b>4.188.625,19</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte (XI)</b>	<b>555.251,42</b>
		BANCO C/ MOVIMENTO	186.394,15
		BANCOS C/ VINCULADAS	368.857,27
		<b>TOTAL (XII) = (VII+VIII+X+XI)</b>	<b>4.188.625,19</b>

Ibiam, 18/01/2021

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/04

Marta Ivete Gude Oliveira  
 Gestor Fundo Mude Saúde



Beltra Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM**  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	555.414,84	PASSIVO CIRCULANTE	232.259,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	555.251,42	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	210.257,44
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.163,42	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	639,38
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.655.906,60	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	21.362,53
IMOBILIZADO	1.655.906,60	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>232.259,35</b>
		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Exercício Atual</b>
		RESULTADOS ACUMULADOS	1.980.062,09
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	-319.111,97
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.299.174,06
		<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.980.062,09</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.212.321,44</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.212.321,44</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>Exercício Atual</b>
ATIVO	555.314,84	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.789,91
ATIVO CIRCULANTE	555.314,84	PASSIVO CIRCULANTE	2.789,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	555.251,42	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	639,38
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	63,42	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.150,53
<b>TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>555.314,84</b>	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	178.806,00
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	474,00
		<b>TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>182.069,91</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>Exercício Atual</b>
ATIVO	1.657.006,60	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	229.469,44
ATIVO CIRCULANTE	1.100,00	PASSIVO CIRCULANTE	229.469,44
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.100,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	210.257,44
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.655.906,60	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	19.212,00
IMOBILIZADO	1.655.906,60	<b>TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>229.469,44</b>
<b>TOTAL DO ATIVO PERMANENTE</b>	<b>1.657.006,60</b>		
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>1.800.782,09</b>		



Betina Sistenas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página: 2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta

COMPENSAÇÕES		Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
TOTAL			0,00		1.290.500,21
		EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS			
		DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
		DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL		
		ORDINÁRIA	118.570,39		
		VINCULADA	254.674,54		
		0088 - Alienação Bens Móveis - Saúde	0,00		
		1133 - Transferências de Convênios - União/Saúde	6,94		
		1138 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	224.647,43		
		1167 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	28.374,55		
		1178 - Emendas Parlamentares Individual com Finalidade Definida	0,00		
		1188 - Alienação de Bens - Saúde	0,00		
		1333 - SUPERÁVIT CONV. SAÚDE-UNIAO	0,00		
		1338 - Superávit Financeiro Recursos SUS União	645,62		
		1367 - Superávit Finan. Recursos SUS Estado	0,00		
		<b>TOTAL</b>	<b>373.244,93</b>		

Ibiã, 18/01/2021

Maria Inês G. de Oliveira  
Gestor Fundo Mude Saúde

Elza Rinaldi Cser  
CRC/SC 020276/04



**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**

Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa - Anexo 16

Administração Direta

Exercício de 2020

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

Autorizações				Saldo anterior em Circulação	Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor da Emissão		Emissão	Resgate	Valor
Totais:				0,00	0,00	0,00	0,00

**NADA À DECLARAR**

Ibiam, 18/01/2021

---

Maria Ivete G.de Oliveira  
Gestor Fundo M.de Saúde

---

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício 2020  
PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro  
Página: 1/1

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>93.852,90</b>	<b>179.445,38</b>	<b>93.378,90</b>	<b>179.919,38</b>
Restos a Pagar Não Processados	86.882,43	178.806,00	86.408,43	179.280,00
Restos a Pagar Processados	6.970,47	639,38	6.970,47	639,38
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>1.890,08</b>	<b>322.165,17</b>	<b>321.904,72</b>	<b>2.150,53</b>
Agemad fonte 02	0,00	1.510,14	1.510,14	0,00
CONSIG. BRADESCO - FONTE 02	0,00	39.762,68	39.225,48	537,20
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 02	0,00	7.699,92	7.699,92	0,00
CONSIGNAÇÃO BRADESCO - FONTE 1138	0,00	420,25	420,25	0,00
CONSIGNAÇÃO CEF - FONTE 02	0,00	4.959,00	4.959,00	0,00
Despesas Procedimentos Medicos/Exames - Fonte 02	0,00	4.326,91	4.326,91	0,00
Despesas Procedimentos médicos/Exames Fonte 02	0,00	48,19	48,19	0,00
INSS FOLHA - FONTE 02	1.890,08	103.729,80	104.006,55	1.613,33
INSS FOLHA - FONTE 1138	0,00	11.374,19	11.374,19	0,00
INSS PREST. DE SERV. - FONTE 02	0,00	1.328,01	1.328,01	0,00
INSS PREST. DE SERV. - FONTE 1138	0,00	2.031,81	2.031,81	0,00
INSS Prestação Serviços - Fonte 1167	0,00	989,88	989,88	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 02	0,00	85.081,87	85.081,87	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 1138	0,00	39.815,91	39.815,91	0,00
IRRF PREST. DE SERV. - FONTE 02	0,00	682,69	682,69	0,00
IRRF PREST. SERV. - FONTE 1138	0,00	1.972,47	1.972,47	0,00
ISS - FONTE 1167	0,00	270,00	270,00	0,00
ISSQN - FONTE 02	0,00	1.590,52	1.590,52	0,00
ISSQN - FONTE 1138	0,00	754,05	754,05	0,00
MULTAS DE TRANSITO - FONTE 02	0,00	237,36	237,36	0,00
Pladisa - Fonte 02	0,00	13.579,52	13.579,52	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>95.742,98</b>	<b>501.610,55</b>	<b>415.283,62</b>	<b>182.069,91</b>

Ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete G.de Oliveira  
Gestor Fundo M.de Saúde

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4



**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

**FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

	Exercício Atual
<b>INGRESSOS</b>	2.216.674,58
Transferências recebidas	0,00
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	305,64
<b>OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS</b>	2.216.368,94
<b>DESEMBOLSOS</b>	3.144.895,02
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	2.754.735,94
Saúde	2.754.735,94
<b>OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS</b>	390.159,08
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>-928.220,44</b>

**FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS**

	Exercício Atual
<b>DESEMBOLSOS</b>	52.399,84
Aquisição de Ativos Não Circulante	6.102,60
Outros Desembolsos de Investimentos	46.297,24
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-52.399,84</b>

**FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO**

	Exercício Atual
<b>DESEMBOLSOS</b>	0,00
Outros Desembolsos de Financiamentos	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>

**APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO**

	Exercício Atual
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>-980.620,28</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>778.887,12</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>555.251,42</b>



Betha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido  
Administração Direta

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
<b>Saldo Inicial Exercício Atual</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.299,174,06	0,00	<b>2.299.174,06</b>
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(319.111,97)	0,00	(319.111,97)
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo Final Exercício Atual</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.980.062,09</b>	<b>0,00</b>	<b>1.980.062,09</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Da Saude

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.069.387,73
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.756.296,91
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		13.728,00	
3.1.71.70.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.728,00		
3.1.71.70.01.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.728,00		
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.742.568,91	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.331.231,33		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	1.230.987,22		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	100.244,11		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	326.342,91		
3.1.90.13.01.00.00	FGTS	5.621,06		
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	320.721,85		
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.093,62		
3.1.90.16.44.00.00	Serviços Extraordinários	15.093,62		
3.1.90.34.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal decorr.de Contr.de Terc	46.365,19		
3.1.90.34.01.00.00	Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)	46.365,19		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	23.535,86		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	22.913,86		
3.1.90.94.11.00.00	Licença-prêmio Convertida em Pecúnia	622,00		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.313.090,82
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		5.484,00	
3.3.71.70.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	5.484,00		
3.3.71.70.01.00.00	Participação em Consórcio Público	5.484,00		
3.3.72.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		28.052,88	
3.3.72.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	28.052,88		
3.3.72.39.50.00.00	Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laborat	28.052,88		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.137.275,07	
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	6.898,80		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	6.898,80		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	627.390,04		
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	50.292,13		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	4.450,00		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	409,34		
3.3.90.30.09.00.00	Material Farmacológico	422.487,54		
3.3.90.30.10.00.00	Material Odontológico	4.065,21		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	4.861,37		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	69,95		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	15.638,80		
3.3.90.30.23.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	4.695,00		
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	943,67		
3.3.90.30.25.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	3.227,00		
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	525,90		
3.3.90.30.28.00.00	Material de Proteção e Segurança	24.840,90		
3.3.90.30.35.00.00	Material Laboratorial	13.144,00		
3.3.90.30.36.00.00	Material Hospitalar	52.396,46		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	14.147,21		
3.3.90.30.44.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	780,00		
3.3.90.30.96.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	5.549,71		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	4.865,85		
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	30.478,08		
3.3.90.32.99.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	30.478,08		
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	44.933,50		
3.3.90.36.06.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	29.935,00		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Da Saude

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	14.998,50		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	427.574,65		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	9.540,00		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	3.163,50		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	2.470,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	4.256,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	22.213,94		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	900,00		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	15.742,97		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	19.643,47		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	7.984,77		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	6.488,46		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	230.129,04		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	1.684,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	3,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	17.709,31		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	237,36		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.108,52		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	4.100,74		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	14.583,33		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	65.616,24		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		142.278,87	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	142.278,87		
3.3.93.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laborat	142.278,87		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			208.068,34
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			208.068,34
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		208.068,34	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	208.068,34		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	5.682,00		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	35.020,17		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	1.428,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	14.386,58		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	39.907,78		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	188,45		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	2.480,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	27.975,36		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veiculos de Tração Mecânica	81.000,00		
Total da Unidade:				3.277.456,07
Total do Órgão:				3.277.456,07
Total da Entidade:				3.277.456,07
TOTAL GERAL:				3.277.456,07

Ibiã, 18/01/2021

Maria Ivete G.de Oliveira  
 Gestor Fundo M.de Saúde

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
 Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.069.387,73
3.100.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.756.296,91
3.171.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		13.728,00	
3.171.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.728,00		
3.171.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.728,00		
3.190.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.742.568,91	
3.190.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.331.231,33		
3.190.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	1.230.987,22		
3.190.11.43.00.00.00	13º salário	100.244,11		
3.190.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	326.342,91		
3.190.13.01.00.00.00	FGTS	5.621,06		
3.190.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	320.721,85		
3.190.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.093,62		
3.190.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	15.093,62		
3.190.34.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal decorr.de Contr.de Terc	46.365,19		
3.190.34.01.00.00.00	Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)	46.365,19		
3.190.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	23.535,86		
3.190.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	22.913,86		
3.190.94.11.00.00.00	Licença-prêmio Convertida em Pecúnia	622,00		
3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.313.090,82
3.371.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		5.484,00	
3.371.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	5.484,00		
3.371.70.01.00.00.00	Participação em Consórcio Público	5.484,00		
3.372.00.00.00.00.00	Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos		28.052,88	
3.372.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	28.052,88		
3.372.39.50.00.00.00	Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laborat	28.052,88		
3.390.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.137.275,07	
3.390.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	6.898,80		
3.390.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	6.898,80		
3.390.30.00.00.00.00	Material de Consumo	627.390,04		
3.390.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	50.292,13		
3.390.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	4.450,00		
3.390.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	409,34		
3.390.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	422.487,54		
3.390.30.10.00.00.00	Material Odontológico	4.065,21		
3.390.30.16.00.00.00	Material de Expediente	4.861,37		
3.390.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	69,95		
3.390.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	15.638,80		
3.390.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	4.695,00		
3.390.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	943,67		
3.390.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	3.227,00		
3.390.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	525,90		
3.390.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	24.840,90		
3.390.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	13.144,00		
3.390.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	52.396,46		
3.390.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	14.147,21		
3.390.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	780,00		
3.390.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	5.549,71		
3.390.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	4.865,85		
3.390.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	30.478,08		
3.390.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	30.478,08		
3.390.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	44.933,50		
3.390.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	29.935,00		
3.390.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	14.998,50		
3.390.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	427.574,65		
3.390.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	9.540,00		
3.390.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	3.163,50		
3.390.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	2.470,00		
3.390.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	4.256,00		



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

## Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	22.213,94		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	900,00		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	15.742,97		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	19.643,47		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	7.984,77		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	6.488,46		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	230.129,04		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	1.684,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	3,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	17.709,31		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	237,36		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.108,52		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	4.100,74		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	14.583,33		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	65.616,24		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		142.278,87	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	142.278,87		
3.3.93.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laborat	142.278,87		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			208.068,34
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			208.068,34
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		208.068,34	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	208.068,34		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	5.682,00		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	35.020,17		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	1.428,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	14.386,58		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	39.907,78		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	188,45		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	2.480,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	27.975,36		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	81.000,00		
			Total:	3.277.456,07

Ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete G. de Oliveira  
Gestor Fundo M. de Saúde

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM  
Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS  
Unidade Orcamentária: 01 - Fundo Municipal Da Saude

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica				
10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE				
10.301.1001.1.074	Ampliação da Rede Física da Saúde		81.000,00	3.196.456,07	3.277.456,07
10.301.1001.1.075	Aquisição de Veículos - Saúde		81.000,00	3.196.456,07	3.277.456,07
10.301.1001.2.031	Manut. das Atividades de Saúde		81.000,00	3.196.456,07	3.277.456,07
10.301.1001.2.032	Manut. do Bloco de Atenção Básica				
10.301.1001.2.033	Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável				
10.301.1001.2.034	Manut. BI, MAC, Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.				
10.301.1001.2.035	Manut. do Bloco Vigilância em Saúde				
10.301.1001.2.036	Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica				
10.301.1001.2.037	Manut. do Bloco Gestão do SUS				
10.301.1001.2.038	Manut. dos Programas do SUS - Estado				
	Total:				
	Total da Entidade:		81.000,00	3.196.456,07	3.277.456,07
	TOTAL GERAL:		81.000,00	3.196.456,07	3.277.456,07

ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete G.de Oliveira	Elza Rinaldi Coser
Gestor Fundo M.de Saúde	CRC/SC 020276/04



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM**  
Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica		81.000,00	3.196.456,07	3.277.456,07
10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE		81.000,00	3.196.456,07	3.277.456,07
10.301.1001.1.074	Ampliação da Rede Física da Saúde		81.000,00	3.196.456,07	3.277.456,07
10.301.1001.1.075	Aquisição de Veículos - Saúde				0,00
10.301.1001.2.031	Manut. das Atividades de Saúde				81.000,00
10.301.1001.2.032	Manut. do Bloco de Atenção Básica		81.000,00	2.474.552,65	2.474.552,65
10.301.1001.2.033	Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável			121.058,09	121.058,09
10.301.1001.2.034	Manut. Bl. MAC Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.			445.060,06	445.060,06
10.301.1001.2.035	Manut. do Bloco Vigilância em Saúde			28.052,88	28.052,88
10.301.1001.2.036	Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica			51.631,06	51.631,06
10.301.1001.2.037	Manut. do Bloco Gestão do SUS			14.723,46	14.723,46
10.301.1001.2.038	Manut. dos Programas do SUS - Estado			61.377,87	61.377,87
Total:				3.196.456,07	3.277.456,07

Ibiã, 18/01/2021

Maria Ivete G.de Oliveira  
Gestor Fundo M.de Saúde

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	2.348.334,32	929.121,75	3.277.456,07
10.301	Atenção Básica	2.348.334,32	929.121,75	3.277.456,07
10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE	2.348.334,32	929.121,75	3.277.456,07
10.301.1001.1.075	Aquisição de Veículos - Saúde	78.864,87	2.135,13	81.000,00
10.301.1001.2.031	Manut. das Atividades de Saúde	2.269.469,45	205.083,20	2.474.552,65
10.301.1001.2.032	Manut. do Bloco de Atenção Básica		121.058,09	121.058,09
10.301.1001.2.033	Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável		445.060,06	445.060,06
10.301.1001.2.034	Manut. Bl. MAC Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.		28.052,88	28.052,88
10.301.1001.2.035	Manut. do Bloco Vigilância em Saúde		51.631,06	51.631,06
10.301.1001.2.036	Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica		14.723,46	14.723,46
10.301.1001.2.038	Manut. dos Programas do SUS - Estado		61.377,87	61.377,87
Total:		2.348.334,32	929.121,75	3.277.456,07

Ibiam, 18/01/2021

---

Maria Ivete G.de Oliveira  
Gestor Fundo M.de Saúde

---

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

ÓRGÃOS	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
3 FUNDOS MUNICIPAIS				3.277.456,07		
Total :				3.277.456,07		
ÓRGÃOS	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
3 FUNDOS MUNICIPAIS						3.277.456,07
Total :						3.277.456,07

Ibiã, 18/01/2021

Maria Ivete G. de Oliveira  
Gestor Fundo M. de Saúde

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**

Betha Sistemas  
 Exercício 2020

**Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**

A Lei de Meios, para o exercício de 2020 de nº 641/2019 de 09 de Dezembro de 2019, estimou a receita em 500.000,00 e fixou a despesa em 3.455.266,25.  
 Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		3.455.266,25
+ Créditos Suplementares:	1.023.269,49	
+ Créditos Especiais:	0,00	1.023.269,49
- Reduções:		397.098,35
DESPESA AUTORIZADA:		4.081.437,39

**CRÉDITOS ADICIONAIS:**

No exercício considerado, foram autorizados 45 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 1.023.269,49, e 0 crédito(s) especiais no valor de R\$ 0,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	397.098,35
Despesa a Maior	626.171,14
TOTAL:	1.023.269,49

**ANÁLISE DA RECEITA**

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 757.290,22, verificando-se uma arrecadação a maior de R\$ 257.290,22, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	500.000,00
Arrecadação a Maior	257.290,22
Receita Arrecadada	757.290,22

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	500.000,00	757.290,22	257.290,22
Receitas Correntes	496.000,00	751.815,22	255.815,22
Receita Patrimonial	16.990,00	2.810,17	-14.179,83
Valores Mobiliários	16.990,00	2.810,17	-14.179,83
Transferências Correntes	479.010,00	748.699,41	269.689,41
Transferências da União e de suas Entidades	423.885,00	680.866,91	256.981,91
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	55.125,00	67.832,50	12.707,50
Outras Receitas Correntes	0,00	305,64	305,64
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	305,64	305,64
Receitas de Capital	4.000,00	5.475,00	1.475,00
Alienação de Bens	0,00	2.000,00	2.000,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	2.000,00	2.000,00
Transferências de Capital	4.000,00	3.475,00	-525,00
Transferências da União e de suas Entidades	2.000,00	3.475,00	1.475,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	2.000,00	0,00	-2.000,00
Totais:	500.000,00	757.290,22	257.290,22

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 748.699,41 correspondem a 98,8656% do total arrecadado.  
 O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2017	26.775,61	366.150,17	0,00	392.925,78
2018	14.831,27	442.324,62	408.600,00	865.755,89
2019	12.912,03	548.062,04	39.800,00	600.774,07
2020	3.115,81	748.699,41	5.475,00	757.290,22



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**

Exercício 2020

**Balço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 748.699,41 correspondem a 98,8656% do total arrecadado. O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2017	26.775,61	366.150,17	0,00	392.925,78
2018	14.831,27	442.324,62	408.600,00	865.755,89
2019	12.912,03	548.062,04	39.800,00	600.774,07
2020	3.115,81	748.699,41	5.475,00	757.290,22

**ANÁLISE DA DESPESA**

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 641/2019 foi de R\$ 3.455.266,25.

A Despesa realizada alcançou R\$ 3.277.456,07, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	3.833.694,47	3.069.387,73	-764.306,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.934.161,12	1.756.296,91	-177.864,21
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.899.533,35	1.313.090,82	-586.442,53
DESPESAS DE CAPITAL	247.742,92	208.068,34	-39.674,58
INVESTIMENTOS	247.742,92	208.068,34	-39.674,58
Total	4.081.437,39	3.277.456,07	-803.981,32

A maior contratação de dispêndio deu-se em PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS : R\$ 1.756.296,91 , que representa 53,5872 % do total. O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS			
	Correntes	Capital	Total
2017	2.426.555,52	106.289,86	2.532.845,38
2018	2.659.545,88	377.736,15	3.037.282,03
2019	3.074.287,59	277.845,64	3.352.133,23
2020	3.069.387,73	208.068,34	3.277.456,07

**CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA**

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

**DESPESA AUTORIZADA**

Créditos Orçamentários	3.455.266,25
Créditos Suplementares:	1.023.269,49
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	397.098,35
Total	4.081.437,39

**DESPESA REALIZADA**

Orçamentária	3.277.456,07
Despesa a Menor	-803.981,32

RECEITA ARRECADADA	757.290,22
(-) Receita Prevista	500.000,00
RECEITA A MAIOR	257.290,22



**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM****Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta****GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA  
BALANÇO FINANCEIRO**Betha Sistemas  
Exercício 2020

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.  
As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldo do início do exercício	778.887,12
<b>RECEITA ARRECADADA</b>	
Receita Orçamentária	757.290,22
Transferências Financeiras Recebidas	2.149.427,32
Interferências Financeiras	0,00
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.409,98
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	322.165,17
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	178.806,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	639,38
<b>TOTAL</b>	<b>4.188.625,19</b>
<b>DESPESA REALIZADA</b>	
Despesa Orçamentária	3.277.456,07
Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Interferências Financeiras	0,00
<b>EXTRAORÇAMENTÁRIA</b>	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.409,98
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	321.904,72
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	25.632,53
RP PROCESSADOS PAGOS	6.970,47
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>555.251,42</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.188.625,19</b>

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2020.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**

Betha Sistemas  
Exercício 2020

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

**BALANÇO PATRIMONIAL**

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	555.251,42
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.163,42
Total do Ativo Circulante	556.414,84
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	
IMOBILIZADO	1.655.906,60
Total do Ativo Não-Circulante	1.655.906,60
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.212.321,44</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	210.257,44
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	639,38
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	21.362,53
Total do Passivo Circulante	232.259,35
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>232.259,35</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
TOTAL	1.980.062,09
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	
ATIVO PERMANENTE	555.314,84
PASSIVO FINANCEIRO	1.657.006,60
PASSIVO PERMANENTE	182.069,91
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>229.469,44</b>
	1.800.782,09

**DÍVIDA PÚBLICA**

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.

Apresenta a seguinte situação:

<b>Dívida Fundada</b>	
Saldo do exercício anterior	0,00
Nova Formação da Dívida	0,00
Amortização Verificada no Exercício	0,00
Saldo para o exercício seguinte	0,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM**

Betha Sistemas  
 Exercício 2020

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

**DÍVIDA FLUTUANTE**

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 182.069,91 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	179.919,38
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITO	2.150,53
DÉBITOS DESOBRIGADOS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>182.069,91</b>

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2020

Saldo do exercício anterior	95.742,98 D
Nova formação da dívida	501.610,55 D
(-) Amortização do exercício	415.283,62 D
<b>Saldo do exercício de 2020</b>	<b>182.069,91 D</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.810,17
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.810,17
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.835.276,64
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.149.427,32
TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS	685.849,32
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	86.005,12
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	19.374,39
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	66.630,73
<b>TOTAL</b>	<b>2.924.091,93</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	
PESSOAL E ENCARGOS	1.764.540,45
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.432.879,45
ENCARGOS PATRONAIS	326.342,91
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	5.318,09
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.440.239,45
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	644.091,29
SERVIÇOS	711.275,75
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	84.872,41
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	38.424,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	38.424,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.243.203,90</b>

**RESULTADO PATRIMONIAL** -319.111,97

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2020, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Ibiam, 18/01/2021

Maria Ivete G. de Oliveira  
 Gestor Fundo M. de Saúde

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O4



**BALANÇO PREFEITURA IBIAM 2020**

Publicação Nº 2878670

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1  
Administração Direta

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receitas Correntes	17.129.988,17	DESPESAS CORRENTES	9.016.358,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.170.232,12	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.445.374,88
Receita Patrimonial	23.458,21	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	22.117,98
Receita de Serviços	133.817,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.548.866,05
Transferências Correntes	15.721.996,53		
Outras Receitas Correntes	80.483,91		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.799.513,17		
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE I	-172.556,04		
Dedução Serviços Administrativos Principal	-8,22		
(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA COI	-2.578.845,41		
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	-48.103,50		
		SUPERAVIT	5.314.116,09
TOTAL	14.330.475,00	TOTAL	14.330.475,00
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	5.314.116,09		
Receitas de Capital	905.982,69	DESPESAS DE CAPITAL	4.479.946,38
Operações de Crédito	514.116,69	INVESTIMENTOS	4.479.946,38
Alienação de Bens	134.900,00		
Transferências de Capital	256.966,00		
		SUPERAVIT	1.740.152,40
TOTAL	15.236.457,69	TOTAL	15.236.457,69

**Resumo**

RECEITAS CORRENTES	14.330.475,00	DESPESAS CORRENTES	9.016.358,91
RECEITAS DE CAPITAL	905.982,69	DESPESAS DE CAPITAL	4.479.946,38
		SUPERAVIT	1.740.152,40
TOTAL	15.236.457,69	TOTAL	15.236.457,69

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

Ibiam, 18/01/2021

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O-4





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	17.863.360,00	18.035.970,86	2.126.273,27	1.953.662,41
Receitas Correntes	17.827.360,00	17.129.988,17	1.240.290,58	1.937.662,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	941.366,25	1.170.232,12	280.028,51	51.162,64
Impostos	850.025,00	1.119.782,01	279.753,34	9.996,33
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	330.750,00	440.487,98	109.737,98	0,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	330.750,00	440.487,98	109.737,98	0,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	330.750,00	440.487,98	109.737,98	0,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Princípios	330.750,00	440.487,98	109.737,98	0,00
IRRF - Ordinários	198.450,00	264.372,39	65.922,39	0,00
IRRF - Educação	82.687,50	110.072,25	27.384,75	0,00
IRRF - Saúde	49.612,50	66.043,34	16.430,84	0,00
Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	519.275,00	679.294,03	170.015,36	9.996,33
Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	310.905,00	432.526,37	125.616,16	3.994,79
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	255.780,00	317.123,94	65.338,73	3.994,79
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Pr	242.550,00	287.635,48	45.085,48	0,00
PTU Receita - Ordinários	145.530,00	172.581,95	27.051,95	0,00
PTU Receita - Educação	60.637,50	71.908,57	11.271,07	0,00
PTU Receita - Saúde	36.382,50	43.144,96	6.762,46	0,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - M	4.410,00	415,21	0,00	3.994,79
PTU Multas/Juros - Ordinários	2.646,00	249,40	0,00	2.396,60
PTU Multas/Juros - Educação	1.102,50	103,68	0,00	998,82
PTU Multas/Juros - Saúde	661,50	62,13	0,00	599,37
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Di	6.615,00	18.818,38	12.203,38	0,00
PTU Rec. Dívida Ativa - Ordinários	3.969,00	11.291,54	7.322,54	0,00
PTU Rec. Dívida Ativa - Educação	1.653,75	4.704,36	3.050,61	0,00
PTU Rec. Dívida Ativa - Saúde	992,25	2.822,48	1.830,23	0,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Di	2.205,00	10.254,87	8.049,87	0,00
PTU Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	1.323,00	6.153,36	4.830,36	0,00
PTU Multas/Juros Div. Ativa - Educação	551,25	2.563,51	2.012,26	0,00
PTU Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	330,75	1.538,00	1.207,25	0,00
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de	55.125,00	115.402,43	60.277,43	0,00
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de	55.125,00	115.402,43	60.277,43	0,00
ITBI Receita - Ordinários	33.075,00	69.241,49	36.166,49	0,00
ITBI Receita - Educação	13.781,25	28.850,60	15.069,35	0,00
ITBI Receita - Saúde	8.268,75	17.310,34	9.041,59	0,00
Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	208.370,00	246.767,66	44.399,20	6.001,54
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	208.370,00	246.767,66	44.399,20	6.001,54
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	198.450,00	242.849,20	44.399,20	0,00
ISS Receita - Ordinários	119.070,00	145.711,42	26.641,42	0,00
ISS Receita - Educação	49.612,50	60.711,44	11.098,94	0,00
ISS Receita - Saúde	29.767,50	36.426,34	6.658,84	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	4.410,00	2.086,64	0,00	2.323,36
ISS Multas/Juros - Ordinários	2.646,00	1.252,75	0,00	1.393,25
ISS Multas/Juros - Educação	1.102,50	521,35	0,00	581,15
ISS Multas/Juros - Saúde	661,50	312,54	0,00	348,96
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	4.410,00	816,73	0,00	3.593,27
ISS Rec. Div. Ativa - Ordinários	2.646,00	490,07	0,00	2.155,93
ISS Rec. Div. Ativa - Educação	1.102,50	204,17	0,00	898,33
ISS Rec. Div. Ativa - Saúde	661,50	122,49	0,00	539,01
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	1.100,00	1.015,09	0,00	84,91
ISS Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	660,00	609,07	0,00	50,93
ISS Multas/Juros Div. Ativa - Educação	275,00	253,76	0,00	21,24



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
ISS Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	165,00	152,26	0,00	12,74
Taxas	77.560,00	50.450,11	275,17	27.385,06
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	50.305,00	36.045,37	275,17	14.534,80
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	50.305,00	36.045,37	275,17	14.534,80
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	50.305,00	36.045,37	275,17	14.534,80
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	44.100,00	32.097,97	0,00	12.002,03
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	2.205,00	404,10	0,00	1.800,90
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	3.000,00	2.268,13	0,00	731,87
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - M	1.000,00	1.275,17	275,17	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	27.255,00	14.404,74	0,00	12.850,26
Taxas pela Prestação de Serviços	27.255,00	14.404,74	0,00	12.850,26
Taxas pela Prestação de Serviços	27.255,00	14.404,74	0,00	12.850,26
Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	22.050,00	12.934,57	0,00	9.115,43
Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	2.205,00	31,81	0,00	2.173,19
Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	2.000,00	976,78	0,00	1.023,22
Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Ju	1.000,00	461,58	0,00	538,42
Contribuição de Melhoria	13.781,25	0,00	0,00	13.781,25
Contribuição de Melhoria	13.781,25	0,00	0,00	13.781,25
Contribuição de Melhoria - Principal	11.025,00	0,00	0,00	11.025,00
Contribuição de Melhoria - Multas e Juros	1.102,50	0,00	0,00	1.102,50
Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa	1.102,50	0,00	0,00	1.102,50
Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e Juros	551,25	0,00	0,00	551,25
Contribuições	11.025,00	0,00	0,00	11.025,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	11.025,00	0,00	0,00	11.025,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	11.025,00	0,00	0,00	11.025,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	11.025,00	0,00	0,00	11.025,00
COSIP	11.025,00	0,00	0,00	11.025,00
Receita Patrimonial	126.245,00	23.458,21	1.030,85	103.817,64
Valores Mobiliários	126.245,00	23.458,21	1.030,85	103.817,64
Juros e Correções Monetárias	126.245,00	23.458,21	1.030,85	103.817,64
Remuneração de Depósitos Bancários	126.245,00	23.458,21	1.030,85	103.817,64
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	126.245,00	23.458,21	1.030,85	103.817,64
Rend. Recursos da Educação	4.410,00	29,17	0,00	4.380,83
Rend. CIDE	551,25	129,68	0,00	421,57
Rend. COSIP	551,25	0,00	0,00	551,25
Rend. Conv. Polícia Militar	551,25	0,00	0,00	551,25
Rend. Conv. Polícia Civil	551,25	1,37	0,00	549,88
Rend. Conv. Tansito - Prefeitura	551,25	6,08	0,00	545,17
Rend. Fundeb 60%	6.615,00	444,50	0,00	6.170,50
Rend. PDDE	551,25	0,00	0,00	551,25
Rend. PNAE	551,25	33,39	0,00	517,86
Rend. PNATE	551,25	38,88	0,00	512,37
Rend. Conv. Educação - União	2.205,00	65,33	0,00	2.139,67
Rend. Conv. Outros - União	5.512,50	0,02	0,00	5.512,48
Rend. Salário Educação	2.205,00	79,91	0,00	2.125,09
Rend. FEP	1.102,50	1.961,74	859,24	0,00
Rend. Conv. Educação - Estado	2.205,00	0,20	0,00	2.204,80
Rend. Conv. Outros - Estado	5.512,50	0,00	0,00	5.512,50
Rend. Transf. Educação - Estado	2.205,00	0,51	0,00	2.204,49
Rendimentos Operação de Crédito	0,00	171,02	171,02	0,00
Rend. Alienação de Bens - Outros	5.512,50	91,53	0,00	5.420,97



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Rend. FNDE Outras Transferencias	0,00	0,59	0,59	0,00
Rend. Ordinários	84.350,00	20.404,29	0,00	63.945,71
Receita Agropecuária	7.166,25	0,00	0,00	7.166,25
Receita Agropecuária	7.166,25	0,00	0,00	7.166,25
Receita Agropecuária - Principal	5.512,50	0,00	0,00	5.512,50
Receita Agropecuária - Multas e Juros	551,25	0,00	0,00	551,25
Receita Agropecuária - Dívida Ativa	551,25	0,00	0,00	551,25
Receita Agropecuária - Dívida Ativa - Multas e Juros	551,25	0,00	0,00	551,25
Receita de Serviços	96.263,75	133.817,40	50.021,69	12.468,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	94.263,75	133.817,40	50.021,69	10.468,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	94.263,75	133.817,40	50.021,69	10.468,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	94.263,75	133.817,40	50.021,69	10.468,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	88.200,00	77.731,96	0,00	10.468,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juro	551,25	701,32	150,07	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	4.410,00	46.209,84	41.799,84	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa -	1.102,50	9.174,28	8.071,78	0,00
Outros Serviços	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outros Serviços	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outros Serviços	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outros Serviços - Principal	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências Correntes	16.583.505,00	15.721.996,53	840.741,49	1.702.249,96
Transferências da União e de suas Entidades	9.220.455,00	8.778.515,22	817.384,19	1.259.323,97
Transferências da União - Especifica E/M	9.220.455,00	8.778.515,22	817.384,19	1.259.323,97
Participação na Receita da União	8.891.650,00	7.685.106,27	0,00	1.206.543,73
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	8.158.500,00	7.046.317,58	0,00	1.112.182,42
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota I	8.158.500,00	7.046.317,58	0,00	1.112.182,42
FPM - Ordinários	3.508.155,00	3.029.916,55	0,00	478.238,45
FPM - Educação	2.855.475,00	2.466.211,15	0,00	389.263,85
FPM - Saúde	1.794.870,00	1.550.189,88	0,00	244.680,12
Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios - 1% Cota	396.900,00	317.086,89	0,00	79.813,11
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% C	396.900,00	317.086,89	0,00	79.813,11
FPM 1% Dezembro - Ordinários	238.140,00	190.252,14	0,00	47.887,86
FPM 1% Dezembro - Educação	99.225,00	79.271,72	0,00	19.953,28
FPM 1% Dezembro - Saúde	59.535,00	47.563,03	0,00	11.971,97
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota	330.750,00	317.762,93	0,00	12.987,07
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota	330.750,00	317.762,93	0,00	12.987,07
FPM 1% Julho - Ordinarios	198.450,00	190.657,76	0,00	7.792,24
FPM 1% Julho - Educação	82.687,50	79.440,73	0,00	3.246,77
FPM 1% Julho - Saúde	49.612,50	47.664,44	0,00	1.948,06
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	5.500,00	3.938,87	0,00	1.561,13
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	5.500,00	3.938,87	0,00	1.561,13
ITR - Ordinários	3.300,00	2.363,32	0,00	936,68
ITR - Educação	1.375,00	984,74	0,00	390,26
ITR - Saúde	825,00	590,81	0,00	234,19
Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de F	112.810,00	113.367,52	557,52	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	112.810,00	113.367,52	557,52	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	112.810,00	113.367,52	557,52	0,00
FEP	112.810,00	113.367,52	557,52	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvim	193.945,00	163.481,92	267,16	30.730,24
Transferências do Salário-Educação	130.000,00	103.423,84	0,00	26.576,16
Transferências do Salário-Educação - Principal	130.000,00	103.423,84	0,00	26.576,16



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinhe	2.205,00	0,00	0,00	2.205,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Din	2.205,00	0,00	0,00	2.205,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nac	28.665,00	27.196,40	0,00	1.468,60
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	28.665,00	27.196,40	0,00	1.468,60
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nac	33.075,00	32.594,52	0,00	480,48
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	33.075,00	32.594,52	0,00	480,48
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenv	0,00	267,16	267,16	0,00
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenv	0,00	267,16	267,16	0,00
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/9	22.050,00	0,00	0,00	22.050,00
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87	22.050,00	0,00	0,00	22.050,00
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 1	22.050,00	0,00	0,00	22.050,00
ICMS Desoneração - Ordinários	13.230,00	0,00	0,00	13.230,00
ICMS Desoneração - Educação	5.512,50	0,00	0,00	5.512,50
ICMS Desoneração - Saúde	3.307,50	0,00	0,00	3.307,50
Outras Transferências da União	0,00	816.559,51	816.559,51	0,00
Outras Transferências da União	0,00	816.559,51	816.559,51	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios/FPM	0,00	576.084,99	576.084,99	0,00
Outras Transferências da União - Principal	0,00	240.474,52	240.474,52	0,00
Transf.da União Saúde e Social/Covid-19 173/20	0,00	28.280,23	28.280,23	0,00
Transf.da União/Covid-19 173/20	0,00	212.194,29	212.194,29	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidade	6.263.050,00	5.877.193,37	23.357,30	409.213,93
Transferências dos Estados - Especifica E/M	6.263.050,00	5.877.193,37	23.357,30	409.213,93
Participação na Receita dos Estados	6.152.800,00	5.865.313,37	23.357,30	310.843,93
Cota-Parte do ICMS	5.800.000,00	5.537.839,95	0,00	262.160,05
Cota-Parte do ICMS - Principal	5.800.000,00	5.537.839,95	0,00	262.160,05
ICMS - Ordinários	3.480.000,00	3.322.703,93	0,00	157.296,07
ICMS - Educação	1.450.000,00	1.384.460,02	0,00	65.539,98
ICMS - Saúde	870.000,00	830.676,00	0,00	39.324,00
Cota-Parte do IPVA	242.550,00	222.042,18	0,00	20.507,82
Cota-Parte do IPVA - Principal	242.550,00	222.042,18	0,00	20.507,82
IPVA - Ordinários	145.530,00	133.225,25	0,00	12.304,75
IPVA - Educação	60.637,50	55.510,59	0,00	5.126,91
IPVA - Saúde	36.382,50	33.306,34	0,00	3.076,16
Cota-Parte do IPI - Municípios	88.200,00	75.615,76	0,00	12.584,24
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	88.200,00	75.615,76	0,00	12.584,24
IPI - Ordinários	52.920,00	45.369,43	0,00	7.550,57
IPI - Educação	22.050,00	18.903,97	0,00	3.146,03
IPI - Saúde	13.230,00	11.342,36	0,00	1.887,64
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	22.050,00	6.458,18	0,00	15.591,82
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econ	22.050,00	6.458,18	0,00	15.591,82
CIDE	22.050,00	6.458,18	0,00	15.591,82
Outras Participações na Receita dos Estados	0,00	23.357,30	23.357,30	0,00
Outras Participações na Receita dos Estados - Principal	0,00	23.357,30	23.357,30	0,00
Ação icms usina barra grande 60%	0,00	14.014,37	14.014,37	0,00
Ação icms usina barra grande 25%	0,00	5.839,33	5.839,33	0,00
Ação icms usina barra grande 15%	0,00	3.503,60	3.503,60	0,00
Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e	110.250,00	11.880,00	0,00	98.370,00
Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Progr	110.250,00	11.880,00	0,00	98.370,00
Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Progr	110.250,00	11.880,00	0,00	98.370,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.100.000,00	1.066.287,94	0,00	33.712,06
Transferências de Outras Instituições Públicas - Especifica E/M	1.100.000,00	1.066.287,94	0,00	33.712,06
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenv	1.100.000,00	1.066.287,94	0,00	33.712,06
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Deser	1.100.000,00	1.066.287,94	0,00	33.712,06



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Des	1.100.000,00	1.066.287,94	0,00	33.712,06
Fundeb 60%	1.100.000,00	1.066.287,94	0,00	33.712,06
Outras Receitas Correntes	61.788,75	80.483,91	68.468,04	49.772,88
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	18.742,50	7.602,04	0,00	11.140,46
Multas Previstas em Legislação Específica	18.742,50	7.602,04	0,00	11.140,46
Multas Previstas em Legislação Específica	18.742,50	7.602,04	0,00	11.140,46
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	13.230,00	7.602,04	0,00	5.627,96
Multas de Trans. - Polícia Militar	3.969,00	2.280,61	0,00	1.688,39
Multas de Trans. - Polícia Civil	3.969,00	2.280,61	0,00	1.688,39
Multas de Trans. - Prefeitura	5.292,00	3.040,82	0,00	2.251,18
Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	5.512,50	0,00	0,00	5.512,50
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	15.435,00	71.095,56	68.468,04	12.807,48
Indenizações	2.205,00	70.673,04	68.468,04	0,00
Outras Indenizações - Principal	2.205,00	70.673,04	68.468,04	0,00
Outras Indenizações	2.205,00	70.673,04	68.468,04	0,00
Outras Indenizações - Principal	2.205,00	70.673,04	68.468,04	0,00
Restituições	13.230,00	422,52	0,00	12.807,48
Outras Restituições	13.230,00	422,52	0,00	12.807,48
Outras Restituições	13.230,00	422,52	0,00	12.807,48
Outras Restituições - Principal	13.230,00	422,52	0,00	12.807,48
Demais Receitas Correntes	27.611,25	1.786,31	0,00	25.824,94
Outras Receitas	27.611,25	1.786,31	0,00	25.824,94
Outras Receitas - Primárias	27.611,25	1.786,31	0,00	25.824,94
Outras Receitas - Primárias - Principal	16.586,25	1.786,31	0,00	14.799,94
Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	11.025,00	0,00	0,00	11.025,00
Receitas de Capital	36.000,00	905.982,69	885.982,69	16.000,00
Operações de Crédito	10.000,00	514.116,69	504.116,69	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	10.000,00	514.116,69	504.116,69	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	10.000,00	514.116,69	504.116,69	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	10.000,00	514.116,69	504.116,69	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Princ	10.000,00	514.116,69	504.116,69	0,00
Alienação de Bens	0,00	134.900,00	134.900,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	134.900,00	134.900,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	134.900,00	134.900,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	134.900,00	134.900,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	134.900,00	134.900,00	0,00
Transferências de Capital	26.000,00	256.966,00	246.966,00	16.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	13.000,00	256.966,00	246.966,00	3.000,00
Transferências da União	13.000,00	256.966,00	246.966,00	3.000,00
Prog. de Apoio ao Transp. Escolar para Educação Básica - CAM	0,00	18.216,00	18.216,00	0,00
Outras transferências destinadas a Programas de Educação	0,00	18.216,00	18.216,00	0,00
Outras transferências destinadas a Programas de Educação	0,00	18.216,00	18.216,00	0,00
Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	13.000,00	238.750,00	228.750,00	3.000,00
Transferências de Convênio da União destinadas a Programas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Transferências de Convênio da União destinadas a Program	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Outras Transferências de Convênios da União	10.000,00	238.750,00	228.750,00	0,00
Outras Transferências de Convênios da União - Principal	10.000,00	238.750,00	228.750,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidade	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00
Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 6

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progra	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Prog	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Outras Transferências de Convênio dos Estados	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCI	-2.863.360,00	-2.799.513,17	-220.667,76	-284.514,59
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.863.360,00	-2.799.513,17	-220.667,76	-284.514,59
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	-172.556,04	-172.556,04	0,00
(R)DEDUCOES DA RECEITA DE IMPOSTOS	0,00	-169.930,93	-169.930,93	0,00
(R)Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	0,00	-169.930,93	-169.930,93	0,00
(R)Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	0,00	-169.919,52	-169.919,52	0,00
(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	0,00	-169.919,52	-169.919,52	0,00
(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	0,00	-169.918,87	-169.918,87	0,00
Dedução IPTU 60%	0,00	-101.951,67	-101.951,67	0,00
Dedução IPTU 25%	0,00	-42.479,56	-42.479,56	0,00
Dedução IPTU 15%	0,00	-25.487,64	-25.487,64	0,00
(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	0,00	-0,65	-0,65	0,00
IPTU DIV ATIVA - PRINCIPAL	0,00	-0,65	-0,65	0,00
(R)Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Ser	0,00	-11,41	-11,41	0,00
(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	-11,41	-11,41	0,00
(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	0,00	-11,41	-11,41	0,00
Dedução do ISSQN	0,00	-11,41	-11,41	0,00
Taxas	0,00	-2.625,11	-2.625,11	0,00
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	-36,27	-36,27	0,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	0,00	-36,27	-36,27	0,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	0,00	-36,27	-36,27	0,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	0,00	-36,27	-36,27	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-2.588,84	-2.588,84	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-2.588,84	-2.588,84	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-2.588,84	-2.588,84	0,00
Dedução Taxas Prestação de Serviços	0,00	-2.588,70	-2.588,70	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	0,00	-0,07	-0,07	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Ju	0,00	-0,07	-0,07	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-8,22	-8,22	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-8,22	-8,22	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-8,22	-8,22	0,00
Deducao Servicos Administrativos Principal	0,00	-8,22	-8,22	0,00
Deducao Servicos Administrativos Principal	0,00	-4,21	-4,21	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	-3,13	-3,13	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa -	0,00	-0,88	-0,88	0,00
(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE	-2.863.360,00	-2.578.845,41	0,00	-284.514,59
(R)Transferências da União e de suas Entidades	-1.637.210,00	-1.410.042,71	0,00	-227.167,29
(R)Transferências da União - Específica E/M	-1.637.210,00	-1.410.042,71	0,00	-227.167,29
(R)Participação na Receita da União	-1.632.800,00	-1.410.042,71	0,00	-222.757,29
(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota	-1.631.700,00	-1.409.263,19	0,00	-222.436,81
(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	-1.631.700,00	-1.409.263,19	0,00	-222.436,81
Dedução para o Fundeb-FPM	-1.631.700,00	-1.409.263,19	0,00	-222.436,81
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-1.100,00	-779,52	0,00	-320,48
Dedução do Fundeb ITR	-1.100,00	-779,52	0,00	-320,48
Dedução para o Fundeb-ITR	-1.100,00	-779,52	0,00	-320,48



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Página 7

Administração Direta

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/9	-4.410,00	0,00	0,00	-4.410,00
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87	-4.410,00	0,00	0,00	-4.410,00
Dedução do Fundeb - ICMS Deoneração	-4.410,00	0,00	0,00	-4.410,00
Dedução para o Fundeb-ICMS Desoneração	-4.410,00	0,00	0,00	-4.410,00
(R)Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entid.	-1.226.150,00	-1.168.802,70	0,00	-57.347,30
(R)Transferências dos Estados - Especifica E/M	-1.226.150,00	-1.168.802,70	0,00	-57.347,30
(R)Participação na Receita dos Estados	-1.226.150,00	-1.168.802,70	0,00	-57.347,30
(R)Cota-Parte do ICMS	-1.160.000,00	-1.109.271,97	0,00	-50.728,03
(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.160.000,00	-1.109.271,97	0,00	-50.728,03
Dedução para o Fundeb-ICMS	-1.160.000,00	-1.109.271,97	0,00	-50.728,03
(R)Cota-Parte do IPVA	-48.510,00	-44.407,54	0,00	-4.102,46
(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	-48.510,00	-44.407,54	0,00	-4.102,46
Dedução para o Fundeb_IPVA	-48.510,00	-44.407,54	0,00	-4.102,46
(R)Cota-Parte do IPI - Municípios	-17.640,00	-15.123,19	0,00	-2.516,81
(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-17.640,00	-15.123,19	0,00	-2.516,81
Dedução para o Fundeb-IPI	-17.640,00	-15.123,19	0,00	-2.516,81
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	0,00	-48.103,50	-48.103,50	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-48.103,50	-48.103,50	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-48.103,50	-48.103,50	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-48.103,50	-48.103,50	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-48.103,50	-48.103,50	0,00
Dedução de Outras Indenizações - Principal	0,00	-48.103,50	-48.103,50	0,00
<b>Totais:</b>	<b>15.000.000,00</b>	<b>15.236.457,69</b>	<b>1.905.605,51</b>	<b>1.669.147,82</b>

Ibiam, 19/01/2021

\_\_\_\_\_  
 Ivanir Zanin  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 1

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIAO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.01 Gabinete Do Prefeito E Vice-prefeito	403.000,00	0,00	403.000,00	402.040,94	959,06
0201.04 Administração	403.000,00	0,00	403.000,00	402.040,94	959,06
0201.04.122 Administração Geral	403.000,00	0,00	403.000,00	402.040,94	959,06
02.01.04.122.0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	403.000,00	0,00	403.000,00	402.040,94	959,06
02.01.04.122.0401.2.003 Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	403.000,00	0,00	403.000,00	402.040,94	959,06
3.1.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	372.800,00	0,00	372.800,00	372.892,47	107,53
3.1.90.00.00.00.00.115300 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.110000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				335.455,64	
3.1.90.11.00.00.00.115300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				20.000,00	
3.1.90.11.01.00.00.110000 Vencimentos e salários				324.045,55	
3.1.90.11.01.00.00.115300 Vencimentos e salários				20.000,00	
3.1.90.11.43.00.00.110000 13º salário				11.410,09	
3.1.90.94.00.00.00.110000 Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas				37.236,83	
3.1.90.94.07.00.00.110000 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				37.236,83	
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	10.200,00	0,00	10.200,00	9.348,47	851,53
3.3.90.14.00.00.00.110000 Diárias - Civil				615,97	
3.3.90.14.14.00.00.110000 Diárias no País - Civil				615,97	
3.3.90.30.00.00.00.110000 Material de Consumo				7.030,96	
3.3.90.30.01.00.00.110000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				5.954,96	
3.3.90.30.39.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos				1.076,00	
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.701,54	
3.3.90.39.15.00.00.110000 Limpeza de Veículos				503,00	
3.3.90.39.19.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Veículos				1.069,80	
3.3.90.39.69.00.00.110000 seguros em Geral				5,21	
3.3.90.39.99.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				123,53	
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.351.976,73	0,00	2.351.976,73	2.032.828,92	319.147,81
0202.04 Administração	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	1.922.538,20	267.971,84
0202.04.122 Administração Geral	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	1.922.538,20	267.971,84
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	1.922.538,20	267.971,84
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	2.061.510,04	0,00	2.061.510,04	1.800.157,84	261.352,20
3.1.71.00.00.00.00.110000 Transf. a Consórcios Públicos	24.000,00	0,00	24.000,00	19.500,00	4.500,00
3.1.71.70.00.00.00.110000 Rateio pela Participação em Consórcio Público				19.500,00	
3.1.71.70.01.00.00.110000 Rateio pela Participação em Consórcio Público				19.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	870.000,00	0,00	870.000,00	863.031,52	6.968,48
3.1.90.00.00.00.00.115300 Aplicacoes Diretas	86.007,24	0,00	86.007,24	86.007,24	0,00
3.1.90.11.00.00.00.110000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				730.407,66	



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 2

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02.CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	4.042.792,65
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.351.976,73	0,00	2.351.976,73	319.147,81
02.02.04 Administração	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	267.971,84
02.02.04.122 Administração Geral	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	267.971,84
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	267.971,84
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	2.061.510,04	0,00	2.061.510,04	261.352,20
3.1.90.11.00.00.00.00.115300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			86.007,24	
3.1.90.11.01.00.00.00.110000 Vencimentos e salários			668.127,97	
3.1.90.11.01.00.00.00.115300 Vencimentos e salários			86.007,24	
3.1.90.11.43.00.00.00.110000 13º salário			62.279,69	
3.1.90.16.00.00.00.110000 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			488,22	
3.1.90.16.44.00.00.00.110000 Serviços Extraordinários			488,22	
3.1.90.94.00.00.00.00.110000 Indenizações Restituições Trabalhistas			132.135,64	
3.1.90.94.07.00.00.00.110000 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			64.648,92	
3.1.90.94.11.00.00.00.110000 Licença-prêmio Convertida em Pecúnia			67.486,72	
3.3.40.00.00.00.00.110000 Transferências a Municípios	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00
3.3.40.41.00.00.00.110000 Contribuições			60.000,00	
3.3.40.41.01.00.00.110000 Despesa com Manut. de Outras Entid. de Direito Púb			60.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.110000 Transferências a Consórcios Públicos	10.140,00	0,00	10.140,00	0,00
3.3.71.70.00.00.00.110000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO			10.140,00	
3.3.71.70.01.00.00.110000 Participação em Consórcio Público			10.140,00	
3.3.72.00.00.00.00.110000 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	100,00	0,00	100,00	100,00
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	916.995,00	0,00	916.995,00	221.533,73
3.3.90.00.00.00.00.114200 Aplicacoes Diretas	2.002,44	0,00	2.002,44	0,00
3.3.90.00.00.00.00.115200 Aplicacoes Diretas	283,44	0,00	283,44	0,64
3.3.90.00.00.00.00.115300 Aplicacoes Diretas	2.121,92	0,00	2.121,92	0,00
3.3.90.14.00.00.00.110000 Diárias - Civil			923,94	
3.3.90.14.14.00.00.110000 Diárias no País - Civil			923,94	
3.3.90.30.00.00.00.110000 Material de Consumo			23.994,84	
3.3.90.30.01.00.00.110000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			4.296,39	
3.3.90.30.04.00.00.110000 Gás Engarrafado			1.885,00	
3.3.90.30.07.00.00.110000 Gêneros de Alimentação			1.842,42	
3.3.90.30.16.00.00.110000 Material de Expediente			7.649,95	
3.3.90.30.21.00.00.110000 Material de Copa e Cozinha			394,90	
3.3.90.30.22.00.00.110000 Material de Limpeza e Produção de Higieneização			3.240,23	
3.3.90.30.39.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos			210,00	
3.3.90.30.44.00.00.110000 Material de Sinalização Visual e Afins			78,00	
3.3.90.30.50.00.00.110000 Bandeiras, Flâmulas e Insignias			1.500,00	
3.3.90.30.96.00.00.110000 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado			596,95	



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 3

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	4.042.792,65
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.351.976,73	0,00	2.351.976,73	319.147,81
0202.04 Administração	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	267.971,84
0202.04.122 Administração Geral	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	267.971,84
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	267.971,84
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	2.061.510,04	0,00	2.061.510,04	261.352,20
3.3.90.30.99.00.00.110000 Outros Materiais de Consumo			2.301,00	
3.3.90.36.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			2.100,00	
3.3.90.36.99.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			2.100,00	
3.3.90.37.00.00.00.110000 Locação de Mão-de-obra			83.951,11	
3.3.90.37.07.00.00.110000 Estagiários			83.951,11	
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			550.474,09	
3.3.90.39.01.00.00.110000 Assinatura de Periódicos e Anuidades			2.400,00	
3.3.90.39.05.00.00.110000 Serviços Técnicos Profissionais			228.633,36	
3.3.90.39.11.00.00.110000 Locação de Softwares			156.945,52	
3.3.90.39.15.00.00.110000 Limpeza de Veículos			319,00	
3.3.90.39.17.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			1.570,00	
3.3.90.39.19.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Veículos			704,80	
3.3.90.39.40.00.00.110000 Programa de Alimentação do Trabalhador			540,00	
3.3.90.39.43.00.00.110000 Serviços de Energia Elétrica			14.105,92	
3.3.90.39.44.00.00.110000 Serviços de Água e Esgoto			1.709,55	
3.3.90.39.47.00.00.110000 Serviços de Comunicação em Geral			24.951,24	
3.3.90.39.63.00.00.110000 Serviços Gráficos e Editoriais			1.200,00	
3.3.90.39.64.00.00.110000 Telefonia fixa e Móvel			7.455,31	
3.3.90.39.69.00.00.110000 seguros em Geral			14.758,86	
3.3.90.39.75.00.00.110000 Multas e Infrações de Trânsito			271,26	
3.3.90.39.79.00.00.110000 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac			1.980,00	
3.3.90.39.81.00.00.110000 Serviços Bancários			56.224,60	
3.3.90.39.83.00.00.110000 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos			15.974,20	
3.3.90.39.96.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.041,38	
3.3.90.39.99.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			18.689,09	
3.3.90.40.00.00.00.110000 Serv. de Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.			16.785,00	
3.3.90.40.99.00.00.110000 Outros serviços de tecn. da informação e comun.			16.785,00	
3.3.90.47.00.00.00.114200 Obrigações Tributárias e Contributivas			2.002,44	
3.3.90.47.00.00.00.115200 Obrigações Tributárias e Contributivas			282,80	
3.3.90.47.00.00.00.115300 Obrigações Tributárias e Contributivas			2.121,92	
3.3.90.47.12.00.00.00.114200 Contribuição Para o PIS/PASEP			2.002,44	
3.3.90.47.12.00.00.00.115200 Contribuição Para o PIS/PASEP			282,80	
3.3.90.47.12.00.00.00.115300 Contribuição Para o PIS/PASEP			2.121,92	



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 4

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.351.976,73	0,00	2.351.976,73	2.032.828,92	319.147,81
0202.04 Administração	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	1.922.538,20	267.971,84
0202.04.122 Administração Geral	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	1.922.538,20	267.971,84
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.190.510,04	0,00	2.190.510,04	1.922.538,20	267.971,84
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	2.061.510,04	0,00	2.061.510,04	1.800.157,84	261.352,20
3.3.90.91.00.00.00.110000 Sentenças Judiciais				11.000,00	
3.3.90.91.99.00.00.110000 Diversas Sentenças				11.000,00	
3.3.90.93.00.00.00.110000 Indenizações e Restituições				6.232,29	
3.3.90.93.01.00.00.110000 Indenizações				4.177,96	
3.3.90.93.02.00.00.110000 Restituições				2.054,33	
3.3.93.00.00.00.00.110000 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	70.000,00	0,00	70.000,00	47.246,88	22.753,12
3.3.93.30.00.00.00.110000 Material de Consumo				12.995,88	
3.3.93.30.99.00.00.110000 Outros Materiais de Consumo				12.995,88	
3.3.93.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				34.251,00	
3.3.93.39.99.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				34.251,00	
4.4.71.00.00.00.00.110000 Transferências a Consórcios Públicos				6.000,00	1.860,00
4.4.71.70.00.00.00.110000 Rateio pela Participação em Consórcio Público	7.860,00	0,00	7.860,00	6.000,00	
4.4.71.70.01.00.00.110000 Rateio pela Participação em Consórcio Público				6.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	8.363,77	3.636,23
4.4.90.52.00.00.00.110000 Equipamentos e Material Permanente				8.363,77	
4.4.90.52.30.00.00.110000 Máquinas e Equipamentos Energéticos				990,00	
4.4.90.52.34.00.00.110000 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				1.148,00	
4.4.90.52.35.00.00.110000 Equipamentos de Processamento de Dados				1.193,00	
4.4.90.52.42.00.00.110000 Mobiliário em Geral				5.032,77	
02.02.04.122.0402.2.005 Contribuições Financeiras a Entidades	129.000,00	0,00	129.000,00	122.380,36	6.619,64
3.3.50.00.00.00.00.110000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	129.000,00	0,00	129.000,00	122.380,36	6.619,64
3.3.50.41.00.00.00.110000 Contribuições				122.380,36	
3.3.50.41.02.00.00.110000 Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv				122.380,36	
0202.06 Segurança Pública	161.466,69	0,00	161.466,69	110.290,72	51.175,97
0202.06.181 Policiamento	154.466,69	0,00	154.466,69	110.290,72	44.175,97
02.02.06.181.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL	154.466,69	0,00	154.466,69	110.290,72	44.175,97
02.02.06.181.0601.2.006 Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública	121.520,40	0,00	121.520,40	95.420,43	26.099,97
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	23.000,00	0,00	23.000,00	12.619,35	10.380,65
3.3.90.00.00.00.00.111000 Aplicacoes Diretas	3.020,25	0,00	3.020,25	2.131,27	888,98
3.3.90.00.00.00.00.111100 Aplicacoes Diretas	3.020,25	0,00	3.020,25	2.392,25	628,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 5

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.351.976,73	0,00	2.351.976,73	2.032.828,92	319.147,81
0202.06 Segurança Pública	161.466,69	0,00	161.466,69	110.290,72	51.175,97
0202.06.181 Policiamento	154.466,69	0,00	154.466,69	110.290,72	44.175,97
02.02.06.181.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL	154.466,69	0,00	154.466,69	110.290,72	44.175,97
02.02.06.181.0601.2.006 Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública	121.520,40	0,00	121.520,40	95.420,43	26.099,97
3.3.90.00.00.00.00.00.111200 Aplicações Diretas	5.843,25	0,00	5.843,25	1.722,27	4.120,98
3.3.90.00.00.00.00.00.130000 Aplicações Diretas	780,29	0,00	780,29	780,29	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.131100 Aplicações Diretas	985,96	0,00	985,96	700,00	285,96
3.3.90.00.00.00.00.00.131200 Aplicações Diretas	1.029,90	0,00	1.029,90	0,00	1.029,90
3.3.90.30.00.00.00.00.110000 Material de Consumo				3.266,23	
3.3.90.30.00.00.00.00.111100 Material de Consumo				1.930,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.130000 Material de Consumo				640,29	
3.3.90.30.00.00.00.00.131100 Material de Consumo				450,00	
3.3.90.30.01.00.00.00.111100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				70,00	
3.3.90.30.01.00.00.00.131100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				140,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.130000 Material de Copa e Cozinha				567,29	
3.3.90.30.22.00.00.00.110000 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				318,73	
3.3.90.30.24.00.00.00.110000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				248,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.130000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				73,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos				605,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.111100 Material para Manutenção de Veículos				1.860,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.131100 Material para Manutenção de Veículos				310,00	
3.3.90.30.44.00.00.00.110000 Material de Sinalização Visual e Afins				1.029,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.110000 Outros Materiais de Consumo				1.065,50	
3.3.90.39.00.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.353,12	
3.3.90.39.00.00.00.00.111000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.131,27	
3.3.90.39.00.00.00.00.111100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				462,25	
3.3.90.39.00.00.00.00.111200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.722,27	
3.3.90.39.00.00.00.00.130000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				140,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.131100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				250,00	
3.3.90.39.08.00.00.00.111200 Manutenção de Software				759,93	
3.3.90.39.15.00.00.00.110000 Limpeza de Veículos				308,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.130000 Limpeza de Veículos				140,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Veículos				8.825,12	
3.3.90.39.19.00.00.00.111100 Manutenção e Conservação de Veículos				410,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.131100 Manutenção e Conservação de Veículos				250,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.110000 Serviços Gráficos e Editoriais				220,00	
3.3.90.39.75.00.00.00.111000 Multas e Infrações de Trânsito				2.131,27	



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 6

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.351.976,73	0,00	2.351.976,73	2.032.828,92	319.147,81
0202.06 Segurança Pública	161.466,69	0,00	161.466,69	110.290,72	51.175,97
0202.06.181 Policiamento	154.466,69	0,00	154.466,69	110.290,72	44.175,97
02.02.06.181.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL	154.466,69	0,00	154.466,69	110.290,72	44.175,97
02.02.06.181.0601.2.006 Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública	121.520,40	0,00	121.520,40	95.420,43	26.099,97
3.3.90.39.81.00.00.00.111100 Serviços Bancários				52,25	
3.3.90.39.81.00.00.00.111200 Serviços Bancários				724,90	
3.3.90.39.99.00.00.00.111200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				237,44	
4.4.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	9.400,00	0,00	9.400,00	4.868,49	4.531,51
4.4.90.00.00.00.00.00.111000 Aplicacoes Diretas	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.111100 Aplicacoes Diretas	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	71.440,50	0,00	71.440,50	70.206,51	1.233,99
4.4.90.52.00.00.00.00.110000 Equipamentos e Material Permanente				4.868,49	
4.4.90.52.00.00.00.00.130000 Equipamentos e Material Permanente				70.206,51	
4.4.90.52.35.00.00.00.110000 Equipamentos de Processamento de Dados				175,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.110000 Veículos de Tração Mecânica				4.893,49	
4.4.90.52.52.00.00.00.130000 Veículos de Tração Mecânica				70.206,51	
02.02.06.181.0601.2.008 Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros	32.946,29	0,00	32.946,29	14.870,29	18.076,00
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	14.000,00	0,00	14.000,00	11.260,29	2.739,71
3.3.90.00.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	4.333,89	0,00	4.333,89	3.610,00	723,89
3.3.90.30.00.00.00.00.110000 Material de Consumo				8.270,60	
3.3.90.30.00.00.00.00.130000 Material de Consumo				3.130,00	
3.3.90.30.01.00.00.00.110000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				346,88	
3.3.90.30.28.00.00.00.110000 Material de Proteção e Segurança				7.266,00	
3.3.90.30.28.00.00.00.130000 Material de Proteção e Segurança				1.950,00	
3.3.90.30.36.00.00.00.130000 Material Hospitalar				1.180,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos				657,72	
3.3.90.39.00.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.989,69	
3.3.90.39.00.00.00.00.130000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				480,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Veículos				2.310,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.130000 Manutenção e Conservação de Veículos				480,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.110000 Serviços Bancários				679,69	
4.4.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	4.500,00	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	10.112,40	0,00	10.112,40	0,00	10.112,40



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 7

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.351.976,73	0,00	2.351.976,73	2.032.828,92	319.147,81
0202.06 Segurança Pública	161.466,69	0,00	161.466,69	110.290,72	51.175,97
0202.06.182 Defesa Civil	7.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
02.02.06.182.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL	7.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
02.02.06.182.0601.2.007 Manut. do Fundo de Defesa Civil	7.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	4.000,00	0,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.113400 Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.116400 Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
02.03 Sec. De Agricultura E Meio Ambiente	1.161.735,54	0,00	1.161.735,54	940.299,86	221.435,68
0203.18 Gestão Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00
0203.18.541 Preservação e Conservação Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00
02.03.18.541.1801 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	3.500,00	0,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00
02.03.18.541.1801.2.010 Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	500,00	0,00	500,00	500,00	500,00
0203.20 Agricultura	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	940.299,86	217.935,68
0203.20.608 Promoção da Produção Agropecuária	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	940.299,86	217.935,68
02.03.20.608.2001 ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	940.299,86	217.935,68
02.03.20.608.2001.1.061 Ampliação da Patrulha Agrícola	411.000,00	0,00	411.000,00	402.000,00	9.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400 Aplicações Diretas	238.750,00	0,00	238.750,00	234.091,46	4.658,54
4.4.90.00.00.00.00.116400 Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.130000 Aplicações Diretas	31.900,00	0,00	31.900,00	28.558,54	3.341,46
4.4.90.00.00.00.00.138900 Aplicações Diretas	139.350,00	0,00	139.350,00	139.350,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.113400 Equipamentos e Material Permanente	234.091,46	0,00	234.091,46	234.091,46	0,00
4.4.90.52.00.00.00.130000 Equipamentos e Material Permanente	28.558,54	0,00	28.558,54	28.558,54	0,00
4.4.90.52.00.00.00.138900 Equipamentos e Material Permanente	139.350,00	0,00	139.350,00	139.350,00	0,00
4.4.90.52.40.00.00.113400 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	234.091,46	0,00	234.091,46	234.091,46	0,00
4.4.90.52.40.00.00.130000 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	28.558,54	0,00	28.558,54	28.558,54	0,00
4.4.90.52.40.00.00.138900 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	139.350,00	0,00	139.350,00	139.350,00	0,00
02.03.20.608.2001.2.009 Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor	747.235,54	0,00	747.235,54	538.299,86	208.935,68
3.1.71.00.00.00.00.110000 Transf. a Consórcios Públicos	500,00	0,00	500,00	500,00	500,00
3.1.90.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	354.000,00	0,00	354.000,00	313.586,03	40.413,97
3.1.90.00.00.00.00.115300 Aplicações Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00



# **ESTADO DE SANTA CATARINA** **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 8

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	4.042.792,65
02.03 Sec. De Agricultura E Meio Ambiente	1.161.735,54	0,00	1.161.735,54	221.435,68
0203.20 Agricultura	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	217.935,68
0203.20.608 Promoção da Produção Agropecuária	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	217.935,68
02.03.20.608.2001 ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	217.935,68
02.03.20.608.2001.2.009 Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor	747.235,54	0,00	747.235,54	208.935,68
3.1.90.11.00.00.00.110000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			297.296,76	
3.1.90.11.00.00.00.115300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			15.000,00	
3.1.90.11.01.00.00.110000 vencimentos e salários			272.408,74	
3.1.90.11.01.00.00.115300 vencimentos e salários			15.000,00	
3.1.90.11.43.00.00.110000 13º salário			24.888,02	
3.1.90.16.00.00.00.110000 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			5.621,82	
3.1.90.16.44.00.00.110000 Serviços Extraordinários			5.621,82	
3.1.90.94.00.00.00.110000 Indenizações Restituições Trabalhistas			10.667,45	
3.1.90.94.07.00.00.110000 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			10.667,45	
3.3.71.00.00.00.00.110000 Transferências a Consórcios Públicos				500,00
3.3.72.00.00.00.00.110000 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos				500,00
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	500,00
3.3.90.30.00.00.00.110000 Material de Consumo	360.000,00	0,00	360.000,00	166.401,71
3.3.90.30.01.00.00.110000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	4.835,54	0,00	4.835,54	0,00
3.3.90.30.04.00.00.110000 Gás Engarrafado			86.204,07	
3.3.90.30.16.00.00.110000 Material de Expediente			64.488,43	
3.3.90.30.18.00.00.110000 Materiais e Medicamentos p/Uso Veterinário			1.117,20	
3.3.90.30.25.00.00.110000 Material para Manutenção de Bens Móveis			1.500,00	
3.3.90.30.28.00.00.110000 Material de Proteção e Segurança			528,66	
3.3.90.30.39.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos			142,50	
3.3.90.32.00.00.00.110000 Material de Distribuição Gratuita			539,50	
3.3.90.32.04.00.00.110000 Sementes			17.887,78	
3.3.90.32.99.00.00.110000 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			22.775,00	
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			12.800,00	
3.3.90.39.15.00.00.110000 Limpeza de Veículos			84.619,22	
3.3.90.39.19.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Veículos			1.123,00	
3.3.90.39.63.00.00.110000 Serviços Gráficos e Editoriais			9.946,63	
3.3.90.39.69.00.00.110000 seguros em Geral			2.300,00	
3.3.90.39.79.00.00.110000 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac			875,76	
3.3.90.39.90.00.00.110000 Serviços de Publicidade Legal			27.634,00	
3.3.90.39.99.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.263,00	
3.3.90.93.00.00.00.113400 Indenizações e Restituições			41.476,83	
			4.835,54	



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 9

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02.CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.03.Sec. De Agricultura E Meio Ambiente	1.161.735,54	0,00	1.161.735,54	940.299,86	221.435,68
0203.20.Agricultura	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	940.299,86	217.935,68
0203.20.608.Promoção da Produção Agropecuária	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	940.299,86	217.935,68
02.03.20.608.2001.ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	1.158.235,54	0,00	1.158.235,54	940.299,86	217.935,68
02.03.20.608.2001.2.009.Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor	747.235,54	0,00	747.235,54	538.299,86	208.935,68
3.3.90.93.02.00.00.00.113400.Restituições	500,00	0,00	500,00	4.835,54	500,00
3.3.93.00.00.00.00.110000.Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	11.400,00	0,00	11.400,00	11.280,00	120,00
4.4.90.00.00.00.00.110000.Aplicações Diretas	8.195.149,78	0,00	8.195.149,78	6.039.721,76	2.155.428,02
4.4.90.52.40.00.00.110000.Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	421.476,25	0,00	421.476,25	359.275,04	62.201,21
02.04.Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	19.000,00	0,00	19.000,00	0,00	19.000,00
0204.15.Urbanismo	19.000,00	0,00	19.000,00	0,00	19.000,00
0204.15.451.Infra-Estrutura Urbana	19.000,00	0,00	19.000,00	0,00	19.000,00
02.04.15.451.1501.URBANIZAÇÃO DE VIAS	19.000,00	0,00	19.000,00	0,00	19.000,00
02.04.15.451.1501.1.062.Pavimentação de Ruas e Passeios	19.000,00	0,00	19.000,00	0,00	19.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110000.Aplicações Diretas	17.000,00	0,00	17.000,00	0,00	17.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400.Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116400.Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
0204.15.452.Serviços Urbanos	402.476,25	0,00	402.476,25	359.275,04	43.201,21
02.04.15.452.1501.URBANIZAÇÃO DE VIAS	402.476,25	0,00	402.476,25	359.275,04	43.201,21
02.04.15.452.1501.1.063.Obras de Infraestrutura Urbana	12.500,00	0,00	12.500,00	0,00	12.500,00
4.4.90.00.00.00.00.110000.Aplicações Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400.Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116400.Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.5.90.00.00.00.00.110000.Aplicações Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
02.04.15.452.1501.2.011.Manut. dos Serviços de Utilidade Pública	389.976,25	0,00	389.976,25	359.275,04	30.701,21
3.3.90.00.00.00.00.110000.Aplicações Diretas	299.400,00	0,00	299.400,00	280.275,04	19.124,96
3.3.90.00.00.00.00.110800.Aplicações Diretas	11.576,25	0,00	11.576,25	0,00	11.576,25
3.3.90.39.00.00.00.110000.Outros. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.28.00.00.110000.Coleta de Lixo e Resíduos	164.650,00	164.650,00	113.786,04	50.863,96
3.3.90.39.43.00.00.110000.Serviços de Energia Elétrica	113.786,04	0,00	113.786,04	1.839,00	115.625,04
3.3.90.39.44.00.00.110000.Serviços de Água e Esgoto	32.850,00	0,00	32.850,00	32.850,00	0,00
3.3.93.00.00.00.00.110000.Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	46.150,00	0,00	46.150,00	46.150,00	0,00
3.3.93.30.00.00.00.110000.Material de Consumo	15.625,60	0,00	15.625,60	15.625,60	0,00



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 10

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	8.195.149,78	0,00	8.195.149,78	6.039.721,76	2.155.428,02
0204.15 Urbanismo	421.476,25	0,00	421.476,25	359.275,04	62.201,21
0204.15.452 Serviços Urbanos	402.476,25	0,00	402.476,25	359.275,04	43.201,21
02.04.15.452.1501 URBANIZAÇÃO DE VIAS	402.476,25	0,00	402.476,25	359.275,04	43.201,21
02.04.15.452.1501.2.011 Manut. dos Serviços de Utilidade Pública	389.976,25	0,00	389.976,25	359.275,04	30.701,21
3.3.93.30.00.00.00.130000 Material de Consumo				46.150,00	
3.3.93.30.99.00.00.110000 Outros Materiais de Consumo				15.625,60	
3.3.93.30.99.00.00.130000 Outros Materiais de Consumo				46.150,00	
3.3.93.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				17.224,40	
3.3.93.39.99.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				17.224,40	
0204.17 Saneamento	121.000,00	0,00	121.000,00	116.898,10	4.101,90
0204.17.512 Saneamento Básico Urbano	121.000,00	0,00	121.000,00	116.898,10	4.101,90
02.04.17.512.1701 PREVENÇÃO DE DOENÇAS	121.000,00	0,00	121.000,00	116.898,10	4.101,90
02.04.17.512.1701.1.064 Saneamento Básico Geral	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.04.17.512.1701.2.012 Manutenção do Saneamento Urbano	117.000,00	0,00	117.000,00	116.898,10	101,90
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	62.000,00	0,00	62.000,00	61.948,10	51,90
3.3.90.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	55.000,00	0,00	55.000,00	54.950,00	50,00
3.3.90.30.00.00.00.110000 Material de Consumo				16.375,00	
3.3.90.30.00.00.00.130000 Material de Consumo				10.792,00	
3.3.90.30.11.00.00.110000 Material Químico				11.700,00	
3.3.90.30.24.00.00.110000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				4.675,00	
3.3.90.30.24.00.00.130000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				10.792,00	
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				45.573,10	
3.3.90.39.00.00.00.130000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				44.158,00	
3.3.90.39.43.00.00.110000 Serviços de Energia Elétrica				10.500,00	
3.3.90.39.51.00.00.110000 Serviços de Análises e Pesquisas Científicas				7.264,00	
3.3.90.39.78.00.00.110000 Limpeza e Conservação				27.809,10	
3.3.90.39.78.00.00.130000 Limpeza e Conservação				38.658,00	
3.3.90.39.99.00.00.130000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.500,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 11

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	8.195.149,78	0,00	8.195.149,78	6.039.721,76	2.155.428,02
0204.26 Transporte	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	5.563.548,62	2.089.124,91
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	5.563.548,62	2.089.124,91
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	5.563.548,62	2.089.124,91
02.04.26.782.2601.1.065 Aquisição de Máquinas e Veículos	18.512,50	0,00	18.512,50	0,00	18.512,50
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.118900 Aplicacoes Diretas	5.512,50	0,00	5.512,50	0,00	5.512,50
02.04.26.782.2601.1.066 Obras de Infraestrutura Rural	5.795.051,84	0,00	5.795.051,84	3.846.052,86	1.948.998,98
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	966.444,27	0,00	966.444,27	966.444,27	0,00
4.4.90.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.114200 Aplicacoes Diretas	576.085,49	0,00	576.085,49	574.082,55	2.002,94
4.4.90.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.118300 Aplicacoes Diretas	2.459.000,00	0,00	2.459.000,00	514.116,69	1.944.883,31
4.4.90.00.00.00.00.118900 Aplicacoes Diretas	133.500,00	0,00	133.500,00	133.500,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	1.658.022,08	0,00	1.658.022,08	1.657.909,35	112,73
4.4.90.51.00.00.00.110000 Obras e Instalacoes	966.444,27	0,00	966.444,27	966.444,27	0,00
4.4.90.51.00.00.00.114200 Obras e Instalacoes	574.082,55	0,00	574.082,55	574.082,55	0,00
4.4.90.51.00.00.00.118300 Obras e Instalacoes	514.116,69	0,00	514.116,69	514.116,69	0,00
4.4.90.51.00.00.00.118900 Obras e Instalacoes	133.500,00	0,00	133.500,00	133.500,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.130000 Obras em Andamento	1.657.909,35	0,00	1.657.909,35	1.657.909,35	0,00
4.4.90.51.91.00.00.110000 Obras em Andamento	439.612,79	0,00	439.612,79	439.612,79	0,00
4.4.90.51.91.00.00.114200 Obras em Andamento	574.082,55	0,00	574.082,55	574.082,55	0,00
4.4.90.51.91.00.00.118900 Obras em Andamento	133.500,00	0,00	133.500,00	133.500,00	0,00
4.4.90.51.91.00.00.130000 Obras em Andamento	1.061.354,15	0,00	1.061.354,15	1.061.354,15	0,00
4.4.90.51.98.00.00.110000 Obras Contratadas	526.831,48	0,00	526.831,48	526.831,48	0,00
4.4.90.51.98.00.00.118300 Obras Contratadas	514.116,69	0,00	514.116,69	514.116,69	0,00
4.4.90.51.98.00.00.130000 Obras Contratadas	596.555,20	0,00	596.555,20	596.555,20	0,00
02.04.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.839.109,19	0,00	1.839.109,19	1.717.495,76	121.613,43
3.1.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	600.000,00	0,00	600.000,00	598.421,71	1.578,29
3.1.90.00.00.00.00.115300 Aplicacoes Diretas	85.065,13	0,00	85.065,13	85.065,13	0,00
3.1.90.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.110000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	549.527,44	0,00	549.527,44	549.527,44	0,00
3.1.90.11.00.00.00.115300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	85.065,13	0,00	85.065,13	85.065,13	0,00
3.1.90.11.00.00.00.130000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00



# **ESTADO DE SANTA CATARINA** **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 12

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	8.195.149,78	0,00	8.195.149,78	6.039.721,76	2.155.428,02
0204.26 Transporte	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	5.563.548,62	2.089.124,91
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	5.563.548,62	2.089.124,91
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	5.563.548,62	2.089.124,91
02.04.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.839.109,19	0,00	1.839.109,19	1.717.495,76	121.613,43
3.1.90.11.01.00.00.00.110000 vencimentos e salários				497.002,83	
3.1.90.11.01.00.00.00.115300 vencimentos e salários				85.065,13	
3.1.90.11.01.00.00.00.130000 vencimentos e salários				20.000,00	
3.1.90.11.43.00.00.00.110000 13º salário				52.524,61	
3.1.90.16.00.00.00.00.110000 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				30.669,11	
3.1.90.16.44.00.00.00.110000 Serviços Extraordinários				30.669,11	
3.1.90.94.00.00.00.00.110000 Indenizações Restituições Trabalhistas				18.225,16	
3.1.90.94.07.00.00.00.110000 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				18.225,16	
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	703.360,00	0,00	703.360,00	685.561,67	17.798,33
3.3.90.00.00.00.00.00.110700 Aplicacoes Diretas	22.601,25	0,00	22.601,25	3.866,43	18.734,82
3.3.90.00.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.113900 Aplicacoes Diretas	113.912,50	0,00	113.912,50	95.848,30	18.064,20
3.3.90.00.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	210.000,00	0,00	210.000,00	153.591,83	56.408,17
3.3.90.00.00.00.00.00.130700 Aplicacoes Diretas	30.643,42	0,00	30.643,42	30.638,80	4,62
3.3.90.00.00.00.00.00.133900 Aplicacoes Diretas	41.861,89	0,00	41.861,89	41.861,89	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.110000 Material de Consumo				553.002,13	
3.3.90.30.00.00.00.00.110700 Material de Consumo				3.801,87	
3.3.90.30.00.00.00.00.113900 Material de Consumo				94.714,76	
3.3.90.30.00.00.00.00.130000 Material de Consumo				110.437,81	
3.3.90.30.00.00.00.00.130700 Material de Consumo				30.638,80	
3.3.90.30.00.00.00.00.133900 Material de Consumo				41.861,89	
3.3.90.30.01.00.00.00.110000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				37.142,48	
3.3.90.30.01.00.00.00.113900 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				94.714,76	
3.3.90.30.01.00.00.00.130000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				20.063,81	
3.3.90.30.01.00.00.00.133900 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				41.861,89	
3.3.90.30.04.00.00.00.110000 Gás Engarrafado				220,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.110000 Gêneros de Alimentação				219,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.110000 Material de Expediente				156,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.110000 Material de Copa e Cozinha				58,90	
3.3.90.30.22.00.00.00.110000 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				16,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.110000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.401,75	
3.3.90.30.24.00.00.00.130000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				47.566,24	



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 13

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	4.042.792,65
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	8.195.149,78	0,00	8.195.149,78	2.155.428,02
0204.26 Transporte	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	2.089.124,91
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	2.089.124,91
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	2.089.124,91
02.04.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.839.109,19	0,00	1.839.109,19	121.613,43
3.3.90.30.28.00.00.110000 Material de Proteção e Segurança			1.452,00	
3.3.90.30.31.00.00.110000 Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos			1.590,00	
3.3.90.30.31.00.00.130000 Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos			2.449,00	
3.3.90.30.39.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos			155.170,55	
3.3.90.30.39.00.00.130000 Material para Manutenção de Veículos			3.032,00	
3.3.90.30.44.00.00.110000 Material de Sinalização Visual e Afins			300,00	
3.3.90.30.51.00.00.110000 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			352.872,45	
3.3.90.30.51.00.00.110700 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			3.801,87	
3.3.90.30.51.00.00.130000 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			37.326,76	
3.3.90.30.51.00.00.130700 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			30.638,80	
3.3.90.30.99.00.00.110000 Outros Materiais de Consumo			2.403,00	
3.3.90.32.00.00.00.110000 Material de Distribuição Gratuita			1.020,00	
3.3.90.32.99.00.00.110000 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			1.020,00	
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			93.564,91	
3.3.90.39.00.00.00.130000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			43.154,02	
3.3.90.39.15.00.00.110000 Limpeza de Veículos			1.544,00	
3.3.90.39.19.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Veículos			34.563,83	
3.3.90.39.19.00.00.130000 Manutenção e Conservação de Veículos			1.440,53	
3.3.90.39.21.00.00.130000 Manutenção e Conservação de Estradas e Vias			39.336,46	
3.3.90.39.41.00.00.110000 Fornecimento de Alimentação			88,00	
3.3.90.39.43.00.00.110000 Serviços de Energia Elétrica			4.461,60	
3.3.90.39.44.00.00.110000 Serviços de Água e Esgoto			1.083,90	
3.3.90.39.64.00.00.110000 Telefonia fixa e Móvel			1.305,18	
3.3.90.39.69.00.00.110000 seguros em Geral			5.839,56	
3.3.90.39.78.00.00.130000 Limpeza e Conservação			142,90	
3.3.90.39.83.00.00.110000 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos			506,76	
3.3.90.39.99.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			44.172,08	
3.3.90.39.99.00.00.130000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.234,13	
3.3.90.47.00.00.00.110000 Obrigações Tributárias e Contributivas			13.708,92	
3.3.90.47.00.00.00.110700 Obrigações Tributárias e Contributivas			64,56	
3.3.90.47.00.00.00.113900 Obrigações Tributárias e Contributivas			1.133,54	
3.3.90.47.12.00.00.110700 Contribuição Para o PIS/PASEP			64,56	
3.3.90.47.12.00.00.113900 Contribuição Para o PIS/PASEP			1.133,54	



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 14

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIADO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	8.195.149,78	0,00	8.195.149,78	6.039.721,76	2.155.428,02
0204.26 Transporte	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	5.563.548,62	2.089.124,91
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	5.563.548,62	2.089.124,91
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.652.673,53	0,00	7.652.673,53	5.563.548,62	2.089.124,91
02.04.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.839.109,19	0,00	1.839.109,19	1.717.495,76	121.613,43
3.3.90.47.18.00.00.00.110000 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				13.708,92	
3.3.90.91.00.00.00.00.110000 Sentenças Judiciais				24.265,71	
3.3.90.91.99.00.00.00.110000 Diversas Sentenças				24.265,71	
4.4.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	2.640,00	0,00	2.640,00	2.640,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	3.512,50	0,00	3.512,50	0,00	3.512,50
4.4.90.00.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	3.512,50	0,00	3.512,50	0,00	3.512,50
4.4.90.52.00.00.00.00.110000 Equipamentos e Material Permanente				2.640,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.110000 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				1.880,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.110000 Equipamentos de Processamento de Dados				760,00	
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12 Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12.306 Alimentação e Nutrição	59.992,72	0,00	59.992,72	41.434,75	18.557,97
02.05.12.306.1002 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	59.992,72	0,00	59.992,72	41.434,75	18.557,97
02.05.12.306.1002.2.014 Programa Suplementar de Alimentação Escolar	59.992,72	0,00	59.992,72	41.434,75	18.557,97
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	15.665,17	14.334,83
3.3.90.00.00.00.00.00.114300 Aplicacoes Diretas	29.216,25	0,00	29.216,25	25.769,58	3.446,67
3.3.90.00.00.00.00.00.133727 Aplicacoes Diretas	776,47	0,00	776,47	0,00	776,47
3.3.90.30.00.00.00.00.110000 Material de Consumo				15.665,17	
3.3.90.30.00.00.00.00.114300 Material de Consumo				25.769,58	
3.3.90.30.07.00.00.00.110000 Gêneros de Alimentação				15.665,17	
3.3.90.30.07.00.00.00.114300 Gêneros de Alimentação				25.769,58	
0205.12.361 Ensino Fundamental	2.826.086,42	0,00	2.826.086,42	1.947.607,44	878.478,98
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.826.086,42	0,00	2.826.086,42	1.947.607,44	878.478,98
02.05.12.361.1201.1.067 Ampliação da Rede Física Fundamental	15.233,35	0,00	15.233,35	4,88	15.228,47
4.4.90.00.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	13.233,35	0,00	13.233,35	4,88	13.228,47
4.4.90.00.00.00.00.00.113200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.116200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00.110100 Obras e Instalações				4,88	
4.4.90.51.91.00.00.00.110100 Obras em Andamento				4,88	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 15

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12 Educação					
0205.12.361 Ensino Fundamental	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.826.086,42	0,00	2.826.086,42	1.947.607,44	878.478,98
	2.826.086,42	0,00	2.826.086,42	1.947.607,44	878.478,98
02.05.12.361.1201.1.088 Aquisição de Veículos - Educação	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.05.12.361.1201.2.015 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	2.662.138,56	0,00	2.662.138,56	1.940.071,13	722.067,43
3.1.90.00.00.00.00.011900 Aplicacoes Diretas	11.739,86	0,00	11.739,86	11.739,86	0,00
3.1.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	955.000,00	0,00	955.000,00	916.342,28	38.657,72
3.1.90.00.00.00.00.111800 Aplicacoes Diretas	667.965,00	0,00	667.965,00	628.940,29	39.024,71
3.1.90.11.00.00.00.110100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				667.138,26	
3.1.90.11.00.00.00.111800 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				554.966,44	
3.1.90.11.01.00.00.110100 Vencimentos e salários				632.971,94	
3.1.90.11.01.00.00.111800 Vencimentos e salários				500.393,01	
3.1.90.11.43.00.00.110100 13º salário				34.166,32	
3.1.90.11.43.00.00.111800 13º salário				54.573,43	
3.1.90.13.00.00.00.011900 Obrigacoes Patronais				11.739,86	
3.1.90.13.00.00.00.110100 Obrigacoes Patronais				200.983,31	
3.1.90.13.00.00.00.111800 Obrigacoes Patronais				73.973,85	
3.1.90.13.02.00.00.011900 Contribuições Previdenciárias - INSS				11.739,86	
3.1.90.13.02.00.00.110100 Contribuições Previdenciárias - INSS				200.983,31	
3.1.90.13.02.00.00.111800 Contribuições Previdenciárias - INSS				73.973,85	
3.1.90.16.00.00.00.110100 Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil				476,41	
3.1.90.16.44.00.00.110100 Servicos Extraordinarios				476,41	
3.1.90.94.00.00.00.110100 Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas				47.744,30	
3.1.90.94.07.00.00.110100 Indenizacao por Demissao de Servidor ou Empregado				31.456,82	
3.1.90.94.11.00.00.110100 Licença-prêmio Convertida em Pecunia				16.287,48	
3.3.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	669.285,40	0,00	669.285,40	182.788,11	486.497,29
3.3.90.00.00.00.00.113200 Aplicacoes Diretas	90,16	0,00	90,16	90,16	0,00
3.3.90.00.00.00.00.113600 Aplicacoes Diretas	115.205,00	0,00	115.205,00	60.028,66	55.176,34
3.3.90.00.00.00.00.114500 Aplicacoes Diretas	2.756,25	0,00	2.756,25	0,00	2.756,25
3.3.90.00.00.00.00.133200 Aplicacoes Diretas	34.712,57	0,00	34.712,57	34.712,57	0,00
3.3.90.00.00.00.00.133600 Aplicacoes Diretas	366,32	0,00	366,32	366,32	0,00
3.3.90.14.00.00.00.110100 Diarias - Civil				307,98	
3.3.90.14.14.00.00.110100 Diárias no País - Civil				307,98	
3.3.90.30.00.00.00.110100 Material de Consumo				51.585,30	



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 16

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	13.496.305,29	4.042.792,65
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.629.996,31	0,00	2.648.189,91	981.806,40
0205.12 Educação	3.629.996,31	0,00	2.648.189,91	981.806,40
0205.12.361 Ensino Fundamental	2.826.086,42	0,00	1.947.607,44	878.478,98
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.826.086,42	0,00	1.947.607,44	878.478,98
02.05.12.361.1201.2.015 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	2.662.138,56	0,00	1.940.071,13	722.067,43
3.3.90.30.01.00.00.00.110100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			10.093,55	
3.3.90.30.04.00.00.00.110100 Gás Engarrafado			1.443,30	
3.3.90.30.07.00.00.00.110100 Gêneros de Alimentação			182,20	
3.3.90.30.14.00.00.00.110100 Material Educativo e Esportivo			12.033,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.110100 Material de Expediente			11.296,45	
3.3.90.30.19.00.00.00.110100 Material de Acondicionamento e Embalagem			325,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.110100 Material de Copa e Cozinha			232,71	
3.3.90.30.22.00.00.00.110100 Material de Limpeza e Produção de Higieneização			3.588,61	
3.3.90.30.23.00.00.00.110100 Uniformes, Tecidos e Aviamentos			2.048,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.110100 Material para Manutenção de Bens Imóveis			4.181,60	
3.3.90.30.26.00.00.00.110100 Material Elétrico e Eletrônico			1.642,50	
3.3.90.30.39.00.00.00.110100 Material para Manutenção de Veículos			4.518,38	
3.3.90.32.00.00.00.00.110100 Material de Distribuição Gratuita			2.907,00	
3.3.90.32.03.00.00.00.110100 Gêneros Alimentícios			2.907,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.110100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			127.987,83	
3.3.90.39.00.00.00.00.113200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			90,16	
3.3.90.39.00.00.00.00.113600 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			60.028,66	
3.3.90.39.00.00.00.00.133200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			34.712,57	
3.3.90.39.00.00.00.00.133600 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			366,32	
3.3.90.39.05.00.00.00.110100 Serviços Técnicos Profissionais			23.880,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.110100 Locação de Softwares			4.620,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.110100 Limpeza de Veículos			734,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.110100 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			1.620,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.110100 Manutenção e Conservação de Veículos			4.934,40	
3.3.90.39.20.00.00.00.110100 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur			1.360,00	
3.3.90.39.26.00.00.00.110100 Serviços de Transporte Escolar			19.382,76	
3.3.90.39.26.00.00.00.113200 Serviços de Transporte Escolar			90,16	
3.3.90.39.26.00.00.00.113600 Serviços de Transporte Escolar			59.527,06	
3.3.90.39.26.00.00.00.133200 Serviços de Transporte Escolar			34.712,57	
3.3.90.39.26.00.00.00.133600 Serviços de Transporte Escolar			366,32	
3.3.90.39.43.00.00.00.110100 Serviços de Energia Elétrica			9.374,90	
3.3.90.39.44.00.00.00.110100 Serviços de Água e Esgoto			3.808,79	
3.3.90.39.48.00.00.00.110100 Serviços de Seleção e Treinamento			25.050,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 17

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12 Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12.361 Ensino Fundamental	2.826.086,42	0,00	2.826.086,42	1.947.607,44	878.478,98
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.826.086,42	0,00	2.826.086,42	1.947.607,44	878.478,98
02.05.12.361.1201.2.015 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	2.662.138,56	0,00	2.662.138,56	1.940.071,13	722.067,43
3.3.90.39.63.00.00.00.110100 Serviços Gráficos e Editoriais				334,80	
3.3.90.39.64.00.00.00.110100 Telefonia fixa e Móvel				1.437,59	
3.3.90.39.69.00.00.00.110100 seguros em Geral				18.107,32	
3.3.90.39.81.00.00.00.113600 Serviços Bancários				501,60	
3.3.90.39.83.00.00.00.110100 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos				10.674,70	
3.3.90.39.99.00.00.00.110100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.668,57	
4.4.90.00.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	154.000,00	0,00	154.000,00	86.646,88	67.153,12
4.4.90.00.00.00.00.00.113200 Aplicacoes Diretas	2.205,00	0,00	2.205,00	0,00	2.205,00
4.4.90.00.00.00.00.00.113600 Aplicacoes Diretas	17.000,00	0,00	17.000,00	0,00	17.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.113700 Aplicacoes Diretas	29.608,00	0,00	29.608,00	18.216,00	11.392,00
4.4.90.00.00.00.00.00.116600 Aplicacoes Diretas	2.205,00	0,00	2.205,00	0,00	2.205,00
4.4.90.51.00.00.00.00.110100 Obras e Instalações				81.510,87	
4.4.90.51.07.00.00.00.110100 Reforma				81.510,87	
4.4.90.52.00.00.00.00.110100 Equipamentos e Material Permanente				5.336,01	
4.4.90.52.00.00.00.00.113700 Equipamentos e Material Permanente				18.216,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.110100 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				2.607,06	
4.4.90.52.35.00.00.00.110100 Equipamentos de Processamento de Dados				2.280,00	
4.4.90.52.36.00.00.00.110100 Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório				448,95	
4.4.90.52.42.00.00.00.113700 Mobiliário em Geral				18.216,00	
02.05.12.361.1201.2.018 Manut. do Transporte Escolar	146.714,51	0,00	146.714,51	7.531,43	139.183,08
3.3.90.00.00.00.00.00.114400 Aplicacoes Diretas	33.626,25	0,00	33.626,25	0,00	33.626,25
3.3.90.00.00.00.00.00.116200 Aplicacoes Diretas	112.455,00	0,00	112.455,00	6.941,09	105.513,91
3.3.90.00.00.00.00.00.133728 Aplicacoes Diretas	590,34	0,00	590,34	590,34	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.136200 Aplicacoes Diretas	42,92	0,00	42,92	0,00	42,92
3.3.90.39.00.00.00.00.116200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				6.941,09	
3.3.90.39.00.00.00.00.133728 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				590,34	
3.3.90.39.26.00.00.00.116200 Serviços de Transporte Escolar				6.867,94	
3.3.90.39.26.00.00.00.133728 Serviços de Transporte Escolar				590,34	
3.3.90.39.81.00.00.00.116200 Serviços Bancários				73,15	



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 18

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12 Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12.364 Ensino Superior	25.000,00	0,00	25.000,00	24.490,20	509,80
02.05.12.364.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	25.000,00	0,00	25.000,00	24.490,20	509,80
02.05.12.364.1201.2.016 Apoio ao Ensino Superior	25.000,00	0,00	25.000,00	24.490,20	509,80
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	14.000,00	0,00	14.000,00	14.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	11.000,00	0,00	11.000,00	10.490,20	509,80
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					
3.3.90.39.00.00.00.130000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					
3.3.90.39.26.00.00.110000 Servicos de Transporte Escolar					
3.3.90.39.26.00.00.130000 Servicos de Transporte Escolar					
0205.12.365 Educação Infantil	679.917,17	0,00	679.917,17	602.581,07	77.336,10
02.05.12.365.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	679.917,17	0,00	679.917,17	602.581,07	77.336,10
02.05.12.365.1201.1.069 Ampliação da Rede Física Infantil	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.05.12.365.1201.2.019 Manut. da Educação Infantil - Pre-Escolar	142.000,00	0,00	142.000,00	77.506,00	64.494,00
3.1.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	13.705,96	6.294,04
3.1.90.00.00.00.00.111800 Aplicacoes Diretas	80.000,00	0,00	80.000,00	48.778,54	31.221,46
3.1.90.11.00.00.00.110100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				2.991,00	
3.1.90.11.00.00.00.111800 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				44.049,32	
3.1.90.11.01.00.00.110100 vencimentos e salários				2.991,00	
3.1.90.11.01.00.00.111800 vencimentos e salários				40.310,56	
3.1.90.11.43.00.00.111800 13º salário				3.738,76	
3.1.90.13.00.00.00.110100 Obrigacoes Patronais				5.729,94	
3.1.90.13.00.00.00.111800 Obrigacoes Patronais				4.729,22	
3.1.90.13.02.00.00.110100 Contribuições Previdenciárias - INSS				5.729,94	
3.1.90.13.02.00.00.111800 Contribuições Previdenciárias - INSS				4.729,22	
3.1.90.94.00.00.00.110100 Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas				4.985,02	
3.1.90.94.07.00.00.110100 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				4.985,02	
3.3.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	15.021,50	14.978,50
3.3.90.30.00.00.00.110100 Material de Consumo				15.021,50	
3.3.90.30.23.00.00.110100 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				14.022,50	
3.3.90.30.99.00.00.110100 Outros Materiais de Consumo				999,00	
4.4.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00



# **ESTADO DE SANTA CATARINA** **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 19

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12 Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12.365 Educação Infantil	679.917,17	0,00	679.917,17	602.581,07	77.336,10
02.05.12.365.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	679.917,17	0,00	679.917,17	602.581,07	77.336,10
02.05.12.365.1201.2.045 Manut. da Educação Infantil - Creche	530.917,17	0,00	530.917,17	525.075,07	5.842,10
3.1.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas	133.452,30	0,00	133.452,30	132.450,72	1.001,58
3.1.90.00.00.00.00.111800 Aplicacoes Diretas	358.650,00	0,00	358.650,00	357.475,15	1.174,85
3.1.90.11.00.00.00.110100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				73.968,96	
3.1.90.11.00.00.00.111800 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				314.634,20	
3.1.90.11.01.00.00.110100 vencimentos e salários				73.968,96	
3.1.90.11.01.00.00.111800 vencimentos e salários				314.634,20	
3.1.90.11.43.00.00.00.111800 13º salário				73.968,96	
3.1.90.13.00.00.00.110100 Obrigacoes Patronais				279.885,84	
3.1.90.13.00.00.00.111800 Obrigacoes Patronais				34.748,36	
3.1.90.13.02.00.00.110100 Contribuições Previdenciárias - INSS				58.481,76	
3.1.90.13.02.00.00.111800 Contribuições Previdenciárias - INSS				42.840,95	
3.3.90.00.00.00.00.110100 Aplicacoes Diretas				58.481,76	
3.3.90.00.00.00.00.113700 Aplicacoes Diretas				42.840,95	
3.3.90.30.00.00.00.110100 Material de Consumo				58.481,76	
3.3.90.30.00.00.00.113700 Material de Consumo				42.840,95	
3.3.90.30.16.00.00.113700 Material de Expediente				58.481,76	
3.3.90.30.21.00.00.110100 Material de Copa e Cozinha				42.840,95	
3.3.90.30.22.00.00.110100 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				58.481,76	
3.3.90.30.23.00.00.110100 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				42.840,95	
3.3.90.30.24.00.00.110100 Material para Manutenção de Bens Imóveis				58.481,76	
3.3.90.30.26.00.00.110100 Material Elétrico e Eletrônico				42.840,95	
3.3.90.30.99.00.00.110100 Outros Materiais de Consumo				58.481,76	
3.3.90.39.00.00.00.110100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				42.840,95	
3.3.90.39.43.00.00.110100 Serviços de Energia Elétrica				58.481,76	
3.3.90.39.44.00.00.110100 Serviços de Água e Esgoto				42.840,95	
3.3.90.39.83.00.00.110100 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos				58.481,76	
0205.12.367 Educação Especial	39.000,00	0,00	39.000,00	844,02	6.923,55
02.05.12.367.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	39.000,00	0,00	39.000,00	32.076,45	6.923,55
02.05.12.367.1201.2.017 Apoio a Educação Especial	39.000,00	0,00	39.000,00	32.076,45	6.923,55
3.3.50.00.00.00.00.110000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu				30.000,00	0,00
3.3.50.43.00.00.00.110000 Subvenções Sociais				30.000,00	0,00
3.3.50.43.99.00.00.110000 Outras Subvenções Sociais				30.000,00	0,00



# **ESTADO DE SANTA CATARINA** **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 20

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12 Educação	3.629.996,31	0,00	3.629.996,31	2.648.189,91	981.806,40
0205.12.367 Educação Especial	39.000,00	0,00	39.000,00	32.076,45	6.923,55
02.05.12.367.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	39.000,00	0,00	39.000,00	32.076,45	6.923,55
02.05.12.367.1201.2.017 Apoio a Educação Especial	39.000,00	0,00	39.000,00	32.076,45	6.923,55
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	9.000,00	0,00	9.000,00	2.076,45	6.923,55
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				2.076,45	
3.3.90.39.26.00.00.110000 Servicos de Transporte Escolar				2.076,45	
02.06 Sec. Mun. De Assist. Social	448.672,14	0,00	448.672,14	339.152,90	109.519,24
0206.08 Assistência Social	448.672,14	0,00	448.672,14	339.152,90	109.519,24
0206.08.241 Assistência ao Idoso	45.000,00	0,00	45.000,00	4.094,12	40.905,88
02.06.08.241.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	45.000,00	0,00	45.000,00	4.094,12	40.905,88
02.06.08.241.0801.2.022 Manut. do Fundo M. do Idoso	45.000,00	0,00	45.000,00	4.094,12	40.905,88
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	35.000,00	0,00	35.000,00	4.094,12	30.905,88
3.3.90.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	2.954,12	7.045,88
3.3.90.30.00.00.00.110000 Material de Consumo				2.954,12	
3.3.90.30.07.00.00.110000 Gêneros de Alimentação				2.726,62	
3.3.90.30.19.00.00.110000 Material de Acondicionamento e Embalagem				227,50	
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				1.140,00	
3.3.90.39.99.00.00.110000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				1.140,00	
0206.08.244 Assistência Comunitária	403.672,14	0,00	403.672,14	335.058,78	68.613,36
02.06.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	403.672,14	0,00	403.672,14	335.058,78	68.613,36
02.06.08.244.0801.1.070 Obras de Infraestrutura Social	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.06.08.244.0801.2.020 Manut. da Secret. de Assistência Social	279.172,14	0,00	279.172,14	231.538,74	47.633,40
3.1.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	238.000,00	0,00	238.000,00	215.227,73	22.772,27
3.1.90.00.00.00.00.115200 Aplicacoes Diretas	14.172,14	0,00	14.172,14	13.889,34	282,80
3.1.90.11.00.00.00.110000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				208.367,06	
3.1.90.11.00.00.00.115200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				13.889,34	
3.1.90.11.01.00.00.110000 Vencimentos e salários				194.594,54	
3.1.90.11.01.00.00.115200 Vencimentos e salários				13.889,34	
3.1.90.11.43.00.00.110000 13º salário				13.772,52	
3.1.90.16.00.00.00.110000 Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil				22,50	



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 21

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.06 Sec. Mun. De Assist. Social	448.672,14	0,00	448.672,14	339.152,90	109.519,24
0206.08 Assistência Social	448.672,14	0,00	448.672,14	339.152,90	109.519,24
0206.08.244 Assistência Comunitária	403.672,14	0,00	403.672,14	335.058,78	68.613,36
02.06.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	403.672,14	0,00	403.672,14	335.058,78	68.613,36
02.06.08.244.0801.2.020 Manut. de Assistência Social	279.172,14	0,00	279.172,14	231.538,74	47.633,40
3.1.90.16.44.00.00.00.110000 Serviços Extraordinários				22,50	
3.1.90.94.00.00.00.00.110000 Indenizações Restituições Trabalhistas				6.838,17	
3.1.90.94.07.00.00.00.110000 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				6.838,17	
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	27.000,00	0,00	27.000,00	2.421,67	24.578,33
3.3.90.30.00.00.00.00.110000 Material de Consumo				1.226,46	
3.3.90.30.01.00.00.00.110000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				887,87	
3.3.90.30.39.00.00.00.110000 Material para Manutenção de Veículos				338,59	
3.3.90.39.00.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.195,21	
3.3.90.39.15.00.00.00.110000 Limpeza de Veículos				70,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				140,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.110000 seguros em Geral				985,21	
02.06.08.244.0801.2.021 Manut. do Conselho Tutelar	117.500,00	0,00	117.500,00	103.520,04	13.979,96
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	110.000,00	0,00	110.000,00	98.170,05	11.829,95
3.3.90.30.00.00.00.00.110000 Material de Consumo				978,47	
3.3.90.30.01.00.00.00.110000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				240,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.110000 Gêneros de Alimentação				233,69	
3.3.90.30.16.00.00.00.110000 Material de Expediente				65,98	
3.3.90.30.17.00.00.00.110000 Material de Processamento de Dados				224,55	
3.3.90.30.21.00.00.00.110000 Material de Copa e Cozinha				186,25	
3.3.90.30.26.00.00.00.110000 Material Elétrico e Eletrônico				28,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				81.659,66	
3.3.90.36.45.00.00.00.110000 Jetons a Conselheiros				81.659,66	
3.3.90.39.00.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.395,46	
3.3.90.39.15.00.00.00.110000 Limpeza de Veículos				48,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.110000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				230,00	
3.3.90.39.64.00.00.00.110000 Telefonia fixa e Móvel				1.117,46	
3.3.90.47.00.00.00.00.110000 Obrigações Tributárias e Contributivas				14.136,46	
3.3.90.47.18.00.00.00.110000 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				14.136,46	
4.4.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicações Diretas	7.500,00	0,00	7.500,00	5.349,99	2.150,01
4.4.90.52.00.00.00.00.110000 Equipamentos e Material Permanente				5.349,99	
4.4.90.52.06.00.00.00.110000 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				976,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.110000 Equipamentos de Processamento de Dados				3.425,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 22

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.06 Sec. Mun. De Assist. Social	448.672,14	0,00	448.672,14	339.152,90	109.519,24
0206.08 Assistência Social	448.672,14	0,00	448.672,14	339.152,90	109.519,24
0206.08.244 Assistência Comunitária	403.672,14	0,00	403.672,14	335.058,78	68.613,36
02.06.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	403.672,14	0,00	403.672,14	335.058,78	68.613,36
02.06.08.244.0801.2.021 Manut. do Conselho Tutelar	117.500,00	0,00	117.500,00	103.520,04	13.979,96
4.4.90.52.42.00.00.00.110000 Mobiliário em Geral				948,99	
02.07 Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte	176.955,73	0,00	176.955,73	135.231,47	41.724,26
0207.13 Cultura					
0207.13.392 Difusão Cultural	128.955,73	0,00	128.955,73	114.065,86	14.889,87
02.07.13.392.1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	128.955,73	0,00	128.955,73	114.065,86	14.889,87
02.07.13.392.1301.2.023 Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes	23.955,73	0,00	23.955,73	23.955,73	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	23.955,73	0,00	23.955,73	23.955,73	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.110000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				16.687,94	
3.1.90.11.01.00.00.00.110000 Vencimentos e salários				15.430,06	
3.1.90.11.43.00.00.00.110000 13º salário				1.257,88	
3.1.90.94.00.00.00.00.110000 Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas				7.267,79	
3.1.90.94.07.00.00.00.110000 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				7.267,79	
02.07.13.392.1301.2.024 Manut. das Atividades Culturais	105.000,00	0,00	105.000,00	90.110,13	14.889,87
3.1.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	47.000,00	0,00	47.000,00	45.144,13	1.855,87
3.1.90.00.00.00.00.00.115300 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.110000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				45.144,13	
3.1.90.11.00.00.00.00.115300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				2.000,00	
3.1.90.11.01.00.00.00.110000 Vencimentos e salários				40.512,43	
3.1.90.11.01.00.00.00.115300 Vencimentos e salários				2.000,00	
3.1.90.11.43.00.00.00.110000 13º salário				4.631,70	
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	37.749,00	12.251,00
3.3.90.30.00.00.00.00.110000 Material de Consumo				10.909,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.110000 Material Elétrico e Eletrônico				10.909,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				26.840,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.110000 Serviços Técnicos Profissionais				20.850,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.990,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	5.217,00	783,00
4.4.90.52.00.00.00.00.110000 Equipamentos e Material Permanente				5.217,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.110000 Equipamentos de Processamento de Dados				5.217,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 23

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.07 Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte	176.955,73	0,00	176.955,73	135.231,47	41.724,26
0207.27 Desporto e Lazer	48.000,00	0,00	48.000,00	21.165,61	26.834,39
0207.27.812 Desporto Comunitário	48.000,00	0,00	48.000,00	21.165,61	26.834,39
02.07.27.812.2701 ESPORTE E VIDA	48.000,00	0,00	48.000,00	21.165,61	26.834,39
02.07.27.812.2701.1.071 Ampliação das Áreas Esportivas e de Lazer	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.07.27.812.2701.2.025 Manut. das Atividades Esportivas	40.000,00	0,00	40.000,00	21.165,61	18.834,39
3.1.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	38.000,00	0,00	38.000,00	19.165,61	18.834,39
3.1.90.00.00.00.00.115300 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.110000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			17.469,02	17.469,02	
3.1.90.11.00.00.00.115300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			2.000,00	2.000,00	
3.1.90.11.01.00.00.110000 Vencimentos e salários			15.772,43	15.772,43	
3.1.90.11.01.00.00.115300 Vencimentos e salários			2.000,00	2.000,00	
3.1.90.11.43.00.00.110000 13º salário			1.696,59	1.696,59	
3.1.90.94.00.00.00.110000 Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas			1.696,59	1.696,59	
3.1.90.94.07.00.00.110000 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			1.696,59	1.696,59	
02.08 Sec. Da Ind. Com. Turismo E Serviços	42.500,00	0,00	42.500,00	22.482,00	20.018,00
0208.13 Cultura					
0208.13.695 Turismo	28.500,00	0,00	28.500,00	22.482,00	6.018,00
02.08.13.695.1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	28.500,00	0,00	28.500,00	22.482,00	6.018,00
02.08.13.695.1301.2.044 Promoção do Turismo	28.500,00	0,00	28.500,00	22.482,00	6.018,00
3.3.90.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	15.600,00	0,00	15.600,00	9.582,00	6.018,00
3.3.90.39.00.00.00.110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.582,00	
3.3.90.39.05.00.00.110000 Serviços Técnicos Profissionais				9.582,00	
4.4.90.00.00.00.00.130000 Aplicacoes Diretas				12.900,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.130000 Obras e Instalações	12.900,00	0,00	12.900,00	12.900,00	
4.4.90.51.91.00.00.130000 Obras em Andamento				12.900,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 24

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.08 Sec. Da Ind. Com. Turismo E Serviços	42.500,00	0,00	42.500,00	22.482,00	20.018,00
0208.22 Indústria	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
0208.22.661 Promoção Industrial	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
02.08.22.661.2201 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
02.08.22.661.2201.1.072 Promoção da Indústria e Comércio	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.09 Fundo Mun. De Habitação	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
0209.16 Habitação	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
0209.16.482 Habitação Urbana	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
02.09.16.482.1601 SISTEMA HABITACIONAL	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
02.09.16.482.1601.1.073 Apoio ao Sistema Habitacional	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.113400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.116400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.10 Fundo M. Da Infância E Adolescência	14.000,00	0,00	14.000,00	14.250,00	12.575,00
0210.08 Assistência Social	14.000,00	0,00	14.000,00	14.250,00	12.575,00
0210.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	14.000,00	0,00	14.000,00	14.250,00	12.575,00
02.10.08.243.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	14.000,00	0,00	14.000,00	14.250,00	12.575,00
02.10.08.243.0801.2.026 Manut. das Atividades do FIA	14.000,00	0,00	14.000,00	14.250,00	12.575,00
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	14.250,00	10.575,00
3.3.90.33.00.00.00.00.110000 Passagens e Despesas com Locomocao				14.250,00	
3.3.90.33.99.00.00.00.110000 Outras Despesas com Locomoção				14.250,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 25

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.11 Previdência Social	692.111,71	0,00	692.111,71	604.307,47	87.804,24
0211.09 Previdência Social	692.111,71	0,00	692.111,71	604.307,47	87.804,24
0211.09.272 Previdência do Regime Estatutário	692.111,71	0,00	692.111,71	604.307,47	87.804,24
02.11.09.272.0901 PREVIDÊNCIAS SOCIAL GERAL	692.111,71	0,00	692.111,71	604.307,47	87.804,24
02.11.09.272.0901.2.027 Encargos Previdenciários Regime Geral	692.111,71	0,00	692.111,71	604.307,47	87.804,24
3.1.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	300.000,00	0,00	300.000,00	226.319,51	73.680,49
3.1.90.00.00.00.00.00.135000 Aplicacoes Diretas	387.711,71	0,00	387.711,71	377.987,96	9.723,75
3.1.90.13.00.00.00.00.110000 Obrigações Patronais				226.319,51	
3.1.90.13.00.00.00.00.135000 Obrigações Patronais				377.987,96	
3.1.90.13.01.00.00.00.110000 FGTS				7.195,20	
3.1.90.13.02.00.00.00.110000 Contribuições Previdenciárias - INSS				219.124,31	
3.1.90.13.02.00.00.00.135000 Contribuições Previdenciárias - INSS				377.987,96	
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	4.400,00	0,00	4.400,00	0,00	4.400,00
02.12 Encargos Gerais do Município	407.000,00	0,00	407.000,00	330.625,06	76.374,94
0212.28 Encargos Especiais					
0212.28.846 Outros Encargos Especiais	407.000,00	0,00	407.000,00	330.625,06	76.374,94
02.12.28.846.2800 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	407.000,00	0,00	407.000,00	330.625,06	76.374,94
02.12.28.846.2800.2.028 Amortização da Dívida e Encargos	277.000,00	0,00	277.000,00	202.415,17	74.584,83
3.1.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	16.947,97	3.052,03
3.1.90.03.00.00.00.00.110000 Pensões				16.947,97	
3.1.90.03.01.00.00.00.110000 Cíveis				15.644,28	
3.1.90.03.03.00.00.00.110000 13º Salário - Pensionista Civil				1.303,69	
3.2.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	22.117,98	27.882,02
3.2.90.21.00.00.00.00.110000 Juros sobre a Dívida por Contrato				22.117,98	
3.2.90.21.01.00.00.00.110000 Juros da Dívida Contratada com Instituições Financeiras				22.117,98	
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	187.000,00	0,00	187.000,00	163.349,22	23.650,78
3.3.90.47.00.00.00.00.110000 Obrigações Tributárias e Contributivas				163.349,22	
3.3.90.47.12.00.00.00.110000 Contribuição Para o PIS/PASEP				163.349,22	
4.6.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
02.12.28.846.2800.2.029 Amortização de Precatórios	130.000,00	0,00	130.000,00	128.209,89	1.790,11
3.3.90.00.00.00.00.00.110000 Aplicacoes Diretas	130.000,00	0,00	130.000,00	128.209,89	1.790,11
3.3.90.91.00.00.00.00.110000 Sentenças Judiciais				128.209,89	
3.3.90.91.31.00.00.00.110000 Outros Precatórios Relativos a Despesas de Pessoal				128.209,89	



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 26

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Espeçiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
02.13 Reserva De Contingência	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
0213.99 Reserva de Contingência	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
0213.99.999 Reserva de Contingência	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
02.13.99.999.9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
02.13.99.999.9999.2.030 Reserva de Contingência	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
9.9.99.00.00.00.00.110000 RESERVA DE CONTINGENCIA	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
Total por Entidade:	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65
Total Geral:	17.539.097,94	0,00	17.539.097,94	13.496.305,29	4.042.792,65

Ibiam, 19/01/2021

Ivanir Zanin  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Anexo 12 - Balanço Orçamentário  
 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página: 1/3

<u>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)		
RECEITAS CORRENTES (I)	14.964.000,00	14.964.000,00	14.330.475,00	-633.525,00		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	941.366,25	941.366,25	997.676,08	56.309,83		
Impostos	850.025,00	850.025,00	949.851,08	99.826,08		
Taxas	77.560,00	77.560,00	47.825,00	-29.735,00		
Contribuição de Melhoria	13.781,25	13.781,25	0,00	-13.781,25		
Contribuições	11.025,00	11.025,00	0,00	-11.025,00		
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	11.025,00	11.025,00	0,00	-11.025,00		
Receita Patrimonial	126.245,00	126.245,00	23.458,21	-102.786,79		
Valores Mobiliários	126.245,00	126.245,00	23.458,21	-102.786,79		
Receita Agropecuária	7.166,25	7.166,25	0,00	-7.166,25		
Receita de Serviços	96.263,75	96.263,75	133.809,18	37.545,43		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	94.263,75	94.263,75	133.809,18	39.545,43		
Outros Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00		
Transferências Correntes	13.720.145,00	13.720.145,00	13.143.151,12	-576.993,88		
Transferências da União e de suas Entidades	7.583.245,00	7.583.245,00	7.368.472,51	-214.772,49		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.036.900,00	5.036.900,00	4.708.390,67	-328.509,33		
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.100.000,00	1.100.000,00	1.066.287,94	-33.712,06		
Outras Receitas Correntes	61.788,75	61.788,75	32.380,41	-29.408,34		
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	18.742,50	18.742,50	7.602,04	-11.140,46		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	15.435,00	15.435,00	22.992,06	7.557,06		
Demais Receitas Correntes	27.611,25	27.611,25	1.786,31	-25.824,94		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	36.000,00	36.000,00	905.982,69	869.982,69		
Operações de Crédito	10.000,00	10.000,00	514.116,69	504.116,69		
Operações de Crédito - Mercado Interno	10.000,00	10.000,00	514.116,69	504.116,69		
Alienação de Bens	0,00	0,00	134.900,00	134.900,00		
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	134.900,00	134.900,00		
Transferências de Capital	26.000,00	26.000,00	256.966,00	230.966,00		
Transferências da União e de suas Entidades	13.000,00	13.000,00	256.966,00	243.966,00		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	13.000,00	13.000,00	0,00	-13.000,00		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.000.000,00	15.000.000,00	15.236.457,69	236.457,69		
Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.000.000,00	15.000.000,00	15.236.457,69	236.457,69		
Déficit (VI)	-	2.539.097,94	-	-		
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.000.000,00	17.539.097,94	15.236.457,69	-2.302.640,25		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	2.791.450,52	2.791.450,52	-		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	0,00	-		
Superávit Financeiro	-	2.791.450,52	2.791.450,52	-		
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-		
<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10.612.877,90	10.814.504,35	9.016.358,91	8.983.219,28	8.973.295,05	1.798.145,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.608.115,00	5.747.019,11	5.445.374,88	5.445.374,88	5.445.374,88	301.644,23
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	50.000,00	22.117,98	22.117,98	19.630,70	27.882,02
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	4.954.762,90	5.017.485,24	3.548.866,05	3.515.726,42	3.508.289,47	1.468.619,19
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	462.980,85	6.712.593,59	4.479.946,38	2.119.838,92	2.119.838,92	2.232.647,21
INVESTIMENTOS	440.480,85	6.690.093,59	4.479.946,38	2.119.838,92	2.119.838,92	2.210.147,21



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta

 Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página: 2/3

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f-g)
INVERSOES FINANCEIRAS	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Reserva de Contingência (X)	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
RESERVA DO RPPS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VII + IX + X)</b>	<b>11.087.858,75</b>	<b>17.539.097,94</b>	<b>13.496.305,29</b>	<b>11.103.058,20</b>	<b>11.093.133,97</b>	<b>4.042.792,65</b>
Amortização da Dívida / Refinanciamento ( XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII)= (XI+ XII)</b>	<b>11.087.858,75</b>	<b>17.539.097,94</b>	<b>13.496.305,29</b>	<b>11.103.058,20</b>	<b>11.093.133,97</b>	<b>4.042.792,65</b>
Superávit ( XIV)	3.912.141,25	-	1.740.152,40	-	-	-1.740.152,40
<b>TOTAL ( XV) = ( XIII + XIV)</b>	<b>15.000.000,00</b>	<b>17.539.097,94</b>	<b>15.236.457,69</b>	<b>11.103.058,20</b>	<b>11.093.133,97</b>	<b>2.302.640,25</b>
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	263,00	173.495,07	89.262,34	89.262,34	77.661,28	6.834,45
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTE:	263,00	173.495,07	89.262,34	89.262,34	77.661,28	6.834,45
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	454.793,72	383.608,32	331.009,85	66.181,58	57.602,29
INVESTIMENTOS	0,00	454.793,72	383.608,32	331.009,85	66.181,58	57.602,29
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>263,00</b>	<b>628.288,79</b>	<b>472.870,66</b>	<b>420.272,19</b>	<b>143.842,86</b>	<b>64.436,74</b>

## ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	68.265,47	68.265,47	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	68.265,47	68.265,47	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.189,36	2.012,12	1.511,78	0,00	5.689,70
INVESTIMENTOS	5.189,36	2.012,12	1.511,78	0,00	5.689,70
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário  
 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página: 3/3

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:**

	INSCRITOS			PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</u> <u>E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>						
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.189,36</b>	<b>70.277,59</b>	<b>69.777,25</b>	<b>0,00</b>	<b>5.689,70</b>	

Ibiam, 19/01/2021

Ivanir Zanin  
 Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O-4



EXERCÍCIO 2020  
PERÍODO (MÊS): Janeiro A. Dezembro  
DATA DE EMISSÃO: 19/01/2021  
PÁGINA: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13  
Administração Direta

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>15.236.457,69</b>	<b>Despesas Orçamentária (VII)</b>	<b>13.496.305,29</b>
Ordinária	12.382.287,66	Ordinária	10.294.351,57
Vinculada	2.854.170,03	Vinculada	3.201.953,72
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	134.991,53	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	133.500,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	6.387,86	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	3.866,43
Convênio de Trânsito - Civil	2.281,98	Convênio de Trânsito - Civil	2.392,25
Convênio de Trânsito - Militar	2.280,61	Convênio de Trânsito - Militar	2.131,27
Convênio de Trânsito - Prefeitura	3.046,90	Convênio de Trânsito - Prefeitura	1.722,27
Fundeb 60%	1.066.732,44	Fundeb 60%	1.035.193,98
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financieira p/ Exploração de	115.328,26	Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financieira p/ Exploração de	95.848,30
Operação de Crédito	514.287,71	Operação de Crédito	514.116,69
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educaçã	18.483,75	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educaçã	18.483,17
Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	576.084,99	Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	576.084,99
Salário-Educação	103.503,75	Salário-Educação	60.028,66
Transf. FNDE - FNAE	27.229,79	Superavit CIDE	30.638,80
Transf. FNDE - FNAE	32.633,40	Superavit Convênio Educação União	34.712,57
Transferências de Convênios - União/Educação	65,33	Superavit Exercício Anterior - Recursos PNAE	590,34
Transferências de Convênios - União/Outros	238.750,02	Superavit salário educação	366,32
Transferências de Convênios - Estado/Educação	11.880,20	Superavit FEP	41.861,89
Transferências Legais para o desenvolvimento da Educação	0,51	Superavit Conv. Pól. Civil	700,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>124.173,34</b>	Transf. de recursos do Pto-Sal	377.987,96
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	124.173,34	Transf. FNDE - FNAE	25.789,58
<b>Interferências Financeiras (III)</b>	<b>202,55</b>	Transferências de Convênios - União/Educação	90,16
DESINCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS A RECEBER (FINANCEIRO)	202,55	Transferências de Convênios - União/Outros	238.927,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	3.563.912,13	Transferências de Convênios - Estado/Educação	6.941,09
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.393.247,09	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VIII)</b>	<b>2.979.302,32</b>
Inscrição de Restos a Pagar Processados	9.524,23	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.979.302,32
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	22.727,75	<b>Interferências Financeiras Concedidas (IX)</b>	<b>202,55</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.138.013,06	DESINCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS A RECEBER (FINANCEIRO)	202,55
<b>Saldo do Exercício Anterior (V)</b>	<b>3.601.354,96</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários (X)</b>	<b>1.654.388,72</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	2.947.587,59	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	420.272,19
BANCOS C/ VINCULADAS	653.767,27	RP PROCESSADOS PAGOS	69.777,25
<b>TOTAL (VI) = (II+III+IV+V)</b>	<b>22.526.100,57</b>	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	22.727,75
		DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.141.591,53
		<b>Saldo para o Exercício Seguinte (XI)</b>	<b>4.395.921,69</b>
		BANCO C/ MOVIMENTO	4.108.820,31
		BANCOS C/ VINCULADAS	286.101,38
		<b>TOTAL (XII) = (VII+VIII+X+XI)</b>	<b>22.526.100,57</b>

Itiam, 19/01/2021

Ivair Zanin  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
CRO/SC 020276/O-4



Belha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	5.903.985,95	PASSIVO CIRCULANTE	818.081,37
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.395.921,69	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	687.513,63
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.491.718,15	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	2.487,28
DEBÍTCIOS E VALORES A CURTO PRAZO	16.346,11	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	65.725,12
ATIVO NÃO CIRCULANTE	16.453.957,62	DEBÍTCIOS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	62.355,34
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	67.128,80	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	514.116,69
IMOBILIZADO	16.386.828,82	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	514.116,69
		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.332.198,06</b>
		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Exercício Atual</b>
		RESULTADOS ACUMULADOS	21.025.745,51
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.791.397,90
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.236.187,11
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-1.839,50
		<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>21.025.745,51</b>
<b>TOTAL</b>	<b>22.357.943,57</b>	<b>TOTAL</b>	<b>22.357.943,57</b>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 2

ATIVO FINANCEIRO		Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO		4.402.257,93	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	94.927,74
ATIVO CIRCULANTE		4.402.257,93	PASSIVO CIRCULANTE	94.927,74
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.395.921,69	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	2.487,28
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		6.336,24	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	65.725,12
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	26.715,34
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO		4.402.257,93	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.393.247,09
			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	11.838,27
			TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	2.500.013,10
ATIVO PERMANENTE		Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO		17.955.685,64	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.237.270,32
ATIVO CIRCULANTE		1.501.728,02	PASSIVO CIRCULANTE	723.153,63
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		1.491.718,15	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	687.513,63
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		10.009,87	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	35.640,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		16.453.957,62	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	514.116,69
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		67.128,80	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	514.116,69
IMOBILIZADO		16.386.828,82		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE		17.955.685,64	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	1.237.270,32
SALDO PATRIMONIAL				18.520.690,15

COMPENSAÇÕES		Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS		1.944.883,31	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	6.789.432,61
TOTAL		1.944.883,31	TOTAL	6.789.432,61
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL				
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			EXERCÍCIO ATUAL	
ORDINÁRIA			1.751.114,01	
VINCULADA			151.130,82	
1107 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE			2.726,05	
1110 - Convênio de Trânsito - Militar			149,34	
1111 - Convênio de Trânsito - Civil			175,69	
1112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura			2.355,27	
1118 - Fundeb 60%			31.538,46	
1132 - Transferências de Convênios - União/Educação			0,00	
1134 - Transferências de Convênios - União/Outros			0,00	
1136 - Salário-Educação			43.475,09	
1137 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação			777,05	
1139 - Fundo Especial do Petróleo e Transf. de Comp. Financeira p/ Exploração de Recursos			19.480,96	
1142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - União			0,00	



Betha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta

## DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
1143 - Transf. FNDE - PNAE	1.460,21
1144 - Transf. FNDE - PNATE	32.633,40
1150 - Transf. de recursos do Pré-Sal	9.723,75
1162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	4.982,03
1166 - Transferências Legais para o desenvolvimento da Educação	0,51
1183 - Operacao de Credito	161,48
1189 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	1.491,53
1307 - Superavit CIDE	0,00
1311 - Superavit. Conv. Pol. Civil	0,00
1332 - Superavit Convênio Educação União	0,00
1336 - superavit salário educação	0,00
1337 - Superavit Exercício Anterior - Recursos PNAE	0,00
1339 - Superavit FEP	0,00
1350 - Transf. de recursos do Pré-Sal	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.902.244,83</b>

Ibiam, 19/01/2021

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O-4

Ivanir Zanin  
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta

Exercício de 2020

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS**

	Exercício Atual
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>17.428.817,77</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	951.868,20
IMPOSTOS	901.832,31
TAXAS	50.035,89
CONTRIBUIÇÕES	1.786,31
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	1.786,31
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	105.502,04
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	105.502,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	30.550,79
JUROS E ENCARGOS DE MORA	7.092,58
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	23.458,21
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	15.508.834,88
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	124.173,34
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	15.384.661,54
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	830.275,55
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	108.641,70
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	721.633,85
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>15.637.419,87</b>
PESSOAL E ENCARGOS	5.728.849,17
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	5.728.849,17
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	15.644,28
PENSÕES	15.644,28
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.821.132,66
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.237.948,91
SERVIÇOS	1.759.242,86
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	823.940,89
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	22.117,98
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	22.117,98
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	5.841.808,09
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.979.302,32
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.578.845,41
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	212.380,36
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	71.280,00
TRIBUTÁRIAS	196.799,86
CONTRIBUIÇÕES	196.799,86
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.067,83
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.067,83
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>1.791.397,90</b>

Ibiam, 19/01/2021

Ivanir Zanin  
 Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa - Anexo 16

Administração Direta

Exercício de 2020

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

Autorizações				Saldo anterior em Circulação	Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor da Emissão		Emissão	Resgate	Valor
000641/20	15/05/2019	0	2.459.000,00	0,00	1.355.901,34	839.297,37	516.603,97
<b>Totais:</b>				<b>0,00</b>	<b>1.355.901,34</b>	<b>839.297,37</b>	<b>516.603,97</b>

Ibiam, 19/01/2021

\_\_\_\_\_  
Ivanir Zanin  
Prefeito Municipal\_\_\_\_\_  
Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Exercício 2020

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página: 1/1

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>704.018,74</b>	<b>2.400.684,04</b>	<b>633.892,30</b>	<b>2.470.810,48</b>
Restos a Pagar Não Processados	628.551,79	2.393.247,09	564.115,05	2.457.683,83
Restos a Pagar Processados	75.466,95	7.436,95	69.777,25	13.126,65
<b>SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR</b>	<b>0,00</b>	<b>22.117,98</b>	<b>19.630,70</b>	<b>2.487,28</b>
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	22.117,98	19.630,70	2.487,28
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>30.293,81</b>	<b>1.138.013,06</b>	<b>1.141.591,53</b>	<b>26.715,34</b>
Agemed fonte 00	0,00	2.713,71	2.713,71	0,00
Agemed fonte 01	0,00	922,56	922,56	0,00
Agemed fonte 18	0,00	526,16	526,16	0,00
CONSIG. BRADESCO - FONTE 00	3.064,09	139.250,35	139.279,02	3.035,42
CONSIG. BRADESCO - FONTE 01	6.203,31	42.764,45	45.302,45	3.665,31
CONSIG. BRADESCO - FONTE 18	0,00	23.907,34	23.907,34	0,00
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 00	0,00	6.014,88	6.014,88	0,00
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 01	376,43	2.426,67	1.777,98	1.025,12
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 18	0,00	3.234,05	3.234,05	0,00
CONSIGNAÇÃO CEF - FONTE 00	229,16	5.514,54	5.374,71	368,99
CONSIGNAÇÃO CEF - FONTE 01	1.685,30	10.111,75	10.954,40	842,65
Despesas Procedimentos médicos/Exames Fonte 00	0,00	48,19	48,19	0,00
Despesas Procedimentos médicos/Exames Fonte 01	0,00	340,95	340,95	0,00
Despesas Procedimentos Médicos/Exames Fonte 01	0,00	1.712,83	1.712,83	0,00
Despesas Procedimentos Médicos/Exames Fonte 18	0,00	137,36	137,36	0,00
Despesas Procedimentos Médicos/Exames-Fonte 00	0,00	2.039,05	2.039,05	0,00
INSS FOLHA - FONTE 00	6.338,04	236.408,90	238.778,78	3.968,16
INSS FOLHA - FONTE 01	10.211,36	66.549,10	66.778,58	9.981,88
INSS FOLHA - FONTE 18	0,00	81.733,98	81.733,98	0,00
INSS PREST. DE SERV. - FONTE 01	0,00	163,61	163,61	0,00
INSS PREST. SERV. - FONTE 00	871,22	43.427,38	44.298,60	0,00
INSS- Prest. Serviços- Fonte 83	0,00	5.655,29	5.655,29	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 00	0,00	139.627,21	139.627,21	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 01	0,00	63.128,09	63.128,09	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 18	0,00	92.421,71	92.421,71	0,00
IRRF PREST. SERV. - FONTE 00	0,00	1.495,03	1.495,03	0,00
ISS- FONTE 1183	0,00	15.140,82	15.140,82	0,00
ISSQN - FONTE 00	1.314,90	76.796,73	75.321,10	2.790,53
ISSQN - FONTE 01	0,00	120,00	120,00	0,00
ISSQN FONTE 83	0,00	5.423,85	5.423,85	0,00
MULTA DE TRANSITO - FONTE 0	0,00	156,19	156,19	0,00
PENSÃO ALIMENTICIA - FONTE 00	0,00	26.637,03	26.271,28	365,75
PENSÃO ALIMENTICIA - FONTE 01	0,00	418,00	418,00	0,00
PENSÃO ALIMENTICIA - FONTE 18	0,00	836,00	836,00	0,00
Pladisa - Fonte 01	0,00	11.441,51	10.769,98	671,53
Pladisa - Fonte 18	0,00	3.323,52	3.323,52	0,00
Pladisa -Fonte 00	0,00	25.444,27	25.444,27	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>734.312,55</b>	<b>3.560.815,08</b>	<b>1.795.114,53</b>	<b>2.500.013,10</b>

Ibiam, 19/01/2021

Ivanir Zanin  
Prefeito MunicipalElza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa  
 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício 2020  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página: 1

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
	Exercício Atual
INGRESSOS	3.530.162,26
Transferências recebidas	0,00
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	32.380,41
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	3.497.781,85
DESEMBOLSOS	15.602.341,20
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	7.848.051,47
Administração	1.906.422,02
Agricultura	460.652,86
Assistência Social	273.095,61
Cultura	109.147,81
Desporto e Lazer	19.210,88
Educação	2.101.861,19
Encargos Especiais	316.644,81
Gestão Ambiental	0,00
Indústria	0,00
Previdência Social	587.533,31
Saneamento	106.677,70
Saúde	0,00
Segurança Pública	36.669,73
Transporte	1.558.698,00
Urbanismo	371.437,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	19.630,70
Outros Encargos da Dívida	19.630,70
TRANSFERÊNCIAS	217.718,36
Intergovernamentais	66.000,00
a Municípios	60.000,00
a Consórcios Públicos	6.000,00
Outras Transferências Concedidas	151.718,36
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	7.516.940,67
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>-12.072.178,94</b>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
	Exercício Atual
DESEMBOLSOS	2.337.331,51
Aquisição de Ativos Não Circulante	307.424,59
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00
Outros Desembolsos de Investimentos	2.029.906,92
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-2.337.331,51</b>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
	Exercício Atual
DESEMBOLSOS	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00
Outros Desembolsos de Financiamentos	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 2

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	
	Exercício Atual
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-14.409.510,45
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	3.601.354,86
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.395.921,69



Betha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido  
Administração Direta

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
<b>Saldo Inicial Exercício Atual</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.236.187,11	0,00	19.236.187,11
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.839,50)	0,00	(1.839,50)
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.791.397,90	0,00	1.791.397,90
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo Final Exercício Atual</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.025.745,51	0,00	21.025.745,51



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete Do Prefeito E Vice-prefeito

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			402.040,94
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			392.692,47
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	355.455,64		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	344.045,55		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	11.410,09		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	37.236,83		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.236,83		9.348,47
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Civil		615,97	
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil		615,97	
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo			
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	7.030,96		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	5.954,96		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.076,00		
3.3.90.39.15.00.00	Limpeza de Veículos	1.701,54		
3.3.90.39.19.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	503,00		
3.3.90.39.69.00.00	seguros em Geral	1.069,80		
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5,21		
		123,53		
			Total da Unidade:	402.040,94



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIADO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 02 - Sec. de Administração e Fazenda

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.943.390,15
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			968.538,76
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		19.500,00	
3.1.71.70.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.500,00		
3.1.71.70.01.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.500,00		
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		949.038,76	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	816.414,90		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	754.135,21		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	62.279,69		
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	488,22		
3.1.90.16.44.00.00	Serviços Extraordinários	488,22		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	132.135,64		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	64.648,92		
3.1.90.94.11.00.00	Licença-prêmio Convertida em Pecúnia	67.486,72		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			974.851,39
3.3.40.00.00.00.00	Transferencias a Municipios		60.000,00	
3.3.40.41.00.00.00	Contribuicoes	60.000,00		
3.3.40.41.01.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Púb	60.000,00		
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		122.380,36	
3.3.50.41.00.00.00	Contribuicoes	122.380,36		
3.3.50.41.02.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv	122.380,36		
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		10.140,00	
3.3.71.70.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	10.140,00		
3.3.71.70.01.00.00	Participação em Consórcio Público	10.140,00		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		735.084,15	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Civil	923,94		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	923,94		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	4.1681,96		
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	4.853,27		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	1.885,00		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	1.842,42		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	7.649,95		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	962,19		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	3.558,96		
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	321,00		
3.3.90.30.28.00.00	Material de Proteção e Segurança	9.216,00		
3.3.90.30.36.00.00	Material Hospitalar	1.180,00		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	3.642,72		
3.3.90.30.44.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	1.107,00		
3.3.90.30.50.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	1.500,00		
3.3.90.30.96.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	596,95		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	3.366,50		
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.100,00		
3.3.90.36.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.100,00		
3.3.90.37.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	83.951,11		
3.3.90.37.07.00.00	Estagiários	83.951,11		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	568.002,69		
3.3.90.39.01.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	2.400,00		
3.3.90.39.05.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	228.633,36		
3.3.90.39.08.00.00	Manutenção de Software	759,93		
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	156.945,52		
3.3.90.39.15.00.00	Limpeza de Veículos	767,00		
3.3.90.39.17.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.570,00		



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 02 - Sec. de Administração e Fazenda

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	12.979,92		
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	540,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	14.105,92		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	1.709,55		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	24.951,24		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	1.420,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	7.455,31		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	14.758,86		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	2.402,53		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	1.980,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	57.681,44		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	15.974,20		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	2.041,38		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	18.926,53		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	16.785,00		
3.3.90.40.99.00.00.00	Outros serviços de tecn. da informação e comun.	16.785,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	4.407,16		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	4.407,16		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	11.000,00		
3.3.90.91.99.00.00.00	Diversas Sentenças	11.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	6.232,29		
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	4.177,96		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	2.054,33		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		47.246,88	
3.3.93.30.00.00.00.00	Material de Consumo	12.995,88		
3.3.93.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	12.995,88		
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	34.251,00		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	34.251,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			89.438,77
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			89.438,77
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		6.000,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		83.438,77	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83.438,77		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	990,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1.148,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	1.368,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	5.032,77		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	74.900,00		
Total da Unidade:				2.032.828,92





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 4

## Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 03 - Sec. De Agricultura E Meio Ambiente

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			527.019,86
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			328.586,03
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		328.586,03	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	312.296,76		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	287.408,74		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	24.888,02		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	5.621,82		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	5.621,82		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	10.667,45		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	10.667,45		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			198.433,83
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		198.433,83	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	86.204,07		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	64.488,43		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	1.117,20		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	1.500,00		
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/Use Veterinário	528,66		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	142,50		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	539,50		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	17.887,78		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	22.775,00		
3.3.90.32.04.00.00.00	Sementes	12.800,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	9.975,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	84.619,22		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	1.123,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	9.946,63		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	2.300,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	875,76		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	27.634,00		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	1.263,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	41.476,83		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	4.835,54		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	4.835,54		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			413.280,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			413.280,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		413.280,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	413.280,00		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	413.280,00		
Total da Unidade:				940.299,86



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIADO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 04 - Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.191.028,90
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			703.486,84
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		703.486,84	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	654.592,57		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	602.067,96		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	52.524,61		
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	30.669,11		
3.1.90.16.44.00.00	Serviços Extraordinários	30.669,11		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas	18.225,16		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	18.225,16		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.487.542,06
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.408.542,06	
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	861.624,26		
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	193.782,94		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	220,00		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	219,00		
3.3.90.30.11.00.00	Material Químico	11.700,00		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	156,00		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	58,90		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	16,00		
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	64.434,99		
3.3.90.30.28.00.00	Material de Proteção e Segurança	1.452,00		
3.3.90.30.31.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	4.039,00		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	158.202,55		
3.3.90.30.44.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	300,00		
3.3.90.30.51.00.00	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	424.639,88		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	2.403,00		
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	1.020,00		
3.3.90.32.99.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	1.020,00		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	506.725,07		
3.3.90.39.15.00.00	Limpeza de Veículos	1.544,00		
3.3.90.39.19.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	36.004,36		
3.3.90.39.21.00.00	Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	39.336,46		
3.3.90.39.28.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	164.650,00		
3.3.90.39.41.00.00	Fornecimento de Alimentação	88,00		
3.3.90.39.43.00.00	Serviços de Energia Elétrica	128.747,64		
3.3.90.39.44.00.00	Serviços de Água e Esgoto	2.922,90		
3.3.90.39.51.00.00	Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	7.264,00		
3.3.90.39.64.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.305,18		
3.3.90.39.69.00.00	seguros em Geral	5.839,56		
3.3.90.39.78.00.00	Limpeza e Conservação	66.610,00		
3.3.90.39.83.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	506,76		
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	51.906,21		
3.3.90.47.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	14.907,02		
3.3.90.47.12.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	1.198,10		
3.3.90.47.18.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	13.708,92		
3.3.90.91.00.00.00	Sentenças Judiciais	24.265,71		
3.3.90.91.99.00.00	Diversas Sentenças	24.265,71		
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		79.000,00	
3.3.93.30.00.00.00	Material de Consumo	61.775,60		
3.3.93.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	61.775,60		
3.3.93.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17.224,40		
3.3.93.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17.224,40		



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 04 - Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			3.848.692,86
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			3.848.692,86
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.848.692,86	
4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	3.846.052,86		
4.4.90.51.91.00.00	Obras em Andamento	2.208.549,49		
4.4.90.51.98.00.00	Obras Contratadas	1.637.503,37		
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	2.640,00		
4.4.90.52.34.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1.880,00		
4.4.90.52.35.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	760,00		
Total da Unidade:				6.039.721,76



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 7

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIADO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 05 - Sec. Mun. De Educação

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.543.122,15
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.109.432,80
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.109.432,80	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.657.748,18		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	1.530.521,31		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	127.226,87		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	398.478,89		
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	398.478,89		
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	476,41		
3.1.90.16.44.00.00	Serviços Extraordinários	476,41		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	52.729,32		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	36.441,84		
3.1.90.94.11.00.00	Licença-prêmio Convertida em Pecúnia	16.287,48		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			433.689,35
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		30.000,00	
3.3.50.43.00.00.00	Subvencoes Sociais	30.000,00		
3.3.50.43.99.00.00	Outras Subvenções Sociais	30.000,00		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		403.689,35	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Civil	307,98		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	307,98		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	132.823,95		
3.3.90.30.01.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	10.093,55		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	1.443,30		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	41.616,95		
3.3.90.30.14.00.00	Material Educativo e Esportivo	12.033,00		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	11.563,62		
3.3.90.30.19.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	325,00		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	368,68		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	6.524,37		
3.3.90.30.23.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	24.593,50		
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	5.364,60		
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	3.000,00		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	4.518,38		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	11.379,00		
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	2.907,00		
3.3.90.32.03.00.00	Gêneros Alimentícios	2.907,00		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	267.650,42		
3.3.90.39.05.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	23.880,00		
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	4.620,00		
3.3.90.39.15.00.00	Limpeza de Veículos	734,00		
3.3.90.39.17.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.620,00		
3.3.90.39.19.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	4.934,40		
3.3.90.39.20.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	1.360,00		
3.3.90.39.26.00.00	Serviços de Transporte Escolar	148.103,80		
3.3.90.39.43.00.00	Serviços de Energia Elétrica	17.812,49		
3.3.90.39.44.00.00	Serviços de Água e Esgoto	4.893,98		
3.3.90.39.48.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	25.050,00		
3.3.90.39.63.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	334,80		
3.3.90.39.64.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.437,59		
3.3.90.39.69.00.00	seguros em Geral	18.107,32		
3.3.90.39.81.00.00	Serviços Bancários	574,75		
3.3.90.39.83.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	11.518,72		
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	2.668,57		



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 05 - Sec. Mun. De Educação

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			105.067,76
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			105.067,76
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	81.515,75	105.067,76	
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	81.510,87		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	4,88		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	23.552,01		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	2.607,06		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	2.280,00		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	448,95		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	18.216,00		
Total da Unidade:				2.648.189,91



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 9

**Administração Direta**

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 06 - Sec. Mun. De Assist. Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			333.802,91
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			229.117,07
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		229.117,07	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	222.256,40		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	208.483,88		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	13.772,52		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	22,50		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	22,50		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	6.838,17		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	6.838,17		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			104.685,84
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		104.685,84	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	5.159,05		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	1.127,87		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	2.960,31		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	65,98		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	224,55		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	227,50		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	186,25		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	28,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	338,59		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	81.659,66		
3.3.90.36.45.00.00.00	Jetons a Conselheiros	81.659,66		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	3.730,67		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	118,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	370,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.117,46		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	985,21		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.140,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	14.136,46		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	14.136,46		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.349,99
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			5.349,99
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.349,99	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.349,99		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	976,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	3.425,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	948,99		
Total da Unidade:				339.152,90



**Betha Sistemas**  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 07 - Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			130.014,47
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			92.265,47
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	83.301,09		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	75.714,92		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	7.586,17		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	8.964,38		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	8.964,38		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			37.749,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	10.909,00	37.749,00	
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	10.909,00		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	26.840,00		
3.3.90.39.05.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	20.850,00		
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.990,00		
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.217,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			5.217,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.217,00	5.217,00	
4.4.90.52.35.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	5.217,00		
Total da Unidade:				135.231,47



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 08 - Sec. Da Ind. Com. Turismo E Serviços

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			9.582,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			9.582,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		9.582,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	9.582,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Servicos Técnicos Profissionais	9.582,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			12.900,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			12.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		12.900,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	12.900,00		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	12.900,00		
Total da Unidade:				22.482,00



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 10 - Fundo M. Da Infância E Adolescência

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.425,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.425,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.425,00	
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	1.425,00		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	1.425,00		
Total da Unidade:				1.425,00



**Betha Sistemas**

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 11 - Previdência Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			604.307,47
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			604.307,47
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	604.307,47	604.307,47	
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	7.195,20		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	597.112,27		
			Total da Unidade:	604.307,47



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 14

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 12 - Encargos Gerais do Município

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			330.625,06
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			16.947,97
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensoes	16.947,97		
3.1.90.03.01.00.00.00	Civis	15.644,28		
3.1.90.03.03.00.00.00	13º Salário - Pensionista Civil	1.303,69		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			22.117,98
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	22.117,98	22.117,98	
3.2.90.21.01.00.00.00	Juros da Dívida Contratada com Instituições Financeiras	22.117,98		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			291.559,11
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	163.349,22	291.559,11	
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	163.349,22		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	128.209,89		
3.3.90.91.31.00.00.00	Outros Precatórios Relativos a Despesas de Pessoal	128.209,89		
Total da Unidade:				330.625,06
Total do Órgão:				13.496.305,29
Total da Entidade:				13.496.305,29
TOTAL GERAL:				13.496.305,29

Ibiam, 18/01/2021

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O-4



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete Do Prefeito E Vice-prefeito

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			402.040,94
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			392.692,47
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	355.455,64		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	344.045,55		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	11.410,09		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	37.236,83		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.236,83		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			9.348,47
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Civil		615,97	
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil		615,97	
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo		7.030,96	
3.3.90.30.01.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos		5.954,96	
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos		1.076,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		1.701,54	
3.3.90.39.15.00.00	Limpeza de Veículos		503,00	
3.3.90.39.19.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos		1.069,80	
3.3.90.39.69.00.00	seguros em Geral		5,21	
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		123,53	

Total da Unidade:

402.040,94



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIADO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 02 - Sec. de Administração e Fazenda

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.943.390,15
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			968.538,76
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		19.500,00	
3.1.71.70.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.500,00		
3.1.71.70.01.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.500,00		
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		949.038,76	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	816.414,90		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	754.135,21		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	62.279,69		
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	488,22		
3.1.90.16.44.00.00	Serviços Extraordinários	488,22		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	132.135,64		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	64.648,92		
3.1.90.94.11.00.00	Licença-prêmio Convertida em Pecúnia	67.486,72		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			974.851,39
3.3.40.00.00.00.00	Transferencias a Municipios		60.000,00	
3.3.40.41.00.00.00	Contribuicoes	60.000,00		
3.3.40.41.01.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Púb	60.000,00		
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		122.380,36	
3.3.50.41.00.00.00	Contribuicoes	122.380,36		
3.3.50.41.02.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv	122.380,36		
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		10.140,00	
3.3.71.70.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	10.140,00		
3.3.71.70.01.00.00	Participação em Consórcio Público	10.140,00		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		735.084,15	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Civil	923,94		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	923,94		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	4.1681,96		
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	4.853,27		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	1.885,00		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	1.842,42		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	7.649,95		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	962,19		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	3.558,96		
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	321,00		
3.3.90.30.28.00.00	Material de Proteção e Segurança	9.216,00		
3.3.90.30.36.00.00	Material Hospitalar	1.180,00		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	3.642,72		
3.3.90.30.44.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	1.107,00		
3.3.90.30.50.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	1.500,00		
3.3.90.30.96.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	596,95		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	3.366,50		
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.100,00		
3.3.90.36.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.100,00		
3.3.90.37.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	83.951,11		
3.3.90.37.07.00.00	Estagiários	83.951,11		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	568.002,69		
3.3.90.39.01.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	2.400,00		
3.3.90.39.05.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	228.633,36		
3.3.90.39.08.00.00	Manutenção de Software	759,93		
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	156.945,52		
3.3.90.39.15.00.00	Limpeza de Veículos	767,00		
3.3.90.39.17.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.570,00		



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 02 - Sec. de Administração e Fazenda

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	12.979,92		
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	540,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	14.105,92		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	1.709,55		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	24.951,24		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	1.420,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	7.455,31		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	14.758,86		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	2.402,53		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	1.980,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	57.681,44		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	15.974,20		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	2.041,38		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	18.926,53		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	16.785,00		
3.3.90.40.99.00.00.00	Outros serviços de tecn. da informação e comun.	16.785,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	4.407,16		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	4.407,16		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	11.000,00		
3.3.90.91.99.00.00.00	Diversas Sentenças	11.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	6.232,29		
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	4.177,96		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	2.054,33		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		47.246,88	
3.3.93.30.00.00.00.00	Material de Consumo	12.995,88		
3.3.93.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	12.995,88		
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	34.251,00		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	34.251,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			89.438,77
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			89.438,77
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		6.000,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		83.438,77	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83.438,77		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	990,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1.148,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	1.368,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	5.032,77		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	74.900,00		
Total da Unidade:				2.032.828,92





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 4

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 03 - Sec. De Agricultura E Meio Ambiente

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			527.019,86
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			328.586,03
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		328.586,03	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	312.296,76		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	287.408,74		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	24.888,02		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	5.621,82		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	5.621,82		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	10.667,45		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	10.667,45		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			198.433,83
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		198.433,83	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	86.204,07		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	64.488,43		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	1.117,20		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	1.500,00		
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/ Uso Veterinário	528,66		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	142,50		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	539,50		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	17.887,78		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	22.775,00		
3.3.90.32.04.00.00.00	Sementes	12.800,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	9.975,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	84.619,22		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	1.123,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	9.946,63		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	2.300,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	875,76		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	27.634,00		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	1.263,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	41.476,83		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	4.835,54		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	4.835,54		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			413.280,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			413.280,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		413.280,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	413.280,00		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	413.280,00		
Total da Unidade:				940.299,86



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIADO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 04 - Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.191.028,90
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			703.486,84
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		703.486,84	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	654.592,57		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	602.067,96		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	52.524,61		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	30.669,11		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	30.669,11		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas	18.225,16		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	18.225,16		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.487.542,06
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.408.542,06	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	861.624,26		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	193.782,94		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	220,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	219,00		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	11.700,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	156,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	58,90		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	16,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	64.434,99		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	1.452,00		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	4.039,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	158.202,55		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	300,00		
3.3.90.30.51.00.00.00	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	424.639,88		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	2.403,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	1.020,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	1.020,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	506.725,07		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	1.544,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	36.004,36		
3.3.90.39.21.00.00.00	Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	39.336,46		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	164.650,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	88,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	128.747,64		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	2.922,90		
3.3.90.39.51.00.00.00	Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	7.264,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.305,18		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	5.839,56		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	66.610,00		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	506,76		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	51.906,21		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	14.907,02		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	1.198,10		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	13.708,92		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	24.265,71		
3.3.90.91.99.00.00.00	Diversas Sentenças	24.265,71		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		79.000,00	
3.3.93.30.00.00.00.00	Material de Consumo	61.775,60		
3.3.93.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	61.775,60		
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17.224,40		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17.224,40		



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 6

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 04 - Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			3.848.692,86
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			3.848.692,86
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.848.692,86	
4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	3.846.052,86		
4.4.90.51.91.00.00	Obras em Andamento	2.208.549,49		
4.4.90.51.98.00.00	Obras Contratadas	1.637.503,37		
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	2.640,00		
4.4.90.52.34.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1.880,00		
4.4.90.52.35.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	760,00		
Total da Unidade:				6.039.721,76



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 7

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIADO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 05 - Sec. Mun. De Educação

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.543.122,15
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.109.432,80
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.109.432,80	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.657.748,18		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	1.530.521,31		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	127.226,87		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	398.478,89		
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	398.478,89		
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	476,41		
3.1.90.16.44.00.00	Serviços Extraordinários	476,41		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	52.729,32		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	36.441,84		
3.1.90.94.11.00.00	Licença-prêmio Convertida em Pecúnia	16.287,48		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			433.689,35
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		30.000,00	
3.3.50.43.00.00.00	Subvencoes Sociais	30.000,00		
3.3.50.43.99.00.00	Outras Subvenções Sociais	30.000,00		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		403.689,35	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Civil	307,98		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	307,98		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	132.823,95		
3.3.90.30.01.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	10.093,55		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	1.443,30		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	41.616,95		
3.3.90.30.14.00.00	Material Educativo e Esportivo	12.033,00		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	11.563,62		
3.3.90.30.19.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	325,00		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	368,68		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	6.524,37		
3.3.90.30.23.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	24.593,50		
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	5.364,60		
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	3.000,00		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	4.518,38		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	11.379,00		
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	2.907,00		
3.3.90.32.03.00.00	Gêneros Alimentícios	2.907,00		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	267.650,42		
3.3.90.39.05.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	23.880,00		
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	4.620,00		
3.3.90.39.15.00.00	Limpeza de Veículos	734,00		
3.3.90.39.17.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.620,00		
3.3.90.39.19.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	4.934,40		
3.3.90.39.20.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	1.360,00		
3.3.90.39.26.00.00	Serviços de Transporte Escolar	148.103,80		
3.3.90.39.43.00.00	Serviços de Energia Elétrica	17.812,49		
3.3.90.39.44.00.00	Serviços de Água e Esgoto	4.893,98		
3.3.90.39.48.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	25.050,00		
3.3.90.39.63.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	334,80		
3.3.90.39.64.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.437,59		
3.3.90.39.69.00.00	seguros em Geral	18.107,32		
3.3.90.39.81.00.00	Serviços Bancários	574,75		
3.3.90.39.83.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	11.518,72		
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	2.668,57		



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 05 - Sec. Mun. De Educação

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			105.067,76
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			105.067,76
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	81.515,75	105.067,76	
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	81.510,87		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	4,88		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	23.552,01		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	2.607,06		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	2.280,00		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	448,95		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	18.216,00		
Total da Unidade:				2.648.189,91



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 9

**Administração Direta**

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 06 - Sec. Mun. De Assist. Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			333.802,91
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			229.117,07
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		229.117,07	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	222.256,40		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	208.483,88		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	13.772,52		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	22,50		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	22,50		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	6.838,17		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	6.838,17		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			104.685,84
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		104.685,84	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	5.159,05		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	1.127,87		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	2.960,31		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	65,98		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	224,55		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	227,50		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	186,25		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	28,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	338,59		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	81.659,66		
3.3.90.36.45.00.00.00	Jetons a Conselheiros	81.659,66		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	3.730,67		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	118,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	370,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.117,46		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	985,21		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.140,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	14.136,46		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	14.136,46		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.349,99
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			5.349,99
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.349,99	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.349,99		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	976,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	3.425,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	948,99		
Total da Unidade:				339.152,90



**Betha Sistemas**  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 07 - Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			130.014,47
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			92.265,47
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	83.301,09		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	75.714,92		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	7.586,17		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	8.964,38		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	8.964,38		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			37.749,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	10.909,00	37.749,00	
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	10.909,00		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	26.840,00		
3.3.90.39.05.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	20.850,00		
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.990,00		
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.217,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			5.217,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.217,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.217,00		
4.4.90.52.35.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	5.217,00		
Total da Unidade:				135.231,47



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 08 - Sec. Da Ind. Com. Turismo E Serviços

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			9.582,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			9.582,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		9.582,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	9.582,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Servicos Técnicos Profissionais	9.582,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			12.900,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			12.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		12.900,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	12.900,00		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	12.900,00		
Total da Unidade:				22.482,00



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 10 - Fundo M. Da Infância E Adolescência

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.425,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.425,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.425,00	
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	1.425,00		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	1.425,00		
Total da Unidade:				1.425,00



**Betha Sistemas**

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 13

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 11 - Previdência Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			604.307,47
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			604.307,47
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	604.307,47	604.307,47	
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	7.195,20		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	597.112,27		
Total da Unidade:				604.307,47



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 14

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 12 - Encargos Gerais do Município

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			330.625,06
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			16.947,97
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensoes	16.947,97		
3.1.90.03.01.00.00.00	Civis	15.644,28		
3.1.90.03.03.00.00.00	13º Salário - Pensionista Civil	1.303,69		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			22.117,98
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	22.117,98	22.117,98	
3.2.90.21.01.00.00.00	Juros da Dívida Contratada com Instituições Financeiras	22.117,98		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			291.559,11
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	163.349,22	291.559,11	
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	163.349,22		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	128.209,89		
3.3.90.91.31.00.00.00	Outros Precatórios Relativos a Despesas de Pessoal	128.209,89		
Total da Unidade:				330.625,06
Total do Órgão:				13.496.305,29
Total da Entidade:				13.496.305,29
TOTAL GERAL:				13.496.305,29

Ibiam, 18/01/2021

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O-4



Página 1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.1.2.2.01.1.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	31,81		
4.1.1.2.2.01.1.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	976,78		
4.1.1.2.2.01.1.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa -	461,58		
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		23.458,21	
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		23.458,21	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	23.458,21		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	23.458,21		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	23.458,21		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Rend. Recursos da Educação	29,17		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Rend. CIDE	129,68		
4.1.3.2.1.00.1.1.11.00.00	Rend. Conv. Polícia Civil	1,37		
4.1.3.2.1.00.1.1.12.00.00	Rend. Conv. Tansito - Prefeitura	6,08		
4.1.3.2.1.00.1.1.18.00.00	Rend. Fundeb 60%	444,50		
4.1.3.2.1.00.1.1.27.00.00	Rend. PNAE	33,39		
4.1.3.2.1.00.1.1.28.00.00	Rend. PNATE	38,88		
4.1.3.2.1.00.1.1.32.00.00	Rend. Conv. Educação - União	65,33		
4.1.3.2.1.00.1.1.34.00.00	Rend. Conv. Outros - União	0,02		
4.1.3.2.1.00.1.1.36.00.00	Rend. Salário Educação	79,91		
4.1.3.2.1.00.1.1.39.00.00	Rend. FEP	1.961,74		
4.1.3.2.1.00.1.1.62.00.00	Rend. Conv. Educação - Estado	0,20		
4.1.3.2.1.00.1.1.66.00.00	Rend. Transf. Educação - Estado	0,51		
4.1.3.2.1.00.1.1.83.00.00	Rendimentos Operação de Crédito	171,02		
4.1.3.2.1.00.1.1.89.00.00	Rend. Alienação de Bens - Outros	91,53		
4.1.3.2.1.00.1.1.94.00.00	Rend. FNDE Outras Transferências	0,59		
4.1.3.2.1.00.1.1.99.00.00	Rend. Ordinários	20.404,29		
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		133.817,40	
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		133.817,40	
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	133.817,40		
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	133.817,40		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Pr	77.731,96		
4.1.6.1.0.01.1.2.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Mt	701,32		
4.1.6.1.0.01.1.3.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	46.209,84		
4.1.6.1.0.01.1.4.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	9.174,28		
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		15.721.996,53	
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		8.778.515,22	
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	8.778.515,22		
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	7.685.106,27		
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.046.317,58		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.046.317,58		
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	FPM - Ordinários	3.029.916,55		
4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	FPM - Educação	2.466.211,15		
4.1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	FPM - Saúde	1.550.189,88		
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	317.086,89		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	317.086,89		
4.1.7.1.8.01.3.1.01.00.00	FPM 1% Dezembro - Ordinários	190.252,14		
4.1.7.1.8.01.3.1.02.00.00	FPM 1% Dezembro - Educação	79.271,72		
4.1.7.1.8.01.3.1.03.00.00	FPM 1% Dezembro - Saúde	47.563,03		
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	317.762,93		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	317.762,93		
4.1.7.1.8.01.4.1.01.00.00	FPM 1% Julho - Ordinários	190.657,76		
4.1.7.1.8.01.4.1.02.00.00	FPM 1% Julho - Educação	79.440,73		
4.1.7.1.8.01.4.1.03.00.00	FPM 1% Julho - Saúde	47.664,44		
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial	3.938,87		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial	3.938,87		
4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	ITR - Ordinários	2.363,32		
4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	ITR - Educação	984,74		
4.1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	ITR - Saúde	590,81		
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração	113.367,52		
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	113.367,52		
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	113.367,52		
4.1.7.1.8.02.6.1.01.00.00	FEP	113.367,52		
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	163.481,92		
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	103.423,84		
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	103.423,84		
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progra	27.196,40		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prc	27.196,40		
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prog	32.594,52		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prc	32.594,52		
4.1.7.1.8.05.9.0.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional de	267,16		
4.1.7.1.8.05.9.1.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional	267,16		
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	816.559,51		
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	816.559,51		
4.1.7.1.8.99.1.0.01.00.00	Apoio Financeiro aos Municípios/FPM	576.084,99		
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	240.474,52		
4.1.7.1.8.99.1.1.04.00.00	Transf.da União Saúde e Social/Covid-19 173/20	28.280,23		
4.1.7.1.8.99.1.1.05.00.00	Transf.da União/Covid-19 173/20	212.194,29		
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas		5.877.193,37	
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	5.877.193,37		
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	5.865.313,37		
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	5.537.839,95		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	5.537.839,95		
4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	ICMS - Ordinários	3.322.703,93		
4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	ICMS - Educação	1.384.460,02		
4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	ICMS - Saúde	830.676,00		
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	222.042,18		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	222.042,18		
4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	IPVA - Ordinários	133.225,25		
4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	IPVA - Educação	55.510,59		
4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	IPVA - Saúde	33.306,34		
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	75.615,76		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	75.615,76		
4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	IPI - Ordinários	45.369,43		
4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	IPI - Educação	18.903,97		
4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	IPI - Saúde	11.342,36		
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio	6.458,18		
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio	6.458,18		
4.1.7.2.8.01.4.1.01.00.00	CIDE	6.458,18		
4.1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	23.357,30		
4.1.7.2.8.01.5.1.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados - Principal	23.357,30		
4.1.7.2.8.01.5.1.01.00.00	Ação icms usina barra grande 60%	14.014,37		
4.1.7.2.8.01.5.1.02.00.00	Ação icms usina barra grande 25%	5.839,33		
4.1.7.2.8.01.5.1.03.00.00	Ação icms usina barra grande 15%	3.503,60		
4.1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito	11.880,00		
4.1.7.2.8.10.2.0.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinada	11.880,00		
4.1.7.2.8.10.2.1.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinada	11.880,00		
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		1.066.287,94	
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específ	1.066.287,94		
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	1.066.287,94		
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	1.066.287,94		
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	1.066.287,94		
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	Fundeb 60%	1.066.287,94		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		80.483,91	
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		7.602,04	
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	7.602,04		
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	7.602,04		
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	7.602,04		
4.1.9.1.0.01.1.1.10.00.00	Multas de Trans. - Polícia Militar	2.280,61		
4.1.9.1.0.01.1.1.11.00.00	Multas de Trans. - Polícia Civil	2.280,61		
4.1.9.1.0.01.1.1.12.00.00	Multas de Trans. - Prefeitura	3.040,82		
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		71.095,56	
4.1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	Indenizações	70.673,04		
4.1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	70.673,04		
4.1.9.2.1.99.1.0.00.00.00	Outras Indenizações	70.673,04		
4.1.9.2.1.99.1.1.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	70.673,04		
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	422,52		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	422,52		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	422,52		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	422,52		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		1.786,31	
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	1.786,31		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	1.786,31		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	1.786,31		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			905.982,69
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito		514.116,69	
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno		514.116,69	
4.2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	514.116,69		
4.2.1.1.2.00.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	514.116,69		
4.2.1.1.2.00.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	514.116,69		
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		134.900,00	
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		134.900,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	134.900,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	134.900,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	134.900,00		
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital		256.966,00	
4.2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		256.966,00	
4.2.4.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	256.966,00		
4.2.4.1.8.05.0.0.00.00.00	Prog. de Apoio ao Transp. Escolar para Educação Básica	18.216,00		
4.2.4.1.8.05.9.0.00.00.00	Outras transferências destinadas a Programas de E	18.216,00		
4.2.4.1.8.05.9.1.00.00.00	Outras transferências destinadas a Programas de	18.216,00		
4.2.4.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entid	238.750,00		
4.2.4.1.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	238.750,00		
4.2.4.1.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - P	238.750,00		
9.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS E			-2.799.513,17
9.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE			-2.799.513,17
9.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORI		-172.556,04	
9.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES DA RECEITA DE IMPOSTOS		-169.930,93	
9.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	(R)Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	-169.930,93		
9.1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	(R)Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Mur	-169.919,52		
9.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	-169.919,52		
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	-169.918,87		
9.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	Dedução IPTU 60%	-101.951,67		
9.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	Dedução IPTU 25%	-42.479,56		
9.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	Dedução IPTU 15%	-25.487,64		
9.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	-0,65		
9.1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	IPTU DIV ATIVA - PRINCIPAL	-0,65		
9.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	(R)Impostos sobre a Produção, circulação de Mercad	-11,41		
9.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	-11,41		
9.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	-11,41		
9.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	Dedução do ISSQN	-11,41		
9.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas		-2.625,11	
9.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-36,27		
9.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-36,27		
9.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-36,27		
9.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	-36,27		
9.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-2.588,84		
9.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-2.588,84		
9.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-2.588,84		
9.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Dedução Taxas Prestação de Serviços	-2.588,70		
9.1.1.2.2.01.1.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	-0,07		
9.1.1.2.2.01.1.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa -	-0,07		
9.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal		-8,22	
9.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal		-8,22	
9.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal	-8,22		
9.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal	-4,21		
9.1.6.1.0.01.1.3.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	-3,13		
9.1.6.1.0.01.1.4.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	-0,88		
9.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE		-2.578.845,41	
9.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências da União e de suas Entidades		-1.410.042,71	
9.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências da União - Específica E/M	-1.410.042,71		
9.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	(R)Participação na Receita da União	-1.410.042,71		
9.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municí	-1.409.263,19		
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Muni	-1.409.263,19		
9.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-FPM	-1.409.263,19		
9.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territori	-779,52		



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Dedução do Fundeb ITR	-779,52		
9.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-ITR	-779,52		
9.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de		-1.168.802,70	
9.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências dos Estados - Específica E/M	-1.168.802,70		
9.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	(R)Participação na Receita dos Estados	-1.168.802,70		
9.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS	-1.109.271,97		
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.109.271,97		
9.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-ICMS	-1.109.271,97		
9.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA	-44.407,54		
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	-44.407,54		
9.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb_IPVA	-44.407,54		
9.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios	-15.123,19		
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-15.123,19		
9.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-IPI	-15.123,19		
9.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS		-48.103,50	
9.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações		-48.103,50	
9.1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações	-48.103,50		
9.1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações	-48.103,50		
9.1.9.2.1.99.1.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações	-48.103,50		
9.1.9.2.1.99.1.1.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações - Principal	-48.103,50		

Total: 15.236.457,69

Ibiam, 18/01/2021

Ivanir Zanin  
 Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			9.016.358,91
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			5.445.374,88
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		19.500,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.500,00		
3.1.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.500,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.425.874,88	
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensoes	16.947,97		
3.1.90.03.01.00.00.00	Civis	15.644,28		
3.1.90.03.03.00.00.00	13º Salário - Pensionista Civil	1.303,69		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.102.065,54		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	3.802.377,57		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	299.687,97		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	1.002.786,36		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	7.195,20		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	995.591,16		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	37.278,06		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	37.278,06		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	266.796,95		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	183.022,75		
3.1.90.94.11.00.00.00	Licença-prêmio Convertida em Pecúnia	83.774,20		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			22.117,98
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		22.117,98	
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	22.117,98		
3.2.90.21.01.00.00.00	Juros da Dívida Contratada com Instituições Financeiras	22.117,98		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			3.548.866,05
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferências a Municípios		60.000,00	
3.3.40.41.00.00.00.00	Contribuições	60.000,00		
3.3.40.41.01.00.00.00	Despesa com Manutenção de Outras Entidades de Direito Público	60.000,00		
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		152.380,36	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	122.380,36		
3.3.50.41.02.00.00.00	Despesa com Manutenção de Outras Entidades de Direito Privado	122.380,36		
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	30.000,00		
3.3.50.43.99.00.00.00	Outras Subvenções Sociais	30.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		10.140,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	10.140,00		
3.3.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcio Público	10.140,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.200.098,81	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	1.847,89		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	1.847,89		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.145.433,25		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	280.301,02		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	4.665,50		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	46.638,68		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	11.700,00		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	12.033,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	20.935,55		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	224,55		
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/uso Veterinário	528,66		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	552,50		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copiar e Cozinha	1.576,02		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	10.099,33		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	24.593,50		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	70.120,59		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	142,50		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	13.937,00		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	11.207,50		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos	4.039,00		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	1.180,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	185.666,02		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	1.407,00		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	1.500,00		
3.3.90.30.51.00.00.00	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	424.639,88		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	596,95		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	17.148,50		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	26.702,00		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	2.907,00		
3.3.90.32.04.00.00.00	Sementes	12.800,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	10.995,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	1.425,00		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	1.425,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	83.759,66		
3.3.90.36.45.00.00.00	Jetons a Conselheiros	81.659,66		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.100,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	83.951,11		
3.3.90.37.07.00.00.00	Estagiários	83.951,11		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.468.851,61		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	2.400,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	282.945,36		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	759,93		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	161.565,52		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	4.789,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	3.560,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	64.935,11		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	1.360,00		
3.3.90.39.21.00.00.00	Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	39.336,46		
3.3.90.39.26.00.00.00	Serviços de Transporte Escolar	148.103,80		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	164.650,00		
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	540,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	88,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	160.666,05		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	9.526,43		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	24.951,24		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	25.050,00		
3.3.90.39.51.00.00.00	Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	7.264,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	4.054,80		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	11.315,54		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	40.571,92		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	2.402,53		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	66.610,00		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	29.614,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	58.256,19		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	27.999,68		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	1.263,00		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	2.041,38		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	122.231,67		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun. (TIC)-Pessoa Jur.	16.785,00		
3.3.90.40.99.00.00.00	Outros serviços de tecn. da informação e comun.	16.785,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	196.799,86		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	168.954,48		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	27.845,38		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	163.475,60		
3.3.90.91.31.00.00.00	Outros Precatórios Relativos a Despesas de Pessoaal	128.209,89		
3.3.90.91.99.00.00.00	Diversas Sentenças	35.265,71		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	11.067,83		
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	4.177,96		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	6.889,87		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		126.246,88	
3.3.93.30.00.00.00.00	Material de Consumo	74.771,48		



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 3

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.93.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	74.771,48		
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	51.475,40		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	51.475,40		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			4.479.946,38
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			4.479.946,38
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		6.000,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.473.946,38	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes			
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	3.940.468,61		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	81.510,87		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	2.221.454,37		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.637.503,37		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	533.477,77		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	976,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	990,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	5.635,06		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	13.050,00		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	448,95		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	413.280,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	24.197,76		
		74.900,00		
			Total:	13.496.305,29

Ibiam, 18/01/2021

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O-4



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete Do Prefeito E Vice-prefeito

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			402.040,94	402.040,94
04.122	Administração Geral			402.040,94	402.040,94
04.122.0401	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR			402.040,94	402.040,94
04.122.0401.2.003	Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito			402.040,94	402.040,94



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 02 - Sec. de Administração e Fazenda

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			1.922.538,20	1.922.538,20
04.122	Administração Geral			1.922.538,20	1.922.538,20
04.122.0402	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.922.538,20	1.922.538,20
04.122.0402.2.004	Manut. das Atividades Administrativas			1.800.157,84	1.800.157,84
04.122.0402.2.005	Contribuições Financeiras a Entidades			122.380,36	122.380,36
06	Segurança Pública			110.290,72	110.290,72
06.181	Policimento			110.290,72	110.290,72
06.181.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			110.290,72	110.290,72
06.181.0601.2.006	Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública			95.420,43	95.420,43
06.181.0601.2.008	Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros			14.870,29	14.870,29
06.182	Defesa Civil			0,00	0,00
06.182.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			0,00	0,00
06.182.0601.2.007	Manut. do Fundo de Defesa Civil			0,00	0,00



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 03 - Sec. De Agricultura E Meio Ambiente

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
18	Gestão Ambiental				0,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental				0,00
18.541.1801	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL				0,00
18.541.1801.2.010	Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental				0,00
20	Agricultura				0,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		402.000,00	538.299,86	940.299,86
20.608.2001	ASSISTÊNCIA PRODUTOR RURAL		402.000,00	538.299,86	940.299,86
20.608.2001.1.061	Ampliação da Patrulha Agrícola		402.000,00	538.299,86	940.299,86
20.608.2001.2.009	Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor			538.299,86	538.299,86



**Betha Sistemas**  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 04 - Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo			359.275,04	359.275,04
15.451	Infra-Estrutura Urbana			0,00	0,00
15.451.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS			0,00	0,00
15.451.1501.1.062	Pavimentação de Ruas e Passeios			0,00	0,00
15.452	Serviços Urbanos			359.275,04	359.275,04
15.452.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS			359.275,04	359.275,04
15.452.1501.1.063	Obras de Infraestrutura Urbana			0,00	0,00
15.452.1501.2.011	Manut. dos Serviços de Utilidade Pública			359.275,04	359.275,04
17	Saneamento			116.898,10	116.898,10
17.512	Saneamento Básico Urbano			116.898,10	116.898,10
17.512.1701	PREVENÇÃO DE DOENÇAS			0,00	0,00
17.512.1701.1.064	Saneamento Básico Geral			116.898,10	116.898,10
17.512.1701.2.012	Manutenção do Saneamento Urbano			116.898,10	116.898,10
26	Transporte			0,00	0,00
26.782	Transporte Rodoviário			116.898,10	116.898,10
26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS			1.717.495,76	1.717.495,76
26.782.2601.1.065	Aquisição de Máquinas e Veículos			5.563.548,62	5.563.548,62
26.782.2601.1.066	Obras de Infraestrutura Rural			5.563.548,62	5.563.548,62
26.782.2601.2.013	Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes			0,00	0,00
			3.846.052,86	1.717.495,76	3.846.052,86
			3.846.052,86		1.717.495,76
			3.846.052,86		1.717.495,76
			3.846.052,86		1.717.495,76



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 05 - Sec. Mun. De Educação

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação				2.648.189,91
12.306	Alimentação e Nutrição		4,88	2.648.185,03	41.434,75
12.306.1002	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			41.434,75	41.434,75
12.306.1002.2.014	Programa Suplementar de Alimentação Escolar			41.434,75	41.434,75
12.361	Ensino Fundamental			1.947.602,56	1.947.607,44
12.361.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL		4,88	1.947.602,56	1.947.607,44
12.361.1201.1.067	Ampliação da Rede Física Fundamental			4,88	4,88
12.361.1201.1.068	Aquisição de Veículos - Educação				0,00
12.361.1201.2.015	Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental			1.940.071,13	1.940.071,13
12.361.1201.2.018	Manut. do Transporte Escolar			7.531,43	7.531,43
12.364	Ensino Superior			24.490,20	24.490,20
12.364.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			24.490,20	24.490,20
12.364.1201.2.016	Apoio ao Ensino Superior			24.490,20	24.490,20
12.365	Educação Infantil			602.581,07	602.581,07
12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			602.581,07	602.581,07
12.365.1201.1.069	Ampliação da Rede Física Infantil			0,00	0,00
12.365.1201.2.019	Manut. da Educação Infantil - Pre-Escolar			77.506,00	77.506,00
12.365.1201.2.045	Manut. da Educação Infantil - Creche			525.075,07	525.075,07
12.367	Educação Especial			32.076,45	32.076,45
12.367.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			32.076,45	32.076,45
12.367.1201.2.017	Apoio a Educação Especial			32.076,45	32.076,45



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 06 - Sec. Mun. De Assist. Social

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			339.152,90	339.152,90
08.241	Assistência ao Idoso			4.094,12	4.094,12
08.241.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			4.094,12	4.094,12
08.241.0801.2.022	Manut. do Fundo M. do Idoso			4.094,12	4.094,12
08.244	Assistência Comunitária			335.058,78	335.058,78
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			335.058,78	335.058,78
08.244.0801.1.070	Obras de Infraestrutura Social			0,00	0,00
08.244.0801.2.020	Manut. da Secret. de Assistência Social			231.538,74	231.538,74
08.244.0801.2.021	Manut. do Conselho Tutelar			103.520,04	103.520,04



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 07 - Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura			114.065,86	114.065,86
13.392	Difusão Cultural			114.065,86	114.065,86
13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL			114.065,86	114.065,86
13.392.1301.2.023	Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes			23.955,73	23.955,73
13.392.1301.2.024	Manut. das Atividades Culturais			90.110,13	90.110,13
27	Desporto e Lazer			21.165,61	21.165,61
27.812	Desporto Comunitário			21.165,61	21.165,61
27.812.2701	ESPORTE É VIDA			21.165,61	21.165,61
27.812.2701.1.071	Ampliação das Áreas Esportivas e de Lazer			0,00	0,00
27.812.2701.2.025	Manut. das Atividades Esportivas			21.165,61	21.165,61



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 08 - Sec. Da Ind. Com. Turismo E Serviços

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura			22.482,00	22.482,00
13.695	Turismo			22.482,00	22.482,00
13.695.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL			22.482,00	22.482,00
13.695.1301.2.044	Promoção do Turismo			22.482,00	22.482,00
22	Indústria			0,00	0,00
22.661	Promoção Industrial			0,00	0,00
22.661.2201	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL			0,00	0,00
22.661.2201.1.072	Promoção da Indústria e Comércio			0,00	0,00



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 9

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 09 - Fundo Mun. De Habitação

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
16	Habitação				0,00
16.482	Habitação Urbana				0,00
16.482.1601	SISTEMA HABITACIONAL				0,00
16.482.1601.1.073	Apoio ao Sistema Habitacional				0,00



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 10 - Fundo M. Da Infância E Adolescência

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			1.425,00	1.425,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			1.425,00	1.425,00
08.243.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			1.425,00	1.425,00
08.243.0801.2.026	Manut. das Atividades do FIA			1.425,00	1.425,00



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 11 - Previdência Social

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
09	Previdência Social			604.307,47	604.307,47
09.272	Previdência do Regime Estatutário			604.307,47	604.307,47
09.272.0901	PREVIDÊNCIASOCIAL GERAL			604.307,47	604.307,47
09.272.0901.2.027	Encargos Previdenciários Regime Geral			604.307,47	604.307,47



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 12 - Encargos Gerais do Município

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais			330.625,06	330.625,06
28.846	Outros Encargos Especiais			330.625,06	330.625,06
28.846.2800	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			330.625,06	330.625,06
28.846.2800.2.028	Amortização da Dívida e Encargos			202.415,17	202.415,17
28.846.2800.2.029	Amortização de Precatórios			128.209,89	128.209,89



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 13 - Reserva De Contingência

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99.999.9999.2.030	Reserva de Contingência				0,00
Total:					
Total da Entidade:			4.248.057,74	9.248.247,55	13.496.305,29
TOTAL GERAL:			4.248.057,74	9.248.247,55	13.496.305,29

Ibiam, 18/01/2021

Ivanir Zanin  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O-4



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro a Dezembro

Página 1

# **ESTADO DE SANTA CATARINA** **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			2.324.579,14	2.324.579,14
04.122	Administração Geral			2.324.579,14	2.324.579,14
04.122.0401	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR			402.040,94	402.040,94
04.122.0402	Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito			402.040,94	402.040,94
04.122.0402.2.003	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.922.538,20	1.922.538,20
04.122.0402.2.004	Manut. das Atividades Administrativas			1.800.157,84	1.800.157,84
04.122.0402.2.005	Contribuições Financeiras a Entidades			122.380,36	122.380,36
06	Segurança Pública			110.290,72	110.290,72
06.181	Policimento			110.290,72	110.290,72
06.181.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			110.290,72	110.290,72
06.181.0601.2.006	Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública			95.420,43	95.420,43
06.181.0601.2.008	Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros			14.870,29	14.870,29
06.182	Defesa Civil			0,00	0,00
06.182.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			0,00	0,00
06.182.0601.2.007	Manut. do Fundo de Defesa Civil			0,00	0,00
08	Assistência Social			340.577,90	340.577,90
08.241	Assistência ao Idoso			4.094,12	4.094,12
08.241.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			4.094,12	4.094,12
08.241.0801.2.022	Manut. do Fundo M. do Idoso			4.094,12	4.094,12
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			1.425,00	1.425,00
08.243.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			1.425,00	1.425,00
08.243.0801.2.026	Manut. das Atividades do FIA			1.425,00	1.425,00
08.244	Assistência Comunitária			335.058,78	335.058,78
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			335.058,78	335.058,78
08.244.0801.1.070	Obras de Infraestrutura Social			0,00	0,00
08.244.0801.2.020	Manut. da Secret. de Assistência Social			231.538,74	231.538,74
08.244.0801.2.021	Manut. do Conselho Tutelar			103.520,04	103.520,04
09	Previdência Social			604.307,47	604.307,47
09.272	Previdência do Regime Estatutário			604.307,47	604.307,47
09.272.0901	PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL			604.307,47	604.307,47
09.272.0901.2.027	Encargos Previdenciários Regime Geral			604.307,47	604.307,47
12	Educação			2.648.189,91	2.648.189,91
12.306	Alimentação e Nutrição	4,88		41.434,75	41.434,75
12.306.1002	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			41.434,75	41.434,75
12.306.1002.2.014	Programa Suplementar de Alimentação Escolar			41.434,75	41.434,75
12.361	Ensino Fundamental	4,88		1.947.602,56	1.947.602,56
12.361.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	4,88		1.947.602,56	1.947.602,56
12.361.1201.1.067	Ampliação da Rede Física Fundamental	4,88		4,88	4,88
12.361.1201.1.068	Aquisição de Veículos - Educação			0,00	0,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
 Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página 2

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação				2.648.189,91
12.361	Ensino Fundamental		4,88	2.648.185,03	1.947.602,56
12.361.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL		4,88	1.947.602,56	1.947.607,44
12.361.1201.2.015	Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental			1.940.071,13	1.940.071,13
12.361.1201.2.018	Manut. do Transporte Escolar			7.531,43	7.531,43
12.364	Ensino Superior			24.490,20	24.490,20
12.364.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			24.490,20	24.490,20
12.364.1201.2.016	Apoio ao Ensino Superior			24.490,20	24.490,20
12.365	Educação Infantil			602.581,07	602.581,07
12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			602.581,07	602.581,07
12.365.1201.1.069	Ampliação da Rede Física Infantil			0,00	0,00
12.365.1201.2.019	Manut. da Educação Infantil - Pré-Escolar			77.506,00	77.506,00
12.365.1201.2.045	Manut. da Educação Infantil - Creche			525.075,07	525.075,07
12.367	Educação Especial			32.076,45	32.076,45
12.367.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			32.076,45	32.076,45
12.367.1201.2.017	Apoio a Educação Especial			32.076,45	32.076,45
13	Cultura				136.547,86
13.392	Difusão Cultural			136.547,86	136.547,86
13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL			114.065,86	114.065,86
13.392.1301.2.023	Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes			114.065,86	114.065,86
13.392.1301.2.024	Manut. das Atividades Culturais			23.955,73	23.955,73
13.695	Turismo			90.110,13	90.110,13
13.695.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL			22.482,00	22.482,00
13.695.1301.2.044	Promoção do Turismo			22.482,00	22.482,00
15	Urbanismo				359.275,04
15.451	Infra-Estrutura Urbana			359.275,04	359.275,04
15.451.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS			0,00	0,00
15.451.1501.1.062	Pavimentação de Ruas e Passeios			0,00	0,00
15.452	Serviços Urbanos			359.275,04	359.275,04
15.452.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS			359.275,04	359.275,04
15.452.1501.1.063	Obras de Infraestrutura Urbana			0,00	0,00
15.452.1501.2.011	Manut. dos Serviços de Utilidade Pública			359.275,04	359.275,04
16	Habitação				0,00
16.482	Habitação Urbana			0,00	0,00
16.482.1601	SISTEMA HABITACIONAL			0,00	0,00
16.482.1601.1.073	Apoio ao Sistema Habitacional			0,00	0,00
17	Saneamento				116.898,10
17.512	Saneamento Básico Urbano			116.898,10	116.898,10
17.512.1701	PREVENÇÃO DE DOENÇAS			116.898,10	116.898,10
17.512.1701.1.064	Saneamento Básico Geral			0,00	0,00



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	Saneamento			116.898,10	116.898,10
17.512	Saneamento Básico Urbano			116.898,10	116.898,10
17.512.1701	PREVENÇÃO DE DOENÇAS			116.898,10	116.898,10
17.512.1701.2.012	Manutenção do Saneamento Urbano			116.898,10	116.898,10
18	Gestão Ambiental			0,00	0,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental			0,00	0,00
18.541.1801	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			0,00	0,00
18.541.1801.2.010	Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental			0,00	0,00
20	Agricultura				
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		402.000,00	538.299,86	940.299,86
20.608.2001	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL		402.000,00	538.299,86	940.299,86
20.608.2001.1.061	Ampliação da Patrulha Agrícola		402.000,00	538.299,86	940.299,86
20.608.2001.2.009	Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor		402.000,00	538.299,86	940.299,86
22	Indústria				
22.661	Promoção Industrial			0,00	0,00
22.661.2201	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL			0,00	0,00
22.661.2201.1.072	Promoção da Indústria e Comércio			0,00	0,00
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário		3.846.052,86	1.717.495,76	5.563.548,62
26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS		3.846.052,86	1.717.495,76	5.563.548,62
26.782.2601.1.065	Aquisição de Máquinas e Veículos		3.846.052,86	1.717.495,76	5.563.548,62
26.782.2601.1.066	Obras de Infraestrutura Rural			0,00	0,00
26.782.2601.2.013	Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes		3.846.052,86	1.717.495,76	5.563.548,62
27	Desporto e Lazer				
27.812	Desporto Comunitário			21.165,61	21.165,61
27.812.2701	ESPORTE É VIDA			21.165,61	21.165,61
27.812.2701.1.071	Ampliação das Áreas Esportivas e de Lazer			0,00	0,00
27.812.2701.2.025	Manut. das Atividades Esportivas			21.165,61	21.165,61
28	Encargos Especiais				
28.846	Outros Encargos Especiais		330.625,06	330.625,06	330.625,06
28.846.2800	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		330.625,06	330.625,06	330.625,06
28.846.2800.2.028	Amortização da Dívida e Encargos		202.415,17	202.415,17	202.415,17
28.846.2800.2.029	Amortização de Precatórios		128.209,89	128.209,89	128.209,89



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99.999.9999.2.030	Reserva de Contingência				0,00
Total:					13.496.305,29

Ibiã, 18/01/2021

Ivanir Zanin  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Página 1

Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
4	Administração	2.322.576,70	2.002,44	2.324.579,14
04.122	Administração Geral	2.322.576,70	2.002,44	2.324.579,14
04.122.0401	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	402.040,94		402.040,94
04.122.0401.2.003	Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	402.040,94		402.040,94
04.122.0402	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.920.535,76	2.002,44	1.922.538,20
04.122.0402.2.004	Manut. das Atividades Administrativas	1.798.155,40	2.002,44	1.800.157,84
04.122.0402.2.005	Contribuições Financeiras a Entidades	122.380,36		122.380,36
6	Segurança Pública	103.344,93	6.945,79	110.290,72
06.181	Policciamento	103.344,93	6.945,79	110.290,72
06.181.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL	103.344,93	6.945,79	110.290,72
06.181.0601.2.006	Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública	88.474,64	6.945,79	95.420,43
06.181.0601.2.008	Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros	14.870,29		14.870,29
8	Assistência Social	340.577,90		340.577,90
08.241	Assistência ao Idoso	4.094,12		4.094,12
08.241.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	4.094,12		4.094,12
08.241.0801.2.022	Manut. do Fundo M. do Idoso	4.094,12		4.094,12
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.425,00		1.425,00
08.243.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	1.425,00		1.425,00
08.243.0801.2.026	Manut. das Atividades do FIA	1.425,00		1.425,00
08.244	Assistência Comunitária	335.058,78		335.058,78
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	335.058,78		335.058,78
08.244.0801.2.020	Manut. da Secret. de Assistência Social	231.538,74		231.538,74
08.244.0801.2.021	Manut. do Conselho Tutelar	103.520,04		103.520,04
9	Previdência Social	226.319,51	377.987,96	604.307,47
09.272	Previdência do Regime Estatutário	226.319,51	377.987,96	604.307,47
09.272.0901	PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL	226.319,51	377.987,96	604.307,47
09.272.0901.2.027	Encargos Previdenciários Regime Geral	226.319,51	377.987,96	604.307,47
12	Educação	1.466.014,04	1.182.175,87	2.648.189,91
12.306	Alimentação e Nutrição	15.665,17	25.769,58	41.434,75
12.306.1002	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	15.665,17	25.769,58	41.434,75
12.306.1002.2.014	Programa Suplementar de Alimentação Escolar	15.665,17	25.769,58	41.434,75
12.361	Ensino Fundamental	1.197.722,01	749.885,43	1.947.607,44
12.361.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	1.197.722,01	749.885,43	1.947.607,44
12.361.1201.1.067	Ampliação da Rede Física Fundamental	4,88		4,88
12.361.1201.2.015	Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	1.197.717,13	742.354,00	1.940.071,13
12.361.1201.2.018	Manut. do Transporte Escolar		7.531,43	7.531,43
12.364	Ensino Superior	24.490,20		24.490,20
12.364.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	24.490,20		24.490,20
12.364.1201.2.016	Apoio ao Ensino Superior	24.490,20		24.490,20
12.365	Educação Infantil	196.060,21	406.520,86	602.581,07
12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	196.060,21	406.520,86	602.581,07
12.365.1201.2.019	Manut. da Educação Infantil - Pre-Escolar	28.727,46	48.778,54	77.506,00
12.365.1201.2.045	Manut. da Educação Infantil - Creche	167.332,75	357.742,32	525.075,07
12.367	Educação Especial	32.076,45		32.076,45
12.367.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	32.076,45		32.076,45
12.367.1201.2.017	Apoio a Educação Especial	32.076,45		32.076,45
13	Cultura	136.547,86		136.547,86
13.392	Difusão Cultural	114.065,86		114.065,86
13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	114.065,86		114.065,86
13.392.1301.2.023	Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes	23.955,73		23.955,73
13.392.1301.2.024	Manut. das Atividades Culturais	90.110,13		90.110,13
13.695	Turismo	22.482,00		22.482,00
13.695.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	22.482,00		22.482,00
13.695.1301.2.044	Promoção do Turismo	22.482,00		22.482,00
15	Urbanismo	359.275,04		359.275,04
15.452	Serviços Urbanos	359.275,04		359.275,04
15.452.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS	359.275,04		359.275,04
15.452.1501.2.011	Manut. dos Serviços de Utilidade Pública	359.275,04		359.275,04
17	Saneamento	116.898,10		116.898,10
17.512	Saneamento Básico Urbano	116.898,10		116.898,10
17.512.1701	PREVENÇÃO DE DOENÇAS	116.898,10		116.898,10
17.512.1701.2.012	Manutenção do Saneamento Urbano	116.898,10		116.898,10



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos  
 Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
17	Saneamento	116.898,10		116.898,10
17.512	Saneamento Básico Urbano	116.898,10		116.898,10
17.512.1701	PREVENÇÃO DE DOENÇAS	116.898,10		116.898,10
17.512.1701.2.012	Manutenção do Saneamento Urbano	116.898,10		116.898,10
20	Agricultura	701.372,86	238.927,00	940.299,86
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	701.372,86	238.927,00	940.299,86
20.608.2001	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	701.372,86	238.927,00	940.299,86
20.608.2001.1.061	Ampliação da Patrulha Agrícola	167.908,54	234.091,46	402.000,00
20.608.2001.2.009	Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor	533.464,32	4.835,54	538.299,86
26	Transporte	4.169.633,96	1.393.914,66	5.563.548,62
26.782	Transporte Rodoviário	4.169.633,96	1.393.914,66	5.563.548,62
26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS	4.169.633,96	1.393.914,66	5.563.548,62
26.782.2601.1.066	Obras de Infraestrutura Rural	2.624.353,62	1.221.699,24	3.846.052,86
26.782.2601.2.013	Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.545.280,34	172.215,42	1.717.495,76
27	Desporto e Lazer	21.165,61		21.165,61
27.812	Desporto Comunitário	21.165,61		21.165,61
27.812.2701	ESPORTE É VIDA	21.165,61		21.165,61
27.812.2701.2.025	Manut. das Atividades Esportivas	21.165,61		21.165,61
28	Encargos Especiais	330.625,06		330.625,06
28.846	Outros Encargos Especiais	330.625,06		330.625,06
28.846.2800	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	330.625,06		330.625,06
28.846.2800.2.028	Amortização da Dívida e Encargos	202.415,17		202.415,17
28.846.2800.2.029	Amortização de Precatórios	128.209,89		128.209,89
Total:		10.294.351,57	3.201.953,72	13.496.305,29

Ibiam, 18/01/2021

\_\_\_\_\_  
 Ivanir Zanin  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O-4



Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

ÓRGÃOS	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
2 CHEFIA DO EXECUTIVO				2.324.579,14 2.324.579,14		110.290,72 110.290,72
Total :						
ÓRGÃOS	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
2 CHEFIA DO EXECUTIVO		340.577,90 340.577,90	604.307,47 604.307,47			2.648.189,91 2.648.189,91
Total :						
ÓRGÃOS	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL
2 CHEFIA DO EXECUTIVO	136.547,86 136.547,86		359.275,04 359.275,04		116.898,10 116.898,10	
Total :						
ÓRGÃOS	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES
2 CHEFIA DO EXECUTIVO		940.299,86 940.299,86				
Total :						
ÓRGÃOS	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
2 CHEFIA DO EXECUTIVO		5.563.548,62 5.563.548,62	21.165,61 21.165,61	330.625,06 330.625,06		13.496.305,29 13.496.305,29
Total :						

Ibiã, 18/01/2021

Ivanir Zanin  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
CRC/SC 020276/O-4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas  
 Exercício 2020

**Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**

A Lei de Meios, para o exercício de 2020 de nº 641/2019 de 09 de Dezembro de 2019, estimou a receita em 15.000.000,00 e fixou a despesa em 11.087.858,75.  
 Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		11.087.858,75
+ Créditos Suplementares:	7.781.362,71	
+ Créditos Especiais:	0,00	7.781.362,71
- Reduções:		1.330.123,52
DESPESA AUTORIZADA:		17.539.097,94

**CRÉDITOS ADICIONAIS:**

No exercício considerado, foram autorizados 120 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 7.781.362,71, e 0 crédito(s) especiais no valor de R\$ 0,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	1.330.123,52
Despesa a Maior	6.451.239,19
TOTAL:	7.781.362,71

**ANÁLISE DA RECEITA**

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 15.236.457,69, verificando-se uma arrecadação a maior de R\$ 236.457,69, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	15.000.000,00
Arrecadação a Maior	236.457,69
Receita Arrecadada	15.236.457,69

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	17.863.360,00	18.035.970,86	172.610,86
Receitas Correntes	17.827.360,00	17.129.988,17	-697.371,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	941.366,25	1.170.232,12	228.865,87
Impostos	850.025,00	1.119.782,01	269.757,01
Taxas	77.560,00	50.450,11	-27.109,89
Contribuição de Melhoria	13.781,25	0,00	-13.781,25
Contribuições	11.025,00	0,00	-11.025,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	11.025,00	0,00	-11.025,00
Receita Patrimonial	126.245,00	23.458,21	-102.786,79
Valores Mobiliários	126.245,00	23.458,21	-102.786,79
Receita Agropecuária	7.166,25	0,00	-7.166,25
Receita de Serviços	96.263,75	133.817,40	37.553,65
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	94.263,75	133.817,40	39.553,65
Outros Serviços	2.000,00	0,00	-2.000,00
Transferências Correntes	16.583.505,00	15.721.996,53	-861.508,47
Transferências da União e de suas Entidades	9.220.455,00	8.778.515,22	-441.939,78
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	6.263.050,00	5.877.193,37	-385.856,63
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.100.000,00	1.066.287,94	-33.712,06
Outras Receitas Correntes	61.788,75	80.483,91	18.695,16
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	18.742,50	7.602,04	-11.140,46
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	15.435,00	71.095,56	55.660,56
Demais Receitas Correntes	27.611,25	1.786,31	-25.824,94
Receitas de Capital	36.000,00	905.982,69	869.982,69
Operações de Crédito	10.000,00	514.116,69	504.116,69
Operações de Crédito - Mercado Interno	10.000,00	514.116,69	504.116,69
Alienação de Bens	0,00	134.900,00	134.900,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	134.900,00	134.900,00
Transferências de Capital	26.000,00	256.966,00	230.966,00
Transferências da União e de suas Entidades	13.000,00	256.966,00	243.966,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	13.000,00	0,00	-13.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS	-2.863.360,00	-2.799.513,17	63.846,83



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas  
 Exercício 2020

**Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.863.360,00	-2.799.513,17	63.846,83
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELI	0,00	-172.556,04	-172.556,04
(R)DEDUÇÕES DA RECEITA DE IMPOSTOS	0,00	-169.930,93	-169.930,93
Taxas	0,00	-2.625,11	-2.625,11
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-8,22	-8,22
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-8,22	-8,22
(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRE	-2.863.360,00	-2.578.845,41	284.514,59
(R)Transferências da União e de suas Entidades	-1.637.210,00	-1.410.042,71	227.167,29
(R)Transferências dos Estados e do Distrito Federa	-1.226.150,00	-1.168.802,70	57.347,30
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	0,00	-48.103,50	-48.103,50
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-48.103,50	-48.103,50
Totais:	15.000.000,00	15.236.457,69	236.457,69

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 15.721.996,53 correspondem a 103,1867% do total arrecadado. O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2017	1.042.828,89	12.955.467,18	366.282,28	14.364.578,35
2018	1.091.745,94	14.039.357,34	196.331,24	15.327.434,52
2019	1.228.505,69	15.695.118,55	323.256,73	17.246.880,97
2020	-1.391.521,53	15.721.996,53	905.982,69	15.236.457,69

**ANÁLISE DA DESPESA**

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 641/2019 foi de R\$ 11.087.858,75.

A Despesa realizada alcançou R\$ 13.496.305,29, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	10.814.504,35	9.016.358,91	-1.798.145,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.747.019,11	5.445.374,88	-301.644,23
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	22.117,98	-27.882,02
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.017.485,24	3.548.866,05	-1.468.619,19
DESPESAS DE CAPITAL	6.712.593,59	4.479.946,38	-2.232.647,21
INVESTIMENTOS	6.690.093,59	4.479.946,38	-2.210.147,21
INVERSOES FINANCEIRAS	2.500,00	0,00	-2.500,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	-20.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	-12.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	12.000,00	0,00	-12.000,00
Total	17.539.097,94	13.496.305,29	-4.042.792,65

A maior contratação de dispêndio deu-se em PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS : R\$ 5.445.374,88 , que representa 40,3472 % do total. O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

**DESPESAS REALIZADAS**

	Correntes	Capital	Total
2017	7.275.539,20	196.100,54	7.471.639,74
2018	8.559.102,74	786.388,53	9.345.491,27
2019	9.093.689,25	2.490.436,49	11.584.125,74
2020	9.016.358,91	4.479.946,38	13.496.305,29



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas  
 Exercício 2020

**Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**

**CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA**

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

**DESPESA AUTORIZADA**

Créditos Orçamentários	11.087.858,75
Créditos Suplementares:	7.781.362,71
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	1.330.123,52
<b>Total</b>	<b>17.539.097,94</b>

**DESPESA REALIZADA**

Orçamentária	13.496.305,29
Despesa a Menor	-4.042.792,65

**RECEITA ARRECADADA**

(-) Receita Prevista	15.000.000,00
<b>RECEITA MAIOR</b>	<b>236.457,69</b>

**GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA**  
**BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício. As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	3.601.354,86
<b>RECEITA ARRECADADA</b>	
Receita Orçamentária	15.236.457,69
Transferências Financeiras Recebidas	124.173,34
Interferências Financeiras	202,55
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	22.727,75
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.138.013,06
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.393.247,09
Inscrição de Restos a Pagar Processados	9.924,23
<b>TOTAL</b>	<b>22.526.100,57</b>
<b>DESPESA REALIZADA</b>	
Despesa Orçamentária	13.496.305,29
Transferências Financeiras Concedidas	2.979.302,32
Interferências Financeiras	202,55
<b>EXTRAORÇAMENTÁRIA</b>	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	22.727,75
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.141.591,53
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	420.272,19
RP PROCESSADOS PAGOS	69.777,25
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>4.395.921,69</b>
<b>TOTAL</b>	<b>22.526.100,57</b>

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2020.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Exercício 2020

**Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta****BALANÇO PATRIMONIAL**

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.395.921,69
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.491.718,15
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	16.346,11
Total do Ativo Circulante	5.903.985,95
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	67.128,80
IMOBILIZADO	16.386.828,82
Total do Ativo Não-Circulante	16.453.957,62
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>22.357.943,57</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	687.513,63
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	2.487,28
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	65.725,12
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	62.355,34
Total do Passivo Circulante	818.081,37
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	514.116,69
Total do Passivo Não-Circulante	514.116,69
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.332.198,06</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>21.025.745,51</b>
<b>TOTAL</b>	<b>22.357.943,57</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>4.402.257,93</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>17.955.685,64</b>
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>2.500.013,10</b>
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>1.237.270,32</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>18.620.660,15</b>

**DÍVIDA PÚBLICA**

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.

Apresenta a seguinte situação:

<b>Dívida Fundada</b>	
Saldo do exercício anterior	0,00
Nova Formação da Dívida	1.355.901,34
Amortização Verificada no Exercício	-839.297,37
Saldo para o exercício seguinte	516.603,97



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas  
Exercício 2020

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

**DÍVIDA FLUTUANTE**

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 2.500.013,10 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	2.470.810,48
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	2.487,28
DEPÓSITO	26.715,34
DÉBITOS DA TESOURARIA	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.500.013,10</b>

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2020

Saldo do exercício anterior	734.312,55 D
Nova formação da dívida	3.560.815,08 D
(-) Amortização do exercício	1.795.114,53 D
<b>Saldo do exercício de 2020</b>	<b>2.500.013,10 D</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas  
 Exercício 2020

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	951.868,20
IMPOSTOS	901.832,31
TAXAS	50.035,89
CONTRIBUIÇÕES	1.786,31
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	1.786,31
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	105.502,04
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	105.502,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	30.550,79
JUROS E ENCARGOS DE MORA	7.092,58
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	23.458,21
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	15.508.834,88
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	124.173,34
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	15.384.661,54
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	830.275,55
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	108.641,70
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	721.633,85
<b>TOTAL</b>	<b>17.428.817,77</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	
PESSOAL E ENCARGOS	5.728.849,17
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	5.728.849,17
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	15.644,28
PENSÕES	15.644,28
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.821.132,66
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.237.948,91
SERVIÇOS	1.759.242,86
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	823.940,89
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	22.117,98
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	22.117,98
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	5.841.808,09
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.979.302,32
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.578.845,41
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	212.380,36
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	71.280,00
TRIBUTÁRIAS	196.799,86
CONTRIBUIÇÕES	196.799,86
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.067,83
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.067,83
<b>TOTAL</b>	<b>15.637.419,87</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	<b>1.791.397,90</b>

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2020, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Ibiam, 19/01/2021

Ivanir Zanin  
 Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
 CRC/SC 020276/O-4



**Ibicaré****PREFEITURA****DISPENSA 2 - 2021 LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Publicação Nº 2878687

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2021 PMI

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2021 PMI

DO OBJETO

Contratação de serviços técnicos especializados para elaboração do processo de Licenciamento Ambiental.

DA JUSTIFICATIVA

Considerando que o setor de planejamento atuou de forma a conseguir pesquisa de preço no mercado com empresas do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, identificando as características necessárias, e importantes para a composição dos preços, tais como: o prazo de execução do serviço, descrição das atividades, a serem desenvolvida e demais informações inerentes ao serviço torna-se vantajosa a presente dispensa para a municipalidade. Portanto, tal contratação se deu a com base no Inciso I, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê a Dispensa de Licitação para obras e serviço de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do Inciso I do artigo 23 da Lei Federal nº 8.666/93.

DA CONTRATADA

NOVO RUMO ASSESSORIA TOPOGRAFICA, TERRAPLANAGEM E AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.387.522/0001-00, estabelecida na Rua Tulio Manfredini, nº 53, sala, Loteamento São João, na cidade de Capinzal, SC, representada neste ato pelo Sr. Renê Arnuti, inscrito no CPF sob o nº 044.236.969-75.

DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 15.800,00 (Quinze mil e oitocentos reais) sendo que o pagamento será feito em 03 (três) parcelas do serviço a ser prestado;

DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso II.

Ibicaré (SC), em 22 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Gianfranco Volpato

Prefeito

**EXTRATO EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 001-2021 PM**

Publicação Nº 2878778

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021

O Município de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.448/0001-30, com sede na rua D. Pedro II, 133, centro, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Gianfranco Volpato, no uso de suas atribuições, de acordo com a legislação em vigor, faz saber que estará realizando PROCESSO SELETIVO, visando à seleção de jovens alunos para preenchimento de vagas remanescentes do Processo Seletivo nº 004/2020, reservadas a este Município junto ao Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva – CEDUP de Água Doce – SC, para o ano letivo de 2021.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O processo seletivo será regido pelas regras do presente edital no intuito de preencher as 19 vagas remanescentes do Processo Seletivo nº 004/2020, pelo sistema de Regime de Matrícula Interno e Semi-Interno, compreendendo também alimentação e alojamento, quando interno, pelo período de 01 (um) ano letivo, no CEDUP de Água Doce, correspondente ao Curso Técnico em Agropecuária.

DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO

As inscrições serão realizadas nos dias úteis, no período de 24 de fevereiro de 2021 a 03 de março de 2021, exclusivamente na modalidade presencial, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, sito à Rua São José, nº 140, Centro, na cidade de Ibicaré-SC. Edital completo no site [www.ibicare.sc.gov.br](http://www.ibicare.sc.gov.br).

Ibicaré (SC), 23 de fevereiro de 2021.

Gianfranco Volpato

Prefeito



**EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2021 PM**

Publicação Nº 2878490

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Termo de Convênio nº 003/2021.

OBJETO: O objeto do presente Convênio de Cooperação Técnica e Financeira dos Municípios de Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval D'Oeste, Ibicaré, Luzerna, Lacerdópolis, Ouro, Tangará, Treze Tílias e Vargem Bonita com o Município de Joaçaba, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, para custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

VALOR MENSAL: R\$ 286,02 (Duzentos e oitenta e seis reais e dois centavos).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-SC

VIGÊNCIA: 12 meses

Ibicaré, SC, aos 23 de fevereiro de 2021.

Gianfranco Volpato

Prefeito

**LEI Nº 1986-2021**

Publicação Nº 2878149

LEI Nº 1986, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

“AUTORIZA OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO A CELEBRAR CONVÊNIO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA OBTENÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBICARÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo e Legislativo autorizados a celebrar convênio com Instituições Financeiras ou de Cooperativa de Crédito autorizada, pelo Banco Central do Brasil, a funcionar, visando à concessão de empréstimos consignados aos servidores públicos municipais, mediante averbação das prestações em folha de pagamento do beneficiário do crédito, com sua autorização expressa.

§ 1º. O empréstimo consignado não pode exceder a 30%(trinta por cento) da remuneração ou provento do beneficiário do crédito.

§ 2º. Caso a remuneração disponível seja inferior ao valor da parcela de empréstimo a ser descontada, será realizado desconto apenas do valor disponível, observado o percentual máximo previsto no parágrafo anterior.

§ 3º. Não será permitido o desconto para o pagamento de parcela mensal do empréstimo quando não houver remuneração disponível do devedor.

§ 4º. Os valores que não puderem ser descontados deverão ser cobrados do devedor diretamente pela instituição financeira, sendo vedada a possibilidade de acúmulo dos valores para descontos nos meses posteriores.

Art. 2º. Os empréstimos destinam-se aos servidores públicos do Município de Ibicaré-SC, sob o regime estatutário, efetivos ou comissionados.

I – Para os servidores efetivos poderão efetuar empréstimos consignados após um mês de pleno exercício no cargo, ficando desde já ratificados eventuais empréstimos consignados anteriormente a esta Lei.

II – Para servidores comissionados, o prazo não poderá ultrapassar o prazo da gestão que foi nomeado para exercer o respectivo cargo de confiança.

Art. 3º. As condições do empréstimo, bem como os dispositivos legais aplicáveis são de responsabilidade da instituição financeira, devendo ser aceitas expressamente pelo interessado.

Art. 4º. É vedado aos Poderes Executivo e Legislativo atuar como avalista ou garantidor do pagamento de empréstimos em caso de inadimplimento do beneficiário.

Art. 5º. A constatação de consignação processada em desacordo com o disposto nesta lei ou mediante fraude, simulação, dolo, conluio ou culpa, que caracterize a utilização ilegal da folha de pagamento dos servidores públicos da administração municipal, acarretará a suspensão da consignação e, se for o caso, procederá à desativação imediata, temporária ou definitiva, da rubrica destinada à instituição financeira envolvida, bem como a rescisão imediata do convênio, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Art. 6º. Fica vedada a oneração de qualquer espécie da Municipalidade nos convênios a que se faz referência nesta Lei.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ibicaré, 23 de fevereiro de 2021.

Gianfranco Volpato

PREFEITO MUNICIPAL



# Ibirama

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº: 28/2021 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 2878306

MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contrato Nº: 28/2021

Contratante: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada: IVANA HARTMANN BERTOLDI, número inscrição CNPJ 10.792.559/0001-55.

Licitação: Dispensa de Licitação 29/2021.

Objeto: Aquisição de equipamentos destinados a uso manual dos profissionais desta municipalidade quando da necessidade de manutenções prediais.

Vigência: Início: 23/02/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 23/02/2021

Valor R\$ 7.928,20 (sete mil novecentos e vinte e oito reais).

Dotações: 05.001.2017.34490000000000000000(121) 01000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

FISCAL: FÁBIO LUIZ FUSINATO.

**DL - PROCESSO LICITATÓRIO 29/2021**

Publicação Nº 2878304

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

DL - Processo Licitatório 29/2021.

Base legal: Art. 24, inciso II da lei nº 8.666/93.

Objeto: Aquisição de equipamentos destinados a uso manual dos profissionais desta municipalidade quando da necessidade de manutenções prediais.

Contratada: IVANA HARTMANN BERTOLDI, número inscrição CNPJ 10.792.559/0001-55. Ibirama, 23 de fevereiro de 2021. Adriano Poffo – Prefeito.

**TERMO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2020 – PMI**

Publicação Nº 2878502

TERMO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2020 – PMI

O Município de Ibirama, Estado de Santa Catarina, em atendimento às disposições legais, comunica que a publicação realizada no Diário Oficial do Município de Santa Catarina do dia 31 de dezembro de 2020 (Quinta-feira) – DOM/SC – Edição nº 3367 – página 576, fica declarada SEM EFEITO (CANCELADA). Fundamentação: § 2º do Artigo 64 da Lei 8.666/93.

Ibirama/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Adriano Poffo

Prefeito



# Ilhota

## PREFEITURA

### DECISÃO PAD 2/2020

Publicação N° 2877747

#### DECISÃO

Contra a servidora Lilian Maria de Oliveira foi instaurado processo administrativo disciplinar para apurar eventual acúmulo ilícito de cargos públicos.

Lilian é Assistente Social e possui 2 vínculos de 20 (vinte) horas com o Município de Ilhota.

Oportunizado o direito ao contraditório e ampla defesa, a servidora apresentou sua defesa, que foi objeto de análise pela competente comissão permanente de processo administrativo disciplinar.

Concluiu referida comissão que não houve má-fé da servidora, de modo que propôs o arquivamento do presente PAD.

Pois bem.

O cargo de Assistente Social encontra-se regulamentado pela Lei n. 8.662/93 e, apesar da natureza interdisciplinar da profissão, o Conselho Nacional de Saúde (Resolução n. 218/97) e o Conselho Federal de Serviço Social (Resolução n. 383/99), caracterizam a aludida profissão como sendo da área de saúde.

Ao servidor que exerce dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissão regulamentada, não se verificando a existência de incompatibilidade de horário entre ambos, é permitida a acumulação de cargos públicos prevista no art. 37, inciso XVI, alínea C, da Constituição Federal.

In casu, Lilian ocupa 2 (dois) cargos de Assistente Social (privativos de profissionais de saúde, devidamente regulamentados), não havendo incompatibilidade de horário entre ambos, de modo que, com fundamento no artigo 168 do Estatuto do Servidor, acato o relatório da comissão e DECIDO ARQUIVAR o presente processo administrativo disciplinar.

Publique-se e notifique-se.

Ilhota, 19 de fevereiro de 2021.

ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 03/2021

Publicação N° 2878184

Câmara Municipal de Ilhota  
Estado de Santa Catarina  
Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC  
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41  
Fone / Fax: (047) 3343-1182  
Email: camara@ilhota.sc.gov.br

#### PORTARIA N° 03/2021

ESTABELECE A DATA DAS SESSÕES ORDINÁRIAS PARA OS MESES DE MARÇO E ABRIL DE 2021, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 74 DO REGIMENTO INTERNO.

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal do Município de Ilhota (SC), no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que nos termos do Regimento Interno, PROMULGA a seguinte PORTARIA;

Art. 1º Ficam determinadas as datas das Sessões Ordinárias para os meses de MARÇO e ABRIL de 2021, em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Ilhota da seguinte maneira:

MÊS DE MARÇO MÊS DE ABRIL  
09/03 (Terça-feira) 06/04 (Terça-feira)



16/03 (Terça-feira) 13/04 (Terça-feira)

23/03 (Terça-feira) 20/04 (Terça-feira)

30/03 (Terça-feira) 27/04 (Terça-feira)

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 18 de fevereiro de 2021

Jonatas de Oliveira Jacó

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Juarez Antônio da Cunha

Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Roseméri de Souza

1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Cidney Carlos Tomé

2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota



# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 014, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021 - PRORROGAÇÃO DOS PROCESSOS SELETIVOS

Publicação Nº 2878062

DECRETO Nº. 014, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

SUSPENDE OS PRAZOS DE VALIDADE DOS CONCURSOS PÚBLICOS JÁ HOMOLOGADOS NA DATA DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO FEDERAL Nº 6/2020, ATÉ O TÉRMINO DA VIGÊNCIA DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA ESTABELECIDO PELA UNIÃO DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 173/2020 QUE ESTABELECE O PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS SARS-COV-2 (COVID-19).

PATRICK CORRÊA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, em especial pelo disposto no art. 61, VI da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, a solicitação da Secretaria de Assistência Social por meio das Comunicações Internas nos 012/2021/SMAS e 013/2021/SMAS;

CONSIDERANDO, a Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020 que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19);

DECRETA:

Art. 1º Conforme prevê o Art. 10 da Lei Complementar Federal nº 173/2020, ficam suspensos os prazos de validade dos concursos públicos já homologados na data da publicação do Decreto Legislativo Federal nº 6, de 20 de março de 2020, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União.

Art. 2º Os prazos suspensos voltarão a correr a partir do término do período de calamidade pública, conforme prevê o § 2º do Art. 10 da Lei Complementar Federal nº 173/2020.

Art. 3º A suspensão dos prazos deverá ser publicada nos veículos oficiais previstos no edital do concurso público, conforme prevê o § 3º do Art. 10 da Lei Complementar Federal nº 173/2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Imarui, SC, 23 de fevereiro de 2021.

PATRICK CORRÊA  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

### LEI Nº. 2.149, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021 - SERVIDÃO ALMERINDA DOMINGOS ALBINO

Publicação Nº 2878065

LEI Nº. 2.149, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO DESTA CIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PATRICK CORRÊA, Prefeito de Imarui, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de "Servidão Almerinda Domingos Albino" a via pública desta cidade, com início próximo à Rua Braz dos Passos na Estrada Geral de Cangueri de Fora, mais precisamente ao lado da residência do senhor Maicon Domingos, com extensão de aproximadamente 160 metros, nos termos da Lei Municipal nº 1.449, de 06 de julho de 2010, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Imarui, SC, 23 de fevereiro de 2021.

PATRICK CORRÊA  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.



# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ADITIVO 06/2016 - A/07 - PROCESSO 11/2016

Publicação Nº 2878574

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

-----  
Aditivo ..... : 07  
Contrato ..... : 06/2016  
Processo ..... : 11/2016  
Modalidade ..... : Dispensa 02/2016 DL  
Contratante ..... : Fundo Municipal de Saúde  
Contratada ..... : JULIANA PEREIRA SOARES  
Vigência ..... : 03 meses  
Valor ..... : R\$ 4.560,06  
Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE GUAÍUBA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA.

Imbituba, 18 de janeiro de 2021.  
Graciela Wiemes Ribeiro

### EXTRATO DE ADITIVO 08/2019 - A/01 - PROCESSO 135/2019

Publicação Nº 2877740

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

-----  
Aditivo .....: 01  
Contrato ..... : 08/2019  
Processo ..... : 135/2019  
Modalidade ..... : Inexigibilidade 04/2019  
Contratante ..... : Secretaria Municipal da Fazenda  
Contratada ..... : BERLIN FINANCE MEIOS DE PAGAMENTOS EIRELI  
Vigência ..... : 12 meses  
Objeto ..... : "CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS OPERADORAS/FACILITADORES, CREDENCIADORES, BANCOS, E/OU AGENTES DE CARTÕES DE CRÉDITOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEM INFORMATIZADO DE GESTÃO DE PAGAMENTOS, DE TAXAS, IMPOSTOS E DÉBITOS EM GERAL, ATRAVÉS DO USO DE CARTÕES DE, CRÉDITO/DÉBITO, AFIM DE PROPORCIONAR AOS CONTRIBUINTES ALTERNATIVAS DE QUITAÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS"

Imbituba, 03 de janeiro de 2021.  
ADRIANE MARTINS LUIZ  
Secretária Municipal da Fazenda

### EXTRATO DE ADITIVO 16/2019 - A/02 – PROCESSO 11/2019

Publicação Nº 2877883

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

-----  
Aditivo ..... : 02  
Contrato ..... : 2019/16  
Processo ..... : 2019/11  
Modalidade ..... : Pregão 07/2019  
Contratante ..... : Fundo Municipal de Saúde  
Contratada ..... : TECOMNI LTDA  
Vigência ..... : 12 meses  
Valor ..... : R\$ 56.400,00  
Objeto ..... : "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS



PARA MANUTENÇÃO DA REDE MAN, (REDE METROPOLITANA) QUE INTERLIGA OS PRÉDIOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DE IMBITUBA.”

Imbituba, 18 de fevereiro de 2021.

Graciela Wiemes Ribeiro

### EXTRATO DE ADITIVO 27/2017 - A/04 – PROCESSO 13/2017

Publicação Nº 2878557

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

-----  
Aditivo ..... : 04  
Contrato ..... : 27/2017  
Processo ..... : 13/2017  
Modalidade ..... : Dispensa 03/2017 DL  
Contratante ..... : Fundo Municipal de Saúde  
Contratada ..... : MANOEL FRANCELINO  
Vigência ..... : 03 meses  
Valor ..... : R\$ 4.500,00  
Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 100M², SITUADO Á RUA: POR DO SOL, S/Nº, BAIRRO VILA ESPERANÇA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
Imbituba, 18 de janeiro de 2021.  
Graciela Wiemes Ribeiro

### EXTRATO DE ATA 65/2021 - PREGÃO 09/2021

Publicação Nº 2877729

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

-----  
Ata de registro de preço...: 65/2021  
Pregão Presencial ..... : 09/2021  
Contratante ..... : Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
Contratada ..... : VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI  
Vigência ..... : 12 meses  
Valor ..... : R\$ 31.500,00  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZAD NA CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE PLACAS E MUERÕES, PARA USO DESTA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SEMA.

Imbituba, 18 de fevereiro de 2021.

PAULO MARCIO DE SOUZA

Secretário Municipal Interino do Meio Ambiente

### EXTRATO DE ATA 66/2021 - PREGÃO 09/2021

Publicação Nº 2877732

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

-----  
Ata de registro de preço...: 66/2021  
Pregão Presencial ..... : 09/2021  
Contratante ..... : Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
Contratada ..... : MARCELO SIMONI  
Vigência ..... : 12 meses  
Valor ..... : R\$ 45.400,00  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZAD NA CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE PLACAS E MUEROES, PARA USO DESTA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SEMA.

Imbituba, 18 de fevereiro de 2021.

PAULO MARCIO DE SOUZA

Secretário Municipal Interino do Meio Ambiente



**EXTRATO DE CONTRATO 07/2021 - A/00 - PROCESSO 22/2021**

Publicação N° 2877845

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Contrato ..... : 07/2021  
Processo ..... : 22/2021  
Modalidade ..... : Dispensa 04/2021  
Contratante ..... : Secretaria Municipal da Fazenda  
Contratada ..... : CONTABILIDADE ESMERALDINO EIRELI-ME  
Vigência ..... : 5 meses  
Valor ..... : R\$ 16.950,00

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA E APOIO TÉCNICO OPERACIONAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, E DEMAIS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COMPREENDENDO AUXÍLIO TÉCNICO NA ELABORAÇÃO DO MESMO E APRESENTAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, BEM COMO ASSESSORAMENTO E CONSULTORIA JUNTO AS SECRETARIAS NA GESTÃO MUNICIPAL E DEMAIS ATIVIDADES RELATIVAS AO PPA

Imbituba, 18 de fevereiro de 2021.  
ADRIANE MARTINS LUIZ  
Secretária Municipal da Fazenda

**PORTARIA PMI/SEAD N° 178/2021**

Publicação N° 2878356

PORTARIA PMI/SEAD N° 178, de 23 de fevereiro de 2021.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o exposto no Memorando n° 3.920/2021;

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital n° 21/2019, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Elena Silveira de Abreu	Prof II Ciências – 20h	059.044.509-07	24/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2021, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2021 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI n° 003/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo



**PORTARIA PMI/SEAD Nº 179/2021**

Publicação Nº 2878358

PORTARIA PMI/SEAD Nº 179, de 23 de fevereiro de 2021.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o exposto no Memorando nº 3.920/2021;

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Elena Silveira de Abreu	Prof II Ciências – 20h	059.044.509-07	25/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2021, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2021 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 003/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 180/2021**

Publicação Nº 2878775

PORTARIA PMI/SEAD Nº 180, de 23 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre a Retificação da PORTARIA PMI/SEAD Nº 164, de 22 de fevereiro de 2021, referente a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o exposto no Memorando nº 3.958/2021;

**RESOLVE:**

Art.1º Retificar, a PORTARIA PMI/SEAD Nº 164, de 22 de fevereiro de 2021, referente a admissão de Professores aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019, para exercerem as funções temporárias conforme descrito na tabela abaixo descrita:

Onde se lê:

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação	PSS / Edital
Ana Carolini de Souza	Prof. II – Língua Inglesa 30h	072.869.149-36	22/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária	PSS nº 21/2019
Márcia de Souza da Rosa	Prof II – Anos Iniciais 20h	345.629.708-47	22/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária	PSS nº 21/2019
Josué Silva Sabino	Prof II – Geografia 20h	088.042.479-67	22/02/2021	Em substituição da Professora Sra. Fabiana de Freitas Souza	PSS nº 21/2019

Leia-se:

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação	PSS / Edital
Ana Carolini de Souza	Prof. II – Língua Inglesa 20h	072.869.149-36	22/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária	PSS nº 21/2019



Márcia de Souza da Rosa	Prof II – Anos Iniciais 20h	345.629.708-47	22/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária	PSS nº 21/2019
Josué Silva Sabino	Prof II – Geografia 10h	088.042.479-67	22/02/2021	Em substituição da Professora Sra. Fabiana de Freitas Souza	PSS nº 21/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas demais dispositivos constantes na PORTARIA PMI/SEAD Nº 164, de 22 de fevereiro de 2021.

Imbituba SC, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 181/2021

Publicação Nº 2879006

PORTARIA PMI/SEAD Nº 181, de 23 de fevereiro de 2021.  
Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o exposto no Memorando nº 3.958/2021;

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) nos Processos Seletivos Simplificados, para exercerem as funções temporárias de Professores, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação	PSS / Edital
Ana Carolini de Souza	Prof. II – Língua Inglesa 10h	072.869.149-36	23/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária	PSS nº 21/2019
Josué Silva Sabino	Prof II – Geografia 10h	088.042.479-67	23/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária	PSS nº 21/2019

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2021, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2021 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 003/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo



**PORTARIA PMI/SEAD Nº 182/2021**

Publicação Nº 2879030

PORTARIA PMI/SEAD Nº 182, de 23 de fevereiro de 2021.  
Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o exposto no Memorando nº 3.973; 3.984 e 3.988/2021;

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) nos Processos Seletivos Simplificados, para exercerem as funções temporárias de Professores, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação	PSS / Edital
Daniela de Souza Carvalho	Prof II Anos Iniciais – 20h	068.512.979-90	24/02/2021	Em substituição da Professora Sra. Neloir Feliciano Bittencourt Pereira	PSS nº 21/2019
Eliane de Souza Carvalho	Prof II Anos Iniciais – 20h	031.049.349-83	24/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária	PSS nº 21/2019
Tânia Mara Porto Laurentino	Prof II Anos Iniciais – 20h	045.424.399-50	24/02/2021	Em substituição da Professora Sra. Rosimere Marques de Cerqueira	PSS nº 21/2019

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2021, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2021 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 003/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Imbituba SC, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 183/2021**

Publicação Nº 2879032

PORTARIA PMI/SEAD Nº 183, de 23 de fevereiro de 2021.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o exposto no Memorando nº 3.973/2021;

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Tânia Mara Porto Laurentino	Prof II Anos Iniciais – 20h	045.424.399-50	25/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2021, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2021 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 003/2019.



Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo

### PORTARIA PMI/SEAD N° 184/2021

Publicação N° 2879119

PORTARIA PMI/SEAD N° 184, de 23 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre o Desligamento a Pedido de Cuidador(a) / Educador(a) Residente, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda todo o exposto no Protocolo n° 2.919/2021,

#### RESOLVE:

Art.1º Desligar a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital n° 21/2019, com posse em 01 de setembro de 2020 através da PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO PPE - PMI/SEAD N° 146/2020, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Evelyn Bichoff Nascimento	Cuidador(a) / Educador(a) Residente	031.721.890-58	23/02/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo

### PORTARIA PMI/SEAD N° 185/2021

Publicação N° 2879177

PORTARIA PMI/SEAD N° 185, de 23 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre o Desligamento a Pedido de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar n° 1.984, de 16 de dezembro de 1999 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda todo o exposto no Protocolo n° 2.835/2021,

#### RESOLVE:

Art.1º Desligar a pedido, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital n° 01/2007, admitido em 18 de janeiro de 2012 através da PORTARIA DGP/SEAGP N.º 029/2012, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Marcelo Salvador Martins	Professor IV - 40h	053.134.479-71	01/02/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.



Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 186/2021

Publicação Nº 2879185

PORTARIA PMI/SEAD Nº 186, de 23 de fevereiro de 2021.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o exposto no Memorando nº 4.006/2021;

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Angela do Nascimento Rodrigues Roldão	Prof II Ed Física – 10h	079.707.419-83	24/02/2021	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2021, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2021 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 003/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo

### PPE - PMI/SEAD Nº 119/2021

Publicação Nº 2878362

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PPE - PMI/SEAD Nº 119/2021

O Secretário Municipal de Administração, Sr. PAULO MÁRCIO DE SOUZA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada/admitida pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 178, de 23 de fevereiro de 2021, para exercer a função temporária de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Elena Silveira de Abreu	Prof II Ciências – 20h	059.044.509-07

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 24/02/2021.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Imbituba, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo

## PPE - PMI/SEAD Nº 120/2021

Publicação Nº 2878365

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PPE - PMI/SEAD Nº 120/2021

O Secretário Municipal de Administração, Sr. PAULO MÁRCIO DE SOUZA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada/admitida pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 179, de 23 de fevereiro de 2021, para exercer a função temporária de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Elena Silveira de Abreu	Prof II Ciências – 20h	059.044.509-07

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 25/02/2021.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo

## PPE - PMI/SEAD Nº 121/2021

Publicação Nº 2878953

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PPE - PMI/SEAD Nº 121/2021

O Secretário Municipal de Administração, Sr. PAULO MÁRCIO DE SOUZA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, os servidores nomeados(as)/admitidos(as) pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 181, de 23 de fevereiro de 2021, para exercerem a função temporária de PROFESSOR(A), habilitados (as) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019.

Art. 1º Os(as) servidores abaixo descritos(as), apresentaram os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestaram o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeram-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Ana Carolini de Souza	Prof. II – Língua Inglesa 10h	072.869.149-36
Josué Silva Sabino	Prof II – Geografia 10h	088.042.479-67

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestaram o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, os servidores entram em exercício em 23/02/2021.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Imbituba, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo

### PPE - PMI/SEAD Nº 122/2021

Publicação Nº 2879050

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PPE - PMI/SEAD Nº 122/2021

O Secretário Municipal de Administração, Sr. PAULO MÁRCIO DE SOUZA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, os servidores nomeados(as)/admitidos(as) pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 182, de 23 de fevereiro de 2021, para exercerem a função temporária de PROFESSOR(A), habilitados (as) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019.

Art. 1º Os(as) servidores abaixo descritos(as), apresentaram os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestaram o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeram-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Daniela de Souza Carvalho	Prof II Anos Iniciais – 20h	068.512.979-90
Eliane de Souza Carvalho	Prof II Anos Iniciais – 20h	031.049.349-83
Tânia Mara Porto Laurentino	Prof II Anos Iniciais – 20h	045.424.399-50

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestaram o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, os servidores entram em exercício em 24/02/2021.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo

### PPE - PMI/SEAD Nº 123/2021

Publicação Nº 2879052

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PPE - PMI/SEAD Nº 123/2021

O Secretário Municipal de Administração, Sr. PAULO MÁRCIO DE SOUZA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada/admitida pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 183, de 23 de fevereiro de 2021, para exercer a função temporária de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Tânia Mara Porto Laurentino	Prof II Anos Iniciais – 20h	045.424.399-50

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 25/02/2021.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Imbituba, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo

## PPE - PMI/SEAD Nº 124/2021

Publicação Nº 2879201

### PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO PPE - PMI/SEAD Nº 124/2021

O Secretário Municipal de Administração, Sr. PAULO MÁRCIO DE SOUZA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada/admitida pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 186, de 23 de fevereiro de 2021, para exercer a função temporária de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Angela do Nascimento Rodrigues Roldão	Prof II Ed Física – 10h	079.707.419-83

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 24/02/2021.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo

## RETIFICAÇÃO - PPE - PMI/SEAD Nº 106/2021

Publicação Nº 2878928

### RETIFICAÇÃO - PPE - PMI/SEAD Nº 106/2021

O Secretário Municipal de Administração, Sr. PAULO MÁRCIO DE SOUZA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, RETIFICA nesta data, a PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO PPE - PMI/SEAD Nº 106/2021, referente a Posse de PROFESSOR(A), habilitados (as) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019.

Art. 1º Retificar, a PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO PPE - PMI/SEAD Nº 106/2021, referente a Posse de PROFESSOR(A), habilitados (as) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019, de acordo com o quadro abaixo:

Onde se lê:

Nome	Cargo	CPF
Ana Carolini de Souza	Prof. II – Língua Inglesa 30h	072.869.149-36
Márcia de Souza da Rosa	Prof II – Anos Iniciais 20h	345.629.708-47
Josué Silva Sabino	Prof II – Geografia 20h	088.042.479-67

Leia-se:

Nome	Cargo	CPF
Ana Carolini de Souza	Prof. II – Língua Inglesa 20h	072.869.149-36
Márcia de Souza da Rosa	Prof II – Anos Iniciais 20h	345.629.708-47



Josué Silva Sabino

Prof II – Geografia 10h

088.042.479-67

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas demais dispositivos constantes na PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO PPE - PMI/SEAD Nº 106/2021.

Imbituba, 23 de fevereiro de 2021.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Agente Administrativo



# Imbuia

## CÂMARA MUNICIPAL

### 02ª SESSÃO ORDINÁRIA (17.02.2021)

Publicação Nº 2877736

Ata da 02ª SESSÃO ORDINÁRIA, 1º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, da Câmara Municipal de Imbuia, realizada no dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, no Plenário Alfredo de Souza. Sob a Presidência do Vereador Aldori Rengel, e secretariado pelos vereadores Kétrin Priscila Sell, Giani Ferreira da Silva e Leonir Pedro Braun. À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Vereadores: Aldori Rengel, Altair Rengel, Antônio Truppel, Ezair Erhardt, Giani Ferreira da Silva, Jorge Luiz Sardo, Kétrin Priscila Sell, Leonir Pedro Braun e Marcio Scheimann, verificado o número regimental com a presença de nove Vereadores, o Senhor Presidente declarou aberta à sessão. Em seguida foi realizada a leitura, discussão e aprovação da ordem do dia e da ata da sessão anterior. E realizada a leitura das correspondências. Ato continuou foi apresentada a formação das Comissões Permanentes da Câmara de Vereadores de Imbuia para o ano de dois mil e vinte e um. Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final: Presidente: Kétrin Priscila Sell, Vice-Presidente: Altair Rengel, Secretário: Leonir Pedro Braun; Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização: Presidente: Jorge Luiz Sardo, Vice-Presidente: Giani Ferreira da Silva, Secretário: Valdori Steinheuser, Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social: Presidente: Leonir Pedro Braun, Vice-Presidente: Giani Ferreira da Silva, Secretário: Kétrin Priscila Sell; Comissão de Obras e Serviços Públicos e Atividades Privadas: Presidente: Márcio Scheimann, Vice-Presidente: Jorge Luiz Sardo, Secretário: Ezair Erhardt; Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio: Presidente: Ezair Erhardt, Vice-Presidente Márcio Scheimann, Secretário: Valdori Steinheuser. Ato continuou foi realizada a Leitura das Seguintes Matéria Legislativas: PROJETO DE LEI Nº 02/2021 – “Concede revisão geral anual aos servidores públicos municipais, ativos e inativos, do Executivo e Legislativo, conforme estabelece o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e artigo 18-A da Lei Orgânica do Município de Imbuia e dá Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020”. INDICAÇÃO Nº 02/2021 – (Autoria: Vereadora Giani Ferreira da Silva) “Indica ao Executivo Municipal, proceder estudos no sentido de ampliar a licença maternidade para 180 (cento e oitenta) dias, às servidoras municipais de Imbuia – SC”. INDICAÇÃO Nº 03/2021 – (Autoria: Leonir Pedro Braun) “Sugere que seja disponibilizado um servidor do Executivo Municipal, para auxiliar os munícipes a efetuar serviços online da Justiça Eleitoral (cadastramento, renovação, etc), sugerindo, ainda, que este servidor seja o mesmo que faz as carteiras de identidade”. INDICAÇÃO Nº 04/2021 (Autoria: Leonir Pedro Braun) “Sugere a implantação de um monumento, defronte a Prefeitura Municipal, no local onde se considera o marco geodésico “zero” do Município de Imbuia O Senhor Presidente então concedeu a Palavra de Grande Expediente a VEREADORA GIANI FERREIRA DA SILVA: Cumprimentou Presidente, Vereadores e demais na Plenária. Justificou sua Indicação. Dizendo que vai além de dar dois meses a mais de licença, pois, ganha a criança que vai adoececer menos, refletindo em menos gasto de saúde para o município, menos falta do servidor para atender algum imprevisto. Lembra muitas vezes que da ocorrência de problemas na gravidez a mãe sai antes do oitavo mês, e o que obrigaria colocar uma criança de três meses em creche o que é considerado bem preocupante. Ressaltando que é um período para a mãe acompanhar a criança se desenvolver sem problemas. Segue não havendo mais inscritos o Senhor Presidente Vereador Aldori Rengel declarou intervalo de cinco minutos. Na reabertura o Senhor Presidente dispensou o momento da Presidência e não havendo Matérias Legislativas na Ordem do Dia o Senhor Presidente concedeu espaço para Explicações Pessoais: VEREADOR LEONIR PEDRO BRAUN: Cumprimentou Presidente, demais Vereadores e demais no Plenário. Iniciou defendendo a Indicação nº03/2021. Aonde sugere ao Executivo que o tenha um funcionário a auxiliar no atendimento quanto ao Título Eleitor. Destacando que observado o momento de pandemia, onde o cartório eleitoral está fechado a maior parte do tempo. E também nem todos tem em casa os meios adequados para utilizar o serviço online. Defende também a Indicação 04/2021, sugerindo a construção de um marco zero do município. O que representaria aos munícipes o centro geográfico e muitas vezes onde iniciou o município. Não havendo nenhum monumento assim no município. Segue destaca a função dele marcar os posicionamentos geográficos, assim como as distancias. Servindo também de ponto turístico. VEREADOR JORGE LUIZ SARDO: Cumprimentou Presidente, demais Vereadores e demais no Plenário. Colocou da visita do Secretário de Infraestrutura que colocou que será realizada a licitação para a capa asfáltica no trecho de Serra do Rodovia que liga o centro do município a SC-302, e que desta forma a obra será feita ainda no primeiro semestre deste ano. Segue pede a Mesa Diretora envio de ofício de condolências ao Senhor Carlos Alberto da Costa pelo falecimento de sua esposa Denise Arnoldo. VEREADOR ALTAIR RENGEL: Cumprimentou Presidente, demais Vereadores e demais no Plenário. Solicitou a Mesa Diretora o envio de ofício ao Executivo Municipal para que realizasse estudos para que na Rua Mainolfo Lenkull fosse transformada em mão inglesa. Destacando que isso já tinha sido uma indicação da Legislatura anterior. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente Vereador Aldori Rengel agradeceu a presença de todos e marcou a próxima Sessão Ordinária para o dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e um, às dezenove horas no Plenário Alfredo de Souza, e em nome de Deus e da Lei, declarou encerrada a Sessão da qual, eu Daniel Augusto Schmoller, lavrei a presente Ata que será lida e se considerada a rigor, será datada e assinada por todos os membros presentes da mesa diretora.

Imbuia, 22 de fevereiro de 2021.

Aldori Rengel Presidente		Leonir Pedro Braun Vice Presidente	
Kétrin Priscila Sell 01ª Secretária		Giani Ferreira da Silva 02ª Secretária	



# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 040/2021

Publicação Nº 2877687

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 040/2021

CONTRATADA: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE LEBON RÉGIS - COOPERLAF

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento de alunos da rede pública de ensino do Município Indaial.

VALOR: R\$ 73.351,36

PRAZO: 11 de fevereiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 11/02/2021.

### CONTRATO Nº 041/2021

Publicação Nº 2877683

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 041/2021

CONTRATADA: LUSA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de veículo tipo SUV para manutenção das atividades vinculadas ao Gabinete do Prefeito.

VALOR: R\$ 127.000,00

PRAZO: 22 de fevereiro de 2021 até 22 de fevereiro de 2022.

DATA DA ASSINATURA: 22/02/2021.

### DECRETO Nº 3189/2021

Publicação Nº 2877949

. DECRETO Nº 3189/21

. De 23 de fevereiro de 2021

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR / MUNICÍPIO DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecida, pelo Município de Indaial, as seguintes despesas, de competência de Exercício anterior, conforme abaixo:

ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDAIAL
O.U.	09.003.
P.A.	2800
ELEMENTO/CTA	333909236000000
VINCULO	1120000
CREDOR	ALEXANDRE DE VARGAS
VALOR	R\$ 1.045,00
N.FISC/FAT./REC.	21035
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDAIAL
O.U.	09.003.
P.A.	2800
ELEMENTO/CTA	333909236000000
VINCULO	1120000
CREDOR	ROBERTO GASSENFERTH JUNIOR
VALOR	R\$ 1.045,00
N.FISC/FAT./REC.	21032



ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
O.U.	09.003.
P.A.	2800
ELEMENTO/CTA	333909236000000
VINCULO	1120000
CREDOR	LUCINEIA HENKELS ZIMMERMANN
VALOR	R\$ 1.045,00
N.FISC/FAT./REC.	21033
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
O.U.	09.003.
P.A.	2800
ELEMENTO/CTA	333909236000000
VINCULO	1120000
CREDOR	THAYSE RAQUEL DE AGUIAR RODRIGUES
VALOR	R\$ 1.045,00
N.FISC/FAT./REC.	21034

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de fevereiro de 2021.

André Luiz Moser  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## DECRETO Nº 3191/2021

Publicação Nº 2878238

. DECRETO Nº 3191/21

. De 23 de fevereiro de 2021

HOMOLOGA O EDITAL DE CHAMADA Nº 012/2021 / PROCESSO SELETIVO Nº 003/2020/EDUCAÇÃO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto nº 2672 de 2020 que nomeia a Comissão e demais dispositivos legais em vigor,

### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o presente Edital de Chamada Nº 012/2021 decorrente do Processo Seletivo Nº 003/2020/EDUCAÇÃO cujo objeto é a convocação dos candidatos aprovados para escolha de vagas, conforme documentos anexos a este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2021.

Município de Indaial, em 23 de fevereiro de 2021.

André Luiz Moser  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
EDITAL DE CHAMADA Nº 012/2021  
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2020/EDUCAÇÃO

Considerando que a Lei Municipal nº 4.724/2012 estabelece que a contratação de profissionais em caráter temporário e por prazo determinado destina-se ao atendimento de eventuais necessidades de excepcional interesse público;

Considerando que a Secretaria Municipal de Educação identificou a necessidade de realizar contratações de profissionais decorrentes do Processo Seletivo nº 003/2020 para o atendimento aos alunos nas aulas presenciais em âmbito escolar; e



Considerando o cronograma de escolha de vagas para o ano letivo de 2021, publicado em 23 de fevereiro de 2021.

Art. 1º. Face ao exposto, torna-se público o presente Edital de Chamada Nº 012/2021 decorrente do Processo Seletivo Nº 003/2020/EDUCAÇÃO cujo objeto é a convocação dos candidatos aprovados para escolha de vagas, conforme Anexos I, II e III deste documento.

Art. 2º. Os candidatos convocados deverão comparecer nos locais, datas e horários para escolha das vagas conforme estabelecido no Anexo I deste edital.

Art. 3º. Importante destacar algumas orientações aos candidatos convocados referentes ao processo de chamada e escolha de vaga dos profissionais ACTs, conforme Edital do Processo Seletivo nº 003/2020/EDUCAÇÃO, são elas:

I. A Secretaria Municipal de Educação publicará cronograma de escolha de vagas e as vagas disponíveis, no site <https://indaial.atende.net/> e Diário oficial. É imprescindível o comparecimento do candidato no horário inicial determinado no cronograma, caso contrário o mesmo será excluído da referida escolha (Item 16.2 do PS nº 003/2020);

II. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, porém caso o candidato esteja impossibilitado de comparecer na data da escolha, esta poderá ser realizada por meio de Procurador devidamente constituído para esse fim, neste caso o procurador deverá portar documento original válido de identificação e instrumento de Procuração pública ou particular (com firma reconhecida), outorgando-lhe poderes específicos para escolha de vagas, o representante do candidato será responsável pela tomada de decisão no ato da escolha, sem prejudicar o andamento do processo (Item 16.3 do PS nº 003/2020);

III. O candidato somente poderá escolher vaga mediante a apresentação de um Documento de Identidade Oficial com foto (original) e comprovante de escolaridade (Item 16.4 do PS nº 003/2020);

IV. A chamada dos candidatos aprovados obedecerá a ordem de classificação, mediante a existência de vaga (Item 16.5 do PS nº 003/2020);

V. Após a 1ª chamada, conforme o surgimento de novas vagas, a Secretaria Municipal de Educação, no decorrer do ano de 2021, publicará todas as vagas e cronograma de escolhas no site da Prefeitura (<https://indaial.atende.net/>) e Diário Oficial (Item 16.6 do PS nº 003/2020);

VI. O candidato que não comparecer ao evento de escolha de vagas ou que comparecer, mas ao ser convocado e no ato optar por não escolher alguma das vagas disponíveis, será reclassificado para o final da listagem, podendo ser convocado novamente somente após terem sido convocados todos os candidatos que antecedem a sua nova classificação (Item 16.7 do PS nº 003/2020);

VII. O candidato que por três vezes em sequência não se apresentar nos dias e horários determinados para escolha de vaga, bem como, aquele que presente por três vezes em sequência, não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, será excluído do processo seletivo (Item 16.8 do PS nº 003/2020);

VIII. O candidato que já escolheu vaga, com disponibilidade para aumentar a sua jornada de trabalho, poderá ampliá-la dentro do limite previsto de até 40 horas semanais, com aulas da disciplina da vaga escolhida ou com aulas de disciplinas de áreas afins de acordo com as habilitações exigidas para cada cargo, desde que integrante da mesma área de conhecimento, conforme empregada pelo MEC no ENEM (somente se for comprovado que não há mais candidatos classificados para a determinada disciplina), sem a necessidade de realização de nova chamada, na sua unidade escolar ou em qualquer outra unidade escolar da municipalidade. O critério a ser utilizado para ampliação da carga horária, caso haja mais de 1 (um) candidato pleiteando as aulas, é exclusivamente a classificação dos candidatos deste processo seletivo na disciplina das aulas. Ou seja, para ampliação do número de aulas contratuais também deverá ser respeitada a sequência da ordem de classificação de candidatos (Item 16.9 do PS nº 003/2020);

IX. A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas às possibilidades de admissão dos candidatos habilitados (Item 16.10 do PS nº 003/2020);

X. Após a escolha da vaga, conforme datas e horários estabelecidos no Cronograma de Escolha de Vagas (Anexo I), o candidato terá 48 (quarenta e oito) horas, considerando-se os dias úteis, para apresentar os documentos admissionais. Passado o prazo e não tendo sido apresentados os documentos em sua integralidade, fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação (Item 16.12 do PS nº 003/2020);

XI. A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal de Educação de Indaial, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo (Item 16.15 do PS nº 003/2020);

XII. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar os cronogramas de chamada disponibilizados no site da Prefeitura Municipal de Indaial <https://indaial.atende.net/> e Diário Oficial (Item 16.16 do PS nº 003/2020);

XIII. O candidato somente poderá escolher vaga se não estiver vinculado a nenhum tipo de benefício previdenciário (Salário Maternidade, Auxílio Doença, Auxílio Doença Acidentário). Nesse caso o candidato poderá, mediante requerimento próprio, devidamente munido de documentação comprobatória, solicitar à Secretaria Municipal de Educação a manutenção de sua classificação enquanto permanecer recebendo o benefício previdenciário. Tão logo cessar a vigência do benefício, o candidato deverá comunicar formalmente a Secretaria Municipal de Educação, para poder participar de uma nova escolha de vaga, assegurada a ordem de sua classificação original (Item 16.20 do PS nº 003/2020);

XIV. O candidato inscrito como não habilitado, mesmo que no ato de admissão apresente certificado de habilitação, será admitido com os vencimentos do cargo para qual prestou o processo seletivo e que tenha sido aprovado (Item 16.21 do PS nº 003/2020);

XV. Os profissionais do magistério classificados para os cargos de Professor para atuação em área de conhecimento ou componente curricular, poderão atuar, se houver interesse e disponibilidade de vagas, de forma multidisciplinar de acordo com as habilitações exigidas para



cada cargo, de acordo com as habilitações exigidas para cada cargo, desde que integrante da mesma área de conhecimento, conforme empregada pelo MEC no ENEM (somente se for comprovado que não há mais candidatos classificados para a determinada disciplina - Item 16.22 do PS nº 003/2020); e

XVI. Os Candidatos que já escolheram vaga, poderão ser realocados a qualquer tempo e de acordo com as necessidades das Unidades Escolares do Município. Fica a Secretaria Municipal de Educação responsável pela reorganização das vagas abertas em virtude das necessidades temporárias que vierem a surgir durante o prazo estipulado no contrato administrativo firmado no ato de admissão (Item 16.23 do PS nº 003/2020).

Art. 4º. Eventuais vagas abertas posteriores a publicação desta chamada, serão publicadas em novo edital de chamada e respeitará a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

Art. 5º. No caso de não comparecimento de algum candidato convocado conforme o Anexo III deste edital, as vagas não preenchidas serão objeto de novo edital de chamada para convocação de candidatos, respeitada a ordem de classificação.

Art. 6º. As escolhas das vagas para os cargos abaixo relacionados, serão realizadas nos dias 25/02/2021, conforme constam nos Anexos I, II e III deste edital.

Art. 7º. Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

#### ANEXO I – CRONOGRAMA DE ESCOLHA DE VAGAS

ÁREA DE ATUAÇÃO	DATA	HORÁRIO
Professor de Matemática	25/02/2021	7h45
Professor de Educação Física	25/02/2021	8h
Professor de História + Ensino Religioso	25/02/2021	8h30
Professor de Geografia	25/02/2021	8h45
Professor de Português	25/02/2021	9h
Professor de Arte	25/02/2021	9h15
Professor de Inglês	25/02/2021	9h30
Pedagogo	25/02/2021	10h00
Auxiliar de Creche	25/02/2021	10h15
Professor de Anos Iniciais	25/02/2021	10h45
Professor de Educação Infantil	25/02/2021	13h15
Auxiliar de Sala	25/02/2021	13h45
Atendimento Educacional Especializado (AEE) Professor de Educação Especial II	25/02/2021	14h15
Professor de Educação Especial II	25/02/2021	14h30

#### ATENÇÃO:

- O candidato deverá comparecer no horário inicial da chamada conforme cronograma, munido do comprovante de escolaridade e de documento oficial de identificação com foto;
- Segue endereço do local onde serão realizadas as escolhas das vagas: Rua Leoberto Leal, número 191 fundos, bairro Tapajós – Indaial/SC – Secretaria de Educação.

#### ANEXO II – RELAÇÃO DAS VAGAS

Área de Atuação	Número de vagas	Período	Escolas/ Unidades
Professor de Matemática	1 vaga	Mat/Vesp	Juvenal Carvalho/ Úrsula Kroeger
Educação Física	3 vagas	Mat/Vesp	Encano Central / Martha Mantau/ Colégio Municipal/ Mário Bonessi / Curumim/ Encano do Norte/ Anna Alves/ Vô Alfredo/ / Elsa Schreiber/ Áurea Bonatti/ Alfredo Stahnke
Professor de História + Ensino Religioso	1 vaga	Mat/Vesp	Mário Bonessi/ Mulde/
Professor de Geografia	1 vaga	Vesp	Anna Alves
Professor de Português	2 vagas	Mat/Vesp	Mário Bonessi/ Tancredo/ Úrsula Kroeger
Professor de Arte	2 vagas	Mat/Vesp	Ana Lúcia/ Mário Bonessi/ Leopoldo Simão/ Úrsula Kroeger/ Tancredo/ Anna Alves/ Juvenal



Professor de Inglês	1 vaga	Mat./ Vesp.	Colégio Municipal/ Mulde/ Tancredo/ Maria Helena/ Maria de Graça/ Juvenal
Pedagogo	4 vagas	Mat./ Vesp.	Warnow + Úrsula/ Úrsula/ Espaço de Crescer/ Curumim
Auxiliar de Creche	4 vagas	Mat./ Vesp.	Encano do Norte/ Brilho do Sol
Professor de Anos Iniciais	1 vaga	Mat./ Vesp.	Anna Alves/ Rudolfo
Professor de Educação Infantil	5 vagas	Mat./ Vesp.	Augusto Moser + João Paulo II/ Curumim / Recriar/ Espaço + Dilma + Áurea
Auxiliar de Sala	7 vagas	Mat/Vesp	Maria Helena/ Maria da Graça/ Juvenal/ Ana Lúcia/ Leopoldo Simão/ Arapongas
Atendimento Educacional Especializado (AEE)	1 vaga	Mat/Vesp	Mulde Baixa
Professor de Ed. Especial II	4 vagas	Vesp	Colégio Municipal/ Mário Bonessi

## ANEXO III – LISTAGEM DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

Conforme classificação Processo Seletivo Nº 003/2020/EDUCAÇÃO

## Professor de Matemática (habilitado) | Ensino Superior

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
22	2228	08/05/1992	PATRICIA ADRIANE LUZZI - reclssificada

## Professor de Educação Física | Ensino Superior

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
27	1726	14/08/1986	ELISANDRO RODRIGUES PEREIRA DA SILVA
28	863	26/12/1989	TIAGO SCHULZ
29	2427	29/05/1997	ANA MANUELA RAMOS DA SILVA ALVES

## Professor de História (habilitado) | Ensino Superior

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
19	2375	16/05/1991	ANDRESSA SUELEN GEISLER

## Professor de Geografia (habilitado) | Ensino Superior

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
16	642	07/12/1971	JULIO CESAR MACOPPI- reclssificado

## Professor de Língua Portuguesa (habilitado) | Ensino Superior

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
22	1659	12/09/1991	JESSICA TEIXEIRA GONCALVES- reclssificado
23	2469	06/03/1982	TAMARA BEIMS GUANABENS ALTENBURG- reclssificado

## Professor de Arte (habilitado) | Ensino Superior

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
32	1528	21/04/1975	ANDREA FERNANDA LEITÃO - reclssificado
33	850	03/04/1981	ANA EMILIA TUERPE - reclssificado

## Professor de Anos Iniciais do Ens. Fund. 1º ao 5º ano (habilitado) | Ensino Superior

67	123	04/12/1983	JULIANA LADEVIG
----	-----	------------	-----------------

## Pedagogo | Ensino Superior

51	1123	01/02/1985	SILVANA PAES DE FARIAS - reclssificado
52	2759	16/09/1981	MARISA LOIK DOS SANTOS GERALDO - reclssificado
53	2698	11/10/1995	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA LIESENBERG – reclssificado
54	257	09/10/1989	DEBORA KOPMANN - reclssificado

## Professor de Educação Infantil (habilitado) | Ensino Superior

134	1679	08/04/1995	LUIZA SANTOS OLIVEIRA
135	2033	08/08/1969	ILIANE DA SILVA
136	1850	06/09/1980	SANDRA MARA WIRTH
137	911	18/11/1977	MARISETE BASTOS WESTPHAL
138	214	09/06/1992	MORGANA CRISTINA GALKOWSKI

## Professor de Inglês (não habilitado) | Ensino Superior

6	1163	07/07/1993	DANIELA APARECIDA DA SILVA
---	------	------------	----------------------------



## Auxiliar de Creche | Ensino Médio Completo

88	524	05/08/1990	ELIZANDRA RODRIGUES DA SILVA GUARDA
89	2109	09/02/1999	THAIS WEINGÄRTNER
90	2510	16/09/1973	JUÇARA BOAVENTURA HOBUS
91	2536	27/11/1987	KARINE DA LUZ

## Auxiliar de Sala | Ensino Médio Completo

42	2537	23/06/1975	MANOEL ROSA PRESTES
43	1321	30/03/1998	TAYNARA CHRISTINNA KLOEHN CARL
44	118	25/03/1999	GABRIELLE VACARENGA MAUS
45	527	28/03/1994	PAULA ARIENE DE ASSIS NASCIMENTO GUMZ
46	85	08/08/1986	JOICE DE PAIVA MAGALHAES ROCHA
47	1290	05/05/1994	DEISE DOS SANTOS SILVA
48	537	13/11/1993	CAROLINA HAMERS RACHADEL

## Professor de Educação Especial II (habilitado) | Ensino Superior

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
11	148	17/03/1968	ANA MARIA LUVICHAK
12	1070	18/07/1989	KELLY CRISTINE BINELLO BERTELLI
13	1501	14/04/1982	GYANNI CARLA PRIM
14	2745	20/10/1994	AMANDA BEATRIZ DE MATOS
15	1777	09/03/1991	DEISE BARON HINCKEL

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 3195/2021**

Publicação Nº 2878592

. DECRETO Nº 3195/21

. De 23 de fevereiro de 2021

## CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR /FASSPI-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

## DECRETA:

Art. 1º Ficam canceladas pelo FASSPI as despesas empenhadas não processadas e inscritas em restos a pagar, conforme segue:

ENTIDADE	FASSPI-FUNDO MUN. ASSIST. SAÚDE SERV. PUBL. MUNICIPAIS
Nº EMPENHO	17/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	IPM SISTEMAS LTDA
VALOR EMPENHADO	R\$ 789,66
VALOR A CANCELAR	R\$ 85,55
MOTIVO	SALDO NÃO UTILIZADO.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de fevereiro de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.



**DECRETO Nº 3196/2021**

Publicação Nº 2878594

. DECRETO Nº 3196/21  
. De 23 de fevereiro de 2021

**CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR /INDAPREV-INST. APOS. PENS. SERV. PUBL. INDAIAL**

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam canceladas pelo INDAPREV as despesas empenhadas não processadas e inscritas em restos a pagar, conforme segue:

ENTIDADE	INDAPREV-INST. APOS. PENS. SERV. PUBL. INDAIAL
Nº EMPENHO	172/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	IPM SISTEMAS LTDA
VALOR EMPENHADO	R\$ 789,66
VALOR A CANCELAR	R\$ 54,84
MOTIVO	SALDO NÃO UTILIZADO.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de fevereiro de 2021.

André Luiz Moser  
Prefeito  
Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 3197/2021**

Publicação Nº 2878596

. DECRETO Nº 3197/21  
. De 23 de fevereiro de 2021

**RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica reconhecida, pelo Município de Indaial – Fundo Municipal de Saúde de Indaial, as seguintes despesas, de competência de Exercício anterior, conforme abaixo:

CREDOR: MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA  
VALOR R\$ 2.113,00  
NOTA FISCAL Nr.14985  
DATA 18/02/2021  
Fornecimento de peças realizado em 19/11/2020 no veículo placa QTK-7702

CREDOR: MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA  
VALOR R\$ 173,10  
NOTA FISCAL Nr. 9987  
DATA 18/02/2021  
Serviço realizado em 19/11/2020 no veículo placa QTK-7702

CREDOR: MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA  
VALOR R\$ 2.030,00  
NOTA FISCAL Nr.14983



DATA 18/02/2021

Fornecimento de peças realizado em 02/07/2020 no veículo placa MIJ-0813

CREDOR: MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

VALOR R\$ 231,00

NOTA FISCAL Nr. 9989

DATA 18/02/2021

Serviço realizado em 02/07/2020 no veículo placa QTK-7702

CREDOR: MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

VALOR R\$ 5.516,00

NOTA FISCAL Nr.14982

DATA 18/02/2021

Fornecimento de peças realizado em 15/05/2020 no veículo placa QID-5508

CREDOR: MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

VALOR R\$ 1.442,50

NOTA FISCAL Nr. 9990

DATA 18/02/2021

Serviço realizado em 15/05/2020 no veículo placa QID-5508

CREDOR: MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

VALOR R\$ 2.113,00

NOTA FISCAL Nr.14985

DATA 18/02/2021

Fornecimento de peças realizado em 20/11/2020 no veículo placa OKD-9433

CREDOR: MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

VALOR R\$ 173,10

NOTA FISCAL Nr. 9988

DATA 18/02/2021

Serviço realizado em 20/11/2020 no veículo placa OKD-9433

CREDOR: MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

VALOR R\$ 18.281,00

NOTA FISCAL Nr.14981

DATA 18/02/2021

Fornecimento de peças realizado em 11/05/2020 no veículo placa MIM-0557

CREDOR: MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

VALOR R\$ 8.351,70

NOTA FISCAL Nr. 9992

DATA 18/02/2021

Serviço realizado em 11/05/2020 no veículo placa MIM-0557

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de fevereiro de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## DECRETO Nº 3198/2021

Publicação Nº 2878597

. DECRETO Nº 3198/21

. De 23 de fevereiro de 2021

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2021 DO MUNICÍPIO DE INDAIAL, PROVENIENTE DE RECURSOS DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.837/20, em especial o art. 11, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do Município de Indaial, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 125.768,62 (cento e vinte e cinco mil setecentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos) destinados a atender a despesa abaixo discriminada:



Dotação	Destinação / Vínculo	Valor do Crédito Adicional
05.001.0012.0361.0005.1203 – Construção de Quadras Esportivas e Coberturas – Rede Municipal de Ensino 3449000000000000 – Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações diretas	03625506 – Estado – Reforma da Quadra de Cobertura EBM Leopoldo Simão	125.768,62

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo 1º, serão cobertas com recursos provenientes do Superávit Financeiro da ordem R\$ 125.768,62 (cento e vinte e cinco mil setecentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos) apurados na disponibilidade da destinação de recursos 03625506 – Estado – Reforma da Quadra de Cobertura EBM Leopoldo Simão do Exercício Financeiro de 2020.

Art. 3º - Fica aberto no orçamento vigente do Município de Indaial, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 35.116,49 (trinta e cinco mil cento e dezesseis reais e trinta e nove centavos) destinados a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Destinação / Vínculo	Valor do Crédito Adicional
05.001.0012.0361.0005.1203 – Construção de Quadras Esportivas e Coberturas – Rede Municipal de Ensino 3449000000000000 – Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações diretas	03625507– Estado – Cobertura da Quadra EBM Encano Baixo Rudolfo Alfarth	35.116,49

Art. 4º - As despesas decorrentes do artigo 3º, serão cobertas com recursos provenientes do Superávit Financeiro da ordem R\$ 35.116,49 (trinta e cinco mil cento e dezesseis reais e trinta e nove centavos) apurados na disponibilidade da destinação de recursos 03625507– Estado – Cobertura da Quadra EBM Encano Baixo Rudolfo Alfarth do Exercício Financeiro de 2020.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de fevereiro de 2021.

André Luiz Moser  
Prefeito  
Publique-se na Forma da Lei.

## DECRETO Nº 3199/2021

Publicação Nº 2878602

. DECRETO Nº 3199/21

. De 23 de fevereiro de 2021

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2021 NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e,

CONSIDERANDO a Lei 5837 de 02 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

31.001 – Fundo Municipal de Assistência Social	Valor
0008.0244.0031.2509 – Manutenção do IGD PBF	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
03350010 – União – Índice de Gestão Desc. IGD - E.A.	R\$ 4.750,00
31.001 – Fundo Municipal de Assistência Social	Valor
0008.0244.0031.2511 – PSE Proteção Social Especial	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
03350029 – União – Covid 19 - ACO - E.A.	R\$ 4.750,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de fevereiro de 2021.

André Luiz Moser  
Prefeito  
Publique-se na Forma da Lei



**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.05/2021**

Publicação Nº 2877939

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.05/2021

FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- MAYCON WILL EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.712.730/0001-80, estabelecida à RUA ALVORADA, nº 180 – Bairro FLOR DE NAPOLIS, no município de São José – Santa Catarina.
- HILEON CESAR SUCATELLI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.778.957/0001-66, estabelecida à RUA POMERANOS, nº 6122 – Bairro SÃO ROQUE, no município de Timbó – Santa Catarina.
- SULVALE EQUIPAMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 35.830.997/0001-91, estabelecida à AVENIDA HIRONILDO CONCEICAO DOS SANTOS, nº 1284 – Bairro PEREQUÊ, no município de Porto Belo – Santa Catarina.
- SNOPI INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 34.686.134/0001-20, estabelecida à RUA Campo Erê, nº 581 – Bairro MUNICÍPIOS, no município de Balneário Camboriú – Santa Catarina.

OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Aquisição de material de proteção e segurança, promoção a saúde e prevenção à COVID-19.

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R\$ 400.103,75

PRAZO: 12 (doze) meses da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 22/02/2021.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO 001 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020**

Publicação Nº 2877694

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 001 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- COMERCIAL MULTIVILLE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.220.022/0001-43, estabelecida à RUA JOAO ADOLFO MULLER, nº 53 – Bairro COSTA E SILVA, no município de Joinville – Santa Catarina.
- BMI PROSPER EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.012.375/0001-86, estabelecida à AVENIDA PREFEITO OSMAR CUNHA, nº 183 – Bairro CENTRO, no município de Florianópolis – Santa Catarina.
- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.919.156/0001-94, estabelecida à RUA ESTI RUA DO COMERCIO, nº – Bairro CENTRO, no município de Planalto Alegre – Santa Catarina.
- KELLY A.D.S. MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS - ME., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.782.356/0001-02, estabelecida à RUA GUCLIELMO MARCONI, nº 550 – Bairro ALTO, no município de Curitiba – Paraná.
- MAYCON WILL EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.712.730/0001-80, estabelecida à RUA ALVORADA, nº 180 – Bairro FLOR DE NAPOLIS, no município de São José – Santa Catarina.
- JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 25.267.561/0001-82, estabelecida à RUA 24 DE OUTUBRO, nº 930 – Bairro CENTRO, no município de Bom Retiro – Santa Catarina.
- A.V. COMERCIO ATACADISTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 16.858.182/0001-76, estabelecida à RUA EDGAR LINHARES, nº 742 – Bairro NOVA ESPERANCA, no município de Balneário Camboriú – Santa Catarina.
- HILEON CESAR SUCATELLI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.778.957/0001-66, estabelecida à RUA POMERANOS, nº 6122 – Bairro SÃO ROQUE, no município de Timbó – Santa Catarina.
- SUELEN DAIANE KANIS ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.608.114/0001-14, estabelecida à RODOVIA SC 110, nº 5921 – Bairro SÃO ROQUE, no município de Timbó – Santa Catarina.
- KLEIN E FILHOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.280.316/0001-33, estabelecida à RUA 25 DE JULHO, nº 662 – Bairro VILA NOVA, no município de Jaraguá do Sul – Santa Catarina.
- ISANETE APARECIDA PACHECO COMERCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS E PAPELARIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 34.396.791/0001-32, estabelecida à RUA CAPITÃO TENENTE MARIS DE BARROS, nº 416 – Bairro PORTÃO, no município de Curitiba – Paraná.
- SANTA RITA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 36.260.828/0001-26, estabelecida à RUA POMERANOS, nº 5921 – Bairro SÃO ROQUE, no município de Timbó – Santa Catarina.
- SNOPI INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 34.686.134/0001-20, estabelecida à RUA Campo Erê, nº 581 – Bairro MUNICÍPIOS, no município de Balneário Camboriú – Santa Catarina.

OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para as Secretarias Municipais.

Termo aditivo, visa o reequilíbrio econômico financeiro, tem por objetivo o realinhamento de preços do item 37 do Lote - empresa SUELEN DAIANE KANIS ME, da presente Ata de Registro de preços.



## VALOR UNITÁRIO DOS ITENS:

Item	Valor unit
37	R\$ 12,04

DATA DA ASSINATURA: 22/02/2021.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO 005 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020**

Publicação Nº 2878031

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 005 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020

FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- PANIFICADORA MARYMARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.448.522/0001-08, estabelecida à RUA DR. BLUMENAU, nº 58 – Bairro CENTRO, no município de Indaial – Santa Catarina.

- COMERCIAL STORINNY LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 73.977.480/0001-19, estabelecida à AVENIDA GIRASSOL, nº 180 – Bairro MORRINHOS, no município de Bombinhas – Santa Catarina.

- COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 75.779.223/0001-06, estabelecida à AVENIDA COLOMBO MACHADO SALLES, nº 1371 – Bairro VILA NOVA, no município de Laurentino – Santa Catarina.

- FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.524.233/0001-09, estabelecida à RUA BLUMENAU, nº 083 – Bairro CENTRO, no município de Apiúna – Santa Catarina.

- MAYCON WILL EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.712.730/0001-80, estabelecida à RUA ALVORADA, nº 180 – Bairro FLOR DE NAPOLIS, no município de São José – Santa Catarina.

- MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.310.833/0001-60, estabelecida à RUA NORUEGA, nº 533 – Bairro NAÇÕES, no município de Balneário Camboriú – Santa Catarina.

- PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 24.170.620/0001-37, estabelecida à RUA Rua do Comércio, nº 00 – Bairro CENTRO, no município de Planalto Alegre – Santa Catarina.

- JUARPO COMERCIO ATACADISTA EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.982.741/0001-09, estabelecida à RUA 7 DE SETEMBRO, nº 28 – Bairro DIVINÉIA, no município de Rio dos Cedros – Santa Catarina.

- JLF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.924.940/0001-26, estabelecida à RUA ALEXANDRE GUGELMIM, nº 139 – Bairro VILA JULIANA, no município de Piraquara – Paraná.

- MAQUEA & MAQUEA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.046.618/0001-55, estabelecida à TRAVESSA A, nº 15 – Bairro CENTRO, no município de Japurá – Paraná.

- CLÁUDIO ESTEVÃO JUNIOR EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.491.455/0001-27, estabelecida à RUA TAILÂNDIA, nº 500 – Bairro DAS NACOES, no município de Balneário Camboriú – Santa Catarina.

- PR COMERCIO ATACADISTA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.488.848/0001-60, estabelecida à RUA EDEGAR LINHARES, nº 756 – Bairro NOVA ESPERANCA, no município de Balneário Camboriú – Santa Catarina.

OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Aquisição de gêneros alimentícios para atendimento a alimentação escolar.

Termo aditivo, visa o reequilíbrio econômico financeiro, tem por objetivo o realinhamento de preços do item 66 do Lote - empresa FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI ME, da presente Ata de Registro de preços.

## VALOR UNITÁRIO DOS ITENS:

Item	Valor unit
66	R\$ 11,64

DATA DA ASSINATURA: 23/02/2021.

**TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 034/2019**

Publicação Nº 2879009

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 034/2019

CONTRATADA: CONSÓRCIO SQE LUZ INDAIAL

CNPJ: 32.932.552/0001-24

OBJETO DO ADITIVO: visa o acréscimo dos itens A 3.1; A 3.2; A 3.3; A 3.4; A 3.5; A 3.6; A 3.7; A 3.8; A 3.9; A 3.10; A 3.11; A 3.12; A 4.1; A 4.2; A 4.3; A 4.4; A 4.5; A 4.6; A 4.7; A 4.8; A 4.9; A 4.10; A 4.11; A 4.12; A 4.13; A 4.14; A 4.15; A 4.16; A 4.17; A 4.18; A 4.19; A 4.20;



A 4.21; A 4.22; A 4.23; A 4.24; A 5.1; A 5.2; A 6.1; A 6.2; A 7.1; A 7.2; A 7.3; A 8.1; A 9.1; A 9.2; A 9.3; A 9.4; A 9.5; A 9.6; A 10.1; B 1.1; B 1.2; B 1.3; B 1.4; B 1.5; B 1.6; B 1.7; B 1.8; B 1.9; B 1.10; B 1.11; B 1.12; B 1.13; B 1.14; B 1.15; B 1.16; B 1.17; B 1.18; B 1.19; B 2.1; B 2.2; B 2.3; B 2.4; B 2.5; B 2.6; B 2.7; B 2.8; B 2.9; B 2.10; B 2.11; B 2.12; B 2.13; B 2.14; B 2.15; B 2.16; B 2.17; B 2.18; B 2.19; B 2.20; B 2.21; B 2.22; B 2.23; B 2.24; B 3.1; B 3.2; B 4.1; B 4.2; B 4.3; B 4.4; B 4.5; B 4.6; B 4.7; B 4.8; B 4.9; B 4.10; B 4.11; B 4.12; B 4.13; B 5.1; B 5.2; B 5.3; B 5.4; B 5.5; B 5.6; B 5.7; B 5.8; B 5.9; B 5.10; B 5.11; B 5.12; B 5.13; B 5.14; B 5.15; B 5.16; B 5.17; B 5.18; B 6.1; B 6.2; B 6.3; B 6.4; B 6.5; B 6.6; B 6.7; B 7.1; B 7.2; B 7.3; B 7.4; B 7.5; B 7.6; B 7.7; B 7.8; B 7.9; B 7.10; B 7.11; B 7.12; B 7.13; B 7.14; B 7.15; B 7.16; B 7.17; B 7.18; B 7.19; B 7.20; B 7.21; B 7.22; B 7.23; B 7.24; B 7.25; B 8.1; B 8.2; B 8.3; B 8.4; B 8.5; B 8.6; B 8.7; B 8.8; B 8.9; B 8.10; B 8.11; B 8.12; B 8.13; B 8.14; B 8.15; B 8.16; B 8.17; B 8.18; B 8.19; B 8.20; B 8.21; B 8.22; B 8.23; B 8.24; B 8.25; B 8.26; B 8.27; B 8.28; B 8.29; B 8.30; B 8.31; B 8.32; B 9.1; B 9.2; B 9.3; B 9.4; B 9.5; B 9.6; B 9.7; B 9.8; B 9.9; B 9.10; B 9.11; B 9.12; B 9.13; B 9.14; B 9.15; B 9.16; B 9.17; B 9.18; B 9.19; B 9.20; B 9.21; B 10.1; B 10.2; B 10.3; B 10.4; B 10.5; B 10.6; B 10.7; B 10.8; B 10.9; B 10.10; B 10.11; B 10.12; B 10.13; B 10.14; B 10.15; B 10.16; B 10.17; B 10.18; B 10.19; B 10.20; B 10.21; B 10.22; B 10.23; B 10.24; B 10.25; B 10.26; B 10.27; B 10.28; B 10.29; B 10.30; B 10.31; B 10.32; B 10.33; B 10.34; B 10.35; B 10.36; B 10.37; B 10.38; B 10.39; B 10.40; B 10.41; B 10.42; B 10.43; B 10.44; B 10.45; B 10.46; B 10.47; B 10.48; B 10.49; B 10.50; B 10.51; B 11.1; B 11.2; B 11.3; B 11.4; B 11.5; B 11.6; B 11.7; B 11.8; B 11.9; B 11.10; B 11.11; B 11.12; B 11.13; B 11.14; B 11.15; B 11.16; B 11.17; B 11.18; B 11.19; B 12.1; B 12.2; B 12.3; B 12.4; B 12.5; B 12.6; B 12.7; B 12.8; B 12.9; B 12.10; B 12.11; B 12.12; B 12.13; B 12.14; B 12.15; B 12.16; B 12.17; B 12.18; B 12.19; B 12.20; B 12.21; B 12.22; B 12.23; B 12.24; B 12.25; B 12.26; B 12.27; B 12.28; B 12.29; B 12.30; B 12.31; B 12.32; B 12.33; B 12.34; B 12.35; B 12.36; B 12.37; B 12.38, da planilha de quantidade e preços unitários e totais da proposta de preços apresentada, no valor total de R\$ 1.596.603,00 (um milhão, quinhentos e noventa e seis mil e seiscentos e três reais).

VALOR ACRESCIDO: R\$ 1.596.603,00

VALOR TOTAL: R\$ 10.486.667,67

DATA DA ASSINATURA: 28/01/2020.

### **TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 111/2019**

Publicação Nº 2877682

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 111/2019

CONTRATADA: ENGEPLAN TERRAPLENAGEM SANEAMENTO E URBANISMO LTDA

CNPJ: 83.897.504/0001-83

OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por mais 10 (dez) meses.

PRAZO: 06 de fevereiro de 2021 até 05 de dezembro de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 28/01/2020.

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 05/2021- TERMO DE DISPENSA 03/2021**

Publicação Nº 2877149

#### **HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Nesta data, tendo em vista que estão preenchidos os requisitos legais e de mérito, homologo o Processo Licitatório nº 05/2021 – Termo de Dispensa nº 03/2021 e adjudico a JEAN CARLOS SCHERA 07405181945, microempreendedor individual inscrito no CNPJ sob o nº 14.944.390/0001-62, o objeto do presente processo, no valor de R\$ 1.480,00 (mil quatrocentos e oitenta reais).

Indaial (SC), 24 de fevereiro de 2021.

Flávio Augusto Ferri Molinari

Presidente da Mesa Diretora

Câmara Municipal de Indaial



# Iomerê

## PREFEITURA

### ERRATA AO PREGÃO Nº 14/2021

Publicação Nº 2877624

## MUNICÍPIO DE IOMERÊ



### RETIFICAÇÃO DE EDITAL

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0015/2021****EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2021**

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ faz saber a todos os interessados que houve alteração no Edital de Licitação nº 0014/2021 referente aquisição de BTI.

Fica acrescentado no **ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"** o item abaixo:

5.4 – Anexar à proposta o documento, CEPA avaliada e recomendada pela OMS, conforme determina o documento controle de vetores emitido pela FUNASA em 2001.

Fica alterado o horário de recebimento das propostas e julgamento do pregão presencial nº 0014/2021 para o dia **09/03/2021**, O Credenciamento será realizado até as **08h45min** do dia **09 de março de 2021** ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às **09h**. Os demais termos e cláusulas do edital permanecem inalterados.

1. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Iomerê, 23 de fevereiro de 2021.

**LUCI PERETTI**  
**Prefeita Municipal**

Rua João Rech, 500 – Centro  
89.558-000 – Iomerê – SC  
Fone: (49)3539-6000

1



# Ipira

## PREFEITURA

### EDITAL 021/2021

Publicação Nº 2877964

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPIRA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 021/2021 - PMI  
Pregão Eletrônico nº 004/2021 - PMI

A Prefeitura Municipal de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) para a aquisição de insumos agrícolas para agricultores do Município de Ipira/SC, conforme demanda da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0\*\*49) 3558-0423 – E-mail: [licitacao@ipira.sc.gov.br](mailto:licitacao@ipira.sc.gov.br).

Ipira (SC), 23 de fevereiro de 2021.

Marciano Mello  
Secretario de Agricultura e Meio Ambiente

### 017/2021

Publicação Nº 2877685

22/02/2021 31/12/2021 22/02/2021 2021 20 2888 017/2021 0 1 Trata-se de procedimento de inexigibilidade de licitação, nos termos do caput do artigo 25 da Lei 8.666/93, para a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar para alunos da rede de Educação Fundamental e Infantil. 98644,50 8132 Cooperativa dos Prod. Agroind. do Mun. de Ipira J 1 67 2021 0 43 C 0 0 9 IL 5 2021 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA



# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO 028/2021

Publicação Nº 2878181

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC  
EXTRATO CONTRATO Nº 028/2021  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2021

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPINA MECÂNICA EM VIAS URBANAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC COM A UTILIZAÇÃO DE MÁQUINA EQUIPADA COM ESCOVA ROTATIVA E CARENAGEM DE PROTEÇÃO, RESERVATÓRIO DE AGUA, VASSOURA MECÂNICA E PÁ CARREGADEIRA"

DO VALOR TOTAL: R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais)

DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC – CNPJ 78.485.554/0001-13

DO CONTRATADO: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA CNPJ nº. 72.332.778/0001-09

DA VIGÊNCIA: Da data da assinatura até o dia 30/07/2021.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de Mondaí/SC.

Iporã do Oeste/SC, 24 de fevereiro de 2021.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 35/2021

Publicação Nº 2879174

DECRETO Nº 35 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

INSTITUI E REGULAMENTA O REGIME EXCEPCIONAL O TRABALHO REMOTO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC, PARA A PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO E DA PROLIFERAÇÃO DA COVID-19 EM ÂMBITO LOCAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a competência privativa prevista no art. 109, incisos XXXI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO os avanços da pandemia do COVID-19 (Coronavírus) e os protocolos emitidos pela Organização Mundial da Saúde, pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Estado da Saúde ao Coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de medidas preventivas, visando a contenção da propagação do vírus;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Nacional nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, que "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, também do Ministério da Saúde, que regulamenta e operacionaliza a Lei nº 13.979/2020, estabelecendo medidas para o enfrentamento da emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado em relação à evolução da pandemia de COVID-19 nas diferentes regiões do Estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existente;

CONSIDERANDO a necessidade do Município regulamentar o trabalho remoto no âmbito do serviço público municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Regime Excepcional de trabalho remoto no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, enquanto perdurar a situação de emergência decorrente da Pandemia do COVID-19 no Estado de Santa Catarina, permitindo que servidores possam executar parte de suas atividades públicas em suas residências, ou local isolado de contato com público, mediante



apresentação de relatórios semanais ou de relatório de metas às suas chefias imediatas.

§ 1º A adoção do regime de que trata o caput deste artigo tem por objetivo garantir a produtividade e a qualidade do trabalho do servidor público e a proteção à saúde, no período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do Coronavírus (COVID-19), bem como racionalizar tarefas e alocação de recursos humanos e financeiros.

§ 2º Durante o horário de trabalho remoto, o servidor deverá ficar à disposição da Administração Municipal, sendo vedada a circulação em quaisquer estabelecimentos comerciais ou de entretenimento no período de trabalho remoto correspondente ao seu horário normal de expediente, sob pena responsabilização em face do desvirtuamento doloso do instituto.

Art. 2º Para a execução dos preceitos deste artigo, considera-se trabalho remoto o desenvolvimento, por servidor público ocupante de cargo efetivo ou em comissão e ACTs, de suas atribuições de forma remota, com a utilização de recursos tecnológicos disponíveis, fora das dependências físicas do órgão ou da entidade de sua lotação e cuja atividade, não constituindo, por sua natureza trabalho, externo, possa ter seus resultados efetivamente mensuráveis, com efeitos equiparados àqueles da atuação presencial.

Parágrafo único. As atividades externas do servidor, desempenhadas em razão da natureza do cargo ou das atribuições da respectiva unidade de lotação, não se enquadram no conceito de trabalho remoto.

Art. 3º A realização de trabalho remoto será restrita aos servidores do Poder Executivo do Município de Iporã do Oeste/SC que, em razão da natureza do trabalho, tenham condições de prestá-lo remotamente e sem prejuízo ao serviço público, com o intuito de que permaneçam em suas residências, ou local reservado de contato com o público, e evitem, o quanto possível, contato com outras pessoas.

Parágrafo único. Deverá ser garantida a manutenção da capacidade plena de funcionamento da unidade em que houver atendimento ao público externo e interno.

Art. 4º O servidor terá direito ao distanciamento social e desempenhar suas atribuições em trabalho remoto mediante a comprovação de um ou mais requisitos a seguir:

§ 1º Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

§ 2º Pessoa com imunodeficiência ou com doenças preexistentes crônicas ou graves, relacionadas no Boletim Epidemiológico (COE-COVID19) nº 07, de 06/04/2020-Ministério da Saúde;

§ 3º Pessoal responsável pelo cuidado de uma ou mais pessoas com suspeita ou confirmação de diagnóstico de infecção por COVID-19, desde que haja coabitação;

§ 4º Gestantes ou lactantes e;

§ 5º Tenha no convívio familiar pessoa com doença crônica ou grave.

Art. 5º O servidor acometido por comorbidades ou que faz parte do grupo de risco, bem como aquele que possuem pessoas da família com quem convive acometidas por comorbidades, devem fazer requerimento para o setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal instruído com exames e atestados médicos de especialista na área para obter o deferimento do seu pedido por meio do médico do trabalho do Município de Iporã do Oeste.

Parágrafo único. Em caso de deferimento o servidor poderá ter concedido o trabalho remoto, bem como poderá ser encarregado de fazer trabalho presencial em atividades que não tem contato direto com o público.

Art. 6º Após o deferimento do pedido, em comum acordo, deverá ser elaborado um plano de trabalho individual de atividades e metas de desempenho, que poderá ser revisto e atualizado a qualquer tempo.

Art. 7º O servidor que estiver no regime de trabalho remoto deverá:

§ 1º Cumprir com seu horário de trabalho regular e atividades programadas;

§ 2º Manter telefone de contato atualizado e ativo, (celular e, caso possua, fixo), além de e-mail e contato de whatsapp, de forma a garantir a comunicação com a chefia imediata;

§ 3º Manter-se conectado ao e-mail e acessá-lo diariamente;

§ 4º Submeter-se ao acompanhamento do plano de trabalho e do cumprimento das metas de desempenho pactuadas

§ 5º Dar ciência à chefia imediata do andamento dos trabalhos e apontar eventual dificuldade, dúvida ou outra situação que possa atrasar ou prejudicar o cumprimento das atividades sob sua responsabilidade;

§ 6º Preservar o sigilo e a restrição de acesso dos dados acessados de forma remota.

Art. 8º No período de trabalho remoto o servidor ficará dispensado do registro de ponto e não sofrerá redução de seus vencimentos, sendo a comprovação de seu labor atestada pela chefia imediata mediante validação e aprovação do relatório semanal de atividades ou relatório de cumprimento de metas, devendo o servidor ser orientado pelo seu superior quanto às atividades e procedimentos a serem cumpridos.



Art. 9º A medida que a imunização (vacinação) contra a COVID19 (Coronavírus) for sendo realizada, e o servidor(a), a pessoa de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou familiar portador de doença crônica ou grave, for imunizado, cessam automaticamente o direito ao Trabalho Remoto objeto do presente Decreto.

Art. 10. O Servidor que optar pelo trabalho remoto será responsável para disponibilizar os meios e equipamentos necessários ao desenvolvimento do trabalho.

Art. 11. Os servidores em Regime Excepcional de trabalho remoto poderão ser convocados, a qualquer momento, a realizar atividades presenciais, sendo observadas, para tanto, todas as medidas preventivas e de segurança.

Art. 12. Fica revogado o art. 27 do Decreto Municipal nº 76 de 13 de maio de 2020.

Art. 13. Permanecem inalteradas e em plena vigência as demais disposições do Decreto Municipal nº 76 de 13 de maio de 2020.

Art. 14. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste - SC, 22 de fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se

ADÉLIO MARX  
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

ERVINO HENKEL  
Secretário de Administração e Finanças



## Ipumirim

## PREFEITURA

## ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DO PL Nº 13, PP Nº 7-2021-VEÍCULO NOVO-SECRETARIA URBANISMO/PM

Publicação Nº 2878217

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b></p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02  AV. DOM PEDRO II, 230  C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 7/2021 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo:  Processo de Licitação: 13/2021  Data do Processo: 05/02/2021</p>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Aquisição de um veículo novo utilitário do tipo pick-up, cabine dupla, com capacidade para 5 (cinco) passageiros e caçamba com capacidade para 550 kg, para atender às necessidades da Secretaria de Urbanismo, conforme especificações no Termo de referência anexo III do edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 7/2021 (Sequência: 3)**

Ao(s) 19 de Fevereiro de 2021, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2568, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 13/2021, Licitação nº 7/2021 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2021, às nove horas, a Pregoeira Jucilene Goldoni Calari e o servidor Laudecir Franco, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 2568/2021 de 06 de janeiro de 2021, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA e DE MARCO LTDA. Aberta a sessão pública pela Pregoeira, a mesma solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº FELIPE TOMAZI representante credenciado da empresa: CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA e o Srº ADRIANO RIBEIRO DOS SANTOS procurador da empresa DE MARCO LTDA. As empresas acima transcritas não se credenciam como microempresas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pela Pregoeira, sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira sua equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. A Comissão de licitação, procedeu a verificação no cadastro, sendo que as empresas participantes não apresentaram qualquer espécie de restrição. As consultas passam a integrar a documentação do certame, conforme o item 6.1.5 do edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pela Pregoeira, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

**Participante: 6897 - CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS LTDA**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Veículo novo, ano modelo 2021 ou 2022, do tipo pick-up, cabine dupla, com capacidade para 5 (cinco) passageiros, pintura na cor branca, com as seguintes características mínimas e itens: - Motor bicombustível, de aspiração natural, cilindrada mínima de 1,8 litros, com potência líquida máxima não inferior a 135 cv com ambos os tipos de combustível e torque líquido máximo não inferior a 18,5 kgfm com qualquer combustível; - Dimensões: Comprimento mínimo de 4700mm, distância entre eixos de no mínimo 2.800mm e largura mínima (sem retrovisores) de 1800mm; - FREIOS ABS; - Direção Hidráulica ou elétrica; - Câmbio manual; - Capacidade de carga de no mínimo 550 Kg; - Rodas de no mínimo de 16 polegadas; - Sistema de Som com Rádio com CD-MP3; - Air bags frontais; - Ar condicionado; - Cintos de segurança de três pontos na frente com pré-tensionador e ajuste de altura e laterais traseiros retráteis; - Travas elétricas nas 4 portas; - Vidros dianteiros e traseiros elétricos; - Proteção de motor; - Demais itens obrigatórios exigidos pelos Código de Trânsito Brasileiro; - Garantia de 36 meses e assistência técnica 24 horas por 12 meses.	UN	1,00	FIAT	0,0000	89.800,00	89.800,00

**Total do Participante ----->** 89.800,00

**Total Geral ----->** 89.800,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02  
**AV. DOM PEDRO II, 230**  
**C.E.P.:** 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 7/2021 - PR****Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 13/2021  
**Data do Processo:** 05/02/2021

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 19 de Fevereiro de 2021

**COMISSÃO:**

JUCILENE GOLDONI CALIARI	- ..... - Pregoeiro(a)
LAUDECIR FRANCO	- ..... - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
TATIANE ZANELLA	- ..... - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
SUZANA GIOMBELLI	- ..... - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
JULIE REGINATO	- ..... - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
FERNANDA PALUDO	- ..... - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO



**ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DO PL Nº 14, PP Nº 8-2021-EQUIPAMENTOS COZINHA NÚCLEOS**

Publicação Nº 2878280

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2021 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 14/2021 <b>Data do Processo:</b> 05/02/2021
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Aquisição de Equipamentos para cozinhas das Unidades Escolares da rede municipal de ensino, conforme especificações no Termo de referência anexo III do edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 8/2021 (Sequência: 2)**

Ao(s) 19 de Fevereiro de 2021, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2568, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 14/2021, Licitação nº 8/2021 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2021, às quatorze horas, a Pregoeira Jucilene Goldoni Calari e o servidor Laudecir Francio, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 2568/2021 de 06 de janeiro de 2021, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: ELIETE BEATRIZ HAUPENTHAL & CIA LTDA, RCM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA GASTRONOMIA LTDA, LUCIANO PILATTI-ME, BAGATOLI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO E ELETRÔNICO LTDA, e ULTRA LICITAÇÕES LTDA neste ato sem representante presente. Aberta a sessão pública pela Pregoeira, a mesma solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº TIAGO BERGAMASCHI procurador da empresa BAGATOLI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO E ELETRÔNICO LTDA, o Srº CLEOMAR ANDRE LOPES representante credenciado da empresa RCM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA GASTRONOMIA LTDA, o Srº LEANDRO ALBERTO KERBER procurador da empresa ELIETE BEATRIZ HAUPENTHAL & CIA LTDA e o Srº LUIZ CARLOS MARTINS procurador da empresa LUCIANO PILATTI-ME. As empresas acima transcritas se credenciam como microempresas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pela Pregoeira, sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira sua equipe de apoio e os representante legais das licitantes presentes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. A Comissão de licitação, procedeu a verificação no cadastro, sendo que as empresas participantes não apresentaram qualquer espécie de restrição. As consultas passam a integrar a documentação do certame, conforme o item 6.1.5 do edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pela Pregoeira, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

**Participante:** 10756 - BAGATOLI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO E EL

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Multiprocessador de alimentos em aço inox com 6 discos (03 para fatiar, sendo 01 fino, 01 grosso e 01 ondulado, 02 para desfiar sendo um fino e um grosso, 01 disco para ralador). Certificado pelo INMETRO. Motor ½ HP - Rpm 3680 - 60 Hz. Produção de 180 kg/h. especificação técnicas: pintura eletrostática, dimensão: bocal maior 150 mm e bocal menor 57 mm. Altura x comprimento x largura: 56 cm x 44 cm x 32 cm. Peso 33 kg. Voltagem 220V.	UN	1,00	FC2 MPAL-IN	0,0000	3.295,00	3.295,00

**Total do Participante ----->** 3.295,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

**CNPJ:** 82.814.575/0001-02  
**AV. DOM PEDRO II, 230**  
**C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 8/2021 - PR**

**Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 14/2021  
**Data do Processo:** 05/02/2021

Folha: 2/2

**Participante: 10757 - ELIETE BEATRIZ HAUPENTHAL & CIA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Forno Turbo Fvt5D industrial Twister a Gás 5 Esteiras. Porta do forno confeccionada em aço inoxidável, internamente vidro temperado de 5mm. Vedação da porta em borracha de silicone. Com alarme sonoro e visual, avisando o final do processo de cocção. Suporte para esteira de 58x68cm de fácil remoção. Acabamento externo da câmara e do cavalete em pintura pó eletrostática com base fosfatizada na cor preta. Câmara interna confeccionada em aço SAE 1020 e acabamento com tinta para alta temperatura. Com sensores que identificam a presença da chama no queimador. Isolamento térmico em lã de rocha. Lâmpada localizada na parte superior central da porta. Cavalete reforçado em estrutura tubular, com sistema de encaixe de fácil montagem. Pés frontais com regulagem de altura. Rodízios traseiros com trava. Potência elétrica: 450W. Disjuntor de proteção: 10ª bipolar curva B. Consumo de gás máximo: 1,935 kg/h. Potência calorífica: 22000 kcal/h. Pressão de gás: 2,8 kPa. Tensão: 127V - 1/4 cv monofásico. Consumo iluminação: 0,02 kWh. Consumo elétrico máximo: 0,45 kWh. Possui chave geral: Sim. Altura total: 151 cm. Largura: 94 cm. Profundidade: 125 cm. Profundidade com a porta aberta: 193 cm. Peso aproximado do produto: 117 Kg. Interruptor que desliga a turbina ao abrir a porta.	UN	3,00	VENÂNCIO FVT5D	0,0000	4.194,00	12.582,00
3	Balança industrial, máximo 100 Kg e mínimo 200g, elétrica e a bateria.	UN	1,00	DP 100 PAD	0,0000	1.275,00	1.275,00

**Total do Participante ----->** 13.857,00

**Total Geral ----->** 17.152,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 19 de Fevereiro de 2021

**COMISSÃO:**

JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - Pregoeiro(a)  
 LAUDECIRO FRANCIO - ..... - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO  
 TATIANE ZANELLA - ..... - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO  
 SUZANA GIOMBELLI - ..... - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO  
 JULIE REGINATO - ..... - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO  
 FERNANDA PALUDO - ..... - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO



**ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DO PL Nº 17, PP Nº 9-2021-HORAS MÁQUINAS**

Publicação Nº 2878335

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b></p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 9/2021 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 17/2021 Data do Processo: 09/02/2021</p>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Formação de registro de preços, para contratação de serviço de horas Máquinas, para prestação de serviços conforme a legislação municipal, lei ordinária 1.811/2017 e para manutenção da malha viária do Município de Ipumirim-SC, conforme Termo de Referência anexo III do edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 9/2021 (Sequência: 2)**

Ao(s) 23 de Fevereiro de 2021, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2568, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 17/2021, Licitação nº 9/2021 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2021, às nove horas, a Pregoeira Jucilene Goldoni Calari e o servidor Laudecir Francio, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 2568/2021 de 06 de janeiro de 2021, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÕES LTDA, CONSTRUTORA HARMONIA LTDA e PRIAMO NESPOLO FERREIRA TRANSPORTES E ESCAVAÇÕES LTDA. Aberta a sessão pública pela Pregoeira, a mesma solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº TIAGO SPRICIGO representante credenciado da empresa CONSTRUTORA HARMONIA LTDA, o Srº DARLAN LUIS PRIAMO representante credenciado da empresa PRIAMO NESPOLO FERREIRA TRANSPORTES E ESCAVAÇÕES LTDA e o Srº RICARDO DELAI sócio proprietário da empresa KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÕES LTDA. As empresas acima transcritas se credenciam como microempresas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pela Pregoeira, sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. A Comissão de Licitação, procedeu a verificação no cadastro, sendo que as empresas participantes não apresentaram qualquer espécie de restrição. As consultas passam a integrar a documentação do certame, conforme o item 6.1.5 do edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pela Pregoeira, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

**Participante: 7152 - CONSTRUTORA HARMONIA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviço de horas de escavadeira hidráulica, peso operacional mínimo de 14 toneladas, ano não inferior a 2014.	H	500,00		0,0000	178,00	89.000,00
4	Serviço de horas/máquinas escavadeira hidráulica, peso operacional mínimo de 14 toneladas, com rompedor hidráulico, peso operacional mínimo de 1.050 kg, ano não inferior a 2014.	H	300,00		0,0000	380,00	114.000,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>203.000,00</b>

**Participante: 10761 - PRIAMO NESPOLO E FERREIRA TRANSPORTES E ESCAVAÇÕES**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Serviço de horas/ máquinas com trator de esteira, com escarificador traseiro, com lâmina de inclinação e angulação hidráulica, ano não inferior a 2008, peso mínimo de 15 toneladas.	H	300,00		0,0000	250,00	75.000,00
3	Serviço de horas/ máquinas de retroescavadeira/pá carregadeira traçada 4x4, ano de fabricação acima de 2014 e peso operacional de 6.800Kg.	H	500,00		0,0000	150,00	75.000,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>150.000,00</b>
<b>Total Geral -----&gt;</b>							<b>353.000,00</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02  
**AV. DOM PEDRO II, 230**  
**C.E.P.:** 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 9/2021 - PR****Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 17/2021  
**Data do Processo:** 09/02/2021

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 23 de Fevereiro de 2021

**COMISSÃO:**

JUCILENE GOLDONI CALIARI	- ..... - Pregoeiro(a)
LAUDECIR FRANCO	- ..... - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
TATIANE ZANELLA	- ..... - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
SUZANA GIOMBELLI	- ..... - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
JULIE REGINATO	- ..... - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
FERNANDA PALUDO	- ..... - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO



**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO REFERENTE O PL Nº 14, PP Nº 8-2021-EQUIPAMENTOS COZINHA NÚCLEOS**

Publicação Nº 2878296

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02      Fone: 4934383422      Fax: 4934383429 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 148/2021</b>
	Processo Administrativo: Processo Nr.: 14/2021 Data do Processo: 05/02/2021 Data da Homologação: 23/02/2021 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 23/02/2021
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2021 - PR</b>

Empenho Ordinário nr.: ..... Subempenho nr.: ..... Dcto Fiscal nr.: ..... Folha: 1/1

Fornecedor: <b>BAGATOLI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO E EL</b> Código: 10756 Endereço: RUA DR. BLUMENAU, Nº 6.600 Cidade: Indaial - SC - CEP: 89086-520 CNPJ: 00.897.750/0001-08      Inscrição Estadual: 253.216.362	Telefone: 4733282839 Banco: 1 - BANCO DO BRASIL S.A Agência: 95-7 - BANCO DO BRASIL Conta Corrente: 117619-6
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	-
Unidade:	-
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	COVID-19 - LC 173/2020 Recursos Saúde e Assistênc (141); COVID-19 - LC 173/2020 Recursos Saúde e Assistênc (141); ASSIS
Dotações Utilizadas:	2.097.3.3.90.00.00.00.00.00 (141); 2.097.3.3.90.00.00.00.00.00 (144); 2.097.3.3.90.00.00.00.00.00 (156); 2.097.3.3.90.00.00.00.00.00 (93)
Compl. Elemento:	
Condições de Pagto:	30
Prazo Entrega/Exec.:	1
Local de Entrega:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM - AVENIDA D. PEDRO II, 230 - CENTRO - PRÉDIO DA PREFEITURA
Objeto da Compra:	Aquisição de Equipamentos para cozinhas das Unidades Escolares da rede municipal de ensino, conforme especificações no Termo de referência anexo III do edital.
Observações:	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	1,000	UN	Multiprocessador de alimentos em aço inox com 6 discos (03 para fatiar, sendo 01 fino, 01 grosso e 01 ondulado, 02 para desfiar sendo um fino e um grosso, 01 disco para ralar). Certificado pelo INMETRO. Motor ½ HP - Rpm 3680 - 60 Hz. Produção de 180 kg/h. especificação técnicas: pintura eletrostática, dimensão: bocal maior 150 mm e bocal menor 57 mm. Altura x comprimento x largura: 56 cm x 44 cm x 32 cm. Peso 33 kg. Voltagem 220V.	FC2 MPAL-IN	3.295,00	3.295,00

(Valores expressos em Reais R\$)		<b>Total Geral:</b>	3.295,00
		<b>Desconto:</b>	0,00
		<b>Total Liquido:</b>	3.295,00

Ipumirim, 23 de Fevereiro de 2021

-----  
 JUCILENE CALIARI- Responsável setor de compras



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02      Fone: 4934383422      Fax: 4934383429 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> Nr.: 149/2021
	Processo Administrativo: Processo Nr.: 14/2021 Data do Processo: 05/02/2021 Data da Homologação: 23/02/2021 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 23/02/2021
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> Nr.: 8/2021 - PR
	Empenho Ordinário nr.: ..... Subempenho nr.: ..... Dcto Fiscal nr.: .....

Folha: 1/2

Fornecedor: <b>ELIETE BEATRIZ HAUPENTHAL &amp; CIA LTDA</b> Endereço: RUA DONA ANTONINHA Nº 793 Cidade: São José do Inhacorá - RS - CEP: 98958-000 CNPJ: 07.319.261/0001-18      Inscrição Estadual: 4070003745	Código: 10757 Telefone: 55984491554 Banco: 748 - BANCO COOPERATVA Agência: 306-7 - SICCOB Conta Corrente: 70609-4
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: - Unidade: - Centro de Custo: Fonte de Recurso: COVID-19 - LC 173/2020 Recursos Saúde e Assistênc (141); COVID-19 - LC 173/2020 Recursos Saúde e Assistênc (141); ASSIS Dotações Utilizadas: 2.097.3.3.90.00.00.00.00.00 (141); 2.097.3.3.90.00.00.00.00.00 (144); 2.097.3.3.90.00.00.00.00.00 (156); 2.097.3.3.90.00.00.00.00.00 (93)  Compl. Elemento: Condições de Pagto: 30 Prazo Entrega/Exec.: 1 Local de Entrega: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM - AVENIDA D. PEDRO II, 230 - CENTRO - PRÉDIO DA PREFEITURA Objeto da Compra: Aquisição de Equipamentos para cozinhas das Unidades Escolares da rede municipal de ensino, conforme especificações no Termo de referência anexo III do edital.
--

Observações:

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	3,000	UN	Forno Turbo Fvt5D industrial Twister a Gás 5 Esteiras. Porta do forno confeccionada em aço inoxidável, internamente vidro temperado de 5mm. Vedação da porta em borracha de silicone. Com alarme sonoro e visual, avisando o final do processo de cocção. Suporte para esteira de 58x68cm de fácil remoção. Acabamento externo da câmara e do cavalete em pintura pó eletrostática com base fosfatizada na cor preta. Câmara interna confeccionada em aço SAE 1020 e acabamento com tinta para alta temperatura. Com sensores que identificam a presença da chama no queimador. Isolamento térmico em lã de rocha. Lâmpada localizada na parte superior central da porta. Cavalete reforçado em estrutura tubular, com sistema de encaixe de fácil montagem. Pés frontais com regulagem de altura. Rodízios traseiros com trava. Potência elétrica: 450W. Disjuntor de proteção: 10ª bipolar curva B. Consumo de gás máximo: 1,935 kg/h. Potência calorífica: 22000 kcal/h. Pressão de gás: 2,8 kPa. Tensão: 127V - 1/4 cv monofásico. Consumo iluminação: 0,02 kWh. Consumo elétrico máximo: 0,45 kWh. Possui chave geral: Sim. Altura total: 151 cm. Largura: 94 cm. Profundidade: 125 cm. Profundidade com a porta aberta: 193 cm. Peso aproximado do produto: 117 Kg. Interruptor que desliga a turbina ao abrir a porta.	VENÂNCIO FV	4.194,00	12.582,00

Ipumirim, 23 de Fevereiro de 2021

 -----  
 JUCILENE CALIARI- Responsável setor de compras



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02 Fone: 4934383422 Fax: 4934383429  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 149/2021**

Processo Administrativo:  
 Processo Nr.: 14/2021  
 Data do Processo: 05/02/2021  
 Data da Homologação: 23/02/2021  
 Sequência da Adjudicação: 1  
 Data da Adjudicação: 23/02/2021

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 8/2021 - PR**

Empenho Ordinário nr.: ..... Subempenho nr.: ..... Dcto Fiscal nr.: .....

Folha: 2/2

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	1,000	UN	Balança industrial, máximo 100 Kg e mínimo 200g, elétrica e a bateria.	DP 100 PAD	1.275,00	1.275,00

				<b>Total Geral:</b>	13.857,00
				<b>Desconto:</b>	0,00
				<b>Total Líquido:</b>	13.857,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Ipumirim, 23 de Fevereiro de 2021

-----  
 JUCILENE CALIARI- Responsável setor de compras



Página: 1/1

Data: 23/02/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Histórico do Pregão (Lances/Item)

Processo/Ano: 13/2021		Data de Abertura: 19/02/2021	
Pregoeiro: JUCILENE GOLDONI CALIARI			
ITEM: 1 - Veículo novo, ano modelo 2021 ou 2022, do tipo pick-up, cabi			
Código	Classificados		
6897	CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS LTDA	CNPJ: 85.102.549/0001-40	
9846	DE MARCO LTDA	CNPJ: 84.584.556/0007-58	
Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	DE MARCO LTDA	91.000,0000	19/02/2021 09:10:10
1	CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS LTDA	90.990,0000	19/02/2021 09:10:09
2	DE MARCO LTDA	89.900,0000	19/02/2021 09:10:37
2	CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS LTDA	89.800,0000	19/02/2021 09:10:41
3	DE MARCO LTDA	Desistiu 89.900,0000	19/02/2021 09:10:50
Foi declarado vencedor do item 1 deste Pregão o fornecedor CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS LTDA pelo valor de R\$ 89.800,0000 (oitenta e nove mil e oitocentos reais).			

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: JUCILENE GOLDONI CALIARI

- .....

CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS LTDA

- .....

DE MARCO LTDA

- .....



**RELATÓRIO DE LANCES DO PL Nº 17, PP Nº 9-HORAS MÁQUINAS**

Publicação Nº 2878340

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

Página: 1/2  
 Data: 23/02/2021

**Histórico do Pregão (Lances/Item)**

Processo/Ano: 17/2021

Data de Abertura: 23/02/2021

Pregoeiro: JUCILENE GOLDONI CALIARI

**ITEM: 1 - Serviço de horas de escavadeira hidráulica, peso operacional**

Código	Classificados	
7152	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	CNPJ: 02.537.950/0001-85
10454	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	CNPJ: 85.350.601/0001-87
10761	PRIAMO NESPOLO E FERREIRA TRANSPORTES E ESCAVAÇÕES	CNPJ: 25.165.539/0001-21

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	PRIAMO NESPOLO E FERREIRA TRANSPORTES E	250,0000	23/02/2021 09:12:51
1	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	250,0000	23/02/2021 09:12:51
1	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	220,0000	23/02/2021 09:12:51
2	PRIAMO NESPOLO E FERREIRA TRANSPORTES E	Desistiu	250,0000 23/02/2021 09:13:25
2	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	219,5000	23/02/2021 09:13:40
2	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	218,0000	23/02/2021 09:13:47
3	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	217,5000	23/02/2021 09:13:52
3	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	215,0000	23/02/2021 09:13:58
4	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	214,5000	23/02/2021 09:14:04
4	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	212,0000	23/02/2021 09:14:10
5	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	211,5000	23/02/2021 09:14:16
5	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	210,0000	23/02/2021 09:14:22
6	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	209,5000	23/02/2021 09:14:28
6	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	207,0000	23/02/2021 09:14:34
7	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	206,5000	23/02/2021 09:14:39
7	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	205,0000	23/02/2021 09:14:46
8	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	204,5000	23/02/2021 09:14:51
8	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	200,0000	23/02/2021 09:14:57
9	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	199,5000	23/02/2021 09:15:03
9	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	195,0000	23/02/2021 09:15:09
10	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	194,5000	23/02/2021 09:15:15
10	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	190,0000	23/02/2021 09:15:21
11	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	189,5000	23/02/2021 09:15:26
11	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	187,0000	23/02/2021 09:15:31
12	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	186,5000	23/02/2021 09:15:37
12	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	185,0000	23/02/2021 09:15:42
13	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	184,5000	23/02/2021 09:15:48
13	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	182,0000	23/02/2021 09:15:53
14	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	181,5000	23/02/2021 09:15:58
14	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	180,0000	23/02/2021 09:16:03
15	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	179,5000	23/02/2021 09:16:09
15	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	178,0000	23/02/2021 09:16:16
16	KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA	Desistiu	179,5000 23/02/2021 09:16:21

Foi declarado vencedor do item 1 deste Pregão o fornecedor CONSTRUTORA HARMONIA LTDA (cento e setenta e oito reais).

pelo valor de R\$ 178,0000

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:**

Pregoeiro: JUCILENE GOLDONI CALIARI

-

CONSTRUTORA HARMONIA LTDA

-

KAGIRI TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÃO LTDA

-

PRIAMO NESPOLO E FERREIRA TRANSPORTES E ESCAVAÇÕES

-



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**Página: 2/2  
Data: 23/02/2021**Histórico do Pregão (Lances/Item)**

Processo/Ano: 17/2021	Data de Abertura: 23/02/2021
Pregoeiro: JUCILENE GOLDONI CALIARI	

**ITEM: 2 - Serviço de horas/ máquinas com trator de esteira, com escarr**

Código	Classificados		
10761	PRIAMO NESPOLO E FERREIRA TRANSPORTES E ESCAVAÇÕES	CNPJ: 25.165.539/0001-21	
Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	PRIAMO NESPOLO E FERREIRA TRANSPORTES E	250,0000	23/02/2021 09:16:31

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:**

Pregoeiro: JUCILENE GOLDONI CALIARI - .....

PRIAMO NESPOLO E FERREIRA TRANSPORTES E ESCAVAÇÕES - .....

**ITEM: 3 - Serviço de horas/ máquinas de retroescavadeira/pá carregadei**

Código	Classificados		
10761	PRIAMO NESPOLO E FERREIRA TRANSPORTES E ESCAVAÇÕES	CNPJ: 25.165.539/0001-21	
Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	PRIAMO NESPOLO E FERREIRA TRANSPORTES E	150,0000	23/02/2021 09:16:56

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:**

Pregoeiro: JUCILENE GOLDONI CALIARI - .....

PRIAMO NESPOLO E FERREIRA TRANSPORTES E ESCAVAÇÕES - .....

**ITEM: 4 - Serviço de horas/máquinas escavadeira hidráulica, peso opera**

Código	Classificados		
7152	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	CNPJ: 02.537.950/0001-85	
Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	CONSTRUTORA HARMONIA LTDA	380,0000	23/02/2021 09:17:06

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:**

Pregoeiro: JUCILENE GOLDONI CALIARI - .....

CONSTRUTORA HARMONIA LTDA - .....



**RELATÓRIO DE LANCES REFERENTE O PL Nº 14, PP Nº 8-2021-EQUIPAMENTOS COZINHA NÚCLEOS**

Publicação Nº 2878294

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2021 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 14/2021 Data do Processo: 05/02/2021
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, HILARIO REFFATTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 14/2021  
b ) Licitação Nr.: 8/2021-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 23/02/2021  
e ) Objeto da Licitação: Aquisição de Equipamentos para cozinhas das Unidades Escolares da rede municipal de ensino, conforme especificações no Termo de referência anexo III do edital.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**BAGATOLI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO E EL (10756)**

2 Multiprocessador de alimentos em aço inox com 6 discos (03 para fatiar, sendo 01 fino, 01 grosso e 01 ondulado, 02 para desfiar sendo um fino e um grosso, 01 disco para ralar). Certificado pelo INMETRO. Motor ½ HP - Rpm 3680 - 60 Hz. Produção de 180 kg/h. especificação técnicas: pintura eletrostática, dimensão: bocal maior 150 mm e bocal menor 57 mm. Altura x comprimento x largura: 56 cm x 44 cm x 32 cm. Peso 33 kg. Voltagem 220V. - Marca: FC2 MPAL-IN	UN	1,00	0,0000	3.295,00	3.295,00
---	----	------	--------	----------	----------

**Total do Fornecedor: 3.295,00**

Ipumirim, 23 de Fevereiro de 2021.

-----  
HILARIO REFFATTI  
PREFEITO MUNICIPAL

-----  
Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 8/2021 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 14/2021  
 Data do Processo: 05/02/2021

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**ELIETE BEATRIZ HAUPENTHAL & CIA LTDA (10757)**

1 Forno Turbo Fvt5D industrial Twister a Gás 5 Esteiras. Porta do forno confeccionada em aço inoxidável, internamente vidro temperado de 5mm. Vedação da porta em borracha de silicone. Com alarme sonoro e visual, avisando o final do processo de cocção. Suporte para esteira de 58x68cm de fácil remoção. Acabamento externo da câmara e do cavalete em pintura pó eletrostática com base fosfatizada na cor preta. Câmara interna confeccionada em aço SAE 1020 e acabamento com tinta para alta temperatura. Com sensores que identificam a presença da chama no queimador. Isolamento térmico em lã de rocha. Lâmpada localizada na parte superior central da porta. Cavalete reforçado em estrutura tubular, com sistema de encaixe de fácil montagem. Pés frontais com regulagem de altura. Rodízios traseiros com trava. Potência elétrica: 450W. Disjuntor de proteção: 10ª bipolar curva B. Consumo de gás máximo: 1,935 kg/h. Potência calorífica: 22000 kcal/h. Pressão de gás: 2,8 kPa. Tensão: 127V - 1/4 cv monofásico. Consumo iluminação: 0,02 kWh. Consumo elétrico máximo: 0,45 kWh. Possui chave geral: Sim. Altura total: 151 cm. Largura: 94 cm. Profundidade: 125 cm. Profundidade com a porta aberta: 193 cm. Peso aproximado do produto: 117 Kg. Interruptor que desliga a turbina ao abrir a porta. - Marca: VENÂNCIO FVT5D	UN	3,00	0,0000	4.194,00	12.582,00
3 Balança industrial, máximo 100 Kg e mínimo 200g, elétrica e a bateria. - Marca: DP 100 PAD	UN	1,00	0,0000	1.275,00	1.275,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>13.857,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>17.152,00</b>

Ipumirim, 23 de Fevereiro de 2021.

-----  
 HILARIO REFFATTI  
 PREFEITO MUNICIPAL

-----  
 Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 13, PP Nº 7-2021-VEÍCULO NOVO-SECRETARIA URBANISMO**

Publicação Nº 2878223

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2021 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 13/2021 Data do Processo: 05/02/2021
Folha: 1/2	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, HILARIO REFFATTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 13/2021  
b ) Licitação Nr.: 7/2021-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 23/02/2021  
e ) Objeto da Licitação Aquisição de um veículo novo utilitário do tipo pick-up, cabine dupla, com capacidade para 5 (cinco) passageiros e caçamba com capacidade para 550 kg, para atender às necessidades da Secretaria de Urbanismo, conforme especificações no Termo de referência anexo III do edital.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

Ipumirim, 23 de Fevereiro de 2021.

-----  
HILARIO REFFATTI  
PREFEITO MUNICIPAL

-----  
Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
AV. DOM PEDRO II, 230  
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 7/2021 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 13/2021  
Data do Processo: 05/02/2021

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS LTDA (6897)**

1 Veículo novo, ano modelo 2021 ou 2022, do tipo pick-up, cabine dupla, com capacidade para 5 (cinco) passageiros, pintura na cor branca, com as seguintes características mínimas e itens: - Motor bicombustível, de aspiração natural, cilindrada mínima de 1.8 litros, com potência líquida máxima não inferior a 135 cv com ambos os tipos de combustível e torque líquido máximo não inferior a 18,5 kgfm com qualquer combustível. - Dimensões: Comprimento mínimo de 4700mm, distância entre eixos de no mínimo 2.800mm e largura mínima (sem retrovisores) de 1800mm; - FREIOS ABS. - Direção Hidráulica ou elétrica. - Câmbio manual. - Capacidade de carga de no mínimo 550 Kg. - Rodas de no mínimo de 16 polegadas. - Sistema de Som com Rádio com CD-MP3. - Air bags frontais - Ar condicionado. - Cintos de segurança de três pontos na frente com pré-tensionador e ajuste de altura e laterais traseiros retráteis; - Travas elétricas nas 4 portas; - Vidros dianteiros e traseiros elétricos; Proteção de motor; - Demais itens obrigatórios exigidos pelos Código de Trânsito Brasileiro; - Garantia de 36 meses e assistência técnica 24 horas por 12 meses. - Marca: FIAT	UN	1,00	0,0000	89.800,00	89.800,00
--	----	------	--------	-----------	-----------

**Total do Fornecedor: 89.800,00****Total Geral: 89.800,00**

Ipumirim, 23 de Fevereiro de 2021.

-----  
HILARIO REFFATTI  
PREFEITO MUNICIPAL

-----  
Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 14, PP Nº 8-2021-EQUIPAMENTOS COZINHA NÚCLEOS**

Publicação Nº 2878291

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2021 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 14/2021 Data do Processo: 05/02/2021
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, HILARIO REFFATTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 14/2021  
b ) Licitação Nr.: 8/2021-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 23/02/2021  
e ) Objeto da Licitação: Aquisição de Equipamentos para cozinhas das Unidades Escolares da rede municipal de ensino, conforme especificações no Termo de referência anexo III do edital.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**BAGATOLI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO E EL (10756)**

2 Multiprocessador de alimentos em aço inox com 6 discos (03 para fatiar, sendo 01 fino, 01 grosso e 01 ondulado, 02 para desfiar sendo um fino e um grosso, 01 disco para ralar). Certificado pelo INMETRO. Motor ½ HP - Rpm 3680 - 60 Hz. Produção de 180 kg/h. especificação técnicas: pintura eletrostática, dimensão: bocal maior 150 mm e bocal menor 57 mm. Altura x comprimento x largura: 56 cm x 44 cm x 32 cm. Peso 33 kg. Voltagem 220V. - Marca: FC2 MPAL-IN	UN	1,00	0,0000	3.295,00	3.295,00
---	----	------	--------	----------	----------

**Total do Fornecedor: 3.295,00**

Ipumirim, 23 de Fevereiro de 2021.

-----  
HILARIO REFFATTI  
PREFEITO MUNICIPAL

-----  
Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 8/2021 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 14/2021  
 Data do Processo: 05/02/2021

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**ELIETE BEATRIZ HAUPENTHAL & CIA LTDA (10757)**

1 Forno Turbo Fvt5D industrial Twister a Gás 5 Esteiras. Porta do forno confeccionada em aço inoxidável, internamente vidro temperado de 5mm. Vedação da porta em borracha de silicone. Com alarme sonoro e visual, avisando o final do processo de cocção. Suporte para esteira de 58x68cm de fácil remoção. Acabamento externo da câmara e do cavalete em pintura pó eletrostática com base fosfatizada na cor preta. Câmara interna confeccionada em aço SAE 1020 e acabamento com tinta para alta temperatura. Com sensores que identificam a presença da chama no queimador. Isolamento térmico em lã de rocha. Lâmpada localizada na parte superior central da porta. Cavalete reforçado em estrutura tubular, com sistema de encaixe de fácil montagem. Pés frontais com regulagem de altura. Rodízios traseiros com trava. Potência elétrica: 450W. Disjuntor de proteção: 10ª bipolar curva B. Consumo de gás máximo: 1,935 kg/h. Potência calorífica: 22000 kcal/h. Pressão de gás: 2,8 kPa. Tensão: 127V - 1/4 cv monofásico. Consumo iluminação: 0,02 kWh. Consumo elétrico máximo: 0,45 kWh. Possui chave geral: Sim. Altura total: 151 cm. Largura: 94 cm. Profundidade: 125 cm. Profundidade com a porta aberta: 193 cm. Peso aproximado do produto: 117 Kg. Interruptor que desliga a turbina ao abrir a porta. - Marca: VENÂNCIO FVT5D	UN	3,00	0,0000	4.194,00	12.582,00
3 Balança industrial, máximo 100 Kg e mínimo 200g, elétrica e a bateria. - Marca: DP 100 PAD	UN	1,00	0,0000	1.275,00	1.275,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>13.857,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>17.152,00</b>

Ipumirim, 23 de Fevereiro de 2021.

-----  
 HILARIO REFFATTI  
 PREFEITO MUNICIPAL

-----  
 Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 17, PP Nº 9-2021-HORAS MÁQUINAS**

Publicação Nº 2878336

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 9/2021 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 17/2021 Data do Processo: 09/02/2021
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, HILARIO REFFATTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 17/2021  
b ) Licitação Nr.: 9/2021-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 23/02/2021  
e ) Objeto da Licitação: Formação de registro de preços, para contratação de serviço de horas Máquinas, para prestação de serviços conforme a legislação municipal, lei ordinária 1.811/2017 e para manutenção da malha viária do Município de Ipumirim-SC, conforme Termo de Referência anexo III do edital.

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

**CONSTRUTORA HARMONIA LTDA (7152)**

1 Serviço de horas de escavadeira hidráulica, peso operacional mínimo de 14 toneladas, ano não inferior a 2014.	H	500,00	0,0000	178,00	89.000,00
4 Serviço de horas/máquinas escavadeira hidráulica, peso operacional mínimo de 14 toneladas, com rompedor hidráulico, peso operacional mínimo de 1.050 kg, ano não inferior a 2014.	H	300,00	0,0000	380,00	114.000,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>203.000,00</b>

**PRIAMO NESPOLO E FERREIRA TRANSPORTES E ESCAVAÇÕES (10761)**

2 Serviço de horas/ máquinas com trator de esteira, com escarrificador traseiro, com lâmina de inclinação e angulação hidráulica, ano não inferior a 2008, peso mínimo de 15 toneladas.	H	300,00	0,0000	250,00	75.000,00
---	---	--------	--------	--------	-----------

Ipumirim, 23 de Fevereiro de 2021.

-----  
HILARIO REFFATTI  
PREFEITO MUNICIPAL

-----  
Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**CNPJ: 82.814.575/0001-02  
AV. DOM PEDRO II, 230  
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 9/2021 - PR**Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 17/2021  
Data do Processo: 09/02/2021

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****PRIAMO NESPOLO E FERREIRA TRANSPORTES E ESCAVAÇÕES (10761)**

3 Serviço de horas/ máquinas de retroescavadeira/pá carregadeira traçada 4x4, ano de fabricação acima de 2014 e peso operacional de 6.800Kg.	H	500,00	0,0000	150,00	75.000,00
--	---	--------	--------	--------	-----------

**Total do Fornecedor: 150.000,00****Total Geral: 353.000,00**

Ipumirim, 23 de Fevereiro de 2021.

-----  
HILARIO REFFATTI  
PREFEITO MUNICIPAL-----  
Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim



# Iraceminha

## PREFEITURA

### PORTARIA 076 2021

Publicação Nº 2877700

PORTARIA Nº 076/2021, 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Iraceminha.

#### RESOLVE

Art. 2º - CONTRATAR em Caráter Temporário (ACT) conforme Classificação do Teste Seletivo 002/2020, Sra. ELENIR LISIANE SALVATTI DA ROSA, para atuar como PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária semanal de 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. A PARTIR DESTA DATA.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 22 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### PORTARIA 078 2021

Publicação Nº 2877844

PORTARIA Nº 078/2021, 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Iraceminha.

#### RESOLVE

Art. 2º - CONTRATAR em Caráter Temporário (ACT) conforme Classificação do Teste Seletivo 002/2020, Sra. CATIANA MARTA PESSETTO, para atuar como PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CREF nº026357-G/SC, com carga horária semanal de 10 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. A PARTIR DESTA DATA.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 22 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### PORTARIA 086 2021

Publicação Nº 2878122

PORTARIA Nº 086/2021, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Iraceminha.

#### RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, Sra. SIDIANE APARECIDA PUNTEL PICININI, funcionária efetiva no cargo AUXILIAR DE DENTISTA, com lotação na Secretaria Municipal da Saúde e com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 17/02/2021 a 16/06/2021. Conforme atestado médico.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.



Iraceminha/SC, 23 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.



**TERMO HOMOLOGAÇÃO PP 12/2021**

Publicação Nº 2877849

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA</b>  CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2021 - PR</b>  Processo Administrativo: 22/2021 Processo de Licitação: 22/2021 Data do Processo: 10/02/2021
	Folha: 1/8

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, JEAN CARLOS NYLAND, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 22/2021  
b) Licitação Nr.: 12/2021-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 23/02/2021  
e) Objeto da Licitação: Constitui o objeto do presente processo licitatório na modalidade Pregão Presencial Sistema de REGISTRO DE PREÇOS destinado à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE para todas as Secretarias Municipais, pelo período de 12 meses.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

**JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME (3674)**

7	CADERNO DE DESENHO GRANDE, ESPIRAL, CAPA DURA, 96 FOLHAS - Marca: Panamericana	UN	300,00	0,0000	7,90	2.370,00
9	CADERNO GRANDE CAPA DURA 10 MATÉRIAS - Marca: Credeal	UN	60,00	0,0000	12,25	735,00
10	CAIXA CORRESPONDÊNCIA TRIPLA ARTICULÁVEL CRISTAL/FUMÊ - CAIXA ARTICULÁVEL INJETADA EM POLIESTIRENO COM TRÊS BANDEJAS NO TAMANHO OFÍCIO. PROPORCIONA ARQUIVAMENTO RÁPIDO DE FORMA VERTICAL. MEDIDAS 355 X 253 X 120MM. - Marca: Valeu	UN	30,00	0,0000	40,00	1.200,00
12	CANETA ESFEROGRÁFICA - ESCRITA MÉDIA E UNIFORME: CORPO EM RESINA TERMOPLÁSTICA TRANSPARENTE COM RESPIROA 9 CM DA EXTREMIDADE DA CANETA; FORMATO SEXTÁVADA, QUE POSSIBILITE A RETIRADA DA CARGA PELA EXTREMIDADE INFERIOR, ENCAIXE PERFEITO E FIRME DA TAMPAS ANTISFUXIANTE NAS DUAS EXTREMIDADES; PARTE VISÍVEL DA TINTA NO TUBO DE CARGA MEDINDO NO MÍNIMO 9 CM; PONTA EM LATÃO 0,8 MM E ESFERA DE TUNGSTÊNIO; INDÚSTRIA BRASILEIRA, SELO DO INMETRO, CAIXAS COM 50 UNIDADES - COR PRETA - Marca: Bic	CX	60,00	0,0000	42,20	2.532,00

Iraceminha, 23 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA</b>  <b>CNPJ: 80.623.606/0001-12</b> <b>RUA DONA PAULINA, 780</b> <b>C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2021 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 22/2021</b> <b>Processo de Licitação: 22/2021</b> <b>Data do Processo: 10/02/2021</b>
	Folha: 2/8

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME (3674)

13	CANETA ESFEROGRÁFICA - ESCRITA MÉDIA E UNIFORME: CORPO EM RESINA TERMOPLÁSTICA TRANSPARENTE COM RESPIROA 9 CM DA EXTREMIDADE DA CANETA; FORMATO SEXTAVADA, QUE POSSIBILITE A RETIRADA DA CARGA PELA EXTREMIDADE INFERIOR, ENCAIXE PERFEITO E FIRME DA TAMPA ANTIFRAXANTE NAS DUAS EXTREMIDADES; PARTE VISÍVEL DA TINTA NO TUBO DE CARGA MEDINDO NO MÍNIMO 9 CM; PONTA EM LATÃO 0.8 MM E ESFERA DE TUNGSTÊNIO; INDÚSTRIA BRASILEIRA, SELO DO INMETRO, CAIXAS COM 50 UNIDADES - COR AZUL - Marca: Bic	CX	100,00	0.0000	42.20	4.220,00
14	CANETA ESFEROGRÁFICA - ESCRITA MÉDIA E UNIFORME: CORPO EM RESINA TERMOPLÁSTICA TRANSPARENTE COM RESPIROA 9 CM DA EXTREMIDADE DA CANETA; FORMATO SEXTAVADA, QUE POSSIBILITE A RETIRADA DA CARGA PELA EXTREMIDADE INFERIOR, ENCAIXE PERFEITO E FIRME DA TAMPA ANTIFRAXANTE NAS DUAS EXTREMIDADES; PARTE VISÍVEL DA TINTA NO TUBO DE CARGA MEDINDO NO MÍNIMO 9 CM; PONTA EM LATÃO 0.8 MM E ESFERA DE TUNGSTÊNIO; INDÚSTRIA BRASILEIRA, SELO DO INMETRO, CAIXAS COM 50 UNIDADES - COR VERMELHA - Marca: Bic	CX	30,00	0.0000	42.20	1.266,00
21	CARTUCHO COM LÍQUIDO (REFIL), NAS CORES AZUL, PRETO OU VERMELHO PARA REPOSIÇÃO DE PINCEL DE QUADRO BRANCO, CAPACIDADE MÍNIMA 5,50ML, COMPOSIÇÃO DE RESINAS TERMOPLÁSTICA, TINTA A BASES DE ÁLCOOL, PIGMENTOS, SOLVENTES E ADITIVOS. COMPATÍVEL COM O MARCADOR PARA QUADRO BRANCO PILOT. CAIXA COM 12 UNIDADES. CORES A DEFINIR NA AUTORIZAÇÃO - Marca: Pilot	CX	30,00	0.0000	41.00	1.230,00
28	COLA PARA ISOPOR e E.V.A. Embalagem 90 gramas, com bicoaplicador econômico, solúvel em álcool e secagem rápida. - Marca: Frama	UN	50,00	0.0000	3.59	179,50
29	CORRETIVO A SECO, EM FITA 4.2MM X 10M, FORMATO ERGONÔMICO, TAMPA PROTETORA, 10M DE COMPRIMENTO. - Marca: Gramp Line	UN	150,00	0.0000	4.34	651,00
36	Fita Adesiva - 12 mm X 40 mm - Marca: Adelbras	UN	150,00	0.0000	0.99	148,50
38	FITA CREPE EM PAPEL, POLIURETANO E RESINA ADESIVA 18MMx50M - Marca: Adelbras	UN	150,00	0.0000	3.10	465,00
46	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 MM, METÁLICOS, COBREDO OU GALVANIZADO, COM PROTEÇÃO ANTI-FERRUGEM CONFIRMADA NA EMBALAGEM, CAIXA 5000 UNIDADES. - Marca: Gramp Line	UN	200,00	0.0000	5.80	1.160,00

Iraceminha, 23 de Fevereiro de 2021.

-----  
 JEAN CARLOS NYLAND  
 PREFEITO MUNICIPAL



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA</b>  <b>CNPJ: 80.623.606/0001-12</b> <b>RUA DONA PAULINA, 780</b> <b>C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2021 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 22/2021</b> <b>Processo de Licitação: 22/2021</b> <b>Data do Processo: 10/02/2021</b>
	Folha: 3/8

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME (3674)

51	MARCADOR ESPECIAL PARA QUADRO BRANCO, PONTA MACIA PARA NÃO DANIFICAR O QUADRO, PONTA DE POLIÉSTER 6,0 MM, ESPESSURA DE ESCRITA 2,3 MM, TINTA ESPECIAL QUE APAGA FACILMENTE E NÃO MANCHA O QUADRO, REFIL E PONTA SUBSTITUÍVEL, COR AZUL, VERMELHO OU RETO (QUALIDADE SIMILAR À MARCA PILOT OU SUPERIOR). CAIXA COM 12 UNIDADES. CORES A DEFINIR NA AUTORIZAÇÃO. - Marca: Pilot	CX	60,00	0.0000	80,45	4.827,00
52	MASSA PARA MODELAR - CAIXA COM 12 CORES COM PESO MÍNIMO DE 180 GRAMAS, INDICADA PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 03 ANOS DE IDADE, VALIDADE DE 24 MESES, COM SELO DO INMETRO, CONTENDO NÚMERO DO LOTE E VALIDADE NA EMBALAGEM. - Marca: Acrilex	CX	400,00	0.0000	3,54	1.416,00
73	PAPEL VERGE AMARELO, 180G/M², COM 50 FOLHAS. - Marca: Off Paper	UN	50,00	0.0000	15,32	766,00
74	PAPEL VERGE BRANCO, 180G/M², COM 50 FOLHAS. - Marca: Off Paper	UN	50,00	0.0000	15,32	766,00
75	PAPEL VERGE VERDE, 180G/M², COM 50 FOLHAS. - Marca: Off Paper	UN	50,00	0.0000	15,32	766,00
81	PASTA PP CANALETA A4 CRISTAL 230X310X7MM COM 10 UNIDADES - Marca: Dello	UN	50,00	0.0000	19,00	950,00
82	PASTA ROTOCLIP CANALETA COR CRISTAL COM 10 UNIDADES - Marca: Dello	UN	50,00	0.0000	19,30	965,00
86	PENDRIVE 32GB - Marca: Multilaser	UN	30,00	0.0000	36,00	1.080,00
96	PORTA LAPIS, CLIPS, CANETAS - POLIESTIRENO - CRISTAL OU FUMÊ - Marca: Waleu	UN	30,00	0.0000	6,80	204,00
97	PRANCHETA DURATEX/MDF, OFÍCIO A4, COM PRENDEDOR METÁLICO, TAMANHO: 340X230 MM. - Marca: Stalo	UN	40,00	0.0000	3,33	133,20
101	RÉGUA DE 30 CM, EM POLIESTIRENO CRISTAL, SUPER RESISTENTE (ESPESSURA DE 3,4MM). - Marca: Dello	UN	200,00	0.0000	0,83	166,00
105	TINTA PARA CARIMBO AUTOTINTADO, COM 25 ML. - Marca: Radex	UN	50,00	0.0000	4,20	210,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>28.406,20</b>

#### PEGASUS ATACADISTA LTDA (3693)

6	BORRACHA BRANCA ESCOLAR. Nº 40, composição: borracha natural e sintética, abrasivos, agentes de vulcanização e estireno, butadieno, atóxica. Contendo Selo Segurança Inmetro, conforme portaria 481/2010. CAIXA COM 40 UNIDADES - Marca: ZAP	CX	60,00	0.0000	13,75	825,00
---	--	----	-------	--------	-------	--------

Iraceminha, 23 de Fevereiro de 2021.

-----  
 JEAN CARLOS NYLAND  
 PREFEITO MUNICIPAL



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA</b>  <b>CNPJ: 80.623.606/0001-12</b> <b>RUA DONA PAULINA, 780</b> <b>C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2021 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 22/2021</b> <b>Processo de Licitação: 22/2021</b> <b>Data do Processo: 10/02/2021</b>
	Folha: 4/8

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### PEGASUS ATACADISTA LTDA (3693)

8	CADERNO ESCOLAR EM ESPIRAL 1/4 COM 96 FOLHAS - CAPA DURA - Marca: PANAMERICANA	UN	600,00	0.0000	4.80	2.880,00
17	CANETA PARA ESCREVER EM CD/DVD - 2.0MM COR PRETA/AZUL; PONTA POLIACETAL 2.00MM COM PROTETOR DE METAL. TINTA A BASE DE ALCOOL E RESISTENTE À AGUA. ESPESSURA DA ESCRITA 0,1MM. - Marca: ONDA	UN	50,00	0.0000	4.30	215,00
25	Cola em Bastão - sem solvente, atóxica, com glicerina, 20g - Marca: ONDA	UN	150,00	0.0000	1.70	255,00
32	ESTILETE GRANDE - MÍNIMO 6" - LÂMINA EM AÇO TEMPERADO, CORPO INJETADO EM POLIPROPILENO - DISPOSITIVO PARA TRAVAR LAMINA - QUEBRADOR DE LÂMINA REMOVÍVEL - Marca: MASTER	UN	200,00	0.0000	1.85	370,00
37	Fita adesiva transparente - tamanho 45 mm x 50 m - Marca: FLAX	UN	200,00	0.0000	2.99	598,00
40	GIZ DE CERA GROSSO CAIXA COM 12 CORES - Marca: GIZBEL	UN	300,00	0.0000	4.40	1.320,00
41	GRAMPEADOR DE MESA, ESTRUTURA DE METAL COM BASE DE BORRACHA, QUE UTILIZA GRAMPO 9/10, COMPARTIMENTO PARA ARMAZENAR OS GRAMPOS, AJUSTE DE PROFUNDIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 28 X 7, COM CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATÉ 100 FOLHAS, FABRICAÇÃO NACIONAL. - Marca: ONDA	UN	20,00	0.0000	65,00	1.300,00
48	Lápis de escrever/desenhar formato sextavado HB- cx com 144 unidades - Marca: ONDA	CX	30,00	0.0000	37,00	1.110,00
49	LIVRO DE ATAS COM 100 FOLHAS - Marca: TILIBRA	UN	50,00	0.0000	14.50	725,00
56	Papel camurça cores: azul, vermelha, amarela, verde, marrom, branco, rosa, preta (folhas) - Marca: ARTFLOC	UN	1.000,00	0.0000	1.15	1.150,00
59	PAPEL CELOFANE PCT C/ 50 FOLHAS - CORES A DEFINIR NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO - Marca: GALA	PCT	60,00	0.0000	29,00	1.740,00
63	Papel crepom (folha 48cm x 2 m) - pacote com 10 unidades, nas cores: amarelo, branco, verde, vermelho, rosa, azul, marrom, roxo, laranja - Marca: ARTFLOC	PCT	300,00	0.0000	8.35	2.505,00
77	PASTA ABA ELASTICO, EM CARTÃO DUPLEX, PLASTIFICADA, MEDINDO 340 X 230 MM, DE PRIMEIRA QUALIDADE. - Marca: FRAMA	UN	300,00	0.0000	2.15	645,00
83	PASTA SANFONADA EM PLASTICO TRANSPARENTE, COM 12 DIVISÓRIAS. - Marca: POLIBRAS	UN	50,00	0.0000	16.30	815,00
85	PASTAS COM ELÁSTICO TRANSPARENTE - ESPESSURA 0,35 MM - TAMANHO 350 X 235 MM - Marca: POLIBRAS	UN	300,00	0.0000	1.74	522,00
87	PERCEVEJOS LATONADOS CAIXA COM 100 UNIDADES - Marca: BRW	UN	100,00	0.0000	2.45	245,00

Iraceminha, 23 de Fevereiro de 2021.

-----  
 JEAN CARLOS NYLAND  
 PREFEITO MUNICIPAL



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA</b>  CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2021 - PR</b>  Processo Administrativo: 22/2021 Processo de Licitação: 22/2021 Data do Processo: 10/02/2021
Folha: 5/8	

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### PEGASUS ATACADISTA LTDA (3693)

90	PILHA COMUM AA R6 1.5V CARTELA COM 4 UNIDADES - Marca: ALFACEL	UN	150,00	0.0000	4.80	720,00
98	RECAVO AUTO ADESIVO, POST-IT COLORIDAS,FORMATO 50 X 38 MM. EBALAGEM COM QUATRO BLOCOS DE 50 UNIDADES CADA. - Marca: BRW	UN	150,00	0.0000	4.50	675,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>18.615,00</b>

#### POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA (1414)

2	Apontador de lápis, material plástico, tipo escolar, cores variadas, sem depósito, lâmina de aço temperado INCLINADA. - Marca: jocar	UN	250,00	0.0000	0.34	85,00
15	CANETA MARCA TEXTO - COR AMARELA CAIXA COM 12 UNIDADES - Marca: master	CX	60,00	0.0000	12,70	762,00
16	CANETA MARCA TEXTO - COR VERDE CAIXA COM 12 UNIDADES - Marca: brw	UN	60,00	0.0000	12,70	762,00
22	CLIPS GALVANIZADO 2/0 - CAIXA COM 500 GRAMAS - Marca: new	CX	80,00	0.0000	12,83	1.026,40
23	CLIPS GALVANIZADO 3/0 - CAIXA COM 500 GRAMAS - Marca: new	CX	50,00	0.0000	12,83	641,50
24	CLIPS GALVANIZADO 8/0 - CAIXA COM 500 GRAMAS - Marca: new	CX	50,00	0.0000	12,83	641,50
26	Cola Branca de uso escolar, composição polivinil acetato-pva, cor branca, aplicação papel, papel cartão e cartolina, bico aplicador características adicionais: lavável e atóxica, tubo com 40g. - Marca: frama	UN	350,00	0.0000	0.83	290,50
42	GRAMPEADOR PARA GRAMPOS 26/6, TIPO ALICATE, CAPACIDADE DE GRAMPEAR ATÉ 30 FOLHAS. DIMENSÕES 130 X 38 X 53 MM - Marca: jocar	UN	40,00	0.0000	21,60	864,00
45	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO PACOTE COM 50 UNIDADES - PEQUENO - Marca: dello	UN	100,00	0.0000	9,75	975,00
50	LIVRO PONTO COM 50 FOLHAS NUMERADAS - Marca: tilibra	UN	30,00	0.0000	15,70	471,00
57	PAPEL CARTÃO A4 180 GRAMAS PCT 50 FOLHAS - Marca: chamex	UN	100,00	0.0000	11,64	1.164,00
67	PAPÉL OFÍCIO A4 NA COR AMARELO RESMA COM 100 FOLHAS - Marca: chamex	UN	50,00	0.0000	6,88	344,00
68	PAPÉL OFÍCIO A4 NA COR AZUL RESMA COM 100 FOLHAS - Marca: chamex	UN	50,00	0.0000	6,88	344,00

Iraceminha, 23 de Fevereiro de 2021.

-----  
JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA</b>  <b>CNPJ: 80.623.606/0001-12</b> <b>RUA DONA PAULINA, 780</b> <b>C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2021 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 22/2021</b> <b>Processo de Licitação: 22/2021</b> <b>Data do Processo: 10/02/2021</b>
	Folha: 6/8

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA (1414)

69	PAPÉL OFÍCIO A4 NA COR VERDE RESMA COM 100 FOLHAS - Marca: chamex	UN	50,00	0.0000	6,88	344,00
76	PASTA ABA E ELÁSTICO 1/2 OFÍCIO SEM LOMBO - CRISTAL, DIMENSÕES 250 x 168 MM - Marca: acp	UN	300,00	0.0000	1,98	594,00
80	PASTA CLASSIFICADORA DOBRADA EM CARTÃO DUPLO DE NO MÍNIMO 480 GRAMAS NA COR CINZA, LOMBO REGULÁVEL, GRAMPO PLÁSTICO GRANDE PARA CLASSIFICAR DOCUMENTOS, MEDINDO 350MM X 230MM EM EMBALAGEM DE 20 UNID - Marca: polycart	UN	30,00	0.0000	82,00	2.460,00
89	PERFURADOR DE PAPEL TAMANHO GRANDE, CAPACIDADE DE PERFURAR NO MÍNIMO 60 FOLHAS DE 75 G/M² DE UMA VEZ SÓ, COM BASE DE PLÁSTICO E CABO DE FERRO FUNDIDO - Marca: brw	UN	30,00	0.0000	49,50	1.485,00
91	PILHA COMUM AAA R03 1.5V com 4 unidades - Marca: elgin	UN	200,00	0.0000	5,14	1.028,00
103	Tesoura escolar pequena, 13 cm em aço inox, cabo plástico, na cor preta, com ponta redonda, aprovada pelo Inmetro. - Marca: master	UN	250,00	0.0000	2,63	657,50
104	TINTA GUACHE ATÓXICA, SOLÚVEL EM ÁGUA. POTE COM 250 ml. CORES A ESCOLHER NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO - Marca: pira	UN	400,00	0.0000	5,90	2.360,00

**Total do Fornecedor: 17.299,40**

#### TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - ME (1838)

4	BALÕES DE ÓTIMA QUALIDADE Nº 07 PACOTES COM 50 UNIDADES. COR LISA. CORES A DEFINIR NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. - Marca: JOY	PCT	100,00	0.0000	8,30	830,00
5	BOBINA PARA PONTO 57X300 TÉRMICA AMARELA CAIXA COM 6 BOBINAS - Marca: REAL BOBINAS	CX	20,00	0.0000	144,50	2.890,00
20	Cartolina de celulose vegetal, gramatura 150 g/m², largura mínima 50 cm, comprimento mínimo 66 cm, cor a definir na autorização de fornecimento: podendo ser amarela, azul, branca, rosa ou verde - Marca: SAO JOAO	UN	2.000,00	0.0000	0,61	1.220,00
27	COLA ESCOLAR BRANCA NÃO TÓXICA EMBALAGEM DE 1 KG - Marca: PIRA	UN	50,00	0.0000	11,74	587,00
30	ENVELOPE BRANCO MÉDIO TAMANHO 18,5x24,5 CM. CAIXA COM 100 UNIDADES - Marca: FORONI	CX	15,00	0.0000	23,35	350,25
31	ENVELOPES GRANDES TAMANHO 24 X 34 CAIXA COM 100 - Marca: FORONI	CX	30,00	0.0000	36,35	1.090,50
34	ETIQUETA INK-JET/LASER, FORMATO A4 288,5X200, CAIXA COM 100FLS. - Marca: IMPRI	UN	50,00	0.0000	53,50	2.675,00

Iraceminha, 23 de Fevereiro de 2021.

-----  
 JEAN CARLOS NYLAND  
 PREFEITO MUNICIPAL



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA</b>  <b>CNPJ: 80.623.606/0001-12</b> <b>RUA DONA PAULINA, 780</b> <b>C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2021 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 22/2021</b> <b>Processo de Licitação: 22/2021</b> <b>Data do Processo: 10/02/2021</b>
	Folha: 7/8

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - ME (1838)

35	EXTRATOR DE GRAMPOS TIPO ESPÁTULA, INOX CROMADO, TAMANHO APROXIMADO 14,5 CM. - Marca: JOCAR	UN	50,00	0.0000	1,94	97,00
43	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 9/10 MM, METÁLICOS, COBREADO OU GALVANIZADO, COM PROTEÇÃO ANTI-FERRUGEM CONFIRMADA NA EMBALAGEM, CAIXA 5000 UNIDADES. - Marca: GRAMP LINE	CX	30,00	0.0000	17,25	517,50
47	LÁPIS DE COR - ESTOJO COM 12 UNIDADES - ECOLÁPIS SEXTAVADO DE CORES VIVAS, COMPRIMENTO 175 MM, ENTRE FACES 6,9 MMA 7,2 MM, DIÂMETRO DA MINA 3,0 MM - Marca: LEO E LEO	UN	500,00	0.0000	5,38	2.690,00
58	PAPEL DUPLA FACE 48 X 66 CM 2 LADOS COLORIDOS CORES VARIADAS - PACOTE COM 20 FOLHAS - CORES A ESCOLHER NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO - Marca: RST	PCT	100,00	0.0000	15,67	1.567,00
60	PAPEL COLORSET DUPLA FACE PACOTE COM 20 FOLHAS NAS CORES AZUL, ROSA, ROXO, VERDE, VERMELHA. CORES A DEFINIR NA AUTORIZAÇÃO - Marca: RST	UN	100,00	0.0000	18,49	1.849,00
62	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE EM ROLO DE 25 METROS - Marca: IMPRI	UN	8,00	0.0000	93,20	745,60
64	PAPEL DUPLEX PACOTE COM 20 FOLHAS NAS CORES AMARELA, AZUL, BRANCA, LARANJA, PINK, PRETO, VERDE, VERMELHA. CORES A DEFINIR NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. - Marca: RST	UN	120,00	0.0000	22,44	2.692,80
65	PAPEL LAMINADO 45 X 59 CORES SORTIDAS - Pacote com 40 folhas. Cores a escolher na Autorização de Fornecimento - Marca: RST	PCT	80,00	0.0000	37,00	2.960,00
66	PAPEL MICROONDULADO PACOTE COM 10 FOLHAS NAS CORES VERDE, AZUL, VERMELHO, AMARELO, PRETO, BRANCO, PRATA E OURO. CORES A DEFINIR NA AUTORIZAÇÃO - Marca: RST	UN	200,00	0.0000	20,68	4.136,00
70	PAPEL PARDO PURO KRAFT, GRAMATURA 80 BOBINA DE 0,60x200 M - Marca: IRANI	BOB	30,00	0.0000	112,22	3.366,60
71	PAPEL PARDO PURO KRAFT, GRAMATURA 80 BOBINA DE 1,20x200 M - Marca: IRANI	BOB	30,00	0.0000	211,00	6.330,00
72	PAPEL SEDA 48 X 60 CM CORES DIVERSAS - PACOTE COM 100 FOLHAS - Marca: RST	UN	200,00	0.0000	18,35	3.670,00
78	PASTA AZ USUAL OFÍCIO, LOMBO ESTREITO - ETIQUETA COM IMPRESSÃO NOS 2 LADOS - 2 ARGOLAS - FECHAMENTO POR MEIO DE ALAVANCA - PROTETOR METÁLICO PRENSADO - Marca: FRAMA	UN	200,00	0.0000	9,23	1.846,00

Iraceminha, 23 de Fevereiro de 2021.

-----  
 JEAN CARLOS NYLAND  
 PREFEITO MUNICIPAL



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA</b>  CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2021 - PR</b>  Processo Administrativo: 22/2021 Processo de Licitação: 22/2021 Data do Processo: 10/02/2021
Folha: 8/8	

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - ME (1838)

79	PASTA AZ USUAL OFÍCIO, LOMBO LARGO (7 CM) (600 FOLHAS) - 34,5 X 28,5 CM (L X A) - ETIQUETA COM IMPRESSÃO NOS DOIS LADOS - 2 ARGOLAS - FECHAMENTO POR MEIO DE LAVANCA - PROTETOR METÁLICO PRENSADO - Marca: FRAMA	UN	200,00	0,0000	9,85	1.970,00
88	PERFURADOR DE PAPEL COM DOIS FUROS, COM RÉGUA, PARA 20/25 FOLHAS REFERENTE À PAPEL 75G/M². - Marca: MASTERPRINT	UN	60,00	0,0000	15,85	951,00
92	PINCEL ATÔMICO (AZUL, PRETO E VERMELHO) - CAIXA COM 12 UNIDADES. CORES A ESCOLHER NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO - Marca: JOCAR OFFICE	CX	50,00	0,0000	19,10	955,00
93	PISTOLA DE COLA QUENTE INDUSTRIAL PROFISSIONAL 150 W, COM SUPORTE E BOTÃO LIGA E DESLIGA. - Marca: HIKARI	UN	10,00	0,0000	94,90	949,00
95	Placa de E.V.A nas cores: laranja, marrom, rosa, amarela, verde bandeira, verde claro, vermelho, azul marinho, azul céu, banco, roxo e lilas, cinza e salmão. ESPESSURA 2 MM - TAMANHO 600X400X2MM. CORES A DEFINIR NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. - Marca: EVAMAX	UN	2.000,00	0,0000	1,74	3.480,00
102	TESOURA EM INÓX, TAMANHO GRANDE E COM PONTA FINA - Marca: JOCAR	UN	60,00	0,0000	8,00	480,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>50.895,25</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>115.215,85</b>

Iraceminha, 23 de Fevereiro de 2021.

-----  
JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL



# Irani

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 001/2021

Publicação Nº 2877634

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público, que fará Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultoria técnica especializada, no âmbito da administração pública municipal, compreendendo as áreas Contábil, Financeira e Orçamentária.

Recebimento de Envelopes:

Interessados Não Cadastrados: até 08/03/2021 – Horário limite: 16h30min.

Interessados Cadastrados: até 11/03/2021 - Horário limite: 08h30min.

Abertura: às 09h00min do dia 11/03/2021.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados na home page [www.irani.sc.gov.br](http://www.irani.sc.gov.br), link "Licitações".

E demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone: (049) 3432-3214, ou ainda pelo e-mail [licitacao@irani.sc.gov.br](mailto:licitacao@irani.sc.gov.br).

Irani, SC, 23 de fevereiro de 2021.

ADELMO MAURO LOHMANN – PREFEITO EM EXERCÍCIO

### DECRETO Nº 045/2021

Publicação Nº 2878446

DECRETO Nº 045, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE INTENSIFICAÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE IRANI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELMO MAURO LOHMANN, Prefeito em Exercício de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a necessidade de intensificar medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública diante da ampliação do número de pacientes sintomáticos e que recorrem à Central de Atendimento COVID no âmbito municipal;

CONSIDERANDO que a capacidade de atendimento das estruturas de saúde estabelecidas no município e região estão com profissionais e números de leitos insuficientes para atendimento dos pacientes;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de preservar a VIDA dos cidadãos iranienses e manter ativas as atividades empresariais em âmbito municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência no Município de Irani, para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19.

Art. 2º Fica estabelecido/ratificado o uso obrigatório de máscara facial de proteção no território do município, para acesso, permanência e circulação em logradouros e repartições públicas e privadas, estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer ordem, táxi ou outro meio de transporte remunerado coletivo ou privado com mais de um passageiro, exceto quando do mesmo núcleo familiar.

§1º. Caso o local de espera para acessar estabelecimentos públicos ou particulares, seja o passeio público ou qualquer área de circulação comum, não poderão ocorrer aglomerações, devendo ser respeitado o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre os usuários.

§2º. Excetuam-se da obrigatoriedade deste artigo as crianças menores de dois anos, pessoas com problemas respiratórios ou inconscientes, incapacitadas ou incapazes de remover a máscara sem assistência de terceiros

§3º. As pessoas infectadas com o coronavírus Covid 19, devem manter-se em isolamento pelo tempo determinado pelo profissional da saúde que o atendeu, estando sujeito às implicações dos arts. 268 e 330 do Código Penal, se a infração não constituir crime mais grave.

Art. 3º. Fica recomendado como medida de cautela e prevenção que o atendimento às necessidades essenciais, a exemplo da aquisição de insumos em mercados, farmácias e afins, sempre que possível, seja realizado por pessoas fora do grupo de riscos e individualmente, sem o acompanhamento de outras pessoas, mesmo familiares.

Art. 4º. Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a disponibilizar álcool 70% ou solução antisséptica similar para higienização de mãos, proibir o uso de bebedouros com jato inclinado, manter preferencialmente ventilação natural nos ambientes fechados, manter rigorosamente a higienização de utensílios, superfícies e equipamentos com álcool 70%, ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, nos utensílios, equipamentos, maçanetas, mesas, corrimãos, interruptores, sanitários, elevadores, entre outros.

Art. 5º. Os estabelecimentos de comercialização de gêneros alimentícios que se enquadram no conceito de supermercados, fruteparas, açougues e padarias deverão proceder a higienização dos carrinhos, cestas e utensílios necessários para a utilização das compras posteriormente



ao uso dos consumidores, assegurar que permaneçam no interior do estabelecimento quantidade segura para evitar aglomerações e proximidade de usuários, com distanciamento mínimo de 1,5m entre cada pessoa, restringindo e controlando a entrada quando necessário, impedir o acesso de usuários ao interior do estabelecimento sem o uso de máscaras, fiscalizando a sua utilização durante a realização das compras, assegurar que os usuários utilizem álcool em gel antes de ingressarem no estabelecimento, orientar aos usuários a comparecerem às compras de maneira individualizada, sem a companhia de familiares e que, preferencialmente, não se enquadre no grupo de risco, proibir o uso de bebedouros com jato inclinado, manter preferencialmente ventilação natural nos ambientes fechados e indicar um funcionário do estabelecimento como a pessoa responsável pela fiscalização e o controle das medidas impostas.

Art. 6º Os bares, sorveterias, tabacarias, restaurantes e estabelecimentos destinados ao preparo e consumo de alimentos e similares, no período de 23 de fevereiro à 07 de março de 2021, deverão garantir o ingresso e permanência de 50% do total, ficando limitado o horário de funcionamento até as 22h00, sendo que posteriormente a esse horário será permitida a comercialização somente através de delivery, devendo ainda garantir distanciamento seguro das mesas para o consumo de alimentos, evitando o contato e interação entre os consumidores, manter preferencialmente ventilação natural nos ambientes fechados.

§1º. Centros comunitários e sedes de entidades privadas sem fins lucrativos, deverão permanecer sem atendimento durante o período estabelecido no presente artigo.

§2º A prática de esportes coletivos, inclusive futebol, carreados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em estabelecimentos sediados no território municipal estão proibidas, exceto academias privadas respeitando a capacidade de 50% do total.

§3º O consumo de bebidas alcoólicas nos pátios de postos de combustíveis está suspensa, sendo que estes estabelecimentos só poderão comercializar bebidas e alimentos até as 22h, posteriormente a esse horário será permitida a comercialização somente através de delivery.

§4º Proibido aglomeração, festas, shows, eventos de familiares e amigos em sítios, locais públicos (Praia, praças) em outros locais.

Art. 7º. As agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito situadas no Município deverão assegurar que permaneçam no interior do estabelecimento quantidade segura para evitar aglomerações e proximidade de usuários, com distanciamento mínimo de 1,5m entre cada pessoa, restringindo a entrada quando necessário, havendo restrição de acesso, deverão ser organizadas filas seguras preferencialmente em local arejado, com acesso à álcool em gel e com o espaçamento adequado entre os usuários, impedir o acesso de usuários ao interior do estabelecimento sem o uso de máscaras, fiscalizando a sua utilização durante a permanência no local, assegurar que os usuários utilizem álcool em gel antes de ingressarem no estabelecimento, orientar aos clientes a comparecerem aos referidos estabelecimentos de maneira individualizada, sem a companhia de familiares e que, preferencialmente, não se enquadre no grupo de risco, proibir o uso de bebedouros com jato inclinado, manter preferencialmente ventilação natural nos ambientes fechados e indicar um funcionário do estabelecimento como a pessoa responsável pela fiscalização e o controle das medidas impostas.

Art. 8º. Nos veículos de fretamento para transporte pessoas e trabalhadores, a ocupação fica limitada a deliberação dos órgãos estaduais, respeitada a classificação regional de risco, assegurando que pessoas e trabalhadores sejam orientados a saírem de casa usando máscara, que deve ser mantida durante todo o trajeto, e no retorno para casa, inclusive nos locais de espera, realizar a limpeza e sanitização dos veículos fretados para transporte ao final de cada viagem, com álcool 70% ou outro desinfetante indicado para este fim, disponibilizar álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar nos veículos de transporte para higiene das mãos.

Art. 9º. O setor industrial deverá obedecer às notas técnicas, instruções normativas, decretos e demais atos legislativos relacionados à prevenção do COVID -19, expedidos pelos órgãos competentes do Governo do Estado de Santa Catarina e do Governo Federal, aos quais competem a fiscalização e regulação dos serviços sanitários e de vigilância epidemiológica.

Art. 10º. Os templos de cultos religiosos poderão realizar suas reuniões com capacidade de até 50% do total, seguindo os protocolos previstos nas deliberações estaduais.

Art. 11º. O funcionamento de hotéis deverá obedecer a capacidade de até 50% do total, seguindo os protocolos previstos nas deliberações estaduais.

Art. 12º. A fiscalização e o cumprimento das medidas propostas ficam a cargo da Vigilância Sanitária, auxiliadas pela, Polícia Militar e Civil de Santa Catarina.

Art. 13º. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a eventual prática da infração administrativa prevista no inciso VII do art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal e demais legislações.

Art. 14º. Ficam adotadas e acatadas no território do município, as medidas de enfrentamento à Covid-19, de acordo com a classificação no Mapa de Avaliação de Risco Potencial Regional, publicada pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – SES.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento das medidas estabelecidas no referido Decreto, ficam sujeitos os infratores a apuração de eventual prática de infração administrativa prevista no inciso VII, do art. 10, da Lei Federal nº 6.437/77, e de crime previsto no art. 268 do Código Penal e demais legislações aplicáveis à espécie, inclusive a de cassação do alvará de funcionamento.

Art. 15º. Fica suspensa a emissão de licença para o comércio de ambulantes de outros Municípios, destinado à venda de mercadorias de qualquer natureza.

Art. 16º. As medidas do presente decreto terão vigência por prazo indeterminado, sendo que todas poderão ser revistas a qualquer tempo, caso a situação epidemiológica no Município indicar ou normas mais restritivas sobrevierem pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 17º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Irani/SC, 23 de fevereiro de 2021.

ADELMO MAURO LOHMANN  
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 22/2/2021

ALUISIO DELINO BAVARESCO  
Secretário de Administração e Gestão



**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2021**

Publicação N° 2877733

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IRANI

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 016/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para conserto e manutenção do micro-ônibus escolar, placa QHE4705, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

JUSTIFICATIVA: Faz-se necessária o conserto do veículo, pois o mesmo é utilizado diariamente para atender as demandas da secretaria, para deslocamento de alunos de 04 a 17 anos, que fazem uso do mesmo para as escolas. Desta forma, sendo de extrema urgência o conserto do mesmo para que a secretaria e seus atendimentos a esses alunos não fiquem sem a devida execução. Considerando que o município é de porte pequeno, e que hoje a secretaria somente possui em sua frota veículos suficientes para atendimento de sua demanda, sendo realizado um percurso para cada local.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 02.952.689/0006-94

VALOR TOTAL: R\$ 15.225,87(quinze mil duzentos e vinte e cinco reais com oitenta e sete centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: inciso II do artigo 24, da Lei Federal n° 8.666/93.

Irani, SC, 23 de fevereiro de 2021.

Maria Inez De Bastiani – Secretária de Educação, Cultura e Esportes.



# Irati

## PREFEITURA

### **PREGÃO RP Nº 014/2021-MULTIENTIDADE - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE ÓLEO DIESEL S-10, DIRETAMENTE NA BOMBA DE COMBUSTÍVEL DO FORNECEDOR, PARA A FROTA MUNICIPAL DE IRATI/SC**

Publicação Nº 2879633

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 035/2021

Processo Licitatório Nº 035/2021

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 014/2021

Tipo: MENOR PREÇO POR ÍTEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE ÓLEO DIESEL S-10, DIRETAMENTE NA BOMBA DE COMBUSTÍVEL DO FORNECEDOR, PARA A FROTA MUNICIPAL DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 10.03.2021

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 10.03.2021

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, pelo site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br), ou através de do e-mail: [irati@irati.sc.gov.br](mailto:irati@irati.sc.gov.br)

Irati – SC, 24 de fevereiro de 2021.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal



# Irineópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 07/2021

Publicação N° 2878410

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2021

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 10 de março de 2021, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para registro de preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n° 10.520/02, visando AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO NA SEDE E EM DIVERSAS LOCALIDADES DO INTERIOR E DO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 23 de fevereiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal

### PORTARIA N° 093/2021

Publicação N° 2878882

PORTARIA N.º 093/2021.

EXONERA A PEDIDO, SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora BRUNA FERNANDA GONCHORK NEVES, do cargo de Orientadora Social (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada em 17/06/2019, através da Portaria n° 288/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de Fevereiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

### PORTARIA N° 094/2021

Publicação N° 2878946

PORTARIA N.º 094/2021.

“CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 01/03/2021 a 30/03/2021, à servidora efetiva WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de Fevereiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.



**PORTARIA Nº 095/2021**

Publicação Nº 2878343

PORTARIA Nº. 095/2021.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO COORDENADORA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 c/c com o disposto na Lei Complementar n.º 009/02 de 02/12/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 1.º da Lei Complementar n.º 009/2002 de 02/12/2002, Comissão Coordenadora da Avaliação de Desempenho, conforme preceitua o artigo 81, parágrafo 4.º da Lei Complementar n.º 07/2001 de 15/10/2001, com base nos parâmetros estabelecidos na Lei nº 1315/2007 de 27/09/2007, combinada com o disposto na Lei Complementar nº 053/2011 de 18/10/2011 e na Lei nº 1.923/2017 de 17/04/2017, que será composta pelos seguintes membros:

- I. Gíozani Regina Crestani;
- II. Ana Paula Martins Reichardt;
- III. Marcia Maria Kerscher.

Art. 2.º - Na eventual vacância ou impedimento da participação do membro nomeado, o mesmo deverá ser representado por pessoa designada pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Art. 3.º - A Comissão ora nomeada deverá reunir-se ordinariamente a cada 60 (sessenta) dias e, extraordinariamente sempre que necessário, emitindo relatório a ser entregue ao Departamento de Recursos Humanos para a respectiva anotação, no que couber na ficha funcional, com cópia ao servidor avaliado.

Art. 4º - Será permitido à Comissão convocar servidor avaliado para apresentar considerações sobre procedimentos na avaliação, bem como, para permitir eventuais justificativas por parte do mesmo.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revoga-se a Portaria n.º 063/2019 de 18/02/2019 e demais disposições em contrário.

Município de Irineópolis, (SC), 22 de Fevereiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI  
Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2021 - FMAS**

Publicação Nº 2878448

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 11 de Março de 2021, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO GLOBAL de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA FORNECIMENTO NO PROGRAMA "CIDADE LIMPA E SOLIDÁRIA" DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, AS QUAIS SERÃO FORNECIDAS COMO COMPENSAÇÃO PELOS SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS PRESTADOS POR CIDADÃOS E CIDADÃS DO MUNICÍPIO, PARA MANTER A CIDADE E INTERIOR LIMPOS E ORGANIZADOS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.770/2014, LEI MUNICIPAL Nº 1844/2015 E DECRETO MUNICIPAL Nº 3987/2021" O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br). Irineópolis, 23 de fevereiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI  
Prefeito Municipal



# Itá

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 052/2021

Publicação Nº 2877664

Decreto nº 052/2021, 22 de Fevereiro de 2021.

"Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências".

MOACIR ROBERTO SARTORETTO, Prefeito Municipal em exercício de Itá - SC, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Inciso I e II do art. 4º da Lei Municipal nº 2.635, de 22 de dezembro de 2020 e do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 593.304,93 (quinhentos noventa e três mil, trezentos e quatro reais, noventa e três centavos), utilizando como fonte de recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2020, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.635/2020, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

2.006 – Manter Atividades Segurança Pública

3.1.90.00.00.00.00.3000 Aplicações Diretas	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.3054 Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.3055 Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.3057 Aplicações Diretas	4.398,57

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

1.009 – Ampliação e Adequação Física Rede Municipal de Ensino

4.4.90.00.00.00.00.3624 Aplicações Diretas	35.797,49
--	-----------

2.015 – Transporte Escolar Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.3022 Aplicações Diretas	19.074,00
--	-----------

2.017 – Manutenção e Apoio Frequência Ensino Médio e Profissionalizante

3.3.90.00.00.00.00.3022 Aplicações Diretas	24.875,24
--	-----------

07.00 – Secretaria de Assistência Social

07.02 – Fundo Mun. Direitos da Criança e do Adolescente

2.023 – Manutenção Ativ. Fundo infância e Adolescência

3.3.90.00.00.00.00.3077 Aplicações Diretas	20.000,00
--	-----------

07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.051 – Gestão SUAS

3.3.90.00.00.00.00.3135 Aplicações Diretas	4.432,13
3.3.90.00.00.00.00.3235 Aplicações Diretas	12.889,31
4.4.90.00.00.00.00.3235 Aplicações Diretas	5.000,00

2.052 – Proteção Social Básica

3.1.90.00.00.00.00.3335 Aplicações Diretas	25.437,31
3.1.90.00.00.00.00.3752 Aplicações Diretas	45.000,00
3.3.90.00.00.00.00.3035 Aplicações Diretas	45.002,97
3.3.90.00.00.00.00.3752 Aplicações Diretas	30.328,21
3.3.90.00.00.00.00.3335 Aplicações Diretas	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.3535 Aplicações Diretas	2,98
3.3.90.00.00.00.00.3252 Aplicações Diretas	4.066,72

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

1.048 – Construção Ciclovia



4.4.90.00.00.00.00.00.3000 Aplicações Diretas	215.000,00
---	------------

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 156.500,00 (cento e cinq-enta e seis mil e quinhentos ), utilizando como fonte de recursos o Excesso de Arrecadação por fonte de recurso, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.635/2020, e inciso II, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda  
 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda  
 2.006 – Manter Atividades Segurança Pública

4.4.90.00.00.00.00.00.1057 Aplicações Diretas	6.500,00
---	----------

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
 05.01 – Departamento Municipal de Agricultura  
 1.005 – Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário

3.3.90.00.00.00.00.00.1424 Aplicações Diretas	100.000,00
---	------------

Fonte de recursos – 1424: Convênios/Contratos Transf.União

07.05 – Fundo Municipal de Direitos do Idoso  
 2.057 – Manutenção Fundo Municipal de Direitos do Idoso  
 3.3.90.00.00.00.1824 Aplicações Diretas 50.000,00  
 Fonte de recursos – 1824: Convênio Fundo Idoso - Lei do Idoso

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais ), utilizando como fonte de recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do artigo 3º da Lei Municipal 2.635/2020, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda  
 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda  
 2.003 – Manut. Atividades da Sec. Administração e Fazenda  
 Suplementação

4.4.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações diretas	60.000,00
---	-----------

Anulação

3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações diretas	60.000,00
---	-----------

Art. 4º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde Itá, no valor de R\$ 83.829,57 (oitenta e três mil, oitocentos e vinte e nove reais, cinq-enta de sete centavos), utilizando como fonte de recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2020, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.635/2020, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde  
 11.01 – Fundo Municipal de Saúde  
 2.032 – Manutenção da Média e Alta Complexidade – MAC

3.3.90.00.00.00.00.00.3065 Aplicações Diretas	31.993,47
2.035 – Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00.3067 Aplicações Diretas	35.805,03
3.3.90.00.00.00.00.00.3267 Aplicações Diretas	6.031,07
2.038 – Manter Vigilância em Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.3066 Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá,  
 22 fevereiro de 2021.

MOACIR ROBERTO SARTORETTO  
 Prefeito Municipal em exercício

Certifico que este Decreto foi Registrado  
 e publicado nesta secretaria na data supra.

NILVO NILTON BERTICELLI  
 Secretário Municipal de Administração e Fazenda



**DECRETO Nº 054/2021**

Publicação Nº 2877668

DECRETO Nº 054, 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE ITÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACI ROBERTO SARTORETTO, Prefeito Municipal em exercício de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o art. 69, VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Decreto nº 079, de 23 de setembro de 2005. DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Trânsito do Município de Itá, fica assim constituído:

I – Representantes do Poder Executivo:

Titular: Alexandre Lacerda de Alencar

Suplente: Vilmarize Fátima Appelt

II – Representante do Poder Legislativo:

Titular: Dileia Scheffler Cerutti

Suplente: Jucian Sartoretto

III – Representante da Polícia Civil:

Titular: Fabiane Sorgetz

Suplente: Elaine da Costa Xavier

IV – Representante da Polícia Militar:

Titular: Lourenço Bevilaqua

Suplente: Jucinei Fabio Zucchi

V – Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Andrei Stenzler

Suplente: Agnaldo Schaparin

VI – Representante da Associação Comercial – Acita:

Titular: Aldenir Minsk Znadonai

Suplente: Diogo Paulo Sartoretto

VII – Representante Conselho de Segurança – CONSEG:

Titular: Egílio Paludo

Suplente: Leonard Wiggers

VIII – Representante Conselho Municipal de Turismo:

Titular: Beatriz Soares

Suplente: Cilene Trevisou

IX – Representante do Dep. de Urbanismo:

Titular: Ezequiel Marcos Farina Andreolla

Suplente: Renato Vailon

Art. 2º O Conselho será presidido pelo representante do Poder Executivo.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 016/2017 de 03 de fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá – SC,  
22 de fevereiro de 2021

MOACIR ROBERTO SARTORETTO  
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NILVO NILTON BERTICELLI  
Secretário de Administração e Fazenda



**DECRETO Nº 055/2021**

Publicação Nº 2877671

DECRETO Nº. 055 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

CONSTITUI E NOMEIA COMITÊ MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, CRIA COMISSÕES ESCOLARES DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, COM BASE NAS DIRETRIZES ESTADUAIS DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR ROBERTO SARTORETTO, Prefeito Municipal em exercício de Itá-SC, no uso das atribuições que lhe conferem o Inciso VII do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais nº 509 e 515, de 17 de março de 2020, e os Decretos Municipais, referente às medidas adotadas para contenção da proliferação da Pandemia do COVID-19 Coronavírus, bem como, o atendimento das crianças, adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal de Educação de Itá (SC);

CONSIDERANDO o texto das Diretrizes para Retorno às Aulas, elaborado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a retomada gradual dos trabalhos presenciais dos profissionais da Rede Municipal de Educação de Itá (SC), organizada de forma diferenciada, promovendo um diálogo com os demais setores, com redução de riscos e traumas voltados para o sentido biopsicossocial do servidor;

DECRETA :

Art. 1º. Fica Constituído o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 no âmbito da educação do Município de Itá (SC).

Art. 2º. Ficam nomeados os membros do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, com representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I – Representante da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, que presidirá o Comitê:  
DÉBORAH MARIA TOMBINI SARTORETTO;

II – Representante da Secretaria de Saúde:  
NAILSE MARIA BACH;

III – Representante da Secretaria de Assistência Social:  
DEISE CALVI;

IV – Representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:  
NILVO BERTICELLI;

V – Representante dos profissionais e trabalhadores de Educação:  
IVONETE DENIS WOLLMANN BURNIER;

VI – Representante dos estudantes da Educação Básica:  
ARMANDO LUÍS KUSMIRCZUCK;

VII – Representante do Conselho Municipal de Educação:  
MARA SPRINGER RATZLAFF SUHRE;

VIII – Representantes das Comissões Escolares:  
ELIZABETE SGARBOSSA;  
EDIANE GRANNA;  
DENISE SIMON;  
ANDREI STENZLER;

IX – Representante das escolas da Rede Estadual:  
HERMES ROANI;

X – Representante do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência:  
ROSANA DOS SANTOS;

XI – Representante do Conselho Municipal da Alimentação Escolar:  
SCHEILA PIÉREZAN;

XII – Representante do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB:  
GEMIR ANTONIO GHELEN;

XIII – Representante dos transportadores escolares:



DOMINGOS MOCELLIN;

XIV – Representante da Defesa Civil do Município:  
RENATO VAILON;

XV – Representante do Poder Legislativo Municipal  
SILVANA COLOSSI.

Art. 3º. O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 possui as seguintes atribuições:

- I – Elaborar o Plano de Contingência Municipal de Prevenção, Monitoramento e Controle da disseminação do COVID-19, exclusivamente para o retorno das aulas presenciais no âmbito do Município de Itá-SC;
- II – Monitorar os resultados das testagens mínimas realizadas na população, em um processo contínuo no município ou região, que constitui como indicador da “Matriz de Risco Potencial Regional”;
- III – Auxiliar na criação e treinamento de “Comissões Escolares” de fiscalização dos regramentos sanitários aplicáveis, na unidade escolar que se pretende o retorno do ensino, extensão e pesquisas presenciais;
- IV – Constituir uma ouvidoria para receber denúncias de descumprimento dos protocolos e que este grupo tenha acesso às informações;
- V – Fomentar a realização de Seminários Virtuais, que permitam um debate amplo entre os órgãos sanitários dos níveis da federação;
- VI – Analisar e validar os Protocolos elaborados pelas Comissões Escolares.

Art. 4º. As Comissões Escolares nomeadas pelo Chefe do Executivo, terão a seguinte composição:

ESCOLA VALENTIN BERNARDI

I – Gestor:  
MARA SPRINGER RATZLAFF SUHRE;

II - Representantes do quadro de professores:  
GELISA GOLLO;  
JANETE CAUMO;

III - Representantes de alunos:  
GUSTAVO GONÇALVES;  
ANA CLARA VIOTT;

IV - Representantes das entidades colegiadas:  
CRISTIANE DE FREITAS;  
ROSALINA NOARA PETRY;

V - Representantes de outros trabalhadores:  
SIRLEI GONÇALVES;  
DIRLEI MACHRY.

ESCOLA JOÃO HENRIQUE PILLE

I – Gestor:  
ANDREI STENZLER;

II - Representantes do quadro de professores:  
GABRIELA WANLAR;  
LUCIANA KOCHER

III - Representantes de alunos:  
EMANUELY BEVILAQUA;  
ARIANE TOFFOLI;

IV - Representantes das entidades colegiadas:  
MARTA TOFFOLI;  
ELAINE VORTMANN;

V - Representantes de outros trabalhadores:  
DANIEL KOLLER.

CRECHE ALECIR TREVISOLO

I – Gestor:  
DENISE SIMON;

II - Representantes do quadro de professores:



EMANUELLA SARTORETTO;  
CÁTIA SARTORETTO;

III - Representantes das entidades colegiadas:  
ANA PAULA REMOCRI;  
AMANDA ROY;

IV - Representantes de outros trabalhadores:  
MARINEIDE DREXLER;  
ELIS GUZATTO.

CANTINHO DA PEDRITA

I – Gestor:  
MARINÊS BENDER;

II - Representantes do quadro de professores:  
JUSSARA FIGUEIRÓ;  
SÔNIA MAZOLENI PINTO;

III - Representantes das famílias dos alunos:  
CRISTIANE MARCANZONI;

IV - Representantes de outros trabalhadores:  
FÁBIO ANDRIOLLI;  
DIVANETE ROGOWSKI.

APAE

I – Gestor:  
ROSANA DOS SANTOS;

II - Representantes do quadro de professores:  
ADELAIDE FEDRIZZI;  
VANUZA BRAND;

III - Representantes de alunos:  
HERMES BARRIONUEVO;

IV - Representantes das entidades colegiadas:  
DIRLEI DISNER;  
ARLETE BARRIONUEVO;

VI - Representantes de outros trabalhadores:  
MARICLER SALES.

EJA

I – Gestor:  
EDIANE GRANNA;

II - Representantes do quadro de professores:  
FABIANA CAPELECHO;  
SUNAMITA REIS AMPESSAN DA SILVA;

III - Representantes de alunos:  
ARMANDO KUSMIRCZUCK;  
RONISE FERNANDES;

IV - Representantes de outros trabalhadores:  
CLEIMAR MUTZEMBERG;

ESCOLA LIBERATO BITTENCOURT

I – Gestor:  
CLARICE BORGES;

II - Representantes do quadro de professores:  
GIANE MARTELO;



FABIANE PEDTRAZZINI;

III - Representantes de alunos:

LUISE VALCARENGHI;

JOÃO HENRIQUE PINTO;

IV - Representantes das famílias dos alunos:

DIANA GRITTI;

MÁRCIA ROCHA;

V - Representantes das entidades colegiadas:

JUCELI DALLE LASTE;

MAROA PUHL;

VI - Representantes de outros trabalhadores:

ADELAR LOPES;

GABRIELE ZILLI.

ESCOLA NEUSA MARQUES/SÍTIO DO PICA PAU AMARELO

I – Gestor:

HERMES ROANI;

II - Representantes do quadro de professores:

GIANE MARTELO;

FÁBIO WATHIER;

III - Representantes de alunos:

ARTHUR MARTELLO;

IV - Representantes das entidades colegiadas:

SÂNIO GERHARDT;

LEOCIR PROVENSÍ;

V - Representantes de outros trabalhadores:

SARA PEREIRA.

Parágrafo Único: São atribuições das Comissões Escolares:

I – Elaborar seus próprios Protocolos, tendo como base o Plano de Contingência Municipal, no que couber a cada estabelecimento, ajustando às suas especificidades;

II – Submeter seus Protocolos à análise e validação do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19;

Art. 5º. O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, em reunião preferencialmente online, deverá elaborar planejamento para aplicação dos protocolos sanitários para viabilizar retorno das aulas presenciais, conforme atribuições do artigo 2º.

Art. 6º. O Poder Executivo Municipal considera o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 como órgão consultivo e fiscalizador dos protocolos de saúde no âmbito do Município de Itá-SC para o retorno das atividades escolares remoto e híbrido;

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial o Decreto Nº117 de 07 de outubro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá (SC),  
em 22 de Fevereiro de 2021.

MOACIR ROBERTO SARTORETTO

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NILVO NILTON BERTICELLI

Secretário Municipal de Administração e Fazenda



# Itaiópolis

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2021 - FMAS

Publicação N° 2878013

OBJETO: Registro de Preços para aquisição parcelada de cestas básicas embaladas individualmente em plástico transparente para distribuição as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação do Município de Itaiópolis/SC. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 10 de março de 2021, até as 08h30. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 10 de março de 2021, as 08h45. O Edital está à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioptis.sc.gov.br](http://www.itaioptis.sc.gov.br). Itaiópolis, 22 de fevereiro de 2021. MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N° 07/2021

Publicação N° 2878010

OBJETO: Registro de Preços para aquisição parcelada de materiais, sendo: massa asfáltica, tubos de concreto, pavers, lajotas, blocos, caixas de aterramento, galerias, grelhas, palanques, postes, para a Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 09 de março de 2021, até as 08h30. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 09 de março de 2021, as 08h45. O Edital está à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioptis.sc.gov.br](http://www.itaioptis.sc.gov.br). Itaiópolis, 22 de fevereiro de 2021. MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO N° 05/2021

Publicação N° 2878348

OBJETO: Contratação de empresa para reforma interna, com novos espaços (salas) no Terminal Rodoviário de Passageiros, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, conforme projeto, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro. Contrato nº 05/2021. Contratada: JSM Versátil – Negócios e Serviços Eireli EPP. Valor Total: R\$ 41.005,12. Prazo de execução: 60 (sessenta) dias, a contar da Ordem de Serviço. Itaiópolis, 18 de fevereiro de 2021. Mozer José Myczkowski Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º 005/2021 - IPMI

Publicação N° 2878017

“Dispõe sobre a concessão do benefício PENSÃO POR MORTE a Sra. LUCIA ZERGER SOUSA”.

Marsoel Screpec, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Itaiópolis, estado de SC, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 36, inciso IX da Lei Municipal nº 53, de 22/10/2002, alterada pela Lei Complementar 01/2004; RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o Benefício de PENSÃO POR MORTE em decorrência do falecimento do sr. EVERTON LUIZ SOUSA, ocupante do cargo de “AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO”, matrícula 53, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Itaiópolis, falecido em 15 de janeiro de 2021, conforme certidão de óbito, com fundamento no ART. 40, §7º e 8º, da Constituição Federal, Art. 59 e 61 da Lei Municipal 53/2002.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data com efeitos financeiros a contar de 15 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registrada a presente Portaria na Secretaria do Instituto de Previdência do Município de Itaiópolis – IPMI, publicada no mural dos Atos Administrativos do IPMI e no Diário Oficial dos Municípios.

Itaiópolis, 22 de fevereiro de 2021

Marsoel Screpec  
Presidente do IPMI

Túlio César Eufrásio  
Gerente Administrativo



**PORTARIA N.º 006/2021**

Publicação N° 2878022

“Dispõe sobre a concessão do benefício APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE a servidora CLARINHA MARIA MACHADO”.

Marsoel Screpec, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Itaiópolis, estado de SC, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 36, inciso IX da Lei Municipal nº 53, de 22/10/2002, alterada pela Lei Complementar 01/2004; RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o Benefício de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS, sem paridade a servidora efetiva CLARINHA MARIA MACHADO, ocupante do cargo de “COPEIRA”, matrícula 1076, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio, com fundamento no ART. 40,§1º, inciso III, alínea “b” da Constituição Federal e Art. 48 da Lei Municipal 53/2002.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data com efeitos a contar de 1º de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registrada a presente Portaria, na Secretaria do Instituto de Previdência do Município de Itaiópolis – IPMI publicada no mural dos Atos Administrativos do IPMI e no Diário Oficial dos Municípios.

Itaiópolis, 22 de fevereiro de 2021

Marsoel Screpec  
Presidente do IPMI

Túlio César Eufrásio  
Gerente Administrativo

---

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS**

---

**RESULTADO DO PE 02/2021**

Publicação N° 2878761

Resultado de Licitação PE nº 02/2021. Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa especializada em seguro, para os veículos que compõem a frota do Fundo Municipal de Saúde e Fundação hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis. Empresa vencedora: Gente Seguradora S/A. Valor do lote 01: R\$ 10.392,52; e lote nº 2 R\$ 1.976,54. Vigência: 28/02/2022. Itaiópolis, 23/02/2021. Araci Gelbcke Wielewski – Secretária Municipal da Saúde.



# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021

Publicação Nº 2879611

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE RETIFICAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS LEVES, COM O RESPECTIVO FORNECIMENTO DE PEÇAS

O Município de Itapiranga, TORNA PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, que em razão de adequação da descrição dos itens, e de acordo com o disposto no item 20.6 do Edital Convocatório, fica PRORROGADA a abertura do edital para o dia 05 de março de 2021 às 13h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 23 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE SIQUEIRA  
Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos



## QUADRO DE VENCEDORES PROCESSO LICITATORIO Nº 03/2021

Publicação Nº 2878798



## MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores - Lote

Pág 1 / 11

**Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 3 / 2021**  
**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS PARA A MERENDA ESCOLAR DESTE MUNICÍPIO**

**Fornecedor: 196339 - A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI - ME**

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
48	CANELA EM PÓ, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DOS PRODUTOS. POTE DE NO MÍNIMO 30G.	INCAS	UNI	250	2,60
57	ACÚCAR REFINADO, DE ORIGEM VEGETAL, CONSTITUÍDO FUNDAMENTALMENTE POR SACAROSE DE CANA-DE-ACÚCAR, CONTENDO ASPECTO SÓLIDO COM CRISTAIS BEM DEFINIDOS, COR BRANCO, ODORE E SABOR PRÓPRIOS DO PRODUTO. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADES, PARASITAS, IMPUREZAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 5KG.	ALTO ALEGRE	UNI	200	2,95
58	ACÚCAR MASCADO ORGÂNICO, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA E UNIFORME, EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, LACRADA E ATÓXICA, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. DEVERÁ TER CERTIFICAÇÃO DE PRODUTO ORGÂNICO COMPROVADO ATRAVÉS DO SELO NA EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1KG.	ZEL	UNI	200	13,30
59	DOCE DE FRUTAS ORGÂNICO, LACRADO, SABORES: ABÓBORA COM COCO, AMEIXA, GOIABA, MAMÃO, MAÇÃ, MORANGO E UVA, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE, NO MÍNIMO, 900G.	DA SERRA	UNI	200	9,99
60	MEL DE ABELHA, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, UNIFORME, NÃO AÇUCARADO, DEVE ESTAR LACRADO, INSPECIONADO E COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	NONO FELICE	KG	60	10,00
61	MELADO DE CANA, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA E UNIFORME, LACRADO, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 900G.	PINHEIRO	UNI	100	14,00
63	NATA, REFRIGERADA, CONTENDO DE 45 A 50% DE GORDURA, INSPECIONADA, NÃO CONTER GLÚTEN, FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÁS E LIMPAS, DEVERÁ APRESENTAR ASPECTO E CHEIRO CARACTERÍSTICOS, LIVRE DE SUJIDADES E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE 8 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE, NO MÍNIMO, 360G.	TERRA VIVA	UNI	800	5,58
64	MANTEIGA SEM SAL, SEM CORANTES, ZERO GORDURA TRANS, VALIDADE MÍNIMA DE 2 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE, NO MÍNIMO, 200G.	fineza	UNI	1.000	9,70
65	AZEITE DE OLIVA, EXTRAVIRGEM, TIPO EXTRA VIRGEM, A BASE DE OLIVA. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS DEVEM COMPREENDER ASPECTO LÍMPIDO, COR E ODORE CARACTERÍSTICOS. DEVE ESTAR ISENTO DE RANCO E IMPUREZAS. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM: GARRAFA DE VIDRO DE 500ML.	SANTA IZABEL	UNI	60	16,00
67	ÓLEO DE GIRASSOL, REFINADO, CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS DEVEM COMPREENDER ASPECTO LÍMPIDO, COR E ODORE CARACTERÍSTICOS, DEVE SER ISENTO DE RANCO E IMPUREZAS. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM PRIMÁRIA PET DE 900ML. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	suivy	UNI	500	12,15

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461203-3434-FKEGVBZPQWPO-0 - Emitido por: LARISSA RODRIGUES DE LIMA

23/02/2021 16:38:49



## MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores - Lote



70	FARINHA DE TRIGO, TIPO 1, BRANCA, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, PRODUTO LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. NÃO PODENDO SER ÚMIDO, FERMENTADO OU RANÇOSO. COM ASPECTO EM PÓ FINO, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO DO PRODUTO. COM ROTULAGEM CONTEENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1KG.	DALLA	UNI	5.000	2,63	13.150,00
71	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, PRODUTO LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. NÃO PODENDO SER ÚMIDO, FERMENTADO OU RANÇOSO. COM ASPECTO EM PÓ FINO, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO DO PRODUTO. COM ROTULAGEM CONTEENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1KG.	DALLA	UNI	800	3,36	2.688,00
72	FARINHA DE ARROZ, SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE. PRODUTO LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. NÃO PODENDO SER ÚMIDO, FERMENTADO OU RANÇOSO. COM ASPECTO EM PÓ FINO, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO DO PRODUTO. COM ROTULAGEM CONTEENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1 KG.	FAZENDA	KG	20	9,67	193,40
73	ERVILHA VERDE, SECA, PARTIDA, GRUPO II, TIPO 1. COM ROTULAGEM CONTEENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, MOFO, BROTADOS, IMATUROS, MANCHADOS, CARUNCHADOS E DESCOLORIDOS QUE PREJUDIQUEM SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. COM ROTULAGEM CONTEENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500G.	STELA DORO	UNI	60	7,95	477,00
80	IOGURTE, LÍQUIDO, SABORES AMEIXA, COCO, MORANGO, PÊSSEGO, SALADA DE FRUTAS. NÃO DEVERÁ CONTER CORANTES. COM ROTULAGEM CONTEENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. DEVERÁ TER IDENTIFICAÇÃO DE ÓRGÃO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA. CADA LOTE FORNECIDO DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE LAUDO DE ANÁLISE MICROBIOLÓGICA. VALIDADE MÍNIMA DE 5 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. OBS.: NÃO SERÁ ACEITO BEBIDA LÁCTEA. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	TERRA VIVA	UNI	500	5,20	2.600,00
81	LEITE LÍQUIDO, INTEGRAL LONGA VIDA, POR PROCESSAMENTO UHT. DEVERÁ TER IDENTIFICAÇÃO NO ÓRGÃO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA. COM ROTULAGEM CONTEENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 2 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM TETRAPAK DE 1 LITRO.	TERRA VIVA	LT	6.000	3,15	18.900,00
84	QUEIJO MUSSARELA, PEDAÇO INTEIRO. INSPECIONADO. COM ROTULAGEM CONTEENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 1 MÊS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1KG.	TERRA VIVA	UNI	1.000	29,00	29.000,00
85	QUEIJO ZERO LACTOSE. INSPECIONADO. COM ROTULAGEM CONTEENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 1 MÊS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE, NO MÍNIMO DE 100G.	LAC LELO	UNI	60	8,75	525,00
90	CARNE DE PEIXE, FILE DE TILÁPIA, CORTE V, CONGELADA, SEM ADIÇÃO DE SAL E /OU TEMPEROS, SEM ESPINHOS, EMBALADA A VÁCUO. INSPECIONADO. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES. COM ROTULAGEM CONTEENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 2 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1KG.	nosso peixe	KG	1.200	40,45	48.540,00
98	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS, INTEGRAL, TIPO PARAFUSO. COM ROTULAGEM CONTEENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 500G.	CASAREDO	UNI	500	3,67	1.835,00
104	CACAU EM PÓ, 100% CACAU, SOLÚVEL. NÃO CONTER AÇÚCAR NEM OUTROS INGREDIENTES NA SUA FORMULAÇÃO. ASPECTO PO HOMOGÊNEO, COR PRÓPRIA DO PRODUTO E CHEIRO CARACTERÍSTICO. DEVERÁ TER EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA. COM ROTULAGEM CONTEENDO	MIRIAN	UND	300	9,00	2.700,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461203-3434-FKEGVBDZPQWPO-0 - Emitido por: LARISSA RODRIGUES DE LIMA

23/02/2021 16:38:49



**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**  
Compras e Contratos  
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores - Lote



	INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 200G.							
108	SACOLA PLÁSTICA, COR BRANCA, LISA, RESISTENTE, ALÇA CAMISETA. TAMANHO: ALTURA: 80CM, LARGURA: 60CM, COM 0,8 MICRAS.	ECO	UNI	8.000			0,55	4.400,00
Total por Fornecedor:								154.105,40
Fornecedor: 547700 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP								
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade		Valor Unitário		
50	VINAGRE DE MAÇÃ- EMBALAGEM PRIMÁRIA PET DE 750 ML. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	KOLLER	UNI	800		2,77		2.216,00
102	POLVILHO AZEDO. INGREDIENTES: FÉCULA DE MANDIOCA. ISENTO DE MATÉRIAS PRIMAS ESTRANHAS E PARASITAS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDO, FERMENTADO OU RANCOZO. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 500G.	PRATA	UNI	4.000		2,40		9.600,00
103	POLVILHO DOCE. INGREDIENTES: FÉCULA DE MANDIOCA. ISENTO DE MATÉRIAS PRIMAS ESTRANHAS E PARASITAS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDO, FERMENTADO OU RANCOZO. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 500G.	PRATA	UNI	500		2,22		1.110,00
Total por Fornecedor:								12.926,00
Fornecedor: 20826 - BRINGHENTTI INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA								
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade		Valor Unitário		
49	SAL IODADO, REFINADO. COM GRANULAÇÃO UNIFORME E COM CRISTAIS BRANCOS. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1KG.	MARFIM	KG	800		0,91		728,00
66	ÓLEO DE SOJA, REFINADO. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS DEVEM COMPREENDER ASPECTO LIMPIO, COR E ODORES CARACTERÍSTICOS, DEVE ESTAR ISENTO DE RANÇO E IMPUREZAS. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM PRIMÁRIA PET DE 900ML. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	COAMO	UNI	2.000		6,92		13.840,00
74	FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1, NOVO, PRIMEIRA QUALIDADE, GRÃOS NA COR CARACTERÍSTICA A VARIEDADE CORRESPONDENTE, TAMANHO E FORMATOS NATURAIS, MADUROS, LIMPOS E SECOS. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, MOFO, BROTADOS, IMATUROS, MANCHADOS, CARUNCHADOS E DESCOLORIDOS QUE PREJUDIQUEM SUA APARENCIA E QUALIDADE. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1KG.	PRÓPRIA	UNI	500		6,50		3.250,00
75	FEIJÃO PRETO, TIPO 1, NOVO, PRIMEIRA QUALIDADE, GRÃOS NA COR CARACTERÍSTICA A VARIEDADE CORRESPONDENTE, TAMANHO E FORMATOS NATURAIS, MADUROS, LIMPOS E SECOS. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, MOFO, BROTADOS, IMATUROS, MANCHADOS, CARUNCHADOS E DESCOLORIDOS QUE PREJUDIQUEM SUA APARENCIA E QUALIDADE. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1KG.	PRÓPRIA	UNI	2.000		6,64		13.280,00
76	FEIJÃO VERMELHO, TIPO 1, NOVO, CLASSE CORES, PRIMEIRA QUALIDADE, GRÃOS NA COR CARACTERÍSTICA A VARIEDADE CORRESPONDENTE, TAMANHO E FORMATOS NATURAIS, MADUROS, LIMPOS E SECOS. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, MOFO, BROTADOS, IMATUROS, MANCHADOS, CARUNCHADOS E DESCOLORIDOS QUE PREJUDIQUEM SUA APARENCIA E QUALIDADE. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1KG.	PRÓPRIA	UNI	500		10,24		5.120,00



**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**  
Compras e Contratos  
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores - Lote



78	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO. COMPOSIÇÃO: FERMENTO BIOLÓGICO (SACCHAROMYCES CEREVISIAE), EMULSIFICANTE MONOESTEARATO DE SORBITANA, NÃO CONTÉM GLUTEN. SABOR, COR E ODORES CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÁ CONTER SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO, NEM CHEIRO A MOFO, NEM SABOR AMARGO. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE, NO MÍNIMO, 100G.	APTI	UNI	400	5,35	2.140,00
79	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO. INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO (ESPÉCIES DOADORAS: AGROBACTERIUM TUMEFACIENS, BACILLUS THURINGIENSIS, SPHINGOBIVIRIDICIDOROVANS, STREPTOMYCES VIRIDICROMOGENES E ZEA MAYS), BICARBONATO DE SÓDIO, FOSFATO MONOCÁLCICO E CARBONATO DE CÁLCIO. NÃO CONTÉM GLUTEN. TODOS OS INGREDIENTES E ESPÉCIES DOADORAS DEVERÃO ESTAR DESCRITOS NA EMBALAGEM. PRODUTO LIVRE DE SUJEIÇÕES, PARASITAS E LARVAS. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM: POTE DE, NO MÍNIMO, 100G.	APTI	UND	1.000	1,71	1.710,00
83	LEITE LÍQUIDO, ZERO LACTOSE, LONGA VIDA, POR PROCESSAMENTO UHT, DEVERÁ TER IDENTIFICAÇÃO DE ÓRGÃO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 2 MES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM TETRAPAK DE 1 LITRO.	LEITBOM	LT	150	3,45	517,50
93	ARROZ PARBOILIZADO, CLASSE LONGO FINO, TIPO 1, PRIMEIRA QUALIDADE, DEVENDO APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1 KG.	CHINES	UNI	5.000	3,90	19.500,00
94	ARROZ PARBOILIZADO INTEGRAL, CLASSE LONGO FINO, TIPO 1, PRIMEIRA QUALIDADE, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM COM 1KG.	CHINES	UNI	500	5,12	2.560,00
96	MASSA ALIMENTÍCIA SEM OVOS- TIPO ESPAGUETE LISA (NÃO TIPO NINHO). COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	ROSANE	UNI	500	2,04	1.020,00
97	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS - TIPO PENNE. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM 500GR.	ROSANE	UNI	500	2,04	1.020,00
99	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS- TIPO CONCHINHA. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 500G.	ROSANE	UNI	200	2,40	480,00
100	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS, TIPO CABELO DE ANJO- COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 500G	ROSANE	UNI	200	3,42	684,00
101	AMIDO DE MILHO. INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO. NÃO CONTÉM GLUTEN. ISENTO DE MATÉRIAS PRIMAS ESTRANHAS E PARASITAS. NÃO PODENDO ESTAR UMIDA, FERMENTADA OU RANÇOSA. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. ACONDICIONADO EM SACO DE PAPEL IMPERMEÁVEL E EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA. EMBALAGEM DE 1KG.	AMIDO DO ZÉ	UNI	500	3,95	1.975,00
105	COCO RALADO, DESIDRATADO. INGREDIENTES: POLPA DE COCO PARCIALMENTE DESENGORDURADA, DESIDRATADA. CONSERVADOR INS 223. NÃO CONTÉM GLUTEN. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 100G.	UNICOCO	UNI	200	2,90	580,00
<b>Total por Fornecedor:</b>						<b>68.404,50</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461203-3434-FKEGVBDZPQWFO-0 - Emitido por: LARISSA RODRIGUES DE LIMA

23/02/2021 16:38:49



**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**  
Compras e Contratos  
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores - Lote



Fornecedor: 408026 - CASA DA CUCA LTDA EPP					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
106	VENTILHA MIX DE CEREJAS, INGREDIENTES: POLVILHO AZEDO, BATATA DOCE, ÁGUA, ÓLEO VEGETAL DE COCO, SAL, CENOURA DESIDRATADA EM PÓ, ESPINAFRE DESIDRATADO EM PÓ, BETERRABA DESIDRATADA EM PÓ, E CORANTE NATURAL DE URUCUM. ZERO GORDURAS TRANS, VEGANO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1050G.	Sell-e	UNI	150	4.047,00
Total por Fornecedor:					4.047,00
Fornecedor: 11070 - COMERCIAL GUIISA LTDA. ME.					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
1	FORMULA INFANTIL PARA LACTANTES E CRIANÇAS QUE APRESENTAM ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA E/OU SOJA. FORMULA HIPOALERGÊNICA A BASE DE PROTEÍNA DE SORO DE LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA; COM ADIÇÃO DE PROBIÓTICOS E ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA. INDICADO PARA ALERGIAS A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA E DA SOJA. NÃO DEVE CONTER GLUTEN. EMBALAGEM DE, NO MÍNIMO, 400G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. DEVERÁ SER COTADO: PREGOMIN PEPTI.	PREGOMIN	UND	60	8.940,00
6	ALFACE AMERICANA, PRIMEIRA QUALIDADE, FOLHAS INTEGRAS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS, TRANSPARENTE, DE PRIMEIRO USO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE	VOGEL	PÉ	500	2.250,00
51	AMARANTO EM GRÃOS, DE USO CULINÁRIO, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 150G.	APTI	UND	50	575,00
52	AVEIA EM FLOCOS, DE USO CULINÁRIO, EMBALAGEM PRIMÁRIA: PLÁSTICO ATÓXICO; EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE, NO MÍNIMO, 200G.	VITÃO	UNI	500	1.550,00
53	GÉRMIN DE TRIGO, DE USO CULINÁRIO, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE, NO MÍNIMO, 300G.	NUTRI	UNI	100	380,00
54	GERGELIM BRANCO EM GRÃOS, DE USO CULINÁRIO, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE, NO MÍNIMO, 100G.	VALAR	UNI	100	458,00
55	LINHAÇA MARROM, EM GRÃOS, DE USO CULINÁRIO, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 500G.	VALAR	UNI	100	197,00
56	QUINOA EM FLOCOS, DE USO CULINÁRIO, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 100G.4	NUTRI E WIEDER	UNI	50	390,00
82	LEITE LÍQUIDO PASTEURIZADO, INTEGRAL, TIPO A, REFRIGERADO, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. DEVERÁ TER IDENTIFICAÇÃO DE ÓRGÃO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA. VALIDADE MÍNIMA DE 5 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. A ENTREGA DEVERÁ SER FEITA NAS CRECHES E/OU ESCOLAS DO MUNICÍPIO TRÊS VEZES POR SEMANA OU CONFORME CRONOGRAMA ESTABELECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 LITRO.	GELLER	UNI	16.000	63.840,00
86	CARNE BOVINA COM OSSO (MUSCULO), CONGELADA, SEM ADIÇÃO DE SAL E/OU TEMPEROS. EMBALADA A VÁCUO. INSPECIONADA. ASPECTO PRÓPRIO. NÃO AMOLECIDO. NEM PEGAJOSO, COR,	MAIBOM	KG	400	6.380,00



	CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, COM INSPEÇÃO E ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM ATÓXICA E RESISTENTE DE 1 KG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	MAIBOM	KG	2.000	16,99	33.980,00
91	CARNE SUÍNA, DESOSSADA, SEM PELE; SEM GORDURA APARENTE (SEM CAPA DE GORDURA), CONGELADA, EMBALADA À VÁCUO, ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, COM INSPEÇÃO E ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. SEM ADIÇÃO DE SAL E DE TEMPEROS. EMBALAGEM ATÓXICA E RESISTENTE DE 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	LINGUIÇA	KG	600	14,90	8.940,00
92	LINGUIÇA MISTA, DE CARNE BOVINA E SUÍNA, CONGELADA, EMBALADA À VÁCUO. DEVERÁ CONTER DE 9 A 12 LINGUIÇAS POR EMBALAGEM. INSPESIONADA. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	LOWÇUCAR	UND	25	5,90	147,50
107	BISCOITO DOCE DIET, SEM RECHEIO, DIVERSOS SABORES, APROVADO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE ATENDIMENTO AO DIABÉTICO (ANAD), COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 150G.					
Total por Fornecedor:						128.007,50
<b>Fornecedor: 682861 - COMERCIO DE ALIMENTOS BAUMGARTEN LTDA</b>						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	
34	PEPINHO TIPO SALADA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CENTENARIO	KG	1.300	4,90	6.370,00
46	AÇAFRÃO DA TERRA, PURO, EM PÓ, SEM SAL. CONDIMENTO EM PÓ, DE COR AMARELADA. INTEGRALMENTE CHEIRO E AROMA CARACTERÍSTICOS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. POTE DE NO MÍNIMO, 50 G.	BRUSTO	UNI	30	3,00	90,00
68	PÃO INTEGRAL FATIADO. CONTER FARINHA INTEGRAL EM MAIOR PROPORÇÃO QUE FARINHA BRANCA. NÃO CONTER OVOS. APRESENTAR SUPERFÍCIE LISA, MACIA E BRILHANTE; NÃO QUEBRADIÇA, MILOO CONSISTENTE. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, RESISTENTE E NÃO RECICLÁVEL, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PANIFICADORA BAUMGARTEN	KG	3.200	18,70	59.840,00
95	MANDIOCA, DESCASCADA, CONGELADA, PRIMEIRA QUALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 2 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1 KG.	COOAFI	UNI	1.200	6,00	7.200,00
Total por Fornecedor:						73.500,00
<b>Fornecedor: 98043 - HERTA ANA VOGT ME</b>						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	
2	ABACATE DE PRIMEIRA QUALIDADE, DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES) GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	400	7,77	3.108,00
3	ABÓBORA CABOTIÁ, GRAUDA, PADRÃO UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE. DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE	CFSM	KG	300	4,00	1.200,00



## MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores - Lote



	(RACHADURAS E CORTES), MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.					
4	ABOBRIHA, GRAUDA, PADRÃO UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE, DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	100	4,70	470,00
5	ALFACE CRESPA, PRIMEIRA QUALIDADE, FOLHAS INTEGRAS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	UNI	2.300	3,00	6.900,00
7	AMEIXA PRETA, PRIMEIRA QUALIDADE, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DO MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	300	14,50	4.350,00
8	BANANA DE PRIMEIRA QUALIDADE, DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	15.000	3,09	46.350,00
10	BATATA DOCE DE BOA QUALIDADE, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), TAMANHO UNIFORME, DEVENDO SER GRAUDA, AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	600	3,40	2.040,00
11	BATATA INGLESA, GRAUDA, PADRÃO UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE, DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	5.500	4,41	24.255,00
12	BERGAMOTA PONKAN, DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, INTEIRA, FIRME, SEM CEDER À PRESSÃO DOS DEDOS, CASCA LISA, MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, SEM ENFERMIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	600	6,99	4.194,00
13	BERGAMOTA MORGOTA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, INTEIRA, FIRME, SEM CEDER À PRESSÃO DOS DEDOS, CASCA LISA, MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, SEM ENFERMIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	600	6,99	4.194,00
14	BETERRABA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM FOLHAS, DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TAMANHO UNIFORME, DEVENDO SER GRAUDA, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	400	3,94	1.576,00
16	CAQUI FUYU, GRAUDO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, INTEIRO, FIRME, SEM CEDER À PRESSÃO DOS DEDOS, CASCA LISA, MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS OU LARVAS.	CFSM	KG	300	8,00	2.400,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461203-3434-FKEGVBDZPQWFO-0 - Emitido por: LARISSA RODRIGUES DE LIMA

23/02/2021 16:38:49





**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**  
Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores - Lote

Pág 8 / 11

17	SEM ENFERMIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS. CEBOLA BRANCA, GRAUDA, DESENRESTEADA, DE PRIMEIRA QUALIDADE. DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), DEVENDO TER ATINGIDO O GRAU MÁXIMO DE TAMANHO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE. ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	2.350	3,79	8.906,50
18	GENOURA DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM FOLHAS, DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES). MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	2.500	4,92	12.300,00
19	CHUCHU, DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TAMANHO UNIFORME, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	1.500	4,50	6.750,00
20	COUVE-FLOR DEVERÁ SER SÁ, FRESCA, TER ATINGIDO GRAU MÁXIMO DE TAMANHO, AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. NÃO ESTAR DANIFICADO POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A SUA APARÊNCIA, MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	500	8,00	4.000,00
21	ESPINAFRE, PRIMEIRA QUALIDADE, FOLHAS ÍNTEGRAS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS, TRANSPARENTE, DE PRIMEIRO USO. EMBALADO MAÇO DE, NO MÍNIMO, 150G.	CFSM	MAÇO	600	8,00	4.800,00
23	LARANJA DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, INTEIRA, FIRME, SEM CEDER À PRESSÃO DOS DEDOS, CASCA LISA, MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, SEM ENFERMIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	13.000	3,88	50.440,00
24	LIMÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, INTEIRA, FIRME, SEM CEDER À PRESSÃO DOS DEDOS, CASCA LISA, MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM ENFERMIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	400	7,00	2.800,00
25	MAÇÃ FUGI NACIONAL, GRAUDA, CASCA LISA, DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	10.000	8,79	87.900,00
26	MAÇÃ GALÁ, GRAUDA, CASCA LISA, DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	1.000	8,98	8.980,00
27	MAÇÃ ARGENTINA, GRAUDA, CASCA LISA, DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	1.000	13,50	13.500,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461203-3434-FKEGVBDZPQWFO-0 - Emitido por: LARISSA RODRIGUES DE LIMA

23/02/2021 16:38:49



**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**  
Compras e Contratos  
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores - Lote



EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.					
28	MAMÃO, TIPO FORMOSA, MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), TAMANHO UNIFORME, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	6.000	5,59
29	MANGA, MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, CASCA LISA, DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	2.000	4,74
30	MELANCIA, FRESCA E DE ÓTIMA QUALIDADE. COMPACTA, FIRME, DE COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR E SABOR TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. ISENTOS DE SUJIDADES, INSETOS PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES. PESO E TAMANHO PADRÃO.	CFSM	KG	1.000	1,90
31	MELÃO, FRESCO E DE PRIMEIRA QUALIDADE. FIRME, DE COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR E SABOR TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. ISENTOS DE SUJIDADES, INSETOS PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES. PESO E TAMANHO PADRÃO.	CFSM	KG	500	6,00
33	OVOS DE GALINHA, INSPECIONADOS, CASCA LIMPA, ÍNTEGRA, SEM MANCHAS E DEFORMAÇÕES. EMBALADOS EM DÚZIAS. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 15 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	CFSM	DUZ	4.000	5,92
35	PIMENTÃO AMARELO, FRESCO E DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	100	16,00
36	PIMENTÃO VERDE, FRESCO E DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	200	8,00
38	REPOLHO VERDE, GRAÚDO, PODADO, ISENTOS DE MATERIAL TERROSO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COLORAÇÃO UNIFORME E SEM MANCHAS, DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	3.800	2,49
39	REPOLHO ROXO GRAÚDO, PODADO, ISENTOS DE MATERIAL TERROSO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COLORAÇÃO UNIFORME E SEM MANCHAS, DEVE ESTAR FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDAS DE MANUSEIO E TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES), MATURAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	CFSM	KG	300	3,49
40	RÚCULA, PRIMEIRA QUALIDADE, FOLHAS ÍNTEGRAS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS. EMBALADO EM MAÇO DE NO MÍNIMO 150G	CFSM	MAÇO	100	3,98
41	TEMPERO VERDE, (SALSINHA E CEBOLINHA) PRIMEIRA QUALIDADE, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES.	CFSM	MAÇO	1.200	3,49

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461203-3434-FKEGVBDZPQWFO-0 - Emitido por: LARISSA RODRIGUES DE LIMA

23/02/2021 16:38:49



## MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores - Lote



Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
42	INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA CONSUMO, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS. CASCA LISA, SEM FERIMENTOS. DE PRIMEIRA QUALIDADE. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	4.200	KG	CFSM	6,00	25.200,00
43	UVA TIPO COLONIAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, INTEGRAL, GRAOS GRAUDOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	600	KG	CFSM	8,90	5.340,00
44	VAGEM, PRIMEIRA QUALIDADE, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, TER AROMA E COR DA ESPÉCIE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ALIMENTOS.	300	KG	CFSM	11,99	3.597,00
47	ALHO DESIDRATADO EM FLOCOS E/OU GRANULADO, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	160	UNI	BOM GOSTO	24,95	3.992,00
62	CREME VEGETAL COM SAL, SEM GORDURA TRANS, APRESENTAÇÃO, ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES. DEVERÁ ESTAR ISENTO DE RANÇO E DE BOLORES. ANTES DE ABERTO, O PRODUTO NÃO DEVE NECESSITAR DE REFRIGERAÇÃO. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	300	UNI	PRIME	2,89	867,00
69	FARINHA DE MILHO, MÉDIA, ORIUNDO DE MOAGEM DO GRÃO DE MILHO, SADIO E LIMPO, NÃO DEVENDO CONTER MATERIAIS TERROSOS, PARASITAS E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS. DEVE CONTER COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. EMBALADOS EM SACO PLÁSTICO ATÓXICO, TRANSPARENTE. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 2 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1 KG.	350	UNI	MANU	2,62	917,00
77	LENTILHA TIPO I, CLASSE MISTURADA, COM AUSÊNCIA DE UMIDADE, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 500G.	1.000	UNI	MANU	5,13	5.130,00
89	CARNE DE FRANGO, COXA E SOBRECOXA, CONGELADA, CARNE DE FRANGO, COXA E SOBRECOXA, CONGELADA, EMBALADAS POR UNIDADE, NÃO INTERFOLHADA, SEM ADIÇÃO DE SAL E/OU DE TEMPEROS. INSPECIONADA, ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 15KG A 20KG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	3.200	KG	LE VIDA	6,98	22.336,00
Total por Fornecedor:						458.687,50
Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
87	CARNE BOVINA SEM OSSO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM GORDURA APARENTE, EMBALADA A VÁCUO, NÃO SERÁ ACEITO RECORTES, INSPECIONADA, ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, COM INSPEÇÃO E ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM ATÓXICA E RESISTENTE DE 1KG.	3.500	UNI	rosa	25,50	89.250,00
88	CARNE DE FRANGO, SASSAMI, CONGELADA, SEM ADIÇÃO DE SAL E/OU DE TEMPEROS, INSPECIONADA, ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO, COR, CHEIRO E SABOR	4.000	KG	MAIS FRANGO	11,65	46.600,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461203-3434-FKEGVBDZPQWPO-0 - Emitido por: LARISSA RODRIGUES DE LIMA

23/02/2021 16:38:49





**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**  
Compras e Contratos

Compras e Contratos

Pág 11 / 11

PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1KG.						
<b>Total por Fornecedor:</b>						<b>135.850,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>1.035.527,90</b>

## Resumo dos Fornecedores

Forneecedor	Itens Vencidos	Valor Total
196339 - A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI - ME	:48, :57, :58, :59, :60, :61, :63, :64, :65, :67, :70, :71, :72, :73, :80, :81, :84, :85, :90, :98, :104, :108	154.105,40
647700 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	:50, :102, :103	12.926,00
20826 - BRINGHENTTI INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	:49, :66, :74, :75, :76, :78, :79, :83, :93, :94, :96, :97, :99, :100, :101, :105	68.404,50
408026 - CASA DA CUCA LTDA EPP	:106	4.047,00
111070 - COMERCIAL GUISA LTDA. ME.	:1, :6, :51, :52, :53, :54, :55, :56, :82, :86, :91, :92, :107	128.007,50
682861 - COMERCIO DE ALIMENTOS BAUMGARTEN LTDA	:34, :46, :68, :95	73.500,00
98043 - HERTA ANA VOGT ME	:2, :3, :4, :5, :7, :8, :10, :11, :12, :13, :14, :16, :17, :18, :19, :20, :21, :23, :24, :25, :26, :27, :28, :29, :30, :31, :33, :35, :36, :38, :39, :40, :41, :42, :43, :44, :47, :62, :69, :77, :89	458.687,50
643497 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	:87, :88	135.850,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461203-3434-FKEGVBDZPQWPO-0 - Emitido por: LARISSA RODRIGUES DE LIMA

23/02/2021 16:38:49



## Itapoá

## PREFEITURA

## ATA SESSÃO PÚBLICA - TOMADA DE PREÇO Nº 02/2021

Publicação Nº 2877856

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

Data	23/02/2021	Horário início: 08h30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 02/2021 Nº 02/2021

**OBJETO:**  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE URBANIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA VIA RUA JOÃO JORGE DE SOUZA, COM ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCO INTERTRAVADO DE CONCRETO DE 1.737,85 M2, E CALÇADA DE CONCRETO DE 59,05M3, NESTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. 267.092,71. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4522/2020. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, Diário Oficial do Estado, Jornal de Grande Circulação do Estado e Site Oficial do Município, no dia 05/02/2021 a fim de ampla divulgação. Exatamente às 08h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
22/02/2021	10	10:40	SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	14.770.128/0001-49
22/02/2021	11	12:10	SWL TECNOLOGIA LIMPEZA, SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA	24.337.551/0001-03
23/02/2021	12	07:33	J.R. DOS SANTOS TERRAPLANAGEM E ENGENHARIA EPP	21.467.572/0001-55
23/02/2021	13	07:47	JOINPAV PAVIMENTAÇÃO LTDA ME	08.596.022/0001-78
23/02/2021	14	07:51	DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA	27.404.978/0001-75
23/02/2021	15	07:55	CONSTRUTORA OLIVEIRA CABRAL	20.430.471/0001-47
23/02/2021	16	07:57	JOTAS CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	19.679.035/0001-27

Iniciada a sessão, os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado pela CPL o disposto a seguir:

Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
1	REF.: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
1.1. Não apresentou o item 2.1.1 Cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do sócio ou representante legal, sendo aceito Documentos que contenham a identificação do número do Registro Geral (RG/ID) e Cadastro de Pessoa Física (CPF). Neste quesito, a CPL considera a empresa INABILITADA.	
Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
2	REF.: J.R. DOS SANTOS TERRAPLANAGEM E ENGENHARIA EPP
2.1. Apresentou o item 2.2.2 Certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) vencido em 19/03/2021; 2.2. Apresentou o item 2.5.4 Certidão da Junta Comercial vencida, com data de emissão em 23/11/2020, sendo superior à 60 dias, descumprindo o item 2.6.5 do Edital.	
CONSIDERAÇÕES DA CPL: Nestes quesitos, a CPL considera a empresa INABILITADA, tendo em vista que ao apresentar a Certidão da Junta Comercial vencida, perde o direito de nova apresentação do FGTS.	
Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
3	REF.: CONSTRUTORA OLIVEIRA CABRAL
3.1. Não apresentou demonstrações contábeis, mesmo que constituída recentemente deve apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado do período do início das atividades até data próxima à abertura das propostas, descumprindo o item 2.4.5 do Edital; 3.2. Não apresentou o item 2.1.1 Cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do sócio ou representante legal, sendo aceito Documentos que contenham a identificação do número do Registro Geral (RG/ID) e Cadastro de Pessoa Física (CPF); 3.3. Não apresentou a Certidão da empresa, descumprindo o item 2.3.1 do Edital; 3.4. Não apresentou a Declaração de não exploração ao trabalho infantil, descumprindo o item 2.5.1 do Edital; 3.5. Não apresentou a Declaração do licitante da inexistência de superveniência de fato impeditivo de habilitação, descumprindo o item 2.5.2 do Edital; 3.6. Não apresentou a Declaração do licitante de apresentação de garantia, descumprindo o item 2.5.3 do Edital; 3.7. Não apresentou Atestado de Capacidade Técnica acompanhado da CAT - Certidão de Acervo Técnico, descumprindo o item 2.3.2 do Edital.	
CONSIDERAÇÕES DA CPL: Nestes quesitos, a CPL considera a empresa INABILITADA.	

Sendo assim, as empresas SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, J.R. DOS SANTOS TERRAPLANAGEM E ENGENHARIA EPP e CONSTRUTORA OLIVEIRA CABRAL, foram consideradas INABILITADAS. As empresas SWL TECNOLOGIA LIMPEZA, SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA, JOINPAV PAVIMENTAÇÃO LTDA ME, DIMENSE ENGENHARIA CONSTRUTORA e JOTAS CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA estavam de acordo com o edital, e, portanto consideradas HABILITADAS. Tendo em vista o Decreto Estadual nº 1027/2020 e Decreto Municipal nº 4780/2020, os documentos de habilitação serão escaneados e disponibilizados no Site Oficial do Município para acesso aos interessados. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e no qual fica aberto o prazo de direito de



recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, até o dia 03/03/2021. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	RICARDO LASTRA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR MEMBRO	MARIZA APARECIDA FILLA MEMBRO

## DECRETO MUNICIPAL Nº 4955, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878105

### DECRETO MUNICIPAL Nº 4955, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Regulamenta a Lei Municipal nº 895, de 19 de agosto de 2019, que autoriza o Poder Executivo a instituir, nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, o Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social (Reurb-S) e o Programa de Regularização Fundiária de Interesse Específico (Reurb-E), denominado simplesmente como ☐ Lar Legal Itapoá! ☐ e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a Lei Municipal 895, de 19 de agosto de 2019, referente à tramitação processual dos requerimentos de regularização fundiária no Município de Itapoá, conforme segue:

I – Fica a Coordenadoria da Cidadania, unidade administrativa da Secretaria de Desenvolvimento Social e Econômico, responsável pela gestão dos processos de regularização fundiária do município de Itapoá.

a) Compreende-se por gestão dos processos para fins deste regulamento, todo trâmite processual, desde a abertura até a finalização.

b) Para cumprimento ao trâmite processual a Coordenadoria da Cidadania poderá solicitar pareceres técnicos de outras unidades da administração municipal ou entidades contratadas ou conveniadas para tal fim e encaminhar o processo ou parte dele para análise técnica necessária;

c) Os processos de Regularização Fundiária após autuados e pré-avaliados deverão ser encaminhados para a Comissão Municipal de Regularização Fundiária para deliberação. Após deliberação a Coordenadoria da Cidadania realizará todo procedimento necessário à finalização e encerramento do processo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 22 de fevereiro de 2021,

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

## PORTARIA Nº 6922/2021

Publicação Nº 2877965

### PORTARIA MUNICIPAL nº 6.922/2021

Data: 18 de fevereiro de 2021

PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA – PSI Nº 001/2021  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONECIR SOARES, Secretário de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando:

· Comunicação Interna nº057/2021/Secretaria de Educação;

Resolve:

Art.1º Tornar público que será instaurado Processo de Sindicância Investigatória nº 001/2021, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, para averiguar o ocorrido no pátio da Escola Municipal Zózimo Neres do Rosário, relativo à conduta do servidor(a) R.H.P. matrícula nº. 11668644, que será apurada pela comissão constituída pelos seguintes servidores:

DAIANE BATISTA .....	Presidente
NEUCI MORMITO FREIRE.....	Secretária
ARTHUR BORDIN SBIRISSIA .....	Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar fatos, apontando providências cabíveis.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá (SC), 18 de fevereiro de 2021

JONECIR SOARES

Secretário de Administração



CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva  
Ag. Administrativo I**RESULTADO FINAL – EDITAL N° 006/2021**

Publicação N° 2878071

RESULTADO FINAL – EDITAL N° 006/2021

Processo de Transferência de Servidor Público Municipal de sua Lotação para outra.

A Comissão do Edital de Transferência, no uso de suas atribuições legais COMUNICA:

Servidor	Cargo	Condição
CRISTINA BASTOS PEQUENO	Agente Administrativo I	*INSCRIÇÃO INDEFERIDA

Itapoá, 23 de fevereiro de 2021.

Vandressa Aparecida Chervinski  
PresidenteSulmaria Maria da Silva  
SecretáriaCélia Maria Reinert  
Membro**TERMO DE CONVOCAÇÃO N° 003/2021 - EDITAL 004/2021 - MÉDICO ESF**

Publicação N° 2877840

TERMO DE CONVOCAÇÃO N° 003/2021  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 004/2021  
MÉDICO ESF

JANAYNA GOMES SILVINO, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata ELISA ELIAS DA VINHA ANDRADE para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
- Título de Eleitor (cópia e original);
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – diploma (cópia e original);
- Registro no órgão de classe;
- Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
- Certidão de regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
- Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico, com aptidão para o trabalho e constando não pertencer ao Grupo de Risco para o COVID 19;
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração)

Itapoá, 23 de Fevereiro de 2021.

Janayna Gomes Silvino  
Secretária Municipal de Saúde



**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2021 - EDITAL 004/2021 - MÉDICO ESF**

Publicação Nº 2877841

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2021  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2021  
MÉDICO ESF

JANAYNA GOMES SILVINO, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato OSVALDO FERNANDES DE OLIVEIRA NETO para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
- Título de Eleitor (cópia e original);
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – diploma (cópia e original);
- Registro no órgão de classe;
- Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
- Certidão de regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
- Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico, com aptidão para o trabalho e constando não pertencer ao Grupo de Risco para o COVID 19;
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração)

Itapoá, 23 de Fevereiro de 2021.

Janayna Gomes Silvino  
Secretária Municipal de Saúde



# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 32 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2879636

DECRETO Nº 32 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

"INCLUI MEMBROS NO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA CRISE PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19 (CORONAVÍRUS)."

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de 30 de março de 1990, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº. 12.608 de 10 de abril de 2012,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 3º do Decreto nº 33 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º O Comitê é composto por:

- I – Prefeito e Vice-Prefeito;
- II – Membros da Procuradoria Municipal;
- III – Coordenador (a) da Defesa Civil;
- IV – Chefe de Gabinete;
- V- Vigilância Epidemiológica;
- VI – Coordenador (a) Pronto Socorro;
- VII – Diretor (a) Hospital Bom Jesus;
- VIII – Secretário (a) de Assistente Social;
- IX – Secretário (a) de Administração;
- X – Comandante da 4ª Companhia 13º Batalhão da Polícia Militar;
- XI – Delegado da Polícia Civil.
- XII – Comandante do 3º Pelotão de Bombeiros da 1ª Companhia do 15º Batalhão de Bombeiros Militar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 23 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária de Administração

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 6 - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

Publicação Nº 2878678

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 6 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

Considerando o item 2.1, letra "c", o critério de classificação para o presente edital é a "experiência na área de atuação, se tiver (atestado de capacidade técnica, certificado de conclusão em cursos, registro na CTPS, certidão de tempo de serviço – em caso de serviço público", CONVOCA-SE os seguintes candidatos para apresentar-se no departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) fim de dar seguimento ao processo de chamada pública, conforme item 2.3 do edital:

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

	NOME	ONDE DESEMPENHARÁ SUAS FUNÇÕES	TEMPO DE SERVIÇO	D/N
1º	ROZENEI HEINZ FERREIRA	Secretaria de Saúde	15a /6m /24d	04/11/1970
2º	NAIANA FERNANDA BRUDA	Secretaria de Saúde	13a /8m /10d	09/03/1985

Os referidos candidatos deverão apresentar-se a partir das 8h no departamento de RH da Secretaria de Saúde para apresentação dos documentos, a partir da próxima quinta-feira, 26 de fevereiro de 2021.

A inércia na apresentação dos documentos no prazo assinalado caracteriza desistência, autorizando a Administração a chamar o próximo classificado em cada listagem.



Ituporanga, 23 de fevereiro de 2021.

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

NEIDE SORBARA MACIEL  
Secretária da Saúde

### **PORTARIA N° 373, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2878171

PORTARIA N° 373, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com Processo Seletivo 01/2020 e Parecer do Controle Interno nº 119/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário TAINÁ ALINE ERN MARIAN, no cargo de PROFESSOR III, com desempenho de suas funções na Secretaria de Educação – CEI Luciane Haveroth, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 22 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação

### **PORTARIA N° 374, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2878175

PORTARIA N° 374, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com Processo Seletivo 01/2020 e Parecer do Controle Interno nº 118/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário MARIA LUCIA LUDVIG PASSIG, no cargo de PROFESSOR III, com desempenho de suas funções na Secretaria de Educação – CE Pedro Julio Muller, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 22 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação



**PORTARIA Nº 375, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878180

PORTARIA Nº 375, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com Processo Seletivo 02/2020 e Parecer do Controle Interno nº 125/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário DEISE ABREU ANDRADE, no cargo de PROFESSOR III, com desempenho de suas funções na Secretaria de Educação – CE Pedro Julio Muller, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 22 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 376, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878183

PORTARIA Nº 376, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com Chamada Pública 01/2021 e Parecer do Controle Interno nº 124/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário LAURO JOSÉ PADILHA, no cargo de PROFESSOR III, com desempenho de suas funções na Secretaria de Educação – CE Bernardina Farias de Matos, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 22 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 377, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878187

PORTARIA Nº 377, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com Chamada Pública 01/2021 e Parecer do Controle Interno nº 126/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário JOSEANE REGINA FOSTER ALVEZ, no cargo de ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO III, com desempenho de suas funções na Secretaria de Educação – CE Matilde Sens, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2021.



Ituporanga, 22 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação

### **PORTARIA Nº 378, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879653

PORTARIA Nº 378, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com Processo Seletivo 01/2020 e Parecer do Controle Interno nº 127/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário ALINE PETRY NEHUAUS, no cargo de ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO III, com desempenho de suas funções na Secretaria de Educação – CEI Pequeno Príncipe, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 22 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação

### **PORTARIA Nº 379, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878195

PORTARIA Nº 379, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com Chamada Pública 02/2021 e Parecer do Controle Interno nº 128/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário JANETE SENS SENEM, no cargo de PROFESSOR III, com desempenho de suas funções na Secretaria de Educação – CEI Irma Kemmpner, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 22 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação



**PORTARIA Nº 380, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878198

PORTARIA Nº 380, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com Chamada Pública 02/2021 e Parecer do Controle Interno nº 129/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário ELISABETE SOUZA MUNIZ, no cargo de PROFESSOR III, com desempenho de suas funções na Secretaria de Educação – CE Luciane Haveroth, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 22 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 381, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878202

PORTARIA Nº 381, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com Chamada Pública 02/2021 e Parecer do Controle Interno nº 130/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário SAMARA CABRAL DE ANDRADE, no cargo de PROFESSOR III, com desempenho de suas funções na Secretaria de Educação – CE Leandro dos Santos, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 22 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 382, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878207

PORTARIA Nº 382, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com Chamada Pública 03/2021 e Parecer do Controle Interno nº 122/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário ANA CARLA GRAH ROSA no cargo de SERVENTE, com desempenho de suas funções na Secretaria de Educação CEI Pequeno Príncipe, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de fevereiro de 2021.



Ituporanga, 22 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação

### **PORTARIA Nº 383, 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878210

PORTARIA Nº 383, 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, conforme a Lei Complementar nº 20/2008 e Processo nº 647/2021,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, a servidora ADELIA RODRIGUES ocupante no cargo de SERVENTE, na Secretaria de Administração, a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, SC, 22 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

### **PORTARIA Nº 384, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878218

PORTARIA Nº 384, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com Chamada Pública 02/2021 e Parecer do Controle Interno nº 123/2021,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário ADELIA RODRIGUES no cargo de SERVENTE, com desempenho de suas funções na Secretaria de Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 22 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

### **PORTARIA Nº 385, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878224

PORTARIA Nº 385, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com Processo Seletivo 02/2021 e Parecer do Controle Interno nº 120/2021,



**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário GÉSSICA SCHWAMBACH no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com desempenho de suas funções na Secretaria de Agricultura, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ituporanga, 22 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA BEZERRA LOFFI PETRY  
Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

**PORTARIA Nº 386, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878228

PORTARIA Nº 386, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com Chamada Pública 03/2021 e Parecer do Controle Interno nº 121/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário MARIO JULIANO CRISPIM DA SILVA no cargo de MOTORISTA, com desempenho de suas funções na Secretaria de Educação – Transporte Escolar, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ituporanga, 22 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 387, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879655

PORTARIA Nº 387, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008 e Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007,

**RESOLVE:**

Art.1º Revogar os efeitos da Portaria nº 306, de 16 de fevereiro de 2021, da servidora REGINA CUZIK, ocupante do cargo de SERVENTE – ACT, por motivo de a mesma ser do grupo de risco e exercer suas funções na proximidade da tenda do Covid, devendo a servidora retomar suas atividades na Secretaria de Urbanismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 23 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito Municipal

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração



WILMAR VANDRESEN  
Secretário de Urbanismo

**PORTARIA Nº 389, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879649

PORTARIA Nº 389, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o servidor GABRIEL DE SOUZA, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, na Secretaria de Infraestrutura, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 22/02/2021 a 23/03/2021, referente ao período aquisitivo de 20.03.2019 a 19.03.2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 23 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

LUISMAR AGUIAR SENA  
Secretário de Infraestrutura

**PORTARIA Nº 391, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879646

PORTARIA Nº 391, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito de Ituporanga/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o respaldo legal na Lei nº 1839/2000, Lei Complementar 020/2008 e Processo nº 350/2021 de 01.02.2021,

**RESOLVE;**

Art. 1º Alterar a carga horária do servidor LUÍS RICARDO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR III, vinculado à Secretaria da Educação, com lotação no CE Bernadina Farias Matos, com carga horária de 20 horas semanais que será alterada para 10 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 23 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito do Município

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 392, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879645

PORTARIA Nº 392, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008,

**RESOLVE:**



Art. 1º Designar o servidor ANGELIO DE MATTOS, ocupante do cargo de MOTORISTA, para desempenhar suas funções no prédio central da prefeitura à disposição do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 23 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

### **PORTARIA Nº 393, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879642

PORTARIA Nº 393, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento Nº 497/2021 e considerando a Certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio, a ser usufruída em período oportuno, ao servidor AURI RODE, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria da Urbanismo, referente o período aquisitivo de 22.02.2016 a 22.02.2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 23 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN  
Secretário de Urbanismo

### **PORTARIA Nº 394, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879641

PORTARIA Nº 394, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 65 da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto nos artigos de 159-A a 159-C da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008.

Considerando o Requerimento protocolado sob nº 486/2021, protocolado pela servidora Marilene dos Santos, bem como Relatório Psicológico em anexo.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a Licença Especial da servidora MARILENE DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de ZELADORA na Secretaria da Educação, lotada no Centro de Educação Infantil Matilde Sens, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, ficando licenciada da jornada de trabalho para 20 horas semanais, de acordo com o Processo em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de março de 2021.

Ituporanga, 23 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração



SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária de Educação

**PORTARIA Nº 395, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879656

PORTARIA Nº 395, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o inciso IV do artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE;

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARIA JOSE SALES DA COSTA, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA, no período de 10/02/21 a 16/02/2021, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 23 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

NEIDE SORBARA MACIEL  
Secretária da Saúde

**PORTARIA Nº 396, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879650

PORTARIA Nº 396, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar 020/2008,

RESOLVE;

Art. 1º Alterar a carga horária do servidor MAICON DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, vinculado na Secretaria da Educação, com lotação no CE BERNADINA FARIAS MATOS, com carga horária de 20 horas semanais que será alterada para 30 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2021.

Ituporanga, 23 de fevereiro de 2021.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito do Município

LAURA CELLARIUS  
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária da Educação



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 548, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877642

PORTARIA Nº 0548, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

LEANDRO MAY, Presidente da Câmara Municipal de ITUPORANGA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 25, II, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e dos arts. 23 e 25, II, do Regimento Interno.

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.798, de 20 de maio de 2020, que dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Poder Legislativo do Município de Ituporanga, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de reduzir o risco de contágio da população;

CONSIDERANDO a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservar a saúde de parlamentares, servidores, estagiários e da população em geral;

CONSIDERANDO a necessidade de manter, tanto quanto possível, a prestação do serviço da casa legislativa; e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 145/2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da COVID-19, em âmbito municipal, em conformidade com os critérios de funcionamento estabelecidos pela Secretaria de Estado de Saúde/SC, de acordo com a Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde e dá outras providências.

**RESOLVE:**

Art. 1º As seguintes medidas de segurança continuarão a ser adotadas pela Câmara Municipal de Ituporanga:

I. em relação aos eventos, cursos, audiências públicas, sessões solenes e reuniões de qualquer tipo no auditório/plenário da Câmara Municipal de Ituporanga, de acordo com o que estabelece a Portaria SES/SC nº 1.004, de 23 de dezembro de 2020:

a. limitação do público a 30% (trinta por cento) da capacidade máxima do auditório/plenário quando a região do Alto Vale do Itajaí estiver classificada como de risco GRAVÍSSIMO (vermelho);

b. limitação do público a 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do auditório/plenário quando a região do Alto Vale do Itajaí estiver classificada como de risco GRAVE (laranja);

c. limitação do público a 75% (setenta e cinco por cento) da capacidade máxima do auditório/plenário quando a região do Alto Vale do Itajaí estiver classificada como de risco ALTO (amarelo); e

d. limitação do público a 100% (cem por cento) da capacidade máxima do auditório/plenário quando a região do Alto Vale do Itajaí estiver classificada como de risco MODERADO (azul), desde que respeitado o distanciamento de 1,5m entre os presentes.

II. qualquer pessoa que atue nas dependências da Câmara deverá comunicar, imediatamente, via aplicativo de transmissão instantânea de mensagens (WhatsApp, Telegram, entre outros) à Presidência da Casa caso apresente sintomas similares aos da gripe e se tiverem contato com pessoa potencialmente contaminada pela COVID-19; e

III. manutenção de estoques de álcool em gel 70% para desinfecção e assepsia de mãos, conforme recomendado pelas autoridades sanitárias.

Parágrafo único. Em qualquer situação de classificação da região do Alto Vale do Itajaí quando à avaliação de risco potencial, é obrigatório o uso de máscara de tecido ou outra recomendada nas dependências da Câmara Municipal de Ituporanga.

Art. 2º Os servidores exercerão suas funções preferencialmente em regime de teletrabalho (home-office) em escala e deverão ficar à disposição da Câmara Municipal durante todo o horário de expediente.

§1º Para que o atendimento ao público, a organização administrativa e os demais serviços não restem prejudicados, os servidores efetivos, comissionados e estagiários laborarão presencialmente em regime de escala assim definido:

I. nas segundas-feiras: Aldo Roberto dos Santos (Assessor Parlamentar), Ariete Schutz Luckmann (Assessora Parlamentar), Célia Caroline Raitz de Lima (Procuradora Legislativa), Débora Andre (Assessora Parlamentar), Diego Rodrigues Correia (Agente Legislativo), Elisiane Maciel (Assessora de Comunicação Social), Érica Fernandes Vicente (Agente Legislativa), Ivan Roberto França (Assessor Parlamentar) e Lia Caroline Miguel (Chefe de Gabinete da Presidência);



II. nas terças-feiras: Arthur Kalschne Monteiro (Controlador Interno), Débora Andre (Assessora Parlamentar), Jardel Pandini Regueira (Contador), Sorane Eloise dos Santos Ogibowski (Estagiária) e Tiago Louredo de Souza (Agente Legislativo);

III. nas quartas-feiras: Célia Caroline Raitz de Lima (Procuradora Legislativa), Elisiane Maciel (Assessora de Comunicação Social), Érica Fernandes Vicente (Agente Legislativa), Ivan Roberto França (Assessor Parlamentar) e Lia Caroline Miguel (Chefe de Gabinete da Presidência);

IV. nas quintas-feiras: Ariete Schutz Luckmann (Assessora Parlamentar), Diego Rodrigues Correia (Agente Legislativo) e Jardel Pandini Regueira (Contador); e

V. nas sextas-feiras: Aldo Roberto dos Santos (Assessor Parlamentar), Arthur Kalschne Monteiro (Controlador Interno), Sorane Eloise dos Santos Ogibowski (Estagiária) e Tiago Louredo de Souza (Agente Legislativo);

§2º Para os servidores elencados no §1º é obrigatório o uso de máscara de tecido ou outra recomendada durante todo o horário em que laborar presencialmente nas dependências da Câmara, bem como o distanciamento mínimo de 1,5m entre os servidores.

§3º Todos os servidores ficam cientes de que deverão retornar ao trabalho normal assim que determinado pela autoridade competente em ato oficial ou quando sua presença for indispensável ao bom andamento das atividades do Poder Legislativo Municipal.

§4º Mensalmente, compreendendo o período entre o dia 26 de um mês e o dia 25 do mês seguinte, os servidores deverão apresentar relatório circunstanciado dos dias em que laboraram à distância, o qual deve ser protocolado até o último dia do mês em curso, sendo objeto de homologação pela autoridade competente.

Art. 3º O atendimento ao público será realizado pelas redes sociais, e-mail ou telefone da Câmara Municipal, no horário normal de funcionamento (das 13h às 19h).

Parágrafo único. Havendo necessidade de atendimento presencial, o mesmo deve ser agendado com, pelo menos, 1 (um) dia útil de antecedência pelo canais elencados no caput.

Art. 4º A Presidência da Câmara poderá vir a adotar outras medidas administrativas necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 5º As ações ou omissões que violem o disposto na presente Portaria sujeitam o autor a sanções penais, civis, éticas e administrativas.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 547, de 16 de fevereiro de 2021.

Ituporanga/SC, 22 de fevereiro de 2021.

Leandro May  
Presidente



# Jaborá

## PREFEITURA

### PORTARIA N.º062/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação N° 2879615

Estado de Santa Catarina  
GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ

PORTARIA N.º. 062/2021, de 23 de fevereiro de 2021.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE IZABEL CORONETTI ARENHART PARA O CARGO DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEVSON RODRIGO FREITAS, Prefeito Municipal de Jaborá, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VIII e XII, do Art. 102, da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal; mais a Lei Complementar n.º. 125 de 18/junho/2013; ainda o constante na Chamada Pública 001/2021,

RESOLVE,

Art. 1º - Fica contratada temporariamente, IZABEL CORONETTI ARENHART, devidamente qualificada na ficha de inscrição constante na chamada publica n 01/2021, para ocupar o Cargo de Professora de Pedagogia, subordinada à Secretaria de Educação, sob o regime de Contrato por Prazo Determinado.

Art. 2º - O prazo de contratação será até 17 de dezembro de 2021.

Art. 3º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado, desde que haja notificação escrita, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de fevereiro de 2021.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23/02/2021.

CLEVSON RODRIGO FREITAS  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 24/fevereiro/2021.

RICHARD MORO  
Secretário de Administração

Ângelo Poyer, 320 – Rua Centro – Fone (49) 35262000  
Email: prefeitura@jabora.sc.gov.br  
CEP: 89.677-000 – Jaborá – Santa Catarina

### PORTARIA N.º063/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação N° 2879623

Estado de Santa Catarina  
GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ

PORTARIA N.º. 063/2021, de 23 de fevereiro de 2021.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE FABIANA VIEIRA DOS SANTOS PARA O CARGO DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEVSON RODRIGO FREITAS, Prefeito Municipal de Jaborá, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VIII e XII, do Art. 102, da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal; mais a Lei Complementar n.º. 125 de 18/junho/2013; ainda o constante na Chamada Pública 001/2021,

RESOLVE,

Art. 1º - Fica contratada temporariamente, FABIANA VIEIRA DOS SANTOS, devidamente qualificada na ficha de inscrição constante na chamada publica n. 01/2021, para ocupar o Cargo de Professora de Pedagogia, subordinada à Secretaria de Educação, sob o regime de Contrato por Prazo Determinado.



Art. 2º - O prazo de contratação será até 17 de dezembro de 2021.

Art. 3º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado, desde que haja notificação escrita, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23/02/2021.

CLEVSON RODRIGO FREITAS  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 24/fevereiro/2021.

RICHARD MORO  
Secretário de Administração

Ângelo Poyer, 320 – Rua Centro – Fone (49) 35262000  
Email: prefeitura@jabora.sc.gov.br  
CEP: 89.677-000 – Jaborá – Santa Catarina

## **PORTARIA N.º064/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879628

Estado de Santa Catarina  
GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ

PORTARIA Nº. 064/2021, de 23 de fevereiro de 2021.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE RUTE CARNEIRO DE OLIVEIRA SANTANA, PARA O CARGO DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEVSON RODRIGO FREITAS, Prefeito Municipal de Jaborá, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VIII e XII, do Art. 102, da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal; mais a Lei Complementar nº. 125 de 18/junho/2013; ainda o constante na Chamada Pública 001/2021,

RESOLVE,

Art. 1º - Fica contratada temporariamente, RUTE CARNEIRO DE OLIVEIRA SANTANA, devidamente qualificada na ficha de inscrição constante na chamada pública n. 01/2021, para ocupar o Cargo de Professora de Pedagogia, subordinada à Secretaria de Educação, sob o regime de Contrato por Prazo Determinado.

Art. 2º - O prazo de contratação será até 17 de dezembro de 2021.

Art. 3º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado, desde que haja notificação escrita, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23/02/2021.

CLEVSON RODRIGO FREITAS  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 24/fevereiro/2021.

RICHARD MORO  
Secretário de Administração

Ângelo Poyer, 320 – Rua Centro – Fone (49) 35262000  
Email: prefeitura@jabora.sc.gov.br  
CEP: 89.677-000 – Jaborá – Santa Catarina



# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### AVISO DA CHAMADA PÚBLICA 01\_2021

Publicação Nº 2877958

Estado de Santa Catarina  
Município de Jacinto Machado

Edital de Chamada Pública nº 01/2021

O Município de Jacinto Machado torna público que fará realizar chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para o ano de 2021, com entrega do envelope contendo documentação de habilitação e projeto de venda, até as 08h30min do dia 16/03/2021.

Cópia deste edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 – Centro, Fone (48) 3535-1468, no horário das 07h30min as 11h30min e das 13h as 17h, de segunda a sexta-feira, ou no site do município [www.jacintomachado.sc.gov.br](http://www.jacintomachado.sc.gov.br).

João Batista Mezzari  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 026 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878361

DECRETO Nº 026 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021.

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA E EQUIPE TÉCNICA DE APOIO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições, em consonância com o disposto em Lei Federal nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, e Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e demais normatizações correlatas,

DECRETA:

Art. 1º - Instituir Comissão Coordenadora e Equipe Técnica responsável por realizar diagnóstico relativo aos dados educacionais do Município de Jacinto Machado-SC, bem como pela elaboração de Documento-Base do Plano Municipal de Educação, na qualidade de proposta preliminar consonante com os Planos Estadual e Nacional/Decênio 2015-2025.

Parágrafo único. À Equipe Técnica caberá apoiar a Comissão Coordenadora nos trabalhos de adequação do Plano Municipal de Educação, desempenhando suas atribuições mediante funções específicas, tais como:

- I - analisar dados e informações sobre a oferta e a demanda educacional no território do Município;
- II - formular metas, estratégias e indicadores com base nos levantamentos realizados;
- III - avaliar os investimentos necessários para cada meta;
- IV - analisar a coerência do conjunto das metas e sua vinculação com as metas estaduais e nacionais;
- V - estabelecer coerência e conexão entre o Plano de Educação e o projeto de desenvolvimento local.

Art. 2º - Nomear, para compor a Comissão Coordenadora de que trata o presente Decreto, os seguintes membros:

- I – Cleonice Fontana Possamai - Coordenador;
- II – Daniela Cararo Cardoso Casagrande - Membro;
- III – Nathana da Silva Ramos - Membro;
- IV – Fabiana Antoneli Casagrande - Membro;
- V – Gizeli Terezinha de Souza Verones - Membro;

Art. 3º - Nomear, para compor a Equipe Técnica de que trata o presente Decreto, os seguintes membros:

- I – Isabel Borges - Membro;
- II – Eloisa Cechinel da Rosa - Membro;
- III – Dayane Casagrande Just Possamai Della - Membro;
- IV – Luciana Cardoso de Sousa - Membro;
- V – Talita de Aguiar de Melo - Membro;
- VI – Suzana Mezzari - Membro;
- VII – Claudia Pícolo - Membro;
- VIII – Maria Claudete Machado - Membro;
- IX – Leonora Machado e Oliveira Possamai - Membro;



X - Liane Hahn Fernandes - Membro;

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de 03 de fevereiro de 2021.

Art. 5º - Revogam-se as disposições do Decreto 034 de 24 de abril de 2017.

Jacinto Machado/SC, 03 de fevereiro de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

## DECRETO Nº 027 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2879686

DECRETO Nº 027 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinadas com os artigos 7º e 43, IV, da Lei Federal nº 4.320/64 e em conformidade com a autorização no Artigo 10, III, da Lei Municipal nº. 926 de 04 de Dezembro de 2020.

Considerando os dispositivos da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2021 - Lei Municipal nº 924/2020, em especial o contido no seu artigo 47;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado nº 1794, resultante da Decisão Plenária nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, por conta do superávit financeiro do exercício anterior (2020), na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 123.000,00 (Cento e Vinte e Três Mil Reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 01- DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade: 1.014 – Aparelha., Aquisi. de Veículos e Ampl. da Rede Física da Educação

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0705 (141) – Aplicações Diretas...R\$ 123.000,00

TOTAL GERAL: ..... R\$ 123.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2020 de recursos transferidos pelo Governo Federal – FNDE – Salário Educação (vinculação 0104 – Salário Educação) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 672.014-5, Agência 1084 da Caixa Econômica Federal de titularidade da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, destinada especificamente para a movimentação destes recursos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 03 de Fevereiro de 2021.

Jacinto Machado/SC, 03 de Fevereiro de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 032/2021

Publicação Nº 2878660

#### EXTRATO DO CONTRATO 032/2021

Processo: Pregão Presencial nº 006/2021; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Locações e Transportes Hanemann Ltda.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAMINHÃO TRUCK COM GUINDASTE HIDRÁULICO TIPO MUNCK 10 TONELADAS, CAMINHÃO MUNCK 04 TONELADAS, CAMINHÃO TOCO E MINI CARREGADEIRA COMPACTA; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 758.500,00 (setecentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais); O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: Os recursos orçamentários, decorrentes das despesas deste contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2021, com recursos próprios, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.122.0300.4402	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	24	Próprios
25.003.17.122.0300.4402	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	44	Próprios
25.002.17.512.1400.4420	Ampliação e substituição de redes e ramais de água	4.4.90 – Aplicações Diretas	42	Próprios
25.003.17.512.1400.4422	Ampliação de redes coletoras e estação de recalque	4.4.90 – Aplicações Diretas	63	Próprios

Data da assinatura: 18/02/2021; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2021; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Gustavo Hanemann.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - Samae

### DECRETO Nº 14.711/2021

Publicação Nº 2879186

#### D E C R E T O Nº 14.711/2021

Suspende Novas Inscrições e Recadastramento para o Programa de Unidade Habitacional da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 71, incisos IX e XLII, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul; e

CONSIDERANDO o surto de COVID-19, declarada pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que resultou na edição da Lei Federal Nº 13.979/2020, de 06/02/2020; no Decreto Legislativo Nº 6/2020, de 20/03/2020, declarando situação de calamidade pública no território brasileiro; no Decreto Estadual Nº 515/2020, de 17/03/2020, e seguintes, declarando situação de emergência no Estado de Santa Catarina; e nos Decretos Municipais que, além de declararem situação de emergência no âmbito da saúde pública do Município de Jaraguá do Sul, em função do risco de surto do Novo Coronavírus - COVID-19, também definiram diversas situações da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Federal Nº 14.118/2021, que instituiu o Programa Casa Verde e Amarela, em substituição ao Programa Minha Casa Minha Vida;

CONSIDERANDO que não há previsão de seleção para projetos habitacionais no corrente ano;

#### DECRETA :

Art.1º Ficam suspensos, a partir da data de 01 de março de 2021, os atendimentos para a realização de novas inscrições e recadastramento para o Programa de Unidade Habitacional, pelo período inicial de 12 (doze) meses.

Parágrafo único. Será mantido o recadastramento para as famílias pré-selecionadas para o Residencial Santa Luzia.

Art.2º Caso haja algum imóvel objeto de reintegração de posse, o processo seletivo será realizado com base nas inscrições ativas na data 01/03/2021.

Art.3º As famílias não serão prejudicadas por não terem realizado o recadastramento anual, como prevê a Lei Municipal Nº 6.723/2013, de 11/09/2013.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito



**DECRETO Nº 14.712/2021**

Publicação Nº 2879187

**D E C R E T O Nº 14.712/2021**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 26, do Decreto Municipal Nº 11.528/2017, de 15/09/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 14.633/2021, de 08/02/2021; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 086/2021/Semash, de 16/02/2021, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

**DECRETA :**

Art.1º Ficam designadas as servidoras públicas municipais para atuarem como GESTORAS DE PARCERIAS a serem firmadas entre a Administração Municipal ou entes da Administração Indireta com as Organizações da Sociedade Civil, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, conforme dispõe a Lei Federal Nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal Nº 13.204/2015, c/c o Decreto Municipal Nº 11.528/2017, de 15/09/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 14.633/2021, de 08/02/2021:

Gestora de Parceria: Heloisa Helena Giovanella, matrícula 82154

1ª Suplente: Sônia Duarte, matrícula 8752

2ª Suplente: Crislaine Karolina Herzer Ferrari, matrícula 82121

Art.2º As atividades desenvolvidas na forma deste Decreto são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos Municipais Nºs 13.876/2020, de 19/05/2020, e 14.655/2021, de 11/02/2021.

Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 14.713/2021**

Publicação Nº 2879189

**D E C R E T O Nº 14.713/2021**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 12, do Decreto Municipal Nº 11.528/2017, de 15/09/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 14.633/2021, de 08/02/2021; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 053/2021/Secel/DE, de 16/02/2021, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

**DECRETA :**

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais SIDNEI MARCELO LOPES, matrícula 8561; ANTÔNIO MARCOS DA SILVA, matrícula 82202; e KARINE KATH JOCHEM SCHMITT, matrícula 82110, para, sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO PARA CHAMAMENTO PÚBLICO da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, em razão dos Termos de Colaboração, dos Termos de Fomento e/ou dos Acordos de Cooperação e dos Termos Aditivos a serem firmados entre o Município de Jaraguá do Sul, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, e as Organizações da Sociedade Civil, conforme dispõe a Lei Federal Nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal Nº 13.204/2015, c/c o Decreto Municipal Nº 11.528/2017, de 15/09/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 14.633/2021, de 08/02/2021.

Art.2º As atividades desenvolvidas no âmbito da Comissão são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal Nº 13.994/2020, de 23/06/2020.

Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 14.714/2021**

Publicação Nº 2879190

**D E C R E T O Nº 14.714/2021**

Designa Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;



CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 155/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem, serviços preliminares e obras complementares na Rua Eleonora Satler Pradi, no Centro, com extensão total de 391,87m (trezentos e noventa e um vírgula oitenta e sete metros);

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 035/2021/Semop, de 15/02/2021, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 02/02/2021, o servidor público municipal OTONIEL DA SILVA, matrícula 82102, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 155/2020 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição à Carla Eduarda Scheuer Keiser.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/02/2021, revogado o artigo 2º, do Decreto Municipal Nº 14.370/2020, de 06/11/2020.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 14.715/2021

Publicação Nº 2879191

D E C R E T O Nº 14.715/2021

Designa Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 327/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem e serviços complementares na Rua 847 - Emílio Butzke (início no entroncamento com a Rua Roberto Ziemann até o entrocamento com a Rua Expedicionário Evaldo Schwarz), bairro Três Rios do Norte, com extensão total de 845,00m (oitocentos e quarenta e cinco metros);

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 035/2021/Semop, de 15/02/2021, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 02/02/2021, o servidor público municipal OTONIEL DA SILVA, matrícula 82102, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 327/2019 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição à Carla Eduarda Scheuer Keiser.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/02/2021, revogado o Decreto Municipal Nº 13.556/2020, de 05/02/2020.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 14.716/2021

Publicação Nº 2879192

D E C R E T O Nº 14.716/2021

Designa Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;



CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 132/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, serviços preliminares, terraplenagem, drenagem pluvial, serviços complementares e sinalização viária na Rua 991 - Emílio Otto Augusto Oldenburg (início no entroncamento com a Rua Bertha Weege até sua extensão final), no bairro Jaraguá 99; na Rua 1285 - Ricardo Grutzmacher (início no entroncamento com a Rua Augusto Demarchi até o entroncamento com a Rua Ida J. Gruetzmacher), no bairro Três Rios do Sul; e na Rua 694 - Félix Richert (início no entroncamento com a Rua Camilo Picoli até a esquina da casa Nº 311), no bairro Estrada Nova, com extensão total de 535,07m (quinhentos e trinta e cinco vírgula sete metros);

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 035/2021/Semop, de 15/02/2021, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 02/02/2021, o servidor público municipal OTONIEL DA SILVA, matrícula 82102, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 132/2020 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição à Carla Eduarda Scheuer Keiser.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/02/2021, revogado o Decreto Municipal Nº 14.206/2020, de 10/09/2020.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 14.717/2021

Publicação Nº 2879193

D E C R E T O Nº 14.717/2021

Designa Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 36/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem, serviços preliminares e serviços complementares nas Ruas Erico Negherbon (início no entroncamento com a Rua Dorval Marcatto até sua extensão final), e Chapecó (início no entroncamento com a Rua Orlando Wurgues até sua extensão final), bairro Chico de Paulo, e na Rua Afonso Benjamin Barbi (início no entroncamento com a Rua José Narloch até sua extensão final - 2º pista), bairro Tifa Martins, com extensão total de 1.168,43m (um mil, cento e sessenta e oito vírgula quarenta e três metros);

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 035/2021/Semop, de 15/02/2021, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 02/02/2021, o servidor público municipal OTONIEL DA SILVA, matrícula 82102, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 36/2020 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição à Carla Eduarda Scheuer Keiser.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/02/2021, revogado o Decreto Municipal Nº 13.908/2020, de 27/05/2020.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 14.718/2021

Publicação Nº 2879195

D E C R E T O Nº 14.718/2021

Designa Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;



CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 65/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços complementares na Rua 1074 - Eurico Duwe, bairro Rio da Luz, com extensão total de 2.668,50m (dois mil, seiscentos e sessenta e oito vírgula cinquenta metros);

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 035/2021/Semop, de 15/02/2021, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 02/02/2021, o servidor público municipal OTONIEL DA SILVA, matrícula 82102, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 65/2020 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição à Carla Eduarda Scheuer Keiser.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/02/2021, revogado o artigo 2º, do Decreto Municipal Nº 13.899/2020, de 25/05/2020.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 14.719/2021

Publicação Nº 2879196

D E C R E T O Nº 14.719/2021  
Designa Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 322/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços complementares na Rua 711 - Expedicionário Ervino Raasch (iniciando no entroncamento com a Rua Prefeito José Bauer até o entroncamento com a Rua Werner Stange), bairro Rau, com extensão total de 580m (quinhentos e oitenta metros);

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 035/2021/Semop, de 15/02/2021, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 02/02/2021, o servidor público municipal OTONIEL DA SILVA, matrícula 82102, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 322/2019 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição à Carla Eduarda Scheuer Keiser.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/02/2021, revogado o Decreto Municipal Nº 13.545/2020, de 04/02/2020.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 14.720/2021

Publicação Nº 2879197

D E C R E T O Nº 14.720/2021  
Designa Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;



CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 326/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços complementares na Rua 810 - Francisco Fodi (extensão total - entroncamento com a Rua Francisco Hempckemair até a Rua Giovani de Toffol), bairro Chico de Paulo, com extensão total de 176,16m (cento e setenta e seis vírgula dezesseis metros);

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 035/2021/Semop, de 15/02/2021, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 02/02/2021, o servidor público municipal OTONIEL DA SILVA, matrícula 82102, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 326/2019 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição à Carla Eduarda Scheuer Keiser.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/02/2021, revogado o Decreto Municipal Nº 13.554/2020, de 05/02/2020.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 14.721/2021

Publicação Nº 2879198

D E C R E T O Nº 14.721/2021

Designa Gestora de Contratos e/ou Convênios.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67 e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o teor do Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14/07/2010, que "Disciplina a Celebração de Convênios, Acordos ou Ajustes de Natureza Financeira, que Tenham por Objeto a Execução de Projetos, Atividades ou Realização de Eventos";

CONSIDERANDO o disposto no artigo 63 e seus parágrafos, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020;

CONSIDERANDO o teor Ofício Nº 051/2021/Secel/DE, de 16/02/2021, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

DECRETA :

Art.1º Fica designada, a partir de 16/02/2021, a servidora pública municipal VERA DE TOFOL, matrícula 7261, Auxiliar de Arquivo, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, para exercer a função gratificada de confiança por gestão de Contratos e/ou Convênios (FGC-Contratos e Convênios), para acompanhar, monitorar, avaliar e fiscalizar a execução dos Contratos e/ou Convênios firmados para atendimento das necessidades e do interesse público da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/02/2021.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 14.722/2021

Publicação Nº 2879199

D E C R E T O Nº 14.722/2021

Designa Gestor de Contratos e/ou Convênios.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67 e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o teor do Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14/07/2010, que "Disciplina a Celebração de Convênios, Acordos ou Ajustes de Natureza Financeira, que Tenham por Objeto a Execução de Projetos, Atividades ou Realização de Eventos";

CONSIDERANDO o disposto no artigo 63 e seus parágrafos, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020;

CONSIDERANDO o teor Ofício Nº 051/2021/Secel/DE, de 16/02/2021, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;



## DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 16/02/2021, o servidor público municipal NIRTON HANEMANN, matrícula 2319, Escriturário, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de confiança por gestão de Contratos e/ou Convênios (FGC-Contratos e Convênios), para acompanhar, monitorar, avaliar e fiscalizar a execução dos Contratos e/ou Convênios firmados para atendimento das necessidades e do interesse público da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/02/2021.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 14.723/2021**

Publicação Nº 2879200

**D E C R E T O Nº 14.723/2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21 de outubro de 2020,

## DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Procuradoria-Geral do Município (PGM); da Secretaria Municipal da Administração (Semad); da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz); da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu); da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel); e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a saber:

04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.001 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.001.03.092.0300.2.030 - Manutenção das Atividades da Procuradoria-Geral

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

04.001.31 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.3.06.0336 - SF - Fundo da Procuradoria-Geral do Município R\$ 1.000,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.001.04.128.0300.2.056 - Capacitação de Servidores - Administração

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.001.53 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios R\$ 22.900,00

05.001.04.122.0300.2.057 - Manutenção das Atividades do Patrimônio

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.001.55 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.1.89.0201 - Alienação de Bens R\$ 100,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.001.04.122.0300.2.075 - Manutenção das Atividades Administrativas - Fazenda

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

06.001.74 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.3.52.0641 - SF - COVID-19-LC 173/2020-Saúde e Assistência Social R\$ 1.000,00

0.3.53.0642 - SF - COVID-19-LC 173/2020-Sem Destinação Específica R\$ 1.000,00

19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

19.001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

19.001.16.122.0300.2.511 - Manutenção das Atividades Administrativas - Frohab

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

19.001.422 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.2.89.0084 - SF - Alienação de Bens - Demais Entidades R\$ 1.000,00

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.002 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.002.06.183.0410.2.257 - Manutenção das Atividades do Programa

Polícia Militar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.002.503 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0625 - SF - Convênio 12ª Região da PM R\$ 1.000,00

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.001 - CULTURA

39.001.13.392.1100.4.103 - Realização e Apoio às Iniciativas Culturais,



Festivais, Feiras e Festas Culturais  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
39.001.549 3.3.90 - Aplicações Diretas  
0.3.00.0561 - SF - Semcel Eventos Culturais R\$ 1.000,00  
39.003 - FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO, CULTURAL, ARQUEOLÓGICO,  
ARTÍSTICO E NATURAL - FUMPHAAN  
39.003.13.391.1104.4.113 - Fomentar e Preservar o Patrimônio Histórico  
Material e Imaterial  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
39.003.582 3.3.90 - Aplicações Diretas  
0.3.06.0592 - SF - Semcel - FUMPHAAN R\$ 1.000,00  
TOTAL R\$ 30.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do provável "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados à Alienação de Bens, no valor de R\$ 100,00 (Cem reais); e do "Superavit Financeiro" apurado pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 22.900,00 (Vinte e dois mil e novecentos reais); proveniente de recursos vinculados ao Fundo da Procuradoria-Geral do Município, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais); proveniente de recursos vinculados à COVID-19 - LC 173/2020 - Saúde e Assistência Social, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais); proveniente de recursos vinculados à COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais); proveniente de recursos vinculados à Alienação de Bens - Demais Entidades, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais); proveniente de recursos vinculados ao Convênio 12ª Região da PM, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais); proveniente de recursos vinculados à Semcel Eventos Culturais, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais); e proveniente de recursos vinculados à Semcel - FUMPHAAN, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 14.724/2021

Publicação Nº 2879202

### D E C R E T O Nº 14.724/2021

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21 de outubro de 2020,

### DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 131.426,11 (Cento e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e seis reais e onze centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed) e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semdra), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
08.002 - ENSINO FUNDAMENTAL  
08.002.12.122.300.2.117 - Manutenção Patrimonial - Ensino Fundamental  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
08.002.107 4.4.90 - Aplicações Diretas  
0.3.36.0066 - SF - Salário Educação R\$ 65.000,00  
08.002.12.361.350.2.110 - Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
08.002.152 3.3.90 - Aplicações Diretas  
0.3.62.0119 - SF - Rec. Transporte Escolar/SEDU - Est. - Ens. Fundamental R\$ 60.000,00  
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E  
ABASTECIMENTO  
12.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO  
12.001.20.511.500.2.402 - Aquisição de Macadame, Pedras, Artefatos  
de Cimento e Material de Construção  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
12.001.379 3.3.30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal  
0.3.64.0604 - SF - Conv. Saneamento Básico na Área Rural R\$ 6.426,11  
TOTAL R\$ 131.426,11

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado pela diferença



positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados ao Salário Educação, no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais); ao Rec. Transporte Escolar/SEDU - Est. - Ens. Fundamental, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais); e ao Conv. Saneamento Básico na Área Rural, no valor de R\$ 6.426,11 (Seis mil, quatrocentos e vinte e seis reais e onze centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 005/2020/SECEL BOLSA DESPORTIVA MUNICIPAL - ATLETA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS APTOS POR MODALLIDADE (OBSERVAR ANEXO I DO EDITAL - "QUANTIDADE DE VAGAS**

Publicação Nº 2878455

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 005/2020/SECEL  
BOLSA DESPORTIVA MUNICIPAL - ATLETA  
CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS APTOS POR MODALLIDADE  
(observar Anexo I do Edital - "Quantidade de Vagas")

MODALIDADE	CLASS.	PONTOS	ATLETA	DATA NASC	CATEG.
ATLETISMO MASC. E FEM.	1º	290	SIMONE PONTE FERRAZ	12/3/1990	VI
ATLETISMO MASC. E FEM.	2º	230	JIMMY JHON DA SILVA LOPES	29/1/2000	VI
ATLETISMO MASC. E FEM.	3º	136	ANDREAS LOTHAR UBER KREISS	23/2/2004	IV
ATLETISMO MASC. E FEM.	4º	129	ELIEL ABNER STUNFF	23/2/2002	V
ATLETISMO MASC. E FEM.	5º	112	MATHEUS DONADONI PIRES	16/5/2002	V
ATLETISMO MASC. E FEM.	6º	101	BRUNA RIGO	30/8/1997	VI
ATLETISMO MASC. E FEM.	7º	98	GABRIEL RISTOW TASCA	15/6/2004	IV
ATLETISMO MASC. E FEM.	8º	87	JONAS HENRIQUE FLORES	2/2/2004	IV
ATLETISMO MASC. E FEM.	9º	86	AMANDA NUNES MACHADO	13/9/2001	VI
ATLETISMO MASC. E FEM.	10º	80	LUCAS HENRIQUE DE ANDRADE	17/11/2004	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	11º	78	LUAN LESZKIEWICZ	23/6/2000	V
ATLETISMO MASC. E FEM.	12º	63	NATÁLIA CAMPREGHER	21/3/2005	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	13º	53	RICARDO PANSTEIN	14/3/2005	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	14º	51	BRUNA EDUARDA BATISTA	6/3/2002	V
ATLETISMO MASC. E FEM.	15º	36	HECTORI SOLANO DE SOUZA	21/4/2003	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	16º	35	AMANDA PORTELA FERNANDES	16/3/2001	V
ATLETISMO MASC. E FEM.	17º	30	KELLIN LUANA FISCHER	16/1/2006	I
ATLETISMO MASC. E FEM.	18º	27	CAROLINA MENEL LOPES	25/5/2006	I
ATLETISMO MASC. E FEM.	19º	25	ÁLVARO DE CASTRO	30/10/2003	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	20º	25	LETICIA PEREIRA	6/8/2004	IV
ATLETISMO MASC. E FEM.	21º	24	RAFAELA STINGHEN NERI	6/2/2006	II
ATLETISMO MASC. E FEM.	22º	20	ALICE LOCH	13/4/2004	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	23º	19	PÁBULA GABRIELE KARSTEN	17/9/2006	I
ATLETISMO MASC. E FEM.	24º	18	WILLIAM MOACIR PEREIRA	26/5/2006	I
ATLETISMO MASC. E FEM.	25º	17	KADINE LAIS SCHMITT	17/6/2005	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	26º	16	PAULO HENRIQUE PEDROSO BATISTA	8/9/2006	I
ATLETISMO MASC. E FEM.	27º	15	RODRIGO FIAMONCINI	24/4/2002	IV
ATLETISMO MASC. E FEM.	28º	15	LILIAN LUIZA DA SILVA	22/1/2003	III



ATLETISMO MASC. E FEM.	29º	15	EDUARDA CAMILE SCHUNKE	3/4/2005	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	30º	14	ANA LUCIA KAZMIRSKI	10/10/2005	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	31º	12	JHONATAN MAINÃ MERCIO MEZZETA	9/8/2004	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	32º	11	MARIAH RUTHY PETERS	24/6/2005	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	33º	10	EMILY VICTORIA DA TRINDADE	4/3/2003	IV
ATLETISMO MASC. E FEM.	34º	10	LUCAS PEREIRA DA SILVA	18/12/2006	I
ATLETISMO MASC. E FEM.	35º	8	AMANDA LETICIA DE TOFEL	19/9/2006	I
ATLETISMO MASC. E FEM.	36º	6	MATHEUS HENRIQUE FERNANDES	10/1/1997	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	37º	6	JAQUELINE HARTAMNN LANZMASTER	14/3/2000	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	38º	6	GUSTAVO ANTONIO TAZZO	9/10/2004	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	39º	5	MARIA VITÓRIA PEREIRA OKANO GIMENES	19/10/2004	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	40º	5	PEDRO PEREIRA OKANO GIMENES	7/10/2005	III
ATLETISMO MASC. E FEM.	41º	3	ANA CAROLINA HORN REDIVO	8/8/2005	III
ATLETISMO PARADESPORTO	1º	117	LUIZ HENRIQUE TOMASELLI	7/1/1976	VIII
ATLETISMO PARADESPORTO	2º	25	JONATAN ALEXSANDER FRANCO	19/3/1994	II
ATLETISMO PARADESPORTO	3º	23	BRUNO EDUARDO NUNES DA SILVA	30/3/1996	II
ATLETISMO PARADESPORTO	4º	22	FELIPE SANTOS	5/3/1995	II
ATLETISMO PARADESPORTO	5º	20	CLARICE CRISTIANE POMMERENING	29/5/2000	II
ATLETISMO PARADESPORTO	6º	18	ELUZIA CRISTINE KRAFT RUFINO	30/5/2001	II
ATLETISMO PARADESPORTO	7º	16	MARIELLE CARVALHO	25/10/1979	II
ATLETISMO PARADESPORTO	8º	15	JEAN CARLOS CORREIA	7/2/1996	II
ATLETISMO PARADESPORTO	9º	12	MAICON MEURER	12/3/1993	II
ATLETISMO PARADESPORTO	10º	11	GABRIEL JOSÉ RAMBO	16/10/1997	II
ATLETISMO PARADESPORTO	11º	10	DANIELA HOHSPTARCH BRAUN	22/11/1998	II
ATLETISMO PARADESPORTO	12º	10	MARIA CLARA DE SOUZA LOPES	21/1/2004	II
ATLETISMO PARADESPORTO	13º	3	VANILDO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR	14/10/1989	II
ATLETISMO PARADESPORTO	14º	3	CARLOS ALEXANDRE DA SILVA	11/2/1992	II
BASQUETEBOL FEMININO	1º	110	CAROLINE GONÇALVES DOS SANTOS	12/2/2003	V
BASQUETEBOL FEMININO	2º	110	LUANA DE OLIVEIRA	16/4/2003	V
BASQUETEBOL FEMININO	3º	110	DIANA MOZER	13/6/2003	V
BASQUETEBOL FEMININO	4º	80	ANA LUIZA PAULINO	4/4/2002	IX
BASQUETEBOL FEMININO	5º	72	CAROLAIM ELLEM KOOP	1/4/2001	V
BASQUETEBOL FEMININO	6º	54	SANANDA DRIKAELLY JARDIM	5/1/2004	VIII
BASQUETEBOL FEMININO	7º	54	SAMARA CRISTINA STOLF	14/1/2004	VIII
BASQUETEBOL FEMININO	8º	54	EMILLY MAYARA GRUTZMACHER	18/2/2004	VIII
BASQUETEBOL FEMININO	9º	54	HELENA ECCER KUCK	26/10/2004	VIII
BASQUETEBOL FEMININO	10º	20	GABRIELA DE AZEVEDO	19/1/2005	III
BASQUETEBOL FEMININO	11º	20	KAMILLE KONRAD VAZ DOS SANTOS	18/3/2005	III
BASQUETEBOL FEMININO	12º	20	LUANA VEGINI URBIM	12/4/2005	III
BASQUETEBOL FEMININO	13º	20	JAMILLE BORGES RIBEIRO	17/4/2005	III
BASQUETEBOL FEMININO	14º	20	MARIA LUISA CANDIDO SILVA	21/12/2005	III
BASQUETEBOL FEMININO	15º	12	MELYSSA MOZERKOWSKI PACHECO	17/12/2004	III



BASQUETEBOL FEMININO	16º	12	EDUARDA VOIGT	9/1/2006	III
BASQUETEBOL FEMININO	17º	12	IRIS AMELIA SCHADEK	3/5/2006	III
BASQUETEBOL FEMININO	18º	12	KETLLIN DA SILVA RIBEIRO VIEIRA	3/5/2006	III
BASQUETEBOL FEMININO	19º	12	KETLIN BRAGA	23/5/2006	III
BASQUETEBOL FEMININO	20º	12	KAMILA DE LIMA DA SILVA CAMARGO	23/4/2000	III
BASQUETEBOL FEMININO	21º	12	CAROLINE LORENSKI DA COSTA	16/8/2000	III
BASQUETEBOL FEMININO	22º	8	ANGELA DA SILVA PARADZINSKI	5/3/1996	III
BASQUETEBOL MASCULINO	1º	500	LEONARDO DE SOUZA BRANQUINHO	1/11/1996	VI
BASQUETEBOL MASCULINO	2º	140	WILLIAM WEIHERMANN	2/4/1997	VI
BASQUETEBOL MASCULINO	3º	83	WESLEY FRANZ MULLER DE SOUZA	27/1/2003	V
BASQUETEBOL MASCULINO	4º	83	JEAN EDUARDO DE LIMA	17/4/2003	V
BASQUETEBOL MASCULINO	5º	83	ANDRÉ FELIPE SELL	20/6/2003	V
BASQUETEBOL MASCULINO	6º	80	MATHEUS ROWEDER FRUTUOSO	1/5/1999	VIII
BASQUETEBOL MASCULINO	7º	75	GUILHERME NATHAN DA SILVA	14/5/2003	V
BASQUETEBOL MASCULINO	8º	60	JOAO VITOR SANTOS DE CAMPOS	9/6/2002	V
BASQUETEBOL MASCULINO	9º	48	VICTOR HUGO VIEIRA	27/3/2002	V
BASQUETEBOL MASCULINO	10º	48	NICOLAS LEONARDO LOPES MARTINS	22/7/2002	V
BASQUETEBOL MASCULINO	11º	43	JOÃO VITOR ROTERS	21/3/2003	IV
BASQUETEBOL MASCULINO	12º	43	LUCAS PETER GRILLO	13/2/2004	IV
BASQUETEBOL MASCULINO	13º	43	EZEQUIEL SEIBERT HELLWIG	30/3/2004	IV
BASQUETEBOL MASCULINO	14º	43	MARCOS DIOGO FANES	18/12/2004	IV
BASQUETEBOL MASCULINO	15º	35	CARLOS EDUARDO OLDONI	8/9/2003	IV
BASQUETEBOL MASCULINO	16º	4	MARCNELLER DA SILVA OLIVEIRA	23/12/1983	III
BASQUETEBOL MASCULINO	17º	4	ANDERSON OSCAR LOTHER	14/4/1990	III
BASQUETEBOL MASCULINO	18º	4	LEANDRO RUBENS DA SILVA	6/4/1994	III
BASQUETEBOL MASCULINO	19º	4	JOÃO VITOR KARSTEN	21/1/1998	III
BOLÃO 23 FEMININO	1º	90	CARMEM UTECH	7/7/1959	VIII
BOLÃO 23 FEMININO	2º	80	DAIRCE MASS	21/1/1968	VI
BOLÃO 23 FEMININO	3º	80	MARISTELA KACZOROWSKI TORIZANI	9/2/1979	VI
BOLÃO 23 FEMININO	4º	80	KELEN FABIANE KRAMBECK PEIXE	22/12/1984	VI
BOLÃO 23 FEMININO	5º	70	ZULEIDE FERNANDA DOROW MULLER	2/3/1980	VI
BOLÃO 23 MASCULINO	1º	90	LORIVAL MAAHS	19/10/1960	VI
BOLÃO 23 MASCULINO	2º	90	ILMAR EDMUNDO FROELICH	13/4/1966	VI
BOLÃO 23 MASCULINO	3º	90	JONATHAN PROCHNOW	14/4/1987	VI
BOLÃO 23 MASCULINO	4º	70	DIMAS DE ASSIS BAUER	13/1/1967	VI
CICLISMO MASC. E FEM.	1º	45	LUCAS OECHSLER	22/10/1992	VI
CICLISMO MASC. E FEM.	2º	40	LETICIA GARCIA	15/2/2004	IV
CICLISMO MASC. E FEM.	3º	30	LUCCA SCHIESTL HAKENHAAR	10/11/2001	V
CICLISMO MASC. E FEM.	4º	30	BRUNO LOMBARDI BIZERRA	7/5/2003	IV
CICLISMO MASC. E FEM.	5º	25	GEUFER PROTSKA	8/2/2003	IV
CICLISMO MASC. E FEM.	6º	25	WAGNER DE OLIVEIRA DALCANALE	27/5/2003	IV
CICLISMO MASC. E FEM.	7º	25	GABRIELLE AMANDA STRAUB	8/4/2005	IV



CICLISMO MASC. E FEM.	8º	25	EDUARDO VOIGT CASTANHA	23/7/2005	IV
CICLISMO MASC. E FEM.	9º	15	GABRIEL MIGUEL SCHULTZ	20/12/2002	VIII
CICLISMO MASC. E FEM.	10º	15	RAFAEL LOMBARDI BIZERRA	27/6/2005	VIII
CICLISMO MASC. E FEM.	11º	15	ERIC MICHAEL TECILLA	5/1/2004	IV
CICLISMO MASC. E FEM.	12º	15	EDUARDO BLONCOVSKI	5/2/2004	IV
CICLISMO MASC. E FEM.	13º	15	GUSTAVO FEDER	1/2/2005	IV
CICLISMO MASC. E FEM.	14º	5	DEYVID WINICIUS DE OLIVEIRA	9/11/2002	III
CICLISMO MASC. E FEM.	15º	3	GUILHERME FEDER	20/10/2002	III
FUTSAL MASCULINO	1º	90	RUAN PABLO ALFLEN	28/2/1998	VI
FUTSAL MASCULINO	2º	68	LUCAS RAHN KRAUSE	6/1/2002	V
FUTSAL MASCULINO	3º	68	DIEGO GABRIEL RECH	23/1/2002	V
FUTSAL MASCULINO	4º	68	NAUÊ RAPHAEL SILVEIRA	11/2/2002	V
FUTSAL MASCULINO	5º	68	GUILHERME OROFINO WITOSLAWSKI	28/6/2002	V
FUTSAL MASCULINO	6º	68	YAGO MONTEIRO FERREIRA	4/8/2002	V
FUTSAL MASCULINO	7º	68	WELLINTON RIBEIRO PEREIRA	9/9/2002	V
FUTSAL MASCULINO	8º	68	FABIANO MILKE ALBINO	13/11/2002	V
FUTSAL MASCULINO	9º	60	GUSTAVO BASTO MARTINS	4/1/2001	V
FUTSAL MASCULINO	10º	60	ANDREAS HENRIQUE RONSKA	15/5/2001	V
FUTSAL MASCULINO	11º	60	BRUNO TOMASELLI	7/11/2001	V
FUTSAL MASCULINO	12º	51	DAVID LAEL XAVIER DOS SANTOS	21/4/2003	IV
FUTSAL MASCULINO	13º	43	JEFFERSON DA SILVA NUNES	12/3/2003	IV
FUTSAL MASCULINO	14º	43	GUSTAVO HENRIQUE ANTUNES DE LIMA	19/4/2003	IV
FUTSAL MASCULINO	15º	35	LUIZ FABIANO SCHULTZ CARVALHO	7/6/2003	IV
FUTSAL MASCULINO	16º	35	KAUAN GABRIEL ZIMMERMANN	2/7/2003	IV
FUTSAL MASCULINO	17º	35	DIOGO DO PRADO LAURENTINO	14/7/2004	IV
FUTSAL MASCULINO	18º	35	GUSTAVO LUIZ KARSPRISSEN	16/7/2004	IV
FUTSAL MASCULINO	19º	35	JOAO VITOR LAZZARETTI	28/9/2004	IV
FUTSAL MASCULINO	20º	35	THIERRY HENRIQUE PETREÇA	1/10/2004	IV
FUTSAL MASCULINO	21º	35	GUILHERME PEDRO BOM GALIOTTO	28/11/2004	IV
FUTSAL MASCULINO	22º	12	MAICON RODRIGUES DA SILVA	22/5/1989	III
FUTSAL MASCULINO	23º	12	JONATHAN FRANCESCHETTO	9/3/1996	III
FUTSAL MASCULINO	24º	12	GUILHERME RICARDO DE CASTRO	20/3/2002	III
FUTSAL MASCULINO	25º	8	ALEX DOMINGOS DA ROZA	26/5/1984	III
FUTSAL MASCULINO	26º	8	MIGUEL KRIEGER	19/3/2002	III
FUTSAL MASCULINO	27º	8	GUSTAVO PEDROSO DE GOES	22/5/2002	III
FUTSAL MASCULINO	28º	8	RAUL NEITZKE BORGES	15/6/2003	III
NATAÇÃO MASC. E FEM.	1º	358	MARILIA CATO DE OLIVEIRA	30/10/2002	VI
NATAÇÃO MASC. E FEM.	2º	276	MATHEUS MENEL STAHELIN	25/1/2006	IV
NATAÇÃO MASC. E FEM.	3º	109	YURI DANIEL BIALESKI	2/9/2005	IV
NATAÇÃO MASC. E FEM.	4º	87	GABRIEL CELESTINO DA SILVA	17/1/2007	IV
NATAÇÃO MASC. E FEM.	5º	69	ALINE PAULI	23/9/2004	VI
NATAÇÃO MASC. E FEM.	6º	64	NATHAN LUIZ CARRANÇA RODRIGUES	18/8/2006	IV



NATAÇÃO MASC. E FEM.	7º	55	GUILHERME GUSTAVO KANZLER	17/5/2005	VI
NATAÇÃO MASC. E FEM.	8º	43	LETICIA NICOLUZZI PELIS	10/5/2005	VI
NATAÇÃO MASC. E FEM.	9º	40	BIANCA APARECIDA EWALD	14/2/1997	VI
NATAÇÃO MASC. E FEM.	10º	35	MARIA EDUARDA SILVA STERPIM	22/11/2005	VI
NATAÇÃO MASC. E FEM.	11º	33	MILEIDY PAULI PASQUALINI	1/9/2006	VI
NATAÇÃO MASC. E FEM.	12º	33	KAUÃ BECK	6/6/2007	IV
NATAÇÃO MASC. E FEM.	13º	23	GUILHERME LENNERT	4/10/2007	IV
NATAÇÃO MASC. E FEM.	14º	21	GUSTAVO HILLAN PEREIRA LISBÔA	8/5/2007	I
NATAÇÃO MASC. E FEM.	15º	15	EDUARDO IANOSKI	16/9/2005	IV
NATAÇÃO MASC. E FEM.	16º	14	GIOVANA YUMI GODOI BERNARDES DA SILVA	10/1/2007	I
NATAÇÃO MASC. E FEM.	17º	8	LUCAS DE MORAES SILIPRANDI	5/4/2007	I
NATAÇÃO MASC. E FEM.	18º	6	FELIPE TAMBORELLI FERREIRA LINO	15/3/2004	III
NATAÇÃO MASC. E FEM.	19º	5	MARCUS VINICIUS LARA DA SILVA	27/6/2007	I
NATAÇÃO PARADESPORTO	1º	81	LUIZA POSSAMAI	11/1/2004	II
NATAÇÃO PARADESPORTO	2º	37	MARIA HELENA RIGEL EGGERT	25/3/1957	II
NATAÇÃO PARADESPORTO	3º	24	ISABEL APARECIDA KUCZERA	29/4/1979	II
NATAÇÃO PARADESPORTO	4º	18	DANIELLA BEATRIZ BUTZKE	12/12/1995	II
NATAÇÃO PARADESPORTO	5º	1	JULIANA LUCHT GASCHO	28/5/1988	II
TAEKWONDO MASC. E FEM.	1º	110	STEFANI MARIA ROTESKI	6/7/2006	IX
TAEKWONDO MASC. E FEM.	2º	85	EMANOELLA YANG SIQUEIRA	15/1/2001	VI
TAEKWONDO MASC. E FEM.	3º	85	AMANDA MOTA TRUPPEL	10/1/2003	VI
TAEKWONDO MASC. E FEM.	4º	75	SUELLEN SCHMITZ BITTENCOURT	26/4/1996	VI
TAEKWONDO MASC. E FEM.	5º	75	LORIANE JOLLEMBECK	24/10/1992	VI
TAEKWONDO MASC. E FEM.	6º	65	TAIS COGROSSI RICKEN	8/4/1993	VI
TAEKWONDO MASC. E FEM.	7º	50	GUSTAVO FELIPE MABBA	20/6/1994	VI
TAEKWONDO MASC. E FEM.	8º	40	LEANDRO GUSTAVO COSTA	10/9/2004	V
TAEKWONDO MASC. E FEM.	9º	35	ALLANA LUZIA SIQUEIRA	24/6/2003	V
TAEKWONDO MASC. E FEM.	10º	25	BIANCA DA CRUZ CAMPOS BERNARDI	30/6/1987	VI
TAEKWONDO MASC. E FEM.	11º	25	ANDRE SOUZA GALVÃO	7/10/2003	V
TAEKWONDO MASC. E FEM.	12º	5	ARTHUR EGER JUNCKES	26/4/2005	III
TAEKWONDO MASC. E FEM.	13º	3	MIGUEL AFONSO LEITE	15/2/2006	I
TAEKWONDO MASC. E FEM.	14º	3	ISABELLE MAESTRI DALAPRIA	25/6/2007	I
TIRO ARMAS LONGAS	1º	336	SAMUEL LEANDRO LOPES	15/3/1979	VIII
TIRO ARMAS LONGAS	2º	160	LEONARDO VAGNER DO NASCIMENTO MOREIRA	13/6/1978	VI
TIRO ARMAS LONGAS	3º	135	CLAUDIO IVAIR SCHMIDT	30/11/1977	VI
TIRO ARMAS LONGAS	4º	125	CARLOS EDUARDO LANGE	8/8/1995	VI
TIRO ARMAS LONGAS	5º	123	CLESIO LUIZ CUNHA	22/11/1970	VI
TIRO ARMAS LONGAS	6º	122	RICARDO LOURIVAL DA ROSA	25/6/1985	VI
TIRO ARMAS LONGAS	7º	115	BRUNO LION GOMES HECK	15/8/1986	VI
TIRO ARMAS LONGAS	8º	87	SIDNEI KREUTZFELD	25/1/1981	VI
TIRO ARMAS LONGAS	9º	82	INAURA REINKE SCHMIDT	23/7/1980	VI
TIRO ARMAS LONGAS	10º	81	DENISIO BUTTENDORFF	1/10/1981	VI



TIRO ARMAS LONGAS	11º	77	RICARDO FUCH	19/12/1973	VI
TIRO ARMAS LONGAS	12º	68	VILSON BORCHARDT	8/10/1963	VI
TIRO ARMAS LONGAS	13º	68	TIAGO RAFAEL PERIN	19/8/1991	VI
TIRO ARMAS LONGAS	14º	7	CELSON PERIN	27/7/1958	III
TIRO ARMAS LONGAS	15º	3	RUI BARG	29/8/1957	III
TIRO ARMAS LONGAS	16º	3	JACKSON RODRIGO BORCHARDT	28/10/1984	III
VOLEI DE PRAIA MASC. E FEM.	1º	48	LARISSA TELES DE CAMPOS	17/4/2002	V
VOLEI DE PRAIA MASC. E FEM.	2º	48	HELENA WEBER DE OLIVEIRA	25/9/2002	V
VOLEI DE PRAIA MASC. E FEM.	3º	4	BRIAN CHARLES DA ROSA	1/12/1990	III
VÔLEI DE PRAIA MASC. E FEM.	5º	3	JOÃO VITOR DI MARI	13/7/1999	III
VOLEI DE PRAIA MASC. E FEM.	4º	3	JOSHUA DE CARVALHO DE ARAUJO	28/8/1999	III
VÔLEI DE PRAIA MASC. E FEM.	6º	3	GUSTAVO HENRIQUE MARKIEWICZ	8/11/1999	III
VOLEIBOL FEMININO	1º	168	RHILARI SA SILVA PULQUERIO NOGUEIRA	3/1/2002	VI
VOLEIBOL FEMININO	2º	168	ADRIELI DA SILVA CABRAL	1/3/2002	VI
VOLEIBOL FEMININO	3º	168	SABRINA MARTIN DA SILVA	27/4/2002	VI
VOLEIBOL FEMININO	4º	168	ISABELY AYUMI TAKAESU	20/5/2002	VI
VOLEIBOL FEMININO	5º	168	EMILY DE SIQUEIRA DE OLIVEIRA	29/5/2002	VI
VOLEIBOL FEMININO	6º	156	LAYS BECKER	8/1/2001	VI
VOLEIBOL FEMININO	7º	156	VITORIA MARCON GOLÇALVES	10/4/2001	VI
VOLEIBOL FEMININO	8º	101	ANE CAROLINE WEBER	16/11/2003	V
VOLEIBOL FEMININO	9º	84	ANA BARBARA A. THOMAZI DO NASCIMENTO	22/4/1981	VI
VOLEIBOL FEMININO	10º	84	JULIANA BENEDETTI	5/2/1987	VI
VOLEIBOL FEMININO	11º	80	SUEILANE SERENINI	20/8/1985	VI
VOLEIBOL FEMININO	12º	80	TATIANE ELIETE REZENA DE FREITAS	19/10/1988	VI
VOLEIBOL FEMININO	13º	80	GISLAINE HANEMANN	30/6/1992	VI
VOLEIBOL FEMININO	14º	60	SOFIA CHISSINI SARTORI	25/8/2003	V
VOLEIBOL FEMININO	15º	37	LUIZA DA CRUZ	3/3/2004	IV
VOLEIBOL FEMININO	16º	37	CAUANE GABRIELI ADUR	16/4/2004	IV
VOLEIBOL FEMININO	17º	33	MISLAYNE SOARES DA SILVA	20/1/2004	IV
VOLEIBOL FEMININO	18º	31	MARIA EDUARDA KREUTZFELD	25/2/2005	IV
VOLEIBOL FEMININO	19º	31	ISABELLE LOUISE RISSATTO	14/12/2005	IV
VOLEIBOL FEMININO	20º	25	LAURA RODRIGUES NORONHA	18/2/2004	IV
VOLEIBOL FEMININO	21º	25	LAURA MORETTI JUNKES	12/7/2004	IV
VOLEIBOL FEMININO	22º	12	VITTORIA ELENA KEUHNE	20/7/2006	I
VOLEIBOL FEMININO	23º	6	HELENA WOLF	6/6/2005	I
VOLEIBOL FEMININO	24º	6	LUANA CAMILA KUSKOWSKI	18/4/2006	I
VOLEIBOL FEMININO	25º	6	JENIFFER MOTA	9/5/2006	I
VOLEIBOL FEMININO	26º	6	EMILLY BECKER	22/5/2006	I
VOLEIBOL FEMININO	27º	6	KAMILLE LUIZA STEIN	24/11/2006	I
VOLEIBOL MASCULINO	1º	60	JONAS GABRIEL OTTO	15/01/20002	V
VOLEIBOL MASCULINO	2º	60	HENRIQUE FLOR DAMACENO	14/6/2003	V
VOLEIBOL MASCULINO	3º	60	ENDRIU GOUVEIA KAZMIRSKI	28/6/2002	V



VOLEIBOL MASCULINO	4º	60	JOAO VITOR BARRETO KATH	29/7/2002	V
VOLEIBOL MASCULINO	5º	60	IVAN GUILHERME SANTOS JESUS	17/12/2002	V
VOLEIBOL MASCULINO	6º	60	THAIGOR YAN SCHKOWOSKI	13/2/2003	V
VOLEIBOL MASCULINO	7º	35	ANTONY JOSÉ BURGER	27/6/2004	IV
VOLEIBOL MASCULINO	8º	29	VICTOR HUGO MOREIRA DOS SANTOS	10/4/2006	III
VOLEIBOL MASCULINO	9º	25	DANTHON TODT LEMES DOS SANTOS	13/6/2003	IV
VOLEIBOL MASCULINO	10º	25	PEDRO MARCON GONÇALVES	7/1/2004	IV
VOLEIBOL MASCULINO	11º	25	GUILHERME ARTHUR KUNN	27/3/2004	IV
VOLEIBOL MASCULINO	12º	25	KAUAN ESTEVÃO	14/6/2004	IV
VOLEIBOL MASCULINO	13º	25	RENAN ANDREY FORNAZARI	17/4/2004	IV
VOLEIBOL MASCULINO	14º	25	EDUARDO WAGENNKNECHT	19/4/2004	IV
VOLEIBOL MASCULINO	15º	25	GABRIEL MAAS MUNIZ DA SILVA	19/5/2004	IV
XADREZ MASC. E FEM.	1º	243	LUCAS FONSECA PICCOLI	14/5/2003	VI
XADREZ MASC. E FEM.	2º	200	SUZANA KOMOTO CHANG	9/2/1972	VIII
XADREZ MASC. E FEM.	3º	95	EDUARDA NEUENFELD	19/1/2002	V
XADREZ MASC. E FEM.	4º	90	AMANDA CAROLINA DE MELLO	8/9/1989	VI
XADREZ MASC. E FEM.	5º	90	DENISE LEMONY	1/3/1990	VI
XADREZ MASC. E FEM.	6º	53	GUSTAVO PONSTEIN DOGE	9/1/2002	V
XADREZ MASC. E FEM.	7º	45	ANDRÉ JORDI VOLKMANN	27/10/2000	V
XADREZ MASC. E FEM.	8º	45	GUILHERME HENRIQUE DE MORAES SILVA	22/1/2006	IV
XADREZ MASC. E FEM.	9º	35	LUCAS NUNES	4/11/2003	V
XADREZ MASC. E FEM.	10º	34	LUIZ GUILHERME AURELLI	12/6/1991	VIII
XADREZ MASC. E FEM.	11º	34	CAMILLE CHRISTINA ANDRUKIU WILTNER	1/10/2003	V
XADREZ MASC. E FEM.	12º	20	PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA CONSTANTINO	15/7/2006	IV
XADREZ MASC. E FEM.	13º	15	JULIA FUCHTER	17/9/2003	V
XADREZ MASC. E FEM.	14º	15	ANA LUIZA SOUZA	13/6/2006	IV
XADREZ MASC. E FEM.	15º	5	GUSTAVO ARTHUR HORNBURG	17/2/2007	IV
XADREZ MASC. E FEM.	16º	3	LUANA TRIBESS	25/5/2007	I
XADREZ MASC. E FEM.	17º	2	KELY KARINA DE LIMA BADAZ	22/8/2006	III
XADREZ MASC. E FEM.	18º	3	LETÍCIA TRIBESS	25/5/2007	III

Jaraguá do Sul, 24 de fevereiro de 2021.

NATÁLIA LÚCIA PETRY

Presidente da Comissão Bolsa Desportiva Municipal

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 009/2021 - FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

Publicação Nº 2878507

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 009/2021 - FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

O Chefe de Fiscalização de Atividades Urbanas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a situação emergencial e o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10-a da Lei Municipal 1182/88 e Artigo 4º, III da Lei 5427/2009, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado (a)	CNPJ/CPF	Notificação	Medida Determinada	Prazo para Cumprimento
Mario Marte da Silva	762.121.069-91	31414/2021	Realizar a roçada e manter limpo imóvel cadastro: 65803.	15 dias

Considera-se notificado o contribuinte acima listado no prazo de 15 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, acarretará na



aplicação de multa contra o notificado, nos termos do Art. 7º da Lei 5427/2009, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 004/2021 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação Nº 2878504

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 004/2021 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10- A – da Lei Municipal 1182/88, CIENTIFICA o (a) contribuinte abaixo identificado (a) acerca do auto de infração emitido:

Autuado (a)	CPF / CNPJ	Auto de Infração	Fato Gerador	Valor da Multa	Prazo para recolhimento
Catarina Frankowiak	062.960.068-61	2866/2021	Plantação de mandioca e demais vegetação sobre o passeio público do imóvel cadastro 5085, embaraçando e impedindo o livre trânsito de pedestres. Descumprimento da medida determinada na np 29933/2020.	R\$ 397,28	30 dias

Considera-se autuado o contribuinte acima listado a contar da publicação deste, podendo, dentro do prazo para recolhimento acima indicado, apresentar defesa por escrito à repartição competente.

O pagamento da multa não isenta o infrator da obrigação de fazer ou desfazer e do cumprimento às exigências das demais autoridades competentes.

A multa não paga no prazo estabelecido será inscrita em dívida ativa, para cobrança executiva fiscal, acrescida de correção monetária, juros moratórios e outros encargos cabíveis.

O infrator com débito tributário inscrito em dívida ativa fica impedido de transacionar a qualquer pretexto com o poder público.

## EDITAL Nº 002/2021/CESE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR E ENSINO MÉDIO DO CURSO DE MAGISTÉRIO

Publicação Nº 2877913

### EDITAL Nº 002/2021/CESE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR E ENSINO MÉDIO DO CURSO DE MAGISTÉRIO

A Comissão Especial de Seleção de Estagiários – CESE, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei Municipal nº 5.922 de 28 de março de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 7.968 de 25 de junho de 2019, torna público que estarão abertas as inscrições para o Programa de Estágio para Estudantes do Ensino Superior, para atuarem no âmbito da Secretaria Municipal de Educação – Semed.

#### 1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O procedimento de inscrição e classificação de estudantes de nível superior para atuarem no programa de estágio reger-se-á pelas disposições contidas neste edital, pela Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.

1.2 O estágio de Ensino Superior compreende o exercício transitório de funções auxiliares junto à Secretaria Municipal de Educação (Semed) da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul e não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município de Jaraguá do Sul.

1.3 A duração do estágio de Ensino Superior não poderá exceder a 2 (dois) anos, consecutivos ou alternados.

1.4 A jornada de atividades do estágio de Ensino Superior é de 20 (vinte) horas semanais, limitado a 4 (quatro) horas diárias, compatíveis com o horário escolar e de funcionamento da Instituição Concedente.

1.5 As atribuições básicas do estagiário de Ensino Superior estão previstas no anexo II da Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.

1.6 O valor da bolsa de estágio de Ensino Superior para o corrente ano é de 883,95 (oitocentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos), equivalente a 4,45 (quatro vírgula quarenta e cinco) UPMS (Unidade Padrão Municipal).

1.7 O estagiário que comprovar a necessidade de transporte coletivo para deslocamento até o local de estágio fará jus ao auxílio-transporte, nos termos da Lei Municipal nº 2.113/1996.

1.8 A seleção de que trata o presente Edital terá validade até esgotar a lista de classificados.



1.9 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

1.10 Comprovada a falsidade das informações prestadas, a Administração Municipal reserva-se o direito de indeferir a inscrição do candidato ou mesmo rescindir o contrato a qualquer tempo.

## 2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições estarão abertas no período de 25 de fevereiro a 14 de março de 2021, através de formulário disponível no endereço eletrônico: (<https://sistemas.jaraguadosul.sc.gov.br/index.php?class=InscricaoEstagiarios&method=onStart&codigo=187203c3>), ou no link disponível na página da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul (<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>) clicando na aba "Concursos Públicos, Processos Seletivos e Estágios".

2.2 Para confirmar sua inscrição, o estudante deverá preencher todos os campos do formulário supracitado e anexar documento comprobatório.

2.2.1. Anexar o Comprovante de Notas e de Frequência para validar a inscrição.

2.3 A inscrição será efetivada somente após o candidato clicar na opção Finalizar.

2.4 Feita a inscrição, o candidato ficará inteiramente responsável pelas informações fornecidas.

2.5 A classificação será divulgada no dia 24 de março de 2021, após as 14 horas, no site (<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>).

## 3 DOS REQUISITOS

3.1 Estar regularmente matriculado para o ano de 2021 nos cursos de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Educação Especial ou Licenciatura em Psicopedagogia entre o terceiro e o penúltimo semestre, ou Curso Ensino Médio Magistério matriculado no 4º ano, e com frequência efetiva em Instituições de Ensino Superior, conveniadas à Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

3.2 Apresentar os seguintes documentos no ato da contratação:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade (RG);
- b) Fotocópia do CPF;
- c) Fotocópia do Certificado de Reservista/Dispensa Militar (para homens);
- d) Comprovante de residência atualizado em nome do estudante, dos pais ou responsáveis (caso o comprovante esteja em nome de um responsável, é obrigatório preenchimento da declaração de residência – disponibilizada pela Diretoria de Gestão de Pessoas);
- e) Fotocópia do boletim escolar do estudante do último semestre cursado e o apresentado no ato da inscrição;
- f) Atestado/declaração de frequência escolar do estudante com data atualizada;
- g) Fotocópia do histórico escolar do estudante;
- h) Fotocópia do atestado/declaração de índice acadêmico do estudante;
- i) Fotocópia do cartão de conta bancária – CAIXA, em nome do estudante.

3.3 A contratação será realizada através de agendamento com a Central de Estágios.

## 4 DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A classificação dar-se-á de acordo com:

- a) índice de desempenho acadêmico das disciplinas cursadas com aprovação, comprovado através da média de notas do histórico escolar ou da declaração emitida pela Instituição de Ensino;
- b) percentual de frequência do último semestre cursado.

4.2 No caso de empate, terá preferência, o candidato com maior idade.

4.3 Serão desclassificados do processo seletivo os candidatos que se enquadrarem nas seguintes hipóteses:

- a) obtiverem a média de notas do disposto no item 4.1, a, inferior a 60% (sessenta por cento);
- b) obtiverem o percentual de frequência do disposto 4.1, b, inferior a 75% (setenta e cinco por cento).

4.4 A classificação prévia será divulgada no dia 19 de março de 2021, após as 17 horas, no site (<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>).

4.4.1 De conhecimento da divulgação da classificação prévia, o candidato poderá recorrer do resultado, preenchendo o Formulário de Recurso (anexo I), fundamentando e encaminhando à Comissão Especial de Seleção de Estagiários – CESE.

4.4.2 No caso de não concordância ou divergências da classificação, o candidato poderá impetrar recurso da classificação prévia no dia 22 de março de 2021, na Secretaria Municipal de Educação, com entrega do Anexo I preenchido, no horário das 8 horas às 16 horas.

4.5. A classificação final será divulgada no dia 24 de março de 2021, após às 14 horas, no site (<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>).



**5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

5.1 A classificação obtida pelo candidato não gerará direito de ingresso em vaga de estágio, mas tão somente de figurar na lista de classificados.

5.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção de Estagiários.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2021

CAROLINA SCHIOCHET

Representante da Secretaria Municipal da Administração

Portaria n° 622/2019

GRACE EMILIA ANDREATTA

Representante da Secretaria Municipal da Administração

Portaria n° 622/2019

ROBERTA ROTERMUND BARATTO

Representante da Secretaria Municipal da Educação

Portaria n° 653/2020

TALLIS TAIS PERKOWSKI MULLER

Representante da Secretaria Municipal da Educação

Portaria n° 622/2019

ANEXO I

RECURSO

EDITAL N° 007/2020/CESE

INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA  
ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR E ENSINO MÉDIO DO  
CURSO DE MAGISTÉRIO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
NOME DO CANDIDATO: _____	
INSCRIÇÃO: _____	
MOTIVO: _____	
_____	
_____	
Anexar documentos comprobatórios (histórico escolar/boletim)	
_____	
(Para uso da SEMED)	
_____	
<input type="checkbox"/>	DEFERIDO
_____	
<input type="checkbox"/>	INDEFERIDO
_____	

Jaraguá do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**PORTARIA N° 391/2021**

Publicação N° 2878752

PORTARIAN° 391/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no artigo 127, da Lei Complementar Municipal N° 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais N°s 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 032/2021/Semad-DGP, de 16/02/2021, da Diretoria de Gestão de Pessoas;





**RESOLVE :**

Art.1º CONCEDER LICENÇA, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, à servidora pública municipal VIVIAN CAMPOS MARTINS, matrícula 8457, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, no período de 01/03/2021 a 28/02/2023.

Art.2º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido da servidora ou no interesse do serviço.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 392/2021**

Publicação Nº 2878755

PORTARIANº 392/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o artigo 7º, da Lei Municipal Nº 6.829/2014, de 14/03/2014; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 63/2021/Procon, de 16/02/2021, do Procon de Jaraguá do Sul;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR as servidoras públicas municipais ADRIANA BARRETO, matrícula 82189; ROSILÉA KRAWULSKI, matrícula 7041; e CAMILA JULIANA DOS SANTOS, matrícula 10943, para, sob a presidência da primeira, comporem a COMISSÃO TÉCNICA responsável pela apreciação dos requerimentos de obtenção do Selo Amigo do Consumidor, em conformidade com a Lei Municipal Nº 6.829/2014, de 14/03/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria Nº 119/2020, de 09/03/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 393/2021**

Publicação Nº 2878759

PORTARIANº 393/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 095/2021/Semash, de 17/02/2021, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, no período de 22/02/2021 a 03/03/2021, SÉRGIO FELIPE DOS SANTOS, matrícula 8916, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer, interinamente, o cargo de provimento em comissão de CHEFE ADMINISTRATIVO, da Gerência de Gestão do Trabalho, Administrativa e Financeira, da Diretoria Administrativa e Técnica de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município, em razão de férias do titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/02/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito



**PORTARIA N° 394/2021**

Publicação N° 2878760

PORTARIAN° 394/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 096/2021/Semash, de 18/02/2021, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º RETIFICAR o nome constante na Portaria N° 119/2021, de 21/01/2021, de Heloisa Helena Giovanella Junkes para HELOISA HELENA GIOVANELLA.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/01/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA N° 395/2021**

Publicação N° 2878762

PORTARIAN° 395/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal N° 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais N°s 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021; e do parágrafo único, do artigo 48, da Lei Complementar Municipal N° 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais N°s 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 07/2021/Sedein, de 15/02/2021, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 21/01/2021, o servidor público municipal RAUL HENRIQUE DOS SANTOS, matrícula 7701, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/01/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA SAMAESJSU N° 101/2021**

Publicação N° 2878300

PORTARIA SAMAESJSU N° 101/2021

Afastamento de Servidor para cumprir medida de isolamento domiciliar

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n° 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;



CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 30 de janeiro de 2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º AFASTAR, para cumprir medida de isolamento domiciliar o Servidor Público Municipal SERGIO GARGHETTI, matrícula 354, ocupante do Cargo efetivo de Operador de ETA/ETE, lotado na Coordenadoria de Estação de Tratamento de Água – Diretoria Técnica, no período de 30 de janeiro a 04 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 30 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 9 de fevereiro de 2021.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESU Nº 118/2021**

Publicação Nº 2878303

PORTARIA SAMAESU Nº 118/2021

Designa Comissão Especial de Avaliação de Bens Inservíveis

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar nº 220/2018; e,

CONSIDERANDO o memorando 1909/2020/SAMAE de 4 de dezembro de 2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR, os servidores NELCIONE AMARAL, matrícula 754, FABIANO LAUBE, matrícula 684 e JOSÉ ANDERLE, matrícula 769 para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial com a finalidade de avaliar os bens inservíveis do SAMAE.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SAMAESU Nº 334/2020 de 6 de junho de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE Nº 375/2020 - CREDENCIAMENTO BANCÁRIO**

Publicação Nº 2878084

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 375/2020

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 433/2018

Processo: Chamamento Público nº 182/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Banco Cooperativo Sicredi S.A.; Objeto: O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 433/2018 por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2021 e término em 31/12/2021, nos moldes pactuados no Termo de Credenciamento e nos termos aditivos firmados; Do Reajuste: O presente termo aditivo também objetiva o reajuste dos valores previstos no Termo de Credenciamento com base na variação do INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor) dos últimos 12 meses, correspondente a 4,77% (quatro inteiros e setenta e sete décimos percentuais); Fundamento Legal: O presente aditivo é firmado com base na justificativa do Gestor e Fiscal do contrato constante do Memorando 1776/2020/Samae/CCFIN e tem fundamento legal no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, item 8.2 do Edital de Chamamento Público 182/2018. O reajuste do Termo de Credenciamento tem fundamento no art. 40, inciso XI, c/c com o inciso III do art. 55 da Lei Federal 8.666/93, no item 12.1 da Cláusula Décima Segunda do Termo de Credenciamento e na justificativa do Gestor e Fiscal do contrato constante do Memorando nº 1776/2020/Samae; Item orçamentário: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas do objeto deste contrato correrão por conta do Orçamento de 2021, (conforme mensagem nº 193/2020 de 26/08/2020 da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2021), como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recursos
25.01.17.122.0302.4.425	Pagamento de despesas fixa do Samae	3.3.90.- Aplicações Diretas	Próprios



Data da assinatura: 25/11/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro, Daniel Baldasso Ferreira e Roger da Silva do Nascimento.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente  
Samae de Jaraguá do Sul

### **TERMO DE ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 129/2018 – VERSÃO III**

Publicação Nº 2879203

#### **TERMO DE ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 129/2018 – VERSÃO III**

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, com início às 14 horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, nº 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto 14.583/2021, formada pelos membros Douglas Antonio Conceição, Thiago de Oliveira Braga e Lucimara Gabardo Tarachucky, para sob a presidência do primeiro, reuniram-se após transcorrido prazo recursal sem manifestação, para adjudicar o objeto da licitação “exploração e prestação do serviço de transporte coletivo público de passageiros em Jaraguá do Sul, em caráter de exclusividade, mediante concessão”, referente a CONCORRÊNCIA nº 129/2018 – Versão III, tipo Menor Tarifa à empresa: VIAÇÃO CANARINHO LTDA., com o valor da proposta de R\$ 3,94 (três reais e noventa e quatro centavos)

Na forma da Lei, será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Homologação do certame a qual será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade.

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação. Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

Douglas Antonio Conceição	
Lucimara Gabardo Tarachucky	
Thiago de Oliveira Braga	

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 129/2018 – VERSÃO III**

Publicação Nº 2879204

#### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 129/2018 – VERSÃO III**

Tendo analisado a Atas de Julgamento da CONCORRÊNCIA nº 129/2018 – Versão III, bem como a decisão da Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 14.583/2021, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, tendo como objeto “a exploração e prestação do serviço de transporte coletivo público de passageiros em Jaraguá do Sul, em caráter de exclusividade, mediante concessão, à empresa: VIAÇÃO CANARINHO LTDA., com o valor da proposta de R\$ 3,94 (três reais e noventa e quatro centavos) e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 23 de fevereiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal



# Jardinópolis

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL CREDENCIAMENTO Nº01/2021 PROCESSO LICITATÓRIO Nº23/2021

Publicação Nº 2877751

Estado de Santa Catarina

Município de Jardinópolis – SC

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE CREDENCIAMENTO

Processo Adm. Nº 23/2021.

Edital de Credenciamento Nº 01/2021.

Objeto: Credenciamento de empresas para o fornecimento de próteses dentárias, conforme especificação e descrição no edital.

Cadastramento: 24/02/2021 a 26/03/2021 nos dias úteis, das Segundas à Sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, no departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Jardinópolis - SC

Abertura dos envelopes do credenciamento: 08:00 horas do dia 29 de março de 2021.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: pelo SITE [www.jardinopolis.sc.gov.br](http://www.jardinopolis.sc.gov.br) ou [jardinopolis.atende.net](http://jardinopolis.atende.net) ou Prefeitura de Jardinópolis localizada na Avenida Getúlio Vargas, 815, nos dias úteis, das Segundas à Sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49)3337-0004.

Jardinópolis, 23 de fevereiro de 2021

MAURO FRANCISCO RISSO

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 5.790/21 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2879712

DECRETO Nº 5.790/21 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2020. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal do Município de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de acordo com o artigo 5º, da lei 1078/20 de 04 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado crédito suplementar, no orçamento do Município, no valor de R\$ 16.370,85 (dezesesseis mil e trezentos e setenta reais e oitenta e cinco centavos). nas dotações abaixo relacionadas:

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Educação

Função: 0012– Educação

Sub Função: 0361 – Ensino Fundamental

Programa: 0006 – Criança na Escola

Projeto/Atividade: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.1.90.00.00 – Aplicação Direta Vinculo 0318.3018, com o Valor de R\$ 16.370,85 (dezesesseis mil e trezentos e setenta reais e oitenta e cinco centavos).

Art. 2º - Para suplementação da conta que trata o art. 1º, fica utilizado recursos do superávit financeiro do exercício de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis em 18 de fevereiro de 2021.

MAURO FRANCISCO RISSO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI

Chefe de Gabinete.



**DECRETO Nº 5.791/21 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879716

DECRETO Nº 5.791/21 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2020. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANSCISCO RISSO, Prefeito Municipal do Município de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de acordo com o artigo 5º, da lei 1078/20 de 04 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado crédito suplementar, no orçamento do Município, no valor de R\$ 5.784,63 (cinco mil e setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos). nas dotações abaixo relacionadas:

Órgão 06.00 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 06.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função 0008 – Assistência Social

Sub Função 0244 – Assistência Comunitária

Programa 0010 – Atenção a Família

Projeto/Atividade 2.023 – Manutenção de Programa de Assistência Social Família.

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.90.00.00 – Aplicação Direta Vínculo 0335.3235 com o valor de R\$ 5.784,63 (cinco mil e setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos).

Art. 2º - Para suplementação da conta que trata o art. 1º, fica utilizado recursos do superávit financeiro do exercício de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis em 18 de fevereiro de 2021.

MAURO FRANCISCO RISSO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI

Chefe de Gabinete.



**CÂMARA MUNICIPAL****HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 01/2021**

Publicação Nº 2877855



Estado de Santa Catarina  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JARDINÓPOLIS

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

IVAN  
TONINI: 04103090  
0  
Assinado de forma digital por IVAN TONINI: 040410309  
Dados: 2021.02.22 17:12:51 -03'00'

Dispensa de Licitação  
Para Contratação de Serviços  
01/2021  
Processo Administrativo: 01/2021

O (a) Sr (a). IVAN TONINI, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor,

**Homologo**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa de Licitação nº. 01/2021, o (s) participante (s):

**CLICOEESTE COMUNICACAO E EVENTOS LTDA**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria de imprensa, junto a Câmara de vereadores de Jardinópolis/SC, com carga horária mínima de 10 horas semanais pelo período de 10 meses, desenvolvendo as atividades a seguir elencadas: Dar publicidade, com elaboração de release, materiais de divulgação dos atos/fatos e ações da Câmara de Vereadores visando o interesse público; Divulgação e atualização do Portal, pela contratada, se dará por intermédio do Site da Câmara, nas Redes Sociais, matérias para os jornais e material que var ser transmitido no programa de radio; Cobertura e protocolo dos atos realizados em sessões plenárias ordinárias e sessões solenes e também das audiências públicas, sessões comunitárias, sessões extraordinárias, entre outras atividades parlamentares da Câmara de Vereadores de Jardinópolis ou quando solicitados pela administração do Poder Legislativo e outras atividades correlatas.	MES		10 Meses	R\$1.650,00	R\$16.500,00
Total do Fornecedor:						R\$ R\$16.500,00

Jardinópolis, 22 de fevereiro de 2021.

IVAN TONINI  
Presidente

Avenida Santo Antônio 840 CEP 89848000 – Centro Jardinópolis SC  
49 3337 0187 – e-mail [camara@jardinopolis.sc.gov.br](mailto:camara@jardinopolis.sc.gov.br)



# Joaçaba

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO FINAL

Publicação Nº 2878166

#### DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA – EDITAL Nº 01.2021-SME

O Prefeito de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna pública a divulgação da classificação FINAL da Chamada Pública – Edital nº 01/2021-SME:

PROFESSOR DE ARTES			
CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Josélia Mary Soares Orfanidis	06/11/1963	1,0
2	Marlene Aparecida da Silva	06/10/1978	1,0

PROFESSOR DE CIÊNCIAS			
CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Marilene Lemony	20/03/1968	3,0
2	Raquel Moreira Leite Martini	10/09/1986	3,0
3	Airton José Brandalise	18/07/1971	3,0
4	Daniele Pavarin	20/05/1997	1,0
5	Maria Clara da Silva	30/05/1997	1,0
6	Aline Schmitz	10/02/1998	1,0

PROFESSOR DE INFORMÁTICA			
CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Lucas Martini Sargentim	18/09/1991	0,5

#### PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Erika Maria de Sousa Santos	10/01/1990	1,0

#### PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Renato de Souza	11/05/1981	7,5
2	Carina Buchali Marca	26/03/1980	3,0
3	Milena Dos Santos	07/05/1991	3,0
4	Cátia Cilene Diogo Goulart	28/08/1977	1,0
5	Elixandra Melissa Vieira	11/08/1979	1,0

#### PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA – CONTINUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
6	João Tomaz dos Santos Neto	15/04/1994	1,0
7	Marines Remoaldo	05/06/1976	0,5
8	Inilce Luciana Prestes de Oliveira	10/02/1982	0,5
9	Rosária Fernandes Araujo Silva	12/07/1982	0,5
10	Roberta Morgana Petry	18/03/1993	0,5
11	Messias dos Santos Correia	29/04/1998	0,5

PROFESSOR MATEMÁTICA			
CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Cloé Regina de Souza	11/11/1962	3,0
2	Nilce Bortoluzi	29/04/1966	3,0



3	Marcos Roberto Rigo	21/05/1984	3,0
4	Melise de Souza Gonçalves	07/02/1991	3,0
5	Líbera Juvilde Dalazen	06/02/1995	1,0
6	Françoilson da Silva Lima	06/04/1998	1,0

AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS			
CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASC.	PONTOS
1	Catarina Roque	03/10/1962	3,0
2	Neide Tavares	06/01/1965	2,0
3	Regina Monteiro Strey	06/01/1982	2,0
4	Yasmim de Campos	08/01/1993	1,5
5	Abimael dos Santos Lobo	01/01/2000	0,5

Joaçaba/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Dioclésio Ragnini  
Prefeito de Joaçaba

### EXTRATO CONTRATO 009/2021/PMJ

Publicação Nº 2878146

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2021/PMJ  
PROVENIENTE DO PL 70/2020/PMJ – CC 03/2020/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: CONSTRUTORA OESTE SUL EIRELI

OBJETO: execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de barracão em estrutura metálica no Distrito de Santa Helena, neste Município.

VALOR: R\$ 2.534.806,40 (dois milhões quinhentos e trinta e quatro mil oitocentos e seis reais e quarenta centavos), sendo:

R\$ 2.001.736,62 (dois milhões e mil reais setecentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos), correspondente ao material e meio mecânico e

R\$ 533.069,78( quinhentos e trinta e três mil sessenta e nove reais e setenta e oito centavos), correspondente aos serviços.

FISCAL: JAISON STRAPASSOLA

VIGÊNCIA: em até 08 (oito) meses contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial.

DATA DE ASSINATURA: 11/02/2021.

Joaçaba – SC, 11 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA  
MARCELO MANTOVANI – Secretário

### PORTARIA Nº 340

Publicação Nº 2878240

PORTARIA Nº 340 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 18 de fevereiro de 2021, o contrato de trabalho do(a) Senhor(a) MILENA DOS SANTOS, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, devido término do prazo máximo de contratação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.



JOAÇABA(SC), 18 de fevereiro de 2021

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## PORTARIA Nº 341

Publicação Nº 2878242

PORTARIA Nº 341 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) JULIANA KUDRECK ALVES MEISTERLIN, a partir de 18 de fevereiro de 2021, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2021, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CEI Rosa Branco, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 63º lugar (Professor de Educação Infantil) no edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Deyse Elaine Rocha Bevilaqua, em período gestacional.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 1.7 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020/SME.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 18 de fevereiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## PORTARIA Nº 342

Publicação Nº 2878244

PORTARIA Nº 342 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LUCIANE CUNHA, a partir de 18 de fevereiro de 2021, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2021, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CEI Nossa Senhora de Lourdes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 51º lugar (Professor de Educação Infantil) no edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Gizeli Alves de Moura, exercendo função de confiança.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 1.7 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020/SME.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho



de 2010.

Joaçaba - SC, 18 de fevereiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## PORTARIA Nº 343

Publicação Nº 2878246

PORTARIA Nº 343 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ADEMIR NUNES DOS SANTOS, a partir de 18 de fevereiro de 2021, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2021, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 04º lugar (Professor de Geografia) no edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de atendimento remoto dos estudantes durante o ano letivo de 2021.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 1.7 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020/SME.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 18 de fevereiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## PORTARIA Nº 344

Publicação Nº 2878247

PORTARIA Nº 344 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 05 de fevereiro de 2021, o contrato de trabalho do(a) Senhor(a) TAYLA REGINA DE BAIRO, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, devido término do prazo máximo de contratação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 18 de fevereiro de 2021

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA



Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N° 345**

Publicação N° 2878248

PORTARIA N° 345 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

"DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o(a) Sr(a). LUCAS FONCECA TROMBETTA, Intendente de Gestão Frotas, para acompanhar e fiscalizar as Atas de Registro de Preços nº 111/2020/PMJ, 93/2020/PMJ, 92/2020/PMJ, 81/2020/PMJ-TA01, 82/2020/PMJ e 83/2020/PMJ, em substituição ao servidor Gustavo Ângelo Deitos, de acordo com o estabelecido no Artigo 67 da Lei 8.666/1993 e conforme memorando nº 107/2021 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 18 de fevereiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N° 346**

Publicação N° 2878249

PORTARIA N° 346 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MILENA DOS SANTOS, a partir de 19 de fevereiro de 2021, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2021, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 05º lugar (Professor de Língua Portuguesa) no edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Elizalda Casagrande, exercendo função de confiança.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 1.7 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020/SME.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 19 de fevereiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal



**PORTARIA Nº 347**

Publicação Nº 2878251

PORTARIA Nº 347 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ANGELICA BIANCHETTI DA SILVA, a partir de 19 de fevereiro de 2021, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2021, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – Núcleo Pedagógico Rural, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 26º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a existência de uma vaga destinada a concurso público.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 1.7 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020/SME.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 19 de fevereiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 348**

Publicação Nº 2878252

PORTARIA Nº 348 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MARTA BEHREND ROCHA, a partir de 22 de fevereiro de 2021, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2021, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CEI Clara Zomkowski, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 66º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de acompanhamento de aluno portador de necessidade especial.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 1.7 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020/SME.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 22 de fevereiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA Nº 349**

Publicação Nº 2878253

PORTARIA Nº 349 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) CHARLENE ALMEIDA, a partir de 22 de fevereiro de 2021, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2021, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 67º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de acompanhamento de aluno portador de necessidade especial.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 1.7 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020/SME.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 22 de fevereiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 350**

Publicação Nº 2878254

PORTARIA Nº 350 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LUCIANA DE FATIMA BARBOSA PIMENTEL, a partir de 22 de fevereiro de 2021, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2021, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 67º lugar (Professor de Educação Infantil) no edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição de servidores em atestado médico ou afastamentos legais.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 1.7 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020/SME.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 22 de fevereiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA Nº 351**

Publicação Nº 2878256

PORTARIA Nº 351 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) DANIELI SCHLEMMER, a partir de 22 de fevereiro de 2021, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2021, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 04º lugar (Professor de História) no edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de atendimento remoto dos estudantes durante o ano letivo de 2021.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 1.7 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020/SME.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 22 de fevereiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 352**

Publicação Nº 2878258

PORTARIA Nº 352 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ALEXANDRA APARECIDA RIGO, a partir de 22 de fevereiro de 2021, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2021, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificada no edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de atendimento remoto dos estudantes durante o ano letivo de 2021 e a necessidade de acompanhamento de aluno portador de necessidade especial.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 1.7 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020/SME.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 22 de fevereiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA Nº 353**

Publicação Nº 2878259

PORTARIA Nº 353 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ANDREA DE ANDRADE, a partir de 22 de fevereiro de 2021, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2021, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 41º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de atendimento remoto dos estudantes durante o ano letivo de 2021.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 1.7 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020/SME.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 22 de fevereiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 354**

Publicação Nº 2878262

PORTARIA Nº 354 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) GISELE CARLA PAZ, a partir de 22 de fevereiro de 2021, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2021, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 38º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de atendimento remoto dos estudantes durante o ano letivo de 2021.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 1.7 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020/SME.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 22 de fevereiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**RESOLUÇÃO Nº 01 DE 29 DE JANEIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878338

**RESOLUÇÃO Nº 01 DE 29 DE JANEIRO DE 2021**

Autoriza a abertura de Edital de Credenciamento para contratação de empresas para a prestação de serviços de exames de ultrassonografias, compreendendo a operação do aparelho de propriedade do Fundo Municipal de Saúde e a respectiva elaboração dos laudos pelo menor valor orçado por procedimento.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, em sua trecentésima sétima reunião ordinária, realizada no dia 28 de janeiro de 2021, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei nº 8080/90 e 8142/90,

Considerando a aquisição pelo Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba de equipamento para realização de exames de ultrassonografia da marca GE Versana Premier.

Considerando que não há no quadro de servidores municipais profissional médico radiologista contratado para operar a máquina e elaborar os laudos.

Considerando que não existe previsão de abertura de vaga de médico radiologista, a qual deve ser autorizada por Lei, impossibilitando, por ora, a contratação de profissional por meio de concurso público, seletivos ou processos semelhantes.

Considerando a alta demanda de exames de ultrassonografia, com atualmente 1.128 (mil cento e vinte e oito) pacientes na fila.

Considerando que atualmente os exames de ultrassonografia são realizados nas clínicas das empresas prestadoras de serviço, demandando frequentemente deslocamentos para outras cidades da região, o que ocasiona transtornos e gastos adicionais com transporte.

Considerando que a contratação de empresas para fornecimento de profissionais para realização de exames de ultrassonografia é um procedimento já adotado em municípios da região, bem como em entidades locais, como o Hospital Universitário Santa Terezinha.

Considerando os orçamentos apresentados durante a reunião.

**RESOLVE**

Autorizar a abertura de Edital de Credenciamento para contratação de empresas para a prestação de serviços de exames de ultrassonografias, compreendendo a operação do aparelho de propriedade do Fundo Municipal de Saúde e a respectiva elaboração dos laudos, pelo menor valor orçado por procedimento, conforme valores expressos abaixo:

ITEM	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	DESCRIÇÃO	VALOR A SER PAGO POR PROCEDIMENTO R\$
<b>CONSULTAS ESPECIALIZADAS</b>			
1	20	Ultrassonografia de Abdômen Superior (Fígado, Vesícula, Vias)	70,00
2	60	Ultrassonografia de Abdômen Total	100,00
3	10	Ultrassonografia de Abdômen Inferior (inclui: bexiga, útero, ovário e anexos) ou (próstata e vesículas seminais)	70,00
4	20	Ultrassonografia de Aparelho Urinário	70,00
5	60	Ultrassonografia de Articulação (ombro, antebraço, cotovelo, braço, punho, mão, quadril, perna, joelho, tornozelo, pé, dedo, coxofemoral)	70,00
6	5	Ultrassonografia de Bolsa Escrotal	70,00
7	5	Ultrassonografia de Estruturas Superficiais (cervical ou axilas ou músculo ou tendão)	70,00
8	5	Ultrassonografia de Glândulas Salivares	70,00
9	30	Ultrassonografia de Mamas (Bilateral)	70,00
10	10	Ultrassonografia de Parede Abdominal	70,00
11	10	Ultrassonografia de Partes Moles	70,00
12	10	Ultrassonografia de Próstata (via abdominal)	70,00
13	10	Ultrassonografia de Próstata (via transretal)	70,00
14	15	Ultrassonografia de Tireoide	70,00
15	40	Ultrassonografia Obstétrica	70,00
16	10	Ultrassonografia Obstétrica com Translucência Nucal	70,00
17	10	Ultrassonografia Obstétrica Morfológica	100,00
18	15	Ultrassonografia Região Inguinal	70,00
19	5	Ultrassonografia Transfontanelar	70,00



20	20	Ultrassonografia Transvaginal	70,00
21	5	Ultrassonografia Doppler de Carótidas e Artérias Vertebrais	120,00
22	5	Ultrassonografia Doppler Colorido de Aorta e Artérias Renais ou Ilíacas	120,00
23	5	Ultrassonografia Doppler Colorido de Órgão ou Estrutura Isolada	120,00
24	10	Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos (até três vasos)	120,00
25	5	Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos Cervicais Venosos Bilateral (subclávias e jugulares)	120,00
26	5	Ultrassonografia Doppler Colorido de Veia Cava Superior ou Inferior	120,00
27	5	Ultrassonografia Doppler de Abdômen Inferior	120,00
28	5	Ultrassonografia Doppler de Abdômen Superior	120,00
29	5	Ultrassonografia Doppler de Abdômen Total	120,00
30	5	Ultrassonografia Doppler de Bolsa Escrotal	120,00
31	5	Ultrassonografia Doppler de Mamas	120,00
32	60	Ultrassonografia Doppler de Membro Inferior ou Superior	120,00
33	10	Ultrassonografia Doppler de Próstata	120,00
34	20	Ultrassonografia Doppler de Tireoide	120,00
35	5	Ultrassonografia Doppler Transvaginal	120,00
36	5	Ultrassonografia Doppler Hepático	120,00
37	5	Ultrassonografia Doppler Transfontanelar	120,00
38	5	Ultrassonografia Obstétrica com Doppler	120,00
39	5	Ultrassonografia Obstétrica Morfológica com Doppler	120,00
Total	545		

Joaçaba/SC, 29 de janeiro de 2021

PAULA GIOVANA KLEBER  
Presidente do CMS de Joaçaba

Homologo a Resolução do CMS nº 01 de 29 de janeiro de 2021, em conformidade com o inciso XII da quarta diretriz da resolução nº 453 de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

VALMOR JOÃO REISDORFER  
Secretário de Saúde de Joaçaba

## RESOLUÇÃO Nº 02/2021-CMDI-JBA

Publicação Nº 2878960

### RESOLUÇÃO Nº 02/2021-CMDI-JBA

Aprova prestações de contas que especifica:

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDI no uso de suas atribuições, de acordo com o que estabelecem a Lei nº 4533 de 28 de outubro de 2014, dispõe sobre a criação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências.

#### RESOLVE:

Art.1º Aprovar a prestação de contas dos recursos executados do pelo Fundo do Idoso, nas ações do Centro de Referência do Idoso – CRI e projetos voltados ao atendimento da Pessoa Idosa, relativos ao terceiro e quarto trimestre de 2020.

§ 1º. As prestações de contas de que trata o caput deste artigo, estão anexas ao parecer nº001/2021 aprovado em reunião do CMDI em 19/02/2021.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Joaçaba SC, 19 de fevereiro de 2021.

João Bulgarelli  
Presidente do CMDI



**HOMOLOGAÇÃO CC 03/2021/PMJ**

Publicação Nº 2878154



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

**CNPJ:** 82.939.380/0001-99 **Telefone:** (49) 3527-8800  
**Endereço:** Av. XV de Novembro, 378 - Centro  
**CEP:** 89600-000 - Joaçaba

**CONCORRÊNCIA**  
**Nr.: 3/2020**

**Processo Adm.:** 70/2020  
**Data do Processo:** 13/10/2020

Folha: 1 / 1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 70/2020  
b) **Nr. Licitação:** 3/2020 - CC  
c) **Modalidade:** Concorrência  
d) **Data de Homologação:** 11/02/2021  
e) **Objeto da Licitação:** Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a revitalização da Praça da Catedral, localizada na área central do Município de Joaçaba, SC. Conforme edital

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:****PGC ENGENHARIA DE OBRAS LTDA**

1 - Execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a revitalização da Praça da Catedral, localizada na área central do Município de Joaçaba, SC. - Marca: PGC

Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
-----	------------	--------------	-----------------

VB	1,000	2.534.806,4000	R\$ 2.534.806,40
----	-------	----------------	------------------

**Total do Fornecedor :** 2.534.806,40

**Total geral :** R\$ 2.534.806,40

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	08.001.15.451.0010.1026.4.4.90.00.00	R\$ 1.181,00
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	08.001.15.451.0010.1026.4.4.90.00.00	R\$ 2.307.331,10
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	08.001.15.451.0010.1026.4.4.90.00.00	R\$ 415.351,28

Joaçaba, 11/02/2021

Assinatura do Responsável



**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 111/2021**

Publicação Nº 2878298

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 111/2021 DE 23.02.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora-Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna – Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) Adriano Feltrin, Licença-Prêmio a que tem direito solicitada através do processo nº 122/2021 de 09 de fevereiro de 2021, referente ao período aquisitivo de 02.04.2019 à 01.04.2020 para serem fruídos no período de 01.03.2021 à 12.03.2021 (12 dias), de acordo com o Artigo 80, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de março de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 23 de fevereiro de 2021.

Patricia Callegari Warken  
Diretora-Presidente



# Jupia

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 4/2021

Publicação N° 2877799

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

PROCESSO LICITATÓRIO n° 4/2021  
PREGÃO PRESENCIAL n° 4/2021

#### SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, Prefeito Municipal de Jupia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de serviços em rádio de alcance regional, sendo que as propostas serão abertas no dia 10 de março de 2021 às 08:00 horas.

Maiores informações e cópia completa do edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações no horário de expediente, das 07:45 as 11:45 hs e das 13:00 as 17:00 hs, na Rua Rio Branco, 320 ou pelo fone 49 3341-0001 e/ou pelo endereço eletrônico gabinete@jupia.sc.gov.br, e ainda publicadas no Site: [www.jupia.sc.gov.br](http://www.jupia.sc.gov.br) no Link LICITAÇÕES.

Jupia SC, em 23 de fevereiro de 2021.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ  
Prefeito Municipal



# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO 12º TERMO ADTV. CONTRATO 57/2016 - STC SERVIÇOS - SPO

Publicação Nº 2877776

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

12º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 57/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC

CONTRATADA: STC SERVIÇOS TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 79.242.434/0001-58, estabelecida Rua São Cristóvão, 220 Coqueiros Florianópolis/SC CEP 88.080-320 – stcengenharia@globo.com

resolvem celebrar este 11º termo aditivo ao Contrato nº resolvem celebrar este 12º termo aditivo ao Contrato nº 57/2016, Conforme Parecer Jurídico n.º 0029/2021. Processo Licitatório nº 36/2016, correlato à Concorrência Pública nº 02/2016, aberta em 15/04/2016 e homologada em 20/07/2016, consoante as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Execução das Obras de Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário do Projeto Ponte Grande, com fornecimento de material.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...]

2.2 De Execução, fica prorrogada por mais 14 (catorze) meses;

[...]

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE/PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

O prazo de duração fica prorrogado por mais 14 (catorze) meses, a contar da data de 20/01/2021 até 20/03/2022, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### DO REAJUSTE CONTRATUAL:

• Fica REAJUSTADO, o respectivo contrato, nos termos do PARECER CONTÁBIL/SAF/CONT/OF.22/2021, pelo Índice IGP-DI (FGV) o percentual de 23,08%.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 18 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### EXTRATO 1º TERMO ADT. ARP 129/2020 - VERA LUCIA - PML

Publicação Nº 2877798

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2020

PROCESSO Nº 61/2020

lavra o 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços (ARP) 129/2020, referente ao Pregão Eletrônico 44/2020, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação, bem como, as cláusulas e condições nela estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras inseridas na Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7.014/03, pelo Decreto 10.024/19, Decreto 8.538/15, pela Lei Complementar nº 123/06 e Alterações Posteriores e pelo respectivo Edital e seu(s) anexo(s), com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais Elétricos para Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e para a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 44/2020.

VERA LUCIA DA SILVA – CNPJ nº 30.651.162/0001-50 – R. Benedito Marinho dos Santos, 46, Pq, Residencial, CEP: 13212-461, Jundiá/SP. Contato: (11) 4815-4210, e-mail: administracao@dinamicashop.com.br

Consoante a pedido de reequilíbrio econômico financeiro, interposto pela empresa registrada, expediente submetido à apreciação e ratificação pelo gestor do contrato, of. nº 002/2021; procedimento enviado ao setor contábil, qual lavrou parecer técnico, SAF/CONT/OF. 23/2021; e consoante a parecer jurídico referencial, nº 02/2018, adita-se da seguinte forma:

• Item 90 – Lâmpada Compacta [...], passando de R\$ 40,90 (quarenta reais e noventa centavos), para R\$ 46,70 (quarenta e seis reais e setenta centavos).

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.



Lages, 22 de janeiro de 2021  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 1º TERMO ADT. CONTRATO 01/2020 - CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY - SMS**

Publicação N° 2877760

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 01/2020 – SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY EIRELI, inscrita no CNPJ sob n.º 95.766.598/0001-30, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 140, bairro Centro, CEP 88353-000, Brusque/SC. Contato: (47) 3351-1641/3351-6251.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 01/2020, consoante ao parecer jurídico nº 0022/2021, em decorrência do Processo Licitatório nº 68/2019, correlato ao Pregão Presencial nº 43/2019, aberto em 14/01/2020 e homologado em 27/01/2020, consoante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contratação de Clínica Especializada em Serviço de Internação/Acolhimento de Longa Permanência para 01 (uma) pessoa Idosa.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

[...];

2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 12 meses a contar de 04/02/2021, até 04/02/2022;

2.3 Do Contrato: fica prorrogado por mais 12 meses a contar de 04/02/2021, até 04/02/2022, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 18 de janeiro de 2021  
Juliano Polese Branco  
Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO 1º TERMO ADT. CONTRATO 01/2020 - CONTROLLE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS - SEMASA**

Publicação N° 2877791

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 01/2020 – SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Av. 1º de Maio, nº 1700, Bairro Popular, CEP: 88526-070, Lages/SC.

CONTRATADA: CONTROLLE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.688.587/0001-12, estabelecida na Rua Mauro Nerbass, nº 72, Bates, CEP 88524-420, Lages/SC. Contato: (49) 3229-0100, e-mail: faleconosco@controlle.ind.br

nº 18/2019, correlato à Concorrência Pública nº 04/2019, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 14/01/2020 e homologada em 11/02/2020, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contratação de Empresa Especializada para o Desenvolvimento, Implantação, Integração, Partida, Locação e Manutenção do Sistema Integrado de Telemetria, Automação e Modelagem Hidráulica Computacional de Unidades operacionais da SEMASA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

[...];

2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 12 (doze) meses;

[...];

2.4 Do Contrato: fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 14/02/2022, podendo ser prorrogada, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 20 de janeiro de 2021  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal



**EXTRATO 1º TERMO ADT. CONTRATO 131/2019 - AS CONSTRUTORA - SPO**

Publicação N° 2877786

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 131/2019 – PML/SPO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 5/2019  
PROCESSO 107/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: AS CONSTRUTORA LTDA - CNPJ nº 00.434.177/0001-04 – Rua Otacílio Couto, nº 801, bairro Centro, CEP 88502-060, Lages/SC. Contato: (49) 3226-0735, e-mail: asconstrutoralages@gmail.com

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 131/2019, conforme parecer jurídico nº 0025/201, autorizativo, e em decorrência do Processo Licitatório nº 107/2019, correlato à Concorrência Pública nº 5/2019, homologada em 19/12/2019, consoante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Terraplenagem, Drenagem e Obras Correntes, Pavimentação, Urbanísticos e Obras Complementares e Sinalização para a Rua Frei Nicodemos, com fornecimento de material.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

[...];

2.2 Da Execução: - Lote 05: fica prorrogado por mais 1 (um) mês;

[...];

2.4 Do Contrato: fica prorrogado por mais, até 20/04/2021, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 19 de janeiro de 2021  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 1º TERMO ADT. CONTRATO 133/2019 - CIGA - SMS**

Publicação N° 2877746

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 133/2019 – PML  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 28/2019  
PROCESSO 156/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAGES, ESTADO DE Santa Catarina, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 156/2019, correlato à Dispensa de Licitação nº 28/2019, homologada em 20/12/2019

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO CONTRATUAL**

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação, pela CONTRATADA,.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DURAÇÃO DO CONTRATO**

Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 31/12/2021, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO**

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 66.111,00 (sessenta e seis mil e cento e onze reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

1. Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM - R\$ 4.011,00
2. Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA SIMPLES - R\$ 17.400,00
3. Coletor de Dados - CIGA COLETOR - R\$ 0,00
4. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA DOM/SC - R\$ 44.700,00

As demais Cláusulas e permanecem inalteradas.

Lages, 20 de dezembro de 2020  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal



**EXTRATO 1º TERMO ADT. CONTRATO 25/2019 - BALMAR - SMS**

Publicação N° 2877768

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 25/2019 – SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.154.352/0001-03, situada à Rua Vergílio Godinho, nº 106, sala 01, bairro Brusque, CEP 88503-010, Lages/SC. Contato: (49) 3222-8137.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 56/2019, conforme parecer jurídico nº 0024/2021, correlato a Tomada de Preço nº 01/2019, aberto em 30/10/2019 e homologado em 26/11/2019, consoante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Serviços de Construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro Caça e Tiro/Vila Nova, com fornecimento de material.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

[...];

2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 11 (onze) meses;

[...];

2.4 Do Contrato: fica prorrogado por mais 14 (quatorze) meses, até 28/03/2022, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

Lages, 19 de janeiro de 2021.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO 1º TERMO ADT. CONTRATO 89/2020 - MATIAS BRASIL - SPO**

Publicação N° 2877807

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 89/2020 – PML/SPO

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

MATIAS BRASIL ENGENHARIA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 26.951.857/0001-80, situada à Rua Roquete Pinto, nº 180, Bairro São Miguel, CEP 88.525-150, Lages/SC. Telefone: (49) 99908-7005/99916-6307. E-mail: comercial@matiasbrasil.com.br

O Município de Lages/ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por seu Secretário Sr. João Alberto Duarte, portador do CPF nº 346.815.909-91, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa BRASIL ENGENHARIA EIRELI, neste ato representada pelo Sr. Diego Rafael Brasil, portador do CPF nº 065.511.929-98, de agora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este 1º Termo Aditivo ao Contrato 89/2020, conforme parecer jurídico nº 0019/2021, em decorrência do Processo Licitatório nº 43/2020, correlato à Tomada de Preços nº 02/2020, conforme parecer jurídico nº 0252/2020, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 05/05/2020 e homologada em 16/06/2020, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contratação de Empresa para Construção de Capela Mortuária do Cemitério da Penha, nesta cidade de Lages/SC, com fornecimento de material.

Em atenção ao pedido de Acréscimo Contratual interposto pelo gestor do contrato ofício nº 1260/2020/SPO; expediente submetido ao setor contábil à apreciação técnica, parecer SAF/CONT/Of. 06/2021; e com parecer jurídico nº 0019/2021, favorável, ADITA-SE, da seguinte forma:

- ACRÉSCIMO de R\$ 34.577,00 (trinta e quatro mil quinhentos e setenta e sete reais).

Lages, 21 de janeiro 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO 3º TERMO ADT. CONTRATO 121/2019 - BALMAR - SPO**

Publicação N° 2877816

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 121/2019 – PML

TOMADA DE PREÇO 06/2019

PROCESSO 114/2019

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.



CONTRATADA: BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.154.352/0001-03, situada à Rua Vergílio Godinho, nº 106, sala 01, bairro Brusque, CEP 88503-010, Lages/SC. Contato: (49) 3222-8137.

resolvem celebrar este 3º termo aditivo ao Contrato 121/2019, em decorrência do Processo Licitatório nº 114/2019, correlato à Tomada de Preços nº 06/2019, com parecer jurídico nº 0014/2021, aberta em 01/11/2019 e homologada em 06/12/2019, consoante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Passeios em Concreto na Rua Doutor Aujor Luz, com fornecimento de material.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

[...];

2.4 Do Contrato: sua vigência será por mais 4 (cinco) meses, a contar de 12/01/2021, até 12/05/2021, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 12 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO 4º ADITIVO CONTRATO 06/2018 - RODRIGO CUNHA - SEMASA**

Publicação Nº 2877742

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 06/2018 – SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Av. 1º de Maio, nº 1700, Bairro Popular, CEP: 88526-070, Lages/SC.

CONTRATADA: RODRIGO CUNHA VENTURA - ME, inscrita no CNPJ nº 13.996.470/0001-07, situada à Av. Duque de Caxias, nº 717, Barracão Container, bairro Frei Rogério, CEP 88508-000, Lages/SC.

resolvem celebrar este 4º termo aditivo ao Contrato 06/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 03/2018, correlato à Tomada de Preços nº 02/2018, conforme parecer jurídico nº 0015/2021, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 20/06/2018 e homologada em 11/07/2018, consoante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Mão de Obra para Manutenção dos Reservatórios e Estações de Tratamento de Esgoto da SEMASA, sem fornecimento de material.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

[...];

2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 46 (quarenta e seis) dias;

[...];

2.4 Do Contrato: fica prorrogado por mais 46 (quarenta e seis) dias, contados de 14/01/2021 até 01/03/2021. Informa-se ainda, que se trata de última prorrogação possível em relação ao contrato em apreço, haja vista que atingirá o limite para a prestação de serviços públicos através da modalidade de Tomada de Preços, (nos termos do art. 23, II, b) 1.430.000,00, da Lei nº 8.666/93).

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 12 de janeiro 2021.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO 5º TERMO ADT. CONTRATO 05/2019 - PAULO AMARAL TRANSPORTES - SMS**

Publicação Nº 2877781

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 05/2019 – SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: PAULO AMARAL TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 14.034.976/0001-90, com sede na Rua Amador Duarte Avila, nº 79, bairro Centro, CEP 88501-440, Lages/SC. Contato: (49) 3225-2366/99922-0609. E-mail: amaralthur@hotmail.com

resolvem celebrar este 5º termo aditivo ao Contrato 05/2019, conforme parecer jurídico nº 57/2020, em decorrência do Processo Licitatório nº 03/2019, correlato ao Pregão Presencial nº 03/2019, aberto em 19/02/2019 e homologado em 19/02/2019, consoante as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contratação de Empresa para Transportar Pacientes do SUS para Cidades no Estado de Santa Catarina para fins de consultas e cirurgias, acompanhados de enfermeiros e ou, acompanhantes, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência.



Ficam prorrogados os prazos de Execução e Vigência contratual, conforme parecer jurídico nº 0030/2021. Assim, sua nova vigência será de 22/02/2021 até 21/02/2022, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

- Item 01 – passando de R\$ 1,496, para R\$ 1,67 (um real e sessenta e sete centavos);
- Item 02 – passando de R\$ 2,409, para R\$ 2,68 (dois reais e sessenta e oito centavos).
- Retroagindo a data do requerimento, dia 11/01/2021.

As demais Cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 20 de janeiro de 2021  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 8º TERMO ADT. CONTRATO 21/2017 - RGM - SMS**

Publicação Nº 2877802

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 21/2017 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: RGM SILVA E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 18.693.805/0001-23, estabelecida na Rua Euclides da Cunha, 40 Bairro Caravagio Lages/SC CEP 88.509-490.

resolvem celebrar este 8º termo Aditivo ao Contrato 21/2017, conforme parecer jurídico n.º 0020/2021, Processo Licitatório nº 03/2017, correlato ao Pregão Presencial nº 02/2017, aberto em 13/03/2017 e homologado em 23/03/2017, consoante as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte de Pacientes em Tratamento para Hemodiálise, dentro do Perímetro Urbano do Município de Lages.

Em atenção ao pedido de reequilíbrio econômico financeiro interposto pela CONTRATADA; expediente ratificado pelo gestor do contrato, conforme ofício nº 002/SMS/ALM/2021; procedimento submetido à apreciação contábil, PARECER CONTÁBILSAF/OF. 07/2021; e com parecer jurídico nº 0020/2021, favorável, adita-se, da seguinte forma:

- Item 01 - passando de R\$ 1,44 (um real e quarenta e quatro centavos), para R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos), retroagindo a data da protocolização, dia 07/01/2021.

Lages, 22 de janeiro de 2021.

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 1/2021 - PR COM. - SEMASA**

Publicação Nº 2877730

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2020

PROCESSO Nº 20/2020

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Tubo Corrugado 350mm fabricado em PVC rígido, para uso em obras da SEMASA

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): incluindo descarregamento, em até 30 (trinta) dias da solicitação da SEMASA;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 28/01/2022.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 159/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 139.500,00 (cento e trinta e nove mil, quinhentos reais).

PR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI – CNPJ nº 24.878.609/0001-26 – Rua Martinho Nerbass, nº 30, bairro Centro, CEP 88502-180, Lages/SC.

Lages, 28 de janeiro de 2021  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 16/2021 - CIAMED - SMS**

Publicação Nº 2877726

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2020

PROCESSO Nº 58/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Bebedouros Eletrônicos, Aparelhos de Ar Condicionado e Equipamentos Odontológicos para o Centro de Atendimento Odontológico(CEO), Unidades Básicas de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento(UPA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início: A contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega/Local: Em até 10 (dez) dias da solicitação da SMS, no almoxarifado da SMS: Rua Cruz e Souza, nº 36, Bairro Brusque – Lages – SC;

2.4 De Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 157/2021.

3.2 O valor total para essa aquisição será de R\$ 214.554,67 (duzentos e catorze mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), conforme demonstrativo abaixo:

3.3 - Empresa Registrada:

CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ nº 05.782.733/0001-49 – Rua Severino Augusto Pretto, nº 560, bairro Santo Antônio, CEP 95960-000, Encantado/RS. Contato: (51) 3751-9300, e-mail: ciamed@ciamedrs.com.br

Lages, 15 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 17/2021 - COSTA CAMARGO - SMS**

Publicação Nº 2877725

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2020

PROCESSO Nº 58/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Bebedouros Eletrônicos, Aparelhos de Ar Condicionado e Equipamentos Odontológicos para o Centro de Atendimento Odontológico(CEO), Unidades Básicas de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento(UPA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início: A contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega/Local: Em até 10 (dez) dias da solicitação da SMS, no almoxarifado da SMS: Rua Cruz e Souza, nº 36, Bairro Brusque – Lages – SC;

2.4 De Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 157/2021.

3.2 O valor total para essa aquisição será de R\$ 4.913,90 (quatro mil novecentos e treze reais e noventa centavos), conforme demonstrativo abaixo:

3.3 - Empresa Registrada:

COSTA CAMARGO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES – LTDA. – CNPJ nº 36.325.157/0001-34 – Rua Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, nº 08 Itapoã Vila Velha/ES. CEP. 29.101-800. Contato: (27) 3320-2227, e-mail: licitacao12@costacamargo.com.br

Lages, 15 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 18/2021 - F&F DISTRIBUIDORA - SMS**

Publicação Nº 2877721

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2020

PROCESSO Nº 58/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Bebedouros Eletrônicos, Aparelhos de Ar Condicionado e Equipamentos Odontológicos para o Centro de Atendimento Odontológico(CEO), Unidades Básicas de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento(UPA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início: A contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega/Local: Em até 10 (dez) dias da solicitação da SMS, no almoxarifado da SMS: Rua Cruz e Souza, nº 36, Bairro Brusque – Lages – SC;

2.4 De Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 157/2021.

3.2 O valor total para essa aquisição será de R\$ 34.149,84 (quatro mil novecentos e treze reais e noventa centavos), conforme demonstrativo abaixo:

3.3 - Empresa Registrada:

F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS – LTDA. – CNPJ nº 28.093.678/0001-85 – Rua Genuino Piacentini, 59 – Santa Terezinha – Pato Branco/PR. CEP. 85.506-220. Contato: (46) 2604-0154.

Lages, 15 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 19/2021 - ONCO PROD DISTRIBUIDORA - SMS**

Publicação Nº 2877719

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2020

PROCESSO Nº 58/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Bebedouros Eletrônicos, Aparelhos de Ar Condicionado e Equipamentos Odontológicos para o Centro de Atendimento Odontológico(CEO), Unidades Básicas de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento(UPA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início: A contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega/Local: Em até 10 (dez) dias da solicitação da SMS, no almoxarifado da SMS: Rua Cruz e Souza, nº 36, Bairro Brusque – Lages – SC;

2.4 De Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 157/2021.

3.2 O valor total para essa aquisição será de R\$ 3.704,40 (três mil setecentos e quatro reais e quarenta centavos), conforme demonstrativo abaixo:

3.3 - Empresa Registrada:

ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA. – CNPJ nº 04.307.650/0012-98 – Rua Tancredo Neves, 337 – Bairro São Diogo 1 – Serra/ES. CEP. 29.163-267. Contato: (11) 2185-3435 – lilcitacoes@oncoprod.com.

Lages, 15 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 2/2021 - C.E MACEDO - SEMASA**

Publicação Nº 2877731

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 163/2020  
PROCESSO Nº 22/2020

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Peças para Interligação do Novo R-1.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;  
2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;  
2.3 De Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias, a contar da data da(s) solicitação(ões), em local(is) nesta(s) indicado(s);  
2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);  
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 18/01/2022.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 163/2020.  
O valor a ser registrado é de R\$ 123.430,00 (cento e vinte e três mil, quatrocentos e trinta reais).

C. E. MACEDO & CIA LTDA – CNPJ nº 07.965.552/0001-83 – Rua Carlos Essensfelder, nº 1326, bairro Boqueirão, CEP 81.650-090, Curitiba/PR.

Lages, 18 de janeiro de 2021  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 20/2021 - ONCO PROD DISTRIBUIDORA - SMS**

Publicação Nº 2877718

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2020  
PROCESSO Nº 58/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Bebedouros Eletrônicos, Aparelhos de Ar Condicionado e Equipamentos Odontológicos para o Centro de Atendimento Odontológico(CEO), Unidades Básicas de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento(UPA).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início: A contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;  
2.2 De Execução: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;  
2.3 De Entrega/Local: Em até 10 (dez) dias da solicitação da SMS, no almoxarifado da SMS: Rua Cruz e Souza, nº 36, Bairro Brusque – Lages – SC;  
2.4 De Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;  
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 157/2021.  
3.2 O valor total para essa aquisição será de R\$ 84.002,70 (oitenta e quatro mil e dois e reais e setenta centavos), conforme demonstrativo abaixo:

3.3 - Empresa Registrada:

ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA. – CNPJ nº 04.307.650/0015-30 – Praça Agrícola da Paz Tristante, nº 144, Parte 2 – Osasco/SP. CEP. 06.276-035. Contato: (11) 2185-3435 – llicitacoes@oncoprod.com.

.

.

Lages, 15 de janeiro de 2021  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 21/2021 - ONCO PROD DISTRIBUIDORA - SMS**

Publicação Nº 2877717

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2020

PROCESSO Nº 58/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Bebedouros Eletrônicos, Aparelhos de Ar Condicionado e Equipamentos Odontológicos para o Centro de Atendimento Odontológico(CEO), Unidades Básicas de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento(UPA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início: A contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega/Local: Em até 10 (dez) dias da solicitação da SMS, no almoxarifado da SMS: Rua Cruz e Souza, nº 36, Bairro Brusque – Lages – SC;

2.4 De Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 157/2021.

3.2 O valor total para essa aquisição será de R\$ 129.885,90 (cento e vinte e nove mil oitocentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos), conforme demonstrativo abaixo:

3.3 - Empresa Registrada:

ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA. – CNPJ nº 04.307.650/0003-05 – Av. das Indústrias, nº 405, bl 02, Distrito Industrial Cachoeirinha/RS CEP. 94.930-230. Contato: (11) 2185-3435 – llicitacoes@oncoprod.com.

Lages, 15 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 22/2021 - PROHOSP - SMS**

Publicação Nº 2877716

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2020

PROCESSO Nº 58/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Bebedouros Eletrônicos, Aparelhos de Ar Condicionado e Equipamentos Odontológicos para o Centro de Atendimento Odontológico(CEO), Unidades Básicas de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento(UPA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início: A contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega/Local: Em até 10 (dez) dias da solicitação da SMS, no almoxarifado da SMS: Rua Cruz e Souza, nº 36, Bairro Brusque – Lages – SC;

2.4 De Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 157/2021.

3.2 O valor total para essa aquisição será de R\$ 48.192,72 (quarenta e oito mil cento e noventa e dois reais e setenta e dois centavos), conforme demonstrativo abaixo:

3.3 - Empresa Registrada:

PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – CNPJ nº 04.355.394/0001-51 – Rua José Ferreira Barros, 89 Vila Fanny – Curitiba/PR CEP. 81.030-320. Contato: (41) 3246-3376 – llicitacoes1@prohosp.com.br.

Lages, 15 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 23/2021 - PROMEFARMA - SMS**

Publicação Nº 2877714

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2020

PROCESSO Nº 58/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Bebedouros Eletrônicos, Aparelhos de Ar Condicionado e Equipamentos Odontológicos para o Centro de Atendimento Odontológico(CEO), Unidades Básicas de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento(UPA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início: A contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega/Local: Em até 10 (dez) dias da solicitação da SMS, no almoxarifado da SMS: Rua Cruz e Souza, nº 36, Bairro Brusque – Lages – SC;

2.4 De Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 157/2021.

3.2 O valor total para essa aquisição será de R\$ 16.607,40 (dezesesseis mil seiscentos e sete reais e quarenta centavos), conforme demonstrativo abaixo:

3.3 - Empresa Registrada:

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. – CNPJ nº 81.706.251/0001-98 – Rua Peofessor Leônidas Ferreira da Costa, 847 Parolin – Curitiba/PR CEP. 80.220-410. Contato: (41) 3052-7900 – licitacao1@promefarma.com.br

Lages, 15 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 23/2021 - VICENTE - SMEL**

Publicação Nº 2877666

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 167/2020

PROCESSO Nº 184/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição e Instalação de Vidros e Espelhos para as Unidades Escolares.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 02 (dois) dias da(s) solicitação(ões), na(s) Unidade(s) Escolar(es) nela(s) indicada(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 08/01/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 167/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 40.800,00 (quarenta mil, oitocentos reais), sendo:

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI – ME – CNPJ nº 27.286.283/0001-36 – Rua Águas Frias, nº 280, bairro Águas Frias, CEP 88450-000, Alfredo Wagner/SC.

Lages, 08 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 24/2021 - S&R DISTRIBUIDORA - SMS**

Publicação Nº 2877707

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2020

PROCESSO Nº 58/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Bebedouros Eletrônicos, Aparelhos de Ar Condicionado e Equipamentos Odontológicos para o Centro de Atendimento Odontológico(CEO), Unidades Básicas de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento(UPA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início: A contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega/Local: Em até 10 (dez) dias da solicitação da SMS, no almoxarifado da SMS: Rua Cruz e Souza, nº 36, Bairro Brusque – Lages – SC;

2.4 De Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 157/2021.

3.2 O valor total para essa aquisição será de R\$ 10.390,83 (dez mil trezentos e noventa reais e oitenta e três centavos), conforme demonstrativo abaixo:

3.3 - Empresa Registrada:

S&R DISTRIBUIDORA LTDA. – CNPJ nº 04.889.315/0001-92 – Rua Regente Diogo A. Feijó, 451 D – Bairro São Cristóvão – Chapecó/SC CEP. 89.803-230. Contato: (49) 3323-0360 – comercial@sr Distribuidora.net.br.

Lages, 15 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 25/2021 - STOCK MED - SMS**

Publicação Nº 2877705

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2020

PROCESSO Nº 58/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Bebedouros Eletrônicos, Aparelhos de Ar Condicionado e Equipamentos Odontológicos para o Centro de Atendimento Odontológico(CEO), Unidades Básicas de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento(UPA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início: A contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega/Local: Em até 10 (dez) dias da solicitação da SMS, no almoxarifado da SMS: Rua Cruz e Souza, nº 36, Bairro Brusque – Lages – SC;

2.4 De Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 157/2021.

3.2 O valor total para essa aquisição será de R\$ 13.156,36 (treze mil cento e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos), conforme demonstrativo abaixo:

3.3 - Empresa Registrada:

STOCK MED PRODUTOS MÉDICOS-HOSPITALARES LTDA. – CNPJ nº 06.106.005/0001-80 – Av. Paul Harris, nº 100 – Bairro Centro – Santa Cruz do Sul/RS CEP. 96.810-408. Contato: (51) 2109-7027 – equipe.licitacao@stockmed.com.br.

Lages, 15 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 26/2021 - SULMEDIC - SMS**

Publicação Nº 2877672

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2020

PROCESSO Nº 58/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Bebedouros Eletrônicos, Aparelhos de Ar Condicionado e Equipamentos Odontológicos para o Centro de Atendimento Odontológico(CEO), Unidades Básicas de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento(UPA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início: A contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega/Local: Em até 10 (dez) dias da solicitação da SMS, no almoxarifado da SMS: Rua Cruz e Souza, nº 36, Bairro Brusque – Lages – SC;

2.4 De Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 157/2021.

3.2 O valor total para essa aquisição será de R\$ 14.285,48 (catorze mil duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), conforme demonstrativo abaixo:

3.3 - Empresa Registrada:

SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI. – CNPJ nº 09.944.371/0001-04 – Av. Santos Dumont, 1355 – Bairro Santo Antônio – Joinville/SC CEP. 89.218-105. Contato: (47) 3473-8845 – licitacao@sulmedic.com.

Lages, 15 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 27/2021 - UNITED - SMS**

Publicação Nº 2877727

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2020

PROCESSO Nº 58/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Bebedouros Eletrônicos, Aparelhos de Ar Condicionado e Equipamentos Odontológicos para o Centro de Atendimento Odontológico(CEO), Unidades Básicas de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento(UPA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início: A contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega/Local: Em até 10 (dez) dias da solicitação da SMS, no almoxarifado da SMS: Rua Cruz e Souza, nº 36, Bairro Brusque – Lages – SC;

2.4 De Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 157/2021.

3.2 O valor total para essa aquisição será de R\$ 232.701,56 (duzentos e trinta e dois mil setecentos e um reais e cinquenta e seis centavos), conforme demonstrativo abaixo:

3.3 - Empresa Registrada:

UNITED MEDICAL LTDA. – CNPJ nº 68.949.239/0005-70 – Rodovia BR 153, Km 42 parte B, Subparte P. Zona Urbana – Bairro Parque Calixtopolis – Anápolis/GO - CEP. 75.135-040. Contato: (11) 5090-7233 – mario.ccabral@knigtx.com

Lages, 15 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 28/2021 - ALTERMED - SMS**

Publicação Nº 2877739

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2020  
PROCESSO Nº51/2020

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos e Injetáveis para uso na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 10 (dez) dias da solicitação da SMS, no almoxarifado da SMS: Rua Cruz e Souza, nº 36, Bairro Brusque – Lages – SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será a contar da data da sua assinatura, até 25/11/2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 146/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 6.300,00 (seis mil, trezentos reais) sendo:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – CNPJ nº 00.802.002/0001-02 – Estrada Boa Esperança, nº 2320, bairro Fundo Canoas, CEP 89163-554, Rio do Sul/SC.

Lages, 27 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 01/2021 - DRYLLER - SEMASA**

Publicação Nº 2877850

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 01/2021 – SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: DRYLLER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE HIDRÓXIDOS LTDA. CNPJ - 08 444.204/0002-04 – Rua Claudia Soares, nº 50, Braga – São José dos Pinhais/PR. CEP.83.020-790. E-mail logsitica@dryller.com.br – comercial@dryller.com.br. Fone: (47) 99260-9026; (31)2868004

resolvem celebrar este Contrato emergencial nos termos do Art. 24, IV, da Lei nº. 8.666/93, em decorrência do Processo Compras nº 01/2021, correlato a Dispensa de Licitações nº 01/2021, consoante a parecer jurídico nº 0047/2021, aberto em e homologado em 26/01/2021 consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição, em caráter emergencial, de insumo químico Hidróxido de Cálcio em suspensão aquosa para tratamento de água.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura do presente contrato;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 07 (sete) dias, incluindo descarregamento, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da SEMASA, em local nesta(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Vigência Contratual: em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura do presente contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO(S) PAGAMENTO(S) E DO(S) REAJUSTE(S)**

4.1 O preço total certo e ajustado pelas partes conforme proposta apresentada pela empresa é de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), sendo um quantitativo de 100.000,00 Kg a um valor unitário de R\$ 0,46 (quarenta e seis centavos).

Lages, 21 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal



**EXTRATO CONTRATO 38/2021 - SELBETTI - PML**

Publicação Nº 2877853

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 38/2021 – PML

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO / COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – DIRETRAN / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A inscrita no CNPJ sob nº 83.483.230/0001-86, estabelecida na Av. Getúlio Vargas, 408, Anita Garibaldi, CEP 89.202-000, Joinville/SC. Contato: (47) 3441-6000, crc@selbetti.com.br

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 187/2020, correlato ao Pregão Presencial nº 21/2020, aberto em 14/01/2021 e homologado em 20/01/2021, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contratação de Empresa para Fornecimento de Impressoras em Regime de “aluguel de equipamentos”, Incluindo Serviços de Suporte Técnico, Instalação e Configuração de Impressoras, Drivers e Softwares em Geral e Manutenção Técnica Corretiva e Preventiva nos Equipamentos, Incluindo Peças de Reposição, em Diversos Setores da Prefeitura do Município de Lages.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Instalação: em até 30 (trinta) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), nos diversos setores da Prefeitura;

2.3 Dos Suportes Técnicos: em até 06 (seis) horas, nas situações de Acesso Remoto e, em até 16 (dezesesseis) horas, nas situações de disponibilização de equipamentos de reposição e/ou peças e toners, a contar da data da(s) solicitação(ões);

2.4 Do Contrato: terá duração de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato, até 26/01/2022, adstrito aos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57, IV, da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 778.829,28 (setecentos e setenta e oito mil, oitocentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos).

Lages, 26 de janeiro de 2021

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**PE 15/2021 PML, PE 23/2021 PML, PE 28/2021 PML**

Publicação Nº 2878349

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Pregão Eletrônico 15/2021 PML

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva e de laboratório do Sistema Semafórico, já instalado e em operação no Município de Lages. Incluindo operação assistida com técnicos especializados via Central de Controle de Tráfego, com fornecimento de Hardware, hospedagem e atualizações de Software da Central de Controle de Tráfego e outros dispositivos associados que compõe o Sistema Semafórico, bem como, o fornecimento de equipamentos complementares e acessórios, peças de reposição e consumíveis de manutenção durante o prazo contratual.

Abertura: 15/03/2021 às 09h

Valor Estimado: R\$ 541.500,00

Modalidade: Pregão Eletrônico 23/2021 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para bueiros e saídas de água das estradas rurais do município de Lages.

Abertura: 16/03/2021 às 09h

Valor Estimado: R\$ 791.681,25

Modalidade: Pregão Eletrônico 28/2021 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e Uniformes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Meio Ambiente.

Abertura: 16/03/2021 às 09h

Valor Estimado: R\$ 153.659,60

Da retirada dos Editais: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 24 de fevereiro de 2021.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda



**Lauro Muller****PREFEITURA****DECRETO Nº 092/2021**

Publicação Nº 2877907

DECRETO Nº 092/2021.

SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica substituído a senhor(a). Jully Pereira Carvalho, membro da Comissão de Regularização Fundiária, representante da Fundação Ambiental Municipal pela senhora Ana Cristina Correa de Melo, conforme segue:

PRESIDENTE: RICARDO FONTANELLA  
MEMBRO: ANA CRISTINA CORREA DE MELO  
MEMBRO: AMÁLIA DAL BÓ MACCARI DO NASCIMENTO  
MEMBRO: MARISA DE MOURA DORIGON  
MEMBRO: CÁSSIO FERREIRA  
MEMBRO: JOSÉ ROBERTO LUCIANO MEDEIROS

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 84/2021.

LAURO MÜLLER, 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA  
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES  
Sec. Administração, Fina. e Planej.

**DECRETO Nº 093/2021**

Publicação Nº 2877910

DECRETO Nº 093/2021

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público

DECRETA:

Art. 1º - Fica CONVOCADA a candidata aprovada no Concurso Público – Edital nº 004/2016, citado abaixo, para comparecer pessoalmente ou por procurador, munido do instrumento de Procuração Pública no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lauro M-Iler, localizado na Rua Walter Veterlli, nº 239 – Centro, Lauro M-Iler/SC, a partir da data da publicação pelo período de até 15 (quinze) dias, no horário de 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min:

• Cargo: AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- TALITA MARTINS

Art. 2º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo através de Portaria, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício na data da nomeação.

Art. 3º - Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de Nomeação será revogada, ficando caracterizada a desistência do candidato.



Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA  
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

## **DECRETO Nº 094/2021**

Publicação Nº 2877912

DECRETO Nº 094/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36 da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, LUCAS LUCIANO MEDEIROS, para exercer o cargo de Supervisor do Departamento da Educação junto a Secretaria da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA  
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

## **PORTARIA Nº 148/2021**

Publicação Nº 2877956

PORTARIA Nº 148/2021

REVOGA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES, DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso V I e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 85, § 2º da Lei Complementar nº 05/2017, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR, a licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares, da servidora JULIANA ZANIN PIUCO MARTIGNAGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, do quadro funcional junto à Prefeitura Municipal de Lauro Muller concedida por meio da Portaria nº 156/2020.

Art. 2º - Em razão do estabelecido no artigo supra o servidor deverá reassumir as suas funções em até 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA  
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES  
Sec. Administração, Fin. e Planej.



# Lebon Regis

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 11/21 - DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 02/21**

Publicação Nº 2878468

AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 11/2021 – DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 02/2021  
O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através da Comissão de Licitações nomeada pelo Decreto nº 008/21, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 1342, de 18/06/2010. OBJETO: Prestação de serviços continuados de Tecnologia da In-formação e Comunicação, pela CONTRATADA, aos Sistemas: 1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: 3.Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional – G-Simples: 5.Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – G-CIM. VALOR: Disponibilizará, inicialmente, à CONTRATANTE, os seguintes serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC- R\$ 5.100,00;
3. Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional – G-SIMPLES R\$ 1.980,00;
5. Gestão Tributária – Gestão do Cadastrado Integrado Municipal – G-CIM - R\$ 808,56;

VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2021: R\$ 7.888,56 (sete mil oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PARTICIPANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12. Maiores informações pelo e-mail: [licita2@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licita2@lebonregis.sc.gov.br) ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 23/02/2021.

Vania Regina Maraffon – Comissão Permanente de Licitações.

### **HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN04/21 - PROCESSO Nº 08/21**

Publicação Nº 2878330

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº IN04/2021 PROCESSO Nº 08/2021.

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO.

INEXIGIBILIDADE Nº IN04/2021 PROCESSO Nº 08/2021.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LICENÇA PELO PERÍODO DE 12 MESES DE USO DE SOFTWARE, ESPECIALIZADO NA DIVULGAÇÃO, PUBLICAÇÃO E GERENCIAMENTO DO COMPÊNDIO DOS ATOS OFICIAIS, DE EFEITO EXTERNO (LEI ORGÂNICA, LEIS COMPLEMENTARES, LEIS ORDINÁRIAS, DECRETOS) DESSE MUNICÍPIO. Data de Homologação 23/02/2021. LICITANTES HOMOLOGADOS – LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA – EPP (03.725.725/0001-35). VALOR TOTAL (R\$) 4.500,00 (QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS).

Lebon Régis, 23/02/2021.

Douglas Fernando de Mello – Prefeito Municipal



# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2021

Publicação Nº 2878727

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato da Secretária de Educação Agricultura e Meio Ambiente, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, inc. "VIII", da Lei nº 8.666/93, para Contratação de empresa para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Contratado: EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A.

Valor: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Vigência: da data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2021.

Lindóia do Sul, SC, 23 de fevereiro de 2021.

Edson José Biondo  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGAO ELETRONICO 03/2021

Publicação Nº 2877643

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL-SC

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2021 PROCESSO LICITATÓRIO 05/2021

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem e julgamento dos jogos dos Campeonatos Municipais de Futsal, Futebol Sete, e Futebol de Campo.

Modalidade: Pregão Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas até: as 08h30min do dia 16/03/2021, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Abertura: dia 16/03/2021 as 08h31min

Informações complementares: O edital na íntegra está à disposição dos interessados nas home page [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Lindóia do Sul - SC, 23 de fevereiro de 2021.

Edson Jose Biondo  
Prefeito de Lindóia do Sul

### EXTRATO CONTRATO 10/2021

Publicação Nº 2878908

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 10/2021

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado EPAGRI- EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO: 08/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO: 02/2021

Objeto: Objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Valor da Contratação: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Assinatura: 23 fevereiro de 2021.

Edson José Biondo  
Prefeito Municipal em exercício



# Lontras

## PREFEITURA

### EDITAL 11/2021 - SUSPENSÃO

Publicação N° 2878299

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LONTRAS  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 11/2021  
AVISO DE SUSPENSÃO

OBJETO: Registro de preço para aquisição de relógio de controle de ponto biométrico para as unidades de ensino do município e secretaria de educação. Considerando a impugnação apresentada pela proponente Smart Point LTDA ME, inscrita no CNPJ 09.213.371/0001-26, onde alega que o edital 11/2021 direciona o produto para apenas uma marca em específico. A comissão de licitação, nomeada pela Portaria 77/2021 decide por suspender o processo supramencionado para fazer as alterações necessárias ao edital. Lontras, 23 de fevereiro de 2021. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.



**Luiz Alves****PREFEITURA****2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO PRINCIPAL N.º 111/2019**

Publicação Nº 2878124

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO PRINCIPAL N.º 111/2019

Contratante: MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado: JJ INSTALADORA E MANUTENCAO EIRELI – CNPJ sob n.º 29.793.736/0001-46.

Dos valores: Com fundamento no artigo 65 da Lei n.º 8.666/1993, será acrescido o valor de R\$ 21.825,44 (vinte e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e quatro centavos) ao valor original contratado.

Dos prazos: Em conformidade com a Lei n.º 8666/93 e suas alterações posteriores, na forma do artigo 57, inciso II da referida Lei, o contrato inicial fica prorrogado pelo período de 02 (dois) meses a contar da assinatura, de 10 de Fevereiro de 2021 a 10 de Abril de 2021.

Luiz Alves, 10 de Fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO WEBER

Prefeito Municipal

**DECRETO N.º 35/2021**

Publicação Nº 2877680

DECRETO N.º 35/2021

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2021 - Lei Municipal n.º 1.836, de 01 de dezembro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 489.017,07 (quatrocentos e oitenta e nove mil, dezessete reais e sete centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.13.2.034 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica na Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 17

Fonte de Recursos: 0.6.38.0010 – SF: Coronavírus (COVID-19) – SAPS – Portaria nº 2405

Valor: R\$ 14.940,00

Fonte de Recursos: 0.6.38.0008 – SF: Coronavírus (COVID-19) – SAPS – Portaria nº 2222

Valor: R\$ 327,50

Fonte de Recursos: 0.6.67.0908 – SF: NASF Estadual – Núcleos de apoio à Saúde da Família

Valor: R\$ 41.925,78

Fonte de Recursos: 0.6.38.3801 – SF: Custeio do PAB Variável

Valor: R\$ 250.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 18

Fonte de Recursos: 0.6.38.0003 – SF: Coronavírus (COVID-19)

Valor: R\$ 6.170,51

Fonte de Recursos: 0.6.38.0013 – SF: Coronavírus (COVID-19) – SAPS – Portaria nº 1857 – Saúde na Escola

Valor: R\$ 22.218,00

Fonte de Recursos: 0.6.38.0012 – SF: Coronavírus (COVID-19) – SCTIE – Portaria nº 2516

Valor: R\$ 1.065,55

Fonte de Recursos: 0.6.67.0904 – SF: Co-financiamento de Atenção Básica em Saúde

Valor: R\$ 100.476,76

Fonte de Recursos: 0.6.38.0989 – SF: VAN - Programa Financiamento de Ações de Alimentação

Valor: R\$ 479,06

Modalidade de Aplicação: 3.3.93.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos

Código Reduzido: 20

Fonte de Recursos: 0.3.02.0502 – SF: Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 30.000,00

10.303.13.2.036 – Manutenção da Assistência Farmacêutica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 27

Fonte de Recursos: 0.6.38.0888 – SF: Assistência Farmacêutica Básica - União



Valor: R\$ 8.421,42

Fonte de Recursos: 0.6.67.0906 – SF: Assistência Farmacêutica Básica - Estado

Valor: R\$ 10.829,64

Fonte de Recursos: 0.6.38.0513 – SF: Assistência Farmacêutica Básica - Estado

Valor: R\$ 9,40

10.305.13.2.038 – Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 33

Fonte de Recursos: 0.6.06.0001 – SF: Repasse do Poder Judiciário – Coronavírus (COVID-19)

Valor: R\$ 2.153,45

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2020, por conta dos Recursos do Coronavírus (COVID-19) – SAPS – Portaria nº 2405, na importância de R\$ 14.940,00 (quatorze mil, novecentos e quarenta reais), dos Recursos do Coronavírus (COVID-19) – SAPS – Portaria nº 2222, na importância de R\$ 327,50 (trezentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), dos Recursos do NASF Estadual – Núcleos de apoio à Saúde da Família, na importância de R\$ 41.925,78 (quarenta e um mil, novecentos e vinte e cinco reais e setenta e oito centavos), dos Recursos do Custeio do PAB Variável, na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), dos Recursos do Coronavírus (COVID-19), na importância de R\$ 6.170,51 (seis mil, cento e setenta reais e cinquenta e um centavos), dos Recursos do Coronavírus (COVID-19) – SAPS – Portaria nº 1857 – Saúde na Escola, na importância de R\$ 22.218,00 (vinte e dois mil, duzentos e dezoito reais), dos Recursos do Coronavírus (COVID-19) – SCTIE – Portaria nº 2516, na importância de R\$ 1.065,55 (mil reais e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), dos Recursos do Co-financiamento de Atenção Básica em Saúde, na importância de R\$ 100.476,76 (cem mil, quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos), dos Recursos do VAN - Programa Financiamento de Ações de Alimentação, na importância de R\$ 479,06 (quatrocentos e setenta e nove reais e seis centavos), dos Recursos de Receita de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde, na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dos Recursos de Assistência Farmacêutica Básica – União, na importância de R\$ 8.421,42 (oito mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e dois centavos), dos Recursos de Assistência Farmacêutica Básica – Estado, na importância de R\$ 10.839,04 (dez mil, oitocentos e trinta e nove reais e quatro centavos), dos Recursos do Repasse do Poder Judiciário – Coronavírus (COVID-19), na importância de R\$ 2.153,45 (dois mil, cento e cinquenta e três reais e quarenta e cinco centavos), totalizando um montante de R\$ 489.017,07 (quatrocentos e oitenta e nove mil, dezessete reais e sete centavos)

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 19 de fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

## DECRETO N.º 36/2021

Publicação Nº 2877681

### DECRETO N.º 36/2021

Declara a utilidade pública para fins de desapropriação amigável a área de terra que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso IV do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o interesse público para fins conservação de logradouro público, com fulcro no artigo 5º, alínea “i”, do Decreto-Lei n.º 3.365/41;

CONSIDERANDO, a utilização pela coletividade da área descrita, como área de uso comum do povo;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável a “Área 2” com 3.173,31 m², ocupada há mais de 20 anos pela Rua Álda Bressanini, situada no bairro Baixo Canoas, neste Município de Luiz Alves/SC, de propriedade de Maria de Lourdes Tibolla, José Adriano Tibolla, Alessandra Souza Tibolla, Jean Carlos Tibolla, Sandra Maria Rech, que faz parte de um terreno maior, registrado sob a matrícula n.º 3.316 perante o Ofício de Registro de Imóveis de Navegantes/SC.

Parágrafo único. A área de terra declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, prevista no caput deste artigo, destina-se a regularização de parte da Rua Álda Bressanini e possui as seguintes medidas e confrontações:

I – o referido terreno faz frente ao leste, com a Área 03 em quatro linhas, a primeira a partir do lado direito com 34,22m, segunda com 93,55m, terceiro com 22,83m, e a quarta com 36,34m; extrema nos fundos, ao oeste com a Área 01 em quatro linhas, a primeira a partir do lado esquerdo com 23,78m, segunda com 18,91m, terceiro com 90,71m e a quarta com 71,73m; lado direito faz ao sul com terras de José Scola e Gildo Alves com 36,05m; e lateral esquerda ao norte em 19,43m com terras de Ottorino Tibolla. Ficando na frente cerca de 1.200m da Rodovia SC-414.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,



Em, 22 de fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal  
Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
www.luizalves.sc.gov.br  
Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## **ERRATA DO ATO N.º 2638971 – PORTARIA 372/2020**

Publicação N° 2878033

### **ERRATA DO ATO N.º 2638971 – PORTARIA 372/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, torna pública a RETIFICAÇÃO do ATO N.º 2638971, de título PORTARIA 372/2020, cadastrado no dia 10 de setembro de 2020 e publicado no dia 11 de setembro de 2020, nos incisos do artigo 1º, onde se lê: "I – LIAMAR SCHMITZ ERBS, zeladora; II – MAURO EVELAR FUCK, motorista." leia-se: "I – LIAMAR SCHMITZ ERBS, zeladora; II – MAURO EVELAR FUCK, motorista; III – ENIO CÉSAR VEGINI, motorista; IV – GIOVANI SERPA, motorista.""", permanecendo inalterados os demais termos do referido Ato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 23 de fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## **EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2021 - PREFEITURA**

Publicação N° 2878102

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE ERRATA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 13/2021  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2021

Conforme evidenciado em relação ao Termo de Referência (Anexo I), item nº 22, mais especificamente, na coluna referente à quantidade, onde se lê: "02"; leia-se: "01". Neste sentido, o valor total do item relaciona-se com a quantidade correta, no valor de R\$ 2.816,00 (dois mil e oitocentos e dezesseis reais). Proceda-se, portanto, com a alteração da data de abertura para o dia 11/03/2021, às 10h: 00min.

Luiz Alves, 23 de fevereiro de 2021.  
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

## **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2021 - PREFEITURA**

Publicação N° 2878360

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 10/2021  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2021

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MÓVEIS (MOBILIÁRIO EM GERAL), PARA



**ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DE LUIZ ALVES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: das 08h 00min do dia 25/02/2021 até às 16h 00min do dia 16/03/2021.

Abertura e julgamento das propostas: às 10h 00min do dia 17/03/2021.

Início da sessão de disputa de preços: a partir do dia 17/03/2021.

Referência de tempo: horário de Brasília (DF).

Local: <http://bnc.org.br/> - (bolsa nacional de compras – BNC).

Retirada do Edital: in loco, no site: <https://www.luizalves.sc.gov.br/> ou pela plataforma <http://bnc.org.br/>

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas, ou pelos e-mails: [licitacao@luizalves.sc.gov.br](mailto:licitacao@luizalves.sc.gov.br) ou [licitacao01@luizalves.sc.gov.br](mailto:licitacao01@luizalves.sc.gov.br).

Luiz Alves, 23 de fevereiro de 2021.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2021 - PREFEITURA**

Publicação N° 2878230

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 14/2021

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2021

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA E DE PÁSCOA, CONFORME DESCRIÇÃO E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: das 08h 00min do dia 25/02/2021 até às 16h 00min do dia 08/03/2021.

Abertura e julgamento das propostas: às 10h 00min do dia 09/03/2021.

Início da sessão de disputa de preços: a partir do dia 05/03/2021.

Referência de tempo: horário de Brasília (DF).

Local: <http://bnc.org.br/> - (bolsa nacional de compras – BNC).

Retirada do Edital: in loco, no site: <https://www.luizalves.sc.gov.br/> ou pela plataforma <http://bnc.org.br/>

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas, ou pelos e-mails: [licitacao@luizalves.sc.gov.br](mailto:licitacao@luizalves.sc.gov.br) ou [licitacao01@luizalves.sc.gov.br](mailto:licitacao01@luizalves.sc.gov.br).

Luiz Alves, 23 de fevereiro de 2021.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 85/2021**

Publicação N° 2877662

PORTARIA N.º 85/2021

Contrata servidora em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário, a servidora Sr.ª DARA TAYLANA BACHMANN KREUCH, enfermeira ESF, com carga horária de 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo n.º 02/2018, até a data de 16 de fevereiro de 2022, sendo prorrogável nos termos da Lei n.º 1.025/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 18 de fevereiro de 2021

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de



Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA N.º 86/2021**

Publicação N° 2877663

PORTARIA N.º 86/2021

Amplia Carga Horaria de Servidora Publica Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, que esta ampliação de carga horaria se faz necessária até a homologação e chamamento do Processo Seletivo 01/2021.  
DECRETA:

Art. 1º Ampliação de carga horaria da servidora contratada em caráter temporário Sr.ª EDECLÉIA RECH ZIMMERMANN, professora de educação infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, de 20 horas semanais para 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 17 de fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 22 de fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA N.º 87/2021**

Publicação N° 2877665

PORTARIA N.º 87/2021

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora efetiva Sr.ª MARCIA CRISTINA MENDES, chefe de gabinete, junto ao Gabinete do Prefeito, com início no dia 01 de março de 2021 e término no dia 05 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 19 de fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA N.º 88/2021**

Publicação N° 2877667

PORTARIA N.º 88/2021

Retorno de servidores do banco de horas para jornada de trabalho presencial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;



CONSIDERANDO o retorno das aulas presenciais nas unidades de ensino do município de Luiz Alves, altera o regime de trabalho de servidores para retirada do banco de horas instituído pela Lei Municipal n.º 1.807, de 29 de abril de 2020.

**RESOLVE:**

Art. 1º Retornar os servidores abaixo elencados para jornada de trabalho presencial, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 03 de fevereiro de 2021:

- I – ALESSANDRA VOLLES MENEL
- II – AMANDA BARROS FELIX
- III – ANA CHARLENE COSTA BATISTA
- IV – ANA CRISTINA RAMOS
- V – ANDREZA BALSANELI WILBERT
- VI – AUREA SCHELL VEBER
- VII – CARLA JANAINA WINTER RAMOS
- VIII – CINTIA RANGUETI TIRONI
- IX – DAIANE GRAZIELE NOVAES
- X – ELENITA WEINRICH
- XI – GABRIELY SCHMITT
- XII – GIANDRA MANES ZIMMERMANN
- XIII – GISELE SPERBER
- XIV – IVETE VICK KREISCH
- XV – IVONETE GOMES DA SILVA
- XVI – IVONETE VESCOVI GONÇALVES
- XVII – JAIRA CONRADI SCHMIDT
- XVIII – JAQUELINE TOLARDO ZIMMERMANN
- XIX – JOICE GRAF
- XX – LEIDI DAIANI SPÉZIA MARTENDAL
- XXI – LILIAN REGINA GESSER DALABONA
- XXII – LORENA PEREIRA
- XXIII – MAISE VOLLES MENEL
- XXIV – MARA RÚBIA LEBER
- XXV – MARLI ADRIANA DE MOURA
- XXVI – NARALINE DIEMON SEVERO
- XXVII – NATALINA RINCUS MICHELUZZI
- XXVIII – ROSANA RIBEIRO SILVA SCHMITT
- XXIX – ROSENEIA SACHETTI KREFF
- XXX – SANDRA EVELISE ALTINI SCHMITZ
- XXXI – SILVIA CARDOSO PEREIRA
- XXXII – SUELI LUÇOLI SCOLA
- XXXIII – SUZANA PEREIRA REICHERT
- XXXIV – TATIANE SCHOEN
- XXXV – VANESSA BACHMANN TIRONI
- XXXVI – VERA LÚCIA BESEN KREISCH

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03 de fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 19 de fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N.º 89/2021**

Publicação N° 2877669

**PORTARIA N.º 89/2021**

Retorno de servidores do banco de horas para jornada de trabalho presencial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o retorno das aulas presenciais nas unidades de ensino do município de Luiz Alves, altera o regime de trabalho de servidores para retirada do banco de horas instituído pela Lei Municipal n.º 1.807, de 29 de abril de 2020.

**RESOLVE:**

Art. 1º Retornar os servidores abaixo elencados para jornada de trabalho presencial, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021:



I – BERNADETE MARTENDAL VICK  
II – CECILIA APARECIDA MINUZZI  
III – CLARISSE RAMOS GRAF  
IV – ELEIR MACHADO TORRES  
V – FABIANA NASCIMENTO DOS SANTOS  
VI – GISLAINE SANCHES DOS SANTOS  
VII – JANETE MAURINA CAGLIONI  
VIII – LEANDRA VALERIANO DOS SANTOS  
IX – LUCINEIA SCHMITT  
X – MARCIA LIANA DE SOUZA E SILVA  
XI – MARIA CONCEIÇÃO DE SOUZA NETO  
XII – MARLI BORGES RAMOS  
XIII – OLIVINA DE SOUZA  
XIV – REGIANE WIRTH GEREMIAS THEISS  
XV – ROSIMAR MULLER  
XVI – TATIANE FAURO  
XVII – VERANIA LUCIA RECH MENDES

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 19 de fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## PORTARIA N.º 90/2021

Publicação N° 2877670

### PORTARIA N.º 90/2021

Amplia Carga Horaria de Servidora Publica Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, que esta ampliação de carga horaria se faz necessária até a homologação e chamamento do Processo Seletivo 01/2021.

DECRETA:

Art. 1º Ampliação de carga horaria da servidora contratada em caráter temporário Sr.ª KETNEY TARSITANO DA SILVA LINS, professora de educação infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, de 20 horas semanais para 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 04 de fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 22 de fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## PORTARIA N.º 91/2021

Publicação N° 2877673

### PORTARIA N.º 91/2021

Amplia Carga Horaria de Servidora Publica Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, que esta ampliação de carga horaria se faz necessária até a homologação e chamamento do Processo Seletivo 01/2021.



**DECRETA:**

Art. 1º Ampliação de carga horaria da servidora contratada em caráter temporário Sr.<sup>a</sup> JÉSSICA WERNER, professora de educação infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, de 20 horas semanais para 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 04 de fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 22 de fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N.º 92/2021**

Publicação N° 2877674

**PORTARIA N.º 92/2021**

Amplia Carga Horaria de Servidora Publica Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, que esta ampliação de carga horaria se faz necessária até a homologação e chamamento do Processo Seletivo 01/2021.

**DECRETA:**

Art. 1º Ampliação de carga horaria da servidora contratada em caráter temporário Sr.<sup>a</sup> ANA PAULA BUBLITZ HACK, professora de educação infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, de 20 horas semanais para 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 04 de fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 22 de fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N.º 93/2021**

Publicação N° 2877676

**PORTARIA N.º 93/2021**

Amplia Carga Horaria de Servidora Publica Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, que esta ampliação de carga horaria se faz necessária até a homologação e chamamento do Processo Seletivo 01/2021.

**DECRETA:**

Art. 1º Ampliação de carga horaria da servidora contratada em caráter temporário Sr.<sup>a</sup> MICHELE DAIANA DOS SANTOS, professora de educação infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, de 20 horas semanais para 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 22 de fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)



Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N.º 94/2021**

Publicação N° 2877679

PORTARIA N.º 94/2021

Rescinde contrato de servidor admitido em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato firmado com o servidor Sr. JAIME JOÃO FERREIRA, a pedido deste, do cargo de operário braçal, admitido em caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Obras e Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a data de 16 de fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 22 de fevereiro de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração



# Luzerna

## PREFEITURA

### CONTRATO PML N° 014/2021

Publicação N° 2878109

CONTRATO PML N° 014/2021  
PROCESSO LICITATÓRIO PML N° 011/2021  
DISPENSA PML N° 001/2021

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, representada neste ato por sua Secretária, Sra. REGINA CARIN JACOBY CUREAU, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, denominada CONTRATANTE e, de outro, a empresa JOSÉ PAULI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GESSO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.860.422/0001-62, sito à Av. Beira Rio, nº 764, Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, neste ato representada por seu Sócio, Sr. JOSE DE PAULI, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF/MF nº 274.588.300-34 e portador da cédula de identidade RG nº 007.555, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DESTINADO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO MODULAR EM PLACAS DE GESSO PARA AS SALAS DE JUDÔ E MÚSICA DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO - UNIDADE I., mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 - Esta contratação tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO MODULAR EM PLACAS DE GESSO PARA AS SALAS DE JUDÔ E MÚSICA DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO - UNIDADE I.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DOS VALORES

2.1 - O valor total para a prestação dos serviços corresponde a R\$ 8.540,00 (oito mil quinhentos e quarenta reais). Os serviços ora contratados e o valor total a ser pago corresponde a:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	116,80	M²	Forro modular em placas de gesso acartonado 62x62cm revestidas com PVC branco (acabamento liso) – incluso estrutura metálica de fixação e demais acessórios necessários à instalação	R\$ 65,00	R\$ 7.592,00
2	1,00	SV	Desmanche forro de gesso acartonado e descarte adequado	R\$ 948,00	R\$ 948,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução dos serviços, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue bem como mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por servidor competente;

3.2 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade Requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3 - A CONTRATADA deverá enviar o documento fiscal por e-mail para [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br) -imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (49) 3551-4700);

3.4 - A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA;

#### CLÁUSULA QUARTA DA OBRIGAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1 - A CONTRATADA realizará os serviços ora contratados nas salas de judô e música da Escola São Francisco - Unidade I.

a) A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 3 (três) dias contados da data de recebimento da solicitação, e executá-los no prazo de até 10 (dez) dias contados da mesma data.

b) Todo o material a ser utilizado deverá ser de boa qualidade e ter aprovação prévia por parte da municipalidade, que poderá fazer alterações ou substituições de materiais que não provem ser os exigidos no memorial, e poderá igualmente mandar refazer os serviços que não apresentem a qualidade exigida, sem ônus para o município.

4.2 - As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

4.3 - Serão de total responsabilidade da CONTRATADA, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.



a) A CONTRATADA deverá responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço.

b) Caberá exclusivamente a CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

4.4 - A CONTRATADA deverá fornecer e disponibilizar, em tempo integral, todos os equipamentos de proteção individual e/ou coletiva, em conformidade com a legislação vigente, de forma a atender toda a equipe, orientando-a sobre seu correto e indispensável uso.

a) Deverá ainda, paralisar imediatamente os serviços caso o Município, por meio de sua fiscalização, verifique que os a proponente vencedora não esteja devidamente equipada ou munida de EPI's e EPC's, ficando o ônus pela paralisação por conta da CONTRATADA, além da sujeição desta às penalidades cabíveis.

4.5 - Caberá à CONTRATADA fornecer, às suas expensas, os veículos para o transporte de materiais e pessoal, as ferramentas e equipamentos, necessários à execução dos serviços ora contratados.

4.6 - O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização da prestação dos serviços e/ou o fornecimento de materiais objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de material ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.6.1 - Havendo necessidade de averiguação da qualidade dos materiais e/ou equipamentos empregados na prestação dos serviços ora licitados, o Município reserva-se o direito de enviar estes para análises laboratoriais a serem realizados em laboratório ou peritos credenciados pelo INMETRO. Os eventuais custos com testes, análises de laboratório, ou laudos técnicos, serão arcados pela licitante, conforme disposto no art. 75 da Lei nº 8.666/93.

4.7 - A prestação dos serviços e o fornecimento de materiais de forma inadequada que não atenderem às exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

4.8 - Em caso da recusa do serviço ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.9 - Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

4.10 - As quantidades a serem fornecidas são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência do Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA DA FISCALIZAÇÃO

5.1 - A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelas servidoras Juliana Corbani e Regina Carin Jacoby Cureau, aos quais anotaram em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SEXTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna, durante a vigência da presente contratação, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação: 07.001.12.365.0701.2.710-Manutenção da Educação - Pré escola  
Modalidade de Aplicação (s): 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas  
Fontes: 001 – Receitas e Transferências de Impostos – Educação

#### CLÁUSULA SÉTIMA DA VIGÊNCIA

7.1 - A presente contratação entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO

9.1 – A presente contratação poderá ser rescindida por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.



- d) ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- e) os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo que ensejou a contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- f) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

10.1 - O Presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 011/2021 - Dispensa de Licitação nº 001/2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o Município poderá garantir a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:

- a) Advertência;
- b) Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do Contrato dele proveniente;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.2 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.3 - Os serviços em atraso sujeitarão a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), por dia que exceder aos prazos estabelecidos, exceto quando justificados e aceitos pelo Município.

11.4. A multa a que alude o subitem 11.3 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

11.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 5% (cinco por cento), do valor do contrato.

11.6. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 22 de fevereiro de 2021.

REGINA CARIN JACOBY CUREAU SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES CONTRATANTE	JOSE DE PAULI JOSÉ PAULI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GESSO LTDA CONTRATADA
---	--

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

#### PORTARIA 044/21

Publicação Nº 2878051

PORTARIA Nº 044/21 de 23 de Fevereiro de 2021.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art.7º, inciso XVIII, da Constituição Federal,

RESOLVE:



Art.1º- CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora SAIONARA REJANE PALHANO SANTOS LEMOS, Técnica em Enfermagem, Nível V, Classe "A", do GRUPO I - Grupo Ocupacional Operacional (GO), do Anexo I da Lei Complementar nº 203 de 12 de março de 2019 e alterações posteriores, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 19 de Fevereiro de 2021.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de Fevereiro de 2021.

Luzerna(SC), 23 de Fevereiro de 2021.

JULIANO SCHNEIDER  
Prefeito de Luzerna



# Macieira

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO N° 0002/2021

Publicação N° 2877806

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 0006/2021

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0008/2021

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. EDGARD FARINON, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como Lei n° 10.520/2002, e ainda Decreto Federal n° 10.024/2019, Decreto Municipal n° 1916/2020 alterado pelo Decreto Municipal n° 1919/2020, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório n° 0008/2021, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 0006/2021, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme especificações a seguir:

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a aquisição de vacinas para as principais doenças reprodutivas de bovinos, baseado na Lei n° 546, de 25 de outubro de 2011 e Decreto n° 1809, de 19 de março de 2019, programa de apoio e incentivo ao produtor rural, conforme especificações do Anexo I do Edital.

Valor Máximo: R\$ 28.910,00 (vinte e oito mil novecentos e dez reais), conforme estabelecido no Edital.

Recebimento das propostas: do dia 19/02/2021, às 09h00min ao dia 02/03/2021, às 08h30min.

Limite para impugnação ao edital: até o dia 26/02/2021 às 16h50min.

Abertura das propostas/Sessão Pública: dia 02 de março de 2021, às 09h00min.

Local da Sessão: Sala de Licitações e Contratos desta Prefeitura. Rua José Augusto Royer, n° 133, centro, Macieira/SC.

JUSTIFICATIVA: Onde se lê: Vacina de bovinos como prevenção da Rinotraqueite Infecciosa Bovina (IBR), Diarréia Parainfluenza Bovina (PI), Vírus Sincial Respiratório Bovino (BRSV) e Campilobacteriose (Vibriose) dos Bovinos. (Suspensão inativa de antígenos). Frascos de no mínimo 100 ml.

Leia-se: Vacina de bovinos como prevenção da Rinotraqueite Infecciosa Bovina (IBR), Diarréia Viral Bovina (BVD) e Leptospirose Bovina, Parainfluenza Bovina (PI), Vírus Sincial Respiratório Bovino (BRSV) e Campilobacteriose (Vibriose) dos Bovinos. (Suspensão inativa de antígenos). Frascos de no mínimo 100 ml.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas no site do Município em [www.macieira.sc.gov.br](http://www.macieira.sc.gov.br), diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste, através do e-mail [compras3@macieira.sc.gov.br](mailto:compras3@macieira.sc.gov.br) ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 08h00min as 12h00min e das 13h00min as 17h00min.

Macieira/SC, 18 de fevereiro de 2021.

ALICE OLIVEIRA DE ANDRADE  
PREGOEIRA



# Mafra

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4488 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878835

DECRETO Nº 4488  
DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NA REGIÃO DO PLANALTO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando a Lei Federal n. 13.979/2020 e a Portaria n. 454 de 20 de março de 2020, expedida pelo Ministério da Saúde, declarando em todo o território nacional o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública;

Considerando as recomendações pelo Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnico-científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem incremento do risco sanitário à sua população, além da avaliação do risco versus benefício da atividade para autorizar funcionamento e/ou restrições no seu território;

CONSIDERANDO, finalmente, que os Prefeitos dos Municípios que integram a Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense, da qual fazem parte, Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Três Barras, deliberaram, de forma conjunta, pela adesão as recomendações expedidas através da Resolução nº 018, de 23 de Fevereiro de 2021, que estabeleceu "medidas sanitárias preventivas que deverão ser adotadas no âmbito regional para com os 13 (treze) municípios do Planalto Norte", DECRETA:

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica obrigatório o cumprimento integral das medidas sanitárias presentes na Resolução nº 018/2021 da Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense - CIR, que faz parte integrante em anexo,

podendo ser acessada no endereço <https://www.mafra.sc.gov.br/>, transparência/legislação, conforme segue:

#### RESOLUÇÃO Nº 018/2021

[...]

A vice coordenadora da CIR, no uso de suas atribuições e em cumprimento as disposições, acolhendo a recomendação emitida pelas portarias e decretos emitidas pelo Estado de Santa Catarina.

[...]

Resolve:

Entre os dias 23 de Fevereiro de 2021 à 09 de Março de 2021, a adoção das seguintes medidas:

Ficam liberadas para o funcionamento as lanchonetes padarias/confeitarias, food-trucks (ambulantes), bares, conveniências (em postos de gasolina ou não), tabacarias, espaços públicos e similares, determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias.

Limite de capacidade de atendimento de 30 % da ocupação total.

Horário de funcionamento até as 22:00, permitido a permanência até as 22:30.

Permitido apenas voz e violão (com proteção de acrílico, no máximo dupla) ou similar em bares até as 22:00h, permitido a permanência até as 22:30h. Proibido bandas e danças no local. Determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias.

Limite de capacidade de atendimento de 30 % da ocupação total.

Conforme Portaria SES n 1004 de 23 de dezembro de 2020, esta liberado com 30 % da capacidade do espaço, a realização de Congressos, Seminários, e Palestras.

Autorizado a prova de roupas no comércio de vestuário na Região de Saúde do Planalto Norte, devendo seguir as medidas sanitárias estabelecidas.

Ficam liberados para o funcionamento os restaurantes/ pizzarias determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias. E determina-se o cumprimento das Medidas e Diretrizes Sanitárias

Limite de capacidade de atendimento de 30 % da ocupação total.

Horário de funcionamento até as 22:00, permitido a permanência até as 22:30.

Ficam liberados para o funcionamento os salões de beleza e estética. E determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias da Portaria SES nº 223, de 05 de abril de 2020 e da Instrução normativa nº 004/DIVS/2013.

O funcionamento das academias de ginástica, musculação, crossfit, estúdios, danças, pilates, funcionais, escolas de natação deverão atuar com no máximo, 30% de sua capacidade. Os Municípios deverão utilizar as ferramentas de análise de dados municipais e as ferramentas disponibilizadas pelo Governo do Estado, a fim de identificar situações de risco mais elevado de transmissão para reduzir o tempo de funcionamento. Conforme a portaria 713

Conforme portaria SES n 1005 de 23 de dezembro de 2020, ficam autorizados os esportes individuais sem contato físico, e ficam proibidos a prática do esporte coletivo na região do Planalto Norte.

Ficam liberados para o funcionamento os estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios, medicamentos, comércio em geral



(farmácias, drogarias, mercados, mercearias e supermercados, açougues, verdureiros e afins). E determina-se o cumprimento das Medidas e Diretrizes Sanitárias conforme Portaria SES 180 de 18/03/2020 alterada pela Portaria SES 743 de 24 de setembro de 2020 art. 5º:

Recomenda-se a não entrada de crianças menores de 12 anos.

Recomenda-se a não entrada de idosos nos supermercados.

Recomenda-se a entrada de apenas uma pessoa por família.

Conforme a portaria SES n 998 de 23 de dezembro de 2020 fica liberado a abertura de parques aquáticos com 30 % da capacidade de ocupação.

Ficam liberadas as atividades do comércio, bancário (bancos e lotéricas) e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias.

Ficam liberadas as atividades da indústria e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias

Adotar medidas internas, especialmente às relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho.

Utilizar de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, limitando a 70% (setenta por cento) da capacidade de lotação de cada veículo, obedecendo todas as medidas sanitárias.

Cursos Livres continuam liberados, determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias Municipais e Estaduais, com distanciamento de 1,5m.

Ficam liberadas a realização de cultos religiosos e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias.

A lotação máxima autorizada será de até 30% (trinta por cento) da capacidade do local; ou conforme novas determinações estaduais; liberado a modalidade drive-in.

Liberação do transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal e interestadual, bem como transporte por taxis e aplicativos, com 70 % da capacidade de lotação. Conforme portaria conjunta SIE / SES de 22 de 08 de janeiro de 2021. Seguir as determinações desta portaria e diretrizes sanitárias.

Os hotéis, pousadas e estabelecimentos congêneres estão autorizados a funcionar com 30 % da capacidade Conforme portaria SES n 1023 de 30 de dezembro de 2021.

Determina-se que os velórios realizados em âmbito municipal tenham duração máxima de 6 (seis) horas nos casos que não são suspeitos de COVID19 e sejam realizados entre as 07 horas até as 18 horas limitando a entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez, sob responsabilidade pela funerária. As celebrações de despedidas também deverão ser limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas, utilizando obrigatoriamente a máscara, Quanto aos sepultamentos, estes deverão ocorrer até as 18h00, sendo que nos casos a liberação do corpo seja liberado após as 18 horas, esta deverá permanecer na funerária até o horário que é permitido a realização do velório. E nos casos confirmados e suspeitos de COVID19 não existirá o velório. Em todos os casos, deverão ser obedecidas as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº. 025/2020 –DIVS).

Determina-se o uso obrigatório de máscaras em todo o território da Região do Planalto Norte, em todos os ambientes públicos (vias públicas) e privados, exceto domiciliar.

Recomenda-se o isolamento domiciliar a toda pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos visando restringir a circulação e evitar a disseminação do vírus SARS- CoV-2 entre a população idosa considerando que são os mais vulneráveis. Excetua-se a circulação para desempenho das atividades laborativas, comparecimento a atendimento de saúde e aquisição de produtos alimentícios e de saúde.

Determina-se o isolamento dos pacientes confirmados ou suspeita de COVID19:

Para contenção da transmissibilidade do COVID-19, deverá ser adotada como, medida não-farmacológica, o isolamento domiciliar conforme determinação da vigilância epidemiológica com reavaliação médica com ou sem exame de acompanhamento da pessoa com sintomas respiratórios e das pessoas que residam no mesmo endereço, ainda que estejam assintomáticos sob pena do artigo 268 do Código Penal: "Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa".

Conforme Portaria SES 743 de 24 de setembro de 2020 art. 3º, o acesso simultâneo de pessoas nas dependências dos shoppings, centros comerciais e galerias fica acesso de 30% (cinquenta por cento) da capacidade para as Regiões de Saúde, garantindo o cumprimento das medidas sanitárias descritas na Portaria nº 257/20;

Reuniões presenciais deverão respeitar as diretrizes sanitárias. Recomendam-se as reuniões on-line.

Conforme portaria SES n 1010 de 28 de dezembro de 2020, estão liberados o funcionamento de teatros e cinemas com 30 % da capacidade de lotação.

Proibi-se a concentração e permanência com aglomeração de pessoas em espaços públicos de uso coletivo como parques e praças.

Ficam autorizados de funcionamento as aulas práticas com 50 % da capacidade nos cursos técnicos, atividades de ensino presencial em estabelecimentos acadêmicos públicos ou privados nas modalidades de ensino superior e pós graduação bem como aulas teóricas nas dependências do DETRAN e centro de formação de condutores, condicionado ao cumprimento de Portarias da SES que regulamentam protocolos sanitários específicos, de acordo com Portaria SES 658 de 28 de agosto de 2020;

As portarias específicas são: para aulas de cursos técnicos (Portaria nº 448 de 29 de junho de 2020), cursos livres (Portaria nº 352 de 25 de maio de 2020 e nº 357 de 26 de maio de 2020), ensino superior presencial (Portaria 447 de 29 de junho de 2020), estágios curriculares e aulas em laboratórios (Decreto 630 de 01 de junho de 2020 Art. 8º § 1º).

O Município deverá prever em sua normatização que as atividades de fiscalização e de poder de polícia, necessárias ao cumprimento do disposto, poderão ser realizados em aplicação das penalidades sanitárias

previstas na lei estadual, na legislação municipal específica, sem prejuízo das demais sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Permanecem vigentes todas as demais determinações já expedidas pelos Poder Executivo Municipal e pelo Estado

de Santa Catarina, desde que não conflitantes com as determinações contidas nesta resolução.

Parágrafo único: além das determinações acima mantem-se todas as Diretrizes Sanitárias, notas técnicas e portarias vigentes orientadas pelo Estado de Santa Catarina.

A avaliação de risco potencial é realizada semanalmente conforme publicação pelo Governo do Estado de Santa Catarina, no endereço eletrônico: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>,

cabendo revisões nestas recomendações sempre que necessário para alinhar com os resultados esperados - redução do risco potencial.



Art. 2º A fiscalização do presente Decreto será promovida pelo Poder Público Municipal, através de seus servidores especialmente designados para tal finalidade, podendo ainda, valer-se do auxílio da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 3º - A atuação da Fiscalização Municipal se pautará na seguinte conduta diante dos estabelecimentos que não cumprirem com as disposições de posturas e sanitárias de combate à propagação do novo coronavírus previstas nos atos normativos municipais e estaduais:

I - Advertência;

II - Multa: conforme estabelecido na legislação sanitária municipal;

III - Interdição do estabelecimento pelo prazo de 10 (dez) dias, em caso de reincidência da conduta;

IV - Cassação do Alvará de Licença, Localização e Funcionamento, enquanto vigorar os efeitos desde Decreto

Parágrafo único. Em caso de aplicação de penalidade, a Fiscalização Municipal expedirá relatório circunstanciado, procedendo seu encaminhamento à Promotoria de Justiça para verificação da hipótese de incidência do crime previsto no art. 267 e 268 do Código Penal.

Art. 4º - Permanecem vigentes todas as demais determinações já expedidas pelos Poder Executivo Municipal e pelo Estado de Santa Catarina, desde que não conflitantes com as determinações contidas neste Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mafra, 23 de Fevereiro de 2021.

EMERSON MAAS  
Prefeito Municipal

## **EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2020**

Publicação Nº 2878582

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: DANIELE DAGIOS EPP CNPJ: 12.942.081/0001-28

Valor registrado: R\$ 69.094,00 (sessenta e nove mil e noventa e quatro reais).

Objeto: aquisição de aquisição de material médico de consumo hospitalar, que será destinado para todas as unidades de Saúde do Município de Mafra, incluindo Atenção Primária em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, CAPS e Policlínica Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 028/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 010/2020.

Data de assinatura: 07 de abril de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de abril de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

## **EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 092/2020**

Publicação Nº 2878585

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 092/2020

Contrato nº: 092/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/ CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Contratada: EMPRESA TFI ENGENHARIA LTDA – ME

CNPJ nº 27.723.924/0001-72

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra para construção da cobertura da área de lavação e adequações da assepsia na Sede do Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, arcando com fornecimento de material e mão de obra, através do Corpo de Bombeiros Militar.

Modalidade: Processo Licitatório n.º446/2020. Tomada de Preço nº 017/2020.

Data de Assinatura do termo aditivo: 14 de dezembro de 2020.

Prazo: com vigência até 04 de março de 2021

Foro: Comarca de Mafra.

## **EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 094/2020**

Publicação Nº 2878589

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 094/2020

Contrato nº: 094/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/ CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Contratada: EMPRESA TFI ENGENHARIA LTDA – ME

CNPJ nº 27.723.924/0001-72

Objeto: contratação de empresa especializada em obras de reforma nas escolas CEIM Fiorige Bona, CEIM Gunther Werner, EMEB General Osório, CEIM Faxinal, CEIM Vila Nova, EMEB Evaldo Steidel e CEIM Portão São Lourenço, conforme projeto, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constantes no presente processo licitatório, através da Secretaria Municipal de Educação.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 082/2020. Tomada de Preço nº 004/2020.

Data de Assinatura do termo aditivo: 17 de dezembro de 2020.

Prazo: com vigência até 31 de março de 2021

Foro: Comarca de Mafra.



**PORTARIA Nº. 242/21 EM 18.02.2021**

Publicação Nº 2878309

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 242/21 em 18.02.2021.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Complementar nº 44/2017 de 03 de Março de 2017, art. 37, inciso IV e em conformidade ao Mem. 090/SMA/2021;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os Membros para compor a "Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar", a partir de 18 de fevereiro de 2021, conforme segue:

Membros: DÉBORA KAHLOW SCHOSSIG (PRESIDENTE);  
GISELI RIBEIRO DA SILVA;  
JOSELI GREIN MIRETZKI;  
JULIMAR ANGELO KOZIEVITCH;  
ELISA STEFFENS;  
GUSTAVO HEINERICI SCHMIDT;  
CLAUDIMAR ZATTERA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 186/21.

Prefeitura do Município de Mafra, em 18 de fevereiro de 2021.

EMERSON MAAS  
Prefeito Municipal

DARTAGNAN PLOTHOW CAMARGO  
Secretário Municipal de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 06, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878824

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06, de 22 de fevereiro de 2021.

ALTERA O DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2011, QUE DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE DIÁRIAS  
ALTERA O DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2011, QUE DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE DIÁRIAS

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 1º e 2º da Lei nº 2.375 de 15.12.1999; no artigo 48, parágrafo único da Resolução nº 06, de 4.4.2007 e no artigo 32, inciso XIII da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Altera a redação do Art. 11, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 Em substituição ao regime de diária, poderá ser feito ressarcimento das despesas de alimentação e hospedagem, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes.

§ 1º O regime de ressarcimento pressupõe o pagamento antecipado, pelos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo, às suas expensas, das despesas com hospedagem e alimentação, e o posterior requerimento para que a Câmara Municipal promova o depósito do valor referente às despesas comprovadas e legalmente autorizadas em conta bancária de titularidade do Vereador ou Servidor.

§ 2º A responsabilidade pelo pagamento antecipado das despesas mencionadas no caput é do Vereador ou Servidor que tiver que se deslocar à outro Município, podendo o pagamento das despesas ser realizado em dinheiro, cartão de crédito ou débito ou outro meio legalmente idôneo, bastando, para fins de ressarcimento, a comprovação da realização e quitação da despesa, nos termos do presente Decreto regulamentar.

§ 3º Não serão ressarcidas despesas com bebidas alcoólicas, ainda que constem na Nota Fiscal, devendo o valor correspondente ser excluído do pedido de ressarcimento e da prestação de contas.

§ 4º O ressarcimento das despesas com alimentação e hospedagem, de acordo com a definição contida no presente Decreto, serão limitados aos seguintes valores:



I - Despesas realizadas nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul:

- a) Café: Até R\$ 30,00 (trinta reais);
- b) Almoço: Até R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- c) Jantar: Até R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- d) Hospedagem: Até 200,00 (duzentos reais) por dia;

II - Despesas realizadas no DF e outros Estados:

- a) Café: Até R\$ 30,00 (trinta reais);
- b) Almoço: Até R\$ 70,00 (setenta reais);
- c) Jantar: Até R\$ 70,00 (setenta reais);
- d) Hospedagem: Até 300,00 (trezentos reais) por dia;

§ 5º As Notas fiscais e cupons fiscais deverão conter: a) Nome e/ou CPF do servidor responsável pela realização da despesa; b) Nome e CNPJ da empresa ou estabelecimento responsável pela emissão; c) Data e horário da emissão; d) Identificação e valor do produto ou serviço consumido;

§ 6º Para o processamento do pedido de ressarcimento de despesas, o Vereador ou Servidor deverá preencher e assinar o Relatório de Viagem, instruindo-o com a justificativa de viagem, bem como com os documentos hábeis a comprovação da realização das despesas, e deverá submeter a documentação para a análise e apreciação do Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra, que, após aprovar expressamente o pedido, apondo a assinatura e carimbo, encaminhará a documentação ao Departamento Contábil da Câmara de Vereadores, que adotará as providências cabíveis para o depósito dos valores em conta corrente indicada pelo servidor requerente.

§ 7º Aprovado o Relatório de Viagem e o pedido de ressarcimento das despesas realizadas pelo Vereador ou Servidor, caberá ao Departamento de Contabilidade promover o depósito da quantia em conta bancária do beneficiário no prazo de até 5 (cinco) dias úteis”.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mafra, 22 de fevereiro de 2021.

Ver.<sup>a</sup> Dircelene Pinto Dittrich  
Presidente

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 07, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878968

DECRETO LEGISLATIVO Nº 07, de 23 de fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Vereadora Dircelene Dittrich Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 32, inciso II da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que a saúde é direito social fundamental (CF, art. 6º), garantido mediante a implementação de políticas que, dentre outros objetivos, visem à redução do risco de doença e de outros agravos (CF, art. 196);

CONSIDERANDO a edição da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia; e

CONSIDERANDO a adoção de medidas que visam minimizar as possibilidades de contágio do coronavírus por diversos outros órgãos da Administração Pública em todos os níveis da Federação;

DECRETA

Art. 1º O presente Decreto Legislativo dispõe sobre as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19).

Parágrafo Único. As medidas temporárias de prevenção prevista neste decreto terão vigência até 31 de março de 2021.

Art. 2º Haverá sessão ordinária presencial com todas as medidas de prevenção cabíveis para evitar a proliferação do Novo Coronavírus, restringindo em 30% da ocupação do plenário destinada ao público em geral.

§ 1º As sessões seguirão o rito disposto no art. 87 e seguintes do Regimento Interno.

§ 2º Fica autorizado o uso da Tribuna, em conformidade com o art. 96 do Regimento Interno.



Art. 3º Ficam disponibilizados a todos os servidores e vereadores no exercício de suas funções os equipamentos necessários para prevenção do COVID-19.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 23 de fevereiro de 2021.

Ver.<sup>a</sup> Dircelene Ditttrich Pinto  
Presidente



# Maracajá

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADM. SERV. TEMPORÁRIO 058-2020

Publicação Nº 2878020

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 58/2020.

CONSIDERANDO a troca de administração ocorrida em 1º de janeiro de 2021 devido ao pleito eleitoral ocorrido em 15 de novembro de 2020;

CONSIDERANDO o tempo necessário para a realização de um Processo Seletivo respeitando seus prazos;

CONSIDERANDO o momento de calamidade em que nos encontramos por conta da pandemia do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO então a necessidade imprescindível da manutenção do servidor(a) para a execução de suas tarefas com intuito de manter as medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença e a manutenção dos trabalhos essenciais no Município de Maracajá, então;

Pelo presente instrumento, o Município de Maracajá, com sede à Av. Getúlio Vargas, nº 530, neste município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, representado por seu Prefeito, Anibal Brambila, CPF nº 279.841.906-59, Carteira de identidade nº 5.045.998, a seguir denominado CONTRATANTE e LUCAS EVALDT BARROS, brasileiro(a), solteiro(a), portador(a) do CPF nº 100.124.659-41, Carteira de Identidade nº 6.056.741, residente e domiciliado(a) no Município de Maracajá-SC, doravante identificado (a) simplesmente por CONTRATADO (A), resolvem firmar o presente 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 058/2020 prorrogado diante do já exposto a cima, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Resolvem as partes alterar a cláusula terceira, que doravante passará a ter a seguinte nova redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará a partir de 9 de Março de 2020 à 31 de Março de 2021, em cujo término será o mesmo extinto, independentemente de quaisquer interrupções ou suspensões."

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato original que não colidirem com o presente aditamento.

E por estarem assim acordados fica assinado por ambas as partes em duas vias de igual teor.

Maracajá, 19 de Fevereiro de 2021.

Anibal Brambila Lucas Evaldt Barros  
Prefeito Municipal de Maracajá

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
Marcelo Martinelli  
CPF 812.053.509-00

2) \_\_\_\_\_  
Edilane Rocha Nicoleite  
CPF 043.217.569-52

### 2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADM. SERV. TEMPORÁRIO 063-2020

Publicação Nº 2878025

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 63/2020.

CONSIDERANDO a troca de administração ocorrida em 1º de janeiro de 2021 devido ao pleito eleitoral ocorrido em 15 de novembro de 2020;

CONSIDERANDO o tempo necessário para a realização de um Processo Seletivo respeitando seus prazos;

CONSIDERANDO o momento de calamidade em que nos encontramos por conta da pandemia do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO então a necessidade imprescindível da manutenção do servidor(a) para a execução de suas tarefas com intuito de manter as medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença e a manutenção dos trabalhos essenciais no Município de Maracajá, então;

Pelo presente instrumento, o Município de Maracajá, com sede à Av. Getúlio Vargas, nº 530, neste município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, representado por seu Prefeito, Anibal Brambila, CPF nº 274.841.906-59, Carteira de identidade nº 5.045.998, a seguir denominado CONTRATANTE e IVANIZIA DA SILVA ROCHA, brasileiro(a), divorciado(a), portador(a) do CPF nº 712.008.789-49, Carteira de Identidade nº 2.398.289, residente e domiciliado(a) no Município de Maracajá-SC, doravante identificado (a) simplesmente por CONTRATADO (A), resolvem firmar o presente 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 063/2020 prorrogado diante do já exposto a cima, mediante as cláusulas e condições seguintes:



**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Resolvem as partes alterar a cláusula terceira, que doravante passará a ter a seguinte nova redação:

**"CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato vigorará a partir de 19 de Março de 2020 à 31 de Março de 2021, em cujo término será o mesmo extinto, independentemente de quaisquer interrupções ou suspensões."

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato original que não colidirem com o presente aditamento.

E por estarem assim acordados fica assinado por ambas as partes em duas vias de igual teor.

Maracajá, 19 de Fevereiro de 2021.

Anibal Brambila Ivanizia da Silva Rocha  
Prefeito Municipal de Maracajá

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
Marcelo Martinelli  
CPF 812.053.509-00

2) \_\_\_\_\_  
Edilane Rocha Nicoleite  
CPF 043.217.569-52

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADM. SERV. TEMPORÁRIO 067-2020**

Publicação Nº 2878027

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 67/2020.

CONSIDERANDO a troca de administração ocorrida em 1º de janeiro de 2021 devido ao pleito eleitoral ocorrido em 15 de novembro de 2020;

CONSIDERANDO o tempo necessário para a realização de um Processo Seletivo respeitando seus prazos;

CONSIDERANDO o momento de calamidade em que nos encontramos por conta da pandemia do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO então a necessidade imprescindível da manutenção do servidor(a) para a execução de suas tarefas com intuito de manter as medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença e a manutenção dos trabalhos essenciais no Município de Maracajá, então;

Pelo presente instrumento, o Município de Maracajá, com sede à Av. Getúlio Vargas, nº 530, neste município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, representado por seu Prefeito, Anibal Brambila, CPF nº 274.841.906-59, Carteira de identidade nº 5.045.998, a seguir denominado CONTRATANTE e ADEMIR DE SOUZA BITENCOURT, brasileiro(a), solteiro(a), portador(a) do CPF nº 012.043.539-05, Carteira de Identidade nº 6.668.833, residente e domiciliado(a) no Município de Maracajá-SC, doravante identificado (a) simplesmente por CONTRATADO (A), resolvem firmar o presente 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 067/2020 prorrogado diante do já exposto a cima, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Resolvem as partes alterar a cláusula terceira, que doravante passará a ter a seguinte nova redação:

**"CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato vigorará a partir de 11 de Março de 2020 à 31 de Março de 2021, em cujo término será o mesmo extinto, independentemente de quaisquer interrupções ou suspensões."

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato original que não colidirem com o presente aditamento.

E por estarem assim acordados fica assinado por ambas as partes em duas vias de igual teor.

Maracajá, 19 de Fevereiro de 2021.

Anibal Brambila Ademir de Souza Bitencourt  
Prefeito Municipal de Maracajá

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
Marcelo Martinelli  
CPF 812.053.509-00

2) \_\_\_\_\_  
Edilane Rocha Nicoleite  
CPF 043.217.569-52



**2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADM. SERV. TEMPORÁRIO 068-2020**

Publicação Nº 2878028

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 68/2020.

CONSIDERANDO a troca de administração ocorrida em 1º de janeiro de 2021 devido ao pleito eleitoral ocorrido em 15 de novembro de 2020;

CONSIDERANDO o tempo necessário para a realização de um Processo Seletivo respeitando seus prazos;

CONSIDERANDO o momento de calamidade em que nos encontramos por conta da pandemia do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO então a necessidade imprescindível da manutenção do servidor(a) para a execução de suas tarefas com intuito de manter as medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença e a manutenção dos trabalhos essenciais no Município de Maracajá, então;

Pelo presente instrumento, o Município de Maracajá, com sede à Av. Getúlio Vargas, nº 530, neste município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, representado por seu Prefeito, Anibal Brambila, CPF nº 274.841.906-59, Carteira de identidade nº 5.045.998, a seguir denominado CONTRATANTE e RAMON DA LUZ PEDROSO, brasileiro(a), casado(a), portador(a) do CPF nº 087.143.649-30, Carteira de Identidade nº 5.830.839, residente e domiciliado(a) no Município de Maracajá-SC, doravante identificado (a) simplesmente por CONTRATADO (A), resolvem firmar o presente 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 068/2020 prorrogado diante do já exposto a cima, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Resolvem as partes alterar a cláusula terceira, que doravante passará a ter a seguinte nova redação:

**"CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato vigorará a partir de 11 de Março de 2020 à 31 de Março de 2021, em cujo término será o mesmo extinto, independentemente de quaisquer interrupções ou suspensões."

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato original que não colidirem com o presente aditamento.

E por estarem assim acordados fica assinado por ambas as partes em duas vias de igual teor.

Maracajá, 19 de Fevereiro de 2021.

Anibal Brambila Ramon da Luz Pedroso  
Prefeito Municipal de Maracajá

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
Marcelo Martinelli  
CPF 812.053.509-00

2) \_\_\_\_\_  
Edilane Rocha Nicoleite  
CPF 043.217.569-52

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADM. SERV. TEMPORÁRIO 080-2020**

Publicação Nº 2878029

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 80/2020.

CONSIDERANDO a troca de administração ocorrida em 1º de janeiro de 2021 devido ao pleito eleitoral ocorrido em 15 de novembro de 2020;

CONSIDERANDO o tempo necessário para a realização de um Processo Seletivo respeitando seus prazos;

CONSIDERANDO o momento de calamidade em que nos encontramos por conta da pandemia do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO então a necessidade imprescindível da manutenção do servidor(a) para a execução de suas tarefas com intuito de manter as medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença e a manutenção dos trabalhos essenciais no Município de Maracajá, então;

Pelo presente instrumento, o Município de Maracajá, com sede à Av. Getúlio Vargas, nº 530, neste município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, representado por seu Prefeito, Anibal Brambila, CPF nº 274.841.906-59, Carteira de identidade nº 5.045.998, a seguir denominado CONTRATANTE e YURI DOS SANTOS TORRES, brasileiro(a), solteiro(a), portador(a) do CPF nº 086.491.419-94, Carteira de Identidade nº 4.746.507, residente e domiciliado(a) no Município de Balneário Arroio do Silva-SC, doravante identificado (a) simplesmente por CONTRATADO (A), resolvem firmar o presente 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 080/2020 prorrogado diante do já exposto a cima, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Resolvem as partes alterar a cláusula terceira, que doravante passará a ter a seguinte nova redação:

**"CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato vigorará a partir de 4 de Maio de 2020 à 31 de Março de 2021, em cujo término será o mesmo extinto, independentemente



de quaisquer interrupções ou suspensões."

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato original que não colidirem com o presente aditamento.

E por estarem assim acordados fica assinado por ambas as partes em duas vias de igual teor.

Maracajá, 19 de Fevereiro de 2021.

Anibal Brambila Yuri dos Santos Torres  
Prefeito Municipal de Maracajá

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
Marcelo Martinelli  
CPF 812.053.509-00

2) \_\_\_\_\_  
Edilane Rocha Nicoleite  
CPF 043.217.569-52

### PORTARIA 042/2021

Publicação N° 2878018

PORTARIA N°. 042 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA SERVIDORA DESENVOLVER ATIVIDADES EM HOME OFFICE.

ANIBAL BRAMBILA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições, e

CONSIDERANDO o atestado do Sr. PEDRO TEIXEIRA MOTTA, esposo da servidora efetiva TATIANE MARIA PEREIRA;

CONSIDERANDO o momento de pandemia em que nos encontramos;

CONSIDERANDO que a servidora pode desenvolver suas atividades em home office;

#### RESOLVE

Art. 1º Fica autorizado trabalho remoto a servidora TATIANE MARIA PEREIRA ocupante do cargo efetivo de Professor, devendo a mesma desenvolver suas atividades sempre em consonância com o Departamento de Educação e Cultura.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,  
em 19 de fevereiro de 2021.

ANIBAL BRAMBILA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2021.

EDILANE ROCHA NICOLEITE  
Secretária de Administração



# Marema

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 20-2021

Publicação Nº 2878616

DECRETO nº 020/2021

De 15/01/2021

NOMEIA CLEUDIONEN FERRARI PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSAO DE DIRETOR ADJUNTO CC-10 DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E VENCIMENTOS CONSTANTE NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 48/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MAURI DAL BELLO, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor

DECRETA

Art. 1º - Nomeia CLEUDIONEN FERRARI no Cargo de Diretor Adjunto – CC-10, Cargo de Provimento Comissionado de Livre Nomeação e Exoneração – 40 horas, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 48 de 13/06/2018, como Diretora do Departamento de Projetos, Urbanismo e Obras, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 01/08/2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 15 de janeiro de 2021.

MAURI DAL BELLO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

### DECRETO Nº 48-2021

Publicação Nº 2878599

DECRETO Nº 048/2021.

Marema, 12 de fevereiro de 2021

DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM "HOME OFFICE" POR SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE MAREMA-SC, EM RAZÃO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVIRUS (COVID-19).

MAURI DAL BELLO, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional no dia 20 de março de 2020, reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027, de 18.12.2020, que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;



CONSIDERANDO a capacidade do novo coronavírus de se decuplicar (multiplicar o total de caso por dez vezes) a cada 7,2 (sete virgula dois) dias, em média;

CONSIDERANDO o pedido da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo coronavírus;

CONSIDERANDO posicionamento dos representantes do Ministério Público local, com relação a suspensão das atividades diversas e escolares;

CONSIDERANDO a ampla velocidade de disseminação do COVID-19 no Município de Marema e demais Municípios da região nos últimos dias, e a quantidade de pessoas contaminadas, o que levou o sistema público de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Marema/SC;

CONSIDERANDO que, em um cenário de incertezas quanto às escolhas mais seguras do ponto de vista da saúde coletiva, a política pública de saúde deve estar voltada à redução dos riscos de doenças, como impõe o art. 196 da CF, e que uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde é o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas (art. 198, II, da Constituição da República Federativa do Brasil), razões pelas quais, em qualquer cenário que apresenta múltiplas escolhas possíveis para efetivação da política pública, impõe-se a adoção daquela que represente menores riscos para a saúde coletiva;

CONSIDERANDO com a necessária proteção da saúde e da vida das pessoas;

CONSIDERANDO cenário epidemiológico do Estado de Santa Catarina em relação à infecção pelo vírus COVID-19, cuja matriz de risco potencial vem nas últimas semanas apontando a predominância da classificação gravíssima na grande maioria das regiões do oeste catarinense, e também no Município de Marema, o que aumentou assustadoramente o número de infectados, inclusive entre os servidores públicos municipais e seus familiares;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a prestação de serviço público em regime de "home office" por agentes e servidores da Administração Pública Municipal de Marema, cujas funções possam ser exercidas por esse meio, nas seguintes situações:

I – Servidor testado positivo para o novo coronavírus (Covid-19), em bom estado de saúde;

II – Servidor em isolamento, por determinação da Secretaria Municipal de Saúde;

III – Servidor pertencente à grupo de risco, por apresentar maior probabilidade de evolução para formas graves da doença.

§ 1º. Para que o servidor possa exercer os serviços nas condições do presente decreto, deverá comprovar uma das condições estabelecidas no presente artigo, através de documento hábil a tal fim.

Artigo 2º. O servidor que tiver testado positivo para o novo coronavírus (Covid-19) e apresentar agravamento do estado de saúde, bem como aquele ocupe cargo público cujas funções não possam ser exercidas em regime de "home office", estarão temporariamente dispensados de sua função, durante o prazo do atestado, isolamento ou até o término da pandemia, conforme o caso, através de licença para tratamento de saúde.

Art. 3º. O trabalho em "home office" será realizado por meio de telefonia, fixa ou móvel, correspondência eletrônica (e-mail) e demais meios de comunicação não presencial, sendo autorizado a assinatura presencial do documentos legais correspondentes aos autos realizado nessa condição, após o retorno das atividades normais de trabalho.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Marema/SC, em 22 de fevereiro de 2021.

MAURI DAL BELLO  
Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº50-2021

Publicação Nº 2878443

DECRETO Nº 050/2021  
DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONSOLIDA E ATUALIZA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, RESPONSÁVEL PELA PANDEMIA EM 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURI DAL BELLO, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente a Lei orgânica do Município



CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de medidas para resposta imediata ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que até a data atual (22 de fevereiro de 2021) existem 36 (trinta e seis) casos confirmados, e mais de 50 (cinquenta) suspeitos que se encontram em isolamento residencial e sob monitoramento da Secretaria de Saúde de Marema;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas para a prevenção, controle, redução e enfrentamento de contágio e de infecções causadas pelo novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027, de 18 de dezembro de 2020 que declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, com efeitos até 28 de fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal prorrogou o estado de calamidade pública para todos os Estados até 31 de Dezembro de 2021;

CONSIDERANDO a ampla velocidade de disseminação do COVID-19 no Município de Marema e demais Municípios da região nos últimos dias, e a quantidade de pessoas contaminadas, o que levou o sistema público de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Marema/SC;

CONSIDERANDO que, em um cenário de incertezas quanto às escolhas mais seguras do ponto de vista da saúde coletiva, a política pública de saúde deve estar voltada à redução dos riscos de doenças, como impõe o art. 196 da CF, e que uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde é o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas (art. 198, II, da Constituição da República Federativa do Brasil), razões pelas quais, em qualquer cenário que apresente múltiplas escolhas possíveis para efetivação da política pública, impõe-se a adoção daquela que represente menores riscos para a saúde coletiva;

CONSIDERANDO o aumento de casos confirmados por Covid-19, notória é a necessidade do emprego urgente de medidas mais restritivas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do vírus Covid-19, no Município de Marema;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade de orientação e afastamento social, a fim de evitar o contágio com o vírus COVID-19.

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam determinadas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) em todo o território do município de Marema-SC.

Parágrafo único. As medidas indicadas nesse Decreto estão devidamente alinhadas com as portarias vigentes emitidas pelo Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Diante da necessidade da continuidade do distanciamento social, a fim de evitar o contágio decorrente do Covid-19, permanece determinado, o atendimento pelos munícipes, das seguintes medidas:

I – Permanece obrigatório o uso de máscara facial de proteção individual em todo o território do município de Marema, por todos os indivíduos que transitarem em via pública ou que adentrarem a quaisquer estabelecimentos públicos ou privados.

a) O uso de máscara é obrigatório pela população, por agentes públicos, prestadores de serviços e particulares, por contribuintes, clientes, consumidores, fornecedores, empregados e colaboradores.

b) O uso de máscara é obrigatório quando duas ou mais pessoas transitarem simultaneamente em um mesmo veículo, exceto quando do mesmo núcleo familiar.

Art. 3º. Em qualquer hipótese, o funcionamento das atividades deverá observar os seguintes cuidados mínimos com a higiene de fornecedores, colaboradores, produtos, equipamentos e consumidores:

I - Disponibilizar na entrada do estabelecimento e em outros lugares estratégicos de fácil acesso, álcool gel 70% para utilização de colaboradores e clientes;

II - Higienizar, antes do início das atividades e após cada uso, durante o período de funcionamento, as superfícies de toque (carrinhos, cestos, cadeiras, maçanetas, corrimão, mesas e bancadas), preferencialmente com álcool gel 70%;

III - Higienizar antes do início das atividades e durante o período de funcionamento, com intervalo máximo de 03 (três) horas, os pisos e banheiros, preferencialmente com água sanitária;

IV - Manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

V - Manter disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e colaboradores, com sabonete líquido, álcool gel 70% e toalhas de papel não reciclado;

VI - Observar o Manual para a Limpeza e Desinfecção de Superfícies, da Anvisa, destacando-se:

a) Medidas de precaução, bem como o uso do EPI, devem ser apropriadas para a atividade a ser exercida e necessária ao procedimento.

b) Não varrer superfícies a seco, por conta do favorecimento da dispersão de microrganismos que são veiculados pelas partículas de pó, devendo utilizar varredura úmida, que pode ser realizada com mops ou rodo e panos de limpeza de pisos.

c) Para a limpeza dos pisos devem ser seguidas técnicas de varredura úmida, ensaboar, enxaguar e secar, utilizando desinfetantes com potencial para limpeza de superfícies incluem aqueles à base de cloro, álcoois, alguns fenóis e iodóforos e o quaternário de amônio.

d) Todos os equipamentos deverão ser limpos a cada término da jornada de trabalho, ainda com os profissionais usando EPI.

e) A frequência de limpeza das superfícies pode ser estabelecida para cada serviço, de acordo com o protocolo da instituição;

VII - Os funcionários que se enquadram no grupo de risco e que exercem atividades não compatíveis com o teletrabalho devem ser liberados para permanecerem em suas residências, à disposição da empresa;

VIII - Todos os colaboradores que apresentaram sintomas característicos da doença devem ser afastados e todos aqueles que tiveram contato com quem apresentou esses sintomas serem colocados em quarentena e encaminhada essa informação a Secretaria Municipal da Saúde;



IX - Insumos como máscaras, álcool 70% devem ser disponibilizados para os colaboradores, além de luvas de borracha para contribuir com os cuidados que a linha de frente necessita no atendimento ao público;

X - Os estabelecimentos poderão adotar medidas mais severas e restritivas, a critério de sua Administração e desde que embasadas em informações técnicas”.

XI- Fica determinado que os estabelecimentos que mantiverem o seu pleno funcionamento, deveram dispor no chão do estabelecimento faixas/fitas de isolamento/demarcação, com distância mínima de 1,5 m<sup>2</sup> (um virgula cinco metros quadrados), com intuito de organizar e proteger os clientes da contaminação do COVID, ante as eventuais filas.

Art. 4º. O controle do comércio em geral, inclusive a higienização das mãos e conferência do uso de máscaras deve ocorrer por meio de um funcionário, o qual seguirá as normas impostas neste Decreto, orientando os usuários dos métodos de prevenção e segurança epidemiológica;

Art. 5º Diante da evidente pandemia que desola este município, e recomendação lógica do Ministério da Saúde, fica estritamente proibido a circulação das pessoas e familiares cujo teste fora positivo para COVID, em vias públicas e privadas que não lhe pertençam, bem como, frequentar qualquer estabelecimento comercial, sob pena de sanção administrativa;

I- Ressalta-se que os profissionais da saúde, irão preencher um Termo de Consentimento de Isolamento, orientando o positivado como proceder, bem como, seus familiares;

II- O respectivo Termo de Consentimento servirá como notificação do paciente e seus familiares sobre os critérios técnicos que deverá respeitar, sendo que o seu descumprimento lhe acarretará infração passível de multa e outras medidas previstas neste decreto.

III- Fica ciente que ao se negar em assinar o respectivo Termo de Consentimento, o profissional competente coletará assinatura de duas testemunhas que servirá de prova para que ocorra o devido cumprimento das orientações;

IV- Ainda fica o positivado do CORONAVIRUS, responsável pelo grupo familiar, este constado no Termo de Consentimento, o qual deverá responder e orientar todos da sua família sob sua responsabilidade;

Art. 6º. Havendo descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes ou seus agentes devem apurar eventual prática de infração administrativa, aplicando-se as seguintes sanções:

I – Pessoa física que não estiver utilizando máscara ou descumprir quaisquer das normas previstas neste decreto consistirá em infração sanitária com multa no valor R\$ 100,00 (Cem Reais);

II– A pessoa física que não respeitar as condições previstas no Termo de Consentimento, consistirá em infração sanitária com multa no valor R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

III- O estabelecimento comercial que descumprir quaisquer das normas previstas neste decreto, ou que autorizar o acesso de pessoas sem a utilização de máscaras, salvo no momento das refeições, consistirá em infração sanitária com multa no valor de um salário mínimo vigente no país.

IV – No paciente diagnosticado efetivamente como portador do COVID-19 (inclusive com a contraprova) e mesmo ciente de sua atual situação voluntariamente descumprir as determinações legais estipuladas pelos órgãos de saúde como o isolamento compulsório, monitoramento e quarentena, inquestionavelmente existe a consumação da prática do tipo penal previsto no artigo 268 do Decreto-Lei nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 – Código Penal Brasileiro, veja-se:

Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro.

V - Portanto em se tratando de casos concretos nos quais sejam que o infectado descumprir medidas impostas pelo poder público com a finalidade de se evitar a propagação do vírus, poderá este agente incorrer no delito criminal do artigo 268 caput do Código Penal, o qual prevê que quem infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa, poderá ser condenado a uma pena de detenção de um mês a um ano, e multa. Sendo o agente funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro, a pena será aumentada de um terço, conforme se denota do supracitado diploma legal, sem prejuízo da apuração da prática de outros crimes previstos nos arts. 131 e 267 do Código Penal Brasileiro, uma vez que o bem jurídico tutelado é a saúde pública, portando consumando-se com a simples transgressão da norma governamental.

Art. 7º. Ficam investidos como autoridades e saúde, com poder de polícia administrativa, cabendo-lhes a fiscalização das medidas específicas de enfrentamento do COVID-19, na forma deste Decreto e dos que lhe antecederam, sem prejuízo da atuação dos órgãos com competência fiscalizatória específica, os seguintes cargos:

I – Vigilância Sanitária;

II – Vigilância Epidemiológica;

III – Os servidores da Defesa Civil do Município;

IV – Entre outros a serem nomeados para exercer tal função;

Art. 8º. Ainda, em caso do infrator for menor, o mesmo será autuado pelo órgão competente e a responsabilidade será solidária entre o infrator e o seu representante legal.

Art. 9º. O Descumprimento reiterado das normas de saúde pública, em especial, descrita nesse Decreto, permite ao órgão fiscalizador, lavrar termo de abertura de processo administrativo, com a imediata suspensão das atividades do estabelecimento comercial, podendo cassar definitivamente, o alvará de funcionamento.

Art. 10º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado às condições de Calamidade Pública ou Situação de Emergência, ou mediante alteração das condições de risco, bem como, com base em ata realizada pelo comitê constituído no decreto nº46.



Art. 11º. Fica revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de fevereiro de 2021.

MARI DAL BELLO  
Prefeito Municipal



# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02.2021 - AQUISIÇÃO DE PAPEL A4 PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Publicação Nº 2877906

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021

VALIDADE: 22/02/2021 A 22/02/2022

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os preços oferecidos referentes ao Processo supramencionado, tendo sido os preços oferecidos pela(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) comercial(is) foi(ram) classificada(s):

LICITANTE(S) PRESENTE(S)	CNPJ
BIANCA RICACHESKI RAUBER, neste ato representado por EDISON LUIS MAYRER	28.584.842/0002-38
DIANA MARTINS DOS SANTOS10769357962, neste ato representado por DIANA MARTINS DOS SANTOS	39.835.150/0001-50

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços a AQUISIÇÃO DE PAPEL A4 PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 322830 - BIANCA RICACHESKI RAUBER						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	PAPEL A4, 75 GRAMAS/M2, BRANCO, CAIXA COM 10 RESMAS DE 500 FOLHAS CADA, COM APROVAÇÃO DO PROGRAMA BRASILEIRO DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL. COM ISO 9001 E ISO 14001, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, APRESENTAR NA PROPOSTA A FICHA TÉCNICA. *AMOSTRA.	CX	SUZANO / ONE/A4	480	R\$ 158,00	R\$ 75.840,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 75.840,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 75.840,00						

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto é de: R\$ 75.840,00 (SETENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS E QUARENTA REAIS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante a validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a adquirir/contratar o objeto exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à(s) licitante(s) vencedora(s), ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma hipótese legalmente prevista para tanto, garantindo à(s) vencedor(as), neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3. Fica ressalvada à Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total do objeto desta ata de registro de preços.

2.4. O fornecimento/execução do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), órgão gerenciador da mesma bem como responsável pela unidade financeira competente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue em, no máximo, 10 (dez) dias consecutivos após a solicitação/emissão de ordem de compra, nos locais a serem indicados através da mesma.

3.1.1. As entregas/execuções serão parceladas, conforme necessidade.

3.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail:



contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

3.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

3.3. A não entrega/execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

3.4. O objeto somente será considerado aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

3.5. Caso o objeto não atenda às especificações desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

- a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;
- b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

4.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da Lei e mediante efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da referida Prefeitura em seu acompanhamento.

5.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

5.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

5.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

5.6. Manter vigente durante a validade da ata de registro de preços os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

5.7. Entregar/executar o objeto desta licitação em, no máximo, 10 (dez) dias consecutivos após a solicitação/emissão de ordem de compra, nos locais a serem indicados através da mesma.

5.8. Será recusado o objeto que seja imprestável, defeituoso, ou que não atenda às especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

5.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.9. Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

5.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.11. Submeter-se à fiscalização por parte da Prefeitura de Massaranduba (SC).



**CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)**

- 6.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.
- 6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas nesta ata de registro de preços.
- 6.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.
- 6.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.
- 6.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares previstas nesta ata de registro de preços ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1. A licitante vencedora estará sujeita por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos e demais condições/obrigações estipuladas, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora no valor de 01% (um por cento) do valor da ata de registro de preços por dia de atraso na prestação do serviço e/ou por atraso na adequação do serviço fornecido, limitado a 20% (vinte por cento);
- c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro de preços, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de quaisquer cláusulas deste edital e seus anexos, quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta comercial;
- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:
- d.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;
- d.2) Desatender às determinações da fiscalização;
- e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa;
- f) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.
- 7.1.1. Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pelo Município de Massaranduba (SC).
- 7.2. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:
- a) A entrega/execução do objeto com atraso;
- b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;
- c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;
- d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.
- 7.3. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:
- a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;
- b) A não entrega/execução do objeto.
- 7.4. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias.
- 7.5. As sanções previstas neste edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 7.6. A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei Federal 8.666/93.
- 7.7. As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela licitante vencedora.



7.8. As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata (situação que a licitante vencedora tem plena ciência e aceita para todos os fins), podendo, entretanto, conforme o caso, se processar a cobrança judicialmente.

7.9. A falta de pagamento da(s) multa(s) aplicada(s) mediante regular processo administrativo acarretará à licitante a suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a Administração Pública municipal direta e indireta, enquanto perdurar sua inadimplência, independente da instauração de novo processo, até o efetivo cumprimento da obrigação.

7.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas e/ou penais e/ou civis, previstas na Lei Federal 8.666/93 e demais atinentes à espécie.

7.11. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas,



quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta ata de registro de preços: o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021 e a(s) proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(s) classificada(s) no certame.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

10.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelos servidores Moacir Fischer, Carlos Alexandre Baruffi, Alan Giovanni Alexandre, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução desta ata determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Massaranduba (SC), 22 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE
BIANCA RICACHESKI RAUBER
EDISON LUIS MAYRER
CONTRATADA

### REEQUILÍBRIO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 41/2020 - GASOLINA

Publicação Nº 2879717

ADITIVO DE VALOR – equilíbrio econômico-financeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2020

Processo Licitatório Nº 122/2020

Pregão Presencial Nº 122/2020

registro de preço

Aos 24 dias de fevereiro do ano de 2021, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 2.051/10 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº 122/2020 - Pregão Presencial Nº 122/2020 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, resolve-se reequilibrar o valor dos itens abaixo relacionados.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E FUNDOS, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital do processo licitatório em epígrafe e seus anexos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

DO VALOR REGISTRADO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Valor Unitário
3	FORNECEDOR: 226262 - WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	GASOLINA ADITIVADA PRIMEIRA LINHA	litro	R\$ 4,41
MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Valor Unitário litro reajustado
3	FORNECEDOR: 226262 - WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	GASOLINA ADITIVADA PRIMEIRA LINHA	litro	R\$ 4,81

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 41/2020 que deu origem a este aditivo.

3.2 Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2020 - PREGÃO PRESENCIAL SRP, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2020 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.



3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 24 de fevereiro de 2021.

ARMINDO SESAR TASSI		WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA
PREFEITO MUNICIPAL		CNPJ nº 01.602.498/0001-25
Contratante		Contratada



**Matos Costa****CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO 005-2021 BETHA SISTEMAS**

Publicação Nº 2878837

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n.º 005/2021**

A CÂMARA MUNICIPAL DE MATOS COSTA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Tereza Cristina nº110, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.529.941/0001-44 neste ato, regularmente representada pelo seu Presidente, Sr.(a) Alvir Tomacheuski CPF 249.398.979-15, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato regularmente representada por Valcemir Campos Ponciano, inscrito no CPF nº 951.016.409-72, doravante denominada CONTRATADA, em decorrência do processo de Dispensa de Licitação - Compra Direta n.10/2021 homologado em 23/02/2021, com fundamento no artigo 24, II da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

0.1. Constitui objeto do presente contrato o licenciamento mensal do direito de uso não exclusivo dos aplicativos Contabilidade, Folha, Transparência e Compras. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.
- Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) aplicativo(s) contratado(s).
- Serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado.
- Serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento terá duração de 10 (dez) meses, contados a partir de 01/03/2021, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, IV da Lei Federal n.º 8.666/93 por até 48 meses, respeitando-se o valor limite para esta modalidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA via boleto bancário os seguintes valores:

**a) Pelo licenciamento do(s) aplicativos(s):**

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	10	Mês	Contabilidade	Ilimitado	R\$ 297,00	R\$ 2.970,00
2.	10	Mês	Folha	Ilimitado	R\$ 420,00	R\$ 4.200,00
3.	10	Mês	Transparência	Ilimitado	R\$ 364,00	R\$ 3.640,00
4.	10	Mês	Compras	Ilimitado	R\$ 308,00	R\$ 3.080,00
VALOR TOTAL R\$						R\$ 13.890,00

b) O valor total do presente instrumento é R\$ 13.890,00 (treze mil, oitocentos e noventa reais).

c) O faturamento do licenciamento mensal terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso

d) O pagamento do licenciamento mensal será efetuado no dia 05 (cinco) do mês subsequente ao uso do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

e) O pagamento pelos serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial será efetuado em parcela única, em até 15 (quinze) dias contados do recebimento da respectiva nota fiscal mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

f) O pagamento pelos serviços de suporte técnico será efetuado em parcela única, em até 15(quinze) dias contados da conclusão dos respectivos serviços e mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

g) Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o INP-C (IBGE) acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

h) Os valores contratados serão corrigidos automaticamente a cada 12 (doze) meses, contados da data limite de apresentação das propostas de preços, conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, com base no INP-C (IBGE) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do licenciamento do(s) aplicativo(s) objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do ano de 2021 da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MATOS COSTA/SC:

ORGÃO: PODER LEGISLATIVO

UNIDADE: CÂMARA DE VEREADORES

PROJETO/ATIVIDADE 2001: Manutenção das Atividades Legislativas

APLICAÇÕES DIRETAS -3.3.90...



**CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO APLICATIVO**

O(s) aplicativo(s) é(são) de propriedade da CONTRATADA, que concede a CONTRATANTE o direito de uso de sua(s) licença(s), objeto deste contrato, instalada no servidor e em computadores conectados em rede, de acordo com a quantidade de acessos simultâneos indicada na Cláusula Terceira.

- a) É vedada a cópia do(s) aplicativo(s) exceto para fazer backup. O(s) aplicativo(s) está(ão) protegido(s) pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei n.º 9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.
- b) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) aplicativo(s) contratado(s) a outro usuário/entidade/empresa, assim como também é a engenharia reversa, a descompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativo(s).
- c) Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, o(s) aplicativo(s) deverá(ão) permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

**CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE**

Caberá à CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento dos licenciamento(s) mensal(ais) do(s) aplicativo(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado.
- b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- c) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) aplicativo(s).
- d) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) aplicativo(s) licenciado(s), incluindo:
  - i. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) aplicativo(s).
  - ii. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,
  - iii. Priorizar o atendimento dos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.
- e) Digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados do(s) aplicativo(s).
- f) Conferir os resultados obtidos na utilização do(s) aplicativo(s) lícitado(s). Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro do(s) aplicativo(s)
- g) Comunicar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o cancelamento de qualquer aplicativo contratado, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA**

Caberá a CONTRATADA:

- a) Fornecer o licenciamento do direito de uso do(s) aplicativo(s), objeto deste contrato,
- b) Prestar suporte somente na operacionalização dos(s) aplicativo(s), objeto deste contrato, ao(s) usuário(s) devidamente treinado(s).
- c) Manter informado o técnico da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- d) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos(s) aplicativo(s), causadas por problemas originados dos códigos-fontes de seu(s) aplicativo(s).
- e) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) aplicativo(s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.
- f) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas na Legislação e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- g) Orientar e prestar suporte à CONTRANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

**CLÁUSULA OITAVA- DA MANUTENÇÃO NOS APLICATIVOS**

- a) As modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, serão introduzidas no(s) aplicativo(s), durante a vigência do contrato, sem ônus para a CONTRATANTE e em prazos compatíveis com a legislação, desde que não afetem a estrutura.
- b) Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais, até a atualização do(s) aplicativo(s).
- c) As implementações específicas e de cunho legal impostas pelo Município serão objeto de negociação.
- d) As melhorias e novas funções introduzidas no(s) aplicativo(s) originalmente licenciado(s) são distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir. Cabe a CONTRATADA noticiar a CONTRATANTE por qualquer via inequívoca da necessidade de adoção da última versão no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento. Após este prazo a CONTRATADA não mais estará obrigada a fornecer suporte à versão antiga, salvo em caso de excepcional necessidade da administração pública através de requerimento devidamente motivado.

**CLÁUSULA NONA - DO SUPORTE TÉCNICO**

0.2. O suporte técnico do(s) aplicativo(s), deverá ser efetuado por técnico habilitado e as expensas da CONTRATADA com o objetivo de:

- a) Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do(s) aplicativo(s);
- b) Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança,
- c) Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização do(s) aplicativo(s), como:
  - i. Reconstruir bases de dados danificadas por negligência do cliente;
  - ii. Analisar bases de dados via acesso remoto ou na BETHA;
  - iii. Migrar para versões de aplicativos que trazem benefícios ao cliente;
  - iv. Alterar fórmulas de cálculo;
  - v. Desenvolver novos relatórios e documentos, que não estejam no(s) aplicativo(s) contratado(s) e seja específico do cliente;
  - vi. Desenvolver ATB's específicos para troca de senhas;
  - vii. Analisar as alterações solicitadas para previsão de prazo e orçamento;
  - viii. Outros serviços inerentes ao(s) aplicativo(s).

0.3. Este atendimento poderá ser realizado por meio digital, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da CONTRATADA, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.



- 0.4. A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte da CONTRATADA
- 0.5. O suporte técnico deverá ser atendido quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do(s) aplicativo(s), do equipamento, do aplicativo operacional e de utilitários.
- 0.6. As solicitações de alterações do(s) aplicativo(s), serão cadastradas pelo usuário da CONTRATANTE, no site [www.betha.com.br/atendimento](http://www.betha.com.br/atendimento), devendo estar acompanhada da descrição completa da solicitação e da documentação que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA disponibilizará no site <http://download.betha.com.br/> ou enviará o aplicativo alterado em sua forma executável, via internet, para a CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do(s) aplicativo(s).
- 0.7. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO TREINAMENTO DE RECICLAGEM

- 9.1 O treinamento de novos usuários poderá ocorrer na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.
- 9.2 O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 11.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.
- 11.2 A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item "h" da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA -SEGUNDA - DA RESCISÃO

- 9.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal Lei nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer única e exclusivamente a base de dados em formato TXT ou CSV, quando eventualmente requisitada.
- 9.2. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:
- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
  - b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável, de todo ou parte deste contrato, serão precedidos de comunicação por escrito através de Termo Aditivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.
  - c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, nos termos da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

- 13.1. A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo, tanto para uma quanto para outra. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas

#### CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de Porto União-SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Matos Costas, 23/02/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOS COSTA  
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Cassiano de Freitas  
CPF n.º 942.016.769-00

Nome: Kátia Sikorski  
CPF n.º 040.464.599-21



# Meleiro

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 061-2021

Publicação Nº 2878136

LEI COMPLEMENTAR Nº 61/2021

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no exercício das atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Meleiro o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, relativos a impostos, taxas contribuição de melhoria e multas acessórias de competência municipal, débitos com habitação (COHAB), constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos de terceiros;

Parágrafo Único: Ficam incluídos no presente programa os créditos decorrentes de fatos geradores ocorridos até o exercício de 2019, devendo estar regularizado para condição de ingresso no REFIS.

Art. 2º - O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta lei.

§ 1º - O ingresso no REFIS implica inclusão da totalidade dos débitos relativos aos tributos mencionados no art.1º, de responsabilidade do optante, inclusive os não constituídos e ônus de sucumbência, que serão denunciados espontaneamente, mediante confissão.

§ 2º - A opção pelo Programa deverá ser formalizada em até 30 de abril de 2021, contados da data de publicação desta lei, mediante requerimento do contribuinte como adesão ao REFIS.

§ 3º - O valor dos débitos a serem consolidados será determinado com base na legislação vigente, com os acréscimos relativos à multa de mora ou de ofício, aos juros de mora e a correção monetária com variação da Unidade Fiscal do Município - UFM.

§ 4º Para fins desta lei, os acréscimos a que se refere o parágrafo anterior, com exceção da atualização monetária, serão deduzidos em 100% (cem por cento) do seu valor, para pagamento parcelado em até 12 (doze) meses; em 90% (noventa por cento) para pagamento parcelado em até 24 (vinte e quatro) meses; em 80% (oitenta por cento) para pagamento parcelado em até 36 (trinta e seis) meses, e em 70% (setenta por cento) para pagamento parcelado acima de 36 (trinta e seis) meses, não podendo ultrapassar 48 (quarenta e oito) parcelas.

§ 5º Para fins desta lei, os acréscimos relativos a ônus de sucumbência (Honorários), serão deduzidos em 100% (cem por cento) do seu valor.

§ 6º - A redução descrita no §4º do art. 2º da presente Lei não se aplica aos casos de sonegação fiscal, fraude tributária, bem como as multas acessórias.

§ 7º O prazo tratado no parágrafo segundo poderá ser prorrogado, por Decreto do Executivo, justificada a oportunidade e a conveniência do ato.

§ 8º para obter os benefícios do REFIS, deve o devedor confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, de todas as ações incidentes ou recursos judiciais ou processos administrativos e seus recursos, que tenham por objeto, ou finalidade mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no programa ora substituído, devendo, outrossim, renunciar ao direito sobre que se fundam os correspondentes pleitos;

§9º As execuções fiscais já ajuizadas serão incluídas nas pautas das Semanas do Mutirão da Conciliação caso forem realizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado no decorrer de 2019, junto ao Fórum da Comarca de Meleiro;

§10 O Município de Meleiro verificará os casos de existência de lançamentos fiscais, e excluirá os eventuais lançamentos de períodos atingidos pela decadência ou pela prescrição, bem como da inobservância aos princípios constitucionais da ampla defesa, contraditório, anterioridade e legalidade tributárias, desde que previamente arguido em procedimento administrativo fiscal, em curso ou já encerrado, devendo o contribuinte aderir ao REFIS com os valores líquidos.

§ 110 contribuinte poderá incluir no REFIS eventuais saldos de parcelamento em andamento, sendo que os benefícios a que faz jus serão calculados sobre o saldo devedor original dos tributos, sem qualquer benefício concedido pelo anterior parcelamento, abatidos os valores pagos, aplicando-se ao resultado os dispositivos desta Lei.

Art. 4º O débito objeto do parcelamento será consolidado no mês do pedido e será dividido no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) prestações, sendo que o número de parcelas para cada parcelamento limitar-se-á ainda:



I - em relação às pessoas jurídicas inscritas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Micro-empresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, ao valor mínimo de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) por parcela mensal;

II - ao valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por parcela mensal, no caso de pessoas jurídicas que não se adequarem no inciso I (supra), e;

III - ao valor mínimo de R\$ 60,00 (Sessenta reais), por parcela mensal, no caso de pessoas físicas.

Parágrafo único. Aquele que paralisar e reiniciar suas atividades, sob a mesma ou outra razão social, assume a obrigação com base na nova atividade.

Art. 5º A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos impostos de que trata esta lei.

Art. 6º A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I - Confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos;

II - A aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa;

III - Pagamento regular das prestações do débito consolidado, bem como dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de dezembro de 2019;

IV - Para obter os benefícios do REFIS, deve o contribuinte confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, de todas as ações incidentes ou recursos judiciais ou processos administrativos e seus recursos, que tenham por objeto ou finalidade, mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no programa ora substituído, devendo, outrossim, renunciar ao direito sobre que se fundam os correspondentes pleitos;

V - As execuções fiscais já ajuizadas serão suspensas após a adesão ao REFIS;

VI - O Município de Meleiro verificará nos casos de já haver lançamento fiscal, se houve lançamento de algum período atingido pela decadência ou pela prescrição, bem como eventual inobservância aos princípios constitucionais da ampla defesa, contraditório, anterioridade e legalidade tributárias, desde que previamente arguido em procedimento administrativo fiscal, em curso ou já encerrado, devendo o contribuinte aderir ao REFIS com valores líquidos.

Art. 7º A homologação da opção será efetuada pela Secretaria de Finanças, e não ocorrendo manifestação contrária, considerar-se-á tacitamente homologada.

Parágrafo único. A homologação da opção pelo REFIS não será condicionada a apresentação de qualquer tipo de garantia ou arrolamento, salvo a prévia existência de penhora em processo de execução fiscal, a qual deverá permanecer até a integral quitação do débito consolidado.

Art. 8º O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - Deixar de atender qualquer uma das exigências do art. 6º;

II - Ficar inadimplente por três meses consecutivos ou seis meses alternados, do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros.

§ 1º A exclusão do Programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante seu valor originário, com os acréscimos legais na forma da legislação aplicável.

§ 2º A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão administrativa, assegurado o devido processo legal e a ampla defesa.

§ 3º A exclusão do Programa implicará o imediato prosseguimento dos processos de execução fiscal suspenso por conta da adesão.

§ 4º Não será aplicado o disposto neste artigo em situações de emergência ou calamidade pública declarada pelo município, pelo período em que perdurar referida situação.

Art. 9º Fica suspenso os efeitos do §2º do art. 79 do Código Tributário Municipal.

Art. 10º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de dezembro de 2020.

Eder Mattos

Prefeito Municipal

Julio Cesar de Oliveira

Secretário de Administração e Finanças



# Mirim Doce

## PREFEITURA

### CRENCIAMENTO FMS N° 03/2021

Publicação N° 2878693

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

Credenciamento n.º 03/2021/FMS

Inexigibilidade de Licitação n.º 03/2021/FMS

Objeto: Credenciar pessoas jurídicas mediante documentação e pedido de inscrição para prestação de serviços de atendimento complexo de emergência, para atendimento aos pacientes do município de Mirim Doce.

Credenciamento a partir do

dia 25/02/2021 das 08h30min às 12h00min e das

13h00min às 17h00min horas, à Rua Alfredo

Cordeiro, n.º 220, Centro, Mirim Doce/SC. Maiores

informações poderão ser obtidas pelo telefone 47-

3565-0026/0068/0112 no Setor de Licitações, e-mail:

licitação@mirimdoce.sc.gov.br (Falar com a Rosa) ou site:

www.mirimdoce.sc.gov.br.

Mirim Doce/SC, 24 de Fevereiro de 2021.

Bernardo Peron

Prefeito Municipal.



# Modelo

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 003/2021 QUE DISPÕEM SOBRE NOVA ABERTURA DAS INSCRIÇÕES PARA O PROJETO "CULTIVANDO SONHOS"

Publicação Nº 2878470

EDITAL Nº 003/2021 QUE DISPÕEM SOBRE NOVA ABERTURA DAS INSCRIÇÕES PARA O PROJETO "CULTIVANDO SONHOS"

O Centro de Referência de Assistência Social-CRAS de Modelo-SC, juntamente com a administração municipal, faz saber que está aberto novo período de inscrições para o ingresso no Projeto "Cultivando Sonhos", para todas as crianças e adolescentes com idade entre 08 (oito) e 18 (dezoito) anos, do município de Modelo/SC, que tenham interesse em participar. O Projeto "Cultivando Sonhos" é patrocinado pelo Itaú Social, via Fundo da Infância e Adolescência – FIA e executado pelo CRAS de Modelo-SC.

#### 1. DA FINALIDADE E FUNCIONAMENTO DO PROJETO "CULTIVANDO SONHOS"

1.1 O projeto visa ampliar o atendimento às crianças e adolescentes, em especial as que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, por meio de atividades socioeducativas inovadoras e prazerosas, no contraturno escolar, visando o desenvolvimento da inteligência emocional, da criatividade, da autonomia, do pensamento crítico, da formação pessoal, social e cidadã, bem como a proteção e a promoção dos seus direitos.

1.2 Serão ofertadas no Projeto cinco oficinas: Tecnologia e Robótica; Ciências e Invenções; Musicoterapia; Saberes da Terra; que serão realizadas duas vezes por semana terças e sextas-feiras, no contraturno escolar, com duração de 4 horas em cada turno, totalizando 16 horas semanais, em um período de 10 meses. Ainda uma vez por mês acontecerá a oficina e de Inteligência Emocional, com duração de quatro horas mensais, pelo período de 10 meses.

1.3 No período matutino o projeto atenderá duas turmas, com início às 7:30 horas e término às 11:30 horas, no período vespertino também serão atendidas duas turmas, com início às 13:30 horas e término às 17:30 horas.

#### 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 O período de inscrições é do dia 23 a 26 de fevereiro de 2021, tendo como local o Centro de Referência da Assistência Social-CRAS e a Sede do Serviço de Convivência- CULTIVAR, no horário das 07:30hs às 11:30 hs e das 13:00hs às 17:00 hs.

##### 2.2 Documentos necessários:

- Os pais ou responsáveis pela criança ou adolescente deverão preencher a ficha de inscrição conforme modelo disponibilizado no local da inscrição;
- Documento de Identidade da criança ou do adolescente, bem como dos pais ou responsáveis;
- CPF da criança ou do adolescente, bem como dos pais ou responsáveis;
- Comprovante de residência em nomes dos pais ou responsáveis (de preferência conta de luz);
- Se for beneficiário do Bolsa -Família trazer o cartão ou outro comprovante;
- Se tratando de criança ou adolescente com deficiência, trazer comprovante que recebe algum benefício, laudos, exames ou atestado médico que comprove a deficiência;
- Declaração de renda do grupo familiar, conforme modelo disponibilizado no local da inscrição.

2.3 As inscrições e o projeto são totalmente gratuitos, sendo disponibilizado gratuitamente pelo projeto as oficinas, o lanche, uniforme e todos os materiais necessários. Para as crianças e adolescentes do interior do município e as residentes no Bairro Palmeiras e no Bairro Alvorada será fornecido transporte gratuito. O almoço será fornecido apenas para as crianças ou adolescentes que moram no interior.

2.4 Encerrado o período de inscrição não mais serão aceitas novas inscrições.

#### 3. DAS VAGAS

3.1 Serão oferecidas 40 vagas no turno matutino e 40 vagas no turno vespertino, com frequência de duas vezes por semana, num período de quatro horas diárias, no contraturno escolar, durante 10 meses. Ainda uma vez por mês, terão outra oficina com duração de quatro horas diárias.

3.2 Terão prioridade nas vagas as crianças e adolescentes residentes nas linhas: Jundiá, Santa Lúcia, Pedra Furada, Janguta, Santa Rosa, Salete, Cesco e Nova e também as que moram no Bairro Palmeiras e Bairro Alvorada, que são as localidades com maior incidência de vulnerabilidade social do nosso município e são o público prioritário do projeto.

3.3 As vagas do turno matutino serão destinadas ao atendimento prioritário do público do interior.

3.4 Havendo um número maior de interessados do que as oitenta vagas disponíveis no projeto, serão utilizados os seguintes critérios para a escolha do público a ser atendido, na ordem que segue:

1. Menor renda do grupo familiar;
2. Ser beneficiário do Programa Bolsa família;
3. Pessoa com deficiência;
4. Apresentar registro de atendimento pelo Conselho Tutelar;



5. Ter cumprido medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida;
6. Ter sido atendido no Serviço de Acolhimento Familiar.

3.5 Para fazer a seleção, bem como avaliar se os critérios estão adequados e atendem a realidade, será criada uma comissão composta por membros do Conselho Municipal dos

Direitos das Crianças e do Adolescentes-CMDCA, coordenação do projeto e técnicos do CRAS, que elaborarão uma lista de decrescente de público a ser atendido, sendo que os que não forem contemplados na primeira seleção, permanecerão na lista podendo serem chamados caso haja alguma desistência em qualquer período de execução do projeto.

3.6 Caso haja mais interessados do que vagas disponíveis, serão adotados os mesmos critérios de seleção acima citados, para elaborar a ordem da lista de espera.

#### 4. DEPOSIÇÕES GERAIS

4.1 A Comissão composta por membros do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescentes-CMDCA, coordenação do projeto e técnicos do CRAS, ficam responsáveis em dirimir dúvidas e decidir sobre eventuais mudanças das regras do referido Edital.

Modelo-SC dia 23 de fevereiro de 2021.

Eliana Lorenz Marizete M. Floss  
Diretora Dep. Assistência Social Coordenadora CRAS  
Modelo/SC Modelo/SC



**LEI MUNICIPAL Nº 2525/2021, DE 23 FEVEREIRO DE 2021 DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2877797

*Estado de Santa Catarina***MUNICÍPIO DE MODELO** CNPJ 83.021.832/0001-11**LEI MUNICIPAL Nº 2525/2021, DE 23 FEVEREIRO DE 2021****DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DIRCEU SILVEIRA**, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal de Modelo – SC, autorizado a conceder a revisão geral dos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, de Modelo – SC, Ativos, Inativos e Pensionistas, na forma da lei, em **4,48% (quatro virgula quarenta e oito por cento)**, sendo a vigência a partir de 01 de fevereiro de 2021, com base no IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, acumulado de Fevereiro de 2020 a Janeiro de 2021, com vigência a partir de 01 de fevereiro de 2021, conforme quadro dos servidores anexos.

Art. 2º - Os índices apurados conforme informações dos índices Oficiais, para fins de cálculo de que trata o artigo 1º desta Lei, são de conformidade com o abaixo especificado:

**IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE**  
**Período: Fevereiro de 2020 a Janeiro de 2021.**

Art. 3º. A revisão constante do artigo 1º desta Lei será efetivada com a ressalva dos limites estabelecidos para gastos com pessoal, na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º. O vencimento base do Município, com vigência a partir de 01 de fevereiro 2021, para fins de cálculo dos vencimentos dos servidores, pensionistas e inativos, fica fixado em R\$ 543,49 (quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e nove centavos).

Art. 5º – As despesas decorrentes desta lei estão consignadas no orçamento vigente e subsequentes.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos contados a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 7º - Todas as demais disposições das Leis anteriores permanecem inalteradas.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), 23 de fevereiro de 2021.

**DIRCEU SILVEIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada e publicada.

**Cleber Eberhart**  
**Secretário de Administração**



*Estado de Santa Catarina***MUNICIPIO DE MODELO** CNPJ 83.021.832/0001-11**ANEXO I****CARGOS EM COMISSÃO**

VENCIMENTO

BASE

543,49

GRUPO/CARGO	VENCIMENTO	ÍNDICE	GRATIFICAÇÃO	ÍNDICE	TOTAL	ÍNDICE
CC-1	967,41	1,7800	483,71	0,89	1.451,12	2,6700
CC-2	1.016,33	1,8700	505,45	0,93	1.521,77	2,8000
CC-3	1.157,63	2,1300	576,10	1,06	1.733,73	3,1900
CC-4	1.369,59	2,5200	684,80	1,26	2.054,39	3,7800
CC-5	1.755,47	3,2300	875,02	1,61	2.630,49	4,8400
CC-6	2.119,61	3,9000	1.059,81	1,95	3.179,42	5,8500
CC-7	2.465,60	4,5366	1.232,80	2,2683	3.698,40	6,8049
CC-8	2.804,41	5,1600	1.402,20	2,58	4.206,61	7,7400
CC-9	3.462,03	6,3700	1.728,30	3,18	5.190,33	9,5500
CC-10	4.000,09	7,3600	2.000,04	3,68	6.000,13	11,0400





Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO** CNPJ 83.021.832/0001-11

## ANEXO III

## TABELA DE ISONOMIA SALARIAL DO GRUPO MAGISTÉRIO

VENCIMENTO BASE 543,49 20 HORAS SEMANAIS

CATEGORIA FUNCIONAL	REFERÊNCIAS							
CARGOS/HABILITAÇÃO	NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G
Professor Ensino Médio - Normal	1	1.250,03	1.275,03	1.300,52	1.326,50	1.353,02	1.380,08	1.407,69
		2,3000	2,3460	2,3929	2,4407	2,4895	2,5393	2,5901
	2	1.435,85	1.464,60	1.493,89	1.523,73	1.554,22	1.585,31	1.616,99
		2,6419	2,6948	2,7487	2,8036	2,8597	2,9169	2,9752
	3	1.649,38	1.682,32	1.716,02	1.750,31	1.785,31	1.821,02	1.857,43
		3,0348	3,0954	3,1574	3,2205	3,2849	3,3506	3,4176
Professor Ensino Superior	4	1.847,87	1.884,82	1.922,49	1.960,97	2.000,15	2.040,15	2.080,97
		3,4000	3,4680	3,5373	3,6081	3,6802	3,7538	3,8289
	5	2.122,55	2.164,99	2.208,31	2.252,49	2.297,55	2.343,47	2.390,38
		3,9054	3,9835	4,0632	4,1445	4,2274	4,3119	4,3982
	6	2.438,15	2.486,90	2.536,69	2.587,39	2.639,13	2.691,91	2.745,77
		4,4861	4,5758	4,6674	4,7607	4,8559	4,9530	5,0521





Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO** CNPJ 83.021.832/0001-11**ANEXO IV****TABELA DE ISONOMIA DE VENCIMENTOS**

SALÁRIO

BASE

543,49

GRUPO/ CATEGORIA	NÍVEL	VENCIMENTOS							
I - Serviços Gerais - SEG		A	B	C	D	E	F	G	H
	11	1.086,98	1.097,85	1.108,83	1.119,92	1.131,11	1.142,42	1.153,83	1.165,35
		2,0000	2,0200	2,0402	2,0606	2,0812	2,1020	2,1230	2,1442
	12	1.217,42	1.229,59	1.241,87	1.254,27	1.266,82	1.279,48	1.292,31	1.305,19
		2,2400	2,2624	2,2850	2,3078	2,3309	2,3542	2,3778	2,4015
	13	1.358,73	1.372,31	1.386,01	1.399,87	1.413,89	1.428,02	1.442,31	1.456,72
		2,5000	2,5250	2,5502	2,5757	2,6015	2,6275	2,6538	2,6803
	14	1.510,90	1.526,01	1.541,23	1.556,66	1.572,21	1.587,97	1.603,84	1.619,87
		2,7800	2,8078	2,8358	2,8642	2,8928	2,9218	2,9510	2,9805
	15	1.668,51	1.685,20	1.702,05	1.719,06	1.736,23	1.753,62	1.771,13	1.788,84
		3,0700	3,1007	3,1317	3,1630	3,1946	3,2266	3,2588	3,2914
	16	1.826,13	1.844,39	1.862,81	1.881,45	1.900,26	1.919,23	1.938,47	1.957,81
		3,3600	3,3936	3,4275	3,4618	3,4964	3,5313	3,5667	3,6023
	17	1.940,26	1.959,66	1.979,23	1.999,01	2.019,01	2.039,23	2.059,61	2.080,21
		3,5700	3,6057	3,6417	3,6781	3,7149	3,7521	3,7896	3,8275
	18	2.119,61	2.140,81	2.162,17	2.183,80	2.205,65	2.227,71	2.249,99	2.272,49
		3,9000	3,9390	3,9783	4,0181	4,0583	4,0989	4,1399	4,1813
	19	2.304,40	2.327,44	2.350,70	2.374,18	2.397,93	2.421,90	2.446,14	2.470,60
		4,2400	4,2824	4,3252	4,3684	4,4121	4,4562	4,5008	4,5458
	20	2.500,05	2.525,05	2.550,27	2.575,76	2.601,52	2.627,56	2.653,81	2.680,38
		4,6000	4,6460	4,6924	4,7393	4,7867	4,8346	4,8829	4,9318





Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO** CNPJ 83.021.832/0001-11

II - Serviços  
Operacionais  
- SOP

<b>21</b>	<b>1.630,47</b>	<b>1.646,77</b>	<b>1.663,24</b>	<b>1.679,87</b>	<b>1.696,67</b>	<b>1.713,62</b>	<b>1.730,74</b>	<b>1.748,08</b>
	3,0000	3,0300	3,0603	3,0909	3,1218	3,1530	3,1845	3,2164
<b>22</b>	<b>1.820,69</b>	<b>1.838,90</b>	<b>1.857,27</b>	<b>1.875,86</b>	<b>1.894,61</b>	<b>1.913,52</b>	<b>1.932,65</b>	<b>1.952,00</b>
	3,3500	3,3835	3,4173	3,4515	3,4860	3,5208	3,5560	3,5916
<b>23</b>	<b>2.032,65</b>	<b>2.052,98</b>	<b>2.073,47</b>	<b>2.094,23</b>	<b>2.115,15</b>	<b>2.136,30</b>	<b>2.157,66</b>	<b>2.179,23</b>
	3,7400	3,7774	3,8151	3,8533	3,8918	3,9307	3,9700	4,0097
<b>24</b>	<b>2.250,05</b>	<b>2.272,55</b>	<b>2.295,27</b>	<b>2.318,20</b>	<b>2.341,41</b>	<b>2.364,78</b>	<b>2.388,42</b>	<b>2.412,33</b>
	4,1400	4,1814	4,2232	4,2654	4,3081	4,3511	4,3946	4,4386
<b>25</b>	<b>2.494,62</b>	<b>2.519,57</b>	<b>2.544,73</b>	<b>2.570,16</b>	<b>2.595,87</b>	<b>2.621,85</b>	<b>2.648,05</b>	<b>2.674,57</b>
	4,5900	4,6359	4,6822	4,7290	4,7763	4,8241	4,8723	4,9211
<b>26</b>	<b>2.739,19</b>	<b>2.766,58</b>	<b>2.794,25</b>	<b>2.822,18</b>	<b>2.850,39</b>	<b>2.878,87</b>	<b>2.907,67</b>	<b>2.936,75</b>
	5,0400	5,0904	5,1413	5,1927	5,2446	5,2970	5,3500	5,4035
<b>27</b>	<b>3.027,24</b>	<b>3.057,51</b>	<b>3.088,06</b>	<b>3.118,93</b>	<b>3.150,12</b>	<b>3.181,64</b>	<b>3.213,44</b>	<b>3.245,56</b>
	5,5700	5,6257	5,6819	5,7387	5,7961	5,8541	5,9126	5,9717
<b>28</b>	<b>3.347,90</b>	<b>3.381,38</b>	<b>3.415,18</b>	<b>3.449,31</b>	<b>3.483,83</b>	<b>3.518,66</b>	<b>3.553,83</b>	<b>3.589,37</b>
	6,1600	6,2216	6,2838	6,3466	6,4101	6,4742	6,5389	6,6043
<b>29</b>	<b>3.712,04</b>	<b>3.749,16</b>	<b>3.786,60</b>	<b>3.824,48</b>	<b>3.862,75</b>	<b>3.901,33</b>	<b>3.940,36</b>	<b>3.979,76</b>
	6,8300	6,8983	6,9672	7,0369	7,1073	7,1783	7,2501	7,3226
<b>30</b>	<b>4.125,09</b>	<b>4.166,34</b>	<b>4.207,97</b>	<b>4.250,04</b>	<b>4.292,54</b>	<b>4.335,47</b>	<b>4.378,84</b>	<b>4.422,65</b>
	7,5900	7,6659	7,7425	7,8199	7,8981	7,9771	8,0569	8,1375

Grupo/ Categoria	Nível	Vencimentos						
---------------------	-------	-------------	--	--	--	--	--	--

III - Serviços  
Auxiliares -  
SAU

A	B	C	D	E	F	G	H
---	---	---	---	---	---	---	---





Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO** CNPJ 83.021.832/0001-11

<b>31</b>	<b>1.586,99</b>	<b>1.602,86</b>	<b>1.618,84</b>	<b>1.635,04</b>	<b>1.651,39</b>	<b>1.667,92</b>	<b>1.684,60</b>	<b>1.701,45</b>
	2,9200	2,9492	2,9786	3,0084	3,0385	3,0689	3,0996	3,1306
<b>32</b>	<b>1.744,60</b>	<b>1.762,05</b>	<b>1.779,66</b>	<b>1.797,43</b>	<b>1.815,42</b>	<b>1.833,57</b>	<b>1.851,89</b>	<b>1.870,42</b>
	3,2100	3,2421	3,2745	3,3072	3,3403	3,3737	3,4074	3,4415
<b>33</b>	<b>1.934,82</b>	<b>1.954,17</b>	<b>1.973,68</b>	<b>1.993,41</b>	<b>2.013,36</b>	<b>2.033,47</b>	<b>2.053,85</b>	<b>2.074,39</b>
	3,5600	3,5956	3,6315	3,6678	3,7045	3,7415	3,7790	3,8168
<b>34</b>	<b>2.146,79</b>	<b>2.168,25</b>	<b>2.189,88</b>	<b>2.211,79</b>	<b>2.233,91</b>	<b>2.256,24</b>	<b>2.278,85</b>	<b>2.301,63</b>
	3,9500	3,9895	4,0293	4,0696	4,1103	4,1514	4,1930	4,2349
<b>35</b>	<b>2.385,92</b>	<b>2.409,78</b>	<b>2.433,86</b>	<b>2.458,21</b>	<b>2.482,77</b>	<b>2.507,61</b>	<b>2.532,66</b>	<b>2.557,99</b>
	4,3900	4,4339	4,4782	4,5230	4,5682	4,6139	4,6600	4,7066
<b>36</b>	<b>2.646,80</b>	<b>2.673,26</b>	<b>2.699,95</b>	<b>2.726,96</b>	<b>2.754,24</b>	<b>2.781,80</b>	<b>2.809,63</b>	<b>2.837,67</b>
	4,8700	4,9187	4,9678	5,0175	5,0677	5,1184	5,1696	5,2212
<b>37</b>	<b>2.934,85</b>	<b>2.964,19</b>	<b>2.993,81</b>	<b>3.023,76</b>	<b>3.053,98</b>	<b>3.084,52</b>	<b>3.115,39</b>	<b>3.146,54</b>
	5,4000	5,4540	5,5085	5,5636	5,6192	5,6754	5,7322	5,7895
<b>38</b>	<b>3.260,94</b>	<b>3.293,55</b>	<b>3.326,48</b>	<b>3.359,75</b>	<b>3.393,33</b>	<b>3.427,25</b>	<b>3.461,54</b>	<b>3.496,16</b>
	6,0000	6,0600	6,1206	6,1818	6,2436	6,3060	6,3691	6,4328
<b>39</b>	<b>3.625,08</b>	<b>3.661,33</b>	<b>3.697,91</b>	<b>3.734,92</b>	<b>3.772,26</b>	<b>3.809,97</b>	<b>3.848,07</b>	<b>3.886,55</b>
	6,6700	6,7367	6,8040	6,8721	6,9408	7,0102	7,0803	7,1511
<b>40</b>	<b>4.021,83</b>	<b>4.062,04</b>	<b>4.102,64</b>	<b>4.143,68</b>	<b>4.185,09</b>	<b>4.226,94</b>	<b>4.269,22</b>	<b>4.311,94</b>
	7,4000	7,4740	7,5487	7,6242	7,7004	7,7774	7,8552	7,9338

IV - Técnico  
Profissional -  
TEP

<b>41</b>	<b>1.586,99</b>	<b>1.602,86</b>	<b>1.618,84</b>	<b>1.635,04</b>	<b>1.651,39</b>	<b>1.667,92</b>	<b>1.684,60</b>	<b>1.701,45</b>
	2,9200	2,9492	2,9786	3,0084	3,0385	3,0689	3,0996	3,1306
<b>42</b>	<b>1.744,60</b>	<b>1.762,05</b>	<b>1.779,66</b>	<b>1.797,43</b>	<b>1.815,42</b>	<b>1.833,57</b>	<b>1.851,89</b>	<b>1.870,42</b>
	3,2100	3,2421	3,2745	3,3072	3,3403	3,3737	3,4074	3,4415
<b>43</b>	<b>1.934,82</b>	<b>1.954,17</b>	<b>1.973,68</b>	<b>1.993,41</b>	<b>2.013,36</b>	<b>2.033,47</b>	<b>2.053,85</b>	<b>2.074,39</b>
	3,5600	3,5956	3,6315	3,6678	3,7045	3,7415	3,7790	3,8168





Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO** CNPJ 83.021.832/0001-11

<b>44</b>	<b>2.146,79</b>	<b>2.168,25</b>	<b>2.189,88</b>	<b>2.211,79</b>	<b>2.233,91</b>	<b>2.256,24</b>	<b>2.278,85</b>	<b>2.301,63</b>
	3,9500	3,9895	4,0293	4,0696	4,1103	4,1514	4,1930	4,2349
<b>45</b>	<b>2.385,92</b>	<b>2.409,78</b>	<b>2.433,86</b>	<b>2.458,21</b>	<b>2.482,77</b>	<b>2.507,61</b>	<b>2.532,66</b>	<b>2.557,99</b>
	4,3900	4,4339	4,4782	4,5230	4,5682	4,6139	4,6600	4,7066
<b>46</b>	<b>2.646,80</b>	<b>2.673,26</b>	<b>2.699,95</b>	<b>2.726,96</b>	<b>2.754,24</b>	<b>2.781,80</b>	<b>2.809,63</b>	<b>2.837,67</b>
	4,8700	4,9187	4,9678	5,0175	5,0677	5,1184	5,1696	5,2212
<b>47</b>	<b>2.934,85</b>	<b>2.964,19</b>	<b>2.993,81</b>	<b>3.023,76</b>	<b>3.053,98</b>	<b>3.084,52</b>	<b>3.115,39</b>	<b>3.146,54</b>
	5,4000	5,4540	5,5085	5,5636	5,6192	5,6754	5,7322	5,7895
<b>48</b>	<b>3.260,94</b>	<b>3.293,55</b>	<b>3.326,48</b>	<b>3.359,75</b>	<b>3.393,33</b>	<b>3.427,25</b>	<b>3.461,54</b>	<b>3.496,16</b>
	6,0000	6,0600	6,1206	6,1818	6,2436	6,3060	6,3691	6,4328
<b>49</b>	<b>3.625,08</b>	<b>3.661,33</b>	<b>3.697,91</b>	<b>3.734,92</b>	<b>3.772,26</b>	<b>3.809,97</b>	<b>3.848,07</b>	<b>3.886,55</b>
	6,6700	6,7367	6,8040	6,8721	6,9408	7,0102	7,0803	7,1511
<b>50</b>	<b>4.021,83</b>	<b>4.062,04</b>	<b>4.102,64</b>	<b>4.143,68</b>	<b>4.185,09</b>	<b>4.226,94</b>	<b>4.269,22</b>	<b>4.311,94</b>
	7,4000	7,4740	7,5487	7,6242	7,7004	7,7774	7,8552	7,9338

<b>Grupo/ Categoria</b>	<b>Nível</b>	<b>Vencimentos</b>						
-----------------------------	--------------	--------------------	--	--	--	--	--	--

V - Técnico  
Científico I -  
TEC I

	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>G</b>	<b>H</b>
<b>51</b>	<b>2.592,45</b>	<b>2.618,37</b>	<b>2.644,51</b>	<b>2.670,98</b>	<b>2.697,67</b>	<b>2.724,68</b>	<b>2.751,91</b>	<b>2.779,41</b>
	4,7700	4,8177	4,8658	4,9145	4,9636	5,0133	5,0634	5,1140
<b>52</b>	<b>2.880,50</b>	<b>2.909,30</b>	<b>2.938,38</b>	<b>2.967,73</b>	<b>2.997,46</b>	<b>3.027,40</b>	<b>3.057,67</b>	<b>3.088,27</b>
	5,3000	5,3530	5,4065	5,4605	5,5152	5,5703	5,6260	5,6823
<b>53</b>	<b>3.195,72</b>	<b>3.227,68</b>	<b>3.259,91</b>	<b>3.292,52</b>	<b>3.325,45</b>	<b>3.358,71</b>	<b>3.392,30</b>	<b>3.426,22</b>
	5,8800	5,9388	5,9981	6,0581	6,1187	6,1799	6,2417	6,3041
<b>54</b>	<b>3.543,55</b>	<b>3.578,99</b>	<b>3.614,75</b>	<b>3.650,89</b>	<b>3.687,42</b>	<b>3.724,27</b>	<b>3.761,55</b>	<b>3.799,16</b>
	6,5200	6,5852	6,6510	6,7175	6,7847	6,8525	6,9211	6,9903
<b>55</b>	<b>3.929,43</b>	<b>3.968,73</b>	<b>4.008,40</b>	<b>4.048,46</b>	<b>4.088,95</b>	<b>4.129,87</b>	<b>4.171,12</b>	<b>4.212,86</b>





Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO** CNPJ 83.021.832/0001-11

	7,2300	7,3023	7,3753	7,4490	7,5235	7,5988	7,6747	7,7515
<b>56</b>	<b>4.364,22</b>	<b>4.407,87</b>	<b>4.451,94</b>	<b>4.496,46</b>	<b>4.541,40</b>	<b>4.586,84</b>	<b>4.632,71</b>	<b>4.679,01</b>
	8,0300	8,1103	8,1914	8,2733	8,3560	8,4396	8,5240	8,6092
<b>57</b>	<b>4.842,50</b>	<b>4.890,92</b>	<b>4.939,78</b>	<b>4.989,18</b>	<b>5.039,08</b>	<b>5.089,46</b>	<b>5.140,38</b>	<b>5.191,80</b>
	8,9100	8,9991	9,0890	9,1799	9,2717	9,3644	9,4581	9,5527
<b>58</b>	<b>5.375,12</b>	<b>5.428,87</b>	<b>5.483,11</b>	<b>5.537,95</b>	<b>5.593,33</b>	<b>5.649,25</b>	<b>5.705,78</b>	<b>5.762,84</b>
	9,8900	9,9889	10,0887	10,1896	10,2915	10,3944	10,4984	10,6034
<b>59</b>	<b>5.962,09</b>	<b>6.021,71</b>	<b>6.081,87</b>	<b>6.142,74</b>	<b>6.204,16</b>	<b>6.266,17</b>	<b>6.328,83</b>	<b>6.392,15</b>
	10,9700	11,0797	11,1904	11,3024	11,4154	11,5295	11,6448	11,7613
<b>60</b>	<b>6.619,71</b>	<b>6.685,91</b>	<b>6.752,75</b>	<b>6.820,26</b>	<b>6.888,46</b>	<b>6.957,38</b>	<b>7.026,95</b>	<b>7.097,22</b>
	12,1800	12,3018	12,4248	12,5490	12,6745	12,8013	12,9293	13,0586

Técnico  
Científico II -  
TEC II

<b>61</b>	<b>15.793,82</b>	<b>15.951,76</b>	<b>16.111,27</b>	<b>16.272,36</b>	<b>16.435,08</b>	<b>16.599,43</b>	<b>16.765,42</b>	<b>16.933,08</b>
	29,0600	29,3506	29,6441	29,9405	30,2399	30,5423	30,8477	31,1562



*Estado de Santa Catarina***MUNICIPIO DE MODELO** CNPJ 83.021.832/0001-11**ANEXO VI****TABELA CARGO PERMANENTE DE PESSOAL AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**  
QUADRO DE CARGOS PERMANENTES DE  
PESSOAL

SALÁRIO BASE 543,49

GRUPO/CATEGORIA: I - SERVIÇOS GERAIS - SEG	NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF/PSF	1	1.499,10	1.529,08	1.559,65	1.590,83	1.622,66	1.655,11	1.688,22	1.721,97
		2,75828	2,81344	2,86970	2,92707	2,98563	3,04534	3,10625	3,16835



**LEI MUNICIPAL Nº 2526, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021 DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL DO QUADRO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MODELO – SC, ALTERA OS ANEXOS I E II DA LEI MUNICIPAL Nº 2.067/2013 DE 14.03.2013, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS**

Publicação Nº 2877809

LEI MUNICIPAL Nº 2526, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL DO QUADRO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MODELO – SC, ALTERA OS ANEXOS I E II DA LEI MUNICIPAL Nº 2.067/2013 DE 14.03.2013, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, no uso das atribuições legais, em especial considerando a aprovação da Câmara De Vereadores do Projeto de Lei Legislativo Substitutivo nº. 001/2021 - 22.02.2020, da Presidente da Câmara de Vereadores de Modelo, Estado de Santa Catarina, e de seu encaminhamento ao Poder Executivo para as providencias legais,

FAÇO SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica autorizada a revisão geral dos vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara de Vereadores de Modelo - SC, a partir de 01 de fevereiro de 2021, em 4,48 % (quatro vírgula quarenta e oito por cento), com base do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021.

Art. 2º. Os vencimentos, com a revisão, de que dispõe o artigo 1º, passará a vigorar de conformidade com o disposto nos Anexos I e II, descritos na presente Lei.

Art. 3º. Ficam alterados os anexos I – Cargos em Comissão e II – Cargos Permanentes da Lei Municipal nº 2.067/2013 de 14.03.2013, passando a vigorar com a redação dos anexos I e II da presente lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes da realização desta Lei correrão à conta do Orçamento próprio da Câmara de Vereadores de Modelo-SC.

Art. 5º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos contados a partir de 1º de fevereiro de 2021.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,  
aos 23 de Fevereiro de 2021.

DIRCEU SILVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL Registrada e publicada.

Cleber Eberhart  
Secretário de Administração

**ANEXO I****CARGOS EM COMISSÃO**

CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	RJ	Nº DE VAGAS	DEDICAÇÃO	LOTAÇÃO
Assessor Geral Especial	CC-01	SEC	01	30 horas	CV
Assessor de Imprensa	CC-02	SEC	01	30 horas	CV
Diretor Geral de Expediente	CC-03	SEC	01	40 Horas	CV
Assessor Jurídico	CC-04	SEC	01	20 horas	CV
Contador Geral	CC-04	SEC	01	20 horas	CV

**CARGOS EM COMISSÃO - VENCIMENTOS**

CÓDIGO	VENCIMENTO R\$
CC – 01	1.265,35
CC – 02	2.022,35
CC – 03	2.881,09
CC- 04	4.843,96
CC- 04	4.843,96

**LEGENDAS:**

RJ – REGIME JURÍDICO (Nos termos da Lei Municipal nº 1.513/02 e suas alterações).

SEC – SISTEMA ESTATUTÁRIO COMISSIONADO

DIRCEU SILVEIRA  
Prefeito Municipal



## ANEXO II

## CARGOS PERMANENTES

CARGO/FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	Carga Horária Semanal	LOTAÇÃO
Auxiliar de Serviços Gerais	01	40 horas	CV
Secretário	01	40 horas	CV
Técnico Legislativo	01	40 horas	CV
Contador Publico	01	20 horas	CV

## CARGOS PERMANENTES - VENCIMENTOS

CARGO/FUNÇÃO	NIVEL	VENCIMENTOS
Auxiliar Serviços Gerais	01	1.266,71
Secretário	02	1.698,24
Técnico Legislativo	03	2.340,91
Contador	04	4.843,96

DIRCEU SILVEIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 016/2021 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021. DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO CONSELHO TUTELAR EDITAL 005/2020, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2879687

PORTARIA Nº 016/2021 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO CONSELHO TUTELAR EDITAL 005/2020, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs 971/90, 1.513/2002, 2397/2019 e 2.401/2019 Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria. Considerando o Edital 001/2019, expedido pelo CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente) de Modelo SC, que tornou publico o resultado da eleição realizada no dia 06 de outubro de 2019, para o mandato de 2020/2024, Considerando o período da Licença Maternidade da Conselheira Damiane Schlosser até a data de 30/04/2021.

Considerando o ofício nº 08/2021 do conselho tutelar a solicitação da convocação de suplentes para suprir esta demanda.

Considerando a nomeação do Conselheiro Tutelar Rafael Lorenz pelo Decreto nº. 060/2021, e a desistência da convocada pela Portaria nº 014/2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica convocado para contratação e por prazo determinado a Sra. EDINÉIA KELLY KATH, aprovada no edital nº 005/2020 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo de Conselheira Tutelar no período da Licença Maternidade da Conselheira Damiane Schlosser até a data de 30/04/2021.

Art. 2º - O Conselheiro convocado nesta Portaria deverá apresentar-se no prazo de 05 (cinco) dias a contar desta data, para apresentação dos documentos e entrada em exercício, de conformidade das disposições legais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, solicitando a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 23 de fevereiro de 2021.

DIRCEU SILVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

CLEBER EBERHART  
Secretária de Administração e Fazenda



**RESOLUÇÃO 01/2021 - ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO**

Publicação Nº 2877877

RESOLUÇÃO 001/2021 DE 18/02/2021

ESTABELECE A COMPOSIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, PARA A REALIZAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL, DESTINADA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE HOSPITALARES, CONFORME ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIS KNORST, Presidente da Associação da Associação hospitalar beneficente de Modelo - SC no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Federal 8.666/93 e atualizado pela Lei nº 8.883/94 e demais disposições legais aplicadas a matéria;

Considerando as competências regimentais e atribuições conferidas pelo Regimento Interno, torna público a Composição da Comissão para atender aos critérios do legais e ainda,

Considerando em especial e objetivando o ATENDIMENTO DO CONVENIO Nº 898653 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO SC, VISANDO FORTALECER O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS,

Resolve,

Art. 1º - Fica nomeado como PREGOEIRO o Senhor VALDICIR ANTONIO WIEBBELLING, com treinamento para pregoeiro, prestador de serviço de assessoria, conforme certificado anexo, e os membros abaixo descritos para compor a equipe de apoio, sendo:

CARLOS ALBERTO ZAMIGNAN, Diretor Administrativo da Associação Hospitalar Beneficente de Modelo SC,

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI – funcionária publica

LENOIR LANG – Contador do hospital

GISELI DA SILVA – Diretora Municipal de Saúde

Parágrafo Único – A finalidade da nomeação do pregoeiro e equipe de apoio de que trata este artigo, é de proceder a realização, execução e acompanhamento do processo licitatório, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço, com julgamento por item, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS e MATERIAL PERMANENTE HOSPITALARES, destinado AO ATENDIMENTO HOSPITALAR, NA FORMA E CONDIÇÕES DESTE EDITAL E EM ESPECIAL DO CONVENIO Nº 898653 que entre si celebram a união, por intermédio do ministério da saúde e a Associação Hospitalar Beneficente de Modelo SC, visando fortalecer o sistema único de saúde SUS, observado às disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar Federal nº. 123 de 14/12/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666, de 21/06/1993, com suas alterações e demais exigências legais.

. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Modelo, SC, AOS 18 DE FEVEREIRO DE 2021

SERGIO LUIS KNORST

Presidente HOSPITAL DE MODELO

REGISTRADA E PUBLICADA

Carlos Alberto Zamignan

Diretor administrativo Hospital de Modelo



**PROCESSO SELETIVO N.º 001/2021 EDITAL DE SUSPENSÃO**

Publicação Nº 2879041

*Estado de Santa Catarina***MUNICÍPIO DE MODELO**

CNPJ: 83.021.832/0001-11

**PROCESSO SELETIVO N.º 001/2021****EDITAL DE SUSPENSÃO**

O **Município de Modelo**, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, Sr. Dirceu Silveira e da Presidente da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, Edital n.º 001/2021, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Decreto Estadual n.º 1.027/2020, que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

Considerando ainda o Decreto Municipal n.º 059/2021 que adota medidas preventivas para o enfrentamento, controle da transmissão e redução dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (COVID-19) no Município de Modelo (SC);

**COMUNICA:**

Fica suspensa a realização das atividades do Processo Seletivo, Edital n.º 001/2021, à partir da publicação do presente, inclusive com o adiamento da aplicação das provas escritas, marcado para o próximo dia 28 de fevereiro de 2021, até a definição de um novo cronograma que será divulgado tão logo restabelecida a situação de normalidade.

**Município de Modelo (SC)**, 23 de fevereiro de 2021.

**DIRCEU SILVEIRA**  
Prefeito Municipal

**MARCIA JANE RUCKS**  
Comissão de Acompanhamento

Rua do Comércio, 1304 – Centro – 89.872-000 – Modelo – SC – Fone: (49) 3365-3137 Fls. 1/1  
[www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)



# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL DL Nº 003/2021 - FMS

Publicação Nº 2879008

MUNICIPIO DE MONDAÍ – SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2021

O Município de Mondaí – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.386.903/0001-79, neste ato representado pelo seu gestor, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 006/2021, DL nº 003/2021, e com fulcro no Art. 24, Inciso IV, da Lei nº. 8.666/1993, cominado com o Art. 4º da Lei 13.979/2020, conforme segue: OBJETO: Aquisição de forma emergencial de medicamentos visando o combate ao COVID-19 para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Mondaí-SC. CONTRATADAS: INOVAMED HOSPITALAR LTDA, CNPJ sob nº. 12.889.035/0001-02; PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ sob nº. 81.706.251/0001-98. Mondaí – SC, 23 de fevereiro de 2021. GINTHER OTTO DREHER. Gestor do Fundo Municipal da Saúde Ordenador de Despesas

### EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001.2021 - FMS

Publicação Nº 2878179

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 004/2021. TIPO: Menor Preço por ITEM. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais de limpeza, higiene, produtos alimentícios e materiais diversos (ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA, VARAL DE ROUPA E MÁQUINA DE LAVAR ROUPA) para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí/SC, com entrega parcelada, conforme solicitação e de acordo com especificações e quantidades descritas no Anexo I deste Edital, para período de 12 (doze) meses após a data da homologação. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 01/03/2021 até as 08h15min horas do dia 11/03/2021. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h16min às 08h30min horas do dia 11/03/2021. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min horas do dia 11/03/2021. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital, em inteiro teor e seu anexo, está à disposição dos interessados nos sites [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br), ou no Departamento de Compras, situado na Avenida Laju, nº 420, de 2ª a 6ª feira, das 07h45min às 11h45min e 13h30min às 17h30min. Informações através do e-mail [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br) ou telefone (49) 3674-3100. Mondaí, 18 de fevereiro de 2021. GINTHER OTTO DREHER Gestor do Fundo Municipal da Saúde/FMS

### EXTRATO TERMO ADITIVO - CT Nº 027.2018 - FMS

Publicação Nº 2878467

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE MONDAÍ/FMS

PUBLICAÇÃO DO RESUMO TERMO DE RETIFICAÇÃO DA APOSTILAMENTO Processo Licitatório nº. 027/2018 Edital: Tomada de Preços nº. 003/2018 Contrato: 036/2018 – Termo de Retificação da Apostilamento nº 001 Objeto: Contratação de serviços técnicos profissionais de MEDICINA – ESF, com dedicação de 40 (quarenta) horas semanais, na execução de serviços de atendimento de pacientes da Atenção Básica do município de Mondaí, conforme especificações constantes na relação de itens da licitação (Anexo I). Finalidade: Termo tem por objeto o reajuste do IGP-M acumulado dos meses (agosto/2018 a julho/2019), num percentual de 6,4113% conforme cláusula 8º do contrato retro mencionado e art. 40, XI e Art. 65, inc. II, alínea "d" da Lei nº 8.666/1993 Fornecedor: CLINICA ROBERTA GOLDMEIER EIRELI – CNPJ sob o nº 30.929.429/0001-29. Mondaí/SC, 01 de fevereiro de 2021. Ginther Otto Dreher Gestor do F. M. S. Ordenador de Despesa

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE MONDAÍ/FMS

PUBLICAÇÃO DO RESUMO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO Processo Licitatório nº. 027/2018 Edital: Tomada de Preços nº. 003/2018 Contrato: 036/2018 – Termo de Apostilamento nº 002 Objeto: Contratação de serviços técnicos profissionais de MEDICINA – ESF, com dedicação de 40 (quarenta) horas semanais, na execução de serviços de atendimento de pacientes da Atenção Básica do município de Mondaí, conforme especificações constantes na relação de itens da licitação (Anexo I). Finalidade: O presente Termo tem por objeto o reajuste pelo IPCA acumulado dos últimos 12 (doze) meses (agosto de 2019 a julho de 2020), num percentual de 2,44%, conforme cláusula 8º do contrato retro mencionado e art. 40, XI; Art. 65, inc. II, alínea "d" da Lei nº 8.666/1993 e Lei Complementar nº 173 art. 8º inciso VIII. Fornecedor: CLINICA ROBERTA GOLDMEIER EIRELI – CNPJ sob o nº 30.929.429/0001-29. Mondaí/SC, 04 de fevereiro de 2021. Ginther Otto Dreher Gestor do F. M. S. Ordenador de Despesa



Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE MONDAÍ/FMS

PUBLICAÇÃO DO RESUMO TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO Processo Licitatório nº. 027/2018 Edital: Tomada de Preços nº. 003/2018 Contrato: 036/2018 – Termo de Apostilamento nº 003 Objeto: Contratação de serviços técnicos profissionais de MEDICINA – ESF, com dedicação de 40 (quarenta) horas semanais, na execução de serviços de atendimento de pacientes da Atenção Básica do município de Mondaí, conforme especificações constantes na relação de itens da licitação (Anexo I). Finalidade: O presente Termo tem por objeto o encontro de contas relativo aos pagamentos efetuados a Contratada e os devidos termos de apostilamento registrados ao longo de sua execução, feitos em períodos diversos do originalmente pactuado. Fornecedor: CLINICA ROBERTA GOLDMEIER EIRELI – CNPJ sob o nº 30.929.429/0001-29. Mondaí/SC, 23 de fevereiro de 2021. Ginther Otto Dreher Gestor do F. M. S. Ordenador de Despesa



# Monte Carlo

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 12/2021/PM

Publicação N° 2878930

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

A comissão de Licitação do Município de Monte Carlo - SC, designado pelo decreto 022/2020, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital Pregão Eletrônico 12/2021/PM, com alteração na descrição do Item. Com nova data do certame definida para RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS":

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 8:00 horas do dia 17/03/2021 até 13:00 MIN do dia 17/03/2021

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:00 ÀS 13:15 horas do dia 17/03/2021.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 01/03/2021.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

Todas as outras informações permanecem sem alterações. Todas as outras informações permanecem sem alterações.

Monte Carlo, 23 de fevereiro de 2021.

Gessica Caroline Cunen

Pregoeira



# Monte Castelo

## PREFEITURA

### PORTARIAS DE 061/2021 A 077/2021

Publicação Nº 2877631

#### PORTARIA Nº 061/2021 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor JOÃO RAFAEL FIANCO, investido no Cargo de OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS "A", do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 01/12/2020 a 31/01/2021, sendo que 10 (dez) dias serão transformados em Abono Pecuniário e o gozo dos 20 (vinte) dias remanescentes, ocorrerão entre 08/02/2021 a 28/02/2021.

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados a referida servidora juntamente com sua remuneração no mês de Fevereiro de 2021.

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 10 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 062/2021 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO E READAPTAÇÃO DE FUNÇÕES DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, EM RAZÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO E DÁ PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS SOUZA Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que a servidora Eliane dos Santos Lourenço investida no cargo de Agente Comunitário de Saúde do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional do Poder Executivo Municipal, na data de 05 de Dezembro de 2011 sofreu acidente de trabalho e em razão deste foi encaminhada ao Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS por estar vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

Considerando o conteúdo e os pedidos constantes dos Requerimentos formulados pela Servidora nas datas de 31 de Julho de 2019 e 10 de Fevereiro de 2021 e também das decisões proferidas nos Processos Judiciais referentes a Apelação Civil Nº 0000415-37.2016.8.24.0047 e nos Embargos de Declaração Nº 0000415-37.2016.8.24.0047/50000, que tramitaram junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina-TJSC;

Considerando que a contar da data de 25 de Agosto de 2019, a servidora Requerente foi reintegrada e readaptada no serviço público municipal e vem exercendo junto a Unidade de Saúde "Helio Anjos Hortiz", as funções e atribuições e os serviços de recepção e telefonia, direcionados ao apoio às Equipes de Saúde da Família - ESFs do Município e desempenhando outras atividades relacionadas com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e que estão sendo objeto de delegação e solicitação pelo Secretário Municipal de Saúde e pelos Chefes e Responsáveis pela Coordenação das Equipes, de acordo com a sua limitação e capacidade de trabalho;

Considerando a necessidade de obediência aos Princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade e publicidade e de materialização e formalização da reintegração e readaptação promovida em ato próprio e capaz de gerar efeitos externos,

#### RESOLVE:

Art.1º. Fica reintegrada e readaptada a servidora ELIANE DOS SANTOS LOURENÇO investida no cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional do Poder Executivo Municipal a contar da data de 25 de Agosto de 2019, a qual exercerá junto a Unidade de Saúde "Helio Anjos Hortiz", as funções e atribuições e os serviços de recepção e telefonia, proporcionando apoio às Equipes de Saúde da Família- ESFs do Município e desempenhará outras atividades relacionadas com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS que forem objeto de delegação e solicitação pelo Secretário Municipal de Saúde e pelos Chefes e Responsáveis pela Coordenação das Equipes.



Art.2º. A reintegração e readaptação de funções ora promovida, foi realizada em razão de acidente de trabalho sofrido pela servidora, ocorrido na data de 05 de Dezembro de 2011 e decisões judiciais que recomendaram a sua reintegração e readaptação para o exercício de outras funções, atribuições e atividades de acordo com as suas limitações e capacidade de trabalho.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de 25 de Agosto de 2019.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 11 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 063/2021 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DESIGNAR ALINE CARVALHO, ocupante do Cargo de CONTADORA, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, para atuar como RESPONSÁVEL PELO SINE DE MONTE CASTELO, nas atribuições exigidas pelo cargo retro mencionado. Sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação terão eficácia a contar da data de 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 11 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito

PORTARIA Nº 064/2021 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor FÁBIO BESS, investido no Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 20/02/2020 a 19/02/2021, sendo que o gozo dos 30 (trinta) dias a que faz jus, 10 (dez) dias serão transformados em Abono Pecuniário e o gozo dos 20 (vinte) dias remanescentes, 05 (cinco) dias ocorrerão entre 20/02/2021 a 24/02/2021, e 15 (quinze) dias, serão descontados das férias coletivas conforme Decreto nº 2.487 de 08 de Dezembro de 2020.

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados ao referido servidor juntamente com sua remuneração no mês de Fevereiro de 2021.

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 11 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 065/2021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamentos no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo nos Artigos 4º, Inciso III, 7º, e Capítulo VI da Lei Municipal Nº 1.796/2005 de 30 de Junho de 2005, Lei Complementar Municipal Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, Lei Complementar 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, e tendo em vista o resultado classificatório do Processo Seletivo Público Nº 001/2019 promovido pelo Município, através do Edital de Processo Seletivo Público Nº 001/2019 de 04 de Dezembro de 2019, prorrogado conforme Ato de Prorrogação de 05/01/2021,

RESOLVE:



Art. 1º - DESIGNAR, os abaixo relacionados, para exercer o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB II) – habilitados-, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, criado pela Lei Municipal Nº 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, com remuneração mensal correspondente ao Nível de Referência Salarial Único, previsto e fixado no Anexo III, da referida Lei, ficando os mesmos lotados na Secretaria de Educação e Cultura, onde executarão a Jornada de Trabalho de 20 (vinte), horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação, terão efeito e eficácia a contar da data de 15 de Fevereiro de 2021;

CARLIZA SIMÕES DE OLIVEIRA GLONEK
MARINÊS FERNANDES DOS SANTOS MELNIK
ROBERTO TORQUATO MAURÍCIO
SIMONE SMENTCOVSKI
LARISSA PALHANO PRESTES

Art. 2º - A presente designação terá validade conforme consta no Edital 01/2019 de 04 de Dezembro de 2019, para o Ano Letivo de 2021, de conformidade com a conveniência e interesse da Administração Pública Municipal.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 15 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 066/2020 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamentos no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo nos Artigos 4º, Inciso III, 7º, e Capítulo VI da Lei Municipal Nº 1.796/2005 de 30 de Junho de 2005, Lei Complementar Municipal Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, Lei Complementar 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, e tendo em vista o resultado classificatório do Processo Seletivo Público Nº 002/2018 promovido pelo Município, através do Edital de Processo Seletivo Público Nº 001/2019 de 04 de Dezembro de 2019, prorrogado conforme Ato de Prorrogação de 05/01/2021,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, os abaixo relacionados, para exercer o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB I), do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, criado pela Lei Municipal Nº 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, com remuneração mensal correspondente ao Nível de Referência Salarial Único, previsto e fixado no Anexo III, da referida Lei, ficando a mesma lotada na Secretaria de Educação e Cultura, onde executará a Jornada de Trabalho de 20 (vinte), horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação, terão efeito e eficácia a contar da data de 15 de Fevereiro de 2021.

MARIA APARECIDA MELNIK
EUCLAIR REGINA PIRES DE MORAIS
EUCLAIR REGINA PIRES DE MORAIS
FRANCIELE KRASCHINSKI

Art. 2º - A presente designação terá validade conforme consta no Edital 01/2019 de 04 de Dezembro de 2019, para o Ano Letivo de 2021, de conformidade com a conveniência e interesse da Administração Pública Municipal.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 15 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 067/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor WILSON ALVES RIBEIRO, investido no Cargo de OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS "A", do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 20/02/2020 a 19/02/2021, sendo que 10 (dez) dias serão transformados em Abono Pecuniário e o gozo dos 20 (vinte) dias remanescentes, 05 (cinco) dias ocorrerão entre 20/02/2021 a 24/02/2021, e 15 (quinze) dias, serão descontados das férias coletivas conforme Decreto nº 2.487 de 08 de Dezembro de 2020.

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados ao referido servidor juntamente com sua remuneração no mês de Fevereiro de 2021.

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;



Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 17 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 068/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor MARCOS ANTÔNIO ALVES RODRIGUES, investido no Cargo de MOTORISTA, do Quadro de Pessoal de Pro-  
vimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 06/02/2020 a 05/02/2021, sendo que 10 (dez) dias serão transformados em Abono Pecuniário e o gozo dos 20 (vinte) dias remanescentes, ocorrerão entre 09/02/2021 a 28/02/2021.

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados a referido servidor juntamente com sua remuneração no mês de Fevereiro de 2021.

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 17 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 069/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor VALDECI DE FRANCISCO, investido no Cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, do Quadro de Pessoal de Provimen-  
to Eletivo, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 10/01/2020 a 09/01/2021, sendo que o gozo dos 30 (trinta) dias a que faz jus, ocorrerão entre 01/03/2021 a 30/03/2021.

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados ao referido servidor juntamente com sua remuneração no mês de Fevereiro de 2021;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 17 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 070/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 115 e 119, da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Servidora AZEMIRA FERNANDES, investida no Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, nos termos do Artigo 115 da Lei Complementar N.º 001/93 de 26 de Abril de 1993, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 03/06/2013 a 03/06/2018.



Art.2º. Dos 90 (noventa) dias da Licença que a funcionária faz jus, o gozo dos mesmos ocorrerá no período de 15/02/2021 a 15/05/2021.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 17 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito

**PORTARIA Nº 071/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 115 e119, da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder ao Servidor ANTÔNIO CARLOS MACHADO DE LIMA, investido no Cargo de CONTROLADOR INTERNO, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Licença Prêmio de 180 (cento e oitenta) dias, com conversão de 180 (cento e oitenta) dias em Abono Pecuniário, nos termos do Artigo 115 da Lei Complementar n.º 001/93 de 26 de Abril de 1993, calculada com base no parágrafo 2º do mesmo Artigo, relativas aos períodos aquisitivos compreendido entre os dias 02/02/1995 a 02/02/2000 e 02/02/2000 a 02/02/2005.

Art.2º. Dos 180 (cento e oitenta) dias da Licença a que o funcionário faz jus, os mesmos serão transformados em Abono Pecuniário, e pagos em 10 (dez) vezes, juntamente com a remuneração dos meses de Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 2021.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 17 de Fevereiro de 2021 .

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 072/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR A PEDIDO, a Servidora PERPETA TRINDADE RIBEIRO DE LIMA RUCKL, investida no Cargo de CHEFE DE SETOR DE COMUNICAÇÃO, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, ficando revogada a Portaria 054/2018 de 01 de Fevereiro de 2018, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de 17 de Fevereiro de 2021.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

.

Município de Monte Castelo (SC), 17 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 073/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR A PEDIDO, o Servidor ANDRÉ LUIS MADER, investido no Cargo de PROFESSOR (PEB II), do Quadro de Pessoal de



Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, ficando revogada a Portaria 052/2021 de 08 de Fevereiro de 2021, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de 17 de Fevereiro de 2021.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

.

Município de Monte Castelo (SC), 17 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 074/2021 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder a Servidora ANDREZA DA SILVEIRA, investida no Cargo de OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS "B", do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 20/02/2020 a 19/02/2021, sendo que 10 (dez) dias serão transformados em Abono Pecuniário e o gozo dos 20 (vinte), 15 (quinze) dias serão descontados das férias coletivas conforme Decreto nº 2.487 de 08 de Dezembro de 2020 e os 05 dias remanescentes, ocorrerão conforme acordo com a administração.

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados a referida servidora juntamente com sua remuneração no mês de Fevereiro de 2021.

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 17 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 075/2021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021**

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR A PEDIDO, a Servidora DHIEINIFFER FERNANDA DE BARROS, investida no Cargo de PROFESSOR (PEB II), do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, ficando revogada a Portaria 052/2021 de 08 de Fevereiro de 2021, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de 19 de Fevereiro de 2021.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

.

Município de Monte Castelo (SC), 19 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 076/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Municipal Nº 1.929/2009 de 16 de Fevereiro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, VERA LÚCIA SMENCOVSKI, para exercer o cargo de DIRETORA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, criado pela Lei Municipal Complementar Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, com



remuneração correspondente ao Nível de Referência Salarial "CC-03", constante do Anexo VIII, Sub-Anexo A, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando a mesma lotada na Secretaria de Saúde, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 22 de Fevereiro de 2021.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 22 de Fevereiro de 2021

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 077/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA E AFASTAMENTO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES E DÁ PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS SOUZA Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 63º Caput e Inciso II, 64, Inciso III e 65 da Lei Municipal Nº 2.588/2020 de 19 de Junho de 2020 e considerando ainda o Requerimento formulado e protocolado pela Conselheira Tutelar interessada,

RESOLVE:

Art.1º. Fica concedido a Conselheira Tutelar AMANDA SMENTICOVSKI PIMENTEL RANINI, Licença e Afastamento do cargo e das suas funções e atribuições, pelo prazo de 6(seis) meses, sem remuneração, com efeito retroativo a contar da data de 11 de Fevereiro de 2021.

Art.2º. Fica a Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, autorizada a promover a convocação do respectivo suplente para substituir a Conselheira Tutelar Licenciada e Afastada, durante o prazo da licença e do afastamento concedido por esta portaria,

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 22 de Fevereiro de 2021

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito Municipal



# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 034/2021

Publicação Nº 2878317

DECRETO MUNICIPAL Nº 034, de 22 de fevereiro de 2021.

“CRIA A UNIDADE DISPENSADORA DE MEDICAMENTOS ANTIRRETROVIRAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO SARTOR GUOLLO, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Unidade Dispensadora de Medicamentos Antirretrovirais junto à Secretaria Municipal de Saúde de Morro da Fumaça, que funcionará anexo ao Serviço de Vigilância Epidemiológica do Município.

Art. 2º Será designado servidor devidamente habilitado, integrante do quadro de servidores deste Município, para ser o farmacêutico responsável pela unidade.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do Orçamento Geral da Secretaria Municipal de Saúde de Morro da Fumaça.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 22 de fevereiro de 2021.

EDUARDO SARTOR GUOLLO  
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO  
Secretário do Sistema Econômico

### EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 018/2021

Publicação Nº 2878801

MORRO DA FUMAÇA. EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 018/2021. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR. Data: 23/01/2021 às 08:30. VENCEDOR: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR FUMACENSE. R\$ 182.012,70 Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA Nº 01/2021 (COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO) - AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2020

Publicação Nº 2879559

ATA nº 01/2021

/ COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO \

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2020.

Às 17:00 horas, do dia 22 de fevereiro de 2021 (segunda-feira), reuniram-se no Município de Morro da Fumaça/SC, tendo como local a sede da Câmara Municipal de Vereadores, os integrantes responsáveis pela realização da audiência pública para avaliação das metas fiscais, referente ao 3º QUADRIMESTRE DE 2020, do Município de Morro da Fumaça. Inicialmente, registra-se, para todos os fins legalísticos, que a Municipalidade Fumacense atendeu, tempestiva e prontamente, à convocação atinente, contida no teor do Ofício Pres. nº 023/2021 e seu respectivo edital, inclusive, com a presença do representante da Municipalidade: Renato Cechinel (Analista de Controle Interno e membro integrante do Órgão Central do Sistema de Controle Interno), e o Secretário Municipal do Sistema Econômico: Roberto José Sávio Caetano. Adiante, dando início aos trabalhos, o referido servidor, representando, neste ato, a Municipalidade, fez uma explanação pontuando os resultados a serem apreciados. Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentou, por meio de documentos hábeis, o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais, referente ao 3º QUADRIMESTRE de 2020, o que fora devidamente demonstrado, em Audiência Pública, realizada nesta Câmara Municipal de Vereadores, e perante esta Comissão, em cumprimento ao estabelecido no § 4º, do art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que: “o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre”. Os números são originários dos relatórios bimestrais, circunstanciado pelo Órgão de Controle Interno, e, para melhores esclarecimentos, os resultados foram apresentados com detalhamento das informações, acompanhados dos principais aspectos que condicionaram seu desempenho. O Orçamento da Prefeitura Municipal para o



Exercício de 2020 estima a Receita em R\$ 72.792.396,24 (setenta e dois milhões, setecentos e noventa e dois mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte e quatro centavos), representados da seguinte forma: I – Orçamento Fiscal: R\$ 58.853.800,00 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e cinqüenta e três mil e oitocentos reais); II – Orçamento da Seguridade Social: R\$ 13.938.596,24 (treze milhões, novecentos e trinta e oito mil, quinhentos e noventa e seis reais, vinte e quatro centavos). Ao final do mês de dezembro de 2020, compreendendo o 3º Quadrimestre, conforme relatório apresentado, contendo os valores respectivos em questão, o Município de Morro da Fumaça apresentou, em relação ao RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: Total da Receita Arrecadada com Impostos: R\$ 38.592.867,96 (trinta e oito milhões, quinhentos e noventa e dois mil, oitocentos e sessenta e sete Reais e noventa e seis centavos). Receita Corrente Líquida (referente últimos 12 meses): R\$ 68.551.731,43 (sessenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e um Reais e quarenta e três centavos); Receita Corrente Líquida Ajustada: R\$ 68.550.556,79 (sessenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta e seis Reais e setenta e nove centavos); o confronto entre a receita arrecadada e a despesa liquidada resultou no Superávit, de execução orçamentária, na ordem de R\$ 11.174.025,76 (onze milhões, cento e setenta e quatro mil, vinte e cinco Reais e setenta e seis centavos); o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada resultou no Superávit, de execução orçamentária, na ordem de R\$ 7.796.830,96 (sete milhões, setecentos e noventa e seis mil, oitocentos e trinta Reais e noventa e seis centavos). Adiante, conforme relatório apresentado, tratou-se acerca dos limites mínimos, para aplicação de recursos na área da EDUCAÇÃO. De acordo com o demonstrado, evidenciamos que, até o 3º Quadrimestre de 2020, o Município, pela despesa liquidada, aplicou o montante de R\$ 12.630.125,80 (doze milhões, seiscentos e trinta mil, cento e vinte e cinco Reais e oitenta centavos), notadamente em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, que corresponde à 32,73% (trinta e dois vírgula setenta e três por cento) da receita proveniente de impostos, na forma da legislação pertinente em vigor. O valor excedente à 25% (vinte e cinco por cento) foi na ordem de R\$ 2.981.908,81 (dois milhões, novecentos e oitenta e um mil, novecentos e oito Reais e oitenta e um centavo), correspondente à 7,73% (sete vírgula setenta e três por cento). Verifica-se, desta feita, que o Município está CUMPRINDO com o previsto no artigo 212, da Constituição Federal. O percentual mínimo de aplicação em ações e serviços públicos de SAÚDE, previsto para o Exercício financeiro de 2020, é de 15% (quinze por cento) das receitas com impostos, incluindo as transferências, na forma da legislação pertinente em vigor. O montante aplicado, verificado na despesa liquidada, notadamente no 3º Quadrimestre de 2020, foi na ordem de R\$ 7.434.651,81 (sete milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e um Reais e oitenta e um centavos), correspondendo a um percentual de 19,26% (dezenove vírgula vinte e seis por cento). O valor aplicado acima do 15% (quinze por cento) retro mencionado, no período em apreço, foi na ordem de R\$ 1.645.721,62 (um milhão, seiscentos e quarenta e cinco mil, setecentos e vinte e um Reais e sessenta e dois centavos), correspondente à 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento). Verifica-se, desta feita, que o Município está CUMPRINDO com o previsto no artigo 77, III e § 4º, da Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, da Constituição Federal. DOS GASTOS COM O FUNDEB: Foi verificada a transferência, originada do referido fundo, no 3º Quadrimestre de 2020, cifrada em R\$ 12.987.502,19 (doze milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e dois Reais e dezenove centavos), tendo como despesa liquidada, o montante de R\$ 12.611.163,24 (doze milhões, seiscentos e onze mil, cento e sessenta e três Reais e vinte e quatro centavos) no aludido período, correspondente à 97,78% (noventa e sete vírgula setenta e oito por cento), tendo como valor aplicado acima do limite mínimo legal, a monta de R\$ 4.872.778,10 (quatro milhões, oitocentos e setenta e dois mil, setecentos e setenta e oito Reais e dez centavos). Deste modo, verifica-se que o Município está CUMPRINDO atinentes aos ditames legais referente ao FUNDEB, especialmente referente à observância dos dispositivos constantes no art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, da Constituição Federal, consoante art. 22, da Lei Federal nº 11.494/2007. O demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, apurado no período em apreço, atingiu o montante de R\$ 32.829.428,14 (trinta e dois milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e vinte e oito Reais e quatorze centavos), correspondente ao percentual de 48,10% (quarenta e oito vírgula dez por cento) da receita corrente líquida (ajustada) atinente ao período em curso, que foi na ordem de R\$ 68.250.556,79 (sessenta e oito milhões, duzentos e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta e seis Reais e setenta e nove centavos), sendo apurado o valor de R\$ 4.025.872,53 (quatro milhões, vinte e cinco mil, oitocentos e setenta e dois Reais e cinquenta e três centavos) abaixo do limite legal, correspondente à 5,9% (cinco vírgula nove por cento) no período atinente, CUMPRINDO, desta feita, a norma contida no artigo 20, III, "b", da Lei Complementar nº. 101/2000 (LRF). Outrossim, registra-se que o Poder Executivo 'NÃO ULTRAPASSOU O LIMITE DE ALERTA', que estabelece, como parâmetro, o limite máximo de 48,6% (quarenta e oito vírgula seis por cento) da receita corrente líquida com gastos de pessoal, conforme art. 59, § 1º, II, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). A escrituração contábil apresenta-se estruturada, convenientemente de conformidade com as boas técnicas aplicáveis à espécie; os registros contábeis foram escriturados de forma individualizada e diária, por meio de processamento eletrônico de dados; os lançamentos contábeis foram realizados através do método das partidas dobradas, segundo o que estabelece a Lei Federal nº. 4.320/1964, especificadamente, em seu art. 86; não foram detectadas omissões de registros de contas e/ou valores; não existem contas apresentando saldo impróprio; os balancetes, balanços e prestações de contas, relativos à Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, do Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça, do Fundo Municipal de Assistência Social de Morro da Fumaça, do Fundo Municipal da Infância e Adolescente de Morro da Fumaça, da Fundação de Meio Ambiente, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Morro da Fumaça (SAMAE) e do Fundo Municipal de Esporte de Morro da Fumaça, são elaborados com regularidade, dentro dos prazos estabelecidos, na forma da lei; através da análise dos dados apresentados, é possível concluir que, o Município de Morro da Fumaça/SC, CUMPRIU para com os limites estabelecidos pela legislação vigente, mormente em relação aos itens apreciados nesta audiência pública. Ultimadamente, superada a fase elucidativa, os demonstrativos das metas fiscais foram entregues - individualmente, a cada membro desta Comissão Permanente -, em forma documental, sendo que, ninguém mais querendo se manifestar, e nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente audiência pública, da qual lavrou-se a presente ATA, que, lida e achada conforme, vai assinada, por todos os participantes. Membros da Comissão de Finanças e Orçamento:

Presidente - Simoni Cechinel de Almeida Brina:

Vice-Presidente - Ricardo Pacagnan da Rocha:

Relator - Robson Francisconi:

Representante do Poder Executivo:

Renato Cechinel - Analista de Controle Interno e integrante do Órgão Central do Sistema de Controle Interno

Roberto José Sávio Caetano - Secretário Municipal do Sistema Econômico

Dando tudo por Justo e Perfeito,



Fui presente: Rangel de Rochi  
Responsável pelo Controle Interno do Poder Legislativo

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2021**

Publicação Nº 2879558

**EMENTA:**

"DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DO VETO APOSTO, PELO PREFEITO MUNICIPAL, AO INTEIRO TEOR DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PL Nº 06/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador LUCIANO FORMENTIN PEREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 22, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 31, inciso XVI, do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica MANTIDO o VETO aposto, pelo Prefeito Municipal, ao inteiro teor do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PL nº 06/2020, que: "Altera e Acrescenta Dispositivos na Lei Complementar nº 022/2014, que Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal do Município de Morro da Fumaça, e dá outras providências", noticiado a este Parlamento Fumacense, através da MENSAGEM nº 0361/2020, consoante parecer técnico, exarado pela Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação, na forma dos artigos 64 e 75, ambos do Regimento Interno.

Art. 2º - A Secretaria desta Casa de Leis promoverá - a tempo oportuno e modo atinente - à cientificação do Prefeito Municipal, notificando-lhe, oficialmente, acerca do resultado atinente à apreciação do veto em apreço.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência: Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 23 de fevereiro de 2021.

LUCIANO FORMENTIN PEREIRA SIMONI CECHINEL DE ALMEIDA BRINA  
Presidente Vice-Presidente

ROBSON FRANCISCONI RICARDO GUEDIN  
1º Secretário 2º Secretário

Registrado e publicado, nesta Secretaria, aos vinte e três dias, do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e um.

RANGEL DE ROCHI  
Agente Administrativo

**PARECER CONCLUSIVO, EXARADO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, REFERENTE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS REF. AO 3º QUADRIMESTRE DE 2020**

Publicação Nº 2879560

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

PARECER CONCLUSIVO ATINENTE À AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ART. 9º, § 4º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2020.

A Comissão de Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, consoante com o que dispõe o art. 59, da Lei de Responsabilidade Fiscal e, considerando que:

- I – O Poder Executivo de Morro da Fumaça atendeu, tempestiva e prontamente, à convocação da Câmara Municipal, a fim de promover o efetivo cumprimento do art. 9º, § 4º, da LRF;
- II – A Audiência Pública foi realizada na data de 22 de fevereiro de 2021, com início às 17:00 horas, de acordo com as regras internas estabelecidas por esta Casa Legislativa;
- III – Além da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, o Poder Executivo apresentou, ainda, outros demonstrativos contábeis/orçamentários/financeiros, voltados à transparência da Gestão Pública:

Isto exposto: EMITE PARECER APROVANDO E CONSIDERANDO ATENDIDAS AS EXIGÊNCIAS DO ART. 9º, § 4º, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2020, DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 2021.

Membros da Comissão de Finanças e Orçamento:

SIMONI CECHINEL DE ALMEIDA BRINA RICARDO PACAGNAN DA ROCHA  
Presidente Vice-Presidente

ROBSON FRANCISCONI  
Relator



# Morro Grande

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 22/2021

Publicação Nº 2877978

DECRETO Nº 22/2021

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLELIO DANIEL OLIVO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 9º, Inciso III da Lei Municipal nº 988/2020 de 22 de outubro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º As dotações orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor total de R\$ 576.904,21 (quinhentos e setenta e seis mil e novecentos e quatro reais e vinte e um centavos) com as seguintes classificações:

26.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

26.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

2.007 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

3.3.90.00.00.00.00.00.0031 (154) – Aplicações Diretas ..... R\$ 26.760,85

4.4.90.00.00.00.00.00.0031 (165) – Aplicações Diretas ..... R\$ 26.760,84

3.3.90.00.00.00.00.00.0033 (155) – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.462,14

3.3.90.00.00.00.00.00.0035 (162) – Aplicações Diretas ..... R\$ 11.402,00

2.008 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB.

3.1.90.00.00.00.00.00.0030 (161) – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.176,33

2.010 – MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL.

3.3.90.00.00.00.00.00.0032 (150) – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.716,01

30.00 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

30.02 – DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

1.006 – MANUT. E OBRAS DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA.

4.4.90.00.00.00.00.00.0093 (163) – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.571,75

2.018 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

3.3.90.00.00.00.00.00.0034 (149) – Aplicações Diretas ..... R\$ 6.932,50

2.021 – MANUTENÇÃO DE ÁREA URBANA.

3.3.90.00.00.00.00.00.0039 (153) – Aplicações Diretas ..... R\$ 22.586,56

2.023 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.

3.3.90.00.00.00.00.00.0029 (147) – Aplicações Diretas ..... R\$ 60.876,40

3.3.90.00.00.00.00.00.00712 (151) – Aplicações Diretas ..... R\$ 24.031,24

3.3.90.00.00.00.00.00.00711 (152) – Aplicações Diretas ..... R\$ 16.161,41

3.3.90.00.00.00.00.00.00172 (160) – Aplicações Diretas ..... R\$ 18.781,76

32.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

32.02 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

2.016 – MANUTENÇÃO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.

3.3.90.00.00.00.00.00.0044 (158) – Aplicações Diretas ..... R\$ 31.525,32

3.3.90.00.00.00.00.00.0038 (159) – Aplicações Diretas ..... R\$ 69.975,55

2.050 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (148) – Aplicações Diretas ..... R\$ 110.752,67

4.4.90.00.00.00.00.00.0091 (156) – Aplicações Diretas ..... R\$ 31.024,86

3.3.90.00.00.00.00.00.0064 (164) – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.134,00

2.059 – MANUTENÇÃO BLOCO GESTÃO PROGR. BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO.

3.3.90.00.00.00.00.00.0037 (157) – Aplicações Diretas ..... R\$ 27.186,78

3300 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

3301 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

2.049 – MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

3.3.90.00.00.00.00.00.0029 (146) – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.085,14







exercício anterior, verificado na fonte de recurso abaixo especificado.

**FONTE FINANCIADORA:**

Superávit Financeiro.

**CÓDIGO DO RECURSO:**

042 - Convênios com o Estado - Superavit Financeiro ..... R\$ 179.687,50

**TOTAL** .....R\$ 179.687,50

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 01 de fevereiro de 2021.

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 24/2021**

Publicação Nº 2879688

**DECRETO Nº 24/2021**

TRATA DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLELIO DANIEL OLIVO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 994 de 23 de fevereiro de 2021.

**DECRETA:**

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), com a seguinte classificação:

24.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

24.02 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

2.025 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

4.4.90.00.00.00.00.00.0020 – Aplicações Diretas ..... R\$ 235.000,00

**TOTAL** ..... R\$ 235.000,00

Art. 2º O recurso para atender a suplementação no artigo anterior será proveniente da anulação total das dotações orçamentárias descrita a seguir:

30.00 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO

30.02 – DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO

1.006 – MANUTENÇÃO E OBRAS DE INFRAESTRUTURA RODOVIARIA

4.4.90.00.00.00.00.00.0020 (104) – Aplicações Diretas .....R\$ 50.000,00

2.018 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRAS E URBANISMO

4.4.90.00.00.00.00.00.0020 (112) – Aplicações Diretas .....R\$ 50.000,00

2.021 – MANUTENÇÃO DA AREA URBANA

4.4.90.00.00.00.00.00.0020 (100) – Aplicações Diretas .....R\$ 135.000,00

**TOTAL** .....R\$ 235.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 24 de fevereiro de 2021.

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal



**LEI MUNICIPAL Nº 992/2021**

Publicação Nº 2877980

LEI N. 992/2021

Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber em doação do Estado de Santa Catarina, bem imóvel que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação um imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina, com área de 10.080,50 m² (dez mil e oitenta metros e cinquenta decímetros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o n. 550 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Meleiro.

§1º. O Estado de Santa Catarina está devidamente autorizado a realizar a doação, em conformidade com a Lei Estadual n. 18.035/2020.

§2º. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 2º. Conforme estabelece a Lei Estadual n. 18.035/2020, a doação tem por finalidade o atendimento à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino de jovens e adultos da rede municipal de ensino, sendo com encargos, devendo o Município cumprir com as seguintes obrigações, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade da doação ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data de publicação desta Lei; ou

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 3º. Caberá a Secretaria Municipal de Educação cumprir com a finalidade e encargos da doação.

Art. 4º. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 26.01.12.122.0002.2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (40).

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 23 de fevereiro de 2021.

CLÉLIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL Nº 993/2021**

Publicação Nº 2877981

LEI Nº 993/2021

Concede reposição salarial ao funcionalismo público municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica concedido a título de reposição salarial 4,52 % (quatro virgula cinquenta e dois cento) a incidir sobre os valores dos vencimentos de todos os servidores públicos municipais.

Parágrafo único – A reposição de que trata o “caput” deste artigo também se aplica aos Secretários Municipais, Cargos em Comissão, Vereadores, Prefeito e Vice Prefeito.

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Morro Grande/SC, 23 de fevereiro de 2021.

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL Nº 994/2021**

Publicação Nº 2877983

LEI Nº 994/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REMANEJAR RECURSO ORÇAMENTÁRIO POR MEIO DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE.

Clélio Daniel Olivo, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte:



Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Morro Grande no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), com a seguinte classificação:

24.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

24.02 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

2.025 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

4.4.90.00.00.00.00.00.0020 – Aplicações Diretas ..... R\$ 235.000,00

TOTAL ..... R\$ 235.000,00

Art. 2º- Os recursos para a suplementação de que trata o Artigo 1º da presente Lei, correrá por conta da anulação total das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

30.00 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO

30.02 –DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO

1.006 – MANUTENÇÃO E OBRAS DE INFRAESTRUTURA RODOVIARIA

4.4.90.00.00.00.00.00.0200– Aplicações Diretas .....R\$ 50.000,00

2.018 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRAS E URBANISMO

4.4.90.00.00.00.00.00.0200 – Aplicações Diretas .....R\$ 50.000,00

2.021 – MANUTENÇÃO DA AREA URBANA

4.4.90.00.00.00.00.00.0200 – Aplicações Diretas .....R\$ 135.000,00

TOTAL .....R\$ 235.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 23 de fevereiro de 2021.

CLELIO DANIEL OLVIO

Prefeito Municipal



# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO 151/2020 PMN

Publicação Nº 2878567

Ata 151/2020 PMN - HABILITAÇÃO E PROPOSTA.

Aberto o certame as quatorze horas do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e um, no auditório do Paço Municipal, com a presença da Comissão Permanente nomeada pela Portaria nº 739 de doze de fevereiro de dois mil e vinte um para abertura dos envelopes da Tomada de Preço 151/2020 PMN cujo objeto é tomada de preço tomada de preço visando a contratação de empresa especializada em serviços para adequação da carreira municipal (com fornecimento de materiais equipamentos e mão de obra) conforme projetos e documentos técnicos anexos, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca. Participam do certame as empresas Autentika Engenharia e Construtora Ltda representada por Jackson Almeida dos Santos, CR Artefatos de Cimento sem representante presente e Efetiva Construções Eireli representada por Álvaro Capela Coelho Merini. Após o credenciamento, foram disponibilizados para os presentes vistarem os mesmos. Dando prosseguimento foram abertos os envelopes de habilitação e verificou que as empresas Efetiva e Autentika se enquadram com ME/EPP, apenas a empresa CR Artefatos não se enquadram com ME. Foram disponibilizados para os presentes vistarem os documentos de habilitação. A empresa Efetiva apontou sobre o grau de endividamento apresentado pela empresa Autentika, a comissão solicitou a orientação ao Departamento Contábil, que informou que os valores apresentados não condizem com a formula, porém em análise foi constatado que o grau de endividamento é menor que um, cumprindo assim com o edital. Portanto estão habilitadas todas as empresas. A empresa CR Artefatos de Cimento, por não estar presente seu representante, foi contatada via telefone para perguntar se abre mão do recurso nesta etapa, assim como foi questionada as duas empresas presentes. As empresas presentes abriram não do recurso nesta etapa e a CR encaminhou sua carta de renúncia ao recurso por e-mail. Dando prosseguimento foram abertos os envelopes das propostas onde a empresa Autentika apresentou proposta no valor de R\$ 257.522,38 (duzentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos), Efetiva apresentou proposta no valor de R\$ 279.998,40 (duzentos e setenta e nove mil novecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) e CR Artefatos apresentou proposta no valor de R\$ 275.542,50 (duzentos e setenta e cinco mil quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos). Sagrou - se vencedora a empresa Autentika. Momento em que encerra a sessão.

### CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL PARA FINS DE APOSENTADORIA

Publicação Nº 2878701

#### CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva ANA CLAUDIA DE SOUZA, inscrita no C.P.F n.º 028.237.079-05, adquiriu direito à incorporação do adicional de Regência de Classe na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2021.04.08670P, que demonstra contribuições nos anos 2016 (11 meses), 2017 (12 meses), 2018 (12 meses), 2019 (12 meses), 2020 (11 meses) e 2021 (2 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação.

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 22 de fevereiro de 2021

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
Prefeito Municipal

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES  
Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social  
do Município de Navegantes

### PORTARIA 001-GESTOR DE PARCERIA FUNDAÇÃO CULTURA DE NAVEGANTES

Publicação Nº 2878068

Portaria 001/2021

Designa o gestor de parceria dos projetos aprovados nas seleções 2020 e 2021 do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura.

A Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 35 da Lei nº 13.019/2014 e Instrução Normativa SGC nº 001/2017 de Controle Interno,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar membro para a função de gestor de parceria dos projetos financiados com recursos do Fundo Municipal de Cultura por meio dos Editais Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2020 e 2021.





Art. 2º - Fica designado o servidor Rodrigo Carvalho de Miranda para exercer a função de gestor de parceria de todos os projetos aprovados por meio do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura - 2021.

Art. 3º - Fica designado o servidor Rodrigo Carvalho de Miranda para substituir a servidora Carmen Dea Gaya na função de gestor de parceria dos projetos aprovados por meio do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura - 2020 que ainda não tiveram suas prestações de contas analisadas pela Comissão Navegantina de Acompanhamento de Projetos Culturais - CONAC.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2021.

MARCOS VENÍCIO MONTAGNA

Superintendente da Fundação Cultural De Navegantes

## **PORTARIA 834-VIGILÂNCIA EM SAÚDE-DIRIGIR**

Publicação Nº 2878063

PORTARIA Nº 834/2021

DESIGNA SERVIDORES AUTORIZADOS A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, por este ato, a dirigir os veículos FIAT uno Atractive 1.0 – Placa QHS 6917 e RENAULT KWID ZEN 10 MT – Placa QTL6B93, que pertencem à Diretoria de Vigilância em Saúde, os servidores:

I - ANITA MAURICIO CAMILLO DUARTE, matrícula nº 63374801;

II – ELLEHN CASSIA LECZKO, matrícula 63312401;

III – LUIZ ANTONIO PATINO, matrícula 63304903;

IV – CIDIUNEI JOÃO DA SILVA, matrícula 75401.

Art. 2º. O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais, não poderá:

a) Ceder à direção do veículo a terceiros;

b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;

c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais deverá cumprir as determinações expressas na Instrução Normativa SGC Nº 03/2020.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NAVEGANTES/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIA 849-DESIGNA SERVIDORES A DIRIGIR PLANEJAMENTO URBANO**

Publicação Nº 2878856

PORTARIA Nº 849/2021

DESIGNA SERVIDORES AUTORIZADOS A DIRIGIR O VEÍCULO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, por este ato, a dirigir os veículos GOL 1.0/VW – Placa MEP 3449, a ser utilizado para a realização dos trabalhos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, os seguintes servidores:

I – GUILHERME MATEUS HINNIG, matrícula nº 63273901;

II – CÉLIO DE OLIVEIRA, matrícula 197502;

III – PAULO RODRIGO BEIERSDORF SILVA, matrícula 63539201;

IV – DENER ANTONIO SILVA, matrícula 63534701;

V- HELOÍSA CRISTINA FLORES, matrícula 63466402.

Art. 2º. O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais, não poderá:

a) Ceder à direção do veículo a terceiros;

b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;

c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais deverá cumprir as determinações expressas na Instrução Normativa SGC Nº 03/2020.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NAVEGANTES/SC, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**PORTARIA 859-ALTERA A PORTARIA Nº1835 DE 13 DE ABRIL DE 2020**

Publicação Nº 2879179

PORTARIA Nº 859/2021

ALTERA A PORTARIA Nº 1835, DE 13 DE ABRIL DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

Art. 1º A Portaria nº 1835, de 13 de abril de 2020 passa a constar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam nomeados os Conselheiros e Suplentes abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Saúde do Município de Navegantes, para o biênio 2020-2022, com início do mandato em março de 2020 e término em março de 2022, com a seguinte composição:

I – Representantes do Governo Municipal:

Titular: Thais Jéssica Sarmiento Bomfim Ramos

Suplente: Camila Porfírio Porto Cabral

Secretária Executiva: Carolayne Edna dos Santos

II – Representantes dos Profissionais de Saúde

Titulares: Morgana Pereira

Eli Ana da Silva

Salette Albino

Suplentes: Lucilene Leal da Silva

Maria Raquel da Silva

Edilene Siqueira da Silva

III – Representantes não Governamentais:

a) IVES – Instituto de Valorização a Vida e Estudos Socioeconômicos

Titular: Samael Souza Conceição

Suplente: Sidney José Rodrigues de Souza

b) Observatório Social

Titular: Marcelo José dos Santos

Suplente: Magrit Decker

c) AVSHN – Associação do Voluntariado de Saúde do Hospital de Navegantes

Titular: Rosângela Schneider Ristow

Suplente: Priscila Helena Sacavem

d) SINDIFOZ – Sindicato dos Servidores Municipais da Região da Foz do Rio Itajaí

Titular: Carla da Silva de Carvalho

Suplente: Francisco Eduardo Johannsen

e) APAE – Associação de pais e amigos dos excepcionais de Navegantes

Titular: Ana Paula de Col Boldori

Suplente: Simone da Silva

f) OJINJÉ – Associação de Cultura e Tradições de Matriz Africana

Titular: Isabel Cristina Ribeiro Rosa

Suplente: Luiz Marcelo Tião

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NAVEGANTES/SC, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**CÂMARA MUNICIPAL****ATA DA SESSÃO - PREGÃO PRESENCIAL 0001/2021 CVN**

Publicação Nº 2878098

## ATA 01/2021 CVN

ABERTO O CERTAME AS NOVE HORAS DO DIA VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE UM, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA SHEILA MAGALI MOSER ISENSEE E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 02/2021, DE 05 DE JANEIRO DE 2021, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO PRESENCIAL Nº: 01/2021 CVN. CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA FORNECIMENTO E ENTREGA AO LONGO DE 12 (DOZE) MESES, SEGUNDO AS CONVENIÊNCIAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES. COM A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI E PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI E TODAS SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ABERTO O ENVELOPE RELATIVO ÀS PROPOSTAS ONDE VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA CREDENCIADA CUMPRIU COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. SENDO DISPONIBILIZADO OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES; NO ITEM 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 15,60. NO ITEM 02 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI COM O VALOR DE R\$ 8,60. NO ITEM 03 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI COM O VALOR DE R\$ 12,00. NO ITEM 04 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 0,89. NO ITEM 05 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 3,60. NO ITEM 06 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 3,00. NO ITEM 07 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI COM O VALOR DE R\$ 2,49. NO ITEM 08 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 3,90. NO ITEM 09 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI COM O VALOR DE R\$ 5,00. NO ITEM 10 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI COM O VALOR DE R\$ 4,00. NO ITEM 11 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI COM O VALOR DE R\$ 4,20. NO ITEM 12 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI COM O VALOR DE R\$ 8,50. NO ITEM 13 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI COM O VALOR DE R\$ 5,00. NO ITEM 14 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI COM O VALOR DE R\$ 6,55. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS CUMPRIRAM COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE [WWW.CVNAVEGANTES.SC.GOV.BR](http://WWW.CVNAVEGANTES.SC.GOV.BR), HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO ATRAVÉS DA EMPRESA MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, NO ITEM "2", RELATANDO QUE O CAFÉ DA EMPRESA VENCEDORA NÃO ATENDE AO DESCRITIVO, CONFORME O EDITAL. ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, MAURÍCIO ANDRÉ DALEFFE LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

**ATA DE DELIBERAÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 02-2021**

Publicação Nº 2879638

## ATA DE DELIBERAÇÃO DA MESA DIRETORA Nº. 02/2021

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às doze horas, reuniram-se os membros efetivos da mesa diretora da Câmara Municipal de Navegantes, juntamente com a vereadora 2ª secretária, na sala de reuniões "Valdir Guarezi", para atendimento de convocação verbal da Sra. Presidente da Câmara de Vereadores. Iniciando os trabalhos da reunião, a Sra. Presidente, vereadora Adriana Macarini, registrou que à mesa diretora cabe a gestão dos trabalhos administrativos e legislativos da Câmara Municipal, conforme dispõe o art. 31, do Regimento Interno, e, que, por esta razão, convocou a presente reunião, porque antes de mandar publicar no Diário Oficial dos Municípios a Resolução nº 003/2021, da Câmara de Vereadores, discutida e aprovada na sessão realizada no dia de ontem (18/02/2021) e que aprova a revisão geral anual dos servidores públicos da Câmara, a Sra. Presidente, revendo o vídeo da referida sessão, percebeu que houve uma inconsistência durante a leitura do projeto da Resolução nº 003/2021, pelo vereador Secretário, Gabriel dos Anjos, em relação à versão do projeto da Resolução nº 003/2021 que estava publicada na pauta dos trabalhos legislativos. Diante desse fato, a Sra. Presidente manifestou aos demais membros da mesa e à vereadora 2ª Secretária, que a inconsistência entre a versão do projeto da Resolução nº 003/2021 constante da pauta dos trabalhos legislativos e, a versão lida pelo vereador secretário durante a 5ª sessão legislativa ordinária, mesmo que fosse uma das versões de projeto cogitadas inicialmente pela mesa diretora, causou um vício no processo legislativo que deve ser corrigido antes da publicação da Resolução nº 003/2021 no Diário Oficial, para, então, iniciar sua vigência. A Sra. Presidente lembrou aos presentes, que durante as tratativas para formulação do projeto da Resolução nº 003/2021, realmente houveram várias versões para o mesmo projeto de Resolução, o que pode ter causado a inconsistência entre o documento impresso apresentado para o vereador secretário fazer a leitura durante a sessão legislativa e o documento eletrônico constante da pauta publicada no sítio eletrônico da Câmara municipal. Assim, analisando o objeto da reunião convocada pela Sra. Presidente, ou seja, a inconsistência entre a versão do projeto da Resolução nº 003/2021 lida pelo vereador secretário durante a sessão plenária realizada no dia dezoito do corrente mês e a redação do projeto da Resolução nº 003/2021 constante da pauta da 5ª sessão ordinária do mês de fevereiro do ano de 2021, os membros efetivos da mesa diretora e a vereadora 2ª secretária deliberaram o seguinte: formular e apresentar ao plenário, na próxima sessão ordinária, um projeto de Decreto Legislativo em que conste, na sua parte expositiva, as considerações sobre o caso e, na parte dispositiva, a ordem de anulação da votação do projeto da Resolução nº 003/2021 e a ordem de seu retorno ao plenário, em outra sessão, após a publicação do Decreto Legislativo no Diário Oficial dos Municípios, para nova leitura, apresentação e discussão do projeto da Resolução nº 003/2021. Após a deliberação acima e, não tendo outros assuntos a serem tratados, a Sra. Presidente deu por encerrada a presente reunião da mesa diretora, da qual, eu, vereador Gabriel dos Anjos, secretário, lavrei a presente ata, que lida e aprovada pelos membros é assinada por mim e pelos presentes.



Presidente Adriana Rodrigues Luz Macarini	Vice-Presidente Lorival Kempner
1º Secretário Gabriel dos Anjos	2ª Secretária Luciane Chagas Bittencourt Pereira

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 04-2021 ANULA A VOTAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 003-2021 REALIZADA NA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DO DIA DEZOITO DE FEVEREIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2879643

DECRETO LEGISLATIVO Nº 0004/2021

ANULA A VOTAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 003/2021 REALIZADA NA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DO DIA DEZOITO DE FEVEREIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NAVEGANTES, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do artigo 38 do Regimento Interno, faz saber a todos que fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo 37 do Regimento Interno, faz saber a todos que após lido e aprovado pelo Plenário, fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

CONSIDERANDO que ocorreu uma inconsistência entre a versão do projeto da Resolução nº 003/2021 impresso e lido pelo vereador secretário durante a sessão legislativa realizada no dia dezoito de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um e, a versão do projeto da Resolução nº 003/2021 publicado, através de documento eletrônico, na pauta da 5ª sessão legislativa ordinária do mês de fevereiro, disponível no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Navegantes;

CONSIDERANDO que a inconsistência entre o documento físico que foi lido, discutido e aprovado durante a 5ª sessão legislativa ordinária e o documento eletrônico publicado na pauta da mesma sessão legislativa, no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Navegantes, resulta em vício no processo legislativo passível de anulação por controle externo; e,

CONSIDERANDO que a Resolução nº 003/2021 ainda não foi publicada no Diário Oficial do Município, não iniciando, assim, a sua vigência e não perfectibilizando a sua eficácia jurídica;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica anulada a votação do projeto da Resolução nº 003/2021 realizada durante a sessão legislativa ordinária do dia dezoito de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

Art. 2º Fica determinada a reapresentação do projeto da Resolução nº 003/2021 na próxima sessão legislativa, para nova discussão e votação pelo plenário da Câmara Municipal de Navegantes.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Navegantes - SC, 22 de fevereiro de 2021.

Adriana Rodrigues Luz Macarini (PL) Lorival Kempner (PP)  
Presidente Vice-Presidente

Gabriel dos Anjos (PSC) Luciane Chagas Bittencourt Pereira (PL)  
1º Secretário 2ª Secretária

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV****PORTARIA Nº 15 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878779

PORTARIA Nº 15 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

PROJETO PAPEL ZERO

A DIRETORA-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011, CONSIDERANDO a necessidade permanente de aprimoramento e eficiência do serviço público, bem como as facilidades apresentadas pela tecnologia e aperfeiçoamento digital, CONSIDERANDO a desnecessidade do uso demasiado de papel, visando assim contribuir para a sustentabilidade e diminuição do uso de recursos,  
**RESOLVE:**



Art. 1º – Instituir o “PROJETO PAPEL ZERO”, visando a tramitação dos processos administrativos de benefício previdenciário em formato totalmente digital.

Art. 2º - A partir da publicação desta portaria, todo benefício previdenciário de competência dessa Autarquia tramitará, exclusivamente, por meio digital.

§ 1º - O acervo já digitalizado será integralizado no sistema previdenciário.

§ 2º - O acervo não digitalizado será, paulatinamente, digitalizado e integralizado no sistema previdenciário.

Art. 3º - O requerimento de benefício previdenciário deverá, obrigatoriamente, ser apresentado de forma presencial, para instrução de documentação a ser apresentada posteriormente.

Art. 4º - Após o requerimento, o segurado poderá acompanhar o andamento do seu processo pelo aplicativo MEU RPPS, disponível para Android e IOS nas plataformas Play Store ou App Store.

Art. 5º - Excepcionalmente a autarquia arquivará documento físico indispensável ao processo, após a sua digitalização e inclusão no sistema previdenciário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

Diretora Presidente do NAVEGANTESPREV

Esta portaria foi registrada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2021.



# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 080/2021 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2879634

DECRETO Nº 080/2021 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE CONTINGENCIAMENTO E GESTÃO DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANIR JOSÉ POSSEBON, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Santa Catarina, usando de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO: que o Estado de Santa Catarina, por ato de seu Governador, através do Decreto nº 515/2020, Decretou Situação de Emergência em todo o território catarinense, com objetivo de enfrentamento e prevenção do COVID-19, epidemia mundial de doença contagiosa, visando a proteção da população do Município, bem como salvaguardar a saúde dos munícipes aliada a outras medidas preventivas já adotadas no Município;

CONSIDERANDO: a necessidade de manter atualizado o Comitê municipal de contingenciamento e gestão do COVID-19;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criado no Município de Nova Itaberaba, SC, o Comitê de Contingenciamento e Gestão do COVID-19, que contará com as seguintes pessoas integrantes:

- IVANIR JOSE POSSEBON
- JAIMIR ANTONIO LUPATINI
- CRISCIELI BIANCHI
- FERNANDA FIOREZE
- AMANDA MESQUITA PEDRA HUME
- MARINES ZAMBONI
- ILANE ANA CITADELLA
- MARCIO ROSSONI
- ODINARA PIAIA BIANCHETTO
- MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
- MELANIA MARIA GAMBETTA MUSA

Art. 2º - O desempenho das funções junto ao Comitê será exercido concomitantemente com os respectivos cargos de cada servidor, não sendo devida aos servidores nenhuma remuneração extra pela participação no Comitê.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

IVANIR JOSE POSSEBON  
Prefeito Municipal

MELANIA M. G. MUSA  
Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº. 081/2021 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2879639

DECRETO Nº. 081/2021 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANIR JOSE POSSEBON, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.294/2020, de 25 de novembro de 2020.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento no Fundo Municipal de Saúde de Nova Itaberaba, no exercício 2021 no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) no Projeto Atividade 2.029 Manutenção das Atividades de Vigilância em Saúde, na modalidade de aplicação 3.1.90 - Aplicação Direta –na fonte 01.38 – Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/União, criando o detalhamento 086 – Agente de Endemia, conforme programação a seguir.



Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10 Saúde  
Sub-Função: 305 Vigilância Epidemiológica  
Programa: 0013 MAIS SAÚDE  
Projeto/Atividade: 2.029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SAÚDE  
Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta  
Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saúde SUS/União  
Detalhamento: 0086 – Agente de Endemia R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) provenientes da anulação de dotação do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10 Saúde  
Sub-Função: 305 Vigilância Epidemiológica  
Programa: 0013 MAIS SAÚDE  
Projeto/Atividade: 2.029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SAÚDE  
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta  
Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saúde SUS/União  
Detalhamento: 0021 – Vigilância Epidemiológica R\$ 10.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

IVANIR JOSÉ POSSEBON  
Prefeito Municipal

MELANIA MARIA GAMBETTA MUSA  
Secretaria de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

## **EXTRATO DE DISPENSA POR LIMITE PROCESSO Nº: 31/2021**

Publicação Nº 2879647

EXTRATO DE DISPENSA POR LIMITE

PROCESSO Nº: 31/2021

OBJETO: Aquisição de Concentrador de O2

EXECUTOR: LIMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI ENDEREÇO: RUA ACHILES TOMAZELLI - CENTRO - CHAPECÓ/SC  
VALOR: 15.767,60

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 24 INCISO II DA LEI 8.666

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 7051



# Nova Trento

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 005/2021

Publicação Nº 2878057

#### CONTRATO Nº 005/2021

Origem: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA., pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Hipólito Boiteux, nº 15, Bairro Centro, cidade de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 75.812.115/0001-90. Objeto do Contrato: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de alimentos para rede municipal de ensino do município, para o ano letivo 2021, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I. O valor estimado será de R\$ 198.648,90 (cento e noventa e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais e noventa centavos). Vigência: 15/02/2021 até 31/12/2021 ou término do ano letivo de 2021.

Nova Trento, 15 de fevereiro de 2021.

Tiago Dalsasso

Prefeito

### CONTRATO Nº 006/2021

Publicação Nº 2878058

#### CONTRATO Nº 006/2021

Origem: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: PR COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Edgar Linhares, nº 756, bairro Nova Esperança, cidade de Balneário Camboriú/SC, inscrita no CNPJ nº 33.488.848/0001-60. Objeto do Contrato: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de alimentos para rede municipal de ensino do município, para o ano letivo 2021, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I. O valor estimado será de R\$ 59.100,00 (cinquenta e nove mil e cem reais). Vigência: 15/02/2021 até 31/12/2021 ou término do ano letivo de 2021.

Nova Trento, 15 de fevereiro de 2021.

Tiago Dalsasso

Prefeito

### CONTRATO Nº 007/2021

Publicação Nº 2878059

#### CONTRATO Nº 007/2021

Origem: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Getúlio Vargas, nº 1100, Centro, cidade de São João Batista/SC, inscrita no CNPJ nº 12.970.750/0001-75. Objeto do Contrato: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de alimentos para rede municipal de ensino do município, para o ano letivo 2021, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I. O valor estimado será de R\$ 54.628,06 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e vinte e oito reais e seis centavos). Vigência: 15/02/2021 até 31/12/2021 ou término do ano letivo de 2021.

Nova Trento, 15 de fevereiro de 2021.

Tiago Dalsasso

Prefeito

### LEI COMPLEMENTAR Nº 682, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2877800

LEI COMPLEMENTAR Nº 682, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE O PRAZO PARA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) DE NOVA TRENTO, PARA O EXERCÍCIO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:



Art. 1º. Fica definido o dia 10 de abril de 2021 como a data limite para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de Nova Trento, exercício de 2021, observado o seguinte:

I - optando o contribuinte pela quitação do imposto em cota única, o pagamento integral deverá ser efetuado até o dia 10 de abril de 2021, com desconto de 25% (vinte e cinco por cento);

II - optando o contribuinte pela quitação do imposto em até 08 (oito) parcelas, o pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até o dia 10 de abril de 2021, com desconto de 15% (quinze por cento).

Parágrafo único: As parcelas subsequentes de que trata o inciso II deste artigo, vencerão todo dia 10 (dez) dos respectivos meses seguintes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 23 de fevereiro de 2021.

Tiago Dalsasso  
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei Complementar nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

## LEI Nº 2.780 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2877815

LEI Nº 2.780 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E DAS DIRETRIZES

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Nova Trento/SC, o Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais, com o objetivo de fomentar a descentralização de atividades e serviços desempenhados por órgãos ou entidades públicas municipais, mediante a participação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, incluídas associações civis, entidades hospitalares e fundações privadas de igual natureza, cujas atividades sejam dirigidas à saúde, educação, inovação tecnológica, geração de emprego e renda, esportes e assistência social, observadas as seguintes diretrizes:

I - adoção de critérios que assegurem a otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão;

II - promoção de meios que favoreçam a efetiva redução de formalidades burocráticas para o acesso aos serviços;

III - adoção de mecanismos que possibilitem a integração entre os setores públicos do Município, a sociedade e o setor privado;

IV - manutenção de sistema de programação e acompanhamento de suas atividades que permitam a avaliação da eficácia quanto aos resultados;

V - promoção da melhoria da eficiência e qualidade dos serviços e atividades de interesse público, do ponto de vista econômico, operacional e administrativo;

VI - redução de custos, racionalização de despesas com bens e serviços coletivos e transparência na sua alocação e utilização;

VII - subordinação das entidades à observância dos Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

§ 1º Para efeitos desta Lei, equiparam-se às fundações privadas aquelas instituídas por lei municipal com gestão privada;

§ 2º Não serão objetos de descentralização as atividades típicas do Município, exercidas por intermédio de poder de polícia;

§ 3º O programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais será coordenado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

### CAPÍTULO II DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

#### Seção I Da Qualificação

Art. 2º. São requisitos para que a entidade, constituída na forma do artigo anterior, possa se habilitar à qualificação como organização social:



I - comprovar o registro de seu ato constitutivo ou alterações posteriores, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não-econômica, no caso de associações civis, ou não-lucrativas, no caso de fundações privadas, com obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) aceitação de novos membros ou associados, na forma do estatuto, no caso das associações civis;
- d) previsão que no caso de extinção ou dissolução social o patrimônio será destinado para outra entidade congênere;
- e) obrigatoriedade de publicação a cada exercício fiscal de demonstrações financeiras;
- f) proibição de distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive, no caso de associações civis, em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.

II - Dispor, a entidade, da seguinte estrutura básica:

- a) Assembleia Geral, como órgão de deliberação superior, para as associações civis/entidades hospitalares;
- b) Conselho Curador, Deliberativo ou Superior, como órgão de deliberação superior, para as fundações privadas;
- c) Diretoria Executiva, ou instância equivalente, como órgão de gestão;
- d) Conselho Fiscal, ou instância equivalente, como órgão de fiscalização da administração contábil-financeira.

III - haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como Organização Social, por comissão designada por decreto do Prefeito Municipal.

Art. 3º. A qualificação da entidade como organização social, dar-se-á por ato do Prefeito Municipal, quando preenchidos todos os requisitos desta Lei, aferidos pela comissão referida no inciso III do art. 2º.

Art. 4º. As entidades qualificadas como organizações sociais ficam equiparadas, para efeitos tributários e enquanto perdurar a autorização de que tratam os artigos 2º e 3º desta Lei, às entidades reconhecidas de interesse social e utilidade pública.

## Seção II

### Do Contrato de Gestão

Art. 5º. Para os fins desta Lei, o Contrato de Gestão é um acordo administrativo colaborativo, de interesse mútuo, que estabelecerá a relação entre o Município e a respectiva entidade qualificada como Organização Social, com vistas à formação de parceria entre seus respectivos signatários, na qualidade de partícipes, para o fomento e execução de atividades ou serviços de interesse público, com ênfase no alcance de resultados.

§ 1º O Contrato de Gestão terá natureza jurídica de direito público e será firmado pelos seguintes partícipes:

I - Titular da Secretaria Municipal da área correspondente ao objeto do contrato, na qualidade de Órgão Supervisor;

II - Dirigente máximo da entidade qualificada como Organização Social, na qualidade de Executor;

III - Titular da Secretaria de Administração, na qualidade de Órgão Interveniente.

§ 2º Caso seja considerado relevante, o Contrato de Gestão poderá contar com a interveniência de outros órgãos ou entidades da Administração Pública;

§ 3º A Secretaria Municipal que atuar na qualidade de Órgão Supervisor, dará publicidade da decisão de firmar cada Contrato de Gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas.

Art. 6º. O Contrato de Gestão, elaborado de comum acordo entre os respectivos partícipes, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público Municipal e da Organização Social.

Art. 7º. Na elaboração do Contrato de Gestão, devem ser observados os princípios constitucionais, aplicáveis a Administração Pública, tais como o da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e, também, os seguintes preceitos:

I - especificação do projeto a ser executado pela Organização Social, que deverá conter, sem prejuízo de outras informações;

- a) os objetivos;
- b) a justificativa;
- c) a relevância econômica, social e ambiental, quando cabível;
- d) os órgãos e entidades públicos e privados envolvidos na execução;
- e) os recursos financeiros a serem aplicados e as respectivas fontes;
- f) as metas a serem alcançadas;
- g) a equipe técnica e/ou serviços disponibilizados;
- h) o prazo.

II - a observância dos valores de mercados para custeio das despesas e remuneração.

## Seção III

### Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão



Art. 8º. A execução do Contrato de Gestão, será supervisionada, acompanhada e avaliada pelo Órgão Supervisor, sem prejuízo da ação institucional dos demais órgãos normativos de controle interno e externo do Município.

Parágrafo único: A entidade contratada apresentará ao Órgão Supervisor, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de relatório dos serviços executados.

Art. 9º. Os resultados alcançados pelas Organizações Sociais, com a execução do Contrato de Gestão, serão analisados, por Comissão de Avaliação e Fiscalização, responsável pelo acompanhamento, no âmbito da Secretaria Municipal correspondente, que emitirá relatório conclusivo e dará publicidade oficial e o encaminhará ao titular da respectiva pasta, até o último dia do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre do exercício financeiro.

Parágrafo único. A Comissão de Avaliação e Fiscalização, cuja regulamentação será objeto de ato específico do Poder Executivo, terá como competência:

I - acompanhar o desempenho da Organização Social frente ao cumprimento das metas estabelecidas no Contrato de Gestão, através de relatórios periódicos, conforme estabelecido no referido instrumento;

II - fiscalizar os atos dos dirigentes da Organização Social no âmbito do Contrato de Gestão, verificando o cumprimento dos seus deveres legais, estatutários e regimentais;

III - analisar e emitir parecer do relatório entregue pela Organização Social referente à execução do Contrato de Gestão;

IV - encaminhar aos órgãos setoriais de controle interno os relatórios pertinentes à execução dos Contratos de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;

V - supervisionar a contratação de obras e serviços no âmbito do Contrato de Gestão, bem como para compras e contratação de pessoal com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 10. Os responsáveis pela avaliação e fiscalização da execução do Contrato de Gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização dos recursos ou bens de origem pública por Organização Social, notificará esta para os devidos esclarecimentos e, persistindo alguma irregularidade, comunicará os fatos ao Órgão Supervisor do Contrato de Gestão.

Art. 11. Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização, representarão à Procuradoria-Geral do Município para que esta adote as providências pertinentes.

#### Seção IV Do Fomento às Atividades Sociais

Art. 12. As entidades qualificadas como Organizações Sociais no âmbito deste Município, são declaradas como entidade de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

Art. 13. Poderão ser destinados às Organizações Sociais recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do Contrato de Gestão.

§ 1º São assegurados às Organizações Sociais correspondentes os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no Contrato de Gestão;

§ 2º O Contrato de Gestão poderá ser firmado pelo período máximo de 20 (vinte) anos.

§ 3º Os bens de que trata este artigo poderão ser destinados às entidades de que trata esta Lei, dispensada a licitação, mediante cessão ou permissão de uso, consoante forma expressa e objetiva em cláusulas específicas do contrato de gestão, nas quais conste, obrigatoriamente, que os bens adquiridos pela entidade durante a execução do contrato, findo ou rescindido este, ou extinta a entidade contratante, incorporar-se-ão ao patrimônio do Município.

§ 4º Em se tratando de Contratos de Gestão, a serem firmados para a manutenção de atividades já desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, será garantida a aplicação de valores tomando-se por base a média histórica de atendimentos e valores aplicados.

§ 5º Os quantitativos de recursos previstos para a execução do Contrato de Gestão, serão periodicamente revistos em se tratando de tetos físicos e financeiros.

§ 6º Os valores destinados por meio de emendas parlamentares para cumprimento do objeto do Contrato de Gestão serão repassados a Organização Social.

Art. 14. Os bens públicos permitidos ou cedidos para uso, poderão ser permutados por outro de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do município.

Parágrafo único. A permuta que trata este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público, condicionada à autorização legislativa quando se tratar de bem imóvel.



Art. 15. A Organização Social será integralmente responsável pela quitação de todos os encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais advindos das atividades por ela desenvolvidas.

Art. 16. Para a execução do objeto do Contrato de Gestão, os órgãos e entidades da administração pública municipal, poderão autorizar a participação de seus servidores nas atividades realizadas pelas Organizações Sociais.

§ 1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido, qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social;

§ 2º Havendo descentralização de atividades ou programas específicos, serão postos em extinção os empregos públicos correspondentes.

#### Seção V Da Intervenção e Desqualificação

Art. 17. O Poder Executivo Municipal, na hipótese de comprovado risco à sua regularidade ao fiel cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Gestão, poderá intervir nos serviços autorizados.

Art. 18. A intervenção far-se-á mediante Decreto Municipal, que conterà a designação do interventor, o prazo de intervenção, seus objetivos e limites.

Art. 19. Decretada a intervenção, o Poder Executivo Municipal deverá, no prazo de trinta dias contados da publicação do ato respectivo, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinadas na medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa e formação do contraditório.

Art. 20. Ficando constatado que a intervenção não atendeu aos pressupostos legais e regulamentares previstos nesta hipótese, deve a gestão da Organização Social retomar, de imediato, os serviços autorizados.

Art. 21. Constatado o descumprimento das disposições contidas no Contrato de Gestão, o Poder Executivo Municipal declarará a desqualificação da entidade como Organização Social, respondendo pelos danos ou prejuízos ocasionados.

Parágrafo único. Desqualificada a entidade, os bens cujo uso foi permitido e os valores entregues à utilização da Organização Social, por conta do Contrato de Gestão, serão revertidos ao Município, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover as modificações orçamentárias necessárias ao cumprimento do disposto desta Lei.

Art. 23. O Município consignará na Lei Orçamentária Anual, os recursos públicos necessários ao desenvolvimento das ações, previstas nos Contratos de Gestão, firmados pela Administração Pública Municipal com as Organizações Sociais.

Art. 24. Ao disposto nesta Lei aplicam-se, subsidiariamente, os preceitos da Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

Art. 25. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, contatos a partir de sua publicação.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Tiago Dalsasso  
Prefeito Municipal  
Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

## LEI Nº 2.781 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2877820

### LEI Nº 2.781 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

ALTERA O ART. 2º DA LEI MUNICIPAL N. 2.326/2009, ALTERADO PELA LEI MUNICIPAL N. 2.489/2013, E AUTORIZA O MUNICÍPIO A DESTINAR ATÉ 100% DO VALOR INDIVIDUAL GASTO PELOS ESTUDANTES COM O TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO ATÉ AS SUAS UNIDADES DE ESTUDO.

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 2º da Lei nº 2.326, de 03 de junho de 2009, alterado pela Lei n. 2.489 de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 2º O convênio tem por objeto a destinação de recursos financeiros, no valor de até 100% (cem por cento) dos gastos individuais de cada estudante, tidos, exclusivamente, com transporte coletivo utilizado para deslocamento do município até suas unidades de estudo.”

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do artigo 2º da lei 2.326, de 03 de junho de 2009, inserido por arrastamento pela lei 2.496, de 16 de julho de 2013, através da alteração na lei 2.489, de 29 de maio de 2013.

Art. 3º As despesas originadas a partir da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Nova Trento/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Tiago Dalsasso  
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021 - SRP

Publicação Nº 2879057

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços técnicos de calceteiro, para execução de reparos no calçamento (paralelepípedos, lajotas e meio-fio), pavimentação de pequenas áreas e construção de faixas elevadas, nas vias públicas do município de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do Anexo I que integra o presente Edital. Disputa em meio eletrônico COM USO DA PLATAFORMA BNC QUE É CREDENCIADA JUNTO A PLATAFORMA MAIS BRASIL. Empresas interessadas deverão cadastrar-se no site: [bnc.org.br](http://bnc.org.br)

Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega da documentação e propostas a partir do dia 25/02/2021 até as 08:30 horas do dia 09/03/2021. Abertura das Propostas e Início da sessão em MEIO ELETRÔNICO: dia 09/03/2021 a partir das 09:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3213 ou 3267-3211. Site: [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br). Email: [compras@novatreto.sc.gov.br](mailto:compras@novatreto.sc.gov.br).

Tiago Dalsasso  
Prefeito

## RESULTADO CHAMAMENTO PUBLICO 001/2021

Publicação Nº 2879710

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

CNPJ nº 82.925.025/0001-60

Rua Santo Inácio, Praça del Comune, nº 126 – Centro CEP 88270-000 - Fone: (48) 3267-3200

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS SERVIÇOS URBANOS E PLANEJAMENTO R NA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Classificação Parcial do Chamamento Público nº 002/2018, para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA

INSC.	NOME COMPLETO	DATA DE NASC.	NOTA CAPAC/ APERFEIÇOAMENTO	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL	RESULTADO
001	Luiz Veneri	27/08/1958	0,0	6,0	6,0	Aprovado
002	Marco Antonio Pacheco Gabriel	25/10/2011	0,00	6,0	6,0	Reprovado
003	Jair Michalski	10/11/1970	0,00	6,0	6,0	Aprovado
005	Cristovão Vill	24/07/1988	0,0	2,0	2,0	Aprovado

O candidato de insc. Nº 002 foi reprovado para o cargo por apresentar documento CNH não compatível com o item "f" do Chamamento 001/2021. Em anexo, ata da Comissão Julgadora.

Nova Trento, 23 de fevereiro de 2021.

Leandra Maria Battisti

Diretora de Recursos Humanos



## ANEXO I

No 22º dia do mês de fevereiro do ano de 2021, ocorreu a Reunião da Comissão de Análise Curricular do Chamamento às 10 horas no Gabinete do Vice Prefeito, estavam presentes os seguintes avaliadores; Lorena Wisintainer, Giovani Voltolini e Silvio Conhaqui. Na oportunidade houve a Análise Curricular e posteriormente foi atribuída a pontuação para 04 (quatro) candidatos. Os referidos candidatos apresentaram documentação no Setor de Recursos Humanos para ocuparem a Função de Operador de Máquinas.

Assim, após Análise Curricular segue abaixo a pontuação atribuída a cada candidato;

-Luiz Veneri, (06 pontos).

-Jair Michalski, (06 pontos).

-Marco Antonio Pacheco Gabriel, (06 pontos).

Obs Categoria CNH apresentada por esse candidato não é compatível com a Função de Operador de Máquinas. (verificar com o setor competente)

-Cristóvão Vill, (02 pontos).

Sem mais, a reunião foi encerrada, e foi lavrada esta ata.

Lorena Wisintainer \_\_\_\_\_

Giovani Voltolini \_\_\_\_\_

Silvio Conhaqui \_\_\_\_\_



## Nova Veneza

## PREFEITURA

## RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2021 - PMNV

Publicação Nº 2878782

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA</b>  <b>CNPJ: 82.916.826/0001-60</b> <b>TRAV. OSVALDO BURIGO, 44</b> <b>C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2021 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 15/2021</b> <b>Processo de Licitação: 15/2021</b> <b>Data do Processo: 08/02/2021</b>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Aquisição de tubos de concreto para a manutenção das visas pluviais do Município de Nova Veneza/SC.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 23 de Fevereiro de 2021, às 08:42 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 009/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 15/2021, Licitação nº 15/2021 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** O Fornecedor KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA é ex-vencedor do Item 10 do Processo 15/2021, o novo vencedor é: SAO MARCOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO E CONSTRUCAO CI, pelo motivo: CONFORME LEI MUNICIPAL 2.673/19.

**Participante: 7630 - KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	TUBOS DE CONCRETO DE 60X100CM SIMPLES	UND	150,00	KF	0,0000	53,99	8.098,50
7	TUBOS DE CONCRETO DE 80X100CM PA-1ARMADO	UND	100,00	KF	0,0000	195,00	19.500,00
9	TUBOS DE CONCRETO DE 100X100CM PA 1-ARMADO	UND	200,00	KF	0,0000	244,00	48.800,00

Total do Participante -----&gt; 76.398,50

**Participante: 7896 - CIMENTUR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	TUBOS DE CONCRETO DE 20X100CM SIMPLES	UND	200,00	CIMENTUR	0,0000	18,80	3.760,00

Total do Participante -----&gt; 3.760,00

**Participante: 8014 - SAO MARCOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO E CONSTRUCAO CI**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	CALHA DE 30 X 100 CM SIMPLES	UND	20,00	SUL	0,0000	20,88	417,60

Total do Participante -----&gt; 417,60

**Participante: 10007 - LS LAJES SILVA LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	TUBOS DE CONCRETO DE 30X100CM SIMPLES	UND	400,00	SILVA PRE MOLDADOS	0,0000	23,70	9.480,00
3	TUBOS DE CONCRETO DE 40X100CM SIMPLES	UND	400,00	SILVA PRE MOLDADOS	0,0000	28,50	11.400,00
4	TUBOS DE CONCRETO DE 50X100CM SIMPLES	UND	200,00	SILVA PRE MOLDADOS	0,0000	44,00	8.800,00
6	Tubos de concreto de 80 x 100cm simples	UND	50,00	SILVA PRE MOLDADOS	0,0000	125,90	6.295,00
8	TUBOS DE CONCRETO DE 100X100CM SIMPLES	UND	50,00	SILVA PRE MOLDADOS	0,0000	176,00	8.800,00

Total do Participante -----&gt; 44.775,00

Total Geral -----&gt; 125.351,10



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**

CNPJ: 82.916.826/0001-60  
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44  
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 15/2021 - PR**

Processo Administrativo: 15/2021  
Processo de Licitação: 15/2021  
Data do Processo: 08/02/2021

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 23 de Fevereiro de 2021

**COMISSÃO:**

Angélica Eyng	- .....	- Pregoeiro(a)
Joana Maccarini Torquato	- .....	- Membro
Julia Rodrigues Gava	- .....	- Membro
Fátima Maria Pessetti Paseto	- .....	- Membro
Carlos Luciano Savi	- .....	- Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

PAULO DA SILVA	- .....	- Representante
ANDREI CARLESSI	- .....	- Representante
RAMIRO STANG	- .....	- Representante
ROBERTO STANGER	- .....	- Representante
ISABEL BUSS	- .....	- Representante



**RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2021 - PMNV**

Publicação N° 2878784

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA</b></p> <p>CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 18/2021 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo: 18/2021 Processo de Licitação: 18/2021 Data do Processo: 09/02/2021</p>
	Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de horas de serviço de retroescavadeira para auxiliar o pequeno e médio produtor rural do Município de Nova Veneza/SC.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 23 de Fevereiro de 2021, às 10:07 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 009/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 18/2021, Licitação nº 18/2021 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:****Participante: 11313 - RETROBORBA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	RETROESCAVADEIRA 4X4 GABINADA, ANO 2014, MOTOR TURBO. DEVERÁ POSSUIR CONCHAS PARA LIMPEZA RAMPIADA E QUADRADA	HRS	1.000,00	RETROBORB/	0,0000	129,75	129.750,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>129.750,00</b>
<b>Total Geral -----&gt;</b>							<b>129.750,00</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 23 de Fevereiro de 2021

**COMISSÃO:**

Angélica Eyng - ..... - Pregoeiro(a)

Joana Maccarini Torquato - ..... - Membro

Julia Rodrigues Gava - ..... - Membro

Fátima Maria Pessetti Paseto - ..... - Membro

Carlos Luciano Savi - ..... - Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

SERGIO DE BEM JUNIOR - ..... - Representante

JAIR GUETNER - ..... - Representante

ELISSON BORBA - ..... - Representante



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO PL PM Nº 015/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2021 - RETIFICADO DEVIDO A ALTERAÇÕES NO EDITAL**

Publicação Nº 2878785

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE DATA DE ABERTURA DEVIDO A ALTERAÇÕES DO EDITAL DO PROCESSO LICITATORIO

AVISO DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

Processo Licitatório Nº 015/2021 -PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2021 - Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 02 PARQUES INFANTIS COLORIDOS COM ESTRUTURA PRINCIPAL DE MADEIRA PLÁSTICA MEDINDO NO MINIMO 110MMX110MM E PAREDE DE NO MINIMO 20MM REVESTIDA COM ACABAMENTO DE POLIPROPILENO E POLIETILENO PARA INSTALAÇÃO 01 NA PRAÇA MUNICIPAL E 01 NO PARQUE DA ESCOLA CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos, COM RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 333. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 13h50min, do dia 26.02.2021, as 13h50min, do dia 09.03.2021 na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 14:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024 e/ou e-mail:licitação@novohorizonte.sc.gov.br. - Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 12 de fevereiro de 2021. 24 de fevereiro de 2021. Vanderlei Sanagiotto - Prefeito Municipal.



# Orleans

## PREFEITURA

### REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO PROCESSO 251/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2878203

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 251/2020

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2020

ATA DE REGITRO DE PREÇOS Nº 198/2020

EMPRESA: FRANCISCO PEDRO CARDOSO &amp; CIA LTDA

Visando manter a margem de lucro anteriormente pactuada, fica alterado o preço do seguinte item:

Item 2- OLEO DIESEL COMUM ABASTECIDO EM BOMBA – R\$ 4,017

Item 3 - OLEO DIESEL S10 ABASTECIDO EM BOMBA – R\$ 4,134

Orleans, 23 de Fevereiro de 2021

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal



**Otacílio Costa****PREFEITURA****PORTARIA 077/2021**

Publicação Nº 2878890

PORTARIA Nº 077/2021

DESIGNA a servidora rosa moser pinto para exercer as atribuições da SUPERINTENDÊNCIA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE OTACÍLIO COSTA - ipam

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora pública ROSA MOSER PINTO, Presidente do IPAM para exercer as atribuições do cargo de SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE OTACÍLIO COSTA – IPAM.

Art. 2º A designação referida no Art. 1º de que trata esta Portaria não implica em aumento de remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA  
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (\*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021  
RODRIGO BARTH PEREIRA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

(\*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

**PORTARIA 078/2021**

Publicação Nº 2878895

PORTARIA Nº 078/2021  
Atribui função gratificada AO servidor PÚBLICO MUNICIPAL, zilma mota

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica atribuída à servidora ZILMA MOTA, a função gratificada denominada "FG-3", com a respectiva remuneração prevista no art. 1º, da Lei Complementar nº 105/08, em virtude do exercício da atividade relacionada abaixo, sem prejuízo de suas funções originais.

Parágrafo único. A função gratificada que se refere este artigo justifica-se por exercer a função de responsável pela gestão da limpeza no Paço Municipal, evitando a admissão de outro servidor, em conformidade com o art. 2º, da Lei Complementar nº 105/08.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021  
FABIANO BALDESSAR DE SOUZA  
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (\*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021

RODRIGO BARTH PEREIRA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

(\*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



**PORTARIA 079/2021**

Publicação Nº 2878898

PORTARIA Nº 079/2021

Atribui função gratificada AO servidor PÚBLICO MUNICIPAL, FAGNER PIERRE LOPES

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica atribuída ao servidor público municipal FAGNER PIERRE LOPES, a função gratificada denominada "FG-6", com a respectiva remuneração prevista no art. 1º, da Lei Complementar nº 105/08, em virtude do exercício da atividade relacionada abaixo, sem prejuízo de suas funções originais.

Parágrafo único. A função gratificada que se refere este artigo justifica-se por gerenciar a patrulha agrícola mecanizada.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA  
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (\*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021

RODRIGO BARTH PEREIRA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

(\*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

**PORTARIA 080/2021**

Publicação Nº 2878902

PORTARIA Nº 080/2021

Atribui função gratificada AO servidor PÚBLICO MUNICIPAL, JOSÉ ADILSON RODRIGUES DE LIMA

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica atribuída ao servidor público municipal, JOSÉ ADILSON RODRIGUES DE LIMA, a função gratificada denominada "FG-8", com a respectiva remuneração prevista no art. 1º, da Lei Complementar nº 105/08, em virtude do exercício da atividade relacionada abaixo, sem prejuízo de suas funções originais.

Parágrafo único. A função gratificada que se refere este artigo justifica-se pelo servidor exercer a coordenação das equipes de limpeza de rua e coleta seletiva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA  
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (\*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021

RODRIGO BARTH PEREIRA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

(\*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



**PORTARIA 081/2021**

Publicação Nº 2878904

PORTARIA Nº 081/2021

Atribui função gratificada A servidora PÚBLICA MUNICIPAL, MICHELLE CRISTIANE RODRIGUES TIETJEN

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica atribuída à servidora MICHELLE CRISTIANE RODRIGUES TIETJEN, a função gratificada denominada "FG-7", com a respectiva remuneração prevista no art. 1º, da Lei Complementar nº 105/08, em virtude do exercício da atividade relacionada abaixo, sem prejuízo de suas funções originais.

Parágrafo único. A função gratificada que se refere este artigo justifica-se por exercer a função de responsável pela coordenação do setor de Tecnologia da Informação – T.I.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA  
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (\*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021

RODRIGO BARTH PEREIRA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

(\*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

**PORTARIA 082/2021**

Publicação Nº 2878909

PORTARIA Nº 082/2021

Atribui função gratificada A servidora PÚBLICA MUNICIPAL, DAYANE VALENTE

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica atribuída à servidora DAYANE VALENTE, a função gratificada denominada "FG-3", com a respectiva remuneração prevista no art. 1º, da Lei Complementar nº 105/08, em virtude do exercício da atividade relacionada abaixo, sem prejuízo de suas funções originais.

Parágrafo único. A função gratificada que se refere este artigo justifica-se por exercer a função de responsável pela coordenação do pátio de veículos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA  
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (\*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021

RODRIGO BARTH PEREIRA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

(\*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



**PORTARIA 083/2021**

Publicação Nº 2878913

PORTARIA Nº 083/2021

Atribui função gratificada AO servidor PÚBLICO MUNICIPAL, LEDER CRISTIANO MASSELA

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica atribuída ao servidor público municipal, LEDER CRISTIANO MASSELA, a função gratificada denominada "FG-3", com a respectiva remuneração prevista no art. 1º, da Lei Complementar nº 105/08, em virtude do exercício da atividade relacionada abaixo, sem prejuízo de suas funções originais.

Parágrafo único. A função gratificada que se refere este artigo justifica-se por exercer a função de responsável pela parte de informática do Fórum.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA  
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (\*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021

RODRIGO BARTH PEREIRA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

(\*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

**PORTARIA 084/2021**

Publicação Nº 2878917

PORTARIA Nº 084/2021

Atribui função gratificada AO servidor PÚBLICO MUNICIPAL, SIDNEI STAHLING

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica atribuída ao servidor público municipal, SIDNEI STAHLING, a função gratificada denominada "FG-5", com a respectiva remuneração prevista no art. 1º, da Lei Complementar nº 105/08, em virtude do exercício da atividade relacionada abaixo, sem prejuízo de suas funções originais.

Parágrafo único. A função gratificada que se refere este artigo justifica-se por exercer a função de oficial ad hoc no fórum, atuando nos processos que envolvam execuções fiscais no Município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA  
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (\*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 15 de fevereiro de 2021

RODRIGO BARTH PEREIRA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

(\*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



## Ouro

## PREFEITURA

## ATAS RP 037-041

Publicação Nº 2877706

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0015/2021

PREGÃO PRESENCIAL n. 0013/2021

VALIDADE: até 31/12/2021

CONTRATANTE: Município de Ouro

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para o fornecimento de câmaras e protetores de pneus e a contratação de empresa prestadora de serviços para recapagens e vulcanização de pneus, para a frota de veículos da administração municipal, para o exercício de 2021.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 037/2021

CONTRATADA: GRANDO PNEUS LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
7	Recapagem Pneu 1400X24 - 16 lonas	RUZI	UN	GRANDO PNEUS LTDA	36	1.520,00	54.720,00
18	Vulcanização Pneu 1400x24	RUZI	UN	GRANDO PNEUS LTDA	60	180,00	10.800,00
65.520,00							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 038/2021

CONTRATADA: IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
1	Recapagem Pneu 900x20 - 14 lonas - 18 mm - borrachudo	DREBOR	UN	IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI	30	500,00	15.000,00
2	Recapagem Pneu 750x16 - 12 lonas - 18 mm - borrachudo	DREBOR	UN	IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI	60	315,00	18.900,00
3	Recapagem Pneu 900x20 - 16 lonas - borrachudo - Comum	DREBOR	UN	IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI	20	490,00	9.800,00
6	RECAPAGEM PNEU 1000X20 / BORRACHUDO - 16 LONAS (MISTO)	DREBOR	UN	IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI	60	530,00	31.800,00
16	Recapagem Pneu 750 - R 16 - 12 liso	DREBOR	UN	IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI	20	319,00	6.380,00
17	Recapagem Pneu 750 - R 16 - 22 - borrachudo	DREBOR	UN	IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI	20	340,00	6.800,00
88.680,00							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 039/2021

CONTRATADA: VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA-EPP

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
5	Recapagem Pneu 295x80 - R 22.5 / Borrachudo - 16 lonas	VIPAL	UN	VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA-EPP	20	603,00	12.060,00
8	RECAPAGEM PNEU 17.5 - 25 / 10 LONAS	VIPAL	UN	VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA-EPP	24	2.430,00	58.320,00
10	RECAPAGEM PNEU 14 - 17.5 / 12 LONAS	VIPAL	UN	VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA-EPP	24	849,00	20.376,00
15	RECAPAGEM PNEU 18.4 - 34 / 10 LONAS	VIPAL	UN	VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA-EPP	20	2.070,00	41.400,00
132.156,00							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 040/2021

CONTRATADA: INDUSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA-EPP

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
12	RECAPAGEM PNEU 12.4 - 24 / 6 LONAS	MUT BANDAS	UN	INDUSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA-EPP	24	976,00	23.424,00
13	RECAPAGEM PNEU 18.4 - 30 / 10 LONAS	MUT BANDAS	UN	INDUSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA-EPP	24	2.069,00	49.656,00
14	RECAPAGEM PNEU 14.9 - 24 / 6 LONAS	MUT BANDAS	UN	INDUSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA-EPP	20	1.400,00	28.000,00
20	Vulcanização Pneu 18.4x30	MUT BANDAS	UN	INDUSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA-EPP	20	170,00	3.400,00
22	Vulcanização Pneu 14.9x24	MUT BANDAS	UN	INDUSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA-EPP	30	100,00	3.000,00
107.480,00							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 041/2021

CONTRATADA: J P BELEZE

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
4	RECAPAGEM PNEU 275X80 - R 22.5 / BORRACHUDO - 16 LONAS (MISTO)	Ruzi (Fab VIPAL)	UN	J P BELEZE	60	570,00	34.200,00
9	RECAPAGEM PNEU 19 5L - 24 / 10 LONAS	Ruzi (Fab VIPAL)	UN	J P BELEZE	12	2.399,00	28.788,00
11	RECAPAGEM PNEU 23.1 - 26	Ruzi (Fab VIPAL)	UN	J P BELEZE	4	3.140,00	12.560,00
19	Vulcanização Pneu 18.4x34	Ruzi (Fab VIPAL)	UN	J P BELEZE	20	450,00	9.000,00
21	Vulcanização Pneu 17.5x25	Ruzi (Fab VIPAL)	UN	J P BELEZE	20	419,00	8.380,00
92.928,00							



**DECRETO Nº 739**

Publicação Nº 2879678

DECRETO Nº 739, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Fixa os preços dos serviços prestados pelo Município de Ouro.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1.688, de 17 de maio de 2001, e em conformidade com o Decreto nº 043/2001, de 2 de julho de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado os preços dos serviços prestados à particulares pelo Município de Ouro, conforme disposto a seguir:

Tipo de Serviço	Unidade	Preço	
Serviço com caminhão	hora/caminhão	R\$	80,00
Serviço com retroescavadeira	hora/máquina	R\$	100,00
Serviço com motoniveladora	hora/máquina	R\$	150,00
Serviço com rolo compactador	hora/máquina	R\$	150,00
Serviço com escavadeira hidráulica	hora/máquina	R\$	180,00
Transporte de calcário	carga/caminhão	R\$	100,00
Serviço com trator de pneus:			
a) até 5 horas/máquina	hora/máquina	R\$	70,00
b) de 6 a 10 horas/máquina	hora/máquina	R\$	80,00
c) acima de 10 horas/máquina	hora/máquina	R\$	100,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Ouro, 23 de fevereiro de 2021.

CLAUDIR DUARTE  
Prefeito

ANDRÉIA MASSON DAMBROS  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**LEI Nº 2.562**

Publicação Nº 2879561

LEI Nº 2.562, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Ratifica o protocolo de intenções e autoriza o ingresso do Município de Ouro no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, conforme consta no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Fica autorizado o ingresso do Município de Ouro no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, nos termos do Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. O Município poderá aderir aos serviços oferecidos pelo Consórcio de acordo com sua necessidade e conveniência.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do Município, em cada exercício.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 23 de fevereiro de 2021.

CLAUDIR DUARTE  
Prefeito

ANDRÉIA MASSON DAMBROS  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**ANEXO ÚNICO****PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CIS-AMARP**

Os Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CIS-AMARP, através de seus Prefeitos reunidos em Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 11 de julho de 2008; resolvem formalizar o presente Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando ordenar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar o papel do município na modernização da gestão pública, com observância da Lei



nº 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017, de 17/01/2007 e legislação municipal pertinente.

## PROTOCOLO DE INTENÇÕES

### TÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO, DURAÇÃO E FINALIDADE

### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP – é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e demais normas pertinentes, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Parágrafo único. O CIS-AMARP adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de no mínimo três Municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 2º O CIS-AMARP é constituído pelos Municípios, conforme Anexo I, de acordo com as Leis Municipais aprovadas pelas respectivas Câmaras Municipais de Vereadores, cuja representação se dará através do Prefeito Municipal.

§ 1º Somente será considerado consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de publicação do Protocolo de Intenções.

§ 2º A ratificação realizada após 6 (seis) meses da subscrição somente será válida após homologação da Assembléia Geral do Consórcio.

§ 3º O município não designado no Protocolo de Intenções não poderá integrar o consórcio, salvo por meio de alteração do Contrato de Consórcio Público.

### CAPÍTULO II

#### DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3º O CIS-AMARP terá sede e foro na Rua Manoel Roque, 89, no edifício sede da AMARP, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina.

Art. 4º A área de atuação do Consórcio será formada pelos territórios dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5º O CIS-AMARP terá duração indeterminada.

### CAPÍTULO III

#### DAS FINALIDADES

Art. 6º São finalidades do CIS-AMARP:

I - representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de saúde de interesse comum, perante outras esferas de Governo e perante quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar à população dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e de maneira eficiente e eficaz, sempre que tais serviços não possam ser prestados diretamente pelo município;

III - fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;

IV - estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;

V - criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população;

VI - planejar, adotar e executar programas e medidas destinados à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial apoiar serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde;

VII - desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovados pelo CIS-AMARP;

VIII - desenvolver de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;

IX - realizar estudos de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;

X - viabilizar ações conjuntas na área da compra e ou produção de equipamentos, materiais, medicamentos e outros insumos;

XI - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;

XII - prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;

XIII - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;

Parágrafo único. Para cumprir as suas finalidades o CIS-AMARP poderá:

I - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;

III - prestar a seus consorciados os serviços previstos neste artigo;

IV - realizar licitações em nome dos municípios consorciados, mediante autorização do município, viabilizando o cumprimento do Inciso X deste artigo, sendo o faturamento e o pagamento em nome dos municípios;

V - efetuar credenciamento e/ou licitação para contratação de serviços e insumos em nome dos municípios consorciados;

VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.



## TÍTULO II DA GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

### CAPÍTULO I DA GESTÃO ASSOCIADA

Art. 7º Os entes consorciados autorizam a gestão associada de serviços públicos de saúde, delegando ao consórcio a prestação de serviços previstas no artigo 6º e seus incisos, deste protocolo de intenções.

## TÍTULO III DOS CONTRATOS DE PROGRAMA E DE RATEIO

### CAPÍTULO I DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 8º Os contratos de programa, tendo por objeto a totalidade ou parte dos objetivos dispostos no artigo 6º deste protocolo de intenções, serão firmados por cada ente consorciado com o consórcio.

§1º O contrato de programa deverá:

I - atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos;

II - promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

§ 2º O Consórcio poderá celebrar contrato de programa com autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista integrante da administração indireta de um dos entes consorciados, dispensada a licitação pública nos termos do art. 24, inciso XXVI da Lei nº 8.666/93.

### CAPÍTULO II DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 9º Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o consórcio, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos ao consórcio.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

## TÍTULO IV DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. O Consórcio será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por lei, deste Protocolo de Intenções. Parágrafo único. O consórcio regulamentará em Regimento Interno, aprovado em Assembléia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público.

### CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

Art. 11. O CIS-AMARP terá a seguinte estrutura básica:

I - Assembléia Geral;

II - Conselho Fiscal;

III - Diretoria Executiva.

### SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 12. A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os Municípios consorciados, e será comandada por uma Diretoria, assim constituída:

I - Presidente;

II - 1º Vice-Presidente;

III - 2º Vice-Presidente;

IV - 1º Secretário;

V - 2º Secretário.

§ 1º A Diretoria será escolhida em Assembléia Geral, pela maioria absoluta de seus membros, para o mandato de um ano, podendo seus membros serem reeleitos por mais um período.

§ 2º Ocorrendo empate considerar-se-á eleito o concorrente mais idoso.

§ 3º Nenhum dos membros da Diretoria perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 4º Os membros da Diretoria não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do Consórcio, mas



assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Protocolo de Intenções.

§ 5º Poderão concorrer à eleição para a Diretoria os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais, até 90 (noventa) dias antes da eleição.

§ 6º Os Vice-Prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembléia Geral, com direito a voz.

§ 7º No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do Município na Assembléia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 8º A Assembléia Geral será presidida pelo representante legal do consórcio, ou pelo Vice-Presidente na sua falta.

Art. 13. A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, entre a segunda quinzena de dezembro de cada ano e a segunda quinzena de janeiro do ano seguinte, para deliberação sobre o Relatório de Gestão, Balanço do Exercício e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício anterior, sobre o Plano de Metas e Orçamento para o exercício seguinte e ainda para a eleição da sua Diretoria e do Conselho Fiscal, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do consórcio, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

Parágrafo único. A Assembléia Geral reunir-se-á:

I - em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II - em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

Art. 14. Cada Município consorciado terá direito a um voto na Assembléia Geral. Parágrafo único. O voto será público e nominal.

Art. 15. Compete à Assembléia Geral:

I - Eleger a Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

II - homologar o ingresso no consórcio de Município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 6 (seis) meses de sua subscrição;

III - aprovar as alterações do Contrato de Consórcio Público;

IV - aplicar a pena de exclusão do ente consorciado;

V - aprovar o Regimento Interno e suas alterações;

VI - deliberar sobre as contribuições mensais a serem definidas em contrato de rateio, e respectivas cotas de serviços;

VII - aprovar:

a) o Orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) política patrimonial e financeira e os programas de investimento do Consórcio;

c) o Plano de Metas;

d) o Relatório Anual de Atividades;

e) a prestação de contas da Diretoria Executiva, após a análise do Conselho Fiscal;

f) a realização de operações de crédito;

g) a celebração de convênios;

h) a alienação e a oneração de bens imóveis do Consórcio;

i) a mudança da sede.

I - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado;

II - ratificar a nomeação do Diretor Executivo do Consórcio pelo Presidente;

III - autorizar o Presidente do consórcio a prover os empregos públicos previstos no anexo único deste protocolo de intenções;

IV - prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o consórcio venha a receber;

V - contratar serviços de auditoria externa;

VI - aprovar a extinção do consórcio;

VII - deliberar sobre assuntos gerais do consórcio.

Art. 16. O quorum de deliberação da Assembléia Geral será de:

I - unanimidade de votos de todos os consorciados para as competências dispostas nos incisos III e XIII do artigo anterior;

II - maioria absoluta de todos os consorciados para a competência disposta no inciso VII, alínea "h", do artigo anterior;

III - maioria simples dos consorciados presentes para as demais deliberações.

§ 1º Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

§ 2º Havendo consenso entre seus membros, as deliberações tomadas por maioria simples dos consorciados presentes poderão ser efetivadas através de aclamação.

Art. 17. Compete ao Presidente do Consórcio:

I - representar o Consórcio ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia";

II - presidir a Assembléia Geral e manifestar o voto de minerva;

III - dar posse aos membros do Conselho Fiscal;

IV - ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

V - movimentar em conjunto com o Diretor Executivo as contas bancárias e os recursos do Consórcio;

VI - convocar as reuniões da Assembléia Geral e do Conselho Fiscal;

VII - nomear e exonerar o Diretor Executivo do Consórcio;

VIII - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio.

§ 1º As competências arroladas neste artigo poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

§ 2º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

## SEÇÃO II

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 18. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do CIS-AMARP, será composto por 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros



suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, devendo seu mandato coincidir com o da Diretoria, assim distribuídos:

I - três membros efetivos e três suplentes, eleitos dentre os Chefes do Poder Executivo dos entes consorciados;

II - dois membros efetivos e dois suplentes, indicados pelo Colegiado de Secretários de Saúde da região da AMARP.

§ 1º O Conselho Fiscal será presidido por um dos seus membros, escolhido entre seus pares de acordo com o previsto no artigo 13 e neste artigo, eleito para o mandato de um ano.

§ 2º Nenhum dos membros do Conselho Fiscal perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias

Art. 19. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar mensalmente a contabilidade do Consórcio;

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômicas ou financeiras da entidade e propor à Assembléia Geral a contratação de auditorias;

III - emitir parecer sobre a proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas à Assembléia Geral;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Art. 20. O Conselho Fiscal, através de seu Presidente e por decisão da maioria absoluta de seus integrantes convocará, obrigatoriamente, a Diretoria Executiva para as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

### SEÇÃO III

#### DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 21. A Diretoria Executiva é o órgão executivo do CIS-AMARP e será constituída por um Diretor Executivo escolhido pelo Presidente do Consórcio.

Art. 22. Compete ao Diretor Executivo:

I - promover a execução das atividades do Consórcio;

II - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal administrativo, após o parecer do Presidente do Consórcio;

III - elaborar o Plano de Metas e Proposta Orçamentária Anual;

IV - elaborar o Balanço e Relatório de Atividades Anual;

V - elaborar os Balancetes Mensais para ciência da Assembléia Geral e Conselho Fiscal;

VI - elaborar as Prestações de Contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio para ser apresentada pela Assembléia Geral ao Órgão Concessor ;

VII - dar publicidade anualmente do Balanço Anual do Consórcio;

VIII - movimentar em conjunto com o Presidente do Consórcio, as contas bancárias e os recursos do Consórcio;

IX - autorizar compras dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembléia Geral e fornecimentos que estejam de acordo com o Plano de Metas, mediante cotação prévia de preços e observado o artigo 25 deste protocolo de intenções;

X - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente;

XI - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembléia Geral;

XII - providenciar todas as diligências solicitadas pela Assembléia Geral e pelo Conselho Fiscal;

XIII - elaborar os processos de licitação para contratação de empresas e instituições e celebração de convênios ou termo de credenciamento com entidades e profissionais autônomos;

XIV - propor à Assembléia Geral a requisição de Servidores Municipais, Estaduais e Federais para servir ao Consórcio.

### TÍTULO V

#### DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

#### CAPÍTULO I

##### DOS AGENTES PÚBLICOS

Art. 23. O Regime de Trabalho dos empregados do consórcio é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com ingresso mediante concurso público.

§ 1º A estrutura administrativa do Consórcio, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, será definida no Regimento Interno.

§ 2º Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 3º Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições do estatuto do consórcio.

Art. 24. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 10 (dez) empregados públicos, na conformidade do Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§ 1º O emprego público de Diretor Executivo do consórcio deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência de gestão de serviços de saúde, com formação de nível superior, de livre admissão e demissão.

§ 2º A remuneração dos empregos públicos é a definida no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§ 3º Os empregados públicos não têm direito à estabilidade no serviço público.

#### CAPÍTULO II

##### DAS CONTRATAÇÕES

Art. 25. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Art. 26. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - internet.

### TÍTULO VI



**DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA****CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

- Art. 27. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.
- Art. 28. O patrimônio do CIS-AMARP será constituído:
- I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;
  - II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.
- Art. 29. Constituem recursos financeiros do CIS-AMARP:
- I - a entrega mensal de recursos financeiros, de acordo com o contrato de rateio;
  - II - a remuneração dos próprios serviços prestados;
  - III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;
  - IV - os saldos do exercício;
  - V - as doações e legados;
  - VI - o produto de alienação de seus bens livres;
  - VII - o produto de operações de crédito;
  - VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira.
- Art. 30. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00.

**TÍTULO VII  
CAPÍTULO V  
DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS**

- Art. 31. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelos consórcios e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato de programa, mediante entrega de recursos disciplinada no contrato de rateio.
- Art. 32. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do CIS-AMARP os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato de programa e no contrato de rateio.

**TÍTULO V  
DA RETIRADA, EXCLUSÃO E ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO****CAPÍTULO I  
DA RETIRADA**

- Art. 33. Cada sócio poderá se retirar, a qualquer momento do Consórcio, desde que denuncie sua contratação num prazo nunca inferior a sessenta dias, sem prejuízo das obrigações e direitos, até sua efetiva retirada.

**CAPÍTULO II  
DA EXCLUSÃO**

- Art. 34. Será excluído do Consórcio o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida ao Consórcio assumida em contrato de rateio.
- Parágrafo único. A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o consorciado poderá se reabilitar.
- Art. 35. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente por período superior a 30 (trinta) dias com as obrigações assumidas em contrato de rateio.
- Parágrafo único. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

**CAPÍTULO III  
DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO**

- Art. 36. A alteração e a extinção de contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.
- § 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao Consórcio.
- § 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.
- § 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.
- § 4º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

**TÍTULO VI  
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS****CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**



Art. 37. A eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do CIS-AMARP acontecerá na forma prevista no regimento interno, aprovado em assembléia geral, sendo a primeira eleição realizada no mês de janeiro do exercício seguinte a ratificação por lei a todos Municípios consorciados.

Art. 38 Funções administrativas do Consórcio poderão, provisoriamente, ser delegadas à Associação de Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP por meio de resolução do Presidente do Consórcio, sem ônus financeiro para o Consórcio.

## CAPITULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento e prestação de contas.

§ 1º No mês de janeiro de cada ano deverão ser apresentados pelo Presidente do Consórcio, para deliberação em Assembléia Geral, o Relatório de Gestão, Balanço do Exercício e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício anterior, e o Plano de Metas e Orçamento para o novo exercício.

§ 2º Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da gestão anterior, ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados e participar da Assembléia Geral mencionada no parágrafo anterior.

Art. 40. A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com os seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III - transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio;

IV - eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

V - respeito aos princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo Consórcio sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

VI - respeito aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde.

Art. 41. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções.

Art. 42. Os casos omissos ao presente Protocolo de Intenções serão resolvidos pela Assembléia Geral e pelas legislações aplicáveis a espécie.

Art. 43. As normas do presente Protocolo de Intenções entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

Art. 44. Fica estabelecido o foro da Comarca de Videira/SC para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio CIS-AMARP.

Videira SC, 11 de julho de 2008.

LAERCIO LAZZARI

Prefeito de Iomerê

VALDIR MARQUES DE OLIVEIRA

Prefeito de Macieira

JURACIR BERTONCELLO

Prefeito de Pinheiro Preto

LAERTES BORELLA

Prefeito de Ponte Alta do Norte

JOÃO CARLOS MUNARETTO

Prefeito de Rio das Antas

JOÃO RODOGER DE MEDEIROS

Prefeito de Santa Cecília

## ANEXO I

### MUNICÍPIOS SUBSCRITORES DO CIS-AMARP:

IOMERÊ

MACIEIRA

PINHEIRO PRETO

PONTE ALTA DO NORTE

RIO DAS ANTAS

SANTA CECÍLIA

### POSSÍVEIS MUNICÍPIOS A ADERIREM O CONSÓRCIO:

ARROIO TRINTA

CAÇADOR

CALMON

CURITIBANOS

FRAIBURGO



FREI ROGÉRIO  
IBIAM  
LEBON RÉGIS  
MATOS COSTA  
SALTO VELOSO  
SÃO CRISTÓVÃO DO SUL  
TIMBÓ GRANDE  
VIDEIRA

## ANEXO II

### I - EMPREGOS PÚBLICOS

Emprego	Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Provimento	Escolaridade Mínima
Diretor Executivo	01	3.500,00	40h	Em Comissão	Curso Superior
Gerente de Programa	02	2.500,00	40h	Em Comissão	Curso Superior
Técnico Administrativo	02	1.500,00	40h	Concurso Público	Curso Superior
Auxiliar Administrativo	04	800,00	40h	Concurso Público	Ensino Médio
Auxiliar de Serviços Gerais	01	400,00	40h	Concurso Público	Ensino Fundamental
Total Geral	10				

### II - ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS

#### DIRETOR EXECUTIVO

- Administrar as ações desenvolvidas pelo Consórcio, na condição de gestor e articulador, fomentando discussões, debates e reuniões, no intuito de aprimorar a qualidade dos serviços prestados pelo Consórcio para seus entes e para a população da área de influência de uma maneira geral.
- Controlar a movimentação de documentos internos e externos;
- Implantar na esfera do Consórcio, técnicas de organização e métodos, administração financeira, administração de recursos humanos, administração de materiais e compras, administração de patrimônio (bens, valores e capitais), administração de custos e administração do serviço público;
- Coordenar as atividades dos outros empregos públicos vinculados ao Consórcio, como gestor delegado pela Presidência;
- Elaborar as pautas das reuniões, responsabilizando-se por todas as questões afeitas ao tema, tais como convocação, preparação de espaços físicos e material de apoio, etc;
- Manter sob controle a agenda de atividades, o edital e atas do Consórcio e da Assembléia;
- Administrar o patrimônio e as questões orçamentárias do Consórcio, elaborando análises e relatórios contábil e financeiros, evidenciando a saúde financeira e defendendo estratégias adequadas a cada caso;
- Propor pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos relacionados às atividades do Consórcio, perseguindo os objetivos definidos;
- Quando cabível, subscrever documentos em nome do Consórcio;
- Encarregar-se da representação do Consórcio perante os agentes de controle e a opinião pública de maneira geral, prestando contas e apresentando realizações, balancetes e balanços, estratégias e ações de valorização e de qualificação ambiental, no âmbito das competências do Consórcio;
- Exercer o auto-controle em cada operação/tarefa, observando os parâmetros de qualidade e segurança estabelecidos, avaliando-os e registrando se necessários os resultados obtidos;
- Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

#### GERENTE DE PROGRAMA

- Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- Organizar e executar a gestão administrativa do Consórcio, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do Consórcio;
- Executar os processos de licitação pública e os contratos administrativos;
- Supervisionar os aspectos contábeis e financeiros do Consórcio.

#### TÉCNICO ADMINISTRATIVO

- Assessorar o Consórcio em sua área de competência e formação, gerando dados e informações, subsidiando e compartilhando experiências no desenvolvimento das atividades da entidade;
- Prestar assessoria técnica aos entes consorciados e ao próprio Consórcio, na elaboração de estratégias e ações;
- Desenvolver, analisar e emitir parecer sobre projetos, especificações, pareceres e normas técnicas;
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com solicitação superior.

#### AUXILIAR ADMINISTRATIVO

- Auxiliar o Gerente e o Diretor Executivo em suas atribuições;



- Responsabilizar-se pelo almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio;
- Participar nos processos de licitação;
- Realizar o controle de documentos de pessoal do Consórcio;
- Demais atividades administrativas do Consórcio.

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

- Auxiliar na execução de atividades genéricas do consórcio, em especial a limpeza e conservação da sede do consórcio;
- Executar serviços de entrega de malotes e documentos;
- Demais serviços de apoio as atividades administrativas do consórcio.

**LEI Nº 2.563**

Publicação Nº 2879562

LEI Nº 2.563, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Abre crédito adicional especial no orçamento vigente do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial, no valor de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), no orçamento vigente do Município, na seguinte programação orçamentária:

06.001.10.301.0006.2026. Manutenção das atividades gerais de saúde

3.1.71.00.00.0.1.020000. Transferências a consórcios públicos	R\$	17.250,00
3.3.71.00.00.0.1.020000. Transferências a consórcios públicos	R\$	3.750,00
TOTAL	R\$	21.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional especial, aberto no art. 1º, é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial de dotação, no montante de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), na seguinte programação orçamentária:

06.001.10.301.0006.2026. Manutenção das atividades gerais de saúde

3.3.90.00.00.0.1.020000. Aplicações Diretas	R\$	21.000,00
---	-----	-----------

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 23 de fevereiro de 2021.

CLAUDIR DUARTE

Prefeito

ANDRÉIA MASSON DAMBROS

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**LEI Nº 2.564**

Publicação Nº 2879563

LEI Nº 2.564, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Concede revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida revisão geral anual da remuneração, em percentual idêntico, a todas as categorias dos servidores públicos municipais, ativos, inativos e pensionistas, conselheiros tutelares e agentes comunitários de saúde, no percentual de 4,52% (quatro inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento), correspondente a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relativo ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. A aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ao invés do índice oficial do Município, ou seja, do Índice de Revisão Geral Anual (IRGA), decorre da determinação da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2021.

Ouro, 23 de fevereiro de 2021.

CLAUDIR DUARTE

Prefeito

ANDRÉIA MASSON DAMBROS

Sec. Mun. da Administração e Fazenda



**LEI Nº 2.565**

Publicação Nº 2879564

LEI Nº 2.565, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021  
Concede reajuste no valor do auxílio-alimentação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reajustado no percentual de 4,52% (quatro inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento), correspondente a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relativo ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, o valor do auxílio-alimentação, instituído pela Lei nº 2.111, de 10 de maio de 2007, passando a vigor com o valor de R\$ 20,61 (vinte reais e setenta e um centavos) por dia efetivamente trabalhado.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2021.

Ouro, 23 de fevereiro de 2021.

CLAUDIR DUARTE

Prefeito

ANDRÉIA MASSON DAMBROS

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**PR Nº 0024/2021**

Publicação Nº 2878114

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N. 0024/2021

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 09/03/2021, às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0032/2021, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0024/2021, menor preço por Item, com entrega parcelada. Objeto: A presente licitação com participação exclusiva de MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, tem por objeto o Registro de Preços, para a aquisição de material de expediente, material didático e escolar, conforme descrito no anexo I do edital. Obtenção do edital: [licitacao2@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacao2@ouro.sc.gov.br); [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br). Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro/SC, 23/02/2021. Andreia Masson Dambros, Secretária Municipal da Administração e Fazenda.



# Ouro Verde

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 004/2021

Publicação Nº 2878662

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
PROCESSO LICITATÓRIO nº011/2021  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2021

O Município de Ouro Verde leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo de merenda escolar da Escola Municipal Professora Sonia Menta Barreta e Creche Maria José de Menezes do Município de Ouro Verde/ SC. Conforme Edital. Entrega dos Envel. Até as 08h00min do dia 09 de março de 2021. Cred. sessão de lances e Hab. Às 08h10min do dia 09 de março de 2021. Obt. do Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de Licitações situado na Rua João Maria Conrado, nº. 425, Centro, na cidade de Ouro Verde – SC, fone (49) 3447-0007 ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br). Ouro Verde (SC), 23 de fevereiro de 2021. Moacir Mottin Prefeito Municipal.

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 005/2021

Publicação Nº 2878667

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
PROCESSO LICITATÓRIO 012/2021  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 005/2021

O Município de Ouro Verde inscrito no CNPJ sob. nº 80.913.031/0001-72 com sede na Rua João Maria Conrado nº 425 Centro, Cidade de Ouro Verde/SC, por intermédio do Prefeito Municipal leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de forma parcelada de Materiais de consumo e limpeza das Secretarias de Administração, Saúde, Infra-Estrutura, Educação Cultura e Esportes e Creche Maria Jose Meneses do Município de Ouro Verde/ SC. conforme Edital e anexos. Entrega dos Envelopes: Até as 08h:00min do dia 10/03/2021. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h10min do dia 10/03/2021. Obtenção do Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de Licitações situado na Rua João Maria Conrado, nº. 425, Centro, na cidade de Ouro Verde – SC, fone (49) 3447-0007 ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br). Ouro Verde (SC), 23 de fevereiro de 2021. Moacir Mottin Prefeito Municipal.

### EXTRATO ADITIVOS E CONTRATO 015 A

Publicação Nº 2877728

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº015 A/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº005/2020

CONTRATANTE:MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CLEAR LABORATÓRIO DE PRÓTESES DENTÁRIAS

Objeto: Registro de Preços para Aquisição eventual e de forma parcelada de próteses dentárias para distribuição gratuita pela Secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde – SC, aos seus Municípios em atendimento aos Programas, especialmente o da Saúde Bucal. Valor certo e ajustado de R\$: 81.630,00 (oitenta e um mil seiscentos e trinta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 05 de fevereiro de 2021. Moacir Mottin - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO X DE REAJUSTE DE VALOR A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº025/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: POSTO OURO VERDE LTDA

Objeto. Registro de Preço para contratação de empresas para o fornecimento parcelado de combustível (gasolina comum), Óleo diesel S10 para todas as Secretarias do Município de Ouro Verde - SC. Amparo legal lei federal nº. 8.666/93. Ouro Verde/SC, 17 de fevereiro de 2021. Moacir Mottin - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO IX DE REAJUSTE DE VALOR A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº003/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: POSTO OURO VERDE LTDA



Objeto. Registro de Preço para contratação de empresas para o fornecimento parcelado de combustível (óleo diesel S500), para todas as Secretarias do Município de Ouro Verde - SC. Amparo legal lei federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 17 de fevereiro de 2021. - Moacir Mottin  
Prefeito Municipal.



**Paial****PREFEITURA****DECRETO 15/2021**

Publicação Nº 2878474

“NOMEIA COMISSÃO PARA ATUAR NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS Nº 01/2021, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VOLNEI DIOGO DE PELEGRIN, Prefeito Municipal em Exercício de Paial, Estado de Santa Catarina, no exercício a competência exclusiva que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do Art. 69, VII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de auto-controlar seus próprios atos;

CONSIDERANDO: a realização do processo seletivo para contratação por tempo determinado de pessoal para substituir servidores efetivos em licença, férias, ou investidos em funções de confiança do magistério público municipal e demais áreas município de Paial/SC;

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam Nomeados os Seguintes membros para compor a Comissão de Acompanhamento relativo aos procedimentos do Processo Seletivo Simplificado nº001/2021.

Atr. 2º - A Comissão ficou assim constituída:

Presidente: Renan Vizzoto

Secretária: Elise Kutszepa

Demais Membros: Amauri José Auziliero

Art. 3º - Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paial, 22 de Fevereiro de 2021.

VOLNEI DIOGO DE PELEGRIN

Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO Nº 016/2021 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878476

“DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À EPIDEMIA DA COVID-19, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VOLNEI DIOGO DE PELEGRIN, Prefeito Municipal em exercício de Paial, Estado de Santa Catarina, no exercício a competência exclusiva que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do Art. 69, VII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para as regiões de Chapecó e Xanxerê permanecem em nível GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha no mapa do Estado);

CONSIDERANDO o colapso na rede de saúde pública e privada do Oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTI's – Unidades de Terapia Intensiva e severo comprometimento do atendimento ambulatorial, bem como o colapso no Hospital Regional do Oeste - HRO;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Município de Paial, tem sido observado o descumprimento das determinações normativas alusivas ao enfrentamento da pandemia em diversos setores;

CONSIDERANDO que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde do município e região;

CONSIDERANDO a oportunidade e conveniência ao interesse público da medida implementada por este decreto, já reconhecida inclusive pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no sentido de que ampliação de horários de funcionamento e flexibilização de ocupação de estabelecimentos aliada à competente fiscalização “facilita a fiscalização do Estado e a observância dos critérios de segurança estabelecidos, afastando-se eventual clandestinidade”;

CONSIDERANDO a possibilidade da efetiva punição aos infratores das normas de segurança em saúde e vigilância sanitária vigentes durante a pandemia da COVID-19, com as medidas ora adotadas;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.032, de 08 de dezembro de 2020 e o Decreto Estadual nº 562/2020.

CONSIDERANDO a disposição do art. 268 do Código Penal, que versa acerca da infração de medida sanitária preventiva;



CONSIDERANDO as deliberações e as ações aprovadas na reunião extraordinária realizada na data de hoje 23 de fevereiro de 2021, envolvendo a representação dos 52 municípios integrantes do CIS-AMOSC e o Secretário de Estado da Saúde;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de preservar a VIDA dos cidadãos paialenses e de, ao mesmo tempo, preservar e manter ativas as atividades empresariais em âmbito municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam expressamente suspensos o funcionamento e/ou realização de:

I - eventos sociais (casamentos, aniversários, jantares, bodas, formaturas, batizados, festas infantis e outros eventos afins);

II - reuniões familiares em residências, sítios e áreas de lazer em comum, em que se constate a presença de pessoas não pertencentes ao núcleo familiar residente no local;

III – comércio varejista de bebidas alcoólicas (tele-beer);

Art. 2º. Todas as praças, parques e demais equipamentos públicos de fácil acesso, permanecerão fechados, sendo proibida a permanência ou aglomeração de pessoas em qualquer horário.

Art. 3º. Fica proibido, a circulação de pessoas, em todo o território do Município, no período compreendido entre 21h e 5h do dia seguinte, exceto para locomoção ao trabalho ou situações de emergência.

Art. 4º. Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas nos seguintes locais:

I - em áreas públicas (ruas, praças, passeios, canteiros, estacionamentos, entre outros), exceto nos lugares expressamente autorizados;

II - em lojas de conveniência, inclusive de postos de combustíveis;

III - em "tele-beer".

Parágrafo único. No que tange a aplicação dos incisos II e III, fica autorizado apenas a comercialização, porém não o consumo no local.

Art. 5º. As determinações previstas neste dispositivo caracterizam normas destinadas a promoção, preservação e recuperação da saúde pública no combate da pandemia e integram o rol de medidas de enfrentamento à emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19). A violação às suas determinações, assim como das demais normas jurídicas federais, estaduais e municipais estará sujeita às sanções legais.

Art. 6º. Permanece em vigor o Decreto nº 14/2021 de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos das 0h do dia 24 de fevereiro de 2021 até o dia 01 de março de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial,  
em 23 de fevereiro de 2021.

VOLNEI DIOGO DE PELEGRIN  
Prefeito Municipal em Exercício

## **PREGÃO PRESENCIAL 010/2021 TUBOS DE CONCRETOS**

Publicação Nº 2878635

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2021  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 010/2021

O Prefeito Municipal em Exercício de Paial - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de registro de preços, no dia 11 de março de 2021, AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE TUBOS E GALERIAS DE CONCRETO, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE PAIAL/SC. As propostas serão recebidas até às 08h45min do dia 11 de março de 2021 e abertas às 09h00min nesta mesma data. O edital, bem como o arquivo Beta Auto cotação, encontram-se disponíveis no site "www.paial.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Finanças e pelo telefone (49) 3451-0045.

Paial - SC, 23 de fevereiro de 2021.

VOLNEI DIOGO DE PELEGRIN  
Prefeito Municipal, em exercício



# Palhoça

## PREFEITURA

### EDITAL CONV.AVAL. 30. QUADRIMESTRE 2020

Publicação Nº 2877775

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA AS 17:30 HORAS DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2021, PARA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS RECEITAS E DESPESAS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2020 DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA.

EDUARDO FRECCIA, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições, com fulcro no Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº 101/00, faz saber a quem interessar possa, especialmente aos cidadãos maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade, que fará realizar Audiência Pública, para Discutir a Avaliação das Metas Fiscais Receitas e Despesas do Terceiro Quadrimestre do Exercício de 2020, no seguinte local, data e horário:

Local – Auditório da Câmara Municipal de Palhoça  
- Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Pagani - Palhoça  
Data - 26 de Fevereiro de 2021  
Horário – 17:30

Assim, todos ficam devidamente convocados para querendo, participarem desta audiência.  
Palhoça (SC), 11 de fevereiro de 2021

EDUARDO FRECCIA  
Prefeito Municipal de Palhoça

### EXTRATO DE ABERTURA DE ORÇAMENTO CC69/2019

Publicação Nº 2878757

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
ORÇAMENTO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 69/2019  
ABERTURA DOS ORÇAMENTOS EM SESSÃO PÚBLICA

A Empresa DECISÃO PROPAGANDA LTDA, vencedora da Concorrência Pública nº 69/2019, que tem como objeto a contratação de agência de propaganda visando à prestação de serviços de publicidade para a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, em observância às disposições da Lei 12.232/2010, por seu artigo 14, realizará SESSÃO PÚBLICA para abertura dos envelopes contendo os orçamentos para contratação de empresa para a prestação de serviços para a Produção de 2 VTs publicitários de 30" cada ( Comercial 30" - Desconto Março e Comercial 30" - Desconto Abril) para Campanha IPTU/2021 da Prefeitura de Palhoça/SC. A sessão será realizada no dia 25 de fevereiro de 2021, às 14:00hs, na Sala de Reunião da Secretaria de Administração, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, nº 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. Palhoça, 23 de fevereiro de 2021. Secretaria de Administração.

### EXTRATO DE TERMO DE RECEBIMENTO E CIENCIA 02/2021

Publicação Nº 2879184

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO DE RECEBIMENTO E CIÊNCIA 002/2021.

À

PEDRO ALVES PEREIRA

CPF: 070.673.139-53

RUA FREI JOÃO VICELLI, Nº 122 – Q: 01 L: 21 – LOT. JOWI

Através deste, o setor de Fiscalização de Obras Privadas encaminha para conhecimento do senhor Pedro Alves Pereira, CPF: 070.673.139-53 que os documentos listados abaixo, que são parte do Processo Administrativo nº 13249/2019 estão a disposição no setor de Fiscalização de Obras Privadas para conhecimento.

Cópia dos documentos deste termo de ciência:

- PARECER JURÍDICO Nº 1.174/2019;
- LAUDO TÉCNICO DE VISTORIA PREDIAL – LTVP Nº 85;
- LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO;
- DESPACHO/DECISÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA;
- TERMO DE CIÊNCIA Nº 002/2021;

Foi enviado o termo de ciência via AR, mas a correspondência foi devolvida, pois o numero da casa não foi encontrado pelos correios. O setor de Fiscalização de Obras Privadas estará à disposição de segunda-feira a sexta-feira, das 13:00h as 19:00h para dirimir eventuais dúvidas e, que em função de exercer atividades externas, os atendimentos ocorrerão no início do expediente ou próximo do termino deste.



Palhoça, 08 de Janeiro de 2021.  
TIAGO P. DOS SANTOS  
AUDITOR FISCAL DE OBRAS E POSTURAS  
MATRÍCULA: 501.080

**PORTARIA 10/2021**

Publicação Nº 2878944

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: [www.palhoca.scv.gov.br](http://www.palhoca.scv.gov.br)

PORTARIA Nº 10 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010. RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 42/2020, que trata da suspensão dos Processos Administrativos Disciplinares nº 3841/2020 e nº 5338/2020 para que o prazo legal volte a correr.

Art. 2º – A portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA 11/2021**

Publicação Nº 2878947

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: [www.palhoca.scv.gov.br](http://www.palhoca.scv.gov.br)

PORTARIA Nº 11, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010.

Considerando o memorando nº 49.956/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE

Art. 1º - Designar ROSI MARIA VARELLA, matrícula nº 800786; MILENE THEODOROVICZ, secretária, matrícula nº 210687; e DÉBORA LETÍCIA HERMANN, vogal, matrícula nº 210571 para, sob presidência da primeira, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº 4393/2021.

Art. 2º - Estabelecer, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Art. 3º - A não conclusão do Processo Administrativo Disciplinar no prazo, não determinará nulidade, salvo prejuízo ao servidor.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA 12/2021**

Publicação Nº 2878949

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: [www.palhoca.scv.gov.br](http://www.palhoca.scv.gov.br)

PORTARIA Nº 12, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010.



Considerando o memorando nº 65.126/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

**RESOLVE**

Art. 1º - Designar ROSI MARIA VARELLA, matrícula nº 800786; MILENE THEODOROVICZ, secretária, matrícula nº 210687; e DÉBORA LETÍCIA HERMANN, vogal, matrícula nº 210571 para, sob presidência da primeira, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº 4395/2021.

Art. 2º - Estabelecer, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Art. 3º - A não conclusão do Processo Administrativo Disciplinar no prazo, não determinará nulidade, salvo prejuízo ao servidor.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA 13/2021**

Publicação Nº 2878950

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: [www.palhoca.scv.gov.br](http://www.palhoca.scv.gov.br)

PORTARIA Nº 13, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010.

Considerando o memorando nº 53.827/2019 da Diretoria Geral de Recursos Humanos.

**RESOLVE**

Art. 1º - Designar ROSI MARIA VARELLA, matrícula nº 800786; MILENE THEODOROVICZ, secretária, matrícula nº 210687; e DÉBORA LETÍCIA HERMANN, vogal, matrícula nº 210571 para, sob presidência da primeira, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº 4399/2021.

Art. 2º – Estabelecer, por força do Diploma Legal, art. 254 da Lei Complementar nº 097/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Art. 3º - A não conclusão do Processo Administrativo Disciplinar no prazo, não determinará nulidade, salvo prejuízo ao servidor.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL 042/2021 - AVISO**

Publicação Nº 2878398

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Modalidade: Pregão Presencial nº 042/2021  
Objeto: Aquisição de mobiliários em geral a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino Fundamental, dos Centros de Educação Infantil, e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município.  
Abertura: 11/03/2021 às 14:00h.  
Lances: 18/03/2021 às 14:00h.  
Local da retirada do Edital e Anexos: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)  
Palhoça, 23 de fevereiro de 2021.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**RESULTADO - PG Nº 002/2021**

Publicação Nº 2879056

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Pregão Presencial nº 002-2021

Objeto: Aquisição de alimentos para o Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes e para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o ano de 2021, através de Registro de Preços.

Empresa Vencedora (LOTES 02, 05, 06, 07, 08, 09 e 11): BRUTHAN COMERCIAL LTDA. Valor: R\$136.334,50 (cento e trinta e seis mil, trezentos e trinta e quatro reais e cinq-enta centavos).

Empresa Vencedora (LOTE 01): EDIGA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME. Valor: R\$41.000,00 (quarenta e um mil reais).

Empresa Vencedora (LOTES 12, 15 e 16): IMPERATRIZ COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. Valor: R\$80.620,59 (oitenta mil, seiscentos e vinte reais e cinquenta e nove centavos).

Empresa Vencedora (LOTE 17): MAYCON WILL EIRELI EPP.

Valor: R\$31.051,90 (trinta e um mil, cinquenta e um reais e noventa centavos).

Empresa Vencedora (LOTE 10): PANIFICADORA E CONFEITARIA SÃO FRANCISCO LTDA – ME. Valor: R\$ 50.165,00 (cinquenta mil e cento e sessenta e cinco reais).

Empresa Vencedora (LOTES 03, 04, 13, 14 e 19): SAFI COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI. Valor: R\$254.755,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil e setecentos e cinquenta e cinco reais).

Não foram apresentadas propostas para o Lote 18 (Nutrição Especial).

Palhoça, 23 de fevereiro de 2021.

EDUARDO FRECCIA

Prefeito Municipal

**RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2021**

Publicação Nº 2878421

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Pregão Presencial nº 016/2021

Objeto Contratação de empresa para execução de serviços de demolição de construções irregulares, retirada e destinação final de entulhos, demolições estas oriundas de cumprimento de mandatos judiciais.

Empresa Vencedora: CRESTANI COMÉRCIO EIRELI

Valor: R\$202.995,00 (duzentos e dois mil e novecentos e noventa e cinco reais).

Palhoça, 23 de fevereiro de 2021.

EDUARDO FRECCIA

Prefeito Municipal de Palhoça

**RESULTADO PREGÃO Nº 012/2021**

Publicação Nº 2878040

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO 012/2021

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2021, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de câmaras para conservação de vacinas e medicamentos, para utilização na Vigilância Epidemiológica e Almoxarifado de Medicamentos.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

BIOTECNO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP ficou classificada em 1º lugar totalizando R\$44.520,00 (quarenta e quatro mil quinhentos e vinte reais);

Palhoça, 23 de fevereiro de 2021.



## ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Publicação Nº 2879663

Pag 1 / 5

**MUNICÍPIO DE PALHOÇA**  
Prestação de Contas  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-e)
			No 6º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 6º Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	866.001.760,00	866.001.760,00	130.639.042,61	15,09	647.876.019,61	74,81	218.125.740,39
RECEITAS CORRENTES	704.426.755,00	704.426.755,00	128.052.635,46	18,18	619.783.623,41	87,98	84.643.131,59
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	198.515.755,00	198.515.755,00	32.758.693,47	16,50	181.977.158,67	91,67	16.538.596,33
Impostos	158.500.000,00	158.500.000,00	25.932.846,17	16,36	139.380.838,44	87,94	19.119.161,56
Taxas	39.295.755,00	39.295.755,00	6.825.847,30	17,37	42.596.320,23	108,40	(3.300.565,23)
Contribuição de Melhoria	720.000,00	720.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00
CONTRIBUIÇÕES	62.700.000,00	62.700.000,00	11.653.958,69	18,59	44.381.592,14	70,78	18.318.407,86
Contribuições Sociais	22.700.000,00	22.700.000,00	4.329.596,24	19,07	13.946.966,53	61,44	8.753.033,47
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	40.000.000,00	40.000.000,00	7.324.362,45	18,31	30.434.625,61	76,09	9.565.374,39
RECEITA PATRIMONIAL	51.889.000,00	51.889.000,00	19.602.876,31	37,78	38.315.193,22	73,84	13.573.806,78
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	29.036,43	29,04	70.963,57
Valores Mobiliários	51.639.000,00	51.639.000,00	19.602.876,31	37,96	38.286.156,79	74,14	13.352.843,21
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	76.948.000,00	76.948.000,00	10.343.708,04	13,44	60.030.318,21	78,01	16.917.681,79
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	75.008.000,00	75.008.000,00	10.121.731,12	13,49	58.700.974,76	78,26	16.307.025,24
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	1.940.000,00	1.940.000,00	221.976,92	11,44	1.329.343,45	68,52	610.656,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	304.264.000,00	304.264.000,00	51.135.206,38	16,81	286.437.564,26	94,14	17.826.435,74
Transferências da União e de suas Entidades	130.840.000,00	130.840.000,00	23.037.783,85	17,61	132.326.345,63	101,14	(1.486.345,63)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	96.529.000,00	96.529.000,00	14.023.788,54	14,53	81.891.450,06	84,84	14.637.549,94
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	76.895.000,00	76.895.000,00	14.064.033,99	18,29	72.174.405,48	93,86	4.720.594,52
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.110.000,00	10.110.000,00	2.558.192,57	25,30	8.641.796,91	85,48	1.468.203,09
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.200.000,00	5.200.000,00	603.093,20	11,60	3.362.233,34	64,66	1.837.766,66
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	4.910.000,00	4.910.000,00	1.955.099,37	39,82	5.279.563,57	107,53	(369.563,57)

Identificador: WPR3631101-9861-YPBKFDAGCC-6 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPR v2013.01

18/02/2021 17:32:24 - 03:00



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA**  
Prestação de Contas  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro



RECEITAS DE CAPITAL	161.575.005,00	161.575.005,00	2.586.407,15	1,60	28.092.396,20	17,39	133.482.608,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	119.100.000,00	119.100.000,00	3.530.418,43	2,96	25.845.719,42	21,70	93.254.280,58
Operações de Crédito - Mercado Interno	119.100.000,00	119.100.000,00	3.530.418,43	2,96	25.845.719,42	21,70	93.254.280,58
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	510.005,00	510.005,00	226.000,00	44,31	226.000,00	44,31	284.005,00
Alienação de Bens Móveis	360.005,00	360.005,00	226.000,00	62,78	226.000,00	62,78	134.005,00
Alienação de Bens Imóveis	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	41.965.000,00	41.965.000,00	(1.170.011,28)	(2,79)	2.020.676,78	4,82	39.944.323,22
Transferências da União e de suas Entidades	26.085.000,00	26.085.000,00	(1.170.011,28)	(4,49)	668.766,88	2,56	25.416.233,12
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.880.000,00	15.880.000,00	0,00	0,00	1.351.909,90	8,51	14.528.090,10
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	33.500.000,00	33.500.000,00	8.511.335,22	25,41	27.466.231,51	81,99	6.035.768,49
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	899.501.760,00	899.501.760,00	139.150.377,83	15,47	675.342.251,12	75,08	224.159.508,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	899.501.760,00	899.501.760,00	139.150.377,83	15,47	675.342.251,12	75,08	224.159.508,88
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	899.501.760,00	899.501.760,00	139.150.377,83	15,47	675.342.251,12	75,08	224.159.508,88
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	84.345.266,68	-	-	45.721.690,78	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	84.345.266,68	-	-	45.721.690,78	-	-



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA**  
Prestação de Contas  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro



DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 6º Bimestre (i)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre		No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	799.808.760,00	890.922.223,90	85.030.987,52	578.695.293,55	312.226.930,35	117.414.140,62	526.747.263,22	364.174.960,68	515.885.680,99	51.948.030,33
DESPESAS CORRENTES	564.158.254,00	632.870.364,54	67.761.433,59	493.683.744,55	139.186.619,99	102.542.582,72	467.431.101,44	165.439.263,10	458.582.855,13	26.252.643,11
Pessoal e Encargos Sociais	301.711.500,00	331.444.240,48	59.156.779,23	286.990.696,13	44.453.544,35	59.219.345,47	286.818.233,07	44.626.007,41	286.818.233,07	172.463,06
Juros e Encargos da Dívida	3.734.000,00	3.734.000,00	381.464,00	2.221.124,00	1.512.876,00	366.104,41	1.841.819,54	1.892.180,46	1.837.046,14	379.304,46
Outras Despesas Correntes	258.712.754,00	297.692.124,06	8.223.190,36	204.471.924,42	93.220.199,64	42.957.132,84	178.771.048,83	118.921.075,23	169.927.575,92	25.700.875,59
DESPESAS DE CAPITAL	234.643.751,00	257.045.104,36	17.269.553,93	85.011.549,00	172.033.555,36	14.871.557,90	59.316.161,78	197.728.942,58	57.302.825,86	25.695.387,22
Investimentos	216.643.751,00	241.899.104,36	13.924.267,50	71.131.262,14	170.767.842,22	12.444.396,77	47.581.003,64	194.318.100,72	45.591.202,45	23.550.258,50
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	18.000.000,00	15.146.000,00	3.345.286,43	13.880.286,86	1.265.713,14	2.427.161,13	11.735.158,14	3.410.841,86	11.711.623,41	2.145.128,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.006.755,00	1.006.755,00	0,00	0,00	1.006.755,00	0,00	0,00	1.006.755,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	28.333.000,00	31.573.000,00	6.370.275,23	27.466.231,51	4.106.768,49	6.370.275,23	27.466.231,51	4.106.768,49	27.466.231,51	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	828.141.760,00	922.495.223,90	91.401.262,75	606.161.525,06	316.333.698,84	123.784.415,85	554.213.494,73	368.281.729,17	543.351.912,50	51.948.030,33
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (X + XI)	828.141.760,00	922.495.223,90	91.401.262,75	606.161.525,06	316.333.698,84	123.784.415,85	554.213.494,73	368.281.729,17	543.351.912,50	51.948.030,33
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	69.180.726,06	-	-	69.180.726,06	-	131.990.338,62	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	828.141.760,00	922.495.223,90	91.401.262,75	675.342.251,12	-	123.784.415,85	623.394.220,79	-	675.342.251,12	51.948.030,33
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 17:33:19.

\* O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

NOTA:



Pag 4 / 5

**MUNICÍPIO DE PALHOÇA**  
Prestação de Contas  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro



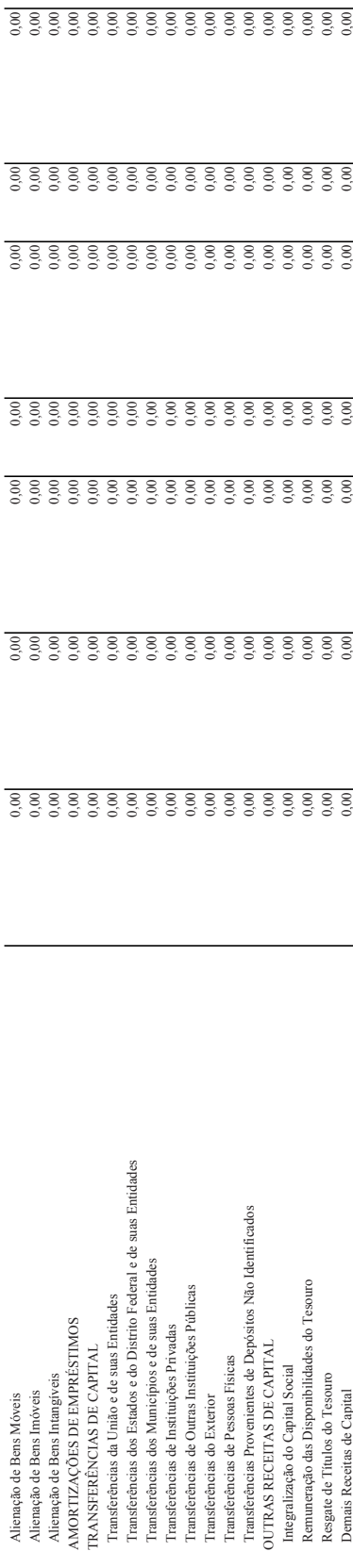
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-e)
			No 6º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 6º Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	33.500.000,00	33.500.000,00	8.511.335,22	25,41	27.466.231,51	81,99	6.033.768,49
RECEITAS CORRENTES	33.500.000,00	33.500.000,00	8.511.335,22	25,41	27.466.231,51	81,99	6.033.768,49
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	33.500.000,00	33.500.000,00	8.511.335,22	25,41	27.466.231,51	81,99	6.033.768,49
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3631101-9661-YPBKFDQCCCC-6 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

IPM Sistemas Ltda  
Aranda Net - WPR v.2013.01

18/02/2021 17:32:24 - 03:00



[illegible]

ISMENIA IRIA CARMISINI  
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILLO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça  
CPF: 004.573.569-79



## ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL EMPENHADA

Publicação Nº 2879682



## MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC

Relatório de Gestão Fiscal

## DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 2023,9779,13118,13132,13139,13140,13141,13142,16212,16694

Poder: Executivo

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	EMPENHADAS												
	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	Sep/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)													
Pessoal Ativo	20.475.485,34	22.104.609,74	22.764.790,15	20.194.953,80	23.521.709,06	26.846.408,36	22.931.599,46	23.510.216,78	23.717.383,95	23.513.324,26	23.575.215,07	38.521.021,57	300.678.717,54
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.407.115,41	20.337.887,19	20.976.028,78	27.285.033,05	21.561.570,80	23.927.863,54	20.947.626,10	21.507.189,46	21.546.172,85	21.436.055,31	21.468.956,06	35.375.669,07	274.777.167,76
Obrigações Patronais	15.679.700,06	17.463.244,89	18.040.424,83	24.254.008,09	18.535.833,60	20.898.829,45	17.937.126,38	18.444.546,03	18.440.973,07	18.323.233,01	18.229.839,66	29.283.779,27	235.531.538,34
Benefícios Previdenciários	2.727.415,35	2.874.642,30	2.935.603,95	3.031.024,96	3.025.737,20	3.029.034,09	3.010.499,72	3.062.643,43	3.105.199,78	3.112.822,30	3.239.116,54	6.091.889,80	39.245.629,42
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.765.868,33	1.766.722,55	1.788.761,37	1.909.920,75	1.955.655,54	2.918.544,82	1.983.973,36	2.003.027,32	2.166.775,70	2.079.268,95	2.085.977,89	3.126.104,05	25.550.600,63
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.543.944,05	1.544.198,27	1.559.628,20	1.677.492,77	1.702.104,08	2.569.056,02	1.752.662,36	1.771.327,36	1.933.185,09	1.848.591,26	1.855.980,24	2.783.166,86	22.540.886,56
Pensões	222.374,28	222.524,28	229.133,17	232.427,98	253.551,46	349.488,80	231.311,00	231.311,00	233.469,37	230.677,69	229.997,65	342.937,19	3.009.227,87
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388,96	97,24	0,00	0,00	0,00	486,20
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	302.501,60	0,00	0,00	0,00	4.482,72	0,00	0,00	0,00	4.435,40	0,00	20.280,98	19.248,45	350.949,15
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.850.877,93	1.966.485,30	2.190.653,72	2.368.381,19	2.189.090,75	3.047.648,99	2.028.809,01	2.365.613,30	2.310.051,34	2.336.070,80	2.418.710,07	3.261.171,92	28.333.564,32
Indenizações, por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	339.861,83	456.759,76	658.889,36	721.491,30	495.538,08	519.529,97	305.354,35	623.043,82	404.735,05	517.320,55	593.250,88	526.092,26	6.161.687,21
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	1.970,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.970,78
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.509.045,32	1.509.725,54	1.531.764,36	1.646.889,89	1.693.732,67	2.528.119,02	1.723.454,66	1.742.569,48	1.905.316,29	1.818.750,25	1.825.459,19	2.735.079,66	22.169.906,33
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.624.607,41	20.138.124,44	20.574.136,43	26.826.572,61	21.332.618,31	23.798.759,37	20.902.790,45	21.144.603,48	21.407.332,61	21.179.253,46	21.156.505,00	35.239.849,65	272.345.153,22

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		605.093.361,43	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		111.133.456,79	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)		0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)		593.959.904,64	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + III b)		272.635.351,07	45,90
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		320.738.348,51	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		304.701.431,08	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		288.664.513,66	48,60

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 18:04:35.

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuaram a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Identificador: WPR3761101-9661-WLQCAJMNWDF-4 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Página 1 / 2





## MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC

Relatório de Gestão Fiscal

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 2023,9779,13118,13132,13139,13140,13141,13142,16212,16694

Poder: Executivo

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL						
	2020	Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte	
	3º Quadrimestre	Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte	
	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)
					Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Limite Máximo (a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						0,00

<sup>1</sup> DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

ISMENIA IRIA CARMISINI  
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça  
CPF: 004.573.569-79



## ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL LIQUIDADADA

Publicação Nº 2879689



## MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC

Relatório de Gestão Fiscal

## DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 2023,9779,13118,13132,13139,13140,13141,13142,16212,16694

Poder: Executivo

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	Sep/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)														
Pessoal Ativo	20.172.983,74	21.966.010,85	22.806.303,68	29.215.234,78	23.555.616,86	26.705.920,11	22.913.875,11	23.585.092,98	23.707.675,44	23.597.553,89	23.605.094,32	38.556.257,93	300.388.519,69	290.197,85
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.407.115,41	20.170.699,67	20.988.953,68	27.285.033,05	21.561.570,80	23.758.413,10	20.921.220,54	21.574.284,45	21.511.937,55	21.518.284,94	21.485.718,84	35.421.472,67	274.604.705,70	172.463,06
Obrigações Patronais	15.679.700,06	17.296.087,37	18.053.349,73	24.254.008,09	18.535.833,60	20.729.379,01	17.937.126,38	18.485.235,46	18.406.737,77	18.406.462,64	18.246.602,30	29.329.882,87	235.359.075,28	172.463,06
Benefícios Previdenciários	2.727.415,35	2.874.642,30	2.935.603,95	3.031.024,96	3.025.737,20	3.029.034,09	2.984.094,16	3.089.048,99	3.105.199,78	3.112.822,30	3.239.116,54	6.091.889,80	39.245.629,42	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.765.868,33	1.766.722,55	1.788.761,37	1.909.920,75	1.955.655,54	2.918.544,82	1.983.973,36	2.003.027,32	2.166.775,70	2.079.268,95	2.085.977,89	3.126.104,05	25.550.600,63	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.543.494,05	1.544.198,27	1.559.628,20	1.677.492,77	1.702.104,08	2.569.056,02	1.752.662,36	1.771.327,36	1.933.185,09	1.848.591,26	1.855.980,24	2.783.166,86	22.540.886,56	0,00
Pensões	222.374,28	222.524,28	229.133,17	232.427,98	253.551,46	349.488,80	231.311,00	231.311,00	233.469,37	230.677,69	229.997,65	342.937,19	3.009.227,87	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388,96	97,24	0,00	0,00	0,00	486,20	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	28.588,63	28.588,63	20.280,98	38.390,52	28.962,19	8.681,21	28.962,19	0,00	0,00	33.397,59	8.681,21	233.214,36	117.734,79
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.850.877,93	1.966.485,30	2.190.653,72	2.368.381,19	2.189.090,75	3.047.648,99	2.028.809,01	2.365.613,30	2.310.051,34	2.336.070,80	2.418.710,07	3.261.171,92	28.333.564,32	0,00
Indenizações, por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	339.861,83	456.759,76	658.889,36	721.491,30	495.538,08	519.529,97	305.354,35	623.043,82	404.735,05	517.320,55	593.250,88	526.092,26	6.161.687,21	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	1.970,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.970,78	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.509.045,32	1.509.725,54	1.531.764,36	1.646.889,99	1.693.732,67	2.528.119,02	1.723.454,66	1.742.569,48	1.905.316,29	1.818.750,25	1.825.459,19	2.735.079,66	22.069.906,33	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.322.105,81	19.999.525,55	20.615.649,96	26.846.853,99	21.366.526,11	23.683.271,12	20.885.066,10	21.220.379,68	21.397.624,10	21.261.483,09	21.186.384,25	33.295.086,01	272.054.955,37	290.197,85

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		605.093.361,43	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		111.133.456,79	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)		0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)		593.959.904,64	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + III b)		272.345.153,22	-
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		320.738.348,51	45,85
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		304.701.431,08	54,00
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		288.664.513,66	51,30
			48,60

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 18:07:34.

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuaram a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Identificador: WPR3781101-9861-XOICFDGIAELH1 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 2





# MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 2023,9779,13118,13132,13139,13140,13141,13142,16212,16694

Poder: Executivo

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
2020				Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte		
3º Quadrimestre				Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

' DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

ISMENIA IRIA CARMISINI  
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça  
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR0761101-9661-XOICFDGIAELH1 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 2 / 2



**ANEXO 10 - DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**

Publicação Nº 2879674



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
 SERVIDORES  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Entidade: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO					
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)	
2019	18.223.641,43	187.531,40	18.036.110,03	293.364.479,50	
2020	21.095.326,19	1.596.389,20	19.498.936,99	312.863.416,49	
2021	19.210.657,36	368.200,24	18.842.457,12	331.705.873,61	
2022	18.662.845,16	495.263,12	18.167.582,04	349.873.455,65	
2023	18.136.617,10	564.157,62	17.572.459,48	367.445.915,13	
2024	17.609.126,50	787.092,56	16.822.033,94	384.267.949,07	
2025	17.077.939,42	1.168.154,98	15.909.784,44	400.177.733,51	
2026	16.467.352,44	2.638.036,48	13.829.315,96	414.007.049,47	
2027	15.773.243,63	4.097.203,16	11.676.040,47	425.683.089,94	
2028	15.147.639,13	5.210.028,50	9.937.610,63	435.620.700,57	
2029	14.396.052,64	6.787.857,75	7.608.194,89	443.228.895,46	
2030	13.693.851,60	8.222.500,25	5.471.351,35	448.700.246,81	
2031	12.924.834,01	9.673.208,29	3.251.625,72	451.951.872,53	
2032	12.120.442,55	11.054.644,13	1.065.798,42	453.017.670,95	
2033	11.448.826,72	11.820.698,18	(371.871,46)	452.645.799,49	
2034	10.761.362,38	12.740.913,71	(1.979.551,33)	450.666.248,16	
2035	10.087.517,04	13.474.950,55	(3.387.433,51)	447.278.814,65	
2036	9.359.625,73	14.497.407,56	(5.137.781,83)	442.141.032,82	
2037	8.625.328,05	15.467.011,22	(6.841.683,17)	435.299.349,65	
2038	7.849.872,14	16.522.270,42	(8.672.398,28)	426.626.951,37	
2039	7.056.623,53	17.542.096,34	(10.485.472,81)	416.141.478,56	
2040	6.315.582,47	18.338.958,04	(12.023.375,57)	404.118.102,99	
2041	5.637.398,46	18.901.357,08	(13.263.958,62)	390.854.144,37	
2042	5.014.149,46	19.244.588,83	(14.230.439,37)	376.623.705,00	
2043	4.295.353,04	19.962.526,99	(15.667.173,95)	360.956.531,05	
2044	3.772.537,59	20.030.255,24	(16.257.717,65)	344.698.813,40	
2045	3.363.991,61	19.741.508,94	(16.377.517,33)	328.321.296,07	
2046	2.949.508,74	19.515.213,35	(16.565.704,61)	311.755.591,46	
2047	2.571.893,08	19.264.315,45	(16.692.422,37)	295.063.169,09	
2048	2.288.356,96	18.717.014,02	(16.428.657,06)	278.634.512,03	
2049	2.077.370,02	17.994.307,39	(15.916.937,37)	262.717.574,66	
2050	1.870.507,84	17.281.495,20	(15.410.987,36)	247.306.587,30	
2051	1.666.728,15	16.620.269,85	(14.953.541,70)	232.353.045,60	
2052	1.514.911,17	15.821.633,83	(14.306.722,66)	218.046.322,94	
2053	1.365.167,17	15.064.635,81	(13.699.468,64)	204.346.854,30	
2054	1.234.955,36	14.283.238,64	(13.048.283,28)	191.298.571,02	
2055	1.129.793,56	13.472.900,46	(12.343.106,90)	178.955.464,12	
2056	1.034.311,83	12.669.819,86	(11.635.508,03)	167.319.956,09	
2057	941.663,53	11.889.570,72	(10.947.907,19)	156.372.048,90	
2058	856.027,13	11.123.969,34	(10.267.942,21)	146.104.106,69	
2059	778.091,51	10.374.604,82	(9.596.513,31)	136.507.593,38	
2060	704.266,61	9.650.296,60	(8.946.029,99)	127.561.563,39	
2061	634.240,37	8.950.789,78	(8.316.549,41)	119.245.013,98	
2062	568.681,43	8.276.019,28	(7.707.337,85)	111.537.676,13	
2063	507.105,78	7.626.103,94	(7.118.998,16)	104.418.677,97	
2064	449.818,30	7.001.333,73	(6.551.515,43)	97.867.162,54	
2065	396.648,51	6.402.154,98	(6.005.506,47)	91.861.656,07	
2066	347.569,98	5.829.149,30	(5.481.579,32)	86.380.076,75	
2067	302.537,94	5.283.000,42	(4.980.462,48)	81.399.614,27	
2068	261.486,39	4.764.453,34	(4.502.966,95)	76.896.647,32	
2069	224.325,94	4.274.270,50	(4.049.944,56)	72.846.702,76	
2070	190.941,38	3.813.176,54	(3.622.235,16)	69.224.467,60	
2071	161.190,76	3.381.795,41	(3.220.604,65)	66.003.862,95	
2072	134.905,62	2.980.591,59	(2.845.685,97)	63.158.176,98	
2073	111.892,01	2.609.822,05	(2.497.930,04)	60.660.246,94	
2074	91.932,83	2.269.489,67	(2.177.556,84)	58.482.690,10	
2075	74.792,92	1.959.324,59	(1.884.531,67)	56.598.158,43	
2076	60.224,67	1.678.774,07	(1.618.549,40)	54.979.609,03	
2077	47.973,90	1.427.013,26	(1.379.039,36)	53.600.569,67	
2078	37.785,49	1.202.954,83	(1.165.169,34)	52.435.400,33	
2079	29.409,45	1.005.278,69	(975.869,24)	51.459.531,09	

Identificador: WPR3711101-9661-ZRSUAWUESII-Z - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág

1 / 3





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
 SERVIDORES  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Entidade: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020

2080	22.605,61	832.461,73	(809.856,12)	50.649.674,97
2081	17.147,91	682.813,85	(665.665,94)	49.984.009,03
2082	12.827,57	554.518,48	(541.690,91)	49.442.318,12
2083	9.455,03	445.672,71	(436.217,68)	49.006.100,44
2084	6.860,78	354.327,08	(347.466,30)	48.658.634,14
2085	4.895,91	278.527,14	(273.631,23)	48.385.002,91
2086	3.431,92	216.356,77	(212.924,85)	48.172.078,06
2087	2.360,01	165.978,73	(163.618,72)	48.008.459,34
2088	1.589,61	125.666,60	(124.076,99)	47.884.382,35
2089	1.046,75	93.829,46	(92.782,71)	47.791.599,64
2090	672,27	69.028,92	(68.356,65)	47.723.242,99
2091	419,82	49.988,24	(49.568,42)	47.673.674,57
2092	253,88	35.593,93	(35.340,05)	47.638.334,52
2093	147,84	24.890,90	(24.743,06)	47.613.591,46

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2019	0,00	0,00	0,00	43.556.077,23
2020	16.249.586,51	28.684.408,00	(12.434.821,49)	31.121.255,74
2021	14.055.520,62	28.036.108,86	(13.980.588,24)	17.140.667,50
2022	12.756.731,85	30.419.111,81	(17.662.379,96)	(521.712,46)
2023	11.394.368,69	33.068.771,44	(21.674.402,75)	(22.196.115,21)
2024	10.173.736,90	34.800.045,16	(24.626.308,26)	(46.822.423,47)
2025	9.087.011,84	35.333.051,23	(26.246.039,39)	(73.068.462,86)
2026	8.054.483,28	35.690.717,25	(27.636.233,97)	(100.704.696,83)
2027	7.219.315,63	35.517.004,46	(28.297.688,83)	(129.002.385,66)
2028	6.451.930,47	35.178.237,24	(28.726.306,77)	(157.728.692,43)
2029	5.751.188,28	34.316.823,10	(28.565.634,82)	(186.294.327,25)
2030	5.088.437,22	33.628.434,92	(28.539.997,70)	(214.834.324,95)
2031	4.487.532,62	32.822.007,58	(28.334.474,96)	(243.168.799,91)
2032	3.978.782,70	31.689.825,71	(27.711.043,01)	(270.879.842,92)
2033	3.589.196,92	30.086.892,29	(26.497.695,37)	(297.377.538,29)
2034	3.230.954,18	28.496.607,84	(25.265.653,66)	(322.643.191,95)
2035	2.959.936,38	26.680.231,69	(23.720.295,31)	(346.363.487,26)
2036	2.702.384,63	24.946.977,71	(22.244.593,08)	(368.608.080,34)
2037	2.481.787,18	23.255.653,53	(20.773.866,35)	(389.381.946,69)
2038	2.276.049,01	21.632.983,89	(19.356.934,88)	(408.738.881,57)
2039	2.078.926,30	20.106.952,97	(18.028.026,67)	(426.766.908,24)
2040	1.895.137,36	18.644.261,67	(16.749.124,31)	(443.516.032,55)
2041	1.724.110,83	17.260.668,12	(15.536.557,29)	(459.052.589,84)
2042	1.564.809,81	15.944.430,65	(14.379.620,84)	(473.432.210,68)
2043	1.415.046,28	14.697.184,71	(13.282.138,43)	(486.714.349,11)
2044	1.275.752,41	13.516.331,87	(12.240.579,46)	(498.954.928,57)
2045	1.147.246,81	12.399.505,74	(11.252.258,93)	(510.207.187,50)
2046	1.025.131,71	11.344.525,53	(10.319.393,82)	(520.526.581,32)
2047	911.112,67	10.349.361,15	(9.438.248,48)	(529.964.829,80)
2048	808.115,91	9.412.095,67	(8.603.979,76)	(538.568.809,56)
2049	713.773,54	8.530.915,34	(7.817.141,80)	(546.385.951,36)
2050	627.618,98	7.704.117,74	(7.076.498,76)	(553.462.450,12)
2051	549.321,44	6.930.099,68	(6.380.778,24)	(559.843.228,36)
2052	477.908,02	6.207.362,93	(5.729.454,91)	(565.572.683,27)
2053	413.823,63	5.534.496,49	(5.120.672,86)	(570.693.356,13)
2054	355.632,78	4.910.148,03	(4.554.515,25)	(575.247.871,38)
2055	303.037,53	4.333.004,40	(4.029.966,87)	(579.277.838,25)
2056	255.937,44	3.801.754,62	(3.545.817,18)	(582.823.655,43)
2057	214.348,97	3.315.059,06	(3.100.710,09)	(585.924.365,52)
2058	177.955,42	2.871.521,44	(2.693.566,02)	(588.617.931,54)
2059	146.172,08	2.469.662,93	(2.323.490,85)	(590.941.422,39)
2060	118.667,53	2.107.898,53	(1.989.231,00)	(592.930.653,39)
2061	95.100,94	1.784.518,58	(1.689.417,64)	(594.620.071,03)
2062	75.125,99	1.497.673,48	(1.422.547,49)	(596.042.618,52)
2063	58.394,71	1.245.374,82	(1.186.980,11)	(597.229.598,63)
2064	44.561,19	1.025.476,44	(980.915,25)	(598.210.513,88)

Identificador: WPR3711101-9661-ZRSUAWUESII-Z - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 2 / 3





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
 SERVIDORES  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Entidade: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020

2065	33.285,96	835.693,76	(802.407,80)	(599.012.921,68)
2066	24.239,59	673.617,48	(649.377,89)	(599.662.299,57)
2067	17.107,64	536.746,61	(519.638,97)	(600.181.938,54)
2068	11.594,51	422.530,99	(410.936,48)	(600.592.875,02)
2069	7.426,95	328.416,72	(320.989,77)	(600.913.864,79)
2070	4.357,54	251.889,90	(247.532,36)	(601.161.397,15)
2071	2.166,70	190.532,79	(188.366,09)	(601.349.763,24)
2072	663,54	142.064,68	(141.401,14)	(601.491.164,38)
2073	0,00	104.380,33	(104.380,33)	(601.595.544,71)
2074	0,00	75.577,65	(75.577,65)	(601.671.122,36)
2075	0,00	53.969,19	(53.969,19)	(601.725.091,55)
2076	0,00	38.083,12	(38.083,12)	(601.763.174,67)
2077	0,00	26.658,35	(26.658,35)	(601.789.833,02)
2078	0,00	18.634,57	(18.634,57)	(601.808.467,59)
2079	0,00	13.136,32	(13.136,32)	(601.821.603,91)
2080	0,00	9.456,80	(9.456,80)	(601.831.060,71)
2081	0,00	7.042,84	(7.042,84)	(601.838.103,55)
2082	0,00	5.475,64	(5.475,64)	(601.843.579,19)
2083	0,00	4.449,52	(4.449,52)	(601.848.028,71)
2084	0,00	3.754,75	(3.754,75)	(601.851.783,46)
2085	0,00	3.253,42	(3.253,42)	(601.855.036,88)
2086	0,00	2.862,54	(2.862,54)	(601.857.899,42)
2087	0,00	2.536,23	(2.536,23)	(601.860.435,65)
2088	0,00	2.249,25	(2.249,25)	(601.862.684,90)
2089	0,00	1.990,93	(1.990,93)	(601.864.675,83)
2090	0,00	1.755,04	(1.755,04)	(601.866.430,87)
2091	0,00	1.538,93	(1.538,93)	(601.867.969,80)
2092	0,00	1.341,13	(1.341,13)	(601.869.310,93)
2093	0,00	1.160,72	(1.160,72)	(601.870.471,65)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 16:59:23.

¹ A coluna "EXERCÍCIO" identifica os exercícios para as projeções das receitas e despesas. Será apresentada a projeção anual, de pelo menos 75 (setenta e cinco) anos, tendo como ano inicial o ano anterior ao da publicação deste demonstrativo, ano em que os valores demonstrados deverão ser os efetivamente executados.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI  
 Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
 Prefeito Municipal de Palhoça  
 CPF: 004.573.569-79



**ANEXO 11 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Publicação Nº 2879675



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a-b)	Em Reais
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Recita de Alienação de Bens Móveis	525.005,00	226.663,90		298.341,10
Recita de Alienação de Bens Imóveis	360.005,00	226.000,00		134.005,00
Recita de Alienação de Bens Intangíveis	150.000,00	0,00		150.000,00
Recita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00		0,00
	15.000,00	663,90		14.336,10

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-g)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital	1.646.152,06	264.389,28	237.596,73	235.838,73	26.792,55	0,00	1.381.762,78
Investimentos	1.646.152,06	264.389,28	237.596,73	235.838,73	26.792,55	0,00	1.381.762,78
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2019 (i)	2020 (j) = (Ib - (IIe + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (III + IIII)
VALOR (III)		1.010.638,58	1.001.463,75

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 16:49:12.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI  
Téc. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça  
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3721 01-9661-YIEZXARUXUD-8 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 1



## ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Publicação Nº 2879676



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bimestre	%
		(a)	(b)	(b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	158.500.000,00	158.500.000,00	139.380.838,44	87,94
Recita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	66.500.000,00	66.500.000,00	50.514.600,07	75,96
IPTU	50.000.000,00	50.000.000,00	39.874.833,12	79,75
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	16.500.000,00	16.500.000,00	10.639.766,95	64,48
Recita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	20.000.000,00	20.000.000,00	22.708.872,07	113,54
ITBI	20.000.000,00	20.000.000,00	22.708.872,07	113,54
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	50.000.000,00	50.000.000,00	43.788.873,03	87,58
ISS	42.000.000,00	42.000.000,00	41.691.034,19	99,26
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	8.000.000,00	8.000.000,00	2.097.838,84	26,22
Recita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	22.000.000,00	22.000.000,00	22.368.493,27	101,67
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	185.725.000,00	185.725.000,00	157.259.675,41	84,67
Cota-Parte FPM	78.000.000,00	78.000.000,00	61.387.244,19	78,70
Cota-Parte ITR	125.000,00	125.000,00	18.125,00	14,50
Cota-Parte IPVA	27.000.000,00	27.000.000,00	22.334.528,65	82,72
Cota-Parte ICMS	79.000.000,00	79.000.000,00	72.528.679,11	91,81
Cota-Parte IPI-Exportação	1.200.000,00	1.200.000,00	991.098,46	82,59
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)</b>	<b>344.225.000,00</b>	<b>344.225.000,00</b>	<b>296.640.513,85</b>	<b>86,18</b>

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até 6º Bimestre	%	Até 6º Bimestre	%	Até 6º Bimestre	%	
		(c)	(d)	(d/c) x 100	(e)	(e/c) x 100	(f)	(f/c) x 100	(g)
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	57.795.750,00	86.697.750,00	81.799.240,60	94,35	80.808.162,53	93,21	80.772.080,32	93,17	991.078,07
Despesas Correntes	57.295.750,00	84.197.750,00	80.139.441,23	95,18	79.795.092,91	94,77	79.759.010,70	94,73	344.348,32
Despesas de Capital	500.000,00	2.500.000,00	1.659.799,37	66,39	1.013.069,62	40,52	1.013.069,62	40,52	646.729,75
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	11.500.000,00	998.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	7.060.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	4.440.000,00	998.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	50.000,00	50.000,00	9.166,74	18,33	8.828,50	17,66	8.828,50	17,66	338,24

Identificador: WPR3731101-9661-JURBCTHINXK-1 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág

1

/

5





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

Despesas Correntes	50.000,00	18,33	8.828,50	17,66	8.828,50	17,66	338,24
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	13.005,00	1,61	210,00	1,61	210,00	1,61	0,00
Despesas Correntes	8.005,00	2,62	210,00	2,62	210,00	2,62	0,00
Despesa de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)</b>	<b>69.358.755,00</b>	<b>93,22</b>	<b>80.817.201,03</b>	<b>92,09</b>	<b>80.781.118,82</b>	<b>92,05</b>	<b>991.416,31</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPs							
DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS					
(d)	(e)	(f)					
Total das Despesas com ASPs (XII) = (XI)	81.808.617,34	80.817.201,03	80.781.118,82				
(+) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00				
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPs em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00				
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00				
<b>(=) VALOR APLICADO EM ASPs (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)</b>	<b>81.808.617,34</b>	<b>80.817.201,03</b>	<b>80.781.118,82</b>				
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (III) x 15,00 % (LC 141/2012)			44.496.077,08				
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVIII) = (III) x 15,00 % (Lei Orgânica Municipal)			44.496.077,08				
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI) (h ou i) - (XVII)	37.312.540,26	36.321.123,95	36.285.041,74				
Límite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	-	-				
<b>PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPs (XX) = (XVI) / (III) * 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)</b>	<b>27,58</b>	<b>27,58</b>	<b>-</b>				

LIMITE NÃO CUMPRIDO							
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012							
Saldo Inicial (no exercício atual)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)			
	Empenhadas	Liquidadas	Pagas	(k = g - (i ou h))			
(g)	(h)	(i)	(j)				
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Identificador: WPR2731101-9861-URFECTHNNXK-1 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR									
CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Valor Mínimo para aplicação em ASPS	Valor aplicado em ASPS no exercício	Valor inscrito em RP considerado no Limite¹	Valor aplicado além do limite mínimo	Total inscrito em RP no exercício	Total de RP a pagar	Total de RP cancelados ou prescritos	Total da compensação de RP cancelados	Saldo do valor aplicado além do limite mínimo após cancelamentos e compensações² (r) = (o + q - p)
Empenhos de 2019	43.059.750,70	73.448.175,63	0,00	30.388.424,93	670.073,14	372.693,38	297.379,75	0,00	30.091.045,18
Empenhos de 2018	38.284.829,53	66.490.316,96	0,00	28.205.487,43	221.558,90	49.453,85	172.105,05	0,00	28.033.382,38
Empenhos de 2017	34.571.316,04	58.310.813,81	0,00	23.739.497,77	167.750,05	105.839,15	61.910,90	0,00	23.677.586,87
Empenhos de 2016	31.155.226,40	57.549.233,88	0,00	26.394.007,48	1.657.624,82	1.626.938,67	30.666,15	0,00	26.363.341,33
Empenhos de 2015 e anteriores	28.524.022,72	46.793.071,17	0,00	18.269.048,45	289.335,86	280.352,38	8.983,48	0,00	18.260.064,97
<b>TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEQUINTE (XXI)</b>	<b>175.595.145,39</b>	<b>302.591.611,45</b>	<b>0,00</b>	<b>126.996.466,06</b>	<b>3.006.342,77</b>	<b>2.435.297,43</b>	<b>571.045,33</b>	<b>0,00</b>	<b>126.425.420,73</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
Saldo Inicial (s)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (x) = (s - t ou u)	
	Empenhadas (t)	Liquidadas (u)	Pagas (v)		
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a compensar (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2018 a compensar (XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO			
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS
			Até 6º Bimestre (b) % (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVI)	42.290.000,00	42.290.000,00	28.857.409,84 68,24
Proveniente da União - Fundo a Fundo	34.100.000,00	34.100.000,00	25.429.466,03 74,57
Proveniente dos Estados	8.190.000,00	8.190.000,00	3.427.943,81 41,86
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00 0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXVII)	0,00	0,00	0,00 0,00
OUTRAS RECEITAS (XXVIII)	20.000,00	20.000,00	67.337,03 336,69
<b>TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXIX) = (XXVI + XXVII + XXVIII)</b>	<b>42.310.000,00</b>	<b>42.310.000,00</b>	<b>28.924.746,87 68,36</b>

Identificador: WPR2731101-9861-URFECTHNNXK-1 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO				DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até 6º Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até 6º Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até 6º Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até 6º Bimestre (g)	% (g/f) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXX)	38.910.005,00	56.548.630,88	33.662.444,22	59,53	30.196.712,61	53,40	29.926.300,13	52,92	29.926.300,13	52,92	3.465.731,61
Despesas Correntes	32.100.000,00	46.995.442,94	30.697.552,82	65,32	28.318.420,85	60,26	28.234.671,77	60,08	28.234.671,77	60,08	2.379.131,97
Despesas de Capital	6.810.005,00	9.553.187,94	2.964.891,40	31,04	1.878.291,76	19,66	1.691.628,36	17,71	1.691.628,36	17,71	1.086.599,64
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXI)	6.200.000,00	2.870.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	3.500.000,00	1.620.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.700.000,00	1.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXIV)	3.150.000,00	3.447.000,00	1.022.848,99	29,67	985.067,65	28,58	951.447,99	27,60	951.447,99	27,60	37.781,34
Despesas Correntes	2.600.000,00	2.897.000,00	978.463,99	33,78	942.547,65	32,54	908.927,99	31,37	908.927,99	31,37	35.916,34
Despesas de Capital	550.000,00	550.000,00	44.385,00	8,07	42.520,00	7,73	42.520,00	7,73	42.520,00	7,73	1.865,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXVII) = (XXX + XXXI + XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI)</b>	<b>48.260.005,00</b>	<b>62.865.630,88</b>	<b>34.685.293,21</b>	<b>55,17</b>	<b>31.181.780,26</b>	<b>49,60</b>	<b>30.877.748,12</b>	<b>49,12</b>	<b>30.877.748,12</b>	<b>49,12</b>	<b>3.503.512,95</b>

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (Computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até 6º Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até 6º Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até 6º Bimestre (f)	% (f/e) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXVIII) = (IV + XXX)	96.705.755,00	143.246.380,88	115.461.684,82	80,60	111.004.875,14	77,49	110.698.380,45	77,28	4.456.809,68
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIX) = (V + XXXI)	17.700.000,00	3.868.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XL) = (VI + XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLI) = (VII + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLII) = (VIII + XXXIV)	3.200.000,00	3.497.000,00	1.032.015,73	29,51	993.896,15	28,42	960.276,49	27,46	38.119,58
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLIII) = (XIX + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLIV) = (X + XXXVI)	13.005,00	13.005,00	210,00	1,61	210,00	1,61	210,00	1,61	0,00

Identificador: WPR3731101-9861-URFECTHNNXK1 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Entidade: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLV) = (XI + XXXVII)	117.618.760,00	150.624.385,88	116.493.910,55	77,34	111.998.981,29	74,36	111.658.866,94	74,13	4.494.929,26
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVI)	117.618.760,00	150.624.385,88	116.493.910,55	77,34	111.998.981,29	74,36	111.658.866,94	74,13	4.494.929,26

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Emissão: 16/02/2021, às 16:54:15.

<sup>1</sup> A coluna de RP Considerado no Limite deve ser comparada com a coluna de RP Pagos. Sempre que os valores pagos de um ano forem maiores que o total de RP Considerado no Limite, todo o restante do RP poderá ser cancelado sem comprometer o limite do respectivo ano.  
<sup>2</sup> O controle dos cancelamentos no quadro específico "Controle dos Restos a Pagar Cancelados para fins de Cumprimento do Limite Mínimo de Despesas com Saúde, conforme o artigo 24 da LC nº 141/2012" será realizado apenas para os exercícios que tiverem valores negativos na coluna "Saldo Excedente".

<sup>3</sup> Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI  
 Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
 Prefeito Municipal de Palhoça  
 CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3731101-9861-URFECTHNNXK-1 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 5 / 5



## ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

Publicação Nº 2879677



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2020		Em reais
		No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	14.801.215,90	14.801.215,90	14.801.215,90
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	14.801.215,90	14.801.215,90	14.801.215,90
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	20.639.079,48	20.639.079,48	20.639.079,48
Obrigações contratuais	0,00	20.639.079,48	20.639.079,48	20.639.079,48
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2020)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	20.639.079,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	20.639.079,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1 - QLUZ CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA SPE S.A	0,00	20.639.079,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>20.639.079,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	548.091.476,24	605.093.361,43	605.093.361,43	605.093.361,43	605.093.361,43	605.093.361,43	605.093.361,43	605.093.361,43	605.093.361,43	605.093.361,43	605.093.361,43
<b>TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>20.639.079,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>3,41</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 16:56:09.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI  
Téc. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça  
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3741101-9861-JYXXKBCWKKWE-2 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 1



## ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO

Publicação Nº 2879679



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Em Reais
	Até 6º Bimestre	
<b>RECEITAS</b>		
Previsão Inicial	899.501.760,00	
Previsão Atualizada	899.501.760,00	
Receitas Realizadas	675.342.251,12	
Déficit Orçamentário	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	45.721.690,78	
<b>DESPESAS</b>		
Dotação Inicial	828.141.760,00	
Créditos Adicionais	94.353.463,90	
Dotação Atualizada	922.495.223,90	
Despesas Empenhadas	606.161.525,06	
Despesas Liquidadas	606.161.525,06	
Despesas Pagas	543.351.912,50	
Superávit Orçamentário	69.180.726,06	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO</b>	<b>Até 6º Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas	606.161.525,06	
Despesas Liquidadas	606.161.525,06	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>Até 6º Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida	605.093.361,43	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	593.959.904,64	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	593.959.904,64	
<b>RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>	<b>Até 6º Bimestre</b>	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO		
Receitas Previdenciárias Realizadas	53.692.036,22	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	75.861.942,55	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	22.169.906,33	
Resultado Previdenciário	53.692.036,22	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO		
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00	
Resultado Previdenciário	0,00	

Identificador: WPR3751101-9861-HXSFJZZOULFH9 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 4





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Entidade: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até 6º Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário - Acima da Linha		(53.172.005,00)	56.120.286,65	(105,54)
Resultado Nominal - Acima da Linha		(18.711.497,78)	92.085.422,97	(492,13)

Identificador: WPR3751101-9861-HXSF-UZZOULFH-9 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 2 / 4





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até 6º Bimestre	Pag. Até 6º Bimestre	Saldo a pagar
<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>				
Poder Executivo	9.073.188,36	1.104,25	9.049.926,69	22.157,42
Poder Legislativo	9.073.118,11	1.104,25	9.049.856,44	22.157,42
Poder Judiciário	70,25	0,00	70,25	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS</b>				
Poder Executivo	31.188.412,95	11.352.354,92	16.010.918,62	3.825.139,41
Poder Legislativo	31.168.972,83	11.345.310,60	15.998.522,82	3.825.139,41
Poder Judiciário	19.440,12	7.044,32	12.395,80	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>40.261.601,31</b>	<b>11.353.459,17</b>	<b>25.060.845,31</b>	<b>3.847.296,83</b>

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até 6º Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até 6º Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	85.222.676,92	25,00	28,20
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	68.674.928,75	60,00	80,05
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até 6º Bimestre	Saldo Não Realizado
Receta de Operação de Crédito	25.845.719,42	93.254.280,58
Despesa de Capital Líquida	85.011.549,00	172.033.555,36

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Piano Previdenciário	18.036.110,03	7.608.194,89	(10.485.472,81)	(13.048.283,28)
Receitas Previdenciárias	18.223.641,43	14.396.052,64	7.056.623,53	1.234.955,36
Despesas Previdenciárias	187.531,40	6.787.857,75	17.542.096,34	14.283.238,64
Resultado Previdenciário	18.036.110,03	7.608.194,89	(10.485.472,81)	(13.048.283,28)
Piano Financeiro	0,00	(28.565.634,82)	(18.028.026,67)	(4.554.515,25)
Receitas Previdenciárias	0,00	5.751.188,28	2.078.926,30	355.632,78
Despesas Previdenciárias	0,00	34.316.823,10	20.106.952,97	4.910.148,03
Resultado Previdenciário	0,00	(28.565.634,82)	(18.028.026,67)	(4.554.515,25)

Identificador: WPR2751101-9861-HXSF-JZOUJFH-9 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 3 / 4





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até 6º Bimestre	Saldo a Realizar
Recetas de Alienação de Ativos		226.663,90	298.341,10
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		264.389,28	1.381.762,78

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até 6º Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até 6º Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	80.817.201,03	15,00	27,58

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	3,41

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 18:51:46.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI  
Téc. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça  
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3751101-9861-HXSF-UZZOULFH-9 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 4 / 4



## ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Publicação Nº 2879691



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório de Gestão Fiscal  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		RS 1,00			
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020			Até 3º Quadrimestre
		Até 1º Quadrimestre	Até 2º Quadrimestre	Até 3º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	30.640.410,14	39.399.825,53	40.715.415,77	43.303.782,05	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	30.640.410,14	39.399.825,53	40.715.415,77	43.303.782,05	
Empréstimos	30.640.410,14	39.399.825,53	40.715.415,77	43.303.782,05	
Internos	30.640.410,14	39.399.825,53	40.715.415,77	43.303.782,05	
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	117.095.391,55	161.352.079,79	186.658.464,13	167.776.229,63	
Disponibilidade de Caixa <sup>1</sup>	115.970.629,17	160.252.213,28	183.886.484,27	166.899.970,95	
Disponibilidade de Caixa Bruta	125.043.817,53	160.531.799,76	184.117.096,80	177.783.981,58	
(-) Restos a Pagar Processados	9.073.188,36	279.586,48	230.612,53	10.884.010,63	
Demais Haveres Financeiros	1.124.762,38	1.099.866,51	2.771.979,86	876.258,68	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	(86.454.981,41)	(121.952.254,26)	(145.943.048,36)	(124.472.447,58)	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	548.091.476,24	548.854.230,69	587.596.703,85	605.093.361,43	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	1.560.301,22	9.306.176,22	11.133.456,79	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	548.091.476,24	547.293.929,47	578.290.527,63	593.959.904,64	
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	5,59	7,20	7,04	7,29	
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	(15,77)	(22,28)	(25,24)	(20,96)	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	657.709.771,49	656.732.715,36	693.948.633,16	712.751.885,57	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	591.938.794,34	591.077.443,83	624.553.769,84	641.476.697,01	

Identificador: WPR3771101-9861-0POOOZEVZY5-8 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 3





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório de Gestão Fiscal  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até 1º Quadrimestre	Até 2º Quadrimestre	Até 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	245.798.879,57	245.798.879,57	245.798.879,57	339.302.876,75
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	237.439,83	4.991.315,62	5.440.434,97	589.822,15
RP NÃO-PROCESSADOS	31.188.412,95	7.546.014,48	4.236.990,08	55.772.898,76
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 14:04:24.

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

<sup>2</sup> Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusão) - Vencidos e não pagos".

NOTA:

Identificador: WPR37711019661-0POOOZEVZY58 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 2 / 3





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório de Gestão Fiscal  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

<b>TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA</b>									
Exercício em que o ente excedeu o limite		Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte	
Quadrimestre/Semestre		Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte	
Limite Máximo	% DCL	Redutor mínimo de 25% do Excedente	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL	Redutor Residual	% DCL
(a)	(b)	(d) = (0,25*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (e-c)	(i)	(j) = (i-a)	(l)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
									0,00

ISMENIA IRIA CARMISINI  
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça  
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR37711019661-0POOOZEYFZY58 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 3 / 3



## ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

Publicação Nº 2879664



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (b)		No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (d)		
		(a)		(b)	% (b/total b)		(d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTAL)	871.168.760,00	962.282.223,90	85.030.987,52	578.695.293,55	95,47	117.414.140,62	526.747.263,22	435.534.960,68	51.948.030,33
LEGISLATIVA	24.870.000,00	24.870.000,00	3.138.557,03	16.576.910,54	2,73	3.980.712,62	16.507.258,59	8.362.741,41	69.651,95
Ação Legislativa	24.870.000,00	24.870.000,00	3.138.557,03	16.576.910,54	2,73	3.980.712,62	16.507.258,59	8.362.741,41	69.651,95
JUDICIÁRIA	6.060.000,00	6.060.000,00	811.176,53	4.642.556,54	0,77	907.435,90	4.626.747,32	1.433.252,68	15.809,22
Ação Judiciária	6.020.000,00	6.020.000,00	811.176,53	4.642.556,54	0,77	907.435,90	4.626.747,32	1.393.252,68	15.809,22
Demais Subfunções	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	131.302.000,00	130.621.465,62	12.624.501,73	84.442.975,23	13,93	11.280.487,12	75.033.042,94	55.588.422,68	9.409.932,29
Planejamento e Orçamento	1.440.000,00	1.440.000,00	114.080,41	935.568,68	0,15	153.825,19	931.337,86	508.662,14	4.230,82
Administração Geral	123.512.000,00	122.831.465,62	12.425.710,08	82.971.447,49	13,69	11.022.681,33	73.566.288,46	49.265.177,16	9.405.159,03
Administração de Receitas	5.500.000,00	5.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500.000,00	0,00
Demais Subfunções	850.000,00	850.000,00	84.711,24	535.959,06	0,09	103.980,60	535.416,62	314.583,38	542,44
SEGURANÇA PÚBLICA	9.345.000,00	11.728.221,08	586.975,15	7.958.262,70	1,31	2.291.030,26	6.647.886,46	5.080.334,62	1.310.376,24
Policimento	3.150.000,00	3.150.000,00	337.309,25	2.182.166,88	0,36	464.998,49	2.167.831,63	982.168,37	14.335,25
Defesa Civil	210.000,00	210.000,00	0,00	83.209,70	0,01	126.790,30	66.994,89	143.005,11	16.214,81
Demais Subfunções	5.985.000,00	8.368.221,08	249.665,90	5.692.886,12	0,94	1.823.139,98	4.413.059,94	3.955.161,14	1.279.826,18
ASSISTÊNCIA SOCIAL	37.972.745,00	42.258.432,04	2.912.193,14	21.062.494,23	3,47	4.142.952,99	20.357.384,37	21.901.047,67	705.109,86
Assistência ao Idoso	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.710.000,00	2.330.061,31	0,00	15.801,03	0,00	3.677,27	15.801,03	2.314.260,28	0,00
Assistência Comunitária	35.582.744,00	38.823.348,73	2.627.766,14	20.170.666,20	3,33	18.652.682,53	19.885.556,34	18.937.792,39	285.109,86
Demais Subfunções	680.000,00	1.105.021,00	284.427,00	876.027,00	0,14	87.780,00	456.027,00	648.994,00	420.000,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	42.280.000,00	42.090.000,00	5.840.316,67	28.952.345,97	4,78	5.945.860,37	28.950.582,47	13.139.417,53	1.763,50
Previdência Básica	38.120.000,00	38.120.000,00	5.212.081,94	25.550.114,43	4,22	12.569.885,57	25.550.114,43	12.569.885,57	0,00
Demais Subfunções	4.160.000,00	3.970.000,00	628.234,73	3.402.231,54	0,56	733.778,43	3.400.468,04	569.531,96	1.763,50
SAÚDE	112.728.760,00	143.454.385,88	18.312.760,62	109.471.412,52	18,06	33.982.973,36	104.976.483,26	38.477.902,62	4.494.929,26
Atenção Básica	91.905.755,00	136.166.380,88	18.515.847,98	108.439.186,79	17,89	22.439.217,98	103.982.377,11	32.184.003,77	4.456.809,68
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	17.700.000,00	3.868.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.868.000,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.110.000,00	3.407.000,00	(203.087,36)	1.032.015,73	0,17	169.724,77	993.896,15	2.413.103,85	38.119,58
Demais Subfunções	13.005,00	13.005,00	0,00	210,00	0,00	0,00	210,00	12.795,00	0,00
EDUCAÇÃO	159.536.500,00	162.190.239,34	20.985.517,58	132.521.909,41	21,86	28.632.583,81	129.857.329,93	32.332.909,41	2.664.579,48
Ensino Fundamental	76.557.000,00	78.156.851,57	9.592.016,42	64.333.633,12	10,61	13.915.933,45	62.053.124,97	16.103.726,60	2.280.508,15
Ensino Profissional	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Ensino Superior	12.860.000,00	13.209.185,44	1.475.281,71	8.415.348,70	1,39	1.740.017,85	8.300.264,54	4.908.920,90	115.084,16
Educação Infantil	69.037.500,00	69.702.202,33	9.670.332,15	58.710.735,98	9,69	12.726.476,26	58.445.934,15	11.256.268,18	264.801,83
Educação de Jovens e Adultos	1.080.000,00	1.120.000,00	247.887,30	1.062.191,61	0,18	250.156,25	1.058.006,27	61.993,73	4.185,34
CULTURA	1.967.000,00	4.227.000,00	730.561,64	1.998.752,63	0,33	939.629,93	1.992.152,17	2.234.847,83	6.000,46
Difusão Cultural	430.000,00	2.170.000,00	649.454,84	867.814,36	0,14	754.200,22	1.992.152,17	1.307.632,60	5.446,96
Demais Subfunções	1.537.000,00	2.057.000,00	81.106,80	1.130.938,27	0,19	185.429,71	1.129.784,77	927.215,23	1.153,50
URBANISMO	164.715.000,00	201.445.036,98	22.256.713,90	88.588.924,25	14,61	112.854.112,73	60.866.713,36	140.576.323,62	27.722.210,89
Infra-Estrutura Urbana	100.830.000,00	127.421.133,14	(147.752,52)	34.880.288,04	5,75	92.540.845,10	26.559.018,17	100.862.114,97	8.321.269,87
Serviços Urbanos	62.285.000,00	72.721.903,84	22.404.466,42	53.708.636,21	8,86	11.029.491,86	34.307.695,19	38.414.208,65	19.400.941,02
Transportes Coletivos Urbanos	1.600.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00	0,00
HABITAÇÃO	520.000,00	520.000,00	0,00	138.315,68	0,02	0,00	103.727,55	416.272,45	34.588,13

Identificador: WPR3641101-9661-WHINSYOBUSXO-0 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 4





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

Habituação Urbana	520.000,00	520.000,00	96.977.771,00	96.977.771,00	0,00	138.315,68	0,00	381.684,32	0,00	15.844.224,10	103.727,55	0,00	416.272,45	34.588,13
SANEAMENTO	86.798.000,00	86.798.000,00	96.977.771,00	96.977.771,00	(5.132.939,30)	67.568.979,25	11,15	29.408.791,75	11,15	15.844.224,10	64.038.537,44	11,55	32.939.233,56	3.530.441,81
Saneamento Básico Urbano	86.608.000,00	86.608.000,00	96.787.771,00	96.787.771,00	(5.132.939,30)	67.568.979,25	11,15	29.218.791,75	11,15	15.844.224,10	64.038.537,44	11,55	32.749.233,56	3.530.441,81
Demais Subfunções	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	4.821.000,00	4.821.000,00	5.334.553,95	5.334.553,95	425.890,37	2.371.290,13	0,39	2.963.263,82	0,39	460.699,14	2.311.563,40	0,42	3.022.990,55	59.726,73
Controle Ambiental	4.803.000,00	4.803.000,00	5.316.553,95	5.316.553,95	425.890,37	2.371.290,13	0,39	2.945.263,82	0,39	460.699,14	2.311.563,40	0,42	3.004.990,55	59.726,73
Demais Subfunções	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00
AGRICULTURA	2.650.000,00	2.650.000,00	2.650.000,00	2.650.000,00	233.164,59	1.673.321,23	0,28	976.678,77	0,28	327.909,36	1.615.996,90	0,29	1.034.003,10	57.324,33
Promoção da Produção Agropecuária	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	25.322,00	0,00	1.246.780,00	0,00	0,00	25.322,00	0,00	1.246.780,00	0,00
Demais Subfunções	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	233.164,59	1.647.999,23	0,27	852.000,77	0,27	327.909,36	1.590.674,90	0,29	909.325,10	57.324,33
COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.250.000,00	2.250.000,00	3.820.000,00	3.820.000,00	752.204,99	1.589.806,11	0,26	2.230.193,89	0,26	226.647,20	1.020.741,30	0,18	2.799.258,70	569.064,81
Demais Subfunções	2.250.000,00	2.250.000,00	3.820.000,00	3.820.000,00	752.204,99	1.589.806,11	0,26	2.230.193,89	0,26	226.647,20	1.020.741,30	0,18	2.799.258,70	569.064,81
DESPORTO E LAZER	3.808.000,00	3.808.000,00	4.492.363,01	4.492.363,01	612.792,88	3.126.079,83	0,52	1.366.283,18	0,52	615.959,01	3.083.132,08	0,56	1.409.230,93	42.947,75
Desporto Comunitário	2.588.000,00	2.588.000,00	3.272.363,01	3.272.363,01	588.752,36	3.049.884,05	0,50	222.478,96	0,50	608.872,01	3.030.976,82	0,55	241.386,19	18.907,23
Lazer	1.220.000,00	1.220.000,00	1.220.000,00	1.220.000,00	24.040,52	76.195,78	0,01	1.143.804,22	0,01	7.087,00	52.155,26	0,01	1.167.844,74	24.040,52
ENCARGOS ESPECIAIS	7.178.000,00	7.178.000,00	7.178.000,00	7.178.000,00	(59.400,00)	6.010.957,30	0,99	1.167.042,70	0,99	758.812,43	4.757.983,68	0,86	2.420.016,32	1.252.973,62
Outros Encargos Especiais	7.178.000,00	7.178.000,00	7.178.000,00	7.178.000,00	(59.400,00)	6.010.957,30	0,99	1.167.042,70	0,99	758.812,43	4.757.983,68	0,86	2.420.016,32	1.252.973,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	72.366.755,00	72.366.755,00	72.366.755,00	72.366.755,00	0,00	0,00	0,00	72.366.755,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.366.755,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.333.000,00	31.573.000,00	31.573.000,00	31.573.000,00	6.370.275,23	27.466.231,51	4,53	4.106.768,49	4,53	6.370.275,23	27.466.231,51	4,96	4.106.768,49	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	899.501.760,40	993.855.223,90	993.855.223,90	993.855.223,90	91.401.262,75	606.161.525,06	100,00	387.693.698,84	100,00	1.23.784.415,85	554.213.494,73	100,00	439.641.729,17	51.948.030,33

FONTES: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 16:31:31.

NOTA:

Identificador: WPR3841 101-9861-WHINSYOEBUSXO-0 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidação

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (b)	% (b/III b)		No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (d)	% (d/III d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	28 333.000,00	31.573.000,00	6.370.275,23	27.466.231,51	4,53	4.106.708,49	6.370.275,23	27.466.231,51	4,96	4.106.708,49	0,00
LEGISLATIVA	830.000,00	830.000,00	142.927,75	596.644,53	0,10	233.355,47	142.927,75	596.644,53	0,11	233.355,47	0,00
Ação Legislativa	830.000,00	830.000,00	142.927,75	596.644,53	0,10	233.355,47	142.927,75	596.644,53	0,11	233.355,47	0,00
JUDICIÁRIA	540.000,00	540.000,00	116.709,95	492.055,87	0,08	47.944,13	116.709,95	492.055,87	0,09	47.944,13	0,00
Ação Judiciária	540.000,00	540.000,00	116.709,95	492.055,87	0,08	47.944,13	116.709,95	492.055,87	0,09	47.944,13	0,00
ADMINISTRAÇÃO	3.480.000,00	3.480.000,00	686.822,03	2.888.974,65	0,48	591.025,35	686.822,03	2.888.974,65	0,52	591.025,35	0,00
Planejamento e Orçamento	102.000,00	102.000,00	8.354,51	36.373,10	0,01	65.626,90	8.354,51	36.373,10	0,01	65.626,90	0,00
Administração Geral	3.338.000,00	3.338.000,00	673.126,74	2.826.397,28	0,47	511.602,72	673.126,74	2.826.397,28	0,51	511.602,72	0,00
Demais Subfunções	40.000,00	40.000,00	5.340,78	26.204,27	0,00	13.795,73	5.340,78	26.204,27	0,00	13.795,73	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	310.000,00	310.000,00	33.712,30	204.324,99	0,03	105.675,01	33.712,30	204.324,99	0,04	105.675,01	0,00
Policimento	220.000,00	220.000,00	33.712,30	204.324,99	0,03	15.675,01	33.712,30	204.324,99	0,04	15.675,01	0,00
Demais Subfunções	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000.000,00	2.000.000,00	432.127,47	1.854.289,83	0,31	145.710,17	432.127,47	1.854.289,83	0,33	145.710,17	0,00
Assistência Comunitária	2.000.000,00	2.000.000,00	432.127,47	1.854.289,83	0,31	145.710,17	432.127,47	1.854.289,83	0,33	145.710,17	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	240.000,00	430.000,00	81.450,38	315.620,76	0,05	114.379,24	81.450,38	315.620,76	0,06	114.379,24	0,00
Previdência Básica	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
Demais Subfunções	140.000,00	330.000,00	81.450,38	315.620,76	0,05	14.379,24	81.450,38	315.620,76	0,06	14.379,24	0,00
SAÚDE	4.890.000,00	7.170.000,00	1.643.592,10	7.022.498,03	1,16	147.501,97	1.643.592,10	7.022.498,03	1,27	147.501,97	0,00
Atenção Básica	4.800.000,00	7.080.000,00	1.643.592,10	7.022.498,03	1,16	57.501,97	1.643.592,10	7.022.498,03	1,27	57.501,97	0,00
Vigilância Epidemiológica	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00
EDUCAÇÃO	13.508.000,00	14.278.000,00	2.788.880,75	12.184.502,12	2,01	2.093.497,88	2.788.880,75	12.184.502,12	2,20	2.093.497,88	0,00
Ensino Fundamental	7.350.000,00	7.350.000,00	1.417.364,88	6.016.423,54	0,99	1.333.576,46	1.417.364,88	6.016.423,54	1,09	1.333.576,46	0,00
Ensino Profissional	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Ensino Superior	397.000,00	467.000,00	100.752,53	440.605,09	0,07	26.394,91	100.752,53	440.605,09	0,08	26.394,91	0,00
Educação Infantil	5.700.000,00	6.400.000,00	1.270.763,34	5.727.473,49	0,94	672.526,51	1.270.763,34	5.727.473,49	1,03	672.526,51	0,00
Educação de Jovens e Adultos	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
URBANISMO	1.540.000,00	1.540.000,00	288.216,96	1.229.511,58	0,20	310.488,42	288.216,96	1.229.511,58	0,22	310.488,42	0,00
Serviços Urbanos	1.540.000,00	1.540.000,00	288.216,96	1.229.511,58	0,20	310.488,42	288.216,96	1.229.511,58	0,22	310.488,42	0,00
SANEAMENTO	180.000,00	180.000,00	29.993,40	129.145,15	0,02	50.854,85	29.993,40	129.145,15	0,02	50.854,85	0,00
Saneamento Básico Urbano	180.000,00	180.000,00	29.993,40	129.145,15	0,02	50.854,85	29.993,40	129.145,15	0,02	50.854,85	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	345.000,00	345.000,00	58.865,66	254.942,76	0,04	90.057,24	58.865,66	254.942,76	0,05	90.057,24	0,00
Controle Ambiental	345.000,00	345.000,00	58.865,66	254.942,76	0,04	90.057,24	58.865,66	254.942,76	0,05	90.057,24	0,00
AGRICULTURA	110.000,00	110.000,00	22.307,79	94.598,90	0,02	15.401,10	22.307,79	94.598,90	0,02	15.401,10	0,00
Demais Subfunções	110.000,00	110.000,00	22.307,79	94.598,90	0,02	15.401,10	22.307,79	94.598,90	0,02	15.401,10	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	40.000,00	40.000,00	38.319,60	38.319,60	0,01	1.680,40	38.319,60	38.319,60	0,01	1.680,40	0,00
Demais Subfunções	40.000,00	40.000,00	38.319,60	38.319,60	0,01	1.680,40	38.319,60	38.319,60	0,01	1.680,40	0,00
DESPORTO E LAZER	320.000,00	320.000,00	35.319,35	160.802,74	0,03	159.197,26	35.319,35	160.802,74	0,03	159.197,26	0,00
Desporto Comunitário	320.000,00	320.000,00	35.319,35	160.802,74	0,03	159.197,26	35.319,35	160.802,74	0,03	159.197,26	0,00

Identificador: WPR3841.101-9861-WHNSYOEBSUXO-0 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

ISMENIA IRIA CARMISINI  
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça  
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3841 101-9661-WHNSYOEBUSXO-0 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 4 / 4



## ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Publicação Nº 2879666

**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	Set/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020		
RECEITAS CORRENTES (I)	43.723.513,10	49.474.927,17	52.916.233,75	60.536.083,20	47.357.689,56	54.261.788,15	62.402.270,44	54.555.608,61	48.760.621,51	43.032.092,24	64.230.578,96	69.984.149,07	651.235.555,76	741.466.755,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.715.471,06	13.683.588,05	20.457.096,16	26.009.508,98	12.236.636,61	11.785.638,84	13.396.126,67	14.347.309,76	13.601.787,72	12.895.281,35	15.133.021,67	17.625.671,80	181.977.158,67	198.515.755,00
IPTU	2.444.594,38	2.973.214,05	10.131.371,20	17.346.635,46	3.721.982,87	2.318.579,85	2.171.546,60	1.933.723,53	1.865.902,73	1.898.759,21	1.793.397,71	1.914.892,48	50.514.600,07	66.500.000,00
ISS	3.512.228,38	3.400.230,07	3.217.139,97	2.599.691,92	2.304.975,08	2.201.536,98	3.839.587,34	5.128.426,39	4.971.150,73	3.881.743,18	4.043.182,88	3.062.382,08	43.785.873,03	50.000.000,00
ITBI	1.162.141,66	1.164.338,89	1.247.388,52	841.071,71	1.361.939,74	1.681.284,13	2.234.872,93	2.770.836,55	1.981.447,84	2.671.384,81	1.960.515,28	2.208.872,07	22.908.872,07	20.000.000,00
IRRF	17.867,71	1.598.015,28	1.568.767,23	3.783.348,49	1.528.761,40	1.763.756,20	1.725.788,12	1.673.278,16	1.665.643,52	1.070.535,89	3.941.366,30	3.431.292,33	22.368.493,27	22.000.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.578.638,93	4.547.789,76	4.292.429,24	3.783.348,49	3.083.982,72	3.049.381,95	3.408.655,55	2.843.045,13	3.810.642,90	3.372.558,26	3.394.559,50	3.431.287,80	42.596.320,23	40.015.755,00
Contribuições	2.431.082,66	3.549.489,58	3.889.791,98	3.811.474,36	3.728.835,51	3.726.735,16	3.441.544,42	3.520.361,08	3.491.413,37	1.136.905,33	5.915.199,12	5.738.759,57	44.381.592,14	42.700.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(713.321,42)	4.289.529,20	5.150.414,86	5.812.147,74	6.632.473,05	(2.319.210,39)	(3.466.994,63)	295.568,76	9.511.763,30	10.091.113,01	38.315.193,21	51.890.000,00
Contribuição de Melhoria	1.658.765,30	1.372.944,44	(7138											



## ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Publicação Nº 2879692



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório de Gestão Fiscal  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020			RS 1.00
		Até 1º Quadrimestre	Até 2º Quadrimestre	Até 3º Quadrimestre	
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	548.091.476,24	548.854.230,69	587.596.703,85	605.093.361,43	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	1.560.301,22	9.306.176,22	11.133.456,79	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	548.091.476,24	547.293.929,47	578.290.527,63	593.959.904,64	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	120.580.124,77	120.404.664,48	127.223.915,08	130.671.179,02	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 22%)	108.522.112,29	108.364.198,03	114.501.524,47	117.604.061,12	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até 1º Quadrimestre	Até 2º Quadrimestre	Até 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 14:12:22.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI  
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça  
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR2781101-9861-MAXAYR.WAG.V.5 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 1



**ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Publicação Nº 2879693



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório de Gestão Fiscal  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	<u>VALOR REALIZADO</u>	
	<u>No 3º Quadrimestre</u>	<u>Até 3º Quadrimestre (a)</u>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	7.214.852,20	25.845.719,42
Interna	7.214.852,20	25.845.719,42
Empréstimos	7.214.852,20	25.845.719,42
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (II)	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)</b>	<b>7.214.852,20</b>	<b>25.845.719,42</b>

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	<u>VALOR</u>	<u>% SOBRE A RCL AJUSTADA</u>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	605.093.361,43	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	11.133.456,79	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	593.959.904,64	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	25.845.719,42	4,35
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	95.033.584,74	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 16%)	85.530.226,27	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	41.577.193,32	7,00

<u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	<u>VALOR REALIZADO</u>	
	<u>No 3º Quadrimestre</u>	<u>Até 3º Quadrimestre (a)</u>
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 18:12:55.

¹ Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em [conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip](http://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip), essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI  
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça  
CPF: 004.573.569-79



## ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

Publicação Nº 2879667



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RRRÉO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PLANO PREVIDENCIÁRIO			RECEITAS REALIZADAS	
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até 6º Bimestre/2019		
				Até 6º Bimestre/2020	Até 6º Bimestre/2019	
RECEITAS CORRENTES (I)		104.980.000,00	104.980.000,00	75.861.942,55	35.315.619,29	
Receita de Contribuições dos Segurados		22.700.000,00	22.700.000,00	13.946.966,53	0,00	
Civil		22.700.000,00	22.700.000,00	13.946.966,53	0,00	
Ativo		21.000.000,00	21.000.000,00	13.724.496,74	0,00	
Inativo		1.100.000,00	1.100.000,00	209.824,98	0,00	
Pensionista		600.000,00	600.000,00	12.644,81	0,00	
Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições Patronais		30.000.000,00	30.000.000,00	23.587.291,39	0,00	
Civil		30.000.000,00	30.000.000,00	23.587.291,39	0,00	
Ativo		30.000.000,00	30.000.000,00	23.587.291,39	0,00	
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial		48.700.000,00	48.700.000,00	37.562.149,87	34.524.988,14	
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários		48.700.000,00	48.700.000,00	37.562.149,87	34.524.988,14	
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes		3.580.000,00	3.580.000,00	765.534,76	790.621,15	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		3.200.000,00	3.200.000,00	743.295,45	779.943,37	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)¹		0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes		380.000,00	380.000,00	22.239,31	10.677,78	
RECEITAS DE CAPITAL (III)		0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)		104.980.000,00	104.980.000,00	75.861.942,55	35.315.619,29	

Identificador: WPR3661101-9661-SQZTYPEFLDRQ-3 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 6





# MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até 6º Bimestre/ 2020	Até 6º Bimestre/ 2019	Até 6º Bimestre/ 2020	Até 6º Bimestre/ 2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	22.169.906,33	17.848.940,17	22.169.906,33	17.848.940,17	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	20.113.847,89	16.031.129,39	20.113.847,89	16.031.129,39	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	2.056.058,44	1.817.810,78	2.056.058,44	1.817.810,78	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	105.030.000,00	105.030.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	105.030.000,00	105.030.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)</b>	<b>105.030.000,00</b>	<b>105.030.000,00</b>	<b>22.169.906,33</b>	<b>17.848.940,17</b>	<b>22.169.906,33</b>	<b>17.848.940,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²</b>	<b>(50.000,00)</b>	<b>(50.000,00)</b>	<b>53.692.036,22</b>	<b>17.466.679,12</b>	<b>53.692.036,22</b>	<b>17.466.679,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Identificador: WPR3661101-9661-SQZTYPEFLDRQ-3 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI





# MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR		0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR		0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS		APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar		0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos		0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA
		2020
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,00
Investimentos e Aplicações		348.927.308,47
Outro Bens e Direitos		0,00
		317.656.852,28

Identificador: WPR3661101-9661-SQZTYPEFLDRQ-3 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 3 / 6





# MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PLANO FINANCEIRO			RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		Até 6º Bimestre/2020	Até 6º Bimestre/2019
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados					
Civil	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Militar	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00		0,00	0,00
Civil	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Militar	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00		0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00		0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00		0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00		0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00		0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Identificador: WPR3661101-9661-SQZTYPEFLDRQ-3 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI





# MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até 6º Bimestre/ 2020	Até 6º Bimestre/ 2019	Até 6º Bimestre/ 2020	Até 6º Bimestre/ 2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)²</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

Identificador: WPR3661101-9661-SQZTYPEFLDRQ-3 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	RECEITAS REALIZADAS	
		Até 6º Bimestre/2020	Até 6º Bimestre/2019
RECEITAS CORRENTES	800.000,00	0,00	364.207,01
<b>TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)</b>	<b>800.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>364.207,01</b>

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até 6º Bimestre/2020	Até 6º Bimestre/2019	Até 6º Bimestre/2020	Até 6º Bimestre/2019	Em 2020	Em 2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	3.840.000,00	4.090.000,00	3.699.494,90	2.539.806,03	3.697.731,40	2.510.440,94	1.763,50	29.365,09
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	460.000,00	210.000,00	18.357,40	26.337,54	18.357,40	26.337,54	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>4.300.000,00</b>	<b>4.300.000,00</b>	<b>3.717.852,30</b>	<b>2.566.143,57</b>	<b>3.716.088,80</b>	<b>2.536.778,48</b>	<b>1.763,50</b>	<b>29.365,09</b>
<b>RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)</b>	<b>(3.500.000,00)</b>	<b>(3.500.000,00)</b>	<b>(3.717.852,30)</b>	<b>(2.201.936,56)</b>	<b>(3.716.088,80)</b>	<b>(2.172.571,47)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema Atende: Net - IPM, Unidade Responsável: IPPA - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 16:35:18.

\* Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

- O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI  
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça  
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3661101-9661-SQZTYPEFLDRQ-3 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 6 / 6



## ANEXO 5 - DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

Publicação Nº 2879694



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório de Gestão Fiscal  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: 2023.9779, 13118, 13132, 13139, 13140, 13141, 13142, 16212, 16694  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										RS 1.00	
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(f)					
		(b)	(c)								
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	(a)	93.587.045,51	7.265,47	466.044,12	501.217,00	769.168,71	0,00	91.843.350,21	15.966.270,14	0,00	75.877.080,07
Recursos Ordinários		93.587.045,51	7.265,47	466.044,12	501.217,00	769.168,71	0,00	91.843.350,21	15.966.270,14	0,00	75.877.080,07
Outros Recursos não Vinculados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)		436.341.110,12	15.162,93	103.395.538,41	3.323.651,43	480.993,38	0,00	422.125.764,27	35.912.108,24	0,00	386.213.656,03
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário		381.599,01	0,00	78.978,16	0,86	1.829,08	0,00	300.790,91	295.374,73	0,00	5.416,18
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro		4.577.393,15	0,00	186.928,94	0,87	25.153,71	0,00	4.365.309,63	679.790,67	0,00	3.685.518,96
Recursos Vinculados à Educação		230.565,92	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	230.315,92	82.004,87	0,00	148.311,05
Recursos Vinculados à Saúde		2.301.660,52	0,00	36.082,21	0,01	25.118,45	0,00	2.240.459,85	991.416,31	0,00	1.249.043,54
Outros Recursos Vinculados à Saúde		17.461.130,13	1.087,15	290.574,14	0,00	4.319,70	0,00	17.165.140,14	3.243.395,35	0,00	13.921.753,79
Recursos Vinculados à Assistência Social		6.820.906,82	11.525,78	3.217,46	1.279,96	1,70	0,00	6.804.881,92	1.164.784,24	0,00	5.640.097,68
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário		348.927.308,47	0,00	0,00	0,00	937,18	0,00	348.926.371,29	0,00	0,00	348.926.371,29
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)		1.160.840,23	0,00	1.336.309,12	96.772,20	0,00	0,00	(272.241,09)	3.421,90	0,00	(275.662,99)
Recursos de Aterramento de Bens/Ativos		1.111.972,43	0,00	1.758,00	0,00	0,20	0,00	1.110.214,23	26.792,55	0,00	1.083.421,68
Outros Recursos Vinculados		53.367.733,44	2.550,00	8.461.440,08	3.225.597,53	423.633,36	0,00	41.254.512,47	29.425.127,62	0,00	11.829.384,85
TOTAL (III) = (I + II)		529.928.155,63	22.428,40	10.861.582,23	3.824.868,43	1.250.162,09	0,00	513.969.114,48	51.878.378,38	0,00	462.090.736,10

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 07:12:39.

<sup>1</sup> Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI  
Téc. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça  
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3801101-9861-RSVQJFBJHQTOP-5 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 1



**ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RGF**

Publicação Nº 2879695



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
 Relatório de Gestão Fiscal  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Entidade: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

LRF, art. 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ 3º QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	605.093.361,43	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	593.959.904,64	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	593.959.904,64	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	272.345.153,22	45,85
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	320.738.348,51	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	304.701.431,08	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	288.664.513,66	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	(124.472.447,58)	(20,96)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	712.751.885,57	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	130.671.179,02	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	25.845.719,42	4,35
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	95.033.584,74	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	41.577.193,32	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	51.878.378,38	462.090.736,10

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 15:47:41.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI  
 Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
 Prefeito Municipal de Palhoça  
 CPF: 004.573.569-79



## ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Publicação Nº 2879669



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

	ACIMA DA LINHA		Em reais
	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até 6º Bimestre/2020 RECEITAS REALIZADAS
			(a)
RECEITAS CORRENTES (I)		704.426.755,00	619.783.623,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		198.515.755,00	181.977.158,67
IPTU		66.500.000,00	50.514.600,07
ISS		50.000.000,00	43.788.873,03
ITBI		20.000.000,00	22.708.872,07
IRRF		22.000.000,00	22.368.493,27
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		40.015.755,00	42.596.320,23
Contribuições		62.700.000,00	44.381.592,14
Receta Patrimonial		51.889.000,00	38.315.193,22
Aplicações Financeiras (II)		51.639.000,00	38.286.156,79
Outras Receitas Patrimoniais		250.000,00	29.036,43
Transferências Correntes		304.264.000,00	286.437.564,26
Cota-Parte do FPM		70.200.000,00	54.640.582,77
Cota-Parte do ICMS		63.200.000,00	58.022.944,39
Cota-Parte do IPVA		21.600.000,00	17.867.623,91
Cota-Parte do ITR		125.000,00	14.500,11
Transferências da LC 87/1996		400.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989		960.000,00	792.878,75
Transferências do FUNDEB		75.340.000,00	72.174.405,48
Outras Transferências Correntes		72.439.000,00	82.924.628,85
Demais Receitas Correntes		87.058.000,00	68.672.115,12
Outras Receitas Financeiras (III)		0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes		87.058.000,00	68.672.115,12
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - III)		652.787.755,00	581.497.466,62
RECEITAS DE CAPITAL (V)		161.575.005,00	28.092.396,20
Operações de Crédito (VI)		119.100.000,00	25.845.719,42
Amortização de Empréstimos (VII)		0,00	0,00
Alienação de Bens		510.005,00	226.000,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		110.000,00	10.100,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		250.005,00	215.900,00
Outras Alienações de Bens		150.000,00	0,00
Transferências de Capital		41.965.000,00	2.020.676,78
Convênios		34.765.000,00	2.020.676,78
Outras Transferências de Capital		7.200.000,00	0,00

Identificador: WPR367101-986 -RUOTETHLTXIR6 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 4





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

Outras Receitas de Capital		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias		0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XD) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)		42.115.000,00	2.020.676,78
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)		694.902.755,00	583.518.143,40

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até 6º Bimestre/2020			
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS
		(a)	(b)	(c)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS CORRENTES (XIII)	632.870.364,54	493.683.744,55	467.431.101,44	458.582.855,13	10.919.299,54
Pessoal e Encargos Sociais	331.444.240,48	286.990.696,13	286.818.233,07	286.818.233,07	15.759,44
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	3.734.000,00	2.221.124,00	1.841.819,54	1.837.046,14	0,00
Outras Despesas Correntes	297.692.124,06	204.471.924,42	178.771.048,83	169.927.575,92	10.903.540,10
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	629.136.364,54	491.462.620,55	465.589.281,90	456.745.808,99	10.919.028,56
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	257.045.104,36	85.011.549,00	59.316.161,78	57.302.825,86	5.091.890,06
Investimentos	241.899.104,36	71.131.262,14	47.581.003,64	45.591.202,45	5.091.890,06
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	15.146.000,00	13.880.286,86	11.735.158,14	11.711.623,41	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	241.899.104,36	71.131.262,14	47.581.003,64	45.591.202,45	5.091.890,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	1.006.755,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	872.042.223,90	562.593.882,69	513.170.285,54	502.337.011,44	16.010.918,62
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]</b>					<b>56.120.286,65</b>

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(53.172.005,00)

JUROS NOMINAIS	Até 6º Bimestre/2020
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	38.286.156,79
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	2.321.020,47
<b>RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)</b>	<b>92.085.422,97</b>

Identificador: WPR3671101-9861-RUQTBTHLTXIP-6 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(18.711.497,78)

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	ABAIXO DA LINHA	
	Em 31/Dez/2019 (a)	Até 6º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	30.640.410,14	43.303.782,05
DEDUÇÕES (XXIX)	117.095.391,55	167.776.229,63
Disponibilidade de Caixa <sup>1</sup>	115.970.629,17	166.899.970,95
Disponibilidade de Caixa Bruta	125.043.817,53	177.783.981,58
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	9.073.188,36	10.884.010,63
Demais Haveres Financeiros	1.124.762,38	876.258,68
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	(86.454.981,41)	(124.472.447,58)
<b>RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)</b>		<b>38.017.466,17</b>

AJUSTE METODOLÓGICO	Até 6º Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	(1.810.822,27)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	215.900,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)</b>	<b>39.612.388,44</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)</b>	<b>3.647.252,12</b>

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	71.360.000,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 16:41:13.

<sup>1</sup> Essa linha não deverá apresentar saldo negativo, portanto, se o total dos Restos a Pagar Processados for maior que o total da Disponibilidade de Caixa Bruta, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

NOTA:

Identificador: WPR3671101-9861-RUQTBTHLTXP-6 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 3 / 4





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

ISMENIA IRIA CARMISINI  
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça  
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3671101-9861-RUQTBTHLTXR-6 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 4 / 4



## ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Publicação Nº 2879671



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Em Reais	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidades	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2019				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2019					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b)-(c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g)-(i+j)	l = (e+k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)												
Executivo	78.167,45	8.995.020,91	9.049.926,69	1.104,25	22.157,42	2.497.080,66	28.691.332,29	16.011.189,60	16.010.918,62	11.352.354,92	3.825.139,41	3.847.296,83
SECRETARIA DE TURISMO MUNICIPAL	78.167,45	8.994.950,66	9.049.856,44	1.104,25	22.157,42	2.497.080,66	28.671.892,17	15.998.793,80	15.998.522,82	11.345.310,60	3.825.139,41	3.847.296,83
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SESP	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	13.481,83	5.602,03	5.602,03	7.879,80	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	17.234,63	256.124,27	273.358,90	0,00	(0,00)	29.058,88	5.264.432,23	2.535.798,04	2.535.798,04	2.634.102,02	123.591,05	123.591,05
SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO E ESGOTO - SAMAE	403,55	88.319,35	88.319,35	0,00	403,55	0,00	605.978,33	209.805,71	209.805,71	396.172,61	0,01	403,56
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.087.695,35	0,00	7.429,55	7.429,55	88.452,29	991.813,51	991.813,51
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO	5.066,42	259.855,66	259.855,66	0,00	5.066,42	0,00	854.525,90	541.407,05	541.407,05	299.616,85	13.502,00	18.568,42
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	1.959,99	22.026,80	1.959,99	1.959,99	20.066,81	(0,00)	(0,00)
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	43,80	382.263,91	382.217,16	46,75	43,80	0,56	1.674.366,17	509.683,61	509.683,61	1.163.401,43	1.281,69	1.325,49
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIO	0,00	201,75	201,75	0,00	0,00	0,00	4.089,15	3.926,75	3.926,75	162,40	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.424,69	0,00	0,00	27.424,69	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.577,15	676.799,04	677.289,04	0,00	1.087,15	360.891,37	2.009.976,58	1.281.199,38	1.281.199,38	1.089.668,56	0,01	1.087,16
FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.867.253,89	1.716.261,53	1.716.261,53	1.150.992,36	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA DE PALHOÇA	0,00	75.447,76	75.447,76	0,00	0,00	0,00	126.057,13	18.572,07	18.572,07	106.656,06	829,00	829,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	13.922,85	13.922,85	0,00	0,00	3.586,32	397.639,22	256.823,59	256.823,59	141.219,13	3.182,82	3.182,82
FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	0,00	5.680,77	5.680,77	0,00	0,00	14.939,13	51.124,82	2.598,66	2.598,66	60.194,28	3.271,01	3.271,01
FUNDO MUNICIPAL CORPO DE BOMBEIRO-FUNREBOM	0,00	1.070,39	1.070,39	0,00	0,00	0,00	8.073,02	6.409,21	6.409,21	0,00	1.663,81	1.663,81
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	58.838,85	58.838,85	0,00	0,00	11.507,41	201.941,30	77.670,93	77.670,93	135.777,78	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	1.874,00	152.389,37	141.178,37	0,00	13.085,00	0,00	283.118,13	92.363,33	92.092,35	190.754,80	270,98	13.355,98
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA	0,00	28.467,86	28.467,86	0,00	0,00	0,00	67.468,39	10.188,99	10.188,99	57.279,40	0,00	0,00
IPPA	0,00	2.244,08	2.244,08	0,00	0,00	0,00	29.365,09	27.858,85	27.858,85	1.506,24	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	5.371,55	5.371,55	0,00	0,00	0,00	18.250,28	3.327,73	3.327,73	14.922,55	0,00	0,00
SECRET. MUNICIPAL DE MARICULTURA, PESCA E AGRICULTURA	0,00	15.132,20	15.132,20	0,00	0,00	0,00	75.199,14	25.397,21	25.397,21	49.801,93	0,00	0,00
SECRET. MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO	0,00	333.261,21	333.261,21	0,00	0,00	0,00	236.177,74	208.116,40	208.116,40	6.961,34	21.100,00	21.100,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO	49.496,40	6.379.431,16	6.427.870,06	1.057,50	0,00	604.560,14	12.534.174,02	7.951.950,28	7.951.950,28	2.955.578,43	2.231.205,45	2.231.205,45
SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA	2.260,00	0,00	0,00	0,00	2.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.260,00
SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA E DEF. CIDADÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	335.390,60	0,00	0,00	0,00	38.410,04	296.980,56	296.980,56
SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA MUNICIPAL	211,50	251.128,63	251.128,63	0,00	211,50	49.450,90	1.299.748,32	504.442,91	504.442,91	708.308,80	136.447,51	136.659,01

Identificador: WPPR3681101-9861-AGBAPYIYAFH12 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 2





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Em Reais
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2019				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2019						
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b)-(c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (g+i)-(h+j)	l = (e+k)	
Legislativo	0,00	70,25	70,25	0,00	0,00	0,00	19.440,12	12.395,80	12.395,80	7.044,32	0,00	0,00	
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	70,25	70,25	0,00	0,00	0,00	19.440,12	12.395,80	12.395,80	7.044,32	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	78.167,45	8.995.020,91	9.049.926,69	1.104,25	22.157,42	2.497.080,66	28.691.332,29	16.011.189,60	16.010.918,62	11.352.354,92	3.825.139,41	3.847.296,83	

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 16:44:33.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI  
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça  
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3681101-9661-AGBAPYIYATH12 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI



## ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

Publicação N° 2879672



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

PREÇO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)						RS 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	RECEITAS DE ENSINO		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
	PREVISÃO INICIAL	Até 6º Bimestre (b)		Até 6º Bimestre (b)	%	
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	158.500.000,00	139.380.838,44	158.500.000,00	139.380.838,44	87,94	
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	66.500.000,00	50.514.600,07	66.500.000,00	50.514.600,07	75,96	
1.1.1- IPTU	50.000.000,00	39.874.833,12	50.000.000,00	39.874.833,12	79,75	
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	16.500.000,00	10.639.766,95	16.500.000,00	10.639.766,95	64,48	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000.000,00	22.708.872,07	20.000.000,00	22.708.872,07	113,54	
1.2.1- ITBI	20.000.000,00	22.708.872,07	20.000.000,00	22.708.872,07	113,54	
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	50.000.000,00	43.788.873,03	50.000.000,00	43.788.873,03	87,58	
1.3.1- ISS	42.000.000,00	41.691.034,19	42.000.000,00	41.691.034,19	99,26	
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	8.000.000,00	2.097.838,84	8.000.000,00	2.097.838,84	26,22	
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	22.000.000,00	22.368.493,27	22.000.000,00	22.368.493,27	101,67	
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	193.525.000,00	162.790.462,28	193.525.000,00	162.790.462,28	84,12	
2.1- Cota-Parte FPM	85.800.000,00	66.918.031,06	85.800.000,00	66.918.031,06	77,99	
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	78.000.000,00	61.387.244,19	78.000.000,00	61.387.244,19	78,70	
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	7.800.000,00	5.530.786,87	7.800.000,00	5.530.786,87	70,91	
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	79.000.000,00	72.528.679,11	79.000.000,00	72.528.679,11	91,81	
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	1.200.000,00	991.098,46	1.200.000,00	991.098,46	82,59	
2.5- Cota-Parte ITR	125.000,00	18.125,00	125.000,00	18.125,00	14,50	
2.6- Cota-Parte IPVA	27.000.000,00	22.334.528,65	27.000.000,00	22.334.528,65	82,72	
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	352.025.000,00	302.171.300,72	352.025.000,00	302.171.300,72	85,84	

Identificador: WPR2691101-9861-HFQJYV/GWYF-0 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 6





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	10.740.000,00	10.740.000,00	8.801.841,29	81,95
5.1- Transferências do Salário-Educação	6.700.000,00	6.700.000,00	6.058.503,77	90,43
5.2- Transferência Diretas do PDDE	1.130.000,00	1.130.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferência Diretas do PNAE	1.820.000,00	1.820.000,00	2.007.156,80	110,28
5.4- Transferência Diretas do PNATE	115.000,00	115.000,00	77.975,21	67,80
5.5- Outras Transferências do FNDE	770.000,00	770.000,00	650.478,03	84,48
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	205.000,00	205.000,00	7.727,48	3,77
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.000,00	1.000,00	687,46	68,75
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.000,00	1.000,00	687,46	68,75
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.750.000,00	4.750.000,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	15.491.000,00	15.491.000,00	8.802.528,75	56,82

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	37.040.000,00	37.040.000,00	31.451.932,35	84,91
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	15.600.000,00	15.600.000,00	12.277.448,29	78,70
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	15.800.000,00	15.800.000,00	14.505.734,72	91,81
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPT-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	240.000,00	240.000,00	198.219,71	82,59
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB - (20% de 2.5)	0,00	0,00	3.624,89	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	5.400.000,00	5.400.000,00	4.466.904,74	82,72
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	75.360.000,00	75.360.000,00	72.206.807,91	95,82
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	75.340.000,00	75.340.000,00	72.174.405,48	95,80
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	20.000,00	20.000,00	32.402,43	162,01
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	38.300.000,00	38.300.000,00	40.722.473,13	106,32
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	38.300.000,00	38.300.000,00	40.722.473,13	106,32
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3891101-9661-HFFOUJVMGWYF-O - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até 6º Bimestre	% (f) = (e/d)x100	Até 6º Bimestre	% (h) = (g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	60.800.000,00	64.044.217,22	59.247.037,27	92,51	59.247.037,27	92,51	0,00
13.1- Com Educação Infantil	27.600.000,00	29.400.000,00	27.793.155,21	94,53	27.793.155,21	94,53	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	33.200.000,00	34.644.217,22	31.453.882,06	90,79	31.453.882,06	90,79	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	14.560.000,00	13.160.000,00	11.272.108,70	85,65	10.592.318,03	85,65	679.790,67
14.1- Com Educação Infantil	6.700.000,00	5.600.000,00	5.448.913,47	97,30	5.379.467,98	97,30	69.445,49
14.2- Com Ensino Fundamental	7.860.000,00	7.560.000,00	5.823.195,23	77,03	5.212.850,05	77,03	610.345,18
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	75.360.000,00	77.204.217,22	70.519.145,97	91,34	69.839.355,30	91,34	679.790,67

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		1.844.217,22
17.1- FUNDEB 60%		1.444.217,22
17.2- FUNDEB 40%		400.000,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)		1.844.217,22

INDICADORES DO FUNDEB		VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)		68.674.928,75
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério $((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) \times 100\%)$		80,05
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério $((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) \times 100\%)$		15,06
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício $(100 - ((19.1 + 19.2)) \times \%)$		4,89

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTES		VALOR
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		2.417.146,13
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020		1.844.217,22

Identificador: WPR3891101-9661-HFFOUJVMGWYF-O - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 3 / 6





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até 6º Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até 6º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	64.607.500,00	65.307.500,00	61.963.164,42	94,88	61.727.130,02	94,88	236.034,40
22.1- Creche	64.607.500,00	65.307.500,00	61.963.164,42	94,88	61.727.130,02	94,88	236.034,40
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	34.300.000,00	35.000.000,00	33.242.068,68	94,98	33.172.623,19	94,98	69.445,49
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	30.307.500,00	30.307.500,00	28.721.095,74	94,77	28.554.506,83	94,77	166.588,91
22.2- Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	69.930.000,00	71.074.217,22	64.222.551,86	90,36	63.483.420,86	90,36	739.131,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	41.060.000,00	42.204.217,22	37.277.077,29	88,33	36.666.732,11	88,33	610.345,18
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	28.870.000,00	28.870.000,00	26.945.474,57	93,33	26.816.688,75	93,33	128.785,82
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	134.537.500,00	136.381.717,22	126.185.716,28	92,52	125.210.550,88	92,52	975.165,40

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL		VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)		40.722.473,13
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 i)		240.566,23
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)		40.963.039,36
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (35i)		85.222.676,92
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%		28,20

Identificador: WPR3891101-9661-HFOJVKVMGWYF-O - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até 6º Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até 6º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	6.820.000,00	7.090.634,47	4.686.117,65	66,09	4.407.571,33	66,09	278.546,32
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	12.210.000,00	13.099.702,21	2.471.203,49	18,86	2.061.350,96	18,86	409.852,53
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41)	19.030.000,00	20.190.336,68	7.157.321,14	35,45	6.468.922,29	35,45	688.398,85
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	153.567.500,00	156.572.053,90	133.343.037,42	85,16	131.679.473,17	85,16	1.663.564,25
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO							CANCELADO EM 2020 (i)
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE							240.566,23
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino							73.682,12
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB							166.884,11

Identificador: WPR3891101-9661-HFFOJKVMGWYF-O - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI





**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

	VALOR	
	FUNDEB (b)	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.437.914,87	880.908,65
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	72.174.405,48	6.058.503,77
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	70.061.588,39	4.570.349,13
47.1 (-) Orçamento do Exercício	69.652.426,36	4.407.571,33
47.2 (-) Restos a Pagar	409.162,03	162.777,80
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	32.402,43	2.940,85
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	4.583.134,59	2.372.004,14
50- (+) AJUSTES	(41.913,88)	(16.380,28)
50.1 (+) Retenções	0,00	0,00
50.2 (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	4.541.220,51	2.355.623,86

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 16:46:12.

1. A linha "19.1" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2. A linha "21" refere-se ao Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
3. Caput do artigo 212 da CF/1988.
4. A linha "33" refere-se aos valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5. A linha "37" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6. Nas linhas "35" e "36", nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7. A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI  
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça  
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3891101-9661-HFFOUJVMGWYF-O - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 6 / 6



**ANEXO 9 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**

Publicação Nº 2879673



**MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Entidade: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

Em Reais

<u>RECEITAS</u>	<u>PREVISÃO ATUALIZADA</u> (a)	<u>RECEITAS REALIZADAS</u> (b)	<u>SALDO NÃO REALIZADO</u> (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO <sup>1</sup> (I)	119.100.000,00	25.845.719,42	93.254.280,58

<u>DESPESAS</u>	<u>DOTAÇÃO ATUALIZADA</u> (d)	<u>DESPESAS EMPENHADAS</u> (e)	<u>SALDO NÃO EXECUTADO</u> (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	257.045.104,36	85.011.549,00	172.033.555,36
Investimentos	241.899.104,36	71.131.262,14	170.767.842,22
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	15.146.000,00	13.880.286,86	1.265.713,14
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	257.045.104,36	85.011.549,00	172.033.555,36

<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)</b>	<b>137.945.104,36</b>	<b>59.165.829,58</b>	<b>78.779.274,78</b>
--	-----------------------	----------------------	----------------------

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Emissão: 16/02/2021, às 16:47:09.

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

NOTA:

\_\_\_\_\_  
 ISMENIA IRIA CARMISINI  
 Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

\_\_\_\_\_  
 CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
 Prefeito Municipal de Palhoça  
 CPF: 004.573.569-79



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2021**

Publicação Nº 2878749

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº  
08/2021. Pregão Presencial 008/2020 - Partes: MUNICÍPIO  
DE PALHOÇA e a empresa: CSE EQUIPAMENTOS E  
SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de  
enfermagem consumo para suprir as necessidades das  
Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Palhoça.  
DATA: 23/02/2021 a 22/02/2022.

Nome da Empresa: CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA				CNPJ: 02.994.122/0001-76	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Eletrodos para o DEA (Desfibrilador Externo Automático) descartáveis, multifuncionais, adulto, perfeitamente adaptável /DEA, da marca da marca Cardiomax/Instramed.					
12	80,00	UN	INSTRAMED CARDIOMAX	R\$450,0000	R\$36.000,0000
<b>Especificação:</b> Eletrodos para o DEA (Desfibrilador Externo Automático) descartáveis, multifuncionais, infantil, perfeitamente adaptável /DEA, da marca Cardiomax/Instramed.					
13	40,00	UN	INSTRAMED CARDIOMAX	R\$495,0000	R\$19.800,0000
<b>Valor Total</b> (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais)					<b>R\$55.800,00</b>



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021**

Publicação Nº 2878753

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº  
09/2021. Pregão Presencial 008/2021 - Partes: MUNICÍPIO  
DE PALHOÇA e a empresa: ALGSUN INDUSTRIA E  
COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI. OBJETO: Aquisição  
de materiais de enfermagem consumo para suprir as  
necessidades das Unidades de Saúde da Rede Municipal de  
Saúde de Palhoça.  
DATA: 23/02/2021 a 22/02/2022.

Nome da Empresa: ALGSUN INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI				CNPJ: 25.066.271/0001-70	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Protetor solar para a pele com repelente à insetos, Fator de Proteção Solar 60, proteção contra queimaduras solares provenientes dos raios U.V.A. e U.V.B. dermatologicamente testado, hipoalérgico, não oleoso, resistente à água e ao suor, uso em corpo e rosto, Não deve manchar a roupa, registrado na ANVISA e para uso profissional. Proteção contra mosquitos. Frasco com 120ml.					
54	300,00	FRS	ALG SUN MULTI FPS 60 COM REPELENTE	R\$14,0000	R\$4.200,0000
<b>Valor Total</b> (quatro mil e duzentos reais)					<b>R\$4.200,00</b>



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA****PORTARIA IPPA Nº 016/2021**

Publicação Nº 2878631

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA****INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PUBL. DO MUN. DE PALHOÇA****PORTARIA Nº 016/2021**

**ALBERTO PRIM**, presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município.

**R E S O L V E:**

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO** para a servidora VALDÍVIA CABRAL DE SOUZA, matrícula nº 900047, titular do cargo AGENTE PREVIDENCIÁRIO, do quadro de Pessoal do IPPA, de acordo com o artigo nº 107 da Lei Complementar 291 de 28 de fevereiro de 2020, referente ao quinquênio de 01/03/2011 a 01/03/2016, por 01 (um) mês, a contar de 25/01/2021 a 24/02/2021.

Palhoça, em 16 de fevereiro de 2021.

ALBERTO

PRIM:45968713968

Assinado de forma digital por  
ALBERTO PRIM:45968713968  
Dados: 2021.02.17 16:26:30  
-03'00'

**Alberto prim**  
Presidente do IPPA

Rua Emeline Matildes C. Scheidt, 100 - Centro - Palhoça/SC - CEP 88130-290  
Fone(s): (48) 3286-5845 / 3286-5806 | E-mail: [ippa@palhoca.sc.gov.br](mailto:ippa@palhoca.sc.gov.br)



**PORTARIA IPPA Nº 017/2021**

Publicação Nº 2878640

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA****INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PUBL. DO MUN. DE PALHOÇA****PORTARIA Nº 017 /2021**

**ALBERTO PRIM**, presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1.654, de 21 de maio de 2014,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL**, para o servidor abaixo relacionado de acordo com o artigo nº 116, inciso I “a”, da Lei Complementar 291 de 28 de fevereiro de 2020, com efeito a contar da data abaixo.

Matr.	Nome	Cargo	De	Para	A partir de
3001741	Luiz Filipe Cascaes	Técnico Previdenciário	Tec. Prev. E V	Tec. Prev. F V	02/2021

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, 16 de fevereiro de 2021.

ALBERTO

PRIM:45968713968

Assinado de forma digital por  
ALBERTO PRIM:45968713968  
Dados: 2021.02.17 16:27:00  
-03'00'

**Alberto Prim**  
Presidente do IPPA

Rua Emeline Matildes C. Scheidt, 100 - Centro - Palhoça/SC - CEP 88130-290  
Fone(s): (48) 3286-5845 / 3286-5806 | E-mail: [ippa@palhoca.sc.gov.br](mailto:ippa@palhoca.sc.gov.br)



**PORTARIA IPPA Nº 018/2021**

Publicação Nº 2878642

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA****INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PUBL. DO MUN. DE PALHOÇA****PORTARIA Nº 018/2021**

**ALBERTO PRIM**, presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL**, para a servidora abaixo relacionada de acordo com o artigo nº 116, inciso II, da Lei Complementar 291 de 28 de fevereiro de 2020, com efeito a contar da data abaixo:

Matr.	Nome	Cargo	De	Para	A partir de
801105	Enedir Neide Valente Martins	Agente Previdenciário	Ag. Prev. D-III	Ag. Prev. D-IV	02/2021

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/09/2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 16 de fevereiro de 2021.

**ALBERTO****PRIM:45968713968**

Assinado de forma digital por  
ALBERTO PRIM:45968713968  
Dados: 2021.02.17 16:27:40  
-03'00'

**Alberto Prim**  
Presidente do IPPA

Rua Emeline Matildes C. Scheidt, 100 - Centro - Palhoça/SC - CEP 88130-290  
Fone(s): (48) 3286-5845 / 3286-5806 | E-mail: [ippa@palhoca.sc.gov.br](mailto:ippa@palhoca.sc.gov.br)



# Palma Sola

## PREFEITURA

### AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2021 - REGISTRO DE PREÇOS - RECAPAGEM EM COLCHÕES, COLCHONETES E OUTROS

Publicação Nº 2877908

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 15/2021.- Registro de Preços

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Serviço de recapagem/forro em colchões, colchonetes e outros.

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666, de 21.06.93, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes/Credenciamento: até às 08:30h do dia 09/03/2021.

Abertura dos envelopes: às 09:00 h do dia 09/03/2021.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário de Expediente e/ou no site [www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone: (0xx) 49 3652 – 3200 e/ou 49 – 3652- 3219

Palma Sola, 23 de fevereiro de 2021.

Marines F. Sansigolo

Pregoeira

### PORTARIA 093/2021

Publicação Nº 2878868

Portaria 093/2021, de 01 de fevereiro de 2021.

Exonera Servidora Municipal Agente Político e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante do Anexo I, da Lei n. 975/93, de 31/03/93, e ainda, o estatuído do Art. 36 da Lei 909/91, de 16/11/1991.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar Izabel Vissotto, portadora do CPF 052.068.769-84 e RG 3.430.808 SSP SC, do cargo de Agente Político de Secretária de Administração, NIVEL DAS-4, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária Municipal de Planejamento.

### PORTARIA 094/2021

Publicação Nº 2878871

Portaria 094/2021, de 01 de fevereiro de 2021.

Nomeia Servidora Municipal Comissionada e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante do Anexo I, da Lei n. 975/93, de 31/03/93 e ainda o estatuído no Art. 1º, da Lei n. 1.205 de 23/06/98, tendo presente também a previsão legal dos anexos II e III da Lei n. 1.207/98, de 23/06/1998.



Resolve:

Art. 1º. Fica nomeada, a servidora Comissionada, a seguir nominada e qualificada:

Izabel Vissotto, portadora do CPF 052.068.769-84 E RG 3.430.808 SSP SC, para ocupar o Cargo Comissionado de Assessora de Gestão em Administração e Planejamento, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de fevereiro de 2021

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Elizete Terezinha Vissoto  
Secretario de Planejamento.

## PORTARIA 095/2021

Publicação N° 2878874

Portaria 095/2021, de 02 de fevereiro de 2021

Nomeia Agente Político, Secretário Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IX, do artigo 73, mais o constante na alínea "A", do inciso II, do artigo 89. Ambos da lei orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante do Anexo I, da Lei 975/93, de 31/03/1993 e ainda o estatuído no artigo 1º, da Lei 1.205, de 23/06/1998, tendo presente também a previsão legal dos anexos II e III da Lei 1.207/98, de 23/06/1998.

Resolve:

Art. 1º. Fica nomeada, para ocupar o Cargo de Secretário de Administração a seguir nominado e qualificado:

Rodrigo Calegari, portador do CPF 038.762.519-40 e RG 3.816.344 SSP SC, para ocupar o Cargo de Agente Político de Secretário de Administração, Nível DAS-4, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado

Elizete Terezinha Vissoto  
Secretario de Planejamento.

## PORTARIA 096/2021

Publicação N° 2878876

Portaria 096/2021, de 01 de fevereiro de 2021.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Efetiva Marli Isabel Werlang portadora do CPF 024.649.649-56 e RG 13/R 4.016.763 SSP SC, Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-K11, referentes ao período aquisitivo de 05/01/2019 à 04/01/2020, que serão usufruídas de 01/02/2021 à 15/02/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária Municipal de Planejamento

## **PORTARIA 097/2021**

Publicação Nº 2878877

Portaria 097/2021, de 01 de fevereiro de 2021.  
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 05 (cinco) dias de férias ao Servidor Efetivo Antonio Carlos Berti, portador do CPF 706.897.769-34 e RG 13/R 1.850.567 SSI SC, Coordenador de Recursos Humanos, Nível ATNM-1A, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2016 à 01/02/2017, que serão usufruídas de 01/02/2021 à 05/02/2021, com dez dias de abono pecuniário.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária Municipal de Planejamento

## **PORTARIA 098/2021**

Publicação Nº 2878879

Portaria 098/2021, de 01 de fevereiro de 2021.  
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Efetiva Marines Fátima Sansigolo, portadora do CPF 617.978.129-04 e RG 1.949.577-3 SS SC, Técnico em Compras, Nível ATNS-1A, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2018 à 01/02/2019 que serão usufruídas de 01/02/2021 à 20/02/2021, com 10 dias de pecúnia.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal



Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.

## **PORTARIA 099/2021**

Publicação Nº 2878880

Portaria 099/2021, de 01 de fevereiro de 2021.  
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 05 (cinco) dias de férias a Servidora Efetiva Suélem Patrícia Soligo Bianqueto, portadora do CPF 050.278.279-03 e RG 4.612.252 SESP SC, Técnico em Atividades Administrativas, Nível ATNM-2A, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2018 à 01/02/2019 que serão usufruídas de 01/02/2021 à 05/02/2021, com 10 dias de pecúnia.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.

## **PORTARIA 100/2021**

Publicação Nº 2878881

Portaria 100/2021, de 01 de fevereiro de 2021.  
Concede Exoneração a Servidora Municipal Empregado Público e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei 1.605/2007.

Resolve:

Art. 1º. Conceder exoneração a Empregado Público Marli de Lurdes Sbaraini, portadora do CPF 679.656.879-68 e RG 13/R 2.645.306 SESP SC, Agente de Saúde, Nível A, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária Municipal de Planejamento.



**PORTARIA 101/2021**

Publicação Nº 2878883

Portaria 101/2021, de 01 de fevereiro de 2021

Concede Licença Prêmio a Servidora Municipal Efetiva e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante no artigo 102, da Lei 909/91, de 26 de Novembro de 1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder licença prêmio, nos termos do artigo 102 da Lei 909/91, a servidora efetiva Suélem Patricia Soligo Bianqueto, portadora do CPF 050.278.279-03 e RG 4.612.252 SESP SC, exercente do Cargo de Técnico em Atividades Administrativas Nível ATNS-1A, referente ao período aquisitivo de 02/02/2011 à 01/02/2016.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior será de 60 dias, convertida em pecúnia e paga no mês de fevereiro/2021.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de fevereiro de 2021

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.

**PORTARIA 102/2021**

Publicação Nº 2878885

Portaria 102/2021, de 01 de fevereiro de 2021.

Concede Férias a Servidora Municipal Admitida em Caráter Temporário Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Admitida em Caráter Temporário Leoni Ferreira Nunes, portadora do CPF 029.986.559-20 e RG 2.794.268 SESPDC SC, Gari, Nível TSG-1A referente ao período aquisitivo de 02/08/2019 à 01/08/2020, que será usufruída de 01/02/2021 à 02/03/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária Municipal de Planejamento

**PORTARIA 103/2021**

Publicação Nº 2878887

Portaria 103/2021, de 01 de fevereiro de 2021

Concede Férias a Servidor Comissionado Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.



Resolve:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Comissionado José Silvestre Pauletti, portador do CPF 580.466.589-87 e RG 1.859.610 SSP SC, Diretor de Obras e Serviços Urbanos, Nível DAS-3, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2020 à 01/02/2021 que serão usufruídas de 01/02/2021 à 20/02/2021, com 10 dias de pecunia.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.

## PORTARIA 104/2021

Publicação N° 2878888

Portaria 104/2021, de 02 de fevereiro de 2021.

Nomeia Servidor Municipal para Cargo Comissionado e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante no Art. 2º, da Lei 975/93, de 31/03/1993 e, ainda, o estatuído no Art. 37, Inciso IX da CF/88,  
Resolve:

Art. 1º. Nomear o servidor Paulo Cesar Sufredini, portador do CPF 422.734.049-72 e RG 13/R 1.151.918 SSP SC, para o Cargo Comissionado de Diretor de Fiscalização e Tributação, Nível DAS- 3, com 40 horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária Municipal de Planejamento.

## PORTARIA 105/2021

Publicação N° 2878891

Portaria 105/2021, de 03 de fevereiro de 2021.

Exonera por Aposentadoria Servidora Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante do Anexo I, da Lei n. 975/93, de 31/03/93, e ainda, o estatuído do Art. 53 da Lei 909/91, de 16/11/1991.  
Resolve:

Art. 1º. Exonerar por aposentadoria o servidor efetivo Leandro Cordeiro Machado, portador do CPF 760.750.019-72 e RG 13/R 2.205.715 SSP SC, Operador de Rolo Compactador, Nível TSG 5-A, a partir de 03 de fevereiro de 2021.



Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária Municipal de Planejamento.

## **PORTARIA 106/2021**

Publicação Nº 2878894

Portaria 106/2021, de 04 de fevereiro de 2021.

Exonera Servidor Municipal Comissionado e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante Lei n. 975/93, de 31/03/93, e ainda o estatuído no Art. 37, Inciso IX da CF/88,

Resolve:

Art. 1º. Exonerar o servidor com vínculo Comissionado, Valdemar Rodrigues do Prado, portador do CPF 646.257.709-63 e RG 1.613.597-0 SSP SC, do Cargo de Comissionado de Diretor de Agricultura, Nível DAS-3, a partir de 04 de fevereiro de 2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária Municipal de Planejamento.

## **PORTARIA 107/2021**

Publicação Nº 2878897

Portaria 107/2021, de 05 de fevereiro de 2021

Nomeia Servidora Municipal para Cargo Comissionado e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante no Art. 2º, da Lei 975/93, de 31/03/1993 e, ainda, o estatuído no Art. 37, Inciso IX da CF/88,

Resolve:

Nomear Leonilda Ana Welter, portadora do CPF 401.302.909-04 e RG 13/R 1.151.592 SSP SC, para o Cargo Comissionado de Diretor de Agricultura Nível DAS-3 a partir de 05/02/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de Fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal



Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária Municipal de Planejamento

## **PORTARIA 108/2021**

Publicação Nº 2878900

Portaria 108/2021, de 05 de fevereiro de 2021.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Valdemar Rodrigues do Prado, portador do CPF 646.257.709-63 e RG 1.613.597-0 SSP SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SAU-1A com 40 horas semanais.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.

## **PORTARIA 109/2021**

Publicação Nº 2878901

Portaria 109/2021, de 08 de fevereiro de 2021.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Efetiva Juliana Regina de Carli, portadora do CPF 042.085.729-06 e RG 9.009.012-7 SSP PR, Fisioterapeuta, Nível ATNS-5A, referentes ao período aquisitivo de 06/03/2019 à 05/03/2020 que serão usufruídas de 08/02/2021 à 22/02/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.



**PORTARIA 110/2021**

Publicação Nº 2878903

Portaria 110/2021, de 08 de fevereiro de 2021.

Exonera Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonera Servidora ACT Patricia Gomes, portadora do CPF 083.306.369-33 e RG 5.704.078 SSP SC, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, a partir de 08 de fevereiro de 2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto  
Secretária de Planejamento.

**PORTARIA 111/2021**

Publicação Nº 2878907

Portaria 111/2021, de 08 de fevereiro de 2021.

Altera Carga Horária de Servidora Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o Inciso IV, V E XXV do artigo 73, mais o constante na alínea A, inciso II, do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal, e conforme preceitua a Lei 975/93, e ainda o estatuído do artigo 31, § 4º da Lei 1.207/98,

Resolve:

Art. 1º. Alterar de 40 para 20 horas semanais a carga horária da Servidora ACT Angela Maria Hansen, portadora do CPF 020.919.059-09 e RG 13/R 2.790.493 SSP SC, exercente do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.

**PORTARIA 112/2021**

Publicação Nº 2878910

Portaria 112/2021, de 15 de fevereiro de 2021.

Concede Férias a Servidor Municipal Admitido em Caráter Temporário Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art.



106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Admitida em Caráter Temporário Rosa Loreni da Silva Ferreira, portadora do 017.399.189-08 e RG 3.330.663 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SAU-1A, referente ao período aquisitivo de 06/01/2020 à 05/01/2021, que será usufruída de 15/02/2021 à 01/03/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 15 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária Municipal de Planejamento.

## **PORTARIA 113/2021**

Publicação Nº 2878914

Portaria 113/2021, de 15 de fevereiro de 2021.  
Concede Férias a Agente Político e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 05 (cinco) dias de férias a Agente Política Débora Cristina Prevedello, portadora do CPF 059.067.959-79 e RG 5.384.539 SSP SC, Secretária de Saúde, Nível DAS 4, referentes ao período aquisitivo de 03/01/2018 à 02/01/2019, que será usufruída de 15/02/2021 à 19/02/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 15 de fevereiro de 2021

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.

## **PORTARIA 114/2021**

Publicação Nº 2878916

Portaria 114/2021, de 17 de fevereiro de 2021.  
Concede Exoneração a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Conceder exoneração a Servidora Tatiane de Fátima de Assis Bastos, portadora do CPF 077.935.189-42 e RG 5.598.286 SSP SC, do cargo de Agente de Combate às Endemias, Nível-A, a partir de 17 de fevereiro de 2021.



Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto  
Secretária de Planejamento.

## **PORTARIA 115/2021**

Publicação Nº 2878921

Portaria 115/2021, de 17 de fevereiro de 2021.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Efetiva Simone Rodrigues do Prado da Silva, portadora do CPF 026.519.401-60 e RG 19.080.02-6 SSP MT, Atendente de Saúde, Nível SAU 1-A referente ao período aquisitivo de 24/03/2019 a 23/03/2020 que serão usufruídas de 17/02/2021 à 26/02/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.  
Elizete T. Vissoto  
Secretária Municipal de Planejamento

## **PORTARIA 116/2021**

Publicação Nº 2878924

Portaria 116/2021, de 17 de fevereiro de 2021.

Concede Férias a Servidora Empregada Pública Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Celetista Carolina Bolzan Vencatto, portadora do CPF 057.835.669-42 e RG 3.746.403 SSP SC, Médica, Nível ATNS-3A, referentes ao período aquisitivo de 19/03/2015 à 18/03/2016, que serão usufruídas de 17/02/2021 à 26/02/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal.



Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.

## **PORTARIA 117/2021**

Publicação Nº 2878926

Portaria 117/2021, de 17 de fevereiro de 2021.

Concede Licença sem Remuneração a Servidor Efetivo e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos V, VI e XXV, mais o constante na alínea A, do inciso II do Art. 89, ambos da Lei Orgânica Municipal, e ainda, o estatuído no Art. 81, inciso VII, da Lei 909/91, de 26/11/91,  
Resolve:

Art. 1º. Conceder Licença sem vencimento à servidora efetiva Elaine Suzana Staudt, portadora do CPF 053.954.509-04 e RG 5.102.741 SSP SC, exercente do cargo de Recepcionista Nível TSG-1A.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior, será concedida pelo período de 04 (quatro) anos, a contar de 17/02/2021 e terá o seu término em 16/02/2025.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária Municipal de Planejamento.

## **PORTARIA 118/2021**

Publicação Nº 2878929

Portaria 118/2021, de 18 de fevereiro de 2021.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva, Serlete Pedrosa Welter, portadora do CPF 028.366.149-60 e RG 13/C 3.381.219 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 04/01/2019 à 03/01/2020, que serão usufruídas de 18/02/2021 à 19/03/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.



**PORTARIA 119/2021**

Publicação Nº 2878934

Portaria 119/2021, de 18 de fevereiro de 2021.  
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Efetiva Lidiane Luiza Pizzato Sutilli, portadora do CPF 041.972.829-58 e RG 6.081.752 SSP SC, Atendente de Saúde, Nível SAU-1A, referentes ao período aquisitivo de 26/07/2019 à 25/07/2020, que serão usufruídas de 18/02/2021 à 09/03/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de fevereiro de 2021.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária Municipal de Planejamento.

**PORTARIA 120/2021**

Publicação Nº 2878938

Portaria 120/2021, de 20 de fevereiro de 2021.  
Concede Férias a Agente Político e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 05 (cinco) dias de férias a Agente Política Débora Cristina Prevedello, portadora do CPF 059.067.959-79 e RG 5.384.539 SSP SC, Secretária de Saúde, Nível DAS 4, referentes ao período aquisitivo de 03/01/2019 à 02/01/2020, que será usufruída de 20/02/2021 à 24/02/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 20 de fevereiro de 2021

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.



# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 11/2021

Publicação N° 2878140

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 11/2021. Modalidade: Pregão Presencial 06/2021. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA, NOVA. Data da entrega dos envelopes: 09/03/2021 até as 08:30 horas. Data da abertura: 09/03/2021 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br). Palmitos, 23 de Fevereiro de 2021. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

### PROCESSO 12/2021

Publicação N° 2878142

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 12/2021. Modalidade: Pregão Presencial 07/2021. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SEMENTE DE AVEIA PRETA, SELECIONADA E COM TESTE DE GERMINAÇÃO. Data da entrega dos envelopes: 10/03/2021 até as 08:30 horas. Data da abertura: 10/03/2021 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br). Palmitos, 23 de Fevereiro de 2021. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.



# Papanduva

## PREFEITURA

### **DECRETO N. 3059, DE 23.02.2021 - ADOTA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA AS MEDIDAS RECOMENDADAS PELA RESOLUÇÃO Nº 018/2021 DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DE SAÚDE DO PLANALTO NORTE CATARINENSE, CONFORME CONSTA**

Publicação Nº 2878505

Decreto nº 3059, de 23 de fevereiro de 2021.

Adota no âmbito do Município de Papanduva as medidas recomendadas pela Resolução nº 018/2021 da COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DE SAÚDE DO PLANALTO NORTE CATARINENSE, conforme consta.

Luiz Henrique Saliba, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e  
Considerando as decisões da COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DE SAÚDE DO PLANALTO NORTE CATARINENSE – através da RESOLUÇÃO N. 018/2021,

#### DECRETA

Art. 1º As medidas integrantes da Resolução nº 018/2021 da Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense - CIR, que passa a integrar o Anexo ÚNICO do presente Decreto, passam a valer para o todo o território do Município de Papanduva, no período até 23.02.2021 a 09.03.2021, podendo ser prorrogado e as medidas revistas a qualquer tempo, observadas as razões e justificativas apresentadas pelas Autoridades Sanitárias.

Art. 2º Ficam mantidas todas as demais determinações já expedidas pelo Poder Executivo Municipal e pelo Estado de Santa Catarina desde que não conflitantes e que não restaram expressamente revogadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 23 de fevereiro de 2021.

Luiz Henrique Saliba  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Estela Mari Ferens  
Administradora

ANEXO ÚNICO DO DECRETO N. 3059, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Municípios da Região do Planalto Norte – Bela Vista do Toldo- Campo Alegre – Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis- Mafra- Major Vieira- Monte Castelo- Papanduva- Porto União- Rio Negrinho- São Bento do Sul- Três Barras

COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DE SAÚDE DO PLANALTO NORTE CATARINENSE

RESOLUÇÃO Nº 018/2021

Esta resolução é de caráter deliberativo aos municípios, devendo estes motivar suas decisões caso resolvam não segui-las; deliberado que as restrições poderão ser tomadas de forma municipal ou por microrregiões de saúde do Planalto Norte. Dispondo sobre as medidas sanitárias preventivas que deverão ser adotadas em âmbito regional para com os 13 (treze) municípios do Planalto Norte.

A vice coordenadora da CIR, no uso de suas atribuições e em cumprimento as disposições, acolhendo a recomendação emitida pelas portarias e decretos emitidas pelo Estado de Santa Catarina.

Considerando a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e a Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, expedida pelo Ministério da Saúde, declarando em todo território nacional o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de Covid-19;

Considerando a dinâmica e celeridade necessárias no processo decisório na região do Planalto Norte, sem prejuízo da observância dos princípios da precaução e prevenção sanitária e de saúde pública;



Considerando a Matriz Multiescalar Territorial Covid-19 e as recomendações pelo Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnicos-científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem incremento do risco sanitário à sua população, além da avaliação do risco x benefício da atividade para autorizar funcionamentos e/ou restrições no seu território;

Considerando as discussões entre a Comissão Intergestores Regional em reunião no dia 23 de fevereiro de 2021.

Resolve:

Entre os dias 23 de fevereiro a 9 de março de 2021, a adoção das seguintes medidas:

1. Ficam liberadas para o funcionamento as lanchonetes padarias/confeitarias, food-trucks (ambulantes), bares, conveniências (em postos de gasolina ou não), tabacarias, espaços públicos e similares, determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias.
  - 1.1 Limite de capacidade de atendimento de 30 % da ocupação total.
  - 1.2 Horário de funcionamento até às 22:00, permitido a permanência até às 22:30.
2. Permitido apenas voz e violão (com proteção de acrílico, no máximo dupla) ou similar em bares até às 22:00, permitido a permanência até às 22:30h. Proibido bandas e danças no local. Determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias.
  - 2.1 Limite de capacidade de atendimento de 30 % da ocupação total.
3. Conforme Portaria SES n 1004 de 23 de dezembro de 2020, esta liberado com 30 % da capacidade do espaço, a realização de Congressos, Seminários, e Palestras.
4. Fica Autorizado a prova de roupas no comércio de vestuário na Região de Saúde do Planalto Norte, devendo seguir as medidas sanitárias estabelecidas.
5. Ficam liberados para o funcionamento os restaurantes/ pizzarias determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias. E determina-se o cumprimento das Medidas e Diretrizes Sanitárias.
  - 5.1 Limite de capacidade de atendimento de 30 % da ocupação total.
  - 5.2 Horário de funcionamento até às 22:00, permitido a permanência até às 22:30.
6. Ficam liberados para o funcionamento os salões de beleza e estética. E determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias da Portaria SES nº 223, de 05 de abril de 2020 e da Instrução normativa nº 004/DIVS/2013.
7. O funcionamento das academias de ginástica, musculação, crossfit, estúdios, danças, pilates, funcionais, escolas de natação deverão atuar com no máximo, 30% de sua capacidade. Os Municípios deverão utilizar as ferramentas de análise de dados municipais e as ferramentas disponibilizadas pelo Governo do Estado, a fim de identificar situações de risco mais elevado de transmissão para reduzir o tempo de funcionamento. Conforme a portaria 713.
8. Conforme portaria SES n 1005 de 23 de dezembro de 2020, ficam autorizados os esportes individuais sem contato físico, e ficam proibidos a prática do esporte coletivo na região do Planalto Norte.
9. Ficam liberados para o funcionamento os estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios, medicamentos, comércio em geral (farmácias, drogarias, mercados, mercearias e supermercados, açougues, verdureiros e afins). E determina-se o cumprimento das Medidas e Diretrizes Sanitárias conforme Portaria SES 180 de 18/03/2020 alterada pela Portaria SES 743 de 24 de setembro de 2020 art. 5º:
  - 9.1 Recomenda-se a não entrada de criança menores de 12 anos.
  - 9.2 Recomenda-se a não entrada de idosos nos supermercados.
  - 9.3 Recomenda-se a entrada de apenas uma pessoa por família.
10. Conforme a portaria SES n 998 de 23 de dezembro de 2020 fica liberado a abertura de parques aquáticos com 30 % da capacidade de ocupação.
11. Ficam liberadas as atividades do comércio, bancário (bancos e lotéricas) e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias.
12. Ficam liberadas as atividades da indústria e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias
  - 12.1 Adotar medidas internas, especialmente às relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho.
  - 12.2 Utilizar de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, limitando a 70% (setenta por cento) da capacidade de lotação de cada veículo, obedecendo todas as medidas sanitárias.
13. Cursos Livres continuam liberados, determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias Municipais e Estaduais, com distanciamento de 1,5m.
14. Ficam liberadas a realização de cultos religiosos e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias.
  - 14.1 A lotação máxima autorizada será de até 30% (trinta por cento) da capacidade do local; ou conforme novas determinações estaduais; liberado a modalidade drive-in.
15. Liberação do transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal e interestadual, bem como transporte por taxis e aplicativos, com 70 % da capacidade de lotação. Conforme portaria conjunta SIE / SES de 22 de 08 de janeiro de 2021. Seguir as determinações desta portaria e diretrizes sanitárias.



16. Os hotéis, pousadas e estabelecimentos congêneres estão autorizados a funcionar com 30 % da capacidade Conforme portaria SES n 1023 de 30 de dezembro de 2021.

17. Determina-se que os velórios realizados em âmbito municipal tenham duração máxima de 6 (seis) horas nos casos que não são suspeitos de COVID19 e sejam realizados entre as 07 horas até as 18 horas limitando a entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez, sob responsabilidade pela funerária. As celebrações de despedidas também deverão ser limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas, utilizando obrigatoriamente a máscara, Quanto aos sepultamentos, estes deverão ocorrer até as 18h00, sendo que nos casos a liberação do corpo seja liberado após as 18 horas, esta deverá permanecer na funerária até o horário que é permitido a realização do velório. E nos casos confirmados e suspeitos de COVID19 não existirá o velório. Em todos os casos, deverão ser obedecidas as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº. 025/2020 –DIVS).

18. Determina-se o uso obrigatório de máscaras em todo o território da Região do Planalto Norte, em todos os ambientes públicos (vias públicas) e privados, exceto domiciliar.

19. Recomenda-se o isolamento domiciliar a toda pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos visando restringir a circulação e evitar a disseminação do vírus SARS- CoV-2 entre a população idosa considerando que são os mais vulneráveis. Excetua-se a circulação para desempenho das atividades laborativas, comparecimento a atendimento de saúde e aquisição de produtos alimentícios e de saúde.

20. Determina-se o isolamento dos pacientes confirmados ou suspeita de COVID19:

Para contenção da transmissibilidade do COVID-19, deverá ser adotada como, medida não-farmacológica, o isolamento domiciliar conforme determinação da vigilância epidemiológica com reavaliação médica com ou sem exame de acompanhamento da pessoa com sintomas respiratórios e das pessoas que residam no mesmo endereço, ainda que estejam assintomáticos sob pena do artigo 268 do Código Penal: "Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa".

21. Conforme Portaria SES 743 de 24 de setembro de 2020 art. 3º, o acesso simultâneo de pessoas nas dependências dos shoppings, centros comerciais e galerias fica acesso de 30% (cinquenta por cento) da capacidade para as Regiões de Saúde, garantindo o cumprimento das medidas sanitárias descritas na Portaria nº 257/20;

22. Reuniões presenciais deverão respeitar as diretrizes sanitárias. Recomendam-se as reuniões on-line.

23. Conforme portaria SES n 1010 de 28 de dezembro de 2020, estão liberados o funcionamento de teatros e cinemas com 30 % da capacidade de lotação.

24. Proibi-se a concentração e permanência com aglomeração de pessoas em espaços públicos de uso coletivo como parques e praças.

25. Ficam autorizados de funcionamento as aulas práticas com 50 % da capacidade nos cursos técnicos, atividades de ensino presencial em estabelecimentos acadêmicos públicos ou privados nas modalidades de ensino superior e pós graduação bem como aulas teóricas nas dependências do DETRAN e centro de formação de condutores, condicionado ao cumprimento de Portarias da SES que regulamentam protocolos sanitários específicos, de acordo com Portaria SES 658 de 28 de agosto de 2020;

As portarias específicas são: para aulas de cursos técnicos (Portaria nº 448 de 29 de junho de 2020), cursos livres (Portaria nº 352 de 25 de maio de 2020 e nº 357 de 26 de maio de 2020), ensino superior presencial (Portaria 447 de 29 de junho de 2020), estágios curriculares e aulas em laboratórios (Decreto 630 de 01 de junho de 2020 Art. 8º § 1º).

26. O Município deverá prever em sua normatização que as atividades de fiscalização e de poder de polícia, necessárias ao cumprimento do disposto, poderão ser realizados em aplicação das penalidades sanitárias previstas na lei estadual, na legislação municipal específica, sem prejuízo das demais sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

27. Permanecem vigentes todas as demais determinações já expedidas pelos Poder Executivo Municipal e pelo Estado de Santa Catarina, desde que não conflitantes com as determinações contidas nesta resolução.

Parágrafo único: além das determinações acima mantem-se todas as Diretrizes Sanitárias, notas técnicas e portarias vigentes orientadas pelo Estado de Santa Catarina.

A avaliação de risco potencial é realizada semanalmente conforme publicação pelo Governo do Estado de Santa Catarina, no endereço eletrônico: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>, cabendo revisões nestas recomendações sempre que necessário para alinhar com os resultados esperados - redução do risco potencial.

Canoinhas, 23 de fevereiro de 2021.

Katia Oliskowski Munhoz Pires Batista  
Vice Coordenadora da CIR Planalto Norte  
Secretária de Saúde de Canoinhas



**EXTRATO DE ATA Nº 008-2021 - FRUTAS E VERDURAS INDIANA - CASA LAR**

Publicação Nº 2878691

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
EXTRATO DE ATA Nº 008/2021

Objeto: Extrato de Ata referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2021. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA. Valor: R\$ 11.677,38 (onze mil e seiscentos e setenta e sete reais e trinta e oito centavos). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 23 de Fevereiro de 2021 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

**EXTRATO DE ATA Nº 009-2021 - PAPELARIA SÃO BENTO - CASA LAR**

Publicação Nº 2878696

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
EXTRATO DE ATA Nº 009/2021

Objeto: Extrato de Ata referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2021. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: PAPELARIA SÃO BENTO. Valor: R\$ 43.207,87 (quarenta e três mil e duzentos e sete reais e oitenta e sete centavos). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 23 de Fevereiro de 2021 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

**LEI N. 2287, DE 23.02.2021 - CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2877633

Lei nº 2287, de 23 de fevereiro de 2021.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele, sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica concedida revisão geral anual que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, aos vencimentos dos Servidores Públicos e subsídios dos Agentes Políticos do Poder Legislativo Municipal de Papanduva, no percentual de 4,52% (quatro vírgula cinquenta e dois por cento), corresponde à inflação registrada pelo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, levando em consideração o período acumulado de janeiro/2020 à dezembro/2020.

Art. 2º O referido índice no artigo anterior será utilizado para fins do que consta no art. 2º, parágrafo único, da Lei municipal 2041/2015.  
Ar. 3º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotação orçamentária do orçamento do exercício financeiro corrente da Câmara Municipal de Papanduva.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2021.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, em 23 de fevereiro de 2021.

Luiz Henrique Saliba  
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Estela Mari Ferens  
Administradora



# Paraíso

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 004/2021 ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL TEMPORÁRIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DE EXISTÊNCIA DE VAGAS VINCULADAS E/OU EXCEDENTE, PARA SUBSTITUIÇÃO TEMPOR**

Publicação Nº 2877894

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 004/2021

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL TEMPORÁRIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DE EXISTÊNCIA DE VAGAS VINCULADAS E/OU EXCEDENTE, PARA SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES LEGALMENTE AFASTADOS E PARA COMPOR RESERVA TÉCNICA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA.

A Prefeita Municipal de Paraíso/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº 531/2001, de 26 de abril de 2001; Lei Municipal nº 532/2001, de 26 de abril de 2001; Lei Municipal nº 1179/2009, de 30 de dezembro de 2009; Lei Complementar nº 003/2017 de 06 de abril de 2017; Lei Complementar nº 021/2020, de 01 de abril de 2020 TORNA PÚBLICO aos interessados, que será realizado PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL TEMPORÁRIO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL TEMPORÁRIA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DE EXISTÊNCIA DE VAGAS VINCULADAS E/OU EXCEDENTE, PARA SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES LEGALMENTE AFASTADOS E PARA COMPOR RESERVA TÉCNICA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

CONSIDERANDO a necessidade temporária de contratação de pessoal de excepcional interesse público previsto no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal, regulamentada no âmbito municipal pela Lei Complementar nº 003/2017;

CONSIDERANDO que não existem processos seletivos vigentes e/ou finalizados para os cargos constantes deste edital;

#### 01 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Processo Seletivo Simplificado Emergencial será Classificatório, conforme previsto neste Edital, seus Anexos e eventuais retificações, cabendo à Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado Emergencial à sua execução.

Os candidatos que atenderem a todas as condições exigidas neste Edital serão contratados conforme o número de vagas ou ficarão em "Cadastro de Reserva" na expectativa de abertura de novas vagas.

O inteiro teor do Edital estará disponível no site [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br) e diário oficial dos municípios – DOM, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção desse documento.

#### 02 – DOS CARGOS:

##### PROFESSORES NÃO HABILITADOS

CARGO	ESCOLARIDADE	CARGA HORARIA SEMANAL	VENCIMENTO	VAGAS
Professor I (Artes)	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação e/ou em Pedagogia.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.308,92	CR*
Professor I (Educação Física)	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação e/ou em Pedagogia.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.308,92	CR*
Professor I (Inglês)	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação e/ou em Pedagogia.	10/20/30/40hrs	R\$ 2.308,92	CR*
Professor I (Geografia)	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação e/ou em Pedagogia.	10hrs	R\$ 2.308,92	CR*

\*CR: Cadastro de Reserva.

Obs.: Os valores do vencimento do quadro acima se referem a carga horária de 40 horas semanais. Poderão haver contratações com carga horária diferente, conforme necessidade e previsão legal, com o vencimento proporcional.

#### 03 – DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

a) As Inscrições deverão ser realizadas no dia 24 e 25 de fevereiro de 2021, em horário normal de expediente, no turno matutino das 07h30min às 11h30min e no turno vespertino das 13h às 17h, na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento, sito à Rua Alcides Zanin, Nº 593, Centro, Paraíso/SC.

b) Requisitos para inscrição:

É necessário apresentar cópia dos seguintes documentos:

\* Currículo atualizado, datado, rubricado e assinado;

\* Certificado de Escolaridade exigida para o cargo;

\* Histórico Escolar e Atestado de Frequência para os cargos de Professores não Habilitados;

\* Certificado de Especialização (Pós) na área de atuação; (se houver)

\* Certificados de Cursos na área de atuação; (Ano de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020); (se houver)

\* Carteira de IDENTIDADE E CPF;

\* Tempo de serviço na área de atuação, no setor público ou privado. Deverá ser apresentada Declaração de tempo de serviço emitida pelo empregador;



No ato da inscrição, o candidato deverá anexar fotocópia dos documentos solicitados, em envelope lacrado deixando a ficha de inscrição para ser anexada na parte de fora do envelope.

Não haverá conferência de documentos no ato da inscrição, ficando sob responsabilidade do candidato a conferência dos mesmos, assim como não será aceito entrega posterior.

Comprovar experiência profissional citadas neste Edital e formações acadêmicas com fotocópias de título, certificados, atestados ou declarações;

Efetuada a inscrição, o candidato receberá um comprovante de inscrição, o qual deverá ser apresentado, caso sua inscrição seja selecionada;

Cada candidato(a) poderá se inscrever simultaneamente em todos os cargos desde que apresente o pedido de inscrição (envelope) para cada cargo.

#### 04 – DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

a) Títulos: Será considerada a maior soma conforme tabela, abaixo:

Títulos	Nº Máximo de Títulos	Valor do Título
Certificado de Graduação (caso não for exigência para o cargo)	01	1,0
Especialização na área de atuação (Pós)	01	0,5
Cursos na área de atuação Ano de (2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020)		0,5 a cada 20 horas de curso
Tempo de serviço na área de atuação		1,0 a cada ano trabalhado

b) Em caso de empate no item a), será considerado o critério de maior idade do candidato para a classificação, mantendo-se o empate, será realizado sorteio.

c) Da Classificação: A classificação será publicada no mural da Secretaria de Gestão e Desenvolvimento, Diário Oficial dos Municípios – DOM e no site da Prefeitura Municipal de Paraíso/SC, no dia 26 de fevereiro de 2020, a partir das 16hs.

#### 05 – DAS VAGAS

a) As vagas são para preenchimento de cadastro de reserva das Secretarias Municipais do Município de Paraíso/SC;

b) Da Escolha: A escolha acontecerá conforme a necessidade de contratação, através de contato telefônico com o candidato pelo Departamento de Recursos Humanos do Município de Paraíso, sito à Rua Alcides Zanin, Nº 593, Centro, Paraíso/SC.

#### 06 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

a) O candidato que prestar declarações falsas ou apresentar documentos adulterados será desclassificado.

b) Preenchida a ficha de inscrição, o candidato deverá revisá-la, ficando após a sua assinatura, inteiramente responsável pelas informações nela contidas.

c) O candidato que estiver impossibilitado de realizar a sua inscrição pessoalmente poderá fazê-la por procuração, desde que devidamente preenchida, assinada e reconhecida.

d) Os responsáveis pela validação das inscrições e a análise dos documentos, bem como do resultado (Ata de Análise Final), será a comissão formada pelos seguintes servidores:

Gilci Moresco – Secretária de Educação e Cultura

Raimundo Maldaner – Recursos Humanos

Clades Diesel Konzen – Assistente Administrativo

Patricia Biazzi – Assistente Administrativo

Paraíso, 23 de fevereiro de 2021.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

PREFEITA MUNICIPAL

#### ANEXO ÚNICO

#### FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 004/2021

Nome Completo: \_\_\_\_\_ RG nº: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço: Número: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

Fone: residencial ( ) celular ( ) .

Cargo Pretendido: \_\_\_\_\_.

Ao assinar e entregar esta ficha de inscrição na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento, declaro que ACEITO as normas definidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 004/2021.

Paraíso – SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Assinatura do candidato



-----  
Protocolo do processo seletivo simplificado emergencial nº 004/2021, para preenchimento de cadastro de reserva das Secretarias Municipais do Município de Paraíso/SC.

Candidato:\_\_\_\_\_.

Assinatura do Servidor(a):\_\_\_\_\_.

Paraíso – SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.



# Passo de Torres

## PREFEITURA

### ERRATA DECRETO 021/2021

Publicação Nº 2877847

ERRATA DO DECRETO Nº 021, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2021.

Vimos por meio desta, diante de erro material constante no Decreto 021 de 13 de fevereiro de 2021, retificar o referido Decreto.

Onde se lê: DECRETO Nº 021, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2021., leia-se: DECRETO Nº 021, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

Publique-se para que passe a vigor com a retificação supra.

DECRETO Nº 021, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALMIR AUGUSTO RODRIGUES, prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal Nº 905/2013 e Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros do Conselho Municipal de Educação:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Fernanda de Souza Lummertz

Suplente: Eliana Santos da Rosa Lummertz

II - Representante dos diretores do ensino Fundamental da Rede Pública Municipal:

Titular: Carina Silveira Porto Peres

Suplente: Tiago Machado da Silva

III - Representante dos diretores da Educação Infantil da Rede Pública Municipal:

Titular: Marinilda Ladislau Raupp

Suplente: Alessandra Rodrigues Luiz

IV - Representante dos Diretores da Educação Jovens e Adultos da Rede Pública Municipal:

Titular e única representante: Elvânia Metzelthin, PRESIDENTE.

V - Representante dos professores do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal:

Titular: Guilherme Costa da Silva, VICE-PRESIDENTE.

Suplente: José Marcelo Scheffer de Souza

VI - Representante dos professores da Educação Infantil da Rede Pública Municipal:

Titular: Eliane dos Santos Ribeiro

Suplente: Maria Madalena da Silva Bittencourt

VII - Representante dos professores da Educação Jovens e Adultos da Rede Pública Municipal:

Titular: Stefania de Borba Quadros

Suplente: Andrea de Souza Ferreira

VIII - Representante dos profissionais da Educação da Rede Pública Municipal:

Titular: Rogério Santos de Souza

Suplente: Telma Lopes Scheffer Raupp

IX - Representante da unidade de ensino da Rede Pública Estadual:

Titular: Alessandra dos Santos Henrique

Suplente: Zélia Fonseca Borges

X - Representante vinculado ao Conselho Deliberativo e/ou Conselho Escolar e/ou Associação Pais e Professores do Sistema Municipal de Ensino:

Titular: Joseane Teixeira Maciel, SECRETÁRIA.

Suplente: Ceni Trajano Gomes

XI - Representante da instituição vinculada a portadores de necessidades educativas especiais com sede no Município:



Titular: Edilene dos Santos  
Suplente: Tane Myszak

XII - Representante das entidades comunitárias, com sede no município:

Titular: Mara Janice Teixeira Antonio  
Suplente: Osmar Pereira Ramos

Art. 2º - Os membros do Conselho Municipal de Educação terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, uma única vez, por igual.

Art. 3º- A participação dos Conselheiros se dará a título gratuito sendo considerado serviços relevantes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 15 de fevereiro de 2021.

Valmir Augusto Rodrigues  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 13 de fevereiro de 2021.

Antonio Scheffer Silveira  
Secretário de Administração e Finanças



**Passos Maia****PREFEITURA****DECRETO 043/2021**

Publicação Nº 2877636

**DECRETO Nº 043, de 23 de fevereiro de 2021.****“NOMEIA SERVIDORA EM FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**OSMAR TOZZO**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º **NOMEAR** a Senhora **GRETI APARECIDA PAVANI**, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor de Apoio Administrativo e Operacional, DAO-16, cumprindo uma carga horária mínima de 40 (quarenta horas) semanais lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes a partir do dia 1º de fevereiro de 2021.

**Parágrafo Único** - Para o exercício do cargo público a servidora ora nomeada fará jus à remuneração fixada no Anexo I, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Conceder o adicional de representação de 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no art. 48, § 1º, da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 3º Revoga o disposto no Decreto 034/2021 de 15/02/2021.

Art. 4º O presente Decreto tem efeitos retroativos com início de vigência em 01 de fevereiro de 2021.

Passos Maia SC, 23 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.



**LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO**  
**Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.**



**DECRETO 044/2021**

Publicação Nº 2878523

**DECRETO Nº 044 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021****“CEDE PROFISSIONAL AO HOSPITAL SÃO CRISTOVÃO DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso V, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

**CONSIDERANDO** o disposto na lei ordinária 861 de 22 de fevereiro de 2021, em especial o contido no art. 1º que autoriza a ceder e receber em cedências servidores públicos para os hospitais da região da AMAI;

**CONSIDERANDO** o acordo mútuo firmado entre os municípios da AMAI e os hospitais da mesma região;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica cedido para o Hospital São Cristóvão a funcionária Roseli Aparecida Correa, técnica de enfermagem, a qual desempenhará as suas funções junto à enfermaria Covid.

**Art. 2º** - A funcionária deverá seguir a escala de revezamento proposta pelo hospital, devendo desenvolver as atividades conforme orientação dos gestores daquela instituição.

**Art. 3º** - A funcionária fica cedida por 02(dois) meses, podendo ser encerrada a sua cedência a qualquer momento mediante novo decreto;

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia – SC, 23 de fevereiro de 2021.

**OSMAR TOZZO****Prefeito Municipal**

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**Luciano de Gois Cavalheiro****Responsável pela publicação dos Atos Oficiais**



**Paulo Lopes****PREFEITURA****DECRETO 08/2021**

Publicação Nº 2879575

**DECRETO Nº 08/2021**

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 1.872/2021 – LOA,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 187.500,00 (cento e oitenta e sete mil e quinhentos reais), de acordo com as especificações seguintes:

0401 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 122.200,00

12.361.0004.2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 102.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.00000 – Aplicações Diretas R\$ 91.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.00000 – Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

12.365.0004.2.015 – Manutenção do Ensino Infantil R\$ 20.200,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.00000 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.00000 – Aplicações Diretas R\$ 2.200,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 65.300,00

10.301.0012.2.078 – Custeio de Ações de Serviço Público de Saúde R\$ 65.300,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.00000 – Aplicações Diretas R\$ 58.700,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.00000 – Aplicações Diretas R\$ 6.600,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 187.500,00 (cento e oitenta e sete mil e quinhentos reais):

0401 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 122.200,00

12.361.0004.2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 102.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.33.00000 – Aplicações Diretas R\$ 91.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.33.00000 – Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

12.365.0004.2.015 – Manutenção do Ensino Infantil R\$ 20.200,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.33.00000 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.33.00000 – Aplicações Diretas R\$ 2.200,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 65.300,00

10.301.0012.2.078 – Custeio de Ações de Serviço Público de Saúde R\$ 65.300,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.04.00000 – Aplicações Diretas R\$ 58.700,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.04.00000 – Aplicações Diretas R\$ 6.600,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 24 de fevereiro de 2021.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração



# Penha

## PREFEITURA

### 1ª ERRATA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021 - FMS

Publicação Nº 2878049

1ª ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2021 - FMS  
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021 – FMS  
Credenciamento

Objeto: Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, para prestação de serviços de auxiliares em saúde bucal nas Unidades Básicas da Saúde, destinados a pacientes e profissionais do Município de Penha/SC, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde nº 154/2021.

Onde se lê:

7.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha tem valor estimado de R\$ 24.384,00 (Vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais) para a contratação e pagará pelos serviços prestados conforme preços Constantes no Anexo II.

Leia-se:

7.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha tem valor estimado de R\$ 204.902,40 (duzentos e quatro mil, novecentos e dois reais e quarenta centavos) para a contratação e pagará pelos serviços prestados conforme preços Constantes no Anexo II.

As demais cláusulas em anexos do edital ficam alteradas conforme esta errata.

Publique-se.

Penha/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Jaylon Jander Cordeiro da Silva  
Secretário de Administração

### 1º ADITIVO DE SUPRESSÃO 025/2020 - FMAS

Publicação Nº 2878282

1º TERMO ADITIVO Nº 025/2020 - FMAS  
AO CONTRATO Nº 019/2020 - FMAS

Licitação: Processo nº. 009/2020 - FMAS, Modalidade Dispensa de Licitação Nº 008/2020 – FMAS

Objeto: - O presente contrato tem por objeto a contratação de instituição especializada no acolhimento de longa permanência, no objetivo de atender as necessidades físicas e psicológicas das pacientes Sra. Eulália dos santos e Sra. Rosilene Maria Soares, ambas com deficiência mental moderada, para cumprimento de mandados judiciais nº 0901340-97.2019.8.24.0048 E Nº 0000587-68.2019.8.24.0048, conforme solicitação nº 56/2020 do Fundo Municipal de Assistência Social.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado por seu Gestor, Sr. NEREU RAMOS CALDEIRA FILHO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 003.993.599-07, RG nº 3.642.096, residente e domiciliado à Rua Maria Francelina Flores, nº.43 Gravata, Penha/SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a EMPRESA CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA, estabelecida à Rua 3600, nº 611, Bairro Itacolomy, na cidade de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.919.525/0001-28, CEP: 88.380-000, representada neste ato pela Sra. CARLA DENISE BERGAMIN, brasileira, divorciada, psicóloga, sócio proprietário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2050397385 SSP/RS e inscrito no CPF sob o nº 636.879.760-68, residente à Avenida Carlos Drummond de Andrade, nº 460, Bairro Praia dos Amores, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

Os valores conforme a cláusula segunda do contrato 019/2020 – FMAS, serão reajustados conforme o presente Termo Aditivo, que tem por objeto a Supressão do item 01, que acarreta na diminuição do valor contratado, a partir da data da assinatura, deste termo aditivo, diminuindo o valor de R\$ 55.800,00 (Cinquenta e Cinco Mil e Oitocentos Reais), que se referem aos 9 (nove) meses subsequentes que manteriam a paciente acolhida. Essa alteração segue conforme solicitado através do Memorando nº 6.080/2020 e Parecer Jurídico nº 186/2020, documentos anexos a este Termo.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 05 de outubro de 2020



NEREU RAMOS CALDEIRA FILHO EMPRESA CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA  
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social CARLA DENISE BERGAMIN  
Contratado Contratante

**TESTEMUNHAS**

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**DE ACORDO:**

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle Interno

Portaria nº 739/2019

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 - FMS**

Publicação Nº 2878112

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 - FMS  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistema informatizado de gestão da saúde, contemplando atenção básica, especializada, vigilâncias em saúde, gestão indicadores programa previne Brasil, painel de endemias e busca ativa de paciente, incluindo os serviços de suporte técnico, configuração, treinamento, instalação, implantação e customização, conforme solicitação nº 137/2021 da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC e especificações do termo de referência.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 09/03/2021 às 14:00h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: André Luis Santos Valadão e equipe de apoio.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12h às 18h.

Penha/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Jaylon Jander Cordeiro da Silva  
Secretário da Administração



# Peritiba

## PREFEITURA

### RESUMO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 02/2021

Publicação N° 2878564

O Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, torna público que realizará, na forma prevista no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, a abertura de inscrições para PROCESSO SELETIVO destinado para admissão de: Agente de Saúde, Auxiliar de Educação Básica, Farmacêutico, Monitor Social, Profissional de Educação Física, Servente de Serviços Internos, em caráter temporário de excepcional interesse público.

INSCRIÇÕES: 24/02/2021 à 11/03/2021

PROVA: 28 de março de 2021.



A íntegra e demais informações estão disponíveis na Prefeitura Municipal, telefone (49) 3453-1122 e na internet: no site [www.omniconcursospublicos.com.br](http://www.omniconcursospublicos.com.br) e [www.peritiba.sc.gov.br](http://www.peritiba.sc.gov.br)

Peritiba/SC, em 23 de fevereiro de 2021. Paulo José Deitos – Prefeito.



## EXTRATO DA ATA PL 05/2021 PR 03/2021

Publicação Nº 2878561

 <b>Município de Peritiba</b> Rua Frei Bonifácio, 63 - Centro - 89.750-000 - Peritiba/ SC CNPJ: 82.815.085/0001-20 Fone: (49) 3453-1122 prefeitura@peritiba.sc.gov.br <a href="http://www.peritiba.sc.gov.br">http://www.peritiba.sc.gov.br</a>		
<b>Usuário:</b> Mariete Andressa	<b>Chave de Autenticação Digital</b> 1837-0317-794	<b>Página</b> 1 / 1

**Resultado do julgamento**

**Licitação:** PR03/2021      **Data de abertura:** 08/02/2021      **Modalidade:** Pregão      **Valor total estimado:** R\$ 225.729,00  
**Forma de julgamento:** Lote      **Tipo da licitação:** Menor preço  
**Objeto:** A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível contratação de serviços de carpinteiro, pintor, pedreiro e servente do tipo homem/hora para serviços a serem realizados no Município, de acordo com a demanda, conforme relação de itens constantes no Anexo I deste edital.

Lote	Tratamento	Denominação	Valor estimado (R\$)
3	Normal	LOTE 03	41.184,00
<b>Colocação Credor/Fornecedor</b>			<b>Valor Total (R\$)</b>
1	3186 - ADEMIR DE CARLI	94993149972	37.375,00

**Resumo dos licitantes vencedores**

Credor/Fornecedor	Lote	Valor Total (R\$)
3186 - ADEMIR DE CARLI 94993149972	3	37.375,00
<b>Total Geral</b>		<b>37.375,00</b>



# Pinhalzinho

## PREFEITURA

### ATA DE PREGAO PRESENCIAL Nº 004-2021

Publicação Nº 2877661

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2021 - PMP  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA DO TRABALHO, PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, realizando os exames em consultório no município de Pinhalzinho - SC, para atender as necessidades do Centro Administrativo, Secretarias, Fundo de Saúde, Fundação de Esportes, Polícia Civil, Militar e Corpo de Bombeiros, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência Anexo "A".

#### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Ao vigésimo terceiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às oito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, reuniu-se o reuniu-se a Pregoeira Sra. Valquiria Astrigi e sua Equipe de apoio, constituída pelo servidor Sr. Samuel Eckert, e Srta. Marli Widmer, todos designados pelo Decreto nº 182/2019, com a finalidade de efetuar o recebimento dos envelopes e julgamento da Licitação em epígrafe. Registramos a presença da Srta. Gabriela Cuchi, membro do Observatório Social.

#### DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

O Pregoeiro declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para protocolização dos envelopes de Proposta de Preços e Habilitação, em conformidade com o item 4.1 do Edital. Protocolou os envelopes de Proposta de Preços e Habilitação a empresa: CLINIMEDI CLÍNICA MÉDICA DR. PAULO CARVALHO S/S LTDA. As empresas apresentaram por escrito, por fora do envelope, Declaração referente o disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (De acordo com item 8.1 do Edital).

DO CREDENCIAMENTO DE "ME" E "EPP": A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para o credenciamento "ME" e "EPP". Credenciaram-se as empresas, CLINIMEDI CLÍNICA MÉDICA DR. PAULO CARVALHO S/S LTDA

#### DO CREDENCIAMENTO:

Ato contínuo passou-se ao credenciamento dos licitantes ou seus representantes legais (item 5 do Edital), os quais apresentaram documentos que comprovam possuir poderes para formulação de lances verbais e para prática de todos os demais atos inerentes ao pregão: CLINIMEDI CLÍNICA MÉDICA DR. PAULO CARVALHO S/S LTDA, Sr. Paulo Fernando Crespo Carvalho.

#### DA CONSULTA AO PORTAL TRANSPARÊNCIA E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA:

Foram consultados no Portal Transparência (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>) e Conselho Nacional de justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade](http://www.cnj.jus.br/improbidade)) as empresas participantes da presente licitação e sócios majoritários, não tendo sido constatada nenhuma irregularidade.

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Os envelopes de Habilitação e Propostas de Preços foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado no subitem 1.2 deste Pregão Presencial. Ato contínuo foram abertos os Envelopes nº 01 – Proposta de Preços das licitantes, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes. Após análise. A Pregoeira declarou as propostas formais compatíveis com os requisitos mínimos fixados no Edital, classificando-se para a fase de lances. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, iniciando pela licitante que ofertou maior valor na sua proposta inicial. Ressalte-se que os lances ofertados foram registrados e assinados pelos proponentes, cujos formulários integram a presente ata:

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Lance/Negociado	Total
112178 - CLINIMEDI CLÍNICA MÉDICA DR. PAULO CARVALHO S/S LTDA						
1	Lote 01			1	58.663,00	58.663,00
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Lance/Negociado	Total
Total Fornecedor:						58.663,00
Total Geral:						58.663,00

DA CLASSIFICAÇÃO: Assim, após a respectiva rodada de lances ofertados pelos representantes legais, foi apurada a classificação, conforme documento "Histórico do Pregão", Anexo, rubricado pelo Pregoeiro e pelas licitantes ofertantes dos lances para cada item.

DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO: Ato contínuo, procedeu-se à abertura do Envelope nº 02 – Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, sua Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados. As licitantes apresentaram sua documentação de habilitação em plena conformidade com os requisitos constantes no item 7 (e respectivos subitens) do Edital, desta forma, a Pregoeira declarou as mesmas habilitadas.

DOS RECURSOS: Encerrada a etapa de julgamento das propostas e de habilitação, a Pregoeira declarou o vencedor e oportunizou aos



licitantes para, querendo, manifestassem motivadamente a intenção de recorrer. Os representantes presentes renunciaram expressamente o direito de recorrer.

DO ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, sobre o presente julgamento, a pregoeira encerra os trabalhos com a lavratura desta ata, que após lida e achada em conforme, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes presentes à sessão e, em seguida, submetida à apreciação da Autoridade Superior, para, se assim entender e concordar, promover sua homologação e adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora.

Valquiria Astrigi Presidente da CPL	Samuel F. Eckert Membro CPL
CLINIMEDI CLÍNICA MÉDICA DR. PAULO CARVALHO S/S LTDA	Gabriela Cuchi Observatório Social Municipal
	Equipe de apoio Marli Widmer

## **AVISO PREGÃO PRESENCIAL 009-2021 - PMP - APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT**

Publicação N° 2877756

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 009/2021 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT, COM INSTALAÇÃO, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. Conforme especificações constantes do Anexo "A" do Edital.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das Propostas: até as 08:30h do dia 12/03/2021

Abertura: dia 12/03/2021, às 08:45h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho. atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00. Informações através do e-mail: [compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br)

Pinhalzinho, SC, 23 de fevereiro de 2021

Neuro F. Ozelame

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

## **AVISO PREGÃO PRESENCIAL 010-2021 - PMP - SERVIÇOS DE RECARGA DE EXTINTORES**

Publicação N° 2877770

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2021 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE EXTINTORES, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. Conforme especificações constantes do Anexo "A" do Edital.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 08:30h do dia 16/03/2021

Abertura: dia 16/03/2021, às 08:45h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho. atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00. Informações através do e-mail: [compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br)

Pinhalzinho, SC, 23 de fevereiro de 2021

Neuro F. Ozelame

Secretário Municipal de Administração e Planejamento



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 001/2021

Publicação Nº 2877961

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Av. Mar. Arthur Costa e Silva,111 – Pinheiro Preto –SC  
CEP: 89570-000 Fone/fax: 49-3562 1451

RESOLUÇÃO Nº 001/2021 Pinheiro Preto, 22 de fevereiro de 2021.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DA GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO DO ANO DE 2020 e RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DO ANO DE 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 575/91 de 28 de maio de 1991 e Lei nº1652 de 5 de fevereiro de 2013 e cumprindo a deliberação do plenário em reunião realizada no dia 31 de agosto de 2017;

Considerando a decisão do Conselho Municipal da Saúde devidamente nomeado cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que de acordo com § 2.º da Lei n.º 8.142/90, "O Conselho de Saúde, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, em caráter permanente e deliberativo, atua na formação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo".

#### RESOLVE

Artº 1º . Aprovar a PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO – PERÍODO 2020 e RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO – PERÍODO 2020 , conforme ata nº001/2021 e Parecer do Conselho Municipal de Saúde do dia 19 de fevereiro de 2021.

Artº 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a validade à publicação no DOM/SC, nos termos da lei 1321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 22 de fevereiro de 2021.

Jean Carlos Moreira da Veiga  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde  
Pinheiro Preto -SC



# Piratuba

## PREFEITURA

### DECRETO 1517/2021

Publicação N° 2878204

DECRETO N° 1.517/2021, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Altera o Decreto Municipal nº 1.505/2021, para prorrogar a suspensão das cessões de uso, gratuitas ou onerosas, do Centro de Eventos do Município de Piratuba e do Parque de Eventos Alvício Martinazzo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e, CONSIDERANDO:

- que, nas últimas atualizações da avaliação de risco potencial, a região da AMAUC – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – está classificada com risco potencial Gravíssimo;
- as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde de Piratuba;

#### DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto Municipal nº 1.505/2021, passa a vigorar com a seguinte redação

“Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua assinatura e será válido até o dia 31/03/2021.”

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Piratuba-SC, 23 de Fevereiro de 2021.

VANDERLEI WEBER

Prefeito Municipal em exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei 1.388/2017, Lei nº226/93 e Decreto 1.512/2021  
Em 23 de Fevereiro de 2021

Cristiano Schwingel  
Administrador

### PORTARIA Nº165/2021

Publicação N° 2877788

PORTARIA Nº165/2021

NOMEIA SERVIDORA PARA O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

VANDERLEI WEBER, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

#### NOMEIA

LUANA DEBRA MACHADO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua São Joaquim, nº423, Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 5.095.335, inscrita no CPF sob o nº 061.935.259-04, ocupante do cargo comissionado de Executiva de Gabinete, para exercer concomitantemente com sua função de origem a função de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no período de 22 de fevereiro de 2021 a 05 de março de 2021, com remuneração do referido cargo, em substituição ao titular Giovani Gelson Meneghel, em seu período de férias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, em 22 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Weber

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.  
Em 22 de fevereiro de 2021

Cristiano Schwingel  
Administrador



**PORTARIA Nº166/2021**

Publicação Nº 2877793

PORTARIA Nº 166/2021  
EXONERA SERVIDORA A PEDIDO

VANDERLEI WEBER, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA A PEDIDO

ELIZIANE DOS SANTOS STEDILE MARTINS, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, nº58, na cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5081695586 e CPF sob o nº 005.810.140-30, servidora em caráter temporário no cargo de CUIDADOR ESCOLAR, conforme Portaria nº157/2021, de 17 de fevereiro de 2021.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 22 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Weber  
Prefeito Municipal em Exercício  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017  
Em 22 de fevereiro de 2021

Cristiano Schwingel  
Administrador

**PORTARIA Nº169/2021**

Publicação Nº 2877977

PORTARIA Nº169/2021, de 23 de fevereiro de 2021  
Redistribui servidor efetivo para atuar junto a Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento Econômico.

VANDERLEI WEBER, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I, combinado com o § 1º do artigo 58 da lei complementar nº 65/2015 que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Piratuba, das fundações municipais e dá outras providências,  
REDISTRIBUI

JULIANA APARECIDA SCHMIDT SOARES, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Missioneiro s/n, município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº4.954.326 e CPF sob o nº 085.671.519-02, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, para a Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento Econômico.

A jornada de trabalho é a estabelecida para a Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento Econômico.

Nos termos do artigo 20 da lei complementar nº 65/2015, fica estabelecido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação para entrar em exercício no novo órgão, sob pena da aplicação das normas estabelecidas no artigo 165 da lei retro citada.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 23 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Weber  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.  
Em 23 de fevereiro de 2021

Cristiano Schwingel  
Administrador



**PORTARIA Nº170/2021**

Publicação Nº 2877979

PORTARIA Nº170/2021, de 23 de fevereiro de 2021

CONVOCA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM FÉRIAS REGULARES PARA RETORNO AS ATIVIDADES.

VANDERLEI WEBER, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, e considerando,

CONVOCA

SIRLEI DE FÁTIMA DOS SANTOS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Nova Beleza, município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº3.563.354 e CPF sob o nº 032.584.129-28, servidora efetiva desta municipalidade no cargo de Agente de Serviços Gerais Internos, em férias regulares no período de 01 de fevereiro à 02 de março de 2021 período vespertino, conforme portaria nº 083/2021, para o retorno das atividades funcionais no período de 22 de fevereiro de 2021 a 02 de março de 2021, visto a demanda de trabalho para limpeza e higienização da unidade de saúde. Os dias trabalhados pela convocação serão compensadas em banco de horas.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de fevereiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 23 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Weber  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 23 de fevereiro de 2021

Cristiano Schwingel  
Administrador



# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO 5106/2021

Publicação Nº 2879709

DECRETO Nº 5106/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Suspende atividades por prazo determinado e dá outras providências, como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19)."

VALDENEI FERRARINI, Prefeito Municipal em exercício de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

#### DECRETA:

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional no dia 20 de março de 2020, reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18.12.2020 que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.032, de 08 de dezembro de 2020 e o Decreto Estadual nº 562/2020.

CONSIDERANDO: o interesse público, aliado aos princípios da conveniência e oportunidade que regem os atos do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO: a atual taxa de contaminação viral no território do Município de Planalto Alegre- SC, bem como classificação da região Oeste como estado gravíssimo pela Matriz de Risco Potencial;

CONSIDERANDO: a atual taxa de ocupação de leitos e UTI's dos hospitais de referência da região Oeste;

CONSIDERANDO as manifestações do Comitê do Enfrentamento ao COVID-19 de Planalto Alegre/SC, na presente data.

#### DECRETA:

Art. 1º. FICA SUSPENSA, em todo o território do Município de Planalto Alegre- SC, a volta as aulas em caráter presencial em toda rede de ensino, municipal e estadual, em todos os níveis e modalidades.

Art. 2º Ficam suspensas as atividades, no território do Município de Planalto Alegre/SC, exceto as seguintes, legalmente consideradas essenciais:

I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares, em consultórios, clínicas e hospitais;

II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV - atividades de defesa civil;

V - transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI - telecomunicações e internet;

VII - captação, tratamento e distribuição de água;

VIII- geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural;

IX - iluminação pública;

X - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XI - serviços funerários;

XII - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XIII - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de medicamentos, insumos e equipamentos médico-hospitalares;

XIV - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XV- vigilância agropecuária internacional;

XVI - controle de tráfego terrestre;

XVII - caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;

XVIII - serviços postais;

XIX - transporte e entrega de cargas em geral;

XX - serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XXI - fiscalização tributária e aduaneira;

XXII - atividades do Poder Judiciário, do Ministério Público e das forças de segurança pública;

XXIII - fiscalização ambiental;

XXIV - distribuição e comercialização de combustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo;

XXV – clínicas veterinárias e casas agropecuárias que poderão funcionar somente em casos de emergência onde a entrega de medicamentos deverá ser realizada em sistema de delivery e ou tele-entrega.



XXVI – transporte coletivo urbano, observada a lotação máxima de 50% dos veículos.  
XXVII - atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;  
XXIII - atividades da imprensa;  
XXIX - atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades industriais, de saúde e de segurança pública;  
XXX - fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto;  
XXXI - distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega (delivery) de alimentos;  
XXXII – coleta de resíduos sólidos urbanos;  
XXXIII - serviços de guincho;  
XXXIV - manutenção de elevadores;  
XXXV - atividades industriais;  
XXXVI - oficinas de reparação de veículos.  
XXXVII- restaurantes exclusivamente em sistema de delivery e ou tele-entrega respeitando os seguintes horários:  
a) das 10:00 às 12:00  
b) das 19:00 às 21:00  
XXXVIII- construção civil;  
XL- serviços públicos prestado por setores municipais;

§ 1º. Quando a autoridade competente para fiscalização constatar o estabelecimento comercial possui duas ou mais atividades econômicas (CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas), deverá aplicar as normas deste Decreto segundo a atividade preponderante do estabelecimento constatada no momento da fiscalização, de modo que, se a atividade preponderante não estiver entre as expressamente autorizadas, o estabelecimento será autuado na forma da legislação municipal.

§ 2º. O funcionamento das atividades previstas neste artigo depende da observância integral das normas de prevenção estabelecidas pelas autoridades sanitárias.

§ 3º. Os serviços de tele-entrega somente poderão funcionar para atender as atividades cujo funcionamento seja aqui expressamente autorizado.

Art. 3º. Para fins de perfeita compreensão do presente ato normativo, e sem prejuízo da suspensão de funcionamento de outras atividades aqui não referidas e que não se enquadram nas exceções previstas no artigo 1º, ficam expressamente suspensos o funcionamento e/ou realização de:

I - atividades esportivas de caráter recreativo, em parques, campos de futebol e congêneres;  
II - eventos e competições esportivas de caráter amador;  
III - casas noturnas (pubs, bailões, boates, tabacarias e congêneres);  
IV – restaurantes, lanchonetes, bares, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerías, locais destinados a happy hours e congêneres;  
V - clubes, sedes sociais, campings e parques aquáticos;  
VI - eventos sociais (casamentos, aniversários, jantares, bodas, formaturas, batizados, festas infantis e outros eventos afins);  
VII - cinemas e teatros;  
VIII - apresentações artísticas de qualquer natureza (atração musical mecânica ou ao vivo);  
IX - atividades religiosas presenciais em templos e igrejas;  
X – congressos, feiras e exposições;  
XI – feiras livres;  
XII - reuniões familiares em residências, sítios e áreas comuns de condomínios, em que se constate a presença de pessoas não pertencentes ao núcleo familiar residente no local;  
XIII – academias de atividades físicas em geral, escolinhas de esportes e centros de treinamento;  
XIV – comércio varejista de bebidas alcoólicas (tele-beer);  
XIV – restaurantes e lanchonetes estabelecidos no interior de outros estabelecimentos, em que funcionem como praças de alimentação, e conveniências de Postos de Combustíveis;  
XV- Eventos de caráter público presencial, como Audiências Públicas, sessões legislativas, e outras do mesmo gênero;  
XVI – Atendimento em clínicas particulares de Odontologia e Fisioterapia;  
Art. 4º. Nos estabelecimentos cujo funcionamento for autorizado por este decreto, fica proibido ingresso de menores de 12 anos, sendo permitido o ingresso de apenas 1 pessoa por núcleo familiar.

Parágrafo único. Os estabelecimentos comerciais deverão prever e respeitar atendimento prioritário para pessoas com 60 anos ou mais no período das 8h às 10h, orientando sua clientela a que respeite esta prioridade.

§ 1º. Fica estabelecida, na forma da normatização estadual, a limitação de entrada e permanência de pessoas nos estabelecimentos comerciais em geral citados no caput a 50% (cinquenta por cento) da capacidade do estabelecimento.

§ 2º. Os responsáveis pelos estabelecimentos deverão providenciar controle de acesso, marcação de lugares reservados aos clientes, se for o caso, controle da área externa do estabelecimento e a observância da distância mínima de 1,5 metros entre os usuários.

§ 3º. Os responsáveis pelos estabelecimentos deverão providenciar a disponibilização de álcool gel 70% para higienização das mãos dos clientes e cobrar a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção facial por todos os funcionários e clientes e/ou usuários.

Art. 5º. Todas as praças, parques e demais equipamentos públicos de fácil acesso, permanecerão fechados, sendo proibida a permanência ou aglomeração de pessoas em qualquer horário.

Art. 6º. No período compreendido entre 22h e 5h do dia seguinte, a circulação em vias públicas do município ficará restrita àqueles que estiverem comprovadamente no exercício de atividades expressamente autorizadas pelo art. 1º.

Art. 7º. Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas em áreas públicas (ruas, praças, passeios, canteiros, estacionamentos, entre outros).

Art. 8º. As determinações previstas neste dispositivo caracterizam normas destinadas a promoção, preservação e recuperação da saúde pública no combate da pandemia e integram o rol de medidas de enfrentamento à emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial ao DECRETO 5103/2021.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos das 0h do dia 24 de fevereiro de 2021 até às 24h do dia 01 de



março de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina,  
em 23 de fevereiro de 2021.

DIONATAN CAMATTI BABICZ

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

VALDENEI FERRARINI

Prefeito Municipal em Exercício

## **PORTARIA 088/2021**

Publicação Nº 2877926

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 088/2021

CONTRATA A SENHORA SIMONE DE MELLO PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDENEI FERRARINI, Prefeito em exercício de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 075/2018, Edital de Processo Seletivo nº. 01/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar conforme o artigo 2º, inciso VI e artigo 4º, inciso I da lei Complementar nº 078/2018 a Senhora SIMONE DE MELLO, para o cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no período de 22/02/2021 até 17/12/2021, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 41 de 18 de Abril de 2013 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 22 de Fevereiro de 2021.

VALDENEI FERRARINI

Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se.

## **PORTARIA 089/2021**

Publicação Nº 2877927

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 089/2021

CONTRATA A SENHORA GILDÉIA BAGNARA PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDENEI FERRARINI, Prefeito em exercício de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 075/2018, Edital de Processo Seletivo nº. 01/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar conforme o artigo 2º, inciso VI e artigo 4º, inciso I da lei Complementar nº 078/2018 a Senhora GILDÉIA BAGNARA, para o cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no período de 22/02/2021 até 17/12/2021, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 41 de 18 de Abril de 2013 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.



Planalto Alegre – SC, em 22 de Fevereiro de 2021.

VALDENEI FERRARINI  
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se.

## **PORTARIA 090/2021**

Publicação Nº 2877929

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 090/2021

CONTRATA A SENHORA DANIELLI THAIS DOS SANTOS PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDENEI FERRARINI, Prefeito em exercício de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 075/2018, Edital de Processo Seletivo nº. 01/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar conforme o artigo 2º, inciso VI e artigo 4º, inciso I da lei Complementar nº 078/2018 a Senhora DANIELLI THAIS DOS SANTOS, para o cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no período de 22/02/2021 até 17/12/2021, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 41 de 18 de Abril de 2013 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 22 de Fevereiro de 2021.

VALDENEI FERRARINI  
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se.

## **PORTARIA 091/2021**

Publicação Nº 2877930

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 091/2021

CONTRATA A SENHORA LIAMARA DONHAUSER PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDENEI FERRARINI, Prefeito em exercício de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 075/2018, Edital de Processo Seletivo nº. 01/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar conforme o artigo 2º, inciso VI e artigo 4º, inciso I da lei Complementar nº 078/2018 a Senhora LIAMARA DONHAUSER, para o cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no período de 22/02/2021 até 17/12/2021, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 41 de 18 de Abril de 2013 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 22 de Fevereiro de 2021.

VALDENEI FERRARINI  
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se.



**PORTARIA 092/2021**

Publicação Nº 2877932

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 092/2021

CONTRATA A SENHORA CLAUDIA DALACORT PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDENEI FERRARINI, Prefeito em exercício de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 075/2018, Edital de Processo Seletivo nº. 01/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar conforme o artigo 2º, inciso VI e artigo 4º, inciso I da lei Complementar nº 078/2018 a Senhora CLAUDIA DALACORT, para o cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no período de 22/02/2021 até 17/12/2021, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 41 de 18 de Abril de 2013 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 22 de Fevereiro de 2021.

VALDENEI FERRARINI  
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se.

**PORTARIA 093/2021**

Publicação Nº 2877934

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 093/2021

CONTRATA A SENHORA ELIZIANI TELES PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDENEI FERRARINI, Prefeito em exercício de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 075/2018, Edital de Processo Seletivo nº. 01/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar conforme o artigo 2º, inciso VI e artigo 4º, inciso I da lei Complementar nº 078/2018 a Senhora ELIZIANI TELES, para o cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no período de 22/02/2021 até 17/12/2021, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 41 de 18 de Abril de 2013 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 22 de Fevereiro de 2021.

VALDENEI FERRARINI  
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se.



**PORTARIA 094/2021**

Publicação Nº 2877935

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 094/2021

CONTRATA A SENHORA SARITA MARIA PACHECO DE PAULA LOPES PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDENEI FERRARINI, Prefeito em exercício de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 075/2018, Edital de Processo Seletivo nº. 01/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar conforme o artigo 2º, inciso VI e artigo 4º, inciso I da lei Complementar nº 078/2018 a Senhora SARITA MARIA PACHECO DE PAULA LOPES, para o cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no período de 22/02/2021 até 17/12/2021, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 41 de 18 de Abril de 2013 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 22 de Fevereiro de 2021.

VALDENEI FERRARINI  
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se.

**PORTARIA 095/2021**

Publicação Nº 2877936

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 095/2021

CONTRATA A SENHORA VANESSA MARIA DOS SANTOS PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDENEI FERRARINI, Prefeito em exercício de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 075/2018, Edital de Processo Seletivo nº. 01/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar conforme o artigo 2º, inciso VI e artigo 4º, inciso I da lei Complementar nº 078/2018 a Senhora VANESSA MARIA DOS SANTOS para o cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no período de 22/02/2021 até 17/12/2021, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 41 de 18 de Abril de 2013 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 22 de Fevereiro de 2021.

VALDENEI FERRARINI  
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se.



**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 003/2021 REF. AO PREGÃO N° 001/2021**

Publicação N° 2879230

Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Planalto Alegre

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Administrativo: 003/2021

Contratante: Câmara de Vereadores de Planalto Alegre.

Contratada: RÁDIO SÃO CARLOS LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE COMUNICAÇÃO EM RÁDIODIFUSÃO COM FREQUÊNCIA MODULADA (FM), COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, PARA DIVULGAÇÃO MATÉRIAS E ATOS OFICIAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE PLANALTO ALEGRE ESTADO DE SANTA CATARINA.

Valor do Contrato: R\$ 21.890,00

Vigência: até dia 31/12/2021

Licitação: Pregão Presencial n° 001/2021.

Processo Administrativo n° 003/2021.

Planalto Alegre/SC, 23 de Fevereiro de 2021.

Paulo ROHRBEK

Presidente da Câmara de Vereadores



# Pomerode

## PREFEITURA

### NOTIFICAÇÃO 001640/2021/POSTURAS

Publicação Nº 2879696

Em atendimento ao art. 187 Lc 163/2008, faz-se a publicação da infração em resumo, conforme segue:

Notificação 001640/2021/Posturas

Nome do infrator: SANNER IMOVEIS LTDA

Endereço da ocorrência: R: 15 de Novembro, 6499, Testa Central, Mat. 4655

Data: 10/02/2021 Horário: 15:22

Enquadramento legal: Art. 65 Lc163/08: movimentação de terra sem autorização.

Advertências: Fica notificado o infrator a regularizar a situação no prazo de 30 dias, devendo para isso cessar toda e qualquer movimentação de terras. Apresentar projeto de recuperação de área degradada.

Descrição das exigências: foi verificado no local, conforme fotos, depósito de terras/movimentação de terras sem autorização municipal.

O infrator terá prazo de 05 (cinco) dias para apresentar defesa, contados da lavratura da notificação (conforme Plano Diretor).

### OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 005 / 2017 - PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Publicação Nº 2878014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS - SEOB

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

8.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 005 / 2017

PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Processo Administrativo n.º 003 / 2017. Dispensa de Licitação n.º 001 / 2017. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratados: ELSIRA DAHLKE e NELSON DAHLKE. Objeto: EXPLORAÇÃO DE JAZIDA DE MACADAME PARA EXTRAÇÃO DE SAIBRO COM OBJETIVO DE UTILIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, VIAS PÚBLICAS NÃO PAVIMENTADAS E BASE PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. Prorrogação: 12 meses. Prazo final: 31/01/2022. Valor mensal contratado: R\$1.859,80 (um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), conforme definido no Artigo 1º, Inciso III da Lei Municipal Ordinária n.º 3.083 de 18/03/2020. Valor total contratado: 12 meses – R\$22.317,60 (vinte e dois mil, trezentos e dezessete reais e sessenta centavos). Justificativa: Prorrogação contratual em conformidade como o disposto no Artigo 57, Inciso II da Lei Federal n.º 8.666/1993 e Cláusula Segunda do Contrato Administrativo n.º 005 / 2017, com o valor mensal pago pela extração de saibro fixada pela Lei Municipal n.º 3.083/2020. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante; Elsira Dahlke e Nelson Dahlke, Contratados.

Pomerode / SC, 21 de Janeiro de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

### PORTARIA 27.262

Publicação Nº 2877881

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 27.262

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR HONORIO DOS SANTOS JUNIOR.

O Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, GENRADO RIEMER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor HONORIO DOS SANTOS JUNIOR, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do trabalho, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária, referente ao período aquisitivo de 11.06.2014 até 10.06.2017, a partir de 11 de janeiro de 2021.



Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de janeiro de 2021.

GENRADO RIEMER  
Gestão Administrativa e Fazendária

## PORTARIA 27.374

Publicação Nº 2877874

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 27.374  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR EFETIVO  
IVANIR KNYRECK E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando que o servidor que exercer função de encarregado de Equipe, nos termos do artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 296/2016;

O Secretário de Obras, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

### RESOLVE:

Art. 1º De acordo com os Artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 296 de 01 de abril de 2016, inciso I, CONCEDER Gratificação de Função de 15% (quinze) por cento da Referência 231 da Lei Complementar 291/2016, ao servidor efetivo IVANIR KNYRECK, ocupante do cargo de Roçador, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na Secretaria de Obras, a partir de 01 de fevereiro de 2021;

Art. 2º CESSAR GRATIFICAÇÃO, anteriormente concedida por meio da Portaria nº17.910, a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 08 de fevereiro de 2021.

WILHELM ZILZ  
Secretaria de Obras

## PORTARIA 27.375

Publicação Nº 2877878

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 27.375

CESSA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DO SERVIDOR EFETIVO NILSON KNIRECK.

O Secretário de Obras, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

### RESOLVE:

CESSAR GRATIFICAÇÃO, conferida por meio da Portaria nº 23.262, de 09 de janeiro de 2018, nos termos do artigo 2º, inciso I da Lei Complementar nº 296/2016, do servidor NILSON KNIRECK, ocupante do cargo de Tratorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 08 de fevereiro de 2021.

WILHELM ZILZ  
Secretaria de Obras



**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007 / 2017 - PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

Publicação Nº 2879019

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007 / 2017  
PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

Processo Administrativo n.º 009 / 2017. Dispensa de Licitação n.º 003 / 2017. Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE. Locadora: PARCE-  
RIA – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA 15 DE NOVENBRO,  
N.º 555 – CENTRO, POMERODE/SC, AO LADO DO PRÉDIO DA PREFEITURA PRINCIPAL, CUJAS DEPENDÊNCIAS SERÃO UTILIZADAS PARA  
AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE / SC. Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses – Prazo final:  
09/02/2022. Valor mensal do aluguel: R\$3.041,00 (três mil e quarenta e um reais). Valor Total – 12 meses: R\$36.492,00 (trinta e seis mil  
e quatrocentos e noventa e dois reais). Justificativa: Prorrogação do prazo da presente locação por mais 12 (doze) meses, em conformi-  
dade com a Cláusula Terceira do Contrato Administrativo n.º 007 / 2017, permanecendo inalterado o valor mensal do aluguel, em virtude  
de reformas realizadas no imóvel pelo Município de Pomerode. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Locatário / Helio Juarez  
Schuetzler, Sócio Administrador, Parceria – Administração e Participações Ltda, Locadora.

Pomerode / SC, 01 de Fevereiro de 2021.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**RESOLUÇÃO Nº 001/2021/COMAS**

Publicação Nº 2879699

**RESOLUÇÃO Nº 001/2021/COMAS**

Dispõe sobre a aprovação da destinação de recursos para a Casa da Solidariedade.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municip-  
al Complementar nº 206/2006, alterada pela Lei Municipal Complementar nº 356/2019 e em conformidade com a deliberação da Reunião  
Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, realizada no dia 23 de fevereiro de 2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a destinação de recursos, no montante de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) mensais, para a Casa da Solidarie-  
dade, CNPJ 03.249.887/0001-44, com sede na Rua Morro Strassmann, 1200, Testo Rega, em Pomerode/SC, para execução do Serviço de  
Acolhimento Institucional no modelo de Casa de Passagem, para adultos do sexo masculino”.

Pomerode, 23 de fevereiro de 2021.  
João José Marçal Júnior  
Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

**RESOLUÇÃO Nº 002/2021/COMAS**

Publicação Nº 2879703

**RESOLUÇÃO Nº 002/2021/COMAS**

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social - 2021, referente re-  
cursos ordinários, federais e estaduais.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municip-  
al Complementar nº 206/2006, alterada pela Lei Municipal Complementar nº 356/2019 e em conformidade com a deliberação da Reunião  
Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, realizada no dia 23 de fevereiro de 2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social - 2021, referente recursos ordi-  
nários, federais e estaduais.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Pomerode, 23 de fevereiro de 2021.

João José Marçal Júnior  
Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode



# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### PORTARIA-064-2021- LUCIANE CASTRO

Publicação Nº 2878830

PORTARIA N.º 064/2021

NOMEIA SERVIDORA EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI ALVES WOLINGER, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art.1º- Fica nomeado a servidora municipal LUCIANE DE CASTRO CORDEIRO, matrícula nº 10682, para exercer o cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA, a partir de 24 de fevereiro de 2021, em conformidade com concurso público 002/2018.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 24 de fevereiro de 2021.

ARI ALVES WOLINGER  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de 2021, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

### PORTARIA-065-2021- ANGELITA SAMIRA

Publicação Nº 2878836

PORTARIA N.º 065/2021

NOMEIA SERVIDORA EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI ALVES WOLINGER, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art.1º- Fica nomeado a servidora municipal ANGELITA SAMIRA DOS SANTOS, matrícula nº 10683, para exercer o cargo de provimento efetivo de ZELADORA, a partir de 24 de fevereiro de 2021, em conformidade com concurso público 002/2018.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 24 de fevereiro de 2021.

ARI ALVES WOLINGER  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de 2021, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva



# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### AVISO DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20-2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2021 TRANSPORTE ESCOLAR

Publicação Nº 2877843

AVISO DE PUBLICAÇÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2021

ALCEU ALBERTO WRUBEL - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE DE ENSINO DO PERCURSO IDA E VOLTA LINHA SÃO VALENTIN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO I E SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. O julgamento será por MELHOR PREÇO POR ITEM. Recebimento dos Envelopes se dará das 07:00 horas e 30 minutos (horário de Brasília) do dia 10/03/2021 até 08:15 hs do dia 10/03/2021. Abertura da Sessão às 08h30min horas (horário de Brasília) do dia 10/03/2021. Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail [licitacao@ponteserrada.sc.gov.br](mailto:licitacao@ponteserrada.sc.gov.br) ou pelo telefone (0XX49) 34356000. Ponte Serrada, 23 de Fevereiro de 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
PREFEITO MUNICIPAL

### DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2018 PZT CONSTRUÇÕES LTDA

Publicação Nº 2878239

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 020/2018  
CONCORRÊNCIA 002/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO 082/2017

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2018, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA E A EMPRESA PZT CONSTRUÇÕES LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de Direito Público, sita na Rua Madre Maria Theodora, 264, Centro, inscrita no CNPJ/MF 82.777.236/0001-01, neste ato representado pelo senhor ALCEU ALBERTO WRUBEL, portador da Cédula de Identidade RG n. 1306106 e inscrito no CPF/MF sob o n. 469.966.309-59 Prefeito, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, a empresa PZT CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Romeu Paiva, nº156, sala 02, fundos Bairro Bela Vista, cidade de Erechim - RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.167.725/0001-10, e Junta Comercial do Estado de RS sob o nº 43206827488, neste ato representada pelo senhor JERÔNIMO HENRIQUE BRAGAGNOLO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Erechim - RS, portador da Carteira de Identidade nº 50274320787 SSP/RS CPF nº 124.073.990-72 a seguir denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 020/2018, que se rege pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores vigentes, proposta da CONTRATADA, Edital de Licitação da Modalidade de Concorrência Pública, homologado em 15 de Janeiro de 2018 e pelas condições que estipula a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo, de comum acordo, sem direito de reequilíbrio financeiro pela contratada durante o prazo de vigência contratual, alterar o inciso I da Cláusula Terceira do Contrato nº 020/2018, em conformidade com a documentação técnica de reprogramação, parte integrante deste documento, emitida pelo fiscal da obra do contratante, com supressão de R\$ 38.328,62 (trinta e oito mil e trezentos e vinte e oito reais e sessenta e dois centavos), que passa a ter a seguinte redação:

#### "I – DOS VALORES

O valor do presente contrato é de R\$ 2.852.138,64 (dois milhões e oitocentos e cinquenta e dois mil e cento e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

PARAFRÁFO ÚNICO - Os pagamentos serão efetuados proporcionalmente ao andamento da obra, em conformidade com o boletim de medição expedido pelo fiscal da contratante e do respectivo documento de liquidação (NFS-e) emitido pela contratada, em até quinze dias após o crédito de recursos na conta do termo de compromisso, relacionado à evolução pertinente ao boletim de medição que autorizou a liberação dos recursos pelo FNDE."

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

#### CLÁUSULA TERCEIRA



O Presente Termo Aditivo será levado à publicação legal, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente em duas vias de igual teor, na presença de testemunhas abaixo.

Ponte Serrada/SC, 22 de fevereiro de 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal CONTRATANTE	JERÔNIMO HENRIQUE BRAGAGNOLO PZT CONSTRUÇÕES LTDA CONTRATADA
---	--

Examinado e aprovado em conformidade com Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666/1993, por:

ANDRÉ LUIZ PANIZZII  
OAB/SC: 23.051

## **NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2018 PZT CONSTRUÇÕES LTDA**

Publicação Nº 2878229

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 020/2018  
CONCORRÊNCIA 002/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO 082/2017

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2018, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA E A EMPRESA PZT CONSTRUÇÕES LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de Direito Público, sita na Rua Madre Maria Theodora, 264, Centro, inscrita no CNPJ/MF 82.777.236/0001-01, neste ato representado pelo senhor ALCEU ALBERTO WRUBEL, portador da Cédula de Identidade RG n. 1306106 e inscrito no CPF/MF sob o n. 469.966.309-59 Prefeito, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, a empresa PZT CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Romeu Paiva, nº156, sala 02, fundos Bairro Bela Vista, cidade de Erechim - RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.167.725/0001-10, e Junta Comercial do Estado de RS sob o nº 43206827488, neste ato representada pelo senhor JERÔNIMO HENRIQUE BRAGAGNOLO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Erechim - RS, portador da Carteira de Identidade nº 50274320787 SSP/RS CPF nº 124.073.990-72 a seguir denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 020/2018, que se rege pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores vigentes, proposta da CONTRATADA, Edital de Licitação da Modalidade de Concorrência Pública, homologado em 15 de Janeiro de 2018 e pelas condições que estipula a seguir:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo, a pedido da contratada, de comum acordo e sem direito de reequilíbrio financeiro pelo atraso da obra, alterar o inciso I da Cláusula Segunda do Contrato nº 020/2018, realizado segundo os termos do processo licitatório nº 082/2017, concorrência nº 002/2017, que passa a ter a seguinte redação:

### **CLÁUSULA SEGUNDA**

#### **I – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá sua vigência com início na data de sua assinatura até o dia 05 de abril de 2021.”

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

### **CLÁUSULA QUARTA**

O Presente Termo Aditivo será levado à publicação legal, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente em duas vias de igual teor, na presença de testemunhas abaixo.

Ponte Serrada/SC, 22 de fevereiro de 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal CONTRATANTE	JERÔNIMO HENRIQUE BRAGAGNOLO PZT CONSTRUÇÕES LTDA CONTRATADA
---	--

Examinado e aprovado em conformidade com Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666/1993, por:

ANDRÉ LUIZ PANIZZII  
OAB/SC: 23.051



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2020 FABRICIO REZENDE DE MORAIS ME**

Publicação Nº 2878209

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2020  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS No 46/2020

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 82.777.236/0001-01, com sede na Rua Madre Maria Theodora, nº 264, Centro, Ponte Serrada, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ALCEU ALBERTO WRUBEL, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.306.106 e inscrito no CPF/MF sob o n. 469.966.309-59, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa FABRICIO REZENDE DE MORAIS LTDA ME, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 26.742.553/0001-03 com sede na Rua Felipe Schmidt, n. 591, sala 03, Catanduvas – SC, representada neste ato, pelo seu empresário, Senhor Fabricio Rezende de Moraes, portador da Cédula de Identidade nº. 6869494 e inscrito no CPF-MF sob o nº. 102.800.769-83, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº 27/2020, originário do processo licitatório n.º 46/2020, conforme condições abaixo estabelecidas:

**Cláusula I**

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar a CLÁUSULA XII do contrato nº 27/2020, passando ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA XII - Do Prazo de Vigência:

12.1 - O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 30/04/2021.”

**Cláusula II**

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

**Cláusula III**

O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial dos Municípios, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente.

Ponte Serrada/SC, 05 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA ALCEU ALBERTO WRUBEL PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	FABRICIO REZENDE DE MORAIS ME FABRICIO REZENDE DE MORAIS CONTRATADA
---	---

Examinado e aprovado em conformidade com Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666/1993, por:

Assessor Jurídico

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2020 BASE V ENGENHARIA LTDA**

Publicação Nº 2878793

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2020  
TOMADA DE PREÇO Nº 63/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2020

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 82.777.236/0001-01, com sede na Rua Madre Maria Theodora, nº 264, Centro, Ponte Serrada, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Alceu Alberto Wrubel, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1306106 e inscrito no CPF/MF sob o nº. 469.966.309-59, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa BASE V ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 28.877.101/0001-64 com sede na Rua Jorgelino Ribeiro dos Santos, 245, Santa Tereza, Joaçaba/SC, representada neste ato, pelo seu proprietário, Senhor Marvin Bett, portador da Cédula de Identidade nº. 5.212.840 e inscrito(a) no CPF-MF sob o nº. 063.518.989-51, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº 36/2020, originário do processo licitatório n.º 63/2020, conforme condições abaixo estabelecidas:

**Cláusula I**

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar o item 3.1 da Cláusula III do Contrato nº 36/2020, realizado segundo os termos do processo licitatório nº 63/2020, conforme justificativa técnica e orçamento do fiscal da obra do contratante, parte integrante deste instrumento, que acresce o valor de R\$ 5.243,57 (cinco mil e duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e sete centavos), correspondente a 7,59% sobre o valor original do contrato, passando ter a seguinte redação:

“3.1 – O valor total para execução da obra é de R\$ 83.698,12 (oitenta e três mil e seiscentos e noventa e oito reais e doze centavos), sendo R\$ 28.457,36 (vinte e oito mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos) de mão de obra e R\$ 55.240,76 (cinquenta e cinco mil e duzentos e quarenta reais e setenta e seis centavos) de material.”

**Cláusula II**

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

**Cláusula III**



O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial dos Municípios, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor. E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente.

Ponte Serrada/SC, 23 de fevereiro de 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	MARVIN BETT BASE V ENGENHARIA LTDA CONTRATADA
---	---

Analisado e aprovado em conformidade com o Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, por:

André Luiz Panizzi  
OAB/SC: 23.051



# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 013/2021 - PMPB

Publicação Nº 2877660

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA

Modalidade de licitação: Pregão 013/2021 - Pregão Eletrônico Nº 013/2021 - PMPB

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de material britado, para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Às 09h00min do dia 08/03/2021, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 248.

Porto Belo, 23 de Fevereiro de 2021

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2676/2021

Publicação Nº 2878212

DECRETO Nº 2676, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Convoca a Conferência Municipal da Cidade para Eleição dos Representantes da Sociedade Civil, no Tórcante a Composição do Conselho da Cidade de Porto Belo – CONCIBELO.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no inciso I, do artigo 176, da Lei Complementar nº 33/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica convocado a Conferência Municipal da Cidade de Porto Belo, a ser realizada no dia 12 de março de 2021, das 17h00min às 20h00min, na Câmara de Vereadores, sito à R. Cap. Gualberto Leal Nunes, nº 330 - Vila Nova - Porto Belo - SC.

Art. 2º A Conferência Municipal tem como único objetivo:

I – Eleger, em conformidade com o disposto no inciso III, do artigo 175, da Lei Complementar nº 33/2011, os representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho da Cidade de Porto Belo – CONCIBELO, conforme a seguinte relação:

a) Seguimento dos Trabalhadores:

Titular:

1º Suplente:

2º Suplente:

b) Seguimento dos Empresários:

Titular:

1º Suplente:

2º Suplente:

c) Seguimento das Entidades Profissionais, acadêmicas e de pesquisas:

Titular:

1º Suplente:

2º Suplente:

d) Seguimento ONG:

Titular:

1º Suplente:

2º Suplente:

E) Seguimento dos Movimentos Populares:

Titular:



1º Suplente:  
2º Suplente:

Art. 3º Somente serão elegíveis para compor o CONCIBELO, eleitores de Porto Belo que comprovem, a indicação pela entidade ou órgão que representem.

Art. 4º Havendo mais de uma entidade interessada para o mesmo seguimento, prevalecerá a que tiver maior tempo de existência, a contar do ato constitutivo que tenha previsto sua atuação, expressamente, no Município de Porto Belo ou subsidiariamente, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: Decorrente do elevado interesse público para com análise das demandas e mediante a necessidade de pronta participação da sociedade, parcialmente representada pelos seguimentos não governamentais, as entidades presentes no Conselho que não tenham participado regularmente das reuniões da gestão onde estavam inseridas, automaticamente, serão repassadas para última colocação, somente, vindo a serem classificadas face à ausência de outra entidade interessada.

Art. 5º Somente serão elegíveis para compor o CONCIBELO, eleitores de Porto Belo que comprovem, formalmente, a indicação pela entidade ou órgão que representem.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo Municipal Nomeará os seguintes servidores públicos, lotados na Secretária de Planejamento Urbano, para compor Comissão responsável pela condução dos trabalhos e eleição dos representantes da sociedade civil.

- a) Altino Torquato dos Santos Junior;
- b) Rodrigo Schultz;
- c) Raphael Alberto Sachetti Castro.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 22 dias do mês de fevereiro de 2021.

EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

## DECRETO Nº 2683/2021

Publicação Nº 2878196

DECRETO Nº 2683, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

Altera o Decreto Municipal nº 2621/2021, conforme menciona.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 2621, de 4 de janeiro de 2021, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º .....

IV – Izaldo Izidório Batista Junior.

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto Municipal nº 2621, de 4 de janeiro de 2021, permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2021.

EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

## DECRETO Nº 2686/2021

Publicação Nº 2878201

DECRETO Nº 2686, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Altera o Decreto Municipal nº 2272/2019, conforme menciona.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:



Art. 1º O Decreto Municipal nº 2272, de 20 de novembro de 2019, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º .....

II - Membro: Marilene Pereira Viana;

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto Municipal nº 2272, de 20 de novembro de 2019, permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 22 dias do mês de fevereiro de 2021.

EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

## DECRETO Nº 2687-2021

Publicação Nº 2878194

DECRETO Nº 2687, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Regulamenta a emissão de Certidão de Diretrizes, Análise de Projeto e Emissão de Alvará de Construção para a área conhecida como Ponta das Vieiras.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando que a recente modificação da Lei Complementar nº 33/2011 desembarçou os zoneamentos da área tida como Ponta das Vieiras.

Considerando que a subdivisão resultante do desembarço dos zoneamentos da Ponta das Vieiras revelou parâmetros construtivos em desconformidade com a vocação da área, DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa por 90 dias a emissão de Certidões de Diretrizes, análises de projeto e Alvará de Construção para a área conhecida como Ponta das Vieiras.

Art. 2º Revoga-se a validade das Certidões de Diretrizes emitidas a partir de 1º de outubro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Porto Belo - SC, aos 22 dias do mês de fevereiro de 2021.

EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

## DECRETO Nº 2689/2021

Publicação Nº 2878231

DECRETO Nº 2689, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Altera o Decreto Municipal nº 2688/2021, conforme menciona.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 2288, de 22 de fevereiro de 2021, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica estabelecido que a partir de 01º de março de 2021 o expediente do Centro Administrativo, do Departamento de Recursos Humanos, do Departamento de Licitação, da Fundação Municipal do Meio Ambiente e da Secretaria de Planejamento Urbano será durante o período compreendido entre as 08h00 às 14h00.

Art. 2º As Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Pesca, Agricultura, das Fundações Municipais de Cultura, de Esportes, do Turismo, e do Instituto de Previdência Social, dos Departamentos do CREAS e CRAS e a Assessoria de Conselhos Municipais funcionará durante o período compreendido entre as 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto Municipal nº 2288, de 22 de fevereiro de 2021, permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de fevereiro do ano de 2021.

EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

## LEI MUNICIPAL Nº 2955-2021

Publicação Nº 2878191

LEI MUNICIPAL Nº 2955, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO INSERIREM NAS PLACAS DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO E DAS VAGAS DE ESTACIONAMENTO PREFERENCIAIS O SÍMBOLO MUNDIAL DO AUTISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Diogo dos Santos.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Os estabelecimentos públicos e privados do Município de Porto Belo deverão inserir nas placas de atendimento prioritário e das vagas de estacionamento preferenciais, reservadas as pessoas com deficiência o símbolo mundial de conscientização do Transtorno do Espectro Autista – TEA.

§ 1º A lei tem como objetivo assegurar às pessoas Autistas e seus acompanhantes o atendimento prioritário, como já existem para outras categorias.

§ 2º O símbolo mundial de conscientização do Transtorno do Espectro Autista – TEA é a fita com peças de quebra-cabeça multicoloridas, conforme modelo do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta lei, entende-se como estabelecimentos privados:

I – Supermercados, padarias e conveniências;

II – Bancos e casas lotéricas;

III – Hospitais, clínicas e laboratórios

IV – Farmácias;

V – Restaurantes, bares e pubs;

VI – Lojas em geral; e

VII – Similares

Art. 3º Os estabelecimentos públicos e privados têm o prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de publicação desta lei para as devidas adequações.

Parágrafo Único – Qualquer cidadão poderá denunciar aos órgãos competentes o descumprimento desta Lei.

Art. 4º O Poder Executivo poderá, se necessário, regulamentar a presente Lei através de Decreto Municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2021.

EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

ANEXO ÚNICO

## LEI Nº 2954/2021

Publicação Nº 2878151

LEI MUNICIPAL Nº 2954, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

Dá denominação à Rua e dá outras providências. Autor: Vereador Jonas Amadeu Raulino.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica Denominada "Luiz Carlos Mafra" a Rua com Código de Logradouro nº 130643, que tem seu início na Rua Valmor Voltolini e seu término em terras de propriedade do Senhor Sérgio Luiz Biehler, no Bairro Sertão de Santa Luzia, Município de Porto Belo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2021.

EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO



# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.171/2021

Publicação Nº 2878575

DECRETO Nº 1.171, de 18 de fevereiro de 2021.  
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO JOSE KARLING, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor de Desenvolvimento Social, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de fevereiro de 2021.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 1.172/2021

Publicação Nº 2878579

DECRETO Nº 1.172, de 22 de fevereiro de 2021.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.713, de 09 de fevereiro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA ADEMIR DOS SANTOS, para o cargo de Provisão em Comissão de Coordenador Administrativo de Obras e Serviços Públicos, Símbolo CO, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.713, de 09 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de fevereiro de 2021.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 1.173/2021

Publicação Nº 2878301

DECRETO Nº 1.173, de 22 de fevereiro de 2021.

Altera a composição da "Comissão de Gestão de Crise" nomeada coletivamente por meio do Decreto nº 939, de 18 de março de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição da "Comissão de Gestão de Crise" nomeada coletivamente por meio do Decreto nº 939, de 18 de março de 2020, que passa a ser composta pelos seguintes servidores:

- a) Amanda Tonial Schroeder;
- b) Arlene Alves Daubermann Padilha;
- c) Maria Cristina Gan;
- d) Marivaldo dos Reis Santa Izabel;
- e) Ruan Guilherme Wolf; e
- f) Vanderléia Alberti Wladika.



Art. 2º Revogam-se o Decreto nº 941, de 19 de março de 2020 e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 22 de fevereiro de 2021.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## DECRETO Nº 1.175/2021

Publicação Nº 2878265

DECRETO Nº 1.175, de 22 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre a nomeação do Presidente e da Secretária do Conselho Municipal de Trânsito de Porto União – COMUTRAN/PU, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no Artigo 2º, § 2º, da Lei Municipal nº 3.400, de 26 de dezembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA IVAN FRANCISCO ANDRUKIU, Presidente do Conselho Municipal de Trânsito de Porto União – COMUTRAN/PU.

Art. 2º NOMEIA VANDERLÉIA ALBERTI VLADYKA, Secretária do Conselho Municipal de Trânsito de Porto União – COMUTRAN/PU.

Parágrafo único. O mandato do presidente e da secretária ora nomeados coincidirá com o dos demais conselheiros nomeados por meio do Decreto nº 866, de 30 de outubro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 22 de fevereiro de 2021.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## DECRETO Nº 1.176/2021

Publicação Nº 2878269

DECRETO Nº 1.176, de 22 de fevereiro de 2021.

Altera a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 3.312, de 29 de junho de 2007, alterada pela Lei nº 3.647, de 16 de setembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, nomeado coletivamente pelo Decreto nº 885, de 02 de dezembro de 2019, que passa a conter a seguinte composição:

I- representantes do Poder Executivo Municipal:  
Titular: Vivian Juliane Stasiak Camargo Schier;  
Suplente: Ludgeron Marcos Ilchechen.

II- representantes da Secretaria Municipal de Educação:  
Titular: Dulcimar Neide Sonnenstrahl;  
Suplente: Marcelo Amaro.

III- representantes dos professores da educação básica pública:  
Titular: Tiago Antonio Gomes;  
Suplente: Katia Cordeiro Ribeiro.

IV- representantes dos diretores das escolas básicas públicas:  
Titular: Franciele Galvão;  
Suplente: Agnes Margareth Muller.



V- representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas:

Titular: Eloisa Bradoski Wojciechowski;

Suplente: Jackson Rodrigo Soares.

VI- representantes dos pais de alunos da educação básica pública:

Titular: Kaline Marisa Cabral;

Suplente: Clarice Fátima Alves de Lima.

Titular: Cassiana Frohlich Canzone Sikorski;

Suplente: Dione dos Santos Reisdorfer.

VII- representantes dos estudantes da educação básica pública:

Titular: Eliane Vergutz Chimanski;

Suplente: Eunice Sirlei Freisleben Zimmermann.

Titular: Paulo de Souza;

Suplente: Thiago Chaves.

VIII- representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Josiane Cristina Jung;

Suplente: Moira de Cássia Ferreira.

IX- representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Juliana Paola Rosa;

Suplente: Josiane da Silva Cruz.

Art. 2º Os novos membros que ora integram o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, somente completarão o tempo restante do mandato conferido pelo Decreto nº 885, de 02 de dezembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se o Decreto nº 905, de 19 de dezembro de 2019, e as demais disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 22 de fevereiro de 2021.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **ERRATA 002/2021 - IMPRESS**

Publicação Nº 2878399

ERRATA 002/2021 – IMPRESS

ERRATA DE CONTRATO 003/2021 – IMPRESS

ONDE LÊ-SE:

“8.2 Em função da reciprocidade negocial entre as partes, o contratante se obriga a pagar o valor de R\$6.750,00, conforme simulador negocial Caixa nº 31420 em conformidade com o processo licitatório nº 003/2020, modalidade dispensa de licitação, nº 003/2020”

LEIA-SE:

“8.2 Em função da reciprocidade negocial entre as partes, o contratante se obriga a pagar o valor de R\$6.750,00, conforme simulador negocial Caixa nº 31433 em conformidade com o processo licitatório nº 003/2020, modalidade dispensa de licitação, nº 003/2020”

Porto União, SC, 23 de fevereiro de 2021.

MARGARETH FLISSAK  
Presidente IMPRESS

## **EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 010/2021**

Publicação Nº 2878475

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 049/2021

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 010/2021

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação



por menor preço por item, do tipo Eletrônico, para AQUISIÇÃO DE TELHAS DE ALUZINCO, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h15min do dia 09 de março de 2021, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de fevereiro de 2021.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

## JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 008/2021

Publicação Nº 2878656

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 050/2021

Inexigibilidade de Licitação nº 008/2021

Caracterização da Situação: O Município necessita efetuar a contratação de empresas especializadas em comunicação, de conteúdo prioritariamente regional para veiculação de publicidade institucional, sendo radiodifusão.

Descrição do Objeto: O objeto da presente inexigibilidade é justamente contratação de empresas especializadas em comunicação, de conteúdo prioritariamente regional para veiculação de publicidade institucional, sendo rádiodifusão, oriundas do Processo Licitatório 236/2020, Credenciamento 005/2020.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre as empresas:

FM VERDE VALE LTDA inscrita no CNPJ 79.435.723/0001-73;

RÁDIO DIFUSORA UNIÃO LTDA inscrita no CNPJ 81.646.762/0001-61;

UNIGUASSU NEGÓCIOS E EVENTOS inscrito no CNPJ 30.665.668/0001-19;

RÁDIO FM DO PORTO LTDA inscrita no CNPJ 80.450.554/0001-20;

RÁDIO FM 95 STEREO LTDA inscrita no CNPJ 80.389.083/0001-91;

RADIO DIFUSORA COLMÉIA DE PORTO UNIÃO LTDA inscrita no CNPJ 85.605.251/0001-52; eis que estas foram devidamente habilitadas no Credenciamento nº 005/2020, conforme ata e Demais Documentos anexos ao presente processo.

Do Preço: O valor estimado da contratação de tais serviços é de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) mensais rateados entre os credenciados, para a contratação de emissoras de rádio, conforme a demanda do Departamento de Comunicação Social, podendo não ser utilizado em sua totalidade caso não haja necessidade, considerando:

ITEM	DESCRIÇÃO	DURAÇÃO	VALOR
1	spot	30"	R\$ 30,00
2	spot	45"	R\$ 45,00
3	spot	60"	R\$ 60,00
4	testemunhal	30"	R\$ 75,00
5	testemunhal	60"	R\$ 150,00

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Unidade 0200 – Poder Executivo de Porto União

Atividade 2002 – Manutenção Gabinete do Prefeito

Modalidade 3390-100 – Aplicações Diretas

Cód. 03

Complemento 33903990 – Serviços de Publicidade Legal

Justificativa: O caso in concreto trazido no presente processo enquadra-se no art.25 caput da Lei n.º 8.666/93.

Porto União, 23 de fevereiro de 2021.

LUIZ RICARDO FANTIN

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 1.106/2021



# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### 03 2021 FMS - RETIFICAÇÃO MATERIAL ODONTOLÓGICO

Publicação Nº 2878138

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº01/2021 PROCESSO Nº03/2021

O Fundo Municipal de Saúde de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a retificação de valores do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2021, DE OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos para uso do Fundo Municipal de Saúde do Município. Fica alterado o edital, onde para os itens da tabela abaixo, altera-se o descritivo conforme segue. os demais itens permanecem inalterados:

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
68	9.000,00	PR		LUVA CIRURGICA COM PÓ 7.5 ESTÉRIL .O PRODUTO DEVERÁ SER DESTINADO À PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, COM COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A.) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO PARA AGENTES BIOLÓGICOS VÁLIDO E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA) VÁLIDO, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS.	3,95	35550,00
69	5.000,00	CX		LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO MEDIA, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATÔMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. DEVE APRESENTAR CONFORMIDADE COM A RDC Nº 5 DE FEVEREIRO DE 2008, ESTAR DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA NBR 1PORTARIA Nº 233, DE 30 DE JUNHO DE 2008 DO INMETRO E NR 6 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA, FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE.O PRODUTO DEVERÁ SER DESTINADO À PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, COM COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A.) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO PARA AGENTES BIOLÓGICOS VÁLIDO E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA) VÁLIDO, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS.	120,00	600000,00
70	5.000,00	CX		LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO PEQUENO, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATÔMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. DEVE APRESENTAR CONFORMIDADE COM A RDC Nº 5 DE FEVEREIRO DE 2008, ESTAR DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA NBR 1PORTARIA Nº 233, DE 30 DE JUNHO DE 2008 DO INMETRO E NR 6 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA, FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE.O PRODUTO DEVERÁ SER DESTINADO À PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, COM COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A.) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO PARA AGENTES BIOLÓGICOS VÁLIDO E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA) VÁLIDO, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS.	120,00	600000,00



71	5.000,00	CX	LUVA PARA PROCEDIMENTO, EXTRA PEQUENA, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATÔMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE IUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. DEVE APRESENTAR CONFORMIDADE COM A RDC Nº 5 DE FEVEREIRO DE 2008, ESTAR DE ACOO COM A NORMA TÉCNICA NBR79 13PORTARIA Nº 233, DE 30 DE JUNHO DE 2008 DO INMETRO E NR 6 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA, FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE.O PRODUTO DEVERÁ SER DESTINADO À PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, COM COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A.) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO PARA AGENTES BIOLÓGICOS VÁLIDO E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA) VÁLIDO, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS.	120,00	600000,00
72	5000	CX	LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO GRANDE, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATÔMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. DEVE APRESENTAR CONFORMIDADE COM A RDC Nº 5 DE FEVEREIRO DE 2008, ESTAR DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA NBR 1PORTARIA Nº 233, DE 30 DE JUNHO DE 2008 DO INMETRO E NR 6 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA, FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE	90,00	450.000,00
119	PAR	9.000	LUVA CIRURGICA ESTÉRIL COM PÓ 6.5.O PRODUTO DEVERÁ SER DESTINADO À PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, COM COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A.) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO PARA AGENTES BIOLÓGICOS VÁLIDO E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA) VÁLIDO, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS.	3,95	35.500,00

Altera-se também o item 9 – DA HABILITAÇÃO, ONDE ACRESCENTA-SE A EXIGENCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA , ONDE A EMPRESA DEVERA APRESENTAR JUNTAMENTE COM A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO A AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO EMITIDA PELA ANVISA (AFE) DA EMPRESA LICITANTE, BEM COMO A APRESENTAÇÃO DA AFE DA FABRICANTE OU IMPORTADOR NO BRASIL, DOS MATERIAIS OFERTADOS.

Em virtude destas alterações, altera-se a data de abertura e julgamento das propostas e habilitação, passando a ser dia 09 de Março de 2021, as 08:30horas.

As demais cláusulas permanecem inalteradas. Maiores informações, e o edital retificado poderá ser solicitado através do e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br, no site www.pousoredondo.sc.gov.br, ou www.blil.org.br e maiores informações pelo telefone (47) 3534-8700/8719.

Pouso Redondo, 23 de fevereiro de 2021.

Oscar Gutz  
Prefeito Municipal

## 07 2021- RETIFICAÇÃO LUMINARIAS LED

Publicação Nº 2878326

PREFEITURA DE POUSO REDONDO  
RETIFICAÇÃO DO EDITAL



**PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2021 PROCESSO Nº14/2021**

O Fundo Municipal de Saúde de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a retificação do Edital de Pregão Presencial nº 07/2021, DE OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE LUMINARIAS DE LED PARA INSTALAÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO. Fica alterado o edital, onde para o item da tabela abaixo, altera-se o descritivo conforme segue. os demais itens permanecem inalterados:

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	100,00	UN		LUMINARIA PUBLICA LED 40W MIN 140 LM/W	878,16	87816,00
2	100,00	UN		LUMINARIA PUBLICA LED 100W MIN. 140 LM/W	1.223,93	122393,00
3	100,00	UN		LUMINARIA PUBLICA LED 180W MIN. 140 LM/W	1.560,18	156018,00
Total Lote						366.227,00

Em virtude destas alterações, altera-se a data de abertura e julgamento das propostas e habilitação, passando a ser dia 09 de Março de 2021, as 14:00horas.

As demais cláusulas permanecem inalteradas. Maiores informações, e o edital retificado poderá ser solicitado através do e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br e maiores informações pelo telefone (47) 3534-8700/8719.

Pouso Redondo, 23 de fevereiro de 2021.

Oscar Gutz  
Prefeito Municipal

**122020 ESCLARECIMENTOS**

Publicação Nº 2878322

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº12/2021  
PREGÃO PRESENCIAL 19/2021

Esclarecimentos:

O laudo de resistência previsto no lote 21, deverá ser apresentado na entrega das matérias, anexo a nota fiscal.

Lote: 21				Preço Total do Lote:		3.208.930,00
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
519	1.000,00	UN		TUBO DE CONCRETO 1,50M CLASSE PA2. (APRESENTAR LAUDO DE RESISTÊNCIA ABNT NBR 8890/2007)	999,60	999600,00
520	1.000,00	UN		TUBO DE CONCRETO 2,00M. (APRESENTAR LAUDO DE RESISTÊNCIA ABNT NBR 8890/2007)	2.209,33	2209330,00

Pouso Redondo, em 23 de fevereiro de 2021.

Oscar Gutz  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 018/2021 DE 09/02/2021 - DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2877610

DECRETO Nº 018/2021 de 09/02/2021

Dispõe sobre a suplementação por provável excesso de arrecadação, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município.

Órgão: 09 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 01- DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA

Funcional: 26.782.0039.1.007 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos

(99) 4.4.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 300.000,00



TOTAL ..... R\$ 300.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de fevereiro de 2021.

OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 019/2021 DE 19/02/2021 - DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL E INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA COORDENAÇÃO E REALIZAÇÃO DO MESMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2878283

DECRETO Nº 019/2021 de 19/02/2021

Dispõe sobre a realização de Processo Seletivo para contratação de Agente Comunitário de Saúde e para contratação temporária de pessoal e institui Comissão Especial para coordenação e realização do mesmo, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de seleção que assegure a igualdade de condições entre os candidatos para contratação temporária;

CONSIDERANDO a necessidade de manter seleção realizada para suprir as necessidades temporárias da administração.

DECRETA:

Art. 1º - O processo seletivo para provimento de empregos públicos, que tem como fundamento a Lei Municipal nº 2.472/2013, de 23 de abril de 2013, e provimento do cargo em caráter temporário, que tem como fundamento na Lei Municipal nº 2.613/2015, de 15 de julho de 2015, será realizado para o seguinte cargo e vagas:

CARGO PÚBLICO – ESTATUTÁRIO

CARGO	VAGAS
Médico	1 (uma) vaga

EMPREGO PÚBLICO – CLT

CARGO	VAGAS
Agente Comunitário de Saúde ESF	2 (duas) vagas

Art. 2º - O processo seletivo será por meio de provas escritas, observando-se os critérios, exigências e pontuação estabelecida em edital de convocação.

Art. 3º - Fica instituída a Comissão Especial do Processo Simplificado de Provas, a qual são integrantes: Daniele Andrade – Geruza Lueckmann – Franciane Eing – Liliane Jurk Felizardo – Simone Vieira – Jucemara Muniz Conceição.

Art. 4º - À comissão supracitada incumbe: resolver eventuais reclamações; promover as inscrições dos candidatos que não tiveram acesso à rede mundial de computadores; supervisionar os trabalhos, receber e conferir a autenticidade de documentos dos candidatos, o armazenamento das provas e cartões respostas antes de depois da prova, a correção das provas, enfim, decidir sobre qualquer questão relativa ao processo seletivo.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Pouso Redondo, 19 de fevereiro de 2021.

OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal



# Praia Grande

## PREFEITURA

### CONTRATO 13/2021 - SAUDE

Publicação Nº 2877592

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2021  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021  
CONTRATO Nº 13/2021

CONTRATADO: CENTRO DE REABILITAÇÃO FAZENDA SÃO JORGE II

DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, POR MEIO DE CLÍNICAS ESPECIALIZADAS NO TRATAMENTO DE PESSOAS COM PROBLEMAS PSIQUIATROS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, PARA ADULTOS E ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS, QUE OFEREÇAM ATENDIMENTO PARA INTERNAÇÕES: VOLUNTÁRIA, INVOLUNTÁRIA, E COMPULSÓRIA, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA EXERCÍCIO DE 2021, CONFORME CREDENCIAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA 01/2019, COM ATA DO CREDENCIAMENTO.

DO VALOR: R\$ 25.300,00

DA VIGÊNCIA: 12/02/2021 À 31/03/2021.

PRAIA GRANDE – SC, 12 DE FEVEREIRO DE 2021

ELISANDRO PEREIRA MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO 14/2021 - SAUDE

Publicação Nº 2877777

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2021  
CARTA CONVITE N.º: 01/2021  
CONTRATO Nº 14/2021

CONTRATADO: MAIQUIU AGUIAR CARDOSO

DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL SEMANAL PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE – SC

DO VALOR: R\$ 22.500,00

DA VIGÊNCIA: 17/02/2021 À 31/03/2021.

PRAIA GRANDE – SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2021

ELISANDRO PEREIRA MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO 26/2021 - PREFEITURA

Publicação Nº 2878922

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 28/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 13/2021  
CONTRATO Nº 26/2021

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC

DO OBJETO: ESTE CONTRATO ESTABELECE COOPERAÇÃO ENTRE AS PARTES, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS CAPAZES DE PROPICIAR “A PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO”, E A “FORMAÇÃO PARA O TRABALHO”, DE ACORDO COM A LEI Nº 11.788 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008 E COM A LEI N. 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, ATRAVÉS DO ESTÁGIO, QUE OBRIGATÓRIO OU NÃO, DEVERÁ SER PEDAGOGICAMENTE ÚTIL E POR ISSO, DE INTERESSE CURRICULAR, ENTENDIDO COMO UM ATO EDUCATIVO ESCOLAR SUPERVISIONADO, DESENVOLVIDO NO AMBIENTE DE TRABALHO.

DO VALOR: R\$ 105.640,00

DA VIGENCIA: 15/02/2021 À 31/12/2021.

PRAIA GRANDE - SC, 15 DE FEVEREIRO 2021.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL.



**Presidente Castello Branco****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2021**

Publicação Nº 2877922

**EXTRATO DE CONTRATO**

Nº 15/2021

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADA:	TRIÂNGULO ENGENHARIA LTDA
OBJETO:	O objeto do presente instrumento é a escolha mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para serviço de mão-de-obra e fornecimento de material para execução de uma lombada com largura de 13,00m localizada na Av. 17 de Fevereiro e duas lombadas com 7,00m cada, localizadas em Linha Nossa Senhora de Lourdes, do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O preço total ajustado para a prestação dos serviços é a importância de R\$ 15.323,04 (quinze mil, trezentos e vinte e três reais e quatro centavos), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o Contratante pagará à Contratada. O pagamento devido à vencedora será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal, que será feito através de crédito em conta, na instituição financeira BANCO DO BRASIL, Agência 0137-6 e Conta Corrente 40695-3.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pelo servidor municipal Sr. Alceu Antonio Miotto, conforme Portaria nº P/070/2021, de 23 de fevereiro de 2021, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
VIGÊNCIA:	31/12/2021

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2021 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2021**

Publicação Nº 2878480

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2021****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2021**

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS ESCOLARES LTDA
OBJETO:	O objeto da presente dispensa de licitação consiste na contratação de empresa especializada para aquisição de móveis escolares para o Centro Educacional de Ensino de Primeiro Grau e Centro Municipal de Educação Infantil Acalanto a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O valor a ser pago à Contratada pela aquisição dos móveis é a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), valor este que o Contratante pagará a Contratada em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, efetiva apresentação da nota fiscal e atestado do Fiscal de Contrato nomeado pelo Município nesta nota, que será feito através de crédito em conta na instituição Financeira indicada pela empresa.
FUNDAMENTO:	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.
HOMOLOGAÇÃO:	23/02/2021
VIGÊNCIA:	31/12/2021



# Presidente Getúlio

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021

Publicação Nº 2878958

EXTRATO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021

PARTES: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO - CNPJ 83.102.434/0001-20 E HILEON CESAR SUCATELLI ME - CNPJ 17.778.957/0001-66  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2021

PRAZO: VIGÊNCIA ATÉ O DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2022

VALOR: R\$ 53.376,00

DATA DE ASSINATURA: 23 DE FEVEREIRO DE 2021

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2021

Publicação Nº 2878963

EXTRATO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2021

PARTES: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO - CNPJ 83.102.434/0001-20 E DIANA MARTINS DOS SANTOS - CNPJ 39.835.150/0001-50  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2021

PRAZO: VIGÊNCIA ATÉ O DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2022

VALOR: R\$ 55.345,50

DATA DE ASSINATURA: 23 DE FEVEREIRO DE 2021

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2021

Publicação Nº 2878956

EXTRATO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2021

PARTES: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO - CNPJ 83.102.434/0001-20 E JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ 25.267.561/0001-82  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2021

PRAZO: VIGÊNCIA ATÉ O DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2022

VALOR: R\$ 57.782,45

DATA DE ASSINATURA: 23 DE FEVEREIRO DE 2021

### LEI Nº. 3.361/2021

Publicação Nº 2877984

LEI Nº. 3.361/2021

HOMOLOGA TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO E A ASSOCIAÇÃO NOVA VIDA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica homologado o Termo de Colaboração Nº. 001/2021, constante do Anexo I, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO E A ASSOCIAÇÃO NOVA VIDA, objetivando a prestação de serviços de acolhimento de pessoas em idade adulta, inclusive idosos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, conforme detalhado no Plano de Trabalho, constante do anexo II.

Art. 2º. O Município repassará o valor de R\$ 96.800,00 (noventa e seis mil e oitocentos reais), que serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso, mediante a apresentação da nota fiscal para empenho, conforme a seguinte classificação orçamentária: 10.01.008.0242.0110.2030.3390.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal



**LEI Nº. 3.362/2021**

Publicação Nº 2877982

LEI Nº. 3.362/2021

HOMOLOGA TERMO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ, OBJETIVANDO A GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES DE PRONTO ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica homologado o Termo de Colaboração Nº. 002/2021, constante do Anexo I, celebrado com a Associação das Irmãs Franciscanas de São José, objetivando a Gestão de Serviços Médicos e Hospitalares de Pronto Atendimento no Município de Presidente Getúlio.

Art. 2º. Em conformidade com o aludido Termo de Colaboração, o Município repassará o valor de R\$ 1.216.368,84 (um milhão, duzentos e dezesseis mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), em 12 (doze) parcelas mensais, conforme plano de trabalho constante do anexo II.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta do crédito consignado ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Getúlio.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de Janeiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 208/2021**

Publicação Nº 2878689

PORTARIA Nº 208/2021

EXONERA SERVIDOR TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso V e IX da Lei Orgânica do Município, resolve,

EXONERAR:

A servidora JOSILENE LOPES, Técnico em Enfermagem do ESF, contratado em Regime de Admissão em Caráter Temporário pela Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, a partir do dia 28 de fevereiro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 23 de fevereiro de 2021.

nelson virtuoso

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 209/2021**

Publicação Nº 2878695

PORTARIA Nº 209/2021

EXONERA SERVIDOR TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso V e IX da Lei Orgânica do Município, resolve,

EXONERAR:

A servidora JULIA FUSINATO, Farmacêutica do ESF, contratado em Regime de Admissão em Caráter Temporário pela Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, a partir do dia 26 de fevereiro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 23 de fevereiro de 2021.

nelson virtuoso

Prefeito Municipal



REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 210/2021**

Publicação Nº 2878698

PORTARIA Nº 210/2021  
EXONERA À PEDIDO SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso V e IX da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 55 da Lei Complementar Municipal nº 2.287/2008 de 28 de fevereiro de 2008, resolve:

EXONERAR À PEDIDO:

A servidora GISELE VOSS PEREIRA, Professora, Nível 2, Classe D, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, a partir do dia 19 de fevereiro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 23 de fevereiro de 2021.

nelson virtuoso  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
ATO OFICIAL DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

**PORTARIA Nº. 211/2021**

Publicação Nº 2878700

PORTARIA Nº 211/2021  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

A servidora MARLI KUCHLER, Assistente Social, Nível 48, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Contratual da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 10 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 05 de junho de 2020 a 04 de junho de 2021, a partir do dia 22 de fevereiro a 03 de março de 2021.

Presidente Getúlio/SC em, 23 de fevereiro de 2021

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 23 DE FEVEREIRO DE 2021  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 212/2021**

Publicação Nº 2878704

PORTARIA Nº 212/2021  
CORRIGE ERRO MATERIAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o V e IX do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal, resolve,

ALTERAR:

A Portaria nº 204/2021 de 17 de fevereiro de 2021, da servidora FERNANDA HOEPERS CANDIDO, alterando o texto referente ao vínculo do



servidor, sendo que onde lê-se:

"com designação para CEIM Cantinho Feliz, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, em substituição a servidora Vanusa Teresinha Dietrich que está em função de confiança, com prazo até 21 de dezembro de 2021.",

Leia-se corrigido:

"com designação para CEIM Cantinho Feliz com carga horária semanal de 20 (vinte) horas e no CEIM Pingo de Gente com carga horaria de 20 (vinte) horas em substituição a servidora Vanusa Teresinha Dietrich que está em função de confiança e Shirley Dietrich (vacância), com prazo até 21 de dezembro de 2021"

Presidente Getúlio - SC em, 23 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA  
PRESIDENTE GETÚLIO/SC. 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018

## **PORTARIA N°. 213/2021**

Publicação N° 2878705

PORTARIA N° 213/2021  
EXONERA À PEDIDO CARGA HORÁRIA DE MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 55, da Lei Complementar nº 2.287/2008, de 28 de fevereiro de 2008, resolve,

EXONERAR À PEDIDO:

LAISA FERNANDA MULLER, Professora, Nível 01, Classe A, de 20 horas semanais de trabalho, a partir do dia 10 de fevereiro de 2021 mantendo 20 horas semanais em cargo de Provimento Contratual no Magistério Público.

Presidente Getúlio - SC em, 23 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO, 23 DE FEVEREIRO DE 2021  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018.

## **PORTARIA N°. 214/2021**

Publicação N° 2878707

PORTARIA N° 214/2021  
EXONERA SERVIDOR TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso V e IX da Lei Orgânica do Município, resolve,

EXONERAR:

A servidora DAIANE APARECIDA SPIESS, Médica do ESF, contratado em Regime de Admissão em Caráter Temporário pela Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, a partir do dia 06 de fevereiro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 23 de fevereiro de 2021.

nelson virtuoso  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018



**PORTARIA Nº. 215/2021**

Publicação Nº 2878710

PORTARIA Nº 215/2021  
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 192 da C.L.T., e dos Artigos 89 e 90 da Lei Complementar nº 2.287/08, de 28 de fevereiro de 2008, resolve,

**CONCEDER:**

Ao servidor VILMAR EBLE, agente de serviços braçais, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, adicional de 40% do Salário Mínimo Vigente no País, de Insalubridade, conforme estabelece a Lei, a partir de fevereiro de 2021.

Presidente Getúlio – SC., 23 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal.

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO, 23 DE FEVEREIRO DE 2021  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

**PORTARIA Nº. 216/2021**

Publicação Nº 2878712

PORTARIA Nº 216/2021  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 97, caput e parágrafo primeiro da Lei Complementar Municipal nº 2.287/2008, de 28 de fevereiro de 2008, resolve:

**CONCEDER:**

A servidora MARLI SUCHARA KLITZKE, Agente de Serviços Gerais, Nível 16, Classe B, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de Licença por motivo de doença de pessoa da família, sem remuneração, a partir do dia 10 de fevereiro a 11 de março de 2021, conforme Atestado Médico de 30 e declarações anexas na pasta funcional.

Presidente Getúlio - SC em, 23 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

**PORTARIA Nº. 217/2021**

Publicação Nº 2878715

PORTARIA Nº 217/2021  
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONARIA

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 130 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, resolve,

**CONCEDER:**

A funcionária JULIANE APARECIDA VERISSIMO DE OLIVEIRA, Agente Comunitária de Saúde, do Quadro do Emprego Público do Programa Estratégia de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 11 de dezembro de 2018 a 10 de dezembro de 2019, no período de 01 de fevereiro a 02 de março de 2021.

Presidente Getúlio/SC em, 23 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.



**PORTARIA Nº. 218/2021**

Publicação Nº 2878723

PORTARIA Nº 218/2021  
EXONERA SERVIDOR TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso V e IX da Lei Orgânica do Município, resolve,

EXONERAR:

A servidora LUANA RECH, Professora, contratado em Regime de Admissão em Caráter Temporário pela Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, a partir do dia 15 de fevereiro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 23 de fevereiro de 2021.

nelson virtuoso  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 219/2021**

Publicação Nº 2878724

PORTARIA Nº 219/2021  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

Ao servidor LINO DANNEHL, Agente de Serviços Braçais, Nível 19, Classe B, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 07 dias de férias, referente ao período aquisitivo de 06 de fevereiro de 2019 a 05 de fevereiro de 2020, a partir do dia 22 de fevereiro a 28 de fevereiro de 2021.

Presidente Getúlio/SC em, 23 de fevereiro de 2021

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 23 DE FEVEREIRO DE 2021  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 220/2021**

Publicação Nº 2878726

PORTARIA Nº 220/2021  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

A servidora ELAINE CHIODINI, Agente de Serviços Braçais, Nível 19, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 07 dias de férias, referente ao período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2020 a 16 de fevereiro de 2021, a partir do dia 22 de fevereiro a 28 de fevereiro de 2021.

Presidente Getúlio/SC em, 23 de fevereiro de 2021

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal



REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 23 DE FEVEREIRO DE 2021  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 221/2021**

Publicação Nº 2878730

PORTARIA Nº 221/2021  
EXONERA À PEDIDO SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso V e IX da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 55 da Lei Complementar Municipal nº 2.287/2008 de 28 de fevereiro de 2008, resolve:

EXONERAR À PEDIDO:

A servidora LUCIANA RAMOS, Turismóloga, Nível 41, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, a partir do dia 15 de fevereiro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 23 de fevereiro de 2021.

nelson virtuoso  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
ATO OFICIAL DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

**PORTARIA Nº. 222/2021**

Publicação Nº 2878732

PORTARIA Nº 222/2021  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMISSIONADO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

A servidora CRISLENE ROBERTA SCHURT HEINZEN, Assessor de Imprensa, Nível 47, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Comissionados da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 10 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 27 de agosto de 2018 a 26 de agosto de 2019, a partir do dia 15 de fevereiro de 2021 a 24 de fevereiro de 2021.

Presidente Getúlio/SC em, 23 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA  
PRESIDENTE GETÚLIO, 23 DE FEVEREIRO DE 2021  
ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

**PORTARIA Nº. 223/2021**

Publicação Nº 2878734

PORTARIA Nº 223/2021  
EXONERA À PEDIDO SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso V e IX da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 55 da Lei Complementar Municipal nº 2.287/2008 de 28 de fevereiro de 2008, resolve:

EXONERAR À PEDIDO:



A servidora ELIZANGELA PEREIRA DUARTE, Agente de Serviços Gerais, Nível 1, Classe A, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 23 de fevereiro de 2021.

nelson virtuoso  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
ATO OFICIAL DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

## **PORTARIA Nº. 224/2021**

Publicação Nº 2878737

PORTARIA Nº 224/2021  
DESIGNA LOCAL DE EXERCICIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 10, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, combinado com o artigo 9º da Lei Complementar nº 2.289 de 28 de fevereiro de 2008, resolve,

### **DESIGNAR:**

A partir do dia 23 de fevereiro de 2021, EDITE BERNARDO, Agente de Serviços Gerais, Nível 16, Classe A, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto a CEIM Adelina Clara Hess de Souza, subordinado Secretaria de Educação Cultura e Desporto - SECULDE, com a carga horária de 40 horas semanais de trabalho.

Presidente Getúlio/SC em, 23 de fevereiro de 2021

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 23 DE FEVEREIRO DE 2021  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

## **PORTARIA Nº. 225/2021**

Publicação Nº 2878740

PORTARIA Nº 225/2021  
DESIGNA DE FORMA PRECARIA LOCAL DE EXERCICIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 10, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, combinado com o artigo 9º da Lei Complementar nº 2.289 de 28 de fevereiro de 2008, resolve,

### **DESIGNAR DE FORMA PRECARIA:**

A partir do dia 23 de fevereiro de 2021, EDSON LUIS DOS SANTOS CABRAL, Operador de Veículos, Nível 27, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto a Assistência Social, subordinado Secretaria de Assistência Social - SESAS, com a carga horária de 44 horas semanais de trabalho.

Presidente Getúlio/SC em, 23 de fevereiro de 2021

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 23 DE FEVEREIRO DE 2021  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018



**PORTARIA Nº. 226/2021**

Publicação Nº 2878744

PORTARIA Nº 226/2021  
EXONERA SERVIDOR TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso V e IX da Lei Orgânica do Município, resolve,

EXONERAR:

A servidora MARINA APARECIDA FELICIO BERNARDI, Professora, contratado em Regime de Admissão em Caráter Temporário pela Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, a partir do dia 09 de fevereiro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 23 de fevereiro de 2021.

nelson virtuoso  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 227/2021**

Publicação Nº 2878745

PORTARIA Nº 227/2021  
EXONERA À PEDIDO SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso V e IX da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 55 da Lei Complementar Municipal nº 2.287/2008 de 28 de fevereiro de 2008, resolve:

EXONERAR À PEDIDO:

O servidor LUCAS MARTINS ARAUJO, Agente de Serviços Gerais, Nível 1, Classe A, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 23 de fevereiro de 2021.

nelson virtuoso  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
ATO OFICIAL DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

**PORTARIA Nº. 228/2021**

Publicação Nº 2878748

PORTARIA Nº 228/2021  
DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DO CARGO EM RAZÃO DA APOSENTADORIA DE SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso IX da Lei Orgânica do Município, e Inciso VI e parágrafo único do Artigo 54 da Lei Complementar nº 2.287 de 28 de fevereiro de 2008 que dispõe sobre a Vacância do cargo em virtude da Aposentadoria, resolve,

DECLARAR A VACÂNCIA E CONSIDERAR APOSENTADO:

A servidora SHIRLEY BACHMANN HOPPE, Professora, Nível 2, Classe F, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo desta Prefeitura Municipal, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Presidente Getúlio-SC, em 23 de fevereiro de 2021.  
NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal



REGISTRADA N/DATA  
PRESIDENTE GETÚLIO, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

**PORTARIA Nº. 229/2021**

Publicação Nº 2878751

PORTARIA Nº 229/2021  
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 130 e artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, resolve,

**CONCEDER:**

A funcionária ISOLDE FILAGRANA NAFFINN, Agente Comunitária de Saúde do ESF – Programa Estratégia de Saúde da Família, do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 04 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2018 a 31 de maio de 2019, a partir do dia 08 a 11 de fevereiro de 2021.

Presidente Getúlio/SC em, 23 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 23 DE FEVEREIRO DE 2020  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 230/2021**

Publicação Nº 2878758

PORTARIA Nº 230/2021  
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 130 e artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, resolve,

**CONCEDER:**

A funcionária ISOLDE FILAGRANA NAFFINN, Agente Comunitária de Saúde do ESF – Programa Estratégia de Saúde da Família, do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 22 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2019 a 31 de maio de 2020, a partir do dia 12 de fevereiro até 05 de março de 2021.

Presidente Getúlio/SC em, 23 de fevereiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 23 DE FEVEREIRO DE 2020  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2021 - FMS**

Publicação Nº 2878532

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO  
PREGÃO PRESENCIAL P/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2021

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA DE SAÚDE AO AR LIVRE. A entrega dos envelopes acontecerá no dia 09/03/2021 às 09h45min. A sessão de abertura será às 10h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-Iler, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 19 de fevereiro de 2021.  
NELSON VIRTUOSO – Prefeito Municipal



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2021**

Publicação Nº 2877638

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 24/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA, DECORRENTE DAS METAS 03, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45 E 48 DA DEFESA CIVIL DA UNIÃO, DECORRENTE DOS PREJUÍZOS OCASIONADOS PELA ENXURRADA

CNPJ: 27.070.460/0001-42

FUNDAMENTO LEGAL: INCISO IX, DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666/93 E DECRETO MUNICIPAL Nº 261/2020.

VENCEDOR: RODRIGUES FOREST COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA.

VIGÊNCIA: 16/05/2021

VALOR: R\$1.035.810,12

Presidente Getúlio, SC, em 23 de fevereiro de 2021  
NELSON VIRTUOSO – Prefeito Municipal

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2021**

Publicação Nº 2878767

AVISO DE LICITAÇÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2021

O Município de Presidente Getúlio/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação cujo Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DOM QUIXOTE

A entrega dos envelopes acontecerá no dia 12/03/2021 às 09h00min. A sessão de abertura será às 09h00min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-Iler, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio/SC, em 23 de fevereiro de 2021  
Nelson Virtuoso – Prefeito

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2021**

Publicação Nº 2878769

AVISO DE LICITAÇÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2021

O Município de Presidente Getúlio/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação cujo Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS À SUA IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO.

A entrega dos envelopes acontecerá no dia 08/03/2021 às 14h30min. A sessão de abertura será às 14h45min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-Iler, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio/SC, em 23 de fevereiro de 2021  
Nelson Virtuoso – Prefeito



# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2021 CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL DE FARMACÊUTICO PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Publicação Nº 2878012

#### EDITAL Pregão Presencial Nº 13/2021 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 148/2021 de 17/02/2021 torna público aos interessados, que através do Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Presencial nº 13/2021, do tipo Menor Preço, Por Item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

#### 1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

1.1. Constitui objeto do presente certame: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL DE FARMACÊUTICO PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 09/03/2021.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) prefeitura municipal de Presidente Nereu sala de licitações
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00:00 horas.
- e) Abertura do processo: 09/03/2021 às 09:15:00 horas.

#### 1.3 JUSTIFICATIVA

Tendo como justificativa a necessidade de contratação temporária de Farmacêutico, para recompor a equipe de Saúde para atendimento a toda a população.

**CONSIDERANDO** a necessidade de contratar um profissional até a realização de um concurso público.

**CONSIDERANDO** que o município tem necessidade de entregar medicamentos com a supervisão de um profissional, e este serviço é prestado pelo município à toda municipalidade, como acontece em outros municípios.

**CONSIDERANDO** que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, sendo um direito social constitucionalmente previsto;

**CONSIDERANDO** a inviabilidade de efetuar processo seletivo ou concurso público pelas restrições impostas pelos decretos de emergência sanitária, sendo estes cargos de caráter temporário;

**CONSIDERANDO** o dever de atendimento dos interesses primários da população, visando assegurar um bem maior, a vida, por meio da preservação da saúde;

#### II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

**A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2021.**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC**



**ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L****B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2021.****PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC****ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O**

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

**2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até 09/03/2021 às 09:00:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.**

**III - DO CREDENCIAMENTO:**

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 **Procuração** ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 **Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio, (no caso de empresa).**

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 3.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte **(deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição), (no caso de empresa).**

3.1 **A não comprovação** de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

**IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas e físicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as pessoas Jurídicas e Físicas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

**V - DA PROPOSTA COMERCIAL:**

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e



assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - **DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA**, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo (90) noventa dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2021 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

5.1.6 Conter no lado de fora dos envelopes ou no envelope de proposta o anexo VI.

**Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeira, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.**

#### **VI - DA HABILITAÇÃO**

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

PESSOAS JURÍDICAS:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. **(Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).**

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA, com a certificação do EPROC.

6.1.13 Certidão Simplificada expedida pela junta do Estado.

#### **6.2 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

PESSOA JURÍDICA

6.2.1 Comprovação de que a empresa possui profissional habilitado para Os serviços devidamente registrados no Conselho Regional competente.

6.2.2 Comprovação de registro e regularidade no conselho regional competente do responsável técnico;



**PESSOA FÍSICA:**

- 6.3.1 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;
- 6.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
- 6.3.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
- 6.3.4 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO VII;
- 6.3.5 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO IX;
- 6.3.6 Certidão de negativa de INSOLVENCIA FINANCEIRA, com a certificação do EPROC.

**6.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

6.4.1 Comprovação de registro e regularidade no conselho regional competente do responsável técnico;

6.5 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.6 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.7 Os **documentos de habilitação** deverão ser apresentados em **original ou por fotocópia** previamente **autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal**, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.8 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.9 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua emissão.

**6.10 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.**

6.11 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.12 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

**VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E PESSOA FÍSICA:**

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa e pessoa física, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as



remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

**5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);**

#### VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de **Menor Preço Por Item** e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita **Menor Preço Por Item** e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.



- 8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.
- 8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. **02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item "7"** deste Edital.
- 8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.
- 8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.
- 8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.
- 8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.
- 8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.
- 8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.
- 8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.
- 8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

#### **IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:**

- 9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de **Menor Preço Por Item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.
- 9.2 A adjudicação do objeto deste Pregão será **Menor Preço Por Item**, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

#### **X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

- 10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.
- 10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.
- 10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

#### **XI - DA HOMOLOGAÇÃO**

- 11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.
- 11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório formulará o



contrato entre as partes com os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

## XII - DA CONTRATAÇÃO

12.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

## XIII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
10.01	
2022	
333903401	
01020000	

## XIV - DO PAGAMENTO:

14.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de **PRESIDENTE NEREU**, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela **CONTRATANTE**, acompanhado dos documentos fiscais.

14.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

## XV - DO REAJUSTE:

15.1. O objeto licitado não poderá sofrer revisão reajustes.

## XVI - DAS PENALIDADES:

16.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do **MUNICÍPIO**, se a **licitante vencedora** não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## XVII - DA RESCISÃO

17.1. A rescisão do presente poderá ser:

17.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

17.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste Edital;

17.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

17.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta



ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

17.1.5 Deverá ser rescindido havendo realização de concurso público e preenchimento da vaga.

#### **XVIII - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA**

18.1. A empresa vencedora obriga-se a:

18.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o **MUNICÍPIO** solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

18.1.3 Executar os objetos licitados, **conforme contratação**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após assinatura do contrato através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

18.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

18.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

18.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

**18.1.7 Será recusado o serviço, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam de acordo com o contratado sob pena de multa e ou rescisão contratual;**

18.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte para execução do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

18.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

18.1.10 O vencedor deverá prestar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência, no posto de Saúde do município de Presidente Nereu.

#### **XIX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

19.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

19.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item “14” deste edital.

19.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

#### **XXI - DA VIGÊNCIA**

21.1 O objeto da licitação tem vigência de até 31/12/2021, a contar da assinatura do termo contratual, ou preenchimento da vaga por concurso público.

21.2 O prazo poderá ser prorrogado o prazo, desde que não preenchida a vaga por concurso público.

#### **XXII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

22.5.1 Adiada a abertura da licitação;



22.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

22.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO II - Minuta do Contrato;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO**).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**).

ANEXO X - Modelo de Proposta Comercial (**Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA**).

22.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail [compras@presidentenereu.sc.gov.br](mailto:compras@presidentenereu.sc.gov.br).

22.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

22.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial dos Municípios, na **internet página do município no link licitações** e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU, 23 de fevereiro de 2021.

---

CELSO AUGUSTO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL



**ANEXO I****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. ..../20....****DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL**

Nome da empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Pessoa de contato: \_\_\_\_\_

CNPJ da empresa: \_\_\_\_\_

Nome completo de quem retirou o edital: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO Nº. ..../20... E SEUS ANEXOS.**

..... (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

\_\_\_\_\_  
Assinatura

CPF nº. \_\_\_\_\_



**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

Que entre si fazem o Município de <04> -<06>, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na <84>, em <04> -<06>, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. <88>, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua estrada geral Bandeira, s/nº neste município, ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, ..... pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º ..... com sede ..... Neste ato representado pelo Sr. .... residente e domiciliado em ..... inscrita no CPF sob N.º ..... de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS DE FARMACÊUTICO PARA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

**CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS**

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ R\$  
###0.00{RoundingMode=HALF\_UP}

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até 31/12/2021

**CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE**

Os valores contratados não serão reajustados.

**CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA**

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (dode) meses, ou até realização de concurso público e preenchimento da vaga.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, incluídas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.



i) prestar os serviços em uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na farmácia da unidade básica de saúde municipal, conforme estipulado pelo gestor do fundo municipal de saúde

#### ATRIBUIÇÕES:

Responder técnica e legalmente pela farmácia, desempenhando, supervisionando e coordenando as atividades que lhe são inerentes, entre elas, a de dispensação de medicamentos;

Acolher, orientar e prestar informações aos usuários e outros profissionais, acerca dos medicamentos e outros assuntos pertinentes à Assistência Farmacêutica; Promover no seu âmbito de atuação o uso racional de medicamentos e o acompanhamento farmacoterapêutico;

Participar da elaboração da Política de Saúde e de Assistência Farmacêutica do município;

Estruturar a farmácia do município, de acordo com as normas e aspectos legais vigentes;

Manter registro de estoque de drogas, fazer requisições de medicamentos, drogas e materiais necessários à farmácia, examinar, conferir, guardar e distribuir drogas e abastecimentos entregues à farmácia;

Orientar e controlar o aviamento de receitas nas farmácias e unidades de saúde da municipalidade.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### CLÁUSULA NONA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) **Executar os objetos licitados**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação a assinatura do contrato através de ordem de serviço, no posto de saúde de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) **Os serviços deverão ser prestados nos dias e horário de atendimento do Posto de saúde do município de Presidente Nereu.**

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



\*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO**

Este contrato está vinculado ao Edital de <05> nº <01>/<02>, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

Assinatura:

\_\_\_\_\_  
Municipal Prefeito Assinaturas fornecedores

Testemunhas:

\_\_\_\_\_



**ANEXO III****PREGÃO PRESENCIAL Nº .../20....****TERMO DE REFERÊNCIA**

OBJETO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS DE FARMACÊUTICO O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	12	mês	Serviços de Farmacêutico a ser prestado na unidade básica de saúde de Presidente Nereu, em uma carga horária de 20 horas semanais	3.750,00	45.000,00

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 horas

**ATRIBUIÇÕES:**

Responder técnica e legalmente pela farmácia, desempenhando, supervisionando e coordenando as atividades que lhe são inerentes, entre elas, a de dispensação de medicamentos;

Acolher, orientar e prestar informações aos usuários e outros profissionais, acerca dos medicamentos e outros assuntos pertinentes à Assistência Farmacêutica; Promover no seu âmbito de atuação o uso racional de medicamentos e o acompanhamento farmacoterapêutico;

Participar da elaboração da Política de Saúde e de Assistência Farmacêutica do município;

Estruturar a farmácia do município, de acordo com as normas e aspectos legais vigentes;

Manter registro de estoque de drogas, fazer requisições de medicamentos, drogas e materiais necessários à farmácia, examinar, conferir, guardar e distribuir drogas e abastecimentos entregues à farmácia;

Orientar e controlar o aviamento de receitas nas farmácias e unidades de saúde da municipalidade



**ANEXO IV****PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega** menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega** menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

DATA

.....

.....  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
CARIMBO DA EMPRESA



**ANEXO V****PREGÃO PRESENCIAL N°. .../20....****CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ..... (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante



**ANEXO VI****PREGÃO PRESENCIAL N°. .../20....****DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL N°. ..../20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.



**ANEXO VII****PREGÃO PRESENCIAL N°. .../20....****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial n°. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.



**ANEXO VIII****PREGÃO PRESENCIAL N°. .../20....****DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL**

A empresa.....(Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20.....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.



**ANEXO IX****PREGÃO PRESENCIAL N°. .../20....****DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

A empresa....., CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial n.º. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.



## ANEXO X

## PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

PROPOSTA COMERCIAL

NOME DE EMPRESA: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
INSCRIÇÃO ESTADUAL \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_  
RUA: \_\_\_\_\_ Nº. \_\_\_\_\_  
BAIRRO: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_  
CIDADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
FONE: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Apresentamos nossa proposta visando CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS DE FARMACÊUTICO O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão nº. ..../20....., acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	12	mês	Serviços de farmacêutico a ser prestado na unidade básica de saúde de Presidente Nereu, em uma carga horaria de 20 horas semanais		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: \_\_\_\_\_ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA



# RESULTADO DO PREGÃO Nº03/2021 AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, PRODUTOS DE LIMPEZA E ARTIGOS DE COPA E COZINHA

Publicação Nº 2878036



## MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número - Minuta - Licitação: 3 códigoCliente: 83 anoMinuta: 2021 cotaCredenciamento: 0

Pág 1 / 16

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão  
Para Aquisição de Bens  
3/2021

Processo Administrativo: 3/2021

O Sr. CELSO AUGUSTO VIEIRA prefeito municipal tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela portaria 85/2021, decide:

### Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 3/2021, o(s) participante(s):

44067 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
12	ALCOOL LÍQUIDO, ETANOL 70%, COM TAMPA LACRADA, EMBALAGEM COM 1 LITRO, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE ESTAMPADOS NA EMBALAGEM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	UNIDADE	ITAJA ITAJA	700	R\$4,20	R\$2.940,00
19	AVEIA EM FLOCOS FINOS: O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADES, UMIDADE OU BOLOR. DEVE CONTER ODOR CARACTERÍSTICO. A EMBALAGEM DEVE ESTAR, INTACTA, BEM VEDADA CONTENDO 200G. O PRODUTO DEVE TER SIDO FABRICADO NO MÁXIMO DE 30 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTR.	UNIDADE	BELA BELA	30	R\$2,00	R\$60,00
26	BISCOITO DOCE TIPO LEITE, DE 1ª QUALIDADE, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS. ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM PRIMARIA PLÁSTICA, ATÓXICA, RESISTENTE, LACRADA DE 400G. CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA.	UNIDADE	PICCINI PICCINI	400	R\$3,29	R\$1.316,00
28	BISCOITO SALGADO TIPO ÁGUA E SAL, CONSISTÊNCIA CROCANTE, DE 1ª QUALIDADE, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS. ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM PRIMARIA PLÁSTICA, ATÓXICA, RESISTENTE, LACRADA DE 400G. CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	PICCINI PICCINI	500	R\$3,89	R\$1.945,00
29	BISCOITO SALGADO INTEGRAL: CONSISTÊNCIA CROCANTE, DE 1ª QUALIDADE, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS. ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM PRIMARIA PLÁSTICA, ATÓXICA, RESISTENTE, LACRADA DE 400 G CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE. VALIDADE DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	GERMANI GERMANI	100	R\$5,29	R\$529,00



**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 2 / 16

**Compras e Contratos****Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 83 ano Minuta: 2021 cota Credenciamento: 0

31	CAFÉ EM PÓ, GRÃO TORRADO E MOÍDO TRADICIONAL, CARACTERÍSTICAS GERAIS: COM SELO DE PUREZA DA ABIC, TOLERÂNCIA DE 1% DE IMPUREZAS COMO CASCAS, PAUS, ETC. COM AUSÊNCIA DE LARVAS, PARASITOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS. RENDIMENTO MÍNIMO ESPERADO DE 6,25 LITROS DE CAFÉ PRONTO PARA CADA PACOTE DE 500G. SEM GLÚTEN. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS/ORGANOLÉPTICAS: ASPECTO EM PÓ HOMOGÊNEO FINO, COR CASTANHO, SABOR E ODOR PRÓPRIOS. EMBALAGEM PRIMÁRIA CONTENDO 500G SENDO ESTA À VÁCUO. DATA DE FABRICAÇÃO: O PRODUTO DEVE TER SIDO FABRICADO NO MÁXIMO 30 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	OURO OURO	2.000	R\$8,99	R\$17.980,00
32	CAFÉ SOLÚVEL, INSTANTÂNEO, GRANULADO, EMBALAGEM DE 200G, DEVE CONSTAR NA EMBALAGEM DATA DE FABRICAÇÃO, E PRAZO DE VALIDADE, NO MÍNIMO 6 MESES DA ENTREGA.	UNIDADE	AMIGO AMIGO	150	R\$10,39	R\$1.558,50
61	EXTRATO DE TOMATE, EMBALAGEM INTEGRAL DE 850 G, CONTENDO DATA DA FABRICAÇÃO DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO, NÃO PODENDO ESTAR AMASSADA OU ESTUFADA. O EXTRATO DE TOMATE DEVE SER PREPARADO COM FRUTOS MADUROS, ESCOLHIDOS, SÃOS, SEM PELE E SEMENTES. É TOLERADA A ADIÇÃO DE 1% DE AÇÚCAR E DE 5% DE CLORETO DE SÓDIO. O PRODUTO DEVE ESTAR ISENTO DE FERMENTAÇÕES, SUJIDADES E NÃO INDICAR PROCESSAMENTO DEFEITUOSO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA.	UNIDADE	DAJUDA DAJUDA	200	R\$7,49	R\$1.498,00
65	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL BRANCA, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, 100% PURA DE EXCELENTE QUALIDADE, PÓ BRANCO, FINO E DE FÁCIL ESCOAMENTO, APRESENTAR 6% DE FIBRA ALIMENTAR. TER RENDIMENTO SATISFATÓRIO NO PREPARO DE PÃES, BOLOS E BISCOITOS. NÃO APRESENTAR COR ESCURA OU MISTURA COM OUTRAS FARINHAS, SEM ASPECTO EMPEDRADO OU COM FORMAÇÃO DE GRUMOS (UMIDADE) E RESÍDUOS DE IMPUREZAS. E DEVE SER ISENTO DE SUJIDADES. EMBALAGEM INTACTA DE 5KG. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DA FABRICAÇÃO DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA.	UNIDADE	CLARISSIMA CLARISSIMA	300	R\$12,29	R\$3.687,00
77	LEITE ULTRAPASTEURIZADO (UHT) INTEGRAL PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE. INGREDIENTES: LEITE SEMIDESNATADO, ESTABILIZANTES (TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO, CITRATO DE SÓDIO, FOSFATO MONOSSÓDICO E DIFOSFATO DISSÓDICO) E ENZIMA LACTASE. AS BORDAS DO FECHO DE VEDAÇÃO DA EMBALAGEM DEVEM ESTAR PERFEITAS, SEM ORIFÍCIOS OU DEFEITOS QUE PREJUDIQUEM A QUALIDADE E O VALOR NUTRICIONAL DO PRODUTO. O PRODUTO NÃO DEVERÁ APRESENTAR SINAIS DE SUJIDADE, CORPOS ESTRANHOS AO PRODUTO, COR NÃO CARACTERÍSTICA, SABOR ÁCIDO INTENSO OU PROBLEMAS DE VEDAÇÃO DA EMBALAGEM. EMBALAGEM TETRA PACK DE 1 LITRO COM TAMPA ABRE E FECHA E VALIDADE DE NO MÍNIMO 4 (QUATRO) MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	UNIDADE	LATVIDA LATVIDA	500	R\$3,89	R\$1.945,00
83	MACARRÃO ALETRIA COM OVOS, NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADES, BOLOR, MANCHAS OU FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE PAPEL MULTIFOLIADO, BEM VEDADO, EM EMBALAGEM DE 500GR, CONTENDO O REGISTRO E OS INGREDIENTES. APRESENTAR VALIDADE SUPERIOR A 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	ROSANE ROSANE	200	R\$3,89	R\$778,00



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 3 / 16

**Compras e Contratos****Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 83 ano Minuta: 2021 cota Credenciamento: 0

93	OLEO DE SOJA REFINADO TIPO 1, 100% NATURAL. NÃO DEVE APRESENTAR EMBALAGEM PLÁSTICA FRÁGIL, AMASSADA, COM VAZAMENTO OU ABAULADA, NÃO DEVE CONTER MISTURA DE OUTROS ÓLEOS, CHEIRO FORTE E INTENSO E VOLUME INSATISFATÓRIO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900ML. DATA DA VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	COCAMAR COCAMAR	900	R\$6,99	R\$6.291,00
100	PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL 100% FIBRAS CELULOSICAS VIRGENS, CADA ROLO DEVE CONTER COMPRIMENTO 30M, LARGURA 10CM, TIPO PICOTADO E GOFRADO, FOLHA DUPLA, TEXTUALIZADA, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:EXTRA MACIO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS. FARDO CONTENDO 16 PACOTES COM 4 UNIDADES (ROLO DE PAPEL HIGIÊNICO) CADA. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	FARDO	FOFINHO FOFINHO	300	R\$56,00	R\$16.800,00
102	PAPEL TOALHA PARA COZINHA, BRANCO, MACIO, ABSORVENTE, FOLHA DUPLA, PICOTADO - PACOTE COM 02 ROLOS COM 60 TOALHAS, TAMANHO 22X20 CM CADA.	UNIDADE	SORELA SORELA	200	R\$3,19	R\$638,00
106	PÓ PARA PUDIM, SABORES VARIADOS, PACOTE COM 1KG ASPECTO, COR E CHEIRO CARACTERÍSTICO. ISENTOS DE SUJIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER DADOS E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE E LOTE E QUANTIDADE DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES.	PACOTE	LEO LEO	50	R\$10,00	R\$500,00
108	POLVILHO AZEDO. PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DA MANDIOCA, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIA-PRIMA Sã E LIMPA. PRODUTO LIVRE DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS, LARVAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. NÃO PODE ESTAR ÚMIDO, FERMENTADO OU RANÇOSO. PACOTE DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE, CONTENDO PESO LÍQUIDO DE 1KG.	KILOGRAMA	PRATA PRATA	350	R\$5,50	R\$1.925,00
				Total do Fornecedor: R\$60.390,50		

**46230 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4	ALVEJANTE SEM CLORO: UTILIZADO PARA ROUPAS COLORIDAS E BRANCAS. PRESERVA OS TECIDOS E MANTÉM AS ROUPAS LIMPAS, INDICADO PARA REMOÇÃO DE MANCHAS EM TECIDOS BRANCOS, SUA FÓRMULA EFICIENTE TAMBÉM POSSUI UM PODEROSO AGENTE CLAREADOR. EMBALAGEM COM 5 LITROS. VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO NA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	DUNAMIS DUNAMIS	150	R\$13,50	R\$2.025,00
6	ACUCAR REFINADO: DEVERÁ SER FABRICADO DE CANA DE AÇÚCAR LIVRE DE FERMENTAÇÃO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, DE PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS. CARACTERÍSTICAS: NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, BOLOR, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO, COLORAÇÃO ESCURA, MISTURA E PESO INSATISFATÓRIO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 5 KG, EM POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. PARA APLICAÇÃO EM BEBIDAS FRIAS, QUENTES E PANIFICAÇÃO.	KILOGRAMA	GLOBO GLOBO	550	R\$13,31	R\$7.320,50
7	ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSTA POR HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, TEOR CLORO ATIVO, COR AMARELA ESVERDEADA. APLICAÇÃO: LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIROS, PIAS, TIPO COMUM, FRASCO DE 5 LITROS.	UNIDADE	SEQUELIN SEQUELIN	600	R\$7,30	R\$4.380,00





**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 4 / 16

## Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número - Minuta - Licitação: 3 codigoCliente: 83 anoMinuta: 2021 cotaCredenciamento: 0

14	AMACIANTE DE ROUPA, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO CONCENTRADO, PERFUMADO. FRASCO DE 2 LITROS, COM TAMPA ABRE E FECHA COM LACRE DE ROSQUEAR. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	CAPRICO CAPRICO	500	R\$5,80	R\$2.900,00
15	AMENDOIM, CLASSE MÉDIO, TIPO 1, EMBALAGEM ÍNTEGRA DE 400G. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 6 MESES, A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	UNIDADE	SUPER 10 SUPER 10	150	R\$5,00	R\$750,00
17	ARROZ PARBOLIZADO, TIPO 1, LONGO, CONSTITUÍDOS DE GRÃOS INTEIROS, DE PROCEDÊNCIA NACIONAL E DE SAFRA CORRENTE. ISENTO DE MOFO, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. DEVE SER CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, NÃO DEVENDO APRESENTAR GRÃOS DISFORMES (QUEIMADOS, PEDRAS, CASCAS E CARUNCHOS). EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS DE 5KG TRANSPARENTES E ATÓXICOS, LIMPOS NÃO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	MINUTINHO MINUTINHO	400	R\$24,00	R\$9.600,00
33	CANELA EM PO, EMBALAGEM PRIMÁRIA: TUBO OU SACO PLÁSTICO CONTENDO 35G, VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA ENTREGA.	UNIDADE	NEILAR NEILAR	40	R\$2,80	R\$112,00
44	100% ALGODÃO, NO TAMANHO: 1 TOALHA DE BANHO 1,15 M X 0,70 M	UNIDADE	MARTINS MARTINS	130	R\$18,50	R\$2.405,00
45	COPO DESCARTÁVEL EM POLIESTIRENO (PS) PARA LÍQUIDO, PADRÃO ABNT-NBR EM VIGOR, COM CAPACIDADE PARA 180ML, ISENTO DE BOLHAS, FUROS, RACHADURAS OU DEFORMAÇÕES. OS COPOS DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADOS EM CAIXAS COM 25 TIRAS DE 100 UNIDADES DE COPOS.	CAIXA	TOTAL PLAST TOTAL PLAST	500	R\$2,79	R\$1.395,00
46	CONDIMENTO EM PÓ COLORÍFICO DE PRIMEIRA: PÓ FINO HOMOGÊNEO OBTIDO DE FRUTOS MADUROS DE URUCUM, LIMPOS, DESSECADOS E MOÍDOS, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 100G, SEM ADITIVOS QUÍMICOS, COM DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES DA DATA DA ENTREGA. LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO - RDC Nº 276, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005.	UNIDADE	SINHA SINHA	200	R\$1,80	R\$360,00
47	COPO DESCARTÁVEL EM POLIESTIRENO (PS) PARA LÍQUIDO, PADRÃO ABNT-NBR EM VIGOR, COM CAPACIDADE PARA 300ML, ISENTO DE BOLHAS, FUROS, RACHADURAS OU DEFORMAÇÕES. OS COPOS DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADOS EM CAIXAS COM 25 TIRAS DE 100 UNIDADES DE COPOS.	UNIDADE	TOTAL PLAST TOTAL PLAST	100	R\$3,90	R\$390,00
48	COPO DESCARTÁVEL, TÉRMICO DE ISOPOR, 180 ML. ISENTO DE FUROS OU DEFORMAÇÕES. ACONDICIONADOS EM TIRAS DE 25 UNIDADES DE COPOS.	tiras	DART DART	500	R\$4,50	R\$2.250,00
51	DESINFETANTE MULTIUSO, BACTERICIDA, DESODORIZANTE E COM AÇÃO LIMPADORA. INDICADO PARA SANITÁRIOS EM GERAL, FRAGRÂNCIA FLORAL, LAVANDA OU EUCALIPTO. EMBALAGEM DE 2 LITROS CONTENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DE PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO NA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	SEQUELIN SEQUELIN	1.000	R\$3,69	R\$3.690,00
53	DOCE DE FRUTAS CREMOSO, SABORES VARIADOS, ACONDICIONADOS EM POTE PLÁSTICO DE POLIETILENO, TRANSPARENTE, ATÓXICO, ÍNTEGRO, RESISTENTE, COM TAMPA E LACRE DE PROTEÇÃO, CONTENDO 900G, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE PRAZO DE	UNIDADE	JULIMAR JULIMAR	300	R\$6,90	R\$2.070,00



**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 5 / 16

**Compras e Contratos****Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 83 ano Minuta: 2021 cota Credenciamento: 0

	VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
54	DOCE DE LEITE EM PASTA/CREMOSO.O DOCE DE LEITE DEVERÁ SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS SÁS E LIMPAS, ISENTAS DE MATERIA TERROSA, PARASITAS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS ANORMAIS. DEVE ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO SERÁ PERMITIDA A ADIÇÃO DE AMIDO E NEM A PRESENÇA DE GLÚTEN. DEVE APRESENTAR SELO DO SIF. PODE CONTER ADITIVOS PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO. NÃO PODE CONTER CORANTES ARTIFICIAIS. DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA PASTOSA OU CREMOSA HOMOGÊNEA, SEM CRISTALIZAÇÃO. DE COR CASTANHO CARAMELADO, SABOR E ODOR DOCE CARACTERÍSTICOS. EMBALADO EM POTES DE POLIETILENO RESISTENTE COM TAMPA HERMETICAMENTE FECHADA E LACRE DE PROTEÇÃO. COM 900G, PODENDO SER CONSERVADO FORA DA REFRIGERAÇÃO ANTES DE ABERTA A EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	AUREA AUREA	100	R\$9,50	R\$950,00
55	ERVILHA ENLATADA. INGREDIENTES: ERVILHA, ÁGUA, E SAL, SEM CONSERVANTES. EMBALAGEM INTEGRAL E RESISTENTE, TETRA PACK, SACHÊ OU LATA COM PESO LÍQUIDO DE 200 G, NÃO PODENDO ESTAR AMASSADA OU ESTUFADA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 6 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	LA PREFERIDA LA PREFERIDA	150	R\$2,38	R\$357,00
57	ESCOVA PARA LAVAR ROUPAS: ESCOVA OVAL MULTIUSO COM CERDAS ONDULADAS, DE 25MM DE ALTURA E DESENHO ANATÔMICO QUE ENCAIXA PERFEITAMENTE NA MÃO. IDEAL PARA LAVAR ROUPAS E USO GERAL DE LIMPEZA.	UNIDADE	BOM PACJ BOM PACK	120	R\$3,50	R\$420,00
60	ESPONJA DE LOUÇA(POLIUTANO E FIBRA SINTÉTICA), TIPO DUPLA FACE, COM ABRASIVO. EMBALAGEM COM QUATRO UNIDADES.	UNIDADE	BRLHUS BRILHUS	20	R\$3,20	R\$64,00
62	FARINHA DE MANDIOCA ESPECIAL TIPO 1, GRUPO SECA EXTRA FINA, CLASSE BRANCA.ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADA EM SACOS PLÁSTICOS ATÓXICOS. DE 1KG. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR BEM SOLTO E SECO NO PACOTE, DEVE TER COR E ODOR CARACTERÍSTICO, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PROBLEMAS COM MISTURAS INADEQUADAS AO PRODUTO, PRESENÇA DE IMPUREZAS, NÃO DEVE TER MANCHAS DE COR PRETA, AZULADA OU ESVERDEADA, SABOR ALTERADO E PESO INSATISFATÓRIO. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA-SIF. DEVE CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES NA ENTREGA.	KILOGRAMA	SUPER 10 SUPER 10	200	R\$4,35	R\$870,00
63	FARINHA DE MILHO FINA- FUBÁ.DEVE SER FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÁS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA E PARASITOS. NÃO PODEM ESTAR ÚMIDAS, FERMENTADAS OU RANÇOSAS. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS LEIS ESPECÍFICAS VIGENTES. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES APÓS A ENTREGA. EMBALAGEM INTEGRAL DE 1KG.	KILOGRAMA	SINHA SINHA	30	R\$3,00	R\$90,00
67	FERMENTO DE BOLO EM PÓ QUÍMICO. EMBALAGEM: POTE PLÁSTICO DE 250GR. CARACTERÍSTICAS ORGANOLEPTICAS: ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS LEIS ESPECÍFICAS VIGENTES. VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMações: NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE.	UNIDADE	APTI APTI	180	R\$4,50	R\$810,00
73	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1,0% 5L, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, NÃO ESTABILIZADO E NÃO CONCENTRADO. PARA DESINFECÇÃO DE VERDURAS, FRUTAS E LEGUMES.	UNIDADE	DUNAMIS DUNAMIS	60	R\$12,90	R\$774,00



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 6 / 16

**Compras e Contratos****Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 83 ano Minuta: 2021 cota Credenciamento: 0

76	LEITE ULTRAPASTEURIZADO (UHT) INTEGRAL. O PRODUTO DEVE CONTER 3,5% DE GORDURA, COR BRANCA E SABOR CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM TETA PACK COM TAMPABRE E FECHA DE 1L COM INFORMAÇÕES GERAIS, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE VISÍVEIS E CLARAS. AS BORDAS DO FECHO DE VEDAÇÃO DA EMBALAGEM DEVEM ESTAR PERFEITAS, SEM ORIFÍCIOS OU DEFEITOS QUE PREJUDIQUEM A QUALIDADE E O VALOR NUTRICIONAL DO PRODUTO. O PRODUTO NÃO DEVERÁ APRESENTAR SINAIS DE SUJIDADE, CORPOS ESTRANHOS AO PRODUTO, COR NÃO CARACTERÍSTICA, SABOR ÁCIDO INTENSO OU PROBLEMAS DE VEDAÇÃO DA EMBALAGEM. VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 (TRÊS) MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	LITROS	LANGUIRU LANGUIRU	8.000	R\$3,40	R\$27.200,00
84	MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADES, BOLOR, MANCHAS OU FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE PAPEL MULTIFOLIADO, BEM VEDADO, EM EMBALAGEM DE 1KG. CONTENDO O REGISTRO E OS INGREDIENTES. APRESENTAR VALIDADE SUPERIOR A 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KILOGRAMA	ROSANE ROSANE	2.000	R\$4,15	R\$8.300,00



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 7 / 16

**Compras e Contratos****Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 83 ano Minuta: 2021 cota Credenciamento: 0

**46230 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
89	CREME VEGETAL SEM LACTOSE. INGREDIENTES: ÁGUA, ÓLEOS VEGETAIS LÍQUIDOS E INTERESTERIFICADOS, SAL, CLORETO DE POTÁSSIO, VITAMINAS (E, A E D), EMULSIFICANTES MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS, ESTABILIZANTES ÉSTERES DE POLIGLICEROL E ÁCIDO RICINOLÉICO, CONSERVADORES BENZOATO DE SÓDIO E SORBATO DE POTÁSSIO, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO, AROMATIZANTE (IDÊNTICO AO NATURAL DE MANTEIGA), ANTIOXIDANTES EDTA CÁLCIO DISSÓDICO, TBHQ E BHT E CORANTES URUCUM E CÚRCUMA. VALIDADE SUPERIOR A 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	BECEL BECEL	30	R\$8,40	R\$252,00
103	PEDRA SANITÁRIA PERFUMADA, FRAGRÂNCIAS VARIADAS, COM REDEPROTECTORA E GANCHO. EMBALAGEM COM UMA UNIDADE CADA.	UNIDADE	SANI SANI	200	R\$1,50	R\$300,00
105	PÓ PARA GELATINA, DIVERSOS SABORES. COM AÇÚCAR. FABRICADA COM TECNOLOGIA ADEQUADA, ASPECTO, COR E CHEIRO CARACTERÍSTICO. ISENTOS DE SUJIDADES. A EMBALAGEM DE 1KG. DEVERÁ CONTER DADOS E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE E LOTE E QUANTIDADE DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES.	KILOGRAMA	NEILAR NEILAR	40	R\$11,90	R\$476,00
119	SABONETE LÍQUIDO, VISCOSO CREMOSO, ODOR FLORAL, ACIDEZ PH NEUTRO. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 5 LITROS. COM REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE	DUNAMIS DUNAMIS	80	R\$17,50	R\$1.400,00
120	SACO DE PLÁSTICO PARA EMBALAGEM DE ALIMENTOS (REFORÇADO), CAPACIDADE 5 KG, EM BOBINA PICOTADA, COM 100 UNIDADES DE 28 X 42 CM.	bonina	MEGAMIL MEGA MIL	200	R\$4,00	R\$800,00
121	SACO DE PLÁSTICO PARA EMBALAGEM DE ALIMENTOS (REFORÇADO), CAPACIDADE DE 8 KG, EM BOBINA PICOTADA, COM 100 UNIDADES DE 35 X 49 CM.	UNIDADE	MEGAMIL MEGA MIL	300	R\$5,20	R\$1.560,00
122	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE PARA EMBALAGEM DE ALIMENTOS (REFORÇADO), CAPACIDADE DE 20 A 25KG, PACOTE COM 100 UNIDADES DE 60CM DE LARGURA X 80CM DE COMPRIMENTO, ESPESURA DE 0,9 A 0,10CM.	PACOTE	ITUPEL	60	R\$108,00	R\$6.480,00
123	SACO PLÁSTICO DE LIXO REFORÇADO, CAPACIDADE 100 LITROS, 75X105CM. MATERIAL PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO ORGÂNICO. ROLO DE 25 UNIDADES.	bonina	PEGA LIXO PEGA LIXO	1.000	R\$9,99	R\$9.990,00
124	SACO PLÁSTICO DE LIXO REFORÇADO, CAPACIDADE 30 LITROS, 59X62CM. APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, MATERIAL PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL. PACOTE COM 50 UNIDADES.	bonina	PEGA LIXO PEGA LIXO	600	R\$11,00	R\$6.600,00
126	SACO PLÁSTICO LIXO REFORÇADO, CAPACIDADE 15 LTS, PACOTE COM 100 UNIDADES, 39X58CM APLICAÇÃO COLETA DE LIXO, MATERIAL PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL.	PACOTE	PEGA LIXO PEGA LIXO	500	R\$10,00	R\$5.000,00
127	SAGU PÉROLA, TIPO 1. EMBALAGEM DE 500G. VALIDADE DE 6 MESES, A CONTAR A DATA DE ENTREGA. DE QUALIDADE SEMELHANTE A MARCA SEVEGNANI.	UNIDADE	CALDAO CALDAO	60	R\$3,79	R\$227,40
128	SAL - REFINADO, IODADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE. NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADES, UMIDADE, MISTURAS INADEQUADAS AO PRODUTO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE, TERMOSSOLDADA, ATÓXICA, COM CAPACIDADE DE 1 KG. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 12 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO NOME/MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS.	UNIDADE	ZIZO ZIZO	300	R\$1,30	R\$390,00
132	SARDINHA EM ÓLEO COMESTÍVEL. INGREDIENTES OBRIGATORIOS: SARDINHA TEMPERADA, DESCASCADA MECANICAMENTE, LIVRE DE NADADEIRAS, CAUDA E CABEÇA, PRÉ-COZIDA EM	UNIDADE	88 88	300	R\$4,25	R\$1.275,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WCO v:2015.04

Identificador: WCO561201-019-VXORZILBVSF-7 - Emitido por: VALDECI JOSE COMANDOLI

22/02/2021 09:04:13 -03:00



**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 8 / 16

**Compras e Contratos****Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 83 ano Minuta: 2021 cota Credenciamento: 0

	ÓLEO COMESTÍVEL. EMBALAGEM PRIMÁRIA: LATAS DE 250G. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE: 04 ANOS. REGISTRO OBRIGATÓRIO: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.					
137	VASSOURA DE NYLON COM CERDAS MACIAS, CEPO PLÁSTICO DE 22 CM, CERDAS DE 11,5CM COM PLUMAGEM NAS PONTAS, COM CABO ROSQUEADO DE MADEIRA PLASTIFICADA, PARA LIMPEZA EM GERAL, TIPO DOMÉSTICA, DE BOA QUALIDADE.	UNIDADE	GOULART GOULART	150	R\$12,30	R\$1.845,00

Total do Fornecedor: R\$116.077,90

**46264 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	AÇÚCAR DE BAUNILHA. EMBALAGEM PLÁSTICA COM 250G. INGREDIENTES: AÇÚCAR REFINADO E AROMA IDÊNTICO AO NATURAL DE BAUNILHA (NÃO CONTÉM GLÚTEN). A EMBALAGEM NÃO PODE ESTAR DANIFICADA E DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE 06 MESES.	UNIDADE	APTI	40	R\$6,50	R\$260,00
18	ARROZ PARBOLIZADO, TIPO 1, LONGO, CONSTITUÍDOS DE GRÃOS INTEIROS, DE PROCEDÊNCIA NACIONAL E DE SAFRA CORRENTE. ISENTOS DE MOFO, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. DEVE SER CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, NÃO DEVENDO APRESENTAR GRÃOS DISFORMES (QUEIMADOS, PEDRAS, CASCAS E CARUNCHOS). EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS DE 1KG TRANSPARENTES E ATÓXICOS, LIMPOS NÃO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	TIO ROMÃO	300	R\$5,00	R\$1.500,00
25	BICARBONATO DE SÓDIO, EMBALAGEM COM 100 G.	UNIDADE	NEILAR	20	R\$1,97	R\$39,40
27	BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE. BISCOITOS INTACTOS, NÃO DEVEM APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E DEVEM TER SABOR CARACTERÍSTICO. NÃO APRESENTAR SINAIS DE PARASITOS, UMIDADE, SUJIDADES. NÃO PODENDO CONTER ENTRE SEUS INGREDIENTES: LEITE, LEITE EM PÓ, LEITE CONDENSADO, CREME DE LEITE, MANTEIGA, CASEÍNA, CASEINATO DE AMONIA, CÁLCIO, MAGNÉSIO, POTÁSSIO, SÓDIO, COMPOSTO LACTEO, FERMENTO LACTEO, FOSFATO DE LACTOALBUMINA, GORDURA ANIDRA DE LEITE, LACTATOS, LACTOALBUMINA, LACTOFERRINA, LACTOGLOBULINA, LACTOSE, LACTULOSE, LATULONA, LEITELHO, MISTURA LÁCTEA, PROTEÍNA DO LEITE, PROTEÍNA DO SORO, PROTEÍNA LACTEA, CORANTE SABOR OU AROMA BAUNILHA, COCO, CARAMELO, LEITE, MARGARINA, MANTEIGA, QUEIJO, SÓLIDOS DO LEITE, SORO DE LEITE, TRAÇOS DE LEITE E WHEY PROTEIN. SABORES: MILHO, POLVILHO, COCO OU ARARUTA. PACOTE CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS COM 150G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA.	UNIDADE	maspã	50	R\$6,73	R\$336,50
41	CEREAL INFANTIL, TIPO MUCILON, SABOR MULTICEREAIS. DE PREPARO INSTANTÂNEO. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FOLICO, AÇÚCAR, FARINHA DE MILHO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FOLICO, FARINHA DE ARROZ, SAIS MINERAIS E VITAMINAS. CONTEM GLUTEN E TRAÇOS DE LEITE, EMBALAGEM: EM POLIETILENO, BEM VEDADA, COM 230G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 12 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	NUTRIBOM	120	R\$5,96	R\$715,20
42	CHÁ, PRODUTO PARA PREPARO DE CHÁ, EMBALADO EM CAIXAS. COM 10 SACHES DE 15 G. SABORES: CIDREIRA, ERVA DOCE, CAMOMILA OU HORTELÃ. COM REGISTRO NO ORGÃO COMPETENTE E VALIDADE DE 6 MESES NA ENTREGA.	UNIDADE	NEILAR	80	R\$2,69	R\$215,20



**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 9 / 16

**Compras e Contratos****Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 83 ano Minuta: 2021 cota Credenciamento: 0

52	DETERGENTE NEUTRO CONCENTRADO, PRODUTO INDICADO NA LIMPEZA MANUAL DE UTENSÍLIOS DE COZINHAS, LOUÇAS, TALHERES E SUPERFÍCIES EM GERAL. IDEAL PARA O USO MANUAL, EVITA O RESSECAMENTO DA MÃO. BAIXO CUSTO E ALTO RENDIMENTO. BIODEGRADÁVEL. FRASCO 500ML.	UNIDADE	SEQUINEL	2.000	R\$1,39	R\$2.780,00
58	ESFREGÃO DE AÇO. IDEAL PARA LIMPEZA MAIS PROFUNDA DE PANEIS, FORNOS E GRELHAS.	UNIDADE	INOVE	100	R\$2,50	R\$250,00
64	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, 100% PURA DE EXCELENTE QUALIDADE, PÓ FINO E DE FÁCIL ESCOAMENTO, NÃO DEVENDO ESTAR EMPEDRADO E DEVE SER ISENTO DE SUJIDADES. EMBALAGEM INTACTA DE 1KG. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DA FABRICAÇÃO E VALIDADE, E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA.	UNIDADE	BEATRIZ	30	R\$4,50	R\$135,00
68	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO PARA PÃO. A SER EMPREGADO NO PREPARO DE PÃES E CERTOS TIPOS DE BISCOITOS E PRODUTOS AFINS DE CONFEITARIA. O PRODUTO DEVERÁ SER FABRICADO COM MATÉRIAS-PRIMAS EM PERFEITO ESTADO SANITÁRIO, ISENTOS DE MATÉRIAS TERROSAS E DETRITOS VEGETAIS E ANIMAIS. O PRODUTO NÃO DEVERÁ CONTER SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS(ORGANOLÉPTICAS): ASPECTO DE CILINDROS DE TAMANHOS VARIÁVEIS; COR VARIANDO DO BRANCO AO CASTANHO CLARO; CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS. NÃO DEVERÁ POSSUIR CHEIRO DE MOFO E SABOR AMARGO. EMBALAGEM CONTENDO 500 G DO PRODUTO.	UNIDADE	flechmann	60	R\$13,90	R\$834,00
69	FILTRO DE CAFE TAM. 103 CAIXA COM 30 UNIDADES. CONFECCIONADO EM MICROTELA DE POLIÉSTER E COSTURADO ELETRONICAMENTE. COR BRANCO.	CAIXA	BRIGGITA	100	R\$3,20	R\$320,00
71	FÓSFORO EXTRA LONGO. CAIXA COM 50 PALITOS DE 9,5CM .	CAIXA	FIAT LUX	150	R\$4,20	R\$630,00
78	LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	anginho	200	R\$10,00	R\$2.000,00
81	LUVA DESCARTÁVEL DE LATEX, AMBIDESTRA. SEM PÓ (AMIDO). CAIXA COM 100 UNIDADES. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO C.A EXPEDIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	CAIXA	BOMPACK	150	R\$79,00	R\$11.850,00
88	MARGARINA CREMOSA COM SAL. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO OBTIDO DE ÓLEOS VEGETAIS LÍQUIDOS E INTERESTERIFICADOS, ÁGUA, SORO DE LEITE, LEITE EM PÓ DESNATADO, VITAMINA A, ESTABILIZANTES, CONSERVANTES, ACIDULANTES, ANTIOXIDANTES E CORANTES NATURAIS: URUCUM E CÚRCUMA. NÃO DEVE APRESENTAR MASSA NÃO CREMOSA, CHEIRO DESAGRADÁVEL, COR NÃO CARACTERÍSTICA DO PRODUTO, DIVERGÊNCIA DE INGREDIENTES QUE PREJUDIQUEM A QUALIDADE DO PRODUTO. AROMA IDÊNTICO AO NATURAL DE MANTEIGA, CONTENDO DE 60 A 80% DE LIPÍDEOS. EMBALAGEM: POTE DE POLIETILENO RESISTENTE CONTENDO 500 G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES.	UNIDADE	COAMO	400	R\$5,20	R\$2.080,00
91	MILHO VERDE ENLATADO INGREDIENTES: MILHO, ÁGUA, E SAL. SEM CONSERVANTES. EMBALAGEM INTEGRAL E RESISTENTE, TETRA PACK, SACHÊ OU LATA COM PESO LÍQUIDO DE 200G, NÃO PODENDO ESTAR AMASSADA OU ESTUFADA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 6 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	ole	300	R\$2,30	R\$690,00
92	MILHO PARA PIPOCA: DE 1ª QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO GRUPO DURO, CLASSE AMARELO, TIPO 1. PRODUTO PREPARADO COM MATÉRIA PRIMA Sã E LIMPA, ISENTA DE MATÉRIA TERROSA, DETRITOS ANIMAIS, VEGETAIS, PARASITAS E LARVAS. O PRODUTO DEVE APRESENTAR TEOR MÁXIMO DE UMIDADE DE 15%P/P. O PRODUTO E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NTA 33 (NORMAS	UNIDADE	CALDAO	150	R\$3,49	R\$523,50



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 10 / 16

**Compras e Contratos****Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 83 ano Minuta: 2021 cota Credenciamento: 0

	TÉCNICAS PARA CEREALIS E DERIVADOS - DECRETO Nº12.486 DE 20/10/78).O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA DE PACOTES PLÁSTICOS DE 500G, TRANSPARENTE, TERMOSOLDADO, RESISTENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
95	PANO DE CHÃO BRANCO, SACO DE ALGODÃO ALVEJADO EXTRA, 100% ALGODÃO. COMPRIMENTO 100, LARGURA 75.	UNIDADE	MARTINS	250	R\$6,49	R\$1.622,50
101	PAPEL TOALHA - FOLHA SIMPLES DE PRIMEIRA QUALIDADE, INTERFOLHADA DE 2 DOBRAS, COM 100% DE FIBRAS CELULÓSICAS VIRGENS, SEM FRAGRÂNCIA, COM ALTA ABSORÇÃO, PAPEL NÃO RECICLADO - FARDOS COM 1.000 UNIDADES, EM QUATRO PACOTES FECHADOS COM 250 FOLHAS CADA - MÉD: 23X20 - BRANCO LUXO. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO EM RELAÇÃO À LARGURA E COMPRIMENTO.FARDOS	FARDOS	QUALILUX	800	R\$7,90	R\$6.320,00
107	POLENTINA INSTANTÂNEA PRÉ-COZIDA. DEVE SER FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA E PARASITOS. NÃO PODEM ESTAR ÚMIDAS, FERMENTADAS OU RANÇOSAS. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS LEIS ESPECÍFICAS VIGENTES. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES APÓS A ENTREGA. EMBALAGEM INTEGRAL DE 500G.	PACOTE	SINHA	400	R\$1,99	R\$796,00
114	RODO DE ESPUMA COM POLIURETANO E FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO INDICADO PARA LAVAR PISOS E AZULEJOS. CABO: 1,30 CM DE COMPRIMENTO POR 3,0 CM DE DIÂMETRO, FEITO COM MADEIRA. CEPA COM A POSSIBILIDADE: 40 CM DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	HARACEM	80	R\$13,27	R\$1.061,60
117	SABÃO EM BARRA GLICERINADO ALOE VERA, PACOTE COM 05 UNIDADES.	PACOTE	ZAVASKI	80	R\$8,60	R\$688,00
118	SABAO EM PO PARA LAVAGEM DE ROUPAS: BIODEGRADÁVEL. A BASE DE ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVO ANIÔNICO, COADJUVANTES, TAMPONANTES, CORANTE, SINERGISTA, BRANQUEADOR ÓPTICO, FRAGRÂNCIA, CARGA E ÁGUA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO OU PACOTE PLÁSTICO ORIGINAL DO FABRICANTE, PESO LÍQUIDO: 1KG.	UNIDADE	GOTA LIMPA	500	R\$4,75	R\$2.375,00
125	SACO PLÁSTICO DE LIXO REFORÇADO, CAPACIDADE 50 LITROS, 63X80CM. APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, MATERIAL PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL, PACOTES DE 40 UNIDADES.	bonina	PEGA LIXO	1.500	R\$11,33	R\$16.995,00
136	TOUCA DESCARTÁVEL, SANFONADA, COM ELÁSTICO DUPLO CIRCUNDANDO TODA A EXTREMIDADE, MATERIAL 100% POLIPROPILENO, ATÓXICO, DE COR BRANCA, DESCARTÁVEL, HIPOALERGÊNICA, ANATÔMICA E DE FÁCIL AJUSTE. GRAMATURA MÍNIMA 20 GRAMAS.PACOTE COM 100 UNIDADES...	UNIDADE	BOMPACK	80	R\$10,99	R\$879,20
138	VASSOURA DE PALHA ARTESANAL COSTURADA MANUALMENTE LEVE, PALHA MACIA E CABO DE MADEIRA.	UNIDADE	HARACEM	250	R\$20,00	R\$5.000,00



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 11 / 16

**Compras e Contratos****Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 83 ano Minuta: 2021 cota Credenciamento: 0

**46264 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
139	VINAGRE DE ALCOOL, PRODUTO FERMENTADO ACÉTICO DE ALCOOL, ACIDEZ 4%. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM GARRAFAS PLÁSTICAS RESISTENTES, CONTENDO 900 ML. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMações: NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMações NUTRICIONAIS. COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	HENING	200	R\$1,59	R\$318,00

Total do Fornecedor: R\$61.214,10

**47678 - SALVI LOPES & CIA LTDA ME**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
10	ALCOOL EM GEL 70% COM AÇÃO ANTISSEPTICA, SEM ENXÁGUE, DESTINADO À ASSEPSIA DAS MÃOS. EMBALAGEM DE 500ML COM BICO DOSADOR.	UNIDADE	TUPI	350	R\$6,88	R\$2.408,00
11	ALCOOL EM GEL ANTISSEPTICO, ETANOL 70%, 5 LITROS.	UNIDADE	CICLO FARMA	250	R\$52,26	R\$13.065,00

Total do Fornecedor: R\$15.473,00

**61034 - LUIZ ANTONIO JUNCES - ME**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
49	COPO DESCARTÁVEL EM POLIESTIRENO (PS) PARA LÍQUIDO, PADRÃO ABNT-NBR EM VIGOR, COM CAPACIDADE PARA 50ML, ISENTO DE BOLHAS, FUKOS, RACHADURAS OU DEFORMAÇÕES. ACONDICIONADOS EM TIRAS DE 100 UNIDADES DE COPOS.	PACOTE	C.R	500	R\$2,70	R\$1.350,00
56	ESCOVA DE LIMPEZA (PARA LAVAR CALÇADAS): ESCOVA DE LIMPEZA GERAL, MATERIAL CORPO PLÁSTICO E CERDAS DE NYLON, COMPRIMENTO 30 CM.	UNIDADE	HARACEM	80	R\$12,30	R\$984,00
59	ESPONJA DE LÃ DE AÇO - EMBALAGEM COM 08 UNIDADES, PESO 60 GRAMAS, COMPONENTE: AÇO CARBONO.	UNIDADE	ASSOLAN	180	R\$1,75	R\$315,00
70	FLANELA DUPLA GRANDE, MATERIAL ALGODÃO, NA COR BRANCA, COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BORDAS LISAS. APLICAÇÃO: LIMPEZA GERAL.	UNIDADE	MARTINS	150	R\$3,20	R\$480,00
72	GUARDANAPO DE PAPEL, MATERIAL CELULOSE, LARGURA 30 CM, COMPRIMENTO 32,5 CM, COR BRANCA, TIPO FOLHA DUPLA. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM 50 UNIDADES.	UNIDADE	SORELLA	300	R\$2,45	R\$735,00
74	HIPOCLORITO DE SÓDIO COM 5% DE CLORO ATIVO, 5L. PARA USO NA LIMPEZA.	UNIDADE	LÍRIO DO CAMPO	200	R\$25,15	R\$5.030,00
80	LUVA PARA PROTEÇÃO: CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS, LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, REVESTIMENTO INTERNO EM ALGODÃO FLOCADO, ANTIDERRAPANTE NA PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS, PUNHO COM VIROLA, CANO CURTO. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO C.A EXPEDIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. TAMANHO A DEFINIR (P,M OU G).	PAR	BOMPACK	150	R\$3,95	R\$592,50
110	PURIFICADOR DE AR EM SPRAY (DESODORIZADOR) FRASCO OU EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 360ML, FRAGRÂNCIAS DE LAVANDA, TALCO OU CRAVO E CANELA.	UNIDADE	ULTRA FRESH	300	R\$7,15	R\$2.145,00
113	RODO COM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, IDEAL PARA PASSAR CERA E LAVAR PEQUENAS ÁREAS COMO PISOS E PAREDES. ACOMPANHA CABO COM 1,20CM DE COMPRIMENTO E 40CM DE LARGURA DA ESPUMA, COM CANTOS ARREDONDADOS.	UNIDADE	HARACEM	150	R\$11,00	R\$1.650,00
115	RODO DE BORRACHA, COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADA COM ROSCA, MEDINDO NO MÍNIMO 1,20 CM DE COMPRIMENTO, SUPORTE PLÁSTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 60 CM, COM BORRACHA DUPLA. UTILIZAÇÃO: PISO OU QUALQUER SUPERFÍCIE LISA.	UNIDADE	HARACEM	50	R\$14,35	R\$717,50
116	RODO DE BORRACHA, COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADA COM ROSCA, MEDINDO NO MÍNIMO 1,20 CM DE COMPRIMENTO, SUPORTE PLÁSTICO	UNIDADE	HARACEM	50	R\$10,00	R\$500,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WCO v:2015.04

Identificador: WCO561201-019-VXORZILLBVVSF-7 - Emitido por: VALDECI JOSE COMANDOLI

22/02/2021 09:04:13 -03:00



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 12 / 16

**Compras e Contratos****Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 83 ano Minuta: 2021 cota Credenciamento: 0

	MEDINDO APROXIMADAMENTE 40 CM, COM BORRACHA DUPLA. UTILIZAÇÃO: PISO OU QUALQUER SUPERFÍCIE LISA.					
131	SAPONÁCEO, COMPOSIÇÃO TENSOATIVOS ANIÔNICO E NÃO-ANIÔNICO, ESPESSANTE, APLICAÇÃO LIMPEZA PISOS, PAREDES E LOUÇAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPONENTE ATIVO BIODEGRADÁVEL LINEAR ALQUIBENZENO, ASPECTO FÍSICO CREMOSO, EMBALADO EM FRASCO DE 300 ML.	UNIDADE	CLASS	200	R\$3,40	R\$680,00
133	SOLUÇÃO DE LIMPEZA MULTIUSO, PARA LIMPEZA DAS ESTAÇÕES DE TRABALHO E ARMÁRIOS, EMBALAGEM DE 500 ML.	UNIDADE	PRATIK	360	R\$3,25	R\$1.170,00
					Total do Fornecedor:	
					R\$16.349,00	

**64149 - BR COMERCIO DE CARNES LTDA ME**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
35	CARNE BOVINA, MOÍDA SEM GORDURA, TIPO PATINHO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTA DE OSSOS, CARTILAGENS E TENDÕES, CONGELADA. DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA FIRME E COR VERMELHO-VIVO, PROVENIENTE DE ANIMAIS ABATIDOS EM ABATEDOUROS REGISTRADOS E FISCALIZADOS PELAS AUTORIDADES COMPETENTES. CARNE INSPECIONADA, TRANSPORTADA EM TEMPERATURA INFERIOR A 5°C (GRAUS CELSIUS), EM RECIPIENTE ISOTÉRMICO E EM VEÍCULOS FECHADOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS À VÁCUO D E 1KG. COM DATA DE EMBALAGEM E VALIDADE. DEVENDO SER ENTREGUES NAS UNIDADES ESCOLARES.	KILOGRAMA	machado moída	2.800	R\$26,50	R\$74.200,00
36	CARNE DE FRANGO, COXA E SOBRECOXA COM OSSO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM EXCESSO DE GORDURA, COM ASPECTO E COR PRÓPRIOS, CONGELADA. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ORIGINAL (DO FRIGORÍFICO DE PROCEDÊNCIA DO PRODUTO). CARNE INSPECIONADA E REGISTRADA, TRANSPORTADA EM TEMPERATURA INFERIOR A 5°C (GRAUS CELSIUS), EM RECIPIENTE ISOTÉRMICO E EM VEÍCULOS FECHADOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 1KG. COM DATA DE EMBALAGEM E VALIDADE. DEVENDO SER ENTREGUES NAS UNIDADES ESCOLARES.	KILOGRAMA	mister frango coxa	2.800	R\$8,75	R\$24.500,00
37	CARNE DE FRANGO, PEITO COM OSSO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM PELE, COM ASPECTO E COR PRÓPRIOS, CONGELADA. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ORIGINAL (DO FRIGORÍFICO DE PROCEDÊNCIA DO PRODUTO). CARNE INSPECIONADA E REGISTRADA, TRANSPORTADA EM TEMPERATURA INFERIOR A 5°C (GRAUS CELSIUS), EM RECIPIENTE ISOTÉRMICO E EM VEÍCULOS FECHADOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 1KG. COM DATA DE EMBALAGEM E VALIDADE. DEVENDO SER ENTREGUES NAS UNIDADES ESCOLARES.	KILOGRAMA	friaves peito	500	R\$9,50	R\$4.750,00
38	CARNE SUÍNA, TIPO PERNIL, CONGELADA, SEM PELE, GORDURA, CARTILAGENS E OSSOS, CORTADA EM CUBOS HOMOGÊNEOS, CARNE DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM TEXTURA FIRME, COLORAÇÃO ROSADA A AVERMELHADA E UNIFORME. ISENTA DE CISTICERCOS. PROVENIENTE DE ANIMAIS ABATIDOS EM ABATEDOUROS REGISTRADOS E FISCALIZADOS PELAS AUTORIDADES COMPETENTES. CARNE INSPECIONADA, TRANSPORTADA EM TEMPERATURA INFERIOR A 5°C (GRAUS CELSIUS), EM RECIPIENTE ISOTÉRMICO E EM VEÍCULOS FECHADOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 1KG. COM DATA DE EMBALAGEM E VALIDADE. DEVENDO SER ENTREGUES NAS UNIDADES ESCOLARES.	KILOGRAMA	machado pernil	1.800	R\$20,00	R\$36.000,00
109	PRESUNTO COZIDO MAGRO FATIADO, RESFRIADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 500GR COM DATA DE EMBALAGEM	KILOGRAMA	lactofrios presunto	75	R\$27,00	R\$2.025,00



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 13 / 16

**Compras e Contratos****Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 83 ano Minuta: 2021 cota Credenciamento: 0

	E VALIDADE, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.					
111	QUEIJO TIPO PRATO OU MUSSARELA CONFORME SOLICITAÇÃO, DE PRIMEIRA QUALIDADE. FATIADO INTERFOLHADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM À VACUO DE 400G. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DE PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA/SIF. EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.	UNIDADE	avi queijo	400	R\$16,00	R\$6.400,00
130	SALSICHA. APRESENTAR COR PRÓPRIA, AVERMELHADA, NATURAL, SEM CORTES (INTEIRA), ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRÓPRIA DE POLIETILENO RESISTENTE E TRANSPARENTE HERMETICAMENTE FECHADO (VÁCUO), INTACTA, CONSTANDO PESO DE 800G, DATA DE PROCESSAMENTO, CARIMBO DE INSPEÇÃO E PROCEDÊNCIA. APRESENTAR VALIDADE SUPERIOR A 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KILOGRAMA	excelciior salsicha	150	R\$13,00	R\$1.950,00

Total do Fornecedor: R\$149.825,00

**69213 - COMERCIAL UNIÃO BRASIL LTDA**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ABACAXI PÉROLA, DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	UNIDADE	IN NATURA IN NATURA	300	R\$5,80	R\$1.740,00
2	ABÓBORA SECA:, IN NATURA, PROCEDENTE DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SÂS, CASCA LIMPA E SEM MANCHAS, POLPA ÍNTEGRA E FIRME. ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA. MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS, PARASITAS E LARVAS.	UNIDADE	IN NATURA IN NATURA	130	R\$3,79	R\$492,70
3	ABOBRINHA VERDE: IN NATURA, CASCA LISA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, ISENTA DE FUNGOS E INDÍCIOS DE GERMINAÇÃO. DEVEM ESTAR FRESCAS, ÍNTEGRAS, FIRMES, SEM TRAÇO DE DESCOLORAÇÃO OU MANCHAS, ISENTA DE AROMA, SABOR E ODOR ESTRANHOS. AUSÊNCIA DE DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS QUE AFETEM A APARÊNCIA.	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	40	R\$3,29	R\$131,60
8	AIPIM, DESCASCADO, TIPO BRANCO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM RUPTURAS OU DEFEITOS, LIVRE DE TERRA E CORPOS ESTRANHOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 1KG COM DATA DE EMBALAGEM E VALIDADE.	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	100	R\$4,70	R\$470,00
9	ALFACE: CRESPA OU LISA, DE BOA QUALIDADE, COLORAÇÃO VERDE, FRESCOS, FOLHAS FIRMES, LIMPAS E BRILHANTES E SEPARADOS EM MAÇOS PADRONIZADOS, PROCEDENTE DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SÂS. ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICAS, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, INSETOS, PARASITAS, LARVAS.	UNIDADE	IN NATURA IN NATURA	50	R\$2,05	R\$102,50
13	ALHO: BULBO INTEIRO, NACIONAL, BOA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS COM 1KG CADA.	UNIDADE	IN NATURA IN NATURA	20	R\$39,90	R\$798,00
20	BANANA BRANCA, DE 1ª QUALIDADE, IN NATURA, FRUTOS DE TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO TRANSPORTE.	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	1.500	R\$4,15	R\$6.225,00
21	BANANA CATURRA, DE 1ª QUALIDADE, IN NATURA, FRUTOS DE TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE SUJIDADES,	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	2.500	R\$3,75	R\$9.375,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WCO v:2015.04

Identificador: WCO561201-019-VXORZILLBVVSF-7 - Emitido por: VALDECI JOSE COMANDOLI

22/02/2021 09:04:13 -03:00



**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 14 / 16

**Compras e Contratos****Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 83 ano Minuta: 2021 cota Credenciamento: 0

	PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO TRANSPORTE.					
22	BATATA DOCE, DE 1ª QUALIDADE, IN NATURA, LAVADA, FIRME E INTACTA, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA (RACHADURAS, CORTES); TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES. EM QUILOGRAMA	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	300	R\$3,40	R\$1.020,00
23	BATATA INGLESA, DE 1ª QUALIDADE, IN NATURA, ESCOVADA, FIRME E INTACTA, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA (RACHADURAS, CORTES); TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES.	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	1.200	R\$4,69	R\$5.628,00
24	BETERRABA, DE 1ª QUALIDADE, IN NATURA, SEM FOLHAS, BULBOS DE TAMANHO MÉDIO, UNIFORME, SEM FERIMENTOS E DEFEITOS, SEM CORPOS ESTRANHOS OU TERRA ADERIDA À SUPERFÍCIE EXTERNA. EM QUILOGRAMA	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	450	R\$3,80	R\$1.710,00
30	BRÓCOLIS, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, COM FOLHAS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE, UNIFORME, FRESCAS E SEM MANCHAS, INTACTAS, CABEÇAS FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS E LIVRE DE TERRA.	UNIDADE	IN NATURA IN NATURA	170	R\$4,35	R\$739,50
39	CEBOLA DE CABECA: DE 1ª QUALIDADE, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA.	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	450	R\$2,89	R\$1.300,50
40	CENOURA, DE 1ª QUALIDADE SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICAS OU MECÂNICAS, RACHADURA E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA.	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	400	R\$3,55	R\$1.420,00
43	CHUCHU IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, TEXTURA FIRME, LIVRE DE ENFERMIDADES, MATERIAIS TERROSOS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	350	R\$3,39	R\$1.186,50
50	COUVE FLOR: IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, COM FOLHAS, FLORES DE COLORAÇÃO BRANCA COMPACTAS E FECHADAS, UNIFORMES, FRESCAS E SEM MANCHAS, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, LIVRE DE TERRA NAS FOLHAS EXTERNAS.	UNIDADE	IN NATURA IN NATURA	300	R\$4,40	R\$1.320,00
66	FEIJÃO PRETO - DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, NOVOS, E SÁDIOS. ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS E INSETOS, LIVRE DE FRAGMENTOS ESTRANHOS, UMIDADE, E MISTURAS DE OUTRAS VARIEDADES OU ESPÉCIES. VALIDADE MÍNIMA 06 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA EMBALADOS EM PACOTES COM 01KG. TIPO 1. GRUPO I. EMBALAGEM COM: CLASSE, CORES, ENDEREÇO DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	IN NATURA IN NATURA	300	R\$7,59	R\$2.277,00



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 15 / 16

**Compras e Contratos****Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 3 código Cliente: 83 ano Minuta: 2021 cota Credenciamento: 0

**69213 - COMERCIAL UNIÃO BRASIL LTDA**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
75	LARANJA PERA: DE 1ª QUALIDADE, FRUTOS DE TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO TRANSPORTE.	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	800	R\$3,30	R\$2.640,00
82	MACA GALA, DE 1ª QUALIDADE, VERMELHA, GRAU MÁXIMO DE EVOLUÇÃO NO TAMANHO, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO TRANSPORTE.	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	1.400	R\$7,50	R\$10.500,00
85	MAMÃO TIPO HAVAI, DE 1ª QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM 80 A 90% DE MATURAÇÃO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO TRANSPORTE.	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	650	R\$6,60	R\$4.290,00
86	MAMAO, TIPO FORMOSA, DE 1ª QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM 80 A 90% DE MATURAÇÃO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO TRANSPORTE.	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	450	R\$5,75	R\$2.587,50
87	MANGA, FRUTO DE TAMANHO MÉDIO, COM CARACTERÍSTICAS INTEGRAS E DE PRIMEIRA QUALIDADE; FRESCO, LIMPO, COLORAÇÃO UNIFORME; AROMA, COR E SABOR TÍPICOS DA ESPÉCIE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPOORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO; ISENTO DE SUJIDADES, INSETOS, PARASITAS, LARVAS E CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA. NÃO DEVE APRESENTAR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA.	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	500	R\$5,10	R\$2.550,00
90	MELANCIA, CASCA FIRME, LUSTROSA E RESISTENTE, DE COR VERDE, RAJADA, SUCULENTA E DOCE, SEM IMPERFEIÇÕES E RACHADURAS.	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	1.600	R\$1,89	R\$3.024,00
94	OVOS DE GALINHA, VERMELHO, GRANDE TIPO COLONIAL CASCA LISA E LIMPOS. NÃO PODERÃO ESTAR TRINCADOS. ACONDICIONADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO, EM DÚZIA, COM INSPEÇÃO E REGISTRO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 15 DIAS A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	duzia c/ 12 un	CENTENÁRIO CENTENÁRIO	1.500	R\$6,49	R\$9.735,00
104	PEPINO SALADA, IN NATURA, NOVO, DE 1ª QUALIDADE, FRESCOS, ÍNTEGROS E LIMPOS, SEM TRAÇO DE DESCOLORAÇÃO OU MANCHAS. EM QUILOGRAMA	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	400	R\$3,50	R\$1.400,00
112	REPOLHO BRANCO IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE - ISENTO DE FUNGOS E SUJIDADE. TAMANHO MÉDIO DE 2KG.	UNIDADE	IN NATURA IN NATURA	150	R\$2,60	R\$390,00
135	TOMATE TIPO SALADA, COM POLPA FIRME E INTACTA, COM APROXIMADAMENTE ATÉ 60% DE MATURAÇÃO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, RACHADURAS E CORTES.	KILOGRAMA	IN NATURA IN NATURA	1.300	R\$5,85	R\$7.605,00

Total do Fornecedor: R\$80.657,80

**69230 - BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS EIRELI**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
96	PANO DE CHÃO TIPO TOALHA DE BANHO, 50 X 100 CM.	UNIDADE	HIPER TEXTIL HIPER TEXTIL	200	R\$10,50	R\$2.100,00
134	TOALHA DE ROSTO, GROSSA E FELPUDA, 100% ALGODÃO, EM CORES VARIADAS, MEDINDO 50 X 80CM.	UNIDADE	ROSANA ROSANA	360	R\$10,84	R\$3.902,40

Total do Fornecedor: R\$6.002,40

**69256 - DENIELLY FERREIRA MONTUAN**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
------	---------	---------	-------	------	----------------	-------------

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WCO v:2015.04

Identificador: WCO561201-019-VXORZILLBVVSF-7 - Emitido por: VALDECI JOSE COMANDOLI

22/02/2021 09:04:13 -03:00



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 16 / 16

**Compras e Contratos****Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -  
Minuta - Licitação: 3 códigoCliente: 83 anoMinuta: 2021 cotaCredenciamento: 0

16	AMIDO DE MILHO, PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO MILHO, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDOS, FERMENTADOS OU RANÇOSOS. SOB A FORMA DE PÓ, DEVE PRODUZIR LIGEIRA CREPITAÇÃO QUANDO COMPRIMIDO ENTRE OS DEDOS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS OU IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, VEDADA E ACONDICIONADA EM SACOS PLÁSTICOS DE 500G. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	NEILAR NEILAR	120	R\$3,64	R\$436,80
79	LIMPA VIDROS, REMOVEDOR LÍQUIDO, TIPO BASE DE ÁGUA, COR INCOLOR/AZUL. FRASCO PLÁSTICO DE 500 ML COM GATILHO.	UNIDADE	SUPREMA SUPREMA	250	R\$5,54	R\$1.385,00
Total do Fornecedor:						R\$1.821,80

Presidente Nereu, 22 de fevereiro de 2021.

CELSO AUGUSTO VIEIRA

Prefeito

CPF: 607.000.509-06



# Princesa

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04.2021 - PM PL 15.2021 PR 04.2021 - LAVAGENS

Publicação Nº 2877741

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2021

No dia 23 do mês de Fevereiro do ano de 2021, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.836/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA RIO GRANDE DO SUL, 545, bairro CENTRO, CEP nº. 89935-000, nesta cidade de Princesa/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Edilson Miguel Volkweis, inscrito no CPF sob o nº. 066.378.379-89, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2021, Processo Licitatório nº. 15/2021, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa para realizar lavagens internas e externas para veículos que compõe a frota do Município de Princesa/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
--------	-----------------	-------

9147 AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
----------	------------	-----------------------	-----

AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP 28.783.241/0001-73 MARINO KLEIN 020.879.469-73

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa para realizar lavagens internas e externas para veículos que compõe a frota do Município de Princesa/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9147 - AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP							
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	
1	LAVAGEM completa (interna e externa) de AMBULÂNCIA	Un	AUTO POSTO	102,000	51,0000	5.202,00	
2	LAVAGEM para CAMINHÃO com, no mínimo, as seguintes especificações: - Limpeza completa (interna e externa); - Aspiração interna;	Un	AUTO POSTO	70,000	80,0000	5.600,00	



3	LAVAGEM - CAMINHONETE Policial com, no mínimo, as seguintes especificações: - Limpeza completa (interna e externa), inclusive tapetes; - Aplicação de silicone no painel; - Aspiração interna, inclusive porta malas e carroceria;	Un	AUTO POSTO	50,000	50,0000	2.500,00		
4	LAVAGEM PARA CAMINHONETE UTILITÁRIA, com as seguintes especificações mínimas - Limpeza Completa (interna e externa), inclusive tapetes; - Aplicação de silicone no painel; - Aspiração interna.	Un	AUTO POSTO	100,000	50,0000	5.000,00		
5	LAVAGEM completa (externa e interna) para VEÍCULO DE	Un	AUTO POSTO	752,000	34,5000	25.944,00		

## PASSEIO;

- Limpeza Completa (interna e externa), inclusive tapetes;
- Aplicação de silicone no painel;
- Aspiração interna, incluindo porta malas.

Fornecedor: 9147 - AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP								
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade		Preço Unitário	Preço Total	
6	Lavagem completa de EQUIPAMENTOS: - Distribuidores de Adubo Orgânico; - Distribuidores de Calcário;	Un	AUTO POSTO	50,000	50,0000	2.500,00		
7	LAVAGEM para ESCAVADEIRA HIDRÁULICA com, no mínimo, as seguintes especificações: - Limpeza Completa; - Aspiração na cabine;	Un	AUTO POSTO	28,000	85,0000	2.380,00		
8	LAVAGEM completa (interna e externa) de veículo de transporte de passageiros - MICROÔNIBUS.	Un	AUTO POSTO	144,000	70,0000	10.080,00		
9	LAVAGEM para MOTONIVELADORA com, no mínimo, as seguintes especificações: - Limpeza Completa; - Aspiração na cabine;	Un	AUTO POSTO	24,000	80,0000	1.920,00		



10	LAVAGEM completa (interna e externa) de veículo de transporte de passageiros - ÔNIBUS	Un	AUTO POSTO	240,000	90,0000	21.600,00		
11	Lavagem para RETROESCAVADEIRA, com, no mínimo, as seguintes especificações: - Limpeza Completa; - Aspiração na cabine;	Un	AUTO POSTO	44,000	65,0000	2.860,00		
12	LAVAGEM para ROLO COMPACTADOR com, no mínimo, as seguintes especificações: - Limpeza Completa; - Aspiração na Cabine;	Un	AUTO POSTO	20,000	60,0000	1.200,00		
13	LAVAGEM - TRATOR AGRÍCOLA de pneus - limpeza completa (interna e externa); - Aspiração interna (caso cabinado )	Un	AUTO POSTO	60,000	60,0000	3.600,00		
14	LAVAGEM para TRATOR DE ESTEIRAS, com as seguintes especificações mínimas: - Limpeza completa (interna e externa); - Aspiração interna da cabine.	Un	AUTO POSTO	14,000	80,0000	1.120,00		
15	LAVAGEM para VEÍCULO de TRANSPORTE DE PACIENTES e/ou	Un	AUTO POSTO	177,000	40,0000	7.080,00		

PASSAGEIROS (VAN) com, no mínimo, as seguintes especificações:

- Limpeza Completa (interna e externa), inclusive tapetes;
- Aplicação de silicone no painel;
- Aspiração interna, incluindo porta malas;

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

1.1.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.1.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

1.1.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

1.1.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

1.1.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar



conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

1.1.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 . Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :



5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela

Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520 , de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

5.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

5.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.



7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLAUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº

8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.



11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo

assinadas.

Princesa, 23 de Fevereiro de 2021.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP CNPJ: 28.783.241/0001-73 \_\_\_\_\_

### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 20.2021-PM - PREGÃO PRESENCIAL 06.2021 - SERV. MERENDA**

Publicação Nº 2877897

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 20/2021-PM

Pregão Presencial 06/2021-PM

O Município de PRINCESA/SC, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, cujo objeto é "Contratação de empresa para prestação de serviços de pré-preparo, preparo, distribuição aos alunos e limpeza e higienização do local do trabalho (cozinha e estoque de alimentos), e dos utensílios necessários para a preparação de merenda escolar na EPM Renascer e CMEI Pequenos Anjos." A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC, no dia 08 de março de 2021, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 23 de fevereiro de 2021. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal.



# Quilombo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 057/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2879707

DECRETO Nº 057/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 046/2021, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021, INSTITUI NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o aumento expressivo de casos de COVID-19, no Município de Quilombo/SC, e;

Considerando a necessidade de fortalecer as medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento ao COVID-19;

Considerando o colapso na rede de saúde pública e privada do Oeste de Santa Catarina, com ausência de vagas nas UTI's – Unidades de Terapia Intensiva e severo comprometimento do atendimento ambulatorial, bem como o colapso no Hospital;

Considerando que se está enfrentando o pior momento no que diz respeito ao comprometimento da capacidade instalada da rede de atendimento em saúde do município e região;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado todo o Artigo 3º, do Decreto nº 046/2021, de 15 de fevereiro de 2021, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. Bares e similares terão o horário de funcionamento das 08h às 20h, com mais 1h de tolerância para encerramento das atividades e fechamento do estabelecimento, diariamente, inclusive, aos domingos e feriados, com as seguintes restrições:

- a) atendimento integral da Portaria SES n. 256 de 21 de abril de 2020;
- b) manutenção do afastamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) de raio entre as mesas e lotação máxima de 30%;
- c) Máximo de 02 pessoas por mesa, no caso de pessoas que coabitam na mesma unidade residencial, fica permitido o uso de até 04 pessoas por mesa;
- d) O consumo de alimentos ou bebidas, será permitido apenas para as pessoas que estiverem sentadas;
- e) Fica proibida o uso de narguilés;
- f) Após as 21:00 horas será permitido o atendimento somente por delivery.

§ 1º Em caso de descumprimento das medidas estabelecidas nesse artigo será aplicada multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao proprietário do local;

§ 2º Em caso de reincidência, será aplicada multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), bem como interdição do local.

Art. 2º. Fica revogado o Artigo 3º - A, do Decreto nº 046/2021, de 15 de fevereiro de 2021, inserido pelo Decreto nº 048/2021, de 18 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. As demais disposições previstas no Decreto nº 046/2021, de 15 de fevereiro de 2021 e no Decreto nº 048/2021, de 18 de fevereiro de 2021, permanecem inalteradas.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor a partir na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 23 de fevereiro de 2021.

VANDERLEI BANDIERA  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado  
Em \_\_\_\_/02/2021  
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla  
Servidora Designada



# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO DE FOMENTO 01/2021

Publicação N° 2878334

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. EXTRATO TERMO DE FOMENTO N° 01/2021. Contratante: Município de Rancho Queimado através do Fundo Municipal de Saúde. Colaboradora: APAE de Rancho Queimado. Objeto: O presente Termo de Fomento, decorrente do Edital de Chamamento Público nº 02/2021 – Dispensa de chamamento, tem por objeto a melhoria das condições de vida dos portadores de necessidades especiais, conforme detalhado no Plano de Trabalho. Valor total: R\$ 66.624,57 (sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta e sete centavos). Vigência: até 31/12/2021. Assinatura: 16/02/2021. NAZARENO FLORIANO – Secretário de Saúde. CLECI APARECIDA VERONEZI – Prefeita Municipal.



# Rio das Antas

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003//2021-PMRA - AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR

Publicação Nº 2879248

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2021 – PMRA

O Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do art. 24, inciso XII da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público a PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2021 na Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0003/2021 - PMRA, tendo como Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS E CEIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. (RECURSO PRÓPRIO), com entrega imediata, conforme orientação de Entrega fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. Sendo Contratado: ZANETTI & BRAGHINI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ Nº 12.060.318/0001-47.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº "NOTA DE EMPENHO" - PMRA.

O MUNICÍPIO PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR DE R\$ 17.627,60 (Dezessete mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta centavos).

Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 202, no horário de expediente. Rio das Antas (SC), 23 de Fevereiro de 2021. - João Carlos Munaretto - Prefeito Municipal -.

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2021 - CMV

Publicação Nº 2878297

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS - Câmara Municipal de vereadores

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2021 - CMV

A Câmara Municipal de Vereadores de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do Art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público o Processo Licitatório nº 0001/2021-CMV na Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2021 - CMV de 19 de Fevereiro de 2021, referente a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de LOCAÇÃO COMPLETA DE EQUIPAMENTO E SISTEMA PATENTEADO E EXCLUSIVO DE TRANSMISSÃO, EM TEMPO REAL E GRAVAÇÃO/ARMAZENAMENTO DE VÍDEO EM HD, DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, DENOMINADO "TV DO LEGISLATIVO" COMPREENDENDO OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS E FUNÇÕES:

Empresa contratada: CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSÃO AO VIVO LTDA, inscrito no CNPJ 11.520.032/0001-34.

O Município pagará a empresa o valor total de R\$ 8.250,00 (oito mil, duzentos e cinquenta reais).

Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações do Município, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 202, no horário de expediente.

Rio das Antas (SC), 19 de Fevereiro de 2021.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores



# Rio do Campo

## PREFEITURA

### **189 PORTARIA Nº 189 NOMEIA JUCELIA PALMEIRA PARA EXERCER O CARGO TEMPORARIO DE AUXILIAR OPERACIONAL ESCOLAR**

Publicação Nº 2878647

Portaria nº. 189, de 23 de Fevereiro de 2021.

“ Dispoe sobre Contratação de JUCELIA PALMEIRA, admissão em caráter temporário - ACT”.

Vidal Balak, Prefeito em exercício do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação obtida no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo edital 02/2019,

#### RESOLVE

Art. 1º- Contratar, a partir do dia 24 de Fevereiro de 2021, JUCELIA PALMEIRA, admissão de caráter temporário, para exercer o cargo de AUXILIAR OPERACIONAL ESCOLAR, 40 horas semanais, nível II, do quadro geral de cargos de Provimento Efetivo, anexo III, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 23 de fevereiro de 2021.

Vidal Balak

Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo

Secretária de Administração e Finanças

### **190 PORTARIA Nº 190 NOMEIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA APAE**

Publicação Nº 2878648

Portaria nº. 190, de 23 de Fevereiro de 2021.

“Nomeia Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Colaboração nº 01/2018, prorrogado pelo aditivo nº 03 para o exercício de 2021 firmado entre a APAE de Rio do Campo e o Município de Rio do Campo com base no Decreto 3.791/2017”.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Colaboração nº 01/2018, firmado entre a APAE de Rio do Campo e o Município de Rio do Campo, para o exercício de 2018, prorrogado pelo aditivo nº 03 para o exercício de 2021, com base no Decreto 3.791/2017. A comissão é composta como segue:

LUCAS FACH - Presidente

ANGELA HELENA SORA - Secretário

MARCO ANTÔNIO TAMBOS I- Membro

JIOVANA LENZI BENINCA - Membro

SWEN SEBOLD – Membro

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/02/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 23 de fevereiro de 2021.

Vidal Balak

Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo

Secretária de Administração e Finanças



**191 PORTARIA Nº 191 NOMEIA GISELI HACKBARTH RIBEIRO COMO GESTORA DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 012018, ADITIVO Nº 03 PARA O EXERCÍCIO DE 2021**

Publicação Nº 2878652

Portaria nº. 191, de 23 de Fevereiro de 2021.

"Nomeia Servidora GISELI HACKBARTH RIBEIRO como Gestora do Termo de colaboração nº 01/2018 aditivo nº 03 para o exercício de 2021, firmado entre o Município de Rio do Campo e a APAE – Associação de pais e amigos dos excepcionais".

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Art. 1º NOMEAR a Servidora GISELI HACKBARTH RIBEIRO, matrícula nº 34240, como Gestora do Termo de Colaboração nº 01/2018, aditivo nº 03 para o exercício de 2021, firmado entre o Município de Rio do Campo e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 01/02/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 23 de fevereiro de 2021.

Vidal Balak  
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo  
Secretária de Administração e Finanças

**192 PORTARIA Nº 192 DISPOE SOBRE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DO SERVIDOR DILSEI SADLOWSKI**

Publicação Nº 2878783

Portaria nº. 192, de 23 de fevereiro de 2021.

"Prorroga contrato de DILSEI SADLOWSKI".

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994.

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 12 (doze) meses, o contrato de servidor DILSEI SADLOWSKI, matrícula 34266-04, contrato por tempo determinado conforme portaria 135/2020, amparado pelo artigo 75 da lei complementar nº 1 de 16 de dezembro de 2009, e do art. 37, IX da constituição federal, c/c com o artigo 3º lei municipal nº 1984, de 30 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 18 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 23 de fevereiro de 2021.

Vidal Balak  
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo  
Secretária de Administração e Finanças

**ATA Nº05/2021 COMERCAL BALDO**

Publicação Nº 2878121

Ata Registro de Preço nº 05/2021

Contratante: Município de Rio do Campo

Contratada: COMERCIAL BALDO VAREJISTA DE ALIMENTOS LTDA

Licitação: Pregão Presencial nº 04/2021

Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICIPIO. Vigência: 23/02/2021 A 22/02/2022

Assinatura: 23/02/2021

Valor Registrado:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Valor Unitário
3	AÇÚCAR MASCAVO - EMBALADO EM PACOTES DE 1 KG, EMBALAGEM INTACTA	KG	AANATUR	9,25
4	AÇÚCAR DEMERARA. EMBALADO EM PACOTES DE 1 KG, EMBALAGEM INTACTA	KGS	GUARANI	4,98



5	ADOÇANTE EM PÓ, 100% NATURAL, A BASE DE XILITOL. EMBALAGEM CONTENDO 1 KG	KGS	Vida e Saude	42,99
6	ACUCAR CRISTAL-CRISTAL DE ORIGEM VEGETAL, CONSTITUÍDO FUNDAMENTAMENTE POR SACAROSE DE CANA-DE-AÇÚCAR. COMPOSIÇÃO BÁSICA CENTESIMAL DO AÇÚCAR CRISTAL BRANCO EMPACOTADO: SACAROSE CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 99,6 %; SAIS MINERAIS CONCENTRAÇÃO MÁXIMA DE 0,10%; UMIDADE MÁXIMA DE 0,07%; OUTROS COMPONENTES 0,23%. NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, BOLOR, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO, COLORAÇÃO E PESO INSATISFATÓRIO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 5KG.	UN	GUARANI	16,50
8	ÁGUA MINERAL NATURAL - EM EMBALAGEM DE 20 LITROS	UN	SANTA RITA	11,99
10	AMENDOIM DESCASCADO. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADES, UMIDADE OU BOLOR. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA. DEVE CONTAR DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO 30 DIAS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. EMBALAGEM: PACOTES DE POLIETILENO CONTENDO 500 G DO PRODUTO.	PCT	SUPER 10	4,49
13	ARROZ PARBOILIZADO CLASSE: LONGO, FINO. TIPO 01. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 5KG.	PCT	GADOTI	18,88
14	ARROZ PARBOILIZADO CLASSE: LONGO, FINO. TIPO 01. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1KG.	PCT	GADOTI	3,70
16	BANHA DE PORCO. PRODUTO REFINADO DA GORDURA ANIMAL QUE PODE SER UTILIZADO PARA SUBSTITUIR A GORDURA VEGETAL (ÓLEO DE COZINHA) NOS PREPAROS DE FRITURA EM GERAL. PACOTES CONTENDO 1KG.	KGS	PAMPLONA	15,80
18	BARRA DE CEREAL DIVERSOS SABORES, COM CEREAIS INTEGRAIS E CASTANHAS. EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 20 GR.	UN	PARATI	1,25
20	BEBIDA COMPOSTA COM LEITE E FRUTAS OU CHOCOLATE OU MORANGO EM EMBALAGEM TETRA PAK 200ML	UN	PIRAKIDS	3,05
23	BEBIDA LÁCTEA SEM LACTOSE DIVERSOS SABORES. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. EMBALAGEM INTACTA, CONTENDO 200 ML	UN	PIRACANJUBA	6,99
27	CACAU EM PÓ 50%, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES E OUTROS INGREDIENTES. EMBALAGEM INTACTA, PESANDO 200G, 500G OU 1KG.	KGS	APTI	52,99
29	CAMOMILA FLOR (MATRICARIA RECUTITA) PLANTA SECA. EMBALAGEM: INTACTA, CONTENDO DE 200 GRAMA DE PESO LÍQUIDO.	KGS	Da casa / Vida e Saude	125,00
31	CANELA EM PÓ EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADAS EM POTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 25G DE PESO LÍQUIDO.	UN	NEILAR	3,84
33	CARNE BOVINA MOÍDA CARACTERÍSTICAS: CARNE BOVINA MOÍDA, DE PRIMEIRA, CONGELADA, SEM GORDURA, SEM CARTILAGEM E NERVOS, COM COLORAÇÃO VERMELHA BRILHANTE. EMBALAGEM: PRIMÁRIA DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO REFORÇADO, COM ATÉ 2 KG. NO RÓTULO DA EMBALAGEM, PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA, DEVE CONSTAR PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E SELO DO S.I.F. VALIDADE: MÍNIMO DE 5 MESES .	KGS	MASTER	25,97
38	CHIA (SEMENTE) SALVIA HISPANICA EMBALADAS EM PACOTES INTACTOS DE 500G OU 1KG.	KGS	Vida e Saude	105,00
40	COCO RALADO. SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, EMBALAGEM CONTENDO 100 GR	UN	APTI	5,45
41	COLORAU. TEMPERO EXTRAÍDO DA SEMENTE DE URUCUM, EMBALAGEM CONTENDO 100G.	UN	NEILAR	4,80



43	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM OSSO - COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM OSSO. CARACTERÍSTICAS: CONGELADA. A AVE DEVE TER CONTORNOS DEFINIDOS, FIRMES E SEM MANCHAS, PEÇA LISA E COLORAÇÃO CLARA, ADERENTE E SEM ODORES. EMBALAGEM: INTACTA, PRIMÁRIA DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM SACOS DE POLIETILENO RESISTENTE. NO RÓTULO DA EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVE CONSTAR PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E SELO DO S.I.F. VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES.	KG	LAR	8,97
44	CRAVO DA ÍNDIA (ARYOPHILLUSAROMATICUS). EMBALAGEM: INTACTA, CONTENDO 200 G DE PESO LÍQUIDO	KG	Da casa / Vida e Saude	170,00
46	EXTRATO DE BAUNILHA NATURAL - EXTRATO DE BAUNILHA 100% NATURAL, PARA O PREPARO DE SOBREMESAS E RECEITAS AROMÁTICAS DIVERSAS. SEM AÇÚCAR OU XAROPES. FRASCO COM 30ML	UN	MIX	6,99
47	FARELO DE AVEIA EMBALAGEM: INTACTA, CONTENDO 1 KG DE PESO LÍQUIDO, DATA DE VALIDADE E PROCEDÊNCIA.	KGS	Yoki / Neilar	14,00
48	FARINHA DE AVEIA EMBALAGEM: INTACTA, CONTENDO 1 KG DE PESO LÍQUIDO, DATA DE VALIDADE E PROCEDÊNCIA.	KG	Yoki / Neilar	15,00
49	FARINHA DE MILHO FINA. EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE, CONTENDO 1KG DE PESO LÍQUIDO	KG	SINHA	4,50
50	FARINHA DE MILHO GROSSO EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE, CONTENDO 1KG DE PESO LÍQUIDO.	KG	SINHA	4,50
51	FARINHA DE TRIGO - FARINHA DE TRIGO CARACTERÍSTICAS: CLASSIFICAÇÃO FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, TIPO 01. ESPECIFICAÇÃO DE USO: PREPARO DE PÃES CASEIROS DIVERSOS, BOLOS E BISCOITOS. RENDIMENTO SATISFATÓRIO. NÃO DEVERÁ APRESENTAR COR ESCURA OU MISTURA COM OUTRAS FARINHAS, FORMAÇÃO DE GRUMOS (UMIDADE), RESÍDUOS OU IMPUREZAS. EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 5KG DE PESO LÍQUIDO.	UN	ANIELA	17,45
52	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL FINA EMBALAGEM DE 1KG	KG	Nordeste / Orquidea	5,50
55	FLOCOS DE MILHO COBERTO COM AÇÚCAR (TIPO CEREAL MATINAL). EMBALAGEM: INTACTA, CONTENDO 500G DE PESO LÍQUIDO.	UN	Corsugar	21,00
57	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA - FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA. A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, EM PÓ, ENRIQUECIDA COM FERRO, ISENTA EM SACAROSE, INDICADO PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ O 6º MÊS DE VIDA, COM PREDOMINÂNCIA DE PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE EM RELAÇÃO A CASEÍNA, REDUÇÃO DE PRECENTUAL DE GORDURA LÁCTEA, COM MALTODEXTRINA NA FÓRMULA. LATA COM 400GR.	UN	NESTLE	35,00
58	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO - FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO. A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, EM PÓ, ENRIQUECIDA COM FERRO, ISENTA EM SACAROSE, INDICADO PARA LACTENTES A PARTIR DO 6º MÊS DE VIDA, COM PREDOMINÂNCIA DE PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE EM RELAÇÃO A CASEÍNA, REDUÇÃO DE PRECENTUAL DE GORDURA LÁCTEA, COM MALTODEXTRINA NA FÓRMULA. LATA COM 400GR.	UN	Neslíte	49,00
60	GELATINA EM PÓ SEM SABOR. INGREDIENTES: GELATINA COMESTÍVEL, SEM SABOR E INCOLOR. EMBALAGEM CONTENDO 24GR	UN	Neilar / Apti	5,15
61	GRANOLA - COM CEREAIS INTEGRAIS E FRUTAS DESIDRATADAS. EMBALAGEM DE 1 KG	KG	NATURALLE	21,00
63	IOGURTE ZERO LACTOSE. DESCRIÇÃO: IOGURTE INTEGRAL DIVERSOS SABORES, PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE. EMBALAGEM INTACTA CONTENDO 540 GR	UN	PIA	8,95
65	LEITE INTEGRAL EM PÓ INSTANTÂNEO - EMBALAGEM 400 G. COMPOSIÇÃO: LEITE INTEGRAL, VITAMINAS (A, C E D) E EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA.	UN	Piracanjuba / Aurora	14,90
66	LEITE INTEGRAL SEM LACTOSE - LEITE INTEGRAL ISENTO DE LACTOSE LONGA VIDA (EMBALAGEM TETRA PAK) UHT. EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO	LT	AURORA	5,24
67	LEITE DE SOJA - ALIMENTO A BASE DE SOJA. EMBALAGEM TETRA PAK UHT, CONTENDO 1 LITRO	LT	PURITY	7,89



68	LEITE INTEGRAL NATURA PASTEURIZADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 1 LITRO, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES. O PRODUTO DEVE SER MANTIDO REFRIGERADO DE 1°C A 7°C	UN	TIROL	4,29
78	MILHO DE PIPOCA. CARACTERÍSTICAS: GRUPO DURO, CLASSE AMARELO, TIPO 1. EMBALAGEM: PACOTES DE PLÁSTICO ATÓXICO, CONTENDO 500GR DO PRODUTO.	UN	SUPER 10	3,50
79	ÓLEO DE SOJA - CARACTERÍSTICAS: ÓLEO DE SOJA REFINADO, 100% NATURAL, NÃO DEVE APRESENTAR CHEIRO FORTE E INTENSO, VOLUME INSATISFATÓRIO, MISTURA DE OUTROS ÓLEOS. EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS 900 ML DE PESO LÍQUIDO.	UN	Coamo / Suavt / Soya	8,99
80	ORÉGANO INGREDIENTES: ORÉGANO EM FLOCOS. EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADAS EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 100G DE PESO LÍQUIDO.	UN	CAROL	5,90
84	PIMENTA DO REINO EM PÓ EMBALAGEM 30 GRAMA. - PIMENTA DO REINO EM PÓ INGREDIENTES: PIMENTA DO REINO PRETA EM PÓ. EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADAS EM POTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 30G DE PESO LÍQUIDO.	UN	Neilar / Carol	4,00
85	POLVILHO AZEDO. PACOTE DE 1KG. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA E DEVE CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO COM NO MÁXIMO 30 DIAS DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO, DATA DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL-INGREDIENTES	KGS	CALDAO	9,25
90	SAGU - INGREDIENTES SAGU DE MANDIOCA. EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE, CONTENDO 500 G DE PESO LÍQUIDO	UN	CALDAO	4,40
91	SAL REFINADO EMBALAGEM 1KG. - SAL REFINADO CARACTERÍSTICAS: NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, MISTURAS INADEQUADAS AO PRODUTO. EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADAS EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 1KG DE PESO LÍQUIDO.	KGS	ZIZO	2,00
92	SAL AMONÍACO INGREDIENTES: BICABORNATO DE AMÔNIO EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADAS EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 100G DE PESO LÍQUIDO.	UN	NEILAR	2,30

**ATA Nº06/2021 ALDEMIR LOSI**

Publicação Nº 2878133

Ata Registro de Preço nº 06/2021

Contratante: Município de Rio do Campo

Contratada: ALDEMIR LOSI &amp; CIA LTDA

Licitação: Pregão Presencial nº 04/2021

Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICIPIO. Vigência: 23/02/2021 A 22/02/2022

Assinatura: 23/02/2021

Valor Registrado:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Valor Unitário
1	ABACAXI - DEVE ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	UN	INATURA	3,89
2	ABOBRINHA - EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KGS	INATURA	2,14
9	ALHO NOBRE, TIPO ESPECIAL. EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADAS EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE PESANDO 200G CADA.	UN	DA CASA	6,69
17	BANANA CATURRA - DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, NÃO APRESENTANDO MOFO, BOLOR, E ASPECTOS DE DETERIORAÇÃO	KG	INATURA	4,98
19	BATATA INGLESA - DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, NÃO APRESENTANDO MOFO, BOLOR, E ASPECTOS DE DETERIORAÇÃO.	KGS	INATURA	4,88
22	BEBIDA LÁCTEA DE SOJA. DIVERSOS SABORES. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. EMBALAGEM INTACTA, CONTENDO 200 ML	UN	BATAVO	6,99
24	BEBIDA LÁCTEA DIET, ISENTA DE AÇÚCARES, DIVERSOS SABORES. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO CONTENDO 200ML	UN	BATAVO	9,98



25	BETERRABA DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, NÃO APRESENTANDO MOFO, BOLOR, E ASPECTOS DE DETERIORAÇÃO.	KGS	INATURA	4,39
26	BRÓCOLIS DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, NÃO APRESENTANDO MOFO, BOLOR, E ASPECTOS DE DETERIORAÇÃO.	UN	INATURA	5,39
30	CANELA CASCA (CINNAMOMUMVERUM) - EMBALAGEM: INTACTA, CONTENDO 200 G DE PESO LÍQUIDO	KG	CHÁ CHINÊS	220,00
36	CEBOLA DE CABEÇA GRAÚDA, DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, NÃO APRESENTANDO MOFO, BOLOR, E ASPECTOS DE DETERIORAÇÃO	KGS	INATURA	4,98
37	CENOURA DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, NÃO APRESENTANDO MOFO, BOLOR, E ASPECTOS DE DETERIORAÇÃO.	KGS	INATURA	4,68
39	CHUCHU DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, NÃO APRESENTANDO MOFO, BOLOR, E ASPECTOS DE DETERIORAÇÃO.	KGS	INATURA	4,49
42	COUVE FLOR DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, NÃO APRESENTANDO MOFO, BOLOR, E ASPECTOS DE DETERIORAÇÃO.	UN	INATURA	5,98
56	FLOCOS DE MILHO SEM AÇÚCAR (TIPO CEREAL MATINAL). EMBALAGEM: INTACTA, CONTENDO 500G DE PESO LÍQUIDO.	UN	ALCAFOODS	18,80
64	LARANJA PÊRA, GRUPO I, CLASSE 2 A 4 (DE 85 A 95 MM) TIPO ESPECIAL.	KGS	INATURA	3,89
69	LIMÃO GALEGO DE PRIMEIRA - LIMÃO GALEGO DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, NÃO APRESENTANDO MOFO, BOLOR E ASPECTO DE DETERIORIZAÇÃO	KG	INATURA	6,44
70	MAÇA FUJI DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRUPO RAJADA, CLASSE DE 70 A 80 MM, - TIPO 02.	KGS	INATURA	8,89
71	MAMÃO-FORMOSA, DE 1º QUALIDADE. - MAMÃO-FORMOSA, DE 1º QUALIDADE, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, PESANDO DE 1,5 A 2 KG, NÃO APRESENTANDO MOFO, BOLOR, AMASSADOS E ASPECTOS DE DETERIORIZAÇÃO	KGS	INATURA	6,49
72	MANGA DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, NÃO APRESENTANDO MOFO, BOLOR, E ASPECTOS DE DETERIORAÇÃO.	KG	INATURA	5,89
74	MARACUJÁ DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, NÃO APRESENTANDO MOFO, BOLOR, E ASPECTOS DE DETERIORAÇÃO.	KGS	INATURA	10,48
75	MELÃO DE 1º QUALIDADE, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, PESANDO DE 1,5 A 2 KG, NÃO APRESENTANDO MOFO, BOLOR, AMASSADOS E ASPECTOS DE DETERIORAÇÃO	KG	INATURA	6,98
76	MELANCIA DE 1º QUALIDADE, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, PESANDO DE 10 A 15 KG, NÃO APRESENTANDO MOFO, BOLOR, AMASSADOS E ASPECTOS DE DETERIORAÇÃO.	KGS	INATURA	1,99
81	OVOS CARACTERÍSTICAS: OVOS VERMELHOS OU BRANCOS DE GALINHA, FRESCO, TAMANHO MÉDIO OU SUPERIOR, PESANDO NO MÍNIMO 55 G POR UNIDADE. EMBALAGEM: DEVE ESTAR EMBALADO EM CAIXA DESCARTÁVEL, COM CAPACIDADE PARA 1 DÚZIA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR E PRAZO DE VALIDADE. DEVIDAMENTE LACRADA COM FITA ADESIVA E IDENTIFICADA COM RÓTULO E ETIQUETA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	DZS	BRASOVOS	5,98
89	REPOLHO VERDE MÉDIO, PESANDO ENTRE 1,5 KG E 2,5 KG A UNIDADE, SEM FOLHAS DETERIORADAS.	UN	INATURA	3,04
93	TANGERINA DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, NÃO APRESENTANDO MOFO, BOLOR, E ASPECTOS DE DETERIORAÇÃO.	KGS	INATURA	4,19
94	TOMATE GRUPO OBLONGO OU REDONDO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CLASSE MÉDIA OU GRANDE, DE 50 A 90 MM DE DIÂMETRO TRANSVERSAL DO FRUTO, TIPO ESPECIAL, PESANDO DE 100 A 200 G A UNIDADE.	KGS	INATURA	5,98

**ATA Nº07/2021 MERCADO OPERARIO**

Publicação Nº 2878135

Ata Registro de Preço nº 07/2021

Contratante: Município de Rio do Campo

Contratada: MERCADO OPERIO LTDA

Licitação: Pregão Presencial nº 04/2021

Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICIPIO. Vigência: 23/02/2021 A 22/02/2022

Assinatura: 23/02/2021

Valor Registrado:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Valor Unitário
11	AMIDO DE MILHO EM EMBALAGEM INTACTA CONTENDO 1KG DE PESO LIQUIDO.	KGS	NEILAR	5,00
12	ARROZ AGULHA INTEGRAL EMBALAGEM INTACTA CONTENDO 1 KG	KG	PERUCHI	5,20





21	BEBIDA LÁCTEA - CARACTERÍSTICAS: IOGURTE DE FRUTA, SABOR MORANGO, MAMÃO, LARANJA, PÊSSEGO, COCO, AMEIXA, SALADA DE FRUTA, BATIDO COM POLPA DE FRUTA. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO CONTENDO 900 ML	UN	LACTO VALE	3,95
28	CAFÉ A VÁCUO. CARACTERÍSTICAS: CAFÉ EM PÓ DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADO A VÁCUO CONTENDO PESO LÍQUIDO DE 500G.	UN	SOLLUS	10,70
32	CARNE BOVINA TIPO ACÉM SEM OSSO CARACTERÍSTICAS: CONGELADO. PEÇA DE CARNE BOVINA, SEM GORDURA, SEM CARTILAGENS E NERVOS. CARNE DE COR VERMELHA CEREJA, ELÁSTICA, FIRME E COM ODOR AGRADÁVEL. EMBALAGEM: PRIMÁRIA DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM SACOS DE POLIPROPILENO REFORÇADO. NO RÓTULO DA EMBALAGEM, PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA, DEVE CONSTAR PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E SELO DO S.I.F. VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES	KGS	DALFOVO	31,90
34	CARNE BOVINA DE MÚSCULO SEM OSSO - CARACTERÍSTICAS: CONGELADO. PEÇA DE CARNE BOVINA, SEM GORDURA, SEM CARTILAGENS E NERVOS. CARNE DE COR VERMELHA CEREJA, ELÁSTICA, FIRME E COM ODOR AGRADÁVEL. EMBALAGEM: PRIMÁRIA DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM SACOS DE POLIPROPILENO REFORÇADO, COM ATÉ 2KG. NO RÓTULO DA EMBALAGEM, PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA, DEVE CONSTAR PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E SELO DO S.I.F. VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES.	KG	DALFOVO	31,70
35	CARACTERÍSTICAS: CONGELADO. PEÇA DE CARNE SUÍNA, SEM GORDURA, SEM OSSOS, SEM PELE. CARNE ELÁSTICA, FIRME E COM ODOR AGRADÁVEL. EMBALAGEM: PRIMÁRIA DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM SACOS DE POLIPROPILENO REFORÇADO, COM ATÉ 2 KG. NO RÓTULO DA EMBALAGEM, PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA, DEVE CONSTAR PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E SELO DO S.I.F. VALIDADE: MÍNIMA DE 6 MESES	KGS	DALFOVO	24,80
53	FEIJÃO CARACTERÍSTICAS: FEIJÃO CLASSE PRETO, NOVO, TIPO 1, GRUPO 1 NÃO TORRADO. NÃO PODERÁ APRESENTAR GRÃOS DISFORMES E OU TORRADOS, COLORAÇÃO DOS GRÃOS COM NUANCES DIFERENTES (GRÃOS PARTIDOS OU PEDRAS), BOLOR, MOFO, CARUNCHO, RENDIMENTO INADEQUADO. EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADAS EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 1KG DE PESO LÍQUIDO.	KGS	RIO BELO	8,98
62	HAMBÚRGUER DE CARNE CARACTERÍSTICAS: CONGELADO, DE CARNE DE GADO E DE FRANGO, PESANDO 56G.	UN	CHULETÃO	1,64
73	MANTEIGA SEM SAL. EMBALAGEM INTACTA, EMBALADA EM PACOTES DE 200G, NO ROTULO DEVE CONTER PROCEDENCIA, DATA DE VALIDADE.	UN	LACTO VALE	10,00
83	FILÉ DE PEITO DE FRANGO CARACTERÍSTICAS: CONGELADA. A AVE DEVE TER CONTORNOS DEFINIDOS, FIRMES E SEM MANCHAS, PEÇA LISA E COLORAÇÃO CLARA, ADERENTE E SEM ODORES. EMBALAGEM: INTACTA, PRIMÁRIA DEVE ESTAR INTACTA. NO RÓTULO DA EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVE CONSTAR PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E SELO DO S.I.F. OU ESTADUAL OU MUNICIPAL. VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES.	KG	LAR	13,45
86	POLVILHO DOCE - NÃO DEVERÁ APRESENTAR COR ESCURA OU MISTURA COM OUTRAS FARINHAS, FORMAÇÃO DE GRUMOS (UMIDADE), RESÍDUOS OU IMPUREZAS. EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE, CONTENDO 1 KG DE PESO LÍQUIDO	KG	NEVE	6,49
87	PRESUNTO FATIADO. CARACTERÍSTICAS: DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM INTACTA CONTENDO 400 G	UN	LACTO VALE	12,10
88	QUEIJO MUSSARELA FATIADO EMBALAGEM: INTACTA, DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO. NO RÓTULO DA EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVE CONSTAR PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE.	KGS	LACTO VALE	44,95

**ATA Nº08/2021 CARTTA**

Publicação Nº 2878137

Ata Registro de Preço nº 08/2021

Contratante: Município de Rio do Campo

Contratada: COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E LIMPEZA LTDA

Licitação: Pregão Presencial nº 04/2021

Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICIPIO. Vigência: 23/02/2021 A 22/02/2022

Assinatura: 23/02/2021

Valor Registrado:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Valor Unitário
7	AÇAFRÃO PÓ (CURCUMA LONGA) - EMBALAGEM INTACTA, CONTENDO 200 G OU 500 G DE PESO LÍQUIDO.	KG	RELVA VERDE RELVA VERDE	64,00
15	AVEIA EM FLOCOS - DESCRIÇÃO: AVEIA EM FLOCOS GROSSOS. EMBALAGEM: INTACTA, CONTENDO DATA DE VALIDADE E PROCEDÊNCIA.	KGS	ZAELI ZAELI	12,62





45	ERVA DOCE (PIMPINELA ANISUM) - PLANTA SECA. EMBALAGEM: INTACTA, CONTENDO 200 G DE PESO LÍQUIDO	KG	RELVA VERDE RELVA VERDE	52,99
54	FERMENTO QUÍMICO CARACTERÍSTICAS: FERMENTO QUÍMICO, EM PÓ, PARA ELABORAÇÃO DE BOLOS EMBALAGEM: INTACTA, ACONDICIONADAS EM LATAS OU PACOTES RESISTENTES CONTENDO 250G PESO LIQUIDO.	UN	MAITÁ MAITÁ	5,49
59	FUNCHO (FOENICULUMVULGARE) - PLANTA SECA. EMBALAGEM: INTACTA, CONTENDO 200 G DE PESO LÍQUIDO.	KG	RELVA VERDE RELVA VERDE	79,99
77	MELISSA (MELISSA OFFICINALIS) - PLANTA SECA. EMBALAGEM: INTACTA, CONTENDO DE 200 G OU 500 G DE PESO LÍQUIDO	KG	RELVA VERDE RELVA VERDE	119,99
82	PAPRICA DOCE. CONDIMENTO USADO PARA ADICIONAR TEMPERO E COR AOS ALIMENTOS COMO CARNES E MOLHOS.	KGS	RELVA VERDE RELVA VERDE	59,99

**CONTRATO 09\_2021 COOPERFAVI**

Publicação Nº 2878332

Contrato Nº : 09/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR VALE DO ITAJAÍ

Licitação : Dispensa de Licitação 3/2021

Objeto : AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

Vigência : Início: 23/02/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura : 23/02/2021

Valor R\$ : 111.957,50 (Cento e Onze Mil, Novecentos e Cinquenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos )

**CONTRATO 10\_2021 CINCATARINA**

Publicação Nº 2879065

Contrato Nº : 10/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

Objeto : O CONTRATO DE RATEIO TEM POR OBJETO A ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO CONTRATADO

Vigência : Início: 23/02/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura : 23/02/2021

Valor R\$ : 30.294,00 (Trinta Mil, Duzentos e Noventa e Quatro Reais)

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878858

TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Em cumprimento às determinações do Senhor Vidal Balak – Prefeito do Município de Rio do Campo – Estado do Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve:

TORNAR PÚBLICO:

1º - A convocação da candidata abaixo relacionada, aprovada no EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019, conforme Decreto de Homologação nº 4.090 de 11 de outubro de 2019 e Decreto de Prorrogação nº 4.207 de 25 de setembro de 2020.

2º - A candidata deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Rio do Campo - SC, no Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munida de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 6.4 do EDITAL nº 02/2019.

3º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato será automaticamente eliminado deste Teste Seletivo, conforme item 6.2 do Edital nº 02/2019.

AUXILIAR OPERACIONAL ESCOLAR

CLASSIFICAÇÃO	NOME
9º	PAMELA ROSA RODRIGUES

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, em 23 de fevereiro de 2021.

VIDAL BALAK

Prefeito Municipal



# Rio do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO\_ACT 01/2021

Publicação Nº 2877898

#### CONTRATO DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 01/2021

Contrato que entre si fazem, de um lado o Município de Rio do Oeste (SC), pessoa jurídica de direito Público Interno, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Arnildo Ferrari, adiante denominado apenas contratante e, de outro lado, Claudia Regina Duarte, brasileiro(a), portador(a) do CPF Nº 352.615.440-68, adiante denominado(a) apenas contratado(a). As duas partes têm entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) prestará serviços de Professora de Ciências Biológicas, com jornada de 20 (vinte) horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Edital 001/2021 – Seleção de Candidatos para Contratação Temporária), conforme Art. 2º, inciso IV c/c Art. 7º, inciso II, parágrafo primeiro, da Lei 1.371/2002, com redação alterada pelas Leis 1.396/2003, 1.462/2003, 1.785/2007 e 1.947/2011 do Município de Rio do Oeste, em substituição ao servidor Nilson Vanderlinde, hoje ocupante de cargo em comissão de Diretor de Unidade Escolar.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços citados, o(a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.505,25 (Mil Quinhentos e cinco reais e vinte de cinco centavos) acrescidos de 20% de regência de classe mensais, e auxílio alimentação no valor de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos). Durante o período de aulas presenciais, a servidora também fará jus ao Percentual de 10%, sobre o salário base, por lecionar em Escola de Dificil Acesso. Os valores expressos na presente cláusula, serão majorados, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, devendo-se observar os mesmos percentuais fixados para a categoria.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** A vigência do presente contrato será por prazo determinado, tendo início em 22/02/2021 a 21/07/2021, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Administração Municipal.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Qualquer das cláusulas constantes neste contrato só poderão ser alteradas com expressa anuência das partes contratantes, devendo o aditivo reportar-se sempre ao contrato original.

**CLÁUSULA SEXTA:** Se o Município rescindir o contrato antes do prazo sem motivo justo, pagará ao contratado nos termos do § 1.º do Art. 15 da Lei supra, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O regime jurídico deste contrato é o Estatutário, aplicando-se ao Contratado, suplementarmente, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Oeste (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Oeste (SC), 22 de fevereiro de 2021

ARNILDO FERRARI	CLAUDIA REGINA DUARTE
Prefeito Municipal	Contratada

### CONTRATO\_ACT 02/2021

Publicação Nº 2877899

#### CONTRATO DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 02/2021

Contrato que entre si fazem, de um lado o Município de Rio do Oeste (SC), pessoa jurídica de direito Público Interno, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Arnildo Ferrari, adiante denominado apenas contratante e, de outro lado, Laura Carol Masson, brasileiro(a), portador(a) do CPF Nº 084.028.939-10, adiante denominado(a) apenas contratado(a). As duas partes têm entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) prestará serviços de Professora de Artes, com jornada de 30 (Trinta) horas semanais, de acordo com o comunicado interno 005/2021, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Edital 001/2021 – Seleção de Candidatos para Contratação Temporária), conforme Art. 2º, inciso IV c/c Art. 7º, inciso II, parágrafo primeiro, da Lei 1.371/2002, com redação alterada pelas Leis 1.396/2003, 1.462/2003, 1.785/2007 e 1.947/2011 do Município de Rio do Oeste, em substituição as servidoras Lilian Bonessi Grott da Silva, que ocupa o cargo em comissão de Diretora de Departamento de Coordenação Geral e, Elisiana Lucia Suk Bonacolsi, hoje ocupante de cargo em comissão de Diretora de Unidade Escolar.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços citados, o(a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.257,88 (Dois Mil Duzentos e Cinquenta e Sete Reais e Oitenta e Oito Centavos) acrescidos de 20% de regência de classe mensais, e auxílio alimentação no valor de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos). Os valores expressos na presente cláusula, serão majorados, na mesma data, sempre que houver reajuste aos



servidores públicos municipais, devendo-se observar os mesmos percentuais fixados para a categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA: A vigência do presente contrato será por prazo determinado, tendo início em 22/02/2021 a 21/07/2021, podendo ser prorrogado, caso haja interesse da Administração Municipal.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Qualquer das cláusulas constantes neste contrato só poderão ser alteradas com expressa anuência das partes contratantes, devendo o aditivo reportar-se sempre ao contrato original.

CLÁUSULA SEXTA: Se o Município rescindir o contrato antes do prazo sem motivo justo, pagará ao contratado nos termos do § 1.º do Art. 15 da Lei supra, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: O regime jurídico deste contrato é o Estatutário, aplicando-se ao Contratado, suplementarmente, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Oeste (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Oeste (SC), 22 de fevereiro de 2021

ARNILDO FERRARI	LAURA CAROL MASSON
Prefeito Municipal	Contratada

## CONTRATO\_ACT 03/2021

Publicação Nº 2877901

### CONTRATO DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 03/2021

Contrato que entre si fazem, de um lado o Município de Rio do Oeste (SC), pessoa jurídica de direito Público Interno, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Arnildo Ferrari, adiante denominado apenas contratante e, de outro lado, Maiara Aparecida Nardelli Beckhauser, brasileiro(a), portador(a) do CPF Nº 113.983.019-81, adiante denominado(a) apenas contratado(a). As duas partes têm entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) prestará serviços de Professora de Educação Infantil, com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Edital 001/2021 – Seleção de Candidatos para Contratação Temporária), conforme Art. 2º, inciso IV c/c Art. 7º, inciso II, parágrafo primeiro, da Lei 1.371/2002, com redação alterada pelas Leis 1.396/2003, 1.462/2003, 1.785/2007 e 1.947/2011 do Município de Rio do Oeste, em substituição a servidora Anelice Campestrini Dill, remanejada da Educação Infantil para as Séries Iniciais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços citados, o(a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.010,51 (Três mil e dez reais e cinquenta e um centavos) acrescidos de 20% de regência de classe mensais, e auxílio alimentação no valor de R\$ 10,40 (Dez reais e quarenta centavos). Os valores expressos na presente cláusula, serão majorados, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, devendo-se observar os mesmos percentuais fixados para a categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA: A vigência do presente contrato será por prazo determinado, tendo início em 22/02/2021 a 21/07/2021, podendo ser prorrogado, caso haja interesse da Administração Municipal.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Qualquer das cláusulas constantes neste contrato só poderão ser alteradas com expressa anuência das partes contratantes, devendo o aditivo reportar-se sempre ao contrato original.

CLÁUSULA SEXTA: Se o Município rescindir o contrato antes do prazo sem motivo justo, pagará ao contratado nos termos do § 1.º do Art. 15 da Lei supra, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: O regime jurídico deste contrato é o Estatutário, aplicando-se ao Contratado, suplementarmente, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Oeste (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Oeste (SC), 22 de fevereiro de 2021

ARNILDO FERRARI	MAIARA APARECIDA NARDELLI BECKHAUSER
Prefeito Municipal	Contratada



**PORTARIA 8621**

Publicação Nº 2878056

PORTARIA Nº 8621 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Altera horário de trabalho de servidora.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com as Lei nº 1720/2007, 1371/2002 e suas alterações,

CONSIDERANDO, Protocolo nº 368/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o horário de trabalho da Servidora Débora Tatiane Vieira, matrícula 44946-01, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, Lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Esporte, ficando estabelecido da seguinte maneira, das 07h30min às 11h30min e, no período da tarde das 13h30 min às 17h30min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 18 de fevereiro de 2021.

Rio do Oeste, 23 de fevereiro de 2021.

ARNILDO FERRARI

Prefeito Municipal

ALMIR SCHMITZ

Secretário de Administração e Fazenda

FRANCISCO JOÃO PISETTA

Secretário de Indústria, Comércio, Turismo e Esporte

**PROCESSOS 020 E 021/2021**

Publicação Nº 2878042

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC. PROCESSO LICITATÓRIO N. 020/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2020. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Aquisição de Cadeira Odontológica. Tipo: Menor Preço por Item. Recebimento dos envelopes: até as 08:00 horas do dia 08/03/2021. Credenciamento: após o Recebimento dos envelopes. Abertura dos envelopes de Proposta de Preços para inserção no sistema: logo após o credenciamento. A íntegra do Edital está no site: <https://riodooste.atende.net>, no link “consulta de licitações”. Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, 22 de fevereiro de 2021.

Arnildo Ferrari

Prefeito

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC. PROCESSO LICITATÓRIO N. 021/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N. 012/2020. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE. OBJETO: registro de preços para futura e eventual Aquisição de Carneiras de concreto. Recebimento dos envelopes: até as 11h30min horas do dia 08/03/2021. Credenciamento: após o Recebimento dos envelopes. Abertura dos envelopes de Proposta de Preços para inserção no sistema: logo após o credenciamento. A íntegra do Edital está no site: <https://riodooste.atende.net>, no link “consulta de licitações”. Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, 18 de fevereiro de 2021.

Arnildo Ferrari

Prefeito



## CÂMARA MUNICIPAL

## BALANÇO\_AN01

Publicação Nº 2878548



### Demonstrativo da Receita e Despesa

#### Segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 2020

Titulos	R\$	Titulos	R\$
RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes	0,00	Despesas Correntes	791.339,22
Receita Tributária	0,00	Pessoal e Encargos Sociais	638.775,12
Receita de Contribuições	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receita Patrimonial	0,00	Outras despesas correntes	152.564,10
Receita Agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receita de Serviços	0,00		
Transferências Correntes	0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00		
Déficit	791.339,22	Superávit	
Total	791.339,22	Total	791.339,22
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	19.190,98
Operações de Crédito	0,00	Investimentos	19.190,98
Alienação de Bens	0,00	Inversões Financeiras	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	Amortização da Dívida	0,00
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00		
Déficit	19.190,98	Superávit	
Total	19.190,98	Total	19.190,98
RESUMO			
Receitas Correntes	0,00	Despesas Correntes	791.339,22
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receita de Capital	0,00	Despesas de Capital	19.190,98
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Subtotal	0,00	Subtotal	810.530,20
Déficit	810.530,20	Superávit	
TOTAL	810.530,20	TOTAL	810.530,20



**BALANÇO\_AN10**

Publicação N° 2878521

**Comparativo da Receita Orçada  
com a Arrecadada - Anexo 10**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 2020

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
Totais				0,00	0,00



## BALANÇO\_AN11

Publicação Nº 2878529

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11



Unidade Gestora: (1887 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)  
Competência: 2020

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
01001	Câmara Municipal de Vereadores	1.080.000,00	0,00	1.080.000,00	269.469,80
01001.01	Legislativa	1.080.000,00	0,00	1.080.000,00	269.469,80
01001.01.031	Ação Legislativa	1.080.000,00	0,00	1.080.000,00	269.469,80
01001.01.031.02.002001	Manutenção das Atividades Legislativas	1.065.000,00	0,00	1.065.000,00	254.643,80
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	740.000,00	0,00	740.000,00	101.224,88
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			517.530,60	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			493.476,05	
3.1.90.11.43	13º salário			15.771,85	
3.1.90.11.46	ferias - pagamento antecipado			8.282,70	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			108.681,29	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias - INSS			108.681,29	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			12.563,23	
3.1.90.94.07	indenização por demissão de servidor ou empregado			12.563,23	
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	30.000,00	0,00	30.000,00	3.225,00
3.3.50.41.00	Contribuições			26.775,00	
3.3.50.41.02	despesa com manutenção de outras entidades de direito privado			26.775,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	215.000,00	0,00	215.000,00	91.104,90
3.3.90.14.00	Diárias Civis			16.063,00	
3.3.90.14.14	diárias no país - civil			16.063,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			20.580,13	
3.3.90.30.04	gas engarrafado			155,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			3.077,60	
3.3.90.30.15	material para festividades e homenagens			554,87	
3.3.90.30.16	material de expediente			839,73	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados			737,00	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha			117,85	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização			1.054,33	

e-Sfinge Web - Gerado em: 05/02/21 - 20:55

1/3





## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 2020

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens móveis			7.619,65	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis			2.609,00	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico			387,80	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança			1.775,00	
3.3.90.30.29	material para áudio, vídeo e foto			1.634,80	
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos			17,50	
3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras			170,00	
3.3.90.31.99	outras premiações			170,00	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção			1.592,40	
3.3.90.33.01	passagens para o país			1.592,40	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			31.741,08	
3.3.90.39.01	assinatura de periódicos e anuidades			300,00	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens móveis			404,33	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			430,00	
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas			21.020,00	
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins			1.780,00	
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral			282,39	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			2.400,00	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto			50,00	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)			5.074,36	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			36.410,83	
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares			21.830,66	
3.3.90.40.02	Desenvolvimento e Manutenção de Software			8.284,00	
3.3.90.40.04	Comunicação de Dados			2.828,40	
3.3.90.40.05	Serviços de Telefonia Fixa e Móvel (Quando Integrem Pacote de Comunicação de Dados)			2.432,77	
3.3.90.40.06	Suporte a Usuários de TIC			240,00	
3.3.90.40.09	Manutenção e Conservação de Equipamentos de TIC			560,00	

2/ 3

e-Sfinge Web - Gerado em: 05/02/21 - 20:55





## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Unidade Gestora: (1887 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)  
Competência: 2020

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.40.99	Outros Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação			235,00	
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação			15.196,50	
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia			15.196,50	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			80,86	
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF			80,86	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições			2.060,30	
3.3.90.93.04	indenização de transporte			2.060,30	
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente da Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Órgãos, Fiscal e da Segund		0,00	30.000,00	28.280,00
3.3.93.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	30.000,00		1.720,00	
3.3.93.40.02	Desenvolvimento e Manutenção de Software			1.720,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	30.809,02
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente			19.190,98	
4.4.90.52.04	aparelhos de medição e orientação			255,00	
4.4.90.52.06	aparelhos e equipamentos de comunicação			319,98	
4.4.90.52.18	coleções e materiais bibliográficos			636,30	
4.4.90.52.33	equipamentos para áudio, vídeo e foto			2.079,70	
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados			15.900,00	
01001.01.031.02.002002	Atividades do Vereador Mirim	15.000,00	0,00	15.000,00	14.826,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	15.000,00	0,00	174,00	14.826,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo			0,00	
3.3.90.30.16	material de expediente			0,00	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições			174,00	
3.3.90.93.04	indenização de transporte			174,00	
Total da Unidade Gestora		1.080.000,00	0,00	810.530,20	269.469,80
Total Geral		1.080.000,00	0,00	810.530,20	269.469,80



**BALANÇO\_AN12**

Publicação N° 2878524


**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d)=(c-b)
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Receitas Correntes (I)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Receitas de Capital (II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Operações de Crédito / Refinanciamento (V)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI = IV + V)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÉFICIT (VII)</b>			810.530,20	810.530,20
<b>TOTAL (VIII = VI + VII)</b>	0,00	0,00	810.530,20	810.530,20
Saldos de Exercícios Anteriores				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro		0,00		
Reabertura de créditos adicionais		0,00		

e-Sfinge Web - Gerado em: 05/02/2021 - 20:55

1





**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f-g)
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	1.080.000,00	1.080.000,00	810.530,20	810.530,20	810.530,20	269.469,80
<b>Despesas Correntes (IX)</b>	1.030.000,00	1.030.000,00	791.339,22	791.339,22	791.339,22	238.660,78
Pessoal e Encargos Sociais	740.000,00	740.000,00	638.775,12	638.775,12	638.775,12	101.224,88
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	290.000,00	290.000,00	152.564,10	152.564,10	152.564,10	137.435,90
<b>Despesas de Capital (X)</b>	50.000,00	50.000,00	19.190,98	19.190,98	19.190,98	30.809,02
Investimentos	50.000,00	50.000,00	19.190,98	19.190,98	19.190,98	30.809,02
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida(*)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Reserva de Contingência (XI)</b>	0,00	0,00				0,00
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)</b>	1.080.000,00	1.080.000,00	810.530,20	810.530,20	810.530,20	269.469,80
<b>Superávit (XIV)</b>						
<b>TOTAL (XV = XIII + XIV)</b>	1.080.000,00	1.080.000,00	810.530,20	810.530,20	810.530,20	269.469,80
Reserva do RPPS	0,00	0,00				0,00

(\*) Incluída a Amortização da Dívida/Refinanciamento



**AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>





## EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





## EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**BALANÇO\_AN13**

Publicação Nº 2878533

**BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

**INGRESSOS**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	0,00	0,00
Ordinária	0,00	0,00
Vinculada	0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	1.080.000,00	960.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.080.000,00	960.000,00
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aporte de recursos para o RPPS	0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	66.275,29	63.315,05
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	66.275,29	63.315,05
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>	0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00
<b>TOTAL(V) = (I + II + III + IV)</b>	1.146.275,29	1.023.315,05



**BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

**DISPÊNDIOS**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	810.530,20	820.844,84
Ordinária	810.530,20	820.844,84
Vinculada	0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	269.469,80	139.155,16
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	269.469,80	139.155,16
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aporte de recursos para o RPPS	0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	66.275,29	63.315,05
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	66.275,29	63.315,05
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>	0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00
<b>TOTAL(X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>1.146.275,29</b>	<b>1.023.315,05</b>





**Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)**

Receitas Orçamentárias segundo as Fontes de Recursos - Anexo 1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2020

Código	Especificação	Valor
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	



**Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)**

Deduções da Receita Orçamentária segundo as Fontes de Recurso - Anexo 2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2020

Código	Especificação	Valor
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	



**Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)**

Despesas Orçamentárias segundo as Fontes de Recurso - Anexo 3 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2020

Código	Especificação	Valor
6.2.2.1.3.00.00	<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS ORDINÁRIOS</b>	
	00 - Recursos Ordinários	810.530,20
	<b>Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)</b>	<b>810.530,20</b>
6.2.2.1.3.00.00	<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS</b>	
	<b>Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)</b>	
	<b>TOTAL GERAL (I + II)</b>	<b>810.530,20</b>



**Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)**

Saldo do exercício anterior - Caixa e equivalente de caixa - Anexo 4.1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2020

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	



**Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)**

Saldo do exercício anterior - Depósitos restituíveis e valores vinculados - Anexo 4.2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2020

Código	Especificação	Valor
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	



**Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)**

Saldo para o exercício anterior - Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 4.3 ao Balanço Financeiro.

Competência: 06/2020

Código	Especificação	Valor
1.1.4.0.0.00.00.F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Ordinários (I)	
1.1.4.0.0.00.00.F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	



**Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)**

Saldo para o exercício seguinte - Caixa e equivalente de caixa - Anexo 5.1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2020

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	



**Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)**

Saldo para o exercício seguinte - Depósitos restituíveis e valores vinculados - Anexo 5.2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2020

Código	Especificação	Valor
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	



**Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)**

Saldo para o exercício seguinte - Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 5.3 ao Balanço Financeiro.

Competência: 06/2020

Código	Especificação	Valor
1.1.4.0.0.00.00.F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Ordinários (I)	
1.1.4.0.0.00.00.F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	



**BALANÇO\_AN14**

Publicação Nº 2878540

**BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

<b>ATIVO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
<b>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Investimento do RPPS	0,00	0,00
Aplicação temporária em metais preciosos	0,00	0,00
Aplicações em segmentos de Imóveis	0,00	0,00
(-) Ajustes de Perdas e Investimentos de aplicações temporários	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido Para Venda	0,00	0,00
<b>Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
<b>Créditos a Longo Prazo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00



**BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00
Créditos previdenciários do RPPS	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participação Permanente	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada de Investimentos	0,00	0,00
(-) Redução do Valor Recuperável de Propriedade para Investimento	0,00	0,00
Investimento do RPPS de Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento do RPPS	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento - Demais	0,00	0,00
<b>Imobilizado</b>	<b>119.992,22</b>	<b>113.243,75</b>
Bens Móveis	161.457,45	142.266,47
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis	-41.465,23	-29.022,72
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Móveis	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Imóveis	0,00	0,00
<b>Intangível</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Diferido	0,00	0,00
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>119.992,22</b>	<b>113.243,75</b>



**BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>119.992,22</b>	<b>113.243,75</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
<b>Provisões a Curto Prazo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
<b>Demais Obrigações a Longo Prazo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Resultado Diferido	0,00	0,00
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00



**BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	119.992,22	113.243,75
Resultado do Exercício	6.748,47	3.337,00
Resultado de Exercícios Anteriores	113.243,75	109.906,75
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
<b>outros Resultados</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	119.992,22	113.243,75
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>119.992,22</b>	<b>113.243,75</b>



**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO (I)</b>		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	119.992,22	113.243,75
<b>Total do Ativo</b>	<b>119.992,22</b>	<b>113.243,75</b>
<b>PASSIVO (II)</b>		
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
<b>Total do Passivo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL(III) = (I - II)</b>	<b>119.992,22</b>	<b>113.243,75</b>



**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
<b>Total dos Atos Potenciais Ativos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
<b>Total dos Atos Potenciais Passivos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>





**BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14**  
**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**BALANÇO\_AN15**

Publicação Nº 2878542

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00
<b>Contribuições</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	0,00
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>1.080.000,00</b>	<b>960.000,00</b>
Transferências Intragovernamentais	1.080.000,00	960.000,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução orçamentária delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências Delegadas Recebidas	0,00	0,00
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

e-Sfinge Web - Gerado em: 05/02/2021 - 20:55

Página 1 de 4





## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar	0,00	0,00
Reversão da Redução do Valor Recuperável	0,00	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>	<b>1.080.000,00</b>	<b>960.000,00</b>

## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>653.971,62</b>	<b>618.287,69</b>
Remuneração a Pessoal	517.530,60	496.850,13
Encargos Patronais	108.681,29	103.944,48
Benefícios a Pessoal	15.196,50	11.407,50
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	12.563,23	6.085,58
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>118.829,95</b>	<b>163.274,70</b>
Uso de Material de Consumo	20.580,13	13.763,29
Serviços	85.807,31	146.708,51
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.442,51	2.802,90
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00





## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	0,00
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>297.964,80</b>	<b>164.595,16</b>
Transferências Intragovernamentais	269.469,80	139.155,16
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências às Instituições Privadas	26.775,00	25.440,00
Transferências às Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências aos Consórcios Públicos	1.720,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Reavaliação, redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
<b>Tributárias</b>	<b>80,86</b>	<b>114,00</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	80,86	114,00
<b>Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Custo de Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo de Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo de Serviços Prestados	0,00	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>2.404,30</b>	<b>10.391,45</b>
Premiações	170,00	2.594,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00



**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15****Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)****Competência: 06/2020**

Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.234,30	7.797,45
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>	<b>1.073.251,53</b>	<b>956.663,00</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I -II)</b>	<b>6.748,47</b>	<b>3.337,00</b>



**BALANÇO\_AN18**

Publicação Nº 2878544

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

	Exercício Atual
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	
<b>Ingressos</b>	1.146.275,29
Receita Tributária	0,00
Receita de Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	0,00
Receita Agropecuária	0,00
<b>Receita Industrial</b>	0,00
Receita de Serviços	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,00
<b>Transferências recebidas</b>	0,00
Outros ingressos operacionais	1.146.275,29
<b>Desembolsos</b>	1.127.084,31
<b>Pessoal e demais despesas</b>	764.564,22
Juros e encargos da dívida	0,00
Transferências concedidas	26.775,00
Outros desembolsos operacionais	335.745,09
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	19.190,98
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	
<b>Ingressos</b>	0,00
<b>Alienações de bens</b>	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00
Outros ingressos de Investimentos	
<b>Desembolsos</b>	19.190,98
Aquisição de ativo não circulante	19.190,98
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos (II)	-19.190,98
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	
<b>Ingressos</b>	0,00
<b>Operações de Crédito</b>	0,00



Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00
<b>Outros ingressos de financiamentos</b>	
<b>Desembolsos</b>	<b>0,00</b>
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	0,00
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)</b>	<b>0,00</b>
Caixa e Equivalentes de caixa inicial (*)	0,00
Caixa e Equivalentes de caixa final (**)	0,00

(\*) Incluído os valores referentes aos Investimentos temporários a curto prazo inicial, atributo F

(\*\*) Incluído os valores referentes aos Investimentos temporários a curto prazo final, atributo F



**QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

	Exercício Atual
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS</b>	
Intergovernamentais	0,00
da União	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00
de Municípios	0,00
Intragovernamentais	0,00
Outras transferências correntes recebidas	0,00
<b>Total das Transferências Correntes Recebidas</b>	<b>0,00</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>	
Intergovernamentais	0,00
a União	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00
a Municípios	0,00
Intragovernamentais	0,00
Outras transferências concedidas	26.775,00
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>26.775,00</b>



**QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS  
DESPESAS POR FUNÇÃO****Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)****Competência: 06/2020**

	<b>Exercício Atual</b>
Legislativa	764.564,22
Judiciária	0,00
Essencial à Justiça	0,00
Administração	0,00
Defesa Nacional	0,00
Segurança Pública	0,00
Relações Exteriores	0,00
Assistência Social	0,00
Previdência Social	0,00
Saúde	0,00
Trabalho	0,00
Educação	0,00
Cultura	0,00
Direitos da Cidadania	0,00
Urbanismo	0,00
Habitação	0,00
Saneamento	0,00
Gestão Ambiental	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00
Agricultura	0,00
Organização Agrária	0,00
Indústria	0,00
Comércio e Serviços	0,00
Comunicações	0,00
Energia	0,00
Transporte	0,00
Desporto e Lazer	0,00
Encargos Especiais	0,00
Outras Despesas não identificadas	0,00
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>764.564,22</b>



**QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA****Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)****Competência: 06/2020**

	<b>Exercício Atual</b>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00
<b>Despesas com Juros, Correção Monetária e Outros encargos da dívida, não classificados na Função 28</b>	<b>0,00</b>
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>



## BALANÇO\_AN19

Publicação Nº 2878530



## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2020

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social e Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
<b>Saldos Iniciais</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.243,75	0,00	113.243,75
Ajustes de exercícios anteriores							0,00		0,00
Aumento de capital	0,00	0,00							0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas								0,00	0,00
Juros sobre capital próprio									
Resultado do exercício							6.748,47		6.748,47
Ajustes de avaliação patrimonial				0,00					0,00
Constituição/Reversão de reservas			0,00		0,00	0,00			0,00
Outros							0,00		0,00
Dividendos a distribuir (R\$ ... por ação)									
<b>Saldos finais</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119.992,22	0,00	119.992,22



**BALANÇO\_AN2**

Publicação N° 2878493

**Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas****Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 2020

**Unidade Orçamentária: 1001 - Camara Municipal de Vereadores**

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			791.339,22
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			638.775,12
3.1.90.00	Aplicações Diretas		638.775,12	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	517.530,60		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	108.681,29		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	12.563,23		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			152.564,10
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		26.775,00	
3.3.50.41	Contribuições	26.775,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		124.069,10	
3.3.90.14	Diárias Civil	16.063,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	20.580,13		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	170,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.592,40		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	31.741,08		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	36.410,83		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	15.196,50		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	80,86		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	2.234,30		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		1.720,00	
3.3.93.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	1.720,00		
4.0.00.00	Despesas de Capital			19.190,98
4.4.00.00	Investimentos			19.190,98
4.4.90.00	Aplicações Diretas		19.190,98	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	19.190,98		
	Total Unidade Orçamentária			810.530,20



**BALANÇO\_AN2**

Publicação N° 2878513

**Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 2020

**Sem movimento no período.**

1



## BALANÇO\_AN2

Publicação Nº 2878489



## Resumo Geral da Despesa - Anexo 2

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 2020

Código	Especificação	Elemento	Natureza da Despesa por Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			791.339,22
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			638.775,12
3.1.90.00	Aplicações Diretas		638.775,12	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	517.530,60		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	108.681,29		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	12.563,23		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			152.564,10
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		26.775,00	
3.3.50.41	Contribuições	26.775,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		124.069,10	
3.3.90.14	Diárias Civil	16.063,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	20.580,13		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	170,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.592,40		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	31.741,08		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	36.410,83		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	15.196,50		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	80,86		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	2.234,30		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		1.720,00	
3.3.93.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	1.720,00		
4.0.00.00	Despesas de Capital			19.190,98
4.4.00.00	Investimentos			19.190,98
4.4.90.00	Aplicações Diretas		19.190,98	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	19.190,98		
	Total Geral			810.530,20



## BALANÇO\_AN6

Publicação Nº 2878498

Programa de Trabalho por Órgao e Unidade Orçamentária - Anexo 06  
Administração Direta, Indireta ou Fundacional



Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)  
Competência: 2020

Unidade Orçamentária: 01001 Câmara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
1	Legislativa	0,00	0,00	810.530,20	810.530,20
1.031	Ação Legislativa	0,00	0,00	810.530,20	810.530,20
01.031.0101	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	0,00	0,00	810.356,20	810.356,20
01.031.0101.02.002001	Manutenção das Atividades Legislativas	0,00	0,00	810.356,20	810.356,20
01.031.0102	VEREADOR MIRIM	0,00	0,00	174,00	174,00
01.031.0102.02.002002	Atividades do Vereador Mirim	0,00	0,00	174,00	174,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	810.530,20	810.530,20
	Total da Unidade Gestora	0,00	0,00	810.530,20	810.530,20
	Total Geral	0,00	0,00	810.530,20	810.530,20

e-Sfinge Web - Gerado em: 05/02/21 - 20:54

1/1



## BALANÇO\_AN7

Publicação Nº 2878519

## Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07

### Administração Direta, Indireta ou Fundacional



Unidade Gestora: (1887 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)  
Competência: 2020

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	810.530,20	810.530,20
01.031	Ação Legislativa	0,00	0,00	810.530,20	810.530,20
01.031.0101	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	0,00	0,00	810.356,20	810.356,20
01.031.0101.02.002001	Manutenção das Atividades Legislativas	0,00	0,00	810.356,20	810.356,20
01.031.0102	VEREADOR MIRIM	0,00	0,00	174,00	174,00
01.031.0102.02.002002	Atividades do Vereador Mirim	0,00	0,00	174,00	174,00
Total Geral		0,00	0,00	810.530,20	810.530,20

e-Sfinge Web - Gerado em: 05/02/21 - 20:54

1/1



**BALANÇO\_AN8**

Publicação N° 2878508

**Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções  
e Programas, Conforme o Vinculo com os Recursos**  
**Anexo 8**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 2020

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	810.530,20	0,00	810.530,20
01.031	Ação Legislativa	810.530,20	0,00	810.530,20
01.031.0101	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	810.356,20	0,00	810.356,20
01.031.0101.02.002001	Manutenção das Atividades Legislativas	810.356,20	0,00	810.356,20
01.031.0102	VEREADOR MIRIM	174,00	0,00	174,00
01.031.0102.02.002002	Atividades do Vereador Mirim	174,00	0,00	174,00
Total Geral		810.530,20	0,00	810.530,20



**BALANÇO\_AN9**

Publicação Nº 2878511



### Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções - Anexo 9

#### Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 2020

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01001 - Camara Municipal de Vereadores	810.530,20					
02201 - Gabinete do Prefeito						
02202 - Defesa Civil						
02206 - Fdo Mun. dos Direitos da Criança e Adolescente						
03301 - Departamento de Planejamento e Administracao						
04401 - Departamento de Extensao Rural						
04402 - Departamento do Meio Ambiente						
05501 - Departamento de Coordenacao Geral						
05502 - Departamento do Ensino Fundamental						
05503 - Departamento da Educacao Infantil						
05504 - Departamento de Cultura						
06601 - Fundo Municipal de Saude de Rio do Oeste						
06602 - Fundo Municipal de Assistencia Social						
06603 - Fdo Munc. dos Direitos da Criança e do Adolescente						
07701 - Departamento de Esportes						
07702 - Departamento Industria Comercio e Turismo						
08801 - Departamento de Transportes						
09901 - Departamento de Servicos Urbanos						
09902 - Departamento de Infra-estrutura Urbana						
99999 - Reserva de Contingencia						
<b>Total:</b>	<b>810.530,20</b>					

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01001 - Camara Municipal de Vereadores						
02201 - Gabinete do Prefeito						
02202 - Defesa Civil						
02206 - Fdo Mun. dos Direitos da Criança e Adolescente						
03301 - Departamento de Planejamento e Administracao						
04401 - Departamento de Extensao Rural						
04402 - Departamento do Meio Ambiente						
05501 - Departamento de Coordenacao Geral						
05502 - Departamento do Ensino Fundamental						
05503 - Departamento da Educacao Infantil						
05504 - Departamento de Cultura						
06601 - Fundo Municipal de Saude de Rio do Oeste						
06602 - Fundo Municipal de Assistencia Social						
06603 - Fdo Munc. dos Direitos da Criança e do Adolescente						
07701 - Departamento de Esportes						
07702 - Departamento Industria Comercio e Turismo						
08801 - Departamento de Transportes						
09901 - Departamento de Servicos Urbanos						
09902 - Departamento de Infra-estrutura Urbana						

e-Sfinge Web - Gerado em: 05/02/21 - 20:54

1 / 3





## Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções - Anexo 9

## Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 2020

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
99999 - Reserva de Contingência						

Total:

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01001 - Câmara Municipal de Vereadores						
02201 - Gabinete do Prefeito						
02202 - Defesa Civil						
02206 - Fdo Mun. dos Direitos da Criança e Adolescente						
03301 - Departamento de Planejamento e Administração						
04401 - Departamento de Extensão Rural						
04402 - Departamento do Meio Ambiente						
05501 - Departamento de Coordenação Geral						
05502 - Departamento do Ensino Fundamental						
05503 - Departamento da Educação Infantil						
05504 - Departamento de Cultura						
06601 - Fundo Municipal de Saúde de Rio do Oeste						
06602 - Fundo Municipal de Assistência Social						
06603 - Fdo Munc. dos Direitos da Criança e do Adolescente						
07701 - Departamento de Esportes						
07702 - Departamento Indústria Comércio e Turismo						
08801 - Departamento de Transportes						
09901 - Departamento de Serviços Urbanos						
09902 - Departamento de Infra-estrutura Urbana						
99999 - Reserva de Contingência						

Total:

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01001 - Câmara Municipal de Vereadores						
02201 - Gabinete do Prefeito						
02202 - Defesa Civil						
02206 - Fdo Mun. dos Direitos da Criança e Adolescente						
03301 - Departamento de Planejamento e Administração						
04401 - Departamento de Extensão Rural						
04402 - Departamento do Meio Ambiente						
05501 - Departamento de Coordenação Geral						
05502 - Departamento do Ensino Fundamental						
05503 - Departamento da Educação Infantil						
05504 - Departamento de Cultura						
06601 - Fundo Municipal de Saúde de Rio do Oeste						
06602 - Fundo Municipal de Assistência Social						
06603 - Fdo Munc. dos Direitos da Criança e do Adolescente						

e-Sfinge Web - Gerado em: 05/02/21 - 20:54

2 / 3





## Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções - Anexo 9

## Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

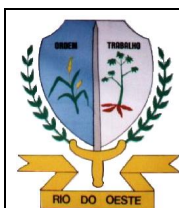
Competência: 2020

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
07701 - Departamento de Esportes						
07702 - Departamento Indústria Comercio e Turismo						
08801 - Departamento de Transportes						
09901 - Departamento de Serviços Urbanos						
09902 - Departamento de Infra-estrutura Urbana						
99999 - Reserva de Contingencia						
<b>Total:</b>						
Unidade Orçamentária / Função de Governo	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva Contingência	Total
01001 - Camara Municipal de Vereadores						810.530,20
02201 - Gabinete do Prefeito						
02202 - Defesa Civil						
02206 - Fdo Mun. dos Direitos da Criança e Adolescente						
03301 - Departamento de Planejamento e Administracao						
04401 - Departamento de Extensao Rural						
04402 - Departamento do Meio Ambiente						
05501 - Departamento de Coordenacao Geral						
05502 - Departamento do Ensino Fundamental						
05503 - Departamento da Educacao Infantil						
05504 - Departamento de Cultura						
06601 - Fundo Municipal de Saude de Rio do Oeste						
06602 - Fundo Municipal de Assistencia Social						
06603 - Fdo Munc. dos Direitos da Criança e do Adolescente						
07701 - Departamento de Esportes						
07702 - Departamento Indústria Comercio e Turismo						
08801 - Departamento de Transportes						
09901 - Departamento de Serviços Urbanos						
09902 - Departamento de Infra-estrutura Urbana						
99999 - Reserva de Contingencia						
<b>Total:</b>						<b>810.530,20</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS 2020**

Publicação Nº 2878552

**CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO OESTE**

Rua Paulo Sardagna, 797, 2º andar – Bairro Bela Vista

**89180-000 - RIO DO OESTE - SC**

Fone/fax: (47) 3543-0210

Home page: [www.camarariodoeste.sc.gov.br](http://www.camarariodoeste.sc.gov.br)E-mails: [camara.riodoeste@gmail.com](mailto:camara.riodoeste@gmail.com)[legis@camarariodoeste.sc.gov.br](mailto:legis@camarariodoeste.sc.gov.br)[legis@riodoeste.sc.gov.br](mailto:legis@riodoeste.sc.gov.br)**EXERCÍCIO DE 2020****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****1 – Informações Gerais**

Natureza jurídica da entidade: 106-6 ÓRGÃO PÚBLICO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Domicílio: RIO DO OESTE – SC

Natureza das operações e principais atividades da entidade: 84.11-6-00 Administração pública em geral; Administração Direta.

As demonstrações que serão apresentadas abrangerão somente o Legislativo Municipal, e, portanto, não se refere à Administração Municipal como um todo.

**2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis do exercício de 2020 foram elaboradas observando-se a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade e demais disposições.

Os registros contábeis foram executados através do Sistema de Contabilidade da empresa IPM Sistemas Ltda.

Para as transferências recebidas do Executivo, por meio de duodécimos, adotou-se o regime de caixa. Para as despesas empenhadas e liquidadas, o regime de competência. O pagamento da despesa liquidada se deu dentro do exercício financeiro, sem pendências para o exercício seguinte.

Os recursos financeiros recebidos foram contabilizados no Plano de Contas – PCASP dentro do Grupo 4; Variação Patrimonial Aumentativa – Transferências e Delegações Recebidas – Transferências Intragovernamentais – Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária – Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária-INTRA OFSS.

**2.1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12**

No exercício houve receitas e despesas intraorçamentárias no valor de R\$ 1.080.000,00.

As receitas, transferências da Prefeitura, foram recebidas integralmente.

A previsão orçamentária da despesa, inicial e atualizada, permaneceu em R\$ 1.080.000,00. Não houve crédito adicional no ano.

A execução da despesa totalizou R\$ 810.530,20 e ficou abaixo da previsão, correspondendo a 75% do total dos créditos orçamentários fixados para a Câmara Municipal.

O saldo dos créditos orçamentários no valor R\$ 269.469,80 foi devolvido à Prefeitura, através de transferências financeiras concedidas. Não ficaram Restos a Pagar.

**2.2 – BALANÇO FINANCEIRO – ANEXO 13**

São especificados os ingressos (receitas) e os dispêndios (despesa), tanto orçamentários quanto extraorçamentários.

Notas Explicativas 2020 – Página 1 de 3



**CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO OESTE**

Rua Paulo Sardagna, 797, 2º andar – Bairro Bela Vista

**89180-000 - RIO DO OESTE - SC**

Fone/fax: (47) 3543-0210

Home page: [www.camarariodoeste.sc.gov.br](http://www.camarariodoeste.sc.gov.br)E-mails: [camara.riodoeste@gmail.com](mailto:camara.riodoeste@gmail.com)[legis@camarariodoeste.sc.gov.br](mailto:legis@camarariodoeste.sc.gov.br)[legis@riodoeste.sc.gov.br](mailto:legis@riodoeste.sc.gov.br)

As Transferências Financeiras Recebidas no valor de R\$ 1.080.000,00 foram realizadas pela Prefeitura Municipal através de duodécimos, conforme as dotações estabelecidas no orçamento anual ao Poder Legislativo.

As despesas orçamentárias executadas pela Câmara totalizaram R\$ 810.530,20.

As Transferências Financeiras Concedidas totalizaram R\$ 269.469,80, representando devoluções à Prefeitura Municipal.

As Receitas e Despesas Extraorçamentárias no montante de R\$ 66.275,29 referem-se a retenções e recolhimentos feitos no exercício, tanto em folha de pagamento (INSS, IRRF), como em impostos sobre serviços prestados por pessoa jurídica (IRRF).

Também são evidenciados nesse item os Rendimentos de Aplicações Financeiras. No exercício de 2020, os rendimentos auferidos pelas aplicações financeiras totalizaram R\$ 548,51, os quais foram recolhidos à Prefeitura Municipal no final do exercício.

Não houve saldo financeiro em virtude da devolução ao Executivo Municipal.

**2.3 – BALANÇO PATRIMONIAL – ANEXO 14**

O Ativo e o Passivo Circulante não possuem saldo. Os valores de Caixa e Equivalentes de Caixa foram transferidos à Prefeitura no final do exercício financeiro de 2020. Também não há saldo em Obrigações, pois as despesas referentes ao exercício foram todas pagas dentro do próprio exercício financeiro.

O Ativo não Circulante no valor de R\$ 119.992,22 equivale ao saldo do Imobilizado decorrente da conta Bens Móveis. A depreciação do período somou R\$ 12.442,51, e a acumulada ficou em R\$ 41.465,23.

O Resultado do Exercício com saldo positivo de R\$ 6.748,47 deve-se a diferença entre a depreciação e a aquisição de bens móveis, este no valor total de R\$ 19.190,98.

O Patrimônio Líquido totalizou o valor de R\$ 119.992,22, o qual corresponde ao Ativo Permanente já depreciado.

Os bens móveis que estão sob a guarda do Poder Legislativo integram o patrimônio do Município de Rio do Oeste/SC, e encontram-se registrados com número próprio. Foi procedida a depreciação dos bens com os respectivos lançamentos contábeis. No entanto, parte dos bens permanece com valores históricos oriundos da conversão monetária, exigindo reavaliação, cuja atualização será objeto de nova depreciação, obtendo-se assim o valor residual definitivo.

As contas de compensação não possuem saldo, pois todos os contratos relativos ao exercício foram executados nos prazos e valores pactuados.

**2.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – ANEXO 15**

As Transferências Intragovernamentais que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas totalizaram R\$ 1.080.000,00, valores recebidos do Executivo Municipal, através de duodécimos, para manutenção das atividades do Poder Legislativo em 2020.

As Variações Patrimoniais Diminutivas totalizaram R\$ 1.073.251,53.

O Resultado Patrimonial do Período, resultante das VPA's menos as VPD's, ficou com saldo positivo de R\$ 6.748,47; originado da diferença entre a depreciação do período R\$ 12.442,51 e a incorporação de Ativos no valor total de R\$ 19.190,98, referente aquisição de bens móveis, contabilizada no Imobilizado.



**CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO OESTE**

Rua Paulo Sardagna, 797, 2º andar – Bairro Bela Vista

**89180-000 - RIO DO OESTE - SC**

Fone/fax: (47) 3543-0210

Home page: [www.camarariodoeste.sc.gov.br](http://www.camarariodoeste.sc.gov.br)E-mails: [camara.riodoeste@gmail.com](mailto:camara.riodoeste@gmail.com)[legis@camarariodoeste.sc.gov.br](mailto:legis@camarariodoeste.sc.gov.br)[legis@riodoeste.sc.gov.br](mailto:legis@riodoeste.sc.gov.br)

As Variações Patrimoniais Diminutivas contemplam o total das despesas realizadas pela Câmara Municipal para sua manutenção, como o Uso de Material de Consumo, Serviços e Consumo de Capital Fixo (Depreciação), entre outras.

Também são consideradas:

- Transferências a Instituições Privadas no total de R\$ 26.775,00 (contribuições a entidades municipalistas de apoio e suporte ao Poder Legislativo);
- Transferências a Consórcios Públicos no total de R\$ 1.720,00 (consórcio de informática para serviços de Portal e Processo Legislativo);
- Transferências Intragovernamentais no valor de R\$ 269.469,80 (devoluções à Prefeitura referente ao saldo financeiro e orçamentário);
- Pessoal e Encargos no valor total de R\$ 653.971,62 (constituído por remuneração a pessoal, encargos patronais, benefícios a pessoal e outras variações de pessoal e encargos-indenizações trabalhistas).

De acordo com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Despesa Total com Pessoal no exercício de 2020 ficou em 2,38%, estando aquém dos limites legal (6%) e prudencial (5,7%) exigidos pela LRF.

Referente ao disposto no Art. 29-A, § 1º da CF, limite máximo de 70% da receita (Orçamento) da Câmara com folha de pagamento, incluído o gasto com subsídio dos Vereadores, ficou em 47,92%, cumprindo o dispositivo constitucional no exercício de 2020.

Rio do Oeste, 31 de dezembro de 2020.

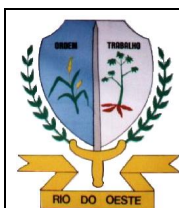
VALIRIO HAVERROTH – Presidente Exercício 2020

Nádia Beatriz Depiné Berri – Contadora CRC/SC 19172



**RELATÓRIO GESTÃO 2020**

Publicação Nº 2878555

**CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO OESTE**

Rua Paulo Sardagna, 797, 2º andar – Bairro Bela Vista

**89180-000 - RIO DO OESTE - SC**

Fone/fax: (47) 3543-0210

Home page: [www.camarariodoeste.sc.gov.br](http://www.camarariodoeste.sc.gov.br)E-mails: [camara.riodoeste@gmail.com](mailto:camara.riodoeste@gmail.com)[legis@camarariodoeste.sc.gov.br](mailto:legis@camarariodoeste.sc.gov.br)[legis@riodoeste.sc.gov.br](mailto:legis@riodoeste.sc.gov.br)**ANEXO V****RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14 § 1º)****ANO 2020****I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:****a) Informações Gerais:**

<b>Entidade:</b>	CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO OESTE - SC
<b>CNPJ:</b>	83.783.209/0001-04
<b>Endereço:</b>	RUA PAULO SARDAGNA, 797 – BAIRRO BELA VISTA
<b>Telefone:</b>	(47) 3543-0210
<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:legis@riodoeste.sc.gov.br">legis@riodoeste.sc.gov.br</a>
<b>Sítio Eletrônico:</b>	<a href="http://www.camarariodoeste.sc.gov.br">www.camarariodoeste.sc.gov.br</a>

**b) Rol dos Responsáveis:**

<b>Presidente:</b>	VALIRIO HAVERROTH
<b>CPF:</b>	594.748.909-00
<b>Período de gestão:</b>	Biênio 2019/ 2020
<b>Ato Nomeação e data:</b>	Ata Eleição da Mesa Diretora nº 042/2018 de 18 de dezembro de 2018
<b>Endereço residencial:</b>	Estrada geral Ribeirão do Ouro – Interior
<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:legis@riodoeste.sc.gov.br">legis@riodoeste.sc.gov.br</a>

**c) Estrutura organizacional da Câmara Municipal de Rio do Oeste:****Lei nº 1.961/2011****ANEXO I****ORGANOGRAMA**

Relatório de Gestão 2020 – Página 1 de 3





## CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO OESTE

Rua Paulo Sardagna, 797, 2º andar – Bairro Bela Vista

**89180-000 - RIO DO OESTE - SC**

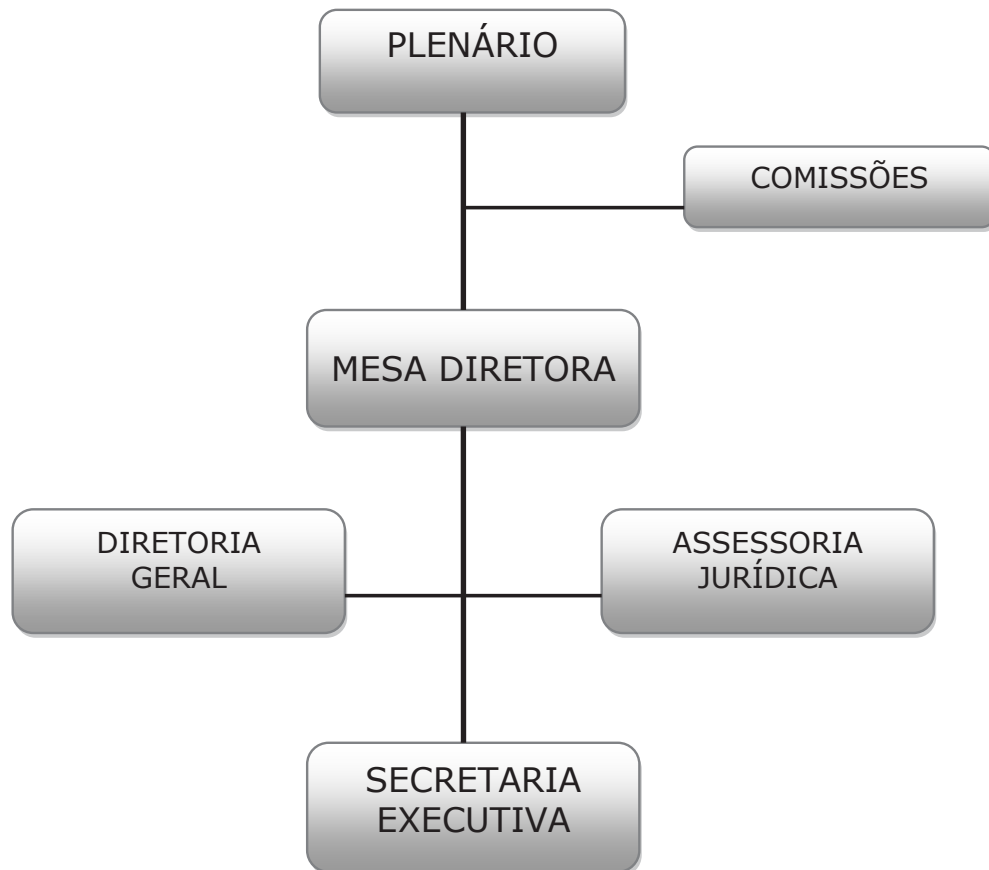
Fone/fax: (47) 3543-0210

Home page: [www.camarariodoeste.sc.gov.br](http://www.camarariodoeste.sc.gov.br)

E-mails: [camara.riodoeste@gmail.com](mailto:camara.riodoeste@gmail.com)

[legis@camarariodoeste.sc.gov.br](mailto:legis@camarariodoeste.sc.gov.br)

[legis@riodoeste.sc.gov.br](mailto:legis@riodoeste.sc.gov.br)



## II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governo sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1) Identificação do programa

Programas e Ações		Previsão	Execução		Diferença
Código	Função, subfunção, Programa/ação	R\$	R\$	%	R\$
01	Legislativa	1.080.000,00			269.469,80
01.031	Ação Legislativa		810.530,20	75,0	
01.031.0101	Manutenção das Atividades Legislativas	1.065.000,00			
01.031.0101.2001	Manutenção das Atividades Legislativas		810.356,20		
01.031.0102	Vereador Mirim	15.000,00			
01.031.0102.2002	Manutenção do Programa Vereador Mirim		174,00		

**Obs.:** Permaneceu a previsão orçamentária inicial, pois não houve crédito adicional no ano de 2020.



**CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO OESTE**

Rua Paulo Sardagna, 797, 2º andar – Bairro Bela Vista

**89180-000 - RIO DO OESTE - SC**

Fone/fax: (47) 3543-0210

Home page: [www.camarariodoeste.sc.gov.br](http://www.camarariodoeste.sc.gov.br)E-mails: [camara.riodoeste@gmail.com](mailto:camara.riodoeste@gmail.com)[legis@camarariodoeste.sc.gov.br](mailto:legis@camarariodoeste.sc.gov.br)[legis@riodoeste.sc.gov.br](mailto:legis@riodoeste.sc.gov.br)

No exercício de 2020, as Transferências Financeiras Concedidas totalizaram R\$ 269.469,80, representando devoluções da Câmara de Vereadores à Prefeitura Municipal, referente saldo orçamentário/financeiro.

Ao final do período, também foi transferida Receita Extraorçamentária proveniente do rendimento de aplicação financeira, no valor de R\$ 548,51.

Não ficaram Restos a Pagar.

**IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.**

Entidade Beneficiada	Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição)	Formalização (Convênio, Termo de Parceria, Termo de Cooperação etc.)	Valor Anual Transferido (Pago)
UVESC - União de Vereadores de Santa Catarina	Contribuição	Lei nº 1.652/2006	5.775,00
UCAVI - União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí	Contribuição	Lei nº 1.981/2012	21.000,00
<b>Total</b>			<b>26.775,00</b>

Rio do Oeste, 22 de janeiro de 2021.

VALIRIO HAVERROTH  
Presidente 2020



## Rio do Sul

## PREFEITURA

ADITIVO N° 011/2021/FMS

Publicação N° 2877658

**1º TERMO ADITIVO N° 011/2021/FMS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 045/2020/FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 045/2020/FMS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 023/2020/FMS

OBJETO: MEDICAMENTOS

Aos dez (10) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**, com sede na Rua Tuiuti, n. 154, Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 10.469.199/0001-55, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Roberta Hochleitner, ora denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, com sede na Rua Rubens Derks, n. 105, Industrial, Erechim/RS, CEP 99.706-300, inscrita no CNPJ/MF sob n. 12.889.035/0001-02, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato por seu representante legal, o Sr. SEDINEI ROBERTO STIEVENS, inscrito no CPF sob n. 004.421.050-70, resolvem, nos termos facultados por lei, obedecidas as condições firmadas pelo Pregão Eletrônico n° 023/2020/FMS, celebrar o presente TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante **fundamentação na alínea “d”, inciso II, do artigo 65, da Lei Federal n. 8.666/1993** e alterações posteriores e nas justificativas anexas aos autos, passando a vigência dos seguintes valores:

ITEM 09	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Alopurinol 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	R\$ 0,1472



ITEM 134	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Sulfametoxazol associado com trimetoprima 400 mg + 80 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	R\$ 0,2191

ITEM 148	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Alopurinol 300 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	R\$ 0,3448

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**  
ROBERTA HOCHLEITNER  
Contratante

**INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**  
SEDINEI ROBERTO STIEVENS  
Contratada



**ADITIVO N° 012/2021/FMS**

Publicação N° 2877659

**3º TERMO ADITIVO N° 012/2021/FMS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 039/2020/FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 039/2020/FMS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 023/2020/FMS

OBJETO: MEDICAMENTOS

Aos dez (10) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**, com sede na Rua Tuiuti, n. 154, Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 10.469.199/0001-55, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ROBERTA HOCHLEITNER, ora denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **SOMA/SC Produtos Hospitalares LTDA.**, com sede na Avenida Gentil Reinaldo Cordioli, n° 391, bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC, CEP 88133-500, inscrita no CNPJ/MF sob n. 05.531.725/0001-20, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato por seu representante legal, o Sr. GILSON LUIS DAL MAS, inscrito no CPF sob n. 689.045.250-04, RG n. 8.078.419, resolvem, nos termos facultados por lei, obedecidas as condições firmadas pelo Pregão Eletrônico n° 023/2020/FMS, celebrar o presente TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante **fundamentação na alínea “d”, inciso II, do artigo 65, da Lei Federal n. 8.666/1993** e alterações posteriores e nas justificativas anexas aos autos, passando a vigência dos seguintes valores:

ITEM 131	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Sertralina cloridrato 50 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	R\$ 0,1611

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.



E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**  
ROBERTA HOCHLEITNER  
Contratante

**SOMA /SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**  
GILSON LUIS DAL MAS  
Contratada



**ADITIVO Nº 021/2021**

Publicação Nº 2878153

2º TERMO ADITIVO Nº 021/2021 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 163/2020, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO DA RUA WALDEMAR PABST – BELA ALIANÇA – RIO DO SUL/SC, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Aos doze (12) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, estabelecida à Avenida Evaldo Prim, 645 – Distrito Industrial, no município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, CEP 88.400-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.624.323/0001-06, ora denominada CONTRATADA, representada pela Sra. Anelise Talita Kurtz, inscrita no CPF nº 500.977.339-20, RG nº 1.426.697/SESPDC/SC, resolvem nos termos facultados por lei, obedecendo as condições firmadas pela Tomada de Preços nº 121/2020, e no Contrato original de Prestação de Serviço e Fornecimento de Material nº 163/2020, datado de 18 de setembro de 2020, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Art. 57, §1º, Inciso V, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação da Secretaria de Infraestrutura, recebida em 12 de fevereiro de 2021.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS**

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Quarta, Subitem 14.2 do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 30 (trinta) dias, a contar de 15 de fevereiro de 2021 e se encerrando em 16 de março de 2021, conforme o Memorando nº 015/2021/SEINFRA.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

**CLÁUSULA QUARTA– DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ Prefeito Municipal CONTRATANTE	KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Anelise Talita Kurtz CONTRATADA
---	---

**DECRETO Nº 9685, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877743

DECRETO Nº 9685, de 18 de fevereiro de 2021.

"ALTERA O DECRETO N. 9634, DE 22 DE JANEIRO DE 2021, QUE NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e na Lei Municipal 6105, de 20 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º-	Fica alterado o inciso III, do artigo primeiro do Decreto n. 9634 de 22 de janeiro de 2021, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:
	Art. 1º (...)  III – 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Educação:  a) Navana Gemballa Buzzi – Titular Diego da Silva Ossemer – Suplente.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO.  
18 de fevereiro de 2021.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 9690, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878206

DECRETO Nº 9690, de 22 de fevereiro de 2021

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021, DE 19.01.2021”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 9528, de 16 de dezembro de 2020, o resultado do Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 002.2021, de 19.01.2021, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

LOJAS QUERO-QUERO S.A.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
22 de fevereiro de 2021

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 9690/2021

Pregão Presencial: Nº 002.2021, de 19.01.2021

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (CIMENTO), A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA DE RIO DO SUL/SC.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item, o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

LOJAS QUERO-QUERO S.A.

## **DECRETO Nº 9691, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878215

DECRETO Nº 9691, de 22 de fevereiro de 2021

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2021, DE 08.02.2021”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 9528, de 16 de dezembro de 2020, o resultado do Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 018.2021, de 08.02.2021, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

LZK CONSTRUTORA LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
22 de fevereiro de 2021

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 9691/2021

Pregão Presencial: Nº 018.2021, de 08.02.2021

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA FRESAGEM, PINTURA E EMULSÃO ASFÁLTICA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA DE RIO DO SUL/SC.

Decisão: Pelo critério de melhor preço por lote, o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

LZK CONSTRUTORA LTDA.

## **DECRETO Nº 9692, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877744

DECRETO Nº 9692, de 22 de fevereiro de 2021.

"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos do art. 26 da Resolução nº 038/2009.

DECRETA:

Art.1º - Fica substituído, a partir de 27 de fevereiro de 2019 para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, como representante da respectiva entidade:

Representantes do Poder Executivo;  
- Nadir Marchi (titular), substituindo Luciana Barbosa

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 27 de fevereiro de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
22 de fevereiro de 2021.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## **PORTARIA N. 0152/DGP DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877819

PORTARIA N. 0152/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 13/12/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 027/2020, designada pela Portaria n. 0610/DGP de 01 de junho de 2020 (publicada no DOM em 02/06/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 027/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 007/SA/027/2020, de 15 de fevereiro de 2021, devido a instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

### **PORTARIA N. 0153/DGP DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877818

PORTARIA N. 0153/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 13/12/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 040/2020, designada pela Portaria n. 0971/DGP de 14 de setembro de 2020 (publicada no DOM em 15/09/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 040/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 004/SA/040/2020, de 15 de fevereiro de 2021, devido a instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

### **PORTARIA N. 0154/DGP DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877814

PORTARIA N. 0154/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 13/12/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 043/2020, designada pela Portaria n. 0975/DGP de 14 de setembro de 2020 (publicada no DOM em 15/09/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 043/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 004/SA/043/2020, de 15 de fevereiro de 2021, devido a instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

### **PORTARIA N. 0155/DGP DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878039

PORTARIA N. 0155/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,



**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 15/02/2021 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 024/2020, designada pela Portaria n. 0585/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 024/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 007/SA/025/2020, de 15 de fevereiro de 2021, devido a instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

**PORTARIA N. 0156/DGP DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878034

**PORTARIA N. 0156/DGP**

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir 26/02/2021 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 016/2019, designada pela Portaria n. 1441/DGP de 16 de setembro de 2019 (publicada no DOM em 25/09/2019), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 016/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 013/CPSA/016/2019, de 15 de fevereiro de 2021, devido a instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

**PORTARIA N. 0157/DGP DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877794

**PORTARIA N. 0157/DGP**

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 13/12/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 025/2020, designada pela Portaria n. 0586/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 025/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 007/SA/025/2020, de 15 de fevereiro de 2021, devido a instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso



**PORTARIA N. 0158/DGP DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877790

PORTARIA N. 0158/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 15/02/2021 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 025/2019, designada pela Portaria n. 1828/DGP de 19 de novembro de 2019 (publicada no DOM em 20/11/2019), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 025/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 010/CPSA/025/2019, de 15 de fevereiro de 2021, devido a instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA N. 0159/DGP DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877787

PORTARIA N. 0159/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 15/02/2021 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 049/2019, designada pela Portaria n. 2002/DGP de 18 de dezembro de 2019 (publicada no DOM em 20/12/2019), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 049/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 008/CPSA/049/2019, de 15 de fevereiro de 2021, em da instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA N. 0160/DGP DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877784

PORTARIA N. 0160/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 15/02/2021 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 023/2020, designada pela Portaria n. 0584/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 023/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 007/SA/023/2020, de 15 de fevereiro de 2021, devido a instrução ainda estar em andamento.



Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA N. 0161/DGP DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877764

PORTARIA N. 0161/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 14/12/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 041/2020, designada pela Portaria n. 0973/DGP de 14 de setembro de 2020 (publicada no DOM em 15/09/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 041/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 004/SA/041/2020, de 15 de fevereiro de 2021, devido a instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA N. 0162/DGP DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877762

PORTARIA N. 0162/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 15/02/2021 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 022/2020, designada pela Portaria n. 0583/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 022/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 007/SA/022/2020, de 15 de fevereiro de 2021, devido a instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso



**PORTARIA N. 0163/DGP DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877759

PORTARIA N. 0163/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 14/02/2021 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2020, designada pela Portaria n. 1112/DGP de 12 de novembro de 2020 (publicada em 20/11/2020), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão por meio do Ofício n. 004/P.A.D. 020/2020, de 14 de fevereiro de 2021, face a necessidade de adequações na portaria inaugural e reabertura de prazo para defesa final.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA N. 0164/DGP DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877754

PORTARIA N. 0164/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n. 1112/DGP de 12 de novembro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2020, referente a empregada pública JULIANA CARLA DEMARCH, matrícula n. 2712002, Agente Comunitário de Saúde, para apurar a responsabilidade em relação ao número de faltas injustificadas."

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 39/2020/FMS**

Publicação Nº 2877657

TERMO DE CANCELAMENTO DE ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2020/FMS, QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E A EMPRESA SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Aos dez (10) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, nº154, Centro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ROBERTA HOCHLEITER, ora denominada CONTRATANTE, e a empresa SOMA/SC Produtos Hospitalares LTDA., com sede na Avenida Gentil Reinaldo Cordioli, nº 391, bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC, CEP 88133-500, inscrita no CNPJ/MF sob n. 05.531.725/0001-20, doravante designada CONTRATADA, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Eletrônico nº 023/2020/FMS e Ata de Registro de Preços nº 39/2020/FMS, datada de 08 de julho de 2020, celebrar o presente TERMO DE CANCELAMENTO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO**

Fica cancelado, a partir da presente data, o registro do item nº 6 (Água destilada estéril, ampola de 10 ml, embalagem em cartucho com



no máximo 100 ampolas) da Ata de Registro de Preços nº 39/2020/FMS, conforme Memorando nº 04/2021 do Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde e Memorando nº 018/2021 da Divisão de Fiscalização de Contratos e Orçamento da Controladoria Geral do Município.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

ROBERTA HOCHLEITER  
Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul  
Contratante

SOMA /SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
Contratada



## Rio Negrinho

## IPRERIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RIO NEGRINHO

## BALANCETE FINANCEIRO JANEIRO 2021

Publicação Nº 2878352

Pág 1 / 2

**IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO**  
Prestação de Contas  
Balancete Financeiro  
Período de Referência: Janeiro / 2021



BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS		
	Nota	Exercício Atual
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>1.728.273,08</b>
Ordinária		0,00
Vinculada		1.728.273,08
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>0,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>333.720,72</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		154.901,29
Inscrição de Restos a Pagar Processados		11.609,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		167.209,59
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>143.294.347,75</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.832.121,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		140.462.225,99
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>145.356.341,55</b>

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>1.106.920,69</b>
Ordinária		0,00
Vinculada		1.106.920,69
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>117.378,85</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		1.367,01
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		116.011,84
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>144.132.042,01</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1491103-1731-QNCRGWPNWDT0-0 - Emitido por: LUCIENE MARIA KWITSCHAL

22/02/2021 13:44:56 -03:00





# IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO

Prestação de Contas  
Balancete Financeiro  
Período de Referência: Janeiro / 2021

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.890.434,02
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		141.141.607,99
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>145.356.341,55</b>

## Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO. Data Emissão 22/02/2021, Hora emissão 13:45:24

Notas:

LUCIENE MARIA KWITSCHAL  
Dirigente Entidade/Previdência  
CGRPPS -955

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1491103-1731-ONCRGWPNWDT0-0 - Emitido por: LUCIENE MARIA KWITSCHAL

22/02/2021 13:44:56 -03:00



# Rio Rufino

## PREFEITURA

### DECRETO Nº413/2021

Publicação Nº 2878305

DECRETO Nº413,  
De 23 de fevereiro de 2021.

“ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 135, DE 21 DE MARÇO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, I, “g” da Lei Orgânica Municipal, e art. 4º, do Decreto Municipal nº 36, de 02 de fevereiro de 2016;

CONSIDERANDO a supremacia do interesse público, a necessidade e continuidade do serviço público,

DECRETA

Art. 1º O art. 6º-A, do Decreto Municipal nº 135, de 21 de março de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 6º-A Fica instituída escala de serviço, na forma de revezamento ininterrupto, na Secretaria Municipal de Saúde, para os ocupantes do cargo de Motorista, cuja quantidade de horas de trabalho pelas horas de descanso será definida por meio de portaria.

(...)

§ 2º (REVOGADO).

§ 3º Respeitada a carga horária do cargo, o servidor designado para sobreaviso cumprirá expediente de segunda a sexta-feira no horário normal de funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde, sem qualquer acréscimo remuneratório, fazendo jus à percepção do sobreaviso, se for o caso, da seguinte forma:

I - a partir do encerramento do expediente normal da Secretaria Municipal de Saúde até às 08:00 (oito) horas do dia seguinte, de segunda a sexta-feira;

II - a partir do encerramento do expediente normal da Secretaria Municipal de Saúde na sexta-feira até às 08:00 (oito) horas da segunda-feira da semana seguinte

(...)

§ 9º A escala de trabalho, na forma de revezamento, será elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde e publicada nos quadros de avisos da Prefeitura e da própria secretaria até o dia 25 do mês anterior ao de sua vigência.

Parágrafo único. As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Rio Rufino, 23 de fevereiro de 2021.

ERLON TANCREDO COSTA  
Prefeito do Município de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome do Servidor



# Riqueza

## PREFEITURA

**TOMADA DE PREÇO Nº 04/2021**

Publicação Nº 2878313



Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 222/2021**  
**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2021**  
**Exclusivo EPP/ME/MEI**

**= E D I T A L =**

**ABRE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA  
PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E  
ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA NA ÁREA  
TRIBUTÁRIA.**

**RENALDO MUELLER**, Prefeito Municipal de RIQUEZA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com os dispositivos da Lei n. 8666/93 consolidada, a Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais pertinentes à matéria e em especial pelo constante no presente Edital.

**TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de todos os interessados que o **MUNICÍPIO DE RIQUEZA** fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL”, com o objetivo de contratação de Empresa para execução de serviço descrito no Item 1, do presente EDITAL, devendo os envelopes contendo a Documentação e Proposta de Preços serem entregues até às **09:00 horas do dia 15 de março de 2021**, no Departamento de Licitações, Compras e Contratos, no Prédio da Prefeitura Municipal de Riqueza, à Rua João Mari, 55, Centro, sendo que a abertura do envelope 1 da **DOCUMENTAÇÃO**, contendo a habilitação está marcada para às **09:10 horas do dia 15 de março de 2021** e depois de decorrido o prazo legal, será procedida à abertura dos envelopes das propostas.

A presente Licitação é regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações decorrentes das Leis nºs 8.883, de 08/06/94, 9.032, de 28/04/95 e 9.648, de 27/05/98, e 9.854, de 27/10/99 e demais condições deste Edital.

**NÃO HAVENDO NO MÍNIMO 3 (TRÊS) LICITANTE QUE SE ENQUADRE COMO MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, será aberta para as demais licitantes interessadas a participação do Certame Licitatório.

### I - DO OBJETO

1.1 Constitui o objeto da presente licitação:

Item	Descrição do Item	Und	Quant	Valor Máximo Unitário	Valor Total Mensal
1	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos e especializados de consultoria na área tributária, envolvendo orientações aos servidores lotados no setor de tributação e de fiscalização, visando a correta aplicação da legislação tributária vigente, promovendo as alterações quando necessárias, orientações e treinamentos na implementação de medidas	Mês	9,00	5.283,33	47.549,97

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

<p>administrativas necessárias para o desenvolvimento de Procedimentos Administrativos Fiscais (PAF) a serem instaurados contra empresas prestadoras e/ou tomadoras de serviços que atuaram e/ou atuem no território do município, em especial nas atividades de construção civil, instituições financeiras, dentre outras, acompanhando os processos administrativos até a inscrição em dívida ativa, visando o recebimento dos valores apurados na fase administrativa a título de ISSQN, não recolhidos ou recolhidos a menor aos cofres públicos municipais, além de consultoria nas áreas de pessoal e contabilidade, em especial na análise e revisão de possíveis créditos tributários recolhidos indevidamente nos últimos 5 (cinco) anos de contribuições previdenciárias (INSS) e do PASEP junto à União Federal, tudo de acordo com as necessidades e solicitações da Administração Municipal de Riqueza.</p> <p>A prestação dos serviços deverá ser realizada com carga horária presencial de, no mínimo 02 (duas) visitas mensais de meio turno em cada visita, em horário de expediente da Prefeitura Municipal, além de orientações a distância através dos meios usuais de comunicação durante o horário de expediente. Por conveniência administrativa, alguns serviços poderão ser executados na sede da contratada e com acesso remoto à base de dados do município de Riqueza.</p>				
--	--	--	--	--

**II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**2.1** As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta do **MUNICÍPIO DE RIQUEZA**, através da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**:

<b>I - CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CÓDIGO</b>
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04
Unidade Orçament.	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	01
Função	ADMINISTRAÇÃO	4
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	0003
Atividade	Manutenção Atividades Administração Geral e Finanças.	1.003
Fonte	Recursos Ordinários	0100

**II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE**

3.3.90.35.01.00.00 – Assessoria e Consultoria técnica

**III - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**3.1** Os envelopes da Documentação e Proposta de Preços serão recebidos até às **09:00 horas do dia 15 de março de 2021**, no Departamento de Licitação e Compras, no Prédio da Prefeitura Municipal de Riqueza, à Rua João Mari, 55, centro, sendo que a abertura do envelope 1 da DOCUMENTAÇÃO, contendo a habilitação está marcada para às **09:10 horas do dia 15 de março de 2021** e depois de decorrido o prazo legal, será procedida à abertura dos envelopes das propostas.

**3.1.1** Não serão aceitas nem recebidas, pela Comissão de Licitações, em hipótese alguma, Documentação e Proposta de Preços após a data e hora aprazadas para esta licitação, ainda que tenham sido despachadas, endereçadas e/ou enviadas por qualquer meio anteriormente à data do vencimento desta licitação.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**3.2** As informações sobre a presente licitação poderão ser solicitadas através do telefone (49) 3675-3200, ou pessoalmente no endereço indicado no item 3.1, deste Edital, das 07:45 às 11:45 horas e das 13:30 às 17:00 horas.

**3.3** Os esclarecimentos de dúvidas de caráter técnico ou legais só poderão ser prestados mediante solicitação por escrito até 24 horas antes da data marcada para a entrega dos envelopes “1” e “2”.

**3.4** O Município responderá às questões formuladas, através de meio eletrônico, dirigido a todos os interessados que tenham retirado o Edital e seus anexos, apresentando a pergunta formulada e sua respectiva resposta, antes da data marcada para a entrega dos envelopes.

**3.5** As licitantes poderão fazer-se presentes por um representante legal, com poderes para intervir nas fases do procedimento licitatório, desde que, no ato de entrega dos envelopes de habilitação e proposta, sejam apresentados, separado dos envelopes “DOCUMENTAÇÃO” e “PROPOSTA”, os seguintes documentos:

- a) Carteira de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação (com foto);
- b) Documento hábil a comprovar sua representação, que poderá ser a apresentação do Contrato Social da empresa ou outro equivalente;
- b.1) Para o caso de não haver menção do nome do representante no Contrato Social ou equivalente, este deverá apresentar **procuração, com firma reconhecida em Cartório**, que comprove poderes para praticar os atos referentes a esta tomada de preços, tais como: interposição de recurso, renúncia de direitos, etc.;
- c) O representante não-credenciado estará impedido de se manifestar e de responder pela licitante.

d) Nenhum interessado poderá representar mais de uma empresa.

**3.6 Para a empresa se enquadrar e usufruir dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/06, microempresas, empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples ou empresário, conforme artigo 966 da lei nº10.406/02, a mesma deverá apresentar, separado dos envelopes “DOCUMENTAÇÃO” e “PROPOSTA”, certidão emitida na junta comercial do estado onde a empresa está estabelecida ou no registro civil de pessoa jurídica;**

a) A falsidade da certidão apresentada, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 6.204, de 5 de setembro de 2007, sujeitará a licitante à pena do artigo 299 do Código Penal e de outras figuras penais pertinentes, com o imediato envio de cópias correspondentes ao Ministério Público, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**IV - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAR**

**4.1** Poderão participar desta licitação todos os fornecedores do ramo pertinente ao objeto, cadastrados no Município de Riqueza, Estado de Santa Catarina e os que atenderem todas as condições exigidas para o cadastramento até o **3º dia útil anterior à data de abertura da licitação**, e que apresentarem os documentos de Habilitação e os documentos da Proposta de Preços em envelopes distintos que passamos a chamar de “**1 ENVELOPE DA DOCUMENTAÇÃO**” e “**2 ENVELOPE DA PROPOSTA DE PREÇOS**”:

**4.1.1 Em caso de retirada do edital pela INTERNET é condição para participação no certame o envio protocolo de retirada do edital com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de antecedência à data de abertura da licitação preenchido, assinado e escaneado para o e-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br).**

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**4.1.2** O ENVELOPE Nº. 1 contendo os documentos, deverá ser apresentando, contendo os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº. 1 - DOCUMENTAÇÃO P/ HABILITAÇÃO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 222/2021**  
**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 04/2021**  
**ENDEREÇADO À : MUNICÍPIO DE RIQUEZA- SC**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**  
**PARTICIPANTE : (NOME/RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)**

**4.1.3** A proposta deverá ser apresentada em envelope lacrado e deverá conter na parte externa os seguintes dizeres:

**ENVELOPE N. 02 - PROPOSTA DE PREÇOS**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 222/2021**  
**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 04/2021**  
**ENDEREÇADO À : MUNICÍPIO DE RIQUEZA- SC**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**  
**PARTICIPANTE : (NOME/RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)**  
**OBJETO:**

**IV - DA HABILITAÇÃO**

**5.1** No envelope “1” as proponentes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados:

**IDENTIFICAÇÃO:**

**5.1.1** Certificado de Registro Cadastral correspondente ao ramo do objeto da presente licitação expedido pelo Município de Riqueza/SC ou Fundo Municipal de Saúde de Riqueza/SC.

**HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**5.1.2** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

**5.1.3** Inscrição do ato constitutivo, no caso de empresário; ou

**5.1.4** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento nos Pais, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, todos traduzidos por tradutor juramentado.

**REGULARIDADE FISCAL:**

**5.1.5** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão de quitação de tributos e contribuições federais);

**5.1.6** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do Domicílio ou sede do proponente;

**5.1.7** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente;

**5.1.8** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**5.1.9** Prova de regularidade com a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**5.1.10** Certidão Negativa de Falência ou Concordata de sua sede. Para as empresas com sede no Estado de Santa Catarina será obrigatório apresentar as certidões emitidas pelo sistema

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

eproc do Poder Judiciário de Santa Catarina e pelo sistema SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

**5.1.11** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último, exercício social, que comprovem a boa situação financeira da Empresa, apresentado na forma na Lei.

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**5.1.13** Declaração através da qual a empresa licitante indica o nome e o nº do CRC do(s) profissional(ais) que prestará(ão) os serviços técnicos ora propostos;

**5.1.14** Certidão de Regularidade Cadastral junto ao CRC em nome da licitante;

**5.1.15** Certidão de Regularidade Profissional junto ao CRC em nome do(s) profissional(is) indicados pela licitante;

**5.1.16** Atestado de capacidade técnica fornecido por ente da administração pública municipal, com reconhecimento de firma, emitido em favor da licitante nos últimos 5 (cinco) anos, comprovando a execução de serviços relacionados com a coordenação dos trabalhos de estudo e elaboração de projeto de lei complementar que promove alterações e/ou adequações no Código Tributário do Município, além do acompanhamento da tramitação da matéria junto ao Poder Legislativo Municipal.

**5.1.17** Atestado de capacidade técnica fornecido por ente da administração pública municipal, com reconhecimento de firma, emitido em favor da licitante nos últimos 5 (cinco) anos, comprovando a prestação de serviços relacionados com a coordenação dos trabalhos de orientação aos servidores fazendários e autoridades julgadoras de primeira e segunda instâncias em Procedimento Administrativo Fiscal (PAF) instaurado.

**5.1.18** Atestado de capacidade técnica fornecido por ente da administração pública municipal, com reconhecimento de firma, emitido em favor da licitante nos últimos 5 (cinco) anos, comprovando a prestação de serviços relacionados com a coordenação dos trabalhos de fiscalização do ISSQN devido sobre os serviços de construção civil em geral e instituições financeiras.

**5.1.19** Atestado de capacidade técnica fornecido por ente da administração pública municipal ou empresa privada, com reconhecimento de firma, emitido em favor da licitante nos últimos 5 (cinco) anos, comprovando a execução de serviços relacionados com a revisão e recuperação de contribuições previdenciárias recolhidas indevidamente ao INSS junto à Receita Federal do Brasil.

**OUTRAS COMPROVAÇÕES:**

**5.1.20** Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 70 da Constituição Federal, ou seja, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (conforme o Anexo II).

**5.1.21** Declaração emitida pela empresa de que a mesma não possui no quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista.

**5.1.21.1** Caso a empresa possua em seu quadro societário pessoa em uma das condições acima descritas deverá apresentar declaração positiva informando o órgão e o cargo por ela ocupado bem como afirmando que a mesma não exerce influência no presente Processo Licitatório.

**5.1.22** Declaração de idoneidade (conforme o Anexo III).

**5.1.23** Alvará Municipal.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**5.3** Para a obtenção do Certificado de Registro Cadastral as empresas deverão apresentar a documentação exigida no **edital de Registro Cadastral 01/2021** deste Município, **até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data do recebimento das propostas.**

**5.4** Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original **ou** por fotocópia previamente autenticada em Cartório **ou**, ainda, por funcionário do Setor de Compras/Licitações da Prefeitura de Riqueza e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

**5.5** Quando se tratar de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pela Comissão Permanente de Licitações.

**VI - DA DISPOSIÇÃO REFERENTE À DOCUMENTAÇÃO**

**6.1** Todos os documentos devem ser datilografados ou impressos em sistema eletrônico de processamento de dados, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com o endereço da proponente, que deverão ser rubricados pela Comissão de Licitações.

**6.2** As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, desde que comprovadas pela certidão emitida na junta comercial do estado onde a empresa está estabelecida ou no registro civil de pessoa jurídica, poderão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**6.2.1** A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, a Comissão Permanente de Licitações a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital.

**VII - DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**7.1** No envelope “2” a Proposta de Preços, deverá ser apresentada em 01 (uma) via contendo os seguintes documentos abaixo discriminados:

**7.1.1** Carta de apresentação da proposta, datada, com validade de 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da abertura, em papel timbrado, devidamente rubricada e assinada pelo seu representante legal, consignando o valor total da obra com valores em Moeda Corrente nacional e prazo de execução.

**7.1.2** Declaração de total submissão às normas contidas neste edital;

**7.1.3** Declaração de que cumprirá integralmente com as obrigações assumidas, especialmente as elencadas na Cláusula XII;

**7.1.4** Declaração expressa de que no preço global proposto estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação para a perfeita e cabal execução dos serviços.

---

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**7.1.5** A proposta após aberta será irrevogável e à proponente inadimplente serão aplicadas por este Município, as penalidades previstas no Art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações decorrentes das Leis Federais nºs 8.883, de 08/6/94, 9.032, de 28/4/95, 9.648, de 27/5/98 e 9.854, de 27/10/99.

**7.2** O valor global máximo para a presente licitação é de R\$ 47.549,97 (quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos).

**7.3** A proposta de preços que ultrapassar o valor previsto no item 7.2 e que não cumprir as condições estabelecidas neste item e no Edital de Tomada de Preços nº 04/2021, será desclassificada.

**VIII - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

**8.1** No julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço global, desde que atenda às características contidas nos anexos deste Edital e de acordo com o artigo 1º da Lei Federal nº 8.883 de 08/06/94 e Lei nº. 9.648, de 27/5/98, que altera o Art. 48, Inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93.

**8.2** Serão DESCLASSIFICADAS as propostas que não atendam às exigências deste Edital e seus anexos, ou com preço manifestamente inexequível, como também as licitantes consideradas impedidas e/ou inidôneas e que estiverem em regime de falência ou concordata.

**8.3** Se todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão fixará o prazo de 08 (oito) dias úteis às licitantes, para apresentarem outras propostas, escoimadas das causas acima referidas.

**8.4** Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas na primeira classificação, a decisão será por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, observado o parágrafo 2º, do artigo 3 e parágrafo 2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações decorrentes das Leis Federais nºs 8.883, de 08/6/94, 9.032, de 28/4/95, 9.648, de 27/5/98 e 9.854, de 27/10/99.

**8.5** Se houver proposta apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, caso em que, não sendo desta a melhor oferta, deverá se verificar o seguinte procedimento:

- a)** Havendo empate fictício, ou seja, se a proposta apresentada pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, for até 10% (dez por cento) superior a de menor preço, deverá ser assegurada a esta a apresentação de nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do encerramento do julgamento das Propostas de Preços, na forma do art. 45 da Lei Complementar 123/06;
- b)** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo de empate fictício, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- c)** Não ocorrendo a contratação na forma da alínea “a”, serão convocadas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese de empate fictício, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d)** Na hipótese da não contratação na forma das alíneas anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**8.6** As propostas serão classificadas conforme o critério do menor preço do objeto licitado, apresentado em proposta, sendo considerada vencedora do objeto a licitante que apresentar, como sendo o de menor preço, e ainda, estiver com sua documentação válida, salvo disposto na Lei Complementar 123/06, e satisfazendo os termos deste Edital e Anexos.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**IX - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**9.1** Após cada fase da licitação, os autos do processo ficam automaticamente com vistas aos interessados pelo prazo necessário à interposição de recursos.

**9.2** É admissível recurso em qualquer fase da Licitação e das obrigações dela decorrentes, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de lavratura da ata, de acordo com os preceitos previstos no art. 109 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações decorrentes das Leis Federais nºs 8.883, de 08/6/94, 9.032, de 28/4/95, 9.648, de 27/5/98 e 9.854, de 27/10/99.

**9.3** Os recursos referentes à habilitação, à inabilitação e ao julgamento das propostas terão efeito suspensivo, não o tendo nos demais casos.

**9.4** Os recursos serão dirigidos ao Prefeito Municipal, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse prazo, encaminhá-lo ao Prefeito, devidamente informado para apreciação e decisão no mesmo prazo. Estes deverão ser protocolados no Setor de Licitações.

**9.5** No caso de haver procedimentos administrativo instaurado, a proponente participante poderá ser notificada através do endereço eletrônico fornecido para retirada de edital ou via correio com aviso de recebimento.

**X - DO CONTRATO**

**10.1** Será firmado contrato conforme minuta em anexo (anexo V) com a licitante vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações decorrentes das Leis Federais nºs 8.883, de 08/6/94, 9.032, de 28/4/95, 9.648, de 27/5/98 e 9.854, de 27/10/99.

**10.2** Farão parte integrante do contrato, todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento desta Tomada de Preços bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.

**10.3** O contrato a ser assinado com a Licitante vencedora terá a sua **vigência até 31 de dezembro de 2021**.

**XI - DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

**11.1** Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º. Do Artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069 de 26/06/1995.

**11.2** Em caso de prorrogação do contrato, os preços serão reajustados anualmente (de doze em doze meses), de acordo com o índice acumulado (últimos doze meses) do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro índice legal oficial que venha a substituí-lo, em caso de sua extinção.

**11.3** Na hipótese de atraso na efetivação do pagamento por parte do município Contratante, as faturas correspondentes serão atualizadas de acordo com a variação do INPC/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, até a data de seu efetivo pagamento, acrescido de juros de mora na ordem de 1% (um por cento) ao mês.

**XII - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

**12.1** A empresa vencedora obriga-se a:

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.  
CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

- a) Responsabilizar-se por despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, quando colocados a serviços, não cabendo a Contratante, qualquer espécie de responsabilidade presente e futura;
- b) Responder em relação a terceiros, pelos danos que seus empregados possam vir causar em decorrência de negligência, imprudência e imperícia, na forma da Lei;
- c) Fornecer ao Município sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos sobre a prestação dos serviços;
- d) Prestar os serviços em estrita observância ao presente edital bem como às normas pertinentes ao objeto licitado;
- e) Atender os usuários com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços;
- f) Cumprir a instruções descritas neste edital e minuta de contrato;
- g) Informar o Departamento de Licitações, Compras e Contratos do município eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas;
- h) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos as obrigações assumidas por força deste edital.
- i) Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;
- j) Cumprir todas as demais obrigações constantes neste Edital.

**XIII - DOS PAGAMENTOS**

**13.1** O Pagamento será efetuado mensalmente até o 15º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços mediante apresentação de recibo e desde que a mesmo tenha sido entregue no Departamento de Licitações, Compras e Contratos até o último dia do mês da prestação dos serviços;

**13.2** Se o recibo for apresentado com erro, o mesmo será devolvido à licitante para retificação e reapresentação.

**XIV - DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS****14.1 ÁREA TRIBUTÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO**

**14.1.1.** Orientar os servidores lotados no setor de tributos, visando a correta aplicação da legislação tributária vigente.

**14.1.2.** Organizar e efetivar treinamentos coletivos ou individuais com os servidores municipais envolvidos nos setores de tributação e fiscalização, sobre assuntos de interesse da área.

**14.1.3** Auxiliar e apoiar os servidores que estarão envolvidos na elaboração do 'Projeto de Lei Complementar' que promoverá alterações e adequações no Código Tributário Municipal, além de acompanhar a tramitação do projeto de lei complementar junto ao Poder Legislativo, inclusive com relação às eventuais emendas e proposição de vetos pelo Prefeito Municipal.

**14.1.4.** Promover a regulamentação da nova lei tributária após a aprovação da Lei Complementar pelo Poder Legislativo e publicação pelo Poder Executivo.

---

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**14.1.5.** Avaliar os potenciais de arrecadação própria do município, direcionando esforços e encaminhar as ações necessárias aos fiscais municipais.

**14.1.6** Acompanhar e instruir os fiscais municipais quanto à obrigatoriedade do cumprimento, por parte dos tomadores de serviços, da “**responsabilidade tributária**” permitida pela Lei Complementar Federal nº 116/2003 e incorporada na legislação municipal.

**14.1.7.** Em conjunto com os fiscais municipais identificar as atividades de prestação de serviços com maior ocorrência de sonegação quanto ao recolhimento do ISSQN.

**14.1.8.** Identificar os possíveis contribuintes inadimplentes, instruir e acompanhar os processos administrativos fiscais em andamento e outros a ser instaurados com vistas à cobrança dos tributos não recolhidos ou recolhidos a menor aos cofres públicos municipais. Os referidos processos administrativos deverão obrigatoriamente retroagir aos últimos 05 (cinco) anos. Acompanhar todo o contencioso, inclusive na elaboração de minutas de impugnações contra as defesas ou contestações apresentadas.

**14.1.9.** Prestar todo e qualquer esclarecimento sobre as mais diversas atividades relacionadas à área tributária municipal.

**14.1.10.** Elaborar pareceres técnicos, quando solicitado.

**14.2 ÁREA DE RECURSOS HUMANOS E CONTABILIDADE**

**14.2.1** Assessoramento aos servidores lotados no setor de pessoal, no levantamento dos dados e informações necessárias, visando a recuperação de possíveis valores pagos indevidamente ao INSS nos últimos 5 (cinco) anos, sobre as verbas salariais conhecidas como “indenizatórias”, via compensação/restituição ou homologação administrativa.

**14.2.2** Auditoria a ser realizada sobre as contribuições realizadas ao PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, buscando identificar se houve possíveis recolhimentos a maior durante os últimos 5 (cinco) anos, promovendo ainda a restituição/compensação junto à Receita Federal do Brasil dos eventuais créditos apurados na auditoria e o assessoramento junto ao setor de contabilidade na elaboração do PER/DCOMP e no refazimento das DCTF's das competências onde houverem valores a restituir.

**14.3. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**14.3.1** A prestação dos serviços deverá ser realizada até 31 de dezembro de 2021, podendo ser aditado por interesse das partes, conforme previsto na Lei Federal nº 8.666/93, consolidada.

**14.4. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**14.4.1** A prestação dos serviços deverá ser realizada com carga horária presencial de, no mínimo, 02 (duas) visitas mensais de meio turno em cada visita, em horário de expediente da Prefeitura Municipal, além de orientações a distância através dos meios usuais de comunicação durante o horário de expediente. Por conveniência administrativa, alguns

---

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

serviços poderão ser executados na sede da contratada e com acesso remoto à base de dados do Município de Riqueza.

**XV - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**15.1** A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelos arts. 58, II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos da Lei nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações decorrentes das Leis nº. 8.883, de 08/06/94, 9.032, de 28/04/95, 9.648, de 27/05/98 e 9.854 de 27/10/99.

**XVI - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS**

**16.1** Nenhuma alteração contratual será efetuada sem autorização da CONTRATANTE.

**16.1.1** Os atrasos ou falhas na execução dos serviços somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade deste município.

**XVII - DAS PENALIDADES**

**17.1** De conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, com as alterações decorrentes das Leis nº. 8.883, de 08/06/94, 9.032, de 28/04/95, 9.648, de 27/05/98 e 9.854 de 27/10/99, a licitante vencedora que descumprir as condições deste Edital, ficará sujeita às seguintes penalidades, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

**17.2** As penalidades contratuais serão a advertência, a multa, a rescisão do contrato, a declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar.

**17.3** As multas previstas são as seguintes:

**17.3.1** 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia, caso ultrapasse o prazo para início da execução da obra.

**17.3.2** 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contratado por dia que exceda o prazo contratual.

**17.4** As multas previstas nos itens 17.3.1 e 17.3.2 são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

**17.5** A multa definida no item 17.3.1 será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devidas e a multa definida no item 17.3.2 será descontada da última parcela, ou das cauções retidas.

**17.6** A suspensão do direito de licitar e contratar com este Município será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida e considerando as circunstâncias e o interesse do município e não poderá ter prazo superior a dois anos.

**17.7** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**17.8** A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa seus diretores e responsáveis técnicos.

**17.9** Sem prejuízo da aplicação ao inadimplemento das sanções que lhe couberem, este Município, recorrerá as garantias constituídas, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

tenha acarretado a Contratada, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato e promover a cobrança judicial, por perdas e danos.

**XVIII - DA FISCALIZAÇÃO**

**18.1** Fica a cargo do Fiscal de Postura, Oldemar Bernardes, do Município o acompanhamento e a fiscalização do objeto, o qual anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à empresa fornecedora dos serviços os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma.

**XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**19.1** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documento relativo ao presente Edital.

**19.2** Transcorrido o prazo recursal e decididos os recursos eventualmente interpostos, ou na hipótese da renúncia à apresentação de recursos, será o resultado da licitação submetido ao Prefeito Municipal, para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à vencedora.

**19.3** O resultado da licitação será fixado no quadro de avisos deste Município.

**19.4** Se a licitante vencedora deixar de assinar o contrato dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação, e sem justificativa por escrito aceita pelo Prefeito Municipal, caducará o seu direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades aludidas no presente Edital.

**19.5** Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o objeto da presente licitação poderá ser adjudicada às licitantes remanescentes, na ordem da classificação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, inclusive quanto a prazo e preço.

**19.6** A licitante vencedora deverá apresentar ao final de cada mês, relatório dos serviços executados.

**19.7** A presente licitação poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**19.8** As dúvidas suscitadas serão dirimidas pela Comissão Permanente de Licitações, observado o que dispõem os itens 3.2, 3.3 e 3.4, deste Edital, e os casos omissos serão decididos de conformidade com o que dispõe a Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, de 21/6/93, com as alterações decorrentes das Leis nºs 8.883, de 8/6/94, 9.032, de 28/4/95, 9.648, de 27/5/98 e 9.854, de 27/10/99.

**19.9** Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Modelo de Credenciamento;

Anexo II – Modelo de Declaração de Menor;

Anexo III – Modelo de Declaração de Idoneidade;

Anexo IV – Modelo Declaração de Servidor Público;

Anexo V – Minuta de Contrato.

**19.10** Para conduzir a presente licitação ficam designados os servidores nomeados pela Portaria do Exmo. Prefeito Municipal;

**XX - DO FORO**

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Mondai/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Riqueza/SC, 17 de fevereiro de 2021.

**Renaldo Mueller**  
Prefeito Municipal

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.  
CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 222/2021**  
**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2021****ANEXO I****MODELO DE CREDENCIAMENTO**

A empresa . . . . ., inscrito no CNPJ nº . . . . ., com sede à . . . . ., neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Município de Riqueza - SC, praticar os atos necessários com relação ao Processo Licitatório nº 222/2021, Edital de Tomada de Preços nº 04/2021, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Credenciante

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.  
CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 222/2021**  
**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2021****ANEXO II****DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE MENORES DE IDADE**

A empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermediário de seu representante  
legal o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador da  
carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara para o  
fim do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido  
pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo os  
maiores de 14 anos na condição de aprendiz.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 222/2021**  
**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2021****ANEXO III****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação, que a empresa/pessoa física \_\_\_\_\_ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do Art. 87 da Lei 8.666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômica - financeira).

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 222/2021**  
**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2021****ANEXO IV****DECLARAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO**

A instituição ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº ...../.....-....., com sede na ....., nº, bairro ....., Município de ....., Estado de ....., CEP .....-....., neste ato representada pelo Sr. ...., (qualificação completa)....., residente e domiciliado na ....., nº, bairro ....., Município de ....., Estado de ....., CEP .....-....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, **que não se enquadra nas hipóteses de impedimentos do art. 89 e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município de Riqueza.**

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Representante Legal

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.  
CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 222/2021**  
**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2021**

**ANEXO V****MINUTA DE CONTRATO DE SERVIÇOS****CONTRATO DE SERVIÇOS N.º**

O **MUNICÍPIO DE RIQUEZA**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua João Mari, 55, nesta cidade de Riqueza, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 95.988.309/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **RENALDO MUELLER**, brasileiro, casado, agente político, inscrito CPF nº 526.329.119-15 e RG nº 1.658.176, residente e domiciliado na Avenida José Bressan, 2277, Centro do Município de Riqueza, Estado de Santa Catarina, CEP 89.895-000, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sita à ....., cidade de ....., Estado de ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ....., neste ato representada pelo seu ....., Senhor ....., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º ....., a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, e legislação pertinente, assim como pelas condições do **Edital do Processo Licitatório N.º 222/2021, modalidade Tomada de Preços n.º. 04/2021**, pelos termos da proposta da Contratada, datada de .... de ..... de 2021 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO****1.1** Constitui o objeto do presente contrato:

<i>Item</i>	<i>Descrição do Item</i>	<i>Und</i>	<i>Quant</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor Total Mensal</i>
1	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos e especializados de consultoria na área tributária, envolvendo orientações aos servidores lotados no setor de tributação e de fiscalização, visando a correta aplicação da legislação tributária vigente, promovendo as alterações quando necessárias, orientações e treinamentos na implementação de medidas administrativas necessárias para o desenvolvimento de Procedimentos Administrativos Fiscais (PAF) a serem instaurados contra empresas prestadoras e/ou tomadoras de serviços que atuaram e/ou atuem no território do município, em especial nas atividades de construção civil, instituições financeiras, dentre outras, acompanhando os processos administrativos até a inscrição em dívida ativa, visando o recebimento dos valores apurados na fase administrativa a título de ISSQN, não recolhidos ou recolhidos a menor aos cofres públicos municipais, além de consultoria nas áreas de pessoal e contabilidade, em especial na análise e revisão de possíveis créditos tributários recolhidos indevidamente nos últimos 5 (cinco) anos de contribuições previdenciárias (INSS) e do PASEP junto à União Federal, tudo de acordo com as necessidades e solicitações da Administração	Mês	9,00		

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

Municipal de Riqueza. A prestação dos serviços deverá ser realizada com carga horária presencial de, no mínimo 02 (duas) visitas mensais de meio turno em cada visita, em horário de expediente da Prefeitura Municipal, além de orientações a distância através dos meios usuais de comunicação durante o horário de expediente. Por conveniência administrativa, alguns serviços poderão ser executados na sede da contratada e com acesso remoto à base de dados do município de Riqueza.				
---	--	--	--	--

**LOCAL:** Rua João Mari, nº 55, Riqueza/SC, **89.895-000.**

**1.2** A proposta da CONTRATADA datada de....../....../.....; o Edital do Processo Licitatório Nº 222/2021, modalidade Tomada de Preços nº. 04/2021 ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO**

**2.1** O prazo para execução do serviço será até 31 de dezembro de 2021, contados da assinatura do contrato, sendo fixo e improrrogável, salvo motivo de força maior previsto em lei, comunicado pela CONTRATADA, por escrito ao Departamento de Licitações, Compras e Contratos, 01 (um) dia após a ocorrência.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**3.1** A despesa decorrente do presente Contrato correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:

<b>I - CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CÓDIGO</b>
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04
Unidade Orçament.	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	01
Função	ADMINISTRAÇÃO	4
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	0003
Atividade	Manutenção Atividades Administração Geral e Finanças.	1.003
Fonte	Recursos Ordinários	0100

**II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE**

3.3.90.35.01.00.00 – Assessoria e Consultoria técnica

**CLÁUSULA QUARTA- DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

**4.1** A empresa vencedora obriga-se a:

- Responsabilizar-se por despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, quando colocados a serviços, não cabendo a Contratante, qualquer espécie de responsabilidade presente e futura;
- Responder em relação a terceiros, pelos danos que seus empregados possam vir causar em decorrência de negligência, imprudência e imperícia, na forma da Lei;
- Fornecer ao Município sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos sobre a prestação dos serviços;
- Prestar os serviços em estrita observância ao presente edital bem como às normas pertinentes ao objeto licitado;
- Atender os usuários com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços;

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

- f) Cumprir a instruções descritas neste edital e minuta de contrato;
- g) Informar o Departamento de Licitações, Compras e Contratos do município eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas;
- h) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos as obrigações assumidas por força deste edital.
- i) Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;
- j) Cumprir todas as demais obrigações constantes neste Edital

**CLÁUSULA QUINTA – DOS PAGAMENTOS**

**5.1** O Pagamento será efetuado mensalmente até o 15º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços mediante apresentação de recibo e desde que ele tenha sido entregue no Departamento de Licitações, Compras e Contratos até o último dia do mês da prestação dos serviços;

**5.2** Se o recibo for apresentado com erro, o mesmo será devolvido à licitante para retificação e reapresentação.

**CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**6.1** Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º. Do Artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069 de 26/06/1995.

**6.2** Em caso de prorrogação do contrato, os preços serão reajustados anualmente (de doze em doze meses), de acordo com o índice acumulado (últimos doze meses) do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro índice legal oficial que venha a substituí-lo, em caso de sua extinção.

**6.3** Na hipótese de atraso na efetivação do pagamento por parte do município Contratante, as faturas correspondentes serão atualizadas de acordo com a variação do INPC/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, até a data de seu efetivo pagamento, acrescido de juros de mora na ordem de 1% (um por cento) ao mês.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**7.1** Nenhuma alteração contratual será efetuada sem autorização da CONTRATANTE.

**7.2** Os atrasos ou falhas na execução dos serviços somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade deste município.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS****8.1 ÁREA TRIBUTÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO**

**8.1.1.** Orientar os servidores lotados no setor de tributos, visando a correta aplicação da legislação tributária vigente.

**8.1.2.** Organizar e efetivar treinamentos coletivos ou individuais com os servidores municipais envolvidos nos setores de tributação e fiscalização, sobre assuntos de interesse da área.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

# Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**8.1.3** Auxiliar e apoiar os servidores que estarão envolvidos na elaboração do ‘Projeto de Lei Complementar’ que promoverá alterações e adequações no Código Tributário Municipal, além de acompanhar a tramitação do projeto de lei complementar junto ao Poder Legislativo, inclusive com relação às eventuais emendas e proposição de vetos pelo Prefeito Municipal.

**8.1.4.** Promover a regulamentação da nova lei tributária após a aprovação da Lei Complementar pelo Poder Legislativo e publicação pelo Poder Executivo.

**8.1.5.** Avaliar os potenciais de arrecadação própria do município, direcionando esforços e encaminhar as ações necessárias aos fiscais municipais.

**8.1.6** Acompanhar e instruir os fiscais municipais quanto à obrigatoriedade do cumprimento, por parte dos tomadores de serviços, da “**responsabilidade tributária**” permitida pela Lei Complementar Federal nº 116/2003 e incorporada na legislação municipal.

**8.1.7.** Em conjunto com os fiscais municipais identificar as atividades de prestação de serviços com maior ocorrência de sonegação quanto ao recolhimento do ISSQN.

**8.1.8.** Identificar os possíveis contribuintes inadimplentes, instruir e acompanhar os processos administrativos fiscais em andamento e outros a ser instaurados com vistas à cobrança dos tributos não recolhidos ou recolhidos a menor aos cofres públicos municipais. Os referidos processos administrativos deverão obrigatoriamente retroagir aos últimos 05 (cinco) anos. Acompanhar todo o contencioso, inclusive na elaboração de minutas de impugnações contra as defesas ou contestações apresentadas.

**8.1.9.** Prestar todo e qualquer esclarecimento sobre as mais diversas atividades relacionadas à área tributária municipal.

**8.1.10.** Elaborar pareceres técnicos, quando solicitado.

## 8.2 ÁREA DE RECURSOS HUMANOS E CONTABILIDADE

**8.2.1** Assessoramento aos servidores lotados no setor de pessoal, no levantamento dos dados e informações necessárias, visando a recuperação de possíveis valores pagos indevidamente ao INSS nos últimos 5 (cinco) anos, sobre as verbas salariais conhecidas como “indenizatórias”, via compensação/restituição ou homologação administrativa.

**8.2.2** Auditoria a ser realizada sobre as contribuições realizadas ao PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, buscando identificar se houve possíveis recolhimentos a maior durante os últimos 5 (cinco) anos, promovendo ainda a restituição/compensação junto à Receita Federal do Brasil dos eventuais créditos apurados na auditoria e o assessoramento junto ao setor de contabilidade na elaboração do PER/DCOMP e no refazimento das DCTF’s das competências onde houverem valores a restituir.

## 8.3. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.  
CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**8.3.1** A prestação dos serviços deverá ser realizada até 31 de dezembro de 2021, podendo ser aditado por interesse das partes, conforme previsto na Lei Federal nº 8.666/93, consolidada.

**8.4. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**8.4.1** A prestação dos serviços deverá ser realizada com carga horária presencial de, no mínimo, 02 (duas) visitas mensais de meio turno em cada visita, em horário de expediente da Prefeitura Municipal, além de orientações a distância através dos meios usuais de comunicação durante o horário de expediente. Por conveniência administrativa, alguns serviços poderão ser executados na sede da contratada e com acesso remoto à base de dados do Município de Riqueza.

**CLÁUSULA NONA- DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**9.1** A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelos arts. 58, inciso II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com alterações decorrentes das Leis Federais nºs 8.883, de 8/6/94, 9.032, de 28/4/95, o 9.648, de 27/5/98 e 9.854, de 27/10/99.

**9.2** A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

**a)** A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

**b)** O CONTRATO poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

**c)** Constituem motivos para rescisão do Contrato:

**c.1)** O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

**c.2)** O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

**c.3)** A lentidão no seu cumprimento, levando a administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;

**c.4)** O atraso injustificado no início da prestação do serviço;

**c.5)** A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação a administração;

**c.6)** A subcontratação parcial do seu objeto sem a prévia autorização da CONTRATANTE, a associação do Contratado com outrem, a cessão, ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cessão ou incorporação;

**c.7)** O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;

**c.8)** O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com alterações decorrentes das Leis Federais nºs 8.883, de 8/6/94, 9.032, de 28/4/95, 9.648, de 27/5/98 e 9.854, de 27/10/99;

**c.9)** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

**c.10)** A dissolução da sociedade ou falência da CONTRATADA;

**c.11)** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que **prejudique a execução do Contrato;**

**c.12)** O protesto de título ou emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizam a insolvência da Contratada;

**c.13)** Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**c.14)** A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

**10.1** De conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, com as alterações decorrentes das Leis nº. 8.883, de 08/06/94, 9.032, de 28/04/95, 9.648, de 27/05/98 e 9.854 de 27/10/99, a licitante vencedora que descumprir as condições deste Edital, ficará sujeita às seguintes penalidades, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

**10.2** As penalidades contratuais serão a advertência, a multa, a rescisão do contrato, a declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar.

**10.3** As multas previstas são as seguintes:

**10.3.1** 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia, caso ultrapasse o prazo para início da execução da obra.

**10.3.2** 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contratado por dia que exceda o prazo contratual.

**10.4** As multas previstas nos itens 17.3.1 e 17.3.2 são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

**10.5** A multa definida no item 17.3.1 será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devidas e a multa definida no item 17.3.2 será descontada da última parcela, ou das cauções retidas.

**10.6** A suspensão do direito de licitar e contratar com este Município será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida e considerando as circunstâncias e o interesse do município e não poderá ter prazo superior a dois anos.

**10.7** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**10.8** A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa seus diretores e responsáveis técnicos.

**10.9** Sem prejuízo da aplicação ao inadimplemento das sanções que lhe couberem, este Município, recorrerá as garantias constituídas, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a Contratada, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato e promover a cobrança judicial, por perdas e danos.

**10.10** No caso de haver procedimentos administrativo instaurado, a proponente participante poderá ser notificada através do endereço eletrônico fornecido para retirada de edital ou via correio com aviso de recebimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMERIA – DA FISCALIZAÇÃO**

**11.1** Fica a cargo do Fiscal de Postura, Oldemar Bernardes, do Município o acompanhamento e a fiscalização do objeto, o qual anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à empresa fornecedora dos serviços os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: [licitacao@riqueza.sc.gov.br](mailto:licitacao@riqueza.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**Município de Riqueza**

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS**

**12.1** As despesas decorrentes da Taxa de Serviços Gerais e outras despesas para tal fim, decorrente da prestação do serviço correrão por conta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO**

**14.1** Dá-se ao presente Contrato o valor total de R\$ .....(.....), incluindo-se nele frete, tributos e demais custos e de acordo com o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 222/2021, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1** Onde este Contrato e o Edital de Tomada de Preços Nº 04/2021 forem omissos, prevalecerão as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

**16.1** Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Mondai/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Riqueza, SC,                      de                      de 2021.

\_\_\_\_\_  
**RENALDO MUELLER**  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.  
CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



# Rodeio

## PREFEITURA

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 66/2020

Publicação N° 2878627

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº do Termo Aditivo: 1º

Nº da Ata de Registro de Preços: nº 66/2020.

Objeto da Ata: registro de preços para eventual aquisição de material de construção em geral.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 25/2020.

Partes: Município de Rodeio e a empresa Realce Materiais de Construção Ltda Me.

Justificativa do Aditamento: readequação dos preços registrados para os itens 03, 04, 20, 46 e 66.

Data da Assinatura: 18/02/2021.

Vigência do Aditamento: 18/02/2021 a 02/10/2021.

Endereço do Contratado: Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Rodeio SC.



# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.373/2021

Publicação Nº 2877637

DECRETO N. 4.373/2021

ESTABELECE MEDIDAS DE CARÁTER TEMPORÁRIO PARA MITIGAÇÃO DOS RISCOS DECORRENTES DA DOENÇA CAUSADA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Chefe do Poder Executivo do Município de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, emergência em saúde pública em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus;

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Romelândia/SC;

Considerando que os hospitais da região estão com 100% dos leitos da Unidade de Terapia Intensiva – UTI ocupados;

Considerando a classificação da região extremo-oeste para risco potencial gravíssimo;

Considerando que o Município de Romelândia pode ser mais restritivo que o Estado de Santa Catarina na adoção de medidas de que visam impedir a proliferação do novo coronavírus;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam SUSPENSAS no território deste município, inclusive nas áreas rurais, até o dia 8 de março de 2021, as atividades abaixo listadas, independentemente do dia da semana:

I – atividades esportivas coletivas e recreativas, inclusive jogos de carteados, dominó, bocha rolada e 48, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas;

II – cultos, missas e celebrações poderão ser realizados com a ocupação máxima de 50% do local e respeitado o distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas;

III – os bares, choperias, conveniências de postos de combustível e estabelecimentos similares destinados à happy hours prestarão atendimento presencial ao público até às 19 horas. Nos demais horários o atendimento será realizado por meio de delivery, sendo vedado o consumo e permanência dos clientes no local;

IV – eventos sociais, dentre eles: casamentos, festas de aniversário, jantares, encontros familiares, confraternizações, bodas, formaturas, festas infantis, palestras, seminários, etc;

V – atividades de camping e clubes sociais;

VI – os restaurantes e lanchonetes poderão realizar atendimento presencial ao público exclusivamente no horário compreendido entre às 10 horas e 15 horas. Nos demais horários o atendimento será realizado por meio de delivery;

VII – a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como praças e parques, é permitida até às 18 horas, com ocupação máxima de 30%. Após às 18 horas fica vedada a concentração e permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como praças e parques;

VIII – fica vedada a concentração e permanência de pessoas em vias públicas para o consumo de bebidas alcoólicas, em qualquer horário;

IX – os mercados prestarão atendimento presencial ao público até às 18 horas.

Art. 2º. Permanece vigente a obrigatoriedade do uso de máscara facial para todos os indivíduos e a utilização de álcool 70%, inclusive:

I – nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população e as vias públicas;

II – no interior de órgãos públicos e estabelecimentos comerciais e industriais.

§ 1º. Não é recomendado o uso de máscaras para crianças com idade inferior a 2 (dois) anos, com o intuito de evitar acidentes, e é dispensável o uso de máscara em crianças entre 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 3º. A fiscalização do contido no presente Decreto ficará a cargo das equipes de Vigilância Sanitária, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Defesa Civil.

§ 1º. Os órgãos acima mencionados poderão realizar o encerramento de qualquer atividade após o horário consignado no presente expediente.

§ 2º. Os responsáveis pelos estabelecimentos comerciais e os chefes de órgãos públicos deverão comunicar os órgãos acima mencionados acerca do descumprimento das regras impostas pelo presente Decreto Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos até o dia 8 de março de 2021.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Juarez Furtado

Chefe do Executivo Municipal



Registrado e Publicado em data supra.

Maiara Francieli Haas - Secretária de Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 4.374/2021

Publicação Nº 2878844

DECRETO N. 4.374/2021

ALTERA MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL (COMDEC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUAREZ FURTADO, Chefe do Poder Executivo do Município de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC fica formada pelos membros a seguir mencionados:

COORDENADOR: ROBSON LUIZ SCHOLTZE;

CONSELHO MUNICIPAL:

Representantes da Secretaria da Saúde: JANE MAIRA JORIS, LOIDE MARIA PEREIRA BARPP e SIMONE CECHELERO;

Representante da Secretaria da Agricultura: IVANDRO ROBERTO MORAS;

Representante da Secretaria de Administração: MAIARA FRANCIELI HAAS;

Representantes da Secretaria de Obras e Rodagens: PAULINO ARI FURTADO e SAUL FERNANDO RISTOW;

Representante da Cooper Alfa: CLAUDINEI F. KAVALEK;

Representante do Sindicato dos Agricultores: MARCOS BORGHETTI;

Representante da Secretaria de Assistência Social: JUREMA MARIA ISAIAS;

Representante dos Bombeiros: JAIR JOSÉ RODRIGUES DA VEIGA;

Representante da Polícia Civil: MILVO JOSÉ COCCO;

Representante da Polícia Militar: CLEONE CEZAR LUCOTE.

SECRETARIA: JUREMA MARIA ISAIAS

SETOR TECNICO:

Representante da EPAGRI: JOSÉ GILMAR NAIBO;

Representante do Recursos Humanos: VALQUIRIA GIOTTO GENZ;

Representante da Secretaria da Saúde: ALINE GEHRKE PESSOTTO;

Representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL): KELIN AIMI;

Representante da Cooper Alfa: ROGER G. POSAMAI;

Representante da Secretaria de Assistência Social: JUREMA MARIA ISAIAS;

Representante da Secretaria da Agricultura: ROBSON LUIZ SCHOLTZE.

Representante do Setor de Engenharia Civil: JEFERSON DOUGLAS BREITENBACH.

SETOR OPERATIVO: ROBSON LUIZ SCHOLTZE.

Art. 2º. Os membros designados para colaborar nas ações previstas na Lei Municipal Nº 2.014/2012 não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração, por tratar-se de serviços relevantes do interesse público.

Art. 3º. A referida Comissão está diretamente vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal de Romelandia e terá funções de âmbito social, com relação a possíveis situações de emergência ou calamidade pública.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Juarez Furtado

Chefe do Executivo Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Maiara Francieli Haas - Secretária de Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 4.375/2021

Publicação Nº 2878846

DECRETO Nº 4.375/2021	
	DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. JUAREZ FURTADO, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI,

DECRETA:

Art. 1º. Fica DESIGNADA pelo presente Decreto a Secretária de Administração e Fazenda, Maiara Francieli Haas, como responsável pela assinatura de documentos (correspondências, ofícios, portarias e empenhos) nos períodos de ausência do Chefe do Poder Executivo Municipal, em virtude da fruição de diárias.

Art. 2º. A função acima citada será desempenhada sem remuneração.



Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em sentido contrário.

Romelândia/SC, 23 de fevereiro de 2021.

JUAREZ FURTADO

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado em data supra.

Maiara Francieli Haas - Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **LEI COMPLEMENTAR N. 003/2021**

Publicação Nº 2878861

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2021

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 03/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA. FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica pela presente Lei revogada integralmente a Lei Complementar Municipal nº. 03 de 22 de outubro de 2019, que dispõe sobre a alteração da carga horária no Magistério Público Municipal e dá outras providências.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

ROMELÂNDIA/SC, 23 de fevereiro de 2021.

JUAREZ FURTADO

Chefe do Poder Executivo Municipal

Registrada e publicada em data supra

Maiara Francieli Haas

Secretária de Administração e Fazenda

### **LEI ORDINÁRIA N. 2.429/2021**

Publicação Nº 2878875

LEI ORDINÁRIA Nº 2.429/2021

DISPÕE SOBRE CUSTEIO DE TRANSPORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA. FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a custear despesas de transporte rodoviário aos participantes do Projeto Juventude Rural, organizado pela Epagri, a realizar-se nas seguintes datas, sem prejuízo às eventuais alterações unilaterais do cronograma:

- Etapa 1 em 23 de março de 2021;

-Etapa 2 em 27 de abril de 2021;

-Etapa 3 em 25 de maio de 2021;

-Etapa 4 em 22 de junho de 2021;

-Etapa 5 em 27 de julho de 2021;

-Etapa 6 em 24 de agosto de 2021;

-Etapa 7 em 21 de setembro de 2021; e,

-Etapa 8 em 26 de outubro de 2021.

Art. 2º. O transporte de que trata o artigo 1º será realizado por veículo de propriedade do município ou por empresa transportadora mediante documentação fiscal e comprovação da efetiva viagem.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da dotação própria do orçamento municipal.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

ROMELÂNDIA/SC, 23 de fevereiro de 2021.

JUAREZ FURTADO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Maiara Francieli Haas - Secretária de Administração e Fazenda



**LEI ORDINÁRIA N. 2.430/2021**

Publicação Nº 2878884

LEI ORDINÁRIA Nº 2.430/2021

AUTORIZA O TRANSPORTE PARA ESTUDANTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA E REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSO DE ENSINO SUPERIOR OU TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA. FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a custear despesas de transporte rodoviário aos acadêmicos residentes no município de Romelândia (SC), que se encontrem regularmente matriculados no ensino superior, técnico profissionalizante e demais cursos nos municípios de São Miguel do Oeste (SC) e Maravilha (SC).

Art. 2º - O transporte de que trata o artigo 1º será realizado por veículo de propriedade do município ou por empresa transportadora mediante documentação fiscal e comprovação da efetiva viagem.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da dotação própria do orçamento municipal.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário

ROMELÂNDIA/SC, 23 de fevereiro de 2021.

JUAREZ FURTADO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Maiara Francieli Haas - Secretária de Administração e Fazenda

**LEI ORDINÁRIA N. 2.431/2021**

Publicação Nº 2878889

LEI ORDINÁRIA Nº 2.431/2021

AUTORIZA O TRANSPORTE PARA ESTUDANTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA E REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSO TÉCNICO OU PROFISSIONALIZANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA. FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a custear despesas de transporte rodoviário aos acadêmicos residentes no município de Romelândia (SC), que se encontrem regularmente matriculados em curso técnico ou profissionalizantes, cursando no município de São Miguel do Oeste (SC).

Art. 2º - O transporte objeto do referido projeto de lei, será realizado no primeiro dia útil da semana e no último dia útil da semana.

Art. 3º - O transporte de que trata o artigo 1º será realizado por veículo de propriedade do município ou por empresa transportadora mediante documentação fiscal e comprovação da efetiva viagem.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da dotação própria do orçamento municipal.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

ROMELÂNDIA/SC, 23 de fevereiro de 2021.

JUAREZ FURTADO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Maiara Francieli Haas - Secretária de Administração e Fazenda

**LEI ORDINÁRIA N. 2.432/2021**

Publicação Nº 2878899

LEI ORDINÁRIA Nº 2.432/2021

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA. FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:



08.01– Departamento de Infra Estrutura, Obras e Transportes.

26.782.0017.1.008000 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Patrulha Mecanizada

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

330.000,00

Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2020, apurado no Anexo 14 – Balanço Patrimonial, especificamente na fonte de Recursos 100 – Recursos Próprios conforme discriminação a seguir

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º– Revogam-se as disposições em contrário.

ROMELÂNDIA/SC, 23 de fevereiro de 2021.

JUAREZ FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Maiara Francieli Haas - Secretária de Administração e Fazenda

## PRIMEIRO TERMO ADITIVO ARP 16/2020

Publicação Nº 2878766

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA E A EMPRESA AUTO POSTO 25 LTDA.

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do 12 de Outubro nº 242, inscrito no CNPJ/MF nº 82.821.182/0001-26 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUAREZ FURTADO, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 127442 e do CPF/MF nº 430365.039-00, residente e domiciliado na Rua Anita Garibaldi, Centro, na Cidade de Romelândia – SC CEP 89908-000, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, por outro lado a empresa COMERCIO DE GAS BELUSSO LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.000.682.0001-09, estabelecida Av. Brasil, 202, Centro, ROMELÂNDIA/ SC, CEP: 89908-000:, neste ato representada por EVERTON EZIQUIEL BELUSSO, doravante denominado CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços n. 16/2020 proveniente do Pregão Eletrônico nº 23/2020, nos termos do Decreto nº. 3.933, de 11 de janeiro de 2018 e pelas cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Em face da negociação empreendida entre as partes, o presente termo aditivo altera a Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preço para reajustar o valor do objeto conforme abaixo:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	Preço Unitário Atual R\$	Preço Unitário Reajustado R\$
8	Un	GÁS DE COZINHA GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO) - RECARGA DE 13 KG	79,00	82,00

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se, neste ato, todas as demais cláusulas e condições da referida Ata, permanecendo as mesmas inalteradas.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Romelândia, 23 de fevereiro de 2021.

JUAREZ FURTADO  
Prefeito Municipal  
CONTRATADO

COMERCIO DE GAS BELUSSO LTDA  
EVERTON EZIQUIEL BELUSSO



**SÉTIMO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2020**

Publicação Nº 2877601

SÉTIMO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA E A EMPRESA AUTO POSTO NATAL LTDA.

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do 12 de Outubro nº 242, inscrito no CNPJ/MF nº 82.821.182/0001-26 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUAREZ FURTADO, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 127442 e do CPF/MF nº 430365.039-00, residente e domiciliado na Rua Anita Garibaldi, Centro, na Cidade de Romelândia – SC CEP 89908-000, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, por outro lado a empresa Auto Posto Natal Ltda, inscrita no CNPJ nº 83829374/0001-41, estabelecida Av. Brasil, 110, Centro, ROMELÂNDIA/ SC, CEP: 89908-000, neste ato representada por SEVERINO ABEL BENACCHIO, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços n. 21/2020 proveniente do Pregão Eletrônico nº 33/2020, nos termos do Decreto nº. 3.933, de 11 de janeiro de 2018 e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

Em face da negociação empreendida entre as partes, o presente termo aditivo altera a Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preço para reajustar o valor do objeto conforme abaixo:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	Preço Unitário Atual R\$	Preço Unitário Reajustado R\$
2	LITRO	DIESEL COMUM S500	3,93	4,06
3	LITRO	DIESEL S10	3,98	4,12

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

Ratificam-se, neste ato, todas as demais cláusulas e condições da referida Ata, permanecendo as mesmas inalteradas.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Romelândia, 22 de fevereiro de 2021.

JUAREZ FURTADO  
Prefeito Municipal

SEVERINO ABEL BENACCHIO  
Auto Posto Natal Ltda

**CÂMARA MUNICIPAL****DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2021**

Publicação Nº 2877972

A CÂMARA DE VEREADORES DE ROMELÂNDIA ESTADO DE SANTA CATARINA TORNA PÚBLICO O PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021 da Câmara de Vereadores de Romelândia que realizou a Dispensa de licitação para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO FIAT LÍNEA ESSENCE 1.8 PLACA MLW6680 ANO 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES. O presente foi regido pelas Leis nº 8.666/93, a qual permite a dispensa por licitação nos termos do artigo 24, inciso II da referida Lei e alterações posteriores. Romelândia/SC, 23 de fevereiro de 2021. ESMAEL BARPP, Presidente da Câmara de Vereadores de Romelândia-SC.

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 05/2020**

Publicação Nº 2877974

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N 05/2020 DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 011/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ROMELÂNDIA E A EMPRESA AUTO POSTO NATAL LTDA.

Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia/SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Anita Garibaldi nº 565, inscrito no CNPJ nº 04.828.184/0001-33, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Esmael Barpp, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF nº 951.841.989-20, RG Nº 3.400.539 – SSP/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e por outro lado a empresa AUTO POSTO NATAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 83.829.374/0001-41, estabelecida Avenida Brasil, centro, Município de Romelândia- SC

Cep 89908-000, neste ato representada por Severino Abel Benachio, doravante denominado CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n 05/2020 do Processo de Dispensa de Licitação 011/2020 de 29 de dezembro de 2020 e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

Em face da negociação empreendida entre as partes, o presente termo aditivo altera a Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preço para reajustar para maior o valor do objeto conforme abaixo:



ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	Preço Unitário Atual R\$	Preço Unitário Reajustado R\$
01	LITRO	GASOLINA COMUM	4,609	4,921

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

Ratificam-se, neste ato, todas as demais cláusulas e condições do referido processo, permanecendo as mesmas inalteradas.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Romelândia, 23 de fevereiro de 2021.

ESMAEL BARPP  
PRESIDENTE

AUTO POSTO NATAL LTDA  
SEVERINO ABEL BENACHIO  
CONTRATADO



# Salto Veloso

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO N.º 01/2021 CONTRATO N° 46/2019

Publicação N° 2879657

TERMO ADITIVO N.º 01/2021

Contrato n° 46/2019

Processo Licitatório 013/2019

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. NEREU BORGA, Prefeita Municipal, denominado CONTRATANTE, e de outro lado AUTO POSTO SALTO VELOSO LTDA, estabelecida no Município de Videira Estado de Santa Catarina, adiante denominada simplesmente CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o valor do Diesel Comum, passando o seu valor de R\$ 3,60 (Três reais e sessenta centavos), para R\$ 3,76 (três reais e setenta e seis centavos) e da gasolina, passando o seu valor de R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos) para R\$ 4,70 (quatro reais e sessenta e cinco centavos), conforme a Lei 8.666/93.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato original.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 04 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO

NEREU BORGA

CONTRATANTE

AUTO POSTO SALTO VELOSO LTDA

CNPJ 16.465.337/0001-04

CONTRATADA

### TERMO ADITIVO N.º 02/2021 CONTRATO N° 46/2019

Publicação N° 2879670

TERMO ADITIVO N.º 02/2021

Contrato n° 46/2019

Processo Licitatório 013/2019

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. NEREU BORGA, Prefeita Municipal, denominado CONTRATANTE, e de outro lado AUTO POSTO SALTO VELOSO LTDA, estabelecida no Município de Videira Estado de Santa Catarina, adiante denominada simplesmente CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o valor do Diesel Comum, passando o seu valor de R\$ 3,76 (Três reais e setenta e seis centavos), para R\$ 3,86 (três reais e oitenta e seis centavos) e da gasolina, passando o seu valor de R\$ 4,70 (quatro reais e setenta centavos) para R\$ 4,90 (quatro reais e noventa centavos), conforme a Lei 8.666/93.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato original.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 11 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO

NEREU BORGA

CONTRATANTE

AUTO POSTO SALTO VELOSO LTDA

CNPJ 16.465.337/0001-04

CONTRATADA



# Santa Cecília

## PREFEITURA

### EXTRATO CHAMAMENTO DE FORNECEDORES 2021

Publicação Nº 2878807

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE FORNECEDORES

O Município de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que estará realizando junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília-SC, situada na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, nesta cidade, inscrição para novos fornecedores e atualização para os já existentes, conforme previsto no parágrafo I do artigo 34 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas atribuições. As atualizações e inscrições estarão permanentemente abertas e serão realizadas através do Departamento de Compras e Licitações, no Paço Municipal, à Rua João Goetten Sobrinho nº 555, em Santa Cecília, de 2ª a 6ª feira das 08h30min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min. Os interessados poderão obter maiores informações no endereço acima, ou pelo fone (49) 3244-2032.

Santa Cecília, 23 de fevereiro de 2021.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

### EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO 007/2021

Publicação Nº 2878186

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Eletrônico para a aquisição de uma balança eletrônica para pesagem de bovinos, com capacidade mínima de 5.000 (cinco mil) kg, para instalação no parque de exposições Walfrido Drissen, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 11h00min e 13h00min às 17h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: [licitacoes@santacecilia.sc.gov.br](mailto:licitacoes@santacecilia.sc.gov.br) site: [www.santacecilia.sc.gov.br](http://www.santacecilia.sc.gov.br)

Forma do Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor preço por item

Recebimento das Propostas: Até às 08h30min do dia 10/03/2021 no portal: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)Início da Sessão: dia 10/03/2021 às 08h45min, no endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) horário de Brasília-DF.

EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18º DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

Santa Cecília, 23 de fevereiro de 2021.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

### OITAVO TERMO ADITIVO À ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021

Publicação Nº 2878609

OITAVO TERMO ADITIVO À ATA CONTRATO  
DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CESCO & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.979.107/0003-24, com sede na Rodovia BR-116, KM-129, s/n, interior da cidade de Santa Cecília-SC, neste ato por seu representante legal, Sr. JAIME CESCO, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 1.337.488 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 509.623.459-20, residente e domiciliado na Rua Augustinho Rodrigues de Abreu, nº 94, Bairro Monte Alegre, na cidade de São Cristóvão do Sul-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2021, que se regerá pelas seguintes cláusulas





e condições:

RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – O presente Termo Aditivo tem por objeto o aumento do valor do litro de combustíveis, em razão da elevação do custo dos itens 3 e 5, conforme justificativas e documentação apresentadas pela CONTRATADA, as quais fazem parte integrante do presente, passando a terem novos valores de fornecimento, conforme tabela abaixo:

Item	Marca	Preço Anterior/LT	Preço Reajustado/LT
3- Gasolina aditivada	Ipiranga	4,491	4,698
4- Gasolina comum	Ipiranga	4,46	4,64
5- Óleo diesel S-500 ou comum	Ipiranga	3,34	3,62

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO ADITIVO – Ficam retificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas na Ata Contrato de Registro de Preços nº 001/2021, não alteradas pelo presente Termo Aditivo, bem, como todos os demais termos constantes no Processo Licitatório nº 071/2020, Pregão Eletrônico nº 035/2020.

CLÁUSULA QUARTA DO TERMO ADITIVO – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data da sua assinatura.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 23 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA  
Pelo Contratante

CESCA & CIA LTDA  
Pela Contratada

TESTEMUNHAS:



# Santa Helena

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 18/2021 - PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2021

Publicação N° 2878002

#### EDITAL DE LICITAÇÃO N° 18/2021 – PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2021

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Blasio Ivo Hickmann, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório n° 18/2021, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 09/2021, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para a seleção de propostas por REGISTRO DE PREÇOS visando a futura e eventual aquisição de materiais de construção, materiais elétricos, materiais para pintura e ferramentas de primeira qualidade destinados à várias secretarias do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h15min do dia 10 de março de 2021. Abertura das propostas as 08h30min do dia 10 de março de 2021, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 23 de fevereiro de 2021.

BLASIO IVO HICKMANN

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 19/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 06/2021

Publicação N° 2878747

#### EDITAL DE LICITAÇÃO N° 19/2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 06/2021

OBJETO: A presente dispensa de licitação tem por objeto a aquisição de materiais destinados a manutenção do filtro da Estação de Tratamento de Água do município de Santa Helena - SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, art 24, II.

FORNECEDOR: Soft Sul Purificadores de Água Ltda.

VALOR: R\$ 7.710,00 (sete mil setecentos e dez reais).

AUTORIZAÇÃO: em 23/02/2021, por Valdir Casanova, Diretor do Departamento de Urbanismo

RATIFICAÇÃO: em 23/02/2021, por Blasio Ivo Hickmann, Prefeito Municipal.

Santa Helena (SC), 23 de fevereiro de 2021.

BLASIO IVO HICKMANN

Prefeito Municipal



# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 24, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878776

DECRETO Nº 024, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre o horário de expediente dos órgãos e serviços da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º A partir do dia 01 de março do corrente ano, o expediente dos órgãos e serviços da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, obedecerá aos seguintes horários:

Das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min horas.

- Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
- Secretaria da Administração e Finanças e
- Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min horas.

- Secretaria de Saúde,
- Secretaria de Agricultura e Indústria, Comércio e
- Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos.

Parágrafo único - A Secretaria da Saúde, obedecerá ao disposto no Decreto 69, de 10 de novembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de fevereiro de 2021.

Almides Roberg Silva da Rosa  
Prefeito Municipal  
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer  
Diretor de Administração

### PORTARIA 049/2021

Publicação Nº 2879180

PORTARIA N.º 49, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA SERVIDOR APROVADO PELO CONCURSOPÚBLICO N.º 001/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Senhor Almides Roberg Silva da Rosa, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 6º, 14, 15 e 16 da Lei n.º 117, de 30/06/92, e alterações posteriores,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. CRISTIANO DA SILVA RAUPP, inscrito no CPF: 036.569.079/19, para ocupar o Cargo Permanente de Motorista, do Grupo de Transportes Serviços e Auxiliares – TSA, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, aprovado pelo Concurso Público Edital n.º 001/2019.

Art. 2º - A posse deverá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de Fevereiro de 2021.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria na data supra.



WILFRIED HEMMER  
Diretor de Administração

**PORTARIA 050/2021**

Publicação N° 2879181

PORTARIA N.º 050, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
NOMEIA SERVIDOR APROVADO PELO CONCURSOPÚBLICO N.º 001/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Senhor Almides Roberg Silva da Rosa, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 6º, 14, 15 e 16 da Lei n.º 117, de 30/06/92, e alterações posteriores,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear o Sr. ISRAEL DABOIT, inscrito no CPF: 806.888.299.53, para ocupar o Cargo Permanente de Motorista, do Grupo de Transportes Serviços e Auxiliares – TSA, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, aprovado pelo Concurso Público Edital n.º 001/2019.

Art. 2º - A posse deverá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de Fevereiro de 2021.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria na data supra.

WILFRIED HEMMER  
Diretor de Administração

**PORTARIA 051/2021**

Publicação N° 2879183

PORTARIA N.º 51, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
NOMEIA SERVIDOR APROVADO PELO CONCURSOPÚBLICO N.º 001/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Senhor Almides Roberg Silva da Rosa, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 6º, 14, 15 e 16 da Lei n.º 117, de 30/06/92, e alterações posteriores,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear o Sr. OSORIO GILSON BITENCOURT DE SOUZA, inscrito no CPF: 580.565.219.68, para ocupar o Cargo Permanente de Motorista, do Grupo de Transportes Serviços e Auxiliares – TSA, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, aprovado pelo Concurso Público Edital n.º 001/2019.

Art. 2º - A posse deverá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de Fevereiro de 2021.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria na data supra.

WILFRIED HEMMER  
Diretor de Administração



**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO N° 04/2021**

Publicação N° 2878302

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL S/C

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO N° 04/2021

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores Santa Rosa do Sul S/C

CONTRATADA: Daiane Ferreira Onorio MEI

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto:

Constitui o objetivo do presente contrato a prestação de serviços de filmagens e fotos das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, manutenção da página da rede Social Facebook. Bem como, a produção de um vídeo mensal com conteúdo informativo da Câmara.

Base Legal: Lei 8.666/93

VALOR: R\$ 17.490,00 (dezesete mil quatrocentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: 01/02/2021 a 31/12/2021.



# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2021

Publicação Nº 2878438

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2021  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/ SC  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, CONVOCA:

1- Os candidatos aprovados conforme lista final da Chamada Pública regido pelo Edital nº001/2021 e homologado pelo Decreto Nº055/2021, para preenchimento em caráter temporário dos seguintes cargos: Professor de Educação Infantil e Professor de Ensino Fundamental, para o ano letivo de 2021.

2- A escolha de Aula ocorrerá no dia 24/02/2021, às 08h00min, no Núcleo Escolar Santa Terezinha do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, situado na Rua Licínio Fabris, nº 186, Centro, neste Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

3- Serão convocados os profissionais aprovados na Chamada Pública para o Cargo de Professor de Educação Infantil e Professor de Ensino Fundamental, conforme ordem de classificação.

4- Os candidatos convocados que não estiverem presentes na sessão ou representados através de procurador legalmente constituído serão considerados desistente da vaga, sendo assim chamado o candidato na ordem subsequente. Caso o candidato se faça representar na sessão de atribuição, deverá outorgar ao seu procurador, poderes para assumir/escolher aulas, recorrer de qualquer ato da sessão, se necessário for.

5- As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município, obedecendo à ordem de classificação.

6- A prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato que não acompanhar as publicações das convocações, tomando por desistentes todos os que a ela não comparecerem.

E para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente edital.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC, 23 de fevereiro de 2021.

MARCIA DETOFOL  
Prefeita Municipal

### PRIEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13-2021

Publicação Nº 2878792

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13/2021

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Tancredo Neves, n.337, Centro, sob o CNPJ n.01.612.847/0001-90, neste ato representado por sua prefeita MARCIA DETOFOL, solteira, inscrito no CPF nº 051.289.169-95, portadora da Carteira de Identidade nº4.748.388, residente e domiciliada na AV. Tancredo Neves, Centro, Santa Terezinha do Progresso – SC resolve apostilar a Ata de Registro de Preços n. 13/2021, relativa ao Processo Licitatório n. 01/2021, PP 02/2021, celebrado entre o Município de Santa Terezinha do Progresso e a empresa Abastecedora Santa Terezinha LTDA, sob o CNPJ: 04.176.261/0001-18, representada pelo Sr. Carmelio Vater, estabelecida rua Ernesto Francisco Cardoso, N. 200, Centro, município de Santa Terezinha Do Progresso-SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo, registro de preço para aquisição de combustível tipo, GASOLINA C-ONU 3475 para abastecimento dos veículos da frota do município de Santa Terezinha do Progresso – SC, para o período de 12 meses, conforme especificações do edital e seus anexos.

Conforme notas fiscais de aquisição de GASOLINA C-ONU 3475 n.234422 e 236527 (em anexo), apresentadas pela empresa Abastecedora Santa Terezinha LTDA se comprova que houve um aumento nos valores do combustível. Com uma taxa de aumento de +11,8644% para a GASOLINA C-ONU 3475

Cláusula primária: A revisão dos valores passa a ser a seguinte:

Os valores praticados eram os seguintes:

GASOLINA C-ONU 3475: R\$4,72 (QUATRO REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)

E passam a vigorar como segue a baixo:

GASOLINA C-ONU 3475: R\$5,28 (CINCO REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS)

Cláusula Segunda: As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Terceira: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes na Ata original, não expressamente alteradas por este termo

Cláusula Quarta: Os novos valores acima mencionados passam a valer a partir da data deste documento a baixo descrita

Santa Terezinha do Progresso – SC, 23 de fevereiro de 2021.

Marcia Detofol  
Prefeita Municipal  
Contratada

Carmelio Vater  
Abastecedora Santa Terezinha LTDA  
Detentora



**QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 47/2020**

Publicação Nº 2877621

**QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 47/2020**

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Tancredo Neves, n.337, Centro, sob o CNPJ n.01.612.847/0001-90, neste ato representado por sua prefeita MARCIA DETOFOL, solteira, inscrito no CPF nº 051.289.169-95, portadora da Carteira de Identidade nº4.748.388, residente e domiciliada na AV. Tancredo neves, Centro, Santa Terezinha do Progresso – SC resolve apostilar a Ata de Registro de Preços n. 47/2020, relativa ao Processo Licitatório n.100/2020, PE 69/2020, celebrado entre o Município de Santa Terezinha do Progresso e a empresa Diamante Diesel LTDA, sob o CNPJ: 27.373.839/0001-87, representada pelo Sr. Ivan Carlos Fae, estabelecida na Linha Guaraipo, Interior, município de Maravilha – SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo, registro de preço para aquisição de combustível tipo, S10 para abastecimento dos veículos, caminhões e máquinas da frota do município de Santa Terezinha do Progresso – SC, para o período de 12 meses, conforme especificações do edital e seus anexos.

Conforme notas fiscais de aquisição de óleo diesel B S10 n.45611 e 46408 (em anexo), apresentadas pela empresa Diamante Diesel LTDA se comprova que houve um aumento nos valores do combustível. Com uma taxa de aumento de +10,89% para o óleo diesel b S10.

Cláusula primária: A revisão dos valores passa a ser a seguinte:

Os valores praticados eram os seguintes:

ÓLEO DIESEL B S10: R\$3,58 (TRÊS REAIS COM CINQUENTA E OITO CENTAVOS)

E passam a vigorar como segue a baixo:

ÓLEO DIESEL B S10: R\$3,97 (TRÊS REAIS COM NOVENTA E SETE CENTAVOS)

Cláusula Segunda: As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Terceira: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes na Ata original, não expressamente alteradas por este termo.

Cláusula Quarta: Os novos valores acima mencionados passam a valer a partir da data deste documento a baixo descrita

Santa Terezinha do Progresso – SC, 22 de fevereiro de 2021.

Marcia Detofol  
Prefeita Municipal  
Contratada

Ivan Carlos Fae  
Diamante Diesel LTDA  
Detentora

**RESULTADO PARCIAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA N 002**

Publicação Nº 2878566

**RESULTADO PARCIAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2021**

O Município de Santa Terezinha do Progresso faz saber a quem possa interessar a publicação do Resultado Parcial do Processo de Chamada Pública nº 002/2021, conforme segue:

Técnico de Enfermagem

Posição	Data Nasc.	Candidato(a)	Título	Tempo de Experiência	Total
1º	29/11/1987	Fabieli Trentin A. da Silva	0	69	1,38
2º	15/03/1991	Cristiane Spier Heep	0	12	0,24

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, 22 de fevereiro de 2021.

TATIANE BOASTIK RUTIANE BINOTTO  
Presidente Membro

ARACELY ANNE CONTE  
Membro



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### 33.2021 TOAZZA

Publicação Nº 2877905

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Aditivo	33/2021
Contrato Nº	15/2020
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	JOSE ANTONIO TOAZZA CNPJ: 35.915.373/0001-77
Objeto	O objeto do presente contrato é a Prestação de serviço de transporte de alunos Linha Stefanés, itinerários I, II e III, quilometragem dia de 30 KM dia, com estimativa de 207 dias letivos para o ano 2021, com veículo com capacidade mínima de 16 passageiros.
Valor	R\$ 35.521,20 (Trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e um reais e vinte centavos)
Vigência	Vigência de 22 de fevereiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.
Processo Nº. 01/2020	
Pregão Nº. 02/2020	
Santiago do Sul, 22 de Fevereiro de 2021	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
PREFEITO MUNICIPAL	

### 34.2021 FRANZOSI

Publicação Nº 2878526

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	17/2019
Contrato Aditivo	34/2021
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	CLEUNISE BOTTEGA FRANZOSI - ME
Objeto	Prestação de serviço de transporte de alunos linha Piccoli, itinerários I, II e III, quilometragem dia de 60 Km, com estimativa de 207 dias letivos durante o exercício de 2021, com veículo com capacidade mínima de 16 passageiros, de acordo com as especificações constante da Lista de Item – Anexo I do Edital de Pregão Presencial Nº. 86/2018 Prestação de serviço de Transporte Escolar.
Valor	R\$
Vigência	Vigência de 22 de fevereiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021
Processo Nº. 113/2018	
Pregão Nº. 86/2018.	
Santiago do Sul, 22 de Fevereiro de 2021	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
PREFEITO MUNICIPAL	

### DECRETO Nº080/2021 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº080/2021 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Pública Municipal ELIANE FERREIRA PIAIA aprovada em Processo Seletivo.





JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, em conformidade com a Lei Municipal N°677/2013, de 16 de Maio de 2013 e Edital do Processo Seletivo N°004/2019,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a partir de 08 de fevereiro de 2021, a Servidora ELIANE FERREIRA PIAIA, para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (HABILITADA), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com carga horária de 20 Horas Semanais, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2021 a 18 de dezembro de 2021, percebendo vencimento constante no anexo III, código 07.02 da Lei Municipal N°549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**DECRETO N°082-A/2021 – DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2878517

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO N°082-A/2021 – DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Dispõe sobre a Homologação da Classificação do Processo Seletivo Simplificado N°001/2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado N°001/2021,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica homologada a classificação do Processo Seletivo Simplificado N°001/2021, conforme relação a seguir:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHARELADO		
CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
ROGÉRIO MATEUS SIMON	1º	5,00

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 12 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.



**DECRETO N°082-B/2021 – DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2878522

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO N°082-B/2021 – DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre a Homologação da Classificação do Processo Seletivo Simplificado N°002/2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado N°002/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a classificação do Processo Seletivo Simplificado N°002/2021, conforme relação a seguir:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO		
CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
ALCIONE SOTIL DOS SANTOS	1º	30,08
ROSANGELA MARIANO DA SILVA	2º	29,31
SABINA MEIRA SAGAS	3º	28,28
ANA PAULA ZAT	4º	25,00
MIRIA GUIDINI SOTILLI	5º	25,00
ELAINE BRIZOLA DOS SANTOS BANDEIRA	6º	25,00
ANGELICA DOS SANTOS MACHADO	7º	25,00
ANALICE ANTUNES	8º	25,00
SIDINEIA POMPEU	9º	10,00
ELIZETE PRYMEL	10º	0,00

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 12 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**DECRETO N°083/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2878525

SUSPENDE, POR TEMPO DETERMINADO, A VOLTA AS AULAS PRESENCIAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTANCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID 19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO: o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO: o reconhecimento de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional, em 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO: o reconhecimento de Calamidade Pública até 31 de março de 2021 pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO: a Portaria n. 188 do Ministério da Saúde, que declara emergência em saúde pública de importância internacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID – 19)

CONSIDERANDO: a Portaria n. 454/GM/MS, que declara em todo o território nacional o estado de transmissão comunitária da COVID-19;

CONSIDERANDO: a emissão do Decreto Estadual n. 1.027, de 18 de dezembro de 2020, que institui novas regras para a organização das



medidas sanitárias para o enfrentamento da pandemia no Estado de Santa Catarina;  
CONSIDERANDO: o interesse público, aliado aos princípios da conveniência e oportunidade que regem os atos do Poder Executivo Municipal;  
CONSIDERANDO: as medidas sugeridas pelo Comitê Municipal de Contingenciamento de Gestão da COVID-19;  
CONSIDERANDO: a atual taxa de contaminação viral no território do Município de Santiago do Sul, bem como classificação da região Oeste como estado gravíssimo pela Matriz de Risco Potencial;  
CONSIDERANDO: a atual taxa de ocupação de leitos e UTI's dos hospitais de referência da região Oeste;  
CONSIDERANDO: as deliberações adotadas em reunião conjunta aos municípios associados à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina –AMOSC- e ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS AMOSC, em 16 de fevereiro de 2021;

**DECRETA:**

Art. 1º. FICA SUSPENSA, até o dia 01 de março de 2021, em todo o território do Município de Santiago do Sul, a volta as aulas em caráter presencial em toda rede de ensino, municipal e estadual, em todos os níveis e modalidades.

Art. 2º A partir do dia 18 de fevereiro de 2021 as aulas serão de forma remota, não presenciais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº084/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878528

SUSPENDE ATIVIDADES POR PRAZO DETERMINADO, ESTABELECE MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTANCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID 19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO: o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);  
CONSIDERANDO: o reconhecimento de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional, em 20 de março de 2020;  
CONSIDERANDO: o reconhecimento de Calamidade Pública até 31 de março de 2021 pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;  
CONSIDERANDO: a Portaria n. 188 do Ministério da Saúde, que declara emergência em saúde pública de importância internacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID – 19);  
CONSIDERANDO: a Portaria n. 454/GM/MS, que declara em todo o território nacional o estado de transmissão comunitária da COVID-19;  
CONSIDERANDO: a Portaria n. 454/GM/MS, que declara em todo o território nacional o estado de transmissão comunitária da COVID-19;  
CONSIDERANDO: a emissão do Decreto Estadual n. 1.027, de 18 de dezembro de 2020, que institui novas regras para a organização das medidas sanitárias para o enfrentamento da pandemia no Estado de Santa Catarina;  
CONSIDERANDO: o interesse público, aliado aos princípios da conveniência e oportunidade que regem os atos do Poder Executivo Municipal;  
CONSIDERANDO: as medidas sugeridas pelo Comitê Municipal de Contingenciamento de Gestão da COVID-19;  
CONSIDERANDO: a atual taxa de contaminação viral no território do Município de Santiago do Sul, bem como classificação da região Oeste como estado gravíssimo pela Matriz de Risco Potencial;  
CONSIDERANDO: a atual taxa de ocupação de leitos e UTI's dos hospitais de referência da região Oeste;  
CONSIDERANDO: as deliberações adotadas em reunião conjunta aos municípios associados à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina –AMOSC- e ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS AMOSC, em 16 de fevereiro de 2021;

**DECRETA:**

Art. 1º. FICAM PROIBIDAS, até o dia 01 de março de 2021, em todo o território do Município de Santiago do Sul as seguintes atividades:  
I – De consumo no local, em bares, petiscarias, cervejarias, lanchonetes e outros locais destinados ao consumo predominantemente de bebidas alcoólicas.  
II – Todas as atividades religiosas presenciais, em templos, igrejas e congêneres;  
III – Todas as atividades esportivas de caráter recreativo (futebol, futsal, baralho, sinuca, cinquillo, bocha rolada, e similares);  
IV – Todos os eventos e competições esportivas de caráter amador, bem como a participação de atletas que representem a DME ou o Município em competições esportivas deste caráter fora da sede do município;



V – Todas as atividades de casas noturnas (boates, bailes e congêneres);

VI – Apresentações artísticas de qualquer natureza em bares, restaurantes, eventos sociais e assemelhados (atração musical mecânica e ao vivo);

VII – Eventos de caráter social, de qualquer natureza, realizados por Clubes e Associações privadas;

Art. 2º. Os restaurantes localizados no Município de Santiago do Sul poderão funcionar para atendimento do público externo, mediante o atendimento da lotação máxima preconizada pela Secretaria de Estado da Saúde – 50% (cinquenta por cento) das pessoas sentadas -, das 10:00 às 14:00 e 18:00 às 22:00 de cada dia.

§ 1º. Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquele destinado a servir almoço e jantar, nos horários correspondentes aos definidos no caput.

§ 2º. O atendimento deverá atender, rigorosamente, às determinações das autoridades estaduais de saúde relativas à pandemia, especialmente a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção facial, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis, e todas as demais estabelecidas pelos protocolos sanitários vigentes.

§ 3º. A limitação de horário estabelecida no caput não se aplica ao serviço de delivery e tele-entrega.

Art. 3º. Fica proibido o consumo de bebidas alcóolicas em áreas públicas e compartilhadas (ruas, praças, passeios, canteiros, estacionamentos, acessos de trevos, áreas vicinais de rodovias, pátios de postos de combustíveis e demais áreas similares).

Art. 4º. Fica determinado o fechamento das praças municipais, canchas de bocha, centro de múltiplo uso e demais equipamentos públicos de fácil acesso.

Parágrafo único. Fica, igualmente, proibido a permanência de pessoas nos locais públicos citados.

Art. 5º. Fica autorizado o funcionamento de academias, desde que respeitada a ocupação máxima de 30% (trinta por cento) da capacidade, e cumpridas as demais normas sanitárias estaduais para a matéria.

Art. 6º. Fica restrito o acesso simultâneo de, no máximo, 02 (duas) pessoas do mesmo grupo familiar aos estabelecimentos comerciais em geral e espaços públicos (supermercados, lojas e congêneres).

§ 1º. Fica estabelecida, na forma da normatização estadual, a limitação de entrada e permanência de pessoas nos estabelecimentos citados no caput a 50% (cinquenta por cento) da capacidade do estabelecimento.

§ 2º. Os responsáveis pelos estabelecimentos deverão providenciar controle de acesso, marcação de lugares reservados aos clientes, se for o caso, controle da área externa do estabelecimento e a observância da distância mínima de 1,5 metros entre os usuários.

§ 3º. Os responsáveis pelos estabelecimentos deverão providenciar a disponibilização de álcool gel 70% para higienização das mãos dos clientes e cobrar a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção facial por todos os funcionários e clientes e/ou usuários.

Art. 7º. As determinações previstas neste dispositivo normativo caracterizam normas destinadas a promoção, preservação e recuperação da saúde pública do Município, bem como combate a pandemia e integram o rol de medidas de enfrentamento à emergência internacional de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus – COVID 19.

Art. 8º. A fiscalização do cumprimento das presentes medidas fica a cargo da Polícia Militar, Polícia Civil e Vigilância Sanitária e Epidemiológica Municipal.

Art. 9º As disposições do Decreto Municipal nº 395/2020, que não contrariem a presente norma, permanecem em vigor.

Art. 10º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## DECRETO Nº088/2021 - DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878539

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº088/2021 - DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Dispõe sobre a Nomeação de CLAUDIO PEREIRA para Cargo em Comissão.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei



Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos),

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado CLAUDIO PEREIRA para o Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR, Grupo 6, Código 06.06, Nível CC-1, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, carga horária com dedicação integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº093/2021 – DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878569

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº093/2021 – DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre a Nomeação ROSANGELA MARIANO DA SILVA RIGO Aprovada em Processo Seletivo.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital do Processo Seletivo Nº002/2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir do dia 22 de fevereiro de 2021, ROSANGELA MARIANO DA SILVA RIGO, para ocupar o Cargo Temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Grupo 01 (Serviços Gerais – SEG), Nível 16, Código 01.01, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Processo Seletivo nº 002/2021, Carga horária de 40 Horas Semanais, com início em 22 de fevereiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021, tendo em vista, que a Servidora Efetiva Marilene Valcarengi Toazza está afastada para desempenhar cargo eletivo de Conselheira Tutelar.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 19 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº 089/2021 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878541

DECRETO Nº 089/2021 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.



JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.1.011/2020, de 10 de dezembro de 2020,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.1.011/2020 de 10/11/2020, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 7.813,15 (Sete mil, oitocentos e treze reais e quinze centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.028 – Manutenção Atividades Unidade Sanitária

Atividade: 2.028 – Manutenção Atividades Unidade Sanitária

Natureza da Despesa: 3.3.93.00-DR 0.3.38 – Aplicações Diretas (55).....R\$ 7.813,15

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.38.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,

Estado de Santa Catarina, em 18 de Fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

**DECRETO Nº. 081/2021 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878510

DECRETO Nº. 081/2021 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.1.011/2020, de 10 de dezembro de 2020,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.1.011/2020 de 10/12/2020, no valor de R\$ 2.090,00 (Dois mil e noventa reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 – Transportes

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0023 - Provias

Ação: 1.037 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Atividade: 1.037 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas (192) ..... R\$ 2.090,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários/Exercícios Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,

Estado de Santa Catarina, em 05 de Fevereiro de 2021.

Registrado e Publicado em data supra.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Edivan Mattiello



Coordenador de Departamento – Sec.Administração

**DECRETO Nº. 082/2021 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878515

DECRETO Nº. 082/2021 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.1011/2020, de 10 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.1011/2020 de 10/12/2020, no valor de R\$ 1.319,00 (Um mil trezentos e dezenove reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0021 – Santiago Viver Melhor

Ação: 2.046 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS

Atividade: 2.046 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas (191) ..... R\$ 1.319,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários/Exercícios Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 05 de Fevereiro de 2021.

Registrado e Publicado em data supra.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Edivan Mattiello

Coordenador de Departamento – Sec.Administração

**DECRETO Nº. 085/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878531

DECRETO Nº. 085/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.1011/2020, de 10 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.1011/2020 de 10/12/2020, no valor de R\$ 19.021,66 (Dezenove mil e vinte e um reais e sessenta e seis centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secretária Munic. de Educação Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretária Munic. de Educação Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – Toda Criança na Escola

Ação: 2.016 – TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Atividade: 2.016 – TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.44 – Aplicações Diretas (193) ..... R\$ 19.021,66

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.44 – Recursos do PNATE/Exercícios Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 17 de Fevereiro de 2021.

Registrado e Publicado em data supra.  
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº. 096/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878576

DECRETO Nº. 096/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 1015/2021, de 19 de Fevereiro de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.1011/2020 de 10/12/2020, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 – Sec. Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – Saúde Qualidade  
Ação: 1.016 – Aquisição de Veículos  
Atividade: 1.016 – Aquisição de Veículos  
Natureza da Despesa: 4.4.90.00-D.R.0.3.78 - Aplicações Diretas ..(57) ..... R\$ 80.000,00.

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.1.78 – Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências da União, disponíveis na conta bancária nº. 36.613-0 Ag.1393-5 Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 22 de Fevereiro de 2021.

Registrado e Publicado em data supra.  
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

## **DECRETO Nº.086/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878535

DECRETO Nº.086/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.1011/2020, de 10 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.1011/2020 de 10/12/2020, no valor de R\$ 203,00 (Duzentos e três reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 – Sec. Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Munic.de Assistência Social  
Função: 08 – Assistência Social



Subfunção: 244 – Assistência Comunitária  
Programa: 0016 – Proteção Social Básica  
Ação: 2.040 – Manutenção Programa de Proteção Básica - CRAS  
Atividade: 2.040 – Manutenção Programa de Proteção Básica – CRAS  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00-D.R.0.3.65- Aplicações Diretas ..(185) ..... R\$ 203,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.65 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social/FEAS Estado, disponíveis na conta bancária 28.673-7 Ag.1393-5 Bco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 17 de Fevereiro de 2021.

Registrado e Publicado em data supra.  
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

### **DECRETO Nº.087/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878537

DECRETO Nº.087/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.1011/2020, de 10 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.1011/2020 de 10/12/2020, no valor de R\$ 340,00 (Trezentos e quarenta reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 – Sec. Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Munic.de Assistência Social  
Função: 08 – Assistência Social  
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária  
Programa: 00015 – Gestão da Política da Assistência Social  
Ação: 2.038 – MANUT. ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Atividade: 2.038 – MANUT. ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00-D.R.0.3.35- Aplicações Diretas ..(182) ..... R\$ 340,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.35 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social/SUAS União, disponíveis na conta bancária 36.066-x Ag.1393-5 Bco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 17 de Fevereiro de 2021.

Registrado e Publicado em data supra.  
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

### **DECRETO Nº.090/2021 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878543

DECRETO Nº.090/2021 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que



lhes são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.1011/2020, de 10 de dezembro de 2020,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.1011/2020 de 10/12/2020, no valor de R\$ 8.200,83 (Oito mil, duzentos reais e oitenta e três centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Sec. Municipal Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 – Sec. Municipal Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 7 – Toda a Criança na Escola  
Ação: 2.014 – MANUT. ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Atividade: 2.014 – MANUT. ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00-D.R.0.3.36- Aplicações Diretas ..(194).... R\$ 8.200,83

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.36 – Salário Educação, disponíveis na conta bancária 11.847-8 Ag.1393-5 Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 18 de Fevereiro de 2021.

Registrado e Publicado em data supra.  
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº.091/2021 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878549

DECRETO Nº.091/2021 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.1011/2020, de 10 de dezembro de 2020,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.1011/2020 de 10/12/2020, no valor de R\$ 2.395,32 (Dois mil Trezentos e noventa e cinco reais e trinta e dois centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Sec. Municipal Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 – Sec. Municipal Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 365 – Ensino Infantil  
Programa: 7 – Toda a Criança na Escola  
Ação: 2.063 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA CRECHE  
Atividade: 2.063 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA CRECHE  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00-D.R.0.3.36- Aplicações Diretas ..(195) ..... R\$ 2.395,32

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.36 – Salário Educação, disponíveis na conta bancária 11.847-8 Ag.1393-5 Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 18 de Fevereiro de 2021.

Registrado e Publicado em data supra.  
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal



Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº.092/2021 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878553

DECRETO Nº.092/2021 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.1011/2020, de 10 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.1011/2020 de 10/12/2020, no valor de R\$ 5.056,70 (Cinco mil, cinquenta e seis reais e setenta centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Sec. Municipal Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 – Sec. Municipal Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 365 – Ensino Infantil  
Programa: 7 – Toda a Criança na Escola  
Ação: 2.010 – MANUT. ATIVIDADES EDUCAÇÃO INFANTIL  
Atividade: 2.010 – MANUT. ATIVIDADES EDUCAÇÃO INFANTIL  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00-D.R.0.3.36- Aplicações Diretas ..(196) ..... R\$ 5.056,70

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.36 – Salário Educação, disponíveis na conta bancária 11.847-8 Ag.1393-5 Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 18 de Fevereiro de 2021.

Registrado e Publicado em data supra.  
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº.094/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878570

DECRETO Nº.094/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.1011/2020, de 10 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.1011/2020 de 10/12/2020, no valor de R\$ 986,00 (Novecentos e oitenta e seis reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 – Sec. Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Munic.de Assistência Social  
Função: 08 – Assistência Social  
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária  
Programa: 0016 – Proteção Social Básica  
Ação: 2.040 – Manutenção Programa de Proteção Básica - CRAS  
Atividade: 2.040 – Manutenção Programa de Proteção Básica – CRAS  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00-D.R.0.3.65 - Aplicações Diretas ..(185).. .....R\$ 986,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.65 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social/FEAS



Estado, disponíveis na conta bancária 36210-7 Ag.1393-5 Bco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 22 de Fevereiro de 2021.

Registrado e Publicado em data supra.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Edivan Mattiello

Coordenador de Departamento – Sec.Administração

## **DECRETO Nº095/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878572

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº095/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Declara Estável a Servidora Pública Municipal AISLAN KERLI CENI e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o § 4º, do Art. 41 da Constituição Federal, Art. 6º da Emenda Constitucional nº19 e o Art. 20, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica Declarado estável a Servidora Pública Municipal, Senhora AISLAN KERLI CENI, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, aprovada em concurso público e nomeado através do Decreto Nº042/2018 - de 01 de fevereiro de 2018, por ter atingido a média de pontos exigidos nas avaliações semestrais durante o período do Estágio Probatório e em cumprimento ao Disposto no Art. 19, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

## **PORTARIA Nº 052/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878402

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 052/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Revoga a Portaria n. 029/2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Considerando que o servidor não gozou dos dias de férias informados na Portaria n. 029/2021.



**RESOLVE:**

Art.1º REVOGAR a Portaria n. 029/2021 que Complementou as FÉRIAS INTERROMPIDAS do Servidor Público Municipal FABIANO BOTTEGA, tendo em vista que os fatos não aconteceram.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**PORTARIA Nº041/2021 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878333

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº041/2021 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Concede Férias a Servidora Pública Municipal TAINARA CRISTINA RIGO.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal TAINARA CRISTINA RIGO, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 18 de fevereiro de 2020 à 17 de fevereiro de 2021 à serem Gozadas no período de 18 de fevereiro de 2021 à 19 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**PORTARIA Nº042/2021 – DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878337

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº042/2021 – DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal EDIVAN MATTIELLO e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,



**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal EDIVAN MATTIELLO, ocupante do Cargo de CO-ORDENADOR DE DEPARTAMENTO, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 08 (oito) dias, ou seja, do dia 08 de fevereiro de 2021 a 15 de fevereiro de 2021, conforme atestado médico

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº043/2021 – DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878339

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

**PORTARIA Nº043/2021 – DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021**

Concede Licença por Motivo de Pessoa Doente da Família o Servidor Público Municipal ARONILDO PEREIRA FLOR e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA o Servidor ARONILDO PEREIRA FLOR, ocupante do Cargo de ASS, ISENTANTE SOCIAL, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social-CRAS, pelo período de 11 (onze) dias, ou seja, do dia 09 de fevereiro de 2021 ao dia 19 de fevereiro de 2021, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 09 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**PORTARIA Nº044/2021 – DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878378

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

**PORTARIA Nº044/2021 – DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.**

Complementa as férias da Servidora Pública Municipal CAMILA PEREIRA DOS SANTOS e dá Outras Providências.



JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar N°009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º COMPLEMENTAR AS FÉRIAS INTERROMPIDAS da Servidora Pública Municipal CAMILA PEREIRA DOS SANTOS ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 01 (um) dia, a contar no dia 15 de fevereiro de 2021.

Parágrafo Único. Fica a servidora autorizada a gozar 01 (um) Dia de férias consecutivas, interrompidas pela Portaria N°017/2021, de 25 de janeiro de 2021, sem perceber remuneração das mesmas por já ter sido pagas na época.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 12 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**PORTARIA N°045/2021 – DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação N° 2878383

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA N°045/2021 – DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre o retorno ao trabalho do Servidor Público Municipal EDEMILSON MENEGAT e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar n°009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e,

CONSIDERANDO o novo atestado médico informando que o servidor está apto para o retorno de atividades laborais.

**RESOLVE:**

Art. 1º Confirmar o retorno ao trabalho do Servidor EDEMILSON MENEGAT, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir de 12 de fevereiro de 2021, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 12 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.



**PORTARIA Nº046/2021 – DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878385

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº046/2021 – DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

Interrompe Férias do Servidor Público Municipal TIAGO DE PARIS e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 68, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º INTERROMPER as férias do Servidor Público Municipal TIAGO DE PARIS, ocupante do Cargo de TECNICO EM AGROPECUÁRIA, com carga horária de 40 horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para dar andamento aos serviços pertinentes a Secretaria.

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar os 16 (dezesesseis dias) Dias consecutivos de férias, concedidas pela PORTARIA Nº018/2021 – DE 25 DE JANEIRO DE 2021, quando desejar, mediante emissão de nova Portaria para complementação do período de gozo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 15 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**PORTARIA Nº047/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878388

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL  
PORTARIA Nº047/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Interrompe Férias do Servidor Público Municipal IVAN CARLOS GROLI e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 68, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º INTERROMPER as férias do Servidor Público Municipal IVAN CARLOS GROLI, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, com carga horária de 40 horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para dar andamento aos serviços pertinentes a Secretaria.

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar os 06 (seis dias) Dias consecutivos de férias, concedidas pela PORTARIA Nº026/2021 – DE 29 DE JANEIRO DE 2021, quando desejar, mediante emissão de nova Portaria para complementação do período de gozo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico



**PORTARIA Nº048/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878392

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº048/2021 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Define o servidor Wagner Douglas Franzosi, OAB/SC n. 48.265 como responsável pela Procuradoria do Município para fins de cadastro junto ao sistema EPROC do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º Definir como responsável pela Procuradoria do Município para fins de cadastro junto ao sistema EPROC do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o servidor Wagner Douglas Franzosi, advogado inscrito na OAB/SC sob o n. 48.265, ocupante do cargo de Assessor Jurídico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº049/2021 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878396

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº049/2021 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal CAMILA PEREIRA DOS SANTOS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal CAMILA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, do dia 18 de fevereiro de 2021 a 19 de fevereiro de 2021, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.



**PORTARIA Nº050/2021 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878397

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº050/2021 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal EDIVAN MATTIELLO e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal EDIVAN MATTIELLO, ocupante do Cargo de CO-ORDENADOR DE DEPARTAMENTO, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 04 (quatro) dias, ou seja, do dia 17 de fevereiro de 2021 a 20 de fevereiro de 2021, conforme atestado médico

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 17 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº051/2021 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878400

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº051/2021 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

Interrompe Férias da Servidora Pública Municipal TAINARA CRISTINA RIGO dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 68, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º INTERROMPE a partir dia 22 de fevereiro de 2021 as férias da Servidora Pública Municipal TAINARA CRISTINA RIGO, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para dar andamento aos serviços pertinentes a Secretaria.

Parágrafo Único. Fica a servidora autorizada a gozar 12 (doze) Dias de férias, concedidas pela PORTARIA Nº041/2021 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021, quando desejar, mediante emissão de nova Portaria para complementação do período de gozo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.



**PORTARIA Nº053/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878403

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº053/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal VANDERLI JOSÉ PEDROTTI e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal VANDERLI JOSÉ PEDROTTI, ocupante do Cargo de TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO,, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 07 (sete) dias, ou seja, do dia 17 de fevereiro de 2021 a 23 de fevereiro de 2021, conforme atestado médico

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 17 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**PORTARIA Nº054/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878405

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº054/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Licença por Motivo de Pessoa Doente da Família ao Servidor Público Municipal JORGE LUIS PEREIRA DOS SANTOS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA ao Servidor Público Municipal JORGE LUIS PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social- CRAS, pelo período de 08 (oito) dias, ou seja, no dia 18 de fevereiro de 2021 a 25 de fevereiro, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.



**PORTARIA Nº055'/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878424

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº055'/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal NOELY REINHOLD ORLANDI e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal NOELY REINHOLD ORLANDI ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 07 (sete) dias, ou seja, do dia 19 de fevereiro de 2021 ao dia 25 de fevereiro de 2021, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 19 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**PORTARIA Nº056/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878427

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº056/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Licença por Motivo de Pessoa Doente da Família ao Servidor RUDINEI TOAZZA e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA ao Servidor RUDINEI TOAZZA, ocupante do Cargo de FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 18 de fevereiro de 2021, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 18 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.



**PORTARIA Nº057/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878430

.ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº057/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Licença por Motivo de Pessoa Doente da Família a Servidora MARLEI VALCARENGHI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA a Servidora MARLEI VALCARENGHI, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 05 (cinco) dias, ou seja, do dia 22 de fevereiro de 2021 a 26 de fevereiro de 2021, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

**PORTARIA Nº058/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878432

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº058/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal TAINA BANDIERA e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal TAINA BANDIERA, ocupante do Cargo de ENFERMEIRA, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 08 (oito) dias, ou seja, do dia 22 de fevereiro de 2021 a 01 de março de 2021, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.



**PORTARIA Nº059/2019 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878481

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº059/2019 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora ELIANI COMACHIO SARETTO e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal ELIANI COMACHIO SARETTO, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 09 (nove) dias, ou seja, do dia 22 de fevereiro de 2021 até 02 de março de 2021, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

**PORTARIA Nº060/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878482

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº060/2021 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor VALDECIR ANTONIO SARETTO e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal VALDECIR ANTONIO SARETTO, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 09 (nove) dias, ou seja, do dia 22 de fevereiro de 2021 até 02 de março de 2021, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração



**PORTARIA Nº061/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878484

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº061/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora DAIANE GUEDES e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora DAIANE GUEDES, ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 23 de fevereiro de 2021, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 23 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**PORTARIA Nº062/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878488

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº062/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Complementa as férias da Servidora Pública Municipal CLEDENICE APARECIDA LUNEDO PACAZZA e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º COMPLEMENTAR AS FÉRIAS INTERROMPIDAS da Servidora Pública Municipal CLEDENICE APARECIDA LUNEDO PACAZZA ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 01 (um) dia, a contar no dia 15 de fevereiro de 2021.

Parágrafo Único. Fica a servidora autorizada a gozar 01 (um) Dia de férias consecutivas, interrompidas pela Portaria Nº017/2021, de 25 de janeiro de 2021, sem perceber remuneração das mesmas por já ter sido pagas na época.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 15 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 23 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.



**PORTARIA Nº063/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878491

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº063/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal ELENI ANA DE CONTO PAZINATTO e da outra providência.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal ELENI ANA DE CONTO PAZINATTO ocupante do Cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (HABILITADA), Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 14 (quatorze) dias, ou seja, do dia 22 de fevereiro de 2021 ao dia 07 de março de 2021, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 22 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**PORTARIA Nº064/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878496

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº064/2021 – DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal SANDRA MARA BOTTEGA e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal SANDRA MARA BOTTEGA, ocupante do Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 05 (cinco) dias, ou seja, do dia 23 de fevereiro de 2021 a 27 de fevereiro de 2021, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 23 de fevereiro de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.



# Santo Amaro da Imperatriz

## PREFEITURA

### CONTRATO 28/2021 - BETHA

Publicação Nº 2878639

CONTRATO Nº 28, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 123/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

#### 1. Partes:

a) A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Governador Ivo Silveira, 306 - Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.892.324/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Ricardo Lauro da Costa, brasileiro, divorciado, empresário, portador do CPF nº 781.394.069-53, e Carteira de Identidade nº 2563273, residente e domiciliado à Rua Frei Fidêncio Feldmann, 222, bloco 2, apto 304, Centro, nesta cidade, doravante denominado Contratante.

b) Betha Sistemas Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 00.456.865/0001-67, com sede a Rua João Pessoa, nº 134, 1º andar, centro – Criciúma –SC, neste ato representada pelo senhor Ernesto Muniz de Souza Júnior, advogado, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 50/2019, na modalidade de Pregão Presencial, homologado em 19/12/2019, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar a contratação de empresa especializada em aplicativos de informática para Migração, Implantação, Treinamento e Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública e prestação de serviços correlatos, aditar o contrato, para fazer constar as seguintes alterações:

#### Cláusula Primeira – DO OBJETO

Fica suprimido do objeto do contrato, o aplicativo Ponto Eletrônico, no valor mensal de R\$ 573,71 (quinhentos e setenta e três reais e setenta e um centavos) a partir do mês de Janeiro/2021, nos termos do art. 65, § 2º, da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Santo Amaro da Imperatriz, em 19 de fevereiro de 2021.

Município de Santo Amaro da Imperatriz  
Contratante

Betha Sistemas Ltda  
Contratada

Nome:  
CPF n.º

Nome:  
CPF n.º

### CONTRATO Nº 27/2021

Publicação Nº 2877750

CONTRATO Nº 27, de 19 de FEVEREIRO de 2021.

5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2019, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA QUANTUM ENGENHARIA LTDA.

#### 1. Cláusula Primeira - Das Partes

a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Ricardo Lauro da Costa, brasileiro, divorciado, empresário, CPF 781.394.069-53, residente e domiciliado à Rua Frei Fidêncio Feldmann, nº 222, no Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) QUANTUM ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.094.640/0001-72, com sede à Rua Dom Pedro II, nº 63, Capoeiras, na cidade de Florianópolis/SC, neste ato representada por seu sócio senhor Gilberto Vieira Filho, brasileiro, residente e domiciliado à Rua Pedro Alexandrino, 34, apto 302, CEP 88056240, Cachoeira do Bom Jesus, na cidade de Florianópolis/SC doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 15/2019, homologado em 12/04/2019, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

#### 2. Cláusula Segunda – Do Valor e Forma de Pagamento

Considerando a solicitação da empresa, em comum acordo com o coordenador do Convenio PEE, referente ao Contrato nº 23/2019, para



execução da adequação da infraestrutura no sistema de iluminação pública, fica suprimido o valor de R\$ 2.323,19 e aditivado o valor de R\$ 5.367,37 gerando um reflexo financeiro positivo de 0,32%, cfe. planilhas de readequação anexa, passando o contrato principal para R\$ 942.408,80.

### 3. Cláusula Quarta - Das demais cláusulas

Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas e ratificadas todas as disposições nelas contidas. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 19 de fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Contratante

GILBERTO VIEIRA FILHO  
Contratado

Testemunhas:

## DECRETO Nº 7.109/2021

Publicação Nº 2879074

DECRETO Nº 7.109, de 03 de Fevereiro de 2021.

CONCEDE PROGRESSÕES À SERVIDORES DE ACORDO COM O ARTIGO 62, § 1º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 59, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, de acordo com o disposto nos artigos 62, § 1º, da Lei Complementar nº 59, de 17 de Dezembro de 2009 e de acordo com o disposto no artigo 11 da Lei Complementar nº 90, de 25 de Outubro de 2011

RESOLVE :

Art. 1º - Conceder Progressão relativa ao período aquisitivo de 2019/2020 aos seguintes servidores:

MATRICULA	N O M E S	CARGO	NÍVEL/REFERÊNCIA QUE SE ENCONTRAVA	NÍVEL/REFERÊNCIA A QUE TEM DIREITO
2931	Aldinéia de Souza Duarte	Professora da Educação Básica	A-IV-F	A-IV-G
5207	Ana Beatriz Folster dos Santos	Professora da Educação Básica	A-IV-B	A-IV-C
3091	Ana Paula Cardozo	Professora da Educação Básica	A-IV-F	A-IV-G
1600	Analucia Luzia Vieira	Professora da Educação Básica	A-IV-G	A-IV-H
6023	Andréia Maria do Nascimento Felisbino	Professora da Educação Básica	A-III-A	A-III-B
2693	Cicero Clóvis da Silva	Professor da Educação Básica	A-IV-H	A-IV-I
5663	Cleide Cristina Kraisch da Silva	Professora da Educação Básica	A-IV-A	A-IV-B
2584	Eduardo Silveira Costa	Professor da Educação Básica	A-IV-H	A-IV-I
3209	Eliane da Silva	Professora da Educação Básica	A-IV-D	A-IV-E
3093	Elisângela da Silva Souza Machado	Professora da Educação Básica	A-IV-F	A-IV-G
3210	Fabiane Elza Turnes	Professora da Educação Básica	A-IV-F	A-IV-G
3768	Fernanda da Silva	Professora da Educação Básica	A-IV-D	A-IV-E
5211	Josiane Dinalva Ferreira de Souza	Professora da Educação Básica	A-IV-B	A-IV-C
3206	Karina Raimundo Henrique	Professora da Educação Básica	A-IV-F	A-IV-G
5212	Leticia da Rosa Freitas	Professora da Educação Básica	A-IV-B	A-IV-C
3040	Magnun Souza Voges	Professor da Educação Básica	A-V-F	A-V-G
5644	Maroli Merencia Rodrigues de Pieri	Professora da Educação Básica	A-IV-B	A-IV-C
6322	Matildes Merencia Rodrigues da Silva	Professora da Educação Básica	A-IV-A	A-IV-B
3097	Meri Terezinha da Rosa do Nascimento	Professora da Educação Básica	A-IV-F	A-IV-G
5059	Michele Hemsing Meurer	Professora da Educação Básica	A-IV-B	A-IV-C
3099	Poliane de Espíndola Folster	Professora da Educação Básica	A-IV-F	A-IV-G
3208	Rosiane Monteiro	Professora da Educação Básica	A-IV-F	A-IV-G
5215	Rosimeri Maria de Espíndola da Rosa	Professora da Educação Básica	A-IV-B	A-IV-C
5956	Shirley Karla Dias Veríssimo	Professora da Educação Básica	A-IV-A	A-IV-B
3100	Sônia Duarte Rachadel	Professora da Educação Básica	A-IV-F	A-IV-G
3271	Suelen Silva Veiga	Professora da Educação Básica	A-IV-F	A-IV-G
5216	Suely Zulmira Nunes	Professora da Educação Básica	A-IV-B	A-IV-C
3101	Vânia Hillesheim de Abreu	Professora da Educação Básica	A-IV-F	A-IV-G
3665	Zaidir Ventura	Professora da Educação Básica	A-IV-D	A-IV-E

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/02/2021.

Registre-se e Publique-se



Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 7.126/2021**

Publicação Nº 2879068

DECRETO Nº 7.126, de 15 de Fevereiro de 2021.

NOMEA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 59, XVI, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 23 e seguintes, da Lei Complementar nº 060/09, resolve

NOMEAR :

PAOLA OLIVEIRA DA ROSA, brasileira, casada, CPF nº 037.456.420-58, para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, ANMEF-B-I-A, com 30 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 7.128/2021**

Publicação Nº 2879062

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 7.128, de 15 de Fevereiro de 2021.

RETIFICA O DECRETO Nº 7.108, DE 03/02/2021

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

R E T I F I C A R :

O Decreto nº 7.108/2021 concede reenquadramento a servidora DEBORA DA SILVEIRA GASPARG, onde constou nível A-IV referência A leia-se nível A-IV referência B.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 7.129/2021**

Publicação Nº 2879064

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 7.129, de 15 de Fevereiro de 2021.

RETIFICA O DECRETO Nº 7.109, DE 03/02/2021

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve



**RETIFICAR :**

O Decreto nº 7.109/2021 concede progressões ao servidor CICERO CLÓVIS DA SILVA, onde constou nível A-IV referência H leia-se nível A-IV referência I.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7.130/2021**

Publicação Nº 2879075

DECRETO Nº 7.130, de 15 de Fevereiro de 2021.

**NOMEA SERVIDORA**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 59, XVI, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 23 e seguintes, da Lei nº 060/09, resolve

**NOMEAR :**

ANA PAULA SILVA DE SOUZA, brasileira, união estável, CPF nº 738.542.045 - 15, para o cargo efetivo de Enfermeira, com 40 horas semanais, cujas atribuições e remuneração encontram-se na Lei Complementar nº 34/2005.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7.132/2021**

Publicação Nº 2879096

DECRETO Nº 7.132, de 16 de Fevereiro de 2021.

**NOMEA SERVIDORA**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 59, XVI, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 23 e seguintes, da Lei nº 060/09, resolve

**NOMEAR :**

MARIAH FERNANDES SILVA, brasileira, solteira, CPF nº 051.173.419 - 02, para o cargo efetivo de Médica, com 40 horas semanais, cujas atribuições e remuneração encontram-se na Lei Complementar nº 34/2005.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 16 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7.133/2021**

Publicação Nº 2879093

DECRETO Nº 7.133, de 16 de Fevereiro de 2021.

**EXONERA SERVIDORA**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo Administrativo nº 009/2020, resolve



**EXONERAR :**

GIZELLE ZETTERMANN MACHADO, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, exercendo funções na Escola Básica Municipal Vila Santana, com 30 horas semanais, a partir de 16/02/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 16 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7.136/2021**

Publicação Nº 2879149

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 7.136, de 22 de Fevereiro de 2021.

NOMEA SERVIDORA PARA OCUPAR

CARGO EM COMISSÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e de acordo com a Lei Complementar nº 51, de 18 de Fevereiro de 2009, resolve

NOMEAR:

ROBERTA MARIA DA SILVA DOS SANTOS, para o Cargo em Comissão de Coordenador do CAPS, a partir de 22/02/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 22 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.493/2021**

Publicação Nº 2879133

PORTARIA Nº 15.493, de 16 de Fevereiro de 2021.

CONCEDE ADICIONAL DE

REGÊNCIA DE CLASSE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme de acordo com o art. 99 da Lei Complementar nº 059, de 17/12/2009, resolve

CONCEDER :

Adicional de Regência de Classe na ordem de 10% (dez por cento) a:

Matrícula	Nome
8422	Tamara Thais Machado

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 16 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.416/2021**

Publicação Nº 2879148

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.416, de 03 de Fevereiro de 2021.

**DESIGNA SERVIDORA**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar nº 132/2013 e 225/2019, resolve

**D E S I G N A R :**

De acordo com o Artigo 272, IV da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009

SAMARA KATIANA DA SILVA, para responder pela função de Assessora de Direção da Escola Municipal Vila Santana, a partir de 03/02/2021 à 31/12/2021, com 40 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.459/2021**

Publicação Nº 2879110

PORTARIA Nº 16.459, de 15 de Fevereiro de 2021.

**DESIGNA BOLSISTAS**

O Prefeito Municipal do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1.170, de 12 de Dezembro de 1996, resolve

**D E S I G N A R:**

ALICE SCHMITZ, ANA ALICE MARTINS, ANA BEATRIZ PATRICIO, ANA JULIA ROHLING SCHNEIDER, ANA JÚLIA RODRIGUES CARDOSO, BARBARA MARTINS PRIM, BEATRIZ APARECIDA DA CUNHA, BEATRIZ DA SILVA, BEATRIZ DA SILVA LOHN, BRENDA WINNE CARVALHO DOS SANTOS, CAROLINE MARTINS HILLESHEIN, ELAINE RAMOS MARAFIGO, EMILY NICOLE KERN MANDUCA, ERICA KRAUS DE SOUZA, ESTEFANI MARIA KLAUMANN, GABRIELA BEATRIZ DA SILVA, GABRIELLY MEDEIROS LEHMKUHL, GABRIELLI MACHADO FARIAS, ISADORA PEREIRA TORQUATO, ISADORA SOUZA, JENNIFER RIBEIRO DE SOUZA, JESSICA HAMES, JOÃO VITOR AMARAL DAUFENBACH, JULIA MANUELA TURNES, KAMILE VITÓRIA TAVARES, KAYLANE EBERT PEREIRA, KELI CRISTINA BACKES, KETLYN FERNANDA ROSA, LARISSA MATIAS DE SOUZA, LARYSSA DA SILVA BACK, MARIANA RENNA DE NEGREIROS COSTA, MARIA CLARA SANTOS DO CARMO, MARIA EDUARDA FERREIRA MACIEL, MARIA EDUARDA JESUS DA SILVA, MARINA GABRIELA BEPLER, NATALHIA MEDEIROS PFLEGER, NICOLE BELMIRO REZENDE, NICOLY ROBERTA FORTKAMP, RAISSA LUANA BASNIAK, SABRINA NATALIA MARTINS DE SOUZA, SCHAYANE ROSA DOS PASSOS, SUELLEN CRISTINY SOUZA, RODOLFO KUKULKA ZILIOOTTO JUNIOR, VANESSA BRUCH, VANESSA FRAGA ROCKER, VITÓRIA PALHANO CAMPOS, YASMIN ANTUNES LAUTERT, brasileiros, estudantes, para desempenharem atividades Ligadas ao Programa de Bolsa de Trabalho junto a Secretaria da Educação e Esportes, com jornada de Trabalho/Estágio igual há quatro horas diária e vencimento previsto em lei, a partir de 15/02/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.461/2021**

Publicação Nº 2879059

PORTARIA Nº 16.461, de 15 de Fevereiro de 2021.  
DISPENSA SERVIDORAS DAS FUNÇÕES QUE ESPECIFICA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve



**D I S P E N S A R :**

JANAINA LEHMKUHL ROSA, das funções de professora responsável pela parte administrativa e pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Recanto Feliz.

MATILDES MERENCIA RODRIGUES DA SILVA, das funções de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Recanto Feliz.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.462/2021**

Publicação Nº 2879061

PORTARIA Nº 16.462, de 15 de Fevereiro de 2021.

DESIGNA SERVIDORAS PARA RESPONDER  
PELAS FUNÇÕES QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**D E S I G N A R :**

GABRIELA DUARTE VENTURA, para responder pelas funções de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Recanto Feliz, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

VANESSA FERREIRA FOLSTER, para responder pelas funções de professora responsável pela parte administrativa e pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Recanto Feliz, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.463/2021**

Publicação Nº 2879079



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 16.463, de 15 de Fevereiro de 2021.

**CONCEDE INSALUBRIDADE**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o exercício em atividades potencialmente insalubres, conforme realização de Perícia, que segue em anexo fazendo parte integrante desta apenas as atividades descritas no item 7 e seguintes do presente laudo, de acordo com o art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

**C O N C E D E R:**

Adicional de Insalubridade, na ordem de 20% (grau médio) a:

Matrícula	Nome
8414	Ana Paula Silva de Souza

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

**RICARDO LAURO DA COSTA**  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.464/2021**

Publicação Nº 2879083

PORTARIA Nº 16.464, de 15 de Fevereiro de 2021.  
DISPENSA SERVIDOR DAS FUNÇÕES QUE ESPECIFICA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**D I S P E N S A R :**

JORGE JOSÉ DA CUNHA, das funções de Encarregado da Educação Básica Séries Finais (6º ao 9º ano), FG-3.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.465/2021**

Publicação Nº 2879087

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.465, de 15 de Fevereiro de 2021.

**DESIGNA SERVIDORA**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 34/2005, e de acordo com o art. 272, IX e § 2º da Lei Complementar nº 60/2009; a Comunicação Interna nº 006/2021 expedida pela Secretaria Municipal de Saúde virtude do afastamento dos servidores efetivos da equipe da ESF na Campanha da Vacina do COVID 19, resolve

**D E S I G N A R :**

De acordo com o artigo 272, IX, da Lei Complementar nº 060/2009

FRANCYELE CHAIANE VIEIRA, para ocupar o cargo de Técnica de Enfermagem, atuando na Estratégia da Saúde da Família - ESF, a partir de 15/02/2021 à 15/08/2021, com 40 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.466/2021**

Publicação Nº 2879086



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 16.466, de 15 de Fevereiro de 2021.

**CONCEDE INSALUBRIDADE**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o exercício em atividades potencialmente insalubres, conforme realização de Perícia, que segue em anexo fazendo parte integrante desta apenas as atividades descritas no item 7 e seguintes do presente laudo, de acordo com o art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

**C O N C E D E R:**

Adicional de Insalubridade, na ordem de 20% (grau médio) a:

Matrícula	Nome
8415	Francyele Chaiane Vieira

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

**RICARDO LAURO DA COSTA**  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.467/2021**

Publicação Nº 2879088

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.467, de 15 de Fevereiro de 2021.

**DESIGNA SERVIDORA**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 34/2005, e de acordo com o art. 272, IX e § 2º da Lei Complementar nº 60/2009; a Comunicação Interna nº 011/2021 expedida pela Secretaria Municipal de Saúde com a Determinação da Contratação Emergencial em virtude da Campanha da Vacina do COVID 19, resolve

**D E S I G N A R :**

De acordo com o artigo 272, IX, da Lei Complementar nº 060/2009

BENTA ELIANE DA SILVA, para ocupar o cargo de Técnica de Enfermagem, atuando na Estratégia da Saúde da Família - ESF, a partir de 15/02/2021 à 15/08/2021, com 40 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.468/2021**

Publicação Nº 2879090



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 16.468, de 15 de Fevereiro de 2021.

**CONCEDE INSALUBRIDADE**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o exercício em atividades potencialmente insalubres, conforme realização de Perícia, que segue em anexo fazendo parte integrante desta apenas as atividades descritas no item 7 e seguintes do presente laudo, de acordo com o art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

**C O N C E D E R:**

Adicional de Insalubridade, na ordem de 20% (grau médio) a:

Matrícula	Nome
8416	Benta Eliane da Silva

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

**RICARDO LAURO DA COSTA**  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.470/2021**

Publicação Nº 2879100

PORTARIA Nº 16.470, de 15 de Fevereiro de 2021.  
CONCEDE LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto 152, da Lei Complementar nº 060/09

RESOLVE :

Conceder Licença para o Desempenho de Mandato Classista a servidora ELIANE DA SILVA, a partir de 15/02/2021 à 20/04/2022.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.471/2021**

Publicação Nº 2879103

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.471, de 15 de Fevereiro de 2021.

DESIGNA SERVIDORES

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a classificação no Processo Seletivo nº 13/2019, resolve

D E S I G N A R :

De acordo com o Artigo 272, VIII da Lei Complementar nº 60/2009

EDVALDO JOSÉ FERREIRA, para em substituição a JOSÉ CARLOS SANTOS SOUZA no cargo de Motorista, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 30 horas semanais.

PEDRO CRIPPA, para em substituição a GILIARDE HORSTMANN MORAES no cargo de Motorista, a partir de 17/02/2021 à 22/12/2021, com 30 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.472/2021**

Publicação Nº 2879105



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 16.472, de 15 de Fevereiro de 2021.

**CONCEDE INSALUBRIDADE**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o exercício em atividades potencialmente insalubres, conforme realização de Perícia, que segue em anexo fazendo parte integrante desta apenas as atividades descritas no item 7 e seguintes do presente laudo, de acordo com o art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

**C O N C E D E R:**

Adicional de Insalubridade, na ordem de 20% (grau médio) a:

Matrícula	Nome
8443	Edvaldo José Ferreira

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

**RICARDO LAURO DA COSTA**  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.473/2021**

Publicação Nº 2879111

PORTARIA Nº 16.473, de 15 de Fevereiro de 2021.

**DESIGNA ESTAGIÁRIAS**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º da Lei Comp. nº 60, de 17 de Dezembro de 2009, resolve

**D E S I G N A R :**

ADELAINE CAROLINE KRAMMER, ADRIANE HEINSEN, AGATA BEATRIZ DUARTE DA SILVA, ALICE APARECIDA GONÇALVES, ANNY MAIELLE DARUCESKE, AMANDA MIRANDA SILVA, ARIANA ROSA DOS PASSOS, BRUNA APARECIDA CAVALHEIRO ANTUNES LAUTERT, BRUNA DE OLIVEIRA FONTANA, DALETTI NEVES DOS SANTOS, ELEN MEDEIROS SANTOS, EMANOELE KAROLINE ASSUNÇÃO, FERNANDA DE FATIMA PADILHA, GIOVANA MARTINS, IVONETE JANICE BARPI, JANAINA HELENA DA SILVA GRAH, JESSICA APARECIDA LOHN, JESSICA DA SILVA CONSTANTE, JOÃO VITOR STEFFENS, JOSIELE CRISTINA FELISBERTO CONRADO, JHENIFER TAIANE QUADROS DA SILVA, KAROLINE DA LUZ MENDES, KARINE MEDEIROS DOS SANTOS, KELLY REGINA MEDEIROS, KEYLA JOAQUIM MAIA, LAISA RODRIGUES IZAGUIRRES FORTUNATO, LARA ROSA KLOPPPEL, LARISSA LOUIZE MACHADO, LARISSA VENTURA, LIDIENE BEZ FONTANA HONORATO DE FREITAS, LILIANE SOUZA DE FREITAS MACHADO, LUANA CAMPOS, MARIA SOCHA, MARIA EDUARDA SEEMANN, MARIA EDUARDA VENTURA, MICHELE ALMEIDA LEGAL, NADINE BAUER FLORENTINO DOS SANTOS, NAIANA FELISBINO, NICOLY ABREU DE SOUZA, PATRICIA BRUGGEMANN, PATRICIA DEMETRIO FARIAS, RENATA MOREIRA DA SILVA, RUAN MACHADO GARCIA, SIMONE FERREIRA DA SILVA, TAISE MIRANDA, THAIS RODRIGUES, THAINÁ BRUGGEMANN, THAYSE MATOS DA SILVA, THAYNÁ KLOPPPEL LOHN, brasileiras, estudantes, para desempenharem atividades junto a Secretaria Municipal da Educação e Esportes, com jornada de estágio igual a seis horas diárias e vencimento previsto em lei, a partir de 15/02/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.474/2021**

Publicação Nº 2879106

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.474, de 15 de Fevereiro de 2021.  
CONCEDE LICENÇA A FUNCIONÁRIA GESTANTE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições

**RESOLVE :**

Conceder licença com vencimento, à funcionária JULIANA BROERING MARTINS PRIM, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 15.02.2021 à 14.06.2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.476/2021**

Publicação Nº 2879155

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.476, de 15 de Fevereiro de 2021.

**DESIGNA SERVIDORES**



O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**D E S I G N A R :**

De acordo com o Artigo 272, IV da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009

ALEDSON ANANIAS MARTINS, para em substituição à VOLNEI VIEIRA ministrar aulas de Geografia na Escola Básica Municipal Vila Santana, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 10 horas semanais.

ANDERSON HENRIQUE HIRSCH, para em substituição à DOUGLAS PEREIRA ELLER ministrar aulas de Educação Física na Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 10 horas semanais

AYHESA DOS SANTOS DORNELES, para em substituição à DILVA MARIA BOEING DOS SANTOS ministrar aulas de Matemática na Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 31/03/2021, com 20 horas semanais

BIANCA MARQUES FERNANDES CASTRO, para em substituição à DENIZE LOFFI e LUCIANA SEEMANN BROERING ministrar aulas de Português nas Escolas Básicas Municipais Prefeito Augusto Althoff e Vila Santana, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 40 horas semanais.

CINTIA PALUDO FLORIANO, para em substituição à SILVANA SCHAUFER DALLA NORA ministrar aulas de História na Escola Básica Municipal Alvim Duarte da Silva, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 20 horas semanais.

CINTIA PALUDO FLORIANO, para ministrar aulas excedentes de História no Centro de Educação de Jovens e Adultos Maria Macedo Silva, a partir de 15/02/2021 à 21/07/2021, com 10 horas semanais.

EURIPEDES FULLIN BARCO, para em substituição à FABIANE ELZA TURNES ministrar aulas de Inglês na Escola Básica Municipal Judite Adelina Schurhaus, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 40 horas semanais.

NICHOLAS CARDOSO GOMES DA SILVA, para em substituição à MARIA TEREZA DA SILVA GOULART ministrar aulas de História na Escola Básica Municipal Judite Adelina Schurhaus, a partir de 15/02/2021 à 08/05/2021, com 10 horas semanais.

FERNANDA CARDOSO DOS SANTOS, para ministrar aulas excedentes de Inglês nas Escolas Básicas Municipais Maria Andréia Goulart Hilleheim e Vila Santana, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 10 horas semanais.

FERNANDA CARDOSO DOS SANTOS, para em substituição à MARIA DO CARMO VIANA DE JESUS ministrar aulas de Inglês na Escola Básica Municipal Vila Santana, a partir de 15/02/2021 à 26/05/2021, com 10 horas semanais.

FLAVIA DE FREITAS SOUZA, para em substituição à CARLA REGINA DA SILVA ministrar aulas de História nas Escolas Básicas Municipais Judite Adelina Schurhaus e Prefeito Augusto Althoff, a partir de 15/02/2021 à 28/02/2021, com 20 horas semanais.

GIZELI MOLINETT, para em substituição à MARILIA CRUZ OLIVEIRA SILVEIRA ministrar aulas de Educação Física na Escola Básica Municipal Judite Adelina Schurhaus e Escola Municipal Sul do Rio Cubatão, a partir de 15/02/2021 à 03/05/2021, com 30 horas semanais.

GILIARD GARCIA, para em substituição à VANDRESSA BERTOLIN SCHEIDT ministrar aulas de Inglês nas Escolas Básicas Municipais Alvim Duarte da Silva e Vila Santana, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 40 horas semanais.

HELOISA HELENA KREIBICH, para em substituição à ROSANA CORREA E CORREA ministrar aulas de Ciências na Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 01/08/2021, com 40 horas semanais.

HENDRICA TAYNA DO NASCIMENTO, para em substituição à HILMARA BUTZKE ministrar aulas de Artes na Escola Básica Municipal Judite Adelina Schurhaus, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 10 horas semanais.

HENDRICA TAYNA DO NASCIMENTO, para em substituição à REGINA PRIM DE LA MARTINIERE ministrar aulas de Artes nas Escolas Básicas Municipais Alvim Duarte da Silva e Maria Andréia Goulart Hilleheim, a partir de 15/02/2021 à 03/05/2021, com 20 horas semanais.

JONAS VALÉRIO ARAUJO BISPO DOS SANTOS, para em substituição à FABRICIO RIBEIRO SILVA ministrar aulas de Inglês na Escola Básica Municipal Prefeito Augusto Althoff, a partir de 15/02/2021 à 28/02/2021, com 30 horas semanais.

LEANDRO CORRÊA, para em substituição à SÔNIA MARIA DE MACEDO e ministrar aulas excedentes de Matemática no Centro de Educação de Jovens e Adultos Maria Macedo Silva e Escola Básica Municipal Alvim Duarte da Silva, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 30 horas semanais.

MARIANA DA COSTA, para em substituição à EDUARDO SILVEIRA COSTA e SAULO SEBASTIÃO BECKER ministrar aulas de Educação Física nas Escolas Básicas Municipais Alvim Duarte da Silva, Judite Adelina Schurhaus, Maria Andréia Goulart Hilleheim e Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 40 horas semanais.

MONICA DE OLIVEIRA CORREA, para em substituição à IVAIR AFONSO PINTO ministrar aulas de Ciências nas Escolas Básicas Municipais Alvim Duarte da Silva e Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 10 horas semanais.

RAFAELA INEZ FARIAS DOS SANTOS, para em substituição à ELVIRIA VERÔNICA BROERING DA ROSA ministrar aulas de Artes na Escola Básica Municipal Vila Santana e Escolas Municipais Braço São João e Sul do Rio Cubatão, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 40



horas semanais.

ROBERTO CORDEIRO VIEIRA FILHO, para em substituição à JULIANO FERREIRA SANTIAGO e VOLNEI VIEIRA ministrar aulas de Geografia nas Escolas Básicas Municipais Judite Adelina Schurhaus e Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 30 horas semanais.

ROBERTO CORDEIRO VIEIRA FILHO, para ministrar aulas excedentes de Geografia no Centro de Educação de Jovens e Adultos Maria Macedo Silva, a partir de 15/02/2021 à 15/03/2021, com 10 horas semanais.

RODRIGO CLAUDIO KLOPPPEL, para em substituição à ROSEMIRA MATOS COSTA e TATIANA CAMPOS ELIAS FERREIRA ministrar aulas de Português nas Escolas Básicas Municipais Judite Adelina Schurhaus e Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 30 horas semanais.

SABRINA HOFFMANN, para em substituição à ANA MARIA ZYS BENVENUTTI e LUCIANA SEEMANN BROERING ministrar aulas de Português nas Escolas Básicas Municipais Alvim Duarte da Silva e Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 40 horas semanais.

TÂNIA REGINA PELEGRINI MARTINS, para em substituição à VALMOR ALFLEN ministrar aulas de Ensino Religioso nas Escolas Básicas Municipais Alvim Duarte da Silva e Vila Santana, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 20 horas semanais.

VALDIRENE TEIXEIRA FLOR VIANA, para em substituição à LAURI BEPPLER e SÔNIA MARIA DE MACEDO ministrar aulas de Matemática na Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 30 horas semanais

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 16.477/2021**

Publicação Nº 2879112

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-43PORTARIA Nº 16.477, de 15 de Fevereiro de 2021.

### **DESIGNA SERVIDORAS**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**D E S I G N A R :**  
De acordo com o Artigo 272, IV da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009

ALINE PFLEGER, para em substituição à ROZIMERE CONSTANTE ministrar aulas no 4º ano da Escola Básica Municipal Maria Andréia Goulart Hillesheim, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 20 horas semanais.

AMABELGA MARIA LINS ANDRADE, para em substituição à ANALUCIA LUZIA VIEIRA ministrar aulas no 3º ano da Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 20 horas semanais.

BRUNA MAUERWERK, para em substituição à MARIA VERACI MIRANDA BACKES e ministrar aulas excedentes no 1º e 4º ano da Escola Básica Municipal Maria Andréia Goulart Hillesheim e Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 40 horas semanais.

ANGELITA MARIA PEIXOTO MOMM para em substituição à ANA CAROLINA SCHMITZ ministrar aulas no 4º ano da Escola Municipal Sul do Rio Cubatão, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 20 horas semanais.

DAIANE DE MEDEIROS FLORENÇO, para em substituição à ELIANE VENTURA DE SOUZA ministrar aulas no 3º ano da Escola Básica Municipal Judite Adelina Schurhaus, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 20 horas semanais.

ELESSANDRA FERREIRA DA SILVA, para em substituição à CRISTIANE MARIA COELHO BORGES e ROZEMERI CONSTANTE ministrar aulas no 5º ano das Escolas Básicas Municipais Maria Andréia Goulart Hillesheim e Vila Santana, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 40 horas semanais.

GRACE KELLY DA SILVA LOHN, para em substituição à ALDINÉIA DE SOUZA DUARTE ministrar aulas no 3º ano da Escola Básica Municipal Maria Andréia Goulart Hillesheim, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 20 horas semanais.

JESSICA FELIPPE SOARES, para em substituição à LOURDES TERESINHA CAMPOS KLOPPPEL e PRISCILA ROSE DA SILVA ministrar aulas no 1º e 3º ano da Escola Municipal Sul do Rio Cubatão, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 40 horas semanais.



LIDIA MIRANDA COUTINHO, para em substituição à ELIANE VENTURA DE SOUZA e FERNANDA DA SILVA ministrar aulas no 4º ano da Escola Básica Municipal Judite Adelina Schurhaus, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 40 horas semanais.

LORENICE STEINBACH VIEIRA, para em substituição à VERA LUCIA IBERS BACKES ministrar aulas no 5º ano da Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 20 horas semanais.

MANUELA ELIAS BOSSLE, para ministrar aulas excedentes no 2º ano da Escola Básica Municipal Maria Andréia Goulart Hillesheim, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 20 horas semanais.

MONIQUE BITENCOURT, para em substituição à LOURDES TERESINHA CAMPOS KLOPPPEL ministrar aulas no 2º ano da Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 20 horas semanais.

PAMELA DUARTE CHIKA, para em substituição à VERA LUCIA IBERS BACKES ministrar aulas no 3º ano da Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 20 horas semanais.

ROBERTA CONSIGLIO DE SOUZA, para em substituição à ALESSANDRA KRAUTZ COELHO ministrar aulas no 1º e 4º ano da Escola Básica Municipal Alvim Duarte da Silva, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 40 horas semanais.

ROSANA APARECIDA NUNES DE SOUSA, para em substituição à MARIA CRISTINA CEMIN ministrar aulas no 5º ano da Escola Básica Municipal Alvim Duarte da Silva, a partir de 15/02/2021 à 03/04/2021, com 20 horas semanais.

ROZE MERE KLOPPPEL SELL, para ministrar aulas excedentes no 1º ano da Escola Básica Municipal Vila Santana, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2020, com 20 horas semanais.

STEFANIE BEATRIS DA SILVA CAMARGO, para em substituição à IONE REGINA MARTENDAL HEINZ no 3º ano da Escola Municipal Braço São João e Escola Básica Municipal Vila Santana, a partir de 15/02/2021 à 22/12/2021, com 40 horas semanais.

THAISE CRISTINA HEMSING DA SILVA, para em substituição à MARIA CRISTINA CEMIN ministrar aulas no 3º ano da Escola Básica Municipal Alvim Duarte da Silva, a partir de 15/02/2021 à 03/04/2021, com 20 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 16.478/2021**

Publicação Nº 2879114

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-43PORTARIA Nº 16.478, de 15 de Fevereiro de 2021.

### **DESIGNA SERVIDORAS**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**D E S I G N A R :**  
De acordo com o Artigo 272, IV da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009

ANA CRISTINA FARIAS, para ministrar aulas excedentes no 4º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Judite Adelina Schurhaus, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

ALINE DE MATTOS RODRIGUES, para ministrar aulas excedentes no 2º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Maria Andréia Goulart Hillesheim, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

CARMEN SILVIA BORGES DOS SANTOS MOTA, para ministrar aulas excedentes de Educação Especial na APAE, a partir de 22/02/2021 à 16/12/2021, com 40 horas semanais.

DALIRIA ALVIM, para ministrar aulas excedentes no 2º ano de Educação Especial na Escola Municipal Braço São João, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

ELAINE MEURER, para ministrar aulas excedentes no 3º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Maria Andréia Goulart Hillesheim, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.



FABIANA BEPLER PENAFORT, para ministrar aulas excedentes no 1º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Alvim Duarte da Silva, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

FRANCINI NEVES DE ASSIS MEINSHEIN, para ministrar aulas excedentes no 3º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Prefeito Augusto Althoff, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

GABRIELA SCHWINDEN VENTURA, para ministrar aulas excedentes no 6º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Judite Adelina Schurhaus, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

GRAZIELLE MARTINY DOS SANTOS ARAUJO, para ministrar aulas excedentes no 1º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Vila Santana, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

HELENA MARIA BROERING MARTINS, para ministrar aulas excedentes de Educação Especial na Equipe Multidisciplinar, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 20 horas semanais.

IVANI PRAZIRA DE SOUZA MEDEIROS, para ministrar aulas excedentes no 9º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

JACKLINE SANDRA ROCHA FONSECA, para ministrar aulas excedentes no 6º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

JANICE MARIA MAZZOLA MARTINS, para ministrar aulas excedentes no 7º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Alvim Duarte da Silva, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2020, com 30 horas semanais.

JOÃO FERNANDO LEAL MOTA, para ministrar aulas excedentes de Educação Especial na Escola Municipal Braço São João E Sul do Rio Cubatão e Escola Básica Municipal Vila Santana, a partir de 22/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

JOSIANE MARCONDES ESTECHE, para ministrar aulas excedentes no 6º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Prefeito Augusto Althoff, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

KARINE MIRANDA SALASAR, para ministrar aulas excedentes no 3º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

KATIA REGINA RODRIGUES, para ministrar aulas excedentes no 2º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Alvim Duarte da Silva, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

LEILA DAIANA HOFFMANN DA ROSA, para ministrar aulas excedentes no 5º ano de Educação Especial na Escola Municipal Braço São João, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais

MARCIA MARIA SANTANA FREITAS, para ministrar aulas excedentes de Educação Especial na Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

MARCIA NILTA DOS SANTOS DE ESPÍNDOLA, para ministrar aulas excedentes no 2º ano de Educação Especial na Escola Municipal Sul do Rio Cubatão, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

MARIANA EDINETE NUNES, para ministrar aulas excedentes no 2º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

MARTA REGINA COELHO KAMMER, para ministrar aulas excedentes no 2º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Vila Santana, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

MONIQUE JEREMIAS, para ministrar aulas excedentes no 4º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Judite Adelina Schurhaus, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

NATALICIA MARGARIDA DE MEDEIROS LINHARES, para ministrar aulas excedentes no 5º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Vila Santana, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

PRISCILA PEREIRA GOMES, para ministrar aulas excedentes no 5º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

RENATA MAURICIO VICENTE VENTURA, para ministrar aulas excedentes no 4º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Maria Andréia Goulart Hillesheim, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

ROSANA MARTINS GOMES, para ministrar aulas excedentes no 4º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

ROZELANE STEFFENS, para ministrar aulas excedentes no 7º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

SABRINA TOMAZ DA SILVA, para ministrar aulas excedentes no 8º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Alvim Duarte da



Silva, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

THAINA DA ROSA, para ministrar aulas excedentes no 1º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Maria Andréia Goulart Hillesheim, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

THAINA MOREIRA, para ministrar aulas excedentes no 3º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Judite Adelina Schurhaus, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

VANDERLÉIA DA FARIAS PADILHA, para ministrar aulas excedentes no 8º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Vila Santana, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

YASMIN VENTURA RAIMUNDO, para ministrar aulas excedentes no 7º ano de Educação Especial na Escola Básica Municipal Judite Adelina Schurhaus, a partir de 15/02/2021 à 16/12/2021, com 30 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 16.481/2021**

Publicação Nº 2879121

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.481, de 15 de Fevereiro de 2021.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 90 (noventa) dias para tratamento de saúde a servidora SIMONE JOAQUINA DA SILVA, matrícula nº 2142, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, a partir de 18/02/2021 a 18/05/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 16.482/2021**

Publicação Nº 2879122

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.482, de 15 de Fevereiro de 2021.  
CONCEDE LICENÇA PARA  
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 30 (trinta) dias para tratamento de saúde a servidora NEUZA TEIXEIRA MULLER, matrícula nº 1649, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 15/02/2021 à 16/03/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.483/2021**

Publicação Nº 2879127

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-43PORTARIA Nº 16.483, de 15 de Fevereiro de 2021.  
DESIGNA SERVIDORES

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**D E S I G N A R :**

De acordo com o Artigo 272, VIII da Lei Complementar nº 60/2009

ANGELITA JACQUES DE SOUZA, para em substituição à THAYSE FERNANDA LAURINDO ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 16/02/2021 à 16/03/2021, com 30 horas semanais.

MARIA INES DIAS VOGES, para em substituição à MARIA APARECIDA FRAGA DA ROSA ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais no Centro Municipal de Educação Infantil Márcia Regina dos Santos, a partir de 15/02/2021 à 02/08/2021, com 30 horas semanais.

ROSILDE LOCH, para em substituição à MARIA DO CARMO MATOS LAURINDO ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na Biblioteca Pública Municipal Maria do Carmo Bozzano Derner, a partir de 15/02/2021 à 28/02/2021, com 30 horas semanais.

SUENE PEREIRA MACHADO, para em substituição à MARIA APARECIDA PETRI FOLSTER ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais no Pré-escolar Soni Cecília Kloppel, a partir de 16/02/2021 à 23/07/2021, com 30 horas semanais.

THAIZE SOUZA GOMES DA LUZ, para em substituição à SÔNIA MARA GIANLUPPI PEREIRA ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na Escola Básica Municipal Judite Adelina Schurhaus, a partir de 15/02/2021 à 04/05/2021, com 30 horas semanais.

VALMIRA BERNADETE DA SILVA, para em substituição à ANDRÉIA MARIA LOPES ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais no Centro Municipal de Educação Infantil Márcia Regina dos Santos, a partir de 15/02/2021 à 26/07/2021, com 30 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.484/2021**

Publicação Nº 2879129

PORTARIA Nº 16.484, de 15 de Fevereiro de 2021.  
DISPENSA SERVIDOR DA FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**D I S P E N S A R :**

JOÃO VALDECI FRANÇA, das funções de Chefe do Planejamento Urbano, FG-1, com efeitos retroativos a partir de 01/02/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.485/2021**

Publicação Nº 2879130

PORTARIA Nº 16.485, de 15 de Fevereiro de 2021.

**DESIGNA SERVIDORES PARA RESPONDER PELAS FUNÇÕES QUE ESPECIFICA**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**a) D E S I G N A R :**

DANIELA MACHADO, para responder pelas funções de Chefe do Planejamento Urbano, FG-1, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

JOÃO VALDECI FRANÇA, para responder pelas funções de Encarregado do Setor de Fiscalização de Obras, FG-3 atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

b) RECONHECER, os serviços prestados pelos referidos servidores nas respectivas chefias desde primeiro de fevereiro de dois mil e vinte e um.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.490/2021**

Publicação Nº 2879137

PORTARIA Nº 16.490, de 15 de Fevereiro de 2021.

**CONCEDE LICENÇA  
A SERVIDORA**

O Prefeito Municipal do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127 da Lei Complementar nº 59, de 17/12/2009, resolve

**CONCEDER :**

Licença Sem Vencimento a servidora SILVANA SCHAUFFLER DALLANORA, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, com 20 horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 03/02/2021 à 31/12/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.491/2021**

Publicação Nº 2879135

PORTARIA Nº 16.491, de 15 de Fevereiro de 2021.

**REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais resolve

**R E D U Z I R :**

À pedido, a carga horária da servidora TATIANA CAMPOS ELIAS FERREIRA, matrícula nº 2169, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica – lecionando aulas de Língua Portuguesa, em 20 horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 01/02/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.492/2021**

Publicação Nº 2879132



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 16.492, de 16 de Fevereiro de 2021.

**CONCEDE INSALUBRIDADE**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o exercício em atividades potencialmente insalubres, conforme realização de Perícia, que segue em anexo fazendo parte integrante desta apenas as atividades descritas no item 7 e seguintes do presente laudo, de acordo com o art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

**C O N C E D E R:**

Adicional de Insalubridade, na ordem de 20% (grau médio) a:

Matrícula	Nome
8342	Mariah Fernandes Silva

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 16 de Fevereiro de 2021.

**RICARDO LAURO DA COSTA**  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.494/2021**

Publicação Nº 2879138

PORTARIA Nº 16.494, de 17 de Fevereiro de 2021.  
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 169 da Lei Complementar nº 060/09

RESOLVE :

Conceder Licença Prêmio a servidora MARIA GORETE RACHADEL SILVA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, a partir de 17/02/2021 a 18/03/2021, relativa ao período aquisitivo de 2012/2017.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 17 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.495/2021**

Publicação Nº 2879140

PORTARIA Nº 16.495, de 17 de Fevereiro de 2021.

DESIGNA BOLSISTA

O Prefeito Municipal do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1.170, de 12 de Dezembro de 1996, resolve

D E S I G N A R:

LETICIA DE ABREU, brasileira, estudante, para desempenhar atividades ligadas ao Programa de Bolsa de Trabalho junto a Secretaria da Educação e Esportes, com jornada de Trabalho/Estágio igual a quatro horas diárias e vencimento previsto em lei, a partir de 17/02/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 17 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.496/2021**

Publicação Nº 2879141



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 16.496, de 17 de Fevereiro de 2021.

**CONCEDE INSALUBRIDADE**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o exercício em atividades potencialmente insalubres, conforme realização de Perícia, que segue em anexo fazendo parte integrante desta apenas as atividades descritas no item 7 e seguintes do presente laudo, de acordo com o art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

**C O N C E D E R:**

Adicional de Insalubridade, na ordem de 20% (grau médio) a:

Matrícula	Nome
8444	Pedro Crippa

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 17 de Fevereiro de 2021.

**RICARDO LAURO DA COSTA**  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.497/2021**

Publicação Nº 2879157

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.497, de 18 de Fevereiro de 2021.

**DESIGNA SERVIDORAS**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV, resolve

**D E S I G N A R :**

De acordo com o Artigo 272, IV da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009

BRUNA PRISCILA SARDÁ DO NASCIMENTO, para ministrar aulas excedentes no Apoio Pedagógico, do período de 18/02/2021 à 22/12/2021, com 40 horas semanais.

JOCIANE MEDEIROS FERREIRA, para ministrar aulas excedentes no Apoio Pedagógico, do período de 18/02/2021 à 22/12/2021, com 40 horas semanais.

JULIANA HENRICH, para ministrar aulas excedentes no Apoio Pedagógico, do período de 18/02/2021 à 22/12/2021, com 40 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 18 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.498/2021**

Publicação Nº 2879145

PORTARIA Nº 16.498, de 18 de Fevereiro de 2021.

**DESIGNA BOLSISTAS**

O Prefeito Municipal do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1.170, de 12 de Dezembro de 1996, resolve

**D E S I G N A R:**

GABRIELI BESEN SANTOS, LARISSA BOING e VITÓRIA MARIA ALMEIDA CORDEIRO, brasileiras, estudantes, para desempenharem atividades ligadas ao Programa de Bolsa de Trabalho junto a Secretaria da Educação e Esportes, com jornada de Trabalho/Estágio igual a quatro horas diárias e vencimento previsto em lei, a partir de 18/02/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 18 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.499/2021**

Publicação Nº 2879143

PORTARIA Nº 16.499, de 18 de Fevereiro de 2021.

**DESIGNA ESTAGIÁRIAS**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º da Lei Comp. nº 60, de 17 de Dezembro de 2009, resolve



**D E S I G N A R :**

AMANDA DE ASSUNÇÃO EZIRIO e GABRIELA DO NASCIMENTO FEIX, brasileiras, estudantes, para desempenharem atividades junto a Secretaria Municipal da Educação e Esportes, com jornada de estágio igual a seis horas diárias e vencimento previsto em lei, a partir de 18/02/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 18 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.501/2021**

Publicação Nº 2879158

PORTARIA Nº 16.501, de 18 de Fevereiro de 2021.

**DESIGNA ESTAGIÁRIAS**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º da Lei Comp. nº 60, de 17 de Dezembro de 2009, resolve

**D E S I G N A R :**

FATIMA REGINA DEMETRIO FRITZEN e TAINARA ANGELITA PETRI, brasileiras, estudantes, para desempenharem atividades junto a Secretaria Municipal da Educação e Esportes, com jornada de estágio igual a seis horas diárias e vencimento previsto em lei, a partir de 19/02/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 18 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.503/2021**

Publicação Nº 2879146

PORTARIA Nº 16.503, de 22 de Fevereiro de 2021.

**DESIGNA ESTAGIÁRIAS**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º da Lei Comp. nº 60, de 17 de Dezembro de 2009, resolve

**D E S I G N A R :**

GABRIELA JOCELIA PETRI e KAROLINE JUTTEL HECK BRANDT, brasileiras, estudantes, para desempenharem atividades junto a Secretaria Municipal da Educação e Esportes, com jornada de estágio igual a seis horas diárias e vencimento previsto em lei, a partir de 22/02/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 22 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 16.504/2021**

Publicação Nº 2879152

PORTARIA Nº 16.504, de 22 de Fevereiro de 2021.

**DESIGNA BOLSISTA**

O Prefeito Municipal do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1.170, de 12 de Dezembro de 1996, resolve

**D E S I G N A R:**

LAIZA BECKER MARTINS, brasileira, estudante, para desempenhar atividades ligadas ao Programa de Bolsa de Trabalho junto a Secretaria da Educação e Esportes, com jornada de Trabalho/Estágio igual a quatro horas diárias e vencimento previsto em lei, a partir de 22/02/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 22 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.505/2021**

Publicação Nº 2879154

PORTARIA Nº 16.505, de 22 de Fevereiro de 2021.

**DISPENSA SERVIDOR**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**D I S P E N S A R :**

À pedido, LEANDRO CORREA, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica - lecionando aulas de Matemática na Escola Básica Municipal Alvim Duarte da Silva e Centro de Jovens e Adultos Maria Macedo Silva, com 30 horas semanais, a partir de 22/02/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 22 de Fevereiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA  
Prefeito Municipal



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 215/2021

Publicação Nº 2878624

DECRETO Nº 0215, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização do Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 4.330/2020 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 231.600,00 (duzentos e trinta e um mil e seiscentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001 - Administração Geral

Atividade: 2051 - Gestão dos Serviços Públicos

4490520000 - Equipamentos e material permanente (03890189) R\$ 100.000,00

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 001 - Administração Financeira

Atividade: 4007 - Departamento de Receitas - DERECA

4490520000 - Equipamentos e material permanente (03890189) R\$ 8.000,00

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2042 - Departamento de Projetos - DEPRO

4490520000 - Equipamentos e material permanente (03890189) R\$ 50.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2034 - Rádio Patrulha

4490520000 - Equipamentos e material permanente (03890189) R\$ 73.600,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Suplementares abertos, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos: 03890189 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas, no valor de R\$ 231.600,00 (duzentos e trinta e um mil e seiscentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

MARCOS RODRIGO SCHUHMACHER

Secretário Municipal de Finanças



**DECRETO Nº 216/2021**

Publicação Nº 2878629

DECRETO Nº 0216, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA ESTUDO E REVISÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE A PADRONIZAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES NA ZONA COMERCIAL HISTÓRICA - ZCH

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, incisos I E IX, da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando a necessidade de atualização e revisão da Lei Municipal nº 3900 de 02 de maio de 2018 que dispõe sobre as edificações a serem construídas, reformadas e ampliadas nos imóveis localizados na Zona Comercial Histórica de São Bento do Sul (ZCH),

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão para estudo e revisão da legislação municipal sobre padronização das construções na Zona Comercial Histórica (ZCH).

Art. 2º São atribuições da Comissão instituída este Decreto:

- I- Realizar estudos sobre a legislação atual;
- II- Propor as medidas administrativas e legislativas necessárias para a atualização e revisão da legislação municipal;
- III- Realizar reuniões, pesquisas e audiências públicas que se fizerem necessárias;
- IV- Realizar a interlocução com os demais órgãos públicos municipais, estaduais e federais, juntamente com o Conselho da Cidade de São Bento do Sul – CONCIDADE;
- V- Elaborar o respectiva minuta de revisão do projeto de lei.

Art. 3º A Comissão de que trata este decreto é composta pelos seguintes membros:

- I - SÉRGIO PALOMA PINTO: Diretor de Urbanismo, Presidente da Comissão;
- II - CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER; Secretário de Planejamento e Urbanismo;
- III - FRANCIELE APARECIDA PSCHIEDT: Conselho Municipal de Patrimônio Histórico;
- IV - PRISCILA JAENSCH ZENI: Departamento de Urbanismo;
- V - FLÁVIO LUIZ PALMQUIST PINHEIRO: Departamento de Urbanismo;
- VI - MARCELO LEVANDOWSKI: Departamento de Planejamento Estratégico Urbano;
- VII - JUCELINO JOSÉ KELLNER: Presidente do CONCIDADE.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

**EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2021**

Publicação Nº 2879685

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2021

OBJETO: Contratação de horas de serviços de mão de obra para limpeza, manutenção e conserto de motosserras, roçadeiras, sopradores de folhas e podadores de galhos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93, no período de 22/02/2021 à 31/12/2021.

CONTRATADO: Osni Hildebrando dos Santos

VALOR TOTAL: R\$ 8.600,00

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2021.

Jairson Sabino – Secretário de Obras e Serviços Urbanos



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2021 FMS**

Publicação Nº 2878354

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2021

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Aquisição de Insulinas que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa ELI LILLY DO BRASIL LTDA.

DO OBJETO: Aquisição de insulinas para pacientes do CADIA (Centro de Atendimento ao Diabético) e pacientes do NAJS (Núcleo de Atendimento Judiciário da Saúde), de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 9/2021 de 20 de janeiro de 2021.

DO VALOR: R\$ 41.347,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

São Bento do Sul, 22 de janeiro de 2021.

ASS: CARMEN REGINA BINOTTO, pelo Fundo Municipal de Saúde.

ELI LILLY DO BRASIL LTDA, como Contratada.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 016/2021 FMS**

Publicação Nº 2878665

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 016/2021

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2020 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e a CLÍNICA DA VISÃO HADDAD LTDA, conforme já qualificado resolvem, de comum acordo, aditar as condições do referido Contrato.

DA ALTERAÇÃO: ALTERA CLÁUSULA SEXTA DO CONTRATO - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO: Fica prorrogado o período de vigência do referido Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 março de 2021 à 28 de fevereiro 2022, com base em sua Cláusula Sexta - da vigência e rescisão dos contratos, de acordo com Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

O valor estimado tem o valor limite anual definido em até R\$ 91.236,00 (noventa e um mil, duzentos e trinta e seis reais) para o período prorrogado, para pagamentos conforme contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

Revoga-se todas as disposições em contrário.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro 2021.

Ass. CARMEN REGINA BINOTTO, pelo Fundo Municipal de Saúde.

Ass. CLÍNICA DA VISÃO HADDAD LTDA, pela empresa contratada.

**JUSTIFICATIVA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2021**

Publicação Nº 2879690

**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Contratação de horas de serviços de mão de obra para limpeza, manutenção e conserto de motosserras, roçadeiras, sopradores de folhas e podadores de galhos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93, no período de 22/02/2021 à 31/12/2021.

II – Contratado: Osni Hildebrando dos Santos

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: O procedimento se faz necessário, em razão da Secretaria Municipal de Obra e Serviços Urbanos não possuir profissionais habilitados, bem como ferramentas necessárias para a realização do conserto das máquinas (motosserras, roçadeiras, sopradores e podadores). Esta contratação terá a finalidade de manter em pleno funcionamento e sem riscos de paralisações de curto e longo prazos, todas as motosserras, roçadeiras, sopradores e podadores, proporcionando o conserto, bem como a prevenção de possíveis danos e paralisações no andamento dos serviços de roçadas e limpezas em Praças, Parques, Vias Públicas, Avenidas, Cemitérios Municipais e demais bens públicos de uso comum do povo. A contratação da Empresa para prestação dos serviços acima citados, se faz necessária para atender a demanda junto à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, proporcionando assim a continuidade e a ampliação da prestação destes serviços públicos tão essenciais ao Município.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A escolha recaiu sobre a Empresa Osni Hildebrando dos Santos 46913670982 – MEI, pois foi quem ofereceu o menor preço por hora de serviço. Considerando que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos já contratou a Empresa em outras ocasiões para a prestação dos mesmos serviços, e que estes foram muito bem executados, com extrema qualidade e agilidade, atendendo desta forma aos interesses da administração.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 8.600,00 (Oito mil e seiscentos reais) para a contratação das horas de serviços de mão de obra para limpeza, manutenção e conserto de motosserras, roçadeiras, sopradores de folhas e podadores de galhos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, pactuado para o Processo de Dispensa de Licitação é o praticado no mercado, conforme orçamentos anexo, sendo que a Empresa Osni Hildebrando dos Santos 46913670982 – MEI, foi quem ofereceu o menor preço por hora de serviço prestado. Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, para fins do Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Jairson Sabino  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos



**PORTARIA N° 595/2021**

Publicação N° 2878641

PORTARIA N° 0595, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Concede Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,  
RESOLVE:

Art. 1º A partir de 1º de março de 2021, conceder ao servidor IVAN CLASEN SCHLINDWEIN, ocupante do cargo efetivo de Advogado, na Procuradoria, a Função Gratificada de Presidente da Comissão Processante Especial, com gratificação pecuniária de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM N° \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA N° 596/2021**

Publicação N° 2878645

PORTARIA N° 0596, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Concede Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,  
RESOLVE:

Art. 1º A partir de 1º de março de 2021, conceder ao servidor MILTON SANOCKI, ocupante do cargo efetivo de Economista, no Gabinete do Prefeito, a Função Gratificada de Membro da Comissão Processante Especial, com gratificação pecuniária de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM N° \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA PGM N° 01/2021**

Publicação N° 2877911

Portaria PGM nº 01/2021

Institui o Grupo de Estudos e Aperfeiçoamento sobre Licitações e Contratos Administrativos.

O Procurador-Geral do Município, no uso de suas atribuições legais,



Considerando a aprovação, pelo Congresso Nacional, da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;  
Considerando a necessidade de treinamento e aperfeiçoamento permanente dos servidores públicos municipais acerca da legislação de regência;  
Considerando a necessidade da adoção de uma postura de vanguarda acerca da nova Lei, quando vier a ser sancionada pelo Presidente da República;  
Considerando a intenção da Administração municipal da criação de uma Lei municipal que trate sobre a Política de Compras do Município de São Bento do Sul, bem como que estabeleça normas procedimentais acerca das Licitações e da execução de contratos administrativos;

**RESOLVE**

Art. 1º Esta Portaria institui o Grupo de Estudos e Aperfeiçoamento no âmbito da Procuradoria-Geral do Município sobre Licitações e Contratos Administrativos.

Parágrafo único. Participarão do Grupo de Estudos e Aperfeiçoamento:

I - Procurador-Geral;

II - Advogados Públicos e Assessores Jurídicos;

III - servidores lotados no Departamento de Licitações e Contratos;

IV - servidores lotados na Secretaria de Planejamento;

V - servidores designados como fiscais de contratos;

VI - servidores responsáveis pela elaboração de termos de referências, de requisições de aquisições e de prestação de serviços;

VII - agentes públicos interessados;

VIII - membros do Observatório Social;

IX - membros de outras entidades civis interessadas.

Art. 2º O Procurador-Geral do Município convocará as reuniões semanais do Grupo, indicando o local do encontro, os temas a serem abordados e respectivos os participantes.

Art. 3º A partir dos estudos e debates realizados pelo Grupo poderá ser confeccionado um anteprojeto de Lei que trate sobre a Política de Compras do Município, bem como que estabeleça normas procedimentais acerca das Licitações e da execução de contratos administrativos.

São Bento do Sul, em 23 de fevereiro de 2021.

Álvaro Skiba Júnior  
Procurador-Geral

**PORTARIAS Nº 576/2021 A 593/2021**

Publicação Nº 2878636

PORTARIA Nº 0576, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 18 de fevereiro de 2021, ADRIANE TEREZINHA FRANZ, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 0577, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 17 de fevereiro de 2021, EDILAINE FERNANDES, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação,



por término de contrato.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 0578, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 18 de fevereiro de 2021, TAIANE MARIELE SCHRODER, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 0579, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 19 de fevereiro de 2021, VANESSA LIMA AGAPITO, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 0580, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 18 de fevereiro de 2021, GISELE ZILDA DOLLA STREIT, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.



ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 0581, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Exonera Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 15 de fevereiro de 2021, ADRIANA BROROWSKI, do cargo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 0582, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Exonera Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 16 de fevereiro de 2021, PRISCILA DA LUZ BAPTISTA, do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 0583, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 18 de fevereiro de 2021, o cargo de Professor Anos Iniciais, ocupado pela servidora SIRLENE FATIMA DA SILVA.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI



Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 0584, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 06/2019 e considerando que CELINA CIELINSKY CORDEIRO encontra-se em Readaptação Funcional,  
RE S O L V E:  
Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação JESSICA KARLA ADRIANO, para atuar na EBM Pres. Castelo Branco, na função de Professor Anos Iniciais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 18 de fevereiro de 2021-até-17 de agosto de 2021-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 0585, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 06/2019 e considerando que ANTONIO WANDERLEI STOCK encontra-se em Readaptação Funcional ,-- - -  
RE S O L V E:  
Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação JOSEFA MARIA DE ALMEIDA, para atuar nas EBM Sophia Schwedler e EBM Prof.ª Adelia Lutz, na função de Professor Anos Finais – Língua Portuguesa, com carga horária totalizando 30 (trinta) horas semanais, a partir 19 de fevereiro de 2021-até-18 de agosto de 2021-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 0586, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.  
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 06/2019 e considerando que ELIANE APARECIDA DE FARIAS TSCHOKE foi nomeada Diretora Escolar no CEIM Amor Perfeito, -  
RE S O L V E:  
Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação GISELE ZILDA DOLLA STREIT, para atuar no CEIM Sonho Meu, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 18 de fevereiro de 2021-até-17 de agosto de 2021-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete



**PORTARIA Nº 0587, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.**

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 06/2019 e considerando que JAQUELINE DRANKA BONETTI encontra-se desempenhando função no Projeto Biblioteca Digital, -

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação GILIANE MARIA DOS SANTOS, para atuar na EBM Prof.<sup>a</sup> Lucia Tschoeke, na função de Professor Anos Iniciais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 18 de fevereiro de 2021-até-17 de agosto de 2021-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 0588, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.**

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 06/2019 e considerando que MARIO ANDRÉ MENDES foi nomeado Diretor Escolar na EBM Rodolfo Berti, - -

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação ARIIVALDO ROCHA JUNIOR, para atuar na EBM Rodolfo Berti, na função de Professor Anos Finais - Educação Física, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 19 de fevereiro de 2021-até-18 de agosto de 2021-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 0589, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.**

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 06/2019 e considerando que OCLAIR CARLOS SILVEIRA SOBRINHO foi nomeado Diretor Escolar na Escola Municipal de Jovens e Adultos - EMEJA,-- - -

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação INACIO SAVITSKY, para atuar na EBM Sophia Schwedler, na função de Professor Anos Finais - Educação Física, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir 22 de fevereiro de 2021-até-21 de agosto de 2021-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 0590, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.**

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 06/2019 e considerando que MARCILIANE DE OLIVEIRA foi nomeada Diretora Escolar no CEIM Neide de Fátima Lobermayer, -



**RE S O L V E:**

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação ANDREIA BERTELLI MAIA, para atuar no PEM Sossego da Mamãe, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 22 de fevereiro de 2021-até-21 de agosto de 2021-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 0591, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.**

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 06/2019 e considerando que FRANCIANE LINZMEYER foi nomeada Coordenadora Pedagógica no CEIM Pingo de Gente,

-- --

**RE S O L V E:**

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação ELAINE ARTMANN, para atuar no CEIM Pingo de Gente, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 22 de fevereiro de 2021-até-21 de agosto de 2021-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 0592, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.**

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 06/2019 e considerando que JOCYMARA APARECIDA BOHOMO DE ALMEIDA foi nomeada Diretora Escolar no PEM Ver. Alexandre Alfredo Garcia,

-- --

**RE S O L V E:**

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação LUCELIA TIBES RIBEIRO MOURA, para atuar no PEM Prof.<sup>a</sup> Ladir dos Santos, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 22 de fevereiro de 2021-até-21 de agosto de 2021-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 0593, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.**

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 06/2019 e considerando que TATIANA STACHON foi nomeada Coordenadora Pedagógica no PEM Ver. Alexandre Alfredo Garcia,

-- --

**RE S O L V E:**

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação WANESSA SCHROTH, para atuar no CEIM Sonho Meu, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 22 de fevereiro de 2021-até-21 de agosto de 2021-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.



2021-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI  
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

## PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 02/2021

Publicação Nº 2878155

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA  
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
EDITAL Nº 02/2021

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público que realizará Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal, atendendo a Secretaria Municipal de Saúde, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei nº 2.397 de 09 de setembro de 2009.

### 1. DOS CARGOS/VAGAS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao cadastro reserva e provimento de vagas referentes aos cargos dispostos no quadro a seguir, sempre que houver necessidade de contratação temporária, atendendo Lei nº 2.397 de 09 de setembro de 2009.

#### 1.2 Vagas na Secretaria Municipal de Saúde de São Bento do Sul:

Cargo	Requisitos	Vencimento	Carga horária	Vagas
Médico Clínico Geral	Ensino superior no curso específico com inscrição no órgão de classe da região e com conhecimento básico em informática.	R\$ 14.810,76	40 horas	Cad Reserva
Enfermeiro	Ensino superior no curso específico com inscrição no órgão de classe da região e com conhecimento básico em informática.	R\$4.023,27	40 horas	Cad. Reserva
Técnico em Enfermagem	Ensino médio de nível técnico completo, com inscrição no órgão de classe da região e com conhecimento básico em informática.	R\$ 2.484,50	40 horas	Cad. Reserva
Auxiliar de Serviços	Ensino Fundamental incompleto	R\$ 1.130,19	40 horas	Cad. Reserva

1.3 As atribuições dos cargos constam no Anexo I, que é parte integrante deste Edital. Os candidatos que vierem a ser contratados para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde serão destinados para Vacinação COVID-19, para o atendimento aos munícipes que apresentam os sintomas relacionados ao COVID-19, e para limpeza/higienização das unidades de saúde.

1.4 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento da vaga que vier a surgir, dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo, ficando a admissão dentro do interesse e conveniência da Administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

### 2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, eventuais retificações e/ou aditamentos serão realizados sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.1.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato, acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

2.1.2 Ao realizar a inscrição o candidato declara estar de acordo com todas as disposições deste Edital, não podendo alegar desconhecimento das normas nele contidas.

2.2 A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade da admissão para o serviço público, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas.

2.3 O Processo Seletivo Simplificado terá validade de um ano após a homologação (publicação da Classificação Final no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina), podendo ser prorrogado por mais um ano a critério da Administração.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 O período das inscrições será de 01 de março de 2021 a 07 de março de 2021.



3.2 É vedada a inscrição, participação e contratação de candidatos considerados do grupo de risco para o COVID-19 neste processo seletivo, tendo em vista que se trata de uma convocação temporária ao serviço público, conforme artigo 37, IX, da CF ("contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público"). Para enquadramento do candidato no grupo de alto risco, considera-se o Decreto Estadual n. 587, de 30 de abril de 2020.

3.2.2 São consideradas integrantes do Grupo de Risco as pessoas:

I – idosos, com idade igual ou acima de 60 anos;

II – gestantes;

III – portadoras de doenças crônicas;

§1º Entende-se como doença crônica:

I – Doença respiratória crônica: Asma em uso de corticoide inalatório ou sistêmico (Moderada ou Grave); Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC); Bronquiectasia; Fibrose Cística; Doenças Intersticiais do pulmão; Displasia broncopulmonar; Hipertensão Arterial Pulmonar; Crianças com doença pulmonar crônica da prematuridade;

II - Doença cardíaca crônica: Doença cardíaca congênita; Hipertensão arterial sistêmica com comorbidade; Doença cardíaca isquêmica; Insuficiência cardíaca;

III - Doença renal crônica: Doença renal nos estágios 3,4 e 5; Síndrome nefrótica; Paciente em diálise;

IV - Doença hepática crônica: Atresia biliar; Hepatites crônicas; Cirrose;

V - Doença neurológica crônica: Condições em que a função respiratória pode estar comprometida pela doença neurológica; Considerar as necessidades clínicas individuais dos pacientes incluindo: Acidente Vascular Cerebral, Indivíduos com paralisia cerebral, esclerose múltipla, e condições similares; Doenças hereditárias e degenerativas do sistema nervoso ou muscular; Deficiência neurológica grave;

VI – Diabetes: Diabetes Mellitus tipo I e tipo II em uso de medicamentos;

VII – Imunossupressão: Imunodeficiência congênita ou adquirida. Imunossupressão por doenças ou medicamentos;

VIII - Obesidade grau III;

IX – Transplantados de órgãos sólidos ou medula óssea;

X – Portadores de trissomias;

XI – Pacientes bariátricos e/ou com gastroplastia;

XII – outras doenças definidas pelo Ministério da Saúde.

3.3 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado previsto neste Edital, o candidato deverá seguir o disposto nos itens seguintes:

3.3.1 Preencher e assinar a ficha de inscrição disponível no anexo II deste Edital, preenchendo o cargo pretendido e demais dados, e verificar a exatidão das declarações nela contidas, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações prestadas.

3.3.1.1 O preenchimento da ficha de inscrição É DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO. Não haverá análise prévia se a ficha de inscrição atende ou não aos requisitos do edital antes de ser protocolada. O candidato deve verificar se preencheu e anexou os documentos antes de protocolar a inscrição.

3.3.1.2 Não será aceito a juntada de quaisquer documentos após o protocolo da inscrição.

3.3.1.3 Possuir no ato da inscrição a escolaridade mínima exigida no presente Edital.

3.3.1.4 Não cabe ao departamento de Recursos Humanos juntar a inscrição do candidato cópias de documentos que o candidato possua de vínculo empregatício anterior.

3.3.1.5 O candidato que não possui cadastro no nosso sistema, poderá fazer a inscrição pelo link <https://saobentodosul.atende.net> ou aguardar autorização do sistema para continuar a inscrição pelo link [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), isso não exime a responsabilidade de se cadastrar no período das inscrições com antecedência.

3.3.2 Anexar à ficha de inscrição as seguintes cópias (não necessitando ser cópia autenticada):

a) De um documento oficial do candidato com foto (que contenha CPF, data de nascimento e filiação);

b) Comprovação do tempo de serviço conforme item 5.6;

c) Certidão de nascimento/adoção e CPF, ou RG e CPF, dos dependentes de até 16 anos completos até 31 de dezembro de 2020;

d) Comprovante de escolaridade do candidato conforme exigido pelo cargo;

e) Comprovante de residência atualizado.

3.3.3 Preenchida a ficha e anexados os documentos, o candidato deverá protocolar sua ficha de inscrição com os documentos exigidos anexados, durante o período de inscrições junto à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, no Departamento de Protocolo, sito à Rua Jorge Lacerda, 75 - Centro, no horário das 8h às 12h e das 13h às 16h, durante o período de inscrições.

3.3.3.1 O candidato que protocolar a inscrição online, deverá anexar toda a documentação exigida no item 3.2.2 pelo site [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br) no link serviços – processos – acesse aqui o protocolo digital OU <https://saobentodosul.atende.net> – acesso a informação. Na observação colocar a seguinte descrição: Apresenta documentação referente ao edital 002/2021.

3.3.3.1.1 As inscrições presenciais encerram no dia 05 de março de 2021 às 16h e as inscrições online encerram dia 07 de março de 2021 às 23h59min.

3.3.3.1.2 O candidato que optar pela inscrição online deverá manter sob sua guarda os documentos originais.

3.3.3.1.3 É DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO no protocolo online, a juntada de documentos e a veracidade das informações. O candidato fica ciente de que qualquer falsa alegação, omissão ou erro implicará em sua exclusão do Processo Seletivo a qualquer momento, e sujeição às penas da Lei. A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul não se responsabiliza por solicitações de inscrições via Internet não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como qualquer outro fator que



impossibilite a transferência de dados e impeça inscrição via site.

3.3.3.1.4 Os demais itens seguem iguais para candidatos que protocolarem pessoalmente a inscrição ou online.

3.3.4 Para fazer o cadastro no Setor de Protocolo e protocolar a inscrição e documentos exigidos, o candidato deve apresentar um documento oficial original com foto que contenha CPF e um comprovante de residência atualizado.

3.3.4.1 O candidato, caso ache necessário, poderá numerar as páginas dos documentos entregues.

3.4 Em hipótese alguma será admitida inscrição condicional ou por correspondência, ou por quaisquer meios que não seja o definido neste Edital.

3.4.1 Não será aceita inscrição via procuração.

3.5 Somente será considerado inscrito o candidato cuja inscrição for deferida pela Comissão do Processo Seletivo, considerando-se os critérios exigidos neste Edital. O ato da Prefeitura de receber a inscrição no período das inscrições não significa seu deferimento, pois os documentos passarão pela avaliação da comissão do Processo Seletivo.

3.6 O teor do Edital estará disponível no site [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), no link "Editais de RH", e publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção deste documento.

3.7 O candidato poderá efetuar inscrição para um cargo somente.

3.7.1 Verificada mais de uma inscrição do mesmo candidato para o mesmo cargo ou cargos distintos será considerada apenas a mais recente, tendo por base a data e hora do protocolo mais recente, sendo indeferidas(s) a(s) anterior(es).

3.8 Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.9 As cópias dos documentos a serem anexados no momento da inscrição deverão ser obtidas pelo candidato, não cabendo aos servidores da Prefeitura fazer fotocópias.

3.10 Não caberá aos servidores do Setor de Protocolo e do Setor de Recursos Humanos orientar sobre habilitação profissional, requisitos, documentação, remuneração e demais disposições relativas ao Processo Seletivo. Cabe exclusivamente ao candidato ler o Edital e buscar nele as informações.

3.11 Cabe exclusivamente ao candidato verificar, antes de protocolar a inscrição, se preenche os requisitos e se reuniu todos os documentos exigidos. Da mesma forma, ao candidato não será devolvido nenhum documento que tenha sido anexado no protocolo de inscrição.

3.12 Será indeferida a inscrição que não atenda aos requisitos deste Edital, em especial a inscrição:

- a) Que tenha sido protocolada fora do prazo de inscrições;
- b) Que não contenha anexo todos os documentos exigidos;
- c) Cuja ficha de inscrição não esteja datada e assinada pelo candidato, independente se imprimir e ficar frente e verso e não será aceita assinatura eletrônica para candidatos que fizerem inscrição online apenas a assinatura digital;
- d) Cuja ficha de inscrição esteja ilegível;
- e) Cuja ficha de inscrição não contenha a opção pelo cargo preenchida;
- f) Cuja ficha de inscrição contenha mais de um cargo preenchido;
- g) Cuja escolaridade do candidato não seja compatível com as exigências do cargo;
- h) Cujo protocolo de inscrição tenha sido aberto por terceiros (ou seja, que não pelo próprio candidato).
- i) Cujo cargo preenchido pelo candidato não esteja dentre os listados neste Edital.

3.13 Ao efetuar o protocolo da inscrição no Setor de Protocolo da Prefeitura, o candidato receberá o comprovante de abertura de processo, o qual deverá guardar como comprovação de que entregou sua inscrição no prazo.

#### 4 CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

4.1 Nacionalidade brasileira;

4.2 O gozo dos direitos civis e políticos;

4.3 A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;

4.4 Possuir escolaridade exigida para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão;

4.5 Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão;

4.6 Ser aprovado em exame médico pré-admissional, em caso do exame declarar o candidato inapto, o candidato estará eliminado do Processo Seletivo, sendo convocado o próximo candidato da lista de classificação;

4.7 Entregar no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, toda a documentação exigida neste Edital.



4.8 O contrato de trabalho será de 6 (seis) meses podendo ser prorrogado conforme estabelece a lei, e rescindido antecipadamente a critério da Administração.

4.9 O candidato que não se apresentar no local de trabalho no dia subsequente a assinatura do contrato de trabalho será exonerado e desclassificado do processo seletivo, sem prejuízo ao empregador.

## 5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 Os cargos previstos neste Edital terão como critério de classificação o Tempo de Serviço no cargo para o qual o candidato efetuar a inscrição.

5.2 Pontuação do Tempo de Serviço no exercício do cargo pretendido:

- a) Nenhum Tempo de Serviço: 0 (zero) pontos
- b) Até 02 anos: 1,5 pontos
- c) Acima de 02 anos até 04 anos: 3,0 pontos
- d) Acima de 04 anos até 06 anos: 4,5 pontos
- e) Acima de 06 anos até 08 anos: 6 pontos
- f) Acima de 08 anos até 10 anos: 7,5 pontos
- g) Mais de 10 anos: 9 pontos

5.2.1 O Tempo de Serviço será considerado até o dia 31 de dezembro de 2020, o período posterior não será computado.

5.3 O Tempo de Serviço prestado simultaneamente em dois ou mais locais será computado apenas uma vez.

5.4 A classificação final dos candidatos, para cada cargo, será feita em ordem decrescente de pontos, levando em consideração o Tempo de Serviço.

5.5 A comprovação do Tempo de Serviço para a classificação se dará no ato da inscrição, devendo o candidato anexar com a ficha de inscrição, conforme o caso do candidato:

a) Declaração, certidão ou atestado de Tempo de Serviço que cite o nome do candidato, o órgão emissor da declaração, o cargo exercido, o Tempo de Serviço prestado ou o período (dia/mês/ano), assinada e carimbada pelo emitente, emitida pelo empregador, em papel timbrado, que devem ser anexadas com a ficha de inscrição. Não serão aceitas declarações feitas a próprio punho. A declaração que não conter dia/mês/ano apenas mês/ano será contado o último dia do mês.

b) Cópias legíveis do registro dos contratos na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que citem o cargo, a data de admissão e de demissão (se for o caso) e da página de identificação da Carteira de Trabalho onde consta a foto e os dados pessoais que devem ser anexadas com a ficha de inscrição.

5.6 Os documentos comprobatórios de Tempo de Serviço (certidão, atestado ou declaração) que forem ilegíveis, apresentarem rasuras, ou não citem o cargo, ou a data de início na função (se estiver exercendo a profissão, citando dia/mês/ano), bem como aqueles que não estiverem assinados e carimbados pelo emitente, em papel timbrado, não serão considerados.

5.6.1 Documentos em desacordo com os itens anteriores, tais como extratos previdenciários, declarações de imposto de renda, contracheques, folhas de pagamento, recibos de salário, contratos de trabalho ou similares, apenas serão considerados em casos específicos de sócios que recebam remuneração decorrente de seu trabalho (pró-labore).

5.6.2 O candidato que marcar Tempo de Serviço na ficha de inscrição e não anexar documento comprobatório do mesmo será atribuída a pontuação 0 (zero) pontos.

5.6.3 O candidato que marcar na ficha de inscrição Tempo de Serviço que não seja condizente com os documentos comprobatórios, será classificado conforme o apresentado nos documentos anexados com a ficha de inscrição.

5.6.4 Para o cargo de Médico Clínico Geral, será considerado válido o Tempo de Serviço devidamente comprovado no cargo de Médico, independente da área ou especialidade na qual o profissional tenha atuado como Médico.

5.6.5 Para os cargos de Enfermeiro, será considerado válido o Tempo de Serviço devidamente comprovado no cargo de Enfermeiro. Não será computado o tempo em cargos diversos.

5.6.6 Para os cargos de Técnico em Enfermagem, será considerado válido o Tempo de Serviço devidamente comprovado no cargo de Técnico em Enfermagem. Não será computado o tempo em cargos diversos.

5.6.7 Para os cargos de Auxiliar de Serviços, será considerado válido o Tempo de Serviço devidamente comprovado prestado em cargos com atribuições semelhantes, tais como: Auxiliar de Serviços, Serviços Gerais, Ajudante Geral, Auxiliar de Limpeza. Não será computado o tempo em cargos diversos.

5.6.8 Não será considerado válido o Tempo de Serviço em cargos comissionados, em virtude de sua natureza de chefia, assessoramento ou supervisão, independente da denominação do cargo. Estágios, serviços voluntários e serviços autônomos não serão contabilizados como Tempo de Serviço.



5.6.9 Para o caso de empate nos critérios de pontuação de Tempo de Serviço entre candidatos, após a classificação final, serão aplicados os critérios de desempate seguintes:

5.6.10 Que tenha maior número de dependentes até 16 anos, completados até 31 de dezembro de 2020 como a data para a apuração da idade dos dependentes.

5.6.11 O candidato que declarar dependentes na ficha de inscrição e não anexar a certidão de nascimento e CPF ou RG e CPF dos dependentes não terá o dependente considerado para fins de desempate.

5.6.12 A dependência deve ser comprovada através do RG e CPF ou da Certidão de Nascimento e CPF dos dependentes, a serem anexadas com a inscrição. Documentos apresentados que não citem o candidato como pai ou mãe e o CPF do dependente não serão considerados.

5.6.13 Que seja mais idoso, considerando a idade no dia 31 de dezembro de 2020.

5.6.14 A lista com o resultado final será divulgada no site [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), no link "Editais de RH" e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

5.6.15 O Município não emitirá nenhum documento individualizado comprobatório da classificação ou desclassificação do candidato no presente Processo Seletivo.

## 6. DO REGIME JURÍDICO

6.1 Aplica-se ao pessoal contratado nos termos da Lei 2397/2009 o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, aplicando-se supletivamente os deveres e proibições previstos do regime jurídico dos servidores municipais.

## 7. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

7.1 Os candidatos classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por vaga/função.

7.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul. A admissão é de competência da Prefeitura, dentro do interesse e conveniência da Administração.

7.3 Por ocasião da admissão serão exigidos do candidato convocado os seguintes documentos, devidamente colocados na ordem abaixo, sob pena de exclusão do presente processo no caso da falta de algum deles:

- Comprovante de Qualificação Cadastral do E-social;
- Foto 3x4 atualizada
- Preencher e assinar a ficha cadastral;
- Atestado de Saúde Ocupacional ASO (obtido no exame médico Admissional);
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego, ou percepção de proventos, trazer uma declaração do contratante, onde consta o cargo, o órgão ao qual pertence, a carga horária, e o horário de trabalho devidamente assinado e carimbado e anexar com a declaração de não acumulação de cargo;
- Declaração quanto a receber, ou não, Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a cargo público. Em caso de recebimento de benefícios, informar detalhes: Instituto de Previdência de que recebe o benefício, data de início, cargo e órgão em que se deu a concessão do benefício;
- Declaração de ter sofrido, ou não, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;
- Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio, ou última declaração do imposto de Renda assinada em todas as folhas;
- Certidão Negativa CÍVEL e CRIMINAL de 1º grau da Comarca de São Bento do Sul - Disponível em [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) ou Fórum;
- -----FOTOCÓPIAS-----
- Cédula de Identidade (RG e CPF);
- Título de Eleitor;
- Comprovante de QUITAÇÃO da Justiça Eleitoral (disponível em: [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br) ou Cartório Eleitoral);
- Certidão de Nascimento ou Casamento, ou Casamento com Averbações;
- CPF do cônjuge;
- Cédula de Identidade (RG e CPF) dos filhos até 14 anos;
- Certidão de Nascimento/Adoção e CPF dos filhos até 14 anos (caso não possua Cédula de Identidade);
- Carteira de vacinação (onde consta nome e vacinas) dos filhos até 14 anos;
- Atestado de Frequência Escolar dos filhos entre 06 e 14 anos;
- Certificado de Dispensa de Incorporação ou Certificado de Reservista (homens até 45 anos);
- Declaração de Residência assinada;
- Diplomas de Escolaridade (conforme exigência do cargo);
- Diploma do Curso Específico (na área em que irá atuar);
- Registro no Conselho de Classe (identidade profissional), quando for o caso;
- Certidão de Comprovação da Regularidade com o Conselho da Classe da Região de SC;
- Vacina contra Rubéola (onde consta nome e vacina, até 39 anos)
- Carteira Nacional de Habilitação – CNH;
- Número do PIS/PASEP e data do cadastro;



- Carteira de Trabalho onde constam a foto e Dados Pessoais;
- Abertura de Conta-Corrente no Banco indicado pela prefeitura.
- Apresentar Carteira de Trabalho original, para registros.

7.3.1 EM CASO DE ALTERAÇÃO DE NOME, POR CASAMENTO, DIVÓRCIO OU QUALQUER OUTRO FATO GERADOR, EM TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÁ CONSTAR O NOME ATUALIZADO.

7.4 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado, anulando os atos decorrentes da inscrição, o candidato que:

- a) Fizer em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata, mesmo que verificada posteriormente a admissão;
- b) Não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá protocolar requerimento de atualização cadastral, no setor de protocolo, sito à Rua Jorge Lacerda nº 75 – Centro, e preencher requerimento de atualização dos dados indicando seu cargo/função - fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.
- c) Não apresentar toda a documentação exigida no Edital para admissão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação.

7.5 O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município. Cabe exclusivamente ao candidato providenciar a documentação que comprove a não acumulação legal de cargos/empregos, se for o caso, dentro do prazo estabelecido para entrega da documentação. Verificada incompatibilidade de horários no caso de acumulação lícita, ou acumulação ilícita, o candidato não será contratado e será eliminado do Processo Seletivo.

7.6. O candidato aposentado pelo Serviço Público (regime próprio ou geral), deverá verificar se preenche os requisitos de acúmulo de proventos de aposentadoria com a atividade, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal. Verificada a incompatibilidade não será feita a admissão, sendo o candidato eliminado do Processo Seletivo.

7.7 Os documentos de escolaridade, diplomas e afins deverão ser devidamente registrados e reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e estarem de acordo com a Lei 9394/1996 (Diretrizes da Educação). No caso de graduação no exterior, o candidato deverá apresentar o diploma devidamente revalidado em instituição brasileira que ateste ser curso equivalente às exigências deste Edital.

7.8 Os documentos apresentados para admissão deverão ser perfeitamente legíveis, em Língua Portuguesa ou traduzidos por Tradutor Juramentado.

7.9. Todos os custos com cópias dos documentos exigidos para admissão serão pagos pelo candidato.

## 8. DA CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO E DA ESCOLHA DE VAGA

8.1 A notificação ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada pela Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Recursos Humanos.

8.1.1 O profissional será contratado para atuar na Secretaria Municipal de Saúde de São Bento do Sul, cuja lotação será definida pelo respectivo Secretário Municipal que irá alocar em locais destinados ao atendimento aos munícipes que apresentarem os sintomas relacionados ao COVID-19, e demais locais necessários para a contenção e vacinação do COVID-19 no Município, assim como para a limpeza/higienização das unidades de saúde.

8.2 No surgimento de vagas, caberá a Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Recursos Humanos, realizar a chamada para contratação via telefone, e-mail ou através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR);

8.2.1 A comunicação por e-mail não tem caráter oficial, sendo meramente informativa.

8.3 O candidato terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de assinatura da notificação ou do recebimento da comunicação via telefone, e-mail ou de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com aviso de recebimento (AR), para se apresentar, entregar todos os documentos exigidos no item 7.3 e assumir a vaga, no horário de expediente da prefeitura (8h às 12h e 13h às 16h), além de passar pelo exame médico admissional, sob pena de desclassificação. Não serão aceitos documentos enviados por e-mail.

8.3.1 O Município não se responsabiliza caso a correspondência de convocação seja recebida por terceiros, bem como por endereço incorreto do candidato, ou qualquer outro fator que impeça a entrega da notificação ao candidato, sendo considerado perfeitamente convocado quando receber a convocação pelos meios descritos neste Edital.

8.3.2 No caso de divergência entre o endereço preenchido pelo candidato na ficha de inscrição e o endereço constante no comprovante de residência anexo na inscrição, a Prefeitura considerará válido o endereço do comprovante de residência, sendo que ao preenchê-la o candidato declara que está ciente que os dados constantes no comprovante de residência serão utilizados para chamadas.

8.4 A recusa do local indicado para o trabalho implica em desistência ao cargo, podendo ser convocado o próximo candidato classificado para o cargo.



8.5 A não apresentação da documentação exigida por ocasião da admissão, implicará a impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

8.5.1 Os servidores do setor de Recursos Humanos não são responsáveis por impressões ou fornecer documentos. É de responsabilidade do candidato apresentar toda a documentação descrita no item 7.3 sem rasuras.

8.6. A assinatura da notificação de chamada, quando da convocação para admissão, bem como a entrega da documentação e demais atos de admissão deverão ser realizadas pessoalmente, não sendo permitidos por meio de procuração.

8.7 Não será permitida troca de vagas, transferências ou permutas entre os candidatos, antes ou após a admissão.

8.8 Não haverá opção pelo final da lista de aprovados para os candidatos convocados. Uma vez convocado e não aceitando a vaga, ou não apresentando a habilitação exigida, o candidato estará eliminado do Processo Seletivo.

8.9 O candidato aprovado e contratado deverá prestar serviços dentro do horário estabelecido pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, podendo ser diurno e/ou noturno, escala de revezamento em dias de semana, sábados, domingos ou feriados, obedecida a carga horária semanal de trabalho.

## 9. DOS RECURSOS

9.1 Caberá recurso quanto:

9.1.1 Ao conteúdo deste Edital;

9.1.2 A classificação preliminar ou indeferimento da inscrição.

9.2 O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios, para recorrer sobre o conteúdo, bem como publicação da classificação preliminar e eventuais inscrições indeferidas no Diário Oficial dos Municípios, para entrar com pedido de recurso devidamente fundamentado quanto a classificação preliminar ou indeferimento da inscrição.

9.3 Os recursos deverão ser protocolados no Setor de Protocolo da Prefeitura, localizado na Rua Jorge Lacerda 75, Centro, São Bento do Sul, no período de recursos, sendo dirigida para a Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, fazendo menção ao nome do candidato, ao Edital, ao cargo, a fundamentação do recurso e devidamente assinado pelo candidato. Ou via protocolo digital.

9.3.1 Os recursos que vierem a ser apresentados de acordo com as normas deste Edital serão apreciados pela Comissão do Processo Seletivo, que decidirá por votação pelo DEFERIMENTO ou INDEFERIMENTO do recurso.

9.4 O resultado dos recursos sobre a classificação preliminar ou indeferimento da inscrição, se for o caso, será publicado com a classificação final, sendo o meio para o candidato estar ciente do seu resultado.

9.5 O resultado dos recursos será publicado em "Edital de Resultado de Recursos Contra o Edital".

9.6 Os recursos apresentados intempestivamente, ilegíveis, ou de forma diversa da estabelecida neste Edital, serão indeferidos.

9.7 Não serão considerados, quando da interposição de recurso, a juntada de documentos novos ou já apresentados no ato na inscrição.

## 10 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O Poder Executivo do Município de São Bento do Sul - SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato na fase de admissão, decorrentes de:

- a) Endereço não atualizado;
- b) Endereço de difícil acesso;
- c) Correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- d) Correspondência recebida por terceiros;
- e) Dados preenchidos incorretamente ou incompletos na ficha de inscrição;
- f) Telefone ou e-mail do candidato desatualizados;
- g) Nome divergente dos documentos oficiais apresentados no ato da inscrição.

10.2 Durante o prazo de validade do Processo Seletivo o candidato aprovado deverá manter seu endereço e demais dados atualizados, devendo em caso de alteração do mesmo comunicar oficialmente ao Departamento de Recursos Humanos, através dos meios previstos neste edital.

10.3 Durante o prazo de validade do Processo Seletivo será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos, para admissão nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com suas necessidades, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos.

10.4 Os casos omissos e situações não previstas neste Edital serão analisados pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, designada pelo Prefeito de São Bento do Sul. A Comissão constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas



decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

10.5 A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo ou função.

10.6 O Edital, resultado final e homologação serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e disponibilizados no site [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br) - no link "Editais RH".

10.7 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão Organizadora.

10.8 O Município de São Bento do Sul não se responsabiliza por quaisquer textos, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não sejam aquelas divulgadas no site oficial [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

10.9 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

10.10 O candidato concorda com a divulgação de seu nome, Tempo de Serviço, data de nascimento, número de dependentes, CPF, e demais dados necessários para a classificação, identificação e pontuação através dos editais referentes a este Processo Seletivo.

10.11 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Antonio Joaquim Tomazini Filho  
Prefeito Municipal

Luiz Antonio Novaski  
Assessor de Governo

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA  
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
EDITAL Nº 02/2021  
Anexo I

Atribuições do Cargo de Médico Clínico Geral

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Avaliar o paciente como um todo, efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica para promover a saúde e bem estar do paciente.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Avaliar o paciente como um todo, para a realização de um diagnóstico acurado e para a indicação do melhor tratamento; - Orientar as pessoas sobre prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças; - Requisitar e interpretar exames complementares para elucidação do diagnóstico; - Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como, cuidados a serem observados, para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; - Possibilitar o acesso da comunidade aos serviços médicos assistenciais, através da prestação de atendimento a consultas nas áreas de clínica geral; - Dar plantões em unidades próprias de saúde, atendendo urgência/emergência; - Agilizar a divulgação de conhecimento da área médica, juntamente com a comunidade através da participação em atividades educacionais e recreativas; - Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados; - Manter registro dos usuários examinados com anamnese, exame físico, exames complementares (quando houver), conclusão de diagnóstico e tratamento, e outras informações que considerar necessárias, em caráter sigiloso; - Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;

- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no regulamento a que se refere à lei Federal nº 3268/57; - Executar outras atividades compatíveis com a função.

Atribuições do Cargo de Técnico em Enfermagem

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atua na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação dos processos saúde-doença. Colabora com o atendimento das necessidades de saúde dos pacientes e comunidade, em todas as faixas etárias. Promove ações de orientação e preparo do paciente para exames. Realiza cuidados de enfermagem, tais como: curativos, administração de medicamentos e vacinas, nebulizações, banho de leito, mensuração antropométrica e verificação de sinais vitais, dentre outros. Presta assistência de enfermagem a pacientes clínicos e cirúrgicos.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, excetuadas aquelas privativas do ocupante do cargo de Enfermeiro; - Concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; - Promover a divulgação do Programa de Proteção à Saúde da Mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda, orientações quanto ao planejamento familiar; - Administrar medicamentos mediante prescrição médica; - Participar de vacinações suas programações; - Fazer coleta de material para exames, quando indicado; - Fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; - Desenvolver atividades de pré e pós-consulta médica; - Participar de atividades de saúde a nível comunitário; - Fazer a previsão e vistoriar o equipamento de assistência de enfermagem; - Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; - Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; - Colaborar quando indicado no Programa Saúde na Família - PSF; - Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; - Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; - Executar outras atividades correlatas. - Controlar a distribuição de medicamento; - Usar EPI;



- Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; - Executar demais atividades compatíveis com a função.

#### Atribuições do Cargo de Enfermeiro

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Realizar procedimentos de enfermagem dentro de suas competências técnicas e legais. Promover e prestar atendimento à saúde do indivíduo, família e comunidade, identificar e intervir nas condições de risco para a saúde do indivíduo, realizar o atendimento integral à população no domicílio, unidades móveis e estabelecimentos de assistência à saúde.

**DESCRIÇÃO DETALHADA** - Prestar cuidados diretos de enfermagem a pacientes com risco de vida; - Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever e transcrever medicações conforme protocolo estabelecido nos programas do ministério da saúde e as disposições legais da profissão; - Aplicar vacinas, injeções, medicações, oxigenioterapia, coleta de preventivo, realizar curativos e outros tipos de tratamento para atender indicações médicas ou de enfermagem; - Executar ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso; - Planejar, coordenar, executar, avaliar e auditar as ações de saúde; - Organizar e coordenar a criação de grupos de educação em saúde e de patologias específicas; - Preparar paciente para pequenas intervenções cirúrgicas e atuar durante sua realização, como instrumentador, auxiliando o médico; - Organizar os serviços de enfermagem em Unidades de Saúde e Programas de Assistência à Saúde, controlando as escalas de serviço diário, para organizar as atividades internas e externas; - Atuar em programas de saúde, educação sanitária e atendimento domiciliar; - Executar ações de prevenção e controle das doenças transmissíveis, realizando notificação e busca ativa, nos programas de vigilância epidemiológica e sanitária; - Participar na operacionalização do sistema de referência e contra-referência do pacientes nos diferentes níveis de atenção à saúde; - Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem visando o controle das mesmas; - Realizar registros das informações em formulários ou sistemas específicos referentes aos programas nas diferentes áreas da saúde pública; - Supervisionar e coordenar diretamente as atividades desenvolvidas pelos agentes comunitários de saúde, solicitar o cumprimento de carga horária, realização de visitas domiciliares e preenchimento correto de formulários; - Participação em projetos de construção ou reforma de unidades de saúde; - Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização, manuseio e acondicionamento do material a ser utilizado nas diversas unidades de saúde; - Coordenar e participar de campanhas de prevenção em saúde, tais como: vacinação, câncer de colo uterino e de mama e outras; - Participar, juntamente com a equipe da unidade, do planejamento e assistência de saúde da população de acordo com as diretrizes gerais; - Periodicamente verificar as condições de organização e prazo de validade de soros, vacinas, medicamentos e materiais; - Realizar estudos operacionais e situacionais da área de saúde coletiva, visando ações para melhoria de políticas públicas; - Supervisionar e coordenar ações para a capacitação dos agentes comunitários de saúde; - Participar nos programas de treinamento e aprimoramento do pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada; - Promover a qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente torne-se mais saudável; - Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem; - Participar dos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais; - Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; - Usar EPI; - Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; - Executar outras atividades compatíveis com a função.

#### Atribuições do Cargo de Auxiliar de Serviços

Executar serviços de limpeza das Vias, praças públicas, edifícios públicos, unidades escolares, unidades de saúde, sanitários e nas secretarias. Auxiliar nos serviços de construção, manutenção, conservação, edificações e demais serviços próprios da Prefeitura. Carregar, descarregar, transladar, ordenar, limpar e zelar pelos materiais, equipamentos e utensílios diversos, de forma apropriada, a fim de agilizar os trabalhos.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:** - Limpar, desinfetar, encerrar e arrumar sanitários públicos, sanitários de prédios públicos, salas de aula, corredores e demais espaços de prédios públicos; - Substituir toalhas, papéis e sabonetes; - Lavar panos usados na limpeza; - Coletar e depositar o lixo nas lixeiras; - Preparar e servir café, chá e água, quando solicitado; - Executar serviços de limpeza: vidraças, paredes, pisos, calçadas, salas, móveis, equipamentos, utensílios, louças, cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, entre outros; - Executar serviços de conservação e limpeza de vias, praças e logradouros públicos, varrendo, realizando capina, roçada e poda, utilizando ferramentas e utensílios adequados; - Desobstruir as canalizações de águas pluviais e bocas de lobo das vias públicas; - Auxiliar nos serviços de patrolamento das vias públicas, sinalizando, fazendo a limpeza das bocas de lobo e canaletas, retirando o excesso de terra e entulhos; - Executar limpeza de rios, córregos e valas; - Manipular e aplicar herbicidas utilizados na limpeza de logradouros públicos; - Atuar na execução de abertura de covas nos cemitérios municipais; - Recolher entulhos e demais resíduos, colocando-os em caminhões; - Auxiliar na poda das árvores em espaços públicos, utilizando equipamentos adequados; - Preparar, limpar, afiar, lubrificar e abastecer, os materiais, máquinas e ferramentas para a realização dos serviços; - Auxiliar nos serviços de construção, manutenção, conservação, pavimentação, preparando a massa de cimento e as tintas, carregando tijolos, baldes, fazendo andaimes, executando pequenos reparos; - Auxiliar nos serviços de instalação e conservação da parte elétrica e hidráulica das edificações; - Auxiliar na medição de terrenos, segurando balizas, cravando piquetes, estaqueando marcas em pontos pré-determinados pela equipe de medição; - Auxiliar na pintura de edifícios, ruas e sinalizações de trânsito, preparando tintas e fornecendo os equipamentos apropriados; - Auxiliar no recolhimento e remoção de animais soltos ou mortos nas vias públicas, laçando ou removendo-os para locais apropriados; - Executar serviços de carga e descarga de caminhões, empilhando e organizando os materiais conforme suas especificações e normas dos setores, para mantê-los preservados e evitar desperdícios; - Ajudar nas mudanças, carregando, transladando móveis e demais equipamentos de um local para outro ou carregando e descarregando em caminhões; - Cuidar e fazer a limpeza de seu local de trabalho, varrendo, lavando com equipamentos e produtos adequados, com a finalidade de garantir a ordem e a segurança do mesmo; - Participar e executar serviços de plantão em feriados, finais de semana, noturnos e em situações de emergência, urgência e calamidades, quando necessário; - Executar serviços de limpeza das cozinhas e refeitórios: móveis, equipamentos, utensílios, louças, instrumentos e materiais utilizados, entre outros; - Executar atividades relacionadas ao preparo das refeições, cumprindo o cardápio pré estabelecido zelando pelo sabor, aparência, textura e temperatura das mesmas, respeitando as normas de higiene pessoal e do local de trabalho; - Dispor adequadamente os restos de comida e lixo da cozinha, de forma a evitar proliferação de insetos, bactérias e outros; - Adequar os resíduos de forma seletiva, separando-os para processos de reciclagem; - Zelar pela higiene pessoal; - Usar EPI; - Zelar pela limpeza, organização e manutenção das ferramentas, utensílios e materiais utilizados, a fim de tê-los sempre em condições de uso; - Executar outras atividades compatíveis com a função.



## EDITAL 02/2021 - ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO - PREENCHER COM LETRA DE FORMA

## -----DADOS PESSOAIS-----

## NOME COMPLETO:

Data de Nascimento:		CPF:												
---------------------	--	------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Número do RG:	UF	Orgão Expedidor do RG	Data de Expedição do RG
---------------	----	-----------------------	-------------------------

Endereço:	Número:
-----------	---------

Bairro:	Cidade:	Estado
---------	---------	--------

Ponto de Referência:
----------------------

CEP:	Telefones (inclusive DDD):
------	----------------------------

Endereço Eletrônico (e-mail):

## -----ESCREVA ABAIXO SUA ESCOLARIDADE-----

## ESCOLARIDADE:

## -----DADOS DE INSCRIÇÃO / VAGA -----

ESCREVA ABAIXO O NOME COMPLETO DA VAGA PRETENDIDA

CARGO PRETENDIDO:

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO: ASSINALE ABAIXO O TEMPO DE SERVIÇO NA VAGA PRETENDIDA

TEMPO DE SERVIÇO:	Ne-nhum 0 (zero) pontos	Até 01 ano: 1 ponto	De 01 a 02 anos: 2 pontos	De 02 a 03 anos: 3 pontos	De 03 a 04 anos: 4 pontos	De 04 a 05 anos: 5 pontos	Acima de 05 anos: 6 pontos
Marcar X							

DESCREVA ABAIXO O TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO PRETENDIDO

LOCAL ONDE TRABALHO	DATA DE INÍCIO	DATA DE SAÍDA

## -----ESCREVA ABAIXO O NÚMERO DE DEPENDENTES ATÉ 16 ANOS (Filhos)-----

NÚMERO DE DEPENDENTES:

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura do Processo Seletivo 02/2021. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.

São Bento do Sul, \_\_\_\_\_ de março de 2021.

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

**RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021**

Publicação Nº 2878633

RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021

NO EDITAL NO ITEM 7.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

ACRESCENTA-SE:

7.5.3 - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA EMITIDA PELA ANVISA.

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO E, PARA QUE ESTE PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, PERMANECE A DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS PARA O DIA 05 DE MARÇO DE 2021 ATÉ ÀS 08:30 E INÍCIO DA SESSÃO ÀS 09:00 HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF.

SÃO BENTO DO SUL, 23 DE FEVEREIRO DE 2021

SIMONE LESNHAK WILLEMANN  
Chefe de Gabinete

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA  
Pregoeira Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020**

Publicação Nº 2878671

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

A Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores à vista do parecer conclusivo, exarado pela Comissão de Licitação da Câmara Municipal de São Bento do Sul, designada pela Portaria nº 013, de 02 de fevereiro de 2021, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente licitação, nestes termos:

a) Processo Administrativo nº 008/2020

b) Chamada Pública nº 001/2020

c) Modalidade – Inexigibilidade de Licitação nº 001/2020

d) Data da Homologação – 24/02/2021

e) Data da Adjudicação – 24/02/2021

f) Objeto – credenciamento de empresas visando habilitar periódicos impressos, serviços de radiodifusão e portais eletrônicos, para veiculação de mídias fornecidas pela Câmara Municipal de São Bento do Sul/SC, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, educativas e de conscientização, observados os ditames do Art. 37, § 1º da Constituição Federal

g) Empresas credenciadas – Altos da Serra Radiodifusão Ltda. BAND FM para o item 04, Gisele Silveira Garcia para o item 02, Site César Miranda.com para o item 05, Portal do Planalto – TV Interativa Ltda. para o item 05 e São Bento Notícias para o item 05.

São Bento do Sul 24 de fevereiro de 2021.

CARLA ODETE HOFMANN  
Presidente

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 023, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878840

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 023, de 23 de fevereiro de 2021.

“CONCEDE LICENÇA DE PARTE DA JORNADA DE TRABALHO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER, à servidora MARIA LOURDES SPERKA, matrícula 400, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, lotada nesta Autarquia desde 1º/2/2005, LICENÇA DE PARTE DA JORNADA DE TRABALHO, passando de 40 para 20 horas semanais, sem prejuízo da renumeração de acordo com a Lei nº 2585, de 23 de junho de 2010 e o Processo Administrativo nº 3951/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2021.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente



# São Bernardino

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 24/2021 CC N. 01/2021

Publicação Nº 2878264

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2021 - MODALIDADE CONCORRÊNCIA-CONCESSÃO E/OU PERMISSÃO N.01/2021. O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que fará realizar concessão de uso de bens públicos municipais na modalidade de concorrência, mediante a outorga de concessão de uso, por maior lance ou oferta, referente concessão de uso (arrendamento) para uso na agricultura e ou pecuária de uma área de terras medindo aproximadamente 25.000 m2, sob matrícula nº 12.822. Recebimento dos envelopes documentação e propostas até as 09:00 hs, do dia 13/04/2021. A íntegra deste edital estará disponível, no site do município [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br) e junto ao setor de licitações, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 23/02/2021. Dalvir Luiz Ludwig- Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 25/2021 PP N. 13/2021

Publicação Nº 2878857

ESTADO DE SANTA CATARINA,

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2021

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2021

O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de lixeiras. Estará recebendo as propostas até as 09:00 hs, do dia 15/03/2021. A íntegra deste Edital estará disponível no site [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br), no menu Licitações/Pregão, no DOM/SC e junto ao setor de licitações do município, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 23/02/2021 – DALVIR LUIZ LUDWIG - Prefeito Municipal.

### CONTRATO Nº 35/2021

Publicação Nº 2877987

CONTRATO Nº 35/2021

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 01/2021, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA AUTO POSTO KLEIN LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. DALVIR LUIZ LUDWIG, brasileiro, casado, residente e domiciliado no prolongamento da Rua Verônica Scheid s/n, neste Município, inscrito no CPF nº 961.204.109-10, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa AUTO POSTO KLEIN LTDA, inscrita no CNPJ nº 32709282000197, localizada na RUA JOSÉ SCHEID, 894, na Cidade São Bernardino - SC, empresa devidamente credenciada, neste ato representado pelo seu proprietário/administrador o Sr. GABRIEL KLEIN, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na RUA JOSÉ SCHEID, 894, na Cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF sob nº 091.537.619-95, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

#### CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO DE PREÇOS DO CONTRATO Nº 01/2021, QUE TRATA DA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL S-10, ÓLEO DIESEL COMUM E GASOLINA). ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 56/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 01/2021.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 6.577,01 (seis mil quinhentos e setenta e sete reais e um centavo).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 19/02/2021 até o dia 31/12/2021.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO



As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 56/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Contrato nº 01/2021, e o aumento do valor nos preços do combustível (gasolina aditivada), o que resultou consequentemente no aumento do preço praticado pelo fornecedor, amplamente divulgado pela mídia brasileira e posteriormente comprovada por meio fiscal, promovem a readequação de valores dos preços praticados na aquisição de combustíveis, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Nº AF	Nº EMPENHO	SALDO R\$	QUANT. LT.	PRODUTO	R\$ REVISÃO	TOTAL R\$ AUMENTO
06	14	7.295,82	1.732,97	Gasolina Aditivada	0,43	745,18
07	15	6.954,17	1.651,82	Gasolina Aditivada	0,43	710,28
08	16	8.420,00	2.000,00	Gasolina Aditivada	0,43	860,00
09	17	6.315,00	1.500,00	Gasolina Aditivada	0,43	645,00
10	18	6.122,10	1.454,18	Gasolina Aditivada	0,43	625,30
11	19	7.877,55	1.871,15	Gasolina Aditivada	0,43	804,59
12	20	9.948,90	2.363,16	Gasolina Aditivada	0,43	1.016,16
13	21	3.879,71	921,55	Gasolina Aditivada	0,43	396,26
14	22	7.580,37	1.800,56	Gasolina Aditivada	0,43	774,24
	TOTAL	64.383,62	15.295,39		TOTAL	6.577,01

#### CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

**DO ADITAMENTO** – Face acordo mútuo entre as partes promovem por meio deste termo a readequação de valores dos preços praticados dos combustíveis supra demonstrado, objeto do Contrato nº 01/2021, passando o valor do litro de gasolina aditivada de R\$ 4,21 (quatro reais e vinte e um centavos) para o valor de R\$ 4,64 (quatro reais e sessenta e quatro centavos) representando um aumento no valor de R\$ 0,43 (quarenta e três centavos) por litro.

**DA FORMA DE PAGAMENTO** - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 56/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 01/2021.

**DA FISCALIZAÇÃO** - Fica por desde já, designada a Sra. TAIZA CARNIEL, portadora do RG nº 6.016.325 e do CPF nº 056.589.639-31, Secretária da Administração e Fazenda, Sr. ARCIONE RIBEIRO, portador CPF nº 046.522.709-09, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, Sr. RAUL BENDER, portador do CPF nº 051.664.819-50, Secretário da Infraestrutura, Sra. GESLAINE NEGRI ZANOVELLO, portadora do CPF nº 070.788.189-70, Secretário do Desenvolvimento Social e Sra. FERNANDA GEREMIA WALKER, portadora do CPF nº 059.108.239-06, Secretária da Educação Cultura e Esportes, respectivamente, conforme AF emitidas pelo Município para cada Secretaria Municipal, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 01/2021.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 19 de Fevereiro de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG      GABRIEL KLEIN  
 Prefeito Municipal      Fornecedor  
 Município

RUDIMAR BORCIONI  
 Assessor Jurídico  
 OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

#### CONTRATO Nº 36/2021

Publicação Nº 2877900

CONTRATO Nº 36/2021

#### TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ Nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. DALVIR LUIZ LUDWIG, brasileiro, casado, residente e domiciliado no prolongamento da Rua Verônica Scheid s/n, neste Município, inscrito no CPF nº 961.204.109-10,



doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa CONSTRUTORA SENHORE LTDA, inscrita no 07821359000179, localizada na AV. ALFREDO J. SCOPEL 620-A, empresa devidamente credenciada, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. FERNANDO SENHORE, procurador, brasileiro, casado, residente e domiciliado na AV. ALFREDO J. SCOPEL 620-A, Saltinho/SC inscrito no CPF sob nº 058.178.759-50, doravante denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regido pelas cláusulas e condições a seguir.

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Rescisão parcial do Contrato nº 110/2020.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 38/2020, modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia e Contrato nº 110/2020.

VALOR – O valor do presente contrato é de R\$ 861,13 (oitocentos e sessenta e um reais e treze centavos).

VIGÊNCIA – A vigência é do período de 23/02/2021 ate o dia 30/03/2021.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E DESCRIÇÃO

Com base no Processo Licitatório nº 38/2020, modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia e o fornecimento parcial dos serviços contratados, não sendo mais necessário o fornecimento dos demais, conforme estabelecido no Contrato nº 110/2020, fica rescindido o valor de R\$ 861,13 (oitocentos e sessenta e um reais e treze centavos), assim composto:

Item	Quant	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
196	1,50	M2	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	250,00	375,00
208	4,65	KG	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,00MM	16,89	78,54
209	2,45	KG	armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em uma edificação térrea ou sobrado utilizando aço Ca-50 de 8,00mm	12,91	31,63
211	6,09	KG	ARMACAO DE PILAR VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-5MM	16,89	102,86
212	11,10	KG	ARMACAO DE PILAR VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-10MM	11,09	123,10
217	1,00	Und	TULHA	150,00	150,00
			TOTAL		861,13

#### CLAUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

Face acordo entre as partes, fica rescindido o valor de R\$ 861,13 (oitocentos e sessenta e um reais e treze centavos), parte do Processo Licitatório já referido, sendo que o fornecedor manifesta sua quitação dos serviços já fornecidos, valores estes vinculados a Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esportes.

#### CLAUSULA QUINTA - DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

O presente Contrato é redigido em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 23 de Fevereiro de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG      FERNANDO SENHORE  
Prefeito Municipal      Fornecedor Município

RUDIMAR BORCIONI  
Assessor Jurídico  
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_



**EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N. 25/2021 PP N. 13/2021**

Publicação Nº 2878860

EDITAL DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2021  
PREGÃO No 13/2021

**01. PREÂMBULO**

1.1 - O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela portaria n. 65/2021, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n.º 13/2021, na Modalidade Pregão, do tipo menor preço por item e Presencial, cujo setor interessado é a Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 17/2006 de 02 de Janeiro de 2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012, decreto n. 09/2018, decreto n. 145/2019, Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

1.2 – Os documentos referente o credenciamento, envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro(a) do Município no ato do CREDENCIAMENTO que emitirá o respectivo Protocolo de Entrega, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Verônica Scheid, S/N– Centro, São Bernardino -SC, CEP 89982-000, até às 09:00 horas do dia 15/03/2021, iniciando-se a Sessão Pública às 09:15 horas do mesmo dia e local.

1.3 - Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza o Processo Licitatório, a licitante, e se for referente à documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

**02. OBJETO**

2.1 - O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS PARA COLETA DE LIXO À SEREM INSTALADAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC.

**ITENS E SEUS RESPECTIVOS VALORES MÁXIMOS DESTE EDITAL**

Os itens são exclusivos para MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, em conformidade com o Inciso I do artigo 48 da Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, somente para empresas que comprovar esta condição mediante documento hábil no ato do Credenciamento, apresentando obrigatoriamente: ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI – Certificado da condição de Microempreendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura.

Em conformidade com o Decreto Federal n. 8538 de 06/10/2015, artigo 13, § 1º o licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	LIXEIRA TIPO CONTAINER MEDINDO 700 X 690 X 880 X 1170 EM CHAPA GALVANIZADA DE NO MÍNIMO 1,5, COM DUAS TAMPAS COM AMORTECEDORES MEDINDO 750 X 600, PINTURA INTERNA EMBORRACHADA, PINTURA EXTERNA ESMALTE SINTÉTICO AUTOMOTIVO, NA COR VERDE.	Und	30,00	1.930,00	57900,00
Total					57.900,00

OBS: As medidas constantes na descrição do item podem apresentar variações de até 10% tanto para mais ou como para menos.

A proposta que apresentar o item com o valor máximo unitário e ou não apresentar a marca será desclassificada, como também será desclassificada a proposta das empresas que não comprovar a situação MEI/ME/EPPS com documento hábil.

Obs: A descrição dos itens e a pesquisa de preços foi realizada pela secretaria solicitante sob sua responsabilidade.

**03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO**

3.1 - A presente licitação é destinada exclusivamente à contratação de microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP e micro empreendedor individual - MEI, na forma do disposto no art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.1.2 Estão proibidos de contratar com o município todos os agentes impedidos na forma do Artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e no art. 9º da Lei n. 8666/93 e suas alterações posteriores.



3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Concorratórias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.

#### 04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

A) PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2021

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

ENVELOPE N.º 01 – Proposta

Empresa: Nome/Razão Social:

B) PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2021

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

ENVELOPE N.º 02 – Documentação

Empresa: Nome/Razão Social:

4.2 - Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

##### DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 – O documento de credenciamento nos termos da alínea "b", do item 1, poderá ser conforme modelo constante no Anexo I- Carta de Credenciamento, o qual deverá ser entregue juntamente com o respectivo documento oficial de identificação.

2.1. – Fica dispensado da apresentação do Anexo II, o representante legal com poderes para exercer direitos e assumir obrigações, nos termos do item 1."a".

3 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5 - A ausência do Credenciado, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, porém não é motivo para exclusão do certame, desde que atenda as exigências do Credenciamento 1 – a e 7.1).

Tal comprovação deverá ser feita através de procuração ou carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo I do Edital), com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

No ato do Credenciamento, apresentar obrigatoriamente: para Micro Empresas/Empresas de pequeno Porte ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI – Certificado da condição de Microempreendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura. Não feita esta comprovação no momento oportuno, a proposta será desclassificada.

#### 05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

a) emitida, de preferência por computador, ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

b) conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Edital, constando a marca que está sendo cotada, bem como o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos. Em caso de divergência entre os preços unitário e total prevalecerá o unitário. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de até três casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado;



d) apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital; e

e) conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

Parágrafo único — Preferencialmente, para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo sugestivo constante do Anexo III do Edital.

## 06. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 – Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

### 6.1. Habilitação Jurídica:

### 6.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão conjunta de tributos e contribuições federais, quanto à dívida ativa da união e contribuições sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

### 6.3. Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Para empresas com sede no Estado de Santa Catarina - Considerando as alterações no sistema do TJ-SC, a certidão exigida deverá ser emitida nos dois sistemas:

- SAJ (<https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/sco/abrirCadastro.do>) e;
- eproc (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br>)

As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

6.4 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei (conforme modelo constante do Anexo IV do Edital).

6.5 - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante (conforme modelo constante do Anexo V do Edital).

6.6 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de São Bernardino -SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio se julgar necessário poderão fazer a consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante responsável pela veracidade das informações. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

6.7 – Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet, poderá ser consultado de forma imediata via internet durante a sessão e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validado.

## 07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo II do Edital), e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital.

7.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

7.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Quando não forem verificados, no mínimo, 03(três) propostas comerciais nas condições mencionadas, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.



7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta comercial, ou o uso de mais de três casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.9 - Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseq-entes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

7.9.1 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o art. 43 § 1º, da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, as ME e EPP, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ficando a Sessão Pública em suspenso, quando será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. De acordo com o § 2º da mesma Lei, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.10 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria, o recurso se interposto, deverá ser protocolado fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigidos ao pregoeiro. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.11 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

## 08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Publica do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Publica acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.5 – O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 – O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.



## 09. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 – As lixeiras deverão ser entregues na Secretaria de Infraestrutura, sita a Rua São Bernardino, S/N, Centro, São Bernardino-SC, CEP 89.982-000, conforme a necessidade e autorização da Secretaria e que deverá ocorrer em até 08 dias consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria

9.2 – A Municipalidade, se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2021, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

## 10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

10.1 O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedores](s) serão efetuados em até 10(dez) dias após a entrega e efetiva apresentação da nota fiscal. Ressaltando de que é exigido emissão de nota fiscal eletrônica nas vendas destinadas às administrações públicas de acordo com o parágrafo § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense. Deverá constar no documento fiscal o número da licitação, número do contrato, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações. Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

10.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 11. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - Os recursos financeiros serão a cargo do orçamento vigente.

11.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2021:

2.038.3390.00 - 1000 - 130/2021 - Manutenção do Planejamento Urbano

## 12. ADJUDICAÇÃO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município de São Bernardino - SC, convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 3 (três) dias úteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar, no prazo e condições estabelecidas o Termo de Contrato, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.2- O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo Licitatório poderá(ao) ser aditado(s) conforme regulamentação prevista na Seção III, Art 65, da Lei nº 8.666/93 (Brasil).

## 13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

13.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

## 14. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

14.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 15. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

15.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

15.2 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:



15.2.1 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;
- b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;
- c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada;
- f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da empresa;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

15.2.2 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.2.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

15.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

## 16. PENALIDADES

16.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

16.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

## 17 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

17.1 – Além das atribuições já evidenciadas neste Edital de Licitação e as previstas em Lei, o Pregoeiro poderá ainda:

- 17.1.1 – Advertir os representantes das empresas proponentes, bem como qualquer pessoa presente a sessão pública, em virtude de comportamento ou expressões inadequadas para o momento.
- 18.1.2 – Estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.
- 17.1.3 – Interromper o processo, para qualquer situação adversa que possa ocorrer durante a sessão pública.
- 17.1.4 – Baixar diligências para dirimir qualquer dúvida em relação ao processo e/ou documentação, inclusive para que havendo algum valor de lance ofertado sendo considerado inexequível, para que o autor comprove que a mesma pode ser executada.
- 17.1.5 – Permitir aos credenciados, contato com terceiros para formular lances.
- 17.1.6 – Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que cumpre todos os requisitos de habilitação.(se for o caso).



17.1.7- Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital (se for o caso)

## 18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

18.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

18.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 17/2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012, decreto n. 09/2018 e decreto n. 145/2019.

18.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

18.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

§ ANEXO I – Modelo de Carta de Credenciamento;

§ ANEXO II – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

§ ANEXO III – Modelo de Proposta

§ ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

§ ANEXO V - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante

§ ANEXO VI – Minuta de Contrato.

18.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

18.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.9 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. A impugnação deverá ser protocolada fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigido ao chefe do poder executivo.

18.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão preferencialmente ser dirigidas por escrito à Administração Municipal no endereço eletrônico [compras@saobernardino.sc.gov.br](mailto:compras@saobernardino.sc.gov.br) ou, pelo telefone (49) 36540054/0014 até 72 (setenta e duas) horas antes da data de abertura da LICITAÇÃO.

18.14- Editais de Licitação, prazos recursais, recursos, contra razões, decisões, atas, adjudicações e homologações, serão publicadas no site [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br), no menu Licitações no devido processo. É de inteira responsabilidade da empresa participante estar acompanhando o andamento.

São Bernardino – SC 23/02/2021

Prefeito Municipal  
DALVIR LUIZ LUDWIG

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica



RUDIMAR BORCIONI  
OAB-SC 15411  
ASSESSOR(A) JURÍDICO

ANEXO I  
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2021  
PREGÃO No 13/2021

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF sob n.º \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ..... -SC, na modalidade Pregão n.º \_\_\_\_\_, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021.

Carimbo Nome e Assinatura do Credenciante

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2021  
PREGÃO No 13/2021

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n.º ..... do município de .....-SC, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2021  
PREGÃO No 13/2021

A Empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório, e que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar n.º 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2021  
PREGÃO No 13/2021

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento, objeto da presente licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 13/2021, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:  
Objeto: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS PARA COLETA DE LIXO À SEREM INSTALADAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC.



Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	LIXEIRA TIPO CONTAINER MEDINDO 700 X 690 X 880 X 1170 EM CHAPA GALVANIZADA DE NO MÍNIMO 1,5, COM DUAS TAMPAS COM AMORTECEDORES MEDINDO 750 X 600, PINTURA INTERNA EMBORRACHADA, PINTURA EXTERNA ESMALTE SINTÉTICO AUTOMOTIVO, NA COR VERDE.	Und	30,00			
Total						

Valor total da proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: \_\_\_\_\_ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO APÓS A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO E SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA.

DATA:

\_\_\_\_\_  
NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

#### ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2021

PREGÃO No 13/2021

..... inscrita no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) .....  
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º ..... CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto  
no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz( ).

data

Nome e assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

#### ANEXO V

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A LICITANTE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2021

PREGÃO No 13/2021

DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa \_\_\_\_\_

Declara(m) que:

- a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;
- b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

\_\_\_\_\_  
(local e data)

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

CONTRATO N° NumContrato



O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. DALVIR LUIZ LUDWIG, brasileiro, casado, residente e domiciliado no prolongamento da Rua Verônica Scheid s/n, neste Município, inscrito no CPF nº 961.204.109-10, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa NomeContratado, inscrita no CNPJ nº CNPJContratado, localizada na Rua EnderecoContratado, na Cidade São Bernardino, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. NomeRespContratado, brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Rua EnderecoContratado, na Cidade CidadeContratado, inscrito no CPF sob nº CPFContratado, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ObjetoContrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município adquire ObjetoContrato, do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor dos itens abaixo relacionados, do Processo Licitatório 25/2021, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 25/2021, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

O valor total do contrato é de R\$ ValorContrato (ValorContratoExtenso), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguinte dotações orçamentárias:

2.038.3390.00 - 1000 - 130/2021 - Manutenção do Planejamento Urbano

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos materiais, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de DataAssinatura até DataVencimento, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.

c) - O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos materiais ora contratados conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os materiais/produtos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os materiais/produtos contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os materiais/produtos contratados em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 25/2021 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer materiais/produtos de primeira qualidade.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar os materiais contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 25/2021 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2021 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 25/2021, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São



Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V - Fica por desde já, designado o Sr. xxxxxxxxxxxx, Secretário da xxxxxxxxxxxx, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, DataExtensoAssinatura.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
Prefeito Municipal  
Município

NomeRespContratado  
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI  
Assessor Jurídico  
OAB-SC 15.411

Testemunhas: \_\_\_\_\_

### EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N.24/2021 CC N. 01/2021

Publicação Nº 2878268

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

#### EDITAL DE CONCORRÊNCIA

##### 1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 - Processo Licitatório nº 24/2021

1.2 - Modalidade: Concorrência para Concessão e ou Permissão nº 01/2021

1.3 - Data de emissão: 23/02/2021

1.4 - Secretaria Usuária: Secretaria Municipal de Infraestrutura.

1.5 - O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de concorrência, tipo maior lance ou oferta, visando de Uso de:

- BENS PATRIMONIAIS SENDO: CONCESSÃO DE USO (ARRENDAMENTO) PARA USO NA AGRICULTURA E OU PECUÁRIA DE UMA ÁREA DE TERRAS MEDINDO APROXIMADAMENTE 25.000 M2, LOCALIZADA NA LINHA CRUZEIRO, ANEXA AO CENTRO DE EVENTOS, SOB MATRÍCULA Nº 12.822. TAL CONCESSÃO TORNA-SE NECESSÁRIO, TENDO EM VISTA QUE O MUNICÍPIO NÃO TEM CONDIÇÕES E INTERESSE DE EXPLORÁ-LO DIRETAMENTE.

Mediante a OUTORGA DE CONCESSÃO DE USO, conforme descrito no objeto do presente edital, e que estará recebendo as propostas até as 09:00 horas do dia 13/04/2021, no Setor de Licitações, sito na Rua Verônica Scheid n. 1008, nesta Cidade, e que as 09:15 horas do dia 13/04/2021, iniciará a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação, regendo-se o processo licitatório pela Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, bem como pela Lei Federal n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei Municipal n. 1.337/2021 de 08/02/2021 e em especial pelo constante no presente Edital.

#### II – OBJETO E DO LANCE MÍNIMO

2.1 - A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, VISANDO A CONCESSÃO DE USO DE BENS PATRIMONIAIS SENDO: CONCESSÃO DE USO (ARRENDAMENTO) PARA USO NA AGRICULTURA E OU PECUÁRIA DE UMA ÁREA DE TERRAS MEDINDO APROXIMADAMENTE 25.000 M2, LOCALIZADA NA LINHA CRUZEIRO, ANEXA AO CENTRO DE EVENTOS, SOB MATRÍCULA Nº 12.822. TAL CONCESSÃO TORNA-SE NECESSÁRIO, TENDO EM VISTA QUE O MUNICÍPIO NÃO TEM CONDIÇÕES E INTERESSE DE EXPLORÁ-LO DIRETAMENTE.

ITEM I - CONCESSÃO DE USO DE UMA ÁREA DE TERRAS MEDINDO APROXIMADAMENTE 25.000 M2 (ARRENDAMENTO) DE IMÓVEL RURAL PARA USO NA AGRICULTURA E OU PECUÁRIA, LOCALIZADA NA LINHA CRUZEIRO ANEXA AO CENTRO DE EVENTOS SOB MATRÍCULA N. 12.822.



2.2 – De acordo com o parecer da comissão nomeada pela portaria nº 135/2021 de 08/02/2021 o lance mínimo será de: R\$ 1.000,00 (Mil reais) em parcela única.

### III – DO PRAZO

3.1 - O prazo desta concessão será de (12) doze meses, contados a partir da data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal, até no máximo 36(Trinta e seis) meses conforme Lei Municipal n. 1.337/2021 de 08/02/2021, de acordo com o interesse público.

### VI – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

4.1 - Poderão apresentar-se à licitação pessoas físicas e/ou jurídicas que na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no Edital para a execução de seu objeto. Para participarem da presente Concorrência, deverão os proponentes interessados apresentar em envelope lacrado, os documentos relativos à "HABILITAÇÃO". O envelope deverá conter na parte externa os seguintes dizeres:

Ao Município de São Bernardino  
Processo de Licitação nº 24/2021  
Edital de Concorrência nº 01/202021  
Envelope 01 ( documento de habilitação)  
Proponente: nome da empresa/proponente

No envelope n. 01 – Habilitação, sob pena de inabilitação deverão conter os seguintes documentos relativos á:

#### 4.2 – HABILITAÇÃO PARA PESSOA JURÍDICA

##### 4.2.1 – Para comprovação da habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores.

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

##### 4.2.2 – Para comprovação da regularidade fiscal:

a) Prova da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), emitida pela Receita Federal, ou documento expedido pela internet, que a empresa está devidamente cadastrada.

b) Prova de inscrição no cadastro geral de contribuinte Estadual, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação.

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade com o objeto da presente licitação (Alvará de licença da Prefeitura).

d) Prova da regularidade para a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente.

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

f) Certidão Negativa de Débitos trabalhistas

##### 4.2.3 – Para comprovação da qualificação econômica – financeira:

a) a) Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida há menos de 30 (trinta) dias da data de julgamento deste Edital.

Considerando as alterações no sistema do TJ-SC, a certidão exigida deverá ser emitida nos dois sistemas:

- SAJ (<https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/sco/abrirCadastro.do>) e;

- eproc ( <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>)

As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

4.2.4 - Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

4.2.5 - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante

#### 4.3 HABILITAÇÃO PARA PESSOA FÍSICA



- a) Prova da inscrição no Cadastro Pessoa Física (CPF);
- b) Cópia da Identidade do proponente;
- c) Prova da regularidade para a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente;
- d) Certidão Negativa de Débitos trabalhistas
- e) - Declaração da proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- f) Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante

#### V – DA PROPOSTA:

5.1 – A proposta deverá ser apresentada em envelope lacrado, que será entregue até as 09:00 horas do dia 13/04/2021, na sala do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de São Bernardino. O envelope deverá conter na parte externa os seguintes dizeres:

Ao Município de São Bernardino  
Processo de Licitação nº 24/2021  
Edital de Concorrência nº 01/2021  
Envelope 02 ( Proposta )  
Proponente: nome da empresa/proponente

a) 5.2 – As propostas deverão ter validade mínima de sessenta (60) dias a contar da data de sua apresentação, se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

5.3 – A proposta deverá ser apresentada datilografada ou impressa em papel tipo ofício, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada, assinada por representante legal do proponente, em todas as páginas e anexos, sempre identificada.

5.4 – As propostas de pagamento pela Concessão de Uso do objeto desta licitação, deverá ser em parcela única anual, não podendo ser inferior ao mínimo estabelecido neste edital.

#### VI – DO JULGAMENTO

6.1 - O julgamento será efetuado no dia 13/04/2021 as 09:15 horas e será dividido em duas fases distintas, a saber:

\* Habilitação – a Comissão abrirá os envelopes e dos documentos neles contidos serão rubricados por todos os membros da Comissão de Licitações, facultando-se aos interessados o exame dos mesmos. A comissão analisará a documentação definindo as habilitações e inabilitações, abrindo o prazo recursal conforme o artigo 109 da lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, consolidada. Contudo se todos os proponentes estiverem presentes ou através de pessoa legalmente habilitada a representá-la, havendo interesse podem desistir do direito de recurso referente a esta fase, conforme incisos II e III do artigo 43 da mesma Lei, o que se caracteriza por constar na ata à respectiva opção, bem como, sendo subscrita esta pelos participantes. A Comissão poderá suspender a reunião para melhor análise dos documentos, se assim julgar conveniente e marcar nova reunião, ocasião em que será apresentado o resultado da habilitação.

\* Proposta - Somente serão abertos os envelopes das propostas das proponentes habilitadas, após o prazo recursal ou desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos. A comissão abrirá os envelopes de proposta das proponentes habilitadas, procedendo o respectivo julgamento, de acordo, exclusivamente, com os fatores e critérios estabelecidos neste edital. Os respectivos documentos serão rubricados por todos os membros da comissão e pelos representantes dos proponentes participantes. Caso a Comissão julgue necessário, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião, efetuando o julgamento das propostas, sem a presença de todos os representantes dos participantes. O inabilitado receberá de volta seu envelope-proposta intacto, após o prazo recursal ou desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos.

Não serão consideradas vantagens não previstas neste edital. As propostas que não atenderem as condições estabelecidas neste edital serão desclassificadas. Verificando-se a igualdade de condições entre duas ou mais propostas, será considerado como critério de desempate o sorteio a ser realizado em ato público.

#### 6.2 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

##### 6.2.1 Desclassificação

Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não obedecerem as condições estabelecidas no Edital e que forem inferiores aos valores mínimos estabelecidos pela administração, os quais constam no item 02 deste edital.

##### 6.2.2 Classificação

As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela comissão, levando-se em conta exclusivamente o maior lance oferecido por item.

a) Em caso de empate ocorrerá, para fins de desempate, sorteio a ser realizado em ato público, com a presença dos proponentes.

VII - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS 7.1 - Todas as decisões da Comissão Permanente de Licitações serão lançadas em ata e desafiarão os recursos administrativos previstos no artigo 109 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de Junho de 1993. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



VIII – DAS PENALIDADES 8.1 - À Concessionária que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
  - Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
  - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Concessionária ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger além da empresa, seu diretor e responsável técnico.
  - Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Concessionária.
- 8.2 - As penalidades supra, em ocorrendo fato gerador, serão julgadas por processo administrativo competente, por iniciativa da Administração Municipal.
- 8.3. Constituem motivo para rescisão unilateral do contrato, independente de sanções legais e contratuais aplicáveis:
- a) Quando a proponente ou vencedora recusar-se a assinar o contrato, estando a sua proposta dentro do prazo de validade;
  - b) Quando a proponente ou vencedora transferir ou ceder o objeto desta licitação, no todo ou em parte, sem prévia autorização da contratante;
  - c) Quando a proponente ou vencedora cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais ou municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;
  - d) A declaração de falência, a solicitação de concordata, a liquidação ou dissolução da proponente, ou falecimento no caso de firma individual;
  - e) Quando a proponente ou vencedora praticar por omissão ou ação, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia dolo ou má fé, venham causar danos à contratante ou a terceiros, independente da obrigação de reparar os danos causados.

#### IX – CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO:

9.1 – Após a homologação do resultado do presente processo licitatório e adjudicação do objeto ao vencedor, será este convocado para assinar contrato com o Município, conforme minuta identificada como o Anexo I a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos.

#### X – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

- 10.1 - Extinguir a concessão, nos termos previstos na Lei Federal nº 8.987 de 13 de Fevereiro de 1995 e na forma a ser prevista no contrato.
- 10.2 – fiscalizar a utilização dos bens concedidos. A Fiscalização será feita através da Secretaria Municipal de Infraestrutura.
- 10.3 – renovar o contrato com base no dispositivo deste edital.
- 10.4 - não havendo renovação do contrato, receber os bens patrimoniais conforme o estabelecido neste processo.
- 10.5 – esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.
- 10.6 - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.
- 10.7 – vistoriar, periodicamente, bens concedidos.

#### XI – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:

- 11.1 – A concessionária não poderá ceder, alugar, vender ou permutar os bens patrimoniais que serão concedidos.
- 11.2 – Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão.
- 11.3 – Permitir aos encarregados da fiscalização, livre acesso, em qualquer época,
- 11.4 – A concessionária é a responsável pela manutenção e conservação dos bens patrimoniais.
- 11.5– Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre quaisquer assuntos solicitados.
- 11.6 – A concessionária fica condicionada ao cumprimento da legislação do Meio Ambiente do Município, do Estado e da União.
- 11.7 – Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da relação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas decorrentes do vínculo empregatício que firmar com seus empregados, eximindo o Poder Público Municipal de qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária;
- 11.8 – Responsabilizar-se por outros encargos e obrigações porventura estabelecidas em outras Leis não mencionadas nos itens anteriores.
- 11.9 – Caberá a concessionária manter a área de terras em perfeito estado e conservação e asseio, de modo a que se encontre em condições de atender plenamente as suas finalidades.
- 11.10 – É de inteira responsabilidade da concessionária, todos e quaisquer encargos, exigidos pela legislação, trabalhista, tributária e fiscal.
- 11.11 - Cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.
- 11.12 - Limpeza, coleta de lixo e higiene sanitária da área de abrangência interna e externa, é de responsabilidade da concessionária.
- 11.13- As taxas e emolumentos incidentes, inclusive quanto aos impostos incidentes sobre o produto, mercadoria, prestação de serviços e outros que por ventura vier a incidir sobre sua atividade serão a cargo da concessionária.
- 11.14- Permitir a utilização do imóvel pelo concedente quando necessário.

#### XII – DOS DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA

- 12.1 – Usufruir e aproveitar os resultados econômico-financeiros, resultantes da exploração da atividade.
- 12.2 – Selecionar e contratar os empregados se for o caso.
- 12.3 – Demais previstos no edital de licitação e no contrato.

#### XIII – DOS DIREITOS DA CONCEDENTE

- 13.1 – Fiscalizar a utilização dos bens concedidos.



13.2 – Propor alterações que visem a melhoria da produção e o bem estar dos trabalhos.

13.3 – Exigir o cumprimento do edital e do contrato.

#### XIV – DA INDICAÇÃO DOS BENS REVERSÍVEIS

14.1 - Os bens originariamente são de propriedade do Município e no final do contrato, permanecerão do Município. Os acréscimos autorizados pela Municipalidade respeitarão o Termo de Autorização.

#### XV – DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

15.1. O pagamento deverá ser em parcela única, e deverá ser até o 15º dia útil a partir da assinatura do contrato, junto ao setor de tesouraria municipal.

15.2. Havendo atraso de (01) um mês no pagamento, o contrato poderá ser rescindido imediatamente.

#### XVI – DO FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO

16.1– CONCESSÃO DE USO (ARRENDAMENTO) PARA USO NA AGRICULTURA E OU PECUÁRIA.

#### XVII– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

17.1 – O Prefeito Municipal reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, antes da assinatura do contrato, sem que caiba reclamação ou pedido de indenização pela proponente.

17.2 – A adjudicação do objeto presente edital, será através de ato do Poder Executivo Municipal.

17.3 – O inteiro teor deste edital e respectiva minuta do contrato, encontra-se à disposição do(s) interessado(s) no setor de licitações, diariamente de segunda a sexta feira no horário de expediente das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas e no site do município [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br) no menu Licitações. Outras informações poderão ser obtidas pelo Fone/fax (49)36540054, com o presidente da Comissão de Licitação.

17.4 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de São Bernardino -SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. A Comissão se julgar necessário poderão fazer a consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante responsável pela veracidade das informações.

17.4.1 - Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

17.5 – Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validado.

17.6 - Não serão admitidas a esta licitação empresas suspensas ou impedidas de licitar e em consórcio.

17.7 - A Comissão Permanente de Licitações dirimirá as dúvidas que suscitem o Edital, desde que arguidas por escrito, até cinco dias antes da data fixada para abertura dos envelopes.

17.8 – Os proponentes podem ser representados, no procedimento licitatório, por procurador legalmente habilitado, desde que apresente o instrumento procuratório, com firma reconhecida, até o início da sessão de abertura dos envelopes.

17.9 - Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada e Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

17.10 - As propostas serão aceitas até a data e hora constantes no presente Edital de licitação, sendo que em hipótese alguma serão aceitas após esta data e hora, independente de terem sido despachadas, endereçadas e/ou enviadas por qualquer meio anteriormente à data da abertura desta licitação.

17.11 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documento relativo ao presente Edital.

17.12 – Se a licitante vencedora deixar de assinar o contrato dentro de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação, e sem justificativa por escrito aceita por esta Municipalidade, caducará o seu direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades aludidas no presente Edital.

17.13 - Ocorrendo à hipótese prevista no item anterior, o objeto da presente licitação poderá ser adjudicado às licitantes remanescentes, na ordem da classificação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, inclusive quanto ao prazo e preço.

17.14 - Para fazer face às despesas decorrentes da execução do objeto do presente edital, no que couber ao Município, serão usados recursos financeiros do orçamento vigente.

17.15 – Integram o presente edital os seguintes anexos, fazendo parte integrante do mesmo para todos os fins e efeitos:

I – Minuta de contrato.



II - ANEXO – Modelo de Proposta

III- ANEXO I– Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

IV- ANEXO - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante

São Bernardino(SC), 23/02/2021

Dalvir Luiz Ludwig  
Prefeito Municipal

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica  
Rudimar Borcioni  
OAB-SC 15411  
ASSESSOR(A) JURÍDICO

Anexo I

CONTRATO NumContrato

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, sito a Rua José Scheid, s/n, com inscrição no CNPJ sob nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. DALVIR LUIZ LUDWIG, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid, neste Município, inscrito no CPF 961.204.109-10, doravante denominado CONCEDENTE e o Sr. NomeContratado, brasileiro, casado, portador do CPF nº CPFContratado, residente e domiciliado na EnderecoContratado, doravante denominado de CONCESSIONÁRIA, pactua o presente contrato, cuja celebração será efetuado de acordo com o Processo Licitatório n. 24/2021, Edital de Concorrência nº 01/2021, e que se regerá pela Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que não conflitam com a Legislação Federal e a Lei Municipal nº 1.337/2021, parte integrante deste contrato, pelos termos da proposta vencedora e atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela Contratada.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O objeto do presente contrato consiste na ObjetoContrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA

3.1 – A concessionária não poderá ceder, alugar, vender e permutar os bens patrimoniais que serão concedidos.

3.2 – Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão.

3.3 – Permitir aos encarregados da fiscalização, livre acesso, em qualquer época.

3.4 – A concessionária é a responsável pela conservação dos bens patrimoniais.

3.5– As despesas taxas e emolumentos incidentes, inclusive quanto aos impostos incidentes sobre o produto, mercadoria, prestação de serviços e outros que por ventura vier a incidir sobre sua atividade.

3.6– Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre quaisquer assuntos solicitados.

3.7 – A concessionária fica condicionada ao cumprimento da legislação do Meio Ambiente do Município, do Estado e da União.

3.8 – Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da relação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas decorrentes do vínculo empregatício que firmar com seus empregados, eximindo o Poder Público Municipal de qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária;

3.9 – Responsabilizar-se por outros encargos e obrigações porventura estabelecidas em outras Leis não mencionadas nos itens anteriores.

3.10 – Caberá a concessionária manter o imóvel em perfeito estado e conservação e asseio, de modo a que se encontre em condições de atender plenamente as suas finalidades.

3.11 – É de inteira responsabilidade da concessionária, todos e quaisquer encargos, exigidos pela legislação, trabalhista, tributária e fiscal.

3.12 - Cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

3.13 - Limpeza, coleta de lixo e higiene sanitária da área de abrangência, é de responsabilidade da concessionária.

3.15 – Efetuar o pagamento da taxa em parcela única até o (15º) dia útil após a assinatura do contrato conforme proposta apresentada junto a tesouraria do município.

#### CLÁUSULA QUARTA - RESPONSABILIDADE DA CONCEDENTE

4.1 - Extinguir a concessão, nos termos previstos na Lei Federal nº 8.987 de 13 de Fevereiro de 1995 e na forma a ser prevista no contrato.

4.2 - Fiscalizar a utilização dos bens concedidos. A Fiscalização poderá ser feita através das Secretarias solicitantes, responsáveis pelos bens patrimoniais em questão.

4.3 - Renovar o contrato com base no dispositivo deste edital.

4.4 - Não havendo renovação do contrato, receber os bens patrimoniais conforme o estabelecido neste processo.

4.5 - Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

4.6 - Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.

4.7 - Vistoriar, periodicamente, bens concedidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DAS CONDIÇÕES PARA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O prazo desta concessão será de (12) doze meses, contados a partir da data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por igual



período, a critério da Administração Municipal, até no máximo 36(Trinta e seis )meses conforme Lei Municipal n. 1.337/2021 de 08/02/2021, de acordo com o interesse público.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 - Para fazer face às despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato, no que couber ao Município, serão usados recursos financeiros constantes no orçamento anual vigente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E EXTINÇÃO

7.1 - O presente contrato será rescindido quando evidenciado o descumprimento de qualquer cláusula por parte da empresa beneficiária, ou se verifique a ocorrência de qualquer dos fatos constantes no artigo 78 da Lei de Licitações.

Parágrafo único. Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, combinado com o inciso IX, ambos da Lei de Licitações.

7.2 - Nos casos de extinção aplicar-se-á as regras da Lei Federal nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

8.1 - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Consolidada e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos em conformidade com a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

8.2 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações estabelecidas sujeitará a Concessionária às sanções previstas na Lei Federal nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995.

#### CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA

09.1 – Usufruir e aproveitar os resultados econômico-financeiros, resultantes da exploração da atividade.

09.2 – Selecionar e contratar os empregados se for o caso.

09.3 – Demais previstos no edital de licitação e no contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS DA CONCEDENTE

10.1 – Fiscalizar a utilização dos bens concedidos.

10.2 – Propor alterações que visem a melhoria da produção e o bem estar dos trabalhos.

10.3 – Exigir o cumprimento do edital e do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - À Concessionária que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Concessionária ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger além da empresa, seu diretor e responsável técnico.

11.2 - Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza à Concessionária.

11.3 - As penalidades supra, em ocorrendo fato gerador, serão julgadas por processo administrativo competente, por iniciativa da Administração Municipal.

11.4 Constituem motivo para rescisão unilateral do contrato, independente de sanções legais e contratuais aplicáveis:

a) Quando a proponente ou vencedora recusar-se a assinar o contrato, estando a sua proposta dentro do prazo de validade;

b) Quando a proponente ou vencedora transferir ou ceder o objeto desta licitação, no todo ou em parte, sem prévia autorização da contratante;

c) Quando a proponente ou vencedora cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais ou municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;

d) A declaração de falência, a solicitação de concordata, a liquidação ou dissolução da proponente, ou falecimento no caso de firma individual;

e) Quando a proponente ou vencedora praticar por omissão ou ação, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia dolo ou má fé, venham causar danos à contratante ou a terceiros, independente da obrigação de reparar os danos causados.

f) O não recolhimento do valor em parcela única aos cofres públicos pela concessionária, acarretará o lançamento dos valores em dívida ativa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E REAJUSTE.

12.1 - O valor total do contrato é de R\$ ValorContrato (ValorContratoExtenso) que serão pagos em parcela única, sendo o valor de R\$ ..... ( ..... ).

12.2 - O pagamento deverá ser em parcela única, sendo que o pagamento deverá ser efetuado até o décimo quinto dia útil do após a assinatura do contrato, junto a Tesouraria da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC.

12.3 Havendo atraso de 01(um) mês no pagamento e ou má conservação do imóvel, o contrato poderá ser rescindido imediatamente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA DA VINCULAÇÃO E DA HABILITAÇÃO

13.1 - O presente contrato vincula-se ao Processo Licitatório n. 24/2021, Edital de Concorrência nº 01/2021, que fica fazendo parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

13.2 - A Concessionária se obriga a manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.



**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS BENS REVERSÍVEIS**

14.1 - Os bens originariamente são de propriedade do Município e no final do contrato, permanecerão do Município. Os acréscimos autorizados pela Municipalidade respeitarão o termo de Autorização.

**CLÁUSULA DÉCIMA – QUINTA – DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS**

15.1 - São direitos e obrigações dos usuários:

- a) Receber serviço adequado;
- b) Receber do Poder Concedente e da Concessionária informação para a defesa de interesses individuais e coletivos;
- c) Levar ao conhecimento do Poder Público e da Concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes a Concessão;
- d) Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na utilização dos bens concedidos;
- e) Tratar os funcionários e prepostos do Poder Concedente e Concessionária com cortesia e urbanidade, recebendo idêntico tratamento;

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - CRITÉRIOS PARA CÁLCULO E A FORMA DE PAGAMENTO DAS INDENIZAÇÕES**

16.1 - Os critérios para cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, serão os previstos na Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – OBRIGATORIEDADE, FORMA E PERIODICIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CONCESSIONÁRIA AO PODER CONCEDENDE.**

17.1 – A critério da Administração fornecer, no final da Concessão, as Negativas referente regularidade fiscal comprovando as condições habilitatórias durante a vigência do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - EXIGÊNCIA DAS PUBLICAÇÕES DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERIÓDICAS DA CONCESSIONÁRIA**

18.1 - A Concessionária se obriga a apresentar as Demonstrações Financeiras ao Município nos prazos exigidos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DO FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO**

19.1 – Em relação aos bens concedidos:

- a) Deverá manter a ordem e limpeza do ambiente
- b) Deverá legalizar a empresa, bem como os funcionários que vier a contratar.
- c) Permitir a utilização do imóvel pelo concedente quando necessário.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1 - Este contrato é intransferível, não podendo a concessionária, de forma alguma, sem anuência do Município, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

20.2 - Quaisquer comunicações entre as partes, referente à execução do objeto ora contratado, serão formalizadas por escrito.

20.3 - A concessionária não poderá dar em garantia, penhorar, vender ou de qualquer forma alienar os bens recebidos nesta concessão.

20.4 – Fica por desde já, designado a(o) Sra(o). xxxxxxxxxxxx, Secretária(o) da xxxxxxxxxxxx, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DO FORO**

21.1 - Fica eleito o foro da comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir dúvidas que por ventura venham a ocorrer.

21.2 - E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas. São Bernardino – SC, aos DataExtensoAssinatura.

DALVIR LUIZ LUDWIG

Prefeito Municipal em exercício

CONCEDENTE

NomeContratado

CONCESSIONÁRIA

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Rudimar Borcioni

OAB-SC 15411

ASSESSOR(A) JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: Nome

CPF: CPF:

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 24/2021

CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO E OU PERMISSÃO N. 01/2021



Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta para objeto da presente licitação, modalidade Concorrência n.º 01/2021, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, VISANDO A CONCESSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS CONFORME A SEGUIR.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Ofertado em parcela única para 12 meses R\$
1	CONCESSÃO DE USO DE UMA ÁREA DE TERRAS MEDINDO APROXIMADAMENTE 25.000 M2 (ARRENDAMENTO) DE IMÓVEL RURAL PARA USO NA AGRICULTURA E OU PECUÁRIA, LOCALIZADA NA LINHA CRUZEIRO ANEXA AO CENTRO DE EVENTOS SOB MATRÍCULA N. 12.822.	Unidade	01	

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 (sessenta) dias

PRAZO DE ENTREGA: Imediato

Local e data:

NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

#### ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 24/2021

CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO E OU PERMISSÃO N. 01/2021

..... inscrita no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) .....  
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º ..... CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto  
no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz( ).

data

Nome e assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

#### ANEXO IV

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A LICITANTE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 24/2021

CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO E OU PERMISSÃO N. 01/2021

DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa \_\_\_\_\_

Declara(m) que:

- a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;  
b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

\_\_\_\_\_  
(local e data)

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF



**PORTARIA 172/2021**

Publicação N° 2877882

PORTARIA N° 172/2021 DE 22/02/2021

	CONCEDE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal, de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal, Srta. ALESSANDRA KAEFER DA SILVA, ocupante do cargo de DIRETORA DE CRECHE, matrícula nº 449/02 - 40hs semanais, afastamento das atividades laborativas no período de 22/02/2021 a 25/02/2021 (04 dias), conforme atestado médico da Dra. Liuvima Sanchez Ramirez (RMS/SC 4200943), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, em 22 de fevereiro de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL  
Sec. Adm. e Fazenda



# São Bonifácio

## PREFEITURA

### DECRETO CTB Nº 006/2021

Publicação Nº 2879066

Decreto CTB Nº 06/2021

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.319,49 (três mil, trezentos e dezenove reais e quarenta e nove centavos).

LAURINO PETERS, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1513/2020, de 21 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos oriundos do Superávit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 3.319,49 49 (três mil, trezentos e dezenove reais e quarenta e nove centavos) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01 – Secretaria Municipal da Educação

10.306.0002.2.007– 3.1.90.00.00.00.00.015 – Aplicações Diretas R\$ 3.319,49.

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de fevereiro de 2021

Laurino Peters

Prefeito Municipal

### DECRETO CTB Nº 007/2021

Publicação Nº 2879067

Decreto CTB Nº 007/2021

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 17.253,37 (dezesete mil, duzentos e cinquenta e três reais e trinta e sete centavos).

LAURINO PETERS, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1513/2020, de 21 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos oriundos do Superavit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 17.253,37 (dezesete mil, duzentos e cinquenta e três reais e trinta e sete centavos) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

07.00 – SEC.MUNIC. DA ASSISTENCIA SOCIAL

07.03 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

07030824462061– 3.3.90.00.00.00.003072 – Aplicações Diretas R\$ 17.253,37

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de fevereiro de 2021.

Laurino Peters

Prefeito Municipal

### DECRETO CTB Nº 008/2021

Publicação Nº 2879069

Decreto CTB Nº 008/2021

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 155.341,82 (cento e cinq-enta e cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e oitenta e dois centavos)

LAURINO PETERS, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1513/2020, de 21 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos oriundos do Superavit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 155.341,82 (cento e cinq-enta e cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e oitenta e dois centavos) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

050112361122069– 3.3.90.00.00.00.00152 – Aplicações Diretas R\$ 155.341,82

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de fevereiro de 2021.

Laurino Peters

Prefeito Municipal



**LEI N° 149/2021**

Publicação N° 2878148

LEI COMPLEMENTAR N° 149, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

CRIA CARGO DE ENFERMEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado no QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO, o cargo de ENFERMEIRO a ser incluído na tabela constante do anexo I da Lei Complementar nº 146, de 31 de março de 2020, conforme abaixo:

NOME DO CARGO	QUANTIDADE	INSTRUÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VALOR DO VENCIMENTO BASE DO CARGO R\$
ENFERMEIRO	01	SUPERIOR NA ÁREA DE ENFERMAGEM COM REGISTRO NO COREN/SC	40:00 HS	3.000,00

Art. 2º. (VETADO).

Art. 3º. O valor do vencimento mencionado no artigo 1º será reajustado nas mesmas datas dos demais servidores públicos municipais.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.  
São Bonifácio, 17 de fevereiro 2021.

LAURINO PETERS  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

**RETIFICAÇÃO AO EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N° 19/2021 - PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2021**

Publicação N° 2879080

**AVISO PUBLICAÇÃO – RETIFICAÇÃO AO EDITAL**

PROCESSO LICITATÓRIO N° 19/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO PARA AS UNIVERSIDADES DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, A FIM DE PROVER AS NECESSIDADES DESTES MUNICÍPIO.

A Prefeitura Municipal de São Bonifácio – SC, torna pública a retificação, passando a constar a seguinte redação:

## 1. Onde se lê:

Contratação de serviços de transporte com no mínimo 40 lugares sentados de alunos do município de São Bonifácio para as universidades da Grande Florianópolis, com quilometragem máxima de 194 km por dia sendo ida e volta com alunos. Com saída às 16:00h de São Bonifácio e retorno às 22:10h de Florianópolis, de Segunda-feira a Sexta-feira.

## LEIA-SE:

Contratação de serviços de transporte com no mínimo 44 lugares sentados de alunos do município de São Bonifácio para as universidades da Grande Florianópolis, com quilometragem máxima de 194 km por dia sendo ida e volta com alunos. Com saída às 16:00h de São Bonifácio e retorno às 22:10h de Florianópolis, de Segunda-feira a Sexta-feira.

## 2. Onde se lê:

A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2017 e terá a seguinte classificação orçamentária:

## LEIA-SE:



A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2021 e terá a seguinte classificação orçamentária:

3. Onde se lê:

O contrato do objeto desta licitação será celebrado, com validade até o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado a critério do Município, até o limite máximo previsto na Lei de Licitações  
LEIA-SE:

O contrato do objeto desta licitação será celebrado, com validade até o dia 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado a critério do Município, até o limite máximo previsto na Lei de Licitações.

4. Onde se lê:

O prazo de execução é até o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado a critério do Município, até o limite máximo previsto na Lei de Licitações.

LEIA-SE:

O prazo de execução é até o dia 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado a critério do Município, até o limite máximo previsto na Lei de Licitações.

As demais informações permanecem sem alteração. Outras informações pelo fone (49) 3252-0111, pelo site <https://www.saobonifacio.sc.gov.br/> e e-mail: [licitacoescomprassaobonifacio@gmail.com](mailto:licitacoescomprassaobonifacio@gmail.com)

São Bonifácio/SC, 24 de Fevereiro de 2021.

Laurino Peters  
Prefeito Municipal



# São Carlos

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÃO SELETIVO 002/2021

Publicação Nº 2877888

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2021 – Homologação das inscrições

INSCRIÇÃO	ESTAGIÁRIOS	
	NOME	SITUAÇÃO
1	Gabriela Pereira Nunes de Castro	Deferido
2	Roane Carolina de Jesus	Deferido
3	Thayná de Souza	Deferido
4	Sandy Ferreira Dias	Deferido
5	Eli Terezinha Alves de Moura	Deferido
6	Pricila Brutscher	Deferido
7	Dolisete Butelli	Deferido

Banca Examinadora: Èdina Kunsler Baptistel, Fabiana Maria Centa, Volnei Mumber, Iliane Maria Kern, Maria Celia Frolich.

São Carlos, 23 de fevereiro de 2021.

### PORTARIA Nº 074/2021

Publicação Nº 2877590

PORTARIA Nº 074/2021

Dispõe sobre a concessão de férias à Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Concede a Servidora Pública Municipal GRACIELI REITER KLAUS, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, 15 dias de férias do período de 17 de Fevereiro de 2021 à 02 de Março de 2021, referente ao período aquisitivo de 10/01/2020 a 09/01/2021.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos da data 17 de Fevereiro de 2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 23 de Fevereiro de 2021.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

### PORTARIA Nº 075/2021

Publicação Nº 2877992

PORTARIA Nº 075/2021

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio à Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Concede a Servidora Pública Municipal DULCE WERLE, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotado na Secretaria de Saúde, 30 dias de licença prêmio do período de 23 de Fevereiro de 2021 à 24 de Março de 2021, referente ao período aquisitivo de 12/11/2015 a 11/11/2020.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.



Art. 3º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 23 de Fevereiro de 2021.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

## PORTARIA Nº 076/2021

Publicação Nº 2877993

PORTARIA Nº 076/2021

Dispõe sobre a concessão de férias à Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Concede ao Servidor Público Municipal LEANDRO HEINEN, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Saúde, 20 dias de férias do período de 24 de Fevereiro de 2021 à 15 de Março de 2021, referente ao período aquisitivo de 02/01/2019 a 01/01/2020.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 23 de Fevereiro de 2021.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

## PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2021

Publicação Nº 2878643

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, RUDI MIGUEL SANDER, faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO para a ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO e formação de CADASTRO DE RESERVA de excepcional interesse público, o qual reger-se á pela Lei Complementar Municipal nº 09/2013 e alterações, Lei Complementar Municipal nº 002/2018 e alterações, instruções especiais contidas neste Edital e demais disposições legais vigentes.

### 1. DO CRONOGRAMA

DATA	ATO
23/02/2021	Publicação do Edital
24/02/2021 à 25/02/2021	Período de Inscrições
26/02/2021 Matutino	Recurso para inscrições indeferidas
26/02/2021	Homologação das Inscrições
01/03/2021 – 8:30h	Data para realização da prova objetiva
01/03/2021 a partir das 17h	Publicação do gabarito
02/03/2021	Resultado Preliminar e Período para recurso (vespertino)
02/03/2021	Homologação do resultado final

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo, nomeada pelo decreto 018/2021, sendo de responsabilidade do candidato



acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

## 2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

### 2.1. Quadro de cargos, vagas, carga horária semanal, habilitação mínima e salário:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA	SALÁRIO R\$
Professor de Língua inglesa	C.R.	De 10 h á 40 h	HABILITADO: licenciatura plena, em letras (língua inglesa)	De R\$ 731,19 a R\$ 2,924,78
			NÃO HABILITADO: estar cursando, licenciatura plena, em letras (língua inglesa), - Ter cursado até no mínimo o 4º período de licenciatura plena, em letras (língua inglesa), - Conhecimentos básicos em Língua Inglesa (comprovação de cursos).	De R\$ 477,69 a R\$1900,78

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços e contatos atualizados no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Processo Seletivo sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação e necessidade da secretaria de educação.

2.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

2.5. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

2.5.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

2.5.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos

2.5.3 - Ter aptidão física, mental e psicológica, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;

2.5.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

2.5.5 - Carteira de Identidade;

2.5.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.5.7 - Título de Eleitor e certidão de quitação eleitoral;

2.5.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

2.5.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

2.5.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.5.11 - Certidão de nascimento;

2.5.12 - Certidão de casamento ou união estável;

2.5.13 - PIS/PASEP (frente e verso);

2.5.14 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;

2.5.15 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;

2.5.16 - Cópia da Carteira de Trabalho;

2.5.17 - Comprovante de endereço;

2.5.18 - Atestado de frequência;

2.5.19 - Demais documento que o município vier a exigir.

2.6 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

## 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A participação neste Concurso iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

3.2. A inscrição será efetuada exclusivamente na sede do Município, na Secretaria de Educação do Município de São Carlos, sita à Avenida Santa Catarina, 672, centro, São Carlos/SC, CEP 89.885-000, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:30 às 17:00 onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

3.2.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá ler atentamente o Edital e seus Anexos para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

3.3. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição.

3.4. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos para confirmar o processamento de sua inscrição.



3.5. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Concurso.

3.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

#### 4. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal.

4.1.1. Para os cargos aprovados nesta condição, a aplicação do percentual de 5% não resulta a oferta imediata de vagas.

4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, até o último dia de inscrições o original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da necessidade especial e a caracterização das anomalias impeditivas ao exercício regular dos cargos emitido nos últimos 12 meses.

#### 5. DA PROVA OBJETIVA

5.1 PROVA OBJETIVA (PO) de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter classificatório, visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições dos cargos oferecidos pelo presente edital e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo I, a ser aplicada para todos os candidatos.

5.1.1. A prova objetiva será de caráter classificatório.

5.1.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 5.3.

5.2. A prova objetiva para todos os cargos será realizada na data de 01 de março de 2021, no auditório da Educação, localizado na Av. Santa Catarina, 672, Centro no município de São Carlos/SC, considerando os seguintes horários:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões	8h00
Fechamento dos portões	8h25
Início da prova	8h30
Final da prova com entrega obrigatória do cartão-resposta	10h30

Prova para o cargo Professor de Língua Inglesa:

PROVA OBJETIVA	DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	10	0,33	10,00
	Matemática	10		
Conhecimentos Específicos	Língua Inglesa	10		
TOTAL		30		

5.3.1. Da pontuação por escolaridade:

ESCOLARIDADE PARA PROFESSORES	PONTOS SOMADOS À NOTA DA PROVA OBJETIVA
Habilitados: licenciatura plena, em letras (língua inglesa)	2.00
Não habilitado: estar cursando, licenciatura plena, em letras (língua inglesa),	1.50
- Ter cursado até no mínimo o 3º período de licenciatura plena, em letras (língua inglesa),	1.00
- Conhecimentos básicos em Língua Inglesa (comprovação de cursos)	0,75

5.4. Normas para ingresso e prestação da Prova Objetiva

5.4.1. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

5.4.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício



profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

5.4.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

5.5. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato sob pena de ser excluído do processo seletivo:

5.5.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao processo seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

5.5.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

5.5.3. Fazer uso de telefone celular, relógios ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

5.5.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local e na forma indicados pelo fiscal;

5.5.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Concurso, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

5.5.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

5.5.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova, será desclassificado do Concurso.

5.6. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, inclusive com detector de metais, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.

5.7. Em hipótese alguma haverá segunda chamada, após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

5.8. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

5.9. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão- resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

5.9.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO-RESPOSTA.

5.9.2. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

5.9.3. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

5.9.4. A correção das provas será feita manualmente, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame.

5.9.5. Serão considerados sem efeito, os cartões-resposta entregues sem a assinatura do candidato.

5.10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

5.10.1. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

5.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

5.11.2. Os envelopes contendo os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, ao representante da Comissão Executiva do Processo Seletivo.

5.12. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

5.13. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, a resposta será corrigida no gabarito final.

## 6. DAS NOTAS, DO CRITÉRIO DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO

6.1. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

6.1.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais casos, será:



6.1.3. Que tiver maior idade.

6.2. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio.

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 8.1.1. Da impugnação do presente Edital;
- 8.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;
- 8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;
- 8.1.4. Da nota da prova objetiva;
- 8.1.5. Da classificação Provisória.

## 8. DA VALIDADE DO CONCURSO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar de sua homologação final podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

8.2. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

8.3. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município, sendo que a admissão é de competência do Município, dentro da validade do Processo Seletivo ou de sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

8.4. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

8.5. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município.

8.6. A comunicação para admissão neste Processo Seletivo será publicada no site da prefeitura e realizada individualmente e diretamente ao candidato obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação.

8.7. Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, ou ainda não compareça para assumir a vaga no prazo de até 5 (cinco) dias, será convocado o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo e o candidato será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de São Carlos e no site [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br).

9.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

9.3. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executiva competente também para julgar, em decisão irrecurável e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

9.4. São parte integrante do presente edital:

- 9.4.1. ANEXO I - Conteúdo Programático;
- 9.4.2. ANEXO II - Ficha de Inscrição;

São Carlos (SC), em 23 de fevereiro de 2021.

Rudi Miguel Sander Sadi Baron  
Prefeito Municipal Secretário de Educação

## ANEXO I

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

**LÍNGUA PORTUGUESA:** Interpretação textual, classes de palavras, ortografia, vícios de linguagem, uso dos porquês, tonicidade, acentuação gráfica, separação silábica, sujeito e predicado, frases, oração e período, objeto direto e indireto, sinais de pontuação, plural e singular, sinônimo e antônimo, polissemia (10 questões).

**MATEMÁTICA:** Sistemas de equações, conjuntos numéricos, quatro operações, frações, porcentagem, regra de três, progressão aritmética, geométrica, matemática financeira, relações métricas no triângulo retângulo, determinantes, análise combinatória, probabilidade (10 questões).

(Todos com exceção de língua inglesa).



LINGUA INGLESA: \* Interpretação de texto, artigo definido e indefinido, sujeito, verbo to be forma interrogativa, negativa e afirmativa (presente, passado e futuro), verbos irregulares, números, cores. linguagem oral do inglês, aspectos gramaticais da língua inglesa, PCN língua inglesa, pronomes, preposição, caso genitivo (10 questões).

## ANEXO II

PROCESSO SELETIVO 003/2021

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ DATA DE NASCIMENTO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ ÓRGÃO EXPEDIDOR: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ E-MAIL \_\_\_\_\_

( ) Professor de Língua inglesa

"Pessoas com Deficiência ( ) sim ( ) não

\_\_\_\_\_  
(assinatura do candidato) (assinatura do membro da comissão)

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (via do candidato)

PROCESSO SELETIVO 003/2021

Eu, \_\_\_\_\_, membro da comissão, recebi a inscrição de

\_\_\_\_\_ referente Processo Seletivo

001/2021 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, para o cargo de

( ) Professor de Língua inglesa

"Pessoas com Deficiência ( ) sim ( ) não

Assinatura do responsável



# São Domingos

## PREFEITURA

### DEC 131 DE 23 02 21 HOMOLOGA RESULTADO FINAL DA ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Publicação Nº 2878847

DECRETO Nº 131, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Homologa resultado de classificação final dos aprovados no Processo de Habilitação destinado a prorrogação em caráter temporário da carga horária de 20 para 40 horas semanais, dos Professores Municipais objeto do edital de chamamento nº 001/2021 e da outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 059, de 16/08/2018; Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada e demais legislações aplicáveis; e:

- Considerando o artigos nºs, 067,068,070 e 071 da Lei Complementar Municipal 059 de 16 de agosto de 2018, que trata da Habilitação destinado a prorrogação em caráter temporário da carga horária de 20 para 40 horas semanais, dos Professores Municipais Efetivos;
- Considerando o edital de Chamamento nº 001/2021, de 12 de fevereiro de 2021;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologado resultado de classificação final dos aprovados no Processo de Habilitação destinado a prorrogação em caráter temporário da carga horária de 20 para 40 horas semanais, dos Professores Municipais objeto do edital de chamamento nº 001/2021 conforme a seguir:

Cargo: EDUCAÇÃO INFANTIL		
Classificação	Nome do Candidato	Pontuação Final
1.	Ivanete Rodrigues Hennerich	3,1
2.	Rosangela Salete Bampi Bortolini	2,9

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília para São Domingos/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Márcio Luiz Bigolin Grosbelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcos André Morschheiser  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda



# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### CT- FEVEREIRO

Publicação Nº 2878236

EXTRATO CONTRATUAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL

Contrato Nº.: 02/2021

Contratante: SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL

Contratada: TELEFONICA BRASIL SA

Valor: R\$ 9.645,30

Processo Administrativo: 09/2018

Assinatura: 09/02/2021

Objeto: 3º TERMO ADITIVO PARA RENOVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO de empresa especializada em telecomunicações, que possuam outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, para prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP – Serviço Móvel Pessoal), através da tecnologia GSM, pelo sistema digital pós-pago, mediante o fornecimento de 10 (dez) acessos móveis, com a disponibilização das estações móveis (aparelhos), oferecendo o serviço de ligações, além de serviços de mensagens de texto e pacote de dados para acesso à internet e roaming nacional, de acordo com descrição e especificação técnica contidos no anexo I do Edital.

Sideclei Silva Guimarães

Diretor Presidente do SAMAE

Contrato Nº.: 03/2021

Contratante...: SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL

Contratada....: KALINOSKI E OLIVEIRA SERVIÇO DE INTERNET E COMERCIO LTDA-ME.

Valor: R\$ 3.949,88

Processo Administrativo: 01/2021

Assinatura 11/02/2021

Objeto ..... : Contratação de empresa para prestação de serviços de internet fibra ótica, com instalação e disponibilização de 01 IP Fixo, com velocidade de 200Mbps download/upload, durante o período de 12 (doze) meses, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e proposta da empresa, partes integrantes deste contrato.

Sideclei Silva Guimarães

Diretor Presidente do SAMAE

### DECRETO Nº 3.565/2021

Publicação Nº 2878307

DECRETO Nº 3.565, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor R\$ 248.325,00 (Duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com o inciso IV, do art. 9º, da Lei Municipal nº 2.372, de 18 de dezembro de 2020, que aprovou o orçamento para o exercício de 2021, combinado com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

001 - Fundo Municipal de Saúde

1020 - Aquisição de Veículos para o MAC

34000000000000000000- Despesas de Capital

34400000000000000000- Investimentos

34490000000000000000- Aplicações Diretas

03630000 - Transf. Convênio - Estado/Saúde ..... R\$ 178.325,00

03020000 - Rec.de impostos e de Transf. Imp. - Saúde ..... R\$ 70.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 248.325,00

Art. 2º Como recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, com as Fontes de Recursos 03630000 - Transf. Convênio - Estado/Saúde e 03020000 - Rec. de Impostos e de



Transf. Imp. - Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 23 de fevereiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

Procuradoria-Geral do Município

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.565, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

A presente suplementação, por Superávit Financeiro, com as Fontes de Recursos 03630000 – Transf. Convênio - Estado/Saúde e 03020000 – Rec. de Impostos e de Transf. Imp.- Saúde, no valor de R\$ 248.325,00 (Duzentos e quarenta e oito mil trezentos e vinte e cinco reais), tem por finalidade atender o objeto do convênio 2020TR00256, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, através do Fundo Estadual de Saúde, onde prevê a necessidade de aquisição de uma ambulância para suprir a demanda existente, como consequência do aumento de oferta de serviços aos usuários do SUS da região.

São Francisco do Sul – SC, 23 de fevereiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal



# São João Batista

## PREFEITURA

### DECRETO FUNCIONAL Nº 135/2021

Publicação Nº 2878638

DECRETO FUNCIONAL 135/2021

#### Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica nomeado o servidor efetivo MOACIR COSTA para a função de confiança de Chefe de Divisão de Patrulha Agrícola, a contar de 1º de fevereiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 22 de fevereiro de 2021.

Pedro Alfredo Ramos
---------------------

Prefeito Municipal
--------------------

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/IPRESJB/2021

Publicação Nº 2878601

Extrato do Contrato nº 001/IPRESJB/2021

Locatário: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São João Batista (IPRESJB), inscrito no CNPJ nº 04.545.243/0001-66;

Locadoras: Janaina Bittencourt Cunha, inscrita no CPF nº 039.875.579-58 e Jaciara Bittencourt Cunha Martini, inscrita no CPF nº 004.996.529-83;

Processo Licitatório 001/IPRESJB/2021 – Dispensa nº 001/IPRESJB/2021;

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM ÁREA TOTAL 67,92M², LOCALIZADA NO PRIMEIRO PAVIMENTO DO EDIFÍCIO CUNHA, SITUADO NA RUA NEREU RAMOS, CENTRO, SÃO JOÃO BATISTA, COM O OBJETIVO DE ATENDER AS FINALIDADES PRECÍPUAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SÃO JOÃO BATISTA (IPRESJB);

VALOR GLOBAL: R\$ 17.578,00 (dezessete mil quinhentos e setenta e oito reais);

Dotação orçamentária: (4) 3.3.90.36.05.00.00.00.00.00;

Data da assinatura: 23/02/2021;

Vigência contratual: 31/12/2021.



**RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 11/2020**

Publicação N° 2878690



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 11/2020**

**ROSANE SARTORI ROSA, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA - SC**, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o RESULTADO FINAL do Edital de Processo Seletivo 11/2020, conforme segue:

**RESULTADO FINAL**

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEC. SAÚDE										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
0437	MAICO GAVINHO MONTORIL	2,10	1,50	3,85	1,65	9,10	9,10	APROVADO(A)	1º	05/02/1981
0632	MICHELE CRISTINA BAZANINI PENHA	2,40	1,50	3,85	1,10	8,85	8,85	APROVADO(A)	2º	28/07/1977
0626	NEWERTON PASSING	2,40	1,50	3,30	1,65	8,85	8,85	APROVADO(A)	3º	02/01/1976
0410	LEONARDO JOSÉ FAGUNDES	2,10	1,20	3,85	1,65	8,80	8,80	APROVADO(A)	4º	14/02/1993
0605	EVELYN MOTTA	2,70	1,50	2,75	1,65	8,60	8,60	APROVADO(A)	5º	07/11/1997
0628	JOSE ADRIANO PIOVEZAN	2,40	0,90	3,30	1,65	8,25	8,25	APROVADO(A)	6º	28/10/1965
0270	MORGANI DOS SANTOS SILVA	2,40	0,90	3,30	1,65	8,25	8,25	APROVADO(A)	7º	05/03/1992
0588	WELLINGTON PAES SCHNAIDER	2,40	0,90	3,30	1,65	8,25	8,25	APROVADO(A)	8º	27/06/1995
0229	ANDRÉ GRIPPA	1,80	1,50	3,30	1,65	8,25	8,25	APROVADO(A)	9º	21/06/1991
0357	LARISSA SOARES	1,80	1,50	3,30	1,65	8,25	8,25	APROVADO(A)	10º	30/09/1992
0095	HELLOISA MUNIQUE BOOZ STALLOCH	2,70	1,50	2,20	1,65	8,05	8,05	APROVADO(A)	11º	15/03/2002
0457	BÁRBARA ALVES DAURIA	1,50	1,50	3,85	1,10	7,95	7,95	APROVADO(A)	12º	02/06/1988
0645	ALINY CRISTINA DE OLIVEIRA DE LIMA	2,70	1,20	2,75	1,10	7,75	7,75	APROVADO(A)	13º	28/02/1988
0179	ANDERSON SGARBOZZA	2,10	1,20	2,75	1,65	7,70	7,70	APROVADO(A)	14º	21/11/1980
0077	ALESSANDRA FACCHINI TOMAZI	2,40	1,20	2,75	1,10	7,45	7,45	APROVADO(A)	15º	07/09/1984
0426	ARIANA HAMS FARIAS	2,10	1,50	2,20	1,65	7,45	7,45	APROVADO(A)	16º	21/01/1996
0668	BRUNO GOMES DE ANDRADE	2,40	1,50	2,20	1,10	7,20	7,20	APROVADO(A)	17º	10/08/1994
0117	DANDARA DE ALMEIDA SANTOS	2,10	1,20	2,75	1,10	7,15	7,15	APROVADO(A)	18º	15/07/1988
0559	SUSIANE GABRIELA VIEIRA	1,80	1,50	2,75	1,10	7,15	7,15	APROVADO(A)	19º	16/08/1986
0199	DANTE ANTONIO POFFO	1,80	1,50	2,75	1,10	7,15	7,15	APROVADO(A)	20º	28/07/1993
0256	JÉSSICA CASSEMIRO DE ÁVILA	2,10	1,20	2,20	1,65	7,15	7,15	APROVADO(A)	21º	31/08/1992
0168	BÁRBARA MIDORI KONO	2,10	1,20	2,20	1,65	7,15	7,15	APROVADO(A)	22º	15/02/1993
0088	FERNANDA SANTOS DE VARGAS DO AMARAL	1,80	1,50	2,20	1,65	7,15	7,15	APROVADO(A)	23º	03/08/1995
0281	CLARKSON REYG MARCONI	1,80	0,90	3,85	0,55	7,10	7,10	APROVADO(A)	24º	09/03/1970
0208	ERUTAN BELLETTI MARCHIORI	2,10	0,60	2,75	1,65	7,10	7,10	APROVADO(A)	25º	03/08/2000
0504	LUCIVAN WANDERLEY PINTO	1,20	1,50	2,75	1,65	7,10	7,10	APROVADO(A)	26º	22/04/1989
0527	MARCOS ROBERTO KLANN	2,10	1,50	2,75	0,55	6,90	6,90	APROVADO(A)	27º	23/05/1970



1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**



0381	LUANA PAULINA PEIXER	2,10	1,50	2,20	1,10	6,90	6,90	APROVADO(A)	28°	18/06/2002
0329	JOÃO PAULO MACIEL FERNANDES	1,80	1,20	2,75	1,10	6,85	6,85	APROVADO(A)	29°	26/12/2000
0011	ODAIR JOSÉ PEREIRA DE SOUZA	1,50	1,50	2,75	1,10	6,85	6,85	APROVADO(A)	30°	24/11/2020
0476	SIMONE APARECIDA FARIAS	2,10	0,90	2,20	1,65	6,85	6,85	APROVADO(A)	31°	07/11/1974
0209	BRUNA CRISTINA COZER ANGOLERI	1,50	1,50	2,20	1,65	6,85	6,85	APROVADO(A)	32°	29/01/1989
0126	PATRICIA CAVITONI COUTO	1,20	1,20	3,30	1,10	6,80	6,80	APROVADO(A)	33°	12/10/1998
0683	JESSICA PATRICIA COIMBRA DE OLIVEIRA	1,50	0,90	2,75	1,65	6,80	6,80	APROVADO(A)	34°	18/12/1991
0194	YURI PAIM BITTENCOURT	1,50	0,30	3,30	1,65	6,75	6,75	APROVADO(A)	35°	16/07/1997
0267	EVANIO MASERA JÚNIOR	1,80	1,50	1,65	1,65	6,60	6,60	APROVADO(A)	36°	14/05/1999
0283	NILZELENA RODRIGUES MESQUITA DE CASTRO	1,80	0,90	2,75	1,10	6,55	6,55	APROVADO(A)	37°	01/07/1974
0660	CARLA DA CUNHA	1,50	1,20	2,75	1,10	6,55	6,55	APROVADO(A)	38°	23/10/1981
0568	ROSA CLEIA MACHADO	1,20	1,50	2,75	1,10	6,55	6,55	APROVADO(A)	39°	28/10/1974
0231	EDUARDO DA SILVA RIBEIRO	1,20	1,50	2,20	1,65	6,55	6,55	APROVADO(A)	40°	19/02/1997
0361	RITA DE CÁSSIA MACHADO	1,50	0,60	2,75	1,65	6,50	6,50	APROVADO(A)	41°	22/07/1983
0358	FILIPPE BONI CAVALHEIRO	1,50	0,60	2,75	1,65	6,50	6,50	APROVADO(A)	42°	02/06/1996
0694	ANTONIO ROCHA DOS SANTOS	1,80	1,20	2,75	0,55	6,30	6,30	APROVADO(A)	43°	04/08/1994
0689	LEONARDO DE OLIVEIRA SENA	1,50	1,50	2,75	0,55	6,30	6,30	APROVADO(A)	44°	08/08/1994
0247	MYLENA EDUARDA DA SILVA DREHER	2,10	0,90	2,20	1,10	6,30	6,30	APROVADO(A)	45°	25/03/1998
0354	PÂMILA DAUANA RESCH	1,80	1,20	2,20	1,10	6,30	6,30	APROVADO(A)	46°	06/02/1993
0141	MICHAEL RICARDO DOS SANTOS AGNES	1,80	1,20	2,20	1,10	6,30	6,30	APROVADO(A)	47°	27/11/1993
0699	FELIPE WILLIAN BOTENE	1,80	1,20	2,20	1,10	6,30	6,30	APROVADO(A)	48°	13/09/2000
0394	MAÍZA CRISTINA FERREIRA AURÉLIO	1,80	1,20	2,20	1,10	6,30	6,30	APROVADO(A)	49°	25/07/2002
0227	ELIANE APARECIDA PRESTES	1,80	0,60	2,75	1,10	6,25	6,25	APROVADO(A)	50°	15/07/1980
0698	CAMILA DA SILVA BUENO	1,50	0,90	2,75	1,10	6,25	6,25	APROVADO(A)	51°	21/06/1994
0188	JHONATAN JHULIEVERT FRAGA	0,90	1,50	2,75	1,10	6,25	6,25	APROVADO(A)	52°	13/09/1990
0067	EVELEN FONSECA MORAES	1,50	0,90	2,20	1,65	6,25	6,25	APROVADO(A)	53°	01/06/1995
0521	LUIZ HENRIQUE CORTEZ SENA	1,50	0,90	2,20	1,65	6,25	6,25	APROVADO(A)	54°	01/12/2002
0420	AMANDA FANDARUFF MACHADO	2,40	0,90	1,65	1,10	6,05	6,05	APROVADO(A)	55°	06/04/1997
0190	MARILANE S. MARQUETTI	1,80	0,90	2,20	1,10	6,00	6,00	APROVADO(A)	56°	12/01/1990
0382	TAMIRIS BARALDI DE OLIVEIRA	1,80	0,90	2,20	1,10	6,00	6,00	APROVADO(A)	57°	15/04/1992
0549	NAIARA DE CARVALHO DE ARAÚJO WISINTAINER	1,80	0,90	2,20	1,10	6,00	6,00	APROVADO(A)	58°	08/09/1998
0453	JEAN PIERRE FARIAS	1,50	1,20	2,20	1,10	6,00	6,00	APROVADO(A)	59°	16/09/1978
0325	AMÁBILE TEIXEIRA FELLER	1,20	0,90	2,75	1,10	5,95	5,95	APROVADO(A)	60°	26/04/2002
0028	THAIS MARIA MORLIN PIZZI	1,50	0,60	2,20	1,65	5,95	5,95	APROVADO(A)	61°	15/05/1996
0601	MÁRCIA REGINA HAMES	1,20	0,30	3,30	1,10	5,90	5,90	APROVADO(A)	62°	03/03/2001
0627	BRUNO GONÇALVES	2,10	0,90	2,20	0,55	5,75	5,75	APROVADO(A)	63°	03/01/2001

2





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**



0685	MARILAINÉ DE AZEVEDO	2,10	0,90	1,65	1,10	5,75	5,75	APROVADO(A)	64°	04/01/1992
0495	ANA CRISTINA DE FREITAS AVILA	1,50	1,50	1,10	1,65	5,75	5,75	APROVADO(A)	65°	14/10/1969
0701	GABRIEL ELIAS MINATTI	2,10	0,30	2,20	1,10	5,70	5,70	APROVADO(A)	66°	15/09/1998
0447	EVERTON RODRIGO FERREIRA	1,50	1,20	1,65	1,10	5,45	5,45	APROVADO(A)	67°	30/08/1997
0206	GREIZIANE MACAÉS	1,50	0,60	2,75	0,55	5,40	5,40	APROVADO(A)	68°	01/01/1985
0672	CÁTIA ZANATTA	1,50	0,60	2,20	1,10	5,40	5,40	APROVADO(A)	69°	24/05/1973
0083	ADRYAN LUCAS COSTA	1,20	0,90	2,20	1,10	5,40	5,40	APROVADO(A)	70°	04/06/2001
0569	SULAMITA SUTIL DA TRINDADE	1,50	0,60	1,65	1,65	5,40	5,40	APROVADO(A)	71°	25/12/2000
0463	GUSTAVO VICENTE CORDEIRO	2,10	1,50	1,10	0,55	5,25	5,25	APROVADO(A)	72°	19/07/1995
0431	VALQUIRIA FAGUNDES	2,10	0,90	1,65	0,55	5,20	5,20	APROVADO(A)	73°	02/10/1980
0362	SERGIO MURILO DE OLIVEIRA JÚNIOR	1,80	0,60	1,65	1,10	5,15	5,15	APROVADO(A)	74°	17/05/2000
0402	JUCIANE DA SILVA	1,20	1,20	1,65	1,10	5,15	5,15	APROVADO(A)	75°	15/03/1978
0072	KARINA LEAL QUAIATTO	1,20	1,20	1,65	1,10	5,15	5,15	APROVADO(A)	76°	12/05/1992
0647	LUANA VARELA PIZONI	1,80	0,60	1,10	1,65	5,15	5,15	APROVADO(A)	77°	09/12/1995
0350	KELLY LEITE	1,50	0,30	2,20	1,10	5,10	5,10	APROVADO(A)	78°	15/03/1986
0664	ANA CAROLINA MAIKEL FOWLER	0,30	0,90	2,75	1,10	5,05	5,05	APROVADO(A)	79°	19/01/1988
0240	SÉRGIO LOPES DA SILVA	1,20	1,50	1,65	0,55	4,90	4,90	APROVADO(A)	80°	06/09/1974
0092	ANA JULIA GAMBETA	1,20	1,50	1,10	1,10	4,90	4,90	APROVADO(A)	81°	05/06/1997
0494	DENISE JAQUELINE SEHN	1,80	0,30	1,65	1,10	4,85	4,85	APROVADO(A)	82°	24/12/2000
0401	ANDRESSA DE OLIVEIRA CAMPOS	1,20	0,30	2,20	1,10	4,80	4,80	APROVADO(A)	83°	22/12/1986
0416	RAFAEL CIPRIANI	0,60	0,90	2,20	1,10	4,80	4,80	APROVADO(A)	84°	10/01/1995
0032	GUSTAVO EVANIO MASERA	1,50	1,50	1,10	0,55	4,65	4,65	APROVADO(A)	85°	21/06/2000
0422	CAROLINI FANDARUFF MACHADO	1,20	1,20	1,65	0,55	4,60	4,60	APROVADO(A)	86°	25/11/2020
0659	JANE MORGANA CONTESINI	1,50	0,90	1,10	1,10	4,60	4,60	APROVADO(A)	87°	22/07/1983
0400	THAINARA CORDEIRO DA SILVA	1,20	0,60	2,20	0,55	4,55	4,55	APROVADO(A)	88°	25/07/1997
0268	ARIANE DA ROSA MÜLLER DE SOUZA	1,50	0,30	1,65	1,10	4,55	4,55	APROVADO(A)	89°	02/03/1998
0581	JAINÉ AMORIM	1,20	0,60	1,65	1,10	4,55	4,55	APROVADO(A)	90°	01/09/1993
0506	NATALIA BORGES PEREIRA	1,50	0,60	1,65	0,55	4,30	4,30	APROVADO(A)	91°	25/07/1997
0299	ELIZANDRA ELEUTÉRIO ALEXANDRE	1,80	0,30	1,10	1,10	4,30	4,30	APROVADO(A)	92°	01/01/1998
0688	JOSUE DOS SANTOS	1,50	0,60	1,10	1,10	4,30	4,30	APROVADO(A)	93°	07/04/1964
0696	WITÓRIA GABRIELA DA SILVA SANTOS	0,90	0,60	1,65	1,10	4,25	4,25	APROVADO(A)	94°	30/11/2002
0593	CARLA MORAES DALPIVA	1,50	0,90	1,65	0,00	4,05	4,05	APROVADO(A)	95°	28/02/2003
0462	CARLA SOUZA DA SILVA SANTANA	1,50	0,90	1,10	0,55	4,05	4,05	APROVADO(A)	96°	21/03/1990
0630	RAFAEL JÚNIOR REIS DE ASSIS	1,80	0,60	0,55	1,10	4,05	4,05	APROVADO(A)	97°	21/07/1980
0667	FABRICIA TEIXEIRA DA SILVA	1,20	0,60	1,65	0,55	4,00	4,00	APROVADO(A)	98°	02/10/1993
0185	BRUNA DE OLIVEIRA BIALESKI	0,60	0,60	2,20	0,55	3,95	3,95	APROVADO(A)	99°	12/10/2000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**



ASSISTENTE SOCIAL - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.		
0518	AIDA LUCIA CORTEZ DE MEDEIROS	1,50	0,60	1,65	0,00	3,75	3,75	APROVADO(A)	100º	02/06/1972		
0370	GIOVANA CRISTINA MONTIBELLER	1,20	0,90	1,10	0,55	3,75	3,75	APROVADO(A)	101º	04/03/2002		
0306	LARISSA CONSTANCE	1,50	0,90	0,55	0,55	3,50	3,50	APROVADO(A)	102º	07/12/2000		
0363	STÉFANY HILLESHEIN	1,20	0,00	1,65	0,55	3,40	3,40	APROVADO(A)	103º	20/02/2000		
0429	ADRIANA CRISTINA QUARESMA MANARIN	0,60	0,60	1,65	0,55	3,40	3,40	APROVADO(A)	104º	04/02/1975		
0151	PAMELA NUNES	0,30	0,90	1,65	0,55	3,40	3,40	APROVADO(A)	105º	06/11/1999		
0352	NAZARÉ CORDEIRO	0,60	0,60	1,10	1,10	3,40	3,40	APROVADO(A)	106º	17/11/1965		
0101	ELISA RIBEIRO VARGAS	0,90	0,90	0,55	0,55	2,90	2,90	APROVADO(A)	107º	20/04/2002		
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ROÇADOR - SEC. INFRAESTRUTURA												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.			
0458	JOÃO LUIS CORREIA	3,00	2,00	1,50		6,50	6,50	APROVADO(A)	1º	25/05/1975		
0355	AIRTON MOTTA	2,50	2,50	1,00		6,00	6,00	APROVADO(A)	2º	19/02/1956		
0592	EVILASIO PETRY	2,50	2,50	1,00		6,00	6,00	APROVADO(A)	3º	18/02/1982		
0608	ITAMAR NUNES	2,50	1,50	1,00		5,00	5,00	APROVADO(A)	4º	17/07/1989		
0277	VALDECIR GALVÃO	1,00	1,50	1,00		3,50	3,50	APROVADO(A)	5º	13/07/1967		

4





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**



AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – COLOCAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO – SEC. INFRAESTRUTURA						
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	P.O.	Data Nasc.
0346	JARDEL FRANCISCO DE SOUZA	2,00	2,00	1,50	5,50	27/02/1983
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS – SEC. INFRAESTRUTURA						
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	P.O.	Data Nasc.
0480	JARNE PAULA AVILA NETO	3,00	2,00	1,50	6,50	14/03/1992
0407	JOSE ROBERTO REIS	1,00	1,00	1,00	3,00	28/09/1959
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – PINTURA – SEC. INFRAESTRUTURA						
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	P.O.	Data Nasc.
0613	PETERSON DE ANDRADE BORGONOV	3,00	2,50	1,50	7,00	28/09/1981
0079	WELLITOM WALLICE SOUZA GEREMIAS	3,00	0,50	2,00	5,50	02/03/1994
AUXILIAR GERAL – ROÇADOR – SISAM						
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	P.O.	Data Nasc.
0399	LEONARDO DOS SANTOS	4,00	2,50	2,00	8,50	16/05/2001
0543	ANTÔNIO ADIR LOURENÇO GOMES	3,00	2,50	2,00	7,50	28/10/1966
0238	CARLOS EDUARDO DA COSTA	4,00	2,00	1,00	7,00	15/05/1999
0272	VALMOR BARBOZA DOS SANTOS	2,50	2,50	1,00	6,00	01/07/1961
AUXILIAR GERAL – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO – SISAM						
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	P.O.	Data Nasc.
0658	DIEGO ARAGÃO ESPERANDIO	4,00	2,50	2,00	8,50	12/03/1990
0147	DANILO JOSÉ SCHIFTER	2,50	1,00	1,50	5,00	14/03/1998
0421	PAULO ESTEVÃO DE OLIVEIRA TEIXEIRA	2,50	0,00	1,00	3,50	26/12/1961
CONDUTOR DE AMBULÂNCIA – SEC. SAÚDE						
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	P.O.	Data Nasc.
0082	PABLO JOSÉ TAMANINI	4,00	2,50	1,50	8,00	31/01/1991
0074	ALEX CARNEIRO DE ASSIS	3,50	2,50	1,50	7,50	24/04/1990
0342	EVANDRO ALUIZIO CUCCO	3,00	2,50	2,00	7,50	05/07/1969
0293	RENAN ELIEL GONÇALVES	2,50	2,50	2,50	7,50	28/07/1992
0148	DIONATAN WILLIAN DOS SANTOS	4,00	1,50	1,50	7,00	07/06/1995
0467	ANTONIO CATJERO DA SILVA BASILIO	3,50	2,00	1,50	7,00	23/04/1970

5





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**



0200	JOSE EDSON DA SILVA	2,50	2,50	2,00		7,00		7,00	APROVADO(A)	7º	21/01/1984
<b>CONDUTOR DE VEÍCULO PESADO – CACAMBA – SEC. INFRAESTRUTURA</b>											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	P.O.	PP	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.	
0406	VOLNEI NUNES	4,00	2,50	1,50		8,00	8,00	APROVADO(A)	1º	03/05/1956	
0276	RODRIGO CAVANHA	3,00	2,50	1,50		7,00	8,50	APROVADO(A)	2º	16/07/1986	
0149	LEANDRO ADEMIR DA SILVEIRA	2,50	2,50	1,50		6,50	6,50	APROVADO(A)	3º	27/03/1981	
0284	ROBERTO NIED	1,00	2,50	1,00		4,50	6,50	APROVADO(A)	4º	16/11/1964	
0202	NICEZIO ELIAS DUARTE	1,00	2,50	1,50		5,00	4,75	APROVADO(A)	5º	16/02/1963	
<b>CONDUTOR DE VEÍCULO PESADO – ÔNIBUS – SEC. SAÚDE</b>											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	P.O.	PP	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.	
0492	ABRAÃO PRADO	4,50	2,50	2,00		9,00	10,00	APROVADO(A)	1º	02/02/1988	
0216	ANDERSON DA SILVA DUTRA	4,50	2,50	2,00		9,00	10,00	APROVADO(A)	2º	06/07/1994	
0424	ARMENIO ANTONIO DA SILVA BELMONTE	4,00	2,50	2,00		8,50	10,00	APROVADO(A)	3º	14/07/1972	
0349	CLAUDEMIR MACHADO	3,50	2,50	2,50		8,50	8,50	APROVADO(A)	4º	30/12/1970	
0300	RIGOBERTO AMARAL DE OLIVEIRA	3,50	2,50	2,00		8,00	8,25	APROVADO(A)	5º	13/02/1977	
0009	NILSON RODRIGUES DA SILVA	2,50	2,50	2,00		7,00	8,50	APROVADO(A)	6º	19/03/1988	
0080	JAISON DA SILVA	1,00	2,50	2,00		5,50	7,25	APROVADO(A)	7º	13/05/1975	
<b>CONDUTOR DE VEÍCULO PESADO – TRATORISTA – SEC. INFRAESTRUTURA</b>											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	P.O.	PP	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.	
0409	GILSON JOSE SILVEIRA	1,00	1,50	0,00		2,50	7,25	APROVADO(A)	1º	17/07/1956	
<b>CONDUTOR DE VEÍCULO PESADO – ESCAVADEIRA HIDRÁULICA – SEC. INFRAESTRUTURA</b>											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	P.O.	PP	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.	
0360	RAFAEL HERMES JUNKES	3,00	2,00	1,50		6,50	7,25	APROVADO(A)	1º	16/07/1982	
<b>CONDUTOR DE VEÍCULO PESADO – RETROESCAVADEIRA – SEC. AGRICULTURA</b>											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	P.O.	PP	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.	
0178	JOSÉ PEDRO PEIXER	1,00	2,00	1,50		4,50	5,88	APROVADO(A)	1º	01/01/1962	
<b>ENFERMEIRO – PSF – SEC. SAÚDE</b>											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.	
0671	CARINE SANCHES ZANI RIBEIRO	2,40	1,50	3,30	1,10	8,30	8,30	APROVADO(A)	1º	20/10/1995	

6





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**



0359	SUYAN SENS	2,10	1,50	3,30	1,10	8,00	8,00	APROVADO(A)	2º	13/08/1997
0136	SAMANTA FELIPPE WILL	2,40	1,50	2,75	1,10	7,75	7,75	APROVADO(A)	3º	20/03/1998
0690	MARCELI SIMÕES NERY	1,50	1,20	3,85	1,10	7,65	7,65	APROVADO(A)	4º	19/04/1988
0590	BIANCA DA SILVA	1,50	1,20	2,75	1,65	7,10	7,10	APROVADO(A)	5º	31/08/1983
0186	JOANE RODRIGUES PAZ	1,80	0,60	3,30	1,10	6,80	6,80	APROVADO(A)	6º	15/04/1986
0105	MIKELI KELM SOARES DE SANTANA	1,20	1,50	2,75	1,10	6,55	6,55	APROVADO(A)	7º	05/06/1996
0414	OBADIAS DIAS DE SOUSA	2,10	1,50	1,65	1,10	6,35	6,35	APROVADO(A)	8º	08/07/1995
0439	LUCIMERE EDUARDA DE SOUZA	1,50	1,50	2,20	1,10	6,30	6,30	APROVADO(A)	9º	12/06/1978
0048	REMY CORREIA DOS SANTOS	1,50	0,90	2,75	1,10	6,25	6,25	APROVADO(A)	10º	25/06/1975
0098	INDIAMARA DE SOUSA	1,50	0,90	2,75	1,10	6,25	6,25	APROVADO(A)	11º	10/10/1978
0446	MARIANE ALVES HALPIN	2,40	0,30	2,20	1,10	6,00	6,00	APROVADO(A)	12º	11/07/1989
0049	LUAN FERNANDO SILVA TIBURCIO	1,20	1,50	2,20	1,10	6,00	6,00	APROVADO(A)	13º	23/08/1992
0434	BRUNA CLAUMANN	1,50	0,60	2,75	1,10	5,95	5,95	APROVADO(A)	14º	24/10/1980
0571	JESSICA AMANDA PEREIRA	2,10	0,90	1,65	1,10	5,75	5,75	APROVADO(A)	15º	10/03/1991
0380	MAINARA LEHMKUHL ESPINDOLA	1,80	0,60	2,20	1,10	5,70	5,70	APROVADO(A)	16º	16/08/1996
0150	GISELE MEROLLI MIRANDA	1,50	0,60	2,20	1,10	5,40	5,40	APROVADO(A)	17º	06/07/1973
0271	LEANDRO SILVA DOS SANTOS	1,20	0,90	2,20	1,10	5,40	5,40	APROVADO(A)	18º	19/10/1988
0332	MICHAEL MILITZ ROGOSKI	1,50	1,20	1,65	0,55	4,90	4,90	APROVADO(A)	19º	02/01/1991
0443	JOHNY CARNEIRO MARTINS	1,50	1,20	1,10	1,10	4,90	4,90	APROVADO(A)	20º	22/04/1985
0090	NAUANNA OLIVEIRA DA ROCHA	1,50	0,30	2,20	0,55	4,55	4,55	APROVADO(A)	21º	09/11/1993
0222	CARLOS CESAR RODRIGUES DA COSTA JUNIOR	1,20	0,60	2,20	0,55	4,55	4,55	APROVADO(A)	22º	17/09/1996
0081	MICHELE AMBONI	1,50	0,30	1,65	1,10	4,55	4,55	APROVADO(A)	23º	17/01/1984
0323	LUCIANE DE SOUZA ALEXANDRE	1,50	0,60	1,10	1,10	4,30	4,30	APROVADO(A)	24º	01/09/1979

**FISIOTERAPEUTA - SEC. SAÚDE**

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
0286	LENON FURTADO CESARINO DA ROSA	2,70	1,20	3,85	1,65	9,40	9,40	APROVADO(A)	1º	12/02/1991
0235	KARLA EVANS SANTOS DE SANTANA	1,80	1,50	3,30	1,65	8,25	8,25	APROVADO(A)	2º	07/06/1997
0499	MAYSA LISLE PETERMANN	2,10	1,50	3,30	1,10	8,00	8,00	APROVADO(A)	3º	02/11/1993
0455	CINTIA VIEIRA	2,10	1,50	2,75	1,65	8,00	8,00	APROVADO(A)	4º	28/04/1977
0589	CRISLAINE ROMAN	1,20	1,50	3,30	1,10	7,10	7,10	APROVADO(A)	5º	23/04/1994
0205	EDUARDO MARCOS MACHADO	1,50	1,20	2,75	1,65	7,10	7,10	APROVADO(A)	6º	28/01/1998
0287	NEY SOUZA NETO	2,10	1,50	2,75	0,55	6,90	6,90	APROVADO(A)	7º	15/10/1993
0612	SARAH ALBINO	1,80	1,20	2,75	1,10	6,85	6,85	APROVADO(A)	8º	26/07/1997
0215	SUANE DE ALMEIDA ARANHA	1,50	1,20	2,20	1,10	6,00	6,00	APROVADO(A)	9º	24/07/1986
0465	SAMIA RAQUEL DA SILVA SOUSA	1,50	0,60	2,75	1,10	5,95	5,95	APROVADO(A)	10º	13/02/1996

7





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**



0265	VITÓRIA DE MELO STOLFI	0,90	0,60	2,75	1,65	5,90	5,90	APROVADO(A)	11º	08/01/1997
0379	MARA LUCIANE SILVA DA SILVA	1,50	1,50	1,65	1,10	5,75	5,75	APROVADO(A)	12º	05/03/1972
0261	MARCELO FERREIRA SOARES	1,20	0,60	2,75	1,10	5,65	5,65	APROVADO(A)	13º	14/01/1988
0173	DAIELI REBELATTO	0,90	1,50	2,20	0,55	5,15	5,15	APROVADO(A)	14º	10/11/1994
<b>MÉDICO - 20H SEC. SAÚDE</b>										
<b>Inscrição</b>	<b>Candidato</b>	<b>LP</b>	<b>MAT</b>	<b>ESP</b>	<b>LEG</b>	<b>P.O.</b>	<b>N.F.</b>	<b>Situação</b>	<b>Class.</b>	<b>Data Nasc.</b>
0509	JÔNIO VIEIRA FERREIRA	2,70	1,50	2,75	1,65	8,60	8,60	APROVADO(A)	1º	22/08/1975
0641	RALHIS BANDEIRA DE SOUSA	1,80	0,60	2,75	0,55	5,70	5,70	APROVADO(A)	2º	17/01/1989
0459	ROSANGELA DA SILVA CASTANHO	1,20	0,60	2,20	1,10	5,10	5,10	APROVADO(A)	3º	09/07/1984
<b>MÉDICO - 40H SEC. SAÚDE</b>										
<b>Inscrição</b>	<b>Candidato</b>	<b>LP</b>	<b>MAT</b>	<b>ESP</b>	<b>LEG</b>	<b>P.O.</b>	<b>N.F.</b>	<b>Situação</b>	<b>Class.</b>	<b>Data Nasc.</b>
0669	AMANDA PEREIRA TRIANI	2,10	1,50	3,30	1,65	8,55	8,55	APROVADO(A)	1º	07/03/1991
0636	IGOR MARTINS DE MENEZES	2,70	1,50	2,75	1,10	8,05	8,05	APROVADO(A)	2º	20/10/1981
0675	VICTOR HUGO DE CASTRO E SILVA	2,70	1,50	2,75	1,10	8,05	8,05	APROVADO(A)	3º	17/05/1993
0637	ÁLEX ALBERTO DE OLIVEIRA CRUZADO	1,80	1,20	1,65	1,65	6,30	6,30	APROVADO(A)	4º	08/08/1979
<b>MESTRE DE OBRAS - PONTES PÊNSEIS - SEC. INFRAESTRUTURA</b>										
<b>Inscrição</b>	<b>Candidato</b>	<b>LP</b>	<b>MAT</b>	<b>LEG</b>	<b>P.O.</b>	<b>N.F.</b>	<b>Situação</b>	<b>Class.</b>	<b>Data Nasc.</b>	
0598	LUIZ FELIPE VILA NOVA NONATO	5,00	2,50	1,00	8,50	8,50	8,50	APROVADO(A)	1º	07/05/1997
0253	VALDECI TEIXEIRA DO PRADO	3,50	2,50	1,50	7,50	7,50	7,50	APROVADO(A)	2º	27/10/1964
0385	IZAQUE JOSE RAULINO	0,50	1,50	1,00	3,00	3,00	3,00	APROVADO(A)	3º	27/12/1959
<b>ODONTÓLOGO - PSF - SEC. SAÚDE</b>										
<b>Inscrição</b>	<b>Candidato</b>	<b>LP</b>	<b>MAT</b>	<b>ESP</b>	<b>LEG</b>	<b>P.O.</b>	<b>N.F.</b>	<b>Situação</b>	<b>Class.</b>	<b>Data Nasc.</b>
0184	GABRIELA HESSEL DE LIMA	2,40	1,50	3,30	1,65	8,85	8,85	APROVADO(A)	1º	23/10/1984
0102	CAROLINA DE MIRANDA MEURER	2,10	1,50	3,30	1,65	8,55	8,55	APROVADO(A)	2º	22/09/1992
0545	SINARA HERMES	1,80	1,50	3,85	1,10	8,25	8,25	APROVADO(A)	3º	25/03/1999
0196	JOSE GUILHERME RIBEIRO ZIEMER	2,10	1,20	3,30	1,65	8,25	8,25	APROVADO(A)	4º	14/11/1987
0697	DANIELLE CRISTINA ALVES RIGO	2,10	1,20	3,30	1,10	7,70	7,70	APROVADO(A)	5º	06/05/1983
0128	DANIELA CRISTINA TIRLONI HASS	1,80	1,50	3,30	1,10	7,70	7,70	APROVADO(A)	6º	21/07/1992
0241	RUBIA MARA CORRÊA	1,80	1,50	3,30	1,10	7,70	7,70	APROVADO(A)	7º	24/08/1993
0249	KARYSMA KALDERASH DELA TORRE	2,10	1,50	2,75	1,10	7,45	7,45	APROVADO(A)	8º	16/09/1991
0610	JÚLIA KAROLINE SILVA PEREIRA	1,80	1,50	2,75	1,10	7,15	7,15	APROVADO(A)	9º	06/01/1995
0364	HELENA SCHERER	1,80	1,50	2,75	1,10	7,15	7,15	APROVADO(A)	10º	03/08/1995

8





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**



0614	URIEL SANTOS MENDES	1,80	1,50	2,75	1,10	7,15	7,15	7,15	APROVADO(A)	11º	05/01/1999
0175	DIESNER DE OLIVEIRA USTRA DA SILVEIRA	1,80	1,50	2,20	1,65	7,15	7,15	7,15	APROVADO(A)	12º	15/03/1998
0198	EMILY MOREIRA DE CAMARGO	1,80	1,50	2,20	1,65	7,15	7,15	7,15	APROVADO(A)	13º	20/06/1999
0137	RENATA MARAN	1,20	1,50	3,30	1,10	7,10	7,10	7,10	APROVADO(A)	14º	29/10/1989
0242	JULIANA STRAUB DA SILVA	2,10	1,50	2,75	0,55	6,90	6,90	6,90	APROVADO(A)	15º	28/12/1989
0234	JORGE ULISSES SCHNEIDER DA SILVA	2,10	0,90	2,75	1,10	6,85	6,85	6,85	APROVADO(A)	16º	26/04/1999
0500	LUYSA RISSO ZANCANARO	1,80	1,20	2,75	1,10	6,85	6,85	6,85	APROVADO(A)	17º	14/02/1997
0057	MARILIA COSTA DA SILVEIRA	1,80	1,20	2,20	1,65	6,85	6,85	6,85	APROVADO(A)	18º	06/04/1996
0280	RENATA GONÇALVES MOTTER	1,80	0,60	3,30	1,10	6,80	6,80	6,80	APROVADO(A)	19º	04/03/1996
0550	BRUNO INÁCIO WYSOSKI	0,90	0,90	3,85	1,10	6,75	6,75	6,75	APROVADO(A)	20º	28/03/1994
0470	VIVIANE CHRISTINA MARIA MORA	1,50	0,60	3,30	1,10	6,50	6,50	6,50	APROVADO(A)	21º	15/02/1997
0197	FERNANDA DADAM PIETROSKI BUDKEWITZ	1,50	0,60	2,75	1,65	6,50	6,50	6,50	APROVADO(A)	22º	06/10/1986
0214	LUCAS MACHADO DE OLIVEIRA	1,80	0,90	2,20	1,10	6,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	23º	06/03/1998
0510	THALITA DE OLIVEIRA ROMA	1,80	0,30	2,75	1,10	5,95	5,95	5,95	APROVADO(A)	24º	13/05/1998
0243	PAULA JARDIM DINIZ DE SOUZA	1,20	0,30	3,30	1,10	5,90	5,90	5,90	APROVADO(A)	25º	10/04/1994
0252	FERNANDA DA SILVA	0,90	0,60	2,75	1,65	5,90	5,90	5,90	APROVADO(A)	26º	14/10/1996
0595	CATIA REGINA CARDOSO	1,80	0,60	2,75	0,55	5,70	5,70	5,70	APROVADO(A)	27º	17/10/1981

TÉCNICO EM ENFERMAGEM – PSF - SEC. SAÚDE											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.	
0681	ANGELITA MUNIRA MARCHI	1,20	0,90	2,75	1,65	6,50	6,50	APROVADO(A)	1º	08/09/1969	
0488	ADRIANA DOS SANTOS LIMA	1,20	0,60	2,75	1,65	6,20	6,20	APROVADO(A)	2º	20/10/1980	
0180	CATIA REGINA JESUS SERPA	1,20	0,90	2,75	1,10	5,95	5,95	APROVADO(A)	3º	18/04/1981	
0356	DORACI EZIDIO	0,90	0,90	2,75	1,10	5,65	5,65	APROVADO(A)	4º	30/08/1967	
0187	ROSANI TERESINHA DE CAMPOS HOFFMANN	1,20	0,30	2,20	1,10	4,80	4,80	APROVADO(A)	5º	17/05/1960	

TÉCNICO ESPORTIVO – ARTES MARCIAIS – FUBE											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.	
0680	EVERTON GRANZA	2,10	1,50	2,20	1,10	6,90	6,90	APROVADO(A)	1º	19/09/1981	
0415	CLEITON PABLO DO PRADO	0,90	1,20	1,10	0,55	3,75	3,75	APROVADO(A)	2º	19/07/1991	
0111	ALEXANDRA SIMAS	1,20	0,30	0,55	1,10	3,15	3,15	APROVADO(A)	3º	04/08/1979	

Entenda-se:

PO = Nota da prova objetiva;

PP = Nota da prova prática

NF = Nota final.





São João Batista, 22 de fevereiro de 2021.

**ROSANE SARTORI ROSA**  
*Secretária de Administração*





**DECRETO Nº 4144/2021**

Publicação Nº 2878989

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 4144/21**

O PREFEITO MUNICIPAL DE São João Batista - SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 004013/20 de 15 de Dezembro de 2020.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica suplementado no valor de R\$ 110.000,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 110.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 110.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 22 de Fevereiro de 2021**

**PEDRO ALFREDO RAMOS**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 22/02/2021

Assessoria de Comunicação



**LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 01/2021**

Publicação Nº 2878702

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2021**

ROSANE SARTORI ROSA, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA do Edital de Processo Seletivo 01/2021, conforme segue:

**LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA**

POR ESTE INSTRUMENTO CONVOCAM-SE TODOS OS CANDIDATOS DEFERIDOS PARA REALIZAR A PROVA OBJETIVA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 07 DE MARÇO DE 2021, COM INÍCIO ÀS 10h E TÉRMINO ÀS 12h. É RECOMENDADO AO CANDIDATO QUE COMPAREÇA AO LOCAL DA PROVA COM ANTECEDÊNCIA DE 30min, PORTANDO DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO, CANETA ESFEROGRÁFICA COM TINTA AZUL OU PRETA COM TUBO TRANSPARENTE;

EVENTO	HORÁRIOS
Abertura dos Portões.	8h30min.
<b>Fechamento dos portões</b>	9h50min
Início da prova Objetiva.	<b>10h</b>
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	10h30min.
Término Prova Objetiva	12h

**NÃO SERÁ PERMITIDA A ENTRADA DE CANDIDATOS QUE SE APRESENTAREM APÓS AS 9h50min. SOB QUALQUER ALEGAÇÃO.**

**Será vedado o acesso ao local da prova objetiva, para todos os candidatos que comparecerem sem o uso de máscara, SENDO OBRIGATÓRIO O USO DE MÁSCARA NO LOCAL DA PROVA.**

**LOCAL:**

**PARA TODOS OS CANDIDATOS A PROVA SERÁ REALIZADA NA E.E.B. ALICE DA SILVA GOMES, LOCALIZADA A RUA LAURO SGROTT, S/N, CENTRO – SÃO JOÃO BATISTA – SC.**

**MEDIDAS DE PREVENÇÃO CONFORME PORTARIA SES 714/2020**

- Haverá no local da prova fiscais para o controle do distanciamento;
- Nas salas será respeitado o distanciamento entre os candidatos;
- Será verificado a temperatura de todos os candidatos;
- Os candidatos que apresentarem temperaturas iguais ou superiores a 37.8°C serão alocados em salas distintas;
- A banca disponibilizará álcool gel em todas as entradas de sala e banheiros;
- Será obrigatório o uso de máscara, sendo de responsabilidade de cada candidato;
- Será disponibilizado copos descartáveis nos bebedouros;
- Uso obrigatório de máscara.

São João Batista, 23 de fevereiro de 2021.

**ROSANE SARTORI ROSA**  
*Secretária de Administração*

1





**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 02/2021**

Publicação Nº 2879027

Resolução Nº 02/2021

REVOGA A RESOLUÇÃO 01/2021 PARA CONFORMAR AS FUNÇÕES DAS COMISSÕES AOS CRITÉRIOS REGIMENTAIS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga a presente:

**RESOLUÇÃO**

Art. 1º Ficam constituídas, por acordo de lideranças, as seguintes comissões permanentes técnicas da Câmara:

I Comissão de Constituição, Legislação e Redação: Gustavo Grimm (presidente), Anderson Duarte (secretário), Mário Antônio Garcia Teixeira, Teodoro Marcelo Adão (suplente).

II Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira: Mário Antônio Garcia Teixeira (presidente), Milson da Silva (secretário), Anderson Duarte, Altair Zunino (suplente).

III Comissão de Serviços e Obras Públicas: Anderson Duarte (presidente), Altair Zunino (secretário), Mário Antônio Garcia Teixeira, Teodoro Marcelo Adão (suplente).

IV Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio: Marcelo Xavier (presidente), Milson da Silva (secretário), Mateus Galliani, Nelson Zunino Neto (suplente).

V Comissão de Meio Ambiente: Gustavo Grimm (presidente), Teodoro Marcelo Adão (secretário), Altair Zunino, Mário Antônio Garcia Teixeira (suplente).

Art. 2º Revoga-se a Resolução 01, de 1º de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 de Fevereiro de 2021.

Edésio Pedrinho Tomasi
------------------------

Presidente
------------



# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 15.2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO 05.2021

Publicação Nº 2878150

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15.2021

Partes: Fundo Municipal de Saúde de São João do Oeste e Magnum Import Comercio de Materiais Médicos LTDA.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 05.2021

OBJETO: "Aquisição de 250 unidades de kit teste imonucromatográfico (imunoensaio Cromatográfico Rápido) Rápido para detecção Qualitativa de antígenos de Sars-Cov-2 em amostras de Swab da Nasofaringe de Humanos para a Secretaria Municipal de Saúde de São João do Oeste".

VALOR TOTAL: R\$ 8.975,00

PRAZO: 23.02.2021 até 15.03.2021

São João do Oeste – 23 de fevereiro de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 36/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2021

Publicação Nº 2879028

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2021

PARTES: Município de São João do Oeste e Ieto Artefatos De Cimento Ltda Me

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 12/2021

OBJETO: "Aquisição de 20 (vinte) tubos canaleta nº 60 destinados para drenagem pluvial no interior do Município de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 1.000,00

PRAZO: 23.02.2021 até 31.03.2021

São João do Oeste – 24 de fevereiro de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

### PP 21/2021 MADEIRA TRATADA

Publicação Nº 2878669

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2021

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de serviço de tratamento de madeiras, aquisição de madeira tratada e postes para manutenção das atividades das secretarias municipais de São João do Oeste.

Tipo de licitação: Menor preço por item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 08 de março de 2021 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 24 de março de 2021 de 2.021. GENÉSIO MARINO ANTON– PREFEITO MUNICIPAL



# São João do Sul

## PREFEITURA

### ADITIVO 06\_2021\_FMS

Publicação Nº 2879661

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

ADITIVO DE ACRÉSCIMO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 06/2021/PREF

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2020/FMS

OBJETO: Fica aditado, conforme margem de lucro inicial do contrato, reequilibrado o valor unitário do ÓLEO DIESEL S10 de R\$ R\$ 3,69 (três reais e sessenta e nove centavos) para R\$ 4,04 (quatro reais e quatro centavos).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: M.E. COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e respectivas alterações.

São João do Sul/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Rejane Elíbio Borba

Secretaria Municipal de Saúde

### ADITIVO 09\_2021\_PREF

Publicação Nº 2879658

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

ADITIVO DE ACRÉSCIMO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 09/2021/PREF

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2021/PREF

OBJETO: Fica aditado, conforme margem de lucro inicial do contrato, reequilibrado o valor unitário do ÓLEO DIESEL S10 de R\$ R\$ 3,69 (três reais e sessenta e nove centavos) para R\$ 4,04 (quatro reais e quatro centavos).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: M.E. COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e respectivas alterações.

São João do Sul/SC, 23 de fevereiro de 2021.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 010 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878588

DECRETO Nº 010 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1880 de 08 de dezembro 2020 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.938,89 (oito mil, novecentos e trinta e oito reais e oitenta e nove centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.1005 – CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA

4.4.90.00.00.00.00.3080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 8.938,89

TOTAL ..... R\$ 8.938,89

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado recurso ordinário de superávit financeiro, verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
23 de fevereiro de 2021.



MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO GERAL Nº 001\_2021

Publicação Nº 2878473

### HOMOLOGAÇÃO

O MUNICÍPIO de SÃO JOÃO DO SUL, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto n.º 127/2020, torna pública a Homologação da Classificação Definitiva (Geral e PPD) do PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021, para candidatos inscritos e classificados, conforme relação constante no anexo único deste instrumento, realizado pela empresa AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA (Através de seu departamento de pesquisas PS Concursos), destinado a selecionar candidatos para provimento de cargos temporários por excepcional interesse público, no quadro de pessoal da Administração Municipal, das Secretarias e Programas, conforme fundamentação legal no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal tendo em vista as disposições contidas nas demais legislações pertinentes, de acordo com as seguintes disposições deste, objeto do Edital nº. 001/2021.

São João do Sul – SC, 23 de fevereiro de 2021.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Presidente da Comissão de Processo Seletivo

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

### 01 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

POSICÃO	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE				
	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2059647	Getulio Jose Garcia Chaves	6,500	não	6,500	0,000	08/04/1967
2	2059467	Dion Leno Carvalho De Quadros	6,000	não	6,000	0,000	02/07/1990
3	2058370	Silvana Pontalti	5,500	não	5,500	0,000	21/12/1964
4	2058642	Elizabete Terra Santos	4,500	não	4,500	0,000	20/08/1968
5	2058608	Rosilene De Jesus Constantino	4,000	não	4,000	0,000	07/01/1980
6	2058700	Roseli Scheffer Matos	2,500	não	2,500	0,000	08/01/1967
7	2058852	Viviane Barrim	2,500	não	2,500	0,000	09/01/1975
8	2059108	Iodete Ninke	2,000	não	2,000	0,000	15/05/1968
9	2061454	Rosmere Lumertz Marinho Rodrigues	1,500	não	1,500	0,000	28/08/1969
10	2058368	Jessica Machado Dos Santos	1,500	não	1,500	0,000	30/03/1991

### 02 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II

POSICÃO	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE				
	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058738	Jose Adriano Anacleto	6,000	não	6,000	0,000	24/11/1977
2	2058884	Andrei Jean Alexandre Bauer	4,000	não	4,000	0,000	18/10/1991
3	2058425	Jose Otavio Silva Da Rosa	3,000	não	3,000	0,000	24/07/1966
4	2058403	Aline Da Silva Barros	3,000	não	3,000	0,000	29/06/1979



5	2060828	Dionata Francisco De Oliveira	3,000	não	3,000	0,000	01/03/1992
6	2059779	Joao Gabriel Da Silva Idalino	2,000	não	2,000	0,000	18/10/2000
7	2059416	Tais Lorianio Marcelino	0,500	não	0,500	0,000	02/04/1992

## 03 - OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE				
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058813	Claudenir Pereira Xavier	6,000	não	6,000	0,000	03/12/1973
2	2060106	Luan Claudio Porto Ferreira	6,000	não	6,000	0,000	18/08/1991
3	2059900	Antonio Rocha Scandolara	4,500	não	4,500	0,000	14/06/1965
4	2061127	Norman Da Cunha Machado	4,500	não	4,500	0,000	15/07/1988
5	2058458	Marcelo Eduardo Jacobs Junior	4,000	não	4,000	0,000	10/10/1987
6	2060454	Luan Rosa Da Rocha	3,500	não	3,500	0,000	16/08/1996
7	2058799	Jose Luiz De Matos	2,500	não	2,500	0,000	14/05/1961
8	2060427	Paulo Valentim Cechinel	2,500	não	2,500	0,000	16/02/1963
9	2058719	Daniel Rodrigues Da Rocha	2,500	não	2,500	0,000	19/08/1995
10	2060661	Mateus Romario Teixeira De Borba	2,500	não	2,500	0,000	22/10/1995
11	2059060	Alex Ostjen Pereira	1,500	não	1,500	0,000	08/12/1975
12	2061817	Joraci Dias De Oliveira	1,000	não	1,000	0,000	10/07/1967
13	2059764	Beneval Goncalves Da Rocha	0,500	sim	0,500	0,000	21/10/1960

## 04 - MOTORISTA II

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE				
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2060551	Darci Anisio Machado	8,000	não	8,000	0,000	30/12/1971
2	2058463	Eduardo Tavares Dos Santos	6,400	não	6,000	0,400	04/06/1971
3	2058432	Lucian Eugenio Da Silva	6,000	não	6,000	0,000	01/06/1989
4	2059970	Jones vargas da Rosa junior	6,000	não	6,000	0,000	03/03/1994
5	2061146	Paulo Herr Bauer	5,500	não	5,500	0,000	20/10/1965
6	2058833	Josimar Machado Pereira	4,500	não	4,500	0,000	02/03/1988
7	2059012	Murialdo Lopes Costa	4,500	não	4,500	0,000	03/05/1991
8	2058384	Albino De Luca Silva	4,120	não	4,000	0,120	11/02/1985
9	2058337	Maique Teixeira Pacheco	4,000	não	4,000	0,000	16/05/1986
10	2059904	Joacir De Oliveira Scheffer	3,500	não	3,500	0,000	10/12/1961
11	2061872	Maicol Nicolas Martinez De Leon	3,500	não	3,500	0,000	11/06/1989



12	2059930	Dirlei Francisco Matos De Oliveira	3,400	não	3,000	0,400	07/08/1976
13	2061796	Joao Dilney Sombrio	3,000	sim	3,000	0,000	25/05/1955
14	2059127	Paulo Ricardo Teixeira Biten-court	3,000	sim	3,000	0,000	14/01/1961
15	2061465	Marcelotoriani Da Silva	2,500	não	2,500	0,000	27/07/1970
16	2061658	Onivaldo Santos Delfino	2,000	não	2,000	0,000	15/12/1963
17	2061573	Mauricio Sant\ ana Da Silva	2,000	não	2,000	0,000	16/09/1983
18	2058835	Jose De Souza Vargas	1,500	não	1,500	0,000	16/11/1981
19	2058684	Jonatan Santos Da Silva	1,000	não	1,000	0,000	11/08/1988

## 05 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE				
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058362	Simone Lentz Rocha	5,500	não	5,500	0,000	21/12/1988
2	2061180	Helenira Martin Lopes	5,000	não	5,000	0,000	06/09/1980
3	2061681	Henrique Selau Scheffer	5,000	não	5,000	0,000	12/03/1997
4	2061354	Maria Margarete Bauer Cechinel	4,500	não	4,500	0,000	04/10/1964
5	2058650	Stefani Santana	4,500	não	4,500	0,000	17/11/1998
6	2058494	Riseli Montovani Ronzani De Borba	2,500	não	2,500	0,000	06/11/1987

## 06 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE				
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058342	Caroline De Oliveira Souza	4,500	não	4,500	0,000	09/03/1992
2	2058430	Tais Araujo Scheffer	4,500	não	4,500	0,000	12/01/1993
3	2058747	Krisna Rocsane Mendes Cabeca	4,000	não	4,000	0,000	19/01/1992

## 07 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE				
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058725	Isabel Santos Silva	7,500	não	7,500	0,000	03/06/1984
2	2060555	Marcia Ribeiro Dos Santos	6,000	não	6,000	0,000	27/06/1972
3	2060892	Luana Teresinha Ribeiro Da Silva	6,000	não	6,000	0,000	24/07/1982
4	2058417	Sabrina Da Silveira Pinho Alexandre	5,900	não	5,500	0,400	20/07/1987
5	2060064	Joice Mara Idalino Brocca	5,500	não	5,500	0,000	14/05/1982
6	2058680	Joelma Da Silva De Souza	5,500	não	5,500	0,000	27/05/1983



7	2058380	Lucia Scandoler Daros Santos	5,400	não	5,000	0,400	11/06/1978
8	2058374	Felipe De Souza Albino	5,000	não	5,000	0,000	31/05/1993
9	2058518	Edina Ross Dos Santos Borba	4,500	não	4,500	0,000	24/01/1978
10	2060438	Alessandra Dos Santos Cardoso	4,500	não	4,500	0,000	30/08/1994
11	2059069	Renata De Matos	4,000	não	4,000	0,000	05/02/1984
12	2059361	Vera Lucia Mengue Da Silva	3,900	não	3,500	0,400	14/12/1968
13	2061646	Terezinha Vieira Lima	3,500	não	3,500	0,000	05/11/1967
14	2058600	Sandra Regina Costa	3,500	não	3,500	0,000	11/01/1976
15	2059085	Alexandra De Sena Cristiano Schinaider	3,500	não	3,500	0,000	24/01/1982
16	2061800	Gislaine Machado De Oliveira	3,500	não	3,500	0,000	27/04/1983
17	2059247	Lauren Silveira Da Silva	3,500	não	3,500	0,000	15/09/1996
18	2058670	Carine Oliveira De Jesus	3,000	não	3,000	0,000	12/09/1988
19	2058885	Francieli Lumertz Valim	3,000	não	3,000	0,000	25/02/1994
20	2060453	Patricia Subtil De Oliveira Martins	2,500	não	2,500	0,000	25/07/1993

## 08 - ASSISTENTE SOCIAL

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE					
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058390	Fabiana Da Rosa Leffa	8,500	não	7,500	0,600	0,400	15/07/1991
2	2058633	Laura Santos Da Silva	8,000	não	7,000	0,600	0,400	29/10/1984
3	2061763	Priscila Onofre Da Silva	6,500	não	5,500	0,600	0,400	23/10/1986
4	2059949	Iara Beatriz Do Nascimento Cardoso Roldao	6,000	não	5,000	0,600	0,400	26/09/1970
5	2059564	Catielen Silva D Azevedo	5,000	não	5,000	0,000	0,000	06/07/1989
6	2058444	Zaida Rosa dos Santos Scheffer	5,000	não	4,000	0,600	0,400	25/03/1979
7	2060784	Caral Jacioni Da Silva Anacleto	4,900	não	4,500	0,000	0,400	25/12/1972
8	2061260	Fernanda Vieira Machado	4,500	não	4,500	0,000	0,000	19/08/1994
9	2060385	Caren Brasil Jardim	4,000	não	4,000	0,000	0,000	17/08/1982
10	2060893	Jovani Pereira Schardsin De Menezes	3,900	não	3,500	0,000	0,400	06/09/1973
11	2061032	Denisi Aparecida Aguiar Duarte	3,900	não	3,500	0,000	0,400	08/03/1985
12	2060476	Liliane Vargas Da Silva	3,500	não	3,500	0,000	0,000	23/08/1979
13	2061852	Mayara De Moraes	3,000	não	3,000	0,000	0,000	04/08/1987



## 09 - EDUCADOR SOCIAL

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE					
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2060999	Gustavo Claudino Scheffer Cardoso	5,600	não	5,000	0,600	0,000	13/10/1990
2	2060556	Andreia Biten-court	5,000	não	5,000	0,000	0,000	31/12/1972
3	2058352	Denize Aguiar Da Silva	5,000	não	4,000	0,600	0,400	05/08/1979
4	2059270	Camila Cardoso Cechinel	4,600	não	4,000	0,600	0,000	16/09/1989
5	2061433	Patric Zingler	4,000	não	4,000	0,000	0,000	19/12/1977
6	2061238	Isabelle Martins Marques Da Rocha	3,740	não	3,500	0,000	0,240	03/01/1994
7	2060971	DENISIA PINTO RODRIGUES	3,100	não	2,500	0,600	0,000	19/08/1968
8	2058751	Ieda Regina Da Silva	3,000	não	3,000	0,000	0,000	06/09/1968

## 10 - ENFERMEIRO

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE					
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2060313	Ana Carolina Saretto Da Silva	8,000	não	7,000	0,600	0,400	25/10/1994
2	2058822	Ismael Santana De Oliveira	7,720	não	7,000	0,600	0,120	14/02/1984
3	2061310	Luiza Cecconello Scheffer Nunes	7,500	não	6,500	0,600	0,400	22/02/1996
4	2059554	Claudiane Leffa Justo	7,360	não	7,000	0,000	0,360	22/09/1995
5	2059730	Anelise Espindola Scheffer	7,340	não	6,500	0,600	0,240	14/06/1988
6	2058570	Viviane Vargas Lopes	7,000	não	6,000	0,600	0,400	09/09/1988
7	2061344	Danielle Just Goulart	7,000	não	6,000	0,600	0,400	09/12/1988
8	2060745	Barbara Lopes Machado	6,900	não	6,500	0,000	0,400	28/02/1997
9	2060228	Simao Leffa Carlos	6,840	sim	6,000	0,600	0,240	19/12/1960
10	2059523	Claudia Da Silva De Aguiar	6,840	não	6,000	0,600	0,240	22/11/1985
11	2061533	Cristiano Correa Moraes	6,500	não	5,500	0,600	0,400	10/11/1975
12	2061434	Vanice Livina Borges Da Silva	6,400	não	6,000	0,000	0,400	27/06/1996
13	2059002	Andre Mengue Dos Santos	6,400	não	6,000	0,000	0,400	21/07/1997
14	2059198	Lara Just Fagundes	6,100	não	5,500	0,600	0,000	31/12/1995
15	2060939	Eunice Correa Ferreira	6,000	não	6,000	0,000	0,000	27/09/1979
16	2058334	Nelvi Antonia Barreto Paladino	5,600	não	5,000	0,600	0,000	15/02/1965



17	2061339	Amanda Lemos De Medeiros	5,580	não	5,500	0,000	0,080	16/10/1991
18	2058479	Janaini Candi-do Silveira	5,500	não	5,500	0,000	0,000	12/02/1979
19	2059832	Guilherme Golombieski Borges	5,500	não	5,500	0,000	0,000	16/07/1983
20	2060302	Talia Da Silva Evaldt	5,500	não	5,500	0,000	0,000	10/03/1998
21	2059924	Marines Barcellos Van Den Broek	5,500	não	4,500	0,600	0,400	02/06/1966
22	2059532	Janaina Cava-lheiro Oliveira	5,500	não	4,500	0,600	0,400	06/01/1974
23	2061878	Zeila Webber Carlos	5,500	não	4,500	0,600	0,400	04/02/1974
24	2058424	Luana Da Rocha Raupp	5,400	não	5,000	0,000	0,400	21/04/1997
25	2061218	Aline Ramos Borges	5,000	não	5,000	0,000	0,000	02/06/1981
26	2058537	Rafaela Maciel Vicente	5,000	não	5,000	0,000	0,000	15/08/1999
27	2061232	Daiana Cristina Gusen Da Silva	5,000	não	4,000	0,600	0,400	14/07/1982
28	2061350	Douglas Vieira Jaques	5,000	não	4,000	0,600	0,400	09/12/1990
29	2059774	Sinara De Car-valho Santos	4,500	não	4,500	0,000	0,000	02/03/1987
30	2061860	Giovanna Fleck Dos Santos	3,500	não	3,500	0,000	0,000	19/01/1977
31	2061548	Dihessica Dos Santos Bozello	3,500	não	3,500	0,000	0,000	17/05/1991
32	2061543	Samara Lima Lentz	2,400	não	2,000	0,000	0,400	08/04/1991

## 11 - FARMACÊUTICO

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE					
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2061630	Manoela Oriques Pereira	7,500	não	6,500	0,600	0,400	23/10/1987
2	2058462	Amanda Da Silva Ortolan	6,900	não	6,500	0,000	0,400	28/02/1996
3	2058455	Patrique Raulino Porfirio	6,000	não	6,000	0,000	0,000	18/03/2003
4	2060087	Renata Schwengber Dornelles Trindade	5,500	não	5,500	0,000	0,000	26/02/1978
5	2059863	Debora Bauer Cechinel	4,000	não	4,000	0,000	0,000	07/12/1993

## 12 - FISIOTERAPEUTA

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE					
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2060165	Diesica Maiara De Souza Oliveira	9,000	não	8,000	0,600	0,400	02/08/1993
2	2061478	Elaine Cristina Lopes	7,500	não	7,500	0,000	0,000	21/03/1991
3	2061574	Evelin Da Silva Rosa	7,500	não	7,500	0,000	0,000	23/09/1996
4	2061848	Marina Borba De Souza	7,500	não	7,500	0,000	0,000	04/02/1997



5	2059471	Elaina Isabel Barreto Sch-ler	7,000	não	7,000	0,000	0,000	31/08/1990
6	2061143	Fabiana Krause De Mattos	7,000	não	6,000	0,600	0,400	10/05/1979
7	2061508	Alessandra Da Silva De Aguiar	6,500	não	6,500	0,000	0,000	13/06/1990
8	2059916	Fernanda Salvador Daros	6,220	não	5,500	0,600	0,120	14/03/1995
9	2061674	Bruna Magnus Spindola De Llamas	6,000	não	6,000	0,000	0,000	20/07/1990
10	2059394	Rafael Kunz Beux	6,000	não	6,000	0,000	0,000	19/04/1995
11	2061154	Rafaela Cristina Pereira Marques	6,000	não	6,000	0,000	0,000	23/10/1997
12	2061799	Nathaly Willemann Medeiros	6,000	não	5,000	0,600	0,400	16/01/1996
13	2058580	Jessica De Aguiar Silveira	5,900	não	5,500	0,000	0,400	21/04/1994
14	2061330	Felipe Colares Do Gito	5,500	não	5,500	0,000	0,000	15/04/1997
15	2059958	Renata Dos Santos Magnus	5,500	não	4,500	0,600	0,400	23/11/1992
16	2059378	Lais Da Rocha Silveira	5,500	não	4,500	0,600	0,400	16/09/1993
17	2059437	Leticia Martins Candido	5,500	não	4,500	0,600	0,400	05/09/1996
18	2059415	Claudia Luciana Da Silva	5,180	não	4,500	0,600	0,080	26/03/1979
19	2061217	Alissom Antunes Godoy	5,000	não	5,000	0,000	0,000	08/06/1978
20	2058745	Leticia Da Silva Peters	5,000	não	5,000	0,000	0,000	26/09/1983
21	2060902	Bruna Albani Borba	5,000	não	5,000	0,000	0,000	16/03/1995
22	2059546	Taina Hendler Teixeira	4,680	não	4,000	0,600	0,080	14/11/1991
23	2058904	Natalia Machado Nunes	4,580	não	4,500	0,000	0,080	27/09/1985
24	2058782	Victoria Peruzzo	4,500	não	4,500	0,000	0,000	24/10/1995
25	2061541	Giovana Pereira Zanelatto	4,400	não	4,000	0,000	0,400	25/07/1996

## 13 - MÉDICO CLÍNICO GERAL

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2060440	Lucas Da Silva Magnus	8,000	não	8,000	0,000	0,000	30/08/1994

## 14 - MÉDICO GINECOLOGISTA

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2060686	Herculano Calvete Estrela	5,000	sim	5,000	0,000	0,000	28/09/1956

## 16 - ODONTÓLOGO

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058421	Francieli Langer Pereira	8,400	não	8,000	0,000	0,400	30/08/1994



2	2058335	Caroline Pereira De Oliveira	8,100	não	7,500	0,600	0,000	19/03/1991
3	2061882	Juliana Beatriz de Oliveira	8,000	não	8,000	0,000	0,000	31/07/1978
4	2060338	Pietra Conceicao Freitas De Costa	8,000	não	8,000	0,000	0,000	21/02/1996
5	2061537	Eduarda Fuentes Da Cruz	8,000	não	8,000	0,000	0,000	21/01/1997
6	2059896	Alexia Nicoli Gioda	8,000	não	8,000	0,000	0,000	22/11/1998
7	2060186	Larissa Monteiro Rodrigues	7,500	não	7,500	0,000	0,000	21/07/1998
8	2058765	Bianca De Matos Magnus	7,400	não	7,000	0,000	0,400	18/03/1995
9	2060946	Caroline Raupp Peretto	7,340	não	6,500	0,600	0,240	02/06/1994
10	2061085	Rauana Delfino Pinho	7,000	não	7,000	0,000	0,000	20/04/1996
11	2059615	Aline Da Luz Pereira	7,000	não	7,000	0,000	0,000	25/09/1996
12	2058344	Larissa Simão Pereira	7,000	não	7,000	0,000	0,000	03/01/1998
13	2058836	Guilherme Pereira Strelow	7,000	não	7,000	0,000	0,000	02/10/1998
14	2059989	Andrei Valcir De Souza	6,500	não	6,500	0,000	0,000	29/11/1988
15	2060413	Samara Neiss	6,500	não	6,500	0,000	0,000	15/01/1989
16	2058727	Julia Tuon Colares	6,500	não	6,500	0,000	0,000	02/08/1997
17	2060360	Marjory De Almeida Fontoura	6,500	não	6,500	0,000	0,000	11/03/1998
18	2059793	Luana De Lima Cechella	6,000	não	6,000	0,000	0,000	17/10/1990
19	2060959	Rubia Luisa Wiest	5,900	não	5,500	0,000	0,400	18/08/1995
20	2058516	Adriano Pereira	5,500	não	5,500	0,000	0,000	27/12/1975
21	2060251	Dionis Brognoli Cechinel	5,500	não	5,500	0,000	0,000	25/01/1990
22	2061471	Aline Da Rosa Schwanck	4,500	não	4,500	0,000	0,000	07/09/1997

## 17 - PSICÓLOGO

POSICÃO	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058639	Wagner Kruger Malinoski	9,100	não	8,500	0,600	0,000	18/05/1986
2	2058409	Luciane Bitencourt De Souza	8,500	não	7,500	0,600	0,400	21/01/1985
3	2059981	Maicol De Oliveira Brognoli	8,000	não	7,000	0,600	0,400	24/05/1985
4	2060290	Julsane Chefer Cardoso	7,000	não	6,000	0,600	0,400	17/01/1976
5	2059823	Sonia Alves Dos Santos	6,500	não	5,500	0,600	0,400	18/02/1977
6	2060026	Caroline Alexandre Maciel	6,080	não	6,000	0,000	0,080	22/10/1987
7	2061571	Elizangela Savi Valin	6,000	não	6,000	0,000	0,000	10/08/1988
8	2061553	Taina De Souza De Oliveira	6,000	não	6,000	0,000	0,000	18/01/1996



9	2061858	Sabrina Gonçalves Rubert	5,500	não	5,500	0,000	0,000	10/06/1989
10	2059706	Sabrina Roldao Schardosim	4,000	não	4,000	0,000	0,000	22/02/1993

SÃO JOÃO DO SUL/SC, em 23 de Fevereiro de 2021

## HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO GERAL Nº 002\_2021

Publicação Nº 2878478

### HOMOLOGAÇÃO

O MUNICÍPIO de SÃO JOÃO DO SUL, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto n.º 127/2020, torna pública a Homologação Da Classificação Definitiva (Geral e PPD) do PROCESSO SELETIVO Nº 002/2021, para candidatos inscritos e classificados, conforme relação constante no anexo único deste instrumento, realizado pela empresa AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA (Através de seu departamento de pesquisas PS Concursos), destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos temporários por excepcional interesse público, no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação e formação de cadastro reserva candidatos, conforme fundamentação legal no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal tendo em vista as disposições contidas nas demais legislações pertinentes, de acordo com as seguintes disposições deste, objeto do Edital nº. 002/2021.

São João do Sul – SC, 23 de fevereiro de 2021.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Presidente da Comissão de Processo Seletivo

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

### 01 - SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE				
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058497	Luana Valin Homem	6,900	não	6,500	0,400	06/05/1997
2	2060184	Maria Fatima De Matos Dos Santos	6,500	não	6,500	0,000	23/09/1964
3	2058843	Micheli Matos Silveira De Mello	6,000	não	6,000	0,000	11/06/1999
4	2058926	Josiane Farias Pereira Paris	5,900	não	5,500	0,400	25/06/1978
5	2058805	Graziela Garcia	5,500	não	5,500	0,000	30/12/1985
6	2060263	Bruna Constante Borges	5,500	não	5,500	0,000	02/04/1996
7	2059339	Janaina De Mendonca Teixeira Do Amaral	4,900	não	4,500	0,400	06/12/1983
8	2058950	Daiane Delfino Roxo	4,900	não	4,500	0,400	21/05/1985
9	2061270	Maria Da Gloria Alves Da Silva	4,500	não	4,500	0,000	15/08/1972
10	2058336	Danieli Picoloto E Silva	4,500	não	4,500	0,000	10/05/1991
11	2061488	Scheila Kerlen Correa Rocho	4,000	não	4,000	0,000	30/12/2000
12	2058347	Fabiana Beatriz Adriano	3,900	não	3,500	0,400	03/11/1974
13	2058816	Lisandro Martins Franco	3,500	não	3,500	0,000	27/09/1990
14	2058962	Alessandra Belmonte Roxo	3,500	não	3,500	0,000	18/04/1994
15	2060799	Iohana Ribeiro Magnus	3,400	não	3,000	0,400	13/04/1997
16	2059077	Geni Selau Boaventura	3,000	não	3,000	0,000	12/01/1976



17	2061670	Maria Inez Da Silva	2,500	não	2,500	0,000	23/01/1969
18	2058672	Mariane De Lima Cardoso	2,500	não	2,500	0,000	23/08/1991
19	2058522	Marcelo Filipe Olicheski	2,500	não	2,500	0,000	16/06/1993
20	2058676	Gilma Souza	2,000	não	2,000	0,000	19/07/1974
21	2060230	Vera Lucia Lemes Limas	2,000	não	2,000	0,000	04/04/1976
22	2058404	Tamires Dos Santos Ramos	2,000	não	2,000	0,000	24/01/1992
23	2060462	Lilian Viana Da Silva	1,500	não	1,500	0,000	18/03/1986

## 02 - MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE				
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2059065	Lourete Rosa De Oliveira	4,900	não	4,500	0,400	06/03/1963
2	2058559	Carla Candido De Quadros De Souza	4,000	não	4,000	0,000	26/03/1990
3	2060232	Elizangelaantonio Ramos	3,500	não	3,500	0,000	03/05/1981
4	2061816	Joao Mano-el Goncalves Peixoto	3,500	não	3,500	0,000	05/04/1990
5	2058393	Gabriela De Souza	3,500	não	3,500	0,000	03/12/1992
6	2060562	Oziel Moreira	3,000	não	3,000	0,000	08/07/1982
7	2061759	Paulo Henrique Emerim Silveira	3,000	não	3,000	0,000	30/12/1997
8	2060269	Gabriele Trajano Dos Santos	3,000	não	3,000	0,000	26/05/2000
9	2061421	Adriana Porto Da Silva	2,500	não	2,500	0,000	04/07/1979
10	2060203	Claudiane Gene-roso Da Silva	2,500	não	2,500	0,000	12/09/1997
11	2060416	William Barcellos Cardoso	2,500	não	2,500	0,000	14/11/2002
12	2058596	Josiane Mota Luiz	2,400	não	2,000	0,400	15/08/1982
13	2059074	Tamiris Boaven-tura Lentz	2,400	não	2,000	0,400	28/03/1992
14	2060903	Tifani Alves Lauriano	2,400	não	2,000	0,400	17/11/1998
15	2059798	Andreia Correa Teixeira	2,000	não	2,000	0,000	21/10/1982
16	2060059	Jessica Fernan-des Da Silva	2,000	não	2,000	0,000	31/05/1996

## 03 - AUXILIAR DE SALA I

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE				
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2059605	Carmem Lucia Roxo Alves	4,400	não	4,000	0,400	26/08/1983
2	2059910	Angelica De Souza Urbano	4,400	não	4,000	0,400	11/07/1994
3	2061137	Kerli De Souza Matos	4,000	não	4,000	0,000	26/03/1992
4	2058863	Fernanda Da Silva Quadros	3,900	não	3,500	0,400	11/05/1979



5	2059918	Simone De Jesus Do Amaral	3,900	não	3,500	0,400	08/11/1986
6	2058363	Fernanda Sotelo De Oliveira Gal-dino	3,900	não	3,500	0,400	28/02/1989
7	2059881	Carlaine Farias Bauer	3,500	não	3,500	0,000	20/01/1989
8	2061692	Isadora Raupp Teixeira	3,500	não	3,500	0,000	01/03/2000
9	2061857	Cariana Silva Da Silva	3,400	não	3,000	0,400	02/04/1980
10	2059182	Silvana Dos Santos Monteiro	3,400	não	3,000	0,400	02/10/1985
11	2058894	Kiani Silva De Oliveira	3,400	não	3,000	0,400	05/12/1991
12	2059356	Leonir Elias De Matos	2,900	não	2,500	0,400	11/07/1974
13	2058502	Gabriela Espindola Bauer	2,900	não	2,500	0,400	07/05/1996
14	2060049	Carolini Pereira Trajano	2,900	não	2,500	0,400	31/03/1997
15	2058464	Ana Paula Coelho Jacobs	2,400	não	2,000	0,400	30/10/1993
16	2059033	Camila Valin Homem	2,400	não	2,000	0,400	14/02/1995
17	2058365	Julia Da Rosa	2,000	não	2,000	0,000	02/11/2000
18	2058453	Carina Dos Santos Pacheco Da Silva	0,900	não	0,500	0,400	08/02/1989

## 04 - AUXILIAR DE SALA II

POSICÃO	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2061449	Rosi Da Cunha Cardoso	4,400	não	4,000	0,000	0,400	27/03/1963
2	2058744	Maria Aparecida Sabino Scussel	4,000	não	3,000	0,600	0,400	29/04/1965
3	2060277	Maria Cirete Da Cunha Cardoso	3,600	sim	3,000	0,600	0,000	18/05/1956
4	2060393	Marlene Santana Da Silva	3,500	não	2,500	0,600	0,400	25/08/1971
5	2058562	Elisete Canteli De Almeida	2,900	não	2,500	0,000	0,400	16/02/1976

## 05 - PROFESSOR DE MATEMÁTICA (6º ao 9º Ano) e EJA (HABILITADO)

POSICÃO	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2061843	Melissa Correa Chemello	5,500	não	4,500	0,600	0,400	15/11/1970
2	2060519	Manoela De Matos Varela Scandolar	5,500	não	4,500	0,600	0,400	25/01/1988
3	2060525	Marcelo Bereta Lopes	5,000	não	4,000	0,600	0,400	19/03/1996
4	2060953	Alisson De Souza Jesuino	5,000	não	4,000	0,600	0,400	29/04/1996
5	2058456	Adriano Eusebio Dos Santos	4,680	não	4,000	0,600	0,080	07/07/1985
6	2058437	Giseli Alves Pereira	4,500	não	3,500	0,600	0,400	18/06/1983



7	2060040	Greisi Vicente Giusti	4,500	não	3,500	0,600	0,400	04/07/1988
8	2059983	Lucilene Alexandre Pereira Arambula	4,000	não	3,000	0,600	0,400	02/12/1983
9	2058699	Aline Scandola Bianchini	4,000	não	3,000	0,600	0,400	26/02/1989
10	2061464	Uillian de Assis Monteiro	4,000	não	3,000	0,600	0,400	19/11/1989
11	2061661	Taiane Zeferino Silveira	3,600	não	3,000	0,600	0,000	02/04/1984
12	2061830	Rinaldo Garcia Da Silva	3,500	não	2,500	0,600	0,400	07/06/1976
13	2058525	Thamyris Rodrigues Porfírio	3,400	não	3,000	0,000	0,400	03/09/1997
14	2060878	Nebia Mara De Souza	2,680	não	2,000	0,600	0,080	07/10/1986
15	2059739	Sabrina Vicente De Oliveira	2,500	não	2,500	0,000	0,000	19/11/1992
16	2060292	Nicole Maria Da Mota Santos	2,300	não	1,500	0,600	0,200	28/03/1984
17	2061615	Rosemeri De Oliveira Dos Santos Rodrigues	2,260	não	1,500	0,600	0,160	30/12/1980
18	2060449	Nathalia Mauricio Raupp	2,000	não	2,000	0,000	0,000	13/05/1994

## 06 - PROFESSOR DE MATEMÁTICA (6º ao 9º Ano) e EJA (NÃO HABILITADO)

POSICÃO	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE				
	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058964	Ana Beatriz Lucho	5,000	não	5,000	0,000	10/12/1970

## 07 - PROFESSOR DE HISTÓRIA (6º ao 9º Ano) e EJA (HABILITADO)

POSICÃO	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058573	Alexandrina Scariot Bendo	5,000	não	4,000	0,600	0,400	30/08/1982
2	2061841	Cristiano De Mattos Carneiro	4,500	não	4,500	0,000	0,000	27/02/1974
3	2061248	Jodoel Gonçalves Cardoso	4,500	não	4,500	0,000	0,000	09/02/1995
4	2060278	Adelcio Daitx De Matos	4,500	não	3,500	0,600	0,400	08/09/1974
5	2058504	Joelma Bedinote Martins Generoso	4,400	não	4,000	0,000	0,400	07/08/1984

## 009 - PROFESSOR DE GEOGRAFIA (6º ao 9º Ano) e EJA (HABILITADO)

POSICÃO	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058512	Gilse Maira Bendo	6,000	não	6,000	0,000	0,000	05/07/1977
2	2061063	Lisiane Silva Da Rosa Stumpf	5,500	não	4,500	0,600	0,400	22/01/1980
3	2060270	Sabrina Machado De Matos	5,000	não	4,000	0,600	0,400	19/04/1983



4	2058457	Marceli Dos Santos Sala	4,000	não	3,000	0,600	0,400	18/02/1993
5	2058527	Gustavo Ferreira da Rocha	3,900	não	3,500	0,000	0,400	19/10/1979
6	2058366	Joao Schwanck Leffa	3,500	não	2,500	0,600	0,400	24/06/1967
7	2060658	Mirna Andreia Milioli Tenfen	3,500	não	2,500	0,600	0,400	18/06/1974
8	2059950	Claudio Scandolara Bianchini	3,000	não	2,000	0,600	0,400	25/03/1967

## 12 - PROFESSOR DE QUÍMICA (EJA) (NÃO HABILITADO)

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC	
1	2059873	Daniela Brognoli Machado	4,500	não	4,500	0,000	16/06/1995	

## 13 - PROFESSOR DE SOCIOLOGIA (EJA) (HABILITADO)

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2059794	Gabriel Cesar Costa	7,000	não	6,000	0,600	0,400	22/04/1997
2	2060770	Jenefer Estrela Soares	6,420	não	5,500	0,800	0,120	21/07/1987

## 015 - PROFESSOR DE FILOSOFIA (EJA) (HABILITADO)

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2061798	Rosane Gonçalves	3,500	não	2,500	0,600	0,400	13/11/1962

## 19 - PROFESSOR DE BIOLOGIA (EJA) (HABILITADO)

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2061845	Gisele Soares Anastácio	5,960	não	5,000	0,800	0,160	27/08/1981
2	2060994	Joice Pisoni De Souza	5,000	não	4,000	0,600	0,400	11/12/1982
3	2058588	Dairce Londero	3,900	não	3,500	0,000	0,400	11/05/1968

## 20 - PROFESSOR DE BIOLOGIA (EJA) (NÃO HABILITADO)

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC	
1	2059478	Evertton Farias Do Nascimento	1,500	não	1,500	0,000	03/08/1989	

## 21 - PROFESSOR DE ARTES (Infantil ao 9º Ano e EJA) (HABILITADO)

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058406	Priscila De Souza Serafim	6,500	não	5,500	0,600	0,400	13/11/1989
2	2060378	Cristina Magnus Bauer	6,000	não	5,000	0,600	0,400	11/07/1982
3	2059740	Lisiane De Souza Oliveira	6,000	não	5,000	0,600	0,400	19/11/1982



4	2058466	Ana Paula Ferreira Sena	5,500	não	4,500	0,600	0,400	28/11/1988
5	2059643	Daiane Rocho Dos Santos	5,000	não	4,000	0,600	0,400	25/09/1982
6	2058346	Rosilene Bauer Alves	4,000	não	3,000	0,600	0,400	07/08/1989
7	2060309	Paloma Neves Motta	3,500	não	3,500	0,000	0,000	09/08/1997
8	2061580	Rosangela Magnus Bendo	1,500	não	1,500	0,000	0,000	15/10/1982

## 23 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (Infantil ao 9º Ano e EJA) (HABILITADO)

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE					
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2060054	Marcia Alexandre Da Silva	6,000	não	5,000	0,600	0,400	29/01/1988
2	2059781	Mailson Justo Teixeira	5,500	não	4,500	0,600	0,400	01/04/1989
3	2059628	Marcos Juliano Marques Langer	5,500	não	4,500	0,600	0,400	26/09/1989
4	2060694	Diana Pereira Lumertz	5,500	não	4,500	0,600	0,400	18/09/1996

5	2060886	Kleder Cechinel Recco	4,500	não	4,500	0,000	0,000	21/11/1991
6	2058438	Rafael Dewes Bauer	4,500	não	3,500	0,600	0,400	24/03/1986
7	2059899	Angelica Espindula Padilha	4,500	não	3,500	0,600	0,400	10/01/1992
8	2060500	Diego Pereira	4,500	não	3,500	0,600	0,400	02/08/1992
9	2059524	Cleiton Coelho Garcia	4,400	não	4,000	0,000	0,400	08/12/1983
10	2059649	Patricia Marques Langer	4,000	não	3,000	0,600	0,400	07/07/1980
11	2060771	Debora Delfino Souza	4,000	não	3,000	0,600	0,400	04/10/1994
12	2058351	Vitoria Espindula Padilha	4,000	não	3,000	0,600	0,400	09/08/1995
13	2058760	Luana De Barros Citadin	3,900	não	3,500	0,000	0,400	18/02/1988
14	2060168	Eduardo De Mattos Carneiro	3,500	não	3,500	0,000	0,000	05/03/1988
15	2060353	Quelem Bendo Henrique Magnus	3,500	não	2,500	0,600	0,400	04/02/1982
16	2060038	Sabrina Lopes De Oliveira	3,500	não	2,500	0,600	0,400	17/03/1986
17	2058648	Mauriane De Oliveira Pereira	3,500	não	2,500	0,600	0,400	08/12/1988
18	2059023	Ana Paula Freitas De Lima	3,400	não	3,000	0,000	0,400	20/03/1983
19	2058691	Valter Braga Da Silva Junior	3,000	não	3,000	0,000	0,000	22/10/1981
20	2058640	Felipe Marcelino Martins	2,580	não	2,500	0,000	0,080	08/01/1993
21	2060504	Josiane Fraga Da Silva	2,500	não	2,500	0,000	0,000	04/04/1982

## 24 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS (6º ao 9º Ano) e EJA (HABILITADO)

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE					
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC



1	2059513	Vanessa Espindula Da Rosa	6,500	não	5,500	0,600	0,400	05/01/1992
2	2061345	Raul Emilio Lorentz	4,000	não	3,000	0,600	0,400	24/03/1981
3	2061498	Rosane Burin Sbardelotto Germann	3,680	não	3,000	0,600	0,080	22/05/1966
4	2061157	Iasmim Constante Ribeiro	3,540	não	3,500	0,000	0,040	28/11/1994
5	2059757	Mirian Roldao Alves	2,600	não	2,000	0,600	0,000	30/09/1979

## 26 - PROFESSOR DE PORTUGUÊS (6º ao 9º Ano) e EJA (HABILITADO)

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE					
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058921	Leila Maria Da Silva	6,500	não	5,500	0,600	0,400	23/05/1985
2	2060470	Aline Espindola De Borba	5,500	não	4,500	0,600	0,400	14/03/1994

## 27 - PROFESSOR DE PORTUGUÊS (6º ao 9º Ano) e EJA (NÃO HABILITADO)

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE				
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2061667	Sandra Maria Rocha Santos	5,000	não	5,000	0,000	15/07/1977

## 28 - PROFESSOR DE INGLÊS (6º ao 9º Ano) e EJA (HABILITADO)

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE					
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058433	Elizete Dos Santos Lopes	4,500	não	3,500	0,600	0,400	20/12/1979
2	2059935	Jonathas Lopes Pare	3,000	não	3,000	0,000	0,000	03/07/1982
3	2058959	Zanete Indalencio Da Silva	3,000	não	2,000	0,600	0,400	02/06/1975

## 030 - PROFESSOR DE INFORMÁTICA (1º ao 9º Ano) e EJA (HABILITADO)

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE					
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2060156	Cristiane Machado De Vargas	6,300	não	5,500	0,800	0,000	21/03/1985
2	2061125	Celio Alexandre Farias De Souza	6,000	não	6,000	0,000	0,000	01/04/1972
3	2061323	Felipe Kleinubing Vieira	6,000	não	6,000	0,000	0,000	26/11/1991
4	2059104	Wagner Da Silva Rocho	6,000	não	5,000	0,600	0,400	25/08/1982
5	2058874	Rozane Rodrigues	5,000	não	5,000	0,000	0,000	03/10/1974
6	2059499	Marcio De Oliveira De Lima	5,000	não	5,000	0,000	0,000	28/03/1978
7	2061109	Marcos Antonio Maciel	4,000	não	4,000	0,000	0,000	09/10/1971
8	2058663	Thaina Farias Cardoso	3,900	não	3,500	0,000	0,400	11/01/1997

## 32 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE					
--------------------	--	--	--------------------	--	--	--	--	--



POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058696	Andressa Brognoli Da Rosa	7,500	não	6,500	0,600	0,400	25/09/1997
2	2058914	Cassiane Pereira Rodrigues Bianchin	5,500	não	4,500	0,600	0,400	23/10/1983
3	2060451	Simonia Azevedo Chaves	5,500	não	4,500	0,600	0,400	06/10/1986
4	2058728	Daiana De Oliveira Clarinda	5,000	não	4,000	0,600	0,400	02/11/1984
5	2058730	Erica Hahn Rocha De Mattia	5,000	não	4,000	0,600	0,400	08/12/1986
6	2059715	Dilane Freitas Borges	4,680	não	4,000	0,600	0,080	13/01/1969
7	2059879	Crislaine Aparecida Cardoso De Oliveira Constante	4,500	não	3,500	0,600	0,400	14/06/1988
8	2061470	Amanda Leffa Roldao	4,500	não	3,500	0,600	0,400	12/07/1988
9	2060071	Elaine Rocho Cardoso	4,500	não	3,500	0,600	0,400	02/08/1988
10	2059246	Karina Alflen	4,400	não	4,000	0,000	0,400	17/01/1986
11	2058655	Duani De Oliveira Raupp	4,400	não	4,000	0,000	0,400	09/12/1993
12	2061825	Genesia De Matos Dos Santos	4,100	não	3,500	0,600	0,000	25/07/1968
13	2059925	Vilma Do Nascimento Cechella	4,000	não	3,000	0,600	0,400	25/12/1966
14	2060003	Nadir Roldao Santos	4,000	não	3,000	0,600	0,400	08/01/1981
15	2060247	Alexandra De Oliveira Paiva Peres.	4,000	não	3,000	0,600	0,400	31/07/1986

16	2058382	Taiane Cristovam De Oliveira	4,000	não	3,000	0,600	0,400	05/08/1989
17	2060045	Daiane Rodrigues Da Silveira	4,000	não	3,000	0,600	0,400	09/04/1990
18	2059032	Scharlise Barbosa Trenhago	4,000	não	3,000	0,600	0,400	04/07/1994
19	2059097	Nereia Scheffer Bauer Pereira	3,900	não	3,500	0,000	0,400	14/07/1977
20	2059621	Rosane Da Silva Lummerz	3,500	não	2,500	0,600	0,400	05/07/1968
21	2058422	Cecilia Fernandes Carlos Da Silva	3,500	não	2,500	0,600	0,400	10/09/1968
22	2058468	Vani Silva Matos	3,500	não	2,500	0,600	0,400	06/07/1979
23	2060136	Adriana Delfino De Oliveira Silveira	3,500	não	2,500	0,600	0,400	26/06/1983
24	2058459	Silvana Montovani Silveira	3,500	não	2,500	0,600	0,400	13/06/1987
25	2059952	Rosimere Da Cunha Alexandre	3,500	não	2,500	0,600	0,400	13/09/1990
26	2059067	Jaqueline Glasser	3,100	não	2,500	0,600	0,000	11/10/1984



27	2058758	Apolonia Scandolar Daros Salvador	3,000	não	2,000	0,600	0,400	02/06/1971
28	2058726	Maira Scariot Bianchin Pereira	3,000	não	2,000	0,600	0,400	24/04/1981
29	2061475	Cristiane Bauer Sala Da Silva	3,000	não	2,000	0,600	0,400	24/09/1981
30	2060395	Vanusa Scandolar Mauricio	3,000	não	2,000	0,600	0,400	10/03/1984
31	2058429	Jéssica Dimer Carlos Magnus	3,000	não	2,000	0,600	0,400	01/12/1990
32	2060705	Jessica De Oliveira Alves	3,000	não	2,000	0,600	0,400	16/05/1991
33	2061853	Elizangela Tramontes Kuaga	2,820	não	2,500	0,000	0,320	29/05/1976
34	2059898	Juliana De Oliveira Magnus	2,500	não	1,500	0,600	0,400	14/08/1984
35	2060967	Vanessa De Mattos Luchtemberg	2,500	não	1,500	0,600	0,400	14/02/1987
36	2059088	Valdineia Carlos Oliveira	2,500	não	1,500	0,600	0,400	25/08/1987
37	2060260	Luciane Martins Scandolar	2,400	não	2,000	0,000	0,400	28/02/1978
38	2059923	Daniela Pereira Fontana	2,400	não	2,000	0,000	0,400	19/03/1997
39	2059880	Rosilea Silverio Pedro Jorge	2,000	não	1,000	0,600	0,400	30/08/1977
40	2061046	Alex Sandra Borges Leffa Ceron	1,900	não	1,500	0,000	0,400	09/01/1975
41	2058388	Lucineia Espindula Dos Santos	1,500	não	1,500	0,000	0,000	13/01/1986
42	2058703	Quenise Matos Crescencio	1,500	não	0,500	0,600	0,400	04/10/1987
43	2061284	Franciele Macan Coelho	0,500	não	0,500	0,000	0,000	26/03/1987

## 33 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE				
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058630	Elizana Costa Scussel	4,400	não	4,000	0,400	11/12/1988
2	2061407	Cristiane Albino Rezende	3,900	não	3,500	0,400	24/10/1987
3	2059945	Rosa Maria Matos De Oliveira	2,900	não	2,500	0,400	29/03/1987
4	2059668	Luiza Helena Ramos Soares	2,500	não	2,500	0,000	12/12/1999
5	2059223	Caroline Do Amaral Eugenio	1,000	não	1,000	0,000	30/03/1998

## 34 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (1º ao 5º Ano) (HABILITADO)

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE					
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058414	Joice Farias Do Nascimento	7,500	não	6,500	0,600	0,400	01/12/1992
2	2058359	Jucileia Da Silva Cardoso	6,500	não	5,500	0,600	0,400	25/08/1981
3	2060265	Suzana Scandolar Selau	6,000	não	5,000	0,600	0,400	23/11/1984



4	2059277	Edna De Borba Cardoso	6,000	não	5,000	0,600	0,400	04/09/1985
5	2059604	Jamila Da Silva Lummertz	6,000	não	5,000	0,600	0,400	16/01/1986
6	2058547	Claudineia Marcelino Pereira	5,500	não	5,500	0,000	0,000	04/08/1979
7	2059714	Ana Paula de Oliveira Rocho	5,500	não	4,500	0,600	0,400	11/07/1981
8	2061781	Francieli Da Silva Matos Bauer	5,500	não	4,500	0,600	0,400	17/06/1987
9	2060244	Andrea Simone Do Nascimento	5,000	não	4,000	0,600	0,400	09/10/1971
10	2061124	Rosineia Aparecida Goncalves	5,000	não	4,000	0,600	0,400	17/02/1975
11	2059711	Jeanne De Azevedo Chaves	5,000	não	4,000	0,600	0,400	13/09/1978
12	2058469	Marlene De Vargas Alves	5,000	não	4,000	0,600	0,400	14/11/1985
13	2061605	Maira Cibele Brocca Reos Scheffer	5,000	não	4,000	0,600	0,400	06/06/1986
14	2059000	Regina Mengue Dos Santos	4,500	não	3,500	0,600	0,400	20/06/1973
15	2058592	Adriana Lentz Della Vecchia Magnus	4,500	não	3,500	0,600	0,400	05/05/1974
16	2059335	Edineia De Azevedo Velho Bernardino	4,500	não	3,500	0,600	0,400	11/04/1978
17	2059927	Delvana Hofmann Selau Pignatelli	4,500	não	3,500	0,600	0,400	04/07/1983
18	2058678	Quele Alexandrina Benedit De Almeida	4,500	não	3,500	0,600	0,400	08/01/1987
19	2059444	Elizete Borges Homem	4,500	não	3,500	0,600	0,400	17/09/1987
20	2058987	Ivone Miranda Da Costa	4,400	não	4,000	0,000	0,400	07/06/1978
21	2061340	Maria De Fátima Cardoso Cheruti	4,100	sim	3,500	0,600	0,000	30/08/1959
22	2061807	Camila Bauer Borba	4,100	não	3,500	0,600	0,000	05/06/1989
23	2061381	Joice Santos Fernandes	4,000	não	3,000	0,600	0,400	09/07/1983
24	2058423	Thalia Constante Roxo	4,000	não	3,000	0,600	0,400	09/07/1997
25	2059699	Fernanda Silva De Matos Freitas	3,900	não	3,500	0,000	0,400	15/07/1982
26	2060843	Josimere Peres Dos Santos	3,500	não	3,500	0,000	0,000	28/10/1982
27	2058804	Tatiane Nunes Da Silva Canalli Barcellos	3,500	não	3,500	0,000	0,000	08/03/1984
28	2059338	Simoni Margutti Pereira	3,500	não	2,500	0,600	0,400	14/06/1969
29	2058834	Rosane Borges Luiz De Quadros	3,500	não	2,500	0,600	0,400	24/10/1974



30	2059982	Luciane Lum- mertz Aguiar	3,500	não	2,500	0,600	0,400	07/09/1976
31	2058687	Lilian Maria Espindola	3,500	não	2,500	0,600	0,400	05/04/1978
32	2058405	Adriana San- tana Da Silva Matos	3,500	não	2,500	0,600	0,400	06/10/1980
33	2058587	Juliana Dos Santos Scariot Bendo	3,500	não	2,500	0,600	0,400	28/04/1983
34	2061035	Daiane Moraes	3,500	não	2,500	0,600	0,400	28/06/1984
35	2058991	Ana Paula Mauricio Constante De Quadros	3,500	não	2,500	0,600	0,400	26/12/1984
36	2059889	Pamela Ribeiro Jaques	3,500	não	2,500	0,600	0,400	23/10/1986
37	2059014	Simone Chaves Magnus Bauer	3,500	não	2,500	0,600	0,400	26/03/1988
38	2061009	Joao Luiz Bauer	3,000	sim	3,000	0,000	0,000	10/01/1960
39	2058354	Lucimara De Macedo Velho Cardoso	3,000	não	3,000	0,000	0,000	08/03/1992
40	2060141	Carlos Ale- xandre Souza Nagildo	3,000	não	2,000	0,600	0,400	03/10/1989
41	2058681	Jaqueline Moraes Scan- dolara	3,000	não	2,000	0,600	0,400	03/12/1995
42	2060501	Bruna Da Silva Martins	2,900	não	2,500	0,000	0,400	02/12/1981
43	2058689	Solange Apa- recida Bidinoti Lummertz Tomaz	2,500	não	1,500	0,600	0,400	10/04/1981
44	2059661	Solange Roxo Alves Magnus	2,500	não	1,500	0,600	0,400	01/05/1983
45	2061599	Nicolay Lum- mertz Ferreira	2,400	não	2,000	0,000	0,400	30/08/1997
46	2060978	DENISIA PINTO RODRI- GUES	2,100	não	1,500	0,600	0,000	19/08/1968
47	2059751	Naiana Da Rosa Santis	1,900	não	1,500	0,000	0,400	08/03/1990

## 35 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (1º ao 5º Ano) (NÃO HABILITADO)

POSICÃO	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE				
	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2060246	Josete De Olivei- ra Coelho	3,400	não	3,000	0,400	27/02/1998
2	2058906	Dienifer Roldao Alves	2,900	não	2,500	0,400	26/04/1995
3	2058861	Daniela De Souza Albino	2,500	não	2,500	0,000	23/10/1997
4	2060241	Lidiani Machado Santos Cardoso	2,400	não	2,000	0,400	03/05/1984
5	2060721	Helenice Dos Santos Silva	1,900	não	1,500	0,400	13/12/1982
6	2059679	Amanda Dos Santos Teixeira	1,500	não	1,500	0,000	22/12/1998

## 36 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO)

	DADOS DO CANDIDATO	ORDEM DO DESEMPATE
--	--------------------	--------------------



POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2060061	Ester Da Silva Scandolara	6,500	não	5,500	0,600	0,400	03/03/1967
2	2058575	Bruna Scheffer Bauer	6,000	não	5,000	0,600	0,400	23/11/1986
3	2061588	Carla Regina Alves Rocho	5,000	não	4,000	0,600	0,400	28/02/1984
4	2059105	Elizete Da Silva Scandolara De Souza	4,500	não	3,500	0,600	0,400	30/06/1965
5	2059961	Mirela Magnus Eugenio Bianchini	4,500	não	3,500	0,600	0,400	04/01/1980
6	2059308	Zoraia Barrim Pereira	4,000	não	3,000	0,600	0,400	23/11/1965
7	2059688	Lucileia Roldao Santos	4,000	não	3,000	0,600	0,400	15/09/1980
8	2060653	Gislaine Spido Boaventura	3,900	não	3,500	0,000	0,400	12/06/1990
9	2061740	Marcia Trindade Pereira Nunes	3,500	não	3,500	0,000	0,000	11/10/1964
10	2059106	Maria Elizabete Matos Da Silva Bedinot	3,000	sim	2,000	0,600	0,400	05/09/1956

## 37 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (NÃO HABILITADO)

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE				
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2059006	Kassia Vargas Pereira	4,400	não	4,000	0,400	04/07/1995

## 38 - INTERPRETE DE LIBRAS

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2059915	Josiane Vargas Delfino	4,400	não	4,000	0,000	0,400	11/09/1984

## 40 - NUTRICIONISTA

	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
POSIÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2058957	Luiza Piletti Plucenio	6,500	não	6,500	0,000	0,000	13/09/1990
2	2059737	Marilian Da Silva Casa-grande	6,500	não	5,500	0,600	0,400	09/02/1986
3	2060299	Laise Possamai Dos Santos	5,500	não	5,500	0,000	0,000	14/07/1989
4	2061352	Gabrielle Pereira Noya	5,000	não	5,000	0,000	0,000	20/08/1995
5	2061603	Ana Cristina Bezerra Ferreira	4,000	não	4,000	0,000	0,000	20/04/1974
6	2058589	Gabrieli Ferreira Montovani	4,000	não	4,000	0,000	0,000	13/04/1997
7	2061313	Luma Thais Peres	3,400	não	3,000	0,000	0,400	04/04/1989
8	2060343	Shayani Cechinel Alves	2,500	não	2,500	0,000	0,000	27/09/1999

## 41 - PSICÓLOGO



POSICÃO	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2060896	Loislane Martins Da Silva	6,500	não	6,500	0,000	0,000	18/06/1996
2	2058461	RENATA DA ROSA LEFFA	6,500	não	5,500	0,600	0,400	17/08/1986
3	2059572	Marieli Mezari Vitali	6,400	não	6,000	0,000	0,400	15/11/1996
4	2060942	Grazieli Martins Vieira	6,000	não	6,000	0,000	0,000	11/09/1995
5	2058532	Fernanda De Souza Lum-mertz	6,000	não	5,000	0,600	0,400	03/10/1979
6	2059804	Daniela Cardoso De Oliveira	5,900	não	5,500	0,000	0,400	12/08/1993
7	2059725	Jeison Da Re Dos Santos	5,500	não	5,500	0,000	0,000	05/06/1984
8	2060987	Luis Eduardo Martins Da Silva Junior	5,500	não	5,500	0,000	0,000	07/05/1989
9	2061643	Kathleen Adriane Forlin De Oliveira	5,500	não	5,500	0,000	0,000	09/08/1995
10	2061320	Daniela Maca-neiro Alves	5,300	não	4,500	0,800	0,000	06/08/1978
11	2059969	Aline Gross-mann Cardoso	4,500	não	4,500	0,000	0,000	09/01/1990
12	2061750	Michelle Schar-dosim Silveira	4,500	não	4,500	0,000	0,000	13/02/1998
13	2060624	Cathiele Men-des Roth	4,000	não	4,000	0,000	0,000	13/03/1998
14	2061608	Jessica Schar-dosim Rodrigues	3,500	não	3,500	0,000	0,000	11/09/1991
15	2059099	Geci Vitor Dias	2,500	não	2,500	0,000	0,000	16/10/1984

## 42 - ASSISTENTE SOCIAL

POSICÃO	DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PROVA OBJETIVA	TÍTULO	HORAS DE CURSO	DATA NASC
1	2059869	Sandra Ale-xandre	8,500	não	7,500	0,600	0,400	29/03/1974
2	2058451	Tais Broch De Borba	7,500	não	6,500	0,600	0,400	08/04/1988
3	2060380	Vicente Silveira De Oliveira	6,000	não	5,000	0,600	0,400	25/02/1990
4	2060904	Marli Natalia Dos Santos	5,760	não	5,000	0,600	0,160	25/12/1975
5	2059550	Arlete Da Ro-cha Pacheco	5,500	não	5,500	0,000	0,000	03/05/1971
6	2061207	Veronica Dörr Jordao Pacheco	5,500	não	5,500	0,000	0,000	09/08/1984
7	2058736	Giulia Porto Pires	5,000	não	5,000	0,000	0,000	31/01/1988
8	2061758	Tania Beatriz Correa De Lima	4,000	não	4,000	0,000	0,000	03/11/1965
9	2060023	Manuela Silvei-ra Maia	4,000	não	4,000	0,000	0,000	16/05/1982
10	2061801	Lediane Valim Da Silva	3,500	não	3,500	0,000	0,000	28/03/1982

SÃO JOÃO DO SUL/SC, em 23 de Fevereiro de 2021





# São Joaquim

## PREFEITURA

### PROCESSO 09/2021 PP 05/2021 FME

Publicação Nº 2878208

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 09/2021

Pregão Presencial 05/2021

Objeto: Aquisição de rede de proteção em seda traçado com instalação nas dependências do Ginásio de Esportes Juraci Santos, São Joaquim - SC.

Tipo: Menor preço global.

Data: 09 de março de 2021.

Valor estimado: R\$ 31.666,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 23 de fevereiro de 2021.

A Comissão

### PROCESSO 11/2021 PP 11/2021 PMSJ

Publicação Nº 2878197

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 11/2021

Pregão Presencial 11/2021

Objeto: Aquisição de Pedra brita, Pedrisco e Pó de pedra, destinados á manutenção das vias públicas do município de São Joaquim SC.

Tipo: Menor preço global.

Data: 10 de março de 2021.

Valor estimado: R\$ 421.650,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 23 de fevereiro de 2021.

A Comissão

### PROCESSO 13/2021 PP 13/2021 PMSJ

Publicação Nº 2878200

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 13/2021

Pregão Presencial 13/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de SERVIÇOS DE SOLDAS EM GERAL E DE TORNO para manutenção em equipamentos, maquinas e veículos para atender as necessidades da Prefeitura de São Joaquim SC.

Tipo: Menor preço global

Data: 09 de março de 2021

Valor estimado: R\$ 246.693,30

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 23 de fevereiro de 2021.

A Comissão



# São José

## PREFEITURA

### ACÓRDÃO Nº 009/2021

Publicação Nº 2878372

#### 1 - RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário interposto pelo Sr. José Carlos da Silva que busca a prescrição dos débitos de IPTU do imóvel 38413, Inscrição Imobiliária 02.02.060.0100.1.001, referentes aos exercícios de 1995 a 1999.

Foi apresentado nos autos (fl. 05) o relatório de débitos onde constam números de CDA para os anos questionados: 1260/1999 (IPTU dos anos de 1995 a 1998) e 395/2000 (IPTU do ano de 1999).

Houve despacho do Secretário da Receita à fl. 06 com o indeferimento do pleito alegando que os débitos são objeto de CDA executada e, portanto, inatingidos pelo instituto da prescrição.

Em recurso ao Eg. Conselho Municipal de Contribuintes (fl. 09) o requerente afirma que não existe processo (provavelmente judicial) e insiste na solicitação de prescrição dos débitos.

O recurso voluntário foi recebido pela Presidência deste Conselho de Contribuintes. Em seguida, abriu vista para manifestação do representante da Fazenda Municipal, determinando a sua posterior distribuição.

Com fulcro no art. 37 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, foi realizado pedido de diligência (fl. 11) à Secretaria da Receita, a fim de ser comprovado se houve ou não a execução dos débitos de IPTU dos exercícios de 1995 a 1999, uma vez que não constava nos autos o número do Processo de Execução Fiscal.

Manifestação da Procuradoria do Município (fls. 13-32) evidenciou que os débitos foram inscritos em Dívida Ativa, gerando as Certidões 1260/1999 e 395/2000, porém não houve o ajuizamento da Execução Fiscal.

É o relatório.

#### 2 - VOTO

##### 2.1 - Da Admissibilidade

Considero que o recurso voluntário atende aos critérios de interesse, legitimidade e tempestividade. Dessa forma, entendo pelo seu conhecimento.

##### 2.2 - Do Mérito

A análise gira em torno do pedido de prescrição dos débitos de IPTU.

O art. 76 do Código Tributário Municipal (CTM) apresenta as modalidades de extinção do crédito tributário e em seu inciso V traz a Prescrição e a Decadência como uma dessas modalidades.

A Prescrição está mencionada no art. 95 do CTM, trazendo as seguintes informações:

Art. 95. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo Único. A prescrição se interrompe:

I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Observa-se, por meio do relatório de débitos acostado à fl. 10, que a fazenda pública municipal emitiu as Certidões de Dívida Ativa dentro do prazo legal para a posterior ação de cobrança, porém a simples emissão de CDA não interrompe o prazo prescricional.

Sendo os débitos referentes aos exercícios de 1995 a 1999, deveria o Fisco Municipal ter ingressado com a ação de cobrança dentro de um prazo limite de cinco anos contados da data de constituição definitiva desses créditos. Se até o momento não foi realizada a Execução Fiscal das Dívidas Ativas, consideram-se Prescritos todos os débitos.

##### 2.3 - Da Conclusão

Pelos fundamentos apresentados, voto pelo conhecimento e provimento do recurso, reformando integralmente a decisão de primeira instância administrativa. Nessa senda, devem ser considerados prescritos os débitos de IPTU do imóvel 38413, Inscrição Imobiliária 02.02.060.0100.1.001, referentes aos exercícios de 1995 a 1999.

São José, 23 de fevereiro de 2021.

CRISTINA ZART DE SOUZA  
Conselheira Relatora

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 009/2021

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 21783/2020.



Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 444ª Sessão, decidiu, por unanimidade, dos conselheiros aptos a votarem pelo conhecimento e provimento do recurso, reformando integralmente a decisão de primeira instância administrativa. Nessa senda, devem ser considerados prescritos os débitos de IPTU do imóvel 38413, Inscrição Imobiliária 02.02.060.0100.1.001, referentes aos exercícios de 1995 a 1999., nos termos do voto do Conselheiro Relator.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além da Conselheira Relatora Sra. Cristina Zart de Souza, os Conselheiros, Sr. Valdeci Sagaz, Sr. Rodrigo Koerich da Silva e a Sra. Mário Antônio Vieira Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda.

São José, 23 de fevereiro de 2021.

JUNIOR SPIES  
Presidente

CRISTINA ZART DE SOUZA Conselheiro Relator	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	

## ACÓRDÃO Nº 010/2021

Publicação Nº 2879150

### 1 - RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário interposto pela empresa São José do Alecrim Administradora de Bens Próprios Ltda que requer o reconhecimento de isenção de ITBI dos imóveis que constituem o capital social da pessoa jurídica, com fundamento nos artigos 289 e 290 do Código Tributário do Município.

Parecer do Secretário da Receita (fls. 41-42) indefere o pedido por considerar as atividades econômicas da empresa enquadradas no §1º do art. 290 da LC 21/2005, razão pela qual não faz jus à isenção do ITBI.

Em recurso a este Eg. Conselho Municipal de Contribuintes, o requerente pede revisão do pedido uma vez que no município de São Joaquim foi concedida a isenção do ITBI para os imóveis integralizados ao Capital Social da empresa.

O recurso voluntário foi recebido pela Presidência deste Conselho de Contribuintes. Em seguida, abriu vista para manifestação do representante da Fazenda Municipal, determinando a sua posterior distribuição.

É o relatório.

### 2 - VOTO

#### 2.1 - Da Admissibilidade

Considero que o recurso voluntário atende aos critérios de interesse, legitimidade e tempestividade. Dessa forma, entendo pelo seu conhecimento.

#### 2.2 - Do Mérito

A análise gira em torno do pedido de isenção de ITBI por incorporação de imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital. O art. 156 da CF/88, em seu inciso II, aduz que compete aos municípios instituir impostos sobre a "transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição".

O CTM (Código Tributário Municipal) aborda o fato gerador do ITBI em seu art. 289:

Art. 289. O imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, tem como fato gerador:

I - a transmissão de bens imóveis, por natureza ou por acessão física;

II - a transmissão de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

III - a cessão de direitos de aquisição relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores. (Grifo meu)

O parágrafo 2º do art. 156 da CF/88 e o art. 290 do CTM garantem a não incidência do ITBI nas seguintes hipóteses:

I - transmissão de bens e direitos realizada para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, em pagamento de capital nela subscrito;

II - transmissão de bens e direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;

III - transmissão de bens e direitos realizada para desincorporação do patrimônio de pessoa jurídica, desde que para os mesmos alienantes.

Ainda que existam as hipóteses de não incidência, os parágrafos 1º ao 5º do art. 290 do CTM trazem algumas exceções:

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda de bens imóveis e seus direitos reais, a locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil. (grifo meu)

§ 2º Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequentes à aquisição, decorrer das transações mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de dois anos antes dela, a preponderância referida no parágrafo anterior será apurada levando-se em conta os três primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 4º Verificada a preponderância referida neste artigo, o imposto devido será calculado sobre o valor dos bens ou direitos na data da



aquisição, corrigido monetariamente nos termos da lei vigente à época.

§ 5º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica a transmissão de bens ou direitos quando realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa alienante.

A partir dessas informações, resta identificar as atividades desenvolvidas pela pessoa jurídica.

A alteração contratual nº 4, apresentada às fls. 15-23, demonstra que o objeto social da empresa é a "Administração de Bens Próprios". O CNAE registrado no CNPJ é o 6810-2/02: Aluguel de imóveis próprios.

Claro está, no parágrafo 1º do art. 290 do CTM, que as hipóteses de não incidência não se aplicam quando a pessoa jurídica adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda de bens imóveis ou a locação de bens imóveis.

Dessa forma, não há o que se falar em isenção de ITBI para os imóveis constantes do Capital Social da empresa São José do Alecrim Administradora de Bens Próprios Ltda, localizados no município de São José.

### 2.3 - Da Conclusão

Pelos fundamentos apresentados, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo-se inalterada a decisão de primeira instância administrativa.

São José, 23 de fevereiro de 2021.

CRISTINA ZART DE SOUZA

Conselheira Relatora

### DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 010/2021

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 12641/2020.

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 444ª Sessão, decidiu, por unanimidade, dos conselheiros aptos a votarem pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo-se inalterada a decisão de primeira instância administrativa., nos termos do voto da Conselheira Relatora.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além da Conselheira Relatora Sra. Cristina Zart de Souza, os Conselheiro, Sr. Valdeci Sagaz, Sr. Rodrigo Koerich da Silva e a Sr. Mário Antônio Vieira

Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda.

São José, 23 de fevereiro de 2021.

JUNIOR SPIES

Presidente

CRISTINA ZART DE SOUZA Conselheiro Relator	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº046/2021

Publicação Nº 2877973

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2021 – PE Nº 138/2020 – Processo 529/2020 – Proc. Adm. 6301/2020 – Fornecedor: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGRAMAÇÃO, FORMATAÇÃO E CONFECÇÃO/EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, PARA ATENDER A PORTARIA Nº 1857/2020/MS (ALTERADA PELA PORTARIA Nº 2027/2020/MS), COM OBJETIVO DE GARANTIR A SEGURANÇA SANITÁRIA DOS ESTUDANTES E DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS (MUNICIPAL E ESTADUAL) E PARA AÇÕES DE PROMOÇÃO A SAÚDE E PREVENÇÃO À COVID-19, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 19.749,00 (dezenove mil, setecentos e quarenta e nove reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 16 de fevereiro de 2021.



**CONTRATO CT Nº 011/2021**

Publicação Nº 2878160

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 011/2021 – IN Nº 006/2021 – Processo n.º 019/2021 – Proc. Adm. 488/2021 – Contratado: APARECIDA DO CARMO FRIGERI BERCHIOR. Objeto: "INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA PALESTRANTE APARECIDA DO CARMO FRIGERI BERCHIOR COM INTUITO DE MINISTRAR CURSO ONLINE DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DOS PROFESSORES DO CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ". Valor do Contrato: O valor do presente contrato é R\$ 1500,00 (um mil e quinhentos reais). Prazo de Vigência: 02 (dois) meses, contados a partir da sua assinatura. Data da Assinatura: 15 de fevereiro de 2021.

**CONTRATO CT Nº 013/2021**

Publicação Nº 2878257

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 013/2021 – IN Nº 005/2021 – Processo n.º 013/2021 – Proc. Adm. 383/2021 – Contratado: RODRIGO SARTÓRIO. Objeto: "INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA PALESTRANTE RODRIGO SARTÓRIO COM INTUITO DE MINISTRAR CURSO ONLINE DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DOS PROFESSORES DO CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ". Valor do Contrato: O valor do presente contrato é R\$ 1200,00 (um mil e duzentos reais). Prazo de Vigência: 02 (dois) meses, contados a partir da sua assinatura. Data da Assinatura: 17 de fevereiro de 2021.

**DECRETO Nº 14404/2021**

Publicação Nº 2877921

DECRETO Nº 14404/2021

ALTERA O VALOR DO ALUGUEL SOCIAL PREVISTO NA LEI MUNICIPAL Nº 5.067/2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a Lei Municipal Nº 5.067/2011, em seu artigo 14, prevê que o valor do aluguel social poderá ser aumentado por meio de Decreto;

CONSIDERANDO que desde a sanção da Lei, em 20/04/2011, o valor não foi reajustado;

CONSIDERANDO a majoração do preço médio do aluguel, e

CONSIDERANDO o Parecer Técnico Emitido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos,

DECRETA:

Art. 1º - O valor pago a título do Aluguel social, disposto na Lei Municipal N. 5.067/2011, passa a ser de R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais).

Art. 2º - O presente decreto não gera efeitos retroativos, sendo válido somente para novos beneficiários do auxílio.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de fevereiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 14541/2021**

Publicação Nº 2877914

DECRETO Nº 14541/2021

ESTABELECE REQUISITOS PARA O RETORNO DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO, DAS LINHAS MUNICIPAIS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, Considerando a necessidade de retorno das linhas Municipais do transporte coletivo urbano;

Considerando a necessidade de reorganização dos patamares das linhas municipais; levando-se em conta o percurso percorrido e o valor da tarifa;

Considerando as medidas sanitárias de combate à pandemia do COVID-19;



**DECRETA:**

Art. 1º - Fica autorizado o retorno das linhas municipais de transporte coletivo urbano no Município de São José.

Parágrafo Único: As linhas, itinerários e horários serão regulamentados por meio de Portaria da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito.

Art. 2º - A bilhetagem eletrônica será a forma exclusiva de pagamento da tarifa nas linhas de transporte coletivo urbano municipal.

Parágrafo Único: Fica estabelecido que até o dia 21/04/2021, o cobrador deverá permanecer dentro dos ônibus, realizando a venda de bilhetagem eletrônica, a fim de que não exista qualquer prejuízo ao usuário do sistema.

Art. 3º - Os novos patamares das linhas municipais ficarão distribuídos da seguinte forma:

LINHA	EXTENSÃO	PATAMAR
Jardim Pinheiros - Kobrasol	9,4	I
Área Industrial – Kobrasol	9,95	I
Avenida das Torres – Kobrasol	10,22	I
Barreiros – Sede	14,41	II
Diretão	14,79	II
Vila Formosa – Kobrasol	14,88	II
São José – Forquilhas	16,65	II
Potecas – Kobrasol	16,87	II
Santana – Kobrasol	17,40	II
Forquilhas – Kobrasol	20,75	II
Circular Barreiros	20,93	II
Serraria - Forquilha	24,50	II

Art. 4º - Ficam definidas as seguintes tarifas para o transporte coletivo urbano municipal:

PATAMAR	VALOR
PATAMAR I	R\$ 4,00
PATAMAR II	R\$ 4,50
EXECUTIVO	R\$ 8,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de fevereiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal

VÂNIO LUIZ DALMARCO  
Secretário de Segurança Defesa Civil e Trânsito

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO, EM 23/02/21**

Publicação N° 2879234

A Fiscalização de Tributos do Município de São José faz saber que foi expedido Edital de Notificação, em 22/02/21, para ciência dos

Auto de Infração nº 263/2021-RB, contra RONI DA SILVA ME, 00.535.778/0001-03, cuja 1ª via se encontra à sua disposição na sede desta Prefeitura, a contar da publicação deste edital, para efeito de pagamento ou apresentação de recurso, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

Auto de Infração nº 262/2021-RB, contra LOBO SOM COMERCIO LTDA, 85.391.324/0001-50, cuja 1ª via se encontra à sua disposição na sede desta Prefeitura, a contar da publicação deste edital, para efeito de pagamento ou apresentação de recurso, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

Auto de Infração nº 260/2021-RB, contra JANAINA LOPES DA SILVA ME, 03.507.899/0001-21 cuja 1ª via se encontra à sua disposição na sede desta Prefeitura, a contar da publicação deste edital, para efeito de pagamento ou apresentação de recurso, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

Auto de Infração nº 259/2021-RB, contra ONIX COMUNICACAO VISUAL LTDA EPP, 04.873.012/0001-81, cuja 1ª via se encontra à sua disposição na sede desta Prefeitura, a contar da publicação deste edital, para efeito de pagamento ou apresentação de recurso, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

Auto de Infração nº 258/2021-RB, contra DWS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, 03.387.689/0001-47, cuja 1ª via se encontra à sua disposição na sede desta Prefeitura, a contar da publicação deste edital, para efeito de pagamento ou apresentação de recurso, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

Auto de Infração nº 257/2021-RB, contra ALZIRA SCHMIDT ME, 01.681.794/0001-69, cuja 1ª via se encontra à sua disposição na sede desta



Prefeitura, a contar da publicação deste edital, para efeito de pagamento ou apresentação de recurso, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

Auto de Infração nº 256/2021-RB, contra JOSE ANTONIO DA SILVEIRA ME, 80.973.084/0001-89, cuja 1ª via se encontra à sua disposição na sede desta Prefeitura, a contar da publicação deste edital, para efeito de pagamento ou apresentação de recurso, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

Auto de Infração nº 255/2021-RB, contra TANIA MARLENE ROLAO DA SILVA, 79.497.913/0001-15, cuja 1ª via se encontra à sua disposição na sede desta Prefeitura, a contar da publicação deste edital, para efeito de pagamento ou apresentação de recurso, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

Auto de Infração nº 254/2020-RB, contra SUCOS SUL LTDA ME, 02.094.855/0001-54, cuja 1ª via se encontra à sua disposição na sede desta Prefeitura, a contar da publicação deste edital, para efeito de pagamento ou apresentação de recurso, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

Auto de Infração nº 253/2020-RB, contra PLANETA DAS FLORES COMERCIO DE FLORES LTDA, 03.546.307/0001-80, cuja 1ª via se encontra à sua disposição na sede desta Prefeitura, a contar da publicação deste edital, para efeito de pagamento ou apresentação de recurso, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

Auto de Infração nº 252/2020-RB, contra ADELIA FATIMA DA COSTA ME, 01.341.241/0001-67, cuja 1ª via se encontra à sua disposição na sede desta Prefeitura, a contar da publicação deste edital, para efeito de pagamento ou apresentação de recurso, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

## **ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2021/SAS/PMSJ**

Publicação Nº 2879235

### **ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2021/SAS/PMSJ**

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 22/02/2021 – Edição nº 3419

Onde lê-se:

A Secretaria Municipal de Assistência Social de São José - SAS, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, Centro – São José/SC, por meio da Comissão Especial de Credenciamento de Serviços de Assistência Social para Contratação de Prestadores de Serviços de Oficinas Socioassistenciais, nomeada pela Portaria Nº. 001/2021,

Leia-se:

A Secretaria Municipal de Assistência Social de São José - SAS, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, Centro – São José/SC, por meio da Comissão Especial de Credenciamento de Serviços de Assistência Social para Contratação de Prestadores de Serviços de Oficinas Socioassistenciais, nomeada pela Portaria Nº. 003/2020,

Permanecem inalterados os demais termos do referido edital.

São José, 23 de fevereiro de 2021.

LÉDIO COELHO

Secretário de Assistência Social de São José

## **PORTARIA FUNDESJ/PMSJ Nº016/2021**

Publicação Nº 2878615

PORTARIA FUNDESJ/PMSJ nº 016, de 023 de FEVEREIRO de 2021.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Luciano Alves - matrícula n. 432623-7, para efetuar a fiscalização do Contrato 011/2021 decorrente da INEXIGIBILIDADE Nº 006/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;



- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado a Servidora, Gislane Pereira- Matrícula 33222-4, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann

Superintendente da Fundação Educacional de São José

## **PORTARIA FUNDESJ/PMSJ Nº017/2021**

Publicação Nº 2878621

PORTARIA FUNDESJ/PMSJ nº 017, de 023 de FEVEREIRO de 2021.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

### **RESOLVE:**

Art. 1º – Designar o Servidor Luciano Alves - matrícula n. 432623-7, para efetuar a fiscalização do Contrato 013/2021 decorrente da INEXIGIBILIDADE Nº 005/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado a Servidora, Gislane Pereira- Matrícula 33222-4, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann

Superintendente da Fundação Educacional de São José



**PORTARIA Nº. 011/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879236

PORTARIA Nº. 011/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Estabelece horários e itinerários das linhas de Transporte Coletivo Municipal.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por seu titular, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Complementar nº 71 /2006,

Considerando o disposto no Decreto nº 14.541/2021, que estabelece os requisitos para o retorno do transporte coletivo urbano municipal;

Considerando a necessidade de reestruturação do sistema operacional do serviço de transporte coletivo urbano em São José, visando um melhor atendimento a população;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer os itinerários e horários das linhas de transporte coletivo urbano municipal, conforme anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Os itinerários e horários das linhas de transporte coletivo urbano municipal poderão ser alterados conforme o surgimento de novas demandas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

VÂNIO LUIZ DALMARCO

Secretário de Segurança, Defesa Social e Trânsito

**ANEXO 1**

Linhas disponíveis para uso da população

Linha:	Operadoras	Alteração:
Serraria - Forquilha	Biguaçu - Estrela - Jotur	Itinerário Alterado
Direção (Convencional)	Biguaçu - Estrela - Jotur	
Forquilha - Kobrasol	Estrela	
Potecas - Kobrasol	Estrela	
Vila Formosa - Kobrasol	Estrela	
Circular Barreiros	Biguaçu	

**105 - SERRARIA FORQUILHINHA (BIG-EST-JT)**

Dias Úteis

**FORQUILHINHA SERRARIA**

05:30 15:40 05:50 15:05

06:20 16:25 06:50 16:10

07:10 17:30 07:40 17:00

08:10 18:20 08:30 17:45

09:00 19:05 09:30 18:50

09:50 20:10 11:00 19:40

11:30 22:10 11:50 21:05

12:20 12:50 22:10

13:10 13:40

**SAÍDA FORQUILHINHA (Km: 24,917) SAÍDA SERRARIA (Km: 23,817)**

Rua Pedro Paulo de Abreu Av. Das Margaridas

Rua Princesa Izabel Rua dos Lírios

Rua José Bonifácio Av. Das Torres / Av. Osvaldo José

Rua Vereador Arthur Manoel Mariano Rua João José Martins

Rua Manoel Joaquim dos Santos Rua Franklin Cascaes

Rua 25 de Dezembro Rua Mário César da Costa

Rua Luiz Fagundes Rua José Antonio Pereira



Rua Pedro Cota de Castro Av. Das Torres / Av. Osvaldo José  
Rua Nereu Neto Capistrano Rua do Iano  
Rua Aroldo Neto Capistrado Rua José Antonio Tomás  
Rua Aroldo Silveira de Souza Rua Antonio Schroder  
Rua Benjamin Gerlach Rua Agnelio Alberto Merize  
Rua Gertrudes Rampinelli Rua do Iano  
Rua Defendente Rampinelli Rua Menino Júlio César  
Rua Frederico Afonso Rua Júlio Muller  
Rua Padre Cunha Rua Antonio Schroder  
Rua Gaspar Neves Av. Leoberto Leal  
Rua Hilário Vieira Rua Virgílio Ferreira de Souza  
Av. Acioni Souza Filho Rua Gregório Felipe  
Rua Augusto Sallas Koerich Rua José Victor da Rosa  
Av. Presidente Kennedy Rua Nossa Sra. Aparecida  
Av. Lédio João Martins (Central do Kobrasol) Rua Santo Antonio  
Rua Bento Silvério Rua Gerônimo Thives  
Rua Adhemar da Silva Rua Domingos André Zanini  
Rua José Fermínio Novaes Rua Koesa  
Av. Lédio João Martins (Central do Kobrasol) Rua José Gonzaga R. De Lima  
Rua Valdemar Avelino Mafra Rua Caetano José Ferreira  
Rua Koesa Rua José Fermínio Novaes  
Rua Domingos André Zanini Rua Antonio Schroder  
Rua Gerônimo Thives Rua Deise Regina Farias  
Rua Manoel Loureiro Av. Presidente Kennedy  
Rua Nossa Sra. Aparecida Rua Joaquim Vaz  
Rua José Victor da Rosa Rua Constâncio Krumel  
Rua Gregório Felipe Rua Getúlio Vargas  
Rua Cap. Pedro Leite Rua Padre Cunha  
Av. Leoberto Leal Rua Frederico Afonso  
Rua Heriberto Hulse Rua Benjamin Gerlach  
Rua José de Araújo Rua Ten. Léo Vegildo Pinheiro  
Av. Leoberto Leal Rua Jaci Schlichting de Lins  
Rua do Iano Rua Pedro Cota de Castro  
Rua Júlio Muller Rua Ver. Arthur Manoel Mariano  
Rua Menino Júlio César Rua José Bonifácio  
Rua do Iano Rua Princesa Isabel  
Rua Agnelio Alberto Merize Rua Pedro Paulo de Abreu  
Rua Antonio Schroder  
Rua José Antonio Tomás  
Rua do Iano  
Av. Das Torres / Av. Osvaldo José do Amaral Rua Otto Júlio Malina  
Rua José Antonio Pereira  
Rua Mário César da Costa  
Rua Franklin Cascaes  
Rua João José Martins  
Av. Das Torres / Av. Osvaldo José do Amaral  
Rua dos Lírios  
Av. Das Margaridas

**120 - FORQUILHAS KOBASOL (EST)**

Dias Úteis

BAIRRO KOBASOL

05:40 06:30

07:20 09:30

10:20 11:20

12:20 13:30

14:30 16:30

17:30 18:30

19:30

**SAÍDA KOBASOL (Km: 21,290) SAÍDA FORQUILHAS (Km: 21,589)**

Praça Eugênio Raulino Koerich (Início) Rua Geral Alto Forquilhas

Rua Antônio Scherer Rua Antônio Jovita Duarte

Rua Wilson Nascimento Rua Jacob Ferreira de Melo

Rua Adhemar da Silva Rua 2

Rua José Fermínio Novaes Rua Isabel Pires de Oliveira

Av. Lédio João Martins (Central do Kobrasol) Rua Francisco Ignácio Nascimento

Rua Valdemar Avelino Mafra Rua Antonio Jovita Duarte

Rua Koesa Rua Vereador Arthur Manoel



Rua José Gonzaga R. de Lima Rua Manoel Joaquim dos Santos  
Rua Caetano José Ferreira Rua 25 de Dezembro  
Rua José Fermínio de Novaes Rua João C. Da Rosa  
Rua Antonio Scherer Rua João Amaral Rios  
Rua Deise Regina Farias Rua Domingos Filomeno  
Rua 7 de Setembro Rua Luiz Fagundes  
Av. Presidente Kennedy Rua José Francisco Duarte da Silva  
Rua Joaquim Antônio Vaz Av. Acioni Souza Filho (Av.  
Rua Constâncio Krummel Rua Augusto Sallas Koerich  
Rua Luiz Fagundes Av. Presidente Kennedy  
Rua Pedro Cota de Castro Av. Lédio João Martins (Central do  
Rua Vereador Arthur Manoel Mariano Rua Bento Silvério  
Rua Antônio Jovita Duarte Rua Adhemar da Silva  
Rua Francisco Ignácio Nascimento Rua José Fermínio Novaes  
Rua Isabel Pires de Oliveira Av. Lédio João Martins (Central do  
Rua 2 Rua Valdemar Avelino Mafra  
Rua Jacob Ferreira de Melo Rua Koesa  
Rua Antônio Jovita Duarte Rua José Gonzaga Regina Lima  
Rua Geral Alto Forquilhas Rua Caetano José Ferreira  
Rua José Fermínio de Novaes Rua Antônio Scherer  
Praça Eugênio Raulino Koerich

**125 - VILA FORMOSA KOBASOL (EST)**

Dias Úteis

BAIRRO KOBASOL

06:45 07:35

08:25 10:20

11:10 12:00

12:20 13:20

14:10 16:05

16:55 17:50

18:40 19:40

20:30

**SAÍDA KOBASOL (km: 14,790) SAÍDA V. FORMOSA (Km: 15,129)**

Praça Eugênio Raulino Koerich (Início) Rua José Paulo Ramos  
Rua Antônio Scherer Rua Honorato José da Silveira  
Rua Wilson Nascimento Rua Antônio Jovita Duarte  
Rua Adhemar da Silva Av. Lisboa  
Rua José Fermínio Novaes Rua Setúbal  
Av. Lédio João Martins (Central do Kobasol) Av. Ceniir Luiz Ribeiro Martins  
Rua Valdemar Avelino Mafra Rua Kiliano Hames  
Rua Koesa Rua Kiliano Hames / Rua Noventa  
Rua José Gonzaga R. de Lima Rua 57  
Rua Caetano José Ferreira Rua Kiliano Hames  
Rua José Fermínio de Novaes Rua Vereador Arthur Manoel  
Rua Antonio Scherer Rua Manoel Joaquim dos Santos  
Rua Deise Regina Farias Rua 25 de Dezembro  
Rua 7 de Setembro Rua João C. Da Rosa  
Av. Presidente Kennedy Rua João Amaral Rios  
Rua Joaquim Antônio Vaz Rua Domingos Filomeno  
Rua Constâncio Krummel Rua Luiz Fagundes  
Rua Luiz Fagundes Rua José Francisco Duarte da Silva  
Rua Pedro Cota de Castro Av. Acioni Souza Filho (Av.  
Rua Vereador Arthur Manoel Mariano Rua Augusto Sallas Koerich  
Rua Kiliano Hames Av. Presidente Kennedy  
Rua Kiliano Hames / Rua Noventa Av. Lédio João Martins (Central do  
Rua Kiliano Hames Rua Bento Silvério  
Av. Ceniir Luiz Ribeiro Martins Rua Adhemar da Silva  
Rua Estoril Rua José Fermínio Novaes  
Rua Alantejo Av. Lédio João Martins (Central do  
Av. Lisboa Rua Valdemar Avelino Mafra  
Rua Antônio Jovita Duarte Rua Koesa  
Rua Honorato José da Silveira Rua José Gonzaga Regina Lima  
Rua Ayrton Senna da Silva Rua Caetano José Ferreira  
Rua José Paulo Ramos Rua José Fermínio de Novaes  
Rua Antônio Scherer  
Praça Eugênio Raulino Koerich



## 130 - DIRETÃO (BIG-EST-JT)

Dias Úteis

## SAÍDA FAZENDA SAÍDA BARREIROS

06:00 15:20 05:50 14:10

06:20 16:00 06:20 14:30

06:40 16:20 06:30 15:50

07:10 16:40 06:45 16:10

07:20 17:00 07:00 16:30

07:35 17:20 07:10 16:50

07:50 17:40 07:30 17:10

08:00 18:00 08:00 17:20

09:30 18:15 08:10 17:30

10:00 18:30 08:40 18:00

10:40 19:00 09:50 18:20

11:40 19:20 10:50 18:30

12:00 20:00 11:10 19:00

12:20 21:30 11:30 19:15

12:40 22:30 11:50 19:30

13:20 12:30 20:10

13:40 12:50 21:30

14:00 13:10 22:30

14:40 13:40

Sábados

## SAÍDA FAZENDA SAÍDA BARREIROS

07:00 11:25 07:00 11:25

07:50 12:15 07:50 12:15

08:40 13:05 08:40 13:05

09:30 10:35

## SAÍDA FAZENDA (Km: 14,852) SAÍDA BARREIROS (Km: 15,216)

Rua Arnaldo Silveira de Souza Rua Geremias Eugênio da Silva

Rua Benjamin Gerlach Rua Marginal BR 101

Rua Frederico Afonso Rua Nossa Senhora de Guadalupe

Rua Pedro Cunha Rua Álvaro Medeiros Santiago

Rua Dr. Homero de Miranda Gomes Rua Francisco Jacinto de Melo

Rua Getúlio Vargas Rua Francisco Jacinto de Melo

Rua Gaspar Neves Rua Adão Manoel da Silva

Rua Hilário Vieira Rua Progresso

Av. Beiramar de São José Rua Santa Clara

Rua 1 Rua Emídio Francisco da Silva

Av. Presidente Kennedy Rua Otto Júlio Malina

Av. Lédio João Martins (Central do Kobrasol) Rua Plácides Arnaldo Meira

Rua Bento Silvério Rua Tenente Dionísio Cardoso

Rua José Fermínio Novaes Rua Doralice Ramos de Pinho

Rua Sílvia Maria Fabro (Praça Kobrasol - Fundos) Rua Padre Justino Cortjens

Rua Wilson Nascimento Ruas das Papoulas

Rua Adhemar da Silva Rua das Orquídeas

Rua José Fermínio de Novaes Rua Marginal BR 101

Av. Lédio João Martins (Central do Kobrasol) Rua Menino Júlio César (Marginal

Rua Valdemar Avelino Mafra Rua Paulino Pedro Hermes

Rua Domingos André Zanini BR 282 (Alça Via Expressa)

Rua Gerônimo Thives Rua Sebastião Pereira Furtado

Rua Sebastião Furtado Pereira (Marginal BR-101) Rua Gerônimo Thives

Rua Júlio M-Iler (Marginal BR-101) Rua Domingos André Zanini

Av. Leoberto Leal Rua Koesa

Rua Cândido Amaro Damásio Rua José Macedo Sobrinho

Rua Padre Justino Cortjens Av. Lédio João Martins (Central do

Rua Doralice Ramos de Pinho Rua José Fermínio Novaes

Rua Tenente Dionísio Cardoso Rua Antônio Scherer

Rua Plácides Arnaldo Meira Rua Jaime Arruma Ramos

Rua Otto Júlio Malina Rua Sete de Setembro

Rua Emídio Francisco da Silva Av. Presidente Kennedy

Rua Santa Clara Rua Joaquim Antônio Vaz

Rua Progresso Rua Getúlio Vargas

Rua Adão Manoel da Silva Rua Dr. Homero de Miranda

Rua da Independência Rua Pedro Cunha

Rua Álvaro Medeiros Santiago Rua Frederico Afonso

Rua Nossa Senhora de Guadalupe Rua Benjamin Gerlach

Tv. Padre Agostinho Van Velsse Rua Arnaldo Silveira de Souza



Rua Geremias Eugênio da Silva

135 - POTECAS KOBRASOL (EST)

Dias Úteis

BAIRRO KOBRASOL

06:20 07:10

08:00 10:05

10:55 11:45

12:35 13:30

14:20 16:20

17:10 18:00

18:50

SAÍDA KOBRASOL (Km: 17,110) SAÍDA POTECAS (Km: 16,794)

Praça Eugênio Raulino Koerich (Início) Rua Acelino Pereira (Arruda)

Rua Antônio Scherer Rua João José Martins

Rua Wilson Nascimento Rua 366

Rua Adhemar da Silva Rua Zione Berckembrock

Rua José Fermino Novaes Rua João José Martins

Av. Lédio João Martins (Central do Kobrasol) Rua Tabelião Quintino Furtado

Rua Valdemar Avelino Mafra Rua Argentina

Rua Koesa Rua Kiliano Hammes

Rua José Gonzaga R. de Lima Rua Docelício Luz

Rua Caetano José Ferreira Rua Manoel Porto Filho

Rua José Fermino de Novaes Rua Francolino José Leite

Rua Antonio Scherer Rua Vereador Arthur Manoel

Rua Deise Regina Farias Rua Manoel Joaquim dos Santos

Rua 7 de Setembro Rua 25 de Dezembro

Av. Presidente Kennedy Rua João C. Da Rosa

Rua Joaquim Antônio Vaz Rua João Amaral Rios

Rua Constância Krummel Rua Domingos Filomeno

Rua Luiz Fagundes Rua Luiz Fagundes

Rua Pedro Cota de Castro Rua José Francisco Duarte da Silva

Rua Vereador Arthur Manoel Mariano Av. Acioni Souza Filho (Av.

Rua Francolino José Leite Rua Augusto Sallas Koerich

Rua Manoel Porto Filho Av. Presidente Kennedy

Rua Docelício Luz Av. Lédio João Martins (Central do

Rua Kiliano Hammes Rua Bento Silvério

Rua Argentina Rua Adhemar da Silva

Rua Tabelião Quintino Furtado Rua José Fermino Novaes

Rua João José Martins Av. Lédio João Martins (Central do

Rua 366 Rua Valdemar Avelino Mafra

Rua Zione Berckembrock Rua Koesa

Rua João José Martins Rua José Gonzaga Regina Lima

Rua Acelino Pereira (Arruda) Rua Caetano José Ferreira

Rua José Fermino de Novaes Rua Antônio Scherer

Praça Eugênio Raulino Koerich

90900 CIRCULAR BARREIROS (BIG)

Dias Úteis

BAIRRO KOBRASOL

06:00 12:00

07:50 16:00

10:20 18:45

Sábados

BAIRRO KOBRASOL

06:00 12:15

08:00

10:30

Bairro José Nitro SAÍDA POTECAS

RUA DOS CABELEIREIROS REFERÊNCIA: HOSPITAL REGIONAL

RUA DAS PRIMAVERAS RUA DOMINGOS FILOMENO

AVENIDA OSVALDO JOSE DO AMARAL RUA TRAVESSA DANTEFILOMENO

RUA JOAO IZIDIO DE SOUZA RUA LUIZ FAGUNDES

RUA JOSE JOAO DA CUNHA RUA JOÃO C. DA ROSA

RUA AFRISIO DE SENNA VAZ MARGINAL MARGINAL BR 101

RUA GAIVOTA RUA LUIZ FAGUNDES



RUA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES MARGINAL MARGINAL BR 101  
RUA JOSE JOAO DA CUNHA RUA IVO REIS MONTENEGRO  
RUA AURELINO MANOEL DA SILVA RUA RODOLFO JACOB SCHAEFFER  
RUA VEREADOR PEDRO MEDEIROS VIADUTO RUA DO IANO  
RUA REINALDO ANTONIO BALDICERA MARGINAL MARGINAL BR 101  
RUA MANAUS RUA SAO JORGE  
RUA VITÓRIA RUA IVO REIS MONTENEGRO  
RUA EDMUNDO OTACILIO RUA IANO  
RUA WENCESLAU EVARISTO DA SILVA AVENIDA OSVALDO JOSE DO  
RUA VERGILINO DOMINGOS DA SILVA RUA CANDIDO PORTINARI  
RUA ADUCCI ARBUEIS DO NASCIMENTO RUA JOSE CLODOVEL  
RUA EDMUNDO OTACILIO RUA SÃO PEDRO  
RUA VEREADOR PEDRO MEDEIROS RUA FRANCISCO JACINTO DE  
RUA HENRIQUE ALVIM CORREIA RUA PAULO JOÃO SANTOS  
RUA BERNARDO GUIMARAES RUA MANOEL ANTONIO PEREIRA  
RUA JHON LENNON RUA JHON LENNON  
RUA MANOEL ANTONIO PEREIRA RUA INACIO PEREIRA NEVES  
RUA FRANCISCO JACINTO DE MELLO RUA BERNARDO GUIMARAES  
RUA PAULO JOÃO SANTOS RUA HENRIQUE ALVIM CORREIA  
RUA DA INDEPENDENCIA RUA VEREADOR PEDRO MEDEIROS  
RUA JOSE CLODOVEL RUA EDMUNDO OTACILIO  
RUA CANDIDO PORTINARI RUA VERGILINO DOMINGOS DA  
AVENIDA OSVALDO JOSE DO AMARAL RUA WENCESLAU EVARISTO DA  
RUA IANO RUA ADUCCI ARBUEIS DO  
RUA SAO JORGE RUA EDMUNDO OTACILIO  
RUA RODOLFO JACOB SCHAEFFER RUA VITÓRIA  
RUA IVO REIS MONTENEGRO RUA MANAUS  
MARGINAL MARGINAL BR 101 RUA REINALDO ANTONIO  
RUA PAULINO PEDRO HERMES RUA DONA LIDIA  
RUA JOAO GRUMICHE RUA AURELINO MANOEL DA SILVA  
AVENIDA JOAO THEODORO DA SILVA RUA JOSE JOAO DA CUNHA  
MARGINAL MARGINAL BR 101 RUA NOSSA SENHORA DOS  
VIADUTO TREVO DA FORQUILHINHA RUA GAIVOTA  
RUA LUIZ FAGUNDES RUA AFRISIO DE SENNA VAZ  
RUA JOÃO C. DA ROSA RUA JOAO IZIDIO DE SOUZA  
RUA JOÃO AMARAL RIOS RUA DAS PRIMAVERAS  
REFERÊNCIA: HOSPITAL REGIONAL RUA DOS CABELEIREIROS

**PORTARIA Nº. 002 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879120

PORTARIA Nº. 002 de 23 de fevereiro de PORTARIA QUE DELEGA O JULGAMENTO DOS PROCESSOS DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 156, §3º, da Lei Complementar nº 21 de 20 de dezembro de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Designar a servidora Suellen Campos Leopoldo, matrícula nº40934-0, para efetuar os julgamentos dos litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária na primeira instância, nos termos dos artigos 157 a 163 da Lei Complementar 21/2005.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Fernando Verdine Salomon  
Secretário Municipal de Receita

**PORTARIA SECOM/PMSJ Nº 001/2021**

Publicação Nº 2878368

PORTARIA SECOM/PMSJ nº 001, de 22 de FEVEREIRO de 2021.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O Secretário de Comunicação Social, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,



**RESOLVE:**

Art. 1º – Designar a Servidor, FABIANO MARQUES matrícula Nº 349356 para efetuar a fiscalização do Contrato nº 122/2020 decorrente da Inexigibilidade nº 012/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência da servidora designada no artigo anterior ficará automaticamente designada o Servidor, Rodrigo da Costa matrícula 28990-6, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fabiano Marques

Secretário de Comunicação Social

**PORTARIA SMS/PMSJ Nº010/2021**

Publicação Nº 2877996

PORTARIA SMS/PMSJ nº 010, de 18 de FEVEREIRO de 2021.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Designar o Servidora, BRUNA TELEMBERG SELL, matrícula nº 30907-9, para efetuar a fiscalização das Atas de Registro de Preços nº 046/2021 decorrentes do Pregão Eletrônico nº 138/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designada o servidora, DANIELLE MACHADO MOREIRA RAMOS, Matrícula nº 426591-2, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.



Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sinara Regina Landt Simioni  
Secretária Municipal de Saúde

## TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 127/2016-04

Publicação Nº 2877925

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 127/2016-04 Proc. Adm. 6845/2020 – Contratado: A. ALEMAX ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos nas cláusulas do Contrato nº 127/2016 e demais justificativas que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Com fundamento no parágrafo único do art. 56 da Lei nº 8.245/1991 c/c art. 57 da Lei 8.666/1993, e conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no presente processo, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 127/2016 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 22/11/2020. Data da assinatura: 19 de NOVEMBRO de 2020.

## CÂMARA MUNICIPAL

## AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL - 002/2021

Publicação Nº 2879188

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 002/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 052/2021

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VEICULAR PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS (LOTE 1) E DO SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA PARA A FROTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ (LOTE 2), DE ACORDO COM O QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

A Diretora de Administração da Câmara Municipal de São José comunica aos interessados a ABERTURA do presente Pregão com período do recebimento dos envelopes de proposta comercial e habilitação a partir da data de hoje até às 13h45 do dia 05/03/2021.

O Setor de Protocolo da Câmara Municipal de São José funciona de segunda a sexta-feira das 13h às 19h.

O credenciamento dos representantes das empresas licitantes e o início da sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação será realizada na mesma data, 05/03/2021, a partir das 14h, após o término do prazo para recebimento dos envelopes lacrados.

A íntegra do Edital estará disponível para acesso gratuito no Portal Eletrônico da Câmara Municipal de São José, no endereço:

<https://www.cmsj.sc.gov.br/camara/conteudo/licitacoes/Pregao-Presencial/>.

Durante a sessão pública será respeitado o distanciamento de 01 (um) metro entre os presentes, conforme as orientações da OMS. Ademais, será permitido somente um representante para cada licitante e o uso de máscara será obrigatório para todos presentes.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Diretoria de Administração, Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, das 13h às 19h, ou através dos telefones: (48) 3029-1316, (48) 3029-1349 e (48) 3029-1331.

São José, SC, 24 de fevereiro de 2021.

Marina Cristina de Souza Stadnick  
Diretora de Administração



**AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL - 003/2021**

Publicação Nº 2879194

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 003/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 065/2021

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA.

A Diretora de Administração da Câmara Municipal de São José comunica aos interessados a ABERTURA do presente Pregão com período do recebimento dos envelopes de proposta comercial e habilitação a partir da data de hoje até às 09h45 do dia 05/03/2021.

O Setor de Protocolo da Câmara Municipal de São José funciona de segunda a sexta-feira das 13h às 19h. Especificamente no dia 05/03/2021, os protocolos para este certame poderão ser realizados das 8h45 às 9h45.

O credenciamento dos representantes das empresas licitantes e o início da sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação será realizada na mesma data, 05/03/2021, a partir das 10h, após o término do prazo para recebimento dos envelopes lacrados.

A íntegra do Edital estará disponível para acesso gratuito no Portal Eletrônico da Câmara Municipal de São José, no endereço: <https://www.cmsj.sc.gov.br/camara/conteudo/licitacoes/Pregao-Presencial/>.

Durante a sessão pública será respeitado o distanciamento de 01 (um) metro entre os presentes, conforme as orientações da OMS. Ademais, será permitido somente um representante para cada licitante e o uso de máscara será obrigatório para todos presentes.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Diretoria de Administração, Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, das 13h às 19h, ou através dos telefones: (48) 3029-1316, (48) 3029-1349 e (48) 3029-1331.

São José, SC, 24 de fevereiro de 2021.

Marina Cristina de Souza Stadnick  
Diretora de Administração



# São José do Cedro

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO 002/2021 - REVISÃO GERAL ANUAL SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL

Publicação Nº 2877774

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2021.

FIXA O PERCENTUAL PARA REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, PARA O EXERCÍCIO 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENIO CAROSSO, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquela contida no inciso XXIII do artigo 23 da Resolução 011/2019 (Regimento Interno);

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 4937 de 19 de novembro de 2020 fixou o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo como indexador para a atualização da remuneração anual dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Federal nº 173 de 27 de maio de 2020 permite apenas a concessão de revisão geral anual correspondente à variação inflacionária na remuneração de servidores públicos para o ano de 2021;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 7.003 de 12 de fevereiro de 2021 concedeu revisão geral anual aos servidores públicos municipais;

#### DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a concessão de revisão geral anual de que trata o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, a todos os servidores públicos da Câmara de Vereadores, as funções gratificadas e as vantagens nominais, na ordem de 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento) correspondente ao índice acumulado do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE, relativo ao período de dezembro de 2019 a novembro de 2020.

Art. 2º - O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de São José do Cedro, em 15 de fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_  
ENIO CAROSSO  
Presidente da Câmara de Vereadores



# São José do Cerrito

## PREFEITURA

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 002/2021 FMS

Publicação N° 2878788

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 002/2021 - FMS

O Prefeito Municipal torna público que ratificou o ato do Senhor Kauan Delbi Kister, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Caput, do artigo 25 da Lei Federal n° 8.666/93 e posteriores alterações, para o credenciamento de empresa(s) especializada(s) na realização de exames Radiológicos, para atendimento à população do Município, conforme a necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, em favor da empresa CLINI RAD CENTRO DE RADIOLOGIA CLÍNICA LTDA, no valor de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais), com vigência até 31/12/2021.

São José do Cerrito, SC, 19 de fevereiro de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA

Prefeito Municipal



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2021 - SRP - PR Nº 014/2021**

Publicação Nº 2879607

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 10/03/2021, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2021. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A VETORES E PRAGAS URBANAS, NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 23 de Fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2021 - SRP - PR Nº 015/2021**

Publicação Nº 2879613

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 11/03/2021, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2021. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONTAINER DO TIPO REEFER DE 40" PÉS, PARA SER ENTREGUE E INSTALADO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 23 de Fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2021 - SRP - PR Nº 016/2021**

Publicação Nº 2879617

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 12/03/2021, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2021. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2021. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LINK DE INTERNET REDUNDANTE, EQUIPAMENTOS E SUPORTE À REDE DE FIBRA ÓPTICA NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 23 de Fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL



**DECRETO Nº 7.019, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878948

DECRETO Nº 7.019, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Altera o Decreto nº 7.013, de 16 de fevereiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º O artigo 6º do Decreto nº 7.013, de 16 de fevereiro de 2021, com redação alterada pelo Decreto nº 7.018, de 22 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 6º Até 28 de fevereiro do corrente ano, sem prejuízo de reavaliação posterior, o desempenho das atividades econômicas no âmbito do Município de São Lourenço do Oeste, em todos os segmentos empresariais, bancários e pelos profissionais liberais, está condicionado à adoção compulsória das seguintes medidas de minimização de riscos associados à pandemia de COVID-19:

I - adoção de estratégias de quarentena e isolamento social de colaboradores portadores de doenças cardíacas ou diabetes;  
..... ”. (N.R)

Art. 2º Fica revogado o artigo 7º do Decreto nº 7.013, de 16 de fevereiro de 2021, bem como demais disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04.2/2021**

Publicação Nº 2877723

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04.2/2021.

Homologa as inscrições deferidas no Processo Seletivo nº 04/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 219, incisos I e III, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), resolve tornar pública a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS no Processo Seletivo nº 04/2021, tratando-se de Processo Seletivo Público de Provas e de Títulos, destinado à formação de cadastro de reserva de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem, em caráter temporário e excepcional, para atuação na Secretaria Municipal de Saúde, no combate à pandemia de Covid-19, conforme os quadros constantes a seguir:

**1. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

1.1. Ficam homologadas as seguintes inscrições deferidas, realizadas no Processo Seletivo nº 04/2021, conforme segue:

ENFERMEIRO		
NOME	INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO
ADRIANA PIMENTEL DOS SANTOS CHIESA	43	DEFERIDA
ANA DOS SANTOS CAMBRUZZI	25	DEFERIDA
BRUNNA PEREIRA PEDROSO	21	DEFERIDA
CARLA CRISTINA DESTRI	40	DEFERIDA
DAIANE DOS SANTOS	42	DEFERIDA
DEBORA ROSSARI	53	DEFERIDA
DENISE PEGORARO	28	DEFERIDA
EMERSON CLAUDIO COLOMBO	39	DEFERIDA
KETLIN MARGARIDA WARMLING	37	DEFERIDA
KEMOLY APARECIDA SCHUSTER	30	DEFERIDA
TAMIREZ MINOZZO	51	DEFERIDA



MARILEI TARCIANE DA ROSA	16	DEFERIDA
JAQUELINE SCAPINI	11	DEFERIDA
RAQUEL MOURA	52	DEFERIDA
JULIANA MARIA ANSILIERO	10	DEFERIDA
FRANCYELLI DEON	46	DEFERIDA
FERNANDA MELERE	22	DEFERIDA
MAIARA APARECIDA QUADROS DOS SANTOS	34	DEFERIDA
MATHEUS ANTONIO MARCINIAKI	48	DEFERIDA
TAYNARA ESTEFÂNIA PEREIRA DUARTE	33	DEFERIDA
WANEISSA KOHAUT GIRARDI	55	DEFERIDA
WEVERTON DOS SANTOS	09	DEFERIDA

TÉCNICO EM ENFERMAGEM		
NOME	INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO
ROSELI LEITE MORES	32	DEFERIDA
MILIANA CRISTINA RAMOS TONON	36	DEFERIDA
CLEUNICE BRAZZO ZAMPROGNA	29	DEFERIDA
JÉSSICA THALIA SARTOR	17	DEFERIDA
GÉSSICA TUANY DE BONA	23	DEFERIDA
ELTIMIR KOSLOWSKI DA SILVA	24	DEFERIDA
IRACEMA DE MOURA PADILHA	18	DEFERIDA
ROSELI KONRAD DA SILVA	26	DEFERIDA
EDINEIA LEITE	03	DEFERIDA
GISLAINE DE CESARO CHAGAS	44	DEFERIDA
IVONE DE FREITAS ROBEIRO	38	DEFERIDA
KELI CRISTINA GARBIN BOITO	49	DEFERIDA
KELLI APARECIDA BARBOSA PARIS	47	DEFERIDA
MARIZETE DA SILVA PADILHA	01	DEFERIDA
MICHELY ROSELI DE SOUZA	45	DEFERIDA
NEUSA DO NASCIMENTO JOSVIAK	35	DEFERIDA
PATRICIA ZANIN	07	DEFERIDA
SUZANA KLEM VERDI	08	DEFERIDA
WANEISSA VICENTE	50	DEFERIDA
FABIANA INÊS RIFFEL DE OLIVERA	19	DEFERIDA
IRMA SALETE CASAGRANDE SANTINI	15	DEFERIDA
LUCIANE APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS MIRANDA	14	DEFERIDA

## 2. DO INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

2.1. Ficam indeferidas as seguintes inscrições, realizadas no Processo Seletivo nº 04/2021, conforme segue:

ENFERMEIRO		
INSC.	NOME	SITUAÇÃO E MOTIVO
54	Angela Marta Marcon Schreiner	INDEFERIDA. Ausência de documentação obrigatória, constante no item 2.2 do Edital de Processo Seletivo nº 04/2021 (Requerimento de Inscrição).



20	Francy Karolan Martinez Velasquez	INDEFERIDA. Ausência de documentação obrigatória, constante no item 2.2 do Edital de Processo Seletivo nº 04/2021 (Requerimento de Inscrição).
05	Gabriel Folgado Aguiar	INDEFERIDA. Ausência de documentação obrigatória, constante no item 2.2 do Edital de Processo Seletivo nº 04/2021 (Requerimento de Inscrição).
12	Higo Fonseca Soares	INDEFERIDA. Ausência de documentação obrigatória, constante no item 2.2 do Edital de Processo Seletivo nº 04/2021 (Requerimento de Inscrição).
41	Marcos Paulo de Souza	INDEFERIDA. Ausência de documentação obrigatória, constante no item 2.2 do Edital de Processo Seletivo nº 04/2021 (Requerimento de Inscrição).
31	Nívea Maria Galúcio Cardoso	INDEFERIDA. Ausência de documentação obrigatória, constante no item 2.2 do Edital de Processo Seletivo nº 04/2021 (Requerimento de Inscrição).
13	Sandra de Lima Ribeiro	INDEFERIDA. Ausência de documentação obrigatória, constante no item 2.3 do Edital de Processo Seletivo nº 04/2021 (Currículo).

TÉCNICO EM ENFERMAGEM		
INSC.	NOME	SITUAÇÃO E MOTIVO
02	Fred de Oliveira Melo	INDEFERIDA. Ausência de documentação obrigatória, constante no item 2.2 do Edital de Processo Seletivo nº 04/2021 (Requerimento de Inscrição).
27	Leonardo da Silva Marchesan	INDEFERIDA. Ausência de documentação obrigatória, constante no item 2.2 do Edital de Processo Seletivo nº 04/2021 (Requerimento de Inscrição).
06	Lucilla Cristina Vinhal de Souza Melo	INDEFERIDA. Ausência de documentação obrigatória, constante no item 2.3 do Edital de Processo Seletivo nº 04/2021 (Currículo).
04	Mariluz Chalito	INDEFERIDA. Ausência de documentação obrigatória, constante no item 2.3 do Edital de Processo Seletivo nº 04/2021 (Currículo).

### 3. DA CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE HABILIDADE PRÁTICA

3.1. Os candidatos com inscrições homologadas constantes no item 1.1. deste Edital, ficam automaticamente convocados para a realização da Prova de Habilidade Prática do certame, de caráter classificatório e eliminatório.

3.2. A Prova de Habilidade Prática será realizada na data de 27 de fevereiro de 2021, na Unidade de Pronto Atendimento - UPA - 24 horas, localizada na Rua Monte Castelo, nº 11, Bairro Brasília, neste Município, com início às 08 (oito) horas.

3.3. Demais especificações acerca da Prova de Habilidade Prática constam no Edital de abertura do certame.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

4.1. A classificação preliminar dos candidatos levará em consideração a pontuação obtida na fase de análise curricular, considerando os títulos e/ou vínculos profissionais na área da saúde, bem como o desempenho obtido na Prova de Habilidade Prática.

4.2. A classificação preliminar será divulgada a partir de 08 de março de 2021, no site oficial do Município: [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)/ concurso e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal e  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## PORTARIA Nº 06, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878359

PORTARIA Nº 06, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

A PRESIDENTE DA AUTARQUIA - INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, Inciso XV, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, de acordo com o Edital do Processo Seletivo nº 001/2021 e a Portaria nº 005, de 05 de fevereiro de 2021,  
Considerando Memorando nº 850/2021 no sistema 1DOC;

### RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 01 de março a 31 de Dezembro de 2021, a senhora NÁGILA KARINA CASTALDELLO SABINO, no cargo de INSTRUCTOR DE ARTES II, carga horária de 10 (DEZ) horas semanais.

Parágrafo único: O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Instituto



Cultural, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está previsto no item 1.3 do Edital de Processo seletivo 001/2021.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 Fevereiro de 2021.

ALINI CRISTINA CADORIM BONETTI  
Presidente da Autarquia

## **PORTARIA Nº 07, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878363

PORTARIA Nº 07, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

A PRESIDENTE DA AUTARQUIA - INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, Inciso XV, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, de acordo com o Edital do Processo Seletivo nº 001/2021 e a Portaria nº 005, de 05 de fevereiro de 2021,  
Considerando Memorando nº 850/2021 no sistema 1DOC;

### **RESOLVE:**

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 01 de março a 31 de Dezembro de 2021, o senhor DANIEL ANTONIO MARQUES, no cargo de INSTRUTOR DE MÚSICA – BATERIA E MUSICALIZAÇÃO, carga horária de 20 (VINTE) horas semanais.

Parágrafo único: O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Instituto Cultural, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está previsto no item 1.3 do Edital de Processo seletivo 001/2021.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 Fevereiro de 2021.

ALINI CRISTINA CADORIM BONETTI  
Presidente da Autarquia

## **PORTARIA Nº 08, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878364

PORTARIA Nº 08, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

A PRESIDENTE DA AUTARQUIA - INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, Inciso XV, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, de acordo com o Edital do Processo Seletivo nº 001/2021 e a Portaria nº 005, de 05 de fevereiro de 2021,  
Considerando Memorando nº 850/2021 no sistema 1DOC;

### **RESOLVE:**

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 01 de março a 31 de Dezembro de 2021, o senhor DOUGLAS ANTONIO VIEIRA, no cargo de INSTRUTOR DE MÚSICA – TÉCNICA VOCAL/MUSICALIZAÇÃO, carga horária de 20 (VINTE) horas semanais.

Parágrafo único: O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Instituto Cultural, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está previsto no item 1.3 do Edital de Processo seletivo 001/2021.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 Fevereiro de 2021.

ALINI CRISTINA CADORIM BONETTI  
Presidente da Autarquia



**PORTARIA Nº 09, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878366

PORTARIA Nº 09, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

A PRESIDENTE DA AUTARQUIA - INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, Inciso XV, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, de acordo com o Edital do Processo Seletivo nº 001/2021 e a Portaria nº 005, de 05 de fevereiro de 2021,  
Considerando Memorando nº 850/2021 no sistema 1DOC;

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 01 de março a 31 de Dezembro de 2021, a senhora ANGELA TEDESCO KLEIN, no cargo de INSTRUTOR DE MÚSICA – ACORDEOM, carga horária de 10 (DEZ) horas semanais.

Parágrafo único: O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Instituto Cultural, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está previsto no item 1.3 do Edital de Processo seletivo 001/2021.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 Fevereiro de 2021.

ALINI CRISTINA CADORIM BONETTI  
Presidente da Autarquia

**PORTARIA Nº 10, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878371

PORTARIA Nº 10, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

A PRESIDENTE DA AUTARQUIA - INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, Inciso XV, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, de acordo com o Edital do Processo Seletivo nº 001/2021 e a Portaria nº 005, de 05 de fevereiro de 2021,  
Considerando Memorando nº 850/2021 no sistema 1DOC;

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 01 de março a 31 de Dezembro de 2021, o senhor ENDRYK CASAGRANDE, no cargo de INSTRUTOR DE MÚSICA – VIOLINO E MUSICALIZAÇÃO, carga horária de 20 (VINTE) horas semanais.

Parágrafo único: O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Instituto Cultural, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está previsto no item 1.3 do Edital de Processo seletivo 001/2021.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 Fevereiro de 2021.

ALINI CRISTINA CADORIM BONETTI  
Presidente da Autarquia

**PORTARIA Nº 468, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2877966

PORTARIA Nº 468, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal ELOI DE LOURDES BONATTO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3000/53, de 17 a 26 de fevereiro de 2021.



Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2021.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.

## **PORTARIA Nº 469, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878951

PORTARIA Nº 469, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Processo Seletivo 04/2020,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido, a partir de 01 de março de 2021, a servidora pública municipal DEBORA HENTGES, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem – ACT, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 3748/01.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.

## **PORTARIA Nº 470, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878954

PORTARIA Nº 470, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 107 da Lei Complementar nº 99, de 03 de Fevereiro de 2009 e Lei Complementar nº 152 de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir a partir de 1º de março de 2021, ao servidor municipal EVANDRO CARLOS DEON, ocupante do cargo efetivo de Agente de Construção e Manutenção de Obras Públicas, matrícula nº 3366/01, o Adicional de Responsabilidade nível 5 – AR 5, por exercer função com qualificação diferenciada, além das previstas para o exercício do cargo de que é titular.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.



**PORTARIA Nº 471, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878962

PORTARIA Nº 471, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

Altera o Art. 2º da Portaria nº315 de 02 de Fevereiro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

RESOLVE:

Art. 1º .....

"Art.2º Fica instituído Regime Individual de Trabalho, que será cumprido de segunda a sexta-feira, das 07h às 13h."

Art. 3º As demais disposições da portaria nº 315 de 02 de fevereiro de 2021 permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA Nº 472, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878967

PORTARIA Nº 472, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal ELCIO EUGÊNIO ETGES, matrícula nº 3223/01, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, de 18 de março a 01 de abril de 2021, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA Nº 473, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878972

PORTARIA Nº 473, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal EVERALDO CESAR WOHLFARTH, matrícula nº 3652/01, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Municipais, de 01 a 30 de março de 2021, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal



Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA Nº 474 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878978

PORTARIA Nº 474 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010;

**RESOLVE:**

Art.1º Instituir a partir de 01 de março de 2021, Regime Especial de Trabalho, em favor do servidor público municipal ANILSON SPRICIGO, ocupante do cargo efetivo de Analista Administrativo, matrícula 871/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo de segunda a sexta-feira das 07h às 13h.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA Nº 475, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878983

PORTARIA Nº 475, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art.1º Altera o Art.1º da Portaria nº282 de 29 de Janeiro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art.1º Instituir a partir de 01 de fevereiro de 2021, Regime Individual de Trabalho, em favor do servidor público municipal ANTONIO JO-CENEI WAISS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Contador Geral do Município, matrícula 3205/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo de segunda a sexta-feira das 08h00 às 11h45 e das 13h15 às 17h30.”

Art. 2º As demais disposições da portaria nº 289 de 29 de janeiro de 2021 permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA Nº 476 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878990

PORTARIA Nº 476 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 06/2020, homologado pelo Decreto nº 6.974, de 06 de janeiro de 2021,



**RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário, pelo período de 01 de março a 14 de dezembro de 2021, a Senhora MARILIA ELZA MINOSSO PRES-  
TES no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área de Educação Infantil, 20 (vinte) horas semanais turno vespertino, no CEIM  
Mundo Colorido.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município,  
a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto  
na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA Nº 477, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878993

PORTARIA Nº 477, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que  
lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art.1º Revogar a portaria nº 230 de 28 de janeiro de 2021.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA Nº 478 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878997

PORTARIA Nº 478 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.  
55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, combinado com a Lei 1.742  
de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 06/2020, homologado pelo Decreto nº 6.974, de 06 de janeiro de 2021,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário, pelo período de 01 de março a 14 de dezembro de 2021, a Senhora TATIANE PARIS no cargo de  
Professor Habilitado – ACT, para atuar na área de Educação Infantil, 20 (vinte) horas semanais turno vespertino, na EBM São Francisco.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município,  
a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto  
na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal



Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA Nº 479 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879004

PORTARIA Nº 479 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 06/2020, homologado pelo Decreto nº 6.974, de 06 de janeiro de 2021, CONSIDERANDO 20 horas da vaga vinculada à professora Realda Sgarbossa Dalla Valle, que está em gozo de Licença Prêmio;

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário, pelo período de 01 de março a 01 de agosto de 2021, a Senhora KATIA COMIN BEGNINI no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 20 (vinte) horas semanais turno vespertino, na EBM Nossa Senhora de Lourdes.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.

**PORTARIA Nº 480, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879652

PORTARIA Nº 480, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal CARMEM DE APARECIDA DE OLIVEIRA DE JESUS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3001/41, de 23 a 26 de fevereiro de 2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2021.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.



**PORTARIA Nº 481, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879654

PORTARIA Nº 481, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal DANIELE COSTA PEREIRA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, matrícula nº 3291/01, de 11 a 20 de fevereiro de 2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2021.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021.



# São Ludgero

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11/2021

Publicação Nº 2879665

DECRETO Nº 11/2021

"FIXA O CALENDÁRIO FISCAL PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU - PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 225 de 18 de Dezembro de 2018 (Código Tributário Municipal),

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Calendário para pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 2021, nos seguintes prazos e condições:

#### I. IMPOSTO TERRITORIAL E PREDIAL URBANO – IPTU

a. Parcela Única com 20% de desconto, para impressão do boleto no site ou retirada no balcão:  
Vencimento em 31/05/2021.

b. Parcela única com 10% de desconto, para entrega do carnê via Correios:  
Vencimento em 30/08/2021.

c. Em 04 (quatro) parcelas sem desconto:  
Vencimento em 30/08/2021, 30/09/2021, 29/10/2021 e 30/11/2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

São Ludgero (SC), 24 de fevereiro de 2021.

IBANEIS LEMBECK  
Prefeito de São Ludgero

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO, AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

LEO FUCHTER  
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

### PORTARIA Nº 131/2021

Publicação Nº 2878163

PORTARIA Nº 131/2021

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo 1º – CONCEDE à servidora MARIA ESTELA GESSER LEAL, matrícula nº 0352, nascida aos 19 de maio de 1961, RG nº. 1.027.869 e CPF nº. 036.233.209-60, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR, Nível I, Referência "F", LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, pelo período de 03 de fevereiro de 2021 a 17 de fevereiro de 2021.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC 03 de fevereiro de 2021.



**PORTARIA Nº 132/2021**

Publicação Nº 2878174

PORTARIA Nº 132/2021

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E POR PRAZO DETERMINADO PARA PROVIMENTO DE VAGA JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, Inciso IX do Artigo 80 da Lei Orgânica do Município, combinado com os Artigos 249 a 257 da Lei Complementar nº 007/93, de 28 de dezembro de 1993, Artigos 27 a 35 da Lei Complementar nº 017/99, de 29 de dezembro de 1999 e Lei Complementar nº 129/2014;

CONSIDERANDO que a servidora Maria Estela Gesser Leal ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil encontra-se em licença médica conforme portaria n/131/2021;

CONSIDERANDO o princípio constitucional da continuidade do serviço público;

CONSIDERANDO a ordem de classificação no Processo Seletivo nº 002/2020 para contratação de Professores em caráter temporário para o ano letivo;

RESOLVE:

Artigo 1º - ADMITIR a partir da presente data, de acordo com o Termo de Justificativa em anexo, DANIELA DA SILVA LEANDRO GESING, matrícula nº 2991, nascida aos 02 de agosto de 1985, RG nº 4.754.745 e CPF nº 053.978.099-50, para em Caráter Temporário e por Prazo Determinado, exercer a Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NÍVEL I, Referência "A", junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Carga Horária Semanal de Trabalho 40h00min (quarenta horas), em regime de substituição a servidora publica afastada, enquanto perdurar o afastamento e/ou pelo período de 03 de fevereiro de 2021 a 17 de fevereiro de 2021. Com vinculação previdenciária ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social do INSS.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC, 03 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA Nº 133/2021**

Publicação Nº 2878178

PORTARIA Nº 133/2021

CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 80 da Lei Complementar nº 007/93 de 28 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

Artigo 1º – CONCEDER a servidora, KATIA REGINA DE PIERI PICKLER, matrícula nº 0548, nascido aos 15 de junho de 1964, RG nº 1.560.375 e CPF nº 588.007.949-04, ocupante do Cargo Efetivo de ENFERMEIRO, Nível PE-25, Classe "F", Referência "VIII", Licença de Saúde em Pessoa da Família, pelo período de 22 de janeiro de 2021 a 20 de fevereiro de 2021.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário..

São Ludgero-SC, 03 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA Nº 134/2021**

Publicação Nº 2878182

PORTARIA Nº 134/2021

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E POR PRAZO DETERMINADO PARA PROVIMENTO DE VAGA JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 249 e 250 da Lei Complementar nº 007/93, de 28 de dezembro de 1993 E o que consta do resultado do Concurso Público nº 02/2019, homologado pelo Decreto nº 03/2020 de 14 de janeiro de 2020;

Considerando que a servidora Katia Regina de Pieri Pickler, encontra-se em Licença de Saúde em Pessoa da Família, conforme Portaria nº



133/2021;

RESOLVE:

Artigo 1º - ADMITIR a partir da presente data, de acordo com a justificativa em anexo, ALISSON JOFRE, matrícula nº 2992, nascido aos 01 de abril de 1996, RG nº 6.212.595 e CPF nº 104.043.859-82, para em Caráter Temporário e por prazo determinado, exercer a Função de ENFERMEIRO, PE-25, Classe "A", Referência "I", carga horária semanal de trabalho 40h00min (quarenta horas), junto a Secretaria Municipal de Saúde, em regime de substituição, pelo período 03 de fevereiro de 2021 a 20 de fevereiro de 2021. Com vinculação previdenciária ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social INSS.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC, 03 de fevereiro de 2021.

## **PORTARIA Nº 135/2021**

Publicação Nº 2878190

PORTARIA Nº 135/2021

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E POR PRAZO DETERMINADO PARA PROVIMENTO DE VAGA JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a partir da presente data, AURENI GOMES PIRES DOS SANTOS, matrícula nº 2919, nascida aos 19 de abril de 1965, RG nº 2.664.709 e CPF nº 419.733.564-49, contratada em Caráter Temporário e por prazo determinado, exercer a Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, Nível PE-11, Classe "A", Referência "I", carga horária semanal de trabalho 40h00min (quarenta) horas, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC, 03 de fevereiro de 2021.

## **PORTARIA Nº 136/2021**

Publicação Nº 2878199

PORTARIA Nº 136/2021

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo 1º – CONCEDE à servidora MARIA APARECIDA DE SOUZA GOULART, matrícula nº 0528, nascida aos 19 de agosto de 1977, RG nº 3.654.580 e CPF nº 018.078049-25, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, pelo período de 03 de fevereiro de 2021 a 17 de fevereiro de 2021.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC 03 de fevereiro de 2021.

## **PORTARIA Nº 137/2021**

Publicação Nº 2878213

PORTARIA Nº 137/2021

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E POR PRAZO DETERMINADO PARA PROVIMENTO DE VAGA JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 249 e 250 da Lei Complementar nº 007/93, de 28 de dezembro de 1993;



**RESOLVE:**

Artigo 1º - ADMITIR a partir da presente data, de acordo com a justificativa em anexo e o Processo Seletivo nº 003/2020, AURENI GOMES PIRES DOS SANTOS, matrícula nº 2993, nascida aos 19 de abril de 1965, RG nº 2.664.709 e CPF nº 419.733.564-49,, para em Caráter Temporário e por prazo determinado, exercer a Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, Nivel PE-11, Classe "A", Referência "I", carga horária semanal de trabalho 40h00min (quarenta horas), junto a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, em vaga excedente, pelo período 04 de fevereiro de 2021 até a realização e homologação do Concurso Público, com vinculação previdenciária ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social INSS.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC, 04 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA Nº 138/2021**

Publicação Nº 2878221

**PORTARIA Nº 138/2021**

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E POR PRAZO DETERMINADO PARA PROVIMENTO DE VAGA JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 249 e 250 da Lei Complementar nº 007/93, de 28 de dezembro de 1993;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - ADMITIR a partir da presente data, de acordo com a justificativa em anexo e o Processo Seletivo nº 003/2020, LEONARDO MENDES DA SILVA, matrícula nº 2994, nascido aos 28 de outubro de 1998, RG nº 6.969.879 e CPF nº 105.515.199-08, para em Caráter Temporário e por prazo determinado, exercer a Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, Nivel PE-11, Classe "A", Referência "I", carga horária semanal de trabalho 40h00min (quarenta horas), junto a Secretaria Obras, Viação e Urbanismo, em vaga excedente, pelo período 04 de fevereiro de 2021 até a realização e homologação do Concurso Público, com vinculação previdenciária ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social INSS.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC, 04 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA Nº 139/2021**

Publicação Nº 2878232

**PORTARIA Nº 139/2021**

NOMEIA SERVIDOR PARA O QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DE PROVIMENTO TEMPORARIO JUNTO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município, Artigo 11 e 12 da Lei Complementar nº 007/93 de 28 de dezembro de 1993, Lei Complementar nº 021/2002 de 29 de maio de 2002, Processo Seletivo nº 003/2019, homologado pelo Decreto nº 02/2020 de 04 de janeiro de 2020, e prorrogado pelo Decreto nº 03/2021 de 04 de janeiro de 2021;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - NOMEAR por Processo Seletivo, FELIPE SOETHE, matrícula nº 2995, nascido aos 08 de outubro de 1996, RG nº 5.574.404 e CPF nº 099.977, para o Cargo de ODONTÓLOGO – ESF, carga horária semanal de 40h00min (quarenta horas). Com vinculação previdenciária ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social do INSS, enquanto estiver vigente o Programa de Estratégia de Saúde da Família – ESF, nos termos do Edital.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC, 05 de fevereiro de 2021.



**PORTARIA Nº 140/2021**

Publicação Nº 2878233

PORTARIA Nº 140/2021

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E POR PRAZO DETERMINADO PARA PROVIMENTO DE VAGA JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, TAMIRIS TASCA MATOS, matrícula nº 2984, nascida aos 10 de junho de 1988, RG nº 5.264.157 e CPF nº 066.511.349-81, contratada em Caráter Temporário e por Prazo Determinado, exercer a Função de PROFESSOR DE ARTES, NÍVEL I, Referência "A", junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes,

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC, 05 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA Nº 141/2021**

Publicação Nº 2878235

PORTARIA Nº 141/2021

NOMEIA SERVIDOR PARA O QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o servidor, ENIO FURLAN DE BONA, matrícula nº 2996, nascido aos 05 de junho de 1960, RG nº 5/R 1.027.123 e CPF nº 465.023.199-04, para exercer o Cargo em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, Nível CC- 22, em regime de Tempo Integral. Com vinculação previdenciária ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social do INSS.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC, 08 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA Nº 142/2021**

Publicação Nº 2878250

PORTARIA Nº 142/2021

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E POR PRAZO DETERMINADO PARA PROVIMENTO DE VAGA JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, VERONICA DE FARIAS TEODORO, matrícula nº 2965, nascida aos 13 de dezembro de 1986, RG nº 7.150.072 e CPF nº 013.136.280-18, contratada em Caráter Temporário e por prazo determinado para exercer a Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, Nível PE-11, Classe "A", Referência "I", carga horária semanal de trabalho 40h00min (quarenta horas), junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com efeito a partir de 02 de fevereiro de 2021.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC, 08 de fevereiro de 2021.



**PORTARIA Nº 143/2021**

Publicação Nº 2878255

PORTARIA Nº 143/2021

PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL TEMPORARIO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e Lei Complementar nº 050/2011 de 18 de maio de 2011;

RESOLVE:

Artigo 1º – PRORROGAR a servidora, TAMARA BECKER WARMELING, matrícula nº 2820, nascida aos 16 de junho de 1992, RG nº 5.655.372 e CPF nº 067.355.229-23, contratada em Caráter Temporário e por Prazo Determinado, para exercer a Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NÍVEL I, Referência "A", LICENÇA MATERNIDADE, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 04 de fevereiro de 2021 a 03 de abril de 2021.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, com efeito, a partir de 04 de fevereiro de 2021.

São Ludgero-SC, 08 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA Nº 144/2021**

Publicação Nº 2878260

PORTARIA Nº 144/2021

TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os artigos 50 § 3º e 51 da Lei Complementar Municipal nº 007/93 e §3º do artigo 77 da Lei Federal nº 8.112/90, e,

CONSIDERANDO o requerimento solicitando parcelamento de férias, protocolado em 20 de janeiro de 2021 e deferido em 20 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Artigo 1º – CONCEDER FÉRIAS parceladas, ao servidor ARNO PHILIPPI, matrícula nº 023, nascido aos 28 de outubro de 1964, RG nº 5/R 1.569.695 e CPF nº 509.618.379-34, ocupante do Cargo Efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO PE-27, Classe "L", Referência "XV", exercendo o Cargo em Comissão de ASSESSOR DE GABINETE, referente ao período aquisitivo de 02/01/2020 a 01/01/2021.

Art. 2º- Fica concedido por opção do servidor relacionado no artigo anterior, abono pecuniário de 1/3 (um terço) das férias, referente ao período.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC, 04 de fevereiro de 2021.

**PORTARIA Nº 145/2021**

Publicação Nº 2878266

PORTARIA Nº 145/2021

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E POR PRAZO DETERMINADO PARA PROVIMENTO DE VAGA JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 249 e 250 da Lei Complementar nº 007/93, de 28 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

Artigo 1º - ADMITIR a partir da presente data, de acordo com a justificativa em anexo e o Processo Seletivo nº 003/2020, JESSIKA PIRES DOS SANTOS, matricula nº 2997, nascida aos 26 de dezembro de 1989, RG nº 7.307.355 e CPF nº 076.166.444-06, para em Caráter Temporário e por prazo determinado, exercer a Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, Nivel PE-11, Classe "A", Referência "I", carga horária semanal de trabalho 40h00min (quarenta horas), junto a Secretaria Municipal de Saúde, em vaga excedente, pelo período 08 de fevereiro de 2021 até a realização e homologação do Concurso Público. Com vinculação previdenciária ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social



INSS.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC, 08 de fevereiro de 2021.

## **PORTARIA Nº 146/2021**

Publicação Nº 2878270

PORTARIA Nº 146/2021

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E POR PRAZO DETERMINADO PARA PROVIMENTO DE VAGA JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 249 e 250 da Lei Complementar nº 007/93, de 28 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

Artigo 1º - ADMITIR a partir da presente data, de acordo com a justificativa em anexo e o Processo Seletivo nº 003/2020, DANIEL JOSÉ DA SILVA, matrícula nº 2998, nascido aos 30 de janeiro de 1973, RG nº 3.196.170 e CPF nº 027.172.289-42, para em Caráter Temporário e por prazo determinado, exercer a Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, Nivel PE-11, Classe "A", Referência "I", carga horária semanal de trabalho 40h00min (quarenta horas), junto a Secretaria Obras, Viação e Urbanismo, em vaga excedente, pelo período 09 de fevereiro de 2021 até a realização e homologação do Concurso Público, com vinculação previdenciária ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social INSS.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC, 09 de fevereiro de 2021.

## **PORTARIA Nº 147/2021**

Publicação Nº 2878273

PORTARIA Nº 147/2021

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E POR PRAZO DETERMINADO PARA PROVIMENTO DE VAGA JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, Inciso IX do Artigo 80 da Lei Orgânica do Município, combinado com os Artigos 249 a 257 da Lei Complementar nº 007/93, de 28 de dezembro de 1993, Artigos 27 a 35 da Lei Complementar nº 017/99, de 29 de dezembro de 1999 e Lei Complementar nº 129/2014;

CONSIDERANDO o princípio constitucional da continuidade do serviço público;

CONSIDERANDO a ordem de classificação no Processo Seletivo nº002/2020 para contratação de Professores em caráter temporário para o ano letivo;

RESOLVE:

Artigo 1º - ADMITIR a partir da presente data, de acordo com o Termo de Justificativa em anexo, SUSANA ANTONIA CAMBRUZZI ASSING, matrícula nº 2999, nascida ao 01 de julho de 1970, RG nº 6/R 2.809.522 e CPF nº 019.575.819-64, para em Caráter Temporário e por Prazo Determinado, exercer a Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NÍVEL I, Referência "A", junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, carga horária Semanal de Trabalho 20h00min (vinte horas), em vaga excedente, pelo período de 09 de fevereiro de 2021 a 16 de dezembro de 2021. Com vinculação previdenciária ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social do INSS.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC, 09 de fevereiro de 2021.



**PORTARIA Nº 148/2021**

Publicação Nº 2878281

PORTARIA Nº 148/2021

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E POR PRAZO DETERMINADO PARA PROVIMENTO DE VAGA JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os Incisos VII e IX do Artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, Inciso IX do Artigo 80 da Lei Orgânica do Município, combinado com os Artigos 249 a 257 da Lei Complementar nº 007/93, de 28 de dezembro de 1993, Artigos 27 a 35 da Lei Complementar nº 017/99, de 29 de dezembro de 1999 e Lei Complementar nº 129/2014;

CONSIDERANDO o princípio constitucional da continuidade do serviço público;

CONSIDERANDO a ordem de classificação no Processo Seletivo nº002/2020 para contratação de Professores em caráter temporário para o ano letivo;

RESOLVE:

Artigo 1º - ADMITIR a partir da presente data, de acordo com o Termo de Justificativa em anexo, FARLEY EDUARDA ALVES DA SILVA, matrícula nº 3000, nascida aos 20 de junho de 1990, RG nº 5.646.440 e CPF nº 074.612.789-83, para em Caráter Temporário e por Prazo Determinado, exercer a Função de PROFESSOR DE ARTES I, Referência "A", junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em vaga excedente, Carga Horária Semanal de Trabalho 40h00min (quarenta horas), pelo período de 09 de fevereiro de 2021 a 16 de dezembro de 2021. Com vinculação previdenciária ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social do INSS.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Ludgero-SC, 09 de fevereiro de 2021.



# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### CONTRATO ADM 06/2021 FMS - CRISTIANO BECKER FISIOTERAPIA NEUROPEDIATRICA LTDA

Publicação Nº 2877858

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.06/2021 FMS  
Contrato de Prestação de Serviço.

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. VANDERLEI BONALDO, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob nº. 043.822.729-80 e Carteira de Identidade nº. 4.188.341-SESPDC/SC, residente e domiciliado na Rua São Luis nº 1422 nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC e Comarca de Maravilha/SC, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa CRISTIANO BECKER FISIOTERAPIA NEUROPEDIÁTRICA LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida na AV do canal, 283, Centro, Cunha Porã/SC, inscrito no CNPJ sob nº. 04.949.280/0001-30, neste ato representado pela sua sócia proprietária Leila Cristina Jahnel Becker, brasileira, residente e domiciliado no Município de Cunha Porã - SC, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do presente, de acordo com o Edital do Processo Licitatório nº. 03/2021 FMS, pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, COM PROFISSIONAL(IS) FORMADO(S) EM FISIOTERAPIA, PARA REALIZAR SESSÕES DE FISIOTERAPIA PELO MÉTODO CUEVAS MEDEK EXERCISES, conforme quantidade e especificações a seguir.

Item	Qnt	Und	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	530	Ser	Sessões de fisioterapia pelo método Cuevas Medek Exercises, com profissional devidamente habilitado para o método, duração de 45 minutos cada sessão, com todo o material necessário para a realização da sessão. As sessões serão realizadas na casa do paciente ou local determinado pelo Secretario de Saúde.	160,00	84.800,00

#### CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDICÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

##### DO PREÇO

I - O preço total do(s) item(ns) adjudicado(s) é de R\$ 84.800,00 (Oitenta e quatro mil e oitocentos reais), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

##### DA FORMA DE PAGAMENTO

I - O pagamento será efetuado até o 10º dia útil após a liquidação, de forma fracionada, no exato valor de sessões de fisioterapia pelo método Cuevas Medek realizadas, em moeda nacional, mediante depósito bancário, apresentação do relatório solicitado no item 11.2 do Edital e da Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação pelo departamento financeiro.

II - Para fins de pagamento, é obrigatório a apresentação de planilha, assinada pelo fiscal do contrato, onde conste os dados solicitados no item 11.2 do Edital.

##### DO REAJUSTAMENTO.

I - Os preços apresentados não sofrerão nenhum tipo de reajuste ou reequilíbrio para o ano de 2021, salvo em caso de renovação onde poderão ser aplicados ao final de 12 (doze) meses, os índices médios dos últimos 12 meses do INPC.

II - O contrato poderá ser renovado por único e exclusivo interesse da administração municipal, com o consentimento da contratada, por até 60 (sessenta) meses.

##### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento da presente licitação, correrão por conta do elemento orçamentário:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação.	Descrição
2.035 - Manutenção das atividades Da Saúde	33900000000000	Aplicações diretas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

I - O prazo de vigência deste Instrumento é de 01/03/2021 a 01/03/2022, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por até 60 (sessenta) meses, por interesse do Contratante, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

#### CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Realizar a prestação dos serviços, objeto do presente contrato, nos prazos e condições previstos no Edital e no Contrato.

II - Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos.

III - Cumprir fielmente os horários e chamados estipulados no objeto.

IV - Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

V - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento do que se refere o objeto do presente contrato.

VII - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

VIII - Atender os beneficiados com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços.



IX - Fazer-se representar, e manter durante a vigência contratual, profissional habilitado, para o bom andamento do objeto do presente contrato.

X - Cumprir os horários estipulados no objeto quando da realização dos serviços.

XI - Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes, alimentação, hospedagem, ...e demais custos que se fizerem necessários para a execução dos serviços contratados.

XII - O presente contrato não será, de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com a(o) contratada(o), seus colaboradores, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

XII - Prestar os serviços, objetos da presente licitação, exclusivamente, por profissionais habilitados e que compõem o quadro de colaboradores da Contratada, sendo vedado a subcontratação e terceirização dos serviços.

XIV - Atuar de forma que os serviços sejam executados sem quaisquer vínculos com o Município de São Miguel da Boa Vista/SC.

XV - Responsabilizarem-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigida por força da lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital.

XVI - Responder, civil e criminalmente, por eventuais encargos trabalhistas e pelos danos que a empresa e seus colaboradores causarem a administração e a terceiros, isentando a Contratante de quaisquer responsabilidades.

XVII - É da contratada a responsabilidade civil e criminalmente pelos danos que possam causar aos pacientes em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custos para reparação dos mesmos.

XVIII - Indenizar a Contratante por todos os prejuízos que esta vir a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

XX - Realizar as sessões de fisioterapia pelo método Cuevas Medek Exercises na casa do paciente ou em local pré-determinado pelo Secretário Municipal de Saúde, sendo que o profissional deverá dispor de todos os aparatos necessários para a realização dos serviços, e as despesas decorrentes de deslocamento e demais despesas serão por conta do profissional.

XXI - A Contratada se obriga a executar os serviços contratados, nos prazos previstos e nas condições contratadas, sob pena de incorrer nas sanções administrativas fixadas no Edital e na Ata.

XXII - Proceder com a assinatura do contrato/Ata imediatamente após a sessão, assim que obtiver a confirmação do item adjudicada em favor da empresa a qual representa.

XXIII - Para receber os valores, a Contratada deverá apresentar, mensalmente, junto com a nota fiscal, planilha assinada pelo Secretário da Pasta, pelo(a) paciente e/ou seu responsável, onde conste o local, o(s) dia(s) e hora(s) onde o(a) contratada efetuou os serviços, o tipo de serviços realizados, o período de duração e a aparelhagem utilizada e, ainda, cópia da prescrição médica que determinou a realização dos serviços.

XXIV - Os colaboradores da Contratada deverão, obrigatoriamente, laborar com EPIs, os quais deverão ser fornecidos pela Contratada, que também deverá exigir o uso.

XXV - Orientar, fiscalizar e determinar que seus colaboradores executem os serviços com zelo e cuidados necessários.

XXVI - Acatar as sugestões do Fiscal do Contrato e determinar que seus colaboradores executem, prontamente, os serviços solicitados pela Administração.

XXVII - Comunicar ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato, nos casos estabelecidos no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

XXVIII - Cumprir todas as demais obrigações constantes no edital do Processo Licitatório nº. 03/2021 FMS e seus anexos.

#### CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

I - Fiscalizar a execução/entrega do objeto deste Edital, através do Secretário da Pasta Municipal, conforme decreto 31/2017, ora nominado fiscal do contrato, o qual deverá exigir qualidade dos serviços, o cumprimento dos prazos e fazendo cumprir todas as cláusulas deste Edital e do Contrato/Ata, aplicando, sempre que necessário, as sanções cabíveis.

II - efetuar os pagamentos à Contratada.

III - aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais

#### CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

I - O pagamento será efetuado até o 10º dia útil após a liquidação, de forma fracionada, no exato valor de sessões de fisioterapia pelo método Cuevas Medek realizadas, em moeda nacional, mediante depósito bancário, apresentação do relatório solicitado no inciso II, desta Clausula e item 11.2 do Edital, e da Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação pelo departamento financeiro.

II - Juntamente com a Nota Fiscal (todo mês), é obrigatório a apresentação de planilha, assinada pela Secretária da Pasta, pelo(a) paciente e/ou seu responsável e o fiscal do contrato, onde conste o local, o(s) dia(s) e hora(s) onde o(a) contratada efetuou os serviços, o tipo de serviços realizados, o período de duração e a aparelhagem utilizada, cópia da prescrição médica que determinou a realização dos serviços, para fins de efetivo pagamento.

III - A critério da Contratante, poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

IV - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

V - O objeto licitado deve estar dentro das características solicitadas, sob pena do não pagamento da respectiva nota fiscal correspondente.

#### CLAUSULA SETIMA - DAS SANÇÕES - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

I - A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

II - Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das



informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

II.I - advertência;

II.II - multas:

- a) Desconto, proporcional, quando do não cumprimento do tempo estipulado no edital para cada serviço;
- b) Multa de 03% (três por cento) sobre o valor total do contrato, por sessão que o profissional atrasar ou remarcar, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- d) Multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total do contrato pela recusa injustificada em assinar o termo contratual, ou por rescisão unilateral por interesse ou culpa da contratada.
- e) No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.
- f) No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.
- g) O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- h) As sanções previstas inciso II.I da cláusula sexta poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.II.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

I - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93.

Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
  - b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
  - c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
  - d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
  - e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
  - f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
  - g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
  - h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
  - i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
  - j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;
  - k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- II) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
  - n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;
  - o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;
  - p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

III - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

#### CLAUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas vias ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista/SC, 22 de fevereiro de 2021.

VANDERLEI BONALDO Prefeito Municipal	CRISTIANO BECKER FISIOTERAPIA NEUROPEDIÁTRICA LTDA CNPJ sob nº. 04.949.280/0001-30 Representante Legal
---	--

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 06/2021 fms  
Contrato de Prestação de Serviço



# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO 9.481 ALTERA DECRETO N. 9.480 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2878810

DECRETO Nº 9.481/2021

ALTERA O ART. 2º, DO DECRETO 9.480/2021, QUE FIXA DATA E HORÁRIO PARA REALIZAÇÃO DE Audiência Pública DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2020, do Fundo Municipal da Saúde, referida no Art. 36, da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Art. 72, VII, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Art. 2º do Decreto n. 9.480/2021, de 19 de fevereiro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fixa a data de 26 de Fevereiro do corrente exercício financeiro de 2021, com início logo após ao término da Audiência Pública de que trata o Art. 1º deste Decreto e acesso pelo mesmo link daquela audiência, no Salão Nobre do Centro Administrativo do Município de São Miguel do Oeste, sito à Rua Marcílio Dias, nº 1199, Centro, para realização da Audiência Pública de prestação de contas do 3º Quadrimestre de 2020, do Fundo Municipal da Saúde, referida no Art. 36, da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 22 de fevereiro de 2021.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Douglas Arcari

Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

### PORT.0272 - JULIANA ROCESSKI - DESIGNAR

Publicação Nº 2878216

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0272/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerando o memorando 4438/2021, com a solicitação de exoneração do cargo de Diretor de Unidade Escolar da servidora Dalvana Gallina Mulinari.

Considerando o mesmo memorando com a solicitação de nomeação da servidora efetiva Juliana Recesski, para o cargo de Diretor de Unidade Escolar junto a EMEIEF Atílio Luiz Calza.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva JULIANA ROCESSKI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 007.175.159-90, RG 4207306 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR, 40 horas semanais, junto a EMEIEF Atílio Luiz Calza, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta referida no “caput” do artigo anterior são aquelas estabelecidas na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013.

Art. 4º Esta portaria tem efeito retroativo a 18 de fevereiro de 2021.



Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 22 de fevereiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

## **PORT.0273 - ANA JULIA JOAQUIM - CONTRATAR EM CARATER TEMPORÁRIO**

Publicação Nº 2878219

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0273/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII e X do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pela LCM 024/2013 e suas alterações;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;  
CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;  
CONSIDERANDO que a Constituição Federal no Art. 6º assevera que dentro outros a educação é um direito social, sendo competência comum aos municípios proporcionar meios de acesso à educação;  
CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura que a Educação é direito de todos e dever do Estado e que são de relevância pública as ações e serviços de educação e que as aulas não podem ser interrompidas;  
CONSIDERANDO a necessidade licenças de saúde e demais previstas na legislação nacional e municipal de servidoras efetivas, exigindo a contratação profissional em caráter temporário;  
CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo 002/2020, homologado em 29 de janeiro de 2021;  
CONSIDERANDO o memorando 3.199/2021, da Secretaria Municipal de Educação, informando a contratação dos servidores temporário a partir de 16 de fevereiro de 2021;  
CONSIDERANDO que a servidora Gabriela Ketliim de Souza Ruedel, de acordo com a Portaria SAFGP/DDP nº 127/2021 de 29 de janeiro de 2021, faz parte do grupo de risco da Covid-19 por ser gestante e deve exercer suas atividades em teletrabalho;  
CONSIDERANDO o pedido de desistência de vaga da candidata Débora dos Passos (memorando 4.067/2021).  
CONSIDERANDO o memorando 4771/2021 com a solicitação de contratação da senhora Ana Julia Joaquim.

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO a Sra. ANA JULIA JOAQUIM, pelo regime Estatutário, ACT, aprovado no Processo Seletivo 02/2020, para ocupar o cargo de Professor, na disciplina de Língua Portuguesa, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, sendo 20 horas semanais na EMEIEF Padre José de Anchieta e 20 horas EMEIEF Waldemar Antonio Von Dentz, no período de 22 de fevereiro de 2021 até que perdure as medidas restritivas para o enfrentamento da pandemia pelo coronavírus – COVID-19 ou até o retorno da titular da licença maternidade ou até o final do ano letivo de 2021.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012.

Art. 3º O Regime Jurídico Único aplicável ao servidor é o Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 22 de fevereiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo



**PORT.0274 - EDELI DE FATIMA BORTOLI THIEL - CONTRATAR EM CARATER TEMPORÁRIO**

Publicação Nº 2878222

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0274/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII e X do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pela LCM 024/2013 e suas alterações;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal no Art. 6º assevera que dentro outros a educação é um direito social, sendo competência comum aos municípios proporcionar meios de acesso à educação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura que a Educação é direito de todos e dever do Estado e que são de relevância pública as ações e serviços de educação e que as aulas não podem ser interrompidas;

CONSIDERANDO a necessidade licenças de saúde e demais previstas na legislação nacional e municipal de servidoras efetivas, exigindo a contratação profissional em caráter temporário;

CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo 002/2020, homologado em 29 de janeiro de 2021;

CONSIDERANDO o memorando 3.199/2021, da Secretaria Municipal de Educação, informando a contratação dos servidores temporário a partir de 16 de fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de servidores para atuarem como itinerantes junto a Secretaria Municipal de Educação, devido a concessão de licenças e afastamento por atestado médico;

CONSIDERANDO desistência de vaga da candidata Bruna Eliza Dal Magro (protocolo 1.873/2021).

CONSIDERANDO o memorando 4767/2021 com a solicitação de contratação da senhora Edeli de Fátima Bortoli Thiel.

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO a Sra. EDELI DE FÁTIMA BORTOLI THIEL, pelo regime Estatutário, ACT, aprovado no Processo Seletivo 02/2020, para ocupar o cargo de Professor, na área de Ensino Fundamental Anos Iniciais, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, como itinerante na Secretaria Municipal de Educação, no período de 22 de fevereiro de 2021 até a necessidade de contratação de itinerante ou até o final do ano letivo de 2021.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012.

Art. 3º O Regime Jurídico Único aplicável ao servidor é o Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 22 de fevereiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

**PROCESSO Nº 02/2021 AGRICULTURA**

Publicação Nº 2879233

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PISCICULTURA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Piscicultura do Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário de Agricultura, Pecuária e Piscicultura, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item.

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de sementes para cobertura e pastagens de inverno certificadas e fiscalizadas para agricultores do Município de São Miguel do Oeste/SC, conforme Lei Municipal nº 7.660/2019, que instituiu o "Programa Agora é Crescer", que abrange o programa de sementes para cobertura e pastagens de inverno, de acordo com o anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 26 de fevereiro de 2021 às 08h15min do dia 10 de março de 2021.

Abertura da sessão pública: Às 08h30min do dia 10 de março de 2021.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br).



São Miguel do Oeste/SC, 23 de fevereiro de 2021.  
ANTÔNIO JOSÉ ORSO  
Secretário de Agricultura, Pecuária e Piscicultura

**PROCESSO Nº 29/2021 PREFEITURA**

Publicação Nº 2877651

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2021  
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para adequação de acessibilidade integral da Escola Marechal Arhtur da Costa e Silva, localizada na Rua Sete de Setembro, Bairro Salete, Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I do edital, memorial descritivo, orçamentos, cronograma físico-financeiro e projetos, partes integrantes deste processo licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 16 de março de 2021.

Abertura: Às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006 e o edital consta na íntegra no site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 23 de fevereiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

**PROCESSO Nº 30/2021 PREFEITURA**

Publicação Nº 2878855

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2021

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade dispensa de licitação tendo como objeto a contratação de instituição especializada em prestação de serviços de assessoria e consultoria pedagógica destinadas a equipe pedagógica da Rede Municipal de Ensino de São Miguel do Oeste/SC para o ano de 2021, de acordo com o termo de referência do edital.

Contratado: Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina.

CNPJ: 84.592.369/0006-35.

Valor total de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais).

Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 23 de fevereiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas.



**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO CONTRATO 03/2021 - MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA**

Publicação Nº 2878161

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2021

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte contrato:  
Contrato nº 003/2021, Processo Licitatório nº 008/2021, Pregão nº 005/2021.

OBJETO: Contratação de empresa para locação de equipamentos de impressão e cópias para a Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, nos termos e condições constantes no edital de Pregão Presencial 05/2021 e seus anexos.

VALOR: R\$ 5.110,00 (cinco mil e cento e dez reais).

VIGÊNCIA: de 1º de março de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

EMPRESA: Maxcopy Equipamentos e Suprimentos Ltda (CNPJ 00.956.777/0001-24).

São Miguel do Oeste/SC, 23 de fevereiro de 2021.

VANIRTO JOSÉ CONRAD

Presidente da Câmara de Vereadores.

**EXTRATO CONTRATO 04/2021 - HD COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA**

Publicação Nº 2878177

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2021

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte contrato:  
Contrato nº 004/2021, Processo Licitatório nº 008/2021, Pregão nº 005/2021.

OBJETO: Contratação de empresa para locação de equipamentos de impressão e cópias para a Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, nos termos e condições constantes no edital de Pregão Presencial 05/2021 e seus anexos.

VALOR: R\$ 3.760,00 (três mil e setecentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: de 1º de março de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

EMPRESA: HD Comércio e Serviços de Equipamentos e Suprimentos de Informática Ltda (CNPJ 12.919.652/0001-03).

São Miguel do Oeste/SC, 23 de fevereiro de 2021.

VANIRTO JOSÉ CONRAD

Presidente da Câmara de Vereadores.



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### EDITAL CHAMADA PUBLICA Nº 11/2021 - EDUCAÇÃO - MOTORISTA

Publicação Nº 2877862

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 11/2021/EDUCAÇÃO

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APRESENTA O PRESENTE EDITAL.

Para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público, torna público que estão aberta as inscrições de Chamada Pública para processo seletivo de formação de **cadastro de reserva** para selecionar candidatos para ocupar o cargo de **MOTORISTA II** por prazo determinado, conforme observando as especificações constantes deste Edital.

Cronograma:

22/02/2021	Publicação da Chamada Pública
24/02/2021	Inscrição e Classificação
Conforme a necessidade	Admissão

**Art. 1º** Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, o Edital de Chamada Pública para **cadastro reserva** de Motorista II para atuar no transporte escolar do município.

**Art. 2º** Os/as interessados(as) deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação do Município de São Pedro de Alcântara, munidos de documentos pessoais e comprovantes de atuação e escolaridade no dia **24 de fevereiro de 2021, das 9h00 às 9h30**.

**Art. 3º** - São de exclusiva responsabilidade do(s) candidato(s) classificado(s) a apresentação e a entrega da documentação comprobatória exigida abaixo no momento da contratação

1 – Identidade

2 - CPF



- 3 - Carteira Trabalho/PIS PASEP
- 4 - Título de Eleitor/ Quitação Eleitoral
- 5 - Certificado de Reservista
- 6 - Títulos Escolares
- 7 - Certidão de Casamento
- 8 - Certidão Filhos menores de 14 anos e CPF
- 9 - Atestado de Saúde
- 10 - 01 Foto 3 x 4 atual
- 11 - Carteira de Habilitação
- 12 - Comprovante de Residência (atual)
- 13 - Declaração de bens
- 14 - Declaração de Acumulação
- 15 - Conta Banco Brasil
- 16 - Declaração Penalidades
- 17 - Folha Corrida Judicial
- 18 - Qualificação e-social

Parágrafo Único - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento, das 8h às 11h30 e das 13h às 17h ou através do telefone (48) 3277-0122 - ramal 221.

**Art. 4º** A vaga ofertada tem como pré-requisito: Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D/E e Curso para Condução de Passageiros para Transporte Escolar.

**Art. 5º** Havendo mais de um(a) interessado(a) pela vaga serão adotados os seguintes critérios de desempate:

- I - Tempo de serviço na área;



II - Havendo empate no critério acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

§ 1º Para o critério de desempate em tempo de serviço como Motorista de transporte escolar o(a) candidato(a) deverá possuir um comprovante do tempo de sua atuação. A não apresentação de tal documentação, no ato da classificação é de caráter eliminatório.

§ 2º Para contratação, os candidatos estarão sujeitos à prova prática.

São Pedro de Alcântara, 22 de fevereiro de 2021.

Rosangela Maria Laurentino  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



## ANEXO I

## Quadro de Vagas

CARGO	Nº VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	VALOR HORA/AULA (R\$)	CARGA HORÁRIA
Motorista II –	<b>*CR</b>	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D/E e Curso para Condução de Passageiros para Transporte Escolar.	1.647,80	40h

**\*CR – Cadastro Reserva**



**EDITAL CHAMADA PUBLICA Nº 12/2021 - EDUCAÇÃO - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Publicação Nº 2877860



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122  
[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [educacao@pmspa.sc.gov.br](mailto:educacao@pmspa.sc.gov.br)

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 12/2021/EDUCAÇÃO**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APRESENTA O PRESENTE EDITAL.

Considerando que os candidatos aprovados e classificados para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais no Processo Seletivo Nº 001/2018 (prorrogado pela Lei 1.313 de 29 de outubro de 2020) não se apresentaram perante esta Secretaria de Educação, tendo sido considerados desistentes, é que, para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público, torna público que estão abertas as inscrições de Chamada Pública para processo seletivo de formação de **cadastro de reserva** para selecionar candidatos para ocupar o cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, conforme observadas as especificações constantes deste Edital.

Cronograma:

22/02/2021	Publicação da Chamada Pública
24/02/2021	Inscrição e Classificação
Conforme a necessidade	Admissão

Art. 1º Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, o Edital de Chamada Pública para **cadastro reserva** de **Auxiliar de Serviços Gerais** para atuar na rede pública municipal de ensino.

Parágrafo Único - Tal edital se faz necessário devido à vaga remanescente não preenchida por servidores efetivos e por candidatos que foram classificados no Processo Seletivo Nº 001/2018.



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA****SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [educacao@pmspa.sc.gov.br](mailto:educacao@pmspa.sc.gov.br)

**Art. 2º** Os/as interessados(as) deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação do Município de São Pedro de Alcântara, munidos de documentos pessoais e comprovante de escolaridade no dia 24 de fevereiro de 2021, das 13h30 às 14h00.

**Art. 3º** A vaga ofertada tem como pré-requisito o Ensino Fundamental incompleto (4ª Série).

**Art. 4º** São de exclusiva responsabilidade do(s) candidato(s) classificado(s) a apresentação e a entrega da documentação comprobatória exigida abaixo no momento da contratação:

- 1 – Identidade
- 2 - CPF
- 3 - Carteira Trabalho/PIS PASEP
- 4 - Título de Eleitor/ Quitação Eleitoral
- 5 - Certificado de Reservista
- 6 - Títulos Escolares
- 7 - Certidão de Casamento
- 8 - Certidão Filhos menores de 14 anos e CPF
- 9 - Atestado de Saúde
- 10 - 01 Foto 3 x 4 atual
- 11 - Carteira de Habilitação
- 12 - Comprovante de Residência (atual)
- 13 - Declaração de bens
- 14 - Declaração de Acumulação
- 15 - Conta Banco Brasil
- 16 - Declaração Penalidades
- 17 - Folha Corrida Judicial
- 18 - Qualificação e-social

Parágrafo Único - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, localizado





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122  
[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [educacao@pmspa.sc.gov.br](mailto:educacao@pmspa.sc.gov.br)

no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento, das 8h às 11h30 e das 13h às 17h ou através do telefone (48) 3277-0122 - ramal 221.

**Art. 5º** Havendo mais de um(a) interessado(a) pela vaga serão adotados os seguintes critérios de desempate:

I - Tempo de serviço na área; havendo empate;

II - Havendo empate no critério acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

Parágrafo Único - Para o critério de desempate em tempo de serviço como Auxiliar de Serviços Gerais, o(a) candidato(a) deverá possuir um comprovante do tempo de sua atuação. A não apresentação de tal documentação, no ato da classificação é de caráter eliminatório.

São Pedro de Alcântara, 22 de fevereiro de 2021.

Rosangela Maria Laurentino  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122  
[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [educacao@pmspa.sc.gov.br](mailto:educacao@pmspa.sc.gov.br)

## ANEXO I

## Quadro de Vagas

CARGO	Nº VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	VALOR VENCIMENTO (R\$)	CARGA HORÁRIA
Auxiliar de Serviços Gerais	*CR	Ensino Fundamental incompleto (4ª. Série)	1.162,38	40h

**\*CR- Cadastro Reserva**



**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 10/2021/EDUCAÇÃO PARA PROFESSOR DE INFORMÁTICA - \*NOTAR QUE ESTE EDITAL FOI PUBLICADO NO DIA 19/02/2021 NO SITE OFICIAL DA PREFEITURA**

Publicação Nº 2879713



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0122  
[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) [educacao@pmspa.sc.gov.br](mailto:educacao@pmspa.sc.gov.br)

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 10/2021/EDUCAÇÃO**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APRESENTA O PRESENTE EDITAL.

Considerando que os candidatos aprovados e classificados para o cargo de Professor de Informática Educativa no Processo Seletivo Nº 001/2018 (prorrogado pela Lei 1.313 de 29 de outubro de 2020) não se apresentaram perante esta Secretaria de Educação, tendo sido considerados desistentes, é que, para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público, torna público que estão abertas as inscrições de Chamada Pública para processo seletivo de formação de **cadastro de reserva** para selecionar candidatos para ocupar o cargo de **PROFESSOR DE INFORMÁTICA EDUCATIVA**, conforme observadas as especificações constantes deste Edital.

Cronograma:

19/02/2021	Publicação da Chamada Pública
23/02/2021	Inscrição e Classificação
Conforme a necessidade	Admissão

Art. 1º Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, o Edital de Chamada Pública para **cadastro reserva** de **Professor de Informática Educativa** para atuar na rede pública municipal de ensino.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0122

[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) [educacao@pmspa.sc.gov.br](mailto:educacao@pmspa.sc.gov.br)

Parágrafo Único - Tal edital se faz necessário devido à vaga remanescente não preenchida por servidores efetivos e por professores que foram classificados no Processo Seletivo Nº 001/2018.

**Art. 2º** Os/as interessados(as) deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação do Município de São Pedro de Alcântara, munidos de documentos pessoais e comprovantes de graduação e títulos escolares no dia 23 de fevereiro de 2021, das 14h00min as 14h:30min.

**Art. 3º** A vaga ofertada tem como pré-requisito o título de Curso Superior Completo em Informática Educativa – Licenciatura Plena.

**Art. 4º** São de exclusiva responsabilidade do(s) candidato(s) classificado(s) a apresentação e a entrega da documentação comprobatória exigida abaixo no momento da contratação:

- 1 – Identidade
- 2 - CPF
- 3 - Carteira Trabalho/PIS PASEP
- 4 - Título de Eleitor/ Quitação Eleitoral
- 5 - Certificado de Reservista
- 6 - Títulos Escolares
- 7 - Certidão de Casamento
- 8 - Certidão Filhos menores de 14 anos e CPF
- 9 - Atestado de Saúde
- 10 - 01 Foto 3 x 4 atual
- 11 - Carteira de Habilitação
- 12 - Comprovante de Residência (atual)
- 13 - Declaração de bens
- 14 - Declaração de Acumulação
- 15 - Conta Banco Brasil
- 16 - Declaração Penalidades
- 17 - Folha Corrida Judicial





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0122  
[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) [educacao@pmspa.sc.gov.br](mailto:educacao@pmspa.sc.gov.br)

**18 - Qualificação e-social**

Parágrafo Único - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento, das 8h às 11h30 e das 13h às 17h ou através do telefone (48) 3277-0122 - ramal 221.

**Art. 5º** Havendo mais de um(a) interessado(a) pela vaga serão adotados os seguintes critérios de desempate:

- I – Título de pós-graduação, na área de atuação; havendo empate;
- II - Tempo de serviço na área; havendo empate;
- III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

Parágrafo Único - Para o critério de desempate em tempo de serviço como Professor(a) de Informática Educativa, o(a) candidato(a) deverá possuir um comprovante do tempo de sua atuação. A não apresentação de tal documentação, no ato da classificação é de caráter eliminatório.

São Pedro de Alcântara, 19 de fevereiro de 2021.

Rosangela Maria Laurentino  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0122

[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) [educacao@pmspa.sc.gov.br](mailto:educacao@pmspa.sc.gov.br)

**ANEXO I**

<b>CARGO</b>	<b>Nº VAGAS</b>	<b>ESCOLARIDADE MÍNIMA</b>	<b>VALOR HORA/AULA (R\$)</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Professor Horista Habilitado – Informática Educativa	<b>*CR</b>	Licenciatura Plena em Informática Educativa	19,05 mais 25% de regência	A definir

**\*CR- Cadastro Reserva**



# Saudades

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ADITIVO Nº 003/2021 CONTRATO Nº 048/2020

Publicação Nº 2879683

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2020

CONTRATO Nº 48/2020

DATA: 17/07/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE SAUDADES  
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUTAR AMPLIAÇÃO E REFORMA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES DO DISTRITO DE JUVÊNCIO, ÁREA DE 177,40M2, TUDO DE ACORDO COM PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORCAMENTO GERAL, CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO E DEMAIS ANEXOS AO PROJETO.

ALTERAÇÃO: ADITIVO DE VALOR E SUPRESSÃO AO CONTRATO.

SERVIÇOS A SEREM ADITIVADOS = R\$ 7.247,92

SERVIÇOS A SEREM SUPRIMIDOS = R\$ 2.880,36

SALDO A SER ADITIVADO AO CONTRATO = R\$ 4.367,56.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 57, § 1º Inciso IV e Artigo 65, Inciso I, letras "a e b" da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ALTERAÇÃO: 12/02/2021

DATA DO NOVO VENCIMENTO: 20/02/2021

MACIEL SCHNEIDER  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE ATA Nº 010/2021

Publicação Nº 2879576

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2021.

EXTRATO DE ATA Nº10/2021

RELAÇÃO DE MATERIAL REGISTRADO COM A EMPRESA:

Nome do Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02 Inscrição Estadual: 253.149.995 Inscrição Municipal:

Endereço: ESTRADA BOA ESPERANÇA nº 2320 Bairro: FUNDO CANOAS

Cidade: RIO DO SUL Estado: SC CEP: 89163-554

Telefone/Fax: (47)3520-9000 E-mail: vendas3@altermed.com.br

Representante

Legal:

MAICON

CORDOVA

PEREIRA

Lote	Item	Especificação	Marca	Quant.	Unid.	Valor Unidade R\$
1	8	DISPENSER PARA ALCOOL GEL 70, PORTA SABONETE LÍQUIDO CAPACIDADE 800ML, FEITA DE RESINA PLÁSTICA E PIGMENTOS.	PREMISSE	80	UN	19,69

Saudades, 18 de fevereiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DE ATA Nº 011/2021**

Publicação Nº 2879579

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2021.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2021.

EXTRATO DE ATA Nº11/2021

RELAÇÃO DE MATERIAL REGISTRADO COM A EMPRESA:

Nome do Fornecedor: SCS COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 13.995.853/0001-52 Inscrição Estadual: 256470324 Inscrição Municipal:

Endereço: RUA SANTA CATARINA nº 813 Bairro: CENTRO

Cidade: MARAVILHA Estado: SC CEP: 89874-000

Telefone/Fax: 49-3664-1726 E-mail: SCS.MH@BOL.COM.BR

Representante

Legal:

SOLANGE

C.

SCHMELFENIG

Lote	Item	Especificação	Marca	Quant.	Unid.	Valor Unidade R\$
1	15	PAPEL TOALHA FOLHA SIMPLES BRANCA COM- POSIÇÃO 100% FIBRAS NATURAIS, PACOTE COM 06 ROLOS DE 200Mx20CM.	FRACIPEL	50	FD	98,00

Saudades, 18 de fevereiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA Nº 012/2021**

Publicação Nº 2879581

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2021.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2021.

EXTRATO DE ATA Nº12/2021

RELAÇÃO DE MATERIAL REGISTRADO COM A EMPRESA:

Nome do Fornecedor: BUGRE COMERCIAL EIRELI

CNPJ: 35.088.051/0001-00 Inscrição Estadual: Inscrição Municipal:

Endereço: MARECHAL FLORIANO nº 1130 Bairro: ESTRELA

Cidade: SÃO MIGUEL DO OESTE Estado: SC CEP: 00000-000

Telefone/Fax: 4936221248 E-mail:

Representante

Legal:

IVONI

PAULINO

BOFF

Lote	Item	Especificação	Marca	Quant.	Unid.	Valor Unidade R\$
1	14	SABONETE LIQUIDO EMBALAGEM DE 5 LITROS, COMPOSIÇÃO LAURIL ÉTER SULFA- TO DE SÓDIO, COCAMIDO, ÁCIDO CITRICO, TENSOATIVO, ESPESSANTE, CONSERVANTE, FRAGÂNCIA, CORANTE E VEÍCULO. COM RE- GISTRO NA ANVISA..	SIPROLIMP	50	UN	14,49

Saudades, 18 de fevereiro de 2021.

MACIAL SCHNEIDER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA Nº 015/2021**

Publicação Nº 2879583

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2021.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2021.

EXTRATO DE ATA Nº15/2021

RELAÇÃO DE MATERIAL REGISTRADO COM A EMPRESA:

Nome do Fornecedor: LUCIANO DAMASIO DOS SANTOS EIRELI

CNPJ: 27.644.873/0001-93 Inscrição Estadual: Inscrição Municipal:

Endereço: Rua Capitão Cassiano Ricardo de Toledo nº 98 Bairros: Chácara Urbana

Cidade: JUNDIAÍ Estado: SP CEP: 13201-840



Telefone/Fax: 1192870441 E-mails: luciano@spl.med.br

Representante

Legal:

LUCIANO

DAMÁSIO

DOS

SANTOS

Lote	Item	Especificação	Marca	Quant.	Unid.	Valor Unidade R\$
1	1	MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL DESENVOLVIDA EM ACETATO 0,25 MM, HASTE EM PVC FLEXÍVEL E CONFORTÁVEL, COM ELÁSTICO AJUSTÁVEL À CABEÇA. ALTAMENTE HIGIÊNICA, PODENDO SER DESINFETADA COM ÁLCOOL 70%.	CIA LASER	100	UN	5,49
1	3	JALECO LAMINADO IMPERMEÁVEL (FALSO TECIDO DE FILAMENTOS SINTÉTICOS LAMINADO LAM PE NRES BRANCO + NT 100% PP FOB BRA 50G/M² 200MM 500M PP+PE). DIMENSÕES: 1,40 X 1,17M (C X L). TAMANHO P, M, G, GG, EG.	GLOBODESK	10	UN	17,80
1	6	TERMOMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO DE TESTA ADULTO E INFANTIL, DISPLAY LCD COM LUZ DE FUNDO DE 3 CORES, ALIMENTAÇÃO 2 PILHAS AAA, COM REGISTRO NA ANVISA.	KZED	32	UN	54,80
1	7	TERMOMETRO DIGITAL PARA USO ORAL OU AXILAR ADULTO E/OU INFANTIL, RESISTENTE A ÁGUA, BEEP SONORO INDICANDO FIM DA MEDIÇÃO, MEMÓRIA DA ULTIMA MEDIÇÃO, BATERIA DE LONGA DURAÇÃO.	INCONTERM	10	UN	18,50
1	9	LIXEIRA PLASTICA COM TAMPA BASCULANTE, CAPACIDADE 20 LITROS MEDIDAS APROXIMADAS 40X30X75CM.	SANREMO	50	UN	63,50

Saudades, 18 de fevereiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA Nº 016/2021**

Publicação Nº 2879585

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2021.

EXTRATO DE ATA Nº16/2021

RELAÇÃO DE MATERIAL REGISTRADO COM A EMPRESA:

Nome do Fornecedor: MARCELO SIMONI ME

CNPJ: 04.664.811/0001-48 Inscrição Estadual: Inscrição Municipal:

Endereço: RUA MANOEL TEIXEIRA nº 50 Bairros: CENTRO

Cidade: TAPEJARA Estado: RS CEP: 99950-000

Telefone/Fax: (54) 3344-1552 E-mails: atendimento.simoni@gmail.com

Representante

Legal:

MARCELO

SIMONI

Lote	Item	Especificação	Marca	Quant.	Unid.	Valor Unidade R\$
1	4	TAPETE SANITIZANTE ANTI COVID, ANTI-DERRAPANTE, 40X40% BORRACHA RECICLADA DE ALTA DURABILIDADE.	SIMONI	10	UN	37,50

Saudades, 18 de fevereiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal



**EXTRATO DE ATA Nº 017/2021**

Publicação Nº 2879598

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2021.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 182/2021.

EXTRATO DE ATA Nº17/2021

RELAÇÃO DE MATERIAL REGISTRADO COM A EMPRESA:

Nome do Fornecedor: THEISEN DETONAÇÕES LTDA ME

CNPJ: 10.296.926/0001-20 Inscrição Estadual: 256.363.668 Inscrição Municipal: 7210

Endereço: AVENIDA 29 DE SETEMBRO nº 500 Bairro: Centro

Cidade: CUNHATAÍ Estado: SC CEP: 89886-000

Telefone/Fax: (49) 3338-0066 E-mail: theisendetonacoes@hotmail.com

Representante

Legal:

SILVANI

BILHA

TEISEN

Lote	Item	Especificação	Marca	Quant.	Unid.	Valor Unidade R\$
1	1	SERVIÇO DE PERFURAÇÃO LINEAR DE ROCHA (DIÂMETRO DE FURO 2.5") E DETONAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E OUTROS ACESSÓRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	THEISEN	1.700	MLN	74,50
1	2	SERVIÇO DE PERFURAÇÃO LINEAR DE ROCHA (DIÂMETRO DE FURO 1") E DETONAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E OUTROS ACESSÓRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	THEISEN	1.300	MLN	64,40

Saudades, 19 de fevereiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2021**

Publicação Nº 2879571

EXTRATO CONTRATUAL Nº 15/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADES

CONTRATADO: EMPRESA DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

OBJETO: CONTRATAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL A AGRICULTORES DO MUNICÍPIO.

VALOR: 34.828,00

PRAZO: 31/12/21

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 348/2021

MODALIDADE: DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 315/2021.

SAUDADES SC, 18/02/21

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal



# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2021-FAS

Publicação Nº 2878279

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2021-FAS

PROCESSO Nº. 03/2021-FAS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Óleo de Soja, item que compõe o Benefício Eventual (cesta básica) que é concedido aos usuários da Política de Assistência Social, atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder/SC ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 10 de março de 2021 às 08h45min.

Abertura do Processo: 10 de março de 2021 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 24 de março de 2021.

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2021-PMS

Publicação Nº 2878111

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2021-PMS

PROCESSO Nº. 21/2021-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de hipoclorito de sódio a 12% para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de março de 2021 às 08h45min.

Abertura do Processo: 09 de março de 2021 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 24 de fevereiro de 2021.

Felipe Voigt

Prefeito Municipal



**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2021-PMS**

Publicação Nº 2877970

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2021-PMS

PROCESSO Nº. 24/2021-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de lavagem completa das calçadas, paredes, telhados e janelas das edificações e pátios da para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 08 de março de 2021 às 08h45min.

Abertura do Processo: 08 de março de 2021 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 24 de fevereiro de 2021.

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2019-SEMEC/PMS**

Publicação Nº 2878462

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o (a) Sr. (a) MICHELLE CRISTINA VENERA, inscrito (a) no CPF sob nº. 073.698.199-30, aprovado (a) em 7º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS, para o cargo de PROFESSOR B – CIÊNCIAS para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 25 de fevereiro de 2021, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3.

Schroeder, 23 de fevereiro de 2021.

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

Armélinda Walz Schmitt

Secretária de Educação e Cultura

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 10/2021-PMS**

Publicação Nº 2878419

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 10/2021-PMS

Dispensa nº. 10/2021-PMS

Processo nº. 27/2021-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo



Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.753.029/0001-93, com sede na Rua da Consolação nº 317, Matinho, na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.820-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema de informática para atender as necessidades do setor contábil. Sendo que o sistema deve oferecer ferramentas para confecção das audiências públicas e módulo de gerenciamento para o controle interno, geração e importação de arquivos compatíveis com o sistema contábil, de RH, folha, compras e demais utilizados pela municipalidade., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Locação de sistema informatizado de Controle Interno e Audiência Pública	11	Mês	650,00	7.150,00
TOTAL R\$					7.150,00

Valor do contrato: R\$ 7.150,00 (sete mil cento e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 22/02/2021 Vigência: 31/12/2021

Felipe Voigt  
Prefeito Municipal



## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 07/2021-PMS

Publicação N° 2877763

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 7/2021

Número do Registro de Preços: 7/2021			Data do Registro: 23/02/2021		Válido até: 23/02/2022		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Areia, Brita e material britado, para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental , Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AREIA MEDIA	M³	PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA (8849)		0	69,8400	1
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA (9073)		0	69,8500	2
2	AREIA FINA REBOCO BRANCA/ AMARELA	M³	PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA (8849)		0	79,8000	1
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA (9073)		0	79,8500	2
3	MATERIAL BRITADO ( 50% BRITA Nº 01 E 50% AREIA MEDIA)	M³	PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA (8849)		0	67,8000	1
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA (9073)		0	67,8300	2
			PEDREIRA RIO BRANCO LTDA (6228)		0	68,0000	3
4	Pó de Brita,	M³	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA (6228)		0	54,9500	1
			PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA (8849)		0	54,9800	2
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA (9073)		0	54,9900	3
			BRITAGEM TRES RIOS EIRELI (12705)		0	55,0000	4
5	BRITA NUMERO 01 E/OU 02	M³	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA (6228)		0	54,9800	1
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA (9073)		0	54,9900	2
			PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA (8849)		0	55,0000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2021

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 7/2021		Data do Registro: 23/02/2021		Válido até: 23/02/2022			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Areia, Brita e material britado, para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BRITAGEM TRES RIOS EIRELI (12705)		0	55.0000	4



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2021

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 7/2021							Data do Registro: 23/02/2021		Válido até: 23/02/2022	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Areia, Brita e material britado, para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental , Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Sec										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2021  
PROCESSO Nº 11/2021

- (6228) - PEDREIRA RIO BRANCO LTDA
- (8849) - PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA
- (9073) - COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA
- (12705) - BRITAGEM TRES RIOS EIRELI

Schroeder, 23 de Fevereiro de 2021.



**DECRETO Nº 5.489/2021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878456

**DECRETO Nº 5.489/2021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021**

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.510/2020 de 30 de novembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 17.775,50 (dezessete mil setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

09.02.08.244.0015.2.065 - Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)		
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0051 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica .....	R\$	1.200,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0051 - Material de Consumo .....	R\$	508,45
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0232 - Material de Consumo .....	R\$	490,55
09.02.08.244.0015.2.066 - Proteção Social Básica (CRAS)		
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0043 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica .....	R\$	309,00
3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.03.0231 - Material de Distribuicao Gratuita .....	R\$	15.267,50

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de Fevereiro de 2021.

**FELIPE VOIGT**  
Prefeito Municipal

**DENILSON WEISS**  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

**TÂNIA MARIA ZOZ**  
Secretária Executiva



**DISPENSA 10/2021-PMS**

Publicação Nº 2878353

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 10/2021 - DL**

Processo Nr.: 27/2021  
Data: 23/02/2021

Folha: 1/2

**Fornecedor:** FAEE SUPRIMENTOSE LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Código: 12470

Endereço: Rua RUA CONSOLAÇÃO, Nº 317

Cidade: Xanxerê - SC

CNPJ: 07.753.029/0001-93

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema de informática para atender as necessidades do setor contábil. Sendo que o sistema deve oferecer ferramentas para confecção das audiências públicas e módulo de gerenciamento para o controle interno, geração e importação de arquivos compatíveis com o sistema contábil, de RH, folha, compras e demais utilizados pela municipalidade.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	11,00	Locação de Sistema Informatizado de Controle Interno e Audiência Pública	MÊS	650,00	7.150,00

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

A contratação dos serviços descritos no objeto justifica-se pela necessidade de modernização e melhor operacionalização dos trabalhos realizados pelo setor contábil e controle interno, tendo como objetivo principal proporcionar uma melhor eficiência na geração de relatórios, bem como gerenciamentos dos demais sistemas, reunindo as informações em um único módulo.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 23 de Fevereiro de 2021

-----  
FELIPE VOIGT  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 10/2021 - DL**Processo Nr.:** 27/2021  
**Data:** 23/02/2021

Folha: 2/2

18/02/2021

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 18 de Fevereiro de 2021

**Valor da Despesa:**

7.150,00 (sete mil cento e cinquenta reais)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



## Seara

## PREFEITURA

## EXTRATO DOS CONTRATOS DO MÊS DE JANEIRO DE 2021 - PREFEITURA

Publicação Nº 2878620

Fornecedor	Contrato/ Convênio	Processo Licitatório	Objeto	Data Ini. Vig.	Data Fim Vig.	Valor
LIZ SERVICOS ON-LINE LTDA	1/2021	1/2021	PUBLICAÇÃO ON-LINE DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE SEARA	04/01/2021	31/12/2021	R\$11.842,08
ANTONIO ELITRE VIOTT/SISTEMA ABASTEC.AGUA CARAÍBA	2/2021		FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, PARA UTILIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA INTENDÊNCIA DE CARAÍBA, ESCOLA NÚCLEO CARAÍBA E GARAGEM DE MÁQUINAS DO DISTRITO.	08/01/2021	31/12/2021	R\$1.400,00
JOÃO PRESOTO FILHO	3/2021		FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, PARA UTILIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA NÚCLEO SÃO RAFAEL.	08/01/2021	31/12/2021	R\$750,00
ALMIR BOETCHER / SISTEMA AGUA NOVA TEUTONIA	4/2021		FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, PARA UTILIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA INTENDÊNCIA DE NOVA TEUTONIA, CENTRO DE MEMÓRIA "VIÚVA NUTE", GARAGEM DE MÁQUINAS DO DISTRITO, CASA E MUSEU "FRITZ PLAUMANN, ESCOLA ELISABETHE MATILDE SIMON.	08/01/2021	31/12/2021	R\$2.400,00
CLARI CASSIO BALBINOT	5/2021	282/2018	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 14/2019, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESTINAÇÃO FINAL E DESCARTE DE GALHOS E ENTULHOS RECOLHIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SEARA/SC.	12/01/2021	17/01/2022	R\$62.137,56



Fornecedor	Contrato/ Convênio	Processo Licitatório	Objeto	Data Ini. Vig.	Data Fim Vig.	Valor
ANTONIO MEZZAROBBA	6/2021	14/2019	REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO 15/2019 QUE TEM POR OBJETO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA BIBLIOTECA E SALA DE INFORMÁTICA DA ESCOLA LIRA CAMILA PETRY.	12/01/2021	31/12/2021	R\$10.576,56
ENI ZANUZZO LAITANO	7/2021	17/2019	REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO 18/2019 QUE TEM POR OBJETO A LOCAÇÃO DE TERRENO PARA RECREAÇÃO DE CRIANÇAS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA ILSE.	12/01/2021	31/12/2021	R\$13.220,76
NEURI BALZAN	8/2021	20/2019	REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO 19/2019 QUE TEM POR OBJETO A LOCAÇÃO DE TERRENO PARA RECREAÇÃO DE CRIANÇAS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA ILSE.	12/01/2021	31/12/2021	R\$10.576,56
ALTIVO JACOB CONSALTER	9/2021	8/2019	REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO 5/2019 QUE TEM POR OBJETO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA LOCALIZAÇÃO DE ANTENAS REPETIDORAS NO MUNICÍPIO DE SEARA	12/01/2021	31/12/2021	R\$13.352,88
LUCIA MARIA DE PICOLI THIELE	10/2021	16/2019	REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO 17/2019 QUE TEM POR OBJETO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA GUARDA E CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO DISTRITO DE CARÁIBA.	12/01/2021	31/12/2021	R\$9.254,52
ERNI SCHUMANN	11/2021	7/2018	REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO 4/2018 QUE TEM POR OBJETO A LOCAÇÃO DE VAGA PARA GARAGEM DE VEÍCULO DISPONÍVEL PARA A SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA.	12/01/2021	31/12/2021	R\$1.476,96



Fornecedor	Contrato/ Convênio	Processo Licitatório	Objeto	Data Ini. Vig.	Data Fim Vig.	Valor
SUL INVEST IMOBILIÁRIA LTDA	12/2021	5/2018	REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO 3/2018 QUE TEM POR OBJETO A LOCAÇÃO SOCIAL DE IMÓVEL PARA FAMÍLIA QUE RESIDIA EM ÁREA DE RISCO.	12/01/2021	31/12/2021	R\$5.743,32
JANETE CANDIDO MAIA	13/2021	256/2019	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO 16/2020, QUE TEM POR OBJETO A PERMISSÃO ADMINISTRATIVA DE USO REMUNERADO DE UM IMÓVEL URBANO DO LOTEAMENTO SÃO DANIEL DENOMINADO DE LOTE Nº 11, DA QUADRA "B", COM ÁREA DE 17.124,42 DE FORMA IRREGULAR, MATRÍCULA 15.117, DO LIVRO Nº "2", REGISTRO GERAL "AAA", FOLHA 117, DO REGISTRO DE IMÓVEL DA COMARCA DE SEARA, ESTADO DE SANTA CATARINA.	20/01/2021	19/01/2022	R\$8.857,56
SICOOB/SC-CREDIAUC	14/2021		REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO Nº. 133/2010 - TERMO DE PERMISSÃO DE USO PARA INSTALAÇÃO DE RELÓGIO DIGITAL.	13/01/2021	02/11/2030	R\$531,32



Fornecedor	Contrato/ Convênio	Processo Licitatório	Objeto	Data Ini. Vig.	Data Fim Vig.	Valor
JN - DALCHASSO LTDA ME	15/2021	160/2020	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO 224/2020 QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA/ ARQUITETURA E/ OU CONSTRUÇÃO CIVIL, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, (MATERIAL E MÃO DE OBRA), PARA EXECUÇÃO DA OBRA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO - PPCI, NO CENTRO EDUCACIONAL E ESPORTIVO DE SEARA/SC - CARCÃO, LOCALIZADO À RUA FERDINANDO KIRCHNER, Nº 181, BAIRRO INDUSTRIAL, SEARA/SC.	15/01/2021	14/04/2021	R\$0,00
BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTD	16/2021	170/2020	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 220/2020 QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA/ ARQUITETURA E/ OU CONSTRUÇÃO CIVIL, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM CAUQ EM 3.600,01 M² DAS RUAS ADOLFO CANEI, PARTE DA RUA PEDRO SIGNORIN E PARTE DA RUA ALVO DALAGO, NO BAIRRO GARGHETTI, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SEARA/SC.	15/01/2021	14/04/2021	R\$0,00
ALCEBIADES RODRIGUES	17/2021	10/2021	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO BAIRRO MONTE CASTELO.	15/01/2021	31/12/2021	R\$6.766,20



Fornecedor	Contrato/ Convênio	Processo Licitatório	Objeto	Data Ini. Vig.	Data Fim Vig.	Valor
BALBINOT - TER- RAPLENAGEM, PAVIMENTACAO E OBRAS LTD	18/2021	153/2020	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊN- CIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 208/2020, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA/ ARQUITETURA E/ OU CONSTRUÇÃO CIVIL, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM CAUQ EM 560,00 M² DE PARTE DA RUA PREFEITO ETELVINO PEDRO TUMELERO, LOCA- LIZADA NO BAIRRO SÃO JOÃO, NO PE- RÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SEARA/SC.	28/01/2021	27/03/2021	R\$0,00
BALBINOT - TER- RAPLENAGEM, PAVIMENTACAO E OBRAS LTD	19/2021	154/2020	PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊN- CIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 209/2020, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA/ ARQUITETURA E/ OU CONSTRUÇÃO CIVIL, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM CAUQ 779,50 M² DA RUA JANDIR VANI, BAIRRO GARGHETTI, NO PERÍMETRO URBA- NO DO MUNICÍPIO DE SEARA/SC.	28/01/2021	27/03/2021	R\$0,00
SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA	20/2021	52/2017	REAJUSTE DO VA- LOR DO CONTRATO 85/2017, QUE TEM POR OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCA- CIONAIS EM EDU- CAÇÃO INFANTIL NA MODALIDADE CRECHE.	18/01/2021	31/12/2021	R\$651.139,56



Fornecedor	Contrato/ Convênio	Processo Licitatório	Objeto	Data Ini. Vig.	Data Fim Vig.	Valor
IPM SISTEMAS LTDA	21/2021	29/2020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, EDUCAÇÃO E SAÚDE, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS À SUA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.	01/02/2021	31/01/2022	R\$218.170,78
SERGIO AUGUSTO BASSE - ME	22/2021	13/2021	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONserto VEÍCULO GM S10 - FROTA 150.	22/01/2021	30/03/2021	R\$13.207,00
ABASE SISTEMAS E SOLUÇÕES LTDA	23/2021	29/2020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, EDUCAÇÃO E SAÚDE, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS À SUA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.	01/02/2021	31/01/2022	R\$92.922,12



Fornecedor	Contrato/ Convênio	Processo Licitatório	Objeto	Data Ini. Vig.	Data Fim Vig.	Valor
BALBINOT - TER- RAPLENAGEM, PAVIMENTACAO E OBRAS LTD	24/2021	170/2020	ACRESCIMO E SU- PRESSÃO DO VA- LOR DO CONTRATO 220/2020, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA/ ARQUITETURA E/ OU CONSTRUÇÃO CIVIL, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM CAUQ EM 3.600,01 M² DAS RUAS ADOLFO CANEI, PARTE DA RUA PEDRO SIGNORIN E PARTE DA RUA ALVO DALAGO, NO BAIRRO GARGHET- TI, NO PERÍME- TRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SEARA/SC.	28/01/2021	14/04/2021	R\$15.120,01
PRISCILLA ELISA SCKALEI	25/2021	128/2020	ACRÉSCIMO NOS MATERIAIS E SER- VIÇOS DO CON- TRATO 212/2020, QUE TEM POR OBJETO A CON- TRATAÇÃO DE EM- PRESA DO RAMO DE ENGENHARIA/ ARQUITETURA E/ OU CONSTRUÇÃO CIVIL, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, (MA- TERIAL E MÃO DE OBRA), PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFOR- MA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, LOCALIZADO NA RUA CONCÓRDIA, BAIRRO NOSSA SENHORA APA- RECIDA, Nº 312, SEARA/SC.	05/02/2021	06/03/2021	R\$1.124,36



Fornecedor	Contrato/ Convênio	Processo Licitatório	Objeto	Data Ini. Vig.	Data Fim Vig.	Valor
SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA	26/2021	147/2019	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 182/2019, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE ROBÓTICA PARA 3 (TRÊS) TURMAS DE 25 (VINTE E CINCO) A 30 (TRINTA) ALUNOS CADA E CURSO DE AUTOMAÇÃO RESIDENCIAL PARA 2 (DUAS) TURMAS DE 30 (TRINTA) ALUNOS CADA, VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO 06	01/02/2021	31/01/2022	R\$1.980,00

Seara, 18 de fevereiro de 2021.

Taís Cristina Dreon  
Adjunto Administrativo

## EXTRATO DOS CONTRATOS DO MÊS DE JANEIRO DE 2021 - SAÚDE

Publicação Nº 2878622

Fornecedor	Contrato/Convênio	Processo Licitatório	Objeto	Data Ini. Vig.	Data Fim Vig.	Valor
DECORA PINTURA LTDA	1/2021	46/2020	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO 43/2020 EM MAIS 15 DIAS, PARA EXECUÇÃO DE PINTURA EXTERNA E INTERNA COM TINTA LATEX ACRÍLICA DO ESF 06.	16/01/2021	03/03/2021	



Fornecedor	Contrato/Convênio	Processo Licitatório	Objeto	Data Ini. Vig.	Data Fim Vig.	Valor
ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI	2/2/2021	39/2020	ACRÉSCIMO NOS MATERIAIS E SERVIÇOS, OCASIONANDO AUMENTO NO VALOR CONTRATADO NA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DO POSTO DE SAÚDE DE NOVA TEUTÔNIA, LOCALIZADO NA RUA 25 DE JULHO, Nº 248, DISTRITO DE NOVA TEUTÔNIA, SEARA/SC, COM UMA ÁREA TOTAL DE 127,26M².	28/01/2021	28/02/2021	R\$15.187,48

Seara, 18 de fevereiro de 2021.

Taís Cristina Dreon  
Adjunto Administrativo

## PORTARIAS 187/2021 A 190/2021

Publicação Nº 2878654

Portaria nº. 187, de 23 de fevereiro de 2021. O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SEARA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º Demitir a pedido, Denise Aparecida da Silva Branco Ferreira, contratada em caráter temporário para exercer a função de Professor Titulado, constante no anexo I, Grupo B – Secretaria Municipal de Educação, da Lei Complementar 98/2019, a partir de 22 de fevereiro de 2021.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 23 de fevereiro de 2021.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 23 de fevereiro de 2021.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 188, de 23 de fevereiro de 2021. O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SEARA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Bruno Pereira da Silva, matrícula 2683-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Externo, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 16 de fevereiro a 02 de março de 2021, mediante remuneração pelo município e a partir de 03 de março de 2021, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Art. 2º Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 23 de fevereiro de 2021.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 23 de fevereiro de 2021.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 189, de 23 de fevereiro de 2021. O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SEARA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Álvaro Mateus Zandonai, matrícula 2490-2, contratado em caráter temporário para exercer a função de Operador de Máquinas Agrícolas e Similares, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 18 de fevereiro a 04 de março de 2021, mediante remuneração pelo município e a partir de 05 de março de 2021, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Art. 2º Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.



Seara - SC, 23 de fevereiro de 2021.  
FLAVIO RAGAGNIN  
Prefeito Municipal em Exercício  
Registra-se e Publica-se  
Em 23 de fevereiro de 2021.  
Dirlei Giombelli Wildner  
Secretária da Administração

Portaria nº. 190, de 23 de fevereiro de 2021. O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SEARA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso VIII, alínea “c” do artigo 2º da Lei Complementar nº 98/2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2019, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2021, RESOLVE:

Art. 1º Contratar, Ivanete Fátima Bento Busatta, em caráter temporário, para exercer a função de Professor Titulado, constante no anexo I, Grupo B – Secretaria Municipal de Educação, da Lei Complementar 98/2019, na Educação Infantil, no Centro de Educação Infantil Cinderela, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professora titular, Marilice Lorenzetti, legalmente afastada, no período de 23 de fevereiro a 23 de abril de 2021, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 98/2019, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC., em 23 de fevereiro de 2021.

FLAVIO RAGAGNIN  
Prefeito Municipal em Exercício  
Registra-se e Publica-se  
Em 23 de fevereiro de 2021.  
Dirlei Giombelli Wildner  
Secretária da Administração



# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 095.2021 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2877627

DECRETO Nº 095/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

SUSPENDE TEMPORARIAMENTE A ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL NÚMERO 002/2021 - FMS.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º - Tendo em vista a necessidade de análise detida de itens do edital do pregão presencial número 002/2021 – FMS, suspende-se por tempo indeterminado a abertura do referido processo licitatório, uma vez que originalmente prevista para a presente data.

Art. 2º A suspensão da abertura da licitação é medida que se impõe, uma vez que se verificou a necessidade de realizar nova análise no Edital para que este preserve plenamente compatibilidade com os princípios administrativos.

Art. 3º Oportunamente será marcada nova data para a realização da licitação objeto do presente decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MARIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER

Secretário de Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL Nº 02/2021

Publicação Nº 2879648

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2021

ALCIDES NELSO MARTINELI

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NOS TERMOS DO ARTIGO 169 "CAPUT" DO REGIMENTO INTERNO E DO Art. 18 § 4º DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

CONVOCA

Nos termos do artigo 169 do Regimento Interno sessão extraordinária da Câmara Municipal, para o dia 26 de Fevereiro de 2021, às 19:00 horas, a realizar-se nas dependências do Poder Legislativo, com finalidade de deliberar sobre o seguinte assunto:

PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019, CONTAS ANUAIS DO MUNICÍPIO PRESTADAS PELO PREFEITO

RESPONSÁVEL: DARCI CERIZOLLI

PROCESSO N. @PCP 20/00084391

AUTUADO EM 28/02/2020

PROTOCOLO: 5114/2020

ASSUNTO:

Votação, discussão e levado á votação em plenário da Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC, referente ás contas do então prefeito Municipal Sr. Darci Cerizolli, exercício ano de 2019.

INPC (NR).

VOTAÇÃO: única.

R.P.C.

Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta, 23 de fevereiro de 2021

ALCIDES NELSO MARTINELI

PRESIDENTE



# Sombrio

## PREFEITURA

### DECRETO 058/2021

Publicação Nº 2877854

DECRETO Nº. 058, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e Lei nº 2559, de 22 de fevereiro de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Sombrio, no valor de R\$ 318.233,02 (trezentos e dezoito mil, duzentos e trinta e três reais), assim classificado:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01 – GERENCIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2030 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.93 (Fonte 86) – Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

12.361.0011.2031 – Manutenção do Ensino Infantil – Creche

3.3.93 (Fonte 86) – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

12.361.0011.2032 – Manutenção do Ensino Infantil - Pré-escola

3.3.93 (Fonte 86) – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

06 – SECRETARIA MUN. DOS DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA

02 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DE SOMBRIO

08.244.0006.2013 – Gestão da Política de Assistência Social

3.3.93 (Fonte 3122) – Aplicações Diretas ..... R\$ 18.233,02

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão:

I – da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01 – GERENCIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2030 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90 (Fonte 86) – Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

12.361.0011.2031 – Manutenção do Ensino Infantil – Creche

3.3.90 (Fonte 86) – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

12.361.0011.2032 – Manutenção do Ensino Infantil - Pré-escola

3.3.90 (Fonte 86) – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

06 – SECRETARIA MUN. DOS DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA

02 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DE SOMBRIO

08.244.0006.2013 – Gestão da Política de Assistência Social

3.3.90 (Fonte 3122) – Aplicações Diretas ..... R\$ 18.233,02

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 22 de fevereiro de 2021.

Gislane Dias da Cunha  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

Ronaldo Destro Dal Pont  
Secretária Municipal de Administração e Planejamento



**LEI 2559/2021**

Publicação Nº 2877848

LEI Nº. 2559, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALTERA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2020, LEI Nº. 2553, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhora Gislane Dias da Cunha, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Sombrio, no valor de R\$ 318.233,02 (trezentos e dezoito mil, duzentos e trinta e três reais), assim classificado:

**05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****01 – GERENCIA DE EDUCAÇÃO**

12.361.0011.2030 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.93 (Fonte 86) – Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

12.361.0011.2031 – Manutenção do Ensino Infantil – Creche

3.3.93 (Fonte 86) – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

12.361.0011.2032 – Manutenção do Ensino Infantil - Pré-escola

3.3.93 (Fonte 86) – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

**06 – SECRETARIA MUN. DOS DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA****02 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DE SOMBRIO**

08.244.0006.2013 – Gestão da Política de Assistência Social

3.3.93 (Fonte 3122) – Aplicações Diretas ..... R\$ 18.233,02

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão:

I – da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

**05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****01 – GERENCIA DE EDUCAÇÃO**

12.361.0011.2030 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90 (Fonte 86) – Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

12.361.0011.2031 – Manutenção do Ensino Infantil – Creche

3.3.90 (Fonte 86) – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

12.361.0011.2032 – Manutenção do Ensino Infantil - Pré-escola

3.3.90 (Fonte 86) – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

**06 – SECRETARIA MUN. DOS DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA****02 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DE SOMBRIO**

08.244.0006.2013 – Gestão da Política de Assistência Social

3.3.90 (Fonte 3122) – Aplicações Diretas ..... R\$ 18.233,02

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 22 de fevereiro de 2021.

Gislane Dias da Cunha  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

Ronaldo Destro Dal Pont  
Secretária Municipal de Administração e Planejamento



**RESULTADO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021**

Publicação Nº 2877628

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC****RESULTADO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021**

Objeto: Chamamento público que tem por objetivo o fornecimento de gêneros alimentícios pela agricultura familiar e empreendedor familiar rural e/ou suas organizações, para produção de merenda escolar dos alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino no Exercício de 2021.

A Comissão Permanente de Licitações torna público o resultado da Chamada Pública nº 001/2021, conforme quadro abaixo:

NOME	ITEM	PRODUTO	UND.	QTD.	V.UNIT.	V.TOTAL
<b>COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE SOMBRIO (COOPERSOMBRIO)</b>  <b>CNPJ: 08.722.823/0001-32</b>  <b>Nº DAP SDW0872282300012708200503</b>	1	ABOBORA ITALIANA	KG	1.500	R\$ 2,39	R\$ 3.585,00
	2	ABÓBORA MORANGA DESCASCADA	UN	1.500	R\$ 2,50	R\$ 3.750,00
	3	AIPIM DESCASCADO IN NATURA CONGELADO	KG	1.000	R\$ 5,60	R\$ 5.600,00
	4	ALFACE	UN	2.000	R\$ 1,97	R\$ 3.940,00
	5	ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1	KG	14.000	R\$ 4,36	R\$ 61.040,00
	6	BANANA BRANCA	KG	14.839	R\$ 4,05	R\$ 60.097,95
	7	BATATA DOCE	KG	2.000	R\$ 3,30	R\$ 6.600,00
	8	BATATA INGLESA	KG	4.000	R\$ 5,14	R\$ 20.560,00
	10	BERGAMOTA/MEXERICA	KG	4.320	R\$ 11,98	R\$ 51.753,60
	11	BETERRABA	KG	1.800	R\$ 3,35	R\$ 6.030,00
	12	BISCOITO - Biscoito tipo caseiro diversos sabores (manteiga, milho, etc).	KG	400	R\$ 18,20	R\$ 7.280,00
	13	BROCOLIS	UN	4.000	R\$ 3,77	R\$ 15.080,00
	14	CEBOLA DE CABEÇA	KG	2.000	R\$ 3,05	R\$ 6.100,00
	15	CENOURA	KG	3.000	R\$ 3,41	R\$ 10.230,00
	16	CHUCHU	KG	1.000	R\$ 3,32	R\$ 3.320,00
	17	COUVE FLOR	UN	4.000	R\$ 3,93	R\$ 15.720,00
	18	COUVE FOLHA	UN	480	R\$ 2,27	R\$ 1.089,60
	19	DOCE DE BANANA. Pote de 400g.	UN	1.400	R\$ 3,78	R\$ 5.292,00
	20	DOCE DE LEITE CASEIRO. Pote com 500g.	UN	1.000	R\$ 6,22	R\$ 6.220,00
	21	FARINHA DE MANDIOCA SIMPLES	KG	3.000	R\$ 3,08	R\$ 9.240,00
	22	FEIJÃO PRETO IN NATURA - Tipo 1	KG	6.000	R\$ 6,92	R\$ 41.520,00
	23	FUBÁ MIMOSO	KG	1.000	R\$ 2,95	R\$ 2.950,00
	24	GOIABA VERMELHA	KG	1.760	R\$ 8,38	R\$ 14.748,80
	25	LARANJA	KG	8.000	R\$ 3,40	R\$ 27.200,00
	26	MAMÃO PAPAIA OU FORMOSA	KG	750	R\$ 5,28	R\$ 3.960,00
	27	MELANCIA	KG	2.480	R\$ 1,53	R\$ 3.794,40
	28	ORÉGANO	UN	400	R\$ 3,18	R\$ 1.272,00
	29	OVOS DE GALINHA	DZ	8.400	R\$ 6,18	R\$ 51.912,00
	30	PÃO CASEIRO	KG.	1.500	R\$ 16,00	R\$ 24.000,00
	31	PEPINO	KG	1.500	R\$ 2,60	R\$ 3.900,00
	32	POLPA DE FRUTA	KG	3.000	R\$ 17,58	R\$ 52.740,00
	33	REPOLHO	UN.	3.000	R\$ 2,55	R\$ 7.650,00
	34	TEMPERO VERDE - (salsinha + cebola verde) 200g	UN	1.500	R\$ 2,75	R\$ 4.125,00
	35	TOMATE	KG	2.000	R\$ 4,58	R\$ 9.160,00
<b>Valor Total: R\$ 551.460,35.</b>						

Sombrio/SC, 22 de fevereiro de 2021.

**Camile da Silva Coelho****Presidente da Comissão de Licitação**



**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 022/2021**

Publicação Nº 2878320

**MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES****RESOLUÇÃO Nº 028/2021, de 01 de fevereiro de 2021.**

**NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA, PARA OCUPAR O  
CARGO DE ASSESSOR DE VEREADOR DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE SOMBRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**GEAN ALBINO**, Presidente da Câmara de Vereadores de Sombrio/SC, no uso de suas atribuições regimentais,

**Resolve:**

Art.1º Fica nomeado o Sra. **JULIANA CONSTANCE FERNANDES** portadora do RG nº 4.277.806, CPF nº 076.927.599-01 e PIS/PASEP N. 200.80803.79-7, para ocupar o cargo de AssessorA de Vereador da Câmara Municipal de Sombrio, no grupo de Provimento em Comissão, do quadro de pessoal da Câmara de Vereadores.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sombrio, 01 de fevereiro de 2021.

**GEAN ALBINO**

Presidente

Registrado e publicado nesta Secretaria, na data supra.

**Ademir Cardoso**

1º Secretário



**RESOLUÇÃO 025/2021**

Publicação Nº 2878308

**MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES****RESOLUÇÃO Nº 025/2021, de 01 de fevereiro de 2021.****“CONCEDE LICENÇA A VEREADOR QUE ESPECIFICA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**GEAN ALBINO**, Presidente da Câmara Municipal de Sombrio, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores o que segue:

**Art.1º.**Fica concedida licença, a partir do dia 01/02/2021, ao Vereador RAFAEL DOS SANTOS DA SILVA, por prazo indeterminado, conforme requerimento protocolado, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde do Município de Sombrio, nos termos do art. 273, III, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

**Art.2º.**Toma posse no dia 01 de fevereiro de 2021, o 1º suplente de Vereador, Senhor CRISTIAN CONSTANCE LUCHINA, o qual suprirá a vaga do Vereador licenciado durante o período de licença do titular, levando-se em consideração a ordem de suplência.

**Art.3.**Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, 01 de fevereiro de 2021.

**GEAN ALBINO****Vereador Presidente**

Registrado e publicado nesta Secretaria, na data supra.

**ADEMIR CARDOSO****1º Secretário**



**RESOLUÇÃO Nº 026/2021**

Publicação Nº 2878314

**MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES****RESOLUÇÃO nº. 026/2021, de 2 de fevereiro de 2021.****“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
QUE ESPECIFICA”**

**GEAN ALBINO**, Presidente da Câmara Municipal de Sombrio/SC, no uso de suas atribuições regimentais,

**Resolve:**

Art.1º.Conceder Férias ao Servidor HELIO JAIR MACHADO, tendo já cumprido o período aquisitivo 2019/2020, gozando desta prerrogativa entre os dias 09 a 28 de fevereiro de 2021.

Art.2º Ficam a Secretaria Administrativa e o Departamento Pessoal autorizados a realizar o pagamento das férias, acrescidas de 1/3, bem como, indenizar o equivalente a 10 (dez) dias, conforme preceitua o Estatuto do Servidor.

Art.3º Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sombrio, 02 de fevereiro de 2021.

**GEAN ALBINO**  
Presidente

Registrado e publicado nesta Secretaria, na data supra.

**ADEMIR CARDOSO**  
1º Secretário



**RESOLUÇÃO Nº 027/2021**

Publicação Nº 2878318

**MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES****RESOLUÇÃO****O nº. 027/2021, de 2 de fevereiro de 2021.****“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
QUE ESPECIFICA”**

**GEAN ALBINO**, Presidente da Câmara Municipal de Sombrio/SC, no uso de suas atribuições regimentais,

**Resolve:**

Art.1º. Conceder Férias ao Servidor OSVALDO PEREIRA DUARTE, tendo já cumprido o período aquisitivo 2019/2020, gozando desta prerrogativa entre os dias 22 de fevereiro a 03 de março de 2021.

Art.2º Ficam a Secretaria Administrativa e o Departamento Pessoal autorizados a realizar o pagamento das férias, acrescidas de 1/3, conforme preceitua o Estatuto do Servidor.

Art.3º Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sombrio, 02 de fevereiro de 2021.

**GEAN ALBINO**  
Presidente

Registrado e publicado nesta Secretaria, na data supra.

**ADEMIR CARDOSO**  
1º Secretário



# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 069-2021 DE 19-02-2021- REMANEJAMENTO-FMS

Publicação Nº 2879700

DECRETO Nº 069/2021 DE 19/02/2021

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual- LOA nº 1.267/2020 de 30 de novembro de 2020.

Artigo 1º – FICA o Setor de Contabilidade autorizado e efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias nos (as) seguintes Projetos/ Atividades do Orçamento Municipal Vigente:

DE: 05.001.0010.0301.0008.2.027- Manutenção do CIS AMOSC

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.93.00(174)	01021002	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

PARA: 05.001.0010.0301.0008.2.027- Manutenção do CIS AMOSC

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(170)	01021002	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

Artigo 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 19 de fevereiro de 2021.

MAURILIO OSTROSKI  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em na Data Supra.

DIEGO GUSTAVO KIRCH  
Diretor de Administração

### DECRETO Nº 58/2021

Publicação Nº 2877646

DECRETO Nº 58/2021, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

“ESTABELECE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com o disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, na forma do artigo 196 da CF/88;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a Portaria n. 188/GM/MS, de 03 de fevereiro de 2020, declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a Portaria n. 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, declara em todo o território nacional o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional, no dia 20 de março de 2020, reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal n. 101/2000;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual n. 1.027, de 18 de dezembro de 2020, instituiu novas regras e medidas para o enfrentamento da



pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que a Matriz da Avaliação de Risco Potencial, de 06 de fevereiro de 2021, classifica a Região Oeste como "risco potencial gravíssimo";

CONSIDERANDO a atual taxa de ocupação de leitos de UTI nos Hospitais da Região Oeste e o considerável aumento de casos de pessoas contaminadas com o coronavírus (COVID-19) no Município de União do Oeste;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação do coronavírus (COVID-19),

DECRETA:

Art. 1º. As novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Sul Brasil ficam definidas nos termos deste Decreto.

Art. 2º. Fica decretado o uso obrigatório do uso de máscara e distanciamento social em todos os estabelecimentos, espaços públicos, inclusive em vias públicas.

Art. 3º. Nas repartições públicas o atendimento ao público externo realizado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal fica condicionado ao distanciamento social de 1,5 metros e lotação máxima de 50% da capacidade do ambiente.

Art. 4º. Ficam suspensas no território do Município de Sul Brasil - SC:

I – Até 01/03/2021:

- a) a prática de esportes coletivos, inclusive futebol, carreados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas em clubes sociais, bares, lanchonetes e demais estabelecimentos sediados na cidade e no interior do município;
- b) a concentração e permanência de pessoas em espaços públicos, como parques, praças e afins;
- c) a realização de shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem reunião de público.
- d) os atendimentos eletivos nas unidades de saúde do município, ficando priorizados apenas os atendimentos de urgência e emergência e os casos suspeitos do coronavírus (COVID-19), os quais serão atendidos conforme protocolos públicos municipais elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º. As atividades desempenhadas pelos comércios em geral do município de Sul Brasil - SC devem ficar limitadas a adentrar nos estabelecimentos 01 (uma) pessoa por família, sendo obrigatório manter uma pessoa responsável na entrada de cada estabelecimento para fiscalizar a entrada, com uso obrigatório de máscara e disponibilização de álcool em gel.

Parágrafo único: Fica vedado a prova de roupas, calçados ou congêneres, permitindo apenas a escolha e aquisição.

Art. 6º. Ficam suspensas, até o dia 01 de março, as atividades de bares, lojas de conveniência e afins, e outros locais destinados ao consumo predominante de bebidas alcoólicas em qualquer horário, sendo vedada a permanência do local, permitindo apenas adquirir os produtos desejados e deslocar-se para suas residências.

§ 1º. As atividades de bares, lojas de conveniência de postos de combustíveis e afins ficam limitadas ao horário de funcionamento apenas até as 18:00h.

§ 2º. Fica proibido o consumo de bebidas alcóolicas em locais públicos.

Art. 7º. Os restaurantes poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, e observando a lotação máxima preconizada pelo Estado de Santa Catarina para o nível gravíssimo:

I – das 10:00 às 14:00

II – das 18:00 às 21:00

§ 1º. Considera-se atividade de restaurante, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir almoço e jantar, nos períodos correspondentes aos horários definidos nos incisos I e II deste artigo;

§ 2º. O atendimento deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas à COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, e todas as demais preconizadas pelos protocolos vigentes.

§ 3º. Fora do horário definido nos incisos I e II será permitido o atendimento na forma de delivery, não podendo ser consumido os alimentos e/ou bebidas no local.

Art. 8º. As Igrejas e Templos religiosos ficam com suas atividades religiosas presenciais suspensas até o dia 01 de março de 2021, bem como a circulação de "capelinhas", em qualquer horário em Sul Brasil - SC.

Art. 9º. As pessoas infectadas com o coronavírus (COVID-19) devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação das sanções previstas no Código Penal.



Art. 10. Caberá à Vigilância Sanitária, à Defesa Civil e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto Municipal nº 57/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 15 de fevereiro de 2021.

MAURILIO OSTROSKI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA

DIEGO GUSTAVO KIRCH  
Diretor de Administração

## TP 02/2021 - ERRATA

Publicação Nº 2878214

### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo N.º 016/2021 – TOMADA DE PREÇOS nº 002/2021

O Município de Sul Brasil – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto a TOMADA DE PREÇOS 002/2021 – decorrente do PROCESSO 016/2021, visando a Empreitada Global, com fornecimento de material e mão de obra para Execução de Reformas no Núcleo Escolar São João Bosco de Linha Alto Recreio – Sul Brasil – SC, conforme Orçamento, Memorial Descritivo e Projeto anexos e de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações.

OBJETO DA ERRATA: NO ITEM 6.1 DO EDITAL:

ONDE SE LÊ: R\$ 87.302,13 (OITENTA E SETE MIL, TREZENTOS E DOIS REAIS E TREZE CENTAVOS);

LEIA-SE: R\$ 56.841,60 (CINQUENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

Sul Brasil - SC, 22 de fevereiro de 2021.  
Maurilio Ostroski - Prefeito Municipal.



**TERMO DE RESCISÃO Nº1359**

Publicação Nº 2878870

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL  
Departamento Jurídico

CONTRATO Nº 1359/2021  
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 1357/2021

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SUL BRASIL E A EMPRESA F.V.P.L. & ASSOCIADOS, CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93.

Termo de rescisão ao Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Dr. José Leal Filho, 589, Centro, Sul Brasil - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.990.107/0001-30, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Maurilio Ostroski, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Pferito Alcides Delait, snº, Bairro Centro, Sul Brasil-SC, portador da RG nº 3.239.201 SSP/SC e CPF nº 017.517.149-18, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa F.V.P.L. & Associados, Consultoria Pública E Empresarial Ltda, com sede na Rua Presidente Jucelino, 1044, Centro, Sul Brasil - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.606.568/0001-04 neste ato representada por seu representante legal Senhor Valdicir Antonio Wiebbelling, portador da RG nº 1.723.627-4 SSP/SC e CPF nº 513.644.259-04, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 012/2021, TOMADA DE PREÇOS P/COMPRAS E SERVIÇOS Nº 001/2021, homologado em 15/02/2021, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA I**

DO OBJETO: O Objeto do presente Termo tem por finalidade a RESCISÃO amigável ao contrato nº 1357/2021, cujo objeto dispõe sobre a Prestação de serviços de Assessoria Administrativa.

**CLÁUSULA II****DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

A rescisão contratual tem por base o disposto nos itens abaixo do contrato principal:

- a) A pedido da contratante;
- b) Em função da falha na publicação de etapas do processo;
- c) Razões de interesse público, de alta relevância, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere.

**CLÁUSULA III****DAS PENALIDADES**

A contratada ficará isenta de qualquer penalidade, em função da rescisão ser amigável.



**CLÁUSULA IV**

A rescisão terá validade a partir de 15/02/2021, não gerando qualquer crédito a contratada, em função de não haver execução dos serviços previstos no contrato.

E para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado nos termos da Lei.

SUL BRASIL, 15 de fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_  
Maurilio Ostroski  
Prefeito Municipal  
P/CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Valdicir Antonio Wiebbelling  
Representante Legal  
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome: Jonas Zanco  
CPF N°: 065.329.899-40

\_\_\_\_\_  
Nome: Joel Pagliari  
CPF N° 942.267.909-06

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL	
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL	
Contrato N°:	1357/ 2021
Contratante:	MUNICÍPIO DE SUL BRASIL
Contratada...:	F.V.P.L. & ASSOCIADOS, CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ADMINISTRATIVA
Valor.....:	R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais)



Vigência.....:	Início: 15/02/2021 Término: 31/12/2021
Licitação.....:	TOMADA DE PREÇOS P/COMPRAS E SERVIÇOS Nº.001/20121
Recursos.....:	2.005 3.3.90.00 DR:0.1.00
SUL BRASIL,15 de fevereiro de 2021.	
MAURILIO OSTROSKI	
Prefeito Municipal	



# Taió

## PREFEITURA

### PORTARIA 16/2021

Publicação N° 2877822

PORTARIA N° 16, de 22/02/2021

#### ATO DE RETIFICAÇÃO

INDIANARA SEMAN, Diretora Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Taió – TAIOPREV, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que conferem a Lei Municipal nº 3.625 de 19 de dezembro de 2012,

Resolve:

Art. 1º RETIFICAR a portaria nº 03/2006, de 20/06/2006, que concedeu pensão vitalícia à RONILDES BERRI seguintes termos:

Art. 2º Constar o embasamento legal correto conforme art. 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal com redação da Emenda Constitucional nº 41/2003;

Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

P.R.I

Taió, 23 de Fevereiro de 2021.

INDIANARA SEMAN  
Diretora Presidente  
TAIOPREV



# Tangará

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 111, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021. "DISPÕE SOBRE À ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO DA SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2878786

PORTARIA Nº 111, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE À ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO DA SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, e Art. 158, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício, remetido pela Diretora Geral, da Escola Municipal Crescer e Aprender, no qual, solicita à alteração da carga horária da Servidora em questão;

Considerando, à anuência da Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer, e a necessidade temporária de manter em funcionamento os serviços essenciais da Escola Municipal Crescer e Aprender;

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir de 03 de fevereiro de 2021, a carga horária da Servidora MARILENE MACULAN RAISEL, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - HISTÓRIA - NÍVEL DOC I - CLASSE A, alterando a carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas, para 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único. À alteração da carga horária perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2021, ou até a realização de novo Concurso Público e posse dos novos Servidores, o que primeiro ocorrer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 03/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 112, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021. AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2878787

PORTARIA Nº 112, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do Art. 43, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício, expedido pela Diretora Geral, da Escola Municipal Crescer e Aprender;

#### RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 03 (três) aulas excedentes, à Servidora GEMILE JOANA MENEGATT DA IGREJA, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - ARTES - NÍVEL PEB III - CLASSE A, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que a Servidora vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 17/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA Nº 113, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021. AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULA EXCEDENTE AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2878789

PORTARIA Nº 113, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULA EXCEDENTE AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do Art. 43, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício, expedido pela Diretora Geral, da Escola Municipal Crescer e Aprender;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 01 (uma) aula excedente, ao Servidor CEZAR STORI RAMOS, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - NÍVEL PEB III - CLASSE C, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que o Servidor vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 17/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 115, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021. AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULA EXCEDENTE AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2878790

PORTARIA Nº 115, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULA EXCEDENTE AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do Art. 43, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício, expedido pela Diretora Geral, da Escola Municipal Crescer e Aprender;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 01 (uma) aula excedente, ao Servidor KASSIO MANICA KERWAL, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - NÍVEL PEB III - CLASSE A, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que o Servidor vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 17/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 116, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021. AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2878795

PORTARIA Nº 116, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;



Com amparo, no disposto do Art. 43, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício, expedido pela Diretora Geral, da Escola Municipal Crescer e Aprender;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 02 (duas) aulas excedentes, ao Servidor FABIANO PAGGI VOGT, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - NÍVEL PEB III - CLASSE A, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que o Servidor vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 17/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 117, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021. AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2878800

PORTARIA Nº 117, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do Art. 43, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício, expedido pela Diretora Geral, da Escola Municipal Crescer e Aprender;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 03 (três) aulas excedentes, à Servidora VANICE TEREZINHA UBERTI SCHIZZI, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - NÍVEL PEB III - CLASSE C, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que a Servidora vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 17/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 118, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021. AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2878802

PORTARIA Nº 118, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do Art. 43, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício, expedido pela Diretora Geral, da Escola Municipal Crescer e Aprender;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 04 (quatro) aulas excedentes, à Servidora ROSANE MOREIRA POCERA, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – LÍNGUA PORTUGUESA - NÍVEL DOC I - CLASSE A, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que a Servidora vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2021.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 17/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 119, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021. AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2878804

PORTARIA Nº 119, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do Art. 43, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício, expedido pela Diretora Geral, da Escola Municipal Crescer e Aprender;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 04 (quatro) aulas excedentes, à Servidora GILKA TAINARA LUTKEMEIER ANTUNES TONELLO, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - LÍNGUA PORTUGUESA - NÍVEL PEB III - CLASSE A, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que a Servidora vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 17/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 120, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021. AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2878806

PORTARIA Nº 120, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do Art. 43, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício, expedido pela Diretora Geral, da Escola Municipal Crescer e Aprender;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 03 (três) aulas excedentes, à Servidora LUCIANE ZORTÉA BERTA, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - LÍNGUA PORTUGUESA - NÍVEL PEB III - CLASSE A, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que a Servidora vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 17/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA Nº 121, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021. AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULA EXCEDENTE AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2878812

PORTARIA Nº 121, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULA EXCEDENTE AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do Art. 43, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício, expedido pela Diretora Geral, da Escola Municipal Crescer e Aprender;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 01 (uma) aula excedente, ao Servidor WALDEMOR CHIBICHESKI SLONGO, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - NÍVEL PEB III - CLASSE E, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que o Servidor vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 17/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 122, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021. AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2878814

PORTARIA Nº 122, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do Art. 43, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício, expedido pela Diretora Geral, da Escola Municipal Crescer e Aprender;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 03 (três) aulas excedentes, ao Servidor MAURI MIORELLI DISSEGNA, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - NÍVEL PEB III - CLASSE D, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que o Servidor vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 17/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 123, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021. "DISPÕE SOBRE À ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO DA SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2878815

PORTARIA Nº 123, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE À ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO DA SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74,



incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do Art. 19, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício, remetido pela Servidora em questão, no qual, solicita à alteração da carga horária;

Considerando, à anuência da Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer;

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar, a partir de 03 de fevereiro de 2021, a carga horária da Servidora JUCILEIA DENARDI, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - CIÊNCIAS - NÍVEL PEB III - CLASSE A, alterando a carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas, para 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 03/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 124, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021. AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2878816

PORTARIA Nº 124, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do Art. 43, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício, expedido pela Diretora Geral, da Escola Municipal Crescer e Aprender;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 02 (duas) aulas excedentes, à Servidora JUCILEIA DENARDI, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - CIÊNCIAS - NÍVEL PEB III - CLASSE A, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que a Servidora vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 17/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 125, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021. EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2878817

PORTARIA Nº 125, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, que a Servidora requereu exoneração do cargo por motivos particulares;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a Servidora ANA FLÁVIA DELAZZARI, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - INGLÊS - NÍVEL PEB III - CLASSE A, a partir de 18 de fevereiro de 2021.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PR 013/2021**

Publicação Nº 2878009

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 027/2021 Pregão Presencial n. 013/2021

Objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E AGASALHOS ESPORTIVOS PARA COMPETIÇÕES DA CME (COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES), ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 25/03/2021. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 23 de Fevereiro de 2021.

ALDAIR BIASIOLO

Prefeito Municipal

### **PR 014/2021**

Publicação Nº 2878011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 028/2021 Pregão Presencial n. 014/2021

Objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS DE COZINHA E CASCOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, OBRAS, SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 09h00min do dia 31/03/2021. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 23 de Fevereiro de 2021.

ALDAIR BIASIOLO

Prefeito Municipal



# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EDITAL DE ESCOLHA DE AULA

Publicação Nº 2877693

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE AULAS PARA SUPRIR NECESSIDADE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, torna público e CONVOCA os candidatos aprovados conforme lista final do Processo Seletivo regido pelo Edital nº 002/2019 e Homologado pelo Decreto Nº. 105/2020, para preenchimento em caráter temporário dos seguintes cargos: Professor de Anos Iniciais, 2 vagas 20 horas semanais, e conforme edital de Chamamento Público 001/2021, 2 vagas de 20 horas semanais para Segundo Professor, a participarem de Escolha de Aula, cuja escolha ocorrerá no dia 25/02/2021, às 08h00min, no CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFESSOR IVO LUIZ HONNEF, situada na Rua Waldemar Stieler, nº s/n, Centro, neste Município de Tigrinhos/SC.

Caso o candidato se faça representar na sessão de atribuição, deverá outorgar ao seu procurador poderes para assumir/escolher aulas, recorrer de qualquer ato da sessão, se necessário for.

A Prefeitura Municipal de Tigrinhos/SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato que não acompanhar as publicações das convocações, tomando por desistentes todos os que a ela não comparecerem.

E para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Tigrinhos/SC, 23 de fevereiro de 2021.

ESTELA REGINA DE LIMA SCHAFER  
Secretária Municipal de Educação

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 004 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2021

Publicação Nº 2878768

EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS  
Processo Licitatório nº. 048/2020  
Ata de Registro de Preços nº. 001/2021

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo nº. 004 - Ata de Registro de Preços nº. 001/2021, para AUMENTO do valor do combustível (Gasolina Comum e Óleo Diesel S10), cujo objeto é a aquisição de combustível para manutenção da frota municipal, durante o exercício de 2021.

TIGRINHOS/SC, em 23 de fevereiro de 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 091/2021

Publicação Nº 2877697

PORTARIA Nº. 091/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.  
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL PARA CUMPRIR O ENCARGO DA PRESTAÇÃO DE SOBREAVISO, FORA DO HORÁRIO NORMAL DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e conforme a Lei Complementar Municipal 036/2015 de 03 de Novembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Designado o Servidor Público Municipal, Sr. GILBERTO CYBULSKI, portador do CPF Nº. 005.788.639-36, efetivo no cargo de MOTORISTA, matrícula nº 583/14, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a cumprir o encargo da PRESTAÇÃO DE SOBREAVISO, fora do horário normal de trabalho, permanecendo em seu domicílio ou em local por ele escolhido e previamente comunicado a Administração Municipal, aguardando, a qualquer momento, chamado para prestação de serviços junto ao Conselho Tutelar do Município de Tigrinhos/SC.

Art. 2º. A remuneração do sobreaviso dar-se-á mediante relatório elaborado pelo Secretario Municipal à qual o servidor se encontre vinculado, que deverá informar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos o nome do servidor que prestou sobreaviso, a quantidade



de dias trabalhados.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 19 de Fevereiro de 2021.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte um.

Cleiton Soethe  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

## **PORTARIA 092/2021**

Publicação Nº 2878227

PORTARIA Nº. 092/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal, Sr. RUDINEI KUHN, portador do CPF nº. 042.637.889-07, efetivo no cargo de Agente de Manutenção e Conservação, 40 horas semanais, Matrícula nº. 610/01, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2020, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 23 de Fevereiro de 2021 a 09 de Março de 2021, retornando as atividades normais em 10 de Março de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte um.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração  
e Fazenda.



**DECRETO 237/2021**

Publicação Nº 2878568



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL TIGRINHOS**  
C.N.P.J.: 01.566.620/0001-55  
Município: TIGRINHOS

**DECRETO Nº 237/2021, de 24 de Fevereiro de 2021.**

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de TIGRINHOS e autorização contida na Lei Municipal nº 980/2020, de 16 de Setembro de 2020.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 298.675,74, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.000 - SECRETARIA DE OBRAS,SERV.URB.AGRIC.INTER	
07.002 - DEPTO DE TRANSPORTES	
07.002.26.782.1012.2052-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 1.880,80
Recurso: 0.3.07.0316 - Superavit CIDE	R\$ 1.880,80
07.000 - SECRETARIA DE OBRAS,SERV.URB.AGRIC.INTER	
07.002 - DEPTO DE TRANSPORTES	
07.002.26.782.1012.2052-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 26.699,75
Recurso: 0.3.39.0344 - Superavit FEP	R\$ 26.699,75
07.000 - SECRETARIA DE OBRAS,SERV.URB.AGRIC.INTER	
07.001 - DEPTO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	
07.001.15.451.1009.2050-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 4.252,86
Recurso: 0.3.08.0317 - Superavit Financeiro COSIP	R\$ 4.252,86
05.000 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE	
05.001 - DPTO DE EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.1005.2022-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 39.456,34
Recurso: 0.3.18.0318 - Superavit Fundeb 60%	R\$ 39.456,34
05.000 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE	
05.001 - DPTO DE EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.1005.2028-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 16.420,71
Recurso: 0.3.62.5292 - Superavit Transporte Escolar Estado	R\$ 16.420,71
03.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.002 - DEPTO DE SEGURANÇA PUBLICA	
03.002.6.181.1003.2016-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 8.219,50
Recurso: 0.3.10.0354 - Superavit Transito - militar	R\$ 8.219,50
03.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.002 - DEPTO DE SEGURANÇA PUBLICA	
03.002.6.181.1003.2016-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 2.927,33
Recurso: 0.3.11.0355 - Superavit Transito - civil	R\$ 2.927,33
03.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.002 - DEPTO DE SEGURANÇA PUBLICA	
03.002.6.181.1003.2016-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 3.190,03
Recurso: 0.3.12.0356 - Superavit Transito - Prefeitura	R\$ 3.190,03
05.000 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE	
05.001 - DPTO DE EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.1005.2022-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 34.517,58
Recurso: 0.3.36.0358 - Superavit Salario Educação	R\$ 34.517,58
05.000 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE	
05.001 - DPTO DE EDUCAÇÃO	
05.001.12.306.1005.2026-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 12.941,46
Recurso: 0.3.43.0107 - Superavit PNAE	R\$ 12.941,46





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL TIGRINHOS**  
 C.N.P.J.: 01.566.620/0001-55  
 Município: TIGRINHOS

05.000 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE	
05.001 - DPTO DE EDUCACAO	
05.001.12.365.1005.2029-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 23.740,60
Recurso: 0.3.44.5296 - Superavit PNATE	R\$ 23.740,60
05.000 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE	
05.001 - DPTO DE EDUCACAO	
05.001.12.365.1005.1013-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 54,68
Recurso: 0.3.87.0387 - Superavit Alienação Bens Educação	R\$ 54,68
08.000 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.002.8.243.1007.2046-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 2.497,31
Recurso: 0.3.09.5210 - Superavit Fia	R\$ 2.497,31
03.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001 - ADMINISTRACAO GERAL	
03.001.4.122.1002.2071-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 5.139,21
Recurso: 0.3.00.5109 - Superavit Recursos Bombeiros	R\$ 5.139,21
05.000 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE	
05.002 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
05.002.27.812.1006.1018-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 95.000,00
Recurso: 0.3.00.0183 - Superavit Financeiro Recurso Ordinário	R\$ 95.000,00
03.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.002 - DEPTO DE SEGURANÇA PUBLICA	
03.002.6.181.1003.2015-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 21.737,58
Recurso: 0.3.00.0183 - Superavit Financeiro Recurso Ordinário	R\$ 21.737,58
<b>Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de:</b>	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 1.880,80
Recurso: 0.3.07.0316 - Superavit CIDE	R\$ 1.880,80
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 26.699,75
Recurso: 0.3.39.0344 - Superavit FEP	R\$ 26.699,75
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 4.252,86
Recurso: 0.3.08.0317 - Superavit Financeiro COSIP	R\$ 4.252,86
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 39.456,34
Recurso: 0.3.18.0318 - Superavit Fundeb 60%	R\$ 39.456,34
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 16.420,71
Recurso: 0.3.62.5292 - Superavit Transporte Escolar Estado	R\$ 16.420,71
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 8.219,50
Recurso: 0.3.10.0354 - Superavit Transito - militar	R\$ 8.219,50
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 2.927,33
Recurso: 0.3.11.0355 - Superavit Transito - civil	R\$ 2.927,33
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 3.190,03
Recurso: 0.3.12.0356 - Superavit Transito - Prefeitura	R\$ 3.190,03
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 34.517,58
Recurso: 0.3.36.0358 - Superavit Salario Educação	R\$ 34.517,58
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 12.941,46
Recurso: 0.3.43.0107 - Superavit PNAE	R\$ 12.941,46
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 23.740,60
Recurso: 0.3.44.5296 - Superavit PNATE	R\$ 23.740,60
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 54,68
Recurso: 0.3.87.0387 - Superavit Alienação Bens Educação	R\$ 54,68





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL TIGRINHOS**

C.N.P.J.: 01.566.620/0001-55

Município: TIGRINHOS

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 2.497,31
Recurso: 0.3.09.5210 - Superavit Fia	R\$ 2.497,31
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 5.139,21
Recurso: 0.3.00.5109 - Superavit Recursos Bombeiros	R\$ 5.139,21
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 95.000,00
Recurso: 0.3.00.0183 - Superavit Financeiro Recurso Ordinário	R\$ 95.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$ 21.737,58
Recurso: 0.3.00.0183 - Superavit Financeiro Recurso Ordinário	R\$ 21.737,58

**Art. 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de Fevereiro de 2021.**

---

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL



## Tijucas

## PREFEITURA

**AUTORIZAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO TERMOS DE FOMENTO DECORRENTES DAS PROPOSTAS APROVADAS PELO PARECER CEAM 001/2021 DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SALDO REMANESCENTE CMDCA Nº 001/2020**

Publicação Nº 2877591

RESOLUÇÃO CMDCA TIJUCAS nº 001/2021 Tijucas, 18/02/2021

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 1.064/93, vem por meio deste, emitir Resolução de AUTORIZAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO TERMOS DE FOMENTO DECORRENTES DAS PROPOSTAS APROVADAS PELO PARECER CEAM 001/2021 DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SALDO REMANESCENTE-CMDCANº 001/2020.RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR A EMISSÃO E PUBLICAÇÃO DOS TERMOS DE FOMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO NO PERÍODO QUE COMPREENDE A25 DE FEVEREIRO DE 2021 A 25 DE MAIO DE 2021 CONFORME VIGÊNCIA DE EXECUÇÃO ABAIXO PELO EDITAL CMDCA TIJUCAS Nº 001/2020 DAS PROPOSTAS APROVADAS PELO PARECER CEAM 001/2021 DAS PROPOSTAS CONFORME QUADRO ABAIXO:

IDENTIFICAÇÃO	VAGAS	ENTIDADE	VALOR	CONTATO	RESULTADO
MÚSICA NA INFÂNCIA PRESENCIAL VIGÊNCIA 3 MESES LOCAL: CEI ZILDA MARIA PEIXER	200	ASMUT	R\$14.500,00	(48) 99194-6691 PRESIDENTE JOAURO	APROVADO
MÚSICA E VIDA PRESENCIAL VIGÊNCIA 3 MESES LOCAL: SCFV; E.M. MADRE SABINA E E.M. BRILHO DO SOL	200	ASMUT	R\$24.250,00	(48) 99194-6691 PRESIDENTE JOAURO	APROVADO
MUAY THAI KIDS PRESENCIAL VIGÊNCIA 3 MESES JARDIM AMENDOIRAS	70	AJA	R\$9.000,00	(48) 99643-2314 PRESIDENTE ADILSON	APROVADO
ESCOLINHA DE FUTEBOL PRESENCIAL JARDIM AMENDOIRAS	150	AJA	R\$15.225,00	(48) 99643-2314 PRESIDENTE ADILSON	APROVADO
PROED PRESENCIAL VIGÊNCIA 3 MESES ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	800	AREERB	R\$14.800,00	(48) 3665-6575 PRESIDENTE PM RO-DRIGO	APROVADO
GUERREIROS DA PAZ PRESENCIAL VIGÊNCIA 3 MESES SEDE DA PM TIJUCAS	500	AREERB	R\$22.740,00	(48) 3665-6575 PRESIDENTE PM RO-DRIGO	APROVADO
PREPARAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO VIRTUAL VIGÊNCIA 3 MESES	35	UNIVALI	R\$ 10.745,50	(47) 3279.9505 PRESIDENTE VALDIR CECHINEL FILHO	APROVADO
INICIAÇÃO TAEKWONDO PARA A VIDA PRESENCIAL VIGENCIA 3 MESES SEDE FUGAZZA	150	FUGAZZA	R\$ 10.800,00	(48) 99975-7086 PRESIDENTE VANDEIR FUGAZZA	APROVADO
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO PRESENCIAL VIGÊNCIA 3 MESES LOCAL: SCFV E CEI ZILDA MARIA PEIXER	150	ACAT	R\$14.800,00	(48) 99977-1127 PRESIDENTE SANDRA HELENA TIEZERINI	APROVADO



OFICINA JOVEM APRENDIZ PRESENCIAL VIGÊNCIA 3 MESES LOCAL: E. M. SANTA TEREZINHA	50	ACAT	R\$12.500,00	(48) 99977-1127 PRESIDENTE SANDRA HELENA TIEZERINI	APROVADO
HAPKIDO PRESENCIAL VIGENCIA 3 MESES LOCAL: SEDE LIONS CLUBE	60	ASSOCIAÇÃO FÊNIX	R\$ 11.400,00	(47) 99907-2998 PRESIDENTE LEANDRO	APROVADO

PRESIDENTE CMDCA - GESTÃO 2020/2022

**AVALIAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROJETOS/SALDO REMANESCENTE EDITAL Nº 001/2020/ CMDCA PARA FINANCIAMENTO SALDO REMANESCENTE DE PROJETOS/PROGRAMAS/CAMPANHAS E OFICINAS NO ANO DE 2021 EM AÇÕES DE ATENÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS**

Publicação Nº 2877595

PARECER CEAM – CMDCA TIJUCAS SC 001/2021

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO CMDCA TIJUCAS

AVALIAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROJETOS/SALDO REMANESCENTE EDITAL Nº 001/2020/CMDCA PARA FINANCIAMENTO SALDO REMANESCENTE DE PROJETOS/PROGRAMAS/CAMPANHAS E OFICINAS NO ANO DE 2021 EM AÇÕES DE ATENÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TIJUCAS-SC (CMDCA), no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com a Lei Federal Nº 13.019/2014 e orientação do TCE-SC; torna pública a AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS POR ENTIDADES NO EDITAL 001/2020 SALDO REMANESCENTE PELA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROJETOS –EXECUÇÃO 2021. OS EDITAIS FORAM EXECUTADOS com objetivo é desenvolver as Políticas Públicas voltadas à criança e ao adolescente, financiando programas, projetos, campanhas e/ou oficinas com propostas inovadoras nessa área, visando assegurar seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, cidadania, dignidade, educação, cultura, esporte, saúde, abrigo, integração e participação efetiva na sociedade conforme previsto ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. As propostas devem estar de acordo com o Art. 15 da RESOLUÇÃO CONANDA 137/2010, que estabelece sobre as ações desenvolvidas com o financiamento e aplicação dos recursos do FIA - Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos que foram destinadas para ações governamentais e não-governamentais relativas ao:

- I - Desenvolvimento e execução de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- II - Acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, da Lei 13.019/2014, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;
- III – Desenvolvimento e Execução de Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- IV – Desenvolvimento e execução programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V - Desenvolvimento e execução de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- VI – Desenvolvimento e execução de ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O Conselho Municipal De Direito De Crianças E Adolescentes De Tijucas – CMDCA TIJUCAS, priorizou propostas nas áreas da saúde, educação, assistência social, arte, cultura, lazer, esporte e segurança do município de Tijucas, que desempenharão ações afirmativas e socio-educativas para garantia de direitos e defesa da criança e do adolescente de:

- a) Enfrentamento e combate às violências, exploração e abuso infanto-juvenil, físico ou psicológico;
- b) Enfrentamento à drogadição e criminalidade infanto-juvenil;
- c) Fortalecimento e resgate das relações familiares e comunitárias;
- d) Fomento e incentivo a Diversidade Cultural e Inclusão Cultural infanto-juvenil;
- e) Fomento e incentivo a Acessibilidade de crianças e adolescentes com deficiência;
- f) Fomento e incentivo ao protagonismo juvenil;
- g) Fomento e incentivo a educação ambiental de crianças e adolescentes;
- h) Fomento e incentivo a inclusão digital de crianças e adolescentes;
- i) Fomento e incentivo a qualificação profissional e inclusão juvenil ao mercado de trabalho;
- j) Fomento e incentivo a Guarda e Adoção Legal de crianças e adolescentes institucionalizados;
- k) Enfrentamento às demandas de Acolhimento Temporário Institucional ou Familiar;
- l) Fortalecimento dos atendimentos infanto-juvenis do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Tijucas;
- m) Fomento e execução de coleta de dados estatísticos, pesquisas, estudos de diagnóstico sobre a realidade municipal na área da infância e adolescência que fortaleça o sistema de atenção especial a crianças e adolescentes na rede de atendimentos.

Análise: A Comissão Especial De Avaliação E Monitoramento De Projetos é o órgão colegiado responsável em receber, avaliar, julgar e



monitorar a execução dos objetos dos Termos de Fomento composta pelos seguintes membros conforme RESOLUÇÃO CMDCA 020/2019.

## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

#### PROJETOS, PROGRAMAS, CAMPANHAS E OFICINAS

#### SALDO REMANESCENTE EDITAL 001/2020:

IDENTIFICAÇÃO	VAGAS	ENTIDADE	VALOR	CONTATO	RESULTADO
MÚSICA NA INFÂNCIA PRESENCIAL VIGÊNCIA 3 MESES LOCAL: CEI ZILDA MARIA PEIXER	200	ASMUT	R\$14.500,00	(48) 99194-6691 PRESIDENTE JOAURO	APROVADO
MÚSICA E VIDA PRESENCIAL VIGÊNCIA 3 MESES LOCAL: SCFV; E.M. MADRE SABINA E E.M. BRILHO DO SOL	200	ASMUT	R\$24.250,00	(48) 99194-6691 PRESIDENTE JOAURO	APROVADO
MUAY THAI KIDS PRESENCIAL VIGÊNCIA 3 MESES JARDIM AMENDOIRAS	70	AJA	R\$9.000,00	(48) 99643-2314 PRESIDENTE ADILSON	APROVADO
ESCOLINHA DE FUTE- BOL PRESENCIAL JARDIM AMENDOIRAS	150	AJA	R\$15.225,00	(48) 99643-2314 PRESIDENTE ADILSON	APROVADO
PROED PRESENCIAL VIGÊNCIA 3 MESES ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	800	AREERB	R\$14.800,00	(48) 3665-6575 PRESIDENTE PM RO- DRIGO	APROVADO
GUERREIROS DA PAZ PRESENCIAL VIGÊNCIA 3 MESES SEDE DA PM TIJUCAS	500	AREERB	R\$22.740,00	(48) 3665-6575 PRESIDENTE PM RO- DRIGO	APROVADO
PREPARAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABA- LHO VIRTUAL VIGÊNCIA 3 MESES	35	UNIVALI	R\$ 10.745,50	(47) 3279.9505 PRESIDENTE VALDIR CECHINEL FILHO	APROVADO
INICIAÇÃO TAEKWON- DO PARA A VIDA PRESENCIAL VIGENCIA 3 MESES SEDE FUGAZZA	150	FUGAZZA	R\$ 10.800,00	(48) 99975-7086 PRESIDENTE VANDEIR FUGAZZA	APROVADO
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO VIGÊNCIA 3 MESES LOCAL: SCFV E CEI ZILDA MARIA PEIXER	150	ACAT	R\$14.800,00	(48) 99977-1127 PRESIDENTE SANDRA HELENA TIEZERINI	APROVADO
IDENTIFICAÇÃO	VAGAS	ENTIDADE	VALOR	CONTATO	RESULTADO
OFICINA JOVEM APRENDIZ PRESENCIAL VIGÊNCIA 3 MESES LOCAL: E. M. SANTA TEREZINHA	50	ACAT	R\$12.500,00	(48) 99977-1127 PRESIDENTE SANDRA HELENA TIEZERINI	APROVADO



HAPKIDO PRESENCIAL VIGENCIA 3 MESES LOCAL: SEDE LIONS CLUBE	60	ASSOCIAÇÃO FÊNIX	R\$ 11.400,00	(47) 99907-2998 PRESIDENTE LEANDRO PROFESSOR ANTÔNIO MIRANDA	APROVADO
PROPOSTAS APROVA- DAS PARA EXECUÇÃO ENTRE 25/02/2021 A 25/05/2021	2365 VAGAS	8 ENTIDADES	R\$160.760,50	CMDCA TIJUCAS	CMDCA TIJUCAS

**OBSERVAÇÕES:**

A) As propostas acima relacionadas foram aprovadas para execução em forma presencial/virtual e terão seus planos de ação contratados por termos de fomento CMDCA TIJUCAS com vigência de 3 meses compreendendo o período de 25/02/2021 A 25/05/2021;

TIJUCAS, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

Comissão especial de avaliação de monitoramento  
CMDCA TIJUCAS

### **AVISO DO EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 007/SAMAE/21 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/SAMAE/21 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/SAMAE/21**

Publicação Nº 2877917

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 007/SAMAE/21 - DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/SAMAE/21 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/SAMAE/21

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

CONTRATADA: DAOLI ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SERVIR DE SEDE PARA O SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais).

TIJUCAS/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

### **AVISO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/SAMAE/2021 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/SAMAE/2021**

Publicação Nº 2877903

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, inscrito sob o CNPJ nº 02.396.675/0001-27, com sede na Rua Santa Catarina, 47, Centro, Tijucas SC, CEP 88.200-000 de conformidade com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 010/SAMAE/2021

Dispensa de Licitação nº 007/SAMAE/2021

Objeto: Locação de Imóvel para servir de sede para o SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do município de Tijucas/SC.

Contratado: DAOLI ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA.

Valor: R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais).

Amparo Legal: artigo 24, Inciso X e Art. 62, inciso I, § 3º da Lei 8666 de 21 de junho de 1993, suas alterações e Parecer Favorável nº 012/SAMAEJUR/2021.

Luiz Rogério da Silva – PRESIDENTE DO SAMAE

### **EXTRATO ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/PMT/2021 CONCORRENCIA Nº 001/PMT/2021**

Publicação Nº 2877686

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/PMT/2021

CONCORRÊNCIA Nº 001/PMT/2021

EXTRATO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO



A Comissão Permanente de Licitação, torna público que fora concluído o julgamento da Documentação do Processo Licitatório nº 001/PMT/2021 Concorrência nº 001/PMT/21, para a Concessão de uso remunerado para exploração comercial do espaço localizado no Terminal Rodoviário Miguel de Brito, no centro da cidade de Tijucas/SC, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC Foram observados os devidos procedimentos de publicidade e legalidade, o qual encontra-se o edital disponível no site do município [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br) - licitações no momento da abertura desta sessão. Quanto a análise contábil, a empresa IVERSON DE JESUS GUERBERS 04307308964, atingiu o índice do item 7.1 do edital. Quanto a análise jurídica, a empresa também atendeu o item 6.1.1. do edital, restando assim habilitada. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme artigo 109, inciso I "a" da Lei 8.666/93. Designado para 04 (quatro) de março de 2021 às 10h00 (dez) horas a abertura da proposta. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/PMT/2021 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 014/PMT/2021**

Publicação Nº 2879697

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/PMT/2021

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 014/PMT/2021

Objeto: Aquisição de Materiais Pedagógicos para os Alunos da Rede Municipal de Ensino, da Secretaria de Educação, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Item;

Data de Abertura: 09 de março de 2021, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/PMT/2021 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 015/PMT/2020**

Publicação Nº 2879702

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/PMT/2021

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 015/PMT/2021

Objeto: Aquisição de Notebooks, Aparelho de TV e Roteador para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Item;

Data de Abertura: 09 de março de 2021, as 10h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

## **TERMO DE FOMENTO DE CHANCELA PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE DE EDUCAÇÃO MUSICAL VOZ E VIOLÃO Nº 002/2021**

Publicação Nº 2877598

TERMO DE FOMENTO CMDCA TJ nº 002/2021 – FIA Tijucas SC

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel B-chele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº 449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas SC inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS a Sra. Secretária Municipal BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89 residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS, neste ato representado pelo Presidente do CMDCA a Sra.



CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada neste município; e a OSC - Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO MUSICAL UNIÃO TIJUCENSE- SMUT, inscrita no CNPJ nº 76.875.608/0001-21, situada a Rua AVENIDA BAYER FILHO, nº 1335, Bairro CENTRO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr. JOAURO SANTOS, brasileiro, CASADO, portador do RG nº 3.821.781 SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 036.367.819-01, residente e domiciliado na Rua Mario Cesar Cirilo, nº 92, TIJUCAS SC, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este TERMO DE FOMENTO DE CHANCELA PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DOPROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE DE EDUCAÇÃO MUSICALVOZ E VIOLÃO - CATEGORIA 8 - com duração de 20/01/2021 A 30/04/2021, que recebeu classificação 2º lugar com 697,50 pontos na Resolução CMDCA 025/2019 resultante do EDITAL CMDCA 004/2019 - CHAMAMENTO PUBLICO DE CHANCELA FIA TIJUCAS SC, tendo a instituição o Registro CMDCA 33/2019, que atenderá 100 crianças e adolescentes das unidades escolares do município durante período de contraturno escolar na área de atuação MÚSICA na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA 005/2019 – Chancela FIA TIJUCAS SC - de projeto/programa/campanha habilitado pelo PARECER CEAM 003/2019, aprovado e classificado pelo PARECER CEAM 004/2019, formalizado pela RESOLUÇÃO 025/2019, que estabelece chancela por transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Adolescente de Tijucas com o intento de proporcionar exequibilidade de projeto, programa/campanha APROVADO tendo por finalidade específica de buscar alternativas e soluções em prol da efetivação e garantia de direitos de crianças e adolescentes do município de Tijucas SC. Os serviços a serem prestados com chancela a que este Termo de Fomento se refere, garante atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1. PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 50 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas categorias 1 - Educação profissional e empreendedorismo, 2 - Educação Digital, 3 - Artes Cênicas e Audiovisuais, 4 - Educação Ambiental, 5 e 7 - Esportes, 6 - Música, 8 - Saúde Prevenção e Cidadania, 9 - Resgate Cultural;
2. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação conforme categoria 10.
3. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação conforme categoria 11.
4. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação conforme categoria

#### 2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor parcial autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas 025/2019 no total de R\$ 22.000 (VINTE E DOIS MIL REAIS) em parcela única constante na READEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA APROVADA baseada no PLANO DE TRABALHO DE 90 DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA 025/2019.

2.2. Para o exercício do segundo, terceiro e quarto trimestre de 2021, fica a critério da entidade a captação do valor e Financeiro referente a diferença de custeio do projeto/ programa e/ou Campanha Aprovados pelo Edital 004/2019 de Chamamento Público para Chancela FIA Tijucas das transferências decorrentes de doações por carta de CHANCELA de IRPF e IRPJ do ano de 2019/2020/2021.

#### 3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

#### 4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Transferência Financeira deste Termo de Fomento Chancela e no valor nele fixado que estabelece:

a) A Transferência financeira no valor de R\$ 22.000,00 da parcela única autorizada deverá ser executada até o dia 25/01/2021;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento Chancela;

VII - A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;

VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

##### 4.2. Compete à OSC:

I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração



Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V – Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infante-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XII – Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 004/2019, em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIII – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XIV – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XV– A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 004/2019– Fia CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

## 5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 004/2019 – Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

- a) pessoal permanente da conveniente;
- b) taxa de administração, de gerência ou similar;
- c) festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;
- d) gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente;
- e) alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
- f) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
- g) pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- h) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;
- i) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
- j) remuneração equivalente a honorários exclusivos á dirigentes de OSCs;
- l) outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:
  1. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
  2. modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
  3. utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;
  4. pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
  5. efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
  6. realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 004/2019 – Fia CMDCA Tijucas.



5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 005/2019 – Fia Chancela CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

## 6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução da etapa autorizada pela Readequação Orçamentária.

6.3. A contratada ora identificada como OSC deverá apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS até os dias:

a) 30/05/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 20/01a 30/04;

6.3.1. Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;

b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,

c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo de participação da Proposta Aprovada,

d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA em 3 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas e Contabilidade da Secretaria de Ação Social na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final.

6.4. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus "cases" do projeto e enviá-los por meio eletrônico, bem como, cópia impressa com imagens, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA - CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

## 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 30/04/2021, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil. Caso o contratante deseje manter a proposta em funcionamento pela arrecadação posterior de financiamento chancela, a entidade deverá apresentar novo documento de READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA para análise e autorização de celebração de novo termo de fomento.

7.2. A prorrogação da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

## 8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital 004/2019 – Fia CMDCA Tijucas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não existir mudança de objeto financiado.

## 9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio



técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER PREVIODE PRESTAÇÃO DE CONTAS após análise da prestação de contas parciais e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir PARECER CONCLUSIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.4. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita in loco, da qual será emitido RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO que comporá o corpo do PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.

9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.

## 10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;

III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

## 11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

I – advertência, nos seguintes casos;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;

IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

## 12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

## 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO conforme PARECER CEAM 004/2019. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em



04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Tijucas SC, 21 janeiro de 2021.

Eloi Mariano Rocha  
Prefeito Municipal de Tijucas

Bianca Bibiani Machado  
Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia RaitzB-chele  
Presidente do CMDCA Tijucas

Joauo Santos  
Representante da OSC

## **TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE MÉDIA COMPLEXIDADE EDUCAÇÃO PROERD - PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E A VIOLÊNCIA Nº 009/2021**

Publicação Nº 2877801

TERMO DE FOMENTO CMDCA TJ nº 009/2021 – FIA Tijucas SC

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel B-chele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº 449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas SC inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS a Sra. Secretária Municipal BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89 residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS, neste ato representado pelo Presidente do CMDCA a Sra. CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada neste município; e a OSC - Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA EVERTON RODRIGUES BASTOS, inscrita no CNPJ nº 14.024.733/0001-70, situada a Rua CORONEL CONCEIÇÃO, nº 870, Bairro CENTRO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr. PM RODRIGO LEONILDO CORDEIRO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 4.126.091 SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 038.505.469-69, residente e domiciliado na CORNEL CONCEIÇÃO, nº 870, Bairro CENTRO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE MÉDIA COMPLEXIDADE EDUCAÇÃO PROERD - PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E A VIOLÊNCIA com duração de 25/02/2021 A 25/05/2021, APROVADO PELA REOLUÇÃO CMDCANº001/2021 resultante do EDITAL CMDCA 001/2020 - CHAMAMENTO PÚBLICO DE SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC, tendo a instituição o Registro CMDCA 34/2019, que atenderá 500 crianças e adolescentes das unidades escolares do município durante período de contraturno escolar na área de atuação ESPORTES ARTES MARCIAIS na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

### **1. DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA 001/2020 – SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC - de projeto/ programa/campanha APROVADO pelo PARECER CEAM 001/2021, formalizado pela RESOLUÇÃO 001/2021, que estabelece AUTORIZAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO garantindo atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1. PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 50 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas categorias 1 - Educação profissional e empreendedorismo, 2 - Educação Digital, 3 - Artes Cênicas e Audiovisuais, 4 - Educação Ambiental, 5 e 7 - Esportes, 6 - Música, 8 - Saúde Prevenção e Cidadania, 9 - Resgate Cultural;
2. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
3. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
4. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.

### **2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA**

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor parcial autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas 001/2021 no total de R\$ 14.800,00 (QUATORZE MIL E OITOCENTOS REAIS) em parcela única constante no PLANO DE TRABALHO DE 90 DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA 001/2021.

2.2. Para o exercício do período de 25/02/2021 a 25/05/2021, fica a critério da entidade a captação do valor e Financeiro referente a diferença de custeio do projeto/ programa e/ou Campanha Aprovados pelo Edital 001/2021 de Chamamento Público para saldo remanescente FIA Tijucas do SALDO REMANESCENTE DOS ANOS DE 2019/2020/2021.

### **3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC**



3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

#### 4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Transferência Financeira deste Termo de Fomento e no valor nele fixado que estabelece:

a) A Transferência financeira no valor de R\$ 14.800,00 da parcela única autorizada deverá ser executada A PARTIR o dia 25/02/2021;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;

VII - A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;

VIII - Apreçar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

##### 4.2. Compete à OSC:

I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infante-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 001/2020 em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIII - Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XIV - Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XV - A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 001/2020 - Fia CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

#### 5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 001/2020 - Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

a) pessoal permanente da conveniente.



- b) taxa de administração, de gerência ou similar;
- c) festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;
- d) gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente;
- e) alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
- f) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
- g) pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- h) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;
- i) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
- j) remuneração equivalente a honorários exclusivos a dirigentes de OSCs;
- l) outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:
  - 1. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
  - 2. modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
  - 3. utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;
  - 4. pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
  - 5. efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
  - 6. realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

## 6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução da etapa autorizada pela Readequação Orçamentária.

6.3. A contratada ora identificada como OSC deverá apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS até os dias:

a) 30/06/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 25/02a 25/05;

6.3.1. Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

- a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;
- b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,
- c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo de participação da Proposta Aprovada,
- d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA em 3 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas e Contabilidade da Secretaria de Ação Social na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final.

6.4. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus "cases" do projeto e enviá-los por meio eletrônico, bem



como, cópia impressa com imagens, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA - CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

## 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 25/05/2021, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil. Caso o contratante deseje manter a proposta em funcionamento pela arrecadação posterior de financiamento, a entidade deverá apresentar novo documento de READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA para análise e autorização de celebração de novo termo de fomento.

7.2. A prorrogação da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

## 8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital SALDO REMANESCENTE CMDCA Nº001/2020 – FIA Tijucas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não existir mudança de objeto financiado.

## 9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER PREVIODE PRESTAÇÃO DE CONTAS após análise da prestação de contas parciais e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir PARECER CONCLUSIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.4. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita in loco, da qual será emitido RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO que comporá o corpo do PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.

9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.

## 10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;



**III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.****11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES**

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

I – advertência, nos seguintes casos;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;

IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

**12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS**

12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

**13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO conforme PARECER CEAM 001/2020. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Tijucas SC, 25fevereiro de 2021.

Eloi Mariano Rocha  
Prefeito Municipal de Tijucas

Bianca Bibiani Machado  
Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia RaitzB-chele  
Presidente do CMDCA Tijucas

Rodrigo Leonildo Cordeiro  
Representante da OSC

**TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE DE EDUCAÇÃO MUSICAL E VIDA Nº 004/2021**

Publicação Nº 2877778

TERMO DE FOMENTOCMDCA TJ nº 004/2021 – FIA Tijucas SC

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel B-chele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas SC inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS a Sra. Secretária Municipal BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89 residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS, neste ato representado pelo Presidente do CMDCA a Sra. CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada neste município; e a OSC - Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO MUSICAL UNIÃO TIJUQUENSE- SMUT, inscrita no CNPJ nº 76.875.608/0001-21, situada a Rua AVENIDA BAYER FILHO, nº 1335, Bairro CENTRO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr. JOAURO SANTOS, brasileiro, CASADO, portador do RG nº 3.821.781 SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 036.367.819-01, residente e domiciliado na Rua Mario Cesar Cirilo, nº 92, TIJUCAS SC, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE DE EDUCAÇÃO MUSICAL E VIDA com duração de 25/02/2021 A 25/05/2021, APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCANº001/2021 resultante do EDITAL CMDCA 001/2020 - CHAMAMENTO PUBLICO DE SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC, tendo a instituição o Registro CMDCA 33/2019, que atenderá 200 crianças e adolescentes das unidades escolares do município durante período de contraturno escolar na área de atuação MÚSICA na forma e condições



estabelecidas nas seguintes cláusulas:

#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA001/2020 – SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC - de projeto/ programa/campanha APROVADO pelo PARECER CEAM 001/2021, formalizado pela RESOLUÇÃO 001/2021, que estabelece AUTORIZAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO garantindo atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1. PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 50 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas categorias 1 - Educação profissional e empreendedorismo, 2 - Educação Digital, 3 - Artes Cênicas e Audiovisuais, 4 - Educação Ambiental, 5 e 7 - Esportes, 6 - Música, 8 - Saúde Prevenção e Cidadania, 9 - Resgate Cultural;
2. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
3. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
4. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.

#### 2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor parcial autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas 001/2021 no total de R\$ 24.250,00 (VINTE E QUATRO MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) em parcela única constante no PLANO DE TRABALHO DE 90 DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA 001/2021.

2.2. Para o exercício do período de 25/02/2021 a 25/05/2021, fica a critério da entidade a captação do valor e Financeiro referente a diferença de custeio do projeto/ programa e/ou Campanha Aprovados pelo Edital 001/2021 de Chamamento Público para saldo remanescente FIA Tijucas do SALDO REMANESCENTE DOS ANOS DE 2019/2020/2021.

#### 3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

#### 4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Transferência Financeira deste Termo de Fomento e no valor nele fixado que estabelece:

- a) A Transferência financeira no valor de R\$ 24.250,00 da parcela única autorizada deverá ser executada A PARTIR o dia 25/02/2021;
- II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;
- IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;
- V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;
- VII - A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;
- VIII - Apreçar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e
- IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

##### 4.2. Compete à OSC:

- I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;
- II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;
- V - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infanto-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;
- VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;
- VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;
- IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;
- X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;



XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XII – Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 001/2020 em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIII – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XIV – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XV– A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 001/2020– Fia CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

## 5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

- a) pessoal permanente da convenente.
- b) taxa de administração, de gerência ou similar;
- c) festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;
- d) gastos exclusivamente de responsabilidade da convenente;
- e) alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
- f) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
- g) pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- h) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;
- i) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
- j) remuneração equivalente a honorários exclusivos á dirigentes de OSCs;
- l) outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:
  1. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
  2. modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
  3. utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;
  4. pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
  5. efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
  6. realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa



previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

## 6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução da etapa autorizada pela Readequação Orçamentária.

6.3. A contratada ora identificada como OSC deverá apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS até os dias:

a) 30/06/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 25/02a 25/05;

6.3.1. Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;

b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,

c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo de participação da Proposta Aprovada,

d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA em 3 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas e Contabilidade da Secretaria de Ação Social na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final.

6.4. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus "cases" do projeto e enviá-los por meio eletrônico, bem como, cópia impressa com imagens, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA - CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

## 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 25/05/2021, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil. Caso o contratante deseje manter a proposta em funcionamento pela arrecadação posterior de financiamento, a entidade deverá apresentar novo documento de READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA para análise e autorização de celebração de novo termo de fomento.

7.2. A prorrogação da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

## 8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital SALDO REMANESCENTE CMDCA Nº001/2020 – FIA Tijucas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não existir mudança de objeto financiado.

## 9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER PREVIODE PRESTAÇÃO DE CONTAS após análise da prestação de contas parciais e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir PARECER CONCLUSIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá



à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

**9.4. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:**

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

**9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita in loco, da qual será emitido RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO que comporá o corpo do PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.**

**9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.**

#### **10. DA RESCISÃO**

**10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.**

**10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:**

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;

III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

#### **11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES**

**11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.**

**11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:**

I – advertência, nos seguintes casos;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;

IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

#### **12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS**

**12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.**

**12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.**

#### **13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO conforme PARECER CEAM 001/2020. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.**

Município de Tijucas SC, 25fevereiro de 2021.

Eloi Mariano Rocha

Prefeito Municipal de Tijucas

Bianca Bibiani Machado

Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia RaitzB-chele

Presidente do CMDCA Tijucas

Joauro Santos

Representante da OSC



**TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE DE EDUCAÇÃO MUSICAL NA INFÂNCIA Nº 003/2021**

Publicação Nº 2877772

TERMO DE FOMENTO CMDCA TJ nº 003/2021 – FIA Tijucas SC

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel B-chele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº 449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas SC inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS a Sra. Secretária Municipal BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89 residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS, neste ato representado pelo Presidente do CMDCA a Sra. CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada neste município; e a OSC - Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO MUSICAL UNIÃO TIJUQUENSE- SMUT, inscrita no CNPJ nº 76.875.608/0001-21, situada a Rua AVENIDA BAYER FILHO, nº 1335, Bairro CENTRO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr. JOAURO SANTOS, brasileiro, CASADO, portador do RG nº 3.821.781 SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 036.367.819-01, residente e domiciliado na Rua Mario Cesar Cirilo, nº 92, TIJUCAS SC, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE DE EDUCAÇÃO MUSICAL NA INFÂNCIA com duração de 25/02/2021 A 25/05/2021, APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCANº001/2021 resultante do EDITAL CMDCA 001/2020 - CHAMAMENTO PÚBLICO DE SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC, tendo a instituição o Registro CMDCA 33/2019, que atenderá 200 crianças e adolescentes das unidades escolares do município durante período de contraturno escolar na área de atuação MÚSICA na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

**1. DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA 001/2020 – SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC - de projeto/ programa/campanha APROVADO pelo PARECER CEAM 001/2021, formalizado pela RESOLUÇÃO 001/2021, que estabelece AUTORIZAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO garantindo atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1. PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 50 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas categorias 1 - Educação profissional e empreendedorismo, 2 - Educação Digital, 3 - Artes Cênicas e Audiovisuais, 4 - Educação Ambiental, 5 e 7 - Esportes, 6 - Música, 8 - Saúde Prevenção e Cidadania, 9 - Resgate Cultural;
2. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
3. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
4. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.

**2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA**

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor parcial autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas 001/2021 no total de R\$ 14.500,00 (QUATORZE MIL E QUINHENTOS REAIS) em parcela única constante no PLANO DE TRABALHO DE 90 DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA 001/2021.

2.2. Para o exercício do período de 25/02/2021 a 25/05/2021, fica a critério da entidade a captação do valor e Financeiro referente a diferença de custeio do projeto/ programa e/ou Campanha Aprovados pelo Edital 001/2021 de Chamamento Público para saldo remanescente FIA Tijucas do SALDO REMANESCENTE DOS ANOS DE 2019/2020/2021.

**3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC**

3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

**4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Transferência Financeira deste Termo de Fomento e no valor nele fixado que estabelece:

a) A Transferência financeira no valor de R\$ 14.500 da parcela única autorizada deverá ser executada A PARTIR o dia 25/02/2021;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;

VII - A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;



VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX – Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

#### 4.2. Compete à OSC:

I – Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V – Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infante-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XII – Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 001/2020 em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIII – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XIV – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XV– A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 001/2020– Fia CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

#### 5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

- a) pessoal permanente da conveniente.
- b) taxa de administração, de gerência ou similar;
- c) festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;
- d) gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente;
- e) alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
- f) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
- g) pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- h) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;
- i) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
- j) remuneração equivalente a honorários exclusivos á dirigentes de OSCs;
- l) outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:
  1. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
  2. modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
  3. utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;
  4. pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;



5. efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

6. realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

## 6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução da etapa autorizada pela Readequação Orçamentária.

6.3. A contratada ora identificada como OSC deverá apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS até os dias:

a) 30/06/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 25/02a 25/05;

6.3.1. Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;

b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,

c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo de participação da Proposta Aprovada,

d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA em 3 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas e Contabilidade da Secretaria de Ação Social na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final.

6.4. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus "cases" do projeto e enviá-los por meio eletrônico, bem como, cópia impressa com imagens, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA - CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

## 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 25/05/2021, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil. Caso o contratante deseje manter a proposta em funcionamento pela arrecadação posterior de financiamento, a entidade deverá apresentar novo documento de READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA para análise e autorização de celebração de novo termo de fomento.

7.2. A prorrogação da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.



## 8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital SALDO REMANESCENTE CMDCA Nº001/2020 – FIA Tijucas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não existir mudança de objeto financiado.

## 9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER PREVIODE PRESTAÇÃO DE CONTAS após análise da prestação de contas parciais e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir PARECER CONCLUSIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.4. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita in loco, da qual será emitido RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO que comporá o corpo do PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.

9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.

## 10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;

III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

## 11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

I – advertência, nos seguintes casos;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;

IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

## 12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS



12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

### 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO conforme PARECER CEAM 001/2020. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Tijucas SC, 25fevereiro de 2021.

Eloi Mariano Rocha  
Prefeito Municipal de Tijucas

Bianca Bibiani Machado  
Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia RaitzB-chele  
Presidente do CMDCA Tijucas

Joauo Santos  
Representante da OSC

## **TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE DE ESPORTES EM ARTES MARCIAIS N° 005/2021**

Publicação N° 2877783

TERMO DE FOMENTO CMDCA TJ n° 005/2021 – FIA Tijucas SC

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel B-chele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº 449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas SC inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS a Sra. Secretária Municipal BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89 residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS, neste ato representado pelo Presidente do CMDCA a Sra. CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada neste município; e a OSC - Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO FÊNIX DE ARTES MARCIAIS ITAPEMENSE, inscrita no CNPJ nº 24.372.933/000178, situada a Rua 444, nº 275 casa 01 – BAIRRO MORRETES CIDADE DE ITAPEMA, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr. LEANDRO RODRIGO DOS SANTOS RIBEIRO, brasileiro, CASADO, portador do RG nº 7.113.454 SC, inscrito no CPF sob o nº 098.630.999-02, residente e domiciliado na Rua 704, Nº 367, ESQUINA COM A RUA 700 - ITAPEMA SC, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE DE ESPORTES EM ARTES MARCIAIS com duração de 25/02/2021 A 25/05/2021, APROVADO PELA REOLUÇÃO CMDCA Nº 001/2021 resultante do EDITAL CMDCA 001/2020 - CHAMAMENTO PÚBLICO DE SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC, tendo a instituição o Registro CMDCA 11/2016, que atenderá 60 crianças e adolescentes das unidades escolares do município durante período de contraturno escolar na área de atuação ESPORTES na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA 001/2020 – SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC - de projeto/ programa/campanha APROVADO pelo PARECER CEAM 001/2021, formalizado pela RESOLUÇÃO 001/2021, que estabelece AUTORIZAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO garantindo atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1. PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 50 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas categorias 1 - Educação profissional e empreendedorismo, 2 - Educação Digital, 3 - Artes Cênicas e Audiovisuais, 4 - Educação Ambiental, 5 e 7 - Esportes, 6 - Música, 8 - Saúde Prevenção e Cidadania, 9 - Resgate Cultural;
2. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
3. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
4. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.

### 2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA



2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor parcial autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas 001/2021 no total de R\$ 11.400,00(ONZE MIL E QUATROCENTOS REAIS) em parcela única constante no PLANO DE TRABALHO DE 90 DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA 001/2021.

2.2. Para o exercício do período de 25/02/2021 a 25/05/2021, fica a critério da entidade a captação do valor e Financeiro referente a diferença de custeio do projeto/ programa e/ou Campanha Aprovados pelo Edital 001/2021 de Chamamento Público para saldo remanescente FIA Tijucas do SALDO REMANESCENTE DOS ANOS DE 2019/2020/2021.

### 3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

### 4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### 4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Transferência Financeira deste Termo de Fomento e no valor nele fixado que estabelece:

a) A Transferência financeira no valor de R\$ 11.400,00 da parcela única autorizada deverá ser executada A PARTIR o dia 25/02/2021;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;

VII - A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;

VIII - Apreçar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

#### 4.2. Compete à OSC:

I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infante-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 001/2020 em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIII - Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XIV - Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XV - A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 001/2020- Fia CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com



recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

## 5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

- a) pessoal permanente da conveniente;
- b) taxa de administração, de gerência ou similar;
- c) festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;
- d) gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente;
- e) alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
- f) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
- g) pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- h) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;
- i) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
- j) remuneração equivalente a honorários exclusivos a dirigentes de OSCs;
- l) outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:
  1. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
  2. modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
  3. utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;
  4. pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
  5. efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
  6. realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

## 6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução da etapa autorizada pela Readequação Orçamentária.

6.3. A contratada ora identificada como OSC deverá apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS até os dias:

- a) 30/06/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 25/02a 25/05;

6.3.1. Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

- a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;
- b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,
- c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo



de participação da Proposta Aprovada,

d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA em 3 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas e Contabilidade da Secretaria de Ação Social na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final.

6.4. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus "cases" do projeto e enviá-los por meio eletrônico, bem como, cópia impressa com imagens, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA - CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

## 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 25/05/2021, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil. Caso o contratante deseje manter a proposta em funcionamento pela arrecadação posterior de financiamento, a entidade deverá apresentar novo documento de READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA para análise e autorização de celebração de novo termo de fomento.

7.2. A prorrogação da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

## 8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital SALDO REMANESCENTE CMDCA Nº001/2020 – FIA Tijucas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não existir mudança de objeto financiado.

## 9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER PREVIODE PRESTAÇÃO DE CONTAS após análise da prestação de contas parciais e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir PARECER CONCLUSIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.4. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita in loco, da qual será emitido RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO que comporá o corpo do PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.

9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e



fiscalizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.

#### 10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;

III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

#### 11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

I – advertência, nos seguintes casos;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;

IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

#### 12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

#### 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO conforme PARECER CEAM 001/2020. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Tijucas SC, 25fevereiro de 2021.

Eloi Mariano Rocha  
Prefeito Municipal de Tijucas

Bianca Bibiani Machado  
Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia RaitzB-chele  
Presidente do CMDCA Tijucas

Leandro Rodrigo Dos Santos Ribeiro  
Representante da OSC

### **TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE ESPORTES - ESCOLINHA DE FUTEBOL Nº 010/2021**

Publicação Nº 2877804

TERMO DE FOMENTOCMDCA TJ nº 010/2021 – FIA Tijucas SC

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel B-chele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas SC inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS a Sra. Secretária Municipal BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89 residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS, neste ato representado pelo Presidente do CMDCA a Sra. CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada



neste município; e a OSC - Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JARDIM AMENDOEIRAS, inscrita no CNPJ nº 03.660.407/0001-33, situada a Rua MANOEL LUIZ DOS SANTOS, nº 576, Bairro UNIVERSITÁRIO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr. ADILSON FERNANDES, brasileiro, CASADO, portador do RG nº 1.532.728SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 466.300.499-20, residente e domiciliado na Rua MANOEL LUIZ DOS SANTOS, 574, BAIRRO UNIVERSITÁRIO - TIJUCAS SC, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE ESPORTES - ESCOLINHA DE FUTEBOL com duração de 25/02/2021 A 25/05/2021, APROVADO PELA REOLUÇÃO CMDCA nº 001/2021 resultante do EDITAL CMDCA 001/2020 - CHAMAMENTO PÚBLICO DE SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC, que atenderá 150 crianças e adolescentes das unidades escolares do município durante período de contraturno escolar na área de atuação ESPORTE na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA 001/2020 – SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC - de projeto/ programa/campanha APROVADO pelo PARECER CEAM 001/2021, formalizado pela RESOLUÇÃO 001/2021, que estabelece AUTORIZAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO garantindo atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1. PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 50 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas categorias 1 - Educação profissional e empreendedorismo, 2 - Educação Digital, 3 - Artes Cênicas e Audiovisuais, 4 - Educação Ambiental, 5 e 7 - Esportes, 6 - Música, 8 - Saúde Prevenção e Cidadania, 9 - Resgate Cultural;
2. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
3. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
4. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.

#### 2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor parcial autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas 001/2021 no total de R\$ 15.225,00 (QUINZE MIL, DUZENTOS E VINTE E CINCO REAIS) em parcela única constante no PLANO DE TRABALHO DE 90 DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA 001/2021.

2.2. Para o exercício do período de 25/02/2021 a 25/05/2021, fica a critério da entidade a captação do valor e Financeiro referente a diferença de custeio do projeto/ programa e/ou Campanha Aprovados pelo Edital 001/2021 de Chamamento Público para saldo remanescente FIA Tijucas do SALDO REMANESCENTE DOS ANOS DE 2019/2020/2021.

#### 3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

#### 4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Transferência Financeira deste Termo de Fomento e no valor nele fixado que estabelece:

- a) A Transferência financeira no valor de R\$ 15.225,00 da parcela única autorizada deverá ser executada A PARTIR o dia 25/02/2021;
- II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;
- IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;
- V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;
- VII - A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;
- VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e
- IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

##### 4.2. Compete à OSC:

- I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;
- II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;
- V - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infante-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;



- VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;
- VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;
- IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;
- X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;
- XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;
- XII – Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 001/2020 em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;
- XIII – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e
- XIV – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;
- XV– A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 001/2020– Fia CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

## 5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

- pessoal permanente da conveniente;
  - taxa de administração, de gerência ou similar;
  - festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;
  - gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente;
  - alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
  - transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
  - pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
  - pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;
  - bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
  - remuneração equivalente a honorários exclusivos a dirigentes de OSCs;
  - outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:
- pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
  - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
  - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;
  - pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
  - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
  - realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta)



dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

## 6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução da etapa autorizada pela Readequação Orçamentária.

6.3. A contratada ora identificada como OSC deverá apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS até os dias:

a) 30/06/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 25/02a 25/05;

6.3.1. Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;

b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,

c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo de participação da Proposta Aprovada,

d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA em 3 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas e Contabilidade da Secretaria de Ação Social na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final.

6.4. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus "cases" do projeto e enviá-los por meio eletrônico, bem como, cópia impressa com imagens, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA - CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

## 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 25/05/2021, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil. Caso o contratante deseje manter a proposta em funcionamento pela arrecadação posterior de financiamento, a entidade deverá apresentar novo documento de READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA para análise e autorização de celebração de novo termo de fomento.

7.2. A prorrogação da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

## 8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital SALDO REMANESCENTE CMDCA Nº001/2020 – FIA Tijucas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não existir mudança de objeto financiado.

## 9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;



II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER PREVIODE PRESTAÇÃO DE CONTAS após análise da prestação de contas parciais e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir PARECER CONCLUSIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.4. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita in loco, da qual será emitido RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO que comporá o corpo do PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.

9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.

## 10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;

III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

## 11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

I – advertência, nos seguintes casos;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;

IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

## 12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

## 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO conforme PARECER CEAM 001/2020. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Tijucas SC, 25fevereiro de 2021.

Eloi Mariano Rocha

Prefeito Municipal de Tijucas



Bianca Bibiani Machado  
Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia RaitzB-chele  
Presidente do CMDCA Tijucas

Adilson Fernandes  
Representante da OSC

## **TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE ESPORTES GUERREIROS DA PAZ Nº 008/2021**

Publicação Nº 2877796

TERMO DE FOMENTOCMDCA TJ nº 008/2021 – FIA Tijucas SC

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel B-chele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas SC inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS a Sra. Secretária Municipal BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89 residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS, neste ato representado pelo Presidente do CMDCA a Sra. CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada neste município; e a OSC - Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA EVERTON RODRIGUES BASTOS, inscrita no CNPJ nº 14.024.733/0001-70, situada a Rua CORONEL CONCEIÇÃO, nº 870, Bairro CENTRO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr. PM RODRIGO LEONILDO CORDEIRO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 4.126.091 SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 038.505.469-69, residente e domiciliado na CORNEL CONCEIÇÃO, nº 870, Bairro CENTRO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE ESPORTES GUERREIROS DA PAZ com duração de 25/02/2021 A 25/05/2021, APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCANº001/2021 resultante do EDITAL CMDCA 001/2020 - CHAMAMENTO PUBLICO DE SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC, tendo a instituição o Registro CMDCA 34/2019, que atenderá 500 crianças e adolescentes das unidades escolares do município durante período de contraturno escolar na área de atuação ESPORTES ARTES MARCIAIS na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

### **1. DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA001/2020 – SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC - de projeto/ programa/campanha APROVADO pelo PARECER CEAM 001/2021, formalizado pela RESOLUÇÃO 001/2021, que estabelece AUTORIZAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO garantindo atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1. PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 50 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas categorias 1 - Educação profissional e empreendedorismo, 2 - Educação Digital, 3 - Artes Cênicas e Audiovisuais, 4 - Educação Ambiental, 5 e 7 - Esportes, 6 - Música, 8 - Saúde Prevenção e Cidadania, 9 - Resgate Cultural;
2. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
3. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
4. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.

### **2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA**

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor parcial autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas 001/2021 no total de R\$ 22.740,00 (VINTE E DOIS MIL, SETECENTOS E QUARENTA REAIS) em parcela única constante no PLANO DE TRABALHO DE 90 DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA 001/2021.

2.2. Para o exercício do período de 25/02/2021 a 25/05/2021, fica a critério da entidade a captação do valor e Financeiro referente a diferença de custeio do projeto/ programa e/ou Campanha Aprovados pelo Edital 001/2021 de Chamamento Público para saldo remanescente FIA Tijucas do SALDO REMANESCENTE DOS ANOS DE 2019/2020/2021.

### **3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC**

3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

### **4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Transferência Financeira deste Termo de Fomento e no valor nele fixado que estabelece:

a) A Transferência financeira no valor de R\$ 22.740,00 da parcela única autorizada deverá ser executada A PARTIR o dia 25/02/2021;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento



- das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;
- IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;
- V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;
- VII - A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;
- VIII - Apreçar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e
- IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

#### 4.2. Compete à OSC:

- I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;
- II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;
- V - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infanto-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;
- VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;
- VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;
- IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;
- X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;
- XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;
- XII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 001/2020 em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;
- XIII - Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e
- XIV - Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;
- XV - A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 001/2020- Fia CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

#### 5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

- pessoal permanente da convenente;
- taxa de administração, de gerência ou similar;
- festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;
- gastos exclusivamente de responsabilidade da convenente;
- alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
- transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
- pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com



Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;

i) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;

j) remuneração equivalente a honorários exclusivos á dirigentes de OSCs;

l) outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:

1. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;

2. modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;

3. utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;

4. pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;

5. efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

6. realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

## 6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução da etapa autorizada pela Readequação Orçamentária.

6.3. A contratada ora identificada como OSC deverá apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS até os dias:

a) 30/06/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 25/02a 25/05;

6.3.1. Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;

b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,

c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo de participação da Proposta Aprovada,

d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA em 3 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas e Contabilidade da Secretaria de Ação Social na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final.

6.4. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus "cases" do projeto e enviá-los por meio eletrônico, bem como, cópia impressa com imagens, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA - CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não



seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

## 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 25/05/2021, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil. Caso o contratante deseje manter a proposta em funcionamento pela arrecadação posterior de financiamento, a entidade deverá apresentar novo documento de READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA para análise e autorização de celebração de novo termo de fomento.

7.2. A prorrogação da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

## 8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital SALDO REMANESCENTE CMDCA Nº001/2020 – FIA Tijucas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não existir mudança de objeto financiado.

## 9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER PREVIODE PRESTAÇÃO DE CONTAS após análise da prestação de contas parciais e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir PARECER CONCLUSIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.4. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita in loco, da qual será emitido RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO que comporá o corpo do PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.

9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.

## 10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;

III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

## 11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:



I – advertência, nos seguintes casos;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;

IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

## 12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

## 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO conforme PARECER CEAM 001/2020. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Tijucas SC, 25fevereiro de 2021.

Eloi Mariano Rocha  
Prefeito Municipal de Tijucas

Bianca Bibiani Machado  
Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia RaitzB-chele  
Presidente do CMDCA Tijucas

Rodrigo Leonildo Cordeiro  
Representante da OSC

## **TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO OFICINA DE BAIXA COMPLEXIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL Nº 007/2021**

Publicação Nº 2877792

TERMO DE FOMENTO CMDCA TJ nº 007/2021 – FIA Tijucas SC

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel B-chele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº 449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas SC inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS a Sra. Secretária Municipal BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89 residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS, neste ato representado pelo Presidente do CMDCA a Sra. CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada neste município; e a OSC - Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO CAMINHO DAS AGUAS DO TIJUCAS – ACAT, inscrita no CNPJ nº 10.241.402/0001-31, situada a Rua HERCÍLIO LUZ, Nº 400, , Bairro CENTRO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC, neste ato devidamente representada pelo sua Presidente, Sra. SANDRA HELENA TIEZERINI, brasileira, CASADA, portadora do RG nº 128.224SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 095.911.509-97, residente e domiciliado na Rua neri Francisco campos, nº 375, TIJUCAS SC, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO OFICINA DE BAIXA COMPLEXIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL com duração de 25/02/2021 A 25/05/2021, APROVADO PELA REOLUÇÃO CMDCANº001/2021 resultante do EDITAL CMDCA 001/2020 - CHAMAMENTO PUBLICO DE SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC, tendo a instituição o Registro CMDCA 021/2019, que atenderá 150 crianças e adolescentes das unidades escolares do município durante período de contraturno escolar na área de atuação EDUCAÇÃO AMBIENTAL na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA001/2020 – SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC - de projeto/ programa/campanha APROVADO pelo PARECER CEAM 001/2021, formalizado pela RESOLUÇÃO 001/2021, que estabelece AUTORIZAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO garantindo atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1. PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 50 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas



categorias 1 - Educação profissional e empreendedorismo, 2 - Educação Digital, 3 - Artes Cênicas e Audiovisuais, 4 - Educação Ambiental, 5 e 7 - Esportes, 6 - Música, 8 - Saúde Prevenção e Cidadania, 9 - Resgate Cultural;

2. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.

3. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.

4. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.

## 2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor parcial autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas 001/2021 no total de R\$ 14.800,00 (QUATORZE MIL E OITOCENTOS REAIS) em parcela única constante no PLANO DE TRABALHO DE 90 DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA 001/2021.

2.2. Para o exercício do período de 25/02/2021 a 25/05/2021, fica a critério da entidade a captação do valor e Financeiro referente a diferença de custeio do projeto/ programa e/ou Campanha Aprovados pelo Edital 001/2021 de Chamamento Público para saldo remanescente FIA Tijucas do SALDO REMANESCENTE DOS ANOS DE 2019/2020/2021.

## 3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

## 4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Transferência Financeira deste Termo de Fomento e no valor nele fixado que estabelece:

a) A Transferência financeira no valor de R\$ 14.800,00 da parcela única autorizada deverá ser executada A PARTIR o dia 25/02/2021;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;

VII - A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;

VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

### 4.2. Compete à OSC:

I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infante-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 001/2020 em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIII - Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações



de contas; e

XIV – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XV– A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 001/2020– Fia CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

## 5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

- a) pessoal permanente da conveniente;
- b) taxa de administração, de gerência ou similar;
- c) festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;
- d) gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente;
- e) alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
- f) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
- g) pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- h) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;
- i) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
- j) remuneração equivalente a honorários exclusivos á dirigentes de OSCs;
- l) outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:

1. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
2. modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
3. utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;
4. pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
5. efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
6. realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

## 6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo



de 90 dias após o término da execução da etapa autorizada pela Readequação Orçamentária.

6.3. A contratada ora identificada como OSC deverá apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS até os dias:

a) 30/06/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 25/02a 25/05;

6.3.1. Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;

b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,

c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo de participação da Proposta Aprovada,

d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA em 3 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas e Contabilidade da Secretaria de Ação Social na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final.

6.4.As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus "cases" do projeto e enviá-los por meio eletrônico, bem como, cópia impressa com imagens, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA - CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

## 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 25/05/2021, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil. Caso o contratante deseje manter a proposta em funcionamento pela arrecadação posterior de financiamento, a entidade deverá apresentar novo documento de READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA para análise e autorização de celebração de novo termo de fomento.

7.2. A prorrogação da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

## 8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital SALDO REMANESCENTE CMDCA Nº001/2020 – FIA Tijucas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não existir mudança de objeto financiado.

## 9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER PREVIODE PRESTAÇÃO DE CONTAS após análise da prestação de contas parciais e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir PARECER CONCLUSIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.4. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;



IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita in loco, da qual será emitido RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO que comporá o corpo do PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.

9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.

#### 10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;

III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

#### 11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

I – advertência, nos seguintes casos;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;

IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

#### 12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

#### 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO conforme PARECER CEAM 001/2020. E, por estarem acordos, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Tijucas SC, 25fevereiro de 2021.

Eloi Mariano Rocha  
Prefeito Municipal de Tijucas

Bianca Bibiani Machado  
Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia RaitzB-chele  
Presidente do CMDCA Tijucas

Sandra Helena Tiezerini  
Representante da OSC



**TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO OFICINA DE BAIXA COMPLEXIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – JOVEM APRENDIZ RURAL Nº 006/2021**

Publicação Nº 2877785

TERMO DE FOMENTO CMDCA TJ nº 006/2021 – FIA Tijucas SC

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel B-chele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº 449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas SC inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS a Sra. Secretária Municipal BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89 residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS, neste ato representado pelo Presidente do CMDCA a Sra. CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada neste município; e a OSC - Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO CAMINHO DAS ÁGUAS DO TIJUCAS – ACAT, inscrita no CNPJ nº 10.241.402/0001-31, situada a Rua HERCÍLIO LUZ, Nº 400, , Bairro CENTRO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC, neste ato devidamente representada pelo sua Presidente, Sra. SANDRA HELENA TIEZERINI, brasileira, CASADA, portadora do RG nº 128.224 SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 095.911.509-97, residente e domiciliado na Rua neri Francisco campos, nº 375, TIJUCAS SC, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO OFICINA DE BAIXA COMPLEXIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – JOVEM APRENDIZ RURAL com duração de 25/02/2021 A 25/05/2021, APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCANº001/2021 resultante do EDITAL CMDCA 001/2020 - CHAMAMENTO PÚBLICO DE SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC, tendo a instituição o Registro CMDCA 021/2019, que atenderá 50 crianças e adolescentes das unidades escolares do município durante período de contraturno escolar na área de atuação EDUCAÇÃO AMBIENTAL na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

**1. DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA 001/2020 – SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC - de projeto/ programa/campanha APROVADO pelo PARECER CEAM 001/2021, formalizado pela RESOLUÇÃO 001/2021, que estabelece AUTORIZAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO garantindo atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1. PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 50 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas categorias 1 - Educação profissional e empreendedorismo, 2 - Educação Digital, 3 - Artes Cênicas e Audiovisuais, 4 - Educação Ambiental, 5 e 7 - Esportes, 6 - Música, 8 - Saúde Prevenção e Cidadania, 9 - Resgate Cultural;
2. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
3. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
4. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.

**2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA**

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor parcial autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas 001/2021 no total de R\$ 12.500,00 (DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS) em parcela única constante no PLANO DE TRABALHO DE 90 DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA 001/2021.

2.2. Para o exercício do período de 25/02/2021 a 25/05/2021, fica a critério da entidade a captação do valor e Financeiro referente a diferença de custeio do projeto/ programa e/ou Campanha Aprovados pelo Edital 001/2021 de Chamamento Público para saldo remanescente FIA Tijucas do SALDO REMANESCENTE DOS ANOS DE 2019/2020/2021.

**3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC**

3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

**4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES****4.1. Compete à Administração Pública:**

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Transferência Financeira deste Termo de Fomento e no valor nele fixado que estabelece:

- a) A Transferência financeira no valor de R\$ 12.500,00 da parcela única autorizada deverá ser executada A PARTIR o dia 25/02/2021;
- II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;
- IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;
- V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;
- VII - A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;



VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX – Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

#### 4.2. Compete à OSC:

I – Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V – Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infante-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XII – Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 001/2020 em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIII – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XIV – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XV– A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 001/2020– Fia CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

#### 5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

a) pessoal permanente da conveniente.

b) taxa de administração, de gerência ou similar;

c) festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;

d) gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente;

e) alimentação, exceto quando absolutamente necessário;

f) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;

g) pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;

h) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;

i) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;

j) remuneração equivalente a honorários exclusivos á dirigentes de OSCs;

l) outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:

1. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;

2. modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;

3. utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;

4. pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;



5. efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

6. realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

## 6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução da etapa autorizada pela Readequação Orçamentária.

6.3. A contratada ora identificada como OSC deverá apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS até os dias:

a) 30/06/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 25/02a 25/05;

6.3.1. Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;

b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,

c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo de participação da Proposta Aprovada,

d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA em 3 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas e Contabilidade da Secretaria de Ação Social na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final.

6.4. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus "cases" do projeto e enviá-los por meio eletrônico, bem como, cópia impressa com imagens, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA - CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

## 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 25/05/2021, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil. Caso o contratante deseje manter a proposta em funcionamento pela arrecadação posterior de financiamento, a entidade deverá apresentar novo documento de READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA para análise e autorização de celebração de novo termo de fomento.

7.2. A prorrogação da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.



## 8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital SALDO REMANESCENTE CMDCA Nº001/2020 – FIA Tijucas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não existir mudança de objeto financiado.

## 9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER PREVIODE PRESTAÇÃO DE CONTAS após análise da prestação de contas parciais e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir PARECER CONCLUSIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.4. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita in loco, da qual será emitido RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO que comporá o corpo do PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.

9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.

## 10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;

III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

## 11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

I – advertência, nos seguintes casos;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;

IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

## 12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS



12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

### 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO conforme PARECER CEAM 001/2020. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Tijucas SC, 25fevereiro de 2021.

Eloi Mariano Rocha  
Prefeito Municipal de Tijucas

Bianca Bibiani Machado  
Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia RaitzB-chele  
Presidente do CMDCA Tijucas

Sandra Helena Tiezerini  
Representante da OSC

## **TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE DE ESPORTE INICIAÇÃO TAEKWONDO PARA A VIDA Nº 012/2021**

Publicação Nº 2877812

TERMO DE FOMENTO CMDCA TJ nº 012/2021 – FIA Tijucas SC

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel B-chele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº 449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas SC inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS a Sra. Secretária Municipal BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89 residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS, neste ato representado pelo Presidente do CMDCA a Sra. CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada neste município; e a OSC - Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO FUGAZZA DE TAEKWONDO, inscrita no CNPJ nº 22.880.315/0001-03, situada a Rua XV DE NOVEMBRO, 249, Bairro CENTRO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr. VANDEIR FUGAZZA, brasileiro, CASADO, portador do RG nº 3.367.166 SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 947.394.209-53, residente e domiciliado na Rua MAURI AFONSO DA SILVA, Nº 225, TIJUCAS SC, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE DE ESPORTE INICIAÇÃO TAEKWONDO PARA A VIDA com duração de 25/02/2021 A 25/05/2021, APROVADO PELA REOLUÇÃO CMDCANº001/2021 resultante do EDITAL CMDCA 001/2020 - CHAMAMENTO PÚBLICO DE SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC, tendo a instituição o Registro CMDCA 07/2020, que atenderá 150 crianças e adolescentes das unidades escolares do município durante período de contraturno escolar na área de atuação ESPORTE na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA 001/2020 – SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC - de projeto/ programa/campanha APROVADO pelo PARECER CEAM 001/2021, formalizado pela RESOLUÇÃO 001/2021, que estabelece AUTORIZAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO garantindo atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1. PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 50 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas categorias 1 - Educação profissional e empreendedorismo, 2 - Educação Digital, 3 - Artes Cênicas e Audiovisuais, 4 - Educação Ambiental, 5 e 7 - Esportes, 6 - Música, 8 - Saúde Prevenção e Cidadania, 9 - Resgate Cultural;
2. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
3. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
4. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.

### 2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA



2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor parcial autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas 001/2021 no total de R\$ 10.800,00(DEZ MIL E OITOCENTOS REAIS) em parcela única constante no PLANO DE TRABALHO DE 90 DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA 001/2021.

2.2. Para o exercício do período de 25/02/2021 a 25/05/2021, fica a critério da entidade a captação do valor e Financeiro referente a diferença de custeio do projeto/ programa e/ou Campanha Aprovados pelo Edital 001/2021 de Chamamento Público para saldo remanescente FIA Tijucas do SALDO REMANESCENTE DOS ANOS DE 2019/2020/2021.

### 3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

### 4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### 4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Transferência Financeira deste Termo de Fomento e no valor nele fixado que estabelece:

a) A Transferência financeira no valor de R\$ 10.800,00 da parcela única autorizada deverá ser executada A PARTIR o dia 25/02/2021;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;

VII - A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;

VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

#### 4.2. Compete à OSC:

I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infante-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 001/2020 em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIII - Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XIV - Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XV - A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 001/2020- Fia CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com



recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

## 5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

- a) pessoal permanente da convenente;
- b) taxa de administração, de gerência ou similar;
- c) festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;
- d) gastos exclusivamente de responsabilidade da convenente;
- e) alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
- f) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
- g) pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- h) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;
- i) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
- j) remuneração equivalente a honorários exclusivos a dirigentes de OSCs;
- l) outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:
  1. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
  2. modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
  3. utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;
  4. pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
  5. efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
  6. realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

## 6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução da etapa autorizada pela Readequação Orçamentária.

6.3. A contratada ora identificada como OSC deverá apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS até os dias:

- a) 30/06/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 25/02a 25/05;

6.3.1. Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

- a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;
- b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,
- c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo



de participação da Proposta Aprovada,

d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA em 3 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas e Contabilidade da Secretaria de Ação Social na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final.

6.4. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus "cases" do projeto e enviá-los por meio eletrônico, bem como, cópia impressa com imagens, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA - CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

## 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 25/05/2021, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil. Caso o contratante deseje manter a proposta em funcionamento pela arrecadação posterior de financiamento, a entidade deverá apresentar novo documento de READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA para análise e autorização de celebração de novo termo de fomento.

7.2. A prorrogação da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

## 8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital SALDO REMANESCENTE CMDCA Nº001/2020 – FIA Tijucas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não existir mudança de objeto financiado.

## 9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER PREVIODE PRESTAÇÃO DE CONTAS após análise da prestação de contas parciais e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir PARECER CONCLUSIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.4. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita in loco, da qual será emitido RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO que comporá o corpo do PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.

9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e



fiscalizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.

#### 10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;

III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

#### 11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

I – advertência, nos seguintes casos;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;

IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

#### 12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

#### 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO conforme PARECER CEAM 001/2020. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Tijucas SC, 25fevereiro de 2021.

Eloi Mariano Rocha  
Prefeito Municipal de Tijucas

Bianca Bibiani Machado  
Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia RaitzB-chele  
Presidente do CMDCA Tijucas

Vandeir Fugazza  
Representante da OSC

### **TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE ESPORTES - MUIAY THAI KIDS Nº 011/2021**

Publicação Nº 2877808

TERMO DE FOMENTO CMDCA TJ nº 011/2021 – FIA Tijucas SC

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel B-chele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº 449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas SC inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS a Sra. Secretária Municipal BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89 residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS, neste ato representado pelo Presidente do CMDCA a Sra. CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada



neste município; e a OSC - Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JARDIM AMENDOEIRAS, inscrita no CNPJ nº 03.660.407/0001-33, situada a Rua MANOEL LUIZ DOS SANTOS, nº 576, Bairro UNIVERSITÁRIO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr. ADILSON FERNANDES, brasileiro, CASADO, portador do RG nº 1.532.728SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 466.300.499-20, residente e domiciliado na Rua MANOEL LUIZ DOS SANTOS, 574, BAIRRO UNIVERSITÁRIO - TIJUCAS SC, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este TERMO DE FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE ESPORTES - MUIAY THAI KIDS com duração de 25/02/2021 A 25/05/2021, APROVADO PELA REOLUÇÃO CMDCA nº 001/2021 resultante do EDITAL CMDCA 001/2020 - CHAMAMENTO PÚBLICO DE SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC, que atenderá 70 crianças e adolescentes das unidades escolares do município durante período de contraturno escolar na área de atuação ESPORTE na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA 001/2020 – SALDO REMANESCENTE FIA TIJUCAS SC - de projeto/ programa/campanha APROVADO pelo PARECER CEAM 001/2021, formalizado pela RESOLUÇÃO 001/2021, que estabelece AUTORIZAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO garantindo atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1. PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 50 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas categorias 1 - Educação profissional e empreendedorismo, 2 - Educação Digital, 3 - Artes Cênicas e Audiovisuais, 4 - Educação Ambiental, 5 e 7 - Esportes, 6 - Música, 8 - Saúde Prevenção e Cidadania, 9 - Resgate Cultural;
2. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
3. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.
4. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação.

#### 2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor parcial autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas 001/2021 no total de R\$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS) em parcela única constante no PLANO DE TRABALHO DE 90 DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA 001/2021.

2.2. Para o exercício do período de 25/02/2021 a 25/05/2021, fica a critério da entidade a captação do valor e Financeiro referente a diferença de custeio do projeto/ programa e/ou Campanha Aprovados pelo Edital 001/2021 de Chamamento Público para saldo remanescente FIA Tijucas do SALDO REMANESCENTE DOS ANOS DE 2019/2020/2021.

#### 3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

#### 4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Transferência Financeira deste Termo de Fomento e no valor nele fixado que estabelece:

- a) A Transferência financeira no valor de R\$ 9.000,00 da parcela única autorizada deverá ser executada A PARTIR o dia 25/02/2021;
- II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;
- IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;
- V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;
- VII - A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;
- VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e
- IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

##### 4.2. Compete à OSC:

- I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;
- II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;
- V - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infante-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;



- VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;
- VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;
- IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;
- X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;
- XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;
- XII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 001/2020 em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;
- XIII - Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e
- XIV - Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;
- XV- A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 001/2020- Fia CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

## 5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

- personal permanente da conveniente;
  - taxa de administração, de gerência ou similar;
  - festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;
  - gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente;
  - alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
  - transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
  - pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
  - pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;
  - bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
  - remuneração equivalente a honorários exclusivos a dirigentes de OSCs;
  - outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:
- pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
  - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
  - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;
  - pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
  - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
  - realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta)



dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 001/2020 – Fia CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

## 6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução da etapa autorizada pela Readequação Orçamentária.

6.3. A contratada ora identificada como OSC deverá apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS até os dias:

a) 30/06/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 25/02a 25/05;

6.3.1. Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;

b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,

c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo de participação da Proposta Aprovada,

d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA em 3 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas e Contabilidade da Secretaria de Ação Social na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final.

6.4. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus "cases" do projeto e enviá-los por meio eletrônico, bem como, cópia impressa com imagens, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA - CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

## 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 25/05/2021, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil. Caso o contratante deseje manter a proposta em funcionamento pela arrecadação posterior de financiamento, a entidade deverá apresentar novo documento de READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA para análise e autorização de celebração de novo termo de fomento.

7.2. A prorrogação da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

## 8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital SALDO REMANESCENTE CMDCA Nº001/2020 – FIA Tijucas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não existir mudança de objeto financiado.

## 9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;



II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER PREVIODE PRESTAÇÃO DE CONTAS após análise da prestação de contas parciais e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir PARECER CONCLUSIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.4. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita in loco, da qual será emitido RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO que comporá o corpo do PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.

9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.

## 10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;

III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

## 11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

I – advertência, nos seguintes casos;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;

IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

## 12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

## 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO conforme PARECER CEAM 001/2020. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.



Município de Tijucas SC, 25fevereiro de 2021.

Eloi Mariano Rocha

Prefeito Municipal de Tijucas

Bianca Bibiani Machado

Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia RaitzB-chele

Presidente do CMDCA Tijucas

Adilson Fernandes

Representante da OSC



**TERMO DE FOMENTO DE CHANCELA PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE BAIXA COMPLEXIDADE GUERREIROS DA PAZ Nº 001/2021**

Publicação Nº 2877603

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**TERMO DE FOMENTO CMDCA TJ nº 001/2021 – FIA Tijucas SC**

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel Büchele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº 449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, **O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas SC** inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS** a Sra. Secretária Municipal **BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89** residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo **CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS**, neste ato representado pelo **Presidente do CMDCA** a Sra. **CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada neste município**; e a OSC - Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA EVERTON RODRIGUES BASTOS - AREERB**, inscrita no CNPJ nº 14.024.733/000-70, situada a Rua **CORONEL CONCEIÇÃO, Nº 870, Bairro CENTRO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC**, neste ato devidamente representada pelo **seu Presidente, PM. RODRIGO LEONILDO CORDEIRO, brasileiro, CASADO, portador do RG nº 4.126.091 SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 036.367.819-01, residente e domiciliado na Rua CORNEL CONCEIÇÃO, Nº 870, TIJUCAS SC**, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este **TERMO DE FOMENTO DE CHANCELA PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE BAIXA COMPLEXIDADE GUERREIROS DA PAZ** - com duração de 20/01/2021 A 30/03/2020, que recebeu **685,83 PONTOS** na Resolução CMDCA 025/2019 resultante do EDITAL CMDCA 005/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO DE CHANCELA FIA TIJUCAS SC, tendo a instituição o Registro CMDCA 34/2019, que atenderá 500 crianças e adolescentes das unidades escolares do município durante período de contraturno escolar na área de atuação ARTES MARCIAIS na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CMDCA Tijucas

Endereço: Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro Universitário

Telefone: (48) 3263-0150



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



2

**1. DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA 005/2019 – Chancela FIA TIJUCAS SC - de projeto/programa/campanha habilitado pelo PARECER CEAM 003/2019, aprovado e classificado pelo PARECER CEAM 004/2019, formalizado pela RESOLUÇÃO 025/2019, que estabelece chancela por transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Adolescente de Tijucas com o intento de proporcionar exequibilidade de projeto, programa/campanha APROVADO tendo por finalidade específica de buscar alternativas e soluções em prol da efetivação e garantia de direitos de crianças e adolescentes do município de Tijucas SC. Os serviços a serem prestados com chancela a que este Termo de Fomento se refere, garante atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

**1. PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE:** Atender no mínimo 50 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas categorias 1 - Educação profissional e empreendedorismo, 2 - Educação Digital, 3 - Artes Cênicas e Audiovisuais, 4 - Educação Ambiental, 5 e 7 - Esportes, 6 - Música, 8 - Saúde Prevenção e Cidadania, 9 - Resgate Cultural;

**2. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE BAIXA COMPLEXIDADE:** Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 horas semanal nas diversas áreas de atuação conforme categoria 10.

**3. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE:** Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 horas semanal nas diversas áreas de atuação conforme categoria 11.

**4. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE:** Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 horas semanal nas diversas áreas de atuação conforme categoria

**2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA**

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor parcial autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas 025/2019 no total de **R\$ 29.000 (VINTE E NOVE MIL REIAS), PARCELA UNICA** constante na READEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA APROVADA baseada no PLANO DE TRABALHO DE 90 DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA 025/2019.

CMDCA Tijucas

Endereço: Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro Universitário

Telefone: (48) 3263-0150



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



3

2.2. Para o exercício do segundo, terceiro e quarto trimestre de 2019, fica a critério da entidade a captação do valor e Financeiro referente a diferença de custeio do projeto/ programa e/ou Campanha Aprovados pelo Edital 005/2019 de Chamamento Público para Chancela FIA Tijucas das transferências decorrentes de doações por carta de CHANCELA de IRPF e IRPJ do ano de 2019 e 2020.

**3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC**

3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

**4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Transferência Financeira deste Termo de Fomento Chancela e no valor nele fixado que estabelece:

a) A Transferência financeira no valor de R\$ 29.000,00 da 1ª parcela única autorizada deverá ser executada a PARTIR DE 25/01/2021;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento Chancela;

VII – A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;

VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

CMDCA Tijucas

Endereço: Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro Universitário

Telefone: (48) 3263-0150



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



4

IX – Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

**4.2. Compete à OSC:**

I – Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V – Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infanto-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XII – Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 005/2019, em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas

CMDCA Tijucas

Endereço: Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro Universitário

Telefone: (48) 3263-0150



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



5

relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIII – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XIV – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XV– A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 005/2019– Fia CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

**5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 005/2019 – Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

- a) pessoal permanente da conveniente.
- b) taxa de administração, de gerência ou similar;
- c) festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;

CMDCA Tijucas

Endereço: Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro Universitário

Telefone: (48) 3263-0150



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



6

- d) gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente;
- e) alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
- f) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
- g) pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- h) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;
- i) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
- j) remuneração equivalente a honorários exclusivos á dirigentes de OSCs;
- l) outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:

1. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
2. modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
3. utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;
4. pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
5. efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
6. realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 005/2019 – Fia CMDCA Tijucas.

CMDCA Tijucas

Endereço: Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro Universitário  
Telefone: (48) 3263-0150



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



7

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 005/2019 – Fia Chancela CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

**6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

6.1. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução da etapa autorizada pela Readequação Orçamentária.

6.3. A contratada ora identificada como OSC deverá apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS até os dias:

a) 15/04/2020 – referente as despesas efetuadas na primeira parcela;

CMDCA Tijucas

Endereço: Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro Universitário

Telefone: (48) 3263-0150





## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



8

Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

- a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;
- b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,
- c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo de participação da Proposta Aprovada,
- d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA em 3 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas e Contabilidade da Secretaria de Ação Social na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final.

6.4. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus “cases” do projeto e enviá-los por meio eletrônico, bem como, cópia impressa com imagens, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA - CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

### 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 30/03/2020, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil. Caso o contratante deseje manter a proposta em funcionamento pela

CMDCA Tijucas

Endereço: Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro Universitário

Telefone: (48) 3263-0150



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



9

arrecadação posterior de financiamento cancela, a entidade deverá apresentar novo documento de READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA para análise e autorização de celebração de novo termo de fomento.

7.2. A prorrogação da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

**8. DAS ALTERAÇÕES**

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital 005/2019 – Fia CMDCA Tijucas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não existir mudança de objeto financiado.

**9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS após análise da prestação de contas parciais e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

CMDCA Tijucas

Endereço: Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro Universitário

Telefone: (48) 3263-0150



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



10

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir **PARECER CONCLUSIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.4. O **RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO** da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

- I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;
- IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.
- VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita in loco, da qual será emitido **RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO** que comporá o corpo do **PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.

9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.

**10. DA RESCISÃO**

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

CMDCA Tijucas

Endereço: Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro Universitário

Telefone: (48) 3263-0150



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

11

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

- I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário aprovado;
- II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;
- III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

**11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES**

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

- I – advertência, nos seguintes casos;
- II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;
- III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;
- IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

**12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS**

12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

CMDCA Tijucas

Endereço: Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro Universitário

Telefone: (48) 3263-0150



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



12

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

**13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO conforme RESOLUÇÃO CMDCA TIJUCAS 015/2019. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Tijucas SC, 20 janeiro de 2021.

Eloi Mariano Rocha  
Prefeito Municipal de Tijucas

Bianca Bibiani Machado  
Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia Raitz Büchele  
Presidente do CMDCA Tijucas

Rodrigo Leonildo Cordeiro  
Representante da OSC

CMDCA Tijucas  
Endereço: Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro Universitário  
Telefone: (48) 3263-0150



# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### ATO DE CANCELAMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2021

Publicação Nº 2879169

ATO DE CANCELAMENTO DE CONVOCAÇÃO 01/2021  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a legislação vigente, torna público o que segue:

1. Fica CANCELADO o ATO CONVOCATÓRIO Nº 12/2021 datado de 18/02/2021.

Timbé do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

Roberto Biava  
Prefeito Municipal

### DECRETO 34/2021 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO 2021

Publicação Nº 2879170

DECRETO Nº 34, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO 2021.

O Prefeito do Município de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 2.006/2020;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul no exercício 2021, no valor de R\$ 21.814,43(vinte e um mil, oitocentos e quatorze reais e quarenta e três centavos) na seguinte dotação do orçamento vigente:

09.02 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO/FMAS

2.027 – Apoio a Pessoas com Deficiência

108-3.3.50.00.00.00.00.0080 – Transferências à Instituições Privadas s/Fins Lucrativos ..... R\$ 21.814,43

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes do excesso de arrecadação verificado na Fonte de Recursos 0080/Recursos Ordinários.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de fevereiro de 2021.

Roberto Biava  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Fernando Favarin  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 35/2021 NOMEIA SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO

Publicação Nº 2879171

DECRETO Nº 35, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
NOMEIA SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, os servidores abaixo identificados:



Nome	Cargo	Nº do Contrato Administrativo
Darlan de Araújo Fernandes	Motorista	018/2021
João Batista Vidotto	Motorista	019/2021
Marcio Fernandes Moraes Mateus	Motorista	020/2021
Nezio Manfoletti	Motorista	021/2021
Rafael Ferraz dos Passos	Motorista	022/2021
Ronivaldo Santos da Silva	Motorista	023/2021
Valdecir Candido	Motorista	024/2021

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 17 de fevereiro de 2021.

ROBERTO BIAVA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

FERNANDO FAVARIN  
Secretario de Administração e finanças

### **DECRETO 36/2021 NOMEIA SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO**

Publicação Nº 2879172

DECRETO Nº 36, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.  
NOMEIA SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, os servidores abaixo identificados, a partir de 19/02/2021:

Nome	Cargo	Nº do Contrato Administrativo
Cristiana Fernandes	Auxiliar De Serviços Gerais I	026/2021
Daniela Bitencourt Serafim	Merendeira	031/2021
Denir da Fonseca	Merendeira	034/2021
Irineia Castela de Pont Fernandes	Merendeira	028/2021
Ivone Bordignon	Merendeira	029/2021
Laodiceia Stecanella	Auxiliar De Serviços Gerais I	027/2021
Maria do Carmo Formentin Batista	Merendeira	035/2021
Maria Eliana Moro Zuchinali	Merendeira	033/2021
Marinete Borges	Auxiliar De Serviços Gerais I	025/2021
Mirlene Fernandes Jeronimo	Merendeira	036/2021
Suzana Aparecida de A. Peterle	Merendeira	032/2021
Zoleide Terezinha Rocha Becker	Merendeira	030/2021

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 18 de fevereiro de 2021.

ROBERTO BIAVA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

FERNANDO FAVARIN  
Secretario de Administração e finanças



**DECRETO 37/2021 NOMEIA SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO**

Publicação Nº 2879175

DECRETO Nº 37, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.  
NOMEIA SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, os servidores abaixo identificados, a partir de 22/02/2021:

Nome	Cargo	Nº do Contrato Administrativo
Andreia Marques de Bitencourt	Professor De Educação Infantil	048/2021
Andreza da Fonseca	Professor De Educação Infantil	047/2021
Daiane de Prá Cesa	Professor De Educação Física – Licenc.	039/2021
Daniel Dal Toé Nazário	Professor De Educação Física – Licenc.	040/2021
Delcineia Smutek	Professor De Ensino Fundamental	053/2021
Francieli Pizzolo Alessio	Professor De Ensino Fundamental	051/2021
Graziela de Souza Carminatti	Professor De Ensino Fundamental	052/2021
Ilisandra Damiani	Professor De Ensino Fundamental	055/2021
Jardilene Polli Feghera	Professor De Educação Infantil	042/2021
Juliana Nichele Venzon	Professor De Educação Infantil	050/2021
Karina Stecanella Maciel da Silva	Professor De Educação Infantil	045/2021
Marcia Maciel Alves de Macedo	Professor De Educação Infantil	041/2021
Marisane Boeira	Professor De Educação Infantil	049/2021
Nathalia Florêncio	Professor De Artes	037/2021
Paola Peretto Baluk	Professor De Artes	038/2021
Patrícia Becker Botelho	Professor De Educação Infantil	044/2021
Rosangela de Oliveira	Professor De Ensino Fundamental-Inglês	056/2021
Sara Feijó Maria	Professor De Ensino Fundamental	054/2021
Suzana Felipe Bonfante Manfioletti	Professor De Educação Infantil	046/2021
Vanessa Alessio	Professor De Educação Infantil	043/2021

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 18 de fevereiro de 2021.

ROBERTO BIAVA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

FERNANDO FAVARIN  
Secretario de Administração e finanças

**DECRETO 38/2021 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO 2021**

Publicação Nº 2879176

DECRETO Nº 38, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO 2021.

O Prefeito do Município de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 2.006/2020;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul no exercício 2021, no valor de R\$ 1.302.054,97(um milhão, trezentos e dois mil, cinquenta e quatro reais e noventa e sete centavos) nas seguintes dotações do orçamento vigente:



**05.01 – SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**

2.019 – Coleta e Destino Final de Resíduos Sólidos

37-3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

**07.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

2.007– Manutenção do Transporte Escolar

82-3.3.90.00.00.00.00.0087 – Aplicações diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação de orçamento nas dotações que específico:

**05.01 – SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**

2.019 – Coleta e Destino Final de Resíduos Sólidos

38-4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

**07.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

2.007– Manutenção do Transporte Escolar

78-3.1.90.00.00.00.00.0087 – Aplicações diretas ..... R\$ 10.000,00

84-4.4.90.00.00.00.00.0087 – Aplicações diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul no exercício 2021, no valor de R\$ 202.000,00(duzentos e dois mil reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente:

**08.01 – SECRETARIA DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.013 – Atendimento da Saúde Básica

15- 3.3.90.00.00.00.00.00101– Aplicações Diretas ..... R\$ 180.000,00

39- 3.3.90.00.00.00.00.0040– Aplicações Diretas ..... R\$ 22.000,00

Art. 4º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação de orçamento nas dotações que específico:

**08.01 – SECRETARIA DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.013 – Atendimento da Saúde Básica

5- 3.1.90.00.00.00.00.0040– Aplicações Diretas ..... R\$ 22.000,00

10- 3.1.90.00.00.00.00.00101– Aplicações Diretas ..... R\$ 180.000,00

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 18 de fevereiro de 2021.

Roberto Biava  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Fernando Favarin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 20/2021 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 2879178

PORTARIA Nº 20, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 1.959/2019, Artigo 79, de 16 de Julho de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Manuela Sachetti Dal Pont, matrícula nº 3769, ocupante do Cargo de Monitor de Creche e Pré Escolar, do Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, pelo período de 180 dias em conformidade com atestado médico apresentado em 17/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Roberto Biava  
Prefeito Municipal



Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fernando Favarin  
Secretário de Administração e Finanças



**Timbó****PREFEITURA****ATO CONVOCATÓRIO Nº 002/2021 VINCULADO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SUPLEMENTAR N. 01/2021 -FME**

Publicação Nº 2877641

ATO CONVOCATÓRIO Nº 002/2021 VINCULADO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SUPLEMENTAR N. 01/2021 -FME

A COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PESSOAL DA FME, designada pela Portaria nº FME 02, de 18 de janeiro de 2021, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, CONVOCA os candidatos interessados, nas vagas constantes da tabela do ANEXO I desta convocação, para comparecerem nos respectivos dias e horários constantes da referida tabela, no Departamento de Recursos Humanos, localizado junto à Prefeitura Municipal de Timbó, na Avenida Getúlio Vargas n. 700, Centro, Timbó-SC.

Os candidatos precisam estar cientes e de acordo com o que dispõe o Edital de Chamada Pública n. 001/2021.

Os candidatos devem comparecer na data e horário determinados, munidos dos documentos abaixo:

- Ficha de Inscrição devidamente preenchida (Modelo Constante no Anexo II deste Instrumento);
- Cópia do(s) documento (s) comprobatório (s) do Grau de Escolaridade exigido para o cargo;
- Cópia do(s) documento(s) comprobatório(s) dos Títulos (Graduação/PósGraduação/Mestrado/Doutorado), se houver
- Cópia do(s) documento (s) comprobatório (s) de experiência na área de atuação – certidões e/ou carteira de trabalho, se houver
- Cópia do RG ou CNH

CANDIDATOS DEVERÃO ESTAR CIENTES DE QUE AS ATIVIDADES DEVERÃO SER REALIZADAS NA MODALIDADE PRESENCIAL.

Não será permitido o preenchimento do formulário constante do ANEXO II no local. Não haverá disponibilidade para realização de fotocópia de documentos no local.

SERÁ LIMINARMENTE DESCLASSIFICADO O CANDIDATO QUE NÃO COMPARECER MUNIDO DA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA OU COMPARECER APÓS HORÁRIO FIXADO NO ATO CONVOCATÓRIO.

Timbó, 23 de fevereiro de 2021.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PESSOAL

Portaria nº FME 02/2021

ANEXO I

QUADRO DE CARGO/VAGAS, DATA E HORÁRIO PARA COMPARECIMENTO:

CARGOS PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME

Cargo /Função principal*	Numero de vagas	Local de Trabalho	CARGA HORÁRIA	Prazo de duração do contrato**	DATA E HORÁRIO PARA COMPARECIMENTO NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Auxiliar Operacional - Serviços Gerais de Limpeza, conservação e Manutenção do Patrimônio Público Municipal, em especial dos espaços esportivos de responsabilidade da FME	01	De acordo com a necessidade da FME	44 horas semanais	30 dias	02 de março de 2021 das 08:00 às 12:00h e das 14:00h as 16:00h

\*o descritivo de função do cargo, vencimento e os requisitos para exercício das respectivas atribuições estão estabelecidos no Anexos III do presente ato convocatório.

\*\*Prazo inicial poderá ser prorrogado, de acordo com a necessidade e nos termos da Lei n. 2045/98.

Timbó, 23 de fevereiro de 2021.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº FME 02/2021

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO



## PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES –FME

Nome Completo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ data de expedição: \_\_\_\_\_ órgão expedidor: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP.: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Whatsapp: \_\_\_\_\_

Cargo Pleiteado: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

## ASSINATURA DO CANDIDATO

Para preenchimento exclusivo do Departamento de Recursos Humanos:

Assinalar os documentos apresentados no ato da inscrição:

☐ Documento de identificação;☐ CPF;☐ Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;☐ comprovação do tempo de serviço (não obrigatório, exclusivo para pontuação);☐ Títulos de especialização na área (não obrigatório, exclusivo para pontuação);☐ especialização;☐ mestrado;☐ doutorado.

## ANEXO III

Cargo	Requisitos Mínimos	Descrevo Sintético das Funções	Vencimento do Cargo
Auxiliar Operacional I – serviços gerais de limpeza, conservação e manutenção do Patrimônio Público Municipal, em especial dos espaços esportivos sob responsabilidade da FME	- Alfabetizado	- Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação do patrimônio público municipal (móveis, imóveis, instalações, equipamentos, utensílios), serviços de higienização de ambientes, recolhimento de lixo, limpeza de sanitários, preservação do patrimônio público, demais serviços auxiliares com predominância de esforço físico.	R\$ 1.223,10

**AVISO CREDENCIAMENTO N.º 01 2021 FME - CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS - ÁRBITROS, MESÁRIOS E OU ASSISTENTES**

Publicação Nº 2878932

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2021 - FME

OBJETO: credenciamento objetivando a contratação de profissionais (pessoas físicas e jurídicas) para exercício das funções de árbitros, mesários e/ou assistentes, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da Fundação Municipal de Esportes, conforme calendário do ano corrente. ENTREGA DOS ENVELOPES: A entrega do envelope contendo os documentos de Habilitação e o termo de aceitação dos preços poderá ser feita durante o período de vigência (de 24/02/2021 até 31/12/2021). Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br) ou através do e-mail [licitacoes@timbo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@timbo.sc.gov.br) e telefone 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 23/02/2021

MARCIO ELISIO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes.

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61-04.2020 PMT - SUELEN DAIANE KANIS ME**

Publicação Nº 2878893

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61-04/2020 PMT

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 61/2020



A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, SUELEN DAIANE KANIS - ME, CNPJ N° 23.608.114/0001-14 a comparecer para assinatura do Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 61-04/2020, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 03/03/2021.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 23 de fevereiro de 2021.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 174.2020 FUMTRAN**

Publicação N° 2878941

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 174/2020 FUMTRAN

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa RENATO SCHUMANN EPP, CNPJ nº. 81.304.313/0001-35, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 03/03/2021.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 23 de fevereiro de 2021.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N°. 01.2018 FASS**

Publicação N° 2878952

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N°. 01/2018

CREDENCIAMENTO N° 01/2017 FASS

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa UNIMED BLUMENAU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, CNPJ nº. 82.624.776/0001-47, a comparecer para assinatura do respectivo termo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 03/03/2021.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 23 de fevereiro de 2021.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

### **DECISÃO PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE ITENS PP 61.2020 PMT - ATA REGISTRO DE PREÇO N° 61-15.2020 - PAULO ROBERTO DOS SANTOS**

Publicação N° 2878957

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

DECISÃO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 61-15/2020

Assunto: Requerimento de cancelamento de Fornecimento - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 61/2020 PMT - Itens 12, 21, 30, 31, 62, 63.

RELATÓRIO:

Trata-se de requerimento apresentado pela empresa PAULO ROBERTO DOS SANTOS, através do qual solicita o cancelamento dos seguintes itens do Pregão Presencial 61/2020 PMT:

“ N° 12 - creme dental infantil sem flúor, embalagem com 50g; N° 21 espanador de penas, cabo de plástico de 23cm e penas naturais de avestruz, tamanho total de 36cm; N° 30 lixeira plástica - capacidade para 35 litros, com tampa e pedal - cor clara; N° 31 lixeira plástica - capacidade para 64 litros, com tampa e pedal - cor clara; N° 62 - rodo alumínio reforçado - com aproximadamente 40 cm de largura e cabo



de 150 cm; Nº 63 rodo limpador de vidros, com cabo de alumínio de 2 mts, 35 cm;”

A fim de justificar o pedido, alega a Contratada, em síntese, o aumento de preços dos produtos, falta de mercadoria e problemas ocasionados pela pandemia de Covid-19, nos seguintes termos:

“... Ocorre que a cada semana os preços estão se alterando, falta mercadoria, falta embalagem, não queremos onerar este estimado órgão público, mas está impossível fornecer qualquer item, cada produto tem um problema do qual não temos como comprovar nossos problemas. Muitos dos produtos foram apenas cotados com os fabricantes e não possuem compra efetuada com nota fiscal da época da licitação, então fica totalmente difícil comprovar os seguidos aumentos em todos os itens da linha de higiene e limpeza.

Tem fornecedor que encaminhamos os pedidos de materiais nos informam prazo de entrega de mais de 60 dias, outros fornecedores nem se quer recebem os pedidos, estão fechados com demandas que comprometem a capacidade fabril até junho de 2021.

O Brasil de forma tão abrupta foi afetado por tal crise de saúde e econômica da China, que o reflexo é o atual cenário econômico em que vivemos, em paralelo com a crise econômica mundial. Ademais, o próprio nome já o diz, crise, o que não pode e não deve ser considerada ordinária, e, certamente, reflete sobremaneira nos contratos celebrados outrora. ...”

Este, na síntese necessária, é o relatório, passo a fundamentar a decisão.

Vistos e examinados os autos, constata-se que a PAULO ROBERTO DOS SANTOS restou vencedor do Procedimento de Licitação - Pregão Presencial SRP 61/2020 PMT em relação dos itens nº 12, 21, 30, 31, 62, 63, comprometendo-se com a entrega no preço proposto.

Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 “quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.”

De acordo com a legislação, não cabe desistência de proposta após a etapa de habilitação, salvo se houver justo motivo decorrente de fato superveniente (§6º do art. 43 da Lei n. 8.666/93).

Ainda, conforme o artigo 21, do Decreto Federal nº 7.892/2013, “O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados: I - por razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor.”

O Decreto Municipal nº 550/2006, no artigo 13, § 2º, regulamenta do mesmo modo: “O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.”

Por certo, as justificativas trazidas pela Contratada não passam de meras alegações destituídas de prova, não carreando ela qualquer comprovação da demora no fornecimento dos produtos ou impossibilidade de fornecimento dos mesmos. Vale salientar que a alegação de dificuldades advindas pela pandemia de Covid-19, sem a juntada de outras informações que permitam concluir pela impossibilidade de cumprimento da avença contratual pela empresa, não se constitui em motivo apto a justificar a rescisão da ata de registro de preços sem a abertura de processo administrativo para verificação do cabimento de eventual penalidade.

Acerca das obrigações da empresa Contratada, a Ata de Registro de Preços assim dispõe:

**CLÁUSULA VI - OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)**

a) Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial nº 61/2020 e anexos;

Já em relação às penalidades:

**CLÁUSULA VIII - PENALIDADES**

1 - A recusa injustificada quanto à execução, pelas empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços, das condições/obrigações impostas por força deste certame, ensejará a aplicação das penalidades do edital, anexos e enunciadas no art. 87 e demais da Lei nº 8.666/1993 e alterações, ao critério da Administração.

(...)

3 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Compra a Administração poderá aplicar à detentora da ata as seguintes penalidades (podendo ser aplicadas cumulativamente), sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de mora no valor de 0,5% (meio por cento) do valor Ata de Registro de Preço por dia de atraso na entrega e/ou por dia de atraso na adequação do produto fornecido;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preço, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas desta Ata, do Edital e/ou de seus anexos, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta;

d) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

4 - A aplicação destas sanções será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.

Desta forma, configura-se a imprescindibilidade de instauração de processo administrativo visando à apuração dos fatos em virtude da ausência de manutenção da proposta, visto que se trata de obrigação da Administração coibir tais práticas, realizando todas as medidas previstas em Lei para punir os licitantes faltosos.

**DECISÃO:**

Diante do exposto, considerando que a justificativa apresentada pela licitante não se trata de justo motivo, tampouco fato superveniente, determino:

a) O cancelamento do item 12, 21, 30, 31, 62, 63 à empresa desistente PAULO ROBERTO DOS SANTOS, conforme expressamente requerido;

b) A convocação da empresa segunda colocada dos itens de nº 12, 21, 30, 31, 62, 63, para que manifeste interesse no fornecimento do referido item ao preço proposto pela empresa desistente;

c) A abertura de Processo Administrativo para fins de apuração e aplicação das penalidades previstas em Edital à empresa PAULO ROBERTO DOS SANTOS.

d) Registre-se, Publique-se e Intime-se acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.



Timbó, 23 de fevereiro de 2021.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretaria da Fazenda e Administração

**EXTRATO CONTRATO 23.2021 PMT - SEMAX COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**

Publicação Nº 2878961

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 71/2020 PMT

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

AUTORIZADO: SEMAX COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição de máquinas, equipamentos e veículos, destinados a secretaria de obras, serviços urbanos e agrícola com possibilidade de aquisição com recursos do financiamento FINISA, conforme PVL02.009678/2019-56, processo nº 17944.101322/2020-70.

VALOR TOTAL: R\$ 272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 05/02/2021

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR  
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

**EXTRATO CONTRATO 24.2021 SAMAE - SLM TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP**

Publicação Nº 2878966

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO - SAMAE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 24/2021 SAMAE

TOMADA DE PREÇO Nº 17/2020

AUTORIZANTE: Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE.

AUTORIZADO: SLM TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP

OBJETO: contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para total execução (compreendendo material e mão de obra) da obra de construção de sede, garagem e demais benfeitorias da Central de Coleta de Resíduos Sólidos, totalizando 590,18 m² de área construída, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, cronograma físico - financeiro e planilha orçamentária.

VALOR TOTAL: R\$ 796.723,02 (setecentos e noventa e seis mil, setecentos e vinte e três reais e dois centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses

DATA DA ASSINATURA: 12/02/2021.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente do SAMAE

**EXTRATO CONTRATO 26.2021 FME**

Publicação Nº 2878970

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 26/2021

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes de Timbó.

CONTRATADO: PROJEKTE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA.

OBJETO: Elaboração de projeto estrutural da cobertura metálica do Ginásio do Complexo Esportivo do Município, conforme Termo de Referência, demais anexos e instrumento.

VALOR: R\$ 28.536,00 (vinte e oito mil quinhentos e trinta e seis reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 17/05/2021.

DATA DA ASSINATURA: 18/02/2021.

MARCIO ELISIO  
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Timbó



**EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 61.2020 FCT**

Publicação Nº 2878973

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 61/2020  
CONCORRÊNCIA Nº 35/2019 FCT

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó.

AUTORIZADO: CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP.

OBJETO: Supressão de R\$ 434,37 (quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos), ficando alterado o valor do contrato, o qual passa a vigor na monta de R\$ 2.449.901,11 (dois milhões quatrocentos e quarenta e nove mil novecentos e um reais e onze centavos).

DATA DA ASSINATURA: 12/02/2021.

JORGE RIVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente da FCT

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 18.2020 FME**

Publicação Nº 2878974

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2020

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Fundação Municipal de Esportes.

AUTORIZADO: DATAMAIS SISTEMAS LTDA EPP.

OBJETO: Reajuste no valor de R\$ 5.974,00 (cinco mil novecentos e setenta e quatro reais), em 12 (doze) parcelas de R\$ 497,83 (quatrocentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos, a partir de 01/02/2021 e acréscimo à Cláusula Terceira a previsão do reajuste contratual.

DATA DA ASSINATURA: 12/02/2021.

MÁRCIO ELÍSIO  
Diretor Presidente da FME

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 26.2020 PMT**

Publicação Nº 2878976

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 26/2020

TOMADA DE PREÇO Nº 66/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

AUTORIZADO: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA - EPP.

OBJETO: Acréscimo de R\$ 118.486,68 (cento e dezoito mil e quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos), referente ao um percentual de 23,71% ao valor original do contrato.

DATA DA ASSINATURA: 15/02/2021.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR  
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

**SEGUNDO TERMO ADITIVO CREDENCIAMENTO 81.2018 PMT - INCLUSÃO OBJETO**

Publicação Nº 2878981

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 81/2018 PMT

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ALVENARIA, MANUTENÇÃO EM TELHADOS E CALHAS, CARPINTARIA, MARCENARIA, PINTURA, ELETRICISTA E ENCANADOR DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DIRETAS E INDIRETAS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ.

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC, CNPJ 83.102.764/0001-15, pessoa jurídica de direito público interno, através da SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO (localizada na Avenida Getúlio Vargas, n.º 700, Centro), representada pela Secretária de Fazenda e Administração, Sra. MARIA ANGÉLICA FAGGIANI, abaixo denominado MUNICÍPIO, no uso de suas prerrogativas legais e com fundamento na Lei n.º 8.666/1993 e alterações, considerando que:



- O Município de Timbó promoveu credenciamento objetivando a contratação de empresas para a prestação de serviços especializados de alvenaria, manutenção em telhados e calhas, carpintaria, marcenaria, pintura, eletricista e encanador destinados à manutenção predial preventiva e corretiva das unidades administrativas diretas e indiretas do Município de Timbó (Edital de Credenciamento nº 81/2018 PMT);

- O item 6.1.3 prevê que "Havendo a definição dos interessados habilitados no credenciamento, a Comissão de Licitações procederá ao sorteio, em data e horário previamente divulgados no Diário Oficial dos Municípios, para composição do primeiro ordenamento entre os credenciados para cada item de contratação";

- Tal previsão se deu em virtude de que integrariam o sorteio somente os credenciados no período entre 31/08/2018 a 17/09/2018, previsto no Edital antes das prorrogações ocorridas;

- Tendo em vista a possibilidade de credenciamento de novos interessados durante o tempo de vigência do edital (até 28/11/2021, conforme aditivo publicado em 07/12/2020), há a necessidade de previsão de novo sorteio de modo a incluir os novos interessados e habilitados;

- Tendo em vista o princípio da economicidade, é necessária previsão no Edital que permita à Administração declinar do orçamento apresentado pelo credenciado convocado, se constatada disparidade de seu orçamento com os serviços a serem prestados, convocando os próximos credenciados na ordem mencionada no item 6.1.3.1;

- Serão mantidos todos os termos e condições do Edital de Credenciamento nº. 81/2018 PMT, inclusive no que se refere aos pagamentos, objeto, finalidades, responsabilidades, obrigações e demais condições;

- A administração municipal sempre busca zelar e prezar pela manutenção de melhores e mais vantajosas condições, principalmente no que se refere aos pagamentos, custos e atendimento a população;

RESOLVEM, de comum acordo, com fundamento na Lei nº. 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar este Segundo Termo Aditivo, mediante as seguintes condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica incluso no edital, com vigência a partir da publicação do presente termo, os seguintes itens:

"6.1.3.2 - A cada renovação do presente Edital, far-se-á novo sorteio entre os credenciados".

"6.1.3.3 - Até que se realize o sorteio indicado no item supra, os novos credenciados passarão a integrar o final da ordem prevista no item 6.1.3".

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Fica incluso no edital, com vigência a partir da publicação do presente termo, o seguinte item:

"9.1.6 - Fica resguardada à Administração a possibilidade de convocar os próximos credenciados na ordem estabelecida pelo sorteio previsto no item 6.1.3, se julgar que as horas orçadas pelo credenciado não guardam proporcionalidade com a complexidade da natureza do serviço a ser prestado".

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 81/2018 PMT, atos e instrumentos a eles vinculados.

Por estarem acertadas e totalmente de acordo as partes assinam este Segundo Termo Aditivo em 04 vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Timbó, 23 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO MARIA ANGÉLICA FAGGIANI	
--------------------------------------	--

TESTEMUNHA  
Nome:  
CPF:

TESTEMUNHA  
Nome:  
CPF:



**TERCEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL CREDENCIAMENTO 01.2017 FASS**

Publicação Nº 2878985

**TERCEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2017 FASS**

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO QUE ATUEM NA ADMINISTRAÇÃO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, DESTINADA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR, POR INTERMÉDIO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA OU DE SEGURO SAÚDE COLETIVO, COM ABRANGÊNCIA ESTADUAL, ENLOBANDO OS SEGMENTOS AMBULATORIAL, HOSPITALAR E OBSTETRÍCIA, COM AS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS ESTABELECIDAS NA LEI N.º 9.656/98, COM AS COBERTURAS OBRIGATÓRIAS ASSEGURADAS POR LEI E POR NORMAS COMPLEMENTARES DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, ALÉM DE OUTRAS CONDIÇÕES MÍNIMAS PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E SEUS DEPENDENTES (ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES).

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC, através do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor de Timbó/SC, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 20.727.444/0001-30, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, Timbó/SC, representado pela Presidente, Sra. Cristiane Elisabeth Longo, no uso de suas prerrogativas legais e com fundamento na Lei n.º 8.666/1993 e alterações, e considerando que:

- o Município de Timbó, através do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor de Timbó/SC, promoveu credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado que atuem na administração de plano de assistência à saúde, destinada à prestação de serviços de assistência médica complementar, por intermédio de plano de assistência médica ou de seguro saúde coletivo, com abrangência estadual, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com as exigências mínimas estabelecidas na Lei n.º 9.656/98, com as coberturas obrigatórias asseguradas por lei e por normas complementares da Agência Nacional de Saúde Suplementar, além de outras condições mínimas previstas no termo de referência, aos servidores públicos municipais ativos, inativos e seus dependentes (administração direta e indireta, autarquias e fundações), através do Edital de Credenciamento nº 01/2017 FASS;

- há Ofício de lavra da Sra. Marciana Teresa Berri, representante do poder executivo no conselho Fiscal do FASS, no qual solicita a prorrogação do credenciamento em tela;

- serão mantidos todos os termos e condições do Edital de Credenciamento nº 01/2017 FASS, inclusive no que se refere aos pagamentos, objeto, finalidades, responsabilidades, obrigações e demais condições, ocorrendo apenas a prorrogação do prazo para credenciamento de empresas interessadas até a data de 26/02/2022, não acarretando assim nenhum prejuízo aos cofres da administração municipal;

- trata-se de serviços de natureza contínua e, por tal motivo, passíveis de prorrogação contratual, conforme estabelece o art. 57, II da Lei n.º 8.666/1993 ("Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: ... II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;")

- a "... identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro. ... O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço." (JUSTEN FILHO. Marçal. Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª Ed. Editora Dialética. Fls. 831);

- o "... TCU admitiu a possibilidade de os contratos de serviço a serem executados de forma contínua observarem a regra do exercício financeiro, promovendo-se as prorrogações por iguais e sucessivos períodos e o último período que integra os 60 meses, por prazo menor." Fonte: TCU. Processo n.º 003.100/95-2. Ata 26/2001-2ª Câmara (JACOBY FERNANDES. Jorge Ulisses. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 2ª Ed. Editora Fórum. Fls. 808).

- continuam abertas as inscrições para as empresas que pretendem participar do credenciamento, nos termos de Edital de Credenciamento nº 01/2017 FASS;

- que a administração municipal sempre busca zelar e prezar pela manutenção de melhores e mais vantajosas condições, principalmente no que se refere aos pagamentos, custos e atendimento a população.

RESOLVE prorrogar o Edital de Credenciamento nº 01/2017 FASS, mediante as seguintes condições:

**CLAUSULA PRIMEIRA - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES**

O prazo de vigência previsto no Edital Credenciamento nº 01/2017 FASS fica por este Termo, prorrogado até a data de 26/02/2022.

As inscrições dos interessados a participar do credenciamento para futuro fornecimento ao Município de Timbó dos serviços constantes do objeto poderão ser feitas a qualquer tempo, dentro do prazo de validade deste credenciamento, junto a Central de Atendimento da Prefeitura de Timbó/SC (Av. Getúlio Vargas, nº 700 - Centro, Timbó/SC), mediante apresentação dos documentos de habilitação, termo de aceitação dos preços e demais documentos, nas formas estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2017 FASS.

**CLAUSULA SEGUNDA - RATIFICAÇÃO**



Ficam mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Edital de Credenciamento nº 01/2017 FASS, e todos os demais atos e procedimentos a ele vinculados.

Timbó/SC, 19 de fevereiro de 2021.

CRISTIANE ELISABETH LONGO

Presidente do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor de Timbó (FASS)

**TERMO DE ACORDO ADMINISTRATIVO PARA FINS DE TRANSFERÊNCIA DE BEM IMÓVEL EXPROPRIADO E INDENIZAÇÃO DE DESPESAS NECESSÁRIAS À REGULARIZAÇÃO DE BEM IMÓVEL EXPROPRIADO E REMANESCENTE TAA – 011/2021**

Publicação Nº 2878483

TERMO DE ACORDO ADMINISTRATIVO PARA FINS DE TRANSFERÊNCIA DE BEM IMÓVEL EXPROPRIADO E INDENIZAÇÃO DE DESPESAS NECESSÁRIAS À REGULARIZAÇÃO DE BEM IMÓVEL EXPROPRIADO E REMANESCENTE  
TAA – 011/2021

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ no. 83.102.764/0001-15, com sede à Av. Getúlio Vargas, 700, neste ato representado, nos termos estabelecidos pelo art. 2º, III e IV do Decreto nº 4.500 de 01/06/2017, pela Secretária da Fazenda e Administração, MARIA ANGELICA FAGGIANI e pela Secretária de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, BRUNA DE ANDRADE, doravante denominados MUNICÍPIO, e de outro lado, a responsável tributária do imóvel, VALQUÍRIA MARIA TROMBELLI, brasileira, divorciada, comerciante, portadora do RG 1.046.553-7 e CPF 619.772.179-15, residente e domiciliada na Rua Caroba, nº 16, Bairro dos Estados, nesta cidade; doravante denominada DOADORA/EXPROPRIADA, por este instrumento, tem entre si justo e acertado o que segue.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO IMÓVEL AFETADO PELA DESAPROPRIAÇÃO:**

A DOADORA/EXPROPRIADA é a responsável tributária do imóvel constante da matrícula sob nº de ordem 8.882, Livro 2, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/Santa Catarina, sob inscrição imobiliária nº 01.09.015.0999, localizado no lado par da Rua Caroba, nº 16, esquina formada com o lado par da rua Araponguinhas, que assim se descreve e caracteriza: "...O terreno urbano, constituído do lote nº 115 – Quadra "B", situado do lado par da rua Caroba, esquina formada com a rua Roraima, nesta cidade, com 886,03m2 (oitocentos e oitenta e seis metros, e três decímetros quadrados); extremando pela frente, em 19,00 metros com a rua Caroba; fundos, em 35,00 metros com terras de Reinaldo Bonin; lado direito em 31,00 metros com o lote nº 114; e, lado esquerdo em linha quebrada de 19,00 metros e 9,00 metros com a rua Roraima e em 10,04 metros na curva de transição. ...", parcialmente afetado pela desapropriação promovida pelo DONATÁRIO/MUNICÍPIO para alargamento e pavimentação da Rua Araponguinhas, conforme Decreto 3512 de 01 de julho de 2014.

**CLAUSULA SEGUNDA – DA ÁREA AFETADA PELA DESAPROPRIAÇÃO/OBJETO DA DOAÇÃO:**

Conforme processo de desapropriação amigável nº 495, o MUNICÍPIO, através do Decreto 3.512 de 01 de Julho de 2014, declarou de Utilidade Pública para, nos termos do art. 5º, alínea "i" do Decreto Lei nº 3.365/1941, promoveu o alargamento da Rua Araponguinhas, utilizando, para tanto, de parte ideal do imóvel descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA deste Termo, e afetando assim, conforme vistoria e situação do imóvel, de área desapropriada de 133,97,00m², assim definida:

"Uma área de terras, com 133,97m2, com as seguintes confrontações: frente, em 7,80 metros com a curva de transição formada pelo lado par da Rua Caroba, e em 29,58 metros com o lado par da Rua Araponguinhas; lado direito, em 9,88 metros com o lado par da Rua Caroba; e, fundos, em linha reta, em 0,63 metros com a área remanescente do proprietário e, em linha curva, em 43,21 metros com a área remanescente do proprietário. O referido acha-se matriculado junto ao 1º. Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº de ordem 8.882, Livro 2."

Por seu interesse único e exclusivo e de forma totalmente livre e voluntária a DOADORA/EXPROPRIADA, por intermédio deste Termo, promove ao DONATÁRIO/MUNICÍPIO a doação sem ônus desta área imobiliária afetada pela desapropriação, cabendo a este último arcar com as despesas de escrituração.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES ATINENTES**

**À ÁREA DESAPROPRIADA E DESPESAS NECESSÁRIAS À REGULARIZAÇÃO DA ÁREA DESAPROPRIADA E REMANESCENTE:**

A DOADORA/EXPROPRIADA declara/atesta/reconhece que o imóvel e parte ideal alvo desta doação, é livre e desembaraçado de quaisquer ônus, sejam de que natureza for, inexistindo servidão ativa e passiva nem restrições ao direito de propriedade e/ou uso/posse pelo DONATÁRIO/MUNICÍPIO.

- Para o fim contábil/tributário/escrituração/registro e demais pertinentes, o valor da área desapropriada/objeto da doação corresponde a R\$ 20.095,50 (Vinte mil, noventa e cinco reais e cinquenta centavos).

- Para o custeio de todas as despesas necessárias à regularização da área desapropriada e remanescente (custas de taxas e emolumentos de Cartório e Registro de Imóveis; serviços topográficos e de despachante imobiliário), as partes têm como certo e ajustado que o MUNICÍPIO pagará à DOADORA/EXPROPRIADA, no momento da subscrição da Escritura, a quantia total de: R\$ 5.825,36 (Cinco mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos), assim identificado:

§1º. O valor supra narrado será pago pelo MUNICÍPIO através de depósito na seguinte conta bancária identificada pela DOADORA/



EXPROPRIADA: BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA 0809 – OPER. 013 – CONTA POUPANÇA 51157-9, de titularidade de Valquíria Maria Trombelli, CPF nº 619.772.179-15.

§2º. As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Planejamento nº 07.01.0015.0121.0250-2550 – elemento de despesa 33390.9301.

§3º. A DOADORA/EXPROPRIADA declara ter plena ciência e concorda expressamente com o valor acima, nada mais tendo a reclamar, seja a qual título ou natureza for.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO CARÁTER IRRETRATÁVEL E IRREVOGÁVEL:

O presente termo é firmado em caráter irrevogável e irretratável, não cabendo as partes arrependimento, obrigando também seus herdeiros e sucessores, a qualquer título.

#### CLAUSULA QUINTA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES NA EXECUÇÃO DOS ATOS NECESSÁRIOS À REGULARIZAÇÃO DOS IMÓVEIS:

Constituem obrigações da DOADORA/EXPROPRIADA, seus herdeiros e sucessores, a:

I – Contratar, no prazo de 15 dias a contar do recebimento dos valores constantes do inciso I da cláusula terceira deste termo, serviço técnico especializado em regularização imobiliária, para realização de serviços topográficos e de despachante imobiliário;

II – Utilizar os valores recebidos para custear integralmente todas as despesas relacionadas aos serviços contratados de que trata o inciso anterior, bem como despesas administrativas e/ou judiciais; taxas e emolumentos devidos aos cartórios extrajudiciais (títulos e documentos e de imóveis) necessárias à efetiva regularização imobiliária da área desapropriada e remanescente;

III – A atender, sempre que solicitado pelo MUNICÍPIO, todas e quaisquer diligências, em especial as necessárias à correta regularização imobiliária do imóvel objeto da desapropriação, inclusive fornecimento de documentos pessoais ou que detenham posse ou obrigação legal de deter, subscrever documentos públicos e particulares entre outras medidas necessárias técnica e/ou legalmente à regularização das áreas desapropriadas e remanescentes;

IV - Prestar, ao final do processo de regularização, conta sobre os atos praticados, fornecendo ao Município a matrícula atualizada do imóvel e da área desapropriada.

Constituem obrigações do MUNICÍPIO:

I – Efetivar o Pagamento do valor acordado ao DOADORA/EXPROPRIADA, nos moldes da cláusula terceira deste termo;

II – Fiscalizar o cumprimento das obrigações do DOADORA/EXPROPRIADA;

III – Fornecer ao DOADORA/EXPROPRIADA ou quem por ele regularmente indicado/contratado, todos os documentos e informações necessárias à efetivação da regularização imobiliária da área desapropriada e remanescente do imóvel;

IV - Custeio de taxas e emolumentos devidos para a escrituração da área desapropriada, restando todas as demais sob a responsabilidade única e exclusiva da DOADORA/EXPROPRIADA, inclusive aquelas atinentes à regularização da área original da qual foram desapropriadas as identificadas na clausula segunda deste termo.

#### CLAUSULA SEXTA – DA IMISSÃO NA POSSE NA ÁREA DESAPROPRIADA

A partir da assinatura do presente instrumento o MUNICÍPIO fica imediato e irrevogavelmente imitado na posse da área desapropriada, podendo nela realizar todas e quaisquer intervenções, atividades e medidas, sejam elas de que natureza forem, inclusive as necessárias a efetiva transferência e regularização da área desapropriada.

Parágrafo Único: A partir da imissão na posse do MUNICÍPIO, será de responsabilidade do mesmo, todos os atos administrativos e judiciais para obtenção de autorização para exploração da área, assim como, responderá por todas as infrações decorrentes da exploração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA SANÇÃO:

O não cumprimento do presente acordo, total ou parcialmente, por qualquer uma das partes, implica no pagamento de multa de 10% sobre o montante objeto da desapropriação, a incidir sobre o valor definido à doação, constantes da clausula terceira desse termo.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA QUITAÇÃO:

A DOADORA/EXPROPRIADA por intermédio do presente dá ao MUNICÍPIO plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação, não podendo exigir qualquer outro valor, em especial indenização e/ou a título de pagamento pela área desapropriada e/ou custas de taxas; emolumentos; serviços topográficos e de despachante imobiliário para regularização da área desapropriada e remanescente, seja de que natureza for.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Timbó/SC.



Por estarem totalmente cientes, justas e acertadas, as partes assinam este instrumento em duas vias de igual conteúdo.

Timbó, 15 de fevereiro de 2021.

MUNICIPIO DE TIMBO

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

BRUNA DE ANDRADE

Secretária de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

VALQUÍRIA MARIA TROMBELL AJAIR DEVIGILI

CPF 619.772.179-15 CPF 806.252.909-68

Responsável tributária Proprietário do imóvel

TESTEMUNHAS:

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

JOSÉ ROBERTO CARVALHO DE JESUS

Assessor de Custos e Patrimônio

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **EXTRATO AO CONTRATO Nº02/2021**

Publicação Nº 2878864

Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

EXTRATO CONTRATO 02-2021

Dispensa de Licitação nº02/2021

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ.

Contratado: BOXTOP DO BRASIL ELEVADORES LTDA.

Do objeto contratado: Serviços de conservação e assistência técnica que compreende vistoriar mensalmente os equipamentos da Casa de Máquinas, caixa, poço e pavimentos, especialmente os relacionados com a segurança de (1) um elevador hidráulico, com duas paradas, instalado no prédio da sede da Câmara Municipal de Timbó, na Rua Honorato Tonolli, s/n, Bairro Nações, Timbó (SC) CEP 89120-000.

Do valor total: 3.1. O preço dos serviços objeto deste contrato é de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais mensais) no total de R\$ 2.880,00 (dois mil, oitocentos e oitenta reais) no período de janeiro a dezembro de 2021.

Do pagamento: O pagamento será efetuado em 10 dias após a efetiva realização da manutenção, com entrega da nota fiscal de serviço e peças, se houver, relatório técnico de manutenção assinatura por responsável técnico competente.

Data da assinatura: 20 de janeiro de 2021.

Assinantes: Gilmara Maria Baddaratz Giotti (Presidente da Câmara Municipal de Timbó) e Osvino Miliorini (Sócio - Boxtop do Brasil Elevadores Ltda.)



# Timbó Grande

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 020 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021. DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2877608

Decreto nº 020 de 19 de fevereiro DE 2021.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional por superávit financeiro e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 103, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

#### CONSIDERANDO:

1. Que os recursos de que trata o presente Decreto se encontram disponíveis;
2. O que dispõe § 3º do artigo 10º da Lei 2239/2020, de 08 de dezembro de 2020, alterada pela Lei 2244/2021 de 13 de janeiro de 2021.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Geral do Município de Timbó Grande um Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 42.624,75 (Quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos), para reforço das Dotações Orçamentárias, conforme abaixo, integrando tais procedimentos a Lei Municipal 2239/2020, de 08 de dezembro de 2020 que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2021.

Unidade Orçamentária:	2004 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	
Função:	20 - Agricultura	
Subfunção:	606 - Extensão Rural	
Programa:	16 - PROMOÇÃO EXTENSAO RURAL	
Ação:	2.21 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural	
Despesa 307:	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte de Recurso: 3079 - Superávit Exercício Anterior - Emendas Parlamentares Impositivas – Transferências do Estado FR 3.0.79	R\$ 42.624,75

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se e cumpra-se.  
Timbó Grande, 19 de fevereiro de 2021.

Valdir Cardoso dos Santos

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Timbó Grande em 19 de fevereiro de 2021.

Adilson Wendt

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021. DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2877609

Decreto nº 021 de 19 de fevereiro DE 2021.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional por Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 103, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

#### CONSIDERANDO:

1. Que os recursos de que trata o presente Decreto se encontram disponíveis;
2. O que dispõe § 3º do artigo 10º da Lei 2239/2020, de 08 de dezembro de 2020, alterada pela Lei 2244/2021 de 13 de janeiro de 2021.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Geral do Município de Timbó Grande um Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), para reforço das Dotações Orçamentárias, conforme abaixo, integrando tais procedimentos a Lei Municipal 2239/2020, de 08 de dezembro de 2020 que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2021.



Unidade Orçamentária:	2004 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	
Função:	20 - Agricultura	
Subfunção:	606 - Extensão Rural	
Programa:	16 - PROMOÇÃO EXTENSAO RURAL	
Ação:	2.21 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural	
Despesa 308:	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte de Recurso: 1079 Emendas Parlamentares Impositivas – Transferências do Estado - FR 0.1.79	R\$ 100.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se e cumpra-se.  
Timbó Grande, 19 de fevereiro de 2021.

Valdir Cardoso dos Santos  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Timbó Grande em 19 de fevereiro de 2021.

Adilson Wendt  
Secretário de Administração e Finanças

### RETIFICAÇÃO CONTRATO 1/2021

Publicação Nº 2877861

MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE  
PREFEITURA MUNICIPAL  
PROCESSO LICITATÓRIO 1/2021  
CONTRATO 1/2021

O município de Timbó Grande vem por intermédio deste retificar a publicação de nº 2870850 na Edição nº 3416 do dia 19/02/2021 na pagina 1702 a qual diz que torna público a todos os interessados que o município firmou contrato com a empresa Auto Posto AG2 LTDA no valor de R\$ 860.224,00 (oitocentos e sessenta mil, e duzentos e vinte quatro reais), com o objetivo de adquirir óleo diesel, arla e gasolina. A retificação consiste em dizer onde lê Ari José Galeski leia se Valdir Cardoso dos Santos

Timbó Grande, 23 de fevereiro de 2021.  
Valdir Cardoso dos Santos  
Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO CONTRATO FMS 1/2021

Publicação Nº 2877870

MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO 1/2021  
CONTRATO 1/2021

O município de Timbó Grande vem retificar a publicação de nº 2870870 na Edição nº 3416 do dia 19/02/2021 na pagina 1702 a qual diz que torna público a todos os interessados que o município por intermédio do FMS firmou contrato com a empresa Auto Posto AG2 LTDA no valor de R\$ 364.800,00 (trezentos e sessenta quatro mil, e oitocentos reais), com o objetivo de adquirir óleo diesel e gasolina. A retificação consiste em dizer onde lê Ari José Galeski leia se Valdir Cardoso dos Santos

Timbó Grande, 23 de fevereiro de 2021.  
Valdir Cardoso dos Santos  
Prefeito Municipal



# Treviso

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 176/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878015

DECRETO Nº 176/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONTRATA E NOMEIA, POR TEMPO DETERMINADO, NARAYANA IRMANI DA SILVA, PARA EXERCER AS FUNÇÕES DO EMPREGO DE MÉDICA - ESF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe com a Lei Municipal nº 400/05, de 10 de agosto de 2005, e o Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada e nomeada na data de 22 de fevereiro de 2021, por tempo determinado, NARAYANA IRMANI DA SILVA, para exercer as funções do emprego de MÉDICA - ESF, vinculada a Estratégia Saúde da Família, da Secretaria de Saúde, dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Parágrafo 1º. A referida contratação é imprescindível por motivos de aprovação no Processo Seletivo Simplificado 001/2019.

Parágrafo 2º. O período determinado, constante no caput deste Artigo, será até 20 de dezembro de 2021.

Parágrafo 3º. A carga horária a ser executada por esta profissional será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. O salário base da servidora acima especificada será de acordo com os valores constantes na Lei nº 400/05, de 10 de agosto de 2005, e alterações posteriores e, em caso específico, proporcional às horas trabalhadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 22 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 177/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2878016

DECRETO Nº 177/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

EXONERA O SERVIDOR ELOI PESCADOR DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, a partir de 28 de fevereiro de 2021, o servidor ELOI PESCADOR, do cargo comissionado de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, vinculado ao Departamento de Obras, da Secretaria de Viação, Obras e Serviços, dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 22 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI

Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 150/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878492

PORTARIA Nº 150/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALTERA SETOR DE TRABALHO DA SERVIDORA LURDE ANA LOSSO GAMBA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Alterar, por tempo indeterminado, a partir de 01 de fevereiro de 2021, setor de trabalho da servidora LURDE ANA LOSSO GAMBA, deixando de exercer suas funções de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS INTERNOS na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO para exercê-la na SECRETARIA DE SAÚDE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 22 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 151/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878497

PORTARIA Nº 151/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALTERA SETOR DE TRABALHO DO SERVIDOR SERGIO PEREIRA DOS SANTOS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Alterar, por tempo indeterminado, a partir de 01 de fevereiro de 2021, setor de trabalho do servidor SERGIO PEREIRA DOS SANTOS, deixando de exercer suas funções de MOTORISTA III na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO para exercê-la na SECRETARIA DE SAÚDE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 22 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 152/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878499

PORTARIA Nº 152/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALTERA SETOR DE TRABALHO DA SERVIDORA MIRIAM DE FÁTIMA DA SILVA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**



Art. 1º - Alterar, por tempo indeterminado, a partir de 10 de fevereiro de 2021, setor de trabalho da servidora MIRIAM DE FÁTIMA DA SILVA, deixando de exercer suas funções de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS INTERNOS na SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS para exercê-la na SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 22 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

### **PORTARIA Nº 153/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878501

PORTARIA Nº 153/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA CARINA SVALDI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de fevereiro de 2021, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2020 a 01 de janeiro de 2021, a servidora CARINA SVALDI, ocupante do emprego de DIRETORA DE DEPARTAMENTO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 22 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

### **PORTARIA Nº 154/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2878503

PORTARIA Nº 154/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.  
CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS AO SERVIDOR LUCAS FIGUEIREDO PIZZETTI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 608/12 de 14 de março de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de março de 2021, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 19 de junho de 2019 a 18 de junho de 2020, ao servidor LUCAS FIGUEIREDO PIZZETTI, ocupante do emprego de AGENTE DE PESSOAL.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 23 de fevereiro de 2021.

VALERIO MORETTI  
Prefeito



Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de fevereiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

## **PREGÃO 08/2021**

Publicação N° 2878580

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ  
PROCESSO LICITATÓRIO 11/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2021

O Município de Trevisó, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, nos termos da lei nº 10.520/02, lei 123/06, por este edital e subsidiariamente pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como as demais normas regulamentares aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão Presencial/ Registro de Preço para futura aquisição de material de higiene, limpeza, utensílios e EPIs para atender as necessidades das escolas e creche municipal, bem como a Secretaria de Educação de Trevisó, conforme as condições e descritivos constantes no termo de referência.

A abertura dos envelopes de proposta de preço e documentação será realizada no dia 11/03/2021 às 13h30min, no Setor de Licitações. A íntegra do edital poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações, sita a Av. Prof. José F. Abatti, 258, Centro, Trevisó/SC, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, sem custo e/ou através do site <http://www.treviso.sc.gov.br/> (portal da transparência). Maiores informações sobre o Edital, comparecer no Setor de Licitações ou pelo telefone (48) - 3469-9000.

Trevisó(SC), 23 de fevereiro de 2021.

Gladson Mateus Tasca  
Secretaria de Educação



# Treze de Maio

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 006/2021

Publicação Nº 2878771

#### PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

#### EDITAL Nº 005/2021

A Prefeitura Municipal de Treze de Maio, representada pelo Prefeito Municipal Jailso Bardini, em conformidade com o estabelecido artigo 48 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, e a Lei Municipal nº 0566/2005 de 09 de junho de 2005, torna publico que realizará no dia 26 de fevereiro de 2021 (sexta-feira) às 10:00 horas, a Audiência Publica para demonstração e avaliação das metas fiscais referentes ao 3º (terceiro) quadrimestre do exercício de 2020, tendo como local a Câmara de Vereadores localizada na Praça Jorge Lacerda, Centro, Treze de Maio, Santa Catarina.

Treze de Maio, SC, 23 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito

### PORTARIA Nº 038/2021

Publicação Nº 2878536

#### PORTARIA Nº 038/2021

O Exmo. Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Fazer cessar a pedido os efeitos da Portaria nº 115/2020 de 06/07/2020 que admitiu a Sra. SUZANY BITENCOURT BOAVENTURA MEHL, matrícula nº 2299, para atuar no cargo de Fonoaudióloga – NASF - ANS, a partir do dia 01/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
01 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 039/2021

Publicação Nº 2878558

#### PORTARIA Nº 039/2021 CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença sem remuneração para a servidora a Sra. MARCIANA CALEGARI DE PIERI, dos cargos de Professora II, matrículas 251 e 584, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, para assumir cargo em comissão de Coordenadora Pedagógica, a partir de 01/02/2021.



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e publica-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
01 de fevereiro de 2021.  
Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 040/2021**

Publicação Nº 2878559

PORTARIA Nº 040/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. MARCIANA CALEGARI DE PIERI, para ocupar o cargo em comissão de Coordenadora Pedagógica, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021, atribuindo-lhe competência e responsabilidade concernentes ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 01 de fevereiro de 2021.  
Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação: Publicada nesta Secretaria na data supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 041/2021**

Publicação Nº 2878560

PORTARIA Nº 041/2021  
CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença sem remuneração para a servidora a Sra. MARIA APARECIDA VITÓRIO PACHECO, dos cargos de Professora Nível III, matrículas 430 e 706, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, para assumir cargo em comissão de Diretora do Centro Educação Municipal – CEM – Dasma - 01, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e publica-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
01 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal



Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 042/2021**

Publicação Nº 2878562

### **PORTARIA Nº 042/2021**

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a Sra. MARIA APARECIDA VITÓRIO PACHECO, para ocupar o cargo em comissão de Diretora do Centro de Educação Municipal – CEM – DASMA - 01, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021, atribuindo-lhe competência e responsabilidade concernentes ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 01 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação: Publicada nesta Secretaria na data supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 043/2021**

Publicação Nº 2878563

### **PORTARIA Nº 043/2021 CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO**

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença sem remuneração para a servidora a Sra. ROSANGELA WAGNER CARDOSO, do cargo de Professora Nível III, matrícula funcional nº 2081, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, para assumir cargo em comissão de Diretora de Escola – DASMA 03, na carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e publica-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
01 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 044/2021**

Publicação Nº 2878565

PORTARIA Nº 044/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. ROSANGELA WAGNER CARDOSO, para ocupar o cargo em comissão de Diretora de Escola – DASMA 03, na carga horária de 20 horas semanais, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021, atribuindo-lhe competência e responsabilidade concernentes ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 01 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação: Publicada nesta Secretaria na data supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 045/2021**

Publicação Nº 2878583

PORTARIA Nº 045/2021  
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO.

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor ERIK BONELI BORATI, para exercer o cargo de Operador de Equipamentos – referência – 0, do grupo III – TSA, no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, por ter sido aprovado em Concurso Público, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 01 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

**TERMO DE POSSE**

NO 1º DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021, NO GABINETE DO PREFEITO, PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE DE MAIO, ESTADO DE SANTA CATARINA, COMPARECEU O (A) SENHOR (A) ERIK BONELI BORATI, A FIM DE TOMAR POSSE NO CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS – REFERÊNCIA 0, DO GRUPO III - TSA, NOMEADO (A) PELA PORTARIA Nº 045/2021, DE 01/02/2021. NESTA OPORTUNIDADE FOI LHE DADO POSSE PELO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL JAILSO BARDINI, COMPROMETENDO-SE O EMPOSSADO, A DESEMPENHAR SUAS FUNÇÕES COM DIGNIDADE, DISCIPLINA E HONRADEZ. NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR E SABENDO O EMPOSSADO QUE O ATO REFERIDO NÃO IMPLICA EM ACUMULAÇÃO PROIBIDA DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO DE POSSE QUE VAI DEVIDAMENTE ASSINADO PELAS PARTES.



SERVIDOR (A): ERIK BONELI BORATI

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 046/2021

Publicação Nº 2878587

PORTARIA Nº 046/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. GRAZIELA DA SILVA NANDI, para ocupar o cargo em comissão de Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Turismo, a partir do dia 03 de fevereiro de 2021, atribuindo-lhe competência e responsabilidade concernentes ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 03 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação: Publicada nesta Secretaria na data supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 047/2021

Publicação Nº 2878598

PORTARIA Nº 047/2021  
CONCEDE LICENÇA COM REMUNERAÇÃO

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença remunerada para a servidora a Sra. ELIANA NUNES SARTOR, do cargo de Técnica em Enfermagem, matrícula 932, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, pelo motivo de ter mais de 60 (sessenta) anos, que a enquadra diretamente no grupo de risco ocasionado pela pandemia do COVID-19. Esta licença perderá os efeitos a partir da cessação das normas em vigor que regulamentam os afastamentos dos grupos de riscos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e publica-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
03 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 048/2021**

Publicação Nº 2878603

PORTARIA Nº 048/2021  
CONCEDE LICENÇA COM REMUNERAÇÃO

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença remunerada para a servidora a Sra. DANIELLE CANDIDO BURATO DE SOUZA, do cargo de Atendente de Consultório Dentário - ESF, matrícula funcional nº 1412, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, pelo motivo da sua gestação, que a enquadra diretamente no grupo de risco ocasionado pela pandemia do COVID-19. Esta licença perderá os efeitos a partir do início da sua licença maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e publica-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
03 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 049/2021**

Publicação Nº 2878607

PORTARIA Nº 049/2021  
CONCEDE LICENÇA COM REMUNERAÇÃO

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença remunerada para a servidora a Sra. JULIANA ALANO RAMOS, do cargo de Técnica em Enfermagem, matrícula funcional nº 2147, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, pelo motivo da sua gestação, que a enquadra diretamente no grupo de risco ocasionado pela pandemia do COVID-19. Esta licença perderá os efeitos a partir do início da sua licença maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e publica-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
03 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 050/2021**

Publicação Nº 2878608

PORTARIA Nº 050/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Nomear a Sra. CINTIA ZANELATO MARCON RODRIGUES, para o cargo de Técnica em Enfermagem, em caráter temporário, de acordo com a Lei Nº 334/2000, art. 23, Inciso II, na carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 03/02/2021 à 04/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 03 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 051/2021**

Publicação Nº 2878611

PORTARIA Nº 051/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Nomear a Sra. ELAINE DE SOUZA VIEIRA, para o cargo de Técnica em Enfermagem, em caráter temporário, de acordo com a Lei Nº 334/2000, art. 23, Inciso II, na carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 03/02/2021 à 04/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 03 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 052/2021**

Publicação Nº 2878612

PORTARIA Nº 052/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.



Resolve:

Art. 1º - Nomear a Sra. CAMILA PERDONA SIMON, para o cargo de Atendente de Consultório Dentário - ESF, em caráter temporário, de acordo com a Lei Nº 334/2000, art. 23, Inciso II, na carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 03/02/2021 à 04/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 03 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 053/2021**

Publicação Nº 2878618

PORTARIA Nº 053/2021

O Exmo. Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Fazer cessar a pedido os efeitos da Portaria nº 210/2019 de 11/03/2019 que admitiu o Sr. GILMAR SORATO BURATO, matrícula nº 2177, para atuar no cargo de Agente Comunitário de Saúde - PACS, a partir do dia 03/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
03 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 054/2021**

Publicação Nº 2878626

PORTARIA Nº 054/2021  
CONCEDE LICENÇA COM VENCIMENTOS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA PESSOA DA FAMÍLIA

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença remunerada para a servidora a Sra. KETLIN STEFANI SPADER, do cargo de Professora Nível II, matrícula funcional nº 2055, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, para tratamento de saúde de pessoa da família, conforme artigo 26, IX, b, do Estatuto dos Servidores Públicos do município e da Lei Federal nº 8.112/90.

Art. 2º - A licença será concedida pelo prazo de 30 dias, podendo ser prorrogada uma única vez pelo mesmo período, se comprovada a necessidade.



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e publica-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
03 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 055/2021**

Publicação Nº 2878628

PORTARIA Nº 055/2021

O Exmo. Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Fazer cessar a pedido os efeitos da Portaria nº 189/2019 de 06/03/2019 que admitiu a Sra. JULIANA VIEIRA COELHO, matrícula funcional nº 2299, para atuar no cargo de Servente/Merendeira - TSA, a partir do dia 04/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
04 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 056/2021**

Publicação Nº 2878646

PORTARIA Nº 056/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. MARTA BORGES DE FAVARI BURATO, para ocupar o cargo em comissão de Diretora de Escola – DASMA 03, na carga horária de 20 horas semanais, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021, atribuindo-lhe competência e responsabilidade concernentes ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2021, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.



Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 04 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação: Publicada nesta Secretaria na data supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 057/2021

Publicação Nº 2878651

PORTARIA Nº 057/2021  
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO.

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor KLEBER DOS SANTOS BURATTO, para exercer o cargo de Operador de Equipamentos – referência – 0, do grupo III – TSA, no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, por ter sido aprovado em Concurso Público, a partir de 04/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 04 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

## TERMO DE POSSE

NO 4º DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021, NO GABINETE DO PREFEITO, PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE DE MAIO, ESTADO DE SANTA CATARINA, COMPARECEU O (A) SENHOR (A) KLEBER DOS SANTOS BURATTO, A FIM DE TOMAR POSSE NO CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS – REFERÊNCIA 0, DO GRUPO III - TSA, NOMEADO (A) PELA PORTARIA Nº 057/2021, DE 04/02/2021. NESTA OPORTUNIDADE FOI LHE DADO POSSE PELO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL JAILSO BARDINI, COMPROMETENDO-SE O EMPOSSADO, A DESEMPENHAR SUAS FUNÇÕES COM DIGNIDADE, DISCIPLINA E HONRADEZ. NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR E SABENDO O EMPOSSADO QUE O ATO REFERIDO NÃO IMPLICA EM ACUMULAÇÃO PROIBIDA DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO DE POSSE QUE VAI DEVIDAMENTE ASSINADO PELAS PARTES.

SERVIDOR (A): KLEBER DOS SANTOS BURATTO

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 058/2021

Publicação Nº 2878657

PORTARIA Nº 058/2021

O Exmo. Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:



Art. 1º - Fazer cessar a pedido os efeitos da Portaria nº 098/2019 de 22/02/2019 que admitiu o Sr. JULIAN CORREA DE OLIVEIRA, matrícula nº 2109, para atuar no cargo de Motorista - TSA, a partir do dia 08/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
08 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 059/2021**

Publicação Nº 2878663

PORTARIA Nº 059/2021  
CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença sem remuneração para a servidora a Sra. MARTA BORGES DE FAVARI BURATO, do cargo de Professora Nível I, matrícula funcional nº 134, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, para assumir cargo em comissão de Diretora de Escola - DASMA - 03, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e publica-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
08 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 060/2021**

Publicação Nº 2878666

MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 060/2021

DESIGNA SERVIDOR PARA FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 73, incisos IX e XII da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:  
Artigo 1º - Designar o servidor o Sr. MARCOS MODOLON, matrícula funcional nº 2046, para o desempenho da Função Gratificada Chefe de Divisão - Nível 01 – FG 03, com termo inicial do exercício das funções a partir de 01 de fevereiro de 2021.



Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio em 08 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 061/2021**

Publicação Nº 2878668

PORTARIA Nº 061/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. RUBIA DE MEDEIROS PIRES, para ocupar o cargo em comissão de Diretora do Departamento de Saúde - DAS – 3, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021, atribuindo-lhe competência e responsabilidade concernentes ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2021, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 08 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação: Publicada nesta Secretaria na data supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 062/2021**

Publicação Nº 2878672

PORTARIA Nº 062/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. ROSICLEIA MADEIRA, para ocupar o cargo em comissão de Assessora do Departamento de Esportes, a partir do dia 12 de fevereiro de 2021, atribuindo-lhe competência e responsabilidade concernentes ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 12 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal



Publicação: Publicada nesta Secretaria na data supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 063/2021**

Publicação Nº 2878677

PORTARIA Nº 063/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Nomear a Sra. ROSINETE PACHECO BORGES KILIPER, para o cargo de Servente/Merendeira, em caráter temporário, de acordo com a Lei Nº 334/2000, art. 23, Inciso II, na carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 17/02/2021 à 17/12/2021.

Art. 2º - Se durante a vigência do contrato, houver a paralização das aulas devido a pandemia do COVID-19, poderá os contratos temporários emergenciais serem revogados a qualquer momento a critério da administração, em razão da não necessidade da prestação do serviço emergencial para o qual a servidora foi nomeada.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 17 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 064/2021**

Publicação Nº 2878680

PORTARIA Nº 064/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Nomear a Sra. EVILEIA NANDI REDIVO, para o cargo de Servente/Merendeira, em caráter temporário, de acordo com a Lei Nº 334/2000, art. 23, Inciso II, na carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 17/02/2021 à 17/12/2021.

Art. 2º - Se durante a vigência do contrato, houver a paralização das aulas devido a pandemia do COVID-19, poderá os contratos temporários emergenciais serem revogados a qualquer momento a critério da administração, em razão da não necessidade da prestação do serviço emergencial para o qual a servidora foi nomeada.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 17 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 065/2021**

Publicação Nº 2878682

PORTARIA Nº 065/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Nomear a Sra. DILMARA FERNANDES DE OLIVEIRA, para o cargo de Servente/Merendeira, em caráter temporário, de acordo com a Lei Nº 334/2000, art. 23, Inciso II, na carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 17/02/2021 à 17/12/2021.

Art. 2º - Se durante a vigência do contrato, houver a paralização das aulas devido a pandemia do COVID-19, poderá os contratos temporários emergenciais serem revogados a qualquer momento a critério da administração, em razão da não necessidade da prestação do serviço emergencial para o qual a servidora foi nomeada.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 17 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 066/2021**

Publicação Nº 2878697

PORTARIA Nº 066/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Nomear a Sra. ROSILETE DA SILVA E SILVA, para o cargo de Servente/Merendeira, em caráter temporário, de acordo com a Lei Nº 334/2000, art. 23, Inciso II, na carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 17/02/2021 à 17/12/2021.

Art. 2º - Se durante a vigência do contrato, houver a paralização das aulas devido a pandemia do COVID-19, poderá os contratos temporários emergenciais serem revogados a qualquer momento a critério da administração, em razão da não necessidade da prestação do serviço emergencial para o qual a servidora foi nomeada.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 17 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 067/2021**

Publicação Nº 2878699

PORTARIA Nº 067/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Nomear a Sra. VIVIANA MACHADO DE AZEVEDO, para o cargo de Servente/Merendeira, em caráter temporário, de acordo com a Lei Nº 334/2000, art. 23, Inciso II, na carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 17/02/2021 à 17/12/2021.

Art. 2º - Se durante a vigência do contrato, houver a paralização das aulas devido a pandemia do COVID-19, poderá os contratos temporários emergenciais serem revogados a qualquer momento a critério da administração, em razão da não necessidade da prestação do serviço emergencial para o qual a servidora foi nomeada.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 17 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 068/2021**

Publicação Nº 2878709

PORTARIA Nº 068/2021  
CONCEDE LICENÇA AUXÍLIO MATERNIDADE

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Auxílio Maternidade para a servidora a Sra. LIZIANE SARTOR STUDZINSKI CECHINEL, matrícula (2180) do cargo de Professora de Artes nível III, do quadro de pessoal do Município de Treze de Maio - Prefeitura, por ter sido apresentado atestado médico de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 12/02/2021 e com término em 11/06/2021, retornando suas atividades no dia 12/06/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e publica-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
17 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 069/2021**

Publicação Nº 2878728

PORTARIA Nº 069/2021

REVOGA PORTARIA E DESIGNA  
SERVIDOR PARA FUNÇÃO GRATIFICADA, E DA  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 73, incisos IX e XII da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Revogar a Portaria nº 262/2019, anulando-se os efeitos de designação da mesma, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Artigo 2º- Designar o servidor JULIO SELINGER, para o desempenho da Função Gratificada Chefe de Divisão – Nível 01- FG 03, com termo inicial do exercício das funções a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Treze de Maio, 17 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação: Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 070/2021**

Publicação Nº 2878733

PORTARIA Nº 070/2021

REVOGA PORTARIA E DESIGNA  
SERVIDOR PARA FUNÇÃO GRATIFICADA, E DA  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 73, incisos IX e XII da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Revogar a Portaria nº 263/2019, anulando-se os efeitos de designação da mesma, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Artigo 2º- Designar o servidor ADENOR BORTOLATO, para o desempenho da Função Gratificada Chefe de Divisão – Nível 01- FG 03, com termo inicial do exercício das funções a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Treze de Maio, 17 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação: Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 071/2021**

Publicação Nº 2878739

PORTARIA Nº 071/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Nomear a Sra. MARIA DA GLORIA FORMENTIM ABEL, para o cargo de Servente/Merendeira, em caráter temporário, de acordo com a Lei Nº 334/2000, art. 23, Inciso II, na carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 17/02/2021 à 17/12/2021.

Art. 2º - Se durante a vigência do contrato, houver a paralização das aulas devido a pandemia do COVID-19, poderá os contratos temporários emergenciais serem revogados a qualquer momento a critério da administração, em razão da não necessidade da prestação do serviço emergencial para o qual a servidora foi nomeada.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 17 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 072/2021**

Publicação Nº 2878742

PORTARIA Nº 072/2021

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Nomear a Sra. ROSIMERI MODOLON SOMARIVA, para o cargo de Servente/Merendeira, em caráter temporário, de acordo com a Lei Nº 334/2000, art. 23, Inciso II, na carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 17/02/2021 à 17/12/2021.

Art. 2º - Se durante a vigência do contrato, houver a paralização das aulas devido a pandemia do COVID-19, poderá os contratos temporários emergenciais serem revogados a qualquer momento a critério da administração, em razão da não necessidade da prestação do serviço emergencial para o qual a servidora foi nomeada.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
em 17 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 073/2021**

Publicação Nº 2878746

PORTARIA Nº 073/2021  
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Auxílio doença para a servidora a Sra. Graziela de Freitas Santinoni, matrícula nº 2085, no cargo de Professora Nível III, em 19 de fevereiro de 2021, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, por ter sido apresentado atestado médico para encaminhamento ao INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e publica-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
19 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 074/2021**

Publicação Nº 2878750

PORTARIA Nº 074/2021  
CONCEDE LICENÇA AUXÍLIO MATERNIDADE

O Exmo. Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Auxílio Maternidade para a servidora a Sra. DANIELLE CANDIDO BURATO DE SOUZA, matricula (1412) do cargo de Atendente de Consultório - ESF, do quadro de pessoal do Município de Treze de Maio - Prefeitura, por ter sido apresentado atestado médico de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 16/02/2021 e com término em 15/06/2021, retornando suas atividades no dia 16/06/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de fevereiro de 2021, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e publica-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
19 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 075/2021**

Publicação Nº 2878754

## PORTARIA Nº 076/2021

O Exmo. Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Fazer cessar a pedido os efeitos da Portaria nº 186/2019 de 06/03/2019 que admitiu a Sra. BRUNA CARARA SOUZA, matrícula nº 2154, para atuar no cargo de Servente/Merendeira - TSA, a partir do dia 28/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
22 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria na data Supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 077/2021**

Publicação Nº 2878764

## PORTARIA Nº 077 /2021

REVOGA A PORTARIA Nº 148/2020 E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O COMITÊ MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, COM BASE NAS DIRETRIZES ESTADUAIS DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Exmo Senhor Jailso Bardini, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Resolve:

Artigo 1º- Nomear os membros para compor o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, com base nas Diretrizes Estaduais de retorno às aulas presenciais em substituição da portaria Nº 148/2020 e dá outras providências.

I – Representante da Secretaria de Educação, que o presidirá:  
- Graziela da Silva Nandi

II – Representante da Secretaria de Saúde:  
- Debora Schueroff Beckhauser

III – Represente da Secretaria de Assistência Social ou equivalente:  
- Mariele Carara Citadin

IV – Representante da Secreria Municipal de Administração e Finanças:  
- Cristielaine Mendes Gislon

V – Representante dos Profissionais e Trabalhadores de Educação  
- Daniela Varnier Gislon

VI – Representante dos estudantes da Educação Básica:  
- Fernando Marcon de Souza

VII – Representante do Conselho Municipal de Educação:  
- Clariane Citadin Formentin

VIII – Representante das Comissões Escolares:  
- Maria Aparecida Vitório Pacheco



IX – Representante das Escolas da Rede Estadual:  
Daiane Dela Vedova De Pieri

X – Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:  
- Ellen Izaura Colombo Nicolau

XI – Representante do Conselho Municipal da Alimentação Escolar:  
- Zulema de Pieri Fontana

XII – Representante do Conselho Municipal de Controle Social FUNDEB:  
- Maristela Constante de Prá

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se a portaria nº 148/2020 e demais disposições em contrariedade.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,  
23 de fevereiro de 2021.

Jailso Bardini  
Prefeito Municipal

Publicação:  
Publicada nesta Secretaria, na data supra.

Camila Nandi Zanela  
Secretária de Administração e Finanças



# Treze Tílias

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 11/2021

Publicação N° 2878977

EXTRATO DE CONTRATO 11/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: NACIONAL SOLUÇÕES INTELIGENTES EM TI LTDA

OBJETO: A contratação de empresa para prestar assistência técnica em servidores e assuntos tecnológicos de maior complexidade, realizando suporte técnico presencial e remoto, acompanhamento de backups, atualização do Sistema Betha em todas as Secretarias e Fundos do Município.

PROCESSO: Processo de Licitação nº 16/2021, instaurado pelo edital DL nº 02/2021

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2021

02.01.2.003.3.3.90.00.00.00.00

Valor: O valor total ora contratado é de R\$ 8.940,00 (oito mil novecentos e quarenta reais), de acordo com o item vencedor do Processo de Licitação nº 16/2021, conforme Termo de Homologação.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 12 meses.

TREZE TÍLIAS, 23 de fevereiro 2021.

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 05/2021 – PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2021

Publicação N° 2878632

ESTADO DE SANTA CATARINA –FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 05/2021 – PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2021

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria na área da saúde, assistência social e educação para os profissionais do Fundo Municipal, vinculado à administração direta, incluindo assessoria, treinamento, capacitação e orientação nas áreas de captação de recursos, gestão de pessoas, instrumentos de gestão em saúde, organização e reestruturação das redes de atenção à saúde, elaboração e acompanhamento de projetos voltados para gestão da vigilância em saúde, saúde mental, saúde do idoso, atenção básica, acompanhamentos e entre outros inerentes a saúde; acompanhamento, acolhimento e atendimento de pacientes, visitas domiciliares quando houver necessidade, a ser efetivado por 20 (vinte) horas semanais de maneira presencial pelo profissional técnico responsável e 20 (vinte) horas semanais à distâncias.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 08/03/2021, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

AILTON JOSÉ DURLI

Gestor Fundo Municipal de Saúde



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2021 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - TREZE TÍLIAS - 01/2021/ DECRETO Nº 2.674/2020**

Publicação Nº 2878471



*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2021**  
**EDITAL Nº 01/2021 DE 21 DE JANEIRO DE 2021**

**CONVOCA APROVADO EM TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER**  
**TEMPORÁRIO**

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

**CONVOCA:**

Art. 1º - O servidor, a seguir especificado, aprovado em **TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO**, oriundo do Edital nº 01/2021 de 21 de janeiro de 2021 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.674/2020 de 09 de fevereiro de 2021 para **TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO**.

➤ **T.M.N.M – TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40HS**  
**WIRLANE GARCIA MARTINS**

Art. 2º - Nos termos do item 8.2, da Cláusula 8 – Da Convocação, do Edital nº 01/2021, o candidato terá 24 horas para confirmar se assumirá ou não a vaga e o prazo de 05 dias úteis após a sua confirmação para entrar em exercício.

§ 1º. O candidato que no ato de sua convocação não desejar ocupar a vaga para a qual foi chamado, independente do motivo, deverá notificar por escrito o setor de Recursos Humanos desta Prefeitura expondo a sua decisão.

§ 2º. Caso não comparecer no prazo estipulado pelo Edital de Convocação, ou estiver com a documentação faltante, será automaticamente eliminado/desclassificado do certame, prosseguindo-se então com a chamada do próximo candidato aprovado. Não será possível a recolocação para o final da fila dos classificados.

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)







*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

Art. 3º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Histórico ou diploma escolar;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho;
- Número de conta bancária pessoal junto ao Banco do Brasil;
- Comprovante de residência;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos. Empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 4º - A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos vigentes.

Art. 5º. A contratação se dará por tempo determinado, conforme disposto no item 1.3, da Cláusula 1 – Das Disposições Preliminares, do Edital nº 01/2021, obedecendo-se ao limite de 24 (vinte e quatro), meses, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 060/2013 e suas alterações.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, 23 de fevereiro de 2021.

**RUDI OHLWEILER**  
PREFEITO MUNICIPAL

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.  
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: [trezetilias@trezetilias.sc.gov.br](mailto:trezetilias@trezetilias.sc.gov.br)  
Site: [www.trezetilias.com.br](http://www.trezetilias.com.br)





# Trombudo Central

## PREFEITURA

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020

Publicação Nº 2878351

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Trombudo Central, pessoa jurídica de direito público, torna público, e faz saber que, fará realizar LICITAÇÃO, do tipo MENOR PREÇO, FORMA DE JULGAMENTO POR ITEM, visando a FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, FLUÍDOS DE FREIO E GRAXA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE TROCA DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS LINHA LEVE, VEÍCULOS LINHA PESADA, MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO E MÁQUINAS DA AGRICULTURA, DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Do cadastro da proposta e habilitação: até as 8h do dia 08 de Março de 2021; da abertura e julgamento das propostas: às 9h do dia 08 de Março de 2021; início da sessão/disputa de lances: após a análise das propostas; plataforma eletrônica: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) O edital em sua íntegra, poderá ser examinado e retirado, na sede Prefeitura Municipal de Trombudo Central, sito a Praça Arthur Siewierdt, 01, Bairro Centro, Município de Trombudo Central/SC, ou pelos endereços eletrônicos [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Trombudo Central, 24 de Fevereiro de 2021.

Geovana Gessner  
Prefeita Municipal

### TERMO ADITIVO 168/2020 - PMTC

Publicação Nº 2879044

Aditivo nº 168/2020  
Contrato Nº 93/2020  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada: LIDER SUL ENGENHARIA OBRAS E SERVIÇOS LTDA  
Sequencial do Aditivo: 1  
Término: 30/06/2021  
Licitação: 23/2020  
Objeto da Contratação: 3º TERMO ADITIVO NA EXECUÇÃO DO PROJETO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA CICLOVIA NA AV. ARTHUR MULLER – TRECHO 02, TROMBUDO CENTRAL/SC, TOTALIZANDO A EXTENSÃO DE 1.347,57M, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE EVENTOS, PROJETOS E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL  
Trombudo Central, 23 de fevereiro de 2021.



# Tunápolis

## PREFEITURA

### **HOUE REAJUSTE DO PREÇO NO PREÇO DO ÓLEO DIESEL S10, E NO ÓLEO DIESEL COMUM E AS PARTES, DE COMUM ACORDO COM A LEI Nº 10.520/2002, COMINADA COM A LEI Nº 8.883/94, E CONTRATO Nº 20/2021**

Publicação Nº 2878743

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N.º 20/2021, QUE TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, em conformidade com as especificações dos Anexos.

PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrito no CNPJ n.º 78.486.198.0001/52. Auto Posto Canarinho Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20.

2. DA FINALIDADE: Houve REAJUSTE do preço no preço do Óleo diesel S10, e no óleo diesel Comum e as partes, de comum acordo com a Lei nº 10.520/2002, cominada com a Lei nº 8.883/94, e contrato Nº 20/2021, Apostilam/o AUMENTO, passando os valores a ser da seguinte forma: ÓLEO DIESEL S10 de R\$ 3,80(três reais e oitenta centavos) para R\$ 4,19(quatro reais e dezenove centavos) e do ÓLEO DIESEL comum de R\$ 3,76(três reais e setenta e seis centavos), para R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos)de acordo com a reajuste.

### **SEGUNDA ATA REFERENTE O PROCESSO DE COMPRA Nº.: 25/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2021**

Publicação Nº 2878494

SEGUNDA ATA REFERENTE O PROCESSO DE COMPRA Nº.: 25/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2021.

No dia 18 de fevereiro do ano de 2021, veio ao conhecimento desta Comissão de Licitação, através de um "Pedido de Desistência" formal da empresa Arcindo Francescon o qual solicita a desistência do item nº 09 do Pregão Presencial nº 13/2021 cujo o Objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS, considerando que a empresa supramencionada no dia 08 de fevereiro de 2021 restou vencedora somente do item 09, sendo que o trajeto é: Quilômetros à percorrer eventualmente para substituição de trajetos do transporte escolar realizado pelo Município.Capacidade mínima do ônibus para 19 passageiros. O sócio proprietário, Senhor Arcindo Franciscon, já havia entrado em contato por telefone com a Pregora e explicou que era inviável para sua empresa manter um veículo para realizar viagens eventuais, conforme consta na descrição deste item, considerando que neste momento o Município é obrigado a exigir ainda um monitor da empresa, em função da pandemia COVID 19, no requerimento protocolado neste município, ele intensificou os motivos, desta forma essa Comissão de Licitação levou ao conhecimento da Secretária da Educação e jurídico deste Município, que orientaram a Comissão para aceitar a sua desistência, por todos os motivos expostos e pelo conjunto da situação, uma vez que a mesma restou vencedora apenas do item 09, ficando de fato inviável manter um veículo e demais despesas para realizar viagens eventuais para esta Municipalidade, sendo assim a Comissão de Licitação em conjunto com a administração da Secretaria Municipal da Educação, aceitam a desistência da empresa Arcindo Francescon, e chamam o segundo colocado. Nada mais havendo a relatar sobre o presente pedido de desistência a Comissão de Licitação encerra os trabalhos com a lavratura desta ata que, após lida e achada em conforme, vai ser assinada pelos membros e em seguida, submetida à apreciação da assessoria jurídica e autoridade superior, para, se assim entender- e concordar, promover desistência da empresa de ARCINDO FRANCISCON e chamar o segundo colocado declarado na sessão de abertura e lances do processo de compra nº.: 25/2021, pregão presencial nº: 13/2021, a empresa TUNÁPOLIS TUR LTDA, para realizar a prestação de serviço referente o item 09. Esta ata será publicada na imprensa oficial, para conhecimento dos interessados e para que surta os efeitos de publicação conforme determina a lei, estando os autos desde já com vistas franqueadas aos interessados.

Comissão da Licitação:

Sheila Inês Bieger Jackson Scherer Elisandro Both  
PREGOEIRA MEMBRO MEMBRO



# Turvo

## PREFEITURA

### DECRETO 10/2021

Publicação Nº 2877985

DECRETO Nº 010/21, de 12 de fevereiro de 2021.

ALTERA O DECRETO Nº 065/20, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo

#### RESOLVE

Art. 1º - O art. 2º do Decreto nº 065/20, de 01 de outubro de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

- I – Representante da Secretaria de Educação, que o presidirá: Elizete Maria Possamai Ribeiro;
- II – Representante da Secretaria de Saúde: Renata Pacheco Ribeiro;
- III – Representante da Secretaria de Assistência Social: Glória Vieira;
- IV – Representante da Secretaria de Administração e Finanças: Fábio Bardini
- V – Representante dos profissionais e trabalhadores da educação: Cristina Ranacoski da Rosa Toretti;
- VI – Representante dos estudantes da Educação Básica: Larissa Paulo Arcaro;
- VII – Representante do Conselho Municipal de Educação: Maria Cladir Dal Pont Fávaro;
- VIII – Representante das Comissões Escolares: Adriana Cadorin;
- IX – Representante das Escolas Estaduais: Catarina Cláudia Manfredini;
- X – Representante das Escolas da Rede Privada: Fabiano de Medeiros Ugioni;
- XI – Representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar: Liandra Piazza Dal Pont;
- XII – Representante do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB: Marlene da Silva

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo, 12 de fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Administração e Finanças.

### LEI 2419/2021

Publicação Nº 2878006

LEI Nº 2.419/21, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

RATIFICA TERMO DE CESSÃO FIRMADO PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO DE BEM MÓVEL QUE ESPECIFICA AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina: Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado o Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel n. 01/2020 nos termos e condições em que celebrados pelo Chefe do Poder Executivo referente ao veículo I/FORD RANGER XLSCD4A22C, Ano Fab/Modelo 2020/2021, Placa RKX-6J69, adquirido pelo Município de Turvo e cedido, pelo prazo de 08 (oito) anos, ao Estado de Santa Catarina, através da Polícia Civil.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Administração e Finanças



**LEI 2420/2021**

Publicação Nº 2878007

LEI Nº 2.420/21, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TURVO A FIRMAR ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE INSERÇÃO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL, PRELIMINAR À EMISSÃO DA CÉDULA INDIVIDUAL DE IDENTIFICAÇÃO.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina: Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo, através do Poder Executivo, autorizado a firmar Acordo de Cooperação Técnica com o Estado de Santa Catarina, através do Instituto Geral de Perícias, visando a descentralização da atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de identificação, pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Administração e Finanças

**LEI 2421/2021**

Publicação Nº 2878008

LEI Nº 2.421/21, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições:  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I  
DO PROGRAMA MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDO

Art. 1º. O Programa Municipal de Bolsas de Estudo, destinado a beneficiar cidadãos do Município de Turvo, com formação de ensino técnico de nível médio e/ou ensino superior, com bolsas de estudo integrais, para membros de famílias em situação de vulnerabilidade social, cuja formação visa alcançar a autonomia familiar, a qualificação da mão de obra local, o desenvolvimento intelectual e melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Art. 2º. O Programa Municipal de Bolsas de Estudo será implementado por meio de oferta de bolsas de estudo de nível técnico médio e/ou ensino superior, conforme disponibilidade orçamentária, cuja publicidade dar-se-á por meio de expedição de editais, na forma da lei de regência, para convocação de instituições de ensino sediadas em Santa Catarina, que ofereçam cursos totalmente presenciais, interessadas em participar do certame e, oportunamente, dos candidatos às bolsas de estudo.

Capítulo II  
DA SELEÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 3º. Fica o Município autorizado a firmar convênios ou contratos com instituições de ensino, com ou sem fins lucrativos, desde que efetivamente atendidas as condições previstas no respectivo edital, para fornecimento do serviço previsto nesta Lei.

§ 1º O ato que convocar as instituições de ensino interessadas deverá dispor sobre os cursos a serem ofertados, de acordo com os interesses da Administração Pública Municipal no desenvolvimento de determinados ramos de atuação profissional, quantidades de vagas a serem ofertadas, cargas horárias mínimas, dotação orçamentária, exigência das comprovações de regularidades fiscal e regularidade de constituição da empresa ou entidade participante, bem como de sede presencial em território catarinense.

§ 2º Para fins de desempate na escolha das instituições de ensino, considerar-se-á a oferta de menor preço global e/ou melhor técnica;  
§ 3º O valor pago à instituição de ensino destinar-se-á à cobertura integral dos custos com a formação das turmas de curso técnico de nível médio e/ou curso superior, oriundas do Programa Municipal de Bolsas de Estudo.

Capítulo III  
DA SELEÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 4º. A seleção dos candidatos dar-se-á por meio de edital de convocação dos interessados, com publicação pelo prazo mínimo de 15



(quinze) dias, dispondo sobre a quantidade de bolsas ofertadas, os cursos e as condições para inscrição e matrícula, com a respectiva documentação a ser apresentada, mediante protocolo na Prefeitura Municipal.

§ 1º Em caso de desistência dos selecionados, no período de até 30 (trinta) dias contados da matrícula, por medida de economicidade, fica autorizada a utilização do mesmo certame, considerando-se os inscritos como cadastro de reserva.

§ 2º Em caso de não preenchimento das vagas, fica autorizada publicação de edital para vagas remanescentes, respeitando-se o planejamento pedagógico e o calendário letivo da instituição de ensino.

Art. 5º. São condições para inscrição dos candidatos à Bolsa de Estudos:

I - Possuir Ensino Médio completo na data de publicação do edital;

II - Ser residente e domiciliado no Município de Turvo há mais de 02 (dois) anos;

III - Não ser beneficiário de quaisquer outras bolsas de estudo.

Art. 6º. Será constituída Comissão, por decreto, para análise e seleção dos inscritos no Programa Municipal de Bolsas de Estudo, composta, no mínimo, pelos seguintes representantes:

I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação;

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Compete à Comissão nomeada a análise da condição socioeconômica dos candidatos e a divulgação da classificação dos alunos contemplados com bolsa de estudos, sem prejuízo da aferição de sua permanência no Programa Municipal de Bolsas de Estudo.

Art. 7º. A seleção dos candidatos observará, em quaisquer circunstâncias, a renda per capita a ser verificada através de estudo socioeconômico, de modo que aqueles que possuírem menor renda per capita estarão melhor qualificados para recebimento das bolsas de estudo, em detrimento dos que possuírem maior renda per capita.

§ 1º O beneficiário do programa de bolsa de estudo responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações por ele prestadas, inclusive as socioeconômicas.

§ 2º Ficará assegurada a reserva do percentual de 5% (cinco por cento) das vagas previstas no respectivo Edital para portadores de deficiência, para cada curso ofertado, desde que atendam aos critérios de renda e a deficiência não seja incompatível com as atividades desenvolvidas no curso técnico ou superior para o qual demonstrar interesse.

§ 3º Em caso de empate do requisito renda per capita, como critério de seleção, observar-se-ão as seguintes condições, devidamente comprovadas, nesta ordem:

I - Pessoas em situações de desemprego, com comprovação em carteira de trabalho e declaração de que não exerce nenhuma função remunerada como profissional liberal, autônomo ou microempreendedor individual;

II - Pais ou mães solteiros, com filhos menores dependentes;

III - Maior número de membros na família;

IV - Estudantes oriundos de famílias cadastradas no programa Bolsa Família;

V - Os de maior idade;

VI - Pessoas dependentes das famílias cadastradas em programas assistenciais executados pelo Município.

Art. 8º. Para os fins desta lei, considera-se como:

I - Família: a unidade formada por um dos pais ou responsável legal, com ou sem dependentes, e eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros com idade igual ou superior a 16 (dezesseis) anos completos.

II - Dependentes: as crianças e adolescentes até 18 (dezoito) anos, as pessoas portadoras de deficiência, bem como as pessoas com 65 (sessenta e cinco) anos completos ou mais.

III - Programas assistenciais executados pelo Município: os programas desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social, CRAS, CREAS, atividades de contraturno escolar desenvolvidas pelo Município, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e atividades de Associações da Sociedade Civil sem fins lucrativos cuja atividade seja fomentada pelo Município.

Capítulo IV  
DA PERDA DO BENEFÍCIO



Art. 9º. Será o beneficiário desligado do presente programa:

I - Se não mantiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), a ser comprovada ao Município sempre que solicitado à instituição de ensino;

II - Por iniciativa própria, comunicando-se à instituição de ensino que, por sua vez, comunicará ao Município de Turvo;

§ 1º Objetivando garantir o equilíbrio econômico-financeiro, eventuais desistências não implicarão em redução do valor contratado.

§ 2º Em caso de reprovação nas disciplinas, que resultem em prolongação da permanência do aluno no curso em prazo superior à vigência do contrato firmado com a instituição de ensino, a responsabilidade pelo pagamento das respectivas matérias será exclusivamente do aluno.

Capítulo V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Será excluído do presente programa, pelo prazo de 05 (cinco) anos, ou definitivamente, se reincidente, o beneficiário que prestar declaração falsa ou usar de meios ilícitos para obtenção de vantagens.

Art. 11. Ao servidor público, ou agente do órgão conveniado, pessoa física ou jurídica, que concorrer para o ilícito, inserindo ou fazendo inserir declaração falsa em documento que deva produzir efeitos perante o Programa Municipal de Bolsas de Estudo, aplicar-se-á as sanções penais e administrativas cabíveis.

Art. 12. Fica ainda autorizado o Executivo a abrir crédito especial necessário para o cumprimento desta Lei.

Art. 13. Aos casos omissos, após assinatura do contrato com a instituição de ensino, aplicar-se-á o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 14. A presente lei poderá ser regulamentada por ato do Poder Executivo.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo, 16 de fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 038/2021

Publicação Nº 2877986

PORTARIA Nº 038/21, de 29 de Janeiro de 2021  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei n. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao Servidor ROGERIO VIEIRA, Matrícula n. 27, exercendo o cargo de Operador de Equipamentos II, no período de 01.02.2021 à 01.04.2021, referente ao período aquisitivo de 01.01.2008 à 31.08.2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 29 de Janeiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Adm. e Finanças.



**PORTARIA 039/2021**

Publicação N° 2877988

PORTARIA N° 039/21, de 01 de Fevereiro de 2021  
ADMITE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8.745/93,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir, por tempo determinado para atender necessidade temporária excepcional, para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais I, com os vencimentos estabelecidos em Lei:

Nome CPF

ADRIANA DELLA VECHIA 065.072.879-38

LUZIA MINATTO SCUSSEL 021.326.859-08

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado ao artigo 1º desta Portaria, é de até 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 041/2021**

Publicação N° 2877989

PORTARIA N° 041/21, de 01 de fevereiro de 2021.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias, no período de 01.02.2021 à 02.03.2021, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal, aos servidores que abaixo especifica:

Matrícula Nome Período Aquisitivo

963 Giane Michele Frare Peck 01.02.2020 à 31.01.2020

4723 Luana Nagel Americo 01.10.2019 à 30.09.2020

3481 Andresa Pavei 21.10.2019 à 20.10.2020

3969 Ivonete Marques 16.10.2019 à 15.10.2020

4670 Adrieli Ré Warmling 02.09.2019 à 01.09.2020

4694 Laise Mafioletti Mezari 01.10.2019 à 30.09.2020

4714 Monica Niero Cravo 01.10.2019 à 30.09.2020

4691 Aires Medeiros Godinho 01.10.2019 à 30.09.2020

3970 Joselir Luiz dos Santos 11.10.2019 à 11.10.2020

4715 Vanessa Francisco Caetano Ribeiro 01.10.2019 à 30.09.2020

3964 Suzana Moro de Candido Felisberto 11.10.2019 à 10.10.2020

4756 Michel Manenti dos Passos 02.01.2020 à 01.01.2021

Art. 2º - Conceder férias de 30 (trinta) dias a Servidora ANELISE VALVASSORI SEVERINO – Matrícula n. 4681, no período de 08.02.2021 à 09.03.2021, referente ao período aquisitivo 12.09.2019 à 11.09.2020, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

Art. 3º - Conceder férias de 30 (trinta) dias a Servidora ANA MARIA RAMPINELLI GHIZZO MACARINI – Matrícula n. 4681, no período de 08.02.2021 à 09.03.2021, referente ao período aquisitivo 12.09.2019 à 11.09.2020, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

Art. 4º - Conceder férias de 15 (quinze) dias a Servidora LAURA RODRIGO ALVES – Matrícula n. 4678, no período de 01.02.2021 à 15.02.2021, referente ao período aquisitivo 09.09.2019 à 08.09.2020, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.



Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Administração e Finanças.

### **PORTARIA 060/2021**

Publicação N° 2877991

PORTARIA N° 060/21, de 08 de Fevereiro de 2021.  
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a Servidora BERNARDETE BIZ SOUZA – CPF n. 894.603.919-15, matrícula n. 672, para exercer a função gratificada nível FG-10, na função de Coordenadora do Sistema de Controle Interno.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de Fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 061/2021**

Publicação N° 2877994

PORTARIA N° 061/21, de 08 de fevereiro de 2021.

FAZ ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA TRANSITÓRIA DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 44 da Lei Complementar Municipal n. 010/2011;

RESOLVE

Art. 1º - Alterar, até 31/07/2021, de forma temporária e transitória, para 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária da servidora GIZELI ESTEVAM BAESSO – CPF n. 030.632.579-90, matrícula n. 1209, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora IV – Matemática - MAG 130.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Adm. e Finanças.



**PORTARIA 062/2021**

Publicação Nº 2877995

PORTARIA Nº 062/21, de 08 de Fevereiro de 2021.  
NOMEIA PELO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019-PMT SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 009/11, de 24 de Agosto de 2011, e suas alterações

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2019 – PMT, prorrogado até 31 de dezembro de 2021, através da Portaria n. 023/21, de 15 de janeiro de 2021 e na forma do art. 1º da Lei n. 2.418/21, da mesma data, as servidoras abaixo relacionados, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer a função pública abaixo, com os vencimentos estabelecidos em Lei:

**NOME FUNÇÃO CPF INÍCIO**

Euarda Zilli Pazini Professor IV Artes 088.033.309-09 04/02/21  
Aline Adriano Frederico Miguel Professor III 074.851.819-39 04/02/21  
Isadora Coelho Zacaron Professor IV – Ciências 094.072.189-96 04/02/21  
Cristiane Cardoso Machado Professor III 019.433.739-14 08/02/21  
Diana Helinski Magnus de Jesus Professor III 066.178.039-22 08/02/21  
Gresi Vicente Giusti Professor IV – Mat. 065.430.539-09 08/02/21  
Diana Albino Morgerot Professor IV – Ed. Física 103.894.759-63 08/02/21  
Cibelly Carminati Graciano Professor III 960.665.559-87 16/02/21  
Sergiane Coelho Cardoso Professor III 048.074.299-57 18/02/21

Art. 2º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2019 – PMT, prorrogado até 31 de dezembro de 2021, através da Portaria n. 023/21, de 15 de janeiro de 2021 e na forma do art. 1º da Lei n. 2.418/21, da mesma data, as servidoras abaixo relacionados, com carga horária de 10 horas semanais, para exercer a função pública abaixo, com os vencimentos estabelecidos em Lei:

**NOME FUNÇÃO CPF INÍCIO**

Adriana Bianchini Vieira Professor IV – Ciências 064.193.609-51 10/02/21  
Francine G. da Silva Ferreira Professor IV – Geografia 077.891.569-77 10/02/21  
Franciele Pezente Dal Toé Professor IV – Inglês 053.272.609-00 10/02/21  
Daiane Salvaro Ferreira Professor IV – História 047.921.089-69 10/02/21

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2019 – PMT, prorrogado até 31 de dezembro de 2021, através da Portaria n. 023/21, de 15 de janeiro de 2021 e na forma do art. 1º da Lei n. 2.418/21, da mesma data, a servidora abaixo relacionada, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer a função pública abaixo, com os vencimentos estabelecidos em Lei:

**Nome Função CPF Início**

Joana Fenali Leopoldo Professor IV – Port. 065.649.839-05 10/02/2021

Art. 4º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2019 – PMT, prorrogado até 31 de dezembro de 2021, através da Portaria n. 023/21, de 15 de janeiro de 2021 e na forma do art. 1º da Lei n. 2.418/21, da mesma data, ao servidora LAUDICÉIA DE PAULA ZEFERINO – CPF n. 030.925.649-60, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com os vencimentos estabelecidos em lei.

Art. 5º - O prazo de contratação em caráter temporário relacionado aos artigos 1º e 4º encerrará em 22 de dezembro de 2021 e aos artigos 2º e 3º encerrará em 31 de julho de 2021.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Administração e Finanças.



**PORTARIA 063/2021**

Publicação N° 2877997

PORTARIA N° 063/21, de 08 de Fevereiro de 2021.  
NOMEIA PELO PROCESSO SELETIVO N° 003/2019-PMT SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar n° 009/11, de 24 de Agosto de 2011, e suas alterações

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo n° 003/2019 – PMT, prorrogado até 31 de dezembro de 2021, através da Portaria n. 023/21, de 15 de janeiro de 2021 e na forma do art. 1º da Lei n. 2.418/21, da mesma data, as servidoras abaixo relacionados, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, com os vencimentos estabelecidos em Lei:

NOME CPF  
CLARICE CARDOSO CORREIA 079.618.949-85  
MONIQUE FELIPE GOMES 107.985.709-54  
ANAIR DE SOUZA SPADER 485.604.569-53  
GIANE JABUINSKI MORO 072.625.379-03  
ROSANE APARECIDA HOINATZ 033.127.289-08  
ROSILENE CESAR NOGUEIRA MORAES 090.028.274-66  
BRUNA FARIAS MORGEROT 054.348.469-66

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário relacionado ao artigo anterior encerrará em 17 de dezembro de 2021.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA 064/2021**

Publicação N° 2877998

PORTARIA N° 064/21, de 08 de Fevereiro de 2021.

DESIGNA SERVIDORAS PARA RESPONDER PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º - Designar as Servidoras ELIANI CESARIO DA ROSA– CPF n. 987.636.449-91, matrícula n. 679 e LEILA FASCIN – CPF n. 015.884.319-32, matrícula n. 1154 para atuar junto ao Departamento de Vigilância Sanitária, sem remuneração para o desempenho da atividade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias n. 022/2017 e 023/2017.

Turvo (SC), 08 de Fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA 065/2021**

Publicação Nº 2877999

PORTARIA Nº 065/21, de 08 de Fevereiro de 2021.  
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a Servidora ELIANI CESARIO DA ROSA- CPF n. 987.636.449-91, matrícula n. 679, para exercer a função gratificada nível FG-30, na função de Encarregada de Serviços.

Art. 2º - Designar a Servidora LEILA FASCIN – CPF n. 015.884.319-32, matrícula n. 1154, para exercer a função gratificada nível FG-30, na função de Encarregada de Serviços.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de Fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 067/2021**

Publicação Nº 2878000

PORTARIA Nº 067/21, de 09 de Fevereiro de 2021.  
EXONERA SERVIDOR A PEDIDO.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 009/11, de 24 de Agosto de 2011, e suas alterações

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor DIEGO PEREIRA RAMPINELLI – CPF n. 055.038.899-08, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem - SAMU, matrícula n. 4990, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA 068/2021**

Publicação Nº 2878001

PORTARIA Nº 068/21, de 09 de Fevereiro de 2021  
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8.745/93,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir, por tempo determinado para atender necessidade temporária excepcional, para exercer a função de Técnico em Enfermagem - SAMU, a Sra. ROSELI PEREIRA FRANCISCO – CPF n. 927.770.589-20, com os vencimentos estabelecidos em Lei.



Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado ao artigo 1º desta Portaria, é de até 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Adm. e Finanças.

## **PORTARIA 069/2021**

Publicação Nº 2878003

PORTARIA Nº 069/21, de 15 de Fevereiro de 2021.  
EXONERA SERVIDOR A PEDIDO.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 009/11, de 24 de Agosto de 2011, e suas alterações

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor PEDRO ARI DA CRUZ – CPF n. 585.205.030-04, ocupante do cargo de Motorista II, matrícula n. 4214, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Administração e Finanças.

## **PORTARIA 070/2021**

Publicação Nº 2878004

PORTARIA Nº 070/21, de 15 de Janeiro de 2021.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao Servidor ÉSIO SIMÃO, Matrícula n. 683, ocupante do cargo de Motorista I, no período de 15.02.2021 à 16.03.2021, referente ao período aquisitivo de 02.01.2019 à 01.01.2020, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal:

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de Fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Administração e Finanças.



**PORTARIA 071/2021**

Publicação N° 2878005

PORTARIA N° 071/21, de 17 de Fevereiro de 2021.  
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias à Servidora SANDRA MARIA FARIAS FIGUEREDO, Matrícula n. 1044, no período de 17.02.2021 à 18.03.2021, referente ao período aquisitivo de 18.01.2020 à 17.01.2021, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de fevereiro de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Fábio Bardini – Secretário de Administração e Finanças.



# União do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO ADM Nº 10/2021

Publicação Nº 2878506

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N.º 10/2021

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

O Município de União do Oeste – Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida São Luiz, N.º 531, centro deste Município, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/00001-46, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Valmor Golo, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Ademir Coppi, residente e domiciliado na Linha Gruta, interior do Município de União do Oeste – SC, CPF sob n.º 594.795.409-59, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2021, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 01/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

#### CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 2.532,80 (dois mil, quinhentos e trinta e dois reais e oitenta centavos).

Item	Quant	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
3	800,00	UN	ALFACE IN NATURA, ESTAR LIMPA, SEM TERRA OU PARASITAS.	2,80	2.240,00
14	80,00	KG	CHUCHU, SEM TERRA, COM SABOR, COR E TAMANHO CARACTERÍSTICOS.	3,66	292,80

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão - 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade - 01 – DPTO. DE EDUCAÇÃO  
Projeto Atividade - 2.009 – PROGR. SUPL. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
Cód. Red. 33 e 34 - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.03.00.00.00



**CLÁUSULA SEXTA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

- c. fiscalizar a execução do contrato;

- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/2021, pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31 de dezembro de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Coronel Freitas para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.



União do Oeste/SC, 19 de fevereiro de 2021.

VALMOR GOLO  
CPF: 589.929.799-91  
PREFEITO MUNICIPAL

ADEMIR COPPI  
CPF: 594.795.409-59  
CONTRATADO

MICHELLE MAGRI MARMENTINI  
FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
Andressa Gregolin Donzelli	Suélem Dal Santo Tessaro
CPF: 090.534.369-79	CPF: 060.674.009-01

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

## CONTRATO ADM Nº 11/2021

Publicação Nº 2878509

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N.º 11/2021

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

O Município de União do Oeste – Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida São Luiz, N.º 531, centro deste Município, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/00001-46, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Valmor Golo, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado JOSÉ WASKIEVCZ, residente e domiciliado na Linha Cabeceira da Barra da Europa, interior do Município de União do Oeste – SC, CPF sob n.º 637.601.189-68, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2021, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 01/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

### CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

### CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

Item	Quant	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
17	400,00	KG	FEIJÃO PRETO, SELECIONADO E DE BOA QUALIDADE. EMBALADOS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES.	8,00	3.200,00



25	80,00	KG	MEL DE ABELHA, PRODUTO NATURAL, APRESENTAR ASPECTO LIQUIDO, COR E SABOR PRÓPRIO, EMBALAGEM INTACTA, ACONDICIONADO EM POTES PLÁSTICO E BEM VEDADOS, POSSUIR ROTULAGEM, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	25,00	2.000,00
----	-------	----	--	-------	----------

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão - 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Unidade - 01 – DPTO. DE EDUCAÇÃO Projeto Atividade - 2.009 – PROGR. SUPL.DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Cód. Red. 33 e 34 - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.03.00.00.00
---

#### CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

#### CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

#### CONTRATADO;

- fiscalizar a execução do contrato;

- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/2021, pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- b. por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31 de dezembro de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Coronel Freitas para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

União do Oeste/SC, 19/02/2021

VALMOR GOLO  
CPF: 589.929.799-91  
PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ WASKIEVCZ  
CPF: 637.601.189-68  
CONTRATADO

MICHELLE MAGRI MARMENTINI  
FISCAL DO CONTRATO

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
Andressa Gregolin Donzelli Suélem Dal Santo Tessaro  
CPF: 090.534.369-79 CPF: 060.674.009-01

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

**CONTRATO ADM Nº 12/2021**

Publicação Nº 2878512

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N.º 12/2021

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

O Município de União do Oeste – Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida São Luiz, N.º 531, centro deste Município, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/00001-46, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Valmor Golo, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado LEONIR ANGELO ROMAN, residente e domiciliado na Linha Bonita, interior do Município de União do Oeste – SC, CPF sob n.º 947.139.799-53, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2021, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 01/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**



O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

#### CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 7.153,00 ( sete mil, cento e cinquenta e três reais).

Item	Quant	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	80,00	KG	AÇUCAR MASCAVO, DE BOA QUALIDADE, LIVRE DE UMIDADE E BOLORES, EMBALAGEM INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTES, RESISTENTES.	11,80	944,00
18	200,00	KG	GELÉIA DE FRUTAS DIVERSOS SABORES, PRODUTO ORIUNDO DO COZIMENTO DA POLPA DA FRUTA COM ADIÇÃO DE AÇUCAR. ACONDICIONADOS EM POTES COM VEDAÇÃO, CONSTAR ROTULAGEM, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	21,00	4.200,00
26	150,00	KG	MELADO DE CANA, PRODUTO NATURAL, APRESENTAR ASPECTO LIQUIDO, COR E SABOR PRÓPRIO, EMBALAGEM INTACTA, ACONDICIONADOS EM POTES PLÁSTICOS E BEM VEDADOS, POSSUIR ROTULAGEM, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	11,90	1.785,00
22	80,00	KG	LIMÃO COMUM, APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIO, NÃO CONTER SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA.	2,80	224,00

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

<p>Órgão - 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  Unidade - 01 – DPTO. DE EDUCAÇÃO  Projeto Atividade - 2.009 – PROGR. SUPL. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  Cód. Red. 33 e 34 - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.03.00.00.00</p>
---

#### CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

#### CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do



**CONTRATADO;**

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/2021, pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31 de dezembro de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Coronel Freitas para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

União do Oeste/SC, 19 de fevereiro 2021.

VALMOR GOLO

CPF: 589.929.799-91

PREFEITO MUNICIPAL

LEONIR ANGELO ROMAN

CPF: 947.139.799-53

CONTRATADO

MICHELLE MAGRI MARMENTINI

FISCAL DO CONTRATO

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
Andressa Gregolin Donzelli Suélem Dal Santo Tessaro  
CPF: 090.534.369-79 CPF: 060.674.009-01

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014



**CONTRATO ADM N° 13/2021**

Publicação N° 2878514

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N.º 13/2021

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

O Município de União do Oeste – Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida São Luiz, N.º 531, centro deste Município, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/00001-46, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Valmor Golo, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado NILTON BRESOLIN, residente e domiciliado na Linha Vila Jardim, interior do Município de Jardinópolis–SC, CPF sob n.º 657.624.799-00, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2021, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 01/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 6.128,00 ( seis mil, cento e vinte e oito reais).

Item	Quant	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
9	300,00	KG	CAQUI IN NATURA, COM COR, SABOR E TAMANHO CARACTERÍSTICOS, ESTAR LIMPOS E ÍNTEGROS.	6,50	1.950,00
20	600,00	KG	LARANJA PARA SUCO, APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIO, NÃO CONTER SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA.	2,83	1.698,00
37	800,00	KG	TANGERINA( BERGAMOTA PONKAN)	3,10	2.480,00

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA QUINTA:**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:



Órgão - 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade - 01 – DPTO. DE EDUCAÇÃO  
Projeto Atividade - 2.009 – PROGR. SUPL.DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
Cód. Red. 33 e 34 - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.03.00.00.00

**CLÁUSULA SEXTA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

**CONTRATADO;**

- c. fiscalizar a execução do contrato;

- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/2021, pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31 de dezembro de 2021.



**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Coronel Freitas para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

União do Oeste/SC, 19 de fevereiro de 2021

VALMOR GOLO

CPF: 589.929.799-91

PREFEITO MUNICIPAL

NILTON BRESOLIN

CPF: 657.624.799-00

CONTRATADO

MICHELLE MAGRI MARMENTINI

FISCAL DO CONTRATO

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
Andressa Gregolin Donzelli Suélem Dal Santo Tessaro  
CPF: 090.534.369-79 CPF: 060.674.009-01

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

**CONTRATO ADM Nº 14/2021**

Publicação Nº 2878516

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N.º 14/2021

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

O Município de União do Oeste – Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida São Luiz, N.º 531, centro deste Município, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/00001-46, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Valmor Golo, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado JANICE REBONATTO LUZZI, residente e domiciliada na Linha São Luiz, interior do Município de União do Oeste-SC, CPF sob n.º 898.606.169-49, doravante denominada CONTRATADA, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2021, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 01/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 27.996,00 ( vinte e sete mil, novecentos e noventa e seis reais).

Item	Quant	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
2	120,00	KG	AGNHO LINE DE FRANGO, CONGELADO E DE BOA QUALIDADE, EMBALADOS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	26,00	3.120,00
4	08,00	KG	ALHO CABEÇA, SELECIONADO E DE BOA QUALIDADE, NÃO ESTAR SECO.	32,00	256,00



07	300,00	KG	BISCOITO DOCE DIVERSOS SABORES, PRODUTOS FRESCOS COM COR E SABOR CARACTERISTICOS, EMBALADOS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	22,00	6.600,00
16	100,00	KG	CUCA DOCE, SEM RECHEIO, COM SABOR E COR PRÓPRIA E DE BOA QUALIDADE, EMBALADOS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	17,00	1.700,00
24	500,00	KG	MASSA CASEIRA COM OVOS.	14,00	7.000,00
27	650,00	UN	MINI PIZZA, DIVERSOS SABORES, CONGELADAS, EMBALAGENS DE PAPEL FILME, ROTULADAS COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	4,00	2.600,00
30	80,00	KG	PALITO SALGADO, COM SABOR E COR PRÓPRIA E DE BOA QUALIDADE, EMBALADOS E EMBALAGENS TRANSPARENTES, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	19,00	1.520,00
31	200,00	KG	PÃO CASEIRO BRANCO, COM SABOR E COR PRÓPRIA E DE BOA QUALIDADE, EMBALADOS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	13,00	2.600,00
32	200,00	KG	PÃO DE MILHO CASEIRO, COM SABOR E COR PRÓPRIO E DE BOA QUALIDADE, EMBALADOS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	13,00	2.600,00

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

<p>Órgão - 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  Unidade - 01 – DPTO. DE EDUCAÇÃO  Projeto Atividade - 2.009 – PROGR. SUPL.DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  Cód. Red. 33 e 34 - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.03.00.00.00</p>
--

#### CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

#### CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

#### CONTRATADO;

- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/2021, pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31 de dezembro de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Coronel Freitas para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

União do Oeste/SC, 19/02/2021

VALMOR GOLO  
CPF: 589.929.799-91  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE REBONATTO LUZZI  
CPF: 898.606.169-49  
CONTRATADO

MICHELLE MAGRI MARMENTINI  
FISCAL DO CONTRATO

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
Andressa Gregolin Donzelli Suélem Dal Santo Tessaro  
CPF: 090.534.369-79 CPF: 060.674.009-01

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

**CONTRATO ADM Nº 15/2021**

Publicação Nº 2878518

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N.º 15/2021

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.



O Município de União do Oeste – Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida São Luiz, N.º 531, centro deste Município, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/00001-46, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Valmor Golo, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado a COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE QUILOMBO – COPERAQUI, com sede na Rua Santo Angelo, centro do Município de Quilombo – SC, CNPJ nº 15.097.271/0001-84, doravante denominada CONTRATADA, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2021, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 01/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

#### CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 16.875,50 ( dezesseis mil, oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Item	Quant	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
5	500,00	KG	BATATA DOCE, IN NATURA, ESTAR LIMPA, SEM TERRA OU PARASITAS.	4,06	2.030,00
19	800,00	UN	IOGURTE, CREMOSO, ODOR E SABOR CARACTERISTICO, SABORES DIVERSOS, PACOTE COM 900 ML.	5,80	4.640,00
23	350,00	KG	MANDIOCA DESCASCADA, LAVADAS CONGELADAS, COM ODOR E SABOR CARACTERISTICOS, EMBALADAS COM EMBALAGENS TRANSPARENTES, RE-DISTENTES E SEM RUPTURAS.	6,33	2.215,50
33	200,00	UN	POLPA DE MARACUJÁ, SACHE DE 300F, EMBALADOS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	11,45	2.290,00
34	200,00	KG	QUEIJO PRATO COLONIAL, TEXTURA FIRME, EMBALAGEM INTACTA, EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE E RESISTENTE COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE	28,50	5.700,00

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

<p>Órgão - 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  Unidade - 01 – DPTO. DE EDUCAÇÃO  Projeto Atividade - 2.009 – PROGR. SUPL.DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  Cód. Red. 33 e 34 - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.03.00.00.00</p>
--

#### CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.



**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

**CONTRATADO;**

- c. fiscalizar a execução do contrato;

- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/2021, pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31 de dezembro de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Coronel Freitas para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

União do Oeste/SC, 19 de fevereiro de 2021.

VALMOR GOLO  
CPF: 589.929.799-91  
PREFEITO MUNICIPAL



COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE QUILOMBO - COPERAQUI

CNPJ: 15.097.271/0001-84

CONTRATADO

MICHELLE MAGRI MARMENTINI

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
Andressa Gregolin Donzelli Suélem Dal Santo Tessaro  
CPF: 090.534.369-79 CPF: 060.674.009-01

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014

**CONTRATO ADM Nº 16/2021**

Publicação Nº 2878520

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N.º 16/2021

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

O Município de União do Oeste – Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida São Luiz, N.º 531, centro deste Município, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/00001-46, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Valmor Golo, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado a COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL, com sede na Avenida Porto Alegre, centro do Município de Chapecó – SC, CNPJ nº 12.720.068/0001-24, doravante denominada CONTRATADA, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2021, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 01/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 38.883,10 ( trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais e dez centavos).

Item	Quant	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
6	100,00	KG	BETERRABA DESFOLHADA, LIMPAS, COM SABOR, COR E TAMANHO CARACTERÍSTICOS.	3,96	396,00
10	500,00	KG	CARNE BOVINA MOÍDA, CARNE DE PRIMEIRA QUALIDADE, PRODUTO ACONDICIONADO EM EMBALAGENS TRANSPARENTES, ROTULADAS, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PRODUTO COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	26,50	13.250,00



11	300,00	KG	CARNE SUÍNA TIPO CUBOS, CORTES PEQUENOS, PRODUTO ACONDICIONADO EM EMBALAGENS TRANSPARENTES, ROTULADA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. PRODUTO COM REGISTRO NO ORGÃO COMPETENTE.	26,45	7.935,00
12	200,00	KG	CARNE SUÍNA MOÍDA, COM INSPEÇÃO, EMBALADAS ADEQUADAMENTE, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	19,50	3.900,00
21	2.000	LT	LEITE INTEGRAL, EMBALAGEM LONGA VIDA, COM ODOR E SABOR CARACTERÍSTICO, EMBALAGEM UGT, COM 1 LITRO.	3,97	7.940,00
35	120,00	UN	REPOLHO, IN NATURA, SABOR, COR E TAMANHO CARACTERÍSTICO.	5,83	699,60
36	150,00	UN	SUCO DE UVA, PRODUTO ORIUNDO DA EXTRAÇÃO DO SUCO DA FRUTA, ACONDICIONADO EM GARRAFA DE VIDRO TRANSPARENTE, FECHADA DE 1 LITRO, CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	21,45	3.217,50
38	300,00	KG	TOMATE, IN NATURA, COM SABOR, COR E TAMANHO CARACTERÍSTICO, SEM FOLHAS E SEM TERRA.	5,15	1.545,00

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

<p>Órgão - 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  Unidade - 01 – DPTO. DE EDUCAÇÃO  Projeto Atividade - 2.009 – PROGR. SUPL.DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  Cód. Red. 33 e 34 - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.03.00.00.00</p>
--

#### CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

#### CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

- fiscalizar a execução do contrato;



d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;  
Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/2021, pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31 de dezembro de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Coronel Freitas para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

União do Oeste/SC, 19 de fevereiro de 2021.

VALMOR GOLO  
CPF: 589.929.799-91  
PREFEITO MUNICIPAL

COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL  
CNPJ: 12.270.068/0001-24  
CONTRATADO

MICHELLE MAGRI MARMENTINI  
FISCAL DO CONTRATO

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
Andressa Gregolin Donzelli Suélem Dal Santo Tessaro  
CPF: 090.534.369-79 CPF: 060.674.009-01

Publicado conforme Lei Municipal 1010/2014.

**DECRETO MUNICIPAL N. 4.733/2021**

Publicação N° 2878377

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.733, de 19 de fevereiro de 2021.



“DISPÕE SOBRE NOVA NOMEAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC”

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, novos representantes para compor a Equipe Técnica de que trata o Decreto Municipal N.º 3.870/2018, os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) MICHELLE MAGRI MARMENTINI

b) DIONE ANA COLLA

II – Representantes da Secretaria de Administração e Finanças:

a) HELIAS ALVES

b) GIANE SMANIOTTO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 19 de fevereiro de 2021.

VALMOR GOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

## **DECRETO MUNICIPAL N. 4.734/2021**

Publicação Nº 2878381

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.734, de 19 de fevereiro de 2021.

“NOMEIA NOVA COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC”

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados novos membros para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de que trata o Decreto Municipal N.º 3.468/2017, nas pessoas abaixo relacionadas:

I – Secretaria Municipal de Educação: Michelle Magri Marmentini;

II – Conselho Municipal de Educação: Danglei Boaro;

III – Poder Legislativo Municipal: Suelen Sabina Polli;

IV – Representante dos Conselhos Escolares das escolas: Isanete Bresolin;

V – Representante dos Diretores das Escolas: Evandra Casonatto Dal Berto;

VI – Representantes dos Professores: Silvane Bianchet Fávero;

VII – Representantes de Pais e Alunos: Eliane Tadiotto;

VIII – Representante do Conselho do FUNDEB: Mônica Aparecida Tessaro Novello.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 19 de fevereiro de 2021.

VALMOR GOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.



**DECRETO MUNICIPAL N. 4.735/2021**

Publicação Nº 2878382

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.735, de 19 de fevereiro de 2021.

“NOMEIA NOVOS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB”

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 2º, incisos I a VIII da Lei Municipal 717/2007 de 18 de abril de 2007;

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as seguintes representações e respectivos membros:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Danglei Boaro

Adiles Terezinha Ostrowski

Suplente: Isanete Bresolin

Mônica Aparecida Tessaro Novello

II - Representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Maristela Serafini

Suplente: Elenir Groders Cuochinski

III - Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Sandra Alessi Piana

Suplente: Sirlei Zardo Trentin

IV - Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Evandra Casonatto Dal Berto

Suplente: Luciane Galão Luzzi

V - Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:

Titulares: Andressa Gregolin Donzelli

Eliza Pesavento

Suplentes: Maiara Aparecida Zuanazzi Fortuna

Giane Smaniotto

VI - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titulares: Camila Barbosa Foscheira

Stefany Vicari Alessi

Suplentes: Andressa Brenda Gallo

Fernanda Fiorese Rauber

VII - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Eliane Daniel Pertusatti

Suplente: Adaiane Rezende

VIII - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Ivonete Rosário

Suplente: Sirlei Zanetti Marmentini

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto Municipal N.º 4.397/2020 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal De União Do Oeste, em 19 de fevereiro de 2021.

VALMOR GOLO  
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1.010/2014.



**DECRETO MUNICIPAL N. 4.736/2021**

Publicação Nº 2878384

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 4.736, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Suspende atividades por prazo determinado e dá outras providências, como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 73 da Lei Orgânica do Município de União do Oeste e,  
CONSIDERANDO que o Congresso Nacional no dia 20 de março de 2020, reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;  
CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);  
CONSIDERANDO a Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19;  
CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);  
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18.12.2020 que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;  
CONSIDERANDO a oportunidade e conveniência ao interesse público da medida implementada por este decreto, já reconhecida inclusive pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no sentido de que ampliação de horários de funcionamento e flexibilização de ocupação de estabelecimentos aliada à competente fiscalização "facilita a fiscalização do Estado e a observância dos critérios de segurança estabelecidos, afastando-se eventual clandestinidade";  
CONSIDERANDO a possibilidade da efetiva punição aos infratores das normas de segurança em saúde e vigilância sanitária vigentes durante a pandemia da COVID-19, com as medidas ora adotadas;  
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.032, de 08 de dezembro de 2020 e o Decreto Estadual nº 562/2020.  
CONSIDERANDO as manifestações do Comitê do Enfrentamento ao COVID-19 de União do Oeste/SC, na presente data.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam suspensas todas as atividades públicas ou privadas, econômicas ou não, no território do Município de União do Oeste, exceto as seguintes, legalmente consideradas essenciais:

- I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares, em consultórios, clínicas e hospitais;
- II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
- III - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;
- IV - atividades de defesa civil;
- V - transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;
- VI - telecomunicações e internet;
- VII - captação, tratamento e distribuição de água;
- VIII - captação e tratamento de esgoto;
- IX - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural;
- X - iluminação pública;
- XI - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;
- XII - serviços funerários;
- XIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;
- XIV - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
- XV - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de medicamentos, insumos e equipamentos médico-hospitalares;
- XVI - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;
- XVII - vigilância agropecuária internacional;
- XVIII - controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;
- XIX - caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;
- XX - serviços postais;
- XXI - transporte e entrega de cargas em geral;
- XXII - serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;
- XXIII - fiscalização tributária e aduaneira;
- XXIV - atividades do Poder Judiciário, do Ministério Público e das forças de segurança pública;
- XXV - fiscalização ambiental;
- XXVI - produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo;
- XXVII - monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;
- XXVIII - levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;



XXIX – clínicas veterinárias e casas agropecuárias;  
XXX – transporte coletivo urbano, observada a lotação máxima de 50% dos veículos.  
XXXI - atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;  
XXXII - atividades da imprensa;  
XXXIII - atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades industriais, de saúde e de segurança pública;  
XXXIV - fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto;  
XXXV - distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega (delivery) de alimentos;  
XXXVI – coleta de resíduos sólidos urbanos;  
XXXVII - serviços de guincho;  
XXXVIII - manutenção de elevadores;  
XXXIX - atividades industriais;  
XL - oficinas de reparação de veículos.

§ 1º. Quando a autoridade competente para fiscalização constatar o estabelecimento comercial possui duas ou mais atividades econômicas (CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas), deverá aplicar as normas deste Decreto segundo a atividade preponderante do estabelecimento constatada no momento da fiscalização, de modo que, se a atividade preponderante não estiver entre as expressamente autorizadas, o estabelecimento será autuado na forma da legislação municipal.

§ 2º. O funcionamento das atividades previstas neste artigo depende da observância integral das normas de prevenção estabelecidas pelas autoridades sanitárias.

§ 3º. Os serviços de tele-entrega somente poderão funcionar para atender as atividades cujo funcionamento seja aqui expressamente autorizado.

Art. 2º. Para fins de perfeita compreensão do presente ato normativo, e sem prejuízo da suspensão de funcionamento de outras atividades aqui não referidas e que não se enquadram nas exceções previstas no artigo 1º, ficam expressamente suspensos o funcionamento e/ou realização de:

I - atividades esportivas de caráter recreativo;  
II - eventos e competições esportivas de caráter amador;  
III - casas noturnas (pubs, bailões, boates, tabacarias e congêneres);  
IV – restaurantes, lanchonetes, bares, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerias, locais destinados a happy hours e congêneres;  
V - clubes, sedes sociais, campings e parques aquáticos;  
VI - eventos sociais (casamentos, aniversários, jantares, bodas, formaturas, batizados, festas infantis e outros eventos afins);  
VII - apresentações artísticas de qualquer natureza (atração musical mecânica ou ao vivo);  
VIII - atividades religiosas presenciais em templos e igrejas;  
IX – congressos, feiras e exposições;  
X – feiras livres;  
XI - reuniões familiares em residências, sítios e áreas comuns de condomínios, em que se constate a presença de pessoas não pertencentes ao núcleo familiar residente no local;  
XII – academias de atividades físicas em geral, escolinhas de esportes e centros de treinamento;  
XIII – comércio varejista de bebidas alcoólicas (tele-beer);  
XIV – restaurantes e lanchonetes estabelecidos no interior de outros estabelecimentos, em que funcionem como praças de alimentação.

Art. 3º. Nos estabelecimentos cujo funcionamento for autorizado, fica proibido ingresso de menores de 12 anos, sendo permitido o ingresso de apenas 1 pessoa por núcleo familiar.

Parágrafo único. Os estabelecimentos comerciais deverão prever e respeitar atendimento prioritário para pessoas com 60 anos ou mais no período das 8h às 10h, orientando sua clientela a que respeite esta prioridade.

Art. 4º. Todas as praças, parques e demais equipamentos públicos de fácil acesso, permanecerão fechados, sendo proibida a permanência ou aglomeração de pessoas em qualquer horário.

Art. 5º. No período compreendido entre 22h e 5h do dia seguinte, a circulação em vias públicas do município ficará restrita àqueles que estiverem comprovadamente no exercício de atividades expressamente autorizadas pelo art. 1º.

Art. 6º. Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas em áreas públicas (ruas, praças, passeios, canteiros, estacionamentos, entre outros).

Art. 7º. As determinações previstas neste dispositivo caracterizam normas destinadas a promoção, preservação e recuperação da saúde pública no combate da pandemia e integram o rol de medidas de enfrentamento à emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19). A violação às suas determinações, assim como das demais normas jurídicas federais, estaduais e municipais.

Art. 8º. Eventos e competições esportivas de caráter profissional, organizados pela iniciativa privada por meio de entidades da Administração Esportiva ou pela FESPORTE, para serem autorizados deverão observar as regras de prevenção definidas pela autoridade estadual de saúde.

Art. 9º A Administração Pública Municipal trabalhará apenas internamente, sem atendimento ao público, exceto as Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social.

Art. 10. Permanecem em vigor os Decretos nº 4.731 de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos das 12h do dia 23 de fevereiro de 2021 até às 24h do dia 28



de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina,  
em 23 de fevereiro de 2021.

VALMOR GOLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1.010/2014.

## **DECRETO MUNICIPAL N.º 4.732/2021**

Publicação Nº 2878375

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.732, De 18 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de membros para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE e dá outras providências.

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com as Leis Municipais N.ºs 465, de 18 de agosto de 2000 e 931, de 08 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE do Município de União do Oeste/SC, as pessoas abaixo relacionadas:

I - 01 (UM) REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titular – ALESSON GIOVANNONI PILATTI  
Suplente – RAQUEL MARIA SIMIONATO

II - 02 (DOIS) REPRESENTANTES DE PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

Titulares - DILEMA GIMENEZ e MARISTELA BRUXEL SERAFINI  
Suplente – ELENIR L. G. CUOCHINSKI e KELLY BRESOLIN

III - 02 (DOIS) REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS:

Titulares – ELIETE BONETTI VICARI e ANDRÉIA SANTA CATARINA CALEGARI  
Suplentes – LUCIANE GALÃO LUZZI e DIANEI DINÁ SERINA

IV - 02 (DOIS) REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

Titulares – SIMONE KAVALEK e LORENI MEIRA SAGAS  
Suplentes – NEUSA REBONATTO ROVER e ADEMIR BARBOSA

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar nomeados por este Decreto, prestarão serviços relevantes sem ônus para o poder Público Municipal e terão mandato de 04 (quatro) anos, quadriênio 2021-2025.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 18 de fevereiro de 2021.

VALMOR GOLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.



**DECRETO MUNICIPAL N.º 4.737/2021**

Publicação N° 2878387

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.737, de 23 de fevereiro de 2021.

“NOMEIA COORDENADORA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC”

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 73. Da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal N.º 991/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica a servidora pública municipal SUELEM DAL SANTO TESSARO, nomeada como COORDENADORA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CÍVIL do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Os serviços prestados serão de caráter relevante, sem ônus para o Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 19 de fevereiro de 2021.

VALMOR GOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

**PORTARIA N.º 43/2021**

Publicação N° 2878369

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

PORTARIA MUNICIPAL N° 43, de 19 de fevereiro de 2021.

Revoga Portaria Municipal N.º 42, de 25 de janeiro de 2021.

O Prefeito Municipal de União do Oeste – SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a Portaria Municipal N.º 42, de 25 de janeiro de 2021, que designa CRISTIANA ASSIS CORREIA DAL SANTO para exercer as funções de SECRETARIA DA JSM 213 DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste – SC, em 19 de fevereiro de 2021.

VALMOR GOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1.010/2014.



# Urubici

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2020

Publicação Nº 2878046

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2020  
PROCESSO DE COMPRA Nº 016/2020  
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020  
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 019/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção de uma quadra esportiva coberta na Escola Nucleada Bernardo Henrique Warmling, em conformidade com o Termo de Convênio nº 2019 TR 001449, por meio da Secretaria de Estado da Educação, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do presente edital. Contratado: Construtora Gam Eireli ME. CNPJ: 25.332.492/0001-43. Valor aditivo: R\$ 3.909,30 (três mil novecentos e nove reais e trinta centavos). Data assinatura: 17/02/2020. Cumpridas as formalidades, publique-se para que surta seu jurídico e legal efeito. Mariza Costa - Prefeita Municipal.

### EXTRATO CONTRATO Nº 007/2020

Publicação Nº 2878060

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2020  
PROCESSO DE COMPRA Nº 038/2020  
TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2020  
EXTRATO CONTRATO Nº 007/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação da Rua Brasília no Bairro Brasília no Município de Urubici, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do presente edital. Contratado: Impsum Serviços Especializados Eireli. CNPJ: 24.377.026/0001-11. Valor: R\$ 197.670,31 (cento e noventa e sete mil seiscentos e setenta reais e trinta e um centavos). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Mariza Costa - Prefeita Municipal.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2021

Publicação Nº 2878066

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2020  
PROCESSO DE COMPRA Nº 037/2020  
TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2020  
EXTRATO CONTRATO Nº 006/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação das ruas Otávio França e José Rabelo Flores no Bairro Águas Brancas no Município de Urubici, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do presente edital. Contratado: Impsum Serviços Especializados Eireli. CNPJ: 24.377.026/0001-11. Valor: R\$ 237.800,05 (duzentos e trinta e sete mil oitocentos reais e cinco centavos). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Mariza Costa - Prefeita Municipal.

### EXTRATO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO PE11 ATA 11/2020

Publicação Nº 2878323

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 022/2020  
PROCESSO DE COMPRA 021/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO 011/2020

Extrato 1º Termo Aditivo a ata de registro de preços Nº 011/2019 para estabelecer o reequilíbrio econômico financeiro.

OBJETO: Aquisição de Gêneros alimentícios para a rede municipal de ensino, conforme anexo 01 que fica fazendo parte integrante deste Edital, para Ata de Registro de Preço. CONTRATADO: Alfredo Comércio Varejista Ltda ME. Item 11-Biscoito integral 400gr. Valor: R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente termo para que surta seu jurídico e legal efeito. Mariza Costa - Prefeita Municipal.



# Urussanga

## PREFEITURA

### SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA Nº 02/2020

Publicação Nº 2878854

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
PODER EXECUTIVO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA Nº 02/2020

Processo de Licitação: 83/2020

Pregão Presencial: 53/2020

Contratado: PADOIN FONTANELLA COM. DE COMBUSTÍVEL LTDA

CNPJ: 04.340.499/0001-37

Quadro de Sócios e Administradores – QSA: GILSON ANTONIO FONTANELLA

Data de Assinatura: 23/02/2021

Do apostilamento: fica equilibrado os itens 02 e 03 da Ata nº 02/2021, o seguinte valor:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	VALOR ATUAL	VALOR REAJUSTADO
2	ÓLEO DIESEL	L	R\$ 3,56	R\$ 3,94
3	ÓLEO DIESEL S10	L	R\$ 3,61	R\$ 3,98

Luis Gustavo Cancellier  
Prefeito Municipal



# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2021

Publicação Nº 2878955

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 17/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2021

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame a aquisição de PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS para a troca na Pá Carregadeira New Holland W130, conforme termo de referência do edital.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 005/2019 de 08/01/2019, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 17/2021 - PREGÃO PRESENCIAL nº. 10/2021, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, Decreto Federal nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 08:00 hrs do dia 09 de março de 2021.

**CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES:** Às 08:00 hrs do dia 09 de março de 2021, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: [compras@vidalramos.sc.gov.br](mailto:compras@vidalramos.sc.gov.br)

Vidal Ramos (SC), 24 de fevereiro de 2021.

EDUARDO THECHRIN  
Pregoeiro



# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 17.872/21

Publicação Nº 2877606

DECRETO Nº 17.872/21, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Cede Servidor Municipal ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira – VISAN,

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Ceder, em caráter precário, pelo prazo de 2 (dois) anos, o servidor FABIO DE OLIVEIRA WONZOSKI JUNIOR, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira – VISAN, com ônus para a origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 25 de janeiro de 2021.

Videira, 22 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de fevereiro de 2021.

EURO VIECELI

Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

### DECRETO Nº 17.873/21

Publicação Nº 2877604

DECRETO Nº 17.873/21, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Declara a vacância de cargo que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 100, VI, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Declarar vago o cargo de Auxiliar Operacional, em virtude do falecimento de seu titular PAULO CESAR RICARDO, ocorrido em 11 de fevereiro de 2021, conforme Certidão de Óbito registrada no Cartório de Registro Civil, matrícula nº 107946 01 55 2021 4 00024 273 0008617 21.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de fevereiro de 2021, data do falecimento do servidor.

Videira, 22 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de fevereiro de 2021.

EURO VIECELI

Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431



**DECRETO Nº 17.874/21**

Publicação Nº 2877720

DECRETO Nº 17.874/21, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Nomeia Assessor de Projetos e Comunicações.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JAMESON DO PRADO BOSCARI, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos e Comunicações, símbolo DAS-5, criado pela Lei nº 3.566/18 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 2 de março de 2021.

Videira, 22 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de fevereiro de 2021.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**DECRETO Nº 17.878/21**

Publicação Nº 2879021

DECRETO Nº 17.878/21, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.876/20 de 23 de dezembro de 2020.  
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.03.0003.0– Aplicações Diretas	200.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	200.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de fevereiro de 2021.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração



**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2021 - PMV**

Publicação Nº 2877615

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2021 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2021 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 22/02/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, (CARNE MOIDA, CARNE BOVINA E FEIJÃO PRETO) PARA SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC.

VALOR TOTAL DA DESPESA: R\$ 36.765,85 (Trinta e seis mil setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e cinco reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 22 de Fevereiro de 2021.

FABIANO LUIZ MARAFON

Secretário Municipal de Gabinete

**EDITAL PRÉVIO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2021**

Publicação Nº 2877623

EDITAL PRÉVIO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2021

DORIVAL CARLOS BORGIA, PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe a Constituição Federal, Art. 145, inciso III, Código Tributário Nacional, art. 81 e 82, Decreto Lei 195/67, Código Tributário Municipal, instituído pela Lei Complementar nº 69/85, artigos 69 a 78-A, divulga os elementos relativos à obra pública de PAVIMENTAÇÃO DE RUA ÍNGREME COM ACLIVIDADE ACENTUADA COM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS (PAVER) E DRENAGEM PLUVIAL, de conformidade com os itens a seguir relacionados:

1. DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

1.1 O memorial descreve normas para a execução dos serviços de "Pavimentação de rua íngreme com aclividade acentuada com blocos de concreto intertravados e drenagem pluvial."

1.2 A contratação desta obra proceder-se-á através de procedimento licitatório, nos termos da Lei n. 8.666/93.

1.3 O projeto de pavimentação com blocos de concreto intertravados (paver) da Rua Carolina Pasqual, será executado conforme projeto e especificações do memorial descritivo. Constituem partes integrantes do memorial descritivo, os seguintes projetos e documentos: Projeto Geométrico; Planta de Sinalização; Planta de Drenagem; Planilha Orçamentária; Cronograma Físico-Financeiro e Composição BDI.

1.4 O Projeto Geométrico foi desenvolvido tendo por base as características técnicas preconizadas nas normas e foi ordenado aos elementos básicos reconhecidos pelos estudos topográficos.

1.4.1 O perfil longitudinal foi elaborado com o objetivo de quantificar os serviços de movimento de terra a serem executados, bem como dar destino aos materiais escavados não utilizados e, quando necessário, orientar a obtenção dos materiais para complementação dos aterros.

1.5 O projeto de terraplanagem teve por objetivo a definição da seção transversal e o cálculo dos volumes dos materiais destinados à conformação da plataforma. Para a realização de aterros, haverá rigorosa e adequada preparação do terreno especialmente a retirada de eventual vegetação e/ou restos de demolições existentes.

Os aterros devem ser executados com solos de boa qualidade, isentos de material orgânico e entulhos. O aterro deverá ser executado em camadas de, no máximo, 20cm, sendo a espessura de cada camada controlada por meio de pontaletes de madeira.

1.6 A umidade do solo será mantida próxima de 3% da ótima dentro da curva Proctor.

1.7 O projeto de drenagem visa ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais, objetivando conduzi-las a local de deságue seguro, sem comprometer o pavimento, residências e terrenos. Dessa maneira foram projetados alguns dispositivos para a condução dessas águas para locais de deságue seguro, minimizando efeitos erosivos e sem comprometimento da estabilidade.

1.8 A sinalização viária é a comunicação visual, por meio de placas, painéis ou dispositivos auxiliares, situados na posição vertical ou horizontal, implantados à margem da via ou suspensos sobre ela. Regulamentam o uso da via.

1.9 A íntegra do memorial descritivo e a descrição individual dos serviços constam no Anexo 01 deste Edital.



## 2 DESCRIÇÃO GERAL DA OBRA

2.1 A obra a ser executada compõe-se de pavimentação com blocos intertravados (paver), drenagem das águas pluviais e sinalização da Rua Carolina Pasqual.

2.2 A drenagem pluvial será composta por bocas de lobo, que serão locadas ao longo da rua e as tubulações serão assentadas conforme as indicações constantes em planta de drenagem.

2.3 O solo previamente preparado através de cortes e aterros conforme projeto, e devidamente compactado (neste caso específico, o aterro deverá ser executado em camadas de, no máximo, 20cm e a umidade do solo será mantida próxima de 3% da ótima dentro da curva Proctor).

2.4 Os serviços Preliminares compreendem:

2.4.1 Canteiro de obras, que envolve a guarda, vigia e segurança de todos os elementos do canteiro de obras, garantindo seu fechamento e evitando intrusões, mantendo em perfeitas condições todas as instalações pertencentes ao canteiro, primando pela limpeza e conservação também das áreas externas e contíguas ao canteiro.

2.4.2 Placa de Identificação de obra com área de 2,40m<sup>2</sup>, com altura de 1,20m e largura de 2,00m, (confeccionada em chapa galvanizada fixada com estrutura de madeira). Fixada em local visível.

2.4.3 Sinalização de obra, a obra deverá ser devidamente sinalizada com placas de advertência, cones de sinalização e cavaletes, de forma a evitar acidentes no decorrer de sua execução.

2.4.4 Locação de obra, que consiste na locação do eixo do traçado, seu nivelamento e seccionamento transversal, a marcação e nivelamento dos "offsets", bem como alocação de todos os demais serviços previstos para a execução da obra.

2.4.5 Controle de Qualidade dos Serviços, que consiste na realização de testes de qualidade dos serviços executados por meio de empresa especializada.

## 3 DRENAGEM

3.1 O projeto de drenagem com blocos de concreto intertravados da Rua Carolina Pasqual, visa ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais. Para melhor conduzir as águas de chuvas sem comprometer o pavimento, serão executadas caixas coletoras a montante e a jusante das tubulações, seguindo o posicionamento indicado em projeto.

3.2 Fazem parte da drenagem os seguintes itens:

3.2.1 Locação da rede: as bocas de lobo serão locadas ao longo da rua e as tubulações serão assentadas conforme as indicações constantes em planta de drenagem.

3.2.2 Aberturas das cavas: deverá ser executado abertura de vala observando a inclinação mínima de 2%, sendo que a largura deverá ser igual ao diâmetro do tubo acrescidas de 40,00cm e profundidade de cota mínima de 200% do diâmetro do tubo para diâmetros de até 40 cm e 150% para diâmetros superiores a 40 cm.

3.2.3 Material proveniente da escavação: O material escavado que for apropriado para utilização no aterro/reaterro, será depositado ao lado da vala, poços ou cavas, a uma distância equivalente à profundidade de escavação. Caso contrário, o material escavado será transportado para o "bota fora" de responsabilidade da licitante vencedora.

3.2.4 Regularização do fundo da vala, poços e cavas: quando a escavação atingir a cota indicada em projeto, será feita a regularização e a limpeza do fundo da vala, poços ou cavas. Quando o greide final de escavação estiver situado em terreno cuja capacidade de suporte não for suficiente para servir como fundação direta, a profundidade de escavação deverá ser aumentada o suficiente para comportar um colchão de material, que poderá ser de lastro de pedra britada ou pulmão, ou ainda um berço de concreto, definidos em projeto.

## 3.3 INSTALAÇÃO DA TUBULAÇÃO DE DRENAGEM

3.3.1 A tubulação longitudinal projetada tem seu eixo locado junto ao passeio. Essa tubulação conduz as águas coletadas através das caixas de coleta até os pontos de descarga.

3.3.2 Os tubos serão de concreto, nos diâmetros indicados em planta, e deverão ser assentados preferencialmente nas declividades das ruas observando-se uma declividade mínima de 2%.

3.3.3 Caixas de Coleta de Águas Pluviais: deverão ser executadas com tubos de concreto, instaladas conforme detalhe encontrado no projeto de drenagem com diâmetro de 30cm assentadas com argamassa, mantendo perfeitamente niveladas com a pavimentação. Para finalização da caixa de coleta, deverá ser confeccionado uma grade de ferro chato de 1 ½" x 5/16" espaçados no máximo a cada 0,04m, com dimensões de 0,50x0,50m para encaixe e fechamento da tampa da boca de lobo.

3.3.4 As bocas de lobo estão situadas junto ao meio fio. Sua altura varia conforme a profundidade das galerias, sendo estas projetadas com cobertura mínimo de 0,50m.

3.3.5 Os bueiros tubulares de concreto serão locados de acordo com os elementos especificados no projeto.

3.3.6 O reaterro das valas será executado com material de primeira categoria, o qual deverá ser efetuado em camadas de 20cm devidamente compactadas por meios mecânicos e/ou manuais até a cota de terraplenagem.

## 4 PAVIMENTAÇÃO

4.1 O bloco a ser utilizado na pavimentação da via será o do tipo de 16 faces.

4.2 A regularização do subleito consiste na regularização do gabarito de terraplenagem mediante pequenos cortes ou aterros (espessuras ≤ 20 cm) de material até atingir o greide de projeto. Sua principal função é permitir um adequado nivelamento do pavimento que será executado e distribuir uniformemente os esforços transmitidos à camada subjacente.

4.3 Deverá ser realizada uma base para o assentamento dos blocos em areia, com espessura mínima de 5cm.



4.4 A pavimentação será executada com bloco de concreto intertravado, prensado, paver, de resistência mínima de 35 Mpa, assentada sobre berço de areia com espessura de 5 cm. A areia deverá ser limpa e isenta de matéria orgânica. A junta entre o paver não deverá ser superior a 0,2 mm. Após o assentamento será colocada uma camada de areia para o fechamento das juntas com espessura de 2,5 cm. Ao término do assentamento da pavimentação ela deverá ser compactada por meio de rolo compactador.

4.5 Procedimentos de execução:

- a) Juntas;
- b) Assentamento;
- c) Compactação;
- d) Equipamentos
- e) Materiais

4.6 Os meio-fios devem ser de concreto (Fck 15Mpa, traço 1:3) pré-moldado alisado, dupla face e deverão ser assentados perfeitamente alinhados e nivelados, com as seguintes dimensões: Base: 0,15m/ Topo: 0,13m / Altura: 0,30m e Comprimento entre 0,60m e 1,00m.

4.7 Viga de Travamento: deverá ser executada uma viga concreto armado tipo meio fio moldado "in loco", para travamento do Pavimento de blocos de concreto na execução da pavimentação das calçadas no alinhamento predial.

4.8 Caição do Meio fio: Consiste na execução de uma pintura com tinta à base de "CAL" sobre todos os meio fios instalados.

## 5 PASSEIO

5.1 Deverá ser executada uma camada de brita graduada (3cm de espessura), compactada, de modo a preencher o espaço necessário para deixar o passeio nivelado e pronto para recebimento futuro de pavimento, tanto nos locais onde será executado passeio como nos locais onde não será executado.

## 6 SINALIZAÇÃO VIÁRIA

6.1 A sinalização viária é estabelecida através de comunicação visual, por meio de placas, painéis ou dispositivos auxiliares, situados na posição vertical ou horizontal, implantados à margem da via ou suspensos sobre ela, tem como finalidade a regulamentação do uso da via, a advertência para situações potencialmente perigosas ou problemáticas, do ponto de vista operacional, o fornecimento de indicações, orientações e informações aos usuários, além do fornecimento de mensagens educativas.

6.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL: A implantação da sinalização deverá seguir o projeto de sinalização bem como suas especificações.

## 7 CUSTO DA OBRA

7.1 – O custo total orçado da obra, especificamente para a Rua Carolina Pasqual é de R\$ 91.417,22 (noventa e um mil, quatrocentos e dezessete reais e vinte e dois centavos), conforme planilhas orçamentárias constantes no Anexo 02.

7.2 – A parcela do custo da obra a ser recuperada pela Contribuição de Melhoria será o percentual a ser auferido pela valorização imobiliária dos imóveis delimitados das áreas de influência, limitado a totalidade do custo da obra.

## 8 DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

8.1. Bairro Universitário - Rua Carolina Pasqual

8.2 – O total da área a ser pavimentada da Rua Carolina Pasqual, é de 664,06m<sup>2</sup> (seiscentos e sessenta e quatro e seis metros quadrados) e uma extensão de 82,00m.

## 9 PRAZO PARA CONCLUSÃO DA OBRA

9.1 O prazo para conclusão total de todos os serviços relativos à obra (Rua Carolina Pasqual) é de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, segundo o Contrato 60/2019.

## 10 CRITÉRIO DE LANÇAMENTO DO TRIBUTO

10.1 – O critério de lançamento do tributo, se dará pelo critério da valorização individual imobiliária, decorrente da realização da obra pública, em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitado ao total das despesas realizada.

10.2 – A avaliação do imóvel, anterior a feitura da obra para fins de aferimento do critério de valorização individual imobiliária, encontra-se descrito no laudo técnico elaborado por comissão especial de avaliação, descrito no Anexo 04.

10.3 - Lei Complementar nº 69/1985, com redação dada pela Lei Complementar n. 124/2012)

"Art. 75 – A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, a ser exigida pelo Município para fazer face ao custo das obras públicas, é a valorização do imóvel beneficiado, limitado ao total da despesa realizada."



§ 1º - A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitada a despesa total realizada”.

#### 11 RELAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS PELA OBRA

11.1 – A relação nominal dos contribuintes, que terão seus imóveis valorizados em decorrência da obra pública, contendo: nome do contribuinte, área do imóvel, número da inscrição imobiliária, quadra, lote, logradouro e testada, seguem no croqui constante no Anexo 03.

11.2 – Nos termos do Artigo 155, § 3º do Código Tributário Municipal, poderá o Município valer-se de notificação pessoal, se achar necessário, não interferindo na validade do descrito no parágrafo anterior.

#### 12 PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 – O lançamento será feito de ofício, após a conclusão da obra ou etapa, para cada imóvel beneficiado.

12.2 – O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado conforme o Artigo 78 do Código Tributário Municipal.

12.3 – O contribuinte que optar pela cota única será concedido desconto de 10% (dez por cento).

#### 13 DA IMPUGNAÇÃO

13.1 Os contribuintes terão prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste edital, para impugnação de quaisquer dos elementos constantes desde edital.

#### 14 DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Fica disponível no Paço Municipal, com acesso incondicional a todos os interessados, os anexos referendados neste edital.

14.2 A íntegra de toda documentação (memorial descritivo e projetos) faz parte do processo licitatório do Edital de Tomada de Preços nº 07/2019 - PMV.

14.3 Demais informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Videira.

Videira, 18 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

### EDITAL PRÉVIO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2021

Publicação Nº 2877620

#### EDITAL PRÉVIO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2021

DORIVAL CARLOS BORG, PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe a Constituição Federal, Art. 145, inciso III, Código Tributário Nacional, art. 81 e 82, Decreto Lei 195/67, Código Tributário Municipal, instituído pela Lei Complementar nº 69/85, artigos 69 a 78-A, divulga os elementos relativos à obra pública de PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES E DRENAGEM PLUVIAL NA RUA DAS PALMEIRAS, de conformidade com os itens a seguir relacionados:

##### 1- DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

1.1 - O memorial descreve normas para a execução dos serviços de “Pavimentação com Pedras Irregulares e Drenagem Pluvial – Bairro São Francisco”.

1.2 - A contratação desta obra proceder-se-á através de procedimento licitatório, nos termos da Lei n. 8.666/93.

1.3 - O projeto de pavimentação com pedras irregulares da Rua das Palmeiras, será executado conforme projeto e especificações do memorial descritivo. Constituem partes integrantes do memorial descritivo, os seguintes projetos e documentos: Projeto Geométrico; Planta de Drenagem; Planilha Orçamentária; Cronograma Físico-Financeiro e Composição BDI.

1.4 O Projeto Geométrico foi desenvolvido tendo por base as características técnicas preconizadas nas normas e foi ordenado aos elementos básicos reconhecidos pelos estudos topográficos.

1.5 O perfil longitudinal foi elaborado com o objetivo de quantificar os serviços de movimento de terra a serem executados, bem como dar destino aos materiais escavados não utilizados e, quando necessário, orientar a obtenção dos materiais para complementação dos aterros.

1.6 Para o projeto de terraplanagem haverá rigorosa e adequada preparação do terreno especialmente a retirada de eventual vegetação e/ou restos de demolições existentes.

1.7 Os aterros devem ser executados com solos de boa qualidade, isentos de material orgânico e entulhos. O aterro deverá ser executado



em camadas de, no máximo, 20cm, sendo a espessura de cada camada controlada por meio de pontaletes de madeira.

1.8 A umidade do solo será mantida próxima de 3% da ótima dentro da curva Proctor. As camadas devem manter homogeneidade tanto no que se referem à umidade quanto ao material empregado. A compactação deverá atingir um grau de compactação de, no mínimo 95% com referência ao ensaio de compactação normal de solos, especificado na NBR 7182/2016.

1.9 O projeto de drenagem visa ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais, objetivando conduzi-las a local de deságue seguro, sem comprometer o pavimento, residências e terrenos. Dessa maneira foram projetados alguns dispositivos para a condução dessas águas para locais de deságue seguro, minimizando efeitos erosivos e sem comprometimento da estabilidade.

1.10 A íntegra do memorial descritivo e a descrição individual dos serviços constam no Anexo 01 deste Edital.

## 1. DESCRIÇÃO GERAL DA OBRA

2.1 A obra a ser executada compõe-se de pavimentação com pedras irregulares, drenagem das águas pluviais e sinalização da Rua das Palmeiras, Bairro São Francisco.

2.2 Os serviços Preliminares compreendem:

2.2.1 Canteiro de obras, que envolve a guarda, vigia e segurança de todos os elementos do canteiro de obras, garantindo seu fechamento e evitando intrusões, mantendo em perfeitas condições todas as instalações pertencentes ao canteiro, primando pela limpeza e conservação também das áreas externas e contíguas ao canteiro.

2.2.2 Placa de Identificação de obra com área de 2,40m<sup>2</sup>, com altura de 1,20m e largura de 2,00m, (confeccionada em chapa galvanizada fixada com estrutura de madeira). Fixada em local visível.

2.2.3 Sinalização de obra, a obra deverá ser devidamente sinalizada com placas de advertência, cones de sinalização e cavaletes, de forma a evitar acidentes no decorrer de sua execução.

2.2.4 Locação de obra, que consiste na locação do eixo do traçado, seu nivelamento e seccionamento transversal, a marcação e nivelamento dos "offsets", bem como alocação de todos os demais serviços previstos para a execução da obra.

2.2.5 Controle de Qualidade dos Serviços, que consiste na realização de testes de qualidade dos serviços executados por meio de empresa especializada.

## 2. DRENAGEM

3.1 O projeto de drenagem com pedras irregulares da Rua das Palmeiras, visa ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais. Para melhor conduzir as águas de chuvas sem comprometer o pavimento, serão executadas caixas coletoras a montante e a jusante das tubulações, seguindo o posicionamento indicado em projeto. Fazem parte da drenagem os seguintes itens:

3.1.2 Locação da rede: as bocas de lobo serão locadas ao longo da rua e as tubulações serão assentadas conforme as indicações constantes em planta de drenagem.

3.1.3 Aberturas das cavas: deverá ser executado abertura de vala observando a inclinação mínima de 2%, sendo que a largura deverá ser igual ao diâmetro do tubo acrescidas de 40,00cm e profundidade de cota mínima de 200% do diâmetro do tubo para diâmetros de até 40 cm e 150% para diâmetros superiores a 40 cm.

3.1.4 Material proveniente da escavação: O material escavado que for apropriado para utilização no aterro/reaterro, será depositado ao lado da vala, poços ou cavas, a uma distância equivalente à profundidade de escavação. Caso contrário, o material escavado será transportado para o "bota fora" de responsabilidade da licitante vencedora.

3.1.5 Regularização do fundo da vala, poços e cavas: quando a escavação atingir a cota indicada em projeto, será feita a regularização e a limpeza do fundo da vala, poços ou cavas. Quando o greide final de escavação estiver situado em terreno cuja capacidade de suporte não for suficiente para servir como fundação direta, a profundidade de escavação deverá ser aumentada o suficiente para comportar um colchão de material, que poderá ser de lastro de pedra britada ou pulmão, ou ainda um berço de concreto, definidos em projeto.

3.1.6 Lastro de brita: sobre o leito da vala devidamente regularizado deverá ser executado um lastro de brita n.º1, com 5,00cm de espessura, para acomodação da tubulação de drenagem, em toda largura da cava.

## 3.2 INSTALAÇÃO DA TUBULAÇÃO DE DRENAGEM

3.2.1 A tubulação longitudinal projetada tem seu eixo locado junto ao passeio. Essa tubulação conduz as águas coletadas através das caixas de coleta até os pontos de descarga.

3.2.2 Os tubos serão de concreto, nos diâmetros indicados em planta, e deverão ser assentados preferencialmente nas declividades das ruas observando-se uma declividade mínima de 2%.

3.2.3 Caixas de Coleta de Águas Pluviais: deverão ser executadas com bloco de concreto ou tijolo a vista, instaladas conforme detalhe encontrado no projeto de drenagem totalizando as dimensões de 0,80x0,80m (externo). Para finalização da caixa de coleta, deverá ser confeccionado uma grade de ferro chato de 1 ½" x 5/16" espaçados no máximo a cada 0,04m, com dimensões de 0,67x0,67m para encaixe e fechamento da tampa da boca de lobo.

3.2.4 O reaterro das valas será executado com material de primeira categoria, o qual deverá ser efetuado em camadas de 20cm devidamente compactadas por meios mecânicos e/ou manuais até a cota de terraplenagem.

## 3. PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES

4.1 Os meio-fios devem ser de concreto (Fck 15Mpa, traço 1:3) pré-moldado alisado, dupla face e assentados, perfeitamente alinhados e nivelados, com as seguintes dimensões: base: 0,15m; topo: 0,13m; altura: 0,30m e comprimento: 0,60 a 1,00m.



4.2 Os meio-fios serão rebaixados nos acessos dos veículos para os lotes confrontantes com a pavimentação e nas extremidades onde não houver continuidade da pavimentação de forma a garantir o travamento, conforme anotação no projeto executivo.

4.3 Após a execução dos serviços de regularização e compactação do subleito, será executada na espessura e largura projetadas, a camada de 15 cm de brita graduada.

4.4 A pavimentação das ruas será com pedras irregulares de basalto com forma poliédrica de quatro a oito faces, com a face superior plana. As dimensões ficando entre os limites de 8 a 15 cm de raio e altura variável de 10 a 15cm.

4.5 As pedras irregulares serão assentadas sobre a base de brita graduada, com formas encunhadas e assentadas com as faces de rolamento cuidadosamente escolhidas, entrelaçadas e unidas de modo que não coincidam as juntas vizinhas, tomando-se o cuidado para que o espaçamento entre as mesmas não seja superior a 0,02m. As pedras irregulares deverão ser niveladas com linhas e deverão formar na seção transversal uma inclinação mínima de 3% do eixo até os meio-fios.

4.6 Toda a pavimentação será rejuntada com uma camada de pó de pedra de no mínimo 0,03m para preencher os vãos e travamento entre as pedras irregulares do pavimento.

## 5 – CUSTO DA OBRA

5.1 O custo total orçado da obra é de R\$ 40.173,30 (quarenta mil cento e setenta e três reais e trinta centavos), conforme planilhas orçamentárias constantes no Anexo 02.

5.2 A parcela do custo da obra a ser recuperada pela Contribuição de Melhoria será o percentual a ser auferido pela valorização imobiliária dos imóveis delimitados das áreas de influência, limitado a totalidade do custo da obra.

## 6 – DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

6.1. Bairro São Francisco - Rua das Palmeiras

6.2 – O total da área a ser pavimentada da Rua das Palmeiras, é de 498,17m<sup>2</sup> (quatrocentos e noventa e oito e dezessete metros quadrados) e uma extensão de 74,80m.

## 7 – PRAZO PARA CONCLUSÃO DA OBRA

7.1 O prazo para conclusão total de todos os serviços relativos à obra (Rua das Palmeiras) é de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, segundo o Contrato 174/2018.

## 8 – CRITÉRIO DE LANÇAMENTO DO TRIBUTO

8.1 – O critério de lançamento do tributo, se dará pelo critério da valorização individual imobiliária, decorrente da realização da obra pública, em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitado ao total das despesas realizada.

8.2 – A avaliação do imóvel, anterior a feitura da obra para fins de aferimento do critério de valorização individual imobiliária, encontra-se descrito no laudo técnico elaborado por comissão especial de avaliação, descrito no Anexo 04.

8.3 - Lei Complementar nº 69/1985, com redação dada pela Lei Complementar n. 124/2012)

“Art. 75 – A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, a ser exigida pelo Município para fazer face ao custo das obras públicas, é a valorização do imóvel beneficiado, limitado ao total da despesa realizada.”

§ 1º - A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitada a despesa total realizada”.

## 9 – RELAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS PELA OBRA

9.1 – A relação nominal dos contribuintes, que terão seus imóveis valorizados em decorrência da obra pública, contendo: nome do contribuinte, área do imóvel, número da inscrição imobiliária, quadra, lote, logradouro e testada, segue no croqui constante no Anexo 03.

9.2 – Nos termos do Artigo 155, § 3º do Código Tributário Municipal, poderá o Município valer-se de notificação pessoal, se achar necessário, não interferindo na validade do descrito no parágrafo anterior.

## 10 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 – O lançamento será feito de ofício, após a conclusão da obra ou etapa, para cada imóvel beneficiado.

10.2 – O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado conforme o Artigo 78 do Código Tributário Municipal.

10.3 – O contribuinte que optar pela cota única será concedido desconto de 10% (dez por cento).



**11 – DA IMPUGNAÇÃO**

11.1 Os contribuintes terão prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste edital, para impugnação de quaisquer dos elementos constantes desde edital.

**12 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 Fica disponível no Paço Municipal, com acesso incondicional a todos os interessados, os anexos referendados neste edital.

12.2 A íntegra de toda documentação (memorial descritivo e projetos) faz parte do processo licitatório do Edital de Tomada de Preços nº 14/2018 - PMV.

12.3 Demais informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Videira.

Videira, 18 de fevereiro 2021.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**EDITAL PRÉVIO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 003/2021**

Publicação Nº 2877619

**EDITAL PRÉVIO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 003/2021**

DORIVAL CARLOS BORGIA, PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe a Constituição Federal, Art. 145, inciso III, Código Tributário Nacional, art. 81 e 82, Decreto Lei 195/67, Código Tributário Municipal, instituído pela Lei Complementar nº 69/85, artigos 69 a 78-A, divulga os elementos relativos à obra pública de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RUA DOS EUCALIPTOS E ESTRADA MUNICIPAL (RUA DELZA FIORELLI DAL PIZZOL), de conformidade com os itens a seguir relacionados:

**1. DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO**

1.1 O memorial descreve normas para a execução dos serviços de "Pavimentação asfáltica na Rua dos Eucaliptos e Estrada Municipal/Rua Delza Fiorelli Dal Pizzol."

1.2 A contratação desta obra proceder-se-á através de procedimento licitatório, nos termos da Lei n. 8.666/93.

1.3 O projeto de pavimentação asfáltica da Rua dos Eucaliptos e Rua Delza Fiorelli Dal Pizzol, será executado conforme projeto e especificações do memorial descritivo. Constituem partes integrantes do memorial descritivo, os seguintes projetos e documentos: Projeto Geométrico; Planta de Sinalização; Planta de Drenagem; Planilha Orçamentária; Cronograma Físico-Financeiro e Composição BDI.

1.4 O Projeto Geométrico foi desenvolvido tendo por base as características técnicas preconizadas nas normas e foi ordenado aos elementos básicos reconhecidos pelos estudos topográficos.

1.5 O perfil longitudinal foi elaborado com o objetivo de quantificar os serviços de movimento de terra a serem executados, bem como dar destino aos materiais escavados não utilizados e, quando necessário, orientar a obtenção dos materiais para complementação dos aterros.

1.6 O projeto de terraplanagem teve por objetivo a definição da seção transversal e o cálculo dos volumes dos materiais destinados à conformação da plataforma. Para a realização de aterros, haverá rigorosa e adequada preparação do terreno especialmente a retirada de eventual vegetação e/ou restos de demolições existentes.

1.7 Os aterros devem ser executados com solos de boa qualidade, isentos de material orgânico e entulhos. O aterro deverá ser executado em camadas de, no máximo, 20cm, sendo a espessura de cada camada controlada por meio de pontaletes de madeira.

1.8 A umidade do solo será mantida próxima de 3% da ótima dentro da curva Proctor.

1.9 O projeto de drenagem visa ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais, objetivando conduzi-las a local de deságue seguro, sem comprometer o pavimento, residências e terrenos. Dessa maneira foram projetados alguns dispositivos para a condução dessas águas para locais de deságue seguro, minimizando efeitos erosivos e sem comprometimento da estabilidade.

1.10 A sinalização viária é a comunicação visual, por meio de placas, painéis ou dispositivos auxiliares, situados na posição vertical ou horizontal, implantados à margem da via ou suspensos sobre ela. Regulamentam o uso da via.

1.11 A íntegra do memorial descritivo e a descrição individual dos serviços constam no Anexo 01 deste Edital.

**2. DESCRIÇÃO GERAL DA OBRA**

2.1 A obra a ser executada compõe-se de pavimentação asfáltica, drenagem das águas pluviais e sinalização da Rua dos Eucaliptos e Rua Delza Fiorelli Dal Pizzol.



2.2 A drenagem pluvial será composta por bocas de lobo, que serão locadas ao longo da rua e as tubulações serão assentadas conforme as indicações constantes em planta de drenagem.

2.3 Os serviços Preliminares compreendem:

2.3.1 Canteiro de obras, que envolve a guarda, vigia e segurança de todos os elementos do canteiro de obras, garantindo seu fechamento e evitando intrusões, mantendo em perfeitas condições todas as instalações pertencentes ao canteiro, primando pela limpeza e conservação também das áreas externas e contíguas ao canteiro.

2.3.2 Sinalização de obra, a obra deverá ser devidamente sinalizada com placas de advertência, cones de sinalização e cavaletes, de forma a evitar acidentes no decorrer de sua execução.

2.3.3 Locação de obra, que consiste na locação do eixo do traçado, seu nivelamento e seccionamento transversal, a marcação e nivelamento dos "offsets", bem como alocação de todos os demais serviços previstos para a execução da obra.

### 3. DRENAGEM

3.1 O projeto de drenagem das Ruas dos Eucaliptos e Delza Fiorelli Dal Pizzol, visa ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais. Para melhor conduzir as águas de chuvas sem comprometer o pavimento, serão executadas caixas coletoras a montante e a jusante das tubulações, seguindo o posicionamento indicado em projeto. Fazem parte da drenagem os seguintes itens:

3.1.1 Locação da rede: as bocas de lobo serão locadas conforme planta de drenagem.

3.1.2 Aberturas das cavas: as valas serão abertas mecanicamente nas dimensões de: 1,50m de profundidade e 1,00m de largura. As valas deverão ter inclinação mínima de 1%.

3.1.3 Material proveniente da escavação: O material escavado que for apropriado para utilização no aterro/reaterro, será depositado ao lado da vala, poços ou cavas, a uma distância equivalente à profundidade de escavação. Caso contrário, o material escavado será transportado para o "bota fora" de responsabilidade da licitante vencedora.

3.1.4 Regularização do fundo da vala, poços e cavas: quando a escavação atingir a cota indicada em projeto, será feita a regularização e a limpeza do fundo da vala, poços ou cavas. Quando o greide final de escavação estiver situado em terreno cuja capacidade de suporte não for suficiente para servir como fundação direta, a profundidade de escavação deverá ser aumentada o suficiente para comportar um colchão de material, que poderá ser de lastro de pedra britada ou pulmão, ou ainda um berço de concreto, definidos em projeto.

### 3.2 INSTALAÇÃO DA TUBULAÇÃO DE DRENAGEM

3.2.1 A tubulação longitudinal projetada tem seu eixo locado junto ao passeio. Essa tubulação conduz as águas coletadas através das caixas de coleta até os pontos de descarga.

3.2.2 Os tubos serão de concreto, nos diâmetros indicados em planta, e deverão ser assentados preferencialmente nas declividades das ruas observando-se uma declividade mínima de 2%.

3.2.3 Caixas de Coleta de Águas Pluviais: deverão ser executadas em alvenaria de tijolo maciço ou similar, revestidas internamente com argamassa sobre lastro de concreto de 10,00cm.

3.2.4 As bocas de lobo estão situadas junto ao meio fio. Sua altura varia conforme a profundidade das galerias, sendo estas projetadas com cobrimento mínimo de 0,80m.

3.2.5 O reaterro das valas será executado com material de primeira categoria, o qual deverá ser efetuado em camadas de 20cm devidamente compactadas por meios mecânicos até a cota de terraplenagem.

### 4. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA C.A.U.Q

4.1 Os serviços de regularização do subleito serão efetuados pequenos cortes que não foram objetos de rebaixamento e nos aterros de altura inferiores a 0,20m.

4.2 Subbase de Macadame Seco: será executada na espessura e largura projetadas, a camada de 20,00cm de rachão de pedra. A liberação da compactação se fará com Viga Bemkelmann, após um mínimo de passadas com rolo vibratório com energia de compactação máxima.

4.3 Base de brita graduada: será executada na espessura e largura projetadas, a camada de 15,00cm de graduada.

4.4 Imprimação: consiste na aplicação de uma camada de material betuminoso, cimento asfáltico de petróleo diluído, sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando: aumentar a coesão da superfície da base, promover condições de aderência entre a base e o revestimento e impermeabilizar a base.

4.5 Pintura de ligação: a pintura asfáltica de ligação com emulsão RR-2C será feita previamente ao lançamento da camada de revestimento asfáltico, numa taxa de 0,5 kg/m<sup>2</sup>.

4.6 Camada de Concreto Asfáltico Usinado a Quente – C.A.U.Q.: o transporte será feito com caminhões basculantes enlonados para manutenção da temperatura da massa. A temperatura de espalhamento da mistura não poderá ser inferior a 120°C. A mistura betuminosa deverá ser espalhada de forma tal que permita a obtenção de uma camada, na espessura indicada, sem novas adições de massa. A rolagem deverá iniciar nos bordos e progredir longitudinalmente para o centro.

### 5. SINALIZAÇÃO

5.1 A sinalização viária é estabelecida através de comunicação visual, por meio de placas, painéis ou dispositivos auxiliares, situados na posição vertical, implantados à margem da via ou suspensos sobre ela, tem como finalidade a regulamentação do uso da via, a advertência para situações potencialmente perigosas ou problemáticas, do ponto de vista operacional, o fornecimento de indicações, orientações e informações aos usuários, além do fornecimento de mensagens educativas.



5.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL: A implantação da sinalização deverá seguir o projeto de sinalização bem como suas especificações.

5.3 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL: A sinalização horizontal será empregada em pavimento betuminoso, fazendo demarcação conforme projeto de sinalização, utilizando tinta retro refletiva a base de resina acrílica com microesferas de vidro, na cor amarela com largura de 10,00cm.

## 6 – CUSTO DA OBRA

6.1 – O custo total orçado da obra é de R\$ 563.989,61 (quinhentos e sessenta e três mil novecentos e oitenta e nove reais e sessenta e um centavos), conforme planilhas orçamentárias constantes no Anexo 02. Sendo:

- Rua dos Eucaliptos: R\$ 63.645,00 (sessenta e três mil seiscentos e quarenta e cinco reais).
- Rua Delza Fiorelli Dal Pizzol: R\$ 500.344,61 (quinhentos mil trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e um centavo).

6.2 – A parcela do custo da obra a ser recuperada pela Contribuição de Melhoria será o percentual a ser auferido pela valorização imobiliária dos imóveis delimitados das áreas de influência, limitado a totalidade do custo da obra.

## 7 – DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

### 7.1. Bairro Portal das Videiras:

- Rua dos Eucaliptos
- Rua Delza Fiorelli Dal Pizzol

### 7.2 – O total da área a ser pavimentada compreende:

- Pavimentação Rua Delza Fiorelli Dal Pizzol (antiga Estrada Municipal)  
Área Pavimentação: 2.880,00 m<sup>2</sup> (Dois mil oitocentos e oitenta metros quadrados).

- Pavimentação Rua dos Eucaliptos  
Área Pavimentação: 360,00 m<sup>2</sup> (Trezentos e sessenta metros quadrados).

## 8 – PRAZO PARA CONCLUSÃO DA OBRA

8.1 O prazo para conclusão total de todos os serviços relativos à obra é de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, segundo o Contrato 105/2018 e 106/2018.

## 9 – CRITÉRIO DE LANÇAMENTO DO TRIBUTO

9.1 O critério de lançamento do tributo, se dará pelo critério da valorização individual imobiliária, decorrente da realização da obra pública, em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitado ao total das despesas realizada.

9.2 A avaliação do imóvel, anterior a feitura da obra para fins de aferimento do critério de valorização individual imobiliária, encontra-se descrito no laudo técnico elaborado por comissão especial de avaliação, descrito no Anexo 04.

9.3 Lei Complementar nº 69/1985, com redação dada pela Lei Complementar n. 124/2012)

“Art. 75 – A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, a ser exigida pelo Município para fazer face ao custo das obras públicas, é a valorização do imóvel beneficiado, limitado ao total da despesa realizada.”

§ 1º - A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitada a despesa total realizada”.

## 10 – RELAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS PELA OBRA

10.1 – A relação nominal dos contribuintes, que terão seus imóveis valorizados em decorrência da obra pública, contendo: nome do contribuinte, área do imóvel, número da inscrição imobiliária, quadra, lote, logradouro e testada, seguem no croqui constante no Anexo 03.

10.2 – Nos termos do Artigo 155, § 3º do Código Tributário Municipal, poderá o Município valer-se de notificação pessoal, se achar necessário, não interferindo na validade do descrito no parágrafo anterior.

## 11 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 – O lançamento será feito de ofício, após a conclusão da obra ou etapa, para cada imóvel beneficiado.

11.2 – O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado conforme o Artigo 78 do Código Tributário Municipal.

11.3 – O contribuinte que optar pela cota única será concedido desconto de 10% (dez por cento).



## 12 – DA IMPUGNAÇÃO

12.1 Os contribuintes terão prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste edital, para impugnação de quaisquer dos elementos constantes desde edital.

## 13 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Fica disponível no Paço Municipal, com acesso incondicional a todos os interessados, os anexos referendados neste edital.

13.2 A íntegra de toda documentação (memorial descritivo e projetos) faz parte do processo licitatório do Edital de Tomada de Preços nº 04/2018 – PMV.

13.3 Demais informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Videira.

Videira, 18 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

## EDITAL PRÉVIO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 004/2021

Publicação Nº 2877614

### EDITAL PRÉVIO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 004/2021

DORIVAL CARLOS BORG, PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe a Constituição Federal, Art. 145, inciso III, Código Tributário Nacional, art. 81 e 82, Decreto Lei 195/67, Código Tributário Municipal, instituído pela Lei Complementar nº 69/85, artigos 69 a 78-A, divulga os elementos relativos à obra pública de PAVIMENTAÇÃO DE RUA ÍNGREME COM ACLIVIDADE ACENTUADA COM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS (PAVER) E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA JOSE BOITEUX, de conformidade com os itens a seguir relacionados:

#### 1. DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

1.1 O memorial descreve normas para a execução dos serviços de "Pavimentação de rua íngreme com aclividade acentuada com blocos de concreto intertravados e drenagem pluvial da Rua Jose Boiteux."

1.2 A contratação desta obra proceder-se-á através de procedimento licitatório, nos termos da Lei n. 8.666/93.

1.3 O projeto de pavimentação com blocos de concreto intertravados (paver) da Rua Jose Boiteux, será executado conforme projeto e especificações do memorial descritivo. Constituem partes integrantes do memorial descritivo, os seguintes projetos e documentos: Projeto Geométrico; Planta de Sinalização; Planta de Drenagem; Planilha Orçamentária; Cronograma Físico-Financeiro e Composição BDI.

1.4 O Projeto Geométrico foi desenvolvido tendo por base as características técnicas preconizadas nas normas e foi ordenado aos elementos básicos reconhecidos pelos estudos topográficos.

1.5 O perfil longitudinal foi elaborado com o objetivo de quantificar os serviços de movimento de terra a serem executados, bem como dar destino aos materiais escavados não utilizados e, quando necessário, orientar a obtenção dos materiais para complementação dos aterros.

1.6 O projeto de terraplanagem teve por objetivo a definição da seção transversal e o cálculo dos volumes dos materiais destinados à conformação da plataforma. Para a realização de aterros, haverá rigorosa e adequada preparação do terreno especialmente a retirada de eventual vegetação e/ou restos de demolições existentes.

1.7 Os aterros devem ser executados com solos de boa qualidade, isentos de material orgânico e entulhos. O aterro deverá ser executado em camadas de, no máximo, 20cm, sendo a espessura de cada camada controlada por meio de pontaletes de madeira.

1.8 A umidade do solo será mantida próxima de 3% da ótima dentro da curva Proctor.

1.9 O projeto de drenagem visa ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais, objetivando conduzi-las a local de deságue seguro, sem comprometer o pavimento, residências e terrenos. Dessa maneira foram projetados alguns dispositivos para a condução dessas águas para locais de deságue seguro, minimizando efeitos erosivos e sem comprometimento da estabilidade.

1.10 A sinalização viária é a comunicação visual, por meio de placas, painéis ou dispositivos auxiliares, situados na posição vertical ou horizontal, implantados à margem da via ou suspensos sobre ela. Regulamentam o uso da via.

1.11 A íntegra do memorial descritivo e a descrição individual dos serviços constam no Anexo 01 deste Edital.

#### 2. DESCRIÇÃO GERAL DA OBRA



2.1 A obra a ser executada compõe-se de pavimentação com blocos intertravados (paver), drenagem das águas pluviais e sinalização da Rua Jose Boiteux.

2.2 A drenagem pluvial será composta por bocas de lobo, que serão locadas ao longo da rua e as tubulações serão assentadas conforme as indicações constantes em planta de drenagem.

2.3 O solo previamente preparado através de cortes e aterros conforme projeto, e devidamente compactado (neste caso específico, o aterro deverá ser executado em camadas de, no máximo, 20cm e a umidade do solo será mantida próxima de 3% da ótima dentro da curva Proctor).

2.4 Os serviços Preliminares compreendem:

2.4.1 Canteiro de obras, que envolve a guarda, vigia e segurança de todos os elementos do canteiro de obras, garantindo seu fechamento e evitando intrusões, mantendo em perfeitas condições todas as instalações pertencentes ao canteiro, primando pela limpeza e conservação também das áreas externas e contíguas ao canteiro.

2.4.2 Placa de Identificação de obra com área de 2,40m<sup>2</sup>, com altura de 1,20m e largura de 2,00m, (confeccionada em chapa galvanizada fixada com estrutura de madeira). Fixada em local visível.

2.4.3 Sinalização de obra, a obra deverá ser devidamente sinalizada com placas de advertência, cones de sinalização e cavaletes, de forma a evitar acidentes no decorrer de sua execução.

2.4.4 Locação de obra, que consiste na locação do eixo do traçado, seu nivelamento e seccionamento transversal, a marcação e nivelamento dos "offsets", bem como alocação de todos os demais serviços previstos para a execução da obra.

2.4.5 Controle de Qualidade dos Serviços, que consiste na realização de testes de qualidade dos serviços executados por meio de empresa especializada.

### 3. DRENAGEM

3.1 O projeto de drenagem com blocos de concreto intertravados da Rua José Boiteux, visa ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais. Para melhor conduzir as águas de chuvas sem comprometer o pavimento, serão executadas caixas coletoras a montante e a jusante das tubulações, seguindo o posicionamento indicado em projeto. Fazem parte da drenagem os seguintes itens:

3.1.1 Locação da rede: as bocas de lobo serão locadas ao longo da rua e as tubulações serão assentadas conforme as indicações constantes em planta de drenagem.

3.1.2 Aberturas das cavas: deverá ser executado abertura de vala observando a inclinação mínima de 2%, sendo que a largura deverá ser igual ao diâmetro do tubo acrescidas de 40,00cm e profundidade de cota mínima de 200% do diâmetro do tubo para diâmetros de até 40 cm e 150% para diâmetros superiores a 40 cm.

3.1.3 Material proveniente da escavação: O material escavado que for apropriado para utilização no aterro/reaterro, será depositado ao lado da vala, poços ou cavas, a uma distância equivalente à profundidade de escavação. Caso contrário, o material escavado será transportado para o "bota fora" de responsabilidade da licitante vencedora.

3.1.4 Regularização do fundo da vala, poços e cavas: quando a escavação atingir a cota indicada em projeto, será feita a regularização e a limpeza do fundo da vala, poços ou cavas. Quando o greide final de escavação estiver situado em terreno cuja capacidade de suporte não for suficiente para servir como fundação direta, a profundidade de escavação deverá ser aumentada o suficiente para comportar um colchão de material, que poderá ser de lastro de pedra britada ou pulmão, ou ainda um berço de concreto, definidos em projeto.

#### 3.2 INSTALAÇÃO DA TUBULAÇÃO DE DRENAGEM

3.2.1 A tubulação longitudinal projetada tem seu eixo locado junto ao passeio. Essa tubulação conduz as águas coletadas através das caixas de coleta até os pontos de descarga

3.2.2 Os tubos serão de concreto, nos diâmetros indicados em planta, e deverão ser assentados preferencialmente nas declividades das ruas observando-se uma declividade mínima de 2%.

3.2.3 Caixas de Coleta de Águas Pluviais: deverão ser executadas com tubos de concreto, instaladas conforme detalhe encontrado no projeto de drenagem com diâmetro de 30cm assentadas com argamassa, mantendo perfeitamente niveladas com a pavimentação. Para finalização da caixa de coleta, deverá ser confeccionado uma grade de ferro chato de 1 1/2" x 5/16" espaçados no máximo a cada 0,04m, com dimensões de 0,50x0,50m para encaixe e fechamento da tampa da boca de lobo.

3.2.4 As bocas de lobo estão situadas junto ao meio fio. Sua altura varia conforme a profundidade das galerias, sendo estas projetadas com cobrimento mínimo de 0,50m.

3.2.5 Os bueiros tubulares de concreto serão locados de acordo com os elementos especificados no projeto.

3.2.6 O reaterro das valas será executado com material de primeira categoria, o qual deverá ser efetuado em camadas de 20cm devidamente compactadas por meios mecânicos e/ou manuais até a cota de terraplenagem.

### 4. PAVIMENTAÇÃO

4.1 O bloco a ser utilizado na pavimentação da via será o do tipo de 16 faces.

4.2 A regularização do subleito consiste na regularização do gabarito de terraplenagem mediante pequenos cortes ou aterros (espessuras ≤ 20 cm) de material até atingir o greide de projeto. Sua principal função é permitir um adequado nivelamento do pavimento que será executado e distribuir uniformemente os esforços transmitidos à camada subjacente.

4.3 Deverá ser realizada uma base para o assentamento dos blocos em areia, com espessura mínima de 5cm.

4.4 A pavimentação será executada com bloco de concreto intertravado, prensado, paver, de resistência mínima de 35 Mpa, assentada sobre berço de areia com espessura de 5 cm. A areia deverá ser limpa e isenta de matéria orgânica. A junta entre o paver não deverá ser superior



a 0,2 mm. Após o assentamento será colocada uma camada de areia para o fechamento das juntas com espessura de 2,5 cm. Ao término do assentamento da pavimentação ela deverá ser compactada por meio de rolo compactador.

#### 4.5 Procedimentos de execução:

- a) Juntas;
- b) Assentamento;
- c) Compactação;
- d) Equipamentos
- e) Materiais

4.6 Os meio-fios devem ser de concreto (Fck 15Mpa, traço 1:3) pré-moldado alisado, dupla face e deverão ser assentados perfeitamente alinhados e nivelados, com as seguintes dimensões: Base: 0,15m/ Topo: 0,13m / Altura: 0,30m e Comprimento entre 0,60m e 1,00m.

4.7 Viga de Travamento: deverá ser executada uma viga concreto armado tipo meio fio moldado "in loco", para travamento do Pavimento de blocos de concreto na execução da pavimentação das calçadas no alinhamento predial.

4.8 Caição do Meio fio: Consiste na execução de uma pintura com tinta à base de "CAL" sobre todos os meio fios instalados.

### 5. PASSEIO

5.1 Deverá ser executada uma camada de brita graduada (3cm de espessura), compactada, de modo a preencher o espaço necessário para deixar o passeio nivelado e pronto para recebimento futuro de pavimento, tanto nos locais onde será executado passeio como nos locais onde não será executado.

### 6. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

6.1 A sinalização viária é estabelecida através de comunicação visual, por meio de placas, painéis ou dispositivos auxiliares, situados na posição vertical ou horizontal, implantados à margem da via ou suspensos sobre ela, tem como finalidade a regulamentação do uso da via, a advertência para situações potencialmente perigosas ou problemáticas, do ponto de vista operacional, o fornecimento de indicações, orientações e informações aos usuários, além do fornecimento de mensagens educativas.

6.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL: A implantação da sinalização deverá seguir o projeto de sinalização bem como suas especificações.

### 7 – CUSTO DA OBRA

7.1 O custo total orçado da obra, especificamente para a Rua José Boiteux é de R\$ 132.128.83 (cento e trinta e dois mil cento e vinte e oito reais e oitenta e três centavos), conforme planilhas orçamentárias constantes no Anexo 02.

7.2 A parcela do custo da obra a ser recuperada pela Contribuição de Melhoria será o percentual a ser auferido pela valorização imobiliária dos imóveis delimitados das áreas de influência, limitado a totalidade do custo da obra.

### 8 – DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

8.1. Bairro Marafon - Rua José Boiteux

8.2 – O total da área a ser pavimentada da Rua Jose Boiteux, é de 880,94m<sup>2</sup> (oitocentos e oitenta metros e noventa e quatro décimos quadrados) e uma extensão de 144,85m.

### 9 – PRAZO PARA CONCLUSÃO DA OBRA

9.1 O prazo para conclusão total de todos os serviços relativos à obra (Rua Jose Boiteux) é de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, segundo o Contrato 60/2019.

### 10 – CRITÉRIO DE LANÇAMENTO DO TRIBUTO

10.1 – O critério de lançamento do tributo, se dará pelo critério da valorização individual imobiliária, decorrente da realização da obra pública, em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitado ao total das despesas realizada.

10.2 – A avaliação do imóvel, anterior a feitura da obra para fins de aferimento do critério de valorização individual imobiliária, encontra-se descrito no laudo técnico elaborado por comissão especial de avaliação, descrito no Anexo 04.

10.3 - Lei Complementar nº 69/1985, com redação dada pela Lei Complementar n. 124/2012)

"Art. 75 – A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, a ser exigida pelo Município para fazer face ao custo das obras públicas, é a valorização do imóvel beneficiado, limitado ao total da despesa realizada."

§ 1º - A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitada a despesa total realizada".

### 11 – RELAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS PELA OBRA



11.1 – A relação nominal dos contribuintes, que terão seus imóveis valorizados em decorrência da obra pública, contendo: nome do contribuinte, área do imóvel, número da inscrição imobiliária, quadra, lote, logradouro e testada, seguem no croqui constante no Anexo 03.

11.2 – Nos termos do Artigo 155, § 3º do Código Tributário Municipal, poderá o Município valer-se de notificação pessoal, se achar necessário, não interferindo na validade do descrito no parágrafo anterior.

## 12 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 – O lançamento será feito de ofício, após a conclusão da obra ou etapa, para cada imóvel beneficiado.

12.2 – O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado conforme o Artigo 78 do Código Tributário Municipal.

12.3 – O contribuinte que optar pela cota única será concedido desconto de 10% (dez por cento).

## 13 – DA IMPUGNAÇÃO

13.1 Os contribuintes terão prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste edital, para impugnação de quaisquer dos elementos constantes desde edital.

## 14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Fica disponível no Paço Municipal, com acesso incondicional a todos os interessados, os anexos referendados neste edital.

14.2 A íntegra de toda documentação (memorial descritivo e projetos) faz parte do processo licitatório do Edital de Tomada de Preços nº 07/2019 - PMV.

14.3 Demais informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Videira.

Videira, 18 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

## EDITAL PRÉVIO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2021

Publicação Nº 2877612

### EDITAL PRÉVIO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº 005/2021

DORIVAL CARLOS BORG, PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe a Constituição Federal, Art. 145, inciso III, Código Tributário Nacional, art. 81 e 82, Decreto Lei 195/67, Código Tributário Municipal, instituído pela Lei Complementar nº 69/85, artigos 69 a 78-A, divulga os elementos relativos à obra pública de PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES E DRENAGEM NA RUA ALMO ROHREGGER (ITEM 01), PARTE DA RUA BEVENUTO FRANCISCO MANDELLI E PARTE DA RUA JOSÉ SAVIAN (ITEM 02), de conformidade com os itens a seguir relacionados:

#### 1. DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

1.1 - O memorial descreve normas para a execução dos serviços de Pavimentação com pedras irregulares e drenagem na Rua Almo Rohregger (item 01), parte da Rua Bevenuto Francisco Mandelli e parte da Rua José Savian (item 02).

1.2 - A contratação desta obra proceder-se-á através de procedimento licitatório, nos termos da Lei n. 8.666/93.

1.3 - O projeto de pavimentação com pedras irregulares das Ruas Almo Rohregger, Bevenuto Francisco Mandelli e José Savian, será executado conforme projeto e especificações do memorial descritivo.

1.4 Caberá a empresa contratada proceder à instalação da obra dentro das normas gerais de construção, além de manter atualizado no canteiro de obra: alvará, certidões e licenças, diário e obra, evitando interrupções.

1.5 O canteiro de obras deverá estar de acordo com a Norma de Segurança vigente NR-18.

1.6 Da Segurança e conveniência pública: a Empresa deverá manter a sinalização provisória de alerta, indicando a existência de desvios e caminhos de serviço, de bloqueios e de uma faixa ou de circulação alternada. Serão vedados desvios de tráfego pesado pelo centro. A sinalização provisória seguirá basicamente: placas fixas, placas móveis de advertência, dispositivos elétricos para sinalização noturna, bandeiras operadas manualmente e fitas de segurança.

1.7 Deverão ser tomadas as medidas quanto à proteção nas operações de transporte dos materiais aplicados na obra.

1.8 A íntegra do memorial descritivo e a descrição individual dos serviços constam no Anexo 01 deste Edital.

#### 2. DESCRIÇÃO GERAL DA OBRA



2.1 A obra a ser executada compõe-se de pavimentação com pedras irregulares, drenagem das águas pluviais e sinalização das ruas abaixo descritas, conforme projeto básico. Segue:

- Rua Almo Rohregger;
- Rua Bevenuto Francisco Mandelli;
- Rua José Savian.

2.2 Antes de iniciar os serviços deverá ser fixado em local visível placa da obra em chapa metálica nas dimensões de 1,10 x 2,20m, conforme modelo.

2.3 O preparo do leito da rua com terraplenagem para nivelamento (escavação/aterro/corte/transporte) é responsabilidade da Empresa.

2.4 A Empresa deverá solicitar por escrito, junto a secretaria de Planejamento, os serviços de Topografia para alinhamento das ruas a serem pavimentadas.

### 3. DA TUBULAÇÃO PLUVIAL

3.1 Para instalação da tubulação pluvial serão abertas valas para colocação de tubos de concreto, conforme projeto, com inclinação mínima de 2%. O material resultante da abertura das valas deverá ser retirado e transportado para um "bota fora", de responsabilidade da Empresa.

3.2 O reaterro das valas deverá ser executado com material de primeira qualidade e compactado para receber a pavimentação.

3.3 Deverá ser apresentado Certificado de Qualidade e Resistência dos tubos de concreto, conforme ABNT e NBR, bem como ART de fabricação dos mesmos.

3.4 A tubulação só poderá ser coberta após a liberação pelos técnicos da Prefeitura.

3.5 A Prefeitura de Videira não se responsabilizará por quaisquer ligações novas na tubulação de drenagem pluvial vinda dos lotes.

3.6 Todo dano causado na tubulação de drenagem existente, bem como, nos ramais de ligação existentes vindas dos lotes, na execução e preparo da cancha, deverá ser consertado pela Empresa.

### 3.7 DAS CAIXAS DE COLETA DE ÁGUAS PLUVIAIS

3.7.1 As caixas de coleta de águas pluviais deverão ser com tubo de D=50cm, instaladas conforme o projeto executivo com grade de ferro chato de 11/2 x 5/16 espaçados no máximo a cada 0,04m totalizando as dimensões de 0,60m x 0,60m assentadas e chumbadas com concreto perfeitamente niveladas com a pavimentação. O encaixe do tubo em pé (D=50cm) com a rede coletora deverá ter acabamento com massa de cimento e areia.

#### 3.7.2 DOS MEIO-FIO

3.7.2.1 Os meio-fios serão de concreto (fck 15 Mpa traço 1:3) pré-moldado alisado, dupla face e deverão ser assentados perfeitamente alinhados e nivelados, com as seguintes dimensões:

- Espessura: 0,12m base e 0,10m de topo
- Altura: 0,30m
- Comprimento: 0,80m a 1,00m

3.7.2.2 Os meio-fios a serem assentados deverão ser inteiros e obrigatoriamente conforme as dimensões acima e não serão aceitos danificados, trincados e/ou quebrados.

3.7.2.3 Os meio-fios deverão ser rebaixados nos acessos dos veículos para os lotes confrontantes com a pavimentação e nas extremidades onde não houver continuidade da pavimentação de forma a garantir o travamento.

### 4. PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES

4.1 A pavimentação das ruas será com pedras irregulares cortadas com dimensões de forma que para executar um metro quadrado serão necessárias no máximo 48 unidades e assentadas sobre uma base de pedrisco de no mínimo 15cm de altura.

4.2 As pedras irregulares deverão ter formas encunhadas e deverão ser assentadas com as faces de rolamento cuidadosamente escolhidas, entrelaçadas e unidas de modo que não coincidam as juntas vizinhas, tomando-se o cuidado para que o espaçamento entre as mesmas não seja superior a 0,2cm. As mesmas deverão ser assentadas niveladas com as linhas e com abaulamento de no mínimo 3% do eixo até os meio-fios.

4.3 A base deverá ser obrigatoriamente com pedrisco puro, não será aceito mistura com brita e/ou outro material.

4.4 A compactação deverá ser executada com Rolo Vibratório de cilindro liso, peso médio.

### 5. LIMPEZA FINAL

5.1 Os meio-fios existentes retirados na execução e que estiverem em perfeito estado de conservação, deverão ser recolocados perfeitamente alinhados e nivelados com encosto de terra de 60cm de largura.

5.2 A obra deverá estar totalmente limpa e sem entulhos e/ou sobras de pedras nos passeios e demais materiais necessários para execução



dos serviços para entrega final da obra.

## 6 – CUSTO DA OBRA

6.1 – O custo total orçado da obra (todas as ruas – item 1 e 2) é de R\$ 420.922,91 (quatrocentos e vinte mil, novecentos e vinte e dois reais e noventa e um centavos), conforme planilhas orçamentárias constantes no Anexo 02. Sendo:

- Rua Almo Rohregger: R\$ 208.159,43
- Rua Bevenuto Francisco Mandelli: R\$ 191.481,28
- Rua José Savian: R\$ 21.282,20

6.2 – A parcela do custo da obra a ser recuperada pela Contribuição de Melhoria será o percentual a ser auferido pela valorização imobiliária dos imóveis delimitados das áreas de influência, limitado a totalidade do custo da obra.

## 7 – DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

### 7.1. Bairro Aeroporto:

- Rua Bevenuto Francisco Mandelli;
- Rua José Savian.

### 7.2. Bairro Amarante:

- Rua Almo Rohregger.

7.3 – O total da área a ser pavimentada das Ruas Almo Rohregger, Bevenuto Francisco Mandelli e José Savian, é de 5.353,43m<sup>2</sup> (cinco mil trezentos e cinquenta e três e quarenta e três metros quadrados) das três ruas citadas anteriormente. Sendo:

- Pavimentação Rua Almo Rohregger

Área Pavimentação: 2.652,12 m<sup>2</sup>

- Pavimentação Rua Bevenuto Francisco Mandelli

Área Pavimentação: 2.403,16 m<sup>2</sup>

- Pavimentação Rua José Savian

Área Pavimentação: 298,15 m<sup>2</sup>

## 8 – PRAZO PARA CONCLUSÃO DA OBRA

8.1 O prazo para conclusão total de todos os serviços relativos à obra (Ruas Almo Rohregger, Bevenuto Francisco Mandelli e José Savian) é de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, segundo o Contrato 156/2016 e Contrato 157/2016.

## 9 – CRITÉRIO DE LANÇAMENTO DO TRIBUTO

9.1 – O critério de lançamento do tributo, se dará pelo critério da valorização individual imobiliária, decorrente da realização da obra pública, em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitado ao total das despesas realizada.

9.2 – A avaliação do imóvel, anterior a feitura da obra para fins de aferimento do critério de valorização individual imobiliária, encontra-se descrito no laudo técnico elaborado por comissão especial de avaliação, descrito no Anexo 04.

9.3 - Lei Complementar nº 69/1985, com redação dada pela Lei Complementar n. 124/2012)

“Art. 75 – A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, a ser exigida pelo Município para fazer face ao custo das obras públicas, é a valorização do imóvel beneficiado, limitado ao total da despesa realizada.”

§ 1º - A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitada a despesa total realizada”.

## 10– RELAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS PELA OBRA

10.1 – A relação nominal dos contribuintes, que terão seus imóveis valorizados em decorrência da obra pública, contendo: nome do contribuinte, área do imóvel, número da inscrição imobiliária, quadra, lote, logradouro e testada, segue no croqui constante no Anexo 03.

10.2 – Nos termos do Artigo 155, § 3º do Código Tributário Municipal, poderá o Município valer-se de notificação pessoal, se achar necessário, não interferindo na validade do descrito no parágrafo anterior.

10.3 - Lei Complementar nº 69/1985, com redação dada pela Lei Complementar n. 124/2012)



**11 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 11.1 – O lançamento será feito de ofício, após a conclusão da obra ou etapa, para cada imóvel beneficiado.
- 11.2 – O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado conforme o Artigo 78 do Código Tributário Municipal.
- 11.3 – O contribuinte que optar pela cota única será concedido desconto de 10% (dez por cento).

**12 – DA IMPUGNAÇÃO**

12.1 Os contribuintes terão prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste edital, para impugnação de quaisquer dos elementos constantes desde edital.

**13 DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 13.1 Fica disponível no Paço Municipal, com acesso incondicional a todos os interessados, os anexos referendados neste edital.
- 13.2 A íntegra de toda documentação (memorial descritivo e projetos) faz parte do processo licitatório do Edital de Tomada de Preços nº 17/2016 - PMV.
- 13.3 Demais informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Videira.

Videira, 18 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

**EDITAL PRÉVIO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 006/2021**

Publicação Nº 2877607

**EDITAL PRÉVIO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 006/2021**

DORIVAL CARLOS BORG, PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe a Constituição Federal, Art. 145, inciso III, Código Tributário Nacional, art. 81 e 82, Decreto Lei 195/67, Código Tributário Municipal, instituído pela Lei Complementar nº 69/85, artigos 69 a 78-A, divulga os elementos relativos à obra pública de PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES E DRENAGEM PLUVIAL, de conformidade com os itens a seguir relacionados:

**1. DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO**

- 1.1 O memorial descreve normas para a execução dos serviços de "Pavimentação com Pedras Irregulares e Drenagem Pluvial – Bairro Cidade Alta".
- 1.2 A contratação desta obra proceder-se-á através de procedimento licitatório, nos termos da Lei n. 8.666/93.
- 1.3 O projeto de pavimentação com pedras irregulares das Ruas Gasparino Codagnoni, Jorge Hergert e Ema Schimdt Machienavie, será executado conforme projeto e especificações do memorial descritivo. Constituem partes integrantes do memorial descritivo, os seguintes projetos e documentos: Projeto Geométrico; Planta de Sinalização; Planta de Drenagem; Planilha Orçamentária; Cronograma Físico-Financeiro e Composição BDI.
- 1.4 O Projeto Geométrico foi desenvolvido tendo por base as características técnicas preconizadas nas normas e foi ordenado aos elementos básicos reconhecidos pelos estudos topográficos.
- 1.5 O perfil longitudinal foi elaborado com o objetivo de quantificar os serviços de movimento de terra a serem executados, bem como dar destino aos materiais escavados não utilizados e, quando necessário, orientar a obtenção dos materiais para complementação dos aterros.
- 1.6 O projeto de terraplanagem teve por objetivo a definição da seção transversal e o cálculo dos volumes dos materiais destinados à conformação da plataforma e o terreno deverá ser regularizado conforme perfil longitudinal de projeto, devendo executar as compensações de corte e aterros necessários para a execução das obras. Neste caso específico, o aterro deverá ser executado em camadas de, no máximo, 20cm e a umidade do solo será mantida próxima de 3% da ótima dentro da curva Proctor.
- 1.7 O projeto de drenagem das Ruas Gasparino Codagnoni, Jorge Hergert e Ema Schimdt Machienavie, visa ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais, objetivando conduzi-las a local de deságue seguro, sem comprometer o pavimento, residências e terrenos. Dessa maneira foram projetados alguns dispositivos para a condução dessas águas para locais de deságue seguro, minimizando efeitos erosivos e sem comprometimento da estabilidade.
- 1.8 A sinalização viária é a comunicação visual, por meio de placas, painéis ou dispositivos auxiliares, situados na posição vertical ou horizontal, implantados à margem da via ou suspensos sobre ela. Regulamentam o uso da via
- 1.9 A íntegra do memorial descritivo e a descrição individual dos serviços constam no Anexo 01 deste Edital.



## 2. DESCRIÇÃO GERAL DA OBRA

2.1 A obra a ser executada compõe-se de pavimentação com pedras irregulares, drenagem das águas pluviais e sinalização das ruas abaixo descritas, conforme segue:

- Rua Jorge Hergert;
- Rua Gasparino Codagnoni;
- Rua Ema Schmidt Machienavie.

2.2 A drenagem pluvial será composta por bocas de lobo, que serão locadas ao longo da rua, conforme indicação da planta de drenagem.

2.3 O solo previamente preparado através de cortes e aterros conforme projeto, e devidamente compactado (neste caso específico, o aterro deverá ser executado em camadas de, no máximo, 20cm e a umidade do solo será mantida próxima de 3% da ótima dentro da curva Proctor).

2.4 Os serviços Preliminares compreendem:

2.4.1 Canteiro de obras, que envolve a guarda, vigia e segurança de todos os elementos do canteiro de obras, garantindo seu fechamento e evitando intrusões, mantendo em perfeitas condições todas as instalações pertencentes ao canteiro, primando pela limpeza e conservação também das áreas externas e contíguas ao canteiro.

2.4.2 Placa de Identificação de obra com área de 2,40m<sup>2</sup>, com altura de 1,20m e largura de 2,00m, (confeccionada em chapa galvanizada fixada com estrutura de madeira). Fixada em local visível.

2.4.3 Sinalização de obra, a obra deverá ser devidamente sinalizada com placas de advertência, cones de sinalização e cavaletes, de forma a evitar acidentes no decorrer de sua execução.

2.4.4 Locação de obra, que consiste na locação do eixo do traçado, seu nivelamento e seccionamento transversal, a marcação e nivelamento dos "offsets", bem como alocação de todos os demais serviços previstos para a execução da obra.

2.4.5 Controle de Qualidade dos Serviços, que consiste na realização de testes de qualidade dos serviços executados por meio de empresa especializada.

## 3. DRENAGEM

3.1 O projeto de drenagem com pedras irregulares das Ruas Gasparino Codagnoni, Jorge Hergert e Ema Schmidt Machienavie, visa ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais. Para melhor conduzir as águas de chuvas sem comprometer o pavimento, serão executadas caixas coletoras a montante e a jusante das tubulações, seguindo o posicionamento indicado em projeto. Fazem parte da drenagem os seguintes itens:

3.1.1 Locação da rede: as bocas de lobo serão locadas ao longo da rua e as tubulações serão assentadas conforme as indicações constantes em planta de drenagem.

3.1.2 Aberturas das cavas: deverá ser executado abertura de vala observando a inclinação mínima de 2%, sendo que a largura deverá ser igual ao diâmetro do tubo acrescidas de 40,00cm e profundidade de cota mínima de 200% do diâmetro do tubo para diâmetros de até 40 cm e 150% para diâmetros superiores a 40 cm.

3.1.3 Material proveniente da escavação: O material escavado que for apropriado para utilização no aterro/reaterro, será depositado ao lado da vala, poços ou cavas, a uma distância equivalente à profundidade de escavação. Caso contrário, o material escavado será transportado para o "bota fora" de responsabilidade da licitante vencedora.

3.1.4 Regularização do fundo da vala, poços e cavas: quando a escavação atingir a cota indicada em projeto, será feita a regularização e a limpeza do fundo da vala, poços ou cavas. Quando o greide final de escavação estiver situado em terreno cuja capacidade de suporte não for suficiente para servir como fundação direta, a profundidade de escavação deverá ser aumentada o suficiente para comportar um colchão de material, que poderá ser de lastro de pedra britada ou pulmão, ou ainda um berço de concreto, definidos em projeto.

3.1.5 Lastro de brita: sobre o leito da vala devidamente regularizado deverá ser executado um lastro de brita n.º1, com 5,00cm de espessura, para acomodação da tubulação de drenagem, em toda largura da cava.

## 3.2 INSTALAÇÃO DA TUBULAÇÃO DE DRENAGEM

3.2.1 A tubulação longitudinal projetada tem seu eixo locado junto ao passeio. Essa tubulação conduz as águas coletadas através das caixas de coleta até os pontos de descarga.

3.2.2 Os tubos serão de concreto, nos diâmetros indicados em planta, e deverão ser assentados preferencialmente nas declividades das ruas observando-se uma declividade mínima de 2%.

3.2.3 Caixas de Coleta de Águas Pluviais: deverão ser executadas com bloco de concreto ou tijolo a vista, instaladas conforme detalhe encontrado no projeto de drenagem totalizando as dimensões de 0,80x0,80m (externo). Para finalização da caixa de coleta, deverá ser confeccionado uma grade de ferro chato de 1 ½" x 5/16" espaçados no máximo a cada 0,04m, com dimensões de 0,67x0,67m para encaixe e fechamento da tampa da boca de lobo.

3.2.4 As bocas de lobo estão situadas junto ao meio fio. Sua altura varia conforme a profundidade das galerias, sendo estas projetadas com cobrimento mínimo de 0,50m.

3.2.5 Os bueiros tubulares de concreto serão locados de acordo com os elementos especificados no projeto.

3.2.6 O reaterro das valas será executado com material de primeira categoria, o qual deverá ser efetuado em camadas de 20cm devidamente compactadas por meios mecânicos e/ou manuais até a cota de terraplenagem.

## 4. PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES

4.1 Os meio-fios devem ser de concreto (Fck 15Mpa, traço 1:3) pré-moldado alisado, dupla face e assentados, perfeitamente alinhados e nivelados, com as seguintes dimensões: base: 0,15m; topo: 0,13m; altura: 0,30m e comprimento: 1,00m. Os meio-fios serão rebaixados



nos acessos dos veículos para os lotes confrontantes com a pavimentação e nas extremidades onde não houver continuidade da pavimentação de forma a garantir o travamento, conforme anotação no projeto executivo.

4.2 Após a execução dos serviços de regularização e compactação do subleito, será executada na espessura e largura projetadas, a camada de 15 cm de brita graduada.

4.3 A pavimentação das ruas será com pedras irregulares de basalto com forma poliédrica de quatro a oito faces, com a face superior plana. As dimensões ficando entre os limites de 8 a 15 cm de raio e altura variável de 10 a 15cm.

4.4 As pedras irregulares serão assentadas sobre a base de brita graduada, com formas encunhadas e assentadas com as faces de rolamento cuidadosamente escolhidas, entrelaçadas e unidas de modo que não coincidam as juntas vizinhas, tomando-se o cuidado para que o espaçamento entre as mesmas não seja superior a 0,02m. As pedras irregulares deverão ser niveladas com linhas e deverão formar na seção transversal uma inclinação mínima de 3% do eixo até os meio-fios.

4.5 Toda a pavimentação será rejuntada com uma camada de pó de pedra de no mínimo 2,00cm para preencher os vãos e travamento entre as pedras irregulares do pavimento.

## 5. PASSEIO

5.1 Projetado aterro no passeio até cota 10cm inferior a cota do meio-fio para execução da calçada. Será executado o reaterro do passeio público em toda extensão da via, sendo que o mesmo será nivelado e compactado.

5.2 Passeio executado de acordo com as larguras exigidas em projeto, exceto para as áreas onde já haja edificação existente. A área a ser pavimentada será previamente limpa e regularizada por uma camada de brita graduada (3cm de espessura) compactada.

## 6. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

6.1 A sinalização viária é estabelecida através de comunicação visual, por meio de placas, painéis ou dispositivos auxiliares, situados na posição vertical ou horizontal, implantados à margem da via ou suspensos sobre ela, tem como finalidade a regulamentação do uso da via, a advertência para situações potencialmente perigosas ou problemáticas, do ponto de vista operacional, o fornecimento de indicações, orientações e informações aos usuários, além do fornecimento de mensagens educativa.

6.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL: A implantação da sinalização deverá seguir o projeto de sinalização bem como suas especificações.

6.3 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL: A sinalização horizontal será empregada no pavimento, fazendo demarcação conforme projeto de sinalização, utilizando tinta retrorrefletiva, obedecendo os padrões prescritos na NBR 11862/2012.

## 7 CUSTO DA OBRA

7.1 O custo total orçado da obra (todas as ruas) é de R\$ 416.241,29 (quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e quarenta e um reais e vinte e nove centavos), conforme planilhas orçamentárias constantes no Anexo 02. Sendo:

- Ruas Jorge Hergert: R\$ 229.422,32
- Rua Gasparino Codagnoni: R\$ 100.427,96
- Rua Ema Schmidt Machienavie: R\$ 86.391,01

7.2 A parcela do custo da obra a ser recuperada pela Contribuição de Melhoria será o percentual a ser auferido pela valorização imobiliária dos imóveis delimitados das áreas de influência, limitado a totalidade do custo da obra.

## 8 DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

### 8.1. Bairro Cidade Alta:

- Ruas Jorge Hergert
- Rua Gasparino Codagnoni
- Rua Ema Schmidt Machienavie

8.2 O total da área a ser pavimentada das Ruas Gasparino Codagnoni, Jorge Hergert e Ema Schmidt Machienavie, é de 4.767,64m<sup>2</sup> (quatro mil setecentos e setenta e sete e sessenta e quatro metros quadrados) e uma extensão de 506,90m, das três ruas citadas anteriormente. Sendo:

- Pavimentação Rua Jorge Hergert  
Área Pavimentação: 2.643,25m<sup>2</sup>  
Extensão: 270,33m.  
Largura Pista: 2x5,00m (220,00m)/ 2x4,00m (50,33m)  
Largura Passeio: 2x3,00m/2x2,00m

- Pavimentação Rua Gasparino Codagnoni



Área Pavimentação: 1.174,84 m2  
Extensão: 116,57m  
Largura Pista: 2x5,00m (81,73)/ 2x4,00m (21,92m)  
Largura Passeio: 2x3,00m/2x1,50m

· Pavimentação Ema Schmidt Machienavie  
Área Pavimentação: 960,00 m2  
Extensão: 120,00m  
Largura Pista: 2x4,00m  
Largura Passeio: 2x2,00m

#### 9 PRAZO PARA CONCLUSÃO DA OBRA

9.1 O prazo para conclusão total de todos os serviços relativos à obra (Ruas Gasparino Codagnoni, Jorge Hergert e Ema Schmidt Machienavie) é de 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, segundo o Contrato 44/2019.

#### 10 CRITÉRIO DE LANÇAMENTO DO TRIBUTO

10.1 – O critério de lançamento do tributo, se dará pelo critério da valorização individual imobiliária, decorrente da realização da obra pública, em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitado ao total das despesas realizada.

10.2 – A avaliação do imóvel, anterior a feitura da obra para fins de aferimento do critério de valorização individual imobiliária, encontra-se descrito no laudo técnico elaborado por comissão especial de avaliação, descrito no Anexo 04.

10.3 - Lei Complementar nº 69/1985, com redação dada pela Lei Complementar n. 124/2012)

“Art. 75 – A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, a ser exigida pelo Município para fazer face ao custo das obras públicas, é a valorização do imóvel beneficiado, limitado ao total da despesa realizada.”

§ 1º - A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitada a despesa total realizada”.

#### 11 RELAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS PELA OBRA

11.1 – A relação nominal dos contribuintes, que terão seus imóveis valorizados em decorrência da obra pública, contendo: nome do contribuinte, área do imóvel, número da inscrição imobiliária, quadra, lote, logradouro e testada, segue no croqui constante no Anexo 03.

11.2 – Nos termos do Artigo 155, § 3º do Código Tributário Municipal, poderá o Município valer-se de notificação pessoal, se achar necessário, não interferindo na validade do descrito no parágrafo anterior.

#### 12 PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O lançamento será feito de ofício, após a conclusão da obra ou etapa, para cada imóvel beneficiado.

12.2 O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado conforme o Artigo 78 do Código Tributário Municipal.

12.3 O contribuinte que optar pela cota única será concedido desconto de 10% (dez por cento).

#### 13 DA IMPUGNAÇÃO

13.1 Os contribuintes terão prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste edital, para impugnação de quaisquer dos elementos constantes desde edital.

#### 14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Fica disponível no Paço Municipal, com acesso incondicional a todos os interessados, os anexos referendados neste edital.

14.2 A íntegra de toda documentação (memorial descritivo e projetos) faz parte do processo licitatório do Edital de Tomada de Preços nº 02/2019 - PMV.

14.3 Demais informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Videira.

Videira, 18 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 0197/2021**

Publicação Nº 2877600

PORTARIA nº 0197/2021

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 4245/2021,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 22 de fevereiro de 2021 a 2 de março 2021, o gozo de férias do servidor JOEL ALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, referente ao período aquisitivo de 5 de outubro de 2019 até 4 de outubro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2021.

Videira, 19 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2021.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 0198/2021**

Publicação Nº 2877599

PORTARIA nº 0198/2021

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 4243/2021,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 22 de fevereiro de 2021 a 2 de março 2021, o gozo de férias do servidor AIRTON LORENI ZONTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II – Ambulância, referente ao período aquisitivo de 26 de março de 2018 até 25 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2021.

Videira, 19 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2021.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431



**PORTARIA Nº 0199/2021**

Publicação Nº 2877597

PORTARIA nº 0199/2021

Interrompe gozo de férias de servidora que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 4237/2021,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 22 de fevereiro de 2021 a 2 de março 2021, o gozo de férias da servidora SILVIANE DAROL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II – Ambulância, referente ao período aquisitivo de 18 de maio de 2018 até 17 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2021.

Videira, 19 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2021.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 0200/2021**

Publicação Nº 2877596

PORTARIA nº 0200/2021

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Designar ROBSON RODRIGUES, Auxiliar de Serviços Gerais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível IV, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2021.

Videira, 19 de fevereiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2021.

EURO VIECELI  
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2021 - PMV**

Publicação Nº 2878849

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2021 – PMV

O Secretário Municipal de Gabinete torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 18/2021 – PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MÁSCARAS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL). 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 24/02/2021 a partir das 09:00h até o dia 10/03/2021 às 08:59h. Abertura das propostas e início da sessão de disputa de lances: dia 10/03/2021 às 09:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 23 de fevereiro de 2021.

FABIANO LUIZ MARAFON

Secretário Municipal de Gabinete



**ADITIVO 41/2021 - RETIFICAÇÃO**

Publicação Nº 2877789

**Termo Aditivo nº 41/2021****Retificação do valor dos itens 1 e 7 e valor total do aditivo**

Contrato/CT nº 51/2020

Processo: PR 13/2020-PMV

Contratado: **K & A TELECOMUNICAÇÕES LTDA**Objeto: Prorrogar prazo de **03/03/2021 a 02/03/2022** e reajustar valor conforme segue:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit	Preço Unit. com reajuste	Preço Total
1	12,00	MÊS	LINK DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE DE DOWNLOAD DE 8 MBPS E UPLOAD DE 3 MBPS. A MEDIÇÃO DA VELOCIDADE DE DOWNLOAD E UPLOAD SERÁ ATRAVÉS DO SITE <a href="http://www.brasilbandalarga.com.br/index.php/sp_eedtest">HTTP://WWW.BRASILBANDALARGA.COM.BR/INDEX.PHP/SP_EEDTEST</a> PARA MEDIR A VELOCIDADE, COM LATÊNCIA MÉDIA DE 20MS E MÁXIMA DE 60 MS SENDO MEDIDA ATÉ O PROVEDOR ATRAVÉS DO COMANDO PING -N 30 -L 4096 999.999.999.99 (IP DO PROVEDOR) NÃO PODENDO HAVER PERDA DE PACOTES. A EMPRESA DEVE FORNECER ESSA VELOCIDADE COM GARANTIA DE 100% DE BANDA, ACEITANDO-SE UMA VARIAÇÃO MÁXIMA DE 15% NA VELOCIDADE ESTABELECIDADA, SENDO A VARIAÇÃO OCASIONAL, MOMENTÂNEA E NÃO FREQUENTE. O FORNECIMENTO SERÁ ATRAVÉS DA TECNOLOGIA VIA RÁDIO NA FREQUÊNCIA DE 5.8 AC-GHZ COM 01 IP FIXO, DEVENDO SER INSTALADO PARA USO EXCLUSIVO DA ESCOLA MUNICIPAL NA LINHA SEDE ETELVINA. ENDEREÇO DE INSTALAÇÃO: VIDEIRA, INTERIOR - LINHA SEDE ETELVINA - ESCOLA MUNICIPAL.	K&A COMUNIC AÇÕES	390,00	490,26	Onde se lê 5.883,22 Leia-se 5.883,12
3	12,00	MÊS	LINK DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE DE DOWNLOAD DE 5 MBPS E UPLOAD DE 1 MBPS. A MEDIÇÃO DA VELOCIDADE DE DOWNLOAD E UPLOAD SERÁ ATRAVÉS DO SITE <a href="http://www.brasilbandalarga.com.br/index.php/sp_eedtest">HTTP://WWW.BRASILBANDALARGA.COM.BR/INDEX.PHP/SP_EEDTEST</a> PARA MEDIR A VELOCIDADE, COM LATÊNCIA MÉDIA DE 20MS E MÁXIMA DE 60 MS SENDO MEDIDA ATÉ O PROVEDOR ATRAVÉS DO COMANDO PING -N 30 -L 4096 999.999.999.99 (IP DO PROVEDOR) NÃO PODENDO HAVER PERDA DE PACOTES. A EMPRESA DEVE FORNECER ESSA VELOCIDADE COM GARANTIA DE 100% DE BANDA, ACEITANDO-SE UMA VARIAÇÃO MÁXIMA DE 15% NA VELOCIDADE ESTABELECIDADA, SENDO A VARIAÇÃO OCASIONAL, MOMENTÂNEA E NÃO FREQUENTE. O FORNECIMENTO SERÁ ATRAVÉS DA TECNOLOGIA VIA RÁDIO NA FREQUÊNCIA DE 5.8 AC-GHZ COM 01 IP FIXO, DEVENDO SER INSTALADO PARA USO EXCLUSIVO DO CEMEI MUNICIPAL NA LINHA APARECIDA. ENDEREÇO DE INSTALAÇÃO: VIDEIRA, INTERIOR - LINHA APARECIDA - ESCOLA MUNICIPAL	K&A COMUNIC AÇÕES	300,00	377,13	4.525,56
5	12,00	MÊS	LINK DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE DE DOWNLOAD DE 5 MBPS E UPLOAD DE 1 MBPS. A MEDIÇÃO DA VELOCIDADE DE DOWNLOAD E UPLOAD SERÁ ATRAVÉS DO SITE <a href="http://www.brasilbandalarga.com.br/index.php/sp_eedtest">HTTP://WWW.BRASILBANDALARGA.COM.BR/INDEX.PHP/SP_EEDTEST</a> PARA MEDIR A VELOCIDADE, COM LATÊNCIA MÉDIA DE 20MS E MÁXIMA DE 60 MS SENDO MEDIDA ATÉ O PROVEDOR ATRAVÉS DO COMANDO PING -N 30 -L 4096 999.999.999.99 (IP DO PROVEDOR) NÃO PODENDO HAVER PERDA DE PACOTES. A EMPRESA DEVE FORNECER ESSA VELOCIDADE COM GARANTIA DE 100% DE BANDA, ACEITANDO-SE UMA VARIAÇÃO MÁXIMA DE 15% NA VELOCIDADE ESTABELECIDADA, SENDO A VARIAÇÃO OCASIONAL, MOMENTÂNEA E NÃO FREQUENTE. O FORNECIMENTO SERÁ ATRAVÉS DA TECNOLOGIA VIA RÁDIO NA FREQUÊNCIA DE 5.8 AC-GHZ COM 01 IP FIXO, DEVENDO SER INSTALADO PARA USO EXCLUSIVO DO CEMEI MUNICIPAL NA LINHA VISTA ALEGRE. ENDEREÇO DE INSTALAÇÃO: VIDEIRA, INTERIOR - LINHA VISTA ALEGRE - ESCOLA MUNICIPAL.	K&A COMUNIC AÇÕES	300,00	377,13	4.525,56



7	12,00	MÊS	LINK DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE DE DOWNLOAD DE 8 MBPS E UPLOAD DE 3 MBPS. A MEDIÇÃO DA VELOCIDADE DE DOWNLOAD E UPLOAD SERÁ ATRAVÉS DO SITE <a href="http://www.brasilbandalarga.com.br/index.php/sp_eedtest">HTTP://WWW.BRASILBANDALARGA.COM.BR/INDEX.PHP/SP_EEDTEST</a> PARA MEDIR A VELOCIDADE, COM LATÊNCIA MÉDIA DE 20MS E MÁXIMA DE 60 MS SENDO MEDIDA ATÉ O PROVEDOR ATRAVÉS DO COMANDO PING -N 30 -L 4096 999.999.999.99 (IP DO PROVEDOR) NÃO PODENDO HAVER PERDA DE PACOTES. A EMPRESA DEVE FORNECER ESSA VELOCIDADE COM GARANTIA DE 100% DE BANDA, ACEITANDO-SE UMA VARIAÇÃO MÁXIMA DE 15% NA VELOCIDADE ESTABELECIDADA, SENDO A VARIAÇÃO OCASIONAL, MOMENTÂNEA E NÃO FREQUENTE. O FORNECIMENTO SERÁ ATRAVÉS DA TECNOLOGIA VIA RÁDIO NA FREQUÊNCIA DE 5.8 AC-GHZ COM 01 IP FIXO, DEVENDO SER INSTALADO PARA USO EXCLUSIVO DA ESCOLA MUNICIPAL NA LINHA SÃO PEDRO. ENDEREÇO DE INSTALAÇÃO: VIDEIRA, INTERIOR - LINHA SÃO PEDRO - ESCOLA MUNICIPAL	K&A COMUNIC AÇÕES	390,00	490,26	Onde se lê 5.883,22 Leia-se 5.883,12
---	-------	-----	---	-------------------------	--------	--------	---

**Onde se lê:**

Valor: **R\$ 20.817,56** (vinte mil oitocentos e dezessete reais e cinquenta e seis centavos).

**Leia-se:**

Valor: **R\$ 20.817,36** (vinte mil oitocentos e dezessete reais e trinta e seis centavos).

Data: 23/02/2021.



**CÂMARA MUNICIPAL****ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN - 1**

Publicação Nº 2878370

**Estado de Santa Catarina****Betha Sistemas****CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Exercício de 2020

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1  
Administração Direta

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		DESPESAS CORRENTES	1.410.298,56
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.236.509,60
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	173.788,96
		DESPESAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	54.092,65
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.608,12
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.484,53
DEFICIT	1.464.391,21		
TOTAL	1.464.391,21	TOTAL	1.464.391,21
		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	1.464.391,21
		DESPESAS DE CAPITAL	50.806,89
		INVESTIMENTOS	50.806,89
DEFICIT	1.515.198,10		
TOTAL	1.515.198,10	TOTAL	1.515.198,10

**Resumo**

SUPRIMENTOS	0,00	DESPESAS CORRENTES	1.464.391,21
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	50.806,89
DEFICIT	1.515.198,10		
TOTAL	1.515.198,10	TOTAL	1.515.198,10

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

Videira, 15/01/2021

Célio de Jesus Campos  
Contador CRC/SC nº 032865/O-6

Carlos Demenek  
Presidente



**ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN - 10**

Publicação Nº 2878415

**Estado de Santa Catarina****Betha Sistemas****CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Exercício de 2020

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos

Videira, 15/01/2021

Célio de Jesus Campos

Contador CRC/SC nº 032865/O-6

Carlos Demenek

Presidente



## ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN - 11

Publicação Nº 2878416

Estado de Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 1

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
19 CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
19.01 CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
1901.01 Legislativa	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
1901.01.031 Ação Legislativa	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
19.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
19.01.01.031.0001.1.037 EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS, VEÍCULOS E OUTROS CÂMARA	74.073,00	0,00	74.073,00	47.237,20	26.835,80
4.4.90.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	74.073,00	0,00	74.073,00	47.237,20	26.835,80
4.4.90.51.00.00.00.01.0000 Obras e Instalações				3.000,00	
4.4.90.51.80.00.00.01.0000 Estudos e Projetos				3.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.01.0000 Equipamentos e Material Permanente				44.237,20	
4.4.90.52.06.00.00.00.01.0000 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				1.915,00	
4.4.90.52.33.00.00.00.01.0000 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto				3.839,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0000 Mobiliário em Geral				38.483,20	
19.01.01.031.0001.1.038 CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA CÂMARA	200.000,00	0,00	200.000,00	3.569,69	196.430,31
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,00	200.000,00	3.569,69	196.430,31
4.4.90.51.00.00.00.01.0000 Obras e Instalações				3.569,69	
4.4.90.51.07.00.00.00.01.0000 Reforma				3.569,69	
19.01.01.031.0001.2.072 MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	1.921.716,00	0,00	1.921.716,00	1.464.391,21	457.324,79
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	1.376.167,00	0,00	1.376.167,00	1.236.509,60	139.657,40
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.06.1690,68	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0000 vencimentos e salários				1.06.1690,68	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 Obrigacoes Patronais				174.818,92	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS				174.818,92	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas - Oper:Intra-Orçamentárias	65.578,00	0,00	65.578,00	51.608,12	13.969,88
3.1.91.13.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Patronais - Op:Intra-Orçamentárias				51.608,12	
3.1.91.13.03.00.00.00.01.0000 Contribuição Patronal Para o Regime Próprio				50.367,23	
3.1.91.13.99.00.00.00.01.0000 Outras Obrigações Patronais				1.240,89	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	468.872,00	0,00	468.872,00	166.888,96	301.983,04
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0000 Diárias - Civil				2.356,87	
3.3.90.14.00.00.00.01.0000 Diárias no País - Civil				2.356,87	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo				14.826,25	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				600,48	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0000 Gêneros de Alimentação				1.232,87	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0000 Material de Expediente				2.929,11	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0000 Material de Processamento de Dados				370,85	
3.3.90.30.19.00.00.00.01.0000 Material de Acondicionamento e Embalagem				106,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0000 Material de Copa e Cozinha				76,17	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0000 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				1.949,36	



**Estado de Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 2

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
19 CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
19.01 CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
1901.01 Legislativa	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
1901.01.031 Ação Legislativa	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
19.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
19.01.01.031.0001.2.072 MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	1.921.716,00	0,00	1.921.716,00	1.464.391,21	457.324,79
3.3.90.30.31.00.00.00.01.0000 Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos				1.200,40	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Veículos				180,00	
3.3.90.30.41.00.00.00.01.0000 Material para Utilização em Gráfica				2.671,50	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0000 Material de Sinalização Visual e Afins				1.734,00	
3.3.90.30.50.00.00.00.01.0000 Bandeiras, Flâmulas e Insignias				765,00	
3.3.90.30.96.00.00.00.01.0000 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				1.010,51	
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				11.542,69	
3.3.90.36.07.00.00.00.01.0000 Estagiários				11.097,69	
3.3.90.36.25.00.00.00.01.0000 Serviços de Limpeza e Conservação				445,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				107.079,46	
3.3.90.39.01.00.00.00.01.0000 Assinatura de Períodos e Anuidades				200,00	
3.3.90.39.08.00.00.00.01.0000 Manutenção de Software				32.930,63	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0000 Locação de Softwares				5.380,57	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0000 Limpeza de Veículos				110,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				859,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				2.720,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0000 Serviços de Energia Elétrica				3.401,95	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0000 Serviços de Seleção e Treinamento				3.390,00	
3.3.90.39.59.00.00.00.01.0000 Serviços de Audio, Vídeo e Foto				39,80	
3.3.90.39.64.00.00.00.01.0000 Telefonia fixa e Móvel				3.000,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0000 seguros em Geral				1.459,01	
3.3.90.39.77.00.00.00.01.0000 Vigilância Ostensiva/Monitorada				1.377,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0000 Serviços Bancários				1.933,25	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0000 Serviços de Publicidade Legal				40.816,65	
3.3.90.39.96.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros Jur - Pagto Antec				1.324,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				8.137,60	
3.3.90.40.00.00.00.00.01.0000 Serv. de Tec. da Inf. e Comun(TIC)-Pessoa Jur.				4.383,69	
3.3.90.40.04.00.00.00.01.0000 Comunicação de dados				4.383,69	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0000 Auxílio-Alimentacao				25.200,00	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0000 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				25.200,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas				1.500,00	
3.3.90.47.17.00.00.00.00.01.0000 Contribuições para Associações				1.500,00	
3.3.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos				2.484,53	
3.3.91.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.580,00	0,00	3.580,00	2.484,53	1.095,47



## Estado de Santa Catarina

## CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 3

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
19 CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
19.01 CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
1901.01 Legislativa	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
1901.01.031 Ação Legislativa	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
19.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
19.01.01.031.0001.2.072 MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	1.921.716,00	0,00	1.921.716,00	1.464.391,21	457.324,79
3.3.91.39.44.00.00.00.01.0000 Serviços de Água e Esgoto				2.484,53	
3.3.93.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	7.519,00	0,00	7.519,00	6.900,00	619,00
3.3.93.40.00.00.00.00.01.0000 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação				6.900,00	
3.3.93.40.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Tecnologia da Informação e Comu				6.900,00	
Total por Entidade:	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90
Total Geral:	2.195.789,00	0,00	2.195.789,00	1.515.198,10	680.590,90

Videira, 15/01/2021

Célio de Jesus Campos  
Contador CRC/SC nº 032865/O-6

Carlos Damentek  
Presidente



**ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN - 12**

Publicação Nº 2878418

**Estado de Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Exercício de 2020

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página: 1/2

Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Déficit (VI)	2.195.789,00	2.195.789,00	1.515.198,10	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>2.195.789,00</b>	<b>2.195.789,00</b>	<b>1.515.198,10</b>	<b>-680.590,90</b>

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	0,00	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.921.716,00	1.921.716,00	1.464.391,21	1.430.786,46	1.345.013,43	457.324,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.441.745,00	1.441.745,00	1.288.117,72	1.288.117,72	1.205.698,85	153.627,28
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	479.971,00	479.971,00	176.273,49	142.668,74	139.314,58	303.697,51
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	274.073,00	274.073,00	50.806,89	50.806,89	50.806,89	223.266,11
INVESTIMENTOS	274.073,00	274.073,00	50.806,89	50.806,89	50.806,89	223.266,11
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VII + IX + X)</b>	<b>2.195.789,00</b>	<b>2.195.789,00</b>	<b>1.515.198,10</b>	<b>1.481.593,35</b>	<b>1.395.820,32</b>	<b>680.590,90</b>
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)</b>	<b>2.195.789,00</b>	<b>2.195.789,00</b>	<b>1.515.198,10</b>	<b>1.481.593,35</b>	<b>1.395.820,32</b>	<b>680.590,90</b>
Superávit (XIV)	-	-	-	-	-	0,00
<b>TOTAL (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>2.195.789,00</b>	<b>2.195.789,00</b>	<b>1.515.198,10</b>	<b>1.481.593,35</b>	<b>1.395.820,32</b>	<b>680.590,90</b>
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:**

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	40.381,91	25.283,61	25.283,61	15.098,30	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	40.381,91	25.283,61	25.283,61	15.098,30	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	303.012,24	303.012,24	303.012,24	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	303.012,24	303.012,24	303.012,24	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina

Betha Sistemas

CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Exercício de 2020

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página: 2/2

## ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>343.394,15</b>	<b>328.295,85</b>	<b>328.295,85</b>	<b>15.098,30</b>	<b>0,00</b>

## ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	83.668,64	83.668,64	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	80.062,88	80.062,88	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	3.605,76	3.605,76	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>83.668,64</b>	<b>83.668,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Videira, 15/01/2021

Célio de Jesus Campos

Contador CRC/SC nº 032865/O-6

Carlos Demenek

Presidente



EXERCÍCIO:2020

PERÍODO (MÊS): Janeiro A. Dezembro

DATA DE EMISSÃO:01/01/2021

PÁGINA:1

Estado de Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13

Administração Direta

INGRESSOS		DESPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	0,00	Despesas Orçamentária (VII)	1.515.186,10
Ordinária	0,00	Ordinária	1.515.186,10
Vinculada	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2.195.789,00	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	695.688,09
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.195.789,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	695.688,09
Recbimentos Extraorçamentários (IV)	342.000,88	Pagamentos Extraorçamentários (X)	632.617,83
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	33.604,75	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	328.256,86
Inscrição de Restos a Pagar Processados	85.773,03	RP PROCESSADOS PAGOS	83.666,64
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	222.623,10	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	220.683,34
Saldo do Exercício Anterior (V)	444.596,93	Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	138.883,79
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	444.596,93	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	138.883,79
TOTAL (VI) = (II+III+IV+V)	2.982.388,81	TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	2.982.388,81

Videira, 15/01/2021

Cópio de Jesus Campos

Contador CRC/SC nº 032985/O-6

Carlos Demenek

Presidente



Estado de Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Administração Direta

Betna Sistemas

Exercício 2020

Período: Janeiro a Dezembro

Página: 1

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	139.678,82	445.402,84	PASSIVO CIRCULANTE	147.789,94	140.235,18
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	138.883,79	444.588,93	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	124.929,88	119.093,28
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	795,03	803,91	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.354,16	3.505,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE	928.230,99	595.118,30	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	19.505,90	17.536,14
IMOBILIZADO	928.222,54	595.109,85	TOTAL DO PASSIVO	147.789,94	140.235,18
INTANGÍVEL	8,45	8,45			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	501.888,86	501.888,86
			RESULTADOS ACUMULADOS	418.231,01	398.397,10
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	19.833,91	274.579,22
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	398.397,10	123.817,88
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	920.119,87	900.285,96
TOTAL	1.067.909,81	1.040.521,14	TOTAL	1.067.909,81	1.040.521,14
ATIVO FINANCEIRO	138.883,79	444.588,93	PASSIVO FINANCEIRO	138.883,68	444.588,93
ATIVO PERMANENTE	929.026,02	595.922,21	PASSIVO PERMANENTE	42.511,01	39.030,40
SALDO PATRIMONIAL				886.515,12	556.891,81

COMPENSAÇÕES					
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00	14.850,61	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	41.832,88	324.765,39
TOTAL	0,00	14.850,61	TOTAL	41.832,88	324.765,39
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	
ORDINÁRIA			0,11	0,00	
VINCULADA			0,00	0,00	
TOTAL			0,11	0,00	

Videira, 15/01/2021

Célio de Jesus Campos

Contador CRC/SC nº 032665/C-6

Carlos Demenak

Presidente



## ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN - 15

Publicação Nº 2878428

Estado de Santa Catarina  
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA  
Demonstração das Variações Patrimoniais  
Administração Direta

Exercício de 2020  
PERÍODO (MÊS): Janeiro a Dezembro  
Página: 1/1

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior	TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências e Delegações Recebidas	2.195.789,00	3.224.230,00	Pessoal e Encargos	1.318.310,98	1.234.758,27
Transferências Intra Governamentais	2.195.789,00	3.224.230,00	Remuneração de Pessoal	1.091.883,94	1.022.325,03
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.512,65	0,00	Encargos Patronais	226.427,04	212.433,24
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	1.512,65	0,00	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	161.987,67	222.972,80
			Uso de Material de Consumo	14.904,29	18.030,47
			Serviços	126.356,94	176.077,78
			Depreciação, Amortização e Exaustação	20.706,44	28.884,55
			Transferências e Delegações Concedidas	695.689,09	1.487.055,91
			Transferências Intra Governamentais	695.689,09	1.487.055,91
			Tributárias	1.500,00	0,00
			Contribuições	1.500,00	0,00
			Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	4.863,80
			Premiações	0,00	1.479,80
			Incentivos	0,00	3.384,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	2.197.301,65	3.224.230,00	Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	2.177.467,74	2.949.650,78
Resultado Patrimonial do Período				19.833,91	274.579,22

## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (Decorrentes da execução orçamentária)

TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de ativo	50.806,89	20.408,89
Desincorporação de passivo	0,00	0,00
Incorporação de passivo	0,00	0,00
Desincorporação de ativo	0,00	0,00

Videira, 15/01/2021

Célio de Jesus Campos  
Contador CRC/SC nº 032.865/O-6

Carlos Demenek  
Presidente



**ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN - 16**

Publicação N° 2878431

**Estado de Santa Catarina**

Exercício de 2020

**CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa - Anexo 16

Página: 1/1

Administração Direta

Autorizações				Saldo anterior em Circulação	Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor da Emissão		Emissão	Resgate	Valor

**Totais :** 0,00 0,00 0,00 0,00

**NADA À DECLARAR**

Videira, 15/01/2021

Célio de Jesus Campos

Contador CRC/SC nº 032865/O-6

Carlos Demenek

Presidente



**ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN - 17**

Publicação Nº 2878435

**Estado de Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Exercício 2020

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página: 1/1

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>427.062,79</b>	<b>119.377,78</b>	<b>427.062,79</b>	<b>119.377,78</b>
Restos a Pagar Não Processados	343.394,15	33.604,75	343.394,15	33.604,75
Restos a Pagar Processados	83.668,64	85.773,03	83.668,64	85.773,03
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>17.536,14</b>	<b>222.623,10</b>	<b>220.653,34</b>	<b>19.505,90</b>
CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS	1.125,93	12.716,79	13.511,16	331,56
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	0,00	578,80	578,80	0,00
FASM	0,00	6.876,95	6.663,31	213,64
INPREVID	0,00	31.338,51	30.964,64	373,87
INSS	6.975,71	101.657,91	101.216,75	7.416,87
IRRF	9.427,84	60.378,93	58.655,11	11.151,66
ISS	6,66	6.409,51	6.397,87	18,30
Rendimento de Aplicação Financeira	0,00	2.665,70	2.665,70	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>444.598,93</b>	<b>342.000,88</b>	<b>647.716,13</b>	<b>138.883,68</b>

Videira, 15/01/2021

Célio de Jesus Campos

Contador CRC/SC nº 032865/O-6

Carlos Demenek

Presidente



## ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN - 18

Publicação Nº 2878436

Estado de Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
	Exercício Atual
INGRESSOS	6.761.406,18
Transferências recebidas	0,00
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	6.761.406,18
DESEMBOLSOS	6.730.780,20
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	1.197.972,44
Legislativa	1.197.972,44
TRANSFERÊNCIAS	54.092,65
Intragovernamentais	54.092,65
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	5.478.715,11
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>30.625,98</b>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
	Exercício Atual
DESEMBOLSOS	336.341,12
Aquisição de Ativos Não Circulante	285.730,91
Outros Desembolsos de Investimentos	50.610,21
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-336.341,12</b>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
	Exercício Atual
DESEMBOLSOS	0,00
Outros Desembolsos de Financiamentos	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	
	Exercício Atual
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>-305.715,14</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>444.598,93</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>138.883,79</b>



## ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN - 19

Publicação Nº 2878439

Betha Sistemas  
Exercício 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1/1

Estado de Santa Catarina  
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA  
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido  
Administração Direta

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	501.888,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	398.397,10	0,00	900.285,96
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.833,91	0,00	19.833,91
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	501.888,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	418.231,01	0,00	920.119,87



## ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN - 2

Publicação Nº 2878404

Estado de Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.464.391,21
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.288.117,72
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.236.509,60	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.061.690,68		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	1.061.690,68		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	174.818,92		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	174.818,92		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		51.608,12	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	51.608,12		
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	50.367,23		
3.1.91.13.99.00.00.00	Outras Obrigações Patronais	1.240,89		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			176.273,49
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		166.888,96	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	2.356,87		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	2.356,87		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	14.826,25		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	600,48		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	1.232,87		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	2.929,11		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	370,85		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	106,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	76,17		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	1.949,36		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	1.200,40		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	180,00		
3.3.90.30.41.00.00.00	Material para Utilização em Gráfica	2.671,50		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	1.734,00		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	765,00		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	1.010,51		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	11.542,69		
3.3.90.36.07.00.00.00	Estagiários	11.097,69		
3.3.90.36.25.00.00.00	Serviços de Limpeza e Conservação	445,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	107.079,46		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	200,00		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	32.930,63		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	5.380,57		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	110,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	859,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	2.720,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	3.401,95		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	3.390,00		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	39,80		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	3.000,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	1.459,01		
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	1.377,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.933,25		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	40.816,65		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	1.324,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	8.137,60		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	4.383,69		
3.3.90.40.04.00.00.00	Comunicação de dados	4.383,69		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	25.200,00		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	25.200,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.500,00		
3.3.90.47.17.00.00.00	Contribuições para Associações	1.500,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		2.484,53	
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.484,53		
3.3.91.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	2.484,53		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		6.900,00	
3.3.93.40.00.00.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	6.900,00		
3.3.93.40.99.00.00.00	Outros Serviços de Tecnologia da Informação e Comu	6.900,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			50.806,89
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			50.806,89
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		50.806,89	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	6.569,69		



**Estado de Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	3.569,69		
4.4.90.51.80.00.00.00	Estudos e Projetos	3.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	44.237,20		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.915,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	3.839,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	38.483,20		
Total:				1.515.198,10

Videira, 15/01/2021

Célio de Jesus Campos

Contador CRC/SC nº 032865/O-6

Carlos Demenek

Presidente



## ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN - 2

Publicação Nº 2878408

**Estado de Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2  
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão: 19 - CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA

Unidade Orçamentária: 01 - CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.464.391,21
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.288.117,72
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.236.509,60	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.061.690,68		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	1.061.690,68		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	174.818,92		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	174.818,92		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		51.608,12	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	51.608,12		
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	50.367,23		
3.1.91.13.99.00.00.00	Outras Obrigações Patronais	1.240,89		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			176.273,49
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		166.888,96	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	2.356,87		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	2.356,87		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	14.826,25		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	600,48		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	1.232,87		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	2.929,11		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	370,85		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	106,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	76,17		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.949,36		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	1.200,40		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	180,00		
3.3.90.30.41.00.00.00	Material para Utilização em Gráfica	2.671,50		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	1.734,00		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	765,00		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	1.010,51		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	0,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	11.542,69		
3.3.90.36.07.00.00.00	Estagiários	11.097,69		
3.3.90.36.25.00.00.00	Serviços de Limpeza e Conservação	445,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	107.079,46		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	200,00		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	32.930,63		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	5.380,57		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	110,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	859,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	2.720,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	3.401,95		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	3.390,00		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	39,80		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	3.000,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	1.459,01		
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	1.377,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.933,25		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	40.816,65		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terceira Pessoa Jur - Pagto Antec	1.324,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	8.137,60		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	4.383,69		
3.3.90.40.04.00.00.00	Comunicação de dados	4.383,69		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	25.200,00		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	25.200,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.500,00		
3.3.90.47.17.00.00.00	Contribuições para Associações	1.500,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		2.484,53	
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.484,53		
3.3.91.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	2.484,53		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		6.900,00	



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

**Estado de Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão: 19 - CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA

Unidade Orçamentária: 01 - CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.93.40.00.00.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	6.900,00		
3.3.93.40.99.00.00.00	Outros Serviços de Tecnologia da Informação e Comu	6.900,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			50.806,89
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			50.806,89
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		50.806,89	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	6.569,69		
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	3.569,69		
4.4.90.51.80.00.00.00	Estudos e Projetos	3.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	44.237,20		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.915,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	3.839,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	38.483,20		
Total da Unidade:				1.515.198,10
Total do Órgão:				1.515.198,10
Total da Entidade:				1.515.198,10
TOTAL GERAL:				1.515.198,10

Videira, 15/01/2021

Célio de Jesus Campos  
Contador CRC/SC nº 032865/O-6Carlos Demenek  
Presidente



**ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN - 2**

Publicação Nº 2878395

**Estado de Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------	-------	---------------------

**NADA À DECLARAR**

Total: ,00

Videira, 15/01/2021

Célio de Jesus Campos  
Contador CRC/SC nº 032865/O-6Carlos Demenek  
Presidente



## ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN - 6

Publicação Nº 2878409

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

**Estado de Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA  
Órgão: 19 - CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA  
Unidade Orçamentária: 01 - CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa				
01.031	Ação Legislativa		50.806,89	1.464.391,21	1.515.198,10
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		50.806,89	1.464.391,21	1.515.198,10
01.031.0001.1.037	EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS, VEÍCULOS E OUTROS CÂMARA		50.806,89	1.464.391,21	1.515.198,10
01.031.0001.1.038	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA CÂMARA		47.237,20		47.237,20
01.031.0001.2.072	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES		3.569,69		3.569,69
				1.464.391,21	1.464.391,21
			50.806,89		50.806,89
			50.806,89	1.464.391,21	1.515.198,10
			50.806,89	1.464.391,21	1.515.198,10
			50.806,89	1.464.391,21	1.515.198,10

Total:  
Total da Entidade:  
TOTAL GERAL:

Videira, 15/01/2021

Célio de Jesus Campos  
Contador CRC/SC nº 032865/O-6

Carlos Demenek  
Presidente



## ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN - 7

Publicação Nº 2878411

**Estado de Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**  
 Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página 1

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa				
01.031	Ação Legislativa		50.806,89	1.464.391,21	1.515.198,10
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		50.806,89	1.464.391,21	1.515.198,10
01.031.0001.1.037	EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS, VEÍCULOS E OUTROS CÂMARA		47.237,20		47.237,20
01.031.0001.1.038	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA CÂMARA		3.569,69		3.569,69
01.031.0001.2.072	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES			1.464.391,21	1.464.391,21
Total:		0,00	50.806,89	1.464.391,21	1.515.198,10

Videira, 15/01/2021

Célio de Jesus Campos  
 Contador CRC/SC nº 032865/O-6

Carlos Demenek  
 Presidente



**ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN - 8**

Publicação Nº 2878412

**Estado de Santa Catarina****Betha Sistemas****CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Exercício de 2020

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Período: Janeiro à Dezembro

Anexo 08 - Administração Direta

Página 1

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
1	Legislativa	1.515.198,10		1.515.198,10
01.031	Ação Legislativa	1.515.198,10		1.515.198,10
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	1.515.198,10		1.515.198,10
01.031.0001.1.037	EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS, VEÍCULOS E OUTROS	47.237,20		47.237,20
01.031.0001.1.038	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA CÂMARA	3.569,69		3.569,69
01.031.0001.2.072	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	1.464.391,21		1.464.391,21
Total:		1.515.198,10		1.515.198,10

Videira, 15/01/2021

---

Célio de Jesus Campos  
Contador CRC/SC nº 032865/O-6

---

Carlos Demelek  
Presidente



Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Estado de Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

ÓRGÃOS		LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
19	CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA	1.515.198,10					
Total :		1.515.198,10					
ÓRGÃOS		ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
19	CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA						1.515.198,10

Total :

1.515.198,10

Videira, 15/01/2021

Célio de Jesus Campos  
Contador CRC/SC nº 032865/O-6

Carlos Demenek  
Presidente



**BALANÇO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA 2020**

Publicação Nº 2878458

**Estado de Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Exercício 2020

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

A Lei de Meios, para o exercício de 2020 de nº 003759/19 de 13 de Dezembro de 2019, estimou a receita em 0,00 e fixou a despesa em 2.195.789,00.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		2.195.789,00
+ Créditos Suplementares:	1.500,00	
+ Créditos Especiais:	0,00	1.500,00
- Reduções:		1.500,00
DESPESA AUTORIZADA:		2.195.789,00

**CRÉDITOS ADICIONAIS:**

No exercício considerado, foram autorizados 2 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 1.500,00, e 0 crédito(s) especiais no valor de R\$ 0,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	1.500,00
Despesa a Menor	0,00
TOTAL:	1.500,00

**ANÁLISE DA RECEITA**

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 0,00, verificando-se uma arrecadação a menor de R\$ 0,00, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	0,00
Arrecadação a Menor	0,00
Receita Arrecadada	0,00

**ANÁLISE DA DESPESA**

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 003759/19 foi de R\$ 2.195.789,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 1.515.198,10, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	1.921.716,00	1.464.391,21	-457.324,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.441.745,00	1.288.117,72	-153.627,28
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	479.971,00	176.273,49	-303.697,51
DESPESAS DE CAPITAL	274.073,00	50.806,89	-223.266,11
INVESTIMENTOS	274.073,00	50.806,89	-223.266,11
Total	2.195.789,00	1.515.198,10	-680.590,90

A maior contratação de dispêndio deu-se em PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 1.288.117,72, que representa 85,0132 % do total. O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS			
	Correntes	Capital	Total
2017	1.232.475,91	12.278,00	1.244.753,91
2018	1.331.845,29	25.630,00	1.357.475,29
2019	1.425.290,64	323.421,13	1.748.711,77
2020	1.464.391,21	50.806,89	1.515.198,10

**CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA**

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

**DESPESA AUTORIZADA**

Créditos Orçamentários	2.195.789,00
Créditos Suplementares:	1.500,00
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	1.500,00
Total	2.195.789,00



**Estado de Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Exercício 2020

**Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta****CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA**

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

**DESPESA AUTORIZADA**

Créditos Orçamentários	2.195.789,00
Créditos Suplementares:	1.500,00
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	1.500,00
<b>Total</b>	<b>2.195.789,00</b>

**DESPESA REALIZADA**

Orçamentária	1.515.198,10
Despesa a Menor	-680.590,90

**GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA****BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	444.598,93
<b>RECEITA ARRECADADA</b>	
Receita Orçamentária	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	2.195.789,00
Interferências Financeiras	0,00
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	222.623,10
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	33.604,75
Inscrição de Restos a Pagar Processados	85.773,03
<b>TOTAL</b>	<b>2.982.388,81</b>
<b>DESPESA REALIZADA</b>	
Despesa Orçamentária	1.515.198,10
Transferências Financeiras Concedidas	695.689,09
Interferências Financeiras	0,00
<b>EXTRAORÇAMENTÁRIA</b>	
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	220.653,34
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	328.295,85
RP PROCESSADOS PAGOS	83.668,64
 Saldo em 31/12/2020	 138.883,79
<b>TOTAL</b>	<b>2.982.388,81</b>

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2020.



**Estado de Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA****Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**Betha Sistemas  
Exercício 2020**BALANÇO PATRIMONIAL**

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	138.883,79
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	795,03
Total do Ativo Circulante	139.678,82
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	
IMOBILIZADO	928.222,54
INTANGÍVEL	8,45
Total do Ativo Não-Circulante	928.230,99
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.067.909,81</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	124.929,88
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.354,16
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	19.505,90
Total do Passivo Circulante	147.789,94
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>147.789,94</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
TOTAL	920.119,87
	1.067.909,81
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	138.883,79
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	929.026,02
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	138.883,68
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	42.511,01
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>886.515,12</b>

**DÍVIDA PÚBLICA**

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.

Apresenta a seguinte situação:

<b>Dívida Fundada</b>	
Saldo do exercício anterior	0,00
Nova Formação da Dívida	0,00
Amortização Verificada no Exercício	0,00
Saldo para o exercício seguinte	0,00



**Estado de Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Exercício 2020

**Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta****DÍVIDA FLUTUANTE**

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 138.883,68 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	119.377,78
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITO	19.505,90
DÉBITOS DA TESOURARIA	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>138.883,68</b>

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2020

Saldo do exercício anterior	444.598,93 D
Nova formação da dívida	342.000,88 D
(-) Amortização do exercício	647.716,13 D
<b>Saldo do exercício de 2020</b>	<b>138.883,68 D</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.195.789,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.195.789,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.512,65
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	1.512,65
<b>TOTAL</b>	<b>2.197.301,65</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	
PESSOAL E ENCARGOS	1.318.310,98
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.091.883,94
ENCARGOS PATRONAIS	226.427,04
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	161.967,67
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	14.904,29
SERVIÇOS	126.356,94
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	20.706,44
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	695.689,09
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	695.689,09
TRIBUTÁRIAS	1.500,00
CONTRIBUIÇÕES	1.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.177.467,74</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	<b>19.833,91</b>

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2020, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Videira, 15/01/2021

Célio de Jesus Campos  
Contador CRC/SC nº 032865/O-6

Carlos Demenek  
Presidente



**NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA 2020**

Publicação Nº 2878466

**ESTADO DE SANTA CATARINA****CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA****NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
VEREADORES DE VIDEIRA****2020****1. CONTEXTO**

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira conta com 11 vereadores. Durante o exercício de 2020 presidiu a Câmara Municipal o Vereador Carlos Demenek, Vice-presidente o Vereador Nédio Martins, Primeiro Secretário o Vereador Edinei Antonio Menegon e Segunda Secretária Vereadora Albertina de Barros.

Nos últimos anos a contabilidade aplicada ao setor público sofreu uma série de mudanças, para uma melhor adequação dos procedimentos contábeis, em 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Com base nesta portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a estabelecer mudanças na contabilidade pública com o objetivo de efetivar a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants – IFAC, o que resultou, em um trabalho conjunto com o CFC – Conselho Federal de Contabilidade, na edição das NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

As demonstrações que compõe o Balanço da Câmara de Vereadores de Videira foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, da Lei nº 3.722/2019 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Município de Videira para o exercício de 2020; da Lei nº 3.759/2019 que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2020; dos Princípios de Contabilidade e do MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público elaborado e publicado pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional.





## ESTADO DE SANTA CATARINA

### CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Os Procedimentos adotados na consolidação dos dados da Câmara: A consolidação da Unidade foi efetuada mensalmente, através de uma rotina interna do sistema, onde se exporta as informações da Unidade Gestora descentralizada para a Prefeitura Municipal, não havendo qualquer tipo de lançamento manual de ajustes.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Balanço da Câmara de Vereadores de Videira referente ao exercício de 2020 é composto pelas seguintes demonstrações contábeis: Anexos 01, 02, 06, 07, 08, 09, 10, 11 que correspondem aos demonstrativos analíticos de receitas e despesas setorizados; o Anexo 12 - Balanço Orçamentário, Anexo 13- Balanço Financeiro, Anexo 14 – Balanço Patrimonial, Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais que correspondem os resultados gerais do exercício; Anexo 16 – Demonstração da Dívida Fundada Interna, Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante, Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, Anexo 19 Demonstração das Mutuações no Patrimônio Líquido e Balanço das Execução Orçamentária e Financeira conforme modelos definidos no MCASP.

### 2.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, definido na Lei 4.320/64, demonstra as receitas previstas em confronto com as realizadas e as diferenças apuradas e as despesas (incluindo os créditos adicionais) previstas, executadas e as diferenças apuradas.

Para o ano de 2020 foram introduzidas algumas mudanças no Balanço Orçamentário, como:

- a) Na coluna Saldo do lado da receita, o cálculo possui lógica inversa da coluna Excesso /Insuficiência de Arrecadação;
- b) Os estágios da liquidação e do pagamento da despesa passam a ser evidenciados;
- c) Não há mais diferenciação por tipo de crédito para as despesas;
- d) Destaque dos valores oriundos do refinanciamento da dívida e dos saldos dos exercícios anteriores;
- e) Quadros para demonstrar a execução dos restos a pagar.

#### 2.1.1 Execução Orçamentária





## ESTADO DE SANTA CATARINA

## CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

## Receitas

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c=b-a)
Receita Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Total</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>

## Despesas

	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo (j) = (f-g)
Despesa Corrente	1.854.058,00	1.852.558,00	1.410.298,56	1.376.693,81	1.290.920,78	442.259,44
Despesa de Capital	274.073,00	274.073,00	50.806,89	50.806,89	50.806,89	223.266,11
Despesas Correntes Intra	67.658,00	69.158,00	54.092,65	54.092,65	54.092,65	15.065,35
<i>Total</i>	<i>2.195.789,00</i>	<i>2.195.789,00</i>	<i>1.515.198,10</i>	<i>1.481.593,35</i>	<i>1.395.820,32</i>	<i>680.590,90</i>

## Resultado da Execução Orçamentária

	Previsão/ Autorização	Realização Receitas e Despesas
Receitas	0,00	0,00
Despesas	2.195.789,00	1.515.198,10
<b>DÉFICIT</b>		<b>1.515.198,10</b>

## 2.1.2 Análise do Balanço Orçamentário

A análise do Balanço Orçamentário serve para a definição dos indicadores que nortearão a avaliação da gestão orçamentária e, em linhas gerais, da política fiscal pelo impacto da arrecadação e pela execução da despesa pública. Com este objetivo, a seguir são apresentados alguns indicadores de gestão orçamentária:

**Excesso/Insuficiência de Arrecadação:** A Câmara Municipal não possui Receitas Orçamentárias, pois as mesmas são de competência da Prefeitura, que transfere recursos ao Legislativo, em forma de Duodécimos.

**Economia Orçamentária na Realização das Despesas:** a diferença a maior entre os valores da Dotação Atualizada e das Despesas Empenhadas





## ESTADO DE SANTA CATARINA

### CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

correspondem a uma economia na realização de despesa, pois parte da dotação autorizada, não foi utilizada para execução de despesas.

Analisando o Balanço Orçamentário da Câmara, observa-se uma economia orçamentária de R\$ 680.590,90; resultante do confronto entre a dotação atualizada de R\$ 2.195.789,00 e as Despesas Empenhadas de R\$ 1.515.198,10.

**Inscrição de Restos a Pagar:** a comparação entre:

a) Despesas Liquidadas (-) Despesas Pagas = Restos a Pagar Processados inscritos no exercício. A diferença entre despesas liquidadas no montante de R\$ 1.481.593,35 e despesas pagas no montante de R\$ 1.395.820,32 resultou na inscrição na Câmara de Vereadores em 2020 de R\$ 85.773,03 de Restos a Pagar Processados.

b) Despesas Empenhadas (-) Despesas Liquidadas = Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício. A diferença entre despesas empenhadas R\$ 1.515.198,10 e despesas liquidadas de R\$ 1.481.593,35 resultou em uma inscrição pela Câmara, em 2020 de R\$ 33.604,75 de Restos a Pagar Não Processados.

**Resultado Orçamentário** – é o confronto entre as Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas, indicando a existência de um resultado superavitário, deficitário ou nulo. Em 2020, a Câmara de Vereadores de Videira, por não apresentar receitas, apresentou um déficit de R\$ 1.515.198,10.

## 2.2 BALANÇO FINANCEIRO

O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a Despesa Orçamentária segundo sua destinação e funções. Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme demonstrado abaixo:

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
Receita Orçamentária	0,00	Despesa Orçamentária	1.515.198,10





## ESTADO DE SANTA CATARINA

### CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Transferências Financeiras Recebidas	2.195.789,00	Transferências Financeiras Concedidas	695.689,09
Recebimentos Extraorçamentários	342.000,88	Pagamentos Extraorçamentários	632.517,83
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	444.598,93	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	138.883,79
<b>TOTAL</b>	<b>2.982.388,81</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.982.388,81</b>

As transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 2.195.789,00, é decorrente da transferência efetuada pelo Executivo em forma de duodécimos a Câmara de Vereadores, e as transferências financeiras concedidas no valor de R\$ 695.689,09 correspondem à devolução a Prefeitura ao findar do exercício.

No quadro seguinte são destacados os valores dos Restos a Pagar inscritos (receita) e pagos (despesa) de fornecedores e dívidas:

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO	BAIXA
<i>Restos a pagar</i>	119.377,78	427.062,79

O saldo em espécie compreende o somatório dos valores em bancos conta movimento e fundos de aplicação.

SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2019	2020
Banco c/Aplicação	444.598,93	138.883,79
<b>Total</b>	<b>444.598,93</b>	<b>138.883,79</b>

#### 2.2.1 Análise do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro tem o objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios de recursos em um determinado exercício financeiro, sua análise





## ESTADO DE SANTA CATARINA

### CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

tem objetivo de preparar indicadores para suporte para a avaliação da gestão financeira.

Analisando os valores listados no balanço, os saldos finais nos dispêndios é igual aos valores dos ingressos, ou seja zero, pois o saldo existente no final de cada exercício é devolvido à Prefeitura Municipal.

#### 2.3 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial da Câmara Municipal de Vereadores de Videira em 31 de dezembro de 2020. Mediante sua observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (Ativos), das obrigações (Passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (Patrimônio Líquido) deste Órgão Público do Poder Legislativo Municipal.

Por exigência dos novos modelos da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, convencionou-se que os ativos segregam-se em circulante e não-circulante, por outro lado, firmou-se que os passivos segregam-se também em circulante e não-circulante.

##### 2.3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Essa conta compreende o somatório dos valores no banco conta movimento e conta aplicação. Os valores são conciliados e os valores em não conformidade são registrados em relatório próprio para ajuste em momento oportuno.

##### 2.3.2 Imobilizado

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

O Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação no setor público, com





## ESTADO DE SANTA CATARINA

### CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

adoção de forma obrigatória para os fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2010, conforme disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.9.

Nesse sentido foi publicada a Lei 3.063/14 de 19/03/2014, a qual reconhece, mensura, evidencia e homologa o inventário de bens móveis pertencentes ao patrimônio do município de Videira incluindo a Câmara de Vereadores, servindo a referida lei como documento regulador de eventuais inconsistências entre os saldos físicos dos bens móveis permanentes dos registros contábeis correspondentes, conforme consta do Anexo Único da respectiva lei.

O Departamento de Patrimônio, conforme IN – Instrução Normativa nº 001 de 01/09/2014, adotou como critério proceder a avaliação dos bens pertencentes ao município e elaborar relatórios técnicos observando os parâmetros constantes das Portarias N.TC 0078/2012 e N.TC 0537/2014 do TCE-SC Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, para os equipamentos, mobiliários em geral e para os veículos municipais.

#### 2.3.3 Patrimônio Líquido

O resultado acumulado do exercício foi de R\$ 920.119,87, sendo do exercício um superávit no valor de R\$ 19.833,91.

Os resultados foram influenciados pelos ajustes de adequação da contabilidade aos procedimentos adotados, advindo de novas normas, como o registro da depreciação e despesas por competência do 13º salário e férias.

#### 2.3.4 Análise do Balanço Patrimonial

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento. Os valores dos direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes.

1) Liquidez Corrente (LC) = Ativo Financeiro / Passivo Financeiro

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{138.883,79}{138.883,68} = 1,000$$





## ESTADO DE SANTA CATARINA

### CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

#### 2.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da Câmara durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária.

A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas.

##### 2.4.1 ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O quociente do Resultado das Variações Patrimoniais, que é resultante da relação entre o total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o total das Variações Patrimoniais Diminutivas. O Resultado indica outra maneira de se evidenciar o resultado patrimonial.

Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	=	2.197.301,65	=	1,009
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas		2.177.467,74		

Verifica-se que o resultado foi maior que 1, indicando que o resultado patrimonial foi superavitário.

---

Carlos Demenek  
CPF 443.845.569-34  
Presidente

---

Célio de Jesus Campos  
CRC/SC- 032865/O-6  
Contador



**VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA****LAUDO DE ACEITABILIDADE PE 02/2021 - VISAN**

Publicação Nº 2878811

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021 – VISAN**

**Objeto** - REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE CONJUNTO MOTOBOMBAS PARA USO COMO RESERVA EM DIVERSAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA E POÇOS SUBTERRÂNEOS, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

**LAUDO DE ACEITABILIDADE**

Pelo presente instrumento, declaro que a empresa **Bombas Vanbro Ltda**, inscrita no CNPJ sob nº 91.397.893/0001-06, apresentou as amostras conforme previsto no Edital, nas marcas e modelos abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA
14	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSA (POÇO CAMPINA BELA II - BIGGER E RIO DAS PEDRAS I)- LÍQUIDO A SER BOMBEADO: ÁGUA.- TEMPERATURA: AMBIENTE. - DIÂMETRO DO CMB: 6"- VAZÃO REQUERIDA = 20 M³/H.- POTÊNCIA DO MOTOR = 40 CV.- HM = 350 M.C.A.- RENDIMENTO MÍNIMO DA BOMBA: 65%.- FATOR DE SERVIÇO MÍNIMO DO MOTOR: 1,15- PROTEÇÃO: IP-58.- FREQUÊNCIA: 60HZ.- ACIONAMENTO: ATRAVÉS DE MOTOR ELÉTRICO DE INDUÇÃO TRIFÁSICO, 380V.- BOMBA CONJUGADA DIRETAMENTE AO MOTOR ELÉTRICO.	<b>MARCA:</b> VANBRO  <b>MODELO:</b> VBOP65 30EST 40,0HP TRI 380V 60 HZ
15	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSA (POÇO CAMPINA ANTA GORDA)- LÍQUIDO A SER BOMBEADO: ÁGUA.- TEMPERATURA: AMBIENTE. - VAZÃO REQUERIDA = 9 M³/H.- POTÊNCIA DO MOTOR = 4 OU 5 CV.- HM = 77 M.C.A.- RENDIMENTO MÍNIMO DA BOMBA: 65%.- FATOR DE SERVIÇO MÍNIMO DO MOTOR: 1,15- PROTEÇÃO: IP-58.- FREQUÊNCIA: 60HZ.- ACIONAMENTO: ATRAVÉS DE MOTOR ELÉTRICO DE INDUÇÃO TRIFÁSICO, 380V.- BOMBA CONJUGADA DIRETAMENTE AO MOTOR ELÉTRICO.- DIÂMETRO DO CMB: 6"	<b>MARCA:</b> VANBRO  <b>MODELO:</b> VBOP63 05EST 4,5HP TRI 380V 60 HZ

Desta forma, após conferência aprovo as marcas e modelos apresentados pela empresa acima referida.

Videira (SC), 22 de fevereiro de 2021.

**DÉBORA PELISER**  
**Engª Sanitarista e Ambiental**

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
TELEFONE: (49) 3566-0322







## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021 – VISAN

**Objeto** - REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE CONJUNTO MOTOBOMBAS PARA USO COMO RESERVA EM DIVERSAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA E POÇOS SUBTERRÂNEOS, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

### LAUDO DE ACEITABILIDADE

Pelo presente instrumento, declaro que a empresa **CCK Comercial Eireli Ltda**, inscrita no CNPJ sob nº 22.065.938/0001-22, vencedora dos itens: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11 e 13, não apresentou os prospectos técnicos conforme previsto no Edital no item 1.2, não sendo possível avaliar os produtos ofertados.

Desta forma, **não aprovo** as marcas e modelos apresentados pela empresa acima referida.

Videira (SC), 23 de fevereiro de 2021.

**DÉBORA PELISER**  
**Eng<sup>a</sup> Sanitarista e Ambiental**

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
TELEFONE: (49) 3566-0322





**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021 – VISA N**

**Objeto** - REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE CONJUNTO MOTOBOMBAS PARA USO COMO RESERVA EM DIVERSAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA E POÇOS SUBTERRÂNEOS, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISA N

**LAUDO DE ACEITABILIDADE**

Pelo presente instrumento, declaro que a empresa **Eletronando Soluções em Irrigação e Motobombas Ltda**, inscrita no CNPJ sob nº 06.109.833/0001-71, apresentou as amostras conforme previsto no Edital, nas marcas e modelos abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA
1	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRÍFUGA DE EIXO HORIZONTAL NORMALIZADA (ERAT 1)- (CONFORME DESCRIÇÃO CONSTANTE NO EDITAL)	<b>MARCA:</b> SCHNEIDER  <b>MODELO:</b> FIT 125-100-200F RT 193MM
12	CONJUNTO MOTOBOMBA HORIZONTAL PARA BOMBEAMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS - POTÊNCIA: 1/3 CV.- VAZÃO: 3,9 M³/H.- ALTURA MANOMÉTRICA: 14 M.C.A.- TENSÃO 220V, MONOFÁSICA.- 2 POLOS, 60 HZ.- CLASSE F.- IP MÍNIMO: 55.- DIÂMETRO DE SUÇÃO E RECALQUE: ¾.- FABRICADA EM PVC.- SELO MECÂNICO SILÍCIO/SILÍCIO/VITON.- EIXO E MOLAS FABRICADOS EM AÇO INOXIDÁVEL	<b>MARCA:</b> THEBE  <b>MODELO:</b> B12 1/3CV

Desta forma, após conferência aprovo as marcas e modelos apresentados pela empresa acima referida.

Videira (SC), 22 de fevereiro de 2021.

**DÉBORA PELISER**  
**Engª Sanitarista e Ambiental**

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
TELEFONE: (49) 3566-0322







## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021 – VISAN

**Objeto** - REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE CONJUNTO MOTOBOMBAS PARA USO COMO RESERVA EM DIVERSAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA E POÇOS SUBTERRÂNEOS, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

### LAUDO DE ACEITABILIDADE

Pelo presente instrumento, declaro que a empresa **KSB BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 60.680.873/0001-14, vencedora do item 02, não apresentou os prospectos técnicos conforme previsto no Edital no item 1.2, não sendo possível avaliar os produtos ofertados.

Desta forma, **não aprovo** as marcas e modelos apresentados pela empresa acima referida.

Videira (SC), 23 de fevereiro de 2021.

**DÉBORA PELISER**  
**Eng<sup>a</sup> Sanitarista e Ambiental**

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
TELEFONE: (49) 3566-0322





**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021 – VISA N**

**Objeto** - REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE CONJUNTO MOTOBOMBAS PARA USO COMO RESERVA EM DIVERSAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA E POÇOS SUBTERRÂNEOS, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISA N

**LAUDO DE ACEITABILIDADE**

Pelo presente instrumento, declaro que a empresa **MGS Comércio de Peças LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 27.720.223/0001-80, apresentou as amostras conforme previsto no Edital, nas marca e modelo abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA
9	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRÍFUGA DE EIXO HORIZONTAL MULTISTÁGIOS (BOOSTER 5.5)- (CONFORME DESCRIÇÃO CONSTANTE NO EDITAL)	<b>MARCA:</b> SCHNEIDER  <b>MODELO:</b> MEBR1420

Desta forma, após conferência, aprovo a marca e o modelo apresentados pela empresa acima referida.

Videira (SC), 22 de fevereiro de 2021.

**DÉBORA PELISER**  
**Eng<sup>a</sup> Sanitarista e Ambiental**

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO  
CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93  
TELEFONE: (49) 3566-0322





# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 066/2021

Publicação Nº 2877924

PORTARIANº 066/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROZANE DA SILVA

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III – ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário – ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 044/2021, de 09 de fevereiro de 2021, passando de 34 (trinta e quatro) para 14 (catorze) horas semanais, a partir de 22 de fevereiro de 2021.

A redução da carga horária se dá devido à desistência de 9 aulas de Educação Física no período matutino, na Escola Municipal Rio Denecke e desistência de 9 aulas de Educação Física no período vespertino na Escola Municipal Barra da Prata.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.



# Xanxerê

## PREFEITURA

### CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 986

Publicação Nº 2877919

#### CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 986

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: JESSICA DIAS RODRIGUES, brasileiro (a), solteiro (a), Farmacêutico, inscrito no CRF/SC 14.251, portador (a) da identidade nº 4.849.379, e CPF nº 068.041.379-06, residente a Rua: Ouro Preto, 680 – Apto – 305 – Bloco B, Bairro: Tonial –Xanxerê-SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE FARMACÊUTICO – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de FARMACÊUTICO – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 4.163,52 (quatro mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 23 de fevereiro de 2021, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 23 de fevereiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
ADENILSO BIASUS

Empregado: Jessica Dias Rodrigues  
CPF: 068.041.379-06

#### Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava  
CPF: 004.965.519.14

Marciane Fachinello  
CPF: 069.503.199-67



**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 987**

Publicação Nº 2877968

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 987**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: PRISCILA RAINERI BARTOLOMEU, brasileiro (a), casado (a), Técnico de Enfermagem, inscrito no Coren/SC 0318670, portador (a) da identidade nº 44.592.519-X, e CPF nº 302.086.928-51, residente a Rua: Oscar Leopoldo Matte, 70 - E, Bairro: Efapi – Chapecó - SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 014/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:**

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 2.345,85 (dois mil, trezentos e quarenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 23 de fevereiro de 2021, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:**

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

**CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos**

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 23 de fevereiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
ADENILSO BIASUS

Empregado: Priscila Raineri Batolomeu  
CPF: 302.086.928-51

**Testemunhas:**

Marisangela Paula Basso Gava  
CPF: 004.965.519.14

Marciane Fachinello  
CPF: 069.503.199-67

**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 988**

Publicação Nº 2878147

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 988**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:



1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: FERNANDA TREVISAN ZANCAN, brasileiro (a), solteiro (a), Médico, inscrito no CRM/SC 29.662, portador (a) da identidade nº 5.129.722, e CPF nº 085.271.789-07, residente a Rua: 30 de Outubro, 315, Bairro: Centro –Faxinal dos Guedes - SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE MÉDICO – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 005/2021 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:**

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de MÉDICO – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 18.620,66 (dezoito mil, seiscentos e vinte reais e sessenta e seis centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 23 de fevereiro de 2021, por um período de até 90 (noventa) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:**

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

**CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos**

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 23 de fevereiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
ADENILSO BIASUS

Empregado: Fernanda Trevisan Zancan  
CPF: 085.271.789-07

**Testemunhas:**

Marisangela Paula Basso Gava  
CPF: 004.965.519.14

Marciane Fachinello  
CPF: 069.503.199-67

**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 989**

Publicação Nº 2879605

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 989**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: FERNANDA TREVISAN ZANCAN, brasileiro (a), solteiro (a), Médico, inscrito no CRM/SC 29.662, portador (a) da identidade nº 5.129.722, e CPF nº 085.271.789-07, residente a Rua: 30 de Outubro, 315, Bairro: Centro –Faxinal dos Guedes - SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**



O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE MÉDICO – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 005/2021 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de MÉDICO – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 18.620,66 (dezoito mil, seiscentos e vinte reais e sessenta e seis centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 24 de fevereiro de 2021, por um período de até 90 (noventa) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 24 de fevereiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
ADENILSO BIASUS

Empregado: Fernanda Trevisan Zancan  
CPF: 085.271.789-07

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava  
CPF: 004.965.519.14

Marciane Fachinello  
CPF: 069.503.199-67

## CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 014/2020

Publicação Nº 2878050

### TESTE SELETIVO Nº 14/2020 CONVOCAÇÃO

O Município de Xanxerê, vem por meio deste, realizar a convocação para o cargo em caráter temporário, na ordem de chamada dos candidatos classificados nos termos do Edital 14/2020.

Local: Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC, Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua José de Miranda Ramos, nº 455, Centro, Xanxerê/SC.

Convocados: Candidato aprovado no Teste Seletivo 014/2020

Classificação	ÁREA	NOME	CPF
4º	Enfermeiro	Valdeci Garcia	694.607.870-53
8º	Técnico de Enfermagem	Suzane da Silva Costa	012.459.402-60

O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal no Departamento de Recursos Humanos para apresentar a documentação no prazo de 10 (dez) dias corridos, e agendar a consulta admissional.

Após análise de documentação e aprovação no referido exame pré-admissional, o candidato será nomeado e tomará posse no exercício do cargo.

Xanxerê, 23 de fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 122/2021**

Publicação Nº 2878035

DECRETO Nº 122/2021

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EDITAL 006/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a classificação final do Processo Seletivo Simplificado Emergencial, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relação anexa, parte integrante desde Decreto, referente ao Edital nº 006/2021, de 16 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 23 de fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 123/2021**

Publicação Nº 2878038

DECRETO Nº 123/2021

ESTABELECE MEDIDAS PARA O FUNCIONAMENTO PRESENCIAL DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, LOTÉRICAS E COOPERATIVAS DE CRÉDITO, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS NO MUNICÍPIO DE XANXERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito Municipal de Xanxerê, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69 incisos III e VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Legislativo nº 18.332/2020, de 20 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, para fins do disposto no artigo 65 da Lei Complementar nº 101 de 2000;

Considerando o Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto nº 630, de 1º de junho de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina, que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto Estadual nº 1.027, de 18 de dezembro de 2020 que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

Considerado a Nota de Alerta nº 003/2021 - DIVE/DIVS/SUV/SES/SC emitida em 12 de fevereiro de 2021, com recomendações relacionadas à prevenção e controle da COVID-19 para Santa Catarina, especialmente para as regiões do Extremo Oeste, Oeste e Xanxerê;

Considerando a Portaria SES nº 89, de 29 de janeiro de 2021, do Secretário de Estado da Saúde de Santa Catarina, que estabelece o cumprimento de obrigações para o funcionamento presencial das agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito;

DECRETA:

Art. 1º O funcionamento para atendimento presencial das agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito do Município de Xanxerê, fica condicionado à adoção das obrigações contidas na Portaria SES nº 89, de 29 de janeiro de 2021, do Secretário de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Art. 2º O descumprimento do disposto neste Decreto acarretará a responsabilização dos proprietários dos estabelecimentos e constituirá infração sanitária nos termos da Lei Estadual nº 6.320/1983 e Lei Municipal nº 2.008/1993.

Art. 3º A fiscalização dos estabelecimentos fica a cargo da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON, que deverá atuar de forma imediata.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê, 23 de fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0006/2021**

Publicação Nº 2879660

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0006/2021

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: BRITAXAN BRITADEIRA LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de bica corrida, destinado a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços de Xanxerê, conforme especificações, quantidades constantes do edital e seus anexos.

Valor total: 64.500,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 22 de fevereiro de 2021. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 144/2021**

Publicação Nº 2878189

PORTARIA Nº 144/2021

DETERMINAR SOBREAVISO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê -SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e VIII e Lei HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06.

RESOLVE:

DETERMINAR sobreaviso a Servidora Pública Municipal Sra. HELIETE FIORENTINI, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê-SC, portadora da CI nº. 3.369.372 e CPF nº. 023.173.369-00, nomeada conforme Decreto Municipal Nº EB 223/2007, no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 05 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 145/2021**

Publicação Nº 2877959

PORTARIA Nº 145/2021

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 08.03.2021 a 22.03.2021, 15 (quinze) dias a Servidora Pública Municipal Sra. SANDRA BOENO DE OLIVEIRA, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do CI nº 2.071.918 e CPF nº 796.635.169-68 nomeada pelo Decreto Municipal Nº 077/2019 para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social

As férias referem-se ao período aquisitivo de 02.04.2019 a 02.04.2020.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 08 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 146/2021**

Publicação Nº 2877969

PORTARIA Nº 146/2021  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 01.03.2021 a 15.03.2021, 15 (quinze) dias a Servidora Pública Municipal Sra. LUCIANE REGINA TOMAZINI, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do CI nº 2.656.659 e CPF nº 758.870.889-15 nomeada pelo Decreto Municipal Nº AM 117/08 para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social

As férias referem-se ao período aquisitivo de 07.05.2018 a 06.05.2019.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 08 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 147/2021**

Publicação Nº 2878064

PORTARIA Nº 147/2021  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 08.02.2021 a 09.03.2021, 30 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal Sra. SUZANA VELOSO, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do CI nº 5.211.402-3 e CPF nº 063.897.719-32 nomeada pelo Decreto Municipal Nº BLB 257/2011 para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 07.11.2020 a 06.11.2021.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 08 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 148/2021**

Publicação Nº 2878220

PORTARIA Nº 148/2021  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE



CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 20 (vinte) dias a partir de 09.02.2021 a 28.02.2021, ao Servidor Público Municipal, Sr. LAÉRCIO RICARDO BORTOLINI, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador da CI nº 3.343.053 e CPF nº 021.811. 409-52 nomeado pelo Decreto Municipal Nº BLB 099/09 no cargo de MOTORISTA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0000400/2021 datado de 08.02.2021.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de 09.06.2015 a 08.06.2018.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 09.02.2021. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 08 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 149/2021

Publicação Nº 2878271

PORTARIA Nº 149/2021  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 08.02.2021 a 17.02.2021, 20 (vinte) dias a Servidora Pública Municipal Sra. ANDREIA RITA BASSO, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do CI nº 3.450.201 e CPF nº 904.757.809-06 nomeada pelo Decreto Municipal Nº AJG 155/2015 para o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 21.07.2020 a 20.07.2021.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 08 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 150/2021

Publicação Nº 2878316

PORTARIA Nº 150/2021

RETIFICA A PORTARIA 128/2021 QUE EXONERA A PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal de Xanxerê -SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.775/91.

RESOLVE:

Onde lê-se:

EXONERAR a pedido a partir de 04.02.2021, o Servidor Público Municipal Sr. JHON FISCHER CUCUNUBA BERMUDEZ, brasileiro, residente e domiciliado na rua cidade de Concórdia- SC, portador da CI nº. 6.174.970 e CPF nº. 053.805.547-25, nomeado conforme Decreto Municipal Nº BLB 247/10, no cargo de MÉDICO ORTOPEDISTA, com 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Leia-se:

EXONERAR a pedido a partir de 04.02.2021, o Servidor Público Municipal Sr. JHON FISCHER CUCUNUBA BERMUDEZ, brasileiro, residente e domiciliado na rua cidade de Concórdia- SC, portador da CI nº. 6.174.970 e CPF nº. 053.805.547-25, nomeado conforme Decreto Municipal Nº BLB 247/10, no cargo de MÉDICO ORTOPEDISTA, com 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o número 0000398/2021, datado de 08 de fevereiro de 2021.



Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto Municipal N° BLB 247/10.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 08 de Fevereiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO  
Prefeito Municipal



# Xavantina

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL N° 001-2021 FMSXV

Publicação N° 2878843

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: CT 002/2021 FMSXV

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Contratada...: LD HEALTH SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA

Valor ..... : 8.188,80 (oito mil cento e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Vigência ..... : Início: 01/02/2021 Término: 31/03/2021

Recursos ..... : Dotação: 2.021.3.3.90.39.05.00.00.00 (11).

Objeto ..... : contratação de empresa para a prestação de serviços assessoria e consultoria em saúde pública, dando suporte no planejamento e execução das políticas públicas em saúde, de acordo com as diretrizes do sistema único de saúde (sus). nos termos do art. 8º da lei nº 11.107/05, do contrato de programa.

Xavantina, 23 de Fevereiro de 2021

### PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2021 PMXV

Publicação N° 2878686

#### AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2021 PMXV

Objeto: registro de preço para possível contratação de serviços para publicação de atos impressos e publicação e divulgação de atos institucionais e programas informativos da administração municipal em emissoras de rádio do interesse do município de Xavantina - SC, conforme especificações constantes no anexo "c" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até às 08h30 do dia 10/03/2021.

Abertura dos envelopes: no mesmo dia às 08h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, nº 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 23 de fevereiro de 2021.

ARIEL NAUPER MALACARNE

Prefeito Municipal Em Exercício



# Xaxim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0126/2021

Publicação Nº 2877826

DECRETO Nº 0126/2021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MÉDICO PEDIATRA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EMERGENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares nº 037 e 038, de 01 de Junho de 2007 e posteriores alterações e considerando Decreto nº 227/2020 e,

CONSIDERANDO as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, editadas por meio do Decreto nº 525 de 23 de março de 2020, do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que a referida pandemia assola todo país e o perigo iminente paira sobre nosso Município;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acesso a serviços de saúde para toda a população Xaxinense, bem como maior efetivo de profissionais nas Unidades de Saúde, especialmente neste período;

CONSIDERANDO o afastamento de profissionais de saúde em razão de integrarem o grupo de risco, bem como o afastamento de profissionais da saúde que contraíram ou vêm contraindo referindo vírus;

CONSIDERANDO o alarmante crescimento de contágio de casos de Covid-19 em nosso Município;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a equipe de atendimento de pacientes acometidos pelo coronavírus;

CONSIDERANDO o teor o Decreto nº 113/2021, que declara estado de emergência em saúde pública no município de Xaxim;

CONSIDERANDO a obrigação de manter os serviços básicos de atendimento em saúde nos termos da Constituição Federal;

#### DECRETA:

Art. 1º . Fica contratado, em caráter emergencial, VALTER ANTONIO CAVALLI, CPF nº299.581.059-34, para exercer a função de Médico Pediatra, com carga horária de 20(vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º. O servidor, ora contratado, ocupante do cargo de Médico, será contratado de forma temporária e emergencial, prescindindo de processo seletivo e pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

Art. 3º. As contratações deverão obedecer ao disposto na Lei Complementar nº 96/2012, Lei Federal nº 8.745/1993 e Decreto Municipal nº 331/2017;

Art. 4º. Este Decreto terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 22/02/2021, podendo ser prorrogado nos termos da Lei;

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário.

EDILSON ANTONIO FOLLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra e no local de costume.

Luciano Gabriel

Subprocurador do Município

### DECRETO Nº 0127/2021

Publicação Nº 2877828

DECRETO Nº 127/2021

NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO COMO ORDENADOR DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON ANTONIO FOLLE, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas com o Artigo 66, Inciso VI, da Lei Orgânica,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. GELCI GUERINO DELLA CORTE, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, como Ordenador de Despesas do Município de Xaxim-SC, bem como autorizado a responder por pagamentos junto a Municipalidade nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Ficam revogadas às disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 22 de fevereiro de 2021.

EDILSON ANTONIO FOLLE

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 0128/2021**

Publicação Nº 2877830

DECRETO Nº 0128, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO COVID-19 E SUSPENDE, POR PRAZO DETERMINADO, ATIVIDADES NO MUNICÍPIO DE XAXIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, cujo Art. 2º define que "a governança das medidas sanitárias adotadas no território estadual será compartilhada com os municípios nas respectivas regiões de saúde, cabendo aos entes municipais à deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios, de acordo com as informações técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estadual e municipal, bem como com as recomendações sanitárias e epidemiológicas do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus";

CONSIDERANDO o cenário epidemiológico gravíssimo apontado pela Avaliação de Risco Potencial para as regiões do Extremo Oeste, Oeste e Xanxerê, com alta ocorrência de óbitos, aumentam de casos ativos de COVID-19, aumento das taxas de positividade de exames RT-qPCR e esgotamento da ocupação de leitos UTI reservado para Covid-19 nestas regiões;

CONSIDERANDO o período de carnaval, em que tradicionalmente ocorrem festividades que causam aglomerações;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/2020, do Ministério da Saúde, que Declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 454/GM/MS de 2020, que declarou em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de atender as recomendações da OMS, para prevenir a propagação do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101 de 2000;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18.12.2020 que instituiu novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 em Santa Catarina;

CONSIDERANDO a possibilidade da efetiva punição aos infratores das normas de segurança em saúde e vigilância sanitária vigentes durante a pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO o elevado índice de casos ativos no município de Xaxim e na região oeste de Santa Catarina, bem como o baixo número de leitos livres para atendimento aos pacientes acometidos pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

**DECRETA:**

Art. 1º Além das medidas restritivas estaduais e municipais vigentes ficam suspensas no período de 16 de fevereiro a 1º de março de 2021 as seguintes atividades, independentemente de eventual alteração da posição do Município na matriz de risco divulgada pelo Estado de Santa Catarina:

I- atividades esportivas de caráter recreativo, inclusive as escolinhas particulares e os programas esportivos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes;

II- eventos e competições esportivas organizadas pelo poder público ou pela iniciativa privada;

III- casas noturnas (pubs, bailões, boates, casas de shows, e afins);

IV- congressos, feiras e exposições;

V- atividades religiosas presenciais em templos e igrejas, além de cinemas e teatros, em qualquer horário;

VI- eventos sociais, compreendendo casamentos, aniversários, confraternizações, bodas, formaturas, batizados, festas infantis e afins, realizados em espaços comerciais ou residenciais;

VII- piscinas de uso coletivo em clubes sociais, parques aquáticos e similares;

§ 1º. Fica proibida a permanência de pessoas em praças, vias públicas, pátios de postos de combustíveis e outros espaços onde há risco potencial de ocorrerem aglomerações, especialmente naquelas onde há o compartilhamento de chimarrão e de outras bebidas em geral.

§ 2º. Fica proibido, em estabelecimentos comerciais, clubes e afins, atividades coletivas que envolvam jogos de baralho, dominó, sinuca, bocha, boliche, entre outras atividades que possam incentivar aglomeração.

§ 3º. Fica proibido o uso de equipamentos de amplificação sonora ou instrumentos musicais, bem como a realização de shows, voz e violão, e eventos que possam incentivar aglomeração, com exceção de lives e outras atividades similares transmitidas remotamente, desde que respeitadas às medidas sanitárias de enfrentamento ao COVID-19.

§ 4º. Os bares, lojas de conveniência, distribuidoras de bebidas, petiscarias, choperias, cervejarias, whiskerias, tabacarias, e outros locais destinados ao consumo predominante de bebidas alcoólicas, poderão comercializar seus produtos somente pelo sistema Delivery e Take-Away, sendo vedada a permanência e consumo no local;

Art. 2º No período de 16 de fevereiro a 1º de março de 2021 os restaurantes e cafeterias poderão funcionar exclusivamente nos seguintes horários, e observando a lotação máxima de 30%:



I – das 06:00 às 10:00  
II – das 11:00 às 14:00  
III - das 15:00 às 22:00

§ 1º. Considera-se atividade de restaurante, cafeteria e congêneres, para os fins deste decreto, aquela destinada a servir café, almoço e jantar, nos períodos correspondentes aos horários definidos nos incisos I a III deste artigo;

§ 2º. No horário definido no inciso III (das 15h às 22h) fica autorizado apenas o funcionamento na modalidade Delivery e TakeAway, sendo proibido o consumo no local.

§ 3º. O atendimento deverá atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas à COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, luvas descartáveis, medidores de temperatura na entrada do estabelecimento, e todas as demais medidas preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 3º Os foodtrucks, pizzarias, e similares passam a funcionar exclusivamente nos sistemas TakeAway e Delivery, sendo proibido o consumo no local.

Parágrafo único: Os estabelecimentos descritos no caput poderão atender em horário normal, desde que respeitado o horário máximo de funcionamento até às 22 horas.

Art. 4º Ficam suspensas, até o dia 1º de março de 2021, as aulas presenciais em toda a rede de ensino, pública ou privada, presentes no município de Xaxim-SC, em todos os níveis de ensino.

Art. 5º Ficam suspensas, até o dia 1º de março de 2021, as atividades extracurriculares presenciais em toda a rede de ensino do município de Xaxim-SC, exceto as atividades extracurriculares individuais, como, por exemplo, as aulas de idiomas, música, reforço).

Art. 6º Ficam suspensas as atividades de estabelecimentos que ofereçam serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos, como academias, estúdio de pilates, ginástica, crossfit, musculação, funcionais e áreas afins, até o dia 1º de março de 2021.

Art. 7º Para o enfrentamento do estado de calamidade pública, em razão do COVID-19, fica restrito o acesso a uma pessoa do mesmo núcleo familiar nos estabelecimentos comerciais em geral (supermercados, lojas, agências bancárias, e congêneres), até 1º de março de 2021.

§ 1º. Fica estabelecida, a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam ao público em 30% de sua capacidade. Os responsáveis deverão providenciar controle de acesso, marcação de lugares reservados aos clientes, se for o caso, controle da área externa do estabelecimento e a observância da distância mínima de 1,5m entre os clientes, bem como a disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos e a aferição da temperatura de todos os usuários na entrada do estabelecimento.

§ 2º. Os bancos deverão organizar as filas na área externa da agência bancária e observar rigorosamente as normas sanitárias, em especial o distanciamento social de 1,5m entre cada cliente na fila, uso de máscaras, álcool em gel e aferição de temperatura.

Art. 8º Os idosos, a partir dos 60 anos, estão proibidos de entrar em locais com grande circulação de pessoas, como supermercados, restaurantes, lojas, farmácias, entre outros afins.

Art. 9º As determinações previstas neste dispositivo caracterizam normas destinadas a promoção, preservação e recuperação da saúde pública no combate da pandemia e integram o rol de medidas de enfrentamento à emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19). A violação às suas determinações, assim como das demais normas jurídicas federais, estaduais e municipais estará sujeita às sanções previstas na Lei Estadual nº 6.320/1983 e no Decreto Municipal nº 0318/2020, podendo chegar ao valor de R\$ 21.874,00 (vinte e um mil oitocentos e setenta e quatro reais).

Art. 10º Ficam investidos como autoridades de saúde, com poder de polícia administrativa, cabendo-lhes a fiscalização das medidas específicas de enfrentamento ao COVID-19, na forma deste Decreto e dos demais Decretos Estaduais e Federais, sem prejuízo da autuação dos órgãos com competência fiscalizatória específica, os seguintes cargos:

I- os fiscais da vigilância sanitária e epidemiologia;  
II- os fiscais de tributos;  
III- os fiscais de obras e posturas;  
IV- os servidores da Defesa Civil;  
V- os engenheiros;  
VI- os motoristas;  
VII- os diretores;  
VIII- os cargos técnicos;

§ 1º. Os fiscais trabalharão em regime de escala, mediante requisição do Secretário de Saúde do Município.

§ 2º. Os fiscais aplicarão a multa prevista no Decreto no Art. 5º, incs. I e II do Decreto Municipal nº 318/2020, caso não sejam atendidas as determinações impostas.

Art. 11º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Xaxim (SC), 22 de fevereiro de 2021.

EDILSON ANTONIO FOLLE  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 0129/2021

Publicação Nº 2877831

DECRETO Nº. 129/2021.

Exonera a pedido, servidor municipal contratado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido, a partir de 22 de fevereiro de 2021, o servidor municipal ROBERTO MOTTA, ocupante da função temporária e emergencial de MÉDICO, portador da matrícula 9129, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de fevereiro de 2021.

Edilson Antonio Folle  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira  
Diretor Geral de Administração e RH

## DECRETO Nº 0130/2021

Publicação Nº 2877833

DECRETO Nº 0130/2021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, bem como por disposições constantes no artigo 51 da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos legais, e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º do Decreto 409/2020 de 14 de setembro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta nº 750/2020 SED/SES/DCSC de 25 de setembro de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação dos membros do comitê municipal de gerenciamento de Covid-19 na área da educação;

DECRETA:

Art. Fica acrescentado os incisos XVI, XVII, XVIII e XIX, no Art. 2º do Decreto nº 409/2020, o qual dispõe sobre a nomeação dos membros do Comitê Municipal de gerenciamento da Pandemia de COVID-19, na área da Educação, que passará a vigorar com a seguinte composição;

Art. 2º. Nomeia membros do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 na área da Educação, constituída pelas seguintes representações e membros subsequentes:

I – Representante da Secretaria de Educação, que o presidirá:

Sonia Maria Priori

II – Representante da Secretaria de Saúde:

Leandra Boff

III – Representante da Assistência Social e Habitação:

Franciele Aparecida Biasi

IV – Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Alberto Antonio Grasel

V – Representante da Procuradoria-Geral do Município:

Luciano Gabriel

VI - Representante dos profissionais e trabalhadores da educação:

Silvia Kátia Koloske

VII – Representante dos estudantes da Educação Básica:

Sara de Oliveira

VIII – Representante do Conselho Municipal de Educação:

Elisiane Baggio

IX – Representante das Comissões Escolares:



Cristiane Galon Stanga  
X – Representante das escolas da Rede Estadual:  
Marlene Lucia Canalle  
XI – Representante das escolas da Rede Privada:  
Luciane Spiller  
XII – Representante do Conselho Municipal do Direitos da Pessoa com Deficiência:  
Gilvane Toaldo Giachini  
XIII – Representante do Conselho Municipal da Alimentação Escolar:  
Luciane Tereza Mattiello  
XIV – Representante do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB:  
Marília Ferenz  
XV – Representante dos grupos organizados dos transportadores escolares:  
Angelico Secco  
XVI – Representante da Secretaria de Defesa Civil:  
Leodir Bressan Camargo  
XVII – Representante do Poder Legislativo:  
Segio Reginatto  
XVIII – Representante das Comissões Escolares:  
Léa Miria de Lima  
XIX – Representante das Instituições de Ensino Municipal:  
Davi Carlos Smieski

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário.

EDILSON ANTONIO FOLLE  
Prefeito Municipal

José Mauro de Oliveira  
Secretário da Educação e Cultura

Registrado e publicado em data supra e no local de costume.

## **DECRETO Nº 0131/2021**

Publicação Nº 2877835

DECRETO Nº 0131, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Estabelece novo Horário de Funcionamento do Centro Administrativo Municipal, da Secretaria da Assistência Social, da Secretaria da Mulher e do Conselho Tutelar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Xaxim,  
DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido pelo presente decreto que o horário de funcionamento do Centro Administrativo Municipal, da Secretária de Assistência Social, da Secretaria da Mulher e do Conselho Tutelar, a partir do dia 23 de fevereiro de 2021, terá expediente das 7:00h às 13:00h. Parágrafo único. O conselho tutelar manterá regime de sobreaviso, conforme escala de plantão.

Art. 2º As demais secretarias permanecerão com o mesmo horário de expediente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito, 22 de fevereiro de 2021.

EDILSON ANTONIO FOLLE  
Prefeito Municipal



# Zortéa

## PREFEITURA

### ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 27/2021

Publicação Nº 2877593

#### ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação n. 27/2021  
Dispensa de Licitação n. 17/2021  
CONTRATADA: OUROMAQ IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.

CFP nº 85.174.902/0001-05.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONCERTO DO SISTEMA DE EMBREAGEM DO TRATOR FORD 7630 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

VALOR TOTAL: R\$ 4.940,00 (sete mil e oitocentos reais).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 24, II da Lei 8666/93.

Zortéa, 22 de fevereiro de 2021.

Rosane Antunes Pires Infeld  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 028/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Publicação Nº 2877918

DECRETO Nº 028/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.  
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – CONDEMA DE ZORTÉA

ROSANE ANTUNES PIRES INFELD, PREFEITA MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma da Lei Complementar nº 017/2009 de 13 de maio de 2009 e na forma do Decreto nº 024/2014 de 05 de maio de 2014:

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Zortéa – CONDEMA, conforme Lei Complementar nº 017/2014 de 13 de maio de 2009 e do Decreto Municipal nº 024/2014 de 05 de maio de 2014, os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular – Edson Antônio Calliari Moro

Suplente – Mariléia de Fátima A. Muniz

II – Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo:

Titular – Vilmar Groto

Suplente – Leandro Surdi

III – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular – Daniel Milesqui

Suplente – Analu Chiamoleira Schmidt

IV – Representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Titular – Remilton Andreoni

Suplente – Cesar Moraes

V – Representantes das Associações de Produtores Rurais:

Titular – Genesio do Nascimento

Suplente – José Augusto Franceschi

VI – Representantes da Associação da Micro Bacia do Rio Agudo:

Titular – Iran Luiz da Rosa dos Santos

Suplente – Jean Franceschi



## VII – Representantes do Sindicato Rural do Município:

Titular – Vera Lucia Pelizzaro

Suplente – Ildo Antonio da Silva

## VIII - Representantes das Associações de Bairros:

Titular – Francisco Dellazzaro

Suplente – Luiz Pedro Lopes

Art. 2º - O mandato do presente Conselho terá duração de 02 (dois) anos conforme Art. 6º do Regulamento do Conselho – Anexo I do Decreto nº 024/2014 de 05 de maio de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Zortéa - SC, 22 de fevereiro de 2021

ROSANE ANTUNES PIRES INFELD

PREFEITA MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 22 de Maio de 2021.

EDSON ANTONIO CALLIARI MORO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



## Associações

### AMAI

#### TERMO HOMOLOGAÇÃO - PREGAO N 001.2021

Publicação N° 2878685

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
EDITAL N° 001/2021  
Pregão 001/2021

HOMOLOGO, nos termos da legislação em vigor o Pregão Presencial, objeto do Edital 001/2021 – Pregão Presencial 001/2021, destinado a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contábeis e de consultoria e assessoria de licitações à Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI, conforme descritos no ANEXO I do edital, tendo como vencedor a empresa ASSEGURA SOLUCOES CONTÁBEIS LTDA.

Xanxerê, 17 de fevereiro de 2021

GILBERTO LAZZARI  
PRESIDENTE - AMAI

### AMAVI

#### RESOLUÇÃO N° 05, DE 22/02/2021

Publicação N° 2877838

RESOLUÇÃO DIR N° 005/2021

Institui a Comissão Organizadora do Procedimento de Seleção de Pessoal n° 01/2021 e dá outras providências.

A Presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), no uso de suas atribuições estatutárias, estabelece:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Organizadora do Procedimento de Seleção de Pessoal n° 01/2021, formada pelos servidores da AMAVI:

- Paulo Roberto Tschumi - Secretário Executivo
- Evelina Elisabeth Rosa Zucatelli - Contadora e RH
- Rafael G-nter M-Iler - Engenheiro Civil
- Marlene Baasch - Psicóloga
- Walcy Mees da Rosa - Secretária Administrativa

Art. 2º Caberá ao Secretário Executivo da AMAVI, Paulo Roberto Tschumi, a presidência dos trabalhos.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua assinatura.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2021.

Geovana Gessner  
Presidente da AMAVI

#### RESOLUÇÃO N° 06, DE 23/02/2021

Publicação N° 2877842

RESOLUÇÃO DIR N° 006/2021

Dispõe sobre medidas sanitárias preventivas para enfrentamento da COVID-19.

A Presidente da AMAVI, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria n° 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;



CONSIDERANDO que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o artigo 3º da referida lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

CONSIDERANDO que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562 de 17 de abril de 2020 e suas alterações, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do Estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes, na forma da Portaria SES nº 464, publicada em 03 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que a matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 disponibilizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina (disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>) visa orientar a regionalização e descentralização das ações relacionadas à contenção da pandemia;

CONSIDERANDO que o § 8º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, determina que as medidas de enfrentamento ao coronavírus deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais;

CONSIDERANDO que, tendo sido retirada a autonomia decisória dos Municípios e das regiões de saúde quanto à flexibilização ou liberação de atividades, as medidas sanitárias de enfrentamento da COVID-19 a serem implementadas nos Municípios do Alto Vale passam a ser as determinadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, ressalvada a possibilidade de o Município adotar medida mais restritiva;

CONSIDERANDO que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 20 de fevereiro de 2021, recebeu informativo de alteração do status de GRAVE (3) para GRAVÍSSIMO (4) na matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 do Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que, em reunião realizada no dia 22 de fevereiro de 2021, os Prefeitos Municipais deliberaram pela aplicação literal dos comandos normativos determinados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, conforme classificação da região na matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19;

#### RESOLVE:

Art. 1º Com a alteração da classificação da região da AMAVI na matriz de Avaliação do Risco Potencial do Estado, fica atualizado o rol de medidas sanitárias preventivas para enfrentamento a COVID-19, de acordo com o estabelecido na Portaria SES nº 592/2020, cuja transcrição dos dispositivos compreende o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Fica transcrito no Anexo II da presente Resolução o rol de atividades permitidas e seus percentuais de liberação, determinados pelo Governo do Estado de Santa Catarina no artigo 8º do Decreto 565/2020.

Art. 3º Para a execução das atividades autorizadas a funcionar é imprescindível a observância das medidas sanitárias determinadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, cujos protocolos e regramentos sanitários encontram-se disponíveis em <http://dados.sc.gov.br/dataset/covid-19-portarias-estaduais>.

Art. 4º A alteração dos dispositivos transcritos nos Anexos desta Resolução ocorrerá automaticamente se sofrerem alteração pelo Governo Estadual.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até que novas medidas sejam determinadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina ou até que a região venha a ter alterada sua classificação na matriz estadual de avaliação de risco.

Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2021.

Geovana Gessner  
Presidente da AMAVI

ANEXO I  
MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO NÍVEL GRAVÍSSIMO  
PORTARIA SES 592, DE 17/08/2020

Por determinação da Portaria SES 592/2020, nas regiões de saúde classificadas em risco potencial gravíssimo devem ser adotadas as seguintes medidas de enfrentamento:

- suspensão do acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não;
- suspensão de atividades em casas noturnas, assim como de eventos, shows e espetáculos que acarretem reunião de público;
- suspensão de concentração e de permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças, com exceção da prática de esportes individuais;
- suspensão de conferências públicas ou privadas que acarretem aglomeração de pessoas, excepcionadas as missas e cultos religiosos;
- suspensão do funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais que não puderem ser prestados de forma remota, excetuados os serviços essenciais;
- fiscalização e encerramento das atividades de estabelecimentos que não estejam atendendo às normas sanitárias de prevenção à COVID-19, sejam elas orientadas por regramento específico ou geral, como uso obrigatório de máscara, distanciamento entre pessoas, prioridade à ventilação natural e disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos.
- autorização de funcionamento, condicionada ao cumprimento de Portarias SES que regulamentam protocolos sanitários específicos, das



seguintes atividades:

- a) bares e restaurantes de atendimento no local;
- b) academia de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, natação, hidroginástica e hidroterapia;
- c) shopping centers, galerias, centros comerciais, comércio de rua e no geral;
- d) supermercados e lojas de departamento;
- e) atividades relacionadas ao turismo, que já possuam regramento específico, como hotéis, pousadas, albergues e afins, ficando restritas às demais atividades relacionadas até a respectiva regulamentação por meio de Portaria;
- f) transporte coletivo urbano municipal, bem como transporte por táxis e aplicativos de mobilidade urbana;
- g) eventos e competições esportivas profissionais de automobilismo e futebol, sem presença de público, bem como o treinamento com ou sem bola;
- h) eventos públicos de entretenimento na modalidade drive-in;
- i) atividade exercida por empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas;
- j) serviços de delivery;
- k) leilões de bovinos;
- l) agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito;
- m) profissionais autônomos ou liberais de saúde;
- n) construção civil, obras de infraestrutura e atividades correlacionadas;
- o) aulas práticas de cursos técnicos, atividades de ensino presencial em estabelecimentos acadêmicos públicos e privados nas modalidades de ensino superior e pós-graduação, bem como aulas teóricas nas dependências do DETRAN e centro de formação de condutores.

- A suspensão da circulação de veículos de transporte intermunicipal de passageiros na região de saúde classificada como de risco gravíssimo será avaliada e definida por ato específico e conjunto do Secretário de Estado da Saúde e do Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade.

Funcionamento das atividades educacionais: "Nas Regiões de Saúde que apresentem Risco Potencial GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha), Risco Potencial GRAVE (representado pela cor laranja), ALTO (representado pela cor amarela) e MODERADO (representado pela cor azul) na Avaliação de Risco Potencial ao contágio por COVID-19, para os estabelecimentos de ensino que possuem Plano de Contingência Escolar para a COVID19 (PlanCon-Edu/COVID-19) homologados, as atividades escolares/educacionais presenciais estão autorizadas, seguindo rigorosamente todos os cuidados e regramentos sanitários estabelecidos, desde que a capacidade operativa das salas e dos espaços disponíveis respeitem o distanciamento social de, no mínimo, 1,5 metro."

## ANEXO II

### ROL DE ATIVIDADES DE ACORDO COM A MATRIZ DE RISCO -

#### ARTIGO 8º DO DECRETO ESTADUAL 562 DE 17/04/2020

Art. 8º Fica suspenso, em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, até 28 de fevereiro de 2021, o acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas.

§ 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção individual em todo o território estadual, em espaços públicos e privados, pelo período previsto no art. 1º deste Decreto, com exceção dos espaços domiciliares.

§ 2º A permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praias e praças, fica condicionada à observação dos regramentos sanitários da SES.

Art. 8º-A Para fins de enfrentamento da pandemia da COVID-19, fica assim estabelecida a matriz de risco epidemiológico-sanitário da SES:

I - risco moderado;

II - risco alto;

III - risco grave; e

IV - risco gravíssimo.

§ 1º O COES, por meio de portaria, estabelecerá as medidas de enfrentamento da COVID-19 conforme a classificação das regiões de saúde na matriz de risco epidemiológico-sanitário, de acordo com os incisos do caput deste artigo.

§ 2º A classificação de cada região de saúde na matriz de risco epidemiológico-sanitário será atualizada semanalmente por meio de ato do COES.

§ 3º A portaria de que trata o § 1º deste artigo regulará as condições de prazo e os requisitos para que as medidas de enfrentamento da COVID-19 sejam implementadas automaticamente pelo Estado nas regiões de saúde, conforme a classificação do grau de risco.

§ 4º Fica estabelecido o rol de atividades regradas de acordo com a matriz de risco epidemiológico-sanitário da SES, sem prejuízo dos demais regramentos sanitários emitidos por autoridade sanitária federal, estadual ou municipal:

I - atividades esportivas de caráter recreativo: proibidas no nível gravíssimo e autorizadas nos demais níveis de risco;

II - atividades industriais: permitidas em todos os níveis de risco;

III - casas noturnas:

a) proibidas no nível gravíssimo;

b) autorizadas com 20% de ocupação no nível grave;

c) autorizadas com 50% de ocupação no nível alto;

d) autorizadas com ocupação integral no nível moderado;

IV - cinemas e teatros:

a) autorizados com 30% de ocupação no nível gravíssimo;

b) autorizados com 50% de ocupação no nível grave;

c) autorizados com 75% de ocupação no nível alto;

d) autorizados com ocupação integral no nível moderado;

V - congressos, feiras e exposições:

a) autorizados com 30% de ocupação no nível gravíssimo;

b) autorizados com 50% de ocupação no nível grave;

c) autorizados com 75% de ocupação no nível alto;

d) autorizados com ocupação integral no nível moderado;

VI - eventos e competições esportivas organizados pela iniciativa privada, por meio de entidades de administração esportiva ou pela



FESPORTE: permitidos em todos os níveis de risco, observado o caput do art. 8º deste Decreto;

VII - eventos sociais:

- a) autorizados com 30% de ocupação no nível gravíssimo;
- b) autorizados com 50% de ocupação no nível grave;
- c) autorizados com 75% de ocupação no nível alto;
- d) autorizados com ocupação integral no nível moderado;

VIII - igrejas e templos religiosos:

- a) autorizados com 30% de ocupação no nível gravíssimo;
- b) autorizados com 50% de ocupação no nível grave;
- c) autorizados com 75% de ocupação no nível alto;
- d) autorizados com ocupação integral no nível moderado;

IX - museus

- a) autorizados com 50% de ocupação no nível gravíssimo;
- b) autorizados com 75% de ocupação no nível grave;
- c) autorizados com ocupação integral nos níveis alto e moderado;

X - parques aquáticos e complexos de águas termais:

- a) autorizados com 50% de ocupação no nível gravíssimo;
- b) autorizados com 75% de ocupação no nível grave;
- c) autorizados com ocupação integral nos níveis alto e moderado; e

XI - transporte coletivo urbano municipal:

- a) 70% (setenta por cento) da capacidade do veículo no nível gravíssimo; e
- b) 100% (cem por cento) nos demais níveis de risco.

§ 5º As atividades mencionadas no § 4º deste artigo deverão observar os protocolos e regramentos sanitários específicos da SES.

## AMERIOS

### ATO ADMINISTRATIVO 01.2021- EXTRATO DE CONTRATOS

Publicação Nº 2877893

GABINETE DO PRESIDENTE

ATO ADMINISTRATIVO N. 01/2021

JEAN CARLOS NYLAND, Prefeito de Iraceminha/SC, Presidente da Associação dos Municípios do entre Rios – AMERIOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.961.206/0001-88, com sede administrativa na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, nos termos da Resolução n. 013/2015, combinado com o artigo 1º, § 1º, inciso VII da Resolução n. 012/2018 (Regulamento de compra e contratações da AMERIOS), TORNA PÚBLICO os seguintes atos administrativos:

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS/SERVIÇOS/PRODUTOS N. 01/2021

PARTES: Associação Dos Municípios Do Entre Rios – AMERIOS e COOPERATIVA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO VALE DO ARAÇÁ.

OBJETO: registro de preços para fornecimento de forma parcelada e conforme necessidade de combustíveis para a frota de veículos da AMERIOS, conforme especificações e preços a seguir a seguir:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/ SERVIÇO	VAL. UNIT.
1	Lt	Indefinido	GASOLINA COMUM	4.28

DATA DE ASSINATURA: 13/01/2021.

VIGÊNCIA: 13 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Processo Administrativo n. 01/2021

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Regulamento de compras e contratações - Resolução n. 012/2018, art. 2º, VII, art. 5º, § 1º e art. 11.

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS/SERVIÇOS/PRODUTOS N. 02/2021

PARTES: Associação Dos Municípios Do Entre Rios – AMERIOS e CRIATIVA EMBALAGENS LTDA.

OBJETO: registro de preços para fornecimento de forma parcelada e conforme necessidade os materiais e produtos de consumo em limpeza, copa e cozinha e manutenção da AMERIOS, conforme especificações e preços a seguir a seguir:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.
1	44	Unid.	Desinfetante 5-l - fragrância sortida	9,90
2	22	Unid.	Lava roupas tradicional 5-l	15,90
3	22	Unid.	Álcool perfumado 5-l rosa	22,50
4	55	Unid.	Água Sanitária 5-l Quiboa	12,90
5	44	Unid.	Alvejante sem cloro 5-l	13,90
6	20	Unid.	Multiuso 5-l	19,50
7	22	Unid.	Detergente 5-l	12,95



8	24	Unid.	Pano escuro (toalha de banho)	6,99
9	22	Unid.	Toalhas banho branca	19,90
10	30	Unid.	Toalha de banho colorida	14,90

DATA DE ASSINATURA: 13/01/2021.

VIGÊNCIA: 13 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Processo Administrativo n. 02/2021;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Regulamento de compras e contratações - Resolução n. 012/2018, art. 2º, VII, art. 5º, § 1º e art. 11.

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS/SERVIÇOS/PRODUTOS N. 03/2021

PARTES: Associação Dos Municípios Do Entre Rios – AMERIOS e ADIR JORGE WILDNER.

OBJETO: registro de preços para fornecimento de forma parcelada e conforme necessidade os materiais e produtos de consumo em limpeza, copa e cozinha e manutenção da AMERIOS, conforme especificações e preços a seguir a seguir:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.
1	132	unid.	Agua Mineral 20L	10,49
2	110	unid.	Café Nescafé Tradição 200G	12,49
3	44	unid.	Bolachas caseiras mantega/milho 400g	6,98
4	44	unid.	Bolachas caseiras pintada 400g	6,98
5	33	unid.	Biscoitos Doces 400g	5,49
6	55	unid.	Biscoitos Salgados 400g	5,49
7	5	unid.	Fósforos c/240	3,39
8	11	cx.	Leite com 12 unid Piracajuba	42,6
9	220	unid.	Erva Mate - Materva =1Kg	8,98
10	44	unid.	Açucar cristal 5kg	14,98
11	11	unid.	Bomba de Chimarrão inox	34,98
12	55	unid.	Filtro para bomba de Chimarrão	1,19
13	55	unid.	Chás de caixinha - diversos sabores	2,98
14	22	unid.	Chá anis estrelado pct 500g	11,98
15	15	unid.	Chá mistura para chimarrão pct 500g	6,49
16	5	unid.	Embalagem plastico cozinha 3 kg	4,98
17	11	unid.	Gás	99
18	22	unid.	Fardo Agua Mineral 510ml c/12	13,08
19	5	unid.	Esqueiro	3,49
20	55	unid.	Detergente 500ml	1,49
21	11	unid.	Limpa Vidros 500 ml	4,49
22	44	rolos	Sacos de lixo 15L - (rolo economico) c/100 unid	10,98
23	22	rolos	Sacos de lixo 50L - (rolo economico) c/50 unid	11,98
24	88	pct	Sacos de lixo 100L - c/ 5 unid	2,98
25	22	fardo	Papel Higienico Fardo c/4 Branco dupla face 40 mt	87,84
26	33	unid.	Alcool 1L 92º	5,99
27	44	unid.	Sapólio Líquido 300 ml	5,98
28	44	unid.	Bom Ar 360 ml	9,49
29	30	unid.	Toalha de Papel 6 rolos	17,98
30	22	unid.	Esponja de Louça c/4	2,98
31	30	unid.	Pano de Prato Atoalhado	6,98
32	33	unid.	Aromatizante Coala	10,49
33	10	unid.	Vassoura Plástico resistente condor- tamanho g	8,98
34	5	unid.	Vassoura de Palha	21,98
35	11	unid.	Rodo	14,98
36	11	unid.	Rodo Espuma - scotch brite	14,98
37	44	unid.	Alcool em Gel	5,99
38	220	unid.	Pedra Sanitaria	2,29



39	33	unid.	Toalhas p/ pano de chão	8,98
40	44	unid.	Sabão em pó OMO 1kg	9,49
41	33	unid.	Guardanapos 21.cmx 22 cm	1,49
42	55	tiras	Copos Descartáveis c/ 100 unid.	4,49
43	11	unid.	Palito dental	0,99
44	20	unid.	Pano pra tirar pó	2,98
45	3	unid.	Bombril	1,49
46	30	unid.	Pilhas Duracel AA c/2	8,25
47	20	unid.	Pilhas Duracel AAA c/2	8,49
48	60	fardo	Papel Toalha Interfolhado 100% celulose	19,98
49	3	unid.	Tomada T	9,98
50	12	unid.	Luvas tam M e P laranja	6,98
51	6	unid.	Térmica da invicta	98,5
52	5	unid.	vinagre branco de ácool 5l	12,98
53	9	unid.	Antimofo (mazarolo)	10,49
54	4	unid.	Balde	9,98
55	6	unid.	Cuia	26,98
56	30	unid.	borrifador	9,98
57	44	unid.	Desinfetante 5L- Floral - Lavanda - Perola	13,98
58	22	unid.	Lava Roupas Tradicional 5L	27,98
59	55	unid.	Agua Sanitaria 5L - Quiboa	11,98
60	44	unid.	Alvejante sem cloro 5L	24,49
61	22	unid.	Detergente 5L	14,49
62	24	unid.	Pano de chão escuro (toalha de banho)	8,98

ATA DE ASSINATURA: 13/01/2021.

VIGÊNCIA: 13 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Processo Administrativo n. 02/2021;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Regulamento de compras e contratações - Resolução n. 012/2018, art. 2º, VII, art. 5º, § 1º e art. 11.

#### EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS/SERVIÇOS/PRODUTOS N. 04/2021

PARTES: Associação Dos Municípios Do Entre Rios – AMERIOS e COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: registro de preços para fornecimento de forma parcelada e conforme necessidade fornecimento de material de Informática (impressão e manutenção) para o serviço administrativo da AMERIOS, conforme especificações e preços a seguir a seguir:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.
1	3	Und	Cartucho tinta 130ml para plotter HP T1300 - Cyan – C9371A	593,52
2	3	Und	Cartucho tinta 130 ml para plotter HP T1300 - Magenta – C9372A	593,52
3	10	Und	Cartucho tinta 130 ml para plotter HP T1300 - Matte Black (MK) C9403A	593,52
4	3	Und	Cartucho tinta 130 ml para plotter HP T1300 - Photo Black (PK) – C9370A	593,52
5	5	Und	Cartucho tinta 130 ml para plotter HP T1300 - Yellow – C9373A	593,52
6	10	Und	Cartucho tinta 130 ml para plotter HP T1300- Gray - C9374A	593,52
10	4	Und	Cabeçote para plotter HP T1300- G-PK - C9380A	609,72
11	3	Und	Cabeçote para plotter HP T1300- M-C – C9383A	609,72
12	4	Und	Cabeçote para plotter HP T1300- MK-Y – C9384A	785,00

DATA DE ASSINATURA: 22/01/2021.

VIGÊNCIA: 22 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Processo Administrativo n. 03/2021;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Regulamento de compras e contratações - Resolução n. 012/2018, art. 2º, VII, art. 5º, § 1º e art. 11.



**EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS/SERVIÇOS/PRODUTOS N. 05/2021**

**PARTES:** Associação Dos Municípios Do Entre Rios – AMERIOS e HD COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTO E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA.

**OBJETO:** registro de preços para fornecimento de forma parcelada e conforme necessidade os materiais de Informática (impressão e Manutenção) para o serviço administrativo da AMERIOS, conforme especificações e preços a seguir a seguir:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.
7	10	Und	Tonner remano ou similar 278A para impressora HP	39,90
8	10	Und	Tonner remano ou similar ML 1610 para impressora Samsung modelo ML 2010	49,00
9	80	Und	Papel plotter HP T1300– bobinas de 100m – gramatura 90g	84,00

**DATA DE ASSINATURA:** 22/01/2021.

**VIGÊNCIA:** 22 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

**FORMA DE CONTRATAÇÃO:** Processo Administrativo n. 03/2021;

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Regulamento de compras e contratações - Resolução n. 012/2018, art. 2º, VII, art. 5º, § 1º e art. 11.

**EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS/SERVIÇOS/PRODUTOS N. 06/2021**

**PARTES:** Associação Dos Municípios Do Entre Rios – AMERIOS e TAG TELE ARTES.

**OBJETO:** registro de preços para fornecimento de forma parcelada e conforme necessidade os materiais gráficos para o serviço administrativo da AMERIOS, conforme especificações e preços a seguir a seguir:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.
1	500	Und	Envelope 23x11 com fundo branco impressão colorida frente	0,36
2	1.000	Und	Envelope 26x36 com fundo branco impressão colorida frente	0,89
3	50.000	Folhas	Folha timbrada A4, sulfite 75gr, coloridas.	0,10

**DATA DE ASSINATURA:** 03/02/2021.

**VIGÊNCIA:** 03 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021.

**FORMA DE CONTRATAÇÃO:** Processo Administrativo n. 04/2021;

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Regulamento de compras e contratações - Resolução n. 012/2018, art. 2º, VII, art. 5º, § 1º e art. 11.

**EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS/SERVIÇOS/PRODUTOS N. 07/2021**

**PARTES:** Associação Dos Municípios Do Entre Rios – AMERIOS e GRÁFICA E EDITORA ERDMANN LTDA.

**OBJETO:** registro de preços para fornecimento de forma parcelada e conforme necessidade os materiais gráficos para o serviço administrativo da AMERIOS, conforme especificações e preços a seguir a seguir:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.
4	2.500	Und	Pastas papel triplex 300gr 30x45 cm, com suporte interno sulfite 180 gr, sem plastificação, impressão colorida.	1,06

**DATA DE ASSINATURA:** 03/02/2021.

**VIGÊNCIA:** 03 de Fevereiro a 31 de dezembro de 2021.

**FORMA DE CONTRATAÇÃO:** Processo Administrativo n. 04/2021;

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Regulamento de compras e contratações - Resolução n. 012/2018, art. 2º, VII, art. 5º, § 1º e art. 11.

**EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS/SERVIÇOS/PRODUTOS N. 08/2021**

**PARTES:** Associação Dos Municípios Do Entre Rios – AMERIOS e LDA LIVRARIA PAPELARIA E BAZAR TLDA ME

**OBJETO:** registro de preços para fornecimento de forma parcelada e conforme necessidade os materiais e produtos de consumo administrativo e expediente da AMERIOS, conforme especificações e preços a seguir a seguir:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.
1	2	Cx.	Alfinetes	6,80
2	3	Unid.	Apontador	2,00
3	300	Unid.	Arquivo Morto - Papelão	3,50
10	10	Unid.	Caneta molhada (tudo laranja) - diversos	5,60
13	2	Cx.	Clips 1/0 - 500g	16,80
14	4	Cx.	Clips 2/0 - 500g	16,80
15	2	Cx.	Clips 3 - 500g	16,80
16	2	Cx.	Clips 4/0 - 500g	16,80
17	3	Cx.	Clips 6/0 - 500g	16,80
18	10	Unid.	Cola Bastão pequena Faber Castell	5,40
19	2	Unid.	Cola Tenaz Pequena	3,95
21	2	Unid.	Corretivo Líquido	2,50



23	5	Unid.	Encadernação A4	0,80
25	3	Unid.	Escalimetro marca "Trident"	45,00
26	3	Unid.	Extrator	1,40
30	2	Pacote	Folha de Ofício Colorida	6,00
31	4	Unid.	Grafite 0,5 e 0,7	3,95
32	3	Unid.	Grampeador Médio	18,06
33	5	Unid.	Grampo grande de metal (para arquivos)	0,50
35	6	Cx.	Grampos 26/6 prata - 5.000 grampos	8,30
36	3	Unid.	Grampos de plástico (Para arquivos)	0,40
37	2	Cx.	Grampos trilho	10,40
38	5	Unid.	Lápis	0,40
39	2	Unid.	Lapiseira 0,5	2,85
40	2	Unid.	Lapiseira 0,7	2,65
41	84	Unid.	Marca Texto Pilot: (cores diversas)	3,80
42	3	Unid.	Molha Dedo	0,75
46	3	Unid.	Pen Drive 16 Gb	43,00
49	3	Unid.	Régua Poliestireno 30cm	2,45
50	5	Unid.	Régua Esquadro 45°	1,55
51	3	Unid.	Régua Acrílico 30cm	1,00
52	3	Unid.	Tesoura Grande	13,50
53	2	Unid.	Tinta para carimbo	3,95
54	100	Unid.	Envelope para CD	0,20
59	10	M²	Papel adesivo/contact para revestimento das mesas de desenho	8,70
60	2	Unid.	Estilete	4,55
62	10	Unid.	Molha dedo	3,70

DATA DE ASSINATURA: 03/02/2021.

VIGÊNCIA: 03 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Processo Administrativo n. 05/2021;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Regulamento de compras e contratações - Resolução n. 012/2018, art. 2º, VII, art. 5º, § 1º e art. 11.

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS/SERVIÇOS/PRODUTOS N. 09/2021

PARTES: Associação Dos Municípios Do Entre Rios – AMERIOS e EMPRESA COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA BRINQUE E EDUQUE.

OBJETO: registro de preços para fornecimento de forma parcelada e conforme necessidade os materiais e produtos de consumo e expediente em serviços administrativos da AMERIOS, conforme especificações e preços a seguir a seguir:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.
4	3	Unid.	Borracha Faber Castel	0,80
5	2	Unid.	Caderno para Atas 100 folhas	14,50
6	2	Unid.	Caderno para Atas 50 folhas	8,90
7	2	Unid.	Caderno Protocolo Correspondências	13,50
9	4	Cx.	Caneta bic azul	12,00
11	7	Cx.	Caneta Pilot 1,0 azul	8,80
12	5	Unid.	Canetões cores diversas	5,00
20	20	Unid.	Corretivo Fita Mercur	8,50
22	5	Unid.	Elástico (borracha de dinheiro) 1200 unid	49,90
24	5	Unid.	Encadernação Menor	2,50
27	3	Unid.	Fita crepe branca 24mm x 50mm	15,00
28	10	Unid.	Fita Durex Larga	5,30
29	5	Unid.	Fita durex Normal	1,23
34	3	Cx.	Grampos 23/13 prata - 5.000 grampo	24,90
43	2	Pacote	Papel Cartão	12,90
44	40	Cx.	Papel folha A4, sulfite branco, alcalino medindo 210mmx297mm - 75g / m², resmas com 500 folhas acondicionadas em embalagem protetora contra umidade (papel BOPP- polipropileno biorientado). A entrega deverá ser feita em caixa com 10 resmas (5.000 folhas).	22,50
45	10	Unid.	Pastas AZ	11,90
47	2	Unid.	Perfurador de Papeis	13,50
48	150	Unid.	Postisti (bloco autoadesivo - cores neon)	8,90
56	1	Unid.	Trena de aço 5m	22,70



58	1	Unid.	Guilhotina A3 para corte de papel	304,00
61	2	PCTE	Etiquetas autoadesivas brancas CA 4263 (14) CC095 (8) CC295 (8)	15,75

DATA DE ASSINATURA: 03/02/2021.

VIGÊNCIA: 03 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Processo Administrativo n. 05/2021;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Regulamento de compras e contratações - Resolução n. 012/2018, art. 2º, VII, art. 5º, § 1º e art. 11.

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS/SERVIÇOS/PRODUTOS N. 10/2021

PARTES: Associação Dos Municípios Do Entre Rios – AMERIOS e ALTERNATIVE EQUIPAMENTOS.

OBJETO: registro de preços para fornecimento de forma parcelada e conforme necessidade os materiais de informática (impressão e manutenção), conforme especificações e preços a seguir a seguir:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.
13	4	Und	Teclado	34,90
14	4	Und	Mouse	15,80
15	6	Und	Papel ponto em rolo 57 x 300m	6,90
16	40	CX	Papel folha A4, sulfite, branco, alcalino, medindo 210x297 mm – 75g/m2, embalado em resma de 500 folhas acondicionados em embalagem protetora contra umidade (papel BOPP – polipropileno biorientado). Entrega deverá ser feita em caixa com 10 resmas (5.000 folhas).	188,50

DATA DE ASSINATURA: 04/02/2021.

VIGÊNCIA: 04 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Processo Administrativo n. 03/2021;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Regulamento de compras e contratações - Resolução n. 012/2018, art. 2º, VII, art. 5º, § 1º e art. 11.

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS/SERVIÇOS/PRODUTOS N. 11/2021

PARTES: Associação Dos Municípios Do Entre Rios – AMERIOS e CLÍNICA AGOSTINI LTDA.

OBJETO: registro de preços para fornecimento de forma parcelada e conforme necessidade SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO para a AMERIOS conforme especificações e preços a seguir a seguir:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VAL. UNIT.
1	UND.	INDEFINIDO	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	16,00

DATA DE ASSINATURA: 18/02/2021.

VIGÊNCIA: 18 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Processo Administrativo n. 06/2021

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Regulamento de compras e contratações - Resolução n. 012/2018, art. 2º, VII, art. 5º, § 1º e art. 11.

Maravilha/SC, 23 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLOS NYLAND  
Presidente da AMERIOS  
Prefeito de Iraceminha

**AMESC**

## RESOLUÇÃO 003 2021 - AMESC

Publicação Nº 2878037

### RESOLUÇÃO Nº 003/2021

“Nomeia colaboradores para representar a AMESC na composição da diretoria da Instituição de Crédito Solidário – CREDISOL de forma de Organização da Sociedade Civil e de Interesse Público - OSCIP, CNPJ 03.441.899/0001-76, nos termos do art. 26, inciso IV do Estatuto Social da AMESC.”

O Presidente da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense - AMESC, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 26, inciso IV do Estatuto Social.

CONSIDERANDO a efetiva desvinculação do funcionário Moacir Mario Rovaris portador do CPF 018.360.309-59, da AMESC – Associação de



Municípios do Extremo Sul Catarinense (CNPJ n.º 83.871.210/0001-82), em conformidade com a Resolução Nº 001/2021;  
RESOLVE:

Art. 1º – Nomear os seguintes colaboradores, para representar a AMESC – Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense (CNPJ n.º 83.871.210/0001-82), nos termos do art. 26, inciso IV do Estatuto Social.

§1º - Os seguintes Colaboradores para o Corpo da Diretoria :

• Titular: Aléxsander dos Santos, Contador, portador do CPF 837.803.869-68.

• Suplente: Ailson Piva, TI, portador do CPF 599.868.249-15.

Art. 2º - Dando assim amplo poder de decisão dentro dos limites previamente estipulado no Estatuto da CREDISOL para o referido cargo que compor para o bom andamento da Instituição de Crédito Solidário – CREDISOL.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Araranguá (SC), 01 de Fevereiro de 2021.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Presidente da AMESC

## AMMVI

### PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO DE TRIBUTAÇÃO

Publicação Nº 2877817

O Colegiado de Tributação, aos dezessete dias do mês de fevereiro de 2021, em sua primeira reunião ordinária anual, aprovou por unanimidade a

#### PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO DE TRIBUTAÇÃO

Art. 1º O Art. 14 do Regimento Interno do Colegiado de Tributação passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:  
"Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, as reuniões poderão ser realizadas de forma virtual, com utilização de ferramenta digital que permita a interação entre os participantes, iniciando-se mediante acesso da maioria absoluta dos membros permanentes ou, com qualquer número de acessos, 05 (cinco) minutos após o horário da convocação."

Art. 2º A presente alteração entrará em vigor nesta data.

Blumenau, 17 de fevereiro de 2021.

Guilherme Boeing Ouriques Presidente Colegiado Tributação AMMVI	Evandro Harasimow Vice-Presidente Colegiado Tributação AMMVI
Alexandre Carvalho Brígido Coordenador Colegiado Tributação AMMVI	

## AMUREL

### EDITAL AGE - COVID-19

Publicação Nº 2877589

EDITAL DE CONVOCAÇÃO:  
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, com amparo nos artigo 17 caput e parágrafo único e artigo 55, ambos do Estatuto da AMUREL, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 24 de fevereiro de 2021, às 08 horas e 15 minutos, por decisão de dois terços (2/3) dos Municípios associados presentes, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, nº 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC.

Na pauta do dia, em discussão a seguinte matéria:

- Encaminhamentos sobre COVID-19;

Tubarão, 22 de fevereiro de 2021.  
Deyvisonn da Silva de Souza  
Prefeito de Pescaria Brava  
Presidente da AMUREL



**COSEMS/SC****CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 12-03-2021**

Publicação Nº 2878103

**30 ANOS  
COSEMS/SC****Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina****CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO COSEMS/SC**

**Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo**, presidente do Conselho de Secretarias de Saúde do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 12 e ss do Estatuto, **convoca** todos os membros associados, representados pelos(as) Secretários(as) Municipais de Saúde ou ocupantes de cargos equivalentes, para Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá conforme data, local, horário e pauta abaixo:

**Data:** 12/03/2021 – Sexta-Feira.

**Horários:** Primeira Chamada às 10:00h – Segunda Chamada às 10:30h.

**Local:** SALA VIRTUAL DO CONASEMS/COSEMSSC, através de vídeo conferência (link, do sistema Zoom, que será disponibilizado no dia da assembleia).

**Pauta:**

01) Prestação de contas do ano de 2020 (Art. 13, VI, do Estatuto<sup>1</sup>);

02) Eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o mandato 2021/2023<sup>2</sup>

03) Outros assuntos

**Obs: Somente poderão participar da assembleia os secretários(as) Municipais de Saúde ou detentores(a) de cargos equivalentes, em exercício, que comprovar esta condição através da portaria de nomeação (Art. 15, do Estatuto c/c Incisos I, II e III, art. 3º, do Regulamento das Eleições do COSEMS/SC Biênio 2021/2023<sup>3</sup>.**

Florianópolis SC, 22 de fevereiro de 2021.

**MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO**

Presidente do COSEMS/SC

<sup>1</sup> Estatuto social. Art. 13. VI. Aprovar, anualmente, as contas da Diretoria Executiva, após o parecer do Conselho Fiscal quanto ao Balanço Financeiro;

<sup>2</sup> Estatuto social. Art. 14. A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, bem como os respectivos adjuntos e suplentes, serão eleitos em Assembleia Geral, cuja chapa deverá ser inscrita, mediante protocolo, com até 10 (dez dias) antecedentes da data prevista para a respectiva Assembleia Geral, na forma em que for estabelecida pela Comissão Eleitoral.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.cosemssc.org.br/eleicoes-2021-cosems-sc/>

Rua Esteves Junior, 160, 12º andar, Florianópolis  
CEP: 88015-130 - Santa Catarina/SC  
Telefone: (48) 3664-8860 | WhatsApp: (48) 3664-8861  
E-mail: [cosemssc@cosemssc.org.br](mailto:cosemssc@cosemssc.org.br)



@cosemssc



/cosemssc

**[www.cosemssc.org.br](http://www.cosemssc.org.br)**

Página 1 de 1



# Consórcios

## CIGA

### EDITAL Nº 01/2021 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020

Publicação Nº 2872406

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020

#### EDITAL Nº 01/2021 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, em conformidade com o Edital de Abertura Nº 02/2020 e suas alterações, torna público o presente Edital, para divulgar a Homologação do Resultado Final do Concurso Público Nº 01/2020 para o cargo de Programador.

Ficam homologadas as classificações dos candidatos aprovados, conforme Lista de Classificação Geral anexa neste Edital e disponibilizada na íntegra no site da FUNDATEC ([www.fundatec.org.br](http://www.fundatec.org.br)).

Não houve candidatos aprovados para as vagas de Pessoas com Deficiência.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### ANEXO I – LISTA DE CLASSIFICAÇÃO GERAL

CARGO 01: PROGRAMADOR			
NOME	INSCRIÇÃO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL
FELIPE GAERTNER NEDEL	58001770181-9	77.50	1
JEAN GONÇALVES	58001768412-9	72.50	2
VITOR PASTUCH LAZAROTTO	58001771195-3	67.50	3
ERICH COMPARIN	58001778571-0	65.00	4
JAQUELINE RISSA FRANCO	58001781674-9	65.00	5
CHARLIS SARAIVA ARISTIMUNHA	58001778473-3	62.50	6
ELIÂ MELFIOR	58001772553-6	60.00	7
VALDIR NESI JUNIOR	58001767430-9	60.00	8
ALÍRIO EYNG	58001781661-0	60.00	9

#### EXTRATO DE CONTRATO N. 511 / 2021 - CÂMARA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicação Nº 2878878

EXTRATO DE CONTRATO Nº 511/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Joaçaba

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Joaçaba

CNPJ: 78.491.230/0001-98

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 07/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, que possui as seguintes funcionalidades e características: I - sistema todo eletrônico e digital com funcionalidades acessíveis também por dispositivos móveis, para atender às necessidades do processo legislativo das Câmaras Municipais; II - portal eletrônico compatível com a legislação atual acerca de acessibilidade e transparência, alimentado automaticamente com as informações cabíveis do sistema legislativo; III - transmissões ao vivo das sessões plenárias em áudio e vídeo; IV - sistema de protocolo/processo administrativo com certificação digital; V - sistema de votação eletrônica com possibilidade de contingência off-line; e VI - integração com o CIGA Diário quando se tratar de Município e ou Câmara que publique nesse Sistema..

VALOR: R\$ 9.950,00 (nove mil e novecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.



Florianópolis, 07 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## **EXTRATO DE CONTRATO N. 90 / 2021 - MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO**

Publicação Nº 2878774

EXTRATO DE CONTRATO Nº 90/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de São José do Cerrito

CONTRATANTE: Município de São José do Cerrito

CNPJ: 82.777.327/0001-39

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 07/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 4.591,18 (quatro mil, quinhentos e noventa e um reais e dezoito centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 01 de fevereiro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## **EXTRATO DE CONTRATO N. 90 / 2021 - MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO**

Publicação Nº 2878987

EXTRATO DE CONTRATO Nº 90/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de São José do Cerrito

CONTRATANTE: Município de São José do Cerrito

CNPJ: 82.777.327/0001-39

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 07/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 4.591,18 (quatro mil, quinhentos e noventa e um reais e dezoito centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 01 de fevereiro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## **EXTRATO DE CONTRATO N. 91 / 2021 - MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

Publicação Nº 2878851

EXTRATO DE CONTRATO Nº 91/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Monte Carlo

CONTRATANTE: Município de Monte Carlo

CNPJ: 95.996.104/0001-04



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 01/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## EXTRATO DE CONTRATO N. 92 / 2021 - MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Publicação Nº 2878964

EXTRATO DE CONTRATO Nº 92/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Antônio Carlos

CONTRATANTE: Município de Antônio Carlos

CNPJ: 82.892.290/0001-90

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO Nº 26/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 7.770,00 (sete mil e setecentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## EXTRATO DE CONTRATO N. 93 / 2021 - MUNICÍPIO DE BARRA VELHA

Publicação Nº 2878979

EXTRATO DE CONTRATO Nº 93/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Barra Velha

CONTRATANTE: Município de Barra Velha

CNPJ: 83.102.830/0001-57

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 05/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal



eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 13.470,00 (treze mil e quatrocentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## CIMVI

### **CONTRATO Nº 2021/004 - AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA 75KW ATRAVÉS DE BIOGÁS DE ATERRO SANITÁRIO 50% CH<sub>4</sub>, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA COM GARANTIA DE 01 ANO PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI**

Publicação Nº 2877890

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2021/004 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

LICITAÇÃO Nº 016/2020- PREGÃO PRESENCIAL

AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA 75KW ATRAVÉS DE BIOGÁS DE ATERRO SANITÁRIO 50% CH<sub>4</sub>, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA COM GARANTIA DE 01 ANO PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Fernando Tomaselli, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro a empresa LEÃO ENERGIA INDÚSTRIA DE GERADORES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.837.578/0001-50, com sede na Avenida Brasília, nº. 4411, bairro Jardim Progresso, cidade de Londrina - PR, representada por Fabio Pegoraro, inscrito(a) no CPF nº 439.015.229-72, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de conformidade com a Licitação Pregão Presencial nº 016/2020 e com fundamento nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 - O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA 75KW ATRAVÉS DE BIOGÁS DE ATERRO SANITÁRIO 50% CH<sub>4</sub>, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA COM GARANTIA DE 01 ANO PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, conforme especificado no Edital de Licitação – Pregão Presencial nº 016/2020 e na proposta da CONTRATADA e tabela abaixo:

Item	Descrição/ Especificação	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Sistema de Geração de Energia 75kW através de biogás de aterro sanitário, conforme especificação técnica deste Termo de Referência com garantia de 01 ano.	1 un	R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00

0.2 - Toda a prestação do serviço e/ou fornecimento do material, necessários a plena e total execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes da Licitação Pregão Presencial nº 016/2020, anexos e do presente contrato, serão total, exclusiva e integralmente executados, fornecidos e cumpridos, sem restrições, pela CONTRATADA.

0.3 - É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial, de garantia ou de outra natureza, resultante deste Instrumento, inclusive qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro.

0.4 - O presente contrato, o Edital da Licitação Pregão Presencial nº 016/2020 e anexos são complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado existente para todos os fins.

0.5 - Fica o (a) CONTRATADO (a) obrigado (a) a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

0.6 Nos casos omissos, aplicar-se-á a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, as importâncias previstas na Cláusula 1.1 do presente contrato administrativo, a título de



pagamento pelo fornecimento dos bens, constantes no presente instrumento, conforme proposta(s) vencedora(s) da Licitação Pregão Presencial nº 016/2020.

1.2 - No referido preço estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de materiais, ferramentas, alimentação, deslocamento, transporte, seguro de transporte, garantia, responsabilidade civil, tributos de qualquer natureza e demais custos necessários a plena e total execução deste(s) item(ns) do objeto e demais atribuições e obrigações constantes da Licitação Pregão Presencial nº 016/2020, anexos e no presente instrumento.

1.3 - O pagamento será efetuado da seguinte forma, devendo-se cumprir, ainda, todas as demais disposições e obrigações constantes da Licitação Pregão Presencial nº 016/2020:

- a) de 80% (oitenta por cento) do valor após entrega técnica do sistema, no prazo de até 15 (quinze) dias após a liquidação da nota fiscal; e  
b) o saldo será pago em 3 (três) parcelas iguais, em até quinze dias de cada mês, mediante liquidação da respectiva nota fiscal.

1.4 - Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s) pela CONTRATADA, os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte, se for o caso.

1.5 - As despesas provenientes do objeto deste contrato correrão à conta do Orçamento-Programa Anual do CONTRATANTE, conforme a seguinte dotação consignada no Edital da Licitação Pregão Presencial nº 016/2020:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.002	Gestão de Saneamento
2008	GESTÃO DA DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
34490000000000000000	Aplicações Diretas
03000119	Recursos Ordinários 2019- CIMVI - JÓIA

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1 – O prazo de entrega é de 90 (noventa) dias, contados do envio da ordem de compras. A ordem de compra deve ser enviada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da assinatura do contrato administrativo.

3.2 - O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser alterado e/ou renovado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de termo aditivo, de acordo com a Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES

3.1 - Fica desde já o CONTRATANTE responsável:

- em efetuar o pagamento nos termos estipulados na Cláusula Segunda;
- em fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

3.2 - A fiscalização e o acompanhamento acima descritos não eximem a CONTRATADA, de nenhuma forma, de sua plena, total e exclusiva responsabilidade quanto à execução do objeto deste instrumento e perante quaisquer terceiros e o CONTRATANTE.

3.3 - Além das demais obrigações e responsabilidades constantes na Licitação Pregão Presencial nº 016/2020, anexos e no presente contrato, fica a CONTRATADA desde já responsável:

- em prestar e cumprir fielmente todo o objeto e demais serviços, atribuições e prazos constantes deste instrumento, arcando com todos os custos, ônus e obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;
- em disponibilizar todo e qualquer recurso, seja ele de que natureza for, necessário à execução do objeto deste instrumento, arcando com todo e qualquer custo advindo, decorrente ou relacionado ao mesmo;
- em enviar ao CONTRATANTE, nota fiscal e os demais documentos constantes da Cláusula Segunda, para recebimento dos valores;
- pelo gerenciamento e pela Responsabilidade Técnica relativa ao objeto contratado;
- civil, criminal e por toda e qualquer indenização ou reparação que surgir em virtude de dano causado ao CONTRATANTE e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência ou por dolo praticado, inclusive por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso;
- única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução do objeto do presente instrumento;
- em utilizar as técnicas adequadas para executar o objeto do presente instrumento, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONTRATANTE e a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo;
- em assumir todos e quaisquer custos e ônus relativos a pessoal, mão de obra, material e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários à execução deste contrato;
- em substituir todos e quaisquer produtos defeituosos, bem como com a execução fora das especificações técnicas, arcando, de forma única e exclusiva, com todos os custos e ônus, sejam eles de que natureza for;
- única e exclusivamente quanto a toda e qualquer indenização ou responsabilidade civil e criminal que surgirem em virtude do objeto deste instrumento;
- em providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, licenças e autorizações necessárias à execução do objeto do presente instrumento;
- única e exclusivamente por todos os serviços, materiais e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários a execução do objeto deste contrato;
- em fornecer pessoal habilitado para a execução do objeto e demais atribuições constantes deste instrumento e do Pregão Presencial nº 016/2020 e anexos;
- quanto à quantidade e qualidade dos serviços oferecidos, respondendo civil e penalmente por todos e quaisquer acontecimentos que



porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos;

- única e exclusivamente quanto a quaisquer danos causados ao equipamento utilizado para a execução do objeto do presente instrumento, arcando única, exclusiva e integralmente com todos os custos, ônus ou responsabilidades advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;
- quanto a aceitação dos acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE realizar por escrito, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- por todo o fornecimento da alimentação, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias a correta e fiel execução do objeto do presente instrumento;
- em cumprir com todas as determinações técnicas relacionadas ao objeto do presente instrumento ou aquelas apresentadas pelo CONTRATANTE;
- em assumir todos os custos relativos ao deslocamento de pessoal ou de material necessário ao cumprimento do objeto deste instrumento;
- por todo e qualquer material de sua posse ou propriedade, bem como quanto a quaisquer custos ou ônus advindos, decorrentes ou relacionados aos mesmos;
- de forma única e exclusiva, por todo tributo, fornecimento, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias a execução do objeto e demais atribuições e disposições constantes deste instrumento;
- civil, criminal e por toda e qualquer indenização que porventura surgir em virtude de dano causado ao CONTRATANTE e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência, por dolo praticado por seus empregados, profissionais ou prepostos ou, ainda, por todo e qualquer acontecimento que porventura surgir em decorrência do objeto e demais equipamentos e materiais necessários a execução deste instrumento;
- em facilitar que o CONTRATANTE acompanhe e fiscalize todas as atividades inerentes a execução do objeto do presente instrumento, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

4.1 - O CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, securitárias, fiscais, penais, comerciais ou outras relacionadas a execução do objeto e demais atribuições constantes deste instrumento e da Licitação Pregão Presencial nº 016/2020 e anexos.

4.2 - A fiscalização a ser efetuada pelo CONTRATANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

5.1 - Além das demais disposições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 016/2020, anexos e do presente contrato e ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados) e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA incorrerá na seguinte penalidade:

- 10,0% (dez por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE;
- 10,0% (dez por cento) do valor do contrato, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, obrigações ou prazos constantes do presente instrumento ou, ainda, pela rescisão, sem justo motivo.

5.2 - A CONTRATADA será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 03 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade, tudo de conformidade com as disposições constantes do edital e do contrato em questão, independentemente das demais medidas legais cabíveis. A penalidade deverá ser paga junto à Tesouraria do CONTRATANTE, em até 15 dias da sua aplicação e notificação, podendo ser objeto de cobrança administrativa ou judicial após este prazo. Caso a CONTRATADA não efetive o pagamento espontâneo da penalidade até o dia estabelecido, ficará sujeita a suspensão do contrato e compensação nos créditos que eventualmente detenha junto ao CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO QUANTO AO OBJETO PRESTADO

7.1 - A CONTRATADA executará única e exclusivamente as disposições constantes deste instrumento, por seus próprios meios, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre os prepostos da CONTRATADA e o CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

7.1 - A rescisão contratual poderá ser:

- determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE ou aos Municípios consorciados.

7.2 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pelo CONTRATANTE, com as consequências previstas na Cláusula Sexta.

7.3 - Constituem também motivos para rescisão do Contrato, as demais disposições constantes do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

7.5 - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

7.6 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do CONTRATANTE, a rescisão importará em:

- aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com o CONTRATANTE, quaisquer dos municípios que o compõem, seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé, (a juízo do CONTRATANTE). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



9.1 - A CONTRATADA não poderá transferir, delegar ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Timbó, 23 de Fevereiro de 2021.

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Diretor Executivo: Fernando Tomaselli

CONTRATADA

Leão Energia Indústria de Geradores Ltda

Representante legal: Fabio Pegoraro

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo

Advogado OAB/SC 17.721 – Visto

Allan Eduardo Stark

Gestor de Serviços

#### EDITAL DE PUBLICIDADE 2021 - CCA

Publicação N° 2878809

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N° 668/2021

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N° 986/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 18/04/2021, formulado pelo empreendedor JOEL RINCAWESKY, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 091.298.289-61, para a atividade 71.30.04 - Unidade de compostagem com produção de fertilizante orgânico, situada na Rua Santo Anjo, s/nº, Bairro Massarandubinha, Município de Massaranduba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba, 19 de fevereiro de 2021

Elaine Cristina Gums Vick

Município de Massaranduba

Portaria nº 968/2020

#### EDITAL DE PUBLICIDADE 2021 - DANC

Publicação N° 2878813

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE N° 983/2021

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N° 38/2021 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE APIÚNA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 17/02/2022, formulado pelo JB FACÇÃO LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 17.857.599/0001-87, para a atividade Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, situado na Rua 10, nº 55, Sala 01, Bairro Centro, no Município de Apiúna, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Apiúna/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Vilson Miliorini

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Portaria nº 078/2021

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE N° 984/2021

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N° 63/2021 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 17/02/2022, formulado pelo LELE FACÇÃO E CONFECÇÃO LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 07.214.697/0001-42,



para a atividade Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, situada na Rua 11 de Junho, nº 115, Bairro Carijós, no Município de Indaial, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.  
Indaial/SC, 17 de fevereiro de 2021

Paulo Roberto Ledra  
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente  
Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 985/2021

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 51/2021 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 19/02/2022, formulado pelo VALÉRIA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA E CIA LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 11.223.493/0001-45, para a atividade Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário, situada na Rua Porto Alegre, nº 850, Bairro Tapajós, no Município de Indaial, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.  
Indaial/SC, 19 de fevereiro de 2021

Paulo Roberto Ledra  
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente  
Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

#### EDITAL DE PUBLICIDADE 2021 - LAI

Publicação Nº 2878822

##### EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAI Nº 59/2019 – 3ª via

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 257/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, com prazo de validade de vinte e quatro meses, formulado pelo empreendimento H&G1 LOTEAMENTO RESIDENCIAL SPE LTDA -LOTEAMENTO RESIDENCIAL VIA ELEGANCE pessoa física, inscrita no CNPJ: 31.851.335/0001-47 para a atividade de 71.11.00 – Parcelamento de solo urbano que será exercida na Rua Minas Gerais, s/nº, Indaial/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 17 de dezembro de 2019

Paulo Roberto Ledra  
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente  
Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

##### EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAI Nº 96/2020

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 818/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, com prazo de validade de vinte e quatro meses, formulado pelo empreendimento MELCHIORETTO SANDRI ENGENHARIA LTDA - MS PIETRA RESIDENCE, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ: 05.289.609/0001-46, para a atividade de 71.11.01 - Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade que será exercida na Rua Werner Schlei, nº 127, Indaial/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 18 de fevereiro de 2021

Paulo Roberto Ledra  
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente  
Decreto nº 907/2017  
Decreto nº 1811/2019

##### EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAI Nº 94/2021

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 966/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, com prazo de validade de vinte



e quatro meses, formulado pelo empreendimento OPPORTUNITY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI - CONDOMÍNIO FLORATTA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ: 17.105.619/0001-63, para a atividade de 71.11.07 - Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços). Rua Campo Grande, s/nº - Bairro Capitais, Timbó/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Timbó/SC, 18 de Fevereiro de 2021

Ricardo Longo Orsi  
Município de Timbó  
Portaria nº 4817/2018

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2021 - LAO

Publicação Nº 2878829

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 359/2021  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 246/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor TA TE TI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 30.261.120/0001-03, para a atividade 23.21.00 - Fabricação de artigos de material plástico, que será exercida na Rua Tiradentes, nº 230 - Bairro: Centro - Pomerode/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Pomerode/SC, 17 de fevereiro de 2021

Município de Pomerode  
Portaria nº 22.240/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 358/2021  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 394/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor MARCIO FORLIN, pessoa física, inscrita no CPF nº 014.702.719-58, para a atividade 01.70.00 - Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura), que será exercida na Estrada Geral, s/n – Bairro Braço Comprido Luiz Alves/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Luiz Alves/SC, 17 de fevereiro de 2021.

Douglas Reichert  
Município de Luiz Alves  
Portaria 06/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 363/2021  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 603/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor ELMF ADMINISTRADORA DE BENS E INCORPORADORA SPE LTDA – Loteamento Brazilian Park II, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 32.089.325/0001-89, para a atividade 71.11.00 – Parcelamento de solo urbano: Loteamento localizado em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto do parcelamento, que será exercida na Avenida Brasil, nº 2140 – Bairro Rio Morto - Indaial/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial/SC, 18 de fevereiro de 2021.

Paulo Roberto Ledra  
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente  
Decreto nº 907/2017 e Decreto nº 1811/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 360/2021  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 953/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que



se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor ALEXANDRE JOSÉ DOS SANTOS 31655195875, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 29.525.671/0001-58, para a atividade 71.30.02 - Unidade de reciclagem de resíduos Classe II A., que será exercida na Rua Santo Antônio nº 927 – Bairro Santo Antônio Rio dos Cedros/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Rio Dos Cedros, 22 de fevereiro de 2021.

Rafael Nones  
Município de Rio dos Cedros  
Portaria nº 21/2021

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2021 - LAP

Publicação Nº 2878820

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAP Nº 133/2021

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 12/2021 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendimento OZ INCORPORADORA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 28.797.184/0001-81, para a atividade de 71.11.07 - Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços), Rua Tiradentes, s/nº - Centro– Pomerode/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Pomerode/SC, 18 de fevereiro de 2021

Município de Pomerode  
Portaria nº 22.240/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAP Nº 132/2021

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1035/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendimento DEISE DIANA MORASTONI ZIMATH LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ: 35.973.525/0001-98, para a atividade de 71.11.00 - Parcelamento de solo urbano: Loteamento localizado em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto do parcelamento, que será exercida no imóvel situado a Rua Vereador José Moser, s/nº - BAIRRO: Estação – Ascurra/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Ascurra/SC, 18 de fevereiro de 2021

Odirlei Fistarol  
Município de Ascurra  
Portaria 5785/2017

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2021 - TERRAPLANAGEM

Publicação Nº 2878839

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PARA TERRAPLANAGEM Nº 57/2021/LIC

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 818/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDIAIAL o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE TERRAPLANAGEM, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendimento MELCHIORETTO SANDRI ENGENHARIA LTDA – MS PIETRA RESIDENCE, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 05.289.609/0001-46, para a atividade de Autorização de Terraplanagem para conformação de relevo, que será exercida na Rua Werner Schlei, nº 127, Bairro Warnow, em Indaial/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial/SC, 18 de fevereiro de 2021

Paulo Roberto Ledra  
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente  
Decreto nº 907/2017 e 1811/2019



## LICITAÇÃO Nº 016/2020 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Publicação Nº 2877891



## CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Compras e Contratos

Termo de Adjudicação

Pág 1 / 1

Adj Seq - Adjudicação - Item Adjudicação: 1 Ano - Minuta - Adjudicação: 2020 Número - Minuta -  
Adjudicação: 16 Cliente - Minuta - Licitação - Participante Licitação - Cota Credenciamento: 11486  
codigoCliente: 11486 anoMinuta: 2020 numeroMinuta: 16 cotaCredenciamento: 0

## TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Pregão

16/2020

Processo Administrativo: 16/2020

Adjudicação: 1

O(a) Sr(a)., no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, conforme o parecer da comissão de licitação resolve:

Adjudico a presente licitação nos termos e autorizo a emissão das notas de empenho das adjudicações abaixo:

<b>Recurso:</b> 32 <b>Órgão:</b> 3 - Consorcio Intermunicipal do Medio Vale <b>Unidade:</b> 2 - Gestão de Saneamento <b>Ação:</b> 2008 - GESTÃO DA DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS <b>Elemento:</b> 34490523000000000000 - Máquinas e equipamentos energéticos <b>Vinculo:</b> 3000119 - Recursos Ordinários 2019- CIMVI - JÓIA						
<b>Fornecedor:</b> 142050 - LEÃO ENERGIA INDÚSTRIA DE GERADORES LTDA						
<b>Sem Lote</b>						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total
1	SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA UN 75KW ATRAVÉS DE BIOGÁS DE ATERRO SANITÁRIO 50% CH4, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA COM GARANTIA DE 01 ANO			1	R\$270.000,00	R\$270.000,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						R\$270.000,00
<b>Total do Adjudicado para o Recurso:</b>						R\$270.000,00

Timbó, 22 de Fevereiro de 2021.

PATRICIA BARBARESCO

Pregoeira

Resolução nº 443/2021

Ciente da Adjudicação:

RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA XAVIER ARAUJO

Advogado – OAB/SC 17.721



**LICITAÇÃO Nº 016/2020 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Publicação Nº 2877892

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI**

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 11486 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número -  
Minuta - Licitação: 16 código Cliente: 11486 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

Pág 1 / 1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão**  
**Para Aquisição de Bens**  
**16/2020**  
**Processo Administrativo: 16/2020**

Ao Sr(a), tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Resolução nº 443/2021.

**Homologo**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 16/2020, o(s) participante(s):

142050 - LEÃO ENERGIA INDÚSTRIA DE GERADORES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA 75KW ATRAVÉS DE BIOGÁS DE ATERRO SANITÁRIO 50% CH4, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA COM GARANTIA DE 01 ANO	UNIDADE		1	R\$270.000,00	R\$270.000,00
Total do Fornecedor:						R\$270.000,00

Timbó, 22 de fevereiro de 2021.

**FERNANDO TOMASELLI**  
Diretor Executivo



**RESOLUÇÃO Nº 452 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879098

RESOLUÇÃO Nº 452, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

CONCEDE AUXÍLIO TRANSPORTE MENSAL A AGENTE PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIMVI, fundamentado nos artigos 50, IV, e 51 do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI (Resolução nº 98, de 10/07/2014, e alterações); e

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido auxílio-transporte mensal à empregada RAIZA BLOSFELD DE MATOS, ocupante do emprego público de Agente Administrativo, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, em razão da utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

Parágrafo Único – Compete ao setor administrativo do CIMVI a confirmação mensal do valor líquido do benefício a ser pago ao empregado, correspondente à diferença entre o custo de aquisição dos vales-transporte que seriam devidos no mês, conforme a quantidade de dias úteis (de trabalho), e o valor do desconto legalmente previsto (6%) no salário base do beneficiado.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó - SC, 12 de Fevereiro de 2021.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Presidente do CIMVI

A presente Resolução foi publicada na forma regulamentar em 12 de fevereiro de 2021.

Patricia Barbaresco  
Assessora Jurídica – CIMVI

**RESOLUÇÃO Nº 453 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021**

Publicação Nº 2879102

RESOLUÇÃO Nº 453, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 166, DE 06/09/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelos artigos 28 e 33 do Estatuto do CIMVI;

RESOLVE:

Art. 1º - A Resolução nº 166, de 06/09/2016, que "regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP para contratação de serviços e aquisição de bens no âmbito do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI", passa a vigorar com a seguinte redação:

“(…)

Art. 22 - (...)

§ 3º - As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. (Dispositivo Alterado)

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (Dispositivo Alterado)

§ 7º - Revogado.”

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Timbó - SC, 12 de janeiro de 2021.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Presidente do CIMVI

A presente Resolução foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 12 de Janeiro de 2021.

PATRICIA BARBARESCO  
Assessora Jurídica  
OAB/SC 48.380



**CINCATARINA****AT21CIN05166-CÂMARA DE VEREADORES DE CELSO RAMOS-HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS -PAL0254462020**

Publicação Nº 2879256

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN05166

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP

PAL: 025446/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0058/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/01/2021 a 24/01/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de NO-TEBOOKS, TABLETS E MONITORES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CÂMARA DE VEREADORES DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/01/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN07694-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879329

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN07694

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08283-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-FELIPE GRACIOLI-PAL0287552020**

Publicação Nº 2879265

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08283

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: FELIPE GRACIOLI

PAL: 028755/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0060/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08285-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-FELIPE GRACIOLI-PAL0287552020**

Publicação Nº 2879261

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08285

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: FELIPE GRACIOLI

PAL: 028755/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0060/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08288-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-FELIPE GRACIOLI-PAL0287552020**

Publicação Nº 2879310

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08288

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: FELIPE GRACIOLI

PAL: 028755/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0060/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08304-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-FELIPE GRACIOLI-PAL0287552020**

Publicação Nº 2879305

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08304

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: FELIPE GRACIOLI

PAL: 028755/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0060/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08306-MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL-FELIPE GRACIOLI-PAL0287552020**

Publicação N° 2879257

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08306

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: FELIPE GRACIOLI

PAL: 028755/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0060/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08315-GUATAMBÚ-FELIPE GRACIOLI-PAL0287552020**

Publicação N° 2879258

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08315

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: FELIPE GRACIOLI

PAL: 028755/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0060/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/02/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08497-MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL-FELIPE GRACIOLI-PAL0287552020**

Publicação N° 2879259

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08497

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: FELIPE GRACIOLI

PAL: 028755/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0060/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/02/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08560-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879260

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08560

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08837-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020**

Publicação Nº 2879379

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08837

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08852-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879262

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08852

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08853-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879263

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08853

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08867-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-RESOLVE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ERGONÔMICOS E DE -PAL0025392020**

Publicação Nº 2879264

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08867

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: RESOLVE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ERGONÔMICOS E DE INFORMÁTICA LTDA

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2021 a 31/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN08903-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879271

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08903

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN08984-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2879266

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN08984

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09090-GUATAMBÚ-DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI-PAL0049222020**

Publicação Nº 2879267

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09090

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09171-OTACÍLIO COSTA-ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0221532020**

Publicação Nº 2879268

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09171

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09177-TRÊS BARRAS-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0125902020**

Publicação Nº 2879269

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09177

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 012590/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0034/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E DE FISIOTERAPIA, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09179-TRÊS BARRAS-ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES EIRELI-PAL0125902020**

Publicação Nº 2879270

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09179

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES EIRELI

PAL: 012590/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0034/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E DE FISIOTERAPIA, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09182-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0092232020**

Publicação Nº 2879292

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09182

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 009223/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09183-TRÊS BARRAS-SANIMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-PAL0092232020**

Publicação N° 2879272

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09183

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: SANIMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

PAL: 009223/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09184-TRÊS BARRAS-PLUS SPORT COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI-PAL0092232020**

Publicação N° 2879273

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09184

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: PLUS SPORT COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI

PAL: 009223/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09185-TRÊS BARRAS-PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0092232020**

Publicação N° 2879274

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09185

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 009223/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09186-TRÊS BARRAS-HIPERMED COMÉRCIO DE ARTIGOS ORTOPÉDICOS EIRELI-PAL0092232020**

Publicação Nº 2879275

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09186

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: HIPERMED COMÉRCIO DE ARTIGOS ORTOPÉDICOS EIRELI

PAL: 009223/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09187-TRÊS BARRAS-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0092232020**

Publicação Nº 2879276

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09187

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 009223/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09188-TRÊS BARRAS-SÃO BERNARDO COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI-PAL0092232020**

Publicação Nº 2879277

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09188

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: SÃO BERNARDO COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - EPP

PAL: 009223/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09194-MUNICÍPIO DE CALMON-AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879278

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09194

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09195-MUNICÍPIO DE CALMON-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879279

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09195

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09196-MUNICÍPIO DE CALMON-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879280

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09196

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09197-MUNICÍPIO DE CALMON-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879281

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09197

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09198-MUNICÍPIO DE CALMON-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879282

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09198

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09199-MUNICÍPIO DE CALMON-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879283

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09199

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09200-MUNICÍPIO DE CALMON-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879284

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09200

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09222-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879285

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09222

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09237-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0040782020**

Publicação Nº 2879286

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09237

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09246-MUNICÍPIO DE CALMON-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0040002020**

Publicação Nº 2879287

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09246

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09247-MUNICÍPIO DE CALMON-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020**

Publicação Nº 2879288

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09247

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: POSSATTO &amp; POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09248-MUNICÍPIO DE CALMON-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0040002020**

Publicação Nº 2879289

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09248

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09250-MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0040002020**

Publicação Nº 2879290

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09250

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09266-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-PETINELI DISTRIBUIDORA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITAL-PAL0173202020**

Publicação Nº 2879291

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09266

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: PETINELI DISTRIBUIDORA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09267-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020**

Publicação Nº 2879295

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09267

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09275-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-LPK LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2879293

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09275

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: LPK LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09279-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO-LPK LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2879294

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09279

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO

FORNECEDOR: LPK LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09289-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LT-PAL0001902020**

Publicação Nº 2879380

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09289

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09291-MUNICÍPIO DE CALMON-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879296

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09291

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09298-GUATAMBÚ-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2879297

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09298

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09305-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879298

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09305

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09306-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879299

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09306

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09320-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0254462020**

Publicação Nº 2879300

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09320

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 025446/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0058/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 24/01/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de NOTEBOOKS, TABLETS E MONITORES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09326-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-ELISVANDIA MATOS DONINI ME-PAL0040782020**

Publicação Nº 2879301

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09326

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: ELISVANDIA MATOS DONINI ME

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09328-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-DENTAL OESTE EIRELI EPP-PAL0040782020**

Publicação Nº 2879302

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09328

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: DENTAL OESTE EIRELI EPP

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09329-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-DENTAL PRIME-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPIT-PAL0040782020**

Publicação Nº 2879303

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09329

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: DENTAL PRIME-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09330-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-ELISVANDIA MATOS DONINI ME-PAL0040782020**

Publicação Nº 2879304

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09330

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: ELISVANDIA MATOS DONINI ME

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09331-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA-PAL0040782020**

Publicação Nº 2879308

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09331

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09332-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040782020**

Publicação Nº 2879306

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09332

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: POSSATTO &amp; POSSATTO LTDA ME

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09335-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020**

Publicação Nº 2879307

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09335

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: POSSATTO &amp; POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09340-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-SANEVITTA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS MÉ-PAL0040002020**

Publicação Nº 2879359

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09340

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: SANEVITTA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09341-LONTRAS-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0040002020**

Publicação Nº 2879309

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09341

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LONTRAS

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09342-OTACÍLIO COSTA-PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI -PAL0001732020**

Publicação Nº 2879313

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09342

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09343-OTACÍLIO COSTA-PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI -PAL0001732020**

Publicação Nº 2879311

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09343

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09344-IPIRA-PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI -PAL0001732020**

Publicação Nº 2879312

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09344

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPIRA

FORNECEDOR: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09345-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI -PAL0001732020**

Publicação Nº 2879353

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09345

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09346-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020**

Publicação Nº 2879314

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09346

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09347-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI -PAL0001732020**

Publicação Nº 2879315

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09347

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09348-MUNICÍPIO DE SALETE-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2879316

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09348

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09349-MUNICÍPIO DE SALETE-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E-PAL0001732020**

Publicação Nº 2879317

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09349

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09350-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI -PAL0001732020**

Publicação Nº 2879318

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09350

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09351-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E-PAL0001732020**

Publicação Nº 2879319

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09351

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09352-MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-PLUS SPORT COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI-PAL0092232020**

Publicação Nº 2879320

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09352

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE

FORNECEDOR: PLUS SPORT COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI

PAL: 009223/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09354-OTACÍLIO COSTA-GDC DA SILVA COSTA EIRELI-PAL0092232020**

Publicação Nº 2879321

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09354

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: GDC DA SILVA COSTA EIRELI

PAL: 009223/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09360-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0001652020**

Publicação Nº 2879322

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09360

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000165/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0003/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09364-LONTRAS-LPK LTDA-PAL0139872020**

Publicação Nº 2879323

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09364

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LONTRAS

FORNECEDOR: LPK LTDA

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELE-TRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09378-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA-PAL0222262020**

Publicação Nº 2879324

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09378

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

PAL: 022226/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0047/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 19/11/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de AMBULÂNCIAS TIPO A E TIPO B, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09380-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0115502020**

Publicação Nº 2879325

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09380

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 011550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0021/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09382-OTACÍLIO COSTA-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0171762020**

Publicação Nº 2879326

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09382

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09385-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E-PAL0170602020**

Publicação Nº 2879327

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09385

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09386-OTACÍLIO COSTA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0221532020**

Publicação Nº 2879328

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09386

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09395-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879366

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09395

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09397-IPIRA-AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879330

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09397

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPIRA

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09398-IPIRA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879331

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09398

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPIRA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09403-LAURENTINO-ELISVANDIA MATOS DONINI ME-PAL0040782020**

Publicação Nº 2879332

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09403

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAURENTINO

FORNECEDOR: ELISVANDIA MATOS DONINI ME

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAURENTINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09405-LAURENTINO-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040782020**

Publicação Nº 2879333

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09405

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAURENTINO

FORNECEDOR: POSSATTO &amp; POSSATTO LTDA ME

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAURENTINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09407-IPIRA-DENTAL OESTE EIRELI EPP-PAL0040782020**

Publicação Nº 2879334

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09407

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPIRA

FORNECEDOR: DENTAL OESTE EIRELI EPP

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09408-IPIRA-DENTAL PRIME-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPIT-PAL0040782020**

Publicação Nº 2879335

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09408

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPIRA

FORNECEDOR: DENTAL PRIME-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09409-IPIRA-ELISVANDIA MATOS DONINI ME-PAL0040782020**

Publicação Nº 2879336

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09409

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPIRA

FORNECEDOR: ELISVANDIA MATOS DONINI ME

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09413-IPIRA-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040782020**

Publicação Nº 2879337

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09413

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPIRA

FORNECEDOR: POSSATTO &amp; POSSATTO LTDA ME

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09414-IPIRA-VILLAGE MED DENTÁRIA LTDA-PAL0040782020**

Publicação Nº 2879338

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09414

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPIRA

FORNECEDOR: VILLAGE MED DENTÁRIA LTDA

PAL: 004078/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09415-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020**

Publicação Nº 2879339

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09415

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09419-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020**

Publicação Nº 2879340

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09419

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09420-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E-PAL0001732020**

Publicação Nº 2879341

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09420

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09422-MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS-VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRI-PAL0139792020**

Publicação Nº 2879342

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09422

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

FORNECEDOR: VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA

PAL: 013979/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de APARELHOS DE AR CONDICIONADO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09423-MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020**

Publicação Nº 2879343

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09423

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09424-MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020**

Publicação Nº 2879344

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09424

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09428-SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HE-GIGA1.COM EIRELI-PAL0254462020**

Publicação Nº 2879345

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09428

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA

FORNECEDOR: GIGA1.COM EIRELI

PAL: 025446/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0058/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 24/01/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de NOTEBOOKS, TABLETS E MONITORES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09433-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS YUMIFARMA LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879346

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09433

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS YUMIFARMA LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09436-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-MEDITON FARMACÊUTICA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879347

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09436

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: MEDITON FARMACÊUTICA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09437-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879348

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09437

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09438-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879349

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09438

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09440-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0173202020**

Publicação Nº 2879350

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09440

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: POSSATTO &amp; POSSATTO LTDA ME

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09441-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0173202020**

Publicação Nº 2879351

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09441

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: POSSATTO &amp; POSSATTO LTDA ME

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09442-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-PAL0173202020**

Publicação Nº 2879352

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09442

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09452-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE XAXIM-NOGUEIRA NOBRE COMERCIO E SERVIÇOS-PAL0221612020**

Publicação Nº 2879357

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09452

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

FORNECEDOR: NOGUEIRA NOBRE COMERCIO E SERVIÇOS

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09454-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE XAXIM-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0221612020**

Publicação Nº 2879354

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09454

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09458-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0115502020**

Publicação Nº 2879355

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09458

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 011550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0021/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09459-MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-LUCIANO PILATTI-PAL0139872020**

Publicação N° 2879356

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09459

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/02/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELE-TRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09486-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-INGA CAMINHOES LTDA-PAL0176212020**

Publicação N° 2879365

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09486

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: INGA CAMINHOES LTDA

PAL: 017621/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0037/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 15/10/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de VEÍCULOS TIPO VAN MINIBUS, NOVOS, ZERO KM, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09491-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação N° 2879358

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09491

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09495-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879363

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09495

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09498-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879360

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09498

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09505-MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020**

Publicação Nº 2879361

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09505

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: POSSATTO &amp; POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09507-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-CONFECÇÕES HIZA LTDA-PAL0173202020**

Publicação N° 2879362

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09507

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: CONFECÇÕES HIZA LTDA

PAL: 017320/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0038/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09521-OTACÍLIO COSTA-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0221532020**

Publicação N° 2879364

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09521

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09522-OTACÍLIO COSTA-RSUL EIRELI EPP -PAL0221532020**

Publicação N° 2879378

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09522

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09523-OTACÍLIO COSTA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0221532020**

Publicação Nº 2879377

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09523

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09525-OTACÍLIO COSTA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0221612020**

Publicação Nº 2879367

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09525

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 022161/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0053/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09527-OTACÍLIO COSTA-PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA-PAL0287552020**

Publicação Nº 2879381

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09527

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA

PAL: 028755/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0060/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09528-OTACÍLIO COSTA-MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI-PAL0287552020**

Publicação Nº 2879368

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09528

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI

PAL: 028755/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0060/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09530-OTACÍLIO COSTA-PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA-PAL0171762020**

Publicação Nº 2879369

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09530

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09531-FMS GUARAMIRIM-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020**

Publicação Nº 2879370

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09531

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

FORNECEDOR: POSSATTO &amp; POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09532-FMS GUARAMIRIM-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0040002020**

Publicação Nº 2879371

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09532

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2021 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09535-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME -PAL0170602020**

Publicação Nº 2879372

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09535

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09537-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2879373

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09537

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT21CIN09538-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2879374

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09538

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09539-MUNICÍPIO DE OURO VERDE-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020**

Publicação Nº 2879375

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09539

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO VERDE

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN09541-MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0025392020**

Publicação Nº 2879376

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN09541

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2021 a 31/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**DECISÃO 2070\_2021 ADESÃO MUNICÍPIO SÃO LUDGERO - AUTORIZAÇÃO ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2877884

Processo Administrativo Eletrônico:	2070/2021-e
Interessado:	MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO
Assunto:	Adesão a Ata de Registro de Preço, ATC017621/2020
Referência:	e-PAL 17621/2020-e, PE 0037/2020

**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Em face da manifestação do Fornecedor pela opção da aceitação do fornecimento da adesão a Ata de Registro de Preço nº ATC017621/2020 (eDOC 2B8688D0), para fins de aquisição do seguinte item:

Item	Descrição	Marca/Modelo	Fornecedor	Quantidade da Adesão	Valor Unitário
02	VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS TETO ALTO COM O MÍNIMO DE 17+ 1 LUGARES TIPO D, CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS (CIN13267)	MERCEDES BENZ SPRINTER VAN 17+1 PASSAGEIRO S 516 CDI 2.2L TURBO DIESEL MANUAL 2020/2021.	INGA CAMINHÕES LTDA	01 unidade	R\$ 211.790,00

Dessa forma, na condição de Órgão Gerenciador, mediante manifestação de adesão e aceitação de fornecimento e demais documentos juntaos aos autos, que comprovam os atendimentos dos requisitos legais e regulamentares, fica AUTORIZADA a aquisição e contratação do item 02 (tabela acima), por Adesão a Ata de Registro de Preços Consolidada nº ATC017621/2020, decorrente do Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 17621/2020-e, Edital de Pregão, na forma eletrônico, nº 0037/2020, conforme processo administrativo eletrônico nº 2070/2021-e.

É importante destacar que a aquisição e contratação decorrente da solicitação do Município de São Ludgero - SC, não poderá exceder às quantidades e os valores registrados, conforme tabela acima.

Por fim, ressalto que a referida aquisição e contratação deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias, a partir da Adesão de Registro de Preços, observados o prazo de vigência da referida ata, devendo o cumprimento desse prazo ser comunicado ao Órgão Gerenciador, até o quinto dia útil da aquisição.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 23 de fevereiro de 2021.

Eloi Rönna  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

**TR21CIN03438-0057-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO-ADISUL COMERCIAL LTDA EPP-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879382

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA****EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN03438****ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA****ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO****FORNECEDOR: ADISUL COMERCIAL LTDA EPP****ATA: AT20CIN11707****PAL: 001036/2020 - CINCATARINA****EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA****REGISTRO DE PREÇO:****OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:****Item-Quant: 156-560****DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/01/2021****Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021****ELÓI RONNAU****DIRETOR EXECUTIVO**



**TR21CIN03444-0057-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879534

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN03444

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11930

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 420-90

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/01/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN03543-0134-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879478

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN03543

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12213

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 101-1400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 28/01/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04552-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879431

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04552

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24477

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 98-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04595-0018-0004-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI-ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879397

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04595

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

ATA: AT20CIN16417

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 487-80

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04598-0017-0005-CINCATARINA-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879383

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04598

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

ATA: AT20CIN16413

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 487-80

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04731-0050-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879384

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04731

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10406

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 106-900

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04757-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879385

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04757

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 8-12000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04788-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879386

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04788

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 420-180

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04791-0061-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879387

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04791

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT21CIN04574

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 55-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04792-0050-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879388

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04792

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12176

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 55-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04795-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879389

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04795

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10507

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 434-40

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04796-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879390

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04796

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10476

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 434-40

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04797-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879391

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04797

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10594

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 571-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04798-0017-0005-CINCATARINA-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879392

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04798

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10564

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 571-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04799-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879393

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04799

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10767

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 192-1500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04800-0017-0005-CINCATARINA-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879394

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04800

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10739

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 192-1500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04801-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879395

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04801

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10973

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 659-210

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04802-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879396

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04802

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 659-210

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04803-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879400

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04803

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11403

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 31-6000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04804-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879398

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04804

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 31-6000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04805-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879399

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04805

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24503

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 98-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04806-0176-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879430

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04806

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24541

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 98-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04807-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879401

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04807

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11403

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 127-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04808-0030-0005-MUNICÍPIO DE IRANI-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879402

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04808

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11378

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 127-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04811-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879403

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04811

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11635

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 297-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04812-0017-0005-CINCATARINA-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879404

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04812

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11606

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 297-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04813-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879405

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04813

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11803

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 111-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04814-0017-0005-CINCATARINA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879406

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04814

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11772

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 111-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04815-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879407

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04815

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11939

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 40-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04816-0176-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879408

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04816

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11979

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 40-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04817-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879409

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04817

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12189

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 43-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04818-0176-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879410

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04818

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12229

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 43-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04819-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879411

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04819

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12189

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 447-15

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04820-0017-0005-CINCATARINA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879412

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04820

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12158

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 447-15

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04821-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879413

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04821

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11403

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 24-6000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04822-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879414

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04822

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 24-6000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04823-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879415

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04823

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12609

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 152-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04824-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879416

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04824

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 152-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04825-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879417

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04825

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12609

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 201-360

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04826-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879418

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04826

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 201-360

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04829-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879419

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04829

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12609

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 218-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04830-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879420

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04830

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 218-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04847-0085-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879421

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04847

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT21CIN05996

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 36-52500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04848-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879422

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04848

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT21CIN05942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 36-52500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04849-0085-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879423

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04849

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11805

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 483-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04850-0017-0005-CINCATARINA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879424

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04850

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11772

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 483-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04853-0123-0005-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879425

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04853

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11334

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 141-2700

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04854-0013-0004-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879426

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04854

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11282

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 141-2700

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04869-0184-0005-MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879427

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04869

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN29300

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 85-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04870-0056-0004-MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879428

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04870

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN29215

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 85-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04871-0184-0005-MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879429

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04871

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN14611

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 9-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04872-0007-0005-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879462

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04872

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12569

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 394-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04873-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879463

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04873

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 49-8400; 154-1200; 188-560; 377-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04896-0187-0004-LEOBERTO LEAL-ADISUL COMERCIAL LTDA EPP-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879432

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04896

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FORNECEDOR: ADISUL COMERCIAL LTDA EPP

ATA: AT20CIN29603

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 110-2800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04897-0017-0005-CINCATARINA-ADISUL COMERCIAL LTDA EPP-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879433

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04897

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ADISUL COMERCIAL LTDA EPP

ATA: AT20CIN11686

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 110-2800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04898-0187-0004-LEOBERTO LEAL-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879434

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04898

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

ATA: AT20CIN43100

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 545-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04899-0017-0005-CINCATARINA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879435

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04899

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

ATA: AT20CIN12319

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 545-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04900-0017-0005-CINCATARINA-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879436

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04900

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: F&amp;F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN29684

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 35-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04910-0095-0005-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879437

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04910

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11640

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 674-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04911-0006-0004-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879438

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04911

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11597

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 674-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04944-0111-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879439

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04944

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10607

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 58-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04945-0111-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879440

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04945

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN31444

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 451-2800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04946-0017-0005-CINCATARINA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879441

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04946

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN31421

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 451-2800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04947-0111-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879442

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04947

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11816

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 638-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04948-0017-0005-CINCATARINA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879443

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04948

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11772

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 111-1000; 113-1600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04949-0111-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879444

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04949

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN28499

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 151-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04950-0017-0005-CINCATARINA-AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação N° 2879445

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04950

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN12070

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 151-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04951-0111-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA-PAL0010362020**

Publicação N° 2879446

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04951

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA

ATA: AT20CIN12446

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 86-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04952-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA-PAL0010362020**

Publicação N° 2879447

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04952

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA

ATA: AT20CIN12434

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 86-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04953-0111-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879448

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04953

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA

ATA: AT20CIN12446

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 86-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04954-0111-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879449

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04954

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA

ATA: AT20CIN12446

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 86-1500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04955-0002-0004-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879450

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04955

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

ATA: AT20CIN10638

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-12000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04956-0179-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879451

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04956

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

ATA: AT20CIN10723

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-12000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04957-0002-0004-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879452

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04957

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10928

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 78-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04958-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879453

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04958

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 78-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04959-0002-0004-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879454

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04959

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11271

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 141-4500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04960-0123-0005-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879455

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04960

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11334

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 141-4500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04961-0002-0004-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879456

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04961

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN33429

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 37-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04962-0017-0005-CINCATARINA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879457

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04962

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN33438

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 37-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04963-0002-0004-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879458

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04963

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN42428

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 187-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04964-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879459

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04964

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN42435

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 187-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04965-0002-0004-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879460

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04965

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN12056

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 170-15000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04966-0017-0005-CINCATARINA-AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879461

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04966

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN12070

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 170-15000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04983-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879486

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04983

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 31-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04984-0056-0004-MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879464

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04984

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11929

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 370-240

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04985-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879465

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04985

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 370-240

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04994-0057-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879466

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04994

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11306

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 18-12000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04995-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879467

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04995

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11285

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 459-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04996-0057-0005-FUNDOMUNICIPALDESAÚDEDERIONEGRINHO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879468

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04996

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11394

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-20100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04997-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879469

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04997

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 31-3000; 224-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN04998-0151-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879470

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04998

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11433

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 127-1050

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN04999-0057-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879471

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN04999

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11394

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-20000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05000-0002-0004-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879472

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05000

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11358

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-20000; 224-100; 261-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05001-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA  
PAL0010362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2879473

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05001

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 224-100; 261-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05002-0057-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879474

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05002

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11627

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 62-180

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05003-0078-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879475

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05003

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11634

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 62-180

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05004-0057-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO-ADISUL COMERCIAL LTDA EPP-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879476

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05004

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: ADISUL COMERCIAL LTDA EPP

ATA: AT20CIN11707

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 156-280

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05005-0017-0005-CINCATARINA-ADISUL COMERCIAL LTDA EPP-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879477

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05005

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ADISUL COMERCIAL LTDA EPP

ATA: AT20CIN11686

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 156-280

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05006-0057-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879518

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05006

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11930

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 420-420

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05007-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879479

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05007

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 420-420

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05008-0057-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879480

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05008

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN16486

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 15-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05009-0079-0004-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879481

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05009

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN16510

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 15-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05014-0017-0005-CINCATARINA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879482

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05014

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11772

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 492-400; 875-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05015-0015-0004-MUNICÍPIO DE VIDEIRA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879483

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05015

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11771

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 492-400; 875-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05072-0120-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879484

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05072

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12626

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 245-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05073-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879485

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05073

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 245-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05091-0021-0004-MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879487

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05091

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT21CIN06157

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 311-180

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05092-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879488

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05092

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 311-180

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05111-0017-0005-CINCATARINA-ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -PAL0010362020**

Publicação Nº 2879489

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05111

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN11997

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 139-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05124-0123-0005-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879490

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05124

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10527

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 615-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05127-0014-0004-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879491

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05127

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

ATA: AT20CIN33043

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 10-10000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05128-0017-0005-CINCATARINA-PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879492

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05128

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

ATA: AT20CIN29177

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 10-10000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05129-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879493

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05129

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 751-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05132-0014-0004-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879494

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05132

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN27024

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 702-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05133-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879495

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05133

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11285

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 702-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05135-0095-0005-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879496

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05135

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN11319

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 144-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05136-0014-0004-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879497

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05136

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN30501

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 24-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05137-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA  
PAL0010362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2879498

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05137

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 24-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05138-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA  
PAL0010362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2879499

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05138

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 350-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05139-0014-0004-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879500

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05139

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN30502

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 54-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05140-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879501

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05140

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 54-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05141-0014-0004-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879502

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05141

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11906

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 295-720

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05142-0010-0005-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879503

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05142

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11902

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 104-720

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05143-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879504

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05143

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN42435

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 187-336

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05144-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879505

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05144

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 295-720

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05145-0014-0004-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879506

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05145

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN27012

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 370-1200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05146-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879507

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05146

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 370-1200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05147-0014-0004-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879508

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05147

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

ATA: AT20CIN24254

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 589-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05148-0017-0005-CINCATARINA-AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879509

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05148

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

ATA: AT20CIN12246

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 589-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05149-0017-0005-CINCATARINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879510

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05149

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12578

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 264-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05150-0014-0004-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879511

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05150

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN22132

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 9-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05151-0177-0005-MUNICÍPIO DE SALETE-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879512

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05151

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN12650

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 9-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05152-0017-0005-CINCATARINA-MEDITON FARMACÊUTICA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879513

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05152

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDITON FARMACÊUTICA LTDA

ATA: AT20CIN12663

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 164-720

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05153-0078-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879514

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05153

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN16505

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 26-20000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05154-0057-0005-FUNDOMUNICIPALDESAÚDEDERIONEGRINHO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879515

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05154

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11394

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-40000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05155-0032-0004-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879516

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05155

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN24558

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 81-2980

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05156-0017-0005-CINCATARINA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879517

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05156

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN24553

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 81-2980

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05157-0032-0004-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879536

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05157

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11380

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 529-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05158-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA  
PAL0010362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2879519

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05158

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 529-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05195-0056-0004-MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879520

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05195

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11626

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 499-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05196-0017-0005-CINCATARINA-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879521

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05196

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11606

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 499-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05197-0130-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879522

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05197

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN23381

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 456-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05198-0017-0005-CINCATARINA-DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879523

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05198

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10389

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 456-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05199-0017-0005-CINCATARINA-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879524

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05199

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10564

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 479-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05200-0130-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879525

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05200

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN35013

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 632-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05202-0032-0005-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879526

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05202

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN31426

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 632-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05203-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879527

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05203

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 703-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05204-0130-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879528

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05204

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT21CIN04954

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 645-1500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05205-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879529

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05205

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT21CIN04906

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 645-1500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05212-0130-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879530

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05212

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: F&amp;F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN23382

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 612-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05213-0040-0005-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879531

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05213

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: F&amp;F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT20CIN12504

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 612-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05214-0130-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879532

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05214

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11426

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 510-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05215-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879533

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05215

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 510-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05219-0032-0004-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879535

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05219

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11916

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 683-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05225-0045-0004-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879550

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05225

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11924

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 656-2400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05226-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879537

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05226

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 656-2400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05227-0045-0004-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879538

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05227

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11621

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 204-1200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05228-0017-0005-CINCATARINA-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879539

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05228

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11606

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 204-1200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05231-0045-0004-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879540

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05231

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11924

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 181-6000; 196-1200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05232-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879541

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05232

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 181-6000; 196-1200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05249-0119-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879542

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05249

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10989

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 78-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05250-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879543

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05250

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 78-50; 833-60

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05251-0119-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879544

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05251

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11419

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1007-150

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05252-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879545

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05252

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1007-150

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05253-0130-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879546

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05253

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN35478

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 263-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05255-0111-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879547

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05255

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11952

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 73-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05256-0087-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879548

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05256

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 73-3000; 370-480

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05257-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879549

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05257

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 370-480

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05260-0017-0005-CINCATARINA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879551

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05260

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10301

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 389-80

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05261-0122-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879552

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05261

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10351

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 389-80

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR21CIN05263-0017-0005-CINCATARINA-WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879553

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05263

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11118

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 356-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR21CIN05264-0017-0005-CINCATARINA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2879554

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR21CIN05264

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN11459

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 180-450

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/02/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**CIS/AMFRI****PORTARIA Nº 02 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021 - COMISSÃO PERMANENTE LICITAÇÃO**

Publicação Nº 2878763

PORTARIA Nº 02 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

Célio José Bernardino, Diretor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 26, inciso III, do Protocolo de Intenções do CIS-AMFRI, e amparado na Lei Federal nº. 11.107/2005, em seu art. 4º, inciso IX c/c art. 5º, inciso IX do Decreto Federal nº. 6.017/07;

CONSIDERANDO que constitui por objeto do CIS-AMFRI propor, estudar, planejar, executar, operar, avaliar, coordenar e supervisionar ações destinadas a fomentar a saúde de forma regionalizada, de forma a impulsionar o desenvolvimento sustentável nos Municípios que o integram,

CONSIDERANDO que de acordo com artigo 49 do Protocolo de Intenções do CIS-AMFRI, o Consórcio observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos e prestação de contas,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Art. 2º - A Comissão Permanente de Licitação será formada pelos seguintes servidores:

PRESIDENTE: Rodrigo Giacomo Guesser

SECRETÁRIO: Jacqueline Mirtes Alves Zatera

MEMBRO: Felipe Fernando de Oliveira

§ 1º Fica nomeado o Presidente da Comissão de Licitação Permanente, senhor RODRIGO GIACOMO GUESSER, como Pregoeiro Oficial do CIS-AMFRI.

§ 2º Ficam nomeados para compor a equipe de apoio do Pregoeiro Oficial do CIS-AMFRI, os seguintes servidores:

a) Jacqueline Mirtes Alves Zatera

b) Felipe Fernando de Oliveira

Art. 3º - Os membros da Comissão Permanente de Licitação deverão observar rigorosamente as exigências expressas na Legislação em vigor.

Art. 4º - A presente Portaria entra em vigor em 23 de fevereiro de 2021.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.



Itajaí – Santa Catarina, 23 de fevereiro de 2021.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO  
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

## **CIS/AMUREL**

### **EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 08/2021 -ECO CLÍNICA**

Publicação Nº 2878093

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 08/2021.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: ECO CLÍNICA S/S LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia, Densitometria Óssea e Biópsias.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Chamada Pública nº. 01/2021 e 02/2021).

Data da Assinatura: 04/01/2021.

Assinantes: Salésio Wiemes pelo Contratante e, Mário Tadeu Caporal pelo Contratado.

### **EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 09/2021 - ECO CLÍNICA BN**

Publicação Nº 2878094

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 09/2021.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: CLINICA RADIOLOGICA DR. ENEAS PAULO ALET DA ROCHA S/S LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Densitometria Óssea, Ultrassonografia, e Biópsias.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Chamada Pública nº 01/2021 e 02/2021).

Data da Assinatura: 04/01/2021.

Assinantes: Salésio Wiemes pelo Contratante e, Mário Tadeu Caporal pelo Contratado.

### **EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 46/2021 - DI-PREVER**

Publicação Nº 2878243

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 46/2021.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: DI-PREVER – VOLNEI SERVIÇOS DE ANATOMIA PATOLÓGICA SS LTDA.

Objeto: O contratado prestará ao Consórcio e Municípios credenciados, quando solicitado, serviços de exames preventivos de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Chamada Pública nº. 01/2021).

Data da Assinatura: 21/01/2021.

Assinantes: Salésio Wiemes pelo contratante e, Gregório Wrublevski Pereira pelo contratado.

### **EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 58/2021 - LABORATÓRIO SANTA VERONICA**

Publicação Nº 2877722

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 58/2021.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: LABORATÓRIO SANTA VERONICA LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 01/02/2021.

Assinantes: Salésio Wiemes pelo Contratante e, Rosiléa Silva Alves pelo Contratado.



**CIS/AMURES****EXTRATO DE COMPRA Nº 05/2021 - CISAMURES**

Publicação Nº 2878527

EXTRATO DE COMPRA Nº 05/2021.

Extrato de Compra Via Licitação nº 05/2021. Processo Administrativo de Compra 164/2021. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures. Contratado: REAL BOBINAS EIRELI. CNPJ: 01.149.562/0001-64. Objeto: Aquisição de material de expediente (papel A4) para atender as necessidades do CISAMURES, adquirido através de Pregão Eletrônico 03/2020, Ata de Registro de Preço nº 41/2020. Data: 01/02/2021. Valor: R\$ 569,60,00 (Quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos). Fund. Legal: Lei 8666/93 e Decreto Federal nº 9.412/2018. Cumpridas as formalidades, Publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. MARIZA COSTA, Presidente CIS/AMURES.

Lages, SC, 23 de Fevereiro de 2021.

BEATRIZ MONTEMEZZO  
Diretora Executiva CIS/AMURES

**CISAM****EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 007/2021**

Publicação Nº 2877839

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 007/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 024/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE

CONTRATADO: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE DE CAPINZAL E OURO

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de análises laboratoriais para controle da qualidade da água bruta, tratada e distribuída, bem como para os efluentes gerados pelo sistema de esgoto sanitário, conforme Anexo Único – Plano de Análises Laboratoriais, parte integrante do presente contrato.

VIGÊNCIA: 05.02.2021 à 04.02.2022

VALOR: R\$ 22.923,81 (vinte e dois mil novecentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos)

Capinzal, 05 de fevereiro de 2021.

CISAM MO SIMAE CAO  
CONTRATADO CONTRATANTE

**CISAMA****EXTRATO DISPENSA CHAMAMENTO PÚBLICO 1/2021 CISAMA/UNIPLAC**

Publicação Nº 2877675

EXTRATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021

O Presidente da Comissão de Seleção, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente do CISAMA, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO, faz publicar o presente extrato. Objeto: contratação da Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense - FUNDAÇÃO UNIPLAC para ações de fortalecimento das cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis da Serra Catarinense vinculadas ao Plano Intermunicipal de Gestão integrada de resíduos sólidos (PIGIRS), coordenado pelo Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA) no território da Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), conforme preconizam as leis 12.690/2012 e 12.305/2010, o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS, coordenado pelo CISAMA e o Plano de Trabalho e Aplicação apresentado pela instituição, pelo valor total de R\$ 102.980,00 (cento e dois mil, novecentos e oitenta reais). Período de duração: 12 meses a partir da data da assinatura do termo de colaboração e/ou aditivo. Fundamentação Legal: Art. 30, Inciso VI, da Lei 13.019/2014, alterada pela 13.2014/2015. Na forma do § 2º do art. 32 da lei 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser encaminhada pelo e-mail: [licitacao@cisama.sc.gov.br](mailto:licitacao@cisama.sc.gov.br).

Lages (SC), 23 de fevereiro de 2021.

Pedro Jovane da Silva  
Presidente Comissão de Seleção



**CISAMURC****ATA DE HOMOLOGAÇÃO - PREGAO CISAMURC 03/2021**

Publicação Nº 2878274

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO  
CANOINHAS-SC****ATA DE HOMOLOGAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003 2021**  
Processo Administrativo Nº 004 2021  
Tipo: REGISTRO DE PREÇO  
PREGOEIRO: LUIZ CESAR BATISTA  
Data de Publicação: 09/02/2021 13:53:29

**LOTE 1 - HOMOLOGADO - 22/02/2021 16:23:36**  
**LOTE 1****VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 1 Unidade: UND Marca: VOLKSWAGEM Modelo: GOL  
Descrição: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO, COM SEGURO TOTAL E SEM MOTORISTA, PARA UTILIZAÇÃO NOS SERVIÇOS EXTERNOS DESTE CONSORCIO.  
Quantidade: 12 Valor Unit.: 1.685,00 Valor Total: 20.220,00

**CLASSIFICAÇÃO**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 AMB TRANSPORTE EIRELI- EPP	041	10.275.087/0001-63	2.500,00	1.685,00	Sim
2 LOCADORA DE VEICULOS MULTIMARCAS S/A	077	68.765.049/0001-79	2.500,00	1.689,00	Não
3 F A FERNADES DE LIMA - ME	089	19.370.586/0001-04	2.500,00	2.500,00	Sim

**DESCLASSIFICADOS**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----

**INABILITADOS**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----

CONSORCIO  
INTERMUNICIPAL DE  
SAUDE DA REGIAO DO  
CO:03887256000150

Assinado de forma digital por  
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE  
SAUDE DA REGIAO DO  
CO:03887256000150  
Dados: 2021.02.22 16:46:04 -03'00'

**AUTORIDADE:** GILBERTO DOS PASSOS

Gerado em: 22/02/2021 16:23:36

1 de 1



**CIS/AMERIOS****ATO ADMINISTRATIVO CIS/AMERIOS 02/2021 - EXTRATO DE ADITIVOS DE CONTRATOS**

Publicação Nº 2877632

ATO ADMINISTRATIVO N. 02/2021

## REFERÊNCIA:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2018

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 02/2018

JEAN CARLOS NYLAND, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 01.201.427/0001-10, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 61, Parágrafo único da Lei 8.666/93, conforme previsto na Cláusula 5.1 dos respectivos contratos originais com cláusulas uniformes, TORNA PÚBLICO que formalizou, em comum acordo, termo aditivo para prorrogação de prazo, com vigência de 02/01/2021 a 31/12/2021, mantendo-se os preços e demais cláusulas originalmente pactuados, com as seguintes empresas credenciadas:

Contrato de Credenciamento Nº 45-2018 - Aditivo 02 - TIRELLI & CIA LTDA ME  
Contrato de Credenciamento Nº 46-2018 - Aditivo 02 - PROTEGY FONOAUDIOLOGIA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 47-2018 - Aditivo 02 - CLÍNICA MATERNO INFANTIL LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 48-2018 - Aditivo 02 - DAVI & MORENO CLÍNICA MÉDICA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 50-2018 - Aditivo 02 - GRELLMANN CLÍNICA INCORPORADORA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 51-2018 - Aditivo 03 - LABORATÓRIO CLÍNICO MASTER LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 53-2018 - Aditivo 02 - CLÍNICA PASQUALOTTO SS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 54-2018 - Aditivo 02 - VIVACE FONO & FISIO LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 56-2018 - Aditivo 02 - FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 57-2018 - Aditivo 02 - UROFETUS SERVIÇOS MÉDICOS SS  
Contrato de Credenciamento Nº 58-2018 - Aditivo 02 - NEFRON SERVIÇOS MÉDICOS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 60-2018 - Aditivo 02 - CLICK CLÍNICA DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 61-2018 - Aditivo 02 - CLÍNICA MÉDICA CAVALLET LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 62-2018 - Aditivo 03 - CEADI CENTRO AVANÇADO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM SS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 63-2018 - Aditivo 02 - BANA & SCHERER ENDOCRINOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA SS  
Contrato de Credenciamento Nº 66-2018 - Aditivo 02 - GROVER RONALD PARDO HOLZWARTH  
Contrato de Credenciamento Nº 68-2018 - Aditivo 02 - CLÍNICA MAINARDI EIRELI  
Contrato de Credenciamento Nº 69-2018 - Aditivo 02 - CESS CENTRO ESPECIALIZADO DE SERVIÇOS DE SAÚDE SS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 70-2018 - Aditivo 02 - CLÍNICA PRÓ VIDA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 71-2018 - Aditivo 02 - CLÍNICA MATERNO INFANTIL SS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 72-2018 - Aditivo 02 - CARDIOVITAL CLÍNICA CARDIOLÓGICA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 73-2018 - Aditivo 02 - HUMANITÁ CARDIOLOGIA SS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 74-2018 - Aditivo 02 - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SEHNEM & CASSOL LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 75-2018 - Aditivo 02 - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA F.B. LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 76-2018 - Aditivo 02 - FRANCILENE CATIANE RIESE  
Contrato de Credenciamento Nº 77-2018 - Aditivo 02 - NOAL DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 78-2018 - Aditivo 02 - CLÍNICA CATARINENSE DE DERMATOLOGIA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 79-2018 - Aditivo 04 - UROCENTER CLÍNICA DE UROLOGIA EIRELI  
Contrato de Credenciamento Nº 81-2018 - Aditivo 02 - CLÍNICA SIMIONATO & BRAMBATTI LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 02-2019 - Aditivo 06 - ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE SAUDADES  
Contrato de Credenciamento Nº 05-2019 - Aditivo 02 - CLÍNICA DR. VALDIR EIRELI  
Contrato de Credenciamento Nº 06-2019 - Aditivo 02 - MARCOS ALENCAR PELEGRINI & CIA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 07-2019 - Aditivo 01 - SIIM SERVIÇOS DE IMAGEM INTEGRADA MÉDICA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 09-2019 - Aditivo 02 - JÉSSICA NUNES ROHRS  
Contrato de Credenciamento Nº 10-2019 - Aditivo 02 - CLÍNICA MÉDICA RADIMAGEM SS  
Contrato de Credenciamento Nº 11-2019 - Aditivo 02 - RADIODÔNTICA SERVIÇOS RADIOLÓGICOS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 12-2019 - Aditivo 02 - MARINA ELIZIA MARCON & CIA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 13-2019 - Aditivo 02 - CLÍNICA MÉDICA DR. MARCELO C. SCOPEL SS  
Contrato de Credenciamento Nº 14-2019 - Aditivo 05 - ROBSON ALEXANDRE VIEIRA DE SOUZA  
Contrato de Credenciamento Nº 15-2019 - Aditivo 03 - JAMESTON LODI  
Contrato de Credenciamento Nº 16-2019 - Aditivo 03 - CASSYA MAYANE PANDOLFO  
Contrato de Credenciamento Nº 17-2019 - Aditivo 02 - CCDL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 18-2019 - Aditivo 02 - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA VITTALE SC LTDA ME  
Contrato de Credenciamento Nº 19-2019 - Aditivo 02 - HOSPITAL DA VISÃO DE PATO BRANCO LTDA ME  
Contrato de Credenciamento Nº 20-2019 - Aditivo 02 - CLÍNICA DE OLHOS DR. ALEXANDRE TAKAHASHI SS  
Contrato de Credenciamento Nº 21-2019 - Aditivo 02 - CLÍNICA DE OLHOS DR. DELSO BONFANTE SS  
Contrato de Credenciamento Nº 22-2019 - Aditivo 02 - CLÍNICA DE OLHOS DR. FERNANDO BONFANTE SS  
Contrato de Credenciamento Nº 25-2019 - Aditivo 04 - CLÍNICA DE MARCO LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 26-2019 - Aditivo 02 - CENTRO DE OTORRINOLARINGOLOGIA MARAVILHA EIRELI



Contrato de Credenciamento Nº 27-2019 - Aditivo 04 - CDIPSUL CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 29-2019 - Aditivo 02 - NEP NÚCLEO ESPECIALIZADO DE PEDIATRIA  
Contrato de Credenciamento Nº 30-2019 - Aditivo 02 - HEMOVIDA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME  
Contrato de Credenciamento Nº 31-2019 - Aditivo 02 - BIO ANÁLISES LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS EIRELI  
Contrato de Credenciamento Nº 32-2019 - Aditivo 02 - CDI VISION CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO MÉDICO LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 34-2019 - Aditivo 02 - COSTA & ALBA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 36-2019 - Aditivo 02 - FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E HOSPITALAR DE CUNHA PORÃ  
Contrato de Credenciamento Nº 38-2019 - Aditivo 03 - RAIMED CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM MARAVILHA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 39-2019 - Aditivo 02 - ORTOVISÃO EIRELI ME  
Contrato de Credenciamento Nº 40-2019 - Aditivo 02 - ORIENTE SERVIÇOS ANESTESIOLOGICOS SS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 42-2019 - Aditivo 02 - SPESSATTO & SPESSATTO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 43-2019 - Aditivo 04 - HOSPITAL REGIONAL DE PALMITOS  
Contrato de Credenciamento Nº 45-2019 - Aditivo 02 - CLÍNICA MÉDICA BONDAN LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 46-2019 - Aditivo 02 - CLINICARDIO SERVIÇOS MÉDICOS SS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 47-2019 - Aditivo 02 - LCP LABORATÓRIO DE CITOLOGIA E PATOLOGIA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 50-2019 - Aditivo 03 - ALISSON SAMOEL RODRIGUES & CIA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 51-2019 - Aditivo 02 - ALFAMED ESPECIALIDADES MÉDICAS SS  
Contrato de Credenciamento Nº 54-2019 - Aditivo 02 - VANESSA BITTENCOURT DE ALMEIDA TAVARONE  
Contrato de Credenciamento Nº 56-2019 - Aditivo 02 - CLÍNICA DE OLHOS JEOVÁ JOSÉ DIAS SS  
Contrato de Credenciamento Nº 57-2019 - Aditivo 02 - G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOL  
Contrato de Credenciamento Nº 58-2019 - Aditivo 04 - CLÍNICA INTEGRADA OESTE SS  
Contrato de Credenciamento Nº 59-2019 - Aditivo 02 - CLÍNICA RENAL DO EXTREMO OESTE LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 60-2019 - Aditivo 02 - HOSPITAL DIA DE OFTALMOLOGIA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 62-2019 - Aditivo 04 - CLÍNICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CHAPECÓ SS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 63-2019 - Aditivo 02 - LUANA SULZBACHER  
Contrato de Credenciamento Nº 65-2019 - Aditivo 02 - FLÁVIO SANDRIN  
Contrato de Credenciamento Nº 67-2019 - Aditivo 04 - NABIL MOUSA YASIN & CIA LTDA ME  
Contrato de Credenciamento Nº 68-2019 - Aditivo 02 - CRISTINE NIEDERLE  
Contrato de Credenciamento Nº 69-2019 - Aditivo 02 - CLÍNICA DE OLHOS KUCZMAINSKI LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 70-2019 - Aditivo 03 - ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO VICENTE DE PAULO  
Contrato de Credenciamento Nº 72-2019 - Aditivo 02 - COOPERATIVA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DE TRABALHO DE SANTA CATARINA  
Contrato de Credenciamento Nº 73-2019 - Aditivo 02 - AUDIOLOGIC CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA EIRELI  
Contrato de Credenciamento Nº 74-2019 - Aditivo 02 - SANDRA ZAMBONI  
Contrato de Credenciamento Nº 02-2020 - Aditivo 01 - DÂMARIS MAIARA RIGOTTI  
Contrato de Credenciamento Nº 05-2020 - Aditivo 02 - ANESTESIOLOGIA MARAVILHA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 06-2020 - Aditivo 01 - MARINHOMED SERVIÇOS MEDICOS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 07-2020 - Aditivo 01 - A. BRAUN ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EIRELI  
Contrato de Credenciamento Nº 08-2020 - Aditivo 01 - CLÍNICA MÉDICA CLINIPED EIRELI  
Contrato de Credenciamento Nº 09-2020 - Aditivo 01 - CLÍNICA PLENA DE MEDICINA INTEGRADA SOCIEDADE SIMPLES LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 10-2020 - Aditivo 02 - CLÍNICA OFTALMOLOGICA LINNEN EIRELI  
Contrato de Credenciamento Nº 11-2020 - Aditivo 01 - FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL DE NOVA ERECHIM  
Contrato de Credenciamento Nº 13-2020 - Aditivo 01 - S & R COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA ME  
Contrato de Credenciamento Nº 15-2020 - Aditivo 02 - LIV SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI  
Contrato de Credenciamento Nº 16-2020 - Aditivo 01 - SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR MARAVILHA  
Contrato de Credenciamento Nº 17-2020 - Aditivo 01 - VIE CLÍNICA DE ESPECIALIDADES LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 18-2020 - Aditivo 02 - INSTITUTO SANTE - HOSPITAL SAGRADA FAMÍLIA ITAPIRANGA  
Contrato de Credenciamento Nº 19-2020 - Aditivo 01 - ACÁCIA SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 20-2020 - Aditivo 02 - PSIQUI CLÍNICA MÉDICA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 22-2020 - Aditivo 01 - RAIMED CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 23-2020 - Aditivo 01 - ALEXANDRA BIESDORF  
Contrato de Credenciamento Nº 24-2020 - Aditivo 02 - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL SÃO LUCAS  
Contrato de Credenciamento Nº 25-2020 - Aditivo 01 - INSTITUTO SANTE - HOSPITAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
Contrato de Credenciamento Nº 26-2020 - Aditivo 01 - INSTITUTO DE OLHOS DO EXTREMO OESTE CATARINENSE LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 27-2020 - Aditivo 01 - CLÍNICA INTEGRADA SKIN CENTER S/S LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 28-2020 - Aditivo 01 - ULTRA LAUDOS RADIOLÓGICOS LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 29-2020 - Aditivo 01 - GAMA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 30-2020 - Aditivo 01 - CLÍNICA FERNANDO BONETTO SCHINKO LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 32-2020 - Aditivo 01 - ANESPLATÃO CLÍNICA LTDA  
Contrato de Credenciamento Nº 33-2020 - Aditivo 01 - CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA ANA KELLY BARONI  
Contrato de Credenciamento Nº 34-2020 - Aditivo 01 - INSTITUTO DE ORTOPEDIA SANTA ESMERALDA LTDA

Maravilha/SC, 23 de Fevereiro de 2021.

JEAN CARLOS NYLAND  
Presidente do CIS/AMERIOS  
Prefeito de Iraceminha



**CONDER****EXTRATO EDITAL - PROC LIC 08.2021 - PE 06.2021 - MATERIAL AMBULATORIAL E CORRELATOS II**

Publicação Nº 2878295

EXTRATO DO EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2021  
"REGISTRO DE PREÇOS"

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

Regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (com as alterações da Lei nº 8883/94 e da Lei nº 9.648/98), Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto do CONDER nº 06/2020, que regulamenta o sistema de registro de preço, e Lei Federal nº 13.979/2020, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 155/2016),

Interessados:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER São órgãos participantes desta licitação os seguintes municípios consorciados ao CONDER: Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.
Tipo:	Menor Preço por Item
Objeto:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, em atendimento a demanda dos municípios consorciados ao CONDER e que são participantes deste certame, de acordo com as condições e especificações constante no presente edital, inclusive em seus anexos, especialmente o Anexo I que vincula o Termo de Referência.

**DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

Período de recebimento das propostas:	Das 08h do dia 24 de fevereiro de 2021 até às 08h do dia 11 de março de 2021, através do Portal de Compras Públicas ( <a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a> ).
Início da Sessão de Disputa de Preços (lances):	11 de março de 2021 às 08h10min, através do Portal de Compras Públicas ( <a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a> ).
Local:	Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis na página inicial do site do Portal de Compras Públicas: <a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a> .

São Miguel do Oeste – SC, 24 de fevereiro de 2021.

Claudio Junior Weschenfelder  
Presidente do CONDER/Prefeito de Guarujá do Sul

**EXTRATO EDITAL - PROC LIC 09.2021 - PE 07.2021 - PNEUS E CORRELATOS**

Publicação Nº 2878772

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2021  
"REGISTRO DE PREÇOS"

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

Regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (com as alterações da Lei nº 8883/94 e da Lei nº 9.648/98), Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto do CONDER nº 06/2020, que regulamenta o sistema de registro de preço, e Lei Federal nº 13.979/2020, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 155/2016),



Interessados:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER São órgãos participantes desta licitação os seguintes municípios consorciados ao CONDER: Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.
Tipo:	Menor Preço por Item
Objeto:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de PNEUS E CORRELATOS, em atendimento a demanda dos municípios consorciados ao CONDER e que são participantes deste certame, de acordo com as condições e especificações constante no presente edital, inclusive em seus anexos, especialmente o Anexo I que vincula o Termo de Referência.

**DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

Período de recebimento das propostas:	Das 08h do dia 24 de fevereiro de 2021 até às 08h15min do dia 11 de março de 2021, através do Portal de Compras Públicas ( <a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a> ).
Início da Sessão de Disputa de Preços (lances):	11 de março de 2021 às 08h30min, através do Portal de Compras Públicas ( <a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a> ).
Local:	Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis na página inicial do site do Portal de Compras Públicas: <a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a> .

São Miguel do Oeste – SC, 24 de fevereiro de 2021.

Claudio Junior Weschenfelder  
Presidente do CONDER/Prefeito de Guarujá do Sul

---

**CONSAD**

---

**EXTRATO Nº 39/2021 DO CONTRATO Nº 006/2021 – MUNICÍPIO DE BARRAÇÃO/PR**

Publicação Nº 2879659

EXTRATO Nº 39/2021 DO CONTRATO Nº 006/2021 – Município de Barracão/PR

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e desenvolvimento Local – CONSAD, CNPJ: 07.242.972/0001-31, por meio de seu Presidente Sr. Marino José Frey, no uso de suas atribuições estatutárias que lhe são conferidas, faz publicar o presente extrato de contrato de prestação de serviços:

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Barracão/PR

CNPJ: 75.666.131/0001-01

CONTRATO DE RATEIO Nº 006/2021

CONTRATADO: Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e desenvolvimento Local – CONSAD.

CNPJ: 07.242.972/0001-31

**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem como objeto disciplinar o repasse de recursos financeiros, pelo Município ao Consórcio, referente ao custeio administrativo mensal do consórcio, bem como para participação no Programa SUASA -Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária do Consórcio, o qual possui a finalidade de estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de estabelecimentos indicados para o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA nos municípios consorciados interessados em aderir ao sistema, com fundamento na Portaria nº 62, de 15 de Julho de 2016, emitida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Além do Programa SUASA oferecer a possibilidade da comercialização dos produtos de origem animal em todo território nacional, os estabelecimentos que não estejam interessados em aderir ao SISBI-POA poderão comercializar seus produtos por intermédio do livre comércio, conforme previsto no Decreto nº 10.032, de 1 de outubro de 2019, que altera o Anexo ao Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, para dispor sobre as competências dos Consórcios Públicos de Município no âmbito do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, bem como na Instrução Normativa nº 29, de 23 de abril de 2020, que estabelece os requisitos para o livre comércio de produtos de origem animal, inspecionados por Consórcio Público de Municípios.



VALOR: R\$ 35.040,23 (quarenta e dois mil, quarenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 23/02/2021 até 31/12/2021

DO FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/93, 11.107/2005 e suas alterações.

São Miguel do Oeste/SC, 24 de fevereiro de 2021.

Vandecir Dorigon  
Presidente do Consórcio

---

## CIRSURES

---

### EXTRATO DE CONTRATO 007/2021

Publicação Nº 2877611

CONTRATO Nº: 007/2021

CONTRATADA: VIGILÂNCIA TRIÂNGULO LTDA.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL – CIRSURES.

Objeto: prestação de serviços de rastreamento e monitoramento veicular para os 2 (dois) caminhões do CIRSURES (com placas MLT2473 e QHC 5663 e código do renavam nº 1001393900 e nº 1047454774), ambos dedicados ao desempenho das atividades de coleta seletiva deste Consórcio Público, mediante utilização de sistema com transmissão de dados na tecnologia GSM/GPRS/GPS com corte de combustível.

Assinatura: 25/01/2021

Vigência: Início: 25/01/2021 – Fim: 31/12/2021

Valor: R\$ 133,00 (cento e trinta e três reais) mensais os 2 (dois) caminhões do CIRSURES